SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 12 de Agosto de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3593

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO N° 046.2026

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026
Processo Adm: Nº 075/2026
Objeto: Contratação de serviços de engenharia de empresa especializada para execução de ensaios tecnológicos, com recursos próprios desta municipalidade, atendendo as necessidades do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Empresas vencedoras valor total: R$ 39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais): **AZURE GERENCIAMENTO E PROJETOS LTDA** (44368906000139) com o lote: 2 no valor total de R$ 21.900,00 (vinte e um mil e novecentos reais). **F. FRANCESCHI EIRELI-ME** (22731037000122) com o lote: 1 no valor total de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - PR, 11 de agosto de 2026

RENATO GRASSI
Condutor de Processos

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:69F1B680

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
LEI Nº 835, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

LEI Nº 835, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Aumenta o número de vagas para o cargo de provimento efetivo de Técnico de Informática "TI", criado pela Lei nº 655/2023, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Givanildo Trumi, Prefeito, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Aumenta de uma (01) para duas (02) vagas o cargo de provimento efetivo de **Técnico de Informática "TI"**, criado pela Lei nº 655/2023 (ANEXO I - Plano de Carreira dos Servidores – Cargos, Titulares e Funções).

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Cargo	Nível	Número de vagas	Carga Horária Semanal
Técnico de Informática "TI"	1	2	40 horas

Art. 2º - As atribuições do cargo mencionado neste Artigo, estão descritas na Lei nº 687, de 30 de abril de 2024.

Art. 3º - Os demais Artigos das Leis nºs 655/2023 e 687/2024, permanecem inalterados.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:9979606A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº 1872, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 1872, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Designa Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, bem como da Aplicação de Sanções Administrativas decorrente de Licitações promovidas pelo Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º - Designar os Servidores abaixo relacionados para conduzirem as atividades da Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, bem como da aplicação de sanções administrativas decorrente de Licitações promovidas pelo Município de Boa Esperança do Iguaçu - PR, ficando a presidência sob a responsabilidade do primeiro:
- VALCIR PAIM DE ANDRADE – Presidente
- SUELLEN CRISTINA DO NASCIMENTO DELA JUNTINA - Membra
- GEZIELI BRITES DE MIRANDA - Membra

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1813, de 24 de março de 2026, e demais disposições em contrário.
Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:246CD0F4

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA 90032/2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO UBS TIPO I – CRISTO REI, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRI

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 90033/2026
O Município de Chopinzinho-PR torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 27 de agosto do ano de 2026, na Rua Miguel Procópio Kurpel n° 3811, Bairro São Miguel, Estado Paraná, Brasil, CONCORRÊNCIA, na forma Presencial, sob regime de empreitada por preço global, modo de disputa aberta, tipo menor preço, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Construção UBS Tipo I – Cristo Rei	Obra	311,05m²	210 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, solicitada através do e-mail licita2@chopinzinho.pr.gov.br, no sítio eletrônico da Prefeitura de Chopinzinho https://www.chopinzinho.pr.gov.br/licitacao ou obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Agente de Contratação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (46) 9 9937-0154.
Chopinzinho-PR, 11 de agosto de 2026.

Divisão de Licitação e Contratos

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:754F6FA4

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO A ARP Nº 197/2025

Espécie: Extrato do 1º Termo de Aditivo a ARP nº 197/2025. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Pasqualotto & Pasqualotto Ltda. CNPJ: 37.485.227/0001-84. Objeto: Dilação do prazo de execução e vigência por mais 1 (um) ano e reajuste de valor conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Novo Prazo: 11/08/2027. Valor Total do Aditivo: R$ 53.872,65 (cinquenta e três mil, oitocentos e setenta e dois reais e sessenta e cinco centavos). Origem: Pregão Eletrônico nº 90050/2025. Fundamento Legal: Artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Artigo 299 do Decreto Municipal n° 73/2023. Data da assinatura: 11/08/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Willian Pasqualotto, pela empresa.

Publicado por:
Larissa Galvão Costa
Código Identificador:C6691074

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO A ARP Nº 201/2025

Espécie: Extrato do 1º Termo de Aditivo a ARP nº 201/2025. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Ram Comércio de Ração Ltda. CNPJ: 46.018.023/0001-24. Objeto: Dilação do prazo de execução e vigência por mais 1 (um) ano e reajuste de valor conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Novo Prazo: 11/08/2027. Valor Total do Aditivo: R$ 27.160,00 (vinte e sete mil, cento e sessenta reais). Origem: Pregão Eletrônico nº 90050/2025. Fundamento Legal: Artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Artigo 299 do Decreto Municipal n° 73/2023. Data da assinatura: 11/08/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Rosa Aparecida Furlan Mancuzo, pela empresa

Publicado por:
Larissa Galvão Costa
Código Identificador:FFF83FDD

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
DECRETO - 257-2025 - EXONERA LUIZ CARLOS LOMBARDI

DECRETO Nº 257/2026

Exonera servidor efetivo por aposentadoria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo n° 63, inciso X, da Lei Orgânica e artigos n° 19 e 20 da Lei Complementar n° 068/2012, de 02/02/2012, e Lei n.º 4.113/2025,

CONSIDERANDO o término do procedimento do Protocolo Eletrônico n.º 1.431/2026,

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR o servidor Luiz Carlos Lombardi, RG nº 7.***.*07-7 SESP/PR, matrícula nº 992-0, ocupante do cargo de Motorista, a partir de 1º de agosto de 2026, por aposentadoria.

Art. 2º. Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 63 da Lei Complementar nº 068/2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 11 DE AGOSTO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:D3C14738

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
EDITAL 146/2026 - INSCRITOS PSS EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL TEMPORÁRIO

EDITAL Nº 146/2026

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL

O Presidente da Comissão Organizadora, Executora e Julgadora de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de

Educador/Cuidador Social, da Prefeitura do Município de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas pelo edital de abertura nº 140/2026, por este Edital, seus anexos e demais disposições atinentes à matéria,

TORNA PÚBLICO

Art. 1º - A relação de inscritos no Processo Seletivo Simplificado para o cargo temporário de Educador/Cuidador Social, em ordem alfabética, constante no Anexo I.

Art. 2º - Mantêm-se em vigor as demais determinações editalícias e publicações complementares.

Chopinzinho, PR, 11 de Agosto de 2026.

GISLAINE TANIA GALEAZZI
Presidente

EDITAL Nº 146/2026 – ANEXO I

QUADRO 1 – EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL – AMPLA CONCORRÊNCIA

INSCRIÇÃO	NOME	NASCIMENTO
9458	ADRIANA DOS SANTOS DA SILVA	17/07/1986
9367	ALANA FERREIRA AMANCIO	14/01/2000
9335	ALESSANDRO ANTUNES DE OLIVEIRA	09/08/1988
9383	ALISSON DA SILVA GONÇALVES	29/09/2001
9454	AMANDA CRISTINA CARDOZO	19/08/2000
9456	ANA CAROLINA QUADROS RAFAGNINI	02/02/2006
9370	ANDERSON EDER REFEJ GOITOTO	03/02/1996
9392	ANDRE CRISTÓVÃO ZUCUNELLI WRUBLEWSKI	13/09/1989
9429	ANGÉLICA AGATHA SCOPEL	11/03/2009
9361	ANTÔNIO SÉRGIO VIANA DA SILVA	18/01/1992
9409	ARIANE SALETE CESCO	29/12/1974
9357	BRENDA PIRES	19/10/1995
9313	CLAUDIOMIR GASPAR DA MAIA	07/03/1984
9446	CRISTINA APARECIDA DA SILVA	22/12/1996
9347	DAIANE CRISTINA MELO DA SILVA	11/08/1988
9390	DANIELA SCHMITT DE SOUZA	12/04/2006
9374	DUANE KOGRE WOLLINGER FERNANDES	30/01/1998
9388	ELIAS CAMARGO DOS SANTOS	23/02/2001
9393	ELIZANDRA DELGADO	23/06/1990
9445	ELOÍSA LAZAROTTTO HARTMAN	16/02/2007
9457	EMANUEL MATHEUS QUADROS RAFAGNINI	05/07/2008
9349	EMILI ADRIANA BORGES	25/11/1999
9449	EVERLANE DE FATIMA DAVID DA SILVA	24/09/1985
9346	GEISSI DOS SANTOS MONTEIRO	01/04/2000
9391	GILVANI CASTIGLIONI	08/06/1988
9418	JAQUELINE FERNANDES DA SILVA	01/05/2004
9316	JESSICA ALVES	30/03/1999
9336	JESSICA PAULA DE OLIVEIRA	27/05/1990
9345	JOCIELI MARIA ZAGO	30/06/1989
9452	JOILSE DINIZ	04/08/1992
9415	JOVANE GRAEBIN	15/04/1991
9423	JULIA ISABEL DA SILVA	08/09/2005
9398	JULIANA ALVES DA CONCEIÇÃO	10/07/1985
9318	KAUANI NUNES MONTEIRO	04/02/2006
9453	KAYRA GOBETTI CORDEIRO	08/01/2009
9465	LEANDRO CEZAR DE RAMOS	24/07/1978
9317	LEIDIANE CAMARGO GASPAR DA MAIA	29/04/1993
9460	LETICIA DO CARMO PADILHA BUENO	27/03/2004
9324	LETÍCIA GONÇALVES	17/01/1999
9406	LORENZA LORIANY PEREIRA MACEDO	10/04/1987
9397	LUANA BORGA	02/05/2006
9402	LUCIANE APARECIDA ZUCONELLI	15/07/1981
9407	LUCIANO HASPER	15/11/1971
9352	MARCIELI CAROLINE DE OLIVEIRA	10/02/1992
9439	MARI EMELIA FERREIRA BORTH	27/10/1999
9344	MARIA ELISANGELA DA SILVA BLASER	21/05/1985
9444	MARIELI DALMASO	10/12/2000
9435	MARINEZ SOARES NIENDICKER	29/05/1975
9442	MARISTEL DO ROCIO TARESZKIEWICZ FERREIRA DA COSTA	22/11/1963
9358	MATHEUS FELIPE GRAEBIM SOARES	01/04/2008
9410	MÁRCIA VERLINDES	02/04/1983
9337	NATHALIA ROSSI ALVES	17/09/2006
9348	NATHALIA SANTOS BELTRAME	14/01/2004
9356	NEIVA MAFIOLETTI	27/05/1961
9371	PAULA DALIANE MACHADO DA FONSECA LOPES	19/07/1986
9366	PRISCILA GONÇALVES TIEQUIN	27/08/2005
9387	RAQUEL CRUZ DE ARAÚJO	06/05/1989
9414	RAYANE DE FATIMA RAMBO	27/09/2003
9379	ROSANGELA MARCONDES DA CRUZ	22/10/1991
9389	ROSANI APARECIDA DELGADO	29/12/1988
9401	SANDRA MARA DE QUADROS	27/02/1992
9451	SHERILLIN LINNETIS DOS PASSOS	27/03/1991
9339	SIRLEI SCHWADE	22/08/1972
9395	STEFFANI CAMILA ALVES DA SILVA	08/09/1998
9441	TAINARA APARECIDA RAMOS DA SILVA	05/11/2000
9342	TAYANE BERLANDA	18/05/2006
9338	VALERIA COZER	07/02/1989
9431	WILLIAN DE OLIVEIRA	08/08/2002

QUADRO 1 – EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL – PCD – PESSOA COM DEFICIENCIA
Não houve inscritos.

QUADRO 1 – EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL – PN – PESSOA NEGRA
Não houve inscritos.

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:6CB13D4B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 860-2026 - FÉRIAS JULIANE APARECIDA ALVES

PORTARIA Nº 860/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 4.122/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias à servidora Juliane Aparecida Alves, matrícula funcional nº 1516-6, ocupante do cargo de Auxiliar de Administrativo, referente ao período aquisitivo de 1º de janeiro de 2024 a 25 de fevereiro de 2025, para fruição de 19 a 28 de agosto de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 11 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:98EB0C01

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 256/2026 - DESMEMBRAMENTO E UNIFICAÇÃO - ANÁLISE DE PROJETO 190/2026

DECRETO Nº 256, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre o desmembramento e unificação dos imóveis denominados: Lote nº 12, da Quadra nº 02, com área de 532,99m², Matrícula nº 23.915 e Lote nº 13, da Quadra nº 02, com área de 1.170,23m², Matrícula nº 23.916, ambos situados no quadro urbano deste Município de Chopinzinho.

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO o pedido de Análise de Projeto190/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º Autoriza, para efeito de Escritura Pública e lançamento de tributos, o **desmembramento e unificação** dos imóveis denominados: **Lote nº 12, da Quadra nº 02, com área de 532,99m², situado no quadro urbano deste Município de Chopinzinho,** de propriedade de Josiane Moschen e Cleber Lopes Mohr, e **Lote nº 13, da Quadra nº 02, com área de 1.170,23m², Matrícula nº 23.916, situado no quadro urbano deste Município de Chopinzinho,** de propriedade de Ricardo Rodrigues da Silva**,** conforme Análise de Projeto190/2026 nesta Prefeitura, e TRT OBRA/SERVIÇO Nº CFT2606092581.
Art. 2º Desmembra parte do imóvel denominado: **Lote nº 13, da Quadra nº 02, com área de 1.170,23m², Matrícula nº 23.916, situado no quadro urbano deste Município de Chopinzinho**, passando a ser denominado como **Parte do Lote Nº 13, da Quadra nº 02, situado no quadro urbano de Chopinzinho/PR, com área de 1.027,09m²,** com os seguintes limites e confrontações:
Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **P01**, de coordenadas **N 7.138.517,74**m e **E 347.375,24**m; ; deste, segue confrontando com Quinhão 04-A, com os seguintes azimutes e distâncias: 93°18'06" e 30,81 m até o vértice **P02**; ; deste, segue confrontando com Parte do Quinhão 04, com os seguintes azimutes e distâncias: 177°09'40" e 6,94 m até o vértice **P03**; 217°05'52" e 44,33 m até o vértice **P04**; ; deste, segue confrontando com Lote 12, Quadra 02, com os seguintes azimutes e distâncias: 294°46'49" e 14,78 m até o vértice **P11**; 3°18'06" e 14,10 m até o vértice **P09**; ; deste, segue confrontando com Rua Caetê, com os seguintes azimutes e distâncias: 90°00'00" e 6,39 m até o vértice **P10**; 4°28'05" e 23,87 m até o vértice **P01**, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Brasilia , de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao **Meridiano Central nº 51°00'**, fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.
Art. 3º Unifica o **Remanescente** do imóvel denominado**: Parte do Lote Nº 13, da Quadra nº 02, situado no quadro urbano de Chopinzinho/PR, com área de 143,14m², e Lote nº 12, da Quadra nº 02, com área de 532,99²,** passando a ser **Lote nº 12, da Quadra nº 02, situado no quadro urbano de Chopinzinho/PR, com área de 676,13m²,** com os seguintes limites e confrontações:
Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **P07**, de coordenadas **N 7.138.499,51**m e **E 347.349,95**m; ; deste, segue confrontando com Rua Caetê, com os seguintes azimutes e distâncias: 121°57'12" e 10,52 m até o vértice **P08**; 90°00'00" e 8,11 m até o vértice **P09**; ; deste, segue confrontando com Lote 13, Quadra 02, com os seguintes azimutes e distâncias: 183°18'06" e 14,10 m até o vértice **P11**; 114°46'49" e 14,78 m até o vértice **P04**; ; deste, segue confrontando com Parte do Quinhão 044, com os seguintes azimutes e distâncias: 217°05'53" e 12,35 m até o vértice **P05**; ; deste, segue confrontando com Lote 18, Quadra 02, com os seguintes azimutes e distâncias: 273°18'06" e 24,22 m até o vértice **P06**; ; deste, segue confrontando com Lote 11, Quadra 02, com os seguintes azimutes e distâncias: 3°18'16" e 34,35 m até o vértice **P07**, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Brasilia , de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao **Meridiano Central nº 51°00'**, fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.
Art. 4º Aprovado o desmembramento ou unificação, o interessado deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, conforme disposto no art. 51 da Lei Complementar n° 107/2019, de 25 de setembro de 2019.
Art. 5° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Maria Antonia Schizzi
Código Identificador:8331669C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 258/2026 - DESMEMBRAMENTO E UNIFICAÇÃO - PROTOCOLO 1749/2026

DECRETO Nº 258, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre o desmembramento e unificação dos imóveis denominados: Chácara nº 160-D, da Subdivisão da Chácara nº 160-D, com área de 4.700,11m², Matrícula nº 30.831 e Lote nº 05, da Quadra nº 02, com área de 741,10m², Matrícula nº 31.160, ambos situados no quadro urbano deste Município de Chopinzinho.

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO o Protocolo nº 1749/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º Autoriza, para efeito de Escritura Pública e lançamento de tributos, o **desmembramento e unificação** dos imóveis denominados: **Chácara nº 160-D, da Subdivisão da Chácara nº 160-D, com área de 4.700,11m², Matrícula nº 30.831, situada no quadro urbano deste Município de Chopinzinho,** de propriedade de Marcos Antônio de Gasperin e Derléia Furtado de Gasperin, e **Lote nº 05, da Quadra nº 02, com área de 741,10m², Matrícula nº 31.160, situado no quadro urbano deste Município de Chopinzinho,** de propriedade de Marcos Antônio de Gasperin e Derléia Furtado de Gasperin**,** conforme Protocolo nº1749/2026 nesta Prefeitura, e TRT OBRA/SERVIÇO Nº 1720244300996.
Art. 2º Desmembra parte do imóvel denominado: **Chácara nº 160-D, da Subdivisão da Chácara nº 160-D, com área de 4.700,11m², Matrícula nº 30.831, situado no quadro urbano deste Município de Chopinzinho**, passando a ser denominado como **Chácara nº 160-D1, situada no quadro urbano de Chopinzinho/PR, com área de 2.572,66m²,** com os seguintes limites e confrontações:
Partindo do marco P01 (Coordenadas UTM N: 7140248.9646m E: 346799.4141m), deste segue confrontando com a Chácara nº160-C, com azimute 136º24’2”, medindo 22,34 metros até o marco P02; deste segue confrontando com a Chácara nº160-A, com azimute 226º24’3”, medindo 7,01 metros até o marco P03; deste segue confrontando com a Chácara nº160-A, com azimute 137º5’47”, medindo 12,05 metros até o marco P04; deste segue confrontando com a Chácara nº160-D2, com azimute 218º59’52”, medindo 51,94 metros até o marco P05; deste segue confrontando com a Chácara nº160-D2, com azimute 236º54’1”, medindo 38,13 metros até o marco P06; deste segue confrontando com a Rua Diogo Antonio Feijó, com azimute 333º5’44”, medindo 19,65 metros até o marco P07; deste segue confrontando com o Rio Pedrosa, com azimute 38º31’19”, medindo 79,41 metros até o marco P08; deste segue confrontando com o Rio Pedrosa, com azimute 31º41’25”, medindo 12,68 metros até o marco P01, início da descrição deste perímetro.
O presente imóvel apresenta 464,10m² de Área de Preservação Permanente.
Todas as coordenadas, áreas e distâncias aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como DATUM o SIRGAS 2000.
Art. 3º Unifica o **Remanescente** do imóvel denominado**: Chácara nº 160-D, da Subdivisão da Chácara nº 160-D, Matrícula nº 30.831, situada no quadro urbano de Chopinzinho/PR, com área de 2.127,45m², e Lote nº 05, da Quadra nº 02, com área de 741,10m²,** passando a ser denominado como **Chácara nº 160-D2, situada no quadro urbano de Chopinzinho/PR, com área de 2.868,55m²,** com os seguintes limites e confrontações:
Partindo do marco P01 (Coordenadas UTM N: 7140219.1591m E: 346817.9836m), deste segue confrontando com a Chácara nº160-A, com azimute 137º5’47”, medindo 3,65 metros até o marco P02; deste

segue confrontando com a Chácara nº160-B, com azimute 137º5’47”, medindo 18,82 metros até o marco P03; deste segue confrontando com a Chácara nº160-B, com azimute 41º42’30”, medindo 4,27 metros até o marco P04; deste segue confrontando com o Lote 12 da Quadra 02, com azimute 134º15’50”, medindo 4,15 metros até o marco P05; deste segue confrontando com o Lote 10 da Quadra 02, com azimute 218º14’56”, medindo 15,08 metros até o marco P06; deste segue confrontando com o Lote 09 da Quadra 02, com azimute 212º22’30”, medindo 11,30 metros até o marco P07; deste segue confrontando com o Lote 08 da Quadra 02, com azimute 215º36’45”, medindo 13,55 metros até o marco P08; deste segue confrontando o Lote 07 da Quadra 02, com azimute 207º53’56”, medindo 11,52 metros até o marco P09; deste segue confrontando o Lote 06 da Quadra 02, com azimute 221º42’41”, medindo 9,31 metros até o marco P10; deste segue confrontando o Lote 04 da Quadra 02, com azimute 221º42’29”, medindo 9,47 metros até o marco P11; deste segue confrontando o Lote 02 da Quadra 02, com azimute 221º42’29”, medindo 4,84 metros até o marco P12; deste segue confrontando o Lote 02 da Quadra 02, com azimute 303º48’59”, medindo 1,22 metros até o marco P13; deste segue confrontando o Lote 02 da Quadra 02, com azimute 212º55’58”, medindo 9,94 metros até o marco P14; deste segue confrontando a Travessa Pedreira, com azimute 291º43’30”, medindo 12,30 metros até o marco P15; deste segue confrontando a Travessa Pedreira, com azimute 221º42’17”, medindo 0,74 metros até o marco P16; deste segue confrontando a Travessa Pedreira, com azimute 291º43’30”, medindo 18,23 metros até o marco P17; deste segue confrontando a Rua Diogo Antonio Feijó, com azimute 333º5’44”, medindo 13,72 metros até o marco P18; deste segue confrontando Chácara nº160-D1, com azimute 56º54’1”, medindo 38,13 metros até o marco P19; deste segue confrontando Chácara nº160-D1, com azimute 38º59’52”, medindo 51,94 metros até o marco P01, início da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas, áreas e distâncias aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51º WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como DATUM o SIRGAS 2000.

Art. 4º Aprovado o desmembramento ou unificação, o interessado deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, conforme disposto no art. 51 da Lei Complementar n° 107/2019, de 25 de setembro de 2019.

Art. 5° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Maria Antonia Schizzi
Código Identificador:3623CACE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 259/2026 - ALTERA DECRETO 130/2025 - NOMEIA MEMBROS CMC

DECRETO Nº 259, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Altera Decreto 130/2025, de 12 de março de 2025, que nomeia membros que compõem o Conselho Municipal da Cidade de Chopinzinho – CMC, de acordo com a Lei Complementar nº 105, de 25 de setembro de 2019, e Resolução Normativa CMC nº 01, de 05 de março de 2010.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto 130/2025, de 12 de março de 2025, que nomeia membros que compõem o Conselho Municipal da Cidade de Chopinzinho – CMC, de acordo com a Lei Complementar nº 105, de 25 de setembro de 2019, e Resolução Normativa CMC nº 01, de 05 de março de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º**
.....
I - Representantes do Poder Executivo, sendo:
Secretaria Municipal de Administração e Finanças:
Rubenei Meloto – titular;
Talita Baseggio Kaminski Dalsasso – suplente;
Departamento de Engenharia:
Lucas Kiyoshi Yamazaki – titular;
Ana Kelle Malaguti– suplente;
Kamila Villwock Harnisch – titular;
Christiano Dossa Silvestri – suplente;
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo:
Leopoldo Cavalli Junior – titular;
Daniela Somavila – suplente;
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia:
Francinele Dalmolin – titular;
Nereu Hengen – suplente.

.....”

Art. 2º Os demais artigos do Decreto nº 130/2025 de 12 de março de 2025, permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 11 DE AGOSTO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Maria Antonia Schizzi
Código Identificador:D9B97E4C

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

Prezados(as) Conselheiros(as), Convidamos Vossas Senhorias para participarem da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal da Cidade de Chopinzinho, a ser realizada no dia 14 de agosto de 2025 (sexta-feira), às 09hrs, nas dependências do Paço Municipal, com a seguinte pauta:

- Deliberação sobre proposta de alteração na Lei Complementar nº 106/2019, que dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo urbano do Município de Chopinzinho/PR;
- Deliberação sobre proposta de alteração na Lei Complementar nº 102/2019 – que dispõe sobre o Sistema Viário.

Ambas as propostas encaminhadas pela Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano Diretor (CTAPD).

A presença de todos é indispensável, dada a relevância das deliberações para o planejamento urbano e o desenvolvimento do Município.

Atenciosamente,

RUBENEI MELOTO
Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Chopinzinho

Local: Paço Municipal
Data: 14/08/2026
Horário: 09hrs
Contato: 46 99103 7143

Publicado por:
Maria Antonia Schizzi
Código Identificador:33D36344

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO TERMO FOMENTO 24-2026 - PROTOCOLO 1557-2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 24/2026

CONCEDENTE: Município de Chopinzinho, Estado do Paraná.

TOMADOR:
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CHOPINZINHO – ACEC, inscrita no CNPJ nº **77.744.704/0001-01**.

OBJETO:
O presente Termo de Fomento tem por objeto a transferência de recursos financeiros para execução de projeto destinado à adequação e melhoria da infraestrutura da sede da Associação Comercial e Empresarial de Chopinzinho – ACEC, contemplando pintura interna, instalação de persianas, aquisição de cadeiras, relógio digital, portas de vidro, equipamentos de climatização, mesas bistrô, tenda, balão institucional, bebedouros e comunicação visual, visando fortalecer a realização de capacitações, eventos, reuniões e ações voltadas ao desenvolvimento econômico do Município, conforme Plano de Trabalho aprovado.

PRAZO FINAL DE VIGÊNCIA:
06 (seis) meses, contados da assinatura do Termo de Fomento.

VALOR TOTAL:
R$ 99.998,03 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e três centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Secretaria de Desenvolvimento, Inovação e Tecnologia
Gestão/Unidade: **09.01 – Departamento de Inovação, Tecnologia, Capacitação, Geração de Emprego e Renda**
Fonte de Recursos: **000 – Recursos Ordinários (Livres)**
Programa de Trabalho: **2369100152.053 – Manutenção das atividades de Fomento à Indústria, Comércio e Serviços**
Elemento de Despesa: **3.3.60.45 – Subvenções Econômicas**
Desdobramento: **2116 – Ajuda Financeira a Entidades Privadas**

FUNDAMENTO LEGAL:
Lei Federal nº **13.019/2014**, Decreto Municipal nº **035/2017** e Lei Municipal que institui o **Programa Dinheiro na Comunidade**.

FORO:
Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná.

Chopinzinho, 05 de agosto de 2026.

Município de Chopinzinho
Concedente
ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO

Associação Comercial e Empresarial de Chopinzinho – ACEC – Tomador
JOSIANE MOSCHEN

Publicado por:
Rodrigo Scussel
Código Identificador:DDA97E34

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 148/2026 - CONVOCAÇÃO ESTAGIÁRIOS AUXILIAR DE PROFESSOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 148/2026

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, a vista dos resultados finais do Teste Seletivo para Estagiários, realizado de acordo com o edital de abertura nº 115/2026,
Resolve,
TORNAR PÚBLICO:

I - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, para assumirem o cargo para qual se habilitaram, pela ordem de classificação, dentro do limite de vagas:
Cargo: ESTAGIÁRIO NÍVEL MÉDIO – AUXILIAR DE PROFESSOR

CLASSIFICAÇÃO	NOME
1º	ANA PAULA BOLZANI
2º	AMANDA GABRIELLI FUCHS
3º	STÉFANE GUEDES BORGES

Cargo: ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR – AUXILIAR DE PROFESSOR

CLASSIFICAÇÃO	NOME
1º	CAROLINA BASSANEIS
2º	ANNY CAROLINE CARREIRO
3º	SUSANE SOUZA PEDROSA
4º	LETÍCIA GONÇALVES
5º	TAMARA KURPEL

II – Os convocados deverão comparecer na Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho no dia 14 de agosto de 2026 para aceitar ou declarar a desistência da vaga.
III – No momento da apresentação, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:
I – Fotocópia legível do RG e CPF;
II – Fotocópia do Comprovante de residência;
III – Declaração de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano ou período do aluno e a data prevista de conclusão do curso;
IV – Caso maior de 18 (dezoito) anos, Certidão Negativa emitida por Cartório Distribuidor, do Fórum da(s) cidade(s) na(s) qual(ais) o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 05 (cinco) anos, expedida nos últimos 30 (trinta) dias, devendo ser apresentado documento original;
V – Cópia do nº do PIS;
IV – O não comparecimento no prazo previsto neste Edital, caracterizará a desistência da vaga.

CHOPINZINHO, PR, 11 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:5DD249C7

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE RESULTADO

EXTRATO DE RESULTADO
HABILITAÇÃO/CREDENCIAMENTO – 1ª PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 09/2026

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Corumbataí do Sul - Pr, com fundamento no caput do Art. 74, inciso IV e Artigo 79, Inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021, §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 e Resolução/CD/FNDE nº 21, de 16 de novembro de 2021 e RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 4, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

PRODUTORES(AS) HABILITADOS(AS)/CREDENCIADOS(AS)
AMANDA ALINE DE CARVALHO
GERSON RODRIGUES DA CRUZ

JOÃO BATISTA CEZARIO
LEOMAR DELFINA DOS SANTOS
LEANDRO MATIAS DOS ANJOS
MARIA APARECIDA DOS SANTOS
SOLANGE RIBEIRO PEREIRA DE ALCANTARA
ZIDALVA RAMALHO DOS SANTOS RIBEIRO
JULIA CAMILO LEMES GOUVEIA
PAULO DEMETKE

PAÇO MUNICIPAL, 11 de Agosto de 2026.

FRANCISCO CAPASSI FILHO
Agente de Contratação
Portaria nº 105/2022

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:A09751A9

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

CÂMARA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU
RESOLUÇÃO Nº 005/2026- BANCO DE HORAS E TRABALHO REMOTO

RESOLUÇÃO N. º 005/2026

Súmula: Dispõe sobre o controle eletrônico de frequência, institui o sistema de banco de horas, regulamenta o regime de trabalho remoto (home office) para os servidores efetivos da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Presidente da Câmara Municipal, nos termos do art. 28 da Lei Orgânica Municipal, promulgo a seguinte Resolução:
CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o controle da jornada de trabalho dos servidores efetivos da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, assegurando maior eficiência, transparência e controle da frequência funcional;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios objetivos para o registro da jornada de trabalho, compensação de horas, controle de atrasos e saídas antecipadas, bem como para a utilização do banco de horas;
CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de adotar mecanismos que promovam a adequada gestão da jornada de trabalho e a racionalização das despesas com pessoal, em observância aos princípios da economicidade e da responsabilidade na gestão fiscal;
CONSIDERANDO as prerrogativas inerentes ao exercício da advocacia pública, asseguradas pelo Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994), sem prejuízo do cumprimento da carga horária legal e das atribuições do cargo;
CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de regulamentar o sistema de controle eletrônico de frequência, o banco de horas e o regime de trabalho remoto no âmbito da Câmara Municipal, conferindo maior segurança jurídica aos procedimentos administrativos;
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Esta Resolução regulamenta o controle eletrônico de frequência, institui o sistema de banco de horas e disciplina o regime de trabalho remoto (home office) dos servidores efetivos da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu.
CAPÍTULO II
DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA
Art. 2º Os servidores efetivos da Câmara Municipal ficam sujeitos ao controle eletrônico de frequência, mediante registro dos horários de entrada e saída, por sistema oficialmente adotado pela Câmara de Vereadores.
§ 1º O registro eletrônico constitui dever funcional, sendo obrigatório para todos os servidores efetivos, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Resolução.
§ 2º A ausência injustificada de registro de frequência presume o não cumprimento da jornada de trabalho, ressalvada prova em contrário apresentada pelo servidor e aceita pela Presidência da Casa Legislativa.
§ 3º O servidor que precisar se ausentar durante o expediente para tratar de assuntos particulares ou por motivo não relacionado ao interesse da Câmara Municipal deverá registrar a saída no controle de frequência e, caso retorne para concluir a jornada, efetuar também o registro de retorno.
Art. 3º O ocupante do cargo efetivo de Procurador Jurídico não se submete ao controle eletrônico de frequência, em razão das prerrogativas inerentes ao exercício da advocacia pública, permanecendo sujeito ao cumprimento da carga horária legal e ao controle administrativo de suas atividades, na forma desta Resolução.
§ 1º A dispensa do registro eletrônico de frequência não afasta o dever de cumprimento da carga horária legal, nem o regular desempenho das atribuições do cargo.
§ 2º O cumprimento da jornada será aferido mediante controle administrativo das atividades desempenhadas, considerando a elaboração de pareceres, manifestações jurídicas, minutas, participação em audiências, reuniões, diligências externas, atendimento aos órgãos de controle e demais atividades inerentes ao exercício da advocacia pública.
CAPÍTULO III
DO BANCO DE HORAS
Art. 4º Fica instituído o sistema de banco de horas para compensação de jornada dos servidores efetivos, observados os princípios da conveniência do serviço público, da eficiência administrativa e do interesse público.
§ 1º As horas excedentes à jornada normal somente poderão ser realizadas mediante autorização prévia da autoridade competente, sendo registradas exclusivamente no banco de horas, vedado o pagamento de horas extraordinárias, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.
§ 2º Todo atraso, saída antecipada ou ausência parcial injustificada será considerado como hora negativa para fins de compensação no banco de horas.
§ 3º As horas negativas poderão ser compensadas até o encerramento do período de apuração da folha de pagamento correspondente, compreendido entre o dia 26 (vinte e seis) do mês anterior e o dia 25 (vinte e cinco) do mês de referência, mediante autorização da chefia imediata.
§ 4º Encerrado o período de apuração da folha de pagamento sem a devida compensação das horas negativas, será efetuado o desconto proporcional na remuneração do servidor referente às horas não trabalhadas, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade disciplinar.
§ 5º O saldo positivo do banco de horas poderá ser utilizado mediante autorização prévia da chefia imediata, observado o interesse da Administração.
§ 6º As horas excedentes à jornada poderão ser computadas no banco de horas, desde que decorrentes da necessidade do serviço e validadas pela chefia imediata.
§ 7º O saldo positivo registrado no banco de horas constituirá exclusivamente crédito para futura compensação, não gerando direito ao pagamento de horas extraordinárias.
§ 8º É vedada a conversão do saldo positivo do banco de horas em pecúnia, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.
CAPÍTULO IV
DO REGIME DE TRABALHO REMOTO (HOME OFFICE)
Art. 5º O servidor efetivo poderá realizar suas atividades em regime de trabalho remoto (home office), mediante autorização prévia da Presidência ou da Diretoria da Câmara Municipal, desde que essa modalidade seja compatível com as necessidades do serviço e inerentes à função que desempenha.
§ 1º A manutenção do trabalho remoto fica condicionada ao atendimento das necessidades do Poder Legislativo, podendo a autorização ser revista ou revogada a qualquer tempo.
§ 2º A autorização para o trabalho remoto dependerá da compatibilidade das atribuições do cargo com essa modalidade de prestação de serviço.

§ 3º O servidor permanecerá sujeito ao cumprimento da carga horária legal, das metas e dos prazos fixados pela chefia imediata.
§ 4º O servidor deverá comprovar a execução das atividades desenvolvidas por meio dos documentos, relatórios, processos, manifestações, registros ou demais atos inerentes às atribuições do cargo, que evidenciem a efetiva prestação dos serviços.
§ 5º A chefia imediata deverá atestar o cumprimento das atividades desenvolvidas e poderá solicitar esclarecimentos, determinar a complementação dos trabalhos ou o retorno imediato ao regime presencial.
§ 6º O período de trabalho remoto será considerado como efetivo exercício somente após a comprovação das atividades desempenhadas e a validação pela chefia imediata.
§ 7º O servidor em trabalho remoto não fará jus ao pagamento de horas extraordinárias, permanecendo sujeito às regras desta Resolução quanto ao banco de horas, quando compatíveis com a natureza das atividades desempenhadas.
§ 8º A autorização para o trabalho remoto poderá ser revista ou cancelada sempre que a Administração verificar a necessidade de retorno ao trabalho presencial ou o descumprimento das condições estabelecidas.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Compete à Presidência da Câmara Municipal expedir atos complementares necessários à execução desta Resolução.
Art. 7º Os casos omissos serão decididos pela Presidência da Câmara Municipal, observadas as disposições legais aplicáveis.
Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JULIANO MORELLI
Presidente

Publicado por:
Agda Kayane Nunes de Oliveira
Código Identificador:53EE677C

MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUACU
ATA 008/2026

Ata 008/2026
Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, as treze horas e trinta minutos, nas dependências da sala de reunião da Assistência Social do município de Cruzeiro do Iguaçu –PR, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), para uma importante reunião, no presente momento a Presidente do CMDCA a Sra. Maria Cousseau agradeceu a presença e ressaltou a importância de cada membro nas reuniões do conselho. Tendo como pauta, a formação do comitê do CPA (Comitê Participativo Adolescente), as quatro entidades inscritas no conselho CMDCA indicaram dois adolescentes de cada entidade para participar do CMDCA um como titular e um como suplente. Também foi explanado pela presidente do CMDCA que participou da reunião de Rede de Proteção no último dia seis de agosto onde teve as seguintes demandas: capacitação no município e mais profissional de psicologia para suprir as demandas das secretarias. Sem mais para a reunião encerrou-se a mesma e segue assinada pelos conselheiros presentes.

Publicado por:
Renata Cristina Curzel
Código Identificador:A192D739

MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUACU
RESOLUÇÃO 004/2026 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 04/2026

Dispõe sobre a participação de adolescentes noConselho Municipal dos Direitos da Criança e doAdolescente – CMDCA, de Cruzeiro do Iguaçu-Pr.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, de Cruzeiro do Iguaçu-Pr, nos termos da Lei Municipal nº 1228/2018, em reunião ordinária ocorrida no dia 11 de agosto de 2026.
CONSIDERANDO o art. 16, incisos II e VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante a opinião, a expressão e a participação na vida política à criança e ao adolescente, na forma da lei;
CONSIDERANDO o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, especialmente o Objetivo Estratégico da Diretriz 05, do Eixo 03, que dispõe sobre a promoção da participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania;
CONSIDERANDO as propostas aprovadas na IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cruzeiro do Iguaçu-Pr;

CONSIDERANDO as Resoluções nº 191 e nº 199 de 2017 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

RESOLVE:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Aprovar, na forma desta Resolução, a participação de adolescentes no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Cruzeiro do Iguaçu-Pr.

Art. 2º. Instituir o Comitê de Participação de Adolescentes – CPA, de Cruzeiro do Iguaçu-Pr, vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA.

Art. 3º. O Comitê de Participação de Adolescentes- CPA será uma instância colegiada, de caráter consultivo, com direito a voz, formado por adolescentes com idade entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos incompletos.

Art. 4º. O Comitê de Participação de Adolescentes CPA de Cruzeiro do Iguaçu-Pr, tem por objetivo subsidiar as discussões do CMDCA, aproximando as políticas públicas da realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes no município, promovendo a garantia de seus direitos.

Art. 5º. A participação dos/das adolescentes no CPA-CMDCA tem caráter voluntário, não remunerado e requer compromisso com a missão institucional do CMDCA.

TÍTULO II
DA COMPETÊNCIA

Art. 6º. Compete ao Comitê de Participação de Adolescentes-CPA de Cruzeiro do Iguaçu-Pr:

I – Manifestar-se sobre temas relacionados aos direitos das crianças e adolescentes;
II – Propor pautas, resoluções, campanhas e temas ao CMDCA;
III – Acompanhar a elaboração e implementação das políticas públicas;
IV – Fomentar a participação de crianças e adolescentes;
V – Participar das reuniões do CMDCA, com direito à voz;
VI – Propor e organizar consultas públicas;
VII – Acompanhar o plano de aplicação do Fundo Municipal;
VIII – Apoiar ações de participação social;
IX – Propor modelo de composição futura do CPA;
X – Acompanhar seleção de novos membros;
XI – Participar de eventos;
XII – Apoiar a organização das conferências.

TÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 7º. O CPA-CMDCA será composto por 5 (cinco) adolescentes titulares e 5 (cinco) suplentes, garantindo equidade de gênero.
I- Colégio Estadual Dr. Arnaldo Busato – Grêmio Estudantil

Titular: Bruna Bez
Suplente: Pedro Henrique Alves Ceroni

II- Associação Praticando o Bem
Titular: Manoela Roegelin Philipiak da Silva
Suplente: Júlia Silveira Santos

III- Associação Esportiva Cruzeiro do Iguaçu
Titular: Vitor Emanuel Ghizzi de Oliveira Guedes
Suplente: Matheus Henrique Borges Baranonoski

IV- Clube de Desbravadores e Aventureiros Águia Pioneira
Titular: Samuel de Miranda Ribeiro
Suplente: Thifani Thauany Pereira Miranda

Art. 8º. O CPA será composto por representantes de organizações, movimentos e coletivos.

Art. 9º. Podem participar adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos. Parágrafo único. Excepcionalmente, poderá permanecer até o fim do mandato.

Art. 10º. O CPA poderá propor modelo de composição futura.

TÍTULO IV
DOS REQUISITOS

Art. 11º. Para inscrição:
a) Idade entre 12 e 16 anos;
b) Atuação no município;
c) Atuação na promoção de direitos.

Art. 12º. Para atuação:
I – Estar matriculado;
II – Ter autorização dos responsáveis.

TÍTULO V
DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 13º. Será realizado por aclamação.

Art. 14º. Mandato de 2 anos, com assembleia pública.

TÍTULO VI
DO FUNCIONAMENTO

Art. 15º. Mandato de 2 anos, com recondução.
Art. 16º. Elaboração de regimento interno.
Art. 17º. Compromissos dos adolescentes
Participação ativa
Formação
Respeito às normas
Promoção da participação

Art. 18º. Funcionamento:
Presencial
Virtual
Representação no CMDCA
Art. 19º. Formação continuada com recursos do Fundo.

TÍTULO VII
DAS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Art. 20º. Compete ao CMDCA:
Apoiar funcionamento do CPA
Garantir recursos
Promover proteção

Art. 21º. Compete à Secretaria Municipal:
Apoiar implementação
Garantir estrutura
Apoiar organização

TÍTULO VIII
DA PARTICIPAÇÃO VIRTUAL

Art. 22º. Finalidades:
Espaço de diálogo
Consultas públicas
Comunicação
Campanhas
Art. 23º. Gestão do ambiente virtual.

TÍTULO IX
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24º. Primeiro processo em até 2 meses.
Art. 25º. Casos omissos decididos pelo CMDCA.
Art. 26º. Vigência na data da publicação.

Cruzeiro do Iguaçu, 11 de agosto de 2026.

MARIA COUSSEAU
Presidente Do CMDCA

Publicado por:
Renata Cristina Curzel
Código Identificador:9892185A

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6553-2026

DECRETO Nº 6553/2026

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental do Município de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental deste Município, composto pelos seguintes membros e seus suplentes:

SECRETARIA DE AGRICULTURA

Titular: Emanuele Cristina Pitro Belli
Suplente: Adair Valendorff

SECRETARIA DE SAÚDE

Titular: Patrícia Moresqui
Suplente: Sirlei Perondi

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Renata Cristina Curzel
Suplente: Diosser Fernando Zenewich

SANEPAR

Titular: Cláudio Waldecir Boeno Spenazzatto
Suplente: Fábio Meurer

LEGISLATIVO

Titular: Clebersom Gonçalves
Suplente: Célio Olívio Peres

USUÁRIO DE SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO

Titular: Allan Diego Pilonetto
Suplente: Poliane Engels

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor nesta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:B6374163

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6567-2026

DECRETO Nº 6567/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, para o exercício de 2026.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e Lei Orçamentária Anual nº 1632, publicada em 10/12/2025 e Lei nº **1692/2026** de **11/08/2026**.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município um **Crédito Adicional Suplementar** no valor de R$ **15.000,00** (Quinze mil reais) para atender despesas nos seguintes Órgãos e Dotações Orçamentárias:

Dotações		Conta	Fonte	Valor
12	- Secretaria de Assistência Social, Mulher e Pessoa Idosa			
005	- Depto. de Cadastro e Progr. Assistenciais			
08.244.0016.2058	- Fundo Municipal da Mulher			
4.4.90.52.00.00	- Equipamentos e Material Permanente	4432	1923	15.000,00

Art. 2o A cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante deste Decreto, serão utilizados os recursos oriundos de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária, do exercício anterior.

Dotações		Conta	Fonte	Valor
12	- Secretaria de Assistência Social, Mulher e Pessoa Idosa			
005	- Depto. de Cadastro e Progr. Assistenciais			
08.244.0016.2058	- Fundo Municipal da Mulher			
3.3.90.39.00.00	- Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	4441 EA	1923	10.000,00
3.3.90.36.00.00	- Outros serviços de terceiros – pessoa física	4431 EA	1923	5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:7EC6DB61

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
LEI 1692-2026

LEI No 1692/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, para o exercício de 2026.

A Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **Jean Carlos Cardoso**, Prefeito, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e Lei Orçamentária Anual nº 1632/2025 publicada em 09/12/2025, sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município um **Crédito Adicional Suplementar** no valor de R$ **15.000,00** (Quinze mil reais) para atender despesas nos seguintes Órgãos e Dotações Orçamentárias:

Dotações		Conta	Fonte	Valor
12	- Secretaria de Assistência Social, Mulher e Pessoa Idosa			
005	- Depto. de Cadastro e Progr. Assistenciais			
08.244.0016.2058	- Fundo Municipal da Mulher			
4.4.90.52.00.00	- Equipamentos e Material Permanente	4432	1923	15.000,00

Art. 2o A cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desta Lei, serão utilizados os recursos oriundos de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária, do exercício anterior.

Dotações		Conta	Fonte	Valor
12	- Secretaria de Assistência Social, Mulher e Pessoa Idosa			
005	- Depto. de Cadastro e Progr. Assistenciais			
08.244.0016.2058	- Fundo Municipal da Mulher			
3.3.90.39.00.00	- Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	4441 EA	1923	10.000,00
3.3.90.36.00.00	- Outros serviços de terceiros – pessoa física	4431 EA	1923	5.000,00

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:00A2360B

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
LEI COMPLEMENTAR 001-2026

LEI COMPLEMENTAR No 001/2026

Dispõe sobre a redução temporária da alíquota do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI no Município de Cruzeiro do Iguaçu.

A Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **JEAN CARLOS CARDOSO**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte.

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º A alíquota do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, prevista no inciso II e § 3º do Art. 67 da Lei Complementar nº 684, de 20 de novembro de 2009, fica reduzida em 50% (cinquenta por cento), passando a corresponder a alíquota de 1%, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de publicação desta Lei Complementar.

Art. 2º A redução de que trata esta Lei Complementar será aplicada a todos os fatos geradores ocorridos até o término do período previsto no Art. 1º, desde que:

I - a solicitação de desconto seja efetuada no prazo desta lei, via protocolo administrativo em nome comprador ou da empresa adquirente, mediante requerimento assinado;
II - no protocolo administrativo, obrigatoriamente seja apresentada a escritura pública lavrada e assinada, contrato social de integralização do imóvel à pessoa jurídica e/ou contratos de financiamentos bancários ou consórcio, carta de arrematação, formal de partilha, adjudicação, alienação fiduciária ou decisões judiciais, devidamente registrados.
III - o imposto seja recolhido à vista no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º Os fatos geradores ocorridos após o término da vigência desta Lei serão tributados pela alíquota ordinária.

§ 2º Após o prazo fixado no inciso III do Art. 2º desta Lei, em caso de não pagamento dos valores com a redução de alíquota no prazo estabelecido, os lançamentos serão estornados, deverá o contribuinte apresentar novo requerimento para emissão de guia.

Art. 3º Em caso de valores de negócios que não mereçam fé, será aberto processo administrativo fiscal para apuração da base de cálculo do imposto, nos termos do art. 148 do Código Tributário Nacional, podendo a autoridade fiscal exigir documentos, laudos ou avaliações necessárias à apuração da base de cálculo.

Art. 4º Para os casos de integralização de capital social de imóveis na pessoa jurídica, em que o contribuinte optar pelo processo administrativo de imunidade, para os valores que ficarem suspensos até a comprovação da atividade preponderante, não fará jus ao benefício desta Lei.

Art. 5º A redução de que trata esta Lei Complementar não retroagirá sobre os impostos já recolhidos.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos pelo prazo de 120 dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:A6F608C0

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8064-2026

PORTARIA Nº 8064/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder diária a servidora pública municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

Servidora: **FABIELE KREFF CARDOSO**
Função: **Secretária de Saúde**
Cidade: **Londrina - PR**
Data: **12 a 15/08/2026**
Quantidade de Diárias:**03 diária x R$ 327,95 correspondente a 100% = R$ 983,85**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 327,95 correspondente a 50% = R$ 163,98**
Justificativa: **Assembleia Geral do Cosems/PR**

Meio de Transporte: **Terrestre**
Veículo Oficial: **Sim**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Não**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:66527824

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8065-2026

PORTARIA Nº 8065/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Diárias a servidora pública municipal, lotada na Secretaria de Saúde, conforme segue:

Servidora: **PATRICIA MORESQUI**
Função: **Coordenadora Geral de Saúde**
Cidade: **Londrina - PR**
Data: **12 a 15/08/2026**
Quantidade de Diárias:**03 diária x R$ 327,95 correspondente a 100% = R$ 983,85**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 327,95 correspondente a 50% = R$ 163,98**
Justificativa: **Assembleia Geral do Cosems/PR**
Meio de Transporte: **Terrestre**
Veículo Oficial: **Sim**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Não**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.
Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:88C4CE09

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8066-2026

PORTARIA Nº 8066/2026

Concede Licença Prêmio.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o contido no Parecer Jurídico nº **033/2026** de **28/07/2026**.

RESOLVE:
Art. 1º Conceder Licença Prêmio de noventa (**90**) dias, ao servidor **AURIVAN LUIZ FRETTA**, portador do RG **10.667.***-*, cargo de provimento efetivo de Mecânico e Soldador, nomeado através do Decreto nº **2891/2012** de **04/06/2012**, nos termos do Art.**120** da Lei n° **073/1994**, e suas alterações baseado na Lei n° **874/2012** de **10/04/2012**, a partir de **27/08/2026**, compreendendo o período de **abril/2020** à **abril/2025**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:C97ED714

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 8063-2026

PORTARIA Nº 8063/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Diárias a servidora pública municipal, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, conforme segue:

Servidora: **DIELY MARIA BATTISTELLA**
Função: **Inspetora de Sanidade Animal**
Cidade: **Laranjeiras do Sul - PR**
Datas: **17 a 18/08/2026**
Quantidade de Diárias:**02 diária x R$ 203,89 correspondente a 100% = R$ 407,78**
Justificativa: **Curso de Elaboração de Programas de Autocontrole para Médico Veterinário.**

Meio de Transporte: **Terrestre**
Veículo Oficial: **Sim**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Não**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:93D49B41

SECRETARIA DE FINANCAS
DECRETO 6569-2026

DECRETO Nº6569/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, para o exercício de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e Lei Orçamentária Anual nº **1632/2025** publicada em **09/12/2025**.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um **Crédito Adicional Suplementar** no valor de R$:**577.313,00** (Quinhentos e setenta e sete mil, trezentos e treze reais) para atender despesas conforme Relatório de Alteração Orçamentária, anexo I ao presente Decreto.

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constantes deste Decreto serão utilizados - Excessos de Arrecadação e Remanejamento/Anulação de dotação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos onze dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.
JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Sec. Mun. Da Administração

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:318B8845

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 - SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2026 | PROCESSO DIGITAL Nº 790/2026
O MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES, Estado do Paraná, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS, pelo critério de julgamento MAIOR DESCONTO POR LOTE, com modo de disputa ABERTO, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei Municipal nº 1.248/2022 e alterações, dos Decretos Municipais nº 1.854/2023, nº 1.856/2023, nº 1.866/2023, nº 1.870/2023 e nº 1.915/2024 e das demais normas pertinentes.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e contratação de serviços especializados destinados à manutenção preventiva, corretiva e eventual dos imóveis públicos pertencentes ou utilizados pelo Município de Enéas Marques, restrito aos nove segmentos remanescentes do Pregão Eletrônico nº 013/2026 - SRP.
VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir de 12 de agosto de 2026, às 8h.
ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO: 27 de agosto de 2026, às 7h59min59s.
ABERTURA E INÍCIO DA DISPUTA: 27 de agosto de 2026, às 8h30.
PLATAFORMA: Portal BLL Compras - https://bll.org.br/ .
ACESSO AO EDITAL: o edital e seus anexos estarão disponíveis no Portal BLL Compras, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no sítio eletrônico oficial do Município: https://eneasmarques.atende.net/ .
INFORMAÇÕES: Departamento de Planejamento e Contratações, Avenida Joaquim Bonetti, nº 579, Centro, Enéas Marques/PR; telefone (46) 92000-7392; e-mail licitacao.eneas@gmail.com .
Referência de tempo: horário de Brasília/DF.
Enéas Marques/PR, 11 de agosto de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joelmir Carlos Martins
Código Identificador:F1BAAD27

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 149/2022

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato do Quinto Termo Aditivo de Prorrogação do Contrato Nº 149/2022
Pregão Eletrônico Nº 54/2022

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **ENEAS SOLUCOES LTDA**.
Objeto: **Contratação de prestação de serviços para formatação, manutenção, configuração, instalação e limpeza de equipamentos de informática e aquisição de periféricos, para atendimento aos departamentos do Município de Enéas Marques - PR, conforme condições, quantidades e exigências contidas neste instrumento.**
Valor contratual: **R$ 94.257,40 (noventa e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos).**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Nova vigência: **19/08/2026 a 19/08/2027**
Data Assinatura: **11/08/2026**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**

Enéas Marques, 11 de agosto de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:44638997

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 202/2023

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato do Terceiro Termo aditivo de Prorrogação do Contrato Nº 202/2023
Inexigibilidade Nº 04/2023

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **CLA ESPORTES E AVENTURA LTDA**.
Objeto: **Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de arbitragem esportiva especializada, sem dedicação de exclusividade de mão de obra, para os Jogos Oficiais e não oficiais do Município de Enéas Marques - PR, conforme especificações e valores constantes deste termo de referência**
Valor: **R$ 92.412,45 (noventa e dois mil, quatrocentos e doze reais e quarenta e cinco centavos).**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Nova vigência: **16/08/2026 a 16/08/2027**
Data Assinatura: **11/08/2026**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**

Enéas Marques, 11 de agosto de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:33091C2D

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 23/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 23/2026

O MUNICÍPIO DE FÊNIX – ESTADO DO PARANÁ, por intermédio do Departamento de Licitações, **torna público**, para conhecimento dos interessados, que realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, e as exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOBINA METÁLICA, CANTONEIRA, VIGA U, TELHA METÁLICA E TUBO RETANGULAR.
VALOR: R$ 27.691,00 (vinte e sete mil, seiscentos e noventa e um reais)

PERÍODO DE PROPOSTAS
De 11/08/2026.
Até 14/08/2026 às 07:59h.

PERÍODO DE LANCES
De 14/08/2026 às 08:00h.
Até 14/08/2026 às 14:00h.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

O Edital da Dispensa com detalhes da estará à disposição dos interessados, diretamente na PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas) e no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal. Informações através do e-mail:licitacao@fenix.pr.gov.br ou pelo fone (44) 3272-8000.

Fênix, 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:E85E37BC

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
272/2026

PORTARIA Nº 272/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar na data de 03 de agosto de 2026, conforme a Lei Municipal nº 23/2025, **ANA PAULA PEREIRA STURION,** portador (a) da Matricula nº 833, para exercer o Cargo em Comissão de **Chefe de Divisão de Atendimento à Mulher e ao Idoso.**
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Com efeito retroativo a 03 de agosto de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 11 de agosto de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:1665E440

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
DECRETO Nº 92/2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº 1173/2025 de 25.11.2025 e dá outras providências.

Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei acima:

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto no PPA, LDO e Orçamento Municipal Vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 21.000,00 (vinte um mil reais) nas seguintes dotações:

03.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**		
03.001.00.000.0000.0.000	- SECRETARIA		
03.001.04.122.0003.2.301	- MANTER OS SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL		
3.3.90.47.00.00 - 50	- Obrigações Tributárias e Contributivas		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	15.000.00
04.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**		
04.001.00.000.0000.0.000	- ADMINISTRAÇÃO GERAL		
04.001.28.843.0016.2.402	- AMORTIZAR DÍVIDAS E ENCARGOS		
3.3.90.47.00.00 - 92	- Obrigações Tributárias e Contributivas		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	5.000,00
08.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.001.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
08.001.12.361.0010.2.807	- MANTER O ENSINO FUNDAMENTAL		
3.3.90.47.00.00 - 421	- Obrigações Tributárias e Contributivas		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	1.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**21.000,00**

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante:

O cancelamento parcial da seguinte dotação:

06.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS**		
06.001.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		
06.001.15.452.0005.2.602	- MANTER A LIMPEZA PÚBLICA		
3.3.90.30.00.00 - 165	- Material de Consumo		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	21.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**21.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nossa Senhora das Graças, 11 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito do Município

Publicado por:
Rodrigo Vialli da Reissureicao
Código Identificador:5CF2E614

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 513/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:
Desclassificar as candidatas**,** Daiane de Oliveira, Considerando o não comparecimento da mesma no prazo estipulado para ocupar o cargo de Nutricionista, considerando que foram realizados todos os procedimentos legais referentes a prazos, e que as mesmas se encontrava ciente de tal convocação.
Conforme regras no edital 18/2026 de convocação, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 05/08/2026, Edição 3588, Pagina 14-15, fato que torna desclassificada a candidata em assumir o cargo Nutricionista, ficando este vacante, facultando desta forma o direito desta municipalidade em proceder com a convocação dos demais candidatos aptos, conforme resultado de homologação do Concurso Publico 01/2024.

A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação
PUBLICA-SE E CUMPRA-SE
Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Em 11 de Agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:62ECE9A6

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/226

AVISO DE LICITAÇÃO

CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 926478 – 9/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO INTERNO Nº 44/2026

O Município de São Jorge D'Oeste-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 25/08/2026 até as **08h00**, a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço que tem por objeto **Contratação de empresa objetivando a aquisição de Grade Aradora Intermediaria Controle Remoto, visando o atendimento as associações rurais do município. Conforme Termo de Convênio Nº 918866/2021 do município de São Jorge D'Oeste/PR com o Ministério da Agricultura e Pecuária.** Abertura das propostas e Recebimento dos lances: a partir das **08h00 do dia 25 de agosto de 2026,** no endereço eletrônico: **www.gov.br/compras/pt-br**.

Edital na íntegra à disposição dos interessados: no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP); no site oficial do Município com endereço eletrônico www.pmsjorge.pr.gov.br (licitações); e na plataforma de Pregão com endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

Informações complementares através do telefone (46) 3534-8050.

São Jorge D'Oeste-PR, 11/08/2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:89741225

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1 TERMO ATA 72/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**1º TERMO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 72/2025**, parte integrante do(a) Pregão nº 35/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**CLAUDENIR SILVEIRA LTDA – CNPJ nº.** 18.339.206/0001-06
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto;** **I - a prorrogação do prazo constante da CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – prorrogada por igual período, até 13/08/2027.** **II - a renovação até do limite do quantitativo, nos limites permitidos por lei, diante da necessidade da administração no valor de R$ 18.974,10 (dezoito mil, novecentos e setenta e quatro reais e dez centavos)** **III – o reajuste no valor pelo índice INPC (IBGE) de 4,108460%, constante na cláusula quarta da Ata de Registro de Preços.**
Prazo de vigência	**13/08/2027**
Prazo de execução	**13/08/2027**
Data assinatura	11/08/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:663F907F

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3239 LICENÇA PRÊMIO ANDRIANE AP PARCIANELLO CORTI

Portaria n.º 3239/2026

Concede à servidora Andriane Aparecida Parcianello Corti, Licença Prêmio.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 125 da Lei Complementar n.º 04 de 04 de julho de 2025 e pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Concede à servidora, **ANDRIANE APARECIDA PARCIANELLO CORTI,** portadora do CPF n.º 974.884.539-72, **matricula 711**, ocupante do cargo Provimento Efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Licença Prêmio de **17 de agosto até 17 de novembro de 2026.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:7CA93896

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
LEI Nº 1.233/2026 SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS AO CONSÓRCIO PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS DO PROCAXIAS – COMPRO, DESTINADOS AO RATEIO E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATADOS PARA A DEFESA JUDICIAL CONJU

LEI Nº 1.233/2026

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros ao Consórcio Público dos Municípios do Procaxias – COMPRO, destinados ao rateio e pagamento de honorários advocatícios contratados para a defesa judicial conjunta dos municípios consorciados na Ação Ordinária nº 0001995-44.2025.8.16.0004 e seus incidentes e recursos, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, **Gelson Coelho do Rosário**, Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste - PR, sanciono a seguinte
LEI
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar ao Consórcio Público dos Municípios do Procaxias – COMPRO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 10.984.874/0001-84, os recursos financeiros necessários ao pagamento da quota-parte do Município de São Jorge d'Oeste - PR nos honorários advocatícios contratados para a representação judicial do Consórcio e dos municípios consorciados demandados na Ação Ordinária nº 0001995-44.2025.8.16.0004, em trâmite perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Curitiba, e respectivos incidentes, ações conexas e recursos, ajuizada pelo Município de Capitão Leônidas Marques em face dos Municípios de Boa Esperança do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Cruzeiro do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Salto do Lontra, São Jorge d'Oeste e Três Barras do Paraná, e do Estado do Paraná.

Art. 2º. A contratação dos serviços advocatícios especializados foi autorizada pela Assembleia Geral Extraordinária do COMPRO, conforme Ata nº 001/2026, de 08 de julho de 2026, com fundamento cumulativo (i) na inexistência, no âmbito do Consórcio, de procurador ou de quadro jurídico próprio apto a patrocinar tecnicamente a defesa comum dos consorciados nesta e nas demais demandas correlatas, e (ii) na notória especialização do escritório contratado, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo sido selecionado o escritório Edgar Guimarães & Advogados Associados, cuja proposta de honorários totaliza R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), assim distribuídos:
I – R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), a título de honorários pró-labore, devidos no prazo de até 15 (quinze) dias contados da assinatura do respectivo contrato de prestação de serviços;
II – R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a título de honorários de êxito parcial, devidos na hipótese de reversão, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, do bloqueio judicial de valores atualmente depositados em conta vinculada ao Juízo e das parcelas vincendas.
III – R$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), a título de honorários de êxito final, devidos em 10 (dez) parcelas mensais, fixas e sucessivas de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) cada, a partir da publicação de decisão transitada em julgado favorável aos interesses do Consórcio.
Art. 3º. O rateio da despesa referida no art. 2º entre os municípios consorciados demandados na ação mencionada no art. 1º observará a proporção de participação de cada ente na partilha do valor adicionado fiscal (VAF) de ICMS decorrente da geração de energia elétrica pela Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, apurada pela Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (Informação CAEC nº 027/2003, de 09 de setembro de 2003) e homologada nos autos da transação celebrada no processo nº 0002499-27.2000.8.16.0004, cabendo ao Município de São Jorge d'Oeste, dentre os municípios demandados, a quota-parte de 1,1140% (um vírgula um, um, quatro, zero, por cento) do total rateado, correspondente à razão entre o percentual de participação do Município (0,567%) e o somatório dos percentuais atribuídos aos oito municípios demandados (50,896%).
Parágrafo único. Os percentuais de participação de cada um dos municípios demandados, para fins do rateio de que trata o *caput*, são os seguintes: Boa Esperança do Iguaçu, 3,514%; Boa Vista da Aparecida, 10,523%; Cruzeiro do Iguaçu, 4,933%; Nova Prata do Iguaçu, 14,501%; Quedas do Iguaçu, 3,065%; Salto do Lontra, 0,032%; São Jorge D'Oeste, 0,567%; e Três Barras do Paraná, 13,761%.
Art. 4º. Em razão da proporção fixada no art. 3º, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar ao COMPRO o valor total de até R$ 27.850,91 (vinte e sete mil, oitocentos e cinquenta reais e noventa e um centavos), correspondente à quota-parte do Município de São Jorge d'Oeste no total dos honorários referidos no art. 2º, observado o seguinte cronograma:
I – R$ 4.456,15 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e quinze centavos), no prazo de até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato de prestação de serviços pelo COMPRO, correspondente à quota-parte sobre os honorários referidos no art. 2º, inciso I;
II – R$ 5.570,18 (cinco mil, quinhentos e setenta reais e dezoito centavos), na hipótese e no prazo previstos no art. 2º, inciso II, correspondente à quota-parte sobre os honorários de êxito parcial;
III – R$ 17.824,58 (dezessete mil, oitocentos e vinte e quatro reais cinquenta e oito centavos), em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, sendo as nove primeiras de de R$ 1.782,46 (mil, setecentos e oitenta e dois reais e quarenta e seis centavos) e a última de R$ 1.782,44 (um mil e setecentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), a partir do trânsito em julgado de decisão favorável, correspondente à quota-parte sobre os honorários de êxito final referidos no art. 2º, inciso III.
Parágrafo único. Eventual variação do valor total dos honorários contratados, decorrente de termo aditivo previamente aprovado pela Assembleia Geral do COMPRO, será repassada na mesma proporção fixada no art. 3º desta Lei, até o limite de 10% (dez por cento) sobre os valores fixados no *caput* deste artigo, dependendo de autorização legislativa específica o valor que exceder esse limite.
Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial ou suplementar, nos termos dos arts. 41 a 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observados os arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
Parágrafo Único: A abertura do crédito adicional de que trata o *caput* fica condicionada à existência de disponibilidade financeira e à compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual vigentes.
Art. 6º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar Termo Aditivo ao Contrato de Rateio do Consórcio Público dos Municípios do Procaxias – COMPRO, para inclusão da despesa específica de que trata esta Lei, nos termos do art. 8º da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e da Cláusula Quadragésima Sexta do Protocolo de Intenções consolidado pela sua 5ª (quinta) alteração.
Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (2026), 63º ano da emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:A41BE928

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº135/2026, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº135/2026, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Regulamenta o Fundo Municipal para Calamidades Públicas, instituído pela Lei Municipal nº 1.552, de 08 de dezembro de 2023, constitui seu Conselho Diretor e dá outras providências.

ROGÉRIO GALLINA, Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.552, de 08 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado o Fundo Municipal para Calamidades Públicas, instituído pela Lei Municipal nº 1.552, de 08 de dezembro de 2023, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 2º O Fundo Municipal para Calamidades Públicas tem por finalidade custear, no todo ou em parte, ações de resposta e de recuperação de áreas atingidas por desastres reconhecidos por situação de emergência ou estado de calamidade pública.
Art. 3º Constituem recursos do Fundo Municipal para Calamidades Públicas aqueles previstos no art. 2º da Lei Municipal nº 1.552/2023, bem como outros recursos que legalmente lhe forem destinados.
Art. 4º Os recursos do Fundo serão geridos pelo Conselho Diretor, observadas as normas orçamentárias, financeiras, contábeis e de prestação de contas aplicáveis à Administração Pública.
Art. 5º Compete ao Conselho Diretor estabelecer os critérios para priorização e aprovação dos requerimentos, acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos e deliberar sobre a respectiva prestação de contas, nos termos da Lei Municipal nº 1.552/2023.
Art. 6º Ficam designados para compor o Conselho Diretor do Fundo Municipal para Calamidades Públicas os seguintes representantes:
I – representante do Gabinete do Prefeito: **Alcir de Lima**, que exercerá a Presidência;
II – representante da Coordenadoria Municipal da Defesa Civil: **Joelsa de Barros Paulino Zanoni**;
III – representante da Secretaria Municipal de Assistência Social: **Herondi de Avila Duarte Junior**;
IV – representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças: **Edimar Verona**;

V – representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente: **Miguel Angelo Cambruzzi**.
Art. 7º A Presidência do Conselho Diretor será exercida pelo representante do Gabinete do Prefeito, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.552/2023.
Art. 8º As substituições posteriores dos representantes do Conselho Diretor poderão ser formalizadas por Portaria do Chefe do Poder Executivo, mantida a representação dos órgãos prevista na Lei Municipal nº 1.552/2023.
Art. 9º A Secretaria Municipal de Administração e Finanças adotará as providências orçamentárias, financeiras e contábeis necessárias à operacionalização do Fundo, observada a legislação aplicável.
Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SAUDADE DO IGUAÇU, 11 de agosto de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:4298A27A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2025

PROCESSO Nº 253/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR.

CONTRATADA: TV EDITORA E GRÁFICA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 58.454.259/0001-21

OBJETO: P**rorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de serviços de publicação de atos oficiais do executivo.**

VALOR TOTAL: R$ 82.584,00 (oitenta e dois mil quinhentos e oitenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: 15/08/2026 a 12/11/2026.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:ECB2FDE3

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 125/2026

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 125/2026

PROCESSO Nº 99/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: MEDINGA COMERCIAL LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 57.742.953/0001-42

OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro do lote 58, **sabonete líquido perolado hidratante, contendo umectantes e emolientes, registrado no Ministério da Saúde (ANVISA), em refil de 800 ml.**

VALOR TOTAL: R$ R$ 3.205,44 (três mil, duzentos e cinco reais e quarenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 11/08/2026 a 01/06/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:3F0419BB

SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ
1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 019/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

CONTRATANTE: SAMAE DE ABATIA/PR
CONTRATADO: BEATRIZ FULANETO SERODIO FRANCISCATTI ME

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo contratual por 12 (doze) meses, a contar de 13/08/2026, nos termos da Cláusula Segunda do contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA
Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato original.

Abatiá – Paraná, 11 de agosto de 2026

WILLIAN CUSTÓDIO NOGUEIRA
Contratante

BEATRIZ FULANETO SERODIO FRANCISCATTI
Beatriz Fulaneto Serodio Franciscatti ME
Contratada

Publicado por:
Rafael Peixoto Martins
Código Identificador:5F14CBC0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

LICITAÇÕES
AVISO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS – DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS – DISPENSA DE LICITAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 142/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS – PR

A Prefeitura Municipal de Adrianópolis, por meio da Comissão de Contratações, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **procedimento de contratação direta por DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, mediante coleta de propostas adicionais.
OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro automotivo.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço global, observadas as especificações constantes no Termo de Referência.
PRAZO PARA ENVIO DE PROPOSTAS:
Envio de propostas até **12h** do dia **14/08/2026**, abertura das propostas as **13h** e publicação em diário oficial do vencedor.

FORMA DE ENVIO:
As propostas deverão ser encaminhadas para o e-mail: **contratosadrianopolis@gmail.com**
CONSULTA AO TERMO DE REFERÊNCIA:
O Termo de Referência poderá ser solicitado pelo e-mail: **contratosadrianopolis@gmail.com**
CONTATO PARA ESCLARECIMENTOS:
WhatsApp: (41) 93500-3682
DOCUMENTAÇÃO MÍNIMA:

•Proposta comercial assinada;
•CNPJ;
•Certidões de regularidade fiscal (municipal, estadual e federal);
• Demais documentos que comprovem a capacidade de fornecimento/execução.
Adrianópolis, 12 de agosto de 2026.

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:F7EE11AE

LICITAÇÕES
AVISO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS – DISPENSA DE LICITAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 143/2026

AVISO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS – DISPENSA DE LICITAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 143/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS – PR

A Prefeitura Municipal de Adrianópolis, por meio da Comissão de Contratações, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **procedimento de contratação direta por DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, mediante coleta de propostas adicionais.
OBJETO: Contratação de Empresa com prestação de serviço de Assistente Social para efetuar serviços técnicos especializados junto à Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Município de Adrianópolis/PR.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço global, observadas as especificações constantes no Termo de Referência.
PRAZO PARA ENVIO DE PROPOSTAS:
Envio de propostas até **12h** do dia **14/08/2026**, abertura das propostas as **13h** e publicação em diário oficial do vencedor.

FORMA DE ENVIO:
As propostas deverão ser encaminhadas para o e-mail: **contratosadrianopolis@gmail.com**
CONSULTA AO TERMO DE REFERÊNCIA:
O Termo de Referência poderá ser solicitado pelo e-mail: **contratosadrianopolis@gmail.com**
CONTATO PARA ESCLARECIMENTOS:
WhatsApp: (41) 93500-3682

DOCUMENTAÇÃO MÍNIMA:
• Proposta comercial assinada;
• CNPJ;
• Certidões de regularidade fiscal (municipal, estadual e federal);
• Demais documentos que comprovem a capacidade de fornecimento/execução.

Adrianópolis, 12 de agosto de 2026.

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:C17D6C25

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
PORTARIA Nº 050/2026

PORTARIA Nº 050/2026, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Autoriza o pagamento de diária ao vereador abaixo especificado para cobrir despesas com Alimentação e dá outras providências. "

O Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, **SANDRO JUNIOR DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, "Conforme Lei nº 1.111/2023 de 02/08/2023 e Decreto nº 002/2026 de 16/01/2026.

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**:
Artigo 1° - Autoriza o pagamento de 01 (uma) diária ao vereador abaixo especificado, conforme tabela abaixo:

Nome	Nº do Requerimento	Nº de Diárias	Tabela	Destino
Evandro Gonçalves Pontes	029/2026	01	ANEXO I, Tabela IV, Tipo A	Curitiba – PR

MOTIVO: Para cobrir despesas com Alimentação, à serviço do Mandato do Legislativo, para REUNIÃO NO GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL ANIBELLI NETTO E NA ALEP, no dia 11 de agosto, na cidade de **Curitiba-PR.**

Artigo 2º - Conforme Portaria 022/2026 de 24 de março 2026, art. 2º, descontar da diária 1/30, referente ao Vale Alimentação.

Artigo 3º - Essa Portaria entrará em vigor nesta data.

REGISTRE-SE
CUMPRA-SE
PUBLICA-SE
ARQUIVE-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, em 11 de agosto de 2026.

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:F7389AC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL
RESOLUÇÃO Nº02, DE 16 DE JUNHO DE 2026

Altera o artigo 183, institui o artigo 183-A e regulamenta o procedimento de julgamento de contas e o respectivo sistema recursal no âmbito do Regimento Interno da Câmara Municipal de Agudos do Sul/PR.

A MESA DIRETORA da CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL/PR, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Resolução n.º 01, de 14 de dezembro de 2010 e a Lei Orgânica Municipal, de 25 de março de 1990, aprovou e o Presidente MOISÉS KERSCHER DE OLIVEIRA promulga a seguinte Resolução:
Art. 1º Fica alterada a redação e acrescidos parágrafos ao artigo 183 da Resolução n.º 01, de 14 de dezembro de 2010 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Agudos do Sul), que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 183. (...)

(...)

§ 3º A apreciação das contas do Prefeito será instruída com base no processo de prestação de contas anual do Chefe do Poder Executivo

Municipal e escopo previamente definido, conforme Parecer Prévio enviado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em estrito cumprimento ao controle externo estabelecido constitucionalmente.

§ 4º Entre a data de publicação da pauta e a da sessão de julgamento decorrerá, pelo menos, o prazo de 02 (duas) sessões legislativas ordinárias, assegurando-se o tempo necessário para análise da matéria pelos vereadores e pelas partes interessadas.

§ 5º O relator ou a Comissão de Finanças e Orçamento pedirá a inclusão em pauta para julgamento, à qual deverá ser dada a devida publicação nos meios de comunicação oficiais do Município, com antecedência mínima de 01 (uma) sessão ordinária, em observância estrita aos princípios da publicidade, do contraditório e da ampla defesa.

§ 6º Sendo o voto do relator vencido na deliberação plenária, será designado pelo Presidente da Câmara, na própria sessão, um novo relator dentre os vereadores votantes vencedores, para a lavratura do respectivo voto condutor, no prazo máximo de 02 (duas) sessões ordinárias.

§ 7º Será parte integrante das decisões do decreto legislativo o voto escrito, elaborado pelo Relator, o qual conterá, obrigatoriamente:

I. A indicação resumida das principais peças processuais, contendo as informações essenciais das instruções constantes no processo de prestação de contas do Prefeito, as conclusões técnicas do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, as manifestações de defesa apresentadas pelo Prefeito e eventuais impugnações ofertadas por cidadãos;

II. A fundamentação jurídica de fato e de direito que justifique a aceitação, a rejeição ou a alteração do conteúdo do Parecer Prévio emitido pelo órgão de controle externo;

III. A conclusão contendo dispositivo claro sobre a aprovação ou desaprovação das contas, bem como indicação expressa sobre a regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade da gestão fiscal, manifestando-se expressamente sobre a ocorrência ou não de atos configuradores de inelegibilidade nos termos previstos na legislação eleitoral federal aplicável.

§ 8º O Projeto de Decreto Legislativo que desaprovar ou acolher parcialmente o teor do Parecer Prévio emitido pelo órgão de fiscalização deverá enfatizar, detalhadamente, as razões de fato e de direito constantes na instrução processual que justificaram o não acompanhamento do posicionamento técnico do Tribunal de Contas.

§ 9º O Projeto de Decreto Legislativo que acolher integralmente as conclusões do Parecer Prévio será fundamentado nas razões já lançadas pela Corte de Contas, cabendo ao Relator realizar a subsunção dos fatos analisados ao longo da instrução política.

§ 10. A decisão que afasta a conclusão técnica do Parecer Prévio do Tribunal de Contas somente será tomada pelo quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, conforme mandamento constitucional e orgânico local.

§ 11. Caso sejam verificados indícios de irregularidades relativas a atos de gestão que não tenham sido objeto de análise específica ou de enfrentamento detalhado no Parecer Prévio, a Câmara Municipal, por deliberação de seu Plenário, poderá determinar a abertura de procedimentos de investigação apartados para a devida apuração dos fatos.

Art. 2º Fica instituído o sistema de impugnação e duplo grau de manifestação interna das decisões de julgamento de contas, mediante o acréscimo dos seguintes parágrafos ao artigo 183 do Regimento Interno:

§ 12. Contra a deliberação plenária que julgar as contas de governo e de gestão do Prefeito Municipal, será cabível a interposição dos seguintes recursos, no prazo preclusivo de 02 (duas) sessões legislativas ordinárias, contadas da publicação da respectiva decisão:

Recurso de Revisão, destinado ao reexame de mérito da deliberação por inovação fática ou jurídica relevante;

II. Embargos de Declaração, voltados exclusivamente a sanar erro material, contradição, obscuridade ou omissão contida no corpo da deliberação ou do decreto legislativo correspondente.

§ 13. O processamento e julgamento dos recursos previstos no parágrafo anterior serão realizados pela Comissão Recursal Especial de Contas (CREC), órgão colegiado de natureza temporária e especial, constituído anualmente no início dos trabalhos legislativos por ato da Presidência da Câmara.

§ 14. A Comissão Recursal Especial de Contas (CREC) será composta por 03 (três) membros titulares, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que integram o Poder Legislativo Municipal.

§ 15. É vedada a participação, na composição da Comissão Recursal Especial de Contas (CREC), do vereador que tenha atuado como Relator originário do julgamento das contas impugnadas ou que presida a Comissão de Finanças e Orçamento, garantindo-se a total isenção e imparcialidade no julgamento dos recursos.

§ 16. O recurso será apresentado por petição fundamentada dirigida ao Relator originário do processo de julgamento de contas, a quem competirá realizar o juízo de admissibilidade inicial, limitando-se a verificar a tempestividade, a legitimidade ativa e o interesse recursal do recorrente.

§ 17. Admitido o recurso, o Relator originário encaminhará os autos eletrônicos ou físicos à Comissão Recursal Especial de Contas (CREC) no prazo de 02 (duas) sessões ordinárias, devendo o Presidente da referida comissão designar, de imediato, um membro relator para a condução do recurso e elaboração do respectivo relatório de julgamento.

§ 18. A Comissão Recursal Especial de Contas (CREC) proferirá parecer fundamentado sobre o recurso no prazo de até 03 (três) sessões ordinárias, submetendo a matéria ao Plenário para julgamento definitivo, mantido o *quórum* de votação aplicável à deliberação principal.

§ 19. A legitimidade para interposição das espécies recursais previstas neste artigo é restrita ao Prefeito Municipal cujas contas foram julgadas, ou ao seu procurador legalmente habilitado nos autos.

Art. 3º Fica acrescido o artigo 183-A ao Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Agudos do Sul, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 183-A. As contas anuais prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ficarão à disposição de qualquer contribuinte e da sociedade civil organizada pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná pelo Plenário do Poder Legislativo, para exame, consulta e ampla apreciação, nos termos da legislação federal e local.

§ 1º Qualquer cidadão poderá questionar a legitimidade das contas apresentadas, devendo fazê-lo mediante requerimento escrito, devidamente assinado, acompanhado de cópia de seu título de eleitor ou documento de identidade que comprove sua condição de eleitor no Município, a ser protocolado perante a Secretaria da Câmara Municipal.

§ 2º O Relator designado para o Projeto de Decreto Legislativo exercerá o juízo de admissibilidade sobre a manifestação do cidadão, verificando sua adequação com o objeto das contas em julgamento, bem como a presença de elementos mínimos de prova.

§ 3º Constatado que os fatos ou dados apresentados na petição do cidadão fogem ao escopo direto de análise das contas do exercício financeiro em julgamento, mas revelam potencial irregularidade administrativa, a Mesa Diretora da Câmara Municipal poderá determinar a autuação de procedimento próprio para a devida apuração.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário constantes no Regimento Interno.

Agudos do Sul, 16 de junho de 2026.

MOISÉS KERSCHER DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Katineri Alves Guerreiro
Código Identificador:E9C332CF

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO CMDPCD

RESOLUÇÃO CMDPcD Nº _04/2026

Aprova a reprogramação de recursos e o novo Plano de Ação referente à Deliberação nº 005/2026 – COEDE/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Agudos do Sul, no uso de suas atribuições,
Considerando a Deliberação nº 005/2026 – COEDE/PR;
Considerando a Resolução SEDEF nº 472/2026, que regulamenta a aglutinação de saldos remanescentes;
Considerando a necessidade de otimizar a aplicação dos recursos públicos destinados às políticas públicas da pessoa com deficiência;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a reprogramação do saldo remanescente da Deliberação nº 009/2024 – COEDE/PR para composição do Plano de Ação da Deliberação nº 005/2026 – COEDE/PR.
Art. 2º O Plano de Ação aprovado compreenderá:

• recursos da Deliberação nº 005/2026 – COEDE/PR;
• recursos remanescentes da Deliberação nº 009/2024 – COEDE/PR, no valor existente na conta específica na data da reprogramação.

Art. 3º Os recursos permanecerão destinados exclusivamente às despesas de capital/investimento, conforme previsto na Deliberação nº 005/2026 – COEDE/PR.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Agudos do Sul, 07 de agosto de 2026.

DIEGO DO NASCIMENTO DE FREITAS
Presidente o CMDPCD

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:2C2B4F2A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 369, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 369, DE 11 DE AGOSTO DE 2026
O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no art. 179 do Decreto Municipal nº 161/2023 e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato,por representantes da Administração;

R E S O L V E

Art. 1º DESIGNAR como gestor e fiscal da contratação os servidores abaixo relacionados:

Modalidade:	INEXIGIBILIDADE	**Nº licitação:**	12/2026
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE WORKSHOP DE CAPACITAÇÃO EM ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL COM O ARQUITETO E URBANISTA RICARDO TEMPEL MESQUITA, DESTINADO À QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E PROFISSIONAIS DA REDE DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA.		
Gestor:	Viviane Picazewicz	Cpf:	***.746.189-**
Fiscal:	Jennifer Nogueira Bueno	Cpf:	***.390.669-**
Vigência:	30/07/2026 A 06/02/2027		
Contratado:	RICARDO TEMPEL MESQUITA ARQUITETURA E URBANISMO - CNPJ 64.727.195/0001-59		

Art. 2º - Os servidores designados serão responsáveis pela gestão e fiscalização da execução da contratação, mediante a realização das atividades de orientação, acompanhamento, controle e recebimento do objeto pactuado.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem validade enquanto permanecer vigente os Contratos acima mencionados.
Cumpra-se e registre-se.

Agudos do Sul, em 11 de agosto de 2026.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamella Guerreiro
Código Identificador:D66E4F18

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 13/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE nº 13/2026
Processo Administrativo nº 91/2026

À vista dos elementos contidos no presente processo e no uso das atribuições que me foram conferidas, e ainda, de acordo com o disposto inciso III, alínea 'f' do Art. 74, da Lei Federal 14.133/2021, declaro que fica **RATIFICADA** a Inexigibilidade de Licitação.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos seguintes termos:

CONTRATADA: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI – 03.776.284/0032-05.

OBJETO: Contratação do serviço nacional de aprendizagem industrial – SENAI, para execução do projeto Conectando Futuros, mediante a oferta de cursos de qualificação profissional, com fornecimento de instrutores, material didático, infraestrutura, certificação e demais recursos necessários à realização das capacitações.

VALOR: R$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).

Determino que seja dada a devida publicidade legal, em especial, à prevista no Art. 72 da Lei Federal n° 14.133/2021, e que após o presente expediente devidamente atuado e arquivado.

Agudos do Sul, 11 de agosto de 2026.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamella Guerreiro
Código Identificador:48A935F8

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 075/2026 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no resultado do Processo Seletivo Simplificado 001/2026, objeto do Edital n° 001/2026, de 12/06/2026, resolve:
CONVOCAR

Art. 1º Os candidatos para os respectivos empregos público abaixo relacionados, a comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Agudos do Sul - PR, a partir do dia 12 de agosto de 2026, no horário das 09h às 11h00 e das 13h00 às 16h00, munidos da documentação constante do art. 2°.

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
3º	Jessica da Silva Pires Pereira	Atendente de Aluno	Ampla Concorrência
4º	Alessandra de Jesus dos Santos	Atendente de Aluno	Ampla Concorrência
5º	Beatrys do Amaral Fagundes	Atendente de Aluno	Ampla Concorrência
6º	Vanessa Lima de Souza	Atendente de Aluno	Ampla Concorrência
7º	Ana Paula Lemos	Atendente de Aluno	Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
27º	Silvana Pereira do Rosário Camargo	Professor	Afrodescendente
28º	Maria Ines Prsybycie	Professor	Ampla Concorrência

Art. 2º Os candidatos convocados deverão apresentar:

a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
c) Certidão de Regularidade Cadastral e Registro no órgão de classe e fotocópia para os cargos que possui;
d) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Certidão de quitação eleitoral - (https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral);
g) Carteira de Trabalho Digital;
h) Comprovante da escolaridade exigida e histórico escolar e fotocópia;
i) Certidão de nascimento dos filhos até 21 anos e fotocópia, acompanhado do cartão de vacinação da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 4 a 21 anos), quando houver;
j) Cópia do CPF dos filhos menores de 24 anos;
k) Uma foto 3x4 recente;
l) Cópia do RG e CPF do cônjuge;
m) Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Estadual (http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102) e Justiça Federal (https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais), do local de residência do candidato;
n) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
o) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
p) Apresentar declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e de compatibilidade de horário para o exercício de mais de um cargo, quando acumulável, bem como não percebem benefício proveniente de regime próprio de Previdência Social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), ressalvadas as exceções previstas no Art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal;
q) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, emitido pelo Médico do Trabalho;
r) Termo de Ciência com dos dados da Conta Salário ou Corrente no Banco do Brasil S/A;
s) Endereço eletrônico e telefone de contato;
t) Autodeclaração Étnico-Racial;
u) Declaração de não demissão do serviço público;
v) CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais Dados Cadastrais do CNIS.

Art. 3º O prazo para apresentação dos documentos é de 5 (dias) dias úteis a contar da publicação deste edital.
Art. 4º A não apresentação dos documentos acima, implicará na impossibilidade do candidato ser contratado.

Agudos do Sul, 11 de agosto de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:1B0EFB7E

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL DESLOCAMENTO PARA O FINAL DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO Nº 073/2026 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no Edital n° 066/2026, de 05 de agosto de 2026:

R E S O L V E

Art. 1º Remeter para o final da lista de classificação, a candidata ao emprego público conforme tabela:

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
20º	Maria Arlete de Farias	Professor	Ampla Concorrência

Art. 2º Os candidatos remetidos ao final de lista serão colocados a pedido, ou não compareceu para entrega dos documentos, conforme previsão expressa em edital.
Art. 3º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Agudos do Sul, em 11 de agosto de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:38248ED4

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL DESLOCAMENTO PARA O FINAL DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO Nº 074/2026 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no Edital n° 072/2026, de 07 de agosto de 2026:

R E S O L V E

Art. 1º Remeter para o final da lista de classificação, a candidata ao emprego público conforme tabela:

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
25º	Gizelaine de Fatima Fagundes Schueda	Professor	Ampla Concorrência

Art. 2º Os candidatos remetidos ao final de lista serão colocados a pedido, ou não compareceu para entrega dos documentos, conforme previsão expressa em edital.
Art. 3º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Agudos do Sul, em 11 de agosto de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:AE2D44D7

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA 372 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme atestado apresentado:

R E S O L V E

Art. 1º Designar a Servidora NADIR ANTUNES DA SILVA HYRAYAMA**,** matrícula sob n° 3571, ocupante do cargo de Enfermeira**,** lotado na Secretaria de Saúde do Município de Agudos do Sul – PR, para ser Coordenadora de Atenção Básica e Responsável Técnica das unidades básicas de saúde Francisca de Oliveira Silva, Dorvalino Ferreira de Melo, e Waldemiro Alves Guerreiro.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e registre-se.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesse da Rocha Zoellner
Código Identificador:3D9A8239

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 371, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e
Considerando o disposto no art. 179 do Decreto Municipal nº 161/2023 e na Lei nº 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos por representantes da Administração;
R E S O L V E:
Art. 1º DESIGNAR como Fiscal e Gestor do Convênio celebrado com o Instituto Água e Terra – IAT, os seguintes servidores:
– Gestora do Convênio:
DESIGNAR a servidora **LETICIA DE FATIMA HONORIO CAVALHEIRO**, portador do registro geral/CPF 093.180.299-77 e-mail **agudosdosul.agric@gmail.com**, para atuar como GESTORA do Convênio do Município de Agudos do Sul com o Instituto Água e Terra – IAT.

– Fiscal do Convênio:
DESIGNAR o servidor **ELIANE APARECIDA DA ROCHA**, portador do registro geral/CPF 044.971.959-61, para atuar como Fiscal do referido Convênio, em conjunto com a Gestora designada no artigo anterior.

Art. 2º Compete à Fiscal acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do Convênio, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento de seu objeto, em conformidade com a legislação vigente.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo válida enquanto vigente o Convênio mencionado, revogadas as disposições em contrário.
Agudos do Sul, em 11 de Agosto de 2026.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Cristina Ferreira
Código Identificador:52BCE128

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
TERMO DE POSSE

TERMO DE POSSE

Aos três (03) dias do mês de agosto (08) de dois mil e vinte e seis (2026), com início às dezesseis (16) horas, no Plenário da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, situado à Rua Lourenço Ângelo Busato, nº 670, Almirante Tamandaré/PR, perante o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Fabio Guerra Correa, o Vice-Presidente, Vereador Rodrigo Pavoni, o Primeiro Secretário, Denys Moraes, o Segundo Secretário, Vereador Vanderlei de Souza, e demais vereadores e convidados, compareceu o Senhor **EVERSON GERALDO LEODATO**, para tomar posse no cargo de **Vereador do Município de Almirante Tamandaré**, para o período remanescente da **legislatura 2025/2028**.
O empossado foi diplomado pela Justiça Eleitoral, conforme diploma e demais documentos expedidos, em decorrência de decisão proferida nos autos de Recurso Eleitoral nº 0600869-90.2024.6.16.0171, 0600876-82.2024.6.16.0171 e 0600877-67.2024.6.16.0171, que declarou a nulidade dos mandatos anteriormente exercidos pelos vereadores vinculados ao Partido União Brasil.
Em ato solene, perante a Mesa Diretora, vereadores presentes e demais convidados, o empossado prestou, de forma individual, o compromisso previsto no Regimento Interno da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré, declarando em voz alta: "Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem-estar de seu povo."
Após prestar compromisso regimental e a verificação do cumprimento das formalidades legais e regimentais, o Presidente da Câmara Municipal declarou o Senhor **EVERSON GERALDO LEODATO**, vinculada ao Partido Republicanos, devidamente empossado no cargo de **Vereador do Município de Almirante Tamandaré**, passando o empossado, a partir desta data, a exercer integralmente os direitos, deveres, prerrogativas e responsabilidades inerentes ao mandato, durante o período remanescente da **legislatura 2025/2028**.
Para constar, foi lavrado o presente Termo de Posse, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelo vereador empossado, pela Mesa Diretora e demais vereadores.

EVERSON GERALDO LEODATO
Empossado

FERRUGEM
Presidente

RODRIGO PAVONI
Vice-Presidente

DENYS MORAES
Primeiro Secretário

PROFESSOR VANDERLEI
Segundo Secretário

Publicado por:
Caroline Schoffen Costa
Código Identificador:2C9B0A57

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
TERMO DE POSSE

TERMO DE POSSE

Aos três (03) dias do mês de agosto (08) de dois mil e vinte e seis (2026), com início às dezesseis (16) horas, no Plenário da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, situado à Rua Lourenço Ângelo Busato, nº 670, Almirante Tamandaré/PR, perante o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Fabio Guerra Correa, o Vice-Presidente, Vereador Rodrigo Pavoni, o Primeiro Secretário, Denys Moraes, o Segundo Secretário, Vereador Vanderlei de Souza, e demais vereadores e convidados, compareceu a Senhora **CELIA APARECIDA CZORNE ZILIOTTO**, para tomar posse no cargo de **Vereadora do Município de Almirante Tamandaré**, para o período remanescente da **legislatura 2025/2028**.
A empossada foi diplomada pela Justiça Eleitoral, conforme diploma e demais documentos expedidos, em decorrência de decisão proferida nos autos de Recurso Eleitoral nº 0600869-90.2024.6.16.0171, 0600876-82.2024.6.16.0171 e 0600877-67.2024.6.16.0171, que declarou a nulidade dos mandatos anteriormente exercidos pelos vereadores vinculados ao Partido União Brasil.

Em ato solene, perante a Mesa Diretora, vereadores presentes e demais convidados, a empossada prestou, de forma individual, o compromisso previsto no Regimento Interno da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré, declarando em voz alta: "Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem-estar de seu povo."
Após prestar compromisso regimental e a verificação do cumprimento das formalidades legais e regimentais, o Presidente da Câmara Municipal declarou a Senhora **CELIA APARECIDA CZORNE ZILIOTTO**, vinculada ao Partido Democracia Cristã-DC, devidamente empossada no cargo de **Vereadora do Município de Almirante Tamandaré**, passando a empossada, a partir desta data, a exercer integralmente os direitos, deveres, prerrogativas e responsabilidades inerentes ao mandato, durante o período remanescente da **legislatura 2025/2028**.
Para constar, foi lavrado o presente Termo de Posse, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pela vereadora empossada, pela Mesa Diretora e demais vereadores.

CELIA APARECIDA CZORNE ZILIOTTO
Empossada

FERRUGEM
Presidente

RODRIGO PAVONI
Vice-Presidente

DENYS MORAES
Primeiro Secretário

PROFESSOR VANDERLEI
Segundo Secretário

Publicado por:
Caroline Schoffen Costa
Código Identificador:129FC74B

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N 006/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°06/2026

O Instituto de Previdência do Município de Almirante Tamandaré (IPMAT), neste ato representado por sua Diretora Presidente Sra. Maria Silvana Buzato, no uso de suas atribuições legais e com base no, Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e alicerçado no Parecer Jurídico, RATIFICA a Dispensa supracitada, no processo administrativo nº 639/2026, cujo objeto é a "Contratação de empresa para a instalação de sistema de automatização de portão na sede do IPMAT", que será fornecido pela empresa Tetra Solução (CNPJ nº 56.103.327/0001-43), pelo valor global de R$ 2.622,00 (dois mil, seiscentos e vinte e dois reais). Publique-se.

Almirante Tamandaré, 11 de agosto de 2026.

MARIA SILVANA BUZATO
Diretora Presidente do IPMAT

Publicado por:
Luana Agner
Código Identificador:16585E66

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. º 081/2026– PSS/SMRH

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. º 081/2026– PSS/SMRH

A Secretária Municipal de Recursos Humanos, no uso das atribuições, considerando o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base no Artigo 1º, §4º da Lei Complementar nº 019/2011, Artigo 3º da Lei Complementar 018/2011 e parecer jurídico 003/02026 e considerando:

TORNAR PÚBLICO

1.CONVOCAR os candidatos contidos no **Anexo I** deste Edital, para o cargo de **MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR** a comparecer no Centro Administrativo Vereador Dirceu Pavoni, situado à Rua Maurício Rosemann, nº 15, Cachoeira – Almirante Tamandaré– PR para ENTREGA DE ATESTADO MÉDICO E DOCUMENTAÇÃO em conformidade com o item 13.4 do Edital 012/2026– PSS/SMRH.

2.O Candidato deve cumprir o contido no item 14.2 do Edital nº 012/2026 – PSS/SMRH **"Quando convocado para contratação, o candidato deverá apresentar Atestado de Saúde, expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná**, considerando-o **APTO** para o exercício da função".

3.Além do Atestado de Saúde **original**, considerando APTO, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos no item 13.4 do Edital nº 012/2026 – PSS/SMRH contidos no **ANEXO II**, apresentar as **CÓPIAS JUNTAMENTE COM O DOCUMENTO ORIGINAL**, para que um servidor público possa dar fé ou cópias autenticadas em cartório.

4.O não comparecimento em local, data e hora determinados e o não cumprimento dos itens contidos neste Edital fará com que o candidato **SEJA ELIMINADO DO CERTAME,** conforme item 13.5 do Edital nº 012/2026 – PSS/SMRH**.**

5.Os candidatos relacionados no **Anexo IV** que não compareceram para o cumprimento do Edital nº 073/2026 - PSS/SMRH, denominado como **AUSENTES**, estão eliminados do certame.

Almirante Tamandaré,11 de agosto de 2026.

RUBIAMARA PAVIN COLODEL
Secretária Municipal de Recursos Humanos

ANEXO I
CONVOCAR PARA ENTREGA DE **ATESTADO MÉDICO E DOCUMENTAÇÃO**
DIA 18 DE AGOSTO DE 2026
Horário: 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30
CARGO: MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR – PSS

CLASS	NOME	R.G	NOTA - TITLO	NASCIMENTO
54	KENNYA KARLA KRELING	9.313.333-1	45	5/9/1988
55	SCHEILA PALKOWSKI	10.582.717-2	45	09/09/1988
56	DENISE PATRICIA EWANGELISTA	9.910.191-1	45	04/10/1989
57	MAELE PRISCILA DE MEDEIROS	10.941.216-3	45	22/03/1991
58	PAMELA CRYSTHIANE POLAK DA SILVA	10.580.761-9	45	24/04/1991
59	RENILZA DE OLIVEIRA SERCUNDINO CORREA	10.529.380-1	45	24/09/1991
60	LETICIA BORCHARDT	10.813.734-7	45	03/10/1991
61	CAMILA BARAN	12.484.935-7	45	12/12/1991
62	ANDRIELLY FONTINELI DOS SANTOS	10.767.070.0	45	08/01/1992

ANEXO II
De acordo com o item 13.4 do Edital 012/2026 – PSS/SMRH
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ENTREGA

Apresentar as cópias juntamente com os originais ou autenticadas em cartório
a) cópia e original da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) prova de quitação com a Justiça Eleitoral - comprovante de votação da última eleição ou Certidão do Cartório Eleitoral;
c) prova de quitação como serviço militar para o candidato do **sexo masculino**;
d) cópia e original do documento de Identificação com foto;

e) cópia e original do Cartão do CPF;
f) cópia e original do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo - Diploma/Certificado devidamente registrado no MEC ou habilitação legal equivalente de conclusão do curso;
g) cópia e original da Certidão de Nascimento e cartão do CPF do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) **certidão Negativa Criminal (ORIGINAL)** expedida pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca (Município) onde reside;
i) cópia e original do comprovante de residência;
j) cópia da carteira de trabalho constando páginas de identificação, dados pessoais do trabalhador e o número do PIS/PASEP **(ATUALIZADO)**;
k) Declaração de existência ou inexistência de acúmulo de cargo público;.
l) cópia e original do cartão do Sistema Único de Saúde;
m) **Atestado de Saúde ORIGINAL,** expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná, considerando-o APTO para o exercício da função, objeto da contratação;
n) 01 (uma) fotos ¾ recentes;
j) Conta no Banco Caixa;

ANEXO III

CARGO:_____
DADOS PESSOAIS:
Nome: _____
RG: _____Emissão: / / _____UF:_____
CPF:_____
PIS/PASEP:_____ Cart. De Trabalho: _____ UF:_____ Série: _____
Titulo Eleitoral: Zona: Seção:
Sexo: Masculino ( ) Feminino ( ) Estado civil _____Nasc. _____
Endereço Residencial:_____
_____nº:_____Bairro: _____
CEP: _____Cidade: _____ Estado: _____
Telefones: residencial: (____) _____ celular: (____) _____
E-mail: _____

QUANT. DOC.	DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE
	Exame admissional
	cópia e original da **Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento**;
	prova de **quitação com a Justiça Eleitoral** - comprovante de votação da última eleição ou Certidão do Cartório Eleitoral;
	prova de **quitação como serviço militar** para o candidato do sexo masculino;
	cópia e original do **documento de Identificação** com foto;
	cópia e original do **Cartão do CPF**;
	cópia e original do **Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade** exigido pelo requisito do cargo - Diploma/Certificado devidamente registrado no MEC ou habilitação legal equivalente de conclusão do curso;
	Cópia e original do Registro no Conselho de Classe com anuidade vigente
	cópia e original da Certidão de Nascimento de(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
	cópia e original do CPF de(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
( ) SIM ( ) NÃO	**Autorizo a inclusão do menor acima mencionado como dependente do Imposto de Renda.**
	certidão Negativa **Criminal** expedido pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca (Município) onde reside;
	cópia e original do **comprovante de residência**;
	Cópia da carteira de trabalho **(identificação e número do PIS/PASEP);**
	Declaração de existência ou inexistência de acúmulo de cargo público.
	Cópia e original do Cartão Único de Saúde
	01 (uma) fotos ¾ recentes;
	Conta no Banco Caixa

Almirante Tamandaré/PR em _____/_____/_____

_____
Assinatura do Candidato

_____
Assinatura e carimbo do Funcionário Receptor da Entrega da Documentação

ANEXO IV
RELAÇÃO DE COMPARECIMENTO PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO
CARGO: MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR – PSS/SMRH 2026 – EDITAL 073/2026

CLASS.	NOME	RG	NOTA - TITULOS	CHAMAMENTO
39	SILVANE APARECIDA NEGRETTE DOS SANTOS	7.253484-0	45	AUSENTE
40	ALOÍZIA DE SOUSA RAMOS	16.011.386-3	45	AUSENTE
41	CRISTIANE VIERA DE ALELUIA	8.859.121-6	45	AUSENTE
42	IEDA REGINA SANTANA	8.470.372-9	45	AUSENTE
43	CIRLENE RODRIGUES FLORA	8.133.007-7	45	AUSENTE
47	CRISTIANE PILAR DA SILVA	9.028.411-8	45	AUSENTE
49	CRISTIANE DE SOUZA ANHAIA	9.595.923-7	45	AUSENTE
50	GISELI PLUCINSKI VIEIRA	9.435.610-5	45	AUSENTE
52	DAYANI LINS	15.062.880-6	45	AUSENTE

Publicado por:
Amanda Milleck Purkote
Código Identificador:BC645328

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 95/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 95/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026

O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentação municipal aplicável, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE,** modo de disputa **ABERTO,** conforme segue:

OBJETO: contratação de sociedade seguradora especializada para prestação de seguro total da frota oficial do município de altamira do paraná, para fins de formação de ata de registro de preços (SRP), pelo período de 12 (doze) meses, em lote único composto por 44 (quarenta e quatro) itens.

VALOR MÁXIMO: R$ 258.859,50 (duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos).

PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.bll.org.br ("BLL Compras").

DATAS E HORÁRIOS:
Início do Recebimento das Propostas: A partir das 08 horas do dia **12/08/2026**.
Fim do Recebimento das Propostas: Até às 08 horas do dia **25/08/2026**.
Início da Sessão de Disputa de Lances: Às 09 horas do dia **25/08/2026**.
(Horário de Brasília-DF).

OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo e seus anexos estão disponíveis gratuitamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site oficial do Município (www.altamiradoparana.pr.gov.br), no Portal da Transparência e na plataforma BLL Compras.
Informações adicionais podem ser obtidas pelo e-mail: setor.licitacao.altamira.do.parana@gmail.com ou telefone (44) 3755-1133.

Altamira do Paraná/PR, 11 de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:3347AA33

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL Nº 001/2026 PROCESSO SELETIVO PARA A FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ALTAMIRA DO PARANÁ

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da Comissão Municipal constituída pela Portaria nº 329/2026, TORNA PÚBLICA a abertura do Processo para seleção de Diretor Escolar das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino, destinado à aferição de critérios técnicos de mérito, desempenho e competência profissional, nos termos deste Edital.

O presente Processo Seletivo rege-se, especialmente, pela Constituição Federal, pela Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), pela Lei Federal nº 14.113/2020 (FUNDEB), pelo Decreto Federal nº 10.656/2021, pelo Decreto Executivo Municipal nº 069/2025, pela Portaria Municipal nº 329/2026, pela Ata nº 01/2026 da Comissão Municipal e pelas demais normas municipais aplicáveis.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O Processo Seletivo tem por finalidade selecionar, mediante critérios técnicos de mérito, desempenho e competência profissional, candidatos para o exercício da função de Diretor Escolar nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Altamira do Paraná.
1.2. O processo observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como os critérios de profissionalização da gestão escolar.
1.3. O Processo Seletivo compreenderá, em conformidade com o art. 2º do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025, as seguintes etapas:

I – Avaliação curricular, destinada à verificação do atendimento aos critérios técnicos de formação e experiência profissional, de caráter eliminatório e habilitatório, sem pontuação autônoma;
II – Prova objetiva de conhecimentos, de caráter eliminatório e classificatório, com valor total de 100 (cem) pontos;
III – Participação em curso de gestão escolar, mediante indicação de curso realizado por instituição ou plataforma externa, de caráter eliminatório.

1.4. A classificação final dos candidatos habilitados será definida pela nota obtida na prova objetiva, em ordem decrescente, separadamente para cada unidade educacional escolhida no ato da inscrição.
1.5. A inscrição será individual e específica para uma única unidade educacional, sendo vedada a candidatura simultânea para mais de uma unidade.
1.6. A aprovação e a classificação no Processo Seletivo não geram direito à efetivação em cargo público, tratando-se de seleção para função de Diretor Escolar, cuja designação será formalizada por ato da Chefe do Poder Executivo Municipal, observada a ordem de classificação e o Decreto Executivo Municipal nº 069/2025.

2. DAS UNIDADES EDUCACIONAIS E DAS FUNÇÕES

Função	Unidade Educacional	Quantidade
Diretor Escolar	Escola Municipal Dr. Augustinho Kauling	01
Diretor Escolar	Centro Municipal de Educação Infantil Solange Aparecida dos Santos Góis – CMEI	01

2.1. O candidato deverá indicar, no formulário de inscrição, a unidade educacional para a qual pretende concorrer, não sendo permitida a alteração da opção após o encerramento das inscrições.
2.2. As listas de habilitação, resultados, classificação e eventual aproveitamento de candidatos remanescentes serão elaboradas separadamente por unidade educacional.

3. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO
3.1. Poderá participar do Processo Seletivo o candidato que, cumulativamente, satisfaça os requisitos previstos no art. 10 do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025:
I – ser habilitado em curso de graduação em Pedagogia, ou em licenciatura plena em qualquer área, neste último caso com especialização em Gestão Escolar ou Administração de Sistemas de Ensino, observadas as exigências legais de formação;
II – integrar o quadro efetivo dos profissionais do magistério do Município de Altamira do Paraná;
III – possuir experiência no quadro próprio do magistério de Altamira do Paraná, como servidor efetivo, há no mínimo 03 (três) anos;
IV – comprovar no mínimo 02 (dois) anos de experiência na Educação Básica, em atividade docente ou técnico-pedagógica;
V – não ter sofrido sanção em virtude de processo administrativo disciplinar nos 03 (três) anos anteriores à data do Processo Seletivo;
VI – não ocupar cargo eletivo ou cargo comissionado em outro Município;
VII – estar adimplente com prestações de contas relacionadas a recursos financeiros repassados pelo Ministério da Educação – MEC e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, quando houver responsabilidade do candidato;
VIII – possuir disponibilidade para cumprimento da carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.
3.2. O candidato que possua vínculo com a Administração Municipal de 20 (vinte) horas poderá participar do certame, desde que declare expressamente ciência de que, caso designado, deverá cumprir jornada de 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025.
3.3. A ausência de comprovação de qualquer requisito previsto neste item implicará na eliminação do candidato, caso a irregularidade seja constatada posteriormente.

4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão gratuitas e realizadas presencialmente nos dias 13 e 14 de agosto de 2026, na Sala da Secretaria de Educação e Cultura de Altamira do Paraná, situado na Rua Cantú, nº 180, Centro, Altamira do Paraná/PR, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00.
4.2. No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar formulário de inscrição devidamente preenchido e assinado, acompanhado dos documentos indicados no item 5 deste Edital.
4.3. A inscrição implica conhecimento e aceitação integral das normas deste Edital, do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025 e dos demais atos que vierem a ser regularmente publicados.
4.4. Será admitida apenas uma inscrição por candidato, vinculada a uma única unidade educacional.
4.5. Não será admitida inscrição condicional, extemporânea, por telefone, por mensagem instantânea ou sem a documentação mínima necessária à análise dos requisitos.
4.6. A Comissão fornecerá protocolo de recebimento da inscrição e dos documentos apresentados.

5. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO E DA AVALIAÇÃO CURRICULAR
5.1. O candidato deverá apresentar:
a) Ficha de Inscrição, conforme Anexo II;
b) cópia de documento oficial de identificação com foto e CPF;
c) diploma, certificado ou documento hábil de conclusão da graduação exigida;
d) quando aplicável, certificado de especialização em Gestão Escolar ou Administração de Sistemas de Ensino;
e) declaração ou certidão funcional expedida pela Secretaria de Recursos Humanos que comprove o vínculo efetivo com o magistério municipal e o tempo mínimo de 03 (três) anos;
f) declaração de disponibilidade para cumprimento de jornada de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Anexo III;
g) declaração quanto ao não exercício de cargo eletivo ou comissionado em outro Município, conforme Anexo III;
h) declaração relativa à inexistência de sanção disciplinar nos últimos 03 (três) anos, sem prejuízo da verificação pelo Município (Anexo III);
i) declaração de adimplência quanto a prestações de contas relacionadas a recursos do MEC/FNDE sob sua responsabilidade,

quando houver, sem prejuízo de verificação administrativa (Anexo III);
j) certificados de cursos de especialização que o candidato pretenda utilizar para eventual aplicação do critério de desempate.
5.2. A avaliação curricular constitui a primeira etapa do Processo Seletivo e terá por finalidade aferir o atendimento aos requisitos técnicos de formação e experiência profissional previstos no Decreto Executivo Municipal nº 069/2025.
5.3. Considerando que o Decreto Executivo Municipal nº 069/2025 e a Ata nº 01/2026 não atribuíram pontuação autônoma à avaliação curricular, esta etapa terá caráter eliminatório e habilitatório, sendo o candidato considerado APTO ou INAPTO.
5.4. Os certificados de especialização apresentados serão registrados para eventual utilização no segundo critério de desempate, nos termos do item 11.
5.5. A Comissão poderá solicitar esclarecimentos ou realizar conferência junto à Secretaria de Recursos Humanos e demais órgãos municipais para verificar a autenticidade ou suficiência da documentação apresentada, vedada a criação posterior de requisito não previsto neste Edital.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, CONVOCAÇÃO E ENSALAMENTO PARA A PROVA OBJETIVA
6.1. A relação das inscrições, a convocação e ensalamento para a prova objetiva será divulgada em 17 de agosto de 2026, no Diário Oficial dos Municípios.

7. DA PROVA OBJETIVA
7.1. A prova objetiva será aplicada no dia 18 de agosto de 2026, das 18h00 às 21h00, com duração total de 03 (três) horas, na Escola Municipal Dr. Augustinho Kauling, situada na Rua Silvio Moreira, s/n, em Altamira do Paraná.
7.2. A prova será comum aos candidatos das duas unidades educacionais, com idêntico conteúdo, número de questões, critérios de correção e pontuação.
7.3. A prova valerá 100 (cem) pontos e será composta por 25 (vinte e cinco) questões objetivas de múltipla escolha, com 04 (quatro) pontos cada, distribuídas da seguinte forma:

Área	Questões	Valor por questão	Total
Língua Portuguesa	05	4,0	20
Matemática	05	4,0	20
Conhecimentos Gerais	05	4,0	20
Conhecimentos Específicos	10	4,0	40
TOTAL	25	—	100

(Conteúdo Programático: Português: interpretação e compreensão de textos; ortografia; morfologia; semântica; figuras de linguagem; pontuação.
Matemática: matemática básica; porcentagem; raciocínio lógico; perímetro e área; frações; juros simples.
Conhecimentos Gerais: Lei Orgânica do Município de Altamira do Paraná; atualidades; política; história.
Conhecimentos Específicos, compreendendo as áreas de políticas públicas em educação, Conhecimentos prévios sobre FUNDEB, Gestão Educacional, Regimento Escolar, PME (2014 – 2024), Orçamento Público, Leis municipais sobre Educação, LDB e Decreto 12686/2025).

7.4. Nos termos literais do art. 2º, II, do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025, será aprovado na prova objetiva o candidato que obtiver nota superior a 60 (sessenta) pontos. Considerando que cada questão vale 04 (quatro) pontos, a menor nota possível superior a 60 pontos será 64 (sessenta e quatro) pontos.
7.5. A prova objetiva terá caráter eliminatório e classificatório.
7.6. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura será responsável pela elaboração, aplicação e correção da prova, sob acompanhamento e fiscalização da Comissão Municipal instituída pela Portaria nº 329/2026.
7.7. A Comissão e a Secretaria deverão preservar o sigilo das questões e dos gabaritos até o momento próprio de divulgação, garantindo tratamento isonômico aos candidatos.

8. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA
8.1. O candidato deverá comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de documento oficial de identificação com foto e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
8.2. Não será permitida a entrada do candidato após o horário estabelecido para o início da prova.
8.3. Durante a realização da prova, é vedada a comunicação entre candidatos e a utilização de livros, anotações, impressos, calculadoras, relógios inteligentes, telefones celulares, fones de ouvido ou quaisquer equipamentos eletrônicos.
8.4. Os equipamentos eletrônicos deverão permanecer desligados e acondicionados conforme orientação dos fiscais.
8.5. Cada questão será composta por quatro alternativas (a, b, c e d). O candidato deverá assinalar apenas uma alternativa por questão na folha de respostas. Questão com mais de uma alternativa assinalada, rasurada de forma que impeça a identificação da resposta, ou sem resposta será considerada incorreta.
8.6. Não haverá segunda chamada ou aplicação de prova em data, horário ou local diversos, salvo determinação administrativa ou judicial expressa.
8.7. O candidato poderá deixar definitivamente a sala após transcorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, entregando obrigatoriamente a folha de respostas.
8.8. Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último finalize a prova, quando, se possível, acompanharão o fechamento e a entrega do material de aplicação.

9. DO GABARITO, CORREÇÃO E RECURSOS DA PROVA
9.1. O gabarito preliminar será divulgado em 19 de agosto de 2026.
9.2. Será admitido recurso contra questão, alternativa ou gabarito preliminar das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00 do dia 19 de agosto de 2026, e das 08h00 às 12h00 do dia 20 de agosto de 2026, presencialmente, na Sala da Secretaria de Educação e Cultura de Altamira do Paraná, situado na Rua Cantú, nº 180, Centro, Altamira do Paraná/PR.
9.3. O recurso deverá indicar de forma clara a questão impugnada, a resposta pretendida e a fundamentação objetiva. Recursos genéricos, sem fundamentação, intempestivos ou encaminhados por meio diverso do previsto serão desconsiderados.
9.4. Se houver alteração do gabarito, a correção será aplicada a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
9.5. Se houver anulação de questão, os respectivos pontos serão atribuídos a todos os candidatos que tenham realizado a prova.
9.6. O gabarito definitivo e o resultado preliminar da prova serão divulgados em 21 de agosto de 2026.
9.7. Caberá recurso exclusivamente quanto à nota individual por eventual erro material de correção do resultado preliminar, no dia 24 de agosto de 2026, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00, na Sala da Secretaria de Educação e Cultura de Altamira do Paraná, situado na Rua Cantú, nº 180, Centro, Altamira do Paraná/PR.
9.8. O resultado definitivo da prova objetiva será divulgado em 25 de agosto de 2026.

10. DO CURSO DE GESTÃO ESCOLAR
10.1. A participação em curso de gestão escolar constitui etapa obrigatória do Processo Seletivo, nos termos do art. 2º, III, do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025.
10.2. Para cumprimento desta etapa, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura oferecerá aos candidatos habilitados, para fins do processo, acesso ou indicação formal de curso de gestão escolar realizado por instituição ou plataforma externa, conforme orientação previamente ou posteriormente disponibilizada pela própria Secretaria.

11. DA CLASSIFICAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
11.1. Serão classificados, separadamente por unidade educacional, os candidatos que: a) forem considerados APTOS na avaliação curricular; b) obtiverem nota superior a 60 (sessenta) pontos na prova objetiva; e c) comprovarem participação no curso de gestão escolar.
11.2. A ordem de classificação será determinada pela nota da prova objetiva, em ordem decrescente.
11.3. Em caso de empate na nota final, serão aplicados sucessivamente os critérios definidos na Ata nº 01/2026 da Comissão Municipal:
I – maior nota no bloco de Conhecimentos Específicos;

II – maior quantidade de cursos de especialização comprovados documentalmente no ato da inscrição, considerados os certificados regularmente expedidos segundo a legislação educacional;
III – maior idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento.
11.4. Persistindo o empate após os critérios acima, a Comissão realizará sorteio público, com prévia convocação dos candidatos empatados e lavratura de ata.

12. DO RESULTADO FINAL, HOMOLOGAÇÃO, DESIGNAÇÃO E POSSE
12.1. O resultado final será divulgado e submetido à homologação administrativa em 26 de agosto de 2026.
12.2. A designação para a função pública de Diretor Escolar dar-se-á a partir da lista de candidatos aprovados por escola, em ordem decrescente de classificação, mediante ato da Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 16 do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025.
12.3. A posse ocorrerá em data estabelecida no cronograma ou em ato posterior, em local a ser definido e divulgado oficialmente pelo Município.
12.4. O mandato para exercício da função de Diretor Escolar será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período após avaliação de desempenho, nos termos do art. 11 do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025.
12.5. Para eventual recondução, deverá ser observado o art. 12 do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025, inclusive quanto à apresentação do Plano de Gestão Escolar para o período pretendido.
12.6. Na hipótese de vacância da função durante a vigência do processo, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura designará profissional dentre os candidatos aprovados remanescentes, observada a ordem de classificação, nos termos do art. 13 do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025.

13. DA GRATIFICAÇÃO E DA JORNADA
13.1. O Diretor Escolar fará jus à gratificação pelo exercício da direção escolar nos termos da legislação municipal indicada no art. 6º do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025, inclusive a Lei Municipal nº 132/2005, com as alterações posteriores, especialmente a Lei nº 768/2025.
13.2. O exercício da função exige disponibilidade para jornada de 40 (quarenta) horas semanais, inclusive para o servidor que possua vínculo originário de 20 (vinte) horas, conforme o art. 10, VIII e § 1º, do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025.

14. DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO
14.1. O Diretor Escolar designado terá seu desempenho acompanhado e avaliado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e pela Comissão, nos termos do art. 15 do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025.
14.2. A avaliação de desempenho não se confunde com as etapas de seleção previstas no item 1.3, destinando-se ao acompanhamento do exercício da função e à aferição dos resultados da gestão.
15. DAS PUBLICAÇÕES E COMUNICAÇÕES
15.1. Todos os atos de interesse geral do Processo de seleção serão no órgão oficial de publicação adotado pelo Município e, quando conveniente, em mural físico da Prefeitura/Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
15.2. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar as publicações, editais, comunicados, resultados, retificações e demais atos relativos ao Processo Seletivo.
15.3. As comunicações individuais eventualmente encaminhadas terão caráter meramente auxiliar e não substituem a publicidade oficial.

16. DOS RECURSOS
16.1. Os recursos previstos neste Edital serão dirigidos à Comissão Municipal de forma presencial na Sala da Secretaria de Educação e Cultura de Altamira do Paraná, situado na Rua Cantú, nº 180, Centro, Altamira do Paraná/PR, dentro dos prazos estabelecidos no Anexo I.
16.2. O recurso deverá conter nome completo do candidato, CPF, unidade educacional para a qual concorre, ato ou questão impugnada, fundamentos e pedido.
16.3. Não serão conhecidos recursos apresentados fora do prazo, por meio diverso do previsto, sem identificação do recorrente ou sem fundamentação mínima.
16.4. A Comissão decidirá os recursos de forma fundamentada, podendo solicitar manifestação técnica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou de outro setor competente.
16.5. As decisões dos recursos poderão ser divulgadas mediante relação nominal, extrato ou resposta individual, preservados dados pessoais desnecessários.

17. DA ELIMINAÇÃO
17.1. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que:
a) prestar informação falsa ou apresentar documento falso ou adulterado;
b) não atender aos requisitos de participação;
c) não comparecer à prova objetiva;
d) obter nota igual ou inferior a 60 (sessenta) pontos na prova objetiva;
e) não comprovar participação no curso de gestão escolar no prazo;
f) utilizar meio fraudulento ou comunicar-se indevidamente durante a prova;
g) descumprir as determinações da Comissão, fiscais ou regras deste Edital;
h) inscrever-se para mais de uma unidade educacional ou tentar alterar indevidamente a opção após o prazo.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
18.1. A Comissão Municipal poderá promover diligências necessárias à verificação das informações e documentos apresentados, preservando a isonomia entre os candidatos.
18.2. A constatação, a qualquer tempo, de falsidade documental, omissão relevante ou não atendimento de requisito obrigatório poderá acarretar eliminação, anulação da aprovação ou da designação, assegurado o contraditório administrativo quando cabível.
18.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e o Poder Executivo Municipal, observados o Decreto Executivo Municipal nº 069/2025 e a legislação aplicável.
18.4. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá expedir regras complementares necessárias à execução do processo, nos termos do art. 21 do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025, desde que não alterem os requisitos, critérios essenciais ou direitos previamente estabelecidos neste Edital.
18.5. Integram este Edital, para todos os fins, os Anexos I a III.
18.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Altamira do Paraná, 11 de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

GILMARA DO COUTO LOPES
Presidente da Comissão Municipal do Processo Seletivo
Portaria nº 329/2026

ANEXO I – CRONOGRAMA

Data/Período	Evento
12/08/2026	Publicação do Edital nº 001/2026
13 e 14/08/2026	Inscrições presenciais – 08h às 12h e 13h às 16h
17/08/2026	Homologação das inscrições, convocação e ensalamento para a prova objetiva
18/08/2026, 18h às 21h	Aplicação da prova objetiva
19/08/2026	Divulgação do gabarito preliminar
19/08/2026, das 08h00 às 12h00 das 13h00 às 17h00 20/08/2026, das 08h00 às 12h00	Recursos contra questões/gabarito
21/08/2026	Gabarito definitivo e resultado preliminar da prova objetiva
24/08/2026, 08h às 12h e 13h às 16h	Recurso contra nota/erro material
25/08/2026	Resultado definitivo da prova objetiva
26/08/2026	Resultado final e homologação administrativa
Data a ser divulgada	Designação e posse

ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome completo: _____

CPF: _____ RG: _____
Data de nascimento: ____/____/_____
Cargo efetivo: _____
Matrícula funcional: _____
Telefone: _____ E-mail: _____

UNIDADE EDUCACIONAL PARA A QUAL CONCORRE (assinalar apenas uma):

( ) Escola Municipal Dr. Augustinho Kauling
( ) Centro Municipal de Educação Infantil Solange Aparecida dos Santos Góis – CMEI

( )Declaro que li e aceito integralmente as normas do Edital nº 001/2026 e do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025, que as informações prestadas são verdadeiras e que apresento a documentação exigida.

Altamira do Paraná, ____ de agosto de 2026.

_____
Assinatura do candidato

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO
Data: ____/____/2026 Hora: _____
Servidor responsável: _____
Assinatura: _____

ANEXO III
DECLARAÇÃO UNIFICADA DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS
PROCESSO SELETIVO PARA A FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR
EDITAL Nº 001/2026

Eu, _____, inscrito(a) no CPF nº _____, matrícula funcional nº _____, candidato(a) à função de Diretor Escolar da unidade educacional _____, para fins de participação no Processo Seletivo regulamentado pelo Edital nº 001/2026 e pelo Decreto Executivo Municipal nº 069/2025, **DECLARO, sob as penas da legislação aplicável e responsabilizando-me integralmente pela veracidade das informações prestadas, que:**

I – **não sofri sanção em virtude de processo administrativo disciplinar nos 03 (três) anos anteriores à data do Processo Seletivo**, em atendimento ao art. 10, inciso V, do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025;

II – **não ocupo cargo eletivo ou cargo comissionado em outro Município**, em atendimento ao art. 10, inciso VI, do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025;

III – **estou adimplente com as prestações de contas relacionadas aos recursos financeiros repassados pelo Ministério da Educação – MEC e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE que estejam ou tenham estado sob minha responsabilidade**, quando aplicável, em atendimento ao art. 10, inciso VII, do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025;

IV – **possuo disponibilidade para o cumprimento da carga horária de 40 (quarenta) horas semanais**, caso seja designado(a) para o exercício da função de Diretor Escolar, em atendimento ao art. 10, inciso VIII, do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025;

V – caso possua vínculo com a Administração Municipal correspondente a 20 (vinte) horas semanais, **declaro estar ciente de que a participação no Processo Seletivo e eventual designação para a função de Diretor Escolar implicarão o cumprimento da carga horária de 40 (quarenta) horas semanais**, conforme o §1º do art. 10 do Decreto Executivo Municipal nº 069/2025.

Declaro, ainda, estar ciente de que as informações acima poderão ser verificadas pela Comissão Municipal, pelo Setor de Recursos Humanos, pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e pelos demais setores competentes da Administração Municipal, e que a constatação de declaração falsa, omissão de informação relevante ou descumprimento de requisito obrigatório poderá acarretar o indeferimento da inscrição ou a eliminação do Processo Seletivo, sem prejuízo das demais responsabilidades cabíveis.

Altamira do Paraná, _____ de agosto de 2026.

_____
Candidato

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:25168D4F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, 4, DE 11/8/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO, 5, DE 5/8/2026

CÂMARA DE VEREADORES DE AMAPORÃ

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, 4, DE 11 DE AGOSTO DE 2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO, 5, DE 5 DE AGOSTO DE 2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE AMAPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 71, IV, da Lei 14133/21, tendo em vista o Processo Administrativo n.o 5, de 5/8/2026, de contratação direta, por meio da Inexigibilidade de Licitação, 5, de 11/8/2026, na forma do art. 74, III, f, da Lei 14133/21, RESOLVE:

1. ADJUDICAR à proponente, INSTITUTO NOJURI'S LTDA, sob CNPJ 66.284.337/0001-86, nos dias 11, 12, 13 e 14/8/2026, em Curitiba/PR, tema: "O Poder Fiscalizador Julgador do Legislativo Municipal – MODO CLÁSSICO.". – para execução nos termos e prazos programados.
2. HOMOLOGAR o resultado do processo licitatório acima referido, conforme decidido pela Agente de Contratação, que classificou como vencedora a proposta apresentada pela proponente, INSTITUTO NOJURI'S LTDA, com inscrição no CNPJ 66.284.337/0001-86, pelo valor de R$ 11.160,00 (onze mil e cento e sessenta reais) e nas demais condições estabelecidas no edital e na proposta vencedora.
3. PUBLICAR o presente Termo de Homologação e Adjudicação no site da câmara e no Diário Oficial dos municípios do Paraná, assegurando a transparência e a publicidade dos atos administrativos, em atendimento ao artigo 94 da Lei nº 14.133/2021.

Amaporã, 11 de Agosto de 2026.

ALDAIR FRANCISCO CALDEIRA
Presidente

Publicado por:
Antonio Mauricio Delatorre
Código Identificador:E92D4639

RECURSOS HUMANOS
DECRETO NO 164/2026

DECRETO No 164/2026

SÚMULA: Exonera a Pedido do Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais**.**

DECRETA:
Art.1o – Exonera a pedido do Sr. **CRISTIANO SANTOS RODRIGUES** portador da Cédula de Identidade nº 9.683.932-4 e inscrito no CPF nº 055.594.499-97, servidor desta Municipalidade

lotado no Departamento de Educação, Cultura e Esportes, no cargo de **PROFESSOR 20H**, a partir do dia **12/08/2026.**

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, 11 (onze) dias do mês de agosto do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:FC0287F5

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 042/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 042/2026

O Prefeito do Município de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** aberto pelo **Edital nº 033/2026**, a comparecer na Prefeitura Municipal de Amaporã - Divisão de Recursos Humanos em horário de expediente, no período de **12 a 21 de agosto de 2026**, a fim de submeter ao processo admissional, munida de fotocópias dos seguintes documentos:

( ) Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

( ) Certidão de Casamento ou Nascimento;

( ) Certidão de Nascimento dos filhos;

( ) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

( ) Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

( ) Cadastro do PIS/PASEP;

( ) Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais;

( ) Título de Eleitor;

( ) Atestado Médico Admissional de acordo com o Decreto Municipal 085/2014;

( ) Foto 3x4, colorida e recente;

( ) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

( ) Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

( ) Comprovante de Residência na data da Contratação em nome do admitido e/ou declaração de residência;

( ) Declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, com firma reconhecida em cartório; salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria, especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF;

( ) Declaração de Bens;

( ) Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

( ) Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho) e/ou extrato da CTPS Digital;

( ) Certidão Negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais junto ao Cartório Distribuidor da Comarca onde reside;

( ) Registro no respectivo Conselho Regional de sua classe, ao cargo inscrito (quando for o caso).

( ) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:

-Regime do vínculo: celetista, estatutário, etc;

-Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);

-Carga horária do outro vínculo;

-Horário de trabalho do outro vínculo;

CARGO: ENFERMEIRO

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Nº DO CPF	DATA DE NASC.	PONT.	CLASSIFIC.
06	Ariadine Lacerda dos Santos	081.700.519-67	23/05/1988	106,0	1º LUGAR

O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação da candidata.

Edifício da Prefeitura do Município de Amaporã, Estado do Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:D99E6A95

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 005/2026

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 005/2026

Contratado por aprovação no Processo Seletivo Simplificado, realizado pela Prefeitura Municipal de Amaporã, conforme Edital nº 033/2026 de 15/07/2026.

Contratado: BRUNA PEREIRA DA SILVA DO VALE
RG: 12.967.813-5
CPF: 062.380.359-35
CTPS: 16002043498
Cargo: ORIENTADOR SOCIAL
Salário: R$ R$2.811,78
Data de Admissão: 11/08/2026
Carga Horária: 40 horas semanais
Período de duração: 1 ano
Regime: CLT

Lotação: Departamento de Assistência Social

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de agosto do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:0BB046FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 063/2026 VINCULADO A DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº. 011/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 061/2026

DO CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ANAHY/PR, pessoa jurídica de direito público, Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, 591, Centro, Anahy/PR, CEP 85.425-000, inscrito no CNPJ sob o nº. 95.594/800/0001-94, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Arilson Batista de Souza, brasileiro, residente na Rua Duque de Caxias, Município de ANAHY, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 5.XXX.XXX-2, expedida pela SSP/PR, e do CPF/MF sob nº 764.XXX.XXX-20. **DO CONTRATADO:** ELETRO CAF COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, CNPJ nº 10.906.818/0001-21, com sede na Rua João Marques de Oliveira, nº237, Sala 03, Bairro Morumbi, Cascavel – PR, através de seu Procurador o Sr. Estacilio José Cardoso Portador do RG sob nº 3.544.847-0 e CPF nº 498.824.499-72, WhatsApp (45) 3224 - 0801 E-mail: eletrocaf@hotmail.com. **DO OBJETO:** Contratação de empresa devidamente credenciada pela COPEL para a execução de obra de extensão de rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, destinada ao atendimento da iluminação pública, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, conforme projeto nº 1721783, aprovado pela COPEL. **DO VALOR E DO PAGAMENTO:** O presente contrato terá o valor global de R$ 16.696,06 (dezesseis mil e seiscentos e noventa e seis reais e seis centavos), correspondente à execução integral do objeto contratado. **DOS PRAZOS:** O prazo máximo para a execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, e caso as assinaturas sejam realizadas de forma eletrônica, os efeitos serão produzidos a partir da data da última assinatura, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021. **DOTAÇÃO**: Vide contrato originário. **FORO:** Comarca de Corbélia, Estado do Paraná. **Anahy-PR, 07 de agosto de 2026.**

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:2911CAF8

SECRETARIA GERAL
EXTRATO TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM MUNICIPAL EM CARATER ONEROSO

PROCESSO LICITATÓRIO	Dispensado
ESPÉCIE	CESSÃO DE USO
PARTES	MUNICÍPIO DE ANAHY WILLIAN CHINO QUISPE 01060501929
OBJETO	Cessão de Uso de um imóvel de propriedade do município de Anahy.
VIGÊNCIA	21/07/2026 à 20/07/2030
DATA	21 de julho de 2026
FORO	CORBÉLIA
ASSINATURAS	ARILSON BATISTA DE SOUZA WILLIAN CHINO QUISPE

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:1090BA66

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11315/2026 DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor deR$ 45.920,00 (quarenta e cinco mil novecentos e vinte reais), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
07.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, TURISMO E INOVAÇÃO	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE FOMENTO TURISTICO	
07.002.04.122.0002.2.053.		Manter o Centro de Eventos Com. Guido Veltrini	
1347 - 3.3.90.37.00.00	03000	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	45.920,00

Total Suplementação: 45.920,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município deANDIRA , Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:341E05F6

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 017/2026 PSS - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL I, EDUCADOR INFANTIL, PEDAGOGO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ARTE E PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

A Prefeita Municipal de Andirá, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o resultado final do Processo Seletivo Simplificado de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL I, EDUCADOR INFANTIL, PEDAGOGO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ARTE E PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, objeto do Edital nº 004/2026, homologado em 23 de Abril de 2026, CONVOCA para contratação, os candidatos abaixo relacionados, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal de Andirá – Pr., no Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190 – Jardim Vésper – Andirá-Pr, e se apresentar até a data de 14 de agosto de 2026, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00.

Candidato convocado:

CARGO: Professor de Ensino Fundamental/Educação infantil - PSS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
28º	ANA PAULA ARIOSO DOS SANTOS
29º	MARIELE DE ANDRADE PINHEIRO
AFRO 6º	BIANCA ROCIO JERONIMO NOGUEIRA

O candidato classificado convocado, deverá se apresentar no Departamento de Recursos Humanos no prazo fixado de **2 dois dias úteis**, onde será entregue a lista de documentos necessários para admissão e, aberto novo prazo de **3 dias úteis** para entrega de documentos e procedimentos administrativos, o candidato convocado que não se apresentar nos prazos indicados será encaminhado para o final de lista, sendo convocado o candidato classificado em ordem subseqüente, de acordo com o Edital nº 004/2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Andirá, 11 de agosto de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Gustavo Taconi
Código Identificador:5B4A6011

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 081/2026 CONCURSO 001/2023 – ADMINISTRAÇÃO – SAÚDE - EDUCAÇÃO

A Prefeita Municipal de Andirá, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o resultado final do CONCURSO PÚBLICO 001/2023, objeto do Edital nº 001/2023, homologado em 21 de fevereiro de 2024, CONVOCA para contratação, os candidatos abaixo relacionados, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal de Andirá – Pr., no Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190 – Jardim Vésper – Andirá-Pr, e se apresentar até a data de 17 de agosto de 2026, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00.

Candidatos convocados:

Cargo: Agente Comunitário de Saúde

CLASSIFICAÇÃO GERAL	CANDIDATO
7º	CAMILA NARDONI GONÇALEZ

Cargo: Professor Ensino Fundamental/Educação Infantil

CLASSIFICAÇÃO GERAL	CANDIDATO
69º	CAMILA DA SILVA PELIZARI

*O candidato classificado convocado que não se apresentar para os procedimentos administrativos de admissão no prazo fixado de três dias úteis, deve ser considerado desistente, sendo convocado o candidato classificado em ordem subsequente, de acordo com item 14.2 do Edital nº 001/2023.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Andirá, 11 de agosto de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Gustavo Taconi
Código Identificador:A5C773F3

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO N° 115/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2024

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PARANÁ
MAGIOLI & MILANI LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, DIESEL COMUM E S10) PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: Pela prestação do serviço o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor de **R$ 149.437,80** (cento e quarenta e nove mil quatrocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de **40 (quarenta) dias**, a partir de **11.08.2026 a 20.09.2026.**

DATA: 11.08.2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2024

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

LEONARDO BRUNO MAGIOLI
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:FD557135

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 12º E 13º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 094/2021

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
R. BRAGA ROSENDO LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **11/08/2026** e término em **10/08/2027** com fundamento no art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores na importância de **R$ 124.121,04** (cento e vinte e quatro mil cento e vinte e um reais e quatro centavos), com fundamento no art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 11.08.2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2021

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

REGIANE BRAGA ROSENDO
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:E6D3BBF5

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 4.061 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

(PROJETO DE LEI Nº 45/2026 - PMA)

LEI Nº. 4.061 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: *Altera a Lei Municipal nº 2.038, de 08 de janeiro de 2010, para criar o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Transporte da Educação, e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Andirá aprovou e eu, EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam alterados os Anexos II e III da Lei Municipal nº 2.038, de 08 de janeiro de 2010, para criação do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Transporte da Educação:
ANEXO II
CARGOS EM COMISSÃO

VAGAS	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	REMUNERAÇÃO
01	Diretor do Departamento de Transporte da Educação	R$ 7.683,27

ANEXO III
DESCRIÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO

37) DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE DA EDUCAÇÃO
Requisitos: ser servidor ocupante do cargo efetivo de motorista ou motorista escolar/ambulância.
Atribuições:
- Organizar e promover ações e projetos de educação permanente e capacitações exigidas às equipes de transporte;
- Acompanhar a manutenção preventiva e conservação da frota, inclusive perante autopeças e oficinas mecânicas;
- Acompanhar e fiscalizar as rotinas de abastecimento da frota, tanto no que se refere a combustíveis, quanto aos aditivos e sistema de arrefecimento dos veículos;
- Sugerir descrição de serviços e de peças para realização de compras via procedimento licitatório, acompanhando todo o procedimento perante o Departamento de Licitação;
- Providenciar a correta limpeza e higienização da frota;
- Participar de reuniões técnicas;
- Supervisionar os materiais necessários que devem compor no atendimento qualificado realizado pela frota;
- Responder pelas reclamações e sugestões dos usuários do transporte escolar e universitário no que se refere ao serviço de transporte da Secretaria Municipal de Educação;
- Acompanhar as ocorrências no controle de jornada dos motoristas da Secretaria Municipal de Educação;
- Reportar a(o) Secretário(a) Municipal de Educação questões e problemas que não possam ser solucionados no Departamento, especialmente quanto a eventuais faltas funcionais dos servidores lotados no Departamento.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a promover, se necessário, a abertura de crédito adicional e os ajustes pertinentes no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual em vigor, observadas as normas de direito financeiro e orçamentário aplicáveis.

Art. 3º A estimativa de impacto orçamentário-financeiro, elaborada na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal, integra a presente Lei para todos os efeitos legais.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:1ED9ADA9

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.275 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora Pública Municipal, **ALINE DE ANDRADE RAFAEL**, ocupante do cargo de **TECNICO DE ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, por um período de 03 (três) meses, iniciando em 14 de agosto de 2026, com término em 13 de novembro de 2026, referente ao período aquisitivo: 18-04-2012 a 17-04-2017, com a respectiva remuneração, conforme art. 1º da Lei nº. 1.661/2007, que alterou o art. 111 da Lei nº. 1.170/1993.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:C0C80F9A

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.276 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias iniciais, a partir do dia 16 de setembro de 2026, a Servidora Pública Municipal **MARIANA YASMIM GRANATTO** ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, referente ao período aquisitivo: 02-04-2024 a 01-04-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:32C19500

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.277 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias finais, a partir do dia 19 de agosto de 2026, ao Servidor Público Municipal **GERSON CARLOS MARCHIONI** ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Agricultura e meio ambiente**,** lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo: 23-09-2022 a 22-09-2023.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:21766D82

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.278 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias iniciais, a partir do dia 03 de setembro de 2026, ao Servidor Público Municipal **GERSON CARLOS MARCHIONI** ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Agricultura e Meio ambiente**,** lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo: 23-09-2023 a 22-09-2024.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:72432333

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.279 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDOa Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDOo Decreto 9.858 de 24 de Janeiro de 2023 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá Pr.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	LEANDRO FARIA DIAS OTAVIO MILANI BUENO DE GODOY		
Fiscal Substituto:	RUDIMAR FAUSTINO REGINALDO REINALDO		
Gestor Titular:	ANA HELENA PEREIRA DE CAMPOS BERNARDINI		
Gestor Substituto:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Contrato nº	115/2026	**VIGÊNCIA:**	11.08.2026 A 20.09.2026
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	052/2024		
Contratado:	**MAGIOLI & MILANI LTDA**		
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, DIESEL COMUM E S10) PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
Valor:	**R$ 149.437,80**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 11 de Agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:9A22B3C4

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.280 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 15 dias de férias iniciais, a partir do dia 11 de agosto de 2026, a Servidora Pública Municipal **PATRICIA DO CARMO BRASILIO** ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS,** referente ao período aquisitivo: 10-01-2023 a 09-01-2024.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor nesta data,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:F1EBC1A4

GABINETE DA PREFEITA
PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO Nº 1.844/2026

REQUERENTE: KARINA VASCONCELOS ROLDÃO DA SILVA
ASSUNTO: ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS – ITBI

IMÓVEL: CONJUNTO RESIDENCIAL NELSON GIROLDO – MATRÍCULA Nº 5.025 DO SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ANDIRÁ

DECISÃO ADMINISTRATIVA

I – RELATÓRIO
Trata-se de requerimento formulado por **KARINA VASCONCELOS ROLDÃO DA SILVA**, por meio do qual pretende a concessão de isenção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, relativamente à formalização da transmissão do imóvel situado no Conjunto Residencial Nelson Giroldo, objeto da matrícula nº 5.025 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Andirá, com fundamento no art. 3º da Lei Municipal nº 2.418, de 13 de agosto de 2013.
O pedido foi inicialmente indeferido pelo Auditor Fiscal da Receita Municipal, ao entendimento de que a requerente não teria ingressado no programa habitacional como beneficiária originária da política pública, mas adquirido a posição contratual por meio de cessão onerosa de direitos realizada entre particulares.
Apresentado pedido de reapreciação, a Decisão nº 03/2026 da Procuradoria-Geral do Município manteve o indeferimento, considerando que as cessões contratuais anteriores impediriam o enquadramento da requerente nas condições previstas pelo art. 3º da Lei Municipal nº 2.418/2013.
Inconformada, a requerente interpôs recurso voluntário ao Conselho Municipal de Contribuintes, sustentando, em síntese, que o imóvel

integra empreendimento habitacional de interesse social vinculado à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR; que foi reconhecida pela Companhia como titular da relação contratual; que realizou a quitação do financiamento habitacional; e que a transferência imobiliária a ser formalizada corresponde à primeira transmissão da propriedade realizada pela COHAPAR.
O Conselho Municipal de Contribuintes, após análise dos documentos e das circunstâncias constantes dos autos, deliberou pelo reconhecimento do direito à isenção, considerando que a requerente deve ser reconhecida como beneficiária titular do imóvel e que a operação a ser formalizada constitui a primeira transferência imobiliária efetuada pela COHAPAR.
Vieram os autos para decisão.
É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO
A Lei Municipal nº 2.418, de 13 de agosto de 2013, foi editada com a finalidade de viabilizar e facilitar a regularização e a aquisição de unidades habitacionais integrantes de programas habitacionais de interesse social.
O art. 3º da referida lei dispõe:
"Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder isenção do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, incidente sobre a primeira transferência feita pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, e/ou pelas empresas contratadas ou conveniadas desta ao beneficiário titular do imóvel oriundo do parcelamento das áreas destinadas à implantação de programas habitacionais de interesse social."
A concessão do benefício pressupõe, portanto, que o imóvel seja oriundo de parcelamento destinado à implantação de programa habitacional de interesse social; que a transmissão seja realizada pela COHAPAR ou por empresa por ela contratada ou conveniada; que a operação corresponda à primeira transferência imobiliária; e que o adquirente seja o beneficiário titular do imóvel.
No caso concreto, está documentalmente demonstrado que o imóvel integra o Conjunto Residencial Nelson Giroldo, empreendimento habitacional vinculado à COHAPAR e implantado em área destinada à execução de programa habitacional de interesse social.
Também consta dos autos resposta oficial fornecida pela Companhia de Habitação do Paraná, na qual a COHAPAR informou que **Karina Vasconcelos Roldão da Silva é a beneficiária titular originária do imóvel no âmbito do programa habitacional**.
Na mesma manifestação, a Companhia esclareceu que a operação envolvendo a requerente configura **primeira transferência** para fins de formalização da transmissão imobiliária.
Essas informações foram prestadas pela própria entidade responsável pelo programa habitacional e pela administração do contrato relativo ao imóvel, não havendo, nos autos, elemento que permita afastar o reconhecimento formal da requerente como titular da relação habitacional perante a COHAPAR.
Embora os documentos demonstrem a ocorrência de cessões anteriores de direitos contratuais entre particulares, tais negócios não produziram, por si sós, a transferência da propriedade imobiliária registrada. As cessões representaram alterações na posição contratual relativa à promessa de compra e venda, permanecendo a titularidade registral do imóvel em nome da COHAPAR.
Deve-se distinguir, portanto, a cessão da posição contratual ocorrida anteriormente entre particulares da transferência da propriedade imobiliária que será formalizada diretamente pela COHAPAR.

A expressão "primeira transferência", empregada pelo art. 3º da Lei Municipal nº 2.418/2013, deve ser compreendida como a primeira transmissão da propriedade efetuada pela COHAPAR ao beneficiário titular reconhecido pela Companhia. Não houve, até o momento, transmissão registral anterior do imóvel pela COHAPAR a qualquer dos antigos titulares da posição contratual.
A legislação municipal também não estabelece, como condição expressa para a concessão do benefício, que o adquirente tenha sido necessariamente a primeira pessoa selecionada quando da implantação do empreendimento habitacional. A norma refere-se ao **beneficiário titular do imóvel**, condição que, no caso, foi expressamente reconhecida pela COHAPAR em favor da requerente.
Consequentemente, estando Karina Vasconcelos Roldão da Silva reconhecida pela Companhia como titular do contrato habitacional, tendo sido quitadas as obrigações relativas ao financiamento e sendo a transmissão pretendida a primeira transferência da propriedade promovida pela COHAPAR, encontram-se preenchidos os requisitos previstos no art. 3º da Lei Municipal nº 2.418/2013.
Esse entendimento preserva a interpretação estrita do benefício fiscal, pois não amplia as hipóteses previstas na legislação, limitando-se a aplicar a isenção à situação que se enquadra em seus elementos objetivos: imóvel integrante de programa habitacional de interesse social, primeira transmissão pela COHAPAR e aquisição pelo beneficiário titular reconhecido pela própria Companhia.
Dessa forma, acolho o entendimento adotado pelo Conselho Municipal de Contribuintes, reconhecendo que a requerente é a beneficiária titular do imóvel para fins de aplicação da Lei Municipal nº 2.418/2013.

III – DISPOSITIVO
Diante do exposto, com fundamento no art. 3º da Lei Municipal nº 2.418, de 13 de agosto de 2013, e considerando a decisão proferida pelo Conselho Municipal de Contribuintes:
I – ACOLHO a decisão do Conselho Municipal de Contribuintes;
II – DOU PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto por **KARINA VASCONCELOS ROLDÃO DA SILVA**, reformando as decisões administrativas anteriormente proferidas no Processo Administrativo Tributário nº 1.844/2026;
III – RECONHEÇO que, para os fins previstos no art. 3º da Lei Municipal nº 2.418/2013, a requerente possui a condição de beneficiária titular do imóvel objeto da matrícula nº 5.025 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Andirá, conforme reconhecimento formal efetuado pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR;
IV – RECONHEÇO que a transmissão da propriedade a ser formalizada diretamente pela COHAPAR em favor da requerente corresponde à primeira transferência imobiliária promovida pela Companhia relativamente ao imóvel em questão, não se confundindo com as cessões anteriores de direitos contratuais realizadas entre particulares;
V – DEFIRO, consequentemente, o pedido de isenção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI incidente sobre a transmissão do imóvel objeto deste processo, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 2.418/2013;
VI – DETERMINO ao Departamento de Cadastro e Tributação que adote as providências necessárias para a emissão da declaração ou

certidão de isenção do ITBI, exclusivamente para a transferência da propriedade do
imóvel objeto da matrícula nº 5.025 pela COHAPAR em favor de Karina Vasconcelos Roldão da Silva;

VII – CONSIGNE-SE que a presente decisão se limita à operação e ao imóvel identificados neste processo, não alcançando eventuais outros tributos, taxas, emolumentos ou obrigações que não estejam abrangidos pela Lei Municipal nº 2.418/2013;

VIII – INTIME-SE a interessada acerca desta decisão e, após o cumprimento das providências administrativas cabíveis, arquivem-se os autos.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Andirá, 04 de agosto de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá – PR

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:627536D2

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026

PROCESSO LICITAÇÃO Nº **38/2026**
Pregão Nº **05/2026**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SAMAE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES.

EMPRESAS VENCEDORAS:
FGS COMERCIAL LTDA- CNPJ 39.988.022/0001-47.
VIGÊNCIA: 11/08/2026 A 10/08/2027.

BLUSAFE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL LTDA - CNPJ: 36.091.140/0001-60.
VIGÊNCIA: 29/07/2026 A 28/07/2027.

CARLOS EDUARDO DE SOUZA BORGES LTDA - CNPJ: 07.067.855/0001-89.
VIGÊNCIA: 28/07/2026 A 27/07/2027.

FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - CNPJ: 04.584.756/0001-86.
VIGÊNCIA: 28/07/2026 A 27/07/2027.

FORTE SINAL EQUIPAMENTOS - EIRELI - EPP - CNPJ: 26.729.755/0001-15.
VIGÊNCIA: 30/07/2026 A 29/07/2027.

G BATISTA ACESSORIOS LTDA - CNPJ: 56.426.474/0001-54.
VIGÊNCIA: 03/08/2026 A 02/08/2027.

PROFORTO SINALIZAÇÃO LTDA - CNPJ: 25.247.615/0001-48.
VIGÊNCIA: 28/07/2026 A 27/07/2027.

YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 51.740.794/0001-60.
VIGÊNCIA: 28/07/2026 A 27/07/2027.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

RONIVALDO VISOTO
Pregoeiro

Representantes Legais:

FERNANDO GUILHERME SEILER

TAINARA SOARES

CARLOS EDUARDO DE SOUZA BORGES

LUCIANO CRUZ FACINA

LEONARDO DA SILVA COSTA

GABRIEL BATISTA DE SOUZA

ERASMO CARMO DE MIRANDA GOULART

IRENE LOPES SALVI

OBS: A RELAÇÃO DE ITENS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO E ATA DE REGISTRO ESTARÁ DISPONIVEL NO SITE OFICIAL DO SAMAE.
https://samaeandira.com.br/licitacoes

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:12993E91

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO AVISO DE LEILÃO PÚBLICO - LEILÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

OBJETO: REALIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, CONSIDERADOS INSERVÍVEIS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CLASSIFICADOS COMO OCIOSOS, RECUPERÁVEIS, ANTIECONÔMICOS E IRRECUPERÁVEIS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Até as 08h:00 do dia 09/09/2026; **INÍCIO DA SESSÃO**: 09h:00m do dia 09/09/2026. **LOCAL:** BNC (Bolsa Nacional de Compras) - www.bnc.org.br. **AQUISIÇÃO DO EDITAL**: O edital completo encontra-se no site do SAMAE de Andirá https://samaeandira.com.br/licitacoes ou www.bnc.org.br, maiores informações no Departamento de Licitações e Compras - Rua Minas Gerais, nº 828 – Jardim Centenário – Andirá – PR, das 08h:00m às 12h:00m, e das 13h:30m às 17h:00m, ou pelo telefone 43 3538 – 7575. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Andirá, 11 de Agosto de 2026.

FERNANDA LEITE BRUNAÇO
Leiloeira

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:3346FBA6

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO PORTARIA N° 1.554 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA, Diretor Presidente, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO a Portaria Nº 324 de 11 de abril de 2019 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	**RODRIGO FARIA DIAS**		
Fiscal Substituto:	**ROSENILDA DA SILVA DINIZ**		
Gestor Titular:	**WAGNER MARTINS DE ALMEIDA**		
Gestor Substituto:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
ATA Nº:	**019-2026**	**Vigência:**	**11/08/2026 A 10/08/2027**
ID DA ATA:	**050-2026**		
Modalidade:	**PREGÃO ELETRÔNICO**		
Nº Licitação:	**05/2026**		
Contratado:	**FGS COMERCIAL LTDA**		
Objeto:	**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SAMAE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES.**		
Valor:	**R$ 11.134,84 (Onze mil, cento e trinta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).**		

Fiscal Titular:	**RODRIGO FARIA DIAS**		
Fiscal Substituto:	**ROSENILDA DA SILVA DINIZ**		
Gestor Titular:	**WAGNER MARTINS DE ALMEIDA**		
Gestor Substituto:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
ATA Nº:	**019-2026**	**Vigência:**	**29/07/2026 A 28/07/2027**
ID DA ATA:	**051-2026**		
Modalidade:	**PREGÃO ELETRÔNICO**		
Nº Licitação:	**05/2026**		
Contratado:	**BLUSAFE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL LTDA.**		
Objeto:	**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SAMAE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES.**		
Valor:	**R$ 31.484,25 (Trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).**		

Fiscal Titular:	**RODRIGO FARIA DIAS**		
Fiscal Substituto:	**ROSENILDA DA SILVA DINIZ**		
Gestor Titular:	**WAGNER MARTINS DE ALMEIDA**		
Gestor Substituto:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
ATA Nº:	**019-2026**	**Vigência:**	**28/07/2026 A 27/07/2027**
ID DA ATA:	**052-2026**		
Modalidade:	**PREGÃO ELETRÔNICO**		
Nº Licitação:	**05/2026**		
Contratado:	**CARLOS EDUARDO DE SOUZA BORGES LTDA.**		
Objeto:	**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SAMAE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES.**		
Valor:	**R$ 840,00 (Oitocentos e quarenta reais).**		

Fiscal Titular:	**RODRIGO FARIA DIAS**		
Fiscal Substituto:	**ROSENILDA DA SILVA DINIZ**		
Gestor Titular:	**WAGNER MARTINS DE ALMEIDA**		
Gestor Substituto:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
ATA Nº:	**019-2026**	**Vigência:**	**28/07/2026 A 27/07/2027**
ID DA ATA:	**053-2026**		
Modalidade:	**PREGÃO ELETRÔNICO**		
Nº Licitação:	**05/2026**		
Contratado:	**FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA.**		
Objeto:	**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SAMAE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES.**		
Valor:	**R$ 5.998,88 (Cinco mil, novecentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos).**		

Fiscal Titular:	**RODRIGO FARIA DIAS**		
Fiscal Substituto:	**ROSENILDA DA SILVA DINIZ**		
Gestor Titular:	**WAGNER MARTINS DE ALMEIDA**		
Gestor Substituto:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
ATA Nº:	**019-2026**	**Vigência:**	**30/07/2026 A 29/07/2027**
ID DA ATA:	**054-2026**		
Modalidade:	**PREGÃO ELETRÔNICO**		
Nº Licitação:	**05/2026**		
Contratado:	**FORTE SINAL EQUIPAMENTOS - EIRELI – EPP.**		
Objeto:	**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SAMAE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES.**		
Valor:	**R$ 8.800,00 (Oito mil, e oitocentos reais).**		

Fiscal Titular:	**RODRIGO FARIA DIAS**		
Fiscal Substituto:	**ROSENILDA DA SILVA DINIZ**		
Gestor Titular:	**WAGNER MARTINS DE ALMEIDA**		
Gestor Substituto:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
ATA Nº:	**019-2026**	**Vigência:**	**03/08/2026 A 02/08/2027**
ID DA ATA:	**055-2026**		
Modalidade:	**PREGÃO ELETRÔNICO**		
Nº Licitação:	**05/2026**		
Contratado:	**G BATISTA ACESSORIOS LTDA.**		
Objeto:	**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SAMAE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES.**		
Valor:	**R$ 5.767,00 (Cinco mil, setecentos e sessenta e sete reais).**		

Fiscal Titular:	**RODRIGO FARIA DIAS**		
Fiscal Substituto:	**ROSENILDA DA SILVA DINIZ**		
Gestor Titular:	**WAGNER MARTINS DE ALMEIDA**		
Gestor Substituto:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
ATA Nº:	**019-2026**	**Vigência:**	**28/07/2026 A 27/07/2027**
ID DA ATA:	**056-2026**		
Modalidade:	**PREGÃO ELETRÔNICO**		
Nº Licitação:	**05/2026**		
Contratado:	**PROFORTO SINALIZAÇÃO LTDA.**		
Objeto:	**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SAMAE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES.**		
Valor:	**R$ 10.800,00 (Dez mil, e oitocentos reais).**		

Fiscal Titular:	**RODRIGO FARIA DIAS**		
Fiscal Substituto:	**ROSENILDA DA SILVA DINIZ**		
Gestor Titular:	**WAGNER MARTINS DE ALMEIDA**		
Gestor Substituto:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
ATA Nº:	**019-2026**	**Vigência:**	**28/07/2026 A 27/07/2027**
ID DA ATA:	**057-2026**		
Modalidade:	**PREGÃO ELETRÔNICO**		
Nº Licitação:	**05/2026**		
Contratado:	**YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA.**		
Objeto:	**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SAMAE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES.**		
Valor:	**R$ 374,50 (Trezentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos).**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o SAMAE perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir do dia 28 de julho de 2026, revogada as disposições em contrário.

Andirá, 11 de agosto de 2026.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:9CE27661

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/2026

A Prefeita Municipal de Antonina/PR torna pública a RATIFICAÇÃO de Dispensa de Licitação n° 020/2026 que tem por objeto a contratação de serviços de cenografia, decoração temática e iluminação para a Festa de Nossa Senhora do Pilar, compreendendo o fornecimento de materiais, confecção, transporte, montagem, desmontagem, instalação e todos os serviços necessários à perfeita

execução do objeto, em atendimento à Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência, prestados pela empresa **ESTÚDIO PONTIAGUDO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME**, no valor de R$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais), com base no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, bem como as especificações constantes do **Termo de Convênio nº 0449/2026, Protocolo nº 25.518.242-0**, celebrado entre o Município de Antonina/PR e o Estado do Paraná mediante a sua Secretaria de Estado de Turismo – SETU.

Antonina, 11 de agosto de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETI OSAKI
Prefeita do Município de Antonina/PR

Publicado por:
Petrus Antonio Cyulyk
Código Identificador:D23DCEFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 291/2026 - RECONHECE ÁREA DE INTERESSE PARA PLANEJAMENTO TERRITORIAL

DECRETO Nº 291/2026, de 10 de agosto de 2026

Reconhece a Área de Interesse para Planejamento Territorial denominada Rio Bonito/Rio do Nunes, localizada na Comunidade do Cacatu, Município de Antonina, para fins de compatibilização do planejamento territorial municipal e de cooperação institucional no procedimento estadual de regularização de terras devolutas, e revoga o Decreto Municipal nº 277/2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a competência municipal para promover o adequado ordenamento territorial mediante planejamento, controle do uso, ocupação e desenvolvimento do território municipal, nos termos da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que compete ao Município promover ações de planejamento territorial, voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável e à adequada integração entre as áreas urbanas e aquelas em processo de consolidação;

CONSIDERANDO a necessidade de harmonizar o planejamento territorial municipal com as políticas públicas estaduais relacionadas à regularização das terras devolutas, observadas as competências administrativas de cada ente federativo;

CONSIDERANDO que a ocupação denominada Rio Bonito/Rio do Nunes, situada na Comunidade do Cacatu, apresenta consolidação territorial, relevante interesse público e características compatíveis com a dinâmica de expansão e integração do tecido urbano municipal;

CONSIDERANDO o Ofício expedido pela Diretoria de Gestão Territorial do Instituto Água e Terra – IAT, que informa a existência de ocupação consolidada na referida área e a necessidade de manifestação do Município quanto ao interesse territorial e urbanístico da localidade;

CONSIDERANDO que a atuação conjunta entre Município e Estado constitui instrumento de cooperação administrativa destinado a conferir maior eficiência ao procedimento de regularização das terras devolutas previsto na legislação estadual;

DECRETA:

Art. 1º. Fica reconhecida como Área de Interesse para Planejamento Territorial a ocupação denominada Rio Bonito/Rio do Nunes, localizada na Comunidade do Cacatu, Município de Antonina, conforme memorial descritivo, levantamento planialtimétrico e demais documentos constantes do procedimento administrativo correspondente.
Parágrafo único. O reconhecimento de que trata este Decreto decorre da consolidação da ocupação existente, do interesse público municipal relacionado ao planejamento territorial e da necessidade de compatibilização das ações administrativas entre o Município de Antonina e o Estado do Paraná, por meio do Instituto Água e Terra - IAT.

Art. 2º. O reconhecimento previsto neste Decreto possui as seguintes finalidades:
I – subsidiar o planejamento territorial municipal relativo à área objeto deste Decreto;
II – reconhecer o interesse público municipal na compatibilização territorial da ocupação consolidada existente;
III – promover a cooperação institucional entre o Município de Antonina e o Instituto Água e Terra, para o desenvolvimento do procedimento administrativo de regularização das terras devolutas;
IV – orientar a atuação integrada dos órgãos públicos municipais quanto às futuras ações de planejamento, infraestrutura, ordenamento territorial e prestação de serviços públicos;
V – contribuir para a integração progressiva da área ao processo de desenvolvimento territorial do Município;

Art. 3º. O reconhecimento da Área de Interesse para Planejamento Territorial de que trata este Decreto possui natureza exclusivamente administrativa e constitui instrumento de planejamento territorial municipal, destinado à articulação institucional entre o Município de Antonina e o Instituto Água e Terra.
Parágrafo único. O presente Decreto visa promover a compatibilização das ações administrativas relacionadas ao planejamento territorial e ao procedimento estadual de regularização das terras devolutas, respeitadas as competências legais de cada ente público.

Art. 4º. O reconhecimento previsto neste Decreto:
I – não modifica a classificação territorial da área para fins urbanísticos, registrais, tributários ou cadastrais;
II – não implica reconhecimento, legitimação ou transferência de domínio;
III – não substitui nem interfere no procedimento administrativo de regularização de terras devolutas disciplinado pela legislação estadual do Estado do Paraná;
IV – não constitui ato de Regularização Fundiária Urbana – REURB, permanecendo o procedimento sujeito ao regime jurídico próprio das terras devolutas estaduais.

Art. 5º. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal poderão adotar, no âmbito de suas competências, as medidas administrativas necessárias à cooperação técnica e institucional, com o Instituto Água e Terra – IAT e demais órgãos estaduais envolvidos, no procedimento de regularização das terras devolutas, incidentes sobre a área objeto deste Decreto.
Parágrafo único. A cooperação de que trata este artigo observará os princípios da legalidade, da cooperação entre os entes públicos, da eficiência administrativa e da prevalência do interesse público, sem prejuízo das competências constitucionais e legais atribuídas ao Município e ao Instituto Água e Terra.

Art. 6º. Fica expressamente revogado o Decreto Municipal nº 277, de 28 de julho de 2026.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Antonina, 10 de agosto de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:194CF367

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 013/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2025 - TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO - PEDAGOGO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 013/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, considerando, rigorosamente, a ordem classificatória do Processo Seletivo Simplificado 02/2025, homologado, pelo Decreto nº. 149/2025 visando a contratação em caráter temporário do cargo de Trabalhador da Educação - Pedagogo, conforme consta nos autos de Processo Administrativo n° 1211/2025 nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e 661/2012,

TORNA PÚBLICO:

Que em atendimento aos dispositivos contidos no **item 9 da Convocação e Contratação** do **Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2025,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas desta Municipalidade, na Avenida Brasil, nº 665, em Balsa Nova/PR, no dia **13/08/2026, às 09h00min**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO - PEDAGOGO** ou, alternativamente, pela opção de desistência provisória com pedido de final de lista, conforme item 9.3.

De acordo com o Processos nº 19348/2026, as vagas são:

LOCAL	N° DE VAGAS
Escola Municipal Padre Boleslau Liana	1
Escola Municipal João Andreassa	1
CMEI Cantinho da Serra	1

A escolha das vagas seguirá rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASS.	CANDIDATOS	N° DO PROCESSO
78º	NALIANE MESQUITA DE ASSUNÇÃO	10165/2025
79º	MONIQUE MILENE DA SILVA	10276/2025
80º	DEBORA PEDRON	11635/2025
***81º*	*MARIA HELOISA DE OLIVEIRA ALVES*	*10525/2025*
***82º*	*MARIA EDUARDA CORREIA DA SILVA*	*11462/2025*

***Estão sendo convocados candidatos em número superior às vagas disponíveis, tendo em vista a possibilidade de desistência ou do não atendimento a este edital.*

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para ser contratado, o candidato deverá apresentar os documentos pessoais originais, em situação regular, acrescidos de 01 (uma) cópia simples, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita Carteira Nacional de Habilitação - CNH para este fim;
3) Comprovante do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo Meu INSS);
9) Título de Eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral: www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em edital;
12) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
13) Inscrição e Regularidade no Órgão de Classe: apenas para candidatos a cargo regulamentado, quando exigível;
14) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
15) CPF dos filhos menores de 18 anos;
16) Atestado de Antecedentes Criminais;
Se o RG for do Paraná, emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG de outros Estados, apresentar Atestado de Cadastro Negativo, emitido pelo órgão competente;
17) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
18) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos últimos 90 (noventa) dias;
19) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e nos termos do Anexo IV deste Edital;
20) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu o cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
21) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
22) Avaliação médica de saúde ocupacional a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, 11 de agosto de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal nº 113/2023
IEDA MARIA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:FAAA27A2

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00008, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - BALSA NOVA - PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00008, de 11 de Agosto de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
AYRTON COSTA LOYOLA (ESPÓLIO DE)	00X.XXX.XX9-87	7443 /00031/2026

AYRTON COSTA LOYOLA (ESPÓLIO DE)	00X.XXX.XX9-87	7443 /00032/2026
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: LUCIANO JOSE DE SOUZA Matrícula: 00054189 Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO / 6202 Assinatura:		

Data de afixação: 11/08/2026
Data de desafixação: 26/08/2026

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:1D92B7CF

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 562/2026 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 562/2026
REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo nº 16075/2023;
RESOLVE:
Art. 1º. Fica concedida Licença Prêmio a servidora relacionada abaixo:

Nome	Matricula	Início	Término	Período aquisitivo	Secretaria
SONIA APARECIDA ARAUJO DOS SANTOS	46681	17/08/2026	30/09/2026	2018/2023	SMS

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura de Balsa Nova, em 05 de agosto de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRICIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:AFEBBF06

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 569/2026

PORTARIA N. º 569/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e pautado nos autos do Processo administrativo n. º 16783/2026,
RESOLVE:
Art. 1º - Instaurar sindicância visando averiguar os fatos relatados no Processo administrativo n. º 16783/2026. O procedimento será conduzido pelo servidor **FERNANDO APARECIDO CÂMARA**, Assistente Social, matrícula n. º 46821.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, revogando as disposições ao contrário.

Balsa Nova, em 11 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:70AFCA26

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 570/2026

PORTARIA N.º 570/2026

SÚMULA: *Designa servidores para atuarem como Agentes de Contração e Comissão Permanente de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021, e dá demais providências.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDOo disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no artigo 8º, da Lei 14.133/2021 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDOa Decreto Municipal nº 002/2024, que estabelece as normas de aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Balsa Nova;

CONSIDERANDOque o agente de contratação é a pessoa designada por ato específico da autoridade competente, entre servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

CONSIDERANDOque a Comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares,

RESOLVE

Art. 1º. Designar os servidores abaixo para atuarem como "***Agentes de Contratação***" nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021:
I – Bianca Aparecida Marreiro, matrícula n° 41241;
II - Loriane Aggio, matrícula 41281;
III - Renata Wenceloski Cósta, matrícula n°41641;
IV - Suéli Luciane Roecker de Souza, matrícula n°41931.

Parágrafo único. Os agentes de contratação designados serão responsáveis, entre outras atribuições, pela operacionalização, condução e julgamento das dispensas eletrônicas e concorrências. Além dos lançamentos de inexigibilidades e dispensas em geral.

Art. 2º. Designar para atuarem como *"**Pregoeiros"***, conforme o disposto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021:

I – Bianca Aparecida Marreiro n° 41241;
II – Dejalma Kochinski, matrícula n°40131;
III - Renata Wenceloski Cósta, matrícula n°41641;
IV - Suéli Luciane Roecker de Souza, matrícula n°41931.

Art. 3º. Os Agentes de Contratação e Pregoeiros estão autorizados a convocar equipes de apoio e/ou técnico das secretarias correspondentes.

Art. 4º. Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a ***Comissão Permanente de Contratação***:

- BIANCA APARECIDA MARREIRO, matrícula 41241, Presidente.
- LORIANE AGGIO, matrícula 41281, Membro.
-SUÉLI LUCIANE ROECKER DE SOUZA, matrícula 41931, Membro.
- RENATA WENCELOSKI COSTA, matrícula 41641, Suplente.
- RAFAEL NOBORU TAKEUCHI, matrícula 43311, Suplente.

Parágrafo primeiro. Em caso de ausência do Presidente, um membro conduzirá os atos relativos ao procedimento licitatório como Presidente *ad hoc.*
Parágrafo segundo. Um dos membros será responsável por secretariar a Comissão Permanente de Contratação.

Art. 5º. As designações mencionadas terão caráterpermanente, salvo modificação ou revogação por meio de outro ato.
Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o disposto na Portaria nº 001/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 11 de agosto de 2026.

Assinatura Eletrônica
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:B59D8AC5

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 571/2026

PORTARIA N. º 571/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e pautado nos autos do Processo administrativo n. º 13798/2026,
RESOLVE:
Art. 1º - Instaurar sindicância visando averiguar os fatos relatados no Processo administrativo n. º 13798/2026. O procedimento será conduzido pelo servidor **FERNANDO APARECIDO CÂMARA**, Assistente Social, matrícula n. º 46821.
Art. 2º - Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, revogando as disposições ao contrário.

Balsa Nova, em 11 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:CC881B3D

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 572/2026

PORTARIA N.º 572/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo n° 19502/2026,
RESOLVE:
Art. 1º. Fica transferida a servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	Matricula	A partir de
ROSA MIRANDA DA SILVA DINIZ	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	44511	12/08/2026
Origem: SMS - Farmácia Básica **Destino:** SMS - Unidade Básica de Saúde Governador Jose Richa			

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova, 11 de agosto de 2026.

FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:2298B3E7

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 573/2026

PORTARIA N.º 573/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo n° 19067/2026,
RESOLVE:
Art. 1º. Fica transferida a servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	Matricula	A partir de
MARIA ELOISA MALINOWSKI DE OLIVEIRA	PSS - PROF EDUC-PROFESSOR N I PHNM	542174	04/08/2026
Origem: SMECE - Escola Rural Municipal Prof. Joaquim da Rocha Soares **Destino:** SMECE - Escola Municipal Padre Boleslau Liana			

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova, 11 de agosto de 2026.

FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:B1141DD1

ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PROVISÓRIO DE CREDENCIADOS

RESULTADO PROVISÓRIO DE CREDENCIADOS

Credenciamento nº 001/2026
Processo Administrativos nº 13368/2026

A Comissão Permanente de Avaliação de Credenciamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, no exercício de suas atribuições legais, divulga o resultado provisório do Edital de Chamamento Público referente ao Credenciamento nº 001/2026.
O credenciamento é voltado a pessoas jurídicas interessadas na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**.
O edital permanece possui vigência de 2 (dois) anos a partir da sua publicação, com possibilidade de prorrogação e as inscrições estão abertas durante toda a vigência do Edital em fluxo contínuo, permitindo o ingresso de novos interessados a cada ciclo, conforme os critérios definidos no próprio edital.

1 RESULTADO PROVISÓRIO

PROCESSO	REQUERENTE	DATA	HORA	Situação
14185/2026	FRATERNITAS	16/06/2026	13H 41	DEFERIDO
14202/2026	GIANA SOVINSKI – LAR RECANTO FELIZ	16/06/2026	14H 33	INDEFERIDO
19298/2026	GIANA SOVINSKI – LAR RECANTO FELIZ	07/08/2026	12H 36	DEFERIDO

2 RANKEAMENTO PROVISÓRIO DOS CREDENCIADOS

Identificação da CREDENCIADA	Data de habilitação	Data de Ordem de Serviço	Status na fila
FRATERNITAS	16/07/2026		1ª
GIANA SOVINSKI – LAR RECANTO FELIZ	07/08/2026		2ª

3 PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Os interessados em apresentar recurso contra o resultado provisório poderão fazê-lo no período de 3 (três) dias, por meio do link: https://balsanova.oxy.elotech.com.br/protocolo/1/aberturaProcessoExterno, utilizando o código de assunto: 834 – Credenciamento Recurso.

Em alternativa, os recursos também poderão ser protocolados presencialmente, junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, situado na Avenida Brasil, nº 665, Centro.

4 DISPOSIÇÕES FINAIS

A convocação do credenciados ocorrerá de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, respeitando os critérios do Edital.

Para esclarecimentos adicionais, os interessados poderão contatar a Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na **Avenida Iguaçu, nº 959, Centro – Balsa Nova**, ou pelo telefone **(41) 3636-8045**.

Balsa Nova, 11 de Agosto de 2026.

GLACI ANTÔNIA MERCHIORI,
Matricula N.º 541910
Presidente Da Comissão Permanente De Avaliação

VANESSA APARECIDA ABRAMOSKI,
Matrícula N.º 42901
Secretário Da Comissão Permanente De Avaliação

NILCEIA APARECIDA DA SILVA,
Matrícula N.º 541926
Membro Da Comissão Permanente De Avaliação

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:E0882C09

GABINETE
DECRETO N°160/2026

DECRETO N°160/2026

SUMULA: "Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2026, autorizado pela Lei nº 1515, de 11 de agosto de 2026, e promove alterações no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, tendo em vista a autorização contida na **Lei Municipal nº 1515, de 11 de agosto de 2026.**

DECRETA:

Art. 1°. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2026 , nos termos da Lei Municipal 1515, de 11 de agosto de 2026, e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais sob o nº 1451, de 27 de agosto de 2025 (Plano Plurianual), e nº 1456, de 16 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).
Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei nº 1471, de dezembro de 2025, um Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 521.917,71 (quinhentos e vinte e um mil, novecentos e dezassete reais e setenta e um centavos)**, mediante a inclusão/reforço de elemento de despesa abaixo especificado:

Órgão:	**12.000**	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária:	**12.001**	Gabinete do Secretário
Ação / Atividade:	**12.001.10.301.0016.1148**	Aquisição de Veículos para o Transporte Sanitário
Fonte de Recurso:	**1107**	Atenção Primária à Saúde (Emenda Parlamentar Gustavo Fruet)
Elemento de Despesa:	**4.4.90.52.00.00**	Equipamentos e Material Permanente
VALOR:		**R$ 521.917,71**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE:		**R$ 521.917,71**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO:		**R$ 521.917,71**

Art. 3º. Constituem recursos à cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º do presente Decreto os abaixo especificados:

I – Oriundos do superávit financeiro do exercício anterior apurado na Fonte de Recursos abaixo descrita, no valor de **R$ 521.917,71 (quinhentos e vinte e um mil, novecentos e dezassete reais e setenta e um centavos)**, conforme disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

Fonte de Recursos	Descrição	Valor (R$)
1107	Atenção Primária à Saúde - Emenda Parlamentar Gustavo Fruet	**521.917,71**

Art. 4º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial a que se refere este Decreto, fica reprogramado o montante das despesas e as metas físicas programadas para o exercício financeiro de 2026, nas Ações Orçamentárias 1148, estabelecidas no ANEXO II da Lei Municipal nº 1451, de 27 de agosto de 2025 – Plano Plurianual, na forma abaixo descrita:

Código	Especificação	Produto / Unidade	2026
10	**FUNÇÃO:** Saúde	Veículos / unidade	**Metas Físicas**
301	**SUBFUNÇÃO:** Atenção Básica		7
0016	**PROGRAMA:** Programa de Assistência à Saúde		**Metas Financeiras**
1148	**ATIVIDADE:** Aquisição de Veículos para o Transporte Sanitário		**R$ 2.000.843,00**

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial a que se refere este Decreto, fica reprogramado o montante das despesas e as metas físicas nas Ações Orçamentárias 1148, para o exercício de 2026, estabelecidas no ANEXO I da Lei Municipal nº 1456, de 16 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, na forma abaixo descrita:

Código	Especificação	Produto / Unidade	2026
10	**FUNÇÃO:** Saúde	Veículos / unidade	**Metas Físicas**
301	**SUBFUNÇÃO:** Atenção Básica		7
0016	**PROGRAMA:** Programa de Assistência à Saúde		**Metas Financeiras**
1148	**ATIVIDADE:** Aquisição de Veículos para o Transporte Sanitário		**R$ 2.000.843,00**

Art. 6°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 11 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:A074D0A7

GABINETE
LEI Nº 1515/2026

LEI Nº 1515/2026

SÚMULA: "Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2026, e a promover alterações no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026."

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA,** Estado do Paraná**, aprovou** e eu PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:
Art. 1°. Esta Lei autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2026 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais sob o nº 1451, de 27 de agosto de 2025 (Plano Plurianual), e nº 1456, de 16 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).
Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei nº 1471, de 12 de dezembro de 2025, um Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 521.917,71 (quinhentos e vinte e um mil, novecentos e dezessete reais e setenta e um centavos)**, mediante a inclusão/reforço de elemento de despesa abaixo especificado:

Órgão:	**12.000**	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	**12.001**	Gabinete do Secretário

Orçamentária:		
Ação / Atividade:	**12.001.10.301.0016.1148**	Aquisição de Veículos para o Transporte Sanitário
Fonte de Recurso:	**1107**	Atenção Primária à Saúde (Emenda Parlamentar Gustavo Fruet)
Elemento de Despesa:	**4.4.90.52.00.00**	Equipamentos e Material Permanente
VALOR:		**R$ 521.917,71**

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE:	**R$ 521.917,71**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO:	**R$ 521.917,71**

Art. 3º. Constituem recursos à cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º da presente Lei os abaixo especificados:
I – Oriundos do superávit financeiro do exercício anterior apurado na Fonte de Recursos abaixo descrita, no valor de **R$ 521.917,71 (quinhentos e vinte e um mil, novecentos e dezessete reais e setenta e um centavos)**, conforme disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

Fonte de Recursos	Descrição	Valor (R$)
1107	Atenção Primária à Saúde - Emenda Parlamentar Gustavo Fruet	**521.917,71**

Art. 4º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial a que se refere este Projeto de Lei, fica reprogramado o montante das despesas e as metas físicas programadas para o exercício financeiro de 2026, nas Ações Orçamentárias 1148, estabelecidas no ANEXO II da Lei Municipal nº 1451, de 27 de agosto de 2025 – Plano Plurianual, na forma abaixo descrita:

Código	Especificação	Produto / Unidade	2026
10	**FUNÇÃO:** Saúde	Veículos / unidade	**Metas Físicas**
301	**SUBFUNÇÃO:** Atenção Básica		7
0016	**PROGRAMA:** Programa de Assistência à Saúde		**Metas Financeiras**
1148	**ATIVIDADE:** Aquisição de Veículos para o Transporte Sanitário		**R$ 2.000.843,00**

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Especial a que se refere esta Lei, fica reprogramado o montante das despesas e as metas físicas nas Ações Orçamentárias 1148, para o exercício de 2026, estabelecidas no ANEXO I da Lei Municipal nº 1456, de 16 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, na forma abaixo descrita:

Código	Especificação	Produto / Unidade	2026
10	**FUNÇÃO:** Saúde	Veículos / unidade	**Metas Físicas**
301	**SUBFUNÇÃO:** Atenção Básica		7
0016	**PROGRAMA:** Programa de Assistência à Saúde		**Metas Financeiras**
1148	**ATIVIDADE:** Aquisição de Veículos para o Transporte Sanitário		**R$ 2.000.843,00**

Art. 6°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 11 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:06269ED3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 037/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 038/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº. 037/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 038/2026

Fundamentado na alínea f, do inciso III, do Art. 74, da Lei Federal 14.133/21, em consonância com o Parecer Jurídico, acostado aos autos, exigência do art. 72, inciso III, do mesmo diploma legal, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação **Nº. 037/2026.**

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

CNPJ/MF: 77.227.726/0001-96

ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 790 – CENTRO
BARBOSA FERRAZ- PR CEP 86.960-000

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA NA MODALIDADE **MÉTODO CONSULTOR,** DENOMINADO: **1º CBF – CONGRESSO BRASILEIRO DE FISCALIZAÇÃO. FISCALIZAÇÃO 5.0: CONTROLE; INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL; RESPONSABILIZAÇÃO; GESTÃO EFICIENTE NOS MUNICÍPIOS,** NA CIDADE DE CURITIBA-PR, NOS DIAS **11/08/2026 A 14/08/2026,** COM 04 PARTICIPANTES.

CONTRATADO: DATALEGIS – CONSULTORIA, ENSINO E PESQUISA EIRELI.

CNPJ: 01.031.983/0001-96.

ENDEREÇO: AVENIDA CANDIDO DE ABREU, 526 – CONJ 809, ANDAR 08 – CENTRO CÍVICO, CENTRO CURITIBA-PR.

VALOR TOTAL: R$ 11.560,00 (ONZE MIL QUINHENTOS E SESSENTA REAIS).

CLASSIFICAÇÃO DA ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA: 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Barbosa Ferraz/PR, 10 de agosto de 2026.

ANDRÉ DE SOUZA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Milton Rubens Buss Júnior
Código Identificador:A6F266F1

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 2.822/2026.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.822/2026.

EMENTA: Institui a Política Municipal de Alfabetização de Barbosa Ferraz, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Barbosa Ferraz - PR, com foco na garantia da alfabetização na idade certa, na equidade educacional e na melhoria da qualidade da aprendizagem, em regime de colaboração com a União e o Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ, ESTADO DO PARANÁ, **CARLOS ROSA ALVES,** no uso de suas atribuições legais, e considerando os arts. 205, 208, 211 e 30, I e II da Constituição Federal, a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação), o Decreto Federal nº 11.556/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), a Lei Estadual nº 21.323/2022 (Programa Educa Juntos), e a adesão do Município às políticas nacional e estadual de alfabetização.

A Câmara Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, aprova e eu Carlos Rosa Alves, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de Barbosa Ferraz, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, com o objetivo de assegurar a alfabetização plena de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.
Parágrafo único. Ficam reconhecidas as ações já desenvolvidas pelo Município desde o ano de 2023, no âmbito das políticas estadual e nacional de alfabetização, especialmente aquelas vinculadas ao Decreto Estadual nº 2.435/2023 e à Lei Estadual nº 21.323/2022.
Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por Política Municipal de Alfabetização de Barbosa Ferraz o conjunto de diretrizes, ações, estratégias e recursos pedagógicos voltados para:
I - assegurar o desenvolvimento das competências de leitura, escrita e letramento de forma sistemática e contínua;
II - garantir a alfabetização na idade certa, conforme estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA);
III - promover práticas pedagógicas baseadas em evidências científicas;
IV - integrar as ações municipais às políticas nacional e estadual;
V - ampliar o uso de tecnologias educacionais;
VI - garantir formação continuada aos professores alfabetizadores.
Art. 3º Considera-se, para fins desta política, que uma criança alfabetizada deve ser capaz de:
I - ler e compreender textos de diferentes gêneros e finalidades;
II - escrever com autonomia, utilizando a norma ortográfica vigente;
III - interpretar informações de forma crítica;
IV - expressar-se oralmente de maneira clara e articulada;
V - demonstrar fluência leitora;
VI - utilizar a leitura e a escrita como ferramentas de aprendizagem e cidadania.
Art. 4º A Política Municipal de Alfabetização de Barbosa Ferraz é amparada pelas seguintes legislações e documentos normativos:
I - Constituição Federal de 1988;
II - Lei Federal nº 9.394/1996 (LDB);
III - Lei Federal nº 13.005/2014 (PNE);
IV - Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
V - Lei Federal nº 8.069/1990 (ECA);
VI - Decreto Federal nº 9.765/2019 (Política Nacional de Alfabetização);
VII - Currículo Municipal de Barbosa Ferraz;
VIII - Plano Municipal de Educação de Barbosa Ferraz;
IX - Decreto Federal nº 11.556/2023 (CNCA);
X - Decreto Estadual nº 2.435/2023;
XI - Lei Estadual nº 21.323/2022;
XII - Normativas complementares da Rede Municipal de Ensino.
Art. 5º São diretrizes e objetivos da Política Municipal de Alfabetização de Barbosa Ferraz:
I - garantir a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II - promover formação continuada de professores alfabetizadores;
III - implementar avaliações diagnósticas periódicas;
IV - articular programas federais, estaduais e municipais;
V - fomentar o protagonismo estudantil;
VI - garantir o monitoramento contínuo da aprendizagem e a adoção de medidas pedagógicas adequadas.
Art. 6º A Política Municipal de Alfabetização de Barbosa Ferraz será desenvolvida em consonância com:
I - Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA);
II - Programa Alfabetiza Juntos;
III - Programas educacionais municipais;
IV - Programa Educa Juntos;
V - Índice de Qualidade da Educação Paranaense (IQEP);
VI - Índice de Criança Alfabetizada (ICA).
Art. 7º A Política Municipal de Alfabetização reconhece que o desenvolvimento das competências relacionadas à linguagem oral, à leitura, à escrita e ao letramento constitui processo contínuo, iniciado na Educação Infantil e consolidado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, respeitadas as especificidades de cada etapa da Educação Básica.
Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação poderá promover ações de articulação pedagógica entre a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, visando favorecer a continuidade das aprendizagens e assegurar a transição adequada entre as etapas de ensino.
Parágrafo único. Para os fins deste artigo, poderão ser desenvolvidas, observadas as possibilidades administrativas e orçamentárias do Município:
I - estratégias de planejamento integrado entre as equipes pedagógicas;
II - orientações pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da oralidade, da literatura, da consciência fonológica, da ampliação do vocabulário, da produção de narrativas e de outras experiências relacionadas às práticas de linguagem;
III - ações de formação continuada, acompanhamento pedagógico e produção de orientações técnicas destinadas aos profissionais da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
IV - outras iniciativas voltadas à continuidade do percurso formativo das crianças, em consonância com a legislação educacional vigente.
Art. 9º As ações previstas nesta Lei observarão os princípios da continuidade curricular, do desenvolvimento integral da criança, da equidade educacional, das evidências científicas sobre aprendizagem e desenvolvimento infantil e das diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular, pelo Currículo da Rede Municipal de Ensino e demais normas aplicáveis.
Art. 10. A Secretaria Municipal de Educação apoiará as unidades escolares com:
I - materiais didáticos alinhados à BNCC e ao Currículo Municipal;
II - materiais paradidáticos;
III - jogos pedagógicos;
IV - recursos para alfabetização e letramento;
V - livros de leitura e literatura;
VI - aulas de reforço no contraturno;
VII - integração da computação ao currículo escolar;
VIII - promoção do letramento digital;
IX - uso de tecnologias educacionais.
Art. 11. São atribuições da Secretaria Municipal de Educação:
I - elaborar e implementar esta política;
II - oferecer formação continuada;
III - realizar avaliações diagnósticas e formativas;
IV - promover campanhas de incentivo à leitura;
V - garantir materiais pedagógicos adequados;
VI - estruturar o processo de alfabetização nos anos iniciais.
Art. 12. Fica instituído o acompanhamento, monitoramento e avaliação da política, com participação da Secretaria Municipal de Educação, gestores escolares, professores e comunidade, competindo-lhes:
I - monitorar a implementação da política;
II - avaliar resultados com base em indicadores;
III - propor ajustes e melhorias;
IV - garantir a organização do ciclo de alfabetização com duração de dois anos.
Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e ficando reconhecidas as ações já desenvolvidas desde o ano de 2023.

Barbosa Ferraz, 11 de agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:AE430955

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 2.823/2026.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.823/2026.

EMENTA: Denomina de "BRUNO FRANÇA" o Campo de Futebol localizado no Conjunto Primavera, no Município de Barbosa Ferraz, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, aprova e eu Carlos Rosa Alves, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

L E I

Art. 1º - Fica denominado **" BRUNO FRANÇA"**, o campo de futebol localizado no Conjunto Primavera, neste Município de Barbosa Ferraz.

Art. 2º - A nova denominação destina-se atribuir uma homenagem ao Bruno França que por longos anos de sua vida se dedicou exclusivamente com os cuidados do campo de futebol e inclusive com o futebol nesta cidade, fundando em 2024 no referido Conjunto Primavera o Projeto Social BF – Barbosa Ferraz.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal providenciará a confecção e a instalação de placa indicativa com o nome ora atribuído, em local visível no referido campo de futebol.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barbosa Ferraz, 11 de agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:20BC159C

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
PORTARIA N°. 272/2026

PORTARIA N°. 272/2026

O Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei.
RESOLVE:
Art. 1° - Designar o Servidor Público Municipal José Sergio Aparecido Miliossi, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Turismo, portador do RG n°. 8084528-0 e CPF n°. 007.943.579-38 como gestor do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao 3 Festa do Porco no Tacho da Associação de Produtores Rurais de Tereza Breda de Barbosa Ferraz.
Art. 2° - Designar a Servidora Publica Municipal Dayane Tays Noqueira dos Santos, portadora do RG n°. 10759884-7 e CPF n°. 069.537.309-94 como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente ao 3 Festa do Porco no Tacho da Associação de Produtores Rurais de Tereza Breda de Barbosa Ferraz.
Art. 3° - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 11 de agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz-PR

Publicado por:
Kleyton Luis Leme Cracco
Código Identificador:6B7EE526

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 1968 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a recomposição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, em conformidade com a Lei Municipal nº 916/2026, e dá outras providências.

LUIZ FABIANO ZANATTA, Prefeito municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 895/2025, que instituiu o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM e o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 916/2026, que alterou a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, adequando sua composição paritária;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher às disposições da Lei Municipal nº 916/2026;

CONSIDERANDO as orientações técnicas da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI, quanto à observância da composição paritária e à identificação dos segmentos representados pela sociedade civil;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a recomposição dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM do Município de Barra do Jacaré, para o mandato de 27 de janeiro de 2026 a 27 de janeiro de 2028, conforme composição abaixo:

I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

Secretaria Municipal da Mulher, Família e Assistência Social

Nome Titularidade
Maria Izaira Matta Falasca Titular
Ana Julia Raganhon Aguiar Titular
Roseli Russo Suplente
Barbara Fernanda Batista dos Santos Suplente

Secretaria Municipal de Saúde

Nome Titularidade
Fernanda Maria da Silva Balabem Titular
Rodolfho Rodrigues Lopes Titular
Cristiane Martins da Cunha Mello Goulart Suplente
Susan Carla Polizel Menegasso Suplente

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Segmento: Entidade Religiosa Católica

Nome Titularidade
Alcia Tironi dos Santos Titular
Elaine Aparecida Nascente Suplente

Segmento: Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF

Nome Titularidade
Suzana Cláudia de Oliveira Titular
Karine Rodrigues dos Santos Rizera Suplente

Segmento: Coletivo de Jovens de Barra do Jacaré

Nome Titularidade
Liziany Caroline Candido Titular
Fernanda de Jesus Rosa Titular
Patrick de Castro Silva Suplente
Geovani Nunes Aguiar Suplente

Art. 2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM fica assim constituída:

Presidente: Alcia Tironi dos Santos

Vice-Presidente: Suzana Cláudia de Oliveira

Secretária Executiva: Maria Izaira Matta Falasca

Art. 3º Os membros exercerão suas funções de forma gratuita, sendo considerado o exercício do mandato serviço público relevante, sem direito à remuneração.

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições referentes ao mandato dos conselheiros.

Art. 5º Fica revogada a Resolução CMDM nº 01/2026, que tratava da composição anterior do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal José Galdino Pereira, 11 de agosto de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:F52EB2C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº 35/2026 NA FORMA ELETRÔNICA.

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO Nº 35/2026 NA FORMA ELETRÔNICA.

A prefeitura do Município de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, torna público que fará realizar-se no dia 24/08/2026, em sua sede à Rua Rui Barbosa, 96, na sala de Sessão do Pregão Eletrônico da Prefeitura para a seleção de propostas mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, **registro de preços para AQUISIÇÃO DE PISO CIMENTÍCIO INTERTRAVADO RETANGULAR PAVER, PISO CIMENTÍCIO RETANGULAR PODOTÁTIL, PÓ DE PEDRA, PEDRISCO, PEDRA 1 E RACHÃO**, conforme especificação descritas no Anexo-I e termo de referência, do edital.
Valor Total: R$267.799,00 (Duzentos e Sessenta e Sete Mil, Setecentos e Noventa e Nove Reais).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h30min do dia 12/08/2026 às 08h30min do dia 24/08/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08h31min do dia 24/08/2026 às 08h59min do dia 24/08/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 24/08/2026
Os recursos financeiros para custear as despesas objetos deste PREGÃO, estão anexados no processo.
LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações"
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital Nº 35/2026, com detalhes do Pregão Eletrônico do tipo MENOR PREÇO por Lote estará à disposição dos interessados a partir do dia 12/08/2026, diretamente na BLL e no portal de transparência da Prefeitura Municipal. Informações através do pmbj@uol.com.br ou pelo fone (43) 3144-1180.
Barra do Jacaré/PR, 11/08/2026

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:FE5E0A39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 3/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 3/2026.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA PRAÇA AO LADO DO CRAS.

O Município de Barra do Jacaré - Paraná, torna-se público o resultado da licitaçãoMenor Preço; declarando-se como vencedora a empresa CONSTRUTORA GOODI ANDIRA LTDA, CNPJ 10.814.967/0001-60, RUA SÃO PAULO, 844, Andirá-PR, CEP 86380-000, por apresentar proposta de menor valor por iten, perfazendo um valor total de R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), para esta licitação que ora homologo, conforme quadro a seguir:

CONSTRUTORA GOODI ANDIRA LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Contratação de empresa especializada para execução da praça ao lado do Cras – Espaço de Lazer e Convívio Social Urbano, utilizando recurso livre.	UN	1,00	100.000,00	100.000,00
TOTAL						100.000,00

Paço Municipal José G. Pereira, Barra do Jacaré/PR, em 11 de agosto de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:5D20262F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR48/2026

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA torna público a realização do **Pregão Eletrônico.**
1. OBJETO DA LICITAÇÃO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUE COMPÕEM A CESTA AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, CONFORME PREVISTO EM LEI MUNICIPAL Nº 611/2022.*
2. DATA DE ABERTURA: Dia 26/08/2026, às 08:00 horas.
3. LOCAL DA ABERTURA: www.licitanet.com.br.
O Edital e Anexos estarão disponíveis em www.licitanet.com.br.
Bela Vista da Caroba - PR - 11 de agosto de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:81CBDA78

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0128/2026

DECRETO Nº 0128/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

CONCEDER

Art. 1º Progressão Funcional à GELSON PADILHA, RG 8.xxx.xxx-2 SSP/PR, CPF 025.xxx.xxx-45, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível "13", do Grupo Ocupacional – Administração geral, passando ao Nível "14", pela avaliação de desempenho, de acordo com a Lei Municipal 386/2011 de 11 de julho de 2011 e pela Portaria n° 0186/2024 de 08 de novembro de 2024.

Art. 2° O presente decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 11 DE AGOSTO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:24A5FD7F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – N.º 015/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – N.º 015/2026

O Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o resultado final do Concurso Público n° 01/2026, constante do Edital n° 14.1/2026, publicado em 04 de agosto de 2026 – Homologação do resultado final e classificação.

RESOLVE:

CONVOCAR

Os candidatos aprovados no Concurso Público e classificados conforme relação anexa, para que seja cumprida a exigência do item 4 e 20 do Edital 01/2026, se manifeste no prazo determinado sobre a aceitação ou não do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da documentação exigida para sua nomeação.

O não pronunciamento dos candidatos aprovados no prazo estabelecido de 30 (trinta) dias para esse fim, facultará à Administração a convocação dos (das) candidatos (as) seguintes, perdendo a mesmo o direito de investidura no cargo ao qual se habilitou.

A posse dar-se-á dentro de 30 dias a contar da publicação deste edital.

Bela Vista da Caroba, 11 de agosto de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

EDITAL N° 01/2026
PUBLICAÇÃO N° 015/2026

OPERADOR DE MÁQUINAS

INSC	NOME DO CANDIDATO	D.NASC.	NOTA FINAL
0041744	RUDIMAR DA SILVA	17/07/1985	163,00
0041662	EDSON ELISANDRO GRIEBLER	14/05/1985	162,00

Bela Vista da Caroba – PR, 11 de agosto de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:D5C39F58

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ACORDO DE PARCERIA Nº 01/2026

EXTRATO DO TERMO DE ACORDO DE PARCERIA Nº 01/2026

PARTES: Município de Bela Vista da Caroba - PR, inscrito no CNPJ nº 01.612.441/0001-07, e a Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo – Sicredi Fronteiras PR/SC/SP, inscrita no CNPJ nº 82.527.557/0001-40.

OBJETO: Parceria para implementação do **Programa Escrevendo com o Sicredi**, com o objetivo de colaborar para a educação de crianças e adolescentes da Rede Municipal de Ensino, mediante o desenvolvimento das atividades previstas no Regulamento do Programa Educacional Escrevendo com o Sicredi.

VALOR: O presente Termo é firmado de forma gratuita, sem responsabilidade pecuniária entre as partes.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, podendo ser renovado mediante Termo Aditivo.

DATA DA ASSINATURA: 14 de abril de 2026.

SIGNATÁRIOS: Município de Bela Vista da Caroba - PR e Sicredi Fronteiras PR/SC/SP.

Bela Vista da Caroba - PR, 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:7FBD622D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0167/2026

PORTARIA Nº 0167/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

CONCEDER

Art.1º - 15 dias de férias a partir de 11 de agosto de 2026, ao servidor **NILEU PEDRO VILLANI,** portador do RG nº 57.xxx.xx-3 SSP/PR e CPF 016.xxx.xxx-10, ocupante do cargo em Provimento Efetivo de Técnico Agrícola.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, 11 DE AGOSTO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:7E4C0944

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0168/2026

PORTARIA Nº 0168/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

CONCEDER

Art.1º - 30 dias de férias a partir de 11 de agosto de 2026, ao servidor **JHONATA MICHAEL RIBEIRO**, portador do RG 10.xxx.xxx-0 SSP-PR e CPF 107.xxx.xxx-50, ocupante do Cargo de Provimento efetivo de fisioterapeuta.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de publicação, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, 11 DE AGOSTO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:E279850E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

CAMARA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
PORTARIA Nº 26/2026

PORTARIA Nº 026/2026

Dispõe sobre a exoneração da servidora Salete Nunes, do cargo em comissão de Chefe de Seção de Serviços Gerais.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE

EXONERAR, Salete Nunes, portadora do RG nº 12.xxx.xxx-7 SSP-PR e CPF nº 082.xxx.xxx-10, nomeada pela Portaria nº 022/2026 de 08 de julho de 2026 ao Cargo em Comissão CC4 de Chefe de Seção de Serviços Gerais, sem justa causa, por iniciativa do empregador e plena anuência da mesma.
Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 11 de agosto de 2026.
Edifício da Câmara Municipal de Boa Ventura de São Roque, em 11 de agosto de 2026.

RODINEI MARCOS MATIAZZO
Presidente

Publicado por:
Gilnei Luis Kunast
Código Identificador:CFCB671C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
LICITAÇÕES EXCLUSIVAS ÀS BENEFICIÁRIAS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 e PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014

O Município de Boa Ventura de São Roque, PR, torna público que no dia 26 de agosto de 2026 às 08h00min (horário de Brasília). Na www.bll.org.br realizará licitação na modalidade de Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações e anexos do edital.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA AQUISIÇÃO DE MUDAS FRUTIFERAS, FLORES ORNAMENTAIS, ADUBO E LIMITADOR DE JARDIM. A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE-PR, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço (por LOTE).
Valor total: R$ 85.585,26 (oitenta e cinco mil quinhentos e oitenta e cinco reais e vinte e seis centavos).
Entrega das propostas e documentações: até o dia 26 de agosto de 2026 às 08h00min (horário de Brasília.
ENDEREÇO: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – Rua Moises Miranda, 422 – Centro – Boa Ventura de São Roque – PR. Através plataforma **www.bll.org.br.**
INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Rodrigo Koleska do município de Boa Ventura de São Roque, Paraná – telefone 0800 115 91 91 e 42 92001-8251 ou e-mail licitacao@boaventura.pr.gov.br, a pasta técnica, com o inteiro teor do edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço www.boaventura.pr.gov.br ou http://www.bll.org.br.

Boa Ventura de São Roque, 11 de agosto de 2026.

RODRIGO KOLESKA
Pregoeiro Oficial
Decreto 34/2025

Publicado por:
Rodrigo Koleska
Código Identificador:9C6CBA62

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEL

EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEL
PARTES:
CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR**
VENDEDORES:ROSANA DALZOTTO GASPARETTO, brasileira, portadora do RG nº 5.853.623-7 SSP/PR, inscrita no CPF nº 699.813.029-53, casada com ADILSON GASPARETTO, portador do RG nº 7.335.020-4 SSP/PR, CPF nº 999.819.559-49;DARLEI DALTO DALZOTTO, portador do RG nº 3.282.228-7 SSP/PR, CPF nº 906.401.959-20, casado com ELOINA APARECIDA LARA DALZOTTO, RG nº 5.334.256-0 SSP/PR, CPF nº 021.311.019-96;ROSMERY APARECIDA DALZOTTO GLOEDEN, RG nº 6.856.594-4 SSP/PR, CPF nº 924.303.689-00, casada com JOSÉ JOAREZ GLOEDEN, RG nº 6.817.607-7 SSP/PR, CPF nº 995.658.389-87;ADENIZE DALZOTTO, RG nº 6.117.457-5 SSP/PR, CPF nº 793.984.569-15;LARISSA DALZOTTO KUNAST, RG nº 13.195.260-0 SSP/PR, CPF nº 095.674.849-02;DEBORLY CRISTINA DALZOTTO KUNAST, RG nº 10.876.390-6 SSP/PR, CPF nº 093.643.619-03;ANNA SARA DALZOTTO KUNAST, RG nº 13.195.284-8 SSP/PR, CPF nº 095.675.099-05
OBJETO (S):2.1. Constitui objeto deste contrato a aquisição definitiva, pelo CONTRATANTE, dos seguintes imóveis urbanos:
Matrícula nº 25.404, contendo área de 42.984,00 m², correspondente ao Lote nº 113 – Remanescente – Gleba nº 03 – Parte 02, registrado perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga/PR;
Matrícula nº 38.370, contendo área de 15.271,00 m², correspondente à Área de Preservação Ambiental do Loteamento Dalzotto, registrada perante o mesmo Cartório.
VALOR CONTRATUAL:R$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos provenientes do Orçamento Geral Vigente, conforme contrato.
PERÍODO/VIGÊNCIA: 90 dias a partir da publicação.
DATA DA ASSINATURA: 11/08/2026.
FORO: Pitanga - Pr.

Boa Ventura de São Roque, 11/08/2026.

Contratante
Município de Boa Ventura de São Roque
NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Augusto Gonzales Batista
Código Identificador:C653079F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 120/2026.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 120/2026.
PARTES:
CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR**
CONTRATADO: JOSMAR GOMES DA SILVA - TRANSPORTES, pessoa jurídica de direito privado, sita AV SÃO ROQUE, S/N, Centro, ESCRITORIO, Boa Ventura de São Roque/ PR, CEP: 85225000– Boa Ventura de São Roque/PR, inscrita no CNPJ n.º 08.070.714/0001-88
OBJETO (S): CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA REDE ENSINO MUNICIPAL, ESTADUAL, ENSINO SUPERIOR E VIAGENS EXTRAS EM LINHAS ESPECIFICAS

QUE ESTÃO SENDO ATENDIDAS POR CONTRATOS EMERGENCIAIS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE/PR.
VALOR CONTRATUAL: R$ 528.060,00 (Quinhentos e Vinte e Oito Mil e Sessenta Reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos provenientes do Orçamento Geral Vigente, conforme contrato.
PERÍODO/VIGÊNCIA: Até 03 de agosto de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 03/08/2026.
FORO: Pitanga - Pr.
Boa Ventura de São Roque, 03/08/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***ALEXSANDRO GUIMARAES***
Prefeito Municipal	CNPJ sob n.º 65.441.030/0001-89

Publicado por:
Flavio Augusto Gonzales Batista
Código Identificador:13474704

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 169/2026

PORTARIA N° 169/2026
DATA: 05/08/2026

SÚMULA: Concede Diárias.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS ATRAVÉS DA LEI N° 757/2023 DE 27/09/2023.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder Diária a Servidora Municipal lotada na Secretaria de Assistência Social Família e Habitação, conforme segue:
Nome: INDIANARA MICHELS MONTEIRO
Função: MOTORISTA
Cidade: CURITIBA - PR.
Quantidade de diárias: 1,0 diárias X R$ 350,00 = R$ 350,00
Data: 05/08/2026.
Justificativa: Viagem a CURITIBA/PR, levar paciente em consulta médica.

Art. 2° Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 05 de Agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:8EA0D3E6

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 163/2026

PORTARIA N° 163/2026
DATA: 24/07/2026

SÚMULA: Concede Diárias.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS ATRAVÉS DA LEI N° 757/2023 DE 27/09/2023.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder Diária ao Servidor Municipal lotado na Secretaria de Saúde, conforme segue:
Nome: BRUNI FAGUNDES
Função: MOTORISTA
Cidade: CURITIBA - PR.
Quantidade de diárias: 1,0 diárias X R$ 350,00 = R$ 350,00
Nome: ADRIANO ESTELITO DE SOUZA
Função: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
Cidade: CURITIBA - PR.
Quantidade de diárias: 1,0 diárias X R$ 350,00 = R$ 350,00
Data: 24/07/2026.
Justificativa: Viagem a CURITIBA/PR, buscar paciente de alta médica ao qual foi solicitado ambulância devido uso de oxigênio terapia.
Art. 2° Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 24 de Julho de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:0B86A532

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO "ELETRÔNICO" Nº 028/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO "ELETRÔNICO" Nº 028/2026
EDITAL Nº 12/2026 – Sistema COMPRAS.GOV.BR.
O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade acima, do tipo: "**MENOR PREÇO POR ITEM**", visando a **AQUISIÇÃO DE 900 (NOVECENTAS) TONELADAS DE ADUBO ORGÂNICO À BASE DE CAMA DE AVIÁRIO, INCLUINDO TRANSPORTE, CARGA, DESCARGA E ENTREGA NO LOCAL PREVIAMENTE INDICADO PELA ADMINISTRAÇÃO, DESTINADO À DISTRIBUIÇÃO AOS PRODUTORES RURAIS BENEFICIÁRIOS DO CONVÊNIO TRANSFEREGOV.BR Nº 993447/2026 – MAPA.**
- DATA DE ABERTURA: 27/08/2026
- HORÁRIO: 09h00min
- LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br
A íntegra do instrumento acima poderá ser obtida pessoalmente nesta Prefeitura na Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, 1190, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h as 17h de segunda a sexta-feira, ou pelo site: www.boavistadaaparecida.pr.gov.br, informações pelo telefone (45) 3287-8328.
Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
P U B L I Q U E - S E
Boa Vista da Aparecida – PR, em 10 de agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Sebold
Código Identificador:AF786031

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO P.E. 021/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

Tendo em vista o parecer do Pregoeiro e equipe de apoio, e do departamento jurídico, e estando cumpridas todas as exigências do Pregão "Eletrônico" n° 021/2026.

HOMOLOGO E ADJUDICO

O resultado da licitação referente à **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDIMENTO AS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL, A SEREM DISTRIBUÍDAS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ATRAVÉS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 546/2021 E SUAS ALTERAÇÕES**, conforme abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	QTDE. (unid)	VALOR UNITÁRIO POR CESTA (R$)	VALOR TOTAL (R$)
ÚNICO	CESTAS BÁSICAS, CATMAT: 8940: CADA KIT DE CESTA BÁSICA DEVERÁ CONTER: 1 ARROZ DE 5 KG, 2 FEIJÃO 1 KG, 2 ÓLEO 900 ML, 1 SAL 1 KG, 1 AÇUCAR 5 KG, 1 TRIGO 5 KG, 1 FARINHA DE MILHO 1 KG, 1 MACARRÃO 1 KG, 1 CAFÉ 500 GR, 1 EXTRATO DE TOMATE 350 GR, 1 BOLACHA DOCE DE 400 GR. AS CESTAS DEVEM SER ENTREGUES MONTADAS EMBALADAS COM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE E TRANSPARENTE.	750	R$ 102,50	R$ 76.875,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 76.875,00 (setenta e seis mil e oitocentos e setenta e cinco reais).

Boa Vista da Aparecida, em 11/08/2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Panisson Zucco
Código Identificador:440FE4E3

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2025 EDITAL Nº 29/2026

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2025
Edital nº 29/2026
Data: 11/08/2026

O Prefeito de Boa Vista da Aparecida – PR, no uso de suas atribuições legais, mediantes as condições estipuladas no Edital 01/2025, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes a matérias, resolve:

CONSIDERANDO a necessidade de correção de erro material constatado na convocação anterior, visando à adequada observância da ordem de classificação pela desistência de candidatos convocados;

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º. Desistência de Vaga dos candidatos aprovados no Processo, aprovada no Processo Seletivo nº. 01/2025, conforme Edital de Abertura nº. 01/2025 e Edital de Homologação do Resultado Final nº. 04/2025, conforme segue:

Cargo: Professor – Temporário				
INSC.	NOME	D. DE NASC.	PONT.	CLASSIF.
05	Vanessa Menezes Muller	06/12/1993	60,00	20º
067	Julio Cesar Rossi Lopes	11/06/1995	60,00	21º
017	Cristina Aparecida Gualberto	10/09/1985	60,00	22º
055	Adair Gomes	14/09/1980	59,00	23º
036	Ana Marisa Piva Américo	01/06/1965	58,00	24º

Art. 2º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista da Aparecida, 11 de agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:496B504F

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2025 EDITAL Nº 30/2026

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2025
Edital nº 30/2026
Data: 11/08/2026

O Prefeito de Boa Vista da Aparecida – PR, no uso de suas atribuições legais, mediantes as condições estipuladas no Edital 05/2023, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes a matérias, resolve:

CONSIDERANDOo memorando interno nº 148/2026 da Secretaria Municipal de Educação, o qual solicita a contratação de Professores - Temporários, com a finalidade de suprir o afastamento por Licença Maternidade da professora efetiva Lucilene Fidel;

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º. A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo 01/2025, conforme Edital de Abertura 001/2025 e Edital de Homologação do Resultado Final 004/2025, conforme segue:

Cargo: Professor – Temporário				
INSC.	NOME	D. DE NASC.	PONT.	CLASSIF.
06	Gessi Aparecida Rodrigues da Silva	01/05/1974	56,00	26º
063	Ana Paula Pereira Chiafré	03/07/1998	56,00	27º
22	Vania Marisa Berti Stupp	08/08/1973	55,00	29º
27	Maria de Fátima Gualberto dos Santos	13/06/1977	55,00	31º
43	Luzia Aparecida Moreira	26/08/1988	55,00	32º
64	Edivan Weber Schnneider	08/12/1995	50,00	36º

Art. 2º. Ficam convocadas as candidatas acima descritas para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos desta Municipalidade no prazo de **72 (setenta e duas) horas, após sua publicação**, em horário das **07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas**, munida dos seguintes documentos:
(Original e Cópia) - RG e CPF; Carteira de Trabalho; Pis / Pasep / NIT; Em casos de CTPS digital o número pode ser emitido através do Extrato do CNIS, disponível no site do MEU INSS; Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral; A certidão de Quitação Eleitoral pode ser emitida pelo app do E-Título ou pelo site do TSE; Carteira Nacional de Habilitação; Comprovante de Endereço; Comprovante de quitação militar (se sexo masculino); Comprovação de estado civil (Nascimento/Casamento); Escolaridade e Registro no Conselho de Classe; Certidão de antecedentes criminais expedida pela justiça estadual; Certidão de Antecedentes Criminais; Foto 3 x 4 (recente); Foto Digital estilo 3x4; Hemograma Completo (válido o exame dos últimos 30 dias); Exame Toxicológico (quando cargo de Motorista); Tipagem Sanguínea; Atestado Médico; Declaração de Bens ou última declaração de Imposto de Renda; Se cônjuge (casados); Caso filhos menores de 21 anos, apresentar: RG e CPF, declaração de matrícula (caso estudante até o ensino médio), Certeira de Vacinação (menores de 14 anos); Números de Telefone (fixo e celular); Número da Conta Pagamento (salário), podendo ser das seguintes instituições: SICREDI e SICOOB.

Art. 3º. O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, serão considerados como desistentes e a candidata perderá o direito de aprovação do Processo Seletivo, **conforme item 1.6 do Edital nº 005/2025**.

Art. 4º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista da Aparecida, 11 de agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:20ADA224

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 723/2026

Decreto Nº 723/2026

Nomeia os membros do Comitê de Transporte Escolar do Município de Bocaiúva do Sul.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear os membros abaixo relacionados para comporem o Comitê de Transporte Escolar do Município de Bocaiúva do Sul:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

• Marília Mottin Leonardo CPF nº 071.xxx.xxx-05
• Gizele Aparecida Barbana CPF nº 022.xxx.xxx-97
II – Representantes de Pais de Alunos:

• Dayane Santos Zanqueta Belizário CPF nº 062.xxx.xxx-11
• Leticia de Oliveira Batista CPF n° 101.xxx.xxx-89

III – Representantes das Escolas Estaduais

• Maribel do Rocio Kaczjk CPF nº 019.xxx.xxx-90
• Keilla Cristina Arsie Camargo CPF n° 039.xxx.xxx-25

IV – Representantes das Escolas Municipais

• Priscila Pereira de Godoi CPF nº 048.xxx.xxx-00
• Marizete Taborda dos Reis CPF nº 046.xxx.xxx-52
• Josiane Oliveira dos Santos CPF nº 065.xxx.xxx-71

V – Representantes das Escolas do Campo

• Janaína Cristina da Silva Miranda CPF nº 061.xxx.xxx-83
• Claudinéia Pacheco Santos Costa CPF nº 048.xxx.xxx-42

Priscila Pereira de Godoi

Art. 2º Fica definida a seguinte composição da diretoria do Comitê de Transporte Escolar:
I – Presidente: Dayane Santos Zanqueta Belizário;
II – Vice-Presidente: Letícia de Oliveira Batista;
III – Secretária: Jannaína Cristina da Silva Miranda.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 233/2024.
Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 27 de julho de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:CB8B71B2

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 168/2026

PORTARIA Nº 168/2026

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Designar a KATLLENN HADALLIENES LEONARDO DA SILVA MORAES CPF ***.681.679-** Prestadora de Serviço, para desempenhar as funções como Documentadora Escolar no DECAMP (Departamento Das Escolas Do Campo).

Bocaiúva do Sul, 11 de agosto de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:36CC6079

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO Nº 01 – CONTRATO Nº 202/2025

ADITIVO DE PRAZO E APLICAÇÃO DE ÍNDICE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA SOLUÇÃO DE GESTÃO TERRITORIAL URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL/PR, BEM COMO, PARA ELABORAÇÃO DE PGV (PLANTA GENÉRICA DE VALORES), ATUALIZAÇÃO DE CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E IMPLANTAÇÃO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO GEORREFERENCIADO.

CONTRATADO: CTMGEO - SOLUÇÕES EM GEOTECNOLOGIAS LTDA

CNPJ: 17.531.702/0001-02

TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO ADITIVO PRORROGA, POR MAIS 12 (DOZE) MÊS, O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 12 DE AGOSTO DE 2026 A 12 DE AGOSTO DE 2027. A CONTRATANTE PAGARÁ PARA A CONTRATADA, A IMPORTÂNCIA CORRESPONDENTE AO VALOR TOTAL DO CONTRATO NESTE ADITIVO DE R$ 61.653,96 (SESSENTA E UM MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS), NOS MESMOS TERMOS E CONDIÇÕES JÁ PREVIAMENTE ESTABELECIDOS.

BOCAIÚVA DO SUL, 05 DE AGOSTO DE 2026.

EMANUELLE FURLAN DOS REIS POLLI
Secretária Municipal de Finanças

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:2B421191

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5986/2026.

Concede Licença-Prêmio a Servidor Efetivo.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a funcionária Sra. **ZENI FERNANDES DOS SANTOS** matricula nº 605, servidora em efetivo exercício desde 13/10/2014, referente aos períodos aquisitivos de 13/10/2019 a 12/10/2024, para serem gozadas de 08/09/2026 à 22/10/2026, pelo período de 45 dias, 40 horas, de acordo com o disposto no Art. 101 da Lei nº. 003/1997, de 09 de janeiro de 1997.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul – PR, 07 de agosto de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:C2B5C680

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 396, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Wilson Junior Perondi.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Wilson Junior Perondi**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **684-0/1**, **1 (uma) diária de viagem**, retroativa aos dias **10** e **11 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Curitiba– PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital do Trabalhador e Hospital de Clínicas.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos aos dias 10 e 11 de agosto de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 10 (dez) dias do **mês de agosto do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:F58543A3

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 398, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

Conceder auxílio deslocamento a servidores municipais.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados auxílios deslocamento em razão do deslocamento à cidade de **Francisco Beltrão– PR**, a serviço do Conselho Tutelar, para participação do Seminário Regional Dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Conselheiro	Cargo/Função	Data e horários	Quantidade	Transporte
Emerson Pillonetto	Conselheiro Tutelar	**12/08/2026 13/08/2026** Saída: 07:30h Retorno: 17:30h	02 - Auxílios deslocamento	Veículo Oficial
Laurete Nierotka	Conselheira Tutelar	**12/08/2026 13/08/2026** Saída: 07:30h Retorno: 17:30h	02 - Auxílios deslocamento	Veículo Oficial
Rosimeri Masrtins de Mello	Conselheira Tutelar	**12/08/2026 13/08/2026** Saída: 07:30h Retorno: 17:30h	02 - Auxílios deslocamento	Veículo Oficial
Zanete Araujo Bier Grigolo	Conselheira Tutelar	**12/08/2026 13/08/2026** Saída: 07:30h Retorno: 17:30h	02 - Auxílios deslocamento	Veículo Oficial

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 10 (dez) dias do mês de agosto do ano de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:1655E19B

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 399, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

Concede auxílio deslocamento ao servidor Clayton Cesar da Silva.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026.
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Clayton Cesar da Silva**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **276-3/2**, **01 (um) auxílio deslocamento de viagem**, para o dia **10 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Palmas-PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Assistência Social, para transporte de beneficiário do Social ao INSS.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 10 de agosto.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos **10 (dez) dias do mês de agosto do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:81AA1ABE

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 400, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor

Adilson José Ramos.
O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Adilson José Ramos**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **777-3/1**, **½ (meia) diária de viagem**, para o dia **11 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Guarapuava – PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Regional do Centro Oeste.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 11 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, ao 10 (dez) dias do **mês de agosto do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:93069072

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 401, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária de viagem a servidora Luciandra Molinete.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder a servidora **Luciandra Molinete**, ocupante do cargo efetivo de **Diretora**, matrícula nº **386-7/1**, **03 (três) diárias de viagem**, para os dias **12, 13, 14 e 15 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Londrina – PR**, com ônibus, a serviço do Departamento Municipal Educação, para acompanhar os estudantes que representarão o município de Bom Sucesso do Sul na Feira: **FIC-SESI-OBR.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, ao 10 (dez) dias do **mês de agosto do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:B86D0FC4

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 402, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Concede auxílio deslocamento ao servidor Clayton Cesar da Silva.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026.
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Clayton Cesar da Silva**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **276-3/2**, **01 (um) auxílio deslocamento de viagem**, retroativo ao dia **10 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Itapejara D'Oeste-PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Administração, para transporte de estudantes.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 10 (dez) de agosto.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos **11 (onze) dias do mês de agosto do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:CC8C646A

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 403, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Concede auxílio deslocamento ao servidor

Clayton Cesar da Silva.
O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Clayton Cesar da Silva**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **276-3/2**, **01 (um) auxílio deslocamento de viagem**, para o dia **12 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Sulina-PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Educação, Esporte e Cultura, para transporte de atletas para participação da 2° Taça Iguaçu de Futsal.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos **11 (onze) dias do mês de agosto do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:698D2982

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 404, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Concede auxílio deslocamento ao servidor Marcelo Dambros.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026.
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Marcelo Dambros**, ocupante do cargo efetivo de **Coordenador do Sistema de Controle Interno**, matrícula nº **387-5/1**, **02 (dois) auxílios deslocamento de viagem**, para os dias **13 e 14 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Francisco Beltrão-PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento do Gabinete do Prefeito, para capacitação sobre o ProLegis: Governança e Desempenho nas Câmaras Municipais.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos **11 (onze) dias do mês de agosto do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:1DAFF364

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº08 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº24/2024

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº08
AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº24/2024
CONTRATADA: GILMAR ANTÔNIO SBICIGO - ME
CNPJ: 11.466.488/0001-63
Cláusula Primeira – Objeto
Fica alterada a extensão de quilometragem diária da linha 04 – trinta voltas, de 114,1 km para 119,6 km diários, tendo acréscimo de 5,5 km em razão do aumento de alunos que frequentam esta rota, conforme solicitação da diretora do Departamento de Educação, Cultura e Esportes, através do memorando nº210/2026.
Cláusula Segunda – Dotação Orçamentária
Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 05.00 – Departamento de Obras e Serviços Rodoviários; 05.01 – Divisão de Serviços Rodoviários; 2678200052.011 – Atividades Operacionais de Serviços Rodoviários; 3.3.90.30 – Material de Consumo; despesa: 460; 33.90.39 Outros serviços de terceiros pessoa jurídica; Despesa 1267.
Cláusula Terceira – Assessoramento Jurídico e Documentação
Em consonância com o que trata o art. 53º §4º da lei nº 14.133/2021, foi realizado assessoramento jurídico por meio de parecer em cumprimento ao controle prévio de legalidade exigido para consentir com a realização do termo aditivo.
Conforme disposição expressa do art. 91 §4º da lei nº 14.133/2021 em anexo constam os documentos que a empresa deve apresentar para possibilitar a elaboração do aditivo contratual, quais sejam, prova de regularidade fiscal, de regularidade com o FGTS e inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.
Cláusula Quarta – Disposições Gerais
Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul - PR, 11 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:A1F29186

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 405, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Nomeia a servidora Tailaine Aparecida Ramos, aprovada no Concurso Público nº 01/2024, e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46, XXV, da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a servidora **Tailaine Aparecida Ramos, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 14.***.193-*, 04ª colocada,** no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Bom Sucesso do Sul, tendo em vista a aprovação no Concurso Público nº 01/2024, **para tomar posse e entrar em exercício no dia 12 de agosto de 2026**.
Art. 2° A Servidora nomeada exercerá suas funções junto a Escola Municipal irmã Neli - EF, Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:D3C8FC80

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 406, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Nomeia o servidor Roni Eduardo Arsego, aprovado no Concurso Público nº 01/2024, e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46, XXV, da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear o servidor **Roni Eduardo Arsego, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.***.843-**, 11º colocado,** no cargo de **Motorista**, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Bom Sucesso do Sul, tendo em vista a aprovação no Concurso Público nº 01/2024, **para tomar posse e entrar em exercício no dia 12 de agosto de 2026**.
Art. 2° O Servidor nomeado exercerá suas funções junto ao Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:18AAED7A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 090/2026 VINCULADA A DISPENSA 022/2026

EXTRATO

CONTRATO N° 090/2026 VINCULADA A DISPENSA 022/2026

PREÂMBULO
Pelo presente CONTRATO:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa ACQUA MOVIMENTO E SAUDE LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 64.001.660/0001-70, sediada na Rua Rio Grande do Sul, Nº 146, Centro, na cidade de Tupãssi, Estado do Paraná, CEP: 85945-168 , neste ato representada pela **Sra** WELLEN MICAELLY LUCIO**,** portadora do **CPF/MF Nº. 119.303.699-21** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **DISPENSA NORMAL 022/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de treinamento e capacitação da equipe técnica da Secretaria Municipal de Esportes do Município de Braganey/PR, visando ao aprimoramento dos conhecimentos técnicos, administrativos e gerenciais relacionados à gestão esportiva e ao desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer.**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 4.000,00 (quatro mil reais).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **11/08/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 11 de Agosto de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:E2CBA92E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA NORMAL N°. 22/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 109/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Dispensa Normal N°. 22/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 109/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor Por Item, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de treinamento e capacitação da equipe técnica da Secretaria Municipal de Esportes do Município de Braganey/PR, visando ao aprimoramento dos conhecimentos técnicos, administrativos e gerenciais relacionados à gestão esportiva e ao desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Dispensa Normal N°. 22/2026,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
ACQUA MOVIMENTO E SAUDE LTDA	64.001.660/0001-70	R$ 4.000,00

Braganey, 11 de agosto 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:FCA2DA96

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA NORMAL N°. 27/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 121/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Dispensa Normal N°. 27/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 121/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor Por Item, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos destinados à elaboração da Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA) do Município de Braganey/PR, compreendendo diagnóstico socioambiental, desenvolvimento metodológico, elaboração dos instrumentos técnicos e legais, coordenação do processo participativo, capacitação técnica e estruturação do modelo de gestão operacional da política.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Dispensa Normal N°. 27/2026,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
OESTE AMBIENTAL - SOLUÇÕES AMBIENTAIS E AGRONÔMICAS LTDA	65.230.533/0001-05	R$ 12.000,00

Braganey, 11 de agosto de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:79278025

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026

O município de Cafeara**,** Estado do Paraná, torna público que estará recebendo propostas adicionais para realização de processo de contratação direta, conforme segue:

OBJETO: Aquisição de insumos laboratoriais e reagentes (material químico), que serão destinados aos atendimentos das demandas do Laboratório Municipal de Cafeara
VALOR ESTIMADO: R$ 33.543,93 (trinta e três mil e quinhentos e quarenta e três reais e noventa e três centavos).

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: até às 23h59min do dia 14/08/2026.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF

DISPOSIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS: O termo de referência e seus anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Cafeara, sito https://www.cafeara.pr.gov.br/; Também poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Cafeara, sito a Av. Brasil, 188, Centro, das 07h30min às 17h00min, ou através de solicitação para o email *licitacao@cafeara.pr.gov.br*.

ENVIO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: A proposta adicional poderá ser encaminhada para o email ***licitacao@cafeara.pr.gov.br*** ou também ser protocolada presencialmente, na Prefeitura Municipal de Cafeara, até a data limite estipulada acima.

INFORMAÇÕES: A Administração Pública isenta-se de responsabilidade pelo não recebimento de emails de terceiros, atribuindo eventuais falhas à indisponibilidade da internet dos remetentes, mau funcionamento de provedores de email ou outros problemas técnicos alheios ao seu controle. Mantendo o compromisso com canais de comunicação eficientes, a Administração esclarece que obstáculos enfrentados por terceiros ao enviar correspondências eletrônicas não podem ser imputados à instituição, colocando-se à disposição para solucionar questões sob sua alçada.

Prefeitura Municipal de Cafeara, 11 de agosto de 2026

Publicado por:
Marcelo Galvão
Código Identificador:983C8264

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 128/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 128/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2026085/ 2026
MODALIDADE Pregão Nº 38/ 2026

OBJETO: Contratação de seguro para a frota de veículos institucionais, abrangendo diferentes modelos utilizados pela instituição, com o objetivo de garantir cobertura e segurança patrimonial.
FORNECEDOR: GENTE SEGURADORA S/A
CNPJ/CPF: 90.180.605/0001-02
REPRESENTANTE LEGAL: MARCELO WAIS
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 16.591,77
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 11/08/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:3A0739F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 129/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 129/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2026085/ 2026
MODALIDADE Pregão Nº 38/ 2026

OBJETO: Contratação de seguro para a frota de veículos institucionais, abrangendo diferentes modelos utilizados pela instituição, com o objetivo de garantir cobertura e segurança patrimonial.
FORNECEDOR: SEGUROS SURA S.A.
CNPJ/CPF: 33.065.699/0001-27
REPRESENTANTE LEGAL: MARCELO POZZI PESTANA

VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 2.998,98
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 11/08/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:B7416102

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 136- FÉRIAS

PORTARIA Nº 136/2026

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Artº. 1º - Conceder férias regulamentares ao seguinte servidor:

Servidor(a)	Período Aquisitivo	Período /de Gozo
ALFREDO JOSE GONZALEZ DI LANDRO	20/12/2025 a 19/12/2026	08/09/2026 a 02/10/2026

Artº. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,ao 11° dia do mês de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:5FB18063

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONCORRENCIA Nº 02/2025-PMCS
CONTRATO Nº 49/2025

PRIMEIRO ADITIVO – PRAZO DE EXECUÇÃO

OBJETO: EXECUÇÃO DE UM BARRACÃO INDUSTRIAL CONTENDO: DEPÓSITO, ESCRITÓRIO, INSTALAÇÃO SANITÁRIA, INSTALAÇÃO SANITÁRIA ADAPTADA À PCD., CONFORME CONVÊNIO COM PANACIDADE, A SER EXECUTADO SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, TIPO MENOR PREÇO, EM CONSONÂNCIA COM O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, OS PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DEMAIS PEÇAS E DOCUMENTOS DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N. º 02/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

CONTRATADA: ALB ASSESSORIA E SERVICOS LTDA, CNPJ 27.150.711/0001-07, localizada na Rua Lucionel De Jesus Pereira nº 66, Bairro Alvorada – 85.162-000 - Centro no Município de Goioxim/Pr, a seguir denominada **CONTRATADA**, representada por **Adriano Luis Baldicera**.

VIGÊNCIA: 31 DE MARÇO DE 2027.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 DE NOVEMBRO DE 2026.
DATA ASSINATURA: 02 DE AGOSTO DE 2026.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:CE1DDEA5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
PORTARIA Nº 42, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com a legislação vigente.

CONCEDE

Férias a servidora conforme descrito abaixo:

MATRICULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
304	**ELIZETE MACHOWSKI**	18/03/2024 à 17/03/2025	**17/08/2026 à 23/08/2026**

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, ao décimo primeiro dia do mês de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. ARQUIVE-SE.

PEDRO APARECIDO CAFÉ
Presidente

Publicado por:
Elizete Machowski
Código Identificador:C194C797

GABINETE
EXTRATO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio n.º 57/2027 referente a **OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS E PRODUTOS PARA SAÚDE NO MUNICÍPIO** que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL** (CNPJ n.º 76.105.600/0001-86) e o **CONSORCIO INTERGESTORES PARANA SAÚDE** (CNPJ n.º 03.273.207/0001-28), o qual tem por objeto a **OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS, A POPULAÇÃO USUÁRIA DO SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE).**

VIGÊNCIA: 01/01/2027 a 31/12/2027.
VALOR: R$ 1.168.750,00 (Um milhão, cento e sessenta e oito mil e setecentos e cinquenta reais) para Assistência Farmacêutica.
VALOR: R$ 390.400,00 (Trezentos e noventa mil e quatrocentos reais) para Produtos para Saúde.
VALOR: R$ 38.248,59 (Trinta e oito mil, duzentos e quarenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) para rateio anual, com base no percentual per capita, proporcional à população do município.

Campina Grande do Sul, 03 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:F82E6913

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PG Nº. 73/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 73/2026
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS TIPO CARNES E FRIOS, DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
Critério de julgamento: Menor Preço por Lote
Valor Máximo: R$ 2.246.493,00 (Dois milhões, duzentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e três reais).
Data de abertura: 31/08/2026 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:DE1E7049

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2026

EDITAL N.º 16.001/2026

CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA

O Prefeito do Município de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Convocação para prova prática** do Concurso Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art.1° Ficam **CONVOCADOS** os candidatos relacionados no **ANEXO ÚNICO** deste edital para Prova Prática que realizar-se-á no dia **16 DE AGOSTO DE 2026** (**DOMINGO**), na **Secretaria Municipal de Infraestrutura**, situada à Rua Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul – PR.

Art. 2° A **PROVA PRÁTICA** será aplicada aos cargos de **MOTORISTA, OFICIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL, OFICIAL DE MANUTENÇÃO - ELÉTRICA, OFICIAL DE MANUTENÇÃO - MECÂNICA E OPERADOR DE MÁQUINAS.**

Art. 3º Para consultar o local de realização da Prova Prática, o candidato poderá acessar o **LINK** – *Consulta do local de prova* e imprimir o **CARTÃO DE CONVOCAÇÃO**, disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, ou consultar o **ANEXO ÚNICO** deste Edital. A identificação do local de realização da prova é de responsabilidade exclusiva do candidato, não podendo este realizá-la em desconformidade com as disposições estabelecidas neste Edital.

Art. 4º Os candidatos deverão comparecer ao local de prova com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos de documento oficial de identificação com foto (original).

Os candidatos inscritos para os cargos de **MOTORISTA** e **OPERADOR DE MÁQUINAS**, em razão de a tarefa avaliativa exigir a operação de máquinas/equipamentos pesados e direção veicular, deverão apresentar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), original e válida, na categoria compatível com o requisito do cargo, bem como 01 (uma) cópia simples do documento.

O candidato que não apresentar a CNH não poderá realizar a prova prática e será automaticamente eliminado do certame.

Art. 5º A Prova Prática realizar-se-á, independentemente das diversidades físicas ou climáticas, na data estabelecida para a sua aplicação.

Art. 6º O candidato convocado para a Prova Prática deverá observar integralmente o disposto no item 13 do Edital de Concurso n.º 001/2026.

Art. 7º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul (PR), 11 de agosto de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO	***ELISIANE BELLO JAKYBALIS***
Prefeito Municipal	Presidente da Comissão de Concurso

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:33DE2126

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCURSO PÚBLICO 001/2024 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 047/2026 (ATO DE PROVIMENTO – NOMEAÇÃO)

O Município de Campo do Tenente – PR, por intermédio de seu Prefeito, Weverton Willian Vizentin, no uso de suas atribuições e **CONSIDERANDO** a homologação final do resultado do concurso público do Edital nº 01/2024, para provimento de cargos do seu quadro de pessoal permanente, **TORNA PÚBLICO** o presente edital, nos seguintes termos:

1 – **DA CONVOCAÇÃO**
•**Convoca-se** os seguintes servidores:

Cargo: Professor

Classif	Lista	Nome
47°	AC	Joice Maria Kulka Lazarini

Cargo: Nutricionista

Classif	Lista	Nome
2°	AC	Rubia Juliana Thibes de Campos

Cargo: Vigia

Classif	Lista	Nome
3°	AC	Rafael Leonidas Martemev

1.1 O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, devendo preencher formulário próprio a ser requisitado no Departamento de Recursos humanos e protocolar impreterivelmente até o dia anterior ao exame admissional. Após o exame, não serão aceitos pedidos de final de lista.
1.2 Caso o candidato não tenha interesse na vaga, deverá assinar o termo de desistência da vaga, que será fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos.

2 – DOS DOCUMENTOS E DAS DECLARAÇÕES:
2.1 O convocado deverá apresentar e protocolar ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Campo do Tenente – PR, no prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, contados da data da publicação deste Edital de convocação, os documentos abaixo elencados:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Certificado de reservista ou de dispensa do serviço militar, para o sexo masculino (dispensável caso o candidato tenha 46 anos ou mais).
c) Cópia do documento de Identificação;
d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
e) Cópia do Título de Eleitor;
e) Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade, com histórico escolar, exigido pelo requisito do cargo;
f) Cópia do Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade, quando for requisito do cargo;

g) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
h) Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos, se houver;
i) Cópia do comprovante de residência;
j) Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;
l) Número do PIS/PASEP;
m) Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde haja residido nos últimos cinco anos;
n) Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou Tribunal Superior Eleitoral;
o) Atestado médico que comprove a deficiência alegada (somente para candidatos optantes pelas vagas PCD).
p) Apresentar ao Departamento de Pessoal as declarações a seguir, devidamente assinadas e reconhecidas em cartório, conforme modelos dos Anexos 1, 2 e 3 (Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992; Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a cargo público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um, sob pena de desclassificação; Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua posse;
q) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
r) Carteira de Trabalho e PIS/PASEP
s) Comprovante de residência atual
t) Certidão de Casamento e CPF do cônjuge, se houver.
u) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores, se houver.
v) Dados de conta corrente na Instituição Financeira indicada pelo município.
x) Consulta à Qualificação Cadastral do e-Social.
2.3 O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado neste Edital de Convocação, sem justo motivo, será considerado como desistente, independentemente da assinatura do termo de desistência.
2.4 Protocolada toda a documentação, o candidato será submetido a inspeção médica, para atestar aptidão ao exercício do cargo.

3. DO EXAME MÉDICO
3.1 – Apresentados os documentos elencados no item 2, será designado o exame admissional perante a junta médica do Município de Campo do Tenente.
3.2 – De acordo com o cargo, cada candidato deverá apresentar os exames exigidos conforme o **ANEXO 4 no ato do exame admissional.**
3.3 – O exame clínico e o de acuidade visual serão realizados pelo Município, os demais deverão ser providenciados pelo convocado.
3.4 – O candidato convocado somente será nomeado se for julgado **APTO** física e mentalmente para o exercício do cargo. Caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será nomeado, perdendo automaticamente a vaga, sendo convocado o próximo habilitado da lista, obedecida a ordem de classificação.
3.5 Os candidatos com deficiência serão submetidos à perícia médica para a verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.
3.6 Caso a perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade e habilitação do candidato para o exercício do cargo, este não será considerado apto à nomeação e deixará sua vaga disponível para o próximo candidato de mesma condição, conforme a ordem de classificação.

4. DA POSSE E DO EXERCÍCIO
4.1 A posse será precedida da apresentação dos documentos (item 2) e de inspeção médica oficial do Município ou por órgão devidamente indicado pela Administração Pública Municipal (item 3).
4.2 Estando correta a documentação solicitada no item 2, bem como sendo considerado apto pela inspeção médica, será emitida a portaria de nomeação e o candidato assinará o termo de posse.
4.3 A contar da assinatura do termo de posse o servidor terá 30 dias para entrar em exercício.

Campo do Tenente, PR, 10 de Agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

ANEXO 1
DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Nome:	
CPF:	
Endereço:	

Relação de bens, direitos e valores	
Especificação	Valor (R$)
Total:	R$

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, autorizando a Administração a proceder, por meio eletrônico, a guarda das informações constantes neste formulário, bem como das informações anuais posteriores que atualizarão a presente, resguardado o sigilo destas.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____
Assinatura do declarante

ANEXO 2
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS, EMPREGOS E/OU FUNÇÕES

Nome:	
CPF:	

Eu, acima nominado, declaro, nos termos do art. 37, inciso XVI, XVII e §10 da Constituição Federal, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações desta são expressão da verdade, pelas quais me responsabilizo.
Não ocupar outro cargo, emprego e/ou função pública, bem como não receber proventos das esferas Federal, Estadual ou Municipal, no âmbito da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional.
Ser detentor do cargo/emprego de _____ , na esfera Federal Estadual, Municipal, com carga horária de _____ horas semanais e remuneração de R$ _____.
Receber proventos de aposentadoria, por ter se inativado(a) no cargo, emprego e/ou função pública de _____, na esfera Federal Estadual, Municipal, com carga horária de _____ horas e proventos de R$ _____.
Por ser expressão da verdade, dato e assino a presente declaração.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____
Assinatura do declarante

ANEXO 3
DECLARAÇÃO DE NÃO DEMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Nome:	
CPF:	

Eu, acima nominado, declaro:
Não ter exercido cargo efetivo ou em comissão, ou emprego de natureza temporária (PSS), nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital, nos últimos 5 anos.
Ter exercido cargo efetivo ou em comissão nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital e, em decorrência disto, não ter sofrido no exercício de demissão, através de processo administrativo disciplinar, nos últimos 5 anos.
Ter exercido cargo temporário federal, estadual, municipal ou distrital e, em decorrência disto, não ter sofrido no exercício de demissão, através de processo administrativo disciplinar, nos últimos 5 anos.

Por ser expressão da verdade, dato e assino a presente declaração.

Campo do Tenente, ____/_____/_____.

_____
Assinatura do declarante

ANEXO 4

Funções	Exames ADMISSIONAL
•ADVOGADO •ARQUITETO •ASSISTENTE SOCIAL •AGENTE ADMINISTRATIVO •ANALISTA ADMINISTRATIVO •TÉCNICO DE CONTABILIDADE •AUXILIAR DE FARMÁCIA •CONTADOR •ENGENHEIRO •FISCAL GERAL •MONITOR DE ALUNO •ORIENTADOR EDUCACIONAL •TÉCNICO ADMINISTRATIVO •TÉCNICO AGRIMENSURA •TÉCNICO AMBIENTAL •TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO •TÉCNICO DE INFORMÁTICA, •TÉCNICO DE RECURSOS HUMANOS •TÉCNICO EM TRIBUTAÇÃO •TESOUREIRO •VIGIAS	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296
•MÉDICO CLÍNICO GERAL •CIRURGIÃO DENTISTA •ENFERMEIRO •TÉCNICO ENFERMAGEM •TÉCNICO HIGIENE BUCAL •AUXILIAR DE ENFERMAGEM •AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo:• TGO: • TGP • Ureia • Creatinina: •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Anti-HCV:
•MOTORISTA	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • EEG: 0536• ECG: 0530 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999 Exame toxicológico – PODERÁ SER DISPENSADO SE VIGENTE O CONSTANTE NA CNH
•FISIOTERAPEUTA •FARMACÊUTICA •FONOALDIOLOGA •PROFESSOR •PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA •PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL •PSICOLOGO PROFESSOR CMI •VIGILANTE SANITARIO •EDUCADOR INFANTIL	Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693
•AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo: 0693 •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Anti-HCV: 9999
•TÉCNICO EM RADIOLOGIA	•Exame Clínico: 0295 •Acuidade Visual: 0296 •Hemograma completo: 0693 • TGO: 9999 • TGP: 9999 • Ureia: 1242 • Creatinina: 0456 •Sorologia HBs-Ag: 0234 •Contagem de plaquetas: 9999
•MECANICO GERAL •GARI •SEPULTADOR	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999
•NUTRICIONISTA	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Hemograma completo: 0693 • EPF: 0974 VDRL
•OPERADOR DE MAQUINAS	• Exame Clínico: 0295 • Acuidade Visual: 0296 • Audiometria: 0281 • Hemograma completo: 0693 • EEG: 0536 • ECG: 0530 • Glicemia: 0658 •RX de coluna total: 9999

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:D05675E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº278/2026

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA, DESIGNA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO os fatos apresentados no protocolo nº 1543/2026;
CONSIDERANDO o poder-dever da Administração Pública de apurar toda e qualquer irregularidade no serviço público, conforme estabelece o art. 112, § 2º, da Lei Municipal nº 221/1993;
CONSIDERANDO a fundamentada recomendação da Procuradoria Jurídica, exarada no Parecer Jurídico nº 74/2026, que opina pela instauração de sindicância;

RESOLVE:

Art. 1º Acolher integralmente o Parecer Jurídico nº 74/2026 e, por conseguinte, instaurar Sindicância Investigativa para apurar os fatos e eventuais responsabilidades administrativas constantes do Processo Administrativo nº 1543/2026.

Art. 2º Para a condução dos trabalhos, fica designada a seguinte Comissão de Sindicância, sob a presidência do primeiro:

I - Denis Gelbcke de Souza, matrícula 13491, ocupante do cargo de Advogado (Presidente);
II - Javel Jaime Valério, matrícula 9691, ocupante do cargo de Advogado (Secretário);
III - Julia Rodrigues, matrícula 991141667, ocupante do cargo de Agente Administrativo (Membro).

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, contados da data de publicação desta Portaria, conforme art. 117 da Lei Municipal nº 221/1993.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo do Tenente – PR, 10 de agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:6B451558

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 650/2026

Dispõe sobre o fluxo de recebimento, tramitação e resposta a demandas oriundas do Ministério Público, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto no art. 129, incisos II e VI, da Constituição Federal, que atribui ao Ministério Público as funções de zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública e de requisitar informações e documentos;

CONSIDERANDO os arts. 26 e 27 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), que disciplinam o poder de requisição e a expedição de recomendações pelo Ministério Público dos Estados, bem como as disposições correlatas da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO que o não atendimento tempestivo e adequado às requisições do Ministério Público pode ensejar a responsabilização administrativa, civil e criminal dos agentes públicos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar o fluxo de recebimento e tratamento das demandas encaminhadas pelo Ministério Público, de assegurar o cumprimento dos prazos e a qualidade técnica e jurídica das respostas, e de proteger os dados pessoais eventualmente envolvidos, na forma da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

DECRETA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Decreto estabelece o fluxo padronizado de recebimento, tramitação interna, controle de prazos, análise jurídica e resposta técnica às demandas encaminhadas pelo Ministério Público ao Município de Campo Magro/PR, com o objetivo de assegurar tempestividade, rastreabilidade, segurança jurídica e qualidade das informações prestadas.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, consideram-se:

I - Demanda: toda intimação, ofício, requisição, recomendação, notificação ou expediente encaminhado pelo Ministério Público que exija providência, informação ou manifestação do Município, qualquer que seja a sua forma ou o meio de transmissão;

II - Intimação: ato formal pelo qual o Ministério Público comunica ao Município a necessidade de adoção de medida, prestação de informações ou manifestação técnica, com ou sem prazo determinado;

III - Gabinete: o Gabinete do Prefeito Municipal, órgão central de coordenação e controle do fluxo previsto neste Decreto;

IV - Secretaria: cada Secretaria Municipal ou órgão equivalente da estrutura administrativa responsável pela elaboração da resposta técnica;

V - Protocolo Central: o setor responsável pelo recebimento, registro e distribuição da correspondência oficial do Município e ponto único de entrada das demandas de que trata este Decreto;

VI - Procuradoria-Geral do Município: órgão responsável pela análise jurídica das demandas e das respectivas respostas sempre que houver repercussão jurídica ou contenciosa;

VII - Controladoria-Geral do Município: unidade central de controle interno destinatária da ciência das comunicações e dos relatórios de que trata este Decreto.

CAPÍTULO II
DO RECEBIMENTO E DO PONTO ÚNICO DE ENTRADA

Art. 3º Toda demanda oriunda do Ministério Público, qualquer que seja a sua forma ou o meio de transmissão, ingressará no Município exclusivamente por meio do Protocolo Central, que a receberá, registrará e distribuirá na forma deste Capítulo.

§ 1º As demandas recebidas por meio eletrônico ingressarão por canal oficial previamente designado pelo Gabinete, cujo monitoramento em dias úteis será de responsabilidade do Protocolo Central.

§ 2º A demanda que, por qualquer motivo, for recebida diretamente por Secretaria, servidor ou agente público, sem prévio ingresso no Protocolo Central, deverá ser a este encaminhada de imediato, no mesmo dia útil do recebimento, para registro e distribuição, sem prejuízo da adoção imediata das providências urgentes que o caso exigir.

§ 3º O recebimento e oregistro da demanda deverão ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas úteis contadas da chegada do expediente ao Protocolo Central, com a indicação da origem, da forma de recebimento, da data de recebimento, do objeto, do prazo concedido pelo Ministério Público e da Secretaria competente para a resposta.

§ 4º Ao registrar a demanda, o Protocolo Central procederá à triagem de urgência, classificando-a conforme o prazo concedido pelo Ministério Público, de modo a assegurar tratamento prioritário às demandas de prazo mais exíguo, sem prejuízo do controle de todas as demandas ativas.

§ 5º O expediente será autuado em pasta própria, física ou eletrônica, contendo cópia da demanda, despacho de encaminhamento e folha de acompanhamento de prazo, e remetido à Secretaria competente no mesmo dia útil do protocolo e, em qualquer caso, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis.

§ 6º Quando a Secretaria demandada comunicar que não é de sua competência a análise e resposta ao Ministério Público, deve esta informar o Gabinete imediatamente, não se admitindo retorno após 24 horas do seu recebimento, sob pena de responsabilização pessoal.

CAPÍTULO III
DA COMUNICAÇÃO AO GABINETE, À PROCURADORIA E À CONTROLADORIA

Art. 4º Após o recebimento da demanda, a Secretaria competente comunicará, imediatamente e por escrito, o Gabinete do Prefeito, mediante ofício, memorando ou registro no sistema eletrônico de gestão, contendo no mínimo as seguintes informações:

I - número e data do protocolo;

II - origem da demanda, com indicação da promotoria ou órgão do Ministério Público;

III - síntese do objeto da demanda;

IV - prazo concedido pelo Ministério Público para resposta;

V - setor responsável dentro da Secretaria;

VI - data de recebimento pela Secretaria.

§ 1º A comunicação ao Gabinete deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas úteis contadas do recebimento da demanda pela Secretaria.

§ 2º Sempre que a demanda apresentar repercussão jurídica ou contenciosa, a comunicação de que trata este artigo será também encaminhada à Procuradoria-Geral do Município, dando-se ciência à Controladoria-Geral do Município.

§ 3º O Gabinete, ao receber a comunicação, abrirá controle individualizado da demanda, registrando-a em planilha, sistema eletrônico ou instrumento equivalente de gestão, com a indicação de todos os prazos e etapas.

§ 4º Nos casos em que a demanda envolva mais de uma Secretaria, o Gabinete designará qual delas atuará como coordenadora, responsável pela consolidação da resposta final.

CAPÍTULO IV
DO CONTROLE E DA CONTAGEM DE PRAZOS

Art. 5º O Gabinete do Prefeito manterá controle centralizado dos prazos de todas as demandas ativas oriundas do Ministério Público, com monitoramento diário das datas-limite.

§ 1º O controle de prazos conterá, no mínimo:

I - a data de recebimento da demanda pelo Protocolo Central;

II - a data de comunicação ao Gabinete pela Secretaria;

III - o prazo final estabelecido pelo Ministério Público;

IV - o prazo interno estabelecido pelo Gabinete para entrega da resposta técnica pela Secretaria, sempre antecedente ao prazo externo, observado o disposto no art. 6º;

V - o status atual de cada demanda, assim entendido em tramitação, respondida, pendente ou vencida;

VI - o responsável designado em cada Secretaria.

§ 2º O Gabinete emitirá, semanalmente, relatório de acompanhamento contendo a relação de demandas em andamento, os prazos a vencer nos 10 (dez) dias seguintes e as demandas vencidas, encaminhando-o ao Prefeito, aos Secretários envolvidos e, para ciência, à Controladoria-Geral do Município.

Art. 6º O prazo interno para entrega da resposta técnica pela Secretaria será fixado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis em relação ao prazo concedido pelo Ministério Público, sempre que este o comportar.

§ 1º Quando o prazo concedido pelo Ministério Público não comportar a antecedência prevista no caput, o Gabinete fixará prazo interno reduzido, compatível com a tempestividade da resposta, determinando o início imediato da elaboração pela Secretaria e a tramitação em regime de urgência.

§ 2º Quando o prazo concedido pelo Ministério Público for inferior a 15 (quinze) dias, a comunicação ao Gabinete e, se for o caso, à Procuradoria-Geral do Município, bem como o início da elaboração da resposta técnica, deverão ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas úteis do recebimento pela Secretaria.

§ 3º Sempre que o prazo original não comportar a elaboração adequada da resposta, o Gabinete, por iniciativa própria ou mediante solicitação da Secretaria e com apoio da Procuradoria-Geral do Município, providenciará pedido fundamentado de dilação de prazo ao Ministério Público, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data de vencimento, sem prejuízo do prosseguimento dos trabalhos enquanto não deferida a prorrogação.

Art. 7º Salvo quando o Ministério Público fixar prazo em dias corridos ou em data certa, os prazos previstos neste Decreto contam-se em dias úteis, excluído o dia do início e incluído o do vencimento, considerando-se úteis os dias de expediente no Município.

CAPÍTULO V
DA ANÁLISE JURÍDICA E DA RESPOSTA TÉCNICA

Art. 8º Cada Secretaria responsável elaborará a resposta técnica à demanda no prazo interno estabelecido pelo Gabinete, observados os seguintes parâmetros:

I - a resposta deverá ser objetiva, fundamentada e completa, contemplando todos os pontos objeto da demanda;

II - deverá ser assinada pelo Secretário responsável ou dirigente equivalente;

III - deverá ser acompanhada de documentação comprobatória, pareceres técnicos, laudos ou quaisquer outros elementos que fundamentem a manifestação;

IV - deverá indicar, quando for o caso, as medidas já adotadas e as providências em andamento, com o respectivo cronograma de execução.

§ 1º A resposta técnica, após elaborada e assinada pela Secretaria, será encaminhada ao Gabinete.

§ 2º Sempre que a demanda ou a respectiva resposta apresentar repercussão jurídica ou contenciosa, o Gabinete submeterá a minuta à Procuradoria-Geral do Município para análise jurídica prévia ao encaminhamento ao Ministério Público.

§ 3º O Gabinete e a Procuradoria poderão solicitar à Secretaria esclarecimentos complementares, complementação documental ou reformulação da resposta, comunicando eventuais impactos no prazo.

§ 4º Após a revisão, o Gabinete procederá à consolidação da resposta e ao seu encaminhamento ao Ministério Público, por intermédio do Protocolo Central, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis do prazo final, salvo impossibilidade comprovada.

§ 5º Constatada insuficiência técnica na resposta, ausência de documentos ou resposta parcial, o Gabinete devolverá o expediente à Secretaria competente para complementação, suspendendo o encaminhamento ao Ministério Público até o devido ajuste técnico, o não atendimento dentro do prazo estipulado, poderá ensejar em medidas administrativas sancionatórias.

§ 6º Cópia da resposta encaminhada e de toda a documentação anexada será arquivada pelo Gabinete, em pasta individual da demanda, para fins de controle, auditoria e eventual consulta futura, observado o disposto no Capítulo VI.

§ 7º O Gabinete poderá convocar reunião técnica para alinhamento da resposta sempre que a complexidade da matéria assim exigir.

§ 8º Quando a resposta envolver obrigação continuada, a Secretaria manterá o Gabinete informado acerca do cumprimento das medidas assumidas perante o Ministério Público.

CAPÍTULO VI
DA PROTEÇÃO DE DADOS E DO SIGILO

Art. 9º O tratamento dos dados pessoais contidos nas demandas e nas respectivas respostas observará a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, restringindo-se às finalidades de cumprimento da obrigação legal e de exercício regular de competências pelo Município.

Parágrafo único. O acesso às demandas que envolvam dados pessoais sensíveis ou informações submetidas a sigilo legal, notadamente as relativas a crianças e adolescentes, à saúde e à assistência social, será restrito aos agentes diretamente responsáveis pela sua tramitação e resposta, que responderão pela indevida divulgação.

CAPÍTULO VII
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 10. São responsabilidades:

I - do Protocolo Central: receber, registrar, proceder à triagem de urgência e encaminhar a demanda à Secretaria competente nos prazos deste ato;

II - da Secretaria competente: comunicar o Gabinete e, se for o caso, a Procuradoria-Geral do Município, designar responsável e substituto, elaborar a resposta técnica tempestiva e encaminhá-la ao Gabinete;

III - da Procuradoria-Geral do Município: proceder à análise jurídica das demandas e respostas de repercussão jurídica ou contenciosa e subsidiar os pedidos de dilação de prazo;

IV - do Gabinete do Prefeito: manter o controle centralizado de prazos, estabelecer os prazos internos, promover a revisão e a consolidação das respostas, encaminhá-las ao Ministério Público e reportar periodicamente ao Prefeito e à Controladoria;

V - do Prefeito Municipal: supervisionar o cumprimento deste Decreto e adotar as medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento.

§ 1º O descumprimento dos prazos e procedimentos estabelecidos neste Decreto sujeitará os responsáveis às medidas administrativas e

disciplinares previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município e na legislação aplicável, sem prejuízo de eventual responsabilização civil e penal.

§ 2º O Gabinete encaminhará, mensalmente, ao Prefeito e, para ciência, à Controladoria-Geral do Município relatório consolidado das demandas recebidas, respondidas, pendentes e vencidas, com indicação dos responsáveis por eventuais atrasos.

§ 3º À Controladoria-Geral do Município é assegurada a ciência das comunicações e dos relatórios previstos neste Decreto, não lhe incumbindo providência no respectivo fluxo, sem prejuízo do exercício de suas competências institucionais próprias de controle interno.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. O fluxo de tramitação descrito neste Decreto está detalhado no Fluxograma de Demandas do Ministério Público, constante do Anexo I deste ato, dele integrante para todos os fins e efeitos legais.

Art. 12. Os casos omissos serão dirimidos pelo Gabinete do Prefeito, ouvida a Procuradoria-Geral do Município quando a matéria for de natureza jurídica.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Campo Magro, em 11 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal de Campo Magro

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:025AFF8D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 679/2026

Institui o Comitê Gestor Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, no âmbito do Município de Campo Magro, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica instituído o Comitê Gestor Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, com a finalidade de coordenar, articular, acompanhar e promover a implementação das ações previstas no Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa no Município de Campo Magro.

Art. 2º Compete ao Comitê Gestor Municipal:

I - coordenar a execução das ações do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;

II - promover a integração entre as secretarias municipais e demais órgãos envolvidos;

III - acompanhar o cumprimento das etapas previstas no Guia Orientativo do Programa;

IV - apoiar a elaboração, execução, monitoramento e avaliação do Diagnóstico Situacional e do Plano de Ação Municipal;

V - incentivar a participação da sociedade civil e do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa nas ações do Programa.

Art. 3º O Comitê Gestor será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social;
Titular: Michelli Gomes de Araujo
Suplente: Bruna Gisele Martins

II - Secretaria Municipal de Saúde;
Titular: Paula Cristina Santos Clazer Chaves
Suplente: Claudia de Fátima Dalazuana

III - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
Titular: Genoeva dos Santos
Suplente: Roseli de Andrade Visniewski

IV - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;
Titular: Yasmin Lucarelli Silva
Suplente: Amanda Ribas Machado

V - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho;
Titular: Valdineia Mariano Rosa
Suplente: Leticia Rolim de Moura

VI - Instituto Luz de Maria;
Titular: Gisele Scafuro
Suplente: Aline Tatsch Dias

Art. 4º A coordenação do Comitê Gestor será exercida pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º Os membros do Comitê serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º A participação no Comitê Gestor será considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 11 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal de Campo Magro

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:F3A6A835

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 686/2026

Retira Gratificação de Ensino Especial, na forma em que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) O Memorando n.º 631/2026 – SEMEC.

D E C R E T A

Art. 1º - **RETIRAR** a Gratificação de Ensino Especial concedida à servidora **KELLY CRISTINA XAVIER GEREMIAS**, matrícula n.º 2092, ocupante do cargo de Professor, a partir de 12 de agosto de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de agosto de 2026.

Paço Municipal de Campo Magro, em 10 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:203D58B0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 687/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025.

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), como segue:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 04 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO			
04.122.1038. 2.048 - MANUT. FOLHA DE PAG. - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	0000	60.000,00
TOTAL			**60.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados excesso de arrecadação, no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), proveniente da fonte: 0000.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.
Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 10 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:C7A94FC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 033/2026

PROTOCOLO 5224/2026

O Prefeito Municipal de Campo Magro, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento no Art.75, inciso II da Lei 14.133/2021, **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA ARMAZÉM DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO/PR,** em favor de **ONE SERVIÇOS E SAÚDE** inscrita no **CNPJ 41.630.068/0001-31** com o valor global de **R$ 1.218.422,64 (Um Milhão, duzentos e dezoito mil, quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Campo Magro, 11 de agosto de 2026

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:7CB589D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 013/2026

PROTOCOLO 3480/2026

O Prefeito Municipal de Campo Magro, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento no Art.86, § 3º, inciso I da Lei 14.133/2021, **RATIFICA** a Inexigibilidade supracitada, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS TIPO HATCH, BÁSICO, POR MEIO DE ADESÃO ("CARONA") A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 719/2025 – SEAP/DECON, EM CONSONÂNCIA COM A RESOLUÇÃO SESA N° 726/2025 - PROVIGIA PARANÁ,** em favor de **OPECAR VEÍCULOS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 05.793.769/0004-70**, com o valor global de **R$ 257.790,00 (duzentos e cinquenta e sete mil, setecentos e noventa reais)**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Campo Magro, 11 de agosto de 2026

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:D0FA718F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 313/2026 DATA: 11-08-2026

SÚMULA: Exonera ocupante de emprego público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais, com base na Lei nº 2.718/2024,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerada por término de contrato, a ocupante de emprego público de Professor - PSS, abaixo relacionada:

Matrícula	Nome	RG-CPF. nº
124275/1	Terezinha de Oliveira	964.***.***-34

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, PR. 11 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:33403284

SECRETARIA DE FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 02/2026 MULTA ADMINISTRATIVA DECORRENTE DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Município de Capitão Leônidas Marques – PR, por intermédio de seu Prefeito Municipal, **NOTIFICA**, com fundamento na legislação aplicável às licitações e contratos administrativos, bem como no Processo Administrativo/Portaria nº 002/2026, a empresa abaixo

identificada para que efetue o pagamento da multa administrativa que lhe foi aplicada, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação do presente Edital.
Empresa: DUBAI CONSTRUCOES E PAVIMENTACOES LTDA
CNPJ: 57.902.002/0001-93
Endereço: PC DOUTOR VICENTE MACHADO, n° 92, Bairro: Centro, complemento: LOJA SOBRE LOJA - LJ 24, CEP: 83.702-310, Município: ARAUCARIA, Estado: Paraná.
Processo: 002/2026
Contrato: 546/2025
Valor Original: R$ 50.430,58
Valor Atualizado: R$ 52.204,73
A presente **NOTIFICAÇÃO** é realizada por edital em razão da impossibilidade de efetivação da notificação pelos meios ordinários ou por se encontrar a empresa em local incerto e não sabido, servindo também para dar ciência aos demais interessados.
O não pagamento da multa no prazo acima estabelecido implicará na adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis, inclusive inscrição do débito em dívida ativa, emissão da respectiva Certidão de Dívida Ativa e ajuizamento de execução fiscal, nos termos da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, sem prejuízo das demais sanções legalmente previstas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 11 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gean Carlos Barea Schneider
Código Identificador:BE62DBAB

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
ATA CREDENCIAMENTO 010/2026

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTAS
Às dez horas do dia onze do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026,** com redação dada pelo **Decreto nº 244 de 02.07.2026**, para procederem a abertura e julgamento dos envelopes contendo a proposta e documentação referentes ao ***Credenciamento 010/2026 de 21.07.2026,*** destinado ao credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de torno e solda no Município de Capitão Leônidas Marques/PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento. Foi registrado, conforme protocolo em anexo ao processo, o interesse da seguinte empresa em se credenciar: ***MARCOS ANTONIO VIEIRA,*** inscrita no CNPJ sob nº 15.136.601/0001-01; que manifestou interesse em todos os itens. Não houve a presença de representantes para acompanhar o julgamento, porém, a empresa, ao se apresentar para este processo de credenciamento, declara ter conhecimento e sujeitar-se às condições nele estabelecidas. Os membros da Comissão deram prosseguimento ao processo com a abertura do envelope. Em todos os procedimentos, foram verificadas as regularidades às vistas das exigências deste edital, nos termos do item 3 (habilitação jurídica, regularidade fiscal, econômico-financeira). Foram analisados também os documentos complementares, compreendendo declarações e a solicitação de credenciamento e a carta proposta. A empresa acima relacionada, foi habilitada atendendo a todos os requisitos do edital. Não houve quaisquer tipos de questionamentos, quanto aos procedimentos adotados no processo. A Comissão deliberou credenciar a empresa acima mencionada para a execução do objeto em consideração. Fica aqui registrado que a empresa declara ciência de que o serviço a ser prestado será remunerado de acordo com os valores constantes do Termo de Referência, cuja aceitação já foi expressa por meio da Declaração do Anexo III, e que também está ciente de todas as condições da prestação dos serviços. Após transcorridos todos os procedimentos, o resultado será publicado no Diário Oficial do Município. Poderão ser apresentados recursos no prazo de 03 (três) dias a contar da data da publicação do Diário Oficial do Município, sendo este protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques-Pr, ou no e-mail licitacaorecursos@clm.pr.gov.br e dirigido à Comissão de Licitação. Vencido os prazos e inexistindo recurso ou após devidamente julgados, a documentação será encaminhada ao Departamento de Compras para autorização de abertura do Processo de Inexigibilidade de Licitação. Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico para assinatura do Contrato, o qual estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do Edital e da proposta a que se vinculam, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da notificação/convocação, sob pena de decadência desse direito. Este julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação será encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal, cabendo-lhe o direito de revogar a presente licitação, por justas razões de conveniência e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, mediante parecer devidamente fundamentado, como consta no Termo de Referência deste edital. O presente Edital continua em validade de 12 (doze) meses contados a partir da data da primeira publicação. Ultrapassada a data e horário de hoje, onde realizou-se um julgamento, os demais interessados poderão solicitar credenciamento, durante a vigência do edital, obedecidas às exigências estabelecidas no mesmo, todavia, a contratação dependerá da disponibilidade de serviços objeto deste processo, necessidade e conveniência da administração. Os atos administrativos que dizem respeito a este Credenciamento Público, serão sempre interpretados visando assegurar o aproveitamento da licitação, devendo ser anulados somente aqueles que não sejam passíveis de saneamento, à luz o Regulamento de licitações e contratos, aproveitando-se todos os demais atos antecedentes, prosseguindo-se com o processo até o seu termo final. Nada mais havendo e no aguardo dos prazos encerra-se a presente sessão.
De acordo,

NATALI APARECIDA PAGEL DA SILVEIRA
Agente de Contratação

JAQUELINE ROHR GROHALSKI GOMES
Membro

HENRIQUE XAVIER DE SOUZA
Membro

LARISSA GABRIELI DA SILVA
Membro

ALDO PEREIRA DOS SANTOS
Membro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:15C2DB7A

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
ATA CREDENCIAMENTO 009/2026

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTAS
Às nove horas do dia onze do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026,** com redação dada pelo **Decreto nº 244 de 02.07.2026**, para procederem a abertura e julgamento dos envelopes contendo a proposta e documentação referentes ao ***Credenciamento 009/2026 de 16.07.2026,*** destinado ao credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de agrimensura, topografia e ensaio de percolação, a serem executados em áreas urbanas e rurais do Município de Capitão Leônidas Marques – PR, visando atender às demandas das Secretarias Municipais, compreendendo levantamentos topográficos, georreferenciamento, demarcações, locações, elaboração de plantas e memoriais descritivos, bem como a realização de ensaios de percolação e demais serviços correlatos necessários ao planejamento, desenvolvimento e execução de ações e projetos da

Administração Municipal, em atendimento as solicitações nº 176, 177, 178, 179 e 180/2026 das Secretarias Municipais e conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento. Foi registrado, conforme protocolo em anexo ao processo, o interesse da seguinte empresa em se credenciar: ***M F SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA,*** inscrita no CNPJ sob nº 52.788.318/0001-82, que registrou interesse em todos os itens. Não houve a presença de representantes para acompanhar o julgamento, porém, a empresa, ao se apresentar para este processo de credenciamento, declara ter conhecimento e sujeitar-se às condições nele estabelecidas. Os membros da Comissão deram prosseguimento ao processo com a abertura do envelope. Em todos os procedimentos, foram verificadas as regularidades às vistas das exigências deste edital, nos termos do item 3 (habilitação jurídica, regularidade fiscal, econômico-financeira). Foram analisados também os documentos complementares, compreendendo declarações e a solicitação de credenciamento e a carta proposta. A empresa acima relacionada, foi habilitada e credenciada, atendendo a todos os requisitos do edital. Poderão ser interposto recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da publicação do Diário Oficial do Município, sendo este protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques-Pr, ou no e-mail licitacaorecursos@clm.pr.gov.br e dirigido à Comissão de Licitação. Não houve quaisquer tipos de questionamentos, quanto aos procedimentos adotados no processo. Fica aqui registrado que a empresa declara ciência de que o serviço a ser prestado será remunerado de acordo com os valores constantes do Termo de Referência, cuja aceitação já foi expressa por meio da Declaração do Anexo III, e que também está ciente de todas as condições da prestação dos serviços. Vencido os prazos e inexistindo recurso ou após devidamente julgados, a documentação será encaminhada ao Departamento de Compras para autorização de abertura do Processo de Inexigibilidade de Licitação. Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico para assinatura do Contrato, o qual estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do Edital e da proposta a que se vinculam, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da notificação/convocação, sob pena de decadência desse direito. Os atos administrativos que dizem respeito a este Processo de Credenciamento serão sempre interpretados visando assegurar o aproveitamento da licitação, devendo ser anulados somente aqueles que não sejam passíveis de saneamento, à luz o Regulamento de Licitações e Contratos, aproveitando-se todos os demais atos antecedentes, prosseguindo-se com o processo até o seu termo final. Este julgamento proferido pela Comissão Permanente de Licitação será encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal, cabendo-lhe o direito de revogar ou anular o procedimento de credenciamento, por justas razões de conveniência e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, mediante parecer devidamente fundamentado, como consta no Termo de Referência deste edital. O presente Edital tem validade de 12 (doze) meses contados a partir da data da primeira publicação. Ultrapassada a data e horário de hoje, onde realizou-se um julgamento, os demais interessados poderão solicitar credenciamento, durante a vigência do edital, obedecidas às exigências estabelecidas no mesmo, todavia, a efetiva contratação dependerá da disponibilidade de serviços objeto deste processo, ficando então no aguardo de convocação para que possam também firmar o contrato de prestação de serviços, observada a necessidade e conveniência da administração. Nada mais havendo, estando em conformidade com as disposições do edital e tendo transcorridos todos os procedimentos legais, encerra-se esta sessão de julgamento e análise, cujos atos foram aqui registrados, lavrando-se esta Ata circunstanciada, a qual será assinada pelos membros da Comissão Julgadora, ficando no aguardo dos prazos para dar seguimento ao processo.
De acordo,

NATALI APARECIDA PAGEL DA SILVEIRA
Agente de Contratação

JAQUELINE ROHR GROHALSKI GOMES
Membro

HENRIQUE XAVIER DE SOUZA
Membro

LARISSA GABRIELI DA SILVA
Membro

ALDO PEREIRA DOS SANTOS
Membro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:BB6CE8AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO PE 067/2026

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR
PORTARIA N. º 335/2026 de 11.08.2026.
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE*** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n. º 067/2026 de 23.07.2026,** a presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo fornecimento de link dedicado internet, prestação de serviços de transporte e distribuição desse link até os prédios públicos do município de Capitão Leônidas Marques-PR, por meio de rede privativa de dados em fibra óptica, em atendimento a solicitação nº 192/2026 e conforme especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência/Anexo I. Considerando o ***"Menor Preço por lote",*** critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade com o edital e atendidas as determinações das Leis aplicáveis, fica vencedora para fornecimento do objeto a empresa ***COMFIBRANET TELECOMUNICAÇÕES LTDA*** com o valor de ***R$ 103.283,00 (Cento e três mil duzentos e oitenta e três reais),*** conforme Ata da Sessão Pública.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 11 de Agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
N. º355/2026.
REF: PREGÃO ELETRÔNICO N. º 067/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.
CONTRATADA: COMFIBRANET TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo fornecimento de link dedicado internet, prestação de serviços de transporte e distribuição desse link até os prédios públicos do município de Capitão Leônidas Marques-PR, por meio de rede privativa de dados em fibra óptica, em atendimento a solicitação nº 192/2026 e conforme especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência/Anexo I.
VALOR: R$ 103.283,00 (Cento e três mil duzentos e oitenta e três reais), pelo fornecimento integral do objeto.
VIGÊNCIA: A contratação objeto desta licitação será vigente por 12 (meses) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.
RECURSOS: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no seguinte orçamento:
*** 497 - 13.002.26.782.1011.2208.3.3.90.40.00;**
*** 310 - 08.001.13.392.1027.2200.3.3.90.40.00;**
*** 334 - 09.001.10.301.1038.2160.3.3.90.40.00;**
*** 217 - 06.006.12.361.1018.2136.3.3.90.40.00;**
*** 217 - 06.006.12.361.1018.2136.3.3.90.40.00;**
*** 217 - 06.006.12.361.1018.2136.3.3.90.40.00;**
*** 289 - 07.001.27.812.1026.2156.3.3.90.40.00;**
*** 514 - 14.001.20.606.1015.2209.3.3.90.40.00;**
*** 497 - 13.002.26.782.1011.2208.3.3.90.40.00;**
*** 334 - 09.001.10.301.1038.2160.3.3.90.40.00;**
*** 158 - 05.002.04.129.1014.2121.3.3.90.40.00;**
*** 408 - 10.001.08.245.1028.2183.3.3.90.40.00;**

*** 334 - 09.001.10.301.1038.2160.3.3.90.40.00;**
*** 103 - 03.004.04.122.1004.2113.3.3.90.40.00;**
*** 93 - 03.003.04.122.1004.2112.3.3.90.40.00;**
*** 119 - 04.001.04.122.1009.2108.3.3.90.40.00;**
*** 63 - 03.001.04.122.1004.2111.3.3.90.40.00;**
*** 147 - 05.001.04.123.1005.2126.3.3.90.40.00.**
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 11 de Agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:3D6B460E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 334/2026 DATA: 11-08-2026

O Prefeito Municipal em Exercício de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 171, da Lei Municipal nº 1.784/2012, de 23 de março de 2012,

R E S O L V E

Art. lº - Conceder ao servidor público abaixo relacionado, Auxílio ao Servidor com Filho Portador de Deficiência, de acordo com o laudo médico anexado ao requerimento protocolado junto ao setor de protocolo da Prefeitura Municipal, Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Jurídica e os Despachos proferidos referente a solicitação.

Matrícula	Nome	Cargo
124260/1	Márcio Eduardo Hackenhaar	Agente de Combate às Endemias

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 11 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:B9AC49FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RENDA
INEX. 125/2026 - EXTRATO CTO 353/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 125/2026

Processo Adm. Nº 225/2026.
Solicitação Nº 251/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 72, incisos V e VI, artigo 74, inciso V, ambos da Lei nº 14.133/2021, art. 213 do Decreto nº 385, de 11 de dezembro de 2023, no valor de R$ 37.993,20 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e vinte centavos), a favor do Sr. ***VANDERLEI ROMAN,*** residente na Rua Xambre, nº 102, Centro, município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-039, portador do RG nº 8.085.425-0/SESP-PR e do CPF sob nº 030.878.849-44, para a locação de um barracão industrial/comercial com uma área total de 343,24m², situado na Rua Tocantins, nº 179-B, jardim Lago, neste Município, com características que atendem as necessidades de instalação, localização e preço compatível com o valor de mercado, o qual tem por objetivo atender a empresa *SILVANA TORRES DALLPRA – METALÚRGICA*, inscrita no CNPJ nº 16.746.071/0001-78, que atua no ramo de fabricação de esquadrias metálicas, estruturas metálicas e serviços de serralheria, atividade que contribui diretamente para a movimentação da cadeia produtiva regional, geração de renda, fortalecimento do comércio local e incremento indireto da arrecadação tributária municipal. O procedimento está de acordo com os critérios estabelecidos na Lei nº 2.815/2025, que institui o Programa de Desenvolvimento Econômico de Capitão Leônidas Marques-Pr – "Desenvolve Capitão" e visa atender à solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Renda.
Publique-se.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 353/2026.

Fundamentação: Art. 72, incisos V e VI, artigo 74, inciso V, ambos da Lei nº 14.133/2021, art. 213 do Decreto nº 385, de 11 de dezembro de 2023.

REF:
Termo De Inexigibilidade Nº 125/2026.
Processo Adm. Nº 225/2026.
Solicitação Nº 251/2026.

LOCATÁRIO: MUNICIPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

LOCADOR: VANDERLEI ROMAN.

OBJETO: Locação de um barracão industrial/comercial com uma área total de 343,24m², situado na Rua Tocantins, nº 179-B, jardim Lago, neste Município, com características que atendem as necessidades de instalação, localização e preço compatível com o valor de mercado, o qual tem por objetivo atender a empresa SILVANA TORRES DALLPRA – METALÚRGICA, inscrita no CNPJ nº 16.746.071/0001-78, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2.815/2025, que institui o Programa de Desenvolvimento Econômico de Capitão Leônidas Marques-Pr – "Desenvolve Capitão", em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Renda.

DA FINALIDADE PÚBLICA: A presente locação visa atender uma empresa que atua no ramo de fabricação de esquadrias metálicas, estruturas metálicas e serviços de serralheria, atividade que contribui diretamente para a movimentação da cadeia produtiva regional, geração de renda, fortalecimento do comércio local e incremento indireto da arrecadação tributária municipal. O procedimento está de acordo com os critérios estabelecidos na Lei nº 2.815/2025, que institui o Programa de Desenvolvimento Econômico de Capitão Leônidas Marques-Pr – "Desenvolve Capitão".

VALOR: Para fins de estimativa orçamentária, adotou-se o valor vigente da UFM no Município, fixado em R$ 73,63 (setenta e três reais e sessenta e três centavos). O quantitativo aprovado, de 21,50 UFM, corresponde ao valor mensal estimado de R$ 1.583,05 (um mil quinhentos e oitenta e três reais e cinco centavos), sendo que o total para o período de vigência deste Termo é de R$ 37.993,20 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e vinte centavos).

PRAZO: A vigência será de 24 (vinte e quatro) meses da data deste termo, observado o limite máximo estabelecido no art. 23-A da Lei Municipal nº 2.815/2025, considerando que a empresa beneficiária já usufruiu de incentivo semelhante previsto na Lei Municipal nº 2.278/2017. Em razão do limite legal para a concessão do benefício, não será admitida prorrogação da vigência contratual que implique a utilização do incentivo por período superior a 02 (dois) anos.

DOTAÇÃO: Os recursos para custeio do presente Contrato serão provenientes da seguinte classificação orçamentária:
*** 557 – 16.001.22.661.1012.2219.3.3.90.36.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:976015D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RENDA
INEX. 126/2026 - EXTRATO CTO 354/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 126/2026

Processo Adm. Nº 226/2026.
Solicitação Nº 252/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 72, incisos V e VI, artigo 74, inciso V, ambos da Lei nº 14.133/2021, art. 213 do Decreto nº 385, de 11 de dezembro de 2023, no valor de R$ 37.993,20 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e vinte centavos), a favor do Sr. ***VANDERLEI ROMAN,*** residente na Rua Xambre, nº 102, Centro, município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-039, portador do RG nº 8.085.425-0/SESP-PR e do CPF sob nº 030.878.849-44, para a locação de um barracão industrial/comercial com uma área total de 450,00 m², situado na Rodovia de acesso a BR 163, Linha Tigrinho, Zona Rural, neste Município, com características que atendem as necessidades de instalação, localização e preço compatível com o valor de mercado, o qual tem por objetivo atender a empresa *WA AMBIENTES PLANEJADOS LTDA*, inscrita no CNPJ nº 44.891.658/0001-06, que atua no ramo de fabricação de móveis planejados, atividade que contribui diretamente para a movimentação da cadeia produtiva regional, geração de renda, fortalecimento do comércio local e incremento indireto da arrecadação tributária municipal. O procedimento está de acordo com os critérios estabelecidos na Lei nº 2.815/2025, que institui o Programa de Desenvolvimento Econômico de Capitão Leônidas Marques-Pr – "Desenvolve Capitão" e visa atender à solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Renda.
Publique-se.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 354/2026.

Fundamentação: Art. 72, incisos V e VI, artigo 74, inciso V, ambos da Lei nº 14.133/2021, art. 213 do Decreto nº 385, de 11 de dezembro de 2023.

REF:
Termo De Inexigibilidade Nº 126/2026.
Processo Adm. Nº 226/2026.
Solicitação Nº 252/2026.

LOCATÁRIO: MUNICIPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

LOCADOR: VANDERLEI ROMAN.

OBJETO: Locação de um barracão industrial/comercial com uma área total de 450,00 m², situado na Rodovia de acesso a BR 163, Linha Tigrinho, Zona Rural, neste Município, com características que atendem as necessidades de instalação, localização e preço compatível com o valor de mercado, o qual tem por objetivo atender a empresa WA AMBIENTES PLANEJADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 44.891.658/0001-06, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2.815/2025, que institui o Programa de Desenvolvimento Econômico de Capitão Leônidas Marques-Pr – "Desenvolve Capitão", em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Renda.

DA FINALIDADE PÚBLICA: A presente locação visa atender uma empresa que atua no ramo de fabricação de moveis planejados, atividade que contribui diretamente para a movimentação da cadeia produtiva regional, geração de renda, fortalecimento do comércio local e incremento indireto da arrecadação tributária municipal. O procedimento está de acordo com os critérios estabelecidos na Lei nº 2.815/2025, que institui o Programa de Desenvolvimento Econômico de Capitão Leônidas Marques-Pr – "Desenvolve Capitão".

VALOR: Para fins de estimativa orçamentária, adotou-se o valor vigente da UFM no Município, fixado em R$ 73,63 (setenta e três reais e sessenta e três centavos). O quantitativo aprovado, de 21,50 UFM, corresponde ao valor mensal estimado de R$ 1.583,05 (um mil quinhentos e oitenta e três reais e cinco centavos), sendo que o total para o período de vigência deste Termo é de R$ 37.993,20 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e três reais e vinte centavos).

PRAZO: A vigência será de 24 (vinte e quatro) meses da data deste termo, observado o limite máximo estabelecido no art. 23-A da Lei Municipal nº 2.815/2025, considerando que a empresa beneficiária já usufruiu de incentivo semelhante previsto na Lei Municipal nº 2.278/2017. Em razão do limite legal para a concessão do benefício, não será admitida prorrogação da vigência contratual que implique a utilização do incentivo por período superior a 02 (dois) anos.

DOTAÇÃO: Os recursos para custeio do presente Contrato serão provenientes da seguinte classificação orçamentária:
*** 557 – 16.001.22.661.1012.2219.3.3.90.36.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:719EBC4D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
PORTARIA Nº. 016/2026

PORTARIA Nº. 016/2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, BAIXA A SEGUINTE:

P O R T A R I A

Artigo 1º - Fica, concedida férias ao servidor da Câmara Municipal, pelo período de 15 (quinze) dias.

Fabio Morais de Oliveira – Guarda – Matricula nº 6-0/1
Período aquisitivo: 13/04/2024 a 12/04/2025
Período de gozo: 11/08/2026 a 25/08/2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Câmara Municipal de Carlópolis, 10 de agosto de 2026.

ELTON HERNANDES TRINDADE
Presidente

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:62C335AB

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 28/2026 PROCESSO INTERNO Nº 98/2026

Contratante	**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87**
Contratado	**ESPACO PLANTAS E SERVICOS LTDA – CNPJ Nº 41.923.599/0001-12**
Objeto	Aquisição de mudas de arborização urbana, mudas ornamentais, grama, substratos e vasos, destinados à implantação, revitalização e manutenção de áreas verdes públicas, canteiros, praças, bosques, espaços institucionais e demais espaços urbanos do Município de Carlópolis PR
Vigência da Ata de Registro de Preços	11/08/2026 à 11/08/2027
Valor Contratual	**R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**
Foro	Carlópolis – Estado do Paraná
	Data de Assinatura: 11 de agosto de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal de Administração e Comunicação
ESPACO PLANTAS E SERVICOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:ABE4CF77

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 28/2026 PROCESSO INTERNO Nº 98/2026

Contratante	**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87**
Contratado	**F P DO NASCIMENTO – CNPJ Nº 10.611.181/0001-46**
Objeto	Aquisição de mudas de arborização urbana, mudas ornamentais, grama, substratos e vasos, destinados à implantação, revitalização e manutenção de áreas verdes públicas, canteiros, praças, bosques, espaços institucionais e demais espaços urbanos do Município de Carlópolis PR
Vigência da Ata de Registro de Preços	11/08/2026 à 11/08/2027
Valor Contratual	**R$ 616.100,00 (seiscentos e dezesseis mil e cem reais)**
Foro	Carlópolis – Estado do Paraná
	Data de Assinatura: 11 de agosto de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal de Administração e Comunicação
F P DO NASCIMENTO
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:DB08A6DD

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 28/2026 PROCESSO INTERNO Nº 98/2026

Contratante	**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87**
Contratado	**MERCADO DAS FLORES LTDA – CNPJ Nº 46.161.009/0001-85**
Objeto	Aquisição de mudas de arborização urbana, mudas ornamentais, grama, substratos e vasos, destinados à implantação, revitalização e manutenção de áreas verdes públicas, canteiros, praças, bosques, espaços institucionais e demais espaços urbanos do Município de Carlópolis PR
Vigência da Ata de Registro de Preços	11/08/2026 à 11/08/2027
Valor Contratual	**R$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais)**
Foro	Carlópolis – Estado do Paraná
	Data de Assinatura: 11 de agosto de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal de Administração e Comunicação
MERCADO DAS FLORES LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:1406152F

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 287/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2026 PROCESSO INTERNO Nº 101/2026

Contratante	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado	**ISAC DIEGO DA ROSA -ME - CNPJ 14.513.950/0001-24**
Objeto	Aquisição de Gases Especiais (Medicinal e Industrial) para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde e Administração e Comunicação - Departamento Municipal de Manutenção de Frota
Vigência do Contrato	11/08/2026 à 11/08/2027
Valor Contratual	**R$ 17.742,00 (dezessete mil, setecentos e quarenta e dois reais)**

Dotação Orçamentária
24.010.15.122.0331.2.465.3.3.90.30.00.00. - 511 - MATERIAL DE CONSUMO
24.010.20.608.0345.2.424.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.010.20.608.0345.2.424.3.3.90.30.00.00. - 30504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.010.20.608.0345.2.424.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
31.004.10.301.0339.2.495.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
31.004.10.301.0339.2.495.3.3.90.30.00.00. - 1494 - MATERIAL DE CONSUMO
31.004.10.301.0339.2.495.3.3.90.30.00.00. - 303 - MATERIAL DE CONSUMO

Data de Assinatura: 11 de agosto de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal de Administração e Comunicação
Contratante
ISAC DIEGO DA ROSA -ME
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:F5A6A8D8

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2026 PROCESSO INTERNO Nº 101/2026

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração e Comunicação
OBJETO: Aquisição de Gases Especiais (Medicinal e Industrial) para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde e Administração e Comunicação - Departamento Municipal de Manutenção de Frota.
VALOR CONTRATADO: R$ 17.742,00 (dezessete mil, setecentos e quarenta e dois reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, Inciso II da Lei de Licitações nº 14.133/2021
FORNECEDOR CONTRATADO: ISAC DIEGO DA ROSA -ME – CNPJ Nº 14.513.950/0001-24

Fica ratificado o presente processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme dados acima.

Carlópolis, 11 de agosto de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal de Administração e Comunicação

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:F5B2D36F

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 100/2026 - DP.

Súmula: "*Convocação de Classificada para o cargo de Psicólogo, conforme Edital do Concurso Público 001/2024.*".

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. Convocar, para assumir a vaga efetiva, em virtude de aprovação no Concurso Público realizado e regulamentado na forma do Edital nº 001/2024, para o cargo de Psicólogo, na modalidade Cota Racial, conforme classificação abaixo:

Psicólogo – Cota Racial	
Candidata	**Classificação Final**
DÉBORA APARECIDA ANANIAS	04

Art. 2º. Da lotação, conforme ordem de apresentação da documentação:
I – Psicólogo

Secretaria Municipal de Educação

Parágrafo único: A lotação será realizada após a candidata apresentar a documentação completa de admissão, em que o Departamento de Recursos Humanos não necessite solicitar mais nenhuma documentação ou correção. Em nenhuma hipótese será atribuído o direito à vaga com apresentação de documentação parcial ou incorreta, levando-se em consideração, sempre, a ordem de classificação do concurso.

Art. 3º. A candidata deverá apresentar a documentação no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, a partir da data da publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação**.**

Carlópolis, 11 de agosto de 2026

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
- Prefeito Municipal -

Publicado por:
Jeferson Tavares Palma
Código Identificador:872C4AE1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
2º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 271/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **F. T. VIZIMED - LTDA,** estabelecida na Rua Dedi Barichello Montagner, Nº 430, sala 01, bairro Centro, na cidade de Dois Vizinhos, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 21.487.789/0001-27, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Darcy Fernando Kastener Pontes, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 8.xxx.429-x, e do CPF nº 064.xxx.xxx-74, residente e domiciliado a Rua José de Alencar, Nº 680, Apto 31, bairro Centro Sul, na cidade de Dois Vizinhos, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo ao contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 31/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica incluído, no sistema atualmente utilizado, o módulo **Sistema de EPI**, passando este a integrar o objeto do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em decorrência da inclusão do módulo, o valor do contrato fica acrescido em **R$ 9.370,00** (nove mil, trezentos e setenta reais), correspondente ao período de 12 (doze) meses.
CLAUSULA TERCEIRA - Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordados, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas - PR, 11 de agosto de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

F. T. Vizimed - LTDA
DARCY FERNANDO KASTENER PONTES
Representante Legal
CPF 064.xxx.xxx-74

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:70D5F450

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 212/2026: NOMEIA CANDIDATO(S) APROVADO(S) EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 212/2026

Súmula: Nomeia candidato(s) aprovado(s) em Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o resultado final do Concurso Público realizado pelo Município,
DECRETA:
Art. 1º Fica(m) nomeado(s) em razão de aprovação e convocação via Concurso Público:

NOME	CPF	CARGO	Admissão
Paola Makielle Picolo Ritter	***.545.709-**	Enfermeira	10/08/2026

Art. 2º O(s) servidor(es) nomeado(s) deverá(ão) entrar em exercício no dia da admissão fixado no artigo anterior, sob pena de tornar-se sem efeito o presente ato de nomeação.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, em 10 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:E476AD79

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 213/2026 - NOMEIA CANDIDATO(S) APROVADO(S) EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 213/2026

Súmula: Nomeia candidato(s) aprovado(s) em Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o resultado final do Concurso Público realizado pelo Município,
DECRETA:

Art. 1º Fica(m) nomeado(s) em razão de aprovação e convocação via Concurso Público:

NOME	CPF	CARGO	Admissão
Everton Dalla Vecchia Gomes	***.542.179-**	Cozinheiro	11/08/2026
Geisilane Gonçalves dos Santos	***.907.232-**	Cozinheira	12/08/2026

Art. 2º O(s) servidor(es) nomeado(s) deverá(ão) entrar em exercício no dia da admissão fixado no artigo anterior, sob pena de tornar-se sem efeito o presente ato de nomeação.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, em 10 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:620F2CEB

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 214/2026: NOMEIA CANDIDATO(S) APROVADO(S) EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 214/2026

Súmula: Nomeia candidato(s) aprovado(s) em Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o resultado final do Concurso Público realizado pelo Município,
DECRETA:
Art. 1º Fica(m) nomeado(s) em razão de aprovação e convocação via Concurso Público:

NOME	CPF	CARGO	Admissão
Larissa Dallelaste Borilli	***.203.239-**	Auditor Fiscal	11/08/2026

Art. 2º O(s) servidor(es) nomeado(s) deverá(ão) entrar em exercício no dia da admissão fixado no artigo anterior, sob pena de tornar-se sem efeito o presente ato de nomeação.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, em 10 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:121C1B8D

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE AJUSTE DE PREÇO REGISTRADO/FIXADO

INEXIGIBILIDADE N° 14/2024
CHAMADA PÚBLICA Nº 3/2024

Conforme itens 1, 2, 3, 4 e 5 do edital supracitado, ficam reajustados os preços dos combustíveis, passando a vigorar os seguintes valores:

ITEM	UNID	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO VÁLIDO DA SEMANA DE 12/08/2026 À 18/08/2026
1	Litro	ARLA	R$ 3,29
2	Litros	Diesel comum – S500	R$ 5,69
3	Litros	Diesel S10	R$ 6,39
4	Litros	Etanol	R$ 3,59
5	Litros	Gasolina comum	R$ 6,09

Catanduvas – PR, 11 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:5927FC91

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE REAJUSTE DE PREÇO REGISTRADO - ITEM 207 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 200/2025

Pregão 52/2025
Empresa: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA.
CNPJ: 76.386.283/0001-13
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, ABRANGENDO PROCEDIMENTOS CLÍNICOS, DISPENSAÇÃO DIRETA À POPULAÇÃO E DEMAIS AÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.
Diante dos documentos apresentados pela empresa detentora da Ata de Registro de Preços Nº 200/2025, tendo o setor de assessoria jurídica, exarado parecer favorável, mediante comprovação de alteração de custo, fica reajustado o preço dos produtos descritos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO CATMAT	CÓDIGO BR	SALDO	PREÇO VIGENTE DESTA DATA EM DIANTE
207	NITROFURANTOÍNA, DOSAGEM: 100 MG	BR0268273	24.000 unidades	R$ 0,3400

Catanduvas - PR, 11 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:F860D83C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO - 034-2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 085/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021;
DECRETO MUNICIPAL Nº 132/2022.

DATA PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO: 13/08/2026 até a data de 17/08/2026.

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: licitacoescerroazulpm@gmail.com e/ou licitacao@cerroazul.pr.gov.br

ENDEREÇO PARA O ENVIO DE PROPOSTA IMPRESSA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EM ENVELOPE LACRADO E IDENTIFICADO: Rua Barão Cerro Azul, 63, CEP: 83.570-000 – Centro, Cerro Azul/PR.

O MUNICIPIO DE CERRO AZUL, pessoa jurídica, de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.105.626/0001-24, com sede a Rua Barão Cerro Azul, 63, CEP: 83.570-000 – Centro, Cerro Azul/PR, torna público para conhecimento dos interessados a realização DISPENSA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos

estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.

OBJETO: A contratação de empresa especializada para aquisição de prensa hidráulica industrial destinada à prensagem de terminais em mangueiras hidráulicas, acompanhada de conjunto de castanhas compatíveis, suporte ou cavalete organizador para armazenamento das castanhas, base de montagem e montagem do equipamento, destinada à Secretaria Municipal de Obras e Viação.

O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Licitação e Compras, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, nos dias úteis, pode ser visualizado na integra no site oficial da Prefeitura de Cerro Azul: https://www.cerroazul.pr.gov.br. Maiores informações no endereço acima ou pelos telefones: (41) 3662-1222.

Cerro Azul, 11 de agosto de 2026.

PAULA CRISTINA BREGINSKI
Departamento de Licitação e Compras
Decreto nº 164/2025

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:6DF75E87

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021-2026

O MUNICÍPIO DE CERRO AZUL, torna público que às 09:00 horas do dia 14 de setembro de 2026, na plataforma Portal de Compras do Governo Federal - https://www.gov.br/compras/pt-br, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital para a aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRAZO
Caminhão com Plataforma	1	R$ 840.000,00	180 dias

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sitio eletrônico da Prefeitura de Cerro Azul e na plataforma Portal de Compras do Governo Federal - https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp. Informações adicionais, duvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.

Cerro Azul, 11 de agosto de 2026.

RODRIGO AUGUSTO NAVARETE
Pregoeiro – Decreto Nº 002/2026

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:33CF2449

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022-2026

UASG 987501

A Prefeitura Municipal de Cerro Azul-PR, torna público que realizará a abertura de licitação de acordo com a Lei nº 14.133/21 e legislação complementar aplicável, na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que tem por objeto:

Aquisição de 01 (um) caminhão basculante, tração 6x4, novo, zero quilômetro, conforme especificações técnicas descritas no Plano de Trabalho Detalhado, destinado ao atendimento das demandas do Município, no âmbito do Convênio nº 537/2025, firmado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.

Início da sessão de disputa: A partir das 09:00 horas do dia 16 de setembro de 2026.
Valor máximo estimado da licitação: R$ 838.333,33 (oitocentos e trinta e oito mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).
Plataforma: Portal de Compras do Governo Federal.
Endereço: https://www.gov.br/compras/pt-br.
Código da contratação: 987501 - 13/2026.

O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitação e Compras, das **08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min**, nos dias úteis.
Integra do edital nos sites: **http://www.cerroazul.pr.gov.br** e **https://www.gov.br/compras/pt-br** ou através de e-mail: **licitacoescerroazul@gmail.com**.
Informações no endereço de e-mail acima ou pelo Fone: **(41) 3662-1222 ramal 116.**

Cerro Azul/PR, 11 de agosto de 2026.

RODRIGO AUGUSTO NAVARETE
Agente de Contratação/Pregoeiro
Decreto nº 002/2026

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:36EAAE2F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 567, DE 04 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURANDIR RIBEIRO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 01(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 567, DE 04 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista 01(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°202/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes para tratamento no dia 24 de abril do ano de 2026. Saída 04h40min e retorno as 15h00min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 04 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:8CA25877

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 568, DE 04 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURANDIR RIBEIRO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 02(DUAS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 568, DE 04 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista 02(duas) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°210/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 02(duas) diárias no valor de R$139,22 (cento e trinta e nove reais e vinte e dois centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes para tratamento nos dias 27 e 28 de abril do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 04 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:B242C933

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 569, DE 04 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NEREU LINO DO NASCIMENTO, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 02(DUAS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 569, DE 04 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Nereu Lino do Nascimento, ocupante do cargo de motorista 02(duas) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Nereu Lino do Nascimento, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Educação, conforme o memorando n°388/2026-SD, advindo da Secretaria municipal de Educação e Cultura ,o pagamento de 02(duas) diárias no valor de R$139,22 (cento e trinta e nove reais e vinte e dois centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022.Para viajar até Curitiba PR transportando alunos para o colégio agrícola e outras demandas da secretaria, nos dias 11 e 15 de maio do ano de 2026. Saídas ás 06h00min e retornos as 18h00min

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 04 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:69376F95

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 570, DE 04 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR ARI HENRIQUE DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 05 (CINCO) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 570, DE 04 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Senhor Ari Henrique dos Santos, ocupante do cargo de Motorista 05 (cinco) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor Público Municipal senhor Ari Henrique dos Santos ocupante do cargo de Motorista vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura conforme o memorando n°390/2026-SD, o pagamento de 05(cinco) diárias no valor de R$348,05 (trezentos e quarenta e oito reais e cinco centavos), para custear despesas com viagens, conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viajar até Curitiba PR transportando Universitários. Nos dias 11,12,13,14 e 15 de maio do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 04 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:B545DF4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 571, DE 06 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ ANTÔNIO PAULUS, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE TÉCNICO AGRÍCOLA, ATUANTE COMO CONTROLADOR INTERNO 04(QUATRO) DIÁRIAS

PORTARIA Nº 571, DE 06 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Luiz Antônio Paulus, ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola, atuante como Controlador Interno 04(quatro) diárias

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Luiz Antônio Paulus, ocupante do cargo efetivo Técnico Agrícola, atuante como Controlador Interno, vinculada à Secretaria Municipal de Controladoria Geral conforme memorando n º44/2026-CGM, o pagamento de 04 (quatro) diárias totalizando o valor de R$417,68 (quatrocentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos), com base no artigo.6º, II, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear a despesa com viagem, á Curitiba - PR no dia 07,14,21 e 28 de maio do ano em curso, para participar de treinamentos, capacitação e reuniões na área de Controle Interno. Saídas as 07h00min e retornos as 18h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 06 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:671D5395

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 572, DE 06 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FABIO BRIATORI DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 04(QUATRO) DIÁRIAS.PORTARIA Nº 572, DE 06 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FABIO BRIATORI DO CARGO DE

PORTARIA Nº 572, DE 06 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Fabio Briatori do cargo de Diretor de Departamento 04(quatro) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Fabio Briatori, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, vinculado à Secretaria Municipal de Controladoria Geral, conforme memorando n º05/2026-CGM, o pagamento de 04(quatro) diárias no valor de $278,44 (duzentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba - PR dia 07,14,21 e 28 de maio do ano em curso, para participar de treinamentos, capacitação e reuniões inconstitucional na área de Controle Interno. Saídas as 07h00min e retornos as 18h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 06 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:B4D1F76C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 573, DE 06 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WALTER JOSE DO VALE, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 04(QUATRO) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 573, DE 06 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Walter Jose do Vale, ocupante do cargo de motorista 04(quatro) diárias**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Walter Jose do Vale, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°213/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 04(quatro) diárias no valor de $278,44 (duzentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes para tratamento nos dias 27,28,29 e 30 de abril do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 06 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:D4056606

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 574, DE 06 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REINALDO DO CARMO JESUS DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 4(QUATRO) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 574, DE 06 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Reinaldo do Carmo Jesus de Souza, ocupante do cargo de motorista 4(quatro) diárias**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Reinaldo do Carmo Jesus de Souza, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°214/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 04(quatro) diárias no valor de $278,44 (duzentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 28,30 de abril e 01,02 de maio do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 06 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:296E0C4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 575, DE 06 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILDA RAMALHO DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 575, DE 06 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Marilda Ramalho dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Marilda Ramalho dos Santos ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°217/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos) Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viagem de emergência até Curitiba PR, acompanhado pacientes no dia 30 de abril do ano de 2026, até o Hospital Maternidade Luiza Marilac. Saída 09h30min e retorno as 17h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 06 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:8BB19EAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 576, DE 06 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR EVERSON BOARD, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 576, DE 06 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Senhor Everson Board, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Everson Board ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°220/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos) Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viagem de emergência até as cidades de Campo Largo PR, acompanhado pacientes no dia 30 de abril do ano de 2026, até o Hospital Rocio Lagoa. Saída 08h30min e retorno as 14h30min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal de 06 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:DE099982

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 577, DE 07 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURANDIR RIBEIRO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 01(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 577, DE 07 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista 01(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°211/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes para tratamento no dia 30 de abril do ano de 2026. Saída 05h00min e retorno as 13h30min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 07 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:DF92E222

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 578, DE 07 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURANDIR RIBEIRO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 01(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 578, DE 07 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista 01(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°212/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes para tratamento no dia 29 de abril do ano de 2026. Saída 06h30min e retorno as 15h20min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 07 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:3D4BE145

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 579, DE 07 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURANDIR RIBEIRO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 01(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 579, DE 07 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista 01(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°218/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes para tratamento no dia 04 de maio do ano de 2026. Saída 06h30min e retorno as 20h00min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 07 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:ABE1B597

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 580, DE 07 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BENTO CARLOS GLODIS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 5(CINCO) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 580, DE 07 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Bento Carlos Glodis, ocupante do cargo de motorista 5(cinco) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Bento Carlos Glodis, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°219/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 05(cinco) diárias no valor de R$348,05 (trezentos e quarenta e oito reais e cinco centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 27,29,30 de abril e 03,04 de maio do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 07 de maio do ano de 2026

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:C7A3E8A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 581, DE 07 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALEXANDRA MERICE BESTEL, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO EM HIGIENE BUCAL 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 581, DE 07 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidora Pública Municipal Alexandra Merice Bestel, ocupante Do cargo de Técnico em Higiene Bucal 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Alexandra Merice Bestel ocupante do cargo efetivo de Técnico em Higiene Bucal vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°222/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagem, a Curitiba - PR no dia 12 de maio do ano de 2026, para participar da capacitação para Ouvidores municipais de saúde – Sistema SIGO. Saída as 08h00 min e retorno ás 17h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 07 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:BE1D94B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 582, DE 07 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DANIELE ALVES CORDEIRO, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 582, DE 07 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Daniele Alves Cordeiro, ocupante Do cargo de Diretora de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Público Municipal senhora Daniele Alves Cordeiro, ocupante do cargo de Diretora de Departamento o vinculado à Secretaria Municipal de Saúde conforme memorando nº 221/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagem a Curitiba PR, no dia 12 de maio do ano

de 2026, para participar da capacitação para Ouvidores municipais de saúde – Sistema SIGO. Saída as 08h00 min e retorno ás 17h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.
Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 07 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:C844610E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 583, DE 07 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDECI FARIAS, OCUPANTE DO CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS 4(QUATRO) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 583, DE 07 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Claudeci Farias, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos 4(quatro) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Claudeci Farias, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°223/2026-SMS, advindo da Secretaria Municipal de Saúde o pagamento de 04(quatro) diárias no valor de R$278,44 (duzentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 29,30 de abril e 04,05 de maio do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 07 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:3E875A2D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 584, DE 07 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL ELIANE DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE EDUCADORA SOCIAL 02 (DUAS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 584, DE 07 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Público Municipal Eliane dos Santos, ocupante do cargo de Educadora Social 02 (duas) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Eliane dos Santos ocupante do cargo de Educadora Social vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando nº216/2026, o pagamento de 02(duas) diárias no valor de R$139,22 (cento e trinta e nove reais e vinte e dois centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagem, á Curitiba - PR nos dias 12 e13 de maio do ano de 2026, para participar da capacitação SIBEC. Saídas as 08h00min e retornos as 17h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 07 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:B16C4C8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 587, DE 11 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CESAR KOGISKI, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 587, DE 11 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Cesar Kogiski, ocupante do cargo de diretor de departamento vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando nº226/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba – PR, no dia 07 de maio do ano em curso, para acompanhar a menor Maria Vitoria Santos Costa

Doroncka a uma consulta medica. Saídas 08h00 min e retornos ás 17h00 min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 11 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:8CC951D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 604, DE 13 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REINALDO DO CARMO JESUS DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 3(TRÊS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 604, DE 13 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Reinaldo do Carmo Jesus de Souza, ocupante do cargo de motorista 3(três) diárias**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Reinaldo do Carmo Jesus de Souza, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°224/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 03(três) diárias no valor de R$208,83(duzentos e oito reais e oitenta e três centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 04,05 e 06 de maio do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 13 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:25AF4FE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 606, DE 14 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SONIA DO ROCIO DIAS, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 606, DE 14 DE MAIO DE 2026

Conceder a servidora pública Municipal Sonia do Rocio Dias, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Sonia do Rocio Dias, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°225/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6°, III, alínea "a" Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagem de emergência até a cidade de Curitiba PR no dia 03 de maio do ano de 2026, acompanhando paciente até o Hospital Trabalhador. Com horário de saída as 17h00 min e retorno as 21h30 min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 14 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:7C6DDA3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 607, DE 14 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL BARBARA DOS SANTOS BONA, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 607, DE 14 DE MAIO DE 2026

Conceder a servidora pública Municipal Barbara dos Santos Bona, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Barbara dos Santos Bona, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°226/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base

no Art.6°, III, alínea "a" Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagens de emergência até Campo Largo PR no dia 03 de maio do ano de 2026, acompanhando paciente até o Hospital Rocio Lagoa. Com horário de saída as 10h30 min e retorno as 17h00 min.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 14 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:911D6F10

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 608, DE 14 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR EVERSON BOARD, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 608, DE 14 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Senhor Everson Board, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Everson Board ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°227/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos) Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viagem de emergência até as cidades de Curitiba PR, acompanhado pacientes no dia 04 de maio do ano de 2026, até o Hospital Clinica. Saída 17h30min e retorno as 22h30min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal de 14 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:E8DFF5BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 609, DE 14 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JUSSARA MARIA PLATNER, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 2(DUAS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 609, DE 14 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Jussara Maria Platner, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem 2(duas) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Jussara Maria Platner ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°228/2026-SMS, o pagamento de 02(duas) diárias no valor de R$139,22 (cento e trinta e nove reais e vinte e dois centavos). Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viagem de emergência até Curitiba PR, acompanhado pacientes nos dias 01 e 05 de maio do ano de 2026, até o Hospital Marilac.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 14 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:74CFEE6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 610, DE 14 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR ARI HENRIQUE DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 05 (CINCO) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 610, DE 14 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Senhor Ari Henrique dos Santos, ocupante do cargo de Motorista 05 (cinco) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor Público Municipal senhor Ari Henrique dos Santos ocupante do cargo de Motorista vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura conforme o memorando n°415/2026-SD, o pagamento de 05(cinco) diárias no valor de R$348,05 (trezentos e quarenta e oito reais e cinco centavos), para custear despesas com viagens, conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7°

da Lei Complementar 001/2022. Para viajar até Curitiba PR transportando Universitários. Nos dias 18,19, 20, 21 e 22 de maio do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 14 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:4E806EDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 611, DE 14 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NEREU LINO DO NASCIMENTO, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 02(DUAS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 611, DE 14 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Nereu Lino do Nascimento, ocupante do cargo de motorista 02(duas) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Nereu Lino do Nascimento, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Educação, conforme o memorando n°417/2026-SD, advindo da Secretaria municipal de Educação e Cultura ,o pagamento de 02(duas) diárias no valor de R$139,22 (cento e trinta e nove reais e vinte e dois centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022.Para viajar até Curitiba PR transportando alunos para o colégio agrícola e outras demandas da secretaria, nos dias 18 e 22 de maio do ano de 2026. Saídas ás 06h00min e retornos as 18h00min
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 14 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:16945D5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 612, DE 14 DE MAIO DE 2026 REVOGAR A PORTARIA N°406, DE 07 DE ABRIL DE 2026.

PORTARIA Nº 612, DE 14 DE MAIO DE 2026

Revogar a portaria n°406, de 07 de abril de 2026.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º - Revogar a portaria n°406, de 07 de abril de 2026, devido a solicitação do memorando n°432 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao cancelamento da diária da servidora Monica Alves Cordeiro.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 14 de maio do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:C5D9811F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 613, DE 14 DE MAIO DE 2026 REVOGAR A PORTARIA N°450, DE 13 DE ABRIL DE 2026.

PORTARIA Nº 613, DE 14 DE MAIO DE 2026

Revogar a portaria n°450, de 13 de abril de 2026.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º - Revogar a portaria n°450, de 13 de abril de 2026, devido a solicitação do memorando n°432 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao cancelamento da diária da servidora Adriana Chaves da Silva.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 14 de maio do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:8B3133C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 614, DE 14 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDECI FARIAS, OCUPANTE DO CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS 03(TRÊS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 614, DE 14 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Claudeci Farias, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos 03(três) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Claudeci Farias, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°229/2026-SMS, advindo da Secretaria Municipal de Saúde o pagamento de 03(três) diárias no valor de R$208,83(duzentos e oito reais e oitenta e três centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 06,07 e 08 de maio do ano de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 14 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:6E2C1BCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 615, DE 14 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SONIA DO ROCIO DIAS, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 615, DE 14 DE MAIO DE 2026

Conceder a servidora pública Municipal Sonia do Rocio Dias, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Sonia do Rocio Dias, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°230/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6°, III, alínea "a" Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagem de emergência até a cidade de Campina Grande do Sul PR no dia 07 de maio do ano de 2026, acompanhando paciente até o Hospital Angelina Caron. Com horário de saída as 19h00 min e retorno as 24h00 min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 14 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:6B661D66

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 616, DE 14 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA PAULA DE PAULA, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 01(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 616, DE 14 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Ana Paula de Paula, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem 01(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Ana Paula de Paula ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°232/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos) Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viagem de emergência até Cambo Largo PR, acompanhado pacientes no dia 07 de maio do ano de 2026, até o Hospital Rocio Laoa. Saída 12h00min e retorno as 20h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 14 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:E0E3536C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 617, DE 14 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MICHELLE MONIQUE DE ALCANTARA LUCCHESI, OCUPANTE DO CARGO DE MÉDICA VETERINÁRIA 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 617, DE 14 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Michelle Monique de Alcantara Lucchesi, ocupante do cargo de Médica Veterinária 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Michelle Monique de Alcantara Lucchesi, ocupante do cargo de Médica Veterinária, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°233/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos) Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagem até Pinhais PR no dia 22 do mês de maio do ano de 2026, para participar do treinamento voltado as ações de vigilância ambiental relacionadas á Doenças de Chagas e as doenças transmitidas por carrapatos. Saída 06h00min e retorno as 19h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 14 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:4A3048E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 618, DE 14 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR DERI JOSE FLORENCIO DE SIQUEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE ENDEMIAS 1(UMA) DIÁRIA. O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS A

PORTARIA Nº 618, DE 14 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Senhor Deri Jose Florencio de Siqueira, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Endemias 1(uma) diária**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Deri Jose Florencio de Siqueira, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Endemias vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°234/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagem até Pinhais PR no dia 22 do mês de maio do ano de 2026, para participar do treinamento voltado as ações de vigilância ambiental relacionadas á Doenças de Chagas e as doenças transmitidas por carrapatos. Saída 06h00min e retorno as 19h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 14 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:69A4E584

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 619, DE 14 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PAOLA BUENO DE OLIVEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE ENDEMIAS 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 619, DE 14 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Paola Bueno de Oliveira, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Endemias 1(uma) diária**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Paola Bueno de Oliveira, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Endemias vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°235/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagem até Pinhais PR no dia 22 do mês de maio do ano de 2026, para participar do treinamento voltado as ações de vigilância ambiental relacionadas á Doenças de Chagas e as doenças transmitidas por carrapatos. Saída 06h00min e retorno as 19h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário
.
Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 14 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:C85C6BC6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 620, DE 14 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CESAR KOGISKI, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 620, DE 14 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Cesar Kogiski, ocupante do cargo de diretor de departamento vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando nº231/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba – PR, no dia 20 de maio do ano em curso, para acompanhar o menor João Victor Pinheiro Bueno a uma consulta medica. Saídas 08h00 min e retornos ás 17h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 14 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:20EF56A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 622, DE 15 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLI DA APARECIDA PORFIRIO DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 622, DE 15 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Marli da Aparecida Porfirio dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Marli da Aparecida Porfirio dos Santos ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°237/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos) Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viagem de emergência até Campo Largo PR, acompanhado pacientes no dia 09 de maio do ano de 2026, até o Hospital Angelina Caron. Saída 20h00min e retorno no dia 10 de maio as 04h20min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.
Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:66B2E119

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 623, DE 15 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REINALDO DO CARMO JESUS DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 4(QUATRO) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 623, DE 15 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Reinaldo do Carmo Jesus de Souza, ocupante do cargo de motorista 4(quatro) diárias**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Reinaldo do Carmo Jesus de Souza, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°238/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 04(quatro) diárias no valor de $278,44 (duzentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 07,11,12 e 13 de maio do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.
Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:8D134BBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 630, DE 15 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BENTO CARLOS GLODIS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 2(DUAS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 630, DE 15 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Bento Carlos Glodis, ocupante do cargo de motorista 2(duas) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Bento Carlos Glodis, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°231/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 02(duas) diárias no valor de R$139,22 (cento e trinta e nove reais e vinte e dois centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 05 e 07 de maio do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 15 de maio do ano de 2026

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:8CA67F75

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 632, DE 18 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EDIMARA MOREIRA, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE ATENDENTE DE INCLUSÃO DIGITAL, ATUA COMO CHEFE DO POSTO DE ATENDIMENTO DETRAN 1(UMA) DIÁRIA

PORTARIA Nº 632, DE 18 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Edimara Moreira, ocupante Do cargo efetivo de Atendente de Inclusão Digital, atua como Chefe do Posto de Atendimento DETRAN 1(uma) diária

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Edimara Moreira, ocupante de cargo efetivo de Atendente de Inclusão Digital, atua como Chefe do Posto de Atendimento DETRAN, vinculada à Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO, o pagamento no valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para o deslocamento até Curitiba no DETRAN/PR – 1º CIRETRAN/PR, para entrega e recebidos de processos referentes a veículos no dia 18 de maio de 2026. Saída 07h00min e retorno as 18h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 18 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:AF1DECDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 633, DE 18 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA CAROLINE DE OLIVEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 633, DE 18 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Ana Caroline de Oliveira, ocupante do cargo de Diretora de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Ana Caroline de Oliveira, ocupante do cargo de Diretora de Departamento, vinculado à Procuradoria Geral do Município, conforme o memorando n°085/2026-PGM, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Araucária - PR no dia 25 de maio do ano em curso, para participar do curso "Jornada CTAT/CNM Reforma Tributária". Saída 05h30 min e retorno ás 18h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 18 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:6ACD44E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 641, DE 20 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL BEATRIZ DO AMARAL, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 641, DE 20 DE MAIO DE 2026,

Conceder a Servidora Pública Municipal Beatriz do Amaral, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Beatriz do Amaral, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, vinculado à Secretaria Municipal de Governo, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba - PR no dia 24 de maio do ano em curso, para participar do lançamento da safra da Ponkan, realizado na Rua XV de Novembro. Saída 07h00 min e retorno ás 17h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 20 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:30C21964

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 646, DE 25 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TATIANA APARECIDA SANTANA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR 01(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 646, DE 25 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Tatiana Aparecida Santana, ocupante do cargo de Professor 01(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Tatiana Aparecida Santana, ocupante do cargo de Professor vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura conforme memorando n º446/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagem, á Pinhais - PR no dia 22 de maio do ano de 2026, para participar do Curso de Formação de Robótica. Saída 06h00min e retorno as 19h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 25 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:0F1530A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 648, DE 25 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NEREU LINO DO NASCIMENTO, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 02(DUAS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 648, DE 25 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Nereu Lino do Nascimento, ocupante do cargo de motorista 02(duas) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Nereu Lino do Nascimento, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Educação, conforme o memorando n°451/2026-SD, advindo da Secretaria municipal de Educação e Cultura ,o pagamento de 02(duas) diárias no valor de R$139,22 (cento e trinta e nove reais e vinte e dois centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022.Para viajar até Curitiba PR transportando alunos para o colégio agrícola e outras demandas da secretaria, nos dias 25 e 29 de maio do ano de 2026. Saídas ás 06h00min e retornos as 18h00min
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 25 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:20931081

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 649, DE 25 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR ARI HENRIQUE DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 05 (CINCO) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 649, DE 25 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Senhor Ari Henrique dos Santos, ocupante do cargo de Motorista 05 (cinco) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao servidor Público Municipal senhor Ari Henrique dos Santos ocupante do cargo de Motorista vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura conforme o memorando n°452/2026-SD, o pagamento de 05(cinco) diárias no valor de R$348,05 (trezentos e quarenta e oito reais e cinco centavos), para custear despesas com viagens, conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viajar até Curitiba PR transportando Universitários. Nos dias 25,26,27,28 e 29 de maio do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 25 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:03ABCE6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 650, DE 25 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR JAMERSON RAIMUNDO DE MATOS, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE ENDEMIAS 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 650, DE 25 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Senhor Jamerson Raimundo de Matos, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Endemias 1(uma) diária**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Jamerson Raimundo de Matos, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Endemias vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°246/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagem até Pinhais PR no dia 22 do mês de maio do ano de 2026, para participar do treinamento voltado ás ações de vigilância ambiental relacionadas á doenças de chagas e as doenças transmitidas por carrapatos. Saída 08h00min e retorno as 18h00min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 26 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:64499573

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 651, DE 26 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR RHUAN DE PAULA GONÇALVES, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE ENDEMIAS 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 651, DE 26 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Senhor Rhuan de Paula Gonçalves, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Endemias 1(uma) diária**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Rhuan de Paula Gonçalves, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Endemias vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°247/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagem até Pinhais PR no dia 22 do mês de maio do ano de 2026, para participar do treinamento voltado ás ações de vigilância ambiental relacionadas á doenças de chagas e as doenças transmitidas por carrapatos. Saída 08h00min e retorno as 18h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 26 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:2792C5AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 652, DE 26 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REINALDO DO CARMO JESUS DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 3(TRÊS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 652, DE 26 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Reinaldo do Carmo Jesus de Souza, ocupante do cargo de motorista 3(três) diárias**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Reinaldo do Carmo Jesus de Souza, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°241/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 03(três) diárias no valor de R$208,83(duzentos e oito reais e oitenta e três centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 14,15 e 18 de maio do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 26 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:A3F7315E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 653, DE 26 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BENTO CARLOS GLODIS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 3(TRÊS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 653, DE 26 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Bento Carlos Glodis, ocupante do cargo de motorista 3(três) diárias**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Bento Carlos Glodis, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°242/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 03(três) diárias no valor de R$208,83(duzentos e oito reais e oitenta e três centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 13,16 e 17 de maio do ano de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 26 de maio do ano de 2026

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:73C00727

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 654, DE 26 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURANDIR RIBEIRO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 02(DUAS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 654, DE 26 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista 02(duas) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°240/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 02(duas) diárias no valor de R$139,22 (cento e trinta e nove reais e vinte e dois centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes para tratamento nos dias 13 e 14 de maio do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 26 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:1ABCE343

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 655, DE 26 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALINE DE MATTOS CORREA, OCUPANTE DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 655, DE 26 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Aline de Mattos Correa, ocupante do cargo de Chefe de Divisão 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Público Municipal senhora Aline de Mattos Correa, ocupante do cargo de Chefe de Divisão o vinculado à Secretaria Municipal de Saúde conforme memorando nº 243/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagem a Curitiba PR, no dia 13 de maio do ano em curso, por buscar um veículo pertencente a Saúde. Saída 08h00 min e retorno ás 16h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.
Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 26 de abril do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:ABAC462C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 656, DE 26 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURANDIR RIBEIRO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 04(QUATRO) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 656, DE 26 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista 04(quatro) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;
RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°236/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 04(quatro) diárias no valor de $278,44 (duzentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes para tratamento nos dias 06,08,11 e 12 de maio do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.
Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 26 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:3E06A019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 657, DE 26 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROZIANE APARECIDA DE PAULA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 657, DE 26 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidora Pública Municipal Roziane Aparecida de Paula, ocupante do cargo de agente administrativo 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Administração;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Roziane Aparecida de Paula, ocupante do cargo de agente administrativo, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, conforme o memorando n°03/2026, o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos) com base no art.6º,III, alínea "a" Art.7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com alimentação estará em viagem, no dia 20 de maio do ano de 2026, em Curitiba PR, para retirada de documentos no Instituto de Identificação. Saída 08h00min e retorno as 17h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 26 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:D62AD66B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 658, DE 26 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EDIMARA MOREIRA, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE ATENDENTE DE INCLUSÃO DIGITAL, ATUA COMO CHEFE DO POSTO DE ATENDIMENTO DETRAN O RESSARCIMENTO NO VALOR DE R$ 125,80.

PORTARIA Nº 658, DE 26 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidora pública municipal Edimara Moreira, ocupante Do cargo efetivo de Atendente de

Inclusão Digital, atua como Chefe do Posto de Atendimento DETRAN o ressarcimento no valor de R$ 125,80.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Administração;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Edimara Moreira, ocupante de cargo efetivo de Atendente de Inclusão Digital, atua como Chefe do Posto de Atendimento Detran, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, conforme o memorando n°03/2025, ressarcimento no valor de R$125,80 (cento e vinte e cinco reais e oitenta centavos), para o deslocamento até Curitiba no DETRAN/PR – 1º CIRETRAN/PR, para entrega e recebidos de processos referentes a veículos no dia 18 de maio de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 26 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:93BAB342

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 659, DE 26 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FERNANDO VON DER OSTEN, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE ADVOGADO, ATUA COMO PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO 01(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 659, DE 26 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Fernando Von Der Osten, ocupante do cargo efetivo de Advogado, atua como Procurador-Geral do Município 01(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Fernando Von Der Osten, ocupante do cargo efetivo de Advogado, atua como Procurador-Geral do Município, vinculado à Procuradoria Geral do Município, conforme o memorando n°86/2026-PGM, o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$104,42 (cento e quatro reais e quarenta e dois centavos), com base no Art.6º, II, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagem á Araucária PR, para participar do curso "Jornada CTAT/CNM Reforma Tributária" no dia 25 de maio do ano em curso. Saída ás 05h30 min e retorno ás 18h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 26 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:DCE64B98

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 660, DE 27 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL ADRIANA CHAVES DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA 1 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 660, DE 27 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Público Municipal Adriana Chaves da Silva, ocupante do cargo de Secretaria Municipal da Educação e Cultura 1 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Público Municipal senhora Adriana Chaves da Silva, ocupante do cargo de Secretaria Municipal da Educação e Cultura vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme o memorando n°473/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$104,42 (cento e quatro reais e quarenta e dois centavos), Com base no Art.6º, II, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagem, á Curitiba – PR, no dia 27 de maio do ano de 2026, para participar do "Encontro de Gestores de cultura da Região Metropolitana de Curitiba – RMC". Saída 11h30min e retorno as 18h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 27 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:50F35D0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 661, DE 27 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL ADRIANA CHAVES DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA 1 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 661, DE 27 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Público Municipal Adriana Chaves da Silva, ocupante do cargo de Secretaria Municipal da Educação e Cultura 1 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Público Municipal senhora Adriana Chaves da Silva, ocupante do cargo de Secretaria Municipal da Educação e Cultura vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme o memorando n°472/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$104,42 (cento e quatro reais e quarenta e dois centavos), Com base no Art.6º, II, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagem, á Curitiba – PR, no dia 25 de maio do ano de 2026, para participar do evento de entrega do ônibus caminhos da escola para o município de Cerro Azul. Saída 06h30min e retorno as 13h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário
.
Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 27 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:94B7264B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 662, DE 27 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL ADRIANA CHAVES DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA 1 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 662, DE 27 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Público Municipal Adriana Chaves da Silva, ocupante do cargo de Secretaria Municipal da Educação e Cultura 1 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Público Municipal senhora Adriana Chaves da Silva, ocupante do cargo de Secretaria Municipal da Educação e Cultura vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme o memorando n°474/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$104,42 (cento e quatro reais e quarenta e dois centavos), Com base no Art.6º, II, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagem, á Curitiba – PR, no dia 29 de maio do ano de 2026, para participar da reunião convocada pelo Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte. Saída 06h00min e retorno as 15h00min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 27 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:24BA0139

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 663, DE 27 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BRUNO HENRIQUE LOVATO, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 663, DE 27 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Bruno Henrique Lovato, ocupante Do Cargo de Secretário Municipal de Governo 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Secretário Municipal de Governo senhor Bruno Henrique Lovato, vinculado à Secretaria Municipal de Governo, o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$104,42 (cento e quatro reais e quarenta e dois centavos) em conformidade com o art.6º, II, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022 para custear despesas com alimentação em viagem a Curitiba PR, no dia 18 de maio do ano de 2026, por acompanhar o prefeito em agenda oficial junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) e na SEAB. Com horário de saída 07h00min e retorno as 18h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 27 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:96BE5F92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 664, DE 27 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BRUNO HENRIQUE LOVATO, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 664, DE 27 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Bruno Henrique Lovato, ocupante Do Cargo de Secretário Municipal de Governo 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Secretário Municipal de Governo senhor Bruno Henrique Lovato, vinculado à Secretaria Municipal de Governo, o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$104,42 (cento e quatro reais e quarenta e dois centavos) em conformidade com o art.6º, II, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022 para custear despesas com alimentação em viagem a Curitiba PR, no dia 24 de maio do ano de 2026, por acompanhar o prefeito em agenda oficial junto ao lançamento da safra da Ponkan. Com horário de saída 07h00min e retorno as 18h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 27 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:F6352DC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 665, DE 27 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EGON EDUARDO DA SILVA GODOY, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO 01 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 665, DE 27 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Egon Eduardo da Silva Godoy, ocupante do cargo de Agente Administrativo 01 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Egon Eduardo da Silva Godoy, ocupante do cargo de Agente Administrativo vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura conforme memorando nº476/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagem, á Curitiba - PR no dia 22 de maio do ano de 2026, por transportar os professores até Curitiba para realização de cursos. Saída 06h00min e retorno as 18h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 27 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:1A2EDC95

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 668, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CESAR KOGISKI, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 668, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Cesar Kogiski, ocupante do cargo de diretor de departamento vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando nº239/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Campina Grande do Sul – PR, no dia 25 de maio do ano em curso, para acompanhar o menor Enzo Emanuel Barbosa de Oliveira a uma consulta medica. Saídas 08h00 min e retornos ás 17h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:F7D74800

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 669, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CESAR KOGISKI, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 669, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Cesar Kogiski, ocupante do cargo de diretor de departamento vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando nº241/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Campina Grande do Sul – PR, no dia 19 de maio do ano em curso, para acompanhar o menor Enzo Emanuel Barbosa de Oliveira a uma consulta medica. Saídas 08h00 min e retornos ás 17h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:FC1B0C95

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 670, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURANDIR RIBEIRO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 01(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 670, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista 01(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°248/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes para tratamento no dia 18 de maio do ano de 2026. Saída 06h30min e retorno as 20h00min.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:FDFC86C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 671, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PRISCILA MARIA BSTEL, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 671, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Priscila Maria Bstel, ocupante do cargo de Auxiliar de enfermagem 1(uma) diária**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Priscila Maria Bestel, ocupante do cargo de Auxiliar de enfermagem, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°250/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagem até Curitiba PR no dia 26 do mês de maio do ano de 2026, para participar do Simpósio de Hansenologia. Saída 06h00min e retorno as 19h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:4F988BA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 672, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NATALIA CORDEIRO ADAMANTE, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 672, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Natalia Cordeiro Adamante, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Natalia Cordeiro Adamante, ocupante do cargo de diretor de departamento vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento Integrado, Captação de Recursos e Desenvolvimento Econômico, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba– PR, no dia 28 de maio do ano em curso, para participar do encontro com os Gerentes Municipais de Convênio (GMC). Saídas 08h00 min e retornos ás 17h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:AA539B48

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 673, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LARANA APARECIDA MANGGER MIGUEL, OCUPANTE DO CARGO DE ENGENHEIRA AGRÔNOMA 01(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 673, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Larana Aparecida Mangger Miguel, ocupante do cargo de Engenheira Agrônoma 01(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Larana Aparecida Mangger Miguel, ocupante do cargo de Engenheira Agrônoma vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagem á Curitiba PR, no dia 24 de maio do ano em curso, para apoio operacional e representação institucional no evento "domingo na Praça". Saída 07h00 min e retorno ás 18h00 min

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:9176D5DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 674, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JANETE DE JESUS HOEBE, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 01(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 674, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Janete de Jesus Hoebe, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais 01(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Janete de Jesus Hoebe, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagem á Curitiba PR, no dia 24 de maio do ano em curso, para participar do evento de lançamento da safra 2026. Saída 07h00 min e retorno ás 18h00 min

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:4B7C977D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 675, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WENDER GRAEBIN MOREIRA, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 675, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Wender Graebin Moreira, ocupante do Cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento senhor Wender Graebin Moreira, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$104,42 (cento e quatro reais e quarenta e dois centavos) em conformidade com o art.6º, II, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022 para custear despesas com alimentação em viagem a Curitiba PR, no dia 24 de maio do ano em curso, para participar do evento de lançamento da safra 2026. Saída 07h00 min e retorno ás 18h00 min

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:A54E91CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 676, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDORA PÚBLICA ROZIANE APARECIDA DE PAULA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO O RESSARCIMENTO NO VALOR DE R$ 125,80.

PORTARIA Nº 676, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidora pública Roziane Aparecida de Paula, ocupante do cargo de agente administrativo o ressarcimento no valor de R$ 125,80.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Administração;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Roziane Aparecida de Paula, ocupante do cargo de agente administrativo, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, conforme o memorando n°04/2025, ressarcimento no valor de R$125,80 (cento e vinte e cinco reais e oitenta centavos), para o deslocamento até Curitiba para retirada de documentos no Instituto de Identificação, no dia 20 de maio de 2026. Saída 08h00min e retorno as 17h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:03E7F186

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 677, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOÃO ROBERTO LINS, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO INTEGRADO, CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 677, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal João Roberto Lins, ocupante do Cargo de Secretário Municipal de Planejamento Integrado, Captação de Recursos e Desenvolvimento Econômico 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Secretário Municipal de Planejamento Integrado, Captação de Recursos e Desenvolvimento Econômico senhor João Roberto Lins, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento Integrado, Captação de Recursos e Desenvolvimento Econômico, o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$104,42 (cento e quatro reais e quarenta e dois centavos) em conformidade com o art.6º, II, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022 para custear despesas com alimentação em viagem a Curitiba– PR, no dia 28 de maio do ano em curso, para participar do encontro com os Gerentes Municipais de Convênio (GMC). Saídas 08h00 min e retornos ás 17h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se
.
Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:A89346C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 678, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DANIELE ALVES CORDEIRO, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 678, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Daniele Alves Cordeiro, ocupante Do cargo de Diretora de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Público Municipal senhora Daniele Alves Cordeiro, ocupante do cargo de Diretora de Departamento o vinculado à Secretaria Municipal de Saúde conforme memorando nº 244/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagem a Curitiba PR, no dia 21 de maio do ano de 2026, para participar da capacitação para Ouvidores municipais de saúde – Sistema SIGO. Saída as 08h00 min e retorno ás 17h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:5B72AFBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 679, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALEXANDRA MERICE BESTEL, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO EM HIGIENE BUCAL 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 679, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidora Pública Municipal Alexandra Merice Bestel, ocupante Do cargo de Técnico em Higiene Bucal 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Alexandra Merice Bestel ocupante do cargo efetivo de Técnico em Higiene Bucal vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°245/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagem, a Curitiba - PR no dia 21 de maio do ano de 2026, para participar da capacitação para Ouvidores municipais de saúde – Sistema SIGO. Saída as 08h00 min e retorno ás 17h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:FB3A3D14

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 680, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NEREU LINO DO NASCIMENTO, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 03(TRÊS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 680, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Nereu Lino do Nascimento, ocupante do cargo de motorista 03(três) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Nereu Lino do Nascimento, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Educação, conforme o memorando n°493/2026-SD, advindo da Secretaria municipal de Educação e Cultura ,o pagamento de 03(três) diárias no valor de R$208,83(duzentos e oito reais e oitenta e três centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022.Para viajar até Curitiba PR transportando alunos para o colégio agrícola e outras demandas da secretaria, nos dias 01,02 e 03 de junho do ano de 2026. Saídas ás 06h00min e retornos as 18h00min
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:B32663BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 681, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR ARI HENRIQUE DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 03 (TRÊS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 681, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Senhor Ari Henrique dos Santos, ocupante do cargo de Motorista 03 (três) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor Público Municipal senhor Ari Henrique dos Santos ocupante do cargo de Motorista vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura conforme o memorando n°495/2026-SD, o pagamento de 03(três) diárias no valor de R$208,83(duzentos e oito reais e oitenta e três centavos), para custear despesas com viagens, conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viajar até Curitiba PR transportando Universitários. Nos dias 01,02 e 03 de junho do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:F8DB7660

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 682, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MISLAINE CRISTINA MARCHE, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR EFETIVO 01 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 682, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Mislaine Cristina Marche, ocupante do cargo de Professor Efetivo 01 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Mislaine Cristina Marche, ocupante do cargo de Professor Efetivo vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura conforme memorando n ºº496/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagem, á Curitiba - PR no dia 29 de maio do ano de 2026, para participar da reunião no Núcleo Área Metropolitana Norte. Saída 06h00min e retorno as 19h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:4143A30D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 683, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL MARTHA LAMBERT LORENSKI, OCUPANTE DO CARGO DE EDUCADORA SOCIAL 01 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 683, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Público Municipal Martha Lambert Lorenski, ocupante do cargo de Educadora Social 01 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Martha Lambert Lorenski, ocupante do cargo de Educadora Social vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando nº248/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagem, á Curitiba - PR no dia 27 de maio do ano de 2026, para realizar a retirada de utensílios, equipamentos in loco na distribuidora para verificação. Saída 08h00min e retorno as 17h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:62B5E907

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 684, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIZABETE STADLER MACHADO, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 684, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Elizabete Stadler Machado, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Elizabete Stadler Machado, ocupante do cargo de diretor de departamento vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando nº 249/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022., para custear despesas com viagem, á Curitiba - PR no dia 27 de maio do ano de 2026, para realizar a retirada de utensílios, equipamentos in loco na distribuidora para verificação. Saída 08h00min e retorno as 17h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:77C1C64F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 685, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELAINE CRISTINA DE SOUZA DE MATOS, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 685, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder a servidora pública Municipal Elaine Cristina de Souza de Matos, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Elaine Cristina de Souza de Matos, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°254/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6°, III, alínea "a" Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagens de emergência até Curitiba - PR no dia 20 de maio do ano de 2026, acompanhando paciente até o Hospital Trabalhador. Com horário de saída 12h00 min e retorno ás 18h30 min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:9867F323

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 686, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JUSSARA MARIA PLATNER, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 686, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Jussara Maria Platner, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Jussara Maria Platner ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°256/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos). Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viagem de emergência até Curitiba PR, acompanhado pacientes no dia 21 de maio do ano de 2026, até o Hospital Marilac. Saída as 08h00min e retorno as 16h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:ED5620D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 687, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SONIA DO ROCIO DIAS, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 687, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder a servidora pública Municipal Sonia do Rocio Dias, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Sonia do Rocio Dias, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°255/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6°, III, alínea "a" Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagem de emergência até a cidade de Campina Grande do Sul PR no dia 18 de maio do ano de 2026, acompanhando paciente até o Hospital Angelina Caron. Com horário de saída as 19h00 min e retorno no dia 19 de maio as 04h00 min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:AE43F50D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 688, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REINALDO DO CARMO JESUS DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 3(TRÊS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 688, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Reinaldo do Carmo Jesus de Souza, ocupante do cargo de motorista 3(três) diárias**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Reinaldo do Carmo Jesus de Souza, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°259/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 03(três) diárias no valor de R$208,83(duzentos e oito reais e oitenta e três centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 19,20 e 22 de maio do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:42E72372

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 689, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURANDIR RIBEIRO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 03(TRÊS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 689, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista 03(três) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°260/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento 03(três) diárias no valor de R$208,83(duzentos e oito reais e oitenta e três centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes para tratamento nos dias de 21,22 e 25 maio do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:162D0D96

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 690, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BENTO CARLOS GLODIS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 4(QUATRO) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 690, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Bento Carlos Glodis, ocupante do cargo de motorista 4(quatro) diárias**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Bento Carlos Glodis, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°257/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 04(quatro) diárias no valor de $278,44 (duzentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 19,20,22 e 25 de maio do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:4109D4D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 691, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDECI FARIAS, OCUPANTE DO CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS 4(QUATRO) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 691, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Claudeci Farias, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos 4(quatro) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Claudeci Farias, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°258/2026-SMS, advindo da Secretaria Municipal de Saúde o pagamento de 04(quatro) diárias no valor de R$278,44 (duzentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias de 18,19,20 e 21 maio do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:07C5498D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 692, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MONICA ALVES CORDEIRO, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO 01 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 692, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Monica Alves Cordeiro, ocupante do cargo de Diretora de Departamento 01 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Monica Alves Cordeiro, ocupante do cargo de Diretora de Departamento vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura conforme memorando n º502/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagem, á Curitiba - PR no dia 29 de maio do ano de 2026, para participar da reunião no Núcleo Área Metropolitana Norte. Saída 06h00min e retorno as 19h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:56E2D88C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 693, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CESAR KOGISKI, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 693, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Cesar Kogiski, ocupante do cargo de diretor de departamento vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando nº251/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba – PR, no dia 03 de junho do ano em curso, para acompanhar o menor João Victor Pinheiro Bueno a uma consulta medica. Saídas 08h00 min e retornos ás 17h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:1F30D03A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 694, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CESAR KOGISKI, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 694, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Cesar Kogiski, ocupante do cargo de diretor de departamento vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando nº252/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba – PR, no dia 01 de junho do ano em curso, para acompanhar o menor João Victor Pinheiro Bueno a uma consulta medica. Saídas 08h00 min e retornos ás 17h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:A1EF6DFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 695, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR JOÃO PAULO MOREIRA FERNANDES, OCUPANTE DO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 695, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Senhor João Paulo Moreira Fernandes, ocupante do cargo de Assistente Social 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor João Paulo Moreira Fernandes, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Assistente Social, conforme o memorando n°246/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), em conformidade com o art.6º, III, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022,para custear despesas com viagem, á Curitiba - PR no dia 29 de maio do ano de 2026, para participar do seminário programa EDUCA+COMESP. Saída 08h00min e retorno as 17h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:A4014E97

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 696, DE 28 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUANA EDUARDA DE MOURA MACHADO, OCUPANTE DO CARGO DE PEDAGOGA 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 696, DE 28 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Luana Eduarda de Moura Machado, ocupante do cargo de Pedagoga 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Luana Eduarda de Moura Machado, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Pedagoga, conforme o memorando n°247/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), em conformidade com o art.6º, III, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022,para custear despesas com viagem, á Curitiba - PR no dia 29 de maio do ano de 2026, para participar do seminário programa EDUCA+COMESP. Saída 08h00min e retorno as 17h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 28 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:E120129C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 701, DE 29 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CESAR KOGISKI, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 701, DE 29 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Cesar Kogiski, ocupante do cargo de diretor de departamento vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando nº237/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba – PR, no dia 21 de maio do ano em curso, para acompanhar a menor Ana Julia Pereira Chaves a uma consulta medica. Saídas 08h00 min e retornos ás 17h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 29 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:C65996B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 702, DE 29 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDECI FARIAS, OCUPANTE DO CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS 4(QUATRO) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 702, DE 29 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Claudeci Farias, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos 4(quatro) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Claudeci Farias, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°252/2026-SMS, advindo da Secretaria Municipal de Saúde o pagamento de 04(quatro) diárias no valor de R$278,44 (duzentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias de 11,12,13 e 15 maio do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 29 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:0641B2B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 703, DE 29 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REINALDO DO CARMO JESUS DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 3(TRÊS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 703, DE 29 DE MAIO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Reinaldo do Carmo Jesus de Souza, ocupante do cargo de motorista 3(três) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Reinaldo do Carmo Jesus de Souza, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°264/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 03(três) diárias no valor de R$208,83(duzentos e oito reais e oitenta e três centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 23,26 e 27 de maio do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 29 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:820944BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 704, DE 29 DE MAIO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL BRUNA ROSA DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 704, DE 29 DE MAIO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Bruna Rosa da Silva, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Bruna Rosa da Silva ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°266/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos) Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viagem de emergência até Curitiba PR, acompanhado pacientes no dia 23 de maio do ano de 2026, até o Hospital Maternidade Materdei. Saída 15h20min e retorno as 21h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 29 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:4DCD0E68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 705, DE 29 DE MAIO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOÃO HENRIQUE MOTTIM, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 705, DE 29 DE MAIO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal João Henrique Mottim, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor João Henrique Mottim, ocupante do cargo de diretor de departamento vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba – PR, no dia 27 de maio do ano em curso, para realização de atividades administrativas e operacionais vinculadas ás demandas do Departamento. Saída 07h00 min e retorno ás 14h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 29 de maio do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:1269DD69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 706, DE 01 DE JUNHO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL MAGALY BRUNA RAMOS COSTA, OCUPANTE DO CARGO DE PSICÓLOGO 01 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 706, DE 01 DE JUNHO DE 2026

Conceder a Servidora Público Municipal Magaly Bruna Ramos Costa, ocupante do cargo de Psicólogo 01 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Magaly Bruna Ramos Costa, ocupante do cargo de Psicólogo vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando nº245/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagem, á Curitiba - PR no dia 29 de maio do ano de 2026, para participar do seminário programa EDUCA+COMESP. Saída 08h00min e retorno as 17h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 01 de junho do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:BB84A38E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 707, DE 01 DE JUNHO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL BEATRIZ DO AMARAL, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 707, DE 01 DE JUNHO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Beatriz do Amaral, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Beatriz do Amaral, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, vinculado à Secretaria Municipal de Governo, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba - PR no dia 26 de maio do ano em curso, por acompanhar e registrar a entrega dos convites para a festa nacional da Ponkan. Saída 07h30 min e retorno ás 19h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 01 de junho do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:367DDD80

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 708, DE 01 DE JUNHO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL BEATRIZ DO AMARAL, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 708, DE 01 DE JUNHO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Beatriz do Amaral, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Beatriz do Amaral, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, vinculado à Secretaria Municipal de Governo, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba - PR no dia 28 de maio do ano em curso, por acompanhar e

registrar a entrega dos convites para a festa nacional da Ponkan. Saída 07h30 min e retorno ás 20h40 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 01 de junho do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:B1586146

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 712, DE 02 DE JUNHO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR ARI HENRIQUE DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 05 (CINCO) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 712, DE 02 DE JUNHO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Senhor Ari Henrique dos Santos, ocupante do cargo de Motorista 05 (cinco) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor Público Municipal senhor Ari Henrique dos Santos ocupante do cargo de Motorista vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura conforme o memorando n°517/2026-SD, o pagamento de 05(cinco) diárias no valor de R$348,05 (trezentos e quarenta e oito reais e cinco centavos), para custear despesas com viagens, conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viajar até Curitiba PR transportando Universitários. Nos dias 08,09,10,11 e 12 de junho do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 02 de junho do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:C1565A2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 713, DE 02 DE JUNHO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NEREU LINO DO NASCIMENTO, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 02(DUAS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 713, DE 02 DE JUNHO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Nereu Lino do Nascimento, ocupante do cargo de motorista 02(duas) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Nereu Lino do Nascimento, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Educação, conforme o memorando n°515/2026-SD, advindo da Secretaria municipal de Educação e Cultura ,o pagamento de 02(duas) diárias no valor de R$139,22 (cento e trinta e nove reais e vinte e dois centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022.Para viajar até Curitiba PR transportando alunos para o colégio agrícola e outras demandas da secretaria, nos dias 08 e 12 de junho do ano de 2026. Saídas ás 06h00min e retornos as 18h00min

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 02 de junho do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:BBEF0D9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 715, DE 03 DE JUNHO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALCICLEIA DA GUIA JAQUETTI, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO AUXILIAR DE ENFERMAGEM, ATUANTE COMO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 715, DE 03 DE JUNHO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Alcicleia da Guia Jaquetti, ocupante do cargo efetivo Auxiliar de Enfermagem, atuante como Secretaria Municipal de Saúde 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Alcicleia da Guia Jaquetti, ocupante do cargo de efetivo Auxiliar de Enfermagem, atuante como Secretaria Municipal de Saúde vinculado à Secretaria

Municipal de Saúde conforme memorando nº 262/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$104,42 (cento e quatro reais e quarenta e dois centavos), com base no Art.6º, II, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagem, a Curitiba - PR no dia 02 de junho do ano de 2026, por participar da reunião do CRESEMS 2026. Saída 08h00 min e retorno ás 17h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 03 de junho do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:436D1279

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 716, DE 03 DE JUNHO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BENTO CARLOS GLODIS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 4(QUATRO) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 716, DE 03 DE JUNHO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Bento Carlos Glodis, ocupante do cargo de motorista 4(quatro) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Bento Carlos Glodis, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°270/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 04(quatro) diárias no valor de $278,44 (duzentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 26,29,30 e 31 de maio do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 03 de junho do ano de 2026

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:ADFEE4C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 717, DE 03 DE JUNHO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILDA RAMALHO DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 717, DE 03 DE JUNHO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Marilda Ramalho dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Marilda Ramalho dos Santos ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°269/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos) Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viagem de emergência até Curitiba PR, acompanhado pacientes no dia 26 de maio do ano de 2026, até o Hospital Rocio Centro. Saída 12h30min e retorno as 19h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 03 de junho do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:4C67E294

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 718, DE 03 DE JUNHO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SONIA COSTA FAGUNDES, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 718, DE 03 DE JUNHO DE 2026

Conceder a servidora pública Municipal Sonia Costa Fagundes, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Sonia Costa Fagundes, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°268/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6°, III, alínea "a" Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagens de emergência até Curitiba PR no dia 25 de maio do ano de 2026, acompanhando paciente até o Hospital Clinica. Com horário de saída 20h20 min e retorno no dia 26 de maio as 00h30min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 03 de junho do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:F33410F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 719, DE 03 DE JUNHO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BRUNO HENRIQUE LOVATO, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 719, DE 03 DE JUNHO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Bruno Henrique Lovato, ocupante Do Cargo de Secretário Municipal de Governo 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Secretário Municipal de Governo senhor Bruno Henrique Lovato, vinculado à Secretaria Municipal de Governo, o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$104,42 (cento e quatro reais e quarenta e dois centavos) em conformidade com o art.6º, II, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022 para custear despesas com alimentação em viagem a Curitiba PR, no dia 26 de maio do ano de 2026, por acompanhar o prefeito em agenda oficial junto a entrega dos convites para a festa nacional da Ponkan. Com horário de saída 07h00min e retorno as 18h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 03 de junho do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:E86B2CD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 719, DE 03 DE JUNHO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BRUNO HENRIQUE LOVATO, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 719, DE 03 DE JUNHO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Bruno Henrique Lovato, ocupante Do Cargo de Secretário Municipal de Governo 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Secretário Municipal de Governo senhor Bruno Henrique Lovato, vinculado à Secretaria Municipal de Governo, o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$104,42 (cento e quatro reais e quarenta e dois centavos) em conformidade com o art.6º, II, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022 para custear despesas com alimentação em viagem a Curitiba PR, no dia 26 de maio do ano de 2026, por acompanhar o prefeito em agenda oficial junto a entrega dos convites para a festa nacional da Ponkan. Com horário de saída 07h00min e retorno as 18h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 03 de junho do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:EADA2878

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 720, DE 03 DE JUNHO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BRUNO HENRIQUE LOVATO, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 720, DE 03 DE JUNHO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Bruno Henrique Lovato, ocupante Do Cargo de Secretário Municipal de Governo 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Secretário Municipal de Governo senhor Bruno Henrique Lovato, vinculado à Secretaria Municipal de Governo, o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$104,42 (cento e quatro reais e quarenta e dois centavos) em conformidade com o art.6º, II, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022 para custear despesas com alimentação em viagem a Curitiba PR, no dia 28 de maio do ano de 2026, por acompanhar o prefeito em agenda oficial junto a entrega dos convites para a festa nacional da Ponkan. Com horário de saída 07h00min e retorno as 18h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 03 de junho do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:79345FA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 721, DE 03 DE JUNHO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDORA PÚBLICA FABIANA DE MOURA E COSTA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO O RESSARCIMENTO NO VALOR DE R$ 50,00.

PORTARIA Nº 721, DE 03 DE JUNHO DE 2026

Conceder ao servidora pública Fabiana de Moura e Costa, ocupante do cargo de agente administrativo o ressarcimento no valor de R$ 50,00.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Administração;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Fabiana de Moura e Costa, ocupante do cargo de agente administrativo, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, conforme o memorando n°20/2026, ressarcimento no valor de R$50,00 (cinquenta reais), para o deslocamento até Rio Branco do Sul para o abastecimento do veículo oficial que estava em manutenção na oficina, no dia 01 de junho de 2026. Saída 09h30min e retorno as 11h30min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 03 de junho do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:4E6401F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 013/2026

O Prefeito Municipal, Edson Cordeiro do Nascimento, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em face aos princípios ordenados através da **Lei Federal nº 14.133/2021** e alterações posteriores, considerando a análise e o relatório conclusivo exarado pelo Pregoeiro, **resolve:**

I. HOMOLOGAR o resultado do **Pregão Eletrônico nº 013/2026**, que tem como objeto a Aquisição de gêneros alimentícios para composição da merenda escolar destinados às Escolas e CEIs do Município de Cerro Azul em consonância ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – Sistema Registro de Preços, nas seguintes condições:
II. ADJUDICAR OS ITENS ABAIXO EM FAVOR DAS EMPRESAS:

· **MINIMERCADO JCF CERRO AZUL LTDA - CNPJ: 55.462.700/0001-90**.
Vencedora dos itens: 3, 4, 21, 22, 23, 24, 27, 30, 31, 41, 44, 46, 48, 49, 50, 53, 57, 65, 67, 69 e 71.
Valor total: R$ 122.287,80 (cento e vinte e dois mil, duzentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos).
· **ACF ATACADO E LOGISTICA LTDA – CNPJ: 46.985.752/0001-50.**
Vencedora dos itens: 1, 2, 7, 9, 13, 14, 15, 20, 33, 34, 35, 45, 47 e 55.
Valor total: R$ 51.182,00 (cinquenta e um mil, cento e oitenta e dois reais).
· **GM DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ: 21.604.118/0001-07.**
Vencedora dos itens: 26, 36, 37, 38, 39, 51, 54, 59, 60, 61, 63, 68, 70 e 72.
Valor total: R$ 37.231,50 (trinta e sete mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta centavos).
· **JAS DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ: 59.362.324/0001-12.**
Vencedora dos itens: 8, 12, 16, 17, 18, 19, 28, 29, 32, 62, 75 e 76.
Valor total: R$ 186.739,00 (cento e oitenta e seis mil, setecentos e trinta e nove reais).
· **MR ALIMENTOS SAUDAVEIS LTDA – CNPJ: 22.077.561/0001-21.**
Vencedora dos itens: 10, 11, 25, 42 e 58.
Valor total: R$ 7.125,00 (sete mil, cento e vinte e cinco reais).
· **PLASTFOOD'S ATACAREJO LTDA – CNPJ: 54.576.230/0001-22.**
Vencedora dos itens: 73 e 74.
Valor total: R$ 12.180,00 (doze mil, cento e oitenta reais).
· **D&P PREVIDENCIA LTDA – CNPJ: 57.991.151/0001-76.**
Vencedora do item 43.
Valor total: R$ 26.100,00 (vinte e seis mil e cem reais).
· **BASEFLEX DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ: 45.903.993/0001-40.**
Vencedora do item 5.
Valor total:
· **HIPERBOM PRODUTOS NATURAIS LTDA – CNPJ: 00.170.898/0001-46.**
Vencedora do item 6.
Valor total: R$ 1.328,40 (mil, trezentos e vinte e oito reais e quarenta centavos).

· **ITENS FRACASSADOS: 40, 52, 56, 64 e 66.**

Prefeitura Municipal de Cerro Azul, em 11 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:6B292759

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

GABINETE
CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
CLEVELÂNDIA-PR

Conselho Municipal da Assistência Social
Clevelândia-Pr

Resolução de Aprovação do CMAS – Clevelândia/PR

Resolução CMAS nº 10/2026

SÚMULA – Aprova a justificativa da gestão referente ao oficio circular 005/2026 CEAS/PR;

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS – de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n° 1.421/95 alterada pela Lei 2.421/2012 e conforme deliberação em reunião ordinária, realizada no dia 21 de maio de 2026.

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar a justificativa da gestão referente ao Oficio Circular nº 005/2026 CEAS/PR, quanto ao saldo financeiro superior ao limite estabelecido, porém já regularizado;

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Clevelândia, 21 de maio de 2026.

ALINE DE ARAÚJO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:EC8AAA99

GABINETE
DECRETO N°195/2026

DECRETO N°195/2026

Concede licença especial, à servidora THAIS CAROLINE DE MELLO LOUREIRO BELLO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de usas atribuições legais previstas no art.43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.
DECRETA:
Art. 1º - Fica concedida licença especial de 03 (três) meses, à servidora **THAIS CAROLINE DE MELLO LOUREIRO BELLO,** com a matricula nº 24031-1.
Art. 2º - A licença de que se trata o art. antecedente terá início no dia **12/08/2026** e, findará em **09/11/2026**, sendo que no dia útil seguinte deverá a servidora, impreterivelmente, apresentar-se para o exercício regular de suas funções, independentemente, de qualquer modalidade de notificação.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 11 DE AGOSTO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:77A89635

GABINETE
DECRETO N° 196 /2026

DECRETO N° 196 /2026
A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Concede férias as Servidoras Municipais abaixo relacionados:

Gisele Reisdoerfer	10/08/2026 à 24/08/2026
Emanuelle Serpa Stahlschimidt	10/08/2026 à 24/08/2026

Art. 2º - - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 10/08/2026, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 11 DE AGOSTO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:2AEF5079

GABINETE
EDITAL Nº 05/2026 PROCESSO SELETIVO DE CLEVELÂNDIA 3° CHAMAMENTO

O Município de Clevelândia, Estado do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Rafaela Martins Losi, e em conformidade com o Edital n°05/2026, visando o preenchimento de vaga.
TORNA PÚBLICO, a convocação dos aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado.
Art. 1°- Os convocados abaixo relacionados para as vagas, deverão comparecer impreterivelmente até o dia **17/08/2026**, junto ao Departamento de Recursos Humanos, para assumir a vaga e distribuição do local de trabalho.

Mãe Social – 40h	
Classificação	**Nome do Candidato(a)**
9º	Marilda de Fátima Barbosa Lopes

Art. 2°- O não comparecimento na data e local marcados, para atender o presente edital e confirmar aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito a vaga.
Clevelândia, Paraná, 11 de Agosto de 2026.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:C2715D1B

GABINETE
MINUTA DE NORMATIVA MUNICIPAL DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CLEVELÂNDIA – PR

MINUTA DE NORMATIVA MUNICIPAL DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CLEVELÂNDIA – PR

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2026

Dispõe sobre a organização, funcionamento, gestão e utilização das bibliotecas escolares da Rede Municipal de Ensino de Clevelândia – Paraná.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece diretrizes para a organização, gestão, funcionamento e desenvolvimento das bibliotecas escolares da Rede Municipal de Ensino de Clevelândia.
Art. 2º A biblioteca escolar constitui espaço pedagógico, cultural e informacional integrado ao Projeto Político-Pedagógico da escola, destinado à promoção da leitura, da pesquisa, da aprendizagem e da formação cidadã dos estudantes.
Art. 3º São objetivos das bibliotecas escolares:
I – democratizar o acesso à informação e ao conhecimento;
II – incentivar a formação de leitores;
III – apoiar as práticas pedagógicas e o desenvolvimento curricular;
IV – promover atividades culturais e literárias;
V – contribuir para o desenvolvimento das competências de leitura, escrita, pesquisa e uso ético da informação;
VI – proporcionar ambiente adequado para estudo, pesquisa e convivência educativa.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO
Art. 4º Todas as unidades escolares da Rede Municipal deverão manter espaço destinado à biblioteca escolar ou sala de leitura organizada, observadas as condições físicas, pedagógicas e de acessibilidade.
Art. 5º As bibliotecas deverão possuir:
I – mobiliário adequado;
II – acervo físico compatível com o número de estudantes;
III –controle de empréstimos;
IV – espaço para leitura individual e coletiva;
V – recursos de acessibilidade para estudantes com deficiência.

Art. 6º O acervo deverá contemplar:
I – literatura infantil e juvenil;
II – materiais de apoio pedagógico;
IV – periódicos e materiais informativos;

CAPÍTULO III
DA GESTÃO DA BIBLIOTECA
Art. 7º A gestão da biblioteca escolar será coordenada pela direção da unidade escolar, com apoio de servidor designado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º Compete ao responsável pela biblioteca:
I – organizar e preservar o acervo;
II – realizar o controle de empréstimos;
III – promover ações de incentivo à leitura;
IV – apoiar atividades de pesquisa escolar;
V – elaborar relatórios anuais de funcionamento;
VI – colaborar com os professores na seleção de materiais de apoio ao currículo.

CAPÍTULO IV
DO ACERVO
Art. 9º O acervo deverá ser atualizado periodicamente, considerando:
I – as necessidades pedagógicas da escola;
II – as faixas etárias dos estudantes;
III – as diretrizes curriculares vigentes;
IV – a diversidade cultural, étnico-racial e linguística.
Art. 10 A Secretaria Municipal de Educação promoverá política permanente de aquisição, renovação, conservação e descarte responsável do acervo.
Art. 11 O inventário do acervo deverá ser atualizado anualmente.

CAPÍTULO V
DOS SERVIÇOS OFERECIDOS
Art. 12 Constituem serviços da biblioteca escolar:
I – consulta local;
II – empréstimo domiciliar;
III – orientação à pesquisa;
IV – atividades de mediação de leitura;
V – exposições, oficinas e eventos literários;

Art. 13 O empréstimo de materiais obedecerá regulamento interno próprio de cada unidade escolar, aprovado pela direção.

CAPÍTULO VI
DAS AÇÕES DE INCENTIVO À LEITURA
Art. 14 As bibliotecas escolares deverão desenvolver, anualmente, plano de ações de incentivo à leitura, contemplando:
I – hora da leitura;
II – contação de histórias;
III – clubes de leitura;
IV – feiras e mostras literárias;
VI – projetos integrados com as famílias e a comunidade.
Art. 15 Cada unidade escolar deverá realizar, no mínimo, uma ação institucional de promoção da leitura por trimestre.

CAPÍTULO VII
DA INTEGRAÇÃO PEDAGÓGICA
Art. 16 Os professores deverão utilizar a biblioteca como espaço complementar de aprendizagem, integrando suas atividades ao planejamento pedagógico.
Art. 17 A biblioteca participará das ações previstas no Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar.

CAPÍTULO VIII
DA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO
Art. 18 A Secretaria Municipal de Educação acompanhará o funcionamento das bibliotecas escolares por meio de:
I – relatórios anuais;
II – levantamento do acervo;
III – indicadores de empréstimos;
IV – participação dos estudantes em atividades de leitura;
V – avaliação das condições físicas e organizacionais.
Art. 19 As unidades escolares deverão encaminhar relatório anual das atividades desenvolvidas até o encerramento de cada ano letivo.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 20 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 21 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Clevelândia – PR, 10 de agosto de 2026.

ANDREA SEBASTEANI INOCÊNCIO BATISTELLA
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:E14DE526

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 32/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 57/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico - 32/2026
Processo Administrativo: 57/2026
A comissão de Licitação da MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, nomeada pelo(a) Portaria - 485/2025, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 26 de agosto de 2026, ás 08:30:00 horas, na Plataforma digital BLL, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 32/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico.
Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua integra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 14.133/2021.
Finalidade:
Aquisição de veículo automotor, zero quilômetro.

Clevelândia - PR,11 de agosto de 2026

Responsável

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:3F4A2FF0

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2025, DE 11/07/2025, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025, CONFORME ABAIXO MENCIONADO:

EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2025, DE 11/07/2025, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025, CONFORME ABAIXO MENCIONADO:

PARTES: Município de Clevelândia e ELERA MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo e vigência da Ata de Registro de Preços.

PRAZO ADICIONAL: 12 (doze) meses.

PERÍODO DE EXECUÇÃO: De 15/07/2026 a 15/07/2027.

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De 14/07/2025 a 15/07/2027.

FORO: CLEVELÂNDIA – PR.

Clevelândia, 31 de julho de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Joao Vinicius Viana
Código Identificador:0E144E4F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 92/2026

Dispõe sobre instauração de Processo Administrativo Disciplinar e constitui a Comissão Processante.

O Presidente da Câmara de Colombo, no exercício de suas atribuições legais, conforme atribuições que lhe confere o Regimento Interno no artigo 37, V e XI, "e", e artigo 38, V,

CONSIDERANDO o Requerimento nº 886/2023, que noticia possível infração funcional atribuída ao servidor efetivo DANIEL PAULO PAIVA FREITAS, advogado da Câmara Municipal de Colombo;
CONSIDERANDO a Informação nº 04/2023, exarada pelo Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Colombo, que apontou, em tese, a existência de elementos suficientes para apuração de eventual infração disciplinar;
CONSIDERANDO o Ofício n. 149/2022 – 5ª PJ, do Ministério Público do Estado do Paraná que informou a instauração do Inquérito Civil n. 0039.22.001333-6, para apurar a constitucionalidade e a legalidade do processo de Eleição da Mesa da Câmara Municipal de Colombo, em 2022, em face de informações prestadas pelo advogado Daniel Paulo Paiva Freitas;
CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de apurar fatos que possam configurar infração funcional, assegurando ao servidor investigado o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório;
CONSIDERANDO a anulação dos Processos Administrativos Disciplinares anteriormente instaurados pelas Portarias n. 065/2023 e 068/2023, impondo-se a renovação válida dos atos instauradores, sem prejuízo da apuração dos fatos narrados;
CONSIDERANDO a extinção dos processos judiciais 0004078-82.2024.8.16.0193 e 0004079-67.2024.8.16.0193;
RESOLVE:
Art. 1º Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR em face do servidor DANIEL PAULO PAIVA FREITAS, ocupante do cargo de advogado da Câmara Municipal de Colombo, para apuração de possível infração funcional relacionada aos fatos descritos no Requerimento nº 886/2023 e na Informação nº 04/2023.
Art. 2º Os fatos a serem apurados consistem, em tese:
I – na impetração de Mandado de Segurança autuado sob nº 0003776-34.2022.8.16.0028 perante a Vara da Fazenda Pública de Colombo, inicialmente em nome da Câmara Municipal de Colombo, sem autorização da autoridade competente, bem como, posteriormente, na adoção de providências processuais que culminaram na alteração da legitimidade ativa da ação para que o próprio servidor passasse a figurar como impetrante em nome próprio, em razão do reconhecimento judicial da inadmissibilidade da impetração em nome do Poder Legislativo Municipal;
II – na formulação de notícia de fato perante o Ministério Público do Estado do Paraná, no âmbito do Inquérito Civil nº 0039.22.001333-6, questionando a constitucionalidade e a legalidade do processo de eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Colombo, contendo afirmações que, em tese, podem revelar conteúdo ofensivo à regularidade institucional da Casa Legislativa e à atuação de seus membros e órgãos internos.
As condutas descritas poderão configurar, em tese, violação aos deveres funcionais previstos na Lei Municipal nº 1.348/2014, especialmente ao deixar de observar as normas legais e regulamentares (art. 176, I); o dever de lealdade às instituições (art. 176, VIII), a quebra do dever de manter atitude de cooperação e solidariedade ao grupo de trabalho a que pertence (art. 176, XII) e ainda, o § 1º, do referido artigo 176. As condutas poderão, ainda, em hipótese, configurarem afronta às proibições constantes do art. 177, caput, V; XII, XIV e XXIII, relativas à preservação da dignidade e do decoro da função pública, observância da hierarquia e disciplina administrativa, à vedação ao exercício abusivo das atribuições funcionais e incompatibilidade entre a conduta praticada e o exercício do cargo público, à proibição de referir-se de modo depreciativo em informação e, ademais, em tese, praticando atos atentatórios ao serviço público e à Administração Pública. De igual forma há indícios de que pode ter havido afronta ao art. 30, I, da Lei 8.906, de 04 de julho de 1994, Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, que determina o impedimento da advocacia para os servidores da administração direta contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora.
Art. 3º Fica designada a Comissão Processante composta pelos seguintes servidores:
I – KALYANE MARIE MICALOSKI KOWALSKI, Presidente;
II – ALCEU LUIZ MOTTIN, Membro;
III – LUCIANE SERETNI, Membro.
§1º A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, observando as disposições legais aplicáveis.
§2º A Comissão deverá iniciar os trabalhos imediatamente após a publicação desta Portaria.
Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos será de 90 (noventa) dias, admitida prorrogação na forma da lei.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Colombo, 11 de agosto de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:CED42C89

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 93/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no art. 25, VI da Lei Orgânica Municipal, alterada pela Emenda à Lei Orgânica n° 08/2005; no artigo 37, incisos IV, V e XI, "e', e art. 38, V, ambos da Resolução nº. 76/2005 - Regimento Interno da Câmara; Resolução nº 52, de 21 de maio de 2001; Resolução nº 57, de 18 de

dezembro de 2001; Resolução nº 73, de 02 de maio de 2005; Lei nº 1.650 de 15 de junho de 2022; Lei nº 1.866, de 30 de setembro de 2025 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie,

RESOLVE

Exonerar o senhor SANTILHO AMARO DA SILVA, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.***.***-8-SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº ***.925.***-**, do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, Símbolo CC-1, a partir de 10 de agosto de 2026.

Colombo, 11 de agosto de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:8A15E620

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 94/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no art. 25, VI da Lei Orgânica Municipal, alterada pela Emenda à Lei Orgânica n° 08/2005; no artigo 37, incisos IV, V e XI, "e', e art. 38, V, ambos da Resolução nº. 76/2005 - Regimento Interno da Câmara; Resolução nº 52, de 21 de maio de 2001; Resolução nº 57, de 18 de dezembro de 2001; Resolução nº 73, de 02 de maio de 2005; Lei nº 1.650 de 15 de junho de 2022; Lei nº 1.866, de 30 de setembro de 2025 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie,

RESOLVE

Nomear o senhor OSCAR SILVA, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.***.***-7-SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº ***.017.***-**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, Símbolo CC-1, a partir do dia 11 de agosto de 2026.

Colombo, 11 de agosto de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:BD382C5C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO N.° 040/2026

EXTRATO N.° 040/2026 - TERMO DE CANCELAMENTO DE CESSÃO DE SERVIDOR
CEDENTE: Município de Colombo/Pr.
CESSIONÁRIO: Secretaria de Estado da Industria, Comércio e Serviços.
OBJETO: Cancelamento da Disposição Funcional do servidor **Sérgio Roberto Pinheiro**
PRAZO: 31/07/2026.
LOCAL E DATA DA ASSINATURA: Colombo, 10 de agosto de 2026.
ASSINATURAS: Helder Luiz Lazarotto e Felipe Augusto Amadori Flessak

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:EDE28805

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 724/2026

PORTARIA N.° 724/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder retorno de licença sem vencimento da servidora público municipal **ALINE SILVA LOURENÇO**, portadora do CPF n.º 071.XXX.XXX-40, Matricula n.° 12.619, do cargo de Educadora Infantil, Lotada no CMEI Turma da Mônica, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 10 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:EA656CE5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 725/2026

PORTARIA N.° 725/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 257/2026, Processo Licitatório: Inexigibilidade de Licitação n.º 048/2026, com objeto de Locação do Imóvel situado à Rua XV de Novembro, N° 118 – 1º andar, Colombo/P /PR, com área de 60,66m², destinado as instalações da **Controladoria Geral do Município**, conforme segue:

Gestor de Contrato:
Vitor dos Santos França, matricula n.º 20628, portador do RG: 11.xxx.xxx-0 e CPF: 08x.xxx.xxx-38.

Fiscal de Contrato:
Andréia Inácio Nunes, matricula: 7137, portadora o RG: 8.xxx.xxx-3 e CPF: 03x.xxx.xxx-02.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em,10 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:35A750B8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 726/2026

PORTARIA N.° 726/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, das ATAS n.º 252/2026 a 256/2026, Processo Licitatório: Pregão

Eletrônico n.º 020/2026, com objeto de Aquisição de dietas, fórmulas e leites especiais para atender as demandas do Programa Municipal de Atendimento Nutricional Domiciliar (PMAND), conforme segue:

Gestora do Contrato:
Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522.

Fiscal de Contrato:
Suelen Braz de Jesus de Oliveira, matrícula funcional n.º 14.839.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em,10 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:EE5C1EAD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 727/2026

PORTARIA N.º 727/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 258/2026, Processo Licitatório: Concorrência Eletrônica n.º 012/2026, com objeto de Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de **Construção de plataforma para biarticulado no Terminal Maracanã**, localizado na Av. Marginal José de Anchieta, 250, Vila Guarani, Colombo-PR, compreendendo a execução de 181,80 m² de área de intervenção, compreendendo serviços preliminares, demolições, fundação, superestrutura, acessibilidade, guarda corpos, estrutura metálica e demais serviços complementares contemplados e incluídos na planilha orçamentária e nos projetos constantes no anexo, conforme segue:

Gestor de Contrato:
Leonardo D'Agostin Wolff - Matrícula: 11108 –E-mail: projetos.colombo@gmail.com.

Fiscal Técnico:
Alessandra Mariano Duarte Frizon – Matrícula: 16229 - E-mail: alessandraf.colombo@gmail.com.

Fiscal Administrativo de Contrato:
Jocimara de Fátima Nunes Marchaukoski - Matrícula 3308 – E-mail: joci@colombo.pr.gov.br.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 10 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:A12BB266

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 728/2026

PORTARIA N.º 728/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 260/2026, Processo Licitatório: Chamamento n.º 008/2026, Inexigibilidade n.º 046/2026, com objeto de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro a Operacionalização dos recursos do II Ciclo da PNAB em Colombo - PR, contemplado no conforme processo administrativo n.º 7244/2026, conforme segue:

Gestor de Contrato:
Antônio Sandro Cordeirof - Matrícula: 17.323 – E-mail: cultura@colombo.pr.gov.br

Fiscal de Contrato:
Iziel Martins de Souza – Matrícula: 10.103

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em,10 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:E25B2568

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 729/2026

PORTARIA N.º 729/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art.1º – Exonerar a pedido a Servidora Pública Municipal **ELIANA ROCHA,** CPF n.º 000.xxx.xxx-22, do cargo de PROFESSOR - 20hs , a partir de 06/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em,10 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:602EB00D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 402/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: ARC DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ n.º 24.972.018/0001-13
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 15.793,00 (quinze mil, setecentos e noventa e três reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:3EC3A0FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 403/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: PROMAX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS E HIGIENE LTDA, CNPJ n.º 48.962.271/0001-54
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 2.970,00 (dois mil, novecentos e setenta reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:68879F5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 404/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ n.º 09.254.808/0001-70
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 700,08 (setecentos reais e oito centavos)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:5D0122D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 405/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: COMÉRCIO ATACADISTA ILHA BELA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ n.º 29.322.621/0001-73
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 1.359,80 (um mil, trezentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:FED927F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 406/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: HB SUL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n.º 22.094.574/0001-09
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 30.131,00 (trinta mil, cento e trinta e um reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.

Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:326AC3B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 408/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: EDICLEIA APARECIDA ZACHESKY DA SILVA, CNPJ n.º 32.656.339/0001-37
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 53.801,60 (cinquenta e três mil, oitocentos e um reais e sessenta centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:9A16DD6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 409/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: NOVO HORIZONTE COMÉRCIO DE PRODUTOS E ACESSÓRIOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ n.º 34.034.228/0001-14
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 16.195,00 (dezesseis mil, cento e noventa e cinco reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:907E2A6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 411/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: SEBMED PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA, CNPJ n.º 33.154.286/0001-19
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 81.051,40 (oitenta e um mil, cinquenta e um reais e quarenta centavos)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:B3BAAA86

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 412/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: GLOBAL BRANDS COMÉRCIO LTDA, CNPJ n.º 07.308.817/0001-70
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 117.615,60 (cento e dezessete mil, seiscentos e quinze reais e sessenta centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025

Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:B684F69B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 413/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: LEPHARMA COMÉRCIO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ n.º 37.121.913/0001-76
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 37.896,00 (trinta e sete mil, oitocentos e noventa e seis reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:C28CEA59

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 414/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, CNPJ n.º 18.362.195/0001-85
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 2.660,00 (dois mil, seiscentos e sessenta reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:8DF5CB3D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 415/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: LUIZ MINIOLI NETTO LTDA, CNPJ n.º 14.221.429/0001-13
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 135.029,00 (cento e trinta e cinco mil e vinte e nove reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:0C317883

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 416/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: QUÍMICA KEMFOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SANEANTES LTDA, CNPJ n.º 15.041.729/0001-83
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 6.272,00 (seis mil, duzentos e setenta e dois reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:94BC88C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 417/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: BRIOJARAGUÁ COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA, CNPJ n.º 02.706.629/0001-87
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 121.669,00 (cento e vinte e um mil, seiscentos e sessenta e nove reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:544D28D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 418/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: SIGPLAST EMBALAGENS EIRELI, CNPJ n.º 12.793.110/0001-37
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 100.462,00 (cem mil, quatrocentos e sessenta e dois reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:0196AD72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 419/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: MASTER COMERCIAL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ n.º 53.741.359/0001-86
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 44.490,10 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e noventa reais e dez centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:15A3059F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 420/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: MULTISUL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ n.º 12.811.487/0001-71
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 7.194,96 (sete mil, cento e noventa e quatro reais e noventa e seis centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:EC1F28E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 432/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 059/2025

Processo: 19.246/2025
Contratante: Secretaria Municipal de Educação
Contratada: ALTOYS BRINQUEDOS LTDA, CNPJ n.º 36.547.968/0001-80
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Srª Ana Paula Magalhães Strapasson, matrícula funcional n.º 12.214 e Fiscalização de Contrato: Srª Cristiane Costa Silva

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais pedagógicos, compreendendo jogos educativos, materiais esportivos, itens de papelaria e demais produtos correlatos, para atender às necessidades do Ensino Fundamental das Escolas Integrais do Município, com recursos provenientes do FNDE – Programa Escola em Tempo Integral (Termo de Compromisso nº 14.640/2023) visando assegurar a continuidade e a qualidade das práticas pedagógicas, esportivas, recreativas e de apoio à aprendizagem.
Valor: O valor é de R$ 484,00 (quatrocentos e oitenta e quatro reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 19 de novembro de 2025
Assinatura: Luciane Dala Valle Correia de Freitas

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:940F967B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 433/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 059/2025

Processo: 19.246/2025
Contratante: Secretaria Municipal de Educação
Contratada: SOLO G9 LTDA, CNPJ 11.102.277/0001-41
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Srª Ana Paula Magalhães Strapasson, matrícula funcional n.º 12.214 e Fiscalização de Contrato: Srª Cristiane Costa Silva
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais pedagógicos, compreendendo jogos educativos, materiais esportivos, itens de papelaria e demais produtos correlatos, para atender às necessidades do Ensino Fundamental das Escolas Integrais do Município, com recursos provenientes do FNDE – Programa Escola em Tempo Integral (Termo de Compromisso nº 14.640/2023) visando assegurar a continuidade e a qualidade das práticas pedagógicas, esportivas, recreativas e de apoio à aprendizagem.
Valor: O valor é de R$ 6.694,60 (seis mil, seiscentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 19 de novembro de 2025
Assinatura: Luciane Dala Valle Correia de Freitas

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:3663AD17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 448/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 059/2025

Processo: 19.246/2025
Contratante: Secretaria Municipal de Educação
Contratada: RODRIGUES & ALMEIDA LTDA, CNPJ n.º 20.490.656/0001-47
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Srª Ana Paula Magalhães Strapasson, matrícula funcional n.º 12.214 e Fiscalização de Contrato: Srª Cristiane Costa Silva
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais pedagógicos, compreendendo jogos educativos, materiais esportivos, itens de papelaria e demais produtos correlatos, para atender às necessidades do Ensino Fundamental das Escolas Integrais do Município, com recursos provenientes do FNDE – Programa Escola em Tempo Integral (Termo de Compromisso nº 14.640/2023) visando assegurar a continuidade e a qualidade das práticas pedagógicas, esportivas, recreativas e de apoio à aprendizagem.
Valor: O valor é de R$ 66.033,18 (sessenta e seis mil, trinta e três reais e dezoito centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 19 de novembro de 2025
Assinatura: Luciane Dala Valle Correia de Freitas

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:51041D4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 449/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 059/2025

Processo: 19.246/2025
Contratante: Secretaria Municipal de Educação
Contratada: PARANAGUÁ DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ n.º 57.707.826/0001-02
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Srª Ana Paula Magalhães Strapasson, matrícula funcional n.º 12.214 e Fiscalização de Contrato: Srª Cristiane Costa Silva
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais pedagógicos, compreendendo jogos educativos, materiais esportivos, itens de papelaria e demais produtos correlatos, para atender às necessidades do Ensino Fundamental das Escolas Integrais do Município, com recursos provenientes do FNDE – Programa Escola em Tempo Integral (Termo de Compromisso nº 14.640/2023) visando assegurar a continuidade e a qualidade das práticas pedagógicas, esportivas, recreativas e de apoio à aprendizagem.
Valor: O valor é de R$ 38.703,29 (trinta e oito mil, setecentos e três reais e vinte e nove centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 19 de novembro de 2025
Assinatura: Luciane Dala Valle Correia de Freitas

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:CB21FC17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 015/2026

ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO
A Secretária Municipal de Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial do Município de Colombo, no uso das atribuições que lhe são conferidas:
R E S O L V E:
ADJUDICAR e HOMOLOGAR o procedimento licitatório dirigido pelo Agente de Contratação, nomeado pela Portaria nº 477/2026 de 18 de maio de 2026 da Prefeitura Municipal de Colombo, referente à **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 015/2026**, que tem por objeto Contratação de empresa de engenharia para execução dos

serviços de Reforma do Museu Municipal Cristóforo Colombo localizada no Parque da Uva, Colombo-PR.
VENCEDOR: ME PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ. 63.046.020/0001-13.
VALOR: R$ 197.477,80 (cento e noventa e sete mil e quatrocentos e setenta e sete reais e oitenta centavos).
PRAZOS EXECUÇÃO: Os serviços deverão ser executados em até **90 (noventa) dias** corridos, contados da data de publicação do extrato do contrato no PNCP ou no Diário Oficial, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do Contrato será de **150 (cinto e cinquenta) dias** corridos.
PRAZO DE INÍCIO DAS OBRAS: Em no máximo **10 (dez)** dias a contar da assinatura citada no extrato do contrato publicado no PNCP.
PAGAMENTOS: Os pagamentos serão efetuados por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme a medição, em até **30 (trinta) dias**, após a emissão da Nota Fiscal ou Fatura.

Dê-se publicidade,
Colombo, 11 de agosto de 2026.

MARINEI VIDOLIN
Secretária Municipal de Cultura e Igualdade Racial

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:21C7D8CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 261/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026

Processo: 29866/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretária Municipal de Turismo
Contratada AVASSALADOR PRODUCAO E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 56.422.713/0001-06
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor da Ata Sr. Gilvan Gomes e o fiscal Sr. Robson Luiz Aleixo.
Objeto: Contratação de serviço de Locação de Trio Elétrico de Grande Porte (com cavalo mecânico, painéis de LED e geradores), para atender à Festa do Agricultor e à Festa da Cerveja Artesanal do Município de Colombo, conforme quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência
Valor: O valor total é de: R$ 491.999,88 (quatrocentos e noventa e um mil e novecentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo inicial de vigência da Ata de Registro de Preços é necessariamente de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ocorrer a prorrogação da vigência da Ata para o período de mais um ano, desde que formalizada na vigência inicial da Ata e comprovada a vantajosidade do preço registrado, com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e o artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 10 de agosto de 2026
Assinatura: Joyce Ribeiro da Silva de Oliveira

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:2E352FFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 050/2026

Processo:	33894/2026 - Inexigibilidade Nº 050/2026
Partes:	*Município de Colombo/PR,* **BRIDGE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.** **CNPJ: 51.094.491/0001-18.**
Objeto:	Contratação do artista Loubet para realização de show musical na 14ª Festa do Agricultor, que ocorrerá nos dias 22 e 23 de agosto, no Parque Municipal da Uva de Colombo.
Valor:	O valor máximo da Inexigibilidade será de R$ 153.200,00 (cento e cinquenta e três mil e duzentos reais).
Embasamento Legal:	Artigo 74, II - Lei Nº 14.133/2021
Data:	11/08/2026.

Publicado por:
Francieli Maria D'agostin
Código Identificador:E2F5AAB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 003/2026 AO CONTRATO 359/2023 - INEXIGIBILIDADE N.º 034/2023

PROCESSO: 22716/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Colombo – Secretaria Municipal da Educação.
Contratada: Mercedes Stresser – Associação de Assistência e Educação Especial, inscrita no CNPJ sob nº 76.675.552/0001-61.
Objeto: Credenciamento de Escolas Especiais que prestem atendimento especializado a alunos com necessidades educacionais especiais residentes no Município de Colombo.
Valor: Através do presente termo as partes resolvem aditar o valor de R$ 118.800,00 (Cento e dezoito mil e oitocentos reais), devido a Renovação do Contrato.
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA – 1882/2025.
Prazo: O presente Termo Aditivo RENOVA o Contrato por 12 (doze) meses, compreendendo o período de 03/08/2026 a 02/08/2027.
Local e data da Emissão: Colombo, 31 de julho de 2026.
Assinatura: Luciane Dala Valle Correia de Freitas.

Publicado por:
Karina Dos Santos Ferreira
Código Identificador:BA48D8B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 003/2026 AO CONTRATO 360/2023 - INEXIGIBILIDADE N.º 035/2023

PROCESSO: 22716/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Colombo – Secretaria Municipal da Educação.
Contratada: Associação Curitibana de Apoio e Integração do Excepcional, inscrita no CNPJ sob nº 01.343.832/0001-73.
Objeto: Credenciamento de Escolas Especiais que prestem atendimento especializado a alunos com necessidades educacionais especiais residentes no Município de Colombo.
Valor: Através do presente termo as partes resolvem aditar o valor de R$ 174.900,00 (Cento e setenta e quatro mil e novecentos reais), devido a Renovação do Contrato.
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA – 1882/2025.
Prazo: O presente Termo Aditivo RENOVA o Contrato por 12 (doze) meses, compreendendo o período de 03/08/2026 a 02/08/2027.
Local e data da Emissão: Colombo, 31 de julho de 2026.
Assinatura: Luciane Dala Valle Correia de Freitas.

Publicado por:
Karina Dos Santos Ferreira
Código Identificador:D1DA8E2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 003/2026 AO CONTRATO 370/2023 - INEXIGIBILIDADE N.º 045/2023

PROCESSO: 22716/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Colombo – Secretaria Municipal da Educação.
Contratada: Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, inscrita no CNPJ sob nº 76.693.076/0001-01.

Objeto: Credenciamento de Escolas Especiais que prestem atendimento especializado a alunos com necessidades educacionais especiais residentes no Município de Colombo.
Valor: Através do presente termo as partes resolvem aditar o valor de R$ 204.600,00 (Duzentos e quatro mil e seiscentos reais), devido a Renovação do Contrato.
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA – 1882/2025.
Prazo: O presente Termo Aditivo RENOVA o Contrato por 12 (doze) meses, compreendendo o período de 03/08/2026 a 02/08/2027.
Local e data da Emissão: Colombo, 31 de julho de 2026.
Assinatura: Luciane Dala Valle Correia de Freitas.

Publicado por:
Karina Dos Santos Ferreira
Código Identificador:DA62DD92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 002/2026 CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 434/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº037/2024

Processo: 27601/2026
Locatário: MUNICÍPIO DE COLOMBO/PR - Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento e Agronegócio.
Locador: FERREIRA & ALARCON INCORPORADORA DE IMÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ:03.983.820/0001-39.
Fiscalização: A fiscalização do presente termo aditivo será de responsabilidade do Gestor de Contrato Sr. Paulo Cézar Antoniacomi, portador do RG: 0xxxxxxx9 e CPF 8xx.xxx.xxx-20, e da Fiscal de Contrato a Sra. Josiane de Fátima Ferreira Perin portadora do RG: 8xxxxxx0 e CPF: 0xx.xxx.xxx-27.
Objeto: O objeto do presente instrumento é a Locação de imóvel situado à Rua Califórnia, 66 – Guaraituba - Colombo/Paraná, com área de 700m2, destinado às instalações do Armazém da Família de Colombo, referente a parte de 50% da locação do imóvel.
Valor: Através do presente termo aditivo as partes resolvem ajustar o valor mensal do aluguel em R$ 10.642,56 (dez mil e seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos). Perfazendo o valor total do aluguel de R$ 127.710,72 (cento e vinte e sete mil e setecentos e dez reais e setenta e dois centavos), referente ao valor pelos 12 (doze) meses de locação.
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes do presente contrato serão atendidas através dos recursos de dotação orçamentária, LOA 1882/2025.
Prazo: O presente Termo Aditivo Renova o Contrato por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 08 de agosto de 2026 a 07 de agosto de 2027, na forma do artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
Local e data de emissão: Colombo, 06 de agosto de 2026.
Assinatura: Jeronimo Strapasson.

Publicado por:
Karina Dos Santos Ferreira
Código Identificador:28902E1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 002/2026 CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 435/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº037/2024

Processo: 27601/2026
Locatário: MUNICÍPIO DE COLOMBO/PR - Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento e Agronegócio.
Locador: M. DALL ACQUA INCORPORADORA - EIRELI, inscrita no CNPJ: 81.122.657/0001-23.
Fiscalização: A fiscalização do presente termo aditivo será de responsabilidade do Gestor de Contrato Sr. Paulo Cézar Antoniacomi, portador do RG: 0xxxxxxx9 e CPF 8xx.xxx.xxx-20, e da Fiscal de Contrato a Sra. Josiane de Fátima Ferreira Perin portadora do RG: 8xxxxxx0 e CPF: 0xx.xxx.xxx-27.
Objeto: O objeto do presente instrumento é a Locação de imóvel situado à Rua Califórnia, 66 – Guaraituba - Colombo/Paraná, com área de 700m2, destinado às instalações do Armazém da Família de Colombo, referente a parte de 50% da locação do imóvel.
Valor: Através do presente termo aditivo as partes resolvem ajustar o valor mensal do aluguel em R$ 10.642,56 (dez mil e seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos). Perfazendo o valor total do aluguel de R$ 127.710,72 (cento e vinte e sete mil e setecentos e dez reais e setenta e dois centavos), referente ao valor pelos 12 (doze) meses de locação.
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes do presente contrato serão atendidas através dos recursos de dotação orçamentária, LOA 1882/2025.
Prazo: O presente Termo Aditivo Renova o Contrato por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 08 de agosto de 2026 a 07 de agosto de 2027, na forma do artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
Local e data de emissão: Colombo, 06 de agosto de 2026.
Assinatura: Jeronimo Strapasson.

Publicado por:
Karina Dos Santos Ferreira
Código Identificador:72F3AC93

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO DE LIMPEZA DE LOTE

O(a) senhor(a) UNINCOR INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA proprietário(a) do imóvel inscrição imobiliária 02.02.654.0234 situado a RUA ANDRE NADOLNY Colombo/PR, para que providencie a limpeza, a roçada e o cercamento, do(s) terreno(s) mencionado (s), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação deste edital. bem como, dar destinação adequada aos resíduos provenientes de tais operações. o não cumprimento dentro do prazo determinado acarretará ao(s) proprietário(s) a pena de multa, nos termos da lei 1377/2015 artigos. 7° e 9°. (ndo-061)

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:D683BE7C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 179/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 131/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 179/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 131/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 196/2026
OBJETO: Chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoas juridicas para a prestação de serviços referente ao cargo de merendeira, auxiliar de serviços gerais, recepcionista, mecânico, profissional de apoio escolar e atendente
VALOR: R$ 30.504,00 (trinta mil, quinhentos e quatro reais)
CONTRATADA: JAQUELINE VANESSA DEZATMIK CNPJ: 61.488.555/0001-19
VIGÊNCIA: 12 MESES
EXECUÇÃO: 12 MESES
DATA: 10/08/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:AAC223CD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 133/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 133/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 06.002.12.365.0012.2.029.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MERENDEIRA ATRÁVES DA CHAMADA PUBLICA Nº03/2025.
VALOR: R$30.504,00 (trinta mil, quinhentos e quatro reais)
CONTRATADA: ALDA SOARES FRAGOSO CNPJ: 61.299.247/0001-45
DATA: 11/08/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:BEFF061D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 134/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 201/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 134/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 201/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 06.002.12.361.0013.2.024.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MERENDEIRA ATRÁVES DA CHAMADA PUBLICA Nº03/2025.
VALOR: R$30.504,00 (trinta mil, quinhentos e quatro reais)
CONTRATADA: DAIANE PROENÇA DE PAULA CNPJ: 62.021.968/0001-51
DATA: 11/08/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:617294B5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 135/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 203/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 135/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 203/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 06.002.12.361.0013.2.024.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MERENDEIRA ATRÁVES DA CHAMADA PUBLICA Nº03/2025.
VALOR: R$27.576,00 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e seis reais)
CONTRATADA: SIBELI GONÇALVES ALMEIDA CNPJ: 61.329.233/0001-27
DATA: 11/08/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:A566D8C2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 136/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 200/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 136/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 200/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 06.002.12.365.0012.2.029.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MERENDEIRA ATRÁVES DA CHAMADA PUBLICA Nº03/2025.
VALOR: R$30.504,00 (trinta mil, quinhentos e quatro reais)
CONTRATADA: NEUSA MARIA HEBERLE DA SILVEIRA CNPJ: 61.285.456/0001-30
DATA: 11/08/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:7848DAD3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 137/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 137/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 06.002.12.361.0013.2.024.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MERENDEIRA ATRÁVES DA CHAMADA PUBLICA Nº03/2025.
VALOR: R$30.504,00 (trinta mil, quinhentos e quatro reais)
CONTRATADA: SILVANA APARECIDA OLEGAR CNPJ: 68.147.697/0001-61
DATA: 11/08/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:BB69E091

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 138/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 138/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 06.002.12.361.0013.2.024.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MERENDEIRA ATRÁVES DA CHAMADA PUBLICA Nº03/2025.
VALOR: R$27.576,00 (vinte e sete mil, setecentos e setenta e seis reais)
CONTRATADA: MARIA DE LOURDES GONÇALVES CNPJ: 62.078.173/0001-80
DATA: 11/08/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:3A010331

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 139/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 198/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 139/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 198/2026

FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 06.002.12.365.0012.2.029.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MERENDEIRA ATRÁVES DA CHAMADA PUBLICA Nº03/2025.
VALOR: R$30.504,00 (trinta mil, quinhentos e quatro reais)
CONTRATADA: ELISANGELA PADILHA DOS SANTOS CNPJ: 61.283.392/0001-38
DATA: 11/08/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:E6897493

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA CONVOCAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

CONVOCAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

A Prefeitura Municipal de Contenda, por meio da comissão de licitação nº 136/2026, no uso de suas atribuições CONVOCA os candidatos a baixo relacionados, devidamente habilitados no edital de credenciamento nº 003/2025, e obedecida a classificação publicada em diário oficial, a comparecerem neste departamento Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis, a partir da data de publicação deste, a fim de manifestarem o interesse em assumir a vaga e dar cumprimento às providências estabelecidas no referido edital.

Decorrido o prazo estabelecido, serão considerados DESISTENTES os credenciados que não atenderem a presente convocação.

SERVIÇO	CLASSIFICAÇÃO	NOME
ATENDENTE	1º	KEMELLY KAROLINE VIEIRA DA SILVEIRA

Contenda, 11 de agosto de 2026

JAIME KFIATKOSKI
Presidente da comissão de licitações

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:C47DAD6C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 006/2026 - CMS

RESOLUÇÃO Nº 06 de 29 de Abril de 2026, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Coronel Vivida.

Dispõe sobre a realização da 15 ª Conferência Municipal de Saúde e Etapa Municipal da 18 ª Conferência Nacional de Saúde

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Coronel Vivida PR, em reunião ordinária realizada em 29 de Abril de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 1.718 de 21 de novembro de 2003; Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n.º 141, de 13/01/2012; Considerando o § 4.º do art. 33, da Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde.
RESOLVE:
Art. 1º - Programar realização da 15ª Conferência Municipal de Saúde e Etapa Municipal da 18ª Conferência Nacional de Saúde para 25 de junho de 2026 no Centro Cultural Benedito Rakowski.
Art. 2º - A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.
Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Conselho Municipal de Saúde de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de abril de 2026.
Publique-se e Registre-se,

GILMAR ANTONIO GIARETTA.
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Publicado por:
Flaviane Gubert Siqueira
Código Identificador:116BD944

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 008/2026 - CMS

RESOLUÇÃO Nº 08 de 13 de Maio de 2026, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Coronel Vivida.

Dispõe sobre a aprovação do Fluxo Municipal De Implante Subdérmico

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Coronel Vivida PR, em reunião ordinária realizada em 13 de Maio de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 1.718 de 21 de novembro de 2003; Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n.º 141, de 13/01/2012; Considerando o § 4.º do art. 33, da Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o Fluxo Municipal de Implante Subdérmico.
Art. 2º - A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.
Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Conselho Municipal de Saúde de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de maio de 2026.
Publique-se e Registre-se,

GILMAR ANTONIO GIARETTA.
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

ANEXO I
FLUXO MUNICIPAL IMPLANTE SUBDÉRMICO
Público: Mulheres de 14 a 49 anos

Critérios de Prioridade
Alta Prioridade
Em situação de rua
Usuárias de drogas
Puérperas de gestações de alto risco
Com HIV/AIDS
Em uso de talidomida
Privadas de liberdade
Trabalhadoras do sexo
Em tratamento de tuberculose
Outras comorbidades graves que contraindiquem gestação

Prioridade Moderada
Adolescentes de 14 a 17 anos
Puérperas de risco habitual e intermediário

Baixa prioridade
Demais mulheres, dentro da faixa etária de 14 à 49 anos.

Critérios de ILEGIBILIDADE

Menopausa
Câncer de mama
Histerectomia
Trombose ativa
Tumores ou doenças hepáticas graves
Padrão menstrual irregular

Atendimento Inicial – Estratégia de Saúde da Família

Consulta de planejamento familiar
Orientar sobre saúde sexual e reprodutiva, permitindo a escolha livre e informada sobre ter ou não filhos, quando e quantos, e o método contraceptivo ideal, abrangendo aconselhamento, exame físico (ginecológico, mamas, Papanicolau).
Apresentar métodos contraceptivos, avaliar critérios de elegibilidade para o implante subdérmico, prescrever outros métodos disponíveis gratuitamente pelo SUS, quando for o caso.
Orientar efeitos colaterais, riscos, confirmar desejo da paciente;
Verificar critérios de priorização (alta, média ou baixa prioridade).

Encaminhamento para Especialidade

Paciente elegível para inserção do implante
Encaminhar para a Especialidade 224 – Médico Ginecologista e Obstetra.
Na referência: Informar que se trata de encaminhamento para inserção de implante subdérmico e descrever a priorização com a justificativa.
Inserir na lista de espera da especialidade com o Motivo 44– Implante Subdérmico e classificar a prioridade conforme os critérios do item 1.
A regulação fará a análise e agendamento conforme a priorização.
Após a consulta no Centro de Especialidades, serão solicitados exames complementar se necessário (Ex.: ultrassom), e será realizado o agendamento para a inserção, conforme a priorização.

Paciente inelegível para a inserção do implante
Quando a paciente não estiver dentro da faixa-etária, ou houverem contraindicações para o uso, e dificuldade de identificação e prescrição de outros métodos na ESF, encaminhar para avaliação do especialista.
Na referência: Informar que trata-se de encaminhamento para avaliação de método contraceptivo e que não se enquadra nos critérios para uso de implante subdérmico.
Inserir na lista de espera da especialidade com o Motivo 1- Consulta.

Inserção no Pós-Parto Imediato (Maternidade)

Critério: Gestante com alta vulnerabilidade, risco de não seguir o protocolo ambulatorial.
5.1. Captação durante o pré-natal
Se a gestante manifestar desejo de inserir o implante no pós-parto: Informar setor Centro de Especialidades, registrar em prontuário e na carteirinha da gestante **em local visível.**
No Centro de Especialidades, durante a rotina de pré-natal, será fornecido o termo para preenchimento, solicitado o dispositivo e, enviado ao hospital diretamente, para armazenamento na farmácia, identificado em nome da gestante, bem como, identificado este fornecimento na carteirinha da gestante, em local de fácil acesso.
Reforçar em todas as consultas de pré-natal que a gestante deve informar sua vontade de inserir o dispositivo no momento da internação para o parto, e que o mesmo já encontra-se no hospital.
Em caso de intercorrências e inviabilidade de inserção na maternidade, será realizada no mínimo 20 dias após o parto, no Centro de Especialidades, com agendamento prévio.
A entrega está totalmente atrelada à disponibilidade de dispositivos em estoque até o momento do parto.

Publicado por:
Flaviane Gubert Siqueira
Código Identificador:8A605EEC

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL 002/2026 - PSS 002/2026

EDITAL Nº 002/2026, de 11 de agosto de 2026.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026.
O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Edital de Abertura nº. 002/2026 de 09 de julho de 2026,
RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO o resultado preliminar da análise das inscrições dos candidatos para o Processo Seletivo Simplificado de **Farmacêutico**.
I – INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS:
Farmacêutico:

Nº	NOME DO CANDIDATO	Nº DE PROTOCOLO
	Paula Graciela Koetz	3362/26
	Alisson Caleffi Alievi	3435/26
	Tatiane Barbosa Braum	3484/26
	Leidiane da Luz de Lima	3512/26
	Jessica Bonassi	3513/26
	Camila Carnieletto Winques	3533/26
	Eduardo Lazzarini	3535/26
	Monise Caroline Capelin	3560/26

II – INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS:
Farmacêutico:

Nº	NOME DO CANDIDATO	Nº DE PROTOCOLO	MOTIVO
	Ester Silveira Cunha	3225/26	Faltou documento
	Ana Maria Barbosa Machado	3263/26	Faltou documento

III – Nos termos do item 5.2 do Edital de Abertura nº. 001/2026 de 09/07/2026, os candidatos que não tiveram sua inscrição Homologada, poderão interpor recurso escrito perante a Comissão Organizadora **até as 17:00 horas, do dia 14 de agosto de 2026**, no setor de Protocolo do Município de Coronel Vivida-PR, sito à Praça Angelo Mezzomo, s/n – Coronel Vivida-PR.

Coronel Vivida - PR, 11 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

JAIANA KEVILIN GUBERT
Secretária Municipal de Saúde, e Presidente da Comissão Organizadora e Examinadora

Publicado por:
Samara de Moraes Spagnoli
Código Identificador:05A82DC9

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 009/2026 DE 11/08/2026 - PSS 003/2025

EDITAL N.º 009/2026, de 11 agosto de 2026.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2025 DE 08/08/2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente as contidas no art. 37 item IX, da Constituição Federal e de conformidade com o Edital nº. 001/2025 de 08/08/2025 (abertura do certame) combinado com Edital nº. 004/2025 de 23/08/2025 (homologação/resultado final) e,
Considerando o contido no subitem 12.7 do Edital nº. 001/2025 de 07/04/2025, que dispões *o prazo de validade do Processo Seletivo será de 12 (doze) meses, contados da publicação da homologação do resultado final, prorrogável por igual período, a critério do Poder Executivo Municipal,* **RESOLVE**
TORNAR PÚBLICO
Art. 1º. No Interesse da Administração Municipal, a **PRORROGAÇÃO** do Processo Seletivo Simplificado nº. 003/2025 de 08/08/2025 para mais 12 (doze) meses, nos termos disposto do subitem 12.7 do Edital de abertura do Certame.
Que a publicação deste, além do Jornal de Beltrão de Francisco Beltrão – PR, do endereço eletrônico: *http://www.diariomunicipal.com.br/amp/* - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 11 (onze) dias do mês de agosto de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretaria Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento De Gestão de Pessoas

Publicado por:
Bruno Cesar Müller Amaral
Código Identificador:F3EA2737

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO ADITIVO 01 A ATA133-2025 PE 56-2025

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
ADITIVO Nº 01 - Ata de Registro de Preços nº 133/2025 - Pregão Eletrônico nº 56/2025– Contratante: Município de Coronel Vivida. DETENTORA: TRATORMAX - COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTDA EPP, CNPJ/MF sob o n.º 04.983.112/0001-60. Prorroga-se a vigência da Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, 05 de setembro de 2026 a 04 de setembro de 2027. O valor total estimado deste aditivo é de R$ 2.160.000,00. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 07 de agosto 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Maira Soares
Código Identificador:6700F3CF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO ADITIVO 02 AOS CONTRATOS Nº 53 E 54-2024

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
Aditivo n° 02 – Contratos nº 53/2024 – Pregão Eletrônico nº 41/2024. Contratante: Município de Coronel Vivida juntamente com o Fundo Municipal De Saúde De Coronel Vivida – Paraná. Contratada: **ALINE DE PAULA – ARTE E FORMA**, CNPJ sob nº 23.160.482/0001-42. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 12 meses, de 12 de agosto de 2026 a 11 de agosto de 2027. Ficam reajustado o valor unitário, com base no INPC (índice nacional de preços ao consumidor) de junho de 2026, na ordem de 4,327080%. O valor total deste aditivo é de R$ 51.328,92. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 07 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Aditivo n° 02 – Contrato nº 54/2024 – Pregão Eletrônico nº 41/2024. Contratante: Município de Coronel Vivida juntamente com o Fundo Municipal De Saúde de Coronel Vivida Paraná. Contratada: **RODRIGO FRANCISCO DE OLIVEIRA PERSONAL**, CNPJ sob nº 15.053.969/0001-06. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 12 meses, de 12 de agosto de 2026 a 11 de agosto de 2027. Ficam reajustado o valor unitário, com base no INPC (índice nacional de preços ao consumidor) de junho de 2026, na ordem de 4,327080%. O valor total deste aditivo é de R$ 39.811,20. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 07 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Maira Soares
Código Identificador:972B2423

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESUMO TERMO ADITIVO

ADITIVO N° 03 ao Contrato nº 11/2025 – Concorrência Eletrônica nº 01/2025. Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: PEDREIRA SANTIAGO LTDA, CNPJ nº 77.744.134/0001-41. Fica suprimido do contrato o valor de R$ 23.046,03, correspondente a uma redução de 0,69%. Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Coronel Vivida, 10 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:362E16D3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
PORTARIA N. 10/2026 – 05 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza o pagamento de despesas de viagem e da outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º ***AUTORIZAR*** o pagamento das despesas de viagem da vereadora relacionada na tabela abaixo:

Nomes: Jennifer Christanek Marques Rezner, RG 10.475.414-7 e CPF 093.007.659-14

Destino: Cascavel - PR
Motivo: IV Fórum Municipal de Políticas para Mulheres
Data: 07 e agosto de 2026

Meio de transporte: veículo Legislativo
Quantidade de diárias: ½ diária
Valor unitário da diária: R$ 449,99
Valor Total pago: R$ 224,99
Art. 2º Fica determinado ao departamento de contabilidade que proceda o pagamento das respectivas diárias, meio de locomoção e inscrição, se for o caso.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor a partir de 05 de agosto o revogada as disposições em contrário.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Diamante D'Oeste – PR, 05 de agosto de 2026

ORESTES CLAUDIO BATISTA
Presidente

Publicado por:
Salete Lucio da Costa
Código Identificador:D64088B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO N° 002/2023 EDITAL Nº. 0014.002/2023

O Município de Diamante D'oeste, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Amarildo Aparecido da Silva**,** que no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:
I - A **RECLASSIFICAÇÃO** do candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 02/2023, conforme Edital nº 14.02/2023 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 06.02/2023.
Assistente Social

INSC.	PONT.	NOME	DT. NASC.	CLASS.	RECLAS.
344927	4º	LUCIANE MACALI	16/10/1978	344927	8º

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Diamante D´Oeste, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:4923426D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO N° 002/2023 EDITAL Nº. 015.002/2023

O Município de Diamante D'oeste, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Amarildo Aparecido da Silva**,** que no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:
I - A convocação dos candidatos abaixo relacionado, aprovados no Concurso Público nº 002/2023, conforme Edital nº 015.002/2023 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 06.002/2023.
II – O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Diamante do Oeste, PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 4.1 do EDITAL nº. 002/2023.
III – O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistente conforme o item 15.1 do EDITAL nº 002/2023.
ASSISTENTE SOCIAL

INSC.	CLASS.	NOME	DT. NASC.	PONT.
334254	5º	ANA CAROLINE MACHADO DA SILVA	21/09/1997	56,00

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Diamante D´Oeste, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:E53241C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL DISPENSA 39/2026

E X T R A T O C O N T R A T U A L D E P R E S T A Ç Ã O D E S E R V I Ç O
QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE,** e a empresa **JS SERVIÇOS E TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP. PROCESSO LICITATÓRIO SOB Nº 111/2026**; **MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO SOB Nº 39/2026**. **OBJETO**: Fornecimento contínuo de serviço de distribuição e manutenção de fornecimento de link de internet de 100 mbps (megabits por segundo) de download e upload, com banda larga, com link dedicado IP público fixo/30. com infraestrutura de rede para chegar cabo com sinal de fibra óptica na prefeitura municipal de Diamante D´Oeste, com garantia mínima de 90% (noventa por cento) largura de banda, acesso à central de atendimento 24x7 (vinte quatro horas por dia, sete dias por semana) e relatórios mensais de disponibilidade técnica, suporte remoto e/ou presencial com atendimento em até 4h (quatro horas) para falhas críticas, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Diamante D´Oeste/Pr. **CONTRATO Nº 219/2026**, datado de 11-08-2026 vigência de 08 (oito) meses, ou seja, até 11 de Abril de 2027.

CONTRATADO	Valor Global R$
"JS SERVIÇOS E TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP", inscrito no CNPJ nº 14.061.724/0001-50.	R$ 1.759,20

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:63AF189F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
ADITIVO PRAZO PR 46/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
1° Termo aditivo do contrato nº.314/2025, decorrente de Pregão n° 46/2025 de AQUISIÇÃO DE
FÓRMULAS INFANTIS E ALIMENTARES INDUSTRIALIZADAS PARA CRIANÇAS, IDOSOS E
PACIENTES EM ESTADO VEGETATIVO OU COM ALIMENTAÇÃO VIA SONDA GÁSTRICA OU
ENTERAL, OU COM COMPROMETIMENTO DE FUNCIONAMENTO DO SISTEMA RENAL, OU
OUTRA DEMANDA APRESENTADA, MEDIANTE PRESCRIÇÃO MÉDICA OU DE NUTRICIONISTA,
ATENDIDOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D`OESTE,
EM CUMPRIMENTO A LEI MUNICIPAL Nº120/2017, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE
DIAMANTE D'OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa CLAUDETE DOS SANTOS POSSAMAI & CIA LTDA - ME
, inscrita no CNPJ sob nº. 11.327.892/0001-56, com sede no endereço RUA IRMãO CIRILO, 1790,
CENTRO, MINIGUAçU FRANCISCO BELTRÃO-PR neste ato representada por CLAUDETE DOS
SANTOS POSSAMAI, portador do RG n° 7.628.548-9, portador do CPF sob n° 031.204.649-96,
acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 29/08/2027
com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 214/2025, referente à
licitação Pregão Eletrônico sob nº 46/2025, com base na cláusula quinta e décima primeira, do
contrato primitivo e na lei 14.133/21, estender por 12 (doze) meses o vencimento do contrato,
renovando o vencimento primitivo da cláusula quinta do contrato supra descrito, para o dia 29 do
mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e sete (29-08-2027).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
www.elotech.com.br
TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
CONTRATANTE CONTRATADA
CLAUDETE DOS SANTOS POSSAMAI & CIA LTDA - ME
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:113.278.920-00156
CLAUDETE DOS SANTOS POSSAMAI
PREFEITO MUNICIPAL RG:7.628.548-9
CPF:031.204.649-96

DIAMANTE DO OESTE 11 de agosto de 2026.

Representante Legal

AMARILDO APARECIDO DA SILVA

www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:1759F8E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
ADITIVO VALOR PR 46/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
2° Termo aditivo do contrato nº.314/2025, decorrente de Pregão n° 46/2025 de AQUISIÇÃO DE
FÓRMULAS INFANTIS E ALIMENTARES INDUSTRIALIZADAS PARA CRIANÇAS, IDOSOS E
PACIENTES EM ESTADO VEGETATIVO OU COM ALIMENTAÇÃO VIA SONDA GÁSTRICA OU
ENTERAL, OU COM COMPROMETIMENTO DE FUNCIONAMENTO DO SISTEMA RENAL, OU
OUTRA DEMANDA APRESENTADA, MEDIANTE PRESCRIÇÃO MÉDICA OU DE NUTRICIONISTA,
ATENDIDOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D`OESTE,
EM CUMPRIMENTO A LEI MUNICIPAL Nº120/2017, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE
DIAMANTE D'OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa CLAUDETE DOS SANTOS POSSAMAI & CIA LTDA - ME
, inscrita no CNPJ sob nº. 11.327.892/0001-56, com sede no endereço RUA IRMãO CIRILO, 1790,
CENTRO, MINIGUAçU FRANCISCO BELTRÃO-PR neste ato representada por CLAUDETE DOS
SANTOS POSSAMAI, portador do RG n° 7.628.548-9, portador do CPF sob n° 031.204.649-96,
acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro) na importância
de R$ 722,84 (setecentos e vinte e dois reais e oitenta e quatro centavos) , corresponde ao
acréscimo de 0,0% com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº
314/2025, referente à licitação pregão eletrônico sob nº 46/2025, com base na lei 14.133/21, fazer
realinhamento de preço dos itens do contrato, aumento de 4,44%, aplicando índice IPCA/IBGE;
sendo aumento global do contrato de R$ 722,84 (setecentos e vinte e dois reais e oitenta e quatro
centavos).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
www.elotech.com.br
TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
CONTRATANTE CONTRATADA
CLAUDETE DOS SANTOS POSSAMAI & CIA LTDA -
ME
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE
D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:113.278.920-00156
CLAUDETE DOS SANTOS POSSAMAI
PREFEITO MUNICIPAL RG:7.628.548-9
CPF:031.204.649-96

DIAMANTE DO OESTE 11 de agosto de 2026.

Representante Legal

AMARILDO APARECIDO DA SILVA

www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:001D676D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº 052/2026
DATA: 11/08/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, no usode suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 1530/2025 de 05/02/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao Sr.º RAFAEL CANAN inscrito sob a matrícula nº459878-7 e CPF nº 099.***.***-33, ocupante do cargo efetivo de Assistente de ServiçosGerais, ligado à Secretaria Municipal de Saúde, uma (01) diária (valor unitário: R$450,00/valor total: R$ 450,00) para o dia 04 de agosto de 2026, em decorrência deviagem a cidade de Londrina – PR. O Srº. Rafael foi buscar a paciente R****** N****R********* que se encontrava de alta hospitalar do Hospital Vida Nova. Transporte:Ônix, placa SFE-5A62.
Art 2º - Este ato de concessão entra em vigor na data de sua publicação,revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 11 de agosto de 2025.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:4824FDCC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS
ATO Nº 054/2026
DATA: 11/08/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, no uso
de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 1530/2025 de 05/02/2025.

RESOLVE:

Art 1º - CONCEDER ao Sr.º IVO JOSÉ FERNANDES inscrito sob a matrícula nº

461009-1 e CPF nº 023.199.219-07, ocupante do cargo efetivo de Motorista de
veículos leves, ligado à Secretaria Municipal de Saúde, uma (01) diária (valor unitário:
R$ 450,00/valor total: R$ 450,00), para o dia 04 de agosto de 2026, em decorrência de
viagem a Piraquara – PR. O Sr.º IVO JOSÉ foi buscar o paciente J*** P**** S***** V**
que se encontrava de alta hospitalar do Hospital San Julian.
Transporte: Argo, Placa: uav-2J86.
Art 2º - Este ato de concessão entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 11 de agosto de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:A1E9A105

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS
ATO Nº 053/2026
DATA: 11/08/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, no uso
de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 1530/2025 de 05/02/2025.
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a Sr. ª ADRIANA DOS SANTOS RODRIGUES, inscrito(a)
sobre a matricula nº 459857-0, ocupante do cargo efetivo Cuidadora Social, ligado(a)
à Secretaria Municipal de Assistência Social, duas (02) diária (valor unitário: R$
450,00/valor total: R$ 900,00) para os dias 06 e 07 de agosto de 2026, em decorrência
de viagem até a cidade de Curitiba - PR. A Sr.ª Adriana participou do curso
Capacitação Ação Educacional Operacional SIBEC 2026, ministrada pela Universidade
CAIXA. Transporte: Ônibus.
Art. 2º - CONCEDER a Sr.ª DIANN MICHELLY RODRIGUES DOS SANTOS,
inscrito(a) sobre a matricula nº 459861-5, ocupante do cargo efetivo de Cuidadora
Social, ligado(a) à Secretaria Municipal de Assistência Social, duas (02) diária (valor
unitário: R$ 450,00/valor total: R$ 900,00) para os dias 06 e 07 de agosto de 2026, em
decorrência de viagem até a cidade de Curitiba - PR. A Sr.ª Diann participou do curso
Capacitação Ação Educacional Operacional SIBEC 2026, ministrada pela Universidade
CAIXA. Transporte: Ônibus.
Art. 3º - Este ato de concessão entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 11 de agosto de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:25205926

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
DECRETO Nº 3565/26

DECRETO Nº 3565/26
DATA: 11/08/2026

Súmula: Nomeia servidora para exercer cargo de provimen to em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante do Sul, Estado do Paraná, no uso de
suas atribuições legais,
RESOLVE
Art.1º Nomear a Senhora Julia Roberta
Lourenço, RG 13.260.707-9, para exercer cargo em comissão de Chefe de
Divisão de Ações à Juventude, Símbolo CC-3, lotada no Departamento de Saúde,
ficando nomeada a partir desta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante do Sul, em 11 de agosto de 2026
.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:EFD27C6C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 517/2026

O Prefeito Municipal de Diamante do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico nº 18/2026, cujo objeto consiste no **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento parcelado de materiais de expediente, papelaria, materiais escolares, materiais para escritório e demais itens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais do Município de Diamante do Sul/PR**, resolve **ADJUDICAR E HOMOLOGAR** o resultado do certame em favor das seguintes empresas:

TOP NET DIAMANTE LTDA, inscrita no CNPJ nº **12.077.986/0001-87**, pelo valor total de **R$ 125.124,68 (cento e vinte e cinco mil, cento e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos)**.

DISTRIBUIDORA PINGO DE GENTE LTDA, inscrita no CNPJ nº **78.446.853/0001-49**, pelo valor total de **R$ 75.717,25 (setenta e cinco mil, setecentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos)**, conforme valores constantes da proposta apresentada.

DAMAZIO LICITAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº **41.730.450/0001-17**, pelo valor total de **R$ 124.262,51 (cento e vinte e quatro mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e um centavos)**.

O **valor total homologado do certame é de R$ 325.104,44 (trezentos e vinte e cinco mil, cento e quatro reais e quarenta e quatro centavos).**

Fica autorizada a adoção das providências necessárias à formalização das respectivas Atas de Registro de Preços, nos termos do Edital e da legislação vigente.

Diamante do Sul/PR, 11 de agosto de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 517/2026
Contratante: Município de Diamante do Sul, Estado do Paraná.
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento parcelado de materiais de expediente, papelaria, materiais escolares, materiais para escritório e demais itens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais do Município de Diamante do Sul/PR.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2026
Detentora: DAMAZIO LICITAÇÕES E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 41.730.450/0001-17
Valor: R$ 124.262,51 (cento e vinte e quatro mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e um centavos).
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2026
Detentora: TOP NET DIAMANTE LTDA
CNPJ: 12.077.986/0001-87
Valor: R$ 125.124,68 (cento e vinte e cinco mil, cento e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos).
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2026
Detentora: DISTRIBUIDORA PINGO DE GENTE LTDA
CNPJ: 78.446.853/0001-49
Valor: R$ 75.717,25 (setenta e cinco mil, setecentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos).
Valor total registrado: R$ 325.104,44 (trezentos e vinte e cinco mil, cento e quatro reais e quarenta e quatro centavos).
Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura das respectivas Atas de Registro de Preços.
Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.
Diamante do Sul/PR, 11 de agosto de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:C76D999D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS
DECRETO N.º 017/2026

Juarez Alberton, Presidente da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 41, inciso IV, do Regimento Interno, e ainda:
a) considerando que o Vereador Edimarcos Bonis Dal Agnol apresentou renúncia à condição de membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, por meio do Ofício n.º 051/2026, protocolado em 10 de agosto de 2026;
b) considerando que o referido afastamento gerou vacância na Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
c) considerando a necessidade de dar prosseguimento aos trâmites regimentais das proposições em tramitação nesta Casa de Leis;

D E C R E T A

Art. 1º Fica designada a Vereadora **Aline da Silva Lima Constantino** como membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10 de agosto de 2026.

Sala da Presidência, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JUAREZ ALBERTON
Presidente

Publicado por:
Fabiana Luisa Krudycz
Código Identificador:6BCC02CF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 0002/2026

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 0002/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação, conforme segue:

MODALIDADE: CONCORRENCIA ELETRONICA nº 0002/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DE CONCLUSÃO DA OBRA DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL BARRA DO TIGRE, LOCALIZADA NA PR-340 | ESTRADA DO LAJEADO, S/Nº, MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES/PR, MEDIANTE FORNECIMENTO INTEGRAL DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO ESTUDO TECNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERENCIA.

VALOR MÁXIMO: R$ 206.471,55(DUZENTOS E SEIS MIL QUATROCENTOS E SETENTA E UM REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 28/08/2026 às 09h:00m.

ANALISE DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE DISPUTA: dia 28/08/2026 a partir das 09h:05m.

LOCAL: Site: https://www.bll.org.br./ Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL.
Para todas as referências de tempo será observado horário de Brasília (DF).

MODO DE DISPUTA: ABERTO

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Poderá ser obtido junto a Superintendência de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, sito a Rua Olívio Gabriel de Oliveira, 10, Centro, das 08h00minh às 16h00minh. O edital completo encontra-se disponível no endereço eletrônico www.doutorulysses.pr.gov.br no link licitações.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses/PR, 11 de agosto de 2026.

HELISSON PATRICK BESTEL
Pregoeiro

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:F0BABB68

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 249/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTARABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 249/2026 de 10/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 116.486,83 (cento e dezesseis mil quatrocentos e oitenta e seis reais e oitenta e três centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
05.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
05.003.04.122.0001.2.007.		Manutenção do Departamento de Administração	
606 - 3.3.90.93.00.00	11068	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	116.486,83
		Total Suplementação:	**116.486,83**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.3.2.1.01.11.01.00000000	Fonte: 11068	2.482,88
Receita:1.7.2.9.99.01.01.00000000	Fonte: 11068	114.003,95
	Total da Receita:	**116.486,83**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 10 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:7B8D4B1D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº248/2026 EXONERAR A PEDIDO A SENHORA DIANA MIRELA TRIZOTI.

DECRETO Nº248/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o pedido apresentado pela servidora;
DECRETA

Artigo 1º – EXONERAR a pedido a senhora **DIANA MIRELA TRIZOTI,** portadora do CPF/MF nº 129.xxx.xxx-31, do cargo temporário de MONITOR ESCOLAR.

Artigo 2° - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 07 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:7AEF938E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0040/2026.
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N°0015/2026.

ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0040/2026.

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N°0015/2026.

Onde-se lê: LOCAÇÃO DE 10 (DEZ) VEÍCULOS AUTOMOTORES, TIPO HATCH OU SEDAN, ANO/MODELO 2025, COM SEGURO TOTAL, FRANQUIA INCLUSA, QUILOMETRAGEM LIVRE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, E ADESIVAGEM/PLOTAGEM INCLUSOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO PNEUS DA ADMINISTRAÇÃO NECESSIDADES MUNICIPAIS, SENDO DA O COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATANTE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Leia-se: LOCAÇÃO DE 10 (DEZ) VEÍCULOS AUTOMOTORES, TIPO HATCH OU SEDAN, ANO/MODELO 2025, COM SEGURO TOTAL, FRANQUIA INCLUSA, QUILOMETRAGEM LIVRE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PNEUS E ADESIVAGEM/PLOTAGEM INCLUSOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, SENDO O COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATANTE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

CONTRATADA: **P J R MULTISERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o numero 27.104.616/0001-69, situada no endereço Rua Professor Celestino Santos, n°21, cep 69027040, Bairro São Raimundo, Cidade Manaus, Estado de Amazonas.

VALOR TOTAL: R$ 499.639,20(quatrocentos e noventa e nove mil seiscentos e trinta e nove reais e vinte centavos).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES

Doutor Ulysses/PR, 11 de Agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:A3AAAF36

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA Nº 007/2026 CORRIGE O CONTIDO NO DECRETO 0138, PUBLICADO NO DIA 07/05/2026, NA EDIÇÃO 3524 DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ;

ERRATA Nº 007/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, os erros de digitação identificados em alguns atos oficiais do município, os quais já foram devidamente publicados, apresenta o presente documento com o fim de apresentar os dados corretos;

Art. 1º Corrige o contido *no Decreto 0138*, publicado no dia 07/05/2026, na edição 3524 do *Diário Oficial dos Municípios do Paraná;*

Onde se lê:
06 de Maio de 2026

Leia-se:
05 de maio de 2026

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 06 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTELJUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:3F1CF187

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA Nº 008/2026 CORRIGE O CONTIDO NO DECRETO 0215/2026, PUBLICADO NO DIA 07/07/2026, NA EDIÇÃO 3567 DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ;

ERRATA Nº 008/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, os erros de digitação identificados em alguns atos oficiais do município, os quais já foram devidamente publicados, apresenta o presente documento com o fim de apresentar os dados corretos;

Corrige o contido no *DECRETO **0215/2026***, publicado no dia 07/07/2026, na edição 3567 do *Diário Oficial dos Municípios do Paraná;*

Onde se lê: 06 DE JUNHO DE 2026.

Leia-se:
06 DE JULHO DE 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 07 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:CC6F479B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 086/2026 CONCEDER AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) DIAS A PARTIR DA DATA DE 21 DE JULHO DE 2026 À SERVIDORA JULIANE DE FATIMA MARTINS DA COSTA PASSOS SCHEFFER,

PORTARIA Nº. 0086/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, o Atestado Médico;

RESOLVE

Art. 1° - CONCEDER afastamento por auxilio doença pelo período de 60 (sessenta) dias a partir da data de 21 de julho de 2026 à servidora JULIANE DE FATIMA MARTINS DA COSTA PASSOS SCHEFFER, portadora do CPF/MF n° 080.xxx.xxx-18, servidora Estatutária, admitida em 01/04/2014 no cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM;

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor com efeito retroativo à data de 21 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 11 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:F67ABCC5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N°001/2025
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 035/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N°001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 035/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, convoca os candidatos para comparecer no Departamento de Recursos Humanos conforme o edital de regulamentação do Processo Seletivo Simplificado n°001/2025, no prazo de 05 (cinco) dias úteis impreterivelmente, conforme discriminação abaixo:

NOME	Nº de Insc.	CARGO
YASMIN NAIZAR MACHADO	80	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
ALLISON MICAEL DA SILVA SCHELEIDER	367	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
JAIANE FELEX DA SILVA	148	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
FLAVIA MARIA MERE	208	PROFESSOR
ARLETE DE JESUS DOS SANTOS CARNEIRO	263	PROFESSOR
MARCIA LAIS CRISSI DE PAULA	281	PROFESSOR
SILMARA DE FATIMA CORREA	330	PROFESSOR

O não comparecimento no prazo fixado, sem justa justificativa, implicará na eliminação do candidato, sendo compreendido como desistente.
Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, 11 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:B83E5DD2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N° 004/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 01/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS N° 004/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 01/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, convoca os candidatos para comparecer no Departamento de Recursos Humanos conforme o edital de regulamentação do Processo Seletivo Simplificado n°004/2026, no prazo de 05 (cinco) dias úteis impreterivelmente, conforme discriminação abaixo:

NOME	Nº de Insc.	CARGO
NATHAN JORGE RIBEIRO	20	MOTORISTA CATEGORIA "B"
IMAR DOS SANTOS	09	MOTORISTA CATEGORIA "B"
BRUNO ROSA FERREIRA	36	MOTORISTA CATEGORIA "B" COTA RACIAL
JACIARA DO ROCIO DONATO BRAINE	35	ENFERMEIRO ESF
ILOYZI CHAMBERLAIN	11	ENFERMEIRO ESF
DOUGLAS RENAN HILLMANN	43	MOTORISTA DE CAMINHÃO
NEREU SCHEFFER	02	MOTORISTA DE CAMINHÃO

O não comparecimento no prazo fixado, sem justa justificativa, implicará na eliminação do candidato, sendo compreendido como desistente.

Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, 11 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:B8CF9E0E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO - LUCIMARA VELOSO DE ALMEIDA SOUZA.

TERMO DE RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Pelo presente instrumento que fazem parte entre si, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES**, pessoa jurídica de direito público, devidamente cadastrada na Receita Federal do Brasil, sob CNPJ n° 95.422.911/0001-13, sediada a Rua Olívio Gabriel de Oliveira, n° 10, Centro, CEP 83590-000, Doutor Ulysses, Estado do Paraná, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado **LUCIMARA VELOSO DE ALMEIDA SOUZA,** brasileira, casada, portador da cédula de identidade RG n°9.XXX.XXX-3 SSP/PR e do CPF/MF n°042.XXX.XXX-66, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, firmam o que se segue:
Cláusula Primeira - Fica renovado o contrato de trabalho por prazo determinado firmado na data de 04/08/2025 por mais um ano, conforme disposto na CLT;
Cláusula Segunda - Com a presente renovação, prorrogam-se todas as cláusulas e condições estipuladas no contrato ora renovado;
Cláusula Terceira – E por ser de plena vontade das partes, mandaram lavrar o presente documento que abaixo assinam na presença de duas testemunhas.

Doutor Ulysses – Pr, 03 de agosto de 2026.

_____
CONTRATANTE

_____
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____
NOME:
RG:

_____
NOME:
RG:

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:9DE8110E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
2º AVISO RETIFICADOR EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 011/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 104/2026

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a retificação da licitação em epígrafe, conforme abaixo:
Objeto: Credenciamento de Pessoas Jurídicas especializadas na prestação de serviços educacionais, culturais e artísticos, para execução de oficinas de ballet, dança, teoria musical e prática vocal voltadas à formação de corais e demais atividades correlatas, mediante disponibilização de profissionais tecnicamente qualificados.
Considerando que, no aviso retificador anteriormente publicado, foi estabelecida a data de início do credenciamento sem a observância de período adequado de publicidade prévia das alterações promovidas no Termo de Referência, **por equívoco na definição da data para início do recebimento dos pedidos de credenciamento**, o Município de Fernandes Pinheiro promove a presente retificação, a fim de assegurar maior publicidade, transparência e conhecimento das condições atualizadas do edital aos potenciais interessados, **serão efetuadas as correções necessárias, ficando assim informado:**

TIPO: Chamamento Público/Credenciamento
CREDENCIAMENTO: Aberto a partir do dia 02 de setembro de 2026
PROTOCOLO DOS DOCUMENTOS: Sede da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro/PR
ENDEREÇO: Avenida Remis João Loss, 600, Centro, CEP: 84535-000

DISPOSIÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital e seus anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro/PR, www.fernandespinheiro.pr.gov.br, no Portal Transparência deste Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro- Paraná
Departamento de Compras e Licitações
Telefone: 42 3570-0106
Av. Remis João Loss, 600
Fernandes Pinheiro – Paraná - CEP: 84.535-000

Fernandes Pinheiro, 11 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:99E1EEC0

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 060/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ: 01.619.323/0001-20

CONTRATADO: CHOMA COMERCIAL LTDA
CNPJ: 78.144.391/0001-05

OBJETO: Aquisição de cortinas e varões e respectivos, destinados ao atendimento das necessidades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e do Clube de Mães, visando proporcionar adequação, privacidade, conforto e melhores condições de utilização dos ambientes.

VALOR TOTAL: R$ 970,61 (novecentos e setenta reais e sessenta e um centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 5 dias

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamento pelo Decreto municipal Nº 208/2024.

Fernandes Pinheiro,11 de agosto de 2026

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:E8136B6E

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2026

*****LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP*****

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica aos interessados que o Pregão, na forma Eletrônica para Registro de Preços nº 053/2026, encontra-se **SUSPENSO**, por necessidade de alterações no processo licitatório.

DO OBJETO: Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), acondicionado em botijões P13 e P45, com fornecimento parcelado, destinado ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais do Município de Fernandes Pinheiro/PR.

A suspensão ocorre em razão da necessidade de revisão e adequação dos documentos que integram o processo licitatório, ficando suspensa a sessão pública anteriormente prevista.
A nova data para o recebimento das propostas e realização da sessão pública será divulgada oportunamente, mediante nova publicação, pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do certame, observados os prazos legais aplicáveis.
Informações:
Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro
Departamento de Compras e Licitações
Av. Remis João Loss, 600, Centro.
Fernandes Pinheiro – Paraná
CEP: 84.535-000
O edital e demais informações serão disponibilizados no site da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e também no site oficial do Município.

Fernandes Pinheiro, 11 de agosto de 2026.

GABRIEL EDUARDO RODRIGUES
Agente de Contratação
Portaria 112/2026

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:1D603C64

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 209/2026

Súmula: Admissão de empregada pública - Regiane Aparecida de Jesus

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, e
Considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado 01/2026 e edital de convocação n° 36/2026,

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitida REGIANE APARECIDA DE JESUS, inscrita no CPF sob n° 083.***.***-32, *para a função temporária de Professor* PSS, *a partir de 10/08/2026.*
Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 10 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:A0F26CCD

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 210/2026

Súmula: Admissão de empregada pública -Paula Izabella Chagas

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, e
Considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado 01/2026 e edital de convocação n° 37/2026,

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitida PAULA IZABELLA CHAGAS, inscrita no CPF sob n° 083.***.***-64, *para a função temporária de Professor* PSS, *a partir de 11/08/2026.*

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 10 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:C2234923

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 211/2026

Súmula: "Torna estável Servidora Pública Municipal e concede Progressão Funcional Horizontal"

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município e com fulcro nas Lei Municipal nº 722/2019, Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fernandes Pinheiro, e n° 834/2023, Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Profissional do Magistério do Município de Fernandes Pinheiro,

DECRETA:

Art.1º - Torna-se estável a servidora **EDINA PADILHA DE LIMA**, matrícula **876-2**, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR**, por ter sido aprovado na análise do estágio probatório, durante o período 20/07/2023 a 19/07/2026.
Art. 2º - Fica concedido Progressão Funcional Horizontal, nos termos do artigo 24 da Lei Municipal 834/2023, Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Profissional do Magistério do Município de Fernandes Pinheiro, passando sua referência para "II" a partir de 01/08/2026.
Art. 3°- Este decreto entra em vigor nesta data, com efeitos financeiros a partir de 01/08/2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 10 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:343AD908

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EDITAL N° 041/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E POSSE

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Homologação do Resultado final do Processo Seletivo Simplificado 01/2025;

RESOLVE
Convocar os candidatos abaixo relacionado, para que compareçam no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, PR, situado na Avenida Remis João Loss, n° 600, Centro, até o dia 14/08/2026, das 09h às 17h, munido da documentação a que se refere o item 10.3 do edital de abertura n° 01/2025, descritos no anexo único do presente edital:
CARGO: INSPETOR DE ALUNOS

Classificação	Nome	NOTA
10º	Rayre Aparecida Samantha Silveira	30,5
11º	Kamily Eduarda da Silva Lima	30,5

O não comparecimento no prazo previsto em edital de convocação, ou a não entrega de algum documento caracterizará eliminação do processo.

Fernandes Pinheiro, 10 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Anexo único- Edital n° 41/2025- PSS n° 01/2025
Para contratação o candidato deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 1 foto 3x4(recente);
- RG (cópia simples)
- CPF(cópia simples);
- CNH
- Título de Eleitor(cópia simples);
- Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo link <https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral>.
- Certidão de Nascimento(cópia simples), OU;
- Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável (cópia simples) e documentos do conjuguê(CPF e RG), OU;
- Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo(cópia simples), OU:
- Certidão de Casamento com averbação de divórcio se divorciado(cópia simples);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos que contenha o número do CPF e/ou RG e CPF(cópia simples);
-Comprovante de Residência atual(cópia simples);
- Cópia da CTPS se tiver modelo físico (1° e 2° páginas)
- Comprovante inscrição do PIS/PASEP , o qual poderá ser obtido através de cópia da carteira de trabalho, ou site do INSS, ou ainda junto a Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil.
- Comprovante de Escolaridade(cópia simples), sendo obrigatório Diploma mais Histórico Escolar.
- Carteira de Reservista ou Certidão de Quitação com o Serviço Militar(cópia simples);
- Certidão de antecedentes criminais da JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL, sendo a estadual emitida pelo link < https://www.atestados.pr.gov.br/info/aac> e a federal < https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>, expedida no máximo nos últimos 180 (cento e oitenta) dias antes da admissão;
OU, Certidão negativa de antecedentes criminais para fins cíveis emitida por cartórios distribuidores ou cartórios criminais e Varas de Execução Penal (se houver) das cidades nas quais o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida no máximo nos últimos 180 (cento e oitenta) dias antes da posse;
- Atestado de saúde ocupacional, emitido nos últimos 30 dias, que comprove aptidão física e mental para o cargo pretendido, modelo em anexo ,conforme edital de abertura é de responsabilidade do candidato a obtenção e entrega do mesmo (modelo em anexo).
- Declaração de Bens e Valores (declaração de Imposto de Renda), caso o convocado seja isento da entrega poderá apresentar declaração de bens autodeclaratória, conforme modelo em anexo.
- Declaração de não acúmulo de cargos (modelo em anexo).
- Declaração de recebimento ou não de proventos de inatividade (modelo em anexo);
O não comparecimento no prazo previsto em edital de convocação, ou a não entrega de algum documento caracterizará eliminação do processo. Todos os documentos deverao ser entregues de forma física.
Após a entrega da documentação, será entregue, pelo Departamento de Recursos Humanos, carta para abertura de conta salário, que deverá ser Caixa Econômica Federal, ag 0390, essa abertura deverá ser realizada posteriormente a entrega da documentação.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

TERMO DE DESISTÊNCIA

Considerando que fui convocado(a) para ocupar a vaga disponível no PSS 01/2025 , para contratação na função temporária Cargo_venho pelo presente declarar que não tenho interesse no momento em assumi-la e cedo minha vaga ao próximo da lista de classificados.

Data: Nome: Assinatura: _____

DECLARAÇÃO ACÚMULO OU NÃO DE CARGO/EMPREGO

Eu _____, portador (a) do RG nº _____ e CPF nº _____, declaro, para investidura no cargo de _____, do quadro de emprego público da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro.
( ) Não exerço nenhum cargo público (função ou emprego em Entidades Federais. Estaduais ou Municipais), bem como Autarquias, Empresas Públicas ou de Economia Mista e em Fundações Públicas.
( ) Exerço o (s) cargos (s) público (s), função (es) ou emprego (s) abaixo:
_____cuja jornada de trabalho é de _____horas semanais, das____as_____, junto a_____.
Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas abaixo transcritas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal durante o exercício do cargo para o qual ingressarei.

Fernandes Pinheiro, _____ de _____de 2026.
_____
Declarante

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO, OU NÃO, DE PROVENTOS DE INATIVIDADE

_____, portador (a) do RG nº _____ e CPF nº _____, declaro, para investidura no cargo de _____, do quadro da (o) Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, que:

( ) Não percebo proventos de inatividade, seja pela União, pelos Estados ou pelos Municípios.
( ) Percebo proventos de inatividade na(s) seguinte(s) esfera(s): _____.
Por ser verdade, assino a presente declaração, para fins de validade.

Fernandes Pinheiro, _____ de _____de 2026.
_____
Declarante

ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Nome:

RG UF: CPF:
Data de Nascimento:__/__/__ Sexo:_

Função Pretendida:

PARECER MÉDICO EXAMINADOR

Atesto que o candidato acima descrito foi submetido a Exame Médico e encontra-se:
( ) APTO para exercer a função de_, gozando de plena saúde física mental.
( ) INAPTO para exercer a função de_.

Local: Data:__/__/2026

_
Médico Examinador Assinatura e Carimbo

Para preenchimento do candidato na data de sua contratação

Eu,_ _ _, RG: _ _
Declaro que nesta data de início do meu contrato de trabalho pelo regime especial permaneço em plenas condições de saúde física e mental para desempenhar as atribuições da função para a qual estou sendo contratado.
Local e data:_, ___de_de_.

Asssinatura do candidato___

DECLARAÇÃO DE BENS

Servidor: _____
Telefone: (___)_____
E-mail: _____

Em atendimento a Recomendação Administrativa nº 169/2020 do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná e a Lei nº 12.846/2013 ainda o Decreto Municipal n 099/2020, Declaro:

( ) Não possuo bens ou valores a serem informados;

( ) Possuo os bens ou valores constantes da cópia da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física anexa;
( ) Possuo os bens ou valores constantes da relação abaixo:

Obs. Tipo de bem: Imóvel (terreno, apartamento, casa, loja, outros), Veículo, Embarcação, Dinheiro, Valor em conta bancária, Títulos, Ações e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais localizados no País ou no exterior.

BENS	VALOR

Declaro que as informações prestadas são verdadeiras e assumo a inteira responsabilidade pelas mesmas,

Fernandes Pinheiro, de de .

_____
Assinatura

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:2A6E4D2C

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 110/2026

Súmula: Concede licença para tratamento de saúde a servidora Silvia Daiane Scepanski

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente embasado nas Leis n° 722/2019 e 734/2020, e em conformidade com atestado médico e o laudo médico pericial, emitido em 16/01/2026;

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER 10 dias, no período compreendido entre 05/08/2026 a 14/08/2026, de LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora SILVIA DAIANE SCEPANSKI, matrícula 869-1, ocupante do cargo efetivo de MERENDEIRA.
Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
em 05 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:9E8B36B6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DECRETO N.º 005/2026

DECRETO N.º 005/2026

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS) NO ORÇAMENTO CORRENTE DA CÂMARA

DE VEREADORES DE FLOR DA SERRA DO SUL/PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Art.1º-Fica o Poder Legislativo autorizada a realizar abertura de crédito adicional suplementar no orçamento corrente no seguinte crédito orçamentário:

Unidade Gestora: Câmara de Vereadores de Flor da Serra do Sul	
1001 CÂMARA MUNICIPAL	
1001.1 Legislativa	
1001.1.31 Ação Legislativa	
1001.1.31.1 Processo Legislativo	
1001.1.31.1.2.1 Legislar e Fiscalizar os Atos da Administração	
4.4.90.51 Obras e Instalações	R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).
Total	**R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).**

Art. 2° - Servirá de cobertura para a abertura de crédito de que trata o art. 1° no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), a redução dos seguintes créditos orçamentários:

3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	**R$ 30.000,00 (Trinta Mil reais).**
4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente	**R$ 30.000,00 (Trinta Mil reais).**
Total	**R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).**

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, entrando o presente Decreto em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul/PR, 11 de Agosto de 2026.

JUNIOR BERNO
Presidente

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:2E456D6E

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM N.º 12/2026

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM N.º 12/2026
Nome: Francieli Regina Caus Stahlschmidt
CPF: 076.***.***-20
Função: Controle Interno
Período do Deslocamento: 13/08/2026 e 14/08/2026
Itinerário: ( ) Curitiba e Região Metropolitana (x) Interior do Paraná ( ) Outros Estados

	Município/Estado	Data	Horário
Saída	FLOR DA SERRA DO SUL	13/08/2026	07h30
Chegada	FLOR DA SERRA DO SUL	13/08/2026	18h00
Saída	FLOR DA SERRA DO SUL	14/08/2026	07h30
Chegada	FLOR DA SERRA DO SUL	14/08/2026	13h00

Distância da Sede: 85 KM
Motivo do Deslocamento: Participar do curso "**PROLEGIS – Governança e Desempenho nas Câmaras Municipais**", que será realizado nos dias 13 e 14 de agosto, em Francisco Beltrão. O evento abordará temas essenciais para o fortalecimento do Poder Legislativo

Municipal, como governança, fiscalização, prestação de contas, transparência, emendas parlamentares e sistema remuneratório.
Quantidade de Diárias: Meia
Valor: R$ 283,78
Forma de Deslocamento:
( ) Ônibus
( ) Avião
( ) Carro Oficial – ( ) Com Motorista ( ) Sem Motorista
Previsão de Quilometragem para Combustível: _____
Valor para Combustível: _____

Flor da Serra do Sul/PR, 11/08/2026.

___
FRANCIELI REGINA CAUS STAHLSCHMIDT

Nos termos do Artigo 2º, da Resolução nº 03/2019, AUTORIZO a presente solicitação de viagem.

Flor da Serra do Sul/PR, 11/08/2026.

_____
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:6DA22EF8

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM N.º 13/2026

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM N.º 13/2026

Nome: Franciane de Souza Andreghetto Pimentel
CPF: 045.***.***-62
Função: Assessora Jurídica
Período do Deslocamento: 13/08/2026 e 14/08/2026
Itinerário: ( ) Curitiba e Região Metropolitana (x) Interior do Paraná ( ) Outros Estados

	Município/Estado	Data	Horário
Saída	FLOR DA SERRA DO SUL	13/08/2026	07h30
Chegada	FLOR DA SERRA DO SUL	13/08/2026	18h00
Saída	FLOR DA SERRA DO SUL	14/08/2026	07h30
Chegada	FLOR DA SERRA DO SUL	14/08/2026	13h00

Distância da Sede: 85 KM
Motivo do Deslocamento:
Participar do curso "**PROLEGIS – Governança e Desempenho nas Câmaras Municipais**", que será realizado nos dias 13 e 14 de agosto, em Francisco Beltrão. O evento abordará temas essenciais para o fortalecimento do Poder Legislativo Municipal, como governança, fiscalização, prestação de contas, transparência, emendas parlamentares e sistema remuneratório.

Quantidade de Diárias:
Meia Valor: R$ 283,78

Forma de Deslocamento:
( ) Ônibus ( ) Avião
( ) Carro Oficial – ( ) Com Motorista ( ) Sem Motorista
Previsão de Quilometragem para Combustível:____
Valor para Combustível:____

Flor da Serra do Sul/PR, 11/08/2026.

FRANCIANE DE SOUZA ANDREGHETTO PIMENTEL

Nos termos do Artigo 2º, da Resolução nº 03/2019, AUTORIZO a presente solicitação de viagem.

Flor da Serra do Sul/PR, 11/08/2026.

____
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:122E909D

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM N.º 15/2026

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM N.º 15/2026

Nome: Junior Berno CPF: 042.***.***-30
Função: Presidente da Câmara
Período do Deslocamento: 13/08/2026 e 14/08/2026
Itinerário: ( ) Curitiba e Região Metropolitana (x) Interior do Paraná ( ) Outros Estados

	Município/Estado	Data	Horário
Saída	FLOR DA SERRA DO SUL	13/08/2026	07h30
Chegada	FLOR DA SERRA DO SUL	13/08/2026	18h00
Saída	FLOR DA SERRA DO SUL	14/08/2026	07h30
Chegada	FLOR DA SERRA DO SUL	14/08/2026	13h00

Distância da Sede: 85 KM Motivo do Deslocamento:
Participar do curso "**PROLEGIS – Governança e Desempenho nas Câmaras Municipais**", que será realizado nos dias 13 e 14 de agosto, em Francisco Beltrão. O evento abordará temas essenciais para o fortalecimento do Poder Legislativo Municipal, como governança, fiscalização, prestação de contas, transparência, emendas parlamentares e sistema remuneratório.

Quantidade de Diárias: Meia Valor: R$ 283,78
Forma de Deslocamento:
( ) Ônibus ( ) Avião
( ) Carro Oficial – ( ) Com Motorista ( ) Sem Motorista
Previsão de Quilometragem para Combustível: Valor para Combustível:

Flor da Serra do Sul/PR, 11/08/2026.

JUNIOR BERNO

Nos termos do Artigo 2º, da Resolução nº 03/2019, AUTORIZO a presente solicitação de viagem.

Flor da Serra do Sul/PR, 11/08/2026.

Vice-Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:F43898E5

RH
EDITAL 104 RESULTADO DA CONVOCAÇÃO 103/2026 PSS 03/2024

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PSS N° 03/2024

EDITAL Nº 104/2026 – RESULTADO DAS CONVOCAÇÕES

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais com fundamento no art. 37, IX, da Constituição Federal, Lei orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 899/2024 e demais disposições atinentes à matéria, RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º - O resultado da convocação através do Edital Nº 103/2026, conforme segue:
Professor 20 Horas PSS:

NOME	NOTA FINAL	CLASS.	SITUAÇÃO
Edionéia Cristina Celante	4.00	37° (Final de Lista)	NÃO COMPARECEU

Art. 2º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - PR, em 11 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:30ADC852

RH
ERRATA DA PORTARIA 286/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
"ERRATA"

Retifica a Publicação da Portaria nº. 286 de 2026 de 31 de julho de 2026. Publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (AMP) no dia 03 de agosto de 2026, Pg 128, Edição Nº 3586 Considerando que na referida Publicação constou o nome incorreto, desta forma, **faz-se a correção:**

Onde Lê-se: Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO para a Servidora Pública Municipal, Sra. **ARILENE LUPATINI**.

Leia-se: Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO para a Servidora Pública Municipal, Sra. **MARILENE LUPATINI**.

Permanecem inalteradas as demais disposições;

Flor da Serra do Sul, 11 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:0CCFB78C

RH
PORTARIA 304/2026

PORTARIA Nº 304/2026

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. **ODIMAR CARRARO CLETIS DE MORAES**, inscrito no RG sob Nº 5384920- SSP-SC, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, para ocupar o Cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Finanças, Símbolo "CC2", a partir de 12 de agosto de 2026.

A**rt. 2º** - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 11 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:48C3C78E

RH
PORTARIA 305/2026

PORTARIA Nº 305/2026

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. **EDUARDA ISABEL PETRY**, inscrita no RG sob Nº 16.639.197-0 SESP-PR, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, para o Cargo em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO, Símbolo "CC2", a partir de 12 de agosto de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 11 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:115BE020

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratada: INOVA TRUCK
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção, reparo, calibração, substituição e regularização de velocímetros e tacógrafos, incluindo a emissão de certificados de verificação junto ao INMETRO.
Valor Total Contratação: R$ 6.054,00 (seis mil e cinquenta e quatro reais).
Vigência do contrato: Até 10/08/2027.

Flórida, 11 de agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:24E9DE29

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 54/2025-PMF

Pelo presente, de um lado o **MUNICÍPIO DE FLÓRIDA**, parte contratante, e de outro a empresa **ENERGY GREEN ENERGIA DO BRASIL LTDA**, parte contratada, ambos já qualificados no contrato administrativo em questão, estabelecem entre si o seguinte termo aditivo, resolvem, com fundamento no art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, firmar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do objeto do contrato administrativo n° 54/2025, pelo prazo de 90 (noventa) dias, **estendendo o prazo até 17 de novembro de 2026.**

Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato.

E para firmeza e como prova de assim haver entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Flórida, 10 de agosto de 2026.

De acordo:

Contratante
MUNICÍPIO DE FLÓRIDA

Contratada
ENERGY GREEN ENERGIA DO BRASIL LTDA

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:1C969E9F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 72/2025-PMF

Pelo presente, de um lado o **MUNICÍPIO DE FLÓRIDA**, parte contratante, e de outro a empresa **SCANDELAI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, parte contratada, ambos já qualificados no contrato administrativo em questão, estabelecem entre si o seguinte termo aditivo, resolvem, na forma da Lei nº 14.133/21, firmar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo tem por objetivo promover a redução contratual em razão da glosa de itens, com fundamento no art. 124, caput, i, "B" c/c o art. 125 da Lei Federal n° 14.133/2021.
Parágrafo Único. A redução de meta física diz respeito a glosa de itens. O valor total dos serviços reduzidos será de R$ 2.171,60 (dois mil cento e setenta e um reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente aditivo também tem por objetivo promover o aditivo do valor contratual em razão do acréscimo de serviços e materiais, com fundamento no art. 124, caput, i, "b" c/c o art. 125 da Lei Federal n° 14.133/2021.
Parágrafo Único. O aditivo diz respeito ao acréscimo de serviços e materiais. O valor total dos serviços acrescidos será de R$ 15.815,92 (quinze mil oitocentos e quinze reais e noventa e dois centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – Em razão da supressão e do acréscimo dos serviços fica atualizado o valor do contrato para R$ 337.537,56 (trezentos e trinta e sete mil quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos) o que representa um acréscimo acumulado de aproximadamente 11,25%.

Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Flórida, 11 de agosto de 2026.

De acordo:

Contratante
MUNICÍPIO DE FLÓRIDA

Contratada
SCANDELAI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:7EFB9071

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITACAO PREGAO ELETRONICO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 430/2026

O Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, comunica que realizará o **Pregão Eletrônico nº 030/2026**, do tipo menor preço por item, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO SEMENTES DE MILHO E INSUMOS: ADUBO NPK E UREIA GRANULADA, DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO AOS PEQUENOS AGRICULTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO, EM ATENDIMENTO ÀS AÇÕES DA POLÍTICA AGRÍCOLA MUNICIPAL",** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

Início de Recebimento das propostas: 13/08/2026 - 08h00min até 25/08/2026 as 08h29min.
Abertura e julgamento das propostas: 25/08/2026 - 08h30min até - 08h59min
Início da sessão de disputa de preços: 25/08/2026 às 09h00min.

O edital poderá ser obtido nos sítios eletrônicos https://bll.org.br ou www.fozdojordao.pr.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, na Divisão de Compras e Licitações - Rua Padre Emílio Barbiéri, nº 339, Centro, CEP 85.145-000, Foz do Jordão (PR). Contato: licitacao@fozdojordao.pr.gov.br.

Foz do Jordão, 11 de Agosto 2026.

ANDRESSA DA SILVA DE SOUZA
Agente de Contratação
Decreto nº 035/2025

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:67A86AAF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N.º 012/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE N.º 016/2026

GABINETE DO PRESIDENTE

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO de N.º 012/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO de N.º 016/2026
O Senhor Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RATIFICA o Ato de Inexigibilidade de Licitação n.º 012/2026** feito pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, quanto a resultado do Processo **Administrativo n.º 016/2026**, definindo pela contratação da empresa UNYFLEX - UNYGOV CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA, CNPJ n.º 55.930.096/0001-89, para a aquisição de 01 inscrição para o **SEMINÁRIO "GESTÃO DEMÍDIAS SOCIAISNO SETOR PÚBLICO - OPERAÇÃO, PUBLICIDADE E LGPD"**, a ser realizado nos dias 18, 19, 20 e 21 de AGOSTO de 2026, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com fundamento no inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, pelo valor de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

Acolhendo o resultado, determina a(o) Agente de Contratação e Equipe de Apoio que comunique ao licitante o resultado da mesma, convidando-o a fornecer o objeto da presente Licitação à Câmara Municipal de General Carneiro/PR, pelo valor acima especificado,

tornando a presente decisão de conhecimento público conforme determina a Legislação vigente.

A Contratação pretendida se efetivara mediante entrega dos serviços supramencionados desde que estejam de acordo com as especificações constantes da solicitação da contratação, oportunidade na qual se emitirá o respectivo empenho e o pagamento pelos serviços prestados será efetuado em parcela única em até 30 (trinta) dias após a entrega total dos bens e/ou a prestação dos serviços, com a emissão da nota fiscal, razão pela qual a contratação terá vigência de 30 dias a partir da autorização.

General Carneiro/PR, 11 de AGOSTO de 2026.

MELCHISEDEQUE DE OLIVEIRA MACHADO FILHO
Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro/PR.

Publicado por:
Alexsander Martendal
Código Identificador:348255B2

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N.º 013/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE N.º 017/2026

GABINETE DO PRESIDENTE

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO de N.º 013/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO de N.º 017/2026
O Senhor Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RATIFICA o Ato de Inexigibilidade de Licitação n.º 013/2026** feito pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, quanto a resultado do Processo **Administrativo n.º 017/2026**, definindo pela contratação da empresa UNYFLEX - UNYGOV CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA, CNPJ n.º 55.930.096/0001-89, para a aquisição de 01 inscrição para o curso **"PORTAL E LGPD E-SIC E OUVIDORIA - GUIA ATUALIZADO PARA MUNICÍPIOS"**, a ser realizado nos dias 18, 19, 20 e 21 de AGOSTO de 2026, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com fundamento no inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, pelo valor de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

Acolhendo o resultado, determina a(o) Agente de Contratação e Equipe de Apoio que comunique ao licitante o resultado da mesma, convidando-o a fornecer o objeto da presente Licitação à Câmara Municipal de General Carneiro/PR, pelo valor acima especificado, tornando a presente decisão de conhecimento público conforme determina a Legislação vigente.

A Contratação pretendida se efetivara mediante entrega dos serviços supramencionados desde que estejam de acordo com as especificações constantes da solicitação da contratação, oportunidade na qual se emitirá o respectivo empenho e o pagamento pelos serviços prestados será efetuado em parcela única em até 30 (trinta) dias após a entrega total dos bens e/ou a prestação dos serviços, com a emissão da nota fiscal, razão pela qual a contratação terá vigência de 30 dias a partir da autorização.

General Carneiro/PR, 11 de AGOSTO de 2026.

MELCHISEDEQUE DE OLIVEIRA MACHADO FILHO
Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro/PR.

Publicado por:
Alexsander Martendal
Código Identificador:E2975D5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação N° 132/2026
Pregão Eletrônico N° 050/2026

TIPO: MENOR PREÇO/ITEM

A Comissão Especial de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n°340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **31 de agosto de 2026, às 09h00min**, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° **050/2026** na modalidade Pregão Eletrônico.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bll.org.br e solicitações através do e-mail: licitação@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pontos de ônibus, destinados à instalação e substituição em diversos locais do Município de General Carneiro/PR, visando oferecer maior conforto, segurança e proteção aos usuários do transporte público

General Carneiro - PR, 11 de agosto de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:0518A08A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CHAMAMENTO PÚBLICO

EXTRATO CHAMAMENTO PÚBLICO

Chamamento Público n° **011/2026**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR
Credenciados:
14.395.643 LUIZ DANIEL LESSKIU – CPNJ: 14.395.643/0001-96

Objeto: **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, visando ao fornecimento parcelado e sob demanda de materiais de construção, materiais elétricos, hidráulicos, ferragens, tintas, ferramentas, agregados, artefatos de cimento, madeiras, materiais para cobertura, acabamentos e demais insumos correlatos, mediante aplicação de desconto sobre os preços constantes da Tabela SINAPI – Desonerada vigente, destinados à manutenção, conservação, recuperação, reforma, ampliação e execução de serviços nas diversas Secretarias do Município de General Carneiro – PR.**

Os documentos permanecerão disponíveis para consulta, respeitando-se os prazos legais para apresentação de **impugnações e recursos**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

KIMBERLY DE MOURA DA ROSA
Agente de Contratação

General Carneiro, 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:DDF590E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EDITAIS Nº 001/2024, Nº 002/2024 E Nº 003/2024 POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de General Carneiro, Estado do Paraná, em atendimento ao princípio da publicidade e para fins de instrução da prestação de contas da Política Nacional Aldir

Blanc de Fomento à Cultura - PNAB, instituída pela Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, torna públicos os resultados dos processos de seleção realizados no âmbito dos Editais nº 001/2024 - Premiação Cultural, nº 002/2024 - Fomento a Projetos Culturais e nº 003/2024
- Premiação Cultura Viva.
Integram a presente publicação, como anexos e parte do histórico dos procedimentos de seleção, os seguintes documentos:
Parecer Técnico nº 1/2024: resultado da Etapa 1 - Mérito, referente aos Editais nº 001/2024 e nº 002/2024;
Parecer Técnico nº 2/2024: resultado atualizado da Etapa 1 - Mérito, referente aos Editais nº 001/2024 e nº 002/2024;
Parecer Técnico nº 3/2024: resultado da Etapa 2 - Habilitação, contendo as relações finais dos Editais nº 001/2024 e nº 002/2024;
Termo de Retificação nº 1/2024: retificação do Edital nº 003/2024 - Cultura Viva;
Parecer Técnico nº 5/2024: resultado final das Etapas 1 e 2 do Edital nº 003/2024 - Cultura Viva.
Para fins de identificação das relações finais de contemplados, devem ser considerados o Parecer Técnico nº 3/2024, quanto aos Editais nº 001/2024 e nº 002/2024, e o Parecer Técnico nº 5/2024, quanto ao Edital nº 003/2024. Os demais documentos são mantidos em anexo para preservar integralmente o histórico das etapas de análise, retificação e habilitação.
As relações de contemplados foram anteriormente divulgadas no sítio eletrônico oficial do Município. A presente publicação, realizada nesta data, destina-se a conferir ampla publicidade aos atos administrativos e a atender às exigências da prestação de contas da PNAB, sem alteração das classificações e dos resultados anteriormente definidos.

General Carneiro - PR, 10 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:F6F20313

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CMAS - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ - PARANÁ
ERRATA – ATA Nº 271/2026

ERRATA – ATA Nº 271/2026
Na ATA nº 271/2026, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, onde se lê:
"R$ 22.339,00 (vinte e dois mil, trezentos e trinta e nove reais)"
Leia-se:
"R$ 18.032,09 (dezoito mil, trinta e dois reais e nove centavos)".
Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na referida Ata.

Goioerê, 11 de agosto de 2026.

ISABELA ZABOT ROCHA
Presidente – CMAS
Goioerê-PR

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:28383BB0

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.930/2026

NOMEIA, EM CARÁTER EFETIVO, CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2022.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,
CONSIDERANDO o resultado final do concurso público de provas e títulos regido pelo Edital nº 001/2022, devidamente homologado em 17 de agosto de 2022;
CONSIDERANDO a necessidade de nomear aprovado em concurso público e de convocá-lo para tomar posse;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, em caráter efetivo, o candidato PAULO CÉSAR DE MIGUEL, CPF nº 043.239.159-26, para o cargo público de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, obedecida a ordem de classificação no Concurso Público nº 001/2022.

Art. 2º O nomeado deverá se apresentar para posse, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento do cargo, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº. 11/2009 (Regime Jurídico Municipal), sob pena de ter seu ato de nomeação tornado sem efeito.

Art. 3º O candidato aprovado e nomeado neste concurso será investido no cargo se comprovar, na data da posse preencher todos os requisitos descritos no art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 11/2009 e após a apresentação dos documentos relacionados no Decreto Municipal nº. 7.565/2022.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO",
Goioerê – PR, em 11 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:5FB6E0D7

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.931/2026

NOMEIA, EM CARÁTER EFETIVO, CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2022.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,
CONSIDERANDO o resultado final do concurso público de provas e títulos regido pelo Edital nº 001/2022, devidamente homologado em 17 de agosto de 2022;
CONSIDERANDO a necessidade de nomear aprovado em concurso público e de convocá-lo para tomar posse;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, em caráter efetivo, o candidato OSMAR PIRES, CPF nº 944.020.199-15, para o cargo público de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, obedecida a ordem de classificação no Concurso Público nº 001/2022.

Art. 2º O nomeado deverá se apresentar para posse, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento do cargo, nos termos do art. 13, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº. 11/2009 (Regime Jurídico Municipal), sob pena de ter seu ato de nomeação tornado sem efeito.

Art. 3º O candidato aprovado e nomeado neste concurso será investido no cargo se comprovar, na data da posse preencher todos os requisitos descritos no art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 11/2009 e após a apresentação dos documentos relacionados no Decreto Municipal nº. 7.565/2022.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”,
Goioerê – PR, em 11 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:361A09A0

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº. 006/2026 - CONCURSO PÚBLICO - DIVULGAÇÃO DA DATA, HORÁRIO, PERÍODO E LOCAL DE APLICAÇÃO DAS PROVAS

O Prefeito do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Data, horário, período e local de aplicação da prova objetiva** do Concurso Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art.1° As provas do Concurso Público em comento serão realizadas na data de **16/08/2026** (**DOMINGO**), na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.

Art.2º A prova será aplicada no período **MATUTINO e VESPERTINO**, observando-se as disposições a seguir:

DATA DA APLICAÇÃO	PERÍODO	HORÁRIO DE ABERTURA DOS PORTÕES	HORÁRIO DE FECHAMENTO DOS PORTÕES	INICIO DAS PROVAS
16/08/2026	Matutino	08h00min	08h40min	09h00min
	Vespertino	13h00min	13h40min	14h00min

O portão de acesso ao local de realização das provas permanecerá aberto por **40 (quarenta) minutos**, observado o horário oficial de Brasília – DF.
A aplicação das provas terá início **20 (vinte) minutos** após o fechamento do portão de acesso, observado o horário oficial de Brasília – DF.
A aplicação terá a duração de **03 (três) horas**, incluído o tempo de marcação das folhas de respostas.
Art.3º Para conhecer o endereço do local de realização das provas, o candidato deverá acessar o **LINK** – *Consulta do local de prova* e imprimir o **CARTÃO DE CONVOCAÇÃO**, disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br. A identificação do local de realização das provas é de responsabilidade exclusiva do candidato, não podendo o mesmo realizar a prova em desconformidade com as disposições estabelecidas neste Edital.

Art.4º O candidato deverá comparecer com antecedência mínima de 40 (quarenta) minutos do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização das provas, munido de **CANETA ESFEROGRÁFICA DE TINTA PRETA FABRICADA EM MATERIAL TRANSPARENTE,** de seu **DOCUMENTO ORIGINAL OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO** e o cartão de convocação do candidato impresso através da “Área do Candidato” disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Goioerê (PR), 11 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:2B29C961

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 006/2026 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2026 - DIVULGAÇÃO DA DATA, HORÁRIO, PERÍODO E LOCAL DE APLICAÇÃO DAS PROVAS

O Prefeito do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Data, horário, período e local de aplicação da prova objetiva** do Processo Seletivo Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art.1° As provas do Concurso Público em comento serão realizadas na data de **16/08/2026** (**DOMINGO**), na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.

Art.2º A prova será aplicada no período **VESPERTINO**, observando-se as disposições a seguir:

DATA DA APLICAÇÃO	PERÍODO	HORÁRIO DE ABERTURA DOS PORTÕES	HORÁRIO DE FECHAMENTO DOS PORTÕES	INICIO DAS PROVAS
16/08/2026	Vespertino	13h00min	13h40min	14h00min

O portão de acesso ao local de realização das provas permanecerá aberto por **40 (quarenta) minutos**, observado o horário oficial de Brasília – DF.

A aplicação das provas terá início **20 (vinte) minutos** após o fechamento do portão de acesso, observado o horário oficial de Brasília – DF.

A aplicação terá a duração de **03 (três) horas**, incluído o tempo de marcação das folhas de respostas.

Art.3º Para conhecer o endereço do local de realização das provas, o candidato deverá acessar o **LINK** – *Consulta do local de prova* e imprimir o **CARTÃO DE CONVOCAÇÃO**, disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br. A identificação do local de realização das provas é de responsabilidade exclusiva do candidato, não podendo o mesmo realizar a prova em desconformidade com as disposições estabelecidas neste Edital.

Art.4º O candidato deverá comparecer com antecedência mínima de 40 (quarenta) minutos do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização das provas, munido de **CANETA ESFEROGRÁFICA DE TINTA PRETA FABRICADA EM MATERIAL TRANSPARENTE,** de seu **DOCUMENTO ORIGINAL OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO** e o cartão de convocação do candidato impresso através da “Área do Candidato” disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Goioerê (PR), 11 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:451EA123

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 502/2026

Designa servidores públicos para composição de Comissão Especial de Estágio Probatório – CEEP.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,

Considerando o disposto no art. 20 da Lei Complementar Municipal nº 11/2009, bem como o Decreto Municipal nº 6.966/2021;

Considerando o que os Servidores abaixo relacionados são ocupantes de ocupante do cargo que possuem formação específica, nos termos da Lei Municipal nº 2.501, de 25 de setembro de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º Designar, nos moldes do art. 4º e 6º do Decreto Municipal nº 6.966/2021, servidores públicos para avaliação em estágio probatório dos servidores públicos municipais: PRISCILA ALVES SIQUEIRA, matricula 506570, no cargo de ARQUITETO, atualmente lotada a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

I – Cassiano Ricardo Bocalão
II – Pollyana Demarchi dos Santos
III – Sandra Regina de Souza Vieira.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – PR, em 11 de agosto de 2025.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:29EB34C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026
OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Videomonitoramento, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação do município de Goioerê-PR.
Recebimento das propostas: a partir das 08h:00min do dia 12/08/2026.
Abertura das propostas: às 08h:00min do dia 24/08/2026.
Local: www.comprasgov.br (UASG 451481)
Informações e Edital: e-mail sec.licitacoes@goioere.pr.gov.br, fone (44) 35218919.
Goioerê-PR, 11 de agosto de 2026.

CLÁUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:586BD084

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 140/2026
HOMOLOGAÇÃO: 07/08/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE
OBJETO: Aquisição de materiais de construção para recuperação da calçada interna e da rede de esgoto do imóvel onde atualmente funcionam as Unidades Básicas de Saúde Jardim Universitário e Vila Guaíra, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Goioerê-PR.
CONTRATADO: GERMANO & GERMANO LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 7.396,76
11/08/2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Marçal Dos Santos de Oliveira
Código Identificador:4C1C7710

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.932/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 77.970,94 (setenta e sete mil e novecentos e setenta reais e noventa e quatro centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10.000 - SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO/DESENV.URBANO	
10.004 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E PROJETOS	
10.004.15.452.3.2021-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$1.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.18.541.4.1201-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$50.000,00
00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000 Taxas - Prestação de Serviços	50.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2077-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$26.970,94
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	26.970,94

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

10.000 - SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO/DESENV.URBANO	
10.004 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E PROJETOS	
10.004.15.452.3.2021-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	R$1.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.18.541.4.1201-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$50.000,00
00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000 Taxas - Prestação de Serviços	50.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2078-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$26.970,94
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	26.970,94

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê - Paraná, 11 de agosto de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Israel Assunção Cancio
Código Identificador:BE0AFBB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador		Convenio/repasse	Data	Valor
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	FPM	10/08/2026	R$ 2.307.143,88
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	ITR	10/08/2026	R$ 3.131,61
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	FUS	10/08/226	R$ 350.181,57
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	IPM	10/08/2026	R$ 19.414,72
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	FUNDEB	10/08/2026	R$ 304.532,64
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	SIMPLES NACIONAL	10/08/2026	R$ 2.339,24
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	ICS	11/08/2026	R$ 242.019,86
SECRETARIA	TESOURO	FUS	11/08/2026	R$ 36.302,97

NACIONAL				
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	FUNDEB	11/08/2026	R$ 32.059,61
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	SIMPLES NACIONAL	11/08/2026	R$ 2.082,63
Goioerê, 11 de agosto de 2.026.				

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:2FCAE15C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

CAMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM
RESOLUÇÃO N° 017/2026

Institui o Plano Anual de Fiscalização da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento das Políticas Públicas da Câmara Municipal de Goioxim, Estado do Paraná.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituído o Plano Anual de Fiscalização da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento das Políticas Públicas da Câmara Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, na forma do Anexo Único desta Resolução, que dela passa a fazer parte integrante.

Art. 2º Para a instrução dos trabalhos de fiscalização, a Comissão poderá encaminhar ao Prefeito Municipal e aos Secretários Municipais requerimentos escritos de informações, documentos, dados ou esclarecimentos necessários ao exame das políticas públicas, programas, contratos ou órgãos fiscalizados.
§ 1º Os requerimentos deverão ser específicos, fundamentados e indicar com clareza as informações ou documentos pretendidos.

§ 2º O destinatário do requerimento deverá prestar as informações solicitadas no prazo de até trinta dias, contados do recebimento.

§ 3º Esgotado o prazo previsto no § 2º sem resposta ou com resposta incompleta, a Comissão fará constar tal circunstância no relatório da fiscalização, podendo, ainda, comunicar o fato à Presidência da Mesa Diretora para as providências regimentais cabíveis.

Art. 3º Antes de dar publicidade ao relatório final de cada ação de fiscalização, a Comissão dará ciência prévia dos achados, assim entendidos os problemas, inconsistências, falhas ou irregularidades identificadas, aos gestores do Poder Executivo responsáveis pelo órgão, programa ou política pública fiscalizada, assegurando-lhes a oportunidade de manifestação.

§ 1º A ciência prévia de que trata o caput será feita por ofício, com a descrição objetiva dos achados, concedendo-se prazo de até cinco dias para manifestação do gestor responsável.

§ 2º A manifestação apresentada pelo gestor será obrigatoriamente anexada ao relatório final e considerada pela Comissão na elaboração de suas conclusões e recomendações, podendo ensejar a retificação, o esclarecimento ou a manutenção dos achados originalmente apontados.

§ 3º O decurso do prazo sem manifestação não impede a conclusão e a publicidade do relatório, devendo tal circunstância ser expressamente registrada.

Art. 4º Constatada, ao final da fiscalização, a necessidade de recomendações ao Poder Executivo, a Comissão notificará o órgão ou entidade fiscalizada para que apresente Plano de Ação para o atendimento das recomendações formuladas.

§ 1º O Plano de Ação deverá conter, no mínimo, para cada recomendação:
I - a descrição da ação necessária ao seu atendimento;
II - o prazo para implementação da ação;
III - o servidor, setor ou órgão responsável pela execução.

§ 2º O Plano de Ação apresentado será apreciado pela Comissão, que poderá solicitar ajustes ou complementações antes de sua homologação.

§ 3º A Comissão realizará o monitoramento periódico do cumprimento do Plano de Ação homologado, podendo requisitar relatórios de acompanhamento ao órgão ou entidade responsável e registrar seus resultados em relatório de monitoramento.

Art. 5º O Plano Anual de Fiscalização poderá ser revisado ou complementado no decorrer do exercício, mediante deliberação da Comissão, sempre que sobrevierem fatos que recomendem a inclusão, alteração ou exclusão de ações de fiscalização originalmente previstas.

Art. 6º Verificada, no curso ou ao final da fiscalização, a existência de indícios de irregularidade, ilegalidade, dano ao erário, ato de improbidade administrativa ou fato que configure, em tese, ilícito, a Comissão encaminhará os achados correspondentes, acompanhados do relatório e da documentação comprobatória, aos órgãos competentes, dentre eles:
I - o Ministério Público do Estado do Paraná;
II - o Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
III - outros órgãos de controle, fiscalização ou responsabilização, conforme a natureza do fato apurado.

§ 1º O encaminhamento previsto no caput poderá ocorrer independentemente da conclusão do Plano de Ação de que trata o art. 5º, quando a gravidade, a urgência ou o risco de dano exigirem comunicação imediata ao órgão competente.

§ 2º Do encaminhamento será dada ciência à Mesa Diretora e, quando couber, ao Plenário da Câmara Municipal, para conhecimento e providências regimentais cabíveis.

§ 3º A Comissão manterá registro dos encaminhamentos realizados, indicando o órgão destinatário, a data e o objeto, para fins de acompanhamento e transparência.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, 11 de AGOSTO de 2026.

MARIZELE UCHAK VISENTIN VAZ
Presidente da Câmara

ANEXO ÚNICO
PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS - EXERCÍCIO 2026

1. Finalidade do plano
O presente Plano Anual de Fiscalização tem por finalidade planejar, organizar e orientar a execução das atividades de fiscalização durante o período de agosto a dezembro de 2026 no que se refere às seguintes áreas:
1. Educação;
2. Saúde;
3. Assistência Social;
4. Meio Ambiente;
5. Administração Financeira;
6. Aquisições e Contratações;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão.
Para tanto, estabelece um cronograma de ações, distribuídas por mês, distinguindo as atividades de caráter contínuo daquelas de execução periódica, de modo a assegurar o acompanhamento sistemático das políticas públicas, o fortalecimento da função fiscalizatória da Câmara

Municipal e a padronização dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento das Políticas Públicas.

2. Cronograma mensal detalhado

AGOSTO

Neste mês, além das ações contínuas, há ação mensal específica prevista no cronograma.
ProLegis Natureza Providência/Ação fiscalizatória Responsável pelo acompanhamento
22591 Mensal específica cumprimento das leis e da boa gestão dos recursos públicos na sua área de atuação
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22593 Contínua denúncias relacionadas à sua área de atuação 1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22620 Contínua demandas apresentadas pelos vereadores e o rol de indicações efetuadas durante o exercício.
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22621 Contínua demandas apresentadas pelas comissões
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22622 Contínua demandas oriundas dos canais de comunicação da Câmara Municipal (ouvidoria)
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22623 Contínua demandas apresentadas por meio da proposição ativa da participação dos cidadãos e/ou das organizações da sociedade civil (sociedade civil organizada) do Município
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22624 Contínua graus de implementação de políticas públicas apurados pelo TCEPR nas contas do Prefeito Municipal (ProGov)
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

SETEMBRO
Neste mês, além das ações contínuas, há ação mensal específica prevista no cronograma.
ProLegis Natureza Providência/Ação fiscalizatória Responsável pelo acompanhamento.

22592 Mensal específica execução de metas e programas definidos nos planos em relação a sua área de atuação.
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22593 Contínua denúncias relacionadas à sua área de atuação 1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22620 Contínua demandas apresentadas pelos vereadores e rol de indicações efetuadas durante o exercício.
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22621 Contínua demandas apresentadas pelas comissões.
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22622 Contínua demandas oriundas dos canais de comunicação da Câmara Municipal (ouvidoria)
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22623 Contínua demandas apresentadas por meio da proposição ativa da participação dos cidadãos e/ou das organizações da sociedade civil (sociedade civil organizada) do Município.
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22624 Contínua graus de implementação de políticas públicas apurados pelo TCEPR nas contas do Prefeito Municipal (ProGov).
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

OUTUBRO
Neste mês, além das ações contínuas, há ação mensal específica prevista no cronograma.
ProLegis Natureza Providência/Ação fiscalizatória Responsável pelo acompanhamento.

22594 Mensal específica estudos sobre temas de interesse público dentro da sua área de atuação
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22593 Contínua denúncias relacionadas à sua área de atuação 1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22620 Contínua demandas apresentadas pelos vereadores e rol de indicações efetuadas durante o exercício.
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22621 Contínua demandas apresentadas pelas comissões
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22622 Contínua demandas oriundas dos canais de comunicação da Câmara Municipal (ouvidoria).
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22623 Contínua demandas apresentadas por meio da proposição ativa da participação dos cidadãos e/ou das organizações da sociedade civil (sociedade civil organizada) do Município.
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22624 Contínua graus de implementação de políticas públicas apurados pelo TCEPR nas contas do Prefeito Municipal (ProGov).
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

NOVEMBRO
Neste mês, além das ações contínuas, há ação mensal específica prevista no cronograma.
ProLegis Natureza Providência/Ação fiscalizatória Responsável pelo acompanhamento.

22595 Mensal específica audiências públicas para debater com a sociedade dentro da sua área de atuação
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22593 Contínua denúncias relacionadas à sua área de atuação 1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22620 Contínua demandas apresentadas pelos vereadores e rol de indicações efetuadas durante o exercício.
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22621 Contínua demandas apresentadas pelas comissões
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;

5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22622 Contínua demandas oriundas dos canais de comunicação da Câmara Municipal (ouvidoria)
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22623 Contínua demandas apresentadas por meio da proposição ativa da participação dos cidadãos e/ou das organizações da sociedade civil (sociedade civil organizada) do Município.
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22624 Contínua graus de implementação de políticas públicas apurados pelo TCEPR nas contas do Prefeito Municipal (ProGov).
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

DEZEMBRO
Neste mês, além das ações contínuas, há ação mensal específica prevista no cronograma.
ProLegis Natureza Providência/Ação fiscalizatória Responsável pelo acompanhamento.

22597 Mensal específica realizar reuniões, ao menos uma vez no exercício de referência, com os respectivos secretários municipais ou dirigentes para debates referentes à sua área de atuação.
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22593 Contínua denúncias relacionadas à sua área de atuação. 1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22620 Contínua demandas apresentadas pelos vereadores e rol de indicações efetuadas durante o exercício.
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22621 Contínua demandas apresentadas pelas comissões.
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22622 Contínua demandas oriundas dos canais de comunicação da Câmara Municipal (ouvidoria).
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22623 Contínua demandas apresentadas por meio da proposição ativa da participação dos cidadãos e/ou das organizações da sociedade civil (sociedade civil organizada) do Município.
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

22624 Contínua graus de implementação de políticas públicas apurados pelo TCEPR nas contas do Prefeito Municipal (ProGov).
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

2. Quadro-resumo das ações mensais específicas
Mês Nº Providência/Ação fiscalizatória Responsável pelo acompanhamento.

Agosto

22591 cumprimento das leis e da boa gestão dos recursos públicos na sua área de atuação.
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

Setembro

22592 execução de metas e programas definidos nos planos em relação a sua área de atuação.
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;

6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

Outubro

22594 estudos sobre temas de interesse público dentro da sua área de atuação.
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima

Novembro

22595 audiências públicas para debater com a sociedade dentro da sua área de atuação.
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

Dezembro

22597 realizar reuniões, ao menos uma vez no exercício de referência, com os respectivos secretários municipais ou dirigentes para debates referentes à sua área de atuação.
1. Educação: Vereador Elson Luiz Gutervil;
2. Saúde: Vereadora Elizangela Damara Martins;
3. Assistência Social: Vereador Saulo Deolindo Kinseler;
4. Meio Ambiente: Vereador Denilson Ferreira Ramos;
5. Administração Financeira: Vereador Sidimar Cardoso;
6. Aquisições e Contratações: Vereador Marcio Ravanelo;
7. Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão: Vereadores Joice Zago Sangaletti e Cleomar Nola de Lima.

Publicado por:
Fernanda Bertuol
Código Identificador:3572FD64

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 36/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 36/2026
PROCESSO Nº 75

LICITAÇÃO: Dispensa Eletrônica nº 36/2026 (Lei nº 14.133, de 2021, Art. 75, inciso II).

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recarga e manutenção de extintores de incêndio, incluindo a substituição de peças e componentes, bem como para o fornecimento de suportes para extintores, placas de sinalização e luminárias de emergência, destinados aos prédios públicos, espaços de uso coletivo e veículos oficiais pertencentes ao Município de Goioxim/PR.

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Goioxim, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 01.607.627/0001-78.

LOCAL: Sistema LICITANET (https://licitanet.com.br/).

DATA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS: 12/08/2026.

DATA E HORÁRIO DA ETAPA DE LANCES: 18/08/2026 - das 8:00h às 14:00h.

INFORMAÇÕES: através do protocolo digital acessível no site oficial do Município ou através do e-mail licitagoioxim@yahoo.com.br.

A íntegra do edital e seus anexos poderão ser obtidos no sitio oficial do Município www.goioxim.pr.gov.br ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Goioxim, 11/08/2026.

FLÁVIO BALDUINO SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:55CE7DDB

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECISÃO ADMINISTRATIVA ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

DECISÃO ADMINISTRATIVA
ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
Processo Administrativo: nº 61/2026
Pregão Eletrônico SRP: nº 023/2026
Objeto: Aquisição de utensílios de cozinha, equipamentos e eletrodomésticos destinados ao atendimento das unidades da rede municipal de ensino do Município de Goioxim/PR.
Vistos e analisados os autos do Processo Administrativo nº 61/2026, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 023/2026.

I – RELATÓRIO

O procedimento foi instaurado com a finalidade de registrar preços para futura e eventual aquisição de utensílios de cozinha, equipamentos e eletrodomésticos destinados às unidades da rede municipal de ensino.
No curso da revisão administrativa dos autos, foram constatados erros e inconsistências na fase interna ou preparatória, especialmente em elementos que integram o planejamento da contratação e a formação do instrumento convocatório. Tais vícios comprometem a higidez do procedimento e impedem que se reconheça, com a segurança necessária, a regularidade do certame desde sua origem.
Verificou-se, ainda, a inobservância das exigências de publicidade do procedimento nos meios oficiais legalmente aplicáveis, inexistindo comprovação de divulgação regular e suficiente do edital e de seus atos correlatos em todos os canais oficiais exigidos. A publicação do aviso de prorrogação da sessão pública não supre, por si só, a necessidade de observância integral da publicidade legal do procedimento.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A licitação deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência e vinculação ao instrumento convocatório, nos termos do art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.
A fase preparatória é indispensável à adequada definição da necessidade administrativa, do objeto e das condições da contratação. Quando os atos internos que dão suporte ao edital contêm vícios capazes de afetar a formação da vontade administrativa e a regularidade do instrumento convocatório, não é possível prosseguir com segurança jurídica.
Também a divulgação do edital e dos atos do procedimento nos meios oficiais constitui requisito essencial de transparência, competitividade e eficácia. A ausência de observância regular da publicidade legal compromete a ampla participação dos interessados e macula a validade do certame, em desconformidade com o regime de divulgação previsto na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 54.
A Administração Pública possui o dever-poder de controlar a legalidade de seus próprios atos. Aplica-se, ao caso, a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal: *"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."*

Por se tratar de vícios constatados antes da conclusão válida do procedimento e capazes de comprometer sua regularidade, a medida adequada é a anulação do certame, nos termos do art. 71, inciso III, e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021. A providência possui natureza de autotutela e visa recompor a legalidade, não decorrendo de juízo de conveniência e oportunidade.

III – DECISÃO

Diante do exposto, com fundamento no art. 5º, no art. 54 e no art. 71, inciso III e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, DECIDO:

1. ANULAR integralmente o Processo Administrativo nº 61/2026 e o Pregão Eletrônico SRP nº 023/2026, em razão dos vícios identificados na fase interna ou preparatória e da inobservância das exigências de publicação nos meios oficiais, irregularidades que macularam a validade do procedimento;

2. DETERMINAR a imediata suspensão de quaisquer atos remanescentes relacionados ao certame, inclusive adjudicação, homologação, contratação ou emissão de instrumentos decorrentes;

3. DETERMINAR a publicação desta decisão nos meios oficiais de divulgação do Município e no sistema eletrônico em que o certame foi disponibilizado, para ciência dos interessados e garantia de transparência;

4. DETERMINAR a remessa dos autos ao Departamento de Licitações e à Secretaria requisitante para revisão e saneamento da fase preparatória, com a correção das inconsistências identificadas e a observância integral das regras de planejamento e publicidade antes de eventual instauração de novo procedimento.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Goioxim/PR, 11 de agosto de 2026.

Prefeito Municipal
MUNICÍPIO DE GOIOXIM/PR

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:B0A16DEA

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO CONTABIL Nº 13/2026 - LOA

DECRETO CONTÁBIL N.º 13/2026

Abre um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais) no orçamento vigente e dá outras providências**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização na Lei nº 945/2025 de 05 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementa por Anulação de Dotações no valor de R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais) nas seguintes contas de despesas:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Conta Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R$)
10.001.10.301.0010.2023	33.90.14.00.00	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	01050	00303	10.000,00
08.001.12.365.0008.2018	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	00730	00104	100.000,00
08.001..12.367.008.2018	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	00920	00000	100.000,00
09.002.27.812.0009.2021	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	00980	00000	60.000,00
13.002.20.606.0013.2035	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01700	00000	150.000,00

Art. 2 º - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos de anulação parcial de dotações, conforme demonstrado abaixo:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Conta Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R$)
07.001.15.451.0007.2016	33.90.14.00.00	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	00550	00000	10.000,00
08.001.12.365.0008.2019	33.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	00860	00104	100.000,00
		PESSOA JURIDICA			
08.001.12.365.0008.2019	33.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	00830	00000	100.000,00
09.002.27.812.0009.2021	33.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	00990	00000	60.000,00
13.002.20.606.0013.2035	33.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	01710	00000	150.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 11 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Jocelio Kordiaki
Código Identificador:9AE17037

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO N° 37 2026- ATUALIZA UFM DE AGOSTO

SÚMULA: Atualiza o valor da Unidade Fiscal do Município – UFM.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOXIM, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e com fundamento no art. 33º, §2º, inciso III, do Código Tributário Municipal.

CONSIDERANDO que a atualização da Unidade Fiscal do Município – UFM é mensal, conforme o artigo supra, e que o prazo de vigência se inicia no dia 11 do mês corrente e se encerra aos 10 dias do mês seguinte,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da Unidade Fiscal do Município – UFM, fixando-se em R$ 68,22 (sessenta e oito reais e vinte e dois centavos) a partir de 11 de agosto de 2026, com vigência mensal conforme o período estabelecido no considerando.

Art. 2º O valor da UFM será utilizado como unidade de referência para o cálculo de tributos, taxas, multas e demais valores previstos na legislação tributária municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11 de agosto de 2026, e cada atualização mensal seguirá o mesmo critério do artigo 1º.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 11 de agosto de 2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:B69DB1EB

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO CONTRATO PE 38 2024

EXTRATO DE CONTRATO **097/2026**

CONTRATANTE: Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, com sede à Rua LAURINDO CORDEIRO DE SOUZA, 184, inscrito no CGC/MF nº 01.607.627/0001-78.

CONTRATADA: **A & L AUTO PEÇAS LTDA, inscrita CNPJ sob nº 07.086.032/0001-09, situada na AV PROFESSOR PEDRO CARLI, 5506 ANDAR 1 - CEP: 85040005 - BAIRRO: VILA CARLI Guarapuava/PR; neste ato representada por LEANDRO LEMOS , brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º**

63403784, e CPF sob n.º 022.069.469-98, residente e domiciliado à RUA SAO PAULO, 1707 CASA 07 - CEP: 85035000 - BAIRRO: DOS ESTADOS Guarapuava/PR,;

Objeto: **Por disposição do Processo de Licitação Modalidade Pregão -Uso até 30/04/26 038/2024 e deste contrato a CONTRATADA se compromete em: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA, HIDRÁULICA, REVISÕES E AFINS INCLUINDO O FORNECIMENTO E TROCA DE PEÇAS/ACESSÓRIOS SENDO PO (PEÇAS ORIGINAIS) PG (PEÇAS GENUÍNAS) E PR (PEÇAS PARALELAS), PARA ATENDER OS MAQUINÁRIOS/EQUIPAMENTOS DE LINHA PESADA DESTA MUNICIPALIDADE.. Conforme Proposta de Preços e Modalidade de Licitação.**

VALOR DO CONTRATO: R$ 184.574,54 (Cento e Oitenta e Quatro Mil, Quinhentos e Setenta e Quatro Reais e Cinqüenta e Quatro Centavos)..

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 11/08/2026.

VIGENCIA: 365 dias (Trezentos e Sessenta e Cinco dias)

FORO: Comarca de Cantagalo, Estado do Paraná.
EXTRATO DE CONTRATO **096/2026**

CONTRATANTE: Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, com sede à Rua LAURINDO CORDEIRO DE SOUZA, 184, inscrito no CGC/MF nº 01.607.627/0001-78.

CONTRATADA: **ROGEF - COMERCIO DE PECAS LTDA, inscrita CNPJ sob nº 05.034.375/0001-96, situada na RUA SETE DE SETEMBRO, 0 SALA - CEP: 85168000 - BAIRRO: centro Marquinho/PR; neste ato representada por FERNANDA APARECIDA POYER BAPTISTEL, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º , e CPF sob n.º 022.478.979-16, residente e domiciliado à RUA SETE DE SETEMBRO , 0 - CEP: 85168000 - BAIRRO: centro Marquinho/PR**,;

Objeto: **Por disposição do Processo de Licitação Modalidade Pregão -Uso até 30/04/26 038/2024 e deste contrato a CONTRATADA se compromete em: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA, HIDRÁULICA, REVISÕES E AFINS INCLUINDO O FORNECIMENTO E TROCA DE PEÇAS/ACESSÓRIOS SENDO PO (PEÇAS ORIGINAIS) PG (PEÇAS GENUÍNAS) E PR (PEÇAS PARALELAS), PARA ATENDER OS MAQUINÁRIOS/EQUIPAMENTOS DE LINHA PESADA DESTA MUNICIPALIDADE.. Conforme Proposta de Preços e Modalidade de Licitação.**

VALOR DO CONTRATO: R$ 130.593,68 (Cento e Trinta Mil, Quinhentos e Noventa e Três Reais e Sessenta e Oito Centavos)..

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 11/08/2026.

VIGENCIA: 365 dias (Trezentos e Sessenta e Cinco dias)

FORO: Comarca de Cantagalo, Estado do Paraná.

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:0AB6E8F6

MUNICIPIO DE GOIOXIM
LEI N° 975-2026 - DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 1.013.990,00

Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 1.013.990,00 (Um milhão e treze mil e novecentos e noventa reais) no orçamento vigente e dá outras providências**.**

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Goioxim, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal Eder dos Santos, sanciono com base no art. 56, inciso I da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar e Especial por excesso de arrecadação, no valor de R$ 849.990,00 (Oitocentos e quarenta e nove mil e novecentos e noventa reais) nas seguintes contas de despesas:

08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	
08.001	**Departamento de Educação**	
12.367.0008-2018	**ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO E METAS DO PME**	
33.90.30.00.00	**MATERIAL DE COMSUMO**	
00920 00000	Recursos Ordinários (livres)	R$: 200.000,00

09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA**	
09.002	**Departamento de Esporte**	
27.812.0002-2081	**EXECUÇAO RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DO ESPORTE**	
33.90.30.00.00	**MATERIAL DE CONSUMO**	
01021- 01076	Recursos Vinculados a Fundos	R$: 29.990,00
33.90.39.00.00	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA**	
01022- 01076	Recursos Vinculados a Fundos	R$: 20.000,00
44.90.51.00.00	**OBRAS E INSTALAÇÕES**	
01023- 01076	Recursos Vinculados a Fundos	R$: 600.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito aberto no art. 1º, serão utilizados os recursos de Excesso de arrecadação, em conformidade com o inciso II, § 1º e 3º do artigo 43, da Lei nº 4320/1964, conforme quadro abaixo:

Conta receita	Denominação	Fonte de Recursos	Valor Excesso
1.7.2.9.99.0.1.03.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DO FUNDO ESTADUAL DO ESPORTE	01076	R$: 649.990,00
1.1.1.2.53.01.00.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	00000	R$: 200.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional especial por superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R$ 164.000,00 (Cento e sessenta e quatro mil reais) nas seguintes contas de despesas:

08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	
08.001	**Departamento de Educação**	
12.365.0008-2083	**EXECUÇÃO SALDO PRO INFANCIA PAR (CRECHE)**	
44.90.52.00.00	**EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE**	
00935- 00145	Transferências Voluntárias Públicas Federais	R$: 20.000,00

13	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA**	
13.002	**Departamento de Desenvolvimento Rural FDR**	
20.606.0013-2082	**RESTITUIÇÃO CONVENIO ESTADUAL 568 –ESTRADAS DA INTEGRAÇAO**	
33.90.93.00.00	**INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇOES**	
01782- 00828	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Conv. Est. 568- Estradas da Integração	R$: 144.000,00

Art. 4º Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos resultantes de superávit financeiro do exercício anterior, nas fontes relacionadas, em conformidade com o inciso I, § 1º do artigo 43, da Lei nº4320/1964, conforme demonstrado abaixo:

FONTE	DESCRIÇÃO	SUPERÁVIT FINANCEIRO
00828	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Conv. Est. 568- Estradas da Integração	R$: 144.000,00
00145	Transferências Voluntárias Públicas Federais	R$: 20.000,00

Art. 5º Ficam assim, alterados os anexos do Plano Plurianual de 2026 a 2029, Lei nº 936/2025, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 935-2025 e da Lei Orçamentária Anual nº 936/2025.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 11 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:9594E9A2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 005/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 005/2026

Dispõe sobre a CONVOCAÇÃO de aprovados no Concurso Público aberto pelo Edital 001/2023, para ocupação da vaga existente para o cargo de Analista Legislativo de Controle Interno, com carga horária de 40 horas semanais, da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a homologação do resultado final do Concurso Público 001/2023,

RESOLVE

Art. 1º - CONVOCAR o candidato descrito a seguir, aprovado e classificado no Concurso Público nº. 01/2023 da Câmara Municipal de Guaíra, aberto pelo Edital nº 001/2023 e alterações subsequentes, a comparecer no Setor de Recursos Humanos desta Câmara Municipal, localizada na Praça João XXIII, nº. 200, Guaíra – Paraná, impreterivelmente no período de 12/08/2026 a 18/08/2026, no horário de expediente, das 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, munido dos documentos constantes no Art.2º deste Edital, para provimento do cargo a seguir:

ANALISTA LEGISLATIVO DE CONTROLE INTERNO
CANDIDATO INSCRIÇÃO CLASSIFICAÇÃO
SILMAX CORREIA BORGES 0039382 6º

Art. 2º - O candidato aprovado e convocado por este Edital deverá comparecer no Setor de Recursos Humanos para apresentação dos documentos (originais e fotocópias dos documentos abaixo relacionados, devidamente autenticados em cartório ou por servidor incumbido para esta tarefa), a seguir:

a) cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade e fotocópia;
b) cadastro de Pessoal Física - CPF;
c) registro Civil de nascimento, casamento ou certidão de óbito (se viúvo);
d) certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino;
e) título de eleitor, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência ou declaração de quitação eleitoral;
f) comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
g) CPF e Certidão de Nascimento dos dependentes ou Termo de Guarda ou Tutela ou Termo de Adoção (se for o caso);
h) 01 (uma) foto 3x4 recente, tirada de frente;
i) número PIS/PASEP/NIT/NIS;
j) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone);
k) declaração de bens e valores que constituam patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda do último ano;
l) declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
m) declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
n) declaração do Órgão de origem, informando que o candidato não sofreu, no exercício da função pública, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público (em caso de já ser servidor público);
o) declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal;
p) apresentar qualificação cadastral do e-Social, de que os dados estão corretos;
q) certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido, nos últimos 5 (cinco) anos, da Justiça Federal (TRF) e Estadual (TJ) (podem ser emitidas pela internet);
r) certidão de antecedentes criminais da Delegacia Civil informando que não possui antecedentes criminais;
s) certidão de antecedentes criminais do Fórum Estadual informando que nada consta sobre o candidato.
t) outros documentos que se fizerem necessários na ocasião da convocação;

Art. 3º - A convocação para nomeação será publicada no Diário Oficial do Município de Guaíra – PR e no endereço eletrônico www.guaira.pr.leg.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos editais de convocação que serão publicados.

Art. 4º - O candidato, após a convocação, deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Guaíra - PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação do Edital de convocação, munido de documento de identidade original junto com os documentos acima citados.

Art. 5º - O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.

Art. 6º - A nomeação será precedida de inspeção médica realizada por órgão devidamente indicado pela Câmara Municipal de Guaíra – PR, sendo que as despesas decorrentes de tal procedimento correrão sob a responsabilidade do candidato. O candidato convocado somente será nomeado se for julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo. Caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será nomeado, perdendo automaticamente a vaga, sendo convocado o próximo habilitado da lista, obedecida a ordem de classificação.

Art. 7º - O não atendimento dos requisitos acima mencionados, no prazo fixado, implicará em renúncia automática à vaga.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guaíra, em 11 de agosto de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente – Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:CFECF4DD

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 73/2026

PORTARIA Nº 73/2026
DATA: 11 de agosto de 2026.

EMENTA: Constitui Comissão Especial para revisão do Projeto de Lei Complementar nº 001/2026, que a*ltera dispositivos da Lei Complementar001de 22 de dezembro de 2006 - Código Tributário Municipal, e dá outras providências.*

A Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 53, parágrafo 2º, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º Constituir Comissão Especial composta pelos vereadores: ADRIANO RICHTER, KEILA MARTA FRANCISCO E JOÃO CARLOS HARTEKOFF, **com a finalidade específica de proceder à revisão do Projeto de Lei Complementar nº 001/2026** de iniciativa do Executivo Municipal, que altera dispositivos da Lei Complementar 001 de 22 de dezembro de 2006 – Código Tributário Municipal, e dá outras providências.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente – Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:D89CDA43

COMPRAS E LICITAÇÕES
2º ADENDO MODIFICADOR PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 136/2026

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e do Pregoeiro Gabriel Ribeiro do Monte, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados, especialmente às empresas que adquiriram o edital em epígrafe, o teor do presente **ADENDO**, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N° 136/2026**, cujo objeto é a Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sonorização, destinados à realização de eventos oficiais e de eventos apoiados pelo Município de Guaíra/PR.
Por meio do presente instrumento, a Secretaria Municipal de Administração e a Diretoria de Compras **ALTERAM o Termo de Referência (Anexo 02)**, especificamente quanto aos itens abaixo relacionados, que passam a vigorar com a seguinte redação:
1. DA ALTERAÇÃO
Ficam **alterados os itens 4.9 a 4.15 do Termo de Referência**, que passam a vigorar com a seguinte redação:
Onde se lê:

Dessa forma, mostra-se indispensável que a futura contratada disponha de base operacional devidamente estruturada para armazenamento, manutenção preventiva e corretiva, testes, transporte e pronta substituição dos equipamentos, contendo estoque compatível com os itens licitados, ferramentas, acessórios, veículos e equipe técnica especializada.
A exigência possui natureza exclusivamente operacional, não se destinando a restringir a competitividade do certame, mas sim garantir a continuidade dos serviços, a eficiência da execução contratual, a segurança dos eventos e a proteção do interesse público.
A comprovação da disponibilidade da base operacional será exigida apenas da licitante vencedora, previamente à assinatura do contrato ou à emissão da Ordem de Serviço, admitindo-se estrutura própria, locada ou disponibilizada mediante instrumento jurídico válido, desde que plenamente operacional e apta ao atendimento das exigências do contrato.
Considerando a natureza do objeto, que consiste na locação, montagem, operação, manutenção e desmontagem de estruturas para eventos, incluindo equipamentos de sonorização, iluminação, painéis de LED, estruturas em treliça (Box Truss), máquinas de fumaça e demais equipamentos constantes deste Termo de Referência, a licitante vencedora deverá comprovar que possui disponibilidade imediata de todos os equipamentos necessários à execução do objeto licitado.
A comprovação deverá abranger todos os itens que compõem os lotes adjudicados, em quantidade e especificações compatíveis com as exigências do edital, podendo ser realizada mediante a apresentação de:
Relação detalhada dos equipamentos disponíveis, contendo marca, modelo, capacidade, quantidade e demais especificações técnicas;
Notas fiscais de aquisição, registros patrimoniais ou outros documentos que demonstrem a propriedade dos equipamentos; ou
Contratos de locação, comodato, cessão de uso ou qualquer outro instrumento jurídico que comprove a disponibilidade dos equipamentos durante toda a vigência contratual.
A Administração poderá promover diligência para verificar a veracidade das informações apresentadas, inclusive mediante vistoria técnica nas instalações da licitante, solicitação de documentação complementar e demonstração dos equipamentos declarados.
A ausência de comprovação da disponibilidade dos equipamentos ou a constatação de informações inverídicas caracterizará o descumprimento das condições de habilitação técnica, sujeitando a licitante às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital.
Leia-se

A contratada deverá possuir estrutura logística, operacional e técnica suficiente para assegurar a perfeita execução do contrato, responsabilizando-se pelo fornecimento de todos os equipamentos, veículos, ferramentas, materiais e profissionais necessários ao atendimento das Ordens de Serviço, independentemente da forma como organizar sua estrutura operacional.
A exigência possui natureza exclusivamente operacional, não se destinando a restringir a competitividade do certame, mas sim garantir a continuidade dos serviços, a eficiência da execução contratual, a segurança dos eventos e a proteção do interesse público.
A ausência de comprovação da disponibilidade da base operacional ou dos equipamentos, no momento estabelecido pela Administração, impedirá a assinatura ou a emissão da correspondente Ordem de Serviço, conforme o caso, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade da adjudicatária, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
A exigência prevista neste item não será utilizada para fins de inabilitação durante o procedimento licitatório.
Considerando a natureza do objeto, que consiste na locação, montagem, operação, manutenção e desmontagem de estruturas para eventos, incluindo equipamentos de sonorização, iluminação, painéis de LED, estruturas em treliça (Box Truss), máquinas de fumaça e demais equipamentos constantes deste Termo de Referência, a **licitante vencedora deverá assegurar que os equipamentos necessários para cada Ordem de Serviço estejam disponíveis no momento da execução contratual.**
A Administração poderá promover diligências para verificar a disponibilidade dos equipamentos e das condições de execução contratual, mediante inspeção, demonstração operacional, apresentação de documentos ou outros meios legalmente admitidos.
A não disponibilização dos equipamentos necessários à execução das Ordens de Serviço ou a apresentação de informações inverídicas caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a contratada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

O Presente Adendo passa a fazer parte integrante do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n° 136/2026, ficando inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Edital e de seus anexos.

O Edital modificado será encaminhado às empresas que o adquiriram, e os demais interessados, poderão obtê-lo através do site www.guaira.pr.gov.br no *link* Processos Licitatórios e/ou pelo site https://bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9928/9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Comuniquem-se as empresas que adquiriram.

Publique-se.

Guaíra (PR), em 11 de agosto de 2026.

GABRIEL RIBEIRO DO MONTE
Pregoeiro

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:4ECA9C8D

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 221/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 600/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 042/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **M A DE LIMA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, CNPJ nº 14.544.686/0001-96**

Objeto do Contrato: execução, pelo CONTRATADO, de aulas diversas (artes circenses), conforme proposta aprovada (anexo IV) do edital relativo ao Chamamento Público nº 010/2024), descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Edital, que dele faz parte integrante.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 600/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato por mais **3 (três) meses**, até **31 de outubro de 2026**.

Do Valor Contratual: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, por cada hora/aula, o valor unitário de **R$ 85,67 (oitenta e cinco reais e sessenta e sete centavos)**, tendo como limite máximo para contratações o valor total de R$ 218.287,16 (duzentos e dezoito mil, duzentos e oitenta e sete reais e dezesseis centavos), conforme Anexo II do Edital, devendo este valor teto ser distribuído entre todos os credenciados para o item.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 31 de julho de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:0041A05C

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 226/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 626/2025, do Edital de Pregão Eletrônico nº 086/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **LAUDUZ TECNOLOGIAS LTDA**, **CNPJ nº 41.384.782/0001-97**

Objeto: Prestação de serviços de Telemedicina com o objetivo de ampliar e melhorar o atendimento especializado à população, integrando os serviços de saúde primários com as especialidades médicas por meio de soluções tecnológicas.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é o acréscimo de percentual de valor Contrato nº 626/2025, decorrente de alteração de meta física.

Do Acréscimo do Valor: a Contratante pagará a Contratada o valor total adicional de **R$ 2.310,00 (dois mil, trezentos e dez reais)**, que corresponde ao percentual de **0,19%** do valor total inicial do Contrato nº 626/2025, que é **R$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais)** e refere-se ao acréscimo de quantidade no item 1, 10 e 27 do Contrato.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 11 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:63FBF256

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 227/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 626/2025, decorrente do Edital de Pregão Eletrônico nº 086/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **LAUDUZ TECNOLOGIAS LTDA**, **CNPJ nº 41.384.782/0001-97**

Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Telemedicina com o objetivo de ampliar e melhorar o atendimento especializado à população, integrando os serviços de saúde primários com as especialidades médicas por meio de soluções tecnológicas.

Objetivo do Aditivo: O objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 626/2025.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica Prorrogado o prazo de Vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, até **12 de agosto de 2027**.

Do Reajuste do Valor Contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo reajustado conforme o INCP (IBGE), de **R$ 1.251.575,21 (um milhão, duzentos e cinquenta e um mil, quinhentos e setenta cinco reais e vinte e um centavos).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 11 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:4B4323C3

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 145/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Item

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de dispositivo para medição e exibição da velocidade de pedestres/corredores, destinado à realização de testes de velocidade pela Diretoria de Esporte e Lazer do Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 25/08/2026

ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 25/08/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 25/08/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 11 de agosto de 2026.

MICHELE TAIS CLARO GUEDES
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:33E44511

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 146/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Global

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de materiais e mão-de-obra necessários para a execução de sistemas de cerca elétrica e/ou alarme por sirene, bem como sistemas de monitoramento com cerca elétrica e/ou alarme, destinados a todas as Secretarias deste Município, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 27/08/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 27/08/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 27/08/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 11 de agosto de 2026.

GABRIEL RIBEIRO DO MONTE
Pregoeiro

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:9306533E

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 147/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Item

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual contratação de empresa especializada na locação de estruturas para eventos, compreendendo tendas, estandes, cadeiras plásticas e demais itens correlatos, incluindo os serviços de transporte, montagem, desmontagem e manutenção, visando atender às demandas dos eventos institucionais, ações e demais atividades promovidas pela Administração Municipal, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 28/08/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 28/08/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 28/08/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 11 de agosto de 2026.

GABRIEL RIBEIRO DO MONTE
Pregoeiro

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:A82EB6F7

COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 013/2026

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, torna público que fará realizar, às **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 28/08/2026, ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 28/08/2026, INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min** do dia **28 de agosto de 2026**, na (BLL) Plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, pelo site https://bllcompras.com/, realizará licitação na modalidade Concorrência, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, do tipo menor preço, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do Objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Vias Urbanas	Pavimentação em CBUQ	25.059,42 m²	360 dias

A pasta técnica com o inteiro teor do edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura www.guaira.pr.gov.br pelo link "Compras Públicas" e na Plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL pelo site https://bllcompras.com/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Guaíra (PR), em 11 de agosto de 2026.

GRAZIELA BARBOSA DE AZEVEDO
Agente de Contratação

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:90D7651A

CONSAMU
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

OBJETO: O Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, consórcio público, sem fins lucrativos, com pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ 17.420.047/0001-07, torna público, que realizará no dia **24/08/2026** às **08h31min** a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** que tem por objeto **"**Aquisição de materiais e

equipamentos hospitalares para o Samu.". Início da sessão de disputa de preços às **09h00min** do dia **24/08/2026.** A retirada do edital poderá ser realizada através de solicitação encaminhada para o e-mail: licitacao@consamu.com.br, pelo site www.novobbmnet.com.br ou na Sede Administrativa do CONSAMU, situado à Rua Uruguai, nº 283, Setor de Compras/Licitação, Bairro Alto Alegre, Cascavel – PR. Telefone: (045) 3036-7117 – Site: https://www.consamu.com.br/

Cascavel – PR, 11 de agosto de 2026.

DANILO GUSTAVO NOBRE FIUZA
Encarregado do Setor de Compras e Licitações/ Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:54A5D42F

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO DO CONTRATO – Nº 033/2025 – PREGÃO Nº 27/2025

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: STERILE SERVIÇOS DE ESTERILIZALÇÃO – EIRELI - EPP
OBJETO: Pelo presente termo renova-se a execução e vigência pelo período de 12 (doze) meses a partir de 27 de agosto de 2026. O valor total estimado da renovação será de R$ 23.278,05 (Vinte e três mil duzentos e setenta e oito reais e cinco centavos). Não haverá reajuste contratual, conforme anuência das partes.
FIRMADO EM: 10 de agosto de 2026.
PROC. ADMINISTRATIVO: 556/2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Antonio Carlos De Andrade Soares

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:E4544536

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO DO CONTRATO – Nº 034/2025 – PREGÃO Nº 29/2025

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: ESSENCIAL MANIPULAÇÕES ESPECIAIS LTDA
OBJETO: Pelo presente termo renova-se a execução e vigência pelo período de 12 (doze) meses a partir de 29 de agosto de 2026. O valor total estimado da renovação será de R$ 34.200,00 (Trinta e quatro mil e duzentos reais). Não haverá reajuste contratual, conforme anuência das partes.
FIRMADO EM: 10 de agosto de 2026.
PROC. ADMINISTRATIVO: 428/2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Francis Wagner Kuhn

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:33F70880

CONSAMU
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EMPREGADOS PÚBLICOS PARA O CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DOS OESTE DO PARANÁ / CONSAMU
EDITAL Nº 141/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:
1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 029/2026, nos termos deste edital.
2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **12/08/2026 a 18/08/2026**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
04º	198/2026	BERENICE FATIMA ALVES	Técnico em Enfermagem	Tupãssi

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Processo Seletivo, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Processo Seletivo o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.
5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:
- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).

OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.
- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social.
7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Teste Seletivo, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila. Publique-se.

Cascavel, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:BAE7E274

PROJUR
LEI Nº 2.491/2026 DATA: 11.08.2026 EMENTA: ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º E 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.488, DE 24 DE JULHO DE 2026, PARA CORREÇÃO DA NOMENCLATURA DE FONTE DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a descrição da Fonte de Recursos para AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A, constante nos quadros demonstrativos do art. 1º e do art. 2º da Lei Municipal nº 2.488, de 24 de julho de 2026, no âmbito do Órgão 11 (Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente) e Unidade 002 (Diretoria de Obras); Função 15 (Urbanismo); Subfunção 451 (Infraestrutura Urbana); Programa 11 (Guaíra em Obras); Projeto/Atividade 1015 (Mobilidade Urbana e Rodoviária); que passa a vigorar com a seguinte redação:

Órgão	**11**	**Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente**	
Unidade	**002**	**Diretoria de Obras**	
Função	**015**	**Urbanismo**	
Subfunção	**451**	**Infra-EstruturaUrbana**	
Programa	**11**	**Guaíra em Obras**	
Projeto/ Atividade	**1015**	**MOBILIDADE URBANA E RODOVÍARIA**	
Fonte	**625**	**AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ – S.A**	
Ref	1464	3449051000000000–Obras e instalações	R$11.318.441,64
TOTAL			**R$11.318.441,64**

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições, valores e destinações constantes na Lei Municipal nº 2.488, de 24 de julho de 2026.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:C411CA7B

PROJUR
PORTARIA Nº 487/2026 DATA: 11.08.2026 EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os n°s 3.049/2022, 085/2025, 3.380/2025 e 4.050/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias aos Servidores Públicos Municipais, mencionados a seguir:

Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	Início/Final
Cassia Cassiane de Oliveira Menezes	22381-05	2025/2026	11/08/2026 a 25/08/2026
Denise Maria Pinto Vieira	29378-01	2025/2026	10/09/2026 a 24/09/2026
Fernando Luis Guckert Pereira	30649-02	2025/2026	01/09/2026 a 30/09/2026
Luana Delmondes	17779-01	2024/2025	02/09/2026 a 01/10/2026
Lucia Maria Freire	25364-01	2025/2026	24/08/2026 a 12/09/2026
Samira Klauck de Macedo Balem	29773-06	2025/2026	31/08/2026 a 14/09/2026
Waldir Azevedo dias	20842-02	2023/2024	11/08/2026 a 09/09/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:31EBC01D

PROJUR
PORTARIA Nº 488/2026 DATA: 11.08.2026 EMENTA: DIVULGA AS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS PARA O CURSO PREPARATÓRIO DE GESTÃO ESCOLAR NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e,

Considerando Lei Municipal nº 1965, de 28 de dezembro de 2015;
Considerando Lei Municipal 2250/2022 de 03 outubros de 2022;

Considerando Lei Municipal 1939/2015 de 23/06/2015;
Considerando Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020;

Considerando o Edital n° 04/2026 da Secretaria Municipal de Educação de 05/08/2026;

Considerando o memorando online sob o n° 212/2025**,**

RESOLVE:

Art. 1º Divulgar as inscrições homologadas para o curso de Gestão Escolar, nos termos do Edital n° 04/2026 da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

Relação nominal dos inscritos no curso de Gestão Escolar

Números	Nome dos profissionais
01	Adriana Azevedo da Luz
02	Adriana de Carvalho Dias
03	Afranio Cristian do Nascimento
04	Alessandra Martines da Silva
05	Alexandro Cleiton dos Reis
06	Ana Maria Macedo
07	Andrelina Simone de Souza Siqueira
08	Andreza Daniela de Pádua Lima
09	Angelica Adriana Vignoto dos Reis
10	Arlene Oliveira dos Santos Lopes de Carvalho
11	Carla Gisele Rios da Conceição
12	Claudia Cunha
13	Cleide dos Santos
14	Cristiana Silva de Jesus Freitas
15	Cristiane Dutra da Silva
16	Daiane Graciele Marth Kraemer Manesco
17	Daiane Iara Guedis
18	Daniela Backes Cordeiro
19	Daniela Cavaliere do Espirito Santo
20	Daniela Cristina Mendonça de Oliveira dos Santos
21	Daniele Cristina Fischer de Oliveira
22	Débora Cristina da Conceição

23	Edenice Matheus
24	Eduarda Cristina David Neves
25	Eliane Maringá Galvão
26	Eliane Regina Gonçalves de Sales
27	Eliza Regina da Silva
28	Fabiana de Oliveira Freire
29	Fabiana Jacó da Silva Salvaterra
30	Fabiana Marques Tramontini
31	Fabiano Camargo Ribeiro da Silva
32	Fernanda Lopes Marcante Baches
33	Fernanda Martins Okada Ten Caten
34	Fernando Luís Ames Lima
35	Franciele Fernanda Silva Cordeiro
36	Francieli Ferreira Tochetto
37	Gabriele Nátalle Trevisan da Silva
38	Gessiane Maria leite
39	Giane Lucia dos Reis Branco
40	Gilmar Soares da Fonseca
41	Gisele Ruiz Althman da Silva
42	Gislaine Rodrigues Padilha dos Reis
43	Gleicy Kelly Meneghete dos Santos
44	Helena Mercedes Bibiana Nascimento
45	Ilma Gonçalves de Souza Leite
46	Ivanete Jacinta Polak Sutil
47	Jane Maria de Oliveira Rocha
48	Josiane Frandoloso Rosa
49	Jucelia Ghisi Paludo
50	Juliane Alessandra Cavalieri dos Santos
51	Juliane Paula Ribeiro Rocha
52	Laudicéia Martins dos Reis Carneiro da Silva
53	Leila Ideli Gevehr Pawlak
54	Leir Alves da Silva Fincke
55	Leonardo Barbosa
56	Leonardo Graciano de Morais
57	Leticia Fernanda Mendonça Gois
58	Leticia Nepomuceno da Silva
59	Luciano Icassatti de Jesus
60	Lucila Fernanda de Oliveira
61	Luzia de Almeida de Moura
62	Maiara Cremonesi Ganacin Biscliliari
63	Mara Dhulle dos Santos Silva
64	Marcela Cristiane Pena Basquera
65	Maria José Dias
66	Maria Luísa Garcia Canato
67	Maria Regina de Albuquerque
68	Maria Rute da Silva Ames
69	Marina Julieta Vidal Rêgo
70	Marineide Marcelina Góes
71	Mariney Aparecida Sobral da Silva
72	Míriam Quesia Cardoso
73	Natachia Carolina de Oliveira Alves de Oliveira
74	Nilda de Freitas Bonfim Musial
75	Noeli Gonçalves da Silva de Souza
76	Patricia Souza Lima Santana
77	Pérola Ribeiro Cruz Lima
78	Priscila Maciel Bittencourt
79	Rayssa Giovanna Ribeiro Rocha
80	Regiane dos Santos
81	Regina Vieira Coutinho de Souza
82	Renata de Lima Dalla Vecchia
83	Rosângela Batista de Lima dos Santos
84	Rosângela Gonçalves da Silva
85	Rosangela Lázari de Freitas Dalla Costa
86	Roseli Althman Turra
87	Rosilene Leite Latrônico
88	Sara de Fátima Varolo dos Santos
89	Sheila Patrícia de Souza Coelho
90	Sidilene Caciano Silva
91	Sirlene Silva de Novais Moura
92	Solange da Silva
93	Solange da Silva Horlando
94	Sonia Gomes da Silva
95	Sônia Maria Martins Ketterer
96	Sueli Ferreira Jeronymo
97	Sueli Vicente Rodrigues de Paula
98	Tainara Cristina de Oliveira
99	Tatiane Borges de Oliveira Silva
100	Tieli Hortencia de Moura
101	Valéria Capatti Botega
102	Vânia Aparecida Backes
103	Vera Lúcia de Oliveira Managó

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:99D87723

PROJUR
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO PORTARIA Nº 479/2026 DATA: 07.08.2026 EMENTA: TRANSFERE DE LOTAÇÃO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o memorando online sob o nº 2.116/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Transferir de lotação a Servidora Pública Municipal a seguir mencionada:

Nome / Cargo	Matrícula nº	Da	Para	A partir de
Claudete Alves Martins /Agente de Posto de Saúde	12262-01	Diretoria de Gestão Plena/Média e Alta Complexidade - Efetivos	Diretoria de Vigilância em Saúde/Vigilância Epidemiológica - Efetivos	05/08/2026
Elisana Diniz Meira Gevehr /Agente de Posto de Saúde	12270-02	Diretoria de Atenção Primária/Centro Odontológico - Efetivos	Diretoria de Gestão Plena/Média e Alta Complexidade - Efetivos	05/08/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 05 de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, E, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 07 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:ED3381CC

PROJUR
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO PORTARIA Nº 484/2026 DATA: 10.08.2026 EMENTA: ATRIBUI E EXCLUI GRATIFICAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, PELO EXERCÍCIO DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE NO TRANSPORTE ESCOLAR - GATE, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊN

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas no artigo 84 da Lei Orgânica do Município de Guaíra e no Decreto Municipal nº 490/2025 de 05/09/2025, e,

Considerando a Lei Municipal nº 2.400/2025 que institui Gratificação de Atividade no Transporte Escolar – GATE aos servidores no exercício de funções no transporte escolar;

Considerando o memorando online sob o n° 2.869/2022,

RESOLVE:

Art. 1º Fica atribuída a gratificação no valor de R$ 1.881,00 (mil e oitocentos e oitenta e um reais), pelo exercício da Gratificação de Atividade no Transporte Escolar - GATE ao servidor da função de Motorista de Veículos, lotado na Diretoria de Transporte Escolar da

Secretaria Municipal de Educação do Município de Guaíra, Estado do Paraná, que conduz Ônibus, Micro-Ônibus e Vans, a partir de 05 de agosto de 2026, conforme segue:

Matrícula	Nome	Horário	Lotação
30134-01	Adeilton de Santana dos Santos	06h as 19h30	SMED

Art. 2º Fica excluída a gratificação do servidor público municipal pelo exercício da Gratificação de Atividade no Transporte Escolar - GATE, do Município de Guaíra, Estado do Paraná, a partir de 04 de agosto de 2026, conforme segue:

Matrícula	Nome	Horário	Lotação
30872-01	Marcelo Caetano dos Santos	06h as 19h30	SMED

Art. 3º A Gratificação será reajustada na mesma época e na mesma proporção que do reajuste dos vencimentos dos Servidores Municipais.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo eficácia retroativa conforme constam nos artigos 1º e 2º desta Portaria.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 10 agosto de 2026

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:BAAA52E9

PROJUR
TERMO DE INTIMAÇÃO FISCAL

VALDIR NEY BALDUINO
CPF XXX.184.419-XX
Endereço: Rua Monjoli, 647 – Vila Velha
CEP 85980-075
GUAÍRA - PARANÁ

Registrado no memorando online sob o n° 2.190/2026.

TERMO DE INTIMAÇÃO FISCAL

Prezado Senhor

Para darmos continuidade à análise do requerimento protocolizado por vossa senhoria, sob nº 20732 em 11/06/2026, no qual pleiteia o reconhecimento da decadência tributária, referente ao ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) incidente sobre o conjunto de edificações totalizando 525,145m2, dos quais afirma constar somente 164,85m2 no Cadastro Imobiliário Municipal, existentes no imóvel denominado lote 02 da quadra 09, do loteamento ALPMG, fica vossa senhoria intimada a apresentar à esta Fiscalização, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, os seguintes documentos:

- Certidão de Inteiro Teor;
- Matrícula atualizada;
- Cópias do RG e do CPF do requerente.

A falta de atendimento ao acima solicitado no prazo descrito, ocasionará o indeferimento da solicitação, por desinteresse de vossa parte.

Guaíra, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DIEZ LOYOLLA
Fiscal de Tributos
Matrícula 18040-1

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:D095F571

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 117/2026, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO 117/2026, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES; CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.728/2023, DE 05 DE ABRIL DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaraci, Estado Paraná, Senhor **MARCOS ANTONIO DE SOUZA**, no uso das suas atribuições legais como prevê o artigo 3º, § 2º, b, da Lei Municipal nº 1.728/2023,

CONSIDERANDO os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos adicionais, da Resolução nº 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e de outros diplomas internacionais, que estabelecem medidas de prevenção, proteção e cuidado à criança e ao adolescente em situação de violência.

CONSIDERANDO o disposto na Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o "sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Destaca-se, em particular, o artigo 2º, parágrafo único, que determina que a União, os Estados e os municípios desenvolvam "políticas integradas e coordenadas que visem garantir os direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito das relações domésticas, familiares e sociais, para resguardá-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, abuso, crueldade e opressão".

CONSIDERANDO as diretrizes constantes no Decreto Presidencial nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei 13.431/2017, destacadamente o inciso I, do artigo 9º, que determina a instituição de um comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência

CONSIDERANDO os princípios que regem a administração pública, notadamente os da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 88, inciso II, da Lei Federal bnº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como no artigo 227, § 7º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes , está ligada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é Órgão Integrante do Sistema Municipal de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tem por finalidade essencial colaborar para a Proteção e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no que tange à Vida, à Saúde, à Alimentação, à Educação, ao Esporte, ao Lazer, à Profissionalização, à Cultura, à Dignidade, ao Respeito, à Liberdade, à Convivência Familiar e Comunitária, à Segurança; além de colocá-los a salvo de toda forma de Negligência, Discriminação, Exploração, Violência, Crueldade e Opressão;

DECRETA:
Art. 1º Instituir a Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, no âmbito Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Rede de Cuidado e Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, com a finalidade de articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e o

aprimoramento da integração da referida comissão, conforme as normas e instrumentos municipais, estaduais, nacionais e internacionais relacionados aos direitos das crianças e dos adolescentes de modo a consolidar uma cultura de proteção.

Art. 2º Para efeitos das ações deste Comitê, nos termos da Lei 13.431/2017 e do Decreto 9.603/2018, considera-se:

I - Violência física, entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico;

II - Violência psicológica:

a) qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (bullying) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional;

b) o ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este;

c) qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha;

III - violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:

a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro;

b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;

c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação;

IV - Violência institucional, entendida como por agente público no desempenho de função pública, em instituição de qualquer natureza, por meio de atos comissivos ou omissivos que prejudiquem o atendimento à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência, inclusive quando gerar revitimização;

V - Revitimização - discurso ou prática institucional que submeta crianças e adolescentes a procedimentos desnecessários, repetitivos, invasivos, que levem as vítimas ou testemunhas a reviver a situação de violência ou outras situações que gerem sofrimento, estigmatização ou exposição de sua imagem; Parágrafo único. A definição de criança e adolescente é aquela estabelecida pela Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 3º O Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência (CMRPC) deve atuarem estreita sintonia com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) no sentido implementar os princípios, diretrizes e objetivos da Lei 13.431/2017, do Decreto 9.603/2018 e da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (PNDHCA). Para tanto seus objetivos são:

I – Propor às instâncias competentes políticas concretas de prevenção de todas as formas de violência contra crianças e adolescentes;

II – Promover a integração das diversas políticas e planos municipais afetos à promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, de forma a ampliar e fortalecer ações intersetoriais voltadas para o enfrentamento de todas as formas de violência contra elas.

III – Articular, fortalecer e coordenar os esforços municipais para eliminação de todas as formas de violência contra crianças e adolescentes.

IV – Acompanhar e monitorar as ações de enfrentamento das diversas formas de violência contra crianças e adolescentes em Ribeira do Pombal-Ba.

Art. 4º O Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência (CMRPC) deverá ser composto por um representante, titular e respectivo suplente, dos seguintes órgãos e entidades:

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;
-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS;
-CONSELHO TUTELAR;
-CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
-ESCOLAS MUNICIPAIS:
- ESCOLAS E COLÉGIOS ESTADUAIS:
- CEMEIs MUNICIPAIS:
- APAE
- NASF

§1º O tempo de mandato do CMRPC é de dois anos, prorrogáveis por igual período.

§2º Os membros do Comitê serão indicados por suas entidades ou instituições, e nomeados por Resolução do CMDCA, ou Decreto da Prefeitura, pelo prazo nele indicado, podendo ser substituídos, a qualquer tempo, a critério do órgão que representam.

Art. 5º O CMRPC é uma instância de gestão pública de caráter articulador e coordenador das atividades operacionais de execução das políticas de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes as quais são implementadas pelas pastas das políticas setoriais da prefeitura e instituições do sistema de justiça.

Art. 6º O Comitê do CMRPC deverá ser composto por um representante de cada um dos segmentos: Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e juntamente com o representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar.

Art. 7º Sempre que se fizer necessário, o CMRPC poderá criar comissões intersetoriais temporárias ad hoc, com tempo de mandato e composição adequadas às demandas das políticas e planos de promoção, proteção e defesa de direitos da criança e do adolescente.

§1º As comissões intersetoriais ad hoc podem contar com profissionais (especialistas), especialmente designados para tal finalidade.

§2º As comissões intersetoriais que porventura forem criadas podem criar grupos de trabalho de natureza técnica, de caráter provisório, devendo ser explicitados objetivos/finalidade, atribuições específicas componentes, e tempo de funcionamentos claramente definidos. Os GTs devem ser coordenados por integrantes oficiais do CMRPC e sua criação e a nomeação de seus integrantes efetivadas pelo Comitê.

Art. 8º As reuniões plenárias colegiadas ordinárias deverão ocorrer bimestralmente, obedecendo um calendário anual aprovado no início de cada ano, convocadas pela Comitê.

§1º. O Comitê poderá, justificada a necessidade, convocar reuniões plenárias colegiadas extraordinárias.

§2º. As reuniões do CMRPC, ordinárias ou extraordinárias, iniciar-se-ão no horário previsto na convocação, com a presença da maioria simples de seus membros, ou meia hora após com qualquer número de presentes e deliberará por maioria simples dos presentes.

§3º. As decisões devem ser tomadas preferencialmente por meio de consenso e, na impossibilidade deste, por meio de voto da maioria simples dos seus membros, sendo este restrito aos membros natos do CMRPC.

§4º. As decisões devem ser reduzidas a termos e aprovadas, no mais tardar, uma semana após realizada a reunião plenária colegiada.

Art. 9º Os atos de gestão e governança do CMRPC são oficializados por meio de atos normativos internos e normas técnicas.

§1º. Os atos administrativos internos (ADI/CMRPC) objetam, entre outros, os atos estruturação interna do Comitê como criação de grupos

de trabalho e designação dos seus membros e oficialização de normas internas aprovadas pelo Comitê.
§2º. As normas técnicas visam orientar os procedimentos relativos aos fluxos e protocolos de atendimento integrado às vítimas e testemunhas de violência.
§3º. As normas técnicas serão encaminhadas aos conselhos municipais setoriais afim de subsidiar as Políticas Públicas de enfrentamento e combate às diversas formas de violência contra crianças e adolescentes.
Art. 10. Por ocasião da sua primeira reunião plenária colegiada, o CMRPC deverá aprovar ato normativo interno detalhando os procedimentos e normas de funcionamento do Comitê bem como o plano e cronograma de trabalho.
Art. 11. O representante do Órgão do Poder Executivo membro da Coordenação Executiva ficará responsável pelo suporte administrativo, estruturação e garantia funcionamento do CMRPC.
Art. 12. São nomeados para integrar o COMITÊ DE GESTÃO COLEGIADA DA REDE DE CUIDADO E DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, vítimas ou testemunhas em GUARACI-PARANÁ, os seguintes membros:
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
JOSIMARA DA CRUZ MATHEUS (ASSISTENTE SOCIAL)
MARIELE ROSA DOS SANTOS PORTUGUÊZ (PSICOLOGA)
MISMONIA FERREIRA GOMES (SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCAL DE GUARACI)
LORENA ALZIR SOUZA ALEXANDRE (SCFV)
DAMARIS VALÉRA DA SILVA (CADASTRO ÚNICO)
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
LEILA PEEREIRA DE OLIVEIRA LIMA (COODENADORA PEDAGÓGICA)
TALITA DE MOURA CABRAL CARVALHO (SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO).
MARINA APARECIDA TEIXEIRA DE ANDRADE (PSICÓLOGA DA EDUCAÇÃO)

-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:
ARIANE ROSA BATISTA CALZAVARA (PSICÓLOGA DA SAÚDE)
MANOELY FERRARI XAVIER (PSICÓLOGA DA SAÚDE)

-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:
PAULO HENRIQUE PADILHA (SECRETÁRIO FINANCEIRO)
ALISSON GUSTAVO VIEIRA DA SILVA (CHEFE DE GABINETE)

-CONSELHO TUTELAR:
DENISE MENDES DE OLIVEIRA MENDONÇA DOS SANTOS
SIMONE AMBRÓSIO DE ABREU
ARI FERREIRA DOS SANTOS
ROSENI DOS SANTOS
ARLINDO ANTÔNIO SILVA FILHO

- CONSELHO MUNUCIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:
MARUILTON CONCEIÇÃO SOARES (PRESIDENTE DO CMDCA DE GUARACI)
ZELINA MARIA ALVES FEITOSA (CONSELHEIRA DO CMDCA)
MARIA NEVES BARBOSA SILVA (CONSELHEIRA DO CMDCA)

-ESCOLAS MUNICIPAL WILSON JAN DE GIULLI:
- PAULA INCERILO DA SILVA (COODENADORA PEDAGÓGICA)
- SINTIA MARIA COLOMBAR DA SILVA (DIRETORA)

- COLÉGIO ESTADUAL ESTADUAL CARMELA DURA
TATIANE KARINA DE SOUZA (COODENADORA PEDAGÓGICA)

-CEMEI RECANTO DA ALEGRIA:
JACI DIAS RODRIGUES (DIRETORA)

-CEMEI PEQUENÓPOLIS:
MONICA APARCIDA DA SIILVA (COODENADORA PEDAGÓGICA)

- APAE:
MARIA EDUARDA DOS SANTOS BARIDOTI (ASSISTENTE SOCIAL)
SIRLEI RAMOS DOS SANTOS (DIRETORA)

- ESCOLA ESTADUAL EMÍLIO DE MENESES
TAIS TOLOY

Art. 13º - Instituir a Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, no âmbito Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a finalidade de articular ações e políticas públicas relativas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.
Art. 14º -A Comissão é órgão de consulta, de estudos e de articulação da rede de proteção a crianças e adolescentes, à qual compete:
I - Propor a Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e ao Conselho Municipal dos Direitos das Criança e dos Adolescentes a revisão e a atualização do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes;
II - Propor a Secretaria Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente políticas, programas, projetos e ações relacionados ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em situações emergenciais e em casos específicos que não estejam contemplados no Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual;
III - Elaborar orientações para a atuação governamental sobre o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes;
IV - Acompanhar e monitorar as políticas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; e
V - Promover a articulação dos órgãos e das entidades públicos e privados com atuação no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.
§ 1º O Coordenador da Comissão poderá convidar agentes públicos, especialistas e pesquisadores de instituições públicas e privadas e representantes de associações que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos das crianças e dos adolescentes, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.
Art. 15º - A Comissão se reunirá, em caráter ordinário, mensalmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação de seu Coordenador.
§ 1º O quórum de reunião da Comissão poderá ocorrer com 50% mais 1 e o quórum de aprovação é de maioria simples.
§ 2º Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o Coordenador da Comissão terá o voto de qualidade.
Art. 16º - Os membros da Comissão deverão participa presencialmente das reuniões ou pôr videoconferência em caso de excepcionalidade os que não se encontrarem no município poderão participar por, nos termos do disposto no Decreto nº 10.416, de 7 de julho de 2020.
Art. 17º - A Secretaria-Executiva da Comissão será exercida pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 18º- A participação na Comissão será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.
Art. 19- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições anteriores.
PUBLICA-SE, REGISTRA-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaraci/PR, aos 11dias do mês de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:1318C838

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO MUNICIPAL Nº 118/2026, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO MUNICIPAL Nº 118/2026, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL MUNICIPAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO NO MUNICÍPIO DE GUARACI-PR, NOMEIA SEUS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI-PR**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e considerando a necessidade de articular as políticas de assistência social, saúde e educação para o cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família:

DECRETA:
Art. 1º Fica instituída a**Comissão Intersetorial Municipal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único**, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, com a finalidade de planejar, monitorar e avaliar a gestão das condicionalidades e a execução das ações intersetoriais do programa.
Art. 2ºA Comissão será composta por, no mínimo, 01 (um) titular e 01 (um) suplente de cada uma das seguintes áreas governamentais:

I. Secretaria Municipal de Assistência Social (Gestão do Cadastro Único e PBF):

-Titular: **DAMARIS VALÉRIA DA SILVA-** (cargo de Coordenador da comissão);
-Suplente: **ANA MARIA BIACIO** - (Assistente Social da SMAS de Guaraci).

II. Secretaria Municipal de Educação:
-Titular: **TALITA DE MOURA CABRAL CARVALHO** - (Secretaria de Educação)
- Suplente: **LEILA PEREIRA DE OLIVEIRA LIMA** - (Coordenadora pedagógica geral)

III. Secretaria Municipal de Saúde.
-Titular: **ALEX FERNANDES MONTEIRO FARIAS** - (Secretário Municipal da Saúde de Guaraci)
-Suplente: **FLAVIA MABILE MOREIRA BARBOZA** - (Coordenadora da Ação Primaria da Saúde de Guaraci)
§ 1ºA coordenação da Comissão será exercida pelo Coordenador Municipal do Programa Bolsa Família.
§ 2º Os membros serão nomeados por Portaria específica, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.
Art.3º Compete à Comissão Intersetorial:

I. Elaborar e implementar o plano de acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades;

II. Garantir a atualização periódica dos dados de frequência escolar e de saúde nos sistemas federais;

III. Promover a integração de serviços para famílias em situação de vulnerabilidade;

IV. Realizar reuniões periódicas para avaliar o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) e propor melhorias na aplicação dos recursos.
Art. 4º As funções dos membros da Comissão serão consideradas serviço público relevante, não sendo remuneradas.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaraci/PR, aos 11 dias do mês de maio de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:8C5E0ADD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
CNPJ 75.845.537/0001-51
EXTRATO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO-PSS

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraci
Contratada: RENE CRISTIAN SANDOVAL TAPIA
Cargo: Farmacêutico 11/08/2026 a 10/09/2026
Carga Horária Semanal: 20 horas
Salário: R$ 2.701,57
Objeto: Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:36C2068F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 1895

Dê: 11 de agosto de 2026.

Súmula: Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1667 de 07/12/2021 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aprovou e Eu prefeito Municipal, sanciono o seguinte,

LEI:

Art. 1º - O parágrafo 1º do art. 8º da Lei Municipal nº 1667/2021 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 8º. [...].
§ 9º - Para fins de apuração de dependência, invalidez, incapacidade ou deficiência, previstas nos incisos I deste artigo, tal condição deverá ter ocorrido enquanto o filho for menor de 18 (dezoito) anos de idade."

Art. 2º - O Inciso III do art. 10 da Lei Municipal nº 1667/2021 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 10 [...].
III - para os (as) filhos (as): pelo implemento da idade de 18 (dezoito) anos;"

Art. 3º - Fica revogado o § 2º do Artigo 21 da Lei 1667/2021.

Art. 4º - O Inciso II, III, IV do art. 27 da Lei Municipal nº 1667/2021 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 27 [...].
II - para filho ou pessoa a ele equiparada, de ambos os sexos, ao completar 18 (dezoito) anos de idade, salvo se for inválido ou com deficiência;
III - para filho inválido, pela cessação da invalidez;
IV - para filho que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, pelo afastamento da deficiência."

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, aplicando-se, ao que couber, aos benefícios concedidos a partir de 28 de dezembro de 2021.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 11 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:0CCFBAA2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2026

O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.022.508/0001-52, com sede Travessa Sete de Setembro – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000, por intermédio de seu Departamento de Compras e Licitações, torna público, para os fins do art. 72 c/c art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que pretende realizar a contratação direta, por Dispensa de Licitação, do objeto a seguir especificado:

1. ADJUDICOo objeto da presente dispensa de licitação à empresa SMI - SERVICOS, MOBILIARIO URBANO E ILUMINACAO LTDA, inscrito noCNPJ08.929.760/0001-90

2. HOMOLOGO, com fulcro no art. 75 inciso VIII da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a presente contratação direta por dispensa

3. OBJETO: Prestação de serviços de engenharia e terraplenagem para a locação de patrulha mecanizada pesada (escavadeira hidráulica, retroescavadeira e caminhões basculantes), englobando operadores, combustível e manutenção (Turnkey logístico). A contratação visa à execução imediata do desassoreamento hídrico e a recuperação de 28 km de infraestrutura viária rural sob o modelo de Economia Circular (reaproveitamento total de sedimentos nas vias), abrangendo as comunidades de Pedra Chata, Tagaçaba de Cima e Bromado, pelo prazo emergencial de 180 dias.
4. CONTRATADA: SMI - SERVICOS, MOBILIARIO URBANO E ILUMINACAO LTDA, inscrito noCNPJ08.929.760/0001-90

5. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: A contratação fundamenta-se no dever inafastável de autotutela do Município para evitar o iminente isolamento geográfico das comunidades rurais e o colapso do escoamento logístico/sanitário local. O risco foi deflagrado pelo desastre hidrológico classificado como Enxurrada (SISDC nº 144/2026), que provocou o transbordamento dos rios e a intrafegabilidade das vias adjacentes. A escolha recaiu sobre a empresa supramencionada por ter apresentado o menor preço exequível na cotação oficial. A vantajosidade e a economicidade dos preços estão materialmente justificadas e blindadas através de "Cesta de Preços" formulada nos autos, que limitou o BDI a 25% com base nos referenciais oficiais (SINAPI/SICRO) e confirmou a economicidade através de benchmarking legal com contratações de outros entes públicos, afastando qualquer sobrepreço ou ágio decorrente da situação emergencial.

6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente contratação direta fundamenta-se no Art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, em estrita observância ao Decreto Municipal nº 706/2026 (Declaração de Situação de Emergência). O ato decorre da imperiosa necessidade de restabelecimento de serviços públicos essenciais, com custeio vinculado e exclusivo através de Transferência Obrigatória (Ações de Resposta) repassada pelo Fundo Estadual para Calamidades Públicas (FECAP).

7. VALOR TOTAL:R$ 250.291,62 (Duzentos e cinquenta mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta e dois centavos).

8. PRAZO DE VIHEN CIA E EXECUÇÃO: O prazo de vigência e execução será de 06 (seis) meses.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS: Fica comunicado aos munícipes e aos Órgãos de Controle a efetivação desta contratação como medida de salvaguarda da infraestrutura pública e da vida. A documentação completa e integral do processo, incluindo o Documento de Formalização de Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência (TR), o Mapa de Riscos e a respectiva Reserva de Dotação, encontra-se devidamente autuada e disponível para consulta no Portal da Transparência do Município.

Guaraqueçaba/PR, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:89A22162

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 815/2026 DE 11/08/2026

MUNICIPIO DE GUARAQUECABA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 815/2026 de 11/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE GUARAQUECABA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1031/2026 de 08/01/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO CULTURA ESPORTE E LAZER	
12.001		DEPARTAMENTO DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
12.001.27.392.0006.2.183		REALIZACAO DAS A ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER	
390 - 3.3.90.30.00.00	2031	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
393 - 4.4.90.52.00.00	2031	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	23.000,00
		Total Suplementação:	25.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 1.7.2.9.99.0.1.03 PROGRAMA ESTADUAL ESPORTE QUE QUEREMOS - Conta 21867-7 - Fonte: 2031	25.000,00
Total da Receita:	25.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE GUARAQUECABA, Estado do PR, em 11 de Agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito(a)

Publicado por:
Marwin do Carmo Santos
Código Identificador:2D91697D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 816/2026 DE 11/08/2026

MUNICIPIO DE GUARAQUECABA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 816/2026 de 11/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE GUARAQUECABA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1031/2026 de 08/01/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de

R$52.122,00 (cinquenta e dois mil e cento e vinte e dois reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO CULTURA ESPORTE E LAZER	
12.001		DEPARTAMENTO DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
12.001.04.122.0002.2.180		FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
375 - 3.3.90.14.00.00	2029	DIARIAS - CIVIL	4.200,00
12.001.27.392.0006.2.185		PROMOCAO E REALIZACAO DO CALENDARIO DE EVENTOS CULTURAIS ESPORTIVOS E DELAZER	
401 - 3.3.90.39.00.00	2029	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
402 - 3.3.90.47.00.00	2029	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	800,00
12.001.27.392.0006.2.212		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
408 - 3.3.90.30.00.00	2029	MATERIAL DE CONSUMO	8.322,00
409 - 3.3.90.31.00.00	2029	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	24.000,00
411 - 3.3.90.36.00.00	2029	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	4.800,00
Total Suplementação:			52.122,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 1.7.2.9.99.0.1.02 PROGRAMA ESTADUAL ESPORTE QUE QUEREMOS - Fonte: 2029	52.122,00
Total da Receita:	52.122,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE GUARAQUECABA, Estado do PR, em 11 de Agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito(a)

Publicado por:
Marwin do Carmo Santos
Código Identificador:86D4EDAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PLANO DE TRABALHO TERMO DE COLABORAÇÃO
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 E ALTERAÇÕES POSTERIORES

I. IDENTIFICAÇÃO DOS PARTÍCIPES

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PARCEIRO PÚBLICO): Município de Guaraqueçaba/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SMMA).

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC PARCEIRA):
Razão Social: Colônia de Pescadores Z-2 de Guaraqueçaba.
CNPJ: 77.570.307/0001-52.
Natureza Jurídica: Associação Privada sem fins econômicos.
Endereço da Sede: Rua XV de Novembro, nº 28, Centro, Guaraqueçaba/PR, CEP 83.390-000.
Representante Legal: Mauricio Dias (Presidente Eleito).

1. DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA PARCERIA E O NEXO COM A ATIVIDADE DA OSC (Art. 22, inciso I, da Lei nº 13.019/2014)

1.1. Contextualização e Justificativa do Interesse Público

O município de Guaraqueçaba possui características geográficas e socioeconômicas peculiares, tendo na pesca artesanal, na maricultura e no extrativismo as principais matrizes de subsistência e desenvolvimento de sua população. Diante da complexidade territorial — que engloba a sede do município e diversas comunidades insulares — a Administração Pública enfrenta o desafio contínuo de garantir a capilaridade de seus serviços e o pleno atendimento aos trabalhadores que compõem este setor.

A manutenção da atividade pesqueira e a permanência do pescador artesanal na sua profissão dependem, fundamentalmente, do acesso a serviços de ordem administrativa e burocrática.
Atualmente, o pescador artesanal e o aquicultor familiar necessitam de suporte técnico especializado para a consecução de atos essenciais à sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, tais como: a emissão de notas fiscais de produtor , o lançamento de informações no e-Social e a geração de DARF para recolhimento do INSS (Funrural) , a instrução de processos de benefícios previdenciários (como seguro-defeso, auxílio-doença, salário-maternidade e aposentadoria rural) , e as regularizações perante a Capitania dos Portos.

A desassistência nessas áreas não apenas inviabiliza o exercício legal da profissão, mas também afeta a arrecadação municipal e a economia local, caracterizando a prestação desse suporte como uma política pública de iminente interesse social e econômico.

1.2. Nexo de Causalidade e a Capacidade Técnica da OSC

Para a efetivação desta política pública, o Município de Guaraqueçaba verifica a imperiosa necessidade de atuação em regime de mútua cooperação com a sociedade civil. Neste cenário, a Colônia de Pescadores Z-2 de Guaraqueçaba apresenta-se como a única Organização da Sociedade Civil (OSC) dotada de legitimidade e capacidade instalada para a execução do objeto proposto.

A referida entidade constitui-se como a legítima representante dos trabalhadores profissionais do setor artesanal da pesca na base territorial do Município de Guaraqueçaba, reconhecida nos termos do art. 8º da Constituição Federal e da Lei nº 11.699/2008. O seu Estatuto Social consagra, em obediência ao princípio da unicidade de representação, a vedação da existência de outra colônia ou entidade congênere representativa da mesma categoria na referida base territorial.

Ademais, o nexo causal entre a realidade a ser transformada e as atividades da OSC é irrefutável, visto que o seu Estatuto Social prevê expressamente como suas prerrogativas e deveres:

A representação da categoria profissional nas negociações junto aos Poderes Públicos (Art. 2º, inciso I);
A atuação como elemento de ligação entre os associados e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), bem como demais órgãos públicos (Art. 2º, inciso VI);
A promoção de assistência técnica, qualificação e suporte administrativo contínuo.

Portanto, a Colônia de Pescadores Z-2 detém não apenas o monopólio da representação legal da categoria na região, mas também a infraestrutura física adequada na sede do município e a expertise institucional para atuar como o braço operacional de extensão e assistência aos pescadores. A formalização deste Termo de Colaboração garante que o fomento público alcance seu destinatário final com eficiência, legalidade e respeito à dinâmica territorial de Guaraqueçaba.

2. DESCRIÇÃO DE METAS A SEREM ATINGIDAS E DE ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS (Art. 22, inciso II, da Lei nº 13.019/2014)

Para a consecução do interesse público fundamentado neste Plano de Trabalho, a parceria estabelece metas claras, objetivas e passíveis de aferição. O escopo central visa garantir a universalização do acesso dos pescadores artesanais, aquicultores e assemelhados aos serviços de regularização fiscal, previdenciária e de assistência técnica, mitigando a vulnerabilidade social e assegurando a formalidade da atividade pesqueira no Município de Guaraqueçaba.

As ações serão executadas de forma contínua durante a vigência da parceria, com base nas seguintes metas e respectivos parâmetros quantitativos:

META 1: Manutenção da Infraestrutura de Atendimento e Suporte Operacional

• **Descrição:** Garantir a disponibilidade e o pleno funcionamento de espaços físicos estruturados para o acolhimento e atendimento contínuo aos trabalhadores do setor artesanal da pesca, assegurando condições salubres, conectividade e suporte logístico para a execução dos serviços administrativos.
• **Atividades Vinculadas:** Manutenção operacional da Sede da Colônia Z-2 (Rua XV de Novembro, Centro, Guaraqueçaba).

Garantia de insumos, conectividade (internet) e energia elétrica essenciais para o funcionamento dos sistemas governamentais de emissão de notas e cadastros.
Apoio logístico para a extensão dos serviços às comunidades insulares, notadamente na região de Superagui.

• **Quantitativo:** Manutenção ininterrupta de 01 (um) posto central de atendimento na Sede do Município e suporte operacional contínuo aos polos de atendimento nas ilhas durante os 12 (doze) meses de vigência do termo.

META 2: Execução de Serviços de Regularização Fiscal, Previdenciária e Marítima

• **Descrição:** Prestar assessoria técnica e administrativa direta aos pescadores artesanais para a regularização de suas atividades produtivas, cumprimento de obrigações tributárias e acesso a direitos sociais assegurados por lei.
• **Atividades Vinculadas:**

• Emissão de Nota Fiscal de Produtor referente às operações de venda de pescados, crustáceos e moluscos.
• Realização de lançamentos no sistema e-Social e respectiva geração do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) para o recolhimento da contribuição ao INSS (Funrural).
• Assessoria na montagem, instrução e protocolo de processos administrativos de benefícios junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), compreendendo: seguro-defeso, auxílio-doença, salário-maternidade e aposentadoria rural.
• Orientação e suporte burocrático para a regularização de embarcações junto à Capitania dos Portos.

• **Quantitativo:** Atendimento a 100% (cem por cento) da demanda espontânea dos trabalhadores da pesca do município que buscarem os postos de atendimento para a execução dos serviços listados, com a meta estimativa de processar as demandas mensais sem passivo de atrasos, resultando na emissão de relatórios mensais consolidados de atendimentos realizados.

META 3: Fomento, Extensão e Orientação Técnica Contínua

• **Descrição:** Promover a disseminação de informações e a orientação qualificada aos trabalhadores sobre as normas que regem a atividade pesqueira, fomentando a transição para sistemas de exploração sustentáveis e o fortalecimento das associações locais.
• **Atividades Vinculadas:**

• Prestar orientações técnicas rotineiras referentes ao exercício legal da atividade da pesca.
• Fomentar atividades de assistência técnica e extensão junto às comunidades insulares, apoiando associações de moradores e incentivando a maricultura sustentável.

• **Quantitativo:** Realização de atendimentos diários de orientação técnica nos postos físicos, com registro em planilhas ou sistemas de controle, garantindo a difusão da legislação pesqueira e ambiental vigente a todos os usuários dos serviços.

3. FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E DE CUMPRIMENTO DAS METAS (Art. 22, inciso III, da Lei nº 13.019/2014)

A execução do presente Termo de Colaboração dar-se-á sob o regime de mútua cooperação, unindo a capilaridade territorial e a legitimidade representativa da Colônia de Pescadores Z-2 ao suporte institucional e financeiro do Município de Guaraqueçaba. A metodologia de trabalho foi estruturada para otimizar os recursos públicos e garantir a máxima eficiência no atendimento à comunidade pesqueira.

3.1. Metodologia de Atendimento

Os serviços descritos nas metas serão prestados de forma contínua, em dias úteis e horário comercial, por meio de demanda espontânea (atendimento balcão) e busca ativa (visitas técnicas). O fluxo de atendimento concentrará as rotinas de regularização documental, emissão de guias e orientação previdenciária em postos físicos, operando como verdadeiros "centros de apoio ao pescador".

3.2. Responsabilidades Operacionais da Organização da Sociedade Civil (OSC)

Para o cumprimento das metas, caberá à Colônia de Pescadores Z-2:

Disponibilização de Infraestrutura: Garantir a utilização de sua sede administrativa (situada na Rua XV de Novembro, Centro) e de sua base de apoio na comunidade de Superagui como polos oficiais de execução da parceria.
Gestão Administrativa: Executar diretamente os serviços de emissão de Notas Fiscais de Produtor, guias do e-Social, recolhimentos do Funrural, e instrução de processos junto ao INSS e Capitania dos Portos.
Gestão de Custeio: Administrar os recursos financeiros repassados pelo Município de forma estrita e vinculada ao pagamento das despesas operacionais da parceria, garantindo a conectividade (internet), energia elétrica, água e materiais de consumo necessários à manutenção dos postos de atendimento.

3.3. Recursos Humanos da Parceria

Em estrita observância às diretrizes do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), a execução operacional das metas deste Plano de Trabalho dar-se-á por meio de equipe técnica própria da Organização da Sociedade Civil (OSC).

Alocação de Pessoal: Caberá à Colônia de Pescadores Z-2 a contratação, designação e gestão de 02 (dois) colaboradores dedicados exclusivamente ao atendimento das demandas desta parceria, garantindo o funcionamento contínuo dos postos de atendimento.
Subsídio Financeiro: O Município de Guaraqueçaba destinará, por meio do repasse mensal, o montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para subsidiar as despesas de remuneração e eventuais encargos sociais e trabalhistas destes 02 (dois) colaboradores (sendo R$ 2.500,00 alocados para cada profissional).
Ausência de Vínculo com a Administração Pública: Fica expressamente estabelecido que a contratação e o pagamento destes profissionais constituem responsabilidade exclusiva da Colônia Z-2. Não há, sob nenhuma hipótese, subordinação jurídica, hierárquica ou caracterização de vínculo empregatício destes colaboradores com o Poder Executivo Municipal, competindo à OSC arcar com eventuais complementações salariais ou rescisórias que ultrapassem o valor subsidiado pela parceria.
3.4. Gestão do Espaço Físico e da Base Insular

A utilização dos espaços físicos da Colônia Z-2 para a execução desta parceria configura a integração de esforços para a descentralização do atendimento público.

Manutenção da Base em Superagui: Considerando as peculiaridades geográficas do município e a necessidade imperiosa de garantir o acesso aos pescadores residentes nas comunidades insulares, fica formalmente autorizada a destinação de R$ 1.000,00 (um mil reais) mensais, oriundos do repasse municipal, especificamente para subsidiar os custos de locação imobiliária e/ou manutenção estrutural do posto de atendimento localizado na Ilha de Superagui.
A locação e a gestão administrativa do referido imóvel são de inteira responsabilidade da Colônia Z-2, devendo os respectivos

comprovantes (contrato de aluguel e/ou recibos) constar rigorosamente nas prestações de contas parciais.

4. DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS (Art. 22, inciso IV, da Lei nº 13.019/2014)

A fiscalização e o monitoramento desta parceria pautam-se pelos princípios da eficiência, da transparência e da supremacia do interesse público. O aferimento dos resultados será contínuo e fundamentado em evidências documentais e vistorias *in loco*, garantindo que os recursos transferidos pelo Município de Guaraqueçaba sejam convertidos, estritamente, em serviços efetivos à comunidade pesqueira.

Para tanto, o cumprimento das metas descritas no Item 2 será medido e comprovado por meio dos seguintes parâmetros e instrumentos de verificação:

4.1. Parâmetros de Aferição por Meta

• **Referente à Meta 1 (Manutenção da Infraestrutura e Suporte Operacional):**

Parâmetro de Avaliação: Pleno funcionamento e disponibilidade dos postos de atendimento na Sede e na comunidade de Superagui durante os dias úteis.
Meios de Comprovação: Apresentação de relatório fotográfico periódico das instalações em funcionamento; comprovação de conectividade e habitabilidade por meio da juntada das faturas de despesas operacionais (energia elétrica, água, internet) devidamente quitadas e vinculadas aos endereços de atuação da parceria.

• **Referente à Meta 2 (Execução de Serviços de Regularização Fiscal, Previdenciária e Marítima):**

Parâmetro de Avaliação: Volume e regularidade dos atendimentos administrativos prestados aos trabalhadores da pesca, garantindo a ausência de passivo injustificado (filas ou processos parados).
Meios de Comprovação: Emissão do **Relatório Mensal de Execução do Objeto**, contendo a consolidação quantitativa dos serviços prestados. O relatório deverá ser acompanhado de listas de presença ou planilhas de registro de atendimento (contendo data, nome do beneficiário, número do registro profissional/CPF e o tipo de serviço executado — como emissão de DARF, nota fiscal ou protocolo de INSS), observando-se rigorosamente as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

• **Referente à Meta 3 (Fomento, Extensão e Orientação Técnica Contínua):**

Parâmetro de Avaliação: Realização efetiva de ações de orientação rotineira e fomento ao desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira.
Meios de Comprovação: Relatórios descritivos de atividades de extensão, registros de reuniões com as comunidades insulares e listas de assinaturas dos pescadores assistidos pelas orientações técnicas.

4.2. Instrumentos de Controle e Fiscalização da Administração Pública

Para garantir a higidez do processo de aferição, o Município de Guaraqueçaba, por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SMMA), adotará as seguintes providências institucionais:

• **Designação do Gestor da Parceria:** A Administração Pública nomeará, mediante portaria específica, um servidor efetivo para atuar como Gestor da Parceria. Caberá a este servidor o acompanhamento direto da execução do Plano de Trabalho, a análise primária dos relatórios mensais emitidos pela Colônia Z-2 e a emissão de parecer técnico sobre a regularidade do cumprimento das metas.
• **Atuação da Comissão de Monitoramento e Avaliação:** A parceria será submetida à avaliação periódica da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Município, instância colegiada responsável por homologar os relatórios técnicos do Gestor da Parceria e atestar, de forma definitiva, que os objetivos de interesse público estão sendo alcançados.
• **Vistorias *In Loco*:** O Município reserva-se o direito de realizar, a qualquer tempo e sem aviso prévio, visitas técnicas aos postos de atendimento geridos pela Colônia Z-2, com o fito de cruzar as informações relatadas no papel com a realidade fática da prestação dos serviços.

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Art. 22, inciso V, da Lei nº 13.019/2014)

O presente cronograma estabelece os marcos temporais para a consecução das metas e atividades estipuladas neste Plano de Trabalho. A parceria terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração (ou da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial), caracterizando-se como uma execução de trato sucessivo e contínuo.

Para garantir o controle rigoroso das ações e a previsibilidade das obrigações de ambos os partícipes, o fluxo temporal da parceria fica estruturado nas seguintes fases sistêmicas:

5.1. Tabela de Marcos Temporais

Fase / Etapa	Descrição da Ação Operacional	Período de Execução	Responsável
Fase 1: Estruturação e Alinhamento	Organização do espaço físico, verificação de conectividade e sistemas, e **contratação e/ou alocação da equipe técnica própria da Colônia Z-2** para o fluxo de atendimento.	Mês 1	Colônia Z-2
Fase 2: Execução Contínua (Metas 1, 2 e 3)	Manutenção ininterrupta dos postos de atendimento (Sede e Superagui), emissão de documentos (Notas Fiscais, e-Social, guias de INSS) e suporte técnico aos pescadores.	Meses 1 a 12	Colônia Z-2
Fase 3: Entrega de Relatórios Parciais	Protocolo do Relatório Mensal de Execução do Objeto e da prestação de contas parcial dos recursos aplicados no custeio operacional e de recursos humanos do mês de referência.	Até o 10º dia útil do mês subsequente	Colônia Z-2
Fase 4: Avaliação e Homologação	Análise documental, realização de vistorias *in loco* (se necessárias) e emissão de Parecer Técnico homologando o cumprimento das metas do mês de referência.	Até o 20º dia útil do mês subsequente	Gestor da Parceria (Município)
Fase 5: Prestação de Contas Final	Apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto e do Relatório Final de Execução Financeira, consolidando os resultados de todo o período da parceria.	Até 90 dias corridos após o término da vigência	Colônia Z-2

5.2. Cláusulas de Salvaguarda e Previsibilidade Temporal

Com o escopo de conferir segurança jurídica à execução do cronograma e prevenir responsabilizações indevidas por fatos alheios à vontade das partes, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes de mitigação de riscos:

• **Eventos de Força Maior e Condições Climáticas:** Considerando a complexidade logística do município de Guaraqueçaba e o atendimento a comunidades insulares (ex: Ilha de Superagui), eventuais suspensões temporárias de atendimento decorrentes de intempéries climáticas severas, restrições de navegabilidade ou interrupções no fornecimento de energia elétrica/internet por parte das concessionárias não configurarão inexecução do cronograma. Tais eventos deverão ser justificados formalmente pela Colônia Z-2 no Relatório Mensal para o devido abono pelo Gestor da Parceria.
• **Prorrogação de Ofício (Art. 55 do MROSC):** O cronograma de execução e a vigência da parceria serão prorrogados de ofício pela Administração Pública Municipal na hipótese de atraso na liberação das parcelas financeiras, limitando-se a prorrogação ao exato período do atraso verificado, garantindo assim que a OSC não seja penalizada por morosidade administrativa.
• **Alterações de Cronograma:** Quaisquer necessidades de dilação de prazos para o cumprimento de metas específicas deverão ser solicitadas pela Colônia Z-2 com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência, mediante requerimento fundamentado, sujeitando-se à aprovação técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SMMA) e formalização via Termo Aditivo.

6. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS (Art. 22, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014)

O presente Plano de Aplicação define a destinação estrita e vinculada dos recursos públicos transferidos pelo Município de Guaraqueçaba à Colônia de Pescadores Z-2. Os valores visam garantir, exclusivamente, o custeio da equipe técnica e a manutenção da infraestrutura descentralizada necessária para a consecução das metas estabelecidas no Item 2 deste Plano de Trabalho.

6.1. Previsão Orçamentária Global

Para a execução do objeto durante o período de 12 (doze) meses, o valor global estimado da presente parceria é de **R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais)**, a ser repassado pelo Poder Público Municipal.

6.2. Detalhamento e Rateio das Despesas (Custeio Mensal Estimado)

O repasse mensal fixado em **R$ 6.000,00 (seis mil reais)** deverá ser aplicado pela Organização da Sociedade Civil (OSC) rigorosamente nas seguintes naturezas de despesa:

Categoria da Despesa (Custeio Vinculado)	Descrição dos Itens Financiáveis	Valor Mensal Estimado	Valor Anual (12 Meses)
1. Recursos Humanos da Parceria	Subsídio para remuneração e eventuais encargos sociais/trabalhistas de 02 (dois) colaboradores contratados diretamente pela OSC para o atendimento nas bases (R$ 2.500,00 por colaborador).	R$ 5.000,00	R$ 60.000,00
2. Locação e Manutenção (Base Superagui)	Subsídio destinado exclusivamente ao pagamento de aluguel imobiliário e/ou despesas de manutenção estrutural do posto de atendimento localizado na Ilha de Superagui.	R$ 1.000,00	R$ 12.000,00
TOTAL GERAL	-	**R$ 6.000,00**	**R$ 72.000,00**

6.3. Conta Bancária Específica e Rendimentos

Os recursos financeiros repassados pelo Município deverão ser depositados e geridos em **conta bancária específica**, isenta de tarifas (conforme art. 51 do MROSC), aberta em instituição financeira pública.

• Enquanto não empregados na sua finalidade, os recursos deverão ser obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança (se a previsão de uso for igual ou superior a um mês) ou fundo de aplicação financeira de curto prazo (se o uso for inferior a um mês).
• Os rendimentos das aplicações financeiras deverão ser obrigatoriamente aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas dos recursos repassados.

6.4. Vedações Expressas de Aplicação

Com o fito de resguardar o erário e a legalidade da parceria, fica **expressamente vedada** a utilização dos recursos transferidos por este Termo de Colaboração para:

• Pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público municipal vinculado aos quadros do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário.
• Pagamento de despesas com multas, juros ou atualização monetária decorrentes de culpa, dolo ou desídia da OSC parceira na gestão de suas obrigações.
• Pagamento de despesas incorridas em data anterior à vigência da parceria ou após o seu efetivo encerramento.
• Despesas de capital, tais como aquisição de veículos, embarcações ou imóveis.

7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (Art. 22, inciso VII, da Lei nº 13.019/2014)

A transferência dos recursos financeiros pelo Município de Guaraqueçaba à Colônia de Pescadores Z-2 dar-se-á de forma parcelada, em estrita observância ao Plano de Aplicação (Item 6) e vinculada ao cumprimento das fases do Cronograma de Execução (Item 5).

7.1. Tabela de Desembolso Financeiro

O valor global de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) será repassado em 12 (doze) parcelas fixas e mensais, creditadas exclusivamente na conta bancária específica da parceria, conforme o fluxo abaixo:

Parcela	Período de Referência	Valor do Repasse	Condição Obrigatória para Liberação do Recurso
01/12	Mês 01	R$ 6.000,00	Assinatura do Termo, publicação do extrato e comprovação de regularidade fiscal da OSC.
02/12 a 12/12	Meses 02 ao 12	R$ 6.000,00 (mensais)	Apresentação e aprovação técnica do Relatório Mensal de Execução e da prestação de contas parcial do mês imediatamente anterior, atestada pelo Gestor da Parceria.
TOTAL	12 Meses	R$ 72.000,00	-

7.2. Condicionantes para o Repasse

A liberação de cada parcela está rigorosamente condicionada à manutenção das condições de habilitação da Organização da Sociedade Civil (OSC). A Colônia Z-2 deverá manter ativas e regulares, durante toda a vigência do Termo de Colaboração, as Certidões Negativas de Débitos (Federal , Trabalhista , Estadual , FGTS e Municipal).

7.3. Retenção e Suspensão dos Repasses (Art. 48 da Lei nº 13.019/2014)

Como medida de proteção ao erário público, o Município de Guaraqueçaba reterá a liberação das parcelas estipuladas no cronograma de desembolso nas seguintes hipóteses, até a total regularização da pendência:

Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida.
Quando constatado desvio de finalidade na execução do objeto ou inexecução injustificada das metas quantitativas (Item 2).
Quando a Colônia Z-2 deixar de apresentar a prestação de contas parcial no prazo estipulado, ou quando esta for rejeitada pelo Gestor da Parceria.
Quando a OSC parceira perder a sua regularidade jurídica, fiscal ou trabalhista.

8. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA – ADEQUAÇÃO AO SIT/TCE-PR (Art. 63 e seguintes da Lei nº 13.019/2014)

A prestação de contas desta parceria não se limita à mera demonstração contábil, consistindo na comprovação efetiva do alcance das metas de interesse público. Visando a estrita observância às normativas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), em especial no que tange à alimentação do Sistema de Informações de Transferências (SIT), estabelecem-se as seguintes diretrizes obrigatórias:

8.1. Obrigações da OSC Parceira (Colônia Z-2)

A Colônia de Pescadores Z-2 compromete-se a fornecer à Administração Pública Municipal todos os documentos fiscais e gerenciais necessários para a correta alimentação do SIT/TCE-PR, devendo apresentar:

• **Prestações de Contas Parciais:** Mensalmente, juntamente com o Relatório de Execução do Objeto, a OSC apresentará o extrato bancário da conta específica da parceria, acompanhado das notas fiscais, recibos e comprovantes de transferência eletrônica (TED/PIX) que lastreiam as despesas do período. Todos os documentos fiscais originais deverão ser emitidos em nome da Colônia de Pescadores Z-2 (CNPJ: 77.570.307/0001-52) e conter a identificação expressa do Termo de Colaboração.
• **Prestação de Contas Final:** Ao término da vigência da parceria, a OSC apresentará o Relatório Final de Execução do Objeto e o Relatório Final de Execução Financeira, consolidando todas as receitas (incluindo rendimentos de aplicação financeira) e despesas do período.
• **Guarda de Documentos:** A OSC deverá manter a guarda de todos os documentos originais (fiscais, trabalhistas e previdenciários) relacionados à parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data

de aprovação da prestação de contas final, mantendo-os à disposição do Município e do Tribunal de Contas.

8.2. Obrigações da Administração Pública Municipal

Caberá ao Município de Guaraqueçaba, por meio de seu controle interno e do Gestor da Parceria:

• Analisar e emitir Parecer Técnico Conclusivo sobre as prestações de contas parciais e final, atestando a regularidade (ou irregularidade) das despesas e o efetivo cumprimento do objeto.
• Realizar, dentro dos prazos regulamentares, a inserção rigorosa de todos os dados financeiros, fiscais e de metas da presente parceria no Sistema de Informações de Transferências (SIT) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
• Publicar o extrato do Termo de Colaboração e a íntegra deste Plano de Trabalho no portal da transparência do Município, garantindo o amplo acesso da sociedade civil aos dados da parceria.

9. TERMO DE ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO

E por estarem de pleno acordo com as justificativas, metas, forma de execução, cronogramas e plano de aplicação de recursos descritos neste instrumento, e cientes das responsabilidades civis, administrativas e penais decorrentes da correta aplicação dos recursos públicos, os partícipes firmam o presente Plano de Trabalho.

Este documento, após devidamente aprovado pelo corpo técnico e jurídico da Administração Pública Municipal, passará a integrar, como anexo inseparável, o respectivo Termo de Colaboração a ser celebrado entre as partes.

Guaraqueçaba/PR, 20 de maio de 2026.

Presidente da Colônia de Pescadores Z-2 de Guaraqueçaba
(Representante da Organização da Sociedade Civil)

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
(Representante da Administração Pública)

Prefeito Municipal de Guaraqueçaba
(Autoridade Homologadora)

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:1A5231F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TRIGÉSSIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 016/2021 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E A EMPRESA VIRTUAL NETWORK TELECOM LTDA

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ,pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor**ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.
CONTRATADA:EMPRESA VIRTUAL NETWORK TELECOM LTDA.,pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.112.279/0001-52, com sede à Salim do Carmo n.º 93 - Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR representada pelo senhor HALEFER RODRIGO GONÇALVES DA SILVA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade RG n.º 10.098.772-4 SESP/PR e devidamente inscrito no CPF/MF sob n.º 069.094.169-29 residente e domiciliado à Rua Salim do Carmo n.º 93 - Bairro Centro –Guaraqueçaba/PR.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a EMPRESA VIRTUAL NETWORK TELECOM LTDA., doravante denominada CONTRATADA de comum acordo e com base na Lei Federal n.º 8.666 de 21.06.1993, Contrato Administrativo n.º 16/2021 oriundo do Pregão n.º 16/2021, celebrado em 06.04.2021***, cujo objeto é a prestação de serviços de internet fibra óptica em atendimento às Secretarias Municipais de Guaraqueçaba***, conforme as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.
As partes de comum acordo procedem à prorrogação dos prazos do Contrato Administrativo n.º 16/2021, com valores proporcionais, conforme o seguinte:
I – Prorrogação do prazo de execução pelo período de 03 (três) meses, iniciando-se em 09 de junho de 2026 e terminando-se no dia 09 de setembro de 2026;
II – Prorrogação do prazo de vigência pelo período de 03 (três) meses, dias, iniciando-se em 09 de junho de 2026 e terminando-se em 09 de setembro de 2026.

PARÁGRAFO ÚNICO.caso haja o término do processo de licitação para a contratação do objeto do presente contrato administrativo n.º 16/2021 oriundo do Pregão n.º 16/2021, os prazos previstos nos incisos I e II desta cláusula primeira poderão ser terminados antecipadamente.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo da renovação contratual prevista na cláusula primeira deste termo aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
3.3.90.40.00.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 16/2021, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 08 de junho de 2026.

Município de Guaraqueçaba/PR
ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba – PR

Empresa Virtual Network TelecomLTDA
CNPJ/MF sob n.º 08.112.279/0001-52
HALEFER RODRIGO GONÇALVES DA SILVA
CPF/MF sob n.º 069.094.169-29

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:427CD392

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PRESTAÇÃO DE CONTAS 072026

CÂMARA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA
ESTADO DO PARANÁ
Avenida São Francisco, 487 - : 46 3245-1447
CEP: 85.548-000 – CNPJ: 02.034.030/0001-44
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MÊS DE JULHO DE 2026

Especificação	R$
Recebimento Duodécimo Julho	R$ 166.000,00
(-) Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$ 105.964,88
(-) Obrigações Patronais	R$ 16.288,02
(-) Material de Consumo	R$ 208,44
(-) Serviços e Procedimentos em Saúde	R$ 279,00
(-) Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	R$ 231,12
(-) Anuidades de Associações, Federações e Conselhos	R$ 680,00

(-) Serviços de Processamento de Dados	R$ 327,18
(-) Despesas de Teleprocessamento	R$ 444,00
(=) Saldo	R$ 41.577,36
(+) Saldo Conta Bancária Mês Anterior	R$ 320.126,02
(-) Despesas a Pagar	R$ -
(=) Resultado Financeiro Mês de Julho	**R$ 361.703,38**

Honório Serpa, Estado do Paraná, 10 de agosto de 2026.

ALEXANDRA APARECIDA DA SILVA ALVES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
José Carlos Cardoso
Código Identificador:7403692F

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO 08/2026 - CMDPI

SÚMULA: APROVA OS NOVOS MEMBROS DO CMDPI PARA GESTÃO BIÊNIO 2025/2027.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal n° 741/2017, em Reunião Ordinária, realizada no dia 11 de agosto de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Divulgar os novos membros que irão compor o CMDPI, biênio 2025/2027:

Representantes do Governo Municipal - (Governamental):

Departamento Municipal de Saúde

Titular: Edevania Aparecida Modestos Da Cruz – **2° SECRETÁRIA**
Suplente: Anelize Fornari Cristofoli

Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Titular: Mariazinha de Fatima Henerich Cristofoli
Suplente: Claudio Luiz Chiavagatti

Departamento Municipal de Assistência Social

Titular: Deisimara Vivian Tubin - **VICE-PRESIDENTE**
Suplente**:** Ana Claudia Conceição da Silva

Representantes da Sociedade Civil - (Não-Governamental)

Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – SINTRAF

Titular: Valdecir Ferreira de Oliveira
Suplente: Adriano Nunes de Oliveira

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Titular: Danilo Horts – **1° SECRETÁRIO**
Suplente: Dalvaci Nunes

Associação dos Idosos de Honório Serpa

Titular: José Cride de França – **PRESIDENTE**
Suplente: Maria Julieta da Cruz

Art. 2º - Está resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Honório Serpa-PR, 11 de agosto de 2026.

JOSÉ CRIDE DE FRANÇA
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Kauely Vitoria Beck
Código Identificador:04B0AA70

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.112, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

LEI MUNICIPAL Nº 1.112, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Abre Crédito Especial no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, **JOÃO CARLOS GARBIN**, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2026, Crédito Especial no valor de **R$ 5.777,61 (Cinco mil, setecentos e setenta e sete reais e sessenta e um centavos)**, para as dotações consignadas no orçamento vigente:

Órgão: 17 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Unidade: 002 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS			
Ação: 2073 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			Funcional: 0008.0243.0018
Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	VALOR
515	337170000000000000 – Rateio pela participação em Consórcio Público	93412	5.777,61
Total Ação			**5.777,61**

Art. 2º Para cobertura do crédito a ser aberto, serão utilizados recursos conforme detalhamento na sequência:

I - Superávit do exercício anterior junto a **Fonte de Recursos 93412 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica (SUAS) Estadual**, **Conta Bancária 28994-9 Programa Estadual de Higiene Íntima – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente,** no valor de **R$ 5.487,92 (Cinco mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e noventa e dois centavos),** acrescido de excesso de arrecadação, oriundo dos rendimentos específicos dessa mesma Conta e Fonte de Recursos, no valor de **R$ 289,69 (Duzentos e oitenta e nove reais e sessenta e nove centavos).**

Art. 3º Sejam realizadas as modificações orçamentárias necessárias, no Plano Plurianual - PPA, instituído pela Lei Municipal n° 1.050/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO instituída pela Lei Municipal n° 1.074/2025 e na Lei Orçamentária Anual – LOA n° 1.081/2025.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Honório Serpa/PR, em 11 de agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Pilar
Código Identificador:48CCA91F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, com base na Lei 10.520/02 e lei 14.133 e legislação complementar, tornam público EXTRATO DE CONTRATO, referente ao **Pregão Eletrônico n°16/2026.**

LOTE (01): **PARTES: Município de Honório Serpa - PR** e a empresa**) FRANCIOSI & SIMIONATO LTDA**
CNPJ 67.054.251/0001-26
ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 29/2026– Pregão Eletrônico nº 16/2026.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS DE LIMPEZA PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA – PR, NOS TERMOS DA**

TABELA ABAIXO E CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.
VALOR TOTAL: **R$ 46.992,20 (Quarenta e seis mil e novecentos e noventa e dois reais e vinte centavos).**
FORMA DE PAGAMENTO: Em até 10 dias da data de emissão da nota fiscal.
LOTE (03): **PARTES: Município de Honório Serpa - PR** e a empresa**) FEPRESS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA**
CNPJ 40.896.434/0001-36
ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 30/2026– Pregão Eletrônico nº 16/2026.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS DE LIMPEZA PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA – PR, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO E CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.**
VALOR TOTAL: **R$ 32.762,94 (trinta e dois mil setecentos e sessenta e dois reais e noventa e quatro centavos).**
FORMA DE PAGAMENTO: Em até 10 dias da data de emissão da nota fiscal.

LOTES (04-06): **PARTES: Município de Honório Serpa - PR** e a empresa**) NEW MAX DISTRIBUIDORA LTDA**
CNPJ 45.471.842/0001-60
ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 31/2026– Pregão Eletrônico nº 16/2026.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS DE LIMPEZA PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA – PR, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO E CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.**
VALOR TOTAL: **R$ 70.829,70 (setenta mil oitocentos e vinte e nove reais e setenta centavos).**
FORMA DE PAGAMENTO: Em até 10 dias da data de emissão da nota fiscal.

LOTE (05): **PARTES: Município de Honório Serpa - PR** e a empresa **CALL DISTRIBUIDORA LTDA**
CNPJ 44.570.780/0001-80
ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 32/2026– Pregão Eletrônico nº 16/2026.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS DE LIMPEZA PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA – PR, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO E CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.**
VALOR TOTAL: **R$ 55.635,00 (cinquenta e cinco mil seiscentos e trinta e cinco reais).**
FORMA DE PAGAMENTO: Em até 10 dias da data de emissão da nota fiscal.

LOTE (07): **PARTES: Município de Honório Serpa - PR** e a empresa **KF COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA – LTDA**
CNPJ 29.755.673/0001-33
ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 33/2026– Pregão Eletrônico nº 16/2026.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS DE LIMPEZA PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA – PR, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO E CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.**
VALOR TOTAL: **R$ 41.291,40 (quarenta e um mil duzentos e noventa e um reais e quarenta centavos).**
FORMA DE PAGAMENTO: Em até 10 dias da data de emissão da nota fiscal.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – Lei Nº 1081 de 16 de dezembro de 2025

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
38	06/001	04.122.0017.2.012	33.90.30.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Livres

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
111	12/001	20.608.0003.2.026	33.90.30.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Livres

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
129	12/005	20.608.0003.2.048	33.90.30.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Livres

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
145	14/001	10.301.0005.2.034	33.90.30.	1303

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Saúde 15%

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
165	14/002	10.301.0006.2.036	33.90.30.	4950

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Atenção Básica Federal

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
173	14/002	10.301.0006.2.100	33.90.30.	4951

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Atenção Básica Estadual

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
210	15/001	26.782.0004.2.053	33.90.30.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Livres

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
232	16/002	13.392.0011.2.059	33.90.30.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Livres

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
245	16/003	12.365.0021.2.105	33.90.30.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Livres

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
246	16/003	12.365.0021.2.105	33.90.30.	1104

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: 25% Sobre Impostos

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
247	16/003	12.365.0021.2.105	33.90.30.	1107

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Salário Educação

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
256	16/004	12.361.0013.2.063	33.90.30.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Livres

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
459	16/004	12.361.0013.2.063	33.90.30.	1104

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: 25% Sobre Impostos

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
262	16/004	12.365.0013.2.063	33.90.30.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Livres

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
272	16/005	27.812.0014.2.064	33.90.30.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Livre

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
292	16/006	12.361.0021.2.058	33.90.30.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Livres

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
293	16/006	12.361.0021.2.058	33.90.30.	1104

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: 25% Sobre Impostos

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
294	16/006	12.361.0021.2.058	33.90.30.	1107

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Salário Educação

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
322	17/001	08.244.0023.2.066	33.90.30.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Livres

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
345	17/002	08.243.0018.2.073	33.90.30.	9341

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Proteção Básica Federal

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
346	17/002	08.243.0018.2.073	33.90.30.	93412

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Proteção Básica Estadual

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
386	19/001	15.452.0033.2.085	33.90.30.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Livres

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
410	21/001	15.452.0035.2.091	33.90.30.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Livres

DATA DA ASSINATURA: 11/08/2026

FORO: Comarca de Coronel Vivida – PR

JOÃO CARLOS GARBIN –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:6E9E39BA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 30/2026

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2026

Com base nas justificativas e anexos, **AUTORIZO e RATIFICO** o Processo Licitatório nº 71/2026, modalidade Dispensa de Licitação nº 30/2026 da Prefeitura Municipal de Honório Serpa com o seguinte objeto: **Contratação via dispensa de licitação segundo o art. 75 inciso IV alinea "a" de serviços de REVISÃO ATRAVÉS DE REDE CREDENCIADA DOS VEICULOS HB20 TBX6J81**, que se encontra dentro do prazo de garantia legal. E **ADJUDICO** o objeto em favor da empresa **SANTA FÉ COMERCIO DE VEICULOS S/A inscrita no CNPJ 11.596.056/0002-58**, localizada na Av. Tupi, 631 – na cidade de Pato Branco - PR Valor da contratação: **R$ 3.235,66 (três mil duzentos e trinta e cinco reais, sessenta e seis centavos).**

Gabinete do Prefeito Municipal, 11 de Agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:404B2D72

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CHAMAMENTO-01S

EDITAL Nº 01-S DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a convocação de candidata aprovada no Teste Seletivo Simplificado nº 001/2026, Edital de Abertura nº 01-A/2026 e Edital de Homologação do Resultado nº 01-I/2026 de 27 de março de 2026.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE
Art. 1.º Convocar os nomes abaixo relacionados, devidamente aprovados (a), para tomar posse da vaga oriunda do Teste Seletivo Simplificado n° 01-A/2026, devendo comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Honório Serpa-Pr, munidos dos documentos exigidos no referido edital, no prazo de 24 (vinte e quatro horas) após a publicação.

CARGO: MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES PSS

Nº Ordem	Candidato(a)	CLASSIFICAÇÃO
03	Rodrigo José Arruda Lopes	3º

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, 11 de agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:5A882CC9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 024/2026 (AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL)

LEI Nº 024/2026
(Autor: Poder Executivo Municipal)

EMENTA: Institui formalmente o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS no Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL Faço saber que a Câmara Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica formalmente instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, unidade pública estatal integrante do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, responsável pela oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais da Proteção Social Especial de Média Complexidade, nos termos da legislação federal vigente.

§1º O CREAS constitui unidade de referência para o atendimento especializado de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social decorrente da violação de direitos.

§2º O CREAS desenvolverá suas atividades em imóvel destinado pelo Município para essa finalidade, próprio ou locado, observadas as exigências técnicas estabelecidas pelas normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

§3º O CREAS já se encontra em funcionamento, destinando-se a presente Lei à sua formalização legal, sem implicar a criação de unidade nova.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS

Art. 2º São objetivos do CREAS:

I – fortalecer a função protetiva das famílias;
II – contribuir para a prevenção do agravamento e da reincidência das situações de violação de direitos;
III – promover o acesso dos usuários aos direitos socioassistenciais e às demais políticas públicas;
IV – contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
V – promover a autonomia, o protagonismo e a inclusão social dos usuários;

VI – articular ações com a rede socioassistencial, órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e demais políticas públicas setoriais.

Art. 3º Compete ao CREAS:

I – ofertar atendimento técnico especializado às famílias e indivíduos em situação de violação de direitos;
II – executar, obrigatoriamente, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;
III – executar outros serviços tipificados no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade que venham a ser pactuados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e deliberados pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, observada a disponibilidade orçamentária e financeira;

IV – realizar acompanhamento individual, familiar e grupal dos usuários;
V – elaborar estudos técnicos, relatórios sociais, registros de acompanhamento, avaliações e demais instrumentos necessários ao atendimento especializado;
VI – promover encaminhamentos, referências e contrarreferências junto à rede socioassistencial e às demais políticas públicas;
VII – desenvolver ações de orientação, apoio e acompanhamento voltadas à superação das situações de vulnerabilidade e risco social;
VIII – manter sistema de registro, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas, observadas as normas relativas ao sigilo profissional e à proteção de dados pessoais;
IX – executar outras atribuições compatíveis com sua finalidade institucional e previstas na legislação aplicável.

Parágrafo único. O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI constitui o serviço de referência do CREAS, de oferta obrigatória, observado o disposto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e demais normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

CAPÍTULO III
DOS USUÁRIOS

Art. 4º Constituem público prioritário do CREAS as famílias e indivíduos que se encontrem em situação de risco pessoal ou social decorrente de violação de direitos, especialmente:

I – crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso, exploração, negligência ou abandono;
II – mulheres em situação de violência;
III – pessoas idosas vítimas de violência, negligência, abandono ou discriminação;
IV – pessoas com deficiência e suas famílias em situação de violação de direitos;
V – indivíduos submetidos a situações de violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou institucional;
VI – adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, quando o serviço for ofertado pelo Município;
VII – pessoas vítimas de discriminação em razão de gênero, raça, etnia, deficiência, orientação sexual ou quaisquer outras formas de violação de direitos;
VIII – demais situações previstas nas normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

CAPÍTULO IV
DA EQUIPE DE REFERÊNCIA

Art. 5º O atendimento prestado pelo CREAS será realizado por equipe técnica de referência composta por servidores públicos efetivos integrantes do quadro de pessoal do Município, observadas as normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em especial a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS.

§ 1º A equipe técnica de referência será composta, no mínimo, por Assistente Social, Psicólogo e Advogado, sem prejuízo da atuação de outros profissionais necessários à adequada execução dos serviços.

§ 2º A coordenação do CREAS será exercida por servidor designado pelo Chefe do Poder Executivo, preferencialmente dentre profissionais com formação superior e experiência na área socioassistencial, observados os requisitos legais aplicáveis.

§ 3º A presente Lei não implica criação de cargos, empregos públicos, funções gratificadas ou aumento de despesa permanente com pessoal, sendo a equipe constituída por servidores já pertencentes ao quadro municipal.

CAPÍTULO V
DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

Art. 6º O CREAS atuará de forma integrada e articulada com:

I – os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e demais serviços da Proteção Social Básica;
II – os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade e demais unidades da rede socioassistencial;
III – as políticas públicas de saúde, educação, habitação, trabalho e renda;
IV – o Conselho Tutelar;
V – o Ministério Público;
VI – o Poder Judiciário;
VII – a Defensoria Pública;
VIII – os órgãos de segurança pública e os demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos;
IX – demais entidades e organizações que integrem a rede de proteção social do Município.

CAPÍTULO VI
DO SIGILO PROFISSIONAL E DA PROTEÇÃO DE DADOS

Art. 7º Os profissionais vinculados ao CREAS deverão observar o sigilo das informações obtidas em razão do exercício de suas funções, bem como os códigos de ética das respectivas categorias profissionais, ressalvadas as hipóteses legais de comunicação obrigatória às autoridades competentes e os casos previstos na legislação aplicável.

Parágrafo único. O tratamento dos dados pessoais dos usuários observará a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), restringindo-se às finalidades de execução dos serviços socioassistenciais e ao cumprimento de obrigações legais.

CAPÍTULO VII
DO FINANCIAMENTO

Art. 8º As ações, serviços, programas e projetos executados pelo CREAS serão financiados mediante recursos provenientes:

I – do orçamento próprio do Município;
II – do Fundo Municipal de Assistência Social;
III – de transferências voluntárias e obrigatórias da União e do Estado, a título de cofinanciamento;
IV – de convênios, termos de parceria, acordos de cooperação e demais instrumentos legalmente admitidos;
V – de outras fontes de recursos legalmente constituídas.

Parágrafo único. Os recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento das atividades do CREAS serão movimentados por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO VIII
DO CONTROLE SOCIAL

Art. 9º O acompanhamento, a fiscalização e o controle social das ações desenvolvidas pelo CREAS serão exercidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, sem prejuízo das competências dos demais órgãos de controle interno e externo.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º O funcionamento e a organização administrativa do CREAS observarão as disposições da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e demais normativas aplicáveis.

Art. 11º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, observados os limites de suplementação autorizados na Lei Orçamentária Anual.

Art. 12º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, mediante Decreto.

Art. 13º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:53FD2BFB

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 171/2026

PORTARIA Nº 171/2026

SÚMULA – Concede Licença-Prêmio, na forma que se especifica.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com as disposições contidas no art. 122, §3˚ da Lei n˚ 005/97.

RESOLVE
Art. 1º - Conceder à servidora ELISANGELA DE ALMEIDA SANTOS, matrícula 15/1, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERARIO, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2017/2022, para serem gozadas no período de 12/08/2026 à 10/09/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 11 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:BF19D256

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 088/2026

Ref: Contrato n.º 088/2026
Assunto: Dispensa de Licitação nº 037/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR
CNPJ N.º 75.772.525/0001-44

CONTRATADA: ECO STORE – PAPELARIA PRESENTES E CONVENIENCIA LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 37.082.371/0001-70, sediado na Rua Santos Dumont, nº 294, Zona 03 - na cidade de Maringá, CEP: 87.050-100, Estado Paraná.

OBJETO: Aquisição de mochilas executivas personalizadas e fichários inteligentes para planejamento pedagógico, destinados aos professores e à equipe pedagógica da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Iguaraçu/PR.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 11/08/2026 a 11/08/2027
VALOR CONTRATUAL: R$ 18.184,00 (dezoito mil cento e oitenta e quatro reais).

CLAUSULA DE PRORROGAÇÃO: Existente.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se à Dispensa de Licitação n.º 037/2026, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99, a partir de 11/08/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:B51BB10D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 124/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 140/2025
REF.: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: nº 025/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR, inscrito no CNPJ nº 75.772.525/0001-44, com sede na Rua Otávio Pedro da Silva, nº 294, Centro, Iguaraçu/PR.
CONTRATADA: Sra. Dirce Maria Esparapan Herrera, CPF nº 015.***.***-03, domiciliada na Rua Francisco Batista de Almeida, 100 – Bairro Jardim Bela Vista, Iguaraçu/PR – CEP 86.750-000.
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 124/2025 por mais 12 (doze) meses e reajuste do valor mensal para R$ 1.046,40 pelo IPCA/IBGE (4,64%), mantendo-se as demais cláusulas e condições contratuais.
OBJETO DO CONTRATO: Locação de imóvel urbano localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, nº 170 – Centro, Iguaraçu/PR (Matrícula nº 19.396), destinado ao funcionamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme condições do instrumento contratual e processo de Inexigibilidade nº 025/2025.
VIGÊNCIA: Prorrogada por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar de 12/08/2026 a 11/08/2027.
VALOR ATUALIZADO: Valor mensal de R$ 1.046,40 (um mil e quarenta e seis reais e quarenta centavos), decorrente do reajuste de 4,64% pelo IPCA/IBGE, perfazendo o valor global de R$ 12.556,80 (R$ 1.046,40 × 12 meses) para o período prorrogado.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Cláusula Sexta do contrato (reajuste pelo IPCA/IBGE).
DATA DA ASSINATURA: 10/08/2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:39B19D14

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 037/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 177/2026

Ratifico por este termo, a Dispensa para : **Aquisição de mochilas executivas personalizadas e fichários inteligentes para planejamento pedagógico**, destinados aos professores e à equipe pedagógica da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Iguaraçu/PR, conforme especificações técnicas, quantitativos, condições de fornecimento e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, em favor da empresa **ECO STORE – PAPELARIA PRESENTES E CONVENIENCIA LTDA,** CNPJ: 37.082.371/0001-70, sito Rua Santos Dumont, 294 – Zona 03 - Maringá/PR- CEP: 87.050-100, no valor total de R$ 18.184,00 (dezoito mil cento e oitenta e quatro reais), com base no Art. 75, inciso II, da *Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021*, e tendo em vista os elementos que instruem o **Processo de Dispensa de Licitação n.º 037/2026**.

Iguaraçu/PR., 11/08/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:1111DBBE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
ERRATA - RESOLUÇÃO 126/2026

ERRATA
Republicamos por erro de digitação a resolução **Nº 126/2026**, a qual deriva do Chamamento Público nº 006/2026 para Credenciamento de Profissionais Pessoa Jurídica da área da Saúde para o ano-exercício de 2026/2027.

Onde se l
Código Procedimentos Valor unitário fixo

226	CINTILOGRAFIA MIOCÁRDICA - ESTRESSE E REPOUSO *cód. 960	R$ 915,00

Leia-se:
Código Procedimentos Valor unitário fixo

226	CINTILOGRAFIA MIOCÁRDICA - ESTRESSE *cód. 960	R$ 915,00
2212	CINTILOGRAFIA MIOCÁRDICA - REPOUSO *cód. 960	R$ 915,00

Permanecem inalterados os demais itens.

Irati, 11 de agosto de 2026.

MARIA EDUARDA GACH
Credenciamento
CIS AMCESPAR

ANGELA MARIA DA CRUZ CARDOSO
Diretora Técnica e Administrativa
CIS AMCESPAR

ANA BEATRIZ DE MEIRA
Médica Diretora Técnica - CRM-PR 42576
CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:A5AAE121

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 188/2026

DECRETO Nº 188/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e com base no Artigo 54 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Artº 1º - Fica Nomeado, **a partir de 10/08/2026**, para o cargo em Comissão de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS – Símbolo - C2**, o Senhor **HITTLER ALESSANDRO MOREIRA – Matricula 80000762**.

Artº 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Inácio Martins, 10 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:0DB065D5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 189/2026

DECRETO N.º 189/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Municipal 921/2019 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 03/2025 e demais dispositivos aplicáveis a espécie,

DECRETA

Art. 1º - Contratar, por prazo determinado **a partir de 10/08/2026** para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II – 44 horas/semanais a servidora **LEONICE DO CARMO PIRES DE LIMA – Matricula 80000762.**

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Inácio Martins, 10 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:7FB94FF2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 379/2026

PORTARIA Nº 379/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Conceder férias ao servidor **RAUNAN MATEUS MACHADO DE SOUZA – MATRICULA 80000571,** ocupante do cargo em Comissão de Assessor Técnico, lotado no Departamento de Meio Ambiente, no período de **10/08/2026 a 24/08/2026 – (15 dias)**, referente ao período aquisitivo 2025/2026, conforme requerimento e os **15 dias restantes** serão gozados posteriormente, conforme determinação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:8E5D178B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 380/2026

PORTARIA Nº 380/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Conceder complementação de férias ao servidor **JOSE ALESSANDRO ALVES DE LIMA – MATRICULA 80000449,** ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, lotado no Departamento de Preservação e Educação Ambiental, no período de **11/08/2026 a 25/08/2026 – (15 dias)**, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, conforme requerimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:5ACA5750

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 381/2026

PORTARIA Nº 381/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Especial a servidora **ADRIANA APARECIDA DE LIMA – MATRICULA 648-1,** ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Serviços Gerais I, lotado na Escola Luiz Scheleder, no período de **10/08/2026 a 07/11/2026 – (90 dias),** referente período de aquisição 2016/2021, conforme requerimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:96DCF2D2

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026
EDITAL Nº 029/2026
O Município de Inácio Martins, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 76.178.029/0001-20, com sede na Rua 7 de Setembro, N° 332, Centro, CEP 85.155-000, através do Prefeito Municipal e por intermédio da Pregoeira juntamente com a Equipe de Apoio, designados pelo Decreto no 185/2026, nos termos dos Decretos Municipais n° 174/2023 e 090/2025, Lei Complementar Federal n° 123/2006 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente no que couber, a Lei Federal nº 14.133/2021, **TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR ÁS 09H00MIN, DO DIA 28/08/2026, ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO, O PORTAL DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – BLL, LOCAL DE ACESSO E PARTICIPAÇÃO: WWW.BLL.ORG.BR, PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCADOR FÍSICO, ENFERMEIRO, NUTRICIONISTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** O Edital de licitação encontra-se disponível em www.inaciomartins.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br e em www.bll.org.br. Demais informações estão disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Inácio Martins/PR no endereço indicado acima ou poderão ser solicitadas pelo e-mail licitacoes@inaciomartins.pr.gov.br
Inácio Martins/PR, 11 de Agosto de 2026

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:D869DFB3

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 002 - RENOVAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE DE VALOR PELO ÍNDICE IPCA-E AO CONTRATO Nº 068/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 031/2024.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistema web informatizado de gestão pública na área de saúde, compreendendo os serviços de implantação, conversão, migração de dados, hospedagem, manutenções, atualizações, treinamentos e suporte técnico, destinado a secretaria municipal de saúde. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante n° 76.178.029/0001-20. Contratada: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA - CNPJ da Contratada n° 05.982.200/0001-00. Objeto do Termo: Prorrogação dos Prazos de Execução e Vigência por mais 12 (doze) meses e Reajuste de Valor pelo índice do IPCA-E de 4,64%, valor total do aditivo R$ 111.580,28 (Cento e onze mil, quinhentos e oitenta reais e vinte e oito centavos), conforme solicitação da Contratada, da Secretaria Municipal de Saúde e do deferimento do Parecer Jurídico, nos termos da Lei Federal n° 14.133/21. Prazo de Execução e Vigência até 05/08/2027. Assinatura: 06/08/2026.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:EC38C219

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA Nº 062/2026 (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

SÚMULA: AUTORIZA O VEREADOR VANDERLEI DE JESUS ANTUNES A VIAJAR À CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA RESOLUÇÃO Nº 002/2023, DE 21/12/2023.

R E S O L V E:

Autorizar o Vereador **VANDERLEI DE JESUS ANTUNES,** brasileiro, casado, Empresário, Vereador desta Casa de Leis, inscrito no CPF N°555.XXX.XXX-53 Matrícula 63, residente e domiciliado nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, a viajar à cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com saída no dia 11 de agosto de 2026 e retorno no dia 13 de agosto de 2026, com 03 (três) diárias, no valor de R$ 850,05 (oitocentos e cinquenta reais e cinco centavos) cada uma, perfazendo o valor total de R$ 2,550.15 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais e quinze centavos). para tratar de assuntos institucionais especificamente relacionados a agendas oficiais junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e às Secretarias de Estado, voltadas à articulação, acompanhamento e encaminhamento de demandas de interesse do Município de Iporã, no exercício regular do mandato parlamentar.

Após a conclusão da viagem, conforme dispõe o artigo 281 da Resolução nº 002/2023, de 21/12/2023, "O beneficiário da diária, ao final da missão, deverá apresentar dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias após o retorno, atestado ou certificado que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino."

Art. 281...

§1º A omissão na apresentação da documentação acima implicará no desconto em folha de pagamento do valor recebido.

(...)

A autorização foi concedida em razão da solicitação formal apresentada pelo Vereador, conforme protocolo interno.

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de agosto de 2026.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JUBINEIS ALVES DOS REIS
Presidente Interino

CLEVERSON ROCHA
Secretário AD HOC

Publicado por:
Fabiane Sardims
Código Identificador:ACF93B8D

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA Nº 063/2026

SÚMULA: AUTORIZA O VEREADOR ADÃO ALVES PIMENTEL A VIAJAR À CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA RESOLUÇÃO Nº 002/2023, DE 21/12/2023.

R E S O L V E:

Autorizar o Vereador **ADÃO ALVES PIMENTEL**, brasileiro, casado, Funcionário Público Municipal, Vereador deste Legislativo Municipal, inscrito no CPF N° 750.XXX.XXX-49, Matrícula 25, residente e domiciliado, nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, a viajar à cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com saída no dia 11 de agosto de 2026 e retorno no dia 13 de agosto de 2026, com 03 (três) diárias, no valor de R$ 850,05 (oitocentos e cinquenta reais e cinco centavos) cada uma, perfazendo o valor total de R$ 2,550.15 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais e quinze centavos). para tratar de assuntos institucionais especificamente relacionados a agendas oficiais junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e às Secretarias de Estado, voltadas à articulação, acompanhamento e encaminhamento de demandas de interesse do Município de Iporã, no exercício regular do mandato parlamentar.
Após a conclusão da viagem, conforme dispõe o artigo 281 da Resolução nº 002/2023, de 21/12/2023, "O beneficiário da diária, ao final da missão, deverá apresentar dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias após o retorno, atestado ou certificado que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino."

Art. 281...
§1º A omissão na apresentação da documentação acima implicará no desconto em folha de pagamento do valor recebido.

(...)

A autorização foi concedida em razão da solicitação formal apresentada pelo Vereador, conforme protocolo interno.

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de agosto de 2026.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JUBINEIS ALVES DOS REIS
Presidente Interino

CLEVERSON ROCHA
Secretário AD HOC

Publicado por:
Fabiane Sardims
Código Identificador:E437A941

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO Nº 021/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 034/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2026

O **MUNICÍPIO DE IPORÃ DO PARANÁ/PR**, Estado do Paraná, comunica aos interessados que fará realizar chamamento público, visando **a contratação, por meio de credenciamento, de pessoas jurídicas especializadas para prestação de serviços médicos na especialidade de Dermatologia, compreendendo consultas dermatológicas, avaliação clínica, diagnóstico, acompanhamento, procedimentos cirúrgicos dermatológicos ambulatoriais e demais procedimentos inerentes à especialidade, destinados ao atendimento da população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS no Município de Iporã/PR, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.**

- Data de inscrição: de **14/08/2026 a 04/09/2026**
- Horário: **das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h00**
- Local SALA DE LICITAÇÕES –PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ /PR, Rua Pedro Alvares Cabral, nº 2677, centro, Iporã-PR.

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Rua Pedro álvares Cabral, nº 2677, centro, Iporã, Paraná - Telefone (44) 3652-8100 – e-mail: licitação.ipora@ipora.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de iporã-PR (www.ipora.pr.gov.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitação.ipora@ipora.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h00 às 17 horas.

P U B L I Q U E - S E.

Iporã/PR, 11 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:C4DF9C57

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS 060/2026.

O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 060/2026.**

O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente
por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/**.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e execução dos serviços de substituição da fachada da Rodoviária Municipal de Iporã/PR, compreendendo fornecimento e instalação de revestimento em ACM, substituição da cobertura em chapa tipo rufo TP 25, reforma da estrutura metálica existente e demais materiais, mão de obra e insumos necessários.
VALOR MÁXIMO: R$ 76.289,26
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:50 horas do dia 24/08/2026
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:50 às 09:00 horas do dia 24/08/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 24/08/2026

Iporã – PR, 11 de AGOSTO de 2026.

JANINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:1DCA6BEB

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS 061/2026.

O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 061/2026.**

O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/**.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital
OBJETO: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços e o fornecimento de materiais necessários à realização de eventos promovidos pelo Município de Iporã, conforme a necessidade da Administração Municipal.
VALOR MÁXIMO: R$ 443.324,38
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:50 horas do dia 24/08/2026
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13:50 às 14:00 horas do dia 24/08/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 14:00 horas do dia 24/08/2026

Iporã – PR, 11 de agosto de 2026.

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:4614D933

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
ERRATA

Na edição do Diário Oficial dos Municípios do Paraná e do Jornal Ilustrado veiculada na data de 11 de agosto de 2026, foram publicados os EXTRATOS DE CONTRATO do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026. Especificamente quanto ao Extrato de Contrato nº 120/2026:

Onde se lê:
LANGARO & CIA. LTDA – ME, CNPJ nº 29.554.355/0001-04

Leia-se:
ECKERT & ECKERT LTDA, CNPJ nº 09.340.325/0001-98

Iporã-PR, 11 de agosto de 2026

JANAINA BERGAMIM PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:8A96AEB8

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 108/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026,
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2026,
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ, CNPJ sob o nº 75.738.484/0001-70
CONTRATADA: H. DOS SANTOS & L. A. DA ROCHA LTDA., CNPJ sob nº 09.506.498/0001-33
DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de passageiros, destinados ao atendimento das atividades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme demanda do Município de Iporã.
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$100.000,58 (cem mil reais e cinquenta e oito centavos).
VIGÊNCIA: 11/08/2026 a 11/08/2027

Iporã – PR, 11 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:E5AE2FFB

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2026

PROCESSO: nº 057/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO: nº 025/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ – PR, CNPJ/MF sob nº 75.738.484/0001-70.
CONTRATADA: CARLOS ROBERTO ROCHA & CIA LTDA., CNPJ sob nº 82.360.546/0001-18.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de computadores, destinados ao atendimento das demandas de todas as Secretarias do Município de Iporã-PR.
VALOR: R$ 79.605,00 (setenta e nove mil seiscentos e cinco reais)
VIGÊNCIA: 11/08/2026 a 11/08/2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

Iporã – PR, 11 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:927E2C12

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 576/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2026, e demais dispositivos aplicáveis à espécie,

D E C R E T A:

Art. 1º - NOMEAR e CONTRATAR, por prazo determinado profissionais, na Secretaria de Saúde, para os seguintes cargos abaixo relacionados:

Motorista Socorrista - Pss

FRANCISCO ILINISCHI	XXX.XXX.039-72
ISIDORO HYKAVY	XXX.XXX.069-10
MARIO LUIZ CORDEIRO	XXX.XXX.859-87

Art. 2º - O contrato de trabalho entra em vigor na data de 07 de agosto de 2026.
Art. 3º - Poderá haver a prorrogação de contrato, à critério da Administração, conforme disposto no edital nº 001/2026.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos à data mencionada.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 11 de AGOSTO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:D2F49169

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 577/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2026, e demais dispositivos aplicáveis à espécie,

D E C R E T A:

Art. 1º - NOMEAR e CONTRATAR, por prazo determinado profissionais, na Secretaria de Saúde, para os seguintes cargos abaixo relacionados:

Recepcionista PA 2026

NATALY RIBEIRO GOMES	XXX.XXX.039-43

Art. 2º - O contrato de trabalho entra em vigor na data de 10 de agosto de 2026.
Art. 3º - Poderá haver a prorrogação de contrato, à critério da Administração, conforme disposto no edital nº 001/2026.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos à data mencionada.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 11 de AGOSTO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:93AD78CC

PROCURADORIA
DECRETO Nº 578/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam designados os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Especial de avaliação das amostras apresentados pelos credenciados na Inexigibilidade nº 66/2026, Processo Administrativo n° 125/2026:
I – MICHELE ANGELA ADAMSKI DE PAULA, assistente administrativo, registrada na matrícula sob o nº 164890;
II – GLEICI VUDALA, nutricionista, registrada na matrícula sob o nº 5066665;
III – ROSEMERI APARECIDA KREMER, serviços gerais, registrado na matrícula sob o nº 3747761,
IV – ALINE CARLA BRANDALISE, assistente administrativo, registrado na matrícula sob o nº 5062681;
V - EDER RICARDO SILVA BUCCINI, assistente administrativo, registrado na matrícula sob o nº 5067384;
VI - MATHEUS DAMIÃO STEPKA, Diretor de Departamento III, registrado na matrícula sob o nº 5067615;
VII - ELIKE ALCEU VASCO, assistente administrativo, registrado na matrícula sob o nº 5066833;
VIII - MIRIAN CRISTIANE KROPNISKI, assistente administrativo, registrado na matrícula sob o nº 5067458;
IX - BRUNO MARCOS OBAL, Diretor de Departamento III, registrado na matrícula sob o nº 5067993;
X - JOSIANE RAMOS, assistente administrativo, registrado na matrícula sob o nº 2587250;
XI - NATHAN GUSTAVO TABORDA KOBYLANSKI, Diretor De Departamento II, registrado na matrícula sob o nº 5067955;
XII - PATRICIA FERNANDA DEVORIS PASKONSKI, Diretor De Departamento VII, registrado na matrícula sob o nº 5067593.

Parágrafo único: Tal comissão se faz necessária diante do credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para o fornecimento, sob demanda, de produtos de panificação, confeitaria e refeições diversas, com o intuito de atender às necessidades contínuas e eventuais das secretarias municipais de Irati, Paraná; de que trata o certame.

Art. 2º - Compete à Comissão proceder à avaliação técnica das amostras aferindo a conformidade dos produtos ofertados com as especificações exigidas no presente Termo de Referência, assegurando a qualidade dos alimentos que serão fornecidos ao Município de Irati, apresentados em edital, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 11 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:CFBB25D3

PROCURADORIA
DECRETO Nº 579/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica instituída a Comissão Especial de Avaliação de Imóveis composta pelos seguintes servidores, sob presidência da primeira:

I – PAULO ROBERTO HEGEL, matrícula nº 5067330;
II – BRUNA FERNANDA JACINTO, matrícula nº 5067042;
III - DANILO FILLUS DE SOUZA, matrícula nº 5067043;
IV – MAYRA CRISTINA GEHRKE, matrícula nº 5067954;
V - ISABELA MORES FURMAM, matrícula nº 5066898;
VI – REGIS LANZA, matrícula nº 5067864.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o **Decreto Municipal nº 154/2025**.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 11 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:D78EEEE6

PROCURADORIA
EDITAL Nº 002.28/2026 – 24ª CONVOCAÇÃO

Irati, 12 de agosto de 2026.
A Prefeitura Municipal de Irati-PR, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, considerando as Leis Municipais nº 1.243 , 4.614 e 4.137, que tratam da contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como os Decretos Municipais nº 588/2025, que autoriza a realização do Processo Seletivo Simplicado e Decreto Municipal nº 703/2025 que institui a Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Presidente: Gerson Arnold; Membros: Francieli Dwulatka e Julio Alberto Bacil Rodrigues) publicados no Diário Oficial do Município em 13/10/2025, Edição 3383, **TORNA**

PÚBLICO a vigéssima quarta convocação dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado – PSS/SMASDH visando a contratação temporária de profissionais de nível médio e superior, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em Regime Especial de Contratação, de acordo com as normas instituídas no Edital nº 002.1/2025, para que se apresente a Secretaria Municipal de Assistência Social, situado na Rua Doutor Correia, nº 471, Centro, até o dia 17 de agosto de 2026, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 apresentando os seguintes documentos, conforme disposto no item 8. do edital e relacionados abaixo.

Entrevistadora Social							
Nº	CANDIDATO	Grupo I (100)	Grupo II (100)	Grupo III (50)	Grupo IV (250)	TOTAL	Classif.
259	LEISI CRISTINA FERREIRA	15	100	0	0	115	20ª

Conforme disposto no item 8.3 para o exercício da Função Pública obrigatoriamente o candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:
a) Cópia do número da inscrição com uma foto 3x4;
b) Carteira de Identidade – RG (cópia);
c) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal - CPF (cópia);
d) PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar o cartão cidadão (cópia);
e) Carteira de Trabalho (CTPS) física, contendo número, série e dados pessoais (cópia) ou se digital, contendo os dados pessoais (cópia). Caso o candidato ainda não possua, deverá providenciá-la até a data da entrega dos documentos comprobatórios;
f) Título de Eleitor (cópia);
g) Certidão de quitação eleitoral, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, no site: www.tse.jus.br (original);
h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino (cópia);
i) Certidão de Casamento (se couber, cópia);
j) Certidão de Divórcio (se couber, cópia);
k) Comprovante de endereço atual (cópia);
l) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é titular de cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual, Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do artigo 37, da Constituição Federal;
m) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é aposentado em cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do artigo 37, e bem como § 6º, do artigo 40, da Constituição Federal;
n) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);
o) Atestado Médico, expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde - RMS, de que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para desempenhar a função de concorrência da vaga. Deve conter o nome, assinatura, carimbo com o número do CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado de saúde, conforme ANEXO e ter prazo máximo de 90 (noventa) dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação (original);
p) Laudo médico se o candidato se inscreveu como Pessoa com Deficiência, se o candidato for inscrito como Pessoa com Deficiência deverá apresentar laudo médico com as informações conforme modelo do ANEXO II. O laudo médico comprovando a deficiência deverá ter prazo máximo de 120 dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação. Será de responsabilidade do candidato providenciar com antecedência o laudo médico a ser apresentado na reunião de convocação de apresentação de documentos comprobatórios;
q) Comprovação de escolaridade e formação exigida para o exercício da Função Pública deste Edital;
r) O cargo de Terapeuta Ocupacional deverá apresentar documento que comprove o número de registro ativo e regularidade no respectivo Conselho Profissional, conforme exigência legal da categoria;
s) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara de Execução Penal - VEP em fóruns da Justiça Estadual do município que o candidato reside, expedida de até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação. O candidato deverá entregar o documento original com a devida validação.

A não entrega dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de quaisquer dos requisitos exigidos no Edital de Convocação ou daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente, impedirá a contratação do candidato implicando na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado - PSS.
O candidato convocado que, por qualquer motivo, não se apresentar na data e horário estipulados será eliminado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para a referida função pública, não sendo permitido, o deslocamento para o final da lista classificatória em nenhuma situação.

GERSON ARNOLD
Decreto nº 703/2025
Presidente do PSS

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:B1D69596

PROCURADORIA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONVOCAÇÃO

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado PSS 001/2026, regulamentado pelos Decretos 443 e 444/2026, convoca os nomes abaixo relacionados munidos dos documentos constantes no Item 10.2 do referido Edital, a apresentarem-se na Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua Zeferino Bittencourt, nº 1270, Centro, **no dia 14 de agosto de 2026** impreterivelmente no horário das 08h30.
Cabe ressaltar o disposto no Edital 001/2026, item 9.3 "O candidato convocado que não comparecer e não comprovar os requisitos conforme estabelecido neste Edital, será automaticamente eliminado do PSS, não cabendo pedido de prorrogação de prazo para providenciar os documentos comprobatórios" ; e item 9.7 "O candidato que deixar de comparecer em 03 (três) dias úteis após a convocação e/ou deixar de apresentar o termo de Desistência, perderá automaticamente a vaga e será excluído da lista de classificados, sendo convocado o candidato seguinte na ordem de classificação".

CARGO: RECEPCIONISTA (PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE IRATI)

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	PONTUAÇÃO
06º	LUIZ FELIPE KOZAK	116.XXX.XXX-50	35

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:8438FFC6

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 007/2026/ CMDPI

SÚMULA: Aprova a Prestação de Contas do 1º Semestre de 2026 do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Irati – FMDPI.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Irati – CMDPI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4190/2016 e demais legislações vigentes,

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI para acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados às políticas públicas voltadas à pessoa idosa;

CONSIDERANDO a apresentação da Prestação de Contas referente **ao 1º Semestre de 2026 do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Irati – FMDPI;**

CONSIDERANDO a deliberação favorável do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, em reunião ordinária realizada no dia **08 de agosto de 2026**, conforme registrado na **Ata nº 124/2026;**

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a **Prestação de Contas referente ao 1º Semestre de 2026 do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Irati – FMDPI**, apresentada e apreciada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati, 08 de agosto de 2026.

RAMONA FERREIRA DE LIMA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
CMDPI

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:56997438

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 08/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA RURAL MUNICIPAL DE PIRAPÓ.

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL DE PIRAPO, inscrita no CNPJ: 02.012.338.0001-99, situado na Comunidade de Pirapó – Zona Rural - Irati-PR, doravante denominado APMF ESCOLA RURAL MUNICIPAL DE PIRAPÓ, representado por seu representante legal, Sr Leonardo Rossa, portador do RG nº 11.029.190-6 SSP/PR e CPF nº 065.404.409-01, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 08/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo,

pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 6.820,00 (seis mil e oitocentos e vinte reais), em duas parcelas.

I - Parcela : Agosto de 2026

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

II - Parcela 2: Janeiro de 2027

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.

O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00

Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.

3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.

4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

• Início: Após o recebimento do recurso

• Término: Até 12 meses após o início da execução

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:

GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;

MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;

MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;

MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501

7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados

esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:

I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;

III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***LEONARDO ROSSA***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF Escola Rural Municipal de Pirapó
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	

TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:2DC40439

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 09/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF CMEI ALEXANDRE IAREMA

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF CMEI ALEXANDRE IAREMA, inscrito no CNPJ: 11.030.250/0001-90, situado na Rua Moisés de Oliveira, 479 bairro Rio Bonito - Irati-PR, doravante denominado CMEI ALEXANDRE IAREMA, representado por seu representante legal, José Maria Molinari Filho, portador do RG nº 10.079.197-8 SSP/PR e CPF nº 070.509.659-95, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 09/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.

Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.

1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

a) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;

b) Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

c) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
d) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
e) Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
f) Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
g) Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
h) Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
i) Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
a) Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
b) Manter escrituração contábil regular;
c) Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
d) Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
e) Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
f) Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
g) Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
h) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
i) Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
j) Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de até 9.420,00 (nove mil, quatrocentos e vinte reais) em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2 A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem

nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 03/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***JOSÉ MARIA MOLINARI FILHO***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente
	APMF CMEI Alexandre Iarema
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:2BB1F6E7

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 10/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL ANA AMARAL GRUBER

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL ANA AMARAL GRUBER, inscrito no CNPJ: 01.175.493/0001-09, situado na Rua Luiza Simionato Stroparo, 1783 - Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL ANA AMARAL GRUBER, representado por seu representante legal, Rafael Veríssimo, portador do RG nº 8.415.509-8 SSP/PR e CPF nº 050.806.769-30, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 10/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.

Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.

1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

a) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;

b) Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

c) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

d) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

e) Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

f) Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

g) Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

h) Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

i) Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

b) Manter escrituração contábil regular;

c) Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.

d) Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;

e) Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;

f) Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;

g) Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

h) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

i) Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

j) Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), em duas parcelas.

I - Parcela : Agosto de 2026

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

II - Parcela 2: Janeiro de 2027

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.

O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00

Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.

3.2.2.

A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.

4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até o dia 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

• Início: Após o recebimento do recurso

• Término: Até 12 meses após o início da execução

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:

GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;

MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;

MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;

MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501

7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:

I - Extrato da conta bancária específica;

II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;

VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***RAFAEL VERÍSSIMO***
Prefeito	Presidente
Municipal de Irati	Escola Municipal Ana Amaral Gruber
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:F088E04F

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 11/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF CMEI ANJO DA GUARDA

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF CMEI ANJO DA GUARDA, inscrito no CNPJ: 11.095.603/001-30, situado na Rua Tenente João Sebastião de Oliveira, 70, bairro Vila Nova - Irati-PR, doravante denominado CMEI ANJO DA GUARDA, representado por seu representante legal, Grazieli de Souza, portadora do RG nº 13.756.548-0 SSP/PR e CPF nº 102.088.599-85, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 11/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
a) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
b) Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
c) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
d) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
e) Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
f) Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
g) Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
h) Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
i) Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
a) Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
b) Manter escrituração contábil regular;
c) Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.

d) Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
e) Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
f) Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
g) Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
h) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
i) Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
j) Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 6.760,00 (seis mil e setecentos e sessenta reais), em duas parcelas.

I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a

mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - Advertência;

II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:

I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;

III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 03/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***GRAZIELI DE SOUZA***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente CMEI Anjo da Guarda
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS: 1._____ CPF nº	2._____ CPF nº
3._____ CPF nº	4._____ CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:1ACA29CE

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 12/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL CAMACUÃ EDUARDO LAARS

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL CAMACUÃ EDUARDO LAARS, inscrito no CNPJ: 02.310.055/0001-23, situado na Rua Camacuã, s/n bairro Camacuã Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL EDUARDO LAARS, representado por seu representante legal, Adriano Diedio, portadora do RG nº 10.204.811-3 SSP/PR e CPF nº 063.840.629-33, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 12/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de

compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 6.520,00 (seis mil e quinhentos e vinte reais),em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os

provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

• Início: Após o recebimento do recurso

• Término: Até 12 meses após o início da execução

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:

GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;

MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;

MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;

MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501

7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:

I - Extrato da conta bancária específica;

II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;

VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - Os impactos econômicos ou sociais;

III - O grau de satisfação do público-alvo;

IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 03/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***ADRIANO DIEDIO***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF Escola Municipal Eduardo LAARS
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:8DAD8EBA

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 13/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF CMEI CLARI GOMES PEDRO

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF DO CMEI CLARI GOMES PEDRO, inscrita no CNPJ: 11.167.355/0001-96, situado na Rua São Paulo, s/n bairro Vila São João - Irati-PR, doravante denominado CMEI CLARI GOMES PEDRO, representado por seu representante legal, Sr Sandy Garcia, portadora do RG nº 10.386.410-0 SSP/PR e CPF nº 093.697.859-73, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 13/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 7.140,00 (sete mil e cento e quarenta reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo

a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:

I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;

III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***SANDY GARCIA***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF Cmei Clari Gomes Pedro
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:24E15503

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 14/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF CMEI DONA CANDINHA

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF DO CMEI DONA CANDINHA, inscrita no CNPJ: 14.899.997/0001-78, situado na Rua Canada, s/n – Engenheiro Gutierrez - Irati-PR, doravante denominado CMEI DONA CANDINHA, representado por seu representante legal, Sr Larissa de Oliveira Caldas, portadora do RG nº 12.905.090-0 SSP/PR e CPF nº 079.309.569-70, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 14/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.

Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.

1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

a) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;

b) Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

c) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

d) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

e) Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

f) Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

g) Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

h) Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
i) Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 7.720,00 (sete mil setecentos e vinte reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 03/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***LARISSA DE OLIVEIRA CALDAS***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF Cmei Dona Candinha
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS: 1._____ CPF nº	2._____ CPF nº
3._____ CPF nº	4._____ CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:E7EADE60

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 15/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF CMEI IRMÃ ANNA

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF CMEI IRMÃ ANNA, inscrito no CNPJ: 11.326.973/0001-31, situado na Rua Arlete Vilela Richa, s/n Riozinho - Irati-PR, doravante denominado CMEI IRMÃ ANNA, representado por seu representante legal, Grazieli Dalmarco Schimanko, portadora do RG nº 9.244.815-0 SSP/PR e CPF nº 041.372.093-03, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 15/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1- O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções

sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 6.380,00 (seis mil trezentos e oitenta reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 03/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***GRAZIELI DALMARCO SCHIMANKO***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF CMEI Irmã Anna
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:32A6B820

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 16/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF CMEI JARDIM DAS ORQUIDEAS

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF CMEI JARDIM DAS ORQUIDEAS inscrito no CNPJ: 11.254.228/0001-24, situado na Rua Travessa Antonio Borazo, s/n Lagoa - Irati-PR, doravante denominado CMEI JARDIM DAS ORQUIDEAS, representado por seu representante legal, Thais Marina de Oliveira, portadora do RG nº 13.735.775-5 SSP/PR e CPF nº 106.209.719-08, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 16/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 6.680,00 (seis mil seiscentos e oitenta reais), em duas parcelas.

I - Parcela : Agosto de 2026

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

II - Parcela 2: Janeiro de 2027

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.

O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00

Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.

3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.

4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

• Início: Após o recebimento do recurso

• Término: Até 12 meses após o início da execução

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:

GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;

MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;

MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;

MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501

7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:

I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:

I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;

III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***THAIS MARINA DE OLIVEIRA***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF Cmei Jardim das Orquídeas
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:D0F1E763

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 17/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF CMEI JARDIM DAS ORQUIDEAS

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF CMEI LEOPOLDINA CHUDEK, inscrito no CNPJ: 11.029.002/0001-20, situado na Rua Antonio Lopes, s/n Canisianas - Irati-PR, doravante denominado CMEI LEOPOLDINA CHUDEK, representado por seu representante legal, Priscila Pacheco, portadora do RG nº 11.029.223-6 SSP/PR e CPF nº 059.832.179-92, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 17/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.

Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.

1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;

Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância

com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 8.860,00 (oito mil e oitocentos e sessenta reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

• Início: Após o recebimento do recurso

• Término: Até 12 meses após o início da execução

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:

GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;

MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;

MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;

MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501

7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:

I - Extrato da conta bancária específica;

II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;

VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - Os impactos econômicos ou sociais;

III - O grau de satisfação do público-alvo;

IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;

III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho,

conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 03/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***PRISCILA PACHECO***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF CMEI Leopoldina Chudek
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS: 1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:07A8EF20

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 19/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL MAFALDA SOTTI LOPES

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL MAFALTA SOTTI LOPES, inscrito no CNPJ: 02.010.389/0001-81, situado na Rua Cambé, s/n Irati-PR, doravante denominado CMEI MAFALDA SOTTI LOPES, representado por seu representante legal, Cassiana

Soares Fernandes, portadora do RG nº 13.187.101-5 SSP/PR e CPF nº 084.004.699-50, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 19/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.

Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.

1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;

Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

Manter escrituração contábil regular;

Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.

Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;

Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;

Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;

Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais), em duas parcelas.

I - Parcela : Agosto de 2026

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

II - Parcela 2: Janeiro de 2027

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.

O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00

Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.

3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n°

13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 03/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***CASSIANA SOARES FERNANDES***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF Escola Municipal Mafalda Sotti Lopes
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:FA415212

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 20/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF CMEI PADRE PEDRO

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF CMEI PADRE PEDRO, inscrito no CNPJ: 19.170.482/0001-56, situado na Rua dos Pardais, s/n bairro Alto da Lagoa Irati-PR, doravante denominado CMEI PADRE PEDRO, representado por seu representante legal, Mainara Luzia dos Santos, portadora do RG nº 14.105.714-6 SSP/PR e CPF nº 113.175.459-07, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 20/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 7.440,00 (sete mil quatrocentos e quarenta reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público,

atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:

I - Extrato da conta bancária específica;

II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;

VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - Os impactos econômicos ou sociais;

III - O grau de satisfação do público-alvo;

IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;

III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - Advertência;

II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de

todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 03/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***MAINARA LUZIA DOS SANTOS***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF CMEI Padre Pedro
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____ CPF nº	2._____ CPF nº
3._____ CPF nº	4._____ CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:B95BCFB7

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 21/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF CMEI PLANALTO DO FUTURO

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF CMEI PLANALTO DO FUTURO, inscrito no CNPJ: 11.144.734/0001-60, situado na Rua dos Lírios, s/n - bairro Jardim Planalto - Irati-PR, doravante denominado CMEI PLANALTO DO FUTURO, representado por seu representante legal, Samoel Barbosa dos Santos Filho, portadora do RG nº 13.255.391-2 SSP/PR e CPF nº 087.250.229-54, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 21/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 7.100,00 (sete mil e cem reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 03/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***SAMOEL BARBOSA DOS SANTOS FILHO***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF Cmei Planalto do Futuro
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____ CPF nº	2._____ CPF nº
3._____ CPF nº	4._____ CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:32AA84EC

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 22/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF CMEI PROFESSOR JOSE MARIA ORREDA

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF CMEI PROFESSOR JOSÉ MARIA ORREDA, inscrito no CNPJ: 35.454.716/0001-43, situado na Avenida Rodolfo Iurk Jr, s/n - bairro Vila São João - Irati-PR, doravante denominado CMEI PROFESSOR JOSÉ MARIA ORREDA, representado por seu representante legal, Rafael da Rocha Massuia, portadora do RG nº 44.048.899-0 SSP/PR e CPF nº 353.798.708-05, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 22/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 8.320,00 (oito mil trezentos e vinte reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.

O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***RAFAEL DA ROCHA MASSUIA*** Presidente
Prefeito Municipal de Irati	APMF Cmei Professor
	JOSE MARIA ORREDA
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:D227F1B6

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 23/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF CMEI SANTO ANTONIO

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF CMEI SANTO ANTONIO, inscrito no CNPJ: 11.393.921/0001-88, situado na Rua das Grevilhas, s/n - bairro Rio Bonito - Irati-PR, doravante denominado CMEI SANTO ANTONIO, representado por seu representante legal, Romario Ferreira Kampa, portadora do RG nº 13.187.238-0 SSP/PR e CPF nº 098.926.139-62, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 23/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1- O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.

Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a

mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - Advertência;

II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:

I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;

III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***ROMARIO FERREIRA KAMPA***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente
	APMF Cmei Santo Antonio
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:DAE475CF

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 24/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL CERRO DA PONTE ALTA

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL CERRO DA PONTE ALTA, inscrito no CNPJ: 11.393.921/0001-88, situado na Rua das Grevilhas, s/n - bairro Rio Bonito - Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL CERRO DA PONTE ALTA, representado por seu representante legal, Juliano Zofiak, portadora do RG nº 8.780.476-3 SSP/PR e CPF nº 056.441.149-37, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 24/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades

pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 6.660,00 (seis mil seiscentos e sessenta reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os

provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

• Início: Após o recebimento do recurso

• Término: Até 12 meses após o início da execução

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:

GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;

MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;

MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;

MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501

7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:

I - Extrato da conta bancária específica;

II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;

VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - Os impactos econômicos ou sociais;

III - O grau de satisfação do público-alvo;

IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***JULIANO ZOFIAK***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF Escola Municipal Cerro da Ponte Alta
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS: 1._____ CPF nº	2._____ CPF nº
3._____ CPF nº	4._____ CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:33FC9BFF

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 25/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL DOS COLONIZADORES

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO DOS COLONIZADORES, inscrito no CNPJ: 11.393.921/0001-88, situado na Rua das Grevilhas, s/n - bairro Rio Bonito - Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL DO CANPO DOS COLONIZADORES, representado por seu representante legal, Camila Andressa Pyl Roik, portadora do RG nº 12.743.496-4 SSP/PR e CPF nº 080.069.029-09, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 25/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 8.780,00 (oito mil setecentos e oitenta reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo

a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:

I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;

III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***CAMILA ANDRESSA PYL ROIK***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente
	APMF Escola Municipal dos Colonizadores
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:C572F789

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 26/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL DE GUAMIRIM

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL DE GUAMIRIM, inscrito no CNPJ: 01.797.862/0001-50, situado em Guamirim, Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ESPERANÇA CARIGNANO CHUILKI, representado por seu representante legal, Giovane Miotto, portadora do RG nº 7.848.561-2 SSP/PR e CPF nº 046.770.859-27, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 26/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.

Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.

1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;

Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***GIOVANE MIOTTO***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF Escola Municipal de Guamirim
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:80E1DF03

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 27/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANTONINA FILLUS PANKA

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANTONINA FILLUS PANKA, inscrito no CNPJ: 02.010.388/0001-37, situado NA Rua Maria Lucinda Simões Scheffer, 208 – Vila Nova, Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANTONINA FILLUS PANKA, representado por seu representante legal, Shaiane Patrícia Rewa Fauat, portadora do RG nº 13.649.355-3 SSP/PR e CPF nº 048.181.169-98, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 27/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.

Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.

1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;

Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

Manter escrituração contábil regular;

Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.

Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;

Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;

Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;

Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 9.380,00 (nove mil trezentos e oitenta reais), em duas parcelas.

I - Parcela : Agosto de 2026

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

II - Parcela 2: Janeiro de 2027

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.

O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00

Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.

3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição

financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;

III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***SHAIANE PATRÍCIA REWA FAUAT***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF Escola Municipal Professora Antonina Fillus Panka
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:4D9EF8C3

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 28/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO STROPARO

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO STROPARO, inscrito no CNPJ: 79.262.010/0001-55, situado na Rua Nossa Senhora de Fátima, 1449 – Centro, Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO STROPARO, representado por seu representante legal, Maria Izabel Pastuch, portadora do RG nº 6.943.804-0 SSP/PR e CPF nº 028.067.109-10, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 28/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.

Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.

1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;

Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

Manter escrituração contábil regular;

Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.

Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;

Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;

Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;

Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a

inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 14.560,00 (quatorze mil, quinhentos e sessenta reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a

administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***MARIA IZABEL PASTUCH***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente
	APMF Escola Municipal Francisco Stroparo
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:271F8A9B

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 29/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ HELENA OLEK

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ HELENA OLEK, inscrito no CNPJ: 01.845.179/0001-40, situado na Rua 19 de Dezembro, 36 – Centro, Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ HELENA OLEK, representado por seu representante legal, Diogo Luders Fernandes, portadora do RG nº 6.334.563-6 SSP/PR e CPF nº 039.109.879-90, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 29/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;

Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 16.060,00 (dezesseis mil e sessenta reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem

nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***DIOGO LUDERS FERNANDES***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente
	APMF Escola Municipal Irmã Helena Olek
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:D4A0A631

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 30/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BATISTA ANCIUTTI

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante

denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BATISTA ANCIUTTI, inscrito no CNPJ: 01.985.428/0001-01, situado na Rua Santa Bertila, s/n – Riozinho, Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BATISTA ANCIUTTI, representado por seu representante legal, Ana Paula Jacumasso, portadora do RG nº 12.917.165-0 SSP/PR e CPF nº 082.095.469-10, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 30/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.

Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.

1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;

Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

Manter escrituração contábil regular;

Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.

Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;

Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;

Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;

Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 8.360,00 (oito mil trezentos e sessenta reais), em duas parcelas.

I - Parcela : Agosto de 2026

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

II - Parcela 2: Janeiro de 2027

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.

O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00

Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***ANA PAULA JACUMASSO***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente
	APMF Escola Municipal João Batista Anciutti
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:BB27F81A

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 31/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO GUTIERREZ

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO GUTIERREZ, inscrito no CNPJ: 01.404.972/0001-04, situado na Rua Canadá, s/n – Engenheiro Gutierrez, Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR JOÃO MARIA PEDROSO, representado por seu representante legal, Amauri Teixeira Martins Neto, portador do RG nº 7.847.839-0 SSP/PR e CPF nº 033.846.849-82, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 31/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;

Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;

MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501

7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:

I - Extrato da conta bancária específica;

II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;

VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - Os impactos econômicos ou sociais;

III - O grau de satisfação do público-alvo;

IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;

III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da

legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***AMAURI TEIXEIRA MARTINS NETO***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF Escola Municipal de Engenheiro Gutierrez
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:CE433C19

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 32/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL JOÃO PAULO II

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL JOÃO PAULO II, inscrito no CNPJ: 01.882.453/0001-51, situado na Rua das Castanheiras, 80, – Vila São João, Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL JOÃO PAULO II, representado por seu representante legal, Joselba Elaine Pepe, portadora do RG nº 7.351.477-0 SSP/PR e CPF nº 020.299.319-18, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 31/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município

e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de

regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***JOSELBA ELAINE PEPE***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF Escola Municipal João Paulo II
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	

TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:E078FD95

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 33/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL PEQUENO DUQUE

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL PEQUENO DUQUE, inscrito no CNPJ: 01.891.691/0001-23, situado na Rua Irmã Silvia, s/n – Centro, Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL MATILDE ARAUJO DO NASCIMENTO, representado por seu representante legal, Valdecir da Silveira, portador do RG nº 10.086.990-0 SSP/PR e CPF nº 037.053.619-37, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 3/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 9.000,00 (nove mil reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das

unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para

o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***VALDECIR DA SILVEIRA***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF Escola Municipal João Paulo II
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS: 1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:D87D68FA

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 34/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL MERCEDES BRAGA

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL MERCEDES BRAGA, inscrito no CNPJ: 02.428.397/0001-42, situado na Avenida das Torres, s/n – Alto da Lagoa, Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL MERCEDES BRAGA, representado por seu representante legal, Elizete Aparecida Vieira dos Santos, portadora do RG nº 12.361.718-5 SSP/PR e CPF nº 084.436.429-04, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 34/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 11.340,00 (onze mil, trezentos e quarenta reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA

SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***ELIZETE APARECIDA VIEIRA DOS SANTOS***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF Escola Municipal Mercedes Braga
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:B482BCF0

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 35/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL OLARIA FILIPAKI

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL OLARIA FILIPAKI, inscrito no CNPJ: 02.202.072/0001-47, situado na Avenida Exp. Félix Filipaki, 67 – Nhapindazal, Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL OLARIA FILIPAKI, representado por seu representante legal, Adriana Angela Burdelak, portadora do RG nº 8.902.632-6 SSP/PR e CPF nº 044.053.859-98, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 35/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções

sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.

Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.

1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;

Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

Manter escrituração contábil regular;

Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.

Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;

Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;

Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;

Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 9.080,00 (nove mil e oitenta reais), em duas parcelas.

I - Parcela : Agosto de 2026

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

II - Parcela 2: Janeiro de 2027

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.

O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00

Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.

3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.

4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***ADRIANA ANGELA BURDELAK***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF Escola Municipal Olaria Filipaki
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:8C6DA857

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 36/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL JOSE SIQUEIRA ROSAS

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL JOSE SIQUEIRA ROSAS, inscrito no CNPJ: 01.143.210/001-00, situado na Rua Tibagi, 47 – Vila São João, Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ SIQUEIRA ROSAS, representado por seu representante legal, Carla da Luz Rodrigues da Anunciação, portadora do RG nº 9.619.385-8 SSP/PR e CPF nº 051.537.379-69, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 36/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 9.180,00 (nove mil cento e oitenta reais), em duas parcelas.

I - Parcela : Agosto de 2026

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

II - Parcela 2: Janeiro de 2027

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.

O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00

Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.

3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.

4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

• Início: Após o recebimento do recurso

• Término: Até 12 meses após o início da execução

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:

GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;

MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;

MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;

MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501

7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:

I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:

I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;

III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***CARLA DA LUZ RODRIGUES DA ANUNCIAÇÃO***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF Escola Municipal José Siqueira Rosas
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	

TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:8F767F55

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 37/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL OLAVO ANSELMO SANTINI

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL OLAVO ANSELMO SANTINI, inscrito no CNPJ: 01.845.178/0001-04, situado na área Rural Rio do Couro, Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO OLAVO ANSELMO SANTINI, representado por seu representante legal, Giovanne Maneira, portador do RG nº 10.577.852-0 SSP/PR e CPF nº 084.279.639-80, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 37/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.

Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.

1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;

Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do

cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 7.660,00 (sete mil, seiscentos e sessenta reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os

pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***GIOVANNE MANEIRA***
,Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF Escola Municipal Olavo Anselmo Santini
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:5AF9859A

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 38/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL PADRE WENCESLAU

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63,

residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL PADRE WENCESLAU, inscrito no CNPJ: 79.319.760/0001-16, situado na Rua Caetano Zarpelon, 858, bairro Rio Bonito - Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL PADRE WENCESLAU, representado por seu representante legal, Reginaldo Strozienski, portador do RG nº 9.689.750-2 SSP/PR e CPF nº 059.073.439-31, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 38/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.

Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.

1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;

Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

Manter escrituração contábil regular;

Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.

Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;

Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;

Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;

Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 13.960,00 (treze mil, novecentos e sessenta reais), em duas parcelas.

I - Parcela : Agosto de 2026

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

II - Parcela 2: Janeiro de 2027

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.

O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00

Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.

3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.

4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

• Início: Após o recebimento do recurso

• Término: Até 12 meses após o início da execução

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:

GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;

MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;

MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;

MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501

7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:

I - Extrato da conta bancária específica;

II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;

VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento,

fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***REGINALDO STROZIENSKI***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF Escola Municipal Olavo Anselmo Santini
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:FEFBA7A8

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 39/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL PADRE SEBASTIÃO MENDES

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL PADRE SEBASTIÃO MENDES, inscrito no CNPJ: 01.818.126/0001-30, situado na Avenida Abib Mansur,85 bairro DER - Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL PLINIO ANCIUTTI PESSOA, representado por seu representante legal, Ana Andreia Grabas, portadora do RG nº 10.723.034-3 SSP/PR e CPF nº 070.124.339-22, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 39/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias

celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 10.620,00 (dez mil, seiscentos e vinte reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;

MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501

7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:

I - Extrato da conta bancária específica;

II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;

VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - Os impactos econômicos ou sociais;

III - O grau de satisfação do público-alvo;

IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;

III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da

legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***ANA ANDREIA GRABAS***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente APMF Escola Municipal Padre Sebastião Mendes
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:32435B07

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 40/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA RURAL MUNICIPAL DE PINHO DE BAIXO

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA RURAL MUNICIPAL DE PINHO DE BAIXO, inscrito no CNPJ: 02.018.456/0001-04, situado na área rural Pinho de Baixo - Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO ROSA ZARPELON, representado por seu representante legal, Elton Roberto Laroca, portador do RG nº 9.357.196-7 SSP/PR e CPF nº 051.363.449-54, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 40/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no

Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 9.120,00 (nove mil, cento e vinte reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de

regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***ELTON ROBERTO LAROCA***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente
	APMF Escola Rural Municipal de Pinho de Baixo

ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:A5E37783

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 41/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL ROSALINA CORDEIRO DE ARAUJO

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL ROSALINA CORDEIRO ARAUJO, inscrito no CNPJ: 01.754.136/0001-50, situado na Rua Amazonas, s/n Vila São João - Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL ROSALINA CORDEIRO DE ARAUJO, representado por seu representante legal, Andrey Manoel de Souza, portador do RG nº 10.621.127-2 SSP/PR e CPF nº 081.812.439-35, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 41/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 15.060,00 (quinze mil e sessenta reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo

a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:

I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;

III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***ANDREY MANOEL DE SOUZA PRESIDENTE***
Prefeito Municipal de Irati	APMF Escola Municipal de Rosalina Cordeiro de Araujo
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:B083AF73

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 42/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA RURAL MUNICIPAL SÃO MIGUEL DE ITAPARÁ

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA RURAL MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DE ITAPARA, inscrito no CNPJ: 01.909.864/0001-93, situado na área rural de Itapará - Irati-PR, doravante denominado ESCOLA RURAL MUNICIPAL DO CAMPO SÃO MIGUEL DE ITAPARA, representado por seu representante legal, Lucimara Baier Hanise, portador do RG nº 13.829.258-4 SSP/PR e CPF nº 107.899.799-90, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 42/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.

Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.

1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;

Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 7.740,00 (sete mil setecentos e quarenta reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***LUCIMARA BAIER HANISE PRESIDENTE***
Prefeito Municipal de Irati	APMF Escola Rural Municipal São Miguel de Itapara
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:D24555CC

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 43/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO MARTINS

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO MARTINS, inscrito no CNPJ: 79.319.737/0001-21, situado na Rua Paulo dos Santos Xisto, 95 bairro Rio Bonito - Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO MARTINS, representado por seu representante legal, Cleonice da Luz Cruz Koltun, portador do RG nº 7.706.044-8 SSP/PR e CPF nº 008.262.549-26, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 43/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de

insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.

Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.

1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;

Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

Manter escrituração contábil regular;

Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.

Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;

Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;

Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;

Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 10.660,00 (dez mil seiscentos e sessenta reais), em duas parcelas.

I - Parcela : Agosto de 2026

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

II - Parcela 2: Janeiro de 2027

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.

O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00

Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.

3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.

4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do

prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste

Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***CLEONICE DA LUZ CRUZ KOLTUN***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente
	APMF Escola Municipal Tancredo Martins
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:1D81CA7F

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 44/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL DA LAGOA

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL DA LAGOA, inscrito no CNPJ: 01.764.115/0001-15, situado na Avenida Noé Rebesco, 1811 bairro Lagoa - Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA VILMA ROSSA BARTIECHEN, representado por seu representante legal, Aline Aparecida de Oliveira, portador do RG nº 9.393.443-1 SSP/PR e CPF nº 046.421.749-07, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 44/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.

Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.

1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;

Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

Manter escrituração contábil regular;

Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.

Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;

Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;

Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;

Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao

referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 13.640,00 (treze mil seiscentos e quarenta reais), em duas parcelas.

I - Parcela : Agosto de 2026

NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

II - Parcela 2: Janeiro de 2027

NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado

conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***ALINE APARECIDA DE OLIVEIRA***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente
	APMF Escola Municipal da Lagoa
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	

TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:165D276E

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 45/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF CMEI MADRE TERESA DE CALCUTÁ

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF CMEI MADRE TERESA DE CALCUTÁ, inscrito no CNPJ: 11.162.939/0001-79, situado na Rua Guanabara, s/n – Nhapindazal Irati-PR, doravante denominado CMEI MADRE TERESA DE CALCUTÁ, representado por seu representante legal, Aguelaine Aparecida Wasik Fiancoski, portador do RG nº 9.373.789-0 SSP/PR e CPF nº 066.553.739-56, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 45/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.
1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
Manter escrituração contábil regular;
Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.
Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;
Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;
Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;
Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 6.840,00 (seis mil oitocentos e quarenta reais), em duas parcelas.
I - Parcela : Agosto de 2026
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
II - Parcela 2: Janeiro de 2027
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO
3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE
3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.
O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 – MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***AGUELAINE APARECIDA WASIK FIANCOSKI***
Prefeito Municipal de Irati	Presidente
	CMEI Madre Teresa de Calcutá
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:1A63C794

PROCURADORIA
TERMO DE FOMENTO N° 46/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRATI E APMF ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO VIEIRA DE ARAUJO

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-Pr, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº 10.709.647-7 SSP/PR, inscrito no CPF nº 088.503.499-63, residente e domiciliado à Rua Pedro Colaço Vaz, nº 03 – Floresta, Irati-Pr e a APMF ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO VIEIRA DE ARAUJO, inscrito no CNPJ: 79.262.093/0001-82, situado na Rua Dona Noca, 807 Centro - Irati-PR, doravante denominado ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO VIEIRA DE ARAUJO, representado por seu representante legal, Gabriel José Pereira Batista, portador do RG nº 10.166.365-5 SSP/PR e CPF nº 060.095.109-02, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, o processo administrativo de inexigibilidade de chamamento nº 46/2026 e mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PRIME - PROGRAMA IRATI MAIS EDUCAÇÃO foi concebido para conferir maior eficiência e agilidade na aquisição de insumos rotineiros pelas unidades de ensino do Município de Irati. Fica instituído o Programa e autorizado o repasse de subvenções sociais às Associações de Pais, Mestres e Funcionários das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil integrantes da rede pública de ensino do Município de Irati, destinadas ao custeio de materiais de higiene, limpeza e expediente eliminando entraves burocráticos e adequando os estoques às necessidades de cada comunidade escolar. A manutenção da salubridade nos ambientes escolares é indispensável para preservar a saúde de discentes e servidores. Da mesma forma, o fornecimento regular de insumos de expediente apoia diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias. O planejamento anual e a antecipação de compras via subvenção social asseguram a continuidade das atividades escolares e evitam riscos de interrupção letiva decorrentes de desabastecimento de itens básicos de custeio.

Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização e / ou descontinuidade dos serviços e consequente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, nos termos detalhados no Plano de Trabalho, devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independendo de transcrição.

1.2- Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;

Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

Na hipótese do gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

Manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, antes da constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

Realizar a execução do objeto pactuado, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

Manter escrituração contábil regular;

Realizar a contratação e aquisição de bens e serviços, mediante cotação prévia de preços no mercado (mínimo de três orçamentos), na forma da legislação vigente.

Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, comprovando a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com o Plano de Trabalho;

Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n° 13.019/2014;

Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n° 13.019/2014;

Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n° 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1- O montante total de recursos a serem empregados na execução do Termo de Fomento é de R$ 12.760,00 (doze mil setecentos e sessenta reais), em duas parcelas.

I - Parcela : Agosto de 2026

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

II - Parcela 2: Janeiro de 2027

NATUREZA DA DESPESA

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO

3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o repasse de valor fixo anual correspondente a **R$ 6.000,00** por unidade escolar, destinado a cobrir despesas de custeio estrutural e de manutenção básica comum das unidades de ensino; o repasse de valor será **variável** per capita fixado em **R$ 20,00 por aluno**, calculado de forma proporcional com base nas matrículas ativas registradas nos dados oficiais do Censo Escolar de 2025. Esse repasse deverá ser executado conforme a necessidade da Entidade durante a vigência do plano, a iniciar em 08/2026, conforme estabelecido no **Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho** de cada unidade de ensino.

O recurso destinado, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1201.2.077.3.3.50.43.00.00 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – SUBVENÇÕES SOCIAIS - FONTE 103- R$ 255.340,00 07.002.12.365.1201.2.117.3.3.50.43.00.00 –

MANUNTENÇÃO DAS CMEIS MUNICIPAIS – SUBVENÇÕES SOCIAIS – FONTE 103 – R$ 116.660,00
Em nenhuma hipótese serão realizados pagamentos pelo poder Público via cheque ou qualquer meio diferente de transferências bancárias.
3.2.2. A Organização da Sociedade Civil somente poderá realizar movimentações de recursos mediante transferência com identificação do beneficiário, nos termos do art. 53 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal.
4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1- O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:
I - Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
II - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
III - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
IV - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
V - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
VI - Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 O presente Termo de Fomento vigerá até 08/2027, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
• Início: Após o recebimento do recurso
• Término: Até 12 meses após o início da execução
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução da colaboração será acompanhada por representantes da Administração Pública, ficando designados:
GESTORA DA PARCERIA:Eliceia Halatiki Szereda, inscrita sob a matrícula nº 171400;
MEMBRO:Michele Adamski de Paula, inscrita sob a matricula 164890;
MEMBRO:Lucio Mauro Onorio, inscrito sob a matrícula 4466610;
MEMBRO:Kellen Crovador, inscrita sob a matricula 2485500/2485501
7.2 Ao gestor da parceria e aos membros da comissão de monitoramento cabem, promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas, agindo de forma precipitadamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, atuando conforme atribuições e responsabilidades definidas pela Lei n° 13.019, de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros previstos na Lei Federal nº 13.019/2014, das seguintes informações e documentos:
I - Extrato da conta bancária específica;
II - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
V - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI -Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a

conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei Federal n° 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - Os impactos econômicos ou sociais;
III - O grau de satisfação do público-alvo;
IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei Federal n° 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela: I - aprovação da prestação de contas; II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1o O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõe a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n° 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - Advertência;
II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente Termo de Fomento poderá ser:
I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e aferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito fica condicionada à Publicação do respectivo instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial a qual deverá ser providenciada pelo Poder Público no prazo de até 20 dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;
III - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro do Juízo de Irati, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Irati, 04/08/2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES	***GABRIEL JOSÉ PEREIRA BATISTA***
	Presidente
Prefeito Municipal de Irati	APMF Escola Municipal Francisco Vieira de Araújo
ELICEIA HALATIKI SZEREDA	
Gestora da Parceria	
TESTEMUNHAS:	
1._____	2._____
CPF nº	CPF nº
3._____	4._____
CPF nº	CPF nº

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:68C51E5E

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
ERRATA EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ERRATA

A Autoridade Competente do Município de Irati, no uso de suas atribuições informa que devido a um erro de digitação, deve ser considerada a seguinte informação no Contrato de Prestação de Serviços nº 006/2023, Pregão Eletrônico nº 129/2022 - PMI. Contratada: SC Empreendimentos Ltda, CNPJ 18.360.358/0001-90. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa com dedicação exclusiva de mão-de-obra para serviços gerais de limpeza para manutenção do Parque Aquático e espaços da Secretaria de Cultura e Turismo.
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 006/2023
ONDE SE LÊ: CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR CONTRATUAL
Fica renovado o valor contratual original de R$ 331.454,85 (trezentos e trinta e um mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), estimado para o período de 12 (doze) meses.
QUE SE LEIA: CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR CONTRATUAL
Fica renovado o valor contratual original de R$ 301.065,18 (trezentos e um mil, sessenta e cinco reais e dezoito centavos), estimado para o período de 12 (doze) meses.
Tal errata corrige apenas a informação contida nas publicações oficiais, estando corretas as demais informações. Permanecem inalteradas demais informações.

Irati, 11 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:837D8E21

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo Contrato de Locação nº 052/2025, Inexigibilidade de Licitação nº 031/2025 – PMI. Contratada: Imobiliária Diego Oliveira Ltda, CNPJ 57.875.368/0001-10. Objeto: Locação do imóvel comercial com área construída a ser utilizada de 1.364,75 m² composto por 03 pavimentos, 11 Salas, 4 Banheiros, Elevador e Estacionamento, localizado na Rua XV de Novembro, n° 437, Centro, Irati/PR, devidamente Matriculado nesta Comarca de Irati, Estado do Paraná, conforme Matrícula nº 5.748, para uso dos seguintes departamentos e secretarias: Ouvidoria Municipal, Secretaria de Habitação, atendimento do Procon Municipal e Departamento de Vigilância Sanitária. Do Reajuste Contratual: Fica reajustado o valor contratual mensal de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para R$ 13.926,78 (treze mil, novecentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos). O reajuste ocorre em função de atualização pelo IGP-M, média entre julho de 2025 e junho de 2026. Data e assinaturas.

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:956ED428

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 58/2026
Em cumprimento do dispositivo no Art. 11 da Lei nº 1532/2015 com alteração através da Lei 1.973/2023, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Cleberson Pereira	*Gari*	*Ibaiti*	*05,06,07/08/2026*	*Levar funcionários para exame médico na Medcseg Segurança e Medicina do trabalho*	*R$ 180,00*
Dulcinéia Aparecida da Silva Santin	*Tecnico em Enfermagem*	*Guaratuba*	*15 a 18/08/2026*	*Acompanhar vôlei da Terceira Idade adaptado, para participar do jogo de vôlei integração do idoso*	*R$ 1.160,00*
Karla Giovanna Carvalho Gonçalves	*Diretora do Centro do Idoso*	*Guaratuba*	*15 a 18/08/2026*	*Acompanhar vôlei da Terceira Idade adaptado, para participar do jogo de vôlei integração do idoso*	*R$ 1.160,00*

Edifício do Município de Itambaracá-PR, 11 de agosto de 2026.

CANCELAMENTO DE DIÁRIAS:
Ficam canceladas as diárias publicadas no extrato nº 57/2026, em 11 de agosto de 2026, Edição 3592, onde se lê:

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Cristian Guilherme Zamboni	*Motorista*	*Londrina*	*17 a 21/08/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*

Edifício do Município de Itambaracá-PR, 11 de agosto de 2026.

ERRATA DE CANCELAMENTO DE DIÁRIAS:
Onde se lê:
Ficam canceladas as diárias publicadas no extrato nº 45/2026, em 08 de julho de 2026, Edição 3568

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Francisco Sanches Filho	Motorista	Cornélio Procópio	13 a 15/07/2026	Transporte de pacientes	R$ 180,00
Salvador Paulo Dias	Motorista	Londrina	13 a 15/07/2026	Transporte de pacientes	R$ 180,00

Lê-se:
Ficam canceladas as diárias publicadas no extrato nº 45/2026, em 08 de julho de 2026, Edição 3568

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Valdir da Silva	Motorista	Cornélio Procópio	13 a 17/07/2026	Transporte de pacientes	R$ 300,00
Salvador Paulo Dias	Motorista	Londrina	13 a 17/07/2026	Transporte de pacientes	R$ 300,00

Edifício do Município de Itambaracá-PR, 11 de agosto de 2026.

Publicado por:
Julio Cesar Dias
Código Identificador:6A328922

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ATA COMPLEMENTAR

Chamada Pública para Credenciamento Público nº: 003/2026
Processo Administrativo nº: 027/2026
Objeto: Aquisição de Alimentos provenientes da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar, no âmbito do PNAE.
Data da Sessão: 11 de agosto de 2026.
Finalidade do Ato: Tornar pública a reabertura de sessão e o julgamento documental complementar dos proponentes que apresentaram inconsistências na fase de habilitação.
Resultado do Julgamento: Ficam declarados **HABILITADOS** e com os projetos de venda **ACEITOS** os seguintes fornecedores, por cumprirem integralmente as exigências editalícias: Cooperativa da Agricultura Familiar de São Jerônimo da Serra; Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Bandeirantes - COOPAFI; Lucinéia de Fátima Corna Hashiguti; e Adriano Ramos Bortoluci.
Disponibilidade do Resultado Final: O resultado final consolidado será publicado oportunamente no Portal de Transparência do Município.
Itambaracá - Pr, 11 de agosto de 2026

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Portaria nº 142/2025

Publicado por:
Eliete Caetano Domingues
Código Identificador:50657A77

LICITAÇÃO
RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

O condutor de processos do órgão MUNICIPIO DE ITAMBARACA-ITAMBARACÁ-PR, vem comunicar o resultado do processo de PREGÃO ELETRÔNICO nº 17/2026, Processo Administrativo nº 029/2026 finalizado terça-feira, 11 de agosto de 2026 às 09:36, objeto: Aquisição de Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP em botijão de 13 Kg (P-13) Botijão - Vasilhame de 13 Kg (P -13) vazio e Kit regulador de gás, para um período de 12 (doze) meses.. Ficando adjudicadas e homologadas as seguintes propostas: VALDINEI APARECIDO MARQUES ME (21013098000191) com o lote 1 no valor de R$ 27.471,59 (vinte e sete mil e quatrocentos e setenta e um reais e cinquenta e nove centavos) e lote 2 no valor de R$ 1.980,00 (um mil e novecentos e oitenta reais) e YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51740794000160) com o lote 3 no valor de R$ 1.264,78 (um mil e duzentos e sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos),

ITAMBARACÁ (PR), terça-feira, 11 de agosto de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tamires Fernanda Teixeira
Código Identificador:54A08948

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 129/26 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédit Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 9.000,00 (nove mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU
07.001.12.361.0004.2.018. MANUTENÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. DOMINGOS
LAUDENIR VITORINO - ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO
762 - 3.3.90.30.00.00 830 MATERIAL DE CONSUMO 3.000,00
763 - 3.3.90.39.00.00 830 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 6.000,00
Total Suplementação: 9.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita:1.7.2.9.99.01.01.00000000 Fonte: 830 9.000,00
Total da Receita: 9.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:3AB74572

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no procedimento Licitatório na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico Nº 90017/2026, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na comercialização de ração para cães e gatos em situação de acolhimento sob responsabilidade do Município de Itapejara D'Oeste - PR, decide HOMOLOGAR o processo Licitatório em conformidade com o Termo de Julgamento n.º 90017/2026, em que sagrou-se vencedora para o Lote Nº 01, Item Nº 01, a empresa Supera Comercio e Importação Ltda – EPP, com o valor unitário de R$ 53,00 (Cinquenta e três reais), para o Lote Nº 01, Item Nº 02, a empresa Supera Comercio e Importação Ltda – EPP, com o valor unitário de R$ 55,00 (Cinquenta e cinco reais), para o Lote Nº 01, Item Nº 03, a empresa Supera Comercio e Importação Ltda – EPP, com o valor unitário de R$ 55,99 (Cinquenta e cinco reais e noventa e nove centavos), para o Lote Nº 01, Item Nº 04, a empresa Supera Comercio e Importação Ltda – EPP, com o valor unitário de R$ 55,00 (Cinquenta e cinco reais) e para o Lote Nº 01, Item Nº 06, a empresa Imperial Produtos Agroveterinarios Ltda – Me, com o valor unitário de R$ 124,84 (Cento e vinte e quatro reais e oitenta e quatro centavos). Ficando nesta data HOMOLOGADO.

Itapejara D'Oeste, 11 (onze) de Agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:1AA94FAE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no procedimento Licitatório na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico Nº 90028/2026, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na comercialização de climatizadores móveis a serem utilizados pelos Departamentos da Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, decide HOMOLOGAR o processo Licitatório em conformidade com o Termo de Julgamento n.º 90028/2026, em que sagrou-se vencedora para o Lote Nº 01, Item Nº 01, a empresa JV do Brasil Comercio de Climatizadores Ltda - EPP, com o valor unitário de R$ 9.995,00 (Nove mil, novecentos e noventa e cinco reais). Ficando nesta data HOMOLOGADO.

Itapejara D'Oeste, 11 (onze) de Agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:AEA98852

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90038/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no procedimento Licitatório na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico Nº 90038/2026, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na comercialização de gêneros alimentícios para composição de cestas básicas destinadas as famílias em situação de vulnerabilidade social, cadastradas e acompanhadas pelo Departamento Municipal de Assistência Social do Município de Itapejara D'Oeste - PR, decide HOMOLOGAR o processo Licitatório em conformidade com o Termo de Julgamento n.º 90038/2026, em que sagrou-se vencedora para o Lote Nº 01, Item Nº 01, a empresa A S T Antunes Comercio e Serviços Ltda – EPP, com o valor unitário de R$ 110,00 (Cento e dez reais) e para o Lote Nº 01, Item Nº 02, a empresa A S T Antunes Comercio e Serviços Ltda – EPP, com o valor unitário de R$ 110,00 (Cento e dez reais). Ficando nesta data HOMOLOGADO.

Itapejara D'Oeste, 11 (onze) de Agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:10EBE978

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90039/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no procedimento Licitatório na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico Nº 90039/2026, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de borracharia para atendimento aos Departamentos da Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, decide HOMOLOGAR o processo Licitatório em conformidade com o Termo de Julgamento n.º 90039/2026, em que sagrou-se vencedora para o Lote Nº 01, a empresa Borracharia São Jose Ltda – Me, com o valor total de R$ 59.723,80 (Cinquenta e nove mil, setecentos e vinte e três reais e oitenta centavos), para o Lote Nº 02, a empresa Borracharia São Jose Ltda – Me, com o valor total de R$ 43.330,00 (Quarenta e três mil, trezentos e trinta reais), para o Lote Nº 03, a empresa Borracharia São Jose Ltda – Me, com o valor total de R$ 9.860,00 (Nove mil, oitocentos e sessenta reais), para o Lote Nº 04, a empresa Borracharia São Jose Ltda – Me, com o valor total de R$ 9.100,00 (Nove mil e cem reais) e para o Lote Nº 05, a empresa Borracharia São Jose Ltda – Me, com o valor total de R$ 95.400,00 (Noventa e cinco mil e quatrocentos reais). Ficando nesta data HOMOLOGADO.

Itapejara D'Oeste, 11 (onze) de Agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:7163A772

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
CONVOCAÇÃO Nº 001/2026

O Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico – COMASA, Sr. Osmar Taborda de Faria, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere competência para convocar e coordenar as reuniões do Conselho, CONVOCA todos os membros titulares e suplentes para a reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico, a realizar-se no dia 14 de agosto de 2026, às 15 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal.
A reunião terá como pauta os seguintes assuntos:

A) Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2025;

B) Convalidação de gastos realizados, bem como análise e deliberação quanto à utilização dos recursos disponíveis em caixa para ações de castração de animais domésticos (pets);

C) Atualização do Regimento interno entre outros assuntos de interesse do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico.

Ressalta-se que, conforme o Regimento Interno, o quórum mínimo necessário para a instalação da sessão corresponde a 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos conselheiros, independentemente da paridade.

Itaperuçu, 11 de agosto de 2026.

OSMAR TABORDA DE FARIA
Presidente
Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico – COMASA

Publicado por:
Osmar Taborda de Faria
Código Identificador:38095EF3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 353/2026 DE 10 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**

Art.1º- Nomear a partir desta data, **ANDRELIZE DE FATIMA FREITAS ENQUE,** portadora do RG **Nº *******178/PR,** CPF **N° ********906,** para o cargo efetivo de **TÉCNICO ADMINISTRATIVO,** sob o número de matrícula **69531,** aprovada no Concurso Público edital 001/2023.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:C249CC81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N°180/2026

CONTRATO Nº 180/2026
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 044/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PARANÁ - SEBRAE/PR.
CNPJ: 75.110.585/0001-00.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS VOLTADOS AO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.
DO VALOR: R$60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 27 DE JULHO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA TEM INÍCIO NA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO E TÉRMINO EM 30/08/2027 (TRINTA DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E SETE).

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:92DF6F6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
PORTARIA Nº 90/2026 DE 11 AGOSTO DE 2026.

"NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO, PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU-PR."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, **JEFFERSON CECCON**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando os termos da Lei nº 357/2009 de 03 de novembro de 2009, que criou o **CME** – Conselho Municipal de Educação,

RESOLVE:
ART. 1º - Ficam nomeados em Substituição Presidente e Vice-Presidente pelo mandato no período mantendo as demais composições referentes ao Decreto 015/2024 de 20 de março de 2024, do Conselho Municipal de Educação – CME, para o restante do mandato compreendido até 20 de março de 2027 conforme composição abaixo:

I – REPRESENTANTES DO QUADRO PRÓPRIO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO, INDICADO PELO PREFEITO MUNICIPAL:
TITULAR: Sheila Ferreira de Mello Machado
SUPLENTE: Maria de Jesus dos Santos Ribeiro
TITULAR: Dircelia Dornelles
SUPLENTE: Rosane Stresser

II – REPRESENTANTES DO QUADRO PRÓPRIO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO, ATUANTES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:
TITULAR: Elisandra Natalina Prestes Socher
SUPLENTE: Fernanda Martins da Silva Ferreira
TITULAR: Verediana da Silva Paske
SUPLENTE: Ana Paula Godoy Coitinho

III – REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:
TITULAR: Irene Bueno Stresser
SUPLENTE: Roseli Pask de França Silvestre
TITULAR: Maria Costa Rosa Mariano
SUPLENTE: Denise de França Faria

IV – REPRESENTANTES DO QUADRO DE SERVIDORES, ATUANTES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:
TITULAR: Iara Cristina Miranda
SUPLENTE: Elisangela Aparecida do Pilar
TITULAR: Tatiane Bacarin
SUPLENTE: Lucilene Geffer Pereira Stresser da Silva
V – REPRESENTANTES DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO A REDE PÚBLICA DE ENSINO:
TITULAR: Kimberly Vitória dos Santos
SUPLENTE: Wesley Pedroso de Moraes
VI – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA ATRAVÉS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL OU ASSOCIAÇÃO DE EMPRESÁRIOS:
TITULAR: Cleverson Luis Lovato
SUPLENTE: Sandro Leocádio Pedroso De Moraes

VII – REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:
TITULAR: **Sabrina Willrich Oliveira**
SUPLENTE: Janine Isabelle de Assumpção

VIII – REPRESENTANTES DA DIRETORIA DO CONSELHO:
PRESIDENTE: Verediana da Silva Paske
VICE-PRESIDENTE: Irene Bueno Stresser
SECRETÁRIA: Josiliane Perpétua Costa

ART. °2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEFFERSON CECCON
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo
Port. 045/26 de 09/02/2026

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:FACF77BC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 313/2026

PORTARIA Nº 313/2026

SÚMULA: Conceder férias regulamentar a servidora Patrícia Aparecida Tietz Pelegrin e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar, a servidora Patrícia Aparecida Tietz Pelegrin**,** matrícula nº 538**,** CPF 040.***.***-00, período aquisitivo de 2023/2024, com o cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada no Hospital Municipal – Diretoria Executiva de Saúde.

Art. 2º A férias ora concedida, será usufruída no período de 12/08/2026 a 10/09/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de agosto de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:E58B1F5D

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL-PR
ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA EM CURSO AOS 03 DE AGOSTO DE 2026.

Nos 03 (Três dias) do mês de Agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis), Segunda-Feira, às 19h00, no Plenário da Câmara Municipal de Itaúna do Sul-PR, reuniu-se o Legislativo Municipal de Itaúna do Sul, sob a presidência do Sr. Valdeir Aparecido Laureano. Após a leitura da bíblia feita pelo vereador João Paulo Belem, o Presidente Valdeir Aparecido Laureano solicitou ao primeiro-secretário Hudson Taylor dos Reis Lima a leitura da chamada dos vereadores, a qual foi realizada constatando a presença de todos os vereadores, sendo eles os Vereadores Adão Luiz Romaanelli, Everton Marcelo Dias Rosa, Hudson Taylor dos Reis Lima, Israel dos Santos, João Paulo Belem, Luciano dos Santos, Manoel Messias Gonçalves, Rosana Maria Francisco e Valdeir Aparecido Laureano. Verificado o número legal de Vereadores e de acordo com o Artigo 158 do Regimento Interno, em nome de Deus, iniciaram-se os trabalhos da 21ª Reunião Ordinária da 16ª (décima sexta) Legislatura em curso. O Presidente Valdeir Aparecido Laureano cumprimentou os presentes. Em expediente, foi dispensada a leitura da ata da sessão anterior, sendo que os vereadores a favor permaneceram sentados. Assim, a ata foi aprovada por unanimidade de votos dos presentes. Na sequência, o Presidente solicitou ao Primeiro-Secretário Hudson Taylor dos Reis Lima a leitura do ofício nº 069/2026 do Executivo Municipal referente ao Projeto de Lei Complementar n°03/2026. Iniciando a ordem do dia, informo que teremos a eleição suplementar para o cargo vago de segundo-secretário da mesa para o restante do Biênio 2025-2026. Ressalta-se que o segundo-secretário é o suplente do primeiro-secretário e assume o cargo de primeiro-secretário no caso de ausência do mesmo e no caso de vacância no cargo. O Presidente Valdeir Aparecido Laureano informou que houve apenas uma candidatura única da vereadora Rosana Maria Francisco ao cargo. Dando início a votação, convidou em ordem alfabética nominal cada vereador a retirar sua cédula e depositar seu voto na urna, vereador Adão Luiz Romanelli, vereador Everton Marcelo Dias Rosa, vereador Hudson Taylor dos Reis Lima, vereador Israel dos Santos, vereador João Paulo Belem, vereador Luciano dos Santos, vereador Manoel Messias Gonçalves, vereadora Rosana Maria Francisco e vereador Valdeir Aparecido Laureano. O Presidente Valdeir Aparecido Laureano convoca os servidores Walter Fernandes Pedrosa Junior e Beatriz de Souza Silva Santos para fazer a contagem dos votos. O Presidente Valdeir Aparecido solicitou ao primeiro-secretário Hudson Taylor dos Reis Lima a leitura do boletim de votação onde a vereadora Rosana Maria Francisco foi eleita por unanimidade de votos para o cargo de segunda-secretária da mesa Legislativa. O Presidente Valdeir Aparecido Laureano declarou eleita para o cargo de segunda-secretária da mesa Legislativa pelo restante do biênio 2025-2026 a vereadora Rosana Maria Francisco. Ainda na ordem do dia o Presidente Valdeir Aparecido Laureano informou aos nobres vereadores desta Casa de Leis, que neste momento encaminho que o Projeto de Lei Complementar n°03/2026 do Executivo Municipal para as Comissões permanentes inciando-se pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para uma análise e emissão de parecer. Terminado o expediente e a ordem do dia, o Presidente desejou boa noite a todos e declarou encerrados os trabalhos da presente reunião. Após lavrada a presente ata, a mesma foi lida, aprovada e, ao final, assinada pelosVereadores abaixo especificados.
Plenário da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, 03 de Agosto de 2026.

VALDEIR APARECIDO LAUREANO
Presidente

ADÃO LUIZ ROMANELLI
Vice-Presidente

HUDSON TAYLOR DOS REIS LIMA
1º Secretário

ROSANA MARIA FRANCISCO
2º Secretária

EVERTON MARCELO DIAS ROSA
Vereador

ISRAEL DOS SANTOS
Vereador

JOÃO PAULO BELEM
Vereador

LUCIANO DOS SANTOS
Vereador

MANOEL MESSIAS GONÇALVES
Vereador

Publicado por:
Walter Fernandes Pedrosa Junior
Código Identificador:8E93D58B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRONICO Nº 028/2026. Processo Administrativo 0110.2026. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINAS E ATIVIDADES PARA SEREM DESENVOLVIDAS NO AMBITO DO CRAS DO MUNICIPIO DE ITAUNA DO SUL. Dia e horário: 26/08/2026 às 09h00 (horário de Brasília). Plataforma: LICITANET (www.licitanet.com.br). Local de acesso PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1. Itaúna do Sul-PR, 11 de agosto de 2026.

GILSON JOSE DE GOIS.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:17A13BF0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 226/2026

Portaria Nº 226/2026

Designa servidores para atuarem como Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Orli Antonio Camargo de Cristo, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal nº 14.133/2021, resolve:

Art. 1º Designar a servidora **RAQUEL DERKACZ**, matrícula nº **11671**, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, para atuar como **FISCAL TÉCNICO**, no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 709/2026**, nos termos do Decreto Municipal nº 28/2023.
Art. 2º Designar a servidora **LETÍCIA RIBEIRO SILVESTRIN**, matrícula nº **1328176**, ocupante do cargo de Diretora de Departamento, para atuar como **FISCAL ADMINISTRATIVO**, no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 709/2026**, nos termos do Decreto Municipal nº 28/2023.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ivaí, 11 de agosto de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:5373F353

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO N° 004/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 (LEI FEDERAL N° 14.133/2021).

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
LICITAÇÃO N° 004/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
(Lei Federal n° 14.133/2021).
Tipo de licitação: MENOR PREÇO
A autoridade competente no uso de suas atribuições legais, e considerando o que consta nos autos do processo em epígrafe, RESOLVE:
1. TORNAR SEM EFEITO parcialmente o Termo de Homologação publicado em 03/06/2026, exclusivamente no tocante à adjudicação do objeto à empresa **ELO SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA com o lote: 1** em razão de sua inabilitação na fase de apresentação de documentos para assinatura contratual.
2. RATIFICAR a desclassificação da referida empresa e a subsequente convocação da próxima classificada, nos termos da legislação vigente.
3. ADJUDICAR E HOMOLOGAR o objeto do presente certame licitatório em favor da empresa **SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA LTDA com o lote: 1,** haja vista ter apresentado toda a documentação de habilitação exigida no edital e ter sido declarada habilitada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, pelo valor global de **R$ 2.269.389,96 (dois milhões duzentos e sessenta e nove mil e trezentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos).**
4. DETERMINAR a convocação da empresa adjudicatária para a assinatura do contrato no prazo legal.
Ivaí, 11 de agosto de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:6B8F5F2D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PROFESSOR – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAI, tendo em vista o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, realizado para admissão no cargo de **PROFESSOR**,

C O N V O C A
VILMARA RIBEIRO GRANISKA aprovada pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivaí, sito à Rua Rui Barbosa, 632, munidas dos seus documentos, em horário comercial até o **próximo dia 13 de agosto de 2026**.
O não comparecimento até o prazo fixado, será considerado como desistência perdendo os direitos advindos do Processo Seletivo Simplificado.

Ivaí, 11 de agosto de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:63184643

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PSICOLOGO– AMPLA CONCORRÊNCIA- CONCURSO PUBLICO Nº003/2023 - EDITAL N°001/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAI, tendo em vista o resultado final do Concurso Público nº 003/2023, realizado para admissão no cargo de **PSICOLOGO – AMPLA CONCORRÊNCIA**, conforme Edital nº 001/2024,
C O N V O C A
SUSAN BOBATO STADLER, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 - Edital nº 001/2024, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivaí, sito à Rui Barbosa, 632, munido de seus documentos pessoais e dos documentos que comprovem os requisitos constantes no item 10 do Edital nº 001/2024 do Concurso Público, em horário comercial até o próximo dia **21 de agosto de 2026**.
O não comparecimento até o prazo fixado, será considerado como desistência perdendo os direitos advindos do Concurso Público.

Ivaí-PR, 11 de agosto de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:9221784C

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 227/2026

PORTARIA Nº 227/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal Sra. **INGLEDI DE FATIMA LEIRIA**, Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de quinze (15) dias a que tem direito, referente o período aquisitivo de 02/07/2025 a 01/07/2026, para o período concessivo de 12 de agosto de 2026 a 26 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 11 de agosto de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:BA15E218

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 228/2026

PORTARIA Nº 228/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal Sr. **JOÃO PYTLAK**, Operador de máquinas, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de dez (10) dias a que tem direito, referente o período aquisitivo de 15/07/2025 a 14/07/2026, para o período concessivo de 12 de agosto de 2026 a 21 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 11 de agosto de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:D67760F0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 06/2026 CONTRATO Nº: 04/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 08/2026

ÓRGÃO CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA;
CNPJ: 01.968.512/0001-09.
CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A;
CNPJ: 90.180.605/0001-02;
ENDEREÇO: Rua Marechal Floriano Peixoto, n.º 450, Centro Histórico, Porto Alegre-RS.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro predial, visando à cobertura do imóvel pertencente ao Legislativo Municipal de Ivatuba-PR, conforme coberturas mínimas a serem definidas no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Seguro predial, contendo as seguintes coberturas: • Incêndio (Inclusive em Decorrência de Tumultos, Greves e Lockout), Queda de Raio, Explosão de Qualquer Natureza e Queda de Aeronaves - R$ 1.050.000,00; • Danos Elétricos - R$ 100.000,00; • Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Impacto de Veículos Terrestres e Fumaça - R$ 300.000,00; • Roubo e/ou Subtração de Bens com Arrombamento - R$ 100.000,00; • Quebra de Vidros, Espelhos e Mármores - R$ 40.000,00; • Responsabilidade Civil Operações - R$ 20.000,00; • Responsabilidade Civil Danos Morais - R$ 100.000,00 • Rompimento/Vazamento de Tanques ou Tubulações - R$ 30.000,00	ANUIDADE	1	**R$3.750,00**	**R$3.750,00**

FUNDAMENTO LEGAL: LEI N°. 14.133/2021.
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 07/08/2026 - **FINAL DA VIGÊNCIA:** 07/08/2027**.**
VALOR TOTAL: R$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais).
FORO: Comarca de Paiçandu-PR**.**

IVATUBA-PR, 11 de agosto de 2026.

MARISTELVIO TENEDINI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:3B4F9D22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECLARAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS EDITAL Nº 001/2025

O MUNICÍPIO DE IVATUBA, Estado do Paraná, por meio do Gabinete do Prefeito, torna público que a candidata abaixo relacionada, inscrita e classificada no Processo Seletivo Simplificado – PSS Edital nº 001/2025, convocada por meio de Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Município em 03/08/2026 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 04/08/2026, **não compareceu** no prazo estabelecido para apresentação da documentação exigida, conforme previsto no edital, para fins de comprovação dos requisitos e efetivação da contratação.
Luizemar Iracema de Andrade Nunes, inscrita sob o número 105 e classificada em 12º lugar para o cargo de Monitor de Aluno (temporário).

Considerando o disposto no Item 13 do Edital de Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025 e considerando o não comparecimento da candidata no prazo legal, **fica a Senhora** Luizemar Iracema de Andrade Nunes**, remetida para o fim da lista de candidatos**.

Ivatuba (PR), 11 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:839A9A92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, através do presente Edital, e com base no resultado final do Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, **CONVOCA** a candidata abaixo relacionada, aprovada e classificada, para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste Edital, na Gerência de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivatuba,

localizada na Rua Marechal Floriano, nº 797, Centro, Ivatuba-PR, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, a fim de apresentar a documentação necessária para contratação, conforme previsto no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

Cargo: Monitor de alunos (temporário)		
Classificação	**Nº Inscrição**	**Nome**
13º	176	Mariangela Karlla Fretta

A candidata convocada deverá apresentar original e cópia ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

Documentos FASE 1 – APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS:
Títulos/documentos para comprovação dos critérios de escolaridade, aperfeiçoamento e experiência (conforme edital), informados na Ficha de Inscrição;

Documentos FASE 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
Carteira de identidade (RG);
CPF;
Título de eleitor;
Comprovante de quitação eleitoral;
Carteira de trabalho e previdência social - CTPS;
Número do PIS/PASEP;
Certidão de nascimento ou casamento;
Prova de quitação com o serviço militar para o convocado do sexo masculino;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo e registro no conselho da Classe quando houver;
Certidão de nascimento dos filhos, menores de 21 anos, quando houver;
Comprovante de residência;
Atestado de antecedentes civis e criminais, fornecido pelo Cartório do Distribuidor do FÓRUM;
Comprovante de aptidão física e mental;
Uma foto 3X4 recente;
Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, penalidade decorrente de processo administrativo disciplinar;
Declaração de não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos;
Outros documentos exigidos no edital do processo seletivo.

O não comparecimento no prazo estabelecido ou a não apresentação da documentação exigida e demais fatos enumerados no Item 13 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, implicará na perca da colocação original de classificação e será o convocado remetido para o fim da respectiva lista de classificados, exceto comprovante de escolaridade, que resultará em exclusão do candidato. Serão considerados desistentes aqueles que estiverem enquadrados nas hipóteses previstas no Item 14 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA, aos 11 (onze) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:1C6B6EB8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 029/2026-PMI

CONTRATO Nº. 096/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **BIOSFERA SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ n° 07.995.195/0001-04.**
OBJETO: **Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços de Erradicação de Árvores do Município de Ivatuba.**
FISCAL DESIGNADO: **Aland Nehring Wunderlich, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.**

Item	Und.	Qtd.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	Und.	45	Erradicação de árvores de grande porte, incluindo a remoção de galhos, troncos e destinação final dos resíduos, bem como todas as despesas diretas e indiretas para a execução dos serviços, conforme previsto no Termo de Referência.	1.066,66	47.999,70
2	Und.	20	Erradicação de árvores de médio porte, incluindo a remoção de galhos, troncos e destinação final dos resíduos, bem como todas as despesas diretas e indiretas para a execução dos serviços, conforme previsto no Termo de Referência.	600,00	12.000,00
TOTAL					**59.999,70**

VALOR: **R$ 59.999,70 (cinquenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e setenta centavos)**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DE VIGÊNCIA: **11 de agosto de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **11 de agosto de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 11 de agosto de 2026

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:83CFAA27

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 168/2026

Designa servidor efetiva para desempenho das atribuições do cargo de Psicólogo, junto à Secretaria de Serviço Social de Ivatuba, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATUBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais constantes do inciso IV, do artigo 74 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE: -

Art. 1º Fica designado o servidor Gerson Carlos Gabriel, matrícula nº 501, detentor do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, para desempenhar as atribuições de seu cargo junto ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Secretária Municipal de Assistência Social, a partir do dia 12 de agosto de 2026.

Art. 2º Fica a Gerência de Recursos Humanos autorizada a determinar as medidas administrativas necessárias, para que se efetivem os devidos registros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 11 (onze) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:BF8133AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 169/2026

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -

Art.1º - Conceder 10 dias de férias à servidora Ivanete Teodoro, matricula nº 500, detentora do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura referente ao período aquisitivo de 02/05/2025 à 01/05/2026, a partir de 12/08/2026 retornando em 22/08/2026, conforme Protocolo nº. 1828/2026 - PMI de 10/08/2026.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 11 (onze) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:A5A9B8B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 029/2026-PMI

Após os lances e análise dos documentos de habilitação do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº. 029/2026-PMI, que tem por objeto Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços de Erradicação de Árvores do Município de Ivatuba, e nos termos da Lei nº. 14.133/2021, o Prefeito Municipal torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do presente objeto, declarando como vencedora a empresa BIOSFERA SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ n° 07.995.195/0001-04, no valor total de R$ 59.999,70 (cinquenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e setenta centavos).

Comunico ainda, que a empresa acima tem o prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data da publicação destes comunicados na Imprensa Oficial do Município, para comparecer a sede da Prefeitura Municipal, para assinarem os termos contratuais, sob pena das sanções previstas no Edital em referência.

Ivatuba/Pr, 11 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:BA0B2443

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA N° 025/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2026.

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) EQUIPAMENTO DE PINTURA TIPO AIRLESS, DESTINADO À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PINTURA E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA, MEIO AMBIENTE E OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, torna público o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, Adjudicando e Homologando, para que surta os efeitos legais, a proposta das empresas vencedoras, conforme segue:

FORNECEDOR: MP COMERCIO VAREJISTA LTDA
CNPJ: 56.980.229/0001-94
VALOR TOTAL: R$ 7.049,99 (Sete mil, quarenta e nove reais e noventa e nove centavos).

Valor Total desta Dispensa Eletrônica: R$ 7.049,99 (Sete mil, quarenta e nove reais e noventa e nove centavos).

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:0B2AF370

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA N° 026/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 250 (DUZENTAS E CINQUENTA) LIXEIRAS RESIDENCIAIS METÁLICAS, COM DIMENSÕES DE 60X40X20 CM E HASTE METÁLICA (CANO) NO COMPRIMENTO DE 1,50 METROS PARA FIXAÇÃO EM CONCRETO NAS CALÇADAS, COM RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE VISANDO O APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, COLETA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, torna público o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, Adjudicando e Homologando, para que surta os efeitos legais, a proposta das empresas vencedoras, conforme segue:

FORNECEDOR: 45.729.632 CARLOS ALEXANDRE TENORIO DE OLIVEIRA
CNPJ: 45.729.632/0001-29
VALOR TOTAL: R$ 29.725,00 (Vinte e nove mil, setecentos e vinte e cinco reais).

Valor Total desta Dispensa Eletrônica: R$ 29.725,00 (Vinte e nove mil, setecentos e vinte e cinco reais).

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:A05B177F

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO PÚBLICO N° 007/2026 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 040/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

CREDENCIADO: ANDREA APARECIDA BARBOSA CASEMIRO
CPF nº 045.XXX.XXX-99
LOTE: 03 – ARTESANATO PARA IDOSOS
ORDEM DE COLOCAÇÃO: 1º COLOCADO

CREDENCIADO: ROSILENE REIS DE FRANÇA
CPF nº 294.XXX.XXX-60

LOTE: 03 – ARTESANATO PARA IDOSOS
ORDEM DE COLOCAÇÃO: 2º COLOCADO

CREDENCIADO: INSTITUTO FERNANDO ARAPIRANGA
CNPJ nº 21.132.491/0001-02
LOTE: 01 – MUSICA PARA IDOSOS
ORDEM DE COLOCAÇÃO: 1º COLOCADO

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINEIRO, DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS, CULTURAIS E RECREATIVAS NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV, VOLTADAS AOS GRUPOS DE IDOSOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, COMPREENDENDO OFICINAS DE MÚSICA, ARTESANATO E DANÇA, CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ-PR.

DATA: 11/08/2026.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:EA0A5941

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO PÚBLICO N° 008/2026 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 045/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

CREDENCIADO: ADRIANA MAGALHÃES CAVALCANTE ZANOTTO
CPF nº 147.XXX.XXX-83
LOTE: 01 – SERVIÇO DE PROFISSIONAL – ASSISTENTE SOCIAL
ORDEM DE COLOCAÇÃO: 1º COLOCADO

CREDENCIADO: RAFAELA CAROLINA VASCONCELOS DOS ANJOS
CPF nº 100.XXX.XXX-92
LOTE: 01 – SERVIÇO DE PROFISSIONAL – ASSISTENTE SOCIAL
ORDEM DE COLOCAÇÃO: 2º COLOCADO

CREDENCIADO: ELIANE APARECIDA VIEIRA
CPF nº 028.XXX.XXX-07
LOTE: 01 – SERVIÇO DE PROFISSIONAL – ASSISTENTE SOCIAL
ORDEM DE COLOCAÇÃO: 3º COLOCADO

CREDENCIADO: MARCIA CRISTINA LOPES
CPF nº 090.XXX.XXX-21
LOTE: 01 – SERVIÇO DE PROFISSIONAL – PSICOLOGO
ORDEM DE COLOCAÇÃO: 1º COLOCADO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR, NAS ÁREAS DE SERVIÇO SOCIAL E PSICOLOGIA, COM REGISTRO NOS RESPECTIVOS CONSELHOS DE CLASSE, VISANDO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Valor Global Máximo Estimado para este credenciamento é de R$ 68.195,70 (Sessenta e oito mil, cento e noventa e cinco reais e setenta centavos).

DATA: 11/08/2026.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:4D1065C1

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO PÚBLICO N° 009/2026 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 046/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

CREDENCIADO: NEUSA VIEIRA DE OLIVEIRA
CPF nº 548.XXX.XXX-49
ORDEM DE COLOCAÇÃO: 1º COLOCADO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR, COM FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO ENTREVISTADOR (A) SOCIAL, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS), NO MUNICÍPIO, BEM COMO PARA DESENVOLVER AS AÇÕES DO PROGRAMA PROCAD-SUAS.

Valor Global Máximo Estimado para este credenciamento é de R$ 16.838,46 (Dezesseis mil, oitocentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos).

DATA: 11/08/2026.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:99543945

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 051/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

FORNECEDOR: R.A. SOLUCOES PUBLICAS LTDA

CNPJ: 31.842.491/0001-41

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ELABORAÇÃO, CADASTRAMENTO, ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DE PROPOSTAS, PROJETOS, CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE, TERMOS DE COMPROMISSO, TERMOS DE ADESÃO E DEMAIS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DE RECURSOS DA UNIÃO, VISANDO À CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS PARA O MUNICÍPIO.

VALOR TOTAL: R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais).

DATA: 11/08/2026

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:6E1C68AF

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 039/2026 CONCURSO PUBLICO-CARGO PUBLICO – EDITAL 001/2024

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 018/2024 de 30/08/2024, para o ingresso no Cargo Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 077/2024 de 30/08/2024, as candidatas abaixo relacionadas:
PROFESSOR /20 HRS
DAIANE PASSOS MUNIZ
ROMI ANE BRITO MORAES
PALOMA CANDIDO DA SILVA
VANESSA FRANCO BAEZA
CAMILLE TOPAN BOTELHO
INGRID ADRIELE MACHADO DE SOUZA
NAELEN VITÓRIA SOUZA
CINTHIA CRISTINA CARDOSO
BRUNA BIANCA JESUS DA SILVA

As convocadas acima deverão comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:30 e das 14:00 as 16:30hrs, no período de 12/08/2026 a 18/08/2026, munidas dos seguintes documentos original e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

•
RG e CPF.

•
Título de eleitor.

•
Carteira de trabalho e N. º do PIS.

•
Certificado de reservista (homem).

•
01 (uma) foto 3x4, atual.

•
Comprovante de grau de instrução.

•
Comprovante de registro no respectivo conselho.

•
Comprovante de residência, Nº de Telefone Celular e E-mail.

•
Certidões Negativa de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (1- Federal/DPF, 2- Estadual/Instituto Identif. Polícia Civil e 3- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência nos últimos 05 anos.

•
Certidão de nascimento ou casamento.

•
Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento).

•
Auto declaração de raça/etnia.

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia).

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado).

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 11 de agosto de 2026.

_____
Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:87203F02

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ – PR.

CONTRATADA: DMB – TRATAMENTO DE EFLUENTES E RESIDUOS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 25.529.953/0001-72.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 108/2026.

MODALIDADE: Dispensa Eletrônica nº 024/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 22/2026.

ID CONTRATO: 5127.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada, devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes, para prestação de serviços de coleta, sucção, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de chorume (lixiviado) e lodo provenientes da área de transbordo de resíduos sólidos domiciliares do Município de Jaguapitã/PR, incluindo MTR – Manifesto de Transporte de Resíduos e CDF – Certificado ou Comprovante de Destinação Final, em atendimento à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

VALOR: R$ 9.000,00 (nove mil reais), correspondente à previsão de até 03 (três) coletas, ao valor unitário de R$ 3.000,00 por coleta.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, compreendendo o período de **11/08/2026 a 11/08/2027**, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis.

Jaguapitã – PR, 11 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:C2995BE9

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 108/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ – PR.

CONTRATADA: RLG CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ nº 53.437.573/0001-43.

CONTRATO: nº 108/2025.

LICITAÇÃO: Concorrência nº 04/2025.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia civil destinada à reforma e ampliação da edificação do Barracão de Reciclagem – Unidade de Valorização de Recicláveis (UVR), contemplando as atividades de recepção, separação, triagem, prensagem, enfardamento e acondicionamento de materiais recicláveis oriundos da coleta seletiva municipal, conforme diretrizes da Itaipu Binacional, do Programa Itaipu Mais que Energia.

OBJETO DO ADITIVO: Reajuste dos valores contratuais, no montante de **R$ 24.777,84 (vinte e quatro mil, setecentos e setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos)**, conforme Processo Administrativo nº **2488/2026** e previsão constante da Cláusula 3.3.1 do contrato.

VALOR DO ADITIVO: R$ 24.777,84 (vinte e quatro mil, setecentos e setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 25, § 7º, e 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato e nos respectivos termos aditivos.

Jaguapitã – PR, 11 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:CA09272C

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ – PR

CONTRATADA: FULMANN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA – CNPJ nº 33.932.632/0001-42.

CONTRATO: nº 01/2025. **LICITAÇÃO:** Pregão nº 34/2024.

OBJETO: Pregão Unificado de Registro de Preços, objetivando futuras e eventuais aquisições de materiais e equipamentos de informática e eletrônicos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Jaguapitã/PR, Câmara Municipal e SAMAE, nas quantidades, formas e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

OBJETO DO ADITIVO: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato Administrativo nº 01/2025, formalizada por meio do **Processo Administrativo nº 2992/2026**, no montante de **R$ 83.271,82 (oitenta e três mil, duzentos e setenta e um reais e oitenta e dois centavos)**, visando ao restabelecimento da equação econômico-financeira originalmente pactuada.

VALOR DO ADITIVO: R$ 83.271,82 (oitenta e três mil, duzentos e setenta e um reais e oitenta e dois centavos).

ITEM RECOMPOSTO: Computador Desktop Completo, cujo valor unitário passa de **R$ 2.344,00 para R$ 3.359,51**, conforme condições e especificações constantes do contrato e do processo administrativo.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 01/2025 e em seus respectivos termos aditivos, não alteradas pelo presente instrumento.

Jaguapitã – PR, 11 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:C977B9DA

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ – PR.

CONTRATADA: AUTO ELÉTRICA GERAÇÃO DE JAGUAPITÃ LTDA. – CNPJ nº 06.375.347/0001-03.

CONTRATO: nº 17/2024.

LICITAÇÃO: Pregão nº 92/2023.

OBJETO: Registro de preços objetivando futuras contratações para prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva da frota municipal, para todas as Secretarias Municipais, referente aos itens que ficaram desertos e/ou fracassados, nas quantidades, formas e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

OBJETO DO ADITIVO: Acréscimo quantitativo ao objeto contratado, no valor de **R$ 2.549,75 (dois mil, quinhentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos)**, correspondente ao acréscimo de até **25% (vinte e cinco por cento)** sobre o valor originalmente contratado, conforme necessidade da Administração, previsão contratual e Processo Administrativo nº **3375/2026**.

VALOR DO ADITIVO: R$ 2.549,75.

DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato e respectivos termos aditivos.

Jaguapitã – PR, 11 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:5EE9EBC4

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ – PR, inscrito no CNPJ nº 75.457.341/0001-90.

CONTRATADA: SISAMHIL – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E ASSISTÊNCIA EM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.909.271/0001-64.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 089/2026.

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 018/2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software de registro eletrônico e gestão em saúde, com execução de serviços técnicos de manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva, atualização, suporte técnico, consultoria técnica, customização, implantação, migração de base de dados e treinamento, incluindo acompanhamento e suporte, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Jaguapitã/PR.

VALOR: R$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, compreendendo o período de **11/08/2026 a 11/08/2027**, conforme disposto no art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal aplicável e demais normas correlatas, bem como o Pregão Eletrônico nº 018/2026 e seus anexos.

Jaguapitã – PR, 11 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:6C861B98

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 521/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 47,92** (quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor da servidora pública municipal Sra. **JOSELAINE LIMA FERREIRA**, Assistente Social, referente ao pagamento de 01(uma) diária, para arcar com as despesas de alimentação face ao deslocamento que fará a cidade de Londrina – Pr., no dia 12/08/2026, para participar do encontro de fortalecimento da governança migratória, da cooperação intermunicipal e da atuação integrada voltada à inclusão e ao desenvolvimento local. Saída às 07h30 e retorno às 14h00, conforme Processo nº.3516/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 10 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:FD39840D

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 522/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 47,92** (quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor da servidora pública municipal Sra. **ADRIELE BARCELOS PORTO MILOZO**, Coordenadora do CRAS, referente ao pagamento de 01(uma) diária, para arcar com as despesas de alimentação face ao deslocamento que fará a cidade de Londrina – Pr., no dia 19/08/2026, para participar da capacitação da capacitação CRAS e CREAS, promovida pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Família e UEL. Saída às 07h40 e retorno às 15h00, conforme Processo nº.3575/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 11 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:50EBB046

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 523/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 47,92** (quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor da servidora pública municipal Sra. **PÂMILA VIDIGAL BAZONI**, Assistente Social do CRAS, referente ao pagamento de 01(uma) diária, para arcar com as despesas de alimentação face ao deslocamento que fará a cidade de Londrina – Pr., no dia 19/08/2026, para participar da capacitação da capacitação CRAS e CREAS, promovida pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Família e UEL. Saída às 07h40 e retorno às 15h00, conforme Processo nº.3576/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 11 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:13508D47

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 524/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 239,64** (duzentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos) a favor do servidor público municipal Sr. **ARLINDO PIRES DE OLIVEIRA JUNIOR,** membro do Conselho Municipal de Assistência Social, no segmento governamental, como representante da Secretaria Municipal de Finanças, referente ao pagamento de ½ (meia) diária, face ao deslocamento que fará a Paranavaí - Pr., no dia 20/08/2026, para participar do Fórum de Controle Social – "O papel dos conselhos municipais no controle de políticas públicas", promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Saída às 06h00 e retorno às 19h00 do mesmo dia, conforme o processo nº.3582/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 11 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:9FE6DC3C

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 525/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 239,64** (duzentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos) a favor da servidora pública municipal Sra. **LARISSA KASSIA SOBRINHO DE REZENDE,** Assistente Administrativo da Secretaria de Assistência Social, referente ao pagamento de ½ (meia) diária, face ao deslocamento que fará a Paranavaí - Pr., no dia 20/08/2026, para participar do Fórum de Controle Social – "O papel dos conselhos municipais no controle de políticas públicas", promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Saída às 06h00 e retorno às 19h00 do mesmo dia, conforme o processo nº.3585/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 11 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:817FA86B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO 14-2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA através do Pregoeiro e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **24 de Agosto de 2026, às 09h00min** horas no endereço eletrônico: https://bnccompras.com, Sistema BNC – Bolsa Nacional de Compras, conforme especificado no Edital de Licitação de Pregão nº 14/2026.
Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado e no Portal da Transparência do Município.
Objeto da Licitação:
O objeto deste Pregão é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES JUNTO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM OLINDA/PR**, e conforme especificações descritas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, parte integrante deste edital

Jardim Olinda, 11 de Agosto de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Ortiz da Silva
Código Identificador:6EF75FA9

LICITAÇÃO
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 13 - 2025

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 013/2025 – SAMAE

Termo de aditivo n°2 Termo do contrato nº.13/2025, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS AMBIENTAIS POR PROFISSIONAL HABILITADO NO CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA PARA MONITORAMENTO E CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA FORNECIDA PELO SAMAE DE JARDIM OLINDA/PR, INCLUINDO ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS, DOSAGEM DE PRODUTOS QUÍMICOS, E TRAINAMENTO E ORIENTAÇÃO DOS SERVIDORES PARA CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS AMBIENTAIS E DE SAÚDE. decorrente de Dispensa n° 8/2025, que entre si celebram SAMAE SERV AUT MUN DE AGUA E ESG DA PM DE JARDIM OLINDA e a MJ TREVISAN LTDA inscrita no CNPJ sob nº. 53.338.608/0001-97, aditivam o contrato na importância de R$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais) nos termos da Lei de licitações n.º n.º 14.133/21.

Jardim Olinda, 07 de agosto de 2026.

Samae Jardim Olinda
ALEX SANDRO SANTANA DA SILVA
Diretor

Publicado por:
Sivaldo Lopes Ferreira
Código Identificador:F76CFFC9

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO 013/2025 – SAMAE

Termo de aditivo n°1 Termo do contrato nº.13/2025, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS AMBIENTAIS POR PROFISSIONAL HABILITADO NO CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA PARA MONITORAMENTO E CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA FORNECIDA PELO SAMAE DE JARDIM OLINDA/PR, INCLUINDO ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS, DOSAGEM DE PRODUTOS QUÍMICOS, E TRAINAMENTO E ORIENTAÇÃO DOS SERVIDORES PARA CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS AMBIENTAIS E DE SAÚDE. decorrente de Dispensa n° 8/2025, que entre si celebram SAMAE SERV AUT MUN DE AGUA E ESG DA PM DE JARDIM OLINDA e a MJ TREVISAN LTDA inscrita no CNPJ sob nº. 53.338.608/0001-97. aditivam o contrato

com término 07/08/2027 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 14.133/21.

Jardim Olinda, 07 de agosto de 2026.

SAMAE Jardim Olinda
ALEX SANDRO SANTANA DA SILVA
Diretor

Publicado por:
Sivaldo Lopes Ferreira
Código Identificador:134BFFA8

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 178 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a designação de servidor efetivo para o exercício de função gratificada e dá outras procidências.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito do Município de Jardim Olinda, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público **GREGORIO FERREIRA SILVA,** matrícula nº 389, ocupante do cargo efetivo de **Agente Administrativo**, para exercer a Função Gratificada de **Encarregado da Divisão de Patrimônio**, conforme preceitua a Lei Complementar n° 03 de 14 de fevereiro de 2020, com redação dada pela Lei Complementar nº 15 de 21 de junho de 2022.

Art. 2º Fica concedida gratificação no montante de 50% (cinquenta por cento) da Referência 12-QG aos vencimentos do servidor nomeado no art. 1°.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, 11 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

ELIABE DA SILVA CARDOSO
Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Eliabe da Silva Cardoso
Código Identificador:915F01B6

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 179 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a designação de servidor efetivo para o exercício de função gratificada e dá outras procidências.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito do Município de Jardim Olinda, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público **VICTOR LUIZ ARAUJO FERREIRA,** matrícula nº 833, ocupante do cargo efetivo de **Auxiliar de Contabilidade**, para exercer a Função Gratificada de **Encarregado da Divisão de Contabilidade**, conforme preceitua a Lei Complementar n° 03 de 14 de fevereiro de 2020, com redação dada pela Lei Complementar nº 15 de 21 de junho de 2022.

Art. 2º Fica concedida gratificação no montante de 50% (cinquenta por cento) da Referência 12-QG aos vencimentos do servidor nomeado no art. 1°.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, 11 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

ELIABE DA SILVA CARDOSO
Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Eliabe da Silva Cardoso
Código Identificador:2E7D17C4

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
RESOLUÇÃO 03-2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERRESSE SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 03/2026

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS do Município de Jardim Olinda.

O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº **817*/2017***, e
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a organização, o funcionamento e as competências do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;
CONSIDERANDO a deliberação do plenário do Conselho realizada em reunião ordinária ocorrida em 11 de agosto de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, conforme texto anexo, que passa a integrar a presente Resolução.
Art. 2º O Regimento Interno estabelece as normas de organização, funcionamento, competências, atribuições dos conselheiros, realização das reuniões e demais procedimentos necessários ao desempenho das atividades do Conselho.
Art. 3º O Regimento Interno aprovado deverá ser observado por todos os membros do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e entrará em vigor na data de publicação desta Resolução.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim Olinda, 11 de agosto de 2026.

SAMARA MELO DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

Publicado por:
Sivaldo Lopes Ferreira
Código Identificador:715B1336

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°253/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 253/2026 – De 30/07/2026.
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Claudinei Aparecido Fernandes	Motorista	Siqueira Campos	30/07/2026	Levar candidatos a vaga de emprego na Protork.	R$ 40,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR, 31 de julho de 2026.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:FC484A29

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 028/2026

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a **Empresa EMPRESAS FL LTDA,** CNPJ nº 17.922.286/0001-65
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 28/2026, nos termos da Lei 14.133/21 e alterações posteriores.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento, mediante licença/locação de uso, de software de orçamentação eletrônica denominado TRAZ VALOR, destinado a parametrização e consulta de valores de peças, pneus, componentes, ma o de obra e serviços aplicados a manutenção preventiva e corretiva da frota municipal de Jundiaí do Sul/PR, incluindo treinamento, suporte técnico e atualizações do sistema, pelo período de 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação na Lei Orçamentária nº 802 de 22/12/2025.
VIGENCIA: 12 meses.
VALOR: R$ 23.932,56 (vinte e três mil novecentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos).
DATA DA ASSINATURA: 10/08/2026.
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – Pr.

Jundiaí do Sul - PR, 10 de agosto de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Felipe de Carvalho
Código Identificador:1AF6C385

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA COM DISPUTA 17 /2026

AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA : O Presidente da Câmara Municipal da Lapa, Acyr Hoffmann, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer exarado pelo Departamento Jurídico, desta Casa de Leis, AUTORIZO a Dispensa de Licitação Eletrônica com disputa 17/2026, nos termos do artigo 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021.
FONTE: Compras.gov.br
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA.
Conforme especificado no termo de referência.
Os produtos serão solicitados por parcelamento. Durante o período de 01 ano.
Em três parcelas, sendo 01 a cada quatro meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 27.022,50 (vinte e sete mil, vinte e dois reais e cinquenta centavos)

DATA DA SESSÃO
17/08/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES
09:00 as 15 :00 horas

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO: o menor valor por item
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL : Artigo 75, inciso II da Lei federal 14.133/2021.

Lapa, 11 de agosto de 2026.

ACYR HOFFMANN
Presidente

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:A2296A4E

GABINETE
DECRETO N° 29868, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Superávit Financeiro, devidamente autorizado pela Lei n° 4501 de 17 de Dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4501, de 17/12/2025;
Considerando o P.D. nº 19792, de 05/08/2026, da Secretaria de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 5.474,07 (Cinco Mil, Quatrocentos e Setenta e Quatro Reais e Sete Centavos), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

08 Fundo Municipal de Saúde	
08.01 Assistência ao Fundo Municipal de Saúde	
10.122.0026.2279 Gestão dos Serviços de Saúde 15% - Gestão Administrativa	
2089: 3.3.90.72.00.00.326 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	R$ 5.474,07
TOTAL.....	**R$ 5.474,07**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o:

Superávit Financeiro da fonte 326, conta nº 21575849787-4	R$ 5.474,07
TOTAL.....	**R$ 5.474,07**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 11 de Agosto de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 11 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:16732736

GABINETE
DECRETO N° 29869, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Anulação de Dotação, devidamente autorizado pela Lei n° 4501 de 17 de Dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4501, de 17/12/2025;
Considerando o P.D. nº 19641, de 04/08/2026, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 20.920,00 (Vinte Mil, Novecentos e Vinte Reais), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

09 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo	
09.05 Departamento de Indústria, Comércio e Serviços	
23.691.0025.2518 Manutenção do Parque Industrial	
1511: 3.3.90.30.00.00.000 – Material de consumo	R$ 20.920,00
TOTAL.....	**R$ 20.920,00**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o cancelamento parcial das seguintes dotações orçamentárias:

09 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo	
09.05 Departamento de Indústria, Comércio e Serviços	
23.691.0025.2518 Manutenção do Parque Industrial	
1512: 3.3.90.36.00.00.000 – Outros serviços de terceiros - pessoa física	R$ 9.990,00
1513: 3.3.90.39.00.00.000 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 10.930,00
TOTAL.....	**R$ 20.920,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 11 de agosto de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 11 de agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:39067355

GABINETE
DECRETO Nº 29871, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

• Considerando o Processo Digital nº 26603/2025, tramitado pela Secretaria Municipal de Administração,
• Considerando o Processo Digital nº 26604/2025, tramitado pela Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :
Art. 1º - Fica alterada a composição da Comissão Permanente de Avaliação, passando o Art. 1º do Decreto nº 28.576, de 11.03.2025, a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica constituída uma Comissão Permanente de Avaliação, integrada pelos senhores:

I - ANTONIA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO
II - LUCAS ALDRIANN PACHECO LIPSKI
III - ALIANE ZANLORENZI SOSSELA
IV - EVANDRO ROBERTO DE SIQUEIRA

para sob a presidência do primeiro nomeado proceder a avaliação de imóveis sujeitos a aquisição, locação ou alienação pelo Município."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 11 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:DDFD1F21

GABINETE
LEI N° 4591, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR quando da realização de obras de pavimentação.

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica obrigado o Poder Executivo Municipal a encaminhar notificação à SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná, quando estiver previsto a realização de obras de pavimentação no município.

Parágrafo único - O objeto da notificação prevista no caput destina-se a orientar e solicitar a notificada a realizar as devidas ligações de pontos de abastecimento de água e coleta de esgoto, nas ruas que serão objetos de obras de pavimentação ou, alternativamente, providenciar "pontos de espera" para as referidas ligações.

Art. 2° - Após a conclusão das obras de pavimentação realizadas pelo Município, eventuais ligações de pontos de água e coleta de esgoto somente poderão ser executadas com a anuência prévia do Município.

Art. 3º - O Poder Executivo poderá regulamentar, por meio de decreto, a matéria no que entender necessário.

Art. 4° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se dispositivos em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 11 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4DE38F3D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 043/2026 – UASG 987657

A Prefeitura Municipal da Lapa torna público a todos os interessados a nova data de aberturado PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026 cujo objeto trata-se de Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos da rede de gases medicinais da secretaria de saúde.
As novas etapas do referido processo são:
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 27/08/2026 às 09:29 horas.
NOVA DATA DATA DA SESSÃO:27/08/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço do Lote
MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$1.592.091,84(um milhão, quinhentos e noventa e dois mil, noventa e um reais e oitenta e quatro centavos).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Informamos que não houve alterações no Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição Nº 3591 na data de 10/08/2026 e que o Edital retificado poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço:lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br.Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelos telefones (41) 3547-8029 e (41) 3547-8030.
Lapa, 11de agosto de 2026.

APARÍCIO LEVI DE QUEVEDO
Pregoeiro

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:7F7517E2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 038/2026 – UASG 987657-SRP

A Prefeitura Municipal da Lapa torna público a todos os interessados a retificação do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026 cujo objeto trata-se de aquisição de combustíveis (gasolina comum, diesel comum, e diesel S10) para abastecimento da frota municipal através do maior desconto, através do Sistema Registro de Preços.
As novas etapas do referido processo são:
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 28/08/2026 às 09:29 horas.
NOVA DATA DATA DA SESSÃO: 28/08/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Maior percentual de desconto por Item.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$$ 6.403.200,00(seis milhões, quatrocentos e três mil e duzentos reais).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Informamos que houve alterações no Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição Nº 3584 na data de 30/07/2026 e que o Edital retificado poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço:lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone(41) 3547-8029.
Lapa, 11 de agosto de 2026.

APARÍCIO LEVI DE QUEVEDO
Pregoeiro

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:8245277D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 756, DE 06 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe de prorrogação de prazo dos trabalhos de Comissão de Sindicância.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida PRORROGAÇÃO DO PRAZO por mais 30 (trinta) dias, para conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante n° 03-05-2026, designada pela Portaria nº 470, de 13 de maio de 2026.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:62C2048E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 757, DE 06 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a conversão em pecúnia de Licença Especial por Produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º - Fica convertido em PECÚNIA Licença Especial por Produtividade do(a) servidor(a), aposentada a partir de 1° de abril de 2022, BEATRIZ APARECIDA THIEM DE TOLEDO, ocupante do cargo de ADMINISTRADORA DE CRECHE, matriculado(a) sob nº 180-1.
Art. 2º A Licença Especial por Produtividade corresponde ao período aquisitivo de 26 de dezembro de 2015 a 25 de dezembro de 2020.
Art. 3º Esta Portaria foi elaborada com base na Lei Complementar n° 226 de 12 de janeiro de 2026, que trata sobre a revogação do inciso IX do artigo 8 da Lei Complementar n° 173 de 27 de maio de 2020, da Presidência da República, que determinou a suspensão da contagem do tempo no período compreendido entre 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, com exceção aos servidores da área da Saúde e de Segurança Pública, conforme lei complementar nº 191, de 08 de março de 2022.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:1AE23481

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 758, DE 06 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre alteração de local de trabalho através de remoção de ofício.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica determinada, aos servidores abaixo especificados da SECRETARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE, alteração do local de trabalho por meio de remoção de Ofício.

MATRÍCULA	NOME SERVIDOR(A)	CARGO	LOTAÇÃO ATUAL	NOVA LOTAÇÃO
81031-1	DOUGLAS AMORIN RODRIGUES	AUXILIAR OPERACIONAL	DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS E LIMPEZA	DEPARTAMENTO DE ZELADORIA
81208-1	ROBERTO SANT ANNA	AUXILIAR OPERACIONAL	DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS E LIMPEZA	DEPARTAMENTO DE ZELADORIA
80932-1	WILLIAN GASPAR BERALDO MARTINS	AUXILIAR OPERACIONAL	DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS E LIMPEZA	DEPARTAMENTO DE ZELADORIA

Art. 2ºA presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:4DF99798

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 759, DE 06 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre revogação de adicional de insalubridade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica revogada, aos servidores abaixo especificados da SECRETARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE, Portaria ou Item da Portaria que concedeu adicional de insalubridade no importe de 20% (vinte por cento), sobre o menor vencimento da tabela do município.

MATRÍCULA	NOME SERVIDOR(A)	CARGO	LOTAÇÃO ATUAL	PORTARIA
81031-1	DOUGLAS AMORIN RODRIGUES	AUXILIAR OPERACIONAL	DEPARTAMENTO DE ZELADORIA	N° 515 de 18/04/2018
81208-1	ROBERTO SANT ANNA	AUXILIAR OPERACIONAL	DEPARTAMENTO DE ZELADORIA	N° 350 de 15/03/2019
80932-1	WILLIAN GASPAR BERALDO MARTINS	AUXILIAR OPERACIONAL	DEPARTAMENTO DE ZELADORIA	N° 368 de 14/03/2018

Art. 2ºA presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:EDA674D6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 760, DE 06 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre concessão de adicional de insalubridade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido, aos servidores abaixo especificados da SECRETARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE, adicional de insalubridade no importe de 40% (quarenta por cento), sobre o menor vencimento da tabela do município.

MATRÍCULA	NOME SERVIDOR(A)	CARGO	LOTAÇÃO ATUAL
81031-1	DOUGLAS AMORIN RODRIGUES	AUXILIAR OPERACIONAL	DEPARTAMENTO DE ZELADORIA
81208-1	ROBERTO SANT ANNA	AUXILIAR OPERACIONAL	DEPARTAMENTO DE ZELADORIA
80932-1	WILLIAN GASPAR BERALDO MARTINS	AUXILIAR OPERACIONAL	DEPARTAMENTO DE ZELADORIA

Art. 2ºA presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:9BF415FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 761, DE 06 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para repouso à gestante.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido à servidora AMABILY PAULA ROMOVICZ FAGUNDES, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ODONTOLOGIA, matriculado(a) sob nº 82398-1, LICENÇA PARA REPOUSO À GESTANTE, durante 180 (cento e oitenta) dias. O período de fruição compreende entre 6 de agosto de 2026 a 1° de fevereiro de 2027.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 6 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:F16ACC6C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 762, DE 06 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre alteração de local de trabalho através de remoção de ofício.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica removido(a) de ofício o(a) servidor(a) FABIANO FRANCO DOS SANTOS, ocupante do cargo de AUXILIAR OPERACIONAL, matriculado(a) sob nº 4844-2, lotado atualmente na SECRETARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE/DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS E LIMPEZA para a SECRETARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE/DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO

Art. 2° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:63A0BD34

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 763, DE 06 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de avanço vertical para integrantes do quadro do magistério.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025,no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017,resolve:

Art. 1º Fica concedidoAvanço Vertical aos servidores abaixo qualificados.

Matrícula	Funcionário	Cargo	Classe Referência Atual de vencimento do quadro dos servidores do Magistério	Classe Referência Nova de vencimento do quadro dos servidores do Magistério
11451-3	MARIA EDUARDA LIMA DA SILVEIRA	PROFESSOR	C	D
9396-6	MICHELI GABRIELA DOS SANTOS	PROFESSOR	C	D
82200-1	REGINALDO DOS SANTOS BARBOSA	PROFESSOR	C	D

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a partir de 1º de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:42C318B1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 764, DE 06 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para repouso à gestante.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido à servidora JESSYCA ROCHOSKI FABIANSKI, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 81648-3, LICENÇA PARA REPOUSO À GESTANTE, durante 180 (cento e oitenta) dias. O período de fruição compreende entre 11 de julho de 2026 a 6 de janeiro de 2027.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de julho de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:31C49661

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 765, DE 06 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de concessão de férias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada aPortaria SEMAD nº 732, de 28 de julho de 2026, que passa a vigorar com as seguintes alterações:
Onde se lê:

4768-1	JANINE ANGELICA HENDERIKX SANTOS	21/03/2025 a 20/03/2026	03/08/2026 a 12/08/2026

Leia-se:

4768-1	JANINE ANGELICA HENDERIKX SANTOS	21/03/2025 a 20/03/2026	05/08/2026 a 14/08/2026

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:2E471A3B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 766, DE 06 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença especial por produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Especial por Produtividade, ao(a) servidor(a) PATRICIA RODRIGUES PINTO, ocupante do cargo de EDUCADOR INFANTIL, matriculado(a) sob nº 9366-1.
Art. 2º O período de fruição compreende entre 23 de julho de 2026 a 11 de agosto de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 16 de julho de 2012 a 15 de julho de 2017, restando 70 dias a serem usufruídos futuramente.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de julho de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:6472F429

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 767, DE 06 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre realização de junta médica para fins de avaliação laboral.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art.1ºArt.1º Fica determinada aos servidores abaixo especificados a realização de junta médica para avaliação laboral.

Matrícula		Nome	Cargo
247	1	CELIA APARECIDA DE LIMA	EDUCADOR INFANTIL
545	1	IARA NILCE PEDROSO	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS
80670	2	JURACI DE BRITO WOTCOSKI	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS
82599	1	MARCIO KALLIL SAAD MATTAR ASSAD	ATENDENTE DE MUSEUS
8101	1	VALERIA CRISTINA RUTES	AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Art. 2º Fica designada a equipe médica, abaixo relacionada, para atuarem como membros da Junta Médica Oficial:
I - Amanda Mazzotti de Lacerda,brasileiro, médica, inscrita no CRM nº 40921/PR**.**
Il - Paulo Lucas CapeliniFrisso,brasileiro, médico, portador do RG nº 12447563-5/PR, devidamente inscrito no CPF sob o nº 080.240.979-23 e no CRM nº 47634/PR.
Ill - Rafaela Maia Hammerschmidt,brasileiro, médica, devidamente inscrita no CRM nº 54694 /PR**.**
Art. 3º A Junta Médica será realizada no dia 11 de agosto de 2026, às 15:30 (15 horas e 30 minutos), no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município da Lapa - LAPAPREVI**,** situado na Rua Tenente Henrique dos Santos, nº 408, Lapa-PR.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:3780791B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 38/2026

O Município da Lapa, Estado do Paraná, torna pública a inexigibilidade de chamamento público para a celebração de Termo de Colaboração entre o Município da Lapa, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher, em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/Lapa-PR e o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS/Lapa-PR, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE da Lapa, inscrita no CNPJ sob nº 40.298.143/0001-46.

I. OBJETO: Constitui o objeto do Termo de Colaboração a execução do Serviço de Proteção Social para Pessoas com Deficiência e suas Famílias, com aplicação dos recursos na aquisição de materiais de consumo, conforme as especificações constantes no Plano de Trabalho e no Plano de Aplicação. Os recursos destinam-se ao fortalecimento da execução do serviço ofertado pela entidade, contribuindo para a melhoria do atendimento prestado às pessoas com deficiência e às suas famílias.

II. RAZÃO DE ESCOLHA DA ENTIDADE: A celebração da parceria encontra respaldo na Lei Municipal nº 4.577, de 03 de julho de 2026, que autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE da Lapa para o repasse de recursos provenientes de Emenda Individual Parlamentar, e dá outras providências.

III. VALOR: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sendo o prazo de vigência compreendida no período de 18 (dezoito) meses a contar da data de publicação do Termo de Colaboração.

A presente inexigibilidade de chamamento público encontra amparo legal no inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com redação dada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015.

OBSERVAÇÃO: Fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste ato, para a apresentação de eventuais impugnações, que deverão ser dirigidas à Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher e protocoladas no Protocolo Geral do Município, situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.671, Centro, Lapa-PR, no horário das 9h às 12h e das 13h30 às 17h.

Lapa-PR, 05 de agosto de 2026

JANAINA PIOVEZAN RIBAS
Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas Para a Mulher

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:CA846DE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 39/2026

O Município da Lapa, Estado do Paraná, torna pública a inexigibilidade de chamamento público para a celebração de Termo de Colaboração entre o Município da Lapa, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher, em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/Lapa-PR e o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS/Lapa-PR, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE da Lapa, inscrita no CNPJ sob nº 40.298.143/0001-46.

I. OBJETO: Constitui o objeto do Termo de Colaboração a execução do Serviço de Proteção Social para Pessoas com Deficiência e suas Famílias, com aplicação dos recursos na aquisição de materiais de consumo, conforme as especificações constantes no Plano de Trabalho e no Plano de Aplicação. Os recursos destinam-se ao fortalecimento da execução do serviço ofertado pela entidade, contribuindo para a melhoria do atendimento prestado às pessoas com deficiência e às suas famílias.

II. RAZÃO DE ESCOLHA DA ENTIDADE: A celebração da parceria encontra respaldo na Lei Municipal nº 4.578, de 03 de julho de 2026, que autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE da Lapa para o repasse de recursos provenientes de Emenda Individual Parlamentar, e dá outras providências.

III. VALOR: R$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo o prazo de vigência compreendida no período de 18 (dezoito) meses a contar da data de publicação do Termo de Colaboração.

A presente inexigibilidade de chamamento público encontra amparo legal no inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com redação dada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015.

OBSERVAÇÃO: Fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste ato, para a apresentação de eventuais impugnações, que deverão ser dirigidas à Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher e protocoladas no Protocolo Geral do Município, situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.671, Centro, Lapa-PR, no horário das 9h às 12h e das 13h30 às 17h.

Lapa-PR, 05 de agosto de 2026

JANAINA PIOVEZAN RIBAS
Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:56BA8782

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
PORTARIA Nº 56, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Institui o Programa de Formação Continuada em Educação Especial Inclusiva para os profissionais da Rede Municipal de Ensino da Lapa e estabelece diretrizes para sua implementação.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DA LAPA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO a necessidade de promover a formação continuada dos profissionais da Rede Municipal de Ensino, visando ao fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas;
CONSIDERANDO a importância da qualificação permanente dos profissionais que atuam junto aos estudantes público-alvo da Educação Especial, em consonância com a legislação educacional vigente;
CONSIDERANDO o Projeto de Implantação de Formação Continuada em Educação Especial Inclusiva, elaborado pela Coordenação de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Programa de Formação Continuada em Educação Especial Inclusiva, destinado aos profissionais da Rede Municipal de Ensino da Lapa, com o objetivo de promover a qualificação técnica, pedagógica e funcional dos participantes para o atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Art. 2º O Programa será desenvolvido de forma contínua, observando o cronograma estabelecido no Projeto de Implantação de Formação Continuada em Educação Especial Inclusiva, podendo contemplar atividades presenciais, remotas, síncronas, assíncronas e práticas desenvolvidas nas unidades escolares.

Art. 3º São público-alvo do Programa:
I – Profissionais de Apoio Escolar;
II – Estagiários de apoio à inclusão;
III – Professores do Atendimento Educacional Especializado – AEE;
IV – Professores regentes;
V – Diretores escolares;
VI – Coordenadores pedagógicos;
VII – Demais profissionais da Secretaria Municipal de Educação que atuem no processo de escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Art. 4º A execução, organização, acompanhamento, orientação pedagógica, controle de frequência, avaliação das atividades e certificação do Programa ficarão sob responsabilidade da Coordenação de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 5º A participação dos profissionais observará as orientações, cronogramas e critérios estabelecidos para cada módulo formativo, incluindo frequência mínima e realização das atividades propostas.

Art. 6º A certificação será concedida aos participantes que cumprirem os critérios de frequência e aproveitamento definidos no Programa, constando a carga horária efetivamente integralizada.

Art. 7º A Coordenação de Educação Especial poderá expedir orientações complementares, cronogramas, formulários, roteiros de

estudo e demais documentos necessários ao desenvolvimento das atividades formativas.

Art. 8º O Programa poderá sofrer adequações quanto ao cronograma, metodologia, materiais de estudo e organização das atividades, em razão de necessidades pedagógicas, administrativas ou orçamentárias, sem prejuízo aos objetivos da formação.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, por meio da Coordenação de Educação Especial.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lapa/PR, 11 de agosto de 2026.

NEUZELI SCHMIDT CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

ANEXO I DA PORTARIA Nº 56 DE 11 DE AGOSTO DE 2026
PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

APRESENTAÇÃO
A implementação do presente Plano de Ação justifica-se pela necessidade de adequação pedagógica, funcional e administrativa da Rede Municipal de Ensino de Lapa às diretrizes da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, instituída pelo Decreto Federal nº 12.686/2025 e atualizada pelo Decreto Federal nº 12.773/2025, observando o princípio constitucional da garantia do direito à educação inclusiva.
Considerando a exigência de formação continuada prevista no art. 15 do Decreto Federal nº 12.686/2025, este documento constitui instrumento oficial de adequação progressiva da rede municipal às novas exigências normativas.
A rede municipal já desenvolve ações formativas voltadas à Educação Especial Inclusiva, incluindo formações presenciais, orientações técnicas, assessorias pedagógicas, estudos de caso e acompanhamento das equipes escolares, as quais serão ampliadas e sistematizadas por meio deste plano.
O projeto utilizará como referenciais documentos técnicos oficiais do Ministério da Educação (MEC) e demais normativas vigentes aplicáveis à Educação Especial Inclusiva.

OBJETIVOS
2.1Objetivo Geral
Desenvolver competências técnicas, pedagógicas e funcionais dos profissionais que atuam no atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial.
2.2 Objetivos Específicos
Cumprir progressivamente a carga horária formativa prevista na legislação federal;
Qualificar profissionais de apoio e estagiários quanto às rotinas de locomoção, alimentação, higiene, acessibilidade e comunicação dos alunos;
Fortalecer a articulação entre profissionais de apoio, professores regentes, professores do AEE e equipes pedagógicas;
Promover práticas alinhadas ao Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), ao PAEE e aos demais instrumentos de planejamento educacional.
PÚBLICO-ALVO E ABRANGÊNCIA
Profissionais de Apoio Escolar, estagiários de apoio à inclusão, professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), professores regentes, diretores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais vinculados aRede Municipal de Ensino da Lapa.
METODOLOGIA DE IMPLEMENTAÇÃO (MODELO HÍBRIDO)
A participação na formação será obrigatória para os Profissionais de Apoio Escolar e estagiários de apoio à inclusão e facultativa para os demais profissionais abrangidos pelo projeto. Sua implementação ocorrerá de forma híbrida e progressiva, estruturada em três componentes integrados:
Componente Assíncrono (Estudo Dirigido - 4h semanais / 16h mensais): Leitura individual e direcionada de pílulas de conhecimento (entre 5 a 10 páginas selecionadas) dos Cadernos Pedagógicos oficiais do MEC, disponibilizados digitalmente aos cursistas.
Componente Síncrono (Webnários e Prática Virtual - 2h mensais): Encontros mensais ao vivo via plataformas de videoconferência (Google Meet ou similar), voltados à análise conjunta de estudos de caso reais ocorridos nas escolas da rede, correlacionando a teoria lida à prática.
Componente Prático Qualificado (Atividade de Dispersão na Unidade Escolar - 4h semanais / 16h mensais): Aplicação imediata das técnicas estudadas no atendimento rotineiro do estudante assistido, registrada por meio de relatórios de aplicação prática ou preenchimento de formulários digitais de acompanhamento pedagógico (Google Forms).
DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DE CARGA HORÁRIA MENSAL POR MÓDULO
Leitura Dirigida e Estudos Assíncronos: 16 horas/mês
Encontro Síncrono Coletivo (Discussão de Casos): 2 horas/mês
Atividade de Dispersão e Aplicação Prática em Sala: 16 horas/mês
Carga Horária Total por Módulo Mensal: 34 horas
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E ESTRUTURA DOS MÓDULOS
A formação terá início no segundo semestre do ano letivo de 2026, estendendo-se ao longo de 6 meses letivos estruturados. Com a integralização dos módulos propostos, a rede municipal alcançará a meta global exigida pela legislação federal.

Período	Módulo Temático	Referencial (Cadernos MEC / Decreto)	Carga Horária
Agosto / 2026	Módulo I: Diretrizes da PNEEI e o Papel do Profissional de Apoio	Decreto nº 12.686/2025 e Caderno 1: Diretrizes de Implementação.	34 horas
Setembro / 2026	Módulo II: Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)	Caderno 3: DUA e Estratégias Pedagógicas Inclusivas.	34 horas
Outubro / 2026	Módulo III: Práticas Inclusivas e Estudantes com TEA	Caderno 5: Especificidades Pedagógicas no Espectro Autista.	34 horas
Novembro / 2026	Módulo IV: Rotinas Operacionais, Acessibilidade e Autonomia	Caderno 8: Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa.	34 horas
Dezembro / 2026	Módulo V: Alfabetização e Letramento Inclusivo	Caderno 11: Metodologias de Alfabetização no Contexto do AEE.	34 horas
Fevereiro / 2027	Módulo VI: Avaliação Pedagógica e Consolidação do PAEE	Caderno 14: Avaliação Diagnóstica Escolar e Planejamento.	34 horas
TOTAL			204 horas

SISTEMA DE FREQUÊNCIA, AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO
Critério de Aprovação: Frequência mínima obrigatória de 75% nos encontros síncronos e a realização de 100% das atividades mensais de dispersão pedagógica.
Certificação: Ao término do percurso formativo, o profissional que cumprir os requisitos receberá o certificado de Conclusão da Formação Continuada em Educação Especial Inclusiva, contendo a carga horária efetivamente integralizada pelo participante, observados os critérios de frequência e participação estabelecidos neste plano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente plano demonstra a adoção de medidas concretas voltadas à implementação progressiva da formação continuada prevista na legislação federal, assegurando simultaneamente a qualificação dos profissionais e a manutenção do atendimento educacional aos estudantes.
A execução do plano ficará sob responsabilidade da Coordenação de Educação Especial e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer do Município da Lapa, observadas as disponibilidades administrativas, técnicas e orçamentárias da rede municipal.
O plano busca construir processo formativo sólido, técnica, administrativa e pedagogicamente fundamentado, em consonância com os princípios da educação inclusiva e da melhoria contínua dos serviços educacionais.

NEUZELI SCHMIDT CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Município da Lapa - PR

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:140D227E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
PORTARIA Nº 57, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre o resultado provisório da indicação de servidora para futura designação à função de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil do Campo Dirceu Batista da Luz – Tiziu, nos termos do art. 49 da Lei Municipal nº 4.445, de 21 de agosto de 2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DA LAPA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 4.445, de 21 de agosto de 2025, que dispõe sobre os procedimentos de escolha da função de Diretores das Instituições Escolares da Rede Municipal de Ensino da Lapa, mediante critérios de mérito e desempenho e consulta à comunidade escolar;
CONSIDERANDO que o Centro Municipal de Educação Infantil do Campo Dirceu Batista da Luz – Tiziu constitui nova unidade da Rede Municipal de Ensino, enquadrando-se na hipótese prevista no art. 49 da Lei Municipal nº 4.445/2025;
CONSIDERANDO que o art. 49 da Lei Municipal nº 4.445/2025 estabelece que, nas novas unidades escolares ou naquelas em que não houver candidato ao pleito eleitoral, a designação do servidor para a função de Diretor será realizada pelo Chefe do Poder Executivo, mediante indicação do Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desde que atendidos os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do art. 5º da referida Lei;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a organização administrativa, pedagógica e o regular funcionamento do Centro Municipal de Educação Infantil do Campo Dirceu Batista da Luz – Tiziu;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 19477/2026 com orientações quanto ao processo de indicação e designação para o cargo de diretor escolar;
CONSIDERANDO a análise da documentação apresentada pela servidora Patricia Rodrigues Pinto Bassani, ocupante do cargo efetivo de Educadora Infantil, bem como a verificação do cumprimento dos requisitos legais para a indicação;

CONSIDERANDO a participação da servidora no Curso de Gestão Escolar, sua aprovação na avaliação de mérito e desempenho, a apresentação da documentação exigida e o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Lei Municipal nº 4.445/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o resultado provisório da indicação da servidora Patricia Rodrigues Pinto Bassani, ocupante do cargo efetivo de Educadora Infantil, para futura designação à função de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil do Campo Dirceu Batista da Luz – Tiziu, nos termos do art. 49 da Lei Municipal nº 4.445, de 21 de agosto de 2025.

Art. 2º Para fins da indicação de que trata o art. 1º desta Portaria, fica registrado que a servidora Patricia Rodrigues Pinto Bassani cumpriu os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do art. 5º da Lei Municipal nº 4.445/2025, conforme documentação e registros apresentados e analisados pela Comissão Especial de Acompanhamento de processo de indicação de diretor escolar.

Art. 3º Para fins do disposto no artigo anterior, fica registrado que a servidora:
I – participou do Curso de Gestão Escolar, conforme previsto na legislação municipal;
II – foi aprovada na avaliação de mérito e desempenho, nos termos dos critérios estabelecidos pela legislação vigente;
III – formalizou o termo de aceite com manifestação de interesse em exercer a função de Diretora Escolar;
IV – apresentou a documentação exigida para a análise dos requisitos legais;
V – apresentou o Plano de Ação de Gestão Escolar para o Centro Municipal de Educação Infantil do Campo Dirceu Batista da Luz – Tiziu, elaborado em conformidade com as disposições da Lei Municipal nº 4.445/2025; e
VI – comprovou o atendimento aos requisitos legais necessários à indicação para a função.

Art. 4º A efetiva designação da servidora para a função de Diretora será formalizada mediante a expedição e publicação do respectivo ato administrativo pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 49 da Lei Municipal nº 4.445, de 21 de agosto de 2025.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lapa, Estado do Paraná, 11 de agosto de 2026.

NEUZELI SCHMIDT CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:92B1C69A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO PROCESSO ADM DISCIPLINAR 01/2025

DECISÃO FINAL – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N.º 01/2025

POLO ATIVO: Município de Laranjal/PR.
POLO PASSIVO: Luiz Carlo Benin – Servidor Público (Motorista).
ASSUNTO: Julgamento de Processo Administrativo Disciplinar n.º 01/2025.

I - RESUMO
Trata-se do Processo Administrativo Disciplinar n.º 01/2025, instaurado com o objetivo de apurar eventuais infrações funcionais cometidas pelo servidor Luiz Carlo Benin, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula n.º 11.811, em virtude de condenação penal transitada em julgado.
A Comissão Processante, após regular instrução, apresentou Relatório Final em 29 de julho de 2026, no qual analisou minuciosamente a situação jurídica do servidor. O relatório destacou que, embora tenha havido condenação criminal pelos delitos tipificados no art. 33 da Lei n.º 11.343 /2006 e art. 12 da Lei n.º 10.826/2003, a decisão judicial transitada em julgado não decretou a perda do cargo público, conforme faculta o art. 92, inciso I, do Código Penal.
A douta Comissão, pautando-se pelos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem como pela independência das esferas administrativa e penal, recomendou o arquivamento da penalidade de demissão, sugerindo, em seu lugar, a aplicação da pena de repreensão e o imediato retorno do servidor às suas atividades, observadas as condicionantes da monitoração eletrônica impostas pelo Juízo da Execução Penal.

II – DECISÃO
Na qualidade de autoridade julgadora competente, nos termos dos artigos 201 e 202 da Lei Municipal n.º 11 de 28 de abril de 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Laranjal/PR), passo a decidir:

ACOLHO INTEGRALMENTE o Relatório Final da Comissão Processante, adotando seus fundamentos fáticos e jurídicos como razão de decidir, por entender que a sanção de demissão se revelaria desproporcional ante a ausência de determinação judicial específica para a perda do cargo e o histórico funcional favorável do servidor;
DETERMINO O ARQUIVAMENTO do pedido de demissão em face do servidor Luiz Carlo Benin, matrícula n.º 11.811;

APLICO A PENALIDADE DE REPREENSÃO, com fundamento no art. 178, inciso I, c/c art. 171, inciso VI, ambos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em razão do descumprimento dos deveres éticos e normativos esperados de um agente público, devendo tal sanção ser devidamente anotada em seus assentamentos funcionais para fins pedagógicos e de registro.
DETERMINO O RETORNO IMEDIATO do servidor ao exercício de suas funções no cargo de Motorista, com carga horária de 40 horas semanais, devendo a Administração Municipal zelar pelo cumprimento das restrições e condicionantes impostas pela Vara de Execuções Penais (monitoração eletrônica e horários de recolhimento).
DETERMINO que o Departamento de Recursos Humanos e a Chefia Imediata adotem as seguintes providências: Notificação formal do servidor acerca desta decisão, registro da penalidade de repreensão na ficha funcional, acompanhamento no desempenho e comportamento do servidor em seu retorno, reportando qualquer intercorrência à autoridade superior.
PUBLIQUE-SE esta decisão no órgão competente para que surta seus regulares efeitos legais, garantindo a transparência e publicidade dos atos administrativos.

Laranjal/PR, 03 de agosto de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:A207117B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADM DISCIPLINAR 01/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N.º 01/2025

POLO ATIVO: Comissão Processante – Município de Laranjal/PR.
POLO PASSIVO: Luiz Carlo Benin – Servidor Público - Motorista.
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N.º: 01/2025.

I – RELATÓRIO.
Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar instaurado para apurar eventuais infrações funcionais cometidas pelo servidor Luiz Carlo Benin, portador da CI-RG n.º 7.746.941-9, inscrito no CPF/MF sob o n.º 032.660.469-35, brasileiro, solteiro, servidor público efetivo ocupante do cargo de motorista CNH: D, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula n.º: 11.811, nomeado pela portaria n.º 149/2016, admitido em 11/03/2016.
Instalada e deliberada a comissão processante, em 13/05/2025, as 10:00 horas, nas dependências do Paço municipal de Laranjal/PR, em um primeiro momento composta por Felipe Augusto Ramos Dias (presidente), Thiago Henrique Martins do Nascimento (secretário) e Marluce Cavassim (membro), nomeados pela portaria n.º 192/2025 de 20 de março de 2025, foram tomadas as seguintes providências:
Comunicação ao prefeito municipal e a chefe do departamento de recursos humanos sobre a instalação dos trabalhos;
Expedição de ofício ao chefe do acusado, comunicando a instalação do PAD;
Requerimento ao RH solicitando cópia dos assentamentos funcionais do servidor Luiz Carlo Benin;
Expedição de ofício ao Cartório Criminal da Comarca de Palmital/PR, solicitando informações acerca da Ação Penal que o Servidor está respondendo, mais precisamente sobre eventual decisão de mérito e trânsito em Julgado da ação.
Notificação do acusado.

Pois bem, cumpridas as diligências supracitadas, sobreveio informações em 20/05/2025 acerca da ação penal, conforme ordem cronológica dos fatos constantes no despacho:
1 – Oferecimento de denúncia em 29/11/2024, pelos crimes constantes no art. 33 da Lei 11343/2006 e art. 12 da Lei 10.826/2003;
2 – Recebimento da denúncia em 02/12/2024;
3 - Instrução Processual – resposta a acusação, audiência, produção de provas e alegações finais;
4 – Sentença de procedência a pretensão acusatória em 16/04/2025 condenando o servidor a 06 (seis) anos de reclusão e 510 (quinhentos e dez) dias multa;

Até a data de 20/05/2025 o processo ainda não havia transitado em julgado, nessa perspectiva, a comissão processante, aos 21 de Maio de 2025, as 14:00 horas, no paço municipal, se reuniu com seus participantes, que deliberaram sobre o sobrestamento do feito e adotaram as seguintes providências:

Comunicar o Prefeito Municipal e o Chefe de RH sobre o sobrestamento.
Expedir e publicar o termo de sobrestamento.
Expedir novo ofícios ao cartório criminal da comarca de Palmital/PR, no prazo de 60 (sessenta) dias, solicitando informações acerca do trânsito em julgado da mencionada ação penal, afim de proceder ao seguimento deste procedimento administrativo.

Superada a etapa de interposição de recurso de apelação em 09/06/2025, com a posterior publicação do acórdão do julgamento em 28/11/2025, este, manteve em parte a sentença de primeiro grau, condenando o servidor a 05 (cinco) anos de reclusão para o crime previsto no art. 33 da Lei 11.343/2006 a ser cumprido, inicialmente em **regime fechado.**
Com relação ao crime constante no art. 12 da Lei 10.826/2003, o órgão revisor **substituiu a pena privativa de liberdade, por duas restritivas de direitos: prestação pecuniária e prestação de serviços à comunidade**, fixando o regime aberto, com algumas condicionantes: permanecer em sua residência durante o repouso noturno e nos dias de folga, sair para trabalhar as 06:00 e retornar as 20:00, não se ausentar da cidade de residência sem autorização judicial, comparecer em juízo para informar suas atividades, quando determinado.
Pois bem, concluída a fase processual em primeira e segunda instância, com a respectiva condenação, sem, contudo, qualquer decisão judicial decretar a perda do cargo público exercido pelo Sr. Luiz Carlo Benin, o processo transitou em julgado na data de 25/03/2026, situação na qual o servidor continuou cumprindo a pena que lhe foi imposta, haja vista já estar preso de forma preventiva desde 23/11/2024.
Posteriormente, considerando os dias de remissão da pena, o alcance temporal, o bom comportamento e demais circunstancias, o Juiz da Vara de Execução Penal, concedeu ao Sr. Luiz Carlo Benin, em 23/07/2026, Progressão ao regime semiaberto com monitoração eletrônica.
Recebida a informação, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, editou a Portaria n.º 327/2026, dispondo sobre a substituição dos membros da comissão processante, onde o servidor Adilso Galvão dos Santos, substituiu o servidor Tiago Martins Henrique do Nascimento e a servidora Inegle Carla Zinke, substituiu o servidor Felipe Augusto Ramos Dias, mantida a servidora Marluce Cavassim na condição de membro, para dar continuidade aos trabalhos, com aproveitamento dos atos regularmente praticados até o momento.
Diante do exposto, o servidor se encontra em liberdade com algumas condicionantes pré-estabelecidas. É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO
Conforme art. 177 do Estatuto dos servidores públicos civis do município de Laranjal/PR, as esferas civil, penal e administrativa poderão cumular-se, entretanto, são independentes em suas respectivas decisões. Nessa perspectiva, a condenação na esfera penal, não implica na demissão automática do servidor na via administrativa, ao menos que possua decisão judicial transitado em julgado com tal determinação.
Dos efeitos da condenação previstos no art. 92 do Código Penal, em especial a *perda do cargo, função pública ou mandato eletivo*, o §1º prevê que, tais efeitos não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença pelo juiz, em observância ao princípio do livre convencimento motivado, constante no art. 93, Inc. IX da Constituição Federal.
Na verificação dos autos, concluiu-se que, nem a sentença de primeiro grau, nem o acórdão de segundo grau declararam em suas decisões, a perda do cargo público do servidor. O art. 78 do Estatuto dos

servidores, prevê que o servidor público perderá o cargo, quando estável, somente em virtude de decisão judicial transitado em julgado, motivos pelos quais, esta comissão processante, entende ser irrazoável e desproporcional, a aplicação do disposto no art. 178, Inc. V do Estatuto dos servidores públicos civis do município.
Por outro lado, considerando a gravidade da conduta do servidor, a Administração Pública Municipal, deve pautar-se pelos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, evitando a sanção extrema quando medidas corretivas menos gravosas se mostram suficientes para a manutenção do vínculo funcional, a atitude do autor se revela como pronto descumprimento dos seus deveres de observar normas legais e regulamentares, nos termos do art. 171, Inc. VI do Estatuto, configurando infração funcional passível de ser repreendida.
Como forma de revelar formalmente e publicamente o desvalor da conduta empregada pelo servidor municipal, servindo como advertência e marco pedagógico no prontuário do servidor, a comissão processante entende ser possível a aplicação da pena de **Repreensão, prevista no art. 178, Inc. V do Estatuto**, como medida disciplinar adequada para reforçar o cumprimento dos deveres éticos e conduta moral adequada ao funcionalismo do serviço público.
A aplicação da medida acima mencionada justifica-se pela função ressocializadora da pena e pelo interesse público na continuidade do serviço de um motorista com histórico de bom comportamento no serviço público municipal, sem anotações negativas em seus assentos funcionais, bem como, pelo bom desempenho na execução da pena privativa de liberdade.

Diante do exposto e;
CONSIDERANDO a ausência de condenação judicial transitado em julgado, decretando a perda do cargo do servidor Luiz Carlo Benin;
CONSIDERANDO a função ressocializadora da pena, aliado ao fato da progressão ao regime semiaberto concedida ao servidor, com monitoração eletrônica e condicionantes, haja vista o bom comportamento e presença do requisito temporal;
CONSIDERANDO o poder regulamentar atribuído ao ente, o poder administrativo disciplinar que reveste os presentes autos, o poder disciplinar que poderá ser usado para punir seus agentes quando identificada a infração correspondente;
CONSIDERANDO a independência entre as esferas administrativas e penal, sem vinculação automática da decisão de uma em detrimento de outra;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 201 da Lei Municipal n.º 11 de 28 de abril de 1993, esta Comissão Processante, **RECOMENDA:**

ARQUIVAR o Processo Administrativo Disciplinar n.º 01/2025 em relação a penalidade de demissão ao servidor Luiz Carlo Benin, Matrícula n.º 11.811;
APLICAR a pena de repreensão prevista no art. 178, inc. I do Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Laranjal/PR;
DETERMINAR o retorno do servidor Luiz Carlo Benin às suas funções de motorista CNH: D, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 11.811, no serviço público municipal de Laranjal/PR, observadas as condicionantes impostas pela Vara de Execução Penal;

RECOMENDAR que a chefia imediata do servidor acompanhe de perto seu desempenho e comportamento, reportando à administração qualquer intercorrência que possa justificar a reabertura do processo administrativo ou a instauração de novo procedimento disciplinar;

OFICIAR o chefe de repartição sobre a pena disciplinar, para que o faça conforme art. 181 Caput e art. 187, Inc. III do Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Laranjal/PR;

COMUNICAR o órgão do qual o autor está lotado, sobre o retorno do servidor as suas atividades laborais;

PUBLICAR a presente decisão para que surta seus efeitos e de transparência ao deslinde do presente processo administrativo disciplinar.

Encaminhe-se os autos a autoridade julgadora, nos termos do artigo 201 e 202 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Laranjal/PR.

Laranjal/PR, 29 de Julho de 2026.

INEGLE CARLA ZINKE
Presidente

ADILSO GALVÃO DOS SANTOS
Secretário

MARLUCE CAVASSIM
Membro

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:EDC0C1B7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA
CONCEDE ELEVAÇÃO DE NÍVEL DE VENCIMENTO A SERVIDORA

PORTARIA Nº 29/2026

SÚMULA: Concede elevação de nível de vencimento.

GABRIEL FEITOZA NORTE, Presidente da Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora abaixo relacionada, elevação do nível de vencimento, nos termos do artigo 17 da Lei Ordinária nº 72/2022, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Legislativo do Município de Loanda.

NOME - MATRÍCULA	FUNÇÃO	DATA DE ADMISSÃO	CLASSE/REFERÊNCIA	A SER PROMOVIDO
SANDRA HARUKO SHIGUEMOTO FELIZARDO - 3969	AGENTE DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO	10/08/2015	GOSG 2D – 10 VIII	GOSG 2D – 11 IX

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Loanda, em 11 de agosto de 2026.

GABRIEL FEITOZA NORTE
Presidente

Publicado por:
Joao Pereira da Silva
Código Identificador:9C599E6E

CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 10/2026
Dispensa de Licitação Nº 09/2026
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE LOANDA (00.661.865/0001-07)
Contratada: DRS MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA (58.892.523/0001-70)
Objeto: Aquisição de 01 (um) fogão e 01 (uma) geladeira, destinados ao atendimento das necessidades da cozinha da Câmara Municipal de Loanda.
Valor total: R$ 4.371,00 (quatro mil, trezentos e setenta e um reais).
Vigência: 11/08/2026 a 11/08/2027
Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Publicado por:
Joao Pereira da Silva
Código Identificador:DBF08721

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA CONCORRÊNCIA Nº 014/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 014/2026-PML
PROCESSO Nº. 112/2026-PML
INVERSÃO DE FASES

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Recapeamento asfáltico em C.B.U.Q e sinalização horizontal em vias urbanas, com área total de 124.485,14m², de acordo com Instrumento de Repasse nº 4113502/2025, Programa Itaipu Mais que Energia, a ser realizado no Município de Loanda-PR, conforme especificações e quantitativos descritos nos projetos, planilhas e memorial descritivo.

ABERTURA: às 09:00 do dia 01 de setembro de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$10.426.047,25 (dez milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://comprasbr.com.br/, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 10 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:58EB5C58

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 547/2026.

PORTARIA Nº 547/2026.

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

E considerando a liminar que foi deferida nos Autos de **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA nº 0002695-71.2026.8.16.0105**, proposta por **MIGUEL ROZENDO BARBOSA FREIRE** representado(a) por **LISIANE BARBOSA DA SILVA.**

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) **RAFAEL GONÇALVES SILVA**, matrícula nº 966650, ocupante do cargo de **Professor(a)**, para exercer a função de **Professor(a) de Apoio Educacional Especializado (PAEE)**, destinado(a) ao acompanhamento do aluno **MIGUEL ROZENDO BARBOSA FREIRE**, regularmente matriculado no período vespertino na Escola Municipal Zuleika Peterson, Rede Municipal de Ensino de Loanda.
Art. 2º O(a) Professor(a) designado(a) deverá atuar em articulação com o(a) professor(a) regente da turma, equipe pedagógica e direção da instituição de ensino, contribuindo para a participação, aprendizagem, autonomia e inclusão do aluno nas atividades escolares.
Art. 3º A atuação do(a) Professor(a) de Apoio Educacional Especializado deverá observar as orientações da Secretaria Municipal de Educação, da equipe pedagógica da instituição de ensino e as necessidades educacionais do aluno, sem substituir as atribuições próprias do(a) professor(a) regente.
Art. 4º A presente designação terá início em 12/08/2026 e permanecerá vigente enquanto perdurar a necessidade que fundamentou a designação e/ou até ulterior deliberação da Secretaria Municipal de Educação, observadas as determinações judiciais pertinentes.
Art. 5º O(a) servidor(a) designado(a) deverá cumprir a jornada de trabalho estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a organização da instituição de ensino e a legislação municipal vigente.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 11 dias do mês agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

SILVIA CRISTIANA ROSSIN NORTE
Secretária de Educação e Cultura.

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:33D7E398

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 001/2026 - CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO ESPORTE DE LONDA-PR

RESOLUÇÃO Nº 001/2026

Dispõe sobre a convocação da Conferência Municipal do Esporte de LOANDA– PR.

O **CONSELHO MUNICIPAL DO ESPORTE DE LOANDA– PR**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação municipal vigente,
RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Conferência Municipal do Esporte de LOANDA, a ser realizada no **dia 28 de Agosto 2026**, as 14:00hs, na Câmara Municipal de Vereadores, com a finalidade de promover a participação da sociedade civil, entidades esportivas, atletas, dirigentes, profissionais da área e representantes do Poder Público na construção e validação das diretrizes do Plano Municipal Decenal do Esporte de Loanda - Pr.
Art. 2º A Conferência teve como objetivos:
I – promover o debate sobre a realidade esportiva do Município;
II – discutir propostas para o fortalecimento das políticas públicas de esporte e lazer;
III – apresentar, discutir e validar as diretrizes, objetivos, metas e ações que compõem o Plano Municipal Decenal do Esporte;
IV – incentivar a participação da sociedade na formulação das políticas públicas voltadas ao esporte.
Art. 3º A convocação da Conferência foi amplamente divulgada por meio de ofícios encaminhados às autoridades, entidades, instituições e representantes da sociedade civil, bem como por outros meios oficiais de comunicação do Município.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos para fins de registro e documentação da Conferência Municipal do Esporte realizada em 28 de Agosto de 2026.
Loanda, 11 Agosto de 2026

EDUARDO DE SOUZA PADOVINI
Presidente do Conselho Municipal do Esporte

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:FD12C5AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE RECEBIMENTO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTO PARA HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2026

Aos 11 (onze) dias do mês de agosto do ano de 2026, a Presidente da Comissão de Contratação procedeu à análise das propostas adicionais apresentadas em decorrência da divulgação do Aviso de Dispensa de Licitação no sítio eletrônico oficial do Município, nos termos do art. 75, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se o prazo mínimo de 03 (três) dias úteis para manifestação de interessados, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

1. DO OBJETO

1.1. O presente procedimento tem por objeto **Aquisição de geladeiras e/ou refrigeradores destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e das Escolas da Rede Municipal de Ensino.**

2. DO RECEBIMENTO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

2.1. Encerrado o prazo para envio das propostas, às 08h30min do dia 11/08/2026, constatou-se o recebimento tempestivo das seguintes propostas:

Valor global estimado da contratação: R$ 21.425,00 (vinte um mil, quatrocentos e vinte e cinco reais).

EMPRESA	CNPJ	PORTE	VALOR TOTAL PROPOSTO	CLASSIFICAÇÃO
DRS MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA	58.892.523/0001-70	ME	R$ 17.735,00	1ª Colocada
MEGA VENDAS LTDA	52.325.189/0001-96	ME	R$ 18.950,00	2ª Colocada
LICITARA COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP	29.953.468/0001-82	EPP	R$ 20.750,00	3ª Colocada

2.2. Após análise das propostas apresentadas, verificou-se que as **03 (três) proponentes** atenderam as exigências estabelecidas no Aviso de Dispensa de Licitação, sendo suas propostas consideradas válidas e classificadas em ordem crescente de preços.

2.3. Dentre as propostas classificadas, a apresentada pela empresa **DRS MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 58.892.523/0001-70, apresentou o menor valor global, no montante de **R$ 17.735,00 (dezessete mil, setecentos e trinta e cinco reais)**, revelando-se, a proposta mais vantajosa para a Administração, razão pela qual foi classificada em primeiro lugar.

3. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA DILIGÊNCIA

3.1. Registra-se que a empresa DRS MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA encaminhou, de forma antecipada e espontânea, toda a documentação de habilitação antes da convocação formal prevista no procedimento.

3.2. Procedeu-se à análise dos documentos apresentados, constatando-se que a empresa atendeu integralmente às exigências de habilitação previstas no instrumento convocatório, encontrando-se **devidamente habilitada** para prosseguimento no certame.

3.3. A documentação apresentada foi considerada regular e suficiente para comprovar o atendimento aos requisitos de habilitação exigidos no Aviso de Dispensa de Licitação nº 28/2026.

4. DAS DILIGÊNCIAS

4.1. Após a análise da documentação apresentada, verificou-se que todos os documentos exigidos foram regularmente apresentados e considerados aptos para fins de habilitação, não sendo identificada qualquer pendência, inconsistência ou necessidade de complementação documental.

4.2. Dessa forma, **não houve necessidade de realização de diligências**, uma vez que a documentação apresentada mostrou-se completa, regular e suficiente para a conclusão da análise de habilitação

5. DO RESULTADO E DO ENCAMINHAMENTO

5.1. Diante da análise realizada, fica classificada em primeiro lugar e habilitada a empresa **DRS MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 58.892.523/0001-70, pelo valor global de **R$ 17.735,00 (dezessete mil, setecentos e trinta e cinco reais)**.

5.2. Considerando que a empresa classificada em primeiro lugar apresentou a proposta de menor valor e atendeu integralmente às exigências de habilitação estabelecidas no procedimento, a Comissão de Contratação conclui pela regularidade dos atos praticados e pelo prosseguimento do processo.

5.3. Assim, o processo será encaminhado à autoridade competente para análise e, sendo o caso, **adjudicação e homologação**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que, lida e achada conforme, segue assinada.

Lobato/PR, 11 de agosto de 2026.

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Presidente da Comissão de Contratação
Decreto n.º 102/2025 de 16/04/2025

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:B968C30F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATUALIZAÇÃO DA ATA DE RECEBIMENTO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTO PARA HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2026

Aos 06 (seis) dias do mês de agosto do ano de 2026, a Agente de Contratação procedeu à análise das propostas adicionais apresentadas em decorrência da divulgação do Aviso de Dispensa de Licitação no sítio eletrônico oficial do Município, nos termos do art. 75, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se o prazo mínimo de 03 (três) dias úteis para manifestação de interessados, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

1. DO OBJETO

1.1. O presente procedimento tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de suporte técnico em ações de execução e acompanhamento gerenciais dos sistemas e programas governamentais, destinados ao município de Lobato/PR, compreendendo o planejamento inicial e final dos processos relacionados à operacionalização dos sistemas e programas do Governo Federal vinculados a convênios, propostas e transferências fundo a fundo, inclusive sistema bússola da Itaipu Binacional e E-Protocolo do Estado do Paraná.

2. DO RECEBIMENTO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

2.1. Encerrado o prazo para envio das propostas, às 08h30min do dia 06/08/2026, constatou-se o recebimento tempestivo das seguintes propostas:

Valor global estimado da contratação: R$ 54.696,00 (cinquenta e quatro mil seiscentos e noventa e seis reais)

EMPRESA	CNPJ	PORTE	VALOR TOTAL PROPOSTO	CLASSIFICAÇÃO
R.A. Soluções Públicas LTDA	31.842.491/0001-41	ME	R$ 48.000,00	1ª Colocada
Kairos Assessoria Estratégica LTDA	66.672.738/0001-03	ME	R$ 49.800,00	2ª Colocada
CLM Soluções Governamentais	66.533.026/0001-03	ME	R$ 52.500,00	3ª Colocada

2.2. Registra-se que, após a elaboração da presente Ata de Recebimento das Propostas, foi identificada proposta encaminhada pela empresa **CLM SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS**, a qual não havia sido inicialmente relacionada no documento, em razão de o e-mail contendo a respectiva proposta não ter sido localizado no momento da consolidação das propostas recebidas. Diante da identificação do referido documento, a proposta foi devidamente incluída e considerada para fins de registro e transparência do procedimento, passando a integrar a presente Ata. Ressalta-se, contudo, que **a inclusão da referida proposta não interfere no resultado do levantamento de preços/pesquisa de mercado**, tendo em vista que o valor apresentado pela empresa encontra-se em condição que não altera a classificação, o valor de referência ou as

conclusões anteriormente obtidas no procedimento. Assim, a presente atualização possui caráter meramente **complementar e de regularização do registro das propostas efetivamente recebidas**, sem alteração do resultado anteriormente apurado.
2.3. Após análise das propostas apresentadas, verificou-se que as 03 (três) proponentes atenderam as exigências estabelecidas no Aviso de Dispensa de Licitação, sendo suas propostas consideradas válidas e classificadas em ordem crescente de preços.
2.4. Dentre as propostas classificadas, a apresentada pela empresa **R.A. SOLUÇÕES PÚBLICAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 31.842.491/0001-41, apresentou o menor valor global, no montante de **R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)**, revelando-se, em princípio, a proposta mais vantajosa para a Administração, razão pela qual foi classificada provisoriamente em primeiro lugar, condicionada à comprovação do atendimento integral dos requisitos de habilitação previstos no Edital de Dispensa de Licitação nº 27/2026.

3. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA DILIGÊNCIA
3.1. Registra-se que a empresa R.A. SOLUÇÕES PÚBLICAS LTDA encaminhou, de forma antecipada e espontânea, toda a documentação de habilitação antes da convocação formal prevista no procedimento.
3.2. Procedeu-se à análise dos documentos apresentados, constatando-se que a empresa atendeu integralmente às exigências de habilitação previstas no instrumento convocatório, encontrando-se devidamente habilitada para prosseguimento no certame.
4. DAS DILIGÊNCIAS
4.1. Verificou-se que a documentação apresentada é suficiente para a conclusão da análise de habilitação, não sendo identificada qualquer pendência, inconsistência ou necessidade de complementação documental.
4.2. Dessa forma, não houve necessidade de realização de diligências, tendo em vista que todos os documentos exigidos pelo edital foram regularmente apresentados e considerados aptos para fins de habilitação.
4.3. Assim, resta dispensada a realização de diligências, porquanto a documentação apresentada mostrou-se completa, regular e suficiente para a formação do juízo de habilitação da empresa.

5. DO PROSSEGUIMENTO
5.1. Concluída a análise da documentação de habilitação e constatado o atendimento integral das exigências previstas no Edital de Dispensa de Licitação nº 27/2026, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que, lida e achada conforme, segue assinada.

Lobato/PR, 11 de agosto de 2026.

SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES
Agente de Contratação
Decreto Municipal nº 102/2025, de 16 de abril de 2025

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:F8AFC042

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 157/2026 DE 11 DE AGOSTO DE 2026, PRORROGA A VIGÊNCIA DE CONTRATO DE TRABALHO DE SUELI REGINA AFONSO MELO, ADVINDO DO TESTE SELETIVO, INAUGURADO NO ÂMBITO DESTA MUNICIPALIDADE POR FORÇA DO EDITAL DO TESTE SELETIVO N.º 001/2025 DE 23/04/2025

DECRETO N.º 157/2026 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA – Prorroga a vigência de contrato de trabalho advindo do Teste Seletivo, inaugurado no âmbito desta municipalidade por força do Edital do Teste Seletivo n.º 001/2025 de 23/04/2025.-.-.-.-.-.-.-..-.-.-.-.-.-.-.

FÁBIO CHICAROLI, **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ,** no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei e, considerando os ditames da Lei Complementar Municipal n.º 001/2002 c/c disposições da Lei Municipal n.º 773/2001-E DE 02/02/2001, alterada pela Lei n.º 1.172/2011–E de 10/11/2011, ainda, primando pela preservação e proteção do soberano interesse público, e fiel alcance dos princípios norteadores da plena e eficaz condução da coisa pública, delineados no art. 37 e ss. da Constituição Federal,

Considerando que a Lei Municipal n.º 773/2001-E de 02/02/2001, alterada pela Lei n.º 1.172/2011–E de 10/11/2011, prevê expressamente em seu artigo 3º que o prazo de contratações excepcionais e de interesse público tem prazo de vigência de até um ano, cabendo dilação contratual por única vez e pelo período inicialmente pactuado;

Considerando que a prorrogação da contratação em fomento, visa suprir a falta de servidores públicos na administração pública,

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado, considerando os efeitos do Decreto n.º 241/2025 de 11/08/2025, por razões de interesse público, a vigência da contratação abaixo indicada, objeto do ato administrativo, pelo prazo de 1(um) ano:

Nome	Cargo/Carga Horária	Vigência da Prorrogação
Sueli Regina de Afonso Melo	Educador Infantil/30 hrs	13/08/2026 a 12/08/2027

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:80DD224D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO SEGUNDO ADITAMENTO AO CONTRATO N. º 058/2024 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N. º 006/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOBATO - PARANÁ, com sede administrativa na Rua Antônio Coletto, 1260 – Centro – CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.367/0001-08.
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO MARINGA APOIANDO A RECUPERAÇÃO DE VIDAS- MAREV pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Guaiapó inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.914.458/0001-19
Objeto do Aditamento Fica diante das previsões contidas na Cláusula Sétima do pacto primitivo, prorrogados os prazos de execução e de vigência da avença, tendo em vista o interesse público fundamentado nos autos. Os prazos findar-se-ão:
Prazo de vigência: 14/08/2026 à 14/08/2027.
Por força da prorrogação dos prazos de execução e vigência, bem como diante da manutenção do equilíbrio econômico financeiro da avença, fica acrescido o valor financeiro de R$ 203.333,60 (duzentos e três mil trezentos e trinta e três reais e sessenta centavos), para fins de custeio da execução dos serviços ora aditados (mais 12 meses).
VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$= 203.333.60 (duzentos e três mil trezentos e trinta e três reais e sessenta centavos).
Demais Condições: As demais cláusulas e disposições do pacto primitivo e dos respectivos termos aditivos que não foram alteradas pelo presente instrumento permanecerão inalteradas.

Lobato/PR., aos 11/08/2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:4CAE7C0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO SEGUNDO ADITAMENTO AO CONTRATO N. º 059/2024 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N. º 006/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOBATO - PARANÁ, com sede administrativa na Rua Antônio Coletto, 1260 – Centro – CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.367/0001-08.
CONTRATADA: CENTRO TERAPEUTICO DESPERTAR LTDA pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. 31 de março, n.º 1535 cidade de Ibiporã, Estado do Paraná, CEP N.º 87.560-000
Fundamentação Legal: O presente termo de aditamento obedece às normas fixadas no processo de Inexigibilidade n.º006/2024,
Objeto do Aditamento Fica diante das previsões contidas na Cláusula Sétima do pacto primitivo, prorrogados os prazos de execução e de vigência da avença, tendo em vista o interesse público fundamentado nos autos. Os prazos findar-se-ão:
Prazo de vigência: 14/08/2026 à 14/08/2027.
Por força da prorrogação dos prazos de execução e vigência, bem como diante da manutenção do equilíbrio econômico financeiro da avença, fica acrescido o valor financeiro de R$ 203.333,60 (duzentos e três mil trezentos e trinta e três reais e sessenta centavos), para fins de custeio da execução dos serviços ora aditados (mais 12 meses).
Demais Condições: As demais cláusulas e disposições do pacto primitivo e dos respectivos termos aditivos que não foram alteradas pelo presente instrumento permanecerão inalteradas.

Lobato/PR., aos 11/08/2026.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:CDCEF31B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 73/2026 - DECORRENTE DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026 – CISPAR - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026 – CISPAR PROCESSO Nº 13/2026 – CISPAR**

Contratante: MUNCIPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 76.970.367/0001-08 com sede à Rua Antônio Coletto nº 1260, CEP 86790-000, no Município de Lobato, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, o Senhor **FABIO CHICAROLI.**

Contratada: KAIROS SERVIÇOS E NEGÓCIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **47.200.879/0001-89**, com sede na Rua Otacili José Arruda, nº 7331, Sala 2, Jardim Soluar, no município de Umuarama, Estado do Paraná, Cep. 87504-672, neste ato representada pela Senhora **MARCELLA GIOVANA NEVES FERREIRA**

Objeto da Contratação: LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA 26ª FESTA DA LEITOA NO TACHO, A SER REALIZADA NO PERÍODO DE 14 A 16 DE AGOSTO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR, COM RECURSOS PROVENIENTES DA SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETU, POR MEIO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 0437/2026, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2026, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026 – PROCESSO Nº 13/2026, PROMOVIDOS E GERENCIADOS PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR, EM LICITAÇÃO COMPARTILHADA DA QUAL O MUNICÍPIO DE LOBATO/PR PARTICIPOU NA CONDIÇÃO DE ÓRGÃO PARTICIPANTE.

As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício deste ano orçamentário, conforme abaixo:

Reduzido	Organograma	Descrição da Despesa	Máscara
492	10.003	Manutenção da Divisão de Eventos, Lazer e Turismo	Desp. 492 - Manutenção da Divisão de Eventos, Lazer e Turismo - 10.003.23.695.0019.2059.3.3.90.39.00 / 01640.01005.03.99.01.01.1.701.0000 - Convênio 437/2026 SETU c/c 16078-7

VALOR TOTAL: R$ 62.430,00 (sessenta e dois mil quatrocentos e trinta reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL: 11/08/2026 ATÉ 11/01/2027.

Lobato/PR, 11 de agosto de 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:C0B41DC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 255/2026 DE 11 DE AGOSTO DE 2026, CONCEDER 03(TRÊS) MESES DE LICENÇA ESPECIAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JUDINÊ RIBEIRO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº. 255/2026 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o contido no Artigo 123, § 1º da Lei Municipal nº. 622/94-E de 05/09/1994;

CONSIDERANDO o requerimento da servidora municipal **Judinê Ribeiro de Oliveira,** datado em 03/08/2026;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **03(três) meses** de **Licença Especial** a servidora pública municipal **Judinê Ribeiro de Oliveira,** portadora do RG. nº. 05.***.040 e CPF nº. 019.***.***-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com carga horária semanal de 20 horas, atualmente respondendo como Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Elias Abrahão - Ensino Fundamental referente ao quinquênio de **18/03/2017 a 17/03/2022,** a contar de **04/08/2026 a 03/11/2026**.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 04/08/2026, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:C143F100

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 158/2026, 11 DE AGOSTO DE 2026. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências .-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentaria Anual 1.607/2025 de 16/12/2025.

DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, por Transposição de Dotação no Orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - Samae no valor de R$ 5.345,00 (cinco mil trezentos e quarenta e cinco reais), destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária.

SUPLEMENTAÇÕES

14		**Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto**	
14.001		**Divisão de Administração Geral**	
14.001.17.122.0021.2.070		**Manutenção dos Serviços Administrativos**	
3.3.90.39.00.00 - 12	001	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.345,00
		Total das Suplementações	5.345,00

Artigo 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, servirá como recurso o proveniente da Anulação de Dotação da Prefeitura Municipal de Lobato de acordo com o Artigo 43, § 1º, inciso III da Lei nº 4.320/64.

CANCELAMENTOS

05		**Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Público**	
05.001		**Gabinete do Secretário de Obras**	
05.001.04.122.0019.2.019		**Manutenção, Conservação e Reparos em Próprios Públicos**	
3.3.90.30.00.00 - 100	000	Material de Consumo	5.345,00
		Total do Cancelamento	5.345,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos 11 de Agosto de 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:BAC216E4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
REPUBLICAÇÃO À HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 04/2026 INEXIGIBILIDADE 03/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2026
A autoridade municipal do órgão CAMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, no uso de suas atribuições legais, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA 1º Congresso Brasileiro de Fiscalização, que acontecerá nos dias 12 a 14 de 2026, em Curitiba.

Empresa vencedora: DATALEGIS- CAPACITAÇÃO PARA AGENTES PÚBLICOS.
VALOR:2.190,00
Embasamento: Lei 14133/21, Art. 74, III, f.

LUPIONÓPOLIS (PR) 10 DE AGOSTO DE 2026.

BRUNO NEVES DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Michelle Angelini
Código Identificador:040046BA

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DE ORDEM DE SERVIÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO/LICITATÓRIO Nº 64/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 26/2026
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 110/2026 – LOTE 001
CONTRATANTE: Município de Lupionópolis – PR, CNPJ nº 75.845.511/0001-03.
CONTRATADA: Celestino Construções Ltda, CNPJ nº 67.859.410/0001-63.
OBJETO: Execução de serviços de manutenção de calçadas, compreendendo a execução de passeio e calçada, incluindo a colocação de placa de obra, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência do Pregão Eletrônico SRP nº 26/2026 e proposta vencedora da contratada.
ORDEM DE SERVIÇO: Autorizada a execução dos serviços, conforme quantitativos e preços unitários constantes do contrato, no valor total de **R$ 15.123,75 (quinze mil e cento e vinte e três reais e setenta e cinco centavos)**.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (sessenta) dias corridos, contados do início imediato, a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada.
DATA: Lupionópolis/PR, 10 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:3CEC96BD

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, **CONVOCA** o Candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Municipal, realizado no dia 03 de março de 2024, conforme divulgado pelo Edital nº 001/2023, homologado conforme Decreto nº 057/2024 de 24/05/2024, devidamente publicado em 27/05/2024 e prorrogado conforme Decreto nº 026/2026, de 20/05/2026, devidamente publicado em 21/05/2026.

CLASSIFICAÇÃO	CARGO	NOME
7ª	Assistente Administrativo	Marcelo Galvão

O aprovado acima, deverá comparecer na Prefeitura Municipal, situada à Pça Pe. Antonio Pozzato, nº 880, nesta Cidade, no período de **12, 13, 14, 17 e 18/08/2026**, munido dos documentos abaixo relacionados *(original e cópia)*, para manifestarem interesse na Contratação pelo Regime Estatutário vinculado ao INSS. Após o recebimento e conferência dos documentos, o candidato será encaminhado para **exame médico**:

- Cédula de Identidade; CPF - Cadastro Pessoa Física; CTPS; Reservista e CNH *(se for o caso)*;
- Certidão de Nascimento ou Casamento e Nascimento dos Filhos menores de 14 anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado *(se for o caso)*;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 06 anos *(se for o caso)*;
- Certidão Negativa de antecedentes criminais (*Fórum*);
- Declaração constando não ter sido demitido de serviço público por justa causa;
- Declaração sobre exercício de cargo, emprego ou Função Pública; Declaração de Bens;
- Documento que comprove a escolaridade de acordo com o exigido para o cargo e Registro no Conselho *(se for o caso)*.
- Título de Eleitor e comprovante que votou nas últimas eleições;
- 01 foto 3 x 4;

O não comparecimento à presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 11 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Munique Aparecida Ferreira
Código Identificador:E1FC6468

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 77/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca as Candidatas abaixo relacionados e selecionados pela Décima Terceira Seleção no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 61/2026, devidamente publicado em 01/07/2026.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
CLEUZA MARCOS DA COSTA CARDOSO	48	11/05/1971	39º
KELLY CRISTINA PINTO RODRIGUES	48	15/09/1982	40º
ANDRÉIA SANCHES DE ALMEIDA	48	10/04/1983	41º
GREICIELI MARTINS	48	20/06/1985	42º
DARA RAFAELA SILVA DA COSTA	48	03/08/2000	43º
DORACI RAMOS	47	30/03/1957	44º

As candidatas acima relacionadas no âmbito do Programa de Assistência ao Trabalhador – PAT, já foram devidamente comunicadas, conforme contato oficial e individual realizado quanto ao local, data e horário em que deverão comparecer, de acordo com a vaga disponível, para fins de manifestação de interesse e demais providências relativas ao benefício.
O não comparecimento a presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 11 de agosto de 2026.

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:CA823E9E

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA DISPENSA 20/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 20/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 12 (DOZE) UNIDADES DE CAÇAMBAS DE ENTULHO TIPO BROOKS, PARA REALIZAÇÃO DAS DEMANDAS NECESSÁRIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS.
DESPACHO DA AUTORIDADE SUPERIOR
No uso das atribuições legais que me são conferidas, considerando que a sessão pública realizada em 30/07/2026 observou todos os requisitos de publicidade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, com a devida publicação do aviso de contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial;
Considerando o teor da Ata da Sessão Pública e do Relatório Final apresentados pela Agente de Contratação, dos quais se verifica que, embora tenham sido cadastradas duas propostas no sistema eletrônico, nenhuma delas atendeu às condições de participação estabelecidas no edital, tendo em vista que a presente contratação foi destinada exclusivamente à participação de fornecedores locais, inexistindo, assim, proposta válida apta ao prosseguimento do certame;
Considerando que a declaração de licitação deserta decorreu da restrição de mercado, diante da inexistência de fornecedores locais aptos a atender às condições estabelecidas no instrumento convocatório, e não por falha na publicidade ou na condução do procedimento;
RESOLVO:
RATIFICAR os atos praticados pela Agente de Contratação e pela Equipe de Apoio e HOMOLOGAR o procedimento da Dispensa Eletrônica nº 20/2026, declarando-o formalmente DESERTO, em razão da inexistência de propostas válidas que atendessem às condições de participação previstas no edital.
DETERMINAR a publicação deste Termo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no veículo oficial de divulgação do Município, em observância aos princípios da publicidade e da transparência.
ENCAMINHAR os autos ao setor requisitante para análise da conveniência e oportunidade de promover novo procedimento licitatório, com a manutenção ou revisão das condições de participação, conforme a necessidade administrativa, ou, caso estejam presentes os requisitos legais, adotar as providências previstas no art. 75, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Lupionópolis/PR, 30 de julho de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:8C1602BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA MUNICIPAL DE MALLET
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026

Nos termos do **Processo Administrativo nº 11/2026**, considerando a regular instrução processual, a documentação constante dos autos, o Documento de Formalização da Demanda – DFD, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, o Termo de Referência, o Memorial Descritivo, a Planilha Orçamentária, a Pesquisa de Preços, o Mapa Comparativo, o Parecer Técnico, o Parecer Jurídico favorável, o Termo de Julgamento das Propostas e o Termo de Adjudicação, bem como o disposto no **art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**,

HOMOLOGO o **Processo Administrativo nº 11/2026**, referente à **Dispensa de Licitação nº 01/2026**, destinada à contratação de empresa especializada para execução de serviços de recuperação, preparação e pintura externa da edificação da Câmara Municipal de Mallet, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, andaimes, equipamentos de proteção individual e coletiva (EPIs e EPCs), limpeza e todos os demais serviços necessários à perfeita execução da obra, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e demais documentos que integram o presente processo administrativo.

Fica **homologada** a contratação da empresa **Casa das Tintas Kolodziejwski Ltda.**, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, atendendo integralmente às exigências técnicas estabelecidas no processo, pelo valor global de **R$ 92.155,64 (noventa e dois mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos).**

Determino a adoção das providências necessárias à formalização do Contrato Administrativo, à publicação dos atos exigidos pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como ao regular acompanhamento e fiscalização da execução contratual.
Publique-se.
Cumpra-se.

Mallet/PR, 12 de agosto de 2026.

SERJO GRYCZAK
Presidente da Câmara Municipal de Mallet

Publicado por:
Fernando Roberto Arkaten
Código Identificador:0E460B36

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2026

I – OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestar o serviço de Dedetização, Desratização e limpeza de caixa d'água, integradas no combate de vetores e pragas urbanas (mosca, mosquito, barata, formiga, rato, etc), com fornecimento de materiais necessários, destinados nas áreas internas e externas dos Prédios das Escolas e CMEIs da Rede Municipal de Ensino e Unidades Básicas de Saúde.

II - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Segundo a justificativa apresentada pela Secretaria nos autos, a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de dedetização, desratização e limpeza de caixas d'água é necessária em razão do interesse público envolvido, destacando-se os seguintes aspectos:
I - Garantir condições adequadas de higiene, salubridade e segurança sanitária nas Escolas, CMEIs da Rede Municipal de Ensino e Unidades Básicas de Saúde;
II - Prevenir e controlar a proliferação de vetores e pragas urbanas, como moscas, mosquitos, baratas, formigas, ratos e outros agentes que representam risco à saúde pública;
III - Assegurar ambientes seguros e adequados para alunos, crianças, pacientes, servidores e demais usuários das unidades públicas;
IV - Atender às normas sanitárias e às exigências dos órgãos de vigilância em saúde, reduzindo os riscos de contaminação e de transmissão de doenças;
V - Preservar a qualidade da água destinada ao consumo humano, por meio da limpeza periódica das caixas d'água;
VI - Proteger o patrimônio público, evitando danos às instalações, equipamentos, mobiliários e materiais causados pela ação de pragas urbanas;
VII - Assegurar a continuidade dos serviços públicos de educação e saúde em ambientes que atendam às condições adequadas de funcionamento.
Dessa forma, a contratação é indispensável para a promoção da saúde pública, da segurança sanitária e da adequada manutenção das unidades municipais, atendendo ao interesse público e às necessidades da Administração.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPONENTE:

A prestadora de serviços escolhida foi **SOS DEDETIZADORA LTDA, CNPJ: 23.566.543/0001-76**, e a escolha do proponente decorre da apresentação, por parte deste, do menor preço entre os fornecedores consultados, bem como, de todos os documentos solicitados para sua habilitação no processo.

IV – DO PREÇO:

Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 14.575,50 (quatorze mil quinhentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos)** a ser pago de acordo com a execução do contrato, conforme autorização expedida pelo Setor de Compras, mediante envio da Autorização de Fornecimento, juntamente com as Notas Fiscais que comprovem o serviço autorizado.

V - PRAZO DE VIGÊNCIA:

A vigência desta Dispensa de Licitação iniciar-se-á na data da publicação de sua ratificação e terá seu término **08 (oito) meses após.**
Uma vez que todos os serviços tenham sido executados pela Contratada e aprovados pela Contratante, respeitado o prazo para pagamento, o contrato estará automaticamente encerrado.
O contrato poderá ter sua vigência prorrogada caso ocorra manifestação da Secretaria interessada, bem como, demonstração de que os valores contratados permanecem vantajosos para a Contratante.

VI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente processo de Dispensa para Compras e Serviços serão pagas através das seguintes dotações orçamentárias:

92 02.005.12.122.0007.2.012.3.3.90.39.1000 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

92 02.005.12.122.0007.2.012.3.3.90.39.1103 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

92 02.005.12.122.0007.2.012.3.3.90.39.1104 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

102 02.005.12.361.0007.2.013.3.3.90.39.1000 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

102 02.005.12.361.0007.2.013.3.3.90.39.1103 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

102 02.005.12.361.0007.2.013.3.3.90.39.1104 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

112 02.005.12.365.0007.2.014.3.3.90.39.1000 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEIS – CRECHE.

112 02.005.12.365.0007.2.014.3.3.90.39.1103 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEIS – CRECHE.

112 02.005.12.365.0007.2.014.3.3.90.39.1104 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEIS – CRECHE.

122 02.005.12.365.0007.2.015.3.3.90.39.1000 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEIS - PRÉ-ESCOLA.

122 02.005.12.365.0007.2.015.3.3.90.39.1103 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEIS - PRÉ-ESCOLA.

122 02.005.12.365.0007.2.015.3.3.90.39.1104 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEIS - PRÉ-ESCOLA.

276 02.013.10.122.0015.2.037.3.3.90.39.1303 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

289 02.013.10.301.0015.2.038.3.3.90.39.1303 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA.

VII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

Para se habilitar no presente processo a CONTRATADA apresentou os seguintes documentos:

CONTRATO SOCIAL.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES MUNICIPAL.

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, dentro do prazo de validade.

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS, dentro do prazo de validade.

CONSULTA AOS IMPEDIDOS DE LICITAR, emitida pelo TCE/PR.

CONSULTA CONSOLIDADA DE PESSOA JURÍDICA, emitida pelo TCU**.**

CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA.

COMPROVAÇÃO DE REGISTRO DA EMPRESA NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE.

COMPROVAÇÃO DE REGISTRO DO TÉCNICO RESPONSÁVEL NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE.

LICENÇA SANITÁRIA.

LICENÇA AMBIENTAL.

VIII – DAS SANÇÕES:

O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas no Título IV do Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

IX – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente Dispensa de Licitação encontra respaldo legal no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

X – DA RESCISÃO:

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso da rescisão administrativa prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – DAS CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

XII – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Publicado a Ratificação da Dispensa de Licitação, a vencedora está convocada para a assinatura do Contrato, devendo fazê-la no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de perda do direito à Contratação.
A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
Coletadas as assinaturas necessárias, será publicado Extrato de Contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mallet/PR.

XIII – DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Mallet/PR, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

Prefeitura Municipal de Mallet, 11 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:144EE517

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 141/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 141/2026

DATA DE ASSINATURA: 07 de agosto de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: COMERCIO DE MUDAS SOMACAL LTDA, CNPJ 08.663.749/0001-20, domiciliada à Rodovia ERS 122, nº 7700, Quilometro nº 57,850, bairro Santo Antônio, no município de Farroupilha, estado do Rio Grande do Sul, representada pelo Sócio Responsável, senhor **ALEXANDRE SOMACAL, CPF 012.340.500-99** residente à Rua Raineri Petrini, nº 1301, Apartamento 01, bairro Santo Antônio, no município de Farroupilha, estado do Rio Grande do Sul.

OBJETO: Aquisição de mudas de kiwi para distribuição gratuita a produtores rurais do Município de Mallet/PR, como medida de fomento à fruticultura local e de apoio à cadeia produtiva do kiwi em Mallet, reconhecido como Capital Estadual do Kiwi, no âmbito das políticas públicas municipais voltadas ao desenvolvimento econômico e ao fortalecimento da agricultura familiar.

VALOR: Pelo fornecimento do produto ora adquirido, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 63.600,00 (sessenta e três mil seiscentos reais).**

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á **12 (doze) meses após.**

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:A8106535

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 27/2025

2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 27/2025

Município: Município de Mandaguari.
OSC: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MANDAGUARI – APAE

Objeto: O objeto do Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 27/2025 é a alteração dos recursos financeiros proveniente da inclusão de valor dos rendimentos da aplicação financeira, por meio da alteração de sua cláusula quarta.

Data da celebração: 10 de agosto de 2026.

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:76A82E33

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 392/2026 - EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 392/2026

Súmula: Exonera servidor público municipal, e dá outras providências.

A Prefeita do Munícipio de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor público municipail abaixo relacionado, pelo respectivo motivo, a saber:

MATRIC	SERVIDOR	CARGO	ADMISSÃO	EXONER.	MOTIVO
98436	ALINE CAMARGO ROSA ESTEVAO	Professor - Temporario	12/03/2026	06/08/2026	a pedido do servidor

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de exoneração, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (11/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:453D971D

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 4544/2026 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR PARCERIAS, MEDIANTE 5 (CINCO) TERMOS DE COLABORAÇÃO, OBJETIVANDO REPASSE FINANCEIRO DE RECURSOS PROVENIENTES DE DOAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA DO FUNDO MUNICIPAL

Lei Ordinária Nº 4544/2026

Ementa: Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar parcerias, mediante 5 (cinco) termos de colaboração, objetivando repasse financeiro de recursos provenientes de doação do Imposto de Renda do Fundo Municipal dos Direitos e da Criança Adolescente - FMDCA e do Fundo Municipal dos Direito do Idoso – FMDI, para Organizações da Sociedade Civil (OSC) voltadas a prestação de serviços de assistência social às Crianças, Adolescentes e Idosos no Município, para execução no ano de 2026 e 2027, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar parcerias, mediante termo de colaboração, para fins de repasse de recursos provenientes de doação do Imposto de Renda Direcionado 2025/2026, ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA e ao Fundo Municipal dos Direitos do Idoso – FMDI, para as Organizações da Sociedade Civil voltadas a prestação de serviços de assistência social às crianças, adolescentes e idosos no Município, aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, nos termos dos Planos de Trabalho apresentados, conforme seguem:
I – Tomador - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, no valor de R$ 41.900,00 (quarenta um mil e novecentos reais); para fins execução do Projeto "Cuidar e Proteger: Segurança da APAE", visando a prestação de Serviço de Proteção Social Especial para Criança e Adolescentes com Deficiência – Proteção Social de Média Complexidade;
II -– Tomador - Instituto Promocional Jesus de Nazaré – IPJN, no valor de R$ 33.860,30 (trinta e três mil, oitocentos e sessenta reais e trinta centavos), para fins de execução do Projeto "Cuidar com Segurança", visando a prestação de Serviços de Proteção Básica – Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
III – Tomador - Centro de Atendimento à Criança Adolescente e Família – CECAF, no valor de R$ 33.400,00 (trinta e três mil e quatrocentos reais), para fins de execução do Projeto "Educar Faz a Diferença - Sejamos Agentes de Transformação X", visando a prestação de Serviço de Proteção Social Especial – Alta Complexidade – Serviço de Acolhimento Institucional – Abrigo Institucional;
IV -– Tomador - Comunidade Social Cristã Beneficente – CSCB de Mandaguari, no valor de R$ 32.800,00 (trinta e dois mil e oitocentos reais), para fins de execução do Projeto "Conexões Literárias 2026", visando a prestação Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 0 a 6; 6 a 15 anos; e 15 a 17 anos;
V – Tomador - Asilo São Vicente de Paulo de Mandaguari, no valor de R$ 167.460,30 (cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e sessenta reais e trinta centavos), para fins de execução do Projeto "Leão Amigo da Pessoa Idosa - 13ª Edição" visando a prestação de Serviço de Acolhimento Institucional – Instituição de Longa Permanência para o Idosos (ILPI).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (11/08/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:04F3D9D1

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026

OBJETO: PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, INTERESSADAS EM OBTER QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI/PR, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 851, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2003, E DO DECRETO MUNICIPAL Nº 115/2026, PARA EVENTUAL E FUTURA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO DESTINADO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

Após o parecer favorável da documentação apresentada pela interessada abaixo citada, realizado pela comissão nomeada pelo Decreto nº 209/2026, comunicamos o credenciamento do seguinte participante na Chamada Pública nº 02/2026:

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SAO BERNARDO DO CAMPO
CNPJ: 47.708.771/0001-00

GRUPO FUTURO - GESTAO DE SAUDE
CNPJ: 32.839.901/0001-68

Mandaguari, 11 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:6CA86C2D

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE FORNECIMENTO REMOTO DE ENERGIA ELÉTRICA, CONECTADO À REDE DE DISTRIBUIÇÃO, ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, ELABORAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL, COORDENAÇÃO COM A DISTRIBUIDORA DE ENERGIA LOCAL, FORNECIMENTO INTEGRAL DE MATERIAIS E DISPOSITIVOS, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, VERIFICAÇÃO DA CONEXÃO À REDE ELÉTRICA, CAPACITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PÓS-INSTALAÇÃO NAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO.

Após o parecer favorável da documentação apresentada pela interessada abaixo citada, realizado pela comissão nomeada pelo Decreto nº 567/2025, comunicamos o credenciamento do seguinte participante na Chamada Pública nº 03/2026:

BITTENCOURT ENERGIA RENOVAVEL LTDA
CNPJ: 38.445.758/0001-06

Mandaguari, 11 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:5B26BA41

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 242/2026

DISPENSA Nº 27/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 242/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: 53.866.993 JOSE AUGUSTO BERNARDI LARAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.866.993/0001-45, com endereço na R JERONIMO MARTINES SANCHES, 112, JARDIM PROGRESSO 2, CEP: 86975-000, na cidade de MANDAGUARI/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **JOSE AUGUSTO BERNARDI LARAS**, inscrito no CPF sob o nº 105.701.319-60.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de chaveiro sob demanda, compreendendo a confecção e cópia de chaves, abertura de portas e portões, troca de segredos, manutenção, conserto e instalação de fechaduras, com o fornecimento integral de materiais e peças de reposição, visando atender às necessidades de manutenção preventiva e corretiva dos prédios públicos do Município de Mandaguari.

VALOR: 18.080,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 5 de Agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:DF1EB23D

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 243/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 243/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. **Enfª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.811.487/0001-71, com endereço na RAIMUNDO CAPELETTI 42, BAIRRO LINHO, CEP: 99704-484, na cidade de Erechim/RS, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora FRANCIELE ROVER BIANCHI, inscrito no CPF sob o nº 980.590.090-87.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE KITS HIGIENE INFANTIS EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

VALOR: 37.562,67.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 7 de Agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:CC63AAEF

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 73/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 37/2023
PROCESSO Nº 156/2023

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções a **Sra. Enfª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portadora do RG nº 4.291.301-4 e CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada nesta cidade, e a **CONTRATANTE**, a pessoa jurídica **LEIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.725.725/0001-35, com endereço na Rua 222, 246, Meia Praia, CEP: 88.220-000, na cidade de Itapema/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **CARLITO MELLO DE LIZ**, inscrito no CPF sob o nº 181.488.089-53, tem justo e acertado o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo, nos termos da Inexigibilidade 37/2023, bem como pela legislação vigente em especial o artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Com o presente fica prorrogado o prazo de vigência e execução do Contrato n° 73/2023, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 15/08/2026, conforme solicitado pela Secretaria responsável.

CLÁUSULA SEGUNDA
O valor referente à prorrogação será de R$ 10.262,18 (dez mil, duzentos e sessenta e dois reais e dezoito centavos), conforme acordado entre as partes e tabela abaixo:

Descrição do objeto:

LOTE 1:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	CESSÃO DE USO DE SOFTWARE - (PUBLICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE NOVAS LEGISLAÇÕES E DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS NO SISTEMA; ACESSO AO BANCO DE DADOS DE LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E DEMAIS RECURSOS DO SISTEMA)	UNID	12	R$ 855,18	R$ 10.262,16

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais disposições.

Mandaguari (PR), 10 de Agosto de 2026.

ENFª IVONEIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:3BFE42C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO 1935 2026

DECRETO N° 001935/2026 de 11 de Agosto de 2026

Abertura de crédito adicional suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Mandirituba e autorização contida na Lei Municipal n° 001501/2025 de 05 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A :

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 200.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12 - SECRETARIA MUNIC DE SERVIÇOS URBANOS TRANSPORTE
12.002 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.0003.2043 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0510) 110.000,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0510) 90.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO 200.000,00

Art. 3 Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 de Agosto de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aderbal Pires de Oliveira
Código Identificador:F056364E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.º 1.933/2026

DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a nomeação dos membros da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e demais dispositivos legais,

DECRETA

Art. 1º A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional deverá ser integrada pelasSecretarias:

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente/;

Titular: Silvio Galvan;
Suplente: Alyne Vasconcelos de Almeida.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

Titular:Danilo Gabriel de Andrade;
Suplente: Gleicy Kelley de Fátima Monteiro de Medeiros.

Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

Titular:Rosane de Jesus da Cruz;
Suplente: João Ricardo Ramos Andrade

Secretaria Municipal de Saúde:

Titular:Andrieli Tais Zimerman;
Suplente: Tais Luchemin.

Secretaria Municipal de Finanças:

Titular:Aramis Ataide Machado
Suplente: Maria Elena de Oliveira

Art. 2º A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional terá a seguinte diretoria:
Presidente: Rosane de Jesus da Cruz
Secretário Executivo: João Ricardo Ramos Andrade
Art. 3º Ficam convalidados todos os atos, deliberações e expedientes praticados pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional sob a vigência do Decreto n.º 1.819, de 02 de fevereiro de 2026, considerando-se plenamente eficazes e regulares para todos os fins de direito.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto n.º 1.819, de 02 de fevereiro de 2026.

Mandirituba, 11 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:D3AADC7E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.º 1.934/2026

DE 11 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: "Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAN)".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal N° 305 de 30 de junho de 2003,

DECRETA

Art. 1º Nomeia a composição do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, os seguintes membros titulares e seus respectivos suplentes.

§ 1º Para a Representação Governamental serão os seguintes membros:

I - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

a) Titular: João Ricardo Ramos Andrade e

b) Suplente: Tatielle Bora Santana;

II - Representante da Secretaria Municipal de Finanças:

a) Titular: Maria Elena de Oliveira e

b) Suplente: Márcio Lecheta;

III - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

a) Titular: Alyne Vasconcelos de Almeida e

b) Suplente: Nerli de Jesus de Souza;

IV - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

a) Titular: Amanda Jaqueline Claudino e

b) Suplente: Michele Taborda.
V - Secretaria Municipal de Saúde:
a) Titular: Sheila do Rocio Carvalho de Bastos e

b) Suplente: Evelyn Ponestki.

§ 2º Para a Representação da Sociedade Civil serão os seguintes membros:

I – Conselho de Alimentação Escolar:
a) Titular: Rosana Corpolato Lecheta e

b) Suplente: Cristina Costa dos Santos;

II – Conselho de Desenvolvimento Rural:

a) Titular: Neuza Laureano Messagi e

b) Suplente: Ataides de Medeiro Zeferino;

III - Associação Brasileira de Amparo à Infância - ABAI:

a) Titular: Juvenal Rocha e

b) Suplente: Gilberto Pereira da Silva;

IV - Grupo de Produtores Orgânicos "Cultivando Vida":
a) Titular: Vera Gonçalves e

b) Suplente: Idalina de Lurdes Varela Zeferino;

V - Cooperativa AGRIMAN:
a) Titular: Ademir Cesar Moleta; e

b) Suplente: Rosana Gabardo Pallu.

Art. 2º Fica estabelecida a diretoria a seguinte composição:

Presidente: Vera Gonçalves
Vice-Presidente: João Ricardo Ramos Andrade
Secretária Executiva: Brenda Corisco Hermógenes

Art. 3º Ficam convalidados todos os atos, deliberações e expedientes praticados pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAN) sob a vigência do Decreto n.º 1.824, de 06 de fevereiro de 2026, considerando-se plenamente eficazes e regulares para todos os fins de direito.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 1.824, de 06 de fevereiro de 2026.

Mandirituba, 11 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:B3446037

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE CONTRATOS – IN 14/2026

EXTRATO DE CONTRATOS – IN 14/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 65/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: 3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.853.806/0001-14
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE**

SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.
VALOR TOTAL: R$ 69.039,60 (sessenta e nove mil e trinta e nove reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.306.377/0001-41
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 67.067,04 (sessenta e sete mil e sessenta e sete reais e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: ARES GESTÃO EM SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.889.935/0001-46
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 67.067,04 (sessenta e sete mil e sessenta e sete reais e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: AVIVE GESTAO DE SERVICOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.458.003/0001-22
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 67.067,04 (sessenta e sete mil e sessenta e sete reais e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 69/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: CAIOBÁ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.388.611/0001-73
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$209.759,28 (duzentos e nove mil, setecentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 70/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: DOCTOR GESTÃO EM SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.729.206/0001-07
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$69.039,60 (sessenta e nove mil e trinta e nove reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: ESFERA SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.600.279/0001-54
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$126.917,04 (cento e vinte e seis mil, novecentos e dezessete reais e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: GÊNESIS CARE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.841.093/0001-79
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 140.719,68 (cento e quarenta mil, setecentos e dezenove reais e sessenta e oito centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 73/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37

CONTRATADO: GÊNESIS LIFE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.084.332/0001-00
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 128.439,60 (cento e vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 74/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: H.C. ANJOS DE PLANTAO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.681.545/0001-04
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 140.719,68 (cento e quarenta mil, setecentos e dezenove reais e sessenta e oito centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 75/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: HTI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.550.953/0001-63
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 128.439,60 (cento e vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: INVICTUS GESTÃO EM SAUDE S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.775.172/0001-20
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 69.039,60 (sessenta e nove mil e trinta e nove reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 77/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: JI GESTAO E CONSULTORIA EM SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.822.092/0001-59
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 67.067,04 (sessenta e sete mil e sessenta e sete reais e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 78/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: K.J.R. GESTÃO VIDA E SAÚDE S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.157.507/0001-38
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 269.609,28 (duzentos e sessenta e nove mil, seiscentos e nove reais e vinte e oito centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 79/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: MEDBLANC GESTÃO EM SAÚDE E IMAGEM LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.488.597/0001-05
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 67.067,04 (sessenta e sete mil e sessenta e sete reais e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 80/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: MEDECIN GESTÃO EM SAÚDE E IMAGEM LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.658.840/0001-75
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 67.067,04 (sessenta e sete mil e sessenta e sete reais e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 81/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.403.587/0001-92
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 69.039,60 (sessenta e nove mil e trinta e nove reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 82/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: MOVI MED CLÍNICA ESPECIALIZADA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.993.043/0001-55
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 69.039,60 (sessenta e nove mil e trinta e nove reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 83/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: NEOMED GESTÃO CLÍNICA E SAÚDE S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.714.417/0001-00
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 67.067,04 (sessenta e sete mil e sessenta e sete reais e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 84/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.850.311/0001-78
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 209.759,28 (duzentos e nove mil, setecentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 85/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: PLENAMED GESTÃO EM SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.162.295/0001-84
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 69.039,60 (sessenta e nove mil e trinta e nove reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 86/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: PONTUAL MED GESTAO ESPECIALIZADA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.820.671/0001-90
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 69.039,60 (sessenta e nove mil e trinta e nove reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 87/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: PROMISE GESTÃO EM SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.102.087/0001-10
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 69.039,60 (sessenta e nove mil e trinta e nove reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 88/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: SERGES – SERVIÇO DE GESTÃO EM SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.916.254/0001-88
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**

VALOR TOTAL: R$ 67.067,04 (sessenta e sete mil e sessenta e sete reais e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 89/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: SMART MED SERVIÇOS MÉDICOS S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.614.219/0001-74
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 69.039,60 (sessenta e nove mil e trinta e nove reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 90/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.092.326/0001-04
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 67.067,04 (sessenta e sete mil e sessenta e sete reais e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES

EXTRATO DE CONTRATO Nº 91/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: SOUL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.645.157/0001-77
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 69.039,60 (sessenta e nove mil e trinta e nove reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 92/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: UNIVIDA GESTÃO DE SAÚDE S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.551.150/0001-04
MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE N.º 14/2026**
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS, MÉDICOS PLANTONISTA (CLÍNICO GERAL), ENFERMEIROS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, NEUROLOGISTA CLÍNICO/PEDIATRICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA.**
VALOR TOTAL: R$ 69.039,60 (sessenta e nove mil e trinta e nove reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 6 MESES
DATA: 05/08/2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:9D95A4AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO 8º TERMO ADITIVO CONTRATO 13-2023

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2023
CONTRATANTE: Município de Manfrinópolis
CONTRATADA: ADELMA DIESEL CONSTRUÇÕES LTDA
CLAUSULA PRIMEIRA: Do VALOR
O contrato fica aditivado no valor de **R$ 131.396,36(Cento e Trinta e Um Mil, Trezentos e Noventa e Seis Reais e Trinta e Seis Centavos)**.
CLÁUSULA SEGUNDA:
EXECUÇÃO DO OBJETO passa a ter a seguinte redação:
O prazo de execução do contrato fica aditivado até **26/10/2026**, conforme Tomada de preços -Uso até 30/04/26 nº 4/2023 e Contrato original nº 13/2023.
CLAUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Manfrinópolis, em 07/08/2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
004.096.929-05
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelvis Douglas Poletti
Código Identificador:D9C0D842

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

LICITAÇÃO
CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 077/2026
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL N.º 031/2026 – PMM
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
FORNECEDOR REGISTRADO: G.F. MULLER CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ/MF n.º 05.620.622/0001-36
OBJETO: Registro de preços para futuro e eventual fornecimento de materiais hidráulicos, de modo a suprir a demanda da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Planejamento e Projetos.
VALOR TOTAL: R$ 814.000,00 (oitocentos e catorze mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros decorrentes do objeto desta ATA correrão da conta do município de Mangueirinha, alocado nas dotações consignadas no orçamento 2026.
ENTREGA: conforme edital.
VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA: 31 de julho de 2026.
PUBLIQUE-SE

DIVISÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO N.º 181/2026
REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 038/2026 – PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR
CONTRATADO: JMR CERÂMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ/MF: 30.624.828/0001-81
OBJETO: Fornecimento de kits porta-prato personalizados, compostos por porta-prato, prato e talheres (01 garfo e 01 faca), destinados à distribuição aos idosos participantes do evento comemorativo alusivo ao Dia do Idoso, promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
VALOR: R$ 84.450,00 (oitenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Desp. 249 – 11.00.1.08.244.000 7.2.04.7.3. Gestão das Ações da Assistência Social – SUAS – 00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 – Recursos Ordinários (Livres).
EXECUÇÃO: Início da entrega em até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da nota de empenho e da ordem de fornecimento, devendo a entrega ocorrer até 03 de novembro de 2026.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA: 10 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 076/2023 – PMM
REFERENTE CONCORRÊNCIA N.º 002/2023 – PMM
CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR
CONCESSIONÁRIA: J. MERGER LTDA.
CNPJ: 40.600.536/0001-62
CLÁUSULA PRIMEIRA – Supressão da área objeto da concessão correspondente à Loja 01 do Terminal Rodoviário Celso Ferreira dos Santos, com 17,69 m² (dezessete vírgula sessenta e nove metros quadrados), ocupada pela Secretaria Municipal de Saúde para funcionamento de almoxarifado, com a consequente redução proporcional do valor mensal devido pela CONCESSIONÁRIA, que passa de 14,11 (quatorze vírgula onze) UFM para 13,51 (treze vírgula cinquenta e uma) UFM, equivalente, nesta data, a R$ 2.572,98 (dois mil, quinhentos e setenta e dois reais e noventa e oito centavos), considerado o valor da UFM para o exercício de 2026, fixado em R$ 190,45 pelo Decreto n.º 397/2025, com fundamento no art. 65, inciso II, alínea "b", e § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/1993.
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA – Permanecem inalterados os prazos de execução e de vigência estabelecidos no contrato originário e em seu Primeiro Termo Aditivo.
RECURSOS FINANCEIROS – Tratando-se de contrato de concessão de direito real de uso de forma onerosa, do qual decorre receita ao Município, e não despesa, a presente supressão não implica dotação orçamentária, limitando-se à redução do valor mensal a ser recolhido pela CONCESSIONÁRIA aos cofres públicos municipais.
DATA DA ASSINATURA: 06 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE

DIVISÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Thiago José Costa
Código Identificador:077EB4A9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

COMPRAS E LICITAÇÕES
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 078/2026

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Contrato Administrativo nº 098/2026, oriundo do Processo de Inexigibilidade nº 039/2026, Credenciamento 013/2026 e Processo Administrativo nº 057/2026, firmado com a empresa **FAVERO E MARUCHI LTDA, CNPJ Nº 81.664.245/0001-15**.
RESOLVE:
Art. 1º
DESIGNAR o servidor Luiz Maurilio Antuniazi, matrícula nº 330, ocupante do cargo de Secretário de Obras, Viação e Serviços Urbanos de Marilena, como GESTOR DO CONTRATO nº 098/2026.
Art. 2º
DESIGNAR o senhor Ernandes Luiz da Graça, matrícula n° 6337, ocupante do cargo de Secretário de Agricultura, Pesca e Pecuária, como FISCAL DO CONTRATO nº 098/2026.
Art. 3º
São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;
II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;
III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;
V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;
VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;
VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;
VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.
Art. 4º
São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;
II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;
IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;
V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.
Art. 5º
Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 11 de agosto de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:5F46A10E

COMPRAS E LICITAÇÕES
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 079/2026

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Contrato Administrativo nº 099/2026, oriundo do Processo de Inexigibilidade nº 040/2026, Credenciamento 013/2026 e Processo Administrativo nº 057/2026, firmado com a empresa **HERNANDES & BARBOZA LTDA, CNPJ Nº 55.704.458/0001-13**.
RESOLVE:
Art. 1º
DESIGNAR o servidor Luiz Maurilio Antuniazi, matrícula nº 330, ocupante do cargo de Secretário de Obras, Viação e Serviços Urbanos de Marilena, como GESTOR DO CONTRATO nº 099/2026.
Art. 2º

DESIGNAR o senhor Ernandes Luiz da Graça, matrícula n° 6337, ocupante do cargo de Secretário de Agricultura, Pesca e Pecuária, como FISCAL DO CONTRATO nº 099/2026.
Art. 3º
São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;
II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;
III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;
V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;
VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;
VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;
VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.
Art. 4º
São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;
II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;
IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;
V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.
Art. 5º
Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 11 de agosto de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:B9686CF7

COMPRAS E LICITAÇÕES
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 080/2026

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Contrato Administrativo nº 100/2026, oriundo do Processo de Inexigibilidade nº 041/2026, Credenciamento 013/2026 e Processo Administrativo nº 057/2026, firmado com a empresa **CENTRAL 376 PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 23.422.277/0001-08**.
RESOLVE:
Art. 1º
DESIGNAR o servidor Luiz Maurilio Antuniazi, matrícula nº 330, ocupante do cargo de Secretário de Obras, Viação e Serviços Urbanos de Marilena, como GESTOR DO CONTRATO nº 100/2026.
Art. 2º
DESIGNAR o senhor Ernandes Luiz da Graça, matrícula n° 6337, ocupante do cargo de Secretário de Agricultura, Pesca e Pecuária, como FISCAL DO CONTRATO nº 100/2026.
Art. 3º
São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;
II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;
III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;
V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;
VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;
VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;
VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.
Art. 4º
São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;
II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;
IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;
V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.
Art. 5º
Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 11 de agosto de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:59E6FC5B

COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 280/2026

SÚMULA: HOMOLOGA E ADJUDICA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 039/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 057/2026 EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO N° 013/2026.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Inexigibilidade nº 039/2026, Processo Administrativo nº 057/2026, através do Edital de Credenciamento nº 013/2026, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, destinado ao **CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PARA ATENDER A MANUTENÇÃO E REPAROS DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA FROTA DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO SISTEMA TRAZVALOR, NO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.**

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo de Inexigibilidade nº 039/2026 em favor da empresa de pessoa jurídica credenciada: **FAVERO E MARUCHI LTDA, CNPJ Nº 81.664.245/0001-15,** com sua proposta no valor de **R$ 1.030.000,00 (um milhão e trinta mil reais)**.

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, 11 DE AGOSTO DE 2026

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:8836FDC8

COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 281/2026

SÚMULA: HOMOLOGA E ADJUDICA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 040/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 057/2026 EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO N° 013/2026.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Inexigibilidade nº 040/2026, Processo Administrativo nº 057/2026, através do Edital de Credenciamento nº 013/2026, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, destinado ao **CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PARA ATENDER A MANUTENÇÃO E REPAROS DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA FROTA DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO SISTEMA TRAZVALOR, NO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.**

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo de Inexigibilidade nº 040/2026 em favor da empresa de pessoa jurídica credenciada: **HERNANDES & BARBOZA LTDA, CNPJ Nº 55.704.458/0001-13,** com sua proposta no valor de **R$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais)**.

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, 11 DE AGOSTO DE 2026

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:2D8B3E3C

COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 282/2026

SÚMULA: HOMOLOGA E ADJUDICA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 041/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 057/2026 EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO N° 013/2026.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Inexigibilidade nº 041/2026, Processo Administrativo nº 057/2026, através do Edital de Credenciamento nº 013/2026, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, destinado ao **CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PARA ATENDER A MANUTENÇÃO E REPAROS DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA FROTA DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO SISTEMA TRAZVALOR, NO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.**

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo de Inexigibilidade nº 041/2026 em favor da empresa de pessoa jurídica credenciada: **CENTRAL 376 PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 23.422.277/0001-08,** com sua proposta no valor de **R$ 1.170.000,00 (um milhão e cento e setenta mil reais)**.

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, 11 DE AGOSTO DE 2026

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:0EBA47B3

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 098/2026

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73;

CONTRATADO: FAVERO E MARUCHI LTDA, CNPJ Nº 81.664.245/0001-15.

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PARA ATENDER A MANUTENÇÃO E REPAROS DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA FROTA DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO SISTEMA TRAZVALOR, NO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR: R$ 1.030.000,00 (UM MILHÃO E TRINTA MIL REAIS).

FONTE DE RECURSOS:

11 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
13 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
37 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
38 – 01510 – TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA
39 – 01511 – TAXAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
43 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
44 – 01510 – TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA
45 – 01511 – TAXAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
121- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
122- 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
125 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
126 – 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
151 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
152 – 31118 – PNATE – TRANSPORTE ESCOLAR – EXERCÍCIO CORRENTE
153 – 31123 – PETE 2007 – EXERCÍCIO CORRENTE
156 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
157 – 31123 – PETE 2007 – EXERCÍCIO CORRENTE
191- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
192- 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA

194- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
195- 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
216- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
218- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
532 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
533 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
534 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
372 – 31936 – COMPONENTES PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO (SUAS)
373 – 31938 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
374 – 31940 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
536 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
537 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
393 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
394 – 1504 – ROYALTIES E OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS NÃO P
395 – 1507 – COSIP – CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ART. 1º
396 – 1512 – CIDE (LEI 10866/04, ART. 1º B) – EXERCÍCIO CORRENTE
398 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
399 – 1504 – ROYALTIES E OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS NÃO P
400 – 1507 – COSIP – CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ART. 1º
401 – 1512 – CIDE (LEI 10866/04, ART. 1º B) – EXERCÍCIO CORRENTE
414 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
416 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
442 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
443 – 01556 – TRANSFERÊNCIA LEI 9615/98
446 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
542 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
543 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
458 – 01556 – TRANSFERÊNCIA LEI 9615/98
459 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
464 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
465 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
478 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
480 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
485– 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
486 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
493 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
495 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE

O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA SERÁ DE 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO, PRORROGAVEL DE ACORDO COM OS ART. 105, 106 E 107 DA LEI 14.133/2021.

MARILENA-PR, 11 DE AGOSTO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:CBEA499A

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 099/2026

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73;

CONTRATADO: HERNANDES & BARBOZA LTDA, CNPJ Nº 55.704.458/0001-13.

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PARA ATENDER A MANUTENÇÃO E REPAROS DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA FROTA DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO SISTEMA TRAZVALOR, NO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR: R$ 190.000,00 (CENTO E NOVENTA MIL REAIS).

FONTE DE RECURSOS:

11 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
13 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
37 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
38 – 01510 – TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA
39 – 01511 – TAXAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
43 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
44 – 01510 – TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA
45 – 01511 – TAXAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
121- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
122- 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
125 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
126 – 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
151 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
152 – 31118 – PNATE – TRANSPORTE ESCOLAR – EXERCÍCIO CORRENTE
153 – 31123 – PETE 2007 – EXERCÍCIO CORRENTE
156 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
157 – 31123 – PETE 2007 – EXERCÍCIO CORRENTE
191- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
192- 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
194- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
195- 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
216- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB

218- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
532 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
533 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
534 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
372 – 31936 – COMPONENTES PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO (SUAS)
373 – 31938 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
374 – 31940 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
536 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
537 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
393 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
394 – 1504 – ROYALTIES E OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS NÃO P
395 – 1507 – COSIP – CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ART. 1º
396 – 1512 – CIDE (LEI 10866/04, ART. 1º B) – EXERCÍCIO CORRENTE
398 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
399 – 1504 – ROYALTIES E OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS NÃO P
400 – 1507 – COSIP – CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ART. 1º
401 – 1512 – CIDE (LEI 10866/04, ART. 1º B) – EXERCÍCIO CORRENTE
414 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
416 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
442 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
443 – 01556 – TRANSFERÊNCIA LEI 9615/98
446 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
542 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
543 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
458 – 01556 – TRANSFERÊNCIA LEI 9615/98
459 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
464 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
465 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
478 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
480 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
485– 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
486 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
493 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
495 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE

O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA SERÁ DE 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO, PRORROGAVEL DE ACORDO COM OS ART. 105, 106 E 107 DA LEI 14.133/2021.

MARILENA-PR, 11 DE AGOSTO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:C7E0BC54

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2026

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73;

CONTRATADO: CENTRAL 376 PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 23.422.277/0001-08.

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PARA ATENDER A MANUTENÇÃO E REPAROS DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA FROTA DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO SISTEMA TRAZVALOR, NO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR: R$ 1.170.000,00 (UM MILHÃO E CENTO E SETENTA MIL REAIS).

FONTE DE RECURSOS:

11 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
13 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
37 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
38 – 01510 – TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA
39 – 01511 – TAXAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
43 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
44 – 01510 – TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA
45 – 01511 – TAXAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
121- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
122- 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
125 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
126 – 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
151 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
152 – 31118 – PNATE – TRANSPORTE ESCOLAR – EXERCÍCIO CORRENTE
153 – 31123 – PETE 2007 – EXERCÍCIO CORRENTE
156 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
157 – 31123 – PETE 2007 – EXERCÍCIO CORRENTE
191- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
192- 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
194- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
195- 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
216- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
218- 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS FUNDEB
532 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
533 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE

534 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
372 – 31936 – COMPONENTES PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO (SUAS)
373 – 31938 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
374 – 31940 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
536 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
537 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
393 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
394 – 1504 – ROYALTIES E OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS NÃO P
395 – 1507 – COSIP – CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ART. 1º
396 – 1512 – CIDE (LEI 10866/04, ART. 1º B) – EXERCÍCIO CORRENTE
398 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
399 – 1504 – ROYALTIES E OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS NÃO P
400 – 1507 – COSIP – CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ART. 1º
401 – 1512 – CIDE (LEI 10866/04, ART. 1º B) – EXERCÍCIO CORRENTE
414 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
416 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
442 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
443 – 01556 – TRANSFERÊNCIA LEI 9615/98
446 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
542 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
543 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
458 – 01556 – TRANSFERÊNCIA LEI 9615/98
459 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
464 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
465 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
478 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
480 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
485– 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
486 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
493 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE
495 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO CORRENTE

O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA SERÁ DE 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO, PRORROGAVEL DE ACORDO COM OS ART. 105, 106 E 107 DA LEI 14.133/2021.

MARILENA-PR, 11 DE AGOSTO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:729E5E15

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 077/2026

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Contrato Administrativo nº 097/2026, oriundo do Processo de inexigibilidade nº 038/2026, Processo Administrativo nº 067/2026, firmado com a empresa **RODO SERVICE LTDA - CNPJ N° 00.688.075/0004-50**, para o seguinte objeto: Aquisição de peças para manutenção no veículo Micro-ônibus escolar ano/modelo 2022 placa RHX6F92, do departamento de Educação do Município de Marilena, Estado do Paraná**.**
RESOLVE:
Art. 1º
DESIGNAR o servidor Darlene de Souza Barbosa, matrícula nº 6446, ocupante do cargo de Secretário Administrativo, como, GESTOR DO CONTRATO nº 077/2026.
Art. 2º
DESIGNAR o senhor Osmar dos Santos, matricula n° 5657, ocupante do cargo de Motorista, como FISCAL DO CONTRATO nº 077/2026.
Art. 3º
São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;
II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;
III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;
V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;
VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;
VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;
VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.
Art. 4º
São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;
II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;
IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;
V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.
Art. 5º
Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 11 de agosto de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:6C0A6CFF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 283/2026

SÚMULA: HOMOLOGA E ADJUDICA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 038/2026 PROCESSO ADM. 067/2026.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Inexigibilidade nº 038/2026 Processo Adm. 067/2026, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, destinado à Aquisição de peças para manutenção no veículo Micro-ônibus escolar ano/modelo 2022 placa RHX6F92, do Departamento de Educação do Município de Marilena, Estado do Paraná**.**

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo de Inexigibilidade nº 038/2026, para firmar contrato com a empresa **RODO SERVICE LTDA - CNPJ N° 00.688.075/0004-50;** com sua proposta no valor total de R$ 4.396,54 (Quatro mil trezentos e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, EM 11 DE AGOSTO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:CF2B835F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 035/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILENA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CELIO LELIS DA MATA, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que estabelece a Lei:

CONVOCA:

Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 001/2025, a comparecer no Prédio da Prefeitura Municipal no departamento do RH até o dia 13 de Agosto de 2026, munido dos documentos constante do item 9 e os documentos complementares no ato da posse.

Cargo: Agente Comunitário de Saúde
Classificação: Nome:

02º	**Carmen Lucia Brauna de Souza Marcelino**

Esclarece também, que o não comparecimento no dia e local determinado implicará em, renuncia tácita do direito de assumir o cargo.
E após, cumprida as exigências legais implícitas no regulamento e nas Leis, os aprovados serão admitidos pelo Município de Marilena.
Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Prefeitura do Munícipio de Marilena, Estado do Paraná aos 11 dias do Mês de Agosto de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:99F3D9B8

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 097/2026

ESPÉCIE: CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE PEÇAS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73.

CONTRATADA: RODO SERVICE LTDA - CNPJ N° 00.688.075/0004-50;

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO MICRO-ÔNIBUS ESCOLAR ANO/MODELO 2022 PLACA RHX6F92, DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR TOTAL : R$ 4.396,54 (QUATRO MIL TREZENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS).

FONTE DE RECURSO:

05.002.12.782.0003.2029.3.3.90.30 – TRANSPORTE ESCOLAR – MATERIAL DE CONSUMO.
FONTE DE RECURSOS:
151 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
152 – 31118 – PNATE – TRANSPORTE ESCOLAR EXERCÍCIO CORRENTE
153 – 31123 – PETE 2007 – EXERCÍCIO CORRENTE

PRAZO DE VIGÊNCIA:

O CONTRATO TERÁ O PRAZO DE EXECUÇÃO DE 30 (TRINTA) DIAS E VIGENCIA DE 60 (SESSENTA) DIAS, PODENDO SER PRORROGADO POR MEIO DE TERMO ADITIVO NA OCORRÊNCIA DE HIPÓTESES PREVISTAS DA LEI 14.133/21 E SUAS ALTERAÇÕES.

MARILENA-PR, EM 11 DE AGOSTO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:D7C817E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
RESOLUÇÃO N.º 004/2026

"Constitui Comissão Processante para apurar e conduzir os trabalhos em relação à denúncia apresentada por Jonatan Lima Trintin da Silva sobre possível quebra de decoro supostamente cometido pela Vereadora Hirman Ramos Eiglmeier Ferreira (Hirman da Saúde) e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe o Art. 29, IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 23, VIII do Regimento Interno, e em decorrência do acatamento de denúncia apresentada, promulga a presente Resolução:

Art. 1º - Fica constituída Comissão Processante 002/2026 nos termos dos Arts. 186 e 187 do Regimento Interno, com os fins de apurar e conduzir os trabalhos em relação a denúncia protocolada em 31 de julho de 2026, sob protocolo n° 0505/2026, apresentada por ***Jonatan Lima Trintin da Silva***, sobre possível quebra de decoro parlamentar supostamente cometido pela Vereadora ***Hirman Ramos Eiglmeier Ferreira (Hirman da Saúde)***.

Parágrafo Único – Comporão a presente Comissão Processante 002/2026 os vereadores sorteados em ato contínuo a aceitação definitiva da denúncia, na 25ª Sessão Ordinária do ano de 2026, os

quais elegeram Presidente, Relator e Membro, ficando a mesma assim composta:

I – Presidente – Ver. Romulo Leandro Bertoti- PRTB;
II – Relator – Ver. Juliano Leite - Republicanos;
III – Membro – Ver. Almir José dos Santos Leite- MDB.

Art. 2º - A Comissão Processante de que trata esta Resolução deverá atuar conforme dispõe os Artigos 186 e 187 do Regimento Interno, observando a legislação e demais dispositivos legais aplicáveis.

Art. 3° - O prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão Processante ora instituída será de até 90 (noventa) dias, contados a partir da notificação da acusada.

Art. 4° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 11 de agosto de 2026.

JAIR PESCADOR
Presidente

ANDERSON DAN
Vice-Presidente

SANDRO DO GÁS
1º Secretário

NELINHO LOURENÇO
2º Secretário

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:C20193B0

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o parecer jurídico proferido pela Assessoria Jurídica, resolve:

A P R O V A R

A celebração de Termo Aditivo ao Contrato firmado com a Sra. **MARIA JOSI DO NASCIMENTO**, inscrita no CPF sob o nº. 672.260.359-87, conforme PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2024 – CMM, que prevê a LOCAÇAO DE IMÓVEL PARA USO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, reajusta-se o valor, para mais 12 (doze) meses, a partir de agosto de 2025.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Matinhos, em 10 de agosto de 2026.

Câmara de Matinhos
JAIR DE BORBA ROSA
CPF: 556.411.999-15
Presidente da Câmara Municipal de Matinhos

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:3BC9000A

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
SEXTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2022

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o parecer jurídico proferido pela Assessoria Jurídica, resolve:

A P R O V A R

A celebração de Termo Aditivo ao Contrato firmado com a empresa **SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.092.271/0001-82, conforme SEXTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2022 – CMM, que prevê a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA, INFORMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS LEGISLATIVOS E WEBSITE INTEGRADOS ENTRE OUTROS, reajusta-se o prazo para mais 12 (doze) meses, a partir de 05 de agosto de 2026 e reajusta-se o valor do contrato com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de acordo com o art. 65, da Lei n. 8.666/93. Sendo o reajuste de 4,33%.
.
.
Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Matinhos, em 05 de agosto de 2026.

Câmara de Matinhos
JAIR DE BORBA ROSA
CPF: 556.411.999-15
Presidente da Câmara Municipal de Matinhos

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:2725BA1A

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 10/2026

SÚMULA: APROVAR O RELATÓRIO DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2026, da Gestão da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Matinhos – PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE, MATINHOS - PR no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei n°. 1528/2013, de 06 de junho de 2013 que dispõe sobre alteração e consolidação da Lei 1.215/09 de 10.12.2009, que trata da Gestão do Sistema Único de Saúde–SUS do Município de Matinhos, Estado de Paraná; a Consolidação e a reestruturação do Conselho Municipal de Saúde, e dá outras providências e Resolução 333/2003 e 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR O RELATÓRIO DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2026, da Gestão da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Matinhos - PR , o qual segue anexo a presente resolução .

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MATINHOS, 20 DE MAIO DE 2026.

DENISE CAVENAGUI MOLINA SÁ
Presidente do CMS (Em Exercício)

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

MATINHOS, 20 DE MAIO DE 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Fritz da Silva
Código Identificador:B53CAFFF

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 11/2026

SÚMULA: APROVAR A ADESÃO A RESOLUÇÃO SESA N° 803/202**6** PARA RECEBIMENTO DE INCENTIVO FINANCEIRO

A presidente em exercício do Conselho Municipal de Saúde - CMS, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8080, de 19/09/1990 e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela lei complementar n° 141, de 13/01/2012;
Considerando o regulamentado conforme lei federal nº 8142/90, e lei municipal 391/91 e reformulado pela lei 1345, usando de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a adesão a Resolução SESA n° 481/2026 no valor de R$ 1.900.000,00 visando o recebimento de incentivo financeiro destinado à construção de 1 (uma) nova Clínica Municipal de Fisioterapia do Município de Matinhos, com o objetivo na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade funfo a fundo.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MATINHOS, 23 DE JULHO DE 2026.

DENISE CAVENAGHI MOLINA SÁ
Presidente do CMS (em Exercício)

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

MATINHOS, 23 DE JULHO DE 2026

EDUARDO ANTÔNIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Fritz da Silva
Código Identificador:10EE5EC6

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 12/2026

SÚMULA: APROVAR A ADESÃO AO PROGRAMA DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE USO PREJUDICIAL DE ALCOOL E OUTRAS DROGAS.

A presidente em exercício do Conselho Municipal de Saúde - CMS, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8080, de 19/09/1990 e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela lei complementar n° 141, de 13/01/2012;
Considerando o regulamentado conforme lei federal nº 8142/90, e lei municipal 391/91 e reformulado pela lei 1345, usando de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a adesão do Município de Matinhos ao Programa de Atenção às Pessoas em Situação de Uso Prejudicial de Álcool e Outras Drogas.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MATINHOS, 23 DE JULHO DE 2026.

DENISE CAVENAGHI MOLINA SÁ
Presidente do CMS (em Exercício)

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

MATINHOS, 23 DE JULHO DE 2026

EDUARDO ANTÔNIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Fritz da Silva
Código Identificador:CB5B1068

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 13/2026

SÚMULA: APROVAR O CREDENCIAMENTO DO LABORATÓRIO REGIONAL DE PRÓTESE DENTÁRIA MUNICIPAL

A presidente em exercício do Conselho Municipal de Saúde - CMS, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8080, de 19/09/1990 e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela lei complementar n° 141, de 13/01/2012;
Considerando o regulamentado conforme lei federal nº 8142/90, e lei municipal 391/91 e reformulado pela lei 1345, usando de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o credenciamento do Laboratório Regional de Prótese Dentária Municipal a UBS do Tabuleiro.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MATINHOS, 23 DE JULHO DE 2026.

DENISE CAVENAGHI MOLINA SÁ
Presidente Do CMS (Em Exercício)

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

MATINHOS, 23 DE JULHO DE 2026

EDUARDO ANTÔNIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Fritz da Silva
Código Identificador:0199590C

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N°14/2026

SÚMULA: APROVAR O CREDENCIAMENTO DA EQUIPE DE SAÚDE DAS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS DE APOIO

A presidente em exercício do Conselho Municipal de Saúde - CMS, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8080, de 19/09/1990 e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela lei complementar n° 141, de 13/01/2012;
Considerando o regulamentado conforme lei federal nº 8142/90, e lei municipal 391/91 e reformulado pela lei 1345, usando de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o credenciamento a Equipe de Saúde da Família Ribeirinhas de
Apoio a UBS Sertãozinho.
Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MATINHOS, 23 DE JULHO DE 2026.

DENISE CAVENAGHI MOLINA SÁ
Presidente Do CMS (em Exercício)

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

MATINHOS, 23 DE JULHO DE 2026

EDUARDO ANTÔNIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Fritz da Silva
Código Identificador:238C7624

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 15/2026

SÚMULA: APROVAR O CREDENCIAMENTO DE 9 (nove) EAP's NAS UBS DE MATINHOS

A presidente em exercício do Conselho Municipal de Saúde - CMS, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8080, de 19/09/1990 e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela lei complementar n° 141, de 13/01/2012;
Considerando o regulamentado conforme lei federal nº 8142/90, e lei municipal 391/91 e reformulado pela lei 1345, usando de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º -Aprovar o credenciamento de nove Equipes de Atenção Primária (EAP), distribuídas nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Matinhos, visando a ampliação da cobertura assistencial e do financiamento federal da Atenção Primária à Saúde.

•Mangue Seco – 1 (uma)

•Sertãozinho – 2 (duas)

•Perequê – 2 (duas)

•Riviera – 1 (uma)

•Gaivotas – 2 (duas)

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

MATINHOS, 23 DE JULHO DE 2026.

DENISE CAVENAGHI MOLINA SÁ
Presidente Do CMS (em Exercício)

HOMOLOGO A PRESENTE RESOLUÇÃO PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS LEGAIS CONFERIDAS PELO INCISO I, DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1345/2010.

MATINHOS, 23 DE JULHO DE 2026

EDUARDO ANTÔNIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Fritz da Silva
Código Identificador:048ABA2B

GABINETE
EDITAL N.º 115/2026 – DEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

O Prefeito do Município de Matinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, T**ORNA PÚBLICO** o **Deferimento das Solicitações de Isenção da taxa de Inscrição** do Concurso Público n.º 110/2026, nos seguintes termos.

Art.1º Fica divulgado no **ANEXO ÚNICO** deste Edital, com fulcro no regramento contido nos subitens 5.20, 5.21, e 5.22 do Edital de Abertura, a relação dos candidatos que tiveram o pedido de isenção **DEFERIDO.**

Art.2º Registra-se que todos os pedidos de isenção **INDEFERIDOS**, possuem justificativas quanto a posição adotada pela banca examinadora, as quais encontram-se dispostas na "Área do candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.3º Quanto ao **INDEFERIMENTO** da solicitação de Isenção da taxa de Inscrição, caberá interposição de recurso no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir das **0h do dia 12/08/2026 às 23h59min do dia 13/08/2026**, observando o horário oficial de Brasília - DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos (PR), 11 de agosto de 2026

EDUARDO ANTONIO DALMORA	***JEFFERSON FERNANDO DA SILVA MANTOVANI***
Prefeito	Presidente da Comissão Organizadora

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:3F4F4EFC

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
ATA DA REUNIÃO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – MATINHOS PREV

ATA DA REUNIÃO
COMITÊ DE INVESTIMENTOS – MATINHOS PREV
Aos 05 (cinco) dias do mês de agosto de 2026, às 15h00, reuniram-se, na sede da Previdência de Matinhos, situada à Avenida Juscelino Kubitschek, nº 975, sala 10, os membros do Comitê de Investimentos Alessandro Koiti Ymai, e Marlise Alboit Ramos, ausentes os membros Roberta de Oliveira D'Amato e Henrique Buck Zella, que se encontram em período de gozo de férias. Aberta a reunião, o Presidente do Comitê de Investimentos passou à análise dos assuntos constantes da pauta. Inicialmente, foi realizada a prestação de contas dos processos de alocação de recursos decorrentes das sugestões encaminhadas pela consultoria de investimentos, sendo informado que as aplicações nos fundos do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Itaú já foram devidamente protocoladas. Quanto às sugestões de alocação referentes à 4UM MARLIM DIVIDENDOS FI AÇÕES e ao GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIC FIA, ficou registrado que sua apresentação e deliberação ocorrerão na próxima reunião do Comitê, em razão da ausência de quórum. Na sequência, foi apresentada minuta para elaboração de relatórios mensais de acompanhamento da rentabilidade dos ativos, contemplando o retorno acumulado desde a aplicação inicial. A proposta prevê a inclusão das informações de aplicação inicial, aportes, resgates, rentabilidade acumulada, rentabilidade anualizada (XTIR), período analisado e prazo de investimento, para fins de resgate e acompanhamento. Após discussão, o presidente informou que solicitou à consultoria a avaliação da viabilidade de inclusão

dessa funcionalidade em seu sistema de emissão de relatórios, observando os parâmetros constantes da minuta apresentada. Em seguida, foi discutida a situação do Fundo CARE11, considerando a aprovação de sua liquidação. Foi informado que, conforme orientação da consultoria, é necessário aguardar a apresentação da proposta de liquidação para que sejam avaliados os impactos e procedimentos decorrentes. Registrou-se, ainda, que a consultoria reforçou a necessidade de o RPPS manter corretora devidamente contratada para possibilitar a realização da venda das cotas do CARE11, por medida de segurança. Por fim, considerando que o processo anterior de seleção de corretoras para credenciamento foi indeferido e diante da ausência de quórum para deliberação, ficou definido o adiamento da discussão e eventual seleção de corretoras para a próxima reunião do Comitê, agendada para o dia 19 de agosto de 2026.
Nada mais havendo a tratar, eu, Alessandro Koiti Ymai, lavrei a presente ata, que será assinada pelos presentes.

Matinhos, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO KOITI YMAI	(Férias)
	ROBERTA DE OLIVEIRA D'AMATO
MARLISE ALBOIT RAMOS	(Férias)
	HENRIQUE BUCK ZELLA

Publicado por:
Camila da Rosa Belarmino
Código Identificador:A7625267

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a decisão da agente de contratação, nomeada conforme Decreto nº 5054/2026 de 19/06/2025, e todos os atos referente ao certame disponível através do portal de licitação BLL COMPRAS, link https://bllcompras.com/Home/Login, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, bem como ainda de acordo com as condições estabelecidas no edital supracitado, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, resolve:
H O M O L O G A R
O resultado da licitação, onde adjudicou o objeto do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026, que tem por finalidade a AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, para as empresas BRASIL MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.877.413/0001-63, nos itens 02 e 04 valor total de R$6.680.000,00 (seis milhões seiscentos e oitenta mil reais). MORRO REDONDO CONSTRUTORA E ADMINISTRACAO DE OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.727.865/0001-05, nos itens 01 e 03 valor total de R$12.600.000,00 (doze milhões e seiscentos mil reais).

Município de Matinhos, 07 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:5525E2E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO Nº 023/2026 HOMOLOGA A ELEIÇÃO DA PRESIDENTE E DA VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL – CMSBA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 023/2026

Homologa a eleição da Presidente e da Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATO RICO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 707, de 05 de dezembro de 2024,
CONSIDERANDO a instituição do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA pela Lei Municipal nº 707/2024;
CONSIDERANDO a composição inicial do Conselho homologada pelo Decreto Municipal nº 022/2026;
CONSIDERANDO a eleição realizada pelos membros do CMSBA, conforme Ata da Reunião realizada em 11 de agosto de 2026;
DECRETA:
Art. 1º Fica homologada a eleição dos seguintes membros para a Diretoria do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA:
I – Presidente: CAMILA GRANDE;
II – Vice-Presidente: SILVANA BEDNARCZUK.
Art. 2º Os membros eleitos exercerão suas funções na forma estabelecida pela Lei Municipal nº 707/2024 e pelo Regimento Interno do CMSBA.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mato Rico, 11 de agosto de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscilla de Souza Ruteski
Código Identificador:AA33E039

MUNICÍPIO DE MATO RICO
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº20/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Municipio de Mato Rico atraves do Prefeito Sr. Edelir de Jesus Ribeiro da Silva, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Com fundamento no inciso VI, do art. 71, da Lei nº 14.133/21 e posteriores alterações, e conforme o que consta do Processo de Adesão (carona) nº 06/2026 processo Administrativo nº 97/2026, HOMOLOGAR o procedimento licitatório na modalidade inexigibilidade de Licitação nº20/2026, tipo Adesão cujo o objeto é aquisição de**Ensiladeira (Colhedora de Forragem de Área Total)**, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária, Indústria e Comércio do Município de Mato Rico – PR.
A presente adesão refere-se à**Ata de Registro de Preços nº 56517/2025**, decorrente do**Pregão Eletrônico nº 565/2025**, de titularidade da**Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina**, conforme documentação constante dos autos, nos termos do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições legais aplicáveis. Considerando a regularidade do procedimento, a justificativa da vantagem da adesão, a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado e as demais condições constantes do processo administrativo,**ADJUDICAR**o objeto em favor da empresa**COLONHESI & COLONHESI LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº**53.292.142/0001-36**, por apresentar proposta compatível e vantajosa para a Administração Pública Municipal, no valor total deR$ 281.934,00 (duzentos e oitenta e um mil novecentos e trinta e quatro reais).
Determino a adoção das providências necessárias para a formalização da contratação e demais atos decorrentes.

Mato Rico Pr, 11 de agosto de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:0E42F26B

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 274/2026 - LICENÇA CASAMENTO - SAMUEL LOCH

PORTARIA Nº 274/2026

SÚMULA – Licença casamento

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

CONCEDER:

Artigo 1º. – Ao servidor municipal o Sr. **SAMUEL LOCH,** portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 13.933.044-7 SSP-PR e inscrição no CPF/MF nº 107.157.229-64, lotado na Secretaria de Saúde, ocupante do cargo em **"AGENTE ADMINISTRATIVO"**, admitido em 01/02/2024 matricula nº 200863; licença casamento, de acordo com o Artigo 155 Inciso II – Lei 067/1997, período de 05 dias, a **contar de 10/08/2026**.

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a **10/08/2026**, revogada as disposições em contrário.

Publique-se.

Paço Municipal Luiz Bini,
Mato Rico, 11 de agosto de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:CDD86D42

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 19/2026

SÚMULA: Altera dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Miraselva relativos à nomenclatura e às competências das Comissões Permanentes, regulamenta as Comissões Temporárias e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, aprovou e eu, Valdair Aparecido Palla, Presidente desta Casa Legislativa, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Os incisos I, II, III e IV do parágrafo único do art. 49 do Regimento Interno passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 49**. (...)

Parágrafo único. As Comissões Permanentes são as seguintes:
I - de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas;
II - de Viação, Obras Públicas, Transporte, Política Urbana e Saneamento Básico;
III - de Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos e Defesa dos Direitos da Mulher;
IV - de Agricultura, Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Segurança Pública".

Art. 2º. O art. 80 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 80**. Compete à Comissão de Viação, Obras Públicas, Transporte, Política Urbana e Saneamento Básico manifestar-se sobre as proposições relacionadas às seguintes áreas:
I – sistema viário municipal; abertura, pavimentação, conservação, sinalização, nomenclatura, denominação, prolongamento, alteração ou supressão de vias públicas, estradas, pontes, passarelas e demais obras de infraestrutura viária;
II - planejamento, execução, ampliação, reforma, conservação e manutenção de obras públicas municipais, edificações, equipamentos urbanos e demais empreendimentos de interesse da Administração Pública;
III - transporte coletivo, transporte escolar, mobilidade urbana, circulação viária, trânsito, acessibilidade, estacionamento, terminais, pontos de embarque e desembarque, e demais políticas relacionadas ao deslocamento de pessoas e bens;
IV - planejamento urbano; parcelamento, uso e ocupação do solo; zoneamento; expansão urbana; desenvolvimento territorial; regularização fundiária; ordenamento urbano; loteamentos e demais instrumentos de política urbana;
V - saneamento básico, compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais; limpeza urbana; manejo de resíduos sólidos e demais serviços públicos correlatos;
VI - aquisição, alienação, permuta, desafetação, afetação, concessão de uso, cessão, doação ou qualquer outra forma de disposição de bens imóveis pertencentes ao Município;
VII - Plano Diretor, Plano de Desenvolvimento Municipal e demais instrumentos de planejamento urbano e territorial, bem como suas alterações, revisões ou atualizações;
VIII - políticas públicas, programas, projetos, convênios, contratos, parcerias e investimentos relacionados à infraestrutura urbana, à mobilidade, ao transporte, ao desenvolvimento territorial e ao saneamento básico;
IX - outras matérias que, por sua natureza, guardem afinidade ou conexão com os temas de viação, obras públicas, transporte, política urbana, infraestrutura, ordenamento territorial ou saneamento básico".

Art. 3º. O art. 81 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 81**. Compete à Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos e Defesa dos Direitos da Mulher manifestar-se sobre as proposições relacionadas às seguintes áreas:
I – educação, em todos os seus níveis e modalidades; políticas públicas educacionais; sistema municipal de ensino; gestão educacional; organização e funcionamento das unidades escolares; planejamento, expansão e desenvolvimento das atividades de ensino;
II - transporte escolar; alimentação escolar; concessão de bolsas de estudo; regime jurídico, carreira, capacitação e demais assuntos relacionados aos profissionais da educação; além de outras matérias vinculadas ao funcionamento e à prestação dos serviços educacionais;
III – esporte, lazer, recreação, políticas públicas de incentivo à prática esportiva, equipamentos esportivos e comunitários, bem como programas destinados ao desenvolvimento dessas atividades;
IV - saúde pública, vigilância em saúde, atenção básica, assistência hospitalar, programas de prevenção, campanhas de conscientização, rede municipal de saúde e demais ações correlatas;
V - assistência social, proteção social básica e especial, programas de transferência de renda, políticas de inclusão social, atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade, benefícios socioassistenciais e implantação ou manutenção de equipamentos comunitários de assistência;
VI - estrutura administrativa, organização e funcionamento dos órgãos e entidades municipais responsáveis pelas áreas de educação, saúde e assistência social, bem como matérias relacionadas à estrutura, funcionamento e competências desses setores;
VII - direitos humanos, cidadania, promoção da igualdade, combate à discriminação, proteção das minorias, garantia dos direitos fundamentais e políticas públicas destinadas à efetivação desses direitos;

VIII - promoção, proteção e defesa dos direitos da mulher; políticas de enfrentamento à violência de gênero; incentivo à igualdade de oportunidades; autonomia feminina; inclusão social e econômica; saúde da mulher e demais iniciativas orientadas ao fortalecimento de seus direitos;
IX - políticas públicas voltadas à infância, adolescência, juventude, pessoa idosa, pessoa com deficiência e demais grupos em situação de vulnerabilidade ou sujeitos à proteção especial, quando relacionadas às áreas de competência da Comissão;
X - programas, projetos, convênios, campanhas, ações governamentais e investimentos relacionados às matérias compreendidas neste artigo;
XI - outras proposições que, por sua natureza, guardem afinidade ou conexão com as áreas de educação, saúde, assistência social, direitos humanos e defesa dos direitos da mulher".

Art. 4º. O art. 82 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 82**. Compete à Comissão de Agricultura, Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Segurança Pública manifestar-se sobre as proposições relacionadas às seguintes áreas:
I - agricultura, pecuária, produção rural, desenvolvimento agropecuário, agricultura familiar, cooperativismo, associativismo rural, incentivo à produção, abastecimento, extensão rural e demais políticas voltadas ao fortalecimento do setor agrícola;
II - preservação, proteção, recuperação e conservação do meio ambiente; recursos naturais; biodiversidade; licenciamento ambiental; gestão ambiental; sustentabilidade; mudanças climáticas; resíduos sólidos; proteção de mananciais; arborização urbana e demais políticas ambientais;
III – cultura; patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, documental e imaterial; preservação da memória local; manifestações culturais; incentivo às artes, eventos culturais e demais políticas, programas, projetos e iniciativas relacionadas à cultura;
IV – turismo; planejamento, desenvolvimento, fomento e divulgação das atividades turísticas; infraestrutura turística; valorização dos atrativos locais; turismo rural, ecológico, histórico, religioso e cultural; bem como demais políticas públicas voltadas ao fortalecimento do setor;
V - segurança pública, defesa social, proteção da ordem pública, prevenção da violência, políticas municipais de segurança, atuação integrada com órgãos estaduais e federais, defesa civil, monitoramento urbano, proteção do patrimônio público e demais ações relacionadas à segurança da população;
VI - programas, projetos, convênios, contratos, parcerias e investimentos relacionados às áreas de competência da Comissão;
VII - outras proposições que, por sua natureza, guardem afinidade ou conexão com as políticas de agricultura, meio ambiente, cultura, turismo e segurança pública".

Art. 5º. O art. 83 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 83**. As proposições distribuídas a duas ou mais Comissões Permanentes poderão ser objeto de parecer único, observado o âmbito de competência de cada colegiado.

§ 1º. A elaboração do parecer único competirá à Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, que o submeterá às demais Comissões competentes para manifestação.

§ 2º. As demais Comissões poderão acompanhar o parecer elaborado pelo colegiado referido no § 1º, mediante adesão expressa de seus membros, hipótese em que a manifestação passará a constituir parecer único.

§ 3º. As Comissões destinatárias poderão sugerir alterações, complementações ou ressalvas ao texto originalmente elaborado ou, através de decisão fundamentada, apresentar manifestação divergente, total ou parcial.

§ 4º. A emissão de parecer único independerá da realização de reunião conjunta entre as Comissões envolvidas, podendo a manifestação ocorrer mediante adesão ao texto elaborado ou por outra forma admitida neste Regimento.

§ 5º. Sempre que reputarem conveniente para o aprimoramento da análise da proposição, as Comissões poderão reunir-se conjuntamente para discussão da matéria e elaboração do parecer único.

§ 6º. Na hipótese de realização de reunião conjunta, a presidência dos trabalhos caberá ao Presidente da Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas ou, em sua ausência ou impedimento, ao Presidente de outra Comissão designado pela Presidência da Câmara".

Art. 6º. O art. 48 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 48**. As Comissões da Câmara são Permanentes, Especiais e Temporárias".

Art. 7º. Acrescenta-se ao Regimento Interno o art. 57-A, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 57-A**. As Comissões Temporárias constituem órgãos técnicos de caráter transitório, destinados à análise de matérias legislativas específicas e ao desempenho das atribuições definidas no ato de sua constituição.

§ 1º. As Comissões Temporárias serão constituídas por Resolução, mediante proposta da Mesa Diretora ou de, no mínimo, 3 (três) Vereadores, e serão compostas por 3 (três) membros.

§ 2º. A Resolução que instituir a Comissão Temporária definirá sua finalidade, as matérias legislativas sujeitas à análise, sua composição, bem como as demais condições necessárias ao desempenho de suas atribuições.

§ 3º. A Comissão Temporária deverá emitir parecer no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da matéria, observado o disposto no art. 71 e parágrafos seguintes.

§ 4º. Encerradas suas atividades ou expirado o prazo estabelecido para seu funcionamento, a Comissão Temporária será automaticamente extinta, ressalvada disposição diversa constante da Resolução que a instituiu".

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, 10 de agosto de 2026.

VALDAIR APARECIDO PALLA
Presidente

LUIZ CARLOS MAETIASI
1° Secretário

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:4EABE167

GABINETE
DECRETO Nº. 33/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASELVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

DEMITIR, por aposentadoria compulsória e incompatibilidade de vínculo ativo com aposentadoria pelo RGPS após EC 103/2019 a servidora pública desta Prefeitura Municipal, ocupante de cargo efetivo, a partir de **10 de agosto de 2026**.

NOME	CARGO
NEIDE APARECIDA PELAQUIM NUNES	PROFESSOR

Registre se,
Afixe-se,
Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Miraselva, Estadodo Paraná, 11 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JOÃO MARCOS FERRER
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:6F2F9D87

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 60/2026 DISPENSA N. 40/2026

Adjudica e **homologa** a contratação direta, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e no Decreto Municipal nº 028/2025, para Aquisição de uniformes para os integrantes da Fanfarra Municipal e para os alunos do Projeto de Capoeira do Município de Miraselva, destinados à utilização em apresentações culturais, atos cívicos, desfiles, aulas e demais eventos oficiais, visando à padronização, identificação e valorização dos participantes dos projetos culturais desenvolvidos pelo Município.

DO FAVORECIDO: 152.238.408 RENILDA CANDIDO ALVES, CNPJ N° 52.238.408/0001-08.

OBJETO: Contratação da empresa especializada para Aquisição de uniformes para os integrantes da Fanfarra Municipal e para os alunos do Projeto de Capoeira do Município de Miraselva, destinados à utilização em apresentações culturais, atos cívicos, desfiles, aulas e demais eventos oficiais, visando à padronização, identificação e valorização dos participantes dos projetos culturais desenvolvidos pelo Município.

VALOR R$ 7.563,80 (sete mil quinhentos e sessenta e três reais e oitenta centavos)

BASE LEGAL: viabilidade de aplicação do §2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 047/2023, com redação dada pelo Decreto nº 028/2025, diante da justificativa técnica e do valor inferior ao limite previsto no §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021;

DA JUSTIFICATIVA DO FORNECEDOR: Menor proposta dentre aquelas prevista na pesquisa de preços.

Miraselva, 11 de agosto de 2026

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:CDB78DA8

LICITAÇÃO
ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 60/2026 DISPENSA N.: 40/2026 FUNDAMENTAÇÃO: §2º DO ART. 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 047/2023

Autoriza a contratação direta, por dispensa de licitação, para Aquisição de uniformes para os integrantes da Fanfarra Municipal e para os alunos do Projeto de Capoeira do Município de Miraselva, destinados à utilização em apresentações culturais, atos cívicos, desfiles, aulas e demais eventos oficiais, visando à padronização, identificação e valorização dos participantes dos projetos culturais desenvolvidos pelo município e por outros municípios, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 028/2025.

O**PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASELVA**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com aLei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e oDecreto Municipal nº 047/2023,
CONSIDERANDOque o Município de Miraselva realizara a aquisição de uniformes para os integrantes da Fanfarra Municipal para alunos do projeto de capoeira desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura do Município de Miraselva.
CONSIDERANDO que foi realizada pesquisa de preços e a empresa 52.238.408 RENILDA CANDIDO ALVES, CNPJ N° 52.238.408/0001-08 apresentou a proposta mais vantajosa, com valor compatível ao praticado no mercado e dentro do limite previsto no §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que há regularidade fiscal e jurídica da empresa, estando apta a contratar com o Poder Público;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica autorizada a contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa 52.238.408 RENILDA CANDIDO ALVES, CNPJ N° 52.238.408/0001-08, para a aquisição de uniformes para os integrantes da Fanfarra Municipal para alunos do projeto de capoeira desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura do Município de Miraselva, pelo valor total de R$ 7.563,80 (sete mil quinhentos e sessenta e três reais e oitenta centavos).
Art. 2º – A contratação será formalizada mediante emissão de nota de empenho e demais providências administrativas cabíveis, respeitados os prazos e condições estabelecidos nos autos.
Art. 3º – Publique-se e encaminhem-se os autos à unidade competente para execução contratual.

Miraselva/PR, 11 de agosto de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:D768772A

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO REF. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 049/2026 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2026

Homologo o procedimento licitatório nº. 049/2026, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob o Nº. 005/2026, que tem como finalidade o Registro de preços para eventual e parcelada contratação de empresa especializada para a organização e execução global do evento denominado "1º EXPOMIRA 2026" a ser realizado de 05 à 08 de novembro de 2026 no município de Miraselva-Paraná, realizado em data 30 de julho de 2026, Adjudicando via de consequência, o objeto do mesmo à empresa TOP3 GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA - ME, CNPJ Nº 49.275.078/0001-08 no valor de R$ 305.800,00 (trezentos e cinco mil e oitocentos reais), como vencedora do certame, uma vez que cumprido todas as exigências contidas no edital próprio.

Miraselva, 11 de agosto de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:33283463

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES EDITAL Nº 101, DE 11 DE AGOSTO 2026. EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS 01/2025

EDITAL Nº 101, DE 11 DE AGOSTO 2026.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS 01/2025

A DIRETORA GERAL DA FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES – FASMO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 50/2022, e considerando o Edital nº 01 do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, bem como o Edital de Homologação do Resultado Final e Classificação, ambos devidamente publicados nos endereços eletrônicos www.morretes.pr.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar.

CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para comparecerem, dentro do prazo e munidos da documentação exigida, conforme descrito **no item 5 do edital nº 01/2025**.

1º - Os candidatos convocados deverão comparecer entre os dias **12 a 14 de agosto**, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, no anexo do Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin, situado na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes – PR, CEP 83370-000.

MÉDICO (A) GENERALISTA – CLASSIFICAÇÃO GERAL				
Classificação	**Nome Completo**	**Data Nascimento**	**RG**	**CPF**
48	JOAO VITOR MACHADO DA SILVA	27/09/1997	1615XXX18	011093XXX56

2º – os candidatos deverão apresentar, sob pena de eliminação, os documentos listados no item 5 do edital º 01/2025.

• CPF;
• RG;
• Cartão SUS;
• Certidão de nascimento que contenha o CPF ou RG e CPF de filhos de até 21 anos (se houver);
• Dados bancários (de preferência Banco do Brasil, caso não possua, pode ser outro banco).
• Certidão Negativa Criminal e Certidão Negativa Cível expedida pela comarca onde reside;
• Carteira de Trabalho;
• 1 foto 3x4 atual;
• Título de eleitor e certidão de quitação eleitoral (https://www.tre-pr.jus.br/servicos eleitorais/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral);
• PIS ou PASEP (fotocópia);
• Certidão de nascimento ou casamento, se casado for (RG e CPF do cônjuge);
• Original e cópia do Comprovante de endereço atual, de no máximo 90 dias, que conste o nome do profissional a ser contratado e o CEP do endereço, ou declaração equivalente, na forma da Lei 7115/1983;
• Declaração de bens (fornecida no momento da admissão) ou declaração anual de imposto de renda;
• Declaração de acúmulo de cargo público (fornecida no momento da admissão);
• No caso de candidato do sexo masculino, apresentar certificado de reservista (fotocópia).
• O RG poderá ser substituído pela CTPS ou carteira de registro profissional junto ao conselho Profissional competente, uma vez que são documentos com foto.
• Atestado de Saúde Ocupacional – ASO (possuir aptidão física e mental compatíveis com o exercício do emprego, mediante avaliação médica a ser entregue no ato da convocação);

3º - Os documentos exigidos nos itens 5.1 e 5.2 do edital nº 01/2025 e os títulos indicados no momento da inscrição, deverão ser apresentados em **cópias, DEVIDAMENTE ACOMPANHADOS PELOS ORIGINAIS**, para que a Comissão Especial para Elaboração do PSS possa atestar sua autenticidade, nos termos da Lei Federal n.º 13.726/2021. Os originais não serão retidos em nenhuma hipótese.

Dê-se ciência e cumpra-se,

EVERLLIN D C GUIGUER
Diretora Geral
FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:6442CCB8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONC. 07/2026

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 67/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Morretes, inscrito no **CNPJ sob o n° 76.022.490/0001-99**, torna público que realizará **às 09hrs do dia 18 de setembro de 2026,** na Prefeitura Municipal de Morretes, situada na Praça Rocha Pombo, 10, Centro, Morretes - PR, um **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento pelo **menor preço global**, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de obra de reforma e ampliação da Capela Mortuária do Cemitério Municipal Santa Esperança, no Município de Morretes/PR, no valor máximo de **R$ 413.579,95 (quatrocentos e treze mil quinhentos e setenta e nove reais e noventa e cinco centavos),** conforme especificações descritas na Pasta Técnica do Processo (anexo I do edital de licitação).

INFORMAÇÕES:

Os licitantes poderão efetuar *download* do edital e seus anexos no site oficial do Município de Morretes, https://www.morretes.pr.gov.br/, pela Plataforma da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL COMPRAS, https://bll.org.br/ e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, https://www.gov.br/pncp/pt-br, bem como poderão obter informações complementares na sede da Prefeitura de Morretes, Paço Municipal Nhundiaquara, Praça Rocha Pombo, 10 Centro, Morretes - PR , no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira ou ainda através do e-mail: licitacoes@morretes.pr.gov.br.

Morretes, 11 de agosto de 2026.

RENAN LUIZ FRAGOSO CARDOZO
Agente de Contratações do Município

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:F607A5ED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2908/2026 DE 07/08/2026

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2908/2026 de 07/08/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
04		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
04.002		ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
04.002.28.846.0000.2.011		ENCARGOS COM CONTRIBUICAO AO PASEP	
66 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	195.000,00
		Total Suplementação:	195.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotaçõesde acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
04		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
04.002		ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
04.002.28.843.0000.2.009		AMORTIZACAO - ENCARGOS DIVIDA CONFESSADA	
62 - 3.2.90.21.00.00	1000	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	471,94
04.002.28.843.0000.2.010		AMORTIZACAO - ENCARGOS DIVIDA CONTRATADA	
65 - 4.6.90.71.00.00	1000	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	194.528,06
		Total Redução:	195.000,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 7 de Agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Eleziane Cristina de Carvalho
Código Identificador:4B4AC85F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2914/2026 DE 10/08/2026

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2914/2026 de 10/08/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 80.000,00 (oitenta mil reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002.10.302.0160.2.040		MANUTENCAO DE ASSISTENCIA E SERVICOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS	
255 - 3.3.90.30.00.00	7013	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
Total Suplementação:			80.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Superávit financeirode acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 10 de Agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Eleziane Cristina de Carvalho
Código Identificador:6EABA1AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2915/2026 DE 11/08/2026

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2915/2026 de 11/08/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 52.140,45 (cinquenta e dois mil e cento e quarenta reais e quarenta e cinco centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001.04.122.0040.2.012		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
76 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000,00
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
06.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
06.001.12.361.0210.2.019		TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	
134 - 3.3.90.30.00.00	1107	MATERIAL DE CONSUMO	47.140,45
		Total Suplementação:	52.140,45

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotaçõesde acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001.04.122.0040.2.012		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
73 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
06.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
06.001.12.122.0041.2.069		FORMACAO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DA EDUCACAO	
107 - 3.3.90.39.00.00	1107	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	35.000,00
06.001.12.361.0190.2.016		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
117 - 3.3.90.32.00.00	1107	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	5.177,25
120 - 3.3.90.39.00.00	1107	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.449,35
06.001.12.361.0210.2.019		TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	
136 - 3.3.90.39.00.00	1107	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.513,85
		Total Redução:	52.140,45

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 11 de Agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Eleziane Cristina de Carvalho
Código Identificador:6A92C1C3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2916 DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 2916 DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

"Altera o Decreto nº 1.503, de 02 de maio de 2024, que dispõe sobre a nomeação do Conselho Municipal de Educação, para o quadriênio de 2024/2028, neste Município, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso I, alínea "*o*", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDOo Decreto Municipal nº 1.503, de 02 de maio de 2024, que dispõe sobre a nomeação do Conselho Municipal de Educação, do Município de Morretes para o quadriênio de 2024/2028; e

CONSIDERANDO a comunicação encaminhada pelo Núcleo Regional de Educação de Paranaguá, informando a atualização de sua representação suplente junto ao Conselho Municipal de Educação;

DECRETA:

Art. 1º. Altera-se o Decreto Municipal nº 1503/2024, que dispõe sobre a nomeação do Conselho Municipal de Educação, do Município de Morretes para o quadriênio de 2024/2028.

Art. 2º. Alteram-se os dispositivos vinculados ao inciso IV do art. 1º do Decreto Municipal nº 1.503, de 02 de maio de 2024, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

.....

IV – .....

Titular: Maurício Evangelista – R.G. nº 3.XXX.XXX-0;

Suplente: Adilson Takami Singo – R.G. nº 4. XXX.XXX-7.

Art. 3º. As demais disposições do Decreto Municipal nº 1.503, de 02 de maio de 2024, permanecem inalteradas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 11 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:3D3857CB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2917 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 2917 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a Nomeação e Convocação dos candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos de 2023 do Município de Morretes, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município, em especial no art. 87, inciso I, alínea "o" combinado com a Lei Municipal nº 02/1997, e suas alterações, em especial a Lei Municipal nº 038/2004, Lei Municipal nº 191/2012, Lei Municipal nº 362/2014, Lei Municipal nº 730/2022, e no referido Edital de Homologação Resultado Final, publicado no dia 21 de agosto de 2023, referente ao Concurso Público nº 001/2023.

DECRETA:

Art. 1º - FICAM NOMEADOS para o cargo público e devidamente **CONVOCADOS** para a apresentação de documentos, os candidatos aprovados no Concurso Público realizado de acordo com o Edital nº 001/2023.

CARGO: **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**
CANDIDATO: **PEDRO TREVISANI DE MENDONÇA FERNANDES**
CLASSIFICAÇÃO: **44º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0003899**

CARGO: **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**
CANDIDATO: **EDERSON MARTINS**
CLASSIFICAÇÃO: **45º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0005450**

CARGO: **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**
CANDIDATO: **BIANCA ROSA DE ANDRADE**
CLASSIFICAÇÃO: **46º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0003777**

CARGO: **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**
CANDIDATO: **TOR OLIVEIRA SKILBRED**
CLASSIFICAÇÃO: **47º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0004217**

CARGO: **FISCAL DE POSTURA**
CANDIDATO: **BIANCA HYGINO DE LIMA**
CLASSIFICAÇÃO: **23º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0003860**

CARGO: **PSICÓLOGO**
CANDIDATO: **LUCIANO OLIVEIRA**
CLASSIFICAÇÃO: **19º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0004204**

CARGO: **ODONTÓLOGO**
CANDIDATO: **RENATA CHEMIN BRANCO LIPINSKI**
CLASSIFICAÇÃO: **01º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0004004**

Art. 2º – Os candidatos relacionados terão o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para se apresentarem ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Morretes, para a nomeação em seu cargo, perdendo o direito à vaga se não obedecido rigorosamente o prazo estabelecido no item 12.5 do Edital nº 001/2023. No ato de sua apresentação, os candidatos deverão estar munidos dos documentos que **COMPROVEM:**

I – Ser brasileiro(a) nato ou naturalizado;

II – Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial;

III – Certidão de antecedentes criminais eleitorais, quanto ao gozo dos direitos políticos – site: www.tse.jus.br;

IV – Certidão de antecedentes criminais obtidas no Tribunal Regional Federal da região do último domicílio do candidato;

V – Certidão de antecedentes criminais obtidas no Tribunal de Justiça da região do último domicílio do candidato;

VI – Certidão de antecedentes criminais obtidas na Polícia Federal – site: www.dpf.gov.br;

VII – Certidão de antecedentes criminais obtidas na Polícia Civil do último domicílio do candidato;

VIII – Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;

IX – Quitação com as obrigações eleitorais;

X – Idade mínima de 18 (dezoito) anos;

XI – Declaração de bens e fonte de renda;

XII – Declaração de não-acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos;

XIII – Declaração de ter sofrido ou não, no exercício do cargo público, penalidades disciplinares, conforme legislação vigente;

XIV – Documentos pessoais: Carteira de Identidade; CPF próprio; PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar Cartão Cidadão; Título de Eleitor; Certidão de Casamento, Carteira de Identidade e CPF do cônjuge; Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 (dezoito) anos; Comprovante de Residência;

XV – Termo de declaração de interesse na nomeação, conforme modelo do Anexo I deste Decreto;

XVI – Termo de desistência do cargo, conforme modelo ao Anexo II deste Decreto.

Parágrafo Único. Os documentos deverão ser entregues em cópias reprográficas e acompanhadas dos originais, para serem vistadas no ato de nomeação, não sendo aceitos protocolos.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 11 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

ANEXO I
TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, emitido por _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, frente a aprovação no Concurso Público nº 001/2023, da Prefeitura Municipal de Morretes, **CONFIRMO O INTERESSE** na nomeação e posterior posse no cargo de _____, nos termos da legislação vigente.

Local_____
Data ___/___/_____.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO II
TERMO DE DESISTÊNCIA DO CARGO

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, emitido por _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, frente a aprovação no Concurso Público nº 001/2023, da Prefeitura Municipal de Morretes, **DECLARO RENUNCIAR**, em caráter definitivo, a nomeação e posse para o cargo de _____.

Local_____
Data ___/___/_____.

_____
Assinatura do Candidato

Publicado por:
Eleziane Cristina de Carvalho
Código Identificador:0B348612

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2918, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 2918, DE 11 de agosto de 2026.

"Institui o Fluxo Administrativo de Fornecimento de Dados de Saúde, neste Município, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDOa promulgação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabeleceu a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 690, de 08 de novembro de 2022, que regulamenta a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo;

CONSIDERANDO a Resolução do Conselho Federal de Medicina - CFM nº 1.605/2000 e demais normas aplicáveis ao sigilo das informações constantes dos prontuários ou fichas médicas;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos administrativos referentes ao fornecimento de dados de saúde, assegurando a proteção dos dados pessoais, o sigilo profissional, a segurança jurídica e a observância da legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Fluxo Administrativo para requerimento, tratamento e fornecimento de dados de saúde e cópias de prontuários, destinado a disciplinar o processamento das solicitações formuladas por pacientes, representantes legais, autoridades judiciais e policiais.

Art. 2º. Os requerimentos deverão ser protocolados por meio da plataforma Gov Digital, em procedimento específico destinado às solicitações de dados de saúde.

Art. 3º. Compete ao Secretário Municipal de Saúde designar os servidores responsáveis pelo tratamento dos dados pessoais e pelo processamento das solicitações.

Parágrafo único. Os servidores designados atuarão em consonância com o Controlador Municipal de Dados, observando as normas da informação e proteção de dados pessoais.

Art. 4º Caberá ao servidor responsável pelo tratamento dos dados:
I – analisar a legitimidade do requerimento;
II – verificar a documentação apresentada;
III – avaliar a necessidade de consentimento do titular ou a incidência das hipóteses legais de dispensa;
IV – providenciar a localização, extração, digitalização e disponibilização das informações solicitadas;
V – manter o sigilo do procedimento até seu encerramento.

Art. 5º. O fornecimento das informações poderá ocorrer em meio eletrônico ou físico, mediante protocolo de entrega, que deverá integrar o respectivo procedimento administrativo.

Art. 6º. As solicitações formuladas por autoridade judicial, Ministério Público, autoridade policial ou outros órgãos públicos observarão a legislação específica e serão analisadas individualmente quanto aos requisitos legais para disponibilização dos dados.

Art. 7º. O prazo para atendimento dos requerimentos observará a complexidade da solicitação, respeitados os seguintes parâmetros:
I – até 48 (quarenta e oito) horas úteis para informações disponíveis em prontuário eletrônico;
II – até 7 (sete) dias úteis para documentos arquivados fisicamente, ressalvadas situações excepcionais;
III – observado, em qualquer hipótese, o prazo máximo de 15 (quinze) dias previsto na Lei Federal nº 13.709/2018.

Art. 8º. A Secretaria Municipal de Saúde adotará as medidas necessárias para capacitação dos servidores responsáveis pelo tratamento dos dados pessoais e para manutenção da conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 11 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:BC8DF3AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 03/2026
INEXIGIBILIDADE N° 01/2026
SOLICITANTE: SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO
CONVOCAÇÃO: 03/2026

LISTA DE CREDENCIADOS CONVOCADOS

A escolha dos credenciados no âmbito do Edital de Credenciamento nº 01/2026 observa os critérios estabelecidos no próprio instrumento convocatório, que organiza os prestadores por lotes, categorias e subitens. Para cada evento realizado, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo realiza a seleção dentre os credenciados habilitados, considerando principalmente a adequação à proposta do evento, a natureza dos serviços necessários, a compatibilidade artística e técnica, a disponibilidade dos credenciados e a disponibilidade orçamentária da ação.
Para a realização do Marumbi Festival 2026, a seleção buscou compor uma programação artística plural, alinhada aos objetivos de valorização da cultura, do patrimônio natural, do turismo e da economia criativa, contemplando apresentações musicais, oficinas culturais, atividades de recreação e equipe técnica de produção necessária à execução do evento.
Dessa forma, ficam convocados os seguintes credenciados para assinatura dos respectivos contratos:

APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS

Categoria	Ordem	Credenciado	Situação
Apresentação grupos ou banda baile de 04 ou 05 integrantes – Regional – Estilo Blues e Jazz	1º	Jazz Cigano	Convocado
Apresentação Trio – Regional – Estilo Reggae	1º	Franciano Silvério (Tribo Urbana)	Convocado
Apresentação grupos ou banda baile de 04 ou 05 integrantes – Estadual – Estilo Rock	1º	TNSHE	Convocado
Apresentação grupos ou banda baile de 04 ou 05 integrantes – Regional – Música Grupos de Cultura Tradicional e Manifestações Populares	1º	Patrícia dos Martyres (Abyabaila)	Convocada
Apresentação grupos ou banda baile de 04 ou 05 integrantes - regional - tempo mínimo de 120 minutos - estilo reggae	1º	Bruno Rossa (Gaia Pia)	Convocado
Apresentação grupos ou banda baile com 06 integrantes ou mais – Regional – Estilo Blues e Jazz	1º	Belove	Convocado

PRODUÇÃO

Categoria	Ordem	Credenciado	Situação
Produtor de Eventos – Diária	1º	Pedro Autuori	Convocado
Produtor de Eventos – Diária	3º	Natália Amaral	Convocada
Produtor de Eventos – Diária	4º	Juliana Camargo	Convocada

RECREAÇÃO

Categoria	Ordem	Credenciado	Situação
Recreação e Contação de Histórias	1º	Tainá Andere	Convocada

OFICINAS CULTURAIS

Categoria	Ordem	Credenciado	Situação
Oficineiras(os) Culturais	1º	Ailén María Cosman Scandurra (Las Pájaras)	Convocada
Oficineiras(os) Culturais	2º	Tainá Andere	Convocada
Oficineiras(os) Culturais	3º	Pedro Autuori	Convocado
Oficineiras(os) Culturais	4º	Sabiá Sabiót	Convocado
Oficineiras(os) Culturais	5º	María Centurion	Convocada

Morretes, 8 de agosto de 2026.

GILTON DIAS JUNIOR
Secretário de Cultura e Turismo

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:F967E261

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9139 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9139 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: *Determina o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 8922 de 18 de junho de 2026.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto nas Leis Municipais 68/2025, em especial no art. 13, *parágrafo único*, consideradas as alterações ocorridas pela Lei nº 538/2018 e Decreto nº 178/2021 que cria a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar o **arquivamento** do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 8922 de 18 de junho de 2026, referente ao Protocolo nº2671/2025 – Almoxarifado.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, em 11 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Eleziane Cristina de Carvalho
Código Identificador:9098F4BD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9140 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9140 de 11 de AGOSTO DE 2026

Súmula: Relotação do servidor público municipal Sr. Nathan Marques Nichak, cargo Assistente Administrativo, para Secretaria Municipal de Administração, a partir de 11/08/2026.

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso II, alínea "b", ambos da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que a relotação e/ou remoção se constitui em instrumento inerente à prerrogativa de auto-organização do Poder, garantindo a eficiência do serviço público;

CONSIDERANDO que a relotação e/ou remoção é um ato discricionário da Administração Pública e, assim sendo atrelado à conveniência e à oportunidade;

CONSIDERANDO que em prol do interesse do serviço público, a Administração Pública poderá movimentar seus servidores de uma unidade para outra, dentro do órgão ou entidade a que pertença, sempre sobrepondo o interesse da coletividade à conveniência do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º - RELOTAR, a partir de 11 de agosto de 2026, o servidor Nathan Marques Nichak – matrícula funcional nº 115705, cargo

Assistente Administrativo, para a Secretaria Municipal de Administração.

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações e providências administrativas pertinentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 11 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Eleziane Cristina de Carvalho
Código Identificador:6F8FB675

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9141, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9141, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

"Concede licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora Márcia Oliveira Mendes da Silva Pavanelli e dá outras providências."

O **Prefeito de Morretes** – Estado do Paraná, Senhor SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso II, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 117 e 140 da Lei Complementar Municipal nº 68/2025 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela servidora **MARCIA OLIVEIRA MENDES DA SILVA PAVANELLI**, ocupante do cargo de professora, matrículas funcionais nº 274971 e 100174901, para concessão de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família;

CONSIDERANDO a documentação médica apresentada e constante dos autos do Processo/Protocolo nº 7.035/2026;

CONSIDERANDO a manifestação desta Secretaria Municipal de Educação quanto ao atendimento dos requisitos materiais previstos no art. 140 da Lei Complementar Municipal nº 68/2025;

CONSIDERANDO a **CI nº 389/2026 – Procuradoria** e o **Parecer Jurídico nº 350/2026**, que concluiu pela viabilidade jurídica e pelo deferimento do requerimento, nos moldes previstos na Lei Complementar Municipal nº 68/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **MARCIA OLIVEIRA MENDES DA SILVA PAVANELLI**, matrículas funcionais nº 274971 e 100174901, ocupante do cargo de professora, lotada na Escola Municipal Dilce Seroa da Motta Cherobim, **Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família**, nos termos do art. 140 da Lei Complementar Municipal nº 68/2025.

Art. 2º A licença de que trata o art. 1º será concedida pelo período de **12/08/2026 a 09/11/2026**, totalizando até **90 (noventa) dias**, com manutenção da **remuneração integral da servidora** durante o período inicial da licença, conforme disposto no art. 140 da Lei Complementar Municipal nº 68/2025 e nos termos do Parecer Jurídico nº 350/2026.

Art. 3º Eventual prorrogação da licença ficará condicionada à apresentação de nova documentação médica, na forma estabelecida no Parecer Jurídico nº 350/2026, bem como à observância dos demais requisitos legais aplicáveis.

Art. 4º Caso venha a ser estruturado e instituído o Serviço Médico Pericial oficial do Município de Morretes durante a vigência da licença, a servidora e seu dependente deverão ser submetidos à avaliação médica oficial, nos termos da legislação aplicável e conforme orientação constante do Parecer Jurídico nº 350/2026.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 11 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:0F80596E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO Nº 001/2026

EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO Nº 001/2026.
TERMO DE FOMENTO Nº 001/2025
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Fabrica Cascavelense de Cidadãos – CNPJ sob nº 42.272.319/0001-16.
OBJETO: seleção de OSC para a celebração de Termo de Fomento com o Município de Nova Prata do Iguaçu, para o desenvolvimento de atividades, programas e/ou projetos na área de Esporte, para Fomento ao desenvolvimento do esporte na modalidade de futebol de campo no Município, promovendo a participação em competições, o desenvolvimento de atletas, a inclusão social e o bem-estar da comunidade, seguindo diretrizes dispostas no anexo II deste edital com base no Processo de Manifestação de Interesse Social PMIS nº 01/2025
PRAZO – Conforme artigo 55 da Lei 13.019/2014 e artigo 21 do decreto nº 8726/2016, fica estabelecido o prazo de vigência até 03/09/2027.
DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 10 de agosto de 2026, com efeitos a partir de 03 de setembro de 2026.

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:DC8A3B7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 91/2026

Nome do Beneficiário: Alisson Souza Vicente
Cargo/Função: Assessor Parlamentar
Período de Afastamento: 06/08/2026 à 07/08/2026
Cidade de Origem: Paiçandu - PR
Cidade de Destino: Curitiba-PR
Objetivo da Viagem: Acompanhar o Vereador Thiago Borges durante o cumprimento da agenda oficial na cidade de Curitiba/PR.
Quantidade de diárias deferidas: 01
Valor unitário da diária: R$ 550,00
Valor Total Pago: R$ 550,00
Data da Liquidação e Pagamento: 06/08/2026
Publicado em conformidade com o Art. 15 da Lei nº 3447/2025.

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:04634B6D

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 90/2026
Nome do Beneficiário: Thiago Borges dos Santos
Cargo/Função: Vereador
Período de Afastamento: 06/08/2026 à 07/08/2026
Cidade de Origem: Paiçandu - PR
Cidade de Destino: Curitiba-PR
Objetivo da Viagem: Cumprir agenda oficial na cidade de Curitiba/PR
Quantidade de diárias deferidas: 01
Valor unitário da diária: R$ 650,00
Valor Total Pago: R$ 650,00
Data da Liquidação e Pagamento: 06/08/2026
Publicado em conformidade com o Art. 15 da Resolução nº 02/2025.

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:13B3D7C0

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 92/2026
Nome do Beneficiário: Marcio Cristiano da Silva
Cargo/Função: Motorista
Período de Afastamento: 06/08/2026 à 07/08/2026
Cidade de Origem: Paiçandu - PR
Cidade de Destino: Curitiba-PR
Objetivo da Viagem: Transportar o Vereador Thiago Borges e o Assessor Parlamentar até a cidade de Curitiba-PR.
Quantidade de diárias deferidas: 01
Valor unitário da diária: R$ 550,00
Valor Total Pago: R$ 550,00
Data da Liquidação e Pagamento: 06/08/2026
Publicado em conformidade com o Art. 15 da Lei nº 3447/2025.

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:621657C0

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 230/2026

de 11 de agosto de 2026

A senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 19 de agosto de 2026, às 14h00min, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino).

Nome das candidatas	Classificação
Eliane Aparecida Neri Tiliaki	140ª
Ercilia Soares Santana	141ª
Aparecida Lucinda de Oliveira Penachio	142ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em: **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal disponível em: **www.receita.fazenda.gov.br;**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e o**r**iginal do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do C.P.F./MF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos;
n) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.351/0001-94.

Em razão dos Ofícios de nº 205/2026 e de nº 221/26, da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná e do não comparecimento das 135ª, 136ª e 138ª classificadas..

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Fundação de Educação de Paiçandu, 11 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Fundação de Educação de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:E7E0ADE9

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 231/2026

de 11 de agosto de 2026

A senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 19 de agosto de 2026, às 9h00min, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de Professor – 20 horas.

Nome das candidatas	Classificação
Roberta Rozilda de Oliveira Aguero	331ª
Claudete Urbanski	332ª
Eliane Muniz Fusco	333ª
Greisiela Ellen Mansano	334ª
Glaucia Aparecida Santos Ferreira	335ª
Iara Martins Daguana	336ª
Maria Kátia de Oliveira Camelo de Moura	337ª
Maria Cristiane Corrêa Vieira	338ª
Neli Maximo Duarte	339ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em: **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal disponível em: **www.receita.fazenda.gov.br;**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e o**r**iginal do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do C.P.F./MF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos;
n) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.351/0001-94.

Em razão dos Ofícios de nº 192/2026, de nº 204/2026 e de nº 223/2026, da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná e do não comparecimento das 320ª, 321ª, 322ª, 323ª, 324ª, 325ª, 328ª, 329ª e 330ª classificadas.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Fundação de Educação de Paiçandu, 11 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Fundação de Educação de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:CF886936

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 232/2026

de 11 de agosto de 2026

A senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 19 de agosto de 2026, às 13h30min, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de Professor de Educação Infantil – 40 horas.

Nome das candidatas	Classificação
Lidiane Evangelista Pereira	108ª
Aline Luzia de Campos Oliveira Ribeiro	109ª
Greiciane Maria Vasconcelos de Oliveira	110ª
Andreia Aparecida Almeida Silva	111ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em: **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal disponível em: **www.receita.fazenda.gov.br;**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e o**r**iginal do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do C.P.F./MF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;

m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos;
n) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.351/0001-94.

Em razão dos Ofícios de nº 191/2026, de nº 202/2026 e de nº 222/2026, da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná e do não comparecimento das 102º, 103ª, 106ª e 107ª classificadas.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Fundação de Educação de Paiçandu, 11 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Fundação de Educação de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:247BEF9B

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 233/2026

de 11 de agosto de 2026

A senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 19 de agosto de 2026, às 14h30min, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de Professor de Educação Física – 20 horas.

Nome das candidatas	Classificação
Maria Eduarda Pereira	30ª
Leticia Garcia de Castro de Jesus	31ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em: **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal disponível em: **www.receita.fazenda.gov.br;**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e o**r**iginal do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do C.P.F./MF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos;
n) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.351/0001-94.

Em razão dos Ofícios de nº 193/2026 e o de nº 203/2026, da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná e do não comparecimento dos 28ª e 29ª classificados.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Fundação de Educação de Paiçandu, 11 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Fundação de Educação de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:6BE788E4

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
EDITAL DE RECONVOCAÇÃO Nº 9/2026

de 11 de agosto de 2026

A senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Reconvocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 19 de agosto de 2026, às 15h30min, munidos de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de MOTORISTA – Categoria “D” ou “E”.

Nome dos candidatos	Classificação
Paulo Henrique Morales Calsada	16º
Almir Rodrigues de Sena	18º

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;

i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do C.P.F./MF, da C.N.H. Categoria "D" ou "E" e da Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
m) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
n) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.351/0001-94.

Em razão do Ofício nº 252/2026, da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná.

Fundação de Educação de Paiçandu, 11 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Fundação de Educação de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:75C10023

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 424/2026

de 6 de agosto de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 6 de agosto de 2026, para exercer o Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – P. S. S., a Senhora Maria Aparecida Gaspar Filha, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.392.719-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 6 DE AGOSTO DE 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C9155D6D

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 425/2026

de 6 de agosto de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 6 de agosto de 2026, para exercer o Emprego Público de Professora de Educação Infantil (40 horas) – P. S. S., a Senhora Angela Lopes da Silva Luppi, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.979.089-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 6 DE AGOSTO DE 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:D98EC8E5

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 426/2026

de 6 de agosto de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 6 de agosto de 2026, para exercer o Emprego Público de Professora de Educação Infantil (40 horas) – P. S. S., a Senhora Ana Paula Cardoso Menegassi, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.222.279-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 6 DE AGOSTO DE 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C12B0B19

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 427/2026

de 6 de agosto de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 6 de agosto de 2026, para exercer o Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Senhora Luci da Silva, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.905.559-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 6 DE AGOSTO DE 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:EE9E2DE0

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 428/2026

de 6 de agosto de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 6 de agosto de 2026, para exercer o Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Senhora MARCIA LUIZA VIDA, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.183.819-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 6 DE AGOSTO DE 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:80E31382

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 429/2026

de 7 de agosto de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir 10 de agosto de 2026, para exercer o Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – P. S. S., a Senhora Maria Jose dos Santos, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.714.039-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 001/2025, de 7 de julho de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 7 DE AGOSTO DE 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora-Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:82BEDE25

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Apresentação da Lei Orçamentária Anual 2027

ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, cumprindo o que dispõe o Art. nº 48 Parágrafo Único da LRF – LC 101/2000, torna público que, a audiência pública para apresentação da Lei Orçamentária Anual, será realizada no dia 26 de agosto às 10:00 horas, nas dependências da Câmara Municipal de Paiçandu.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, em 07 de agosto do ano de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:4BBF0383

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 34º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2025

EXTRATO DO 34º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52.
CONTRATADO: POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.779.880/0001-28
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 34º termo de apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 11/08/2026 AS 12:00 HRS,** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº 31/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ficando da seguinte forma:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	**DIESEL S-500**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**R$ 5,79**
4	**DIESEL S-10**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**R$ 6,49**

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	**DIESEL S-500**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**R$ 5,74**
4	**DIESEL S-10**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**R$ 6,44**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP nº 95/2025 do Pregão nº 31/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Paiçandu-PR, 11 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal De Paiçandu
ISMAEL BATISTA

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:D681430C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 466/2026

de 5 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, por motivo de Aposentadoria por Tempo de Serviço do Professor, a partir de 5 de agosto de 2026, do Cargo

Efetivo de Professora (20 horas) – 1º Padrão, desde 13 de março de 1996, a Servidora Pública Municipal ROSIMARES GOES STAUT CAETANO, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.142.727-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.332.409-**.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 5 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:481AF20E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 467/2026

de 5 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Revogar, a partir de 5 de agosto de 2026, a redistribuição do Cargo da Servidora ROSIMARES GOES STAUT CAETANO, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.142.727-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.332.409-**, ocupante do Cargo Efetivo de Professora (20 horas) – 1º Padrão, desde 13 de março de 1996, para a Fundação de Educação do Município de Paiçandu, Estado do Paraná.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 5 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:D8E8B826

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 468/2026

5 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Revogar, a partir de 1 de agosto de 2026, a redistribuição de Cargo da servidora LUIZA CASAGRANDE CAVALCANTE, portadora da cédula de identidade registro geral nº 8.***.346-* SESP/PR, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 050.***.719-**, ocupante do Cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO PSS, desde 2 de agosto de 2024, para a Fundação de Saúde, do Município de Paiçandu, Estado do Paraná.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 5 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:9D3775C3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 469/2026

5 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir de 1 de agosto de 2026, do Emprego Público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO PSS, desde 2 de agosto de 2024, a Servidora LUIZA CASAGRANDE CAVALCANTE, portadora da cédula de identidade registro geral nº 8.***.346-* SESP/PR, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 050.***.719-**.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 5 de agosto 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:9E902189

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 470/2026

5 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Revogar, a partir de 1 de agosto de 2026, a redistribuição de Cargo da servidora KATTIELY RODRIGUES PEREIRA, portadora da cédula de identidade registro geral nº 12.***.327-* SESP/PR, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 086.***.799-**, ocupante do Cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO PSS, desde 2 de fevereiro de 2026, para a Fundação de Saúde, do Município de Paiçandu, Estado do Paraná.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 5 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C411A881

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 471/2026

5 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir de 1 de agosto de 2026, do Emprego Público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO PSS, desde 2 de fevereiro de 2026, a Servidora KATTIELY RODRIGUES PEREIRA, portadora da cédula de identidade registro geral nº 12.***.327-* SESP/PR, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 086.***.799-**.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 5 de agosto 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:265D2E24

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 472/2026

de 5 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a partir de 5 de agosto de 2026, do Emprego Público de Educadora Social - PSS, a Servidora Pública Municipal ANGELA LOPES DA SILVA LUPPI, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.568.958-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.979.089-**, admitida em 11 de novembro de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 5 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:1F7E93A3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 473/2026

de 10 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Exonerar, a partir de 10 de agosto de 2026, do Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Gestão do Trabalho e da Informação, Símbolo CC-09, desde 1 de agosto de 2025, a Servidora Pública Municipal MAIARA SOUZA ALVES, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.321.728-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.188.479-**.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 10 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:056ABD7A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 41

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Dalva Vieira de Melo, brasileira, Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – PSS, Carteira de Identidade nº *.721.965-*- SESP/PR, CPF ***.359.219-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 11 de agosto de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 10 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 10 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura da Secretaria Municipal do Meio Ambiente

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:7F9222D6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 42

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Maria Angelina Pacheco Conde, brasileira, Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – PSS, Carteira de Identidade nº *.802.181-*- SESP/PR, CPF ***.499.819-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 11 de fevereiro de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 10 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 10 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura do Secretário Municipal de Esporte e Lazer

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:B3F46608

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 43

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Marli da Silva Tolentino, brasileira, Educadora Social – PSS, Carteira de Identidade nº *.448.766-*- SESP/PR, CPF ***.751.069-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 11 de fevereiro de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 10 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 10 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura da Secretária Municipal de Assistência Social

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:CC83A241

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 44

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Marta Madalena Batista, brasileira, Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – PSS, Carteira de Identidade nº *.366.527-*- SESP/PR, CPF ***.197.409-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 11 de fevereiro de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 10 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 10 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura da Secretária Municipal de Assistência Social

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:7D5BA079

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 45

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregado: Paulo Henrique da Silva, brasileiro, Auxiliar Administrativo – PSS, Carteira de Identidade nº *.915.333-*- SESP/PR, CPF ***.852.749-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 11 de agosto de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 10 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 10 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura da Secretária Municipal de Assistência Social

_____
Assinatura do Empregado

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:297FEAC4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 46

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Rafaela Regina de Freitas Manoel Matias, brasileira, Auxiliar Administrativa – PSS, Carteira de Identidade nº **.374.394-*- SESP/PR, CPF ***.592.479-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 11 de fevereiro de 2026.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 10 de agosto de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 10 de fevereiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 27 de julho de 2026.

_____
Assinatura da Secretária Municipal de Assistência Social

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:9BCA5BCE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1509/2026 - AUTORIZA O PAGAMENTO RETROATIVO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO À SERVIDORA ANNA CAROLINA AMORIM DA COSTA TOPANOTTI.

PORTARIA Nº 1509/2026

Ementa: Autoriza o pagamento retroativo de adicional por tempo de serviço à servidora Anna Carolina Amorim da Costa Topanotti.

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 6.384, de 1º de julho de 2026, Lei Municipal nº 4.452, de 03 de agosto de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 2974/2026,

RESOLVE

Art. 1º Fica computado o período compreendido entre 28/05/2020 e 31/12/2021, restabelecendo a contagem de tempo de serviço da servidora Anna Carolina Amorim da Costa Topanotti, matrícula nº 20, admitida no cargo de Procuradora Jurídica em 05/02/2010, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.452/2017, com a Lei Municipal nº 6.384/2026, com a LC federal nº 226/2026 (que alterou a LC federal 173/2020) e com o Processo Administrativo nº 2974/2026.

Parágrafo único. A servidora fica enquadrada no patamar de 15% (quinze por cento) para fins de progressão por tempo de serviço, com efeitos financeiros diretos na folha de pagamento a partir da competência de agosto de 2026. O próximo avanço e os subsequentes (referentes ao tempo de serviço) seguirão a data de admissão da servidora, sendo o próximo direito adquirido em 05/02/2028, e os seguintes de 3 (três) em 3 (três) anos, consecutivamente.

Art. 2º Comprovou-se a existência de disponibilidade financeira e de dotação orçamentária nos limites da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e artigo 29-A, inciso I, §1º, da Constituição Federal, possibilitando o pagamento do valor retroativo do adicional por tempo de serviço à servidora, conforme Processo Administrativo nº 2974/2026, no valor de R$ 30.386,49 (trinta mil, trezentos e oitenta e seis reais e quarenta e nove centavos).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:85886D59

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1510/2026 - AUTORIZA O PAGAMENTO RETROATIVO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO AO SERVIDOR JOÃO ERALDO MARTINS PADILHA.

PORTARIA Nº 1510/2026

Ementa: Autoriza o pagamento retroativo de adicional por tempo de serviço ao servidor João Eraldo Martins Padilha.

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 6.384, de 1º de julho de 2026, Lei Municipal nº 4.452, de 03 de agosto de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 4841/2026,

RESOLVE

Art. 1º Fica computado o período compreendido entre 28/05/2020 e 31/12/2021, restabelecendo a contagem de tempo de serviço do servidor João Eraldo Martins Padilha, matrícula nº 67, admitido no cargo de Contador em 01/09/2016, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.452/2017, com a Lei Municipal nº 6.384/2026, com a LC federal nº 226/2026 (que alterou a LC federal 173/2020) e com o Processo Administrativo nº 4841/2026.

Parágrafo único. O servidor fica enquadrado no patamar de 9% (nove por cento) para fins de progressão por tempo de serviço, com efeitos financeiros diretos na folha de pagamento a partir da competência de agosto de 2026. O próximo avanço e os subsequentes (referentes ao tempo de serviço) seguirão a data de admissão do servidor, sendo o próximo direito adquirido em 01/09/2028, e os seguintes de 3 (três) em 3 (três) anos, consecutivamente.

Art. 2º Comprovou-se a existência de disponibilidade financeira e de dotação orçamentária nos limites da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e artigo 29-A, inciso I, §1º, da Constituição Federal, possibilitando o pagamento do valor retroativo do adicional por tempo de serviço ao servidor, conforme Processo Administrativo nº 4841/2026, no valor de R$ 8.546,85 (oito mil, quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta e cinco centavos).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:37D100B4

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1511/2026 - AUTORIZA O PAGAMENTO RETROATIVO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO À SERVIDORA DÉBORA STELLE.

PORTARIA Nº 1511/2026

Ementa: Autoriza o pagamento retroativo de adicional por tempo de serviço à servidora Débora Stelle.

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 6.384, de 1º de julho de 2026, Lei Municipal nº 4.452, de 03 de agosto de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 3264/2026,

RESOLVE

Art. 1º Fica computado o período compreendido entre 28/05/2020 e 31/12/2021, restabelecendo a contagem de tempo de serviço da servidora Débora Stelle, matrícula nº 58, admitida no cargo de Auxiliar de Licitação e Compras em 10/09/2015, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.452/2017, com a Lei Municipal nº 6.384/2026, com a LC federal nº 226/2026 (que alterou a LC federal 173/2020) e com o Processo Administrativo nº 3264/2026.

Parágrafo único. A servidora fica enquadrada no patamar de 9% (nove por cento) para fins de progressão por tempo de serviço, com efeitos financeiros diretos na folha de pagamento a partir da competência de agosto de 2026. O próximo avanço e os subsequentes (referentes ao tempo de serviço) seguirão a data de admissão da servidora, sendo o próximo direito adquirido em 10/09/2027, e os seguintes de 3 (três) em 3 (três) anos, consecutivamente.

Art. 2º Comprovou-se a existência de disponibilidade financeira e de dotação orçamentária nos limites da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e artigo 29-A, inciso I, §1º, da Constituição Federal, possibilitando o pagamento do valor retroativo do adicional por tempo de serviço à servidora, conforme Processo Administrativo nº 3264/2026, no valor de R$ 5.781,41 (cinco mil, setecentos e oitenta e um reais e quarenta e um centavos).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:599FC064

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 65/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 211/2026
PROCESSO DIGITAL Nº. 4537/2026

Objeto: Pagamento da taxa de inscrição da equipe de voleibol masculino e feminino nos Jogos Abertos do Paraná.

Fundamentação: Art. 74, *Inciso I*, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Dotação Orçamentária:
Reduzido 436 – **11001278110026208033903900000 Fonte: 12000** OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Empresa Contratada: Município de Paranaguá – PR, inscrita no CNPJ: **76.017.458/0001-15**, com valor total de R$ 200,00 (duzentos reais).

Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

11 de agosto de 2026

THIAGO HENRIQUE RIGONI DE PONTES
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:AFE0E276

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 01/2026 – AGROANIMAL CLINICA VETERINARIA LTDA

Referente ao Credenciamento n.º 06/2026 – Processo Digital n.º 2230/2026
Termo de Credenciamento n.º 01/2026 – Processo Digital n.º 3928/2026

Credenciante:MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ: 76.179.829/0001-65
Credenciada: AGROANIMAL CLINICA VETERINARIA LTDA
CNPJ: 08.399.841/0001-25

Objeto: Credenciamento de Clínicas veterinárias especializadas para a prestação de serviços veterináriosdestinados à execução do Programa Municipal de Controle Populacional Ético de Cães e Gatos, os quais deverão ser realizados por médico veterinário legalmente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, em conformidade com as normas técnicas e resoluções do Conselho Federal e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, compreendendo a realização de procedimentos de esterilização cirúrgica por meio de orquiectomia em machos e ovariossalpingo-histerectomia em fêmeas, com implantação obrigatória de microchip de identificação individual, incluindo avaliação clínica pré-operatória, procedimentos anestésicos, acompanhamento pós-operatório imediato, medicação, retirada de suturas, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência.

Período de vigência: O prazo de vigência deste credenciamento é de 12 (doze) meses, encerrando-se, portanto, em **24 de Julho de 2027**.

Data da assinatura: 11/08/2026

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:7AAE1A8D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 02/2026 – LUANA TAINARA SCHEIDT LTDA

Referente ao Credenciamento n.º 07/2026 – Processo Digital n.º 3230/2026
Termo de Credenciamento n.º 01/2026 – Processo Digital n.º 4470/2026.

Credenciante:MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ: 76.179.829/0001-65
Credenciada: LUANA TAINARA SCHEIDT LTDA
CNPJ: 36.921.548/0001-11

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, com fornecimento de peças, serviços de borracharia e guincho.

Período de vigência: O prazo de vigência deste credenciamento é de 12 (doze) meses, encerrando-se, portanto, em **31 de Julho de 2027**.

Data da assinatura: 11/08/2026

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:97A1705F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 07/2026 TORMAK LTDA PROCESSO DIGITAL Nº 4901/2026

CREDENCIAMENTO Nº. 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 193/2026
PROCESSO DIGITAL Nº 3230/2026

A Comissão de Contratação do Município de Palmeira torna público o resultado da análise do pedido de credenciamento ao Credenciamento nº. 07/2026, cujo objeto prevê o credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, com fornecimento de peças, serviços de borracharia e guincho.

Proponente	CPF/CNPJ	Processo Administrativo	Resultado
TORMAK LTDA	**27.303.022/0001-87**	**4901/2026**	**HABILITADO**

Os documentos de habilitação foram disponibilizados para acesso através do Portal da Transparência do Município (acesso pelo site www.palmeira.pr.gov.br). Abre-se a partir da data de publicação deste extrato, o prazo de 03 (três) dias para interposição de recursos. Eventuais recursos deverão ser apresentados nos termos do item 4.2.10 do edital.

Publique-se.

OSMAIR LEDERER
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:F41596C3

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
RESUMO DE CONTRATAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 17/2026

RESUMO DE CONTRATAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 17/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2026
PROCESSO DIGITAL N°4001/2026

Objeto: Inscrição dos servidores e conselheiros no evento "24º Congresso Previdenciário da APEPREV e 3º Seminário Internacional de Previdência"
Fundamentação: inciso III, alínea "f" , art. 74, Lei 14133/21
Solicitação: Regime Próprio de Previdência Social.
Dotação Orçamentária: 19001091280013200433903900000
Fonte: 1001. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA.
Contratada: ASSOCIACAO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIARIAS MUNICIPAIS - APEPREV, empresa inscrita no CNPJ nº 05.763.089/0001-61 com o valor total de R$8.700,00 (oito mil e setecentos reais).

Instrumento hábil da contratação: Nota de Empenho nº 185/2026
Data de emissão: 10/08/2026.

Publique-se.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
(Decreto nº 19.272 de 29 de Abril de 2026)

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:38D6A81A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 88/2025 - ASSOCIAÇÃO FAMÍLIA DE MARIA – LAR SAGRADA FAMÍLIA

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pela **Sra. Joceli Gomes Cunha,** portadora da cédula de identidade **R.G n° 4.***.***-1 SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 024.***.***-50**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.960/25**, doravante denominado simplesmente **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e **ASSOCIAÇÃO FAMÍLIA DE MARIA – LAR SAGRADA FAMÍLIA,** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 76.578.244/0001-18**, estabelecida na Rua Coronel Pedro Ferreira, nº 122, Centro, Palmeira/PR, neste ato representada por sua Presidente, **Sra. Edites Bet**, portadora da cédula de identidade **R.G nº 875.***-2** e inscrita no **CPF/MF sob n° 286.***.***-91**, doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL,** de comum acordo, resolvem modificar o Plano de Trabalho inserido ao Termo de Colaboração nº 88/2025, pactuado entre ambos, baseando-se na Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Municipal nº 10.764/16, pelo processo administrativo nº 9717/2026 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA MODIFICAÇÃO DAS RÚBRICAS: Ficam alteradas as seguintes rubricas: " GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO" de R$ 24.829,10 para R$ 23.384,20; " MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO" de R$ 23.503,49 para R$ 22.411,39; " GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS" de R$ 2.400,00 para R$ 2.344,00; "SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO" de R$ 6.270,21 para R$ 6.191,50; " VENCIMENTOS E SALÁRIOS" de R$ 75.831,68 para R$ 71.059,61 e "13º SALÁRIO" de R$ 6.556,22 para R$ 7.900,00. E inclusão da rubrica FGTS no valor de R$ 6.100,00.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas e dispostas no Plano de Trabalho do Termo de Colaboração nº 88/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE: A eficácia do presente Termo de Colaboração, fica condicionada à publicação do seu teor em Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

E por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes e testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social
Administração Pública

EDITES BET
Associação Família de Maria – Lar Sagrada Família

Organização da Sociedade Civil

_____
Testemunha:
CPF/MF sob o nº:

_____
Testemunha:
CPF/MF sob o nº:

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:F8231E26

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA AUXILIAR DE CUIDADOR DE

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2026

Palmeira, 11 de agosto de 2026**.**

A Secretaria Municipal de Assistência Social, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 13 de agosto do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, para substituição de Auxiliar de Cuidador de Acolhimento Institucional, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 01/2026, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelos imediatos classificados, conforme processo nº. 3732/2026.

Auxiliar de Cuidador De Acolhimento Institucional:
LEONARDO TASSO GUITES

Atenciosamente,

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:34CBAEDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA EDUCADOR SOCIAL II PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2026

Palmeira, 11 de agosto de 2026**.**

A Secretaria Municipal de Assistência Social, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 13 de agosto do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, para substituição de Educador Social II, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 01/2026, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelos imediatos classificados, conforme processo nº. 1453/2026.

Educador Social II:
EWERTON KOPSSCH REIN

Atenciosamente,

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:C6C9ECB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA PROFESSOR 20H - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2025

Palmeira, 11 de agosto de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 13 de agosto do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para substituição de Professor 20H, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 10923/2026.

PROFESSOR 20H:

LUCIANA PONIJALSKI DE LIMA

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:FBA2E918

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA TERMO DE DESISTÊNCIA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2026 - AUXILIAR DE CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado 01/2026, pelo Município de Palmeira, para suprir a falta de **Auxiliar de Cuidador de Acolhimento Institucional,** chamado a se apresentar para assumir a vaga para a qual concorreu, compareceu na Secretaria Municipal de Assistência Social, e expressamente, manifesta, pelo presente, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, liberando com isso o Município para que possa admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Para que fique devidamente registrado sua desistência assina o presente termo, na presença de testemunha.

Palmeira, 10 de agosto de 2026.

ÉRICA FERREIRA ALMEIDA
Desistente

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:FA1ACF1B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA TERMO DE DESISTÊNCIA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2026 - EDUCADOR SOCIAL II

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado 01/2026, pelo Município de Palmeira, para suprir a falta de **Educador Social II,** chamado a se apresentar para assumir a vaga para a qual concorreu, compareceu na Secretaria Municipal de Assistência Social, e expressamente, manifesta, pelo presente, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, liberando com isso o Município para que possa admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Para que fique devidamente registrado sua desistência assina o presente termo, na presença de testemunha.

Palmeira, 11 de agosto de 2026.

ANA LUISA MARQUES DE OLIVEIRA
Desistente

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:C0C024C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA TERMO DE DESISTÊNCIA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 002/2025 - PROFESSOR 20H

Palmeira, 11 de agosto de 2026.

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – Pss nº 002/2025, pelo MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, foi convocado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação do mesmo, o qual compareceu na Secretaria Municipal de Educação, na data de 11 de agosto de 2026, e expressamente, manifesta na presente data, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, passando para o final de fila, liberando com isso o Município para que possa convocar e admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Nome completo: ELIS MICHELI SANSON FALARZ
Inscrição: 79

Emprego público: PROFESSOR 20 HORAS

ELIS MICHELI SANSON FALARZ
Desistente

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:C1DDC1EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.427, DE 11/08/2026 - ADIANTAMENTO
GEOVANE ROCHA DE SOUZA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5165/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:
Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista II, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Geovane Rocha de Souza	*048.xxx.xxx-78*	*R$ 2400,00*

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:FE96CB92

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.428, DE 11/08/2026 - ADIANTAMENTO
MICHAEL JOÃO GUADANIM

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5160/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista I, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Michael João Guadanim	*057.xxx.xxx-16*	*R$ 2400,00*

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:3F01B2C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.429, DE 11/08/2026 - ADIANTAMENTO
EVANDER LINDEBECK

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5158/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista II, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Evander Lindebeck	*076.xxx.xxx-03*	*R$ 2400,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:695FA2EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.430, DE 11/08/2026 - ADIANTAMENTO
DIEGO PEREZ DA SILVA FALARZ

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 51542026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista II, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	CPF	VALOR DO ADIANTAMENTO
Diego Perez da Silva Falarz	049.xxx.xxx-11	R$ 1200,00

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:E361A9F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.431, DE 11/08/2026 - ADIANTAMENTO
JOSÉ LUIZ DELFRATE DINIZ

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5163/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista II, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	CPF	VALOR DO ADIANTAMENTO
José Luiz Delfrate Diniz	506.xxx.xxx-04	R$ 2400,00

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:34D57DC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.432, DE 11/08/2026 - ADIANTAMENTO
EDUARDO VENSKE FILHO

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5164/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista II, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001

SERVIDOR	CPF	VALOR DO ADIANTAMENTO
Eduardo Venske Filho	004.xxx.xxx-54	R$ 1200,00

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

Altamir Sanson
Prefeito do Município de Palmeira

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5164/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista II, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001

SERVIDOR	CPF	VALOR DO ADIANTAMENTO
Eduardo Venske Filho	004.xxx.xxx-54	R$ 1200,00

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:6A5E781A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.433, DE 11/08/2026 - ADIANTAMENTO
JEAN JEKSON DE OLIVEIRA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5159/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista II, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001

SERVIDOR	CPF	VALOR DO ADIANTAMENTO
Jean Jekson de Oliveira	911.xxx.xxx-72	R$ 1000,00

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:7B75EB82

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.434, DE 11/08/2026 - ADIANTAMENTO ANTONIO EDUARDO KOGA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5157/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista II, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Antônio Eduardo Koga	*714.xxx.xxx-68*	*R$ 2400,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:A9FD3038

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.435, DE 11/08/2026 - ADIANTAMENTO IVONEI SCHUARTZ

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5152/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Motorista I, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação:15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Ivonei Schuartz	*027.xxx.xxx-47*	*R$ 2400,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:78B49F49

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 237/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade **R.G n° 12.382.056-8 SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº. 17.959 DE 17/01/2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa MKTEX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 52.815.695/0001-63,** pessoa jurídica de direito privado, representada pela **Sr. Kelly Secundo dos Santos Alves,** brasileiro, inscrito no **CPF/MF sob o n.º 060.841.629-08**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram por meio do Processo Administrativo n.º 4049/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, o presente **TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 237/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Quanto à vigência da ata, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses contando a partir do dia 14/10/2026 até a data de 14/10/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições da Ata de Registro de Preços n.º 237/2025, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:9AF6B9B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 275/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade **R.G n° 12.382.056-8 SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº. 17.959 DE 17/01/2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa MKTEX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 52.815.695/0001-63,** pessoa jurídica de direito privado, representada pela **Sr. Kelly Secundo dos**

Santos Alves, brasileiro, inscrito no **CPF/MF sob o n.º 060.841.629-08**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram por meio do Processo Administrativo n.º 4031/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, o presente **TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 275/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Quanto à vigência da ata, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses contando a partir do dia 08/10/2026 até a data de 08/10/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições da Ata de Registro de Preços n.º275/2025, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:3F162130

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL N° 015/2026

EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL N° 015/2026

ALTERA o parágrafo 1° Do art. 35 DA LEI ORGÂNICA DO MUNÍCIPIO DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica do Município, PROMULGA a seguinte Emenda:

Art. 1º Altera o §1° do art. 35 da Lei Orgânica do Município de Palmital, Estado do Paraná, que passará a vigorar com a seguinte alteração:
"Art. 35 .....
.....
§1° O mandato da mesa será de 02 anos, permitida apenas uma reeleição ou recondução sucessiva para o mesmo cargo na Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, não permitindo o terceiro mandato consecutivo." (NR)

Art. 2º A presente Emenda à Lei Orgânica entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições contrárias.

Câmara Municipal de Palmital, 11 de agosto de 2026.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente

IZILDINHA BUREI
Vice-Presidente

ANA CAROLINE BUDSKE
1ª Secretária

SILVIONEI DE JESUS ALVES
2° Secretário

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:4EEC828E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
3º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 215/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 34/2024

3º TERMO ADITIVO DE Prazo DO CONTRATO Nº 215/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ELÉTRICA, PARA EXECUÇÃO DE EXTENSÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA NO MUNICÍPIO DE PALMITAL-PARANÁ, ENGLOBANDO AS ÁREAS URBANAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA

Que fazem entre si, de um lado, o MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, portador do RG 5.***.***-2 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº ***, Centro, Palmital-PR, denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa STEL SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Rua Francisco Delgado Sanches, 305 - CEP: 86181130 - Bairro: Jd. Vitoria, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 07.248.071/0001-57, neste ato representado por EDNÉIA DE FÁTIMA CARVALHO, inscrita no CPF/MF sob o nº 3**.***.***-49, denominada CONTRATADA resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações ao Contrato Administrativo nº 215/2024, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato nº 215/2024 do Pregão 05/2024, supramencionado fica prorrogado por igual período sendo 06/08/2026 ate 05/08/2027 àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo Município de Palmital, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo. E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.
Palmital, 06/08/2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

Stel Sistemas Elétricos LTDA
EDNÉIA DE FÁTIMA CARVALHO
3**.***.***-49
Contratada

GESTOR: KIMBERLY KETES ROSSI
FISCAL: JULIO CESAR DE LIMA

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:AF850737

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº **1285/2026**

O Prefeito Municipal do município de Palmital, com base nos dispositivos da lei Municipal nº 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diárias (s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
MATRÍCULA: Nº 53953
CARGO: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CPF N. º 031.137.989-30
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO ATÉ A CIDADE DE CURITIBA-PR AUDITÓRIO DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO PARANÁ, PARTICIPANDO DO CURSO APERFEIÇOAMENTO EM AUDITORIA NO SUS, ENCONTRO PRESENCIAL NOS DIAS 30 E 31/07/2026.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
DATA DA SAÍDA: 29/07/2026
DATA DE RETORNO: 31/07/2026
CIDADE DE DESTINO: CURITIBA-PR **Código do IBGE:** 4106902
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99-OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 02 (DUAS) **PERNOITE: (**X) SIM ( ) NÃO.
VALOR UNITÁRIO R$: 500,00 (QUINHENTOS REAIS)
N.º DE DIÁRIAS: 1 (UMA) **PERNOITE:** ( ) SIM (x) NÃO.
VALOR UNITÁRIO R$: 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS**)**
VALOR TOTAL DIÁRIAS R$: 1.250,00 (HUM MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)

PALMITAL,24 DE JULHO DE 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thalia Tainá de Souza Laskoski
Código Identificador:BA9B3F96

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1301/2026
A Secretaria Municipal de Obras e urbanismo do município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: DARLAN AURELIO DUTRA
MATRÍCULA n.º 54007
CARGO: ARQUITETO/URBANISTA
CPF N. 073.977.999-06
OBJETIVO DA VIAGEM: PROJETO ALIANÇA BIM PARANÁ-PITANGA
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 28/07/2026
Data de Retorno: 28/07/2026
CIDADE DE ORIGEM:PALMITAL
CIDADE DE DESTINO:PITANGA-PR **Código do IBGE**: 4119608
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 5 - EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS:1/2 (MEIA) **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$:125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS)
VALOR TOTAL R$: 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS)

Palmital/PR, 27 de julho de 2026

KIMBERLY KETES ROSSI
Secretária de Obras e Urbanismo

Publicado por:
Thalia Tainá de Souza Laskoski
Código Identificador:47238DE7

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 1302/2026
A Secretária Municipal de obras e urbanismo do município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: MATHEUS AUGUSTO LOPES SCHON
MATRÍCULA N° 54764
CARGO: ENGENHEIRO CIVIL
CPF N° 106.394.249-70
OBJETIVO DA VIAGEM: PROJETO ALIANÇA BIM PARANÁ-PITANGA
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 28/07/2026
Data de Retorno: 28/07/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL-PR
CIDADE DE DESTINO: PITANGA-PR **Código do IBGE**: 4119608
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 5- EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: ½ (MEIA) **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 125,00(CENTO E VINTE E CINCO REAIS)
VALOR TOTAL R$: 125,00(CENTO E VINTE E CINCO REAIS)

Palmital/PR, 27 de Julho de 2026.

KIMBERLY KETES ROSSI
Secretária de Obras e Urbanismo

Publicado por:
Thalia Tainá de Souza Laskoski
Código Identificador:C68199FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1317/2026
A Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor, conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: PATRICIA FREITAS DOS SANTOS
MATRÍCULA n.º 54373
CARGO: CHEFE DE DIVISÃO DE COMPETIÇÕES.
CPF N. 068.765.579-01
OBJETIVO DA VIAGEM: CAPACITAÇÃO TÉCNICA DO CRAS E SCFV
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 30/07/2026
Data de Retorno: 30/07/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA - PR **Código do IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: 1/2 (MEIA) **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS)
VALOR TOTAL R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS)

Palmital/PR, 29 de Julho de 2026

VIVIANE AURÉLIO DUTRA FRANCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Thalia Tainá de Souza Laskoski
Código Identificador:DC860A35

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1318/2026

A Secretária Municipal de Assistência social do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: DANIELI FERNANDA AURELIO
CARGO: PSICÓLOGA
MATRÍCULA n.º53702
CPF N.083.606.719-31
OBJETIVO DA VIAGEM: CAPACITAÇÃO TÉCNICAS DO CRAS E SCFV
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 30/07/2026
Data de Retorno: 30/07/2026
CIDADE DE ORIGEM:PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 - OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS OA TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: 1/2 (MEIA) **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS)
VALOR TOTAL R$: 125,00 (CENTO E VINTE E CINCO REAIS)

Palmital/PR, 30 de Julho de 2026

VIVIANE AURÉLIO DUTRA FRANCO
Secretária Municipal Assistência Social

Publicado por:
Thalia Tainá de Souza Laskoski
Código Identificador:CE53DFC6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO
TESTE SELETIVO 002/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL, entidade da Administração Pública Direta com sede na Rua Moisés Lupion, 1001, Centro, Palmital/PR, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, CNPJ/MF nº 75.680.025/0001/82, neste ato legalmente representada pelo Prefeito, **Sr**. **ROBERTO CARLOS ROSSI**.

CONTRATADO: GISELE FERREIRA DE SOUZA, brasileira, portadora do RG 13.697.165-4 e inscrita no CPF/MF 105.552.809-18, residente e domiciliada no Pov Palmitalzinho, Rural, Casa 02, Palmital-Pr

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO TÉCNICA DE PROFESSORA, COM CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS SEMANAIS. O CONTRATO SERÁ REGIDO PELA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESPECÍFICA E O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

DATA DO CONTRATO: 03 de agosto de 2026.

VIGÊNCIA: 18 de junho de 2027.

VALOR DA REMUNERAÇÃO: R$ 2.565,31 (dois mil e quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos), de acordo com o art. 3.1 do edital do Teste Seletivo 02/2026.

FORO: Comarca de Palmital.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO
TESTE SELETIVO 002/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL, entidade da Administração Pública Direta com sede na Rua Moisés Lupion, 1001, Centro, Palmital/PR, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, CNPJ/MF nº 75.680.025/0001/82, neste ato legalmente representada pelo Prefeito, **Sr**. **ROBERTO CARLOS ROSSI**.
CONTRATADO: GUSTAVO VIEGAS FERREIRA, brasileira, portadora do RG 14.996.896-2 e inscrita no CPF/MF 157.580.089-66, residente e domiciliada na Rua Juarez Dalzoto, Loteamento, Palmital-Pr
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO TÉCNICA DE PROFESSORA, COM CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS SEMANAIS. O CONTRATO SERÁ REGIDO PELA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESPECÍFICA E O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.
DATA DO CONTRATO: 03 de agosto de 2026.
VIGÊNCIA: 18 de junho de 2027.
VALOR DA REMUNERAÇÃO: R$ 2.565,31 (dois mil e quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos), de acordo com o art. 3.1 do edital do Teste Seletivo 02/2026.
FORO: Comarca de Palmital.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO
TESTE SELETIVO 002/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL, entidade da Administração Pública Direta com sede na Rua Moisés Lupion, 1001, Centro, Palmital/PR, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, CNPJ/MF nº 75.680.025/0001/82, neste ato legalmente representada pelo Prefeito, **Sr**. **ROBERTO CARLOS ROSSI**.
CONTRATADO: ELI ROSA, brasileira, portadora do RG 4983467-5 e inscrita no CPF/MF 700.555.309-82, residente e domiciliada no Rua Princesa Isabel, 340, Palmital-Pr,
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO TÉCNICA DE PROFESSORA, COM CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS SEMANAIS. O CONTRATO SERÁ REGIDO PELA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESPECÍFICA E O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.
DATA DO CONTRATO: 03 de agosto de 2026.
VIGÊNCIA: 18 de junho de 2027.
VALOR DA REMUNERAÇÃO: R$ 2.565,31 (dois mil e quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos), de acordo com o art. 3.1 do edital do Teste Seletivo 02/2026.
FORO: Comarca de Palmital.

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:058123A8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 24/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 69/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: MAURICIO POYER ME, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Rua Maximiliano Vicentin, 153, M2 AUTO CENTER - CEP: 85270000 - Bairro: Centro, Palmital/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.314.456/0001-78, neste ato por seu representante Legal, Senhor MAURICIO POYER, portador do RG nº 8.***.***-0/SES SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-23.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS

DATA DO CONTRATO: 11/08/2026
VIGÊNCIA: 10/08/2027
VALOR TOTAL: R$ 683.000,00 (Seiscentos e Oitenta e Três Mil Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

GESTOR:ANDRESSA NAIRNE
FISCAL: DILCELIA REGINA MARTINS

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:E77E2B75

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 24/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 69/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: PEREIRA DA SILVA & CAETANO LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Rua Maximiliano Vicentin, 1444, - CEP: 85270000 - Bairro: Centro, Palmital/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.520.566/0001-02, neste ato por seu representante Legal, Senhor ALESSANDRO PEREIRA DA SILVA, portador do RG nº *** SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-05.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS

DATA DO CONTRATO: 11/08/2026
VIGÊNCIA: 10/08/2027
VALOR TOTAL: R$ 92.000,00 (Noventa e Dois Mil Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

GESTOR:ANDRESSA NAIRNE
FISCAL: DILCELIA REGINA MARTINS

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:450D425C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 484/2026

PORTARIA Nº 484/2026

SÚMULA: Designa Agente de Contratação e Pregoeiro e Nomeia equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de designação dos agentes públicos responsáveis pela condução dos procedimentos licitatórios e das contratações diretas no âmbito da Administração Pública Municipal;

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor **ANTONIO FERRAZ DE LIMA NETO**, matrícula nº 51788, inscrito no CPF 669.***.***-91, ocupante do cargo de Técnico de Controle de Licitação, para exercer a função de **Agente de Contratação e Pregoeiro**, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 2º - Ficam nomeados para compor a **Equipe de Apoio**, destinada a auxiliar o Agente de Contratação e Pregoeiro no desempenho de suas atribuições, os seguintes servidores:
I – **SUZIELEN SOARES KLABUNDE**, matrícula nº 50661;
II – **VANDERLEI RETCHESKI**, matrícula nº 51335;

Parágrafo único. Cabe aos servidores acima mencionados prestar assistência técnica e operacional ao Agente de Contratação e Pregoeiro no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º - Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e Pregoeiro a tomada de decisões, acompanhamento do trâmite das licitações, o impulsionamento dos procedimentos licitatórios e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento dos certames até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.
§ 1º - O Agente de Contratação e Pregoeiro, convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as suas atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.
Art. 4º- Os servidores designados nesta Portaria atuarão em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, seus regulamentos e demais normas aplicáveis às licitações e contratações públicas.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Portarias nº 491/2025, nº 424/2025 e nº 456/2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 03 de agosto de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:1E3F31F9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CENTRAL DE ÁGUA, ESGOTO E SERVIÇOS CONCEDIDOS DO LITORAL DO PARANÁ - CAGEPAR
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ERRATA:
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO // PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 9/2026 // PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 58752/2026
A Diretora-Geral da Central de Água, Esgoto, e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná; FAÇO SABER que foi considerada inexigível a licitação n° 09/2026, que objetiva aquisição de 01 (uma) inscrição para participar do "1 CBF - Congresso Brasileiro de Fiscalização", que ocorrerá entre 11 e 14 de Agosto de 2026 em Curitiba - PR. , com a empresa DATALEGIS - Consultoria, Ensino & Pesquisa. - CNPJ Nº 01.031.983/0001-96, valor global de R$ 1.890,00 (hum mil, oitocentos e noventa reais), visando promover a qualificação de seus

servidores, na forma do Art. 74, III, alínea f, da lei 14.133/21. Publique-se.
Paranaguá, 10 de agosto de 2026.

Publicado por:
Mateus Figueiredo Reccanello
Código Identificador:4CE89CDA

CENTRAL DE ÁGUA, ESGOTO E SERVIÇOS CONCEDIDOS DO LITORAL DO PARANÁ - CAGEPAR
PORTARIA Nº 40, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

"Designação de responsável"

A Diretora-Geral da Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná – CAGEPAR, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Complementar nº 181/2015, e em conformidade com a Lei Complementar nº 46/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), resolve:
Art. 1º **DESIGNAR** Márcia Cristina da Silva Cavazzani como responsável pelo acompanhamento e controle do cumprimento da Agenda de Obrigações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

Paranaguá, 11 de agosto de 2026.

DANIELE ORMENEZE JANOSKI
Diretora-Geral

Publicado por:
Mateus Figueiredo Reccanello
Código Identificador:1BFD6715

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
PROCESSO Nº 39.289/2026

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação predial e manutenção preventiva/corretiva sob demanda", de acordo *as especificações mínimas contidas no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.*

TIPO: **Menor Preço por Lote**

DATA DA ABERTURA: 26/08/2026 – HORÁRIO: 10:00 horas

VALOR ESTIMADO: **R$ R$ 113.647,08 (cento e treze mil, seiscentos e quarenta e sete reais e oito centavos)**.

ENDEREÇO:
https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5D71_634Uyl6YaiOVVn0 H04MjB6Ijg3hnSAT3skrblz417_eFeYQUgY9VbuB3qdRsajF FB_6mePJyaRu7TVPopb6w9yzJxGFxT XgdiXfOw%2F%2FI%3D **e** https://www.paranaguaprev.com.br/

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006 com as alterações da Lei Complementar Federal nº 147/2014 e demais legislação correlatas.

Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira na Rua Gabriel de Lara, nº 1307 – Leblon, no horário das 08:00 às 11:30 e das 14:00 às 17:30 horas ou pelo telefone nº (41) 3721 9260.

PARANAGUÁ, 11 de agosto de 2026.

CLAUDINÉIA PINTO DOS SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:796A05C2

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 – PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA

O presente Edital tem por objeto o credenciamento de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a operar com os recursos garantidores do Regime Próprio de Previdência Social do Munícipio de Paranaguá/Paranaguá Previdência, compreendendo administradores e/ou gestores, distribuidores, corretoras, instituições financeiras emissoras de ativos financeiros e outras instituições previstas na regulamentação vigente observadas as disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025, Resolução CMN nº 4.553/2017, da Portaria 1.467/2022, da Política de Investimentos do RPPS e demais normas aplicadas

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Nos termos da legislação aplicável, somente poderão receber recursos para investimentos, as instituições financeiras previamente credenciadas junto a este RPPS, observado o cumprimento dos requisitos previstos neste Edital e na Legislação vigente.
As instituições financeiras que não atenderem as exigências estabelecidas neste Edital não serão credenciadas, ficando impedidas de receber recursos desse RPPS.
O Credenciamento constitui requisito de habilitação para futuras e eventuais aplicações financeiras, não gerando direito subjetivo ao recebimento de recursos nem obrigação de investimento por parte do RPPS

1. OBJETO
1.1. Torna-se público o presente Edital para o Credenciamento, sem qualquer exclusividade e sem qualquer ônus, de Instituições Gestoras e Administradoras de Fundos de Investimentos, devidamente regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou Banco Central do Brasil (Bacen), aptos a operar com recursos do RPPS de receber recursos do PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, com fiel observância às resoluções e demais normas que regulamentam a aplicação de recursos previdenciários no mercado financeiro nacional.
1.2. Constitui requisito indispensável para realização de aplicações financeiras com recursos do PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA todas as Instituições Gestoras e Administradoras de Fundos de Investimentos, as Instituições Financeiras emissoras de ativos financeiros aptos a receberem diretamente as aplicações do PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, as Instituições Financeiras bancárias que realizam a gestão da carteira administrada do PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, os Custodiantes e as Corretoras ou Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários sejam credenciadas na forma do presente Edital.
1.3. Nos termos da Resolução CMN nº 5.272/2025, o RPPS somente poderá aplicar recursos em cotas de classes de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as condições regulamentares vigentes, inclusive a de que o administrador ou o gestor do fundo seja instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, classificada como Segmento 1 (S1) ou Segmento 2 (S2), nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional, admitindo-se, para fins exclusivos de atendimento a esse requisito, que o gestor ou o administrador seja integrante do mesmo conglomerado prudencial da instituição enquadrada nesses segmentos, na forma do art. 21, § 8º, da Resolução CMN nº 5.272/2025.
1.4. Para fins de comprovação da exigência do item 1.3, poderão ser disponibilizadas as seguintes informações:
a) Extrato de Consulta ao Banco Central (Relação de Conglomerados Prudenciais):
b) Relatório ou tela de consulta extraída do site oficial do Banco Central do Brasil que demonstre a relação de instituições enquadradas nos Segmentos S1 a S5, comprovando o enquadramento da instituição interessada ou de seu respectivo conglomerado.

Declaração Formal de Enquadramento (Autodeclaração sob as penas da lei):
Declaração assinada pelos diretores ou representantes legais da instituição, afirmando que ela (ou o conglomerado prudencial ao qual

pertence, conforme o Art. 21, § 8º da Resolução 5.272/25) está classificada como S1 ou S2.
Link oficial de verificação: A indicação do caminho eletrônico no site do Banco Central onde a diretoria de Finanças e o Comitê de Investimentos possam validar a informação em caráter de diligência.
1.5. O prévio credenciamento aplica-se igualmente às instituições financeiras bancárias emissoras de ativos financeiros aptos a receber diretamente aplicações do RPPS, inclusive quando se tratar de ativos de renda fixa com obrigação ou coobrigação de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observados o art. 1º, § 1º, inciso VI, alínea 'b', da Resolução CMN nº 5.272/2025, o art. 103, § 4º, e o art. 107, § 4º, da Portaria MTP nº 1.467/2022

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DO CREDENCIAMENTO.
2.1. A participação neste Credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital.
2.2. O Credenciamento poderá ser efetuado de forma manual ou eletrônica.
2.3. As instruções para as Instituições Gestoras e Administradoras de Fundos de Investimentos, as Instituições Financeiras Bancárias emissoras de ativos financeiros aptos a receberem diretamente as aplicações do PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, as Instituições Financeiras bancárias que realizam a gestão da carteira administrada do PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, Custodiantes e as Corretoras ou Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, efetuarem o Credenciamento, estão disponíveis no Anexo I.
2.4. A análise da potencialidade fiduciária das Instituições Gestoras e Administradoras de Fundos de Investimentos observará os quesitos básicos estabelecidos no Anexo I deste Edital.
2.5. O credenciamento das instituições deverá estar relacionado à boa qualidade de gestão, à capacidade operacional, à estrutura de gerenciamento de riscos, ao ambiente e à política de controles internos, ao histórico de experiência de atuação, à solidez patrimonial, ao volume de recursos sob administração, à exposição ao risco reputacional, ao padrão ético de conduta e à aderência da rentabilidade de indicadores de desempenho e a outros destinados à mitigação de riscos e ao atendimento aos princípios de segurança, proteção e prudência financeira.
2.6. Os documentos indicados serão submetidos à análise técnica e parecer do Comitê de Investimentos, sendo que somente as Instituições que forem consideradas aptas pela Diretoria de Finanças e pela Presidência do RPPS, fundamentada no parecer do Comitê, terão o status de Instituição Credenciada.
2.7. As Instituições em processo de credenciamento são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações constantes nos documentos apresentados.
2.8. As Instituições Gestoras e Administradoras de Fundos de Investimentos, as Instituições Financeiras bancárias que realizam a gestão da carteira administrada, Custodiantes, Corretoras e Distribuidores que mantém relacionamento financeiro com o PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA não estão dispensados de participar deste processo seletivo de Credenciamento.
2.9. O Credenciamento das Instituições junto ao PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, terá validade pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, quando a análise do Credenciamento de cada Instituição deverá ser reavaliada, sendo que, as Instituições Credenciadas, serão responsáveis por manter atualizadas quaisquer fatos relevantes e/ou alterações pertinentes referentes à documentação enviada para o Credenciamento.
2.9.1 Será submetido à nova análise por parte do Comitê de Investimentos todos os documentos de atualização das Instituições, no término do prazo estipulado no caput anterior ou a qualquer momento, quando da opção de investimento.
2.10. Após o Credenciamento e aprovação do Comitê de Investimento junto com a Diretoria Financeira e pela Presidência do RPPS, será fornecido o Termo de Credenciamento. A instituição financeira credenciada deverá manter-se regular perante os órgãos reguladores e autorreguladores competentes, tais como Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários e ANBIMA, conforme aplicável. Deverá, ainda, comunicar imediatamente ao RPPS qualquer fato relevante, alteração societária, mudança na estrutura de controle, alteração da equipe responsável pela gestão dos recursos, sanções administrativas, processos relevantes ou eventos que possam impactar sua capacidade operacional, sua reputação ou o cumprimento das obrigações assumidas no âmbito da gestão dos recursos previdenciários.
2.11. O credenciamento não possui caráter definitivo, estando condicionado à manutenção das condições técnicas, operacionais, regulatórias e de governança que fundamentaram a sua concessão.
2.11.1. Ensejará o descredenciamento imediato da instituição, independentemente de notificação prévia: a perda de autorização de funcionamento perante o BACEN ou CVM; a alteração do enquadramento prudencial que desatenda aos critérios S1/S2 exigidos pela Resolução CMN 5.272/25; o envolvimento comprovado em fraudes financeiras ou sanções graves aplicadas pelos órgãos reguladores; o descumprimento reiterado do dever de prestar informações ao RPPS.
2.12. Os credenciamentos de instituições que não atendam aos requisitos estabelecidos na Resolução CMN nº 5.272/2025 não deverão ser renovados, cabendo ao RPPS realizar, com diligência, a seleção e a manutenção das instituições aptas a operar com seus recursos. O credenciamento tem por finalidade assegurar a prévia habilitação das instituições passíveis de seleção, não se justificando a manutenção de credenciamento de instituições que não atendam às condições legais e regulamentares aplicáveis.
2.13. O credenciamento não encerra o dever de diligência da Paranaguá Previdência. Durante todo o período de relacionamento com a instituição credenciada, poderão ser realizados monitoramentos periódicos destinados a verificar a manutenção das condições técnicas, operacionais, prudenciais, regulatórias e reputacionais que fundamentaram o credenciamento, podendo ser solicitadas informações complementares, documentos atualizados, reuniões técnicas, visitas institucionais ou diligências sempre que consideradas necessárias pela Diretoria de Finanças, pela Presidência do RPPS, pelo Comitê de Investimentos ou pelos Conselhos.

3. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO.
3.1. Somente poderão ser credenciadas as Instituições Financeiras Gestoras e Administradoras de Fundos de Investimentos, Instituições Financeiras Bancárias emissoras de ativos financeiros aptos a receberem diretamente as aplicações do PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, as Instituições Financeiras bancárias que realizam a gestão da carteira administrada do PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, Custodiantes e Corretoras ou Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários devidamente autorizadas a funcionar no País pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou Banco Central (Bacen), cuja finalidade e ramo de atuação estejam em consonância com o objeto deste Edital.
3.2. O processo de credenciamento abrangerá, além da análise documental, a avaliação da capacidade operacional para atendimento às demandas do RPPS, a avaliação qualitativa da estrutura de governança, dos controles internos, da gestão de riscos, da política de compliance, dos mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, bem como da exposição a riscos legais, operacionais e reputacionais da instituição credenciada. A análise observará os princípios de diligência, prudência e transparência, em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS e com a Resolução CMN nº 5.272/2025, podendo o credenciamento ser indeferido caso sejam identificadas fragilidades relevantes nesses aspectos.
3.3. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais situações a seguir:
- Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública;
- Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- Estejam sob intervenção, falência, dissolução ou liquidação;
- Que discordem com as condições e termos propostos neste Edital.

4. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O CREDENCIAMENTO.
4.1. Para Gestoras, Administradoras e Instituições Financeiras Bancárias:
Ato Constitutivo, Estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrada em cartório, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada da ata da assembleia da última eleição de seus administradores e diretoria, devidamente registrada;

Comprovação de Enquadramento Prudencial (Resolução CMN nº 5.272/2025):
a) Declaração formal emitida e assinada pelos representantes legais da instituição financeira, sob as penas da lei, atestando o seu enquadramento (ou do conglomerado prudencial ao qual pertença) no Segmento 1 (S1) ou Segmento 2 (S2) do Banco Central do Brasil, nos termos do art. 21, § 8º, da Resolução CMN nº 5.272/2025;
b) Cópia do extrato de consulta, relatório ou publicação oficial do Banco Central do Brasil que demonstre a classificação da instituição ou de seu respectivo conglomerado prudencial nos referidos segmentos.
- Ato de Registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou outro órgão competente;
- Formulário de Referência da CVM atualizado (do Gestor e do Administrador).
- Demonstrações Financeiras auditadas do último exercício social.
- Código de Ética e Conduta, Política de Gestão de Riscos e Política de Compliance/PLD-FT (Prevenção à Lavagem de Dinheiro).
- Certidões de ações cíveis, criminais e falimentares da Justiça Federal e Estadual da sede da empresa.
- Prova de regularidade quanto a inexistência de Débitos de Tributos Municipais;
- Prova de regularidade quanto a inexistência de Débitos de Tributos Estaduais;
- Prova de regularidade quanto à inexistência de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e INSS (Certidão Conjunta).
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Relatório de *Due Diligence* ANBIMA Seção da Instituição;
- Relatório *Due Diligence* ANBIMA Seção dos Fundos;
- Relatório Due Diligence Seção dos Resumos Profissionais
- Relatório de *Rating*, *quando houver*;
- Organograma societário atualizado.

4.2. Para Distribuidoras e Corretoras:
- Ato Constitutivo, Estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrada em cartório, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada da ata da assembleia da última eleição de seus administradores e diretoria, devidamente registrada;
- Ato de Registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou outro órgão competente;
- Prova de regularidade quanto a inexistência de Débitos de Tributos Municipais;
- Prova de regularidade quanto a inexistência de Débitos de Tributos Estaduais;
- Prova de regularidade quanto à inexistência de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e INSS (Certidão Conjunta).
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
- Contrato para distribuição e mediação do produto ofertado, quando não previsto no regulamento do Fundo;
- Organograma societário atualizado.

4.3. Para Custodiantes:
- Ato Constitutivo, Estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrada em cartório, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada da ata da assembleia da última eleição de seus administradores e diretoria, devidamente registrada;
- Ato de Registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou outro órgão competente;
- Prova de regularidade quanto a inexistência de Débitos de Tributos Municipais;
- Prova de regularidade quanto a inexistência de Débitos de Tributos Estaduais;
- Prova de regularidade quanto à inexistência de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e INSS (Certidão Conjunta).
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
- Contrato para custódia de Títulos Públicos;
- Organograma societário atualizado.

4.4. Para a Instituição Financeiras bancária que realiza a gestão da carteira administrada:
- Ato Constitutivo, Estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrada em cartório, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada da ata da assembleia da última eleição de seus administradores e diretoria, devidamente registrada;
- Ato de Registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou outro órgão competente;
- Comprovação de Enquadramento Prudencial (Resolução CMN nº 5.272/2025):
a) Declaração formal emitida e assinada pelos representantes legais da instituição financeira, sob as penas da lei, atestando o seu enquadramento (ou do conglomerado prudencial ao qual pertença) no Segmento 1 (S1) ou Segmento 2 (S2) do Banco Central do Brasil, nos termos do art. 21, § 8º, da Resolução CMN nº 5.272/2025;
b) Cópia do extrato de consulta, relatório ou publicação oficial do Banco Central do Brasil que demonstre a classificação da instituição ou de seu respectivo conglomerado prudencial nos referidos segmentos."
- Formulário de Referência da CVM atualizado (do Gestor e do Administrador).
- Demonstrações Financeiras auditadas do último exercício social.
- Código de Ética e Conduta, Política de Gestão de Riscos e Política de Compliance/PLD-FT (Prevenção à Lavagem de Dinheiro).
- Certidões de ações cíveis, criminais e falimentares da Justiça Federal e Estadual da sede da empresa.
- Prova de regularidade quanto a inexistência de Débitos de Tributos Municipais;
- Prova de regularidade quanto a inexistência de Débitos de Tributos Estaduais;
- Prova de regularidade quanto à inexistência de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e INSS (Certidão Conjunta).
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Organograma societário atualizado.

4.5. Os documentos requisitados e anexados deverão estar dentro da validade quando da entrega ao PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA. Quando o documento não dispuser de data de validade, a mesma deverá ser considerada como 90 (noventa) dias da data de emissão do documento

5. INTEGRAÇÃO DE CRITÉRIOS ESG (Sustentabilidade).
Em observância às diretrizes de governança estabelecidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025, a instituição credenciada declara que:
5.1. Política ESG.
Para a efetivação do credenciamento, a instituição Financeira interessada deverá apresentar cópia de sua Política Formal de Integração de Riscos e Oportunidades Ambientais, Sociais e de Governança (ESG) em seus processos de investimento.
5.2. Pactos e Certificações.
A instituição Financeira deverá declarar e comprovar se é signatária de pactos globais de sustentabilidade, tais como o PRI (Principles for Responsible Investment), ou se utiliza metodologias de triagem ESG auditáveis.
5.3. Evidenciação.
Compromete-se a fornecer os relatórios periódicos ou apresentar em lâmina de fundos as métricas de sustentabilidade adotadas, quando solicitado pela diretoria de Finanças, pela Presidência ou pelo Comitê de Investimentos do PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA.
5.4. Obrigações da Instituição Credenciada:
- Manter, durante todo o período de relacionamento com o PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela regulação vigente.
- Disponibilizar mensalmente, ou sempre que solicitado, os informes de rentabilidade, composição de carteira (respeitados os prazos de confidencialidade da CVM) e relatórios de risco dos fundos detentores de cotas do RPPS.
- Comunicar imediatamente ao PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA qualquer alteração relevante em seu controle societário, equipe de gestão principal ou desenquadramentos passivos e ativos sofridos pelos fundos.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS.

6.1. O Paranaguá Previdência poderá realizar entrevistas técnicas, reuniões institucionais, visitas técnicas, consultas aos órgãos reguladores, solicitação de documentos complementares ou qualquer outra diligência considerada necessária antes da decisão de credenciamento.

6.2. O RPPS poderá utilizar informações públicas disponibilizadas pela CVM, Banco Central, ANBIMA, B3, Ministério da Previdência, Tribunal de Contas e demais órgãos reguladores para subsidiar a análise do credenciamento.

6.3. Os documentos que deverão ser apresentados para o Credenciamento deverão estar dentro de sua validade na data do Cadastramento, sem rasuras, emendas ou borrões, em sua via original ou cópia simples, sendo que, sua veracidade, poderá ser efetuada pelo PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, a qualquer momento, por comparação ao documento original (quando cópia) ou pela validação no site emissor do documento/certidão.

6.4. Os documentos ou certidões que não contiverem, em sua via, data de validade, considerar-se-ão válidos por até 90 (noventa) dias contados a partir da sua data de emissão.

6.5. A qualquer tempo a Instituição poderá ter o Credenciamento alterado, suspenso ou cancelado, sem que caiba qualquer indenização aos credenciados.

6.6. Não existirá um número mínimo ou máximo de vagas para Credenciamento, pois se trata da formação de um banco de credenciados para prestação de serviços para o RPPS.

6.7. O Credenciamento não estabelece quaisquer obrigações do PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA em estabelecer qualquer vínculo contratual ou realizar aplicações financeiras, relação comercial ou de efetuar aplicações em fundos de investimento.

6.8. Não será efetuado nenhum tipo de Credenciamento a não ser nos moldes dispostos neste Edital.

6.9. O Credenciamento poderá sofrer atualizações, alterações ou modificações, conforme haja necessidade, tanto por parte do PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA como por necessidade de adequação legal, tendo que, os já credenciados, deverão se adequar ao novo instrumento editalício para que seja mantido válido o Credenciamento efetuado.

6.10. A aprovação ou reprovação da instituição Financeira interessada dependerá da verificação objetiva do atendimento aos requisitos deste Edital e das normas aplicáveis, mediante análise técnica motivada do Comitê de Investimentos, da Diretoria de Finanças, ou da Presidência do RPPS com registro formal em parecer e/ou ata, observados os critérios de impessoalidade, isonomia, transparência, diligência e aderência à Política de Investimentos do RPPS.

6.11. Todos os documentos, pareceres, atas, diligências, consultas, comunicações e decisões relacionados ao credenciamento deverão ser mantidos em processo administrativo próprio, preferencialmente em meio digital, de forma a assegurar a rastreabilidade, a transparência e a adequada instrução dos atos praticados pela unidade gestora do RPPS.

6.12. O credenciamento não gera direito subjetivo à realização de aplicações financeiras, permanecendo a decisão de investimento condicionada às análises do Comitê de Investimentos, da Diretoria de Finanças, da Presidência, da Política de Investimentos, da conjuntura econômica, da estratégia da carteira e da legislação vigente.

6.13. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação e poderá ser revisado e alterado a qualquer momento a critério do PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, integrando este edital, o Anexo I.

Paranaguá, PR, 10 de agosto de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente
Certificação CP RPPS DIRIG I Básico

SIDNEI FRANÇA DOS SANTOS
Diretor de Finanças
Certificação CPA-10 ANBIMA
Certificação CP RPPS CGINV II Intermediário
Certificação CP RPPS DIRIG I Básico

Publicado por:
Sidnei França Dos Santos
Código Identificador:3DF75498

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

> "Homologa o Julgamento, realizado pela Pregoeira, do Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 001/2026, dando outras providências."

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

I – Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 117 de 11 de junho de 2026, sobre o Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 001/2026, que tem por objeto: **"Contratação de pessoa jurídica especializada para atuar como Agente de Integração de Estágios, compreendendo recrutamento, seleção, triagem, suporte técnico-administrativo e cobertura de seguro",** para atender as necessidades da Paranaguá Previdência de acordo com as especificações mínimas contidas no Termo de Referência, conforme inteiro teor do Processo Administrativo nº 32.988/2026, e seus anexos, tendo como Empresa vencedor o " **Centro de Integração de Estudantes – Estágios CIN**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.233.240/0001-24.

II – Este Termo entrará em vigor nessa data.

Paranaguá, 11 de agosto de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:70F2AF51

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 002/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

> "Homologa o Julgamento, realizado pelo Pregoeiro, do Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 002/2026, dando outras providências."

O DIRETOR PRESIDENTE DA PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

I – Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira, nomeado pela Portaria nº 117 de 11 de junho de 2026, sobre o Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 002/2026, que tem por objeto: "**contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de locação de 01 (um) veículo utilitário tipo SUV (*Sport Utility Vehicle*), sem motorista, com quilometragem livre, cobertura de seguro total, assistência 24 horas, fornecimento de veículo reserva e manutenção integral inclusa**", para atender as necessidades da Paranaguá Previdência de acordo com as especificações mínimas contidas no Termo de Referência, conforme inteiro teor do Processo Administrativo nº 38624/2026, e seus anexos, tendo como Empresa vencedora a **BON VOYAGE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 52.540.232/0001-36.

II – Este Termo entrará em vigor nessa data.

Paranaguá, 11 de agosto de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:A74C0F14

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.069

DECRETO Nº 2.069

"Transpõe os cargos comissionados e funções gratificadas que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Complementar nº 349/2026, e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam transpostos os cargos e funções gratificadas, sem necessidade de exoneração e nomeação:

I - do cargo

SIGLA	CARGO	SIMBOLO	NOME
SEMAD	Coordenador do Núcleo de Controle e Registro Funcional	DAS-3	ANTONIO AIRTON ARAUJO ALVES
SEMAD	Coordenador de Atendimento I	DAS-3	LETICIA DAMASCENO TEIXEIRA
SEMAD	Coordenador de Atendimento II	DAS-3	MARIA LUCIENE DE FRANÇA
SEMAD	Coordenador de Atendimento III	DAS-3	MELL LITZENDORF
SEMAD	Supervisor de Atendimento	DAS-3X	VITORIA MENDES BELO

II - para o cargo

SIGLA	CARGO	SIMBOLO	NOME
SEMSA	Coordenador	DAS-3	ANTONIO AIRTON ARAUJO ALVES
SEMSA	Coordenador	DAS-3	LETICIA DAMASCENO TEIXEIRA
SEMSA	Coordenador	DAS-3	MARIA LUCIENE DE FRANÇA
SEMSA	Coordenador	DAS-3	MELL LITZENDORF
SEMSA	Coordenador-Geral	DAS-3X	VITORIA MENDES BELO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 11 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:F807D2BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.716

LEI Nº 4.716, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a criação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - CRAM no Município de Paranaguá e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Paranaguá, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - CRAM, vinculado à Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial.

§1º O CRAM constitui equipamento público destinado ao atendimento especializado e multidisciplinar de mulheres em situação de violência.

§2º O CRAM constitui serviço permanente da política municipal de enfrentamento à violência contra a mulher, voltado à promoção da proteção, autonomia e garantia de direitos das mulheres.

§3º A atuação do CRAM observará as diretrizes estabelecidas:

I - na Lei Maria da Penha;
II - na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres;
III - na Lei Municipal nº 4.052, de 27 de julho de 2021, que institui a Rede de Proteção à Mulher Parnanguara;
IV - no Plano Municipal dos Direitos da Mulher vigente no Município de Paranaguá.

CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES

Art. 2º O CRAM tem por finalidade prestar atendimento especializado à mulher em situação de violência ou violação de direitos, visando:
I - promover o acolhimento e a escuta qualificada da mulher;
II - contribuir para o fortalecimento da autonomia feminina;
III - promover o resgate da autoestima, dignidade e cidadania;
IV - apoiar o rompimento do ciclo da violência;
V - garantir orientação e encaminhamento aos serviços da rede de proteção;
VI - contribuir para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher no Município.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - CRAM:

I - acolher, atender e acompanhar mulheres vítimas de quaisquer formas de violência;
II - prestar atendimento multiprofissional nas áreas social, psicológica e jurídica;
III - promover atendimento psicossocial visando à superação das consequências da violência sofrida;
IV - orientar as mulheres sobre seus direitos e sobre os mecanismos legais de proteção;
V - encaminhar as mulheres atendidas aos serviços da rede de proteção, incluindo saúde, assistência social, segurança pública e justiça;
VI - desenvolver ações educativas, preventivas e de sensibilização voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher;
VII - promover atividades formativas e iniciativas voltadas à geração de renda e autonomia econômica das mulheres;
VIII - atuar em articulação com os órgãos e instituições responsáveis pela execução das políticas públicas voltadas à proteção das mulheres;
IX - produzir e sistematizar dados e informações sobre os atendimentos realizados, resguardado o sigilo das usuárias;
X - acompanhar e monitorar os casos atendidos.

CAPÍTULO IV
DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 4º O CRAM atuará em articulação institucional com os órgãos e instituições responsáveis pela execução das políticas públicas voltadas à proteção das mulheres, inclusive aqueles que compõem a Rede de Proteção à Mulher Parnanguara, instituída pela Lei Municipal nº 4.052/2021.

§1º A articulação prevista neste artigo tem por finalidade promover atendimento integrado às mulheres em situação de violência.

§2º A cooperação institucional ocorrerá com observância da autonomia administrativa e das competências legais de cada órgão ou entidade participante.

CAPÍTULO V
DOS PRINCÍPIOS DE ATENDIMENTO

Art. 5º O atendimento prestado pelo CRAM observará os seguintes princípios:

I - dignidade da pessoa humana;
II - igualdade de gênero;
III - confidencialidade e proteção das informações;
IV - respeito à autonomia da mulher;
V - atendimento humanizado.

Parágrafo único. O atendimento deverá garantir ambiente adequado, reservado e seguro para acolhimento das mulheres atendidas.

CAPÍTULO VI
DA EQUIPE TÉCNICA

Art. 6º O atendimento do CRAM será realizado por equipe multidisciplinar disponibilizada pelo Município, composta por servidores ou profissionais contratados na forma da legislação vigente, conforme disponibilidade administrativa e orçamentária.

CAPÍTULO VII
DAS PARCERIAS E RECURSOS

Art. 7º Para a execução das atividades do CRAM, o Município poderá:

I - celebrar convênios e termos de cooperação com órgãos públicos;
II - firmar parcerias com instituições de ensino e organizações da sociedade civil;
III - desenvolver ações integradas com os órgãos que compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher;
IV - captar recursos provenientes de programas governamentais, transferências voluntárias e cooperação institucional;
V - receber recursos oriundos de emendas parlamentares, destinados à implementação, manutenção ou ampliação das atividades do CRAM.

Parágrafo único. As parcerias com entidades privadas observarão a legislação vigente aplicável, especialmente a Lei nº 13.019/2014.

CAPÍTULO VIII
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 8º O órgão gestor responsável promoverá o monitoramento das atividades desenvolvidas pelo CRAM.

§1º Deverá ser elaborado relatório anual de atividades, contendo, entre outros elementos:

I - número de atendimentos realizados;
II - perfil das mulheres atendidas;
III - principais demandas identificadas;
IV - encaminhamentos realizados na rede de proteção;
V - avaliação das ações desenvolvidas.

§2º Os dados produzidos deverão preservar a identidade e a privacidade das mulheres atendidas.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 11 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:268C644F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.717

LEI Nº 4.717, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a remoção de veículos abandonados em vias públicas, no âmbito do município de Paranaguá e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Poderão ser removidos ao pátio público municipal ou pátio credenciado pelo Município os veículos que se enquadrem nas seguintes situações:

I – veículos abandonados em vias ou logradouros públicos;
II – veículos estacionados ou parados em desacordo com a legislação de trânsito cuja infração preveja a penalidade de remoção;
III - veículos abandonados ou em situação de infração estacionados em áreas privadas de uso coletivo, tais como estacionamentos de supermercados, centros comerciais, hospitais ou estabelecimentos similares, quando constatada a permanência irregular ou abandono do veículo, mediante solicitação formal do responsável pelo estabelecimento ou proprietário do imóvel, observadas as disposições do Código de Trânsito Brasileiro;
IV – veículos que representem risco à segurança viária, à mobilidade urbana ou à saúde pública;
V – veículos envolvidos em infrações administrativas previstas no Código de Trânsito Brasileiro que determinem a penalidade de remoção;
VI – veículos sem condição de circulação que permaneçam em via pública causando obstrução da via ou degradação do espaço urbano.

Art. 2° A remoção de veículos de que trata esta Lei será considerada medida administrativa e deverá observar os seguintes procedimentos:

I – nos casos de veículos abandonados, será afixado aviso no veículo, concedendo prazo mínimo de 05 (cinco) dias para sua retirada voluntária;
II – decorrido o prazo sem a devida regularização ou remoção pelo responsável, o veículo poderá ser removido ao pátio;
III – nos casos de infração de trânsito cuja penalidade seja remoção, esta poderá ocorrer de forma imediata, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro;
IV – quando o veículo representar risco à segurança viária, à mobilidade urbana ou à saúde pública, a remoção poderá ser realizada imediatamente, independentemente de notificação prévia;
V – será lavrado termo de remoção contendo, no mínimo, a identificação do veículo, local, data, hora e motivo da remoção.

Parágrafo único. A notificação poderá ser realizada por meio físico ou eletrônico, ou outro meio idôneo que assegure a ciência do interessado, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 3° A remoção será realizada pela autoridade municipal de trânsito ou por empresa devidamente contratada ou credenciada pelo

Município, mediante registro administrativo contendo a identificação do veículo, local, data, horário e motivo da remoção.

Art. 4° Os veículos removidos serão encaminhados ao pátio público municipal ou a pátio devidamente autorizado, destinado à guarda e custódia.

Art. 5° A restituição do veículo ao proprietário ou responsável ficará condicionada:

I – à regularização das irregularidades que motivarem a remoção;
II – ao pagamento das despesas de remoção e estadia;
III – ao cumprimento das demais exigências previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 6° O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei por Decreto, estabelecendo os procedimentos de fiscalização, remoção, guarda, notificação e destinação final dos veículos.

Art. 7° O Poder Executivo fica autorizado a realizar a concessão, permissão ou credenciamento de empresa especializada para prestação dos serviços de remoção, guarda, depósito e liberação de veículos removidos nas vias e logradouros públicos do Município e em áreas de uso coletivo.

§1° A contratação ou credenciamento deverá observar a legislação aplicável às contratações públicas e os princípios da administração pública.

§2° A empresa responsável ficará encarregada da operação do pátio, remoção, guarda e custódia dos veículos removidos, conforme normas estabelecidas pelo órgão executivo municipal de trânsito.

§3° Os valores referentes aos serviços de remoção e estadia poderão ser cobrados diretamente do proprietário ou responsável pelo veículo, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 8° Os valores arrecadados decorrentes da remoção, guarda, estadia e demais serviços relacionados à custódia dos veículos recolhidos nos termos desta Lei serão destinados ao Fundo Municipal de Trânsito, quando existente, ou em conta específica vinculada ao órgão executivo municipal de trânsito.

§1° Os recursos mencionados neste artigo deverão ser aplicados prioritariamente em ações de engenharia de tráfego, fiscalização, sinalização, educação para o trânsito e melhoria da mobilidade urbana.

§2° A destinação e aplicação dos recursos observarão as normas previstas no Código de Trânsito Brasileiro e na legislação municipal pertinente.

Art. 9° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se integralmente a Lei Promulgada nº 613/2020.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 11 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:0BD17082

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.719

LEI Nº 4.719, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre o auxílio-alimentação aos Vereadores da Câmara Municipal de Paranaguá."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Art. 1º Esta Lei disciplina o auxílio-alimentação devido aos Vereadores da Câmara Municipal de Paranaguá, observadas as disposições nela estabelecidas.

Art. 2º O auxílio-alimentação destina-se ao custeio parcial de despesas com alimentação e refeição relacionadas ao exercício do mandato parlamentar.

Art. 3º O auxílio-alimentação possui natureza indenizatória, não remuneratória, e:

I - não se incorpora ao subsídio;
II - não constitui base de cálculo para contribuição previdenciária;
III - não serve de base de cálculo para gratificações, adicionais ou quaisquer outras parcelas;
IV - não se confunde com diárias, verba de representação, verba de gabinete ou qualquer outra parcela de natureza distinta;
V - não poderá ser utilizado como forma direta ou indireta de majoração do subsídio.

CAPÍTULO II
DO VALOR, DO PAGAMENTO E DAS VEDAÇÕES

Art. 4º O auxílio-alimentação será pago mensalmente, em pecúnia, no valor correspondente a 600 UFM Unidades Fiscais do Município.

§ 1º Para fins de proporcionalidade, desconto ou restituição, o valor diário do auxílio-alimentação corresponderá à divisão do valor mensal por 30.

§ 2º O valor do auxílio-alimentação será atualizado sempre que houver atualização da Unidade Fiscal do Município, observado o disposto na legislação orçamentária e fiscal.

§ 3º Havendo disponibilidade orçamentária e financeira, poderá ser paga décima terceira parcela do auxílio-alimentação.

Art. 5º É vedada a percepção cumulativa do auxílio-alimentação com benefício de mesma natureza custeado por outro órgão ou entidade pública, relativamente ao mesmo período.

Parágrafo único. Na hipótese de acumulação constitucional de cargos, empregos, funções públicas ou mandatos, o beneficiário deverá optar formalmente pela percepção do auxílio-alimentação em apenas um dos vínculos.

CAPÍTULO III
DAS HIPÓTESES DE NÃO PAGAMENTO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO

Art. 6º O auxílio-alimentação não será devido ao Vereador:

I - licenciado sem percepção de subsídio, enquanto não houver exercício do mandato;
II - afastado do exercício do mandato por decisão judicial ou administrativa, enquanto perdurar o afastamento;
III - quando houver pagamento de diária que compreenda despesas com alimentação relativas ao mesmo período ou fato gerador;
IV - quando constatada percepção cumulativa indevida de benefício de mesma natureza;
V - nas demais hipóteses incompatíveis com a finalidade indenizatória do benefício.

Art. 7º O pagamento do auxílio-alimentação será suspenso ou cessado nas seguintes hipóteses:

I - a pedido do Vereador;
II - renúncia, perda, extinção ou término do mandato;
III - licença ou afastamento incompatível com a percepção do benefício;
IV - constatação de acumulação indevida;
V - percepção irregular;
VI - superveniência de situação legal ou administrativa incompatível com sua concessão.

§ 1º O valor a ser descontado ou restituído será obtido pela multiplicação do valor diário do auxílio-alimentação pela quantidade de dias indevidamente pagos, limitado ao valor mensal do benefício.

§ 2º Constatado pagamento indevido, o beneficiário deverá restituir os valores recebidos, sem prejuízo das demais medidas administrativas e legais cabíveis.

CAPÍTULO IV
DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 8º A concessão do auxílio-alimentação dependerá de requerimento formal do Vereador interessado, dirigido ao Departamento de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal de Paranaguá, conforme modelo constante do Anexo Único desta Lei.

§ 1º O requerimento deverá conter:

I - identificação do interessado;
II - declaração de não percepção de benefício de mesma natureza custeado por outro órgão ou entidade pública relativamente ao mesmo período;
III - opção formal, na hipótese de acumulação constitucional de cargos, empregos, funções públicas ou mandatos;
IV - ciência quanto à responsabilidade pelas informações prestadas;
V - assinatura do requerente.

§ 2º O Departamento de Gestão de Pessoas poderá solicitar documentos e informações complementares indispensáveis à análise do pedido.

Art. 9º Recebido o requerimento, o Departamento de Gestão de Pessoas analisará a regularidade formal e material do pedido, verificando:

I - a condição de Vereador em exercício;
II - a inexistência de vedação legal à concessão;
III - eventual acúmulo indevido do benefício;
IV - a compatibilidade das informações prestadas com os registros funcionais e administrativos.

§ 1º Preenchidos os requisitos legais, o pedido será deferido e o benefício implantado.

§ 2º Constatada irregularidade, ausência de requisito ou necessidade de complementação documental, o requerente será intimado para saneamento no prazo de 5 dias úteis.

§ 3º O indeferimento do pedido deverá ser motivado.

Art. 10. O auxílio-alimentação será pago a partir do mês de deferimento do requerimento, observada, quando cabível, a proporcionalidade.

Parágrafo único. O pagamento do auxílio-alimentação não impede a revisão posterior de sua regularidade administrativa e legal.

Art. 11. Compete ao Departamento de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal de Paranaguá:

I - receber, autuar e analisar os requerimentos;
II - verificar a documentação apresentada;
III - fiscalizar eventual acúmulo indevido ou percepção irregular;
IV - promover a implantação, suspensão, cessação, desconto ou restituição do benefício;
V - manter registro atualizado dos beneficiários e das decisões administrativas.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINAIS
Art. 12. A Câmara Municipal de Paranaguá deverá consignar, em sua proposta orçamentária anual, os recursos necessários à manutenção e atualização do auxílio-alimentação disciplinado por esta Lei.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Paranaguá, no elemento de despesa correspondente ao auxílio-alimentação, suplementada se necessário.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 11 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

ANEXO ÚNICO

REQUERIMENTO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO - VEREADOR

À Câmara Municipal de Paranaguá

Departamento de Gestão de Pessoas

Nome completo: _____
Cargo: Vereador(a)
Telefone: _____
E-mail: _____

O(A) Vereador(a) acima identificado(a) requer a concessão do auxílio-alimentação, nos termos da Lei nº ____/2026, declarando, para os devidos fins:

I - que se encontra em exercício do mandato parlamentar;

II - que não percebe benefício de mesma natureza custeado por outro órgão ou entidade pública relativamente ao mesmo período;

III - que, na hipótese de acumulação constitucional de cargos, empregos, funções públicas ou mandatos, opta pela percepção do benefício exclusivamente neste vínculo;
IV - que tem ciência de que informação falsa ou omissa poderá ensejar indeferimento, suspensão, cessação do benefício e restituição dos valores recebidos indevidamente, sem prejuízo das demais medidas administrativas e legais cabíveis.

Nestes termos,

pede deferimento.

Paranaguá, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Vereador(a)

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:8140DB44

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.720

LEI Nº 4.720, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre o auxílio-alimentação dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Paranaguá, revoga a Lei nº 4.092, de 22 de novembro de 2021, e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei disciplina o auxílio-alimentação devido aos servidores efetivos e aos ocupantes de cargos em comissão da Câmara Municipal de Paranaguá, observadas as disposições nela estabelecidas.

§ 1º O auxílio-alimentação possui natureza indenizatória e destina-se ao custeio parcial das despesas com alimentação relacionadas ao exercício das atribuições funcionais.

Art. 2º São beneficiários do auxílio-alimentação os servidores efetivos em exercício na Câmara Municipal de Paranaguá e os ocupantes de cargo em comissão vinculados ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, mensalmente, em folha de pagamento, observado o valor previsto nesta Lei e a proporcionalidade dos dias de efetivo exercício.

Art. 4º Para os fins desta Lei, consideram-se dias de efetivo exercício aqueles assim reconhecidos pela legislação municipal aplicável aos servidores públicos, inclusive as hipóteses de afastamento e ausência legalmente equiparadas ao efetivo exercício.

CAPÍTULO II
DO VALOR E DAS VEDAÇÕES

Art. 5º O valor mensal do auxílio-alimentação será de 600 UFM (seiscentas Unidades Fiscais do Município), mantido o parâmetro econômico atualmente adotado na legislação substituída.

§ 1º O valor diário do benefício, para fins de pagamento proporcional, descontos e restituições, será obtido mediante a divisão do valor mensal por 30 (trinta).

§ 2º O valor mensal do benefício será automaticamente atualizado sempre que houver atualização da Unidade Fiscal do Município, sem prejuízo de revisão por lei específica.

§ 3º O servidor que exceder sua jornada semanal não fará jus a qualquer acréscimo no valor do benefício.

§ 4º Havendo disponibilidade orçamentária e financeira, poderá ser paga décima terceira parcela do auxílio-alimentação.

Art. 6º É vedada a percepção cumulativa do auxílio-alimentação com outro benefício de mesma natureza custeado pelos cofres públicos, relativamente ao mesmo período.

§ 1º O servidor que acumular cargo ou emprego público, na forma da Constituição Federal, fará jus ao auxílio-alimentação em apenas um dos vínculos, mediante opção formal.

§ 2º O auxílio-alimentação não poderá:

I - ser incorporado ao vencimento, remuneração, provento, pensão ou a qualquer outra vantagem, para quaisquer efeitos;
II - servir de base de cálculo para quaisquer adicionais, gratificações ou vantagens pecuniárias;
III - ser caracterizado como salário-utilidade ou prestação in natura;
IV - ser objeto de descontos não previstos em lei.

CAPÍTULO III
DAS HIPÓTESES DE NÃO CONCESSÃO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO

Art. 7º O auxílio-alimentação não será devido ao servidor:

I - inativo;
II - em licença para tratar de interesses particulares;
III - em licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;
IV - em licença por motivo de doença em pessoa da família, quando não considerada, pela legislação aplicável, como hipótese de efetivo exercício;
V - afastado sem percepção de remuneração;
VI - cedido a outro órgão ou entidade sem ônus para a Câmara Municipal de Paranaguá, salvo disposição legal em contrário.

Art. 8º O auxílio-alimentação será suspenso ou cessado nas seguintes hipóteses:

I - a pedido do servidor;
II - vacância do cargo efetivo;
III - exoneração do cargo em comissão;
IV - passagem para a inatividade;
V - afastamento ou licença incompatível com a percepção do benefício;
VI - acumulação indevida;
VII - percepção irregular;
VIII - demais situações incompatíveis com a finalidade indenizatória do benefício.

§ 1º Na hipótese de afastamento ou ausência durante todos os dias úteis do mês, o desconto corresponderá a 30 (trinta) dias, observado o controle administrativo de frequência.

§ 2º Verificado, a qualquer tempo, pagamento indevido do auxílio-alimentação, o servidor deverá restituir os valores recebidos, sem prejuízo das demais medidas administrativas e legais cabíveis.

§ 3º O valor a ser restituído ou descontado será obtido mediante a multiplicação do valor diário do benefício pela quantidade de dias úteis não trabalhados ou indevidamente computados, limitado ao valor mensal do benefício.

§ 4º Quando da exoneração do cargo em comissão, o auxílio-alimentação não será computado para incidência sobre verbas rescisórias.

CAPÍTULO IV
DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 9º A concessão do auxílio-alimentação dependerá de requerimento do servidor, dirigido ao Departamento de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal de Paranaguá, na forma do Anexo I desta Lei.

§ 1º O requerimento deverá conter, no mínimo:

I - identificação do servidor;
II - matrícula, cargo e lotação;
III - declaração de que não percebe benefício de mesma natureza custeado por outro órgão ou entidade pública relativamente ao mesmo período;
IV - opção formal pelo benefício neste vínculo funcional, na hipótese de acumulação constitucional de cargos ou empregos públicos;
V - assinatura do requerente.

§ 2º O Departamento de Gestão de Pessoas poderá exigir documentos ou informações complementares indispensáveis à análise do pedido.

Art. 10. Recebido o requerimento, o Departamento de Gestão de Pessoas procederá à análise de sua regularidade formal e material, verificando:

I - o vínculo funcional do requerente com a Câmara Municipal de Paranaguá;
II - o preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício;
III - a inexistência de vedação legal;
IV - eventual acumulação indevida de benefício de mesma natureza;
V - a compatibilidade das informações prestadas com os registros funcionais e de frequência.
§ 1º Verificado o atendimento dos requisitos legais, o pedido será deferido e o benefício implantado em folha de pagamento.

§ 2º Constatada irregularidade, ausência de requisito ou necessidade de complementação documental, o requerente será intimado para saneamento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de indeferimento.

§ 3º O indeferimento será motivado.

§ 4º Compete ao Departamento de Gestão de Pessoas promover a implantação, suspensão, cessação, revisão, desconto e restituição do auxílio-alimentação, bem como exercer o controle permanente da regularidade de sua concessão, observado o disposto nesta Lei.

Art. 11. O auxílio-alimentação será devido a partir do mês em que ocorrer o deferimento do requerimento, observada a proporcionalidade dos dias de efetivo exercício.

Parágrafo único. A concessão do benefício não dispensa o controle mensal de frequência nem impede a revisão administrativa de sua regularidade, podendo a Administração, a qualquer tempo, verificar a manutenção dos requisitos legais para sua percepção e adotar as medidas cabíveis nas hipóteses de pagamento indevido.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINAIS

Art. 12. A Câmara Municipal de Paranaguá deverá consignar, em sua proposta orçamentária anual, os recursos necessários à manutenção e atualização do auxílio-alimentação instituído por esta Lei.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Paranaguá, no elemento de despesa correspondente ao auxílio-alimentação, suplementada se necessário.
Art. 14. Fica revogada, integralmente, a Lei nº 4.092, de 22 de novembro de 2021.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 11 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

ANEXO ÚNICO

REQUERIMENTO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

À CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

Nome completo: _____
Matrícula: _____
Cargo: _____
Lotação: _____
Telefone: _____
E-mail: _____

O(A) servidor(a) acima identificado(a) requer a concessão do Auxílio-Alimentação, nos termos da Lei nº _____/2026, declarando, para os devidos fins:

1. que está em efetivo exercício na Câmara Municipal de Paranaguá;
2. que não percebe benefício de mesma natureza custeado por outro órgão ou entidade pública, relativamente ao mesmo período;
3. que, na hipótese de acumulação constitucional de cargos ou empregos públicos, opta pela percepção do benefício exclusivamente neste vínculo funcional;
4. que tem ciência de que a prestação de informação falsa ou omissa poderá ensejar indeferimento, suspensão, cancelamento do benefício e restituição dos valores percebidos indevidamente, sem prejuízo das demais medidas administrativas e legais cabíveis.

Nestes termos,
pede deferimento.

Paranaguá, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Vereador(a)

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:D6845378

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.721

LEI Nº 4.721, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

"Denomina como "Acesso Mandicuera" o logradouro público que liga a Rua Crispim do Nascimento à sede da Associação de Cultura Popular Mandicuera, no Município de Paranaguá."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado como "Acesso Mandicuera" o logradouro público que liga a Rua Crispim do Nascimento à sede da Associação de Cultura Popular Mandicuera, localizado no Município de Paranaguá.

Art. 2º O Poder Executivo deverá proceder às atualizações cadastrais e administrativas necessárias para o reconhecimento oficial da denominação, inclusive junto aos órgãos de planejamento, cartografia e serviços públicos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 11 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:4BB9B6C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.722

LEI Nº 4.722, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

"Autoriza o Poder Executivo a denominar de "Arthur Chaves Borba", a uma rua, logradouro ou espaço público no Município de Paranaguá."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a denominar de "Arthur Chaves Borba", a rua, ou espaço público no Município de Paranaguá.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Paranaguá, através das suas secretarias competentes, deverá promover todas as anotações e as sinalizações que se fizerem necessárias para o fiel cumprimento da presente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 11 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:901B76EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 06 AO CONTRATO N° 166/2023 VICTOR DOS PASSOS PEDROSO - ME CNPJ: 11.477.768/0001-77

EXTRATO DE ADITIVO 06 AO CONTRATO N° 166/2023
VICTOR DOS PASSOS PEDROSO - ME
CNPJ: 11.477.768/0001-77

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
VICTOR DOS PASSOS PEDROSO - ME

Data: 12/08/2026

Objeto: Aditivo 06 ao Contrato nº **166/2023**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **06 (SEIS) MESES** contados a partir de **01 DE SETEMBRO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **31 DE MARÇO DE 2027**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 06 (seis) meses.
Pregão Eletrônico n°: 076/2023
Processo Administrativo n°: 59989/2025

Valor: R$ 630.668,90 (seiscentos e trinta mil, seiscentos e sessenta e oito reais e noventa centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
VICTOR DOS PASSOS PEDROSO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:31EF56BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 062/2026 CAIOBA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA CNPJ: 40.388.611/0001-73

EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 062/2026
CAIOBA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
CNPJ: 40.388.611/0001-73

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CAIOBA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Data: 12/08/2026

Objeto: **Apostilamento 01 ao Contrato nº 062/2026.** "O presente Instrumento tem como objetivo a Designação de Novo Fiscal de Contrato, conforme segue:

FISCAL TITULAR: Olívia Permegiani Vilarinho, Matrícula 96201-3.
FISCAL SUBSTITUTO: Jorge Luis Pinho Woll, Matrícula 97235-2.

Fundamentação Legal: Art. 117, da Lei 14.133/21."

Dispensa de Licitação n°: 027/2026
Processo Administrativo n°: 55411/2026

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:CD7F19F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 063/2026 PMT GESTÃO EM SAÚDE LTDA CNPJ: 17.431.088/0001-07

EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 063/2026
PMT GESTÃO EM SAÚDE LTDA
CNPJ: 17.431.088/0001-07

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
PMT GESTÃO EM SAÚDE LTDA

Data: 12/08/2026

Objeto: **Apostilamento 01 ao Contrato nº 063/2026.** "O presente Instrumento tem como objetivo a Designação de Novos Fiscais de Contrato, conforme segue:

ÁREA DE ENFERMAGEM
FISCAL TITULAR: Silviani Santos Moreira, Matrícula 95888-4.
FISCAL SUBSTITUTO: Barbara Kulik Alleman Evangelista, Matrícula 97886-1.

ÁREA MULTIPROFISSIONAL
FISCAL TITULAR: Rafaela Mendes Soccio Coelho Netto, Matrícula 12998.
FISCAL SUBSTITUTO: Fernanda Scomação Pereira de Carvalho, Matrícula 8997.

ÁREA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL
FISCAL TITULAR: Murilo Cereda da Silva, Matrícula 986161.

FISCAL SUBSTITUTO: Samuel Augusto Gentilin, Matrícula 98540.

ÁREA FINANCEIRA E DE MEDIÇÃO
FISCAL TITULAR: Ana Paula Pinheiro da Silveira, Matrícula 9434.
FISCAL SUBSTITUTO: Eliane Costa Mariano, Matrícula 5730.

FISCAL GERAL DO CONTRATO
FISCAL TITULAR: Grazielle Potibala Carneiro Lobo, Matrícula 7396-2.
FISCAL SUBSTITUTO: Olívia Permegiani Vilarinho, Matrícula 96201-3.

Fundamentação Legal: Art. 117, da Lei 14.133/21."

Dispensa de Licitação n°: 027/2026
Processo Administrativo n°: 55411/2026

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:D59A509D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. 75, INCISO XV DA LEI 14133/2021 - SEMSA

Município de Paranaguá – CNPJ nº. 76.017.458/0001-15

O Município de Paranaguá, através da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento de todos, que tem interesse na **Contratação de empresa para execução de contratação de instituição brasileira sem fins lucrativos, com finalidade estatutária compatível com o objeto pretendido e detentora de inquestionável reputação ética e profissional, para prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria administrativa destinados à identificação, análise, levantamento, instrução, assessoramento, acompanhamento e suporte técnico relacionados à recuperação administrativa de créditos decorrentes da defasagem dos valores da Tabela SUS, bem como da aplicação do Índice de Valoração do Ressarcimento – IVR, perante o Ministério da Saúde, conforme especificação abaixo:**

INICIO DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: 12/08/2026 AS 00:h00m

LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: 14/08/2026 às 23:h59m

E***n***dereço eletrônico para envio dos orçamentos: **compras.saude@paranagua.pr.gov.br**

Paranaguá, 10 de agosto de 2026.

DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
Secretário Municipal de Saúde
Decreto n.º 1.267/20225

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:5E60C14F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – CNPJ Nº 76.017.458/0001-15.
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE– C.N.P.J. Nº 43.942.358/0001-46

Objeto: "Contratação de Instituição Especializada para Prestação de Serviços Técnicos Profissionais destinados à Elaboração de Estudos de Natureza Técnica, Operacional, Econômica, Financeira, Ambiental, Regulatória e Jurídica, com vistas à avaliação da situação atual e à estruturação do modelo mais adequado para a Prestação dos Serviços Públicos de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos no Município de Paranaguá. Os estudos deverão fornecer à Administração Municipal elementos técnicos suficientes para subsidiar a tomada de decisão acerca da forma mais eficiente, econômica e juridicamente segura de organização dos serviços, podendo contemplar, quando demonstrada sua viabilidade, alternativas de execução direta, concessão comum, concessão administrativa, concessão patrocinada, parcerias público-privadas, consórcios públicos, regionalização ou outros modelos admitidos pela legislação. A elaboração dos estudos não implica decisão prévia da Administração quanto à adoção de qualquer modelo específico de gestão, constituindo instrumento de planejamento destinado exclusivamente à produção de conhecimento técnico qualificado para subsidiar futuras decisões administrativas. Com fulcro no artigo 75, inciso XV da Lei Federal n° 14.133/2021, em atendimento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria, e, inteiro teor do processo administrativo nº 45.441/2026.

Processo Administrativo nº: 45.441/2026

Valor da Contratação: 441.000,00 (quatrocentos e quarenta e um mil reais).

Dotação orçamentária: 15.001.2135.0018.0122.0012.3339039.5000.1510

Foro: Paranaguá-Pr

Data: 11/08/2026

MÁRCIO LUIS PEDRERO VEGA
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:09F66EED

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026 PROCESSO Nº 24.173/2026 UASG: 987745–7/2026

O Município de Paranaguá, através do Agente de Contratação/Pregoeiro, torna público, para conhecimento de todos os interessados que a licitação referente ao **Pregão Eletrônico nº 044/2026**, objetivando a **"Contratação de 10 (dez) licenças anuais do pacote Adobe Creative Cloud – Plano All Apps (modalidade corporativa/governamental) ou equivalente, com gerenciamento centralizado, atualizações incluídas e suporte técnico, destinadas ao uso institucional da Prefeitura de Paranaguá"**, está **SUSPENSA**, para análise técnica e administrativa do pedido de esclarecimento apresentado ao instrumento convocatório**.**
Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Contratação, através do e-mail: ronald.sigo@paranagua.pr.gov.br, cpl@paranagua.pr.gov.br.
Paranaguá, 11 de agosto de 2026.

RONALD SILVA GONÇALVES
Pregoeiro

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:2D34F4EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2026

Ratifico todos os atos praticados no presente procedimento – Dispensa de Licitação nº 034/2026, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 14.133/21.

Em consequência homologo o presente procedimento.Paranaguá, 11 de Agosto de 2026.

MÁRCIO LUIS PEDRERO VEGA
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:82DA35CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2026

O Secretário Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria, no uso de suas atribuições legais, que disciplina o Decreto 831/2018;

R E S O L V E:

I. Fica homologado o Processo de Dispensa de Licitação nº 034/2026, que tem por objeto: "Contratação de Instituição Especializada para Prestação de Serviços Técnicos Profissionais destinados à Elaboração de Estudos de Natureza Técnica, Operacional, Econômica, Financeira, Ambiental, Regulatória e Jurídica, com vistas à avaliação da situação atual e à estruturação do modelo mais adequado para a Prestação dos Serviços Públicos de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos no Município de Paranaguá. Os estudos deverão fornecer à Administração Municipal elementos técnicos suficientes para subsidiar a tomada de decisão acerca da forma mais eficiente, econômica e juridicamente segura de organização dos serviços, podendo contemplar, quando demonstrada sua viabilidade, alternativas de execução direta, concessão comum, concessão administrativa, concessão patrocinada, parcerias público-privadas, consórcios públicos, regionalização ou outros modelos admitidos pela legislação. A elaboração dos estudos não implica decisão prévia da Administração quanto à adoção de qualquer modelo específico de gestão, constituindo instrumento de planejamento destinado exclusivamente à produção de conhecimento técnico qualificado para subsidiar futuras decisões administrativas. Com fulcro no artigo 75, inciso XV da Lei Federal n° 14.133/2021, em atendimento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria, e, inteiro teor do processo administrativo nº 45.441/2026.

II. Adjudico o termo de fomento a Contratada: FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE– C.N.P.J. Nº 43.942.358/0001-46.

III. Este Termo entrará em vigor nessa data.

PARANAGUÁ, 11 de Agosto de 2026.

MÁRCIO LUIS PEDRERO VEGA
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:59E7E47A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
PORTARIA Nº 062/2026

PORTARIA Nº 062/2026

Súmula: Designar fiscais e gestores de contratos no âmbito do Consórcio CICA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 117, da Lei Federal 14.133/21, Decreto Federal 11.246/22, Resolução nº 002/2023 do CICA e demais legislações vigentes;

R E S O L V E:

Art. 1º – DESIGNAR como fiscal dos contratos decorrente dos Processo Administrativo nº 007/2025 e nº 011/2025 (Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Combustível, Óleos lubrificantes e Lavagem Veicular, destinados ao Consórcio CICA), o funcionário público **Carlos Henrique da Silva**, ocupante do cargo Técnico Agrícola.
Art. 2º - DESIGNAR como gestor do contrato decorrente do processo supracitado, o funcionário público Hugo Leonardo Vieria, ocupante do cargo de Contador.
Art. 3º - Os funcionários ora designados serão responsáveis pelo fiel cumprimento das contratações e deverão observar as disposições das Legislações vigentes e aplicadas, inclusive quanto à antecedência do pedido de renovação da vigência ou nova contratação, quando for o caso.
Art. 4º - O Setor de Licitações e contratos disponibilizará ao Fiscal e Gestor nomeados, cópia do contrato/ata de registro de preços e demais documentos que sejam necessários para o exercício da fiscalização.
Art. 5º - Os documentos mencionados no art. 4º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, no web site oficial do Consórcio, com a identificação do respectivo fiscal e gestor do contrato objeto da fiscalização.
Art. 6º – A presente designação não representará em ônus ao Consórcio CICA, nem ensejará pagamento de horas extraordinárias de serviço aos funcionários públicos.

Art. 7º - O fiscal e gestor de contrato deverão considerar a Lei Federal 14.133/2021, bem como as demais legislações vigentes para cumprimento adequado do exercício ao qual foram designados.
Art. 8º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, 10 de agosto de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente - CICA

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:7B81E216

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
PORTARIA Nº 063/2026

PORTARIA Nº 063/2026

Súmula: Exonerar a pedido a Diretora Administrativa e Financeira, do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1o Exonerar a pedido, **MARCELA LEITE TONELLO**, do cargo de Diretor Administraticva e Financeira, junto ao Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA, nomeado pela Portaria nº 008/2026, de 02 de fevereiro de 2026; a partir de 12 de agosto de 2026; sendo o último dia trabalhado dia 11 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, 11 de agosto de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente - CICA

C.N.P.J 15.255.346/0001-08
Rua Professora Neusa Cascão Borba, 1691, Paranavaí, Estado do Paraná Telefone(44) 3422-5157 www.consorciocica.com.br

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:22DA2722

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
COMUNICADO

COMUNICADO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR, Ulisses de Souza , no uso de suas atribuições, comunica que o candidato, abaixo relacionado, aprovado na Seleção Competitiva Pública 01/22 e convocado para assumir a vaga de Assistente Administrativo entregou declaração de desistência da vaga.

Função: Assistente Administrativo - Paranavaí	Classificação
Vinicius de Freitas Rangel	24º lugar

Paranavaí, 06 de agosto de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:7AAC58FD

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EDITAL Nº 03/26

CONVOCAÇÃO SELEÇÃO COMPETITIVA PÚBLICA 01/2022

•

•

EDITAL Nº 03/26

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR, Ulisses de Souza , no uso de suas atribuições,

•

•

CONVOCA

1. O candidato, abaixo relacionado aprovado na Seleção Competitiva Pública 01/2022 objeto do Edital nº 01.01/2022, , para no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se apresentar na Sede do **Consórcio Intermunicipal de Saúde/Amunpar**, Rua São Paulo ,nº 150, em Paranavaí-Pr, em horário comercial, para apresentação dos seguintes documentos de admissão (cópia xerox autenticada): Carteira de Trabalho e Previdência Social (original), Comprovante de inscrição no PIS ou PASEP, 1 fotografia 3x4 colorida e recente, Carteira de Identidade, Título de Eleitor, Cadastro Pessoa Física-CPF, Certificado de reservista, Certidão de Casamento, Atestado de Vacinação, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de quatorze anos com Carteira Nacional de Vacinação, Comprovante de Escolaridade e Registro no Orgão de Classe Competente, Último comprovante de votação, justificativa eleitoral ou certidão de quitação, Comprovante de endereço, Declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio, Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Federal onde residiu nos últimos cinco anos.

Função: Assistente Administrativo - Paranavaí	
Juliana Marcelo Xavier	25º lugar

2. Conforme estipulado no Edital 01.01/2022, esta vaga será para lotação em uma das unidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde na cidade de Paranavaí-PR.

Paranavaí, 10 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:926B18DB

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 92/2026

PORTARIA Nº 92/2026
O Diretor Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, Edivan Guerreiro Barão, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestor e Fiscais do Processo de Pregão Eletrônico referente à **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL, MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COPA, COZINHA, EXPEDIENTE, ESCOLAR E PEDAGÓGICO,** nos termos da Resolução nº25/2023 do CIS/AMUNPAR.

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº 358-1
MARCELO DA SILVA GIOTTO	FISCAL	Nº 55-1
ELOISA DE MELO BRITO	FISCAL	Nº 506-1
MARISA FERREIRA DE LIMA	SUPLENTE	Nº399-1

Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Paranavaí, 10 de agosto de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Direção Geral CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:CFD21A2D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA N.º 91/2026

PORTARIA N.º 91/2026

Dispõe sobre a exoneração, a pedido da servidora Marilza de Oliveira do cargo efetivo de Assistente Administrativo e da função de confiança de Gerente de Controle e Avaliação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS – CIS/AMUNPAR, Sr. **Ulisses de Souza**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, especialmente as previstas noArt. 18, alínea "e"do Estatuto Social Consolidado, e:
CONSIDERANDO o pedido de desligamento formalizado pela servidora **MARILZA DE OLIVEIRA**, ocupante do emprego público de **Assistente Administrativo com matrícula 268-1** e da Função de confiança de **Gerente de Controle e Avaliação**, apresentado pelo servidor ao setor de Recursos Humanos e datado em **28/07/26** ;
CONSIDERANDO a manifestação de vontade expressa da servidora em deixar ao cargo efetivo e a função de confiança por **motivos de pessoais;**
CONSIDERANDO que o desligamento refere-se ao vínculo funcional da servidora como **Assistente Administrativo** e à função de confiança de **Gerente de Controle e Avaliação** deste Cis/Amunpar;
*CONSIDERANDO*o disposto noArt. 18, alínea "e"do Estatuto Social Consolidado, que **atribui ao Presidente a competência** para nomear e contratar funcionários, o que atrai, por simetria jurídica, a competência para os atos de exoneração e ou desligamento ;
*CONSIDERANDO*que, embora oArt. 24, alínea "c"do Estatuto preveja competências executivas ao Coordenador-Geral para a administração de pessoal, os atos que envolvem a vacância de cargos efetivos ou funções de direção demandam a formalização pela autoridade máxima do Cis/Amunpar;

CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Cis/Amunpar para a organização de seu quadro de pessoal e a necessidade de formalização dos atos de gestão, em observância aos princípios da **publicidade** e **eficiência** previstos no **Art. 4º da Resolução nº 25/2023**;
RESOLVE:
1. DO DESLIGAMENTO DO FUNÇÃO
Art. 1º. EXONERAR, do quadro de empregados público do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços, a servidora **MARILZA DE OLIVEIRA**, portadora do CPF nº 040.429.599-11, cargo efetivo de **Assistente Administrativo** e da Função de confiança de **Gerente de Controle e Avaliação** deste **Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/ Amunpar**.
Art. 2º. Os efeitos desta exoneração passam a vigorar nesta data.
2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 4º. Esta Portaria entra em nesta data.
Art. 5º. Publique-se no Diário Oficial do Cis/Amunpar e registre-se nos assentamentos funcionais da servidora para os fins administrativos e contábeis necessários.
Paranavaí/PR, 29 de julho de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:9D6BEF00

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA Nº 96/2026

PORTARIA Nº 96/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR, Ulisses de Souza, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Admitir para o quadro de pessoal do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR, nos termos da Resolução 07/2018, a partir da data de 10/08/2026, o jovem aprendiz , conforme a seguir:

NOME	CARGO	NÍVEL
Gabriel Bueno da Silva	Assistente Administrativo-Jovem Aprendiz	Médio

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Paranavaí, 10 de agosto de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:23B916EA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
RESOLUÇÃO 19-2026

RESOLUÇÃO Nº 19/2026, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Revoga expressamente a Resolução nº 06/2024, que estatui regras para o pagamento de despesas através do regime de adiantamento e dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento Eletrônico no âmbito do CIS/AMUNPAR, tendo em vista a superveniência do regramento unificado instituído pela Resolução nº 25/2023, alterada pela Resolução nº 15/2026, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR (CIS/AMUNPAR), Sr. *Ulisses de Souza*, no uso das atribuições legais, contratuais e estatutárias que lhe são conferidas pelo artigo 18, alíneas "a", "c" e "g", do Estatuto Social Consolidado, e em estrito cumprimento às disposições da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, do Contrato de Consórcio Público Consolidado e do artigo 2º, parágrafo primeiro, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), e:
*CONSIDERANDO*a necessidade de racionalização e uniformização do arcabouço normativo que rege as contratações públicas e os regimes de pagamento no âmbito consorcial;
CONSIDERANDO que a **Resolução nº 06/2024**, editada em 26 de junho de 2024, disciplinava o pagamento de despesas sob o regime de adiantamento e a utilização do cartão de pagamento eletrônico na administração do consórcio público;
CONSIDERANDO que a edição superveniente da **Resolução nº 15/2026**, em 15 de julho de 2026, alterou o parágrafo primeiro do artigo 122 da **Resolução nº 25/2023** (regulamento geral de licitações e contratações do CIS/AMUNPAR), fixando o novo limite financeiro do procedimento simplificado de pronto pagamento e pequenas compras no patamar de **R$ 9.823,80 (nove mil, oitocentos e vinte e três reais e oitenta centavos)**, correspondente a três quartos do valor estabelecido no artigo 95, parágrafo segundo, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
CONSIDERANDO que a readequação promovida pela **Resolução nº 15/2026** reestruturou de forma direta a operacionalização do regime de adiantamento e o uso do Cartão de Pagamento Eletrônico nas atividades rotineiras e unidades geridas pelo consórcio público;
CONSIDERANDO a aprovação formal do **Parecer Jurídico Referencial nº 01/2026** e a exalação do Despacho da Direção-Geral do CIS/AMUNPAR em 22 de julho de 2026, os quais estabeleceram a padronização documental e o rito simplificado aplicável aos adiantamentos e compras diretas de baixíssimo valor, com a exigência de preenchimento de checklist e declaração de conformidade;
CONSIDERANDO que a subsistência da **Resolução nº 06/2024** gera duplicidade regulamentar, conflito de limites financeiros e insegurança jurídica frente ao novo arcabouço normativo vigente no âmbito do CIS/AMUNPAR;
CONSIDERANDO a necessidade de orientar os setores operacionais e a fiscalização interna quanto ao rito unificado e à instrução obrigatória das contratações diretas por meio de checklist e atestado de conformidade;
CONSIDERANDO os princípios da eficiência, segurança jurídica, transparência e economicidade regentes da Administração Pública, bem como o dever de promoção da clareza e desburocratização normativa mediante a revogação expressa de regramentos ultrapassados;
RESOLVE:
1. DA REVOGAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL
Art. 1º Fica expressamente **revogada**, em sua totalidade, a **Resolução nº 06**, de 26 de junho de 2024.

Art. 2ºA concessão de adiantamentos de despesas, o uso do Cartão de Pagamento Eletrônico e as aquisições de pronto pagamento passam a ser regidos exclusivamente pelas disposições da Resolução nº 25/2023, com as alterações da Resolução nº 15/2026, c/c a Resolução nº 01/2026, observada a instrução padronizada no Parecer Jurídico Referencial nº 01/2026.

Art. 3ºÉ vedado o fracionamento de despesa no regime de adiantamento, devendo o setor competente manter o controle do somatório anual dos gastos por objetos de mesma natureza, nos termos do art. 75, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º Os adiantamentos concedidos e as prestações de contas iniciadas antes da publicação desta Resolução permanecerão regidos pelas regras vigentes à época de sua concessão.

2. DISPOSIÇÕES FINAIS E VIGÊNCIA

Art. 5º Os casos omissos serão dirimidos pela Direção-Geral do CIS/AMUNPAR, com o auxílio do Departamento Jurídico.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí/PR, 11 de agosto de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:312ED6A5

PROCURADORIA
INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA PGM/SECOM Nº 001/2026

Dispõe sobre as diretrizes e regras para a comunicação institucional, o uso de redes sociais e a divulgação de atos da Administração Pública Municipal pelos titulares dos órgãos e entidades do Poder Executivo de Paranavaí.

A **PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO (PGM)** e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM)**, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o Princípio da Impessoalidade, previsto no art. 37, *caput* e § 1º, da Constituição Federal, que veda a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos na publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronização, alinhamento e segurança jurídica na comunicação institucional do Município de Paranavaí, mitigando riscos de apontamentos por parte dos órgãos de controle, em especial o Ministério Público e o Tribunal de Contas;

CONSIDERANDO as diretrizes já estabelecidas no Manual de Boas Práticas Digitais do Município, que regulamentam a privacidade e a proteção ao uso de imagem de menores nas divulgações institucionais, em estrita observância ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

RESOLVEM:

Art. 1º Ficam estabelecidas as regras para a divulgação de ações, obras, serviços e informações institucionais nas redes sociais e demais canais de comunicação, de cumprimento obrigatório por todos os Secretários Municipais e ocupantes de cargos de chefia ou direção.

Art. 2º A comunicação de atos governamentais deve ter caráter estritamente educativo, informativo ou de orientação social.

§ 1º Fica expressamente vedada a gravação e a publicação de vídeos ou conteúdos que atribuam a realização de obras, serviços ou ações a "pedidos", "ordens" ou "determinações" personalizadas, tais como "a pedido do Prefeito" ou "atendendo a um pedido do Vereador". As ações devem ser comunicadas como realizações da Administração Municipal.

§ 2º É proibida a realização de publicações conjuntas (formato *collab*) em redes sociais institucionais ou pessoais de Secretários com perfis de agentes políticos do Poder Legislativo (vereadores) com o intuito de anunciar entregas ou a resolução de demandas públicas.

Art. 3º A exclusividade e o ineditismo da informação institucional pertencem ao Município.

Parágrafo único. O anúncio de início, andamento ou inauguração de obras, bem como o lançamento de programas, deverá ser divulgado primeiramente e de forma oficial pelos canais da SECOM. Fica vedada a antecipação ("furo de reportagem") desses anúncios em perfis pessoais de Secretários.

Art. 4º É terminantemente proibido o impulsionamento (patrocínio financeiro) de publicações que contenham ações, obras ou serviços das Secretarias Municipais em perfis pessoais de Secretários, servidores ou terceiros.

Parágrafo único. O impulsionamento de conteúdo institucional é prerrogativa exclusiva da SECOM, seguindo os trâmites legais de contratação pública e planejamento de mídia.

Art. 5º Fica proibida a exposição indevida de colaboradores, servidores efetivos ou comissionados em vídeos e publicações de caráter gerencial ou político nas redes sociais dos gestores.

Parágrafo único. A participação de servidores em conteúdos audiovisuais deve ter estrito caráter técnico e institucional, respeitando o direito de imagem e evitando qualquer configuração de constrangimento ou uso político-administrativo da máquina pública.

Art. 6º No que tange à gestão dos perfis institucionais (páginas de Secretarias, Departamentos e Programas):

I - É vedado aos perfis institucionais seguir contas pessoais (CPFs). As redes oficiais devem seguir apenas outros perfis institucionais, governamentais ou de utilidade pública;
II - É proibida a utilização de redes privadas e perfis pessoais de servidores ou Secretários como veículos primários ou exclusivos para a postagem de conteúdos, comunicados ou atos oficiais da instituição;
III - A responsabilidade integral e exclusiva (administrativa, civil e penal) pelo gerenciamento, pela moderação e pelo conteúdo veiculado em perfis institucionais próprios recai inteiramente sobre a respectiva Secretaria ou Departamento titular da conta.

Art. 7º O uso das logomarcas institucionais da Prefeitura Municipal e de suas respectivas Secretarias em qualquer material de divulgação, vídeo ou publicação deve obedecer estritamente aos padrões oficiais de identidade visual.

Parágrafo único. Todos os formatos e aplicações corretas das logomarcas encontram-se centralizados e disponibilizados pela SECOM, sendo vedada a criação de logotipos alternativos, bem como a alteração de cores e proporções ou a inserção de elementos não oficiais nas marcas já existentes.

Art. 8º O descumprimento das regras estabelecidas nesta Instrução Normativa poderá acarretar a responsabilização administrativa do agente, sem prejuízo da apuração de eventuais ilícitos civis ou eleitorais pelos órgãos competentes.

Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí/PR, 29 de julho de 2026.

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora-Geral do Município

AMAURI DE CARVALHO MARTINELI
Secretário Municipal de Comunicação Social

WASHINGTON APARECIDO PINTO
Procurador do Município de Paranavaí
OAB/PR 74.023 Matrícula 10.081

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:127E2508

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 236/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 236/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 39/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º

900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais WANESSA DURANTE** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **Registro de Preços destinado à aquisição de fantasia e pelúcias para o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), por meio da Secretaria Municipal de Educação.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,641328%** referente à variação do IPCA no período de julho/2025 a julho/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 236/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser conforme segue:

Fornecedor: -BARBARA GASPARUCHO GARCIA - BRINQUEDOS					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
2	FANTASIA MASCOTE LEÃO DAREN PROERD - Mascote composto por cabeça, braços, camiseta bordada com o logo do Proerd e brasão PM, calça imitando pernas e parte inferior do animal com patas confeccionadas como calçados com solado emborrachado e resistente. Tamanho adulto. Tamanho ajustável: Deve se adequar a usuários entre 1,60 m a 1,85 m, garantindo ampla possibilidade de uso por diferentes pessoas; DESCRIÇÃO DAS PEÇAS: Cabeça: Dimensões 60cm x 60cm x 70cm, aproximadamente. Modelada e esculpida exclusivamente em espuma de poliuretano em densidades 28 e 33. Revestida internamente em tecido orlon e externamente com pele sintética baixa tecido Diamante 1022, cor Caramelo 047, de 8mm ou 12mm. Juba revestida em pele sintética alta com felpa de 95 mm caramelo. Rosto: O mascote deverá apresentar olhos, focinho, nariz e boca de tamanhos proporcionais à cabeça do leão. Os olhos devem ser telados para permitir a visualização e confeccionados de acordo com a Figura 2 em anexo. Braços/luvas e pernas/calça confeccionadas em pele sintética baixa tecido Diamante 1022, cor Caramelo 047, de 8mm ou 12mm. Calçado: patas inferiores modeladas e com dedos/garras esculpidos em espuma poliuretano, revestidas em pele sintética baixa tecido Diamante 1022, cor Caramelo 047, de 8mm ou 12mm. Com palmilhas em espuma forrada com tecido e meias. Solado emborrachado resistente, em duas camadas, uma lisa e outra corrugada antiderrapante. Camiseta: tamanho EXG, em malha de algodão, cor preta, frente bordada com a marca oficial Proerd, manga esquerda bordada com Brasão da PM. Seguir modelo exibido na Figura 2 em anexo.	Unid.	1	R$ 4.813,50	R$ 4.813,50
Total Fornecedor: R$ 4.813,50 (quatro mil, oitocentos e treze reais e cinquenta centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 236/2025), datada de 16 de setembro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: Andrea de Moura LTDA
CNPJ: 40.318.138/0001-58
Endereço: Rua Luiz Favretto, 135 - La Salle, Pato Branco - PR, 85.505-150
Nome do Representante:
ANDREA DE MOURA
CPF: 028.240.499-60

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:653D4CD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 248/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 248/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 40/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais LUCAS DE OLIVEIRA, ADEMIT GIANDOTTTI JUNIOR, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, ANDREIA MARTINS DE SOUZA, JANE NUNES DE LIMA e WANESSA DURANTE** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **Registro de Preços destinado à aquisição futura e parcelada aquisição e manutenção de extintores de incêndio, bem como de sinalização de segurança, a serem utilizados pelas Secretarias Municipais.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,641328%** referente à variação do IPCA no período de julho/2025 a julho/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 248/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser conforme segue:

Fornecedor: **ANTIFIRE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO LTDA**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
10	Placa Identificação, Material: Pvc - Cloreto de Polivinila, Comprimento: 30 CM, Altura: 15 CM, Acabamento Superficial: Fotoluminescente, Características Adicionais 1: Formato E Texto Conforme Modelo. Podendo ser: S1 - Saída de Emergência - Seta Direita, ou Saída de Emergência - Seta Esquerda, ou Escada de Emergência - Seta Abaixo Direita.Material Antichama Autoextinguível (Não propaga chamas). O Modelo da Placa, será informada pela Secretaria demandante no momento do pedido.	Unid.	408	R$ 4,81	R$ 1.962,48
Total Fornecedor: R$ 1.962,48 (um mil, novecentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 248/2025), datada de 26 de setembro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: Antifire Prevenção Contra Incêndio LTDA
CNPJ: 37.485.592/0001-99
Endereço: Rua Rua General Osório, 427 - Centro, São João - PR, 85.570-000
Nome do Representante:
NATALIA KIMBERLY DESTEFANI DE MEDEIROS
CPF: 047.797.550-00

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:52007DCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 249/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 249/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 40/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais WANESSA DURANTE** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **Registro de Preços destinado à aquisição futura e parcelada aquisição e manutenção de extintores de incêndio, bem como de sinalização de segurança, a serem utilizados pelas Secretarias Municipais.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,641328%** referente à variação do IPCA no período de julho/2025 a julho/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 249/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser conforme segue:

Fornecedor:**DISTRIBUIDORA CARVALHO LTDA**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
11	Extintor Incêndio, Capacidade: 6 KG, Normas Técnicas: Nbr 15808, Aplicação: Classe A, Classe B E Classe C. Material Carga: Pó Químico Seco - Pqs, Características Adicionais: Suporte Fixação Parede, Sinalização, Selo Inmetro. Validade de Carga: 05 anos, Validade do Teste Hidrostático: 05 anos.	Unid.	94	R$ 164,28	R$ 15.442,32
Total Fornecedor: R$ 15.442,32 (quinze mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 249/2025), datada de 30 de setembro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: Distribuidora Carvalho LTDA
CNPJ: 43.477.127/0001-09
Endereço: Rua Rua Padre Dehon, 412 - Hauer, Curitiba - PR,
Representante:
LUCIANO APARECIDO DE CARVALHO
CPF: 881.871.109-10

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:0A9D9764

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 120/2024 (PRORROGAÇÃO DO PRAZO E REAJUSTE DE VALORES) (PROCESSO DIGITAL 27653/2026) REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 120/2024
(PRORROGAÇÃO DO PRAZO E REAJUSTE DE VALORES)
(PROCESSO DIGITAL 27653/2026)

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024

2º (segundo) Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 120/2024 que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ** e a Empresa **CAPUCHO & CAPUCHO LTDA**, na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8.434.594-6 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; e pela Ilma. Diretora Especial de Compras Srª **THAÍS SOARES DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 38.210.307-5 PR, e inscrita no CPF sob nº 059.937.949-92.

CONTRATADA: CAPUCHO & CAPUCHO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.544.441/0001-48, estabelecida à rua Joao Batista Machado, 350, Jardim Curitiba, CEP: 87701-300, Paranavaí-PR, neste ato representada pela Sócia Srª **ANDREIA PSZYBYLSKI CAPUCHO,** brasileira, casada no regime da comunhão parcial de bens, empresária, nascida aos 11/07/1981 em Mandaguari-PR, residente e domiciliada em Paranavaí-PR, na Rua Rafael Bruno, 63, Jardim Nakamura, CEP: 87701-040, portadora da cédula de identidade civil RG Nº 7627120-8/SSP-PR, expedida em 18/01/2016, CPF/MF Nº 007807369-3, doravante denominada contratada resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO ORIGINAL

•

O objeto do presente é a Contratação de empresa para prestação de Serviço de Psicologia e/ou Psicopedagogia para a execução da Terapia Applied Behavior Analysis - ABA, para atendimento dos mandados judiciais através da Secretaria Municipal de Saúde de Paranavaí, no valor de **R$ 25.392,00 (vinte e cinco mil, trezentos e noventa e dois reais)**, e 1º Termo aditivo no valor de R$ **26.705,76 (vinte se seis mil setecentos e cinco reais e setenta e seis centavos)**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO.

Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo de prestação de serviços, objeto, por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento do prazo de execução dos serviços para **19 de agosto de 2027,** nos termos da Cláusula Segunda do Contrato de Prestação de Serviços nº 120/2024, tendo em vista as justificativas e autorização para prorrogação contratual apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde através do Memorando nº 610/2025 e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 28 de dezembro de 2023, edição 2928.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITIVO DE VALOR

Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem reajustar o valor do contrato a partir de 19 de Agosto de 2026, no percentual de 4,327084**%** referente à variação do INPC/IBGE no período de Julho/2026 a Julho/2027, conforme cálculo de Atualização monetária.

§ 1º - O valor deste termo aditivo, após o reajuste, será de **R$ 27.859,44 (vinte se seis mil setecentos e cinco reais e setenta e seis centavos),** pelo período de 12(doze) meses.

§ 2º - O pagamento da importância originada pela presente prorrogação de prazo e reajuste de valor correrá à conta dos recursos provenientes da Dotação Orçamentária:

CLÁUSULA QUARTA – FONTE DE RECURSOS

Secretaria Municipal de Saúde:
04.001.0010.0302.0006.2242.3339039 (Ref 228)

CLÁUSULA QUARTA– DAS CONDIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 120/2024), datado de 06 de maio de 2024.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 11 DE AGOSTO DE 2026.

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

ANDREIA PSZYBYLSKI CAPUCHO
Capucho & Capucho LTDA
Contratado

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:6494DF46

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO INEXIGIBILIDADE Nº 50/2026

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO INEXIGIBILIDADE Nº 50/2026

CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE), DESTINADOS AOS CMEIS E ESCOLAS MUNICIPAIS E FILANTRÓPICAS, PARA ATENDER ALUNOS DE CRECHE, EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, EM ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 4, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, através da Diretora Especial de Compras, Sr.ª Thaís Soares da Silva , no uso das atribuições delegadas por meio do Decreto Municipal nº 24.731/2023, TORNA PÚBLICO aos interessados o chamamento público para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, programa nacional de alimentação escolar (pnae), destinados aos cmeis e escolas municipais e filantrópicas, para atender alunos de creche, educação infantil e ensino fundamental, em atendimento à resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026.

OBJETO:CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE), DESTINADOS AOS CMEIS E ESCOLAS MUNICIPAIS E FILANTRÓPICAS, PARA ATENDER ALUNOS DE CRECHE, EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, EM ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 4, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: As empresas interessadas em se credenciar junto ao municipio de Paranavaí, deverão protocolar a documentação por meio de processo digital , através do seguinte passo: site da Prefeitura do Município de Paranavaí (https://paranavai.atende.net/), após, deverá clicar na opção autoatendimento (https://paranavai.atende.net/autoatendimento/servicos/emissao-de-processo-digital) e por fim, na segunda opção emissão de protocolo, ao lado esquerdo da pagina (https://paranavai.atende.net/autoatendimento/servicos/emissao-de-processo-digital/detalhar/1).

Para participação no credenciamento, os interessados deverão apresentar os documentos de habilitação relacionados no item 8 deste edital e demais condições , sob pena de desqualificação.

A Comissão permanente de Contratação Direta por Credenciamento analisará a documentação protocolada por meio de processo digital a partir do dia **17/08/2026.**

EDITAL: A documentação completa do edital correspondente estará disponível na página eletrônica o Município de Paranavaí: https://paranavai.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais.

INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Paranavaí, situada à Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, Paranavaí – PR., pelo telefone: (44) 3421-2323 ou pelo site www.paranavai.atende.net.Esclarecimentos/impugnações deverão ser enviados através do e-mail: compras@paranavai.pr.gov.br

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 12DE AGOSTODE 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:9086C6B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 14/2026

O Município de Paranavaí torna público que fará realizar, às 09 horas do dia 28 de agosto do ano de 2026, na plataforma eLicita https://elicita.atende.net/, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do Objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Rua João Graff	Construção da Casa da	540,82 m²	360 dias

Schreiber, 362, Jardim Vila Operária	Mulher Paranaense		

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura https://paranavai.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo e na plataforma eLicita https://elicita.atende.net/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Paranavaí/PR, 11 de agosto de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Fabiana Hillmann Militão
Código Identificador:A14B59A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, através da Diretoria Especial de Compras, torna público que, na forma da Lei nº 14.133/2021, fará realizar, às 09 horas do dia 26 de agosto de 2026, PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, por meio da INTERNET, na **Plataforma eLicita**, disponível no endereço eletrônico atende.elicita@ipm.com.br, do tipo menor preço por LOTE, modo de disputa: ABERTO, objetivando o **Registro de Preços para Aquisição de troféus/esculturas (Barrigudas) para o 61º FEMUP/2026 - Festival de Música e Poesia de Paranavaí, por meio da Fundação Cultural de Paranavaí,** com valor máximo estimado de **R$ 34.844,00 (Trinta e quatro mil, oitocentos e quarenta e quatro reais).**
As propostas deverão ser cadastradas na **Plataforma eLicita** até 08:59 horas do dia 26 de agosto de 2026.
A documentação completa do edital correspondente estará disponível na página eletrônica da Prefeitura do Município de Paranavaí: https://paranavai.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo. Esclarecimentos quanto ao Edital serão fornecidos através do e-mail: compras@paranavai.pr.gov.br ou pelo telefone: (44) 3421-2323.

Esclarecimentos quanto ao acesso no sistema operacional serão fornecidos através do e-mail atende.elicita@ipm.com.br ou telefone (47) 3531-1500.

PARANAVAÍ/PR, EM 11 DE AGOSTO DE 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Fabiana Hillmann Militão
Código Identificador:8BF7D268

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: PORTARIA Nº 1506/2026

PORTARIA Nº 1506/2026

Designa servidores para exercer as funções de Fiscal das Atas de Registro de Preços referente aoPregãonº 33/2026.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art.1º Designar os servidores abaixo relacionadospara compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização das Atas de Registro de preços refrente ao Pregão EletrônicoNº 33/2026, celebradaem 24/07/2026, entre o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, por intermédio da Secretarias Municipais e Fundação Cultural de Paranavaí e asempresas

ATA 147/2026 - WML COMERCIO ATACADISTA DE AGUAS LTDA;

cujo objeto é Registro de Preços para aquisição de Água potável destinada ao consumo dos Servidores e usuários atendidos em todas Secretarias e órgãos do Município de Paranavaí.

Secretaria Municipal de Infraestrutura
GestordoContrato:AndressaIntenharteMartin
Fiscal do Contrato: Gilmar Silva de Castro
SuplentedoFiscaldeContrato:GibertodaSilvadeCastro

Secretaria Municipal de Administração
GestordoContrato:ValquiriaPeresdeOliveira;
Fiscal do Contrato: Luciano Aparecido Ribeiro
SuplentedoFiscaldoContrato:MariaGabriellaRodrigues

SecretariaMunicipaldeAgricultura
Gestor do Contrato: Roberto Delmande Silva
FiscaldoContrato:JoãoCezarVarottodeOliveira
SuplentedoFiscaldoContrato:CarlosRobertoDiasGonçalves

SecretariaMunicipaldeAssistênciaSocial,MulhereFamília
GestordoContrato:RosanaMariaMarquesdeFreitas
Fiscal do Contrato: Rafaela dos Santos Silva
SuplentedoFiscaldoContrato:DeniseMeneghettiChaparro

SecretariaMunicipaldeComunicação
GestordeContrato:JeffersonLarsenLima
FiscaldeContrato:MariaEduardadeOliveiraMendesGomes
Suplente do Fiscal do Contrato:Wellington Luan de Farias

ControladoriaGeraldoMunicípio
GestordoContrato:ElicianiBarbosadaSilvaPolido
Fiscal do Contrato: Lígia Alves da Silva Aguiar
SuplentedoFiscaldoContrato:ElmelitaMoreira daSilvaFujimori

SecretariaMunicipaldeDesenvolvimentoUrbano
GestordoContrato:FelippeCossatodaSilva
Fiscal do Contrato: Renata Carvalho Grade
SuplentedoFiscaldoContrato:ThiagoLopesMarques

SecretariaMunicipaldeEducação
GestordoContrato:SandraMarciaBarbarelliMorgado
Fiscal do Contrato: Auro Lima Carvalho

SuplentedoFiscaldoContrato:LucianoGonçalvesdeLima

SecretariaMunicipaldeEsporteseLazer
GestordoContrato:MárcioAssakawa
FiscaldoContrato:Diego FernandoRodrigues
SuplentedoFiscaldoContrato:FernandadosSantosGuimarãesArrabaça

SecretariaMunicipaldeFazenda
Gestor do Contrato: Bráulio Cardoso Daher
FiscaldoContrato:JéssicaFernandesSoares
SuplentedoFiscaldoContrato:DelcidesdeCamargoJúnior

SecretariaMunicipaldeFomentoEconômicoeInovação
GestordoContrato:PatríciaFalaszBertate
Fiscal do Contrato: Felipe Cesca Vilasboa de Vasconcelos
SuplentedoFiscaldoContrato:AndersonCardosodeOliveira

FundaçãoCultural
Gestor do Contrato: Daniel Coelho Virmond
FiscaldoContrato:AnaPaulaMáximodaSilva
SuplentedoFiscaldoContrato:JesusRodriguesSoares

GabinetedoPrefeito
Gestor do Contrato: Rafaela Pereira Santana
FiscaldoContrato:RobertaInêsAraujodeSouza
SuplentedoFiscaldoContrato:PaulaFernandaSilvadosSantos

SecretariaMunicipaldeMeioAmbiente
GestordoContrato:BeatrizCarrarodaPurificação
Fiscal do Contrato:Aparecida de Fátima Ferreira
SuplentedoFiscaldoContrato:BiancaBruningNogueiradaSilva

ProcuradoriaGeraldoMunicípio
GestordoContrato:ViniciusBrianZequimOkabayashi
Fiscal do Contrato: Leonardo Fratini Xavier de Souza
Suplente do Fiscal do Contrato: Sueli Antunes

Secretaria Municipal de Saúde
Gestor do Contrato: João Bruno Navarro Fernandes Jabur
Fiscal do Contrato: Rudney Aparecido de Olievira de Matos
Suplente do Fiscal: Marielza Sestario Pinheiro

Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito
Gestor do Contrato: Matheus Buchner Garcia
Fiscal do Contrato: Sérgia Cristina de Carvalho dos Santos
Suplente do Fiscal: Marcelo Gomes de Souza

Art. 2º A designação formal do fiscal do contrato está conforme indicado pelo ordenador de despesa constanteno Documento de Formalização de Demanda (DFD).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná,11 de agosto de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretoria Especial de Compras

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:FEC45146

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.500/2026

Dispõe sobre a destituição da função gratificada de Supervisão Pedagógica de Servidora efetiva, junto a Escola da Rede Pública Municipal de Educação.

Considerando o processo digital nº 44759/2026, o qual foi encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação,

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Destituir, da função gratificada de Supervisão Pedagógica, os professores abaixo relacionados a partir de 31 de julho de 2026, nos termos do Art. 20, § 3º, da Lei Municipal nº. 2.796/2006.

I – DÉBORA ROSA DA SILVA, Matrícula n.º 9936-1., 20 horas, Centro de Educação Infantil Maria Madalena Fernandes de Souza;

II – GRAZIELA FERNANDO DA SILVA SALVADOR, Matrícula n.º 9536-2, 20 horas, Centro de Educação Infantil Menina Isabela de Souza da Silva;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:D2D2483A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.501/2026

Dispõe sobre a designação de função gratificada de Supervisão Pedagógica às servidoras efetivas, junto a Instituição da Rede Pública Municipal de Educação.

Considerando o processo digital nº 44759/2026, o qual foi encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação,

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Designar, para a função gratificada de Supervisão Pedagógica, os professores abaixo relacionados a partir de 01 de agosto de 2026, nos termos do Art. 20, § 3º, da Lei Municipal nº. 2.796/2006.

I – CASSIANE COSTA DA SILVA, Matrícula nº 7393-2, 20 horas, Cmei Ayrton Senna da Silva;

II – LAIDE APARECIDA DA SILVA, Matrícula nº 4857-2, 20 horas, Centro de Educação Infantil Menino Davi;

III – KEREN BEATRIZ FREIRE VIEIRA, Matrícula nº 9378-3, 20 horas, Centro de Educação Infantil Jacó de Jesus Souza;

IV – GABRIELA ANDREO MARINI, Matrícula nº 9990-1, 20 horas, Centro de Educação Infantil Nossa Senhora do Carmo – Paranavaí;

V – ELIANE TORQUETI KUHNEN, Matrícula nº 9948-220, horas, Centro de Educação Infantil Nossa Senhora do Carmo – Graciosa;

VI – MARIA EDUARDA ROHLING SCHMITZ, Matrícula nº 11946-1, 20 horas, Centro de Educação Infantil Nossa Senhora do Carmo – Graciosa;

VII – PAULA PATRÍCIA FIGUEREDO BARBOSA, Matrícula 9923, 20 horas, Escola Edith Ebiner Eckert;

VIII – BIANCA DE ANDRADE ECKERT, Matrícula nº 8950-2, 20 horas, Escola Hermeto Botelho;

IX – MICHELLE APARECIDA SANCHES MESTRINER, Matrícula nº 7437-1, 20 horas Escola Hermeto Botelho;

X – GRAZIELI BOMBONATO ESCALIANTE COITO, Matrícula nº 10005-2, 20 horas, Centro de Educação Infantil Tia Irene Martos Rocha;

XI – DÉBORA ROSA DA SILVA, Matrícula nº 9936-1 / 9936-2, 40 horas, Centro de Educação Infantil Maria Madalena Fernandes de Souza;

XII – GRAZIELA FERNANDO DA SILVA SALVADOR, Matrícula nº 9536-2 / 9536-3, 40 horas, Centro de Educação Infantil Menina Isabela de Souza da Silva;

XIII – FERNANDA LUCIANO BUGES DOS SANTOS, Matrícula nº 6227-1 / 6227-2, 40 horas, Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:EF463A92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.502/2026

Dispõe sobre a designação de função gratificada de Orientação Educacional à servidora efetiva, junto a Instituição da Rede Pública Municipal de Educação.

Considerando o processo digital nº 44759/2026, o qual foi encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação,

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Designar, para a função gratificada de Orientação Educacional, o professor abaixo relacionado a partir de 01 de agosto de 2026, nos termos do Art. 20, § 2º, da Lei Municipal nº. 2.796/2006.

I – RENATA FERREIRA DA SILVA, Matrícula n.º 11987-1, 20 horas, Escola Hermeto Botelho;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:45032D8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.503/2026

Dispõe sobre nomeação no cargo em comissão de Gerente de Departamento de Eventos – CC3, junto à Fundação Cultural.

Considerando o processo digital nº 44592/2026, encaminhado pela Fundação Cultural;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear o senhor **GESLEI RODRIGUES DA LUZ, C.P.F: 828.XXX.XXX-72**, no cargo em comissão de **GERENTE DE DEPARTAMENTO DE EVENTOS – CC3**, junto à Fundação Cultural, a partir de 11 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:E9D40160

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.505/2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração, ao servidor efetivo, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando o processo digital sob nº 43360/2026, que trata sobre a solicitação de licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração, a servidora **MARINALVA GONCALVES DOS SANTOS**, matrícula nº 5433-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Combate a Endemias, pelo período de 17/08/2026 a 05/09/2026, conforme processo digital sob nº 43360/2026, nos termos do Art. 90 da Lei Municipal nº. 3.891/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:7F3E3DAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PARANAVAÍ – CMDCA - ERRATA
PORTARIA 1483/2026

ERRATA
Onde se lê:

• Portaria nº 1448/2026/CMDCA, com exoneração da Sra. Eliane de Oliveira;

• 06 de janeiro de 2026.

Leia-se:

• Portaria nº 1382/2026/CMDCA, com exoneração da Sra. Eliane de Oliveira;

• 06 de agosto de 2026.

PORTARIA N° 1483/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a designação da Conselheira Suplente para compor a equipe do Conselho Tutelar de Paranavaí até final do mandato 2024-2028.

O Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Paranavaí – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 3.579/2010;

Considerando a Lei Municipal nº 4.298/2014 do Conselho Tutelar;
Considerando a Portaria nº 1448/2026/CMDCA com exoneração da Sra. Eliane de Oliveira e convocação da oitava suplente;
Considerando ainda, o EDITAL nº 010/CMDCA/2023, que dispõe sobre a eleição dos novos membros do Conselho Tutelar do município de Paranavaí – Paraná, realizada no dia 01 de outubro de 2023;
Considerando o Decreto Municipal nº25.693/2024 que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Tutelar do Município de Paranavaí – PR gestão 2024-2028.

RESOLVE:
Art. 1º. Conforme exposto no Art. 1º da Portaria nº 1448/2026/CMDCA, que dispõe sobre a convocação da oitava suplente a Conselheira Tutelar, **ELZA DE OLIVEIRA FOGAÇA VANELLO**, atendendo a prerrogativa do processo de escolha unificado dos membros que compõe o Conselho Tutelar de Paranavaí para quadriênio 2024-2028, conforme pleito realizado no dia 01 de outubro de 2023. A Conselheira Tutelar compareceu na Sede dos Conselhos Municipais, com sede na Avenida Rio Grande do Norte, nº 1.444, Centro, no dia 06 de Janeiro de 2026 para tomar posse do referido cargo, executando a titularidade até o término do referido mandato 2024-2028.
Art.2°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Paranavaí, 11 Agosto de 2026.

FABIANA PERIN DA COSTA VASSI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Suellen Regina Vedovato Mendes
Código Identificador:E9AB4749

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 1504/2026

Altera a composição da Comissão de Seleção responsável por avaliar as propostas apresentadas no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 01/2026, destinado à seleção de Organização Social para a celebração de Contrato de Gestão com o Município de Paranavaí, objetivando a gestão e a execução das atividades do Centro do Autista de Paranavaí.

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a legislação em vigor, em especial o Decreto Municipal nº 27.698/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Fica o servidor RICARDO RONCÁGLIO, ocupante do cargo de Médico Psiquiatra, substituído pelo servidor EDMO DA SILVA BORDIN, também ocupante do cargo de Médico Psiquiatra, na composição da Comissão de Seleção designada para condução do Chamamento Público nº 01/2026.

Art. 2º A Comissão de Seleção passa a ser composta pelos seguintes membros:

I) DANILO ROBERTO BARBOZA BATISTA- Agente Administrativo;

II)MELISSA ALIBERTO- Técnica de Contabilidade;

III) HELOISE CRISTINE DADAM SIMAS - Analista Administrativo;

IV) ANITA DOS SANTOS JOÃO BRUMASSIO - Enfermeira;

V) SARAH FERNANDA MILANI GUILHERMINO- Psicóloga;

VI) ELLEN MEDEIROS DE SOUZA - Fisioterapeuta;

VII) ANA BEATRIZ MAYER BERGARMINE - Psicóloga;

VIII) AGATA CRISTINA NEUMANN JORGE - Fonoaudióloga;

IX) LUCIANE BRUNHOLI XAVIER DAL PONTE - Médica da Família ESF;

X) EDMO DA SILVA BORDIN - Médico Psiquiatra;

XI) JAQUELINE SOARES STUANI - Médica Pediatra;

XII) IEDA CARLA CANDIDO - Educadora Física;

XIII) HELLEN PATRICIA ZAINE MATSUMOTO - Assistente Social;

XIV) ALINE CAMARGO SOARES - Agente Administrativo;

XV) BRUNA RAMOS FEITOSA DA CRUZ - Nutricionista.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 1373/2026, de 23 de Julho de 2026, que constitui a Comissão de Seleção.

GABINETE DA SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 11 DE AGOSTO DE 2026.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:3FF46168

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 17/2025

Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ/MF: 76.898.196/0001-45 e COPY PRINTER MULTIFUNCIONAIS LTDA , CNPJ/MF: 21.027.555/0001-05 . Objeto: Fica reajustado, a partir de 12/08/2026, o valor do Contrato nº 17/2025, cujo objeto é prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em impressoras multifuncionais, incluindo o fornecimento sob demanda de toners, peças e componentes necessários, relativamente a equipamentos fora do período de garantia do fabricante, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA, do IBGE, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, no percentual de 4,44% (quatro inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento), passando os valores a serem praticados de acordo ao seguinte : Item 1: R$ 313,32, Item 2: R$ 313,32, Item 3: R$ 313,32, Item 4: R$ 1.096,62, Item 5: R$ 1.096,62, Item 6: R$ 1.096,62, Item 7: R$ 1044,44 e Item 8: R$ 9.921,80 Dotação: 133/136/3.3.90.39.17.00.00-MANUTENCAO E CONSERVACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS. Origem do Contrato: Pregão Eletrônico nº 13/2025, conforme justificativas constantes do Processo de Contratação nº 36/2025 . Local, data e assinatura: Pato Branco, 11 de agosto de 2026.

JOECIR BERNARDI-
Contratante.

Publicado por:
Danieli Bolzan
Código Identificador:2E039858

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 30/2023

Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ/MF: 76.898.196/0001-45 e TK ELEVADORES BRASIL LTDA,

CNPJ/MF: 90.347.840/0033-03. Objeto: Fica reajustado, a partir de 07/08/2026, o valor do Contrato nº 30/2023, cujo objeto é a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevador, com fornecimento de peças, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA, do IBGE, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, no percentual de 4,64% (quatro inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento), passando o valor mensal de R$ 658,83 (seiscentos e cinquenta e oito reais e oitenta e três centavos) para R$ 689,39 (seiscentos e oitenta e nove reais e trinta e nove centavos). Dotação: 136/3.3.90.39.16.01.00- Serv manutenção e conservação de bens imóveis. Origem do Contrato: Pregão Eletrônico nº 9/2023, conforme justificativas constantes do Processo de Contratação nº 61/2023. Local, data e assinatura: Pato Branco, 6 de agosto de 2026.

JOECIR BERNARDI-
Contratante.

Publicado por:
Danieli Bolzan
Código Identificador:3A67B9B7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 97/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 96/2026 – PROCESSO Nº 98/2026.
EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL Nº 122/2025

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, Centro de Tradições Gaúchas Tarca Nativista,** inscrita no CNPJ nº 78.685.666/0001-18. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, o presente projeto tem por objeto a manutenção e o suporte técnico-operacional das atividades culturais do CTG Tarca Nativista, por meio da contratação de professor de dança de salão, da aquisição de equipamentos, materiais e insumos de apoio, bem como do custeio de despesas necessárias ao funcionamento da entidade, garantindo a continuidade das oficinas, ensaios e apresentações culturais gratuitas e abertas à comunidade. **VALOR TOTAL:** R$ 70.000,00 (setenta mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 25626-46177 **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco,11 de Agosto de 2026.

ILDO LUIZ BORSATTI -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:3B6C6418

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO ANÁLISE DE AMOSTRAS
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 PROCESSO N.º 82/2026

O Município de Pato Branco, ***UASG 450996,*** através da Agente de Contratação ***Regiane Rufato,*** torna público aos interessados, em cumprimento ao disposto no item **10** do Edital de Chamada Pública nº 01/2026, que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural para a destinação mínima de 45% dos recursos recebidos através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) atendendo alunos matriculados na rede municipal de educação básica pública, cumprindo os preceitos da Lei nº 11.947/2009 e sucessivas alterações promovidas pela Lei nº 14.660 de 23 de agosto de 2023 e pela Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025, Resolução nº 04 de 26 de fevereiro de 2026, Lei nº 14.660 de 23 de agosto de 2023 e Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025, que será realizada a análise das amostras apresentadas pelas empresas declaradas provisoriamente vencedoras dos itens: **32** – doce de frutas sem açúcar; **35** – farinha de milho tipo fubá; **50** – molho de tomate; **51** – molho de tomate orgânico; **58** – pão de queijo**; 64** – quirera de milho amarela; **70** – suco de uva integral orgânico e **71** – suco de uva tinto integral A sessão pública para a análise das amostras terá início às **09H00MIN (NOVE HORAS) DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2026,** na sede do Setor de Alimentação Escolar, localizado na Rua Goianases, nº919, Centro, CEP 85.501-020, em Pato Branco - PR. A sessão será realizada com ou sem a presença dos representantes interessados.

Pato Branco, 11 de agosto de 2026.

REGIANE RUFATO -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Regiane Rufato
Código Identificador:5B032640

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2026 – PROCESSO Nº 111/2026
COMPRA ELETRÔNICA N°02/2026

O Município de Pato Branco, através da Pregoeira ***Regiane Rufato,*** torna público aos interessados no Processo de Licitação na modalidade ***Pregão Eletrônico nº 39/2026,*** que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva, com serviço de fornecimento e instalação de peças para reposição sob demanda de equipamento raios X, do Aeroporto Regional de Pato Branco – Professor Juvenal Loureiro Cardoso, em atendimento à Secretaria de Mobilidade e Transportes, que em razão da solicitação da Secretaria demandante, diante da necessidade de análise minuciosa aos termos do edital do processo em epígrafe após interposição de esclarecimentos e impugnações, o certame fica ***SUSPENSO*** por tempo indeterminado para as devidas revisões. A nova data de abertura da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação do Edital, conforme as disposições contidas na Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021. Demais informações pelo e-mail: licitacao3@patobranco.pr.gov.br.

REGIANE RUFATO –
Pregoeira.

Publicado por:
Regiane Rufato
Código Identificador:2E052A13

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 102/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2026 - PROCESSO Nº 75/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e PARCIA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CNPJ **nº:** 13.670.012/0001-75. **OBJETO**: Construção de CRECHE FNDE – TIPO 2 com área de 961,87 m² na Rua Volmar Antônio Galina S/N, no Bairro São Roque no município de Pato Branco-PR, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 979301/2025/FNDE/CAIXA celebrado entre a União Federal, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Pato Branco. **VALOR**: R$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais). **VIGÊNCIA**: 540 (quinhentos e quarenta) dias contados a partir da assinatura do contrato. **DOTAÇÃO**: 43132-43133, 25390-41289. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 30 de julho de 2026.

LORIANE CONSUELO BENDA KALINOSKI PARCIANELLO -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:C5C6CF4B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 104/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 02/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.231/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e VILMAR MAZZETTO - ME, CNPJ nº: 21.924.046/0001-77. **OBJETO**: Execução de apresentação artística, com a finalidade de compor a programação cultural da Mostra de Teatro promovida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do Departamento de Cultura do Município de Pato Branco. **VALOR**: R$ 4.762,08 (quatro mil e setecentos e sessenta e dois reais e oito centavos). **VIGÊNCIA**: 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura do contrato. **DOTAÇÃO**: 44530-44532, 44529-44531. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 10 de agosto de 2026.

VILMAR MAZZETTO **-**
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA **-**
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:D5D72C7F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 105/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 02/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.231/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e VVC PRODUCOES CULTURAIS LTDA, CNPJ nº: 18.525.010/0001-06. **OBJETO**: Execução de apresentação artística, com a finalidade de compor a programação cultural da Mostra de Teatro promovida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do Departamento de Cultura do Município de Pato Branco. **VALOR**: R$ 4.762,08 (quatro mil e setecentos e sessenta e dois reais e oito centavos). **VIGÊNCIA**: 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura do contrato. **DOTAÇÃO**: 44530-44532, 44529-44531. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 05 de agosto de 2026.

LIGIA BATISTA FERREIRA **-**
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA **-**
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:5247E5CC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 106/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 02/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.231/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e Jades Henrique, CPF nº: 063.614.869-66. **OBJETO**: Execução de apresentação artística, com a finalidade de compor a programação cultural da Mostra de Teatro promovida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do Departamento de Cultura do Município de Pato Branco. **VALOR**: R$ 4.762,08 (quatro mil e setecentos e sessenta e dois reais e oito centavos). **VIGÊNCIA**: 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura do contrato. **DOTAÇÃO**: 44530-44532, 44529-44531. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 05 de agosto de 2026.

JADES HENRIQUE **-**
Contratado.

GERI NATALINO DUTRA **-**
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:24F8A5EA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 107/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 02/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.231/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e AMARILDO MULLER, CPF nº: 944.094.399-87. **OBJETO**: Execução de apresentação artística, com a finalidade de compor a programação cultural da Mostra de Teatro promovida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do Departamento de Cultura do Município de Pato Branco. **VALOR**: R$ 4.762,08 (quatro mil e setecentos e sessenta e dois reais e oito centavos). **VIGÊNCIA**: 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura do contrato. **DOTAÇÃO**: 44530-44532, 44529-44531. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 10 de agosto de 2026.

AMARILDO MULLER **-**
Contratado.

GERI NATALINO DUTRA **-**
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:19B76126

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 108/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 02/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.231/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA, CPF nº: 070.309.489-04. **OBJETO**: Execução de apresentação artística, com a finalidade de compor a programação cultural da Mostra de Teatro promovida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do Departamento de Cultura do Município de Pato Branco. **VALOR**: R$ 4.762,08 (quatro mil e setecentos e sessenta e dois reais e oito centavos). **VIGÊNCIA**: 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura do contrato. **DOTAÇÃO**: 44530-44532, 44529-44531. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 05 de agosto de 2026.

ISADORA SCHEMMER TORMES DA ROSA **-**
Contratada.

GERI NATALINO DUTRA **-**
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:DEFA57B3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 109/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 02/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.231/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e FABIO L. LIBARDI, CNPJ nº: 18.869.450/0001-80. **OBJETO**: Execução de apresentação artística, com a finalidade de compor a programação cultural da Mostra de Teatro promovida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do Departamento de Cultura do Município de Pato Branco. **VALOR**: R$ 4.762,08 (quatro mil e setecentos e sessenta e dois reais e oito centavos). **VIGÊNCIA**: 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura do contrato. **DOTAÇÃO**: 44530-44532, 44529-44531. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 10 de agosto de 2026.

FABIO LUIS LIBARDI -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:D8EA1C76

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 110/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 02/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.231/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e MANON ALVES ALMEIDA MEI, CNPJ nº: 22.216.374/0001-81. **OBJETO**: Execução de apresentação artística, com a finalidade de compor a programação cultural da Mostra de Teatro promovida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do Departamento de Cultura do Município de Pato Branco. **VALOR**: R$ 4.762,08 (quatro mil e setecentos e sessenta e dois reais e oito centavos). **VIGÊNCIA**: 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura do contrato. **DOTAÇÃO**: 44530-44532, 44529-44531. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 10 de agosto de 2026.

MANON ALVES ALMEIDA -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:C8A00167

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 111/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 02/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.231/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e DOUGLAS KODI SETO TAKEGUMA, CPF nº: 077.341.469-02. **OBJETO**: Execução de apresentação artística, com a finalidade de compor a programação cultural da Mostra de Teatro promovida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do Departamento de Cultura do Município de Pato Branco. **VALOR**: R$ 4.762,08 (quatro mil e setecentos e sessenta e dois reais e oito centavos). **VIGÊNCIA**: 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura do contrato. **DOTAÇÃO**: 44530-44532, 44529-44531. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 05 de agosto de 2026. Douglas Kodi Seto Takeguma - Contratada. Geri Natalino Dutra - Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:BAB7ABE1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO TERMO DE ADITAMENTO Nº 01/2026 – TERMO DE COLABORAÇÃO N° 62/2025. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025

PARTES: Município de Pato Branco e Associação de Pais e Associação Missão Vida Nova.
OBJETO:Celebração de parceria entre o CONCEDENTE e a Organização da Sociedade Civil (OSC) PROPONENTE, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para transferências voluntárias de recursos financeiros, destinados à execução, em regime de parceria, de ações previstas no "Serviço de Acolhimento Institucional" na modalidade "Abrigo Institucional" para pessoas em situação de rua, como parte integrante da Política de Atendimento de Assistência Social do Município de Pato Branco - PR, nos termos da Resolução n.º 109, de 11 de novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que "Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais", da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social.
ADITAMENTO: Prazo de Vigência e Execução, com base nos Artigos 20 e 42, inciso I, alínea "c" do Decreto n° 9.309/22 e na Cláusula Quarta, incisos I e II do termo as partes pactuam a prorrogação de execução e vigência do termo por mais 12 (doze) meses, passando a viger até o dia 14/08/2027, bem como ficam renovados os valores e metas da parceria originalmente pactuados.
Da Dotação Orçamentária, para manutenção das despesas será utilizada a seguinte dotação orçamentária: 09.04. Fundo Municipal de Assistência Social. Fonte 0 – Ação 2.607 – Despesa 26308 – Desdobramento 43289.
Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente. Assim, por estarem certos e ajustados, obrigando-se ao fiel e integral cumprimento do Termo de Colaboração e deste Aditivo.
Pato Branco, 11 de Agosto de 2026.

GERI NATALINO DUTRA
Prefeito.

JACIR LUIZ TUNI
Representante Legal.

Publicado por:
Sonia Mara Becker de Souza
Código Identificador:D82DEDF0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026 – PROCESSO Nº 121/2026

Retifica-se a publicação do **Aviso de Pregão Eletrônico nº 46/2026 – Processo nº 121/2026**, veiculada em **11 de agosto de 2026, Edição nº 3.592**, nos seguintes termos:

Onde se lê:
COMPRA ELETRÔNICA Nº 900046/2026

Leia-se:
COMPRA ELETRÔNICA Nº 06/2026

Permanecem inalteradas as demais informações constantes da publicação.

Publicado por:
Mariane Aparecida Martinello
Código Identificador:B90673FF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 29/2026 PROCESSO Nº 94/2026

Em concordância ao resultado final apresentado pela Agente de Contratação e sua equipe de apoio e em estrita observância aos preceitos legais contidos na Lei nº 14.133/21, no Decreto Municipal nº 9.829/24 e demais legislações pertinentes à matérias, HOMOLOGO o credenciamento dos interessados aptos no processo de Credenciamento Público nº 02/2026, que tem por o objeto a execução de apresentação artística, com a finalidade de compor a programação cultural da Mostra de Teatro promovida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do Departamento de Cultura do Município de Pato Branco:

Espetáculos classificados - Pessoa Física				
Class	**Nome**	**Proponente**	**Pontuação**	**Situação**
1°	Mistério Buffo – 100 Anos de Dario Fo	Douglas Kodi Seto Takeguma	22,0	Selecionado
2°	Os Saltimbancos	Jades Henrique	18,8	Selecionado
3°	A Bela e a Fera	Amarildo Muller	18,7	Selecionado

4°	Jornada das Almas	Isadora Schemmer Tormes da Rosa	18,5	Selecionado
5°	Ficções do Interlúdio - os outros eus de Fernando Pessoa	Lucas Andre Fiorindo	18,0	Classificado
Espetáculos classificados - Pessoa Jurídica				
Class	**Nome**	**Proponente**	**Pontuação**	**Situação**
1º	Tet a Tet	Manon Alves Almeida/Cia de La Curva	21,3	Selecionado
2º	Criançar	Fabio L Libardi/Grupo Teatral Reminiscências	17,1	Selecionado
3°	Viagem Encantada	Vilmar Mazzetto/Mazzetto Produções Artísticas	16,5	Selecionado
4°	Bibi Cricri – Bichos e Crianças	VVC Produções Culturais LTDA/Vira Volta Cultural	16,0	Selecionado

Pato Branco, 11 de agosto de 2026.

- GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:133445FA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 738, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 33, II e IV, da Lei Municipal nº 3.812, de 4 de abril de 2012, e considerando o contido no Memorando nº 21.605, de 13 de julho de 2026, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gratificação de função, no montante de 30% (trinta por cento) a servidora pública **KATIA MARIA DA SILVA,** Matrícula nº 10985-1, ocupante do cargo de Engenheira Civil, lotada junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:17E665BD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 739, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento nos arts. 82, IV, e 87, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o requerimento formal contido no Memorando nº 20.125, de 30 de junho de 2026, apresentado pelo servidor;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder licença sem vencimentos, pelo período de até 02 (dois) anos para tratar de interesses particulares, ao servidor público efetivo **DOUGLAS VINICIUS RIOS,** Matrícula nº 6365-7, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Eletricista Pleno, lotado junto à Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes.

Art. 2º Durante o período da licença, o servidor não fará jus à percepção de vencimentos, vantagens ou benefícios, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º A presente licença não será computada para fins de tempo de serviço, aposentadoria ou quaisquer outros efeitos legais, salvo disposição legal em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:D476AF85

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 740, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no Decreto Municipal nº 10.091 de 06 de novembro de 2024, e com fundamento no contido do Despacho nº 15 de 03 de agosto de 2026 do Memorando nº 28.503/2025 da Secretaria Municipal de Saúde;
RESOLVE:

Art. 1º Autorizar as servidoras públicas abaixo relacionadas, ambas lotadas junto a Secretaria Municipal de Saúde, a conduzir o veículo oficial de propriedade do Município de Pato Branco, marca Fiat, modelo Siena, placas AZF-5090 ou outro equivalente, para o desempenho de suas funções de trabalho exclusivamente quando escaladas no regime de plantões de sobreaviso.

MATRIC.	SERVIDORA	FUNÇÃO
8248-1	Fernanda Pereira Fernandes Ferri	Técnica de Enfermagem
6196-4	Selma Aparecida Rodrigues da Silva	Auxiliar de Enfermagem
6046-1	Ivone Stimer	Enfermeira
7996-0	Angelica Cortoli Schwalenberg	Enfermeira
6964-7	Odete da Aparecida do Amaral Norberto	Auxiliar de Enfermagem

Art. 2 A autorização restringe-se:
I – Ao deslocamento direto entre a residência da servidora escalada e os locais de atendimento das demandas emergenciais (UPA24h e Hospitais), durante o período do sobreaviso;
II – Ao uso restrito e vinculado ao interesse público, sendo vedada a utilização para fins particulares.

Art. 3º As servidoras autorizadas deverão observar rigorosamente as normas do Código de Trânsito Brasileiro e zelar pela boa utilização e conservação do veículo sob sua responsabilidade, devendo fazer o preenchimento de diário de bordo bem como fazer a correta utilização do sistema de rastreamento veicular.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 1154, de 30 de setembro de 2025

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:34F22062

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 741, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, homologado pela Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024; considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da Administração Pública; considerando o contido no Memorando nº 22.421 de 23 de julho de 2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, para ocupar cargo de provimento efetivo no Município de Pato Branco, conforme segue:

EDITAL	003/2024		
CARGO	Assistente em Gestão		
FUNÇÃO	Assistente Administrativo		
CANDIDATO	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Odair de Oliveira Paim	180º	7º	-

Art. 2º O candidato relacionado no Art. 1º, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.

Art. 3º O não comparecimento do candidato no prazo estabelecido no artigo anterior implicará em desistência tácita, conforme disposições do Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:861C53AF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 742, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Memorando nº 24.208, de 10 de agosto de 2026, apresentado pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor público **CARLINHO ANTONIO POLAZZO,** matrícula nº 11534-7, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Administração, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31 de agosto de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:857CE837

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 743, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 003/2025, homologado pelo Edital nº 018, de 17 de dezembro de 2025; considerando a necessidade de provimento de vagas temporárias em regime especial* para atendimento das demandas da rede pública municipal de ensino previstas na Lei Municipal nº 6.419/2025; considerando a emissão da Portaria Torna sem Efeito nº 674/2026; considerando o contido no Memorando nº 39.170/2025 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 003/2025, para ocupar função pública no Município de Pato Branco, conforme segue:

EDITAL PSS	003/2025		
CARGO	Professor de Apoio 20h		
FUNÇÃO	Professor de Apoio 20h		
CANDIDATO (A)	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Silvana Aparecida Rodrigues Pinto**	59º	-	-
Analice Cecatto**	72º		
Franciene Sumitian Silva Lacerda**	90º		
Joseane Andreia Librelato**	95º		
Fabiana de Fraga**	97º		
Jhulyane Cristina Mayer Pereira**	103º		
Andréia Zancanaro Giacomelli**	107º		

*O regime especial de trabalho não assegura o direito ao FGTS.
**Candidatos reconvocados opção final de lista.

Art. 2º Os candidatos relacionados no Art. 1º, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.

Art. 3º O não comparecimento dos candidatos no prazo estabelecido no artigo anterior implicará na **perda do direito à nomeação,** conforme disposições do Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:6726A096

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 744, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Processo Administrativo nº 10.622, de 18 de junho de 2026;

Considerando o interesse da administração;
Considerando a necessidade do serviço público;

Considerando a emissão da Portaria nº 696, de 22 de julho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Interromper as férias da servidora pública efetiva **ROSANGELA ANGELI TEIXEIRA**, matrícula nº 6813-6, ocupante do cargo de Assistente em Gestão, função Assistente Administrativo M, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no período de 10/08/2026 à 13/08/2026.

Art. 2º O período de férias não usufruído será oportunamente concedido, no período de 17/08/2026 à 20/08/2026, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Revogar o período descrito no Art. 1º do Anexo I – Relação de Servidores em Férias, da Portaria nº 696, de 22 de julho de 2026, no que se refere a servidora mencionada no Art. 1º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, documento assinado digitalmente.

GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:115E9F76

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO 10.976, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, instituído pela Lei Municipal nº 6.633, de 15 de julho de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 6.633, de 15 de julho de 2026, e considerando o Memorando nº 16.817, de 28 de maio de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta a gestão administrativa, orçamentária, financeira e contábil do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, instituído pela Lei Municipal nº 6.633, de 15 de julho de 2026, observadas as normas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Art. 2º O FMAS constitui instrumento de gestão orçamentária, financeira e contábil destinado ao financiamento das ações da Política Municipal de Assistência Social, compreendendo a execução de serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais, gestão do SUAS e demais ações previstas na legislação vigente.

Art. 3º A aplicação dos recursos do FMAS observará:
I – a Lei Orgânica da Assistência Social;
II – a Política Nacional de Assistência Social;
III – a Norma Operacional Básica do SUAS;
IV – o Plano Municipal de Assistência Social;
V – as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
VI – o Plano Plurianual;
VII – a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
VIII – a Lei Orçamentária Anual;
IX – as normas expedidas pelos órgãos federais, estaduais e municipais competentes.

Art. 4º Os recursos do FMAS possuem destinação específica à execução da Política Municipal de Assistência Social, sendo vedada sua utilização em despesas estranhas às finalidades previstas na legislação.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO DO FUNDO

Art. 5º A gestão do FMAS compete à Secretaria Municipal de Assistência Social, por intermédio do Secretário Municipal de Assistência Social, na qualidade de Gestor do Fundo, sob orientação e acompanhamento do CMAS.

Art. 6º Compete ao Gestor do FMAS:
I – administrar os recursos financeiros do Fundo;
II – autorizar a execução das despesas, observada a legislação vigente;
III – acompanhar a execução orçamentária e financeira;
IV – elaborar a proposta orçamentária anual do Fundo;
V – submeter ao CMAS a proposta orçamentária da assistência social;
VI – acompanhar a execução física e financeira das ações financiadas pelo Fundo;
VII – apresentar ao CMAS os demonstrativos da execução orçamentária e financeira;
VIII – adotar as medidas necessárias à correta aplicação dos recursos;
IX – prestar informações aos órgãos de controle interno e externo;
X – exercer outras atribuições necessárias à gestão do Fundo.

Art. 7º Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social:
I – planejar a aplicação dos recursos do Fundo;
II – coordenar a execução da Política Municipal de Assistência Social;
III – acompanhar a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios financiados pelo FMAS;
IV – elaborar os relatórios de gestão;
V – alimentar e manter atualizados os sistemas oficiais do SUAS;
VI – promover o monitoramento e a avaliação das ações financiadas pelo Fundo.

CAPÍTULO III
DAS RECEITAS DO FUNDO

Art. 8º Constituem receitas do FMAS aquelas previstas na Lei Municipal nº 6.633, de 15 de julho de 2026, especialmente:
I – dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual;
II – transferências da União;
III – transferências do Estado;
IV – recursos provenientes de convênios, acordos, termos de colaboração, termos de fomento e instrumentos congêneres;
V – doações, legados, auxílios, subvenções, contribuições e demais recursos que lhe sejam destinados por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, observada a legislação aplicável;
VI – rendimentos de aplicações financeiras;
VII – devolução de saldos financeiros;
VIII – outras receitas legalmente destinadas ao Fundo.

Art. 9º Os recursos do FMAS serão depositados e movimentados em contas bancárias específicas, observada a origem da fonte de financiamento e as normas expedidas pelos órgãos competentes.

Art. 10. Os rendimentos das aplicações financeiras constituirão receita do Fundo e deverão ser aplicados na mesma finalidade que originou os respectivos recursos, observadas as normas do SUAS.

CAPÍTULO IV
DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 11. Os recursos do FMAS serão aplicados no financiamento das ações previstas no Plano Municipal de Assistência Social e na Lei Orçamentária Anual, observadas as deliberações do CMAS.

Art. 12. Os recursos do Fundo poderão ser utilizados para financiar:

I – serviços socioassistenciais;
II – programas e projetos de assistência social;
III – benefícios eventuais;
IV – ações de gestão do SUAS;
V – vigilância socioassistencial;
VI – educação permanente dos trabalhadores do SUAS;
VII – estruturação, manutenção, ampliação e adequação da rede socioassistencial;
VIII – aquisição de bens permanentes e materiais necessários à execução da política de assistência social;
IX – obras, reformas e ampliações de equipamentos públicos de assistência social, quando admitidas pela legislação e pela origem dos recursos;
X – ações de enfrentamento de situações de emergência ou calamidade pública;
XI – outras despesas autorizadas pela legislação aplicável à Política de Assistência Social e compatíveis com a finalidade da fonte de financiamento.

Art. 13. Os recursos poderão ser executados diretamente pelo Município ou mediante parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, observada a legislação específica e as normas do SUAS.

CAPÍTULO V
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Art. 14. A execução orçamentária e financeira do FMAS observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e responsabilidade fiscal.

Art. 15. A execução das despesas do Fundo dependerá de:
I – previsão na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais;
II – disponibilidade financeira;
III – observância da finalidade da fonte de recurso;
IV – compatibilidade com o Plano Municipal de Assistência Social;
V – atendimento às normas federais, estaduais e municipais aplicáveis.

Art. 16. As despesas realizadas com recursos do FMAS deverão ser registradas de forma individualizada por fonte de recurso, ação orçamentária e elemento de despesa, observadas as normas de contabilidade pública.

CAPÍTULO VI
DA MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA

Art. 17. A movimentação das contas bancárias do FMAS será realizada por meio eletrônico, observadas as normas da instituição financeira oficial e os procedimentos administrativos do Município.

Art. 18. Os recursos do FMAS serão mantidos em contas específicas, segregadas por origem do financiamento, vedada a utilização para finalidade diversa daquela estabelecida na legislação e nos instrumentos de transferência.

Art. 19. Os saldos financeiros existentes ao final do exercício permanecerão vinculados às respectivas contas e poderão ser reprogramados para o exercício seguinte, quando admitido pela legislação e pelas normas específicas da fonte de recurso.

CAPÍTULO VII
DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS E DA REPROGRAMAÇÃO DOS SALDOS

Art. 20. Enquanto não empregados na sua finalidade, os recursos financeiros disponíveis nas contas do FMAS deverão ser aplicados em instituição financeira oficial, observadas as normas da legislação federal, estadual e municipal, bem como as regras estabelecidas pelos órgãos financiadores.

Parágrafo único. As aplicações financeiras deverão priorizar modalidades que assegurem liquidez imediata, preservação do valor dos recursos e segurança das operações.

Art. 21. Os rendimentos provenientes das aplicações financeiras constituem receita do FMAS e permanecerão vinculados à mesma finalidade e fonte de recurso que lhes deram origem, observadas as normas específicas de cada transferência.

Art. 22. Os saldos financeiros apurados ao encerramento do exercício poderão ser reprogramados para utilização no exercício subsequente, desde que:
I – permaneçam vinculados à respectiva fonte de financiamento;
II – sejam observadas as normas expedidas pelos órgãos financiadores;
III – sua utilização esteja prevista no planejamento da Secretaria Municipal de Assistência Social;
IV – sejam submetidos ao acompanhamento e fiscalização do CMAS.
Parágrafo único. A reprogramação dos saldos financeiros não afasta a obrigação de prestação de contas da execução dos recursos no exercício correspondente.

CAPÍTULO VIII
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 23. A prestação de contas dos recursos administrados pelo FMAS observará a legislação vigente, as normas dos órgãos concedentes dos recursos, bem como as orientações dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 24. A Secretaria Municipal de Assistência Social elaborará o Relatório Anual de Gestão e os demais instrumentos de prestação de contas exigidos pelo SUAS, contendo, no mínimo:
I – demonstrativo da execução orçamentária e financeira;
II – execução física das ações desenvolvidas;
III – resultados alcançados;
IV – informações sobre os recursos próprios, estaduais e federais;
V – outras informações exigidas pela legislação.

Art. 25. Os demonstrativos da execução orçamentária e financeira do FMAS serão submetidos ao CMAS para apreciação, acompanhamento e deliberação, quadrimestralmente, de forma sintética, e anualmente, de forma analítica, sem prejuízo das prestações de contas encaminhadas aos demais órgãos competentes.

Art. 26. A prestação de contas dos recursos recebidos por meio de transferências fundo a fundo, convênios, termos de colaboração, termos de fomento, acordos ou instrumentos congêneres observará as normas específicas estabelecidas pelo ente transferidor.

CAPÍTULO IX
DO CONTROLE SOCIAL E DA TRANSPARÊNCIA

Art. 27. Compete ao CMAS exercer o controle social sobre a gestão do FMAS, acompanhando a aplicação dos recursos, a execução das ações financiadas e a prestação de contas, observado o disposto na Lei Municipal nº 6.633, de 15 de julho de 2026.

Art. 28. A Secretaria Municipal de Assistência Social deverá disponibilizar ao CMAS todas as informações necessárias ao exercício do controle social, inclusive demonstrativos financeiros, relatórios de gestão e demais documentos relacionados à execução dos recursos do Fundo.

Art. 29. A gestão do FMAS observará os princípios da transparência e da publicidade, garantindo a divulgação das informações de interesse público por meio do Portal da Transparência do Município e de outros instrumentos previstos na legislação.
Parágrafo único. A divulgação das informações observará as normas de transparência pública e proteção de dados pessoais previstas na legislação aplicável.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. A Secretaria Municipal de Assistência Social poderá expedir normas complementares, orientações técnicas e procedimentos administrativos necessários à execução deste Decreto, observadas as competências do CMAS e a legislação vigente.

Art. 31. Os casos omissos relacionados à execução administrativa, orçamentária e financeira deste Decreto serão decididos pelo Gestor do FMAS, observadas a legislação aplicável, as competências do CMAS e as normas do SUAS.

Art. 32. A utilização dos recursos do FMAS deverá observar, além deste Decreto, a Lei Municipal nº 6.633, de 15 de julho de 2026, a Lei Orgânica da Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social, a Norma Operacional Básica do SUAS e as demais normas aplicáveis.

Art. 33. Ficam revogados:
I – o Decreto n° 3.315, de 7 de novembro de 1997; e
II – o Decreto n° 8.014, de 16 de setembro de 2016.

Art. 34. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:BCAA6A86

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA GP Nº 69, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Altera dispositivo da Portaria GP nº 26, de 23 de março de 2026, que nomeia o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos da Mulher de Pato Branco.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII, na forma do art. 62, II, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o Memorando nº 24.084, de 7 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Altera o item 2 da alínea "c" do inciso I, do art.1º da Portaria GP nº 26, de 23 de março de 2026, passando a vigorar a seguinte redação:

"Art 1º .....
I – .....
a).....
.....
c) .....
1. .....
2. suplente: Kátia Maria da Silva;
....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:A1B8FC19

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA GP Nº 70, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Institui e nomeia os membros do Grupo Técnico para elaboração do Manual de Normas, Fluxos e Rotinas das Unidades Básicas de Saúde – UBS do Município de Pato Branco.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, incisos II e XXIII, na forma do art. 62, inciso II, alínea "c", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o Memorando nº 23.508, de 4 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Grupo Técnico para elaboração do Manual de Normas, Fluxos e Rotinas das Unidades Básicas de Saúde – UBS do Município de Pato Branco.

Art. 2º Compete ao Grupo Técnico a responsabilidade pelo processo de elaboração, revisão e atualização do Manual de Normas, Fluxos e Rotinas das Unidades Básicas de Saúde – UBS, que dispõe sobre os serviços ofertados nas respectivas unidades.

Art. 3º Nomear os membros do Grupo Técnico para elaboração do Manual de Normas, Fluxos e Rotinas das Unidades Básicas de Saúde – UBS do Município de Pato Branco, conforme segue:
I – Chefe da Divisão de Atenção Primária à Saúde;
Adriana Honaiser Fávero, matrícula nº 73148;
II – Responsável Técnica de Médicos da Atenção Primária à Saúde;
Samyra Soligo Rovani, matrícula nº 87793;
III – Chefe do Setor de Saúde Comunitária;
Luciane Bergamin, matrícula nº 72290;
IV - Responsável Técnica de Odontologia;
Francyanne Rech, matrícula nº 69019;
V - Responsável Técnica de Enfermagem;
Raquel Kalinski Bocchese Balbinotti, matrícula nº 75205.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:621C150E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 207/2026 – DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada **ANA LITICIA CHOJNACKI ZAVADZKI,** portadora da carteira de identidade RG/CPF nº ***.***.699-61, aprovada no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 01/2026, para o cargo temporário de Professor Ensino Fundamental, no horário de trabalho estabelecido de 20h semanais, a partir 12 de agosto de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 11 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:D6BA3371

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
LEI N. 1.547/2026

LEI N. 1.547/2026

SÚMULA: Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por anulação e contém outras providências.

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir ao orçamento fiscal do exercício financeiro de 2026, crédito adicional suplementar no valor de 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais) em reforço das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 02.00 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
UNIDADE – 02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATIVIDADE - 2.003 – ASSESSORAMENTO SUPERIOR

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - PC	180.000,00
000	3.1.90.13.00	Contribuições Patronais	50.000,00

UNIDADE – 02.002 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
ATIVIDADE – 2.004 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens fixas – PC	150.000,00

ATIVIDADE – 2.037 – AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.2.90.21.00	Juros sobre a dívida por contrato	50.000,00
000	4.6.90.71.00	Principal da Dívida Contratual	670.000,00

ATIVIDADE – 2.007 – CONTRIBUIÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	170.000,00

UNIDADE – 02.007 – SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
PROJETO – 1.001 – AQUISIÇÃO DE TERRENOS

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	4.4.90.61.00	Aquisição de Imóveis	1.430.000,00

Art. 2º - Para cobertura dos créditos adicionais suplementares abertos pelo artigo anterior serão anulados parcialmente os seguintes créditos orçamentários:
Órgão – 02.00 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
Unidade – 02.004 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PROJETO: 1.002 – CONSTRUÇÃO/REFORMA CMEI

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	4.4.90.51	Obras e Instalações	49.000,00

ATIVIDADE: 2.012 – GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.14	Diárias	35.000,00

ATIVIDADE: 2.013 – MANUTENÇÃO CMEI's

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.11	Vencimentos e Vantagens fixas – PC	150.000,00

ATIVIDADE: 2.015 – MANUTENÇÃO SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens fixas – PC	155.000,00

ATIVIDADE: 2.036 – MANUTENÇÃO GABINETE CULTURA E DESPORTO

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens fixas – PC	80.000,00
000	3.1.90.13	Contribuições Patrimoniais	50.000,00
000	3.3.90.30	Material de Consumo	60.000,00
000	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	10.000,00

ATIVIDADE: 2.018 – MANUTENÇÃO DO ESPORTE E RECREAÇÃO

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.30	Material de Consumo	45.000,00

ATIVIDADE: 2.019 – MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS

FONTE	*DOTAÇÃO*	*ESPECIFICAÇÃO*	*VALOR*
000	*3.3.90.30*	*Material de Consumo*	*30.000,00*
000	*3.3.90.39*	*Outros Serviços de Terceiros – PJ*	*50.000,00*

***Unidade – 002.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL* E DA FAMILIA**
ATIVIDADE: 2.020 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.14	Diárias	33.000,00
000	3.3.90.30	Material de Consumo	100.000,00
000	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	150.000,00

ATIVIDADE: 2.024 – BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.30	Material de Consumo	80.000,00
000	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	100.000,00

Unidade - 002.007 – SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
ATIVIDADE: 2.039 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.30	Material de Consumo	19.000,00
000	4.4.90.52	Equipamentos e Material permanente	5.000,00

ATIVIDADE: 2.030 – CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.30	Material de Consumo	100.000,00
000	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	200.000,00
000	4.4.90.52	Equipamentos e Material permanente	350.000,00

ATIVIDADE: 2.032 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	4.4.90.51	Obras e Instalações	99.000,00

Unidade - 02.008 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
ATIVIDADE: 2.033 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.14	Diárias	20.000,00
000	3.3.90.30	Material de Consumo	150.000,00
000	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	50.000,00

ATIVIDADE: 2.034 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA AGROPECUÁRIA

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.30	Material de Consumo	190.000,00
000	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros-PJ	200.000,00

000	4.4.90.52	Equipamentos e Material permanente	55.000,00

Unidade – 02.009 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO
ATIVIDADE: 2.035 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.14	Diárias	5.000,00
000	3.3.90.30	Material de Consumo	45.000,00
000	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	35.000,00

Art. 3º - As alterações oriundas desta Lei integrarão o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.
Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 11 de agosto de 2026

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:2EB0067B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº187/2026/SMS

PORTARIA Nº187/2026/SMS

Designa a Autoridade Sanitária Municipal, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Paulo Frontin.

Art. 1º Credenciar o servidor relacionado abaixo como autoridade sanitária, para desenvolver as ações de Vigilância Sanitária, Vigilância Ambiental, Informações Estratégicas em Saúde Pública, Saúde do Trabalhador, no âmbito de suas respectivas competências, com prerrogativas concernentes em acordo à legislaçãovigente no âmbito da Secretária Municipal de Saúde:

I – Tania Claudia Thibes, inscrita no CPF nº 076.402.649-60, ocupante do cargo de Chefe de Desenvolvimento da Pecuária, Defesa e Vigilância Sanitária Animal.

Art. 2º O servidor designado, em razão do poder de polícia administrativa,exercerá todas as atividades inerentes a função de fiscal sanitário, tais como: orientação, inspeção e fiscalização sanitária, lavratura determos e auto de infração, instauração de processo administrativo sanitário, interdição cautelar de estabelecimentos, interdição e apreensão cautelar de produtos. Agindo consoante a legislação vigente, inclusive no que se refere a eventuais conflitos de interesse no exercício de suas funções, fazer cumprir as penalidades aplicadas pelas autoridades sanitárias competentes nos processos administrativos sanitários e outras atividades estabelecidas para este fim. Em caso de conflito de interesse a autoridade sanitária deve seguir o determinado em procedimentos estabelecidos e vigentes. Quando a área de atuação exigir requisitos específicos para o desempenho das atividades, a autoridade sanitária deve atender o estabelecido em programas e/ou procedimentos específicos.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Paulo Frontin/PR, 11 de agosto de 2026

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:10B1DCA1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE ADENDO Nº 01.
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026.

OBJETO: pavimentação de estrada rural em CBUQ, 25.044,00 m², na Comunidade da Linha Progresso.

O **MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE** torna público que a sessão pública de abertura, antes designada para 30 de setembro de 2026, fica antecipada para o dia **31 de agosto de 2026, às 08h20**, no mesmo local, passando o agendamento da visita técnica a ser admitido até 28 de agosto de 2026 e permanecendo inalteradas as demais condições do Edital.

Inteiro teor do Adendo e do Edital: https://transparencia.e-publica.net/epublica-portal/#/perola_oeste/portal/compras/licitacaoTable?entidade=1510.

Pérola d'Oeste/PR, 11 de agosto de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:84F28640

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2026
DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Sr. EDSOM LUIZ BAGETTI, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas, nº 22, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.719.625-8-SSP-PR, CPF nº 629.393.609-44, torna público a Dispensa de Licitação a seguir:

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de oficinas de dança no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, destinadas a crianças e adolescentes, incluindo planejamento das atividades, elaboração de relatórios e desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, no Município de Pérola D'Oeste/PR.
Valor total estimado: R$ 53.518,40 (cinquenta e três mil quinhentos e dezoito reais e quarenta centavos).
Data da abertura: 17/08/2026.
Forma de Pagamento: Conforme prestação de serviço.
Dotação Orçamentária:

8000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
8002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
8.244.5.2.27 – Proteção e Atenção Integral à Família – PSB
3.3.90.39.00-1000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (247)
3.3.90.39.00-1934 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (437)

Fundamento Legal: artigo 75, inciso II, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores.

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 12 de agosto de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:8CA40F15

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 156/2024

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 156/2024.

OBJETO: Alterar a quantidade e valor contratual.
CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste/PR.
CONTRATADA: **V BASSANESI & CIA LTDA.**
ORIGEM: Contrato 156/2024 na modalidade Pregão Eletrônico nº 19/2024.
VALOR ORIGINAL: R$ 99.947,80 (noventa e nove mil reais, novecentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos).
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 124.934,75 (cento e vinte e quatro mil reais, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos).
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 11/08/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:4B457C39

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA DO SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ
ADITIVO CONTRATO DE SUPRESSÃO 003/2024

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO CONTRATUAL

PROCESSO Nº 06/2024
CONTRATO n° 03/2024

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO n° 03/2024

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº03/2024, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OBRA TST, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, INTERMÉDIO DO CONSÓRCIO CIFRA E A EMPRESA JUMBO PAVIMENTAÇÃO LTDA.

O Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento sustentável da Região Fronteira do Sudoeste do Estado do Paraná - CIFRA), com sede na Rua Paraíba - 1833 na cidade de Pérola D'Oeste Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 11.248.927/0001-61, neste ato representado pelo Presidente do Consórcio, Senhor Edsom Luiz Bagetti , inscrito no CPF nº 629.393.609-44, portador da Carteira de Identidade nº 3.719.625-8, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa Jumbo Pavimentação LTDA, CNPJ 40.306.265/0001-37 representada pelo Senhor Amarildo Maciel Sobrinho inscrito no CPF sob o nº 063.985.949-67, RG 9.421.127-1, sediada Rodovia Pr 182, Km 464, s/n, Bairro Industrial na cidade de Realeza Pr., doravante designada CONTRATADA, resolvem, firmar o presente Termo Aditivo De Supressão.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Termo Aditivo de Supressão de Valor tem por objeto a diminuição quantitativa tendo por base de cálculo o valor inicial atualizado do contrato. O reajuste de valor se refere ao Contrato 03/2024.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

A alteração se refere a não execução dos terraços, sendo que o município executou por conta própria.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR REAJUSTADO

A supressão do valor do contrato será de R$ 162.400,00 (Cento e sessenta e dois mil e quatrocentos reais). Desta maneiro, o valor global do contrato 03/2024 que correspondia a R$ 2.539.000,00 (Dois milhões, quinhentos e trinta e nove mil reais), passará a ser de R$ 2.376,600(Dois milhões, trezentos e setenta e seis mil e seiscentos reais)

4. CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições, permanecem ratificadas e em vigor.
E por estarem justos e aditados, assinam o presente termo em duas vias de igual teor e forma, para que produzam os efeitos legais.

Pérola D'Oeste, 10 de Agosto de 2026.

_____
EDSOM LUIZ BAGETTI

_____
AMARILDO MACIEL SOBRINHO

TESTEMUNHAS:

1) _____
NOME: Jaques Dalla Libera
CPF: 023.502.259-41

2) _____
NOME: Odair Padilha
CPF: 066.229.659-19

Publicado por:
Jaques Gilvani Dalla Libera
Código Identificador:AE725BCC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

LEGISLATIVO MUNICIPAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.

Objeto: Contratação de uma **plataforma particular de pregão eletrônico**, com capacidade de **integração nativa ou via API** ao sistema de gestão pública **EQUIPLANO**, já utilizado pela Câmara Municipal de Piên–PR para gestão administrativa, orçamentária e de compras conforme lei 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, conforme exigências estabelecidas no Aviso, no Termo de Referência e seus anexos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O presidente Sr. Almir Pedro Mielke, no uso de suas atribuições, na forma do Art. 75º, II, da Lei Federal 14.133/2021. Resolve:
HOMOLOGAR a presente Dispensa de Licitação, a qual tem como objeto: Contratação de uma **plataforma particular de pregão eletrônico**, com capacidade de **integração nativa ou via API** ao sistema de gestão pública **EQUIPLANO**, já utilizado pela Câmara Municipal de Piên–PR para gestão administrativa, orçamentária e de compras conforme lei 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, conforme exigências estabelecidas no Aviso, no Termo de Referência e seus anexos.

RAZÃO SOCIAL: **BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - BNC**
Pessoa jurídica de direito privado com Sede na Rua Vinte e Cinco de Agosto, 518, Sala 08, Centro, Pinhais/PR
CNPJ Nº: 25.099.967/0001-01

Item: Contratação de uma **plataforma particular de pregão eletrônico com integração nativa ou via API** ao sistema de gestão pública **EQUIPLANO.**

Valor total: R$ 0,00 (zero reais) * Não haverá cobranças da Câmara Municipal.

Piên/PR; 11 de agosto de 2026

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:D96AE16F

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2026

Contrato nº 008/2026– Dispensa de Licitação 008/2026
Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTAGIOS CIN
CNPJ sob o nº 03.233.240/0001-24
Objeto: Contratação de Agente de Integração especializado na prestação de serviços de administração do programa de concessão de vagas de estágio remunerado a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos de ensino médio, técnico e superior, de instituições públicas e privadas, oficiais ou reconhecidas pelo Ministério da Educação – MEC, visando o preenchimento de vagas de estágio curricular supervisionado, cujas áreas de conhecimento estejam diretamente relacionadas às atividades desenvolvidas pelo Município de Piên/PR.

Valor total: R$ 600,00 (seiscentos reais)
Vigência de: 12 (doze) meses.

01.031.0001.2001 – Manutenção do Poder Legislativo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ
3.3.90.39.58.00 – Serviços de Seleção e Treinamento

Piên/PR; 07 de agosto de 2026

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:5A2EB2F7

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 11/2026

Súmula: "Define o período de férias do servidor que especifica".

O Presidente da Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Define o período de férias do servidor abaixo nominado:

Servidor	Data inicial	Data final
Gilson Hilgenstieler	17/08/2026	26/08/2026

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Câmara Municipal de Piên, Paraná, em 11de Agosto de 2026.

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente da Câmara Municipal de Piên

Publicado por:
Gilson Hilgenstieler
Código Identificador:ABDB7A4E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2ª ERRATA AO EDITAL - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2026

O **MUNICÍPIO DE PIÊN, ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio do Departamento de Licitações e Compras, torna pública a presente **2ª ERRATA AO EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2026**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar, sistemas fotovoltaicos dentro da MICROGERAÇÃO, no Município de Piên/PR.
O edital estabelece que a licitação será realizada pelo critério de **menor preço global**, mediante empreitada por preço global.
A presente Errata tem por finalidade corrigir erros materiais e eliminar divergências de redação identificadas nas disposições relativas à apresentação da proposta, documentos de habilitação e exigência de planilha orçamentária, conferindo maior objetividade, segurança jurídica e uniformidade ao procedimento licitatório.
1. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ITEM 9.1
O item 9.1 do edital estabelece originalmente que os licitantes deverão encaminhar a proposta concomitantemente com os documentos de habilitação antes da sessão pública.
Considerando a necessidade de compatibilização da redação com a sistemática procedimental adotada no certame, o dispositivo passa a vigorar nos seguintes termos:
ONDE SE LÊ:
"9.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até as 09:29 horas do dia do certame, horário de Brasília/DF, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação."
LEIA-SE:
"9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta contendo a descrição do objeto ofertado e o respectivo preço, até o horário limite estabelecido para recebimento das propostas.
9.1.1. A documentação de habilitação será exigida do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após o encerramento da etapa de julgamento das propostas e de lances, mediante convocação pelo Agente de Contratação, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e deste Edital.
9.1.2. Não haverá inversão das fases de julgamento e habilitação."
Ficam igualmente ajustadas todas as referências constantes do edital que indiquem obrigatoriedade de apresentação integral da documentação de habilitação previamente à sessão pública, devendo prevalecer a sistemática acima estabelecida.
2. DA SUPRESSÃO DA EXIGÊNCIA DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – ITEM 10.2
O item 10.2 do edital estabeleceu que, juntamente com a proposta, deveria ser apresentada planilha de custos das obras conforme modelo disponibilizado pela Administração, acompanhada de cronograma físico-financeiro.
Após revisão do instrumento convocatório, verificou-se que tal exigência foi inserida **indevidamente**, não sendo necessária para a apresentação ou julgamento das propostas neste certame.
Dessa forma:
FICAM SUPRIMIDOS INTEGRALMENTE os itens 10.2 e 10.2.1 do Edital.
Assim, deixam de ser exigidos dos licitantes:
a) planilha orçamentária ou planilha de custos da obra;
b) planilha de composição de preços unitários;
c) memória de cálculo vinculada à proposta;
d) cronograma físico-financeiro como documento integrante da proposta comercial; e
e) qualquer outro documento de detalhamento de custos cuja apresentação tenha sido prevista exclusivamente em decorrência dos itens ora suprimidos.
A proposta deverá ser formulada considerando o **valor global da contratação**, observadas as especificações técnicas, quantitativos, condições de execução, valores máximos e demais requisitos constantes do edital e seus anexos.
3. DA CORREÇÃO DO ITEM 14.3 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

O item 14.3 contém redação que permite interpretação divergente acerca da apresentação dos documentos de habilitação, ao afirmar que estes deveriam ser anexados antes da sessão, admitindo posterior convocação pelo Agente de Contratação.

Para eliminar qualquer dúvida, o item passa a vigorar com a seguinte redação:

ONDE SE LÊ:

"14.3. Após as consultas delineadas no item 14.1, o agente examinará os documentos de habilitação exigidos abaixo que devem ser anexados antes da sessão, contudo se não forem o agente pode convocar via chat concedendo um prazo, conforme determina o inciso II do artigo 63 da Lei 14.133."

LEIA-SE:

"14.3. Após o encerramento da fase de julgamento das propostas, o Agente de Contratação procederá à análise da habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

14.3.1. O licitante será convocado, por meio do sistema eletrônico, para apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, no prazo estabelecido pelo Agente de Contratação.

14.3.2. A eventual realização de diligência para complementação de informações, esclarecimentos ou saneamento documental observará estritamente as hipóteses e limites previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3.3. A diligência não poderá ser utilizada para permitir a constituição posterior de condição de habilitação que não existisse na data própria para seu atendimento."

4. DA PROPOSTA COMERCIAL

Para fins de apresentação e julgamento da proposta, o licitante deverá observar o modelo de proposta constante do edital e informar os elementos exigidos para identificação da oferta.

O Anexo VIII apresenta a proposta estruturada com quatro sistemas fotovoltaicos de potência mínima de 52,17 kWp cada, totalizando o valor global máximo de R$ 2.224.688,72, além da indicação de marcas e modelos dos principais equipamentos.

Fica esclarecido que **não será motivo de desclassificação a ausência de planilha orçamentária, planilha de custos, composição de preços unitários ou cronograma físico-financeiro**, em razão da supressão expressa das respectivas exigências por esta Errata.

5. DA VEDAÇÃO AO JOGO DE PLANILHAS

Considerando a supressão da obrigatoriedade de apresentação da planilha orçamentária pelos licitantes, ficam igualmente **sem efeito as disposições editalícias que condicionem a classificação ou aceitação da proposta à aplicação de descontos individualizados nos itens de eventual planilha de custos apresentada pelo licitante**.

Permanece, contudo, a obrigação de que o **valor global ofertado** seja compatível com o limite máximo estabelecido pela Administração e apresente condições de exequibilidade.

A análise da proposta será realizada com base no critério de **menor preço global**, observados o objeto, as especificações técnicas e as demais condições previstas no instrumento convocatório.

6. DA CARTA/DECLARAÇÃO DE GARANTIA

Para conferir maior precisão à exigência prevista nos itens 13.1.1, 13.1.1.2, 13.1.1.3 e 13.1.1.4, fica esclarecido que a comprovação da garantia dos equipamentos poderá ser realizada mediante:

a) certificado de garantia;

b) termo de garantia;

c) declaração de garantia;

d) manual ou catálogo oficial do fabricante que contenha expressamente as condições e o período de garantia; ou

e) outro documento equivalente e idôneo que demonstre inequivocamente a garantia aplicável ao produto ofertado.

O edital originalmente exige carta/declaração de garantia para módulos fotovoltaicos, inversores, cabos solares e estruturas.

Não será exigida declaração específica do fabricante dirigida à licitante ou emitida especificamente para a Concorrência Eletrônica nº 10/2026.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Permanece integralmente válida a correção já promovida pela primeira Errata quanto ao item 14.3.4.1, ficando definitivamente excluída a exigência de experiência em **"eficientização de lâmpadas e refletores"**.

A primeira Errata estabeleceu que a capacidade técnico-operacional deverá demonstrar experiência relacionada a instalações elétricas direcionadas a sistemas fotovoltaicos, laudos estruturais de cobertura/telhado e execução de sistemas fotovoltaicos correspondente a, no mínimo, 50% da potência total prevista.

8. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Permanecem **inalteradas e ratificadas** todas as demais cláusulas, condições, especificações técnicas, obrigações e disposições constantes do Edital da Concorrência Eletrônica nº 10/2026 e seus anexos que não tenham sido expressamente modificadas pela primeira Errata ou pela presente 2ª Errata.

A presente Errata passa a integrar o instrumento convocatório para todos os fins, devendo ser observada por todos os interessados e licitantes.

Em caso de divergência entre a redação original do edital e as disposições desta Errata, **prevalecerá a redação constante desta 2ª Errata**.

Piên/PR, 11 de agosto de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Agente de Contratação
Município de Piên – Paraná

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:7B9DAC02

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N°254 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N.º 254 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 45.440,40.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 45.440,40, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
08.001	EDUCAÇÃO	
12.361.9.2.20	GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2151	1102 Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	26.000,00
	SUBTOTAL	26.000,00
10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL	
10.001	ASSISTÊNCIA SOCIAL	
8.241.12.2.26	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2981	0900 Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9º - I.N RFB nº 1131/2011	19.440,40
	SUBTOTAL	19.440,40
	TOTAL	45.440,40

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....45.440,40

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
1.7.9.9.99.0.1.02.00.00.00.00	**FONTE 900 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - DOAÇÕES IR FMDPI**	**19.440,40**
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00.00.00	**FONTE 1102 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL**	**26.000,00**
	TOTAL	**45.440,40**

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....45.440,40
Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 11 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:EFBCABE2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 252, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 252, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

EXONERA A PEDIDO, JÉSSICA FELSKI SOKALSKI, OCUPANTE DO CARGO PÚBLICO DE ASSISTENTE SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Municipal 1.078, de 09 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a senhora **JÉSSICA FELSKI SOKALSKI,** portadora da cédula de identidade civil RG nº 57****6/SC matrícula 47655994, ocupante do cargo público de **Assistente Social,** a contar de 11 de agosto de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 11 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretário De Administração E Finanças

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:AADCF828

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 253, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 253, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

VACÂNCIA DE CARGO EFETIVO.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 55, inciso IV da Lei Municipal 960/2007, de 14 de setembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada a vacância do cargo de Professor, em razão de aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Piên a servidora pública Josiane Machado, inscrita no CPF sob nº 857.xxx.xxx-04 e matrícula 16512.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 11 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:D429C5DC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 040/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO 01/2023

EDITAL 040/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Concurso Público - Edital nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:
Convocar os candidatos a seguir relacionados para comparecer na Área de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **12 de agosto de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Professor

Classificação	Nome do Candidato
81º	NATHALY KRUCZKIEWICZ

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, 11 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:9FFB6CFB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026

O Prefeito de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026**, o qual tem como objeto a "**Registro de Preços para eventual aquisição de kits de lanches destinados aos pacientes em Tratamento Fora do Domicílio (TFD) e seus acompanhantes, quando necessário, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde**", e ADJUDICA o objeto em favor das seguintes empresas:

63.593.457 LUCIANE DE SOUZA TASCHEK, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 63.593.457/0001-77, vencedora dos itens

conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 72.390,00 (setenta e dois mil e trezentos e noventa reais).
Piên/PR, 11 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:50F3370E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1014, DE 04 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1014, DE 04 DE AGOSTO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **RUBENS JOSE TEIXEIRA,** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 103.***.***-** matrícula funcional 4765257, ocupante do cargo de Provimento em comissão de **Assessor de Area II - Gestão de Informática** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
soluções de tecnologia e inovação na gestão pública	05/08/2026	São José dos Pinhais/PR	1(uma)	R$ 150,00	7735/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 04 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Republicado por incorreção

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:C72B2D86

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1022, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1022, DE 05 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 08 de setembro a 22 de setembro de 2026, a servidora pública **JOSETE DE SOUZA ROCHA,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 020.***.***-**, matrícula funcional nº 4765143, ocupante do cargo público de **Técnico em Enfermagem.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 05 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:19997DBD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1024, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1024, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 24 de agosto a 02 de setembro de 2026, a servidora pública **SABRINA DE FATIMA RECK DOS SANTOS BINECK,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 078.***.***-**, matrícula funcional nº 4766175, ocupante do cargo público de agente político de **Secretário de Governo.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 07 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:2F0818D4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1025, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1025, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

Concede licença em razão de doença em pessoa da família.

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto no Art. 108 da Lei Municipal 960/2007 - Estatuto dos Servidores Públicos, e o atestado médico expedido

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença em razão de doença em pessoa da família, no período de 06 de agosto a 10 de agosto de 2026, à servidora pública **ANA CAROLINA PIRES ROCKENBACH,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 9***.***.*/PR e matrícula funcional 4766271, ocupante do cargo público de provimento em comissão de **Assessor de Area II - Vigilância em Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a data do atestado de acompanhamento apresentado.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 07 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:C50198DD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1026, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1026, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **LUIS FERNANDO MENDES,** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 037.***.***-** e matrícula funcional 4766474, ocupante do cargo público de provimento em comissão de **Assessor de Área I - Área de Apoio de Coordenação da Defesa Civil,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
visita a defesa civil COMPDEC	12/08/2026	São Jose Dos Pinhais/PR	1(uma)	R$ 61,00	7985/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 11 de agosto de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:6A6B8DE8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, com profissional bacharel em educação física, com registro no respectivo conselho, para trabalhar 40 horas semanais, com o objetivo de ministrar aulas de Ritmos, Jump, Pilates, Funcional e Musculação no Centro de Atendimento à Mulher – CAMU. **Entrega das propostas**: a partir 13/08/2026 no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 27/08/2026 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 11 de agosto de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:2F38E881

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Piên/PR, 11 de agosto de 2026.

REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Eu, DANIELA GERTLER, convocado(a) pelo Edital nº 038/2026, residente e domiciliado(a) em Rua Principal, Boa Vista, Piên/PR, CPF 117.***.***-**, venho mui respeitosamente requerer final de lista da vaga de **PROFESSOR,** conforme classificação obtida no **Concurso Público 001/2023.**

_____
DANIELA GERTLER

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:9C88F5F9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 148/2026

DECRETO 148/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 11 de Agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:789A4B70

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.

10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 135/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO.
CONTRATADA: NELSON FERRARI LTDA.

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação excepcional do prazo de vigência do Contrato nº 135/2021, com fundamento no art. 57, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993, em caráter excepcional e transitório, pelo período estritamente necessário à conclusão do Processo Seletivo Simplificado e à efetiva implementação da solução administrativa definitiva.
PRAZO: Fica prorrogado, em caráter excepcional, o prazo de vigência do Contrato nº 135/2021 por 12 (doze) meses, com início em 10/08/2026 e término em 10/08/2027, observado o limite máximo legal de 12 (doze) meses e o período estritamente necessário à conclusão do Processo Seletivo Simplificado e à efetiva substituição da solução contratual.

VALOR: Permanecem inalterados os valores e preços contratados, não havendo alteração financeira decorrente do presente Termo Aditivo.

Pinhal de São Bento/PR, 10 de agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:0EED4F38

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 198/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO.

CONTRATADA: PERONDI ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato nº 198/2025 pelo período de 60 (sessenta) dias, até a data de 04 de outubro de 2026, conforme permissivo previsto no Edital da Concorrência Presencial nº 07/2025 e na legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento/PR, 05 de agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:21C20E08

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 155/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO – PR
CONTRATADA: ROSANE DIETZMANN FROES – CNPJ nº 09.490.807/0001-24
CONTRATO: Contrato Administrativo nº 155/2024
LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 68/2024
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso à internet por fibra óptica, incluindo instalação, equipamentos e demais serviços necessários, para atendimento das unidades do Município.
OBJETO DO 3º TERMO ADITIVO: Retificação e complementação do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 155/2024, em razão de erro material na composição dos quantitativos por ocasião da prorrogação contratual, para inclusão, no período prorrogado de 12 (doze) meses, do ponto adicional de acesso à internet anteriormente incluído por meio do 1º Termo Aditivo, destinado ao atendimento de nova sala da Secretaria Municipal de Assistência Social.
ITEM: 13 – Plano de serviço de banda larga de alta velocidade por meio de fibra óptica.
QUANTIDADE RETIFICADA: 24 (vinte e quatro) meses, correspondente a 12 (doze) meses do ponto originalmente contratado e 12 (doze) meses do ponto adicional destinado à nova sala.
VALOR UNITÁRIO: R$ 210,00 (duzentos e dez reais) por mês.
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais).
VALOR DA PRORROGAÇÃO RETIFICADO: R$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais).
DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 155/2024 e de seus termos aditivos anteriores.

Pinhal de São Bento – PR, 11 de agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:84D6AB41

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1153/2026

LEI N.º 1.153/2026

Dispõe sobre o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental — FMSBA e sobre o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental — CMSBA do Município de Pinhal de São Bento, revoga as Leis Municipais n.º 1.133/2026 e n.º 1.134/2026 e dá outras providências.

O Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, por seus representantes legais, aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
CAPÍTULO I — DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Esta Lei dispõe, em diploma único, sobre o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental — FMSBA e sobre o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental — CMSBA do Município de Pinhal de São Bento, observadas a Lei Federal n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e as normas da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná — Agepar, notadamente a Resolução Agepar n.º 10/2022, com a redação dada pela Resolução Agepar n.º 34/2023.
CAPÍTULO II — DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL
Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a constituir o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental — FMSBA, de natureza contábil, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária, tendo como finalidade o custeio de ações destinadas à universalização e ao aprimoramento dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o Plano Municipal de Saneamento Básico e Ambiental ou o Plano Regional de Saneamento Básico e Ambiental e com as normativas da Agepar, e cuja realização seja de competência do Município e não constitua obrigação contratual do prestador.
Parágrafo único. São finalidades específicas do FMSBA:
I - garantir contrapartida financeira a operações de crédito para financiamento de investimentos em infraestruturas e bens vinculados aos serviços municipais de saneamento básico, especialmente as celebradas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES e com a Caixa Econômica Federal ou outros agentes financeiros que operem com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS;
II - garantir contrapartida a contratos de repasse de recursos objeto de transferências voluntárias de entes da Federação ou de outras fontes não onerosas, destinados a investimentos em ações de saneamento básico no âmbito do Município de Pinhal de São Bento;
III - garantir pagamentos de amortizações, juros e outros encargos financeiros relativos às operações de crédito previstas no inciso I deste parágrafo;
IV - cobrir despesas extraordinárias decorrentes de investimentos emergenciais nos serviços de saneamento básico, aprovadas pelo órgão regulador dos serviços e pelo CMSBA; e
V - financiar diretamente as ações de investimentos em infraestruturas e outros bens vinculados aos serviços de saneamento básico de titularidade do Município.

Art. 3º A gestão administrativa do FMSBA será exercida pela Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária, por meio de suas unidades financeira e contábil, à qual caberá igualmente a ordenação das despesas previstas no Plano Orçamentário e de Aplicação do Fundo.

Art. 4º As receitas do FMSBA poderão ser constituídas por:

I - recursos provenientes de dotações orçamentárias do Município;

II - receitas vinculadas às receitas de taxas, tarifas e outros preços públicos incidentes sobre os serviços de saneamento básico;

III - receitas de contribuições de melhoria relativas à implantação de infraestruturas vinculadas aos serviços de saneamento básico;

IV - receitas de multas relativas a infrações administrativas e de posturas municipais previstas na legislação pertinente;

V - retornos de amortizações e remunerações de investimentos realizados direta ou indiretamente pelo Município com recursos do FMSBA;

VI - subvenções e transferências voluntárias de entes da Federação, bem como contribuições, doações, auxílios e repasses de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e de pessoas físicas e jurídicas privadas, destinadas a ações de saneamento básico no Município;

VII - rendimentos provenientes de aplicações financeiras dos recursos disponíveis do FMSBA.

§ 1º As receitas líquidas do FMSBA serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º As disponibilidades de recursos do FMSBA, exceto as vinculadas a desembolsos de curto prazo e a garantias mínimas de contratos de financiamento, deverão ser investidas em aplicações financeiras com prazos e liquidez compatíveis com o seu plano de aplicação.

§ 3º O saldo financeiro do FMSBA, apurado ao final de cada exercício, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

§ 4º Constituem passivos do FMSBA as obrigações de qualquer natureza que venha a assumir para a execução dos programas e ações dos serviços de saneamento básico previstos no Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico e Ambiental e no Plano Plurianual, observada a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 5º O orçamento do FMSBA integrará o orçamento da Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento.

§ 6º A contabilidade do FMSBA será organizada de forma a permitir o pleno controle e a gestão da sua execução orçamentária.

Art. 5º É vedada a utilização de recursos do FMSBA para:

I - o pagamento de despesas correntes ou cobertura de déficits orçamentários resultantes daquelas despesas, por quaisquer órgãos e entidades do Município;

II - a execução de obras e outras intervenções urbanas integradas ou que afetem ou interfiram nos sistemas de saneamento básico, em montante superior à participação proporcional dos serviços de saneamento básico nos respectivos investimentos.

CAPÍTULO III — DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL

Art. 6º Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental — CMSBA, órgão colegiado de caráter deliberativo quanto às matérias relativas ao FMSBA e consultivo nas demais matérias de saneamento básico e ambiental, constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) titulares e 6 (seis) suplentes, assegurada a participação de representantes do governo municipal e da sociedade civil, a serem nomeados por decreto municipal.

Art. 7º Compete ao CMSBA:

I - estabelecer e fiscalizar a política de aplicação dos recursos do FMSBA, observadas as diretrizes básicas e prioritárias da política e do plano municipal ou regional de saneamento básico e ambiental;

II - elaborar o Plano Orçamentário e de Aplicação dos recursos do FMSBA, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - aprovar as demonstrações mensais de receitas e despesas do FMSBA;

IV - aprovar as contas anuais do FMSBA, as quais integrarão as contas gerais do Município de Pinhal de São Bento;

V - deliberar sobre questões relacionadas ao FMSBA, em consonância com as normas de gestão financeira e os interesses do Município;

VI - aprovar as despesas extraordinárias decorrentes de investimentos emergenciais nos serviços de saneamento básico, na forma do inciso IV do parágrafo único do art. 2º desta Lei;

VII - exercer o controle social sobre as ações de saneamento básico, mediante o recebimento de relatórios e informações que permitam o seu acompanhamento, bem como a análise do Plano Plurianual e das propostas orçamentárias anuais e o acompanhamento de sua execução;

VIII - participar da elaboração da Política Municipal de Saneamento Básico e do Plano Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, bem como de seu planejamento e avaliação;

IX - participar e opinar sobre a elaboração e a implementação dos Planos Diretores de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem, Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos do Município;

X - acompanhar a promoção da universalização dos serviços de saneamento básico, assegurando a sua qualidade por meio do acompanhamento dos indicadores e do cumprimento das metas fixadas nos planos municipais;

XI - acompanhar o cumprimento das metas fixadas nos contratos de concessão ou de programa celebrados com as prestadoras dos serviços de água e esgoto;

XII - colaborar em campanhas educacionais relativas ao saneamento básico e ao uso racional das águas e do solo;

XIII - apresentar propostas ao Poder Executivo ou ao Poder Legislativo sobre matéria de sua competência, acompanhadas de exposição de motivos;

XIV - apreciar e opinar sobre os casos que lhe forem submetidos pelas partes interessadas;

XV - elaborar, aprovar e reformar o seu Regimento Interno, dispondo sobre a ordem dos trabalhos e sobre o seu funcionamento.

Art. 8º O CMSBA será composto por 1 (um) membro titular e 1 (um) respectivo suplente de cada um dos seguintes segmentos:

I - concessionária dos serviços de saneamento básico (SANEPAR);

II - Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária;

III - Secretaria de Saúde;

IV - usuários dos serviços de saneamento básico;

V - Conselho Municipal de Saúde;

VI - Conselho Municipal de Desenvolvimento.

§ 1º O representante previsto no inciso I será indicado pela concessionária; os previstos nos incisos V e VI serão indicados pelos respectivos Conselhos; e o previsto no inciso IV será indicado pelas entidades representativas dos usuários dos serviços de saneamento básico.

§ 2º Não havendo indicação dos representantes previstos nos incisos IV, V e VI no prazo fixado em edital ou ofício de convocação, o Prefeito Municipal poderá fazê-la em livre escolha.

§ 3º Os membros do CMSBA serão nomeados por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, admitida a recondução.

Parágrafo único. A participação no CMSBA não será remunerada, sendo considerada serviço público relevante.

Art. 10. O CMSBA reunir-se-á ordinariamente e, extraordinariamente, sempre que convocado, funcionando de acordo com o seu Regimento Interno.

Parágrafo único. Caberá ao Município de Pinhal de São Bento fornecer toda a estrutura física e de pessoal necessária ao regular funcionamento do CMSBA.

Art. 11. O CMSBA manterá intercâmbio com órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos inerentes às suas competências.

CAPÍTULO IV — DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. Ficam revogadas a Lei Municipal n.º 1.133, de 14 de abril de 2026, e a Lei Municipal n.º 1.134, de 14 de abril de 2026.

Parágrafo único. Ficam mantidos, sem solução de continuidade, o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental — FMSBA constituído sob a vigência da Lei Municipal n.º 1.133/2026, bem como a respectiva conta especial, os saldos financeiros, as dotações orçamentárias, os registros contábeis e os atos administrativos já praticados, que passam a reger-se por esta Lei.

Art. 13. O Chefe do Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei, editará decreto de designação dos membros do CMSBA na composição prevista nos arts. 6º e 8º desta Lei, revogando expressamente o Decreto Municipal n.º 1.251, de 16 de abril de 2026.

Parágrafo único. Até a publicação do decreto de que trata o caput, os membros designados pelo Decreto Municipal n.º 1.251/2026 permanecerão no exercício de suas funções.
Art. 14. As matérias de natureza estritamente ambiental anteriormente atribuídas ao colegiado instituído pela Lei Municipal n.º 1.134/2026 permanecem sob a competência dos órgãos e conselhos municipais próprios.
Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Pinhal de São Bento, 11 de agosto de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:0A6384E1

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 275/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026

ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Gilson de Aquino Froes Matrícula: 6041
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 12/08/2026 (saída as 05:00 horas)
Destino: Cascavel/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,5 = 121,08
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar o paciente Jose Alves Copati com acompanhante para consulta no Dr. Prime Assistência a Saúde Familiar em Cascavel/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Dr. Prime Assistência a Saúde Familiar em Cascavel/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	5****-2	063.***.***-39

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 12 de agosto de 2026.

Solicitante da viagem: Gilson de Aquino Froes
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:7751B293

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 276/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026

ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Jailine Bortolomedi Matrícula: 5921
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Enfermeira
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 10/08/2026 (saída as 06:00 horas)
Destino: Pranchita/PR
Valor de diárias: 142,18 x 0,25 = 35,54
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar a paciente Tereza Faria Duarte com acompanhante para internamento na Fundação Hospitalar da Fronteira em Pranchita/PR
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Fundação Hospitalar da Fronteira em Pranchita/PR
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	5****-6	072.***.***-69

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 10 de agosto de 2026.
Solicitante da viagem: Jailine Bortolomedi
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:DE21EAAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08/2026

Dispõe sobre a organização da Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo e aprova o Relatório Técnico de sua composição e funcionamento.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO DE PINHAL DE SÃO BENTO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente,
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a gestão da Política Municipal de Alfabetização, ampliando a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo;
CONSIDERANDO as diretrizes da Política Nacional de Alfabetização, do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e da Política de Alfabetização do Estado do Paraná;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar, coordenar, monitorar e avaliar as ações voltadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
RESOLVE EXPEDIR A PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA:
Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece a organização e o funcionamento da Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, destinada ao planejamento, coordenação, implementação, acompanhamento, monitoramento e

avaliação das ações voltadas à alfabetização das crianças da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º A Estrutura Administrativa e Pedagógica será composta pelos seguintes setores e profissionais:

I – Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo;
II – Coordenação Municipal da Política de Alfabetização;
III – Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
IV – Diretores das Unidades Escolares;
V – Coordenadores Pedagógicos Escolares;
VI – Professores Alfabetizadores;
VII – Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
VIII – Equipe Administrativa de Apoio às ações de monitoramento e gestão.

Art. 3º Compete à Estrutura Administrativa e Pedagógica:

I – Elaborar e atualizar a Política Municipal de Alfabetização;
II – Coordenar as ações pedagógicas relacionadas à alfabetização;
III – Acompanhar os indicadores de aprendizagem;
IV – Promover formações continuadas;
V – Monitorar os resultados das avaliações internas e externas;
VI – Orientar escolas e professores quanto às intervenções pedagógicas;
VII – Acompanhar a execução do Plano Municipal de Acompanhamento das Aprendizagens;
VIII – Elaborar relatórios técnicos e indicadores de desempenho;
IX – Articular ações entre escolas, Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos parceiros.

Art. 4º Os servidores integrantes da estrutura exercerão suas atribuições de acordo com o cargo efetivo ou função de confiança que ocupam, sem prejuízo das demais competências previstas na legislação municipal.

Art. 5º Fica aprovado o Relatório Técnico constante do Anexo I desta Instrução Normativa, que integra o presente ato e descreve a composição, funcionamento e as atribuições da Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhal de São Bento – PR, 11 de agosto de 2026.

EVA LUZIA BARCKI MAZUCO
Secretária Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo

ANEXO I
RELATÓRIO TÉCNICO
Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização do município de Pinhal de São Bento PR

1. Finalidade

O presente Relatório Técnico apresenta a estrutura administrativa e pedagógica instituída pela Secretaria Municipal de Educação de Pinhal de São Bento estado do Paraná, para fortalecer a implementação da Política Municipal de Alfabetização, ampliando a capacidade institucional de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações voltadas à alfabetização e recomposição das aprendizagens.

2. Objetivos da Estrutura

A estrutura tem como objetivos:

• Coordenar a Política Municipal de Alfabetização;
• Garantir o acompanhamento sistemático das escolas;
• Fortalecer o trabalho pedagógico dos professores alfabetizadores;
• Monitorar indicadores educacionais;
• Promover formação continuada;
• Apoiar a gestão escolar;
• Acompanhar avaliações diagnósticas, formativas e externas;
• Assegurar intervenções pedagógicas para estudantes com dificuldades de aprendizagem.

3. Composição da Estrutura

Função/Setor	Quantidade
Secretária Municipal de Educação	01
Coordenação Municipal da Política de Alfabetização	01
Equipe Pedagógica da Secretaria/Articulador Renalfa Municipal	01
Diretores Escolares	02
Coordenadores Pedagógicos Escolares	02
Professores Alfabetizadores (1º e 2º ano)	02
Professores dos Anos Iniciais (3º ao 5º ano)	02
Servidores Administrativos de Apoio	02

Total de cargos e servidores envolvidos: 13

4. Atribuições Gerais

Secretaria Municipal de Educação

• Definir diretrizes da Política Municipal de Alfabetização;
• Garantir recursos humanos e materiais;
• Acompanhar metas e indicadores.

Coordenação Municipal da Política de Alfabetização

• Coordenar tecnicamente a política;
• Organizar formações continuadas;
• Acompanhar resultados;
• Realizar visitas técnicas às escolas;
• Elaborar relatórios.

Equipe Pedagógica

• Orientar escolas;
• Acompanhar planejamentos;
• Apoiar avaliações;
• Promover intervenções pedagógicas.

Diretores

• Garantir a execução das ações na unidade escolar;
• Acompanhar indicadores;
• Apoiar professores.

Coordenadores Pedagógicos

• Acompanhar o planejamento docente;
• Realizar devolutivas pedagógicas;
• Monitorar o desenvolvimento dos estudantes.

Professores Alfabetizadores

• Executar o planejamento pedagógico;
• Aplicar avaliações diagnósticas;
• Desenvolver estratégias de recomposição das aprendizagens;
• Registrar evidências da aprendizagem.

5. Regime de Trabalho

Os profissionais atuam conforme o regime jurídico do Município.

A carga horária destinada às ações específicas da Política Municipal de Alfabetização compreende:

Profissional	Tempo destinado às ações da alfabetização
Coordenação Municipal	40 horas semanais
Equipe Pedagógica	20 a 40 horas semanais
Diretores	acompanhamento permanente
Coordenadores Pedagógicos	mínimo de 20 horas semanais
Professores Alfabetizadores	conforme jornada semanal, incluindo horas-atividade

6. Atividades Desenvolvidas

A estrutura realiza, entre outras, as seguintes ações:

• Planejamento anual;
• Formação continuada;
• Acompanhamento pedagógico das escolas;
• Monitoramento das avaliações;
• Reuniões técnicas;
• Visitas de acompanhamento;
• Análise de indicadores;
• Recomposição das aprendizagens;
• Elaboração de relatórios técnicos;
• Monitoramento das metas da Política Municipal de Alfabetização.

7. Monitoramento

O acompanhamento ocorrerá mediante:

• Visitas técnicas às escolas;

• Análise de indicadores de aprendizagem;
• Reuniões periódicas com gestores escolares;
• Aplicação de avaliações diagnósticas;
• Monitoramento dos planos de intervenção;
• Emissão de relatórios semestrais.

8. Considerações Finais
A presente estrutura administrativa e pedagógica fortalece a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Educação para implementar, acompanhar e avaliar a Política Municipal de Alfabetização, assegurando maior articulação entre gestão, escolas e professores, bem como a melhoria contínua dos indicadores de aprendizagem.
Declaro, para os devidos fins, que as informações constantes neste Relatório Técnico correspondem à estrutura oficialmente instituída pela Secretaria Municipal de Educação.

Pinhal de São Bento PR, 11 de agosto de 2026

EVA LUZIA BARCKI MAZUCO
Secretária Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo

Publicado por:
Idete Bonetti
Código Identificador:26952616

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE CREDENCIAMENTO
INEXIGIBILIDADE Nº 12/2023 - PROCESSO: 33.051/2023

Em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei 8.666, de 21 de julho de 1993, a Comissão Especial de Credenciamento, por meio de sua Presidente, torna público o resultado do credenciamento em epígrafe, cujo objeto é o credenciamento para contratação de pessoas físicas para prestação de serviços, conforme necessidades das Secretarias Municipais, conforme as especificações, quantidades, valores, condições e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos. Nesse sentido a comissão decidiu **habilitar**: **Item 1 - Prestação de serviços de cozinha e preparo de alimentação escolar - regime: diária 8 h:** Neide Aparecida de Lima; Lindamir Oliveira de Souza Brito Vargas; Gisele Terezinha Cidreira e Silva. **Item 2 - prestação de serviços gerais (manutenção e limpeza) - regime: diária 8h**: Maria Eduarda da Rosa Vieira; Cleosa Pacheco Rolim Pereira; Cristiane Café de Castro; Roseli dos Santos Machado; Alessandra de Fatima Ribeiro dos Santos; Beatriz Alves Nunes; Frank Wellinton Vieira da Silva; Renan Colaço Lopes; Gerlan Henrique de Oliveira de Souza, por cumprirem todos os requisitos exigidos no edital, portanto suas solicitações para credenciamento foram **aprovadas.** Os interessados têm o prazo de 8 (oito) dias úteis, prorrogáveis, para protocolar documentação escoimada de vícios. Salientamos que o processo se encontra disponível para vistas e que fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos no prazo legal e que no final deste abre-se o prazo para apresentação das contrarrazões por igual período.

Piraquara, 10 de agosto de 2026.

ANA CLAUDIA GAIO DE OLIVEIRA -
Presidente da Comissão

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:EB1AB389

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.923/2026 REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1° Conceder **renovação de licença especial para atendimento ao portador de necessidades especiais**, no período compreendido entre **22/07/2026 a 21/07/2027** à servidora **Claudete Luzia de Oliveira**, ocupante do cargo Assistente Operacional Escolar, matrícula funcional nº **652001,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, tendo obrigatoriedade de cumprir 20 (vinte) horas semanais no turno da tarde e licenciar-se 20 (vinte) horas semanais no turno da manhã, sem redução salarial conforme prevê a Lei nº 1340/2014 de 28/04/2014 e regulamentada pelo Decreto nº 14.787/2026 de 19/06/2026.

Art. 2° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais retroativos 22 de julho de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:7647FFB6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.929/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 016/2026-S, e, em observância ao disposto no art. 148 da Lei 863/2006,
DECRETA:
Art. 1º A demissão da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data
Jessyka Monike dos Santos Chaves	992714	Auxiliar de Enfermagem	04/08/2026

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 04/08/2025.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 10 de Agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:70B2B715

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.930/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os dispostos na Lei Municipal n.º 864/2006 de 21/12/2006:

DECRETA
Art. 1º Os servidores Municipais, abaixo relacionados, terão seus níveis alterados, conforme aprovação em Progressão por Antiguidade, artigo 10°. § 1°. da Lei n°. 864/2006, a partir de **AGOSTO de 2026:**

CARREIRA – NÍVEL ELEMENTAR				
MATRÍCULA	**NOME**	**FUNÇÃO**	**CLASSE**	**NÍVEL**
992103	MURILO DE JESUS CARDOSO BELARMINO	Assistente Operacional	01	06
992160	OSMAR JOSE ALVES DE ABREU	Assistente Operacional	01	08
843601	REGIANE DA SILVA RIBEIRO	Agente Administrativo	01	08
992107	THIAGO CARVALHO	Assistente Operacional	01	09

CARREIRA – NÍVEL MÉDIO				
MATRÍCULA	**NOME**	**FUNÇÃO**	**CLASSE**	**NÍVEL**
992113	ANDREA DE PAULA	Auxiliar De Enfermagem	01	09
992164	EDINEIDE TORRES DOS SANTOS	Auxiliar De Enfermagem	01	08
498591	MARCIA EVELISE	Auxiliar De Odontologia	03	22

	TEIXEIRA DE ARAUJO LIMA			
992120	NORBERTO NEVES JUNIOR	Educador Social	01	09
992140	ROSELI ELIZA DA SILVA	Auxiliar De Enfermagem	01	09
694181	VERONICE MARTINS VERLIDO BARBOZA	Auxiliar De Enfermagem	02	14

CARREIRA – PROFISSIONAL NÍVEL SUPERIOR				
MATRÍCULA	**NOME**	**FUNÇÃO**	**CLASSE**	**NÍVEL**
992076	DANIELA APARECIDA OSCAR SORGON	Enfermeiro	01	08
694421	MARCIA MARIA FEYH	Assistente Social	02	12
572151	MONICA MARIA MEDEIROS	Procurador Municipal (20 Horas)	02	17

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 01 de AGOSTO de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:D6D7C5DA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.931/2026

Dispõe sobre a elevação de nível por graduação dos professores e servidores da educação municipal.

O Prefeito Municipal de Piraquara, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º Os professores e servidores da educação municipal abaixo relacionados terão seus níveis por graduação alterados após apresentação e deferimento da documentação, conforme prevê a Lei Municipal nº 1.192/2012 e Lei Municipal nº 1.691/2017.

MATRÍCULA	NOME	NÍVEL	DATA DO PROTOCOLO
997643	CÉLIA FIORI REINA	ESP-03	09/08/2026
997639	DAIANE AFONSO GANDIN MAGALHÃES	ESP-03	05/08/2026

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data constante no quadro sob a denominação – DATA DO PROTOCOLO.

Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:A4F7ABA7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.932/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Nomear os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público, realizado através do Edital nº 018/2026 e com homologação através do Edital nº 042/2026, cumprindo as exigências legais.
CARGO: MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA

Nome	Admissão
CAMILA FRANCO DA ROCHA VANZIN	11/08/2026

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Nome	Admissão
JAQUELINE JESS HONORIO BORGHELOT	11/08/2026

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a contar de 11/08/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:86E49C67

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.933/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base nas disposições constantes na Lei Municipal nº 1.252/2013,
DECRETA:
Art. 1º Fica designado no cargo de Secretário Municipal de Administração, em caráter Interino, sem efeitos pecuniários, o senhor **Girlei Eduardo de Lima.**
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 12/08/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:05CAA605

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.934/2026

Concede Progressão por Titulação aos Servidores do Executivo Municipal de Piraquara.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o previsto no artigo 10, §3º da Lei Municipal nº 864/2006, regulamentada pelo Decreto nº 12.071/2024, segundo o que estabelece o seu artigo 8º, parágrafo único,
DECRETA:
Art. 1º Fica concedida Progressão por Titulação aos servidores nominados abaixo, conforme solicitação de seus respectivos protocolos:

CARREIRA NÍVEL ELEMENTAR				
MATRÍCULA	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**NÍVEL**	**A CONTAR DE:**
992965	MICHELLIN SANTOS WANDEMBRUCK	Agente Comunitário de Saúde	05	01/08/2026
692561	ROBERTO TADEU BRUNORIO	Operador de Máquinas	12	01/08/2026
992459	SANDRA MORO	Agente Comunitário de Saúde	07	01/08/2026
CARREIRA NÍVEL MÉDIO				
MATRICULA	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**NÍVEL**	**A CONTAR DE:**
992294	ITAPIARA GOMES	Auxiliar de Enfermagem	07	01/08/2026
992465	MARLI TEREZINHA KOSMAN	Auxiliar de Enfermagem	06	01/08/2026
592341	MIGUEL GROSSI JUNIOR	Técnico Administrativo	14	01/08/2026
992968	MIRIAN CAMARGO RIBEIRO	Auxiliar de Enfermagem	05	01/08/2026
694181	VERONICE MARTINS VERLIDO BARBOZA	Auxiliar de Enfermagem	14	01/08/2026
CARREIRA GESTOR PÚBLICO I 40 HORAS				
MATRICULA	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**NÍVEL**	**A CONTAR DE:**
992487	CARLOS BERTAN	Contador	06	01/08/2026
997588	JANAINA PONTES	Nutricionista	02	01/08/2026

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais e pecuniários as respectivas datas acima listadas.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:35205C36

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.935/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Conceder renovação de **licença especial para acompanhamento em atendimentos especializados à pessoa com deficiência,** no período compreendido entre **31/08/2026 a 30/08/2027** a servidora **Alzenira Cristina Feitosa,** ocupante do cargo Assistente Operacional Escolar, matrícula funcional nº **661761,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, tendo obrigatoriedade de cumprir 20 (vinte) horas semanais no turno da manhã e licenciar-se 20 (vinte) horas semanais no turno da tarde, sem redução salarial conforme prevê a Lei nº 1340/2014 de 28/04/2014 e regulamentada pelo Decreto nº 14.787/2026 de 19/06/2026.

Art. 2° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 31 de agosto de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:227077D0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.936/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Conceder renovação de **licença especial para acompanhamento em atendimentos especializados à pessoa com deficiência,** no período compreendido entre **21/08/2026 a 20/08/2027** a servidora **Clarice Fernandes,** ocupante do cargo Assistente Operacional Escolar, matrícula funcional nº **992104,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, tendo obrigatoriedade de cumprir 20 (vinte) horas semanais no turno da manhã e licenciar-se 20 (vinte) horas semanais no turno da tarde, sem redução salarial conforme prevê a Lei nº 1340/2014 de 28/04/2014 e regulamentada pelo Decreto nº 14.787/2026 de 19/06/2026.

Art. 2° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 21 de agosto de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:50C4D896

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.937/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Concessão da **11ª prorrogação de licença por motivo de doença em pessoa da família**, no período compreendido entre **16/08/2026 a 14/09/2026** a servidora **Cristiane Franco de Lima de Rocco,** ocupante do cargo Agente Educacional II - Sec. Escolar, matricula funcional nº **992752,** lotada na Secretaria Municipal de Educação atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 863/2006 - Estatuto dos Servidores de Piraquara, podendo ser prorrogável mediante protocolo.
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 16 de agosto de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:81348576

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.938/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Conceder renovação de **licença especial para acompanhamento em atendimentos especializados à pessoa com deficiência,** no período compreendido entre **14/08/2026 a 13/08/2027** a servidora **Dulcineia Veiga,** ocupante do cargo Assistente Operacional Escolar, matrícula funcional nº **555491,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, tendo obrigatoriedade de cumprir 20 (vinte) horas semanais no turno da manhã e licenciar-se 20 (vinte) horas semanais no turno da tarde, sem redução salarial conforme prevê a Lei nº 1340/2014 de 28/04/2014 e regulamentada pelo Decreto nº 14.787/2026 de 19/06/2026.

Art. 2° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 14 de agosto de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:AE1A2EAF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.939/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A concessão de **Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família**, no período compreendido entre **27/07/2026 a 25/08/2026** a servidora **Elenise Cordeiro,** ocupante do cargo Professora III Especialização**,** matriculas funcionais nº **706611 e 787861,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 863/2006 - Estatuto dos Servidores de Piraquara, podendo ser prorrogável mediante protocolo.
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 27 de julho de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:94BF2799

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.940/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Conceder **licença especial para acompanhamento em atendimentos especializados à pessoa com deficiência,** no período compreendido entre **10/08/2026 a 09/08/2027** a servidora **Estefani Cristina Bertuzzi,** ocupante do cargo Professora III Especialização, matrícula funcional nº **997262,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, tendo obrigatoriedade de cumprir 20 (vinte) horas semanais no turno da manhã e licenciar-se 20 (vinte) horas semanais no turno da tarde, sem redução salarial conforme prevê a Lei nº 1340/2014 de 28/04/2014 e regulamentada pelo Decreto nº 14.787/2026 de 19/06/2026.

Art. 2° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a retroativos a 10 de agosto de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:2554CD7D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.941/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A concessão de **Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família**, no período compreendido entre **05/08/2026 a 03/09/2026** a servidora **Joyce Mara Seguro**, ocupante do cargo Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional nº **992474,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 863/2006 - Estatuto dos Servidores de Piraquara, podendo ser prorrogável mediante protocolo.
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais retroativos 05 de agosto de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:5284527A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.942/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Conceder renovação de **licença especial para acompanhamento em atendimentos especializados à pessoa com deficiência,** no período compreendido entre **14/08/2026 a 13/08/2027** a servidora **Karina da Silva Souza,** ocupante do cargo Assistente Operacional Escolar, matrícula funcional nº **992348**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, tendo obrigatoriedade de cumprir 20 (vinte) horas semanais no turno da manhã e licenciar-se 20 (vinte) horas semanais no turno da tarde, sem redução salarial conforme prevê a Lei nº 1340/2014 de 28/04/2014 e regulamentada pelo Decreto nº 14.787/2026 de 19/06/2026.

Art. 2° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 14 de agosto de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:ED53E377

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.943/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1° A concessão de **Licença Parcial para Estudo** ao servidor **MARLON BOGANIKA,** ocupante do cargo de cargo de Professor III Especialização, para liberação de 4 (quatro) horas semanais na matrícula nº **992906,** no período compreendido entre **06/04/2026 a 31/03/2027,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, atendendo ao disposto no art. 27, da Lei Municipal nº 1192/2012, regulamentada pelo Decreto nº 13.735/2025.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a retroativos 06 de abril de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:165CAC0E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.944/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1° A concessão de **Licença Parcial para Estudo** à servidora **Cintia Simiao Cruz**, ocupante do cargo de cargo de Professora III Especialização, para liberação de 4 (quatro) horas semanais na matrícula nº **636901** e 4 (quatro) horas semanais na matrícula nº **709121**, no período compreendido entre **14/08/2026 a 31/03/2027,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, atendendo ao disposto no art. 27, da Lei Municipal nº 1192/2012, regulamentada pelo Decreto nº 13.735/2025.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 14.639/2026, com seus efeitos a contar de 14 de agosto de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:36F107BF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.945/2026

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento-Programa vigente, no valor de R$ 4.273.790,99 (quatro milhões, duzentos e setenta e três mil, setecentos e noventa reais e noventa e nove centavos), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.697 de 11 de agosto de 2026:

Art. 1º- Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 41, inciso II, 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento geral vigente, no valor de R$ 4.273.790,99 (quatro milhões, duzentos e setenta e três mil, setecentos e noventa reais e noventa e nove centavos), conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º- A abertura do Crédito Adicional Especial se dará no Programa de Trabalho e Elemento de Despesa abaixo especificado:

11.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – FMS / Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações de Atenção Básica

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
4.4.32.93.00.00	31521	Indenizações e restituições	145.000,00
Total			**145.000,00**

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13.003 – Fundo Municipal da Assistência Social
13.003.08.244.0006.2037 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.50.43.00.00	31690	Subvenções sociais	120.000,00
3.3.50.43.00.00	31691	Subvenções sociais	150.000,00
3.3.90.39.00.00	31694	Outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica	75.000,00
4.4.90.52.00.00	31684	Equipamentos e material permanente	60.000,00
Total			**405.000,00**

14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E IGUALDADE RACIAL
14.001 – Coordenação e Adm das Atividades da SMCIR
14.001.13.392.0005.2.085 – Programa Diversidade Cultural e Igualdade Racial

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00	31692	Obras e instalações	2.556.790,99
Total			**2.556.790,99**

15.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS - SMISU
15.001 – Gabinete do Secretário – SMIN
15.001.15.452.0010.2046 – Pavimentação de Vias

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.32.93.00.00	31565	Indenizações e restituições	100.000,00
3.3.32.93.00.00	311000	Indenizações e restituições	80.000,00
Total			**180.000,00**

21.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER
21.001 – Secretaria Municipal da Mulher – SEMU
21.001.14.422.0014.2072 – Fortalecimento Social, Político, Econômico e Cultural das Mulheres

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00	31693	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	105.000,00
Total			**105.000,00**

22.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE - SMELJ
22.001 – Coordenação das Atividades da SMELJ
22.001.27.812.0004.2040 – Manutenção das Atividades do Esporte

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00	31695	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	750.000,00
4.4.90.51.00.00	31696	Obras e instalações	132.000,00
Total			**882.000,00**

Art. 3º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial previsto neste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 4º O valor que trata este Decreto, não será computado para efeitos do artigo 41, da Lei Municipal nº 2.589 de 27 de junho de 2025, e o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025.

Art. 5º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), e da Lei Municipal nº 2.635, de 01 de dezembro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), em valores iguais aos desta Lei, nos Órgãos, Programas, Projetos e Atividades, nos termos do artigo 166, § 3º, inciso I, da Constituição Federal.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro , Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:E16F0C30

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.946/2026

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 2.845.629,00 (dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e nove reais),

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.696 de 11 de agosto de 2026:

Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso II, 42 e 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Especial no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 2.845.629,00 (dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e nove reais), conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Especial se dará nos Programas de Trabalhos e Elementos de Despesas abaixo especificados:

11.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – FMS / Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações de Atenção Básica

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
4.4.32.93.00.00	33521	Indenizações e restituições	2.693.621,83
Total			**2.693.621,83**

15.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS - SMISU
15.001 – Gabinete do Secretário – SMIN
15.001.15.452.0010.2046 – Pavimentação de Vias

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.32.93.00.00	33565	Indenizações e restituições	152.007,17
Total			**152.007,17**

Art. 3º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial previsto neste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior**.**

Art. 4º O valor que trata este Decreto, não será computado para efeitos do artigo 41, da Lei Municipal nº 2.589 de 27 de junho de 2025, e o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025.

Art. 5º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), e da Lei Municipal nº 2.635, de 01 de dezembro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), em valores iguais aos desta Lei, nos Órgãos, Programas, Projetos e Atividades, nos termos do artigo 166, § 3º, inciso I, da Constituição Federal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Vinte e Nove de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:89B2D935

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 15/2026
CREDENCIAMENTO DE EDITORAS, DISTRIBUIDORAS DE LIVROS, LIVRARIAS, SEBOS E LOJAS DE ITENS COLECIONÁVEIS E PRODUTOS GEEK PARA PARTICIPAÇÃO NA 2ª FESTA LITERÁRIA DE PIRAQUARA – FLIPIRA

PREÂMBULO
O Município de Piraquara, por meio da Secretaria da Cultura e Igualdade Racial, **Torna Pública** a abertura de inscrições para participação de interessados na venda de livros, revistas científicas e periódicos, produtos colecionáveis e geek no evento denominado **2ª FESTA LITERÁRIA DE PIRAQUARA – FLIPIRA 2026,** que acontecerá nos dias **15, 16 e 17 de outubro DE 2026,** na Praça Chafic Boazar, 67, Centro, Piraquara-PR.
A 2ª Festa Literária de Piraquara - FLIPIRA 2026 é uma ação estratégica e culminante do projeto "Piraquara Literária: Escritores e Escritoras da Nossa Terra", idealizado e realizado pela Secretaria Municipal da Cultura e Igualdade Racial no ano de 2025, em alusão as datas comemorativas do Dia Nacional da Leitura (12/10) e o Dia Nacional do Livro (29/10).
Com o tema "**Literatura, linguagens possíveis**" a programação vai ocorrer na Praça Chafic Boazar, na Biblioteca Pública Municipal e na Casa da Memória. Com programação voltada para todas as idades a festa propõe-se a ser um espaço de celebração, valorização e divulgação da produção literária, priorizando autores e autoras da região, com foco na diversidade cultural, étnico-racial e social do município.
A FLIPIRA 2026 nasce do reconhecimento de que a cidade de Piraquara abriga uma rica e potente produção literária, muitas vezes invisibilizada. Promover uma festa dedicada à literatura é um passo importante para garantir visibilidade aos autores e autoras, fomentar a formação de novos leitores e integrar diferentes públicos em torno da palavra escrita, oral e performática.
O evento prevê a participação de: Estudantes das redes municipal, estadual e particular de ensino; Educadores; Bibliotecários e Profissionais da Educação; Universidades públicas e privadas; Coletivos artísticos e culturais; Comunidades indígenas, negras e periféricas; Autores e Autoras locais e regionais; Agentes Culturais; e Público em geral, com estimativa de público total de10 mil pessoas.

1. DO OBJETO
1.1 Constitui objeto deste Edital a seleção de 8 (oito) empreendimentos de âmbito nacional, sendo eles de comércio de livros (livrarias, distribuidoras, editoras e sebos) e de produtos colecionáveis e geek interessados em participar da 2ª Festa Literária de Piraquara-FLIPIRA 2026, mediante de utilização de estruturas temporária em espaço destinado a exposição e comercialização do seu acervo e produtos.
1.2 A participação das empresas se dará através de Termos de Autorização de Uso de Espaços Públicos.

2. DAS CONDIÇÕES
2.1 Fica liberada a venda de acervo literário de todos os gêneros com classificação indicativa livre durante a 2ª Festa Literária de Piraquara – FLIPIRA.
2.2 Fica liberada a exposição e venda de produtos colecionáveis e geek.
2.2.1 Para efeito deste edital entende-se por produtos colecionáveis: Action figures e miniaturas**:** Bonecos articulados ou estátuas de personagens de filmes, animes, jogos e HQs; Discos de vinil e mídias**:** LPs, fitas ou cartuchos de videogame antigos;
2.2.2 Produtos geek são itens voltados para fãs de cultura pop, tecnologia, games, e entretenimento. Eles incluem roupas, colecionáveis, livros e decorações inspirados em filmes, séries, animes e quadrinhos, feitos para expressar a identidade e as paixões desse público, tais como: camisetas, moletons, bonés e meias com estampas de personagens e logotipos, almofadas, quadros, luminárias temáticas e canecas personalizadas. Jogos de videogame, teclados customizados, fones de ouvido e acessórios de informática, HQs, mangás, livros de fantasia e ficção científica.

2.3 A estrutura necessária, bem como os equipamentos e materiais apropriados para a exposição e comercialização dos acervos é de inteira e exclusiva responsabilidade das empresas credenciadas neste certame, sem a cedência de estrutura de estantes por parte do município de Piraquara.
2.4 A Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial disponibilizará tenda e 01 (huma) mesa com até 02 (duas) cadeiras para utilização dos selecionados.
2.5 A cedência da autorização de uso de espaço, bem como, das tendas, será voltada exclusivamente para a realização da 2ª Festa Literária de Piraquara nos dias e em horários preestabelecidos pela Secretaria Municipal da Cultura e Igualdade Racial.
2.6 Não haverá cobrança alguma dos participantes com relação ao espaço, utilizado na 2ª Festa Literária de Piraquara;
2.6.1 contudo é de caráter obrigatório o repasse de no mínimo 5 livros com títulos diferentes de forma gratuita, e em condições adequadas de conservação, para a Biblioteca Pública Municipal "João Rodrigues de Oliveira".
2.6.1.1 Os títulos, serão de escolha e seleção de representantes responsáveis e indicados pela Secretaria Municipal da Cultura e Igualdade Racial.
2.6.2 aos responsáveis pela venda de produtos colecionáveis e ou geek é de caráter obrigatório o repasse de no mínimo 3 itens para presentear na forma de sorteio os participantes da 1ª Mostra Cosplay a ser realizada no dia 17 de outubro de 2026 dentro do evento Festa Literária de Piraquara.
2.7 É vedado ao participante, por qualquer que seja o motivo ou pretexto, transferir total ou parcialmente a terceiros, sublocar ou ceder qualquer parcela ou área total do espaço recebido.
2.8 Os interessados devem respeitar a definição de programação do evento organizada pela Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial.

3. DA VEDAÇÃO de participação:
3.1 Não podem participar deste edital:
a. Integrantes da Comissão de Seleção, seus parentes consanguíneos, cônjuges ou pessoas com quem mantenham relações societárias;
b. Servidores Municipais, seus cônjuges e familiares com parentesco até 2º grau;
c. Empresas que possuam em seu quadro ou grupo, integrante da Comissão de Seleção – responsável pelo processo de seleção deste Edital ou qualquer integrante da Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial.
d. Pessoas Jurídicas que apresentem, como participantes, representantes legais coordenadores ou outros integrantes, vínculo conjugal, parentesco até 2º grau ou relação profissional com os integrantes da Comissão referida no item anterior.

4. DAS ETAPAS DE REALIZAÇÃO
4.1 Este edital é composto das seguintes etapas de realização a partir de sua publicação:
a. Abertura das inscrições;
b. Habilitação (período de análise documental);
c. Publicação da relação das inscrições habilitadas;
d. Prazo de Recurso (recebimentos e respostas);
e. Publicação das inscrições Deferidas.

5. DOS PRAZOS E DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO.
5.1. O período de inscrição para esse Edital seguirá o Cronograma (Anexo IV), exclusivamente via formulário eletrônico https://forms.gle/sVefpfEF4TyHD3UM7.
5.2. Ao inscrever-se, o candidato empreendedor declara estar de acordo com todas as condições estabelecidas neste Edital.
5.3. Os documentos necessários para a inscrição dos empreendedores são os seguintes:
a. Cópia do Contrato Social de Pessoa Jurídica, devidamente registrado e/ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);
b. Comprovante de inscrição e situação cadastral do CNPJ;
c. Cópia de comprovante do endereço constante na inscrição do CNPJ e/ou CCMEI;
d. Cópia do RG e CPF do participante (responsável legal pela empresa) e de sócios, se houver;

e. Termo de Compromisso (Anexo I – Termo de Compromisso) devidamente preenchido, assinado e anexado no formulário eletrônico;
f. Declaração Unificada (Anexo II do Edital) devidamente preenchida, assinada e anexada no formulário eletrônico;
g. Declaração contendo informações para firmar o Termo de Uso de Espaço Público (Anexo III do Edital) devidamente preenchida, assinada e anexada ao formulário eletrônico.

6. DO PROCESSO DE ANÁLISE E SELEÇÃO PARA HABILITAÇÃO

6.1 A documentação referente ao credenciamento será objeto de análise da Comissão Municipal de Análise de Credenciamento, oficialmente nomeada e regulamentada por meio de Portaria nº 09/2025.
6.2 A Comissão Municipal de Análise, Portaria nº 09/2025, verificará a conformidade dos documentos com as exigências do edital, sendo desclassificados, motivadamente, aqueles que não estejam adequados aos requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos.
6.2.1 Os critérios para avaliação e seleção se basearão inteiramente no atendimento dos documentos apresentados no item 5.3 deste Edital.
6.3 A distribuição das vagas levará em consideração os critérios previstos no ANEXO V - das distribuições das vagas.

7. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

7.1 Os critérios de seleção das empresas inscritas se darão da seguinte maneira:
7.1.1 Empresas com sede em Piraquara, matriz ou filial: 05 pontos;
7.1.2 Empresas com localização em outros municípios do Paraná: 04 pontos;
7.1.3 Empresas com localização em municípios de outros Estados da Federação Brasileira: 03 pontos;
7.2 Caso tenha maior número de empresas habilitadas do que o número de vagas ofertadas, os critérios para a ordem de classificação serão:
I. Empreendimentos com sede, matriz ou filial, no município de Piraquara;
II. Maior tempo de criação da empresa.
III. Sorteio
7.3. O resultado de todas as etapas será publicado no Diário Oficial do Município e no site da Prefeitura Municipal de Piraquara.

8. DAS DILIGÊNCIAS

8.1 Após, a Comissão de Análise, Portaria nº 09/2025, poderá encaminhar diligências aos inscritos via e-mail solicitando esclarecimentos de dados, bem como, o reenvio de documentação em casos que estiverem ilegíveis ou faltantes.

9. DOS RECURSOS E ESCLARECIMENTOS

9.1 Qualquer empreendedor participante deste Edital poderá recorrer a Comissão de Análise, Portaria nº09/2025, dos atos decisórios no prazo de até 03 (três) dias, conforme o cronograma, ANEXO IV deste Edital.
9.2 Os recursos e pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados à Comissão de Análise, Portaria nº 09/2025, exclusivamente via e-mail em smcir@piraquara.pr.gov.br com o assunto: "Recurso Edital 2ª Festa Literária de Piraquara.
9.3 São irrecorríveis as decisões tomadas pela Comissão de Análise, Portaria nº 09/2025 em relação aos recursos apresentados, não se admitindo, portanto, recurso de recurso.

10. DO CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DESTE EDITAL

10.1 O cronograma está em anexo ao edital (Anexo IV);
10.2 Todos os resultados e processos de cada etapa serão publicados no Diário Oficial do Município e no site da Prefeitura de Piraquara, aba Secretaria da Cultura e Igualdade Racial.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Comissão de Análise, Portaria nº09/2025.
11.2 Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante, independentemente de sua transcrição:
ANEXO I – Termo de Compromisso;
ANEXO II – Declaração Unificada;
ANEXO III –Termo de Uso de Espaço Público;
ANEXO IV – Cronograma do Edital;
ANEXO V – da distribuição de vagas.
11.3 Este Edital passa a ser válido na data de sua publicação.

Piraquara,12 de agosto de 2026.

ADRIANA PATRÍCIA VIANA ROCHA
Secretária Municipal de Cultura e Igualdade Racial

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:DC8E31E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 16/2026 AUTORAS E AUTORES PARA PARTICIPAÇÃO NA 2ª FESTA LITERÁRIA DE PIRAQUARA – FLIPIRA

1. APRESENTAÇÃO

A Festa Literária de Piraquara - FLIPIRA é um espaço de encontro, promovido pela Prefeitura de Piraquara, através da Secretaria Municipal da Cultura e Igualdade Racial. Nosso propósito é fortalecer a produção literária, cultural e acadêmica, fortalecendo as conexões que dão vida ao universo do livro, da leitura e das artes gráficas. Em 2026, a Festa Literária acontecerá nos dias 15, 16 e 17 de outubro, reunindo uma feira de livros, roda de conversa, oficina e programação cultural. Entre as atividades previstas está o "Encontro de autores e autoras", que busca incentivar a descoberta e a leitura de autoras e autores piraquarenses e paranaenses com publicação independente, preferencialmente os que estão em momento inicial de circulação de sua produção literária.
As pessoas selecionadas participarão de uma roda de conversa para apresentar sua obra e terão espaço para venda e autógrafos, no dia 17 de outubro de 2026.

2. PÚBLICO

2.1 Podem se inscrever autoras e autores residentes em Piraquara e no Paraná, que estejam em momento inicial de circulação de sua produção literária e que tenham ao menos uma obra com autopublicação ou publicação independente, em formato impresso ou eletrônico (ebook).
2.2 Cada participante deverá escolher apenas uma obra para apresentar no evento. Serão aceitas obras literárias de poesia, conto, crônica, fábula, novela, romance e livro reportagem ou de não-ficção.
2.2.1 Tendo em vista o perfil do encontro, neste chamamento não serão consideradas obras estritamente de cunho acadêmico ou científico.

3. INSCRIÇÃO

3.1 As inscrições deverão ser realizadas pelo formulário disponível no link https://forms.gle/nrd18dtabbTFTuKG8 ou de forma presencial, na sede da Biblioteca Municipal "João Rodrigues de Oliveira", Av. Getúlio Vargas, 67.Centro. Piraquara-PR, a partir do dia 12/08/2026 e até as 17h00 do dia 28/09/2026.
3.2 O ato de inscrição implica automaticamente em ciência e concordância com todos os termos deste edital.
3.2.1 Juntamente com os dados pessoais e de contato, serão solicitadas na inscrição as seguintes informações:
a) Apresentação do(a) autor(a);
b) Título e sinopse da obra;
c) Dados técnicos e catalográficos da obra;
d) Faixa etária recomendada;
f) Formas de aquisição da obra;
g) Opção de entrega presencial ou envio pelos Correios de um exemplar (para obra impressa);
h) Link com a publicação completa, com acesso restrito à Comissão Organizadora da FLIPIRA, para obra eletrônica - e-book;
i) Se o autor ou autora deseja realizar a venda da obra durante a FLIPIRA;
j) Se o autor ou autora deseja realizar sessão de autógrafo durante a FLIPIRA.

3.3 Após a inscrição, deverá ser disponibilizado um exemplar da obra para a comissão de seleção.
3.3.1 No caso de obra impressa, o exemplar poderá ser entregue presencialmente ou pelos Correios (Sedex), na Biblioteca Municipal João Rodrigues de Oliveira", Av. Getúlio Vargas, 67, Centro. Piraquara/PR, CEP: 83.301-010, impreterivelmente até às 17h do dia 05 de outubro de 2026.

3.3.1.1 fazendo-se constar no envelope "A/C Biblioteca Municipal "João Rodrigues de Oliveira" – Comissão Organizadora da FLIPIRA 2026".
3.3.2 Todos os exemplares recebidos no âmbito deste edital serão doados para a Biblioteca Municipal "João Rodrigues de Oliveira".
3.3.2.1 No caso de obra eletrônica (e-book), o link com a publicação completa deverá ser incluído no formulário de inscrição, sendo que apenas a comissão terá acesso durante o processo de seleção.
3.3.2.2 após o evento o autor e a autora ficam cientes de que a obra será disponibilizada gratuitamente na Biblioteca Municipal apenas para leitura online, e download no local.

4. SELEÇÃO

4.1. Para compor o "Encontro de autores e autoras", incluindo a roda de conversa e o espaço para venda e autógrafos, a organização da FLIPIRA 2026 realizará um processo de seleção entre as inscrições recebidas.
4.2 A seleção será conduzida por uma comissão composta por colaboradores(as) da Biblioteca Municipal "João Rodrigues de Oliveira", com base na obra literária e nas informações disponibilizadas no formulário de inscrição, considerando-se os seguintes critérios:
a) Disponibilidade do(a) autor(a) para participação presencial no evento;
b) Recebimento do exemplar da obra no máximo até o dia 05 de outubro de 2026 (no caso de publicações impressas);
c) Acesso livre da comissão de seleção à íntegra da obra (no caso de publicações eletrônicas / e-books);
d) Adequação à proposta e aos termos do edital;
e) Adequação ao perfil do festival;
f) Diversidade de gêneros literários e narrativas;
g) Recorte curatorial a ser definido conforme o conjunto das obras inscritas.
4.3 O resultado será divulgado no Site da Prefeitura de Piraquara e em Diário Oficial, até o dia 07/10/2026.
4.3.1 Os(as) autores(as) selecionados(as) serão contatados(as) pela organização da FLIPIRA, para as devidas orientações com a máxima antecedência possível.

5. PROTEÇÃO DE DADOS E DIREITO DE IMAGEM E VOZ

5.1 Ao realizar a inscrição, o autor ou autora autoriza o tratamento de seus dados pessoais, sensíveis ou não, necessários exclusivamente para fins de execução do presente edital e das atividades da FLIPIRA 2026.
5.1.1 Também autoriza que a Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial divulgue seu nome, imagem e voz em canais de comunicação oficiais, imprensa e redes sociais, para fins de dar publicidade ao evento, sendo a autorização concedida a título gratuito, sem qualquer limitação de número de inserções ou reprodução, e por tempo indeterminado.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 A logística para participação do autor ou autora selecionado deverá ser custeada com recursos próprios, pois o evento não prevê ajuda de custo.
6.1.1 A organização disponibilizará a estrutura para a roda de conversa, o espaço de vendas e autógrafos e materiais digitais para divulgação.
6.1.2 A roda de conversa será realizada no dia 17 de outubro de 2026, em horário previamente comunicado para o autor ou autora.
6.2 A qualquer momento a Secretaria Municipal da Cultura e Igualdade Racial poderá revogar ou anular este edital, no todo ou em parte, por motivos impeditivos à sua continuidade, sem que isso implique em direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.
6.3 Eventuais dúvidas a respeito do edital podem ser encaminhadas ao e-mail smcir@piraquara.pr.gov.br , com assunto: FLIPIRA 2026.
6.4 Os casos omissos neste edital serão analisados e decididos pela Comissão Organizadora da Festa Literária de Piraquara - FLIPIRA.
6.5 Este Edital passa a ser válido na data de sua publicação.

Piraquara,12 de agosto de 2026.

ADRIANA PATRÍCIA VIANA ROCHA
Secretária Municipal de Cultura e Igualdade Racial

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:C5406778

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 04/2026 DÍVIDA ATIVA ISSQN E TAXAS DE ALVARÁ E LICENÇA SANITÁRIA

A Prefeitura Municipal de Piraquara, por meio da Secretaria Municipal de Finanças, Departamento de Fiscalização Tributária e Rendas Mobiliárias, **NOTIFICAM** os contribuintes, proprietários e/ou responsáveis tributários que se encontram em local incerto que recusaram o recebimento da presente constituição de créditos tributários e de créditos não tributários, pelo lançamento e também débitos já constituídos de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, taxas de alvará e licença sanitária – dos exercícios fiscais de 2021 a 2025, a comparecerem, para regularizar a situação dos cadastros abaixo relacionados perante esta secretaria.
A presente notificação tem prazo de 30 (trinta) dias para que seja efetuado o pagamento do crédito tributário lançado na inscrição municipal abaixo discriminada, ou para que apresente defesa formal. O contribuinte que já tenha efetuado o pagamento de seus débitos tributários até a publicação do presente Edital e que porventura ainda consta na relação em anexo, favor comparecer a Secretaria Municipal de Fazenda, munido das guias de arrecadação com seus respectivos comprovantes de pagamento para sua regularização de cadastro, no horário de atendimento das 8 às 17 horas de segunda a sexta-feira.
Considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) que obriga a cobrança dos créditos tributários municipais (Impostos, Taxas, Contribuição de Melhoria) e não tributários sob pena de sanções impostas pela referida Lei.
Desde já nos colocamos a disposição para eventuais dúvidas e caso já tenha efetuado a regularização de seu débito, favor desconsiderar a presente notificação.

** OBS: OS VALORES ATUALIZADOS E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO ESTÃO DISPONÍVEIS NO ATENDIMENTO DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E RENDAS MOBILIÁRIAS – SECRETARIA DE FINANÇAS DA PREFEITURA DE PIRAQUARA.*

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CNPJ
2262	09.341.958/0001-10
2679	07.075.835/0001-50
2938	00.359.473/0001-80
3401	12.106.784/0001-16
9621	19.705.654/0001-49
15615	20.834.837/0001-43
19748	27.175.802/0001-99
21974	29.414.227/0001-65
24486	31.801.358/0001-47
44334	46.885.342/0001-37
47813	50.813.770/0001-21
51914	54.751.462/0001-70

MARCO AURÉLIO SIZANOSKI DO NASCIMENTO
Diretor De Fiscalização Tributária E Rendas Mobiliárias

DAISY CRISTINE BATISTA BRUDECK ARTIGAS
Secretária Municipal De Finanças

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:AF43BA9F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DOS CONTRATOS PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 13.655/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 20/2026

Objeto: Credenciamento de motoristas para a Central de Remoções do Município de Piraquara - **Contratante:** MUNICÍPIO DE PIRAQUARA –**CONTRATO N.º 458/2026 – Contratado:** REINALDO DO ESPÍRITO SANTO. - **CONTRATO N.º 460/2026 – Contratado:** ROBERTO RIVELINO DA SILVA. - **CONTRATO N.º 461/2026 – Contratado:** WILLIAN GRAVELO. - **CONTRATO N.º 462/2026 – Contratado:** SIDNEY CARLOS ALVES. - **Valor**

global estimado: R$ 279.979,20 (duzentos e setenta e nove mil novecentos e setenta e nove reais e vinte centavos), sendo que os pagamentos devidos aos contratados, dependerá dos quantitativos efetivamente fornecidos - Prazo de vigência dos contratos: 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do contrato. – **Data das assinaturas:** 28/07/2026.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:CBA5A6E1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.696/2026

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 2.845.629,00 (dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e nove reais), e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA**,**Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal**,**sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso II, 42 e 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Especial no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 2.845.629,00 (dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e nove reais), conforme especificado nesta Lei.
Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Especial se dará nos Programas de Trabalhos e Elementos de Despesas abaixo especificados:
11.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – FMS / Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações de Atenção Básica

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
4.4.32.93.00.00	33521	Indenizações e restituições	2.693.621,83
Total			**2.693.621,83**

15.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS - SMISU
15.001 – Gabinete do Secretário – SMIN
15.001.15.452.0010.2046 – Pavimentação de Vias

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.32.93.00.00	33565	Indenizações e restituições	152.007,17
Total			**152.007,17**

Art. 3º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial previsto nesta Lei, serão utilizados os recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior**.**
Art. 4º O valor que trata esta Lei, não será computado para efeitos do artigo 41, da Lei Municipal nº 2.589 de 27 de junho de 2025, e o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025.
Art. 5º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), e da Lei Municipal nº 2.635, de 01 de dezembro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), em valores iguais aos desta Lei, nos Órgãos, Programas, Projetos e Atividades, nos termos do artigo 166, § 3º, inciso I, da Constituição Federal.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:7855F0D5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.697/2026

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento-Programa vigente, no valor de R$ 4.273.790,99 (quatro milhões, duzentos e setenta e três mil, setecentos e noventa reais e noventa e nove centavos), e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA**,**Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal,sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 41, inciso II, 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento geral vigente, no valor de R$ 4.273.790,99 (quatro milhões, duzentos e setenta e três mil, setecentos e noventa reais e noventa e nove centavos), conforme especificado nesta Lei.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Especial se dará no Programa de Trabalho e Elemento de Despesa abaixo especificado:

11.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – FMS / Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações de Atenção Básica

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
4.4.32.93.00.00	31521	Indenizações e restituições	145.000,00
Total			**145.000,00**

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13.003 – Fundo Municipal da Assistência Social
13.003.08.244.0006.2037 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.50.43.00.00	31690	Subvenções sociais	120.000,00
3.3.50.43.00.00	31691	Subvenções sociais	150.000,00
3.3.90.39.00.00	31694	Outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica	75.000,00
4.4.90.52.00.00	31684	Equipamentos e material permanente	60.000,00
Total			**405.000,00**

14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E IGUALDADE RACIAL
14.001 – Coordenação e Adm das Atividades da SMCIR
14.001.13.392.0005.2.085 – Programa Diversidade Cultural e Igualdade Racial

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00	31692	Obras e instalações	2.556.790,99
Total			**2.556.790,99**

15.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS - SMISU
15.001 – Gabinete do Secretário – SMIN
15.001.15.452.0010.2046 – Pavimentação de Vias

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.32.93.00.00	31565	Indenizações e restituições	100.000,00
3.3.32.93.00.00	311000	Indenizações e restituições	80.000,00
Total			**180.000,00**

21.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER
21.001 – Secretaria Municipal da Mulher – SEMU
21.001.14.422.0014.2072 – Fortalecimento Social, Político, Econômico e Cultural das Mulheres

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00	31693	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	105.000,00
Total			**105.000,00**

22.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE - SMELJ
22.001 – Coordenação das Atividades da SMELJ
22.001.27.812.0004.2040 – Manutenção das Atividades do Esporte

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00	31695	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	750.000,00
4.4.90.51.00.00	31696	Obras e instalações	132.000,00
Total			**882.000,00**

Art. 3º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial previsto nesta Lei, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 4º O valor que trata esta Lei, não será computado para efeitos do artigo 41, da Lei Municipal nº 2.589 de 27 de junho de 2025, e o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635 de 01º de dezembro de 2025.

Art. 5º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), e da Lei Municipal nº 2.635, de 01 de dezembro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), em valores iguais aos desta Lei, nos Órgãos, Programas, Projetos e Atividades, nos termos do artigo 166, § 3º, inciso I, da Constituição Federal.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:64766CC0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.698/2026

Altera e acrescenta dispositivos à Lei Municipal nº 2.659/2026 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1° Acrescenta os parágrafos 1º e 2º e altera a redação do caput do artigo 2º, da Lei nº 2.659/2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º A operação de crédito de que trata esta Lei poderá ser contratada sem ou com garantia da União.
§1º Caso a operação de crédito de que trata essa Lei seja contratada com garantia da União, fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pro solvendo", as receitas discriminadas no § 4º do art. 167 da Constituição Federal, no que couber, bem como outras garantias admitidas em direito.

§ 2º Caso a operação de crédito de que trata esta Lei seja contratada sem garantia da União, para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia da operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pro solvendo", as receitas a que se referem o artigo 159, inciso I, alíneas "b", "d", "e" e "f", da Constituição Federal, nos termos da ressalva apresentada pelo art. 167, inciso IV, da Constituição Federal ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los bem como outras garantias admitidas em direito."
Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei nº 2.659/2026.
Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 11 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:2332A662

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 375/2026

O CORREGEDOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 7º, inciso II, do Decreto n.º 6.636/2018, e, tendo em vista os artigos 167, 178, e, 179, da Lei Municipal n.º 863/2006, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil do Município de Piraquara, **RESOLVE**:
Art. 1º - Deferir requerimento formulado através do Memorando 1Doc nº 39.229/2026, o qual requer a substituição de servidor **Renato Sieben da Silva**, Agente Operacional, Matrícula nº 530661, designado através da Portaria nº 346/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 29/05/2026, Edição 3540, para compor Comissão de Processo Administrativo Disciplinar-PAD.
Art. 2º - Nomear em substituição, a servidora **Divanete Alves De Carvalho**, Agente Educacional I - Interação com o Educando, Matrícula nº 997208, integrante do rol dos servidores estáveis passíveis de comporem Comissões de Processos Administrativos Disciplinares, conforme consta no Decreto nº 13.998/2025.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais informações da Portaria n° 346/2026.

Piraquara, 11 de agosto de 2026.

LUCIANO DA COSTA LARA
Corregedor Geral do Município
Decreto nº 13.741/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:10AF7D9E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026

MUNICÍPIO DE PITANGA – LICITAÇÃO
##AVISO – Pregão Eletrônico nº 52/2026
##OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de solução informatizada destinada à gestão de Alvará On-line, disponibilizada em ambiente web, incluindo os serviços de implantação, configuração, parametrização, migração e conversão de dados, integração com o REDESIM/SIGFácil e interoperabilidade com os sistemas utilizados pelo Município de Pitanga/PR, treinamento de usuários, suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva, atualizações legais e tecnológicas e demais serviços necessários ao pleno funcionamento da solução, em atendimento a Secretaria Municipal da Fazenda. Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico www.pitanga.pr.gov.br, opção: Processos Licitatórios, bem como no sítio: https://bnc.org.br, ou no endereço: Rua Vanderlei João Vieira Cleve n° 711 Bairro Santa Regina, Pitanga/PR, CEP: 85.201-606, Secretaria Municipal de Patrimônio, Compras e Logística – Departamento de Licitações e Contratos, em horário de expediente, telefone para contato (42) 3646-1122 – Ramal: 21 e 22. Fim de Recebimento de Propostas em: 27/08/2026, até as 13h00min. Início de Disputa de Preços em: 27/08/2026, às 14h01min (horário de Brasília) em sessão pública no endereço eletrônico: https://bnc.org.br nos termos do Edital e seus anexos. Critério: Menor Preço Global. Portanto, as propostas serão recebidas e processadas exclusivamente por meio eletrônico. Preço Máximo: R$ 27.354,82 (vinte e sete mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).
#DAT 11/08/2026
##ASS Jean Marcel Grande Huber
##CAR Pregoeiro

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:9CEA23CF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026
O Município de Pitangueiras torna público que fará realizar, às 09:30 horas do dia 24 de setembro do ano de 2026, na plataforma BLL Compras, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra:

Local d objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede Municipal	Reforma Estádio	2.171,08 m²	540 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pitangueiras e na plataforma BLL Compras. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Pitangueiras-PR, 10 de agosto de 2026.

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:09C941CB

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44/2026

O MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, com sede na Av. Central, n° 408, em Pitangueiras – PR, torna pública a retificação do Aviso de Licitação Concorrência Eletrônica Nº 02/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 29/07/2026, Edição 3583, Código Identificador: B7495925, como segue:

Onde se lê:

ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 20/08/2026, às 09h00min.
INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 20/08/2026, às 09h30min.

Passa-se a ler:

ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 28/08/2026, às 09h00min.
INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 28/08/2026, às 09h30min.

Pitangueiras, 11 de agosto de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:30798619

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO
LEI Nº 2947 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

LEI Nº 2947 de 11 de Agosto de 2026

Dispõe sobre a alteração da lei municipal nº 1.350 de 03 de maio de 2008, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica alterado o artigo 5º da Lei Municipal nº 1.350 de 03 de maio de 2008 que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 5º O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto por entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, garantido o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de 1/4 (um quarto) das vagas aos representantes dos movimentos populares.
§1º O Poder Executivo disporá em regulamento sobre a composição do Conselho Gestor do FHIS.
§2º A presidência do Conselho Gesator do FHIS será exercida pelo Secretário Municipal responsável pela área habitacional.
§3º O presidente do Conselho Gestor do FHIS exercerá voto de qualidade.
§4º Competirá ao secretário municipal responsável para área habitacional proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências."
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Planalto, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:C92AE623

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 469 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 469 DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza abertura de processo para contratação temporária de Motorista II.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, observado o disposto no Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e,

CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde requerendo a abertura de processo seletivo simplificado para contratação por tempo determinado de pessoal para o cargo de Motorista II;

CONSIDERANDO o previsto na Lei Municipal n° 2.372 de 03 de setembro de 2018.

R E S O L V E

Art. 1° Autorizar abertura de procedimento administrativo e publicação de edital de processo seletivo simplificado visando à contratação por tempo determinado de servidores para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público conforme segue:
- Motorista II – 6 (seis) vagas + Cadastro de reserva.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:1099AD37

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 470 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 470 DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Nomeia comissão para organização e seleção de processo seletivo simplificado para contratação temporária de Motorista II.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, observado o disposto no Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o previsto na Lei Municipal nº 2372 de 03 de setembro de 2018;

CONSIDERANDO a Portaria Municipal n°469 de 11 de agosto de 2026, que autoriza abertura de procedimento para contratação por tempo determinado.

R E S O L V E

Art. 1° Nomear as pessoas abaixo relacionadas para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão para Organização e Seleção de Processo Seletivo Simplificado visando à contratação de pessoal por tempo determinado para o cargo de Motorista II.

Andre Luiz Zotti - 13581 - motorista
Amauri Machado de Melo - 15471 - Chefe de Gabinete
Sandra Andrea Budel - 8621 - Gestora de RH.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos onze dias de agosto de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:707FA42A

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 471 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 471 DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Nomeia comissão para julgamento e seleção de processo seletivo simplificado para contratação temporária de Motorista II.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, observado o disposto no Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o previsto na Lei Municipal nº 2372 de 03 de setembro de 2018;

R E S O L V E

Art. 1° Nomear as pessoas abaixo relacionadas para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Julgadora do Processo Seletivo Simplificado visando à contratação de pessoal por tempo determinado para o cargo de Motorista II.

Raquel Fernandes Martins - 16981 - Diretora de Depto RH;
Leandro Dirlei Link - 21921 Diretor de Depto de Administração;
Gilmar Luiz Scherer - 19251 - Diretor de Depto de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:726ED0A3

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE NOMEAÇÃO ADRIELI BIN

DECRETO Nº 5759 DE 10 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de servidora aprovada em concurso público e dá outras providencias.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando resultado final do Concurso Público Municipal, edital 001/2026, homologado através do edital nº 17.001/2026;
Considerando Edital de Convocação nº 04/2026 de 07 de Agosto de 2026
Considerando que a mesma apresentou no departamento de Recursos Humanos a documentação exigida no edital do concurso

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada para exercer o cargo efetivo de Professor III, carga horária semanal de 20 horas, *Nivel Inicial OA2*, do Grupo Ocupacional 02, a Sra. *Adrieli Bin, CPF nº 063.182.***-40*
Art. 2º Fica convocada a candidata nomeada por este Decreto a comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste decreto, na Secretaria Municipal de Administração desta municipalidade, situada na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, munidos de documentos pessoais para tomar posse de seu cargo.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos dez dias do Mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:AC15488E

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE NOMEAÇÃO DAYANA PATRICIA MOREIRA

DECRETO Nº 5758 DE 10 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de servidora aprovada em concurso público e dá outras providencias.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando resultado final do Concurso Público Municipal, edital 001/2026, homologado através do edital nº 17.001/2026;
Considerando Edital de Convocação nº 04/2026 de 07 de Agosto de 2026
Considerando que a mesma apresentou no departamento de Recursos Humanos a documentação exigida no edital do concurso

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada para exercer o cargo efetivo de Professor III, carga horária semanal de 20 horas, *Nivel Inicial OA2*, do Grupo Ocupacional 02, Sra. *Dayana Patricia Moreira, CPF nº 060.018.***-93*.
Art. 2º Fica convocada a candidata nomeada por este Decreto a comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste decreto, na Secretaria Municipal de Administração desta municipalidade, situada na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, munidos de documentos pessoais para tomar posse de seu cargo.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos dez dias do Mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:ECACA7D6

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE NOMEAÇÃO TANIA FERNANDES MELO

DECRETO Nº 5761 DE 10 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de servidora aprovada em concurso público e dá outras providencias.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando resultado final do Concurso Público Municipal, edital 001/2026, homologado através do edital nº 17.001/2026;
Considerando Edital de Convocação nº 01/2026 de 24 de Julho de 2026
Considerando que a mesma apresentou no departamento de Recursos Humanos a documentação exigida no edital do concurso

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada para exercer o cargo efetivo de Técnica de Enfermagem, carga horária semanal de 40 horas, *Nivel Inicial 14*, do grupo ocupacional 02, a Sra. *Tania Fernandes Melo, CPF nº 024.260.***-90*.
Art. 2º Fica convocada a candidata nomeada por este Decreto a comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste decreto, na Secretaria Municipal de Administração desta municipalidade, situada na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, munidos de documentos pessoais para tomar posse de seu cargo.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos dez dias do Mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:65105A0B

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE NOMEAÇÃO THAIS C. DE OLIVEIRA

DECRETO Nº 5760 DE 10 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de servidora aprovada em concurso público e dá outras providencias.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando resultado final do Concurso Público Municipal, edital 001/2026, homologado através do edital nº 17.001/2026;
Considerando Edital de Convocação nº 04/2026 de 07 de Agosto de 2026
Considerando que a mesma apresentou no departamento de Recursos Humanos a documentação exigida no edital do concurso

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada para exercer o cargo efetivo de Professor III, carga horária semanal de 20 horas, *Nivel Inicial OA2*, do grupo ocupacional 02, a Sra. *Thais Cristina Dick Cardozo de Oliveira, CPF nº 108.312.***-00*.
Art. 2º Fica convocada a candidata nomeada por este Decreto a comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste decreto, na Secretaria Municipal de Administração desta municipalidade, situada na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, munidos de documentos pessoais para tomar posse de seu cargo.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos dez dias do Mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:1746B149

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2025

Inexigibilidade de Licitação nº 019/2025

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Pontal do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.636.881/0001-02, com sede na Avenida Beira Mar, S/N, Balneário Pontal do Sul, Pontal do Paraná - PR, CEP 83255-000, neste ato representada por sua Presidente, Senhora Elinete Guimarães Rocha, CPF nº XXX.614.XXX-15. (Protegido pela Lei LGPD)

CONTRATADA: **CLIC SISTEMAS PARA TRANSMISSÃO AO VIVO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.520.032/0001-34, com sede na Rua Primeiro de Maio, nº 1528, Centro, no Município de Guaraciaba, Santa Catarina, Cep: 89.920-000, neste ato representada pelo **Sr. Willian Perondi**, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.489.xxx-29.
(***Lei***Geral de Proteção de Dados -***LGPD***).

O OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original nº 11/2025-CMPPR, cujo objeto consiste na locação de equipamentos de áudio e vídeo e sistema (software) de gravações destinadas às filmagens, armazenamento de vídeo em HD e transmissão "online" em tempo real pela internet das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e demais eventos oficiais da Câmara Municipal de Pontal do Paraná

DOS VALORES: Fica ratificado o valor unitário mensal de **R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)**, perfazendo para este período aditado o montante global de **R$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais)**.

AMPARO LEGAL: LEI FEDERAJ Nº 14.133/21 E POSTERIORES ALTERAÇÕES**.**

DATA: 08/08/2026

AUTORIZOo aditamento contratual. Reiteramos a formalização do Termo Aditivo e promover as publicações necessárias para que o ato possa produzir todos os efeitos legais.

ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Vereadora- Presidente

Publicado por:
Marcela Mendes
Código Identificador:1A037960

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 381/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 283/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 283/2026, que tem por credenciamento de profissionais habilitados para a execução de oficinas, a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino Escolas e CMEIS do Município de Pontal do Paraná, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação. Empresa Contratada 53.258.716 ANA CAROLINA DERENGOSKI inscrita no CNPJ n.º **53.258.716/0001-50** Data da ratificação e homologação**:** 11 de agosto de 2026. Valor homologado: **R$24.036,00 (vinte e quatro mil e trinta e seis reais).**

Dotação orçamentária: 10.003.12.361.0045.2.151.3.3.90.39.00.00 -

CR 439 -
FR 3555.

Pontal do Paraná,11 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:20CC2146

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 382/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 284/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 284/2026, que tem por credenciamento de profissionais habilitados para a execução de oficinas, a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino Escolas e CMEIS do Município de Pontal do Paraná, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação. Empresa Contratada 68.148.558 GUILHERME VALDEVINO DE ARAUJO DANTAS inscrita no CNPJ n.º **68.148.558/0001-52** Data da ratificação e homologação**:** 11 de agosto de 2026. Valor homologado: **R$14.021,00 (quatorze mil e vente e um reais .**

Dotação orçamentária: 10.003.12.361.0045.2.151.3.3.90.39.00.00 -
CR 439 -
FR 3555.

Pontal do Paraná,11 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:1D62DD4C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 383/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 285/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 284/2026, que tem por credenciamento de profissionais habilitados para a execução de oficinas, a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino Escolas e CMEIS do Município de Pontal do Paraná, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação. Empresa Contratada 66.282.992 ANA CRISTINA BARBOSA MESQUITA inscrita no CNPJ n.º **66.282.992/0001-03** Data da ratificação e homologação**:** 11 de agosto de 2026. Valor homologado: **R$ 14.021,00 (quatorze mil e vente e um reais).**

Dotação orçamentária: 10.003.12.361.0042.2.151.3.3.90.39.00.00 -
CR 415 -
FR 104.

Pontal do Paraná,11 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:D1855DF0

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 384/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 286/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 284/2026, que tem por credenciamento de profissionais habilitados para a execução de oficinas, a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino Escolas e CMEIS do Município de Pontal do Paraná, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação. Empresa Contratada 47.358.181 KAREN CRISTINA QUADRO DE MORAES inscrita no CNPJ n.º **47.358.181/0001-96** Data da ratificação e homologação**:** 11 de agosto de 2026. Valor homologado: **R$ 14.021,00 (quatorze mil e vente e um reais).**

Dotação orçamentária: 10.003.12.361.0045.2.151.3.3.90.39.00.00 -
CR 461 -
FR 104.

Pontal do Paraná,11 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:68BE6CDA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO REPUBLICAÇÃO PREGÃO 54/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 54/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO nº 361/2026 – Objeto: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, por intermédio de operadora ou agência de viagens, de agenciamento de viagens, compreendendo assessoria, cotação, pesquisa, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento, reembolso e fornecimento de passagens aéreas e terrestres nacionais e internacionais, além de serviços correlatos, sob demanda, através de Sistema de Registro de Preços.** A contratação será por 12 meses. DATA DE ABERTURA: 27/08/2026, às 09:00 horas. A sessão será realizada na internet no endereço eletrônico http://comprasbr.com.br. Critério de Julgamento: MENOR TAXA ADMINISTRATIVA – CONSIDERANDO O SERVIÇO DE AGENCIAMENTO. O edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.pontaldoparana.pr.gov.br, link portal da transparência/licitações e portal http://comprasbr.com.br .

Pontal do Paraná, 11 de agosto de 2026.

AUREA MUNHOZ
Pregoeira Municipal
Decreto 13.485/2026

Publicado por:
Aurea Munhoz
Código Identificador:59EE9404

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO N° 13602/2026 DE 10/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13602/2026 de 10/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de

R$127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		PODER EXECUTIVO	
02.001		GABINETE DO PODER EXECUTIVO	
02.001.04.131.0002.2.005		GERENCIAMENTO DAS ACOES DA COMUNICACAO SOCIAL	
39 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	127.000,00
		Total Suplementação:	127.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
02		PODER EXECUTIVO	
02.001		GABINETE DO PODER EXECUTIVO	
02.001.04.128.0002.2.004		GERENCIAMENTO DAS ACOES DE RECURSOS HUMANOS	
26 - 3.1.90.92.00.00	1000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	127.000,00
		Total Redução:	127.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 10 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:11B1283B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13603/2026 DE 11/08/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13603/2026 de 11/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$33.000,00 (trinta e três mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO, INOVACAO E TECNOLOGIA	
03.001		DIRETORIA GERAL	
03.001.04.122.0003.2.007		GESTAO DA ADMINISTRACAO MUNICIPAL	
50 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO PESSOA JURIDICA	- 33.000,00
		Total Suplementação:	33.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO, INOVACAO E TECNOLOGIA	
03.001		DIRETORIA GERAL	
03.001.04.122.0003.2.007		GESTAO DA ADMINISTRACAO MUNICIPAL	
49 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	33.000,00
Total Redução:			33.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 11 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:98700B54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 537 DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ- ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no **Edital do Concurso Público n° 001/2023 - Edital de Convocação n°105 e 108/2026** e conforme solicitado no **Protocolo nº 15.034/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o(a) candidato (a) aprovado (a) pelo **Concurso Público n° 001/2023 ,** para o cargo abaixo relacionado, na respectiva função que atendeu todos os requisitos para investidura no cargo, na ordem de classificação e na forma da legislação aplicável:

CARGO - PROFESSOR PEDAGOGO – NIQ
NOME: WELLINGTON DOS SANTOS QUINTO
CLASSIFICAÇÃO: 145
ADMISSÃO:10/08/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO:105 e 108/26
Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de nomeação do(a) servidor (a).
Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,10 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:DA86A602

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 538 DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o disposto na **Lei n.º 2.635, de 11 de dezembro de 2024, Art. 7º** e em conformidade com o **MEMORANDO Nº 20.604/2026.**

RESOLVE:

Artigo1º - Conceder Gratificação de Função, ao(a) servidor (a) Municipal ao (a) Sr (a)**. ANA PAULA COELHO CORREA ,** ocupante do cargo de **FISIOTERAPEUTA,** lotado(a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** , para exercer a função de **Coordenadora da Policlínica Municipal**, conforme Lei acima especificada **.**

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de início da respectiva concessão da gratificação em **AGOSTO/2026.**

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 10 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:4910BC67

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 539 DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o

disposto na **Lei n.º 2.635, de 11 de dezembro de 2024, Art. 7º** e em conformidade com o **MEMORANDO Nº 20.604/2026.**

RESOLVE:
Artigo1º - Conceder Gratificação de Função, ao(a) servidor (a) Municipal ao (a) Sr (a)**. MARIANNA NYARA MORAIS BORTOLETO ,** ocupante do cargo de **PSICÓLOGO ,** lotado(a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** , para exercer a função de **Coordenadora da Saúde Mental** , conforme Lei acima especificada**.**

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de início da respectiva concessão da gratificação em **AGOSTO/2026.**

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 10 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:D5FF282A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 540 DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o **§2°, Art. 85 da lei Municipal n°. 075/1997** e contido no **Protocolo nº 19.844/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **ANA LÚCIA ISRAEL SIMÕES - MATRÍCULA- 235151,** ocupante do cargo de **PROFESSOR** lotado (a) na **Secretaria Municipal de Educação - Licença por Motivo de doença em Pessoa da Família**, pelo período de **30 (trinta) dias**, sem prejuízo da remuneração .
Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir desta data .
Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 10 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:5DD3F9A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 541 DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o **§2°, Art. 85 da lei Municipal n°. 075/1997** e contido no **Protocolo nº 19.976/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **BRUNA LUANA MEGIOLARO ALVES - MATRÍCULA- 323346,** ocupante do cargo de **Educador Infantil ,** lotado (a) na **Secretaria Municipal de Educação - Licença por Motivo de doença em Pessoa da Família**, pelo período de **30 (trinta) dias**, sem prejuízo da remuneração .
Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir de **03 de agosto de 2026.**
Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 10 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:54C507A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 542 DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o disposto na **Lei n.º 1.810 de 17 e maio de 2018** e em conformidade com o **MEMORANDO Nº 14.721/2026.**

RESOLVE:

Artigo1º - Conceder Gratificação de Função, ao(a) servidor (a) Municipal ao (a) Sr (a)**. LISIANE CAMILA PEREIRA ,** ocupante do cargo de **ASSISTENTE SOCIAL ,** lotado(a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL** , como**responsável pelo SETOR DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL** , conforme Lei acima especificada**.**

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de início da respectiva concessão da gratificação em **AGOSTO/2026.**

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 10 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:BA9E8B91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 542 DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o disposto na **Lei n.º 1.810 de 17 e maio de 2018** e em conformidade com o **MEMORANDO Nº 14.721/2026.**

RESOLVE:

Artigo1º - Conceder Gratificação de Função, ao(a) servidor (a) Municipal ao (a) Sr (a)**. LISIANE CAMILA PEREIRA ,** ocupante do cargo de **ASSISTENTE SOCIAL ,** lotado(a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL** , como**responsável pelo SETOR DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL** , conforme Lei acima especificada**.**

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de início da respectiva concessão da gratificação em **AGOSTO/2026.**

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 10 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:7BB1DCCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 543 DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula:“Credenciamento de Microempreendedores Individuais (MEI) especializados no fornecimento e preparo de alimentos para prestação de serviços de coffee break, incluindo o fornecimento de gêneros alimentícios, bebidas, utensílios descartáveis e

demais itens necessários à execução do serviço, destinados ao atendimento de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Pontal do Paraná e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e o contido no **Processo Administrativo nº 181/2026.**
RESOLVE:

Art.1º– Nomear os membros da Comissão de contratação do Credenciamento, composta pelos seguintes servidores:

Eliziani Ribeiro Geraldo
Thais Bordenowsky
Lilian da veiga Gabardo
Liliane de Souza Ramalho de Camargo
Indianara Grassi Garcia

PROCEDIMENTO AUXILIAR 14/2026
CREDENCIAMENTO Nº 14/2026
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Credenciamento de Microempreendedores Individuais (MEI) especializados no fornecimento e preparo de alimentos para prestação de serviços de coffee break, incluindo o fornecimento de gêneros alimentícios, bebidas, utensílios descartáveis e demais itens necessários à execução do serviço, destinados ao atendimento de eventos promovidos pelas Secretarias Municipais de Pontal do Paraná, tais como seminários, conferências, reuniões técnicas, capacitações, workshops, inaugurações e demais atividades institucionais da Administração Pública Municipal.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de **04 de agosto de 2026** , revogando as disposições contrárias .

Art. 3º - Publique-se.
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 10 de agosto de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:9BA8FD79

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 105/2026

DECRETO Nº 105/2026

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES IMOBILIÁRIOS – PGV DO MUNICÍPIO DE PORECATU/PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORECATU, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas, vem por meio deste, determinar que segue:

CONSIDERANDO o disposto no art. 199 do Código Tributário Municipal, que estabelece que a apuração do valor venal dos imóveis será realizada com base em Planta Genérica de Valores elaborada por comissão especialmente designada;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da Planta Genérica de Valores Imobiliários – PGV, instrumento essencial para a correta apuração do IPTU e demais tributos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir critérios técnicos, transparência e participação institucional na definição dos valores venais, DECRETA:

Art. 1º- Fica instituída a Comissão Especial para Elaboração da Planta Genérica de Valores Imobiliários – PGV do Município de Porecatu/PR.

Art. 2º- A Comissão terá caráter técnico e consultivo, sendo responsável pela elaboração, acompanhamento e validação dos estudos necessários à apuração e atualização dos valores venais dos imóveis do Município.

Art. 3º - A Comissão será composta, nos termos do art. 199 do Código Tributário Municipal, por representantes dos seguintes órgãos e segmentos:

I – 03 (três) representantes do Poder Executivo Municipal, preferencialmente das áreas de Finanças, Planejamento e Cadastro Imobiliário;

II – 01 (um) representante indicado pelo Poder Legislativo Municipal;

III – representantes da sociedade civil, podendo incluir:

a) órgão de defesa do consumidor;
b) classe empresarial;
c) setor da construção civil;
d) mercado imobiliário;

§1º Poderão ser convidados a participar dos trabalhos, sem direito a voto:

I – Procuradoria Geral do Município;

II – técnicos especializados;

III – representantes da empresa contratada para elaboração da PGV;

§2º Os membros titulares e suplentes serão designados por Portaria do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º - Compete à Comissão:

I – Acompanhar os levantamentos e estudos técnicos relativos ao valor venal dos imóveis;

II – Definir e validar critérios técnicos de avaliação, observando a legislação vigente e normas técnicas aplicáveis;

III – Analisar a metodologia de avaliação imobiliária adotada;

IV – Validar a setorização e as zonas homogêneas de valor;

V – Promover reuniões técnicas e, quando necessário, audiências públicas;

VI – Elaborar e aprovar a proposta da Planta Genérica de Valores;

VII – Emitir parecer conclusivo para subsidiar a aprovação pelo Poder Executivo;

Art. 5º- O prazo para conclusão dos trabalhos será de até 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por igual prazo, mediante justificativa.

Art. 6º - A participação na Comissão será considerada de relevante interesse público, não sendo remunerada.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (11.08.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal de Porecatu

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:D4063F67

LICITAÇÃO
REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N°03/2026

D E C R E T O Nº 100/2026

REVOGA O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica revogado o Procedimento Administrativo nº 08/2026, Pregão Eletrônico n° 03/2026 nos termos do artigo 71, II da Lei 14.133 de 1 de abril de 2024;
O art. 71 da Lei Federal 14.133/2021, que trata da revogação do procedimento é de uma clareza exemplar no momento em que dispõe: Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade; § 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

Ademais a Administração Pública tem o poder-dever, com ou sem provocação, de anular o ato administrativo, sem que isso se constitua em ato de ilegalidade ou abuso de poder, lição assentada pelo STF no enunciado das Súmulas 346 e 473, senão vejamos:
STF Súmula nº 346 - Administração Pública - Declaração da Nulidade dos Seus Próprios Atos: A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.
STF Súmula nº 473 - Administração Pública - Anulação ou Revogação dos Seus Próprios Atos: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

ARTIGO 2º - Diante do exposto, revogo processo licitatório, em atendimento aos princípios licitatórios e constitucionais.

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos três dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis (03/08/2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:D2DF3051

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Art. 1º - O Prefeito do Município de Porecatu CONVOCA os aprovados e classificados no Concurso Público aberto pelo Edital nº. 001/2026, Cargo Público, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais abaixo relacionados:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS AMPLA CONCORRÊNCIA

01	FRANCIELI JESUS DA SILVA
02	BEATRIZ APARECIDA CAMPOS MIRANDA

Art. 2º - Os convocados deverão se apresentar no Edifício Sede da Prefeitura do Município de Porecatu, sito à Rua Barão do Rio Branco, 344, centro, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com os documentos conforme anexo VI do Edital Inicial.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (11.08.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:137ACD3B

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Art. 1º - O Prefeito do Município de Porecatu CONVOCA o aprovado e classificado no Concurso Público aberto pelo Edital nº. 002/2026, Emprego Público, para o cargo de Médico PSF abaixo relacionado:

MÉDICO PSF AMPLA CONCORRÊNCIA

01	EDILSON SOARES DA SILVA

Art. 2º - O convocado devera se apresentar no Edifício Sede da Prefeitura do Município de Porecatu, sito à Rua Barão do Rio Branco, 344, centro, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com os documentos conforme anexo VI do Edital Inicial.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (11.08.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:6ED9637D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
3º (TERCEIRO) TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2023 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2023

3º (TERCEIRO) TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2023
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2023

3º (TERCEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2023, CELEBRADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, ESTADO DO PARANÁ, E PELA W K G ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE LTDA - CNPJ: 21.012.728/0001-03.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, CNPJ sob o nº 01.613.112/0001-80, com sede na Rua São Paulo, nº 171, Centro, em Prado Ferreira/PR, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Presidente, Vereador **ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 924.***.***-72 e RG nº 4*****0 SSP-PR, residente e domiciliado no Município de Prado

Ferreira/PR;, doravante denominada **CONTRATANTE**, e **W K G ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE LTDA**, com sede e foro na Avenida Carneiro Leão, nº 294, Salas 403 e 404, Zona Armazém, CEP: 87.014-010, na cidade de Maringá, estado do Paraná, com seu contrato social registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o n.º 41209491021, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.012.728/0001-03,, neste ato representada por seu representante legal, **KELLY CRISTINA ANASTÁCIO DE OLIVEIRA**, brasileira, empresária, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, natural do Nova Esperança - PR, nascida em 11/08/1985, residente e domiciliada à Rua Neo Alves Martins, nº 2960, Apartamento 1803, Zona 01, CEP: 87.013-060, na cidade de Maringá, estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade Civil RG n.º 9.*****2-, expedida pelo SESP-PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF-MF sob o n.º 008.***.***-37, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo, ADITAR o CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 05/2023, cujo objeto consiste na **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional visando atender a demanda da Câmara Municipal de Prado Ferreira.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO
O objeto do presente instrumento é:
PRORROGAR a vigência do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2023, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 14/08/2026 até 14/08/2027, nos termos dos incisos II e IV, art. 57 da Lei nº 8.666/93.
REVISAR os valores contratuais, com fundamento no artigo 65, inciso II, alínea "d", e § 5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em razão dos serviços a serem executados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO
2.1 O valor para a continuidade da prestação do serviço será o importe anual de **R$ 3.110,17 (três mil, cento e dez reais e dezessete centavos).**
2.2 O pagamento será realizado por meio de boleto bancário ou através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada, em até 15 (quinze) dias úteis a contar da data de recebimento da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA TERECEIRA– DA DOTAÇÃO
3.1 As despesas para satisfação do presente aditamento correrão à conta dos recursos da dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária				
Exercício da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	01.031.0001.2001.0001	001	3.3.90.39.05.00	1.001

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
4.1 A CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
5.1 Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação destas. E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Prado Ferreira-PR, 10 de agosto de 2026.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Prado Ferreira
Biênio 2025/2026

W K G Assessoria E Consultoria Em Medicina E Segurança Do Trabalho E Meio Ambiente LTDA
CNPJ: 21.012.728/0001-03
KELLY CRISTINA ANASTÁCIO DE OLIVEIRA
CPF nº 008.***.***-37
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

_____
CPF

_____
CPF

Publicado por:
Wallyngson Bruno
Código Identificador:CBF84AB8

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
ATA DA 22ª (VIGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA/PR

ATA DA 22ª (VIGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA/PR PLENÁRIO VEREADOR GILDÁSIO FRANCELINO DOS SANTOS
SEGUNDA-FEIRA (29/06/2026) ÀS 19 HORAS

VEREADORES
Álvaro Gonçalves da Rocha (PSD) – Presidente
Isau Maria de Souza (União Brasil) – Vice-Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto (PSD) – 1º Secretário
Joel Marcos da Silva Machado (Republicanos) – 2º Secretário
Deivid Sirqueira Couto (MDB) – Vereador
Geovani Ribeiro de Oliveira (Republicanos) – Vereador
Leirianne de Caires Sartori (MDB) – Vereadora
Michele Cristiane Camiloti dos Reis (MDB) – Vereadora
Odair Fernandes de Oliveira (União Brasil) – Vereador

COMISSÃO DE JUSTIÇA, REDAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS
Geovani Ribeiro de Oliveira – Presidente
Odair Fernandes de Oliveira – Vice-Presidente
Michele Cristiane Camiloti dos Reis - Membro

COMISSÃO DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTE
Joel Marcos da Silva Machado - Presidente
Odair Fernandes de Oliveira - Vice-Presidente
Deivid Sirqueira Couto - Membro

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Leirianne de Caires Sartori – Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto – Vice-Presidente
Joel Marcos da Silva Machado – Membro

COMISSÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DA MULHER
Isau Maria de Souza - Presidente
Michele Cristiane Camiloti dos Reis - Vice-Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto – Membro

EXPEDIENTE
01. Esta Sessão foi transmitida on-line e está integralmente disponível em áudio e vídeo no Facebook e no Youtube da Câmara Municipal;
02. Lida Ata da 21ª Sessão Ordinária de 2026, a qual foi aprovada por unanimidade dos Vereadores;
03. Lido Projeto de Lei Complementar nº 03/2026 que, Altera a Lei Complementar Municipal nº 471/2017, para reduzir a alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente sobre os serviços de transporte municipal previstos no item 16 da Lista de Serviços, e dá outras providências.

MATÉRIAS DA ORDEM DO DIA
O Senhor Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 15/2026 que, Dispõe sobre autorização para Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento em vigor, inclui ações no Plano Plurianual (Lei nº. 641/2025), inclui metas na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026 (Lei nº 636/2025) e dá outras providências. O senhor Presidente submeteu à segunda votação o Projeto de Lei nº

15/2026, o qual foi aprovado por unanimidade, conforme registrado no SAPL;

MATÉRIAS DO LEGISLATIVO
Indicações: A Vereadora Leirianne de Caires apresentou indicação ao Poder Executivo Municipal para que analise a possibilidade de realizar a remoção da árvore localizada na Rua Bariri, nº 351, bem como promover o conserto da calçada, que foi danificada pelas raízes da referida árvore; apresentou indicação para a realização de **reparos no quebra-molas localizado na Rua Vereador Celso Pereira Rosa, nas proximidades do nº 05,** tendo em vista que a estrutura cedeu, comprometendo sua finalidade e a segurança do local;
A Vereadora **Michele** apresentou indicação ao Poder Executivo Municipal para que seja garantida a continuidade do transporte universitário nos feriados municipais de Prado Ferreira, em especial no feriado do Padroeiro, uma vez que há aulas nas instituições de ensino superior frequentadas pelos estudantes do município;

Requerimento(s): A Vereadora Leirianne de Caires apresentou requerimento de informações sobre os pontos de embarque, critérios de utilização, monitores e cadastro dos usuários do transporte estudantil da rede municipal de educação; apresentou requerimento para obtenção de cópia integral do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 06/2026, que culminou na contratação da empresa AM.T.T PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 42.855.888/0001-94;

As indicações e requerimentos apresentados na sessão foram aprovados pelo Plenário, de acordo com as normas regimentais e em conformidade com a Lei de Acesso à Informação, com o objetivo de serem encaminhados aos órgãos públicos responsáveis. Comentários, agradecimentos, felicitações e debates políticos sobre os projetos em discussão e/ou tramitação nesta Câmara Municipal, assim como os assuntos de interesse local, políticas públicas e outros temas de interesse público, estão disponíveis em formato de áudio e vídeo nas contas oficiais das redes sociais (Facebook e Youtube) deste Poder Legislativo. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, cuja ata será lida e, se achada conforme, assinado pelo Presidente e pelo 1º Secretário. "Plenário Vereador Gildásio Francelino dos Santos", às 19h49min do dia 29 de junho de 2026.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA	*MANOEL GONÇALVES CARRASCO NETO*
Presidente	1º Secretário

Publicado por:
Isabelle Gomes Dos Santos
Código Identificador:FD5A37E0

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
ATA DA 23ª (VIGÉSIMA TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA/PR

ATA DA 23ª (VIGÉSIMA TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA/PR PLENÁRIO VEREADOR GILDÁSIO FRANCELINO DOS SANTOS
SEGUNDA-FEIRA (03/08/2026) ÀS 19 HORAS

VEREADORES
Álvaro Gonçalves da Rocha (PSD) – Presidente
Isau Maria de Souza (União Brasil) – Vice-Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto (PSD) – 1º Secretário
Joel Marcos da Silva Machado (Republicanos) – 2º Secretário
Deivid Sirqueira Couto (MDB) – Vereador
Geovani Ribeiro de Oliveira (Republicanos) – Vereador
Leirianne de Caires Sartori (MDB) – Vereadora
Michele Cristiane Camiloti dos Reis (MDB) – Vereadora
Odair Fernandes de Oliveira (União Brasil) – Vereador

COMISSÃO DE JUSTIÇA, REDAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS
Geovani Ribeiro de Oliveira – Presidente
Odair Fernandes de Oliveira – Vice-Presidente
Michele Cristiane Camiloti dos Reis - Membro

COMISSÃO DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTE
Joel Marcos da Silva Machado - Presidente
Odair Fernandes de Oliveira - Vice-Presidente
Deivid Sirqueira Couto - Membro

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Leirianne de Caires Sartori – Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto – Vice-Presidente
Joel Marcos da Silva Machado – Membro

COMISSÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DA MULHER
Isau Maria de Souza - Presidente
Michele Cristiane Camiloti dos Reis - Vice-Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto – Membro

EXPEDIENTE
01. Esta Sessão foi transmitida on-line e está integralmente disponível em áudio e vídeo no Facebook e no Youtube da Câmara Municipal;
02. Lida Ata da 22ª Sessão Ordinária de 2026, a qual foi aprovada por unanimidade dos Vereadores presentes;
03. Leitura da Recomendação Administrativa nº 01/2026, expedida pelo Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa, que recomenda ao Poder Legislativa a adoção das adequações legislativas necessárias relativas à Controladoria Interna do Poder Executivo;
04. Lido Projeto de Lei nº 17/2026 que, Dispõe sobre as normas de segurança, fomento e função social para a realização de eventos esportivos e automobilísticos no Centro de Eventos e Parque de Rodeio Vereador Samuel de Moura Gonzales, em consonância com a Lei Municipal nº 376/2014, e dá outras providências.
05. Ausente o Presidente da Câmara, Vereador Álvaro Gonçalves da Rocha;
06. Ausente a Vereadora Michele Cristiane Camiloti dos Reis, por motivo de saúde, conforme atestado odontológico apresentado à Mesa Diretora.

MATÉRIAS DA ORDEM DO DIA
Não houve matérias da ordem do dia.

MATÉRIAS DO LEGISLATIVO
Indicações: O Vereador Odair apresentou indicação ao Poder Executivo Municipal para que sejam realizados serviços de manutenção no alambrado do Estádio Municipal;
O Vereador Manoel apresentou indicação ao Poder Executivo Municipal para que sejam realizados reparos nos buracos existentes na Rua Iguatemi, na esquina com a Rua Sergipe, bem como nos buracos localizados nas proximidades da residência do Sr. Antonio Meu Filho, visando garantir melhores condições de trafegabilidade;

Requerimento(s): A Vereadora Leirianne de Caires apresentou requerimento de informações ao Poder Executivo acerca das políticas públicas de proteção e bem-estar animal no Município de Prado Ferreira; apresentou, também, requerimento de informações sobre os atendimentos odontológicos realizados no Município;
A Vereadora Leirianne de Caires questionou a ausência do Presidente da Câmara, Vereador Álvaro Gonçalves da Rocha, na presente Sessão Ordinária, em razão de estar em viagem ao Município de Curitiba, desempenhando as atribuições de seu cargo efetivo de Motorista, acompanhando o Prefeito. Na oportunidade, a Vereadora também suscitou possível incompatibilidade entre o exercício das atribuições do cargo efetivo de Motorista e o mandato eletivo de Vereador, considerando que o Presidente deixou de comparecer à Sessão Ordinária para desempenhar atividade funcional vinculada ao Poder Executivo, acompanhando o Prefeito em deslocamento oficial ao Município de Curitiba.
As indicações e requerimentos apresentados na sessão foram aprovados pelo Plenário, de acordo com as normas regimentais e em conformidade com a Lei de Acesso à Informação, com o objetivo de serem encaminhados aos órgãos públicos responsáveis. Comentários, agradecimentos, felicitações e debates políticos sobre os projetos em

discussão e/ou tramitação nesta Câmara Municipal, assim como os assuntos de interesse local, políticas públicas e outros temas de interesse público, estão disponíveis em formato de áudio e vídeo nas contas oficiais das redes sociais (Facebook e Youtube) deste Poder Legislativo. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, cuja ata será lida e, se achada conforme, assinado pelo Presidente e pelo 1º Secretário. "Plenário Vereador Gildásio Francelino dos Santos", às 19h55min do dia 03 de agosto de 2026.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA	*MANOEL GONÇALVES CARRASCO NETO*
Presidente	1º Secretário

Publicado por:
Isabelle Gomes Dos Santos
Código Identificador:DDF8F32D

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
PAUTA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2026

PAUTA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA

SEGUNDA-FEIRA – 17/08/2026 – 19:00 HORAS

ORDEM DO DIA
ITEM 01
Discussão e primeira votação do Projeto de Lei Complementar nº 03/2026 que, Altera a Lei Complementar Municipal nº 471/2017, para reduzir a alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente sobre os serviços de transporte municipal previstos no item 16 da Lista de Serviços, e dá outras providências.

ITEM 02
Discussão e primeira votação do Projeto de Lei nº 16/2026 que, Dispõe sobre autorização para Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento em vigor, inclui ações no Plano Plurianual (Lei nº. 641/2025), inclui metas na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026 (Lei nº 636/2025) e dá outras providências.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Prado Ferreira

Publicado por:
Wallyngson Bruno
Código Identificador:03CCD9CF

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2026 35ª CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2024

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Simplificado, divulgado pelo Edital nº 014/2024 de 22 de fevereiro de 2024 e homologado através da Resolução nº 22/2024, resolve **convocar** os aprovados abaixo listados para apresentação dos documentos pertinentes para nomeação até o prazo final de **18/08/2026**. O local para comparecimento será na sede do Cispar, situado na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677 - Parque Industrial Mario Bulhões da Fonseca, em Maringá-PR, no horário das 08h às 17h.

Documentos necessários:

1)Cédula de Identidade RG ou protocolo da identidade e fotocópia; Cadastro de Pessoa Física CPF e fotocópia;
2) Certidão de reservista e fotocópia, quando couber;
3)Título de eleitor e fotocópia, comprovante de voto na ultima eleição ou justificativa da ausência e fotocópia;
4) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
5) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, quando couber;
6) Duas fotografias 3x4 recente, tirada de frente;
7) Atestado de sanidade física e mental;
8) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
9) Documentos comprovando a escolaridade e registro no órgão da classe e fotocópia (quando for o caso);
10) Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública, excepcionados os casos permitidos pela Constituição Federal;
11) Última declaração do imposto de renda, ou declaração dos bens moveis e imóveis;
12) Inscrição do PIS/PASEP;
13) CTPS, Carteira de Trabalho e Previdência Social;
14) Conta salário na Caixa Econômica. (opcional).
15) Carteira Nacional de Habilitação, categoria B (mínimo), quando couber.

RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

CARGO: ANALISTA ADMINISTRATIVO			
Nome	**Nota**	**Classificação**	**Modalidade**
LUIZ FERNANDO DA SILVA	50,00	22º	Ampla Concorrência

O prazo para entrega dos documentos para aceitação do cargo se encerra no dia **18/08/2026 às 17h.**

O não comparecimento dentro do prazo estipulado significará a desistência do candidato, cabendo ao CISPAR convocar outro habilitado, obedecendo à ordem de classificação.

Maringá-PR, 11 de agosto de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor-Executivo

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:FCE5EE30

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 215/2026

Dispõe sobre a concessão de licença indenizatória a servidor público do Município de Prado Ferreira.

O Prefeito Municipal de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no art. 130, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Prado Ferreira;

CONSIDERANDO os haveres decorrentes da Portaria nº. 029/2026;

RESOLVE:
Art. 1º – Conceder 10 (dez) dias de licença indenizatória em favor do servidor(a) **JOANA CLAUDIA RODRIGUES MOURA**, ocupante de cargo efetivo, matrícula 100252, que serão usufruídos no período de 17/08 á 26/08/2026, decorrente dos haveres da Portaria nº 029/2026;

Art. 2º – Conceder 10 (dez) dias de licença indenizatória em favor do servidor(a) **OSMAR JOSÉ DIAS**, ocupante de cargo efetivo, matrícula 100259, que serão usufruídos no período de 17/08 á 26/08/2026, decorrente dos haveres da Portaria nº 029/2026.

Art. 2° - A presente portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 11 dias do mês de agosto de 2026.

SILVIO ANTÔNIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Humberto José Pereira
Código Identificador:581841AB

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2026 - PREGÃO Nº 17/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: **L J MANGANARO – CNPJ 58.744.740/0001-12**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINAS CULTURAIS E ESPORTIVAS, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS NO MUNICIPIO DE PRADO FERREIRA.
VALOR GLOBAL: R$ 29.836,80 (Vinte e Nove Mil, Oitocentos e Trinta e Seis Reais e Oitenta Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da ata.
DATA DE ASSINATURA: 11/08/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:697BC504

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2026 - PREGÃO Nº 17/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: **GNF ESPORTES E EVENTOS LTDA – CNPJ 12.240.837/0001-97**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINAS CULTURAIS E ESPORTIVAS, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS NO MUNICIPIO DE PRADO FERREIRA.
VALOR GLOBAL: R$ 87.790,00 (Oitenta e Sete Mil, Setecentos e Noventa Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da ata.
DATA DE ASSINATURA: 11/08/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:25C3DEDD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11866/2026

Súmula: Exonera o Senhor THAMYS VINICYUS VIEIRA CARMELO, do cargo efetivo que ocupa.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor EXONERA, a pedido, o Senhor THAMYS VINICYUS VIEIRA CARMELO, CPF nº. ***.653.169-**, do cargo efetivo de "PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA" a partir do dia 10 de Agosto de 2026.

Quatro Barras, 11 de Agosto de 2026.

JARBAS MOCELIN
Prefeito Interino

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:AE5A2598

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11867/2026

Súmula: Exonera a Senhora ELUIZA RIBEIRO DE ASSIS do cargo comissionado que ocupa.
O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor EXONERA a Senhora ELUIZA RIBEIRO DE ASSIS, CPF nº. ***.707.559-**, do cargo comissionado de "ASSESSOR DE ATIVIDADES DE OPERAÇÃO", a partir de 10 de Agosto de 2026.

Quatro Barras, 11 de Agosto de 2026.

JARBAS MOCELIN
Prefeito Interino

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:A18922F1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11.868 /2026

Torna público o Edital nº 001/2026/SMAFP, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor;
Considerando a solicitação expedida pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento,

DECRETA

Art. 1ºTorna pública o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT e o Laudo de Insalubridade e Periculosidade – LIP dos servidores que se enquadram em condições que ensejam a percepção de adicional de insalubridade ou periculosidade.

Art. 2ºEste Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Quatro Barras, 11 de agosto de 2026.

JARBAS MOCELIN
Prefeito Municipal Interino

EDITAL 001/2026/SMAFP

A Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1684/2024,

Considerando a necessidade de controle periódico das condições ambientais de trabalho expressas em Laudos Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT e o Laudos de Insalubridade e Periculosidade – LIP;

Considerando as exigências realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná no Plano Anual de Fiscalização de 2017 - Folha de Pagamento;

Considerando o constante do Decreto6344/2018 que "Determina a necessidade de preenchimento da Ficha Cadastral dos Servidores;

Considerando a necessidade de que o efetivo e periódico controle de concessão dos adicionais de insalubridade ou periculosidade passe a integrar as rotinas do Departamento de Recursos Humanos,

TORNA PÚBLICO O LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO – LTCAT E O LAUDO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE – LIP.

1. DOS LAUDOS
1.1 O Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT e o Laudo de Insalubridade e Periculosidade – LIP dos servidores que se enquadram em condições que ensejam a percepção de adicional de insalubridade ou periculosidade encontram-se disponíveis no sítio eletrônico https://quatrobarras.eloweb.net/portaltransparencia/1/publicacoes.

2. DO DIREITO DE PETIÇÃO (RECONSIDERAÇÃO E RECURSO)
2.1. O servidor que discordar do resultado técnico constante dos laudos publicados por este Edital possui o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para interpor pedido de reconsideração, nos termos do art. 125 da Lei nº 12/99 e do art. 113 da Lei Complementar nº 16/2016.
2.2. O pedido de reconsideração deverá ser formalizado mediante o preenchimento de formulário padrão próprio (Anexo Único), assinado pelo requerente, com a obrigatória ciência prévia de sua chefia imediata (Secretário da respectiva pasta), e protocolado com endereçamento à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento (SMAFP) – Departamento de Recursos Humanos.
2.3. As solicitações devidamente instruídas serão submetidas à análise técnica do Engenheiro de Segurança do Trabalho vinculado à empresa especializada contratada, garantindo-se a ciência inequívoca do servidor acerca da decisão proferida.
2.4. Do eventual indeferimento do pedido de reconsideração, caberá recurso à autoridade superior (Chefe do Poder Executivo / Prefeito Municipal), conforme o disposto no art. 126 da Lei nº 12/99 e no art. 114 da Lei Complementar nº 16/2016.
2.5. O recurso deverá ser interposto utilizando-se o mesmo formulário padrão (assinalando-se a opção correspondente), submetendo-se à mesma exigência de assinatura e ciência prévia do Secretário da pasta, devendo, obrigatoriamente, apresentar as razões da irresignação e ser instruído com a cópia integral do processo de reconsideração originário.
2.6. Sob pena de não conhecimento do pleito, tanto para a reconsideração quanto para o recurso, é obrigatório o preenchimento exato dos seguintes dados no formulário: I – Qualificação completa (nome, CPF, endereço atualizado e telefone de contato); II – Dados funcionais (matrícula, cargo de nomeação/contrato e local de trabalho); III – Função efetivamente exercida (com indicação precisa, caso exerça atividade diversa do cargo de nomeação ou ocupe função gratificada); IV – Descrição fática minuciosa das atividades laborais desenvolvidas (especificando rotina, frequência de exposição, produtos manuseados e equipamentos de proteção utilizados).
2.7. Fica expressamente vedada a realização de tratativas, solicitações de revisão ou acompanhamento processual por meio de contatos telefônicos ou aplicativos de mensagens (WhatsApp).

3. DA APLICABILIDADE DOS LAUDOS - RESULTADO FINAL
3.1 Os laudos técnicos embasam a concessão dos adicionais de insalubridade ou periculosidade aos servidores municipais.
3.2 Em atendimento as disposições do Decreto nº 6344/2018, o Departamento de Recursos Humanos deverá efetivar a anotação nas Fichas Cadastrais dos Servidores.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS
4.1. O Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e o Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LIP) foram elaborados por empresa especializada, cuja contratação ocorreu mediante regular procedimento licitatório, com estrita observância aos ditames técnicos e legais aplicáveis.
4.2. A execução técnica dos referidos laudos foi realizada por Engenheiro de Segurança do Trabalho devidamente habilitado e vinculado à empresa contratada. Coube a este profissional, nos termos da legislação vigente, a análise das condições ambientais de trabalho, englobando a identificação de agentes nocivos (físicos, químicos e biológicos) e de situações de risco, cujos dados consubstanciam a base para o enquadramento de insalubridade e periculosidade.
4.3 Este Edital entra em vigor na data da sua publicação.

Quatro Barras, 11 de agosto de 2026.

VIVIANE SAUTNER BERNARDI
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

ANEXO ÚNICO

SOLICITAÇÃO DE REVISÃO DO LAUDO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

1. ENDEREÇAMENTO
( ) Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento *(Para Pedido de Reconsideração)*
( ) Prefeito Municipal *(Para Recurso)*

2. QUALIFICAÇÃO DO REQUERENTE
Nome Completo: _____
CPF: _____ **Telefone p/ Contato:** _____
Endereço: _____

3. DADOS FUNCIONAIS
Matrícula: _____
Cargo de Nomeação/Contrato: _____
Função Efetivamente Exercida:
_____
Local de Trabalho (Secretaria e Unidade):
_____

4. OBJETO DO REQUERIMENTO
Referente ao Laudo de:
( ) Insalubridade
( ) Periculosidade
Natureza do Pedido:
( ) Reconsideração
( ) Recurso *(Anexar obrigatoriamente cópia integral do processo de Reconsideração)*

5. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES E RAZÕES DO PEDIDO
(Descreva detalhadamente as atividades realizadas, informando frequência, rotina, produtos utilizados, equipamentos manuseados e/ou as razões de fato e de direito que fundamentam o presente recurso)
(Caso necessário, utilize folhas adicionais)

Quatro Barras, ___/____/____.

Assinatura do(a) Servidor(a)

CIÊNCIA DA CHEFIA IMEDIATA:
Ciente da presente solicitação.
Quatro Barras, ___/___/_____.

Assinatura do(a) Secretário(a) da Pasta

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:C5FCE26D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 094/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor CONCEDE, a pedido da Servidora Municipal Senhora CAMILA CANESTRARO WIPPEL, CPF nº. ***.714.979-**, cargo efetivo de "ATENDENTE INFANTIL" matricula funcional n°4262, licença para tratar de interesses particulares, conforme disposto na Lei Municipal n° 12/99.
Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de Agosto de 2026, com efeitos retroativos.

Quatro Barras, 11 de Agosto de 2026.

JARBAS MOCELIN
Prefeito Interino

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:C1B5F10E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n° 10.626/2025, torna público a análise de documentos de habilitação.

Chamamento Público nº 06/2024 - Credenciamento de empresa especializada para na área de saúde para realização de exames e apoio diagnóstico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

Chamamento Público nº 11/2024 - Credenciamento de pessoas física e jurídica para prestação de serviços de cozinheira, servente de limpeza, monitor de transporte escolar, operário, conforme especificações contidas no termo de referências (anexo 01) e no estudo técnico preliminar (anexo 02) do referido edital.
Chamamento Público nº 07/2025 – Credenciamento de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de atendimento terapêutico individualizado baseado no método ABA (Análise do Comportamento Aplicada) para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e/ou outras Neurodiversidades, residentes no Município de Quatro Barras, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 12 de agosto de 2026 às 14:00h.

LOCAL: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, situada à Avenida Dom Pedro II nº 110, Centro - Quatro Barras - PR.

Quatro Barras, 11 de agosto de 2026.

MARCELO OLEGÁRIO DA SILVA FILHO
Comissão de Contratação

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:89E84D89

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE ITEM FRACASSADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026 / MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para eventual necessidade de aquisição sob demanda de materiais esportivos e educativos, destinados a atender as necessidades das 16 instituições de ensino (escolas e cmeis) e demais projetos da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude de Quatro Barras/PR, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, através da Pregoeira Municipal, devidamente autorizada pelo Decreto nº 11.769/2026, torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico nº 41/2026, aberto no dia 1º de julho de 2026, às 8h30, com o objeto de licitação em epígrafe, teve o item 21 – ***Bola de tênis estágio 3 iniciação cor vermelha*** *(...)* considerado FRACASSADO.

Quatro Barras, 11 de agosto de 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:7C13520A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público, para conhecimento dos interessados, que a Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto refere-se à "Registro de preço para eventual necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em máquinas e equipamentos pesados da frota municipal, com execução sob demanda, incluindo diagnóstico, reparos, substituição de peças, testes e fornecimento de insumos, mão de obra e equipamentos necessários, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital" está **SUSPENSA** para análise, em razão do recebimento de questionamentos ao Edital. Novas informações serão publicadas através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, na Avenida Dom Pedro II nº 110, Centro, Quatro Barras/ PR, pelo site:www.quatrobarras.pr.gov.br,e-mail:licitacao@quatrobarras.pr.gov.br ou pelo telefone (41) 3671-8800. Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 11 de agosto de 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:D044A5A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 52/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à despesa abaixo especificada, Processo n° 11797/2026. Objeto: Despesa conforme o Credenciamento n° 11/2024 de física e jurídica para Monitor Escolar Prestação de serviços de Monitor de Transporte Escolar , conforme especificações contidas no termo de referências (anexo 01) e no estudo técnico preliminar (anexo 02) do referido edital.", referente a 1.380 (mil trezentas e oitenta) horas contratadas pelo período de 6 (seis) meses, com fulcro no com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei n° 14.133/2021 e consonância com o Parecer Jurídico n° 255/2024.
CONTRATADA: CAROLINE ALVES FERREIRA.
CPF Nº: 133.254.629-36
VALOR TOTAL DE: R$ 13.717,20 **(Treze mil, setecentos e dezessete reais e vinte centavos)**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
615-25.003.12.361.0017.2.2,38.3.3.90.36.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Fisica
614-25.003.12.361.0017.2.038.3.3.90.36.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Fisica.

JARBAS MOCELIN
Prefeito Municipal Interino

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:30223C59

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 53/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à despesa abaixo especificada, Processo n° 11985/2026. Objeto: Despesa conforme o Credenciamento n° 11/2024 de física e jurídica para Monitor Escolar Prestação de

serviços de Monitor de Transporte Escolar , conforme especificações contidas no termo de referências (anexo 01) e no estudo técnico preliminar (anexo 02) do referido edital.", referente a 1.380 (mil trezentas e oitenta) horas contratadas pelo período de 6 (seis) meses, com fulcro no com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei n° 14.133/2021 e consonância com o Parecer Jurídico n° 255/2024.
CONTRATADA: NATALIA PAULINA MILIOTI.
CPF Nº: 119.295.979-59
VALOR TOTAL DE: R$ 13.717,20 **(Treze mil, setecentos e dezessete reais e vinte centavos)**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
615-25.003.12.361.0017.2.2,38.3.3.90.36.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Fisica
614-25.003.12.361.0017.2.038.3.3.90.36.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Fisica.

JARBAS MOCELIN
Prefeito Municipal Interino

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:B0624441

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 54/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à despesa abaixo especificada, Processo n° 11796/2026. Objeto: Despesa conforme o Credenciamento n° 11/2024 de física e jurídica para Monitor Escolar Prestação de serviços de Monitor de Transporte Escolar , conforme especificações contidas no termo de referências (anexo 01) e no estudo técnico preliminar (anexo 02) do referido edital.", referente a 1.380 (mil trezentas e oitenta) horas contratadas pelo período de 6 (seis) meses, com fulcro no com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei n° 14.133/2021 e consonância com o Parecer Jurídico n° 255/2024.
CONTRATADA: ALESSANDRA FERNANDES.
CPF Nº: 078.678.269-20
VALOR TOTAL DE: R$ 13.717,20 **(Treze mil, setecentos e dezessete reais e vinte centavos)**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
615-25.003.12.361.0017.2.2,38.3.3.90.36.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Fisica
614-25.003.12.361.0017.2.038.3.3.90.36.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Fisica.

JARBAS MOCELIN
Prefeito Municipal Interino

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:53FE7300

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 55/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à despesa abaixo especificada, **Processo n° 8639/2026**. **Objeto:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE 02 (DOIS) CURSOS PRESENCIAIS DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL INTERATIVO (MÓDULOS DE 16H E 8H), COM O FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO EM FORMATO DIGITAL E CERTIFICAÇÃO ELETRÔNICA, PARA ATENDER ATÉ 90 PARTICIPANTES ENTRE SERVIDORES MUNICIPAIS, CONSELHEIROS TUTELARES, MEMBROS DO CMDCA E FAMÍLIAS USUÁRIAS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS/PR, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021.
CONTRATADA: INSTITUTO RANAI LTDA
CNPJ Nº: 46.757.247/0001-58
VALOR TOTAL DE: R$ 29.900,00 (vinte e nove mil reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão	Código Reduzido	Subação	Natureza	Fonte
04.001	948	04001082430005600933903900000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3879 – Recurso Estadual

JARBAS MOCELIN
Prefeito Municipal Interino

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:DFC17EE9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 001/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 001/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal n° 951/08/2024.
Processo Seletivo Simplificado n° 002/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – GILIANE ZANUTO
Objeto: prestação de serviços no Departamento Planejamento, Obras e Serviços Públicos visando a realização das atribuições de **ENGENHEIRO CIVIL,** em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 20 horas.

Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:86465FE4

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 001/2025

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 001/2025
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 003/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – VITORIA ELEN DE BRITO DESANOSKI
Objeto: prestação de serviços na função de Serviços na área da Educação visando a realização das atribuições de **PROFESSOR** de atuação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 20 horas.
Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:AC89A225

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 002/2025

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 002/2025
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 003/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – **ADRIELE DOS SANTOS MARTINS**
Objeto: prestação de serviços na função de Serviços na área da Educação visando a realização das atribuições de **PROFESSOR** de atuação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 20 horas.
Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:C2CD07B9

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 003/2025

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 003/2025
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 002/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – EDMAR TAVARES DE OLIVEIRA
Objeto: prestação de serviços no Departamento Planejamento, Obras e Serviços Públicos visando a realização das atribuições de **OPERADOR DE MOTONIVELADORA**, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 40 horas.

Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:8E8C58DA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 011/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 011/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 003/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – MARIANA ARAÚJO FERREIRA
Objeto: prestação de serviços na função de Serviços na área da Educação visando a realização das atribuições de **PROFESSOR** de atuação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 20 horas.
Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:5F7D6CBE

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 012/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 012/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 003/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – SIMONE RODRIGUES DE NOVAES
Objeto: prestação de serviços na função de Serviços na área da Educação visando a realização das atribuições de **PROFESSOR** de atuação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 20 horas.
Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:F0EE3BE0

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 013/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 013/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 003/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – JAQUELINI DE ANDRADE
Objeto: prestação de serviços na função de Serviços na área da Educação visando a realização das atribuições de **PROFESSOR** de atuação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 20 horas.
Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:F9BC6B5B

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 015/2023

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 015/2023
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 002/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – GEORGE MAYKE BERNAL DA SILVA
Objeto: prestação de serviços no Departamento Planejamento, Obras e Serviços Públicos visando a realização das atribuições de **MOTORISTA II**, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 40 horas.

Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.
Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:7FFA0630

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 016/2023

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 016/2023

Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 002/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – THIAGO SENNA BARBOSA
Objeto: prestação de serviços no Departamento Planejamento, Obras e Serviços Públicos visando a realização das atribuições de **MOTORISTA II**, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 40 horas.

Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:D2CE2767

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 017/2023

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 017/2023

Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 002/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – FRANCISCO BARBOSA CONCEIÇÃO
Objeto: prestação de serviços no Departamento Planejamento, Obras e Serviços Públicos visando a realização das atribuições de **MOTORISTA II**, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 40 horas.

Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:F34B28A2

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 017/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 017/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 003/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – MICHELY DOS SANTOS ANTONIO
Objeto: prestação de serviços na função de Serviços na área da Educação visando a realização das atribuições de **PROFESSOR** de atuação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 20 horas.
Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:D1FBF9D0

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 018/2023

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 018/2023

Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 002/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – JOÃO PEDRO MAGALHÃES BARBOSA

Objeto: prestação de serviços no Departamento Planejamento, Obras e Serviços Públicos visando a realização das atribuições de **MOTORISTA II**, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 40 horas.

Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:94A41030

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 019/2023

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 019/2023
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 002/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – JOFRE BORTOLUCCI DE GOES
Objeto: prestação de serviços no Departamento Planejamento, Obras e Serviços Públicos visando a realização das atribuições de **MOTORISTA II**, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 40 horas.

Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:0CB5A7AC

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 020/2023

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 020/2023
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 002/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – JOSÉ ANTONIO BORGO
Objeto: prestação de serviços no Departamento Planejamento, Obras e Serviços Públicos visando a realização das atribuições de **OPERADOR DE MOTONIVELADORA**, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 40 horas.

Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:4CF3A77C

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 022/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 022/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 003/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – BEATRIZ GABRIELA DOS SANTOS FERREIRA
Objeto: prestação de serviços na função de Serviços na área da Educação visando a realização das atribuições de **PROFESSOR** de atuação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 20 horas.
Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:47E6BF6D

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 023/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 023/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 003/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – FLÁVIA TORRES
Objeto: prestação de serviços na função de Serviços na área da Educação visando a realização das atribuições de **PROFESSOR** de atuação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 20 horas.
Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:2CD055D9

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 024/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 024/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 003/2023

Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – MIRIÃ TAVARES LOURENÇO
Objeto: prestação de serviços na função de Serviços na área da Educação visando a realização das atribuições de **PROFESSOR** de atuação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 20 horas.
Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:4649192E

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 037/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 037/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 003/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – RÚBIA SANTANA MOURÃO
Objeto: prestação de serviços na função de Serviços na área da Educação visando a realização das atribuições de **PROFESSOR** de atuação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 20 horas.
Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:3D97D0B8

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 038/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 038/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal n° 951/08/2024.
Processo Seletivo Simplificado n° 002/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – WILLIAN SANTANA MARTINEZ
Objeto: prestação de serviços no Departamento Planejamento, Obras e Serviços Públicos visando a realização das atribuições de **ENGENHEIRO CIVIL,** em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 20 horas.
Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de agosto de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:EF5AAEF2

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 040/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 040/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 003/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – NATIELE DA SILVA BRITO
Objeto: prestação de serviços na função de Serviços na área da Educação visando a realização das atribuições de **PROFESSOR** de atuação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 20 horas.
Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:598FAD8C

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 041/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 041/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 003/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – RAFAELA EVANGELISTA DOS SANTOS
Objeto: prestação de serviços na função de Serviços na área da Educação visando a realização das atribuições de **PROFESSOR** de atuação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 20 horas.
Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:A5A1EF41

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 043/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 043/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024

Processo Seletivo Simplificado n° 003/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – HELOIZE FRANCIELI ZEMIANI DOS SANTOS
Objeto: prestação de serviços na função de Serviços na área da Educação visando a realização das atribuições de **PROFESSOR** de atuação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 20 horas.
Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.

Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:8ADBBD6E

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 044/2024

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 044/2024
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal nº 951/08/2024
Processo Seletivo Simplificado n° 003/2023
Partícipes:
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADO – GABRIELE VITORIA GOMES RODRIGUES
Objeto: prestação de serviços na função de Serviços na área da Educação visando a realização das atribuições de **PROFESSOR** de atuação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil Municipal, em caráter excepcional e temporário, com carga horária de 20 horas.
Prazo de Execução e Vigência: De 12 de agosto de 2026 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do contratante ou a pedido do contratado.
Rancho Alegre D'Oeste, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:FF2EB3C2

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 282/09/2026

SÚMULA: Concede férias ao Servidor Público Municipal JOSÉ ANTONIO BORGO, no período de 01/09/2026 à 30/09/2026.

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei municipal nº 139/02/97,

R E S O L V E

Art. I – Conceder férias referentes ao período aquisitivo de 21/11/2024 à 20/11/2025 ao Servidor público Municipal **JOSÉ ANTONIO BORGO**, portador da RG n° 6.910.692-7/PR, inscrito no CPF nº 019.720.809-62 de conformidade com a Lei Municipal nº 139/02/97, nos termos do comunicado de férias protocolado sob o nº 256 de 11/08/2026, a serem retiradas no período compreendido entre 01/09/2026 à 30/09/2026.

Art. II – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 11 DE AGOSTO DE 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:A92356CD

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 283/09/2026

SÚMULA: Concede férias ao Servidor Público Municipal THIAGO SENNA BARBOSA no período de no período de 01/09/2026 à 30/09/2026.

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei municipal nº 139/02/97,

R E S O L V E

Art. I – Conceder férias referentes ao período aquisitivo de 21/11/2024 à 20/11/2025 ao Servidor público Municipal **THIAGO SENNA BARBOSA**, portador da RG n° 12.632.678-5/PR, inscrito no CPF nº 084.750.999-04 de conformidade com a Lei Municipal nº 139/02/97, nos termos do comunicado de férias protocolado sob o nº 255 de 11/08/2026, a serem retiradas no período compreendido entre 01/09/2026 à 30/09/2026.

Art. II – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 11 DE AGOSTO DE 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:9F20A7B0

SAÚDE
PORTARIA 284/09/2026

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D´Oeste, Estado do Paraná, Senhor **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei nº 959/09/2025, resolve:

AUTORIZAR
I – O Servidor **REINALDO FRANCISCO DIAS** ocupante do cargo de **MOTORISTA II** para se ausentar a Serviço do Município de Rancho Alegre D'Oeste;
II – Concessão de diárias para **Transporte de Pacientes em Tratamento de Saúde na cidade de Curitiba e RMC**.
III – Data: **12/08/2026** a **14/08/2026.**
IV – Cidade de **Curitiba/PR**.
V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO".

Rancho Alegre D'Oeste - PR, 11 de agosto de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vagner Duarte
Código Identificador:DFBC7A0A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.299, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com a Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS para implantação do Centro Vocacional Tecnológico - CVT no Campus Realeza e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE REALEZA, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com a Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, objetivando a cooperação institucional e financeira para a implantação do Centro Vocacional Tecnológico - CVT no Campus Realeza, destinado ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação, capacitação e apoio à gestão pública e ao desenvolvimento regional.
Art. 2º O convênio terá por finalidade contribuir para a construção da estrutura física do Centro Vocacional Tecnológico - CVT, conforme plano de trabalho aprovado pelas partes.
Art. 3º Fica o Município de Realeza autorizado a transferir recursos financeiros à Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, no valor de até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinados exclusivamente à execução do objeto previsto nesta Lei, observadas as condições estabelecidas no Convênio e no respectivo Plano de Trabalho.
§ 1º Os recursos serão transferidos conforme o cronograma físico-financeiro aprovado pelas partes e constante do Plano de Trabalho.
§ 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão de acordo com a dotação orçamentária própria consignada na Lei Orçamentária Anual - LOA do exercício de 2026.
§ 3º Eventuais complementações financeiras necessárias à conclusão da obra serão de responsabilidade da UFFS ou de outras fontes de financiamento legalmente constituídas, não gerando obrigação adicional ao Município de Realeza sem prévia e específica autorização legislativa.
Art. 4º A execução dos recursos observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade, bem como a legislação federal aplicável, especialmente a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Art. 5º Compete à Universidade Federal da Fronteira Sul:
I - Executar o objeto do Convênio, nos termos da legislação aplicável e do Plano de Trabalho aprovado, observando critérios de qualidade, economicidade e eficiência;
II - Elaborar os projetos técnicos necessários à execução da obra, incluindo projetos arquitetônico, estrutural e complementares;
III - Realizar, sob sua responsabilidade, os procedimentos licitatórios e as contratações necessárias, em conformidade com a legislação vigente;
IV - Responsabilizar-se pela complementação dos recursos financeiros eventualmente necessários à conclusão da obra, observada a disponibilidade orçamentária e financeira da UFFS;
V - Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, promovendo o controle físico-financeiro e a elaboração dos respectivos boletins de medição;
VI - Designar responsável técnico pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto;
VII - Manter, conservar e operar adequadamente os bens e a infraestrutura decorrentes deste Convênio, após a conclusão do objeto;
VIII – Executar o objeto em conformidade com os recursos efetivamente disponibilizados, vedada a assunção de obrigações financeiras sem a correspondente cobertura orçamentária e financeira;

IX – Elaborar e apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos, na forma e prazos estabelecidos neste Convênio e na legislação aplicável;
X – Manter registros contábeis e financeiros específicos para os recursos deste Convênio, bem como guardar a documentação comprobatória pelo prazo legal
Art. 6º Compete ao Município de Realeza:
I - Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio, conforme o cronograma previsto no Plano de Aplicação, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, à conta de dotação consignada na Lei Orçamentária Anual;
II - Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, podendo solicitar informações, documentos e realizar vistorias sempre que necessário;
III - Analisar a prestação de contas apresentada pela UFFS, verificando a regularidade da aplicação dos recursos e notificando a convenente para saneamento de eventuais irregularidades;
IV - Adotar as providências administrativas cabíveis em caso de impropriedades ou irregularidades na execução do Convênio;
V - Prestar contas aos órgãos de controle e fiscalização quanto aos recursos repassados, na forma da legislação aplicável.
Art. 7º A UFFS será responsável pela guarda, manutenção, conservação e operação dos bens e da edificação após a conclusão do objeto.
Art. 8º O imóvel, a edificação e os bens permanentes resultantes da execução do convênio integrarão o patrimônio da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, observada sua vinculação às finalidades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e desenvolvimento regional.
Parágrafo único - Em caso de desvio de finalidade ou descumprimento do objeto pactuado, poderão ser adotadas medidas de ressarcimento ou compensação proporcional aos recursos públicos municipais investidos, observada a legislação vigente.
Art. 9º O Poder Executivo poderá firmar termos aditivos necessários à execução do convênio, desde que não impliquem aumento da participação financeira do Município sem prévia autorização legislativa.
Art. 10 As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias previstas na LOA 2026.
Art. 11 O Convênio autorizado por esta Lei terá vigência de até 36 (trinta e seis) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo devidamente justificado, desde que mantido o interesse público e observada a legislação aplicável.
Parágrafo único. A vigência poderá ser prorrogada exclusivamente para conclusão do objeto, execução de etapas remanescentes, prestação de contas ou atendimento de exigências dos órgãos de controle, vedado o aumento da participação financeira do Município sem prévia autorização legislativa específica.
Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.
Realeza, 11 de agosto de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:0CB86761

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.024/2026 11/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º- DESIGNAR a partir de agosto a servidora abaixo relacionada em cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais para a limpeza de banheiros públicos:

SOLANGE SAMPAIO DA SILVA ARNOLD	Escola JK

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:AD19C368

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.025/2026 11/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º- REVOGAR a designação da servidora abaixo relacionada em cargo Efetivo de Auxiliar de serviços Gerais como responsável pela limpeza dos banheiros públicos, conforme Portaria Nº 8.659/2026 de 12/02/2026, a partir do mês de agosto 2026.

JÉSSICA CANDIDO	Escola JK

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:F4C85FCA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.026/2026 11/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º- NOMEAR a partir da data de **12/08/2026,** o servidor abaixo relacionado para exercer o cargo efetivo de Operador de Máquinas referente ao concurso público Nº01/2023, conforme Edital de convocação Nº121.

OPERADOR DE MÁQUINAS

ODAIR LEWANDOVSKI	RG Nº 601.284-42 SSP/SP

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:BCB274FB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.027/2026 11/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 120 (cento e vinte dias), acrescidos de 60 (sessenta) dias de prorrogação dessa licença a servidora **KELIN FERNANDA PAULUS**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, com fins retroativos a partir da data de 10 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:8BCA79C6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.028/2026 11/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER Jornada de Regime Suplementar a servidora **CELIA REGINA DE SOUZA**, cadastrada sob a matrícula Nº 3106329, ocupante do cargo efetivo de Professor, a partir da data do dia 12/08/2026 para suprir a vacância por pedido de exoneração da servidora **ADRIELI BIN**, Matricula Nº 307283 em cargo efetivo de Professor, conforme Art.55 da Lei complementar Nº03 de janeiro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:E604047C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.029/2026 11/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR a partir da data de 12/08/2026, a servidor abaixo relacionado para exercer, o cargo comissionado de **Coordenador de Programas Estratégicos de Esporte escolar.**

COORDENADOR DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE ESPORTE ESCOLAR

FABIO GUILHERME SALVI	RG Nº 14.449.218-8 SSP/PR

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de Agosto de dois mil e vinte e seis.

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:14DC93C5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO AD REFERENDUM N.º 021/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE REALEZA – ESTADO DO PARANÁ

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde **do Município de Realeza, Estado do Paraná** no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº. 8142 de 28 de dezembro de 1990, pela Resolução nº 453 do CNS de 10 de maio de 2012 e pela Lei Municipal 563/91 de 20/05/1991 e suas alterações.
CONSIDERANDO a necessidade de atualizar o Plano de Contingência para epidemia de Dengue, Chikungunya e Zyka Vírus de 2026 - 2027, afim de manter e atualizar as ações de combate e contingência as Arboviroses no município de Realeza. **RESOLVE AD REFERENDUM:**
ART. 1º Aprovar a atualização do Plano de Contingência para epidemia de Dengue, Chikungunya e Zyka Vírus 2026-2027.

ART. 2º Esta Resolução deverá ser referendada por ocasião da realização da próxima Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde.
ART. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Realeza, 29 de junho de 2026.

MAIARA INÊS GAMBATTO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Realeza

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:952E4A2A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N°023/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE REALEZA – ESTADO DO PARANÁ

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde **do Município de Realeza, Estado do Paraná** no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº. 8142 de 28 de dezembro de 1990, pela Resolução nº 453 do CNS de 10 de maio de 2012 e pela Lei Municipal 563/91 de 20/05/1991 e suas alterações,

CONSIDERANDO a necessidade de elaboração do Procedimento Operacional Padrão (POP) da Ouvidoria do Hospital Nossa Senhora Aparecida (HNSA) de Realeza, **RESOLVE:**

ART. 1º Aprovar o Procedimento Operacional Padrão (POP) da Ouvidoria do Hospital Nossa Senhora Aparecida (HNSA), conforme reunião ordinária realizada em 30/07/2026.

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Realeza, 05 de agosto de 2026.

MAIARA INÊS GAMBATTO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde Realeza

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:ABE91644

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N°024/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE REALEZA – ESTADO DO PARANÁ

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde **do Município de Realeza, Estado do Paraná** no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº. 8142 de 28 de dezembro de 1990, pela Resolução nº 453 do CNS de 10 de maio de 2012 e pela Lei Municipal 563/91 de 20/05/1991 e suas alterações,

CONSIDERANDO a Portaria SECTICS/MS Nº 48, de 8 de julho de 2025 referente à incorporação do implante subdérmico contraceptivo liberador de etonogestrel (IMPLANON) no SUS, abrangendo mulheres de 14 a 49 anos, **RESOLVE:**

ART. 1º Aprovar o Fluxograma de Inserção do Método Contraceptivo Subdérmico (IMPLANON) na Atenção Primária do Município de Realeza - PR, conforme reunião ordinária realizada em 30/07/2026.

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Realeza, 05 de agosto de 2026.

MAIARA INÊS GAMBATTO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde Realeza

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:54D38240

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N°025/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE REALEZA – ESTADO DO PARANÁ

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde **do Município de Realeza, Estado do Paraná** no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº. 8142 de 28 de dezembro de 1990, pela Resolução nº 453 do CNS de 10 de maio de 2012 e pela Lei Municipal 563/91 de 20/05/1991 e suas alterações,

CONSIDERANDO a necessidade de elaboração de protocolo de acompanhamento fisioterapêutico contínuo, **RESOLVE:**

ART. 1º Aprovar o protocolo de acompanhamento fisioterapêutico contínuo com reavaliação periódica da Secretaria Municipal de Saúde de Realeza, conforme reunião ordinária realizada em 30/07/2026.

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Realeza, 05 de agosto de 2026.

MAIARA INÊS GAMBATTO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde Realeza

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:F3F6874B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO RODRIGO CARDOSO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 451-2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: CONSORA CONSTRUTORA
OBJETO: Contratação de empresa especializada para REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL 24 DE JUNHO, CONFORME SERVIÇOS DESCRITOS NO MEMORIAL DESCRITIVO E NOS PROJETOS ANEXOS AO EDITAL, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.
CLÁUSULA PRIMEIRA-DO OBJETO E DO ACRÉSCIMO FINANCEIRO:
O presente Termo Aditivo tem por objeto promover o aumento da meta física da obra de Reforma e Ampliação da Escola Municipal 24 de Junho, decorrente da necessidade de execução de serviços complementares e adequações identificadas durante a execução contratual, indispensáveis para garantir a segurança, funcionalidade, acessibilidade e a adequada conclusão da obra.
As alterações contemplam, entre outros serviços, a substituição de portas e janelas, reforma e adequação da cobertura, instalação de novas calhas e platibandas, vedação da cobertura da quadra esportiva, ampliação dos revestimentos cerâmicos, reforma das calçadas com adequação à acessibilidade, reconstrução e pintura de muros, execução de novos forros, deslocamento do portão de acesso, reforma do ponto de ônibus escolar, revisão das instalações hidrossanitárias e elétricas da lavanderia, implantação das instalações de gás da cozinha e demais serviços constantes dos projetos, planilhas orçamentárias e memorial técnico.
Em decorrência dessas alterações, fica acrescido ao Contrato nº 451/2025 o valor de R$ 279.564,29 (duzentos e setenta e nove mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos), correspondente a 25,44% do valor inicial contratado, passando o valor global do contrato de R$ 1.098.749,00 (um milhão, noventa e oito mil, setecentos e quarenta e nove reais) para R$ 1.378.313,29 (um milhão, trezentos e setenta e oito mil, trezentos e treze reais e vinte e nove centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA-DA PRORROGAÇÃO DP PRAZO :
Em razão da inclusão dos serviços complementares e da readequação do cronograma físico-financeiro, fica prorrogado o prazo de execução da obra por 2 (dois) meses, permanecendo inalteradas e ratificadas as

demais cláusulas e condições do Contrato nº 451/2025 que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA:
As demais Cláusulas do mencionado Contrato Administrativo permanecem inalteradas e vigentes.
E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

REFERENTE LICITAÇÃO **CONCORRÊNCIA Nº 10/2025**
DATA DA ASSINATURA: 10/08/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:9D0B9E72

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO - INEX. 18

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO INEXIGIBILIDADE N.º 18/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 97/2026
ABERTURA: DIA 11/08/2026 ÀS 08:00 HORAS.
OBJETO: Adesão de Ata de Registro de Preço para Aquisição de Veiculo tipo SUV – MÍN 110 CV – PORTA-MALAS MÍN 390 L, por meio de adesão Ata de Registro de Preços nº 1369/2025 do Estado do Rio Grande do Sul, para atender as necessidades do Gabinete Municipal mediante Inexigibilidade.
EMPRESA(S) VENCEDORA(S): SAN MARINO VEÍCULOS LTDA, ITEM 1 VALOR TOTAL GERAL DE **R$ 118.790,00 (Cento e Dezoito Mil, Setecentos e Noventa Reais).**

REALEZA, AOS onze dias de agosto de 2026.

HELOISE GOMES DE MORAES
Pres. Comissão Licitações

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:ACA840E5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO - INEX. 19

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO INEXIGIBILIDADE N.º 19/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 94/2026

ABERTURA: DIA 11/08/2026 ÀS 13:00 HORAS.

OBJETO: Contratação da instância de governança regional do turismo Vales do Iguaçu para prestação de serviços de apoio técnico, articulação regional, planejamento e desenvolvimento das ações turísticas do município de Realeza/PR.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S): AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO SUDOESTE DO PARANÁ, ITEM 1, COM VALOR TOTAL GERAL DE **R$ 66.000,00 (Sessenta e Seis Mil Reais).**

REALEZA, AOS onze dias de agosto de 2026.

HELOISE GOMES DE MORAES
Pres. Comissão Licitações

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:46170687

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - INEX. 18

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de processo de inexigibilidade nº 18/2026, cujo objeto é a Adesão de Ata de Registro de Preço para Aquisição de Veiculo tipo SUV – MÍN 110 CV – PORTA-MALAS MÍN 390 L, por meio de adesão Ata de Registro de Preços nº 1369/2025 do Estado do Rio Grande do Sul, para atender as necessidades do Gabinete Municipal mediante Inexigibilidade, adjudicando em favor da mesma para que produza seus efeitos legais.

REALEZA, AOS onze dias de agosto de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:53C1660B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - INEX. 19

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de processo inexigibilidade nº 19/2026, cujo objeto é o Contratação da Instância de Governança Regional do Turismo Vales do Iguaçu para prestação de serviços de apoio técnico, articulação regional, planejamento e desenvolvimento das ações turísticas do Município de Realeza/PR, adjudicando em favor da mesma para que produza seus efeitos legais.

REALEZA, AOS onze dias de agosto de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:80544599

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 022/2026

PORTARIA Nº 022/2026

Concede diária ao Servidor que especifica e dá outras providências.

Marcos Antônio Valandro, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto na Lei 1.672, de 19 de março de 2020.

R E S O L V E:

CONCEDER diária a servidora conforme especificado abaixo:

DADOS	
NOME	Aline Cristina Valandro
CARGO	Diretora Administrativa e Financeira
LOTAÇÃO	Câmara Municipal de Vereadores de Renascença-PR
DADOS DA VIAGEM	
DATA DE INÍCIO DA VIAGEM	13 de agosto de 2026
DATA DE TÉRMINO DA VIAGEM	14 de agosto de 2026
DESTINO DA VIAGEM	Francisco Beltrão- Paraná
MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO	Veículo Particular
JUSTIFICATIVA DA VIAGEM	**Realização de Curso:** PROLEGIS-Governança e Desempenho nas Câmaras Municipais. **Local: Francisco Beltrão (presencial)** **Dias: 13 e 14 de agosto de 2026.**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA	R$ 125 sem pernoite
QUANTIDADE	02 (duas) sem pernoite
VALOR TOTAL A SER PAGO	R$ 250,00 duzentos e cinco reais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência da Câmara de Renascença, aos 11 dias do mês de agosto de 2026.

MARCOS ANTÔNIO VALANDRO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:3D64EF71

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 023/2026

PORTARIA Nº 023/2026

Concede diária ao Servidor que especifica e dá outras providências.

Marcos Antônio Valandro, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto na Lei 1.672, de 19 de março de 2020.

R E S O L V E:

CONCEDER diária a servidora conforme especificado abaixo:

DADOS	
NOME	Carlos Alberto Zanchet Viana
CARGO	Procurador Legislativo
LOTAÇÃO	Câmara Municipal de Vereadores de Renascença-PR
DADOS DA VIAGEM	
DATA DE INÍCIO DA VIAGEM	13 de agosto de 2026
DATA DE TÉRMINO DA VIAGEM	14 de agosto de 2026
DESTINO DA VIAGEM	Francisco Beltrão- Paraná
MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO	Veículo Particular
JUSTIFICATIVA DA VIAGEM	**Realização de Curso:** PROLEGIS-Governança e Desempenho nas Câmaras Municipais. **Local: Francisco Beltrão (presencial)** **Dias: 13 e 14 de agosto de 2026.**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA	R$ 125 sem pernoite
QUANTIDADE	02 (duas) sem pernoite
VALOR TOTAL A SER PAGO	R$ 250,00 duzentos e cinco reais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Renascença, aos 11 dias do mês de agosto de 2026.

MARCOS ANTÔNIO VALANDRO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:85487090

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 024/2026

PORTARIA Nº 024/2026

Concede diária ao Vereador que especifica e dá outras providências.

Marcos Antônio Valandro, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto na Lei 1.672, de 19 de março de 2020.

R E S O L V E:

CONCEDER diária ao vereador conforme especificado abaixo:

DADOS	
NOME	Marcos Antônio Valandro
CARGO	Vereador
LOTAÇÃO	Câmara Municipal de Vereadores de Renascença-PR
DADOS DA VIAGEM	
DATA DE INÍCIO DA VIAGEM	13 de agosto de 2026
DATA DE TÉRMINO DA VIAGEM	14 de agosto de 2026
DESTINO DA VIAGEM	Francisco Beltrão- Paraná
MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO	Veículo Particular
JUSTIFICATIVA DA VIAGEM	**Realização de Curso:** PROLEGIS-Governança e Desempenho nas Câmaras Municipais. **Local: Francisco Beltrão (presencial)** **Dias: 13 e 14 de agosto de 2026.**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA	R$ 125 sem pernoite
QUANTIDADE	02 (duas) sem pernoite
VALOR TOTAL A SER PAGO	R$ 250,00 duzentos e cinco reais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência da Câmara de Renascença, aos 11 dias do mês de agosto de 2026.

MARCOS ANTÔNIO VALANDRO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:BA68833E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2.744 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Altera a composição do Conselho de Desenvolvimento Municipal, nomeada pelo Decreto nº 2.586, de 10 de junho de 2025.

FABIELI MANFREDI, Prefeita Municipal de Renascença, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição dos representantes do Poder Executivo Municipal no Conselho de Desenvolvimento Municipal de Renascença, nomeados pelo Decreto nº 2.586, de 10 de junho de 2025, mediante as seguintes substituições:
I – a servidora Rafaeli Rachurat, anteriormente nomeada como membro titular, fica substituída, nessa condição, pelo servidor Vanderson Rodrigo Zanini;
II – a servidora Deise Martinello, anteriormente nomeada como membro suplente, fica substituída, nessa condição, pela servidora Rafaeli Rachurat.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:E687B40D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 020/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 095/2026

Em análise ao processo de **Inexigibilidade nº 020/2026**, de 11 de agosto de 2026, atendendo solicitação da **Secretaria Municipal de Finanças,** no uso de suas atribuições a **Sra. Fabieli Manfredi,** Prefeita Municipal de Renascença – Pr, **HOMOLOGA** o procedimento com amparo na Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 107 da Lei 14133/21.
PERÍODO DE EXECUÇÃO: A vigência da contratação será de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
VALOR DO CONTRATO – R$ 2.290,00 (dois mil duzentos e noventa reais).

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviço de Capacitação com o tema "Elaboração da LOA 2027", para atender as demandas da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Renascença / PR**.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, inciso III, da Lei Federal 14.133/21.
CONTRATADO: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLIICA LTDA, CNPJ/MF nº 32.651.451/0001-85, com sede à Rua Minas Gerais, nº 1391, Ed. Ellon, 5º Andar, Sala 502, Bairro Nossa Senhora Aparecida, cidade de Francisco Beltrão, estado do Paraná.
CONTRATANTE: Município de Renascença – PR.
Renascença – Pr, 11 de agosto de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:7359AF37

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 095 DE 06 DE JUNHO DE 2022 EDITAL Nº 206 DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Convocar a candidata aprovada em Concurso Público.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1098 de 09.12.2009 e Lei Municipal nº 1781 de 18.03.2022,
R E S O L V E:

Art. 1º - Convocar a candidata abaixo relacionado, aprovada e classificada dentro do número de vagas abertas através do Edital de Concurso Público nº 095/2022 de 06 de junho de 2022, para que compareça na Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença, até o dia **26 de agosto de 2026**, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, para apresentação da documentação relacionada neste Edital.

Cargo: Assistente Social

Ordem de Classificação	Nome do(a) Candidato(a)	Data de Nascimento	Pontuação Final
16º	LUCAS PEDRO TRENTO	21/08/1998	58.50

Art. 2º - O convocado, no ato do comparecimento, deverá apresentar:
§ 1º - Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
I – Cédula de Identidade
II – CPF
III – Título de Eleitor
IV – Carteira de Trabalho
V – Número de Inscrição no PIS/PASEP
VI – Certidão de nascimento/casamento
VII – Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos e CPF dos dependentes (conjugue, companheiro (a), filhos (as), etc..)
VIII – Comprovante oficial de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta,
IX – Comprovante de escolaridade exigida para o cargo
X – Comprovante de residência
XI- Carteira de Reservista se do sexo masculino

§ 2º - Originais dos documentos relacionados a seguir:
I – 01 foto 3X4 recente
II – Declaração de acúmulo de cargo, em formulário próprio, fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos de que não acumula cargo, emprego ou função pública, nem recebe benefício proveniente de RGPS ou RPPS.
III – no caso de acúmulo legal (conforme o que é contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal e no artigo 27, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná), à declaração mencionada no Inciso II, deve ser anexado documento de carga horária semanal de trabalho, com informação dos horários e distribuição de atividades emitido pelo respectivo órgão.
IV – Declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.
V – Atestado de saúde ocupacional, a ser emitido por Médico indicado pelo Município.
VI - Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelos cartórios judiciais federal e estadual do domicilio onde a candidata tenha residido nos últimos cinco anos (expedida, no máximo, há três meses de sua apresentação).
VII – Certidão de quitação eleitoral.

§ 3º - As declarações a que se referem os Incisos II e III do § 2º deste artigo, deverão ser assinadas no Departamento de RH até o momento da assinatura do termo de posse, sob pena da nomeação se tornar sem efeito.

Art. 3º - No ato da apresentação dos documentos a que se refere o Artigo 2º deste Edital, o candidato recebera uma guia de encaminhamento para a realização do Exame Clínico, com a informação do local e horário do exame.

Art. 4º - O não comparecimento do candidato convocado por este Edital até o prazo de 26 de agosto de 2026 resultará em perda automática da vaga.

Art.5° - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:95FD50B8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 265 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Prorroga licença para tratamento de saúde a servidoraCerli Tesker Antunes.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 68, item I, da Lei Municipal Complementar nº 016 de 10 de agosto de 2015,

R E S O L V E:
Prorroga licença para tratamento de saúde a servidora **Cerli Tesker Antunes,** matrícula nº 93851**, Professora com Licenciatura Plena e Pós-Graduação,** vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 05 de agosto de 2026 a 02 de dezembro de 2026.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 05 de agosto de 2026.

Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:638F668E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 266 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora Elizabete Aparecida Nicaloski Ferreira Paz.

Fabieli Manfedi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 68, item I, da Lei Municipal Complementar nº 016 de 10 de agosto de 2015,

RESOLVE:

Concede licença para tratamento de saúde a servidora **Elizabete Aparecida Nicaloski Ferreira Paz.,** matrícula nº 65801**, Professora com Licenciatura Plena e Pós-Graduação,** vinculada à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, no período de 06 de agosto de 2026 à 04 de outubro de 2026.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a dia 06 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:A5F90CC8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 267 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Concede licença para tratamento de saúde a servidora Veronice Ruaro.

Fabieli Manfedi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 68, item I, da Lei Municipal Complementar nº 016 de 10 de agosto de 2015,

RESOLVE:

Concede licença para tratamento de saúde a servidora **Veronice Ruaro,** matrícula nº 106181**, Professora com Licenciatura Plena e Pós-Graduação,** vinculada à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, no período de 05 de agosto de 2026 à 03 de setembro de 2026.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a dia 05 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:9BA2E8E0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 268 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Exonera a servidora Bruna Rizzo, do cargo de Diretora do Departamento de Agropecuária e nomeia ao cargo de Diretora do Departamento de Meio Ambiente.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º **EXONERAR**, a conta desta data, a servidora **Bruna Rizzo**, do cargo em comissão de **Diretora do Departamento de Agropecuária**, Nível CC-15, vinculada à Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

Art. 2. **NOMEAR**, na mesma data e em ato contínuo e ininterrupto ao da exoneração, a mesma servidora, **Bruna Rizzo**, para o cargo em comissão de **Diretora do Departamento de Meio Ambiente**, Nível CC-15, vinculada à Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, a partir desta data.

Art. 3º. Para todos os efeitos legais, e em estrita observância ao disposto no § 2º o artigo 28 da Lei Complementar Municipal nº 016, de 10 de agosto de 2015, a transição de cargos de que trata esta Portaria ocorre sem solução de continuidade, garantindo que a relação jurídica da servidora com o Município de Renascença seja considerada ininterrupta.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:8A8ECBFF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - RESOLUÇÃO Nº03/2026

COMDICARI
RESOLUÇÃO Nº 03/2026

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições conferidas pela **Lei Federal nº 8.069**, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e através da **Lei Municipal n° 029/1997**, de 12 de agosto de 1.997 e alterações posteriores;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o qual prevê como dever "da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão".
DELIBERA:
Art. 1º – Aprovar O Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente Reserva do Iguaçu- Paraná para o período de 2024 a 2034 apresentadas pelos técnicos da Assistência Social, O qual foi aprovado por unanimidade por este conselho.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação Reserva do Iguaçu, 11 de agosto de 2.026.

BRUNA RIBEIRO FREIRE
Presidente

Publicado por:
Jumara Regina de Oliveira Dallagnol
Código Identificador:9304962C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO 132/2026 - ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO PME

DECRETO Nº 132/2026

SÚMULA: ALTERA O ART. 2º DO DECRETO Nº 65/2026, QUE NOMEIA A COMISSÃO GESTORA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RESERVA DO IGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, Vitorio Antunes de Paula, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 65/2026 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º A Comissão será composta sob a presidência da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com os seguintes membros:
I – Representantes da Secretaria Municipal da Educação e Cultura:
a) Presidente: **Daniele Cristina Caldas** – Secretária Municipal de Educação e Cultura;
b) Vice-presidente: **Luciane Ap Mendes Balcota**;
c) Secretária Executiva: **Marcia Malage** – Assessora da Secretaria Municipal de Educação;
II – Representantes do Conselho Municipal de Educação:
Titular: Janette Vernier dos Santos;
Suplente: Claudia Mara Hammel;
III – Representantes do Conselho Municipal do FUNDEB:
Titular: Marilucia da Silva Machado;
Suplente: Gleide Marisa Araujo;
IV – Representantes do Conselho Municipal de Alimentação Escolar:
Titular: Danieli Conrado;
Suplente: Vanessa Camargo Antunes;
V – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Luan Alves Fernandes;
Suplente: Adriane Giaretta Pagnoncelli;
VI – Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Vanessa Correia;
Suplente: Jumara Regina Dallagnol;
VII – Representantes da Sociedade Civil Organizada:
Titular: Leônidas Melo;
Suplente: Nilson Lopes;
VIII – Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA:
Titular: Bruna Freire Ribeiro;
Suplente: Eliane Aparecida Camargo Caldas."

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 65/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, 10 de Agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:7473C6BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DECRETO 133/2026

SÚMULA: REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RESERVA DO IGUAÇU E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, Vitorio Antunes de Paula, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Regulamenta Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente de Reserva do Iguaçu de Reserva do Iguaçu, pela Lei 029/1997, a partir da data de criação do CNPJ 11.776.691/0001-36, passou a fazer parte do orçamento da Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º Caberá a Secretaria de Assistência Social gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente de Reserva do Iguaçu, sob orientação, deliberação e análise do Conselho Municipal dos direitos da Criança e do adolescente de Reserva do Iguaçu, cabendo ao titular da Secretaria a execução financeira e prestação de contas.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua criação, revogando-se disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, 11 de agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jumara Regina de Oliveira Dallagnol
Código Identificador:A7C56962

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 184/2025 - DISPENSA N.º 011/2025

EXTRATO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR

CONTRATANTE: O**MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU**, pessoa juridica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.612.911/0001-32, com endereço à Avenida 04 de Setembro, n.º 614, Bairro Centro, cidade de Reserva do Iguaçu/PR.
CONTRATADO: A empresa **LUIZ FELIPE VIEIRA RESTAURANTE E LANCHONETE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 37.139.316/0001-79, com endereço à Rua Eugênio Caldas, s/n.º, Centro, cidade de Reserva do Iguaçu/PR.
LICITAÇÃO: ARP N.º 184/2025 – DISPENSA N.º 011/2025.
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO, REAJUSTE DE VALOR, E O REESTABELECIMENTO DO QUANTITATIVO INICIAL da Ata Registro de Preços n.º 184/2025, oriunda da Dispensa n.º 011/2025, cujo objeto contratual o: **"REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR PARA FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK PARA OS EVENTOS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA".**
VALOR TOTAL: R$ 62.832,00 (Sessenta e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: De 19 de agosto de 2026 à 19 de agosto de 2027.
DATA DE ASSINATURA:11 de agosto de 2026.

Reserva do Iguaçu, 11 de agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:A4737818

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR - CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 211/2022 - TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2022.

EXTRATO TERMO ADITIVO
DE PRAZO E VALOR

CONTRATANTE:O **MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.612.911/0001-32, com endereço à Avenida 04 de Setembro, nº. 614, Centro, cidade de Reserva do Iguaçu/PR.
CONTRATADO: A empresa **J.I. INFORMÁTICA EIRELI-EPP,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.273.689/0001-77, com endereço na Rua Alcione Bastos, n.º 1473 - sala 02, Bairro Alto da XV, cidade de Guarapuava/PR.
LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2022 – CONTRATO N.º 211/2022.
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO, REAJUSTE DE VALOR, E O REESTABELECIMENTO DO QUANTITATIVO do Contrato Administrativo n.º 211/2022, oriundo da Tomada de Preços n.º 003/2022, cujo objeto contratual a: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE, DOS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, PARA ATENDIMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL".**
VALOR TOTAL: R$ 255.821,05 (Duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e vinte um reais e cinco centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: De 31 de agosto de 2026 à 31 de agosto de 2027.
DATA DE ASSINATURA:11 de agosto de 2026.

Reserva do Iguaçu, 11 de agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:339D2F97

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
LEI 1365/2026 - JUSTO VALOR REURB

LEI Nº 1365/2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA APURAÇÃO E COBRANÇA DO JUSTO VALOR DA UNIDADE IMOBILIÁRIA NO ÂMBITO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE ESPECÍFICO – REURB-E, NO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu Vitório Antunes de Paula, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece os critérios para apuração e cobrança do justo valor da unidade imobiliária nos processos de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico – REURB-E, promovidos pelo Município de Reserva do Iguaçu, nos termos da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se justo valor o valor devido pelo particular para a aquisição de direitos reais sobre imóvel público municipal objeto de regularização fundiária na modalidade REURB-E.

Art. 3º O justo valor da unidade imobiliária regularizada será apurado com base nos seguintes critérios:
I – o valor do metro quadrado do terreno, conforme estabelecido na Planta Genérica de Valores – PGV vigente no Município de Reserva do Iguaçu;
II – a aplicação do percentual de 3% (três por cento) sobre o valor do metro quadrado referido no inciso I;
III – a multiplicação do valor resultante pela área total do imóvel, em metros quadrados, objeto da regularização.
§ 1º A metodologia de cálculo do justo valor observará a seguinte fórmula:
JV = (PGV × 3%) × m²
Onde:
I – JV = justo valor da unidade imobiliária;
II – PGV = valor do metro quadrado do terreno constante da Planta Genérica de Valores;
III – m² = área total do imóvel regularizado.
§ 2º Para fins de apuração do justo valor, não serão consideradas as acessões, benfeitorias ou edificações realizadas pelo ocupante, nem eventual valorização decorrente de investimentos públicos ou privados posteriores à ocupação.

Art. 4º O justo valor apurado poderá ser pago:
I – à vista, hipótese em que poderá ser concedido desconto de até 10% (dez por cento), conforme regulamento;
II – de forma parcelada, em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, mediante instrumento próprio de arrecadação municipal.
§ 1º O parcelamento ficará condicionado à formalização de termo de confissão de dívida.
§ 2º O atraso no pagamento das parcelas sujeitará o devedor aos acréscimos legais previstos na legislação tributária municipal, no que couber.

Art. 5º O pagamento integral do justo valor constitui condição indispensável para:
I – a expedição do título de legitimação fundiária ou do título de domínio;
II – o registro do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis competente.

Art. 6º Os casos omissos e as situações específicas serão regulamentados por ato do Poder Executivo Municipal, observado o disposto na legislação federal pertinente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Reserva do Iguaçu, em 11 de Agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:2B5C3CA4

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
LEI 1366/2026 - REFIS 2026

LEI Nº 1366/2026

SÚMULA: INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL MUNICIPAL – REFIS 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu Vitório Antunes de Paula, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) 2026 do Município de Reserva do Iguaçu, com a finalidade de promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, devidos até o dia 31 de dezembro de 2025, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, com parcelamento em curso ou não, de acordo com as disposições constantes no Código Tributário Municipal.

Art. 2º A opção pelo REFIS deverá ser formalizada até 31 de dezembro de 2026, através da assinatura do Termo de Adesão junto à Tributação Municipal.

Art. 3º Os débitos apurados poderão ser pagos à vista ou parcelados, até as datas fixadas, sendo sempre devidos o valor principal e a atualização monetária.
I – para adesão ao programa mediante pagamento em parcela única, o desconto será de 100% (cem por cento) em multa e juros moratórios;
II – para adesão ao programa mediante pagamento em até 03 (três) vezes, o desconto será de 90% (noventa por cento) em multa e juros moratórios;
III – para adesão ao programa mediante pagamento em até 06 (seis) vezes, o desconto será de 80% (oitenta por cento) em multa e juros moratórios.
Parágrafo único. O pagamento de que trata o caput deste artigo, a parcela não poderá ser inferior a 0,50 UFM – Unidade Fiscal Municipal.

Art. 4º A opção pelo REFIS considera-se consolidada quando ocorre o pagamento da primeira parcela e, ainda, após formalizado e assinado o Termo de Acordo e Confissão de Parcelamento do Crédito Tributário em que contenha o valor da dívida, nos termos da lei vigente, e sua discriminação por exercício, ou por espécie.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1.304/2025.

Gabinete do Prefeito de Reserva do Iguaçu, em 11 de Agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:840EB79C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
LEI 1367/2026 - PROGRAMA CASA FÁCIL

LEI Nº 1367/2026

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA CASA FÁCIL PARANÁ, A FIRMAR CONVÊNIOS, CONCEDER INCENTIVOS FISCAIS, APORTAR RECURSOS, EXECUTAR AÇÕES NECESSÁRIAS À IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL E REALIZAR A TITULAÇÃO AOS BENEFICIÁRIOS FINAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu Vitório Antunes de Paula, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aderir ao Programa Casa Fácil Paraná, podendo firmar convênios, parcerias e demais instrumentos congêneres com o Estado do Paraná, por meio da COHAPAR, bem como com outros entes públicos ou privados, visando à implantação de empreendimentos habitacionais de interesse social.
§1º Fica autorizado o Município a disponibilizar áreas de sua propriedade, devidamente regularizadas, livres e desembaraçadas de ônus, para implantação dos empreendimentos.
§2º Para fins do disposto neste artigo, poderá o Município promover o parcelamento do solo, registro do loteamento e demais atos necessários à regularização fundiária.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aportar recursos financeiros, bens ou serviços necessários à viabilização e complementação dos empreendimentos habitacionais vinculados ao Programa, bem como a receber, gerir e aplicar recursos provenientes de convênios, observada a legislação vigente.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover:
I – a transferência gratuita dos imóveis aos beneficiários finais;
II – o registro, a individualização e a regularização das matrículas;
III – a instituição de cláusula de inalienabilidade, quando aplicável, conforme diretrizes do Programa.
Parágrafo único. A seleção dos beneficiários observará os critérios estabelecidos pelo Programa Casa Fácil Paraná, pela legislação estadual aplicável e, subsidiariamente, pela legislação municipal.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, exclusivamente para empreendimentos vinculados ao Programa Casa Fácil Paraná:
I – isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU incidente sobre as áreas destinadas à implantação dos empreendimentos, até a conclusão das obras;
II – isenção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI na primeira transferência ao beneficiário final;
III – isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente sobre a execução das obras;
IV – isenção de taxas municipais relacionadas à aprovação de projetos, licenciamento, alvarás e habite-se.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar, custear ou viabilizar a infraestrutura necessária aos empreendimentos, incluindo:
I – redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
II – drenagem pluvial e pavimentação;
III – energia elétrica e iluminação pública;
IV – acessos e demais itens indispensáveis à habitabilidade.

Art. 6º Compete ao Município adotar as medidas administrativas, técnicas e legais necessárias à implantação dos empreendimentos, incluindo a elaboração de projetos, obtenção de licenças, contratação e fiscalização das obras, observado o disposto na legislação aplicável.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Reserva do Iguaçu, em 11 de Agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:E554CD24

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
PORTARIA 49/2026 - ALTERA MEBROS FÓRUM DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N° 49/2026

SÚMULA: ALTERA OS MEMBROS DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU - PRE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o disposto no Decreto Municipal nº 62/2026, que institui o Fórum Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1° Altera os membros que compõe o Fórum Municipal de Educação de Reserva do Iguaçu, instância permanente de participação social responsável pelo acompanhamento das políticas educacionais no município e pelo monitoramento do Plano Municipal de Educação, que será composto pelos seguintes representantes:
I - Secretaria Municipal de Educação
Titular: Leônidas Melo Santos
Suplente: Clarice Calixtro da Silva Ortiz

II - Conselho Municipal de Educação
Titular: Claudia Mara Hammel

Suplente: Josiane Aparecida Brazil

III - Diretores das Escolas da Rede Municipal de Ensino
Titular: Danieli Conrado
Suplente: Matheus Ochiovi

IV - Professores da Rede Municipal de Ensino
Titular: Josielly Lima Baitel
Suplente: Lucia Helena Santos Soares

V - Profissionais da Educação
Titular: Bernadete Furlan
Suplente: Maria Luiza Silva Oliveira Bueno

VI - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB
Titular: Gleide Marisa de Araújo
Suplente: Nice Aparecida Moraes Monteiro

VII - Câmara Municipal de Vereadores
Titular: Jussara Macedo de Matos
Suplente: Raquel de Oliveira Szepainski

VIII - Representantes de Pais ou Responsáveis
Titular: Jessica Gonçalves Pereira
Suplente: Emily Daniele Machado de Lima

IX - Representantes Conselho Tutelar
Titular: Talita Siqueira Lima
Suplente: Jocelem Maria Santos

X - Representantes do Centro Municipal de Educação Especializada
Titular: Maria Teresinha Rodrigues Siqueira
Suplente: Joel Domingues do Amaral

XI - Representantes do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente
Titular: Bruna Ribeiro Freire
Suplente: Eliane Aparecida Camargo Caldas

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Reserva do Iguaçu, em 10 de Agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:AB448C2C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
02º EXTRATO DE TERMO ADITIVO REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº05/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
02º EXTRATO DE TERMO ADITIVO
REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº05/2026
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL e **FUNDACAO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE**
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente termo aditivo o acréscimo de 19,62% do contrato**.**
CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO
Fica acrescido em 19,62% o valor contratual do contrato 05/2026, com fundamento no art. 125 da Lei 14.133/2021.
Em consequência da alteração, será acrescido ao valor do contrato o montante de R$21.910,00

ASSINATURA: 10/08/2026.
FORO: Comarca de Rebouças

(A) LEANDRO JASINSKI -
Prefeito Municipal

(A) PAULO SERGIO SYRITIUK -
Representante

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:D26C6C1F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 77/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra retificado o Pregão ELETRÔNICO, nº. 77/2026, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 26 de agosto de 2026, às 08 Hr 30 min, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, BEM COMO ITENS REMANESCENTES DE PROCESSOS LICITATÓRIOS ANTERIORES QUE RESTARAM DESERTOS E/OU FRACASSADOS, INCLUINDO MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO E CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL/. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá até às 08 hr 29 min do dia 26/08/2026, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 26/08/2026. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 11 de agosto de 2026.

Rio Azul, 11 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:96A9B21A

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 165/2026

DECRETO Nº 165/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de compor a Comissão Municipal Fiscalizadora dos Faxinais:

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a **Comissão Municipal Fiscalizadora dos Faxinais**, com a competência de efetivar a gestão participativa do território sob o qual incidem os acordos comunitários:

I – Airton Rigo Moretto – Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
II - Odair José Amorim – Técnico Florestal da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
III - Acir de Andrade – Faxinalense do Taquari;
IV – Anderson Emanuel de Andrade – Faxinalense do Taquari;
V – Vitor Iankoski– Faxinalense do Lageado dos Mellos;

VI – Patrícia Aparecida Sotoski – Faxinalense do Lageado dos Mellos;
VII - Francisco de Lara – Faxinalense de Água Quente dos Meiras
VIII - Renato de Lara Lima – Representante da área de ampliação do Faxinal de Água Quente dos Meiras.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ficando revogado o Decreto nº 68/2019.
Gabinete do Prefeito Municipal.

Rio Azul-PR, 11 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:0A2642D7

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 94/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: ADRIELY RODRIGUES ALBIN
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 11/08/2026 e termo final em 10/08/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
ADRIELY RODRIGUES ALBIN
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:0DA911A0

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 53/2025
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: LUCAS LOPES NEPOMOCENO
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a prorrogação de vigência do contrato até 10 de agosto de 2027, nos termos do art. 7º, da Lei nº 1.186/2024.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato originário que não tenham sido modificadas.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
LUCAS LOPES NEPOMOCENO
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:AC96FE3B

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 54/2025
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: VANILDA DE LIMA GALVÃO
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a prorrogação de vigência do contrato até 08 de novembro de 2026, nos termos do art. 7º, da Lei nº 1.186/2024.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato originário que não tenham sido modificadas.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
VANILDA DE LIMA GALVÃO
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:4E4F0DAA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

CÂMARA MUN. DE RIO BRANCO DO IVAÍ
ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
art. 72, parágrafo único, c/c art. 75, II, e art. 95, caput, da Lei nº 14.133/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº09/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026
OBJETO: Aquisição de 01 (um) bebedouro industrial de bancada, com filtro, destinado às dependências da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, com dispensa de instrumento contratual, substituído por nota de empenho.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento no art. 72, parágrafo único, combinado com o art. 75, inciso II, e com o art. 95, caput, da Lei nº 14.133/2021, e na Resolução nº 02/2024 desta Casa Legislativa;
CONSIDERANDO a instrução do processo administrativo em epígrafe pela Comissão de Licitação, na forma do art. 4º, § 2º, da Resolução nº 02/2024;
CONSIDERANDO que o valor total estimado da aquisição, tem uma média aritmética de R$ 2.651,67 (dois mil, seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos), situa-se abaixo do limite previsto no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, atualizado para o exercício de 2026 pelo Decreto Federal nº 12.807/2025;
CONSIDERANDO tratar-se de compra com entrega imediata e integral do bem, da qual não resultam obrigações futuras de prestação de serviço continuado, subsistindo apenas a garantia mínima de 12 (doze) meses e a assistência técnica correlata, inerentes ao produto, autorizando a dispensa do instrumento contratual formal, nos termos do art. 95, caput, da Lei nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO a pesquisa de preços e a justificativa da escolha do fornecedor constantes dos autos;
CONSIDERANDO o parecer jurídico que se manifestou pela regularidade jurídico-formal do procedimento;
RESOLVE:
I. RATIFICAR a dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, para a aquisição de 01 (um) bebedouro industrial de bancada, com filtro, junto à empresa Eurofel, Comércio e Assistência Técnica de Bebedouros de Água, inscrita no CNPJ sob o nº 02.640.962/0001-30, pelo valor total de R$ 2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa reais), com entrega imediata e integral do bem;
II. DETERMINAR a dispensa do instrumento contratual formal, substituído por nota de empenho, nos termos do art. 95, caput, da Lei nº 14.133/2021;
III. DETERMINAR a publicação do presente ato e do extrato da nota de empenho na forma do art. 36 da Resolução nº 02/2024, mediante publicação no Boletim Oficial do Município e disponibilização no Portal da Transparência da Câmara e a adoção das demais providências necessárias.

Rio Branco do Ivaí/PR, 05 de agosto de 2026.

JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí

Publicado por:
Daiane Chevonica Martins de Souza
Código Identificador:E847848F

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 218/2026- RH

PORTARIA Nº. 218 /2026

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER 60 (sessenta) dias de LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE a Sra. ANDRIELE DOS SANTOS, servidora efetivo desta municipalidade, lotado no cargo de GARI, conforme Artigo 82 e 89 da Lei Municipal nº 007/97(REGIME JURÍDICO), com inicio no dia 22 de Julho de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições ao contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 10 dias do mês de Agosto de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:7DFB5CF5

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 219/2026- RH

PORTARIA Nº. 219 /2026

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER 60 (sessenta) dias de LICENÇA MATERNIDADE a Sra. JESSICA NEGRI DOS SANTOS, servidora efetivo desta municipalidade, lotado no cargo de PROFESSOR, conforme Artigo 82 e 89 da Lei Municipal nº 007/97(REGIME JURÍDICO), com inicio no dia 05 de Agosto de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições ao contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de Agosto de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:A79A12C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.683/2026

"Dispõe sobre nomeação de servidor na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base do disposto na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.540, de 19 de dezembro de 2025,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada **ALIAN DIAS DAS NEVES,** portadora do CPF n° 054.XXX.XXX-XX para exercer o cargo de Gerente de Atividades Administrativas, simbologia DAI-4, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a partir de 10 de agosto de 2026.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 10 de agosto de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:7781024B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.685/2026

"Exonera detentores de cargo efetivo da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul e dá outras providências."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base do disposto na Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1° Fica exonerada a pedido, a partir de 10 de agosto de 2026, a servidora **JOCEANE MATOSO DE BARROS**, portadora da matrícula funcional 37501, do cargo de Agente de Manutenção, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, pertencente ao quadro único de pessoal efetivo da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul.

Art. 2º Em consonância com o disposto no inciso I, do Art. 49, da Lei Municipal n.° 465/1997, fica declarada a vacância do cargo descrito no Art. 1° deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 11 de agosto de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:B2F37A47

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.686/2026

"Dispõe sobre exonerações de servidores na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base do disposto na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.540, de 19 de dezembro de 2025,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 10 de agosto de 2026, do cargo de Gerente de Atividades Administrativas, o servidor **LUIS CARLOS LEMES DA ROSA**, com matrícula funcional n° 50861, nomeado através do Decreto n° 7.683/2025, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 11de agosto de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:45D0BB05

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 044/2026

"Dispõe sobre cancelamento de concessões de fruições de férias para os servidores do Município de Rio Branco do Sul."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base do disposto na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1° CANCELAR a concessão de férias contida na linha nº 37 do ANEXO ÚNICO da Portaria nº 020/2026 publicado no dia 23 de abril de 2026, sob edição 3515b do Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 11 de agosto de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:2321E37D

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
1º ADITAMENTO PROCESSO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 002/2026

Contrato: 026/2025. **Modalidade:** Concorrência Eletrônica 002/2026. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para a execução de obras voltadas à promoção da acessibilidade em residências de famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Rio Branco do Sul. **Dispositivo Legal:** Lei nº 14.133/21. **Contratado:** Camargo E Camargo Construções E Serviços LTDA. **Valor do aditamento:** Permanece Inalterado. **Motivo:** Prorrogar o prazo por 180 dias. **Prazo de Execução:** 01/09/2026 a 28/02/2027. **Vigência:** 30/06/2027. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação. **Fiscal de Contrato**: Nicolas Marques De Oliveira. **Data da ratificação:** 11/08/2026.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:F1FAFAEA

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO – PROTOCOLO N.º 10326/2026

Com base no **Credenciamento n.º 011/2026 (Inexigibilidade n.º 045/2026),** que tem por objeto **"**Credenciamento de pessoas jurídicas para a contratação de serviço complementar de saúde para categoria de Médico Generalista, Médico Ginecologista, Médico Psiquiatra, Médico Ultrassonografista, Enfermeiro, Cirurgião Dentista, Farmacêutico e Técnico de Enfermagem.**"**, a Comissão Especial de Credenciamento, instituída pelo Decreto Municipal n.º 8.555/2026, no uso das suas atribuições legais, torna público o **DEFERIMENTO** do pedido protocolado sob **nº 10326/2026**, pela empresa **AHAPS SAUDE LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **35.740.942/0001-90**, restando credenciada para a prestação de serviços conforme as especificações, quantitativos e condições contidas no edital (disponível no site www.riobrancodosul.pr.gov.br, link Portal da Transparência - Licitação). **Prazo de Vigência:** 05/08/2026 até 25/06/2027. **Responsável:** Gizele Aparecida Cordeiro de Lara. **Valor Total**: 3.893.091,84 (valor este que se refere a todas as empresas que se credenciarem, e não a cada uma isoladamente). **Data de Deferimento:** 05/08/2026.

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:FE65D73B

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO – PROTOCOLO N.º 10750/2026

Com base no **Credenciamento n.º 011/2026 (Inexigibilidade n.º 045/2026),** que tem por objeto **"**Credenciamento de pessoas jurídicas para a contratação de serviço complementar de saúde para categoria de Médico Generalista, Médico Ginecologista, Médico Psiquiatra, Médico Ultrassonografista, Enfermeiro, Cirurgião Dentista, Farmacêutico e Técnico de Enfermagem.**"**, a Comissão Especial de Credenciamento, instituída pelo Decreto Municipal n.º 8.555/2026, no uso das suas atribuições legais, torna público o **DEFERIMENTO** do pedido protocolado sob **nº 10750/2026**, pela empresa **H.C. ANJOS DE PLANTAO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **52.681.545/0001-04**, restando credenciada para a prestação de serviços conforme as especificações, quantitativos e condições contidas no edital (disponível no site www.riobrancodosul.pr.gov.br, link Portal da Transparência - Licitação). **Prazo de Vigência:** 11/08/2026 até 25/06/2027. **Responsável:** Gizele Aparecida Cordeiro de Lara. **Valor Total**: 3.893.091,84 (valor este que se refere a todas as empresas que se credenciarem, e não a cada uma isoladamente). **Data de Deferimento:** 11/08/2026

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:7DAFA3FB

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO – PROTOCOLO N.º 10872/2026

Com base no **Credenciamento n.º 011/2026 (Inexigibilidade n.º 045/2026),** que tem por objeto **"**Credenciamento de pessoas jurídicas para a contratação de serviço complementar de saúde para categoria de Médico Generalista, Médico Ginecologista, Médico Psiquiatra, Médico Ultrassonografista, Enfermeiro, Cirurgião Dentista, Farmacêutico e Técnico de Enfermagem.**"**, a Comissão Especial de

Credenciamento, instituída pelo Decreto Municipal n.º 8.555/2026, no uso das suas atribuições legais, torna público o **DEFERIMENTO** do pedido protocolado sob **nº 10872/2026**, pela empresa **EQUIPE GESTÃO EM SAÚDE LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **46.602.691/0001-02**, restando credenciada para a prestação de serviços conforme as especificações, quantitativos e condições contidas no edital (disponível no site www.riobrancodosul.pr.gov.br, link Portal da Transparência - Licitação). **Prazo de Vigência:** 29/07/2026 até 25/06/2027. **Responsável:** Gizele Aparecida Cordeiro de Lara. **Valor Total**: 3.893.091,84 (valor este que se refere a todas as empresas que se credenciarem, e não a cada uma isoladamente). **Data de Deferimento:** 29/07/2026

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:1C477A9A

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO – PROTOCOLO N.º 10896/2026

Com base no **Credenciamento n.º 011/2026 (Inexigibilidade n.º 045/2026),** que tem por objeto **"**Credenciamento de pessoas jurídicas para a contratação de serviço complementar de saúde para categoria de Médico Generalista, Médico Ginecologista, Médico Psiquiatra, Médico Ultrassonografista, Enfermeiro, Cirurgião Dentista, Farmacêutico e Técnico de Enfermagem.**"**, a Comissão Especial de Credenciamento, instituída pelo Decreto Municipal n.º 8.555/2026, no uso das suas atribuições legais, torna público o **DEFERIMENTO** do pedido protocolado sob **nº 10896/2026**, pela empresa **MEDCONNECT LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **63.324.632/0001-20**, restando credenciada para a prestação de serviços conforme as especificações, quantitativos e condições contidas no edital (disponível no site www.riobrancodosul.pr.gov.br, link Portal da Transparência - Licitação). **Prazo de Vigência:** 07/08/2026 até 25/06/2027. **Responsável:** Gizele Aparecida Cordeiro de Lara. **Valor Total**: 3.893.091,84 (valor este que se refere a todas as empresas que se credenciarem, e não a cada uma isoladamente). **Data de Deferimento:** 07/08/2026.

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:85BFDF3A

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO – PROTOCOLO N.º 4524/2026

Com base no **Credenciamento n.º 004/2026 (Inexigibilidade n.º 006/2026),** que tem por objeto **"**Credenciamento de Empresas para Prestação de Serviços de Borracharia**"**, a Comissão Especial de Credenciamento, instituída pelo Decreto Municipal n.º 8.307/2026, no uso das suas atribuições legais, torna público o **DEFERIMENTO** do pedido protocolado sob **nº 4524/2026**, pela empresa **VANDERSON CALEBE CARDOSO DE CRISTO EIRELI** – inscrita no CNPJ **nº 11.072.688/0001-31**, restando credenciada para a prestação de serviços conforme as especificações, quantitativos e condições contidas no edital (disponível no site www.riobrancodosul.pr.gov.br, link Portal da Transparência - Licitação). **Prazo de Vigência:** 05/08/2026 até 03/08/2028. **Responsável:** Juarez Marcos de Carvalho. **Valor Total**: R$ 1.147.521,00 (valor este que se refere a todas as empresas que se credenciarem, e não a cada uma isoladamente). **Data de Deferimento:** 05/08/2026.

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:3F165AD2

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DE HABILITAÇÃO DE LICITANTES PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

A Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, através do Agente de Contratação designado pelo Decreto nº 8.513/2026, tendo em vista o que consta do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto a **"**Aquisição de tecidos, fios e aviamentos para serem utilizados nos diversos Eventos realizados pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED.**"** leva ao conhecimento dos interessados o licitante declarado habilitado, sendo-lhe adjudicado o objeto, conforme abaixo relacionado:

Empresa habilitada:
BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS LTDA para os lotes 1 e 2.

PAPELARIA WOSCH LTDA para o lote 3.

LOTE	Descrição do Objeto	Qtd	Valor estimado (R$)
1	TECIDOS	01	R$ 29.998,11
2	AVIAMENTOS	01	R$ 8.499,12
3	FIOS E LINHAS	01	R$ 2.579,20
TOTAL			R$41.076,43

Valor Máximo para a contratação **R$41.076,43 (Quarenta e um mil e setenta e seis reais e quarenta e três centavos).**
Vistas do processo poderão ser obtidas perante o próprio Agente de Contratação/Equipe de Apoio, em dias de expediente normal, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Rio Branco do Sul, 11 de Agosto de 2026.

ARION LUCAS DE SOUZA DE CRISTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:9930A3FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS - EXONERAÇÃO

CONTRATO TEMPORÁRIO N° 081/2026
PSS 001/2026 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul
CONTRATADO: **KELEN TARTAIA**
CPF: 088.XXX.XXX-XX
OBJETO: Prestação de serviço por tempo determinado
CARGO: Educador Social
DATA DA EXONERAÇÃO: 10/08/2026

Rio Branco do Sul,11 de agosto de 2026.

WELINTON SALES DE LARA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:7BA6E50A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EXONERAÇÃO

EXTRATO DE EXONERAÇÃO N.º 090/2026
PSS 002/2023– Secretaria Municipal de Saúde
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul
CONTRATADO: **GELSON DIAS DAS NEVES**
OBJETO: Prestação de serviço por tempo determinado
CARGO: Motorista CNH D
EXTRATO DE NOMEAÇÃO DE CONTRATO: 090/23
DATA DA RESCISÃO DO CONTRATO: 04/08/2026
MOTIVO: Rescisão do contrato a pedido do contratado.

Rio Branco do Sul,11 de agosto de 2026.

WELINTON SALES DE LARA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:FB69801B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO - PARANÁ
EDITAL 23 2026

PROCESSO Nº 25/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2026
1 – DESCRIÇÃO DO OBJETO:
Inscrição dos Vereadores Elcio Josué Colaço e João Alves para participação no Curso com o tema: AS NOVAS REGRAS DAS EMENDAS IMPOSITIVAS., na forma presencial, promovido pelo CEAP Brasil, a ser realizado nas datas de 11a 14de agosto na cidade de Curitiba - PR.
2 – EXECUTOR/CNPJ:
CEAP TREINAMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL LTDA – CNPJ 13.891.611/0001-19
3 – RAZÃO DA ESCOLHA:
O curso representa importante instrumento de aperfeiçoamento e capacitação profissional, tendo em vista que o conteúdo programático está alinhado às atribuições inerentes a função dos vereadores, buscando conhecimento para melhor atuação parlamentar perante a comunidade.
4 – PREÇO:
R$ 4.980,00
5 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:
Preço compatível com pesquisa de mercado.
DATA, 11 de agosto de 2026

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

WILSON MENDES JUNIOR
Membro

CLEONICE WITT
Presidente

Publicado por:
Wilson Mendes Junior
Código Identificador:FE2EE346

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
EDITAL N.º 098/2026

CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº 01, de 13 de dezembro de 2024, convoca as pessoas, através de suas inscrições abaixo relacionadas, para comparecerem a partir do dia 12 (doze) de agosto do corrente ano, dentro do horário de funcionamento, na sede da Prefeitura Municipal de Rio Negro, sito à Rua Juvenal Ferreira Pinto, n.º 2070, Bairro Seminário, para assumirem as respectivas vagas no Quadro de Pessoal da Administração da Prefeitura do Município de Rio Negro:

ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO B - Sede (Ampla Concorrência)

Número	*Nome*	*Classificação*
	Convocados pelo Edital nº 67, de 14/7/2025, Edital nº 74, de 25/7/2025, Edital nº 124, de 24/10/2025, Edital nº 133, de 5/11/2025, Edital nº 150, de 4/12/2025, Edital nº 15, de 4/2/2026, Edital nº 33, de 25/3/2026, Edital nº 37, de 9/4/2026, Edital nº 42, de 22/4/2026, Edital nº 44, de 23/4/2026, Edital nº 51, de 7/5/2026, Edital nº 59, de 18/5/2026 e Edital nº 80, de 22/6/2026. O classificado em 19º lugar requereu que seu nome seja deslocado para final de lista.	1º à 26º
0014325	Amanda Kruger Liebel	27º

AUDITOR TRIBUTÁRIO

Número	*Nome*	*Classificação*
	Convocados pelo Edital nº 65, de 8/7/2025, Edital nº 83, de 11/8/2025 e Edital nº 124, de 24/10/2025. O classificado em 1º lugar requereu que seu nome seja deslocado para final de lista.	1º à 3º
0012029	André Klemann Koch	4º

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS (Ampla Concorrência)

Número	*Nome*	*Classificação*
	Convocados pelo Edital nº 63, de 3/7/2025, Edital nº 150, de 4/12/2025 e Edital nº 11, de 23/1/2026. O classificado em 4º lugar não compareceu dentro do prazo estabelecido para assumir a respectiva vaga.	1º à 5º
0012351	Tamirees Helen Fabiane Hundensky	6º

TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Número	*Nome*	*Classificação*
	Convocados pelo Edital nº 117, de 13/11/2025, Edital nº 158, de 9/12/2025 e Edital nº 158, de 16/12/2025. O classificado em 2º lugar requereu que seu nome seja deslocado para final de lista.	1º à 3º
0014341	Eduardo Alexandro Kalil	4º

NUTRICIONISTA – 20 horas

Número	*Nome*	*Classificação*
0015293	Graciele dos Santos Ieger	4º

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- ÁREA 04 (Ampla Concorrência)

Número	*Nome*	*Classificação*
	Convocados pelo Edital nº 63, de 3/7/2025 e Edital nº 122, de 17/10/2025.	1º à 4º
0012882	Fernanda Panaitz	5º

O não comparecimento dos acima convocados no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do presente Edital, implicará em reconhecimento da desistência das vagas, autorizando o Município a proceder chamada do próximo classificado.

Rio Negro, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:82C2B0FD

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 827/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 646, de 9 de junho de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 8 de agosto do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 646, de 9 de junho de 2026, que determinou a abertura de Processo de Sindicância, com a finalidade de averiguar os fatos narrados e documentos constantes no Processo Digital nº 13292/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 8 de agosto de 2026.

Rio Negro, 10 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:6A5D46D8

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 828/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 679, de 16 de junho de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 15 de agosto do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 679, de 16 de junho de 2026, que determinou a abertura de Processo de Sindicância, com a finalidade de averiguar os fatos narrados e documentos constantes no Processo Digital nº 19534/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2026.

Rio Negro, 10 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:91DD12D3

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 829/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 635, de 1º de junho de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º Prorrogar, a partir de 31 de agosto do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 635, de 1º de junho de 2026, que determinou a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de agosto de 2026.

Rio Negro, 10 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:06386B33

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 830/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 476, de 11 de março de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 2 de agosto do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 476, de 11 de março de 2025, que determinou a abertura de Processo de Sindicância com a finalidade de averiguar os fatos narrados no processo digital nº 5215/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 2 de agosto de 2026.

Rio Negro, 10 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:8A124C89

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 831/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 1061, de 22 de julho de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 16 de agosto do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 1061, de 22 de julho de 2025, que determinou a abertura de Processo de Sindicância com a finalidade de averiguar os fatos narrados e documentos constantes no processo digital nº 13213/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de agosto de 2026.

Rio Negro, 10 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:0F94E652

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 832/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 1236, de 19 de agosto de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 13 de agosto do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 1236, de 19 de agosto de 2025, que determinou a abertura de Processo de Sindicância com a finalidade de averiguar os fatos narrados e documentos constantes no processo digital nº 18843/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de agosto de 2026.

Rio Negro, 10 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:5164F610

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 833/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 1462, de 23 de setembro de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 19 de agosto do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 1462, de 23 de setembro de 2025, que determinou a abertura de Processo de Sindicância com a finalidade de averiguar os fatos narrados e documentos constantes no processo digital nº 20476/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de agosto de 2026.

Rio Negro, 10 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:3C28B34A

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 834/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 1711, de 10 de novembro de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º Prorrogar, a partir de 6 de agosto do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 1711, de 10 de novembro de 2025, que determinou a abertura de Processo de Sindicância com a finalidade de averiguar os fatos narrados no processo digital nº 25450/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 6 de agosto de 2026.

Rio Negro, 10 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:E5BD6094

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 835/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 024, de 15 de janeiro de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º Prorrogar, a partir de 13 de agosto do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 024, de 15 de janeiro de 2026, que determinou a abertura de Processo de Sindicância com a finalidade de averiguar os fatos narrados e documentos constantes no processo digital nº 22634/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de agosto de 2026.

Rio Negro, 10 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:EA07DC2B

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 836/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 631, de 1º de junho de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º Prorrogar, a partir de 30 de agosto do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 631, de 1º de junho de 2026, que determinou a abertura de Processo de Sindicância com a finalidade de averiguar os fatos narrados e documentos constantes no processo digital nº 7776/2026 referentes ao atendimento nº 55487/2026 da Ouvidoria Geral da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de agosto de 2026.

Rio Negro, 10 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:E1253AD0

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 837/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 1646, de 29 de outubro de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º Prorrogar, a partir de 25 de agosto do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 1646, de 29 de outubro de 2025, que determinou a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de agosto de 2026.

Rio Negro, 10 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:380A0C3A

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 838/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 1848, de 17 de dezembro de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, a partir de 13 de agosto do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 1848, de 17 de dezembro de 2025, que determinou a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de agosto de 2026.

Rio Negro, 10 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSIGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:BDF4014A

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 839/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 027, de 15 de janeiro de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º Prorrogar, a partir de 13 de agosto do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 027, de 15 de janeiro de 2026, que determinou a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de agosto de 2026.

Rio Negro, 10 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:CDBA75FD

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 840/2026

Prorrogar os efeitos da Portaria nº 474, de 15 de abril de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º Prorrogar, a partir de 13 de agosto do corrente, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 474, de 15 de abril de 2026, que determinou a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de agosto de 2026.

Rio Negro, 10 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:0C472DEF

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 841/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal em exercício de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 3 de agosto do corrente, o servidor público ***Anderson França Elias,*** matrícula nº 110163-4/2, para o cargo de "Assistente Administrativo B", lotado na Secretaria Municipal de Educação, nomeado pelo Concurso Público regido pelo Edital – Objetiva Concursos nº 01, de 13 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de agosto de 2026.

Rio Negro, 10 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:B28F76C6

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 842/2026

Dispõe sobre alteração da Portaria nº 152, de 3 de fevereiro de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Alterar o inciso III do art. 2º da Portaria nº 152, de 3 de fevereiro de 2026, que nomeia Comissão responsável pela condução da Tomada de Contas Especial, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ...
...
...
III - Patrícia Finamori de Souza".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 10 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:23723040

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 843/2026

Concede licença prêmio para servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 1 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído nos períodos de 16 de novembro à 15 de dezembro de 2026, referente ao seu 3º (terceiro) quinquênio de função pública, para a servidora ***Marlene Ferreira de Andrade,*** matrícula nº 0923-7/1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de novembro de 2026.

Rio Negro, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:F41AACBA

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 844/2026

Concede licença prêmio para servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 1 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído nos períodos de 3 de agosto à 1º de setembro de 2026, referente ao seu 1º (primeiro) quinquênio de função pública, para a servidora ***Marli da Silva Colaço,*** matrícula nº 2155-5/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de agosto de 2026.

Rio Negro, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:FE369BE0

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 845/2026

Concede licença prêmio para servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 3 (três) meses de licença prêmio, a ser usufruído nos períodos de 2 de setembro à 30 de novembro de 2026, referente ao seu 2º (segundo) quinquênio de função pública, para a servidora ***Marli da Silva Colaço,*** matrícula nº 2155-5/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 2 de setembro de 2026.

Rio Negro, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:6210A7AA

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 846/2026

Concede licença prêmio para servidor municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 1 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído no período de 1º de outubro à 30 de outubro de 2026, referente ao seu 4º (quarto) quinquênio de função pública, para o servidor ***Enio Claudiomar Vieira Valim,*** com matrícula de nº 0680-7/4, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2026.

Rio Negro, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:6878DD43

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 847/2026

Concede licença prêmio para servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 1 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído nos períodos de 10 à 19 de agosto de 2026, de 23 de novembro à 2 de dezembro de 2026 e de 7 de junho à 16 de junho de 2027, referente ao seu 2º (segundo) quinquênio de função pública, para a servidora ***Eva Rogaleski,*** com matrícula nº 0221-6/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2026.

Rio Negro, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:BE16181D

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 848/2026

Dispõe sobre revogação da Portaria nº 1756, de 25 de novembro de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 1° de agosto do corrente, a Portaria nº 1756, de 25 de novembro de 2025, que nomeia servidores municipais como Responsáveis Técnicos de Enfermagem nas unidades de saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2026.

Rio Negro, 10 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:D6F75DA6

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 849/2026

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.309, de 22 de março de 2013 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de agosto do corrente, gratificação de função FG-5, sobre seus vencimentos básicos, para a servidora municipal ***Aline Rafaela Pikicius dos Santos***, com matrícula nº 110230-5/1, em virtude de a mesma servidora estar exercendo a função de Responsável Técnica pela Estratégia da Saúde da Família "Euclides José de Oliveira Braz", da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1° de agosto de 2026.

Rio Negro, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:1BBCA9AE

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 850/2026

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.309, de 22 de março de 2013 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de agosto do corrente, gratificação de função FG-5, sobre seus vencimentos básicos, para a servidora municipal ***Michele Siebeneichler Nizer***, com matrícula nº 110226-1/1, em virtude de a mesma servidora estar exercendo a função de Responsável Técnica pela Estratégia da Saúde da Família "Rubens Zageski", da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1° de agosto de 2026.

Rio Negro, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:4CD7D9DB

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 851/2026

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.309, de 22 de março de 2013 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de agosto do corrente, gratificação de função FG-5, sobre seus vencimentos básicos, para a servidora municipal ***Mariana dos Santos***, com matrícula nº 110229-5/1, em virtude de a mesma servidora estar exercendo a função de Responsável Técnica do Serviço de Qualidade em Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1° de agosto de 2026.

Rio Negro, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:F9E9160F

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 852/2026

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.309, de 22 de março de 2013 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de agosto do corrente, gratificação de função FG-5, sobre seus vencimentos básicos, para a servidora municipal ***Saionara Aparecida Oliveira Koch***, com matrícula nº 110230-9/1, em virtude de a mesma servidora estar exercendo a função de Responsável Técnica do Projeto Saúde Itinerante, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1° de agosto de 2026.

Rio Negro, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:1FBB6A45

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 853/2026

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.309, de 22 de março de 2013 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de agosto do corrente, gratificação de função FG-5, sobre seus vencimentos básicos, para a servidora municipal ***Gecilda Guths***, com matrícula nº 2086-9/1, em virtude de a mesma servidora estar exercendo a função de Responsável Técnica pelo Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1° de agosto de 2026.

Rio Negro, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:94F8090F

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 854/2026

Dispõe sobre alteração na Portaria nº 485, de 22 de abril de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 485, de 22 de abril de 2026, que dispõe sobre a concessão de gratificação de função para a servidora municipal ***Scheila Andriele Campos Brizolla***, com matrícula de nº 110221-4/1, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Conceder, a partir de 1º de maio do corrente, gratificação de função FG-5, sobre seus vencimentos básicos, para a servidora municipal *Scheila Andriele Campos Brizolla,* matrícula nº 110221-4/1, em virtude de a mesma servidora estar exercendo a função de Responsável Técnico dos serviços de Enfermagem – enfermeira ferista das unidades de saúde, da Secretaria Municipal de Saúde."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2026.

Rio Negro, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:30BDA25C

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 855/2026

Dispõe sobre alteração na Portaria nº 483, de 22 de abril de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 483, de 22 de abril de 2026, que dispõe sobre a concessão de gratificação de função para a servidora municipal ***Rosana Aparecida Barão Balan***, com matrícula de nº 2092-3/2, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Conceder, a partir de 1º de maio do corrente, gratificação de função FG-5, sobre seus vencimentos básicos, para a servidora municipal *Rosana Aparecida Barão Balan,* com matrícula nº 2092-3/2, em virtude de a mesma servidora estar exercendo a função de Responsável Técnico pela Unidade Básica de Saúde "Francisco Telmann", da Secretaria Municipal de Saúde."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2026.

Rio Negro, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:8C7C8105

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 856/2026

Dispõe sobre alteração na Portaria nº 478, de 22 de abril de 2026, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 478, de 22 de abril de 2026, que dispõe sobre a concessão de gratificação de função para o servidor municipal ***Leonardo Pastor dos Santos***, com matrícula de nº 110204-9/1, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Conceder, a partir de 1º de maio do corrente, gratificação de função FG-5, sobre seus vencimentos básicos, para o servidor municipal *Leonardo Pastor dos Santos,* matrícula nº 110204-9/1, em virtude de o mesmo servidor estar exercendo a função de Responsável Técnico pela Estratégia de Saúde da Família "Antônio Abdala José", da Secretaria Municipal de Saúde."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2026.

Rio Negro, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:8C68BF0B

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 857/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal em exercício de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Sandra Vaz Melo,*** matrícula nº 109501-0/5, na Escola Municipal "Mathias Augusto Bohn", em substituição a professora Ghisleny Aparecida Maidl Fragoso**,** matrícula nº 1748-5/1, no período de 1º de agosto até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2026.

Rio Negro, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:B2A1E4D9

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 858/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Vanessa de Mello Charane,*** matrícula nº 110101-4/5**,** no Centro Municipal de Educação Infantil "Agostinho Paizani Filho", em substituição a professora Marli da Silva Colaço, com matrícula nº 2155-5/1, no período de 1º de agosto até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2026.

Rio Negro, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSIGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:494B9BC3

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 859/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Patrícia Moreira,*** matrícula nº 107754-2/3, nas Escolas Municipais "Olavo Bilac" e "Venceslau Muniz", em substituição a professora Deize Lemos Garcia Oliveira, matrícula nº 0538-0/1, no período de 1º de agosto até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2026.

Rio Negro, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSIGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:0CC4AFB7

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 860/2026

Dispõe sobre ampliação de carga horária de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 21, § 1º, da Lei n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e Decreto nº 045, de 22 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, em caráter excepcional e temporário, como professora substituta por mais 20 (vinte) horas semanais, ***Emilene Fernanda Rankel Martins,*** matrícula nº 110223-9/1, no Centro Municipal de Educação Infantil "Agostinho Paizani", em substituição a professora Marli da Silva Colaço, matrícula nº 2155-5/1, no período de 1º de agosto até 17 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2026.

Rio Negro, 11 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:E1FBE8F6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS 044/2026 UASG 987823 - CONTRATAÇÃO: 10/2026

Processo: 224/2026. Objeto: **AQUISIÇÃO DE CALCÁRIO PARA OS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 12/08/2026 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 12/08/2026 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **24/08/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados. Rio Negro, 10 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:6ACC02A7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 77/2026

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, e a CONTRATADA: TORINO INFORMATICA LTDA - CNPJ/MF sob n.º 03.619.767/0005-15, neste ato representada por RODRIGO DO AMARAL RISSIO, em decorrência do processo de licitação Pregão Eletrônico n.º 29/2026. OBJETO: Aquisição de Computadores tipo Workstation. Vigência: 31/07/2026 até 29/09/2026. Preço: R$ 82.626,00 (oitenta e dois mil e seiscentos e vinte e seis reais).
Recursos:
13.001.0015.0452.0002.2051.3449052350000000000-980 Fonte 00000
13.001.0015.0452.0002.2051.3449052350000000000-1288 Fonte 00501
Foro: Comarca de Rio Negro - PR. Rio Negro, 31/07/2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:81BB5486

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 227/2026 - MODALIDADE – DISPENSA PRESENCIAL N° 112/2026

OBJETO: Aquisição de medalhas para a 2ª fase do 34º Jogos da Juventude.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	288,00	UN	MEDALHA - em metal (Zamac) na cor OURO, em 3D, Medidas: 60mm x 3mm, com formato da vista frontal da logo da Prefeitura de Rio Negro - PR, selo com nome do evento colado na parte posterior e fita em cetim ou similar personalizada com o nome e o brasão do município. Desenvolvimento da arte dos selos exclusiva para cada evento.	5,97	DSP BRINDES PERSONALIZADOS LTDA
2	288,00	UN	MEDALHA - em metal (Zamac) na cor PRATA, em 3D, Medidas: 60mm x 3mm, com formato da vista frontal da logo da Prefeitura de Rio Negro - PR, selo com nome do evento colado na parte posterior e fita em cetim ou similar personalizada com o nome e o brasão do município. Desenvolvimento da arte dos	5,97	DSP BRINDES PERSONALIZADOS LTDA

			selos exclusiva para cada evento.		
3	288,00	UN	MEDALHA - em metal (Zamac) na cor BRONZE, em 3D, Medidas: 60mm x 3mm, com formato da vista frontal da logo da Prefeitura de Rio Negro - PR, selo com nome do evento colado na parte posterior e fita em cetim ou similar personalizada com o nome e o brasão do município. Desenvolvimento da arte dos selos exclusiva para cada evento.	5,97	DSP BRINDES PERSONALIZADOS LTDA

Rio Negro, 11 de agosto de 2026 –

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:928EC4EC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 35/2026 - MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO N° 9/2026

OBJETO: Aquisição de Equipamentos para Videomonitoramento

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
4	32,00	UN	MINI RACK - metálico padrão 19"", com 8U de altura, entre 320 e 350 mm de profundidade, para fixação em parede. Estrutura em aço com pintura eletrostática a pó, porta frontal removível com fechadura, laterais removíveis, aberturas para passagem de cabos e ventilação natural e/ou para instalação de exaustores. Suportes internos reguláveis em profundidade. Capacidade mínima de carga de 3 kg. Cor padrão preta. Garantia mínima de 12 meses. Marca referência: RackFort ou equivalente.	368,00	SANTOS ELETRO E ELETRONICOS LTDA

Rio Negro, 10 de agosto de 2026 –

JOÃO GUILHERME SCHELBAUER –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:F89D9146

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS TERMO ADITIVO 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Nº 311/2025 PROCESSO N° 291/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2025

Aos dez dias do mês de agosto de 2026 o MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR, neste ato representado pelo seu PREFEITO MUNICIPAL, **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN,** brasileiro, portador do CPF/MF sob o número 936.249.729-87 e **BENEFICIÁRIA: 57.350.955 DIEGO HENRIQUE APARECIDO ANDRE**, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ nº **57.350.955/0001-96**, sediada na Rua CABO ANTONIO JOSE ALVES, nº 217, JARDIM SANTA EFIGENIA, município de Paiçandu - PR, neste ato representado pelo(a) seu(ua) REPRESENTANTE LEGAL, **DIEGO HENRIQUE APARECIDO ANDRE**, Portador do CPF/MF nº **074.858.859-01**, devidamente qualificado(a) nos autos do processo, bem como junto ao **SICAF** (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) do Governo Federal. **RESOLVEM REEQUILIBRAR PREÇOS, conforme segue: 1 – DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE PERSIANAS COM INSTALAÇÃO**

Item	Un.	Especificação	Preço Atual	Preço Reequilibrado
1	m²	PERSIANA VERTICAL EM PVC LISO CURVO, EM CORES CLARAS E TAMANHOS DIVERSOS, COM INSTALAÇÃO INCLUSA NO VALOR. TRILHO COM PERFIL SÓLIDO DE ALUMÍNIO ANODIZADO FOSCO COM FIXAÇÃO ATRAVÉS DE AGARRADORES EM AÇO TEMPERADO COM COMANDO DE GIRO POR CORRENTE TIPO CADEADO. LÂMINA COM ESTABILIZADOR TÉRMICO PARA NÃO ENTORTAR E TRATAMENTO ULTRAVIOLETA, PERMITINDO BOA FIXAÇÃO DE COR. CAMINHOS DE COMANDO EM ACRÍLICO, COMANDO DE RECOLHIMENTO ACIONADO POR CORDA COM FIOS DE POLIPROPILENO, ESTE DEVE POSSUIR NA EXTREMIDADE PINGENTE DO MESMO MATERIAL, AMBOS EM CORES COORDENADAS COM A PERSIANA.	R$ 80,00	R$ 121,03

2 – As demais cláusulas não atingidas por este termo permanecem inalteradas**.** E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente TERMO, na presença das testemunhas abaixo.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:B55A78EA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA
RESOLUÇÃO N.º 001, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Altera dispositivos da resolução nº 003, de 11 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Rolândia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Rolândia, Estado do Paraná, após deliberação e aprovação plenária do Projeto de Resolução nº 001/2026, de autoria da Mesa Diretora, e de acordo com o artigo 39, IV da Lei Orgânica do Município de Rolândia, eu, Presidente, promulgo o seguinte:

Art. 1º Altera-se dispositivos da resolução nº 003, de 11 de dezembro de 2023, que passarão a ter as seguintes redações:

Art. 2º (...)

§ 1º Pode a Câmara Municipal, por motivo de conveniência pública e por deliberação da maioria de seus membros, reunir-se e realizar sessões em outro edifício ou em ponto diverso no território do Município de Rolândia.

§ 2º A Câmara Municipal poderá promover ações institucionais descentralizadas de atendimento à população, por meio da Câmara Itinerante, em locais e eventos realizados no território do Município, na forma disciplinada por Ato da Mesa.

Art. 25 (...)

VIII – adotar medidas adequadas para promover e valorizar o Poder Legislativo e resguardar seu conceito perante a comunidade, inclusive por meio da Câmara Itinerante, na forma disciplinada em Ato da Mesa;

Art. 66 (...)

§ 3º As reuniões ordinárias das comissões permanentes serão realizadas exclusivamente de forma presencial.

§ 4º As reuniões extraordinárias poderão ser realizadas por videoconferência ou em formato híbrido, mediante decisão do Presidente da comissão convocante, hipótese em que deverão ser assegurados a identificação dos participantes, a publicidade dos trabalhos, o regular debate, a votação nominal quando exigida e o registro em ata.

Art. 67 (...)

§ 6º Nas reuniões realizadas por videoconferência ou em formato híbrido, considerar-se-á presente o membro que participar por meio eletrônico, assegurada sua identificação, comunicação simultânea com os demais participantes, manifestação oral, discussão e exercício do voto, observadas as normas estabelecidas pela Mesa Executiva.

§ 7º Nas reuniões virtuais e híbridas, compete ao Vereador dispor e manter, durante toda o ato, os equipamentos, a conexão à internet e os demais recursos tecnológicos necessários à sua participação.

§ 8º Nas reuniões virtuais e híbridas, a ausência do Vereador durante o ato acarretará o registro de falta, nos termos deste Regimento, não constituindo justificativa as falhas ou indisponibilidades de equipamentos, conexão à internet ou outros recursos tecnológicos de sua responsabilidade.

§ 9º O disposto no § 8º não se aplica quando a impossibilidade de participação decorrer de indisponibilidade ou falha do sistema eletrônico oficial da Câmara ou de outros recursos tecnológicos de responsabilidade da Câmara Municipal que inviabilizem a participação do Vereador na reunião.

Art. 138. As sessões ordinárias serão realizadas semanalmente, às segundas-feiras, com início às 09 horas, independentemente de convocação.

§ 2º Em caso de acontecimentos excepcionais e devidamente comprovados, que impossibilitem ou tornem inadequada a realização da sessão ordinária na data e horário regimentais, o Presidente poderá determinar sua transferência para o dia útil subsequente, desde que a transferência seja previamente aprovada pelo Plenário ou, quando inviável a aprovação prévia, referendada pelo Plenário na primeira sessão subsequente.

Art. 141. (...)

§ 2º As matérias de iniciativa dos Vereadores, do Executivo e de terceiros deverão ser protocoladas exclusivamente por meio do sistema eletrônico próprio da Câmara, impreterivelmente até as 16h do último dia útil que antecede a sessão ordinária, salvo as de natureza inadiável, aceitas pelo Presidente, observadas as normas regimentais e administrativas aplicáveis.

Art. 134. (...)

§ 1º As sessões ordinárias serão realizadas exclusivamente na modalidade presencial.

§ 2º As sessões extraordinárias poderão ser realizadas na modalidade presencial ou virtual, conforme dispuser o ato convocatório, especialmente quando convocadas durante o período de recesso parlamentar.

§ 3º As sessões híbridas somente poderão ser realizadas em situações excepcionais decorrentes de caso fortuito ou força maior, devidamente justificadas, mediante prévia aprovação do Plenário.

§ 4º Nas sessões virtuais e híbridas, compete ao Vereador dispor e manter, durante toda a sessão, os equipamentos, a conexão à internet e os demais recursos tecnológicos necessários à sua participação.

§ 5º Nas sessões virtuais e híbridas, a votação será realizada exclusivamente pelo processo nominal.

§ 6º Nas sessões virtuais e híbridas, a ausência do Vereador durante toda a Ordem do Dia acarretará o registro de falta, nos termos deste Regimento, não constituindo justificativa as falhas ou indisponibilidades de equipamentos, conexão à internet ou outros recursos tecnológicos de sua responsabilidade.

§ 7º O disposto no § 6º não se aplica quando a impossibilidade de participação decorrer de indisponibilidade ou falha do sistema eletrônico oficial da Câmara ou de outros recursos tecnológicos de responsabilidade da Câmara Municipal que inviabilizem a participação do Vereador na sessão.

Art. 241. Qualquer um dos projetos de que trata esta Seção, quando enviado à Câmara pelo Prefeito Municipal, será distribuído em avulso aos Vereadores e encaminhado à Comissão de Orçamento, Tributação e Finanças para emissão de parecer, observado o procedimento previsto neste artigo.

§ 5º Encerrado o prazo para apresentação das emendas parlamentares, inclusive das emendas impositivas, os projetos de que trata esta Seção serão encaminhados à Comissão da Ordem Econômica e Social para emissão de parecer sobre as matérias compreendidas em sua competência regimental, especialmente quanto às políticas públicas de saúde, educação, assistência social e meio ambiente.

§ 6º A Comissão da Ordem Econômica e Social terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para emitir parecer, contado do recebimento da matéria.

§ 7º Emitido o parecer da Comissão da Ordem Econômica e Social, ou decorrido o prazo previsto no § 6º sem manifestação, a Comissão de Orçamento, Tributação e Finanças emitirá parecer final e o encaminhará à Mesa.

Art. 245. Enviado à Mesa, o parecer aprovado pela comissão será distribuído aos vereadores, ficando o respectivo projeto apto a ser incluído na Ordem do Dia, para ser apreciado pelo Plenário.

Art. 260 (...)

V – Recebido o parecer da Comissão de Orçamento, Tributação e Finanças, o administrador responsável será notificado para, querendo, apresentar manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 4º As notificações previstas neste artigo serão realizadas preferencialmente por meio eletrônico, sem prejuízo da utilização de outros meios que assegurem a ciência inequívoca do administrador responsável.

Art. 309 (...)

§ 4º A Câmara Municipal disponibilizará, anualmente, pesquisa eletrônica destinada à avaliação da atuação legislativa e institucional, preferencialmente por meio de seu sítio eletrônico oficial, assegurada a divulgação de seus resultados.

§ 5º A Câmara Municipal publicará, anualmente, Relatório de Atividades contendo as principais ações desenvolvidas pelo Poder Legislativo no período.

§ 6º A Mesa disciplinará, mediante ato próprio, os procedimentos para elaboração, aplicação, consolidação, publicação e divulgação da pesquisa de que trata o § 4º e do Relatório de Atividades previsto no § 5º.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Rolândia, 11 de agosto de 2026.

GUILHERME SPANGUEMBERG
Presidente

Publicado por:
Ligia Tiemi Otani
Código Identificador:61520729

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.827/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta MUNICIPALIDADE **GILZA DE CAMPOS STORINO,** matrícula n° 378779-6/1**,** ocupante do cargo de **Agente de Endemias - PSF,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA FUNERAL,** de acordo Art. 141, da Lei Complementar 55/2011, pelo período de **07** (sete) dias, a partir de **24/07/2026,** conforme certidão de óbito protocolada sob nº 27.379/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:2FEBC235

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.828/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **LARISSA NOVELLI CAMARGO,** matrícula 378530-0/1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **03/08/2026**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:E7DF4879

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.829/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **THIAGO TADEU TRAVAINI CASAS,** matrícula 377754-5/4, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **03/08/2026**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:6E96D153

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.830/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **CLEIDE PEREIRA DE FIGUEREDO,** matrícula **33972-5/1**, admitido (a) em **05/08/2015**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de **03/08/2026 a 01/09/2026 (30 dias),** conforme protocolo nº 25.182/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:D521E697

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.831/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **DENISE FERNANDES DE OLIVEIRA RODRIGUES,** matrícula **337126-3/1**, admitido (a) em **05/01/2016**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de **20/07/2026 a 29/07/2026 (10 dias),** conforme protocolo nº 26.572/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:CD78CB73

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.832/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

ATRIBUIR aos Servidores desta municipalidade, lotados na Secretaria Municipal de Educação, **JORNADA SUPLEMENTAR,** pelo período de 05/08/2026 a 31/08/2026, de acordo com memorando 13.367/2026, conforme segue:

Matrícula	Servidor	Cargo
1056-1/1	Eliane de Souza Ducca	Professor

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:E52F00A1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.833/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

ATRIBUIR aos Servidores desta municipalidade, lotados na Secretaria Municipal de Educação, **JORNADA SUPLEMENTAR,** pelo período de 10/08/2026 a 02/09/2026, de acordo com memorando 13.605/2026, conforme segue:

Matrícula	Servidor	Cargo
33344-1/1	Marcia Cristina Bolotário	Professor

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:8115453F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.834/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:
SUPRIMIR, do (a) servidor (a) desta Municipalidade, **CAROLINE VANESSA FRANCO**, matrícula **377196-2/1**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, a função gratificada de **Coordenadoria de UBS – Rudolf Kemph**, a partir de **04/08/2026.**

E ATRIBUIR a função gratificada de **Coordenadoria de UBS – Dr. Waldemar Ribeiro Gonçalves**, a partir de **04/08/2026,** conforme Memorando n° 13.305/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de agosto de 2025.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:427472DA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.835/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:
SUPRIMIR, do (a) servidor (a) desta Municipalidade, **DANIELLE CORTEZ DA SILVA**, matrícula 378659-5/1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, a função gratificada de **Coordenadoria de UBS – Dr. Waldemar Ribeiro Gonçalves,** partir de **04/08/2026**, conforme Memorando n° 13.305/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:A7562800

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.836/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:
ATRIBUIR, ao (a) servidor (a) desta Municipalidade, **GUSTAVO DE ALMEIDA JUNIOR**, matrícula 378905-5/1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, a função gratificada de **Coordenadoria de UBS – Rudolf Kemph,** partir de **04/08/2026**, conforme Memorando n° 13.305/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:1BB3FA61

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.837/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital n. **001/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1.º - **NOMEAR** o (a) senhor (a) **EDMAR VELOSO MOLARE,** matrícula **n° 378921-7/1**, por prazo **DETERMINADO**, que terá **início no dia 03 de agosto de 2026 e término em 31 de outubro de 2026,** para exercer temporariamente as funções de **Auxiliar de Enfermagem - PSS**, sob a forma de contrato de Regime Especial, com carga horária de 200 horas mensais, das segundas-feiras as sextas-feiras, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, denominado simplesmente em CONTRATADO, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei Municipal sob nº 3731/2015 e na Legislação Federal.

Artigo 2.º - A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:F993EC25

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.838/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:
RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **REGIANE MADALENA RIBEIRO,** matrícula 378125-9/2, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Agente Administrativo da Educação - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **05/08/2026**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:25ABCBEF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.839/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta Municipalidade **VANUSA MARIA DOS SANTOS,** matrícula **377878-9/3,** ocupante do cargo de **Professor de Ensino Básico 20h - PSS**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, **LICENÇA FUNERAL,** de acordo Art. 11, II, b da Lei Ordinária 3.731/2015, pelo período de **05** (cinco) dias, a partir de **02/08/2026,** conforme certidão de óbito protocolada sob nº 28.322/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:C6814F1C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.840/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta Municipalidade **SEBASTIÃO FRANCISCO DOS SANTOS FILHO,** matrícula **33411-1/1,** ocupante do cargo de **Agente de Gestão Municipal D,** admitido (a) em 05/02/2013, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, o **ABONO PERMANÊNCIA,** por ter completado os requisitos para a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição e por permanecer em atividade, de acordo com o com Artigo 40, § 1º, III, "a" com § 5º da Constituição Federal, a partir de **21/05/2026,** conforme pedido protocolado sob nº 20.095/2026, com efeitos retroativos**.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:F27FB961

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 34.841/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **MARCOS CAETANO DE SOUZA,** matrícula **1509-1/1**, admitido (a) em **14/12/1994**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá no período de **10/08/2026 a 08/09/2026 (30 dias),** conforme protocolo nº 27.526/2026.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 10 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:59D7AF95

SECRETARIA GERAL
RESOLUÇÃO N. º 14/2026, DE 27 DE JULHO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROLÂNDIA.

O Conselho Municipal de Saúde de Rolândia- *CMS/Rol*, no uso de suas atribuições e fundamentado na Lei Federal n. º 8.080, de 19/09/90; Decreto nº 7.508, de 28/06/2011; Lei Federal n. º 8.142, de 28/12/90; Lei Complementar n. º 141, de 13/01/2012; Lei Municipal n. º 3.590, de 20/12/2012,
CONSIDERANDO a Resolução SESA nº 794/2026, de 01 de julho de 2026, que habilita os municípios a pleitearem adesão aos recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS, na modalidade fundo a fundo;
CONSIDERANDO que o Município de Rolândia foi habilitado ao pleito de incentivo financeiro no valor de **R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais)** para aquisição de **equipamento de ultrassom**;
CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento dos prazos estabelecidos pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná para formalização da adesão ao referido incentivo financeiro;
RESOLVE, AD REFERENDUM DO PLENÁRIO:
Art. 1º Aprovar, *ad referendum* do Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Rolândia, a adesão do Município ao incentivo financeiro previsto na Resolução SESA nº 794/2026, destinado à aquisição de **equipamento de ultrassom**, no valor de **R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais)**.
Art. 2º A presente Resolução será submetida à apreciação e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde na próxima Reunião Plenária Ordinária.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos imediatos.

Rolândia, 27 de julho de 2026.

GUILHERME MENDONÇA MELLO TEIXEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Rolândia

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:78D6FE0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
2º ADITIVO DO CONTRATO Nº 098/2024

2º ADITIVO DO CONTRATO Nº 098/2024

Ref. Pregão nº 067/2024

Que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Pres. Bernardes, nº 809, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **AILTON APARECIDO MAISTRO**, portador da Cédula de Identidade/RG nº 8XX.XXX-X SSP/PR e do CPF/MF nº 152.XXX.XXX.XX, residente e domiciliado na Rua Mal. Deodoro Fonseca, nº 500, na cidade de **ROLÂNDIA – PR**, CEP 86.600-218, assim denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **WEB PORTAL PARANA LTDA** cadastrado no CNPJ/MF sob nº 04.168.559/0001-86, estabelecida na Avenida Nassim Jabur nº 145, Box 115 bairro paulista , na cidade de LONDRINA -PR, CEP86.079-050, Fone (43) 3374.2154, E-mail Paul@folhadelondrina.com.br, neste ato legalmente representada pelo Sr. **JOSÉ NICOLAS MURTA MEJIA**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de **LONDRINA - PR**, RG nº 110.XXX.XXX-X SESP-PR e do CPF/MF nº 744.XXX.XXX-XX, doravante designada CONTRATADA, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DE CONTRATO DE EMPREITADA**, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZOS
Fica aditivada a cláusula terceira deste contrato prorrogando por mais 12 (doze) meses para execução com início em **13/08/2026** e término em **12/08/2027** e a vigência por mais **60 (sessenta) dias** para fins burocráticos, após o término do prazo da execução.

CLÁUSULA VALOR – DO VALOR
Fica aditiva a cláusula primeira deste contrato passando o valor anual do contrato de **R$ 213.200,00** (duzentos e treze mil duzentos reais) para **R$ 223.040,00** (duzentos e vinte três mil e quarenta reais) representando uma correção anual de **4,64 %** (quatro inteiros e sessenta e quatro centésimos), daqui por diante denominado **"VALOR CONTRATUAL DE**

Item	Unid.de Medida	Qtd.	Descrição do produto	Preço Unitário	Preço Total
01	Ctm/ Coluna	8.000	Contratação para a eventual prestação de serviços de publicação em jornal de circulação regional e estadual para publicação de atos oficiais da prefeitura do Município de Rolândia/PR	26.65	213.200,00

PARA

Item	Unid.de Medida	Qtd.	Descrição do produto	Preço Unitário	Preço Total
01	Ctm/ Coluna	8.000	Contratação para a eventual prestação de serviços de publicação em jornal de circulação regional e estadual para publicação de atos oficiais da prefeitura do Município de Rolândia/PR	27.88	223.040,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer do presente contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam o presente contrato de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que o mesmo surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 30 de julho de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	*WEB PORTAL PARANA LTDA*
Contratante	Contratada

JOSÉ AUGUSTO LIASCH DA SILVA
Fiscal do Contrato

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	*SÉRGIO DOMINGUES*
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Chefia de Gabinete

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:81FA114F

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PORTARIA 42/2026

PORTARIA N.º 0422026
DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia os Fiscais do Contrato nº 076/2026, referentes ao Processo Administrativo Licitatório n.º 9462/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c Decreto nº 388/2024,

RESOLVE DESIGNAR:

I - A servidora **ANGELA CRISTINA SCHNEIDER**, como fiscal.

II -O servidor **FÁBIO MARTINS**, como fiscal.

III - A servidora **VÂNIA BONFIM SANTOS YOSHIDA**, como fiscal.

IV – As atribuições dos fiscais de contratos são as previstas no artigo 117 da Lei Federal n.º14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024.

V - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e subsistirá por toda a vigência dos contratos supracitados.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 03 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

ERIKA FERNANDA DOS SANTOS BEZERRA LUDWIG
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:E4138A43

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PORTARIA 43/2026

PORTARIA Nº 043/2026 DE 04 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia os Fiscais do Contrato nº 076/2026, referentes ao Processo Administrativo Licitatório nº 9980/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c Decreto nº 388/2024,

RESOLVE DESIGNAR:

I - O servidor **JOÃO ALEXANDRE BRUNOZI,** como fiscal.

II -O servidor **MARCELO JORGE CORRÊA**, como fiscal.

III – As atribuições dos fiscais de contratos são as previstas no artigo 117 da Lei Federal n.º14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024.

IV - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e subsistirá por toda a vigência dos contratos supracitados.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 04 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

LUCINEI APARECIDO MASSON
Secretária Municipal de Serviços Públicos

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:E21DAEC0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

CÂMARA MUNICIPAL
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 02, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 02, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

O Presidente da Câmara Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 32, do Regimento Interno da Câmara Municipal;
CONSIDERANDO o curso de capacitação, ProLegis – Governança e Desempenho nas Câmaras Municipais, a ser realizado nos dias 13 e 14 de agosto de 2026, por vereadores e por todos os servidores da Câmara Municipal de Salgado Filho, promovido pela Escola de Gestão Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no auditório da AMSOP – Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, na Rua Peru, 1301 - Luther King, na cidade de Francisco Beltrão, resolve expedir o seguinte Ato:

Art. 1º Não haverá expediente administrativo na Secretaria da Câmara Municipal de Salgado Filho, nos dias 13 e 14 de agosto de 2026.
Parágrafo único. O expediente administrativo será retomado normalmente a partir do 17 de agosto de 2026.
Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria da Câmara Municipal de Salgado Filho, 11 de agosto de 2026.

PAULO CESAR PANSERA
Presidente

Publicado por:
Carla Luciane Barcarol
Código Identificador:9CBB8579

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA N°25/2026

ATA Nº: 25/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO – PR
Contratada: BELTROX OXIGENIO LTDA - CNPJ: 39.938.326/0001-08, com o valor total de R$ 75.275,00
LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 59.890.563/0001-45, com o valor total de R$ 8.020,00
SC COMERCIAL EIRELI - CNPJ: 20.758.465/0001-13, com o valor total de R$ 1.188,00
Valor Total: R$ 84.483,00
Vigência: Início: 12/08/2026 Término: 12/08/2027
Licitação: Pregão Nº: 36/2026
Recursos: Dotação: 199 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 8 . 2.22 . 0 . 339030 Material de Consumo
Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais e equipamentos do tipo cilindros de oxigênio, recarga de oxigênio, carrinho para transporte e demais utensílios necessários para a unidade básica de saúde do município de Salgado Filho – PR nos termos conforme condições e exigências estabelecidas, pautado na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 100/2025.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal
Salgado Filho, 11/08/2026

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:7CC5EC00

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO PREGÃO 30/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PREGÃO COMPRASGOV Nº 90030/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2026
O Município de Salgado Filho, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, que o edital do Pregão Eletrônico nº 30/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais de Higiene, Limpeza e Utensílios de Cozinha, foi **RETIFICADO**, em razão de alterações promovidas nos descritivos técnicos de diversos itens do Termo de Referência.
Em decorrência da retificação, ficam estabelecidas as seguintes novas datas para o certame:
CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: até às 08:29 horas do dia 24 de agosto de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08:30 horas do dia 24 de agosto de 2026.
O edital retificado e seus anexos encontram-se disponíveis para consulta no site www.gov.br/compras e no site oficial do Município de Salgado Filho/PR.

Salgado Filho/PR, 11 de agosto de 2026

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:564DE94A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 100/2026

OBJETO:	Contratação de empresa especializada para execução da obra de Construção de Destacamento para o Batalhão da Polícia Militar, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, em conformidade com os projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, com recursos oriundos do Governo do Estado do Paraná, por meio do Projeto 71 SAM/Paranacidade, no valor máximo de R$ 1.102.543,16 (um milhão, cento e dois mil quinhentos e quarenta e três reais com dezesseis centavos)
CONTRATADO:	CONSORA CONSTRUTORA LTDA
CNPJ:	46.812.148/0001-21
VALOR:	807.700,00
VIGÊNCIA:	04/12/27
EXECUÇÃO:	240 dias
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Terça-Feira, 11 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:57B49239

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 199/2021

OBJETO:	Contratação de prestadora de serviços de mão de obra para execução de serviços de auxiliar de serviços gerais, servente de pedreiro, auxiliar, carpinteiro, motorista, operador de maquinas pesadas, recepcionistas e gari, para atendimento das

	demandas das Secretarias Municipais
CONTRATADO:	IGUAÇU DESENVOLVIMENTO LTDA
CNPJ:	17.453.147/0001-30
VALOR:	2.174.360,88
VIGÊNCIA:	30/08/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Terça-Feira, 11 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:BDEF750E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 200/2021

OBJETO:	Contratação de prestadora de serviços de mão de obra para execução de serviços de auxiliar de serviços gerais, servente de pedreiro, auxiliar, carpinteiro, motorista, operador de maquinas pesadas, recepcionistas e gari, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais
CONTRATADO:	BARREIRAS PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI
CNPJ:	85.431.161/0001-92
VALOR:	1.448.412,72
VIGÊNCIA:	30/08/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Terça-Feira, 11 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:110A314D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 124/2025

OBJETO:	Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar para atender a demanda da secretaria municipal de educação esporte e cultura
CONTRATADO:	PAX VIDA SERVIÇOS LTDA
CNPJ:	04.183.710/0001-55
VALOR:	185.000,00
VIGÊNCIA:	25/08/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Terça-Feira, 11 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:DECE9A16

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/2025

OBJETO:	Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar para atender a demanda da secretaria municipal de educação esporte e cultura
CONTRATADO:	BAGIO TRANSPORTES LTDA - ME
CNPJ:	19.797.287/0001-50
VALOR:	391.820,00
VIGÊNCIA:	25/08/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Terça-Feira, 11 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:45883029

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/2025

OBJETO:	Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar para atender a demanda da secretaria municipal de educação esporte e cultura
CONTRATADO:	TRANSPORTES SOLAR
CNPJ:	44.297.119/0001-43
VALOR:	173.352,00
VIGÊNCIA:	25/08/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Terça-Feira, 11 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:D12100D0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 127/2025

OBJETO:	Contratação de empresas para prestação de serviços para atendimento na jornada ampliada de educação em tempo integral do município de Salto do Lontra-PR
CONTRATADO:	VILMAR MAZETTO
CNPJ:	21.924.046/0001-77
VALOR:	87.920,00
VIGÊNCIA:	27/08/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Terça-Feira, 11 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:CB9B2A94

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 128/2025

OBJETO:	Contratação de empresas para prestação de serviços para atendimento na jornada ampliada de educação em tempo integral do município de Salto do Lontra-PR
CONTRATADO:	MUSICOMANIA LTDA
CNPJ:	32.848.022/0001-00
VALOR:	84.000,00
VIGÊNCIA:	27/08/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Terça-Feira, 11 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:3F09344E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/2025

OBJETO:	Contratação de empresas para prestação de serviços para atendimento na jornada ampliada de educação em tempo integral do município de Salto do Lontra-PR
CONTRATADO:	FABIO JUNIOR ALVES 10307014908
CNPJ:	19.868.198/0001-58
VALOR:	221.320,00
VIGÊNCIA:	27/08/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Terça-Feira, 11 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:09E8C17A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 130/2025

OBJETO:	Contratação de empresas para prestação de serviços para atendimento na jornada ampliada de educação em tempo integral do município de Salto do Lontra-PR
CONTRATADO:	TATIANI TERESINHA GALVAN COSTA
CNPJ:	49.546.806/0001-79
VALOR:	90.392,00
VIGÊNCIA:	27/08/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Terça-Feira, 11 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:D22F633F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/2025

OBJETO:	Contratação de empresas para prestação de serviços para atendimento na jornada ampliada de educação em tempo integral do município de Salto do Lontra-PR
CONTRATADO:	THIAGO GIOVANNI BERNARDI SCALCON
CNPJ:	61.515.390/0001-27
VALOR:	84.000,00
VIGÊNCIA:	27/08/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Terça-Feira, 11 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:0EE40B7E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 208/2022

OBJETO:	Contratação de empresa especializada em fornecimento de seguro predial para o Paço Municipal.
CONTRATADO:	GENTE SEGURADORA S/A
CNPJ:	90.180.605/0001-02
VALOR:	4.836,59
VIGÊNCIA:	08/09/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Terça-Feira, 11 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:7AEDC9A7

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1440/2026

DECRETO Nº 1440, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Nomeia a Servidora Municipal para o Cargo de Professor Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais – 20h, aprovada no PSS 001/2025 e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica nomeada a partir de 11 de agosto de 2026, aprovada no Processo Seletivo Simplificado - PSS 001/2025.

Nº	Nome	CPF	Cargo	Local
01	Maiara da Silva Carvalho	098.062.829-65	Prof. Ed. Inf. Ens. Fund. Anos Iniciais 20h	Educação

Art. 2 º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
.
Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, 11 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:F70D32EF

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 117/2026

PORTARIA N° 117, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: - Concede Férias Prêmio a Servidora Municipal abaixo especificada e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Concede 90 (noventa) dias a partir de 12 de agosto de 2026, Férias Prêmio a servidora municipal **CLEIMAR GONCALVES DA SILVA**, brasileira, portadora da Matrícula 736/1 admitida em 01/08/2002 período aquisitivo 2012 a 2017, ocupante do Cargo de Servente Escolar 20hs do quadro de pessoal efetivo.

Art. 2º - Concede 90 (noventa) dias a partir de 12 de agosto de 2026, Férias Prêmio a servidora municipal **CLEIMAR GONCALVES DA SILVA**, brasileira, portadora da Matrícula 736/5 admitida em 10/04/2007 período aquisitivo 2013 a 2018, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais 20hs do quadro de pessoal efetivo.

Art. 3º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 11 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:F09443EB

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

DECRETO Nº 1439 /2026

SÚMULA: - Nomeia Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM de Salto do Lontra, Estado do Paraná e dá outras Providências.

Fernando Alberto Cadore, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas em Lei, Lei nº 378/2022, de 03 de maio de 2022:

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Salto do Lontra, Estado do Paraná, os seguintes membros:

REPRESENTANTES - GOVERNAMENTAL		
TITULAR	**SUPLENTE**	**REPRESENTAÇÃO**
Jeniffer Aparecida Dias	Camila de Goes Bonin	Secretaria Municipal de Assistência Social
Eliza Maria Veroneze	Priscila Marcela Delonzek	Secretaria Municipal de Educação
Geovana Techio Lopes Belica	Vilson Spada	Secretaria Municipal de Administração
Bruna Manfredini Massotti	Eloize Perão Moro	Secretaria Municipal de Saúde
Sandra Regina Bernardi	Cintia Trombini Koerig	Departamento Municipal de Agricultura
REPRESENTANTES – NÃO GOVERNAMENTAL		
TITULAR	**SUPLENTE**	**REPRESENTAÇÃO**
Leila Berenice Scoton	Tereza Bernardo Correia	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
Dalva Koerich Nuermberg	Rúbia Luiza Bonin Moresco	Igreja Católica
Luana Vanessa Duarte	Isadora Fassina Bonassina	Consórcio Intermunicipal Casa Lar
Geni Aparecida Borges Telles	Neiva Rosália Andretta Baptista	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Geni dos Santos Castilhos de Oliveira	Aline Cavanhol	Usuários

Parágrafo Único – Em conformidade com o constante no art. 16, da Lei Municipal nº378/2022, o desempenho da função de integrante do CMDM, que não tem qualquer remuneração ou percepção de gratificação, será considerado serviço relevante prestado ao município, com seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra-Paraná, em 11 de Agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Franz
Código Identificador:B25FA077

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Dispensa Nº 21/2026
Processo: 51/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de kit de teste psicológico WISC-IV
Valor estimado: 9.560,40 (Nove Mil, Quinhentos e Sessenta Reais e Quarenta Centavos>)
Recebimento das propostas: até às 08:00 hrs do dia 24/08/2026
Período de abertura e julgamento das propostas: 24/08/2026 das 08:00 hrs às 09:00 hrs
Abertura da sessão de lances: 09:00 hrs do dia 24/08/2026
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
O inteiro teor do Edital poderá ser obtido no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sítio eletrônico da prefeitura do Município de Santa Amélia-PR (http://177.55.54.10:7474/transparencia/licitacoes/listaLicitacoes) e no Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL - www.bll.org.br
Pedidos de informações e esclarecimentos relativos ao edital, seus modelos, adendos e anexos poderão ser apresentados ao Agente de Contratação/Pregoeiro, pelo próprio Sistema Eletrônico de Licitação da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL - www.bll.org.br, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, sendo que as respostas serão divulgadas no sítio eletrônico oficial, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sem identificar a proponente que deu origem à consulta.

Santa Amélia-PR.,22/06/2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:74AF2DE6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 68, DE 2 DE JUNHO DE 2026

Súmula: Institui a Educação Integral em Tempo Integral nas instituições de Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Santa Amélia - PR, dispõe sobre a organização e o funcionamento do Programa de Atividades de Ampliação de Jornada Escolar e define suas diretrizes gerais e objetivos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município, **DECRETA:**

I - ASPECTOS GERAIS
Art. 1º Fica instituída a Política de Educação em Tempo Integral, na perspectiva da educação integral, definida pelo Programa Escola em Tempo Integral instituído pela Lei n° 14.640/2023, regulamentado pelas Portarias n° 1.495/2023 e n° 2.036/2023 e a Deliberação CEE-PR nº 09/2025 que estabelecem normas para a implementação da Educação em Tempo Integral nas instituições de Educação Básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
Art. 2º A elaboração de uma Política se constitui como importante estratégia para que os entes federativos solidifiquem ações de modo coeso e em sintonia com seus contextos específicos, garantindo a contribuição desta agenda para a melhoria da qualidade e da equidade na educação do país.
Art. 3º Como estabelece o art. 6º da Portaria n° 1.495/2023, as secretarias que pactuaram matrículas no âmbito do Programa deverão ter sua Política de Educação em Tempo Integral e apreciá-la junto ao seu respectivo Conselho de Educação.
Art. 4º São muitos e significativos os desafios impostos pela Ampliação da Jornada Escolar em Tempo Integral. Para que a estratégia esteja à serviço da qualidade de processos, resultados e equidade em seu alcance é preciso contar com um planejamento robusto. É preciso elaborar ou atualizar uma Política específica, a ser construída de forma participativa e com base em dados e características de cada local ou região.
Art. 5º No intuito de atender às novas exigências legais referente a Educação em Tempo Integral mencionadas acima, o município de Santa Amélia também buscou o alinhamento com o Plano Municipal de Educação, homologado pela Lei nº 1.374/2015, na Meta 6 que preconiza “oferecer educação em tempo integral em, no

mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica”.
- O município possui 2 escolas municipais que ofertam a educação básica na modalidade de ensino regular. Ao ofertar o ensino em turno integral no CMEI Anjo da Guarda, atinge a oferta em 50% das escolas públicas municipais.
- Em relação às matrículas, observa-se que dos 350 alunos matriculados na Educação Básica das escolas públicas municipais, 126 alunos estão com matrículas em turno integral, que representam 36% das matrículas, assim, esta secretaria cumpre a meta estabelecida de 25% dos alunos atendidos pelo ensino em turno integral.

- A partir do ano de 2027 o número de matrículas no Ensino Integral deve aumentar gradativamente, no mínimo, 10% (dez por cento) por ano, de modo que, em 2028, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos alunos estejam frequentando o ensino integral;
- Como última meta, este município propõe que, a partir do ano de 2035, a Educação Integral em tempo integral abranja 100% (cem por cento) das matrículas da rede municipal de ensino.
- Conforme a Meta Nacional 1 - Educação Infantil, do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Federal nº 13.005/2014, universalizar até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliamos a oferta de Educação Infantil no CMEI de forma a atender a nossa demanda de alunos que superou o mínimo previsto que é de 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE.

Art. 6º Nos últimos anos, a educação em tempo integral emergiu como uma abordagem inovadora e promissora para transformar o sistema educacional em muitos países ao redor do mundo. Enquanto a educação de período parcial tradicional há muito tempo dominou o cenário educacional, a crescente conscientização sobre a necessidade de um ambiente educacional mais abrangente e enriquecedor tem impulsionado o interesse na adoção de programas de educação em tempo integral.

Art. 7º A transição para a educação integral em tempo integral representa uma mudança significativa na forma como concebemos a jornada educacional dos alunos. Ao estender o tempo de permanência na escola, essa abordagem busca proporcionar uma gama mais ampla de oportunidades de aprendizado, nutrindo não apenas o intelecto, mas também o desenvolvimento emocional, social, cultural e físico dos alunos.

Art. 8º Nesta era de rápidas mudanças sociais, tecnológicas e econômicas, a necessidade de um sistema educacional adaptável e abrangente nunca foi tão premente. A educação integral em tempo integral, apresenta suas vantagens, desafios e impacto potencial no desenvolvimento educacional e social dos alunos mais dinâmico e inclusivo, onde cada um tem a oportunidade de atingir seu potencial máximo.

Art. 9º A implementação da Educação Integral em Tempo Integral oferece uma série de benefícios substanciais que justificam seu investimento e esforço. Aqui estão algumas justificativas importantes:

- **Melhoria do Desempenho Acadêmico:** Estudos mostram consistentemente que alunos em Escolas de Tempo Integral tendem a apresentar um desempenho acadêmico melhor em comparação aos seus colegas em escolas de período parcial. O tempo adicional permite uma maior imersão em atividades de aprendizado, proporcionando uma compreensão mais profunda dos conceitos acadêmicos.
- **Redução das Desigualdades Educacionais:** A Educação em Tempo Integral pode ajudar a reduzir as disparidades socioeconômicas, fornecendo a todos os alunos, independentemente de sua origem, acesso a recursos educacionais de qualidade por mais tempo.
- **Fornecimento de Oportunidades de Aprendizado Mais Amplo:** Com um dia escolar prolongado, há espaço para uma variedade maior de disciplinas, incluindo artes, esportes, músicas e atividades extracurriculares. Isso não apenas enriquece a experiência educacional, mas também permite que os alunos descubram e desenvolvam talentos em áreas diversas.
- **Suporte para Pais Trabalhadores:** Com muitos pais trabalhando em período integral, escolas que oferecem Educação em Tempo Integral fornecem uma opção valiosa para famílias que precisam de cuidados para seus filhos durante o dia todo. Isso reduz o estresse dos pais, permitindo-lhes concentrar-se em suas carreiras, sabendo que seus filhos estão em um ambiente seguro, educativo e enriquecedor.
- **Prevenção de Comportamentos de Risco:** A educação em tempo integral pode ajudar a manter os alunos ocupados e envolvidos em atividades produtivas durante períodos em que podem estar mais suscetíveis a se envolver em comportamentos de risco ou negativos. Isso também reduz as questões de vulnerabilidade social.
- **Preparação para o Mundo Profissional:** Com a ênfase crescente nas competências socioemocionais e no desenvolvimento de habilidades para o século XXI, a educação em tempo integral pode fornecer um ambiente mais propício para desenvolver essas habilidades, preparando melhor os alunos para o sucesso em suas futuras carreiras.
- **Suporte Nutricional e Saúde:** Escolas em tempo integral muitas vezes oferecem refeições adicionais e programas de saúde, garantindo que os alunos recebam uma nutrição adequada e tenham acesso a cuidados médicos quando necessário.
- **Foco na Prevenção da Evasão Escolar:** Com mais tempo gasto na escola e um ambiente educacional mais enriquecido, as taxas de evasão escolar podem diminuir, pois os alunos estão mais conectados com a escola e se sentem parte integrante da comunidade escolar.

Parágrafo único: a educação em tempo integral não apenas melhora o desempenho acadêmico, mas também aborda várias necessidades sociais emocionais e práticas dos alunos e de suas famílias, preparando-os melhor para o sucesso na escola e na vida.

Art. 10 As diretrizes para a implementação bem-sucedida da educação em tempo integral são fundamentais para garantir que os benefícios desse modelo sejam plenamente realizados.

I- **Currículo Amplo e Diversificado:** O currículo deve ser projetado para oferecer uma ampla gama de disciplinas acadêmicas, artísticas, esportivas e extracurriculares. Isso permite que os alunos desenvolvam habilidades em várias áreas e descubram seus interesses e talentos individuais.

II- **Integração de Atividades Extracurriculares:** As atividades extracurriculares devem ser integradas ao currículo regular, não apenas como uma distração, mas como uma parte vital do processo educacional. Isso inclui atividades como música, arte, esportes, clubes de debate, entre outros, que contribuem para o desenvolvimento holístico dos alunos.

III- **Foco no Desenvolvimento Socioemocional:** A educação em tempo integral deve priorizar o desenvolvimento socioemocional dos alunos, incluindo habilidades como resiliência, empatia, colaboração e autoconsciência. Programas específicos podem ser implementados para promover a saúde mental e o bem-estar dos alunos.

IV- **Apoio Individualizado:** Os alunos devem receber apoio individualizado para atender às suas necessidades acadêmicas, emocionais e sociais. Isso pode incluir tutoria, aconselhamento, programas de enriquecimento e intervenções específicas para alunos com dificuldades de aprendizado.

V - **Parcerias Comunitárias:** As escolas devem estabelecer parcerias com organizações comunitárias, empresas locais, universidades e outras instituições para enriquecer o ambiente de aprendizado e fornece oportunidades de aprendizado prático e experiencial.

VI - Envolvimento dos Pais e Responsáveis: É crucial envolver os pais e responsáveis no processo educacional, incentivando sua participação ativa nas atividades escolares e fornecendo suporte para o aprendizado em casa.

VII - **Infraestrutura Adequada:** As escolas devem ter uma infraestrutura adequada para acomodar as necessidades da educação em tempo integral, incluindo salas de aula bem equipadas, espaços para atividades extracurriculares, bibliotecas, laboratórios e instalações esportivas.

VIII - **Formação e Desenvolvimento Profissional dos Educadores:** Os educadores devem receber formação e desenvolvimento profissional contínuo para facilitar a transição para a educação em tempo integral e implementar práticas pedagógicas eficazes que atendam às necessidades dos alunos.

Parágrafo único: com essas diretrizes, as escolas podem criar um ambiente educacional em tempo integral que promova o crescimento acadêmico, social e emocional dos alunos, preparando-os para serem cidadãos ativos e bem-sucedidos em um mundo em constante mudança.

Art. 11 O município de Santa Amélia, PR, possui um IDH de 0,711, considerado intermediário entre os municípios do Paraná. A cidade tem uma taxa de participação acima de 95% dos alunos nas avaliações, no ano de 2024, o município atingiu 100% dos alunos alfabetizados no 2º ano do ensino fundamental, superando a meta do MEC que era de 80%. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santa Amélia é de 0,711, o que o classifica como um município com desenvolvimento humano moderado.

Art. 12 A cidade se destaca na alfabetização na idade adequada, superando a meta projetada pelo MEC nas avaliações do 2º ano do ensino fundamental. O município também apresenta bons resultados no Ideb para os anos iniciais do ensino fundamental, com um índice de 5,7 em 2023, mesmo valor de 2019.

Art. 13 O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de Santa Amélia para os anos iniciais do ensino fundamental foi de 5,7

em 2023. Esse índice é calculado com base na taxa de aprovação e no desempenho dos alunos nas avaliações.

Art 14 Implantar a Educação em Tempo Integral no município de Santa Amélia, visa a formação integral dos alunos em suas múltiplas dimensões, a partir da ampliação da matriz curricular e jornada escolar como um avanço significativo para a diminuição das desigualdades educacionais e, consequentemente, para a democratização das oportunidades de aprendizagem, de forma a garantir o direito à aprendizagem e o pleno desenvolvimento do aluno. Além disso, promove a equidade ao reconhecer o direito de todos e todas de aprender e acessar oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas, a partir da interação com múltiplas

linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, condições fundamentais para o enfrentamento das desigualdades educacionais.

Art. 15 A proposta de Educação Integral em Tempo Integral precisa contemplar a singularidade e a centralidade do estudante na construção do seu percurso formativo, por meio da gestão democrática e participativa, que fortalece o protagonismo estudantil e a relação com a comunidade, com a valorização do profissional da educação e do trabalho coletivo.

Art. 16 A educação que busca a integralidade da formação humana, cultural, social, moral, política e afetiva, pelo acesso dos alunos ao mundo do conhecimento, do trabalho e da vida social é o principal objetivo da Educação e pode ter na Educação Integral em Tempo Integral um caminho proficiente.

Art. 17 A Organização Curricular em Turno Parcial com Ampliação de Jornada Escolar em Tempo Integral é uma experiência que se aproxima da Educação em Tempo Integral com a organização da educação em Turno Parcial e em contra turno com a Ampliação de Jornada Escolar em Tempo Integral.

I - A permanência do aluno é obrigatória após efetivação de sua matrícula nesta oferta, para fins de organização administrativa da escola e dos registros escolares. As atividades são definidas respeitando as necessidades e as especificidades da instituição de ensino e em acordo com a Proposta Pedagógica Curricular, organizadas nos respectivos Macrocampos: Acompanhamento Pedagógico; Esporte e Lazer; Cultura, Artes e Educação Patrimonial.

II – DEFINIÇÃO DE ESTRUTURA E EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO RESPONSÁVEL PELA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Art. 18 Para a implantação e implementação da Política de Educação Integral em tempo integral no município de Santa Amélia PR estão designados os seguintes segmentos/agentes:

I - Secretária Municipal de Educação: Lorimal Aparecida Correa;

II - Coordenadora Educacional da Secretaria Municipal de Educação: Silvia Fernanda de Souza Lordani;

III - Coordenadora Pedagógica do Programa de Ampliação da Jornada Escolar com Atividade Curricular Complementar: Silvia Regina Nogueira Castilho

IV - Agente Administrativo: Edileia Cristina Versori.

III – ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS/JORNADA ESCOLAR

Art. 19 Com o intuito de melhorar a qualidade educacional e o bem-estar da comunidade escolar, o Governo Federal implantou o Ensino Fundamental de nove anos, de acordo com a Lei nº 9.394/1996 e, com a aprovação da Lei nº 11.274/2006 que tornou obrigatória a duração de nove anos, com início aos seis anos de idade. Essa medida tornou-se meta da educação nacional por meio da Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação. Em 2023, de acordo com a Instrução nº 16/2018 – SUED/SEED, que regulamenta a oferta da Educação em Tempo Integral nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a ampliação da jornada escolar em turno parcial, nas instituições de ensino do Sistema Estadual de Educação do Estado do Paraná.

Art. 20 A partir do ano de 2024 a escola Municipal Prefeito Francisco da Silva Leal passou a ofertar a educação com ampliação de jornada escolar - Turno Parcial, cuja finalidade tem por objetivo preparar os alunos para futuramente, a implementação gradativa da educação integral em turno integral, ampliando o tempo de permanência dos alunos na presente instituição de ensino. A ampliação de jornada em turno parcial contempla o desenvolvimento integral do aluno, visando a promoção da aprendizagem, o desenvolvimento das habilidades e potencialidades das crianças, por meio de experiências vivenciadas de maneira que possa contribuir para seu processo de humanização.

Art. 21 A Política de Educação Integral no município de Santa Amélia encontra-se amparada na deliberação CEE/PR nº 09/2025, aprovada em dezembro de 2025 pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR), na qual redefine as normas para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica do sistema estadual. A norma alinha o Paraná às diretrizes nacionais (Resolução CNE/CEB nº 7/2025).

Art. 22 No Sistema Estadual de Ensino do Paraná, a jornada pode ser ampliada a partir das organizações a saber:

- Educação em Tempo Integral em Turno Único – ETI - O município de Santa Amélia oferta Educação em Tempo Integral em Turno Único na Instituição de Educação Infantil: "Centro Municipal de Educação Infantil Anjo da Guarda", horário de funcionamento das 8:00 às 17:00 horas para as turmas de 0 a 4 anos de idade.

- Ampliação de Jornada Escolar com Atividades Curriculares Complementares – Turno Regular mais Contraturno - Escola Municipal Prefeito Francisco da Silva Leal, com oferta de 6 horas semanais de atividades no contraturno. Cada criança frequenta a jornada ampliada duas vezes por semana, com duração de 3 horas por dia/oficina. No período matutino, 5 turmas frequentam as oficinas de segunda a quinta-feira, das 7h30 às 11h30. No período vespertino, outras 5 turmas frequentam das 13h às 17h (com horários diferenciados por turma). Cada grupo é dividido por faixa etária e cumpre uma carga horária de 3 horas diárias, totalizando 6 horas semanais de frequência na jornada ampliada.

IV – DEFINIÇÃO DOS ESPAÇOS E SUAS MELHORIAS

At. 23 O Plano Municipal de Educação de Santa Amélia - Lei nº 1.374/2015, estabelece padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de educação infantil (creches e pré-escolas) públicas e privadas, o CMEI "Anjo da Guarda", respeitando as diversidades regionais, assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:

- Espaço interno, com iluminação, solário, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;
- Instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças;
- Cozinha para preparo e/ou serviço de alimentação;
- Local adequado interno e externo para o desenvolvimento das atividades, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo.
- Atualmente o CMEI "Anjo da Guarda" possui 1 (uma) sala de recepção, 1 (uma) sala para direção, 1(uma) sala de serviços administrativos, 1 (uma) sala dos professores, 8 (oito) banheiros, 2 (dois) almoxarifados pequenos, 1 (um) solário, 1 (um) lactário, 1 (uma) cozinha, 1 (um) refeitório, 1 (uma) lavanderia, 8 (oito) salas de aula, sendo que 1(uma) sala de aula para o Berçário I, 1(uma) sala de aula para o Berçário II, 1 (uma) sala de aula para Maternal I, 2 (duas) salas de aula para Maternal II, 2 (duas) salas de aula para o Infantil IV e 1 (uma) sala de aula para o Infantil V compartilhadas no período contraturno.
- O CMEI "Anjo da Guarda", visando melhor desenvolvimento dos alunos também possui pátio lateral e um pátio com área coberta com playground para que

as crianças possam brincar livremente sob a supervisão de seus professores e desenvolver ao máximo sua capacidade cognitiva por meio das brincadeiras em área externa sem menosprezar as brincadeiras realizadas em sala de aula. No cuidado/educação/brincadeira da criança pequena, o importante é a criação de um ambiente aconchegante e seguro, que permite aventurar-se, fazer descobertas sobre si, o outro e sua realidade. Esta possibilidade é fundamental para que a criança consiga compreender que ela é um agente de seu processo de aprendizagem e desenvolvimento gradativamente, se torne capaz de responder às suas próprias necessidades, sem precisar de ajuda constante.

Art. 24 A Educação Integral em tempo integral exige mais espaço físico para a aplicação do que o ensino regular. Por isso, o planejamento para a implantação gradativa do ensino integral deverá obedecer aos seguintes critérios e prioridades:
- Utilização de todos os espaços físicos disponíveis na própria instituição de ensino;
- A oferta da Educação Infantil em Tempo Integral em Turno Único nas Instituições de ensino no município observam e respeitam a legislação vigente quanto à organização dos espaços físicos: a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a SESA. As salas de aulas são amplas, arejadas e climatizadas, respeitando a normativa de um metro e meio por criança, adequados, adaptados e com acessibilidade.
- O Centro de Educação Infantil dispõe de pátio coberto e descoberto, lactários, solário, playground, área verde, refeitórios, sanitários adaptados, sanitários para adultos e para pessoas com deficiências, fraldário e trocadores.
- O Programa de Ampliação de Jornada Escolar com Atividades Curriculares Complementares – Turno Regular mais Contraturno está sendo ofertada na Escola Municipal Prefeito Francisco da Silva Leal – Ensino Fundamental Inicial.
- A oferta do turno regular acontece de acordo com as diretrizes em vigor: Calendário Escolar, Matriz Curricular, Projeto Político-Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular, Regimento Escolar, Colegiado Escolar: Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF e Conselho Escolar. O currículo segue o estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular e Referencial Curricular do Paraná.

- O espaço físico conta com uma excelente infraestrutura com salas de aulas amplas, arejadas e climatizadas. Temos refeitório, pátio coberto e descoberto, quadra de esporte coberta, e área verde.
- Para o Programa de Ampliação de Jornada Escolar com Atividades Curriculares Complementares – Turno Regular mais Contraturno também está sendo ofertada na Escola Municipal Prefeito Francisco da Silva Leal– Ensino Fundamental Inicial com a Parte Diversificada: Atletismo, Recreação, brinquedoteca e jogos, Iniciação musical, Língua estrangeira e Língua portuguesa.
Parágrafo único: A Escola Municipal Prefeito Francisco da SIlva Leal possui seu espaço físico compartilhado com uma escola de Ensino Médio da rede Estadual de ensino.
Art. 25 A organização da Escola Municipal Prefeito Francisco da Silva Leal, com Ampliação de Jornada Escolar – Matutino/Vespertino Turno parcial
- Os professores atuantes no ensino fundamental são contratados via concurso público com jornada de trabalho de 20 horas semanais;
- Para atuar na jornada ampliada, nas atividades relacionadas aos macrocampos, os professores possuem formação em Educação Física, Artes, Pedagogia e Letras/Inglês.

Art. 26 Os professores atuantes na Educação Infantil são contratados via concurso público municipal, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.
Art. 27 O município realiza processo seletivo simplificado para a contratação de professor estagiário, que auxiliam os docentes de sala em todas as escolas municipais.

V – DEFINIÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DA POLÍTICA

Art. 28 O financiamento para a Educação em Tempo Integral é advindo de recursos federais através do Ministério da Educação – MEC e das Receitas Estaduais e Municipais.
Art. 29 Todos os recursos materiais são de competência e de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, disponibilizando todo os materiais de expediente e pedagógico necessários para o desenvolvimento da parte diversificada, ou seja, os Macrocampos.
Art. 30 Quanto à alimentação escolar, o município assume o compromisso de oferecer quatro refeições diárias aos alunos matriculados na educação em turno integral, sendo um lanche na chegada dos alunos à instituição, outro no recreio, o almoço e um lanche no intervalo da tarde. Preferencialmente, os alunos matriculados em turno único, deverão fazer as quatro refeições na escola. Os alunos matriculados em turno suplementar poderão optar pelo almoço com a família ou na instituição. Essa decisão deve ser acordada com os pais e registrada em ata.
Art. 31 A Secretaria Municipal de Educação ficará responsável pelo transporte escolar dos alunos da Educação Integral.

– DIRETRIZES PARA A MATRIZ CURRICULAR

Art. 32 A composição da matriz curricular de acordo com a BNCC que define as áreas do conhecimento, e na LDB que estabelece a divisão do currículo em base comum e diversificada. Para a elaboração da Matriz Curricular do Curso de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, com o Programa de Ampliação da Jornada Escolar, atendemos a Instrução Normativa Conjunta Nº 008/2022 - DEDUC/DPGE/SEED que dispõe sobre a Matriz Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental para Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

VII - DIRETRIZES PARA A INTERSETORIALIDADE E A ARTICULAÇÃO COM O TERRITÓRIO

Art. 33 Para a Implantação da Educação Integral em Tempo Integral no município de Santa Amélia , a Secretaria Municipal de Educação celebrou parcerias que desempenham um importante papel na formação integral dos alunos da Rede Municipal de Ensino, seguem os parceiros:
Secretaria de Estado da Educação SEED/PR através do Programa Educa Juntos, com foco na alfabetização e recomposição das aprendizagens;
Ministério da Educação (MEC) no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), com foco na alfabetização e recomposição das aprendizagens;
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer com o objetivo de estabelecer parcerias em projetos extraclasse envolvendo as crianças nas modalidades esportivas
de Futsal e Voleibol;
IV - No Programa União Faz a Vida (SICREDI), com o objetivo de desenvolver crianças e jovens de forma integral, promovendo a aprendizagem significativa através de projetos em sala de aula.

VIII – ESTRATÉGIAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 34 As atividades de monitoramento e avaliação são complementares entre si, de um mesmo processo. O processo de monitoramento acompanha no tempo o desenvolvimento de determinadas atividades e formula hipóteses a respeito. Sendo assim, o monitoramento verifica, por outro lado, o processo de avaliação aprofunda a compreensão sobre esse desenvolvimento, por meio da investigação das hipóteses geradas pelo monitoramento. Logo, a avaliação amplia a compreensão sobre o avaliado, por meio de instrumental qualitativo ou quantitativo, o qual depende da questão levantada. O foco dessas atividades é o acompanhamento sistemático e rotineiro de ações, metas e procedimentos relacionados ao alcance de objetivos macro, considerada sua temporalidade rotineira.
Art. 35 Monitorar continuamente permite ajustar as medidas a fim de se aproximar do alcance dos objetivos. Os processos de monitoramento e avaliação devem estar intimamente vinculados aos instrumentos de planejamento em Educação em Tempo Integral, os quais representam a espinha dorsal da gestão em Educação. Portanto, não é correto pensar que a implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação deve ocorrer somente no fim da execução dos planos, mas sim durante o processo, como acontece com o monitoramento realizado pela secretaria municipal de educação via plataforma do Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada (CNCA).
Art. 36 Com o objetivo de atingir melhores resultados nos serviços oferecidos, é essencial avaliar suas ações. Utilizar indicadores de qualidade ajuda nesse processo, pois é uma ferramenta essencial para acompanhar a performance do programa implantado. Além disso, o uso dos indicadores de qualidade também favorece o desenvolvimento do programa, já que ajuda na identificação de problemas e resultados que podem ser resolvidos e melhorados.
Art. 37 Os indicadores de qualidade para monitorar e avaliar a Política de Educação Integral em Tempo Integral serão distribuídos em sete dimensões:

- Ambiente educativo;
- Prática pedagógica;
- Avaliação;
- Gestão escolar democrática;
- A formação e as condições de trabalho dos profissionais;

- Ambiente físico;
- Acesso, permanência e sucesso dos alunos na escola.

Art. 38 O monitoramento e a avaliação da Política de Educação Integral em Tempo Integral terão a periodicidade anual, ou seja, ao final de cada ano letivo. Essa ação está diretamente associada ao sistema e a periodicidade de avaliação da aprendizagem dos alunos bem como também está ancorado nas avaliações externas. Hoje temos os seguintes índices de aproveitamento escolar:
- Instrução Normativa Nº 001/2025 de 9 de junho de 2025, disponível em:
https://www.santaamelia.pr.gov.br/uploads/pagina/arquivos/Instrucao-Normativa-no001-2025-Avaliacao-Recomposicao-Aprendizagem-1.pdf que dispõe sobre o Programa Municipal de Avaliação, Monitoramento e Recomposição da Aprendizagem, para os(as) alunos(as) matriculados no ensino regular, na Rede Pública Municipal de Ensino de Santa Amélia, PR. De acordo com os resultados obtidos nas Avaliações Diagnósticas, a escola de ensino fundamental é orientada a seguir a Instrução Normativa Nº 001/2025 para os encaminhamentos adequados dos alunos com dificuldades de aprendizagem para a intervenção e recomposição da aprendizagem conforme habilidades com baixo desempenho. Além da recomposição, a escola encaminha alunos para avaliação psicopedagógica para avaliação e possíveis encaminhamentos para Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- No ano de 2019 o município de Santa Amélia alcançou média 6,0 no IDEB – Índice do Desenvolvimento da Educação Básica, superando a meta projetada pelo MEC de 5,3;
- No ano de 2021 a média alcançada foi de 5.1 e a meta projetada era de 5,6, esse resultado é o reflexo do período da pandemia do COVID-19, fator determinante por essa queda na média do IDEB;
- No ano de 2023, a média alcançada foi de 5,9, avanços significativos em relação ao ano de 2021;
- No momento, estamos aguardando os resultados referentes ao IDEB de 2025;
- Na avaliação da Prova Paraná Mais – edição/2024, obtivemos o maior resultado em alfabetização dentre os município pertencentes ao NRE de Cornélio Procópio PR, com base nos dados da Prova Paraná Mais, expressos pelo Índice de Desenvolvimento Educacional do Paraná na Alfabetização –

IDE- Alfa, integrante do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná – SAEP, o município atingiu um valor de 4,09; demonstrando excelência em alfabetização;
- Com relação a Avaliação de Fluência Leitora – de saída, realizada no ano de 2025 nas turmas do 2º Ano do Ensino Fundamental, obtivemos 93% das crianças alfabetizadas, superando a meta projetada de 80%.

IX - CONCLUSÃO

Art. 39 Nenhum planejamento a médio e longo prazo pode ser considerado definitivo, por esse motivo, periodicamente deve ser revisto e adaptado às nova considerações sem, no entanto, desfazer ou alterar seu âmago, seu objetivo básico.
Art. 40 É esta a Política para a Educação Integral em Tempo Integral que o Município de Santa Amélia irá adotar, como diretrizes para todas as suas ações a respeito.
Art. 41 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Santa Amélia, 2 de junho de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geovana Dos Santos Coelho
Código Identificador:D971B0D2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 531/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 6 (seis) dias de férias a servidor (a) público (a) municipal **ALINE VIANA DA COSTA FERREIRA ,** matrícula n° 35501 ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS** , Dia 31/08/2026 a 05/09/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, a servidora deverá retornar as atividades normais no dia 06 de setembro de 2026
Art. 2°Conceder 4 (quatro) dias de férias de 08/09/2026 a 11/09/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2025/2026, a servidora deverá retornar as atividades normais no dia 12 de Setembro de 2026.
Art. 3º Serão convertidos 10 (dez) dias das referidas férias em abono pecuniário, de acordo com § 1º do Art. 77 da Lei Municipal nº 1108/2005.
Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 11 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:30CFC5E3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA N° 24/2026

Autorização de Compra Direta N° 24/2026
Regulamentada pela Portaria nº 025/2024 de 20 de agosto de 2024 e o § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Compra Direta n° 24/2026 – Autorizo a despesa e emissão de nota de empenho, referente Taxa IAT – Renovação Outorga/Licença da E.T.E., no valor total de R$ 854,91 (oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e um centavos) com base no DFD - Documento de Formalização de Demanda nº 33/2026.

Santa Cecília do Pavão, 24 de julho de 2026

JOSELITO DA LUZ
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:1CDE3A10

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA N° 25/2026

Autorização de Compra Direta N° 25/2026
Regulamentada pela Portaria nº 025/2024 de 20 de agosto de 2024 e o § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Autorizo a despesa e emissão de nota de empenho, referente Direta n° 25/2026, referente Serviço de carro som (propaganda volante), incluindo gravação de anúncio, motorista, combustível e demais insumos para divulgação dos serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água tratada, no valor total de R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) com base no DFD - Documento de Formalização de Demanda nº 34/2026.

Santa Cecília do Pavão, 05 de outubro de 2026

JOSELITO DA LUZ
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:E7545421

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2024

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2024

CONTRATANTE:	SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR
CONTRATADA:	WILSON JOSÉ RODRIGUES - CNPJ 23.210.955/0001-79
OBJETO:	O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de preço do Contrato nº 004/2024.
VALOR:	Fica reajustado em 4,33% (quatro virgula trinta e três por cento) o valor da hora contratada, passando de R$ 84,14 (oitenta e quatro reais e quatorze centavos) para R$ 87,78 (oitenta e sete reais e setenta e oito centavos).
VIGÊNCIA:	12 (doze) meses, contados de 07/08/2026 a 06/08/2027
DATA:	06/08/2026

JOSELITO DA LUZ
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:38A79B6D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 927/2026

LEI N° 927/2026

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES E DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO.

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – PR, APROVOU,** e eu**, WILLIAN CEZAR VIEGA,** Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º Para fins de aplicação da revisão geral anual de que trata esta Lei, adotam-se como base de cálculo os seguintes subsídios mensais:
I – Vereador: R$ 4.071,23 (quatro mil e setenta e um reais e vinte e três centavos);
II – Presidente da Câmara Municipal: R$ 4.885,46 (quatro mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e seis centavos).
Art. 2º Fica concedida revisão geral anual aos subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, mediante aplicação do percentual de 4,26% (quatro inteiros e vinte e seis centésimos por cento), correspondente à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurada no período de janeiro a dezembro de 2025, observado o disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.
Art. 3º Em decorrência da revisão geral anual prevista no art. 2º desta Lei, os subsídios mensais passam a corresponder aos seguintes valores:
I – Vereador: R$ 4.244,66 (quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e sessenta e seis centavos);
II – Presidente da Câmara Municipal: R$ 5.093,58 (cinco mil, noventa e três reais e cinquenta e oito centavos).
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 11 de agosto de 2026

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:6FAAAADD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 925/2026

LEI Nº 925/2026

Concede revisão geral anual aos subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, altera a Lei Municipal nº 811, de 02 de dezembro de 2024, e altera a Lei Municipal nº 003, de 16 de março de 1999.

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – PR, APROVOU,** e eu**, WILLIAN CEZAR VIEGA,** Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:
Art. 1º Para fins de aplicação da revisão geral anual de que trata esta Lei, adotam-se como base de cálculo os seguintes valores de subsídio mensais:
I – Prefeito Municipal: R$ 20.119,63 (vinte mil cento e dezenove reais e sessenta e três centavos);
II – Vice-Prefeito Municipal: R$ 7.314,06 (sete mil trezentos e quatorze reais e seis centavos).
Art. 2º Fica concedida revisão geral anual aos subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, mediante aplicação do percentual de 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento), correspondente à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurada no período de janeiro a dezembro de 2025, observado o disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.
Art. 3º Em decorrência da revisão geral anual prevista no art. 2º desta Lei, os subsídios mensais passam a corresponder aos seguintes valores:
I – Prefeito Municipal: R$ 20.976,73 (vinte mil novecentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos);
II – Vice-Prefeito Municipal: R$ 7.625,64 (sete mil seiscentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos).
Art. 4º O art. 2º da Lei Municipal nº 811, de 02 de dezembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º Os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito serão objeto de revisão geral anual, na mesma data e sem distinção de índices em relação à revisão geral anual concedida aos servidores públicos municipais, observado o disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal." (NR)
Art. 5º Ficam alterados os subsídios correspondentes aos símbolos AGP01 e AGP02 constantes do Anexo VII da Lei Municipal nº 003, de 16 de março de 1999, que passam a vigorar com os seguintes valores:
I – AGP01: R$ 20.976,73 (vinte mil novecentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos);
II – AGP02: R$ 7.625,64 (sete mil seiscentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos).
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 11 de agosto de 2026

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:467D0118

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 926/2026

LEI Nº 926/2026

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SUBSÍDIOS DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE

CASTELO, ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 812, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2024, E ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 003, DE 16 DE MARÇO DE 1999.

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – PR, APROVOU,** e eu**, WILLIAN CEZAR VIEGA,** Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:
Art. 1º Para fins de aplicação da revisão geral anual de que trata esta Lei, adotam-se como base de cálculo os seguintes subsídios mensais:
I – Secretário Administrativo: R$ 6.429,95 (seis mil, quatrocentos e vinte e nove reais e noventa e cinco centavos);
II – Secretário de Finanças: R$ 5.920,08 (cinco mil, novecentos e vinte reais e oito centavos);
III – Secretário de Obras, Viação e Urbanismo: R$ 5.920,08 (cinco mil, novecentos e vinte reais e oito centavos);
IV – Secretário de Educação, Cultura, Desporto e Turismo: R$ 5.920,08 (cinco mil, novecentos e vinte reais e oito centavos);
V – Secretário de Saúde: R$ 5.920,08 (cinco mil, novecentos e vinte reais e oito centavos);
VI – Secretário de Assistência Social: R$ 5.920,08 (cinco mil, novecentos e vinte reais e oito centavos);
VII – Secretário de Indústria, Comércio, Fomento Agropecuário e Meio Ambiente: R$ 5.920,08 (cinco mil, novecentos e vinte reais e oito centavos);
VIII – Secretário de Planejamento, Projetos, Engenharia e Habitação: R$ 5.920,08 (cinco mil, novecentos e vinte reais e oito centavos).
Art. 2º Fica concedida revisão geral anual aos subsídios dos Secretários Municipais do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, mediante aplicação do percentual de 4,26% (quatro inteiros e vinte e seis centésimos por cento), correspondente à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurada no período de janeiro a dezembro de 2025, observado o disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.
Art. 3º Em decorrência da revisão geral anual prevista no art. 2º desta Lei, os subsídios mensais passam a corresponder aos seguintes valores:
I – Secretário Administrativo: R$ 6.703,87 (seis mil, setecentos e três reais e oitenta e sete centavos);
II – Secretário de Finanças: R$ 6.172,28 (seis mil, cento e setenta e dois reais e vinte e oito centavos);
III – Secretário de Obras, Viação e Urbanismo: R$ 6.172,28 (seis mil, cento e setenta e dois reais e vinte e oito centavos);
IV – Secretário de Educação, Cultura, Desporto e Turismo: R$ 6.172,28 (seis mil, cento e setenta e dois reais e vinte e oito centavos);
V – Secretário de Saúde: R$ 6.172,28 (seis mil, cento e setenta e dois reais e vinte e oito centavos);
VI – Secretário de Assistência Social: R$ 6.172,28 (seis mil, cento e setenta e dois reais e vinte e oito centavos);
VII – Secretário de Indústria, Comércio, Fomento Agropecuário e Meio Ambiente: R$ 6.172,28 (seis mil, cento e setenta e dois reais e vinte e oito centavos);
VIII – Secretário de Planejamento, Projetos, Engenharia e Habitação: R$ 6.172,28 (seis mil, cento e setenta e dois reais e vinte e oito centavos).
Art. 4º O art. 2º da Lei Municipal nº 812, de 02 de dezembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º Os subsídios dos Secretários Municipais serão objeto de revisão geral anual, na mesma data e sem distinção de índices em relação à revisão geral anual concedida aos servidores públicos municipais, observado o disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal." (NR)
Art. 5º Ficam alterados os valores dos subsídios previstos para os símbolos AGP03 e AGP04 constantes do Anexo VII da Lei Municipal nº 003, de 16 de março de 1999, que passam a vigorar com os seguintes valores:
I – símbolo AGP03: R$ 6.703,87 (seis mil, setecentos e três reais e oitenta e sete centavos);
II – símbolo AGP04: R$ 6.172,28 (seis mil, cento e setenta e dois reais e vinte e oito centavos).
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, aos 11 de agosto de 2026

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:BF9BFA14

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE REVOGAÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 033/2025

TERMO DE REVOGAÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 033/2025
CREDENCIAMENTO Nº 016/2025
OBJETO: CREDENCIMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, PEDREIRO E PINTOR, em atendimento à **Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo** do município de **Santa Cruz de Monte Castelo/PR,** e respectivos anexos.
CREDENCIADO: ADAIR JOSÉ MARINHO
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, Estado do Paraná, por intermédio da autoridade competente, no uso de suas atribuições legais e administrativas, e
CONSIDERANDO que o Município de Santa Cruz de Monte Castelo instaurou o procedimento de **Inexigibilidade de Licitação nº 033/2025 – Credenciamento nº 016/2025**, tendo por objeto o credenciamento de pessoas físicas interessadas na prestação de serviços de **Auxiliar de Serviços Gerais, Pedreiro e Pintor**, conforme as condições, requisitos e critérios estabelecidos no instrumento convocatório;
CONSIDERANDO que o credenciado **ADAIR JOSÉ MARINHO** apresentou a documentação exigida no Edital de Credenciamento nº 016/2025, tendo sido considerado apto para o credenciamento na função de **Auxiliar de Serviços Gerais**;
CONSIDERANDO que, após a análise da documentação apresentada e o regular processamento do procedimento, foi realizada a **adjudicação e homologação** do credenciamento, conforme Termo de Adjudicação e Homologação publicado em **13 de maio de 2026**;
CONSIDERANDO que, em razão da adjudicação e homologação, foi formalizado, igualmente em **12 de maio de 2026**, o respectivo **Termo de Credenciamento**, estabelecendo as condições para a prestação dos serviços pelo credenciado;
CONSIDERANDO que, após a formalização do Termo de Credenciamento, a Administração Municipal realizou **diversas tentativas de contato com o credenciado ADAIR JOSÉ MARINHO**, com a finalidade de convocá-lo para comparecimento junto ao Município para assinatura do Termo de Credenciamento, bem como para que pudesse ser dado início à prestação dos serviços objeto do credenciamento;
CONSIDERANDO que, apesar das reiteradas tentativas de contato realizadas pela Administração, o credenciado **não compareceu ao Município para assinatura, e iniciar a prestação dos serviços**;
CONSIDERANDO que a ausência do credenciado impede a efetiva execução do objeto para o qual foi realizado o credenciamento, frustrando a finalidade administrativa da sua convocação e comprometendo o atendimento da necessidade pública que fundamentou a contratação;
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar, em suas contratações, os princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, razoabilidade, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório**, previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que a permanência de credenciado que, embora regularmente habilitado, **não atende às solicitações da Administração, não comparece para assinar o Termo de Credenciamento e não inicia a prestação dos serviços para os quais foi credenciado**, não se mostra compatível com os princípios da eficiência, do interesse público e da boa gestão dos recursos e serviços públicos;
CONSIDERANDO que a Administração não pode manter indefinidamente ativo vínculo administrativo cuja execução não se

concretizou, especialmente quando o credenciado, mesmo após ser contatado reiteradamente, não demonstra interesse ou disponibilidade para cumprir as obrigações decorrentes do credenciamento;
CONSIDERANDO que a revogação constitui medida administrativa destinada a preservar o interesse público quando razões de conveniência e oportunidade, devidamente motivadas, demonstram que a manutenção do ato administrativo deixou de ser adequada ao atendimento da finalidade pretendida;
CONSIDERANDO, por fim, que a Administração deve atuar de forma eficiente e diligente, evitando a manutenção de vínculos administrativos sem efetiva execução do objeto e assegurando que os profissionais credenciados estejam efetivamente disponíveis para atender às necessidades do Município;
RESOLVE:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA REVOGAÇÃO
REVOGAR, por razões de interesse público, conveniência e oportunidade administrativa, o **Credenciamento de ADAIR JOSÉ MARINHO**, na função de **Auxiliar de Serviços Gerais**, decorrente da **Inexigibilidade de Licitação nº 033/2025 – Credenciamento nº 016/2025**, bem como tornar sem efeito, para fins de continuidade da relação administrativa, o respectivo **Termo de Credenciamento formalizado em 12 de maio de 2026**, diante da ausência de comparecimento e da não disponibilização do credenciado para assinatura do termo e início da prestação dos serviços, apesar das reiteradas tentativas realizadas pela Administração Municipal.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO
A presente revogação fundamenta-se na **ausência de efetiva execução do objeto**, decorrente do não comparecimento do credenciado para início da prestação dos serviços, mesmo após as tentativas de contato e solicitações realizadas pela Administração, circunstância que tornou inadequada e inconveniente a manutenção do vínculo administrativo.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Fica consignado que, o credenciado **não iniciou a prestação dos serviços de Auxiliar de Serviços Gerais**, razão pela qual não haverá reconhecimento de serviços executados ou pagamento decorrente de prestação não realizada.
CLÁUSULA QUARTA – DA PRESERVAÇÃO DO PROCEDIMENTO
A presente medida produz efeitos **exclusivamente em relação ao credenciado ADAIR JOSÉ MARINHO**, não atingindo os demais interessados ou credenciados regularmente habilitados no âmbito do Credenciamento nº 016/2025, permanecendo íntegros os atos e vínculos administrativos regularmente constituídos em relação aos demais credenciados.
CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICIDADE
Determina-se a publicação do presente Termo de Revogação nos meios oficiais de publicidade adotados pelo Município, para conhecimento dos interessados e produção dos efeitos administrativos cabíveis.
CLÁUSULA SEXTA – DO ENCERRAMENTO
Após a publicação deste Termo, proceda-se às anotações necessárias no processo administrativo da **Inexigibilidade de Licitação nº 033/2025 – Credenciamento nº 016/2025**, promovendo-se o encerramento do vínculo administrativo mantido com o credenciado **ADAIR JOSÉ MARINHO**, observadas as formalidades legais pertinentes.

Santa Cruz de Monte Castelo – PR, 11 de agosto de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:8CEC6105

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ
RESOLUÇÃO 018/2026

SÚMULA: Constitui Comissão Especial para emissão de parecer a Proposta de Emenda a Lei Orgânica 001/2026 do Município de Santa Fé, Estado do Paraná e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal no uso das suas atribuições legais promulga a seguinte:
RESOLUÇÃO:

Art. 1º.- Fica designada na forma do artigo 144 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná uma Comissão Especial para emissão de parecer a Proposta de Emenda a Lei Orgânica 001/2026, composta dos seguintes membros:

NUHAD KASSEM ABOUGHATAS – NOVO
THIAGO WILLIAN DOS SANTOS – PP
ROSA MARIA DE SOUZA - PODEMOS

Art. 2º.- Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador Antonio Firmino de Souza, aos dez dias do mês de agosto de 2026.

JOÃO MAURO SIMARDE
Presidente da Câmara

Publicado por:
Marcos da Silva Santos
Código Identificador:A0EDC79A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 225/2026

Revoga o Pregão Eletrônico nº 029/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 041/2026, instaurado com a finalidade de realização de Registro de Preços para aquisição fracionada de linhas, elásticos e tecidos, destinados ao atendimento das demandas das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO que, no decorrer da análise do procedimento licitatório - Pregão Eletrônico nº 029/2026, foram identificadas falhas e insuficiências na descrição dos itens que compõem o objeto do certame, especialmente quanto à ausência de especificações necessárias à adequada e inequívoca identificação dos produtos pretendidos pela Administração;

CONSIDERANDO que a definição precisa, suficiente e objetiva das especificações do objeto constitui elemento essencial ao regular processamento da licitação, de modo a possibilitar aos interessados a correta compreensão das necessidades da Administração e a formulação de propostas em condições de igualdade;

CONSIDERANDO que a manutenção das descrições atualmente constantes do instrumento convocatório poderá suscitar dúvidas quanto às características dos produtos a serem fornecidos, ocasionar pedidos de esclarecimentos e impugnações, dificultar a formulação e o julgamento objetivo das propostas e, consequentemente, comprometer o regular prosseguimento e o êxito do procedimento licitatório;

CONSIDERANDO a necessidade de revisão e aprimoramento das especificações dos itens, a fim de que o objeto seja adequadamente delimitado e contenha informações suficientes para assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a continuidade do certame nas condições atualmente estabelecidas não se mostra conveniente e oportuna ao interesse público, sendo recomendável a revogação do procedimento

para que a Administração possa promover as adequações necessárias e, oportunamente, instaurar novo procedimento licitatório com especificações devidamente revisadas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso II, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a revogação da licitação por motivo de conveniência e oportunidade decorrente de fato superveniente devidamente comprovado,

DECRETA

Art. 1º Fica REVOGADO o Pregão Eletrônico nº 029/2026, oriundo do Processo Administrativo nº 041/2026, cujo objeto consiste no Registro de Preços para aquisição fracionada de linhas, elásticos e tecidos, destinados ao atendimento das demandas das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, em 11 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:C8D90F9F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 226/2026

Cancela Tributos Municipais e da outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o § 3º, do Art. 94, da Lei Complementar nº 002/2010 – Código Tributário Municipal,

DECRETA

Art. 1° Ficam cancelados os débitos tributários processados indevidamente pelo sistema de tributação do Município, em relação ao contribuinte abaixo relacionado, tendo em vista que a referida empresa foi baixada em 2021, conforme comunicado à Prefeitura através do Portal Empresa Fácil, através do Protocolo PRN2134786712.

Contribuinte / Endereço	Cadastro	Tributo	Exercício	Valor a Cancelar
Cleusa Ferreira da Silva Cunha CNPJ: 08.289.607/0001-45	2. 551242	Taxa de Fiscalização de Funcionamento	2022	R$ 1.006,39

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 11 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:851F90B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA REALIZAÇÃO DO SORTEIO QUE FORMARÁ UMA LISTA PARA ORDEM DA SEGUNDA CHAMADA PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026-PMSF, INEXIGIBILIDADE 24/2026-PMSF, CUJO OBJETO **É O CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA EM VEICULOS PESADOS E UTILITARIOS, INCLUINDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, REALIZADOS MEDIANTE REQUISIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME A DEMANDA, COM VALORES PRATICADOS A PARTIR DE PERCENTUAIS DE DESCONTO APLICADOS SOBRE TABELAS DE REFERÊNCIA VIGENTES, DESTINADOS AOS VEÍCULOS PESADOS E UTILITARIOS DA FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ/PR.**

Aos 10 dias do mês de agosto de 2026, às 14h00min, na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná, na ausência de Agente de Contratação, reuniram-se a Pregoeira Municipal Adriana Pereira dos Reis dos Santos e os membros da equipe de apoio integrada por Bruno Henrique Peitl, Geisislania Oliveira Santos e Regina Doriana Grolla, designados pela Portaria nº 53/2026, para realização do sorteio que formará uma lista para ordem da segunda chamada para a execução do objeto do Chamamento Público nº 05/2026-PMSF, Inexigibilidade nº 24/2026, em atendimento ao subitem 5.3, alíneas "c" e "e" do Edital.
A Pregoeira Municipal e a Equipe de Apoio atestaram, conforme a Ata da Terceira Sessão de Análise dos Documentos de Habilitação, o interesse das seguintes empresas: **01 – GT BRASIL PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 29.022.500/0001-06; 02 – ELTON ROBERT FLORIANO – ME, inscrita no CNPJ: 39.891.044/0001-94; e 03 – XARÁ COMÉRCIO DE PEÇAS PARA CAMINHÕES LTDA. – EPP, inscrita no CNPJ: 78.110.053/0003-14**, as quais foram declaradas habilitadas. Na sequência houve a realização do sorteio, da qual ficou definida a seguinte ordem de classificação para a execução do objeto licitado.

CLASSIFICAÇÃO LOTE 01 – VEÍCULOS PESADOS
01 – EQUITRATOR TRATORES PEÇAS HIDRÁULICAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 82.039.025/0001-63 (classificada na primeira sessão)
02 – ELTON ROBERT FLORIANO – ME, CNPJ: 39.891.044/0001-94 (classificada na segunda sessão)
03 – XARÁ COMÉRCIO DE PEÇAS PARA CAMINHÕES LTDA. – EPP, CNPJ: 78.110.053/0003-14 (Segunda classificada na presente sessão)
04 – GT BRASIL PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 29.022.500/0001-06 (Terceira classificada na presente sessão)
CLASSIFICAÇÃO LOTE 02 – VEÍCULOS UTILITÁRIOS
01 – EQUITRATOR TRATORES PEÇAS HIDRÁULICAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 82.039.025/0001-63 (classificada na primeira sessão)
02 – MARINA ALVES DA SILVA MECÂNICA AUTOMOTIVA - ME, CNPJ: 42.511.507/0001-50 (classificada na segunda sessão)
03 – ELTON ROBERT FLORIANO – ME, CNPJ: 39.891.044/0001-94 (Primeira classificada na presente sessão)
04 – XARÁ COMÉRCIO DE PEÇAS PARA CAMINHÕES LTDA. – EPP, CNPJ: 78.110.053/0003-14 (Segunda classificada na presente sessão)
05 – GT BRASIL PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 29.022.500/0001-06 (Terceira classificada na presente sessão) – Cadastro de Reserva

Conforme definido na alínea "b" do subitem 5.3. do Edital de Chamamento Público nº 05/2026, até 04 (quatro) empresas serão selecionadas para execução imediata dos serviços em cada lote, desta forma a empresa **GT BRASIL PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 29.022.500/0001-06**, **entrará no Cadastro de Reserva para o Lote 02**, podendo ser convocada, qualquer tempo, conforme a necessidade da Administração Municipal.

Em atendimento ao item 6.1. do Edital, determina-se a publicação do presente documento no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná, bem como no Portal de Transparência do município, através do endereço eletrônico https://www.santafe.pr.gov.br/ - aba "LICITAÇÕES".

Nada mais havendo, eu, Adriana Pereira dos Reis dos Santos, Pregoeira Municipal, às 14h27min, dei por encerrada a presente reunião e lavrei o presente documento que segue assinado por mim e membros da Equipe de Apoio.

ADRIANA PEREIRA DOS REIS DOS SANTOS
Pregoeira Municipal

BRUNO HENRIQUE PEITL
Equipe de Apoio

REGINA DORIANA GROLLA
Equipe de Apoio

GEISISLANIA OLIVEIRA SANTOS
Equipe de Apoio

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:AD09672B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 016/2026.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO/PSS Nº 001/2026

O Prefeito Municipal de Santa Fe, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº 030/2026, que homologa o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº001/2026 – para contratação temporária
R E S O L V E

CONVOCAR o candidato abaixo, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 001/2026, para comparecer na Prefeitura de Santa Fé – Departamento de Recursos Humanos, entre os dias **13 e 14 de agosto de 2026**, a fim de se submeter ao processo de admissão, munidos de cópia dos seguintes documentos;
I- Registro Geral – RG
II- Certificado de reservista, quando couber.
III- Titulo de Eleitor.
IV- Comprovante de voto na ultima eleição ou a justificativa da ausência.
V- Cadastro de Pessoa Física
VI- Comprovante de escolaridade ou habilitação exigida.
VII- Registro no órgão de classe, quando couber.
VIII- Certidão de Nascimento ou Casamento.
IX- Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos, quando couber.
X- Carteira de vacinação dos filhos até 05(cinco) anos.
XI- 01 (uma) foto 3x4 recente, tirada de frente.
XII- Carteira Nacional de Habilitação, conforme exigência do cargo.
XIII- Atestado de Sanidade Física e Mental, mais os exames abaixo;
a-Urina;
b-Hemograma completo;
c-Glicemia;
d- eletro cardiograma
XIV- Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
XV- Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos que a lei indicar, declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio;
XVI- Carteira de Trabalho;
XVII- Comprovante de Residência atualizado;

Para efeito de admissão os candidatos aprovados, ficam sujeitos a aprovação em todos os exames médicos realizados as suas custas.
A aprovação nos exames médicos é de caráter eliminatório, considerando-se aprovados os candidatos tidos como aptos.
***O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação dos candidatos.**

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL –- 40 HORAS

NOME	CLASSIFICAÇÃO
FERNANDA JOSINO DE SOUZA PORFIRIO	40º
ANGELA CIPRIANO DA SILVA BATISTA	41º
RAFAELA BATISTA DE SOUZA	42º

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, em 11 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:885472A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE ESPECÍFICA.

PORTARIA Nº 16.001
Data:12.08.2026

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES aos servidores que específica.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o direito adquirido dos servidores às férias regulamentares, conforme disposto na legislação municipal vigente;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o bem-estar dos servidores públicos;

CONSIDERANDO a importância de organizar o gozo de férias de forma a assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais à população;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos do artigo 167 da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, **férias regulamentares,** aos servidores listados a seguir:

SECRETARIA DA SAÚDE			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
JHENEFER BARBOZA DA ROCHA	095.***.***-70	10/08/2026	2024/2025
TABATA VITORIA ZUCONELLI	098.***.***-10	30/07/2026	2025/2026
VANILCE DOS SANTOS	044.***.***-16	31/07/2026	2023/2024
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
CLAUDINETE FATIMA LUQUINI	830.***.***-20	05/08/2026	2025/2026
SECRETARIA DO ESPORTE			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
TIAGO JOSE GIORDANI	966.***.***-68	03/08/2026	2025/2026
SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
CLEUZA DE LIMA	882.***.***-82	10/08/2026	2025/2026
LESLIÉ DEFANTE	050.***.***-10	07/08/2026	2024/2025
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
JIENCRIS DANIELI ROBE FALK	025.***.***-01	03/08/2026	2025/2026
GABINETE DO PREFEITO			
NOME	**Nº CPF**	**A PARTIR DE:**	**PERÍODO AQUISITIVO**
ELIS PATRICIA SCHNEIDER DA SILVA	050.***.***-40	03/08/2026	2025/2026

Art.2º - Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, ressalvadas as disposições contidas no artigo primeiro.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Santa Izabel do Oeste, 12 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:955BD4BF

IPRESIO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE PR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. º 01/2026.

PESSOA JURIDICA VENCEDORA:
KAROLYNE FISS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ: 62.772.141/0001-80
AVENIDA BERTINO WARMLING, 1345, SALA 02
SALTO DO LONTRA – PR
85.670-000

OBJETO: Contratação de serviços jurídicos para representação judicial e extrajudicial do Instituto de Previdência do Município de Santa Izabel do Oeste/PR – IPRESIO, em demanda judicial de natureza previdenciária relacionada à Ação Coletiva Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária, com recursos proprios, para um periodo de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL: R$ 17.900,00 (Dezessete mil e noventos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Ref. Dotação	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
613	11.001	9.272.0032.2.135	3.3.3.90.39.05.00	00100

VI – Origem dos Recursos Financeiros:

00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS

FUNDAMENTO LEGAL: FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II do Art. 75 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Santa Izabel do Oeste, em 11 de agosto de 2026.

JOSÉ PAULO DELLA JUSTINA
Diretor-Presidente do IPRESIO

Publicado por:
Cristiane Pinto
Código Identificador:8F19744E

IPRESIO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE PR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. º 02/2026.

PESSOA JURIDICA VENCEDORA:
BRASILIS CONSULTORIA ATUARIAL LTDA
CNPJ: 05.068.624/0001-64
RUA QUELUZITA, 34, SALA 1402 BLOCO 02 TOWER
BAIRRO DOM JOAQUIM
BELO HORIZONTE – MG
CEP: 31.170-679

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de auditoria previdenciária, financeira e atuarial, visando à apuração dos valores relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre verbas de natureza temporária/transitória, à elaboração de estudos de impacto financeiro e atuarial decorrentes da eventual restituição desses valores e da eventual alteração da base contributiva do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Santa Izabel do Oeste/PR, com recursos próprios, para um período de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL: R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Ref. Dotação	Órgão/ Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
613	11.001	9.272.0032.2.135	3.3.3.90.39.05.00	00100

VI – Origem dos Recursos Financeiros:

00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS

FUNDAMENTO LEGAL: FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II do Art. 75 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Santa Izabel do Oeste, em 11 de agosto de 2026.

JOSÉ PAULO DELLA JUSTINA
Diretor-Presidente do IPRESIO

Publicado por:
Cristiane Pinto
Código Identificador:C732ADC7

IPRESIO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE PR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 01/2026.

PESSOA JURIDICA VENCEDORA:
COPPINI & CIA LTDA-EPP
CNPJ: 08.729.009/0001-40
RUA: PORTO ALEGRE, Nº 351, SALA 01
CENTRO
SANTA HELENA – PR
CEP: 85892-000.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de implementação personalizada no sistema previdenciário SICAP Web, utilizado pelo IPRESIO, Instituto de Previdência do Município de Santa Izabel do Oeste/PR, para realização de cálculos e concessão de benefícios previdenciários, destinada à parametrização e adequação do sistema às alterações promovidas pela Emenda à Lei Orgânica nº 01/2026, Lei Complementar nº 28/2026, Lei Municipal nº 2.889/2026 e Lei Municipal nº 2.890/2026., para um período de 06 (seis) meses, com recursos próprios.

VALOR TOTAL: R$ 3.000,00 (três mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Ref. Dotação	Órgão/ Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
613	11.001	9.272.0032.2.135	3.3.3.90.39.05.00	00100

VI – Origem dos Recursos Financeiros:

00100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS

FUNDAMENTO LEGAL: FUNDAMENTO LEGAL: Inciso I do Art. 74 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Santa Izabel do Oeste, em 11 de agosto de 2026.

JOSÉ PAULO DELLA JUSTINA
Diretor-Presidente do IPRESIO

Publicado por:
Cristiane Pinto
Código Identificador:F969BF4D

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2026 CONVOCA A X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSTITUI A COMISSÃO ORGANIZADORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2026

Convoca a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, constitui a Comissão Organizadora e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, Vanusa Aparecida Portilhiotti Rosa, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.696, de 13 de março de 2015, e considerando a deliberação da plenária do Conselho realizada no dia 17 de julho de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Izabel do Oeste, a ser realizada no dia 04 de novembro de 2026, com início às 08h00 e término às 17h00, no Centro Cultural Monsenhor Cestilio José Miotto, localizado na Avenida dos Pinheiros, Centro, Santa Izabel do Oeste – PR.

Art. 2º Fica constituída a Comissão Organizadora da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta pelos seguintes membros: **Juliani Aparecida Azambuja, José Leandro Petry, Susana Pereira, Deborah Alana Girotto, Adão Babinski, Magda Matilda Pires, Cleide da Rocha Ribeiro, Claudinete Fátima Luquini, Débora Vanessa Cerini Catto.**

Parágrafo único. Compete à Comissão Organizadora planejar, coordenar, organizar e executar todas as atividades necessárias à realização da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborar a proposta do Regimento Interno, organizar as pré-conferências, promover a mobilização dos diversos segmentos da sociedade, coordenar a infraestrutura e a programação do evento, sistematizar as propostas aprovadas, organizar o processo de eleição dos delegados e adotar as demais providências necessárias ao pleno desenvolvimento da Conferência.

Art. 3º A Conferência será regida por Regimento Interno, elaborado pela Comissão Organizadora, apreciado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e aprovado pela plenária na abertura da Conferência.

Art. 4º A realização da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem por objetivo mobilizar os integrantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA, representantes do Poder Público, entidades da sociedade civil, conselhos de direitos, Conselho Tutelar, profissionais da rede de atendimento, crianças, adolescentes e a sociedade em geral para avaliar a política de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como construir propostas voltadas ao fortalecimento das políticas públicas, da participação social e da democracia participativa.

Art. 5º A Conferência terá como tema central:

"Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa."

Art. 6º Poderão participar da Conferência representantes dos órgãos governamentais, entidades da sociedade civil, conselhos de direitos, Conselho Tutelar, profissionais da rede de atendimento, instituições de ensino, organizações sociais, crianças, adolescentes, famílias e demais interessados na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, observadas as disposições do Regimento Interno.

Art. 7º As despesas decorrentes da realização da Conferência correrão por conta de dotação orçamentária própria do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA e da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 8º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Izabel do Oeste – PR, 11 de agosto de 2026.

VANUSA APARECIDA PORTILHIOTTI ROSA
Presidente CMDCA

Publicado por:
Claudinete Fatima Luquini
Código Identificador:113D42C4

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO 47

AVISO DE LICITAÇÃO
NUMERO LICITAÇÃO NO PNCP E COMPRASGOV Nº 987851-18/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2026
O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **08h00min do dia 28 de agosto de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita à Rua Canela esquina com a Rua Angico, 731, Centro, em Santa Izabel do Oeste, Paraná, Brasil, **PREGÃO ELETRÔNICO**. **OBJETO: "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Registradores Eletrônicos de Ponto (REP), destinados ao Controle eletrônico de frequência dos servidores públicos do Município de Santa Izabel do Oeste – PR, para um período de 12(doze) meses, com recursos próprios"** Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM**. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 08h00 do dia 28 de agosto de 2026, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado ou pelo site https://santaizabeldooeste.atende.net/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacao@sio.pr.gov.br.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.
Santa Izabel do Oeste – PR, 11 de agosto de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:AB9969AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2023 REF. LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº1/2023 EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA EM UM TRECHO DE ESTRADA RURAL DA LINHA TRONCO VERDE, COM MEIO FIO, PLACA DE SINALIZAÇÃO E PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS NAS LATERAIS,

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 14/2023
Ref. Licitação Tomada de preços Nº1/2023
Execução de Obra de Pavimentação Poliédrica em um trecho de estrada rural da Linha Tronco Verde, com Meio Fio, placa de

sinalização e plantio de grama em placas nas laterais, totalizando 17.220 M2 de pavimentação, de acordo com Convênio n° 408/2022 da Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento, conforme especificações Técnicas, Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilhas, Orçamento Detalhado e Projetos.

E X T R A T O

Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
Contratada**:** GUSTAVO HENRIQUE FAQUINELLO ME
Objeto:
O presente Termo Aditivo visa a dilatação do prazo de vigência do referido contrato em mais 60 dias (Sessenta dias), com início em 06/08/2026 e término em 06/10/2026, tendo em vista a existência de saldo, conforme cláusula nona do contrato em epígrafe e nos termos do art. 79, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, o prazo de execução fica automaticamente prorrogado pelo período de arrolamento do processo administrativo. Após a conclusão das providências técnicas, o cronograma físico-financeiro será atualizado, oportunidade em que será definido o prazo efetivamente necessário para a conclusão da obra, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
Prazo de Vigência: 06/10/2026.
Data da Assinatura: 06/08/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:2890A5EF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO ADITIVO Nº 04 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2025 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 08/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 04 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2025
Processo de Inexigibilidade nº 08/2025

OBJETO: Prestação de serviços de assessoria técnica em matéria de Direito Público, especialmente na elaboração de atualização e modernização da Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal.

CONTRATANTE:CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE – PR.

CONTRATADA:CMM ASSESSORIA TRIBUTÁRIA E PROJETOS LTDA.

VIGÊNCIA ATUAL:11/11/2026.

EXECUÇÃO ATUAL:11/11/2026.

DATA DA ASSINATURA:07/08/2026.

PELA CONTRATANTE:VALDIR ANTONIO CARVALHO - Presidente

PELA CONTRATADA: MARIJANI BLASIUS RIBEIRO - Representante Legal.

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:649AD053

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2026 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 15/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2026
Processo de Inexigibilidade nº 15/2026

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE-PR

CONTRATADA: INSTITUTO NOJURI'S LTDA
CNPJ Nº: 66.284.337/0001-86

OBJETO: Aquisição de 04 (quatro) inscrições para o curso "O Poder Fiscalizador e Julgador do Legislativo Municipal – Vereadores, Assessores e Servidores: Atuação nas CPI's, Comissões Processantes, Comissões Especiais, no Controle Interno e Patrimônio da Administração Pública", a ser realizado nos dias 11, 12, 13 e 14 de agosto de 2026, no Município de Curitiba-PR.

VALOR TOTAL: R$ 11.160,00 (onze mil e cento e sessenta reais).

VIGÊNCIA: 09/09/2026.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, III, "f", Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Santo Antônio do Sudoeste, em 07/08/2026.

VALDIR ANTONIO CARVALHO –
Presidente

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:3D5A5E11

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2026

Com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e no art. 36 da Resolução nº 04/2023, do Poder Legislativo Municipal, bem como nas justificativas constantes do processo, RATIFICO o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 15/2026, cujo objeto consiste na aquisição de 04 (quatro) inscrições para o curso "O Poder Fiscalizador e Julgador do Legislativo Municipal – Vereadores, Assessores e Servidores: Atuação nas CPI's, Comissões Processantes, Comissões Especiais, no Controle Interno e Patrimônio da Administração Pública", a ser realizado nos dias 11, 12, 13 e 14 de agosto de 2026, no Município de Curitiba-PR.

Contratada: INSTITUTO NOJURI'S LTDA - CNPJ n° 66.284.337/0001-86.

Valor total de R$ 11.160,00 (onze mil e cento e sessenta reais).

Santo Antônio do Sudoeste-PR, 07 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE.

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente da Câmara de Vereadores
Santo Antônio do Sudoeste

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:F0425662

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
PORTARIA Nº 14/2026

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ - CODENOP, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Estatuto, no interesse dos Consorciados e de conformidade com o artigo 11 do Estatuto do Consórcio, com última alteração em 27/01/2017.

RESOLVE

Art. 1º. REVOGAR O ATO DE CONSÓRCIO Nº 03/2023 que **ATRIBUIR FUNÇÃO GRATIFICADA – FG DE DIRETOR EXECUTIVO**, à servidora **DIANARA CHRISTINA MARTINS**, portadora do CPF nº 064.959.859-83 e RG nº 10.688.442-0, admitida na forma do inciso II, do artigo 37 da Constituição Federal, nomeado em caráter efetivo para o cargo de Pedagoga, no município de São Jeronimo da Serra, com direito à percepção de Gratificação pelo CODENOP, nos termos do artigo 11 do Estatuto deste Consórcio.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Jeronimo da Serra/PR, em 11 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Presidente do CODENOP

Publicado por:
Dianara Christina Martins Pereira
Código Identificador:5EA6FEB1

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
PORTARIA N.º 15/2026

ATRIBUI Cargo em comissão de Diretor Executivo do CODENOP, para prestação de serviços ao Consórcio. Conforme deliberado em ata, no dia 27/01/2023 e previsto na 6º Termo Aditivo ao Protocolo de Intenção ao Codenop.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ - CODENOP, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Estatuto, no interesse dos Consorciados e de conformidade com o artigo 11 do Estatuto do Consórcio, com última alteração em 27/01/2023.

RESOLVE

Art. 1º. ATRIBUIR CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR EXECUTIVO, a **MATHEUS VINICIUS QUEVEDO NAVARRO**, portador do R.G. nº 14.936.207-0 e CPF nº 098.233.419-23, nos termos do artigo 11 do Estatuto deste Consórcio.

Art. 2º. Este Ato de Consórcio entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Jeronimo da Serra, 12 de agosto de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Presidente do Consórcio

Publicado por:
Dianara Christina Martins Pereira
Código Identificador:9A297898

SAMAE
2° ADITIVO DO CONTRATO 24/2024

Pelo presente, de um lado o SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PR, já qualificado no presente contrato como contratante e, de outro, o PLENUS GESTÃO PÚBLICA LTDA, CNPJ 48.359.260/0001-84, já qualificado no mesmo contrato como contratado, têm entre si justo e contratado o que segue.

CLÁSULA PRIMEIRA: Promove o reajuste inflacionário considerando o índice IPCA disponível acumulado no período de 07/2025 a 06/2026 na ordem de 4,64%, passando a vigorar o valor de R$ 1.977,09 (um mil, novecentos e setenta e sete reais e nove centavos) em 12 parcelas mensais de 164,76 a partir de 16/09/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: Prorroga o prazo previsto na Cláusula Sétima do referido Contrato de 16/09/2026 a 16/09/2027.

CLÁUSULA QUARTA: Ficam inalteradas as demais disposições contratuais. E por estarem de pleno acordo, firmam o presente aditivo em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas.

São Jerônimo da Serra, 06 de agosto de 2026.

Serviço Autonomo Municial de água e Esgoto
VICENTE SAMPAIO -
Diretor

PLENUS GESTÃO PÚBLICA LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

Luiz Mario Ferreira, RG 8.678.285-5

Ilana Karini de Oliveira Gomes, RG 13.558.648-0

Publicado por:
Luiz Mario Ferreira
Código Identificador:7DC3D875

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 043/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 043/2026

O Município de SÃO JERÔNIMO DA SERRA -PR avisa os interessados que realizará no dia **17/08/2026 às 08:30**, no portal de COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR, A LICITAÇÃO na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO,** QUE TEM POR OBJETO **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CMEIs E DEMAIS ESTABELECIMENTOS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO, PELO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20. VALOR ESTIMADO: R$ 16.444,38 (dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos).** A retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e www.saojeronimodaserra.pr.gov.br, a partir do dia 12 de agosto de 2026 as 08:00 hrs até 17 de agosto de 2026 às 08:30. **AS PROPOSTA DEVERÃO SER ANEXADAS EXCLUSIVAMENTE NO PORTAL COMPRAS.GOV.BR.**

São Jerônimo da Serra, 11 de agosto de 2026.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:D8DF620B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Luiz Paulo Semiceki Marcelino
Cargo/Função	Motorista
Data	06/08/2026 a 26/08/2026
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00 Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina – PR
Motivação	Transporte de estudantes universitários

Publicado por:
João Elizeu Bernardo
Código Identificador:17FEB134

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 121 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1212026/2026 de 6 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.782.0012.2020 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0104)	30.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superavit:

GRUPO/FONTE 0104	30.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 6 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:FBF42A12

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 122 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1222026/2026 de 6 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 236.873,46 (duzentos e trinta e seis mil e oitocentos e setenta e três reais e quarenta e seis centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.3.71.70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO - (Grupo/Fonte 0338)	236.873,46

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação	236.873,46

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 6 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:6092B497

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 123 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1232026/2026 de 6 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.070,00 (um mil e setenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
11.001 - COORD. DA SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
18.122.0013.2073 - SUBVENÇÃO A ENTIDADES	
3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0000)	1.070,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
11.001 - COORD. DA SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
18.122.0013.2074 - SUBVENÇÃO AS COMUNIDADES INDÍGENAS	
3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0000)	1.070,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 6 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:0B72E888

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 126 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1262026/2026 de 20 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 6.212,54 (seis mil e duzentos e doze reais e cinquenta e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.004 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	
08.241.0009.2056 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DO DIREITO DA PESSOA IDOSA	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0858)	6.212,54

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação	6.212,54

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 20 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:99F98BD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 129 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1292026/2026 de 20 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos e reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
12.122.0012.2017 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0103)	15.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.122.0010.2036 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0303)	2.500,00
10.302.0010.2037 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0303)	2.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.361.0012.1008 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0103)	15.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.122.0010.2036 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0303)	2.500,00
10.301.0010.1016 - CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO / REFORMA EM UNIDADES DE SAÚDE	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0303)	2.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 20 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:FB3EA1AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 130 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA

DECRETO N° 1302026/2026 de 20 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 111.047,09 (cento e onze mil e quarenta e sete reais e nove centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.782.0012.2020 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0104)	29.854,58
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.3.71.70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO - (Grupo/Fonte 0494)	30.000,00
10.304.0010.1014 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA REDE MUNICIPAL	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0518)	51.192,51

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superavit:

GRUPO/FONTE 0104	29.854,58
GRUPO/FONTE 0494	30.000,00
GRUPO/FONTE 0518	51.192,51

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 20 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:E486D8B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 131 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1312026/2026 de 20 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.004 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	
08.241.0009.1045 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE- FUNDO	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0879)	40.000,00
07.006 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	
08.244.0009.2084 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DOS DIREITOS DA MULHER	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0882)	25.000,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0882)	40.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação	105.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 20 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:F132FD6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 132 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1322026/2026 de 22 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.1015 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0501)	121.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superavit:

GRUPO/FONTE 0501	121.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 22 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:D59537F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 133 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1332026/2026 de 22 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 261.292,00 (duzentos e sessenta e um mil e duzentos e noventa e dois reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.1015 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0501)	171.800,00
08 - SECRETARIA MUNIC. DE TRANSPORTE E SER. RODOVIARIO	
08.001 - COORD. DA SEC. DE TRANSPORTE E SERV. RODOVIÁRIO	
26.782.0007.1023 - AQUISICAO DE MAQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0501)	89.492,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação	261.292,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 22 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:FB405E7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 134 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1342026/2026 de 23 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 457.200,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil e duzentos e reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.365.0012.2024 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0303)	127.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.122.0010.2036 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE	
3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - (Grupo/Fonte 0303)	5.000,00
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.3.90.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - (Grupo/Fonte 0303)	32.400,00
10.302.0010.2037 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0303)	292.800,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.1015 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0303)	393.300,00
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0303)	37.400,00
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0303)	26.500,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 23 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:A9A87D1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 135 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1352026/2026 de 24 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0303)	110.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.0010.2037 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0303)	110.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 24 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:39897F81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 136 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1362026/2026 de 24 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.362.0012.2029 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO	
3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - (Grupo/Fonte 0130)	125.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação	125.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 24 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:6793A033

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 138 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1382026/2026 de 27 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.0010.2037 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0303)	127.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.365.0012.2024 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0303)	127.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 27 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:D218EE73

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 140 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1402026/2026 de 27 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 171.556,33 (cento e setenta e um mil e quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e três centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
12.122.0012.2017 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
3.3.90.14 - DIÁRIAS - CIVIL - (Grupo/Fonte 0103)	20.218,55
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.3.71.70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO - (Grupo/Fonte 0303)	76.000,00
3.3.90.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - (Grupo/Fonte 0303)	71.057,78
10.302.0010.2037 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0303)	4.280,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.361.0012.1008 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0103)	20.218,55
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0303)	151.337,78

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 27 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:18A9C2EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 141 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1412026/2026 de 27 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0498)	100.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superavit:

GRUPO/FONTE 0498	100.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 28 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:43F64FDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 142 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA

DECRETO N° 1422026/2026 de 28 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 25.133,66 (vinte e cinco mil e cento e trinta e três reais e sessenta e seis centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.2047 - MANUTENÇÃO DO FMAS - PAIF/SCFV	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0934)	22.873,16
07.007 - FUNDO MUNI. DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA	
08.242.0009.2085 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DOS DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0872)	2.260,50

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.2047 - MANUTENÇÃO DO FMAS - PAIF/SCFV	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0934)	7.344,61
3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - (Grupo/Fonte 0934)	15.528,55
07.007 - FUNDO MUNI. DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA	
08.242.0009.2085 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DOS DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0872)	2.260,50

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 28 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:913BD529

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 143 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1432026/2026 de 28 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 2.005,00 (dois mil e cinco reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.003 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
08.243.0009.6003 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIAL DA CRIANÇA E DO	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0866)	2.005,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação	2.005,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 28 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:AAEBDA0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 144 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1442026/2026 de 30 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 15.216,72 (quinze mil e duzentos e dezesseis reais e setenta e dois centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0836)	15.216,72

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação	15.216,72

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 30 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:54E3058D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 146 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1462026/2026 de 30 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

10 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
10.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERV. URBANOS	
15.122.0006.2065 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA OBRAS E SERVIÇOS	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	2.000,00
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
11.001 - COORD. DA SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
18.122.0013.2071 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE TURISMO E MEIO	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	8.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
10.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERV. URBANOS	
15.122.0006.2065 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA OBRAS E SERVIÇOS	
3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - (Grupo/Fonte 0000)	2.000,00
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
11.001 - COORD. DA SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
18.542.0013.2077 - MANUTENÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000)	8.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 30 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:69236DA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 147 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA

DECRETO N° 1472026/2026 de 31 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.2044 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE ASSITÊNCIA	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000)	2.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.1020 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0000)	2.000,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 31 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:FEE04761

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 148 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1482026/2026 de 3 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 268.831,15 (duzentos e sessenta e oito mil e oitocentos e trinta e um reais e quinze centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO	
03.001 - COORDENACÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.123.0005.2009 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FAZENDA	
3.3.90.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - (Grupo/Fonte 0507)	268.831,15

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superavit:

GRUPO/FONTE 0507	268.831,15

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 3 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:E6C6FD15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 149 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1492026/2026 de 3 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.0010.2037 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0303)	20.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.2045 - SUBVENÇÕES A ENTIDADES ASSISTENCIAIS	
3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0000)	75.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.0010.2037 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0303)	20.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.1019 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO PARA O SCFV	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000)	24.500,00
08.244.0009.1020 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0000)	50.500,00

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 3 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:C48E3175

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 150 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA

DECRETO N° 1502026/2026 de 3 de Agosto de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional especial e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 455/2026 de 3 de Agosto de 2026.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 123.200,64 (cento e vinte e três mil e duzentos e reais e sessenta e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.006 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	
08.245.0009.1058 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE - FUNDO	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0802)	10.000,00
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0873)	60.000,00
07.007 - FUNDO MUNI. DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA	
08.242.0009.1059 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE - FUNDO	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0884)	53.200,64

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.1021 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ASSISTÊCIA SOCIAL	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0802)	10.000,00

Art. 3° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação	113.200,64

Art. 4° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 3 de Agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:CA18742E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO Nº 002/2026

EXTRATO DE TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO Nº 002/2026

PERMITENTE: MUNICIPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Praça Coronel Deolindo, s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 76.290.683/0001-20, neste ato representado pelo seu PREFEITO MUNICIPAL, SR. **VENICIUS DJALMA ROSA**, brasileiro, portador da cédula de identidade com o RG sob o nº. 8.241.196-8 e CPF sob o nº. 036.270.189-07, residente e domiciliado nesta cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná.

PERMISSIONÁRIA: Empresa **DEPÓSITO DE BEBIDAS XV LTDA,** CNPJ 12.869.901/0001-01, Rua José Joaquim Gomes de Oliveira, Nº 31, Residencial Nova Conquista, Cidade de São Manuel, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu representante legal, Sr. **PAULO HENRIQUE DIGNANI CORRÈA**, portador do RG nº 46.897.748 X – SSP- SP e CPF n° 418.308.248-05.

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO E ONEROSO PARA EXPLORAÇÃO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, BRINQUEDOS E AMBULANTES PARA AS FESTIVIDADES DA "5ª SERRA FEST" PARA OS DIAS 21, 22 e

23 de AGOSTO DE 2026 DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA.

VALOR GLOBAL: R$ 121.700,00 (cento e vinte e um mil e setecentos reais)
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.

DATA DA ASSINATURA: 11 de agosto de 2026

RESPONSÁVEIS: MUNICIPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA - VENICIUS DJALMA ROSA – PREFEITO- **PERMITENTE**

DEPÓSITO DE BEBIDAS XV LTDA - PERMISSIONÁRIA

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:666455A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 021/2026
PROCEDIMENTO CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 021/2026 RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 021/2026
PROCEDIMENTO CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 021/2026
RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O Município de São Jerônimo da Serra – Estado do Paraná, torna público a homologação do procedimento de licitação em epígrafe, com objeto**: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO E ONEROSO PARA EXPLORAÇÃO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO, BRINQUEDOS E AMBULANTES PARA AS FESTIVIDADES DA "5ª SERRA FEST" PARA OS DIAS 21, 22 e 23 de AGOSTO DE 2026 DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA".**

PERMITENTE: MUNICIPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Praça Coronel Deolindo, s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 76.290.683/0001-20, neste ato representado pelo seu PREFEITO MUNICIPAL, SR. **VENICIUS DJALMA ROSA**, brasileiro, portador da cédula de identidade com o RG sob o nº. 8.241.196-8 e CPF sob o nº. 036.270.189-07, residente e domiciliado nesta cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná.

PERMISSIONÁRIA: Empresa **DEPÓSITO DE BEBIDAS XV LTDA,** CNPJ 12.869.901/0001-01, Rua José Joaquim Gomes de Oliveira, Nº 31, Residencial Nova Conquista, Cidade de São Manuel, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu representante legal, Sr. **PAULO HENRIQUE DIGNANI CORRÈA**, portador do RG nº 46.897.748 X – SSP- SP e CPF n° 418.308.248-05.

São Jerônimo da Serra, 11 de agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:9DC3A122

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 215/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

CONCEDER, a Sra. **RUTINEIA PEREIRA RODRIGUES PALMA, RG** 8.749.476-4, **30 (trinta**) dias de Licença Prêmio, a que tem direito pelo período de trabalho de de **10/10/2011 a 09/10/2016**, co**nforme Artigo** 102 e seu Parágrafo Único do ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, e Ofício nº 78/2026-SEMED de 11/08/2026, a partir de 17/08/2026, devendo retornar ao trabalho em 16/09/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 11 de agosto de 2026.

VANICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:CEC1810A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO N° 21/2026 – FORMA: ELETRÔNICO
O Município de São José da Boa Vista-PR torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico que tem por objeto a "Aquisição de Materiais de Artesanato para uso nas oficinas realizadas com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV". A sessão se dará no dia 04/09/2026, a partir das 09h00min no ambiente virtual da plataforma comprasgov – UASG: 987883. Valor máximo da aquisição R$ 33.489,97 (Trinta e três mil quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos). Mais esclarecimentos poderão ser obtidos no Edifício da Prefeitura Municipal, no horário comercial, pelo fone: (043) 3565-1252, e-mail: licitacoes@saojosedaboavista.pr.gov.br. Os interessados poderão obter o edital completo nos sites: http://www.saojosedaboavista.pr.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br ou https://www.gov.br/pncp/pt-br.
São José da Boa Vista, 11 de agosto de 2026.

ALAN SILVEIRA DE SANTANA-
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:6F69E74C

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
REVOGAÇÃO

TERMO DE REVOGAÇÃO
Pregão Eletrônico n°. 20/2026
Processo Administrativo nº. 53/2026
Objeto: "Contratação de Empresa especializada para o fornecimento, transporte, instalação e entrega operacional de 14 estufas agrícolas completas de 600m² cada, com fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários à implantação, destinadas a agricultores familiares do Municipio de São José da Boa Vista-PR,"
PAULO ROBERTO CAMPOS, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Considerando a competência da Administração para rever seus próprios atos, por razões de conveniência e oportunidade, devidamente motivadas;
Considerando o disposto no **art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021**, que autoriza a revogação do procedimento licitatório, total ou parcialmente, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente;
RESOLVE:
Art. 1º - Tendo em vista a solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Indústria e Comércio a revogação

justifica-se pela necessidade de revisão e correção dos documentos integrantes da fase preparatória da contratação, especialmente do Termo de Referência, em atendimento aos apontamentos constantes do **Parecer Jurídico nº 75/2026**, a fim de possibilitar a realização das adequações necessárias, assegurar maior segurança jurídica, aperfeiçoar o planejamento da contratação e resguardar o interesse público.
Art. 2º - Autorizar a **REVOGAÇÃO** do processo, para que sejam promovidas as correções e adequações necessárias nos documentos da fase preparatória, possibilitando, posteriormente, a nova instrução e realização do procedimento licitatório;
Art. 3º - Solicito que seja publicado o AVISO DE REVOGAÇÃO, para que todos tomem o devido conhecimento desta decisão, em respeito ao princípio da publicidade.
São José da Boa Vista - Pr., 11 de agosto de 2026.

PAULO ROBERTO CAMPOS -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:53E30A06

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 086/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 066/2026

A Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, por meio de seu Prefeito e Comissão Organizadora nomeada nos termos da Portaria 145/20256, **FAZEM SABER que:**

Considerando a Lei Municipal 1076/2023 que autoriza o Município a conceder parcelas salariais complementares visando cumprimento do piso salarial da enfermagem

Considerando mandado de segurança coletivo 5014165-53.2026.4.7001/PR da 3ª Vara Federal de Londrina

I - Fica retificado o Edital 066/2026 de Abertura do Processo Seletivo nos seguintes itens:

2 Das funções:
2.1. Função: ENFERMEIRO
2.1.1. Vagas: 01 + CR (Cadastro de Reserva)
2.1.2. Requisitos obrigatórios: ensino superior em Enfermagem e registro no Conselho Profissional Competente.
2.1.3. Remuneração: R$ 4.083,09 por *mês + complemento da união para cumprimento do piso salarial da enfermagem.*
2.1.4. Jornada de trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
2.1.5. Local de trabalho: a critério da Secretaria Municipal de Saúde.
2.1.6. Atribuições específicas da função: executar todas as atividades e tarefas inerentes à sua função de Enfermeiro em conformidade com o previsto na Lei nº 570/2003 – plano de cargos e salário.
2.1.7. Prazo de contratação: até 02 (dois) anos, rescindível a qualquer tempo no interesse da Administração.

2.3. Função: TÉCNICO EM ENFERMAGEM
2.3.1. Vagas: 01 + CR(Cadastro de Reserva)
2.3.2. Requisitos obrigatórios: ensino médio, ensino técnico completo e registro no Conselho Profissional Competente.
2.3.3. Remuneração: R$ 2.449,87 por *mês + complemento da união para cumprimento do piso salarial da enfermagem.*
2.3.4. Jornada de trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
2.3.5. Local de trabalho: a critério da Secretaria Municipal de Saúde.
2.3.6. Atribuições específicas da função: executar todas as atividades e tarefas inerentes à sua função de Técnico em Enfermagem em conformidade com o previsto na Lei nº 570/2003 – plano de cargos e salário.
2.3.7. Prazo de contratação: até 02 (dois) anos, rescindível a qualquer tempo no interesse da Administração.

II – O presente edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José da Boa Vista-PR; 11de agosto de 2026

PAULO ROBERTO CAMPOS
Prefeito do Município

JULIANA RODRIGUES DE SOUSA
Presidente da Comissão de Seleção

LUCIANO DIAS
Membro da Comissão de Seleção

NATALIA AUGUSTA DE JESUS LIMA
Membro da Comissão de Seleção

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:A00B2F0F

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PA 09/2023 – PAD-E 191/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2023 – PAD-e nº 191/2025

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA**, Estado do Paraná, torna público que concedeu AUXÍLIO MORADIA nos termos da Lei nº 799/2013, cujo extrato segue abaixo:

Processo Administrativo nº 09/2023
Beneficiária: LARISSA IASMIM TAMM
Objeto: Concessão de auxílio moradia
Valor: R$ 360,00 (mensais)
Prazo de vigência: 02 (Dois) meses
Fundamento legal: artigo 16, "d", da Lei nº 799/2013.
Autoridade: Paulo Roberto Campos – Prefeito do Município
Data da concessão: 11/08/2026

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:307BF1D0

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PA 59/2022 - BENEFICIO EVENTUAL - EXTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2022

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA**, Estado do Paraná, torna público que concedeu AUXÍLIO MORADIA nos termos da Lei nº 799/2013, cujo extrato segue abaixo:

Processo Administrativo nº 59/2022
Beneficiária: FABIULA PONTES DE OLIVEIRA
Objeto: auxílio moradia
Vigência: 06 (seis) meses
Valor: R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) mensais
Fundamento legal: artigo 16, "d", da Lei nº 799/2013.
Autoridade: Paulo Roberto Campos – Prefeito do Município
Data da concessão: 11/08/2026

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:09423BD5

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PA 93/2026 - BENEFICIO EVENTUAL - EXTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 93/2026

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA**, Estado do Paraná, torna público que concedeu ALUGUEL SOCIAL nos termos da Lei nº 799/2013, cujo extrato segue abaixo:

Processo Administrativo nº 93/2026
Beneficiária: Ana Paula Soares Bueno
Objeto: Concessão de auxílio Moradia
Valor: 360,00 (trezentos e sessenta reais)
Vigência: 06 (seis) meses
Fundamento legal: artigo 16, "e", da Lei nº 799/2013.
Autoridade: Paulo Roberto Campos – Prefeito do Município

Data da concessão: 11/08/2026

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:CD6B6D10

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

COMUNICADO À POPULAÇÃO

Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, em conjunto com o Sr. Ademar Moi Zordan, Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Paraná, e considerando o disposto no parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar 101 de 04/05/2001, torna público que estará realizando Audiência Pública nas dependências do prédio da Câmara Municipal de São Pedro do Paraná, no dia 13 de agosto de 2026, às 16:30 horas, para apresentação, discussão junto a população dos Projetos de Lei nº 54 e 58/2026.

São Pedro do Paraná, 10 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

ADEMAR MOI ZORDAN
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:248CF866

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CÂMARA MUNICIPAL
ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2026

Aos 03 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 19h08min, reuniram-se os Senhores Vereadores da Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira, para a realização da 19ª Sessão Ordinária do ano de 2026. Verificada a existência de quórum regimental, nos termos do Regimento Interno, o Senhor Presidente JOSÉ APARECIDO BRAGA, declarou aberta a sessão, que fora transmitida ao vivo por meio das páginas oficiais da Câmara Municipal, no Facebook e no Youtube. A Mesa Executiva estava assim composta: José Aparecido Braga como Presidente, Wanderley Nobrega Monteiro Filho como Vice-Presidente; João Batista Alves da Costa, como Primeiro Secretário; e Osmar Ramalho, como Segundo Secretário. Em seguida, foi registrada a presença dos seguintes Vereadores: DEVAIR CRISPIM FERREIRA, JOÃO BATISTA ALVES DA COSTA, JOSÉ APARECIDO BRAGA, MARIA APARECIDA RAMALHO FERNANDES, NELSON FERREIRA DA SILVA, NEY ZACARIAS, OSMAR RAMALHO, RAFAEL ROCHA TEIXEIRA RICARDI E WANDERLEY NOBREGA MONTEIRO FILHO. Dando sequência com Expediente do Dia, o Senhor Presidente solicitou que fosse feita a leitura da Ata da Sessão anterior, que após ser lida, foi colocada em votação, sendo aprovada e assinada pelos Vereadores presentes. Na sequência, procedeu-se à leitura dos ofícios e demais correspondências recebidas pelo Poder Legislativo. Logo após, deu-se início à Ordem do Dia. Foram apreciadas as matérias em Regime de Urgência. Considerando os pareceres favoráveis das comissões permanentes e a urgência solicitada pelo Poder Executivo Municipal, foi colocada em votação a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 076/2026, de autoria da Prefeita Municipal, sendo aprovada pelos Vereadores presentes. Na sequência, foi colocado em 1ª e 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 076/2026, cuja ementa: *"Altera o § 1º do Artigo 19 da Lei Municipal nº 1.509/2017, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS do Município de São Sebastião da Amoreira*.", o qual foi aprovado pelos vereadores. Considerando os pareceres favoráveis das comissões permanentes e a urgência solicitada pelo Poder Executivo Municipal, foi colocada em votação a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 077/2026, de autoria da Prefeita Municipal, sendo aprovada pelos Vereadores presentes. Na sequência, foi colocado em 1ª e 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 077/2026, cuja ementa: *"Altera o Artigo 1º da Lei Municipal nº 1.114, de 07 de abril de 2011, que dispõe sobre a doação de uma área de terras para o Estado do Paraná, e dá outras providências*.", o qual foi aprovado pelos vereadores. Na sequência, foram apreciadas as Matérias em discussão única. Indicações nº 067 e 070/2026 do vereador Wanderley Nobrega Monteiro Filho. Indicação nº 068/2026 do vereador Rafael Rocha Teixeira Ricardi, e Indicação 069/2026 do vereador João Batista Alves da Costa. Todas as indicações foram colocadas em votação e aprovadas pelos vereadores presentes. Encerrada a Ordem do Dia, foi concedida a palavra livre aos Nobres Vereadores, para agradecimentos e manifestações finais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, determinando a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos os Vereadores presentes.

JOSÉ APARECIDO BRAGA
Presidente da Câmara Municipal
Biênio 2025-2026

WANDERLEY N. MONTEIRO FILHO
Vice-Presidente
Biênio 2025-2026

JOÃO BATISTA ALVES DA COSTA
1º Secretário
Biênio 2025-2026

OSMAR RAMALHO
2º Secretário
Biênio 2025-2026

DEVAIR CRISPIM FERREIRA
Vereador
Gestão 2025-2028

MARIA AP. RAMALHO FERNANDES
Vereadora
Gestão 2025-2028

NELSON FERREIRA DA SILVA
Vereador
Gestão 2025-2028

NEY ZACARIAS
Vereador
Gestão 2025-2028

RAFAEL ROCHA TEIXEIRA RICARDI
Vereador
Gestão 2025-2028

Publicado por:
Aritana Celestino de Oliveira Shimada
Código Identificador:E71E4379

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
DECRETO Nº 219 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Prorroga o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital n.º 08/2025 até a realização e homologação de novo certame, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e

regulares, especialmente as conferidas pelos artigos 66, inciso VII, e 100, § 3º da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado (PSS) para contratação de estagiários de ensino superior e médio, regido pelo Edital n.º 08/2025, efetuada por meio do Decreto Municipal n.º 303, de 12 de agosto de 2025;

CONSIDERANDO o levantamento do Departamento de Recursos Humanos encaminhado por meio do **Memorando n.º 52/2026**, apontando a existência de vagas remanescentes de estágio e a necessidade de manutenção da lista de aprovados até a realização de novo processo seletivo;

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de manter o regular funcionamento das unidades administrativas do Município sem solução de continuidade nos serviços prestados à população;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, e a Lei Municipal n.º 2.151, de 17 de junho de 2025;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica **PRORROGADO** o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado (PSS) para seleção e contratação de estagiários de ensino superior e ensino médio, regido pelo **Edital n.º 08/2025** e homologado pelo **Decreto Municipal n.º 303, de 12 de agosto de 2025**, **até a elaboração, realização e homologação de um novo Processo Seletivo Simplificado para o preenchimento das vagas**.

Art. 2º - Durante o período de prorrogação previsto no art. 1º, os candidatos aprovados no cadastro de reserva poderão ser convocados conforme a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação final.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São Sebastião da Amoreira, 11 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Janaina Dos Santos Dias
Código Identificador:72A1BF7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
PORTARIA Nº 211 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

EMENTA: Prorroga o prazo para conclusão da Sindicância instaurada pela Portaria nº 009/2026 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 149 da Lei Municipal nº 599/2001;

CONSIDERANDO a Portaria nº 009, de 06 de janeiro de 2026, que instaurou Sindicância Administrativa para apuração de irregularidades em acidente com veículo oficial (placa ARY-7362);

CONSIDERANDO a solicitação formal apresentada pela Comissão Sindicante por meio do **Ofício nº 06/2026**, devidamente justificada pela necessidade de aguardar resposta do Setor de Transportes e Frota Municipal referente às requisições formuladas no Ofício nº 340/2026 ou deliberação superior quanto ao eventual pedido de arquivamento, bem como pela volumosa demanda ordinária de atribuições dos membros;

CONSIDERANDO a previsão contida no Artigo 5º da Portaria nº 009/2026, bem como o disposto no Artigo 178 da Lei Municipal nº 599/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, por igual período (60 dias), o prazo para a conclusão dos trabalhos e entrega do Relatório Final da Comissão de Sindicância designada pela Portaria nº 009/2026, fixando-se o termo final para o dia **06 de outubro de 2026**.

Art. 2º. Ficam mantidos os demais termos e a composição da comissão nomeada anteriormente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, Paraná, 11 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Janaina Dos Santos Dias
Código Identificador:B186F025

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 30/2026

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 30/2026 PROCESSO ADSMINISTRATIVO Nº 65/2026 E EXTRATO DE CONTRATO Nª 111/2026 COM VIGENCIA DE ATE 06(SEIS) MESES.

OBJETO: **Aquisição de uma impressora digital para Filme de Raio X, para a Secretaria Municipal de Saúde.** Expirado o prazo recursal, torna pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto a empresa **KONIMAGEM COMERCIAL LTDA**,CNPJ:58.598.368/0001-83, sendo o valor total do certame R$ 24.981,00 (Vinte e Quatro Mil, Novecentos e Oitenta e Um Reais).

Sapopema Pr, 11/08/2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:E6FA7C07

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 35/2026

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 35/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2026
OBJETO: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, didático-pedagógicos, consumo e permanente para as secretarias municipal de Educação e Assistência Social.**
Expirado o prazo recursal, torna pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto as empresas **40.236.322 JAQUELINE MORALES DELATTRE, BELLAS ARTES PAPELARIA LTDA, Hernandes & Cia Ltda Me, J. L. COMERCIO TEXTIL LTDA, JOÃO DOMINGOS SUTIL, KLEYLTA RANIELLE DA SILVA CORDEIRO LTDA,**

MAGIC PAPER ATACADO DE PAPELARIA LTDA, MALU TECIDOS LTDA, sendo o valor total do certame R$ 295.154,97 (Duzentos e Noventa e Cinco Mil, Cento e Cinquenta e Quatro Reais e Noventa e Sete Centavos).

Sapopema Pr, 11/08/2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 20/2026

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 858 - Centro, na cidade de Sapopema-Pr, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Excelentíssimo prefeito sr. *PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR*, nomeado nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula funcional nº 80421, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 35/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná de 12/08/2026, processo administrativo n.º 68/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
FORNECEDOR: **JAQUELINE MORALES DELATTRE-ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de São jerônimo da Serra/PR. Av Raul Proença,842-Loja- Bairro: Centro - CEP: 86.270-000, Telefone (43) 9146-9877- E-mail- jaquemdicl@gmail.com. Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 40.236.322/0001-59 neste ato representada pelo Sr. Jaqueline Morales Delattre, brasileiro, maior, portador do CPF: Nº 069.973.973.039-27, RG: sob nº 10.742.842-8, conforme consta no registro nº 06997303927 da certificado, residente e domiciliado na cidade de São jerônimo da Serra/PR.
DO OBJETO: visando Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, didático-pedagógicos, consumo e permanente para as secretarias municipal de Educação e Assistência Social.
PRAZO: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021.
VALOR R$: 5.269,40(cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos)

Sapopema Paraná, 11/08/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 21/2026

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 858 - Centro, na cidade de Sapopema-Pr, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Excelentíssimo prefeito sr. *PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR*, nomeado nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula funcional nº 80421, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 35/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná de 12/08/2026, processo administrativo n.º 68/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
FORNECEDOR: **BELLAS ARTES PAPELARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Sapoema - Pr. Rua Nilson de Jesus Batista Ribas, 61 - Centro, CEP: 84290-000 , telefone 43 9849886146, email lucineialimadossantosorganista@gmail.com , devidamente inscrita no CNPJ: 24.458.669/0001-90, neste ato representada pela Srª . Lucineia Lima dos Santos de Oliveira, brasileira, maior, Micro Empreendedora Individual, portadora do RG: nº 102286006, CPF: 070076.987.169-02, conforme consta no registro nº 20262228920 da junta comercial, residente e domiciliado na cidade de Sapopema - Pr.

DO OBJETO: visando Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, didático-pedagógicos, consumo e permanente para as secretarias municipal de Educação e Assistência Social.
PRAZO: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021.
VALOR R$: 22.199,90(vinte e dois mil cento e noventa e nove reais e noventa centavos)

Sapopema Paraná, 11/08/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 22/2026

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 858 - Centro, na cidade de Sapopema-Pr, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Excelentíssimo prefeito sr. *PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR*, nomeado nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula funcional nº 80421, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 35/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná de 12/08/2026, processo administrativo n.º 68/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
FORNECEDOR: **HERNANDES &CIA LTDA ME,** pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Cambe -Paraná, à Rua Domingos Jorge Velho , nº 966- Jd. Riviera - Cep: 86.187-030 - FONE (43)3062-0970 Cel/Whats: (43)99640-9104 - e-mail: hernandesecia@hotmail.com, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 20.798.806/0001-84 neste ato representada pela Srª. Audenir Apº Hernandes, brasileiro, maior, portador do R.G. nº 4.289.405-2-SSP/PR e C.P.F. nº 726.831.809/00, conforme consta no registro nº 20213209780 da Junta comercial, residente e domiciliado na cidade de Cambe -Paraná.

DO OBJETO: visando Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, didático-pedagógicos, consumo e permanente para as secretarias municipal de Educação e Assistência Social.
PRAZO: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021.

VALOR R$: 60.188,00(sessenta mil cento e oitenta e oito reais)

Sapopema Paraná, 11/08/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 23/2026

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 858 - Centro, na cidade de Sapopema-Pr, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Excelentíssimo prefeito sr. *PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR*, nomeado nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula funcional nº 80421, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 35/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná de 12/08/2026, processo administrativo n.º 68/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
FORNECEDOR: **JOÃO DOMINGOS SUTIL - ME** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.009.525/0001-27, sediada na Av. Pedro Ferreira da Costa-Centro, em São Jerônimo da Serra-Pr, CEP:86270-000 Telefone (43) 99181-6790, E-mail: lmercado.sutil.sjs.pr@gmail.com: doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por João Domingos Sutil, CPF: Nº 510.911.949-04 -RG: 3.787.218-0 residente em São Jerónimo da Serra-Pr. tendo em vista o que consta no Processo nº 20242708315 da Junta comercial.

DO OBJETO: visando Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, didático-pedagógicos, consumo e permanente para as secretarias municipal de Educação e Assistência Social.
PRAZO: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021.
VALOR R$: 148.946,35(cento e quarenta e oito mil novecentos e quarenta e seis reais e trinta e cinco centavos)

Sapopema Paraná, 11/08/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 24/2026

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 858 - Centro, na cidade de Sapopema-Pr, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Excelentíssimo prefeito sr. *PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR*, nomeado nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula funcional nº 80421, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 35/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná de 12/08/2026, processo administrativo n.º 68/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
FORNECEDOR: **J. L. COMERCIO TEXTIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Votorantim/SP. Av. rua Sebastião Lopes, 117 Bairro: centro - CEP: 18110110, Telefone (15) 99798-3591 - E-mail-tecidoskalu@gmail.com. Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 53.896.598/0001-05 neste ato representada pelo Sr. Julio Cesar Cabral, brasileiro, maior, portador do CPF: Nº 144.934.328-70, RG: sob nº 24.705.213-9, conforme consta no registro nº 1045772/26-4 da junta comercial, residente e domiciliado na cidade de Votorantim/SP.

DO OBJETO: visando Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, didático-pedagógicos, consumo e permanente para as secretarias municipal de Educação e Assistência Social.
PRAZO: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021.
VALOR R$: 11.830,00(onze mil oitocentos e trinta reais)

Sapopema Paraná, 11/08/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 25/2026

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 858 - Centro, na cidade de Sapopema-Pr, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Excelentíssimo prefeito sr. *PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR*, nomeado nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula funcional nº 80421, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 35/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná de 12/08/2026, processo administrativo n.º 68/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
FORNECEDOR: **KLEYLTA RANIELLE DA SILVA CORDEIRO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Petrolina/PE. Av. Souza Junior,245, Bairro: centro - CEP: 56.302-360, Telefone (87) 3861-5230- E-mail-ranielle.cordeiro@hotmail.com. Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 20.155.737/0001-90 neste ato representada pelo Sr. Kleylta Ranielle da Silva Cordeiro, brasileiro, maior, portador do CPF: Nº 082.809.114-56, RG: sob nº 1266828877, conforme consta no registro nº 26203486538 da junta comercial, residente e domiciliado na cidade de Petrolina/PE.

DO OBJETO: visando Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, didático-pedagógicos, consumo e permanente para as secretarias municipal de Educação e Assistência Social.
PRAZO: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021.
VALOR R$: 12.519,50(doze mil quinhentos e dezenove reais e cinquenta centavos)

Sapopema Paraná, 11/08/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE SAPOPEMA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 26/2026

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 858 - Centro, na cidade de Sapopema-Pr, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Excelentíssimo prefeito sr. *PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR*, nomeado nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula funcional nº 80421, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 35/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná de 12/08/2026, processo administrativo n.º 68/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
FORNECEDOR: **MAGIC PAPER ATACADO DE PAPELARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Andirá/PR. Av. Rod Br 369-km 38,5,s/n Bairro: distrito industrial - CEP: 86.380-000, Telefone (43) 98826-5951- E-mail- magicpaperatacadista@hotmail.com. Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 62.350.851/0001-11 neste ato representada pelo Sr. Eduarda Castelhone de Deus, brasileiro, maior, portador do CPF: Nº 094.606.279-00, RG: sob nº 152511710, conforme consta no registro nº 41213834751 da junta comercial, residente e domiciliado na cidade de Andira/PR.

DO OBJETO: visando Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, didático-pedagógicos, consumo e permanente para as secretarias municipal de Educação e Assistência Social.
PRAZO: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021.
VALOR R$: 20.504,70(vinte mil quinhentos e quatro reais e setenta centavos)

Sapopema Paraná, 11/08/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 27/2026

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 858 - Centro, na cidade de Sapopema-Pr, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Excelentíssimo prefeito sr. *PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR*, nomeado nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula funcional nº 80421, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 35/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná de 12/08/2026, processo administrativo n.º 68/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
FORNECEDOR: **MALU TECIDOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Porto Alegre/RS. Av. Pinto Bandeira, Bairro: centro - CEP: 90030150, Telefone (51) 998895726- E-mail- contato@malutecidos.com.br. Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 35.148.848/0001-47 neste ato representada pelo Sr. Alexandre Fernandes Freda, brasileiro, maior, portador do CPF: Nº 029.074.380-00, RG: sob nº 3103254219, conforme consta no registro nº 9284754 da junta comercial residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre/RS.

DO OBJETO: visando Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, didático-pedagógicos, consumo e permanente para as secretarias municipal de Educação e Assistência Social.
PRAZO: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021.
VALOR R$: 13.697,12(treze mil seiscentos e noventa e sete reais e doze centavos)

Sapopema Paraná, 11/08/2026

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:FD0F18E0

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL Nº 095/2026 (CONVOCAÇÃO)

EDITAL nº 095/2026 (CONVOCAÇÃO)

(Relativo ao Processo Seletivo Simplificado no 02/2026)

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **Faz Saber** que de acordo com o **Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 02/2026,** em observância ao princípio Constitucional da Publicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, e considerando a necessidade da mão-de-obra, a continuidade do serviço público, a eficiência e a conveniência administrativa, **resolve** convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado no **02/2026**, homologado pelo Decreto nº. 181/2026 de 08 de julho de 2026, para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Sapopema, situada a Avenida Manoel Ribas, 858, centro, nos horários da 08:30 as 11:30 horas e das 13:30 às 16:30 horas, de segunda a sexta feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias para habilitação nos exames médicos pré-admissional, bem como apresentação dos documentos conforme segue:

Atestado de Saúde Admissional, Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.
Documentos Pessoais
CANDIDATOS QUE TEM DOCUMENTOS PESSOAIS ARQUIVADOS NO RH DA PREFEITURA NÃO PRECISA APRESENTAR
Os (as) candidatos (as) aprovados (as) deverão se apresentar dentro do prazo estipulado acima, conforme abaixo:

CARGO – AUXILIAR DE DENTISTA

CLASSIF.	Nome	PONTUAÇÃO TOTAL
1º	Ana Claudia Maciel Mainardes	57,2

Sapopema, 11 de agosto 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:4A199FEA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI N.º 1693/2026

LEI N.º 1693/2026

Súmula: "*Autoriza o Município a criar 01 (uma) vaga de psicólogo através do Processo Seletivo*

Simplificado nº 003/2024, autorizado pela Lei Municipal nº 1564/2024 e dá outras providências."

A **Câmara Municipal de Sapopema** – Estado do Paraná aprovou, e eu, PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JR, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar 01 (uma) vaga de psicologo através do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2024.

Art. 2º - O período de contratação, vencimentos e obrigações são as constantes da Lei Municipal nº 1564/2024.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Sapopema, em: 11 de agosto de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:2BA58568

CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA
RESOLUÇÃO Nº 07/2026 SÚMULA: DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DO PIX COMO MEIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES, PRESTADORES DE SERVIÇOS E SERVIDORES NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA/PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RESOLUÇÃO Nº 07/2026

Súmula*: Dispõe sobre a utilização do Pix como meio de pagamento a fornecedores, prestadores de serviços e servidores no âmbito da Câmara Municipal de Sapopema/PR, e dá outras providências.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Presidente, PROMULGO, a seguinte Resolução:

CONSIDERANDO que o Pix, instituído pela Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, regulamentado pelo Banco Central do Brasil, é meio eletrônico de pagamento instantâneo amplamente difundido no país;

CONSIDERANDO que o art. 65 da Lei nº4.320, de 17 de março de 1964, admite o pagamento da despesa por estabelecimentos bancários credenciados, não restringindo o meio eletrônico a ser utilizado;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio do Acórdão nº 1.526/2025 do Tribunal Pleno, e o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, pelo Processo nº 1.098.452, reconheceram expressamente a possibilidade de utilização do Pix pela administração pública, desde que observadas as normas legais e contábeis aplicáveis;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), impõe princípios de transparência, planejamento e controle na gestão fiscal;

CONSIDERANDO a vigência da Resolução nº 06/2026, que regulamenta o art. 95, §2º, da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Câmara Municipal de Sapopema;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos administrativos e financeiros, assegurar a rastreabilidade das transações, a identificação do credor e a conformidade com os princípios da administração pública;

Art. 1º Esta Resolução estabelece as regras e os procedimentos para a utilização do Pix como meio de pagamento no âmbito da Câmara Municipal de Sapopema, observadas as normas de direito financeiro, licitações e contratos administrativos, responsabilidade fiscal e controle interno.

Art. 2º O Pix poderá ser utilizado para pagamento de:

I - fornecedores de bens e materiais;

II - prestadores de serviços;

III - servidores e agentes públicos, a título de remuneração, verbas indenizatórias ou reembolsos;

IV - valores decorrentes de pagamentos e/ou adiantamentos, nos termos da Resolução nº 06/2026, desta Casa de Leis, o qual regulamenta o art. 95, §2º, da Lei nº14.133/2021;

V - demais obrigações financeiras da Câmara Municipal.

Art. 3º Para os fins desta Resolução, considera-se:

I - Pix: arranjo de pagamentos instantâneos instituído e regulamentado pelo Banco Central do Brasil;

II - chave Pix: identificador do usuário recebedor, que pode ser CPF, CNPJ, e-mail, telefone ou chave aleatória;

III - credor: pessoa física ou jurídica titular do direito ao recebimento do valor, conforme título jurídico que originou a despesa;

IV - processo de pagamento: conjunto de documentos que instruem o pagamento, incluindo empenho, liquidação, nota fiscal ou documento equivalente, e comprovante de pagamento.

Art. 4º São requisitos obrigatórios para a realização de pagamento via Pix:

I - existência de prévio empenho da despesa, nos termos do art. 60 da Lei nº4.320/1964;

II - regular liquidação da despesa, com verificação do direito adquirido pelo credor, nos termos do art. 63 da Lei nº4.320/1964;

III - ordem de pagamento exarada por autoridade competente, nos termos do art. 64 da Lei nº4.320/1964;

IV - identificação inequívoca do credor na transação, com indicação do CPF ou CNPJ;

V - vinculação do pagamento ao respectivo processo de despesa;

VI - observância da ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141da Lei nº14.133/2021.

§ 1º O Pix é meio de pagamento equivalente à ordem bancária tradicional, não dispensando, em hipótese alguma, as fases de empenho, liquidação e ordenação da despesa.

§ 2º A liquidação da despesa deverá ser comprovada por meio de nota fiscal, fatura, recibo ou outro documento hábil, conforme a natureza da obrigação.

Art. 5º O pagamento via Pix deverá ser efetuado exclusivamente em favor do credor constante do respectivo empenho e liquidação, sendo vedado o pagamento a terceiros ou a conta diversa da indicada pelo credor.

Parágrafo único. A chave Pix informada pelo credor deverá ser previamente conferida com os dados constantes do contrato, nota de empenho ou nota fiscal, sob pena de responsabilidade solidária do servidor que efetuar o pagamento sem a devida verificação.

Art. 6º Toda transação via Pix deverá ser registrada no sistema contábil da Câmara Municipal, com indicação de:

I - número do empenho;

II - nome e CPF/CNPJ do credor;

III - valor e data do pagamento;

IV - número do comprovante de transação;

V - processo administrativo a que se refere.

Art. 7º A Câmara Municipal manterá controles internos específicos para a operacionalização dos pagamentos via Pix, incluindo:

I - dupla verificação dos dados bancários do credor antes da efetivação do pagamento;

II - registro e arquivamento do comprovante de pagamento no respectivo processo administrativo;

III - conciliação bancária periódica das contas da Câmara.

Art. 8º O servidor responsável pela realização de pagamentos via Pix deverá observar as seguintes medidas de segurança:

I - confirmar a titularidade da chave Pix antes de efetuar a transação;

II - verificar a compatibilidade entre o valor da transação e o valor empenhado e liquidado;

III - registrar qualquer inconsistência e comunicar imediatamente ao superior hierárquico;

IV - não compartilhar credenciais de acesso ao sistema bancário com outros servidores.

Art. 9º É vedada a utilização do Pix para pagamento de despesas:

I - sem prévio empenho;

II - sem a regular liquidação;

III - sem a devida autorização da autoridade competente;

IV - em desacordo com a ordem cronológica de pagamentos, salvo exceções legais;

V - cujo credor não esteja identificado na transação;

VI - para chave Pix que não corresponda ao CPF ou CNPJ do credor constante do título jurídico.
Art. 10. Os comprovantes de pagamento via Pix integrarão os processos de prestação de contas anual da Câmara Municipal, devendo ser mantidos arquivados pelo prazo legal.
Art. 11. A Câmara Municipal poderá editar atos complementares para detalhar os procedimentos operacionais de que trata esta Resolução.
Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Executiva, observada a legislação federal, estadual e municipal aplicável.
Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA, ESTADO DO PARANÁ, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (11/08/2026).

EDMAR VIEIRA RODRIGUES
Presidente da Câmara Municipal de Sapopema

Publicado por:
Alessandra Oliveira Isidoro
Código Identificador:4735FB8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA N° 208/2026/SMSA

Dispõe sobre a concessão de diária aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargos de livre nomeação e exoneração da administração direta e indireta do Município de Sarandi/PR.

O **DIRETOR-GERAL** da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o contido na Lei Municipal nº 2.754/2021, de 16 de novembro de 2021 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de diárias para o servidor **TELMA REIS MOREIRA MACEDO,** portador do CPF nº 327.***.***-56, que exerce o cargo/função **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.**

Art. 2º Será concedida 1,5 (uma inteira e meia) diária, para o custeio de despesas decorrentes de viagem a ser realizada nos dias 17/08/2026 à 18/08/2026, com destino à Curitiba/PR.

Art. 3º Valor total da diária: R$ 1.065,00 (um mil e sessenta e cinco reais).

Art. 4º A distância a ser percorrida será de aproximadamente 420km (quatrocentos e vinte quilômetros) até o destino e será utilizado como transporte o veículo oficial da Autarquia Águas de Sarandi.

Art. 5º A previsão de saída será no dia 17/08/2026, partindo da sede da Autarquia Águas de Sarandi, às 04h00, e o retorno ocorrerá no dia 18/08/2026, às 14h00 partindo de Curitiba/PR, com previsão de chegada às 20h00, do dia 18/08/2026.

Art. 6º Justifica-se a realização da viagem em razão do acompanhamento da Assessoria de Comunicação deste ente em reunião a ser realizada no dia 17 de agosto de 2026, às 10h00, na sede da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável – SEDEST, situada na Rua Desembargador Motta, nº 3.384, Bairro Mercês, Curitiba/PR, entre o Diretor-Geral da Autarquia Águas de Sarandi – SMSA e o Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável, Sr. Everton Costa. A reunião terá como pauta a operabilidade do sistema de esgotamento sanitário no município de Sarandi/PR, debatendo em conjunto ao Governo do Estado medidas adequadas para a integral regularização frente às normativas pertinentes. No encontro será dada a continuidade às tratativas quanto ao tema, visando se alcançar soluções técnicas e administrativas junto aos órgãos ambientais, avançando assim nas ações de saneamento básico no município, em observância à legislação vigente e ao interesse público. Cabe à servidora o registro das deliberações, o alinhamento de informações públicas, a elaboração de matérias de orientação à população e à imprensa, assegurando a transparência e a correta divulgação das ações do órgão.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi/PR, 11 de agosto de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor-Geral
Decreto nº 10/2025

Publicado por:
Carlos Henrique Cordeiro
Código Identificador:0BBA7253

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA N° 2464/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de diária aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargos de livre nomeação e exoneração da administração direta e indireta do Município de Sarandi/PR.

Carlos Alberto de Paula Júnior, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei Municipal n° 2.754/2021:

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de diária para o Sr. Cesar Augusto Foss, portador do CPF nº XXX.865.289-XX, que exerce o cargo/função de Diretor-Geral da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental.

Art. 2º Será concedida 1,5 (uma inteira e meia) diária, para o custeio de despesas decorrentes de viagem a ser realizada nos dias 17/08/2026 à 18/08/2026, com destino à Curitiba/PR.

Art. 3º Valor total da diária: R$ 1.065,00 (um mil e sessenta e cinco reais).

Art. 4º A distância a ser percorrida será de aproximadamente 420km (quatrocentos e vinte quilômetros) até o destino e será utilizado como transporte o veículo oficial da Autarquia Águas de Sarandi.

Art. 5º A previsão de saída será no dia 17/08/2026, partindo da sede da Autarquia em Sarandi/PR, às 04h00, e o retorno ocorrerá no dia 18/08/2026, às 14h00 partindo de Curitiba/PR, com previsão de chegada às 20h00, do dia 18/08/2026.

Art. 6º Justifica-se a realização da viagem em razão da participação do Diretor-Geral da Autarquia Águas de Sarandi – SMSA em reunião a ser realizada no dia 17 de agosto de 2026, às 10h00, na sede da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável – SEDEST, situada na Rua Desembargador Motta, nº 3.384, Bairro Mercês, Curitiba/PR, com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável, Sr. Everton Costa. A reunião terá como pauta a operabilidade do sistema de esgotamento sanitário no município de Sarandi/PR, debatendo em conjunto ao Governo do Estado medidas adequadas para a integral regularização frente às normativas pertinentes. No encontro será dada a continuidade às tratativas quanto ao tema, visando se alcançar soluções técnicas e administrativas junto aos órgãos ambientais, avançando assim nas ações de saneamento básico no município, em observância à legislação vigente e ao

interesse público, justificando plenamente a realização da viagem e a concessão das respectivas diárias.

Art. 7º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE SARANDI/PR, 11 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Henrique Cordeiro
Código Identificador:D42A00E2

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0002/2025 CONTRATO N° 419/2026 ID: 11051

ORIGEM:	**Pregão Eletrônico nº 9-0002/2025– PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**FORTAL AGROAMBIENTAL LTDA**
CNPJ/CPF:	**56.306.858/0001-33**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para execução de serviços para a recuperação de nascentes localizadas nas proximidades das bacias hidrográficas dos rios Pirapó e Ivaí, no Município de Sarandi/PR.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 17.850,00 (dezessete mil e oitocentos e cinquenta reais)..**
VIGÊNCIA:	**11 de agosto de 2026 a 10 de agosto de 2027.**
ASSINATURA:	**25 de julho de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Castro
Código Identificador:89F96874

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES HOMOLOGAÇÃO DO PE 9-0037/2026 - UASG 988461

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e considerando o resultado apresentado pelo(a) Pregoeiro(a), resolvo **homologar** o seguinte processo:

Modalidade	Pregão, na forma Eletrônica.
Edital nº	037/2026 - Contratação: 988461-8/2026
Processo Administrativo nº	131/2026
Objeto	Contratação de instituição financeira para operar os serviços de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento e outras indenizações dos servidores ativos, inativos, pensionistas e aposentados da Administração direta e indireta do Município de Sarandi/PR

Em favor da(o):
1) BANCO BRADESCO S.A. inscrito no CNPJ/CPF Nº 60.746.948/0001-12 no valor total dos itens vencidos de R$ 6.800.000,00 (Seis Milhões E Oitocentos Mil Reais).

Sarandi, 11 de agosto de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:CA8CE2D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL RESOLUÇÃO CMAS 21/2026

RESOLUÇÃO n.º 21/2026

Dispõe sobre a adesão à Emenda Parlamentar nº 202640660008 de autoria do Deputado Federal Sargento Fahur, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser repassado via FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social à APAE de Sarandi/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal n° 2908/2023 Reunido em Plenária Ordinário CMAS n.º 05/2026 no dia 11 de Agosto de 2026:

- **CONSIDERANDO**:
- A Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em atenção a Resolução nº 78, de 17 de maio de 2006, alterada pela Resolução CNAS nº 59, de 17 de junho de 2009, que dispõe sobre o processo de elaboração, análise e aprovação do orçamento da Assistência Social;
- A Lei Municipal n.º 2908/2023;
- A Política Nacional de Assistência Social 2004;
- A Deliberação da pauta 03: Apresentação e deliberação do Ofício SAS n.º 734/2026- Emenda Parlamentar Individual nº 40660008, de autoria do Deputado Federal Sargento Fahur, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), destinada à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sarandi – APAE, para a Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio da Ação 219G, com recursos de custeio e Ofício APAE n.º 133/2026 Emenda Parlamentar n.º 202640660008 - Programação n.º412625620260002 no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) GND 3;

RESOLVE:
Artigo 1º. – Aprovar a adesão à Emenda Parlamentar Dep. Federal Sargento Fahur n.º 202640660008, Nº da programação:412625620260002, GND: 3, para a Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio da Ação 219 G, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser repassado via FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social à entidade à APAE de Sarandi. E aprovar o Plano de Trabalho e de Aplicação para utilização da referida Emenda, sendo destinada para aquisição de materiais de consumo: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), materiais de expediente: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e no custeio de oficinas socioassistenciais e de convivência: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para com os atendidos da APAE Sarandi/PR.
Parágrafo Único: A entidade **APAE Sarandi/PR** encontra-se devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social de Sarandi/PR, e atualizada no CNEAS - Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, estando apta para o recebimento de recurso público.
Artigo 2º. – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi-Pr, 11 de Agosto de 2026.

KELLY VIVIANE OLIVEIRA DE JESUS
Presidente Interina do CMAS
2025 a 2027

Publicado por:
Brasilio Takeshi Mitsuda
Código Identificador:7EA30255

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO 2026

NOME: GERTRUDES LOPES DA SILVA
RUA DAS TORRES, Nº 1292
BAIRRO: JD. DAS TORRES - SARANDI/PR

DURANTE A FISCALIZAÇÃO, CONSTATOU-SE A OCORRÊNCIA DE MAUS-TRATOS A UM CÃO DA RAÇA PIT BULL, CONSISTENTES EM AGRESSÃO MEDIANTE O USO DE OBJETO PERFURO-CORTANTE, HÁ AGRESSÃO AO ANIMAL OCORREU NO ENDEREÇO RUA DA TORRES, Nº 1.292, JARDIM DA TORRES. VERIFICOU-SE AINDA QUE O ANIMAL FOI ABANDONADO EM OUTRO LOCAL, SEM QUE LHE FOSSE PRESTADO QUALQUER TIPO DE SOCORRO OU ATENDIMENTO.
EM RELATO DE TESTEMUNHAS, O SR GERTRUDES FOI APONTADO COMO O AUTOR DA AGRESSÃO.
LEI ORDINÁRIA Nº 2288/2016:

ART.1º "FICA PROIBIDA, NO MUNICÍPIO DE SARANDI, A PRÁTICA DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS".
ART.2º "PARA OS EFEITOS DESTA LEI, ENTENDE-SE POR MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS TODA E QUALQUER AÇÃO DECORRENTE DE IMPRUDÊNCIA, IMPERÍCIA OU ATO VOLUNTÁRIO E INTENCIONAL, QUE ATENTE CONTRA SUA SAÚDE E NECESSIDADES NATURAIS, FÍSICAS E MENTAIS, CONFORME ESTABELECIDO NOS INCISOS ABAIXO":
III - LESAR OU AGREDIR OS ANIMAIS (POR ESPANCAMENTO, LAPIDAÇÃO, POR INSTRUMENTOS CORTANTES, CONTUNDENTES, POR SUBST NCIAS QUÍMICAS, ESCALDANTES, TÓXICAS, POR FOGO OU OUTROS), SUJEITANDO-OS A QUALQUER EXPERIÊNCIA, PRÁTICA OU ATIVIDADE CAPAZ DE CAUSAR-LHES SOFRIMENTO, DANO FÍSICO, MENTAL OU MORTE;
IV - "ABANDONÁ-LOS, EM QUAISQUER CIRCUNSTÂNCIAS";
ART. 5º. A PENA DE MULTA ESTABELECIDA SERÁ ARBITRADA PELO AGENTE FISCALIZADOR COM BASE NOS CRITÉRIOS DEFINIDOS NESTA LEI, NO VALOR MÍNIMO DE RS 200,00 (DUZENTOS REAIS) E VALOR MÁXIMO DE R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS).
II – INFRAÇÃO GRAVE: DE R$ 2.001,00 (DOIS MIL E UM REAIS) A R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS);
ART. 6º. PARA ARBITRAR O VALOR DA MULTA, O AGENTE FISCALIZADOR DEVERÁ OBSERVAR.
I – A GRAVIDADE DOS FATOS, TENDO EM VISTA OS MOTIVOS DA INFRAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE PÚBLICA E PARA A PROTEÇÃO ANIMAL;
ART. 7º. SERÁ CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE O COMETIMENTO DA INFRAÇÃO:
III – AFETANDO OU EXPONDO A PERIGO, DE MANEIRA GRAVE, A SAÚDE PÚBLICA OU A VIDA OU A INTEGRIDADE DO ANIMAL.

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:89EF66B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO 2026

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 449 - 08/06/2026
DATA DA LAVRATURA: 08/06/2026
INFRATOR: CLAUDIO ELIEZER SOARES DA SILVA
LOCALIDADE DO DANO: AV. BELO HORIZONTE, 1449
JD. TROPICAL - SARANDI/PR
QUADRA: 8LOTE: 4

DESCRIÇÃO DO DANO:
- NÃO ATENDEU A NOTIFICAÇÃO 12903/6 DE 2026 QUE SOLICITAVA A LIMPEZA DA CALÇADA (PASSEIO PÚBLICO) COM MATO ALTO, LOCALIZADO NA AV. BELO HORIZONTE, 1449 – JD. TROPICAL, QUADRA 8, LOTE 4, SARANDI-PR
ART. 17 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022
TODOS OS PROPRIETÁRIOS OU OCUPANTES DE TERRAS ÀS MARGENS DAS VIAS PÚBLICAS SÃO OBRIGADOS A ROÇAR AS TESTADAS DAS MESMAS, A CONSERVAREM LIMPAS E DESOBSTRUÍDAS AS VALAS E VALETAS EXISTENTES EM SEUS TERRENOS OU QUE COM ELES LIMITAREM, REMOVENDO CONVENIENTEMENTE OS DETRITOS.
ART. 104 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 409/2022, COMPETE AO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL OU AO SEU OCUPANTE A CONSERVAÇÃO DE PASSEIOS. COMPLEMENTA O ART. 105 QUE, NOS IMÓVEIS LOCALIZADOS EM VIAS PAVIMENTADAS É OBRIGATÓRIA A EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PASSEIOS EM TODA EXTENSÃO DA SUA TESTADA
ART. 8º DO DECRETO Nº 1012/2022 - TABELA ANEXA
"VIOLAÇÃO DE OUTROS DISPOSITIVOS DESTE REGULAMENTO NÃO EXPRESSAMENTE ACIMA MENCIONADOS".
O PRAZO PARA RECURSO ADMINISTRATIVO OU IMPUGNAÇÃO É DE 15 (QUINZE DIAS) A CONTAR DA PRESENTE DATA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 254 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022. DEVENDO SER PROTOCOLADO EM QUALQUER UNIDADE ADMINISTRATIVA.

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:F12F48D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR

Fica Vossa Senhoria, **NOTIFICADOS** para dentro do prazo de imediato:
Para atender a Lei nº 2288/2016, Art. 2º, Inciso II e IV e manter os animais em abrigo adequado com alimentação adequada e não abandoná-los, em quaisquer circunstâncias.
Art. 2º , descritos abaixo:
Art. 2º - "Para os efeitos desta Lei, entende-se por maus-tratos contra animais toda e qualquer ação decorrente de imprudência, imperícia ou ato voluntário e intencional, que atente contra sua saúde e necessidades naturais, físicas e mentais, conforme estabelecido nos inciso abaixo".
II – "privá-lo de necessidades básicas, tais como alimento adequado à espécie e água";
IV – abandoná-los, em quaisquer circunstâncias;
O não atendimento desta notificação acarretará em **infração com multa** de até R$ 2.000,00 (dois mil) reais, conforme Parágrafo Único do Artigo 5º da lei nº 2288/2016**.**

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 199/2026
Local do Imóvel : Quadra: 4 Lote: 4
AV. BEIJA-FLOR, Nº 550
Bairro: CJ. RES. VALE AZUL
NOME: JOÃO ANTONIO FERREIRA

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 200/2026
Local do Imóvel : Quadra: 30 Lote: 16
RUA SANTÍSSIMA TRINDADE, Nº 285
Bairro: PQ. RES. BOM PASTOR
NOME: JAIME AGUILLAR JÚNIOR

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:54955064

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 201/2026

NOME: AMBROZIM & CANDIDO CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA
QUADRA: 11/1 LOTE: 1/11/1A
ENDEREÇO: RUA PIONEIRO VITORIO VOLPATO, Nº 96
JD. OURO VERDE III
SARANDI/PR
FICA, VOSSA SENHORIA, NOTIFICADO PARA DENTRO DO PRAZO DE IMEDIATO
PARA MANTER O CACHORRO DENTRO DA RESIDÊNCIA, POIS ENTENDE-SE POR MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS TODA E QUALQUER AÇÃO DECORRENTE DE IMPRUDÊNCIA QUE ATENTE CONTRA A SAÚDE E NECESSIDADES NATURAIS, FÍSICAS E MENTAIS, CONFORME CAPUT DO ART. 2º DA LEI Nº 2288/2016, CONCOMITANTE COM O INCISO XVI DO ART. 2º DA LEI Nº 2288/2016, NOS TERMOS QUE DIZ OUTRAS PRÁTICAS QUE POSSAM SER CONSIDERADAS E CONSTATADAS COMO MAUS-TRATOS PELA AUTORIDADE AMBIENTAL.
NO PRESENTE CASO, O ANIMAL TER ACESSO A RUA SEM A VIGILÂNCIA DO TUTOR COLOCA-O EM RISCO DE ACIDENTES, ALÉM DE PRIVÁ-LO DAS NECESSIDADES BÁSICAS, COMO ÁGUA, ALIMENTAÇÃO E ABRIGO.

O NÃO ATENDIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO ACARRETARÁ A LAVRATURA DE INFRAÇÃO, COM APLICAÇÃO DE MULTA NO VALOR MÍNIMO DE R$ 200,00 (DUZENTOS) REAIS, PODENDO ATINGIR O VALOR MÁXIMO DE R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL) REAIS, CONFORME DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI Nº 2.288/2016.

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:38B20E72

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NADV_20260806_187127

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 25/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AKO5H88	284610M000357632	16/05/2026	56732	
ASD3503	284610T000010608	23/05/2026	73400	
AUG5J28	284610T000008977	24/05/2026	73400	
BAH6F52	284610M000357431	14/05/2026	56732	
BDW2I09	284610M000357430	14/05/2026	56732	
HEV9626	284610M000357604	16/05/2026	56732	

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:E2B09939

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NADV_20260807_187210

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 28/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
ASI0B34	284610T000006615	24/05/2026	73400	05249218409
SFH9D87	284610M000357428	14/05/2026	56732	08520411552

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:734A4C7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20260807_187209

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 28/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
RHD8F42	284610M000355898	21/04/2026	56732	R$ 130,16

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:57F81F77

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS – Edital nº 001/2025
O Exm. Sr. Gerson Nunes, Prefeito Municipal de Sengés, através da Secretaria Municipal de Administração – Depto de Recursos Humanos, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:
CONVOCAR os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado – PSS – Edital nº 001/2025, de acordo com o cargo e classificação relacionados nos quadros abaixo, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Sengés, Departamento de Recursos Humanos, sito a Travessa Senador Souza Naves, 95, Bairro Centro, desse Município, no prazo de 01 (um) dia útil, a contar da publicação deste Edital, para fins de tomar ciência da documentação necessária para investidura no cargo e demais providências.

CARGO: ZELADOR

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Dinalva dos Santos Ferreira	2ª vaga PCD

CARGO: COZINHEIRO

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Claudenice Roseira dos Santos	15ª

Obs. o não comparecimento para entrega da documentação acarretará a desclassificação do candidato do certame.

Sengés, 11 de agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:D8F829FA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL HOMOLOGADO EM 05 DE MARÇO DE 2024.

O Exm. Sr. Gerson Nunes, Prefeito Municipal de Sengés, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, convoca o (a) aprovado (a) no concurso público, objeto do edital 002/2023, para comparecer no Depto. de Recursos Humanos desta Prefeitura, no prazo de 2 dias úteis a contar da publicação, para fins de tomar ciência da documentação necessária para investidura no cargo e demais providências.

CARGO : Agente de Apoio Educacional

NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
José Geraldo Brugger	013.802.877-43	51º

Obs. o não comparecimento para entrega da documentação acarretará a desclassificação do candidato do certame.

Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:B1A7714E

GABINETE DO PREFEITO
D E C R E T O N.º 5151/2026.

SÚMULA. DESIGNA SERVIDORES PARA ATUAR COMO ATESTADORES/FISCAIS DE DESPESAS, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes da Silva,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1º. A atestação de despesas é o ato emitido pelo responsável pelo recebimento dos materiais, obras, ou serviços, nas condições contratadas. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração, ou pelos respectivos substitutos.

§ 1º. – A atestação sem ressalvas indicará que o recebimento se deu em condições satisfatórias ao interesse e/ou serviço público.

§ 2º. – A atestação será materializada através da assinatura do servidor responsável no verso da Nota Fiscal/Fatura ou recibo, sendo nesse momento considerado o objeto e/ou serviço recebido definitivamente, salvo ocorrência de vícios ocultos e a responsabilidade pela qualidade, solidez e segurança vigentes mesmo após o recebimento definitivo, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, Código Civil e legislação regente da matéria.

Art. 2º. Cabe a indicação pelo Secretário, Titular de Órgão Superior, Diretor ou Chefe de Divisão designar, dentre os seus servidores abaixo nominados, o(s) qual (is) será (ão) responsável (is) pela respectiva atestação, nos Termos de Referência concernente à abertura de Processos Licitatórios.

Art. 3º Poderão vir a serem designados como Fiscais/Atestadores de Despesas os servidores a seguir:

Adão Jóia;
Adilson Rodrigues;
Adriane Benatto Ferraz Fernandes;
Alan Ferreira Martins;
Alessandra Rodrigues;
Ana Carolna Pinheiro de Melo;
Anderson José Willmbrink;
André Carlos de Almeida;
André Ribeiro dos Santos;
Antônio Marcos Perin;
Augusto Luis Silva;
Bernardo Rolim de Mello Martins;
Carla Andreia Ribeiro;
Carlos Eduardo Fuzeto;
Carlos Rosan de Souza;
Cauê Murilo Kappke;
Celso Fernando Wolf Barbosa;
Cibele Marques Souza;
Cinthia Vitorino Pereira Ribeiro;
Cleberton Bortoluzze;
Clèrio Gomes da Silva;
Cristiano Silva Mazur;
Danilo Lopes Domingues;
Ediane Silva Teleginski;
Eduardo de Miranda Vieira;
Eduardo Neineska;
Erica Rodrigues Balbino;
Ernani Junior Nascimento;
Fabiane Albert;
Fabiane Nunes Gonçalves;
Francine Mignoso;
Francisco Dias Netto;
Gisela Huren;
Gizelle Machado Leite Flora Oliveira;
Glazielle Vitorino Almeida;
Graciele de Oliveira Danielewski Pereira;
Israel Henrique Santos;
Jaqueline Aparecida de Carvalho;
Jessica Rodrigues Ricardo;
Joquebedh Mahyara da Silva Ribeiro;
Jorge de Melo Filho;
José Anísio Santos;
José Elias Ribeiro;
José Roberto Lopes da Silva;
Julia Maria Fernandes;
Juliana Souza Carneiro;
Julio Aparecido Leite da Rosa Melo;
Laura Benedita Nalesso Santos;
Lázaro Cordeiro Júnior;
Leonina de Almeida;
Lídia Maria Marrero,
Luciana Aparecida Veiga;
Luiza sampaio Nogueira;
Marcelo Pedro Silva de Oliveira;
Marciano Machado;
Marcos Roberto Moleda;
Marcos Vincenzi;
Mateus Sampaio Benatto;
Mayara Piovezan;
Milena Camargo Miranda;
Milena Fernandes;
Monique Cristine Constante Nucci Marrero;
Monique da Conceição Vieira;
Monique dos Santos Moreira;
Nelson Antônio Ciola Junior;
Nelson Ferreira Ramos;
Odirléia Rodrigues de Oliveira;
Paola Fernanda Ferreira dos Santos;
Paola Ribeiro Medeiros;
Patrícia Delgado Floriano;
Rayssa Dutra Gaia Rocha;
Rellidy Mahyara de Melo Carneiro da Silva;
Renê Aparecido Pereira Junior;
Retienne de Fatima Gomes Brito;
Ricardo de Jesus Soares;
Roberto Carlos Gaia;
Rubensnir de Almeida;
Sandra Jacqueline Broquá;
Sinara Aparecida Ferreira Ramos Bortoluzze;
Sonia Maria Machado;
Suellen Moraes de Lima;
Susiane Aparecida Ferreira Santos;
Thais Hashiguchi Bulka;
Valdelei dos Santos;
Vanessa Costa Leite;
Vanessa Koso Oliveira;
Vinicius Cleto Perucio;
Vinícius de Camargo Fillus;
Vitória Maria Gonçalves;
Wagner da Silva Santos;
Zenaide Nogueira Rosa Sampaio;
Zuliane dos Santos.

Art. 4º. É obrigatório que se faça constar nos instrumentos convocatórios nos contratos, Atas de Registro de Preços, quando houver, o nome expresso do servidor designado como atestador.

Art. 5º. Compete ao servidor atestante:
I. Examinar e analisar se o serviço e/ou fornecimento está sendo executado de acordo com o constante no instrumento convocatório e/ou contrato, se houver;
II. Conhecer o edital ou instrumento convocatório, e os termos do contrato;
III. Propor ao titular da Secretária, Órgão Superior, Departamento ou Divisão, as providências cabíveis que permitam a renovação do prazo de fornecimento e/ou execução, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias antes do término daquele, ou a abertura de novo processo licitatório, se for o caso;
IV. Denunciar o fornecedor e/ou prestador de serviços à autoridade superior (ordenador de despesas), em caso de atraso injustificado ou inexecução do contrato;
V. Adotar as providências necessárias à formalização do processo (ex: Anexar documentos que comprovem o informado na denúncia, etc.);
VI. Acompanhar a execução da despesa até o seu pagamento.
VII. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

Art. 6º. – Para que ocorra a atestação da despesa, o servidor responsável deverá ter conhecimento das condições contratadas, especialmente no que se referir ao preço, quantidade, marca, especificação, projeto/planta, qualidade, e prazos contratados a ser disponibilizada pelos Departamentos.

Parágrafo único. O servidor designado deverá solicitar ao Departamento de Licitação e Departamento de Compras e Gestão de Contratos, os dados previstos no caput deste artigo.

Art. 7º. – Os responsáveis pela atestação, quando se tratar de prestação de serviços, deverão realizar o acompanhamento permanente da execução do contrato, a fim de verificar se a prestação dos serviços está atendendo às condições contratadas.

Art. 8º. – Poderá ser designado Comissões de no mínimo 3 (três) servidores/atestadores, nas compras e contratações em que a administração julgar necessário.

Art. 9º. – Qualquer situação diferente daquela contratada ensejará o não recebimento do material/serviço, na suspensão do pagamento, e na aplicação da sanção cabível, sem prejuízo da apuração da competente responsabilidade administrativa.

Parágrafo único. Quando ocorrer os casos citados no caput deste artigo, os servidores atestantes deverão adotar as providências junto à contratada para a entrega das quantidades faltantes, ou a regularização da entrega ou da prestação. Não havendo adequação por parte da contratada, cabe ao atestante proceder à denúncia à autoridade superior, a fim de que sejam aplicadas as penalidades cabíveis.

Art. 10º. – O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratua

Art. 11º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, em especial o Decreto n. 4.779/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:2D0A431B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 3.596/2026

CONSIDERANDO o disposto no Protocolo n.º 25.921.979-5, que trata da realização do evento 4ª Edição FECOMGÉS – Feira do Comércio de Sengés;
CONSIDERANDO a formalização de Convênio entre o Município de Sengés e a Secretaria de Estado do Turismo – SETU;
CONSIDERANDO a necessidade de se designar Gestor e Fiscal para atuar no respectivo Convênio;
O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo,
R E S O L V E

Art. 1º. Designar o Servidor Público Municipal Luciano Ribeiro da Cruz Júnior, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, portador do RG nº. 10.724.XXX-0 SESP/PR e CPF nº. XXX.547.XXX-05 como Gestor do convênio com a Secretaria do Estado de Turismo – SETU referente ao evento 4ª Edição FECOMGÉS – Feira do Comércio de Sengés.
Art. 2º. Designar a Servidora Pública Municipal Paola Ribeiro Medeiros, ocupante do cargo de Diretora do Departamento Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, portadora do RG nº. 14.686.XXX-6 SESP/PR e CPF nº. XXX.994.XXX-42 como Fiscal do convênio com a Secretaria do Estado de Turismo – SETU referente ao evento 4ª Edição FECOMGÉS – Feira do Comércio de Sengés.
Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2.026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:B338071A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO ADITIVO V AO CONTRATO N.º 125/2025

Concorrência Eletrônica n.º 005/2025 - Processo Licitatório nº 040/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE SENGÉS – PR e a empresa **CONSTRUTORA JARDIM E EMPREENDIMENTOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 33.917.494/0001-22.
OBJETO: Este termo aditivo tem por fim prorrogar o prazo de vigência contratual em mais 30 (trinta) dias, encerrando-se em 19/08/2026.
DA VIGÊNCIA: O caput da Cláusula Quinta passa a vigorar com a seguinte redação: "A contratação se dará através da formalização de Contrato Administrativo com vigência de 470 (quatrocentos e setenta) dias, contados da data de assinatura".
DA RATIFICAÇÃO: Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, não alteradas ou modificadas pelo presente, que passa a fazer parte integrante daquele, juntamente com a necessária Justificativa.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 17/07/2026.
FORO: Sengés/PR.

Sengés, 11 de agosto de 2026.

Departamento de Gestão de Contratos

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:948BA719

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 217/2026

Pregão Eletrônico nº 120/2025 - Processo Licitatório nº 281/2025

CONTRATADA: M.R. DE MORAES DEDETIZAÇÃO, devidamente inscrita no CNPJ nº 18.044.047/0001-12.
OBJETO: Prestação de serviços de Dedetização, Desinsetização, Desratização, e Desinfecção e Limpeza de Caixa d'água, nos termos especificados a seguir: §1º Das especificações do(s) produto(s)

Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de Limpeza e Desinfecção de Caixa d´´água e desratização e desinsetização técnica: LOCAL: Biblioteca Municipal Area de 183,79 m² 01 caixa de 1000 lts	SERV	2,00	496,87	993,74
1	3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de Limpeza e Desinfecção de Caixa d´´água e desratização e desinsetização técnica: LOCAL: Centro de Eventos 1º de março Vestiário 152,20 m² Salão inferior (fanfarra) 122,40 m² Salão Superior 122,40 m² 2 caixas de 500 l	SERV	2,00	496,87	993,74

VALOR E RECURSOS ORÇAMENTARIOS: Estima-se para fins contratuais o valor total de **R$ 1.987,48 (um mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e oito centavos).** Parágrafo Único: Os pagamentos decorrentes da aquisição dos objetos contratuais correrão através das seguintes dotações orçamentárias:
09 – Sec. de Cultura, Esporte e Turismo
5040.000.339039 OSTPJ
DA VIGÊNCIA: O presente Contrato Administrativo o qual terá vigência a contar da data de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses.
DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 11/08/2026.
FORO: Comarca de Sengés/PR.

Sengés, 11 de agosto de 2026.

Departamento De Gestão De Contratos

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:813A3925

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO IV ADITIVO AO CONTRATO N.º 219/2024

Concorrência Eletrônica n.º 013/2024 - Processo Licitatório nº 145/2024

PARTES: MUNICÍPIO DE SENGÉS – PR e a empresa **PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 82.570.342/0001-01.
OBJETO DO ADITIVO: Este termo aditivo tem por fim prorrogar o prazo de vigência do contrato em mais 30 (trinta) dias, encerrando-se por tanto em 04/09/2026, em razão da necessidade da fiscalização técnica do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), onde já se encontra agendada, e dentre outros ajustes a serem feitos, conforme justificado pela Secretaria requisitante.
DA VIGÊNCIA: *O caput da CLÁUSULA QUINTA passa a vigorar com a seguinte redação:* "A contratação se dará através da formalização de Contrato Administrativo com vigência de 750 (setecentos e cinqüenta) dias, contados da data de assinatura."
DA RATIFICAÇÃO: Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, não alteradas ou modificadas pelo presente, que passa a fazer parte integrante daquele, juntamente com a necessária Justificativa.
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 31/07/2026.
FORO: Sengés/PR.

Sengés, 11 de agosto de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:EDD3C1A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
EXTRATO ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

EXTRATO ADITIVO 001/2026 DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 007/2026
PARTÍCIPES: Prefeitura Municipal de Sertanópolis e Associação Atlética de Sertanópolis OBJETO: Aditivo em valor para auxiliar nas atividades relativas ao desporto e lazer.
VIGÊNCIA: Até 31/12/2026
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 12.020.27.812.0019.2092.3.3.50.41.00.00
VALOR: R$ 55.700,00 (cinquenta e cinco mil setecentos reais)
DATA DA ASSINATURA: 12/08/2025
AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:85040310

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N°015 DE 11 DE AGOSTO DE 2026 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE SERTANÓPOLIS.

Dispõe sobre as conclusões acerca da Aprovação do plano de contingência contra as arboviroses, Dengue, Zika vírus e Chikungunya 2026/2027 do Município de Sertanópolis-Pr, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Sertanópolis em sua 45° reunião ordinária, realizada no dia 11 de agosto 2026 – no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 948 de 10 de outubro de 1991 e suas alterações posteriores Lei Municipal N°1.866 de 14 dezembro 2010, Lei Municipal N°1.943 de 05 outubro de 2011 e a Lei Municipal N° 3.218 de 20 de dezembro 2022.
Resolve:
Artigo 1 – **Aprovar** por unanimidade **o plano de contingência contra as arboviroses, Dengue, Zika vírus e Chikungunya 2026/2027**
Artigo 2 - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

Sertanópolis, 11 de agosto 2026.

JOSÉ ABÍLIO GHISELLINI
Vice Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Sertanópolis

Homologo a Resolução nº 015/2026 – CMS – nos termos do Art. 1º, 2º da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do Serviço Municipal de Saúde de Sertanópolis

Publicado por:
Jane Graziela da Silva Pissinati
Código Identificador:A0503D95

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 205/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 205/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: CORT CHARM'S DECORAÇÕES DE TECIDOS LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE CORTINAS PARA OS REFEITÓRIOS DAS ESCOLAS.
VALOR: 9.604,00(NOVE MIL, SEISCENTOS E QUATRO REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 11 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:AF99B3BC

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 204/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 204/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: SISCOM SEGURANÇA E TECNOLOGIA LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO, PARA PRAÇA PAULO GOMES TOLEDO NO JARDIM SANTA CLARA.
VALOR: 6.210,00(SEIS MIL DUZENTOS E DEZ REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.
Sertanópolis, 11 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:D1F3EC0D

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE INSCRIÇÃO DE ESTÁGIO REMUNERADO

EDITAL DE ESTÁGIO REMUNERADO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS

O Município de Sertanópolis, por seu Departamento de Educação, TORNA PÚBLICA a abertura de Processo Seletivo para seleção de estagiários (a) na área de educação, para preenchimento de cadastro de reserva de estágio de 20 horas semanais de graduação e 3 (três) vagas de 20 horas semanais de pós-graduação.

1. DO NÚMERO DE VAGAS

1.1 O presente processo seletivo destina-se ao preenchimento de:
1.2 **Cadastro de reserva de estágio de 20 horas semanais de graduação.**
1.3 **03 (três) vagas de estágio de 20 horas semanais de pós-graduação.**

2. OBJETIVOS DO ESTÁGIO

1.1 Relacionar teoria e prática profissional dentro de um processo sistematizado de ensino-aprendizagem, aplicando os conhecimentos desenvolvidos durante a formação nas diversas áreas da Educação.

1.2 Vivenciar uma experiência prática orientada, na busca de autonomia no exercício futuro da profissão.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As **inscrições** serão gratuitas e recebidas no período de **17 de agosto de 2026 a 21 de agosto de 2026**, no Departamento Municipal de Educação.

3.2 O candidato deverá apresentar, no dia da prova:

a) Fotocópias nítidas dos seguintes documentos:

I - CPF;

II - Documento de comprovação de matrícula/frequência **no Curso de Pedagogia ou outras Licenciaturas. (Declaração de matrícula atualizada).**

3.3 Se afigura como condição para inscrição no processo seletivo:

a) Possuir disponibilidade de tempo para a realização do estágio, sendo 04 horas diárias, de segunda a sexta-feira.

b) Ter conduta social compatível com o exercício das atribuições de estagiário.

c) Verificar junto à Instituição de Ensino que frequenta se a mesma autoriza a realização de estágio no período em que o candidato se encontra matriculado.

3.4 A relação dos candidatos inscritos será publicada, no endereço https://www.sertanopolis.pr.gov.br/ em data de **25 de agosto de 2026**.

4. VALOR DA BOLSA E CARGA HORÁRIA

4.1 A jornada do estagiário de 4 (quatro) horas diárias, a ser fixada em razão conveniência dos serviços do Departamento, recebe bolsa mensal no valor de R$ 970,00 (novecentos e setenta reais), além do valor de R$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) de auxílio transporte.

4.2 141A jornada do estagiário de 4 (quatro) horas diárias, a ser fixada em razão conveniência dos serviços do Departamento, recebe bolsa mensal no valor de R$ 1.630,00 (um mil seiscentos e trinta reais), além do valor de R$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) de auxílio transporte.

5. DAS PROVAS

5.1 O processo seletivo constituir-se-á de duas provas, a saber:

5.1.1 Produção de um texto com valor de 5,0 (cinquenta) pontos.

5.1.2 Prova com questões objetivas com valor de 5,0 (cinquenta) pontos.

5.2 Data e horário da prova: **26 de agosto de 2026, das 19:00 às 21:00 horas, na Escola Municipal Luiz Deliberador, localizada na Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira n.º 515, Sertanópolis/PR**

5.3 Duração da prova: 2 (duas) horas.

5.5. Os candidatos deverão comparecer ao local designado portando documento de identificação com foto e caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a entrada no recinto fora do horário designado.

5.6. Não será admitida qualquer espécie de consulta a doutrina ou equipamentos eletrônicos, etc, durante a realização das provas.

5.7. Serão avaliados a clareza, coerência, concordância e correção gramatical.

5.8 Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 60% do total da prova.

5.9 O **resultado** será publicado no endereço https://www.sertanopolis.pr.gov.br/ no dia **31/08/2026.** Nesta mesma data será concedida, aos candidatos, vista das provas e dos respectivos espelhos, no horário de 13:00 às 17:00 horas no Departamento de Educação.

5.10 Em caso de empate serão utilizados os seguintes critérios:

a) estágio documentalmente comprovado na área da Educação;

b) maior tempo de estágio documentalmente comprovado na área de Educação;

c) estar cursando as séries finais (as últimas séries se sobrepõem às anteriores).

6 – DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 O prazo de validade do presente processo seletivo será 01 ano podendo ser renovado por igual período, contado da data da divulgação do resultado final da seleção.

6.1.1. Havendo necessidade de substituição ou abertura de outras vagas dentro desta escolaridade, a convocação obedecerá a ordem de classificação do presente.
6.2. A inscrição implicará o reconhecimento e a aceitação por parte do candidato, do que determina as legislações de estágio vigente, da Legislação Municipal e deste Edital e, ainda, a declaração tácita de que, na data de sua realização, ele atende aos requisitos previstos.

6.3. O candidato convocado deverá apresentar-se no prazo de 02 (dois) dias de sua convocação no Departamento de Educação, munido dos documentos abaixo relacionados:

a) histórico escolar atualizado;
b) declaração atualizada de regularidade escolar, com indicação do ano ou período do curso de licenciatura que está cursando e as disciplinas ministradas;
c) número da Agência e da Conta Corrente no Banco do Brasil ou Caixa Econômica.

6.4. A falta de qualquer um dos documentos acima citados implicará a não nomeação do candidato aprovado e à renúncia tácita à bolsa, ocasião em que será chamado o próximo candidato, obedecida a ordem de classificação.

6.5. Em caso de desistência, desligamento voluntário ou não, durante o prazo de validade do processo seletivo, será convocado para a vaga o candidato seguinte, observada a ordem de classificação.

6.6 A constatação, a qualquer tempo, de fornecimento, pelo candidato, quando da inscrição, de informação que não corresponda à verdade implicará na sua eliminação, cancelando-se a inscrição, anulando-se todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

6.7. Por força da Lei 11.788/08, o estagiário possui direito a recesso de 30 dias remunerados, e o estágio se dará por 01 ano prorrogável por mais 01 ano de estágio, entre outros dispositivos da legislação específica, desde que sua avaliação seja satisfatória, podendo, a Administração, verificando incompatibilidade, pugnar pela extinção do vínculo de estágio.

6.8. Para qualquer esclarecimento adicional relativo à presente seleção, o candidato deverá entrar em contato com o Departamento de Educação, através do telefone (43) 3232-2055, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

7. Se afigura como condição para inscrição no processo seletivo:

d). Verificar se não se encontra na situação de impedimento de que dispõe o artigo 11 da Lei Federal n.º 11.788/2008:

> *Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.*

7.1 Fica assegurado ao portador de necessidades especiais (PNE) o percentual de 10% (dez por cento) das vagas a serem oferecidas, devendo a necessidades especial ser comprovada mediante laudo médico específico.

Caso o candidato necessite de condições especiais para a realização das provas, deverá solicitá-las por escrito no ato da inscrição.

Sertanópolis, 11 de agosto de 2026.

CLÁUDIA RENATA TEDARDI TERASSI
Presidente

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Planejamento e avaliação da aprendizagem;

- Organização dos espaços pedagógicos;

- Educação inclusiva;

- Ética no espaço escolar;

- Afetividade nas relações;

- Noções de informática.

Publicado por:
Vilma de Souza Correa
Código Identificador:226BFF01

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 53/2026 LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE, autarquia municipal inscrita no CNPJ/MF n.º 78.318.359/0001-07, com endereço na Rua Senador Souza Naves n.º 487, representado por sua Diretora Superintendente, **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade R.G. Nº 648.871.09-9, inscrita no CPF/MF sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na cidade de Sertanópolis/PR.

CONTRATADA: METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ 05.035.532/0001-88.

OBJETO: Contratação de empresa autorizada para prestação de serviço de revisão programada de 10.000km, com fornecimento de peças e acessórios de reposição, durante o período de garantia de fábrica do veículo oficial SPIN LTZ PLACA: UBY-9D04, pertencente à frota do Serviço Municipal de Saúde de Sertanópolis.

VALOR: R$ 705,26 (setecentos e cinco reais e vinte e seis centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 dias

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, IV,a, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 18 de Agosto de 2026

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:8D11FDB1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

SETOR DE LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2025

A empresa detentora da **Ata de Registro de Preços nº 016/2026, do Pregão Eletrônico nº 046/2025**, denomina-se inadimplente no que se refere ao **Processo Licitatório nº 077/2025, Processo Administrativo Interno nº 4.570/2025**, tendo como objeto o "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA (SANEANTES)".
Concede-se o prazo de **05 (cinco) dias úteis, para efetuar a entrega total dos itens do Pedido de Empenho nº 2611/2026, do Processo Administrativo Interno nº 3592/2026,** sob pena de abertura de Processo Administrativo Disciplinar.
Sulina, Paraná. 11 de agosto de 2026.

THALIA VENZON BAVARESCO.
Diretora do Departamento de Almoxarifado.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:831F23BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº. 01/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPIRA
CNPJ: 75.801.738/0001-57

AGENTE CULTURAL: RR ARAÚJO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA
CNPJ: 42.901.319/0001-38

CHAMADA PÚBLICA Nº: 01/2026

OBJETO – SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

VALOR – R$ 22.500,00 (VINTE E DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: 10 de agosto de 2026 a 10 de fevereiro de 2027.

Tapira, 10 de agosto de 2026.

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:61C4C952

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 210, DE 19 DE JUNHO DE 2026

DECRETO Nº 210, DE 19 DE JUNHO DE 2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O DESLIGAMENTO DA SERVIDORA ATIVA DO MUNICIPIO DE TEIXEIRA SOARES EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDOa portaria n° 09/2026 emitida pelo Fundo Previdenciário Municipal de Teixeira Soares;

DECRETA:

Art. 1ºFica desligada do serviço público por motivo de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, a servidora "SIMONE BAULMEL TULLIO", pertencente ao quadro próprio do Município de Teixeira Soares.
Art. 2°O Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Teixeira Soares efetivará o desligamento do Serviço Ativo, a partir de 01 de junho de 2026.
Art. 3°Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir de 01 de junho de 2026.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
CUMPRA-SE.
ANOTE-SE NA FICHA FUNCIONAL Do SERVIDOR.

DADO E PASSADO no Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:9505DCEB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 264, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 264, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA TATIANA MARA SALAPATA.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a pedido a servidora **TATIANA MARA SALAPATA,** portadora da CI RG n° 12.733.XXX-3 SSP/PR e CPF n° 088.116.XXX-38, do cargo de Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, lotada na Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, a partir de 07 de agosto de 2026.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:D7E7121C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 265, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 265, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA ANA CLAUDIA MOREIRA GOMES.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a pedido a servidora **ANA CLAUDIA MOREIRA GOMES,** portadora da CI RG n° 15.174.XXX-3 SSP/PR e CPF n° 070.595.XXX-95, do cargo de Diretor Geral, lotada na Secretaria Geral de Governo, a partir de 07 de agosto de 2026.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:2C57AAC8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 266, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 266, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA TATIANA MARA SALAPATA NOMEADA NO CARGO DE DIRETOR GERAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada **TATIANA MARA SALAPATA,** portadora da CI RG n° 12.733.XXX-3 CPF nº 088.116.XXX-38, para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, símbolo CC-4, lotada na Secretaria Geral de Governo, a partir da presente data.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE.
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:41815C75

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 267, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 267, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA ANA CLAUDIA MOREIRA GOMES NOMEADA NO CARGO DE DIRETOR GERAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada **ANA CLAUDIA MOREIRA GOMES,** portadora da CI RG n° 15.174.XXX-3 CPF nº 070.595.XXX-95, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, símbolo CC-4, lotada na Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, a partir da presente data.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE.
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:0686A96B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
LEI N.º 2.304

LEI N.º 2.304

Súmula: ALTERA O § 1.º DO ART. 41 DA LEI MUNICIPAL N.º 1.716, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná por seus representantes da Câmara Municipal aprovou e eu, o Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica alterado o § 1.º do art. 41 da Lei Municipal n.º 1.716, de 22 de dezembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"§ 1.º A Comissão Gestora será composta por 01 (um) membro do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal; 01 (um) membro representante de cada área ou Secretaria do serviço público municipal, indicados em Assembleia Geral do Sindicato dos Servidores Efetivos; e 01 (um) membro representante do Sindicato."
Art. 2.º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal n.º 1.716, de 22 de dezembro de 2016.
Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:2D940070

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
LEI N.º 2.305

LEI N.º 2.305

Súmula: INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TEIXEIRA SOARES – FME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná por seus representantes da Câmara Municipal aprovou e eu, o Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica instituído, no Município de Teixeira Soares, o Fórum Municipal de Educação de Teixeira Soares – FME, de caráter permanente, com a finalidade de discutir os problemas e fenômenos sociais da educação para a construção de soluções e tomada de decisões voltadas à política educacional do território municipal, promover o monitoramento e a avaliação periódica das ações de implementação dos objetivos e metas estabelecidos no Plano Municipal de Educação, bem como coordenar Conferências Municipais de Educação, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações e propor políticas públicas municipais de educação, promovendo as articulações necessárias com os correspondentes Fóruns de Educação do Estado e da União.

Parágrafo único. O Fórum Municipal de Educação possui caráter deliberativo, consultivo, propositivo, indicativo, fomentador e de acompanhamento das ações na área da Educação Básica e Superior.
Art. 2.º São finalidades do Fórum Municipal de Educação:
I – convocar, planejar e coordenar a realização das Conferências Municipais de Educação, bem como divulgar e zelar pela implementação de suas deliberações;
II – acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação e sua articulação com as deliberações das Conferências Estadual e Nacional de Educação;
III – elaborar seu Regimento Interno, bem como o Regimento das Conferências Municipais de Educação;
IV – oferecer suporte técnico para a organização da Conferência Municipal de Educação e demais eventos educacionais, tais como seminários, simpósios, fóruns, audiências públicas e outras ações relacionadas às suas finalidades;
V – planejar e organizar espaços de debate sobre a Política Municipal de Educação;
VI – participar da construção do Plano Municipal de Educação, acompanhar sua implementação mediante monitoramento anual e avaliação periódica, bem como acompanhar as deliberações dele emanadas;
VII – acompanhar a criação e implementação da legislação específica da Educação Básica no Município e de seus instrumentos, promovendo estudos e debates sobre a política educacional.
Art. 3.º O Fórum Municipal de Educação será composto por membros titulares e suplentes, indicados por suas respectivas instituições ou movimentos e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período, representando os seguintes segmentos:
I – Secretaria Municipal de Educação;
II – Câmara Municipal de Vereadores;
III – Educação do Campo;
IV – Movimentos Sociais atuantes no Município;
V – Sindicato dos Servidores Municipais – SINTEXS;
VI – Conselho Tutelar;
VII – Professores da Educação Infantil;
VIII – Professores do Ensino Fundamental; Edifício da Câmara Municipal de Teixeira Soares,
IX – Professores do Ensino Médio;
X – Educação de Jovens e Adultos – EJA;
XI – Educação Especial;
XII – Instituições de Ensino Superior, quando houver;
XIII – Instituições Privadas de Ensino, quando houver;
XIV – Estudantes;
XV – Pais, mães ou responsáveis por estudantes, por meio das APMFs e Conselhos Escolares;
XVI – Gestores Escolares;
Parágrafo único. O Fórum Municipal de Educação poderá definir critérios para inclusão de representantes de outros órgãos, entidades ou segmentos que tenham compromisso com a educação.
Art. 4.º O Regimento Interno do Fórum Municipal de Educação será aprovado pela maioria simples de seus membros e homologado pela Secretaria Municipal de Educação, estabelecendo sua estrutura organizacional, procedimentos e normas de funcionamento.
Art. 5.º O Fórum Municipal de Educação reunir-se-á ordinária e extraordinariamente, na forma e periodicidade estabelecidas em seu Regimento Interno.
Art. 6.º A Coordenação do Fórum Municipal de Educação será composta por Coordenador(a), Vice- Coordenador(a) e Secretário(a), eleitos entre seus membros na primeira reunião ordinária de cada gestão.
Art. 7.º A partir do segundo mandato, a Coordenação em exercício encaminhará ofícios às instituições integrantes do Fórum para indicação ou substituição de seus representantes, bem como para realização da eleição da nova Coordenação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término do mandato vigente.
Art. 8.º O Fórum Municipal de Educação ficará administrativamente vinculado à Secretaria Municipal de Educação, que lhe prestará o suporte técnico, administrativo e estrutural necessário ao desempenho de suas funções.
Art. 9.º A participação no Fórum Municipal de Educação constitui serviço público relevante e não será remunerada.
Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.
Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:4FDFEDED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
LEI N.º 2.306

LEI N.º 2.306

Súmula: AUTORIZA O MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES A APROVAR A ALTERAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAMU CAMPOS GERAIS - CIMSAMU, DE DIREITO PRIVADO PARA DIREITO PÚBLICO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N.º 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005.

O povo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná por seus representantes da Câmara Municipal aprovou e eu, o Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Município de Teixeira Soares autorizado a aprovar a alteração do contrato de consórcio público do Consórcio Intermunicipal SAMU Campos Gerais - CIMSAMU, com o objetivo de transformar sua personalidade jurídica de direito privado para personalidade jurídica de direito público, nos termos do disposto no Art. 6º, §1º, inciso I da Lei Federal n.º 11.107/2005, combinado com o Art. 12-A da mesma Lei, que exige aprovação legislativa para alterações contratuais.
Art. 2.º A alteração da natureza jurídica implicará a celebração de novo contrato de consórcio público ou a adaptação do contrato atual, com posterior registro e publicação conforme exige o Decreto Federal n.º 6.017/2007
Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:6DF2003F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 750/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 40, § 1º, Inciso III, "b" da Constituição Federal e Artigo 40 da Lei Municipal nº 868/2006, de 22/11/2006.

R E S O L V E

ART. 1º Conceder Aposentadoria por Idade, a partir desta data, a servidora efetiva desta Prefeitura, senhora **MARLENE RODRIGUES MARTINS,** ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E ALIMENTAÇÃO, com proventos correspondentes a 40,47% (Quarenta virgula quarenta e sete por

cento) da média das 80% maiores remunerações, a contar a partir de julho/94, com valor mensal de R$ - 692,28 (Seiscentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos) nos termos do Processo FPSMTB nº014/2026.

ART. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 11 dias do mês de Agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

EDUARDO MAGON
Superintendente do FPSMTB

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:2C291D2C

LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 76-2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 76/2026

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Eletrônico, tipo menor preço, UNITÁRIO.
OBJETO: Registro de Preço para uma eventual aquisição de Material de Higiene Pessoal de acordo com Plano de Ação destinados ao atendimento da execução das ações previstas na Portaria MDS nº 1.040/2025 e na Portaria MDS nº 1.172/2026, que dispõem sobre o cofinanciamento federal para o acolhimento de imigrantes em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório por crise humanitária.

Edital completo disponível na plataforma https://bnc.org.br/ e também no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.
As propostas devem ser encaminhadas a partir do dia 11.08.2026 através do https://bnc.org.br/

Data e horário da sessão de abertura: 28.08.2026, às 08h30 (horário de Brasília).

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3641-8000, Setor de Licitações.

Terra Boa, 11 de agosto 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:11FD927A

LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 77-2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 77/2026

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Eletrônico, tipo menor preço, UNITÁRIO.
OBJETO: Registro de Preço para uma eventual Aquisição de uniformes escolares para atendimentos dos Alunos da Rede Municipal de Ensino.

Edital completo disponível na plataforma https://bnc.org.br/ e também no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.
As propostas devem ser encaminhadas a partir do dia 11.08.2026 através do https://bnc.org.br/

Data e horário da sessão de abertura: 28.08.2026, às 10h00 (horário de Brasília).

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3641-8000, Setor de Licitações.

Terra Boa, 11 de agosto 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:FF2F41C1

LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 78-2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 78/2026

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Eletrônico, tipo menor preço, UNITÁRIO.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Aquisição de brinquedos pedagógicos em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Terra Boa.

Edital completo disponível na plataforma https://bnc.org.br/ e também no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.

As propostas devem ser encaminhadas a partir do dia 11.08.2026 através do https://bnc.org.br/

Data e horário da sessão de abertura: 01.09.2026, às 10h00 (horário de Brasília).

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3641-8000, Setor de Licitações.

Terra Boa, 11 de agosto 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:926DA724

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 291/2026
REF: PREGÃO N° 66/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: F C DE PAULA JOSÉ & CIA LTDA, CNPJ nº 05.084.081/0001-79, com sede Paranavaí, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). FABIANE CRISTINA DE PAULA JOSE, CPF: 024.772.829-21, carteira de Identidade nº 64749030.

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de OXIGÊNIO para atendimento de pacientes no pronto atendimento Municipal na Emergência, internamento no Hospital Municipal São

Judas Tadeu, para as ambulâncias, e atendimento domiciliar aos pacientes atendidos pela Atenção Primária em Saúde, UBSs e Centro de Especialidades..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **561.490,10 (quinhentos e sessenta e um mil, quatrocentos e noventa reais e dez centavos)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 07 de agosto de 2026, com vencimento até 07 de agosto de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.
FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 07 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:480A1050

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 289/2026 REF: PREGÃO N° 64/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: MARCOPOLO S/A, CNPJ nº 88.611.835/0008-03, com sede AVENIDA RIO BRANCO, 4889, ANA RECH, CEP 95060145, Caxias do Sul - RS, tendo como representante legal o(a) Sr(a). SIDNEI VARGAS DA SILVA, CPF: 377.402.700-59, carteira de Identidade nº 6038061328.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de Ônibus Rodoviário 0 Km bem como para auxiliar as Unidades Básicas de Saúde, com o transporte sanitário de pacientes no Município de Terra Boa e para os que necessitam de locomoção até os municípios de referências para realização de consultas, exames e tratamentos de doenças crônicas, de acordo com Incentivo de Investimento para o Transporte Sanitário, no Programa de Qualificação de Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo, nos termos da Resolução SESA 1898/2025..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ 966.000,00 (novecentos e sessenta e seis mil reais), valor esse que será pago em conforme edital.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 06 de agosto de 2026, com vencimento até 06 de fevereiro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 06 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:A979CEE6

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 68/2026

Licitação Modalidade: **Pregão No 68/2026**

REGISTRO DE PREÇO PARA UMA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO VISUAL E PELÍCULA PROTETORA, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) 15.197.968 FABIO RODRIGO FADEL inscrito no CNPJ/CPF Nº 15.197.968/0001-27 no valor total dos itens vencidos de R$ 88.605,70 (oitenta e oito mil, seiscentos e cinco reais e setenta centavos).

Terra Boa, 11 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:09020B45

RECURSOS HUMANOS
EDITAL 022/2026 PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA – PARANÁ CONCURSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP EDITAL Nº 001/2026

O **Sr. Valter Peres, Prefeito do Município de Terra Boa – Paraná,** no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Edital 001/2026, RESOLVE divulgar o Resultado **Definitivo** das **Provas Práticas dos Motoristas, conforme segue:**

01 - Agente de Maquinas e Veículos – Motorista

Inscrição	Nome	Nota Prova Prática
36129	Ademir Bottan	**71.00**
36807	Adenilson Olimpio	**28.00**
36126	Adilson de Sousa Craveiro	**86.00**
36439	Adriana do Couto Lucena	**76.00**
35742	Adriano de Oliveira Zeferino	**79.00**
37114	Alan Carlos Hernandes Ferreira	**68.00**
36499	Alberto Vicente Pelegrini	**100.00**
36031	Alcides Correa da Silva	**52.00**
37189	Alexander Abrantes de Oliveira	**84.00**
36180	Amerson Aparecido da Costa	**92.00**
37078	André Barbosa de Oliveira	**79.00**
35946	Cristiane Domingos Lucena	**84.00**
36790	Denilson Guimaraes Lourenco	**100.00**
37061	Dionilson de Azevedo Simoes	**79.00**
35732	Edson Carlos da Conceição	**97.00**
36283	Elias Pereira da Silva	**83.00**
36159	Everson de Souza Moreira	**92.00**
35919	Fabio Junior de Souza	**61.00**
36244	Fernando Goncalves Valente	**94.00**
36536	Fernando Luiz Casimiro	**97.00**
36018	Genival Antonio da Silva	**68.00**
37060	Geovane da Silva Alves	**50.00**
36869	Guilherme Henrique Fernandes	**87.00**
36086	Gustavo de Sousa Viana	**68.00**
35728	Hernandes Aparecido Batista	**92.00**
36295	Hugo Moreira Rodrigues	**71.00**
35867	Jeferson Aparecido Martareli Chica	**92.00**
36093	Jefferson Pais da Cruz	**84.00**
36554	Jessica Santa Rosa Costa	**58.00**
37156	Joao Carlos de Souza	**73.00**
36111	Joao Paulo Henriques	**79.00**
36908	Jose Carlos da Silva	**92.00**
37018	Jose Luiz Chiode	**60.00**
36234	Jose Vitor Vieira da Silva	**71.00**
36843	Josuel de Lima Alexandre Filho	**87.00**
36967	Julio Cezar Almeida Pecanha	**87.00**
36575	Loan Rodrigues	**97.00**
35753	Luciano Guillem Borges	**100.00**
36087	Luiz Atilio Zancan	**78.00**
35940	Maicon Cesar de Araujo	**92.00**
35986	Marcio Fabiano Chiare	**87.00**
36186	Marcos Jose da Silva	**42.00**
36053	Mateus Tiago Bento	**87.00**
37031	Marcos Aparecido Gimenez	**76.00**
36237	Miqueias Celestino de Carvalho	**100.00**
36172	Oséas Ferreira Logullo	**66.00**
35883	Paulo Rogerio da Silva	**66.00**

36475	Paulo Sergio de Oliveira	**84.00**
37144	Renato Cocatti	**87.00**
37041	Renato Ribeiro da Silva	**100.00**
37186	Ricardo Moreira Dias	**92.00**
37011	Rogerio Chaves	**63.00**
35882	Ronaldo Sasani	**92.00**
36821	Rosenildo Rodrigues Macedo	**58.00**
36738	Samuel Aguiar Prado	**92.00**
35894	Sidmar Aparecido Neves	**100.00**
36484	Sidnei Ferreira da Silva	**89.00**
36749	Silvano Oliveira Fontes	**92.00**
36003	Silverio Candido dos Santos	**100.00**
36956	Silvio Matias dos Santos	**71.00**
36929	Talison Cortez da Costa	**84.00**
36460	Taniel Vitorio	**71.00**
36411	Tatiana Cristina Ferreira	**92.00**
35944	Thelmo Lucio Riyujin	**100.00**
37001	Vander de Oliveira Marinho	**100.00**
36280	Vania Cristina Pinelli	**76.00**
36072	Wagner Leandro Salgueiro	**92.00**
36416	Waldecir Carlos da Silva	**50.00**
35963	Wesley Silva dos Santos	**100.00**
36637	Wiliam da Silva	**100.00**

Terra Boa/PR, 11 de agosto de 2026

VALTER PERES
Prefeito Municipal
Terra Boa – Paraná

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:8041E5A9

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 751/2026

Convoca candidato aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 20.01/2025, de 12 de novembro de 2025, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 01.01/2025, e tendo em vista, a solicitação da Secretaria de Saúde,

RESOLVE

Art.1º Convocar o (a) cidadão (ã) abaixo para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas no Edital de Concurso nº 01.01/2025, e tomar posse no cargo em que foi aprovado:

Cargo: ENFERMEIRO
Nome do Candidato
RICARDO GARCIA COLOMBO

Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 11 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:21D86091

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - AMF 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

MUNICIPIO DE TERRA BOA	
Estado do Paraná	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO	
2027	
AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art.4o, § 2o, inciso V)	R$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto para 2027
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE TERRA BOA, emitido em 27/mai/2026 as 15h e 18m.	
Terra Boa 27 de maio de 2026	

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:EF9E6C49

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA					
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO					
PRIORIDADE	OBRAS	ÁREA / COMPRIMENTO	STATUS	VALOR	QUANTIDADE EXECUTADA
1	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - UBS PORTE II	653,99 M²	Obra em Andamento	R$ 1.899.900,00	79,00%
2	SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVLTAICO ON-GRID, CONECTADO À REDE DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA	9 LOCAIS	Obra em Andamento	R$ 749.000,00	83,44%
3	ADAPTAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. VALDOMIRO PERES CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS EM BLOCO SEXTAVADO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO	2.739,11 M²	Obra em Andamento	R$ 528.934,81	92,07%
4	PROGRAMA ESTRADAS DE INTEGRAÇÃO – DECRETO Nº 6.515/2012 – "ESTRADA BOA" CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 1066/2025 POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO.	136.678,35 M²	Licitação homologada	R$ 32.270.000,00	0,00%
5	EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO	10.881,35 M²	Licitação em fase de homologação	R$ 2.335.000,00	0,00%
6	CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO (CRECHE) DO PROGRAMA INFANCIA FELIZ, SAM 59 - PARANACIDADE.	456,86 M²	Licitação em fase de homologação	R$ 2.701.759,59	0,00%
7	CONSTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECAPE EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE TERRA BOA	107.259,78 M²	Licitação em fase de homologação	R$ 11.160.000,00	0,00%
	TOTAL			R$ 51.644.594,40	
Terra Boa, 25 de Maio de 2026					
Responsável Técnico					
LOHARY MARTINS SAN'TANA					

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:E66CD32B

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS II A - DESPESAS

MUNICIPIO DE TERRA BOA		
Estado do Paraná		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS		
II a - DESPESA		
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF		
Consolidado		
DESPESAS CORRENTES		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	114.041.385,20	
2025	123.820.972,64	108,58
2026	126.565.150,00	102,22
2027	134.035.000,00	105,90
2028	139.527.562,00	104,10
2029	146.503.972,00	105,00
Nota:		
Pessoal e Encargos Sociais		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	56.967.446,44	
2025	62.473.194,96	109,66
2026	68.299.515,00	109,33
2027	73.632.850,00	107,81
2028	75.289.033,50	102,25
2029	79.053.282,85	105,00
Nota:		
Juros e Encargos da Dívida		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	339.590,02	
2025	385.944,96	113,65
2026	399.250,00	103,45
2027	167.750,00	42,02
2028	440.175,00	262,40
2029	462.185,00	105,00
Nota:		
Outras Despesas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	56.734.348,74	
2025	60.961.832,72	107,45
2026	57.866.385,00	94,92
2027	60.234.400,00	104,09
2028	63.798.353,50	105,92
2029	66.988.504,15	105,00
Nota:		
DESPESAS DE CAPITAL		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	6.513.213,89	
2025	14.114.222,23	216,70
2026	17.762.300,00	125,85
2027	17.948.000,00	101,05
2028	19.593.512,00	109,17
2029	20.573.214,00	105,00
Nota:		
Investimentos		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	5.810.043,69	
2025	13.142.717,81	226,21
2026	16.737.300,00	127,35
2027	16.817.500,00	100,48
2028	18.463.449,00	109,79
2029	19.386.647,00	105,00
Nota:		
Inverções Financeiras		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	0,00	
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00
2028	0,00	0,00
2029	0,00	0,00
Nota:		
Amortização da Dívida		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	703.170,20	
2025	971.504,42	138,16
2026	1.025.000,00	105,51
2027	1.130.500,00	110,29
2028	1.130.063,00	99,96
2029	1.186.567,00	105,00
Nota:		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	0,00	
2025	0,00	0,00
2026	1.400.000,00	0,00
2027	500.000,00	35,71
2028	1.543.500,00	308,70
2029	1.620.675,00	105,00
Nota:		

Terra Boa 27 de maio de 2026

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:8E5F64C0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 360/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA ILDA DE SOUZA LIMA GREGGIO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **ILDA DE SOUZA LIMA GREGGIO,** matrícula Nº 891, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (FEM),** referente ao período aquisitivo de 14/04/2023 a 13/04/2024, do Município de Terra Rica, que serão 15 (quinze) dias usufruídos, que compreende entre **12/08/2026 a 26/08/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (11/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:93C20170

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO - SAMAE DE TERRA RICA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 16 /2026
TIPO REGISTRO DE PREÇO

O Samae de Terra Rica, Estado do Paraná, através do Senhor Diretor Adriano Sergio Nunes, torna público o Processo de Pregão - Eletrônico 16/2026 O objeto dessa licitação consiste em REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, ACESSÓRIOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SAMAE conforme detalhado no instrumento convocatório correspondente.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, ACESSÓRIOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SAMAE

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço Por item

ABERTURA:A abertura do certame será às 09:00 (nove horas) do dia 24/08/2026 (vinte e quatro dias de agosto de 2026).

O edital completo está disponível no site:https://www.samaetr.com.br ou https:/bllcompras.com/ via e-mail licitacao@samaetr.com.br ou poderão ser adquiridos na Av. James Patrick Clark, nº 233, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441-2441, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.

Terra Rica, 11/08/2026

ADRIANO SERGIO NUNES
Diretor do Samae

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:D674765E

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2026

DE UM LADO: O SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO, inscrita no CNPJ nº 73.897.589/0001-46, neste ato representado pelo Diretor, Sr. **ADRIANO SERGIO NUNES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Rua Rui Barbosa, nº1087, portador do RG nº 274764775 SESP/PR e CPF nº.795.547.339-68.

DE OUTRO LADO: A M MENDES - ACESSORIOS, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **06.009.600/0001-05**.

DOMICÍLIO: RUA NHAMBU, ANX A, 0 LOJA - CEP: 86701360 - BAIRRO: CENTRO, Arapongas/PR.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus novos, destinados à manutenção da frota, Pregão - Eletrônico N° 9/2026, ratificado pelo Samae de Terra Rica - Pr em 10/08/2026.

VALOR TOTAL: R$ **3.388,00 (Três Mil, Trezentos e Oitenta e Oito Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, onze dias de agosto de 2026

SAMAE de Terra Rica
ADRIANO SERGIO NUNES

A M Mendes - Acessorios
ADRIANA MICHELE MENDES,

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:DBD5FB38

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2026

DE UM LADO: O SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO, inscrita no CNPJ nº 73.897.589/0001-46, neste ato representado pelo Diretor, Sr. **ADRIANO SERGIO NUNES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Rua Rui Barbosa, nº1087, portador do RG nº 274764775 SESP/PR e CPF nº.795.547.339-68.

DE OUTRO LADO: PASCOTTO E CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **10.634.770/0001-40**.

DOMICÍLIO: AVENIDA RIO DE JANEIRO, 0 NUMERO 2685 - CEP: 87525000 - BAIRRO: CENTRO, Ivaté/PR.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus novos, destinados à manutenção da frota, Pregão - Eletrônico N° 9/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 10/08/2026.

VALOR TOTAL: R$ **469,98 (Quatrocentos e Sessenta e Nove Reais e Noventa e Oito Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, onze dias de agosto de 2026

ADRIANO SERGIO NUNES
Samae de Terra Rica

ZOIRO AUGUSTO ANTONIETTI PASCOTTO
Pascotto e CIA LTDA

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:42DCF1BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17496/2026

PORTARIA N° 17496/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). DANIEL SANTANA JULIANI, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). DANIEL SANTANA JULIANI, portador(a) do CPF ***.***.129-**, no cargo de Motorista I, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 12 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:D33235AD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17497/2026

PORTARIA N° 17497/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). SOLANGE CASTORINA TEIXEIRA, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). SOLANGE CASTORINA TEIXEIRA, portador(a) do CPF ***.***.588-**, no cargo de Auxiliar de Limpeza e Copa, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 12 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:EDECE589

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17498/2026

PORTARIA N° 17498/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). GISELI CRISTINA KOLLING VARGAS, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). GISELI CRISTINA KOLLING VARGAS, portador(a) do CPF ***.***.069-**, no cargo de Auxiliar de Limpeza e Copa, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 12 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:33CD82AD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17499/2026

PORTARIA N° 17499/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). ZULMIRA FERREIRA DA SILVA, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). ZULMIRA FERREIRA DA SILVA, portador(a) do CPF ***.***.802-**, no cargo de Auxiliar de Limpeza e Copa, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 12 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:DDE8E776

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17501/2026

PORTARIA Nº 17501/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o processo nº 14217/2026 de 11 de agosto de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o Sr. Jefferson da Silva Bitencourt, ocupante do cargo de Professor, matrícula 12653-01, a partir de 11 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:706C530D

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 17500/2026

PORTARIA Nº 17500/2026

SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias para a Assessora de Gestão Estratégica do Município de Terra Roxa – PR e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º. Autorizar a Senhora MARIA JANETE TEIXEIRA DA SILVA NABAO**,** Assessora de Gestão Estratégica, matrícula 33286, a viajar para Curitiba - PR, para tratar de assuntos de interesse do Município, participando do Curso Imersão – Planilhas de custos do orçamento estimativo à gestão contratual, nos dias 18 a 21 de agosto de 2026, cabendo-lhe o pagamento de 03 (três) diária, no valor de R$ 1.923,00 (um mil novecentos e vinte e três reais), correspondente a 05 vezes o valor da unidade Fiscal de Terra Roxa – UNITERRA, para cada diária.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:B80EF242

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL N° 26/2026 - AUXILIO TRANSPORTE

EDITAL Nº 26/2026
RESULTADO DEFINITIVO DE INSCRIÇÃO PARA O RECEBIMENTO DO CUSTEIO PARCIAL DE TRANSPORTE DE ESTUDANTE – BOLSA AUXÍLIO
A Secretaria Municipal de Educação, por meio dos membros da Comissão de Análise e Deferimento da Bolsa Auxílio- CADBA, nomeada pela Portaria nº 16862/2025, e no uso de suas atribuições legais, especialmente da Lei Municipal nº 1936/2022 e demais disposições legais **TORNA PÚBLICO** o **RESULTADO DEFINITIVO** de inscrição para o recebimento de custeio parcial de transporte de estudantes – Bolsa Auxílio Universitário, deferido através de Ata.

Nome do beneficiário	Instituição de ensino	Cidade	Nível técnico/ graduação	Valor	Resultado
Kevin Ruan de Souza Schulz	Unioeste	Marechal C. Rondon	Graduação	320,00	Deferido*

* Atende aos requisitos do Edital de Atualização e Cadastramento nº 01/2026 e da Lei nº 1936/2022 para o recebimento do Auxílio Transporte.

Terra Roxa- PR, 11 de agosto de 2026.

EVERTON SOARES DE SOUSA BARROSO
Secretário Municipal de Educação e Cultura
Port. n.º 16525/2025

DANUBIA SERAFIM VIEIRA GRATON
Membro Da CADBA

JANAINA SANTANA DA SILVA
Membro Da CADBA

TAILINE ADRIELE FERNANDES DE SOUZA
Membro Da CADBA

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:537BEBA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N°340-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO CONTRATO Nº 340/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 65/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2026

DATA CONTRATO: 10 de agosto de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

CONTRATADA: EQUAGRIL EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 77.310.589/0018-05, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. DIEGO ROBERTO RAUTENBERG GERARDI, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 045.681.599-62, com endereço à Rua PRESIDENTE KENNEDY, 2397, OSVALDO CRUZ - 85.950-000, Palotina - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) TRATOR AGRÍCOLA CABINADO, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS OPERACIONAIS E DE MANUTENÇÃO DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR, PROPORCIONANDO MAIOR EFICIÊNCIA NA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS.

VALOR: Pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 1.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do **CONTRATO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:64996B8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 01/2026

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO – nº 01/2026

Pregão Eletrônico nº 01/2026.
Processo Administrativo nº 24/2026.
Tipo: Menor preço por item.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação predial, com dedicação exclusiva de mão de obra, mediante alocação de postos de trabalho, sem fornecimento de materiais de limpeza pela contratada, pelo período de 12 (doze) meses.

Valor total máximo estimado: R$ 127.557,84 (Cento e vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos).

Dotação orçamentária: 01 – Câmara Municipal Tijucas do Sul; 01 – Legislativo Municipal; 2001 – Legislativo Municipal; 3.3.90.37.00.00 – Locação de mão de Obra
3.3.90.37.02.00 – Limpeza e Conservação; 3.3.90.37.02.99 – Limpeza e Conservação Demais Setores da Administração.

Recebimento de propostas: 11/08/2026 às 17:15h à 25/08/2026 às 09:00h
Abertura de propostas: 25/08/2026 às 09:01h
Abertura da sessão pública: 25/08/2026 às 09:05h

O certame será realizado por meio da plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL - https://bll.org.br/, estando o edital disponível no endereço https://www.tijucasdosul.pr.leg.br/
Contato: Contato para esclarecimento de dúvidas: licitacao@tijucasdosul.pr.leg.br

Tijucas do Sul, Paraná, 11 de agosto de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Andreia de Fatima Silveira do Vale
Código Identificador:FD155989

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6325, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 6325, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia membros da Comissão de análise da licitação de transporte escolar.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1° Ficam nomeados os seguintes servidores para compor a comissão de análise da licitação de transporte escolar:

- Eros Machado de Jesus, portador da cédula de identidade com RG nº 4.436.429-8/SESP/PR, titular do cargo efetivo de Assistente Administrativo;

- Diomárcio Jacinto Alves, portador da cédula de identidade com RG n° 4.789.428-8/SESP/PR, titular do cargo efetivo de Motorista D;

- Paulo Sergio de Deus, portador da cédula de identidade com RG n° 6.121.430-5/SESP/PR, titular do cargo efetivo de Motorista D.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:4E8C00EC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.326, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia membros da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Feira Municipal.

O Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Feira Municipal do Município de Tijucas do Sul, composta pelos seguintes integrantes:

I – REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE:

ANTONIO CLAUDIO MARTINS, RG N° XX.XXX.XXX-X.

II – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA:

JEFFERSON ROCHA DE LIMA, RG N° X.XXX.XXX-X.

III – REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA:

JAHIR ALARCÃO JUNIOR, CPF N° XX.XXX.XXX-X.

IV – REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO:

ELVES MARCELO LEPREVOST, CPF N° X.XXX.XXX-X.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:0148FA4C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6327, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Exonera, em virtude de término de contrato, ALESSANDRA REGINA FERREIRA do cargo de Professora

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, em virtude de término de contrato, **ALESSANDRA REGINA FERREIRA**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 9.546.472-6 /SSP/PR, matrícula funcional nº 119452, do cargo de Professora, nomeada por meio do Decreto nº 4974, de 08 de abril de 2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **04 de agosto de 2026**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:2650008A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6328, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Exonera, em virtude de término de contrato, MEIRE CRISTIANE DE OLIVEIRA do cargo de Nutricionista

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, em virtude de término de contrato, **MEIRE CRISTIANE DE OLIVEIRA**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 4.390.663-1/SSP/PR, matrícula funcional nº 119534, do cargo de Nutricionista, nomeada por meio do Decreto nº 5118, de 05 de agosto de 2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **03 de agosto de 2026**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:F13DED04

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6329, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Exonera, em virtude de término de contrato, CAMILA CIPRANDI PIRES do cargo de Fisioterapeuta

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, em virtude de término de contrato, **CAMILA CIPRANDI PIRES**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 1080479081/SSP/RS, matrícula funcional nº 119535, do cargo de Fisioterapeuta, nomeada por meio do Decreto nº 5119, de 05 de agosto de 2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **03 de agosto de 2026**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:153E4E07

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 351, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **KAREN MARILIA LIMA,** inscrita no R.G. sob o nº 13.838.827-1/SSP/PR, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, matrícula funcional nº 119328, em virtude de sua participação em "Formação Continuada para o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente", a ser realizado nos dias 18 e 19 de agosto de 2026, na cidade de Paranaguá – PR, conforme memorando nº 495/2026 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para as Mulheres.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:1DDD8888

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 352, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **EWELYN THAIS DOS SANTOS,** inscrita no R.G. sob o nº 12.828.716-7/SSP/PR, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, matrícula funcional nº 120115, em virtude de sua participação em "Formação Continuada para o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente", a ser realizado nos dias 18 e 19 de agosto de 2026, na cidade de Paranaguá – PR, conforme memorando nº 496/2026 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para as Mulheres.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:84FA7E2C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 353, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **DENISE APARECIDA DE LACERDA,** inscrita no R.G. sob o nº 5.174.937-5/SSP/PR, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, matrícula funcional nº 120114, em virtude de sua participação em "Formação Continuada para o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente", a ser realizado nos dias 18 e 19 de agosto de 2026, na cidade de Paranaguá – PR, conforme memorando nº 497/2026 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para as Mulheres.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:2868A078

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 354, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Concede licença à servidora LINDAMIR FERRAZ GERALDO

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º Conceder licença prevista no art. 83, da Lei nº 50, de 08 de dezembro de 2005, pelo período de 60 (sessenta) dias, com início em 30 de julho de 2026 e término em 27 de setembro de 2026, à servidora **LINDAMIR FERRAZ GERALDO,** portadora da cédula de identidade com RG nº 5.874.067-5/SSP/PR, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional nº 630.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **30 de julho de 2026.**

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:1A65F192

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 354, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, ao servidor **GILVANE HENRIQUE ALVES,** inscrito no R.G. sob o nº 9.128.992-0/SSP/PR, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, matrícula funcional nº 1221, em virtude de sua participação na Capacitação Técnica e Cooperação "Projeto Patrulheiros da Sustentabilidade", a ser realizado nos dias 17,18,19,27 e 28 de agosto e 03,04,17 e 18 de setembro de 2026, na cidade de Curitiba – PR, conforme memorando nº 174/2026 – Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:4EEB2D6C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 355, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, ao servidor **JOSUE DE JESUS AYRTON,** inscrito no R.G. sob o nº 7.961.710-5/SSP/PR, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, matrícula funcional nº 987, em virtude de sua participação na Capacitação Técnica e Cooperação "Projeto Patrulheiros da Sustentabilidade", a ser realizado nos dias 17,18,19,27 e 28 de agosto e 03,04,17 e 18 de setembro de 2026, na cidade de Curitiba – PR, conforme memorando nº 319/2026 – Secretaria Municipal de Viação e Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:FCC64DBE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA N° 35, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N° 35, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Concede aposentadoria a Antônia Nelci Batista Bilau

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul – TIJUCAS DO SUL PREV, por sua representante legal, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 13-C, V, da Lei nº 289/2012 e considerando o processo de aposentadoria da servidora Antônia Nelci Batista Bilau,
RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a servidora Antônia Nelci Batista Bilau, brasileira, servidora pública municipal de Tijucas do Sul, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II, nível salarial C 18, portadora do RG nº 2.612.670/SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob o nº 991.290.789-20 **aposentadoria por idade,** com proventos mensais e proporcionais a 9646/10950 avos, com fundamento no artigo 40, §1°, III, b, da Constituição Federal.
Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 1.969,99(um mil novecentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos), conforme demonstrativo de cálculo.
Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

TIJUCAS DO SUL PREV, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

CASSIANE DA SILVA OLIVEIRA
Diretora Presidente

Publicado por:
Anderson Sato
Código Identificador:90F43359

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº. 08/2026

ESTADO DO PARANÁ	CONCORRÊNCIA ELETRONICA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL	Nr.: 08/2026

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº. 08/2026

A Comissão Permanente de Licitações, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Decreto nº. 6205 de 29/05/2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 17/09/2026 às 09:00 horas, no endereço eletronico http://www.bllcompras.com, o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Concorrencia Nº. 08/2026 na modalidade CONCORRÊNCIA DO TIPO MENOR PREÇO (COM INVERSÃO DE FASES). Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico:http://tijucasdosul.pr.gov.br

Objeto da Licitação:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM CBUQ, CONFORME CONVÊNIO 284/2026 DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA, PARA ATENDER A DEMANDA

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR.

Tijucas do Sul, 11 de agosto de 2026.

THAISA GABRIEL DOS SANTOS
Presidente da Comissão Permanente de Contratação

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:61A0402C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 58 ANO 2024

Nº CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N°58/2024	Dispensa n°33/2024	Prorrogação de prazo por 12 (doze) meses (04.08.2027)	GIOVANI RODRIGUES LISBOA CNPJ Nº 26.220.798/0001-26	05/08/2026

Publicado por:
Tiago Vinicius da Silva Alves
Código Identificador:C03B30F9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DE EDITAL - P.E. Nº 27/2026

ESTADO DO PARANÁ	PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL	Nr.: 27/2026 - PR

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 27/2026
A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, no exercício das atribuições que lhe confere ao Decreto nº. 6110 de 06 de março de 2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 26/08/2026 às 09:00 horas, na plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações", o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 27/2026-PR na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - DO TIPO MENOR PREÇO - EDITAL COM INVERSÃO DE FASES. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico:http://tijucasdosul.pr.gov.br
Objeto da Licitação:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR.

Tijucas do Sul, 11 de agosto de 2026.

ALINE WOIAKIEVICZ GIOMBELLI
Pregoeiro(a)

Publicado por:
Aline Woiakievicz Giombelli
Código Identificador:00AD539B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RETIFICAÇÃO AO TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25 Á 34/2026.

RETIFICAÇÃO AO TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25 á 34/2026.

Considerando a necessidade de correção no Termo de Ratificação a Inexigibilidade de Licitação Nº 25 á 34/2026, publicado no site do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, https://www.diariomunicipal.com.br/amp/.

Onde se lê:
Valor: R$ 858,24 (trinta e nove mil, e novecentos e sessenta reais).

Leia-se:

Valor: R$ 858,24 (oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos).

Tijucas do Sul, 11 de agosto de 2026

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:7286736B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CERTIDAO DE REGISTRO NO CMDCA 03

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

CERTIDÃO DE REGISTRO
INSCRIÇÃO Nº. 003
ENTIDADE: Centro de Integração Empresa Escola do Paraná – CIEE/PR.
Data de registro da Entidade no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA: 11/08/2026.

Certificamos que o Centro de Integração Empresa Escola do Paraná – CIEE/PR, CNPJ/MF /PR sob o nº. 76.610.591/0001-80, com sede a Rua Ivo Leão, 42 – Bairro Alto da Glória - Curitiba e Escritório Regional de Wenceslau Braz, localizado na Rua Benjamin Constant, nº142, Centro, inscrito no CNPJ nº 76.610.591/0053-01, está devidamente inscrito junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Tomazina /PR sob o nº. 03/2026 desde 11/08/2026, o qual exerce suas funções com os seguintes programas: SOCIOAPRENDIZAGEM.
Registro válido por 1 (um) anos, ou seja, de 11/08/2026 a 11/08/2027.

Tomazina, 11 de agosto de 2026.

FABIA CRISTINA PASQUALOTTO
Presidente CMDCA

Publicado por:
Luciane Rosa Gordia Nunes
Código Identificador:5762932E

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
DECLARAÇÃO DE VALIDAÇÃO CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

DECLARAÇÃO DE VALIDAÇÃO DE CURSO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL 2026 - 2027
O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Tomazina/PR, por meio de sua Presidente declara para os devidos fins que o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA, ESCOLA DO PARANÁ - CIEE/PR, é uma organização sem fins econômicos e lucrativos, com sede à Rua Ivo Leão, nº42, Bairro Alto da Glória - Curitiba/PR, inscrito no CNPJ: 76610.591/0053-01 e Escritório Regional de Wenceslau Braz, localizado na Rua Benjamin Constant, nº. 142, Centro, inscrito no CNPJ: 76.610.591/0053-01, com registro neste CMDCA sob o nº 03/2026, registro aprovado em 04/08/2026 e inscrição do Programa de Socioaprendizagem, aprovado pelo CMDCA em 14/07/2026, o Curso identificado na sequência foi validado pela Plenária deste Conselho em 14/07/2026:
Aprendizagem em Arco de Serviços Administrativos – EaD/Digital 4h
Carga Horária da Fase Teórica – Total de 400 horas, sendo:
40 horas de Módulo I (Inicial);
120 horas Módulo II (Básico); - 220 horas no módulo III (específico);

20 horas no módulo IV (Específico Especial) – EaD
Carga Horária da Fase Prática – Total de 1.440 horas.
CBO's Associados:
411005 – Auxiliar de Escritório;
411010 – Assistente Administrativo;
411030 – Auxiliar de Pessoal;
414105 – Auxiliar de Almoxarifado;
422105 – Recepcionista, em Geral. Por ser expressão de verdade, firmo o presente comprovante.

Tomazina, 11 de agosto de 2026.

FABIA CRISTINA PASQUALOTTO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Luciane Rosa Gordia Nunes
Código Identificador:53185E14

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 19

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 019/2026

Dispõe sobre a expedição de Certidão de Registro de Inscrição no CMDCA para o Centro de Integração Empresa Escola do Paraná – CIEE/PR no CMDCA e também a expedição de Declaração de Validade do Curso de Aprendizagem Profissional à mesma empresa.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Tomazina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 549/2022 de 16/12/2022, e com base nas deliberações da Reunião Ordinária – formato presencial de 14 de julho de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º - Expedir Certidão de Registro para o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA – ESCOLA DO PARANÁ – CIEE/PR sob o CNPJ nº76.610.591/0001-80, com sede a Rua Ivo Leão, 42 – Bairro Alto da Glória - Curitiba; e Escritório Regional de Wenceslau Braz, localizado à Rua Benjamin Constant, nº142, Centro, inscrito no CNPJ nº76.610.591/0053-01.
Art. 2º - Expedir também a Declaração de Validação de Curso de Aprendizagem Profissional, para que o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO PARANÁ – CIEE/PR sob o CNPJ nº 76.610.591/0001-80, com sede a Rua Ivo Leão, 42 – Bairro Alto da Glória - Curitiba; e Escritório Regional de Wenceslau Braz, localizado à Rua Benjamin Constant, nº 142, Centro, inscrito no CNPJ nº 76.610.591/0053-01, possam atuar nas empresas que estão sob a jurisdição deste CMDCA, que fizerem adesão ao Programa Jovem Aprendiz, sob a égide da Resolução nº 164, de 09 de abril de 2014 do CONANDA, sem custas trabalhistas ou despesas de qualquer natureza, que onerem o Município de Tomazina ou mesmo, este CMDCA;
Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Tomazina, 11 de Agosto de 2026.

FABIA CRISTINA PASQUALOTTO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Luciane Rosa Gordia Nunes
Código Identificador:DFAC32F1

PODER EXECUTIVO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008-2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026

Tomazina, 11 de agosto de 2026.

A Prefeitura Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, CONVOCA os(as) candidatos(as) aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, conforme estabelecido pelo Edital de número 01/2026, conforme descrição abaixo, para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Tomazina, sita a Praça Tenente João José Ribeiro, 99 - Centro, para apresentarem os documentos e habilitações exigidas e tomar posse de seu respectivo cargo, até o dia **14 de agosto, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 16:00.**
O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação e desistência automática dos(as) candidatos(as) aprovados(as), a saber:

Cargo: "PROFESSOR - URBANO"

Nome	Documento	Nota final	Classificação
ANGELA MARIA FERREIRA DA SILVA	028.XXX.XXX-39	30,00	58º
RENATA BARBOSA	061.XXX.XXX-23	30,00	59º

Documentos para Admissão:

Originais:
(X) CTPS – Carteira de Trabalho Física ou CTPS Digital
(X) Comprovante do Pis/Pasep (Dcto emitido pela Caixa Econômica)
(X) 01 Foto 3x4
(X) Exame Médico (agendado pelo município)
(X) Comprovante da Conta Bancária (Banco do Brasil)

Fotocópias:
(X) CTPS – Carteira de Trabalho Física ou CTPS Digital
(X) Carteira de Identidade
(X) C.P.F.
(X) Título de Eleitor – comprovante de votação na última eleição
(X) Certidão de Nascimento, quando solteiro
(X) Certidão de Casamento, quando casado
(X) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos + CPF
(X) Certificado Militar
(X) Comprovante de Residência (fatura água, luz ou telefone)
(X) Certificado Escolar

Por ser expressão da verdade firmamos á presente.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:995F3181

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 339/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar, a partir de 11 de agosto de 2026, o(a) servidor(a) contratado(a), Sr(a). **MARIO SERGIO DE OLIVEIRA**, portador(a) da matrícula Nº 1787, do Cargo de "AUXILIAR ADMINISTRATIVO DE NÍVEL MÉDIO", nomeado(a) pela Portaria de nº 252/2026.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
11 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:DD69E2B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2026

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção (elétricos) e afins para as Secretarias do município de Tomazina/ PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e neste Edital de Licitação. O Prefeito Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a HOMOLOGAÇÃO da sessão realizada em 28/07/2026, relativo à Licitação – Modalidade Pregão Eletrônico nº 22/2026, que adjudicou o objeto em destaque supra, em favor do licitante, a empresa:
ELETRO PIONEIRO COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - CNPJ: 49.345.908/0001-26 com o lote: 1 no valor total de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) com 30% de desconto, lote: 2 no valor total de R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais) com 30% de desconto, lote 3: no valor total de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) com 30% de desconto e lote: 4 no valor total de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) com 30% de desconto.

Valor total do processo: R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Vigência: 11/08/2026 à 11/08/2027

Junte-se ao procedimento;
Publique-se;

Tomazina, 11 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2026
Contratado: ELETRO PIONEIRO COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - CNPJ: 49.345.908/0001-26
Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção (elétricos) e afins para as Secretarias do município de Tomazina/ PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e neste Edital de Licitação.
Valor: R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).
Vigência: 11/08/2026 à 11/08/2027

Tomazina, 11 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:672E972A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7232/2026

Data 11/08/2026

Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NA LEI Nº 3161/2026 de 11/08/2026.
Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Fundo Munic. de Assistência Social	
082440005.2.021000	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	
3.3.90.30 (6047) (856)	Material de consumo	2.500,00

Total.....R$ 2.500,00
Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado o excesso de arrecadação, da seguinte fonte:

Fonte	Especificação	Valor R$
856	Programa Incentivo Primeira Infância	2.500,00

Total.....R$ 2.500,00
Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:0A280E00

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7233/2026

Data 11/08/2026

Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NA LEI Nº 3165/2026 de 11/08/2026.
Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 373.075,00 (trezentos e setenta e três mil e setenta e cinco reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

12	Secretaria Munic. de Cultura e Turismo	
12.02	Departamento de Turismo	
136950018.2.044000	Manutenção do Departamento de Turismo	
3.3.90.30 (6063) (906)	Material de consumo	19.045,00
3.3.90.39 (6064) (906)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	354.030,00

Total.....R$ 373.075,00
Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado o excesso de arrecadação, da seguinte fonte:

Fonte	Especificação	Valor R$
906	CONVENIO SETU PROTOCOLO N 25.913.984-8 - IV FEBARRAS 2026	373.075,00

Total.....R$ 373.075,00
Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:E654F209

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7235/2026

Data: 11/08/2026

Substitui membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB, nomeados pelo Decreto nº 5175/2022 de 19/12/2022, comas alterações feitas pelo Decreto nº 5288/2023, de 14/03/2024, 5736/2024 de 14/03/2024, 5810/2024 de 23/04/2024, 6325/2025 de 06/03/2025, 6853/2025 de 22/12/2025, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
CONSIDERANDO O CONTIDO NO OFÍCIO Nº 226/2026 DA SEMED
DECRETA:
Art. 1º. Ficam Substituídos membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB, nomeados pelo Decreto nº 5175/2022 de 19/12/2022, com as alterações feitas pelo Decreto nº 5288/2023, de 14/03/2023, Decreto nº 5736/2024 de 14/03/2024, 5810/2024 de 23/04/2024, 6325/2025 de 06/03/2025, 6853/2025 de 22/12/2025, como abaixo especificamos:

Representação	Membro atual	Membro substituto	CPF
Conselho Municipal de Educação	Karin Cristina Brandini Fongaro Titular	Luciana Giachini Grahl Titular	xxx.461.889.xx
Conselho Municipal de Educação	Simone Cristina Vieira Martins Longhinotti Suplente	Graziely Alves Bescorovaine Suplente	xxx.406.069.xx

Art. 2º. Após as substituições o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB ficará com a seguinte composição:

REPRESENTANTE	DOCUMENTO	CARGO	SEGMENTO
Ângela Maria Alberton Leal	...873...-..	Titular	Poder Executivo
Márcio Andrigo Bruschi	...928...-..	Suplente	Poder Executivo
Janaina Aparecida Valmorbida Morosini	...081...-..	Titular	Poder Executivo
Jessica Fernanda Bilatto de Freitas	...091...-..	Suplente	Poder Executivo
Ronoaldo Freitas da Silva	...048...-..	Titular	Professores das Escolas
Inez de Almeida Fongaro	...910...-..	Suplente	Professores das Escolas
Rosane Aparecida Zancanaro Macagnan	xxx.xxx,909-15	Titular	Diretores Das Escolas
Grazielly Alves Bescorovaine	...406...-..	Suplente	Diretores Das Escolas
Douglas Sonai	xxx.xxx.179-06	Titular	Servidores/Técnico-Administrativo
Silvio Cézar Orfaneli	...491...-..	Suplente	Servidores/Técnico-Administrativo
Simone Basso Brandini	...702...-..	Titular	Pais e/ou Responsáveis
Alessandra Alberton	...046...-..	Suplente	Pais e/ou Responsáveis
Dahiane de Mello Vigano	...568...-..	Titular	Pais e/ou Responsáveis
Elisangela Gotardo	...079...-..	Suplente	Pais e/ou Responsáveis
Maisa da Costa Fornasa Responsável: Roseli da Costa Fornasa	...071...-.. Responsável: ...709...-..	Titular	Estudantes da Educação Básica
Ana Lívia de Mello Viganó Responsável: Dahiane Daniel de Mello Viganó	...184...-.. Responsável: ...457...-..	Suplente	Estudantes da Educação Básica
Nicolas Bonamigo Mencatto Responsável: Roberta Fabiane Bonamigo	xxx.xxx.839-70 Responsável:	Titular	Estudantes da Educação Básica
Paola Ludvichak Cesari Responsável: Suzane Ludvichak Cesari	...206...-.. Responsável: ...491...-..	Suplente	Estudantes da Educação Básica
Luciana Giachini Grahl	**xxx.461.889.xx**	**Titular**	**Conselho Municipal da Educação**
Graziely Alves Bescorovaine	**xxx.406.069.xx**	**Suplente**	**Conselho Municipal da Educação**
Fabiana Cabral de Oliveira	...409...-..	Titular	Conselho Tutelar
Mariceli Oliveira Casagrande	...251...-..	Suplente	Conselho Tutelar
Paulo Sérgio de Oliveira	...620...-..	Titular	Escolas do Campo
Vanessa Oenning	...041...-..	Suplente	Escolas do Campo

Art. 3º. Ratificam-se as demais disposições dos Decretos nº 5175/2022 de 19/12/2022, de nº 5288/2023, de 14/03/2024, de nº 5736/2024 de 14/03/2024, de nº 5810/2024 de 23/04/2024, 6325/2025, e 6853/2025 de 22/12/2025.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:433696B1

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7236/2026

DATA: 11/08/2026

SÚMULA: Altera os artigos 2º e 3º do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023, combinado com o Decreto nº 5634/2024, de 09/01/2024, Decreto nº 6092/2024 de 11/12/2024, e Decreto nº 6872/2025, de 29/12/2025, que dispõe sobre a nomeação de Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.
DECRETA:
Art. 1º. O artigo 2º do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023**,** combinado com o Decreto nº 5634/2024, de 09/01/2024**,** Decreto nº 6092/2024 de 11/12/2024, e Decreto nº 6872/2025, de 29/12/2025, que dispõe sobre a nomeação de Comissão de Contratação, e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná, passa a ter a seguinte redação:
".....**Art. 2º**. Ficam nomeados, para compor a Comissão de Contratação, os seguintes agentes públicos:
I- Carlos Sniezko CPF nº 925.xxx.xxx-6
II-Luana Cristina Reffatti CPF nº 826.xxx.xxx-30
III-Débora Cristina Gandolfi Grahl CPF nº 079.xxx.xxx-62;
IV-Cléa Mara Gomes da Silva Chiquin CPF nº 889.xxx.xxx-15 (suplente)
V- Fabiane Zancanaro CPF nº 060.xxx.xxx-60 (suplente)
Art. 2º. O artigo 3º do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023**,** combinado com o Decreto nº 5634/2024, de 09/01/2024**,** Decreto nº 6092/2024 de 11/12/2024, e Decreto nº 6872/2025, de 29/12/2025, que dispõe sobre a nomeação de Comissão de Contratação, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, prevista na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, no município de Três Barras do Paraná, passa a ter a seguinte redação:
"..... **Art. 3º.** Ficam nomeados, para licitações que envolvam bens e serviços comuns, como agente de contratação, os empregados (servidores efetivos), pertencente ao quadro permanente da Administração Pública:
I - Carlos Sniezko CPF nº 925.xxx.xxx-68;
II - Vanessa Macagnan Acunha Oenning CPF 068.xxx.xxx-81
Art. 3º. Ratificam-se as demais disposições do Decreto nº 5306/2023 de 27/03/2023**.**
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná/PR, em 11 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:15D2FCDE

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EDITAL Nº.235/2026

EDITAL Nº.235/2026
11/08/2026
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

TORNA PÚBLICO:

A desistência espontânea de assumir vaga por candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2023, em seu respectivo cargo, conforme abaixo relacionado:

MÉDICO 40h

Classificação	Nome
20°	VINNICIUS XAVIER DE ALENCASTRO

Gabinete do Prefeito Municipal, de Três Barras do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:4248590B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 18/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 067/2026

DESCRIÇÃO DO OBJETO
CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA REALIZAÇÃO DE ENCONTROS DE FORMAÇÃO DO PROJETO CONVIVER A SER REALIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAMENTO LEGAL
Artigo 74, Inciso III, alínea "f" da Lei N° 14.133/2021

CONTRATADA
ODAIR MARQUES DOS SANTOS 82317801068 - CNPJ N° 32.799.467/0001-30

PREÇO
O valor da contratação totaliza R$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência será de 12 (Doze) meses.

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:679BB635

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2026

DATA 11/08/2026

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, DEFINE SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E COMPETÊNCIAS TÍPICAS DA TRIBUTAÇÃO.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO ESPECÍFICA DAS CARREIRAS

Art. 1° Esta Lei dispõe sobre a estrutura organizacional, funcionamento e atribuições do Departamento de Tributação, Fiscalização e Arrecadação, e define suas competências.

Parágrafo único. As disposições deste artigo decorrem da necessidade de adequação administrativa e funcional do Município às diretrizes e exigências estabelecidas pela Reforma Tributária, assegurando a modernização da gestão fiscal e a eficiência na administração tributária municipal.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO

Art. 2° A estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Fazenda, e o Departamento de Tributação Fiscalização e Arrecadação, tem a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades relacionadas à administração, arrecadação e fiscalização tributária do município de Três Barras do Paraná.

Art. 3° Compete ao Departamento de Tributação Fiscalização e Arrecadação:
I – executar, supervisionar e controlar os procedimentos de lançamento, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais;
II – propor medidas visando o incremento da arrecadação tributária;
III – manter atualizado o cadastro fiscal e imobiliário do Município;
IV – analisar e decidir processos administrativos tributários, no âmbito de sua competência;
V – elaborar relatórios gerenciais sobre a receita tributária;
VI – coordenar as ações dos Auditores Fiscais Tributários da Receita Municipal;
VII – promover estudos para a atualização e aprimoramento da legislação tributária municipal;
VIII – atender contribuintes e munícipes quanto a informações sobre tributos municipais.

Art. 4° O Departamento de Tributação, Fiscalização, e Arrecadação é vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Fazenda, e contará, em sua estrutura mínima, com:
I – 01 (um) Diretor de Tributação, Fiscalização e Arrecadação como responsável técnico pelo Departamento;
II – 01 (um) Chefe de Tributação, Fiscalização e Arrecadação, como auxiliar do Diretor;
III – 01 (um) Auditor Tributário Municipal;
IV – até 04 (quatro) fiscais tributários;
V – pessoal administrativo e de apoio técnico, conforme designação do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA E ATRIBUIÇÃO DO CARGO
Seção I
Da Estruturação da Carreira e do Cargo

Art. 5° A Administração Tributária do município de Três Barras do Paraná, atividade essencial ao funcionamento do Município, nos termos do artigo 37, inciso XXII, da Constituição Federal, é exercida por servidores de cargo em comissão e de carreira, possuindo as seguintes características:
I – é de caráter essencial, exclusiva e típica de Estado, nos termos dos dispositivos mencionados no caput, não podendo ser equiparada a nenhuma outra;
II – terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, conforme artigo 37, inciso XVIII, da Constituição Federal;

III – é assegurada autonomia técnico-funcional aos integrantes do quadro lotados no Departamento de Tributação, Fiscalização e Arrecadação.

Seção II

Da Lotação e do Regime de Trabalho

Art. 6° A lotação dos servidores do Departamento de Tributação, Fiscalização e Arrecadação se dará, exclusivamente, na Administração Tributária Municipal, através da Secretaria de Fazenda, sendo proibida a sua designação para outros órgãos ou entidades para o exercício de funções dissociadas das atribuições do cargo efetivo, salvo para o exercício de cargos em comissão ou cessão, mediante concordância deste.

Parágrafo único. Não há relação entre a lotação e o local onde os servidores lotados no Departamento de Tributação, Fiscalização e Arrecadação atua, podendo desempenhar suas atividades em diferentes espaços providenciados pela Administração, ou em regimes especiais de trabalho.

Art. 7º Fica permitido regime especial de trabalho, para que os servidores lotados no Departamento de Tributação, Fiscalização e Arrecadação cumpram sua carga horária em horário distinto do funcionamento habitual da Administração Tributária Municipal, com a finalidade de participar de cursos, eventos fiscais-tributários ou de aperfeiçoamento, e programas de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, dentre outras especializações.

§ 1º A concessão de regime especial de trabalho fica condicionada ao cumprimento da jornada de trabalho na sua integralidade.

§ 2º O número de servidores em regime especial de trabalho não poderá ultrapassar 50% do número de servidores lotados no Departamento de Tributação, Fiscalização e Arrecadação.

§ 3º A regulamentação da concessão de regime especial de trabalho será feita por normativa da Administração Tributária.

TÍTULO II

DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES INERENTES AOS SERVIDORES LOTADOS NO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO

CAPÍTULO I

DAS GARANTIAS

Art. 8º Aos servidores lotados no Departamento de Tributação, Fiscalização e Arrecadação de que trata esta Lei, são assegurados os seguintes direitos e garantias:

I – perda do cargo somente em virtude das hipóteses previstas no § 1º do art. 41, da Constituição Federal;

II – vedação de movimentação com desvio de finalidade ou abuso de poder;

III – autonomia técnica;

IV – submissão a regime jurídico de natureza estatutária;

V – política de gestão de pessoas, com vistas a garantir o aperfeiçoamento do desempenho das atribuições do cargo;

VI – plano de carreira que assegure desenvolvimento funcional em bases técnicas e profissionais;

VII – ter seus atos funcionais avaliados por membros da Administração Tributária;

VIII – não sofrer imposição que resulte em desvio de função;

IX – remuneração compatível com a complexidade, responsabilidade, relevância da função e de sua essencialidade para o funcionamento do Município;

X – acesso, retificação e complementação das informações pessoais existentes no órgão.

CAPÍTULO II

DAS PRERROGATIVAS FUNCIONAIS

Art. 9º São asseguradas aos servidores lotados no Departamento de Tributação, Fiscalização e Arrecadação, em razão do exercício de suas funções, as seguintes prerrogativas funcionais, no âmbito das respectivas atribuições:

I – proceder, com exclusividade, à constituição, mediante lançamento, inclusive por emissão eletrônica, revisar de ofício, homologar e cancelar o crédito tributário, bem como emitir e expedir notificações e intimações, aplicar penalidades às infrações tributárias e revisar declarações apresentadas pelos contribuintes;

II – iniciar e concluir a ação fiscal ou processos administrativos fiscais quando identificar ato ou fato manifestamente irregular, no âmbito de sua competência e observados os procedimentos fiscais definidos em legislação;

III – examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras de titularidade de sujeito passivo para o qual haja processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso;

IV – desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária;

V – planejar, dirigir, coordenar, supervisionar, e controlar as atividades de fiscalização, arrecadação, tributação, inteligência fiscal e cobrança dos tributos visando o cumprimento da legislação vigente;

VI – controlar, executar e aperfeiçoar procedimentos de auditoria, diligência, perícia e fiscalização, objetivando verificar o cumprimento das obrigações tributárias do sujeito passivo, praticando atos definidos na legislação específica, bem como informando os débitos vencidos e não pagos para a inscrição em Dívida Ativa antes do termo prescricional;

VII – planejar, dirigir, coordenar, supervisionar, e controlar as atividades cadastrais dos cadastros fazendários;

VIII – ter precedência sobre os demais setores da Administração Pública, no desempenho de suas funções e dentro de sua área de competência, conforme previsto no inciso XVIII, do artigo 37, da Constituição Federal;

IX – livre acesso aos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, mediante identificação funcional, assim como, a qualquer recinto público ou privado e a documentos e informações revestidos de interesse tributário ou fiscal, sempre que necessário ao desempenho de suas atribuições, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio;

X – receber e portar carteira funcional, expedida por autoridade competente, revestida de fé pública e equivalente a documento de identidade para quaisquer fins legais, na qual constará expressamente a indicação da prerrogativa de que trata o inciso IX deste artigo;

XI – requisitar o apoio das autoridades administrativas, policiais, civis e militares do Estado, com objetivo de assegurar o pleno exercício de suas atribuições, inclusive para efeito de busca e apreensão de quaisquer equipamentos, livros e demais documentos necessários à instrução do processo administrativo tributário;

XII – gozar de inviolabilidade pelo teor de suas manifestações processuais ou procedimentos, nos limites de sua autonomia técnica;

XIII – examinar autos de processos administrativos tributários, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, desde que comprovado o interesse;

XIV – obter, gratuitamente, cópia de qualquer folha dos autos de processo criminal ou administrativo a que seja submetido em razão do exercício de suas competências;

XV – obter informações e certidões e requisitar as diligências necessárias ao desempenho de suas funções;

XVI – possuir fé pública no desempenho de suas atribuições funcionais;

XVII – controlar, administrar, gerenciar, autorizar e supervisionar os usuários e sistemas de informação e tecnologia da Administração Tributária, bem como avaliar e especificar os parâmetros de tratamento de informação, com vistas às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos;

XVIII – participar da Correição na Administração Tributária revendo os trabalhos realizados por seus agentes, suprindo as lacunas ou apurando irregularidades;

XIX – participar da política de formulação de programas de benefícios fiscais e isenções, calculando o impacto financeiro-orçamentário, realizando estudos, bem como definindo diretrizes de custo-benefício para sua concessão;

XX – realizar, estudar, efetuar levantamentos e elaboração de tabelas de valores, de modo a atualizar a legislação tributária para fins de estimativa fiscal, arbitramento de operações realizadas por sujeito passivo da obrigação tributária e planta genérica de valores;

XXI – elaborar mapas de levantamento, formulários, fichas de visitas, pareceres, informes técnicos, relatórios, minutas, pesquisas, entrevistas, entre outros, visando o fornecimento de informações pertinentes, bem como contribuindo para o aperfeiçoamento da legislação tributária municipal e para o aprimoramento ou implantação de novas rotinas e procedimentos;

XXII – avaliar, planejar, promover, executar ou participar de programas de pesquisa, aperfeiçoamento ou capacitação relacionados à Administração Tributária;

XXIII – manter-se atualizado sobre as políticas de fiscalização e administração tributária, difundir a legislação, atendendo a contribuintes, prestando-lhes informações, bem como atualizar as legislações municipais;
XXIV – assessorar autoridades superiores ou órgãos prestando-lhes assistência especializada, com vista à formulação e adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle, supervisão, orientação e treinamento;
XXV – participar de processos judiciais, assessorando o município através de informações e documentos levantados previamente, e colaborar, quando solicitado ou determinado por autoridade competente, com os órgãos de defesa judicial, inclusive com os membros do Ministério Público, em matéria tributária de sua competência, observado o interesse da Administração Tributária;
XXVI – ministrar, avaliar, planejar, promover, executar ou participar de programa de pesquisa, aperfeiçoamento, capacitação, treinamento, palestra, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
XXVII – participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados e relacionados com a administração tributária e alterações da legislação tributária, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

CAPÍTULO III
DOS DEVERES
Art. 10. São deveres dos servidores lotados no Departamento de Tributação, Fiscalização e Arrecadação que trata esta Lei:
I – conduzir-se, no exercício de sua função pública, em estrita observância aos princípios e diretrizes institucionais da Administração Tributária, previstos no art. 2° desta Lei;
II – agir com probidade, diligência, decoro, cortesia e zelo no exercício de sua função pública;
III – abster-se, por ato ou omissão, de conduta conflitante com o interesse público;
IV – valorizar a dimensão ética de sua conduta, estimulando, no ambiente de trabalho ou fora dele, a discussão e a reflexão abertas sobre a ética pública, como demonstração de compromisso social e de respeito à sociedade;
V – atuar em favor da promoção da educação fiscal e da transparência das contas públicas;
VI – indicar os fundamentos materiais e legais de suas manifestações processuais ou lançadas em relatório;
VII – julgar os processos de contencioso tributário no âmbito da Administração Municipal, e presidir as análises submetidas ao escopo de decisão conjunta no âmbito de sua competência, inclusive nos casos de impedimento ou suspeição;
VIII – prestar assistência técnica-tributária ou assessoramento quando solicitado pela chefia ou órgãos da administração pública;
IX – adotar as providências cabíveis em face de irregularidade de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu encargo, nos limites de suas atribuições;
X – identificar-se no exercício de suas atribuições funcionais;
XI – observar as normas legais e regulamentares, bem como, nesse sentido, informar e orientar os contribuintes e demais pessoas naturais ou jurídicas sujeitas a essas normas;
XII – prestar informações solicitadas pelos órgãos e entidades da Administração, observado o sigilo fiscal;
XIII – tratar com urbanidade as partes intervenientes, no desempenho de suas atribuições;
XIV – levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
XV – representar à autoridade competente contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;
XVI – zelar pelo patrimônio, economia e conservação dos bens públicos, responsabilizando-se pelo que lhes for confiado à guarda ou utilização;
XVII – comunicar ao superior imediato a impossibilidade de comparecimento ao serviço, o mais breve o possível;
XVIII – oferecer sugestões visando ao aperfeiçoamento dos serviços que lhes são afetos;
XIX – atender com presteza:
a) ao público em geral, prestando informações e orientações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
b) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;
XX – dirigir veículo automotor, de modo a facilitar seu deslocamento nas fiscalizações e acompanhamentos, de modo a executar suas rotinas diárias.

CAPÍTULO IV
DAS VEDAÇÕES
Art. 11. É vedado aos servidores de que trata esta Lei, exercer suas funções em procedimento administrativo fiscal:
I – em que sejam partes;
II – em que sejam interessados parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, bem como cônjuges ou companheiros; ou
III – suspeição, no caso de que tenha interesse direto no resultado do feito.
Parágrafo único. Nas situações previstas neste artigo, cumpre seja dada ciência ao superior hierárquico imediato, em expediente reservado, dos motivos do impedimento ou suspeição.
Art. 12. Além das vedações previstas no artigo anterior, são consideradas condutas vedadas:
I – valer-se da qualidade de servidor para obter qualquer vantagem ilícita;
II – deixar de declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei;
III – patrocinar a defesa de terceiros, em matéria tributária, em qualquer processo judicial ou administrativo em que o município de Três Barras do Paraná seja parte contrária;
IV – utilizar-se do anonimato ou de provas obtidas ilicitamente;
V – não conservar bens e documentos públicos;
VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau civil;
VII – pleitear como intermediário ou procurador junto ao serviço público, exceto quando se tratar de interesse do cônjuge ou dependente e demais parentes até o segundo grau;
VIII – revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em sigilo, inclusive fiscal, ou facilitar sua revelação;
IX – patrocinar direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, valendo-se da condição de servidor público;
X – valer-se do exercício do cargo para auferir proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função;
XI – recebimento de propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
XII – modificar, alterar, inserir dados falsos nos sistemas de informações, programas de informática ou banco de dados para obter vantagem indevida para si ou para outrem;
XIII – tratar de interesses particulares ou desempenhar atividade estranha ao cargo, no recinto da repartição;
XIV – lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;
XV – cometer a pessoa estranha ao serviço, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados;
XVI – cometer a qualquer servidor atribuição não inerente ao cargo por ele ocupado;
XVII – praticar atos, tipificados em lei como crime, contra a administração pública e improbidade administrativa;
XVIII – deixar de guardar sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos que envolvam interesse da Administração Tributária;
XIX – acumulação ilegal de cargos, empregos e funções;
XX – inassiduidade habitual ao serviço;
XXI – praticar ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem, ou mediante caso de injusta agressão;
XXII – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
XXIII – fornecer ou emprestar a sua senha a outro servidor, ainda que habilitado.

TÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS
Art. 13. Os servidores lotados no Departamento de Tributação Fiscalização e Arrecadação deverão participar de programas

permanentes de capacitação técnica, custeados pelo Município, preferencialmente junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR, ou em instituições de ensino superior reconhecidas ou entidades de excelência na área.
Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Município.
Art. 15. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.
Art. 16. Caberá à procuradoria jurídica do Município as execuções judiciais de débitos tributários inscritos em Dívida Ativa.
Art. 17. Caberá ao Diretor do Departamento de Tributação, Fiscalização e Arrecadação os lançamentos, e fiscalizações de tributos, gestão e cobrança das dívidas ativas, inclusive protestos.
Art. 18. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 11 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:50B4D7F2

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3155/2026

DATA 11/08/2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a ceder as dependências do Ginásio de Esporte Mário Lopes para a realização de uma competição regional de futsal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder as dependências do Ginásio de Esporte Mário Lopes, para a Associação Desportiva Tribarrense Atletas de Base, inscrita no CNPJ sob o nº 54.620.292/0001-94, para a realização de uma competição regional de futsal.
§ 1º O período da cedência do Ginásio de Esporte Mário Lopes será para os dias 21, 22 e 23 de agosto de 2026.
§ 2º A organização do evento ficará sob a responsabilidade Associação Desportiva Tribarrense Atletas de Base.
§ 3º A cedência é gratuita, sem a cobrança de qualquer valor.
§ 4º A entidade beneficiada com o incentivo estabelecido no *caput* deste artigo é responsável pela limpeza do local, bem como eventuais danos causados ao patrimônio público.
Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 11 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:4FAEE2BE

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3156/2026

Data 11/08/2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder anuência para Recanto do Bem-Estar do Idoso, ceder as dependências para o Grupo de Dança – CTG Presilha dos Amigos, para a realização de um almoço dançante.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anuência para o Recanto do Bem Estar do Idoso, inscrito no CNPJ sob o nº 81.270.084/0001-85, com sede na Av. Brasil, s/n, na cidade de Três Barras do Paraná, ceder as dependências da obra com 686,04m² (seiscentos e oitenta e seis vírgula zero quatro metros quadrados), existente sobre os lotes 33, 35 e 41 da quadra 28, do perímetro urbano do Município, para o **Grupo de Dança – CTG Presilha dos Amigos**, inscrito no CNPJ sob o nº 30.446.156/0001-61, com sede na Av. São Paulo, s/n, cidade de Três Barras do Paraná, para a realização de um almoço dançante.
§ 1º O período da cedência do espaço será para os dias 17, 18, 19 e 20 de setembro de 2026.
§ 2º A organização do evento ficará sob a responsabilidade o **Grupo de Dança – CTG Presilha dos Amigos**.
§ 3º A cedência é gratuita, sem a cobrança de qualquer valor, a título de incentivo à cultura local.
§ 4º A entidade beneficiada com o incentivo estabelecido no *caput* deste artigo é responsável pela limpeza do local, bem como eventuais danos causados ao patrimônio público.
§ 5º Fica indicada a Secretaria de Assistência Social como representante do Município no evento.
Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 11 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:F8AB7E64

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3157/2026

Data 11/08/2026

Autoriza a efetuar despesa com 01 (um) almoço de confraternização dos associados do Recanto do Bem-Estar do Idoso.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesa com 01 (um) almoço de confraternização dos associados do Recanto do Bem-Estar do Idoso, inscrito no CNPJ sob o nº 81.270.084/0001-85, localizado na cidade de Três Barras do Paraná, através da aquisição de alimentação e bebidas, que acontecerá no dia 26 de setembro de 2026.
§ 1º O valor da despesa não poderá ultrapassar a R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
§ 2º Os materiais serão adquiridos pelo Município e repassados, nas quantidades acordadas, à entidade beneficiada com o incentivo desta Lei.
Art. 2º A entidade beneficiada com o incentivo desta Lei deverá comprovar sua regularidade fiscal com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, além de manter suas atividades junto à comunidade.
Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas com recursos do orçamento municipal vigente nas seguintes dotações:
06.01.0824100092.049 Manutenção das Atividades do Idoso
3.390.30 Material de Consumo.
3.390.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.
Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 11 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:2E2286FB

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3158/2026

Data 11/08/2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a transportar pessoas do Recanto do Bem-Estar do Idoso, para uma viagem até a cidade de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transportar pessoas do município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, sob a coordenação do Recanto do Bem-Estar do Idoso, inscrito no CNPJ sob o nº 81.270.084/0001-85, localizado na cidade de Três Barras do Paraná, para uma viagem de lazer, até a cidade de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná.
§ 1º A saída está prevista para as 13h30min do dia 15 de agosto de 2026, com retorno previsto para as 18h30min do mesmo dia.
§ 2º A coordenação e seleção das pessoas fica a cargo do Recanto do Bem-Estar do Idoso.
Art. 2º O transporte será feito por veículos da frota própria, ou terceirizados.
Art. 3º As despesas da viagem, combustíveis, manutenção do veículo, as despesas do motorista, ou o pagamento de frete, correrão por conta do Município, sendo que as despesas pessoais dos participantes da viagem serão bancadas pelos próprios.
Art. 4º As despesas de responsabilidade do Município serão suportadas com dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, assim especificada:
03.01.041220032.006000 Manutenção do Departamento de Administração, Recursos Humanos, Planejamento e Compras.
3.190.11 Vencimentos e Vantagens Fixas
3.390.30 Material de Consumo
3.390.39 Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica
Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 11 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:55F1A6FB

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3159/2026

DATA 11/08/2026.

Declara de utilidade pública a Associação Desportiva Tribarrense Atletas de Base ADTAB.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Desportiva Tribarrense Atletas de Base - ADTAB, inscrita no CNPJ sob o nº 54.620.292/0001-94, entidade civil sem fins lucrativos, com estatuto registrado e aprovado.
Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Três Barras do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:9FE24F91

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3160/2026

DATA 11/08/2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar parceria através de "Termo de Colaboração/Parceria" com a entidade Associação do Poço Artesiano da Linha São Paulo.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar parceria através de "Termo de Colaboração/Parceria", com a Associação do Poço Artesiano da Linha São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 67.740.312/0001-02, com sede na estrada da Linha São Paulo, no município de Três Barras do Paraná, com objetivo de administrar o sistema de abastecimento d'água da comunidade de Linha São Paulo.
Art. 2º Para o atendimento ao estabelecido no artigo 1º desta Lei, o Município fará a entrega do sistema de abastecimento d'água para a Associação do Poço Artesiano da Linha São Paulo, a qual fará a administração do sistema, dentro das determinações da Lei nº 505, de 27/09/2011.
Parágrafo único. A Associação do Poço Artesiano da Linha São Paulo bancará com os custos operacionais para a manutenção do sistema, e em caso de estrago no mesmo, o Município poderá auxiliar na sua recuperação.
Art. 3º O prazo de execução e vigência desta Lei será de sua publicação até completar 10 (dez) anos.
Parágrafo único. A renovação desta parceria poderá ocorrer desde que, com base em Lei Municipal, e a parceira manifestar expressamente seu interesse, no prazo prévio mínimo de 03 (três) meses do término de vigência da parceria, e no caso do Município considerar plenamente cumpridas as normas estabelecidas e o interesse do Município.
Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas com dotações orçamentárias consignadas nos orçamentos do Município.
Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:44FB4667

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3161/2026

Data 11/08/2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a ceder bens móveis em Regime de Permissão de Uso.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Três Barras do Paraná, autorizado a ceder em regime de Permissão de Uso, para **DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DA COMARCA DE CATANDUVAS/PR**, vinculada ao CNPJ nº 76.416.932/0001-81,

com sede na Rua Minas Gerais, nº 335, Bairro Menino Deus, Catanduvas – PR, os seguintes bem móveis:
I – 01 (um) televisor Semp Toshiba, 40", patrimônio nº 8560;
II – 01 (um) computador completo, com monitor, marca Sate, modelo 13625;
III – 02 (duas) cadeiras executivas de escritório, com regulagem de altura;
IV – 01 (um) aparelho de ar-condicionado marca Agratto, 12.000 BTUs, tecnologia inverter.
Art. 2º A PERMISSIONÁRIA se compromete a cumprir as seguintes obrigações, sob pena de rescisão e devolução ao **MUNICÍPIO** dos bens móveis descrito no art. 1º desta Lei:
I – uso exclusivo para o PERMISSIONÁRIO nos moldes a ser definido com a celebração de Termo de Permissão de Uso, devendo ser para atividades de segurança;
II – zelar pela manutenção e conservação dos bens;
III – administrar e cuidar para que não ocorram danos materiais nos bens ora cedidos;
IV – conservar limpos e higienizados os bens;
V – manter as despesas operacionais;
VI – permitir ao MUNICÍPIO toda e qualquer vistoria.
Art. 3º Fica como obrigação do Município:
I – entregar os bens no estado em que se encontram;
II – orientar, coordenar, supervisionar, fiscalizar e avaliar a presente cessão.
Art. 4º Fica vedado ao PERMISSIONÁRIO transferir os bens ora cedidos.
Art. 5º O prazo da Permissão de Uso será de 10 (dez) anos, podendo ser renovado por igual período, desde que a PERMISSIONÁRIA manifeste expressamente seu interesse, no prazo prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias do término de vigência, e no caso de o MUNICÍPIO considerar plenamente cumpridas as normas estabelecidas.
Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Três Barras do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:CE4D58FC

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3162/2026

Data 11/08/2026

Altera dispositivo da Lei nº 2486, de 30/05/2023 que criou o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), e o Fundo Municipal de Cultura (FMC).

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.
Art. 1º O caput do artigo 1º e seu parágrafo único, ambos da Lei nº 2486, de 30/05/2023, passam a ter a seguinte redação:
".....**Art. 1º** Fica criado para atuar no âmbito da Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, o CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL (CMPC).
Parágrafo único. O Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) de Três Barras do Paraná, órgão colegiado, consultivo, normativo e deliberativo, integrante da estrutura básica do Órgão responsável pela coordenação e gestão da Cultura no município, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura de Três Barras do Paraná."
Art. 2º O inciso I do artigo 4º da Lei nº 2486, de 30/05/2023, passa a ter a seguinte redação:
"**Art. 4º**.....
I – os membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, sendo um deles o respectivo dirigente que deverá presidir o Conselho, podendo este sugerir e dar voto minerva;"
Art. 3º O caput do artigo 17 e seu § 3º, da Lei nº 2486, de 30/05/2023, passam a ter a seguinte redação:
"**.....Art. 17.** O FMC será gerido e administrado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, e movimentado sob orientação e controle do Conselho Municipal de Cultura, e sob rigorosa fiscalização do órgão do Ministério Público na Comarca, sem vínculo com a administração pública, ressalvadas a prestação de contas do Setor Contábil do Município.
§ 1º .....
§ 2º .....
§ 3º O orçamento do FMC integrará o orçamento do órgão da Administração Pública Municipal e da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo responsável pelos projetos culturais, quando existente."
Art. 4º O artigo 19 da Lei nº 2486, de 30/05/2023, passa a ter a seguinte redação:
".....Art. 19. Os projetos para o Fundo Municipal de Cultura devem ser encaminhados, obrigatoriamente, em formulário próprio disponibilizado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, no qual conste a natureza do projeto, objetivos, recursos financeiros e humanos envolvidos, bem como a contrapartida oferecida."
Art. 5º O caput do artigo 20 da Lei nº 2486, de 30/05/2023, passa a ter a seguinte redação:
".....**Art. 20.** O empreendedor cultural beneficiado deverá apresentar, à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, um cronograma de execução físico-financeiro, devendo prestar contas periodicamente de acordo com o recebimento do auxílio."
Art. 6º O caput do artigo 25 e seus §§ 1º e 2º, da Lei nº 2486, de 30/05/2023, passam a ter a seguinte redação:
".....Art. 25. O Fundo Municipal de Cultura será administrado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, juntamente com a Secretaria da Fazenda, sendo a fiscalização da aplicação de recursos exercida pelo Conselho Municipal de Política Cultural.
§ 1º Nenhum recurso do Fundo Municipal de Cultura poderá ser movimentado sem aprovação do Conselho Municipal de Cultura, e após expressa autorização do Secretário Municipal de Cultura e Turismo.
§ 2º Mensalmente de forma sintética, e anualmente de forma analítica, o Secretário Municipal de Cultura e Turismo encaminhará ao Conselho Municipal de Política Cultural e ao Setor Contábil da Administração Pública do município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, que as remeterá ao Tribunal de Contas, para análise e aprovação, relatório de prestação de contas da movimentação econômico-financeira do Fundo Municipal de Cultura, conforme diretrizes e projetos em execução."
Art. 7º Ratificam-se as demais disposições da Lei nº 2486, de 30/05/2023.
Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 11 de agosto de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:31FAE490

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3163/2026

Data 11/08/2026

Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU**,** GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI**.**
Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Fundo Munic. de Assistência Social	
082440005.2.021000	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	
3.3.90.30 (6047) (856)	Material de consumo	2.500,00

Total.....R$ 2.500,00
Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado o excesso de arrecadação, da seguinte fonte:

Fonte	Especificação	Valor R$
856	Programa Incentivo Primeira Infância	2.500,00

Total.....R$ 2.500,00
Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:5B2E0128

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3164/2026

Data 11/08/2026

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Universidade Paranaense – Unipar.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Universidade Paranaense – Unipar, inscrita no CNPJ sob o nº 75.517.151/0001-10, objetivando a celebração de Termo de Parceria, que tem por finalidade viabilizar atividades extensionistas desenvolvidas pela UNIPAR, com o compromisso de atuar em conjunto com o Parceiro na ação de extensão de estágio obrigatório.
Art. 2º A divulgação ou o desenvolvimento pelo(a) ACADÊMICO(A) e/ou pelo(a) PARCEIRO(A) do Termo de Parceria não gera para qualquer das partes direito empregatício, trabalhista ou previdenciário em relação à outra, ou decorrentes do uso do nome, marca, logotipo, voz e/ou da imagem.
Art. 3º O Termo de Parceria, por si, não implica em compromissos financeiros entre as partes. O custeio das despesas referentes às ações extensionistas correrá por conta das dotações orçamentárias, ou não, de cada parte, sem haver indenização de uma à outra.
Art. 4º O Município autoriza o(a) ACADÊMICO(A) a utilizar sua marca e nome, bem como os conteúdos de imagens e voz confeccionados pelo(a) ACADÊMICO(A) no desenvolvimento das atividades advindas do Termo de Parceria, para finalidade estritamente acadêmica, desde que o(a) PARCEIRO(A) tenha ciência sobre a utilização do material.
Art. 5º A vigência do Termo de Parceria entre as partes será pelo prazo necessário ao desempenho da atividade extensionista acordada entre as mesmas, podendo ser rescindido, mediante aviso prévio por escrito à outra parte, não cabendo nenhuma indenização pelas partes.
Art. 6º A presente Lei tem por escopo dar ciência a respeito da Lei Federal n° 13.709/2018 (“LGPD”) de proteção de dados, advertindo que toda e qualquer informação que obtiver em decorrência do presente deverá ser utilizada exclusivamente com o fim operacional ao vínculo existente. A assinatura do Termo de Parceria presume aceitação de todas as cláusulas da referida lei, devendo, inclusive, ambas as partes se comprometerem a manter sigilo sobre as informações trocadas e geradas durante a execução das atividades do mesmo, sob pena de, havendo vazamento de dados e informações, de cunho sigiloso, responder pelos danos causados.
Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 11 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:63AF8C0E

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3165/2026

Data 11/08/2026

Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU**,** GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI**.**
Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 373.075,00 (trezentos e setenta e três mil e setenta e cinco reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

12	Secretaria Munic. de Cultura e Turismo	
12.02	Departamento de Turismo	
136950018.2.044000	Manutenção do Departamento de Turismo	
3.3.90.30 (6063) (906)	Material de consumo	19.045,00
3.3.90.39 (6064) (906)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	354.030,00

Total.....R$ 373.075,00
Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial será utilizado o excesso de arrecadação, da seguinte fonte:

Fonte	Especificação	Valor R$
906	CONVENIO SETU PROTOCOLO N 25.913.984-8 - IV FEBARRAS 2026	373.075,00

Total.....R$ 373.075,00
Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 11 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:BCDD8208

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 EDITAL – B (EDITAL DE RETIFICAÇÃO)

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026

EDITAL – B (EDITAL DE RETIFICAÇÃO)

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, na Lei Municipal nº 745, de 17 de julho de 2019, e alterações, na Lei Municipal nº 1066, de 22 de julho de 2026, no item 3.3 do Edital – A do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, e em cumprimento à decisão liminar proferida em 7 de agosto de 2026 pelo Juízo Substituto da 5ª Vara Federal de Curitiba, nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº 5047261-62.2026.4.04.7000/PR, TORNA PÚBLICA a retificação do Edital – A do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, nos termos a seguir.

1. DA RETIFICAÇÃO DETERMINADA JUDICIALMENTE

1.1. Fica mantida a remuneração do cargo de Técnico(a) em Enfermagem da Atenção Básica tal como originalmente lançada no item 2.1 do Edital – A.

1.2. Fica acrescentado ao item 2 do Edital – A o subitem 2.8, com a seguinte redação:

2.8. A remuneração do cargo de Técnico(a) em Enfermagem da Atenção Básica é a fixada no item 2.1 deste Edital. Sem prejuízo, o Município assegura ao contratado a complementação da remuneração até o piso salarial nacional da enfermagem de que trata o artigo 15-C da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, calculado proporcionalmente à carga horária de quarenta horas semanais, sempre e na exata medida em que a União promover os repasses de assistência financeira complementar previstos no artigo 198, parágrafos 14 e 15, da Constituição Federal, observada a decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.222 e a regulamentação editada pelo Ministério da Saúde, observada, ainda, a disponibilidade orçamentária e financeira e o disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000..

2.8.1. A complementação de que trata o subitem 2.8 possui natureza condicionada e será devida exclusivamente enquanto e na medida em que houver efetivo repasse, pela União, dos recursos de assistência financeira complementar, não se incorporando ao vencimento do cargo para nenhum efeito, não constituindo base de cálculo de outras vantagens e cessando automaticamente, sem direito adquirido ou expectativa de direito, na hipótese de interrupção, redução, suspensão ou insuficiência dos repasses federais, nos exatos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.222.

2. DA INEXISTÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA AO EDITAL

2.1. Registra-se, para fins de transparência e de segurança jurídica do certame, que, decorrido integralmente o prazo para apresentação de impugnação do edital, não houve qualquer impugnação, recurso, requerimento ou pedido de esclarecimento em face dos termos do Edital – A do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Não há alteração no cronograma do certame, nos requisitos de inscrição, no conteúdo programático, nas etapas de avaliação, nos critérios de classificação e desempate, nem nos demais itens do Edital – A, permanecendo inalterados o período de inscrições, a data de aplicação da prova objetiva e as demais datas originalmente publicadas.

3.2. A presente retificação amplia direito do candidato, sem impor-lhe qualquer ônus, exigência ou condição nova, razão pela qual não implica reabertura nem prorrogação do prazo de inscrições.

3.3. Este Edital integra o Edital – A para todos os efeitos, devendo o candidato observá-lo em conjunto, e será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no endereço eletrônico www.tunasdoparana.pr.gov.br/concursos/, nos mesmos veículos de publicação do Edital – A.

3.4. Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital – A do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026. A presente retificação decorre exclusivamente do cumprimento da decisão liminar referida no preâmbulo, não importando reconhecimento de vício, nulidade ou ilegalidade do Edital – A, cuja validade permanece integralmente mantida

Tunas do Paraná, 11 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:4F164BC2

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DA SESSÃO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGAO ELETRONICO Nº 59/2026

ATA DA SESSÃO DE LICITAÇÃO DESERTA

PREGAO ELETRONICO Nº 59/2026
Aos 11(onze) dias do mês de agosto das 2026 às 08:30 hs, reuniram-se em sessão pública a comissão de licitação constituída por MARCELA CRISTINA DOS SANTOS PIAZZA-Pregoeira, Equipe de apoio, WILSON RICARDO CORDEIRO e NILSON ANTONIO DOS REIS , abaixo assinados, encarregada de dirigir e julgar o processo licitatório na modalidade PREGAO ELETRONICO 59/2026,destinada a selecionar a melhor proposta para Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de **Refeições prontas (marmitex)**, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital. A Pregoeira resolve **DECLARAR DESERTA,** pois no certame, não houve participante no sistema licitaçoes-e plataforma Banco do Brasil. Nada mais havendo a ser tratada, a sessão foi encerrada com a lavratura da Ata.

MARCELA CRISTINA DOS SANTOS PIAZZA
Pregoeira

Equipe de Apoio:

WILSON RICARDO CORDEIRO

NILSON ANTONIO DOS REIS

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:ADEA359C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL N° 172-2026.

PSS 03-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 172/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO:	**Jeliane Terezinha da Siva Mendes**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Auxiliar Educacional, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	20 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais)
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 12 de agosto de 2026, com prazo de encerramento em 11 de agosto de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 10 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:59654538

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL N° 173-2026.

PSS 03-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 173/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO:	**Ivonete Rodrigues de Cristo**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Auxiliar Educacional, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	20 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais)
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 11 de agosto de 2026, com prazo de encerramento em 10 de agosto de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 10 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:AE43A209

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 67/2026

Acordo de Cooperação – Inexigibilidade de Licitação Nº 67/2026 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO TERRA DOS PINHEIRAIS DO PARANA E NOROESTE PAULISTA - SICREDI PLANALTO DAS AGUAS PR/SP (77.984.870/0001-77) - Objeto:** A implementação do desenvolvimento do programa a União faz a Vida, de responsabilidade social do SICREDI, que tem por objetivo construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania, contribuindo para a educação integral de crianças e adolescentes, por meio de práticas de educação cooperativa. – **Gestor e Fiscal:** O presente Acordo de Cooperação terá como gestor pela Administração Municipal o Sra. Elizangela Krachinski, e como Fiscal a Sra. Ana Claudia da Cruz Binde e a Sra. Neusa Biavati.– **Prazo de Vigência:** O presente Acordo de Cooperação vigorará a partir da data de sua assinatura até 31/12/2029- **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:C359D503

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUMULA

A prefeitura municipal de Turvo-Pr CPJ N° 78.279.973/00014-07 Torna publico que irá recorrer ao instituto água e terra do parana- IAT LP-A Licença Previa (ampliação) Para ampliação de CTR Centro de Tratamento de Resíduos visando maior capacidade de tratamento de resíduos localizado nas margens da br 466 km km 34 entre turvo e guarapuava PR s/n - Dodge, Neste município, sob matricula n°32.239 do 1° registro de imoveis, com área de 21.200 m2° sob as coordenadas Latitude: 25° 0518.00"S Longitude: 51°3212.97"O

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:A7AA160A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 76/2026

O **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo instrumento convocatório, e, ainda, o conteúdo do Parecer Contábil e Parecer Jurídico conforme anexo do Proc. Adm. n° 3.642/2026(1Doc), **HOMOLOGA** o processo licitatório desenvolvido na modalidade Pregão Eletrônico nº 76/2026, do tipo menor preço, cujo objeto é o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de brita graduada e pedra rachão, de acordo com as seguintes indicações:
Lotes n° 01, 0 em favor da empresa **PAVIMENTACOES E TERRAPLENAGENS SCHMITT LTDA (CNPJ N° 03.030.002/0001-11)** pelo valor de R$ 392.250,00 (trezentos e noventa e dois mil, duzentos e cinquenta reais);
Ademais, torno público que o **lote 02 restou FRACASSADO**, uma vez que as empresas participantes foram desclassificadas.
Na oportunidade, então, considerando a manutenção das razões que ensejaram o procedimento infrutífero, determino, nesta oportunidade, a publicação do ato em Diário Oficial e o arquivamento do processo, com relação ao **Lote 02** devendo, entretanto, serem reaproveitados todos os atos que puderem ser utilizados em novo procedimento licitatório. Nada mais havendo, publique-se e cumpra-se.
Tudo em conformidade com a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pela pregoeira do Município de Turvo (PR) (Decreto nº 79/2026).
Encaminhe-se os autos para a celebração de contrato ou emissão instrumento competente.

Turvo (PR), 11 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:D0CF02A4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 184/2026

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/07/719
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 184/2026

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa **JULYS SOUZA BARBOSA,** para prestação de serviços de saúde especializados de CONSULTAS DE NEUROLOGIA CLÍNICA (ADULTO), conforme o Edital de Chamamento Público 006/2025 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 336.000,00 (trezentos e trinta e seis mil reais).

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2026/07/719 de 29 de julho de 2026, anexo.

Umuarama, 11 de agosto de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:D20EA645

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA Nº 030/2026 - FMS

PORTARIA Nº 030/2026

Revoga o processo de Inexigibilidade de Licitação 076/2026 - SAÚDE.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA, através do Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 71 da Lei Federal 14.133/21, bem como o enunciado das Súmulas 346 e 473, do Supremo Tribunal Federal, segundo os quais aduzem que compete à Administração Pública anular seus próprios atos;

CONSIDERANDO o conteúdo da Comunicação Interna nº 607/2026, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Umuarama, datada de 09 de julho de 2026;

CONSIDERANDO o conteúdo do e-mail, expedido pela empresa IMAX ATIVIDADES MEDICAS LTDA, datado de 09 de julho de 2026;

CONSIDERANDO o conteúdo do Parecer Jurídico nº 1.003/2026, emitido pela Secretaria da Procuradoria Geral do Município de Umuarama, datado de 20 de julho de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica **revogado** o processo de Inexigibilidade de licitação 076/2026 – Saúde, que tem por objeto a contratação da empresa **IMAX ATIVIDADES MEDICAS LTDA,** para prestação de serviços de saúde especializados de CONSULTAS DE CIRURGIA GERAL, ANESTESIA REGIONAL (AMBULATORIAL), ANATOMOPATOLOGICO PARA ENDOSCOPIA, TORACOCENTESE, INCENTIVOS PARA CIRURGIAS GERAL, INCENTIVOS PARA COLECISTECTOMIA (VESÍCULA), INCENTIVOS PARA DEBRIDAMENTO DE ULCERA DE TECIDO DESVITALIZADO, INCENTIVOS PARA EXERESE DE CISTO SACRO-COCCIGEO, INCENTIVOS PARA HEMORRÓIDA, INCENTIVOS PARA TRAQUEOSTOMIA, PARA VIDEOCOLECISTECTOMIA, ULTRASSOM MORFOLÓGICO (POR FETO), ULTRASSONOGRAFIA COM DOPPLER ARTERIAL (MEMBRO INFERIOR OU SUPERIOR UNILATERAL, ULTRASSONOGRAFIA COM DOPPLER VENOSO (MEMBRO INFERIOR OU SUPERIOR UNILATERAL, ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR, ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN TOTAL, ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO, ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÕES, ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL, ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA DE CARÓTIDAS BILATERAL, ULTRASSONOGRAFIA DE CARÓTIDAS BILATERAL COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA DE CERVICAL, ULTRASSONOGRAFIA DE PARÓTIDA COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA DE PARTES MOLES, ULTRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA (VIA ABDOMINAL), ULTRASSONOGRAFIA DE REGIÃO AXIAL C/ DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA DE REGIÃO INGUINAL COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA DE REGIÃO UMBILICAL, ULTRASSONOGRAFIA DE TIREÓIDE, ULTRASSONOGRAFIA DE TIREÓIDE COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA DE TRANSLUCÊNCIA NUCAL, ULTRASSONOGRAFIA INFANTIL SEM DOPPLER (0 A 10 ANOS) QUALQUER PARTE, CONFORME SOLICITAÇÃO MÉDICA, ULTRASSONOGRAFIA MAMÁRIA BILATERAL, ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA, ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA COM DOPPER, ULTRASSONOGRAFIA PAREDE ABDOMNIAL, ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA (GINECOLÓGICA), ULTRASSONOGRAFIA RENAL COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA SUBMANDIBULAR, ULTRASSONOGRAFIA SUPRA-CLAVICULAR COM DOPPLER, ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL, ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL COM DOPPLER E ULTRASSONOGRAFIA VERTEBRAIS BILATERAL, conforme de Edital de Chamamento Público 006/2025 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 06 de agosto de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:18FE2220

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 270/2026
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratado: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.
Objeto: Contratação emergencial de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de saúde dos locais de responsabilidade da Secretaria de Saúde de Umuarama. Sendo que a coleta deve ser feita de acordo com a RDC 222/2018 da ANVISA e Resolução CONAMA N 358/2005.
Valor: R$ 489.900,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil e novecentos reais)
Vigência: 05/08/2026 a 05/08/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/04/376, no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 010/2026 - FMS, homologado pela Portaria n°. 029/2026, em 31 de julho de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 03 de agosto de 2026, edição n° 3586, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 11 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:406B7DE8

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - FMS

RESUMO DE CONTRATOS - FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 259/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: VERA LUCIA DOS SANTOS
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa física para a prestação de serviços de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, em caráter de plantonista, a serem prestados na Unidade de Pronto Atendimento 24 (vinte e quatro) horas, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, do Município de

Umuarama, conforme **Edital de Chamamento Público nº 008/2023 – Credenciamento de Serviços de Saúde.**
Valor: R$ 34.950,00 (trinta e quatro mil novecentos e cinquenta reais)
Vigência: 30/07/2026 a 30/01/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2026/07/623, no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 170/2026, autorizado em 28 de julho de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 30 de julho de 2026, edição nº 3.584, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 11 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:630605A8

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS – FMS

RESUMO DE TERMOS ADITIVOS – FMS

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO N° 007/2025
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Umuarama.
Contratado: J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 25 de junho de 2027**.**
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor total da ata de até R$ 1.499,00 (um mil quatrocentos e noventa e nove reais), perfazendo o valor do presente contrato em até R$ 1.499,00 (um mil quatrocentos e noventa e nove reais)
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.122.0002.2.159. – ED: 3.3.90.30.00.00 D:29 F:001
70.001.10.122.0002.2.159. – ED: 3.3.90.30.00.00 D:30 F:303
Cláusula Quarta: Onde se lê: Os bens objeto da presente contratação são caracterizados como comuns e não possuem fornecimento de natureza continua, nos termos do art. 6º, inciso XIII e XV, respectivamente da Lei Federal nº14.133/2021.
Passa-se a ler: Os bens objeto da presente contratação são caracterizados como comuns e possuem fornecimento de natureza continua, nos termos do art. 6º, inciso XIII e XV, respectivamente da Lei Federal nº14.133/2021.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 24/06/2026

TERMO ADITIVO 001 A ATA DE COMPRA N° 014/2025 PREGÃO 088/2025
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Umuarama.
Contratado: SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Cláusula Primeira: Fica alterado, devido ao reequilíbrio econômico financeiro, passando o valor do item 255 de R$ 0,23 (vinte e três centavos) para R$ 0,36 (trinta e seis centavos) e o valor do item 257 de R$ 0,36 (trinta e seis centavos) para R$ 0,47 (quarenta e sete centavos), perfazendo o valor deste termo em R$ 68.040,20 (sessenta e oito mil quarenta reais e vinte centavos).
Cláusula Segunda: 70.001.10.301.0024.2.036 – ED:3.3.90.30.00.00 – D:99 – F:001 – Livres
70.001.10.301.0024.2.036 – ED:3.3.90.30.00.00 – D:110 – F:303 – 15%
70.001.10.301.0024.2.036 – ED:3.3.90.30.00.00 – D:111 – F:494 – Federal
70.001.10.301.0024.2.036 – ED:3.3.90.30.00.00 – D:112 – F:70014 – Estadual
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas
Data: 27/07/2026

Umuarama, 11 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:4AFC0919

EMPRESA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE UMUARAMA
P O R T A R I A Nº 23/2026

Homologação do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preço nº 14/2026 - EPISU.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE UMUARAMA – EPISU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 257/2025 que aprovou o Estatuto Social da EPISU, o RICL e pela Lei nº 13.303/2016.

R E S O L V E:
ART.1º - Fica homologado o julgamento proferido pelo Agente de Contratação sobre o procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preço nº 14/2026 - EPISU cujo objeto contempla a contratação de empresa para fornecimento de Tubos de concretos para ampliação, recuperação, manuetenção e conservação do sistemas de galerias de aguas pluviais e obras complementares na sede e nos distritos de Umuarama. Em favor da empresa **NORTUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA**, bem como ao relatório de classificação anexado ao referido processo, para que a adjudicação nela produza seus efeitos jurídicos e legais.
Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.
ART.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Umuarama-PR, 11 de agosto de 2026.

JOÃO HENRIQUE SIMÃO SCOPEL
Diretor-Presidente

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:6056494F

EMPRESA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE UMUARAMA
PORTARIA Nº 24/2026

Homologação do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preço nº 13/2026 - EPISU.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS DE UMUARAMA – EPISU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 257/2025 que aprovou o Estatuto Social da EPISU, o RICL e pela Lei nº 13.303/2016.

R E S O L V E:
ART.1º - Fica homologado o julgamento proferido pelo Agente de Contratação sobre o procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preço nº 13/2026 - EPISU cujo objeto contempla a contratação de empresa especializada em prestação de serviços tecnicos de Engenharia Civil com fornecimento de materiais e mão de obra para ampliação, recuperação, manuetenção e conservação do sistemas de galerias de aguas pluviais e obras complementares na sede e nos distritos de Umuarama. Em favor da

empresa **EMENE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA LTDA**, bem como ao relatório de classificação anexado ao referido processo, para que a adjudicação nela produza seus efeitos jurídicos e legais.
Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.
ART.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama-PR, 11 de agosto de 2026.

JOÃO HENRIQUE SIMÃO SCOPEL
Diretor-Presidente

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:F8CB6171

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO

Por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMERCIO E TURISMO** torna de conhecimento público o interesse em **formalizar** parceria com o **ROTARY CLUB DE UMUARAMA**denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ sob nº. 04.027.461/0001-09, com sede em Umuarama - Paraná, formalização de parceria através de **inexigibilidade de Chamamento Público,** devidamente autorizada através da LOA, aprovado através da Lei nº 4928 de 12 de dezembro de 2025 e publicado em 16 de dezembro de 2025, entre o Município de Umuarama e a Organização da Sociedade Civil, com vistas ao atendimento do interesse público, para o repasse financeiro com o objetivo Promover a melhoria da infraestrutura da Festa do Frango de Umuarama, proporcionando conforto, organização e melhor atendimento ao público participante, por meio da aquisição de jogos de mesas e cadeiras.
- Objetivo geral: Repasse financeiro com o objetivo geral de Promover a melhoria da infraestrutura da Festa do Frango de Umuarama mediante a aquisição de mobiliário permanente, proporcionando melhores condições de atendimento ao público, fortalecendo a realização do evento, fomentando a cultura e a gastronomia local e ampliando a capacidade de geração de recursos destinados às entidades assistenciais participantes.

- **Objetivo especifico**
Adquirir 105 jogos de mesas com quatro cadeiras cada;
Estruturar adequadamente o espaço destinado à alimentação e convivência do público;
Garantir conforto, segurança e melhor organização do evento;
Incentivar a participação da comunidade;
Valorizar a cultura gastronômica tradicional de Umuarama;
Fortalecer o turismo e o comércio local;
Possibilitar a reutilização do mobiliário em futuras edições da Festa do Frango e em outros eventos comunitários;
Ampliar a capacidade de arrecadação das entidades assistenciais participantes;
Contribuir para a manutenção e expansão dos projetos sociais desenvolvidos pelas entidades beneficiadas.

Referência: Formalização da Parceria e Inexigibilidade de Chamamento Público – Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Colaboração
Base Legal: Art. 31, inciso II, e art. 32 da Lei Federal n.º 13.019/14, pelo inciso III art. 36 do Decreto Municipal nº. 108/2017 e pela Lei Municipal nº4928 de 12/12/2025.

Organização da Sociedade Civil: ROTARY CLUB DE UMUARAMAinscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ sob nº. 04.027.461/0001-09, com sede em Umuarama - Paraná,
Valor total da parceria: R$ 30.000,00 (trinta mil reais)
Tipo de Parceria: Termo de Colaboração

Fonte de financiamento
Devidamente autorizada através da LOA, aprovado através da Lei nº 4928 de 12 de dezembro de 2025 e publicado em 16 de dezembro de 2025que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse a titulo emenda impositiva para a **ROTARY CLUB DE UMUARAMA .**

DA JUSTIFICATIVA PARA INEXIGILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO
A celebração de parcerias entre a Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco segue, obrigatoriamente, regime jurídico próprio. O advento da Lei Federal nº 13.019/2014 regulamentou esse procedimento tendo como regra principal o credenciamento de organizações civis, através de chamamento público.

A formalização de parcerias por meio da Lei n°13.019/2014 , estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as suas organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalhos inseridos no Termo de Colaboração;

À luz do Marco Regulatório de Organizações da Sociedade Civil – MROSC (Lei Federal nº 13.019/2014), estabeleceu-se a possibilidade de solidificar e assegurar transparência às parcerias entre poder público e organizações da sociedade civil, somando esforços em benefício do fortalecimento das políticas públicas cujo êxito, consequência e perenidade demandam o engajamento e a participação da sociedade civil. A colaboração entre o Estado e as organizações da sociedade civil aponta direções e cria novos consensos e prioridades, contribuindo para a superação de desafios sociais complexos. Ao mesmo tempo, as próprias organizações são fortalecidas, consolidando o campo democrático no país.

Em que pese o Chamamento Público tratar-se de procedimento obrigatório para parcerias entre a Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil, disciplinado pela Lei Federal nº 13019/2014, o mesmo ordenamento jurídico também excetua a sua necessidade

Segundo se retira dos artigos 16 e 17, da Lei Federal n. 13.019/2014, pode a administração pública formalizar em favor de entidades consideradas como de organizações da sociedade civil, termo de colaboração ou de fomento, distinguindo-se ambos pela iniciativa acerca do projeto de trabalho.
Considerando que, precedendo estas formalizações, deve o poder público realizar chamamento público das OSCs competentes pela execução do projeto, ou então proceder a dispensa ou inexigibilidade para tanto.
Considerando que, a presente formalização de parceria, por meio de Inexigibilidade de Chamamento Público, fundamenta-se, além das considerações já apresentadas também nos art. 31 da Lei 130149/2014 alterado pela Lei 13204 de 2015 e art. 36 do Decreto Municipal nº 108/2017 que regulamenta a aplicação da Lei 13019/2014 alterada pela Lei Federal 13204/2015.

Considerando que, o valor que será repassado para o **ROTARY CLUB DE UMUARAMA,**através de emenda impositiva, são alterações no orçamento do Município para o ano seguinte, feitas pelos Vereadores. O orçamento Impositivo é o instrumento pelo qual os vereadores tem espaço para apresentar emendas à Lei Orçamentária Anual, indicando recursos do Município para determinadas obras, projetos ou instituições de seu interesse.

Considerando que, as demais disposições da Lei nº 13019/2014 e suas alterações, bem como o Decreto Municipal nº 108/2017, foram rigorosamente observadas pelo setor competente para celebração da parceria com o **ROTARY CLUB DE UMUARAMA** e que providenciou toda a documentação necessária, para firmar o Termo de Colaboração, devidamente autorizada através da LOA, aprovado através da Lei nº 4928 de 12 de dezembro de 2025 e publicado em 16 de dezembro de 2025 e motiva a inexigibilidade de Chamamento Público, que se deve pela Emenda parlamentar impositiva,

- DA CONCLUSÃO FINAL
Por fim, haja vista que a formalização da parceria segue as normas e procedimentos estabelecidos em Lei, considerando que o caso em apreço se coaduna à hipótese de inexigibilidade de chamamento público, prevista no artigo 31 , da Lei 13.019, de 21 de julho de 2014,

DECLARAMOS A INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO para firmar parceria, por meio de **TERMO DE COLABORAÇÃO** com o **ROTARY CLUB DE UMUARAMA ,** tendo como objeto a transferência de recursos no valor total de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

Publique-se a presente justificativa no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência, de acordo com a legislação vigente, ficando concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para impugnação desta justificativa, a contar de sua publicação. A impugnação por escrito deverá ser entregue na **SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO,** situada na Avenida Rio Branco, 3717, em Umuarama - Paraná, cujo teor será analisado pelo Secretário Municipal responsável em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.
Umuarama - Paraná, 29 de julho de 2026.

.

Secretário Municipal da Industria, Comercio e Turismo

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:F028DF68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº034/2026-SMIC

Extrato do Termo de Colaboração nº 034/2026_-SMIC que entre si celebram de um lado, o MUNICIPIO DE UMUARAMA através da SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO e de outro, o ROTARY CLUB DE UMUARAMA, em razão da Inexigibilidade de Chamamento Público.

Pelo presente Extrato do Termo de Colaboração, de um lado, o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.247.378/0001-56, com sede na Av. Rio Branco, n.º 3717, Centro, neste ato representado pelo Secretário Municipal da lndustria e Comercio e Turismo, doravante denominada simplesmente **SECRETARIA**, e de outro o **ROTARY CLUB DE UMUARAMA,** doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob nº 04.027.461/0001-09, com sede na Av. Rotary nº 44 em Umuarama - Paraná, representada por seu Presidente, celebrado com fundamento na Lei Federal n.º 13.019/14, alterada pela Lei Federal nº 13.204/15, do Decreto Municipal n.º 108, de 08 de Junho de 2017, resolve celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, inexigindo a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida o art. 31, da Lei 13019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Municipal nº 108/2017, nos termos das cláusulas a seguir:

- DO OBJETIVO GERAL: Repasse financeiro com o objetivo geral de Promover a melhoria da infraestrutura da Festa do Frango de Umuarama mediante a aquisição de mobiliário permanente, proporcionando melhores condições de atendimento ao público, fortalecendo a realização do evento, fomentando a cultura e a gastronomia local e ampliando a capacidade de geração de recursos destinados às entidades assistenciais participantes.de acordo com o especificado no Plano de Trabalho/Plano de aplicação, que foi analisado e aprovado pela **Secretaria Municipal de Industria, Comercio e Turismo,** constituindo parte integrante do presente Termo de Colaboração, como se nele estivesse transcrito.

-O Plano de trabalho referido no caput é parte integrante e indissociável do Termo de Colaboração.
- OBJETIVO ESPECIFICO:
Adquirir 105 jogos de mesas com quatro cadeiras cada;
Estruturar adequadamente o espaço destinado à alimentação e convivência do público;
Garantir conforto, segurança e melhor organização do evento;
Incentivar a participação da comunidade;
Valorizar a cultura gastronômica tradicional de Umuarama;
Fortalecer o turismo e o comércio local;
Possibilitar a reutilização do mobiliário em futuras edições da Festa do Frango e em outros eventos comunitários;
Ampliar a capacidade de arrecadação das entidades assistenciais participantes;
Contribuir para a manutenção e expansão dos projetos sociais desenvolvidos pelas entidades beneficiadas.

- DOS REPASSES : Para a execução das ações previstas na cláusula PRIMEIRA, o Município repassará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o montante de até **R$30.000,00 (trinta mil reais)** que será repassado em uma única parcela no valor de **R$30.000,00 (trinta mil reais)** , cujo recurso é proveniente de:
Emenda Impositiva**, devidamente autorizada através da LOA, aprovado através da Lei nº 4928 de 12 de dezembro de 2025 e publicado em 16 de dezembro de 2026.**
A OSC deverá manter e movimentar os recursos em conta bancária específica da parceria em instituição financeira pública, conforme segue:

- DA VIGÊNCIA : O presente termo terá sua vigência por 12 (doze) meses, a contar da data da publicação deste Termo de Colaboração, podendo ser denunciado pelos partícipes, a qualquer tempo, com as respectivas sanções e delimitações claras de responsabilidades, desde que comunicado por escrito, com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que não exceda a 5 (cinco) anos.

E por estarem certas e ajustadas, firmam o presente Extrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Umuarama-PR, 29 de julho de 2026.

Secretário Municipal da Industria, Comercio e Turismo

Presidente do Rotary Club de Umuarama

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:B91C2668

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
RESULTADO DEFINITIVO DO DEFERIMENTO OU INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

CONSIDERANDO o Edital de Chamamento Público n.º 002/2026, que instituiu o Processo Seletivo para Concessão de 2o Bolsa Atleta 2026;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 104/2026, que nomeia os membros da Comissão Técnica de Análise e Avaliação do Programa de Incentivo Bolsa Atleta;

CONSIDERANDO o resultado da avaliação das inscrições realizadas pela Comissão Técnica de Análise, encaminhada ao Secretário Municipal de Esporte e Lazer;

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**:

O resultado preliminar do deferimento/indeferimento das inscrições, junto ao Edital de Chamamento Público n.º 002/2026, conforme **ANEXO I**.

Umuarama-PR, 11 de agosto de 2026.

GENTIL SOARES DE LIMA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Portaria n.º 1473/2025 – CPF: 474.334.939-72

ANEXO I - RESULTADO PRELIMINAR DO DEFERIMENTO OU INDEFERIMENTO

BOLSA ESTUDANTIL

ISADORA BELTRAME GARCIA PEDRO
DEFERIDO

EDGAR DA SILVA MARTOS
DEFERIDO

ALANA ISABELY DA SILVA DE ALMEIDA
DEFERIDO

LARA EMANUELLE DA SILVA DE ALMEIDA
DEFERIDO

VICTOR ASSIS POMMER DA SILVA
DEFERIDO

LUCAS GABRIEL JALES DE LIMA
DEFERIDO

VICTOR SODA NISHIME
DEFERIDO

GUSTAVO HENRIQUE POLASSO
DEFERIDO

VICTOR HUGO AGUIAR DOS SANTOS
DEFERIDO

ANA CLARA CAVALHEIRO
DEFERIDO

BOLSA ESTADUAL

RAFAEL DIAS DE SOUZA
DEFERIDO

ARTHUR MIYAMOTO GABARÃO
DEFERIDO

PIETRO FERRÉ SANTANA SILVA
DEFERIDO

MATEUS PENSIN DE OLIVEIRA
DEFERIDO

EUDOMAR JESUS MARTINEZ BELIZARIO
DEFERIDO

MERILIN JÚLIA DIAS VIEIRA
DEFERIDO

ANA LUISA ROCHA DE MAGALHÃES
DEFERIDO

JHOCSE GREGHORYO FIGUEIROA BRITO
DEFERIDO

EZEQUIEL DOMINGOS PIN
DEFERIDO

EDUARDO CREPALDI
DEFERIDO

JOÃO VITOR MARQUES DANTAS
DEFERIDO

FRANCISCO DAVI RODRIGUES DE SOUZA
DEFERIDO

BRUNO TUCI VERONEZ
DEFERIDO

RAFAEL RIBEIRO MELO
DEFERIDO

FELIPE GUIMARÃES SANTOS
DEFERIDO

RYAN VICTOR DINIZ
DEFERIDO

ENZO STRUGALA DE CARVALHO
DEFERIDO

LUIS EMANOEL SOUZA RODRIGUES
DEFERIDO

KAIO GUILHERME DOS SANTOS
DEFERIDO

LOHAN GUSTAVO DE ALMEIDA DE MATOS
DEFERIDO

TAYLA CRUZ DA SILVA
DEFERIDO

MARIA HELOISA AZEREDO
DEFERIDO

MARIA LUIZA NEVES BORGES
INSCRIÇÃO INDEFERIDA - Descumprimento da Cláusula 3.2.9 - Falta de currículo esportivo atualizado.

GUILHERME AUGUSTO NEVES
INSCRIÇÃO INDEFERIDA – Descumprimento da Clásula 3.2.1 – Ficha de inscrição Anexo I – preenchida e assinada.

RAFAEL DE OLIVEIRA SALLES
INSCRIÇÃO INDEFERIDA – Descumprimento da Clásula 3.2.4 – O comprovante de residência entregue consta com o endereço divergente daqule preenchido na ficha de inscrição Anexo I.

KAUÃ FELLIPE DOS SANTOS
INSCRIÇÃO INDEFERIDA-
Descumprimento da Cláusula 3.2.9 - Falta de currículo esportivo atualizado.

DAVI SILVEIRA FERREIRA
INSCRIÇÃO INDEFERIDA-
Descumprimento da Cláusula 3.2.9 - Falta de currículo esportivo atualizado.

ANA JÚLIA DAS NEVES
INSCRIÇÃO INDEFERIDA – Descumprimento da Clásula 3.2.4 – Falta de comprovante de residência atualizado.

LUIS DANIEL BOLÍVAR SUÁREZ
INSCRIÇÃO INDEFERIDA – Descumprimento da Clásula 3.2.7 – Certificado de Conclusão de Ensino Médio ainda não passou pelo processo de equivalência de estudos do Brasil. Devido a isso não possui reconhecimento oficial pelas autoridades educacionais brasileiras.

ARTHUR ÂNGELO DOS SANTOS
INSCRIÇÃO INDEFERIDA - Descumprimento da Clásula 3.2.8 – Sem assinatura no Anexo IV.

JOÃO LUCAS PEIXOTO
INSCRIÇÃO INDEFERIDA

Descumprimento da Clásula 3.2.4 – Comprovante entregue não apresenta data impossibilitando comprovar atualização.

LARA BEATRIZ DOS SANTOS SANTANA -
INSCRIÇÃO INDEFERIDA - Descumprimento da Clásula 3.2.9 – A documentação apresentada não comprova as classificações mencionadas no currículo.

IZABEL DA SILVA BARBOSA -
INSCRIÇÃO INDEFERIDA - Descumprimento da Cláusula 3.2.4 e 3.2.4 – Não apresentou comprovante de residência atualizado e não apresentou currículo esportivo.

ANA LUIZA FERREIRA DOS SANTOS
INSCRIÇÃO INDEFERIDA -
Descumprimento da Cláusula 3.2.9 - Não apresentou currículo esportivo atualizado.

GABRIELA FERNANDA LIMA ARAÚJO
INSCRIÇÃO INDEFERIDA -
Descumprimento da cláusula 3.2.9 - Não apresentou currículo esportivo atualizado.

KAUÃ SOUZA DE MOLEDO
INSCRIÇÃO INDEFERIDA -
Descumprimento da cláusula 3.2.9, 3.2.2 e 3.2.3 - Não apresentou currículo esportivo, RG e CPF.

MARIA CLARA DA SILVA LIRA
INSCRIÇÃO INDEFERIDA - Descumprimento da cláusula 3.2.10 e 3.2.9 - Faltou declaração de participação em treinamentos do técnico, súmulas ou resultados no site da federação ou jogos estado do Paraná.

JUAN GABRIEL TORRES DE LIMA -
INSCRIÇÃO INDEFERIDA -
Descumprimento da cláusula 3.2.9 - Faltou currículo esportivo atualizado.

MURILO DOS SANTOS SILVA -
INSCRIÇÃO INDEFERIDA -
Descumprimento da cláusula 3.2.2, 3.2.3 e 3.2.4 - Faltou cópia do RG, CPF e documento que comprove vínculo com o titular da residência.

GUILHERME MURILO PEIXOTO RAMOS - INSCRIÇÃO INDEFERIDA - Descumprimento da cláusula 3.2.4 e 3.2.7 - O comprovante de endereço apresentado não é o mesmo que foram preenchidos nos anexos da inscrição e a declaração de matrícula não está assinada.

JOÃO PEDRO FERREIRA PEREIRA -
INSCRIÇÃO INDEFERIDA
Descumprimento da cláusula 3.2.7 e 3.2.9 - Não apresentou declaração de matrícula atualizada, apresentou requerimento de matrícula, sem comprovação de competições com súmulas, colocação em site da federação ou outro documento que comprove a participação com 1 ano de antecedência a publicação do Edital.

EROS FIAUX FROTA -
INSCRIÇÃO INDEFERIDA
Descumprimento da cláusula 3.2.9 - Faltou comprovantes como súmulas, resultados de site da federação ou site do Estado do Paraná que comprove participação em competições.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:D7AD87AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS
01/2026

PORTARIA Nº 01, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Instauração de Processo Administrativo em face de R J A VICTOR CONSTRUTORA LTDA, para apuração de descumprimento de contrato.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do artigo 91 da Lei Orgânica do Município de Umuarama e o artigo 23 e incisos do Decreto Municipal nº 278/2024, resolve:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo de apuração de descumprimento de contrato, infrações à Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 278/2024, em face de R J A VICTOR CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.331.747/0001-47, com sede à rua Manoel Peres Gonsales, nº 62, Jardim Cedral, CEP: 19.067-080, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, para apurar eventuais irregularidades na execução do Contrato nº 415/2024, em infringência às Cláusulas DÉCIMA NONA e TRIGÉSIMA do referido contrato celebrado entre o Município de Umuarama e a empresa R J A VICTOR CONSTRUTORA LTDA, oriundo da Concorrência nº 019/2024, cujo objeto é a "Contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para execução de obras de reforma e ampliação do CMEI Rachel de Queiroz, localizado na Av. dos Xetás x Rua Jesus Pinheiro, 3437, Parque Dom Pedro I, no Município de Umuarama – PR, conforme projetos, planilha orçamentária e demais documentos anexos ao processo." e, tendo em vista que tais fatos, se comprovados, podem eventualmente configurar infração administrativa nos termos dos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c os artigos 3º e 4º do Decreto Municipal nº 278/2024, conforme relatado na Representação expedida pelo Sr. JEFFERSON RODRIGUES ONCKEN DA SILVEIRA, Fiscal do Contrato.

Art. 2º Fica instituída a Comissão Especial para condução do processo administrativo nº 2026/07/11441, que terá como atribuição analisar os casos de infração contratual e recomendar a aplicação de sanções administrativas nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas.

Art. 3º Constituir Comissão Especial, composta pelos seguintes servidores:

a) Presidente: REGINALDO APARECIDO LOPES, ocupante de cargo de carreira de Carpinteiro, pelo regime estatutário, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.081.992-0 SSP-PR e inscrito no CPF sob nº 260.388.888-96, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos.
b) Membro: CLAUDINEY NOVAIS DA SILVA, ocupante de cargo de carreira de Pedreiro, pelo regime estatutário, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.970.602-7 SSP-PR e inscrito no CPF sob nº 044.858.429-83, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos.

Art. 4º Os membros da Comissão são servidores estáveis, em conformidade com o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

Art. 5º A Comissão deverá conduzir seus trabalhos de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, zelando pela celeridade e regularidade processual.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO CAOBIANCO DOS SANTOS
Secretário Municipal de de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:4791B1CE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Presidente da Mesa Diretora Cordovan Frederico de Melo Neto, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nº 14.133/21 e alterações posteriores, resolve:

ADJUDICAR e HOMOLOGAR o Pregão Eletrônico nº 02/2026 nos seguintes Termos:

Processo Administrativo nº 03/2026
Data da Homologação: 11/08/2026

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte para o fornecimento de 14 (quatorze) cadeiras de escritório tipo Presidente, sendo 13 (treze) destinadas à substituição das cadeiras do Plenário e 01 (uma) destinada à substituição da cadeira do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de União da Vitória – PR, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência do edital.

Empresa Vencedora: MÁXIMA ATACADISTA EIRELI ME – CNPJ: 26716048000194 com a proposta mais vantajosa no valor global de R$ 9.380,00 (nove mil trezentos e oitenta reais).

União da Vitória, 11 de agosto de 2026

CORDOVAN FREDERICO DE MELO NETO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:5E1D5C72

FUNDO PARA CUSTEIO PREVIDENCIARIO DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES, DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE UNIÃO DA VITÓRIA - FUMPREVI
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados de consultoria financeira, previdenciária e de governança para Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, compreendendo assessoria em investimentos, conformidade regulatória, compensação previdenciária, governança institucional, acompanhamento atuarial e suporte técnico perante os órgãos de controle e fiscalização, em atendimento às necessidades do FUMPREVI.
CONTRATANTE: FUNDO PARA CUSTEIO PREVIDENCIARIO DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES, DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE UNIÃO DA VITÓRIA – FUMPREVI.
CONTRATADA(S): MOSAICO CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA, CNPJ nº 15.621.336/0001-49, Termo de Contrato nº 01/2026, Valor Global de R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais).
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 00001/00001.01.07.00.00.1.501.0000 - Recursos Ordinários Descentralizados.
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2026.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 11/08/2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses (11/08/2026 a 10/08/2027).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, Inciso III, Alínea "c" da Lei 14.133/21.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória - PR, 11 de agosto de 2026.

DILMARA APARECIDA BANISKI DE PAULA
Diretora de Fundo Municipal de Previdência

Publicado por:
Felipe Jose Narineczki
Código Identificador:3E7724D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 418/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a pedido a Senhora **LAIS CARRARO SEDOR**, CPF nº 072.489.659-79, da função de **TECNICO ADMINISTRATIVO**, Nível Padrão 09, da Secretaria Municipal de Esportes, a partir de 10 de agosto de 2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 10 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:E0BC1C37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 421/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica(m) nomeado(s) candidato(s) aprovado(s) em **CONCURSO PÚBLICO,** para o cargo abaixo, **EDITAL Nº 001/2025,** conforme **PORTARIAS** nº 96/2026, 97/2026 e 98/2026**,** nos termos que fundamentam este Decreto, as pessoas abaixo identificadas, conforme a respectiva data:

Cargo: FARMACEUTICO (A)

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
4º	TATIANY REGINA SAMISTRARO	20/08/2026	Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância Sanitária

Cargo: MERENDEIRA

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
31º	JUCIMARA DOBKOWSKI	17/08/2026	Secretaria Municipal de Educação
32º	JOSILENE ROCHA	20/08/2026	Secretaria Municipal de Educação
39º	CRISTIANE APARECIDA DE JESUS SILVEIRA	01/09/2026	Secretaria Municipal de Educação

Cargo: MOTORISTA

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
19º	MARCOS SIDOLI	24/08/2026	Secretaria Municipal de Esportes

Cargo: MOTORISTA - PPP

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
3º	CHRISTIAN SILVA VARELA	01/09/2026	Secretaria Municipal de Obras

Cargo: PSICÓLOGO

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
1º	BRUNO PEREIRA DA SILVA	17/08/2026	Secretaria Municipal de Educação

Cargo: TÉCNICO (A) ADMINISTRATIVO - PPP

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
3º	FRANCIELE CUNHA	20/08/2026	Secretaria Municipal de Esportes

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

União da Vitória, 11 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:43B6F989

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 422/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia o Senhor **GILMAR JOSE SUENDRECKI,** portador do CPF Nº 626.864.619-34 e RG Nº 3979569-8 PR, para exercer o cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO**, a partir de 12 de agosto de 2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 11 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:0BDFB646

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 423/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada candidata aprovada em **CONCURSO PÚBLICO,** para o cargo abaixo, **EDITAL Nº 001/2022,** conforme **PORTARIAS nº 2, 3 e 4/2023,** nos termos que fundamentam este Decreto, aas pessoa abaixo identificada, conforme a respectiva data:

Cargo: PROFESSOR (A)

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
476º	INES DE LIMA TOPOLSKI	13/08/2026	Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

União da Vitória, 11 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:C4459A22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 424/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Em atendimento ao Ofício nº 304/2026 - FUMPREVI, nos termos da Sentença judicial exarada nos autos n° 0002334-51.2020.8.16.0174, emitida pelo Juizado Especial da Fazenda Pública de União da Vitória, retifica o Decreto n° 90/2013, que concedeu Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, ao (a) Servidor (a) Público Municipal:

NOME:	**JOÃO GABRIEL DE CRISTO**
CPF:	**243.778.059-91**
RG:	**1.208.886-8 SSP/PR**
CARGO:	**MOTORISTA**
NIVEL:	**08-F**
MATRÍCULA:	**36/1**
INVESTIDURA:	**12/01/1981**
PROVENTOS:	**INTEGRAL**
PARIDADE:	**COM DIREITO A PARIDADE em relação aos servidores**
VALOR MENSAL:	**R$ 5.973,33 (Cinco mil, novecentos e setenta e três reais e trinta e três centavos)**

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 90/2013.

Art. 3º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 11 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:DD432235

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 562/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao seguinte Servidor Público Municipal:

NOME	MATRICULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE LICENÇA PRÊMIO
MARIA VITORIA DA SILVA	462	2021/2026	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	02/09/2026 A 01/10/2026
SIMONE LUIZA KOVALCZUK	1512221	2014-2019	POFESSOR	19/08/2026 A 16/11/2026
PATRICIA VANESSA FRANKE DO PRADO	1512666	2020-2025	CUIDADOR	03/08/2026 A 01/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 10 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:74BD8944

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 564/2026

NOMEIA A COMISSÃO ESPECIAL PERMANENTE PARA ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICITAÇÃO.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a **COMISSÃO ESPECIAL PERMANENTE PARA ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICITAÇÃO**, composta pelos seguintes servidores:

Presidente:
KARINE CECCHIN (com ônus, com gratificação beneficiada pela Portaria 243/2026)

Membros:
KETLYN BIATRIZ ADACHESKI (sem ônus, já beneficiado com gratificação, pela Portaria 685/2025)
GISLAINE TURKE BRAUN (com ônus, conforme Portaria 756/25)
JONATHAN AFONSO BRAUN (sem ônus, já beneficiado com gratificação, pela Portaria 701/2025)
JESSICA CAROLINE BINDEMANN (com ônus, conforme Portaria 755/25)
EVANIA MAY, (com ônus)
MICHELI CADORIN (sem ônus, já beneficiado com gratificação, pela Portaria 727/2025)

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 238/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 10 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:6D851DB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 565/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 5208, de 08 de maio de 2025, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

SÍMBOLO	PORCENTAGEM	SERVIDOR	FUNÇÃO	A PARTIR DE:
GF-05	30%	EVANIA MAY	Membro de Comissão	10/08/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 10 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:4618D1DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 566/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 242/2026, que concedeu **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público **EDSON ANTONIO OLEINIK,** a partir de 10/08/2026.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 10 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:22CB0B83

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 568/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Respaldado pela Lei Municipal nº 5208, de 08 de maio de 2025, a Administração Municipal, concede **FUNÇÃO GRATIFICADA**, ao seguinte Servidor Público conforme abaixo:

SÍMBOLO	PORCENTAGEM	SERVIDOR	FUNÇÃO	A PARTIR DE:
GF-06	20%	LETIERY COHLS DE AMORIM DE PAULA	Fiscal de Contrato	07/08/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 10 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:7C06E823

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 570/2026

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Fica(m) convocado(s) CANDIDATO(S) APROVADO(S) para os cargos abaixo relacionados, referentes ao Edital 001/2025, e conforme PORTARIAS nº 96/2026, 97/2026 e 98/2026, no CONCURSO PÚBLICO, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura, sito à Rua Dr. Cruz Machado nº 205, 4º andar, impreterivelmente NO PERÍODO DOS DIAS 13 A 19 DE AGOSTO DE 2026, no horário das 13:00 às 17:00 horas, para entrega de documentação e recebimento dos exames médicos, as pessoas abaixo identificadas:

11º Chamada
Cargo: MOTORISTA

Colocação	Candidato(a)
25º	ANDRÉ DA SILVA MOREIRA
26º	EDNO HENRIQUE DIAS

11º Chamada
Cargo: PROFISSIONAL DE APOIO EDUCACIONAL

Colocação	Candidato(a)
86º	ARIANE AGNES DE MIRANDA

10º Chamada
Cargo: ZELADOR

Colocação	Candidato(a)
19º	LUCIANE SCHWARZ

Conforme Edital 001/2025, Item 13.15 – **não assumindo a vaga e não havendo o requerimento citado no item 13.14 o candidato será eliminado do concurso público**
Documentação Necessária
01 foto 3X4
Carteira de Trabalho
Fotocópias
Certidão De Nascimento ou Casamento ou União Estável
Certidão De Nascimento e CPF doas Filhos Até 21 Anos
Declaração Dos Dependentes Para Imposto De Renda
Título De Eleitor E Comprovante De Voto Na Última Eleição
RG E CPF
Documento Militar - Masculino
Comprovante De Residência atualizado
Extrato De Pis
Declaração De Imposto De Renda Ou Declaração De Bens
Comprovante De Escolaridade e da formação exigida ao cargo – cópia autenticada
Certidão de antecedentes criminais
Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe do Paraná, quando for o caso
Em caso de PPP e PCD – trazer o Laudo anexado na inscrição do Concurso Público.
No momento da entrega dos documentos solicitados o candidato receberá a relação dos exames admissionais.

Art. 2º O não comparecimento dos candidatos convocados por esta Portaria nos dias acima citados, impedirá a formalização do ato de posse, resultando na imediata renúncia da vaga existente, conforme Edital.

Art. 3º Deverão os candidatos assumirem a vaga no dia e data a ser definida pelo Município de União da Vitória.

Art. 4º Entra esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 11 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:155FBF3A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.257, DE 10 DE AGOSTO DE 2026

Decreto 6.257, de 10 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, Eloana Zanco Damaceno portadora do CPF/MF n.º 054.283.xxx-xx, do cargo de Psicólogo, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 10 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:4FB91085

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.258, DE 10 DE AGOSTO DE 2026

Decreto 6.258, de 10 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada a vacância do cargo de Motorista do Quadro Único do Município de Vitorino/PR, em razão da aposentadoria voluntária do servidor Idacir Tomazini (CPF/MF 451.187.xxx-xx, RG 3.317.xxx-x SSP/PR), em 08 de agosto de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 08 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 11 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:EE332A29

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. º 009/2026

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. º 009/2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VITORINO,** Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com art. 37, IX, da Constituição da República e Lei Municipal n° 1532/2016 de 31 de maio de 2016 e considerando o resultado do Concurso Público 001/2026;

TORNA PÚBLICO

1 – A convocação dos aprovados no Concurso Público 001/2026, já homologado**;**

OPERADOR DE MÁQUINA

IN	Candidato	Classificação
1963	Marcio José de Lima	4º

2 – Os candidatos classificados e relacionados acima deverão comparecer junto a Prefeitura Municipal de Vitorino situada na Rua Barão de Capanema, nº 134 na **Gerência de Recursos Humanos** entre os dias **12/07/2026** até **18/08/2026** das 08h30min até 11h e das 13h30min até 17h, para tomar posse, conforme instruções do ato de provimento em caráter efetivo. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na desistência.

Vitorino, em 12 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:24899049

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 367, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 367, de 11 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Lindones Miranda Machado – Motorista, conforme requerimento de diária nº 251/2026, protocolo n. º 6580/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Nova Aurora/PR, no dia 11 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J44;

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 11 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:9106890D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 368, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 368, de 11 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 1 (uma) diária para o servidor Elizandro de Borba do Nascimento – Motorista, conforme requerimentos de diárias n. º 252/2026, protocolo n. º 6581/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Foz do Iguaçu/PR, no dia 11 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa UAW-8I37.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 11 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:9E91D360

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 369 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Institui o Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Materna e Infantil do Município de Vitorino e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITORINO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
Considerando a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
Considerando a necessidade de fortalecer as ações de vigilância, monitoramento e prevenção da mortalidade materna e infantil;
Considerando que os indicadores de mortalidade materna e infantil ainda representam importante desafio para a saúde pública;
RESOLVE:
Art. 1º Instituir o Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Materna e Infantil do Município de Vitorino, órgão de caráter técnico, ético, educativo e consultivo, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Para os fins desta Portaria, adotam-se os seguintes conceitos:
I – **Morte Relacionada à Gravidez:** morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 (quarenta e dois) dias após o término da gravidez, qualquer que tenha sido a causa do óbito;
II – **Morte Materna:** morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 (quarenta e dois) dias após o término da gestação, independentemente da duração ou localização da gravidez, decorrente de causas relacionadas ou agravadas pela gestação ou por medidas tomadas em relação a ela;
III – **Morte Materna Obstétrica Direta:** aquela decorrente de complicações obstétricas da gravidez, parto ou puerpério, bem como de intervenções, omissões, tratamento incorreto ou cadeia de eventos resultantes dessas condições;
IV – **Morte Materna Obstétrica Indireta:** aquela resultante de doenças preexistentes ou desenvolvidas durante a gestação, agravadas pelos efeitos fisiológicos da gravidez;
V – **Morte Materna Não Obstétrica:** morte decorrente de causas acidentais ou incidentais não relacionadas à gestação;
VI – **Morte Materna Tardia:** morte de mulher por causas obstétricas diretas ou indiretas ocorrida após 42 (quarenta e dois) dias e antes de completar 1 (um) ano do término da gestação;
VII – **Morte Materna Declarada:** aquela identificada como materna pelas informações constantes na Declaração de Óbito;
VIII – **Morte Materna Não Declarada:** aquela cujas informações registradas na Declaração de Óbito não permitem classificá-la como materna;
IX – **Morte Materna Presumível ou Mascarada:** aquela em que a condição gravídico-puerperal não consta na Declaração de Óbito por falha no preenchimento;
X – **Óbito Infantil Neonatal:** óbito ocorrido em crianças de 0 a 27 dias de vida;
XI – **Óbito Infantil Pós-Neonatal:** óbito ocorrido em crianças de 28 dias até menores de 1 (um) ano de idade.
Art. 3º O Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Materna e Infantil tem por finalidade:
I – analisar e acompanhar os indicadores de mortalidade materna e infantil do Município de Vitorino;
II – identificar e analisar os fatores assistenciais, sociais, econômicos, culturais e institucionais relacionados aos óbitos;
III – avaliar a evitabilidade dos óbitos investigados;
IV – propor medidas para qualificação da assistência pré-natal, ao parto, ao puerpério e à saúde da criança;
V – assessorar os gestores e serviços de saúde na implementação de ações voltadas à redução da mortalidade materna e infantil.
Art. 4º O Comitê terá caráter técnico, ético, educativo, consultivo e de assessoramento.
Art. 5º Art. 5º Ficam designados para compor o Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Materna e Infantil os seguintes representantes:
I – Coordenador(a) da Atenção Primária à Saúde;
II – Responsável pela Vigilância Epidemiológica;
III – Responsável pela Imunização;
IV – Farmacêutico(a) Coordenador(a) da Assistência Farmacêutica;
V – Enfermeiro(a) responsável pela Estratégia Saúde da Família
VI – Médico(a) da Estratégia Saúde da Família.
VI - Médico(a) com formação em Ginecologia e Obstetrícia ou área correlata à assistência materno-infantil.
Parágrafo único. Os representantes serão automaticamente substituídos sempre que houver alteração dos ocupantes dos respectivos cargos ou funções, mediante comunicação à Secretaria Municipal de Saúde, sem necessidade de edição de nova Portaria.
Art. 6º Constituem metodologia de trabalho e instrumentos do Comitê:
I – coleta e análise dos dados de nascimentos e óbitos junto à Vigilância Epidemiológica, utilizando os sistemas SIM e SINASC;
II – utilização dos instrumentos padronizados para investigação dos óbitos maternos e infantis, conforme orientações dos Comitês Regional e Estadual;
III – apoio às investigações dos óbitos maternos e infantis ocorridos no município;
IV – análise de prontuários referentes à assistência pré-natal, parto e puerpério;
V – realização de entrevistas com familiares e profissionais envolvidos na assistência, quando necessário;
VI – análise das informações coletadas;

VII – emissão de parecer quanto à evitabilidade dos óbitos;
VIII – elaboração de propostas de intervenção para melhoria da assistência à saúde materna e infantil;
IX – encaminhamento de relatórios aos órgãos competentes;
X – monitoramento dos coeficientes de mortalidade materna e infantil;
XI – incentivo à participação dos serviços e instituições de saúde nas ações de vigilância e prevenção.
Art. 7º O Comitê reunir-se-á ordinariamente a cada 90 (noventa) dias e, extraordinariamente, sempre que necessário.
§ 1º Os membros que faltarem a 02 (duas) reuniões no período de 01 (um) ano, sem justificativa, poderão ser substituídos.
§ 2º Participará das reuniões o gestor municipal de saúde e/ou o responsável pela Vigilância Epidemiológica, especialmente para discussão e definição de estratégias relacionadas aos óbitos investigados.
§ 3º As reuniões serão registradas em ata.
§ 4º O exercício da função de membro do Comitê não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 8º O Comitê receberá da Secretaria Municipal de Saúde o suporte administrativo, operacional e financeiro necessário ao desenvolvimento de suas atividades.
Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Vitorino, 11 de agosto de 2026.

SIMONE LORENSET GUTSTEIN
Secretária Municipal de Saúde

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Lorenset Gutstein
Código Identificador:6347A25C

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
EDITAL 147/2026 - INSCRITOS PSS ENFERMEIRO TEMPORÁRIO

EDITAL Nº 147/2026

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ENFERMEIRO

O Presidente da Comissão Organizadora, Executora e Julgadora de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Enfermeiro, da Prefeitura do Município de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas pelo edital de abertura nº 141/2026, por este Edital, seus anexos e demais disposições atinentes à matéria,

TORNA PÚBLICO

Art. 1º - A relação de inscritos no Processo Seletivo Simplificado para o cargo temporário de Enfermeiro, em ordem alfabética, constante no Anexo I.

Art. 2º - Mantêm-se em vigor as demais determinações editalícias e publicações complementares.

Chopinzinho, PR, 11 de Agosto de 2026.

KARLA CEVERO DA SILVA
Presidente

EDITAL Nº 147/2026 – ANEXO I

QUADRO 1 – ENFERMEIRO – AMPLA CONCORRÊNCIA

INSCRIÇÃO	NOME	NASCIMENTO
9315	ADRIANA ARAUJO GIACOMINI CATTANEO	31/05/1984
9440	ADRIANE DE FÁTIMA DOS SANTOS	22/04/1979
9323	ADRIANE TEREZINHA BARBOSA	06/11/1994
9340	ALAUANA CLAUDIA SCHEFER	01/07/1994
9368	ALESSANDRA CAVASIN	11/07/1995
9380	ALINE RITTERBUSCH	23/01/1993
9350	AMANDA GABRIELA SZINWELSKI	25/03/1998
9400	ANA AMÉLIA MACHOSKI	14/10/2000
9396	ANA BÁRBARA SCOPEL	08/10/1999
9430	ANA DOS SANTOS CAMBRUZZI	04/07/1978
9330	CAROLINE MOREIRA LEOPOLDINO ZANOLA	28/05/1987
9355	CELSO TEIXEIRA DE OLIVEIRA	12/02/1978
9412	CLAMARA FAVERO DOS SANTOS	17/06/2000
9332	DAYANE PAULA REPUKNA	22/08/1991
9434	DEIVID SERGIO SANTOS SILVA	06/04/1982
9372	DILVANA RITTER	20/02/1987
9422	DUANA POMIECINSCKI	10/07/2004
9386	EDISON DIEGO DE MORAES	22/10/1996
9376	ELIANE APARECIDA DA ROSA	25/09/1981
9354	ELIZANDRA PORTO	17/04/1982
9360	ELIZIANE DE LIMA GONÇALVES DOS SANTOS	26/03/1996
9404	EMANOELE APARECIDA ZINKE	07/11/1998
9421	FABIANA NOGUEIRA LEMOS	15/05/1981
9416	FABIOLA ANY BOHRER	18/09/2002
9341	GABRIELI FERREIRA	20/07/1998
9328	GISIELI MONTEIRO	13/01/2003
9382	INES SCHROEDER	09/02/1984
9329	ISABELLA LUIZA PADILHA	28/08/1991
9334	JAQUELINE DOS SANTOS MACHADO	14/02/2001

9364	JESSICA KEILLA SANTIN	27/09/1993
9464	JOCECLEIA DOS SANTOS	19/04/1987
9381	JOSLEI ADOLFO SILVESTRI	15/10/1996
9424	JOYCE APARECIDA SLUZALA HOTZ BUENO	25/10/1993
9399	JULIANA LOPES DE QUADROS RIBEIRO	19/03/1994
9331	JULIANO MARTINS DA SILVA	21/02/1982
9314	KAROLINE MARTINS	26/12/1996
9443	LAIZE APARECIDA VITORASSI	11/12/2001
9377	LARISSA MAFFIOLETTI SANTOS	16/10/1996
9450	LETICIA ALVES DOS SANTOS	10/09/1997
9325	LILIAN SAMIRA DA SILVA BOM	31/07/1999
9351	LILLIAN JIOVANA ZUCONELLI LUCION	02/02/2003
9433	LUAN DA SILVA BILHERI	31/12/1998
9419	LUANA APARECIDA ANTUNES	20/01/1993
9420	LUANA TONET PORTO	27/05/2002
9359	LUCAS GONZALES	17/05/1998
9373	LUCIANE SABEDOT	17/07/2026
9438	MACLEISE MARIA BONETI	30/07/1977
9326	MARCIA RICHETTI	18/03/1976
9417	MARISTELA VARGAS	27/09/1978
9459	MATHEUS ALVES OLIVEIRA	17/12/1997
9447	MAURA THEREZA DZIECINNY	06/01/2002
9394	MAYCON RODRIGO PETRECHEN	07/01/1990
9365	NAIANA APARECIDA BOARETTO DOS SANTOS	12/05/1983
9369	PAOLA CASSOL	01/07/1983
9448	PAULA CRISTINA WELTER	09/06/2004
9466	PAULA NATIELLI DE OLIVEIRA POSSO	26/03/1989
9405	PAULO SERGIO GUIMARAES	29/09/1995
9461	ROSEMARI FATIMA QUEVEDO	26/08/1977
9436	ROSENILDA BORGES ALUCAS	02/02/1971
9463	ROSILENE INÊS ECKERT KRUMMENAUER	23/02/1983
9343	SANDRO BLASER GOUVÊA	15/07/1979
9408	SILVANA BRANDT	02/01/1974
9425	THAÍS NAIANA BARELLA DA SILVA	07/10/2003
9411	TYLA VALENTINA DE OLIVEIRA LESNIESKI	29/09/1987
9333	VALDINEI JOSÉ PIRES	15/07/1979
9362	VERA LUCIA PEREIRA	11/04/1968
9385	YARA HELENA MAGELLA	05/03/1973

QUADRO 1 – ENFERMEIRO – PCD – PESSOA COM DEFICIENCIA

INSCRIÇÃO	NOME	NASCIMENTO
9353	ADENILSON FRANCISCO DA SILVA	16/04/1971
9428	LEANDRO TAVARES DA SILVA	29/03/1978

QUADRO 1 – ENFERMEIRO – PN – PESSOA NEGRA
Não houve inscritos.

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:60DB1383

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DE ORDEM CRONOLOGICA DE PAGAMENTOS

JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DE ORDEM CRONOLOGICA DE PAGAMENTOS
Alexandre Donato, Prefeito do Município de Corumbataí do Sul/Pr, no uso das suas atribuições legais vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento, e:
Considerando que, a ordem cronológica é instituto previsto em Lei e que vincula a Administração Publica a efetuar os pagamentos aos fornecedores em conformidade com a exigibilidade dos créditos que se apresentem ao pagamento.
Considerando que, tal instituto, no que tange ao pagamento de contratos administrativos, está previsto no art. 141, §1º, inciso II, da lei 14.133/21, o qual estabelece: "A ordem cronológica, referida no caput deste artigo poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente, exclusivamente nas seguintes condições:
I – Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
II – Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
III – pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
IV – Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
V – Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.
desde que devidamente publicada, §3º. da referida Lei.
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Em atendimento ao art. 141, §1º. Da lei 14.133/2021, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento dos seguintes fornecedores no mês de julho/2026:
Planilha: Justificativa de Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos
Fundamentação legal: Art. 5º da Lei nº 8.666/1993

Fonte	Fornecedor	CNPJ/CPF	Doc. Fiscal	Valor (R$)	Data Pgto	Justificativa
1000	ASSOCIACAO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE CORUMBATAI DO SUL	28.356.292/0001-19	nf.: 6	R$ 3.990,00	01/07/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1104	LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA	12.622.708/0001-63	BL.: 6202640901	R$ 6.487,20	03/07/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1303	LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA	12.622.708/0001-63	BL.: 6202640900	R$ 1.224,00	03/07/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1303	PELLISSARI SERVICOS MEDICOS LTDA	59.211.520/0001-96	nf.: 572	R$ 494,00	06/07/2026	Lei nº 14.133/2021, Justifica-se a quebra da ordem cronológica devido à urgência na realização de exames e consultas de munícipes. O atraso pode comprometer a saúde dos pacientes, razão pela qual se prioriza o pagamento para garantir a continuidade do serviço essencial.
1303	ROMANELLO, F. LTDA	08.664.588/0001-90	NF.: 17189	R$ 500,00	06/07/2026	Lei nº 14.133/2021, Justifica-se a quebra da ordem cronológica devido à urgência na realização de exames e consultas de munícipes. O atraso pode comprometer a saúde dos pacientes, razão pela qual se prioriza o pagamento para garantir a continuidade do serviço essencial.
1000	TENDAS LIMA ESTRUTURAS EM ALUMINIOS PARA EVENTOS LTDA	55.571.560/0001-98	NFS.: 226 E 232	R$ 8.666,53	08/07/2026	Justifica-se a quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da solicitação do credor, que depende do valor para manutenção do capital de giro pessoal. O atraso poderá comprometer a continuidade do fornecimento, impactando nos produtos fornecidos e/ou serviços prestados à Administração Pública.
1303	CONSORCIO INTERGESTORES PARANA SAUDE	03.273.207/0001-28	OF.: 455- 2026	R$ 50.000,00	10/07/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1000	CH MELO ENGENHARIA LTDA	18.097.266/0001-60	NF.: 12	R$ 6.737,95	10/07/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1000	INSTITUTO AGUA E TERRA	68.596.162/0001-78	BL.: 3268370	R$ 30,48	13/07/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1000	EFIGENIA APARCIDA DE MARINS	142.***.***-12	NFPR: 20620001	R$ 1.536,60	13/07/2026	Justifica-se a quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da solicitação do credor, que depende do valor para manutenção do capital de giro pessoal. O atraso poderá comprometer a continuidade do fornecimento, impactando nos produtos fornecidos e/ou serviços prestados à Administração Pública.
1303	MARLENE FRANCISCA AGUILLAR CLINICA MEDICA LTDA	32.245.269/0001-24	nf.: 2406	R$ 691,60	14/07/2026	Lei nº 14.133/2021, Justifica-se a quebra da ordem cronológica devido à urgência na realização de exames e consultas de munícipes. O atraso pode comprometer a saúde dos pacientes, razão pela qual se prioriza o pagamento para garantir a continuidade do serviço essencial.
1303	ORBE HOSPITAL DE OLHOS LTDA	13.332.371/0001-12	nf.: 3217	R$ 1.976,00	15/07/2026	Lei nº 14.133/2021, Justifica-se a quebra da ordem cronológica devido à urgência na realização de exames e consultas de munícipes. O atraso pode comprometer a saúde dos pacientes, razão pela qual se prioriza o pagamento para garantir a continuidade do serviço essencial.
1000	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANA	76.639.384/0001-59	bl.: 26001450755	R$ 108,39	15/07/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1000	INSTITUTO AGUA E TERRA	68.596.162/0001-78	BL.: 3270732	R$ 295,32	15/07/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1000	63.570.753 SILVANA ALVES JERONIMO	63.570.753/0001-52	NF.: 9	R$ 1.930,00	16/07/2026	Justifica-se a quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da solicitação do credor, que depende do valor para manutenção do capital de giro pessoal. O atraso poderá comprometer a continuidade do fornecimento, impactando nos produtos fornecidos e/ou serviços prestados à Administração Pública.
1000	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559/0001-86	NF.: 2127	R$ 837,76	16/07/2026	Justifica-se a quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da solicitação do credor, que depende do valor para manutenção do capital de giro pessoal. O atraso poderá comprometer a continuidade do fornecimento, impactando nos produtos fornecidos e/ou serviços prestados à Administração Pública.
1000	SOM 2000 SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA	61.482.588/0001-51	NFs.: 82 E 105	R$ 1.800,00	17/07/2026	Quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da iminência do vencimento de boleto ou guia, o que poderá acarretar a incidência de encargos financeiros, como multa e juros, além de possíveis prejuízos ao erário público.
1000	EUNICE MARTINIANO LAURA	005.***.***-12	REC.: 30	R$ 1.450,00	17/07/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1000	ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO ECAD	00.474.973/0001-62	BL.: 9023137141	R$ 15.000,00	20/07/2026	Quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da iminência do vencimento de boleto ou guia, o que poderá acarretar a incidência de encargos financeiros, como multa e juros, além de possíveis prejuízos ao erário público.
1303	AKIYAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA	07.220.797/0001-81	nf.: 86760	R$ 474,24	20/07/2026	Lei nº 14.133/2021, Justifica-se a quebra da ordem cronológica devido à urgência na realização de exames e consultas de munícipes. O atraso pode comprometer a saúde dos pacientes, razão pela qual se prioriza o pagamento para garantir a continuidade do serviço essencial.
1000	CONTABILBOT SOLUCOES INTELIGENTES LTDA	58.216.470/0001-77	NF.: 50	R$ 3.264,00	21/07/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1000	M S CONSULTORIA TRIBUTARIA LTDA	29.077.447/0001-40	NF.: 184	R$ 1.900,00	21/07/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1000	H F GESTAO PUBLICA LTDA	12.402.787/0001-05	NF.: 12685 E 12686	R$ 27.248,18	21/07/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1000	PAULO CESAR ROLZAO PASSAGENS	81.685.703/0001-00	nf.: 1552	R$ 900,76	22/07/2026	Justifica-se a quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da solicitação do credor, que depende do valor para manutenção do capital de giro pessoal. O atraso poderá comprometer a continuidade do fornecimento, impactando nos produtos fornecidos e/ou serviços prestados à Administração Pública.
1303	CLARA NUTRI LTDA	60.857.270/0001-45	NF.: 345	R$ 1.840,00	22/07/2026	Justifica-se a quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da solicitação do credor, que depende do valor para manutenção do capital de giro pessoal. O atraso poderá comprometer a continuidade do fornecimento, impactando nos produtos fornecidos e/ou serviços prestados à Administração Pública.
1000	DYNAMIKA SOLUCOES WEB LTDA	19.576.309/0001-52	NF.: 7972	R$ 547,40	23/07/2026	Quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da iminência do vencimento de boleto ou guia, o que poderá acarretar a incidência de encargos financeiros, como multa e juros, além de possíveis prejuízos ao erário público.
1303	PISTORI MATHIAS SERVICOS MEDICOS LTDA	60.387.215/0001-39	nf.: 65	R$ 250,00	24/04/2026	Lei nº 14.133/2021, Justifica-se a quebra da ordem cronológica devido à urgência na realização de exames e consultas de munícipes. O atraso pode comprometer a saúde dos pacientes, razão pela qual se prioriza o pagamento para garantir a continuidade do serviço essencial.
1303	UNIMED REGIONAL DE CAMPO MOURAO - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	81.715.716/0001-77	nf.: 12796	R$ 530,00	24/04/2026	Lei nº 14.133/2021, Justifica-se a quebra da ordem cronológica devido à urgência na realização de exames e consultas de munícipes. O atraso pode comprometer a saúde dos pacientes, razão pela qual se prioriza o pagamento para garantir a continuidade do serviço essencial.
1303	UNIMED REGIONAL DE CAMPO MOURAO - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	81.715.716/0005-09	nf.: 2802	R$ 140,00	24/04/2026	Lei nº 14.133/2021, Justifica-se a quebra da ordem cronológica devido à urgência na realização de exames e consultas de munícipes. O atraso pode comprometer a saúde dos pacientes, razão pela qual se prioriza o pagamento para garantir a continuidade do serviço essencial.
1000	CONSORCIO INTERMUNICIPA L DA REDE DE URGENCIAS E EMERGENCIAS DO NOROESTE DO PARANA - CIUENP	15.718.459/0001-00	BL.: 1260003247	R$ 7.464,60	24/04/2026	Quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da iminência do vencimento de boleto ou guia, o que poderá acarretar a incidência de encargos financeiros, como multa e juros, além de possíveis prejuízos ao erário público.
1000	TERRA NORTE - ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA	05.465.327/0001-52	NF.: 1326	R$ 4.692,21	28/07/2026	Justifica-se a quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da solicitação do credor, que depende do valor para manutenção do capital de giro pessoal. O atraso poderá comprometer a continuidade do fornecimento, impactando nos produtos fornecidos e/ou serviços prestados à Administração Pública.
1000	ASSOCIACAO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE CORUMBATAI DO SUL	28.356.292/0001-19	NF.: 7	R$ 3.990,00	28/07/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1000	CÉLIO AMANCIO FERREIRA CONSULTORIA ME	27.197.187/0001-11	NF.: 58	R$ 4.300,00	28/07/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1000	BIT ON INTERNET PROVIDER LTDA	02.663.472/0001-50	NF FAT.: 19382 E 19388	R$ 180,00	30/07/2026	Quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da iminência do vencimento de boleto ou guia, o que poderá acarretar a incidência de encargos financeiros, como multa e juros, além de possíveis prejuízos ao erário público.

1103	BIT ON INTERNET PROVIDER LTDA	02.663.472/0001-50	NF 19383 FAT.:	R$ 90,00	30/07/2026	Quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da iminência do vencimento de boleto ou guia, o que poderá acarretar a incidência de encargos financeiros, como multa e juros, além de possíveis prejuízos ao erário público.
1303	BIT ON INTERNET PROVIDER LTDA	02.663.472/0001-50	NF 19381 FAT.:	R$ 130,00	30/07/2026	Quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da iminência do vencimento de boleto ou guia, o que poderá acarretar a incidência de encargos financeiros, como multa e juros, além de possíveis prejuízos ao erário público.

Corumbataí do Sul, 31 de julho de 2026

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:BB6F148C

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE FINANCAS
ANEXO - DECRETO 6569

Municipio de Cruzeiro do Iguaçu - 2026				
Relatório de alteração orçamentária por fonte/tipo recurso				
Lei/Ato nº 3839 -	**Decreto nº 6569/2026 de 11/08/2026**	**Escopo**		**Nº Ano**
Autorização: 3576	Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA		1632 2025
Fonte				
00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Remanejamento	Anulação de Dotações			
1220 05	SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	Anulação	50.000,00	
05.001	SEC.DE VIAÇÃO E OBRAS	Reabertura		
26.782.0007.2012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE VIAÇÃO E OBRAS			
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
1040 05	SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	Anulação	74.000,00	
05.002	DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS	Reabertura		
15.452.0006.2016	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS			
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
1510 07	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo		14.000,00
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Reabertura		
10.301.0008.2022	ATENÇÃO BÁSICA			
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA			
2380 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		50.000,00
08.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.361.0009.2030	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
3528 10	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	Acréscimo		40.000,00
10.002	DEPTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	Reabertura		
04.122.0003.2046	DEPTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
3850 12	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,MULHER E PESSOA	Acréscimo		20.000,00
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Reabertura		
08.244.0016.2054	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL			
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS			
	TOTAL		124.000,00	124.000,00
	TOTAL DAFONTE		**124.000,00**	**124.000,00**
01923	Componente para Qualificação da Gestão - SUAS			
Suplementar	Excesso de Arrecadação			
4421 12	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,MULHER E PESSOA	Acréscimo		3.313,00
12.005	DEPTO DE CADASTRO E PROGRAMAS ASSISTÊNCIAIS	Reabertura		
08.244.0016.2058	FUNDO MUNICIPAL DA MULHER			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
	TOTAL		0,00	3.313,00
	TOTAL DAFONTE		**0,00**	**3.313,00**
01968	Transferências de Outros Programas - FUMDEL			
Suplementar	Excesso de Arrecadação			
3331 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		450.000,00
08.004	DIRETORIA DE ESPORTES	Reabertura		
27.813.0011.2040	MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR			
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
	TOTAL		0,00	450.000,00
	TOTAL DAFONTE		**0,00**	**450.000,00**
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Previsto**	**Realizado**
Remanejamento	Anulação de Dotações	Acréscimo	124.000,00	124.000,00
Remanejamento	Anulação de Dotações	Anulação	124.000,00	124.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	453.313,00	453.313,00

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:F6A26C55

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO DA ATA 61/2025

TERMO DE ADITIVO

1º Termo aditivo da Ata 61/2025 decorrente da Pregão nº 25/2025 de AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES.

O **MUNICIPIO DE FÊNIX**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.950.021/0001-30, com endereço em Rua Jangada, 25, Centro, Fênix-PR, 86950-000, apresentado pelo Prefeito Municipal o Sr. EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR, e a empresa **VIANET SOLUTIONS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 05.056.913/0001-43, com sede no endereço Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 520, Centro, Barbosa Ferraz-Pr neste ato representada por **ANTONIO MARCOS VEDOVOTO**, portador do RG nº 5.824.752-9, portador do CPF sob nº 815.399.759-91, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Acréscimos (Adição do Valor Contrato) na importância de R$ 55,464.10, A prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços mostra-se necessária para assegurar a continuidade do fornecimento contratados, mantendo-se as condições inicialmente pactuadas e a vantajosidade para a Administração Pública. Ressalta-se que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, atendendo ao interesse público e à economicidade, conforme previsto no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
7	COMPUTADOR DE DESKTOP COMPLETO COM SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: PROCESSADOR COM 4 NÚCLEOS E 12 THREADS; FREQUÊNCIA BASE: 3.60GHZ; FREQUÊNCIA MÁXIMA: 4.30GHZ; MEMÓRIA CACHE: 6MB; TAMANHO MÁXIMO DE MEMÓRIA: 128GB; TIPO DA MEMÓRIA: DDR4; TDP: 65 WATTS - MEMÓRIA UDIMM 8GB DDR4: FREQUÊNCIA: 2666MHZ - ARMAZENAMENTO INTERNO: 2,5" SATA III SSD; CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 480GB; VELOCIDADE DE LEITURA: ATÉ 500MB/S; VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO: ATÉ 450MB/S - PLACA DE VÍDEO: BARRAMENTO: PCI EXPRESS 2.0; FREQUÊNCIA BASE DO PROCESSADOR GRÁFICO: 520MHZ; FREQUÊNCIA MÁXIMA DO PROCESSADOR GRÁFICO: 1237MHZ; MEMÓRIA DE VÍDEO: 1GB; TIPO DA MEMÓRIA DE VÍDEO: GDDR3; CONECTIVIDADE DE VÍDEO: 1X DVI-D, 1X HDMI, 1X D-SUB; NÚMERO MÁXIMO DE SAÍDAS DE VÍDEO: 2 TELAS; RESOLUÇÃO MÁXIMA DIGITAL: 2560 X 1600; RESOLUÇÃO MÁXIMA ANALÓGICA: 2048 X 1536; TECNOLOGIAS: OPENGL 3.1, DIRECTX 10.1 - CONECTIVIDADE DO COMPUTADOR: REDE: PCIE 1X GIGABIT 10/100/1 OOOMB/S, SUPORTA WAKE- ON-LAN, SUPORTA PROTEÇÃO CONTRA RAIOS/ESD, SUPORTA EFICIÊNCIA DE ENERGIA ETHERNET 802.3AZ, SUPORTA PXE; CONECTORES INTERNOS: 1X CONECTOR SPI TPM, 1X CONECTOR DE SPEAKER E INTRUSÃO DO GABINETE, 1X CONECTOR DE VENTOINHA DA CPU, 1X CONECTOR DE VENTOINHA DE GABINETE/BOMBA D'ÁGUA, 1X CONECTOR DE ENERGIA ATX 24 PINOS, 1X CONECTOR DE ENERGIA 12V 8 PINOS, 1X CONECTOR DO PAINEL DE ÁUDIO FRONTAL, 1X CONECTOR USB 2.0, 1X CONECTOR USB 3.2 GEN1; CONECTORES DO PAINEL TRASEIRO: 1X PORTA DE TECLADO PS/2, 1X PORTA DE MOUSE PS/2, 1X PORTA D-SUB, 1X PORTA HDMI, PORTAS USB 3.2 GEN1, 4X PORTAS USB 2.0, 1X PORTA DE REDE RJ-45 COM LEDS DE ACESSO E DE VELOCIDADE; SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 10 64 BITS. MONITOR TAMANHO DO DISPLAY: 21,5" TFT LED; RESOLUÇÃO MÁXIMA: 1080X920 PIXELS @ 60HZ; PROPORÇÃO DE TELA: 16.9; DISTANCIA ENTRE PIXELS (PIXEL PITCH): 0,267(H) X 0,269(V) MM; FREQUÊNCIA: 60; CORES DO DISPLAY: 18,7MILHÕES; BRILHO: 300CD/M²; CONTRASTE: 5000:1 / DCR 10,000,000:1; TEMPO DE RESPOSTA> 2MS; ÂNGULO DE VISÃO: 170°/160° (CR>10); ÂNGULO DE INCLINAÇÃO: -5°/15°. CONEXOES: 01 VGA TIPO D-SUB 15 PIN; 01 HDMI; MOUSE OPTICO USB 2.0; TECLADO USB 2.0 PORTUGUÊS BRASILEIRO (ABNT 2); CAIXA DE SOM: SISTEMA DE ÁUDIO 2.0; CONEXÃO ÁUDIO P2: 3,5MM, ALIMENTAÇÃO VIA USB. POTENCIA 3WATTS; CERTIFICAÇÕES CE, FCC.	UND	10	3.699,93	36.999,30
12	NOTEBOOK COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES; PROCESSADOR COM 8 NÚCLEOS E 12 THREADS; FREQUÊNCIA BASE: 3.30GHZ; FREQUÊNCIA MÁXIMA: 4.40GHZ; MEMÓRIA CACHE: 12MB; TAMANHA MÁXIMO DE MEMÓRIA: 32GB, TIPO DA MEMÓRIA DDR4; TDP 45W, MEMÓRIA SODIMM 8GB DDR4, FREQUÊNCIA MÍNIMA: 2666MHZ – ARMAZENAMENTO INTERNO: SSD NVME, GEN4, ARMAZENAMENTO: 256GB; PLACA DE VÍDEO INTEGRADA, TELA: LED, FULL HD 15,6" (1920 X 1080); TECLADO LAYOUT ABNT2; PORTAS: 1X HDMI, 3X USB 3.0, 1X PORTA USB-C, 1X ENTRADA PARA FONES DE OUVIDO (P2), 1X PORTA LAN RJ-45; REDE: WIRELESS, WI-FI 6 (802,11AX); BLUETOOTH 5.0; SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10, 64 BITS OU SUPERIOR.	UND.	5	3.692,96	18.464,80

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados forma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Fênix, 11 de agosto de 2026.

Município De Fênix	Vianet Solutions LTDA
Contratante	Contratada
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***ANTÔNIO MARCOS VEDOVOTO***
Prefeito Municipal	Representante Legal

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:E8728022

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 167/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 167/2026

PROCESSO Nº 234/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: VITOR & NETTO CATRACAS E EVENTOS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 27.862.935/0001-33

OBJETO: Contratação de palco, iluminação,e audivisual para Agrofest 2026

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 004 -	1	18173	LOCAÇÃO DE CATRACAS ELETRÔNICAS SENDO	Serviço	DIÁRI	2,00	1.510,00	3.020,00

Lote 003			INSTALADAS NA ENTRADA DO RECINTO, NO LOCAL A SER INDICADOS PELA CONTRATANTE – (EVENTO DE 2 DIAS – 15 e 16/08/2026) - CATRACA TIPO PEDESTAL DE 03 (TRÊS) BRAÇOS, ACABAMENTO EM AÇO CARBONO PINTADO, A BASE DA CATRACA DEVERÁ TER RAMPA DE ACESSO DE FORMA QUE NÃO HAJA DEGRAUS. *TER FLUXO BIDIRECIONAL/REVERSÍVEL – CONTROLE ELETRÔNICO DE ACESSOS, QUE GERE DADOS E/OU RELATÓRIOS IMPRESSOS DE LOTAÇÃO. *TER LIGAÇÃO COM O SISTEMA CENTRAL QUE FARÁ O CONTROLE DOS ACESSOS. *PAINEL ELETRÔNICO NA ENTRADA EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO, INDICANDO A QUANTIDADE DE PESSOAS EM TEMPO REAL, PARA CONTROLE DE ACESSO DO PÚBLICO. *ESTRUTURA PARA MONTAGEM DAS CATRACAS, INSTALAÇÃO DE PAINEL, ETC., *SOFTWARE GERENCIADOR DE CONTROLE DE ACESSO AO PÚBLICO. *OUTROS SOFTWARES E EQUIPAMENTOS QUE SEJAM NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA COMO UM TODO. *MANTER 01 TECNICO (FUNCIONÁRIO) PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E CONTROLE DO SOFTWARE, DEVIDAMENTE UNIFORMIZADO. ***FICA POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA TODAS AS DESPESAS COM TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM DOS FUNCIONARIOS E TODOS OS CUSTOS ADICIONAIS RELATIVOS A INSTALAÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS. NA ENTREGA DO OBJETO, AS DESPESAS DE TRIBUTOS, ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E DEMAIS CUSTOS DECORRENTES DO FORNECIMENTO E/OU SUBSTITUIÇÕES DO OBJETO, INDICADAS PELA CONTRATANTE, DEVERÃO SER DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, SEM ÔNUS PARA CONTRATANTE. OBS: SOBRE A QUESTÃO DO PAGAMENTO, DEVE CONSTAR NO CONTRATO COM A EMPRESA, A QUAL DEVE ESTAR CIENTE QUE SOMENTE OCORRERÁ APÓS O PERIODO ELEITORAL DE 2026.					
TOTAL								3.020,00

VALOR TOTAL: *R$ 3.020,00 (Três Mil e Vinte Reais)*

VIGÊNCIA: 11/08/2026 a 31/12/2026.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:B7769F26

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 168/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 168/2026

PROCESSO Nº 234/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: V.A. AUGUSTO ME, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 65.962.268/0001-50

OBJETO: Contratação de palco, iluminação,e audivisual para Agrofest 2026

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 003 - Lote 003	1	18172	LOCAÇÃO DE 1 (UM) GERADOR DE ENERGIA PARA 12 HORAS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 360 KVA, TRIFÁSICO, TENSÃO 440/380/220/110 VAC, 60 HZ, DISJUNTOR DE PROTEÇÃO, SILENCIADO EM NÍVEL DE RUÍDO SONORO DE 32 A 1,5 METROS, ACOPLADO A UM CAMINHÃO POR MEIO DE GRAMPOS FIXADOS NO CHASSI PARA TRANSPORTE RÁPIDO. QUADRO DE BARRAMENTO DE COBRE PARA CONEXÃO DE INTERMEDIÁRIA COM ISOLADORES E CHAVE REVERSORA PARA DUAS FONTES DE ENERGIA ELÉTRICA DIMENSIONADA DE ACORDO COM A POTÊNCIA DE GRUPO GERADOR, INCLUINDO CUSTO DE MONTAGEM COM PONTO DE ATERRAMENTO PARA PROTEÇÃO COMPOSTO DE 01 (UMA) HASTE DE COBRE DE 3 METROS DE COMPRIMENTO, COM CORDOALHA DE COBRE NU 16MM², NO MÍNIMO, COM 5 METROS COM CONECTORES, DEVENDO ESTAR INCLUSO NO VALOR DOS SERVIÇOS AS DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS. ACRESCIDO DE	Serviço	DIÁRI	2,00	3.390,00	6.780,00

			ITENS DE SEGURANÇA COM EXTINTORES CONTRA INCÊNDIO, COMO CO2 E PQS. ***A retirada do equipamento deverá ser realizada em até 24 horas após o término do evento, onde o município não se responsabilizará por qualquer dano ou roubo do mesmo. OBS: SOBRE A QUESTÃO DO PAGAMENTO, DEVE CONSTAR NO CONTRATO COM A EMPRESA VENCEDORA, A QUAL DEVE ESTAR CIENTE QUE SOMENTE OCORRERÁ APÓS O PERIODO ELEITORAL DE 2026.					
TOTAL								6.780,00

VALOR TOTAL: *R$ 6.780,00 (Seis Mil, Setecentos e Oitenta Reais)*

VIGÊNCIA: 11/08/2026 a 31/12/2026.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:CCB37A7D

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 169/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 169/2026

PROCESSO Nº 234/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: 52.237.036 NATHALIA GONCALVES DA SILVA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 52.237.036/0001-97

OBJETO: Contratação de palco, iluminação,e audivisual para Agrofest 2026

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	18160	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL *48 CAIXAS LINEARRAY COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS PA ALT-FILL E DELLAY SENSIBILIDADE (TOTAL) PEAK: 145 DB SENSIBILIDADE MÉDIA: 105,7 DB 1W/1M POTÊNCIA TOTAL (AES): 1320W RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 80HZ - 20KHZ COMPONENTES: 2x10 + 2 X DRIVE DE POLYIMIDE IMPEDÂNCIA: MF 8 OHMS / HF 16 OHMS DIMENSÕES: A314xL840xP407MM PESO: 42KG *30 CAIXAS DE SUB GRAVES COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS SENSIBILIDADE PEAK (CALC.): 146 DB SENSIBILIDADE MÉDIA: 106 DB 1W/1M POTÊNCIA (AES): 2400W RESPOSTA: 30HZ - 2KHZ ALTO FALANTE: 2x18" IMPEDÂNCIA: 4 OHMS PESO: 69,3 KG DIMENSÕES: A995xL610xP660MM *12 RETORNOS PARA PALCO COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS POTÊNCIA: 460W RMS RESPOSTA: 58 HZ - 20K HZ COMPONENTES: 1x12 + 1XDRIVE *08 AMPLIFICADORES PARA DRIVE COM AS ESPECIFICAÇÃO MÍNIMAS: CLASSE D HI-FI PARA SISTEMAS DE ÁUDIO DE DRIVES AMPLIFICADOR 2000 WRMS (NBR IEC 60268-3) POTÊNCIA MÁXIMA 2 OHMS – 4x1500 WRMS POTÊNCIA MÁXIMA 4 OHMS – 4x1000 WRMS POTÊNCIA MÁXIMA 8 OHMS - 4x960 WRMS DISTORÇÃO HARMÔNICA -10DB - ABAIXO DE 0,02% THD + N 2 OHMS@1KHZ -1DB POT. MAX -0,8% RESPOSTA DE FREQUÊNCIA - 20 HZ A 20KHZ, +/-0,5 DB FATOR DE AMORTECIMENTO - MAIOR DE 1800 A 8 OHMS -200HZ RUÍDO - 97 DBA EM RELAÇÃO A POTÊNCIA MÁXIMA SENSIBILIDADE DE ENTRADA - 775MV RMS IMPEDÂNCIA DE ENTRADA - 10KOHMS BALANCEADA LIMITER INTELIGENTE - +6 DB CONECTORES DE ENTRADA - 2 XLRF E 2 XLRM CONECTORES DE SAÍDA - SPEAKON NL4 REFRIGERAÇÃO - DUTO DE ALUMÍNIO COM VENTILAÇÃO FORÇADA PROTEÇÃO - AUTO MUTE, SAÍDA EM CURTO, DC SPEAKER RÁDIO FREQUÊNCIA, TÉRMICO ALIMENTAÇÃO - 180V A 260V FONTE DE ALIMENTAÇÃO - HALFBRIDGE ESTABILIZADA CONSUMO MAX - 5,5 A GABINETE PADRÃO - 2U RACK 08 AMPLIFICADORES PARA MÉDIOS COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CLASSE D HI-FI PARA SISTEMAS DE ÁUDIO DE MÉDIO E GRANDE AMPLIFICADOR 8000 WRMS (NBR IEC 60268-3) ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POTÊNCIA MÁXIMA 2 OHMS - 4 X 4000 WRMS POTÊNCIA MÁXIMA 4 OHMS - 4 X 2400 WRMS POTÊNCIA MÁXIMA 8 OHMS - 4 X 1440 WRMS DISTORÇÃO HARMÔNICA - 10DB - ABAIXO DE 0,02% THD + N 2 OHMS@1KHZ -1DB POT. MAX - -0,8% RESPOSTA DE FREQUÊNCIA - 20 HZ A 20KHZ, +/-0,5 DB FATOR DE AMORTECIMENTO - MAIOR DE 1800 A 8 OHMS - 200HZ RUÍDO - 97 DBA EM RELAÇÃO A POTÊNCIA MÁXIMA SENSIBILIDADE DE ENTRADA - 775MV RMS IMPEDÂNCIA DE ENTRADA - 10KOHMS BALANCEADA LIMITER INTELIGENTE - +6 DB CONECTORES DE ENTRADA - 2 XLRF E 2 XLRM CONECTORES DE SAÍDA - SPEAKON NL4 REFRIGERAÇÃO - DUTO DE ALUMÍNIO COM VENTILAÇÃO FORÇADA PROTEÇÃO - AUTO MUTE, SAÍDA EM CURTO, DC SPEAKER RÁDIO FREQUÊNCIA, TÉRMICO ALIMENTAÇÃO - 180V A 260V FONTE DE ALIMENTAÇÃO - HALFBRIDGE ESTABILIZADA CONSUMO	Serviço	DIÁRI	2,00	14.001,30	28.002,60

			MAX - 40 A DIMENSÕES EM MM - A105 x L483 x P470 GABINETE PADRÃO - 2U RACK 08 AMPLIFICADORES PARA GRAVES COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CLASSE D HI-FI PARA SISTEMAS DE ÁUDIO DE MÉDIO E GRANDE AMPLIFICADOR 8000 WRMS (NBR IEC 60268-3) ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: POTÊNCIA MÁXIMA 2 OHMS - 2 X 6000 WRMS POTÊNCIA MÁXIMA 4 OHMS - 2 X 3400 WRMS POTÊNCIA MÁXIMA 8 OHMS - 2 X 2440 WRMS DISTORÇÃO HARMÔNICA -10DB - ABAIXO DE 0,02% THD + N 2 OHMS@1KHZ -1DB POT. MAX - -0,8% RESPOSTA DE FREQUÊNCIA - 20 HZ A 20KHZ, +/-0,5 DB FATOR DE AMORTECIMENTO - MAIOR DE 1800 A 8 OHMS - 200HZ RUÍDO - 97 DBA EM RELAÇÃO A POTÊNCIA MÁXIMA SENSIBILIDADE DE ENTRADA - 775MV RMS IMPEDÂNCIA DE ENTRADA - 10KOHMS BALANCEADA LIMITER INTELIGENTE - +6 DB CONECTORES DE ENTRADA - 2 XLRF E 2 XLRM CONECTORES DE SAÍDA - SPEAKON NL4 REFRIGERAÇÃO - DUTO DE ALUMÍNIO COM VENTILAÇÃO FORÇADA PROTEÇÃO - AUTO MUTE, SAÍDA EM CURTO, DC SPEAKER RÁDIO FREQUÊNCIA, TÉRMICO ALIMENTAÇÃO - 180V A 260V FONTE DE ALIMENTAÇÃO - HALFBRIDGE ESTABILIZADA CONSUMO MAX - 40 A DIMENSÕES EM MM - A105 X L483 X P470 GABINETE PADRÃO - 2U RACK *08 AMPLIFICADORES PARA RETORNOS COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CLASSE D HI-FI PARA SISTEMAS DE AUDIO DE MÉDIO E GRANDE AMPLIFICADOR 4000 WRMS (NBR IEC 60268-3) POTÊNCIA MÁXIMA 2 OHMS - 2 X 2000 WRMS POTÊNCIA MÁXIMA 4 OHMS - 2 X 1200 WRMS POTÊNCIA MÁXIMA 8 OHMS - 2 X 720 WRMS DISTORÇÃO HARMÔNICA - 10DB - ABAIXO DE 0,02% THD + N 2 OHMS@1KHZ -1DB POT. MAX - -0,8% RESPOSTA DE FREQUÊNCIA - 20 HZ A 20KHZ, +/-0,5 DB FATOR DE AMORTECIMENTO - MAIOR DE 1800 A 8 OHMS -200HZ RUÍDO - 97 DBA EM RELAÇÃO A POTÊNCIA MÁXIMA SENSIBILIDADE DE ENTRADA - 775MV RMS IMPEDÂNCIA DE ENTRADA - 10KOHMS BALANCEADA LIMITER INTELIGENTE - +6 DB CONECTORES DE ENTRADA - 2 XLRF E 2 XLRM CONECTORES DE SAÍDA - SPEAKON NL4 REFRIGERAÇÃO - DUTO DE ALUMÍNIO COM VENTILAÇÃO FORÇADA PROTEÇÃO - AUTO MUTE, SAÍDA EM CURTO, DC SPEAKER RÁDIO FREQUÊNCIA, TÉRMICO ALIMENTAÇÃO - 180V A 260V FONTE DE ALIMENTAÇÃO - HALF-BRIDGE ESTABILIZADA CONSUMO MAX - 21,8 A DIMENSÕES EM MM - A105xL483xP470 GABINETE PADRÃO - 2U RACK *04 PROCESSADOR DIGITAIS PARA PALCO, PARA P.A COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS ENTRADAS ANALÓGICAS: NÚMERO DE ENTRADAS: (2) ENTRADAS DE LINHA. (1) ENTRADA DE MICROFONE RTA. CONECTORES: (2) ENTRADAS DE LINHA XLR FÊMEA, ENTRADA DE MICROFONE XLR RTA TIPO: BALANCEADO ELETRONICAMENTE/FILTRADO RF IMPEDÂNCIA: > 40 K O NÍVEL MÁXIMO DE LINHA DE ENTRADA: +30 DBU COM PONTES DE ENTRADA EM POSIÇÃO +30 (+22 DBU A PARTIR DE FÁBRICA) CMRR: > 45 DB TENSÃO FANTASMA DO MICROFONE RTA: +15 VDC RTA MIC EIN: <-110 DBU, 22 HZ -22 KHZ, 150 OHM SAÍDAS ANALÓGICAS: NÚMERO DE SAÍDAS: (6) SAÍDAS DE LINHA. CONECTORES: XLR MACHO TIPO: BALANCEADO ELETRONICAMENTE, FILTRADO RF IMPEDÂNCIA: 120 OHMS NÍVEL MÁXIMO DE SAÍDA: +22 DBU ATRASO DE ALINHAMENTO: TOTAL DE 2,7 SEGUNDOS DISPONÍVEL PARA ALOCAÇÃO ENTRE TODOS OS MÓDULOS DE ATRASO (1,3 SEGUNDOS DE TEMPO DE ATRASO MÁXIMO) DESEMPENHO A/D: TIPO: SISTEMA DE CONVERSÃO DBX DO TIPO IV FAIXA DINÂMICA: >107 DB SEM PESO, >110 DB A-COM PESO FAIXA DINÂMICA DO TIPO IV: 123 DB COM MATERIAL TEMPORÁRIO, PESO A, 22 KHZ BW 121 DB COM MATERIAL TEMPORÁRIO, SEM PESO, 22 KHZ BW 115 DB NORMAL COM MATERIAL DE PROGRAMA, PESO A, 22 KHZ BW TAXA DE AMOSTRAGEM: 48 KHZ DESEMPENHO D/A: FAIXA DINÂMICA: 112 DB PESO A, 110 DB SEM PESO DESEMPENHO DO SISTEMA: FAIXA DINÂMICA: 110 DB SEM PESO, >107 DB COM PESO, THD+N: 0,002% NORMAL EM GANHO DE ENTRADA DE +4 DBU, 1 KHZ, 0 DB RESPOSTA DE FREQÜÊNCIA: 20 HZ – 20 KHZ, +/- 0,5 DB LINHA CRUZADA ENTRE OS CANAIS: >110 DB, 120 DB NORMAL ENTRADA PARA SAÍDA DE LINHA CRUZADA: >100 DB *FONTE DE ALIMENTAÇÃO: TENSÃO DE OPERAÇÃO: MODELO DOMÉSTICO: 100 A 120 VAC 50/60 HZ - MODELO EU: 220 A 240 VAC 56/60 HZ, EXIGÊNCIAS DE ALIMENTAÇÃO: 25 WATTS. *02 EQUALIZADORES COM 31 BANDAS ANALÓGICOS DE QUALIDADE. *04 MESAS DE SOM DIGITAIS. (OPÇÕES DE MESA: NO MÍNIMO 01 MESA PM5DRH, 01 MIX RACK COM 3 DSP, 01 YAMAHA DM7 COM 64 IN E 32 OUT E 01 AVANTIS COM 56 IN E 32 OUT. *02 MULTI-CABO COM NO MÍNIMO 56 VIAS; *100METROS DE COMPRIMENTO, COM ESPLITER DE 12 METROS EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO. *60 PEDESTAIS GRANDES PARA MICROFONES; *65 MICROFONES VARIADOS PARA MICROFONAÇÃO DE BANDA; *02 MESA DE ILUMINAÇÃO DMX MA WING COM COMAND FADER COM 02 TELAS TOUCH; *30 PRATICÁVEIS ESTRUTURA EM ALUMÍNIO 2X1 E OPÇÃO DE AJUSTE DE ALTURA ATE 20 CM A 1 METRO* *04 CAIXAS 2 VIAS COM NO MÍNIMO 01 DRIVE E 2 FALANTES DE 15 POLEGADAS POTENCIA TOTAL 1500 WTS RMS PARA SIDE; *08 MICROFONES SEM FIO UHF LONGO ALCANCE COM ANTENAS 2 ANTENAS; *240 METROS DE ESTRUTURA TRELIÇA Q-30 EM ALUMÍNIO LINHA PESADA PARA ELEVAÇÃO DO SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, PA E OUTFILL; *160 METROS DE ESTRUTURAS Q-50; *14 BASES EM ALUMÍNIO LINHA PESADA Q-30; *10 SLEVE EM ALUMÍNIO LINHA PESADA Q-30; *18 TALHAS DE CARGA COM CORRENTE DE 6 METROS E CAPACIDADE DE 1 TONELADA CADA; *04 MAN POWER COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 600 AMPERES POR FASE, COM 48 TOMADAS EM 220 VOLTS, 48 TOMADAS EM 110 VOLTS E 10 TOMADAS 2P MAIS T COM CAPACIDADE DE 16 AMPERES CADA; *100 METROS DE PASSA CABOS COM 5 CANELETAS COM IDENTIFICAÇÃO. TODO O CABEAMENTO NECESSÁRIO PARA LIGAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE ÁUDIO. *02 TÉCNICOS DE ÁUDIO RESPONSÁVEL PARA A OPERAÇÃO DO SISTEMA *03 AUXILIARES TÉCNICOS DE ÁUDIO *04 NOTEBOOKS PARA EXECUÇÃO DE MUSICAS E DEMAIS NECESSIDADES SISTEMA DE BACKLINE *01 BATERIA COMPLETA TAMA, DW, GRETCH OU YAMAHA 3 TONS, 04 ESTANTES DE PRATOS, BUMBO, 02 SURDOS E FERRAGEM COMPLETA; *02 AMPLIFICADORES FENDER TWIN; *02 AMPLIFICADORES MARSHALL JCM-900 COM 02 CAIXAS; *01 AMPLIFICADOR GK-800 COM UMA CAIXA COM 04 ALTO FALANTES 10' E UMA CAIXA COM ALTO FALANTE DE 15'; *01 AMPLIFICADOR HARTEK COM UMA CAIXA COM 04				

			ALTO FALANTES 10' E UMA CAIXA COM ALTO FALANTE DE 15'; *01 AMPLIFICADOR JAZZ CHORUS 120, JAPONÊS; *SISTEMA COM 16 VIAS DE FONES COM CABOS PARA MONITORAÇÃO DE BANDAS; *08 SISTEMAS DE MONITOR IN EAR SEM FIO COM COMBIANER E ANTENAS (NO MÍNIMO SENNHEISER G-4, SHURE PSM 1000) ILUMINAÇÃO *16 CANHÕES EM ALUMÍNIO LÂMPADA PAR 64; *42 MOVES BEM 15R DMX; *60 CANHÕES DE LED 5 WTS RGBWA; *16 STROBO LED COM NO MÍNIMO 3000WTS; *16 STROBO LED RGB COM NO MÍNIMO 3000WTS; *24 RIBALTA P-5 OUTDOOR. *03 CANHÃO SEGUIDOR COM LÂMPADA 17 R; *12 MINI-BRUT COM 4 LÂMPADAS CADA; *02 MANPOWER PARA LUZ COM 96 TOMADAS EM 220V E 48 CANAIS DIMMER DMX; *36 MOVE WASH LED 350 WATTS COM ZOOM; *16 COB LED OUTDOOR COM BANDÔ BRANCO QUENTE, BRANCO FRIO, COM NO MÍNIMO 200 WATTS; *16 MOVE SPOT COM CMY; *18 ELIPSOIDAL COM FACAS E ÍRIS COM NO MÍNIMO 650 WATTS; *04 MAQUINA DE FUMAÇA DMX 2000 WATTS; *04 VENTILADORES PARA DISPERSÃO DE FUMAÇA CÊNICA; *80 METROS DE PASSA-CABO COM NO MÍNIMO 4 CANALETAS DE 40X40 MM; TODO CABEAMENTO NECESSÁRIO PARA FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO. *01 TÉCNICO DE ILUMINAÇÃO; *02 AUXILIARES TÉCNICOS DE ILUMINAÇÃO PAINEL DE LED *66 METROS PAINEL DE LED OUTDOOR METROS RESOLUÇÃO MÍNIMA P-3 OUTDOR. *02 PROCESSADORAS 4 K; *01 OPERADOR ILUMINAÇÃO (GRANDE PORTE PROFISSIONAL): *01 GERENCIADOR DE ENERGIA SPLITER DMX C/ ARTNET COM 32 CANAIS; *30 - ROBE POINT; *01 – CANHÃO SEGUIDOR 450W; *30 - PAR LED 18W RGBWA; *12 - ATOMIC 3000; *06 - BRUT LED RGB 4 LAMP; *08 – ELIPSOIDAL; *08 – MOVE SPOT COM CMY; *16 - PAR 64 CORPO EM ALUMINIO; *04 VENTILADORES; *12 RIBALTA P5- OUTDOOR; *12 STROBO COM FITA LED 1000W; *02 FOG COM VENTILADOR; *01 GRAND MA2; *10 COB BRACO QUENTE 1000W; *32 MOVING BIN 14 R COM BORDA; *02 MAQUINAS DE FUMAÇA; *120 METROS DE TRELIÇA Q30 E Q50. *01 TÉCNICO DE ILUMINAÇÃO PARA TODO EVENTO. ***A retirada dos equipamentos deverá ser realizada em até 24 horas após o término do evento, onde o município não se responsabilizará por qualquer dano ou roubo dos mesmos. OBS: SOBRE A QUESTÃO DO PAGAMENTO, DEVE CONSTAR NO CONTRATO COM A EMPRESA VENCEDORA, A QUAL DEVE ESTAR CIENTE QUE SOMENTE OCORRERÁ APÓS O PERIODO ELEITORAL DE 2026.					
LOTE: 001 - Lote 001	2	18161	LOCAÇÃO, MONTAGEM/DESMONTAGEM DE TORRES DE DELAY 2 (DUAS) TORRES DE DELAY COM PÉS, 4 METROS DE FRENTE 3 METROS FUNDO, COM ALTURA DE 6M, ESTRUTURAS Q30 LINHA PESADA EM ALUMÍNIO. ***A retirada dos equipamentos deverá ser realizada em até 24 horas após o término do evento, onde o município não se responsabilizará por qualquer dano ou roubo dos mesmos. OBS: SOBRE A QUESTÃO DO PAGAMENTO, DEVE CONSTAR NO CONTRATO COM A EMPRESA VENCEDORA, A QUAL DEVE ESTAR CIENTE QUE SOMENTE OCORRERÁ APÓS O PERIODO ELEITORAL DE 2026.	Serviço	DIÁRI	2,00	1.050,70	2.101,40
LOTE: 001 - Lote 001	3	18162	LOCAÇÃO PAINEL DE LED P3 OUTDOOR E TRANSMISSÃO INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE: 142 METROS DE PAINEL DE LED P3 OUTDOOR, SENDO UMA LINHA DE 15MT X 2MT TESTEIRA, COM 2 CONTINUAÇÕES DE 6 MT X 6 MT LATERAIS E 10 MT X 4 MT NO FUNDO, COM 3 PROCESSADORAS VX 1000 10 PORTAS COM 4 CABOS DE REDE 120 METROS BLINDADOS. INCLUSO TRANSMISSÃO AO VIVO COM 2 CÂMERAS FULL HD 4 K DE PAINEL PARA TODA DURAÇÃO DO EVENTO. ***A retirada dos equipamentos deverá ser realizada em até 24 horas após o término do evento, onde o município não se responsabilizará por qualquer dano ou roubo dos mesmos. OBS: SOBRE A QUESTÃO DO PAGAMENTO, DEVE CONSTAR NO CONTRATO COM A EMPRESA VENCEDORA, A QUAL DEVE ESTAR CIENTE QUE SOMENTE OCORRERÁ APÓS O PERIODO ELEITORAL DE 2026.	Serviço	DIÁRI	2,00	7.915,20	15.830,40
LOTE: 001 - Lote 001	4	18163	LOCAÇÃO, MONTAGEM/DESMONTAGEM PALCO MEDINDO NO MÍNIMO 15m DE COMPRIMENTO X 12m DE PROFUNDIDADE COM NO MÍNIMO 2,40 M DE ALTURA COM COBERTURA E PROTEÇÃO LATERAL, INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO COM 02 TOMADAS 110V E 01 TOMADA 220V, SOMBRITE 95% INTEGRALMENTE NAS LATERAIS E FUNDO. INCLUSA ÁREA DE SERVIÇO 6X6 PARALELA AO PALCO, PASSARELA FRONTAL 2,20X6,00 METROS. ESCADA DE ACESSO OBS: INCLUSO MONTAGEM, DESMONTAGEM, TRANSPORTE E APRESENTAÇÃO DE ART OU RRT, DEVE TER SISTEMA DE ATERRAMENTO PARA PROTEÇÃO. ***A retirada das estruturas deverá ser realizada em até 24 horas após o término do evento, onde o município não se responsabilizará por qualquer dano ou roubo das estruturas. OBS: SOBRE A QUESTÃO DO PAGAMENTO, DEVE CONSTAR NO CONTRATO COM A EMPRESA VENCEDORA, A QUAL DEVE ESTAR CIENTE QUE SOMENTE OCORRERÁ APÓS O PERIODO ELEITORAL DE 2026.	Serviço	DIÁRI	2,00	6.506,80	13.013,60
LOTE: 001 - Lote 001	5	18164	LOCAÇÃO, MONTAGEM/DESMONTAGEM - PASSARELA EM PRATICÁVEL DE ALUMÍNIO, PISO ANTIDERRAPANTE, OBRIGATÓRIO, COM 2m DE LARG. e 12m DE COMPRIMENTO, FORMANDO UM T, ALTURA DE 2,40m – COM ESCADA DE ACESSO AO PALCO, ESTRUTURA TODA REVESTIDA EM TECIDO PRETO. ***A retirada das estruturas deverá ser realizada em até 24 horas após o término do evento, onde o município não se responsabilizará por qualquer dano ou roubo das estruturas. OBS: SOBRE A QUESTÃO DO PAGAMENTO, DEVE CONSTAR NO CONTRATO COM A EMPRESA VENCEDORA, A QUAL DEVE ESTAR CIENTE QUE SOMENTE OCORRERÁ APÓS O PERIODO ELEITORAL DE 2026.	Serviço	DIÁRI	2,00	1.329,70	2.659,40
LOTE: 001 - Lote 001	6	18165	LOCAÇÃO, MONTAGEM/DESMONTAGEM DE ESTRUTURA HOUSE-MIX COBERTA MONTADA EM ESTRUTURA TUBULAR DE DURALUMÍNIO OU AÇO GALVANIZADO COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 4 METROS DE FRENTE POR 3M DE PROFUNDIDADE. DEVERÁ SER EMI5 DA ART OU RRT. ***A retirada das estruturas deverá ser realizada em até 24 horas após o término do evento, onde o município não se responsabilizará por qualquer dano ou roubo das estruturas. OBS: SOBRE A QUESTÃO DO PAGAMENTO, DEVE CONSTAR NO CONTRATO COM A EMPRESA VENCEDORA, A QUAL DEVE ESTAR CIENTE QUE SOMENTE OCORRERÁ APÓS O PERIODO ELEITORAL DE 2026.	Serviço	DIÁRI	2,00	1.673,00	3.346,00
LOTE: 001 - Lote 001	7	18166	MONTAGEM, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE: 246 METROS DE ESTRUTURA EM TRELIÇA ALUMÍNIO Q30 E Q50 LISA PESADA, MONTADA CONFORME LAYOUT INDICADO. ***A retirada das estruturas deverá ser realizada em até 24 horas após o término do evento,	Serviço	DIÁRI	2,00	5.023,30	10.046,60

			onde o município não se responsabilizará por qualquer dano ou roubo das estruturas. OBS: SOBRE A QUESTÃO DO PAGAMENTO, DEVE CONSTAR NO CONTRATO COM A EMPRESA VENCEDORA, A QUAL DEVE ESTAR CIENTE QUE SOMENTE OCORRERÁ APÓS O PERIODO ELEITORAL DE 2026.					
LOTE: 002 - Lote 002	1	18167	LOCAÇÃO MONTAGEM/DESMONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA TIPO PAVILHÃO Q50 30X60 – RÉVEILLON, COM ILUMINAÇÃO INTEGRADA, 28 REFLETORES 500 WATTS FIXADOS NAS COLUNAS LATERAIS, COM FIAÇÃO E INSTALAÇÃO INCLUSA, A ESTRUTURA MODULADA E ESTRUTURA TIPO 2 ÁGUAS, MEDINDO 30X60 METROS COM NO MÍNIMO DE 8,00M DE PÉ DIREITO, COBERTURA EM LONA BRANCA, ANTICHAMAS, INCLUSO MONTAGEM E DESMONTAGEM. PISO NIVELADO E RESISTENTE, SE NECESSÁRIO; SISTEMA DE SEGURANÇA E ESTABILIDADE CONFORME NORMAS TÉCNICAS; GARANTIA DE ESTABILIDADE ESTRUTURAL, RESISTÊNCIA A VENTOS E CHUVAS. COMPREENDE LOCAÇÃO PARA OS 2 DIAS DO EVENTO. OBS: ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) DO CREA INCLUSA. ***A retirada das estruturas deverá ser realizada em até 24 horas após o término do evento, onde o município não se responsabilizará por qualquer dano ou roubo das estruturas. OBS: SOBRE A QUESTÃO DO PAGAMENTO, DEVE CONSTAR NO CONTRATO COM A EMPRESA VENCEDORA, A QUAL DEVE ESTAR CIENTE QUE SOMENTE OCORRERÁ APÓS O PERIODO ELEITORAL DE 2026.	Serviço	UNI	1,00	42.156,60	42.156,60
LOTE: 002 - Lote 002	2	18168	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA TIPO PAVILHÃO Q50 11X50 RÉVEILLON, COM ILUMINAÇÃO INTEGRADA, 28 REFLETORES 500 WATTS FIXADOS NAS COLUNAS LATERAIS, COM FIAÇÃO E INSTALAÇÃO INCLUSA, A ESTRUTURA MODULADA E ESTRUTURA TIPO 2 ÁGUAS, MEDINDO 11X 50 METROS COM NO MÍNIMO DE 5,00M DE PÉ DIREITO, COBERTURA EM LONA BRANCA, ANTICHAMAS, INCLUSO MONTAGEM E DESMONTAGEM. PISO NIVELADO E RESISTENTE, SE NECESSÁRIO; SISTEMA DE SEGURANÇA E ESTABILIDADE CONFORME NORMAS TÉCNICAS; GARANTIA DE ESTABILIDADE ESTRUTURAL, RESISTÊNCIA A VENTOS E CHUVAS; COMPREENDE LOCAÇÃO DE ATÉ 5 DIAS. OBS: ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) DO CREA INCLUSA. ***A retirada das estruturas deverá ser realizada em até 24 horas após o término do evento, onde o município não se responsabilizará por qualquer dano ou roubo das estruturas. OBS: SOBRE A QUESTÃO DO PAGAMENTO, DEVE CONSTAR NO CONTRATO COM A EMPRESA VENCEDORA, A QUAL DEVE ESTAR CIENTE QUE SOMENTE OCORRERÁ APÓS O PERIODO ELEITORAL DE 2026.	Serviço	UNI	1,00	14.611,40	14.611,40
LOTE: 002 - Lote 002	3	18169	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA DE TENDA COM AS SEGUINTES MEDIDAS APROXIMADAS: 3X3 COM FECHAMENTO LATERAIS COMPLETO E BANCADA FRONTAL, PÉS DE 3M DE ALTURA, COBERTAS COM LONA, E DEVIDA DOCUMENTAÇÃO PARA APROVAÇÃO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DE SEGURANÇA EXIGIDAS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES, E APRESENTAÇÃO DE ART OU RRT. ***A retirada das estruturas deverá ser realizada em até 24 horas após o término do evento, onde o município não se responsabilizará por qualquer dano ou roubo das estruturas. OBS: SOBRE A QUESTÃO DO PAGAMENTO, DEVE CONSTAR NO CONTRATO COM A EMPRESA VENCEDORA, A QUAL DEVE ESTAR CIENTE QUE SOMENTE OCORRERÁ APÓS O PERIODO ELEITORAL DE 2026.	Serviço	UNI	15,00	306,80	4.602,00
LOTE: 002 - Lote 002	4	18170	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM ESTRUTURA, CPO GRADIL ESTRUTURA PROVISÓRIA EM BARRAS REDONDAS, MEDINDO 2,00M DE COMPRIMENTO X 1,30M DE ALTURA, A SER INSTALADO CONFORME CROQUI DA FESTA. ***A retirada das estruturas deverá ser realizada em até 24 horas após o término do evento, onde o município não se responsabilizará por qualquer dano ou roubo das estruturas. OBS: SOBRE A QUESTÃO DO PAGAMENTO, DEVE CONSTAR NO CONTRATO COM A EMPRESA VENCEDORA, A QUAL DEVE ESTAR CIENTE QUE SOMENTE OCORRERÁ APÓS O PERIODO ELEITORAL DE 2026.	Serviço	METRO	300,00	12,90	3.870,00
LOTE: 002 - Lote 002	5	18171	LOCAÇÃO, MONTAGEM/DESMONTAGEM ESTRUTURA, TIPO FECHAMENTO LATERAL CHAPA DE ZINCO: ESTRUTURA PROVISÓRIA PARA FECHAMENTO, LIMITAÇÃO E ISOLAMENTO DE ÁREAS EM CHAPA DE ZINCO, MEDINDO 2,20M DE ALTURA X 2,00M COMPRIMENTO, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, A SER INSTALADO CONFORME CROQUI DA FESTA. ***A retirada das estruturas deverá ser realizada em até 24 horas após o término do evento, onde o município não se responsabilizará por qualquer dano ou roubo das estruturas. OBS: SOBRE A QUESTÃO DO PAGAMENTO, DEVE CONSTAR NO CONTRATO COM A EMPRESA VENCEDORA, A QUAL DEVE ESTAR CIENTE QUE SOMENTE OCORRERÁ APÓS O PERIODO ELEITORAL DE 2026.	Serviço	METRO	300,00	14,20	4.260,00
TOTAL								144.500,00

VALOR TOTAL: *R$ 144.500,00 (Cento e Quarenta e Quatro Mil e Quinhentos Reais)*

VIGÊNCIA: 11/08/2026 a 31/12/2026.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:E9ABD2B4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA CONTRATAÇÃO

Nº PROCESSO	MOD.	Nº LICITAÇÃO	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR	CONTRATADA
86/2026	IN	12	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE WORKSHOP DE CAPACITAÇÃO EM ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL COM O ARQUITETO E URBANISTA RICARDO TEMPEL MESQUITA, DESTINADO À QUALIFICAÇÃO DOS	30/07/2026	06 MESES	R$ 3.800,00	RICARDO TEMPEL MESQUITA ARQUITETURA E URBANISMO - CNPJ 64.727.195/0001-59

			SERVIDORES MUNICIPAIS E PROFISSIONAIS DA REDE DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA				

Publicado por:
Pamella Guerreiro
Código Identificador:25277589

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.314 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 11.314 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre autorização para Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 147.734,15 (cento e quarenta e sete mil setecentos e trinta e quatro reais e quinze centavos). Autorizado pela Lei n°. 4.062 de 11 de agosto de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir "**CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR",** nas Dotações Orçamentárias abaixo especificadas:

08. – SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
003. DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
2.062. Manter e Conservar Vias e Logradouros Públicos	
3.3.90.30.00.00.1065 MATERIAL DE CONSUMO	59.500,00
10. – SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
003. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
2.095. Manter os Benefícios Eventuais – PSB	
3.3.90.32.00.00.1000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	46.734,15
3.3.90.32.00.00.3000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
3.3.90.48.00.00.1000 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	5.000,00
13. – SEC. MUL. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
004. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE – FUNDO DE MEIO AMBIENTE	
2.119. Manter o Departamento de Meio Ambiente	
3.3.90.39.00.00.1004 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	16.500,00

Art. 2° - Os recursos para abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata esta lei serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

09. – SEC. MUL. DE OBRAS E URBANISMO	
002. DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS	
1.006. Recuperar, recapear e pavimentar ruas do Município	
4.4.90.51.00.00.1065 OBRAS E INSTALAÇÕES	30.000,00
10. - SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
001. GABINETE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.075. Manter o Gabinete da Secretaria de Assistência Social	
3.3.90.14.00.00.1000 DIÁRIAS – CIVIL	3.000,00
3.3.90.30.00.00.1000 MATERIAL DE CONSUMO	2.163,15
3.3.90.33.00.00.1000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.500,00
3.3.90.36.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
3.3.90.39.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
3.3.90.40.00.00.1000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	1.000,00
6.001. Manter o Conselho Tutelar	
4.4.90.52.00.00.1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.386,00
002. DEPARTAMENTO ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.076. Manter o Fundo Municipal de Assistência Social	
3.3.90.14.00.00.1000 DIÁRIAS – CIVIL	1.000,00
3.3.90.30.00.00.1000 MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
3.3.90.33.00.00.1000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.000,00
3.3.90.36.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
003. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
2.081. Manter Serviço Idoso em Abrigo - PSE - AC	
3.3.50.43.00.00.3000 SUBVENÇÕES SOCIAIS	20.000,00
2.088. Manter o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família - PAEFI - CREAS	
3.3.90.14.00.00.1000 DIÁRIAS – CIVIL	1.000,00
2.194. Manter o Departamento de Vigilância Socioassistencial - SUAS	
3.3.90.30.00.00.1000 MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
3.3.90.39.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
4.4.90.52.00.00.1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
2.204. Manter o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	
3.3.90.30.00.00.1000 MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
3.3.90.39.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
004. FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA	
6.004. Manter o Serviço de Atendimento de Medida Sócioeducativa em Meio Aberto	
3.3.90.33.00.00.1000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.200,00
6.005. Manter a Casa Lar	
4.4.90.52.00.00.1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.485,00

6.009. Manter o Serviço de Acolhimento Familiar	
3.3.90.30.00.00.1000 MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
3.3.90.36.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
3.3.90.39.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.300,00
3.3.90.48.00.00.1000 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	2.000,00
4.4.90.52.00.00.1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	700,00
13. - SEC. MUL. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
004. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - FUNDO DE MEIO AMBIENTE	
2.121. Manter Fundos de Vale	
3.3.90.30.00.00.1065 MATERIAL DE CONSUMO	17.000,00
3.3.90.39.00.00.1065 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.500,00
3.3.90.39.00.00.1004 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.500,00
4.4.90.51.00.00.1004 OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00

Art. 3° - Fica acrescentada no Anexo – Programas Finalísticos – Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 3.990 de 27 de novembro de 2025, e suas alterações, nos Programas descritos abaixo a meta discriminada no artigo 1º desta lei:

PROGRAMA	Acrescentar	Reduzir
0002 – APOIO ADMINISTRATIVO	16.500,00	15.663,15
0021 – SERVICOS URBANOS	59.500,00	
0022 – OBRAS E INFRAESTRUTURAS		30.000,00
0023 – ASSISTENCIA SOCIAL	71.734,15	56.071,00
0032 – MEIO AMBIENTE		46.000,00

Art. 4° - Fica acrescentada no Anexo I – Das Metas e Prioridades da Administração Municipal – Lei de Diretrizes Orçamentárias, previstas no 5º da Lei Municipal nº. 3.991 de 27 de novembro de 2025, e suas alterações, nas ações descritas abaixo a meta discriminada no artigo 1º desta lei:

AÇÃO	Acrescentar	Reduzir
2.062. Manter e Conservar Vias e Logradouros Públicos	59.500,00	
1.006. Recuperar, recapear e pavimentar ruas do Município		30.000,00
2.075. Manter o Gabinete da Secretaria de Assistência Social		15.663,15
2.076. Manter o Fundo Municipal de Assistência Social		6.000,00
2.081. Manter Serviço Idoso em Abrigo - PSE - AC		20.000,00
2.088. Manter o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família - PAEFI - CREAS		1.000,00
2.095. Manter os Benefícios Eventuais - PSB	71.734,15	
2.119. Manter o Departamento de Meio Ambiente	16.500,00	
2.121. Manter Fundos de Vale		46.000,00
2.194. Manter o Departamento de Vigilância Socioassistencial - SUAS		5.000,00
2.204. Manter o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher		3.000,00
6.001. Manter o Conselho Tutelar		1.386,00
6.004. Manter o Serviço de Atendimento de Medida Sócioeducativa em Meio Aberto		1.200,00
6.005. Manter a Casa Lar		2.485,00
6.009. Manter o Serviço de Acolhimento Familiar		16.000,00

Art. 5° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Bráulio Barbosa Ferraz”, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:827A9B6E

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 4.062 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

(PROJETO DE LEI Nº 54/2026 - PMA)

LEI Nº. 4.062 DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre autorização para Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 147.734,15 (cento e quarenta e sete mil setecentos e trinta e quatro reais e quinze centavos).

A Câmara Municipal de Andirá aprovou e eu **EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA**, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir “**CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”,** nas Dotações Orçamentárias abaixo especificadas:

08. – SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
003. DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
2.062. Manter e Conservar Vias e Logradouros Públicos	
3.3.90.30.00.00.1065 MATERIAL DE CONSUMO	59.500,00
10. – SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
003. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
2.095. Manter os Benefícios Eventuais – PSB	
3.3.90.32.00.00.1000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	46.734,15
3.3.90.32.00.00.3000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
3.3.90.48.00.00.1000 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	5.000,00

13. – SEC. MUL. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
004. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE – FUNDO DE MEIO AMBIENTE	
2.119. Manter o Departamento de Meio Ambiente	
3.3.90.39.00.00.1004 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	16.500,00

Art. 2° - Os recursos para abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata esta lei serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

09. – SEC. MUL. DE OBRAS E URBANISMO	
002. DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS	
1.006. Recuperar, recapear e pavimentar ruas do Município	
4.4.90.51.00.00.1065 OBRAS E INSTALAÇÕES	30.000,00
10. - SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
001. GABINETE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.075. Manter o Gabinete da Secretaria de Assistência Social	
3.3.90.14.00.00.1000 DIÁRIAS – CIVIL	3.000,00
3.3.90.30.00.00.1000 MATERIAL DE CONSUMO	2.163,15
3.3.90.33.00.00.1000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.500,00
3.3.90.36.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
3.3.90.39.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
3.3.90.40.00.00.1000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	1.000,00
6.001. Manter o Conselho Tutelar	
4.4.90.52.00.00.1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.386,00
002. DEPARTAMENTO ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.076. Manter o Fundo Municipal de Assistência Social	
3.3.90.14.00.00.1000 DIÁRIAS – CIVIL	1.000,00
3.3.90.30.00.00.1000 MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
3.3.90.33.00.00.1000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.000,00
3.3.90.36.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
003. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
2.081. Manter Serviço Idoso em Abrigo - PSE - AC	
3.3.50.43.00.00.3000 SUBVENÇÕES SOCIAIS	20.000,00
2.088. Manter o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família - PAEFI - CREAS	
3.3.90.14.00.00.1000 DIÁRIAS – CIVIL	1.000,00
2.194. Manter o Departamento de Vigilância Socioassistencial - SUAS	
3.3.90.30.00.00.1000 MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
3.3.90.39.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
4.4.90.52.00.00.1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
2.204. Manter o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher	
3.3.90.30.00.00.1000 MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
3.3.90.39.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
004. FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA	
6.004. Manter o Serviço de Atendimento de Medida Sócioeducativa em Meio Aberto	
3.3.90.33.00.00.1000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.200,00
6.005. Manter a Casa Lar	
4.4.90.52.00.00.1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.485,00
6.009. Manter o Serviço de Acolhimento Familiar	
3.3.90.30.00.00.1000 MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
3.3.90.36.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
3.3.90.39.00.00.1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.300,00
3.3.90.48.00.00.1000 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	2.000,00
4.4.90.52.00.00.1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	700,00
13. - SEC. MUL. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
004. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE - FUNDO DE MEIO AMBIENTE	
2.121. Manter Fundos de Vale	
3.3.90.30.00.00.1065 MATERIAL DE CONSUMO	17.000,00
3.3.90.39.00.00.1065 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.500,00
3.3.90.39.00.00.1004 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.500,00
4.4.90.51.00.00.1004 OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00

Art. 3° - Fica acrescentada no Anexo – Programas Finalísticos – Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 3.990 de 27 de novembro de 2025, e suas alterações, nos Programas descritos abaixo a meta discriminada no artigo 1º desta lei:

PROGRAMA	Acrescentar	Reduzir
0002 – APOIO ADMINISTRATIVO	16.500,00	15.663,15
0021 – SERVICOS URBANOS	59.500,00	
0022 – OBRAS E INFRAESTRUTURAS		30.000,00
0023 – ASSISTENCIA SOCIAL	71.734,15	56.071,00
0032 – MEIO AMBIENTE		46.000,00

Art. 4° - Fica acrescentada no Anexo I – Das Metas e Prioridades da Administração Municipal – Lei de Diretrizes Orçamentárias, previstas no 5º da Lei Municipal nº. 3.991 de 27 de novembro de 2025, e suas alterações, nas ações descritas abaixo a meta discriminada no artigo 1º desta lei:

AÇÃO	Acrescentar	Reduzir
2.062. Manter e Conservar Vias e Logradouros Públicos	59.500,00	
1.006. Recuperar, recapear e pavimentar ruas do Município		30.000,00
2.075. Manter o Gabinete da Secretaria de Assistência Social		15.663,15
2.076. Manter o Fundo Municipal de Assistência Social		6.000,00
2.081. Manter Serviço Idoso em Abrigo - PSE - AC		20.000,00
2.088. Manter o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família - PAEFI - CREAS		1.000,00
2.095. Manter os Benefícios Eventuais - PSB	71.734,15	
2.119. Manter o Departamento de Meio Ambiente	16.500,00	
2.121. Manter Fundos de Vale		46.000,00
2.194. Manter o Departamento de Vigilância Socioassistencial - SUAS		5.000,00
2.204. Manter o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher		3.000,00
6.001. Manter o Conselho Tutelar		1.386,00

6.004. Manter o Serviço de Atendimento de Medida Sócioeducativa em Meio Aberto		1.200,00
6.005. Manter a Casa Lar		2.485,00
6.009. Manter o Serviço de Acolhimento Familiar		16.000,00

Art. 5° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:E8817306

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

GABINETE
LEI Nº 1514/2026

LEI Nº 1514/2026

SÚMULA: "Altera a Tabela 5 do Anexo II da Lei Municipal nº 624, de 03 de maio de 2011, inserida pela Lei Municipal nº 1.487, de 17 de março de 2026, para adequação da tabela remuneratória da carreira de Profissional Especialista – 20 horas aos reajustes gerais concedidos aos servidores públicos municipais."

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA,** Estado do Paraná**, aprovou** e eu PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterada a Tabela 5 do Anexo II da Lei Municipal nº 624, de 03 de maio de 2011, inserida pela Lei Municipal nº 1.487, de 17 de março de 2026, passando a vigorar com os valores constantes do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º A atualização promovida por esta Lei possui natureza exclusivamente declaratória e de consolidação da tabela remuneratória da carreira de Profissional Especialista – 20 horas, destinando-se a compatibilizar os valores constantes da Lei Municipal nº 1.487/2026 com os reajustes gerais concedidos pelo Decreto Municipal nº 08/2026 e pela Lei Municipal nº 1.482/2026.

Art. 3º Esta Lei não importa criação de vantagem funcional, concessão de novo reajuste remuneratório ou aumento de despesa pública, limitando-se à atualização da tabela remuneratória em conformidade com a legislação municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2026, em consonância com o Decreto Municipal nº 08/2026 e com a Lei Municipal nº 1.482/2026.

Art. 5°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 11 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

LEI N.º 624/2011 – QUADRO GERAL							
ANO VIGÊNCIA - 2026							
LEI N.º 1482/2026 – CONCEDE REAJUSTE SALARIAL DE 1,14%							
ANEXO II - TABELA 5							
SALÁRIO MENSAL DOS CARGOS DE **CARREIRA DE PROFISSIONAL ESPECIALISTA**							
SEGUNDO OS NÍVEIS E CLASSES – 20 HORAS							
Classes	**Nível I**	**Nível II**	**Nível III**	**Nível IV**	**Nível V**	**Nível VI**	**Nível VII**
A	2.824,08	3.446,66	4.206,60	5.133,39	6.263,05	7.640,43	9.320,75
B	2.880,55	3.515,98	4.291,32	5.236,09	6.388,85	7.794,45	9.508,17
C	2.938,31	3.586,58	4.377,33	5.341,37	6.517,22	7.951,09	9.699,46
D	2.997,36	3.658,47	4.465,91	5.449,20	6.648,15	8.110,24	9.894,58
E	3.057,69	3.731,61	4.555,76	5.558,08	6.781,64	8.273,27	10.093,52
F	3.119,32	3.807,37	4.646,90	5.669,98	6.917,73	8.438,86	10.296,36
G	3.182,23	3.884,40	4.740,59	5.784,24	7.056,34	8.608,30	10.503,02
H	3.246,40	3.962,70	4.835,58	5.901,03	7.197,57	8.781,62	10.713,55
I	3.311,86	4.042,29	4.933,15	6.019,13	7.342,61	8.957,48	10.927,93
J	3.378,60	4.123,14	5.031,99	6.139,80	7.490,25	9.137,20	11.147,42

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:1CC1B3C1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº13 / 2026, decorrente de PregãoN°5/ 2026 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK (PÃES, BOLOS, BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS, DOCES E SALGADOS DIVERSOS) DESTINADAS AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR .

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **RENAN E. GONZALEZ PAVAM MINIMERCADOS E SERVICOS,** portador do CPF/CNPJ sob nº26.906.789/0001-38, neste ato representada por RENAN EMILE GONZALEZ PAVAM, portador do CPF sob n° 06811974982, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Recomposição (equilíbrio financeiro) com finalidade de reequilíbrio dos Itens conforme abaixo.
Com fundamento da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID.	VALOR ATUAL	VALOR SOLICITADO	VALOR AJUSTADO
1	17	60700	MINI SALGADO FRITO PARA FESTA (RISSOLES, COXINHA DE FRANGO E CARNE, BOLINHA DE QUEIJO, PASTEL E QUIBE) - CENTO	CENTO	43,48	60,00	60,00

BARBOSA FERRAZ, 11 de agosto de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
Renan E. Gonzalez Pavam Minimercados e Servicos
26.906.789/0001-38
RENAN EMILE GONZALEZ PAVAM
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:67442378

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO P.E. 024/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

Tendo em vista o parecer do Pregoeiro e equipe de apoio, e do departamento jurídico, e estando cumpridas todas as exigências do Pregão "Eletrônico" n° 024/2026.

HOMOLOGO E ADJUDICO

O resultado da licitação referente à **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS E FLUÍDOS AUTOMOTIVOS DIVERSOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES, CAMINHÕES E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR**, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	EMPRESAS VENCEDORAS	CNPJ	MARCA	QTDE.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	GRAXA LUBRIFICANTE PARA ROLAMENTOS, DO TIPO GRAFITADA, DESENVOLVIDA PARA OPERAÇÃO EM ALTAS TEMPERATURAS E CONDIÇÕES SEVERAS, FORMULADA À BASE DE ÓLEO MINERAL OU SINTÉTICO, ESPESSANTE ADEQUADO (LÍTIO, COMPLEXO DE LÍTIO OU SIMILAR) E ADITIVAÇÃO COM GRAFITE, GARANTINDO EXCELENTE CAPACIDADE DE CARGA, RESISTÊNCIA À PRESSÃO EXTREMA (EP), PROTEÇÃO CONTRA DESGASTE, OXIDAÇÃO E CORROSÃO. DEVE APRESENTAR ELEVADA ESTABILIDADE MECÂNICA, RESISTÊNCIA À SEPARAÇÃO DE ÓLEO, BOA ADERÊNCIA ÀS SUPERFÍCIES METÁLICAS E RESISTÊNCIA À LAVAGEM POR ÁGUA. FAIXA DE TEMPERATURA DE TRABALHO MÍNIMA DE -10°C ATÉ, NO MÍNIMO, 180°C (OU SUPERIOR), COM PONTO DE GOTA COMPATÍVEL COM APLICAÇÕES DE	J. MARANGONI COMERCIAL - IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	20.649.395/0001-65	SIVA	20	R$ 600,00	R$ 12.000,00

	ALTA TEMPERATURA. CONSISTÊNCIA NLGI 2 OU EQUIVALENTE, ATENDENDO NORMAS TÉCNICAS RECONHECIDAS (COMO ASTM/DIN). PRODUTO FORNECIDO EM EMBALAGEM DE 20 KG.						
2	GRAXA LUBRIFICANTE GRAFITADA DE ALTA PERFORMANCE, INDICADA PARA LUBRIFICAÇÃO DE COMPONENTES SUJEITOS A ELEVADAS CARGAS E CONDIÇÕES SEVERAS DE OPERAÇÃO, COMO PINOS, BUCHAS, ARTICULAÇÕES, CABOS DE AÇO, TRILHOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS EM GERAL, FORMULADA À BASE DE ÓLEOS MINERAIS OU SINTÉTICOS E ESPESSANTE DE CÁLCIO, LÍTIO OU COMPLEXO EQUIVALENTE, CONTENDO NO MÍNIMO 30% DE GRAFITE EM SUA COMPOSIÇÃO. FORNECIDA EM TAMBOR DE 170 KG.	A.J.ZORNITTA COMERCIO DE FILTROS LTDA	13.553.143/0001-72	FALUB	5	R$ 2.900,00	R$ 14.500,00
3	GRAXA LUBRIFICANTE À BASE DE CÁLCIO, GRAFITADA, INDICADA PARA LUBRIFICAÇÃO DE COMPONENTES SUBMETIDOS A CARGAS ELEVADAS E CONDIÇÕES SEVERAS DE OPERAÇÃO, COMO PINOS, BUCHAS, ARTICULAÇÕES E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS EM GERAL, CONTENDO NO MÍNIMO 30% DE GRAFITE EM SUA COMPOSIÇÃO. FORNECIDA EM EMBALAGEM DE 20 KG.	J. MARANGONI COMERCIAL - IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	20.649.395/0001-65	SIVA	20	R$ 500,00	R$ 10.000,00
4	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR DIESEL SAE 10W40, 100% SINTÉTICO, PARA MOTORES DIESEL ASPIRADOS OU TURBOALIMENTADOS, INDICADO PARA VEÍCULOS PESADOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MÁQUINAS, ATENDENDO NO MÍNIMO ÀS CLASSIFICAÇÕES API CI-4 OU SUPERIOR, ACEA E4/E7 OU COMPATÍVEL. EMBALAGEM/BALDE COM 20 LITROS, COM REGISTRO NA ANP.	BONFIM EMPREENDIMENTOS LTDA	46.142.995/0001-26	DEITON	50	R$ 570,00	R$ 28.500,00
5	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR DIESEL SAE 10W40, SEMISSINTÉTICO, INDICADO PARA MOTORES DIESEL ASPIRADOS OU TURBOALIMENTADOS, ATENDENDO NO MÍNIMO ÀS CLASSIFICAÇÕES API CI-4, CH-4 OU SUPERIOR, EMBALAGEM COM 1 LITRO, COM REGISTRO NA ANP.	BONFIM EMPREENDIMENTOS LTDA	46.142.995/0001-26	DEITON	30	R$ 360,00	R$ 10.800,00
6	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR DIESEL SAE 15W40, INDICADO PARA MOTORES DIESEL ASPIRADOS OU TURBOALIMENTADOS, COM CLASSIFICAÇÃO API CI-4 OU SUPERIOR, RECOMENDADO PARA UTILIZAÇÃO EM CAMINHÕES, ÔNIBUS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS. EMBALAGEM/BALDE COM 20 LITROS, COM REGISTRO NA ANP.	BONFIM EMPREENDIMENTOS LTDA	46.142.995/0001-26	DEITON	160	R$ 340,00	R$ 54.400,00
7	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR DIESEL SAE 15W40, INDICADO PARA MOTORES DIESEL ASPIRADOS OU TURBOALIMENTADOS, COM CLASSIFICAÇÃO API CI-4 OU SUPERIOR. EMBALAGEM/BALDE COM 20 LITROS, COM REGISTRO NA ANP.	BONFIM EMPREENDIMENTOS LTDA	46.142.995/0001-26	DEITON	15	R$ 350,00	R$ 5.250,00
8	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR DIESEL SAE 15W40, INDICADO PARA MOTORES DIESEL ASPIRADOS OU TURBOALIMENTADOS, COM CLASSIFICAÇÃO API CI-4 OU SUPERIOR. EMBALAGEM/BALDE COM 20 LITROS, COM REGISTRO NA ANP.	BONFIM EMPREENDIMENTOS LTDA	46.142.995/0001-26	DEITON	25	R$ 350,00	R$ 8.750,00
9	ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRÁULICO TIPO AW 68, MINERAL, COM ADITIVOS ANTIDESGASTE, ANTIOXIDANTE, ANTICORROSIVO E ANTIESPUMANTE, INDICADO PARA SISTEMAS HIDRÁULICOS INDUSTRIAIS, AGRÍCOLAS E EQUIPAMENTOS PESADOS OPERANDO SOB MÉDIA E ALTA PRESSÃO. CLASSIFICAÇÃO ISO VG 68, ATENDENDO NO MÍNIMO ÀS NORMAS DIN 51524 PARTE 2 HLP, ISO 11158 HM OU EQUIVALENTE. FORNECIDO EM BALDE/BOMBONA DE 20 LITROS.	NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA	30.846.202/0001-10	TEXSA	200	R$ 312,00	R$ 62.400,00
10	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SAE 10W30, INDICADO PARA MOTORES DIESEL, SISTEMAS HIDRÁULICOS, TRANSMISSÕES E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E PESADOS, ATENDENDO NO MÍNIMO ÀS CLASSIFICAÇÕES API CI-4, CJ-4 OU SUPERIOR, ACEA E7 E/OU ESPECIFICAÇÃO GL-4 PARA APLICAÇÕES MULTIFUNCIONAIS. EMBALAGEM EM BALDE/BOMBONA DE 20 LITROS.	BONFIM EMPREENDIMENTOS LTDA	46.142.995/0001-26	DEITON	50	R$ 530,00	R$ 26.500,00
11	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL SAE 85W140, MINERAL, COM ADITIVOS DE EXTREMA PRESSÃO (EP), INDICADO PARA CAIXAS DE CÂMBIO, DIFERENCIAIS E ENGRENAGENS HIPÓIDES DE VEÍCULOS LEVES, PESADOS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, API GL-5. ATENDENDO NO MÍNIMO ÀS	NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA	30.846.202/0001-10	TEXSA	30	R$ 460,00	R$ 13.800,00

	ESPECIFICAÇÕES API GL-5, MIL-L-2105D OU EQUIVALENTE. EMBALAGEM EM BALDE/BOMBONA DE 20 LITROS.						
12	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÕES E DIFERENCIAIS SAE 90 API GL-5, MINERAL, COM ADITIVOS DE EXTREMA PRESSÃO (EP), INDICADO PARA CAIXAS DE CÂMBIO, DIFERENCIAIS, REDUTORES E ENGRENAGENS HIPÓIDES. ATENDENDO NO MÍNIMO ÀS ESPECIFICAÇÕES API GL-5, MIL-L-2105D OU EQUIVALENTE. EMBALAGEM EM BALDE/BOMBONA DE 20 LITROS.	NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA	30.846.202/0001-10	TEXSA	15	R$ 430,00	R$ 6.450,00
13	ÓLEO LUBRIFICANTE MONOVISCOSO SAE 50, MINERAL, INDICADO PARA MOTORES DIESEL, TRANSMISSÕES, SISTEMAS HIDRÁULICOS E EQUIPAMENTOS PESADOS QUE EXIJAM LUBRIFICANTE SAE 50. ATENDENDO NO MÍNIMO ÀS CLASSIFICAÇÕES API CF, CF-2, TO-4 OU ESPECIFICAÇÕES EQUIVALENTES. EMBALAGEM EM BALDE/BOMBONA DE 20 LITROS.	BONFIM EMPREENDIMENTOS LTDA	46.142.995/0001-26	DEITON	20	R$ 730,00	R$ 14.600,00
14	ÓLEO LUBRIFICANTE MONOVISCOSO SAE 10W, DE BASE MINERAL, RECOMENDADO PARA USO EM CONVERSORES DE TORQUE, TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS, SISTEMAS HIDRÁULICOS E EQUIPAMENTOS PESADOS FORA DE ESTRADA. DEVE ATENDER, NO MÍNIMO, ÀS ESPECIFICAÇÕES C-4, TO-2 OU EQUIVALENTES. INDICADO PARA ESCAVADEIRAS, TRATORES, MOTO NIVELADORAS, EMPILHADEIRAS E MÁQUINAS PESADAS DA LINHA CATERPILLAR OU EQUIVALENTES. EMBALAGEM EM BALDE OU BOMBONA DE 20 LITROS.	BONFIM EMPREENDIMENTOS LTDA	46.142.995/0001-26	DEITON	80	R$ 400,00	R$ 32.000,00
15	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÕES E DIFERENCIAIS SAE 80W90 API GL-5, MINERAL, COM ADITIVOS DE EXTREMA PRESSÃO (EP), INDICADO PARA CAIXAS DE CÂMBIO, DIFERENCIAIS, REDUTORES E ENGRENAGENS HIPÓIDES. ATENDENDO NO MÍNIMO ÀS ESPECIFICAÇÕES API GL-5, MIL-L-2105D OU EQUIVALENTE. EMBALAGEM EM BALDE/BOMBONA.	NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA	30.846.202/0001-10	TEXSA	30	R$ 395,00	R$ 11.850,00
16	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÕES E DIFERENCIAIS SAE 75W90 API GL-5, SINTÉTICO OU SEMISSINTÉTICO, COM ADITIVOS DE EXTREMA PRESSÃO (EP), INDICADO PARA CAIXAS DE CÂMBIO, DIFERENCIAIS, REDUTORES E ENGRENAGENS HIPÓIDES. ATENDENDO NO MÍNIMO ÀS ESPECIFICAÇÕES API GL-5, MT-1 OU EQUIVALENTES. EMBALAGEM EM BALDE/BOMBONA DE 20 LITROS.	BONFIM EMPREENDIMENTOS LTDA	46.142.995/0001-26	DEITON	15	R$ 1.040,00	R$ 15.600,00
17	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 10W30 TO-4, MINERAL, BALDE COM 20 LITROS, INDICADO PARA TRANSMISSÕES, SISTEMAS HIDRÁULICOS, CONVERSORES DE TORQUE, FREIOS ÚMIDOS E DIFERENCIAIS DE MÁQUINAS, ATENDENDO NO MÍNIMO À ESPECIFICAÇÃO TO-4 E/C-4. EMBALAGEM DE 20 LITROS.	BONFIM EMPREENDIMENTOS LTDA	46.142.995/0001-26	DEITON	15	R$ 530,00	R$ 7.950,00
18	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 50 API CF, TDTO/TO-4, MINERAL, BALDE COM 20 LITROS, INDICADO PARA TRANSMISSÕES POWERSHIFT, CONVERSORES DE TORQUE, DIFERENCIAIS, COMANDOS FINAIS E FREIOS ÚMIDOS DE MÁQUINAS PESADAS E EQUIPAMENTOS FORA DE ESTRADA, ATENDENDO NO MÍNIMO ÀS ESPECIFICAÇÕES TO-4 E/OU C-4. EMBALAGEM BALDE COM 20 LITROS.	BONFIM EMPREENDIMENTOS LTDA	46.142.995/0001-26	DEITON	6	R$ 890,00	R$ 5.340,00
19	ÓLEO LUBRIFICANTE 5W30, 100% SINTÉTICO, ACEA C3, INDICADO PARA MOTORES DIESEL LEVES E UTILITÁRIOS COM OU SEM SISTEMA DPF (FILTRO DE PARTÍCULAS). ATENDENDO NO MÍNIMO ÀS CLASSIFICAÇÕES ACEA C3 E API SN/CF OU SUPERIOR. EMBALAGEM COM 1 LITRO.	NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA	30.846.202/0001-10	TEXSA	250	R$ 39,00	R$ 9.750,00
20	ÓLEO LUBRIFICANTE 5W30, 100% SINTÉTICO, ACEA C3, INDICADO PARA MOTORES DIESEL LEVES, UTILITÁRIOS, VANS E SUVS COM OU SEM SISTEMA DPF (FILTRO DE PARTÍCULAS). ATENDENDO NO MÍNIMO ÀS CLASSIFICAÇÕES ACEA C3 E API SN/CF OU SUPERIOR. EMBALAGEM BALDE COM 20 LITROS.	BONFIM EMPREENDIMENTOS LTDA	46.142.995/0001-26	DEITON	40	R$ 1.045,00	R$ 41.800,00
21	ÓLEO LUBRIFICANTE 5W30, 100% SINTÉTICO, ACEA C2, INDICADO PARA MOTORES DIESEL LEVES, UTILITÁRIOS E VEÍCULOS COM SISTEMA DPF (FILTRO DE PARTÍCULAS). ATENDENDO NO MÍNIMO ÀS CLASSIFICAÇÕES ACEA C2 E API SN/CF OU SUPERIOR. EMBALAGEM COM 1 LITRO.	NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA	30.846.202/0001-10	TEXSA	200	R$ 39,00	R$ 7.800,00
22	ÓLEO LUBRIFICANTE 5W30, 100%	BONFIM EMPREENDIMENTOS LTDA	46.142.995/0001-26	DEITON	30	R$ 1.000,00	R$ 30.000,00

	SINTÉTICO, ACEA C2, INDICADO PARA MOTORES DIESEL LEVES, UTILITÁRIOS E VEÍCULOS EQUIPADOS COM SISTEMA DPF (FILTRO DE PARTÍCULAS). ATENDENDO NO MÍNIMO ÀS CLASSIFICAÇÕES ACEA C2 E API SN/CF OU SUPERIOR. EMBALAGEM BALDE COM 20 LITROS.						
23	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 5W30, API SN OU SUPERIOR, 100% SINTÉTICO, INDICADO PARA MOTORES A GASOLINA, ETANOL, FLEX E GNV. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 (UM) LITRO.	NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA	30.846.202/0001-10	TEXSA	250	R$ 32,00	R$ 8.000,00
24	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 0W20, CLASSIFICAÇÃO API SP OU SUPERIOR, 100% SINTÉTICO, INDICADO PARA MOTORES A GASOLINA, ETANOL, FLEX E GNV, COM ELEVADA PROTEÇÃO CONTRA DESGASTE, PRÉ-IGNIÇÃO (LSPI). ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 (UM) LITRO.	NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA	30.846.202/0001-10	TEXSA	150	R$ 33,00	R$ 4.950,00
25	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 5W20, CLASSIFICAÇÃO API SN, SP OU SUPERIOR, SEMISSINTÉTICO OU 100% SINTÉTICO, INDICADO PARA MOTORES A GASOLINA, ETANOL, FLEX E GNV. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 (UM) LITRO.	NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA	30.846.202/0001-10	TEXSA	120	R$ 39,00	R$ 4.680,00
26	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 5W40, CLASSIFICAÇÃO API SN, SP OU SUPERIOR, 100% SINTÉTICO, INDICADO PARA MOTORES A GASOLINA, ETANOL, FLEX, GNV E DIESEL LEVE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 (UM) LITRO.	NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA	30.846.202/0001-10	TEXSA	32	R$ 34,00	R$ 1.088,00
27	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 15W40, CLASSIFICAÇÃO API SL OU SUPERIOR, MINERAL OU SEMISSINTÉTICO, INDICADO PARA MOTORES A GASOLINA, ETANOL, FLEX E GNV. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 (UM) LITRO.	NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA	30.846.202/0001-10	TEXSA	80	R$ 26,00	R$ 2.080,00
28	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO SAE 75W80, CLASSIFICAÇÃO API GL-4, INDICADO PARA CAIXAS DE CÂMBIO MANUAIS E SISTEMAS DE TRANSMISSÃO QUE EXIJAM LUBRIFICANTE COM ESTA ESPECIFICAÇÃO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 (UM) LITRO.	NEOMARKET AGROBUSINESS LTDA	60.492.418/0001-95	PANTHER	80	R$ 55,60	R$ 4.448,00
29	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO SAE 75W85, CLASSIFICAÇÃO API GL-4 OU GL-5, INDICADO PARA CAIXAS DE CÂMBIO MANUAIS, DIFERENCIAIS E SISTEMAS DE TRANSMISSÃO QUE EXIJAM ESTA VISCOSIDADE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 (UM) LITRO.	NEOMARKET AGROBUSINESS LTDA	60.492.418/0001-95	PANTHER	80	R$ 71,80	R$ 5.744,00
30	ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRÁULICO TIPO ATF, INDICADO PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS, DIREÇÃO HIDRÁULICA E SISTEMAS HIDRÁULICOS QUE EXIJAM FLUIDO ATF. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 (UM) LITRO.	NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA	30.846.202/0001-10	TEXSA	80	R$ 25,00	R$ 2.000,00
31	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA TIPO ATF, ESPECIFICAÇÃO DEXRON VI (DEXRON 6), INDICADO PARA CAIXAS DE CÂMBIO AUTOMÁTICAS E SISTEMAS HIDRÁULICOS QUE EXIJAM ESTA NORMA. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 (UM) LITRO.	NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PECAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA	30.846.202/0001-10	TEXSA	50	R$ 65,00	R$ 3.250,00
32	ADITIVO PARA RADIADOR CONCENTRADO, INDICADO PARA SISTEMAS DE ARREFECIMENTO DE MOTORES AUTOMOTIVOS LEVES E PESADOS, COM AÇÃO ANTICORROSIVA, ANTIOXIDANTE, ANTIESPUMANTE E PROTEÇÃO CONTRA SUPERAQUECIMENTO E CONGELAMENTO. PRODUTO CONCENTRADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 (UM) LITRO.	J. MARANGONI COMERCIAL - IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	20.649.395/0001-65	ORBI	300	R$ 33,21	R$ 9.963,00
33	DESENGRIPANTE LUBRIFICANTE EM SPRAY, INDICADO PARA SOLTAR PEÇAS OXIDADAS, PROTEGER CONTRA FERRUGEM, ELIMINAR UMIDADE E LUBRIFICAR COMPONENTES METÁLICOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM AEROSSOL DE 300 ML, COM VÁLVULA APLICADORA E TUBO EXTENSOR.	DISTRIBUIDORA GRANDE RIO LTDA	04.960.609/0001-63	BR BRASIL	100	R$ 14,00	R$ 1.400,00
34	FLUIDO PARA SISTEMA DE FREIO HIDRÁULICO, CLASSIFICAÇÃO DOT 4, INDICADO PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS, COM ELEVADO PONTO DE EBULIÇÃO, RESISTÊNCIA À UMIDADE E PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500 ML, DEVENDO ATENDER ÀS NORMAS SAE J1703, FMVSS 116 E ISO 4925.	DISTRIBUIDORA GRANDE RIO LTDA	04.960.609/0001-63	RADNAQ	150	R$ 18,97	R$ 2.845,50
35	AGENTE REDUTOR LÍQUIDO AUTOMOTIVO ARLA 32, UTILIZADO EM VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS A DIESEL COM SISTEMA SCR (REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA), PRODUZIDO À	A.J.ZORNITTA COMERCIO DE FILTROS LTDA	13.553.143/0001-72	OXIPUDE	400	R$ 85,00	R$ 34.000,00

	BASE DE UREIA DE ALTA PUREZA E ÁGUA DESMINERALIZADA, ATENDENDO ÀS ESPECIFICAÇÕES DA NORMA ISO 22241. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 20 (VINTE) LITROS, COM LACRE DE SEGURANÇA.						
36	ÓLEO LUBRIFICANTE 2 TEMPOS (2T), INDICADO PARA MOTORES DE ROÇADEIRAS, MOTOSSERRAS, SOPRADORES, PODADORES E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS SIMILARES. PRODUTO DEVE POSSUIR EXCELENTE MISTURA COM GASOLINA E ATENDER ÀS ESPECIFICAÇÕES API TC OU SUPERIOR. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500 ML.	DISTRIBUIDORA GRANDE RIO LTDA	04.960.609/0001-63	PANTHER	300	R$ 27,98	R$ 8.394,00
37	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 0W30, CLASSIFICAÇÃO API SP OU SUPERIOR, 100% SINTÉTICO, INDICADO PARA MOTORES A GASOLINA, ETANOL, FLEX E GNV. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 (UM) LITRO.	NEOMARKET AGROBUSINESS LTDA	60.492.418/0001-95	PANTHER	200	R$ 52,50	R$ 10.500,00
38	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 20W30, INDICADO PARA MOTORES DIESEL, GASOLINA OU EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS QUE EXIJAM ESTA VISCOSIDADE. PRODUTO PODENDO SER MINERAL OU SEMISSINTÉTICO. ACONDICIONADO EM BALDE OU BOMBONA DE 20 (VINTE) LITROS.	BONFIM EMPREENDIMENTOS LTDA	46.142.995/0001-26	DEITON	10	R$ 523,99	R$ 5.239,90
39	LIMPA CONTATO ELÉTRICO E ELETRÔNICO EM SPRAY, INDICADO PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE CONTATOS ELÉTRICOS, COMPONENTES ELETRÔNICOS, PAINÉIS, CONECTORES, CHAVES, RELÉS, PLACAS E CIRCUITOS, COM SECAGEM RÁPIDA E ALTA VOLATILIDADE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM AEROSSOL DE 300 ML, COM VÁLVULA APLICADORA E TUBO EXTENSOR.	NEOMARKET AGROBUSINESS LTDA	60.492.418/0001-95	BR BRASIL	50	R$ 11,10	R$ 555,00
40	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO E DIFERENCIAL SAE 80W90, INDICADO PARA CAIXAS DE CÂMBIO, DIFERENCIAIS E SISTEMAS DE TRANSMISSÃO PESADA QUE EXIJAM LUBRIFICANTE PADRÃO EATON. PRODUTO DEVENDO ATENDER À CLASSIFICAÇÃO API GL-5 OU SUPERIOR. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 (UM) LITRO.	R & C AMORIM SOLUCOES COMERCIAIS LTDA	48.483.406/0001-07	EVORA	80	R$ 44,90	R$ 3.592,00
41	ANTIEMBAÇANTE PARA VIDROS AUTOMOTIVOS, INDICADO PARA PREVENIR O EMBAÇAMENTO EM VIDROS INTERNOS DE VEÍCULOS, COMO PARA-BRISAS, VIDROS LATERAIS E RETROVISORES. PRODUTO DE FÁCIL APLICAÇÃO, COM SECAGEM RÁPIDA E AÇÃO DURADOURA. ACONDICIONADO EM FRASCO DE 60 ML.	A.J.ZORNITTA COMERCIO DE FILTROS LTDA	13.553.143/0001-72	RADNAQ	200	R$ 15,00	R$ 3.000,00
42	FLUIDO LIMPA PARA-BRISA AUTOMOTIVO CONCENTRADO, INDICADO PARA LIMPEZA DO PARA-BRISA E VIDROS AUTOMOTIVOS, AUXILIANDO NA REMOÇÃO DE SUJEIRAS, POEIRA, INSETOS, RESÍDUOS OLEOSOS E MANCHAS. PRODUTO COM SECAGEM RÁPIDA E AÇÃO DESENGORDURANTE. ACONDICIONADO EM FRASCO DE 100 ML.	DISTRIBUIDORA GRANDE RIO LTDA	04.960.609/0001-63	RADNAQ	50	R$ 14,99	R$ 749,50
43	ESTOPA DE LIMPEZA CONFECCIONADA EM MALHA COSTURADA, INDICADA PARA USO EM OFICINAS MECÂNICAS, INDÚSTRIAS, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS, PRÓPRIA PARA LIMPEZA DE PEÇAS, MÁQUINAS, FERRAMENTAS, MÃOS E SUPERFÍCIES. FORNECIDA POR QUILOGRAMA (KG).	A.J.ZORNITTA COMERCIO DE FILTROS LTDA	13.553.143/0001-72	ZORNITTA	120	R$ 6,50	R$ 780,00
VALOR TOTAL							**R$ 547.298,90**

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 547.298,90 (quinhentos e quarenta e sete mil, duzentos e noventa e oito reais e noventa centavos).

Boa Vista da Aparecida, em 11/08/2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Panisson Zucco
Código Identificador:A7D42FE9

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO P.E. 025/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

Tendo em vista o parecer do Pregoeiro e equipe de apoio, e do departamento jurídico, e estando cumpridas todas as exigências do Pregão "Eletrônico" n° 025/2026.

HOMOLOGO E ADJUDICO

O resultado da licitação referente à **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO DE CILINDROS EM REGIME DE COMODATO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ DESTE MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR**, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	EMPRESAS CLASSIFICADAS	CNPJ	MARCA	QTDE.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	OXIGÊNIO MEDICINAL GASOSO: GÁS MEDICINAL COMPRIMIDO, COM PUREZA MÍNIMA DE 99% (V/V), INCOLOR, INODORO, INSÍPIDO, NÃO INFLAMÁVEL, NÃO TÓXICO, NÃO CORROSIVO E DE ELEVADO PODER OXIDANTE, DESTINADO À OXIGENOTERAPIA E DEMAIS APLICAÇÕES HOSPITALARES. O PRODUTO DEVERÁ SER FORNECIDO EM CILINDROS DE AÇO COM CAPACIDADE HIDRÁULICA ENTRE 40 E 50 LITROS E CAPACIDADE DE FORNECIMENTO DE GÁS ENTRE 6 M³ E 10 M³, APROPRIADOS PARA GASES MEDICINAIS, ÍNTEGROS, IDENTIFICADOS, LACRADOS, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO E COMPATÍVEIS COM A REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL. O FORNECIMENTO DEVERÁ ATENDER INTEGRALMENTE ÀS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE GASES MEDICINAIS, À RDC ANVISA Nº 69/2008, À RDC ANVISA Nº 658/2022, ÀS NORMAS ABNT NBR 12188, ABNT NBR ISO 7396-1, ABNT NBR 13587, ÀS NORMAS DO INMETRO E ÀS DEMAIS LEGISLAÇÕES VIGENTES APLICÁVEIS AO FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS. O FORNECEDOR DEVERÁ POSSUIR AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE) EXPEDIDA PELA ANVISA, QUANDO EXIGÍVEL PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, BEM COMO TODAS AS LICENÇAS, AUTORIZAÇÕES E REGISTROS NECESSÁRIOS PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE, GARANTINDO A RASTREABILIDADE, A QUALIDADE, A SEGURANÇA E A CONFORMIDADE DO PRODUTO DURANTE O TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E ENTREGA.	OX-AIR GASES LTDA	03.051.739/0001-10	OXIGUAÇU	4000	R$ 30,00	R$ 120.000,00
2	OXIGÊNIO MEDICINAL GASOSO – CILINDRO DE 7 LITROS: OXIGÊNIO MEDICINAL GASOSO COMPRIMIDO, COM PUREZA MÍNIMA DE 99,5% (V/V), INCOLOR, INODORO, INSÍPIDO, NÃO INFLAMÁVEL, NÃO TÓXICO, NÃO CORROSIVO E DE ELEVADO PODER OXIDANTE, DESTINADO À OXIGENOTERAPIA E DEMAIS APLICAÇÕES DE SUPORTE À VIDA. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA FARMACOPEIA BRASILEIRA E ÀS NORMAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) APLICÁVEIS AOS GASES MEDICINAIS. DEVERÁ SER FORNECIDO EM CILINDRO DE AÇO DE 7 LITROS DE CAPACIDADE HIDRÁULICA, PRÓPRIO PARA GASES MEDICINAIS, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO, COM PINTURA E IDENTIFICAÇÃO CONFORME AS NORMAS VIGENTES, LACRE DE SEGURANÇA, RASTREABILIDADE DO LOTE, PRAZO DE VALIDADE, TESTE HIDROSTÁTICO DENTRO DO PERÍODO REGULAMENTAR E PRONTO PARA UTILIZAÇÃO. O CILINDRO DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM VÁLVULA PADRÃO PARA OXIGENOTERAPIA E DESTINADO AO USO EM AMBULÂNCIAS DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR, GARANTINDO SEGURANÇA, MOBILIDADE E AUTONOMIA PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES DURANTE O TRANSPORTE E SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA. O FORNECIMENTO DEVERÁ CONTEMPLAR O CILINDRO CARREGADO COM OXIGÊNIO MEDICINAL E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT, ANVISA E DEMAIS REGULAMENTAÇÕES APLICÁVEIS.	OX-AIR GASES LTDA	03.051.739/0001-10	OXIGUAÇU	95	R$ 135,00	R$ 12.825,00
3	OXIGÊNIO MEDICINAL GASOSO – CILINDRO DE 20 LITROS: OXIGÊNIO MEDICINAL GASOSO COMPRIMIDO, COM PUREZA MÍNIMA DE 99,5% (V/V), INCOLOR, INODORO, INSÍPIDO, NÃO INFLAMÁVEL, NÃO TÓXICO, NÃO CORROSIVO E DE ELEVADO PODER OXIDANTE, DESTINADO À OXIGENOTERAPIA E DEMAIS APLICAÇÕES DE SUPORTE À VIDA. O	OX-AIR GASES LTDA	03.051.739/0001-10	OXIGUAÇU	95	R$ 165,00	R$ 15.675,00

	PRODUTO DEVERÁ ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA FARMACOPEIA BRASILEIRA E ÀS NORMAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) APLICÁVEIS AOS GASES MEDICINAIS. DEVERÁ SER FORNECIDO EM CILINDRO DE AÇO DE 20 LITROS DE CAPACIDADE HIDRÁULICA, PRÓPRIO PARA GASES MEDICINAIS, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO, COM PINTURA E IDENTIFICAÇÃO CONFORME AS NORMAS VIGENTES, LACRE DE SEGURANÇA, RASTREABILIDADE DO LOTE, PRAZO DE VALIDADE, TESTE HIDROSTÁTICO DENTRO DO PERÍODO REGULAMENTAR E PRONTO PARA UTILIZAÇÃO. O CILINDRO DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM VÁLVULA PADRÃO PARA OXIGENOTERAPIA E DESTINADO AO USO EM AMBULÂNCIAS DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR, GARANTINDO SEGURANÇA, MOBILIDADE E AUTONOMIA PARA O ATENDIMENTO DE PACIENTES DURANTE O TRANSPORTE E SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA. O FORNECIMENTO DEVERÁ CONTEMPLAR O CILINDRO CARREGADO COM OXIGÊNIO MEDICINAL E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT, ANVISA E DEMAIS REGULAMENTAÇÕES APLICÁVEIS.						
VALOR TOTAL							**R$ 148.500,00**

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 148.500,00 (cento e quarenta e oito mil e quinhentos reais).

Boa Vista da Aparecida, em 11/08/2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Panisson Zucco
Código Identificador:599707F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA - ELEIÇÃO DE DIRETORES

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07, DE 10 DE AGOSTO DE 2026 – SEMED

Regulamentação do Processo de Escolha das Direções das Instituições de Ensino da Rede Municipal para a Gestão 2027-2029
10 de agosto de 2026

SÚMULA: Instrui sobre o Processo de Escolha das Direções das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, para a gestão 2027-2029, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.045/2026.
O Secretário Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.045/2026, e considerando o disposto na Constituição Federal, na Lei Federal nº 9.394/1996, na Lei Federal nº 14.113/2020 e demais normas aplicáveis, resolve estabelecer as seguintes normas:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece as normas para o Processo de Escolha das Direções das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Boa Vista da Aparecida, observando os princípios da gestão democrática do ensino público, mediante critérios técnicos de mérito e desempenho, associados à consulta à comunidade escolar, nos termos da Lei Municipal nº 1.045/2026.
Art. 2º O processo de escolha das Direções das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil ocorrerá simultaneamente em todas as instituições de ensino da Rede Pública Municipal, para mandato de 03 (três) anos, observadas as normas desta Instrução Normativa e os atos complementares expedidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 3º O processo de escolha será regulamentado, coordenado e supervisionado pela Secretaria Municipal de Educação, e executado pelas Instituições de Ensino da Rede Municipal de Boa Vista da Aparecida, conforme prazos determinados no Cronograma do Processo de Escolha das Direções constante no Anexo I deste documento.
Art. 4º O processo de escolha compreenderá fase prévia de inscrição e habilitação dos candidatos e, sucessivamente, as etapas de avaliação de mérito e desempenho, formação profissional, apresentação e aprovação do Plano de Gestão Escolar e consulta à comunidade escolar, observado o disposto na Lei Municipal nº 1.045/2026.
Parágrafo único. Somente participarão da consulta à comunidade escolar os candidatos aprovados nas etapas de inscrição, avaliação de mérito, formação e aprovação do plano de gestão, sendo que todas as fases possuem caráter eliminatório, observado o disposto na Lei nº 1.045/2026.
Art. 5º A Comissão Central do Processo de Escolha das Direções das Instituições de Ensino será designada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante indicação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos termos do art. 64 da Lei Municipal nº 1.045/2026.

CAPÍTULO II – DAS COMISSÕES
SEÇÃO I – DA COMISSÃO CENTRAL
Art. 6º A Comissão Central do Processo de Escolha das Direções das Instituições de Ensino será formada pelos seguintes membros:
01 (um) representante titular e 01 (um) suplente da Secretaria Municipal de Educação, indicado pelo Secretário;
01 (um) representante titular e 01 (um) suplente dos professores, escolhido entre seus pares;
01 (um) representante titular e 01 (um) suplente dos servidores das escolas, escolhido entre seus pares;
01 (um) representante titular e 01 (um) suplente de pais de alunos das instituições de ensino, escolhido entre seus pares;

01 (um) representante titular e 01 (um) suplente do Conselho Municipal de Educação.
§ 1º A Presidência da Comissão Central do Processo de Escolha das Direções das Instituições de Ensino será exercida por um de seus membros titulares, designado no ato de constituição da Comissão, a quem competirão os encaminhamentos administrativos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos.
§ 2º A Comissão Central do Processo de Escolha das Direções das Instituições de Ensino elegerá entre seus membros o Secretário.
Art. 7º São atribuições da Comissão Central:
coordenar e supervisionar todas as fases do processo de escolha;
acompanhar o processo em todas as Escolas Municipais e CMEIs;
instruir a Comissão Consultiva da Instituição de Ensino; analisar os pedidos de inscrição e documentação;
analisar e homologar as inscrições;
analisar, aprovar e homologar os Planos de Gestão Escolar;
receber as Atas do processo;
analisar e emitir parecer sobre recursos administrativos no prazo de 02 (dois) dias úteis;
divulgar resultados;
encaminhar o resultado final para homologação e exercer outras atribuições previstas na Lei nº 1.045/2026.

SEÇÃO II – DA COMISSÃO CONSULTIVA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO
Art. 8º Fica sob a responsabilidade da atual direção da Instituição de Ensino a constituição da Comissão Consultiva, assim como informar à Comissão Central quanto aos membros escolhidos, sendo que nas instituições em que não houverem candidatos aptos, fica dispensada a referida constituição.
Art. 9º As reuniões para escolha dos membros da Comissão Consultiva deverão ocorrer no período de 12 a 14/08/2026 e devem ser lavradas em ata no livro próprio da Instituição de Ensino.
Art. 10 Cada segmento da comunidade escolar escolherá entre seus pares os membros da Comissão Consultiva, composta por dois titulares e dois suplentes de profissionais do magistério ou servidores, e dois titulares e dois suplentes de pais de aluno ou responsáveis legais, preferencialmente do Conselho Escolar.
§ 1º Por representante legal entende-se pai, mãe ou responsável legal pelos alunos não votantes.
§ 2º A Comissão Consultiva elegerá seu Presidente, que encaminhará a Relação de Membros conforme o Anexo II à Comissão Central até a data de 17/08/2026.
Art. 11 Os representantes para comporem a Comissão Consultiva devem ser escolhidos dentre os servidores públicos estatutários em exercício na Instituição de Ensino.
Art. 12 Os membros da Comissão Consultiva, caso a Comissão Central determine a necessidade, serão dispensados de suas atividades normais nas 24 (vinte e quatro) horas anteriores ao pleito e, antes deste prazo, a atual direção poderá dispensá-los para atividades relativas ao processo.
Art. 13 A Comissão Consultiva da Instituição de Ensino terá as atribuições de:
conduzir o processo no âmbito escolar ou CMEI;
divulgar amplamente à Comunidade Escolar, as normas e critérios relativos ao Processo de Escolha, assim como a data determinada para a votação, por meio de Edital de Divulgação para Escolha das Direções das Instituições de Ensino pela Comunidade Escolar (Anexo III);
publicar editais de divulgação e relação de candidatos;
informar a relação de candidatos registrados após homologação;
verificar nomes para impressão em cédula;
convocar Assembleia Geral para apresentação de Planos de Gestão;
convocar a votação;
credenciar fiscais;
providenciar cédulas, urnas e materiais;
preparar relação de votantes com base no SERE WEB;
designar mesas receptoras até 05/11/2026;
receber impugnações;
lavrar atas e enviar resultados à Comissão Central.
Art. 14 A Comissão Consultiva será responsabilizada administrativamente por atos praticados em desacordo com a legislação a que está subordinada.

CAPÍTULO III – DOS CANDIDATOS E DA INSCRIÇÃO
SEÇÃO I – DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO
Art. 15 Poderão candidatar-se à função de Diretor Escolar os profissionais do quadro efetivo que:
possuam estabilidade no serviço público;
estejam em efetivo exercício;
possuam formação mínima em Curso Normal de Nível Médio (Magistério), Curso Normal Superior, Licenciatura em Pedagogia ou outra Licenciatura reconhecida pelo Ministério da Educação;
possuam experiência mínima de 03 (três) anos na área educacional;
tenham disponibilidade legal de carga horária;
não possuir restrição ao exercício das atribuições inerentes ao cargo de professor nos últimos 2 anos que antecedem a realização do processo de escolha;
não possuir condenação criminal transitada em julgado, nos últimos 02 (dois) anos, incompatível com o exercício da função;
atendam aos critérios de mérito da Lei nº 1.045/2026;
nos casos de recondução, atendam aos requisitos previstos no art. 9º da Lei Municipal nº 1.045/2026, inclusive quanto à regularidade das prestações de contas, ao cumprimento dos prazos para alimentação dos sistemas oficiais da educação e à entrega da documentação escolar exigida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
não possuam restrição ao exercício do cargo e apresentem o Plano de Gestão Escolar.
§ 1º O servidor ocupante de cargo efetivo de 20 (vinte) horas semanais poderá candidatar-se às funções de direção de 20 (vinte) ou de 40 (quarenta) horas semanais, observada a compatibilidade legal.
§ 2º O profissional detentor de dois cargos efetivos de 20 (vinte) horas semanais poderá candidatar-se às funções de direção de 20 (vinte) ou de 40 (quarenta) horas semanais.
§ 3º O profissional detentor de dois cargos efetivos de 20 (vinte) horas semanais poderá participar do processo ainda que um dos vínculos esteja em estágio probatório, desde que possua estabilidade no outro vínculo efetivo.

Art. 16 Nos casos de recondução, o candidato deverá comprovar a regularidade das prestações de contas dos recursos públicos e da APMF, o cumprimento dos prazos nos sistemas oficiais e a regularidade na entrega da documentação escolar exigida.

SEÇÃO II – DAS INSCRIÇÕES

Art. 17 A inscrição do candidato será realizada mediante requerimento protocolado perante a Comissão Consultiva da Instituição de Ensino, sendo que o registro dos candidatos deverá ocorrer até 31/08/2026.

Art. 18 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar o Requerimento de Inscrição conforme Anexo XII, documentos comprobatórios dos requisitos legais, documentação de formação profissional e declaração de disponibilidade.

Art. 19 O número dos candidatos está condicionado ao porte da Instituição de Ensino, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.045/2026.

Art. 20 Havendo algum tipo de impedimento, o candidato inscrito poderá ser substituído até a data de 01/09/2026, após a devida homologação das inscrições.

Art. 21 Encerrado o prazo de inscrição, a Comissão Central publicará edital contendo a lista de candidatos inscritos, habilitados, inabilitados e o respectivo prazo para interposição de recursos.

Art. 22 A impugnação de candidatos deverá ser realizada por meio de Requerimento de Impugnação, conforme Anexo XIII, até a data de 17/09/2026.

CAPÍTULO IV – DA AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO

Art. 23 A avaliação de mérito e desempenho constitui etapa obrigatória do processo de escolha e destina-se à verificação da aptidão técnica e funcional do candidato para o exercício da função de Diretor Escolar, em conformidade com o art. 33 da Lei nº 1.045/2026.

Art. 24 A avaliação observará critérios de experiência profissional, desempenho funcional, regularidade administrativa, participação em formação continuada e histórico funcional, cujas pontuações serão definidas em regulamento próprio da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 25 Será considerado aprovado na avaliação de mérito e desempenho o candidato que atender aos critérios mínimos estabelecidos na Lei nº 1.045/2026 e no regulamento expedido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CAPÍTULO V – DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 26 A Formação Profissional consiste na avaliação da qualificação acadêmica e da formação continuada do candidato, conforme o disposto nos artigos 36 a 39 da Lei nº 1.045/2026.

Art. 27 Serão considerados para fins de pontuação:

Especialização em Gestão Escolar com 40 pontos;

Formação Continuada em Gestão Escolar com 20 pontos;

Especialização na área da Educação com 20 pontos;

Segunda Graduação com 10 pontos;

Cursos de capacitação realizados nos últimos dois anos com carga horária mínima de 16 horas 10 pontos.

Art. 28 Será considerado aprovado o candidato que obtiver pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos nesta etapa.

Art. 29 No ato do preenchimento da Ficha de Formação Profissional, os candidatos deverão apresentar documentos comprobatórios dos itens declarados nos dias 24/08/2026 e 31/08/2026.

CAPÍTULO VI – DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR

Art. 30 O Plano de Gestão Escolar constitui instrumento obrigatório de planejamento estratégico e deverá contemplar diagnóstico institucional, objetivos, metas, ações pedagógicas e administrativas, gestão financeira, indicadores de desempenho e mecanismos de participação.

Art. 31 A entrega do Plano de Gestão Escolar será critério obrigatório e eliminatório e deverá ser realizada até a data de 18/09/2026 para a Comissão Consultiva da Instituição de Ensino.

Art. 32 A análise e conferência para aprovação do Plano de Gestão Escolar será realizada pela Comissão Central e o documento deverá ser validado até a data de 26/09/2026, podendo ser solicitadas adequações formais.

Art. 33 O arquivo com as orientações para elaboração do Plano de Gestão Escolar será disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura através do Anexo XV.

Art. 34 Os candidatos deverão apresentar o Plano de Gestão Escolar para a comunidade escolar em Assembleia Geral que deverá ser realizada no período de 03/11/2026 a 06/11/2026.

CAPÍTULO VII – DA CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35 A consulta à comunidade escolar constitui a etapa final do processo de escolha e será realizada mediante voto direto, secreto, pessoal e facultativo, em conformidade com a Lei nº 1.045/2026.

Art. 36 Somente participarão da consulta os candidatos aprovados em todas as fases anteriores, sendo a relação definitiva publicada após o encerramento do prazo recursal.

Art. 37 A Consulta à Comunidade será realizada no dia 19/11/2026, conduzida pela Comissão Central no âmbito da rede municipal e pela Comissão Consultiva em cada instituição.

SEÇÃO II – DOS ELEITORES

Art. 38 Poderão participar da consulta:

profissionais da educação em exercício na instituição;

pais ou responsáveis legais pelos estudantes matriculados, sendo apenas um voto por família;

alunos regularmente matriculados que tenham completado 16 anos até a data da consulta.

§ 1º Cada eleitor terá direito a apenas um voto, ainda que se enquadre em mais de uma categoria prevista neste artigo.

§ 2º No caso de o servidor ser concomitantemente pai, mãe ou responsável legal por aluno, deverá participar da escolha como servidor e o outro genitor ou detentor da guarda votará como pai, mãe ou responsável legal

§ 3º Fica vedado o voto dos servidores cedidos, em licença sem vencimento, licença especial, licença maternidade ou afastados para tratamento de saúde, bem como a participação por procuração.

§ 4º Não será permitida a participação na escolha por procuração.

Art. 39 O eleitor deverá identificar-se mediante documento oficial com fotografia ou outro documento admitido pela Comissão Central.

SEÇÃO III – DA MESA RECEPTORA

Art. 40 A votação será conduzida por Mesa Receptora designada pela Comissão Central, observada a designação pela Comissão Consultiva até a data de 05/11/2026.

Art. 41 A Mesa Receptora será composta por Presidente, Secretário e Mesário, sendo vedada a participação de parentes de candidatos até o terceiro grau, dos próprios candidatos ou de pessoas que tenham atuado em campanhas.
Art. 42 Compete à Mesa Receptora receber eleitores, conferir identificação, colher assinaturas, receber votos, solucionar dúvidas imediatas, decidir impugnações de votação, lavrar atas e encaminhar urnas para apuração.
Art. 43 Não poderão ausentar-se da Mesa, simultaneamente, o Presidente e o Secretário.
Art. 44 Na ausência temporária do Presidente, o Secretário ocupará suas funções, respondendo pela ordem e regularidade do Processo de Escolha.
Art. 45 Em cada Mesa Receptora haverá uma Listagem de Votantes, organizada pela Comissão Consultiva, com prazo final para elaboração em 05/11/2026.
Art. 46 A Mesa Receptora será instalada em local adequado, de forma a assegurar a privacidade e o voto secreto ao votante.
Art. 47 Somente poderão permanecer no recinto destinado à Mesa Receptora os seus membros e os fiscais, sendo permitida a permanência do votante apenas durante o tempo de votação.
Art. 48 Na relação dos candidatos concorrentes ao pleito deverá constar o nome, o número e o apelido dos candidatos, que deverá ser colocada em local visível próxima à Mesa Receptora.
Art. 49 Caberá ao Presidente da Mesa assegurar a ordem e o direito à liberdade de escolha do votante e, ao Presidente da Comissão Consultiva assegurar a ordem em toda a Instituição de Ensino.

SEÇÃO IV – DA VOTAÇÃO
Art. 50 A votação será realizada por meio de cédula oficial carimbada e rubricada, conforme Anexo XVI, ou outro sistema previamente autorizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 51 As cédulas deverão conter o nome dos candidatos, a identificação da instituição de ensino e o espaço destinado à manifestação do voto.
Art. 52 Após a identificação, o votante assinará a lista e receberá a cédula oficial, sendo estritamente proibido fotografar, filmar ou obter qualquer tipo de imagem do próprio voto.
Art. 53 Os trabalhos da Mesa Receptora terão início às 8h e término às 16h, sem intervalo para almoço, exceto nas Escolas do Campo José do Patrocínio, Nilton Ronchini e Olavo Bilac, onde o horário será das 13h30min às 16h45min.
Art. 54 Ao encerrar o horário programado para votação, o Presidente da Mesa Receptora distribuirá as senhas aos presentes, habilitando-os a votar.
Art. 55 Para validar o Processo de Escolha é obrigatória a participação de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) do total de votantes da Instituição, sendo considerado vencedor o candidato que obtiver o maior resultado apurado conforme a fórmula estabelecida no artigo 57 desta instrução normativa.
Art. 56 Poderá votar o responsável legal que estiver na lista de alunos não votantes, de acordo com o Sistema Estadual de Registro Escolar - SERE.
§ 1º Serão considerados inválidos os votos brancos e nulos, exceto no caso de candidatura única, quando serão computados como válidos os votos em branco, exclusivamente para efeito de quórum.
§ 2º Em casos de dúvida, a Mesa Receptora tomará o voto em separado,recolhendo-o em envelope, que será devidamente fechado e depositado na urnacom registro em ata, para posterior apreciação pela Mesa Escrutinadora.
Art. 57 Os votos serão apurados obedecendo a seguinte fórmula:
V(X) . 100%

V V
Sendo que:
V(X) = total de votos alcançados pelo candidato
V V = número total de votos válidos

Art. 58 Os trabalhos da Mesa Receptora serão lavrados em Ata de Finalização do Processo de Escolha.

SEÇÃO V – DA ESCRUTINAÇÃO E APURAÇÃO
Art. 59 Encerrada a votação, a Mesa Receptora procederá imediatamente à apuração dos votos em sessão pública e ininterrupta no mesmo local da votação.
Art. 60 A Mesa Escrutinadora verificará se o número de assinaturas coincide com o número de cédulas, sendo que a não coincidência poderá constituir motivo de anulação da urna.
Art. 61 Se a Mesa Escrutinadora concluir que a irregularidade resultou de fraude, anulará a urna e encaminhará relatório circunstanciado à Comissão Central para decisão.
Art. 62 As cédulas serão examinadas e lidas em voz alta por um dos componentes da Mesa.
Art. 63 Após fazer a declaração do voto branco ou nulo, será imediatamente escrito na cédula, com caneta de tinta vermelha, a expressão correspondente.
Art. 64 Serão nulos os votos:
registrados em cédulas não oficiais;
em células oficias sem carimbo ou rubrica;
preenchidas de forma duvidosa ou que contenham identificação do votante.
Art. 65 Concluídos os trabalhos, os resultados serão lavrados em Ata de Escrutinação conforme o Anexo XVII, contendo todos os dados quantitativos e eventuais ocorrências.
Art. 66 A Comissão Consultiva deverá verificar a documentação, decidir sobre irregularidades, registrar o resultado no Mapa de Apuração e encaminhar tudo à Comissão Central até 23/11/2026.
Art. 67 Recebida à documentação das Mesas de Escrutinação, a ComissãoConsultiva deverá:
verificar toda a documentação;
verificar se a contagem dos votos está correta, procedendo à recontagemdos votos, se constatado algum erro;
decidir quanto às irregularidades registradas em ata;
registrar no Mapa de Apuração com o Resultado Final (Anexo XVIII), a soma dos votos alcançados pelos candidatos, bem como a soma dosvotos brancos;
apurar e divulgar o resultado final de cada candidato, com o respectivopercentual alcançado de cada um deles;
encaminhar a Comissão Central as atas de votação, de escrutinação e o mapade apuração com o resultado final, cujas cópias serão arquivadas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

SEÇÃO VI – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
Art. 68 Ocorrendo empate na votação, serão observados sucessivamente:
maior pontuação na avaliação de mérito;

a maior pontuação na formação profissional;
o maior tempo de exercício na rede municipal;
maior idade.

SEÇÃO VII – DA HOMOLOGAÇÃO

Art. 69 Encerrada a apuração e decididos os recursos, a Comissão Central encaminhará o resultado final à Secretaria Municipal de Educação e Cultura para homologação até 30/11/2026.

Art. 70 Homologado o resultado, o processo será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para nomeação dos Diretores mediante decreto até a data de 04/12/2026.

Art. 71 A Comissão Central poderá anular o processo quando comprovada fraude ou irregularidade grave, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO VIII – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

Art. 72 As impugnações e os recursos não terão efeito suspensivo quanto à realização do Processo de Escolha.

Art. 73 Dos atos praticados caberá recurso administrativo dirigido à Comissão Central no prazo de 02 (dois) dias úteis.

Art. 74 O recurso deverá conter a identificação do recorrente, exposição dos fatos, fundamentos e o pedido correspondente.

Art. 75 Só serão recebidos os recursos que estiverem devidamente instruídos com documentos comprobatórios.

Art. 76 Todos os pareceres emitidos deverão ser circunstanciados e fundamentados na legislação municipal e nesta Instrução Normativa.

Art. 77 A Comissão Central decidirá os recursos de forma fundamentada, encerrando-se a instância administrativa com sua decisão.

Art. 78 Da divulgação do resultado final caberá recurso administrativo à Comissão Central, observado o disposto nos arts. 73 a 75 desta Instrução Normativa, sendo sua decisão definitiva na esfera administrativa nos termos do art. 77.

Art. 79 O candidato que se sentir prejudicado poderá interpor recurso imediatamente após a divulgação do resultado perante a Comissão Central até 23/11/2026.

CAPÍTULO IX – DA PROPAGANDA

Art. 80 Só será permitida a propaganda dos candidatos após a validação do Plano de Gestão Escolar, com início em 28/09/2026 e término em 31/10/2026.

Art. 81 Poderão ser realizadas até duas Assembleias para apresentação dos Planos de Gestão no período de 03/11/2026 a 06/11/2026.

Art. 82 A entrega do resumo do Plano de Ação aos pais e profissionais será permitida somente durante o período de campanha, facultando-se a realização de debates.

Art. 83 A propaganda em sala de aula deverá ser realizada apenas uma vez por candidato em cada turma, não excedendo 10 minutos e sem uso de aparelhos eletrônicos.

Art. 84 É proibida a propaganda que implique promessa de vantagem financeira, perturbe o sossego público, calunie envolvidos, utilize meios de manipulação emocional ou use vestuário com propaganda.

Art. 85 A propaganda irreal ou pessoal contra concorrentes será suspensa pela Comissão Consultiva com comunicação imediata à Comissão Central.

Art. 86 No dia da consulta a comunidade, é vedada a aglomeração de pessoas com materiais de campanha num raio de 100 metros, o uso de propaganda por mesários, o uso de som, o aliciamento de votantes e o transporte de eleitores por candidatos.

Art. 87 Os fiscais deverão estar identificados apenas com crachá constando nome e número do candidato, sendo proibida qualquer outra manifestação.

Art. 88 A retirada de toda propaganda eleitoral da Instituição de Ensino deverá ocorrer até a data de 13/11/2026.

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 89 O candidato deverá afastar-se de suas atividades na instituição onde concorre nas 24 horas que antecedem a consulta/votação, exceto em casos de candidatura única.

Art. 90 Em caso de candidatura única, o candidato será eleito se obtiver maioria absoluta dos votos válidos, caso contrário, aplicar-se-á a designação excepcional da Lei nº 1.045/2026.

Art. 91 Os eleitos deverão ser nomeados oficialmente mediante decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 92 A Comissão Central poderá designar membros para acompanhar presencialmente os processos de votação ou escrutinação onde julgar necessário.

Art. 93 Não poderão compor as comissões ou mesas o candidato, seu cônjuge ou parentes até o terceiro grau, nem os atuais ocupantes da função de Diretor.

Art. 94 É vedado qualquer tipo de manifestação de apreço ou desapreço aos candidatos pelos membros das comissões e componentes das mesas.

Art. 95 O candidato escolhido deverá apresentar Declaração de não estar em Acúmulo de Cargo no momento da nomeação oficial.

Art. 96 A documentação dos candidatos eleitos ficará arquivada na Secretaria Municipal de Educação durante todo o período do mandato.

Art. 97 O servidor envolvido no processo responderá administrativamente por atos praticados em desacordo com a legislação vigente.

Art. 98 A Secretária Municipal de Educação dará exercício aos candidatos escolhidos após a publicação da nomeação no Diário Oficial.

Art. 99 A anulação total ou parcial da consulta observará o disposto no art. 63 da Lei Municipal nº 1.045/2026, competindo à Comissão Central a respectiva decisão, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de consulta à Assessoria Jurídica Municipal quando necessária.

Art. 100 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Central, observadas as disposições da Lei nº 1.045/2026 e os princípios da Administração Pública.

Art. 101 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista da Aparecida, 10 de agosto de 2026.

NILSON RENE VICENTE
Secretário(a) Municipal de Educação
DOE – 03/01/2025

ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ESCOLHA DAS DIREÇÕES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL

O presente cronograma estabelece as etapas, prazos e responsabilidades para o processo de escolha das direções das instituições de ensino da rede municipal para o exercício de 2026, devendo ser rigorosamente observado por todos os envolvidos.

DATA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
10/08/2026	Designação da Comissão Central	Secretária Municipal de Educação e Cultura
11/08/2026	Divulgação do Processo de Escolha das Direções das Instituições de Ensino da Rede Municipal.	Comissão Central
12/08 a 14/08/2026	Reuniões com os segmentos da Comunidade Escolar para escolha dos membros da Comissão Consultiva, conforme anexo.	Diretor da Instituição de Ensino
17/08/2026	Prazo Final para encaminhamento à Comissão Central a composição da Comissão Consultiva.	Diretor da Instituição de Ensino
18/08/2026	Divulgação do Processo de Escolha	Comissão Consultiva
29/08/2026	Período de realização do Curso de Gestão Escolar.	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
24/08 e 31/08/2026	Prazo para apresentação dos documentos referentes a Formação Profissional.	Comissão Consultiva e Central
28/08 e 31/08/2026	Prazo final para registro das candidaturas	Comissão Consultiva
01/09/2026	Prazo final para substituição de nomes	Comissão Consultiva
02/09/2026	Divulgação dos Inscritos	Comissão Consultiva
04/09/2026	Prazo para impugnação da substituição de membros	Comissão Consultiva
08/09/2026	Prazo para a Comissão Consultiva se manifestar e intimar as partes	Comissão Consultiva
09/09/2026	Prazo para recurso perante a Comissão Central/SEMED	Comissão Consultiva
10/09/2026	Prazo para a Comissão Central se Manifestar e intimar as partes.	Comissão Consultiva
11/09/2026	Homologação e Divulgação dos registros.	Comissão Central
14/09/2026	Divulgação do Edital de votação	Comissão Consultiva
17/09/2026	Último prazo para recebimento dos pedidos de impugnação contra os concorrentes, conforme anexo (efeito devolutivo).	Comissão Consultiva
18/09/2026	Prazo para Comissão Consultiva se manifestar e intimar as partes da decisão.	Comissão Consultiva
18/09/2026	Prazo limite para Comissão Consultiva encaminhar Planos de Gestão Escolar para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	Comissão Consultiva
21/09/2026	Prazo para recurso perante a Comissão Central	Comissão Central (SEMED)
22/09/2026	Prazo para a Comissão Central se manifestar e intimar os interessados	Comissão Central
22/09/2026	Prazo para recurso perante a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Comissão Central.	SEMED/ Comissão Central/ Assessoria Jurídica
24/09/2026	Prazo para a SEMED se manifestar e devolver à Comissão Central para intimação dos interessados.	SEMED/ Assessoria Jurídica
26/09/2026	Prazo limite para análise e validação dos Planos de Gestão Escolar	Comissão Central/ SEMED
28/09 a 31/10/2026	Período para Propaganda Eleitoral.	Candidatos Inscritos
03/11 a 06/11	Período para realização das Assembleias com a Comunidade Escolar para apresentação das propostas de trabalho dos concorrentes e visitas as salas de aula.	Comissão Consultiva
05/11/2026	Prazo final para elaboração das listagens dos votantes.	Comissão Consultiva e Comissão Central
05/11/2026	Prazo final para designação e credenciamento dos membros das Mesas Receptoras e Escrutinadoras.	Comissão Consultiva
05/11/2026	Prazo final para credenciamento dos fiscais dos candidatos - conforme anexo.	Comissão Consultiva
13/11/2026	Retirada de toda propaganda eleitoral da Instituição de Ensino.	Comissão Consultiva
19/11/2026	Votação. Escrutinação. Divulgação do resultado.	Comissão Consultiva. Comissão Central.
23/11/2026	Prazo final para o encaminhamento a Comissão Central das atas e dos mapas com o resultado do Processo de Eleição, excetuando-se os casos de recurso.	Comissão Consultiva
23/11/2026	Prazo para recurso junto a Comissão Consultiva, Comissão Central e SEMED.	Comissão Consultiva, Comissão Central e SEMED.
24/11/2026	Encaminhamento, via ofício, da listagem dos eleitos à comissão Central/SEMED, excetuados os casos de recurso.	Comissão Consultiva
26/11/2026	Prazo final para a Comissão Consultiva julgar os recursos recebidos e intimar os interessados	Comissão Consultiva
27/11/2026	Prazo final para encaminhar os recursos contra o resultado a Comissão Central/SEMED.	Comissão Consultiva
30/11/2026	SEMED/ Comissão Central se manifestam e intima interessados da decisão final.	SEMED/Comissão Central/ Assessoria Jurídica
04/12/2026	Prazo final, para encaminhamento ao Prefeito Municipal, da listagem final, para nomeação da função, mediante decreto.	Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Nota: Os prazos estabelecidos neste cronograma são peremptórios. Eventuais alterações por motivo de força maior serão comunicadas oficialmente pela Comissão Central.

ANEXO II - RELAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO CONSULTIVA

_____ Diretor (a) da Instituição de Ensino _____, observadas as formalidades previstas na Legislação Municipal e pela Instrução Normativa nº **07/2026** que dispõe sobre o processo de escolha das Direções das Instituições de Ensino da Rede Municipal, **comunica** que foram escolhidos os membros da Comissão Consultiva, conforme abaixo descrito:

NOME	RG	SEGMENTO

_____,_/__/2026.

_____
Diretor(a)

ANEXO III

EDITAL DE DIVULGAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE BOA VISTA DA APARECIDA

Edital de Divulgação para a Escolha das Direções das Instituições de Ensino.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do Presidente da Comissão Central **COMUNICA** à Comunidade Escolar das Instituições de Ensino da Rede Municipal, que foi designado **o dia 19 de NOVEMBRO de 2026 para a escolha das Direções das Instituições de ensino da rede Municipal** mediante voto direto, secreto, sendo facultativo aos segmentos não governamentais e obrigatório aos professores e funcionários das Escolas e Centros de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Boa Vista da Aparecida.

Presidente da Comissão Central

ANEXO IV
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS

Instituição de Ensino: _____

NOME DO CANDIDATO	APELIDO DO CANDIDATO

NOME DO CANDIDATO	APELIDO DO CANDIDATO

NOME DO CANDIDATO	APELIDO DO CANDIDATO

NOME DO CANDIDATO	APELIDO DO CANDIDATO

NOME DO CANDIDATO	APELIDO DO CANDIDATO

_____
Comissão Central

ANEXO V
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Instituição de Ensino: _____

NOME DO CANDIDATO	APELIDO DO CANDIDATO

NOME DO CANDIDATO	APELIDO DO CANDIDATO

NOME DO CANDIDATO	APELIDO DO CANDIDATO

NOME DO CANDIDATO	APELIDO DO CANDIDATO

_____
Comissão Central

ANEXO VI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Edital de Convocação do Processo de Escolha das Direções das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Ensino

Nome da Instituição de Ensino:_____

O Presidente da Comissão Consultiva, por este instrumento, afixado na forma e prazo determinados, vem convocar a Comunidade Escolar composta de: Professores, Funcionários, Pais, Mães ou Responsáveis por aluno menor de 16 (dezesseis) anos, e os alunos com no mínimo 16 (dezesseis) anos completos para, mediante voto direto, secreto e facultativo para os segmentos não governamentais e obrigatório para professores e funcionários, proceder à escolha da Direção do Centro de Educação Infantil /Escola_, no dia 19 de novembro de 2026, no período das _____ horas às _____ horas na instituição de ensino.

Boa Vista da Aparecida, .../...../2026.

_____
Presidente da Comissão Consultiva

ANEXO VII

CREDENCIAMENTO DE FISCAIS

Nome da Instituição de Ensino:_____

NOME DO FISCAL	NOME DO CANDIDATO
NOME DO FISCAL	CANDIDATO
NOME DO FISCAL	CANDIDATO

_____, _____/_____/2026.

_____

Comissão Consultiva

ANEXO VIII
RELAÇÃO DE PROFESSORES, EQUIPE PEDAGÓGICA E FUNCIONÁRIOS VOTANTES

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: _____

MUNICÍPIO: MESA Nº _____

NOME DO VOTANTE	ASSINATURA

	INSCRITOS	COMPARECERAM
SUBTOTAL: VOTANTES DA PÁGINA		
TOTAL DE VOTANTES		

ANEXO IX
DESIGNAÇÃO E CREDENCIAMENTO DOS MEMBROS DAS MESAS RECEPTORAS

Nome da instituição de Ensino:_____

O Presidente da Comissão Consultiva, no uso de suas atribuições, por este instrumento, designa e credencia:_____

para comporem a Mesa Receptora n.º_____.

_____, _____/____/2026.

_____
Presidente da Comissão Consultiva

ANEXO X

DESIGNAÇÃO E CREDENCIAMENTO DOS MEMBROS DAS MESAS ESCRUTINADORAS

Nome da Instituição de Ensino: _____ O Presidente da Comissão Consultiva, no uso de suas atribuições, por este instrumento, designa e credencia:_____

para comporem a Mesa Escrutinadora n.º_____.

_____, ___/___/2026.

_____
Presidente da Comissão Consultiva

ANEXO XI
REQUERIMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATO

REQUERENTE
Nome:_____RG_____
Função: Instituição de Ensino:_____
Município: Data: Hora
Impugnação contra o candidato_____
Dos fatos:_____

Das causas da inelegibilidade:_____

Do fundamento jurídico:_____

Do pedido
Isto posto, é a presente para requerer a Impugnação do candidato _____

Local/Data:

_____
Requerente

ANEXO XII
ATA DE FINALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA

Nome da instituição de ensino: _____
Município:_____Mesa nº _____
NRE:

Aos dias do mês de _____ de 2026, reuniram-se os componentes da Mesa Receptora de votos acima referida.

Integraram a Mesa os seguintes Membros

_____

Houve substituições?

_____

Quais as nomeações feitas?

_____

Número (por extenso) dos votantes da Mesa que compareceram e votaram

_____

Houve votos em separado?

_____

Ocorrências
Escrever aqui o inteiro teor da decisão proferida em caso de dúvidas, problemas ou acontecimentos ocorridos durante a votação. Nas folhas de votação há rasuras, emendas ou entrelinhas? Esta Ata tem rasuras, emendas ou entrelinhas?

Assinatura dos Mesários
_____
_____

Obs.: Na falta de espaço, utilizar o verso, não esquecendo de colocar as assinaturas dos Mesários.

ANEXO XIII
REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO

Ilmº Sr. Presidente da Comissão Consultiva do Centro de Educação Infantil/Escola Municipal _____ eu, _____, venho à presença de Vossa Senhoria REQUERER a inscrição para concorrer no Processo de Escolha da Direção do Centro Municipal de Educação Infantil/Escola Municipal _____, em conformidade com a Legislação Municipal e pela e Instrução Normativa nº 07/2026.

Boa Vista da Aparecida, _____ de_____ de 2026.

_____
Candidato a diretor

DADOS CADASTRAIS DO CANDIDATO A DIRETOR
1 – Identificação
Nome do candidato_____apelido_____CPF_____RG_____UF_____Endereço: Rua_____n° _____Bairro_____Cidade_____Estado_____CEP_____ Telefone _____e-mail _____

2 - Situação Funcional
Vínculo carga horária
Instituição de Ensino de atuação
Período de suprimento na Instituição de Ensino em que se candidata :
Sofreu penalidade administrativa? ( ) Sim ( ) Não - Anexar declaração do RH
Cumpriu pena criminal? ( ) Sim ( ) Não - Anexar Certidão Negativa de Antecedentes Criminais
Apresenta nos últimos 2 anos faltas sem justificativas ( ) sim ( ) não - Anexar declaração do RH
Apresenta advertência administrativa nos últimos 2 anos ( ) sim ( ) não - Anexar declaração do RH

3 – Formação
Graduação_____
Nome do Curso_____
Local_____
Ano de conclusão_____

Declaro que as informações prestadas acima são verdadeiras. Estou ciente dos critérios estabelecidos na legislação pertinente e apresento a documentação exigida.

Local/Data:

_____
Assinatura

ANEXO XIV

FICHA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Nome do candidato_____CPF_____RG_____UF_____Endereço: Rua_____n° _____Bairro _____Cidade_____Estado_____CEP_____ Telefone _____e-mail _____

Formação	Pontuação máxima	Pontuação obtida
I – Especialização em Gestão Escolar	40 pontos	
II – Formação Continuada em Gestão Escolar	20 pontos	
III – Especialização na área da Educação	20 pontos	
IV – Segunda Graduação	10 pontos	

V – Cursos de capacitação realizados nos últimos 2 (dois) anos, com carga horária mínima de 16 horas	10 pontos	
Total:		

Data: _____

Assinatura Comissão Central: _____

ANEXO XV

PLANO DE GESTÃO ESCOLAR
PROCESSO DE ESCOLHA DAS DIREÇÕES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL – 2027/2029
NOME DO CANDIDATO
INSTITUIÇÃO DE ENSINO

PLANO DE GESTÃO

MUNICÍPIO
ANO

I – Dados de Identificação
Nome:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Instituição que atua:

II – Dados da Instituição
Breve relato sobre a instituição, níveis, etapas e modalidades, número de alunos, proposta pedagógica.

III – Apresentação
Apresentação dos candidatos, dados acadêmicos e experiência profissional.

IV – Objetivos
Objetivos que pretende atingir quanto à gestão educacional da instituição.

V – Justificativa
Justificar o porquê do interesse em ser diretor
.

VII – Eixos de trabalho:
A – Gestão Pedagógica
Metas quanto às etapas e modalidades da Educação Básica, resultados da aprendizagem, evasão, reprovação, proposta pedagógica, conselho de classe e acompanhamento aos alunos e professores.

Meta	Estratégias	Prazo
O que quer atingir.	Quais ações serão realizadas para atingir a meta.	- Curto; - Médio; - Longo; - Ação contínua ou; - Definir o mês/ano.

B – Gestão Administrativa
Metas em relação aos professores e servidores, espaço físico, horário de funcionamento – recursos humanos e físicos.

Meta	Estratégias	Prazo
O que quer atingir.	Quais ações serão realizadas para atingir a meta.	- Curto; - Médio; - Longo; - Ação contínua ou; - Definir o mês/ano.

C – Gestão Financeira
Metas quanto a aplicação dos Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola, Recursos Próprios da Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMFs e outros recursos que a Instituição de Ensino receba.

Meta	Estratégias	Prazo
O que quer atingir.	Quais ações serão realizadas para atingir a meta.	- Curto; - Médio; - Longo; - Ação contínua ou; - Definir o mês/ano.

D – Gestão das Instâncias Colegiadas e Comunidade
Metas quanto a articulação com o Conselho Escolar, APMFs e Comunidade Escolar.

Meta	Estratégias	Prazo
O que quer atingir.	Quais ações serão realizadas para atingir a meta.	- Curto; - Médio; - Longo; - Ação contínua ou; - Definir o mês/ano.

VII – Avaliação da Gestão
Como serão avaliadas as metas e estratégias apresentadas no Plano de Gestão Escolar.

Cronograma e formas de avaliação

VIII – Referências Bibliográficas
Utilizadas para elaboração do Plano de Gestão Escolar.

Obs: O Plano de Gestão deverá ser redigido em fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, alinhamento justificado e paginado.

ANEXO XVI

CÉDULA DE VOTAÇÃO

FRENTE VERSO

CANDIDATO 1 _____ DIRETOR (A) **CANDIDATO 2** _____ DIRETOR (A) **CANDIDATO 3** _____ DIRETOR (A)	CARIMBO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO RÚBRICA DOS MESÁRIOS _____ _____

ANEXO XVII

ATA DE ESCRUTINAÇÃO
MESA N.º

Aos _____dias do mês de novembro de 2026, às _____horas, reuniu-se a Mesa de Escrutinação para a contagem de votos da Mesa de Votação nº _____ da Instituição de Ensino _____do Município de Boa Vista da Aparecida.
Integraram a Mesa os seguintes membros:
1. _____
2. _____
3. _____

Procedida à escrutinação, foram registrados os seguintes resultados:

NOME DO CANDIDATO	**NÚMERO DE VOTOS**

TOTAL DE VOTOS VÁLIDOS	
TOTAL DE VOTOS BRANCOS	
SUB- TOTAL DE VOTOS (votos válidos +votos brancos)	
TOTAL DE VOTOS NULOS	
TOTAL DE VOTOS	

NÚMERO DE INSCRITOS NA MESA: _____

Ocorrências:_____

ASSINATURA DOS ESCRUTINADORES
_____
_____

ANEXO XVIII

MAPA DE APURAÇÃO COM O RESULTADO FINAL

Nome da Instituição de Ensino:_____

MESA	**CANDIDATO** 1	**CANDIDATO** 2	**CANDIDATO** 4	VOTOS EM BRANCO	TOTAL DA MESA
01					
TOTAL					

RESULTADO APÓS APLICAÇÃO DA FÓRMULA

	TOTAL (%)
CANDIDATO 1	
CANDIDATO 2	
CANDIDATO 3	
SOMA	

TOTAL DE VOTOS BRANCOS E NULOS	
TOTAL (%)	

Publicado por:
Joao Henrique Alioncio Dos Santos
Código Identificador:4EDF5A29

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 37/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: PR37/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data de homologação: 10/08/2026
d) Objeto da licitação: aquisição de elementos decorativos natalinos, incluindo, mas não se limitando a: bolas decorativas, árvores de Natal de diferentes tamanhos, lâmpadas pisca-pisca, mangueiras de LED, guirlandas, enfeites luminosos, cortinas de luz, entre outros itens típicos da decoração natalina.
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

6425 - JP EQUIPAMENTOS LTDA ME (13.772.057/0001-50)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
6	33564 - Bolas natalinas lisas n° 2, nas cores douradas, vermelha, verde (embalagem contendo 24 unidades).	PCT	FERTIN	15	15,40	231,00
7	33565 - Bolas natalinas, lisas nº 04, nas cores dourada, vermelha, prata, rosa, azul, (embalagem contendo 4 unidades)	PCT	Dina	70	11,11	777,70
8	33566 - Bolas natalinas, lisas nº 06 nas cores dourada, vermelha, prata, rosa, azul, (embalagem contendo 06 unidades)	PCT	Dina	60	7,99	479,40
9	33567 - Bolas natalinas, lisas nº 08 nas cores dourada, vermelha, prata, rosa, azul, (embalagem contendo 6 unidades)	PCT	Dina	60	19,44	1.166,40
10	33568 - Bolas natalinas, lisas nº 10 nas cores dourada, vermelha, prata, rosa, azul, (embalagem contendo 6 unidades)	PCT	JPLed	70	38,97	2.727,90
11	33569 - Bolas natalinas, lisas nº 12 nas cores dourada, vermelha, prata, rosa, azul	UN	JPLed	300	12,67	3.801,00
12	33570 - Bolas natalinas, lisas nº 15 nas cores dourada, vermelha, prata, rosa, azul	UN	JPLed	250	28,69	7.172,50
16	33574 - Cordão 300 Leds Fixo Branco Quente, 30 Metros 220v, com fio transparente, a prova d'água (uso externo).	UN	V8	300	49,89	14.967,00
17	33575 - Cordão 300 Leds Fixo cor vermelha, 30 Metros 220v, com fio transparente, a prova d'água (uso externo)	UN	V8	30	49,89	1.496,70
18	33576 - Cordão 300 Leds Fixo Branco frio, 30 Metros 220v, com fio transparente, a prova d'água (uso externo)	UN	V8	100	29,00	2.900,00
20	33578 - Cortina Led Pisca Pisca 8 Funções 500 Leds 3m X 2,5m Branco frio, 220 wts, a prova d'água (uso externo)	UN	V8	15	117,23	1.758,45
21	33579 - Festão aramado ramificado verde 35 cm X 2,70 metros, com 220 galhos, Composição do produto, PVC 65%; Ferro 25%; Plástico 10%.	UN	JPLed	200	51,02	10.204,00
22	33580 - Festão foungeron quadrupolo verde bandeira 15 cm X 5 mt	UN	SONATAL	50	62,94	3.147,00
23	33581 - Fitas natalinas de 10 cm de largura com 9,14 mts, de comprimento, nas cores: vermelho, dourado, prata, rosa, azul, (10 unidades cada cor)	UN	Dina	50	44,53	2.226,50
24	33582 - Fitas natalinas de 3,80 cm de largura com 9,14 mts, de comprimento, nas cores: vermelho, dourado, prata, rosa, azul, (07 unidades cada cor)	UN	Dina	35	25,99	909,65
25	33583 - Fitas natalinas de 6,30 cm de largura com 9,14 mts, de comprimento, nas cores: vermelho, dourado, prata, rosa, azul, (07 unidades cada cor)	UN	Dina	35	35,05	1.226,75
26	33584 - Buque bico de papagaio, com medidas mínimas de: 38x28x17cm com, 6 hastes e 6 flores (prata, rosa, azul e dourada)	UN	FERTIN	100	19,49	1.949,00
27	33585 - Kit conector com cabo e plug para mangueira led 12mm, 220v	UN	JPLed	150	5,13	769,50
31	33596 - Mangueira Luminosa com 30 leds, (VERMELHA), 12 mm de diâmetro, com corte a cada metro. De uso interno e externo. Rolo com 100 metros. Contendo 05 cabos de força, 5 emendas (conectores de interconexão) e 5 capas de terminação de 12 mm. Mangueira com 02 fios e Visão 360°. IP-65 a prova de água. 220V. (vermelha) (uso externo).	UN	JPLed	4	451,99	1.807,96
Total (R$):						59.718,41

4385 - ROSANE C P SCOPEL & CIA LTDA (04.287.582/0001-90)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	33559 - Abraçadeira nylon enforca gato transparente 150x3,6mm, pc com 100 unidades.	PCT	MAX COISAS	300	5,51	1.653,00
2	33560 - Abraçadeira nylon enforca gato transparente 200x3,6mm, pc com 100 unidades.	PCT	MAX COISAS	100	6,92	692,00
3	33561 - Abraçadeira nylon enforca gato transparente 250x3,6mm, pc com 100 unidades.	PCT	MAX COISAS	20	10,12	202,40
4	33562 - Abraçadeira nylon enforca gato transparente 400mm X 7,60mm, pc com 100 unidades.	PCT	MAX COISAS	6	22,80	136,80
5	33563 - Refil cola quente grande 11mm transparente, forma de fornecimento kg	KG	RENDICOLLA	15	14,12	211,80
13	33571 - Cascata C/ 138 Leds Branco frio, fio transparente com estrela na ponta, a prova d'água (uso externo) 220v	UN	V8 ILUMINI	20	50,00	1.000,00
14	33572 - Cascata 400 leds fixos, fio transparente com diâmetro 1,8mm siliconado, de uso externo com proteção de resina, tomada M/F, extensão de 10 metros, União de até 05 Cascata. 18w, IP-65 a prova de água. 220V. (uso externo).	UN	V8 ILUMINI	70	50,00	3.500,00
15	33573 - Chuva Meteoro 8 Tubo Cascata Natal 192 led 50cm Bivolt Branco quente, a prova d'água (uso externo)	UN	V8 ILUMINI	50	30,00	1.500,00
19	33577 - Cordão 100 Leds Fixo, Fixo Branco Quente, 10 Metros 220v, com fio transparente, a prova d'água (uso externo)	UN	V8 ILUMINI	50	21,40	1.070,00
28	33586 - Mangueira Luminosa com 30 leds, (B/Q),12 mm de diâmetro, com corte a cada metro. De uso interno e externo Rolo com 100 metros. Contendo 05 cabos de força, 5 emendas (conectores de interconexão) e 5	UN	V8 ILUMINI	20	419,00	8.380,00

	capas de terminação de 12 mm. Mangueira com 02 fios e Visão 360°. IP-65 a prova de água. 220V. (branco quente), (uso					
29	33594 - Mangueira Luminosa com 30 leds, (B/F) 12 mm de diâmetro, com corte a cada metro. De uso interno e externo. Rolo com 100 metros. Contendo 05 cabos de força, 5 emendas (conectores de interconexão) e 5 capas de terminação de 12 mm. Mangueira com 02 fios e Visão 360°. IP-65 a prova de água. 220V. (branco frio), (uso externo).	UN	V8 ILUMINI	8	440,00	3.520,00
30	33595 - Mangueira Luminosa com 30 leds, (VERDE), 12 mm de diâmetro, com corte a cada metro. De uso interno e externo Rolo com 100 metros. Contendo 05 cabos de força, 5 emendas (conectores de interconexão) e 5 capas de terminação de 12 mm. Mangueira com 02 fios e Visão 360°. IP-65 a prova de água. 220V. (verde) (uso externo).	UN	V8 ILUMINI	6	445,00	2.670,00
32	33597 - Mangueira Luminosa com 30 leds, (AZUL), 12 mm de diâmetro, com corte a cada metro. De uso interno e externo. Rolo com 100 metros. Contendo 05 cabos de força, 5 emendas (conectores de interconexão) e 5 capas de terminação de 12 mm. Mangueira com 02 fios e Visão 360°. IP-65 a prova de água. 220V. (azul) (uso externo).	UN	V8 ILUMINI	4	444,00	1.776,00
33	33598 - Tecido Juta Ouro Dourada, Trama Média Decoração, Com Largura de 1 m, Trama Media Composição: polipropileno com lurex dourado. Usos recomendados: decoração artesanato patworck decoração natal colagem pergolado. Material, 100% Sintética Polipropileno Composição: Polipropileno com lurex Dourado. imagem ilustrativa	MT	ESTILOTEX	20	20,00	400,00
34	33599 - Tecido Juta cor verde com fio Ouro Dourada, Trama Média Decoração, Com Largura de 1 m, Trama Media Tecido tela juta colorida na cor verde, com fio dourado para artesanatos ninhos e patchwork Material, 100% Sintética Polipropileno Composição: Polipropileno com lurex Dourado. imagem ilustrativa	MT	ESTILOTEX	20	25,40	508,00
35	33600 - Tecido Juta cor vermelha com fio Ouro Dourada, Trama Média Decoração, Com Largura de 1 m, Trama Media Tecido tela juta colorida na cor vermelha, com fio dourado para artesanatos ninhos e patchwork Material, 100% Sintética Polipropileno Composição: Polipropileno com lurex Dourado. imagem ilustrativa	MT	ESTILOTEX	20	23,00	460,00
36	33601 - Tricoline Estampada Natal Decorações Natalinas 100% Algodão 1,50M Largura. Composição: 100% Algodão. Largura: 1,50m de largura. Gramatura: 130 G/M². imagem ilustrativa	MT	JLM TECIDOS	5	25,00	125,00
37	33603 - Tricoline Natal Xadrez Fio Tinto Com Lurex Dourado 100% Algodão Composição: 96% Algodão 4% Poliuretano Largura: 1,50m de largura. Gramatura: 113 G/M² imagem ilustrativa	MT	JLM TECIDOS	5	24,00	120,00
38	33604 - Tecido Tricoline Natal - Flor Natalina Com Xadrez - 100% Algodão - 1,50M Largura. Composição: 100% Algodão. Largura: 1,50m de largura. Gramatura: 130 G/M². imagem ilustrativa	MT	JLM TECIDOS	5	25,00	125,00
39	33605 - Tecido Tricoline Estampado Flor de Natal Fundo Rose - 1,50m de Largura Com Pré Lavagem Composição:100% Algodão Largura:1,50m Gramatura:220g/m linear Orientação da Estampa no Comprimento	MT	ENROLADO TECIDOS	5	25,00	125,00
Total (R$):						28.175,00

Bom Jesus do Sul-PR, 10/08/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:D57CD47E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026– REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2026
Processo Licitatório Nº 80/2026 **– HOMOLOGADO EM 04/08/2026.**
DETENTORA: MARLI SALETE SFOGGIA - ME – CNPJ: 02.329.391/0001-18.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais de expediente, para atender às necessidades das Secretarias Municipais e demais unidades administrativas, conforme especificações técnicas quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência. O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital, e no Instrumento Convocatório e em seus anexos, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 33/2026**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE.	UNID.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
3	ALFINETE CABEÇA Nº 29 FINO.	8	Caixa c/ 100 unidades	ACC	8,17	65,36
4	ALMOFADA PARA CARIMBO COM TAMPO, COR AZUL, Nº 02, DIMENSÕES 5,9 X 9,4 CM.	5	Unid.	PVA	8,40	42,00
5	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO PILOT FLIP TOP 150N. VEM COM BASE PLÁSTICA NA COR AZUL COM COMPARTIMENTO PARA GUARDAR ATÉ 2 MARCADORES. FEITO COM UM DESIGN LEVE E PRÁTICO, POSSUI FELTRO EXCELENTE APAGABILIDADE DE TINTA DE MARCADORES E QUE PODE SER SUBSTITUIDO POR REFIL. APAGADOR COM BASE DE PLÁSTICO REFORCADO, FELTRO SUPER MACIO E RESISTENTE. REFIL SUBSTITUÍVEL. TAMANHO: 15X6CM.	63	Unid.	Kaz	19,80	1.247,40
7	APONTADOR COM DEPOSITO QUE EVITA SUJEIRA, COM LÂMINA DE AÇO TEMPERADO COM EXCELENTE FIO DE CORTE. CAIXA COM 25 UNIDADES.	34	Unid.	Kaz	25,00	850,00
9	BALÃO TAMANHO 7.0, NAS CORES: PRETO, VERMELHO, AMARELO, VERDE, AZUL, ROSA, MARRON, LILÁS, LARANJA E BRANCO.	190	Pacote c/ 50 unid.	Happy Doy	16,00	3.040,00
10	BALÃO TAMANHO 9.0, NAS CORES: PRETO, VERMELHO, AMARELO, VERDE, AZUL, ROSA, MARRON, LILÁS, LARANJA E BRANCO.	190	Pacote c/ 50 unid.	Happy Doy	15,00	2.850,00
11	BARBANTE Nº 10, TIPO CRU, ROLO COM NO MINIMO 700 GRAMAS.	12	Rolo	Fial	30,89	370,68
12	BARBANTE Nº 4, TIPO CRU, ROLO COM NO MINIMO 700 GRAMAS.	12	Rolo	Fial	32,12	385,44
13	BARBANTE Nº 6, TIPO CRU, ROLO COM NO MINIMO 700 GRAMAS.	17	Rolo	Fial	31,70	538,90
14	BARBANTE Nº 8, TIPO CRU, ROLO COM NO MINIMO 700 GRAMAS.	12	Rolo	Fial	32,08	384,96

18	BORRACHA BRANCA Nº 40, MACIA E SUAVE, CAIXA COM 40 UNIDADES.	21	Caixa c/ 40 unid.	Red Bor	19,90	417,90
19	CADERNO 1/4 DE ARITMÉTICA, BROCHURA - 40 FOLHAS.	50	Unid.	Tilibra	11,90	595,00
20	CADERNO 1/4 DE DESENHO, BROCHURA - 40 FOLHAS.	50	Unid.	Tilibra	11,90	595,00
21	CADERNO 1/4 DE LINHAS, BROCHURA - 48 FOLHAS.	60	Unid.	Tilibra	12,25	735,00
24	CANETA PONTA ESFÉRICA, COR AZUL, CORPO (PARTE EXTERNA) HEXAGONAL POLIESTIRENO, TRANSPARENTE, ORIFÍCIO PARA PASSAGEM DE AR NA LATERAL OU NA TOPETEIRA, TAMPA ANTIASFIXIANTE COR AZUL COM CLIPE PARA FIXAÇÃO EM BOLSO, TOPETEIRA (TAMPINHA), TOTALMENTE EMBUTIDA NO CORPO COR AZUL, TUBO DA CARGA TRANSPARENTE MONTADO, POR ENCAIXE, TINTA À BASE DE CORANTES ORGÂNICOS E SOLVENTES ATÓXICA COR AZUL, PONTA NÃO RETRÁTIL EM COBRE OU LATÃO, ESFERA DE TUNGSTÊNIO DIÂMETRO 1,0MM, ESCRITA SEM FALHAS OU BORRÕES, DE CONFORMIDADE COM A NBR 15236 (ARTIGOS ESCOLARES).	43	Caixa c/ 50 unid.	Compactor	37,00	1.591,00
25	CANETA PONTA ESFÉRICA, COR PRETA, CORPO (PARTE EXTERNA) HEXAGONAL POLIESTIRENO, TRANSPARENTE, ORIFÍCIO PARA PASSAGEM DE AR NA LATERAL OU NA TOPETEIRA, TAMPA 0ANTIASFIXIANTE COR PRETA COM CLIPE PARA FIXAÇÃO EM BOLSO, TOPETEIRA (TAMPINHA), TOTALMENTE EMBUTIDA NO CORPO COR PRETA, TUBO DA CARGA TRANSPARENTE MONTADO POR ENCAIXE, TINTA À BASE DE CORANTES ORGÂNICOS E SOLVENTES ATÓXICA COR PRETA, PONTA NÃO RETRÁTIL EM COBRE OU LATÃO, DE CONFORMIDADE A NBR 15236 (ARTIGOS ESCOLARES).	25	Caixa c/ 50 unid.	Compactor	37,00	925,00
26	CANETA PONTA ESFÉRICA, COR VERMELHA, CORPO (PARTE EXTERNA) HEXAGONAL POLIESTIRENO, TRANSPARENTE, ORIFÍCIO PARA PASSAGEM DE AR NA LATERAL OU NA TOPETEIRA, TAMPA ANTIASFIXIANTE COR VERMELHA COM CLIPE PARA FIXAÇÃO EM BOLSO, TOPETEIRA (TAMPINHA) TOTALMENTE EMBUTIDA NO CORPO COR VERMELHA, TUBO DA CARGA TRANSPARENTE MONTADO POR ENCAIXE, TINTA À BASE DE CORANTES ORGÂNICOS E SOLVENTES ATÓXICA COR VERMELHA, PONTA NÃO RETRÁTIL EM COBRE OU LATÃO, DE CONFORMIDADE COM A NBR 15236 (ARTIGOS ESCOLARES).			Compactor	37,00	333,00
27	CANETAS ESFEROGRÁFICAS 1.2 MM, EMBALAGEM COM 25 CANETAS COLORIDAS SORTIDAS.	28	Embalagem c/ 25 unid.	Compactor	55,07	1.541,96
28	CARTOLINA 140 G, 50X66 CM COR BRANCA	530	Unid.	Jandaia	1,00	530,00
31	CARTUCHO REFIL PARA REPOSIÇÃO PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO WBS-VBM, CONTENDO 5,5 ML. PRETO. CAIXA COM 12 UNIDADES	10	Emb. c/ 12 unid.	BRW	53,00	530,00
32	CARTUCHO REFIL PARA REPOSIÇÃO PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO WBS-VBM, CONTENDO 5,5 ML. VERMELHO. CAIXA COM 12 UNIDADES.	10	Emb. c/ 12 unid.	BRW	53,00	530,00
36	COLA GLITER NAS CORES: VERMELHA, AZUL, PRATA, DOURADA, VERDE, TRANSPARENTE, TUBO COM 35 GRAMAS.	128	Unid.	Koala	6,80	870,40
37	COLA PARA E.V.A - COM 90 GRAMAS.	60	Unid.	Frama	6,80	408,00
39	CORRETIVO EM FITA – MEDIDA APROXIMADA 5MM X 5,5 METROS.	285	Unid.	Kaz	3,90	1.111,50
40	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE ÁGUA DE SECAGEM RÁPIDA, ATÓXICO, EMBALAGEM COM 18 ML, A COMPOSIÇÃO DEVERÁ CONTER: ACETATO DE POLIVINILA E DIÓXIDO DE TITÂNIO.	3	Caixa c/ 12 unid	Kaz	21,80	65,40
49	FITA CREPE, COMPOSTA DE ADESIVO A BASE DE RESINA E BORRACHA, RESISTÊNTE AO ESTIRAMENTO, BOA ADESÃO EM DIVERSOS TIPOS DE SUPERFÍCIES E MATERIAIS, DIMENSÕES: 48MM X 50 METROS.	325	Unid.	Kaz	13,00	4.225,00
51	GRAFITE 0.5, RESITENTE E EXTRAMACIO, CAIXA COM 12 TUBOS CONTENDO 12 GRAFITES.	1	Caixa c/ 12 tubos	Kaz	16,00	16,00
52	GRAFITE 0.7, RESITENTE E EXTRAMACIO, CAIXA COM 12 TUBOS CONTENDO 12 GRAFITES	26	Caixa c/ 12 tubos	Kaz	11,00	286,00
53	LAPIS DE COR GRANDE, CAIXA COM 12 UNIDADES, SUPER RESITENTES, INTEIROS, SEXTAVADOS, FABRICADOS COM PIGMENTOS DE ALTA QUALIDADE QUE PROPORCIANAM MELHOR COBERTURA, COM CORES VIVAS E BRILHANTES, COM MINA MACIA, FABRICADO COM MADEIRA REFLORESTADA. (SOMENTE 1ª LINHA).	516	Caixa c/ 12 unidades	Kaz	6,00	3.096,00
54	LÁPIS GRAFITE JUMBO Nº 2HB TRIANGULAR, MULTICOLORIDO, DIMENSÕES DE UNIDADE C X L X A, 7 X 2 X 25 CENTÍMETROS. FORMATO TRIANGULAR ERGONÔMICO.PONTA MAX RESISTENTE.	312	Unid.	Faber Castel	4,99	1.556,88
55	LAPIS TIPO ECOLÓGICO HB Nº 2, COMPOSIÇÃO DO CORPO: MINIMO DE 40% DE POLIESTIRENO, SEM MADEIRA, MINA ULTRARRESISTENTE, NÃO QUEBRA COM FACILIDADE E NÃO LASCA QUANDO APONTADO E QUANDO QUEBRA, SEM BORRACHA NAS PONTAS, CORPO REDONDO.	19	Caixa c/ 144 unid.	Make +	52,79	1.003,01
56	LAPISEIRA TÉCNICA, PONTA E TAMPA EM AÇO INOXIDÁVEL, BORRACHA EMBUTIDA N PARTE SUPERIOR, ESPESSURA DA MINA DE GRAFITE DE 0,7 MM.	28	Unid.	Kaz	9,58	268,24
57	LAPISEIRA TÉCNICA, PONTA E TAMPA EM AÇO INOXIDÁVEL, BORRACHA EMBUTIDA N PARTE SUPERIOR, ESPESSURA DA MINA DE GRAFITE DE 0,5 MM.	8	Unid.	Kaz	9,48	75,84
58	MASSA DE EVA, MULTICOLORIDA.	200	Emb. c/ 20 unid.	Make +	29,80	5.960,00
60	PALITO DE SORVETE, PONTA REDONDA.	250	Pacote c/ 100 unid.	Theoto	6,40	1.600,00
61	PAPEL FOTOGRÁFICO TAMANHO A4	122	Emb. c/ 100 unid.	Master Pint	33,80	4.123,60
62	PAPEL CARTÃO, DIMENSÕES 48 X 66 CM, DIVERSAS CORES.	210	Unid.	VMP	3,30	693,00
63	PAPEL CAMURÇA, DIMENSÕES 40 X 60 CM, VARIAS CORES.	150	Unid.	VMP	3,36	504,00
66	PAPEL CREPOM, DIMENSÕES 0,48 X 2,00 M, VARIAS CORES.	300	Unid.	Ridet	3,20	960,00
70	PAPEL SEDA, DIMENSÕES 40 X 60 CM, VARIAS CORES.	201	Unid.	VMP	1,56	313,56
75	PAPEL TIPO VERGE, 120 G, FOMATO A4 210 X 297 CM, CORES EM TONS CLAROS.	28	Pacote c/ 50 unid.	Usapel	24,10	674,80
76	PAPEL TIPO VERGE, 180 G, FOMATO A4 210 X 297 CM, CORES EM TONS CLAROS, PACOTE COM 50 UNIDADES.	85	Pacote c/ 50 unid.	Usapel	24,10	2.048,50
77	PINCEL MARCADOR ATOMICO 1100P, ESCRITA GROSSA, TINTA A BASE DE ALCOOL, CORES: AZUL, PRETO, VERDE, VERMLEHO.	55	Unid.	Kaz	6,70	368,50
78	PINCEL MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, COM PONTA MEDIA EM ACRILICO MACIA QUE IMPEÇA RISCOS NO QUADRO, ESPESSURA DA ESCRITA 2.3 MM, REFIL E PONTA SUBSTITUIVEIS - PRETO.	150	Unid.	Kaz	5,10	765,00
79	PINCEL MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, COM PONTA MÉDIA EM ACRILICO MACIA QUE IMPEÇA RISCOS NO QUADRO, ESPESSURA DA ESCRITA 2.3 MM, REFIL E PONTA SUBSTITUIVEIS - VERMELHO.	50	Unid.	Kaz	5,10	255,00
80	PINCEL MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, RECARREGAVEL, COM PONTA MÉDIA EM ACRILICO MACIA QUE IMPEÇA RISCOS NO QUADRO, ESPESSURA DA ESCRITA 2.3 MM, REFIL E PONTA SUBSTITUIVEIS - AZUL.	150	Unid.	Kaz	5,10	765,00
81	PINCEL MARCADOR PERMANENTE, PONTA FINA 1.0 MM - COMPOSIÇÃO RESINAS TERMOPLÁSTICAS, POLIÉSTER, TINTA À BASE	10	Unid.	Master Print	4,10	41,00

	DE ÁLCOOL E CORANTES - (AZUL OU PRETO).					
82	PINCEL MARCADOR PERMANENTE, PONTA MÉDIA 1.8 MM-COMPOSIÇÃO RESINAS TERMOPLÁSTICAS, POLIÉSTER, TINTA À BASE DE ÁLCOOL E CORANTES, EMBALAGEM COM 4 CORES (AZUL, PRETO, VERMELHO E VERDE).	60	Emb. c/ 4 Cores	Deli	26,50	1.590,00
83	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE PARA REFIL DE COLA GROSSO, CORPO INJETADO EM PLASTICO, PONTA METÁLICA, POTENCIA MINIMA DE 45-50 W, VOLTAGEM BIVOLT, CABO E PLUG NORMATIZADOS, CERTIFICADA PELO INMETRO.	35	Unid.	Zein	33,80	1.183,00
84	PISTOLA DE COLA QUENTE PEQUENA PARA REFIL FINO, CORPO INJETADO EM PLASTICO, PONTA METÁLICA, POTENCIA MINIMA DE 10-12 W, VOLTAGEM BIVOLT, CABO E PLUG NORMATIZADOS, CERTIFICADA PELO INMETRO.	35	Unid.	Zein	15,00	525,00
85	PLACA EM E.V.A COM DIMENSÕES 0,40X0,60 CM, FINO, VARIAS CORES, PACOTE COM 10 UNIDADES	120	Pacote c/10 Unid.	Kaz	31,00	3.720,00
86	PLACA EM E.V.A EMBORRACHADO COM BRILHO, DIMENSÕES 0,40X0,60 CM, ESPESSURA DE 2 MM, VARIAS CORES.	120	Pacote c/ 10 Unid.	Make +	53,00	6.360,00
87	PLACA EM E.V.A EMBORRACHADO, DIMENSÕES 0,40X0,60 CM, ESPESSURA DE 2 MM, VARIAS CORES.	320	Pacote c/ 10 Unid.	Kaz	17,00	5.440,00
89	PLÁSTICO PARA PLASTIFICAÇÃO TÉRMICA, TAMANHO A4, COMPOSTO POR POLIÉSTER E POLIETILENO DE ALTA TRANSPARÊNCIA, INDICADO PARA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS, CERTIFICADOS, CARDÁPIOS, COMUNICADOS, CRACHÁS E MATERIAIS IMPRESSOS EM GERAL. PRODUTO COM ACABAMENTO BRILHANTE, RESISTENTE À UMIDADE, SUJEIRA E DESGASTE NATURAL DO MANUSEIO, PROPORCIONANDO MAIOR DURABILIDADE AOS DOCUMENTOS PLASTIFICADOS. DEVE POSSUIR VEDAÇÃO UNIFORME E COMPATIBILIDADE COM PLASTIFICADORAS TÉRMICAS CONVENCIONAIS.FORMATO: A4 (APROXIMADAMENTE 220 MM X 307 MM) ESPESSURA: 75 MICRAS POR FACE ALTA TRANSPARÊNCIA E EXCELENTE ADERÊNCIA.	50	Emb. c/ 100 folhas	Master Print	78,00	3.900,00
90	PLÁSTICO PARA PASTA CELOFONE 4 FUROS.	400	Unid.	UPA	1,44	576,00
91	RÉGUA EM POLIESTIRENO 30 CM, COM ESCALA DE PRECISÃO, NA COR CRISTAL, DIMENSÕES 310 X 35 X 3 MM, MATERIAL REFORÇADO, ESTRUTURA SEMIRÍGIDA.	710	Unid.	Max Crill	3,75	2.662,50
94	ROLO PARA PINTURA COM 9 CM, EM ESPUMA POLIESTER, COM SUPORTE.	10	Unid.	Tigre	11,05	110,50
95	TESOURA DE USO GERAL EM AÇO INOXIDAVEL, LAMINA COM TRATAMENTO TÉRMICO PARA MAIOR DURABILIDADE DO FIO, PONTA FINA, CABO EM RESINA, A TESOURA DEVE TER NO MINIMO 17,5 CM. CAIXA CONTENDO 12 UNIDADES.	23	Emb. c/ 12 unid.	Kaz	119,92	2.758,16
96	TESOURA DE USO GERAL EM AÇO INOXIDAVEL, LAMINA COM TRATAMENTO TÉRMICO PARA MAIOR DURABILIDADE DO FIO, PONTA FINA, CABO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, A TESOURA DEVE TER NO MINIMO 21 CM.	35	Unid.	R8 C Brasil	7,70	269,50
97	TESOURA ESCOLAR11,4CMAPROPRIADA PARA USO ESCOLAR TESOURA DE AÇO INOXIDÁVEL, COM CABO DE POLIPROPILENO SORTIDO. PONTA ARREDONDADA.	600	Unid.	D Corte	7,50	4.500,00
99	TINTA PARA CARIMBO 42 ML.	5	Unid.	Radex	8,40	42,00
100	TUBO DE COLA PARA ISOPOR E E.V.A COM 90 GRAMAS, BICO APLICADOR E SECAGEM RAPIDA.	20	Unid.	Maripel	8,51	170,20
101	PAPEL CRIATIVO COLOR SET A4 120G 5 CORES 25 FLS DIMENSÕES DE 29,7 CM X 21 CM	20	Pacote com 25 fls.	Master Print	19,67	393,40
103	PALITOS DE BAMBU ESPETO PARA CHURRASCO 25CM	115	Pacote com 50 unid.	Theoto	7,00	805,00
104	CANUDO PLÁSTICO TRADICIONAL COLORIDO PACOTE COM 100 UNIDADES, DIÂMETRO: 5MM; ALTURA: 21 CM	30	Pacote com 100 unid.	Theoto	12,37	371,10
106	COLCHETE LATONADO NÚMERO 6 - COLCHETE FIXAÇÃO, MATERIAL AÇO, TRATAMENTO SUPERFICIAL LATONADO, TAMANHO N 6, 30MM. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A BACCHI. CAIXA COM 72 UNIDADES.	30	Caixa com 72 unid.	Bacchi	13,00	390,00
107	PINCEL CHATOPARA PINTURA; TIPO DE CERDAS NATURAL-TAMANHOS 10,12,14,16	200	Unid.	Kaz	9,50	1.900,00
108	PERCEVEJO LATONADO PERCEVEJO, MATERIAL METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL LATONADO, TAMANHO 10,11, 12. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5	Caixa com 100 unid.	Kaz	4,20	21,00
109	CHAVEIRO COM ETIQUETA; CHAVEIRO, MATERIAL ALUMÍNIO, TAMANHO 2,50 X 4, APLICAÇÃO IDENTIFICAÇÃO CHAVES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ÁREA LIVRE PORTA ETIQUETA 3,5 COM X 2 CM. CORES SORTIDAS.	57	Unid.	Waleu	5,20	296,40
110	CANETA CD/DVD PRETA. MARCADOR PERMANENTE PARA ESCREVER SOBRE O CD/DVD (PONTA POLIÉSTER 2.0MM). COR PRETA. TINTA A BASE DE ÁLCOOL. ESPESSURA DE ESCRITA: 0,5MM. IDEAL PARA CD, DVD, PLÁSTICOS, VINIL, ACRÍLICOS E VIDROS.	20	Unid.	BRW	3,00	60,00
113	CAVALETE FLIP-CHART C/QUADRO BRANCO E BANDEJA STALO	1	Unid.	Souza	175,00	175,00
118	BOBINA PAPEL BOLHA Nº 10, COM DIMENSÕES MINIMAS DE 120 METROS X 100 CENTIMETROS.	1	Bobina	Mil Tape	141,50	141,50
119	CAIXA DE PAPELÃO PARA ARQUIVO MORTO, PAPEL KRAFT PARDO, MONTAGEM RÁPIDA, COM TAMPA AUTOTRAVAMENTO.	870	Unid.	Goodie	5,40	4.698,00
120	CAIXA PARA CORRESPONDÊNCIA TRIPLA, EM POLIESTIRENO, COR CRISTAL, ARTICULADA PODENDO SER UTILIZADA ABERTA OU FECHADA, POSSUI 3 MM DE ESPESSURA DE PAREDE, GARANTINDO ROBUSTEZ E RESISTÊNCIA. COM HASTES METÁLICAS QUE GARANTAM ESTABILIDADE E MAIS SEGURANÇA NO MANUSEIO.	3	Unid.	Max Cril	69,33	207,99
127	ENVELOPE BRANCO A4, DIMENSÕES 229 x 324 mm, GRAMATURA 90g, CAIXA COM 250 UNIDADES.	6	Caixa c/ 250 unid.	Foroni	128,42	770,52
129	ENVELOPE KRAFT, DIMENSÕES 162X229 MM, GRAMATURA 80M/M², CAIXA COM 250 UNIDADES.	12	Caixa c/ 250 unid.	Scrity	112,19	1.346,28
130	ENVELOPE OFICIO BRANCO, DIMENSÕES 114X229 MM, GRAMATURA 75M/M².	13	Caixa c/ 1.000 unid.	Scrity	182,00	2.366,00
131	ESTILETE RETRATIL KIT, CONTENDO NO MÍNIMO 2 LÂMINAS A MAIS PARA REPOSIÇÃO, LARGO 18MM, LÂMINA FABRICADA EM AÇO CARBONADO TEMPERADO SEGMENTADA, COM DISPOSITIVO PARA TRAVAR A LÂMINA. CABO EMBORRACHADO	68	Unid.	Kaz	6,50	442,00
132	EXTRATOR DE GRAMPOS DE AÇO, TIPO ESPATULA, NIQUELADO, COM A PONTA FINA INOX.	129	Unid.	Cavia	4,28	552,12
133	FITA ADESIVA DUPLA FACE EXTRA FORTE 24MM X 2M.	82	Und.	Sulamericana	22,96	1.882,72
134	FITA ADESIVA DUPLA FACE PAPEL 12MM X 30M.	130	Unid.	Adelbras	6,60	858,00
135	FITA ADESIVA EMPACOTAMENTO TRANSPARENTE, ESPECIFICAÇÕES: FILME DE POLIPROPILENO BI ORIENTADO, IMPRESSO POR SISTEMA DE FLEXOGRAFIA, COBERTO COM ADESIVO ACRÍLICO, DIMENSÕES 50MM X 100 METROS.	92	Unid.	UPA	10,02	921,84

136	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, ESPECIFICAÇÕES: FILME DE POLIPROPILENO BI ORIENTADO COBERTO COM ADESIVO ACRÍLICO, DIMENSÕES 12MM X 30M, EMBALAGEM COM 10 ROLOS.	54	Emb. c/10 Unid.	Leonora	11,34	612,36
137	GRAMPEADOR DE MESA GRANDE, GRAMPOS TIPO 23/13, GRAMPEIA ATÉ 100 FOLHAS, DIMENSÕES MINIMAS 28,7 X 7,6 X 18,5 CM.	19	Unid.	BRW	51,00	969,00
138	GRAMPEADOR DE MESA MÉDIO, GRAMPOS TIPO 26/6, GRAMPEIA ATÉ 30 FOLHAS, DIMENSÕES MINIMAS 20,1 X 59,5 CM.	25	Unid.	BRW	25,00	625,00
139	GRAMPEADOR DE MESA PEQUENO, GRAMPOS TIPO 26/6, GRAMPEIA ATÉ 20 FOLHAS, DIMENSÕES MINIMAS 12,6 X 3,6 X 5,6 CM.	48	Unid.	Fertak	9,90	475,20
140	GRAMPEADOR MANUAL DE ALTA PRESSÃO, MATERIAL DO GRAMPEADOR CHAPA DE AÇO CROMADO E PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA TIPO DE GRAMPO INDICADO PARA O GRAMPEADOR MANUAL: 106/4MM, 106/6MM, 106/8MM. SUGESTÃO DE MARCA; ROCAMA, VONDER.	6	Unid.	Bacchi	109,90	659,40
141	GRAMPO 106/4MM GALVANIZADO.	10	Caixa c/ 5000 unid.	ACC	24,00	240,00
142	GRAMPO 106/6MM GALVANIZADO.	12	Caixa c/ 5000 unid	ACC	23,90	286,80
143	GRAMPO 106/8MM GALVANIZADO.	10	Caixa c/ 5000 unid	ACC	26,67	266,70
144	GRAMPO TRILHO PLÀSTICO ESTENDIDO EM PLÁSTICO POLIETILENO NA COR BRANCA OU TRASPARENTE, MAS DIMENSÕES 300MM X 9MM X 112MM COM CAPACIDADE PARA ARMAZENAR 600 FOLHAS.	17	Emb. c/ 50 unid.	Carbrink	22,00	374,00
148	GRAMPOS 26/6 TIPO COBREADO.	30	Caixa c/ 5.000 unid.	Grampline	9,90	297,00
150	GUILHOTINA CONFECCIONADA DE MESA EM CHAPA DE AÇO E COM FACA, EXTENSÃO DE CORTE 460MM, FIXA EM FORMA DE FACÃO EM AÇO ALTO CARBONADO, ACIONADA PELO SISTEMA DE ALAVANCA MANUAL DE ATÉ 20 FOLHAS DE PAPEL, DIMENSÕES DA BASE: 340 X 553 MM.	103	Unid.	Procalc	283,05	29.154,15
152	LIVRO ATA COM 100 FOLHAS TAMANHO 210 X 300 MM, CAPA DURA COSTURADO.	30	Unid.	São Domingos	23,50	705,00
153	PAPEL SULFITE A3 NA COR BRANCA, MEDIDNO 297MM X 420 MM, COM GRAMATURA DE 75G/M², PACOTE COM 500 FOLHAS.	109	Pacote c/ 500 folhas	Chamex	142,00	15.478,00
154	PAPEL SULFITE ALCALINO A4 210X297 MM, GRAMATURA 75G/M², PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA, LASER E FOTOCOPIADORA, EMBALAGEM COM PROTEÇÃO ANTIUMIDADE, DE 1ª QUALIDADE, CAIXA COM 10 PACOTES DE 500 FOLHAS CADA, COM CERTIFICADOS DO INMETRO, CERFLOR, ISO 9001, ISSO 14001.	545	Caixa c/ 10 pacotes	Chamex	270,00	147.150,00
158	PASTA CATALOGO COM 50 FOLHAS, FORMATO OFICIO, DIMENSÕES 243 X 330 MM.	30	Unid.	Frama	7,20	216,00
161	PASTA SANFONADA TAMANHO 1/2 OFICIO, COM 31 DIVISÕES, FECHAMENTO COM ELÁSTICO.	20	Unid.	DAC	46,15	923,00
162	PASTA SANFONADA TAMANHO A4, COM 12 DIVISÕES, FECHAMENTO COM ELÁSTICO.	10	Unid.	ACP	22,00	220,00
163	PASTA SANFONADA TAMANHO OFICIO, COM 31 DIVISÕES, FECHAMENTO COM ELÁSTICO.	15	Unid.	DAC	55,14	827,10
164	PASTA SUSPENSA KRAFT PARA ARQUIVO, HASTE DE PLASTICO, GRAMATURA 170 G/M², COR MARROM.	40	Caixa c/ 50 unid.	Dello	139,90	5.596,00
166	PERFURADOR GRANDE, NA COR PRETO, COMPOSIÇÃO EM METAL E TERMOPLASTICO, COM 2 FUROS DIAMETRO DE 6MM, COM CAPACIDADE PARA 25 FOLHAS, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 12,4 X 11 X 14,8 CM.	51	Unid.	Jogar Office	36,00	1.836,00
168	PERFURADOR MEDIO, COMPOSIÇÃO METAL E TERMOPLASTICO, COM 2 FUROS DIAMETRO DE 6MM, COM CAPACIDADE PARA 12 FOLHAS, COR PRETO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 3,5 X 6,1 X 12 CM.	13	Unid.	Jogar Office	30,64	398,32
169	PRANCHETA EM ACRILICO, COM PRENDEDOR EM AÇO INOX, NA COR CRISTAL, TAMANHO OFICIO.	17	Unid.	Kaz	23,38	397,46
170	PRENDEDOR DE PAPEL CORPO DE METAL COM PINTURA EPÓXI E PRESILHA EM AÇO INOXIDÁVEL. CORPO MEDINDO 25MM. CAPACIDADE PARA PRENDER ATÉ 80 FOLHAS DE PAPEL.	10	Caixa c/ 12 unid.	Bozzi	14,45	144,50
171	PRENDEDOR DE PAPEL CORPO DE METAL COM PINTURA EPÓXI E PRESILHA EM AÇO INOXIDÁVEL. CORPO MEDINDO 41MM. CAPACIDADE PARA PRENDER ATÉ 120 FOLHAS DE PAPEL, CAIXA COM 12 UNIDADES.	12	Caixa c/ 12 unid.	Bozzi	16,64	199,68
172	UMIDIFICADOR DE DEDOS, COM 12 GRAMAS.	25	Unid.	Kaz	4,99	124,75
173	CANETA ESFEROGRÁFICPONTA FINA 0.8MM AZUL	78	Caixa c/ 50 unid.	Bic	48,00	3.744,00
174	CANETA ESFEROGRÁFICA PONTA FINA 0.8MM PRETA	38	Caixa c/ 50 unid.	Bic	48,00	1.824,00
175	CANETA ESFEROGRÁFICA PONTA FINA 0.8MM VERMELHA	47	Caixa c/ 50 unid.	Bic	49,00	2.303,00
176	CANETAS ESFEROGRÁFICAS, IDEAL PARA USO ESCOLAR E PROFISSIONAL. COM UM CORPO MAIS LONGO DE 17,5 CM, A TAMPA VENTILADA COM CLIP GARANTE PRATICIDADE E SEGURANÇA, EVITANDO VAZAMENTOS. EQUIPADAS COM PONTA TIPO AGULHA, AS CANETAS OFERECEM UMA ESPESSURA DE TRAÇO DE 0.7 MM, A ESFERA DE AÇO INOXIDÁVEL ASSEGURA UMA ESCRITA SUAVE E CONSISTENTE. CORES DIVERSAS	5	Kit com 03 unid.	CIS	15,00	75,00
179	CALCULADORA DE MESA DE 12 DIGITOS, COM VISOR DE CRISTAL LIQUIDO E COM NUMEROS GRANDES, QUE FAZ AS 4 OPERAÇÕES BASICAS, PORCENTAGEM, RAIZ QUADRADA, ALIMENTAÇÃO BATERIA E CELULA SOLAR, DIMENSÕES MINIMAS: 10,5X2,2X15 (LXAXP).	21	Unid.	Yins	31,50	661,50
180	MIDIA DVD-R, CAPACIDADE 4,7 GB DE DADOS, VELOCIDADE 16X.	5	Emb. c/50 Unid.	Multilaser	101,02	505,10
187	CONJUNTO DE TECLADO E MOUSE 2.4 GHZ; RECEPTOR SEM FIO; RECEPTOR ÚNICO SEM FIO USB; DIMENSÕES (LXPXA) / PESO: TECLADO: 43.3 CM X 12.3 CM X 3.4 CM / 400 G; MOUSE: 11.532 CM X 3.88 CM / 91.8 G	56	Unid.	Multi	91,00	5.096,00
189	APOIO DE PUNHO PARA DIGITAÇÃO EM TECLADO CONFORT ERGONÔMICO	58	Unid.	Bringht	40,00	2.320,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR	**R$ 327.262,58 (trezentos e vinte e sete mil duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e oito centavos)**					

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é **R$ 327.262,58 (trezentos e vinte e sete mil duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e oito centavos). Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 02.00 Governo Municipal; 02.01 – Gabinete do Prefeito; 04.122.0002.0.002 – Atividades Operacionais do Gabinete do Prefeito; 3.3.90.30 – Material de Consumo; despesa 487; 09.00 – Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 12.361.0010.2.029 – Atividades Operacionais do Ensino Fundamental 5% e 25% e outros; 33.90.30 –Material de Consumo; Despesa 558; 07.00 Departamentos de Saúde; 07.01 – Fundo Municipal de Saúde; 1030100072.015 – Atividades Operacionais do Fundo Municipal de Saúde; 33.90.30 – Material de Consumo; despesa 513;03.00 – Departamento de Administração e Planejamento; 03.02 – Divisão de Recursos Humanos; 04128.0003.2.007 – Atividades Operacionais do da Divisão de**

Recursos Humanos; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa:494; 08.00 Departamento de Assistência Social; 08.03 – Fundo municipal de Assistência Social; 0824400082.047 Bloco de Proteção Social Básica; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa 543; 06.00 Departamento de Obras e Serviços Urbanos; 06.01 – Divisão de Obras e Serviços Urbanos; 15.452.0006.2.012 – Atividades Operacionais da Divisão de Obras e Serviços Urbanos; Despesa 507;10.00 – Departamento de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente; 10.01 Divisão de Fomento Agricultura Pecuária e Meio Ambiente; 20.606.0013.2.037 – Desenvolvimento de Ações voltadas as atividades de Agropecuária; 33.90.30 Material de Consumo; Despesa 575; 11.00 – Departamento de Industria Comercio e Turismo; 11.01 Divisão de Industria Comercio e Turismo; 22.661.0014.2.038 – Atividades Operacional e Apoio a Industria Comercio e Turismo; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa 578.
VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 11 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:E107C800

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026– REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2026
Processo Licitatório Nº 80/2026 **– HOMOLOGADO EM 04/08/2026.**
DETENTORA: MBEM COMERCIO E DISTRIBUICAO DE MATERIAIS ESCOLARES LTDA - EPP –
CNPJ: 39.700.820/0001-21.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais de expediente, para atender às necessidades das Secretarias Municipais e demais unidades administrativas, conforme especificações técnicas quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência. O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital, e no Instrumento Convocatório e em seus anexos, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 33/2026**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE.	UNID.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
1	AGENDA EXECUTIVA ANO 2027/2028 CARACTERISTICAS: APRESENTAR UM DESIGN MODERNO; 336 PÁGINAS; 60 G/M2; DIA POR PÁGINA, MARCAR NAS PAGINAS HORARIO DE 30/30 MIN, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: COR AZUL OU PRETA TAMANHO APROXIMADO (CXAXL): 2X19X14; CAPA DURA.	36	Unid.	Tilibra	24,14	869,04
29	CARTOLINA 140 G, 50X66 CM DIVERSAS CORES	370	Unid.	Reipel	0,89	329,30
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR	**R$ 1.198,34 (mil cento e noventa e oito reais e trinta e quatro centavos)**					

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é **R$ 1.198,34 (mil cento e noventa e oito reais e trinta e quatro centavos). Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 02.00 Governo Municipal; 02.01 – Gabinete do Prefeito; 04.122.0002.0.002 – Atividades Operacionais do Gabinete do Prefeito; 3.3.90.30 – Material de Consumo; despesa 487; 09.00 – Departamento de Educação Cultura e Esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 12.361.0010.2.029 – Atividades Operacionais do Ensino Fundamental 5% e 25% e outros; 33.90.30 –Material de Consumo; Despesa 558; 07.00 Departamentos de Saúde; 07.01 – Fundo Municipal de Saúde; 1030100072.015 – Atividades Operacionais do Fundo Municipal de Saúde; 33.90.30 – Material de Consumo; despesa 513;03.00 – Departamento de Administração e Planejamento; 03.02 – Divisão de Recursos Humanos; 04128.0003.2.007 – Atividades Operacionais do da Divisão de Recursos Humanos; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa:494; 08.00 Departamento de Assistência Social; 08.03 – Fundo municipal de Assistência Social; 0824400082.047 Bloco de Proteção Social Básica; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa 543; 06.00 Departamento de Obras e Serviços Urbanos; 06.01 – Divisão de Obras e Serviços Urbanos; 15.452.0006.2.012 – Atividades Operacionais da Divisão de Obras e Serviços Urbanos; Despesa 507;10.00 – Departamento de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente; 10.01 Divisão de Fomento Agricultura Pecuária e Meio Ambiente; 20.606.0013.2.037 – Desenvolvimento de Ações voltadas as atividades de Agropecuária; 33.90.30 Material de Consumo; Despesa 575; 11.00 – Departamento de Industria Comercio e Turismo; 11.01 Divisão de Industria Comercio e Turismo; 22.661.0014.2.038 – Atividades Operacional e Apoio a Industria Comercio e Turismo; 33.90.30 – Material de Consumo; Despesa 578.**
VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**
Bom Sucesso do Sul, 11 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:D40155DF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS PREGÃO Nº38/2026

RESULTADO DO JULGAMENTO
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
Processo Licitatório nº 81/2026
Pregão nº38/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Agente de contratação e da Equipe de Apoio, designada pela **Portaria nº 047/2026**, **TORNA PÚBLICO** o resultado do julgamento das propostas do processo acima, que tem por objeto descrição: **Contratação de seguro para a frota de veículos institucionais, abrangendo diferentes modelos utilizados pela instituição, com o objetivo de garantir cobertura e segurança patrimonial**
Fornecedor: GENTE SEGURADORA S/A
CNPJ: **90.180.605/0001-02**

LOTE	ITEM	DESCRICAO	MARCA	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
1	1	Seguro ambulância Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa RHX 6C35 Renavam 01295919335 MERCE-DES BENZ , 2021/2022, Cor: BRANCO -Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)	Serviço	UNID	1	3.151,0100	3.151,01
3	1	Seguro Gol Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa BES 6B38 Renavam 01248291970 VOLKSWAGEN, Gol 1.0, 2020/2021, Cor: BRANCO - Combustível: flex, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Cor-porais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).	Serviço	UNID	1	558,5500	558,55
4	1	Seguro Gol Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa BES 2J81 Renavam 01248622623 VOLKSWAGEN, Gol 1.0, 2020/2021, Cor: BRANCO - Combustível: flex, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 •Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).	Serviço	UNID	1	558,5600	558,56
5	1	Seguro Gol Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa BEX 9I01 Renavam 01255801538 VOLKSWAGEN, Gol 1.0, 2021/2022, Cor: BRANCO - Combustível: flex, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).	Serviço	UNID	1	558,5600	558,56
6	1	Seguro Van Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa SES 6I06, Renavam 01357444068, FORD TRANSIT MINIBUS VIDRADA 2.0 16V 2022/2022, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: R$ 216.125,00 Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)	Serviço	UNID	1	1.855,0000	1.855,00
7	1	Seguro Van Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa SEC 5B30, Renavam 01330423140, FORD TRANSIT MINIBUS VIDRADA 2.0 16V 2022/2022, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: R$ 216.125,00 Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)	Serviço	UNID	1	1.856,1100	1.856,11
8	1	Seguro Argo Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa TAI 7J91, Renavam 01398418606, FIAT AR-GO DRIVE 1.0, 2024/2025, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 3.000,00 (tres mil reais)	Serviço	UNID	1	598,9900	598,99
9	1	Seguro Argo Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa TAM 2F57, Renavam 0143975156, FIAT ARGO DRIVE 1.0, 2024/2025, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 3.000,00 (tres mil reais)	Serviço	UNID	1	598,9900	598,99
10	1	Seguro Argo Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa TAJ 1I91, Renavam 01399113353, FIAT AR-GO DRIVE 1.0, 2024/2025, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 3.000,00 (tres mil reais	Serviço	UNID	1	598,9900	598,99
11	1	Seguro Strada Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa TAN 1G77, Renavam 01410703107, FIAT STRADA FREEDON CABINE DUPLA, 2024/2025, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE• Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 3.500,00 (tres mil e quinhentos reais)	Serviço	UNID	1	957,7500	957,75
12	1	Seguro Strada Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa TAN 1G76, Renavam 01410702283, FIAT STRADA FREEDON CABINE DUPLA, 2024/2025, cor branca – Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: $ 3.500,00 (tres mil e quinhentos reais)	Serviço	UNID	1	957,7500	957,75
13	1	Seguro Argo Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa TAI 7J89, Renavam 01398417650, FIAT AR-GO DRIVE 1.0, 2024/2025, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12	Serviço	UNID	1	598,9900	598,99

		meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 3.000,00 (tres mil reais						
14	1	Seguro Gol Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa BER 9G42, Renavam 01248830153, VOLKSWAGEN – GOL MC5, 2020/2021, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)	Serviço	UNID	1	558,5500	558,55
15	1	Seguro Gol Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa RHD 4D73 Renavam 01264090070 VOLKSWAGEN, Gol 1.0, 2021/2022, Cor: BRANCO - Combustível: flex, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Cor-porais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).	Serviço	UNID	1	580,2700	580,27
16	1	Seguro Fiorino Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa SDV 5B63 Renavam 01320874522 FIAT/ FIORINO ENDURANCE, 2022/2022, Cor: BRANCO - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$ 500.000,00 • Danos Materiais: R$ 500.000,00 • Danos Morais: R$ 50.000,00 • Morte Acidental: R$ 100.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 100.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 100.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometra-gem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovi-sores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).	Serviço	UNID	1	693,8000	693,80
17	1	Seguro Strada Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa TAI 2J56, Renavam 01397586416, FIAT STRADA FREEDON CABINE DUPLA, 2024/2025, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 3.500,00 (tres mil e quinhentos reais)	Serviço	UNID	1	954,6400	954,64
18	1	Seguro Strada Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa TAI 2J35, Renavam 01397584650, FIAT STRADA FREEDON CABINE DUPLA, 2024/2025, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: $ 3.500,00 (tres mil e quinhentos reais)	Serviço	UNID	1	955,2600	955,26

Fornecedor: SEGUROS SURA S.A
CNPJ: 33.065.699/0001-27

LOTE	ITEM	DESCRICAO	MARCA	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
2	1	Seguro Ambulância Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa RHD 4E73 Renavam 01264084606 MERCE-DES BENZ , 2021/2022, Cor: BRANCO -Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).	Serviço	UNID	1	2.998,9800	2.998,98

Califórnia, 11/08/2026

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Agente de contratação

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:18EA92AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 81/2026
Nº Licitação: 38/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Contratação de seguro para a frota de veículos institucionais, abrangendo diferentes modelos utilizados pela instituição, com o objetivo de garantir cobertura e segurança patrimonial

Fornecedor: GENTE SEGURADORA S/A
CNPJ: **90.180.605/0001-02**

LOTE	ITEM	DESCRICAO	MARCA	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
1	1	Seguro ambulância Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa RHX 6C35 Renavam 01295919335 MERCE-DES BENZ , 2021/2022, Cor: BRANCO -Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)	Serviço	UNID	1	3.151,0100	3.151,01

3	1	Seguro Gol Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa BES 6B38 Renavam 01248291970 VOLKSWAGEN, Gol 1.0, 2020/2021, Cor: BRANCO - Combustível: flex, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Cor-porais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).	Serviço	UNID	1	558,5500	558,55
4	1	Seguro Gol Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa BES 2J81 Renavam 01248622623 VOLKSWAGEN, Gol 1.0, 2020/2021, Cor: BRANCO - Combustível: flex, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 •Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).	Serviço	UNID	1	558,5600	558,56
5	1	Seguro Gol Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa BEX 9I01 Renavam 01255801538 VOLKSWAGEN, Gol 1.0, 2021/2022, Cor: BRANCO - Combustível: flex, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).	Serviço	UNID	1	558,5600	558,56
6	1	Seguro Van Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa SES 6I06, Renavam 01357444068, FORD TRANSIT MINIBUS VIDRADA 2.0 16V 2022/2022, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: R$ 216.125,00 Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)	Serviço	UNID	1	1.855,0000	1.855,00
7	1	Seguro Van Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa SEC 5B30, Renavam 01330423140, FORD TRANSIT MINIBUS VIDRADA 2.0 16V 2022/2022, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: R$ 216.125,00 Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)	Serviço	UNID	1	1.856,1100	1.856,11
8	1	Seguro Argo Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa TAI 7J91, Renavam 01398418606, FIAT AR-GO DRIVE 1.0, 2024/2025, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 3.000,00 (tres mil reais)	Serviço	UNID	1	598,9900	598,99
9	1	Seguro Argo Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa TAM 2F57, Renavam 0143975156, FIAT ARGO DRIVE 1.0, 2024/2025, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 3.000,00 (tres mil reais)	Serviço	UNID	1	598,9900	598,99
10	1	Seguro Argo Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa TAJ 1I91, Renavam 01399113353, FIAT AR-GO DRIVE 1.0, 2024/2025, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 3.000,00 (tres mil reais	Serviço	UNID	1	598,9900	598,99
11	1	Seguro Strada Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa TAN 1G77, Renavam 01410703107, FIAT STRADA FREEDON CABINE DUPLA, 2024/2025, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE• Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 3.500,00 (tres mil e quinhentos reais)	Serviço	UNID	1	957,7500	957,75
12	1	Seguro Strada Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa TAN 1G76, Renavam 01410702283, FIAT STRADA FREEDON CABINE DUPLA, 2024/2025, cor branca – Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: $ 3.500,00 (tres mil e quinhentos reais)	Serviço	UNID	1	957,7500	957,75
13	1	Seguro Argo Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa TAI 7J89, Renavam 01398417650, FIAT AR-GO DRIVE 1.0, 2024/2025, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 3.000,00 (tres mil reais	Serviço	UNID	1	598,9900	598,99
14	1	Seguro Gol Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa BER 9G42, Renavam 01248830153, VOLKSWAGEN – GOL MC5, 2020/2021, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)	Serviço	UNID	1	558,5500	558,55
15	1	Seguro Gol Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa RHD 4D73 Renavam 01264090070 VOLKSWAGEN, Gol 1.0, 2021/2022, Cor: BRANCO - Combustível: flex, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Cor-porais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).	Serviço	UNID	1	580,2700	580,27
16	1	Seguro Fiorino Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa SDV 5B63 Renavam 01320874522 FIAT/ FIORINO ENDURANCE, 2022/2022, Cor: BRANCO - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$ 500.000,00 • Danos Materiais: R$ 500.000,00 • Danos Morais: R$ 50.000,00 • Morte Acidental: R$ 100.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 100.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 100.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometra-gem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovi-sores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).	Serviço	UNID	1	693,8000	693,80
17	1	Seguro Strada Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa TAI 2J56, Renavam 01397586416, FIAT STRADA FREEDON CABINE DUPLA, 2024/2025, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 3.500,00 (tres mil e quinhentos reais)	Serviço	UNID	1	954,6400	954,64
18	1	Seguro Strada Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa TAI 2J35, Renavam 01397584650, FIAT STRADA FREEDON CABINE DUPLA, 2024/2025, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para	Serviço	UNID	1	955,2600	955,26

		o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: $ 3.500,00 (tres mil e quinhentos reais)						

Fornecedor: SEGUROS SURA S.A
CNPJ: 33.065.699/0001-27

LOTE	ITEM	DESCRICAO	MARCA	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
2	1	**Seguro Ambulância Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor Placa RHD 4E73 Renavam 01264084606 MERCE-DES BENZ , 2021/2022, Cor: BRANCO -Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).**	**Serviço**	**UNID**	**1**	**2.998,9800**	**2.998,98**

Valor Total do Pregão: R$ 63.429,12 (sessenta e três mil quatrocentos e vinte e nove mil reais e doze centavos)

Total Homologado do Processo: R$ 19.590,75 (dezenove mil quinhentos e noventa reais e setenta e cinco centavos).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

Manutenção da Atenção Primária
05.001.10.301.0007.2022 – 3.3.90.39 Fonte 303 – Red. 192
05.001.10.301.0007.2022 – 3.3.90.39 Fonte 495 – Red. 192
05.001.10.301.0007.2022 – 3.3.90.39 Fonte 494 – Red. 192

Valor Total: R$ 19.590,75 (dezenove mil quinhentos e noventa reais e setenta e cinco centavos).

Califórnia, 11 de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:4DEBBBF5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2026

ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 16.001/2026 - CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - RECEPÇÃO 16/08/2026 08:00					
INSCRIÇÃO	**NOME IDENTIFICAÇÃO**	**NASC.**	**ENDEREÇO**	**VAGA**	**MODALIDADE**
4952	ANDERSON MAIA DA COSTA	11/09/1980	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8222 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO - ELÉTRICA	Ampla Concorrência
5196	ANTONIO CARLOS BORRE	08/09/1988	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4471	CARLOS ALBERTO GOMES	13/09/1982	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4399	DIEGO KRUGER BARBOSA	12/05/1983	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8221 - OFICIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência
5014	EDILTON ALVES FIGUEIRA	24/01/1986	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8223 - OPERADOR DE MÁQUINAS	Ampla Concorrência
5089	ELIÉZER FORBECK	25/11/1995	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5283	FELIPE NERI KRAUSS	10/05/1973	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4739	FERNANDO JOSÉ VIDOLIN	02/11/1984	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4452	GILBERTO FERREIRA DE JESUZ	09/03/1983	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4965	GLAUCIO LUCIANO DEPETRIS MARIANO	12/01/1989	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8223 - OPERADOR DE MÁQUINAS	Ampla Concorrência
4899	IVANILDO PAVIANI JUNIOR	25/07/1983	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8295 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO - MECÂNICA	Ampla Concorrência
4535	JOSE CARLOS MARTINS FILHO	19/10/1989	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8223 - OPERADOR DE MÁQUINAS	Ampla Concorrência
5075	JOSÉ EDNO RIOS GOMES FILHO ABUGOCHE	08/09/1971	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4503	JOSÉ FRANÇUAR DE SOUZA ALVES	15/08/1979	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5152	LEANDRO LUIZ GARCIA	07/10/1984	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4232	LUCIMARA ALVES MOREIRA	24/06/1980	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4926	MARCELO TRIZOTE DOS SANTOS	25/05/1986	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5052	MAYCON MEDEIROS FONTANA	08/03/1998	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8221 - OFICIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência
4945	MIGUEL CORRÊA BARBOSA	30/09/2001	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência

			Grande do Sul - PR		
4631	RODRIGO ESPINDOLA BONFIM	25/11/1982	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5230	RODRIGO MIYABAYASHI	16/08/1980	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8222 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO - ELÉTRICA	Ampla Concorrência
5165	RONALDO ALVES ARAÚJO	09/09/1981	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4706	SALOMÃO EDUARDO HELLWIG	09/04/1999	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5026	SILVAGNO SOUZA DO CARMO	11/07/1978	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8221 - OFICIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência
4647	THIAGO CAITANO DE ALMEIDA	03/10/2001	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Pretos e Pardos
5076	THIAGO DA SILVA RIBEIRO	25/10/1983	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4794	VALTER LIARTE REIS	03/07/1973	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8222 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO - ELÉTRICA	Ampla Concorrência
4596	VIVERSON SILVA DA CUNHA	10/02/1989	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - RECEPÇÃO 16/08/2026 09:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	ENDEREÇO	VAGA	MODALIDADE
5146	ALESSON DOMINGOS BERNARDI DOS SANTOS	26/07/1988	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4408	ANDERSON ROSA DOS SANTOS	11/12/1982	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5038	ANDRÉ LUIS MEDEIROS	03/07/1979	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5041	ARTHUR CESAR EDLING	15/07/1992	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4518	AUGUSTO FILIPPINI	09/02/1996	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4205	BRUNO DA SILVA LINS	11/01/1994	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4416	BRUNO SOUZA DA SILVA	21/07/1995	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4315	CLAUDINEI MUNSTER DORTE	08/07/1992	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4950	DANIEL BALBINO DE SOUZA	03/01/1977	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5269	DANIEL SIUTA	05/04/1983	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5258	EDILSON DE LARA SILVA	04/09/1985	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5060	FELIPE DE FIGUEIREDO	25/01/1990	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8221 - OFICIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência
4870	IVO RAPHAEL CORREA BARBOSA	18/05/2000	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8222 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO - ELÉTRICA	Ampla Concorrência
5282	JEISSON RAFAEL MORO CARRARO	29/08/1991	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5047	JOÃO BOSCO DA SILVA	12/02/1963	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5164	MARCO ANTONIO ALVES DA SILVA	15/05/1971	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8222 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO - ELÉTRICA	Ampla Concorrência
4333	MATHEUS EDUARDO LOPES	11/06/1994	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4287	MICHELE FERREIRA DOS SANTOS	06/08/1988	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5158	MILTON CÉSAR DA SILVA SANTOS	14/07/1984	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8223 - OPERADOR DE MÁQUINAS	Ampla Concorrência
4512	NELSON LOPES DOS REIS	24/09/1974	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8223 - OPERADOR DE MÁQUINAS	Ampla Concorrência
5070	VALCIR CAMARGO PEGO	22/01/1968	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5248	VALTENCIR GONÇALVES DA SILVA	30/01/1976	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5203	VINICIUS DOS PASSOS BALTAZAR	15/09/1987	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4995	WELLINGTON BANDEIRA MARTINS	22/03/1988	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8221 - OFICIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - RECEPÇÃO 16/08/2026 10:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	ENDEREÇO	VAGA	MODALIDADE
5161	ADRIANO BELMIRO CABRAL	11/05/1982	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4264	ANDREY FELIPE DE LIMA TAVARES DOS SANTOS	13/11/1998	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4446	ÂNGELO GARCIA OGATA	14/01/1978	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8221 - OFICIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência
4293	BETIA MENDES DA SILVA	28/12/1968	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4226	DOUGLAS RIBEIRO DE MORAIS	07/04/2003	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4829	EDUARDO RIGON SOARES GODINHO	30/08/2001	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8295 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO - MECÂNICA	Ampla Concorrência
4335	ELIAS VIEIRA DE DEUS	14/12/1987	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5213	EMERSON FERNANDO ALBERTI JASLUK	07/04/1983	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8223 - OPERADOR DE MÁQUINAS	Ampla Concorrência
4481	EZIQUIEL CARNEIRO	08/08/1984	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5278	FERNANDO LORENZI DOS SANTOS	10/07/1989	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8223 - OPERADOR DE MÁQUINAS	Ampla Concorrência
4637	GERSON DE OLIVEIRA SILVA	15/12/1980	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4941	GERVANO BATISTA DE ALMEIDA	28/01/1967	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8221 - OFICIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência
4653	GUILHERME VARGAS FERNANDES	22/05/1995	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8221 - OFICIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência
4988	IVERSON FERREIRA DE LIMA	25/09/1964	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência

			Grande do Sul - PR		
5080	JOSÉ IRAM DE ARAÚJO	08/07/1983	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4701	LEONILDO JOSE KLOSOSKI	16/09/1978	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4496	LUIZ CARLOS DA SILVA ANTÔNIO	17/09/1967	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8223 - OPERADOR DE MÁQUINAS	Ampla Concorrência
4183	MARCELO FRANCO	22/11/1983	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4284	MATHEUS CAMARGO LOPIS	27/07/1999	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5268	NEURI ROBERTO RODRIGUES DOS SANTOS	31/01/1963	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8222 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO - ELÉTRICA	Ampla Concorrência
4893	PAULO ISRAEL SILVEIRA	24/10/1980	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5027	RAFAEL DA SILVA	03/06/1982	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Pretos e Pardos
4477	ROBSON ANDREASSA	07/04/1975	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4249	SANDER ERDMANN DO NASCIMENTO	24/07/1985	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8222 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO - ELÉTRICA	Ampla Concorrência
4562	SANDRO JOSUÉ DO AMARAL	09/02/1981	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4645	SERGIO LUIZ DA SILVA	22/08/1970	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4751	TIAGO HENRIQUE RODRIGUES DA PAZ	03/02/1995	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - RECEPÇÃO 16/08/2026 11:00					
INSCRIÇÃO	**NOME IDENTIFICAÇÃO**	**NASC.**	**ENDEREÇO**	**VAGA**	**MODALIDADE**
4514	ALLAN DEMETRIUS CARDOSO DOS SANTOS	15/10/1998	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5115	CARLOS EDUARDO MOTTIN	31/05/1985	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8295 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO - MECÂNICA	Ampla Concorrência
5077	DALTON LUIS ANTONIO DA CRUZ	16/08/1997	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4702	EDIPO CARNEIRO FORTES	11/11/1988	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4456	EVERTON RODRIGUES NERES	27/10/1990	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4170	FRANCISCO FÁBIO GOMES SILVA	11/10/1969	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4263	FRANCISCO JOILSON DE OLIVEIRA	07/04/1987	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8221 - OFICIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência
5147	GABRIEL KAPPAUN DOS SANTOS	11/10/2003	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8222 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO - ELÉTRICA	Ampla Concorrência
5034	GIOVANE SEVERO QUINTEIRO	10/03/1979	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5015	ISAÍAS LEANDRO DA SILVA	15/08/1986	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8223 - OPERADOR DE MÁQUINAS	Ampla Concorrência
4935	IVAM HENRIQUE BERLEIS VIANA	11/11/1996	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5046	JOELMIR JOSE ROJAHN	23/03/1983	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8221 - OFICIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência
4966	LUÍS ANTONIO IORKOSKI	06/10/1982	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5252	LUIZ FELIPE DA SILVA	23/12/1989	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4719	NATHALIA THINSERG FELIPE	06/04/1980	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5010	PAULO JOSE DA SILVA	21/02/1993	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4697	PEDRO TROINER JUNIOR	20/07/1978	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4223	REINALDO SOARES	19/05/1979	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5274	ROBERSON PAULO KUHL BASTOS	03/05/1981	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4295	ROGÉRIO DE CASTRO SILVA	13/08/1988	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4314	RÔMULO NACIF DE JESUS DOS SANTOS	15/02/1971	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Pretos e Pardos
4231	SÉRGIO BARTHOLOMEU	21/03/1963	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4977	VICTOR DANIEL BARROSO TORRES	08/05/1995	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8222 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO - ELÉTRICA	Ampla Concorrência
4235	WESLEY CARDOSO MARTINS DOS SANTOS	20/07/1987	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8223 - OPERADOR DE MÁQUINAS	Ampla Concorrência
4682	WILSON ESPERANÇA JUNIOR	09/05/1972	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - RECEPÇÃO 16/08/2026 12:00					
INSCRIÇÃO	**NOME IDENTIFICAÇÃO**	**NASC.**	**ENDEREÇO**	**VAGA**	**MODALIDADE**
5197	RICARDO ZANCHETTIN	18/02/1981	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8295 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO - MECÂNICA	Ampla Concorrência
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - RECEPÇÃO 16/08/2026 13:00					
INSCRIÇÃO	**NOME IDENTIFICAÇÃO**	**NASC.**	**ENDEREÇO**	**VAGA**	**MODALIDADE**
4724	ADONIR RIBEIRO DA COSTA JUNIOR	30/06/1971	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4440	ALEXANDRE ALVES BISPO	15/06/1980	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4182	ANDERSON LEANDRO WALTER	29/12/1982	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4478	ANTONIO CARLOS PADILHA SANTOS	10/07/1981	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4860	CARLOS GUEREGA	25/11/1987	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5159	CLEVERSON ANTONIO DA SILVA	15/12/1981	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8221 - OFICIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência
4793	DAMIÃO RIBEIRO DA CRUS	30/08/1969	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina	8221 - OFICIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência

			Grande do Sul - PR		
5150	EDSON FERREIRA DE AZEVEDO	06/08/1973	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5021	EMERSON RODRIGO RIBEIRO MOREIRA	21/09/1977	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8221 - OFICIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência
5116	EVANDRO MACIEL FURLAN	28/12/1998	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8222 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO - ELÉTRICA	Ampla Concorrência
4561	FABIO PIRES DE MEDEIROS	28/12/1982	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	PcD - Pessoa com Deficiência
4418	GILBERTO MENDANHA DE SOUZA	01/12/1986	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4850	GUILHERME ITALO SOARES DA SILVA	12/07/1996	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4584	HENRIQUE ALIPIO PINHEIRO INOQUE	10/06/1985	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8223 - OPERADOR DE MÁQUINAS	Ampla Concorrência
4208	JOÃO VICTOR BUENO OLIVEIRA	26/02/2000	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4372	JOSÉ WILLAMS COSTA PEREIRA	10/01/1985	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4240	JOSUÉ LARA LOPES	26/08/1973	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5249	KEVEN RODRIGUES MANOEL	08/09/1997	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4392	LEANDRO ELIEZER DA SILVA	20/10/1992	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5017	LUAN CARLOS HEUPA	25/11/1996	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8222 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO - ELÉTRICA	Ampla Concorrência
4359	MARCELO LOURENÇO COUTINHO	09/02/1981	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4602	ORIELSON BARBOSA RIBEIRO	16/11/1975	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4568	RENAN LEONEL DA SILVA OLIVEIRA	28/07/1997	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8223 - OPERADOR DE MÁQUINAS	Ampla Concorrência
4242	ROBISON CRISTIANO PAULUKE	17/07/1974	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5083	THIAGO DOMINGOS DOS SANTOS	14/02/1989	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8223 - OPERADOR DE MÁQUINAS	Ampla Concorrência
4272	VITOR ANDRE SLOBODA DOS SANTOS	22/06/1998	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - RECEPÇÃO 16/08/2026 14:00

INSCRIÇÃO	NOME IDENTIFICAÇÃO	NASC.	ENDEREÇO	VAGA	MODALIDADE
4836	ABNER JOSÉ DANTAS BOTELHO FERNANDES	07/11/2003	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8222 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO - ELÉTRICA	Ampla Concorrência
5276	ANDERSON DOS SANTOS COSTA	02/11/1985	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4813	AURELIO FERNANDO HASS	16/11/1992	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8295 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO - MECÂNICA	Ampla Concorrência
4678	CELSO BOROSKI	06/04/1986	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5162	EVERTON SOUZA PESSOA	22/09/1990	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8222 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO - ELÉTRICA	Ampla Concorrência
4660	FRANCISMAR LUIZ DAL CORTIVO	09/10/1977	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4513	ISRAEL LOPES DE SOUZA	30/08/1976	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	PcD - Pessoa com Deficiência
4851	JONATAN BERNARDI	29/01/1985	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	PcD - Pessoa com Deficiência
4289	JORGE RENATO DA ROCHA	29/10/1993	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	PcD - Pessoa com Deficiência
4875	JOSE ROBERTO BORDIN SEGUNDO	27/04/1981	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Pretos e Pardos
5090	MARCIO JIUNN SHENG LIU	24/07/1976	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4658	MÁRIO FERNANDO FUMAGALLI MACHADO DA SILVEIRA	14/09/1984	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	PcD - Pessoa com Deficiência
5008	PATRICK DANIEL PEREIRA DE OLIVEIRA	24/10/1999	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8223 - OPERADOR DE MÁQUINAS	Ampla Concorrência
5012	RAFAEL VIEIRA DA SILVA	24/02/1991	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
5096	REGINALDO BORBA CORDEIRO	08/02/1984	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8220 - MOTORISTA	Ampla Concorrência
4753	RENATO FERNANDO PEREIRA	03/01/1989	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8223 - OPERADOR DE MÁQUINAS	Ampla Concorrência
5219	WILKERSON VIANA SCHWARTZ	04/12/1977	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8221 - OFICIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência
4752	WILSON CHAGAS GOUVEIA DE SOUZA	17/02/1988	R. Valdomiro de Souza Hathy, 346, Centro, Campina Grande do Sul - PR	8221 - OFICIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL	Ampla Concorrência

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:6E824F06

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 0008/2026 - DEFAT

(prazo de 30 dias)

O **MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.607.539/0001-76, com sede na Rodovia Gumercindo Boza, nº 20.823, km 20, Sede, Campo Magro – PR, através da Secretaria Municipal de Fazenda, vem com fundamento no

artigo 142 do Código Tributário Nacional – CTN, c/c nos termos do Artigo 79, alínea "c" da Lei Municipal nº 294/2003, em razão da impossibilidade de fazê-lo pessoalmente, **NOTIFICA** os contribuintes cujos Alvarás de Funcionamento possuem vencimento em **30/09/2026**:

CÓDIGO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
30466	ABRIGO INSTITUCIONAL CAMPO MAGRO	01.607.539/0001-76
28583	ALEKRIM REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA	47.675.143/0001-67
30461	ALHO VANEL LTDA	27.969.398/0001-25
26823	ANA CRISTINA STREMEL BIERNASKI HORTIFRUTI – ME	37.719.008/0001-12
30524	ANDRADE SPORTS CENTER LTDA	57.211.303/0001-70
24972	ASS. DE CATADORES DE MAT. RECICLÁVEIS DA FAZ. SOLIDARIEDADE	28.354.121/0001-50
29442	ASSOCIAÇÃO PEDAGÓGICA ANTROPOSÓFICA TURMALINA	74.062.043/0002-19
28495	AUTOPEÇAS CAMPO MAGRO LTDA	47.193.902/0001-55
27807	BODY FIT ACADEMIA LTDA	43.108.445/0001-00
20581	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	00.360.305/4538-34
26298	CARLOS HENRIQUE MION & CIA LTDA - ME	02.546.977/0001-34
29466	CARVÃO ALVES LTDA	51.253.408/0001-06
28594	CASTELLA CLUBE ESCOLA DE TIRO E CAÇA LTDA	47.999.103/0001-70
23637	CEREAIS SANTA HELENA LTDA - ME	23.278.174/0001-16
27786	COMÉRCIO DE MÓVEIS ESTRADA DO CERNE LTDA	41.524.037/0001-04
31706	CORDAS TRAMA FORTE LTDA	47.438.880/0001-46
28598	D CATELLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	48.081.144/0001-46
26925	DAIANE PRISCILA BAEDESKI FILUS NETTO	38.186.189/0001-21
29407	E.R.M. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA	51.941.252/0001-56
20655	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS	34.028.316/7262-36
31845	GARAGE 1240 LTDA	61.961.530/0001-90
31748	GH REPRESENTAÇÕES LTDA	62.451.837/0001-04
30463	J F SERVICE LTDA	54.350.621/0002-05
28555	J.F. CHOCOLATES LTDA	47.764.961/0001-36
31811	JACQUELINE DE LIMA COSTA LTDA	32.891.940/0001-04
29403	KEZPO SOLUTIONS LTDA	51.805.917/0001-02
30532	KL EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA	57.275.864/0001-33
23147	KRISART MÓVEIS EXTERNOS LTDA	19.691.121/0001-55
29454	LABAN LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	72.082.043/0002-55
29417	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DAS NAÇÕES LTDA - FILIAL	82.658.840/0095-90
29445	LIMA & CAVALLI ADVOGADOS ASSOCIADOS	51.429.993/0001-52
30507	LINER ALIMENTOS LTDA	23.838.547/0001-66
31836	LISSANDRA GARBIN SERVIÇOS TÉCNICOS	61.979.412/0001-00
27782	LOUSAS BRASIL COMÉRCIO DE QUADROS E ARTIGOS ESCOLARES EIRELI	40.801.863/0001-82
8082	MARCEL DIAS DESIGN LTDA - ME	11.203.792/0001-18
23569	MARCENARIA MERCER LTDA - ME	01.499.203/0001-37
30490	MERCADO LONGARETE LTDA	55.458.262/0001-96
28522	NONNO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	47.526.449/0001-51
28530	ON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	12.373.406/0001-07
30458	R. N. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	10.687.867/0003-82
27827	RS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA	43.138.402/0001-60
22448	SANTOS & LEAL COMÉRCIO DE MUDAS E AGROCOMERCIAL LTDA - ME	18.115.615/0001-29
31819	SCG LTDA	62.232.102/0001-90
31817	SCHERER ACABAMENTO DE MADEIRA LTDA	62.356.685/0001-60
31842	SOFIA DUARTE LTDA	62.644.424/0001-46
30534	STORILL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	15.500.463/0001-90
27776	TSR EXPRESS LTDA	42.820.558/0001-63
22700	VERGINIA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA	19.685.857/0001-10
24219	VILA RICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESPUMAS EIRELI	25.053.421/0001-01

Para que tomem conhecimento do vencimento de sua licença comercial e, caso o contribuinte acima nominado pretenda renovar seu Alvará Comercial para o ano de 2026/2027, deverá comparecer ao Departamento de Fiscalização e Administração Tributária – DEFAT deste Município, situado na Rodovia Gumercindo Boza, nº 20.823, Sede, Campo Magro – PR, de segunda-feira à sexta-feira (exceto feriados), das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, para retirada da competente Guia de Recolhimento da Taxa de Localização e Verificação Anual (art. 3º, inciso IV da Lei Municipal nº 36/1997 e art. 10, inciso IV da Lei Municipal nº 294/2003).

Caso prefira, o contribuinte poderá expedir a aludida Guia de Recolhimento através do site eletrônico oficial da Prefeitura (www.campomagro.pr.gov.br), acessando o link "Cidadão Web".

Procedido ao recolhimento tributário, o contribuinte deverá requerer a renovação de seu Alvará Comercial junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura, oportunidade na qual lhe serão exigidos os seguintes documentos:

Comprovante de pagamento da taxa;
Cópia do último Alvará (2025);
Documento de Identificação do contribuinte ou de seu representante legal (RG);
Cadastro de Pessoa Física contribuinte ou de seu representante legal (CPF);
Comprovante do endereço comercial, com data de expedição não superior a três meses;
Cópia do Contrato Social ou da última alteração contratual da empresa;
Certificado do corpo de bombeiros ou, na falta deste, apresentar protocolo de vistoria perante aquele órgão;
Contrato de prestação de serviços contábeis e Certidão de regularidade do contador expedido pelo CRC/PR (caso seja de substituição);
Cartão CNPJ de igual teor do Contrato Social ou da última alteração contratual.

O conteúdo deste Edital poderá ser impugnado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Campo Magro, 10 de agosto de 2026.

RODRIGO NASCIMENTO COSTA
Secretário Municipal de Fazenda

DIUCELIA APARECIDA COSTA ALEIZ
Diretora do Departamento de Fiscalização e Administração Tributária

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:99A55988

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 336/2026 11-08-2026

PORTARIA Nº 336/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Paula Pavão da Silva	Atendimento ao Público	01 (uma)	Cascavel – PR	11 de agosto de 2026.	Encontro de evidencias do Selo da Rede Parceira SEBRAE.
Rosangela Cristina Capeleti S.	Agente de Administração	01 (uma)	Cascavel – PR	14 de agosto de 2026.	Buscar documentação no IIPR, PRM.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 11 de agosto de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:34A70119

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
11º TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 043/2025 PROCESSO INTERNO Nº 234/2025 NILTON JOSÉ TELES, SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA , ATRAVÉS DO DECRETO Nº 4.227 DE 29 DE AGOSTO DE 2025, DO MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, ESTADO D

FORNECEDOR: ALVES COMERCIO E INSTALACOES LTDA - CNPJ: 45.078.571/0001-87

Lote	Ordem	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
11	1	ESPAÇO NA ÁREA DE EXPOSIÇÃO (OURO) - INCLUSO TENDA 10X10	UND	1	6.000,00	6.000,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 6.000,00 (seis mil reais).

FORNECEDOR: CANTARELLO VEICULOS E PECAS LTDA - CNPJ: 04.972.647/0001-36

Lote	Ordem	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
2	1	CORES DA EMPRESA – NOS TECIDOS DOS CAMAROTES SHOW LADO A, LADO B	SRV	1	3.000,00	3.000,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 3.000,00 (três mil reais).

FORNECEDOR: DELLAI PARTICIPACOES LTDA - CNPJ: 57.272.991/0001-89

Lote	Ordem	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
18	1	ESPAÇO DE PROPAGANDA NO PALCO- LATERAIS 9 X 2 M	SRV	1	17.000,00	17.000,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

FORNECEDOR: FERNANDO RODRIGUES FERNANDES NETO - CNPJ: 077.655.619-36

Lote	Ordem	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
4	1	PROPAGANDA PORTAL DE ENTRADA (LOUNGE DE ENTRADA DOS CAMAROTES SHOW)	UND	1	2.000,00	2.000,00
23	1	FAIXA ARENA DE RODEIO 2,5X0,70	SRV	1	2.000,00	2.000,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

FORNECEDOR: LUCIANO JOSE DE GOUVEIA - CNPJ: 374.017.968-64

Lote	Ordem	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
6	1	BRETES ARENA DE RODEIO (INCLUSO ADESIVO)	UND	1	8.000,00	8.000,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 8.000,00 (oito mil reais).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais)

Carlópolis, 11 de agosto de 2026

NILTON JOSÉ TELES
Secretário (a) Municipal de Turismo e Cultura

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:2C1D1C41

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026 PROCESSO INTERNO Nº 098/2026

Alana Karolina de Souza Bueno Secretário(a) Municipal de Administração e Comunicação, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico nº 028/2026 **– Menor Preço por Item,** realizado no dia 24 de junho de 2026 (Lances e Habilitação), objetivando a possível **Aquisição de mudas de arborização urbana, mudas ornamentais, grama, substratos e vasos, destinados à implantação, revitalização e manutenção de áreas verdes públicas, canteiros, praças, bosques, espaços institucionais e demais espaços urbanos do Município de Carlópolis PR,** ficando assim **ADJUDICADO** o Pregão Eletrônico em favor da empresa abaixo, por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado proposta mais vantajosa aos interesses da administração

FORNECEDOR: ESPACO PLANTAS E SERVICOS LTDA - CNPJ: 41.923.599/0001-12

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
2	1	Muda De Planta Moréia Branca	Propria	UND	1.000	12,00	12.000,00
2	2	Muda De Planta Natural Azaleia de Sol	Propria	UND	200	14,50	2.900,00
2	3	Muda De Planta Vinca de Madagascar	Propria	CX	500	30,00	15.000,00
2	4	Muda De Planta Natural Buchinho Natural	Propria	UND	100	45,00	4.500,00
2	5	Muda De Planta Natural Estrelicia	Propria	UND	100	20,00	2.000,00
2	6	Muda De Planta Arvoreta Ixora	Propria	UND	1.000	2,50	2.500,00
2	7	Muda De Planta Natural Petúnia	Propria	UND	300	3,00	900,00
2	8	Muda De Planta Natural Onze-Horas	Propria	UND	100	2,00	200,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

FORNECEDOR: F P DO NASCIMENTO - CNPJ: 10.611.181/0001-46

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
4	1	Grama Folha Estreita Verde-Esmeralda Esmeralda	PROPRIA	M2	10.000	15,36	153.600,00
4	2	Grama Folha Dura Verde-Claro Mato Grosso em placas	PROPRIA	M2	10.000	17,00	170.000,00
4	3	Grama Folha Larga Verde-Intenso São Carlos (Curitibana)	PROPRIA	M2	15.000	19,50	292.500,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 616.100,00 (seiscentos e dezesseis mil e cem reais).

FORNECEDOR: MERCADO DAS FLORES LTDA - CNPJ: 46.161.009/0001-85

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	1	Muda De Planta Palmeira Rafis	JM	UND	40	30,00	1.200,00
1	2	Muda De Planta Palmeira Rabo De Raposa	JM	UND	200	120,00	24.000,00
1	3	Muda De Planta Palmeira Fênix Tamareira Anã	JM	UND	40	100,00	4.000,00
1	4	Muda De Planta Palmeira Areca-bambu	JM	UND	40	35,00	1.400,00
1	5	Muda De Planta Natural Cerejeira Sakura	JM	UND	30	35,00	1.050,00
1	6	Muda De Planta Reseda Branca	JM	UND	100	20,00	2.000,00
1	7	Muda De Planta Reseda Rosa	JM	UND	100	20,00	2.000,00
1	8	Muda De Planta Árvore Oiti	JM	UND	250	25,00	6.250,00
1	9	Muda De Planta Natural Quaresmeira Roxa	JM	UND	500	30,00	15.000,00
1	10	Muda De Planta Natural Jacarandá-Mimoso	JM	UND	75	25,00	1.875,00
1	11	Muda De Planta Natural Cereja do Rio Grande	JM	UND	30	35,00	1.050,00
1	12	Muda De Planta Pitanga	JM	UND	30	35,00	1.050,00
1	13	Muda De Planta Jabuticaba	JM	UND	20	66,25	1.325,00
1	14	Muda De Planta Natural Grumixama	JM	UND	20	35,00	700,00
1	15	Muda De Planta Araçá Amarelo	JM	UND	20	35,00	700,00
1	16	Muda De Planta Palmeira Cica	JM	UND	20	150,00	3.000,00
1	17	Muda De Planta Palmeira Palmeira Imperial	JM	UND	100	40,00	4.000,00
1	18	Muda De Planta Palmeira Latania-Azul	JM	UND	10	350,00	3.500,00
1	19	Muda De Planta Arvoreta Kaizuka	JM	UND	20	80,00	1.600,00
1	20	Muda De Planta Arvoreta Cipreste	JM	UND	30	50,00	1.500,00
1	21	Muda De Planta Palmeira Jerivá	JM	UND	200	80,00	16.000,00
1	22	Muda De Planta Palmeira Palmeira-Leque-De-Espinho	JM	UND	20	80,00	1.600,00
1	23	Muda De Planta Natural Buganvília Primavera	JM	UND	20	25,00	500,00
1	24	Muda De Planta Natural Ipê-Rosa	JM	UND	50	20,00	1.000,00
1	25	Muda De Planta Natural Ipê-Amarelo	JM	UND	100	20,00	2.000,00
1	26	Muda De Planta Natural Ipê-Branco	JM	UND	100	20,00	2.000,00
1	27	Muda De Planta Natural Calliandra Rosa	JM	UND	30	20,00	600,00
1	28	Muda De Planta Natural Liquedambar	JM	UND	120	60,00	7.200,00
1	29	Muda De Planta Cedro Rosa	JM	UND	30	30,00	900,00
3	1	Vaso Planta Grande com prato	JM	UND	20	350,00	7.000,00
3	2	Vaso de Planta Medio	JM	UNI	20	300,00	6.000,00
3	3	Vaso de Planta Pequeno	JM	UND	20	250,00	5.000,00
3	4	Vaso Fibra De Vidro	JM	UND	20	750,00	15.000,00
3	5	Casca de pinus polida nº 1	JM	SAC	100	35,00	3.500,00
3	6	Casca de pinus polida nº 2	JM	SAC	100	35,00	3.500,00
3	7	Adubo Químico Granulado Npk(4,14,8) + 0,4% Zn	JM	UND	30	300,00	9.000,00
3	8	Substrato Agrícola Vegetal Isento Contaminação	JM	UND	200	200,00	40.000,00
3	9	Peças / Componentes - Jardinagem Separador/Limitador De Grama e jardim Polietileno	JM	MT	50	200,00	10.000,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 864.100,00 (oitocentos e sessenta e quatro mil e cem reais)

Carlópolis, 11 de agosto de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretário (a) Municipal de Administração e Comunicação

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:22603CA9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL N.º 02.001/2026 – DEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Deferimento das Solicitações de Isenção da taxa de Inscrição** do Concurso Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art.1º Fica divulgado por meio do **ANEXO ÚNICO** deste Edital, a relação dos candidatos que tiveram o pedido de isenção **DEFERIDO**, com escopo nas regras contidas nos subitens 5.22 e 5.23 do Edital de Abertura.

Art.2º Registra-se que todos os pedidos de isenção **INDEFERIDOS**, possuem justificativas quanto a posição adotada pela banca examinadora, as quais encontram-se dispostas na "Área do candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.3º Quanto ao **INDEFERIMENTO** da solicitação de Isenção da taxa de Inscrição, caberá interposição de recurso no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir das **0h do dia 12/08/2026 às 23h59min do dia 13/08/2026**, observando o horário oficial de Brasília - DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.4º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda (PR), 11 de agosto de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.° 02.001/2026 - DEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

	ATENDENTE INFANTIL - CONTENDA	
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042216	ALEXANDRE HENRIQUE DA SILVA BALIERO	Doador de Medula Óssea
0042249	ALINE MOZELE	CadÚnico
0042437	AMANDA LORRAYNE DÁ SILVA	CadÚnico
0042241	ANA PAULA PIRES	CadÚnico
0042268	BEATRIZ LINZMEYER	CadÚnico
0041962	CAROLINA DA SILVA VERONEZI	CadÚnico
0042255	CLARICE DO ROCIO DA SILVEIRA MARTINS	CadÚnico
0042193	ELCIANE HARDT	CadÚnico
0042467	EMERSON CRUZ DE OLIVEIRA SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042522	FABIANA PAULA DE SOUZA	CadÚnico
0042208	FRANCISCA DOS SANTOS ALMEIDA	Doador de Medula Óssea
0042439	GABRIELLI APARECIDA DA SILVA BALBINO	CadÚnico
0042109	GESSICA APARECIDA PEDROSO KRISZEWSKI	Doador de Medula Óssea
0042468	INGRID GABRIELLE DA CRUZ ALMEIDA	CadÚnico
0042447	ISABELLY SOFIA DE SOUZA	CadÚnico
0042042	JANETE CASTURINA FERREIRA	CadÚnico
0042476	JAQUELINE OLECH CARDOSO	CadÚnico
0042319	JULIANE CRISTINA POLATO DE FREITAS	CadÚnico
0042548	KIMBERLY KULKA	CadÚnico
0041975	LARISSA COLAÇO	CadÚnico
0042310	LETÍCIA FERNANDES RIBEIRO	CadÚnico
0041971	LUCIANA DE LIMA SILVA	Doador de Medula Óssea
0042070	MARIA DE OLIVEIRA KRYSZEWSKI	CadÚnico
0042131	REGINALDO RICARDO DA SILVA	CadÚnico
0042171	ROSIANE CAETANO DA SILVA	CadÚnico
0042420	ROSILDA APARECIDA VAZ BURGDURFF	CadÚnico
0042305	STHEPHANIE CATARINA SLOTY DA SILVA	CadÚnico
0042478	THAYNARA APARECIDA RIBEIRO FERREIRA	CadÚnico
0042451	VANESSA MICKELINA RODRIGUES	CadÚnico

	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS - CONTENDA	
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042332	ADIEIZI RODRIGUES VIEIRA DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042343	ADILSON CARLOS DE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0042006	ALBERTO RAMON FREITAS SANTIAGO	CadÚnico
0042481	ALESSANDRA BISSOLOTTI DELLANI FILIPPINI	Doador de Medula Óssea
0042254	ALESSANDRA DE LIMA GONÇALVES	Doador de Medula Óssea
0042427	ALEXARI LEAL	Doador de Medula Óssea
0042091	ALINE CRISTINA MATEUS	Doador de Medula Óssea

0042202	ANA CLÉCIA MENEZES ANDRADE	Doador de Medula Óssea
0042269	ANA PAULA BORTOLAN	Doador de Medula Óssea
0042150	ANDERSON NUNES DELFINO	Doador de Medula Óssea
0042043	ANNE KAROLINE SILVA ARAUJO	Doador de Medula Óssea
0042133	DAIANE MAYARA DOS SANTOS NAVARQUI	Doador de Medula Óssea
0042176	DIEGO FERNANDO DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0042207	EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA LOPES	Doador de Medula Óssea
0042412	ELIZETE APARECIDA DO NASCIMENTO LACERDA	Doador de Medula Óssea
0042089	EMERSON SILVA DE SOUSA	Doador de Medula Óssea
0042054	ERICK CAMARGO DE ALMEIDA	Doador de Medula Óssea
0042490	ERIKA SANTOS DE SOUZA SILVA	Doador de Medula Óssea
0042161	EUGENIA DELONZEK	Doador de Medula Óssea
0042062	GESSICA DOS SANTOS SCHAYDER	Doador de Medula Óssea
0042187	GIOVANA GARCIA DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0042505	GISLEIDE ANDREA FAÉ DE CARVALHO	Doador de Medula Óssea
0042116	GISLENE DA SILVA FRANCISCO	Doador de Medula Óssea
0042367	GUILHERME LEONARDO DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0041984	HERBERTH NOGUEIRA PEREIRA FILHO	Doador de Medula Óssea
0042348	IRANEIDE MARIA DE OLIVEIRA PEREIRA TERTO KOMECHE	Doador de Medula Óssea
0042421	JAQUELINE RIBEIRO GONCALVES	Doador de Medula Óssea
0042075	JAQUELINE VISNESKI	Doador de Medula Óssea
0042257	JEAN SALDANHA FRANCO	CadÚnico
0042013	JOÃO CARLOS STRAUB DE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0042426	JOICE DE SOUZA CERQUEIRA SILVA	Doador de Medula Óssea
0042023	JONATHAN FERNANDO DE SOUZA	Doador de Medula Óssea
0042156	KALINE TAYS MORETTO	Doador de Medula Óssea
0042130	LARA HELENA LUIZA ZAMBÃO	Doador de Medula Óssea
0042425	LEONARDO MOREIRA DOS SANTOS	CadÚnico
0042199	LUCAS ROSNOSKI MUCHAU	Doador de Medula Óssea
0042502	MAIQUIARA ARIANE CARNEIRO	CadÚnico
0042422	MARCELO SIQUEIRA DE ABREU	Doador de Medula Óssea
0042406	MÁRIO RIBEIRO DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042550	MICHAEL BUSSOLA	Doador de Medula Óssea
0042419	PRISCILA EMY OGIDO SAKUMA	Doador de Medula Óssea
0042179	RAFAELLA DA SILVA SOUZA	Doador de Medula Óssea
0042551	RODRIGO RODBARD FALAT	Doador de Medula Óssea
0041978	RONALDO GIMENEZ MONTEIRO	Doador de Medula Óssea
0042144	SÂMARA CRISTINA MATSUMOTO DE ARRUDA	Doador de Medula Óssea
0042127	SARA MAYARA DE MIRANDA	Doador de Medula Óssea
0042206	SILMAX CORREIA BORGES	Doador de Medula Óssea
0042485	SOLANGE GILLIET	Doador de Medula Óssea
0042473	THAYS DAYANE KRINSKI PADILHA	Doador de Medula Óssea

0042517	THAYSE RIBEIRO GUERRA MATZENBACHER	Doador de Medula Óssea
0042424	TIAGO INACIO DE FARIAS	Doador de Medula Óssea
0042444	VALDIR LUCIANO DE SOUZA	CadÚnico
0042264	VEREDIANE PEREIRA	Doador de Medula Óssea
0042302	WALLASSE THIAGO RODRIGUES FAUTH	Doador de Medula Óssea
0042415	YURI BARBOSA LEMOS	Doador de Medula Óssea

	AUXILIAR DE FARMÁCIA - CONTENDA	
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042185	ADRIANA CRISTINA PEREIRA	Doador de Medula Óssea
0042364	CRISTIANE NIEDERHEITMANN	Doador de Medula Óssea
0042395	JULLY STEFANY PADILHA ANHAIA	CadÚnico
0042276	LEILA MARIA MOURA DE ARAÚJO	CadÚnico
0042320	THOMAS DOS SANTOS OLIVEIRA	CadÚnico

	AUXILIAR DE ODONTOLOGIA - CONTENDA	
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042035	DAIANE DEISE VIEIRA CORREA	CadÚnico
0042322	JANAINA DE PAULA OLIVEIRA	CadÚnico

	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS - CONTENDA	
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042475	ANDRESSA DE JESUS PEDROSO	Doador de Medula Óssea
0042470	BRUNA RAYSSA VELOSO	Doador de Medula Óssea
0042289	CELSO INÁCIO DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0041974	JANAINA PAIXÃO DE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0042488	JULIO CESAR DOMINGUES	CadÚnico
0042315	LARISSA BARBOSA SANT ANA	Doador de Medula Óssea
0042479	MARCOS ZESUTKO	Doador de Medula Óssea
0042383	NEMIAS JUNIOR BISPO DE SOUZA	Doador de Medula Óssea
0042212	PEDRO AFONSO VALADARES SOUSA	Doador de Medula Óssea
0042331	RONALDO DE MELO JUNIOR	Doador de Medula Óssea
0042492	RUTE DE BRITO DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea

	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CONTENDA	
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042312	ALESSANDRA MINAMI KOSLOSKI	CadÚnico
0042259	ALEXSSANDRA DO NASCIMENTO ZECH	CadÚnico
0042344	ANA CAROLINA DE MORAES	Doador de Medula Óssea
0042197	ANA CLAUDIA FELIX FERNANDES	CadÚnico
0042291	ANA CLÁUDIA RAMOS LIMA	CadÚnico
0042482	ANA GABRIELLA DOMINGUES	CadÚnico
0042354	ANA PAULA DE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0041994	ANA PAULA MARCONDES	CadÚnico

0042366	ANDRESSA DA CRUZ SIQUEIRA	CadÚnico
0042330	ANGELICA DOMINGUES PEREIRA	CadÚnico
0042090	BEATRIZ DE FATIMA VICHUATE	CadÚnico
0041996	BRUANE FERNANDA BONETO LAURINDO DELFINO	CadÚnico
0042025	BYANCA ELIANE CARNEIRO	CadÚnico
0042012	CAROLAYNE MORAIS MACHADO GALVÃO	CadÚnico
0042369	CAROLINE LOUISE DA SILVA	CadÚnico
0042521	CASSIELI DA SILVA LIMA	CadÚnico
0042311	CÉLIA CRISTINA GOMES DE LIMA	CadÚnico
0042333	CLEBERSON NELSON DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0042471	CRISTINA SCHWERTNER	Doador de Medula Óssea
0042233	DAIANE SANTOS DE CAMARGO	CadÚnico
0042092	DANIELE IAVORSKI BARBOSA	CadÚnico
0042370	DANIELI PADILHA GREGOSKI	Doador de Medula Óssea
0042347	DANIELLA FAGUNDES DE SOUZA	Doador de Medula Óssea
0042523	DANIELLE CHRISTINY DE MOURA RAKUCKI	CadÚnico
0042223	DARUCHY CARVALHO DIAS	CadÚnico
0042371	DÉBORA GRAZIELA DE OLIVEIRA BRIZOLA	Doador de Medula Óssea
0042464	DEISE KIARA ROCHA DOS SANTOS	CadÚnico
0042293	DHEILIN JULIANE PACHECO	CadÚnico
0042542	DRYELE BOHRER	CadÚnico
0042209	EDILAINE BOJANO	CadÚnico
0042317	ELISANGELA VIEIRA ROCHA	Doador de Medula Óssea
0042506	ELIZANGELA DE FATIMA CASTILHOS DOS SANTOS	CadÚnico
0042143	ERIKA VITÓRIA APARECIDA SOUZA	CadÚnico
0042239	FRANCIELLE CRISTINA SCHINEMANN GONÇALVES	CadÚnico
0042060	FRANCIELLI TERESINHA GAI	Doador de Medula Óssea
0042487	GABRIELI FIORESE DE ABREU	Doador de Medula Óssea
0042094	GISELE NASCIMENTO BEIRA SOARES	CadÚnico
0042483	GREICE KELLY DA SILVA GOMES DA SILVA	CadÚnico
0042148	JAMILE DIAS FERREIRA PINHEIRO	CadÚnico
0042543	JANAINA CRUZ DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042018	JENNIFER ESTHEFANY DA SILVEIRA	Doador de Medula Óssea
0042076	JHENIFER FERREIRA NUNES	CadÚnico
0041983	LARISSA SEYFERT	CadÚnico
0042044	LAURA TAIRINE AIRES DE OLIVEIRA	CadÚnico
0042384	LETICIA SIQUEIRA LUZIA DOS SANTOS	CadÚnico
0042466	LUANA BEATRIZ SOUZA CZARNESKI	CadÚnico
0042274	LUANA DOS SANTOS PIRES	Doador de Medula Óssea
0042057	LUCIANE BOSQUETTE MARIN DA SILVA	CadÚnico
0042463	MAIARA DO NASCIMENTO PACHECO	CadÚnico
0042299	MARCIA REGINA FERREIRA DE SOUZA	CadÚnico
0042087	MARIA CECÍLIA ROLAND	Doador de Medula Óssea
0042225	MARIA LUCIANA PEDROSO DE ALMEIDA	CadÚnico
0042285	MARIA LUIZA DOS SANTOS CUNHA WALTER	CadÚnico
0042190	MARILENE BATISTA SOARES DA SILVA	CadÚnico
0042323	MARILZA ALENCAR DA SILVA	CadÚnico
0042394	MELQUISEDEK BRITO DOS REIS	CadÚnico
0042177	MONICA MIRIAN VASCO	CadÚnico
0041999	NATHALLY ANDRESSA RIBEIRO DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042296	PAULA CRISTINA DOS SANTOS	CadÚnico
0041989	RAYLANA MELO FONSECA	CadÚnico
0042050	RHAQUEL LOPES VIANA	CadÚnico
0042118	SANDRA REGINA ALVES DOS SANTOS	CadÚnico
0042196	SCHEILA SIQUEIRA MAGALHÃES	CadÚnico
0042393	SHIRLLEY MONTEIRO BRITO DOS REIS	CadÚnico
0042021	SIMONE DO ROCIO CAMARGO	CadÚnico
0042213	TATIANA APARECIDA DA COSTA	CadÚnico
0042172	TATYELEN NASCIMENTO FRANÇA	CadÚnico
0042169	VERA LUCIA GALVÃO VIEIRA	Doador de Medula Óssea

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:770E16BF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL N.º 02.002/2026 – DEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Deferimento das Solicitações de Isenção da taxa de Inscrição** do Concurso para Emprego Público n.º 002/2026, nos seguintes termos.

Art.1º Fica divulgado por meio do **ANEXO ÚNICO** deste Edital, a relação dos candidatos que tiveram o pedido de isenção **DEFERIDO**, com escopo nas regras contidas nos subitens 5.22 e 5.23 do Edital de Abertura.

Art.2º Registra-se que todos os pedidos de isenção **INDEFERIDOS**, possuem justificativas quanto a posição adotada pela banca examinadora, as quais encontram-se dispostas na "Área do candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.3º Quanto ao **INDEFERIMENTO** da solicitação de Isenção da taxa de Inscrição, caberá interposição de recurso no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir das **0h do dia 12/08/2026 às 23h59min do dia 13/08/2026**, observando o horário oficial de Brasília - DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.4º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda (PR), 11 de agosto de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.° 02.002/2026 - DEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CATANDUVAS	
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0041963	ADIEIZI RODRIGUES VIEIRA DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0041958	CRISTIANO LIMA DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042071	FRANCIELE JARGAS DE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0041998	GRACIELE CRISTINA DE LIMA CHAVES	CadÚnico
0041983	JOCIANE APARECIDA MULIZINI LOPES	CadÚnico
0042025	LEILA MARIA MOURA DE ARAÚJO	CadÚnico
0041959	LEYDIANE APARECIDA PAES	CadÚnico

	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - JARDIM PLANALTO	
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042006	AMANDA FIORI PADILHA	CadÚnico
0042049	ANA PAULA DIAS	CadÚnico
0041995	CHAIANE DE FATIMA MIODUSKI	CadÚnico
0042047	CÍNTIA PATRICIA FERNANDES	CadÚnico
0042019	CLARICE DO ROCIO DA SILVEIRA MARTINS	CadÚnico
0041984	CLARICE VITÓRIA TON PINTO	CadÚnico
0042017	ELAINE CÂNDIDO DA SILVA	CadÚnico
0042078	FERNANDA PEREIRA CAMPOS DOS SANTOS	CadÚnico
0042021	JESSICA DA SILVA PACHECO	CadÚnico
0042090	KELI ELISA COSTA	CadÚnico

	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - CONTENDA	
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0042002	EMANUELA CALAZANS DE JESUS COSTA	CadÚnico
0042091	ERICA APARECIDA DOS SANTOS	CadÚnico
0041956	FABIANE BESTEL	Doador de Medula Óssea
0042010	FRANCISCA DOS SANTOS ALMEIDA	Doador de Medula Óssea
0041986	GESSICA APARECIDA PEDROSO KRISZEWSKI	Doador de Medula Óssea
0041968	GESSICA DOS SANTOS SCHAYDER	Doador de Medula Óssea
0042026	GUILHERME SACZUK	CadÚnico
0041990	HELOÍSA MIRANDA	CadÚnico
0041992	IVANIR ARAUJO DE OLIVEIRA	CadÚnico
0041954	JOCÉLIA ADELAIDE DA COSTA SOARES	CadÚnico
0042041	JOSÉ HENRIQUE PADILHA	Doador de Medula Óssea
0042073	JOSENILDA LEAL DE BRITO KEHL PEREIRA	CadÚnico
0042007	LEANDRO ELIEZER DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0041966	LUCIANE BOSQUETTE MARIN DA SILVA	CadÚnico
0042033	LUCIMARA ANDRADES MORINEL	CadÚnico
0042014	LUIZ FELIPE CHICANOSKI	CadÚnico
0041950	RAQUEL PEREIRA DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0041993	REGINALDO RICARDO DA SILVA	CadÚnico
0041953	RONALDO GIMENEZ MONTEIRO	Doador de Medula Óssea
0042009	SILMAX CORREIA BORGES	Doador de Medula Óssea
0042062	STEPHANY KAUANA MADRUGA DOS SANTOS	CadÚnico
0042087	VALDIR LUCIANO DE SOUZA	CadÚnico
0041965	VANDERLEIA BENTO BRUM	Doador de Medula Óssea

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:D8D7E930

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 090/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 090/2026

Contrato	354/2026 – Dispensa de Licitação nº 90023/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	IPM Sistemas Ltda - CNPJ nº 01.258.027/0001-41.
Objeto	Contratação emergencial de empresa especializada para prestação de serviços de implantação, migração de dados, treinamento, manutenção, suporte técnico e licenciamento de sistema informatizado (software) em regime SaaS (Software as a Service) e ambiente cloud computing, destinado à manutenção ininterrupta das atividades finalísticas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Assistência Social, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 150.266,34 (cento e cinquenta mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos).
Prazo de Vigência	06 (seis) meses.
Data de Assinatura	10 de agosto de 2026.

Contrato	355/2026 – Pregão Eletrônico nº 90048/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Segmart Monitoramento Ltda - CNPJ nº 29.219.264/0001-12.
Objeto	Aquisição de materiais para instalação de monitoramento eletrônico, sistema de alarme e segurança para as diversas secretarias do município de Dois Vizinhos-PR, nas

	condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 189.807,00 (cento e oitenta e nove mil, oitocentos e sete reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	11 de agosto de 2026.

Contrato	356/2026 – Pregão Eletrônico nº 90048/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Segmart Monitoramento Ltda - CNPJ nº 29.219.264/0001-12.
Objeto	Aquisição de materiais para instalação de monitoramento eletrônico, sistema de alarme e segurança para as diversas secretarias do município de Dois Vizinhos-PR, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 93.963,00 (noventa e três mil, novecentos e sessenta e três reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	11 de agosto de 2026.

Dois Vizinhos, 11 de agosto de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:4C9E7418

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO -

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termo:

a) Processo Nrº :	46/2026
b) Licitação Nrº :	19/2026
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	11/08/2026
e) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE VISANDO O FORNECIMENTO (LOCAÇÃO DE LICENÇA), INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM ACESSO ILIMITADO DE USUÁRIOS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, CONFORME CONDIÇÕES ESPECÍFICAS E VALORES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.
f) Processo Adm Nrº :	46/2026

04.122.0001.2.007. - Manutenção do Departamento de Administração

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: ELOTECH INFORMÁTICA E SISTEMAS LTDA
CNPJ/CPF: 80.896.194/0001-94

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	Sistema de Gestão de Contabilidade Pública orçamentária financeira	SERVIÇO	12	R$ 1.500,0000	R$ 18.000,0000
2	Sistema de Gestão de Planejamento orçamentário (PPA,LDO,LOA)	SERVIÇO	12	R$ 1.000,0000	R$ 12.000,0000
3	Sistema de Gestão Financeira e Tesouraria Municipal	SERVIÇO	12	R$ 1.000,0000	R$ 12.000,0000
4	Sistema de Prestação de Contas Municipais	SERVIÇO	12	R$ 1.000,0000	R$ 12.000,0000
5	Sistema de Gestão de Portal Transparência Lei 131/2009	SERVIÇO	12	R$ 1.750,0000	R$ 21.000,0000
6	Sistema de Gestão e Controle de Compras, Licitações e Contratos	SERVIÇO	12	R$ 1.500,0000	R$ 18.000,0000
7	Sistema de Gestão de Controle de Almoxarifado e Estoques	SERVIÇO	12	R$ 1.000,0000	R$ 12.000,0000
8	Sistema de Gestão do Controle de Patrimonial dos Bens Moveis e Imóveis	SERVIÇO	12	R$ 900,0000	R$ 10.800,0000
9	Sistema de Gestão e Controle da Frota Municipal.	SERVIÇO	12	R$ 900,0000	R$ 10.800,0000
10	Sistema de Gestão de Controle de Obras Municipais	SERVIÇO	12	R$ 900,0000	R$ 10.800,0000
11	Sistema de Gestão de Controle Interno.	SERVIÇO	12	R$ 900,0000	R$ 10.800,0000
12	Sistema de Protocolo Eletrônico e Processos Digitais	SERVIÇO	12	R$ 1.150,0000	R$ 13.800,0000
13	Sistema de Gestão da Plataforma do Governo Digital	SERVIÇO	12	R$ 1.500,0000	R$ 18.000,0000
14	Sistema de Gestão do Diário Oficial Eletrônico	SERVIÇO	12	R$ 750,0000	R$ 9.000,0000
15	Sistema de Gestão da Assinatura Digital A1 e A3	SERVIÇO	12	R$ 900,0000	R$ 10.800,0000
16	Sistema de Gestão do GED - Gestão eletrônica de Documentos	SERVIÇO	12	R$ 700,0000	R$ 8.400,0000
17	Sistema de Gestão de R.H., Folha de Pagamento, Medicina e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e ESocial	SERVIÇO	12	R$ 1.500,0000	R$ 18.000,0000
18	Portal do Servidor Municipal	SERVIÇO	12	R$ 900,0000	R$ 10.800,0000
19	Sistema de Gestão do Ponto Eletrônico	SERVIÇO	12	R$ 920,0000	R$ 11.040,0000
20	Sistema de Gestão de Tributação Municipal, Dívida Ativa e Tributos Municipais	SERVIÇO	12	R$ 1.700,0000	R$ 20.400,0000
21	Sistema do Portal Contribuintes e Emissão Taxas e Certidões OnLine	SERVIÇO	12	R$ 900,0000	R$ 10.800,0000
22	Sistema de Geração e Emissão do ITBI ON LINE.	SERVIÇO	12	R$ 900,0000	R$ 10.800,0000
23	Sistema de Gestão da Emissão e controle do Alvará On-Line	SERVIÇO	12	R$ 800,0000	R$ 9.600,0000
24	Sistema de Gestão de Fiscalização Fazendária e Posturas	SERVIÇO	12	R$ 1.200,0000	R$ 14.400,0000
25	Sistema de Gestão de Nota Fiscal Eletrônica e Controle do ISSQN.	SERVIÇO	12	R$ 3.000,0000	R$ 36.000,0000
26	Sistema de Gestão de Controle de Cemitério e Emissão de Taxas Funerárias	SERVIÇO	12	R$ 750,0000	R$ 9.000,0000
27	Sistema de Gestão de Controle de Processos Judiciais e Execuções Fiscais	SERVIÇO	12	R$ 600,0000	R$ 7.200,0000

28	Portal WEB Municipal	SERVIÇO	12	R$ 900,0000	R$ 10.800,0000
29	B.I (Business Intelligence)	SERVIÇO	12	R$ 1.350,0000	R$ 16.200,0000
30	Sistema de Gestão de Ações Sociais	SERVIÇO	12	R$ 1.080,0000	R$ 12.960,0000
31	Sistema de Gestão da Saúde Municipal	SERVIÇO	12	R$ 3.375,0000	R$ 40.500,0000
32	Sistema de Gestão Hospitalar	SERVIÇO	12	R$ 2.475,0000	R$ 29.700,0000
33	Sistema de Gestão de UPA	SERVIÇO	12	R$ 2.475,0000	R$ 29.700,0000
34	Provimento de Data Center - Plataforma	SERVIÇO	12	R$ 3.800,0000	R$ 45.600,0000
35	Serviço de Conversão, implantação e treinamento.	SERVIÇO	1	R$ 86.000,0000	R$ 86.000,0000
36	Horas Técnicas Contratada	horas	500	R$ 120,0000	R$ 60.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 697.700,00

DOUTOR ULYSSES, 11 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:F10E532F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM N.º 14/2026

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM N.º 14/2026			
Nome: Danieli Canesso			
CPF: 084.***.***-50			
Função: Diretor Geral			
Período do Deslocamento: 13/08/2026 e 14/08/2026			
Itinerário: ( ) Curitiba e Região Metropolitana (x) Interior do Paraná ( ) Outros Estados			
	Município/Estado	Data	Horário
Saída	FLOR DA SERRA DO SUL	13/08/2026	07h30
Chegada	FLOR DA SERRA DO SUL	13/08/2026	18h00
Saída	FLOR DA SERRA DO SUL	14/08/2026	07h30
Chegada	FLOR DA SERRA DO SUL	14/08/2026	13h00
Distância da Sede: 85 KM			
Motivo do Deslocamento:			
Participar do curso "**PROLEGIS – Governança e Desempenho nas Câmaras Municipais**", que será realizado nos dias 13 e 14 de agosto, em Francisco Beltrão. O evento abordará temas essenciais para o fortalecimento do Poder Legislativo Municipal, como governança, fiscalização, prestação de contas, transparência, emendas parlamentares e sistema remuneratório.			
Quantidade de Diárias: Meia			
Valor: R$ 283,78			
Forma de Deslocamento:			
( ) Ônibus			
( ) Avião			
( ) Carro Oficial – ( ) Com Motorista ( ) Sem Motorista			
Previsão de Quilometragem para Combustível: _____			
Valor para Combustível: _____			

Flor da Serra do Sul/PR, 11/08/2026.

_____
DANIELI CANESSO

Nos termos do Artigo 2º, da Resolução nº 03/2019, AUTORIZO a presente solicitação de viagem.

Flor da Serra do Sul/PR, 11/08/2026.

_____
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:ADE510F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 27/2026-PMFJ.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o n.° 01.603.719/0001-80, com sede na Rua Padre Emilio Barbieri, 339, Centro, Foz do Jordão, Paraná, Cep. 85.145-000, representada pelo Prefeito Municipal Sr. FRANCISCO CLEI DA SILVA, portador de cédula de identidade n.º 8.199.613-0 SSP/PR e CPF/MF n.º 027.812.409-74.

Objeto: "AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO UTILITÁRIO, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS RESPECTIVOS DEPARTAMENTOS, VISANDO APRIMORAR A QUALIDADE E A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS À COMUNIDADE, GARANTINDO SUPORTE ADEQUADO ÀS ATIVIDADES DE

INFRAESTRUTURA E AO ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONTRIBUINDO PARA A EXECUÇÃO EFICAZ DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO."

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 142/2026.
Detentor da Ata: ALMAJ COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 64.076.816/0001-81, sediada à RUA VINTE E UM DE ABRIL, 0 - CEP: 80060265 - BAIRRO: ALTO DA GLÓRIA, Curitiba/PR, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) LARISSA TESCHE VALE, inscrito (a) no CPF sob nº 961.592.860-72, portador (a) da cédula de identidade RG nº .

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	26361	VEICULO VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICKUP LEVE, SEM ACESSI-BILIDADE, ZERO QUILÔMETRO; ANO E MODELO NÃO INFERIOR À DATA DA CONTRATAÇÃO; CARROCERIA TIPO SAVEIRO, COM CABINE SIMPLES, CAPACIDADE MÍNIMA PARA 02 OCUPANTES; CAÇAMBA TRASEIRA COM PROTETOR DE CAÇAMBA E GANCHOS DE AMARRAÇÃO; DIREÇÃO COM ASSISTÊNCIA HIDRÁULICA E/OU ELÉTRI-CA; VIDROS ELÉTRICOS NO MÍNIMO NAS JANELAS DAS PORTAS; TRAVAS ELÉTRICAS NAS PORTAS; JOGO DE TAPETES DE BORRACHA OU MATERIAL SIMILAR; CARROCERIA NA COR BRANCA, COM PADRONIZAÇÃO VISUAL DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO; MOTOR 1.6, COM POTÊNCIA COMPATÍVEL À CATEGORIA; COMBUSTÍVEL GASOLINA, ETANOL OU BICOMBUSTÍVEL (ETANOL E GASOLINA); CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO; SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO/AR-CONDICIONADO DE FÁ-BRICA; FREIOS ABS, AIRBAGS FRONTAIS, CINTOS DE SEGURANÇA E DEMAIS ITENS OBRIGATÓRIOS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE DO CONTRAN; PELÍCULA DE CONTROLE SOLAR INSTALADA EM TODOS OS VIDROS, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE; DOCUMENTAÇÃO (EMPLACAMENTO E LICEN-CIAMENTO) EM NOME DO ENTE FEDERADO. GARANTIA DE 12 (DOZE) MESES, SEM LIMITE DE QUILOMETRA-GEM. O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE DEVIDAMENTE EMPLACADO E LICENCIADO, REGISTRADO EM NOME DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ N° 14.838.795/0001-16, COM INDICAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PARA REALIZAÇÃO DAS REVISÕES PERIÓDICAS E MANUTENÇÃO EM GARANTIA, LOCALIZADA EM DISTÂNCIA MÁXIMA DE ATÉ 150 KM DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO - PR, DEVENDO SER INFORMADO: NOME DA CONCESSIONÁRIA, ENDEREÇO COMPLETO E DISTÂNCIA APROXIMADA ATÉ FOZ DO JORDÃO - PR. DEVERÁ SER APRESENTADO FOLDER, CATÁLOGO OU MATERIAL TÉCNICO OFICIAL DO FABRICANTE REFERENTE AO VEÍCULO OFERTADO, CONTENDO AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. A PLOTAGEM/IDENTIFICAÇÃO VISUAL SERÁ REALIZADA CONFORME PADRÃO DO MUNICÍPIO, A SER ENCAMINHADO APÓS A SOLICITAÇÃO DE COMPRA DO VEÍCULO.	VW	UN	1,00	103.900,00	103.900,00
TOTAL								103.900,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.
PRAZO DE ENTREGA: 10 Dias
VALOR TOTAL: R$ 103.900,00 (Cento e Três Mil e Novecentos Reais).
DATA DE ASSINATURA: 11/08/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:C313BBE3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
TERMO DE CONCESSAO DE DIARIA Nº.07/2026

TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 07/2026

O Senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, Prefeito Municipal de Goioer ê , Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Lei nº2.957/2023 de 24 de fevereiro de 2023
RESOLVE

Artigo 1° - Conceder diárias referentes ao período de 01/07/2026 à 31/07/2026

Qtd	Vl. Unit	Vl. Total	Objetivo	Destino	Nome	Data Saída	Data Retorno	Ato Conc	Depto
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HONPAR	Arapongas	DIVINO VIDAL DA SILVA	01/06/202 6	01/06/202 6	2110	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR TECNICAMENTE ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSAL PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO CAMPEONATO PARANAENSE SUB 18, MASCULINO	Toledo	EDSON ROBERTO MARTINS	23/06/202 6	24/06/202 6	2531	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR ATLETAS DA MODALIDADE DE VOLEIBOL QUE PARTICIPARAM DO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ	Ubiratã	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	28/06/202 6	28/06/202 6	2537	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR TECNICAMENTE ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSAL PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ (JAPS),	Ubiratã	EDSON ROBERTO MARTINS	27/06/202 6	27/06/202 6	2536	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR TECNICAMENTE ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSAL PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO DE GOIOERÊ NO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ	Ubiratã	CARLOS MAGNO LETTRARI DOS SANTOS	27/06/202 6	27/06/202 6	2535	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSAL MASCULINO QUE REPRESENTARAM O MUNICIPIO NO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ	Ubiratã	JONATHAN NUNES CARVALHO	27/06/202 6	27/06/202 6	2534	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE VOLEIBOL E FUTEBOL 7 MASCULINO PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ (JAPS)	Ubiratã	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	26/06/202 6	26/06/202 6	2533	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	REALIZAR O DESLOCAMENTO DE ATLETAS QUE ESTAVAM ALOJADOS PARA O JOGOS ABERTOS DO PARANÁ (JAPS),	Ubiratã	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	27/06/202 6	28/06/202 6	2532	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 492,07	R$ 492,07	REALIZAR O DESLOCAMENTO DE ATLETAS QUE ESTAVAM ALOJADOS PARA O JOGOS ABERTOS DO PARANÁ (JAPS),	Ubiratã	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	27/06/202 6	28/06/202 6	2532	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 115,00	R$ 115,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE MOUNTAIN BIKE PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO "II GP BARBOSA FERRAZ CBC XCM CLASSE 3"	Barbosa Ferraz	JONATHAN NUNES CARVALHO	05/07/202 6	05/07/202 6	2541	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1	R$ 492,07	R$ 492,07	PRORROGAÇÃO DE DIÁRIA	Ubiratã	EMERSON FRANCISCO MARANGONI	27/06/202 6	28/06/202 6	2481	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CENTER CLINICA E OFTALCAM	Campo Mourão	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	29/06/202 6	29/06/202 6	2538	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR.	Cascavel	CLODOALDO CORDEIRO DE ALMEIDA	29/06/202 6	29/06/202 6	2539	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA O HOFTALON E HONPAR	Londrina	DIVINO VIDAL DA SILVA.	26/06/202 6	26/06/202 6	2540	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO DR PRIME	Mamborê	DIVINO VIDAL DA SILVA.	30/06/202 6	30/06/202 6	2542	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	LEVAR VEICULO OFICIAL PARA REVISÃO NA CHASON VEICULOS	Cascavel	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	29/06/202 6	29/06/202 6	2543	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	EVERTON JOSE CARDOSO	26/06/202 6	26/06/202 6	2544	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO DR PRIME	Mamborê	EVERTON JOSE CARDOSO	27/06/202 6	27/06/202 6	2545	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HONPAR	Arapongas	EVERTON JOSE CARDOSO	30/06/202 6	30/06/202 6	2546	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA SANTA CASA	Campo Mourão	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	26/06/202 6	26/06/202 6	2547	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	GERSON MONTEIRO	26/06/202 6	26/06/202 6	2549	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA SANTA CASA	Terra Boa	GERSON MONTEIRO	30/06/202 6	30/06/202 6	2550	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM.	Campo Mourão	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	26/06/202 6	26/06/202 6	2551	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM.	Campo Mourão	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	29/06/202 6	29/06/202 6	2552	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR.	Cascavel	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	30/06/202 6	30/06/202 6	2553	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR PACIENTES DE ALTA NO UOPECCAN	Umuarama	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	27/06/202 6	27/06/202 6	2554	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE DE PARA TRATAMENTO NA SANTA CASA E INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	29/06/202 6	29/06/202 6	2555	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE DE PARA TRATAMENTO NA SANTA CASA, AME E CENTER CLINICAS	Campo Mourão	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	30/06/202 6	30/06/202 6	2556	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	29/06/202 6	29/06/202 6	2557	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	30/06/202 6	30/06/202 6	2558	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO NUCLEO DIAGNOSTICO E SANTA RITA	Maringá	LUIZ CARLOS CARDOZO	29/06/202 6	29/06/202 6	2559	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	LEVAR ATLETAS E DIRIGENTES QUE PARTICIAPARÃO DO 15º FESTIVAL DE DANÇA	Paranavaí	HEBER ALVES NUNES	03/07/202 6	04/07/202 6	2574	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO H.U	Maringá	LUIZ CARLOS CARDOZO	30/06/202 6	30/06/202 6	2560	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR PACIENTE DE ALTA NA SANTA CASA	Campo Mourão	LUIZ CARLOS MONTEIRO	26/06/202 6	26/06/202 6	2561	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	LUIZ CARLOS MONTEIRO	29/06/202 6	29/06/202 6	2562	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	NILTON CESAR EVANGELISTA	25/06/202 6	25/06/202 6	2563	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	NILTON CESAR EVANGELISTA	26/06/202 6	26/06/202 6	2564	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR	Cascavel	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	26/06/202 6	26/06/202 6	2573	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRANDFERENCIA NA SANTA CASA	Campo Mourão	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	27/06/202 6	27/06/202 6	2565	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	29/06/202 6	29/06/202 6	2566	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR PACIENTE DE ALTA NO HOSP REGIONAL	Ivaiporã	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	30/06/202 6	30/06/202 6	2572	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CEONC E UOPECCAN	Cascavel	RODRIGO DE LIMA DA GRAÇA	26/06/202 6	26/06/202 6	2567	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CEONC E UOPECCAN	Cascavel	RODRIGO DE LIMA DA GRAÇA	29/06/202 6	29/06/202 6	2568	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP REGIONAL	Ivaiporã	RODRIGO DE LIMA DA GRAÇA	28/06/202 6	28/06/202 6	2569	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	SERGIO BARBOSA DE JESUS	30/06/202 6	30/06/202 6	2570	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRANSFERENCIA NO UOPECCAN	Cascavel	VINICIUS GOMES	29/06/202 6	30/06/202 6	2571	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE BASQUETEBOL PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO "68º JOGOS ABERTOS DO PARANÁ"	Ubiratã	MARCELO RIBEIRO FRANCO	03/07/202 6	04/07/202 6	2575	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA FAG	Cascavel	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	26/06/202 6	26/06/202 6	2576	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO HOSP REGIONAL	Guarapuava	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	30/06/202 6	30/06/202 6	2577	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO OFTALCAM	Campo Mourão	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	01/07/202 6	01/07/202 6	2578	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	DIVINO VIDAL DA SILVA.	19/06/202 6	19/06/202 6	2579	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HONPAR	Arapongas	DIVINO VIDAL DA SILVA.	01/06/202 6	01/06/202 6	2580	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA INTERNAMENTO NA SANTA CASA	Campo Mourão	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	30/06/202 6	30/06/202 6	2581	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Umuarama	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	01/07/202 6	01/07/202 6	2582	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Umuarama	GERSON MONTEIRO	19/06/202 6	19/06/202 6	2583	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CARD	Umuarama	GERSON MONTEIRO	01/07/202 6	01/07/202 6	2584	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM.	Campo Mourão	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	01/07/202 6	01/07/202 6	2585	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Cascavel	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	01/07/202 6	01/07/202 6	2586	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CARD E UOPECCAN	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	01/07/202 6	01/07/202 6	2587	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA O UOPECCAN	Umuarama	LUIZ CARLOS CARDOZO	23/06/202 6	23/06/202 6	2588	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO SISNOR	Campo Mourão	LUIZ CARLOS CARDOZO	01/07/202 6	01/07/202 6	2589	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CARD E UOPECCAN	Umuarama	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	29/06/202 6	29/06/202 6	2590	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CENTRO DE IMAGEM	Ubiratã	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	30/06/202 6	30/06/202 6	2591	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTE PACIENTES PARA TRATAMENTO NA SANTA CASA	Terra Boa	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	01/07/202 6	01/07/202 6	2592	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	NILTON CESAR EVANGELISTA	29/06/202 6	29/06/202 6	2593	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO DR PRIME	Mamborê	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	01/07/202 6	01/07/202 6	2594	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CEONC	Cascavel	RODRIGO DE LIMA DA GRAÇA	30/06/202 6	30/06/202 6	2595	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRANSFERENCIA NO SISNOR	Campo Mourão	VINICIUS GOMES	02/07/202 6	02/07/202 6	2596	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTEBOL 7 PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NA COPA AMIZADE CATEGORIA LIVRE, PELO TIME LENDAS FUTEBOL CLUBE,	Campo Mourão	DANIEL DONIZETE CAETANO	05/07/202 6	05/07/202 6	2597	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP ANGELINA CARON	Campina Grande do Sul	NILTON CESAR EVANGELISTA	03/07/202 6	04/07/202 6	2600- 2601	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 492,07	R$ 492,07	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP ANGELINA CARON	Campina Grande do Sul	NILTON CESAR EVANGELISTA	03/07/202 6	04/07/202 6	2600- 2601	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRANSFERENCIA NA SANTA CASA	Campo Mourão	CLODOALDO CORDEIRO DE ALMEIDA	28/06/202 6	28/06/202 6	2598	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	REPATRIAR PARA A SANTA CASA	Campo Mourão	EVERTON JOSE CARDOSO	25/06/202 6	25/06/202 6	2599	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR SERVIDOR PARA BUSCAR VEICULO MICRO-ÔNIBUS, FROTA 240 QUE ESTAVA EM MANUTENÇÃO	Umuarama	DOUGLAS RODRIGUES DELGADO	29/06/202 6	29/06/202 6	2602	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR TECNICA DO CREAS ACOMPANHADA DE 02 CRIANÇAS QUE ESTAVAM COM O GENITOR EM NOSSO MUNICIPIO PARA SUA GENITORA EM UMUARAMA/PR	Umuarama	RODRIGO SANTOS RIBEIRO	29/06/202 6	29/06/202 6	2603	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO OFTALCAM E	Campo Mourão	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	02/07/202 6	02/07/202 6	2604	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

			CENTER CLINICA						
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR.	Cascavel	CLODOALDO CORDEIRO DE ALMEIDA	02/07/202 6	02/07/202 6	2605	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA SANTA CASA	Terra Boa	DIVINO VIDAL DA SILVA.	02/07/202 6	02/07/202 6	2607	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO HOSP DOS OLHOS	Campo Mourão	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	02/07/202 6	02/07/202 6	2608	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR PACIENTES DE ALTA NO UOPECCAN	Umuarama	GERSON MONTEIRO	02/07/202 6	02/07/202 6	2609	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	ACOMPANHAR TRANFERENCIA DE PACIENTE DA SANTA CASA DE CAMPO MOURÃO PARA A MARINGÁ	Campo Mourão	JALDEIR DA COSTA CANARIO	20/06/202 6	20/06/202 6	2610	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO ERASTO GAERTNER	Curitiba	DIVINO VIDAL DA SILVA.	28/06/202 6	29/06/202 6	2606- 2624	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 492,07	R$ 492,07	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO ERASTO GAERTNER	Curitiba	DIVINO VIDAL DA SILVA.	28/06/202 6	29/06/202 6	2606- 2624	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR.	Cascavel	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	02/07/202 6	02/07/202 6	2611	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO MED BRUCHEZ E SANTA RITA	Maringá	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	26/06/202 6	26/06/202 6	2612	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HONPAR	Arapongas	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	02/07/202 6	02/07/202 6	2613	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	02/07/202 6	02/07/202 6	2614	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR PACIENTE DE ALTA NO HONPAR	Arapongas	LUIZ CARLOS CARDOZO	02/07/202 6	02/07/202 6	2615	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA INTERNAMENTO NA CLINICA SANTA CRUZ	Umuarama	LUIZ CARLOS MONTEIRO	01/07/202 6	01/07/202 6	2616	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CEONC	Cascavel	LUIZ CARLOS MONTEIRO	02/07/202 6	02/07/202 6	2617	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTE PACIENTES PARA TRATAMENTO NO H.U	Maringá	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	02/07/202 6	02/07/202 6	2618	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CEONC E UOPECCAN	Cascavel	NILTON CESAR EVANGELISTA	01/07/202 6	01/07/202 6	2619	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	NILTON CESAR EVANGELISTA	02/07/202 6	02/07/202 6	2620	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CEONC	Cascavel	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	02/07/202 6	02/07/202 6	2621	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA O DR PRIME	Mamborê	SERGIO BARBOSA DE JESUS	02/07/202 6	02/07/202 6	2622	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOFTALON	Londrina	SERGIO BARBOSA DE JESUS	29/06/202 6	29/06/202 6	2623	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR TECNICAMENTE ATLETAS DA MODALIDADE DE BASQUETE PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO DE GOIOERÊ NO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ	Ubiratã	CARLOS MAGNO LETTRARI DOS SANTOS	03/07/202 6	03/07/202 6	2625	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR TECNICAMENTE ATLETAS DA MODALIDADE DE BASQUETE PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO DE GOIOERÊ NO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ	Ubiratã	CARLOS MAGNO LETTRARI DOS SANTOS	04/07/202 6	05/07/202 6	2626	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR TECNICAMENTE ATLETAS DA MODALIDADE DE BASQUETE PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO DE GOIOERÊ NO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ	Ubiratã	CARLOS MAGNO LETTRARI DOS SANTOS	05/07/202 6	05/07/202 6	2627	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSAL QUE REPRESENTARAM O MUNICIPIO NO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ (JAPS)	Ubiratã	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	03/07/202 6	04/07/202 6	2628	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE BASQUETE QUE REPRESENTARAM O MUNICIPIO NO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ (JAPS)	Ubiratã	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	04/07/202 6	05/07/202 6	2629	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE BASQUETE QUE REPRESENTARAM O MUNICIPIO NO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ (JAPS)	Ubiratã	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	05/07/202 6	05/07/202 6	2630	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR TECNICAMENTE ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSAL PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ (JAPS),	Ubiratã	EDSON ROBERTO MARTINS	03/07/202 6	03/07/202 6	2631	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR TECNICAMENTE ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSAL PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ (JAPS),	Ubiratã	EDSON ROBERTO MARTINS	05/07/202 6	06/07/202 6	2632	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADCONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSAL MASCULINO QUE REPRESENTARAM O MUNICIPIO NO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ (JAPS)E DE FUT 7 MASCULINO PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ (JAPS),	Ubiratã	EMERSON FRANCISCO MARANGONI	03/07/202 6	03/07/202 6	2633	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADCONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSAL MASCULINO QUE REPRESENTARAM O MUNICIPIO NO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ (JAPS)E DE FUT 7 MASCULINO PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ (JAPS),	Ubiratã	EMERSON FRANCISCO MARANGONI	04/07/202 6	04/07/202 6	2634	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADCONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSAL MASCULINO QUE REPRESENTARAM O MUNICIPIO NO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ (JAPS)E DE FUT 7 MASCULINO PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ (JAPS),	Ubiratã	EMERSON FRANCISCO MARANGONI	05/07/202 6	05/07/202 6	2635	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSAL QUE REPRESENTARAM O MUNICIPIO NO "68º JOGOS ABERTOS DO PARANÁ	Ubiratã	MARCELO RIBEIRO FRANCO	05/07/202 6	05/07/202 6	2636	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	LEVAR SERVIDORAS PARA PARTICIPAR DO "VI ENCONTRO DE CULTURA DO INTERIOR DO PARANÁ" (ECIP)	Pato Branco	HENRIQUE DE LIMA FERNANDES DA SILVA	08/07/202 6	10/07/202 6	2651-2652	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
2	R$ 492,07	R$ 984,14	LEVAR SERVIDORAS PARA PARTICIPAR DO "VI ENCONTRO DE CULTURA DO INTERIOR DO PARANÁ" (ECIP)	Pato Branco	HENRIQUE DE LIMA FERNANDES DA SILVA	08/07/202 6	10/07/202 6	2651-2652	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CEONC	Cascavel	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	03/07/202 6	03/07/202 6	2637	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	EVERTON JOSE CARDOSO	01/07/202 6	01/07/202 6	2638	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	EVERTON JOSE CARDOSO	03/07/202 6	03/07/202 6	2639	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CARD	Umuarama	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	03/07/202 6	03/07/202 6	2640	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR PACIENTE DE ALTA NA SANTA CASA	Campo Mourão	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	04/07/202 6	04/07/202 6	2641	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM.	Campo Mourão	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	03/07/202 6	03/07/202 6	2642	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOFTALON	Londrina	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	03/07/202 6	03/07/202 6	2643	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN E HOSP DOS OLHOS	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	03/07/202 6	03/07/202 6	2644	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRANSFERECIA NA SANTA CASA	Campo Mourão	LUIZ CARLOS CARDOZO	03/07/202 6	03/07/202 6	2645	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CENTER CLINICA E OFTALCAM	Campo Mourão	LUIZ CARLOS MONTEIRO	03/07/202 6	03/07/202 6	2646	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	03/07/202 6	03/07/202 6	2647	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO DR PRIME	Mamborê	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	04/07/202 6	04/07/202 6	2648	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO DR PRIME	Mamborê	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	03/07/202 6	03/07/202 6	2649	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	SERGIO BARBOSA DE JESUS	03/07/202 6	03/07/202 6	2650	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DO "VI ENCONTRO DE CULTURA DO INTERIOR DO PARANÁ" (ECIP)	Pato Branco	WALDERLENES SANTOS DE SOUZA	08/07/202 6	10/07/202 6	2655-2656	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
2	R$ 648,89	R$ 1.297,78	PARTICIPAR DO "VI ENCONTRO DE CULTURA DO INTERIOR DO PARANÁ" (ECIP)	Pato Branco	WALDERLENES SANTOS DE SOUZA	08/07/202 6	10/07/202 6	2655-2656	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DO "VI ENCONTRO DE CULTURA DO INTERIOR DO PARANÁ" (ECIP)	Pato Branco	ALEXIA ELIS DA SILVA	08/07/202 6	10/07/202 6	2657-2658	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
2	R$ 492,07	R$ 984,14	PARTICIPAR DO "VI ENCONTRO DE CULTURA DO INTERIOR DO PARANÁ" (ECIP)	Pato Branco	ALEXIA ELIS DA SILVA	08/07/202 6	10/07/202 6	2657-2658	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR TECNICAMENTE ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSAL PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO JOGOS ABERTOS DO PARANÁ (JAPS),	Ubiratã	EDSON ROBERTO MARTINS	04/07/202 6	04/07/202 6	2659	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	06/07/202 6	06/07/202 6	2660	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR.	Cascavel	CLODOALDO CORDEIRO DE ALMEIDA	06/07/202 6	06/07/202 6	2661	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP. ERASTO GAERTNER, HOSP DE CLINICAS E ERASTINHO	Curitiba	CLODOALDO CORDEIRO DE ALMEIDA	07/07/202 6	10/07/202 6	2662-2672	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
3	R$ 492,07	R$ 1.476,21	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP. ERASTO GAERTNER, HOSP DE CLINICAS E ERASTINHO	Curitiba	CLODOALDO CORDEIRO DE ALMEIDA	07/07/202 6	10/07/202 6	2662-2672	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO OFTALCAM	Campo Mourão	DIVINO VIDAL DA SILVA.	04/07/202 6	04/07/202 6	2663	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	DIVINO VIDAL DA SILVA.	06/07/202 6	06/07/202 6	2664	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA O DR. PRIME	Mamborê	GERSON MONTEIRO	06/07/202 6	06/07/202 6	2665	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE DE PARA TRATAMENTO NA CENTER CLINICA, MAE PARANAENSE E INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	06/07/202 6	06/07/202 6	2666	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN E HOSP DOS OLHOS	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	06/07/202 6	06/07/202 6	2667	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA SANTA RITA	Maringá	LUIZ CARLOS CARDOZO	06/07/202 6	06/07/202 6	2668	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR	Cascavel	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	06/07/202 6	06/07/202 6	2669	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Cascavel	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	06/07/202 6	06/07/202 6	2670	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP REGIONAL E HONPAR	Cornélio Procópio	SERGIO BARBOSA DE JESUS	06/07/202 6	06/07/202 6	2671	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DO CURSO DE PATRULHEIROS RURAIS (6º DIA)	Campo Mourão	FABIANO GOMES DE SOUZA	09/07/202 6	09/07/202 6	2673	SECRETARIA MUNIC.AGRIC. MEIO AMBIENTE/REC . HIDRICOS
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DO CURSO DE PATRULHEIROS RURAIS (6º DIA)	Campo Mourão	EDILSON MELO DOS SANTOS	09/07/202 6	09/07/202 6	2674	SECRETARIA MUNIC.AGRIC. MEIO AMBIENTE/REC . HIDRICOS
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DO CURSO DE PATRULHEIROS RURAIS (6º DIA)	Campo Mourão	MIGUEL DOS SANTOS NASCIMENTO	09/07/202 6	09/07/202 6	2675	SECRETARIA MUNIC.AGRIC. MEIO AMBIENTE/REC . HIDRICOS
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DO CURSO DE PATRULHEIROS RURAIS (6º DIA)	Campo Mourão	ARIEL ALAN VALESE DO NASCIMENTO	09/07/202 6	09/07/202 6	2676	SECRETARIA MUNIC.AGRIC. MEIO

									AMBIENTE/REC . HIDRICOS
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DO CURSO DE PATRULHEIROS RURAIS (6º DIA)	Campo Mourão	ERIKO BEZERRA SOARES	09/07/202 6	09/07/202 6	2677	SECRETARIA MUNIC.AGRIC. MEIO AMBIENTE/REC . HIDRICOS
1	R$ 70,00	R$ 70,00	LEVAR ATLETAS E DIRIGENTES PARA PARTICIPAR DO 4º FESTIVAL DE DANÇA "ARTE EM MOVIMENTO"	Mariluz	ROBSON APARECIDO TRIANO	11/07/202 6	12/07/202 6	2678	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE KARATE PARA REPRESENTARA O MUNICIPIO NA COMPETIÇÃO KATA E KUMITE	Tamboara	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	11/07/202 6	11/07/202 6	2679	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTEBOL 7 PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NA COPA AMIZADE PRLO TIME "LENDAS FUTEBOL CLUBE DE GOIOERE"	Campo Mourão	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	12/07/202 6	12/07/202 6	2680	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR ASFALTO CBUQ PARA A REALIZAÇÃO DE TAPA BURACO NAS RUAS DO MUNICÍPIO	Cruzeiro do Oeste	CARLOS AUGUSTO DA SILVA	08/07/202 6	08/07/202 6	2681	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DO CURSO DE PATRULHEIROS RURAIS (7º DIA)	Campo Mourão	FABIANO GOMES DE SOUZA	10/07/202 6	10/07/202 6	2682	SECRETARIA MUNIC.AGRIC. MEIO AMBIENTE/REC . HIDRICOS
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DO CURSO DE PATRULHEIROS RURAIS (7º DIA)	Campo Mourão	EDILSON MELO DOS SANTOS	10/07/202 6	10/07/202 6	2683	SECRETARIA MUNIC.AGRIC. MEIO AMBIENTE/REC . HIDRICOS
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DO CURSO DE PATRULHEIROS RURAIS (7º DIA)	Campo Mourão	MIGUEL DOS SANTOS NASCIMENTO	10/07/202 6	10/07/202 6	2684	SECRETARIA MUNIC.AGRIC. MEIO AMBIENTE/REC . HIDRICOS
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DO CURSO DE PATRULHEIROS RURAIS (7º DIA)	Campo Mourão	ARIEL ALAN VALESE DO NASCIMENTO	10/07/202 6	10/07/202 6	2685	SECRETARIA MUNIC.AGRIC. MEIO AMBIENTE/REC . HIDRICOS
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DO CURSO DE PATRULHEIROS RURAIS (7º DIA)	Campo Mourão	ERIKO BEZERRA SOARES	10/07/202 6	10/07/202 6	2686	SECRETARIA MUNIC.AGRIC. MEIO AMBIENTE/REC . HIDRICOS
1	R$ 115,00	R$ 115,00	CUMPRIR AGENDAS OFICIAIS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, E NA FEMIPA (Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Beneficentes do Estado do Paraná),	Curitiba	ADILSON SOUZA DE BRITO	13/07/202 6	15/07/202 6	2687-2688	SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
2	R$ 1.103,11	R$ 2.206,22	CUMPRIR AGENDAS OFICIAIS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, E NA FEMIPA (Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Beneficentes do Estado do Paraná),	Curitiba	ADILSON SOUZA DE BRITO	13/07/202 6	15/07/202 6	2687-2688	SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO DR PRIME	Mamborê	DIVINO VIDAL DA SILVA.	08/07/202 6	08/07/202 6	2689	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CAD E UOPECCAN	Umuarama	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	08/07/202 6	08/07/202 6	2690	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CEONC	Cascavel	EVERTON JOSE CARDOSO	06/07/202 6	06/07/202 6	2691	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CEONC E FAG	Cascavel	EVERTON JOSE CARDOSO	07/07/202 6	07/07/202 6	2692	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HONPAR	Arapongas	EVERTON JOSE CARDOSO	08/07/202 6	08/07/202 6	2693	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO OFTALCAM E CENTER CLINICA	Campo Mourão	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	07/07/202 6	07/07/202 6	2694	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Umuarama	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	08/07/202 6	08/07/202 6	2695	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO SISNOR	Campo Mourão	GERSON MONTEIRO	07/07/202 6	07/07/202 6	2696	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO SISNOR	Campo Mourão	GERSON MONTEIRO	08/07/202 6	08/07/202 6	2697	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM.	Campo Mourão	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	06/07/202 6	06/07/202 6	2698	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR.	Cascavel	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	07/07/202 6	07/07/202 6	2699	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE DE PARA TRATAMENTO NO CENTRO MÉDICO	Campo Mourão	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	07/07/202 6	07/07/202 6	2700	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Cascavel	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	08/07/202 6	08/07/202 6	2701	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA CLINICA CEM	Campo Mourão	JOAO CLARO DA SILVA	07/07/202 6	07/07/202 6	2702	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN E HOSP DOS OLHOS	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	08/07/202 6	08/07/202 6	2703	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA SANTA CASA E OFTALCAM	Campo Mourão	LUIZ CARLOS CARDOZO	08/07/202 6	08/07/202 6	2704	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	NILTON CESAR EVANGELISTA	06/07/202 6	06/07/202 6	2705	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	NILTON CESAR EVANGELISTA	07/07/202 6	07/07/202 6	2706	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	NILTON CESAR EVANGELISTA	08/07/202 6	08/07/202 6	2707	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO COT E TOM IMAGEM	Campo Mourão	NILTON CESAR EVANGELISTA	09/07/202 6	09/07/202 6	2708	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN E CARD	Umuarama	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	07/07/202 6	07/07/202 6	2709	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CEONC	Cascavel	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	08/07/202 6	08/07/202 6	2710	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR PARTICIPANTES PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NA CAMINHADA DA NATUREZA	Paiçandu	EMERSON FRANCISCO MARANGONI	12/07/202 6	12/07/202 6	2712	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA O HOFTALON E MEDBRUCHEZ	Londrina	DIVINO VIDAL DA SILVA.	07/07/202 6	07/07/202 6	2713	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO DR PRIME	Mamborê	DIVINO VIDAL DA SILVA.	09/07/202 6	09/07/202 6	2714	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Umuarama	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	09/07/202 6	09/07/202 6	2715	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO	Campo Mourão	JEAN DOUGLAS	08/07/202 6	08/07/202 6	2716	SECRETARIA

			INSTITUTO DO RIM.		FLORO ARRUDA				MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO H.U., MED BRUCHEZ E SANTA RITA	Maringá	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	09/07/202 6	09/07/202 6	2717	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP DOS OLHOS	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	09/07/202 6	09/07/202 6	2718	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR MEDICAMENTOS REFRIGERADOS NA FARMACIA REGIONAL	Campo Mourão	LUIZ CARLOS MONTEIRO	08/07/202 6	08/07/202 6	2719	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA FAG	Cascavel	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	09/07/202 6	09/07/202 6	2720	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	SERGIO BARBOSA DE JESUS	09/07/202 6	09/07/202 6	2721	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE HANDEBOL PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NA TERCEIRA FASE DA COPA OESTE 2026	Mariluz	EMERSON FRANCISCO MARANGONI	08/07/202 6	08/07/202 6	2722	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA SANTA CASA	Terra Boa	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	08/07/202 6	08/07/202 6	2723	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO OFTALCAM E DR. PRIME	Campo Mourão	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	09/07/202 6	09/07/202 6	2724	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA SANTA CASA	Campo Mourão	GERSON MONTEIRO	09/07/202 6	09/07/202 6	2725	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DA CAPACITAÇÃO DO PROGRAMA VIGIADESASTRES, PROMOVIDA PELA 11ª REGIONAL DE SAUDE	Campo Mourão	DOLORES DE FATIMA SANTANA	14/07/202 6	14/07/202 6	2726	SECRETARIA MUNIC.AGRIC. MEIO AMBIENTE/REC . HIDRICOS
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA SANTA CASA	Campo Mourão	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	10/07/202 6	10/07/202 6	2727	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA O CENTRO DE IMAGEM	Ubiratã	DIVINO VIDAL DA SILVA.	10/07/202 6	10/07/202 6	2728	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CEONC	Cascavel	EVERTON JOSE CARDOSO	09/07/202 6	09/07/202 6	2729	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CEMIL E UOPECCAN	Umuarama	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	10/07/202 6	10/07/202 6	2730	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	GERSON MONTEIRO	10/07/202 6	10/07/202 6	2731	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA SANTA CASA	Campo Mourão	GERSON MONTEIRO	12/07/202 6	12/07/202 6	2732	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM.	Campo Mourão	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	10/07/202 6	10/07/202 6	2733	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Cascavel	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	10/07/202 6	10/07/202 6	2734	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Cascavel	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	11/07/202 6	11/07/202 6	2735	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP DOS OLHOS E CARD	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	10/07/202 6	10/07/202 6	2736	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA O CENTRO DE DIÁGNOSTICO SALAVADOR	Campo Mourão	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	10/07/202 6	10/07/202 6	2737	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	NILTON CESAR EVANGELISTA	10/07/202 6	10/07/202 6	2738	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA CLINCA MED BRUCHEZ	Maringá	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	10/07/202 6	10/07/202 6	02739	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE DE TRANSFERENCIA PARA O HOSP. SANTA CASA	Campo Mourão	SERGIO BARBOSA DE JESUS	11/07/202 6	11/07/202 6	2740	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSAL MASCULINO QUE REPRESENTOU O MUNICIPIO NO "CAMPEONATO PARANAENSE SERIE BRONZE"	Marechal Cândido Rondon	JONATHAN NUNES CARVALHO	12/07/202 6	12/07/202 6	2743	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1	R$ 45,00	R$ 45,00	PRORROGAÇÃO DE DIÁRIA	Tamboara	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	11/07/202 6	11/07/202 6	2742	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 45,00	R$ 45,00	PRORROGAÇÃO DE DIÁRIA	Paiçandu	EMERSON FRANCISCO MARANGONI	12/07/202 6	12/07/202 6	2741	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO HOSP. REGIONAL	Ivaiporã	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	13/07/202 6	13/07/202 6	2744	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA O CENTRO DE IMAGEM	Arapongas	DIVINO VIDAL DA SILVA.	13/07/202 6	13/07/202 6	2745	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA A CLINICA EVOLUIR	Cascavel	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	13/07/202 6	13/07/202 6	2746	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSPITAL ERASTINHO	Curitiba	EVERTON JOSE CARDOSO	15/07/202 6	16/07/202 6	2759-2747	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 492,07	R$ 492,07	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSPITAL ERASTINHO	Curitiba	EVERTON JOSE CARDOSO	15/07/202 6	16/07/202 6	2759-2747	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	GERSON MONTEIRO	13/07/202 6	13/07/202 6	2748	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA BUSCAR PRÓTESE ORTOPÉDICA	Corbélia	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	09/07/202 6	09/07/202 6	2749	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM.	Campo Mourão	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	13/07/202 6	13/07/202 6	2750	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR	Cascavel	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	13/07/202 6	13/07/202 6	2751	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP DOS OLHOS E UOPECCAN	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	13/07/202 6	13/07/202 6	2753	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO H.U. E HOSP. SANTA RITA	Maringá	LUIZ CARLOS CARDOZO	13/07/202 6	13/07/202 6	2753	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	LUIZ CARLOS MONTEIRO	13/07/202 6	13/07/202 6	2754	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO DR PRIME	Mamborê	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	13/07/202 6	13/07/202 6	2755	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP REGIONAL	Cascavel	SERGIO BARBOSA DE JESUS	13/07/202 6	13/07/202 6	2758	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA NO AUDITÓRIO DA FEDERAÇÃO ESPIRITA DO PARANA (FEP)	Curitiba	JACQUELINE TONELLI LOPES	15/07/202 6	17/07/202 6	2760-2761	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
2	R$ 648,89	R$ 1.297,78	PARTICIPAR DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA NO AUDITÓRIO DA FEDERAÇÃO ESPIRITA DO PARANA (FEP)	Curitiba	JACQUELINE TONELLI LOPES	15/07/202 6	17/07/202 6	2760-2761	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

2	R$ 492,07	R$ 984,14	PARTICIPAR DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA NO AUDITÓRIO DA FEDERAÇÃO ESPIRITA DO PARANA (FEP)	Curitiba	LILIAN ANDREZA OHARA	15/07/2026	17/07/2026	2762-2763	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA NO AUDITÓRIO DA FEDERAÇÃO ESPIRITA DO PARANA (FEP)	Curitiba	LILIAN ANDREZA OHARA	15/07/2026	17/07/2026	2762-2763	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	REALIZAR UMA VISITA TÉCNICA A PEDIDO DO DPTO DE RH DA PREFEITURA	Moreira Sales	RODRIGO TADEU RAKSA	30/06/2026	30/06/2026	2765	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 70,00	R$ 70,00	ACOMPANHAR A USUARIA DE POLITICAS PUBLICAS, QUE ESTAVA PERDIDA EM NOSSO MUNICIPIO ATÉ A SUA FAMILIA	Umuarama	RITA DAIANE DE OLIVEIRA	10/06/2026	10/06/2026	2764	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR ATLETA DE FUTSAL QUE REPRESENTOU O MUNICIPIO NO CAMPEONATO PARANAENSE SERIE BRONZE	Maringá	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	14/07/2026	14/07/2026	2766	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETA DA MODALIDADE DE FUTSAL PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO CAMPEONATO PARANAENSE SÉRIE RBONZE SUB 17, MASCULINO, E LEVAR ATE CASCAVEL PARA PEGAR O ONIBUS ATE SUA CIDADE	Marechal Cândido Rondon	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	16/07/2026	16/07/2026	2767	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR ATLETA DA MODALIDADE DE FUTSAL PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO CAMPEONATO PARANAENSE SÉRIE RBONZE, MASCULINO	Marechal Cândido Rondon	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	18/07/2026	18/07/2026	2768	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	LEVAR ATLETA DA MODALIDADE DE FUTSAL QUE VAI TER REPRESENTADO O MUNICIPIO NO CAMPEONATO PARANAENSE SÉRIE RBONZE, MASCULINO	Marechal Cândido Rondon	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	19/07/2026	19/07/2026	2769	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR TECNICAMENTE ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSAL PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO CAMPEONATO PARANAENSE SERIE BRONZE	Marechal Cândido Rondon	EDSON ROBERTO MARTINS	16/07/2026	16/07/2026	2770	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSAL PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO "CAMPEONATO PARANAENSE SERIE BRONZE", SUB 17, MASCULINO,	Marechal Cândido Rondon	EMERSON FRANCISCO MARANGONI	16/07/2026	16/07/2026	2771	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTEBOL PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NA "COPA AMIZADE"	Marechal Cândido Rondon	MARCELO RIBEIRO FRANCO	19/07/2026	19/07/2026	2772	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR PARTICIPANTES DA MODALIDADE DE FUTEBOL PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NA "2ª COPA INTERNACIONAL BARBOSA CUP2026"	Barbosa Ferraz	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	11/07/2026	11/07/2026	2773	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR PARTICIPANTES DA MODALIDADE DE CORRIDA DE RUA NO "CIRCUITO SESI DE CORRIDA DAS INDUSTRIAS"	Campo Mourão	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	12/07/2026	12/07/2026	2774	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR TECNICAMENTE ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSAL SUB 17, MASCULINO PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO CAMPEONATO PARANAENSE DE FUTSAL	Marechal Cândido Rondon	IGOR FERNANDES AMERICO	16/07/2026	16/07/2026	2775	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CENTER CLINICA E INTEGRADO	Campo Mourão	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	14/07/2026	14/07/2026	2776	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR.	Cascavel	CLODOALDO CORDEIRO DE ALMEIDA	13/07/2026	13/07/2026	2777	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRANSFERENCIA NA SANTA CASA	Campo Mourão	CLODOALDO CORDEIRO DE ALMEIDA	14/07/2026	14/07/2026	2778	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Umuarama	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	14/07/2026	14/07/2026	2779	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO OFTALCAM	Campo Mourão	GERSON MONTEIRO	14/07/2026	14/07/2026	2780	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR VENENO	Campo Mourão	HERMES RICARDO AGOSTINI	18/06/2026	18/06/2026	2781	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DA CAPACITAÇÃO DO PROGRAMA VIGIADESASTRES NO AUDITORIO DA 11ª REGIONAL DE SAUDE	Campo Mourão	JACQUELINE TONELLI LOPES	14/07/2026	14/07/2026	2782	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR MEDICAÇÕES REFRIGERADAS E INSULINAS DAS FARMACIAS BÁSICAS NA 11ª REGIONAL DE SAÚDE	Campo Mourão	JAQUELINE CORANDIN RIBEIRO	08/07/2026	08/07/2026	2783	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR.	Cascavel	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	14/07/2026	14/07/2026	2784	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOFTALON/HONPAR	Londrina	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	14/07/2026	14/07/2026	2785	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CARD E UOPECCAN	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	14/07/2026	14/07/2026	2786	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA O HOSP. DE OLHOS DR. PRIME	Mamborê	LUIZ CARLOS MONTEIRO	14/07/2026	14/07/2026	2787	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR VACINAS DE INFLUENZA E PNEUMO 20 NA REGIONAL DE SAÚDE DE CAMPO MOURÃO	Campo Mourão	MARIA EDUARDA DA CRUZ CHAVES	03/07/2026	03/07/2026	2788	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR VACINAS DE ANTIRRABICA NA REGIONAL DE SAÚDE DE CAMPO MOURÃO	Campo Mourão	MARIA EDUARDA DA CRUZ CHAVES	03/07/2026	03/07/2026	2789	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA O HOSP. DO ROCIO E HOSP. DE REABILITAÇÃO ANA CAROLINA M. XAVIER	Curitiba	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	07/07/2026	07/07/2026	2790-2796	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 492,07	R$ 492,07	TRANSPORTAR PACIENTES PARA O HOSP. DO ROCIO E HOSP. DE REABILITAÇÃO ANA CAROLINA M. XAVIER	Curitiba	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	07/07/2026	07/07/2026	2790-2796	MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Cascavel	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	13/07/2026	13/07/2026	2795	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Cascavel	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	14/07/2026	14/07/2026	2791	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRANSFERENCIA NA SANTA CASA	Campo Mourão	NILTON CESAR EVANGELISTA	30/06/2026	30/06/2026	2792	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP. SANTA CASA	Terra Boa	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	14/07/2026	14/07/2026	2797	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE CADEIRANTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN E INSS	Umuarama	SERGIO BARBOSA DE JESUS	10/07/2026	10/07/2026	2793	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA OFTALCAM E MÃE PARANAENSE,	Campo Mourão	SERGIO BARBOSA DE JESUS	14/07/2026	14/07/2026	2794	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR PARTICIPANTES PARA A COMPETIÇÃO DE CAMINHADA DA NATUREZA	Mamborê	EMERSON FRANCISCO MARANGONI	19/07/2026	19/07/2026	2798	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE JIU JITSU PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO "TOLEDO INTERNACIONAL OPEN DE JIU JITSU GI E NOGI 2026"	Toledo	JEAN CARLO MIORANZA	19/07/2026	19/07/2026	2799	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	15/07/2026	15/07/2026	2800	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO DR PRIME	Mamborê	DIVINO VIDAL DA SILVA.	15/07/2026	15/07/2026	2801	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	15/07/2026	15/07/2026	2651	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA A CLINICA SALVADOR	Campo Mourão	GERSON MONTEIRO	03/07/2026	03/07/2026	2804	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO OFTALCAM	Campo Mourão	GERSON MONTEIRO	15/07/2026	15/07/2026	2805	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Cascavel	LUIZ CARLOS CARDOZO	15/07/2026	15/07/2026	2806	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CEONC E CENTRO AUDITIVO	Cascavel	LUIZ CARLOS MONTEIRO	15/07/2026	15/07/2026	2807	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA A CLINICA VASCULAR DR. ANDRE AMARAL E INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	10/07/2026	10/07/2026	2808	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	NILTON CESAR EVANGELISTA	13/07/2026	13/07/2026	2809	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	NILTON CESAR EVANGELISTA	14/07/2026	14/07/2026	2810	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	NILTON CESAR EVANGELISTA	15/07/2026	15/07/2026	2811	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Umuarama	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	15/07/2026	15/07/2026	2812	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR DOCUMENTOS DE IDENTIDADE PRONTOS NO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	Campo Mourão	JOAO VICTOR DE OLIVEIRA CAVALCANTE	09/07/2026	09/07/2026	2813	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇ ÃO
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO ERASTO GAERTNER	Curitiba	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	19/07/2026	20/07/2026	2814-2815	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 492,07	R$ 492,07	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO ERASTO GAERTNER	Curitiba	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	19/07/2026	20/07/2026	2814-2815	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CENTER CLÍNICA E OFTALCAM	Campo Mourão	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	16/07/2026	16/07/2026	2816	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	DIVINO VIDAL DA SILVA.	16/07/2026	16/07/2026	2817	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CENTER CLINICA E OFTALCAM	Campo Mourão	EVERTON JOSE CARDOSO	13/07/2026	13/07/2026	2818	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CENTER CLINICA E OFTALCAM	Campo Mourão	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	07/07/2026	07/07/2026	2819	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CLINICA SAN RAFAELLO	Ubiratã	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	16/07/2026	16/07/2026	2820	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM.	Campo Mourão	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	15/07/2026	15/07/2026	2821	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA CLINICA MED BRUCHEZ	Maringá	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	16/07/2026	16/07/2026	2822	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CARD E UOPECCAN	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	15/07/2026	15/07/2026	2823	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN E CARD	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	16/07/2026	16/07/2026	2824	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA O HOSP. SANTA CASA	Campo Mourão	LUIZ CARLOS CARDOZO	16/07/2026	16/07/2026	2825	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA CLINICA MULTIEVOLUA	Umuarama	LUIZ CARLOS MONTEIRO	16/07/2026	16/07/2026	2826	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA CLINICA SAN RAFAELLO,	Ubiratã	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	16/07/2026	16/07/2026	2827	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	ACOMPANHAR A TRANSFERENCIA DE PACIENTE PARA O HOSP. SANTA CASA DE MARINGÁ	Maringá	NATALIA LIMA DE OLIVEIRA	29/06/2026	30/06/2026	2828	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DA 2º REUNIÃO DE REGULAÇÃO AMBULATORIAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES A 11º REGIONAL DE SAÚDE	Campo Mourão	NEIVA DA SILVA COTRIN	25/06/2026	25/06/2026	2829	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR PACIENTE DE ALTA HOSPITALAR NO HOSP. SANTA CASA	Campo Mourão	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	16/07/2026	16/07/2026	2830	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA O HOSP. SANTA RITA	Maringá	SERGIO BARBOSA DE JESUS	07/07/2026	07/07/2026	2831	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Umuarama	SERGIO BARBOSA DE JESUS	15/07/2026	15/07/2026	2832	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP REGIONAL	Cascavel	SERGIO BARBOSA DE JESUS	16/07/2026	16/07/2026	2833	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP. MOACIR MICHELETTO	Assis Chateaubrian d	SERGIO BARBOSA DE JESUS	17/07/2026	17/07/2026	2834	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR VACINA NA 11ª REGIONAL DE SAUDE	Campo Mourão	VINICIUS GOMES	15/07/2026	15/07/2026	2835	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR USUARIA DE POLITICAS PUBLICAS DA ASSISTENCIA SOCIAL ATÉ A DEFENSORIA PUBLICA	Umuarama	RODRIGO SANTOS RIBEIRO	10/07/2026	10/07/2026	2836	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DE UMA REUNIÃO NO GABINETE DA DEPUTADA MARIA VICTORIA JUNTAMENTO COM A SECRETARIA M. DE SAUDE JACQUELINE TONELLI, PARA TRATAR DE DEMANDAS DO MUNCIPIO	Curitiba	PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO	20/07/2026	22/07/2026	2837-2838	SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
1	R$ 1.103,11	R$ 1.103,11	PARTICIPAR DE UMA REUNIÃO NO GABINETE DA DEPUTADA MARIA VICTORIA JUNTAMENTO COM A SECRETARIA M. DE SAUDE JACQUELINE TONELLI, PARA TRATAR DE DEMANDAS DO MUNCIPIO	Curitiba	PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO	20/07/2026	22/07/2026	2837-2838	SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO HOSP. HONPAR	Arapongas	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	17/07/2026	17/07/2026	2839	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA O HOSP. UOPECCAN	Umuarama	DIVINO VIDAL DA SILVA.	25/06/2026	25/06/2026	2840	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM,	Campo Mourão	DIVINO VIDAL DA SILVA.	17/07/2026	17/07/2026	2841	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	EVERTON JOSE CARDOSO	17/07/2026	17/07/2026	2842	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	PRORROGAÇÃO DE DIÁRIA	Curitiba	EVERTON JOSE CARDOSO	16/07/2026	16/07/2026	2843	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO ISTITUTO DE AUDIÇÃO	Maringá	GERSON MONTEIRO	16/07/2026	16/07/2026	2844	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR.	Cascavel	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	16/07/2026	16/07/2026	2845	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE DE PARA TRATAMENTO NO OFTALCAM	Campo Mourão	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	17/07/202 6	17/07/202 6	2846	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA CLINICA CARD	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	17/07/202 6	17/07/202 6	2847	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE DE TRANSFERENCIA PARA CENTER CLINICA	Campo Mourão	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	17/07/202 6	17/07/202 6	2848	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	NILTON CESAR EVANGELISTA	16/07/202 6	16/07/202 6	2849	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	NILTON CESAR EVANGELISTA	17/07/202 6	17/07/202 6	2850	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR UMA FAMILIA ATENDIDA PELAS POLITICAS PUBLICAS DA ASSISTENCIA SOCIAL ATÉ O IML,	Toledo	MARCELO RIBEIRO FRANCO	28/06/202 6	28/06/202 6	2851	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR ASFALTO CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE) PARA MANUTENÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	Cruzeiro do Oeste	ADEILDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA	20/07/202 6	20/07/202 6	2852	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DO CURSO PRESENCIAL, "UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - SIGET"	Curitiba	DOUGLAS RODRIGUES DELGADO	21/07/202 6	23/07/202 6	2854- 2855	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1	R$ 492,07	R$ 492,07	PARTICIPAR DO CURSO PRESENCIAL, "UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - SIGET"	Curitiba	DOUGLAS RODRIGUES DELGADO	21/07/202 6	23/07/202 6	2854- 2855	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DE UM SEMINÁRIO CONJUNTO DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA AO FENOMENO EL NINÕ EM PARCERIA DE ESTADO SEDEF E DEFESA CIVIL,	Campo Mourão	CAROLINA LELIA B. JORDAO	22/07/202 6	22/07/202 6	2855	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DE UMA REUNIÃO DO PROGRAMA VIGIDESASTRES, NA 11º REGIONAL DE SAÚDE	Campo Mourão	CAROLINA LELIA B. JORDAO	22/07/202 6	22/07/202 6	2861	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DE UM SEMINÁRIO CONJUNTO DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA AO FENOMENO EL NINÕ EM PARCERIA DE ESTADO SEDEF E DEFESA CIVIL	Campo Mourão	ELIANE VALENCIO DA SILVA DE CARVALHO	22/07/202 6	22/07/202 6	2854	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DE UM SEMINÁRIO CONJUNTO DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA AO FENOMENO EL NINÕ EM PARCERIA DE ESTADO SEDEF E DEFESA CIVIL	Campo Mourão	ROSANE CRISTINA MAGALHAES	22/07/202 6	22/07/202 6	2857	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 70,00	R$ 70,00	LEVAR SERVIDORAS PARA PARTICIPAR DE UM SEMINÁRIO CONJUNTO DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA AO FENOMENO EL NINÕ EM PARCERIA DE ESTADO SEDEF E DEFESA CIVIL,	Campo Mourão	RODRIGO SANTOS RIBEIRO	22/07/202 6	22/07/202 6	2858	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 70,00	R$ 70,00	LEVAR GRUPO DA 3ª IDADE PARA PARTICIPAR DE ENCONTRO REGIONAL DA TERCEIRA IDADE DE QUARTO CENTENARIO	Quarto Centenário	RODRIGO SANTOS RIBEIRO	12/07/202 6	12/07/202 6	2860	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 70,00	R$ 70,00	LEVAR GRUPO DA 3ª IDADE PARA PARTICIPAR DE ENCONTRO REGIONAL DA TERCEIRA IDADE DE QUARTO CENTENARIO	Quarto Centenário	MARCELO RIBEIRO FRANCO	12/07/202 6	12/07/202 6	2859	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 492,07	R$ 492,07	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO HOSP. ERASTO GAERTNER	Curitiba	SERGIO BARBOSA DE JESUS	22/07/202 6	23/07/202 6	2862- 2863	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO HOSP. ERASTO GAERTNER	Curitiba	SERGIO BARBOSA DE JESUS	22/07/202 6	23/07/202 6	2862- 2863	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO MD VIDA, MÃE PARANAENSE E CENTER CLINICA	Campo Mourão	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	20/07/202 6	20/07/202 6	2864	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DA REUIÃO VIGIDESASTRE NA 11º REGIONAL DA SAÚDE	Campo Mourão	CASSIA TEIXEIRA GASQUE GERMANO	14/07/202 6	14/07/202 6	2865	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR.	Cascavel	CLODOALDO CORDEIRO DE ALMEIDA	20/07/202 6	20/07/202 6	2866	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CEONC E UOPECCAN	Cascavel	EVERTON JOSE CARDOSO	10/07/202 6	10/07/202 6	2867	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CLINICA CARD	Umuarama	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	20/07/202 6	20/07/202 6	2868	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA O DR. PRIME	Mamborê	GERSON MONTEIRO	20/07/202 6	20/07/202 6	2869	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR VENENO PARA USO DO MUNICÍPIO NA 11º REGIONAL DE SAÚDE	Campo Mourão	HERMES RICARDO AGOSTINI	17/07/202 6	17/07/202 6	2870	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR VENENO PARA USO DO MUNICÍPIO NA 11º REGIONAL DE SAÚDE	Umuarama	HERMES RICARDO AGOSTINI	23/06/202 6	23/06/202 6	2871	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM.	Campo Mourão	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	17/07/202 6	17/07/202 6	2872	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA MAZZO CENTRO DE ESPECIALIDADES	Cascavel	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	18/07/202 6	18/07/202 6	2873	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM.	Campo Mourão	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	20/07/202 6	20/07/202 6	2874	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	20/07/202 6	20/07/202 6	2875	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO H.U	Maringá	LUIZ CARLOS CARDOZO	20/07/202 6	20/07/202 6	2876	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DO TREINAMENTO "ALINHAMENTO ESTRATÉGICO REGIONAL - OPERAÇÃO EL NINÔ 2026/2027" NO CENTRO EDUCACIONAL INTEGRADO (CEI-CAMPUS)	Campo Mourão	DOLORES DE FATIMA SANTANA	22/07/202 6	22/07/202 6	2883	SECRETARIA MUNIC.AGRIC. MEIO AMBIENTE/REC . HIDRICOS
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CEONC	Cascavel	LUIZ CARLOS MONTEIRO	17/07/202 6	17/07/202 6	2877	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CEONC E UOPECCAN	Cascavel	LUIZ CARLOS MONTEIRO	20/07/202 6	20/07/202 6	2878	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR VACINAS DE ROTINA NA REGIONAL DE SAÚDE DE CAMPO MOURÃO	Campo Mourão	MARIA EDUARDA DA CRUZ CHAVES	17/07/202 6	17/07/202 6	2879	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	LEVAR VEICULO VW/NEOBUS, PLACA UBR-3F33, FROTA 807, PARA SUA PRIMEIRA REVISÃO (5.000 KM), NA CHIAPETTI	Campo Mourão	JONATHAN NUNES CARVALHO	07/07/202 6	07/07/202 6	2884	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTE PACIENTES PARA TRATAMENTO NO HOSP MOACYR MICHELETO	Assis Chateaubrian d	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	20/07/202 6	20/07/202 6	2880	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CEONC	Cascavel	NILTON CESAR EVANGELISTA	20/07/202 6	20/07/202 6	2881	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR	Cascavel	SERGIO BARBOSA DE JESUS	20/07/202 6	20/07/202 6	2882	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 45,00	R$ 45,00	PRORROGAÇÃO DE DIÁRIA	Toledo	JEAN CARLO MIORANZA	19/07/202 6	19/07/202 6	2887	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSALMASCULINO PARA PARTICIPAREM DE DO TREINO PREPARATORIO PARA O JOGO DO CAMPEONATO PARANAENSE SERIE BRONZE,	Umuarama	MARCELO RIBEIRO FRANCO	16/07/202 6	17/07/202 6	2886	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO DO CAMPEONATO PARANAENSE DE HANDEBOL SUB 12	Palotina	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	17/07/202 6	17/07/202 6	2887	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR PARTICIPANTES DA MODALIDADE DE FUTEBOL, PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NA 2ª COPA INTERNACIONAL BARBOSA CUP 2026	Barbosa Ferraz	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	15/07/202 6	15/07/202 6	2888	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSAL PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO CAMPEONATO PARANAENSE SERIE BRONZE, MASCULINO	Marechal Cândido Rondon	EVERTON JOSE CARDOSO	11/07/202 6	11/07/202 6	2889	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CENTER CLINICA E CISCOMCAM	Campo Mourão	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	21/07/202 6	21/07/202 6	2734	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA SANTA CASA	Campo Mourão	CLODOALDO CORDEIRO DE ALMEIDA	15/07/202 6	16/07/202 6	2735	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA SANTA CASA	Campo Mourão	DIVINO VIDAL DA SILVA.	21/07/202 6	21/07/202 6	2736	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO DR PRIME	Mamborê	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	17/07/202 6	17/07/202 6	2893	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA REGIONAL DE SAÚDE E CISCOMCAM	Campo Mourão	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	21/07/202 6	21/07/202 6	2894	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA O CEONC, PROAUDIO E UOPECCAN	Cascavel	GERSON MONTEIRO	21/07/202 6	21/07/202 6	2895	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CUMPRIR AGENDA OFICIAL PARA TRATAR DE DEMANDAS DO INTERESSE PÚBLICO	Curitiba	JACQUELINE TONELLI LOPES	20/07/202 6	22/07/202 6	2903 - 2896	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 648,89	R$ 648,89	CUMPRIR AGENDA OFICIAL PARA TRATAR DE DEMANDAS DO INTERESSE PÚBLICO	Curitiba	JACQUELINE TONELLI LOPES	20/07/202 6	22/07/202 6	2903 - 2896	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR	Cascavel	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	21/07/202 6	21/07/202 6	2897	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE DE PARA TRATAMENTO NO OFTALCAM, CISCOMCAM E AME	Campo Mourão	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	21/07/202 6	21/07/202 6	2898	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN E CARD	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	21/07/202 6	21/07/202 6	2899	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA O CARD	Umuarama	LUIZ CARLOS CARDOZO	21/07/202 6	21/07/202 6	2900	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO OFTALCAM, CENTRAL HOSPITALAR, MÃE PR E SANTA CASA	Campo Mourão	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	21/07/202 6	21/07/202 6	2901	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR PACIENTE DE ALTA NO HOSP SAO MARCOS	Maringá	VINICIUS GOMES	07/07/202 6	08/07/202 6	2902	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DE UMA REUNIÃO NA UOPECCAN COM O PREFEITO	Umuarama	JACQUELINE TONELLI LOPES	07/07/202 6	07/07/202 6	2904	SECRETARIA MUNICIPAL DE

									SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR TECNICAMENTE O GRUPO DA TERCEIRA IDADE PARA PARTICIPAREM DO JOGOS DA INTEGRAÇÃO DO IDOSO	Campo Mourão	EDSON ROBERTO MARTINS	17/07/202 6	17/07/202 6	2905	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	ACOMPANHAR O GRUPO DA TERCEIRA IDADE QUE PARTICIPOU DOS JOGOS DAINTEGRAÇÃO DO IDOSO	Campo Mourão	GABRIEL FELIPE FERNANDES	17/07/202 6	17/07/202 6	2906	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CEONC	Cascavel	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	22/07/202 6	22/07/202 6	2907	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR.	Cascavel	CLODOALDO CORDEIRO DE ALMEIDA	23/07/202 6	23/07/202 6	2908	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP. REGIONAL	Ivaiporã	DIVINO VIDAL DA SILVA.	20/07/202 6	20/07/202 6	2909	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA SANTA CASA	Terra Boa	DIVINO VIDAL DA SILVA.	22/07/202 6	22/07/202 6	2910	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	EVERTON JOSE CARDOSO	20/07/202 6	20/07/202 6	2911	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CENTRO DE IMAGEM	Ubiratã	EVERTON JOSE CARDOSO	22/07/202 6	22/07/202 6	2912	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO DR PRIME	Mamborê	EVERTON JOSE CARDOSO	23/07/202 6	23/07/202 6	2913	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA O UOPECCAN	Umuarama	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	22/07/202 6	22/07/202 6	2914	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO SISNOR	Campo Mourão	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	23/07/202 6	23/07/202 6	2915	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CARD	Umuarama	GERSON MONTEIRO	23/07/202 6	23/07/202 6	2916	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CENTRO DE IMAGENS	Ubiratã	GERSON MONTEIRO	22/07/202 6	22/07/202 6	2917	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	JEAN CARLO MIORANZA	23/07/202 6	23/07/202 6	2918	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM.	Campo Mourão	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	22/07/202 6	22/07/202 6	2919	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR	Cascavel	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	23/07/202 6	23/07/202 6	2920	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR	Cascavel	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	20/07/202 6	20/07/202 6	2921	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CEONC E FAG	Cascavel	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	23/07/202 6	23/07/202 6	2922	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	22/07/202 6	22/07/202 6	2923	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN E CARD	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	23/07/202 6	23/07/202 6	2924	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA O UOPECCAN	Umuarama	LUIZ CARLOS CARDOZO	19/07/202 6	19/07/202 6	2925	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HONPAR	Arapongas	LUIZ CARLOS CARDOZO	22/07/202 6	22/07/202 6	2926	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA O HOSP. SANTA CASA E OFTALCAM	Campo Mourão	LUIZ CARLOS CARDOZO	23/07/202 6	23/07/202 6	2927	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA CENTER CLINICA E CENTRO DE DIGNOSTICO SALVADOR	Campo Mourão	LUIZ CARLOS MONTEIRO	22/07/202 6	22/07/202 6	2928	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CLINICA MEDBRUCHEZ, HOFTALON E HOSP DE CLINICAS	Maringá	LUIZ CARLOS MONTEIRO	23/07/202 6	23/07/202 6	2940	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO H.U	Cascavel	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	21/07/202 6	21/07/202 6	2929	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTE PACIENTES PARA TRATAMENTO NO HOSP REGIONAL	Cornélio Procópio	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	22/07/202 6	22/07/202 6	2930	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CLINICA SAN RAFAELLO	Ubiratã	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	23/07/202 6	23/07/202 6	2931	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CEONC	Cascavel	NILTON CESAR EVANGELISTA	20/07/202 6	20/07/202 6	2932	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO DR PRIME	Mamborê	NILTON CESAR EVANGELISTA	22/07/202 6	22/07/202 6	2933	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO OFTALCAM, MD VIDA E SANTA CASA	Campo Mourão	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	22/07/202 6	22/07/202 6	2934	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO SISNOR	Campo Mourão	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	23/07/202 6	23/07/202 6	2935	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA O HOSP. SANTA CASA E HOFTALON	Maringá	SERGIO BARBOSA DE JESUS	21/07/202 6	21/07/202 6	2936	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA SANTA CASA	Campo Mourão	VINICIUS GOMES	17/07/202 6	18/07/202 6	2937	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO H.U	Cascavel	VINICIUS GOMES	20/07/202 6	20/07/202 6	2938	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP SÃO LUCAS	Cascavel	VINICIUS GOMES	23/07/202 6	23/07/202 6	2939	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO HOSPITAL DAS CLÍNICAS	Curitiba	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	28/07/202 6	29/07/202 6	2941- 2942	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 492,07	R$ 492,07	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO HOSPITAL DAS CLÍNICAS	Curitiba	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	28/07/202 6	29/07/202 6	2941- 2942	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 492,07	R$ 492,07	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO HOSP. WALDEMAR MONASTIER E CENTRO DE REABILITAÇÃO DO PARANÁ	Curitiba	LUIZ CARLOS MONTEIRO	28/07/202 6	29/07/202 6	2943- 2944	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO HOSP. WALDEMAR MONASTIER E CENTRO DE REABILITAÇÃO DO PARANÁ	Curitiba	LUIZ CARLOS MONTEIRO	28/07/202 6	29/07/202 6	2943- 2944	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO HOSP. REGIONAL	Ivaiporã	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	24/07/202 6	24/07/202 6	2945	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	DIVINO VIDAL DA SILVA.	24/07/202 6	24/07/202 6	2946	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DA "JORNADA BIM PARANÁ" (MODELAGEM DA INFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	Campo Mourão	BRUNO SCARDELATO TERTULINO	28/07/202 6	28/07/202 6	2964	SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO/DESENV.URB ANO
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DA "JORNADA BIM PARANÁ" (MODELAGEM DA INFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	Campo Mourão	BRUNO SCARDELATO TERTULINO	29/07/202 6	29/07/202 6	2965	SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO/DESENV.URB ANO
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	EVERTON JOSE CARDOSO	24/07/202 6	24/07/202 6	2947	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DA "JORNADA BIM PARANÁ" (MODELAGEM DA INFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	Campo Mourão	PRISCILA ALVES SIQUEIRA	28/07/202 6	28/07/202 6	2962	SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO/DESENV.URB ANO
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DA "JORNADA BIM PARANÁ" (MODELAGEM DA INFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO)	Campo Mourão	PRISCILA ALVES SIQUEIRA	29/07/202 6	29/07/202 6	2963	SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO/DESENV.URB ANO
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Umuarama	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	13/07/202 6	13/07/202 6	2948	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA O DR. PRIME	Mamborê	GERSON MONTEIRO	29/06/202 6	29/06/202 6	2949	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CENTRO AUDITIVO	Cascavel	GERSON MONTEIRO	24/07/202 6	24/07/202 6	2950	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM.	Campo Mourão	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	24/07/202 6	24/07/202 6	2951	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOFTALON/HONPAR I E II	Londrina	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	24/07/202 6	24/07/202 6	2952	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CARD	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	24/07/202 6	24/07/202 6	2953	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA SANTA RITA	Maringá	LUIZ CARLOS CARDOZO	24/07/202 6	24/07/202 6	2954	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CLINICA SAN RAFAELLO	Ubiratã	LUIZ CARLOS MONTEIRO	21/07/202 6	21/07/202 6	2955	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CEONC E CENTRO AUDITIVO	Cascavel	LUIZ CARLOS MONTEIRO	24/07/202 6	24/07/202 6	2956	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA O INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	24/07/202 6	24/07/202 6	2957	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM, OFTALCAM E MD VIDA	Campo Mourão	NILTON CESAR EVANGELISTA	23/07/202 6	23/07/202 6	2958	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA SANTA CASA	Campo Mourão	NILTON CESAR EVANGELISTA	24/07/202 6	24/07/202 6	2959	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	24/07/202 6	24/07/202 6	2960	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA OFTALCAM	Campo Mourão	SERGIO BARBOSA DE JESUS	24/07/202 6	24/07/202 6	2961	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CEONC/UOPECCAN	Cascavel	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	23/07/202 6	23/07/202 6	2966	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO ERASTO GAERTNER	Curitiba	DIVINO VIDAL DA SILVA.	29/07/202 6	30/07/202 6	2976- 2977	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 492,07	R$ 492,07	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO ERASTO GAERTNER	Curitiba	DIVINO VIDAL DA SILVA.	29/07/202 6	30/07/202 6	2976- 2977	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO HOSP. DE OLHOS DR. PRIME	Mamborê	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	25/07/202 6	25/07/202 6	2967	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO OFTALCAM	Campo Mourão	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	25/07/202 6	25/07/202 6	2968	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DA REUNIÃO DO CRESEMS, NO AUDITORIO DA 11ª REGIONAL DE SAUDE	Campo Mourão	JACQUELINE TONELLI LOPES	08/07/202 6	08/07/202 6	2969	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DA RUE, NA 11ª REGIONAL DE SAUDE	Campo Mourão	JACQUELINE TONELLI LOPES	23/07/202 6	23/07/202 6	2970	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Cascavel	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	22/07/202 6	22/07/202 6	2971	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DA REUNIÃO TÉCNICA GTARO (Grupo Técnico de Análise e Revisão de Óbitos)	Campo Mourão	LILIAN ANDREZA OHARA	27/07/202 6	27/07/202 6	2972	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA O HOSP. MARINGÁ	Maringá	MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES	25/07/202 6	25/07/202 6	2973	MUNICIPAL DE SAUDE

1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP. DE OLHOS DR PRIME	Mamborê	NILTON CESAR EVANGELISTA	21/07/202 6	21/07/202 6	2974	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP. DE OLHOS DR PRIME	Mamborê	NILTON CESAR EVANGELISTA	25/07/202 6	25/07/202 6	2975	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR DOADORES DE SANGUE EM PROL DO PROFESSOR ERIVALTO SANTOS DE OLIVEIRA	Umuarama	EMERSON FRANCISCO MARANGONI	23/07/202 6	23/07/202 6	2978	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 115,00	R$ 115,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSAL PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO CAMPEONATO PARANAENSE SUB18	Santa Izabel do Oeste	EMERSON FRANCISCO MARANGONI	27/07/202 6	28/07/202 6	2979	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DA MODALIDADE DE BICICROSS PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO "39º CAMPEONATO PARANAENSE DE BICICROSS"	Toledo	JONATHAN NUNES CARVALHO	26/07/202 6	26/07/202 6	2980	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO HOSP. HONPAR	Arapongas	ANTONIO CARLOS BARBOZA DE JESUS	27/07/202 6	27/07/202 6	2981	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE DE TRANSFERENCIA PARA SANTA CASA	Campo Mourão	CLODOALDO CORDEIRO DE ALMEIDA	26/07/202 6	27/07/202 6	2982	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR.	Cascavel	CLODOALDO CORDEIRO DE ALMEIDA	27/07/202 6	27/07/202 6	2983	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	DIVINO VIDAL DA SILVA.	27/07/202 6	27/07/202 6	2984	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Umuarama	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	27/07/202 6	27/07/202 6	2985	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA O DR. PRIME	Mamborê	GERSON MONTEIRO	27/06/202 6	27/07/202 6	2986	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO E INTERNAMENTO NO UOPECCAN	Cascavel	JHONATHAN DA SILVA SCARDELATO	27/07/202 6	27/07/202 6	2987	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA A CENTER CLÍNICA	Campo Mourão	JOAO CLARO DA SILVA	27/07/202 6	27/07/202 6	2988	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NA CLINICA EVOLUIR	Cascavel	LUIZ CARLOS MONTEIRO	27/07/202 6	27/07/202 6	2989	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Cascavel	MATHEUS CAMARGO 27/07/202 AGUILERA 6 GONÇALVES		27/07/202 6	2990	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA O HOSP. REGIONAL, HC E HOFTALON	Londrina	SERGIO BARBOSA DE JESUS	27/07/202 6	27/07/202 6	2991	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	BUSCAR MALAS E COLCHÕES DOS ATLETAS DE FUTEBOL QUE REPRESENTOU O MUNICIPIO NA 2º COPA INTERNACIONAL BARBOSA CUP 2026	Barbosa Ferraz	EMERSON FRANCISCO MARANGONI	15/07/202 6	15/07/202 6	2992	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 115,00	R$ 115,00	CONDUZIR ATLETAS DE GINÁSTICA RÍTMICA, CATEGORIA PRÉ INFANTIL E INFANTIL QUE REPRESENTARAM O MUNICIPIO NO CAMPEONATO PARANAENSE DE GINÁSTICA RÍTMICA 2026	Toledo	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	28/07/202 6	30/07/202 6	2994- 2995	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 492,07	R$ 492,07	CONDUZIR ATLETAS DE GINÁSTICA RÍTMICA, CATEGORIA PRÉ INFANTIL E INFANTIL QUE REPRESENTARAM O MUNICIPIO NO CAMPEONATO PARANAENSE DE GINÁSTICA RÍTMICA 2026	Toledo	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	28/07/202 6	30/07/202 6	2994- 2995	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 115,00	R$ 115,00	CONDUZIR ATLETAS DE KARATE QUE REPRESENTARAM O MUNICIPIO NO PARANÁ COMBATE	Cascavel	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	24/07/202 6	24/07/202 6	2993	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 115,00	R$ 115,00	CONDUZIR TECNICAMENTE ATLETAS DA MODALIDADE DE FUTSAL MASCULINO PARA REPRESENTAR O MUNICIPIO NO CAMPEONATO PARANAENSE SERIE BRONZE 2026	Ivaiporã	CARLOS MAGNO LETTRARI DOS SANTOS	25/07/202 6	25/07/202 6	2996	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
2	R$ 492,07	R$ 984,14	PARTICIPAR DO 52º CONGRESSO PARANAENSE DE CARDIOLOGIA, PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE, NO CENTRO DE EVENTOS VIASOFT EXPERIENCE	Curitiba	CELIA REGINA DA SILVA	30/07/202 6	02/08/202 6	2998- 2999	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DO 52º CONGRESSO PARANAENSE DE CARDIOLOGIA, PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE, NO CENTRO DE EVENTOS VIASOFT EXPERIENCE	Curitiba	CELIA REGINA DA SILVA	30/07/202 6	02/08/202 6	2998- 2999	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	CONDUZIR ATLETAS DE JIUJITSU E KARATE QUE REPRESENTOU O MUNICIPIO NO PARANA COMBATE 2026	Cascavel	EVERTON JOSE CARDOSO	25/07/202 6	25/07/202 6	2997	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
2	R$ 492,07	R$ 984,14	PARTICIPAR DO 52º CONGRESSO PARANAENSE DE CARDIOLOGIA, PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE, NO CENTRO DE EVENTOS VIASOFT EXPERIENCE	Curitiba	SONIELI CONEJO BONINI	30/07/202 6	02/08/202 6	3000- 3001	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DO 52º CONGRESSO PARANAENSE DE CARDIOLOGIA, PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE, NO CENTRO DE EVENTOS VIASOFT EXPERIENCE	Curitiba	SONIELI CONEJO BONINI	30/07/202 6	02/08/202 6	3000- 3001	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 492,07	R$ 492,07	PARTICIPAR DA OFICINA VIGILANCIA DAS DOENÇAS EXANTEMÁTICAS - AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A MANUTENÇÃO DA ELIMINAÇÃO DO VIRUS DO SRAMPO NO PARANÁ	Curitiba	LILIAN ANDREZA OHARA	30/07/202 6	01/08/202 6	3002- 3003	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	PARTICIPAR DA OFICINA VIGILANCIA DAS DOENÇAS EXANTEMÁTICAS - AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A MANUTENÇÃO DA ELIMINAÇÃO DO VIRUS DO SRAMPO NO PARANÁ	Curitiba	LILIAN ANDREZA OHARA	30/07/202 6	01/08/202 6	3002- 3003	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP. DO ROCIO	Curitiba	NILTON CESAR EVANGELISTA	30/07/202 6	31/07/202 6	3004- 3005	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 492,07	R$ 492,07	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP. DO ROCIO	Curitiba	NILTON CESAR EVANGELISTA	30/07/202 6	31/07/202 6	3004- 3005	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CEONC E UOPECCAN	Cascavel	EVERTON JOSE CARDOSO	21/07/202 6	21/07/202 6	3006	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	EVERTON JOSE CARDOSO	27/07/202 6	27/07/202 6	3007	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CEONC E UOPECCAN	Cascavel	EVERTON JOSE CARDOSO	28/07/202 6	28/07/202 6	3008	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO MD VIDA	Campo Mourão	GENIVAL LUIZ MANGOLIN	28/07/202 6	28/07/202 6	3009	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO CISCOMCAM	Campo Mourão	GERSON MONTEIRO	28/07/202 6	28/07/202 6	3010	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO DR. PRIME	Mamborê	GERSON MONTEIRO	29/07/202 6	29/07/202 6	3011	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO MD GASTRO	Campo Mourão	JEAN CARLO MIORANZA	28/07/202 6	28/07/202 6	3012	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM.	Campo Mourão	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	27/07/202 6	27/07/202 6	3013	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM.	Campo Mourão	JEAN DOUGLAS FLORO ARRUDA	29/07/202 6	29/07/202 6	3014	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO OFTALCAM	Campo Mourão	JOAO CLARO DA SILVA	25/07/202 6	25/07/202 6	3015	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CARD E UOPECCAN	Umuarama	JOAO CLARO DA SILVA	28/07/202 6	28/07/202 6	3016	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO H.U	Maringá	LUIZ CARLOS CARDOZO	28/07/202 6	28/07/202 6	3017	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 115,00	R$ 115,00	CONDUZIR ATLETAS DE FUTSAL QUE REPRESENTARAM O MUNICIPIO NO CAMPEONATO PARANAENSE SERIE BRONZE	Ivaiporã	EDIVALDO CRUZEIRO DA SILVA	25/07/202 6	26/07/202 6	3026	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA INTERNAMNETO E ALTA NA SANTA CASA	Terra Boa	LUIZ CARLOS CARDOZO	29/07/202 6	29/07/202 6	3018	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO UOPECCAN	Cascavel	MATHEUS CAMARGO AGUILERA 6 GONÇALVES	29/07/202	29/07/202 6	3019	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	CONDUZIR ATLETAS DE FUTSAL PRA REPRESENTAR O MUNICIPIO ATRAVES DO TIME VIVA A VILA NA COPA UNIÃO 2026	Araruna	EMERSON FRANCISCO MARANGONI	29/07/202 6	29/07/202 6	3027	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTE PACIENTES PARA TRATAMENTO E ALTA NO HOSP REGIONAL E HONPAR	Cornélio Procópio	MATHEUS CAMARGO AGUILERA 6 GONÇALVES	28/07/202	28/07/202 6	3020	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO DR. PRIME, SANTA CASA, OFTALCAM E CENTER CLINICA	Mamborê	NILTON CESAR EVANGELISTA	27/07/202 6	27/07/202 6	3021	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO HOSP. DE OLHOS DR PRIME	Mamborê	NILTON CESAR EVANGELISTA	29/07/202 6	29/07/202 6	3022	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA INTERNAMENTO NO HOSP. SANTA CASA	Terra Boa	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	28/07/202 6	28/07/202 6	3023	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 70,00	R$ 70,00	TRANSPORTAR PACIENTES PARA TRATAMENTO NO INSTITUTO DO RIM	Campo Mourão	PEDRO ANTONIO FRANCISCATO TESSAROLO	29/07/202 6	29/07/202 6	3024	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
1	R$ 492,07	R$ 492,07	CONDUZIR TECNICAMENTE ATLETAS DA MODALIADE DE GINÁSTICA RÍTMICA PARA PARTICIPAREM DO CAMPEONATO PARANAENSE DE GINÁSTICA RÍTMICA 2026	Toledo	FRANCIELE PIMENTEL OLIMPIO	28/07/202 6	30/07/202 6	3028- 3029	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 115,00	R$ 115,00	CONDUZIR TECNICAMENTE ATLETAS DA MODALIADE DE GINÁSTICA RÍTMICA PARA PARTICIPAREM DO CAMPEONATO PARANAENSE DE GINÁSTICA RÍTMICA 2026	Toledo	FRANCIELE PIMENTEL OLIMPIO	28/07/202 6	30/07/202 6	3028- 3029	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
1	R$ 115,00	R$ 115,00	TRANSPORTAR PACIENTE PARA TRATAMENTO NO CEONC E UOPECCAN	Cascavel	SERGIO BARBOSA DE JESUS	29/07/202 6	29/07/202 6	3025	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Artigo 2º - Fica o beneficiário das diárias concedidas por este Termo, obrigado a apresentar relatório de viagem, de acordo com o estabelecido no Paragrafo 3º do Artigo 1º da Lei nº 2.957/2023 de 24 de fevereiro de 2023.

Artigo 3º - Este Termo entra em vigor na data de sua emissão.

Goioerê, 05 de Agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane da Silva Marynowski
Código Identificador:75B0CC7D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO REAJUSTE DO CONTRATO – Nº 021/2025 – PREGÃO Nº 17/2025

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: MAT- SERVIÇOS DE RADIOLOGIA LTDA EPP
OBJETO: Concede-se reajuste de aproximadamente 4.714580 % com base no índice IPCA/IBGE, conforme cláusula sexta do contrato ora mencionado. O valor total do contrato passa a ser de R$ 464.922,24 (quatrocentos e sessenta e quatro mil e novecentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos)

LOTE	ITEM	CÓDIGO ELOTECH	CARGA HORÁRIA	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL R$	REAJUSTE %	NOVO VALOR MENSAL (R$)	VALOR ANUAL (R$)
01	1	10204	24 Horas	Serviço especializado de Técnico em Radiologia para operacionalizar: 01 (um) aparelho de raio-x móvel modelo Aquila D, Marca VMI (UTI, Enfermarias, Emergência e Centro Cirúrgico - Diurno 07h às 19h)	15.000,00	4.714580	15.707,19	188.486,28
	2	10205	Diurno (07-19h)	01 (um) aparelho de raio-x Arco C (arco cirúrgico),	6.999,16	4.714580	7.329,14	87.949,68

				modelo Fênix, Marca VMI (UTI, Enfermarias, Emergência e Centro Cirúrgico)				
	3	10206	24 Horas	01 (um) aparelho de raio-x fixo Modelo Apolo D, Marca VMI (UTI e Emergência)	15.000,00	4.714580	15.707,19	188.486,28

Valor total atual contratado: R$ 443.989,92 (quatrocentos e quarenta e três mil e novecentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos).

***Valor total após reajuste 2026: R$* 464.922,24 (quatrocentos e sessenta e quatro mil e novecentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos)**

Valor do aditivo (diferença): R$ 20.932,32 (vinte mil e novecentos e trinta e dois reais e trinta e dois centavos)

FIRMADO EM: 11 de agosto de 2026.
PROC. ADMINISTRATIVO: 373/2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Willian Diorge Rigo

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:3B1E35CD

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO REAJUSTE DO CONTRATO – Nº 064/2021 – PREGÃO Nº 35/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA
OBJETO: Pelo presente termo aditivo concede-se reajuste de aproximadamente 4,714580 % com base no índice IPCA/IBGE, conforme cláusula sexta do contrato ora mencionado. O valor referente ao período de 90 (noventa) dias de prorrogação contratual, anteriormente fixado em R$ 53.250,00 (cinquenta e três mil, duzentos e cinquenta reais), passa a ser de R$ 55.800,00 (cinquenta e cinco mil e oitocentos reais), resultando em um acréscimo de **R$ 2.550,00 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais).**

LOTE	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	REAJUSTE %	NOVO VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R$)
01	15.000	M³	OXIGENIO MEDICINAL COM PUREZA IGUAL OU SUPERIOR A 99,5% - LÍQUIDO	R$ 3,55	4,714580 %	R$ 3,72	55.800,00

Valor total atual Prorrogado: R$ 53.250,00 (cinquenta e três mil, duzentos e cinquenta reais).
Valor total após reajuste 2026: R$ 55.800,00 (cinquenta e cinco mil e oitocentos reais).
Valor do aditivo (diferença): R$ 2.550,00 (dois mil e quinhentos e cinquenta reais).

FIRMADO EM: 11 de agosto de 2026.
PROC. ADMINISTRATIVO: 466/2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Daniel Mendes Pinheiro Barbosa Da Silva

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:8B899D7E

CONSAMU
EXTRATO TERMO CANCELAMENTO DA ARP– Nº 50/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 12/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: NEW REGLY LTDA
OBJETO: O termo de cancelamento em questão tem amparo na Cláusula Décima Segunda da Ata de Registro de Preços:

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
22	9816	50	UND.	Disco abrasivo para enceradeira verde de 300mm	SPON	R$ 27,25	R$ 1.362,50

FIRMADO EM: 10 de março de 2026.
PROTOCOLO: 5.133/2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Jeverson Jeniel Regly

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:5DC5E0F2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCOS ANTONIO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	086/2026
b) Licitação Nº:	013/2026
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Homologação:	11/08/2026
e) Objeto Homologado:	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DE ARTESANATO PARA MANUTENÇÃO E OFERTA DE OFICINAS DESTINADAS AOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE CONIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) DO CRAS, A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARACI – PR

f) Dotação Orçamentária:

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
27001082440010202933903000000	**1000**	**MATERIAL DE CONSUMO**

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: GUILHERME DA SILVA HERNANDES LTDA - CNPJ: 41.950.800/0001-50 - Valor total homologado: R$ 67.460,50 (sessenta e sete mil, quatrocentos e sessenta reais e cinquenta centavos)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	1	Caixa MDF Cru Tampa Sapato 10x10x5 FICHA TÉCNICA: Material: 100% Madeira MDF Espessura: 3 mm. MEDIDAS: CAIXA Altura: 5 cm; Largura: 10 cm; Comprimento: 10 cm TAMPA: Altura: 1 cm; Largura: 11 cm; Comprimento: 11 cm	belas artes	UNIDADE	100	5.1600	516.0000
14	1	Caixa MDF Cru Tampa Sapato 18x18x5 FICHA TÉCNICA: Material: 100% Madeira MDF Espessura: 3 mm MEDIDAS: CAIXA Altura: 5 cm; Largura: 18cm; Comprimento: 18cm TAMPA: Altura: 1 cm; Largura: 19cm; Comprimento: 19cm	belas artes	UNIDADE	100	10.2200	1022.0000
15	1	Caixa MDF Cru Tampa Sapato 25x25x10 FICHA TÉCNICA: Material: 100% Madeira MDF Espessura: 3 mm MEDIDAS: CAIXA Altura: 10 cm; Largura: 25cm; Comprimento: 25cm TAMPA: Altura: 1 cm; Largura: 26cm; Comprimento: 26cm	belas artes	UNIDADE	100	24.5800	2458.0000
22	1	E.V.A. (verde claro, verde escuro, vermelho, amarelo, roxo, lilás, preto, branco, azul claro, azul escuro, salmão, Pink, laranja, marrom, rosa, verde limão) 600x400x2mm.	make+	Folhas	1000	1.6000	1600.0000
24	1	Fibra Siliconada Para Enchimento para travesseiro almofada Geral Pacote 1kg a Vácuo Caracterísitcas da Fibra: Fibra 100% virgem, nunca utilizada anteriormente sem qualquer mistura na composição.	atiman	PACOTE	50	31.1100	1555.5000
25	1	Fita de cetim simples, 7mm, rolo com 100m, cores variadas	kit	ROLOS	50	11.2700	563.5000
26	1	Fitilho diversas cores 5mm x 50mts	raio d sol	ROLOS	50	2.3000	115.0000
27	1	Fios Cordão de Sisal Cor Natural 500/3 166 Metros 4mm. Fio de Sisal: 100% Natural; Cor: Natural; Peso: 1 Kg; Modelo: 3 Pernas; Tamanho: 166 Metros inteiro; Resistência: 78 Kgf; Tipo: Rasada. Indicado para: Cestos, Sousplat, Espelho, Mesas, Cadeiras, Arranhadores, Paredes, Pufes, Luminárias, Decorações, Divisórias, Garrafas, Artigos para Cozinha, Tapetes e etc.	vonder	ROLOS	100	55.0000	5500.0000
31	1	Glitter Artesanato Perolado – Pct Com 500g	nybc	PACOTE	10	45.0000	450.0000
33	1	Lã (novelo de 100g) para tricô, crochê e artesanatos em geral, cores variadas	pingouin	UNIDADES	100	18.0000	1800.0000
38	1	Olhos Móveis 7mm Para Artesanatos Vários Tamanhos	kit	UNIDADES	20	3.0000	60.0000
58	1	Pincel escolar nº 267-14	tigre	UNIDADES	50	4.0000	200.0000
59	1	Pincel escolar nº 267-6	tigre	UNIDADES	50	8.0000	400.0000
60	1	Pincel escolar nº 474-0	tigre	UNIDADES	50	4.5000	225.0000
61	1	Pincel escolar nº 474-10	tigre	UNIDADES	50	6.2000	310.0000
62	1	Pincel escolar nº 474-20	tigre	UNIDADES	50	16.8000	840.0000
63	1	Pincel escolar nº 815-16	tigre	UNIDADES	50	4.7500	237.5000
64	1	Pincel escolar nº 815-4	tigre	UNIDADES	50	3.7000	185.0000
65	1	Pincel escolar redondo nº 0	tigre	UNIDADES	20	12.9000	258.0000
66	1	Pincel escolar redondo nº 266-6	tigre	UNIDADES	50	8.3000	415.0000
67	1	Pincel filete ref 422-0. Descrição: Tamanho 0, PONTA: Filamento Sintético Ocre. CABO: Curto · Madeira Creme. VIROLA: Alumínio. INDICAÇÃO DE PINTURA: Cerâmica · Papel · Metal · Madeira · E.V.A · Plástico. Formato Redondo/Liner. Composição: Filamento sintético, madeira, metal e material sintético.	condor	UNIDADE	20	13.2000	264.0000
68	1	Pincel filete ref 422-000. Descrição: Tamanho 000, PONTA: Filamento Sintético Ocre. CABO: Curto · Madeira Creme. VIROLA: Alumínio. INDICAÇÃO DE PINTURA: Cerâmica · Papel · Metal · Madeira · E.V.A · Plástico. Formato Redondo/Liner. Composição: Filamento sintético, madeira, metal e material sintético.	condor	UNIDADE	20	13.8000	276.0000
69	1	Pincel cabo vermelho ref 484, nº 4 cerdas macias. PARA: Tela, Painel, Cerâmica, Vidro, Metal, Madeira, Papel, Tecido, Acabamentos, Óleo e Acrílica. PELO/Cerdas: Pelo especial de orelha de Boi. CABO: Longo Vermelho. VIROLA: Alumínio. FORMATO: Chato Curto.	tigre	UNIDADE	20	11.8000	236.0000
70	1	Pincel cabo vermelho ref 484, nº 8 cerdas macias. PARA: Tela, Painel, Cerâmica, Vidro, Metal, Madeira, Papel, Tecido, Acabamentos, Óleo e Acrílica. PELO/Cerdas: Pelo especial de orelha de Boi. CABO: Longo Vermelho. VIROLA: Alumínio. FORMATO: Chato Curto.	tigre	UNIDADE	20	12.8000	256.0000
71	1	Pincel cabo vermelho ref 484, nº 12 cerdas macias. PARA: Tela, Painel, Cerâmica, Vidro, Metal, Madeira, Papel, Tecido, Acabamentos,Óleo e Acrílica. PELO/Cerdas: Pelo especial de orelha de Boi. CABO: Longo Vermelho. VIROLA: Alumínio. FORMATO: Chato Curto.	tigre	UNIDADE	20	13.2000	264.0000
72	1	Pincel cabo vermelho ref 484, nº 14 cerdas macias. PARA: Tela, Painel, Cerâmica, Vidro, Metal, Madeira, Papel, Tecido, Acabamentos, Óleo e Acrílica. PELO/Cerdas: Pelo especial de orelha de Boi. CABO: Longo Vermelho. VIROLA: Alumínio. FORMATO: Chato Curto.	tigre	UNIDADE	20	25.9000	518.0000
73	1	Pincel, ref 308, nº0 PELO/Cerdas: Pelo de Marta original. CABO: curto envernizado. VIROLA: Alumínio. FORMATO: Redondo.	tigre	UNIDADE	20	12.9000	258.0000
78	1	Rolo De Elástico Latex 10 Metros	são jose	ROLOS	80	5.8000	464.0000
79	1	Rolo para Pintura de Poliester 9cm Espuma Amarela 606/9. Descrição: Rolo de poliéster com cabo plástico. Densidade 30 (kg/m³). Resistente a solventes minerais. Indicado para superfícies lisas. Use com tintas esmalte, verniz, acrílica (pva). Produto resistente a solventes minerais. Especificações: Largura do Rolo: 9cm; Altura da Lã: 10mm; Medidas: 36x115x190mm (AxLxC).	tigre	UNIDADE	50	15.1800	759.0000
82	1	Tecido Juta Natural - Trama Média C-9 100% Fibra Vegetal Biodegradável - Largura 1,00m	konlok	UNIDADE	200	23.0300	4606.0000
83	1	Tecido Sacaria Grosso Alvejado P/pano De Prato/pintura (Tecido Pé de Galinha Liso). Com 12 batidas por cm, perfeito para pintura, bordado. Cor: Branco. Rolo: 10 metros Largura: 76 cm	lamatex	UNIDADE	100	69.8000	6980.0000
84	1	TECIDO TNT AMARELO	santa fe	MTR	100	1.9400	194.0000
85	1	Tecido TNT Azul Escuro	santa fe	METROS	100	1.4800	148.0000
86	1	Tecido TNT Branco	santa fe	METROS	200	1.7900	358.0000
87	1	Tecido TNT laranja	santa fe	METROS	100	1.4800	148.0000
88	1	Tecido TNT marrom	santa fe	METROS	100	4.8900	489.0000
89	1	Tecido TNT Preto	santa fe	METROS	100	1.8900	189.0000
90	1	Tecido TNT Rosa	santa fe	METROS	100	1.8900	189.0000

91	1	Tecido TNT Verde Escuro	santa fe	METROS	100	1.9900	199.0000
92	1	Tecido TNT Vermelho	santa fe	METROS	100	1.9400	194.0000
94	1	Tela para Pintura 40x60x1,4cm, Compatível com tinta a óleo, acrílica e aquarela, fabricada com madeira pinus reflorestada e tratada, feita de tecido Cretone 265g/m², 100% algodão	araise	UNIDADE	300	27.9400	8382.0000
99	1	Tinta para tecidos para técnicas de pintura artesanal, elaborada com resina acrílica de última geração e pigmentos de alta qualidade e resistência. Trata-se de uma tinta inodora, atóxica, isenta de querosene e amoníaco. Solúvel em água, tem como base emulsões acrílicas, pigmentos e aditivos. Pronta para o uso, resistente a lavagens. Embalagens de 250ml. Cores diversas.	acrilex	UNIDADES	300	33.9800	10194.0000
100	1	Tinta Acrílica Brilhante 250ml. CARACTERÍSTICAS Resistente ao tempo (sol e chuva). Acabamento brilhante. Pronta para uso. Conteúdo líquido: 250 mL. Não inflamável. Condição do item: Novo. Tipo de embalagem: Potinho. Superfícies recomendadas: Tela. Unidades por embalagem: 1.	acrilex	UNIDADE	300	43.9500	13185.0000

Fornecedor: MHFH PAPELARIA LTDA - CNPJ: 77.556.116/0001-36 - Valor total homologado: R$ 50.637,10 (cinquenta mil, seiscentos e trinta e sete reais e dez centavos)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Apagador De Quadro Negro Verde Com Caixa Em Madeira Para Porta Giz - Medidas: 3 X 6 X 13,5 Cm.	SOUZA	UNIDADES	2	6.3500	12.7000
2	1	Apontador De Lápis Simples, Cores Sortidas – Lâmina De Aço Temperado: Garantia De Mais Facilidade Ao Apontar E Maior Durabilidade – Caixa Com 25 Unidades.	MASTER	CAIXA	10	8.3000	83.0000
3	1	Balões De Borracha – Do Tipo Bexiga Elaborados Com Látex De Borracha Natural, Nº 6.5 – Cores Diversas. Pacotes Com 50 Unid.	PARANAFEST	PACOTE	100	11.0000	1100.0000
4	1	Bastão De Silicone Para Pistola De Cola Quente 1 Kg (FINO) - Transparente. -Ideal Para Madeira, Papelão, Papel E Plástico. Composição - Resina De Eva E Resina Taquificante.	RENDICOLA	PACOTE	50	34.4900	1724.5000
5	1	Bastão De Silicone Para Pistola De Cola Quente 1 Kg (GROSSO) - Transparente. -Ideal Para Madeira, Papelão, Papel E Plástico. Composição - Resina De Eva E Resina Taquificante.	RENDICOLA	PACOTE	50	34.4900	1724.5000
6	1	Bloco de papel para desenho A3 (297x420mm) (referência: papel Canson). Textura levemente granulada, folha branca. As folhas são resistentes, sendo indicada para desenhos a lápis, giz de cera e grafite. Material atóxico livre de ácidos.	JANDAIA	PACOTE	200	32.0000	6400.0000
8	1	Bolas De Isopor – Na Cor Branca, Oca, Aprox. 150mm.	STYROFORM	UNIDADES	100	6.5000	650.0000
9	1	Borracha Branca, Tamanho Média, Formato Quadrado Ou Retangular – Borracha Macia E Suave, Aplicável Sobre Diversos Tipos De Superfície E Para Qualquer Graduação De Grafite. Apaga Lápis E Lapiseira. Caixa Com 40 Unidades.	REDBOR	CAIXA	10	17.0000	170.0000
10	1	Caderno Brochura, Costurado, Capa E Contra Capa Dura, Grande, Folhas Pautadas Com Aprox. 96 Folhas, Formato Aprox. 200mm X 275mm.	JANDAIA	UNIDADES	100	8.4500	845.0000
11	1	Caderno Brochura, Costurado, Capa E Contra Capa Dura, Pequeno, Folhas Pautadas Com Aprox. 96 Folhas, Formato Aprox. 140mm X 200mm.	JANDAIA	UNIDADES	100	4.0000	400.0000
12	1	Caderno brochura, de desenho e cartografia, capa mole, aprox. 48 folhas, formato aprox. 275mm x 200mm.	JANDAIA	UNIDADES	100	6.2500	625.0000
17	1	Canudos plásticos cores variadas – pacote com 50 unidades	TRIK	PACOTE	50	15.0000	750.0000
18	1	CARTOLINA 180 GRS - 297 X 420 mm (DIVERSAS CORES)	SCRITY	UNIDADES	200	1.3000	260.0000
19	1	Cola glítter 35g, cores sortidas.	MARIPEL	UNIDADES	100	4.3000	430.0000
20	1	COLA, Polivinil Acetato - PVA, líquida, frasco de 1 L.	COLEX	UNIDADES	50	21.0000	1050.0000
21	1	COLA, Polivinil Acetato - PVA, líquida, frasco de 90 g.	COLEX	UNIDADES	50	3.9000	195.0000
23	1	E.V.A. Com Gliter (Vermelho, Azul, Branco, Preto, Pink, Amarelo, Rosa...) 600x400x2mm	JOCAR	Folhas	500	3.2200	1610.0000
28	1	Furador Artesanal de papel e EVA com diferentes desenhos	M+	UNIDADES	20	35.0000	700.0000
29	1	Giz colorido antialérgico para quadro negro, caixa com aprox. 50 unidades.	7 BELO	CAIXA	10	9.0000	90.0000
30	1	Giz de cera grosso cx com 12 unid.	JOCAR	CAIXA	50	3.6400	182.0000
32	1	Kit de Lápis de diferentes graduações: H, HB, 2H, B, 2B, 4B, 6B e 8B. Especificações: Grafite com qualidade superior disponível em 08 graduações; ideal para uso técnico, artístico, esboços e escrita em geral; corpo sextavado com acabamento especial; Produzido com madeira 100% reflorestada;	CIS	KIT	50	32.4000	1620.0000
34	1	Lápis De Cor Para Colorir Grande Diversas Cores – Com Pigmento Aglutinante, Carga Com Desenho Macio, Resistente E Deslizamento Fácil Ao Papel, Corpo Com Fidelidade Entre A Cor Do Verniz E A Cor Da Mina, Fácil De Apontar, Produzido Em Madeira Totalmente Atóxica - Com Selo Da FSC, Oriundo De Madeira Plantada, Com Preservação De Floresta Nativa, Ecologicamente Correto, Ideal Para Uso Escolar, Resistente A Quebras, Produto Não Atóxico, Impressão No Corpo Do Lápis: Marca Do Fabricante, Medindo Aproximadamente 17,5cm De Comprimento, Caixa Com 12 Lápis.	MULTICOLOR	CAIXA	100	11.0000	1100.0000
35	1	Lápis preto nº 2B, em madeira, sextavado, não tóxico, com grafite resistente e de fácil deslizamento sobre o papel, com ponta inicliada, corpo com escrita macia,excelente apagabilidade, fácil de apontar, produzido em materiais totalmente atóxicos, resistente à quebra da mina, impressão no corpo contento fabricante do produto, medindo aproximadamente 17,5 cm de comprimento, com certificação no INMETRO. – caixa com 150 unid.	MASTER	CAIXA	5	33.0000	165.0000
36	1	Linha de Pipa 100% Algodão 3000 Jardas Fio 10 Forte. Carretel De 3.000 Jardas De Linha	ML	UNIDADE	100	65.0000	6500.0000
37	1	Massa De Modelar - Caixa Com 12 Unidades, Com No Mínimo 90 Gr. Cores Vibrantes E Macia, Que Não Esfarele E Nem Manche, Com Fragrância De Tuti-Fruti, Embalagem Dupla, Contendo Composição: Água, Carboidrato De Cereais, Glúten, Cloreto De Sódio, Conservante, Aroma, Aditivos E Pigmentos. Validade Mínima 1 Ano.	M+	UNIDADES	100	7.9000	790.0000
39	1	Pacotes/ sacos de presentes cores variadas 20x29	GALA	UNIDADES	100	0.3500	35.0000
40	1	Pacotes/ sacos de presentes cores variadas 30x45	GALA	UNIDADES	100	0.9000	90.0000
41	1	Pacotes/ sacos de presentes cores variadas 45x59	P.PEL	UNIDADES	100	1.7000	170.0000
42	1	Palitos de algodão doce em bambu – pct com 100 uni	NATURA	PACOTE	100	13.0000	1300.0000
43	1	Palitos de picolé comum em bambu – pct com 100 uni	NATURA	PACOTE	200	5.7000	1140.0000
44	1	Papel camurça cores variadas	VMP	UNIDADES	200	1.3500	270.0000
45	1	Papel carbono filme A4 Azul 100fl	G. LINE	PACOTE	1	49.0000	49.0000
46	1	Papel cartão fosco diversas cores lisas	VMP	UNIDADES	300	3.0000	900.0000
47	1	Papel casca de ovo, liso na cor branca, formato A4, gramatura: 180g	MASTER	CAIXA	10	25.0000	250.0000
48	1	Papel casca de ovo, liso na cor branca, formato A4, gramatura: 180g	MASTER	CAIXA	10	22.0000	220.0000
49	1	Papel celofane cores variadas Medida 80 x 80cm.	GALA	UNIDADES	350	2.2000	770.0000
50	1	Papel color set 48x66	VMP	UNIDADES	300	1.4000	420.0000
51	1	Papel crepon cores variadas cores diversas, a escolher conforme necessidade – pacote com 10 unidades	RIDET	PACOTE	100	17.3000	1730.0000
52	1	Papel de seda cores variadas 50x70	RIDET	UNIDADES	200	0.5000	100.0000
53	1	Papel dobradura diversas cores, a escolher conforme necessidade	VMP	Folhas	300	0.9000	270.0000
54	1	Papel Fotográfico de alto brilho. Alta resolução para impressão de fotografias. Formato: A4 – 210mm x 297mm; Embalagem com 50 Folhas; Gramatura: 180 g/m2; Resolução: 5.760 DPI; resistente a água; Papel High Glossy (com brilho)	MASTER	PACOTE	100	19.0000	1900.0000
55	1	Papel laminado cores variadas, a escolher conforme necessidade	VMP	Folhas	200	1.8000	360.0000
56	1	Papel Plástico Auto-Adesivo tipo Contact 45cmx10m Cristal Transparente	JOCAR	ROLOS	50	43.0000	2150.0000
57	1	Papel Vergê A4 210x297 branco – pacote com 50 folhas	MASTER	PACOTE	30	15.0000	450.0000
74	1	Pistola cola quente grande profissional Voltagem: 110-220v	JOCAR	UNIDADES	20	32.0000	640.0000
75	1	Placa de isopor, 100 x 50 cm; Espessura 25 mm (2,5 cm); Densidade: 11/13 Kg; M3 - P2 ou F2 - Tipo 2	STYROFORM	UNIDADES	100	10.9000	1090.0000
76	1	Régua 100 cm madeira	SOUZA	UNIDADES	3	15.8000	47.4000
77	1	Régua transparente 30cm	MAXCRIL	UNIDADES	100	4.5000	450.0000
80	1	Sacos transparentes para embalagem,15x22 cm. Pacote com 100 und	GALA	UNIDADE	10	16.0000	160.0000
81	1	Sacos transparentes para embalagem, 20x29 cm. Pacote com 100und.	GALA	UNIDADE	10	25.0000	250.0000
93	1	Tela De Pintura 20x30x1,4cm, Compatível com tinta a óleo, acrílica e aquarela, fabricada com madeira pinus reflorestada e tratada, feita de tecido Cretone 265g/m², 100% algodão	CORTIARTE	UNIDADE	300	13.2800	3984.0000
95	1	Tesoura grande – 20 cm	JOCAR	UNIDADES	50	9.5000	475.0000
97	1	Tesouras Pequenas Sem Pontas Aço Inox – Caixa Com 24 Unid –	JOCAR	CAIXA	5	46.0000	230.0000
98	1	Tinta guache 250 ml. Cores diversas.	RADEX	UNIDADES	200	7.8000	1560.0000

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 118.097,60 (cento e dezoito mil e noventa e sete reais e sessenta centavos).
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de GUARACI, 11 de agosto de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:D16C8D74

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 024/2026
MUNICÍPIO DE IPORÃ, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, nº 2677, na cidade de Iporã, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **ROBERTO DA SILVA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026**, Processo Administrativo nº **069/2026**, resolve registrar os preços da empresa abaixo indicada, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais disposições aplicáveis.
DO OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de medicamentos, para serem retirados diretamente nos balcões das farmácias, para atender a Secretaria de Assistência Social e Habitação, no Município de Iporã-PR.
FORNECEDOR: AMADUCI, MERLINI & SCHIMIDT LTDA, CNPJ: 84.968.197/0001-47, Sede: Avenida Presidente Castelo Branco nº 2283 - centro na Cidade Iporã, Estado do Paraná, CEP 87.560-000. Sócio Administrador: DONATO SOUZA AMADUCCI.

Lote	Item	Especificação	Marca	Und	Qtd. Máx.	Valor Un	Valor total
35	1	HIDROCORTISONA, POMADA BG C/30GR	EMS	UND	22	24,38	536,36
36	1	LORATADINA + SULFATO DE PSEUDOEFEDRINA, 1MG/ML + 12MG/ML XAROPE 60ML + CP	CIMED	UND	24	41,74	1.001,76
37	1	LORATADINA, 1MG/ML XAROPE 100ML + CP ME	CIMED	UND	32	34,97	1.119,04
38	1	PARACETAMOL, 200MG/ML SOL ORAL 15ML	MDQUÍMICA	UND	18	10,49	188,82
39	1	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG 50COMP	MERK	UND	22	32,96	725,12
85	1	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 24MG 30COMP	EUROFARMA	CX	6	41,88	251,28
86	1	CUTINASOL, GEL TB 100G	CRISTALIA	CX	8	65,59	524,72
87	1	DEFLAZACORTE, 30MG 1BL X 10CPR	NOVA QUÍMICA	CX	8	155,23	1.241,84
88	1	DESLORATADINA, 5MG BL X 10 COMPRIMIDO REVESTIDO	E.M.S	CX	8	44,04	352,32
89	1	VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA, 320+25MG 3BL 10CPR VER	EUROFARMA	CX	16	87,85	1.405,60
90	1	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 16MG 30COMP	EUROFARMA	UND	16	31,03	496,48
91	1	CLORIDRATO DE HIDROXIZINA 120ML SOL ORAL	NOVA QUÍMICA	UND	16	28,13	450,08
114	1	Domperidona 10mg c/30comp	GERMED	UND	20	31,83	636,60
115	1	Valerato de Betametasona 50gr loção derm	NEO QUIMICA	UND	32	33,54	1.073,28
116	1	VALERATO DE BETAMETASONA 50GR SOL CAPILAR	NEO QUIMICA	UND	24	20,03	480,72
117	1	ACICLOVIR 10GR CR DERM	Phaelab	Und	24	28,21	677,04
118	1	ACIDO FUSIDICO 15GR CR	NOVA QUIMICA	UND	20	78,13	1.562,60
119	1	BUDESONIDA 32MCG/DOSE 120DOSES	BIOLAB	UND	20	39,96	799,20
142	1	NITRATO DE ISOCONAZOL 20GR CR DERM	LEOPHARMA	UND	16	47,32	757,12
143	1	PROPIONATO DE CLOBETASOL 30GR CREME	MEDLEY	UND	32	24,43	781,76
144	1	PROPIONATO DE CLOBETASOL 30GR POMADA	LEOPHARMA	UND	12	24,94	299,28
145	1	TIOCONAZOL+TINIDAZOL20+30MG/G - 35G CR VAGINAL + 7APLIC	GEOLAB	UND	30	81,57	2.447,10
146	1	VALERATO DE BETAMETASONA - CREME BG X 30G	E.M.S	UND	10	100,85	1.008,50
147	1	ACIDO ACETIL SALICILICO 100MG 200CPR	EUROFARMA	CX	20	32,85	657,00
148	1	ACECLOFENACO 100MG C/ 12 CP	UNIAO QUIMICA	CX	8	46,87	374,96
149	1	ACICLOVIR 200MG BL C/25 CP	PHARLAB	CX	8	60,93	487,44
150	1	ACIDO MEFENAMICO 500MG BL AL X C/ 24 CP	MEDEY	CX	16	27,63	442,08
178	1	IBUPROFENO ARGININA 1155MG 10ENVELOPES	ZAMBON	CX	8	51,66	413,28
179	1	PREDNISOLONA 40MG 10COMP	NEO QUIMICA	CX	8	44,39	355,12
180	1	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG BL AL PLAS 20 CPR	TEUTO	CX	6	13,98	83,88
181	1	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL - 40MG C/30 CP	PHARLAB	CX	6	16,22	97,32
182	1	CLORIDRATO DE FEXOFENADINA 180MG 10COMP	E.M.S	CX	10	68,37	683,70
183	1	CLORIDRATO DE FEXOFENADINA 120MG 10COMP	E.M.S	CX	10	51,02	510,20
184	1	PREDNISOLONA 20MG 10COMP	MULTILAB	CX	8	28,50	228,00
185	1	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80MG C/ 30 CP	ACHE	CX	14	31,09	435,26
186	1	COLECALCIFEROL 50.000UI 4CPS MOLE	HYPERA	CX	12	42,32	507,84
187	1	DESLORATADINA 5MG C/ 10CP	TEUTO	CX	4	57,95	231,80
188	1	CLORIDRATO DE FEXOFENADINA 60MG 10COMP	E.M.S	CX	8	45,91	367,28
189	1	CLORIDRATO DE FEXOFENADINA 6MG/ML SUSPENSAO ORAL 60ML	E.M.S	CX	8	30,20	241,60
190	1	ESPIRONOLACTONA 100MG 1BL X 30 CPR	EUROFARMA	CX	16	57,44	919,04
224	1	CARVEDILOL 25MG C/30 CPR	BIOSSINTETICA	FR	8	58,85	470,80
225	1	CIPROFIBRATO 100 MG C/ 30 CPR	BIOLAB	FR	12	47,37	568,44
227	1	ATENOLOL+CLORTALIDONA 50+12,5MG 30COMP	E.M.S	FR	40	45,74	1.829,60
228	1	LOSARTAN POTASSICO 50MG CX C/30 CPR RE	GEMERD	FR	14	9,96	139,44
229	1	PARACETAMOL+CLORIDRATO DE PSEUDOEFEDRINA 500+30MG 24COMP	E.M.S	FR	20	22,69	453,80
234	1	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG 30COMP	NOVA QUIMICA	CX	30	54,32	1.629,60
236	1	CAPTOPRIL 50MG CX C/ 30CPR	MEDLEY	CX	16	45,81	732,96
241	1	DIPIRONA SÓDICA GOTAS 20ML	NEO QUIMICA	FR	40	8,07	322,80
246	1	ROSUVASTATINA CALCICA 10MG 3BL X 10 CPR RE	PHARLAB	CX	8	66,94	535,52
247	1	SINVASTATINA 10MG X 30 CPR RE	E.M.S	CX	16	15,99	255,84

248	1	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2MG 20COMP	E.M.S	FR	16	25,38	406,08
249	1	TADALAFILA 20MG X 1CPR	EUROFARMA	CX	22	40,00	880,00
250	1	TARTARATO DE METOPROLOL 100MG 30 CPRS	CIMED	CX	30	25,48	764,40
254	1	FENOFIBRATO 200MG 2BL X 15 CAPS	E.M.S	CX	16	126,47	2.023,52
256	1	AMINOFILINA 100 MG 20COMP	TEUTO	UND	50	5,50	275,00
264	1	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4MG/ML 10ML	TEUTO	CX	6	11,73	70,38
265	1	BROMOPRIDA 4MG/ML 20ML	TEUTO	CX	20	23,34	466,80
269	1	PERMETRINA 10MG/ML 60ML	CIMED	FR	12	29,36	352,32

VALOR TOTAL REGISTRADO: 38.029,72 (TRINTA E OITO MIL VINTE E NOVE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS).
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DA ASSINATURA: 24 de julho de 2026.

Iporã – PR, 24 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 021/2026
MUNICÍPIO DE IPORÃ, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, nº 2677, na cidade de Iporã, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **ROBERTO DA SILVA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026**, Processo Administrativo nº **069/2026**, resolve registrar os preços da empresa abaixo indicada, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais disposições aplicáveis.
DO OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de medicamentos, para serem retirados diretamente nos balcões das farmácias, para atender a Secretaria de Assistência Social e Habitação, no Município de Iporã-PR.
FORNECEDOR: ANDRIONI – COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº **06.095.578/0001-55**, estabelecida na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 2758, Centro, Iporã, Estado do Paraná, CEP 87.560-000, representada por **FABIO AUGUSTO DE SOUSA ANDRIONI**, Sócio Administrador.

Lote	Item	Especificação	Marca	Und.	Qtd. Máxima	Valor Un.	Valor Total
7	1	BIMATOPROSTA, FR X 3ML	E.M.S	UND	20	R$ 100,40	R$ 2.008,00
52	1	RAMIPRIL 2,5MG 30COMP	MEDELEY	UND	6	R$ 86,67	R$ 520,02
92	1	CLORIDRATO DE NAFAZOLINA 0,5MG 30ML SOL NASAL	ACHE	UND	16	R$ 12,69	R$ 203,04
93	1	CLORIDRATO DE OXIBUTININA 120ML XPE	ASPEN	UND	16	R$ 47,82	R$ 765,12
94	1	BUDESONIDA 50CG/DOSE 200DOSES	ASPEN	UND	12	R$ 82,52	R$ 990,24
95	1	DESLORATADINA 100ML XPE	CIMED	UND	12	R$ 53,90	R$ 646,80
96	1	DESONIDA - CREME BG X 30GR	TEUTO	UND	16	R$ 42,00	R$ 672,00
97	1	DEXAMETASONA - ELIXIR FR C/120ML	TEUTO	UND	16	R$ 20,38	R$ 326,08
121	1	CETOCONAZOL + DIPROPRIONATO BETAMETASONA + SULFATO NEOMICINA 30GR PMD DERM	E.M.S	UND	20	R$ 19,07	R$ 381,40
122	1	CETOPROFENO 25MG/G 30GR GEL	TEUTO	UND	20	R$ 17,78	R$ 355,60
123	1	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO - 500MG BL AL 6 CPR VER	PHARLAB	UND	30	R$ 14,28	R$ 428,40
124	1	CLOTRIMAZOL - 20GR CR VAGINAL + 3 APLIC	E.M.S	UND	24	R$ 42,55	R$ 1.021,20
125	1	CLOTRIMAZOL 20GR CR DERM	E.M.S	UND	24	R$ 12,64	R$ 303,36
126	1	DICLOFENACO DE SÓDIO - 50MG 20 CPR	TEUTO	UND	30	R$ 7,46	R$ 223,80
127	1	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + ÁCIDO SALICÍLICO - 30GR PMD	E.M.S	UND	20	R$ 32,14	R$ 642,80
128	1	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + SULFATO DE GENTAMICINA 30GR PMD	EUROFARMA	UND	14	R$ 31,18	R$ 436,52
129	1	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + SULFATO DE GENTAMICINA 30GR CR DERM	EUROFARMA	UND	16	R$ 30,48	R$ 487,68
130	1	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 30GR CR DERM	E.M.S	UND	12	R$ 33,83	R$ 405,96
198	1	LANZOPRAZOL 30MG C/ 28 CP	EUROFARMA	CX	10	R$ 98,02	R$ 980,20
199	1	LEVOFLOXACINO 500MG C/ 7 CP	E.M.S	CX	20	R$ 49,15	R$ 983,00
200	1	LORATADINA 10MG C/12 CP	CIMED	CX	16	R$ 17,03	R$ 272,48
201	1	LOVASTATINA 20MG C/ 30 CP	CIMED	CX	8	R$ 50,24	R$ 401,92
202	1	MALEATO DE ENALAPRIL 10MG C/ 30 CP	CIMED	CX	4	R$ 15,60	R$ 62,40
203	1	CLORIDRATO DE FEXOFENADINA 60MG + CLORIDRATO DE PSEUDOEFEDRINA 120MG 10COMP	CIMED	CX	10	R$ 58,73	R$ 587,30
208	1	NIMESULIDA 100MG C/ 12 CP	E.M.S	CX	30	R$ 18,22	R$ 546,60
213	1	RAMIPRIL 2,5MG C/ 90 CP	NEO QUIMICA	CX	20	R$ 98,42	R$ 1.968,40
226	1	FUMARATO DE CLEMASTINA + DEXAMETASONA 1+0,5MG 30COMP	BIOLAB	FR	16	R$ 60,88	R$ 974,08
257	1	ACETILCISTEÍNA 20MG/ENV 16ENV/5GR	UNIÃO QUÍMICA	CX	180	R$ 44,00	R$ 7.920,00
259	1	CURCUMA LONGA 500MG 120COMP	ACHE	CX	20	R$ 386,35	R$ 7.727,00
266	1	HEDERA HELIX L. XAROPE 7MG/ML 100ML	E.M.S	CX	2	R$ 23,37	R$ 46,74
267	1	XARELTO 15MG BL AL X 28CPR VER	HYPERA	CX	40	R$ 222,34	R$ 8.893,60

VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ **42.181,74** (quarenta e dois mil cento e oitenta e um reais e setenta e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DA ASSINATURA: 24 de julho de 2026.

Iporã – PR, 24 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 024/2026
MUNICÍPIO DE IPORÃ, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, nº 2677, na cidade de Iporã, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **ROBERTO DA SILVA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026**, Processo Administrativo nº **069/2026**, resolve registrar os preços da empresa abaixo indicada, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais disposições aplicáveis.
DO OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de medicamentos, para serem retirados diretamente nos balcões das farmácias, para atender a Secretaria de Assistência Social e Habitação, no Município de Iporã-PR.

FORNECEDOR: COSMO & PEREIRA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº **13.410.981/0001-97**, estabelecida na Av. Presidente Castelo Branco, nº 2054, Centro, Iporã, Estado do Paraná, representada por **FABIO ANTUNES DE COSMO**, Sócio Administrador.

Lote	Item	Especificação	Marca	Und.	Qtd. Máxima	Valor Un.	Valor Total
162	1	COLCHICINA 0,5MG 20COMP	EUROFARMA	CX	8	R$ 41,60	R$ 332,80
163	1	CETOPROFENO 100MG 20COMP	E.M.S	CX	10	R$ 45,30	R$ 453,00
164	1	CARVEDILOL 12,5MG C/ 30 CP	E.M.S	CX	6	R$ 49,25	R$ 295,50
165	1	CARVEDILOL 6,25MG C/ 30 CP	E.M.S	CX	10	R$ 45,40	R$ 454,00
166	1	CARVEDILOL 3,125MG C/30 CP	E.M.S	CX	10	R$ 46,55	R$ 465,50
167	1	CETOCONAZOL 200MG C/ 10 CP	GEOLAB	CX	10	R$ 32,44	R$ 324,40
168	1	CETOPROFENO 50MG 1BL C/ 24 CAPS	GEOLAB	CX	14	R$ 38,25	R$ 535,50
173	1	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 5MG C/15 CP	EUROFARMA	CX	8	R$ 14,35	R$ 114,80
174	1	MESILATO DE DOXAZOSINA+FINASTERIDA 2+5MG 30COMP	E.M.S	CX	6	R$ 156,65	R$ 939,90
175	1	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500MG C/ 14 CP	GEOLAB	CX	6	R$ 32,05	R$ 192,30
176	1	SACCHAROMYCES BOULARDII 200MG 6COMP	EUROFARMA	CX	6	R$ 54,90	R$ 329,40
177	1	SACCHAROMYCES BOULARDII 200MG 4SACHÊ 1GR CADA	EUROFARMA	CX	30	R$ 45,80	R$ 1.374,00
209	1	NIMODIPINO 30MG C/ 30 CP	E.M.S	CX	12	R$ 75,25	R$ 903,00
210	1	NORFLOXACINO 400MG C/ 14 CP	EUROFARMA	CX	10	R$ 40,89	R$ 408,90
212	1	PIROXICAM 20MG C/ 15 CP	GEOLAB	CX	20	R$ 16,65	R$ 333,00
220	1	VARFARINA SODICA 5MG C/ 30	GEOLAB	CX	16	R$ 21,60	R$ 345,60
223	1	ATORVASTATINA CÁLCICA 20MG 30COMP	E.M.S	CX	16	R$ 37,89	R$ 606,24
258	1	ATORVASTATINA CALCICA 40MG 30COMP	E.M.S	CX	120	R$ 254,85	R$ 30.582,00

VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ **38.989,84** (trinta e oito mil novecentos e oitenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DA ASSINATURA: 24 de julho de 2026.

Iporã – PR, 24 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 022/2026
MUNICÍPIO DE IPORÃ, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, nº 2677, na cidade de Iporã, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **ROBERTO DA SILVA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026**, Processo Administrativo nº **069/2026**, resolve registrar os preços da empresa abaixo indicada, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais disposições aplicáveis.
DO OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de medicamentos, para serem retirados diretamente nos balcões das farmácias, para atender a Secretaria de Assistência Social e Habitação, no Município de Iporã-PR.
FORNECEDOR: E.M.R. FARMACIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº **09.196.881/0001-32**, estabelecida na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1909, Centro, Iporã, Estado do Paraná, representada por **SANDRA INES LANGARO**, Sócia Administradora.

Lote	Item	Especificação	Marca	Und.	Qtd. Máxima	Valor Un.	Valor Total
22	1	CLORIDRATO DE HIDROXIZINA, SOL FR PR PET 120ML+CP	GERMED	UND	14	R$ 23,35	R$ 326,90
23	1	CLORIDRATO DE LIDOCAINA, GELEIA BG X 30GR	PARLAB	UND	12	R$ 16,10	R$ 193,20
24	1	DIPIRONA 50MG/ML XAROPE SERINGA 100 ML	GERMED	UND	16	R$ 29,65	R$ 474,40
25	1	CLORIDRATO DE OXIMETAZOLINA, SOL NASAL FR X 20ML	E.M.S	UND	8	R$ 15,34	R$ 122,72
26	1	RAMIPRIL 10MG 30COMP	LIBS	UND	12	R$ 73,70	R$ 884,40
27	1	DEFLAZACORTE, 6MG X 20CPR	NOVA QUIMICA	UND	10	R$ 67,40	R$ 674,00
28	1	DESLORATADINA, 0,5MG/ML XPE 100ML+SER	E.M.S	UND	26	R$ 52,90	R$ 1.375,40
29	1	DEXAMETASONA, 4MG 1BL X 10CPR	TEUTO	UND	14	R$ 19,10	R$ 267,40
30	1	DIPIRONA SÓDICA + CAFEÍNA, 500MG+65MG 25 X 4CPR	HALEON	UND	40	R$ 45,20	R$ 1.808,00
31	1	DIPIRONA SODICA, GOTAS 20ML	NEO QUIMICA	UND	12	R$ 9,50	R$ 114,00
32	1	DIPIRONA SÓDICA, SOL ORAL FR 20 ML	NEO QUIMICA	UND	16	R$ 8,60	R$ 137,60
33	1	FOSFATO DE POTASSIO, 2MEQ/ML 10	ACHE	UND	20	R$ 7,80	R$ 156,00
34	1	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA, SOL OR OPC 60+PIPETA	ACHE	UND	30	R$ 18,40	R$ 552,00
48	1	TIBIAL, 2,5MG CX C/1BL X 28CPR	GERMED	UND	8	R$ 76,50	R$ 612,00
49	1	TIOCONAZOL, CREME DERM BG AL 30GR	GERMED	UND	16	R$ 124,00	R$ 1.984,00
50	1	TOBRAMICINA, 3MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FR 5ML	GEOLAB	UND	30	R$ 32,22	R$ 966,60
51	1	TRAVOPROSTA, SOLUÇÃO OFTÁLMICA FR 2,5ML	GEOLAB	UND	30	R$ 84,90	R$ 2.547,00
59	1	PENTOXIFILINA 400MG 20 COMP	E.M.S	UND	24	R$ 67,30	R$ 1.615,20
60	1	PENTOXIFILINA 400MG 30COMP	GERMED	UND	12	R$ 78,30	R$ 939,60
61	1	VALERATO DE BETAMETASONA, CR DERM BG AL 30GR	GERMED	UND	12	R$ 28,60	R$ 343,20
62	1	ERATO DE BETAMETASONA, POMADA DERMATOLOGICA BG AL 30GR	PHARLAB	UND	12	R$ 28,10	R$ 337,20
63	1	ACECLOFENACO, 100MG 2BL X 6 COMPRIMIDO REVESTIDO	RONBEXY	CX	16	R$ 42,85	R$ 685,60
64	1	ACETATO DE DEXAMETASONA, CREME DERM BG AL 10GR	PHALAB	CX	12	R$ 13,45	R$ 161,40
65	1	ACICLOVIR, 200MG BL X 25CPR	PHARLAB	CX	14	R$ 58,70	R$ 821,80
66	1	ALOPURINOL, 100MG BL AL PLAS 30 CPR	MEDLEY	CX	16	R$ 15,04	R$ 240,64
136	1	LIDOCAINA 30GR CR DERM	PHARLAB	UND	20	R$ 22,95	R$ 459,00
137	1	LIDOCAINA 25GR PMD DERM	E.M.S	UND	30	R$ 23,30	R$ 699,00
138	1	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA - 30GR CR DERM BG AL	E.M.S	UND	20	R$ 25,50	R$ 510,00
139	1	NIMESULIDA 40GR GEL	EUROFARMA	UND	14	R$ 21,80	R$ 305,20
140	1	NISTATINA 60GR CR VAGINAL	MEDLEY	UND	12	R$ 33,25	R$ 399,00
141	1	NITRATO DE ISOCONAZOL - 40GR CR VAGINAL + 7APLIC	MEDLEY	UND	16	R$ 53,12	R$ 849,92
151	1	ALOPURINOL 100MG BL PLAS C/ 30 CP	MEDLEY	CX	16	R$ 15,65	R$ 250,40
152	1	PARACETAMOL 750MG 20COMP	BELFOR	CX	8	R$ 17,95	R$ 143,60
153	1	AMINOFILINA 100MG C/20 CP	TEUTO	CX	16	R$ 7,60	R$ 121,60
154	1	BUDESONIDA 64MCG/DOSE 120DOSES	E.M.S	CX	16	R$ 71,32	R$ 1.141,12
155	1	ATENOLOL 50MG C/30CP	SANDOZ	CX	24	R$ 25,30	R$ 607,20
156	1	ATENOLOL + CLORTALIDONA 50+12,5MG C/30 CP	LEGRAND	CX	8	R$ 44,95	R$ 359,60
171	1	CIPROFIBRATO 100MG C/ 30CP	MEDQUIMICA	CX	10	R$ 43,40	R$ 434,00
172	1	SACCHAROMYCES BOUKARDI 100MG 12CAPS	LEGRAND	CX	10	R$ 61,30	R$ 613,00
204	1	MELOXICAM 15MG C/ 10 CP	PHARLAB	CX	6	R$ 33,54	R$ 201,24
205	1	MESALAZINA 800MG C/ 30 CP	LEGRANBD	CX	6	R$ 129,10	R$ 774,60
206	1	PANTOPRAZOL 40MG 28COMP	BISINTETICA	CX	10	R$ 49,25	R$ 492,50

207	1	NAPROXENO 250MG C/ 15 CP	TEUTO	CX	8	R$ 19,67	R$ 157,36
214	1	ACICLOVIR 400MG C/25 CPR	NOVOQUIMICA	CX	30	R$ 60,75	R$ 1.822,50
215	1	SECNIDAZOL 1G C/ 12 CP	PHARLAB	CX	20	R$ 35,25	R$ 705,00
216	1	SIMETICONA 40MG C/20 CPR	GLOBO	CX	20	R$ 10,75	R$ 215,00
217	1	TENOXICAM 20MG C/ 10 CP	MEDQUIMICA	CX	20	R$ 50,10	R$ 1.002,00
242	1	EBASTINA XPE FR X 60ML	EUROFARMA	FR	12	R$ 71,33	R$ 855,96
243	1	ESOMEPRAZOL 40MG 4BL X 7CPR RE	ERONBEXI	CX	4	R$ 119,50	R$ 478,00
244	1	ESPIRONOLACTONA 50MG 2BL X 15 CPR	GERMED	CX	12	R$ 47,34	R$ 568,08
245	1	ACETILCISTEINA 600MG/ENV 16ENV X 5GR	HERBOMED	CX	16	R$ 22,94	R$ 367,04
262	1	CLORIDRATO DE BROMEXINA 4MG/5ML XAROPE 120 ML	GLOBO	CX	60	R$ 27,83	R$ 1.669,80
263	1	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG 20COMP	BELFAR	CX	40	R$ 13,20	R$ 528,00

VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ **35.069,98** (trinta e cinco mil sessenta e nove reais e noventa e oito centavos).
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DA ASSINATURA: 24 de julho de 2026.

Iporã – PR, 24 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 020/2026
MUNICÍPIO DE IPORÃ, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, nº 2677, na cidade de Iporã, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **ROBERTO DA SILVA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026**, Processo Administrativo nº **069/2026**, resolve registrar os preços da empresa abaixo indicada, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais disposições aplicáveis.
DO OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de medicamentos, para serem retirados diretamente nos balcões das farmácias, para atender a Secretaria de Assistência Social e Habitação, no Município de Iporã-PR.
FORNECEDOR: F.D. SCARPANTE & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº **11.375.554/0001-90**, estabelecida na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 2229, Centro, Iporã, Estado do Paraná, representada por **FERNANDO DAMIEN SCARPANTE**, Sócio Administrador.

Lote	Item	Especificação	Marca	Und.	Qtd. Máxima	Valor Un.	Valor Total
3	1	ACETILCISTEÍNA, 120ML XAROPE ADULTO	E.M.S	UND	12	R$ 37,90	R$ 454,80
4	1	AMOXICILINA 875MG C/14 COMP	E.M.S	UND	24	R$ 65,19	R$ 1.564,56
6	1	BETAMETASONA, 0,1 MG/ML ELIXIR 120 ML	E.M.S	UND	16	R$ 28,51	R$ 456,16
8	1	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG 4CPR	E.M.S	UND	16	R$ 32,66	R$ 522,56
9	1	CAFEÍNA+CARISOPRODOL+DICLOFENACO SÓDICO+PARACETAMOL 30COMP	E.M.S	UND	14	R$ 31,49	R$ 440,86
10	1	BUDECORT, 32MCG FR C/120 DOSES	E.M.S	UND	12	R$ 23,49	R$ 281,88
11	1	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA, FR C/20ML	NEO QUIMICA	UND	20	R$ 19,88	R$ 397,60
14	1	CLORIDRATO DE FENILEFRINA+M. DE CARBINOXAMINA+PARACETAMOL 20 COMP	NEO QUIMICA	UND	6	R$ 25,14	R$ 150,84
16	1	FERRIPOLIMALTOSE 100 MG 30COMP	BIOLAB	UND	8	R$ 65,11	R$ 520,88
17	1	CETOCONAZOL, SHAMPOO FR C/ 100ML	TEUTO	UND	14	R$ 29,06	R$ 406,84
18	1	CLORIDRATO DE AMBROXOL, 3MG/ML XPE FR 120ML	CIMED	UND	14	R$ 25,36	R$ 355,04
19	1	CLORIDRATO DE AMBROXOL, 6MG/ML XPE FR 120ML	CIMED	UND	16	R$ 31,60	R$ 505,60
42	1	RIFAMICINA SV SÓDICA, SOL TOP FR 20ML	NATULAB	UND	14	R$ 21,16	R$ 296,24
43	1	DIPIRONA+ADIFENINA+PROMETAZINA 500+10+5MG 16COMP	HYPERMARCAS	UND	12	R$ 37,67	R$ 452,04
44	1	SECNIDAZOL, PO SUSP FR X 30ML	SANDOZ	UND	16	R$ 18,73	R$ 299,68
45	1	COLECALCIFEROL SOLUÇÃO 200 UI 20ML	EUROFARMA	UND	6	R$ 27,14	R$ 162,84
46	1	SULFATO DE TERBUTALINA + GUAIFENESINA, 0,3MG/ML + 13,3MG/ML XAROPE	E.M.S	UND	12	R$ 37,05	R$ 444,60
54	1	PIROXICAM, 20MG GEL DURO 15 CAP	E.M.S	UND	16	R$ 18,08	R$ 289,28
55	1	POLIDERMS, CR DERMATOLÓGICO BG C/20GR	UNIÃO QUIMICA	UND	16	R$ 28,76	R$ 460,16
56	1	SULFATO DE NEOMICINA + BACITRACINA DE ZINCICA, POMADA DERM BG AL 15GR	E.M.S	UND	16	R$ 17,57	R$ 281,12
78	1	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO, 500MG X 14 CPR VER	SANDOZ	CX	16	R$ 31,32	R$ 501,12
79	1	DIOSMINA+HESPERIDINA 450+50MG 60COMP	NEO QUIMICA	CX	8	R$ 153,03	R$ 1.224,24
80	1	CLORIDRATO DE METFORMINA, 1G BL AL X 30 CPR VER	MERCK	CX	120	R$ 41,45	R$ 4.974,00
81	1	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL, 40MG 4BL X 15CPR	PHARLAB	CX	8	R$ 15,09	R$ 120,72
82	1	DIOSMINA+HESPERIDINA 450+50MG 30COMP	NEO QUIMICA	CX	16	R$ 95,43	R$ 1.526,88
83	1	CLORIDRATO DE TICLOPINIDA, 250MG FR C/30 CPR	MEDLEY	CX	8	R$ 67,27	R$ 538,16
84	1	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 48MG 30COMP	APSEN	CX	8	R$ 79,99	R$ 639,92
104	1	LORATADINA + PSEUDOEFEDRINA 60ML XPE	E.M.S	UND	8	R$ 32,08	R$ 256,64
105	1	MALEATO DEXCLORFENIRAMINA+SULFATO PSEUDOEFEDRINA+GUAIFENESINA - 120ML	E.M.S	UND	60	R$ 33,41	R$ 2.004,60
106	1	MALEATO DE TIMOLOL 0,25% 5ML SOL OFT	E.M.S	UND	12	R$ 13,96	R$ 167,52
107	1	MESALAZINA 800MG 30COMP	E.M.S	UND	12	R$ 99,44	R$ 1.193,28
108	1	NALDECON - FRACAO VENDA BL 4CPR	E.M.S	UND	12	R$ 23,75	R$ 285,00
109	1	NITRATO DE MICONAZOL 20MG/ML - 30ML LOÇÃO	CIMED	UND	12	R$ 21,21	R$ 254,52
192	1	FLUCONAZOL 150MG C/ 2 CAPS	GEOLAB	CX	16	R$ 14,09	R$ 225,44
193	1	GLIMEPIRIDA 2MG C/ 30 CP	EUROFARMA	CX	16	R$ 39,85	R$ 637,60
194	1	TIOCONAZOL 100MG/5MG+TINIDAZOL 150MG/5G	E.M.S	CX	4	R$ 62,50	R$ 250,00
195	1	ITRACONAZOL 100MG C/ 15 CAPS	E.M.S	CX	16	R$ 123,01	R$ 1.968,16
196	1	IVERMECTINA 6MG C/ 2 CPR	GERMED	CX	8	R$ 26,21	R$ 209,68
197	1	LAMOTRIGINA 25MG C/ 30 CPR	TORRENT	CX	10	R$ 28,30	R$ 283,00
230	1	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO+SIMETICONA 40+30,5MG/ML	LEGRAND	FR	20	R$ 50,96	R$ 1.019,20
231	1	SINVASTATINA 80MG C/10 CPR	SANDOZ	FR	12	R$ 95,27	R$ 1.143,24
232	1	CIPROFIBRATO 100MG 30COMP	BIOLAB	FR	12	R$ 71,08	R$ 852,96
233	1	AMOXICILINA 500MG BL C/21 CAPS	E.M.S	CX	20	R$ 36,31	R$ 726,20
235	1	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 6% 150ML	E.M.S	CX	12	R$ 23,93	R$ 287,16
237	1	CEFALEXINA 500MG X 8 CPR RE	E.M.S	CX	40	R$ 33,27	R$ 1.330,80
238	1	CIPROFIBRATO 100MG 30COMP	E.M.S	FR	8	R$ 38,68	R$ 309,44
239	1	DESONIDA 0,5MG/G BG X 30GR	E.M.S	FR	20	R$ 26,17	R$ 523,40

240	1	DEXAMETASONA ELIXIR FR 120ML	GEOLAB	FR	20	R$ 25,36	R$ 507,20
251	1	TINIDAZOL 500 MG CT X 4 CPR RE	E.M.S	CX	20	R$ 12,49	R$ 249,80
252	1	COLCHICINA 0,5MG C/30CPR	GEOLAB	CX	22	R$ 58,30	R$ 1.282,60
253	1	BROMOPRIDA 10MG 20COMP	GERMED	CX	20	R$ 29,68	R$ 593,60
255	1	MIKANIA GLOMERATA SPRENG XAROPE 100ML	HERTZ	UND	20	R$ 27,48	R$ 549,60

VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ **35.379,26** (trinta e cinco mil trezentos e setenta e nove reais e vinte e seis centavos).
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DA ASSINATURA: 24 de julho de 2026.

Iporã – PR, 24 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 025/2026
MUNICÍPIO DE IPORÃ, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, nº 2677, na cidade de Iporã, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **ROBERTO DA SILVA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026**, Processo Administrativo nº **069/2026**, resolve registrar os preços da empresa abaixo indicada, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais disposições aplicáveis.
DO OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de medicamentos, para serem retirados diretamente nos balcões das farmácias, para atender a Secretaria de Assistência Social e Habitação, no Município de Iporã-PR.
FORNECEDOR: FRV-COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº **84.855.287/0001-21**, estabelecida na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 2134, Centro, Iporã, Estado do Paraná, CEP 87.560-000, representada por **REINALDO SANTOS POLLI**, Sócio Administrador.

Lote	Item	Especificação	Marca	Und.	Qtd. Máxima	Valor Un.	Valor Total
170	1	CINARIZINA 75MG C/ 30CP	NEO QUIMICA	CX	10	R$ 17,25	R$ 172,50
211	1	ESOMEPRAZOL MAGNESIO 40MG 28COMP	RANBAXY	CX	10	R$ 206,60	R$ 2.066,00
218	1	SILYBUM MARIANUM 300MG 30	CIMED	CX	16	R$ 195,00	R$ 3.120,00
219	1	VALSARTANA 160MG C/ 30 CP RE	NEO QUIMICA	CX	24	R$ 50,30	R$ 1.207,20
221	1	ACICLOVIR 200MG C/ 25 CPR	LEGRAND	FR	12	R$ 99,44	R$ 1.193,28
222	1	ATORVASTATINA 20MG BL AL/AL 30 CPR RE	EUROFARMA	FR	16	R$ 65,83	R$ 1.053,28
260	1	SULFATO DE GLICOZAMINA + CONDROITINA 500+400MG 180CPS	ACHE	CX	20	R$ 498,62	R$ 9.972,40
261	1	TICAGRELOR 90MG 60COMP	ASTRAZENECA	CX	20	R$ 412,57	R$ 8.251,40
268	1	XARELTO 20 MG BL AL X 28CPR VER	BAYER	CX	50	R$ 231,04	R$ 11.552,00

VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ **38.588,06** (trinta e oito mil quinhentos e oitenta e oito reais e seis centavos).
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DA ASSINATURA: 24 de julho de 2026.

Iporã – PR, 24 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 019/2026
MUNICÍPIO DE IPORÃ, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, nº 2677, na cidade de Iporã, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **ROBERTO DA SILVA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026**, Processo Administrativo nº **069/2026**, resolve registrar os preços da empresa abaixo indicada, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais disposições aplicáveis.
DO OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de medicamentos, para serem retirados diretamente nos balcões das farmácias, para atender a Secretaria de Assistência Social e Habitação, no Município de Iporã-PR.
FORNECEDOR: MAIA & SANCHES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº **75.082.578/0001-33**, estabelecida na Estação Rodoviária, Box nº 04, 05 e 06, Centro, Iporã, Estado do Paraná, CEP 87.560-000, representada por **CESAR WILLIAM BEZERRA MAIA FILHO**, Sócio Administrador.

Lote	Item	Especificação	Marca	Und.	Qtd. Máxima	Valor Un.	Valor Total
1	1	ACEBROFILINA 10MG/ML ADULTO, FRASCO COM 120ML	GERMED	UND	14	R$ 39,80	R$ 557,20
2	1	ACETATO DE DEXAMETASONA 1MG BG X 10GR	ENIS	UND	10	R$ 13,48	R$ 134,80
5	1	AZITROMICINA DIIDRATADA, 500MG BL 3 CPR VER	GEOLAB	UND	20	R$ 23,79	R$ 475,80
12	1	CALAMYN, LOCAO CREMOSA C/120ML	Neo química	UND	10	R$ 26,08	R$ 260,80
13	1	CARBOCISTEINA, 50MG/ML XAROPE FR 100ML	CIMED	UND	12	R$ 41,65	R$ 499,80
15	1	MESILATO DE DOXAZOSINA+FINASTERINA 2MG+5MG 60COMP	SENDEZ	UND	10	R$ 171,19	R$ 1.711,90
20	1	SILYBUM MARIANUM 200MG 60COMP	CIMED	UND	16	R$ 184,12	R$ 2.945,92
21	1	ONDANSETRONA 4MG 10COMP	SANDOZ	UND	12	R$ 34,20	R$ 410,40
40	1	PARACETAMOL, 200MG/ML FR 15ML	BELFOR	UND	30	R$ 9,79	R$ 293,70
41	1	POLICRESULENO+CLORIDRATO DE CHINCHOCAINA, POM C/BG X 30GR+10APL	NEO QUIMICA	UND	16	R$ 87,45	R$ 1.399,20
47	1	TARTARATO DE BRIMONIDINA, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML	UNIÃO QUIMICA	UND	30	R$ 66,87	R$ 2.006,10
53	1	NITRATO DE MICONAZOL 20MG/G CREME DERMATOLÓGICO BG 28G	E.M.S	UND	24	R$ 29,25	R$ 702,00
57	1	TIABENDAZOL, 50 MG/G POMADA DERMATOLÓGICA 45 G	CAZI	UND	16	R$ 35,34	R$ 565,44
58	1	TINIDAZOL + NITRATO DE MICONAZOL, CR VAG BG 40GR+7APLIC	GEOLAB	UND	20	R$ 43,50	R$ 870,00
67	1	ATENOLOL + CLORTALIDONA, 50MG + 12,5MG BL AL 30 CPR	EUROFARMA	CX	10	R$ 37,59	R$ 375,90
68	1	ATORVASTATINA CALCICA, 10MG AL/AL BL 30CPR RE	GERMED	CX	6	R$ 54,30	R$ 325,80
69	1	BESILATO DE ANLODIPINO, 10MG BL AL PLAS 30CPR	BRASNTILI	CX	6	R$ 34,50	R$ 207,00
70	1	DIPIRONA + ISOMETEPTENO + CAFEINA 300+30+30 20COMP	GEOLAB	CX	12	R$ 32,50	R$ 390,00
71	1	DICLORIDRATO DE HIDROXIZINA 25MG 30COMP	E.M.S	CX	18	R$ 53,32	R$ 959,76
72	1	COLECALCIFEROL 7.000UI 10CPS MOLE	UNIÃO QUIMICA	CX	6	R$ 44,79	R$ 268,74
73	1	DICLORIDRATO DE HIDROXIZINA 2MG/ML XAROPE 120ML	E.M.S	CX	6	R$ 71,07	R$ 426,42
74	1	CETOCONAZOL, 200MG C/30 CPR	TENTRO	CX	8	R$ 93,13	R$ 745,04
75	1	CIPROFIBRATO, 100MG BL X 30 CPR	SANDOZ	CX	12	R$ 43,21	R$ 518,52

76	1	NIMESULIDA 100MG 12COMP	UNIMEDIC	CX	16	R$ 24,80	R$ 396,80
77	1	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA, 5MG X 30 COMPRIMIDO REVESTIDO	E.M.S	CX	16	R$ 23,71	R$ 379,36
98	1	DIMETICONA + METILBROMETO DE HOMATROPINA 80+2,5MG/ML - 20ML	UNIAO QUIMICA	UND	14	R$ 27,30	R$ 382,20
99	1	DIPIRONA SODICA - 500MG 24BL X 10CPR	E.M.S	UND	12	R$ 42,20	R$ 506,40
100	1	DIPROPIONATO BETAMETASONA + ACIDO SALICILICO - 0,64MG/ML+20MG/ML 30ML	PHARLAB	UND	10	R$ 41,40	R$ 414,00
101	1	DOMPERIDONA - 10MG X 30CPR	TENTO	UND	18	R$ 24,15	R$ 434,70
102	1	DROPROPIZINA 1,5MG/ML - 120ML XPE + COP MED	MED QUIMICA	UND	18	R$ 13,98	R$ 251,64
103	1	LORATADINA 100ML XPE	TENTO	UND	8	R$ 22,50	R$ 180,00
110	1	RIFAMICINA 10MG/ML - 20ML SPRAY	GEOLAB	UND	10	R$ 24,65	R$ 246,50
111	1	Sulfato de Salbutamol Xarope 04 mg/ml 120ml	E.M.S	UND	40	R$ 13,80	R$ 552,00
112	1	TARTARATO DE BRIMONIDINA 5 ML SOL OFT	UNIAO QUIMICA	UND	50	R$ 59,65	R$ 2.982,50
113	1	TOBRAMICINA 0,3% 5ML SOL OFT	BELFAR	UND	44	R$ 32,30	R$ 1.421,20
120	1	CETOCONAZOL - 200MG BL AL PLAS 10CPR	E.M.S	UND	20	R$ 20,80	R$ 416,00
131	1	HIDROQUINONA + TRETINOINA + ACETONIDO DE FLUOCINOLONA 30GR CR	HERTZ	UND	16	R$ 152,70	R$ 2.443,20
132	1	COLECALCOFEROL 2.000UI 30COMP	E.M.S	UND	10	R$ 23,60	R$ 236,00
133	1	HIDROQUINONA -30GR CR	PRAT DANADUZI	UND	24	R$ 58,15	R$ 1.395,60
134	1	HIDROQUINONA 30GR GEL DERM	E.M.S	UND	12	R$ 56,70	R$ 680,40
135	1	ISOFLAVINE - 150MG CX 15 CPR	CIMED	UND	24	R$ 129,00	R$ 3.096,00
157	1	ATORVASTATINA CALCICA 20MG C/30 CP RE	EUROFARMA	CX	6	R$ 53,00	R$ 318,00
158	1	AZITROMICINA 500MG C/ 2 CP	BRASINTETICA	CX	6	R$ 24,45	R$ 146,70
159	1	AZITROMICINA 500MG C/3 CP	E.M.S	CX	8	R$ 40,00	R$ 320,00
160	1	BESILATO DE ANLODIPINO 10MG C/ 30 CP	VITAMEDIC	CX	10	R$ 48,55	R$ 485,50
161	1	BEZAFIBRATO 200MG C/ 20 CP	GERMED	CX	12	R$ 41,45	R$ 497,40
169	1	CICLOBENZAPRINA 10MG BL AL C/ 30 CP	E.M.S	CX	16	R$ 27,00	R$ 432,00
191	1	FINASTERIDA 5MG C/ 30 CPE RE	E.M.S	CX	12	R$ 106,20	R$ 1.274,40

VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ **36.938,74** (trinta e seis mil novecentos e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DA ASSINATURA: 24 de julho de 2026.

Iporã – PR, 24 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:241970B2

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 042/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2026
MUNICÍPIO DE IPORÃ, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, nº 2677, Centro, na cidade de Iporã, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **ROBERTO DA SILVA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026**, Processo Administrativo nº **108/2026**, resolve registrar os preços da empresa abaixo indicada, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal nº 005/2025 e demais disposições aplicáveis.
DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de **material de expediente, destinado a suprir as necessidades das Secretarias que integram a Administração Pública do Município de Iporã-PR.**
FORNECEDOR: MARIA LUIZA THOMAZINI, CNPJ: **03.634.419/0001-93**, Sede: Rua Pedro Alvares Cabral nº 2020, Bairro Centro, na cidade de Iporã, Estado do Paraná. Sócia Administradora: **MARIA LUIZA THOMAZINI**.

Lote	Item	Especificação	Marca	Und	Qtd	Valor Unit	Valor Total
3	1	APONTADOR PARA LÁPIS EM PLÁSTICO RÍGIDO, SIMPLES, SEM DEPÓSITO, C/ 100 UNIDADES	FABER	CX	100	172,80	17.280,00
25	1	CANETA MARCA TEXTO, PONTA 3 A 5MM, CX C/ 12 UNID, AMARELA	LEONORA	CX	50	26,35	1.317,50
26	1	CANETA MARCA TEXTO, PONTA 3 A 5MM, CX C/ 12 UNID, ROSA	LEONORA	CX	50	26,35	1.317,50
27	1	CANETA MARCA TEXTO, PONTA 3 A 5MM, CX C/ 12 UNID, VERDE	LEONORA	CX	60	26,35	1.581,00
28	1	CAPA P/ ENCADERNAR, PVC, FORMATO A4, 210X140MM, PRETA, EMBALAGEM COM 100 FOLHAS	MARES	PCT	60	68,20	4.092,00
29	1	CAPA P/ ENCADERNAR, PVC, FORMATO A4, 210X140MM, TRANSP., EMBALAGEM COM 100 FOLHAS	MARES	PCT	50	83,80	4.190,00
39	1	COLA EM BASTÃO, 10G, CX C/ 10 UNID	ACRILEX	CX	100	27,68	2.768,00
40	1	COLA GLITER, CORES VARIADAS, 23G, CX C/ 6 UNID	ACRILEX	CX	24	30,35	728,40
41	1	COLA QUENTE DE SILICONE, DIÂMETRO 7/16", 30 CM, PCTE C/ 1KG	LEONORA	CX	50	69,50	3.475,00
42	1	CORRETIVO LÍQUIDO A BASE DE ÁGUA, 18ML, CX C/ 12 UNIDADES	ACRILEX	CX	50	59,10	2.955,00
50	1	ESPIRAL EM PLÁSTICO, PRETO, EM PVC SEMIRRÍGIDO, 14 MM, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	MARES	PCT	40	45,35	1.814,00
51	1	ESPIRAL EM PLÁSTICO, PRETO, EM PVC SEMIRRÍGIDO, 17 MM, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	MARES	PCT	40	54,10	2.164,00
52	1	ESPIRAL EM PLÁSTICO, PRETO, EM PVC SEMIRRÍGIDO, 20 MM, EMBALAGEM COM 80 UNIDADES	MARES	PCT	20	53,45	1.069,00
53	1	ESPIRAL EM PLÁSTICO, PRETO, EM PVC SEMIRRÍGIDO, 29 MM, EMBALAGEM COM 36 UNIDADES	MARES	PCT	20	53,45	1.069,00
54	1	ESPIRAL EM PLÁSTICO, PRETO, EM PVC SEMIRRÍGIDO, 7 MM, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	MARES	PCT	20	22,25	445,00
55	1	ESPIRAL EM PLÁSTICO, PRETO, EM PVC SEMIRRÍGIDO, 9 MM, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	MARES	PCT	20	28,25	565,00
56	1	ESTILETE 29BP LÂMINA ESTREITA, CORPO EM ACRÍLICO, CX C/ 12 UNID	SERTIC	CX	20	45,95	919,00
57	1	ESTILETE 29BP LÂMINA LARGA, CORPO EM ACRÍLICO, CX C/ 12 UNID	SERTIC	CX	20	84,15	1.683,00
80	1	EXTRATOR DE GRAMPOS, DE BOA QUALIDADE, EM AÇO INOX, MED. APROX. 1,5CM DE LARGURA X 15 CM DE COMPRIMENTO	CAVIA	UND	30	3,29	98,70
86	1	GIZ DE CERA PARA DESENHO, CORES MISTAS, LONGO, 11X100MM, CX C/ 12 UND	ACRILEX	CX	180	9,08	1.634,40
87	1	GIZ P/ QUADRO NEGRO, BRANCO, CAIXA COM 30 CAIXINHAS C/ 50 UNID CADA CAIXINHA	DELTA	CX	12	225,68	2.708,16

88	1	GIZ PARA QUADRO NEGRO, COLORIDO, C/ 30 CAIXINHAS C/ 50 UNID CADA CAIXINHA	DELTA	CX	12	281,35	3.376,20
100	1	LÁPIS DE COR, MEDINDO 170MM, CX C/ 12 UNID.	LEONORA	CX	240	6,24	1.497,60
101	1	LÁPIS; CORPO EM MADEIRA; NA COR VERDE ENVERNIZADA; NO FORMATO REDONDO; MATÉRIA DA CARGA MINA GRAFITE; NÚMERO 2; MEDINDO NO MÍNIMO 170MM; NOME DO FABRICANTE GRAVADO NO LÁPIS; COM IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR NA EMBALAGEM, CAIXA COM 78 UND	LEONORA	CX	100	61,85	6.185,00
102	1	LIVRO ATA DE PAPELARIA, MEDINDO (220X300) MM, VERTICAL, NA COR PRETA, C/ 50 FLS. NUMERADAS	TILIBRA	UND	48	16,30	782,40
105	1	MÍDIA CD-R, 700MB, 80MIN, PARA GRAVAÇÃO DE ÁUDIO E DADOS	ELGIN	UND	180	2,25	405,00
106	1	MÍDIA CD-R, REGRAVÁVEL, 700MB, 80MIN, PARA GRAVAÇÃO DE ÁUDIOS E DADOS	ELGIN	UND	120	3,95	474,00
107	1	MÍDIA DVD, 4.7 GB P/ GRAV. DE DADOS DE ÁUDIO E VÍDEO	ELGIN	UND	180	2,90	522,00
121	1	PAPEL CELOFANE, POLIPROP. BOPP, GR 18G/M², 85X100CM, AZUL	GALA	UND	30	2,25	67,50
122	1	PAPEL CELOFANE, POLIPROP. BOPP, GR 18G/M², 85X100CM, TRANSP.	GALA	UND	30	1,89	56,70
123	1	PAPEL CELOFANE, POLIPROP. BOPP, GR 18G/M², 85X100CM, VERDE	GALA	UND	30	2,29	68,70
124	1	PAPEL CELOFANE, POLIPROP. BOPP, GR 18G/M², 85X100CM, VERMELHO	GALA	UND	30	2,29	68,70
125	1	PAPEL CONTACT, 45CM X 10M, MOTIVO FLORAL, ROLO	LEONORA	RL	15	102,84	1.542,60
126	1	PAPEL CONTACT, 45CM X 10M, MOTIVO INFANTIL, ROLO	LEONORA	RL	15	126,19	1.892,85
127	1	PAPEL CONTACT, 45CM X 10M, TRANSPARENTE, ROLO	LEONORA	RL	15	65,59	983,85
144	1	PAPEL LAMINADO FORMATO 49X59, COR VERDE, PCTE C/ 40 UNID.	V.M.P	PCT	5	80,49	402,45
145	1	PAPEL LAMINADO FORMATO 49X59 CM, COR DOURADO, PCTE C/ 40 UNID	VMP	PCT	5	80,49	402,45
146	1	PAPEL LAMINADO FORMATO 49X59 CM, COR AZUL, PCTE C/ 40 UNID	VMP	PCT	5	80,49	402,45
147	1	PAPEL LAMINADO FORMATO 49X59 CM, COR VERMELHO, PCTE C/ 40 UNID	VMP	PCT	5	80,49	402,45
148	1	PAPEL MICROONDULADO, COR VERMELHO	VMP	UND	5	5,59	27,95
165	1	PAPEL VERGÊ DE PAPELARIA, TIPO PLUS, C/ 100FLS, 297X210MM, NA COR BRANCO	FLIPERSON	UND	24	37,09	890,16
166	1	PASTA AZ, PARA ARQUIVAMENTO EM PAPELÃO SUPER RESISTENTE, NA COR PRETA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 35 CM DE ALTURA, 8 CM DE LOMBO, 27 CM DE LARGURA, COM PORTA ETIQUETA NO LOMBO, EM PLÁSTICO RESISTENTE, BORDA INFERIOR EM AÇO, APRESENTANDO GARANTIA DE QUALIDADE	FRAMA	UND	200	23,69	4.738,00
167	1	PASTA CATÁLOGO, C/ 50 ENVELOPES, TAM. OFÍCIO, COR PRETA	ACP	UND	36	20,40	734,40
168	1	PASTA CORRUGADA DE PLAST., C/ ABA E ELAST., LOMBA DE 35 MM, COR AZUL	POLIBRAS	UND	240	7,19	1.725,60
169	1	PASTA PAPELÃO PLASTIFICADO, TAM. OFÍCIO, C/ GRAMPO/TRILHO METAL	FRAMA	UND	180	3,04	547,20
170	1	PASTA SUSPENSA COMPLETA, PARA USO EM ARQUIVAMENTO, COM MEDIDAS DE APROXIMADAMENTE 36 CM DE COMPRIMENTO E 23,5 CM DE LARGURA, EM CARTÃO PARDO RESISTENTE 330G/M², COM VISOR E ETIQUETA, GRAMPO PLÁSTICO E HASTE PLÁSTICA REMOVÍVEL, NA COR AMARELA, DE BOA QUALIDADE, DURABILIDADE E RESISTÊNCIA	FRAMA	UND	500	3,94	1.970,00
180	1	PISTOLA APLICADORA DE COLA QUENTE, TENSÃO 110V, MEDINDO 12 CM	LEONORA	UND	24	28,59	686,16
181	1	PISTOLA APLICADORA DE COLA QUENTE, TENSÃO 110V, MEDINDO 20 CM	LEONORA	UND	24	39,85	956,40
182	1	RÉGUA ESCOLAR, TAM. 30CM, EM POLIESTIRENO, CRISTAL	DELLO	UND	300	2,79	837,00
185	1	TESOURA DE PICOTAR EM AÇO INOX, CABO POLIPROPILENO	WESTERN	UND	15	107,98	1.619,70
186	1	TESOURA ESCOLAR EM AÇO INOXIDÁVEL, PONTA ARREDONDADA, CABO PP, DESTRO, C/ 12 CM	LEONORA	UND	300	6,99	2.097,00
187	1	TESOURA GRANDE, LÂMINAS EM AÇO INOX 7L, MEDINDO C: 275MM L: 105MM, TAMANHO, CABO POLIPROPILENO	TILIBRA	UND	50	30,19	1.509,50
200	1	TINTA GUACHE, POTE 250 ML, CX C/ 6 UNID, VERDE ESCURO	ACRILEX	CX	20	62,69	1.253,80
201	1	TINTA GUACHE, POTE 250 ML, CX C/ 6 UNID, VERMELHO	ACRILEX	CX	20	62,69	1.253,80
206	1	TINTA PARA REABASTECER PINCEL ATÔMICO, 37 ML, CX C/ 12, VERMELHO	PILOT	CX	20	126,49	2.529,80
207	1	TINTA PARA REABASTECER PINCEL ATÔMICO, 37 ML, CX C/ 12, VERDE	PILOT	CX	20	126,49	2.529,80
208	1	TRANSFERIDOR EM ACRÍLICO 180º, 10CM	DELLO	UND	20	3,48	69,60

VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 99.382,43 (NOVENTA E NOVE MIL TREZENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS).
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.
DATA DA ASSINATURA: 21 de julho de 2026.

Iporã – PR, 21 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2026
MUNICÍPIO DE IPORÃ, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, nº 2677, Centro, na cidade de Iporã, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **ROBERTO DA SILVA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026**, Processo Administrativo nº **108/2026**, resolve registrar os preços da empresa abaixo indicada, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal nº 005/2025 e demais disposições aplicáveis.
DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de **material de expediente, destinado a suprir as necessidades das Secretarias que integram a Administração Pública do Município de Iporã-PR.**
FORNECEDOR: SCHMITT & LANGARO LTD, inscrita no CNPJ sob nº 01.676.893/0001-52, com sede à Avenida Presidente Castelo Branco, nº 2222, Bairro Centro, na cidade de Iporã, Estado do Paraná, Sócio Administrador: **JULIANO HENRIQUE LANGARO.**

Lote	Item	Descrição	Und.	Qtd.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	1	ALMOFADA PARA CARIMBO, Nº 3, DIMENSÕES 6,7 X 11,0 CM	UND	50	RADEX	14,99	749,50
02	1	ANOTE E COLE, RECADOS AUTOADESIVOS 38X51 MM. C/ 100 FLS, BLOCO 4 UNIDADES	CX	200	OFF PAPER	8,34	1.668,00
04	1	BALÇOES LÁTEX, N65, PCTE COM 50 UNID, COR AMARELO	PCT	40	ART LATEX	11,12	444.80
05	1	BALÕES LÁTEX, N65, PCTE COM 50 UNID, COR AZUL CÉU	PCT	40	ART LATEX	11,12	444,80
06	1	BALÕES LÁTEX, N65, PCTE COM 50 UNID, COR AZUL ESCURO	PCT	40	ART LATEX	11,12	444,80
07	1	BALÕES LÁTEX, N65, PCTE COM 50 UNID, COR BRANCO	PCT	40	ART LATEX	11.12	444,80
08	1	BALÕES LÁTEX, N65, PCTE COM 50 UNID, COR CEREJA FUCHIA	PCT	40	ART LATEX	11,05	442,00
09	1	BALÕES LÁTEX, N65, PCTE COM 50 UNID, COR LARANJA	PCT	40	ART LATEX	11,12	444,80
10	1	BALÕES LÁTEX, N65, PCTE COM 50 UNID, COR ROSA BEBÊ	PCT	40	ART LATEX	11,11	444.40
11	1	BALÕES LÁTEX, N65, PCTE COM 50 UNID, COR VERDE BANDEIRA	PCT	40	ART LATEX	11,11	444,40
12	1	BALÕES LÁTEX, N65, PCTE COM 50 UNID, COR VERDE MAÇA	PCT	40	ART LATEX	11,12	444,80

13	1	BALÕES LÁTEX, N65, PCTE COM 50 UNID, COR VERMELHO	PCT	40	ART LATEX	11,12	444,80
16	1	BORRACHA VERDE, CLEAN, CX C/ 24 UNID.	CX	50	MERCUR	58,74	2..937,00
18	1	CADERNO BROCHURA, PEQ., 48 FLS, 202X140 MM, CX C/ 240 UNID	UND	80	CREDEAL	757,39	60.591,20
20	1	CAIXA DE ARQUIVO INATIVO C/25 UND	CX	100	SANTA FÉ	140,59	14.059,00
30	1	CARTOLINA AZUL, PCTE C/ 100 UNID	PCT	40	VMP	132,84	5.313,60
31	1	CARTOLINA BRANCA, PCTE C/ 100 UNID	PCT	40	VMP	132,84	5.313,60
32	1	CARTOLINA VERDE, PCTE C/ 100 UND	PCT	40	VMP	132,84	5.313,60
33	1	CLIPS P/ PAPEL EM METAL, Nº 0/0, CX C/ 500 GR	CX	80	CLIPS NEW	17,44	1.395,20
34	1	CLIPS P/ PAPEL EM METAL, Nº 2/0, CX C/ 500 GR	CX	80	CLIPS NEW	17,44	1.395,20
35	1	CLIPS P/ PAPEL EM METAL, Nº 4/0, CX C/ 500 GR	CX	80	CLIPS NEW	17,14	1.371,20
36	1	CLIPS P/ PAPEL EM METAL, Nº 6/0, CX C/ 500 GR	CX	80	CLIPS NEW	16,89	1.351,20
37	1	CLIPS P/ PAPEL EM METAL, Nº 8/0, CX C/ 500GR	CX	80	CLIPS NEW	16,89	1.351,20
38	1	COLA BRANCA PEQ., 37G COM BICO APLICADOR, CX C/12 UNID	CX	80	FRAMA	38,34	3.067,20
43	1	ELÁSTICO; DE LATEX; NR L 18, NA COR BEGE, 1KG	UND	50	FULGOR	58,39	2.919,50
46	1	ENVELOPE PLÁSTICO P/ PASTA, TAM. A4, C/ 4 FUROS, TRASPARENTE, ESPESSURA DE 0,06MM CX C/ 1000	CX	100	AC P	189,89	18.989,00
58	1	ETIQUETA COLANTE FORMATO A4, C/ 06 ETIQUES POR FOLHA, COM 100FLS	PCT	50	TILIBRA	120,44	6.022,00
59	1	ETIQUETA COLANTE FORMATO A4, C/ 14 ETIQUES POR FOLHA, COM 100FLS	PCT	50	TILIBRA	123,09	6.154,50
60	1	ETIQUETA COLANTE FORMATO A4, C/ 20 ETIQUES POR FOLHA, COM 100FLS	PCT	50	TILIBRA	120,44	6.022,00
61	1	EVA- ETILENO VINIL ACETATO PAC. COM 10 UNID. COM ESTRELINHAS	PCT	20	LEONORA	58,59	1.171,80
62	1	EVA- ETILENO VINIL ACETATO PAC. COM 10 UNID. COM ESTRELINHAS	PCT	20	LEONORA	29,89	597,80
63	1	EVA- ETILENO VINIL ACETATO PAC. COM 10 UNID. COR AZUL ESCURO	PCT	20	LEONORA	29,89	597,80
64	1	EVA - ETILENO VINIL ACETATO PAC. COM 10 UNID COR FLORES	PCT	20	LEONORA	58,59	1.171,80
65	1	EVA- ETILENO VINIL ACETATO PAC. COM 10 UNID. LISTRADO	PCT	15	LEONORA	58,59	878,85
66	1	EVA- ETILENO VINIL ACETATO PAC. COM 10 UNID. COM BOLINHAS	PCT	15	LEONORA	58,59	878,85
67	1	EVA - ETILENO VINIL ACETATO PAC. COM 10 UNID COR VERDE ESCURO	PCT	15	LEONORA	29,89	448,35
68	1	EVA- ETILENO VINIL ACETATO PAC. COM 10 UNID. COR AMARELO	PCT	15	LEONORA	29,89	448,35
69	1	EVA- ETILENO VINIL ACETATO PAC. COM 10 UNID. COR AZUL CLARO	PCT	15	LEONORA	29,89	448,35
70	1	EVA- ETILENO VINIL ACETATO PAC. COM 10 UNID. COR BRANCA	PCT	15	LEONORA	29,89	448,35
71	1	EVA- ETILENO VINIL ACETATO PAC. COM 10 UNID. COR CINZA	PCT	15	LEONORA	29,89	448,35
72	1	EVA- ETILENO VINIL ACETATO PAC. COM 10 UNID. COR LARANJA	PCT	15	LEONORA	29,89	448,35
73	1	EVA- ETILENO VINIL ACETATO PAC. COM 10 UNID. COR LILÁS	PCT	15	LEONORA	29,89	448,35
74	1	EVA- ETILENO VINIL ACETATO PAC. COM 10 UNID. COR MARROM	PCT	15	LEONORA	29,89	448,35
75	1	EVA- ETILENO VINIL ACETATO PAC. COM 10UNID. COR PELE	PCT	15	LEONORA	29,89	448,35
76	1	EVA- ETILENO VINIL ACETATO PAC. COM 10 UNID. COR PINK	PCT	15	LEONORA	29,89	448,35
77	1	EVA- ETILENO VINIL ACETATO PAC. COM 10 UNID. COR PRETO	PCT	15	LEONORA	29,89	448,35
78	1	EVA- ETILENO VINIL ACETATO PAC. COM 10 UNID. COR ROSA	PCT	15	LEONORA	29,89	448,35
79	1	EVA- ETILENO VINIL ACETATO PAC. COM 10 UNID.COR VERMELHO	PCT	15	LEONORA	29,89	448,35
85	1	FITILHO DE POLIPROPILENO CRISTAL, ROLO, 50MMX50M	UND	5	EMFESTA	3,44	17,20
89	1	GLITER EM PÓ, 2G, COR VERMELHO	UND	12	REAL	1,19	14,28
90	1	GLITER EM PÓ, 2G, COR AZUL	UND	12	REAL	1,19	14,28
91	1	GLITER EM PÓ, 2G, COR DOURADO	UND	36	REAL	1,19	42,84
92	1	GLITER EM PÓ, 2G, COR PRATA	UND	36	REAL	1,19	42,84
93	1	GLITER EM PÓ, 2G, COR VERDE	UND	12	REAL	1,19	14,28
94	1	GRAMPEADOR DE MESA, ESTRUT. METÁLICA, 20 CM DE BASE, PARA GRAMPOS DO TIPO 26/8 E 26/6, GRAMPEIA NO MÍNIMO 28 FOLHAS, ESPAÇO DE 150MM PARA AS FOLHAS.	UND	50	JOCAR	35,99	1.799,50
95	1	GRAMPO FIXA PAPEL; COMPOSTO DE DUAS PEÇAS DE ENCAIXE POR PRESSÃO; MEDINDO MÍNIMO DE BASE 75MM COM HASTE 90MM, CAPACIDADE PARA 500 FOLHAS; EM POLIETILENO(PE) RÍGIDO	UND	1.000	JOCAR	2,39	2.390,00
96	1	GRAMPO GALVANIZADO DE ZINCO PARA GRAMPEADOR, MED. 26/6, CX C/5000UND	CX	100	MASTER PRINT	7,09	709,00
97	1	GRAMPO DE ZINCO PARA GRAMPEADOR, MED. 26/8, CX C/5000UND	CX	50	MASTER PRINT	17,24	862,00
98	1	GRAMPO TRILHO, MEDINDO 80MM, EM CHAPA DE AÇO COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGEM, CX C/ 50 JOGOS	CX	50	CLIPS NEW	18,19	909,50
99	1	LAMINA DE POLIESTIRENO (ISOPOR), BRANCO ESPESSURA 4CM	UND	12	DURALEV	13,69	164,28
103	1	LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA 153X216MM, C/ 52 FLS	UND	30	TILIBRA	15,19	455,70
104	1	MASSA DE MODELAR FOSCA, COR VARIADA, ESTOJO C/ 12 UNID.	UND	180	ACRILEX	7,79	1.402,20
108	1	MOLHADOR DE DEDOS; 12G; A BASE GLICÓIS, ÁCIDOS GRAXOS, CORANTE E AROMATIZANTE; VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO; UNIDADE	UND	120	MAX CRILL	5,19	622,80
109	1	PAPEL CARTÃO 48X66 CM, PCTE COM 20 FLS, COR BRANCO	PCT	10	VMP	42,74	427,40
110	1	PAPEL CARTÃO 48X66 CM, PCTE COM 20 FLS, COR AMARELO	PCT	10	VMP	42,74	427,40
111	1	PAPEL CARTÃO 48X66 CM, PCTE COM 20 FLS, COR AZUL CLARO	PCT	10	VMP	42,74	427,40
112	1	PAPEL CARTÃO 48X66 CM, PCTE COM 20 FLS, COR AZUL ESCURO	PCT	10	VMP	42,74	427,40
113	1	PAPEL CARTÃO 48X66 CM, PCTE COM 20 FLS, COR LARANJA	PCT	10	VMP	42,74	427,40
114	1	PAPEL CARTÃO 48X66 CM, PCTE COM 20 FLS, COR MARROM	PCT	10	VMP	42,74	427,40
115	1	PAPEL CARTÃO 48X66 CM, PCTE COM 20 FLS, COR PINK	PCT	10	VMP	42,74	427,40
116	1	PAPEL CARTÃO 48X66 CM, PCTE COM 20 FLS, COR PRETO	PCT	10	VMP	42,74	427,40
117	1	PAPEL CARTÃO 48X66 CM, PCTE COM 20 FLS, COR ROSA	PCT	10	VMP	42,74	427,40
118	1	PAPEL CARTÃO 48X66 CM, PCTE COM 20 FLS, COR VERDE CLARO	PCT	10	VMP	42,74	427,40
119	1	PAPEL CARTÃO 48X66 CM, PCTE COM 20 FLS, COR VERDE ESCURO	PCT	10	VMP	42,74	427,40
120	1	PAPEL CARTÃO 48X66 CM, PCTE COM 20 FLS, COR VERMELHO	PCT	10	VMP	42,74	427,40
128	1	PAPEL CREPOM, CX C/ 40 UNID, COR AMARELO LIMÃO	CX	5	VMP	80,59	402,95
129	1	PAPEL CREPOM, CX C/ 40 UNID, COR AMARELO OURO	CX	5	VMP	80,59	402,95
130	1	PAPEL CREPOM, CX C/ 40 UNID, COR AZUL CLARO	CX	5	VMP	80,59	402,95
131	1	PAPEL CREPOM, CX C/ 40 UNID, COR BRANCO	CX	5	VMP	80,59	402,95
132	1	PAPEL CREPOM, CX C/ 40 UNID, COR AMARELO LARANJA	CX	5	VMP	80,59	402,95
133	1	PAPEL CREPOM, CX C/ 40 UNID, COR LILÁS	CX	5	VMP	80,59	402,95
134	1	PAPEL CREPOM, CX C/ 40 UNID, COR MARROM	CX	5	VMP	80,59	402,95
135	1	PAPEL CREPOM, CX C/ 40 UNID, COR PINK	CX	5	VMP	80,59	402,95
136	1	PAPEL CREPOM, CX C/ 40 UNID, COR PRETO	CX	5	VMP	80,59	402,95
137	1	PAPEL CREPOM, CX C/ 40 UNID, COR ROSA	CX	5	VMP	80,59	402,95
138	1	PAPEL CREPOM, CX C/ 40 UNID, COR VERDE BANDEIRA	CX	5	VMP	80,59	402,95
139	1	PAPEL CREPOM, CX C/ 40 UNID, COR VERDE LIMÃO	CX	5	VMP	80,59	402,95
140	1	PAPEL CREPOM, CX C/ 40 UNID, COR VERDE MUSGO	CX	5	VMP	80,59	402,95
141	1	PAPEL CREPOM, CX C/ 40 UNID, COR AMARELO VERMELHO	CX	5	VMP	80,59	402,95
142	1	PAPEL CREPOM, CX C/ 40 UNID, COR AZUL ESCURO	CX	5	VMP	80,58	402,90
143	1	PAPEL CREPOM, CX C/ 40 UNID, COR VIOLETA	CX	5	VMP	80,59	402,95

149	1	PAPEL PARA EMBRULHO PRESENTE, BOBINA 60CMX150M, MOT. DIVERSO	UND	10	VMP	143,89	1.438,90
150	1	PAPEL PARA EMBRULHO PRESENTE, BOBINA 60CMX150M, MOT. FLORAL	UND	10	VMP	143,89	1.438,90
151	1	PAPEL PARA EMBRULHO PRESENTE, BOBINA 60CMX150M, MOT. INFANTIL	UND	10	VMP	143,89	1.438,90
152	1	PAPEL SEDA FORMATO 58 X 39 ROSA PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	10	VMP	48,49	484,90
153	1	PAPEL SEDA FORMATO 58 X 39 LILÁS PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	10	VMP	48,49	484,90
154	1	PAPEL SEDA FORMATO 58 X 39 VERDE ESCURO PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	10	VMP	48,49	484,90
155	1	PAPEL SEDA FORMATO 58 X 39 PINK PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	10	VMP	48,49	484,90
156	1	PAPEL SEDA FORMATO 58 X 39 AZUL ESCURO PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	10	VMP	55,19	551,90
157	1	PAPEL SEDA FORMATO 58 X 39 DOURADO PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	10	VMP	64,89	648,90
158	1	PAPEL SEDA FORMATO 58 X 39 AZUL CLARO PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	10	VMP	48,49	484,90
159	1	PAPEL SEDA FORMATO 58 X 39 AMARELO PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	10	VMP	48,49	484,90
160	1	PAPEL SEDA FORMATO 58 X 39 VERMELHO PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	10	VMP	55,19	551,90
161	1	PAPEL SEDA FORMATO 58 X 39 PRATA PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	10	VMP	58,99	589,90
162	1	PAPEL SEDA FORMATO 58 X 39 VERDE CLARO PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	10	VMP	48,54	485,40
163	1	PAPEL SEDA FORMATO 58 X 39 LARANJA PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	10	VMP	130,99	1.309,90
171	1	PEN DRIVE, 16 BG, INTERFACE USB 2.0	UND	20	SKANDISK	55,79	1.115,80
172	1	PERCEVEJO EM METAL LATONADO, CABEÇA COLORIDA, 10MM, CX C/ 100	CX	12	BRW	5,94	71,28
175	1	PINCEL ATÔMICO, PONTA DE FELTRO ARREDONDADO, AZUL, CX C/ 12 UNID	CX	30	RADEX	77,29	2.318,70
176	1	PINCEL ATÔMICO, PONTA DE FELTRO ARREDONDADO, PRETO, CX C/ 12 UNID	CX	30	RADEX	77,29	2.318,70
177	1	PINCEL ATÔMICO, PONTA DE FELTRO ARREDONDADO, VERDE, CX C/ 12 UNID	CX	12	RADEX	77,29	927,48
178	1	PINCEL ATÔMICO, PONTA DE FELTRO ARREDONDADO, VERMELHO, CX C/ 12 UNID	CX	12	RADEX	77,29	927,48
179	1	PINCEL MARCADOR PERMANENTE COR PRETO, 2.0MM, PONTA MEDIA	CX	40	MASTERPRINT	79,99	3.199,60
183	1	SUPORTE PARA FITA ADESIVA, COM CORTADOR EM LAMINA INOX, PARA ROLOS DE FITAS MEDINDO 12X33CM, 12X50CM, 12X65CM, 19X50CM, 19X65CM, 20X50CM, 25X50CM	UND	12	LEONORA	48,59	583,08
184	1	TECIDO TNT, ARMAÇÃO TÊXTIL, 100% POLIURETANO, NÃO TEXT., 1,40 LARG, CORES VARIADAS - 100 METROS	UND	20	SANTA FÉ	264,49	5289,80
188	1	TINTA GUACHE, POTE 250 ML, CX C/ 6 UNID, AMARELO LIMÃO	CX	20	ACRILEX	62,49	1.249,80
189	1	TINTA GUACHE, POTE 250 ML, CX C/ 6 UNID, AMARELO OURO	CX	20	ACRILEX	62,49	1.249,80
190	1	TINTA GUACHE, POTE 250 ML, CX C/ 6 UNID, AZUL CLARO	CX	20	ACRILEX	62,49	1.249,80
191	1	TINTA GUACHE, POTE 250 ML, CX C/ 6 UNID, AZUL ESCURO	CX	20	ACRILEX	62,49	1.249,80
192	1	TINTA GUACHE, POTE 250 ML, CX C/ 6 UNID, COR BRANCA	CX	20	ACRILEX	52,49	1.049,80
193	1	TINTA GUACHE, POTE 250 ML, CX C/ 6 UNID, LARANJA	CX	20	ACRILEX	62,69	1.253,80
194	1	TINTA GUACHE, POTE 250 ML, CX C/ 6 UNID, MARROM	CX	20	ACRILEX	62,69	1.253,80
195	1	TINTA GUACHE, POTE 250 ML, CX C/ 6 UNID, PINK	CX	20	ACRILEX	62,69	1.253,80
196	1	TINTA GUACHE, POTE 250 ML, CX C/ 6 UNID, PRETO	CX	20	ACRILEX	62,69	1.253,80
197	1	TINTA GUACHE, POTE 250 ML, CX C/ 6 UNID, ROSA	CX	20	ACRILEX	62,69	1.253,80
198	1	TINTA GUACHE, POTE 250 ML, CX C/ 6 UNID, ROXO	CX	20	ACRILEX	62,69	1.253,80
199	1	TINTA GUACHE, POTE 250 ML, CX C/ 6 UNID, VERDE CLARO	CX	20	ACRILEX	62,69	1.253,80

VALOR TOTAL REGISTRADO: 225.531,72 (duzentos e vinte e cinco mil, quinhentos e trinta e um reais e setenta e dois centavos).
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.
DATA DA ASSINATURA: 21 de julho de 2026.

Iporã – PR, 21 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2026
MUNICÍPIO DE IPORÃ, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, nº 2677, Centro, na cidade de Iporã, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **ROBERTO DA SILVA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026**, Processo Administrativo nº **108/2026**, resolve registrar os preços da empresa abaixo indicada, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal nº 005/2025 e demais disposições aplicáveis.
DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de **material de expediente, destinado a suprir as necessidades das Secretarias que integram a Administração Pública do Município de Iporã-PR.**
FORNECEDOR: D. ALVES RANDOLFO pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 46.835.192/0001-57, com sede Avenida João XXIII, Bairro Centro, na cidade de Iporã, Estado do Paraná, sócio administrador: **DANILO ALVES RANDOLFO**.

Lote	Item	Descrição	Und	Qtd	Marca	Valor Unit	Valor Total
14	1	BOBINA DE PAPEL CRAFT, 0,60X200M	UND	100	REVITA	133,45	13.345,00
15	1	BORRACHA COMUM, BRANCA, Nº60, CX C/ 60 UNID.	CX	50	MERCUR	39,30	1.965,00
17	1	CADERNO BROCHURA, GRANDE, 80 FLS.	UND	600	DNA	7,20	4.320,00
19	1	CADERNO DESENHO, C/ ESPIRAL, GRANDE	UND	600	DNA	10,20	6.120,00
21	1	CALCULADORA, 8 DÍGITOS, 2 FONTES DE ENERGIA BATERIA E SOLAR, ELETRÔNICA, DIMENSÕES MÍNIMAS 149X120X50 MM, DISPLAY GRANDE.	UND	60	ELGIN	36,30	2.178,00
22	1	CANETA ESFEROGRÁFICA, COMPOSTA DE RESINAS TERMOPLÁSTICAS, TINTA À BASE DE CORANTES ORGÂNICOS E SOLVENTES, PONTA LATONADO E ESFERA EM TUGSTÊNIO, EM CRISTAL, NA COR AZUL, TAMPA COM FURO DE SEGURANÇA E NA COR DA TINTA DA CANETA, 1,0MM, CX C/ 50 UNID	CX	120	BIC	61,25	7.350,00
23	1	CANETA ESFEROGRÁFICA, COMPOSTA DE RESINAS TERMOPLÁSTICAS, TINTA À BASE DE CORANTES ORGÂNICOS E SOLVENTES, PONTA LATONADO E ESFERA EM TUGSTÊNIO, EM CRISTAL, NA COR PRETA, TAMPA COM FURO DE SEGURANÇA E NA COR DA TINTA DA CANETA, 1,0MM, CX C/ 50 UNID	CX	120	BIC	62,25	7.470,00
24	1	CANETA ESFEROGRÁFICA, COMPOSTA DE RESINAS TERMOPLÁSTICAS, TINTA À BASE DE CORANTES ORGÂNICOS E SOLVENTES, PONTA LATONADO E ESFERA EM TUGSTÊNIO, EM CRISTAL, NA COR VERMELHA, TAMPA COM FURO DE SEGURANÇA E NA COR DA TINTA DA CANETA, 1,0MM, CX C/ 50 UNID	CX	80	BIC	61,25	4.900,00
44	1	ENVELOPE DE PAPEL, TIPO OFÍCIO, SEM IMPRESSÃO, 114X229 MM CX C/ 1000	CX	40	SUZANO	162,25	6.490,00
45	1	ENVELOPE PLÁSTICO, FORMATO OFICIO (238 X 334), ESPESSURA 0,10MM CX C/	CX	20	SUZANO	215,90	4.318,00

		1000					
47	1	ENVELOPE SACO KRAFT BRANCO, SEM IMPRESSÃO 200X280 MM CX C/ 250	CX	30	SUZANO	153,75	4.612,50
48	1	ENVELOPE SACO KRAFT BRANCO, SEM IMPRESSÃO 240X340 MM CX C/ 250	CX	30	SUZANO	170,85	5.125,50
49	1	ENVELOPE SACO KRAFT BRANCO, SEM IMPRESSÃO, 162X229 MM CX C/ 250	CX	30	SUZANO	124,75	3.742,50
81	1	FITA ADESIVA DE CREPE, MED. 48MMX50M, BRANCO, COM 02 ROLOS	PCT	100	ALLTAPE	32,40	3.240,00
82	1	FITA ADESIVA DE CREPE, MED. 18MMX50M, BRANCO COM 06 ROLOS	PCT	100	ALLTAPE	39,50	3.950,00
83	1	FITA ADESIVA DE POLIETILENO, MED. 48MMx50M, TRANSPARENTE, COM 5 ROLOS	PCT	100	ALLTAPE	34,45	3.445,00
84	1	FITA ADESIVA DE POLIPROPILENO BI ORIENTADO, MED. 12MMX65M, TRANSPARENTE, COM 10 ROLOS	PCT	100	ALLTAPE	24,40	2.440,00
164	1	PAPEL SULFITE, TAMANHO A4, 210X297, 75 G/M², ALCALINO, CAIXA C/ 10X500	CX	241	DNA	327,50	78.927,50
173	1	PILHA ZINCO AA TABLETE C/ 4 UND	PCT	50	RAYOVAC	5,70	285,00
174	1	PILHA ZINCO AAA TABLETE C/ 4 UND	PCT	50	RAYOVAC	5,58	279,00
202	1	TINTA PARA ALMOFADA DE CARIMBO, 42ML, CX C/12, PRETO	CX	20	PILOT	117,20	2.344,00
203	1	TINTA PARA ALMOFADA DE CARIMBO, 42ML, CX C/12, VERMELHO	CX	20	PILOT	117,20	2.344,00
204	1	TINTA PARA REABASTECER PINCEL ATÔMICO, 37 ML, CX C/ 12, AZUL	CX	20	PILOT	126,50	2.530,00
205	1	TINTA PARA REABASTECER PINCEL ATÔMICO, 37 ML, CX C/ 12, PRETO	CX	20	PILOT	126,50	2.530,00

VALOR TOTAL REGISTRADO: R$174.251,00 (cento e setenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e um reais).
VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.
DATA DA ASSINATURA: 21 de julho de 2026.

Iporã – PR, 21 de julho de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:C4804AA1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

PROCURADORIA
EDITAL Nº 001.10/2026 – 6ª CONVOCAÇÃO

Irati, 12 de agosto de 2026.
A Prefeitura Municipal de Irati-PR, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, considerando as Leis Municipais nº 1.243 , 4.614 e 4.137, que tratam da contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como os Decretos Municipais nº 003/2026, que autoriza a realização do Processo Seletivo Simplicado e Decreto Municipal nº 002/2026 que institui a Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Presidente: Francieli Dwulatka; Menbros Gerson Arnold e Julio Alberto Bacil Rodrigues) publicados no Diário Oficial do Município em 06/01/2026, Edição 3441, **TORNA PÚBLICO a sexta convocação dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado – PSS/SMASDH visando a contratação temporária de profissionais de nível médio e superior, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em Regime Especial de Contratação, de acordo com as normas instituídas no Edital nº 001.1/2026, para que se apresente a Secretaria Municipal de Assistência Social, situado na Rua Doutor Correia, nº 471, Centro, até o dia 17 de agosto de 2026, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 apresentando os seguintes documentos, conforme disposto no item 8. do edital e relacionados abaixo.**

Cuidador(a) Social							
Nº	**CANDIDATO**	**Grupo I (100)**	**Grupo II (100)**	**Grupo III (50)**	**Grupo IV (250)**	**TOTAL**	**Classif.**
041	FABIANA ACÁSSIA DE OLIVEIRA	0	20	0	167	187	44
013	ANA ILDA CARRARA	85	100	0	0	185	45

Conforme disposto no item 8.3 para o exercício da Função Pública obrigatoriamente o candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:
a) Cópia do número da inscrição com uma foto 3x4;
b) Carteira de Identidade – RG (cópia);
c) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal - CPF (cópia);
d) PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar o cartão cidadão (cópia);
e) Carteira de Trabalho (CTPS) física, contendo número, série e dados pessoais (cópia) ou se digital, contendo os dados pessoais (cópia). Caso o candidato ainda não possua, deverá providenciá-la até a data da entrega dos documentos comprobatórios;
f) Título de Eleitor (cópia);
g) Certidão de quitação eleitoral, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, no site: www.tse.jus.br (original);
h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino (cópia);
i) Certidão de Casamento (se couber, cópia);
j) Certidão de Divórcio (se couber, cópia);
k) Comprovante de endereço atual (cópia);
l) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é titular de cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual, Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do artigo 37, da Constituição Federal;
m) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é aposentado em cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do artigo 37, e bem como § 6º, do artigo 40, da Constituição Federal;
n) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);

o) Atestado Médico, expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde - RMS, de que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para desempenhar a função de concorrência da vaga. Deve conter o nome, assinatura, carimbo com o número do CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado de saúde, conforme ANEXO e ter prazo máximo de 90 (noventa) dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação (original);
p) Laudo médico se o candidato se inscreveu como Pessoa com Deficiência, se o candidato for inscrito como Pessoa com Deficiência deverá apresentar laudo médico com as informações conforme modelo do ANEXO II. O laudo médico comprovando a deficiência deverá ter prazo máximo de 120 dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação. Será de responsabilidade do candidato providenciar com antecedência o laudo médico a ser apresentado na reunião de convocação de apresentação de documentos comprobatórios;
q) Comprovação de escolaridade e formação exigida para o exercício da Função Pública deste Edital;
r) O cargo de Terapeuta Ocupacional deverá apresentar documento que comprove o número de registro ativo e regularidade no respectivo Conselho Profissional, conforme exigência legal da categoria;
s) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara de Execução Penal - VEP em fóruns da Justiça Estadual do município que o candidato reside, expedida de até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação. O candidato deverá entregar o documento original com a devida validação.

A não entrega dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de quaisquer dos requisitos exigidos no Edital de Convocação ou daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente, impedirá a contratação do candidato implicando na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado - PSS.

O candidato convocado que, por qualquer motivo, não se apresentar na data e horário estipulados será eliminado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para a referida função pública, não sendo permitido, o deslocamento para o final da lista classificatória em nenhuma situação.

FRANCIELI DWULATKA
Decreto nº 002/2026
Presidente do PSS

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:357381FA

SEC DE FAZENDA/DPTO CONTABILIDADE
ATUALIZAÇÃO VTN - 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI
Rua Coronel Emilio Gomes, 22 – Centro
Fone: (42) 3132 6100 - CEP: 84500-054– Irati, PR

O que é ITR?

O ITR é o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, tributo federal previsto no inciso VI, do artigo 153 da Constituição Federal. Sua apuração é anual e tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel rural. Para fins de apuração, imóvel rural é considerado a área contínua localizada fora da zona urbana do município.
Ainda conforme o artigo 153 da Constituição Federal, especificamente o § 4º, inciso III, o ITR poderá ser fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem. Caso seja realizado o convênio entre o Município e a Receita Federal, conforme previsto na Lei 11.250 de 27 de dezembro de 2005, o Município conveniado fará jus ao recebimento de 100% dos valores arrecadados com o ITR.
A partir do ano de 2015, através da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1562, de 29 de abril de 2015, os Municípios conveniados deverão repassar anualmente para a Receita os valores da Terra Nua, com o objetivo de orientar a fiscalização e o contribuinte que irá realizar a Declaração do ITR – DITR.
Para ajudar o contribuinte a realizar a Declaração do ITR, segue abaixo os valores apurados a de 2026, separados por aptidão agrícola. Vale ressaltar que os valores repassados pela Prefeitura Municipal deverão ser adotados por contadores ou contribuintes na DITR, pois os mesmos servirão como valores base para posteriores fiscalizações.
Em março de 2019 a Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa nº 1877/2019 que dispõe sobre a prestação de informações sobre Valor da Terra Nua à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Vale ressaltar sobre a Instrução Normativa as seguintes informações:
Art. 2º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:
I – Aptidão agrícola: classificação que busca refletir as potencialidades e restrições para o uso da terra e as possibilidades de redução das limitações de seu uso em razão de manejo e melhoramento técnico, de forma a garantir a melhor produtividade e a conservação dos recursos naturais; e
II – Uso da terra: utilização efetiva da terra, que pode estar ou não de acordo com a aptidão agrícola, e que, no caso de estar em desacordo, compromete a produtividade potencial ou a conservação dos recursos naturais.
Art. 3º As terras, consideradas suas respectivas condições de manejo, deverão ser enquadradas segundo as seguintes aptidões agrícolas:
I – Lavoura – aptidão boa: terra apta à cultura temporária ou permanente, sem limitações significativas para a produção sustentável e com um nível mínimo de restrições, que não reduzem a produtividade ou os benefícios expressivamente e não aumentam os insumos acima de um nível aceitável;
II – Lavoura – aptidão regular: terra apta à cultura temporária ou permanente, que apresenta limitações moderadas para a produção sustentável, que reduzem a produtividade ou os benefícios e elevam a necessidade de insumos para garantir as vantagens globais a serem obtidas com o uso;
III – Lavoura – aptidão restrita: terra apta à cultura temporária ou permanente, que apresenta limitações fortes para a produção sustentável, que reduzem a produtividade ou os benefícios ou aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente;
IV – Pastagem plantada: terra inapta à exploração de lavouras temporárias ou permanentes por possuir limitações fortes à produção vegetal sustentável, mas que é apta a formas menos intensivas de uso, inclusive sob a forma de uso de pastagens plantadas;
V – Silvicultura ou pastagem natural: terra inapta aos usos indicados nos incisos I a IV, mas que é apta a usos menos intensivos; ou
VI – Preservação da fauna ou flora: terra inapta para os usos indicados nos incisos I a V, em decorrência de restrições ambientais, físicas, sociais ou jurídicas que impossibilitam o uso sustentável, e que, por isso, é indicada para a preservação da flora e da fauna ou para outros usos não agrários.

ANO	LAVOURA APTIDÃO BOA	LAVOURA APTIDÃO REGULAR	LAVOURA APTIDÃO RESTRITA	PASTAGEM PLANTADA	SILVICULTURA OU PASTAGEM NATURAL	PRESERVAÇÃO DA FAUNA OU FLORA
VTN 2026	R$ 66.951,81	R$ 56.403,60	R$ 43.877,61	R$ 25.857,75	R$ 15.602,55	R$ 8.790,17
Valor da Terra Nua em Reais – VTN em hectares						

DECLARAÇÃO
A entrega da declaração do ITR é obrigatória para pessoa física ou jurídica, que seja proprietária, titular do domínio ou possuidora a qualquer título. O prazo para apresentar a declaração do ITR em 2026 será a partir do dia 10/08/2026 a 30/09/2026. O preenchimento da declaração deverá ser feito por meio eletrônico do programa gerador, que pode ser baixado através do site da Receita Federal.
RETIFICAÇÃO
As divergências quanto aos valores declarados (VTN/há) nas declarações de ITR dos anos anteriores, poderão ser retificadas antes de iniciado o procedimento de lançamento de ofício, todavia, deve ser ressaltado que o produtor rural que entregar a declaração depois do prazo estará sujeito ao pagamento de multa que tem como base o valor do imposto devido. A declaração retificadora tem a mesma natureza da declaração originalmente apresentada, substituindo-a integralmente.

Publicado por:
Jean Lucca Menon
Código Identificador:82345FA9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 26/2026

"Concessão de diárias"

O Senhor **JOAO CARLOS VENTURIN**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso das atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1 – Conceder diária, conforme se especificação a seguir:

BENEFÍCIARIO	DESTINO	DATA INÍCIO	DATA FIM	QT	FINALIDADE	VALOR
Mathias Schmeing	Francisco Beltrão - PR	13/08/2026	14/08/2026	1/2	Requerimento de Diária, com a finalidade de participar de oficina Francisco Beltrão - ProLegis: Governança e Desempenho nas Câmaras Municipais - será realizada em 13 e 14 de agosto, no auditório da AMSOP/ACAMSOP e será promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.	R$52,13

Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapejara D´Oeste 11 de agosto de 2026

JOÃO CARLOS VENTURIN
Presidente

Publicado por:
Mathias Schmeing
Código Identificador:C21C7B09

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2490/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 2490/2026
DATA: 10.08.2026

SÚMULA: Concede promoção vertical aos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Itapejara D'Oeste.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do artigo 82, da Lei Orgânica Municipal e em atendimento ao contido no artigo 20 e seguintes, da Lei Municipal 1.638/2016:
CONSIDERANDO, o resultado e aprovação na avaliação de desempenho
R E S O L V E:
Art. 1º Conceder promoção vertical para os servidos abaixo, enquadrando-os para os seguintes níveis salariais.

NOME	CARGO	ADMISSÃO	GRUPO	TABELA SALARIAL	REF SALARIAL	REFLEXO FINANCEIRO
DENILSON ACACIO PERONDI	MOTORISTA II	13/07/2021	GOO	Q-I	2	13/07/2026
IVONE ALVES DA LUZ	SERVIÇO DE LIMPEZA	16/07/2013	GOO	T-I	6	16/07/2026
LEDIANE T. DE MORAES LASTA	AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE	01/07/2013	GEM	A-I	6	01/07/2026

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 10 (dez) dias do mês de Agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:4BC41570

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2491/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 2491/2026
DATA: 10.08.2026

SÚMULA: Aprova o estágio probatório e concede promoção vertical para servidores públicos do Poder Executivo do Município de Itapejara D'Oeste.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do artigo 82, da Lei Orgânica Municipal e em atendimento ao contido no artigo 39, da Lei Municipal 1.638/2016:
CONSIDERANDO, a aprovação no estágio probatório.
CONSIDERANDO, o disposto no artigo 39 da Lei Municipal 1.638/2016.
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovado o estágio probatório dos servidores abaixo, concedendo a progressão vertical para os seguintes níveis salariais:

NOME	CARGO	ADM	GRUPO	TABELA SALARIAL	REF SALARIAL	REFLEXO FINANCEIRO
ANDRESSA DIAVANA MORESCHI	CIRURGIÃO DENTISTA	03/07/2023	GSU	C.2-I	1	03/07/2026
ANGELA SCALCON DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE	17/07/2023	GEM	A-I	1	17/07/2026

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 10 (dez) dias do mês de Agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:5A5A0225

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2492/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 2492/2026
DATA: 10.08.2026

SÚMULA: Concede promoção vertical e progressão adicional aos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Itapejara D'Oeste.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do artigo 82, da Lei Orgânica Municipal e em atendimento ao contido no artigo 20 e seguintes, da Lei Municipal 1.638/2016:
RESOLVE:
Art. 1º Conceder promoção vertical e progressão adicional para os servidos abaixo, enquadrando-os Para os seguintes níveis salariais.

NOME	CARGO	ADM	GRUPO	TABELA SALARI AL	PISO ANTERIOR	REF SALARIAL	REFLEX O FINANCE IRO	
ELEANDRO RODRIGUE S PERONDI	ENFERMEIRO	19/07/2019	GSU	G-I	2	7	19/07/202 6	3-PÓS 1-AVAL 1- CURSO

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 10 (dez) dias do mês de Agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:295D404D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 048/2026 DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: PROMOVE AJUSTES NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E MODIFICA O DECRETO MUNICIPAL Nº 030, DE 24 DE ABRIL DE 2025, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Itaperuçu, Estado do Paraná, Senhor EDILSON RUIZ DE FREITAS, no uso de suas atribuições legais e:

D E C R E T A

Art. 1º. Ficam ajustadas as nomenclaturas de cargos dentro da Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Itaperuçu, Estado do Paraná, que passarão a contemplar o contido na Lei nº 905, de 17 de março de 2025, conforme segue:
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
I – Departamento de Atenção à Saúde
a) Divisão de Assistência Farmacêutica

b) Divisão de Atendimento Domiciliar
c) Divisão de Farmácia Hospitalar

- Núcleo de Controle e Distribuição de Medicamentos
- Núcleo de Controle e Distribuição de Insumos

d) Divisão de Unidade Básica de Saúde Jardim Itaú

e) Divisão de Unidade Básica de Saúde Central

f) Divisão de Enfermagem Interior
- Núcleo das Unidades Básicas do Interior

g) Divisão de Farmácia em Unidade Básica de Saúde
- Núcleo de Urgências e Emergências

h) Divisão do CAPS (Centro de Apoio Psicossocial)
- Núcleo de Saúde Mental

i) Divisão de Atenção Primária
- Núcleo de Saúde Bucal
- Núcleo de Alimentação e Nutrição
- Núcleo de Programas e Políticas da Saúde
- Núcleo de Unidades de Saúde
- Núcleo de Saúde da Criança e da Mulher
- Núcleo de Saúde do Homem e do Idoso

j) Divisão Administrativo ACS (Agentes Comunitárias de Saúde)
- Núcleo Administrativo ACS (Agentes Comunitárias de Saúde)

k) Divisão de Fisioterapia
- Núcleo de Fisioterapia

i) Divisão da Central de Agendamento de Consultas e Exames
- Núcleo de Agendamento de Consultas
- Núcleo de Agendamento de Exames

Parágrafo Único. O Anexos I, do Decreto Municipal nº 030, de 24 de abril de 2025, passará a ser o constante do **ANEXOS I** deste Decreto.

Art. 2º. As atribuições dos cargos e funções de que trata o artigo anterior, assim como dos respectivos cargos que forem ocupados, deverão ser ajustadas através de Portaria da respectiva Secretaria, respeitado o artigo 2º do Decreto Municipal nº 030, de 24 de abril de 2025.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

ANEXO I
QUADRO DE DENOMINAÇÃO DOS CARGOS E RESPECTIVOS CÓDIGOS DE SUBSÍDIOS OU REMUNERAÇÃO, CONFORME O ANEXO III, DA LEI MUNICIPAL Nº 942, DE 08 DE SETEMBRO DE 2025.

CARGO	CÓDIGO SUBSÍDIO OU REMUNERAÇÃO
1. GABINETE DO PREFEITO	
Prefeito	

Chefe de Gabinete	CC-1
Consultor Jurídico	CC-1
Assessor Especial	CC-1
Diretor do Departamento Administrativo	CC-2
Coordenador Administrativo do Gabinete	CC-3 a CC-5
Coordenador de Assuntos da Comunidade	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Atendimento Administrativo	CC-6 a CC-9
2. GABINETE DO VICE-PREFEITO	
Vice-prefeito	
Diretor do Departamento Administrativo	CC-2
Coordenador Administrativo do Gabinete	CC-3 a CC-5
3. ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO	
Procurador Geral	PG-1
Diretor do Departamento Judicial	CC-2
Coordenador de Execuções Fiscais e Litígios	CC-3 a CC-5
Diretor do Departamento Administrativo	CC-2
Coordenador de Processos Administrativos	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Sindicâncias	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Processos Administrativos	CC-6 a CC-9
4. CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
Controlador Geral	CC-1
Coordenador de Análise Contábil e Financeira	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Análise Contábil e Financeira	CC-6 a CC-9
5. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Secretário Municipal de Administração	AP-1
Coordenador Técnico Administrativo	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Atendimento ao Cidadão e Protocolo	CC-6 a CC-9
Coordenador de Expedição de Documentos de Identificação Civil	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Expedição de Documentos de Identificação Civil	CC-6 a CC-9
Coordenador de Gerenciamento e Atendimento Postal	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Gerenciamento Postal	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Atendimento Postal	CC-6 a CC-9
Coordenador Administrativo de Regularização de Documentação Veicular	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Atendimento de Regularização de Documentação Veicular	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Compras	CC-2
Coordenador de Compras	CC-3 a CC-5
Coordenador de Cotação de Preços e Análise de Orçamentos	CC-3 a CC-5
Coordenador de Orçamentos para Manutenção Veicular	CC-3 a CC-5
Coordenador de Almoxarifado	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo Administrativo de Almoxarifado	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Distribuição de Materiais	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Licitação	CC-2
Coordenador de Licitação	CC-3 a CC-5
Coordenador de Análise de Documentos e Propostas	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Processos Licitatórios	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Contratos	CC-2
Coordenador de Contratos	CC-3 a CC-5
Coordenador de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Recursos Humanos	CC-2
Coordenador de Pessoal	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Documentação, Registro e Acompanhamento da Folha de Pagamento	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Seleção, Recrutamento e Avaliação de Pessoal	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Perícias, Benefícios e Segurança no Trabalho	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Controle e Conservação de Patrimônio	CC-2
Coordenador de Patrimônio	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Cadastro e Controle de Bens Móveis e Imóveis	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Manutenção de Serviços de Copa	CC-6 a CC-9
Ouvidor Geral	CC-2
Coordenador de Ouvidoria	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Ouvidoria	CC-6 a CC-9
6.SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
Secretário Municipal de Governo	AP-1
Diretor do Departamento Administrativo	CC-2
Coordenador Técnico Administrativo de Convênios	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Atendimento e Protocolo	CC-6 a CC-9
Coordenador de Infraestrutura e Manutenção Tecnológica	CC-3 a CC-5
Diretor do Departamento de Relações Governamentais	CC-2
Coordenador de Assuntos Metropolitanos	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Relações com a Sociedade e Civil e Conselhos Municipais	CC-6 a CC-9
7. SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E EVENTOS	
Secretário Municipal de Comunicação Social e Eventos	AP-1
Diretor do Departamento de Comunicação Social	CC-2
Coordenador de Imprensa	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Atendimento	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Eventos	CC-2
Coordenador de Eventos Públicos	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Promoção de Eventos e Cerimonial	CC-6 a CC-9
Coordenador de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-6 a CC-9
8. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TRIBUTÁRIA	
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Tributária	AP-1
Diretor do Departamento de Desenvolvimento Socioeconômico Local	CC-2
Coordenador de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico Local	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Expansão Industrial, Comércio e Serviços	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Geração de Emprego e Renda	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Expedição de Documentos, Licenciamentos, Fiscalização e Controle Urbanístico	CC-6 a CC-9

Gestor do Núcleo de Controle Financeiro	CC-6 a CC-9
Coordenador de Projetos Executivos	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Projetos Viários, Drenagem e Sinalização	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Projetos Civis e Complementares	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Orçamentos e Apoio Técnico	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Cadastro Imobiliário	CC-2
Coordenador de Cadastro Imobiliário	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo Avaliação e Cadastro Imobiliário	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Controle Patrimonial	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Gestão Tributária	CC-2
Coordenador de Gestão Tributária	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Gestão de Tributos	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-6 a CC-9
9. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano	AP-1
Diretor do Departamento de Urbanismo	CC-2
Coordenador de Controle Urbanístico e de Obras Particulares	CC-3 a CC-5
Diretor do Departamento de Gestão de Projetos e Programas	CC-2
Coordenador de Projetos e Convênios	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Projetos e Convênios	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Gestão de Concessões Públicas	CC-2
Coordenador de Mobilidade Urbana, Acessibilidade e Fiscalização	CC-3 a CC-5
Coordenador de Transporte de Passageiros	CC-3 a CC-5
Coordenador e Concessões, Permissões e Serviços de Interesse Público	CC-3 a CC-5
Gestor de Núcleo de Controle e Fiscalização	CC-6 a CC-9
10. SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	
Secretário Municipal de Habitação	AP-1
Diretor do Departamento de Projetos	CC-2
Coordenador de Execução de Projetos	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Serviços	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Captação de Recursos	CC-2
11. SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
Secretário Municipal de Fazenda	AP-1
Diretor do Departamento de Contabilidade	CC-2
Coordenador de Tesouraria	CC-3 a CC-5
Coordenador de Escrituração Contábil	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Escrituração Contábil	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Gestão Financeira	CC-2
Coordenador de Análise e Liquidação de Documentos	CC-3 a CC-5
Coordenador de Controle Financeiro de Pagamentos	CC-3 a CC-5
Diretor do Departamento de Gestão Orçamentária	CC-2
Coordenador de Planejamento Orçamentário	CC-3 a CC-5
Coordenador de Controle Orçamentário e Financeiro	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Controle Orçamentário	CC-6 a CC-9
12. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo	AP-1
Diretor do Departamento de Educação	CC-2
Coordenador Pedagógico	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo Pedagógico da Educação	CC-6 a CC-9
Coordenador de Avaliação e Acompanhamento Educacional	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Avaliação Educacional e Acompanhamento Social	CC-6 a CC-9
Coordenador de Apoio e Projetos Socioeducativos Complementares	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Execução de Programas e Projetos Específicos	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento Administrativo Setorial	CC-2
Coordenador Técnico Administrativo	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo Técnico Administrativo	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Recepção e Atendimento ao Público	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Recursos Humanos	CC-6 a CC-9
Coordenador de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-6 a CC-9
Coordenador de Mídia e Comunicação	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Mídia e Comunicação	CC-6 a CC-9
Coordenador do Programa de Alimentação Escolar	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Nutrição e Aquisição de Merenda Escolar e Utensílios	CC-6 a CC-9
Coordenador de Transporte Escolar	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Veículos e Serviços Terceirizados	CC-6 a CC-9
Coordenador de Patrulha e Monitoramento Escolar	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Patrulha e Monitoramento Escolar	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Orçamento e Controle	CC-2
Coordenador de Compras e Orçamentos	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Compras para o Ensino Infantil e Fundamental	CC-6 a CC-9
Coordenador de Monitoramento de Obras e Manutenção Predial	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Protocolo e Solicitação de Serviços do Ensino Infantil e Fundamental	CC-6 a CC-9
Coordenador de Captação de Recursos e Controle	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Acompanhamento de Prestação de Contas do Ensino Infantil e Fundamental	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Atendimento Educacional Especializado (DEMAEE)	CC-2
Coordenador de Atendimento Especializado	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Atendimento	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Obras da Educação	CC-2
Coordenador de Obras em Prédios Públicos	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Construção e Conservação	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Cultura	CC-2
Coordenador de Cultura	CC-3 a CC-5
Coordenador de Projetos de Apoio à Cultura	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Patrimônio Cultural	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Turismo	CC-2
Coordenador de Gestão do Turismo	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Promoção ao Turismo	CC-6 a CC-9
13. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	

Secretário Municipal de Saúde	AP-1
Diretor do Departamento de Vigilância e Promoção a Saúde	CC-2
Coordenador de Vigilância de Saúde do Trabalhador	CC-3 a CC-5
Coordenador de Vigilância Sanitária e Alimentos	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Produtos e Serviços	CC-6 a CC-9
Coordenador de Vigilância Ambiental	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Controle de Doenças, Endemias e Agravos	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Saneamento e Saúde Ambiental	CC-6 a CC-9
Coordenador de Vigilância Epidemiológica	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Atenção Especializada	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Controle de Doenças e Agravos	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Atenção à Saúde	CC-2
Coordenador de Assistência Farmacêutica	CC-3 a CC-5
Coordenador de Atendimento Domiciliar	CC-3 a CC-5
Coordenador da Farmácia Hospitalar	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Controle e Distribuição de Medicamentos	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Controle e Distribuição de Insumos	CC-6 a CC-9
Coordenador da Unidade Básica de Saúde Jardim Itaú	CC-3 a CC-5
Coordenador da Unidade Básica de Saúde Central	CC-3 a CC-5
Coordenador de Enfermagem Interior	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo das Unidades Básicas do Interior	CC-6 a CC-9
Coordenador de Farmácia em Unidade Básica de Saúde	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Urgências e Emergências	CC-6 a CC-9
Coordenador do CAPS (Centro de Apoio Psicossocial)	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Saúde Mental	CC-6 a CC-9
Coordenador de Atenção Primária	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Saúde Bucal	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Alimentação e Nutrição	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Programas e Políticas da Saúde	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Unidades de Saúde	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Saúde da Criança e da Mulher	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Saúde do Homem e do Idoso	CC-6 a CC-9
Coordenador Administrativo ACS (Agentes Comunitárias de Saúde)	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo Administrativo ACS (Agentes Comunitárias de Saúde)	CC-6 a CC-9
Coordenador de Fisioterapia	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Fisioterapia	CC-6 a CC-9
Coordenador da Central de Agendamento de Consultas e Exames	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Agendamento de Consultas	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Agendamento de Exames	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento Administrativo de Gestão e Controle	CC-2
Coordenador de Projetos e Pesquisas em Saúde	CC-3 a CC-5
Coordenador Técnico Administrativo	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Serviços Administrativos	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Recursos Humanos	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Atendimento e Protocolo	CC-6 a CC-9
Coordenador de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Compras e Orçamentos	CC-6 a CC-9
Coordenador de Mídia e Comunicação	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Mídia e Comunicação	CC-6 a CC-9
Ouvidoria do Sistema Único de Saúde	CC-3 a CC-5
Diretor Geral do Hospital Municipal	DG-1
Diretor Clínico do Hospital Municipal	DC-1
Diretor Técnico de Enfermagem do Hospital Municipal	CC-2
14. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Secretário Municipal de Assistência Social	AP-1
Diretor do Departamento de Gestão	CC-2
Coordenador de Administração e Infraestrutura	CC-3 a CC-5
Coordenador de Mídia e Comunicação	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Mídia e Comunicação	CC-6 a CC-9
Coordenador de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Orçamentos e Contratos	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Controle e Manutenção de Frota	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo da Gestão SUAS	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Proteção Social Básica	CC-2
Coordenador de Proteção Social Básica	CC-3 a CC-5
Coordenador de Alta Complexidade	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Centros de Referência em Assistência Social	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo Auxiliar de Proteção à Pessoa	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo Serviços de Convivência e Vínculos	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Programas de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	CC-6 a CC-9
Coordenador de Assuntos Comunitários	CC-3 a CC-5
Diretor do Departamento de Proteção Social Especial	CC-2
Coordenador de Proteção Básica Especial	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS)	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Acolhimento Institucional	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Assistência Jurídica da SMAS	CC-2
Coordenador de Assistência Jurídica	CC-3 a CC-5
Diretor do Departamento de Vigilância Socioassistencial	CC-2
Coordenador de Vigilância Socioassistencial	CC-3 a CC-5
Diretor do Departamento de Assuntos da Mulher e Família	CC-2
Coordenador de Políticas Públicas para Mulheres	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Políticas para Família	CC-6 a CC-9
15. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	
Secretário Municipal de Obras Públicas	AP-1
Diretor do Departamento de Obras Públicas	CC-2
Coordenador Administrativo de Obras	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo Administrativo de Obras	CC-6 a CC-9

Coordenador de Mídia e Comunicação	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Mídia e Comunicação	CC-6 a CC-9
Coordenador de Controle de Materiais	CC-3 a CC-5
Coordenador de Construção e Fiscalização	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Construção e Fiscalização	CC-6 a CC-9
Coordenador de Manutenção de Prédios Públicos	CC-3 a CC-5
Coordenador de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-6 a CC-9
Coordenador de Manutenção Viária Urbana e Rural	CC-3 a CC-5
Coordenador de Construção de Obra e Artefatos Correntes	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Pavimentação	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Fiscalização	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Limpeza Pública	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Serviços Públicos	CC-2
Coordenador de Equipamentos Públicos e Sinalização Viária	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Iluminação Pública	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Manutenção de Frota Pública	CC-2
Coordenador de Manutenção de Frota	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Manutenção de Frota Pública	CC-6 a CC-9
16. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	
Secretário Municipal de Transportes	AP-1
Diretor do Departamento de Transportes	CC-2
Coordenador de Mídia e Comunicação	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Mídia e Comunicação	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Controle de Frota Pública	CC-2
Coordenador de Controle de Trânsito	CC-3 a CC-5
Coordenador de Estradas Vicinais	CC-3 a CC-5
Coordenador de Vias Urbanas	CC-3 a CC-5
Coordenador de Controle de Frota Pública	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Controle de Frota Pública	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Controle de Sistema de Abastecimento de Frotas	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Manutenção	CC-6 a CC-9
Coordenador de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-6 a CC-9
17. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento	AP-1
Diretor do Departamento de Agricultura e Abastecimento	CC-2
Coordenador de Projetos e Programas	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Análise Projetos	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Cadastro Rural, Arrecadação, Fiscalização e Controle	CC-6 a CC-9
Coordenador de Manutenção de Estradas Rurais	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Manutenção de Máquinas Viárias	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Patrulha Agrícola Mecanizada	CC-6 a CC-9
Coordenador de Controle Fiscal	CC-3 a CC-5
Coordenador de Serviço de Inspeção Municipal	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Fiscalização	CC-6 a CC-9
Coordenador de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-6 a CC-9
18. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
Secretário Municipal de Meio Ambiente	AP-1
Diretor do Departamento de Fiscalização e Controle	CC-2
Coordenador de Licenciamento	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Controle, Cadastro e Fiscalização Ambiental	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Programas e Projetos	CC-2
Coordenador de Pesquisas e Projetos	CC-3 a CC-5
Coordenador de Educação Socioambiental	CC-3 a CC-5
Coordenador de Proteção Animal	CC-3 a CC-5
Diretor do Departamento de Saneamento, Serviços e Controle de Resíduos	CC-2
Coordenador de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	CC-3 a CC-5
Coordenador de Controle de Unidades Operacionais	CC-3 a CC-5
Coordenador de Recursos Hídricos	CC-3 a CC-5
Diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Controle de Resíduos	CC-2
Coordenador de Limpeza e Conservação	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Coleta e Limpeza	CC-6 a CC-9
Coordenador de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-6 a CC-9
Diretor do Departamento de Manutenção de Áreas Verdes	CC-2
Coordenador de Manutenção de Parques, Praças e Jardins	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Unidades de Conservação	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Manutenção de Parques, Praças e Jardins	CC-6 a CC-9
19. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Secretário Municipal de Esporte e Lazer	AP-1
Diretor do Departamento de Esportes, Recreação e Lazer	CC-2
Coordenador de Programas e Projetos de Apoio ao Esporte	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Esportes Individuais e Coletivos	CC-6 a CC-9
Gestor do Núcleo de Estádios e Ginásios Municipais	CC-6 a CC-9
Coordenador de Eventos Populares e Especiais	CC-3 a CC-5
Coordenador de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-3 a CC-5
Gestor do Núcleo de Controle e Fiscalização de Contratos	CC-6 a CC-9

Publicado por:
Marjory Louise Pedroso de Moraes
Código Identificador:3C6BE501

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL-PR
RESOLUÇÃO 01/2026

Aprova a proposta parcial do Orçamento do Poder Legislativo Municipal de Itaúna do Sul para o exercício financeiro de 2027.

O Plenário da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aprovou e o Presidente **VALDEIR APARECIDO LAUREANO**, de acordo o artigo 39, incisos IV e V, do Regimento Interno, promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovada a proposta parcial do Orçamento do Poder Legislativo Municipal de Itaúna do Sul para o exercício financeiro de 2027, no valor total de R$ 1.275.750,00 (um milhão, duzentos e setenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais).

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL EXERCÍCIO DE 2027 ESTADO DO PARANÁ ANEXO II (DESPESA)				
01.00 - CÂMARA MUNICIPAL 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL				
CÓDIGO	**ESPECIFICAÇÃO**	**DESDOBRAMENTO**	**ELEMENTO**	**CATEGORIA ECONÔMICA**
3.0.00.00.00	**DESPESAS CORRENTES**			**R$1.220.750,00**
3.1.00.00.00	**PESSOAL E ENCARGO SOCIAIS**		R$1.045.750,00	
3.1.90.00.00	**APLICAÇÕES DIRETAS**	R$ 995.000,00		
3.1.90.11.00	Vencimentos e vantagens Fixas	R$ 860.000,00		
3.1.90.13.00 3.1.90.16.00	Obrigações Patronais Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R$ 130.000,00 R$ 5.000,00		
3.1.91.00.00	**APLIC. DIRETA DEC. DE OP. ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEG. DO ORÇ.**	R$ 50.750,00		
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais	R$ 50.750,00		
3.3.00.00.00	**OUTRAS DESP. CORRENTES**		R$175.000,00	
3.3.90.00.00	**APLICAÇÕES DIRETAS**	R$ 175.000,00		
3.3.90.14.00	Diárias	R$ 25.000,00		
3.3.90.30.00	Material de consumo	R$ 50.000,00		
3.3.90.33.00	Passagens e despesas de Locomoção	R$ 10.000,00		
3.3.90.36.00	Outros serviços de Terceiros – P.F.	R$ 10.000,00		
3.3.90.39.00 3.3.90.40.00	Outros serviços de Terceiros – P. J. Serv. De Tec. Da Informação e Comunicação – P. J.	R$ 50.000,00 R$ 30.000,00		
4.0.00.00.00	**DESPESAS DE CAPITAL**			**R$55.000,00**
4.4.00.00.00	**INVESTIMENTOS**		R$ 55.000,00	
4.4.90.00.00	**APLICAÇÕES DIRETAS**	R$ 55.000,00		
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 55.000,00		
TOTAL				**R$1.275.750,00**

Art. 2º O Orçamento do Legislativo Municipal será elaborado por modalidade de elementos de despesas de acordo com a Portaria 163/2001 do Ministério da Fazenda.

Art. 3º A execução das despesas previstas nesta Resolução fica condicionada à inclusão das respectivas dotações na Lei Orçamentária Anual do Município para o exercício financeiro de 2027, observada a compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2027, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis (10/08/2026).

VALDEIR APARECIDO LAUREANO
Presidente

Publicado por:
Walter Fernandes Pedrosa Junior
Código Identificador:F808FDCF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
PUBLICAÇÃO Nº 07.02/2026 – EDITAL DE RESULTADO FINAL MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR E MONITOR TRANSPORTE ESCOLAR

MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 02.01/2026
Publicação nº 07.02/2026 – EDITAL DE RESULTADO FINAL

Divulga o edital de resultado final dos aprovados no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 02.01/2026, do Município de Jaguapitã.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA o presente edital.

Divulga o resultado final com a classificação dos(as) candidatos(as) aprovados(as), no Processo Seletivo Simplificado, em ampla concorrência:

Cargo: MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

NOME COMPLETO	CPF	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
SIDNEI DA SILVA LIMA	XXX.140.299-XX	159,0	1
MARCOS ANTONIO DO AMARAL ARAUJO	XXX.177.229-XX	158,5	2
ISAAC ANDRE DA SILVA	XXX.862.159-XX	158,0	3
PAULO HENRIQUE FELIPE	XXX.638.479-XX	157,5	4
JOAO LUCIO GORZONI	XXX.945.209-XX	157,0	5
IVERALDO SILVA	XXX.323.389-XX	156,5	6
RAIMUNDO BELARMINO DA SILVA FILHO	XXX.563.489-XX	156,5	7
ROBERTO MARCOS DE ALMEIDA	XXX.288.209-XX	155,5	8
DOUGLAS MANOEL RAMOS DOS SANTOS	XXX.473.339-XX	153,5	9
CLODOALDO SILVA DAS VIRGENS	XXX.952.329-XX	151,0	10
ORLANDO DE ARAUJO BORGES	XXX.897.059-XX	146,0	11
ADENILSON OLIVEIRA DE MELLO	XXX.288.889-XX	143,0	12
DENIVALDO PAULINO DE SOUZA	XXX.130.409-XX	140,5	13
SIDNEI GARCIA ALVES	XXX.301.699-XX	137,5	14
MARCELO DE SOUZA CAMPOS	XXX.532.639-XX	135,0	15
VITOR MANOEL DO NASCIMENTO ROSA	XXX.727.149-XX	134,5	16
LEANDRO DA PALMA RODRIGUES	XXX.698.979-XX	118,5	17
CRISTIANO TEIXEIRA DE ALMEIDA	XXX.424.199-XX	117,0	18
RICARDO JOSE SOARES	XXX.561.449-XX	115,5	19
EDER PASTOR CARDOSO	XXX.154.939-XX	115,0	20
ANDRE GOMES DA SILVA	XXX.236.799-XX	113,5	21
ANTONIO PAVAO ESCOBAR	XXX.455.611-XX	111,5	22
ANDRE LUIZ TRASSI DA SILVA	XXX.139.279-XX	97,5	23
DIRCEU GONCALVES RODRIGUES	XXX.287.059-XX	97,5	24
SERGIO LUIZ DA CRUZ	XXX.555.219-XX	97,5	25
MARCIO MARQUES CONSALTER	XXX.881.759-XX	97,5	26
MARCELO MARQUES CONSALTER	XXX.881.409-XX	97,0	27
WASHINGTON DOS REIS FIGUEIREDO	XXX.799.189-XX	97,0	28
FABIANO DE OLIVEIRA CASTIONI	XXX.792.261-XX	95,0	29
MARCO LOPES DA SILVA	XXX.802.289-XX	94,5	30
MARIA DE FATIMA ZARELLI	XXX.293.819-XX	93,0	31
CIVALDIR FIRMINO DA SILVA	XXX.571.359-XX	93,0	32
SOLANGE BALBINO THIAGO	XXX.958.279-XX	91,5	33
FERNANDO MARCOS APARECIDO ONORIO	XXX.130.709-XX	86,0	34
DOUGLAS FERREIRA SILVA	XXX.437.218-XX	71,5	35
JESSICA TATIANE DE LIMA DA SILVA	XXX.314.479-XX	63,0	36

Cargo: MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

NOME COMPLETO	CPF	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
JESSICA MIGUEL DA SILVA	XXX.106.519-XX	56,5	1
PATRICIA DE OLIVEIRA LIMA	XXX.747.548-XX	34,5	2
ANA CLAUDIA SILVA	XXX.470.639-XX	28,0	3
ANA LUIZA SERPELLONI	XXX.023.879-XX	26,5	4
STEFANE MOURA DE OLIVEIRA	XXX.168.299-XX	26,5	5
ANAHI GABRIELE VIEIRA PINHEIRO	XXX.150.369-XX	24,0	6
ELIANE APARECIDA VIEIRA	XXX.270.809-XX	21,5	7
RAFAELLA GOMES DIAS	XXX.291.059-XX	21,0	8
IZAIRA RIBEIRO	XXX.233.169-XX	20,0	9
ZULEICA LACERDA DE PAULA	XXX.562.418-XX	20,0	10
SHEILA APARECIDA RODRIGUES	XXX.645.789-XX	20,0	11
TREICY CAMILA SANTANA GERALDO	XXX.542.259-XX	20,0	12
GABRIELA KOPIEQUES	XXX.419.529-XX	20,0	13
ROSILENE REIS DE FRANCA	XXX.754.288-XX	19,0	14
SIMONE ALVES RUFINO ALEXANDRE CANUTO	XXX.354.519-XX	18,0	15
GEISIANE PEREIRA LIMA BERNARDO	XXX.131.368-XX	18,0	16
JULIA FERNANDA SOARES PAULINO	XXX.026.129-XX	16,5	17
HEDERSON RYAN JERONIMO	XXX.458.059-XX	16,0	18
BRENDA FERNANDA DAVI DE MELO	XXX.341.169-XX	13,5	19
BRENDA HELOISA SILVA NEGRI	XXX.259.869-XX	12,0	20
MARYANI YASMIN DOS ANJOS DE OLIVEIRA CANDIDO	XXX.663.559-XX	10,5	21
ANA BEATRIZ BARBOSA RIBEIRO	XXX.185.689-XX	6,5	22
DAIANE DOS SANTOS MARTINS FERNANDES	XXX.187.109-XX	4,5	23
YASMIM GABRIELE DA SILVA FERNANDES	XXX.193.199-XX	4,0	24
JOSE HENRIQUE BUCH PEREIRA	XXX.836.479-XX	1,0	25
MARIA EDUARDA DOS SANTOS	XXX.059.249-XX	1,0	26
JOEL SANTOS DE SOUZA	XXX.357.379-XX	1,0	27
JANE MARIA GOMES LOPES ROCHA	XXX.415.943-XX	0,5	28
EDNA DA SILVA E SILVA	XXX.755.669-XX	0,5	29
ELZA MARINEZ VITALINO	XXX.475.229-XX	0,5	30
SIMONI DOMINGAS MOREIRA DA SILVA RODRIGUES	XXX.798.759-XX	0,5	31
SONIA MARIA CARDOZO	XXX.137.969-XX	0,5	32
ELIZANGELA APARECIDA DE CASTRO	XXX.977.349-XX	0,5	33
WALDINEIA BARBOSA DOS SANTOS	XXX.691.269-XX	0,5	34
LEANDRA DANIEL DOS SANTOS	XXX.136.749-XX	0,5	35
VANESSA THABATA VICENTE	XXX.345.899-XX	0,5	36
MARIA DA COSTA PESSOA	XXX.176.923-XX	0,5	37
TATIANE GAINO	XXX.075.799-XX	0,5	38
JACQUELINE APARECIDA DE ALMEIDA CARVALHO	XXX.270.739-XX	0,5	39
KATIA BARBOSA COGO	XXX.345.599-XX	0,5	40
JOAO TELES SILVA	XXX.168.699-XX	0,5	41
ANA PAULA PEREIRA GOIS	XXX.994.069-XX	0,5	42
LETICIA CANDIDO DA SILVA FERREIRA	XXX.276.489-XX	0,5	43
MARIA DANIELI MARTINS	XXX.444.919-XX	0,5	44
LUIZ GUSTAVO PINTO MADEIRA	XXX.409.329-XX	0,5	45
NATHALIA HELOISI RODRIGUES DE SOUZA	XXX.360.849-XX	0,5	46
FERNANDA CARRARA DE LIMA	XXX.557.229-XX	0,5	47

ANA CAROLINA DURSKI VICENTIN	XXX.174.389-XX	0,5	48
JOSIANE APARECIDA ALVES	XXX.992.339-XX	0,5	49
RAFAELA FERNANDA DOS SANTOS DE MORA	XXX.825.079-XX	0,5	50
MAICON HENRIQUE DE SOUZA	XXX.654.399-XX	0,5	51
CAMILLE TOPAN BOTELHO	XXX.522.989-XX	0,5	52
BRENDA CAILANE JORGINA FONSECA	XXX.559.669-XX	0,5	53
MARIZA DOMINGUES FERREIRA DO NASCIMENTO	XXX.562.508-XX	0,0	54
NEIDE MARIA NOVELLI	XXX.793.239-XX	0,0	55
IBERE COELHO DOS SANTOS	XXX.775.279-XX	0,0	56
NEILA CARDOSO KUSUNOKI	XXX.194.999-XX	0,0	57
ZEFINHA CASIMIRO DE SOUZA	XXX.057.099-XX	0,0	58
DEUSDETE RODRIGUES PEREIRA	XXX.540.479-XX	0,0	59
IONICE MOURA PEREIRA	XXX.479.819-XX	0,0	60
MARIA DE FATIMA MARQUES	XXX.257.659-XX	0,0	61
ELIANE SIGARI	XXX.494.659-XX	0,0	62
SILENE ANGELICA PANICIO	XXX.773.139-XX	0,0	63
ANGELA CRISTINA PERINI XAVIER	XXX.819.029-XX	0,0	64
REGINA MOLINA DA SILVA	XXX.663.359-XX	0,0	65
ANTONIO VIEIRA LOPES	XXX.875.779-XX	0,0	66
MARILDA JORGE CHIQUETTI	XXX.550.739-XX	0,0	67
ELIANA ROSSETTO MARINONI DA SILVA	XXX.462.629-XX	0,0	68
MARLY SILVA ARAUJO	XXX.387.018-XX	0,0	69
SIMONE MARCIA LOPES SILVA	XXX.414.249-XX	0,0	70
MEIRE RIBEIRO LOPES DE SANTANA	XXX.028.878-XX	0,0	71
ALEXANDRA MARIANO BONACINI	XXX.466.339-XX	0,0	72
MARCIA APARECIDA RIBEIRO	XXX.502.009-XX	0,0	73
CLEIDE RODRIGUES SIMOES	XXX.313.529-XX	0,0	74
LUCIANE DOS SANTOS ALVES SILVA	XXX.994.068-XX	0,0	75
LEISCK DE ALMEIDA ZEFERINO RIBEIRO	XXX.050.919-XX	0,0	76
NILDA DE SOUZA PEREIRA RIBEIRO	XXX.708.249-XX	0,0	77
ADRIANA ROSA DE FREITAS	XXX.135.149-XX	0,0	78
JOSENILDO ALVES DA SILVA	XXX.090.829-XX	0,0	79
ALEXANDRA DINIZ LOPES AMARAL	XXX.339.619-XX	0,0	80
LUCINEIA FERNANDES DA ROCHA	XXX.012.999-XX	0,0	81
MARCIA DE SOUZA	XXX.216.419-XX	0,0	82
ANDREIA GONCALVES DA SILVA MARTINS	XXX.404.038-XX	0,0	83
JOSIANE APARECIDA DE LIMA	XXX.909.009-XX	0,0	84
JAQUELINE DOS SANTOS	XXX.952.969-XX	0,0	85
ANA PAULA SILVA CLEMENTE	XXX.794.689-XX	0,0	86
ALDINETE JERONIMO DA SILVA OLIVEIRA	XXX.462.941-XX	0,0	87
GREIDE FERREIRA FOGACA	XXX.264.928-XX	0,0	88
FLAVIANI SEVERO FERNANDES DA SILVA	XXX.800.249-XX	0,0	89
MARIANA GORZONI GUZZI	XXX.162.169-XX	0,0	90
BHARBARA PAULA BASTOS DA SILVA	XXX.424.089-XX	0,0	91
MARCIA GONCALVES DE OLIVEIRA	XXX.890.859-XX	0,0	92
JOSIANE PAYAO VIOLI	XXX.215.509-XX	0,0	93
JULIANA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	XXX.075.249-XX	0,0	94
MARIA APARECIDA DA SILVA	XXX.182.109-XX	0,0	95
ROSENARA COSTA SOUSA	XXX.728.033-XX	0,0	96
KASSIA PATRICIA SIQUEIRA SILVANO	XXX.115.898-XX	0,0	97
LILIAN DE OLIVEIRA RICARDO	XXX.587.949-XX	0,0	98
GESSICA MARINA DE SOUZA DOS SANTOS	XXX.514.419-XX	0,0	99
NAYARA CRISTINA DA SILVA ROSA	XXX.336.948-XX	0,0	100
VANIA SIMONE DOS SANTOS	XXX.271.509-XX	0,0	101
GABRIELA ALVES INACIO	XXX.493.439-XX	0,0	102
VANIA DA CRUZ	XXX.629.289-XX	0,0	103
THAIS FERNANDA DIAS	XXX.231.389-XX	0,0	104
ROSELAINE MOURA DA SILVA	XXX.069.769-XX	0,0	105
LUCAS DOS SANTOS DE JESUS	XXX.655.215-XX	0,0	106
LUCIMARA REGINA DOS SANTOS	XXX.650.049-XX	0,0	107
TAMARA SOUZA PEREIRA SILVA	XXX.779.099-XX	0,0	108
DRIELEM VIANA DE OLIVEIRA	XXX.617.469-XX	0,0	109
FERNANDA NAIARA DOS SANTOS GAINO	XXX.336.449-XX	0,0	110
TAIANE CRISTINA DA SILVA BATISTA	XXX.814.699-XX	0,0	111
ELOISA FAQUIM DOS SANTOS	XXX.934.309-XX	0,0	112
ROBSON ELIVELTON DA ROCHA	XXX.414.439-XX	0,0	113
BRUNA CAMILA MOREIRA DAS VIRGENS	XXX.995.839-XX	0,0	114
PRISCILA ALVES FERREIRA	XXX.160.119-XX	0,0	115
ANA PAULA DOS SANTOS BUENO MATEUS	XXX.695.439-XX	0,0	116
JONATAS AGAMENON DA SILVA MARCELINO	XXX.219.669-XX	0,0	117
MONICA DE ALMEIDA REIS	XXX.449.649-XX	0,0	118
PATRICIA DOS SANTOS CICONATTO	XXX.160.389-XX	0,0	119
DAYANE APARECIDA MONTECINO PONTES	XXX.814.528-XX	0,0	120
THAIS XAVIER	XXX.921.099-XX	0,0	121
NAIARA PRISCILA CONTENTE	XXX.716.819-XX	0,0	122
TAIS DA SILVA BRANDAO	XXX.377.569-XX	0,0	123
ANDREZZA APARECIDA FONSECA	XXX.118.099-XX	0,0	124
LEONARDO GABRIEL DE OLIVEIRA FERNANDES	XXX.484.349-XX	0,0	125
RENE LUAN FRANCISCO	XXX.418.419-XX	0,0	126
RAFAELLA APARECIDA ROMAO	XXX.387.555-XX	0,0	127
THAIS DA SILVA MASSARUTE	XXX.896.169-XX	0,0	128
ADRIELI CRISTINA CAVALCANTE CAMARGO	XXX.993.019-XX	0,0	129
SILVIA REGINA VALCARIO DOS SANTOS	XXX.798.229-XX	0,0	130
TAIANE DE FARIAS GEA DE LIMA	XXX.186.359-XX	0,0	131
MARIA HELOISA DA SILVA CAMACHO	XXX.378.549-XX	0,0	132
SALOMAO HENRIQUE DA SILVA	XXX.268.938-XX	0,0	133
DAIANE APARECIDA DE SOUZA NUNES RIBEIRO	XXX.731.979-XX	0,0	134
REBECA ANDRE DA SILVA	XXX.622.899-XX	0,0	135
TAUANA CAMILA DE SOUZA BORASCHI	XXX.152.929-XX	0,0	136

CATIA CRISTINA CASSIANO EVARISTO	XXX.837.198-XX	0,0	137
THAIS LETICIA ROSA	XXX.361.509-XX	0,0	138
LAISA PEREIRA DA SILVA	XXX.749.118-XX	0,0	139
TALIA DE OLIVEIRA RODRIGUES	XXX.300.569-XX	0,0	140
KERULYN LOPES DOS REIS	XXX.551.949-XX	0,0	141
AMANDA APARECIDA ELIAS CELESTINO	XXX.509.669-XX	0,0	142
ADRIANA DE SOUZA CARDOSO GAINO	XXX.198.869-XX	0,0	143
LETICIA MONTEIRO DE ASSIS RIBEIRO	XXX.949.099-XX	0,0	144
WELLINGTON JEAN FELICIO DOS SANTOS	XXX.696.326-XX	0,0	145
DENIS GABRIEL PEREIRA SANTANA	XXX.869.899-XX	0,0	146
ERICA APARECIDA GUERRA	XXX.967.039-XX	0,0	147
TAINARA FERNANDES SILVANO	XXX.167.939-XX	0,0	148
RITA DE CASSIA REIS DO NASCIMENTO	XXX.168.739-XX	0,0	149
BRENDA KATHLEN BESSANI	XXX.998.019-XX	0,0	150
JAQUELINE MARIA DA SILVA	XXX.266.949-XX	0,0	151
GISELE ALVES RODRIGUES BARBOSA	XXX.005.189-XX	0,0	152
GABRIELA KOVALESKI	XXX.391.389-XX	0,0	153
LUZIA APARECIDA CASSIA VIRTUOSA	XXX.417.669-XX	0,0	154
MURILO MOREIRA RODRIGUES	XXX.045.609-XX	0,0	155
YASMIM HEREMAN DE SOUZA	XXX.602.069-XX	0,0	156
ARIANE ISABELA DA SILVA MEDEIROS	XXX.025.329-XX	0,0	157
NUBIA LORENA APARECIDA DE OLIVEIRA	XXX.458.419-XX	0,0	158
MARIA EDUARDA DA SILVA KANEKO	XXX.317.989-XX	0,0	159
CARINE SILVA DE ALMEIDA	XXX.813.789-XX	0,0	160
KEMILY MARIA CORVELO MENDES	XXX.467.398-XX	0,0	161
BIANCA ALECSANDRA FEITOSA FERNANDES	XXX.018.179-XX	0,0	162
NAYRA VITORIA RODRIGUES DA SILVA	XXX.763.299-XX	0,0	163
ERICA NASCIMENTO DA SILVA	XXX.277.729-XX	0,0	164
CAROLLAINE APARECIDA DOS SANTOS ANDRADE	XXX.003.599-XX	0,0	165
ANDREINA CORDEIRO MANOEL	XXX.783.699-XX	0,0	166
RHADYJA GARCIA DA SILVA	XXX.432.749-XX	0,0	167
LEDA JAMILE TEODORO DE OLIVEIRA	XXX.415.279-XX	0,0	168
MARIA RAFAELA CASTILHO SERTORI	XXX.135.659-XX	0,0	169
STEFANI DINIZ LIMA	XXX.191.929-XX	0,0	170
DEISY ISABELY GONCALO DO NASCIMENTO	XXX.215.079-XX	0,0	171
GIOVANA BEATRIZ CALDERONE	XXX.749.679-XX	0,0	172
ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA	XXX.968.429-XX	0,0	173
LUCAS PABLO FERREIRA PEREIRA	XXX.125.039-XX	0,0	174
ISABELLA DA SILVA SOUZA	XXX.016.109-XX	0,0	175
MURILO DOS SANTOS SILVA	XXX.018.448-XX	0,0	176
EMILI DOS SANTOS FONSECA	XXX.311.159-XX	0,0	177
NATHALIA DE CAMPOS BARBOSA	XXX.511.559-XX	0,0	178
MARIA CLAUDIA VILELA CORREA	XXX.298.739-XX	0,0	179
ANA VITORIA DA SILVA MOREIRA	XXX.683.259-XX	0,0	180
RIAN DINIZ DOS SANTOS	XXX.473.569-XX	0,0	181
ALEX RICARDO	XXX.077.399-XX	0,0	182
VICTOR HUGO SANTOS ANDRADE	XXX.417.239-XX	0,0	183
JADSON EXPEDITO MARQUES NOGUEIRA	XXX.455.959-XX	0,0	184
CAIQUE GABRIEL BARROS DA SILVA BASTOS	XXX.315.199-XX	0,0	185
ALUSCA RENATA MEDEIROS CELESTINO	XXX.424.699-XX	0,0	186
MARIA LUIZA SOARES MESSIAS	XXX.608.139-XX	0,0	187
KEMILY ISADORA ALVES DE SOUZA	XXX.205.409-XX	0,0	188
GLEIDSON ANTONIO KRAKER GUERINI	XXX.118.329-XX	0,0	189
CAIQUE CESAR DOS SANTOS PEREIRA	XXX.642.719-XX	0,0	190
ANA CLARA SANTOS SILVA	XXX.463.189-XX	0,0	191
ANA PAULA PAPARAZZO ALVES	XXX.582.169-XX	0,0	192
VITORIA BIANCA DE SOUZA OLIVEIRA	XXX.172.579-XX	0,0	193
MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS	XXX.893.984-XX	0,0	194
VICTOR HUGO DA ROCHA	XXX.811.079-XX	0,0	195
LAURA CAMILLY ALVES ROCHA	XXX.140.359-XX	0,0	196
LAURA DOS SANTOS SILVA	XXX.018.938-XX	0,0	197

Publique-se; comunique-se; registre-se

Jaguapitã, 11 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:CE8F9E04

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°254/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº254/2026 - De 07/08/2026.
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Ana Paula Leite	Diretora do Dep. Municipal de Educação	Londrina	07/08/2026	Participar do Evento:" Educadores In Concert Além dos Rótulos"	R$ 80,00
Jocimar Aparecida de Souza	Assessora Pedagógica	Londrina	07/08/2026	Participar do Evento:" Educadores In Concert Além dos Rótulos"	R$ 80,00
Márcia de Oliveira Bueno Lopes	Professora – Coordenadora da Escola Estrela do Amanhã	Londrina	07/08/2026	Participar do Evento:" Educadores In Concert Além dos Rótulos"	R$ 80,00
Lúcia da Silva Almeida	Professora – Coordenadora do CMEI	Londrina	07/08/2026	Participar do Evento:" Educadores In Concert Além dos Rótulos"	R$ 80,00
Rogéria dos Santos Fraga Rosa	Coordenadora do Departamento Municipal de Educação	Jacarezinho	07/08/2026	Participar da Formação Presencial Inglês Paraná Kids ministrado por consultores da Editora Oxford	R$ 80,00
EdnéiaFátima de Souza	Professora	Jacarezinho	07/08/2026	Participar da Formação Presencial Inglês Paraná Kids ministrado por consultores da Editora Oxford	R$ 80,00
Ademar Marcílio Bernardes	Motorista	Jacarezinho	07/08/2026	Levar Servidoras Participar da Formação Presencial Inglês Paraná Kids ministrado por consultores da Editora Oxford	R$ 80,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR,31 de julho de 2026.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:1D389155

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°255/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 255/2026 – De 27/07/2026 à 12/08/2026.
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Alexandre Negreiros A Lima	Motorista	Joaquim Távora, Carlópolis e Londrina	27/07/2026,30/07/2026,02/08/2026 à 05/08/2026	Transporte de Pacientes para Consultas e Exames.	R$ 320,00
Anderson Gomes Diniz	Motorista	Londrina, Jacarezinho e Curitiba	30/07/2026,31/07/2026,03/08/2026 à 05/08/2026	Transporte de Pacientes para Consultas e Exames.	R$ 410,00
Andre Luiz Granemann Conde	Motorista	Londrina, Curitiba, Santo Antônio da Platina e Arapongas	31/07/2026,03/08/2026 à 05/08/2026	Transporte de Pacientes para Hemodiálise, Consultas e Exames.	R$ 390,00
Diego Brasil de Oliveira	Motorista	Andirá, Londrina, Jacarezinho, Ribeirão do Pinhal e Bandeirantes	30/07/2026,31/07/2026,03/08/2026 à 05/08/2026	Transporte de Pacientes para Consultas e Exames.	R$ 280,00
Edeval Bueno	Motorista	Londrina, Ibaiti, Arapongas, Curitiba, Jacarezinho e Ourinhos	30/07/2026,31/07/2026,03/08/2026 à 05/08/2026	Transporte de Pacientes para Consultas e Exames.	R$ 350,00
Elzio dos Santos Leite	Motorista	Joaquim Távora, Arapongas, Jacarezinho, Londrina, Ribeirão do Pinhal e Santo Antônio da Platina,	30/07/2026,31/07/2026,03/08/2026 à 05/08/2026	Transporte de Pacientes para Consultas e Exames.	R$ 340,00
Fabio Fogaça	Motorista	Santo Antônio da Platina, Curitiba, Jacarezinho e São Jerônimo	30/07/2026,31/07/2026,03/08/2026 à 05/08/2026	Transporte de Pacientes para Consultas e Exames.	R$ 410,00
Irineu Jesus Marsola	Motorista	Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Londrina, Ribeirão do Pinhal, Ibaiti e Cornélio Procópio	30/07/2026,31/07/2026,01/08/2026 à 05/08/2026	Transporte de Pacientes para Consultas e Exames.	R$ 400,00
Luiz Fernando Camargo Granemann	Motorista	Jacarezinho, Londrina, Santo Antônio da Platina e Ourinhos	30/07/2026 à 01/08/2026, 03/08/2026 e 05/08/2026	Transporte de Pacientes para Hemodiálise, Consultas e Exames.	R$ 400,00
Jacqueline Aparecida Viana	Técnico de Enfermagem	Londrina	03/08/2026 e 05/08/2026	Acompanhar Transferência de Pacientes.	R$ 80,00
Anísio Ribeiro da Silva	Agente de Combate a Endemias	Tomazina	10/08/2026,11/08/2026 e 12/08/2026	Participar de Capacitação para Novas Diretrizes Nacionais, para Prevenção e Controle de Arboviroses.	R$ 240,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR, 06 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:5583943A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA COM DISPUTA 17/2026 UASG 929992

Email- pregao@lapa.pr.leg.br
Telefone – 41 3622 2536

CONTRATANTE
Câmara Municipal da Lapa – Pr, sito á Alameda David Carneiro, n°363, Centro, Lapa/Pr, Cep 83 750 095.

OBJETO

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA.
Conforme especificado no termo de referência.
Os produtos serão solicitados por parcelamento. Durante o período de 01 ano.
Em três parcelas, sendo 01 a cada quatro meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 27.022,50 (vinte e sete mil, vinte e dois reais e cinquenta centavos)

DATA DA SESSÃO
17/08/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES
09:00 as 15 :00 horas

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA /PR
DISPENSA ELETRÔNICA COM DISPUTA 17/2026

Torna-se público que a Câmara Municipal da Lapa, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da resolução 132/2024, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 17/08/2026

Horário da Fase de Lances: 09:00 às 15:00 horas
Link: www.gov.br/compras.
Critério de Julgamento: menor preço
Regime de Execução: Empreitada por Preço por item
1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
Aquisição de produtos de higiene e limpeza, conforme tabela anexa ao termo de referência.
TOTALIZANDO O VALOR INICIAL DE R$ 27.022,50 (vinte e sete mil, vinte e dois reais e cinquenta centavos)PARA AQUISIÇÃO DE TODOS OS ITENS.
Os produtos serão solicitados por parcelamento. Durante o período de 01 ano.
Em três parcelas, sendo 01 a cada quatro meses.

1.2.1.Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.
1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.
2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1.O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de
Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2.O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.
2.1.3.O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1.que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s)
anexo(s);
2.2.2.estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
2.2.3.que se enquadrem nas seguintes vedações:
a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até oterceiro grau;
e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
2.2.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
2.2.4.organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5.sociedades cooperativas.
2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL
3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta,
encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.
3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição
Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de
trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega daspropostas.
3.4.2.Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dosefetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, nopagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento dasdisposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalarTermo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
3.8.1.que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente daobrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
3.8.2.que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
3.8.3.que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema,assumindo-as como firmes e verdadeiras;
3.8.4.que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
3.8.5.que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição ;
3.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº14.133, de 2021.
3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
4. FASE DE LANCES
4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
4.2.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
4.3.1.O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
4.7.1.O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.
5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO
5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
5.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
5.2.1.Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preçocompatível ao estipulado pela Administração.
5.2.2.A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quandoo primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
5.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para acontratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.
5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
5.6.1.contiver vícios insanáveis;
5.6.2.não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
5.6.3.apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
5.6.4.não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
5.6.5.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
5.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
5.7.1.for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
5.7.2.apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso danecessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
5.9.1.O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
5.9.2.Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a propostaou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase dehabilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.
6. HABILITAÇÃO
6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I –
DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2); e
c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2).
6.2.1.A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992 , que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público,inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
6.2.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.
6.2.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
6.2.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
6.2.2.Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
6.3.1.É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
6.3.2.O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
6.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).
6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
6.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
6.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz,e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial,exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
6.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
6.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
6.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
6.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente,na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
6.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor seráhabilitado.
7. CONTRATAÇÃO
7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, seráfirmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1.O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida aofornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
7.3.1.A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
7.3.2.a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso deContratação Direta e seus anexos;
7.3.3.a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos daAdministração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida acomprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer dashipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
8.1.1.dar causa à inexecução parcial do contrato;
8.1.2.dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
8.1.3.dar causa à inexecução total do contrato;
8.1.4.deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
8.1.5.não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
8.1.6.não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
8.1.8.apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
8.1.9.fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsaquanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitensanteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta eindireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de ContrataçãoDireta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
8.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótesealguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156,
8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor dopagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art.156, §8º).
8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá serrecolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;
8.11. as peculiaridades do caso concreto;
8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;
8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conformenormas e orientações dos órgãos de controle.
8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1.republicar o presente aviso com uma nova data;
9.1.2.valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada foradeste procedimento.
9.1.3.fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanarerros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempreinterpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação desuas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, osseguintes anexos:
9.12.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação
9.12.2. ANEXO II - Termo de Referência;

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:
1.1 Habilitação jurídica
1.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todoo território nacional;
1.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
1.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
1.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis,a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
1.1.5 Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente noPaís: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada noDiário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede,conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
1.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
1.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
1.1.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
1.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista:
1.2.1 prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
1.2.2 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
1.2.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
1.2.4 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço(FGTS);
1.2.5 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvomenor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
1.2.6 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
1.2.7 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal/distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
1.2.7.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
1.2.8 prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
1.2.8.1 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Aquisição de produtos de higiene e limpeza, conforme tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01	80	CX	Papel higiênico, folha dupla, branco, interfolhas, pacote com 200 folhas, caixa com 6.000 folhas.	R$149,90	R$11.992,00r
02	200	PCT	Papel toalha branco interfolhas, com 1.000 folhas, 20 x 21 cm.	R$10,99	R$2.198,00
03	200	PCT	Saco de lixo 50 litros, pacote com 10 unidades, reforçado, cor preta.	R$3,99	R$798,00
04	200	PCT	Saco de lixo 30 litros, pacote com 10 unidades, reforçado, cor preta.	R$3,99	R$798,00
05	200	PCT	Saco de lixo 15 litros, pacote com 10 unidades, reforçado, cor preta.	R$3,99	R$798,00
06	50	LTR	Querosene, garrafa de 1 litro.	R$17,99	R$899,50
07	30	UND	Pano para limpeza em microfibra 30 x 30 cm.	R$4,50	R$135,00
08	1	UND	Dispenser para papel toalha em rolo, medidas 33 cm de altura x 22,5 cm de largura.	R$58,90	R$58,90
09	3	UND	Escova para limpeza multiúso.	R$3,90	R$11,70
10	10	UND	Escova para limpar vaso sanitário com suporte	R$4,90	R$49,90
11	200	UND	Água sanitária, garrafa de 1 litro.	R$3,50	R$700,00
12	20	UND	Lustra móveis, frasco de 200 ml.	R$5,90	R$118,00
13	20	UND	Óleo de Peroba, frasco de 200 ml.	R$10,99	R$219,80
14	70	UND	Pano de prato saco alvejado 70 x 50 cm.	R$8,90	R$623,00
15	40	PCT	Esponja de aço, pacote com 8 unidades.	R$2,20	R$88,00
16	20	UND	Produto para limpeza pesada 500 ml.	R$8,50	R$170,00
17	30	UND	Produto limpador perfumado 500 ml.	R$4,50	R$135,00
18	40	UND	Vassoura macia de nylon.	R$11,90	R$476,00
19	100	LTR	Álcool líquido 70% de 1 litro.	R$7,99	R$799,00
20	40	LATA	Desodorizador de ar spray 360 ml.	R$11,99	R$479,60
21	30	KG	Sabão em pó 1 kg.	R$6,90	R$207,00
22	150	FR	Detergente líquido 500 ml, PH neutro, biodegradável, tensoativos aniônicos.	R$2,70	R$405,00
23	100	LATA	Cera em pasta amarela 375 gr	R$21,90	R$2.190,00
24	50	FR	Cera líquida amarela para assoalho de madeira 750 ml.	R$9,50	R$475,00
25	50	FR	Saponáceo em pó 300 g.	R$5,90	R$295,00
26	50	FR	Saponáceo líquido 300 ml.	R$6,50	VR$325,00
27	30	PCT	Pano para limpeza com furos absorventes 60 x 30 cm, pacote com 5 unidades.	R$4,50	R$135,00
28	50	UND	Pano de chão em algodão 60 x 80 cm	R$12,90	R$645,00
29	100	UND	Saco de Lixo de 100 litros pacote com 05 unidades- Reforçado na cor preta	R$7,99	R$799,00

TOTALIZANDO O VALOR INICIAL DE R$ R$ 27.022,50 (vinte e sete mil, vinte e dois reais e cinquenta centavos)PARA AQUISIÇÃO DE TODOS OS ITENS.

1.1 – LOCAL DE ENTREGA /EXECUÇÃO
Deverá ser entregue na Câmara Municipal da Lapa – Pr, sito á Alameda David Carneiro, n°363, Centro, Lapa/Pr, Cep 83 750 095.
Os produtos serão solicitados por parcelamento. Durante o período de 01 ano.
Em três parcelas, sendo 01 a cada quatro meses.

1.2.FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A contratação objeto desse termo de referência, tem amparo legal na Lei Federal n° 14.133/2021, Resolução 132/2024 e demais legislações aplicáveis.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Motiva-se a contratação, por serem produtos essenciais, para suprir a necessidade de uso de produtos de higiene e limpeza para uso em todos os departamentos da Câmara.

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO

Processo de contratação por Dispensa de Licitação eletrônica com disputa – lei 14.133/21, artigo 75, inciso II.

4. REQUISITOS DO FORNECEDOR

- Qualidade dos produtos entregues;
- Qualificação técnica e jurídica

5.FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO.

O "período de vigência do presente instrumento terá vigência a partir de sua assinatura por período de 12 meses, sob as mesmas cláusulas e condições."

6.MODELO DE GESTÃO

A fiscalização e o acompanhamento entrega dos produtos serão efetuados pelos servidores abaixo, a fim de verificar a conformidade com as especificações dispostas neste instrumento:
Joelma Pinto Polato – Gestora do contrato
Leonilda do Rocio Pinto Javorski – Fiscal do Contrato
A fiscalização de que se trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, ainda que resultem de condições técnicas ou execução inadequada do referido serviço, e na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da Administração e seus agentes e prepostos.

7. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO OU ENTREGA DO OBJETO

5 dias após a emissão de ordem de compra e recebimento do arquivo.
Os produtos serão solicitados por parcelamento. Durante o período de 01 ano.
Em três parcelas, sendo 01 a cada quatro meses.

8- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Alvará em vigência;

8.1 OBRIGAÇÕES COMUNS ÀS PARTES

Todos e quaisquer acordos verbais com referência a este termo de referência necessitam de confirmação por escrito de ambas as partes.

8.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Os produtos deverão ser entregues conforme a legislação vigente;
Os produtos serão solicitados por parcelamento. Durante o período de 01 ano.
Em três parcelas, sendo 01 a cada quatro meses.

8.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.3.1. A Contratante obriga-se a:
8.3.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pera contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
8.3.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado;
8.3.4 Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos, fixando prazo para a sua correção;
8.3.5 Pagar Contratada o valor resultanteDa entrega dos produtos, no prazo e condições estabelecidas;
8.3.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

9. REGIME DE EXECUÇÃO

Por contratação direta, através de dispensa de licitação conforme Lei 14.133/2021.

10. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

Conforme Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas.

11. PREVISÃO DE ADOÇÃO DE ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Não se aplica

12. FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos deverão ser efetuados até no máximo 15 dias após a emissão da nota fiscal.

13.CONDIÇÕES DE REAJUSTE

Não se aplica
.

14. GARANTIA CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido caso uma das partes não venha a cumprir com as obrigações que lhes competem. Tal fato requer a devida notificação por parte do contratante que se sentir prejudicado, por intermédio de carta registrada ou protocolada, para que a outra parte tome as devidas providências quanto ao inadimplemento das suas obrigações.

– A parte que der causa à rescisão, total ou parcial, deste contrato, fica obrigada a indenizar a outra parte, imediatamente, com o valor correspondente à **20% (vinte por cento)** do valor dos ENCARGOS MENSAIS, que seriam devidos até a data do término do contrato, ainda que prorrogado após o período inicial, corrigidos nos moldes dos encargos mensais.

- Todos e quaisquer acordos verbais com referência a este termo de referência necessitam de confirmação por escrito de ambas as partes.

15. PLANO DE CONTRATAÇÕES

-O objeto a ser contratado está previsto no Plano anual de contratações 2025.

16. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS

16.1 A Contratada obriga-se a:

16.2 Entregar os produtos conforme disposto no termo de referência;

16.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou emparte, no prazo máximo constante do item 5 do presente certame, os produtos entregues em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

16.4 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias,tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

17-**. QUANTIDADE DE ITENS A SEREM CONTRATADOS**

Aquisição de produtos de hugiene e limpeza, conforme tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01	80	CX	Papel higiênico, folha dupla, branco, interfolhas, pacote com 200 folhas, caixa com 6.000 folhas.	R$149,90	R$11.992,00r
02	200	PCT	Papel toalha branco interfolhas, com 1.000 folhas, 20 x 21 cm.	R$10,99	R$2.198,00
03	200	PCT	Saco de lixo 50 litros, pacote com 10 unidades, reforçado, cor preta.	R$3,99	R$798,00
04	200	PCT	Saco de lixo 30 litros, pacote com 10 unidades, reforçado, cor preta.	R$3,99	R$798,00
05	200	PCT	Saco de lixo 15 litros, pacote com 10 unidades, reforçado, cor preta.	R$3,99	R$798,00
06	50	LTR	Querosene, garrafa de 1 litro.	R$17,99	R$899,50
07	30	UND	Pano para limpeza em microfibra 30 x 30 cm.	R$4,50	R$135,00
08	1	UND	Dispenser para papel toalha em rolo, medidas 33 cm de altura x 22,5 cm de largura.	R$58,90	R$58,90
09	3	UND	Escova para limpeza multiúso.	R$3,90	R$11,70
10	10	UND	Escova para limpar vaso sanitário com suporte	R$4,90	R$49,90
11	200	UND	Água sanitária, garrafa de 1 litro.	R$3,50	R$700,00
12	20	UND	Lustra móveis, frasco de 200 ml.	R$5,90	R$118,00
13	20	UND	Óleo de Peroba, frasco de 200 ml.	R$10,99	R$219,80
14	70	UND	Pano de prato saco alvejado 70 x 50 cm.	R$8,90	R$623,00

15	40	PCT	Esponja de aço, pacote com 8 unidades.	R$2,20	R$88,00
16	20	UND	Produto para limpeza pesada 500 ml.	R$8,50	R$170,00
17	30	UND	Produto limpador perfumado 500 ml.	R$4,50	R$135,00
18	40	UND	Vassoura macia de nylon.	R$11,90	R$476,00
19	100	LTR	Álcool líquido 70% de 1 litro.	R$7,99	R$799,00
20	40	LATA	Desodorizador de ar spray 360 ml.	R$11,99	R$479,60
21	30	KG	Sabão em pó 1 kg.	R$6,90	R$207,00
22	150	FR	Detergente líquido 500 ml, PH neutro, biodegradável, tensoativos aniônicos.	R$2,70	R$405,00
23	100	LATA	Cera em pasta amarela 375 gr	R$21,90	R$2.190,00
24	50	FR	Cera líquida amarela para assoalho de madeira 750 ml.	R$9,50	R$475,00
25	50	FR	Saponáceo em pó 300 g.	R$5,90	R$295,00
26	50	FR	Saponáceo líquido 300 ml.	R$6,50	VR$325,00
27	30	PCT	Pano para limpeza com furos absorventes 60 x 30 cm, pacote com 5 unidades.	R$4,50	R$135,00
28	50	UND	Pano de chão em algodão 60 x 80 cm	R$12,90	R$645,00
29	100	UND	Saco de Lixo de 100 litros pacote com 05 unidades- Reforçado na cor preta	R$7,99	R$799,00

TOTALIZANDO O VALOR INICIAL DE R$ R$ 27.022,50 (vinte e sete mil, vinte e dois reais e cinquenta centavos)PARA AQUISIÇÃO DE TODOS OS ITENS.

18.CÓDIGO NO CATÁLOGO DE MATERIAIS OU NO CATÁLOGO DE SERVIÇOS DOS ITENS.
Não se aplica

19.CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE
A Contratada deverá atender, no que couber , o critério de sustentabilidade ambiental prevista na Instrução Normativa SLTI/MPOG n°01, de 19/01/2010.

20. PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS E TOTAIS POR ITEM
Conforme tabela do item 17;

21. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

TOTALIZANDO O VALOR INICIAL DE R$ 27.022,50 (vinte e sete mil, vinte e dois reais e cinquenta centavos)PARA AQUISIÇÃO DE TODOS OS ITENS.

22. DECLARAÇÕES
- Não existe Ata de Registro de Preços vigente para aquisição do objeto.
- O valor do objeto se adequar a lei 14.133/2021 conforme artigo 75, inciso II.

Lapa, 10 de agosto de 2026

JOELMA PINTO POLATO
Diretora de Compras Almoxarifado e Manutenção/ Gestora do Contrato

LEONILDA DO ROCIO PINTO JAVORSKI
Fiscal do contrato

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:E96C8CAC

GABINETE
DECRETO N° 29870, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação, devidamente autorizado pela Lei n° 4501 de 17 de Dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4501, de 17/12/2025;
Considerando o P.D. nº 19782, de 05/08/2026, da Secretaria de Administração, o P.D. nº 19862, de 07/08/2026, da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, o P.D. nº 19701, de 04/08/2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher, os P.D.s nº 9877 19777, de 17/04/2026 e 05/08/2026, da Secretaria de Saúde e o P.D. nº 19780, de 05/08/2026, da Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.281.375,00 (Três Milhões, Duzentos e Oitenta e Um Mil, Trezentos e Setenta e Cinco Reais), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

04 Secretaria de Administração	
04.01 Gabinete do Secretário	
04.122.0002.2009 Manutenção da Secretaria de Administração	
52: 3.3.90.39.00.00.000 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 40.000,00
06 Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer	
06.02 Departamento Geral da Educação	
12.361.0012.2052 Contribuições	
225: 3.3.50.41.00.00.103 – Contribuições	R$ 29.375,00
12.361.0014.2062 Manter Merenda Escolar	
289: 3.3.90.32.00.00.107 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	R$ 200.000,00
12.365.0012.2430 Manutenção da Atividades Operacionais de Secretaria de Educação e Extensões e Rede de Ensino - Pré-Escola	
340: 3.3.90.36.00.00.103 – Outros serviços de terceiros - pessoa física	R$ 80.000,00
341: 3.3.90.36.00.00.104 – Outros serviços de terceiros - pessoa física	R$ 80.000,00
07 Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher	
07.16 Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	
08.241.0073.2427 Execução de Deliberações Estaduais para a Pessoa Idosa	
1903: 4.4.90.52.00.00.348 – Equipamentos e material permanente	R$ 2.000,00
08 Fundo Municipal de Saúde	
08.01 Assistência ao Fundo Municipal de Saúde	
10.122.0026.2279 Gestão dos Serviços de Saúde 15% - Gestão Administrativa	
2086: 3.3.90.30.00.00.510 – Material de consumo	R$ 100.000,00
2087: 3.3.90.32.00.00.430 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	R$ 100.000,00
10.301.0028.2287 Gestão dos Serviços de Saúde 15% - Gestão Atenção Básica	
2088: 3.3.90.30.00.00.428 – Material de consumo	R$ 100.000,00
10.302.0108.2546 Serviço de Atendimento Móvel - SAMU	
1366: 3.3.90.39.00.00.494 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 50.000,00
11 Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte	
11.07 Departamento de Pavimentação	
15.451.0011.1002 Pavimentar e Recapear Ruas	
2085: 4.4.90.51.00.00.439 – Obras e instalações	R$ 2.500.000,00
TOTAL.....	**R$ 3.281.375,00**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o:

Excesso de Arrecadação da fonte 000, conta nº 31.350-5	R$ 40.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 103, conta nº 6.518-8	R$ 109.375,00
Excesso de Arrecadação da fonte 104, conta nº 7.470-5	R$ 80.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 107, conta nº 10.269-9	R$ 200.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 348, conta nº 40.880-8	R$ 2.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 428, conta nº 569005471-9	R$ 100.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 430, conta nº 569005468-9	R$ 100.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 439, conta nº 44.501-0	R$ 2.500.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 494, conta nº 575849797-4	R$ 50.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 510, conta nº 574432875-7	R$ 100.000,00
TOTAL.....	**R$ 3.281.375,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 11 de Agosto de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 11 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:25F67549

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 04/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026

O Município da Lapa/PR, CNPJ 76.020.452/0001-05, através da Comissão Especial Preparatória de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria nº 503 de 22 de maio de 2026, no uso de suas atribuições, mediante as condições estabelecidas no Edital n.º 01 do Processo Seletivo Simplificado nº **02/2026,** e demais disposições legais aplicáveis à espécie, TORNA PÚBLICA:
Art. 1º A retificação da Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026, que objetiva a contratação temporária de profissionais para atuar no Município da Lapa após a análise dos recursos apresentados.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

AMPLA CONCORRÊNCIA

Classificação	Processo Inscrição	Nome	Nascimento	Nota
	16685/2026	MARIA JOSÉ SANTOS LIMA	14/11/1964	85
	16663/2026	VILMA TABORDA SCHEBEUKA	28/11/1965	85
	18136/2026	MARISA SILVEIRA LOURES	23/04/1970	85
	17832/2026	MARIA DE LOURDES BIETKOSKI DA SILVEIRA	08/06/1972	85
	17986/2026	JURACI ROSA GOSLAR SANTOS	27/09/1972	85
	18040/2026	EVA ZAVELINSKI	26/05/1974	85
	17478/2026	EMILIA GOLL SOEK	24/11/1977	85
	17092/2026	NERCY DE JESUS COLAÇO DO AMARAL	10/03/1983	85
	17701/2026	JUÇARA APARECIDA NOVAKI	06/08/1966	70
	18061/2026	CINTHYA CARDOSO COLAÇO	03/11/1980	55
	16709/2026	SANDRA MARIA LIMA DALUZ	04/03/1987	55
	16616/2026	CLARICE AUGUSTINHAK	17/10/1968	50
	16817/2026	MILENA DE JESUS MARTINS CARVALHO	17/04/1994	50
	17291/2026	JOSEMERI DE ANDRADE GONÇALVES	08/02/1974	45
	16541/2026	JHEIHZA CRISTINA PEDROSO DE MATOS	07/09/1999	45
	17271/2026	JOSIANE PORTELLA NAROK	18/01/1981	40
	17459/2026	ALEXANDRA NASTINA MATEUS PEREIRA	20/04/1982	40
	16669/2026	INGRID ALINE DOS SANTOS PACHECO	17/12/1989	40
	16624/2026	DARUCHY CARVALHO DIAS	18/03/1994	40
	18178/2026	JULIANE SOCZEK	22/12/1994	40
	16708/2026	DARLENE TEREZINHA LIMA DA SILVA	28/01/1986	35
	16697/2026	SOLANGE ZANDROSKI FELIPE	18/09/1989	35
	16549/2026	ALESSANDRA EVANGELISTA ROSA	11/10/1982	30
	16954/2026	VERA LUCIA MACHADO LOURENCO	14/08/1967	25
	16695/2026	CELINA MARIA DE LARA GOSLAR	15/02/1968	25
	18323/2026	HELCIO BENEDITO RUIZ RAMOS	03/03/1968	25
	17444/2026	ANDREIA REGINA CORDEIRO DE OLIVEIRA	11/12/1975	25
	17558/2026	MARLI APARECIDA MARTINS KOTKOSKI	14/04/1976	25
	17275/2026	LUCIANE WICHINESKI	09/10/1977	25
	18254/2026	LAUDICEA APARECIDA MARTINS AGUIAR	04/09/1983	25
	17176/2026	SANDRA APARECIDA BARBOSA	29/07/1984	25
	16559/2026	MARIANI IZABEL FRANCA ALBINO	14/11/1984	25
	16671/2026	KARINE OLINDA DE OLIVEIRA DA SILVEIRA	05/04/1986	25
	16688/2026	FABIANA LARIS GOMES	21/10/1988	25
	18161/2026	ANGÉLICA MASCARELLO RAMOS	07/01/1990	25
	16670/2026	DÉBORA PIRES	16/06/1990	25
	17230/2026	VALERIA BARBOSA	25/02/1992	25
	16637/2026	RAFAEL DE LIMA FAVARO	09/08/1992	25
	17281/2026	FRANCIELE CRISTINA VALENTE DA SILVA	28/09/1993	25
	17091/2026	PATRICIA RODRIGUES CORDEIRO	29/10/1993	25
	17004/2026	CRISLAINE MARIA BANCZINSKI THENORIO	03/02/1994	25
	17556/2026	EDUARDA FRANSCICA DA SILVA	29/05/1994	25
	17560/2026	MARCIA RIMENSOVSKI DE SIQUEIRA	13/09/1995	25
	16735/2026	JAKELINE DE LIMA AZEVEDO	30/04/1996	25
	16542/2026	WUENDY DE LARA SCHULTZ RODRIGUES	10/12/1996	25
	18338/2026	CAMILA SCHUSTER ALVES	26/02/1997	25
	18144/2026	ANA KAROLINA ZBONIK FRANCA	07/06/1998	25
	16527/2026	JHONATHAN REISE SIBERT SILVA	13/04/2002	25
	18065/2026	KAREN STABACH	01/03/2003	25

	17809/2026	NATALI COELHO SCHUSTER	03/01/2004	25
	16840/2026	LUIZA APARECIDA BELNIAK KUKA	19/08/2004	25
	18251/2026	NICOLAS DE PAULA RODRIGUES	27/07/2005	25
	16563/2026	KARLA NAYARA CORTES DOMINGUES	14/08/2006	25
	16601/2026	AMANDA SUELLEN DRUZIK	22/02/2007	25
	18182/2026	ULISSES ÁTILA ARRAIS E MOURA	27/03/1968	10
	17969/2026	DENISE FERRARI RAMOS	29/12/1976	10
	16854/2026	ELIZETE MARIA SILVA DE LIMA	20/09/1978	10
	18314/2026	ADRIANA DEDA	15/12/1978	10
	16522/2026	ADRIANA DE SOUZA CABACHUK	18/07/1979	10
	18298/2026	MICHELLY ALVES CORDEIRO	30/07/1979	10
	18321/2026	ROSANGELA ALBERTI FOSQUERAU	15/12/1979	10
	18345/2026	ALESSANDRO BONCZKOWSKI	29/01/1980	10
	18333/2026	ROSILDA DIAS NICHAK	23/11/1984	10
	17656/2026	MARISTELA DA LUZ	27/08/1991	10
	18131/2026	JHENIFER KLINGBEIL COELHO	07/08/2009	10
	18340/2026	ELISANGELA TEREZINHA FERREIRA SANTOS RIBAS	20/05/1979	5
	16550/2026	NADIR BENEDITO SCHARNOVEBER ALVES	15/07/1984	5
	18000/2026	ADRIANA DE CÁSSIA FERREIRA TRINDADE	01/12/1967	0
	18184/2026	SERGIO BENEDITO LIMA DOS SANTOS	30/10/1972	0
	18174/2026	MARCIA CRISTINA DA SILVEIRA KOGA	06/01/1976	0
	16823/2026	JULIO CESAR VIEIRA DOMINGUES	01/10/1978	0
	17712/2026	MARCIA LUCIA BENTO	05/06/1979	0
	17035/2026	VANDA NALESNIK	15/05/1985	0
	16684/2026	VANIR MACHADO LORENCO	30/04/1988	0
	16993/2026	LETÍCIA GOMES	27/03/1995	0

CANDIDATOS NEGROS

Classificação	Processo Inscrição	Nome	Nascimento	Nota
	16541/2026	JHEIHZA CRISTINA PEDROSO DE MATOS	07/09/1999	45
	16954/2026	VERA LUCIA MACHADO LOURENCO	14/08/1967	25
	17004/2026	CRISLAINE MARIA BANCZINSKI THENORIO	03/02/1994	25
	17712/2026	MARCIA LUCIA BENTO	05/06/1979	0

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Classificação	Processo Inscrição	Nome	Nascimento	Nota
	18061/2026	CINTHYA CARDOSO COLAÇO	03/11/1980	55
	17969/2026	DENISE FERRARI RAMOS	29/12/1976	10
	18340/2026	ELISANGELA TEREZINHA FERREIRA SANTOS RIBAS	20/05/1979	5

COZINHEIRO
AMPLA CONCORRÊNCIA

Classificação	Processo Inscrição	Nome	Nascimento	Nota
	18140/2026	TELMA REGINA RIBEIRO DE ANDRADE	07/11/1968	55
	16863/2026	AMELIA APARECIDA DE PONTES	30/10/1990	45
	17763/2026	RITA DE CÁSSIA PEREIRA DE RAMOS	19/08/1968	40
	17458/2026	ALEXANDRA NASTINA MATEUS PEREIRA	20/04/1982	40
	16622/2026	DARUCHY CARVALHO DIAS	18/03/1994	40
	18179/2026	JULIANE SOCZEK	22/12/1994	40
	16666/2026	VILMA TABORDA SCHEBEUKA	28/11/1965	35
	16554/2026	GUILHERME AUGUSTO DUDA BITTENCOURT	22/10/1994	30
	18325/2026	HÉLCIO BENEDITO RUIZ RAMOS	03/03/1968	25
	17559/2026	MARLI APARECIDA MARTINS KOTKOSKI	13/04/1976	25
	18237/2026	JOSECLEIA SCHIMIDT FRANCO	29/07/1978	25
	17175/2026	SANDRA APARECIDA BARBOSA KOBACHUK	30/07/1984	25
	16534/2026	DANIELA CRISTINA MARQUES DOMINGUES	31/12/1984	25
	16768/2026	KARINE OLINDA DE OLIVEIRA DA SILVEIRA	05/04/1986	25
	17698/2026	DANIELE OLIVEIRA MELO	30/12/1989	25
	16841/2026	ANA PAULA SILVA MORDASKI	15/07/1992	25
	17150/2026	DILMARA SANTOS NARDES	24/04/1993	25
	17557/2026	EDUARDA FRANCISCA DA SILVA	28/05/1994	25
	16737/2026	JAKELINE DE LIMA AZEVEDO	29/04/1996	25
	17905/2026	JULIANE APARECIDA FONSECA SANTOS	14/10/1997	25
	18143/2026	ANA KAROLINA ZBONIK FRANCA	07/06/1998	25
	16838/2026	VANUSA DE FATIMA SILVEIRA TEIXEIRA	15/07/1999	25
	17772/2026	CLAUDETE COLAÇO GONÇALVES	21/10/1966	10
	17343/2026	GISLAINE APARECIDA BARBOSA PEPES	11/01/1992	10
	18132/2026	JHENIFER KLINGBEIL COELHO	07/08/2009	10
	16960/2026	VERA LUCIA MACHADO LOURENCO	14/08/1967	0
	18365/2026	ALINE BAYER DOS SANTOS ALBINO	04/10/1986	0

CANDIDATOS NEGROS

Classificação	Processo Inscrição	Nome	Nascimento	Nota
	18140/2026	TELMA REGINA RIBEIRO DE ANDRADE	07/11/1968	55

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
Sem candidatos.

EDUCADOR INFANTIL
AMPLA CONCORRÊNCIA

Classificação	Processo Inscrição	Nome	Nascimento	Nota
	18353/2026	TAMIRIS APARECIDA BUENO MORGADO	25/08/1989	100
	17509/2026	MARTA PACHECO DA CRUZ	25/02/1968	80
	17696/2026	ANGELA ADRIANE PEREIRA MENDES	31/05/1979	80
	18130/2026	TATIANE CRISTINA FERREIRA AMORIN	26/07/1982	80

	18249/2026	ANGELA GURSKI FERRARI CAMPOS	03/08/1982	80
	18287/2026	ANDRESSA LIMA MEIRA	02/03/1986	80
	18381/2026	ARIANE SANTIAGO PIOVEZAN	22/11/1986	80
	18359/2026	MÁRCIA REGINA SILVEIRA LOURES	18/02/1969	70
	17219/2026	RAIMUNDA SARAIVA DA SILVA	06/07/1969	70
	18269/2026	LISANGELA TURRA DE LARA	10/05/1984	65
	18265/2026	GABRIELA CRISTINA DE MELLO PINTO	01/08/1996	65
	18337/2026	MARY ANE PRESTES DITTRICH	22/05/1970	60
	16705/2026	SILVANA DE JESUS VASCO DOS SANTOS	29/01/1973	60
	18070/2026	MARIA CRISTINA HOFFMANN	14/02/1973	60
	16861/2026	CECILIENE DIAS DE SOUZA	16/04/1974	60
	16788/2026	KAROLINE DE OLIVEIRA DIAS	20/03/1994	60
	16553/2026	EMILLY ANTUNES PIMENTEL SCHMIDT	09/05/1998	60
	18002/2026	RENATA DO ROSÁRIO MIRANDA	06/02/1986	55
	17205/2026	ROZELI DE OLIVEIRA	02/08/1974	50
	18355/2026	VANUZA DE SOUZA ALBINO	31/12/1997	50
	17180/2026	ADRIANA CRISTINA DO VALE ALIBOSKI	26/05/1975	45
	18004/2026	SILVIA HOBUS	01/11/1982	45
	16850/2026	MARIANA BORLOT CARREIRO	01/04/1988	45
	18299/2026	CAROLINE PEDROSO MULLER	20/09/1989	45
	18201/2026	TATIANE GOGOLA DA SILVEIRA	14/05/1990	45
	16778/2026	DAIANE DELAVI DE OLIVEIRA	07/08/1991	45
	16711/2026	CAROLINE HOFFMANN CORDEIRO	05/12/1996	40
	17783/2026	ANDRÉ LUIS SIQUEIRA DE CASTRO	28/07/1998	40
	17265/2026	DCHESLEY CAMILA	14/03/2000	40
	17789/2026	VANESSA SCHOLTZ CARLOS	13/09/1987	35
	17026/2026	MARILIZA HANCZ	17/11/1994	35
	17449/2026	ALINE GABRIELE HOFFMANN TURMANN	28/05/2001	35
	16856/2026	SILMARA FERNANDES DE OLIVEIRA	31/01/1981	30
	18202/2026	WALKYRIA CADENA PINTO HORNUNG	16/09/1981	30
	18263/2026	MARITANA APARECIDA NEVES BOÇON	22/08/1989	30
	16606/2026	MÁRCIA DRUZIK	04/11/1980	25
	17023/2026	JOSECLEA CORDEIRO KMIECIK	21/09/1983	25
	16851/2026	CINTIA TRINDADE BONCZKOSKI	19/03/1986	25
	16706/2026	MONICA MIRIAN VASCO	13/11/1989	25
	17174/2026	JOELMA PEDROSO BARBOSA	14/06/1998	25
	16692/2026	PATRICIA MAGALHAES DIAS	09/02/1999	25
	18099/2026	ISABEL WOINAROSKI	29/01/1968	20
	18316/2026	GENOVEVA MOL	09/11/1968	20
	18361/2026	LEOZIRA FLORÊNCIO	25/07/1971	20
	17352/2026	ROSICLEIA DE JESUS FAVARO CHARANE	12/03/1973	20
	18228/2026	MARCIA MOL	27/10/1975	20
	18220/2026	JOSSOE HAHN PINTO	08/06/1976	20
	18347/2026	ELIZANGELA ALBERTI FOSQUERAU	08/04/1978	20
	18294/2026	ELISANGELA DA SILVA PAULO DE OLIVEIRA	25/01/1979	20
	17448/2026	SIMONE DA SILVA KARAS	02/12/1979	20
	16860/2026	GICLEIDE DA SILVA DIAS	10/12/1979	20
	16638/2026	ANDREA APARECIDA OLIVEIRA	09/12/1980	20
	18350/2026	ROSIMERI STABACH SOCZEKI	23/08/1983	20
	18291/2026	FRANCIELE APARECIDA METZ KOLOGE	30/12/1984	20
	18223/2026	TATIANE APARECIDA DE LORENA	02/05/1986	20
	18139/2026	JUCELY DE FATIMA CARDOSO DE SOUZA	27/11/1986	20
	18260/2026	ANA CLAUDIA SIQUEIRA GONÇALVES	26/07/1987	20
	17703/2026	QUESI DE MELO	28/11/1988	20
	17446/2026	JOICE GOLL MORDASKI	13/07/1989	20
	18005/2026	FRANCIELE BARANHUKE PROROK BORA	24/11/1990	20
	17996/2026	PATRICIA GARCIA RIBAS DE PONTES	24/02/1991	20
	18149/2026	ALINE TRZASKOS STIGAR	07/06/1992	20
	18336/2026	CRISLAINE GOSLAR	01/04/1993	20
	16620/2026	DARUCHY CARVALHO DIAS	18/03/1994	20
	17999/2026	ACIELE PINTO MORO	24/08/1994	20
	18319/2026	VANESSA PINHEIRO DA SILVA	09/05/1996	20
	16536/2026	MARIANA DA SILVA MATIELO	08/05/1997	20
	17989/2026	ELAINE DE ANDRADE ZELA	28/01/1998	20
	18007/2026	NAIANE PADILHA GOMES	06/04/1998	20
	16555/2026	ALINE MORDASKI REIS	03/08/1998	20
	18135/2026	KEMELLY KAROLINE VIEIRA DA SILVEIRA	02/12/1998	20
	17689/2026	DANIELE DOS SANTOS MORAES	25/09/1999	20
	18379/2026	FABIELE APARECIDA DOS SANTOS DEDA BUCHNER	13/10/1999	20
	18252/2026	ROSANE FURMAN PINTO	08/08/1988	15
	17691/2026	ITELVINA FERREIRA LISBOA	27/11/1964	10
	17780/2026	FLORISBELA DOS SANTOS LIMA	06/09/1967	10
	17027/2026	MARLI SALETE VIEIRA	11/09/1967	10
	16957/2026	VIVIANE GRAEFF RAMOS	21/06/1970	10
	17546/2026	LINDAMIR MIRANDA CARNEIRO	12/09/1970	10
	16852/2026	LINDERVÂNIA DA SILVA LAMEIRA	22/01/1971	10
	16652/2026	SILMARA COLAÇO DOS SANTOS	29/08/1975	10
	17340/2026	LAUDELINA KOBACHUK DA SILVEIRA	22/09/1975	10
	17700/2026	MARLI BUBNIAK ABREU	02/01/1979	10
	17697/2026	DANIEL JOSÉ ALVES	11/03/1980	10
	17454/2026	ALEXANDRA NASTINA MATEUS PEREIRA	20/04/1982	10
	16547/2026	ALESSANDRA EVANGELISTA ROSA	11/10/1982	10
	18160/2026	SANDRA MARIA CARNEIRO SCHUSTER	27/05/1984	10
	17688/2026	SUELLEN RODRIGUES DA SILVEIRA	20/09/1984	10
	17555/2026	JANE JOSWIAK DE SOUZA	09/01/1985	10
	18266/2026	SIDMARA LEINEKER	18/03/1986	10
	16603/2026	TATIANE APARECIDA BORA	21/05/1986	10
	17875/2026	GISELLE FAGUNDES	09/02/1987	10
	18309/2026	REGIANE BORA	17/10/1987	10

	18317/2026	FRANCIELI SCHULTZ LIMA	24/10/1988	10
	16900/2026	BRUNO ALBERTI DA SILVA LUZ	18/08/1990	10
	18142/2026	MARIA APARECIDA RODRIGUES FERREIRA	12/10/1990	10
	18247/2026	MARISA BARON DE ALMEIDA	06/06/1991	10
	17834/2026	KARINE DOS SANTOS MARAFIGO	24/06/1991	10
	18240/2026	IALITA MARIA LASKOS	11/12/1991	10
	17357/2026	JAQUELINE SCHUSTER HUKAN	29/11/1992	10
	16543/2026	THALYZE RAMOS SILL	10/12/1993	10
	17261/2026	ANGELICA DE LIMA RANGEL	26/04/1994	10
	17024/2026	TAYLANNE SILVEIRA LUCAS	04/10/1994	10
	18016/2026	MARCIANA MAURER AGUIAR	10/05/1995	10
	18356/2026	MYLENA FELIX WENK	10/12/1995	10
	17798/2026	GIULIA GUTIERREZ BARBOSA DE OLIVEIRA	03/03/1998	10
	16843/2026	BEATRIZ DE LIMA DA SILVA PAZ	12/04/1998	10
	17770/2026	FLAVIA VIEIRA DIOGO	01/06/1998	10
	17649/2026	LUEDJA RAYLLANE RAMOS SILVA	09/09/1998	10
	17686/2026	DHEILIN JULIANE PACHECO	20/01/1999	10
	18257/2026	ANDREA IAVORSKI DA SILVEIRA	27/06/1999	10
	16714/2026	KAROLAYNE LOPES DE JESUS	09/11/1999	10
	17926/2026	DAYANE CRISTINA CAETANO	07/01/2000	10
	18369/2026	JOSIANI DURAO MANNES SIQUEIRA	07/11/2000	10
	17998/2026	BRUANE FERNANDA BONETO LAURINDO DELFINO	12/11/2000	10
	16512/2026	MAYARA PADILHA GROSE	14/01/2001	10
	18351/2026	CAMILA LUANA TOLEDO HANS DE JESUS	04/05/2001	10
	18185/2026	ANDRESSA CRISTINA STABACH	09/05/2001	10
	18268/2026	LUCIELE COLAÇO DOS SANTOS	31/07/2001	10
	18250/2026	MARIA EDUARDA KOZLINSKEI	23/10/2001	10
	16524/2026	BERENICE FAGUNDES	17/02/2003	10
	16623/2026	HELLEN CRISTINA PEDRO DOS SANTOS	12/07/2003	10
	17838/2026	GABRIELA KOLACHINSKI MUSSIAT	02/07/2004	10
	17222/2026	ANA PAULA SILVEIRA MAURER	30/10/2004	10
	17025/2026	JUCELIA KUTACHO	26/08/1977	5
	16560/2026	KRISIELE GODINHO MOTA	18/07/1981	0
	16848/2026	FRANCIELE CRISTINA DE SOUZA SCHUSTER	20/01/1987	0
	16590/2026	EVELIN HELEN DA SILVA ANHAIA	17/05/1996	0
	17699/2026	VANESSA GROTA CAVALHEIRO	03/12/1998	0
	18093/2026	LETICIA GALVÃO NUNES	21/02/2000	0
	17312/2026	MARIANA DA SILVA RODRIGUES	13/03/2002	0
	18230/2026	AMANDA SANTANA BAGDZINSKI	12/07/2002	0
	16990/2026	FERNANDA RIBEIRO SANTOS LIMA	25/08/2002	0
	17992/2026	CAROLINE GOMES	15/05/2004	0

CANDIDATOS NEGROS

Classificação	Processo Inscrição	Nome	Nascimento	Nota
	18361/2026	LEOZIRA FLORÊNCIO	25/07/1971	20
	18220/2026	JOSSOE HAHN PINTO	08/06/1976	20
	16638/2026	ANDREA APARECIDA OLIVEIRA	09/12/1980	20
	18336/2026	CRISLAINE GOSLAR	01/04/1993	20
	18007/2026	NAIANE PADILHA GOMES	06/04/1998	20
	16990/2026	FERNANDA RIBEIRO SANTOS LIMA	25/08/2002	0

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Classificação	Processo Inscrição	Nome	Nascimento	Nota
	18002/2026	RENATA DO ROSÁRIO MIRANDA	06/02/1986	55
	18266/2026	SIDMARA LEINEKER	18/03/1986	10
	17798/2026	GIULIA GUTIERREZ BARBOSA DE OLIVEIRA	03/03/1998	10

PROFESSOR
AMPLA CONCORRÊNCIA

Classificação	Processo Inscrição	Nome	Nascimento	Nota
	18133/2026	TATIANE CRISTINA FERREIRA AMORIN	26/07/1982	70
	18248/2026	ANGELA GURSKI FERRARI CAMPOS	03/08/1982	70
	18382/2026	ARIANE SANTIAGO PIOVEZAN	22/11/1986	70
	18218/2026	BIANCA SCARDANZAN HORNUNG	11/11/1996	65
	18320/2026	ANA PAULA DE CATILHO	07/07/1993	60
	18363/2026	WILIAN WELINTON BOCKNEK	02/01/1998	60
	16716/2026	JOYCE DO ROCIO NEGOSEKI GUTERVILLE	16/07/1999	60
	18267/2026	LISANGELA TURRA DE LARA	10/05/1984	55
	17988/2026	SOELI APARECIDA AFONSO MARSOLEK	05/11/1975	50
	18138/2026	JOCELI ALBERTI DRUSCZ DA SILVEIRA	02/06/1993	50
	18205/2026	ROSELI DE FATIMA ZAVELINSKI	23/10/1982	45
	17995/2026	LISELIS CARLYLE KOZANDA CAMARGO	12/04/1989	45
	18259/2026	EDILAINE AMARANTE DE LIMA	17/12/1993	45
	18256/2026	SILVANA MARIA SOCOLOSKI	20/11/1978	40
	18358/2026	VANUZA DE SOUZA ALBINO	31/12/1997	40
	17964/2026	MARI APARECIDA BAGNARA	12/10/1974	35
	18003/2026	SILVIA HOBUS	01/11/1982	35
	16849/2026	MARIANA BORLOT CARREIRO	02/04/1988	35
	18200/2026	TATIANE GOGOLA DA SILVEIRA	14/05/1990	35
	16859/2026	FERNANDO KUCZKOWSKI GEPERT	23/11/1990	30
	16857/2026	JOISELE APARECIDA WONSOVICZ	01/10/1991	30
	16712/2026	CAROLINE HOFFMANN CORDEIRO	05/12/1996	30
	17845/2026	FRANCIELE APARECIDA DE ARAÚJO OLIVEIRA	09/06/1998	30
	16774/2026	JAQUELINE APARECIDA LEVANDOSKI	27/03/2002	30
	16571/2026	JOCIANE DE FATIMA MORANDI STAINE	05/05/1985	20
	17613/2026	SIRLEI KMIECIK FERREIRA	15/07/1985	20
	17692/2026	SIMONE DE FÁTIMA CARNEIRO RYCHETZKY	09/09/1985	20

	18225/2026	TATIANE APARECIDA DE LORENA	02/05/1986	20
	17445/2026	JOICE GOLL MORDASKI	14/07/1989	20
	18354/2026	PAULA CRISTINA DOS SANTOS	12/12/1997	20
	17447/2026	SOLANGE MACIEL STORCH	05/02/1981	15
	17021/2026	JOSECLEA CORDEIRO KMIECIK	21/09/1983	15
	17452/2026	VANESSA LECH MARTINS	08/09/1988	15
	18331/2026	JACIÉLE COELHO SCHUSTER	20/09/1997	15
	18183/2026	SANDRA HELENA ACHEMBRENNER DA SILVA	20/10/1967	10
	18105/2026	ISABEL WOINAROSKI	29/01/1968	10
	18036/2026	CAROLINA MATEUS RAMOS	29/05/1984	10
	18349/2026	CAMILA MACHADO BUENO	11/09/1984	10
	17314/2026	SCHEILA FERREIRA VIEIRA	04/06/1986	10
	17771/2026	VANESSA SCHOLTZ CARLOS	13/09/1987	10
	18253/2026	JULIANA APARECIDA RODRIGUES DE LIMA	17/07/1990	10
	17146/2026	LUANA DA SILVA NOVAK	17/11/1990	10
	17994/2026	ANA PAULA DE OLIVEIRA	19/08/1991	10
	16621/2026	DARUCHY CARVALHO DIAS	19/03/1994	10
	16539/2026	MARIANA DA SILVA MATIELO	08/05/1997	10
	17990/2026	ELAINE DE ANDRADE ZELA	27/01/1998	10
	16556/2026	ALINE MORDASKI REIS	03/08/1998	10
	17776/2026	FLORISBELA DOS SANTOS LIMA	07/09/1967	0
	17474/2026	BENEDITA ANDRÉIA DE CARVALHO WIEDMER	10/04/1970	0
	16853/2026	LINDERVÂNIA DA SILVA LAMEIRA	21/01/1971	0
	17165/2026	ALEXANDRA NASTINA MATEUS PEREIRA	20/04/1982	0
	16548/2026	ALESSANDRA EVANGELISTA ROSA	11/10/1982	0
	16551/2026	SELMA APARECIDA BILL COLAÇO	17/03/1983	0
	16540/2026	CLEUSA APARECIDA MOREIRA	03/04/1983	0
	18245/2026	ELAINE CRISTINA MACIEL LEMES	09/12/1985	0
	18175/2026	SIDMARA LEINEKER	18/03/1986	0
	16604/2026	TATIANE APARECIDA BORA	21/05/1986	0
	18352/2026	TANIA TENÓRIO FERRARI	30/12/1986	0
	18141/2026	MARIA APARECIDA RODRIGUES FERREIRA	12/10/1990	0
	17730/2026	VANESSA DOS SANTOS RODRIGUES	27/11/1990	0
	18241/2026	IALITA MARIA LASKOS	11/12/1991	0
	18106/2026	TAMARA DA SILVA DELPONTE	15/10/1993	0
	16544/2026	LUCILENE RIBEIRO FLAUSINO	27/11/1994	0
	18034/2026	MARCIANA MAURER AGUIAR	10/05/1995	0
	17687/2026	DHEILIN JULIANE PACHECO	19/01/1999	0
	16515/2026	MAYARA PADILHA GROSE	14/01/2001	0
	17705/2026	ELISA LEINEKER VIEIRA	11/06/2001	0
	16526/2026	BERENICE FAGUNDES	17/02/2003	0

CANDIDATOS NEGROS

Classificação	Processo Inscrição	Nome	Nascimento	Nota
	17994/2026	ANA PAULA DE OLIVEIRA	19/08/1991	10

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Classificação	Processo Inscrição	Nome	Nascimento	Nota
	17995/2026	LISELIS CARLYLE KOZANDA CAMARGO	12/04/1989	45
	18175/2026	SIDMARA LEINEKER	18/03/1986	0

Art. 2º Os aprovados serão convocados conforme necessidade do Município e obedecendo a ordem de classificação.

Art. 3° Nos casos de empate na atribuição dos pontos, teve preferência o candidato com idade mais avançada, conforme Item 8.2 do edital nº 01/2026.

Município da Lapa, 06 de Agosto de 2026.

EMANUELI DE CASSIA FERREIRA DOS SANTOS
Presidente da Comissão Especial Preparatória de Processo Seletivo Simplificado

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário da Administração

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito da Lapa

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:27BA0A0E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PORTARIA 289/2026 - DIÁRIAS SERVIDORES JULHO

PORTARIA 289/2026

SÚMULA: Dá publicidade a Diárias concedidas a servidores municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e, com base nas **Leis Municipais n. º 22 e 23 de 2024 - Resolve:**

Art. 1º – Dar publicidade as Diárias concedidas a servidores municipais com referência ao mês de **JULHO de 2026,** relacionadas abaixo:

Número do Requerimento	**1**	
Secretaria Responsável	Esporte	
Nome Servidor/Função	Cicero Otavio Ramalho Serafim	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	05/07/2026	05/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar atletas dos Jogos Abertos do PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	13:00
Veículo/Placa	ÔNIBUS	SDW-3E12
Número do Requerimento	**2**	
Secretaria Responsável	Turismo	
Nome Servidor/Função	Leandro França	Diretor
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Cobertura de evento com as crianças do SCFV.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	19:00
Veículo/Placa	CIVIC	EPE-0H98
Número do Requerimento	**3**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/07/2026	01/07/2026
Destino	Ubiratã	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	14:40
Veículo/Placa	POLO SENSE	UAV-6F35
Número do Requerimento	**4**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Camila Mazzetti Dutra	Assistente Social
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Acompanhar crianças do SCFV no Cinema e Parque das Araucárias.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	21:00
Veículo/Placa	VIRTUS	UAY-6C69
Número do Requerimento	**5**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Rosilene Marcia dos Santos	Assistente Social
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Dar suporte para alunos do SCFV durante viagem do Cinema.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	19:00
Veículo/Placa	VIRTUS	
Número do Requerimento	**6**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Nayra Angelina Leal Dias	Técnica Administrativa
Data Deslocamento – Início/ Fim		
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Acompanhar crianças do SCFV no Cinema e Parque das Araucárias.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**7**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/07/2026	01/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar paciente de alta em Pitanga Hospital São Vicente (V.F).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	22:20
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**8**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/07/2026	01/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no Hospital de Pitanga São Vicente (C.M).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	12:00	18:05
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**9**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/07/2026	01/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (M.N) para consulta no HST.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	16:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	TAI-4D31
Número do Requerimento	**10**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Paulo Iensen	Motorista

Data Deslocamento – Início/ Fim	01/07/2026	01/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (O.B.D) para fazer radioterapia Hospital Câncer Center e (D.P) para consulta Clinica Cassolli Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	15:15
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**11**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/07/2026	01/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (M.O.M) para internamento no Hospital Santa Tereza de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	12:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**12**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista da Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/07/2026	01/07/2026
Destino	Cascavel	
Objetivo	Levar paciente para fazer exame na CEONC (E.B).	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	13:00
Veículo/Placa	MOBI	TAW-0I54
Número do Requerimento	**13**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Andreza Zorzan de Souza	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/07/2026	01/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Acompanhar gestante para avaliação (M.M) para Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	12:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**14**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	01/07/2026	01/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	14:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**15**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Thomas Caldas da Luz	Auxiliar Administrativo
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Serviços do DETRAN.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	17:30
Veículo/Placa	VW NIVUS	UBW-7I65
Número do Requerimento	**16**	
Secretaria Responsável	Esporte	
Nome Servidor/Função	Jaime Ferreira Schoma	Secretário
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2026	05/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Participação nos Jogos Abertos do Paraná (JAPs).	
Número Diárias/Valor	3	390,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	17:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**17**	
Secretaria Responsável	Esporte	
Nome Servidor/Função	Diemerson Teodoro dos Santos	Técnico Esportivo
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2026	05/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Participação nos Jogos Abertos do Paraná (JAPs).	
Número Diárias/Valor	3	390,00
Horário Saída/ Horário Retorno	18:00	17:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**18**	
Secretaria Responsável	Esporte	
Nome Servidor/Função	Diego de Paula Cordeiro	Técnico Esportivo
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2026	05/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Participação nos Jogos Abertos do Paraná (JAPs).	
Número Diárias/Valor	3	390,00
Horário Saída/ Horário Retorno	18:00	17:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**19**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Rosenilda Mendes Zupko	Secretária
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Ir acompanhar os alunos do SCFV durante a viagem para o Cinema.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	19:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**20**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	

Nome Servidor/Função	Daiane Aparecida Machado	Professora
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Acompanhar e dar suporte para as crianças do SCFV.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	21:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**21**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Maria Fernanda dos Santos Pereira	Serviços Gerais
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Acompanhar e dar suporte em viagem com as crianças do SCFV.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	20:30
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**22**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Juliana da Silva	Orientadora Social
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Acompanhar e dar suporte em viagem com as crianças do SCFV.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	20:30
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**23**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sônia Peron Orizio Kozarevicz	Serviços Gerais
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Dar suporte durante viagem das crianças matriculadas no SCFV.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	20:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**24**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Gabriela Farias Rodrigues	Psicóloga
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Dar suporte aos alunos do SCFV em viagem ao Cinema no município de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	19:00
Veículo/Placa	VIRTUS	UAY
Número do Requerimento	**25**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Joceane de Fatima Lintsmeier	Coordenadora SCFV
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Dar suporte durante a viagem ao Cinema dos alunos do SCFV.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	21:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**26**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Simone dos Santos Neres	Serviços Gerais
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Acompanhar e dar suporte em viagem com as crianças do SCFV.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	21:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**27**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pessoa para pericia medica INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:40	13:00
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35
Número do Requerimento	**28**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marluce Cavassim	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar e dar suporte necessário as crianças e adolescentes do SCFV durante viagem agendada no Cinema de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	20:00
Veículo/Placa	ÔNIBUS	
Número do Requerimento	**29**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Lucimara da Silva	Diretora Administrativa da Saúde
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Capacitação do protocolo clinico de escorpionismo e manejo de animais peçonhentos na 5ª Regional de Saúde.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	19:00
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88
Número do Requerimento	**30**	

Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (Z.V) para consulta no CIS em Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**31**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para exames no Sectra e paciente para consulta no Hospital de Olhos de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	18:30
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**32**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Campo Largo-PR	
Objetivo	Levar os pacientes (J e V) para consulta no Hospital Rocio Lagoa Campo Largo.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	00:40	14:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAZ-3B51
Número do Requerimento	**33**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (C.L) para raio-x e consulta Hospital São Vicente em Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:30	16:30
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**34**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**35**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar (L) para reunião na 5ª Regional de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	19:40
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88
Número do Requerimento	**36**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Tatiane Cristina Brey	Vice-Prefeita
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2026	03/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Ir acompanhar o pessoal do Centro de Convivência em Guarapuava no Parque das Araucárias, no Cinema e Museu.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**37**	
Secretaria Responsável	Educação	
Nome Servidor/Função	Elisandra P Rocha Silva	Secretária
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2026	03/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Retirar chromebooks NRE Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:30	14:00
Veículo/Placa	VIRTUS	
Número do Requerimento	**38**	
Secretaria Responsável	Educação	
Nome Servidor/Função	Edielson Gomes	Chefe do Transporte
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2026	03/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar a secretária de Educação no NRE de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:30	18:00
Veículo/Placa	VIRTUS	UAY-6C69
Número do Requerimento	**39**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2026	03/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:30	14:20
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35

Número do Requerimento	**40**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	05/07/2026	05/07/2026
Destino		
Objetivo	Buscar atletas Jogos Abertos Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	18:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**41**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2026	03/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no CIS de Pitanga (I.J).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:50
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66

Número do Requerimento	**42**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2026	03/07/2026
Destino	Pato Branco	
Objetivo	Levar pacientes para exames de vista.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	16:00
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92
Número do Requerimento	**43**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2026	03/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente (D.L.V) para consulta Hospital Evangélico.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	16:40
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**44**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2026	03/07/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar pacientes (M.C) para consulta Hospital CEONC Cascavel.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	18:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAZ-3B51
Número do Requerimento	**45**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2026	03/07/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Buscar paciente de alta no CEONC (T.O).	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	00:00
Veículo/Placa	MOBI	TAW-0I54
Número do Requerimento	**46**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2026	03/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**47**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2026	03/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (M.C) para consulta na Clinica Madeclinica.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:30	17:35
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**48**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	03/07/2026	03/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar o paciente (J) para consulta no Hospital São Vicente de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	19:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	TAI-4D31
Número do Requerimento	**49**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Vanja Aparecida dos Reis	Técnico Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2026	04/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Acompanhar paciente (P.L.L) para HSVP Pitanga.	

Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	19:00	00:50
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**50**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2026	04/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (P.L.L) para tirar raio-x no Hospital São Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	19:00	00:50
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**51**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	04/07/2026	04/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar alta de (L.C.M) Hospital São Vicente de Paula de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	16:00
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**52**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	05/07/2026	05/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar o familiar do paciente (J) fazer troca de acompanhante no Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	21:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**53**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	05/07/2026	05/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar paciente (M.O) de alta no HSVP de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:30	15:40
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**54**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romário Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2026	06/07/2026
Destino	Ubiratã	
Objetivo	Levar pessoas para buscar documentos.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:00
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04
Número do Requerimento	**55**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2026	06/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo		
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	11:00
Veículo/Placa	CITROEN	PBY-6B47
Número do Requerimento	**56**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2026	06/07/2026
Destino		
Objetivo	Levar pessoa para pericia medica INSS.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	12:00
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35
Número do Requerimento	**57**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2026	07/07/2026
Destino	Curitiba/Campo Largo-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no Hospital do Centro, Hospital Olhos e Waldemar em Campo Largo e Hospital Makeize Curitiba.	
Número Diárias/Valor	2	285,00
Horário Saída/ Horário Retorno	00:00	03:30
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92
Número do Requerimento	**58**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2026	06/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pacientes CIS Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	17:50
Veículo/Placa	MICRO ÔNIBUS	TAI-2F08
Número do Requerimento	**59**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2026	06/07/2026
Destino	Pitanga-PR	

Objetivo	Levar paciente para internamento Hospital São Vicente de Paula (P.L.L).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:30	16:10
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	**60**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2026	06/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (P.H.G) para consulta CIS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	16:20
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBH-0E70
Número do Requerimento	**61**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2026	06/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (I.C.B) no Câncer Center e (M.Z.B) no AME.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	19:55
Veículo/Placa	CHEVROLET SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**62**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2026	06/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes (O e A) para radioterapia e exames Hospital Câncer Center e Hospital Santa Tereza em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:30
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAZ-3B51
Número do Requerimento	**63**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Aline Prates Guerega	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2026	06/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (P.H.S.G) para consulta com pediatra no CIS em Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	16:20
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBH-0E70
Número do Requerimento	**64**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marilda Slitalski Machado	Técnico Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2026	06/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente (P.L.L) da UBS de Laranjal até HSVP de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:30	16:10
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	**65**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2026	06/07/2026
Destino	Pitanga/Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (N.S) para consulta no HSVP e buscar paciente (J.C) de alta no Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	23:40
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**66**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2026	06/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (A.P.M e M.R.R) para consulta no CIS e Diagmax em Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	14:50
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	TAI-4D31
Número do Requerimento	**67**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2026	06/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**68**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	07/07/2026	07/07/2026
Destino	Pitanga/Guarapuava	
Objetivo	Hospital Pitanga e documentos PF Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	18:00
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35
Número do Requerimento	**69**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	07/07/2026	07/07/2026

Destino	Ivaiporã	
Objetivo	Levar pessoa no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:30	13:42
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04
Número do Requerimento	**70**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	07/07/2026	07/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (T.C e T.F.C) para consulta no CIS e Diagmax em Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:50
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**71**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	07/07/2026	07/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pacientes CIS Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	17:50
Veículo/Placa	MICRO ÔNIBUS	TAI-2F08
Número do Requerimento	**72**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	07/07/2026	07/07/2026
Destino	Jandaia do Sul-PR	
Objetivo	Levar paciente (M.S) para consulta Hospital Regional do Vale do Ivaí.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	18:40
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**73**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	07/07/2026	07/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta paciente (V.D.P; J.P.D.C e E.F) para consulta no Hospital Rocio da Lagoa e Hospital HC.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	21:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAZ-3B51
Número do Requerimento	**74**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Vanja Aparecida dos Reis	Técnico Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	07/07/2026	07/07/2026
Destino	Pitanga/Guarapuava	
Objetivo	Acompanhar transferência paciente (S.A) do HSVP para o Hospital Santa Tereza Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	10:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**75**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	07/07/2026	07/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	17:30
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**76**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	07/07/2026	07/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (O.B) ao Câncer Center Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	14:00
Veículo/Placa	MOBI	TAW-0I54
Número do Requerimento	**77**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	07/07/2026	07/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (M.M e R.M.P) no HSVP para revisão.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	19:53
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**78**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	07/07/2026	08/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar acompanhante para Guarapuava que o paciente foi com o SAMU Hospital São Vicente (J.B).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	18:00	02:20
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**79**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista

Data Deslocamento – Início/ Fim	07/07/2026	07/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar transferência do paciente (S.A) do HSVP Pitanga PR para Hospital Santa Tereza Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	10:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**80**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	07/07/2026	07/07/2026
Destino	Pato Branco-PR	
Objetivo	Levar os pacientes (D e I) para consulta na carreta de oftalmo em Pato Branco.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	15:50
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**81**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Flaviane dos Santos	Secretária
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2026	09/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Representar Prefeito reunião do CIS e reunião no Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**82**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Thomas Caldas da Luz	Auxiliar Administrativo
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2026	08/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Serviços do DETRAN.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	17:30
Veículo/Placa	VW GOL	BAH-8F93
Número do Requerimento	**83**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2026	08/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:30	12:39
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04

Número do Requerimento	**84**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2026	08/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pessoas em Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	15:00
Veículo/Placa	CITROEN	PBY-6B47
Número do Requerimento	**85**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2026	08/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes no CIS de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:10
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92
Número do Requerimento	**86**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2026	08/07/2026
Destino	Ivaiporã-PR	
Objetivo	Levar paciente (F.M.N) a clinica Ivaiporã.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:00
Veículo/Placa	MOBI	TAW-0I54
Número do Requerimento	**87**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2026	08/07/2026
Destino	Pato Branco-PR	
Objetivo	Levar os pacientes (D e I) para consulta na carreta de oftalmo em Pato Branco.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	02:50	11:00
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**88**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2026	08/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de paciente em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:30
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50

Número do Requerimento	**89**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2026	08/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar o paciente (O.B) para consulta no CIS e Diagmax em Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:20
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88
Número do Requerimento	**90**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2026	08/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes no CIS de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:00
Veículo/Placa	MICRO ÔNIBUS	TAI-2F08
Número do Requerimento	**91**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Vanja Aparecida dos Reis	Técnico Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2026	08/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Acompanhar paciente (M.J.M) para HSVP Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	22:10
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E95
Número do Requerimento	**92**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2026	08/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (M.J.M) para consulta no HSVP.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	22:10
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E95
Número do Requerimento	**93**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2026	08/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar acompanhante para Guarapuava que o paciente está na UTI Hospital São Vicente (J.B).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	22:00
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**94**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2026	08/07/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no Hospital CEONC de Cascavel (J.M).	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:30	21:30
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**95**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2026	08/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar pacientes (R.V e S.B) para consulta e exames Hospital do Rocio Campo Largo e Hospital de Clinicas em Curitiba.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	20:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAZ-3B51
Número do Requerimento	**96**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2026	08/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (R.F.S.L) no Câncer Center.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	18:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**97**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2026	08/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (M.M) para consulta Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	17:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	**98**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Leandro França	Diretor
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2026	09/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Agenda na Assembleia e no Paraná Previdência.	
Número Diárias/Valor	2	1.080,00
Horário Saída/ Horário Retorno	15:00	19:00

Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**99**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2026	09/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar paciente para consulta	CIS.
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	15:00
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35
Número do Requerimento	**100**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2026	09/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar pessoas para trocar acompanhante no Hospital.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:15
Veículo/Placa	VW VIRTUS	UAY-6C69
Número do Requerimento	**101**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2026	09/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	13:30
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04
Número do Requerimento	**102**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2026	09/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	17:20
Veículo/Placa	MOBI	TAW-0I54
Número do Requerimento	**103**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2026	09/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar a paciente (M) para consulta no CIS Centro Oeste de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	11:10
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**104**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2026	09/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente no HSVP (E.M).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	20:00
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**105**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2026	09/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar alta da paciente (H.D) no Hospital Santa Tereza Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	23:00
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**106**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2026	09/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente (L.S.M.V.P) para consulta no Ambulatório Makense em Curitiba e Hospital do Olho em Campo Largo PR.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	21:15
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**107**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2026	09/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (O.B) para fazer radioterapia.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:50	15:00
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**108**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2026	09/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (O.A) para consulta Câncer Center.	
Número Diárias/Valor	1	70,00

Horário Saída/ Horário Retorno	06:30	14:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	**109**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2026	09/07/2026
Destino	Cascavel	
Objetivo	Levar paciente para consulta (A.A) CEONC.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:30	13:00
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**110**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Lediane de Lima Paes	Secretária
Data Deslocamento – Início/ Fim	09/07/2026	09/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Reunião do conselho consultivo do CIS 5ª Regional representando prefeito municipal, visita técnica no Hospital Santa Tereza para verificar demandas dos pacientes de Laranjal.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88
Número do Requerimento	**111**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Lediane de Lima Paes	Secretária
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2026	11/07/2026
Destino	Curitiba	
Objetivo	Viagem para Curitiba para embarcar no voo até Porto Alegre onde será o XXIX Congresso CONASEMS.	
Número Diárias/Valor	1	720,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**112**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Lediane de Lima Paes	Secretária
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/07/2026	15/07/2026
Destino	Porto Alegre-RS	
Objetivo	Participação no XXIX Congresso Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS).	
Número Diárias/Valor	4	4.800,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E70
Número do Requerimento	**113**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Lediane de Lima Paes	Secretária
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2026	16/07/2026
Destino	Laranjal-PR	
Objetivo	Viagem de retorno do XXIX Congresso Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS).	
Número Diárias/Valor	1	720,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**114**	
Secretaria Responsável	Planejamento e Politicas Públicas	
Nome Servidor/Função	Danilo Neves	Secretário
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2026	08/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Viagem com destino a Curitiba com ida ao Gabinete do Deputado Estadual Ademar Traiano, a Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, ao Gabinete do Deputado Alexandre Curi e na Secretaria da Fazenda.	
Número Diárias/Valor	3	1.800,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**115**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2026	10/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Reunião pessoal da Assistência Social.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35
Número do Requerimento	**116**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2026	10/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	16:00
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04
Número do Requerimento	**117**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2026	10/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar o paciente (J) para consulta no ambulatório do Rocio da lagoa.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	20:00
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**118**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2026	10/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	

Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	19:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**119**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marluce Cavassim	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2026	10/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Devolução de vacinas contra dengue (Butantan) conforme solicitação para 5ª RS Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:30	13:30
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88
Número do Requerimento	**120**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2026	10/07/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente (E.B) para consulta e quimioterapia e ficou internada Hospital CEONC Cascavel.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	17:20
Veículo/Placa	MOBI	TAW-0I54
Número do Requerimento	**121**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2026	11/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar paciente de alta em Guarapuava Hospital Santa Tereza (N.O.L).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	23:00	05:00
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**122**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2026	10/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (E.F.M e O.B) para consulta Câncer Center (C.T.L) Hospital São Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:30	15:40
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**123**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2026	10/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar paciente (E.T) fazer exame Genesis e consultar AME.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	16:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	**124**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2026	10/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (T.E) para consulta no Laboratório São Vicente e Diagmax.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:30	14:10
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**125**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Aline Prats Guerega	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2026	10/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (R.S) para avaliação no Hospital São Vicente Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	06:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90

Número do Requerimento	**126**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Guarapuava-PR
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2026	10/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (R.S) para consulta no Hospital São Vicente de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	06:10
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**127**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2026	10/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes com consultas agendadas no CIS Paraná Centro de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:00
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92
Número do Requerimento	**128**	
Secretaria Responsável	Saúde	

Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2026	10/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar paciente de alta (N.S).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAZ-3B51
Número do Requerimento	**129**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/07/2026	11/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar alta paciente Hospital	Santa Tereza Guarapuava (P.L.L.L).
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	15:00	22:00
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**130**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/07/2026	11/07/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Buscar paciente de alta no CEONC (E.M).	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	20:00
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**131**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2026	11/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar secretária para Curitiba	(L.P).
Número Diárias/Valor	2	570,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	13:30
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**132**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/07/2026	11/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (J) para consulta retorno Hospital de Olhos Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	12:30
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAZ-3B51
Número do Requerimento	**133**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	11/07/2026	11/07/2026
Destino	Ivaiporã-PR	
Objetivo	Buscar alta da paciente (N) no Hospital Regional de Ivaiporã.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	12:00	19:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**134**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	12/07/2026	12/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar a paciente (H) para consulta no Hospital São Vicente de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	15:30	21:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**135**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	12/07/2026	12/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar paciente (J.M) que recebeu alta Hospital Santa Tereza em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	16:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	**136**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Aline Prates Guerega	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	12/07/2026	12/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (H.P) para avaliação no Hospital São Vicente Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	15:30	21:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**137**	
Secretaria Responsável	Esporte	
Nome Servidor/Função	Jaime Ferreira Schoma	Secretário
Data Deslocamento – Início/ Fim	13/07/2026	13/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Jogos Escolares levar atleta modalidade atletismo em Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	20:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**138**	

Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Rosenilda Mendes Zupko	Secretária
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2026	10/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Capacitação Regional SEDEF Defesa Civil.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	19:00
Veículo/Placa	VIRTUS	
Número do Requerimento	**139**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Rosilene Marcia dos Santos	Assistente Social
Data Deslocamento – Início/ Fim	10/07/2026	10/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Capacitação Regional SEDEF Defesa Civil.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	19:00
Veículo/Placa	VIRTUS	
Número do Requerimento	**140**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	13/07/2026	13/07/2026
Destino	Ubiratã	
Objetivo	Levar pessoas.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	14:00
Veículo/Placa	CITROEN	PBY-6B47
Número do Requerimento	**141**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	13/07/2026	13/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	14:08
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04
Número do Requerimento	**142**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Salatier de Souza Trindade	
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/07/2026	
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar pessoa para regularizar	documentos INSS.
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa	VIRTUS	UAY-6C69
Número do Requerimento	**143**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	13/07/2026	13/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	15:30
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**144**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	13/07/2026	13/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar paciente para consulta	no Hospital São Vicente (C.T).
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:20	15:30
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**145**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	13/07/2026	13/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (M.J.B) para consulta no HSVP de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	20:50
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**146**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	13/07/2026	13/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta	no CIS.
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	15:00
Veículo/Placa	ÔNIBUS	TAI-2F08
Número do Requerimento	**147**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	13/07/2026	13/07/2026
Destino	Cascavel	
Objetivo	Levar paciente UOPECCAN (M.V.S) para consulta.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:30	14:00
Veículo/Placa	MOBI	TAW-0I54

Número do Requerimento	**148**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	13/07/2026	13/07/2026
Destino	Curitiba/Campo Largo-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no Hospital Infantil Waldemar em Campo Largo e buscar alta no Hospital Pequeno Principe Curitiba (J.G e L.S).	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	00:30	17:40
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**149**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	13/07/2026	13/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (I.L) no AME (E.M.S.L) na Cardio Prime.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:35	20:00
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**150**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	13/07/2026	13/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes (O.R e M.B) para consulta no Câncer Center de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	18:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAZ-3B51
Número do Requerimento	**151**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/07/2026	14/07/2026
Destino	Ubiratã	
Objetivo	Levar pessoas para retirar documentos.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	17:57
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04
Número do Requerimento	**152**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/07/2026	14/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	17:00
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**153**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Aline Prates Guerega	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/07/2026	14/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar gestante (F.G.P) para avaliação no Hospital Santa Tereza Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:30	19:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**154**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Vanja Aparecida dos Reis	Técnico Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/07/2026	15/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Acompanhar paciente (J.S.O) para HSVP Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	19:00	01:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**155**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/07/2026	14/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no CIS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:00
Veículo/Placa	ÔNIBUS	TAI-2F08
Número do Requerimento	**156**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/07/2026	14/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar pacientes (A.G e J.L) para consulta no Hospital Angelina Caron.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	20:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**157**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/07/2026	14/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta em Pitanga Hospital São Vicente (P.C).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	22:20

Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**158**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/07/2026	14/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes (M.R; S.L e N) para consulta e exames Clinica Genesis e Hospital de Olhos em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	12:30
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAZ-3B51
Número do Requerimento	**159**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/07/2026	14/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar a paciente (F) para consulta no Hospital Virmond Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:30	19:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**160**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2026	15/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	14:10
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04
Número do Requerimento	**161**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2026	15/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pessoas.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	12:00	16:00
Veículo/Placa	CITROEN	PBY-6B47
Número do Requerimento	**162**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2026	15/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (A.O) para consulta no Hospital São Vicente Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	14:00
Veículo/Placa	MOBI	TAW-0I54
Número do Requerimento	**163**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2026	15/07/2026
Destino	Pato Branco-PR	
Objetivo	Levar paciente para retorno no oftalmo Pato Branco (D.G e I.V).	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:30	13:10
Veículo/Placa	SPIN	RVA-166
Número do Requerimento	**164**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2026	15/07/2026
Destino	Ivaiporã-PR	
Objetivo	Levar pacientes (A.F) para consulta na Uroclinica de Ivaiporã.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:30
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**165**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2026	15/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar paciente no CIS.	
Número Diárias/Valor	1	70
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	20:00
Veículo/Placa	MICRO ÔNIBUS	TAI-2F08
Número do Requerimento	**166**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2026	15/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente (A.D) para consulta Hospital Santa Madalena Sofia em Curitiba.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	20:40
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**167**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2026	15/07/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente em Cascavel Hospital CEONC e Hospital UOPECCAN (C.C e M.V).	
Número Diárias/Valor	1	106,00

Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	21:10
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**168**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2026	15/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	14:30
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50

Número do Requerimento	**169**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marluce Cavassim	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2026	15/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Encontro de Formação do Planifica SUS Paraná tema: "O trabalho interdisciplinar para o cuidado em saúde mental na APS" conforme Oficio n° 047/2026-DIR/5ªRS.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	19:00
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88
Número do Requerimento	**170**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Renata Maria Antunes	Técnico Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2026	15/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente (J) para Hospital em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	00:00	05:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	**171**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	14/07/2026	15/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (G.D) para avaliação e consulta no HSVP Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	19:10	01:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**172**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2026	15/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Transferência de paciente de Pitanga para Guarapuava Hospital São Vicente para Hospital Santa Tereza (J.S.O).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	00:00	05:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**173**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Thomas Caldas da Luz	Auxiliar Administrativo
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2026	16/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Serviços do DETRAN.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	17:30
Veículo/Placa	VW GOL	BAH-8F93
Número do Requerimento	**174**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Rosenilda Mendes Zupko	Secretária
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2026	16/07/2026
Destino	Guaraniaçu	
Objetivo	Levar jovem em casa de acolhimento.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	21:00
Veículo/Placa	VIRTUS	
Número do Requerimento	**175**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Rosilene Marcia dos Santos	Assistente Social
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2026	16/07/2026
Destino	Guaraniaçu	
Objetivo	Acompanhar jovem em casa de acolhimento.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	21:00
Veículo/Placa	VIRTUS	
Número do Requerimento	**176**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2026	16/07/2026
Destino	Nova Tebas	
Objetivo	Levar jovens para acampamento.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	10:30
Veículo/Placa	VAN	BDG-3G99
Número do Requerimento	**177**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Bruna Gabrielly Martins	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2026	15/07/2026

Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Participar de Encontro de Formação do Planifica SUS Paraná.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	19:00
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88
Número do Requerimento	**178**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Vanja Aparecida dos Reis	Técnico Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2026	16/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Acompanhar paciente (C.C) para o Hospital Santa Tereza Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	20:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	**179**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2026	16/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (O.R.M) para consulta e exames Hospital São Vicente em Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:30	16:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**180**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2026	16/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (C.C) para consulta no Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	20:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	**181**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2026	16/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:30
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**182**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2026	16/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (S.G) para raio-x e consulta no HSVP Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	16:00	23:00
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**183**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2026	16/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente em Guarapuava Hospital de Olhos (J.S.M).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	19:30
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**184**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2026	16/07/2026
Destino	Campo Largo-PR	
Objetivo	Levar paciente (M.R.R) para consulta no Hospital do Rocio Campo Largo PR.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	00:00	15:45
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E95
Número do Requerimento	**185**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2026	16/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (G.M e O.B) para Câncer Center e fazer exame na Genesis.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:40
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**186**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marluce Cavassim	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2026	16/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente idosa (O.R.M) junto de acompanhante para avaliação no Hospital São Vicente de Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:30	16:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**187**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista

Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2026	16/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.E) para consulta na Clinica Estudio Saúde.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:00
Veículo/Placa	MOBI	TAW-0I54
Número do Requerimento	**188**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	15/07/2026	16/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para raio-x e consulta em Pitanga Hospital São Vicente (J.T).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	00:40
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**189**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista da Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2026	16/07/2026
Destino	Cascavel	
Objetivo	Levar paciente para fazer exame no CEONC (E.B).	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	15:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**190**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2026	16/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar o paciente (C) para consulta no Hospital das Clinicas Curitiba.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	23:15
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**191**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2026	17/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:30	13:22
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35
Número do Requerimento	**192**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2026	17/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Conduzir gente para o INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	16:30
Veículo/Placa	GOL	BAH-8F93
Número do Requerimento	**193**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marluce Cavassim	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2026	17/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente (B.F) para avaliação no Hospital São Vicente de Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	22:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**194**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2026	17/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (O.B) para consulta no Câncer Center.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:30	16:00
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**195**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2026	17/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (B.F) para avaliação e consulta no HSVP Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	22:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**196**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2026	17/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.M) para internamento no HSVP Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	21:20
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**197**	
Secretaria Responsável	Saúde	

Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2026	17/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:30
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**198**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Giovana de Alcantara Sereia	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2026	18/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Transferir paciente (T.E.N) de Hospital São Vicente Pitanga para Hospital São Vicente Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	22:30	04:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**199**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/07/2026	18/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes com consulta no CIS e Studio Saúde.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:20
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92
Número do Requerimento	**200**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/07/2026	18/07/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Buscar paciente de alta em Cascavel Hospital CEONC (R.A.P).	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:40	17:00
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**201**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	17/07/2026	18/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Fazer transferência da paciente (T.E) do HSVP Pitanga PR para HSVP Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	22:00	04:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**202**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/07/2026	18/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar paciente (O.T.L) de alta no Hospital São Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	15:00	20:10
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**203**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	18/07/2026	18/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no CIS de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:20
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92
Número do Requerimento	**204**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marluce Cavassim	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	19/07/2026	19/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Transferência de paciente (D.D) do Hospital São Vicente de Pitanga PR para Santa Tereza em Guarapuava PR. Regulação via SAMU com frota municipal.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	16:20
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**205**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	19/07/2026	19/07/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Buscar alta no Hospital CEONC Cascavel (R.S).	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	12:00	20:20
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**206**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	19/07/2026	19/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Fazer transferência da paciente (D.D) do HSVP Pitanga PR para Hospital Santa Tereza Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	16:20
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**207**	

Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Lediane de Lima Paes	Secretária
Data Deslocamento – Início/ Fim	16/07/2026	16/07/2026
Destino	Curitiba	
Objetivo	Assembleia Geral do CIS Paraná Saúde representando o Prefeito Municipal.	
Número Diárias/Valor	1	360,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88
Número do Requerimento	**208**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/07/2026	20/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	16:00
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**209**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/07/2026	20/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes no CIS de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:10
Veículo/Placa	MICRO ÔNIBUS	TAI-2F08
Número do Requerimento	**210**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista da Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/07/2026	20/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pacientes para consulta no CIS Paraná Centro (M.I e M.G).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63

Número do Requerimento	**211**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/07/2026	20/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (I.M) ao Hospital São Vicente de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	19:00
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64

Número do Requerimento	**212**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/07/2026	20/07/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.Z.N.Z.A) para consulta no Hospital CEONC de Cascavel PR.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	20:00
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33

Número do Requerimento	**213**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/07/2026	20/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente (E.A) para consulta no Hospital de Clinicas e paciente (L.D.S) no Hospital Rocio em Campo Largo.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	21:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72

Número do Requerimento	**214**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	20/07/2026	20/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes (O.B; E e N.E) para radioterapia e consulta retorno Hospital Câncer Center e Hospital de Olhos em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	18:40
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66

Número do Requerimento	**215**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/07/2026	21/07/2026
Destino	Campo Mourão	
Objetivo	Pericia INSS.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	15:30
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35

Número do Requerimento	**216**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/07/2026	21/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar pessoas no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	13:10
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04

Número do Requerimento	**217**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/07/2026	21/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	19:00
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88

Número do Requerimento	**218**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/07/2026	21/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar o paciente (O) para consulta no Hospital Câncer Center de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	14:10
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64

Número do Requerimento	**219**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/07/2026	21/07/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente (V.R.N) com consulta no CEONC e paciente (L.L.P) na Clinica Pro Neuro.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	17:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63

Número do Requerimento	**220**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2026	08/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes no CIS de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:10
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92

Número do Requerimento	**221**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	21/07/2026	21/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar paciente de alta em Guarapuava Hospital Santa Tereza (F.G).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	23:00
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33

Número do Requerimento	**222**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2026	22/07/2026
Destino	Ubiratã	
Objetivo	Levar pessoas para buscar documentos em cartório.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:30	15:49
Veículo/Placa	AIR CROSS	PBY-6B47

Número do Requerimento	**223**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2026	22/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar carro para revisão Comercial Oeste.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	16:30
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35

Número do Requerimento	**224**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2026	22/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	

Objetivo	Levar paciente para consulta no Hospital São Vicente, Clinica Genesis, AME, Clinica Cassolli.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	20:00
Veículo/Placa	ÔNIBUS	TAI-2F08

Número do Requerimento	**225**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2026	22/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar pacientes CIS Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	17:00
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92

Número do Requerimento	**226**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2026	22/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar farmacêutica para retirar medicamentos.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	16:00
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88

Número do Requerimento	**227**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Raquel de Andrade Dutra	Farmacêutica
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2026	22/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Retirada dos medicamentos do CEAF, insulinas e vacinas na Farmácia da 5ª Regional em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	16:00
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88

Número do Requerimento	**228**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2026	22/07/2026
Destino	Curitiba/Colombo-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no Hospital dos Olhos Colombo e para consulta no Hospital das Clinicas Curitiba (E.F e W.A).	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	00:30	22:10
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72

Número do Requerimento	**229**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2026	22/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar o paciente (V) para consulta no Hospital São Vicente de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:30	14:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G89

Número do Requerimento	**230**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2026	22/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente no HSVP (A).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	21:00
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11

Número do Requerimento	**231**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Giovana de Alcantara Sereia	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2026	22/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (V.S.P) para avaliação em Hospital São Vicente Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:30	14:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G89

Número do Requerimento	**232**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2026	22/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes (O.B e O.A) para radioterapia e consulta retorno Hospital Câncer Center.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:30	14:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90

Número do Requerimento	**233**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2026	22/07/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente (M.F) para internamento ao CEONC Cascavel.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:00	10:00
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33

Número do Requerimento	**234**	
Secretaria Responsável	Planejamento e Politicas Públicas	
Nome Servidor/Função	Danilo Neves	Secretário
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Viagem com destino a Pitanga PR para o evento de orientação técnica sobre o novo sistema de Emissão de licenças ambientais automáticas.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	17:00
Veículo/Placa		

Número do Requerimento	**235**	
Secretaria Responsável	Planejamento	
Nome Servidor/Função	Estefany de Paula Dias	Chefe de Setor
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Viagem com destino a Pitanga PR para o evento de orientação técnica sobre o novo sistema de Emissão de licenças ambientais automáticas.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	17:00
Veículo/Placa		

Número do Requerimento	**236**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Adão Guilheverson Bomfim Aragão	Controlador Interno
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	25/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Lançamento do Painel de Controle Interno Municipal e do Portal do Smart Futures MPC/PR – Tribunal de Contas do Estado do Paraná.	
Número Diárias/Valor	1	360,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	01:00
Veículo/Placa	CITROEN C3 AIR CROSS	TAZ-3B51

Número do Requerimento	**237**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Thomas Caldas da Luz	Auxiliar Administrativo
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2026	23/07/2026
Destino	Boa Ventura São Roque	
Objetivo	Serviços do DETRAN.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	17:30
Veículo/Placa	VW GOL	BBJ-9J04

Número do Requerimento	**238**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2026	23/07/2026
Destino	Jandaia do Sul	
Objetivo	Visita para paciente Hospital Regional Jandaia do Sul.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:30	
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35

Número do Requerimento	**239**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2026	23/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar troca pneu e busca alta (J.M.N).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	12:00	18:10
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64

Número do Requerimento	**240**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista da Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2026	23/07/2026
Destino	Curitiba	
Objetivo	Buscar paciente (E.F) no Hospital de Clinicas.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:00	16:30
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33

Número do Requerimento	**241**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2026	23/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	

Objetivo	Levar pacientes oncologia Câncer Center.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	14:40
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72

Número do Requerimento	**242**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marilda Slitalski Machado	Técnico Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2026	23/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente (K.V) da UBS de Laranjal até HSVP de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	00:00	05:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90

Número do Requerimento	**243**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2026	23/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.R) para consulta no HSVP de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	00:00	05:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90

Número do Requerimento	**244**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2026	23/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes (G.M e J.S) para consulta Hospital de Olhos e CIS em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	18:40
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11

Número do Requerimento	**245**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2026	23/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (L.F.S) para avaliação no Hospital São Vicente Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:30	20:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63

Número do Requerimento	**246**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edimar Maciel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2026	23/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar internamento dos pacientes (D.M e E.G) no Hospital Regional Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	23:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72

Número do Requerimento	**247**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2026	23/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	16:00
Veículo/Placa	MOBI	TAW-0I54

Número do Requerimento	**248**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2026	23/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar os pacientes (M e J) para consulta no AME de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	14:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	TAI-4D31

Número do Requerimento	**249**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	22/07/2026	22/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Revisão do carro.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:40	19:30
Veículo/Placa	VIRTUS	UAY-6C69

Número do Requerimento	**250**	
Secretaria Responsável	Procuradoria	
Nome Servidor/Função	Kauan Eduardo Godoy Gomes	Procurador Geral
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Participação em curso denominado "Lançamento do Painel de acompanhamento do Controle Interno Municipal e do Portal do Programa Smart Futures MPC-PR", conforme Ofício n° 143/2026 do MPC-PR, bem como, analisar eventuais mudanças jurídicas que venham a ser implementadas a partir do aprimoramento e capacitação transmitidos no evento.	
Número Diárias/Valor	1	360,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	17:00
Veículo/Placa	CITROEN AIR CROSS	TAZ-3B51

Número do Requerimento	**251**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Luiz Fernando Nunes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Curitiba	
Objetivo	Levar procurador jurídico e controle interno para lançamento do Painel de Acompanhamento do Controle Interno Municipal e do Portal do Programa Smart Futures.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	23:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAZ-3B51

Número do Requerimento	**252**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Rosenilda Mendes Zupko	Secretária
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Reunião do SESC retirada de roupas.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	20:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**253**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Eliane de Lima Paes	Conselheira Tutelar
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Acompanhar criança em consulta médica.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:30	17:00
Veículo/Placa	GOL	BDD-3D92
Número do Requerimento	**254**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Marilda Alves de Lima Conselheira Tutelar Mariglod	
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar criança em consulta médica.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:30	17:00
Veículo/Placa	GOL	BDD-3D92
Número do Requerimento	**255**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Mônica Santos Moreira	Recepcionista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Reunião do SESC e retirada de roupas.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	20:00
Veículo/Placa	VAN	BDG-3G99
Número do Requerimento	**256**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Erica Cristina Ferreira	Cad Único
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Reunião do SESC e retirada de roupas.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	20:00
Veículo/Placa	VAN	BDG-3G99
Número do Requerimento	**257**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Andre Ferreira de Moura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino		
Objetivo	Levar funcionárias no SESC.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	11:00	20:00
Veículo/Placa	VAN	BDG-3G99
Número do Requerimento	**258**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Guaraniaçu	
Objetivo	Levar técnica de enfermagem para coletar exame em paciente acolhido em residência terapêutica.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:20
Veículo/Placa	MOBI	TAW-0I54
Número do Requerimento	**259**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	

Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Santa Maria	
Objetivo	Levar pessoas para retirar documentos em cartório para dar entrada no INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:16	16:10
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04
Número do Requerimento	**260**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Solange Kervald Martins	Auxiliar Administrativo
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Buscar RG no Instituto de Identificação de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	17:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**261**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2026	23/07/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar paciente (T.A) para consulta no Hospital CEONC em Cascavel.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	14:50
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**262**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Aline Prates Guerega	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar alta do paciente (P.H.S.G) no Hospital São Vicente Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	17:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBH-5E70
Número do Requerimento	**263**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.M.C) para consulta no Hospital Santa Tereza de Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	14:50
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**264**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges Motorista	
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Ivaiporã-PR	
Objetivo	Levar o paciente (J) para consulta no Regional de Ivaiporã.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	18:00
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**265**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Giovana de Alcantara Sereia Enfermeira	
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (R.S) para avaliação e internamento Hospital Santa Tereza Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	15:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**266**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes com consulta no CIS e Ótica Rainha.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	15:00
Veículo/Placa	MICRO ÔNIBUS	TAI-2F08
Número do Requerimento	**267**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Vanja Aparecida dos Reis	Técnico Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Guaraniaçu	
Objetivo	Coletar sangue paciente (A.H.S.K) em Guaraniaçu.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:20
Veículo/Placa	MOBI	TAW-0I54
Número do Requerimento	**268**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consultar em Pitanga Hospital São Vicente.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	20:00	01:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**269**	

Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Buscar paciente (P.H) que recebeu alta Hospital São Vicente em Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	17:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBH-5E70
Número do Requerimento	**270**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marilda Slitalski Machado	Técnico Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente (H.J.R) da UBS de Laranjal até HSVP de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	20:00	01:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**271**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar ônibus terceirizado par distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	18:30
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**272**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (I.L.S) para consulta no Hospital São Vicente (M.I.P) Clinica Genesis.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	15:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**273**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta no Hospital Câncer Center Guarapuava (O.B; I.V e E.C).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	17:40
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**274**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista da Motorista Rosa	
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar paciente (R.S) para internamento no Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	15:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**275**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Renata Maria Antunes	Técnica Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/07/2026	25/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar paciente (J.J) para Hospital em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	18:00	23:40
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**276**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/07/2026	25/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar paciente (E.G) de alta no Hospital Regional de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	12:00	18:00
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**277**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/07/2026	25/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.T) para internamento no Hospital Santa Tereza de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	18:00	23:40
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	UBL-1E90
Número do Requerimento	**278**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/07/2026	25/07/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Buscar alta (M.F) Hospital CEONC.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	17:40
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33

Número do Requerimento	**279**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/07/2026	25/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar para tirar raio-x paciente (J.R) Hospital de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:00	12:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**280**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	26/07/2026	27/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Fazer transferência do paciente (J.J.F) do Hospital São Vicente de Pitanga para Hospital Santa Tereza de Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	23:50	04:20
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**281**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marilda Slitalski Machado	Técnico Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/07/2026 26/07/2026	
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Transferência paciente (H.J.R) até HSVP de Pitanga até HST de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	22:30	04:30
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**282**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	26/07/2026	26/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Buscar paciente (D.G.F) no Hospital São Vicente de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:40	14:30
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**283**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	26/07/2026	26/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (G.G) para consulta no HSVP de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	18:00	23:40
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**284**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	26/07/2026	26/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (R.M) para internar Hospital Regional.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	21:00
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**285**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	25/07/2026	26/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Transferência de Pitanga a Guarapuava paciente (E.J.P) Hospital Virmond.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:30	04:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**286**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Flaviane dos Santos	Secretária
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2026	25/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Reunião da Assembleia Geral de Saúde 5ª Regional em Guarapuava, Curso Painel do Controle Interno Municipal do MPC-PR Portal do Programa Smart Futures.	
Número Diárias/Valor	2	1.440,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**287**	
Secretaria Responsável	Meio Ambiente	
Nome Servidor/Função	Everaldo Francisco Trabuco	Secretário
Data Deslocamento – Início/ Fim	24/07/2026	24/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Trata-se de curso oferecido pelo Instituto Água e Terra – IAT na cidade de Pitanga-PR e tem por objetivo a Orientação Técnica de Emissão de Licenças Ambientais Automáticas.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	17:30
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**288**	
Secretaria Responsável	Planejamento e Politicas Públicas	
Nome Servidor/Função	Danilo Neves	Secretário
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2026	28/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Participação no evento de entrega dos computadores destinados aos servidores públicos das prefeituras contempladas pelo convênio firmado entre AMP, Itaipu Binacional e UTFPR – Campus Apucarana na Amocentro em Pitanga.	

Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:30	15:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**289**	
Secretaria Responsável	Finanças	
Nome Servidor/Função	Inegle Carla Zinke	Secretária
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/07/2026	30/07/2026
Destino	Curitiba	
Objetivo	Participação da Etapa Final da Jornada de Finanças Públicas – Oficinas Presencias.	
Número Diárias/Valor	4	2.520,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	23:00
Veículo/Placa	VIRTUS	UAY-6C69
Número do Requerimento	**290**	
Secretaria Responsável	Finanças	
Nome Servidor/Função	Adriana Collito	Contadora
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/07/2026	30/07/2026
Destino	Curitiba	
Objetivo	Participação da Etapa Final da Jornada de Finanças Públicas – Oficinas Presencias.	
Número Diárias/Valor	4	2.520,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	23:00
Veículo/Placa	VIRTUS	UAY-6C69
Número do Requerimento	**291**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Luiz Fernando Nunes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/07/2026	30/07/2026
Destino	Curitiba	
Objetivo	Levar Secretária de Finanças e Contadora para o Curso Oficina da Jornada de Finanças Públicas.	
Número Diárias/Valor	4	1.330,00
Horário Saída/ Horário Retorno	14:00	23:00
Veículo/Placa	VIRTUS	UAY-6C69
Número do Requerimento	**292**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/07/2026	27/07/2026
Destino	Roncador	
Objetivo	Buscar pessoa que realizou cirurgia e não possui meio de retornar para o município de Laranjal PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:30	12:00
Veículo/Placa	CITROEN	PBY-6B47
Número do Requerimento	**293**	
Secretaria Responsável	Planejamento	
Nome Servidor/Função	Estefany de Paula Dias	Chefe de Setor
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2026	28/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Viagem com destino a Pitanga PR para o evento de entrega de computadores destinados aos servidores e logo em seguida apresentação da Caixa Econômica Federal Programa Pró-moradia.	

Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	17:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**294**	
Secretaria Responsável	Obras	
Nome Servidor/Função	Paulo Henrique Rodrigues Medeiros	Engenheiro Civil
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2026	28/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Viagem com destino a Pitanga PR para o evento de entrega de computadores destinados os servidores e logo em seguida apresentação da Caixa Econômica Federal Programa Pró-moradia.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:30	17:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**295**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/07/2026	27/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.F) ao Hospital Regional Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	11:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**296**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/07/2026	27/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta (O.B e I.V). no Hospital Câncer Center Guarapuava	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	15:30
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**297**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/07/2026	27/07/2026
Destino	Pitanga-PR	

Objetivo	Levar pacientes para consulta no CIS de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:30	17:05
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92
Número do Requerimento	**298**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/07/2026	27/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (L.T) para consulta no HSVP Cidade dos Lagos e paciente (L.V) no HSVP Centro e (B.M) na Clinica IOG Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	20:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**299**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/07/2026	27/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar pacientes (M.C e D.A) para consulta e retorno Hospital do Rocio e Hospital Angelina Caron.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	21:40
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**300**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/07/2026	27/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	14:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**301**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/07/2026	27/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (J.G) para consulta no HSVP de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	18:00	23:50
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**302**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Giovana de Alcantara Sereia	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/07/2026	27/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Transferência paciente (J.F.K) Hospital Regional Guarapuava. de Hospital São Vicente Pitanga para	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	11:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G90
Número do Requerimento	**303**	
Secretaria Responsável	Planejamento e Políticas Públicas	
Nome Servidor/Função	Andressa Zubko	Diretora
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2026	28/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Entrega dos computadores destinados aos servidores públicos das prefeituras contempladas pelo convênio firmado entre AMP, Itaipu Binacional e UTFPR – Campus Apucarana e após a Caixa Econômica Federal – Agência Ponta Grossa irá apresentar oportunidades voltadas à habitação de interesse social destinadas as famílias mais carentes.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:30	17:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**304**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2026	28/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (E.F.M) para exames Câncer Center e (M.O.M) para retorno Hospital Santa Tereza.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	17:20
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**305**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2026	28/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes no CIS de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário	06:00	13:20

Retorno		
Veículo/Placa	MICRO ÔNIBUS	TAI-2F08
Número do Requerimento	**306**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2026	28/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	16:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**307**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2026	28/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente (M.L) para consulta no Hospital Pequeno Principe em Curitiba PR.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	16:50
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**308**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2026	28/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar (R.G) para consulta no Hospital de Pitanga SVP.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	13:00	18:00
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**309**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2026	28/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (M.O.M) para consulta AME.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	20:00
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	**310**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2026	28/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar o paciente (N) para consulta no Hospital São Vicente Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	13:40
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**311**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	27/07/2026	27/07/2026
Destino	Ubiratã	
Objetivo	Levar pessoas para buscar documentos.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	13:30
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04
Número do Requerimento	**312**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Maria Antonia Reis Dutra	
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2026	28/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Acompanhar criança para consulta médica.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	16:00
Veículo/Placa	GOL	BDD-3D92
Número do Requerimento	**313**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Marilda Alves de Lima Mariglod	Conselheira Tutelar
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2026	28/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar criança para consulta médica.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	16:00
Veículo/Placa	GOL	BDD-3D92
Número do Requerimento	**314**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	

Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/07/2026	29/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo		
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	16:40
Veículo/Placa	CITROEN	PBY-6B47
Número do Requerimento	**315**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Giovana de Alcantara Sereia	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/07/2026	29/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Capacitação Saúde Digital Paraná em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	16:00
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88
Número do Requerimento	**316**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/07/2026	29/07/2026
Destino	Campo Largo-PR	
Objetivo	Levar a paciente (D) para consulta no Hospital do Rocio de Campo Largo.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:00	18:30
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**317**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/07/2026	29/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (O.B) para consulta no HSVP Cidade dos Lagos e paciente (I.B) no HSVP.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	14:20
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**318**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Maikon Jackson Valigura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/07/2026	29/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente para consulta exame Sectra (A.S e T.F). no CIS de Guarapuava e para fazer	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	14:30
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**319**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/07/2026	29/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar pacientes (M.A e A.S) para consulta e retorno Hospital de Olhos e Clinica Genesis em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	09:00	16:30
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**320**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/07/2026	29/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar ônibus terceirizado para distribuição de pacientes em Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	14:00
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**321**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/07/2026	29/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes para consulta no CIS de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	16:00
Veículo/Placa	MICRO ÔNIBUS	TAI-2F08
Número do Requerimento	**322**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marluce Cavassim	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/07/2026	29/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	

Objetivo	Treinamento sobre a Plataforma Saúde Digital – Tecnologia para uma vida melhor conforme Oficio N° 056/2026/DVAGS/DIR/5ª RS.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	16:00
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88
Número do Requerimento	**323**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Bruna Gabrielly Martins	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	29/07/2026	29/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Participar de treinamento sobre a Plataforma Paraná Saúde Digital – Tecnologia para uma vida melhor.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	16:00
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88
Número do Requerimento	**324**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Thomas Caldas da Luz	Auxiliar Administrativo
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	30/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Serviços do DETRAN.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:30	17:30
Veículo/Placa	VW GOL	BAH-8F93
Número do Requerimento	**325**	
Secretaria Responsável	Educação	
Nome Servidor/Função	Andre Ferreira de Moura	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	30/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar alunos no Colégio Agrícola de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	15:00
Veículo/Placa	GOL	BCU-9B01
Número do Requerimento	**326**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Jorge Serbai	Agente de Saúde
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	30/07/2026
Destino	Cascavel	
Objetivo		
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	20:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**327**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Camila Mazzetti Dutra Rocha	Assistente Social
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	30/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Capacitação SCFV.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**328**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Romario Prats de Almeida	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	30/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Levar usuário da politica pública do SUAS para regularizar documentos na Receita Federal.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	13:00
Veículo/Placa	C3 AIR CROSS	TAZ-3B51
Número do Requerimento	**329**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	30/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Curso pessoal CRAS + PET.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	05:00	19:30
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35
Número do Requerimento	**330**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	30/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Fazer transferência do paciente (A.S e I.J.R) do Hospital São Vicente de Guarapuava Hospital PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	14:50

Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**331**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Noel Schmegel	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	30/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente para consultar em Pitanga Hospital São Vicente (M.B).	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	18:30	23:50
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	**332**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	30/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (A.L) para consulta no CIS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	14:30
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**333**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Marluce Cavassim	Enfermeira
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	01/08/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Oficina de Vigilância das Doenças Exantemáticas – Ações Estratégicas para a manutenção da eliminação do vírus do sarampo no Paraná onde ser conduzida pelo Ministério da Saúde conforme Oficio nº34/2026-DVVTR/DAV/SESA.	
Número Diárias/Valor	3	1.800,00
Horário Saída/ Horário Retorno	10:00	15:00
Veículo/Placa	NIVUS	UBW-7I65
Número do Requerimento	**334**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Valter Moreira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	30/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (I.B) ao Câncer Center Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	14:00
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11

Número do Requerimento	**335**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Adriano Rodrigues Barbosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	30/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes no CIS de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	14:00
Veículo/Placa	MICRO ÔNIBUS	TAI-2F08
Número do Requerimento	**336**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Renata Maria Antunes	Técnica Enfermagem
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	30/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Acompanhar pacientes (L.C e M.G) para Hospital São Vicente em Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno	18:30	23:50
Veículo/Placa	AMBULÂNCIA	SDY-8G89
Número do Requerimento	**337**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Augusto Mariglod	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	30/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Levar paciente (L.F) para consulta Hospital das Clinicas e paciente (D.P) no Hospital dos Olhos Campo Largo.	
Número Diárias/Valor	1	190,00
Horário Saída/ Horário Retorno	01:00	23:00
Veículo/Placa	VAN	UBL-1E92
Número do Requerimento	**338**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Edicarlos Evangelista Rosa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	30/07/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar equipe Conselho de Saúde Municipal em capacitação.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	19:30
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**339**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Adilso Galvão dos Santos	Auxiliar Administrativo
Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2026	01/08/2026
Destino	Cascavel	
Objetivo	Curso sobre Rotina de Compras no Município.	
Número Diárias/Valor	1	360,00

Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	12:00
Veículo/Placa	HONDA CIVIC	EPE-0H98
Número do Requerimento	**340**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2026	31/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Pericia medica INSS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	
Veículo/Placa	POLO	UAV-6F35
Número do Requerimento	**341**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Carlos Vicente Machado	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2026	31/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar paciente para consulta no CIS.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	11:30
Veículo/Placa	AIR CROSS	UBG-0E72
Número do Requerimento	**342**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Fabio Junior da Silva Borges	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2026	31/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar o paciente (O) para consulta no Câncer Center de Guarapuava.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	13:50
Veículo/Placa	VOYAGE	EGT-6H11
Número do Requerimento	**343**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Jose Adão Fiusa	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2026	31/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar paciente (E.M) com consulta no IDH.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	14:30
Veículo/Placa	SPIN	RVA-1A66
Número do Requerimento	**344**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Nestor Aparecido Santos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2026	31/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Acompanhar o ônibus licitado que leva os pacientes para consultar em Guarapuava PR.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	19:30
Veículo/Placa	SIENA	RHE-7G50
Número do Requerimento	**345**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Ronaldo Mozorovicz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2026	31/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Levar pacientes (J.G) para consulta no HSVP de Pitanga.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	23:40
Veículo/Placa	STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**346**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Samuel de Almeida Silveira	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2026	31/07/2026
Destino	Cascavel-PR	
Objetivo	Levar pacientes (E.B e M.F) para quimioterapia e consulta pós cirurgia Hospital CEONC em Cascavel.	
Número Diárias/Valor	1	106,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	19:00
Veículo/Placa	AIR CROSS	TAW-4E63
Número do Requerimento	**347**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Evaldo Caldas da Cruz	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2026	31/07/2026
Destino	Guarapuava-PR	
Objetivo	Levar paciente (E.D.M) para consultar no Hospital Câncer Center.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:30	15:00
Veículo/Placa	VOYAGE	FCV-2C64
Número do Requerimento	**348**	
Secretaria Responsável	Saúde	
Nome Servidor/Função	Sergio Godoy Lemos	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2026	29/07/2026
Destino	Jaú-SP	
Objetivo	Levar paciente para iniciar tratamento oncológico Hospital Amaral Carvalho.	
Número Diárias/Valor	1	380,00
Horário Saída/ Horário Retorno	03:30	04:00
Veículo/Placa	FIAT STRADA	TAZ-4A33
Número do Requerimento	**349**	
Secretaria Responsável	Administração	
Nome Servidor/Função	Jean Lucas Pilissari	Diretor de Departamento
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	01/08/2026
Destino	Curitiba	
Objetivo	Acompanhar protocolos junto ao gabinete deputado Traiano.	

Número Diárias/Valor	3	1.800,00
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	13:00
Veículo/Placa	NIVUS	UBW-7I65
Número do Requerimento	**350**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Rosenilda Mendes Zupko	Secretária
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	30/07/2026
Destino	Cascavel	
Objetivo	Fórum de Controle Social TCE.	
Número Diárias/Valor	1	360,00
Horário Saída/ Horário Retorno	04:00	20:00
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**351**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Joceane de Fatima Lintsmeier	Coordenadora
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Curso para alinhamento de aprendizado.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**352**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Juliana da Silva	Orientadora Social
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	30/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Capacitação SCFV.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**353**	
Secretaria Responsável	Promoção Social	
Nome Servidor/Função	Samara Fernanda Rodrigues Santos	Psicóloga CRAS
Data Deslocamento – Início/ Fim	30/07/2026	30/07/2026
Destino	Guarapuava	
Objetivo	Capacitação para equipes técnicas CRAS e SCFV.	
Número Diárias/Valor	1	130,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa		
Número do Requerimento	**354**	
Secretaria Responsável		
Nome Servidor/Função	Salatier de Souza Trindade	
Data Deslocamento – Início/ Fim		
Destino	Nova Laranjeiras	
Objetivo	Levar pessoas no cartório para retirar documentos no cartório para dar entrada no BPC.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno		
Veículo/Placa	GOL	BBJ-9J04
Número do Requerimento	**355**	
Secretaria Responsável	Educação	
Nome Servidor/Função	Edielson Gomes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim	31/07/2026	31/07/2026
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar professores da rede municipal para formação do curso Inglês Paraná Kids.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	18:30
Veículo/Placa	SPIN	UBQ-4H88
Número do Requerimento	**356**	
Secretaria Responsável	Educação	
Nome Servidor/Função	Adilson Lopes	Motorista
Data Deslocamento – Início/ Fim		
Destino	Pitanga	
Objetivo	Levar professores da rede municipal para formação do curso Inglês Paraná Kids.	
Número Diárias/Valor	1	70,00
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	18:30
Veículo/Placa	GOL	BCU-9B01

ART 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjal-PR, 31 de julho de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Alves Palhano
Código Identificador:C010DA99

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PORTARIA 351/2026 - DIÁRIAS PREFEITO JULHO

PORTARIA Nº 351/2026

SÚMULA: Dá publicidade a diárias concedidas ao Prefeito Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e, com base na **Lei Municipal n. º 22 de 2024 - Resolve:**

Art. 1º – Dar publicidade as Diárias concedidas ao Prefeito Municipal com referência ao mês de **JULHO de 2026**, relacionadas abaixo:

Número do Requerimento	**19**	
Secretaria Responsável	Gabinete	
Nome Servidor/Função	Maycon Lopes Simioni	Prefeito Municipal
Data Deslocamento – Início/ Fim	02/07/2026	02/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Convocação para Assembleia Ordinária no Consórcio Intermunicipal de Saúde Paraná Centro e expediente para deliberação.	
Número Diárias/Valor	1	250,00
Veículo/Placa	CIVIC	EPE-0H98
Horário Saída/ Horário Retorno	08:00	18:00

Número do Requerimento	**20**	
Secretaria Responsável	Gabinete	
Nome Servidor/Função	Maycon Lopes Simioni	Prefeito Municipal
Data Deslocamento – Início/ Fim	06/07/2026	07/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Agenda na Assembleia Legislativa (Gabinete Deputado Ademar Traiano), Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado e Secretaria de Fazenda.	
Número Diárias/Valor	2	1.200,00
Veículo/Placa	CIVIC	EPE-0H98
Horário Saída/ Horário Retorno	16:00	12:00

Número do Requerimento	**21**	
Secretaria Responsável	Gabinete	
Nome Servidor/Função	Maycon Lopes Simioni	Prefeito Municipal
Data Deslocamento – Início/ Fim	08/07/2026	09/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Agenda na Assembleia Legislativa e Paraná Previdência.	
Número Diárias/Valor	2	1.200,00
Veículo/Placa	CIVIC	EPE-0H98
Horário Saída/ Horário Retorno	17:00	12:00

Número do Requerimento	**22**	
Secretaria Responsável	Gabinete	
Nome Servidor/Função	Maycon Lopes Simioni	Prefeito Municipal
Data Deslocamento – Início/ Fim	23/07/2026	25/07/2026
Destino	Curitiba-PR	
Objetivo	Convocação para Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde 5ª Região de Saúde do Paraná em Guarapuava e Curso de lançamento do Painel de Acompanhamento do Controle Interno Municipal e Portal do Programa Smart Futures MPC-PR em Curitiba.	
Número Diárias/Valor	2	1.600,00
Veículo/Placa	VIRTUS	
Horário Saída/ Horário Retorno	06:00	12:00

Número do Requerimento	**23**	
Secretaria Responsável	Gabinete	
Nome Servidor/Função	Maycon Lopes Simioni	Prefeito Municipal
Data Deslocamento – Início/ Fim	28/07/2026	28/07/2026
Destino	Pitanga-PR	
Objetivo	Participar da entrega dos computadores destinados aos servidores públicos das prefeituras contempladas pelo convênio firmado entre AMP, Itaipu Binacional e UTFPR – Campus Apucarana em Pitanga PR.	
Número Diárias/Valor	1	250,00
Veículo/Placa		
Horário Saída/ Horário Retorno	07:00	17:00

ART 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjal-PR, 31 de julho de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Alves Palhano
Código Identificador:C66564E9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 156/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 069/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de bolas em E.V.A, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Loanda-PR, conforme a seguir:

LOTE ÚNICO- Valor de R$ 39.150,00 (trinta e nove mil e cento e cinquenta reais).

Item	Descrição	Marca	Medida	Quant.	Vl. Unit.R$	Vl. Total R$
01	BOLA DE VOLEI EM E.V.A.: Bola de vôlei em E.V.A., com o tipo de costura colada, 21 centímetros de diâmetro, peso de 130 gramas e entregue cheia	SUPER TOP	UNIDADE	2.900	13,50	39.150,00

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a solicitação. As bolas deverão ser entregues cheias.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 05 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

BRUNO BERTOLASCE
Fenix do Brasil Sports LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:EBE5B4E6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE SESSÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO		
LOBATO-PR		
ATA DE SESSÃO		
LEILÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026		
Processo Administrativo Nº 55/2026		
Tipo: AQUISIÇÃO		
LEILOEIRO: SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES		
Data de Publicação: 08/07/2026 11:33:10		
MOVIMENTOS DO PROCESSO		
28/07/2026 22:27:20	**CADASTRO DE PROPOSTA**	RENATO LIMA DA SILVA
29/07/2026 13:02:18	**CADASTRO DE PROPOSTA**	ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE
29/07/2026 15:09:02	**CADASTRO DE PROPOSTA**	DIOGO HENRIQUE GARCIA DOS SANTOS
30/07/2026 14:37:30	**CADASTRO DE PROPOSTA**	35.842.994 PAULO ROBERTO LELIS GONÇALVES
30/07/2026 16:39:26	**CADASTRO DE PROPOSTA**	HIGOR LUCAS ROLINDO
30/07/2026 17:28:57	**CADASTRO DE PROPOSTA**	RONALDO ADRIANO ARRUDA
30/07/2026 22:02:19	**CADASTRO DE PROPOSTA**	SUELY APARECIDA BERNARDES
31/07/2026 01:01:53	**CADASTRO DE PROPOSTA**	LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA
31/07/2026 01:05:38	**ALTERAÇÃO DE PROPOSTA**	LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA
31/07/2026 06:32:06	**CADASTRO DE PROPOSTA**	LOURIVAL DOS SANTOS
31/07/2026 07:26:34	**CADASTRO DE PROPOSTA**	PG COMERCIO DE MAQUINAS
31/07/2026 08:15:13	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Bom dia, prezados arrematantes!		
31/07/2026 08:15:28	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Meu nome é Sirlene de Fátima Domingues, Leiloeira Oficial do Município de Lobato/PR, designada pela Portaria nº 175/2025, de 05 de maio de 2025.		
31/07/2026 08:15:42	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Solicito a todos os arrematantes que acompanhem atentamente as orientações e comunicados divulgados por meio deste chat.		
31/07/2026 08:16:04	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
A fase de disputa terá duração de 4 (quatro) horas, conforme previsto em Edital. Durante esse período, os arrematantes poderão registrar seus lances livremente, observando os valores mínimos iniciais estabelecidos para cada bem móvel.		
31/07/2026 08:16:19	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Os lances deverão ser ofertados exclusivamente no campo próprio do sistema eletrônico, sendo vedado qualquer envio por e-mail, chat, telefone ou de forma presencial.		
31/07/2026 08:16:57	**MENSAGEM**	LEILOEIRO

Durante esse período de 4 horas, realizarei verificações no chat a cada 30 (trinta) minutos, para acompanhar a movimentação e auxiliar no que for necessário.		
31/07/2026 08:17:11	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Dúvidas técnicas relacionadas ao uso da plataforma deverão ser tratadas diretamente com o suporte da própria Plataforma BNC - Atendimento Fornecedores: Telefone: (42) 3026-4555/ Whatsapp: (42) 3026-4555. E-mail: contato@bnc.org.br.		
31/07/2026 08:17:25	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Ressalto a importância do cuidado no registro dos valores: as propostas devem ser inseridas com responsabilidade, a fim de não causar prejuízos à Administração.		
31/07/2026 08:17:37	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Encerrada a fase de disputa, a sessão será suspensa para que os arrematantes realizem os depósitos referentes ao pagamento.		
31/07/2026 08:17:58	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
A forma de pagamento estabelecida para este leilão é à vista, mediante transferência bancária à conta da Prefeitura Municipal de Lobato, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da Leiloeira, até o horário informado neste chat.		
31/07/2026 08:20:00	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Este Departamento realizará diligência sobre os efetivos pagamentos junto à Secretaria Municipal de Finanças. A ausência de comprovação dentro do prazo implicará a perda do direito à arrematação, podendo a Administração convocar o segundo maior lance ou declarar o item deserto ou fracassado.		
31/07/2026 08:20:18	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O pagamento poderá ser realizado via depósito bancário, transferência ou PIX, utilizando os seguintes dados:		

31/07/2026 08:20:34	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
• Banco: 001 – Banco do Brasil		
• Agência: 3968-3		
• Conta Corrente: 20.607-5		
• Titular: Prefeitura Municipal de Lobato – 76.970.367/0001-08		
• Chave PIX: mesmos dados bancários acima informados		
31/07/2026 08:20:55	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Em caso de arrematação de mais de um item/lote, o pagamento deverá ser efetuado na mesma conta bancária. Após o pagamento, o comprovante deverá ser enviado para o e-mail licitacao@lobato.pr.gov.br e também anexado na plataforma BNC.		
31/07/2026 08:21:12	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Após a confirmação dos pagamentos, será informado neste chat o dia e horário de abertura do prazo para intenção de recurso, que será de 10 (dez) minutos.		
31/07/2026 08:21:29	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Concluídas as etapas de pagamento e recurso, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.		
31/07/2026 08:22:13	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Concluídas as etapas de pagamento e recurso, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.		
31/07/2026 08:22:38	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Após a confirmação do pagamento integral da arrematação e do cumprimento das demais exigências previstas neste Edital, o Município disponibilizará os bens para retirada pelo arrematante.		
31/07/2026 08:22:56	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
A retirada dos bens deverá ser realizada pelo arrematante no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a quitação total do bem, correndo por sua exclusiva responsabilidade todas as despesas relativas ao carregamento, transporte, desmontagem, mão de obra, equipamentos, guinchos e demais custos necessários à remoção dos bens.		
31/07/2026 08:23:13	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Nos casos de veículos automotores, a efetiva transferência da propriedade e entrega do bem dependerá da conclusão dos procedimentos de regularização e transferência junto ao órgão executivo de trânsito competente (DETRAN),		
31/07/2026 08:23:27	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
correndo exclusivamente por conta do arrematante todas as despesas relativas à transferência, emissão de documentos, taxas, emolumentos, tributos, vistorias e demais encargos necessários à regularização do veículo.		
31/07/2026 08:23:40	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
As multas de trânsito e demais débitos cujo fato gerador tenha ocorrido até a data da realização do leilão serão de responsabilidade do Município de Lobato.		
31/07/2026 08:23:50	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
As multas, tributos, taxas e demais encargos cujo fato gerador ocorra após a data da arrematação correrão exclusivamente por conta do arrematante.		
31/07/2026 08:30:53	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
A proposta deverá conter o valor ofertado pelo bem móvel, que não poderá ser inferior ao valor de avaliação constante em Edital.		
31/07/2026 08:31:25	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
A proposta deverá conter o valor ofertado pelo bem móvel, que não poderá ser inferior ao valor de avaliação constante em Edital.		
31/07/2026 08:37:37	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Ao término da fase competitiva, serão desclassificadas as propostas cujos lances finais não atingirem o valor mínimo de referência estabelecido para o respectivo item/lote.		
31/07/2026 12:00:41	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Prezados arrematantes, informo que o prazo para envio de lances está se aproximando do encerramento.		
31/07/2026 12:12:12	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Atenção! Permanecendo o lance final abaixo do valor mínimo de arrematação, a proposta será desclassificada. Lote 2: R$ 60.000,00. Lote 3: R$ 100.000,00.		
31/07/2026 12:27:59	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O prazo para envio de lances está se aproximando do encerramento.		
31/07/2026 12:38:20	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Prezados arrematantes, Encerrada a etapa de disputa, declaro a sessão suspensa para que sejam realizados os depósitos referentes ao pagamento. O prazo final para envio do comprovante é até o dia 07/08/2026, às 14h.		

31/07/2026 12:38:33	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Caso o arrematante tenha adquirido mais de um item/lote, todos os pagamentos deverão ser efetuados na mesma conta.		
31/07/2026 12:38:45	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Após a realização do depósito, o arrematante deverá encaminhar o comprovante de pagamento para o e-mail licitacao@lobato.pr.gov.br e anexá-lo também na plataforma da BNC.		
31/07/2026 12:46:59	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Atenção aos arrematantes do Lote 2: caso haja interesse em adequar o lance ao valor mínimo de arrematação, favor informar neste chat o valor proposto, que deverá ser de, no mínimo, R$ 60.000,00.		
31/07/2026 15:25:44	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O participante PG COMERCIO DE MAQUINAS adicionou o arquivo a48d36caf1ab4732ada234289e9348cd.pdf aos documentos complementares.		
31/07/2026 15:25:44	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O participante PG COMERCIO DE MAQUINAS adicionou o arquivo d8ff7150cf894f4a95b4df6bc3cd77ed.pdf aos documentos complementares.		
31/07/2026 15:25:47	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O participante PG COMERCIO DE MAQUINAS adicionou o arquivo 91b4f4e6f6be42a28614569177b15d36.pdf aos documentos complementares.		
03/08/2026 08:16:50	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 1. Horário limite para resposta: 03/08/2026 09:30:00.		
03/08/2026 09:17:13	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Bom dia prezados arrematantes! Reitera-se que o prazo final para envio do comprovante de pagamento é até o dia 07/08/2026, às 14h.		
03/08/2026 09:45:57	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 1. Horário limite para resposta: 03/08/2026 09:30:00.		
03/08/2026 09:46:00	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 1.		
03/08/2026 09:49:55	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 2. Horário limite para resposta: 03/08/2026 11:00:00.		
03/08/2026 11:44:51	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 2. Horário limite para resposta: 03/08/2026 11:00:00.		
03/08/2026 11:44:56	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 2.		
03/08/2026 11:50:49	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 3. Horário limite para resposta: 03/08/2026 13:00:00.		

03/08/2026 14:19:30	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 3. Horário limite para resposta: 03/08/2026 13:00:00.		
03/08/2026 14:19:37	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 3.		
03/08/2026 14:27:05	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 4. Horário limite para resposta: 03/08/2026 15:40:00.		
03/08/2026 14:27:08	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 4. Horário limite para resposta: 03/08/2026 15:40:00.		
03/08/2026 15:48:36	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 4. Horário limite para resposta: 03/08/2026 15:40:00.		
03/08/2026 15:48:47	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 4.		
03/08/2026 15:51:08	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 5. Horário limite para resposta: 03/08/2026 17:00:00.		
04/08/2026 08:15:20	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 5. Horário limite para resposta: 03/08/2026 17:00:00.		
04/08/2026 08:15:23	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 5.		
04/08/2026 08:18:44	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 6. Horário limite para resposta: 04/08/2026 09:30:00.		
04/08/2026 10:31:42	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 6. Horário limite para resposta: 04/08/2026 09:30:00.		
04/08/2026 10:31:50	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 6.		

04/08/2026 10:42:33	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 7. Horário limite para resposta: 04/08/2026 11:45:00.		
04/08/2026 12:39:15	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo salvou a diligência número 7. Horário limite para resposta: 04/08/2026 11:45:00.		
04/08/2026 12:39:20	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O condutor do processo concluiu a diligência número 7.		
04/08/2026 12:40:19	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Declara-se o item/lote: 2 FRACASSADO, em razão de não haver arrematantes capazes de atender ao valor mínimo de arrematação estabelecido no Edital, correspondente a R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).		
06/08/2026 08:19:00	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Prezados arrematantes, bom dia! Reitera-se que o prazo final para envio do comprovante de pagamento é até o dia 07/08/2026, às 14h. Exceto o item/lote 3 considerando que o 1º e o 2º colocados solicitaram sua desclassificação, o 3º arrematante passou a ocupar a primeira posição para fins de adjudicação do lote, dessa forma, o comprovante de pagamento para este item/lote: 3, é até o dia 11/08/2026 (terça-feira), às 14h.		
07/08/2026 11:27:11	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O participante PG COMERCIO DE MAQUINAS adicionou o arquivo 62c2244f0af0407684d5e90465bb9877.pdf aos documentos complementares.		
07/08/2026 11:59:48	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O participante PG COMERCIO DE MAQUINAS adicionou o arquivo 511f212da16c44d39625d49ce8bc8601.jpeg aos documentos complementares.		
07/08/2026 12:51:30	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O participante DIOGO HENRIQUE GARCIA DOS SANTOS adicionou o arquivo d336accc6c73425d90b14904df46cca5.pdf aos documentos complementares.		
07/08/2026 12:51:59	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
O participante DIOGO HENRIQUE GARCIA DOS SANTOS adicionou o arquivo ea4d7086159d4840adb515fa26e820fa.pdf aos documentos complementares.		
07/08/2026 15:51:02	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Boa tarde prezados arrematantes! Foi realizada a confirmação de recebimento dos pagamentos na Secretaria Municipal de Finanças, para os itens/lotes: 1, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.		
07/08/2026 15:53:50	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Considerando que os arrematantes comprovaram a quitação dos valores devidos e que a Administração confirmou o efetivo recebimento dos montantes correspondentes aos lotes mencionados, informa-se que a sessão será retomada no dia 10/8/2026, às 14h00, para abertura do prazo de intenção de recurso, pelo período de 10 (dez) minutos.		
07/08/2026 15:54:22	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Ficam todos devidamente notificados e orientados a acompanhar a retomada da sessão. Eventual intercorrência será devidamente comunicada por meio deste chat.		
10/08/2026 15:13:41	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
COMUNICADO: Informamos que, em razão da participação simultânea desta Agente de Contratação em outra sessão licitatória no mesmo horário, houve atraso na abertura da fase recursal deste leilão. Pedimos desculpas pelo ocorrido e informamos que a fase recursal será aberta às 15h30min do dia 10/08/2026, para os devidos encaminhamentos. Agradecemos a compreensão.		
10/08/2026 15:47:34	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
Prezados licitantes, boa! Encerrado o prazo recursal, informo que o processo será encaminhado à autoridade competente para apreciação e aprovação dos atos já praticados, a fim de deliberar sobre a adjudicação e a homologação da licitação, nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.		

LOTE 1 - EM ADJUDICAÇÃO			
ESPECIAL CAMIONETE; (AMBULÂNCIA); Marca/Modelo: RENAULT/MASTER ALTECHAMB			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 1	Unidade: UN	Marca: Leilão	Modelo:
Descrição: DESCRIÇÃO: ESPECIAL CAMIONETE; (AMBULÂNCIA); Marca/Modelo: RENAULT/MASTER ALTECHAMB Combustível: Diesel; Ano Fab/Mod: 2012/2013, Potencia/Cilindrada: 114CV/2463; Lotação: 06P; Chassi-G9UA650C249967; Cor predominante: Branca – Placa AVS 8175.AVALIAÇÃO: Veículo em regular estado de conservação, com 13 anos de uso, problemas de lataria, interna e motor regular, câmbio e bomba injetora a retificar, pneus ruins, suspensão quebrada, em desuso demonstrando-se inviável seu conserto face as referidas condições.			
Quantidade: 1	**Valor Unit.:** 20.650,00		**Valor Total:** 20.650,00
CLASSIFICAÇÃO			

Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 35.842.994 PAULO ROBERTO LELIS	965	35.842.994/0001-78	20.500,00	20.650,00		Sim
2 RENATO LIMA DA SILVA	813	043.330.839-74	20.600,00	20.600,00	-0,24	Não
3 HIGOR LUCAS ROLINDO	621	118.401.946-00	5.000,00	20.502,00	-0,48	Não
4 LOURIVAL DOS SANTOS	651	713.345.569-20	20.501,00	20.501,00	0,00	Não
5 SUELY APARECIDA BERNARDES	343	043.965.856-08	20.000,00	20.000,00	-2,44	Não
6 RONALDO ADRIANO ARRUDA	230	033.008.659-64	12.500,00	12.500,00	-37,50	Não
7 PG COMERCIO DE MAQUINAS	167	16.596.674/0001-30	5.000,00	5.000,00	-60,00	Não
8 ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA	304	007.549.859-62	1.000,00	1.000,00	-80,00	Sim
9 LLC COMERCIO DE MATERIAS DE	632	44.319.709/0001-20	100,00	100,00	-90,00	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
08/07/2026 11:33:09	**PUBLICADO**		
09/07/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
31/07/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
31/07/2026 08:30:02	**DISPUTA**		

31/07/2026 08:30:02	**LANCE**	RENATO LIMA DA SILVA (PARTICIPANTE 813)	**20.600,00**
31/07/2026 08:30:02	**LANCE**	ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE (PARTICIPANTE 304)	**1.000,00**
31/07/2026 08:30:02	**LANCE**	35.842.994 PAULO ROBERTO LELIS GONÇALVES (PARTICIPANTE 965)	**20.500,00**
31/07/2026 08:30:02	**LANCE**	RONALDO ADRIANO ARRUDA (PARTICIPANTE 230)	**12.500,00**
31/07/2026 08:30:02	**LANCE**	SUELY APARECIDA BERNARDES (PARTICIPANTE 343)	**20.000,00**
31/07/2026 08:30:02	**LANCE**	LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA (PARTICIPANTE	**100,00**
31/07/2026 08:30:02	**LANCE**	LOURIVAL DOS SANTOS (PARTICIPANTE 651)	**20.501,00**
31/07/2026 08:30:02	**LANCE**	PG COMERCIO DE MAQUINAS (PARTICIPANTE 167)	**5.000,00**
31/07/2026 08:30:02	**LANCE**	HIGOR LUCAS ROLINDO (PARTICIPANTE 621)	**5.000,00**
31/07/2026 08:38:36	**LANCE**	35.842.994 PAULO ROBERTO LELIS GONÇALVES (PARTICIPANTE 965)	**20.650,00**
31/07/2026 09:15:01	**MENSAGEM**	ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE (PARTICIPANTE 304)	
Bom dia quantas horas de lance hj?			
31/07/2026 09:17:47	**MENSAGEM**	LEILOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 304: A fase de disputa terá duração de 4 (quatro) horas, conforme previsto em Edital.			
31/07/2026 12:29:08	**LANCE**	HIGOR LUCAS ROLINDO (PARTICIPANTE 621)	**20.502,00**
31/07/2026 12:30:03	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é 35.842.994 PAULO ROBERTO LELIS GONÇALVES			
31/07/2026 12:30:03	**JULGAMENTO**		
10/08/2026 15:29:50	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
10/08/2026 15:39:50	**EM ADJUDICAÇÃO**		
LOTE 2 - EM ADJUDICAÇÃO			
PÁ CARREGADEIRA Marca/Modelo: WANG LW300 SERIE F140338051			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			

Item: 1	Unidade: UN	Marca:	Modelo:
Descrição: DESCRIÇÃO: PÁ CARREGADEIRA Marca/Modelo: WANG LW300 SERIE F140338051, CABINE FECHADA; Motor Diesel CUMMINS 06 CILINDROS TURBO COM 130HP; Ano Fab/Mod: 2014; Cor Predominante: Amarelo.AVALIAÇÃO: Máquina em bom estado de conservação, com 12 anos de uso, alguns problemas de lataria e interna ruim, câmbio alavanca joystick em bom estado, pneus ruins, demonstrando-se inviável sua manutenção por se tratar de uma máquina em desuso.			
Quantidade: 1	**Valor Unit.:** 0,00		**Valor Total:** 0,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
SUELY APARECIDA BERNARDES	071	043.965.856-08	55.000,00	55.000,00		Não
RONALDO ADRIANO ARRUDA	465	033.008.659-64	15.100,00	15.100,00	-72,5455	Não
PG COMERCIO DE MAQUINAS	666	16.596.674/0001-30	10.000,00	10.000,00	-33,7748	Não
HIGOR LUCAS ROLINDO	041	118.401.946-00	10.000,00	10.000,00	0,0000	Não
LOURIVAL DOS SANTOS	135	713.345.569-20	6.001,00	6.001,00	-39,9900	Não
ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA	175	007.549.859-62	1.000,00	1.000,00	-83,3361	Sim
LLC COMERCIO DE MATERIAS DE	613	44.319.709/0001-20	100,00	100,00	-90,0000	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
08/07/2026 11:33:09	**PUBLICADO**		
09/07/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
31/07/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
31/07/2026 08:30:03	**DISPUTA**		
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE (PARTICIPANTE 175)	**1.000,00**
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	HIGOR LUCAS ROLINDO (PARTICIPANTE 041)	**10.000,00**
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	RONALDO ADRIANO ARRUDA (PARTICIPANTE 465)	**15.100,00**
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	SUELY APARECIDA BERNARDES (PARTICIPANTE 071)	**55.000,00**
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA (PARTICIPANTE	**100,00**
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	LOURIVAL DOS SANTOS (PARTICIPANTE 135)	**6.001,00**
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	PG COMERCIO DE MAQUINAS (PARTICIPANTE 666)	**10.000,00**
31/07/2026 08:31:09	**MENSAGEM**	LEILOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 071: A proposta deverá conter o valor ofertado pelo bem móvel, que não poderá ser inferior ao valor de avaliação constante em Edital.			
31/07/2026 09:04:45	**MENSAGEM**	LEILOEIRO	
Reitera-se que, encerrada a fase de lances, serão desclassificadas as propostas cujos valores finais permanecerem inferiores ao valor de referência estabelecido para o respectivo item/lote. Para o presente item/lote, o valor mínimo de arrematação é de R$ 60.000,00.			
31/07/2026 12:30:04	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é SUELY APARECIDA BERNARDES			
31/07/2026 12:30:05	**JULGAMENTO**		
31/07/2026 12:41:52	**MENSAGEM**	LEILOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 071: Prezada arrematante, o lance ofertado encontra-se inferior ao valor mínimo de arrematação (R$ 60.000,00). Há interesse em adequar o lance ao valor mínimo previsto no Edital? Em caso negativo, a proposta será desclassificada.			
31/07/2026 13:46:51	**MENSAGEM**	LEILOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 071: Caso haja interesse em adequar o lance, favor manifestar-se neste chat, informando o valor proposto, que deverá ser igual ou superior a R$ 60.000,00, correspondente ao valor mínimo de arrematação estabelecido no Edital.			

31/07/2026 13:47:00	**MENSAGEM**	LEILOEIRO
PARA PARTICIPANTE 071: Esclarece-se que a Administração não aceitará proposta nem pagamento em valor inferior a R$ 60.000,00, razão pela qual eventual depósito realizado em valor inferior ao mínimo estabelecido não produzirá efeitos para fins de arrematação e não implicará a adjudicação do lote.		
03/08/2026 09:47:17	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	LEILOEIRO
SUELY APARECIDA BERNARDES desclassificado. Motivo: Considerando o não atendimento à diligência no prazo concedido e a permanência da proposta em valor inferior ao mínimo de arrematação fixado no Edital, decide-se pela desclassificação da proposta da arrematante para o Item/Lote 2, nos termos das disposições editalícias.		
03/08/2026 09:47:17	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é RONALDO ADRIANO ARRUDA		
03/08/2026 11:48:49	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	LEILOEIRO
RONALDO ADRIANO ARRUDA desclassificado. Motivo: considerando o não atendimento à diligência no prazo concedido e a permanência da proposta em valor inferior ao mínimo de arrematação fixado no Edital, decide-se pela desclassificação da proposta do arrematante para o Item/Lote 2, nos termos das disposições editalícias.		
03/08/2026 11:48:49	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é PG COMERCIO DE MAQUINAS		
03/08/2026 14:17:17	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é HIGOR LUCAS ROLINDO		
03/08/2026 14:17:18	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	LEILOEIRO
PG COMERCIO DE MAQUINAS desclassificado. Motivo: Considerando o não atendimento à diligência no prazo concedido e a permanência da proposta em valor inferior ao mínimo de arrematação fixado no Edital, decide-se pela desclassificação da proposta do arrematante para o Item/Lote 2, nos termos das disposições editalícias.		

03/08/2026 15:49:24	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	LEILOEIRO
HIGOR LUCAS ROLINDO desclassificado. Motivo: Considerando o não atendimento à diligência no prazo concedido e a permanência da proposta em valor inferior ao mínimo de arrematação fixado no Edital, decide-se pela desclassificação da proposta do arrematante para o Item/Lote 2, nos termos das disposições editalícias.		
03/08/2026 15:49:24	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é LOURIVAL DOS SANTOS		
04/08/2026 08:15:56	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	LEILOEIRO
LOURIVAL DOS SANTOS desclassificado. Motivo: Considerando o não atendimento à diligência no prazo concedido e a permanência da proposta em valor inferior ao mínimo de arrematação fixado no Edital, decide-se pela desclassificação da proposta do arrematante para o Item/Lote 2, nos termos das disposições editalícias.		
04/08/2026 08:15:56	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE		
04/08/2026 10:33:18	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	LEILOEIRO
ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE desclassificado. Motivo: Considerando o não atendimento à diligência no prazo concedido e a permanência da proposta em valor inferior ao mínimo de arrematação fixado no Edital, decide-se pela desclassificação da proposta do arrematante para o Item/Lote 2, nos termos das disposições editalícias.		
04/08/2026 10:33:20	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA
O detentor da melhor oferta é LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA		
04/08/2026 12:39:55	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	LEILOEIRO
LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA desclassificado. Motivo: Considerando o não atendimento à diligência no prazo concedido e a permanência da proposta em valor inferior ao mínimo de arrematação fixado no Edital, decide-se pela desclassificação da proposta do arrematante para o Item/Lote 2, nos termos das disposições editalícias.		
10/08/2026 15:29:51	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**	
10/08/2026 15:39:52	**EM ADJUDICAÇÃO**	
LOTE 3 - EM ADJUDICAÇÃO		
CARGA CAMINHÃO; Marca/Modelo: IVECO/TECTOR 240E25s		
VALORES UNITÁRIOS FINAIS		

Item: 1	Unidade: UN	Marca: Leilão	Modelo:
Descrição: DESCRIÇÃO: CARGA CAMINHÃO; Marca/Modelo: IVECO/TECTOR 240E25s; Combustível: Diesel: Ano Fab/Mod: 2011/2011; Potência/Cilindrada: 250CV; Cat. Oficial, Capacidade 16.15; Peso Bruto Total 23.0; CMT 33.0; Eixos 3; Lotação 02P – BASCULANTE; Chassi: 93ZE2HJ00B8906493; Cor Predominante: Branca – Placa AVS 7514AVALIAÇÃO: Veículo com regular estado de conservação, com 17 anos de uso, poucos problemas de lataria, interna ruim, câmbio manual em bom estado e pneus ruins, veículo em desuso, demonstrando-se inviável seu conserto face às referidas condições.			
Quantidade: 1	**Valor Unit.:** 103.000,00		**Valor Total:** 103.000,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 PG COMERCIO DE MAQUINAS	005	16.596.674/0001-30	80.000,00	103.000,00		Não
2 HIGOR LUCAS ROLINDO	537	118.401.946-00	10.000,00	83.600,00	-18,84	Não
3 SUELY APARECIDA BERNARDES	698	043.965.856-08	80.000,00	80.000,00	-4,31	Não
4 LOURIVAL DOS SANTOS	653	713.345.569-20	10.010,00	10.010,00	-87,49	Não
5 RONALDO ADRIANO ARRUDA	231	033.008.659-64	5.100,00	5.100,00	-49,05	Não
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
LLC COMERCIO DE MATERIAS DE	875	44.319.709/0001-20	100,00	117.000,00		Sim
ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA	811	007.549.859-62	1.000,00	107.777,00	-7,8829	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
08/07/2026 11:33:09	**PUBLICADO**		
09/07/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
31/07/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
31/07/2026 08:30:03	**DISPUTA**		
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE (PARTICIPANTE 811)	**1.000,00**
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA (PARTICIPANTE	**100,00**
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	HIGOR LUCAS ROLINDO (PARTICIPANTE 537)	**10.000,00**
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	RONALDO ADRIANO ARRUDA (PARTICIPANTE 231)	**5.100,00**
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	SUELY APARECIDA BERNARDES (PARTICIPANTE 698)	**80.000,00**
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	LOURIVAL DOS SANTOS (PARTICIPANTE 653)	**10.010,00**
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	PG COMERCIO DE MAQUINAS (PARTICIPANTE 005)	**80.000,00**
31/07/2026 08:32:06	**MENSAGEM**	LEILOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 005: A proposta deverá conter o valor ofertado pelo bem móvel, que não poderá ser inferior ao valor de avaliação constante em Edital.			
31/07/2026 08:32:16	**MENSAGEM**	LEILOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 698: A proposta deverá conter o valor ofertado pelo bem móvel, que não poderá ser inferior ao valor de avaliação constante em Edital.			
31/07/2026 09:06:58	**MENSAGEM**	LEILOEIRO	
Reitera-se que, encerrada a fase de lances, serão desclassificadas as propostas cujos valores finais permanecerem inferiores ao valor de referência estabelecido para o respectivo item/lote. Para o presente item/lote, o valor mínimo de arrematação é de R$ 100.000,00.			
31/07/2026 12:15:45	**LANCE**	ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE (PARTICIPANTE 811)	**75.000,00**
31/07/2026 12:26:00	**LANCE**	ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE (PARTICIPANTE 811)	**77.000,00**
31/07/2026 12:29:50	**LANCE**	HIGOR LUCAS ROLINDO (PARTICIPANTE 537)	**83.600,00**
31/07/2026 12:29:59	**LANCE**	ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE (PARTICIPANTE 811)	**107.777,00**
31/07/2026 12:30:03	**LANCE**	PG COMERCIO DE MAQUINAS (PARTICIPANTE 005)	**103.000,00**

31/07/2026 12:30:03	**LANCE**	LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA (PARTICIPANTE	**117.000,00**
31/07/2026 12:30:04	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA			
31/07/2026 12:30:05	**JULGAMENTO**		
31/07/2026 12:33:08	**MENSAGEM**	LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA	
boa tarde			
31/07/2026 12:33:32	**MENSAGEM**	LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA	
favor, desconsiderar meu lance, acabei enviando valor errado			
31/07/2026 12:35:41	**MENSAGEM**	LEILOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 875: Sua proposta será desclassificada, sem possibilidade de correção de lance.			
31/07/2026 12:37:00	**MENSAGEM**	LEILOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 875: Confirma sua desclassificação para este item/lote: 3?			
31/07/2026 12:40:53	**MENSAGEM**	LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA	
sim			
31/07/2026 12:43:04	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	LEILOEIRO	
LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA desclassificado. Motivo: Proposta desclassificada a pedido do próprio arrematante.			
31/07/2026 12:43:05	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE			
04/08/2026 08:53:15	**MENSAGEM**	ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE (PARTICIPANTE 811)	

Bom dia. Só agora fui ver que esse lote cair para mim, ja comprei outro caminhão. Desconsidere esse lance. Obrigado			
04/08/2026 09:07:27	**MENSAGEM**	LEILOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 811: Bom dia prezado arrematante! Confirma sua desclassificação para este item/lote: 3?			
04/08/2026 09:21:38	**MENSAGEM**	ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE (PARTICIPANTE 811)	
Confirmo			
04/08/2026 10:29:53	**DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE**	LEILOEIRO	
ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE desclassificado. Motivo: Proposta desclassificada, a pedido do próprio arrematante.			
04/08/2026 10:29:54	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta é PG COMERCIO DE MAQUINAS			
04/08/2026 16:00:14	**MENSAGEM**	LEILOEIRO	
PARA PARTICIPANTE 005: AVISO – LOTE 3			
Considerando que o 1º e o 2º colocados solicitaram sua desclassificação, o 3º arrematante passa a ocupar a primeira posição para fins de adjudicação do lote.			
Dessa forma, fica convocado a encaminhar o comprovante de pagamento até o dia 11/08/2026 (terça-feira), às 14h, conforme as regras do Edital.			
10/08/2026 15:29:51	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
10/08/2026 15:39:52	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 4 - EM ADJUDICAÇÃO			
PAS/AUTOMÓVEL; Marca/Modelo: VW/GOL Patrulheiro 1.6			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 1	Unidade: UN	Marca: Leilão	Modelo:
Descrição: DESCRIÇÃO: PAS/AUTOMÓVEL; Marca/Modelo: VW/GOL Patrulheiro 1.6; Combustível: Álcool/Gasolina; Ano Fab/Mod: 2008/2008; Potência/Cilindrada: 103CV1596; Lotação: 05P; Chassi: 9BWCB05W78T208624; Cor Predominante: Branca – Placa AQR 8652.AVALIAÇÃO: Veículo com bom estado de conservação, com 17 anos de uso, poucos problemas de lataria, interna regular, câmbio manual e pneus bons, veículo em desuso, demonstrando-se inviável seu conserto face às referidas condições.			
Quantidade: 1	**Valor Unit.:** 10.150,00		**Valor Total:** 10.150,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 DIOGO HENRIQUE GARCIA DOS	111	025.789.019-02	10.150,00	10.150,00		Sim
2 RONALDO ADRIANO ARRUDA	105	033.008.659-64	5.100,00	5.100,00	-49,75	Não
3 PG COMERCIO DE MAQUINAS	913	16.596.674/0001-30	5.000,00	5.000,00	-1,96	Não
4 SUELY APARECIDA BERNARDES	844	043.965.856-08	5.000,00	5.000,00	0,00	Não
5 LOURIVAL DOS SANTOS	120	713.345.569-20	1.001,00	1.001,00	-79,98	Não
6 ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA	864	007.549.859-62	1.000,00	1.000,00	-0,10	Sim
7 HIGOR LUCAS ROLINDO	980	118.401.946-00	1.000,00	1.000,00	0,00	Não
8 LLC COMERCIO DE MATERIAS DE	182	44.319.709/0001-20	100,00	100,00	-90,00	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
08/07/2026 11:33:09	**PUBLICADO**		
09/07/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
31/07/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
31/07/2026 08:30:03	**DISPUTA**		
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE (PARTICIPANTE 864)	**1.000,00**
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	DIOGO HENRIQUE GARCIA DOS SANTOS (PARTICIPANTE 111)	**10.150,00**
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	HIGOR LUCAS ROLINDO (PARTICIPANTE 980)	**1.000,00**
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	RONALDO ADRIANO ARRUDA (PARTICIPANTE 105)	**5.100,00**
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	SUELY APARECIDA BERNARDES (PARTICIPANTE 844)	**5.000,00**
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA (PARTICIPANTE	**100,00**
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	LOURIVAL DOS SANTOS (PARTICIPANTE 120)	**1.001,00**
31/07/2026 08:30:03	**LANCE**	PG COMERCIO DE MAQUINAS (PARTICIPANTE 913)	**5.000,00**
31/07/2026 12:30:04	**NOTIFICAÇÃO** SISTEMA		
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é DIOGO HENRIQUE GARCIA DOS SANTOS			
31/07/2026 12:30:05	**JULGAMENTO**		
10/08/2026 15:29:51	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
10/08/2026 15:39:52	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 5 - EM ADJUDICAÇÃO			
PAS/AUTOMÓVEL; Marca/Modelo: VW/NOVO VOYAGE CL MBV			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 1	Unidade: UN	Marca: Leilão	Modelo:
Descrição: DESCRIÇÃO: PAS/AUTOMÓVEL; Marca/Modelo: VW/NOVO VOYAGE CL MBV; Combustível: Etanol/Gas; Ano Fab/Mod: 2016/2017; Chassi: 9BWDB45U7HT029879; Cap/Pot/Cil – 5P/104CV/1598; Cor Predominante: Branca - Placa BAT 5226.AVALIAÇÃO: Veículo em bom estado de conservação, com 08 anos de uso, poucos problemas de lataria e interna boa, câmbio manual bom, pneus e suspensão ruins, demonstrando-se inviável sua manutenção por se tratar de um veículo em desuso.			
Quantidade: 1	**Valor Unit.:** 22.150,00		**Valor Total:** 22.150,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 PG COMERCIO DE MAQUINAS	483	16.596.674/0001-30	15.000,00	22.150,00		Não
2 LOURIVAL DOS SANTOS	087	713.345.569-20	20.020,00	21.777,00	-1,68	Não
3 35.842.994 PAULO ROBERTO LELIS	463	35.842.994/0001-78	20.000,00	20.110,00	-7,65	Sim
4 RONALDO ADRIANO ARRUDA	542	033.008.659-64	20.100,00	20.100,00	-0,05	Não
5 SUELY APARECIDA BERNARDES	468	043.965.856-08	15.000,00	15.000,00	-25,37	Não
6 ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA	550	007.549.859-62	1.000,00	1.000,00	-93,33	Sim
7 HIGOR LUCAS ROLINDO	080	118.401.946-00	1.000,00	1.000,00	0,00	Não
8 LLC COMERCIO DE MATERIAS DE	870	44.319.709/0001-20	100,00	100,00	-90,00	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
08/07/2026 11:33:09	**PUBLICADO**		
09/07/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
31/07/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		

31/07/2026 08:30:04	**DISPUTA**		
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	HIGOR LUCAS ROLINDO (PARTICIPANTE 080)	**1.000,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	RONALDO ADRIANO ARRUDA (PARTICIPANTE 542)	**20.100,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	SUELY APARECIDA BERNARDES (PARTICIPANTE 468)	**15.000,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA (PARTICIPANTE	**100,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	LOURIVAL DOS SANTOS (PARTICIPANTE 087)	**20.020,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE (PARTICIPANTE 550)	**1.000,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	35.842.994 PAULO ROBERTO LELIS GONÇALVES (PARTICIPANTE 463)	**20.000,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	PG COMERCIO DE MAQUINAS (PARTICIPANTE 483)	**15.000,00**
31/07/2026 08:39:58	**LANCE**	35.842.994 PAULO ROBERTO LELIS GONÇALVES (PARTICIPANTE 463)	**20.110,00**
31/07/2026 12:29:59	**LANCE**	LOURIVAL DOS SANTOS (PARTICIPANTE 087)	**21.777,00**
31/07/2026 12:30:01	**LANCE**	PG COMERCIO DE MAQUINAS (PARTICIPANTE 483)	**22.150,00**
31/07/2026 12:30:04	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é PG COMERCIO DE MAQUINAS			
31/07/2026 12:30:05	**JULGAMENTO**		
10/08/2026 15:29:51	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
10/08/2026 15:39:52	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 6 - EM ADJUDICAÇÃO

PAS/AUTOMÓVEL; Marca/Modelo: VW/NOVA SAVEIRO RB MBVS

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: Leilão	Modelo:

Descrição: DESCRIÇÃO: PAS/AUTOMÓVEL; Marca/Modelo: VW/NOVA SAVEIRO RB MBVS; CARGA CAMIONETA; Combustível: Etanol/Gas; Ano Fab/Mod: 2019/2020; Chassi: 9BWK45U5LP034457; Cap/Pot/Cil – 2P/104CV/1598; Cor Predominante: Branca - Placa BDR2C39.AVALIAÇÃO: Veículo em bom estado de conservação, com 08 anos de uso, Motor ruim, poucos problemas de lataria e interna boa, câmbio manual bom, pneus e suspensão ruins, demonstrando-se inviável sua manutenção por se tratar de um veículo em desuso.

Quantidade: 1	**Valor Unit.:** 30.150,00	**Valor Total:** 30.150,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 DIOGO HENRIQUE GARCIA DOS	196	025.789.019-02	30.150,00	30.150,00		Sim
2 PG COMERCIO DE MAQUINAS	525	16.596.674/0001-30	20.000,00	20.000,00	-33,67	Não
3 RONALDO ADRIANO ARRUDA	685	033.008.659-64	15.100,00	15.100,00	-24,50	Não
4 SUELY APARECIDA BERNARDES	662	043.965.856-08	15.000,00	15.000,00	-0,66	Não
5 LOURIVAL DOS SANTOS	636	713.345.569-20	3.000,00	3.000,00	-80,00	Não
6 ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA	694	007.549.859-62	1.000,00	1.000,00	-66,67	Sim
7 HIGOR LUCAS ROLINDO	345	118.401.946-00	1.000,00	1.000,00	0,00	Não
8 LLC COMERCIO DE MATERIAS DE	095	44.319.709/0001-20	100,00	100,00	-90,00	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE

08/07/2026 11:33:09	**PUBLICADO**		
09/07/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
31/07/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
31/07/2026 08:30:04	**DISPUTA**		
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE (PARTICIPANTE 694)	**1.000,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	DIOGO HENRIQUE GARCIA DOS SANTOS (PARTICIPANTE 196)	**30.150,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	HIGOR LUCAS ROLINDO (PARTICIPANTE 345)	**1.000,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	RONALDO ADRIANO ARRUDA (PARTICIPANTE 685)	**15.100,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	SUELY APARECIDA BERNARDES (PARTICIPANTE 662)	**15.000,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA (PARTICIPANTE	**100,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	LOURIVAL DOS SANTOS (PARTICIPANTE 636)	**3.000,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	PG COMERCIO DE MAQUINAS (PARTICIPANTE 525)	**20.000,00**
31/07/2026 12:30:04	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é DIOGO HENRIQUE GARCIA DOS SANTOS			
31/07/2026 12:30:05	**JULGAMENTO**		
10/08/2026 15:29:51	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
10/08/2026 15:39:52	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 7 - EM ADJUDICAÇÃO

PAS/AUTOMÓVEL; Marca/Modelo: CHEV/SPIN 1.8L AT LTZ

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: Leilão	Modelo:	

Descrição: DESCRIÇÃO: PAS/AUTOMÓVEL; Marca/Modelo: CHEV/SPIN 1.8L AT LTZ; Combustível: Etanol/Gas; Ano Fab/Mod: 2017/2018; Chassi: 9BGJC7520JB216286; Cap/Pot/Cil 7P/111CV/1800; Cor Predominante: Branca – Placa BCA4314.AVALIAÇÃO: Veículo em regular estado de conservação, com 07 anos de uso, lataria com pequenas avarias, porta lado direito fazer funilaria, interna boa, 07 lugares e câmbio automático ruim, demonstrando-se inviável a sua manutenção por tratar-se de um veículo em desuso pelo município.

Quantidade: 1	**Valor Unit.:** 25.000,00	**Valor Total:** 25.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 35.842.994 PAULO ROBERTO LELIS	657	35.842.994/0001-78	25.000,00	25.000,00		Sim
2 RONALDO ADRIANO ARRUDA	246	033.008.659-64	15.100,00	15.100,00	-39,60	Não
3 PG COMERCIO DE MAQUINAS	767	16.596.674/0001-30	15.000,00	15.000,00	-0,66	Não
4 SUELY APARECIDA BERNARDES	383	043.965.856-08	10.000,00	10.000,00	-33,33	Não
5 LOURIVAL DOS SANTOS	174	713.345.569-20	2.505,00	2.505,00	-74,95	Não
6 ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA	255	007.549.859-62	1.000,00	1.000,00	-60,08	Sim
7 HIGOR LUCAS ROLINDO	744	118.401.946-00	1.000,00	1.000,00	0,00	Não
8 LLC COMERCIO DE MATERIAS DE	300	44.319.709/0001-20 100,00		100,00	-90,00	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE

08/07/2026 11:33:09	**PUBLICADO**		

09/07/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
31/07/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
31/07/2026 08:30:04	**DISPUTA**		
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE (PARTICIPANTE 255)	**1.000,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	35.842.994 PAULO ROBERTO LELIS GONÇALVES (PARTICIPANTE 657)	**25.000,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	HIGOR LUCAS ROLINDO (PARTICIPANTE 744)	**1.000,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	RONALDO ADRIANO ARRUDA (PARTICIPANTE 246)	**15.100,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	SUELY APARECIDA BERNARDES (PARTICIPANTE 383)	**10.000,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA (PARTICIPANTE	**100,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	LOURIVAL DOS SANTOS (PARTICIPANTE 174)	**2.505,00**
31/07/2026 08:30:04	**LANCE**	PG COMERCIO DE MAQUINAS (PARTICIPANTE 767)	**15.000,00**
31/07/2026 12:30:06	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é 35.842.994 PAULO ROBERTO LELIS GONÇALVES			
31/07/2026 12:30:06	**JULGAMENTO**		
10/08/2026 15:29:51	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
10/08/2026 15:39:52	**EM ADJUDICAÇÃO**		

LOTE 8 - EM ADJUDICAÇÃO			
PAS/AUTOMÓVEL; Marca/Modelo: I/CHEV/CLASSIC LS			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 1	Unidade: UN	Marca: Leilão	Modelo:
Descrição: DESCRIÇÃO: PAS/AUTOMÓVEL; Marca/Modelo: I/CHEV/CLASSIC LS; Combustível: Etanol/Gas; Ano Fab/Mod: 2013/2014; Chassi: 8AGSU19F0ER146036; Cap/Pot/Cil 5P/78CV/1000; Cor Predominante: Branca – Placa AXQ5596.AVALIAÇÃO: Veículo em regular estado de conservação, com 11 anos de uso, lataria regular, interna ruim, motor a retificar, câmbio regular, pneus ruins, demonstrando-se inviável sua manutenção face ao desuso do mesmo.			
Quantidade: 1	**Valor Unit.:** 7.000,00		**Valor Total:** 7.000,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 35.842.994 PAULO ROBERTO LELIS	980	35.842.994/0001-78	7.000,00	7.000,00		Sim
2 PG COMERCIO DE MAQUINAS	402	16.596.674/0001-30	5.000,00	5.000,00	-28,57	Não
3 RONALDO ADRIANO ARRUDA	839	033.008.659-64	3.500,00	3.500,00	-30,00	Não
4 HIGOR LUCAS ROLINDO	480	118.401.946-00	1.000,00	1.000,00	-71,43	Não
5 ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA	131	007.549.859-62	1.000,00	1.000,00	0,00	Sim
6 LOURIVAL DOS SANTOS	503	713.345.569-20	705,00	705,00	-29,50	Não
7 LLC COMERCIO DE MATERIAS DE	865	44.319.709/0001-20	100,00	100,00	-85,82	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MOVIMENTOS DO LOTE			
08/07/2026 11:33:09	**PUBLICADO**		
09/07/2026 08:20:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
31/07/2026 08:20:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
31/07/2026 08:30:05	**DISPUTA**		
31/07/2026 08:30:05	**LANCE**	ANDRE GUSTAVO DE OLIVEIRA PARENTE (PARTICIPANTE 131)	**1.000,00**
31/07/2026 08:30:05	**LANCE**	35.842.994 PAULO ROBERTO LELIS GONÇALVES (PARTICIPANTE 980)	**7.000,00**
31/07/2026 08:30:05	**LANCE**	HIGOR LUCAS ROLINDO (PARTICIPANTE 480)	**1.000,00**
31/07/2026 08:30:05	**LANCE**	RONALDO ADRIANO ARRUDA (PARTICIPANTE 839)	**3.500,00**
31/07/2026 08:30:05	**LANCE**	LLC COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA (PARTICIPANTE	**100,00**
31/07/2026 08:30:05	**LANCE**	LOURIVAL DOS SANTOS (PARTICIPANTE 503)	**705,00**
31/07/2026 08:30:05	**LANCE**	PG COMERCIO DE MAQUINAS (PARTICIPANTE 402)	**5.000,00**
31/07/2026 12:30:06	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é 35.842.994 PAULO ROBERTO LELIS GONÇALVES			
31/07/2026 12:30:06	**JULGAMENTO**		
10/08/2026 15:29:51	**MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**		
10/08/2026 15:39:52	**EM ADJUDICAÇÃO**		
SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES			
Leiloeiro			
MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO			
Membro De Equipe De Apoio			
LUCIMARA APARECIDA RIQUENA MEDEIROS DE ALMEIDA			
Membro De Equipe De Apoio			

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:FD8CDEF5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
VENCEDORES DO PROCESSO - LEILÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO				
LOBATO-PR				
VENCEDORES DO PROCESSO				
LEILÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026				
Processo Administrativo Nº 55/2026				
Tipo: AQUISIÇÃO				
LEILOEIRO: SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES				
Data de Publicação: 08/07/2026 11:33:10				
TOTAL DO PROCESSO: **218.100,00**				
35.842.994 PAULO ROBERTO LELIS GONÇALVES		**35.842.994/0001-78**		**52.650,00**
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 965	Lance: 20.650,00	**Total: 20.650,00**
Item: 1	Unidade: UN	Marca: Leilão		Modelo:
Descrição: DESCRIÇÃO: ESPECIAL CAMIONETE; (AMBULÂNCIA); Marca/Modelo: RENAULT/MASTER ALTECHAMB Combustível: Diesel; Ano Fab/Mod: 2012/2013, Potencia/Cilindrada: 114CV/2463; Lotação: 06P; Chassi- G9UA650C249967; Cor predominante: Branca – Placa AVS 8175.AVALIAÇÃO: Veículo em regular estado de conservação, com 13 anos de uso, problemas de lataria, interna e motor regular, câmbio e bomba injetora a retificar, pneus ruins, suspensão quebrada, em desuso demonstrando-se inviável seu conserto face as referidas condições.				
Quantidade: 1	Val. Ref.: 20.500,00		**Valor Unit.: 20.650,00**	Total Item: 20.650,00
LOTE 7	Quant.: 1	Num: 657	Lance: 25.000,00	**Total: 25.000,00**

Item: 1	Unidade: UN	Marca: Leilão		Modelo:
Descrição: DESCRIÇÃO: PAS/AUTOMÓVEL; Marca/Modelo: CHEV/SPIN 1.8L AT LTZ; Combustível: Etanol/Gas; Ano Fab/Mod: 2017/2018; Chassi: 9BGJC7520JB216286; Cap/Pot/Cil 7P/111CV/1800; Cor Predominante: Branca – Placa BCA4314.AVALIAÇÃO: Veículo em regular estado de conservação, com 07 anos de uso, lataria com pequenas avarias, porta lado direito fazer funilaria, interna boa, 07 lugares e câmbio automático ruim, demonstrando-se inviável a sua manutenção por tratar-se de um veículo em desuso pelo município.				
Quantidade: 1	Val. Ref.: 25.000,00		**Valor Unit.: 25.000,00**	Total Item: 25.000,00
LOTE 8	Quant.: 1	Num: 980	Lance: 7.000,00	**Total: 7.000,00**
Item: 1	Unidade: UN	Marca: Leilão		Modelo:
Descrição: DESCRIÇÃO: PAS/AUTOMÓVEL; Marca/Modelo: I/CHEV/CLASSIC LS; Combustível: Etanol/Gas; Ano Fab/Mod: 2013/2014; Chassi: 8AGSU19F0ER146036; Cap/Pot/Cil 5P/78CV/1000; Cor Predominante: Branca – Placa AXQ5596.AVALIAÇÃO: Veículo em regular estado de conservação, com 11 anos de uso, lataria regular, interna ruim, motor a retificar, câmbio regular, pneus ruins, demonstrando-se inviável sua manutenção face ao desuso do mesmo.				
Quantidade: 1	Val. Ref.: 7.000,00		**Valor Unit.: 7.000,00**	Total Item: 7.000,00
PG COMERCIO DE MAQUINAS			**16.596.674/0001-30**	**125.150,00**
LOTE 3	Quant.: 1	Num: 005	Lance: 103.000,00	**Total: 103.000,00**
Item: 1	Unidade: UN	Marca: Leilão		Modelo:
Descrição: DESCRIÇÃO: CARGA CAMINHÃO; Marca/Modelo: IVECO/TECTOR 240E25s; Combustível: Diesel: Ano Fab/Mod: 2011/2011; Potência/Cilindrada: 250CV; Cat. Oficial, Capacidade 16.15; Peso Bruto Total 23.0; CMT 33.0; Eixos 3; Lotação 02P – BASCULANTE; Chassi: 93ZE2HJ00B8906493; Cor Predominante: Branca – Placa AVS 7514AVALIAÇÃO: Veículo com regular estado de conservação, com 17 anos de uso, poucos problemas de lataria, interna ruim, câmbio manual em bom estado e pneus ruins, veículo em desuso, demonstrando-se inviável seu conserto face às referidas condições.				
Quantidade: 1	Val. Ref.: 100.000,00		**Valor Unit.: 103.000,00**	Total Item: 103.000,00
LOTE 5	Quant.: 1	Num: 483	Lance: 22.150,00	**Total: 22.150,00**
Item: 1	Unidade: UN	Marca: Leilão		Modelo:
Descrição: DESCRIÇÃO: PAS/AUTOMÓVEL; Marca/Modelo: VW/NOVO VOYAGE CL MBV; Combustível: Etanol/Gas; Ano Fab/Mod: 2016/2017; Chassi: 9BWDB45U7HT029879; Cap/Pot/Cil – 5P/104CV/1598; Cor Predominante: Branca - Placa BAT 5226.AVALIAÇÃO: Veículo em bom estado de conservação, com 08 anos de uso, poucos problemas de lataria e interna boa, câmbio manual bom, pneus e suspensão ruins, demonstrando-se inviável sua manutenção por se tratar de um veículo em desuso.				
Quantidade: 1	Val. Ref.: 20.000,00		**Valor Unit.: 22.150,00**	Total Item: 22.150,00
DIOGO HENRIQUE GARCIA DOS SANTOS	**025.789.019-02**		**40.300,00**	
LOTE 4	Quant.: 1	Num: 111	Lance: 10.150,00	**Total: 10.150,00**
Item: 1	Unidade: UN	Marca: Leilão		Modelo:
Descrição: DESCRIÇÃO: PAS/AUTOMÓVEL; Marca/Modelo: VW/GOL Patrulheiro 1.6; Combustível: Álcool/Gasolina; Ano Fab/Mod: 2008/2008; Potência/Cilindrada: 103CV1596; Lotação: 05P; Chassi: 9BWCB05W78T208624; Cor Predominante: Branca – Placa AQR 8652.AVALIAÇÃO: Veículo com bom estado de conservação, com 17 anos de uso, poucos problemas de lataria, interna regular, câmbio manual e pneus bons, veículo em desuso, demonstrando-se inviável seu conserto face às referidas condições.				
Quantidade: 1	Val. Ref.: 10.000,00		**Valor Unit.: 10.150,00**	Total Item: 10.150,00
LOTE 6	Quant.: 1	Num: 196	Lance: 30.150,00	**Total: 30.150,00**
Item: 1	Unidade: UN	Marca: Leilão		Modelo:
Descrição: DESCRIÇÃO: PAS/AUTOMÓVEL; Marca/Modelo: VW/NOVA SAVEIRO RB MBVS; CARGA CAMIONETA; Combustível: Etanol/Gas; Ano Fab/Mod: 2019/2020; Chassi: 9BWK45U5LP034457; Cap/Pot/Cil – 2P/104CV/1598; Cor Predominante: Branca - Placa BDR2C39.AVALIAÇÃO: Veículo em bom estado de conservação, com 08 anos de uso, Motor ruim, poucos problemas de lataria e interna boa, câmbio manual bom, pneus e suspensão ruins, demonstrando- se inviável sua manutenção por se tratar de um veículo em desuso.				
Quantidade: 1	Val. Ref.: 30.000,00		**Valor Unit.: 30.150,00**	Total Item: 30.150,00

SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES
Leiloeiro

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Membro De Equipe De Apoio

LUCIMARA APARECIDA RIQUENA MEDEIROS DE ALMEIDA
Membro De Equipe De Apoio

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:3C19883B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 391/2026 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO PARA 2026, DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PARANÁ.

DECRETO Nº. 391/2026

Ementa: Abre crédito Suplementar no Orçamento para 2026, do Município de Mandaguari-Paraná.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº 4.543/2026 de 11/08/2026.

Decreta:

Art. 1º Este Decreto abre crédito suplementar para o exercício de 2026 (Lei Orçamentária 4421/2025) do Município de Mandaguari-PR.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado no Orçamento do Município de Mandaguari-PR para o exercício de 2026, um crédito suplementar no valor de R$ 168.200,00 (cento e sessenta e oito mil e duzentos reais), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

Suplementação			
02		SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
02.001		SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
02.001.04.122.0002.2.004		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE GOVERNO	
4 - 3.3.90.14.00.00	000	DIARIAS - CIVIL	45.000,00
5 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	123.200,00
Total Suplementação:			168.200,00

Art. 3º Para cobertura do crédito aberto no artigo 2°, é utilizado como recurso de Anulação de dotações, no valor de R$ 168.200,00 (cento e sessenta e oito mil e duzentos reais), de acordo com o Art.43, Parágrafo 1°, Inciso III, da Lei Federal 4320/64.

Redução			
02		SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	

02.002		DEPARTAMENTO DE PROJETOS E CONVÊNIOS	
02.002.04.122.0002.2.005		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DEPARTAMENTO DE PROJETOS E	
17 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	1.900,00
18 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.900,00
19 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.100,00
20 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.100,00
21 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.900,00
22 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO -	4.900,00
02.003		DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CERIMONIAL	
02.003.04.131.0002.2.006		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E	
32 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.900,00
02.004		DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE	
02.004.04.122.0002.2.007		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE	
42 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	1.900,00
43 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.400,00
44 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.900,00
45 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.900,00
46 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO -	1.900,00
49 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.900,00
02.005		PROCURADORIA JURIDICA	
02.005.04.122.0002.2.008		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DA PROCURADORIA JURIDICA	
57 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.400,00
58 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.900,00
02.006		ASSISTÊNCIA JURÍDICA MUNICIPAL	
02.006.04.122.0002.2.009		MANUTENÇÃO DA DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA MUNICIPAL	
68 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS – CIVIL	2.400,00
69 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
02.007		CORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO	
02.007.04.122.0002.2.010		MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E	
80 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
02.008		CONTROLE INTERNO	
02.008.04.124.0002.2.011		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO CONTROLE INTERNO	
86 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	4.000,00
89 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.900,00
90 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
05		SECRETARIA DE URBANISMO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
05.001		UNIDADE DE URBANISMO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
05.001.06.181.0007.2.081		MANUTENCAO DA GUARDA MUNICIPAL	
425 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00
Total Redução:			168.200,00

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (11/08/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:91220BA6

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 4543/2026 - AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO PARA 2026, DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PARANÁ.

Lei Ordinária Nº 4543/2026

Ementa: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Suplementar no Orçamento para 2026, do Município de Mandaguari-Paraná.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, aprovou e eu, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Esta Lei autoriza o Executivo municipal a efetuar a abertura de crédito suplementar para o exercício de 2026 (Lei Orçamentária 4421/2025) do Município de Mandaguari-PR.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado no Orçamento do Município de Mandaguari-PR para o exercício de 2026, um crédito suplementar no valor de R$ 168.200,00 (cento e sessenta e oito mil e duzentos reais), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

Suplementação			
02		SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
02.001		SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
02.001.04.122.0002.2.004		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE GOVERNO	
4 - 3.3.90.14.00.00	000	DIARIAS - CIVIL	45.000,00
5 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	123.200,00
Total Suplementação:			168.200,00

Art. 3º Para cobertura do crédito aberto no artigo 2°, é utilizado como recurso de Anulação de dotações, no valor de R$ 168.200,00 (cento e sessenta e oito mil e duzentos reais), de acordo com o Art.43, Parágrafo 1°, Inciso III, da Lei Federal 4320/64.

Redução

02		SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
02.002		DEPARTAMENTO DE PROJETOS E CONVÊNIOS	
02.002.04.122.0002.2.005		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DEPARTAMENTO DE PROJETOS E	
17 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	1.900,00
18 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.900,00
19 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.100,00
20 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.100,00
21 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.900,00
22 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO -	4.900,00
02.003		DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CERIMONIAL	
02.003.04.131.0002.2.006		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E	
32 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.900,00
02.004		DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE	
02.004.04.122.0002.2.007		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE	
42 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	1.900,00
43 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.400,00
44 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.900,00
45 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.900,00
46 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO -	1.900,00
49 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.900,00
02.005		PROCURADORIA JURIDICA	
02.005.04.122.0002.2.008		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DA PROCURADORIA JURIDICA	
57 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.400,00
58 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.900,00
02.006		ASSISTÊNCIA JURÍDICA MUNICIPAL	
02.006.04.122.0002.2.009		MANUTENÇÃO DA DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA MUNICIPAL	
68 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS – CIVIL	2.400,00
69 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
02.007		CORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO	
02.007.04.122.0002.2.010		MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E	
80 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
02.008		CONTROLE INTERNO	
02.008.04.124.0002.2.011		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO CONTROLE INTERNO	
86 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	4.000,00
89 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.900,00
90 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
05		SECRETARIA DE URBANISMO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
05.001		UNIDADE DE URBANISMO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
05.001.06.181.0007.2.081		MANUTENCAO DA GUARDA MUNICIPAL	
425 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00
Total Redução:			168.200,00

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (11/08/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:FD93D82F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
46º ADITIVO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO – PCA-M - 2026

44° ADITIVO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO – PCA-M – 2026

O Município de Mandirituba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Bom Jesus, n.º 44, Centro, CEP 83.800-058, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.105.550/0001-37, neste ato representado por seu Prefeito FELIPE CLAUDINO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições legais previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como, o Decreto Municipal n.º 1.216/2023 – Regulamenta a Lei 14133/2021, formaliza ao Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026.

As demandas não previstas no Plano de Contratações Anual foram solicitadas pelo respectivo Secretário responsável pela pasta e está autorizada pela autoridade competente.

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: Software de Sistema de Saúde

Justificativa Suscinta: A contratação de software de gestão em saúde é necessária para garantir maior eficiência na administração dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, possibilitando a integração das informações, o registro eletrônico dos atendimentos, o controle de agendas, estoques, exames, faturamento e demais processos assistenciais e administrativos. A solução contribuirá para a melhoria da qualidade do atendimento à população,maiorsegurançadasinformações,atendimentoàsexigênciaslegais e otimização da gestão dos recursos públicos.

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	QTD	Estimativa De valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridade	Data Prevista	Vinculação com outro item
01	3.3.90.39	Treinamento e implantação	1	1	R$6.550,00	R$6.550,00	Alto	05/10/2026	Não
02	3.3.90.39	Horas analista para desenvolvimento/ customização	mensal	600	R$191,50	R$ 114.900,00	Alto	05/10/2026	Não
03	3.3.90.39	Organização, estruturação e Acompanhamento das rotinas de Funcionamento das secretarias de saúde-Municípios com população Estimada entre 10.001 a 30.000 habitantes.	mensal	12	R$3.800,00	R$ 45.600,00	Alto	05/10/2026	Não
Valor total:						R$:167.050,00			

DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO: Aquisição de medicamentos.									
Justificativa Sucinta: Justifica-se a presente aquisição pela necessidade de reposição do estoque da Farmácia Municipal, visando garantir a continuidade de fornecimento dos medicamentos e assegurar o cumprimento da ordem judicial processo nº 0007653-83.2021.8.16.0038.									
Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant.	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridade	Data Prevista	Vinculação com outro item
01	3.3.90.30	OLMESARTANA 40 MG + ANLODIPINO 5 MG JUDICIAL	CP	840	R$ 1,55	R$ 1.302,00	Alto	09/26	Não
02		TRAZODONA (CLORIDRATO) 150 MG – COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA JUDICIAL	CP	420	R$ 7,94001	R$ 3.334,842	Alto	09/26	Não
Valor total:						R$ 4.636,842			

10 de agosto de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mayara Thaine Moro
Código Identificador:567D18BF

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 020/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PREGÃO ELETRÔNICO
Nr.: 20/2026
Rua Augusto Dissenha, 44 - Centro - Mandirituba
CEP: 83800-058 CNPJ: 76.105.550/0001-37 Telefone: (41) 3626-1122
E-mail: transparencia@mandirituba.pr.gov.br Site: https://www.mandirituba.pr.
Processo Adm.: 66/2026
Data do Processo: 10/06/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:
a) Nr. Processo: 66/2026
b) Nr. Licitação: 20/2026 - PE
c) Modalidade: Pregão eletrônico
d) Data de Homologação: 11/08/2026
e) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GENEROS ALIMENTICIOS

Participante: COMERCIAL MAB ALIMENTOS LTDA (11.412.547/0001-10)					
Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
2	Achocolatado liquido, contendo 200 ml - Achocolatado liquido, pronto em embalagem longa vida com canudo e contendo 200 ml. Ingredientes: leite integral reconstituído, açúcar, soro de leite em pó, cacau em pó, gordura vegetal hidrogenada, extrato de malte, sal, vitamina C, PP, E, B6, B2, B1 e A). Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega.	1.000,000	CX	1,03	1.030,00
3	Marca: COLONIA HOLANDESA Achocolatado em pó instantâneo, embalagens de no mínimo de 350g - Achocolatado em pó instantâneo, a base de cacau em pó. Embalagens devem estar intactas, acondicionadas em embalagens de no mínimo de 350g. Prazo de validade mínimo de 06 meses a partir data de entrega.	566,000	EMB	4,15	2.348,90
4	Marca: GOSTOZZO Achocolatado em pó instantâneo, embalagens de no mínimo de 01 kg - Achocolatado em pó instantâneo, enriquecido com 8 vitaminas (Vitamina A, D, C, E, B1, B2, B6 E PP), a base de cacau em pó. Embalagens devem estar intactas, acondicionadas em embalagens de no mínimo de 01 kg. Prazo de validade mínimo de 06 meses a partir data de entrega.	570,000	EMB	9,15	5.215,50
13	Marca: VIVA+ Água mineral sem gás, embalagem com 12 unidades de 510 ml cada (fardo). - Água mineral sem gás, embalagem com 12 unidades de 510 ml cada (fardo).	820,000	EMB	10,43	8.552,60
18	Marca: FRESCALE Arroz parboilizado, tipo 1. Contendo 01 kg - Arroz parboilizado, tipo 1, classe longo e fino. Embalagem plástica atóxica, transparente, resistente e contendo 01 kg. Prazo de validade: mínimo de 06 meses. Marca: SÃO ROQUE	1.500,000	EMB	3,14	4.710,00
19	Atum ralado em óleo, com alto teor de nutrientes e Ômega 3. Embalagem com no mínimo 170 gramas. - Atum ralado em óleo, com alto teor de nutrientes e Ômega 3. Embalagem com no mínimo 170 gramas. Marca: PESCADOR	300,000	EMB	6,28	1.884,00
24	Barra de cereal, com aveia e grão integrais e frutas secas, banana, maçã, castanha, uva passa, coco. Sem chocolate. Embalagem íntegra com informação nutricional, prazo de validade de no mínimo de 03 meses. Pesando no mínimo 20g. - Barra de cereal, com aveia e grão integrais e frutas secas, banana, maçã, castanha, uva passa, coco. Sem chocolate. Embalagem íntegra com informação nutricional, prazo de validade de no mínimo de 03 meses. Pesando no mínimo 20g. Marca: NATURALE	3.500,000	UN	0,94	3.290,00
29	Biscoito doce tipo rosquinha, mínimo 350 gramas - Biscoito doce tipo rosquinha, produzido de farinha enriquecida com ferro e ácido fólico. Sabores: chocolate, coco e leite. Embalagem plástica atóxica, com no mínimo 350 gramas. Prazo de validade de no mínimo de 06 meses. Marca: PICCININI	8.758,000	PCT	3,34	29.251,72
32	Biscoito salgado crocante, mínimo 400 gramas - Biscoito salgado crocante. Composição nutricional: mínimo 400 calorias, 06 gramas de proteína e máximo de 14 gramas de gordura em 100 gramas do produto. Embalagem plástica atóxica contendo no mínimo 400 gramas. Prazo de validade: mínimo de 06 meses. Marca: PICCININI	4.880,000	PCT	3,29	16.055,20
33	Biscoito salgado integral. Contendo no mínimo 400g. - Biscoito salgado integral. Embalagens devem estar acondicionadas em embalagem primária plástica, transparente, envoltos por embalagem secundária de polietileno metalizado, atóxico, resistente, lacrado, contendo no mínimo 400g. Prazo de validade mínimo 10 meses a contar a partir da data de entrega. Marca: RENATA	400,000	PCT	4,89	1.956,00
37	Biscoito de polvilho. Embalagem contendo no mínimo 200 g - Biscoito de polvilho, tradicional, salgado, assado e crocante. Com procedência, registro e informação nutricional no rótulo. Embalagem contendo no mínimo 200 g. Prazo de validade de no mínimo 06 meses. Marca: OFIR	2.050,000	PCT	5,97	12.238,50
38	Bombom de chocolate, embalagem com peso entre 250 e 300 gramas - Bombom de chocolate, bombons sortidos de chocolate, caixa contendo entre 15 e 18 unidades (ou superior), de bombons com sabores variados, embalagem com peso entre 250 e 300 gramas (ou superior). Produto de 1ª qualidade. Prazo de validade: não inferior a 90 dias da data de entrega. Marca: GAROTO	4.550,000	EMB	12,95	58.922,50
39	Bombom recheado, pacote com no mínimo 950 gramas - Bombom recheado, com creme de castanha de caju e cobertura de chocolate branco, pacote com no mínimo 950 gramas ou 48 unidades. Qualidade igual ou superior ao ouro branco ou similar. Marca: ARCOR	560,000	EMB	52,40	29.344,00
44	Chá de camomila, contendo 10 saches - Chá de camomila, produzidos a partir de matéria prima de qualidade, livre de contaminação e /ou materiais estranhos, apresentando características naturais do produto. Acondicionados em embalagem de papel, contendo 10 saches com volume de 1 g cada, peso total de 10 g. Contendo no rótulo: registro, nome e endereço do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação e validade. Marca: 81	1.330,000	CX	2,08	2.766,40

45	Chá de erva cidreira, contendo 10 saches - Chá de erva cidreira, produzidos a partir de matéria prima de qualidade, livre de contaminação e /ou materiais estranhos, apresentando características naturais do produto. Acondicionados em embalagem de papel, contendo 10 saches com volume de 1 g cada, peso total de 10 g. Contendo no rótulo: registro, nome e endereço do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação e validade. Marca: 81	2.785,000	CX	2,07	5.764,95
65	Doce de leite cremoso, mínimo 400 gramas - Doce de leite cremoso, com leite pasteurizado, xarope de glicose, açúcar, leite em pó integral, amido de milho modificado, estabilizante citrato de sódio, regulador de acidez bicarbonato de sódio, proteínas lácteas, enzima lactase, sem glúten. Pote com no mínimo 400 gramas. Validade de no mínimo 06 meses. Marca: DA SERRA	1.910,000	LT	5,03	9.607,30
72	Farinha de quibe. Embalagem com 500 gramas. Validade mínima de 06 meses na data da entrega. - Farinha de quibe. Embalagem com 500 gramas. Validade mínima de 06 meses na data da entrega. Marca: ELDORADO	294,000	SC	2,98	876,12

77	Feijão preto. Embalagem de 1 kg - Feijão preto, tipo 1, constituído de grãos inteiros, novos e sadios. Isento de matéria terrosa, pedras, fungos e insetos, livre de fragmentos estranhos, umidade, e misturas de outras variedades ou espécies. Validade mínima 06 meses a partir da data da entrega. Embalagem de 1 kg. Marca: SUPER CALDO	2.530,000	EMB	4,77	12.068,10
78	Fermento químico em pó. Embalagem com 100 gramas. - Fermento químico em pó. Embalagem com 100 gramas. Marca: APTI	778,000	EMB	2,37	1.843,86
80	Filtro para café, tamanho 103. Embalagem com no minimo 30 unidades. - Filtro para café, tamanho 103. Embalagem com no minimo 30 unidades. Marca: BOM JESUS	490,000	CX	3,28	1.607,20
91	Leite de coco. Embalagem com 200 ml. - Leite de coco. Embalagem com 200 ml. Marca: DIVINA MESA	1.006,000	CX	2,47	2.484,82
92	Leite em pó integral, instantâneo. Embalagem com no mínimo 400 gramas. - Leite em pó integral, instantâneo. Embalagem com no mínimo 400 gramas. Validade mínima de 06 meses na data da entrega. Marca: SÃO GABRIEL	2.590,000	EMB	10,94	28.334,60
100	Macarrão ninho largo. Embalagem de 500 g. - Macarrão ninho largo, produto obtido a partir da farinha de trigo tipo 1, com ovos, enriquecida com ferro e ácido fólico. Com aspecto, cheiro, cor e sabor próprios. Acondicionado em embalagem atóxica com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade. Validade de no mínimo 06 meses a contar da data de entrega. Embalagem de 500 g. Marca: TODESCHINI	4.100,000	EMB	4,22	17.302,00
103	Macarrão tipo espaguete integral. Contendo 500g - Macarrão tipo espaguete integral. Embalagem: plástica, transparente, resistente, bem vedada, contendo 500g, isento de qualquer substância estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega. Marca: FLORIANI	160,000	EMB	3,95	632,00
112	Milho verde em conserva. Embalagem com 170 gramas. Validade de no mínimo 06 meses. - Milho verde em conserva. Embalagem com 170 gramas. Validade de no mínimo 06 meses. Marca: BONARE	1.270,000	EMB	2,43	3.086,10
127	Polvilho doce. Embalagem com 500 gramas. - Polvilho doce. Embalagem com 500 gramas. Marca: PRATA	180,000	EMB	2,85	513,00
132	Refrigerante, de vários sabores. Embalagem de 02 litros. - Refrigerante, de vários sabores. Embalagem de 02 litros. Marca: FABIANE	1.820,000	UN	4,52	8.226,40
137	Suco concentrado - Suco concentrado varios sabores,100% da fruta sem adição de água, açúcares, conservantes e aditivos. Embalagem com no minimo 500ml. Marca: IMBIARA	220,000	UN	5,84	1.284,80
138	Suco néctar, de vários sabores, em embalagem Tetra pak contendo 01 litro. - Suco néctar, de vários sabores, em embalagem Tetra pak contendo 01 litro. Marca: NUTRINECTAR	770,000	UN	5,78	4.450,60
139	Suco pronto, de vários sabores, em embalagem Tetra Pak, contendo 200 ml, com canudinho. - Suco pronto, de vários sabores, em embalagem Tetra Pak, contendo 200 ml, com canudinho. Marca: BUONA VITA	19.100,00	UN	1,32	25.212,00
Total do Participante:					**300.859,17**

Participante: FRANCISCO JOÃO DE OLIVEIRA MERCEARIA (00.099.743/0001-60)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
12	Água mineral sem gás, embalagem com 200 ml cada (copo). - Água mineral sem gás, embalagem com 200 ml cada (copo). Marca: FONT LIFE	7.070,000	COPO	0,60	4.242,00
49	Chantilly, tipo profissional topping. Embalagem com 01 litro. - Chantilly, tipo profissional topping. Embalagem com 01 litro. Marca: CESIBOM	30,000	UN	16,00	480,00

95	Leite em pó zero lactose. Embalagem contendo mínimo de 300 g - Leite em pó zero lactose, sem glúten, sem lactose, sem açúcares, pó uniforme sem grumos, acondicionado em embalagem aluminizada, não violada, que garanta a integridade do produto. Com aspecto característico: cor, odor e sabor próprio. Validade mínima de 12 meses, a contar da data de entrega. Embalagem contendo mínimo de 300 g. Marca: AURORA	234,000	EMB	17,56	4.109,04
96	Leite sem lactose. Apresentação embalagem tetra pak de 1000 ml. - Leite sem lactose, não vegano, normal de vaca sem a presença do açúcar lactose. Rico em cálcio, potássio, zinco magnésio, além de vitamina A, K e do complexo B. Apresentação embalagem tetra pak de 1000 ml. Marca: PARMALAT	220,000	UN	5,83	1.282,60
104	Macarrão de arroz tipo parafuso, contendo 500gr - Macarrão de arroz tipo parafuso, sem ovos, glúten, lactose e gordura trans. Ingredientes: farinha de arroz, emulsificante E471 e beta-caroteno. A embalagem deve ser atóxica, estar intacta e deve constar informação nutricional e ingredientes. Embalagem padronizada contendo 500gr do produto. Data de fabricação máximo 30 dias. Marca: JOIA	70,000	EMB	5,00	350,00
108	Margarina sem sal, 55% lipídios. Embalagem com 500 g. - Margarina sem sal, 55% lipídios. Embalagem com 500 g. Marca: CREMOSY	331,000	EMB	6,19	2.048,89
109	Margarina vegetal cremosa com sal, 65% lipídios, sem gorduras trans. Embalagem com 500 gramas. - Margarina vegetal cremosa com sal, 65% lipídios, sem gorduras trans. Embalagem com 500 gramas. Marca: CREMOSY	1.787,000	EMB	6,26	11.186,62
110	Maria caxuxa, caixa com 50 unidades. Validade de no mínimo 03 meses. - Maria caxuxa, caixa com 50 unidades. Validade de no mínimo 03 meses. Marca: CHAMEL	25,000	UN	42,60	1.065,00
114	Nata fresca, para confeitar bolos com no mínimo 300g. - Nata fresca, para confeitar bolos com no mínimo 300g. Marca: CANTO DE MINAS	400,000	EMB	12,00	4.800,00
119	Pão de forma integral de centeio, mínimo 400 gramas - Pão de forma integral de centeio, superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça integral de centeio, contendo em média 16 fatias, composto de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de centeio, grãos de trigo, açúcar, gordura vegetal, fermento biológico, sal, farinha de trigo integral, fibra de trigo e conservador propionato de cálcio livre de odor, sabor e material estranho, embalado em saco polietileno atóxico, pesando no mínimo 400 gramas, validade mínima de 8 dias a contar da data de entrega, e suas condições deverão estar de acordo com RDC nº 175 – ANVS/MS de 08/07/2003, RDC nº 263 ANVS/MS de 22/09/2005, RDC nº 12 – ANVS/MS de 02/01/2001, produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA. Marca: ORQUIDEA	50,000	EMB	9,99	499,50
131	Refresco em pó. Embalagem de no mínimo 350 gramas. - Refresco em pó, composição: açúcar, vitamina C, sulfato de zinco, vitamina D, acidulante ácido cítrico, antiumectante fosfato tricalcico. Edulcorantes: acesulfame-k, aspartame, ciclamato de sódio, acesulfame de potássio e sacarina sódica, espessantes goma guar e xantana. Reguladores de acidez: ácido fumárico, citrato de sódio. Aromatizante: corante inorgânico. Corante: dióxido de titânio, tartrazina e azul brilhante. Aromas diversos. Embalagem de no mínimo 350 gramas. Marca: NEYLAR	445,000	PCT	8,80	3.916,00
135	Seleta de legumes, lata de seleta de legumes variados. Conteúdo de 200g. - Seleta de legumes, lata de seleta de legumes variados. Embalagem íntegra com informação nutricional, prazo de validade e lote. Conteúdo de 200g. Marca: QUERO	366,000	EMB	2,99	1.094,34
136	Suco de soja. Apresentação em embalagem tetra pak de 1000 ml - Suco de soja, alimento de soja líquido, sabor de frutas, elaborado com proteína isolada de soja ou extrato de soja, suplementado com cálcio, vitaminas e minerais, podendo ser utilizado em casos de intolerância à lactose ou alergia à proteína de leite de vaca. Isento de lactose, sacarose e glúten. Apresentação em embalagem tetra pak de 1000 ml Marca: DA FRUTA	250,000	EMB	7,19	1.797,50
Total do Participante:					**36.871,49**

Participante: GM DISTRIBUIDORA LTDA (21.604.118/0001-07)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	Abacaxi em calda. Lata com peso líquido de 820g e drenado de 400 g - Abacaxi em calda, em rodelas, com aspecto, cheiro, cor e sabor próprios, isento de sujidades, parasitas e larvas. Lata com peso líquido de 820g e drenado de 400 g. Embalagem íntegra. Com prazo de validade de no mínimo 30 dias a partir da data de entrega. Marca: TRIANGULO	71,000	LT	14,88	1.056,48
22	Bala de goma, tipo americana tubo com sabores sortidos de frutas com no mínimo 8 unidades, caixa com no mínimo 30 unidades. - Bala de goma, tipo americana tubo com sabores sortidos de frutas com no mínimo 8 unidades, caixa com no mínimo 30 unidades. Marca: DORI	160,000	EMB	18,45	2.952,00
42	Canjica de milho branco, tipo 1. Embalagem com no mínimo 500g gramas. - Canjica de milho branco, tipo 1. Composição nutricional: mínimo 350 calorias e 08 gramas de proteínas em 100 gramas do produto. Prazo de validade: mínimo de 06 meses. Embalagem com no mínimo 500g gramas. Marca: ELDORADO	2.240,000	EMB	2,89	6.473,60
57	Cocada branca e cocada preta, caixa com 50 unidades. Validade mínima de 45 dias a partir da entrega - Cocada branca e cocada preta, caixa com 50 unidades. Validade mínima de 45 dias a partir da entrega Marca: PRINCESA	25,000	EMB	30,63	765,75
58	Coco ralado, adoçado levemente umedecido. Sem glúten. Sem lactose. 0% gordura trans. Embalagem de 01 kg Devidamente vedado. Qualidade igual ou superior a Sococo. - Coco ralado, adoçado levemente umedecido. Sem glúten. Sem lactose. 0% gordura trans. Embalagem de 01 kg Devidamente vedado. Qualidade igual ou superior a Sococo. Marca: SUPERCOCO	382,000	PCT	23,99	9.164,18

111	Milho pipoca em grãos. Embalagem com 500 gramas. - Milho pipoca em grãos. Embalagem com 500 gramas. Marca: ELDORADO	360,000	EMB	2,89	1.040,40
120	Paçoca de amendoim, pesando 20 gr. Caixa com 50 unidades. - Paçoca de amendoim, pesando 20 gr. Caixa com 50 unidades. Marca: CLAMEL	60,000	PCT	22,02	1.321,20
124	Pirulito sortidos, diversos sabores de frutas. Embalagem com no mínimo 500 gramas. - Pirulito sortidos, diversos sabores de frutas. Embalagem com no mínimo 500 gramas. Marca: POP	470,000	PCT	9,47	4.450,90
126	Polvilho azedo. Embalagem com 500 gramas. - Polvilho azedo. Embalagem com 500 gramas. Marca: PRATA	280,000	EMB	3,08	862,40
141	Uva passa. Conteúdo de aproximadamente 150 gr. - Uva passa, obtida através da desidratação de uvas frescas. Embalagem íntegra com informação nutricional, prazo de validade e lote. Conteúdo de aproximadamente 150 gr. Marca: DE VALOR	180,000	UN	10,00	1.800,00
Total do Participante:					**29.886,91**
Participante: JAS DISTRIBUIDORA LTDA (59.362.324/0001-12)					
Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
17	ARROZ PARBOILIZADO. EMBALAGEM COM 05 KG - Arroz parboilizado, tipo 1, classe longo e fino. Embalagem plástica atóxica, transparente, resistente e contendo 05 kg. Prazo de validade: mínimo de 06 meses. Marca: SÍTIO CERCADO	3.722,000	EMB	15,84	58.956,48
43	Cereal de milho, tipo flocos. Embalagem com no mínimo 500 gramas. Validade de 12 meses. - Cereal de milho, tipo flocos. Embalagem com no mínimo 500 gramas. Validade de 12 meses. Marca: ALCA FOODS	1.070,000	EMB	7,37	7.885,90

47	Chá mate tostado e moído, sabor natural. Embalagem com 25 unidades. - Chá mate tostado e moído, sabor natural, produzidos a partir de matéria prima de qualidade, livre de contaminação e /ou materiais estranhos, apresentando características naturais do produto. Embalagem com 25 unidades. Marca: CAPIMAR	890,000	CX	2,30	2.047,00
48	Chá mate tostado e moído, sabor natural. Embalagem com no mínimo 250 gramas. - Chá mate tostado e moído, sabor natural. Produzidos a partir de matéria prima de qualidade, livre de contaminação e /ou materiais estranhos, apresentando características naturais do produto. Embalagem com no mínimo 250 gramas. Marca: EUNICE	2.785,000	CX	2,50	6.962,50
51	Chocolate em pó solúvel 50% cacau contendo no mínimo 01 kg - Chocolate em pó solúvel 50% cacau, ingredientes: Cacau em pó, açúcar e aromatizante idêntico ao natural. Sem glúten. Embalagem vedada em pacote de polietileno metalizado contendo no mínimo 01 kg. Validade mínima de 12 meses. Qualidade igual ou superior a Nestlé. Marca: QUALIMESSE	1.559,000	EMB	21,39	33.347,01
71	Farinha de milho branca. Embalagem com 1 kg - Farinha de milho branca, tipo biju, obtida do grão de milho torrado e peneirado, fortificada com ferro e ácido fólico, devendo se apresentar limpa e seca. Embalagem com 1 kg. Validade mínima de 06 meses na data da entrega. Marca: DOM PEDRO	4.763,000	EMB	4,69	22.338,47
81	Fubá de milho branco. Embalagem com 01 kg. - Fubá de milho branco, tipo mimoso 100% milho enriquecido com ferro e ácido fólico, obtido a partir da moagem do grão de milho. Validade mínima de 06 meses na data da entrega. Embalagem com 01 kg. Marca: DOM PEDRO	3.280,000	EMB	4,53	14.858,40
99	Macarrão tipo cabelo de anjo. Embalagem de 500 g. - Macarrão tipo cabelo de anjo, produto obtido a partir da farinha de trigo tipo 1, com ovos, enriquecida com ferro e ácido fólico. Com aspecto, cheiro, cor e sabor próprios. Acondicionado em embalagem atóxica com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade. Validade de no mínimo 06 a contar da data de entrega. Embalagem de 500 g. Marca: NORDESTE	3.330,000	EMB	4,25	14.152,50
102	Macarrão tipo espaguete fino. Embalagem de 500 g. - Macarrão tipo espaguete fino, produto obtido a partir da farinha de trigo tipo 1, com ovos, enriquecida com ferro e ácido fólico. Com aspecto, cheiro, cor e sabor próprios. Acondicionado em embalagem atóxica com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade. Validade de no mínimo 06 a contar da data de entrega. Embalagem de 500 g. Marca: ROBERTA	5.300,000	EMB	1,97	10.441,00
115	Óleo de soja. Embalagem em garrafa com 900 ml. - Óleo de soja, as embalagens deverão ser integras, isentas de ruptura ou amassadas. A embalagem deverá conter os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade. Prazo de validade 06 meses a contar a partir da data de entrega. Embalagem em garrafa com 900 ml. Marca: COAMO	6.319,000	EMB	7,09	44.801,71
129	Quirera amarela, embalagem de 400g. - Quirera amarela, embalagem deve estar intacta, acondicionadas em pacotes de polietileno transparente bem vedado, embalagem de 400g. Data de fabricação de 30 dias. Validade de no mínimo 06 meses. Marca: SILOTI	6.060,000	EMB	1,38	8.362,80
133	Sagu de mandioca, embalagem com informação nutricional, prazo de validade e lote. Pacote de no mínimo 400g. - Sagu de mandioca, embalagem com informação nutricional, prazo de validade e lote. Pacote de no mínimo 400g. Marca: PRATA	1.685,000	EMB	3,45	5.813,25
145	Chocolate em pó solúvel 50% cacau contendo no mínimo 01 kg - Chocolate em pó solúvel 50% cacau, ingredientes: Cacau em pó, açúcar e aromatizante idêntico ao natural. Sem glúten. Embalagem vedada em pacote de polietileno metalizado contendo no mínimo 01 kg. Validade mínima de 12 meses. Qualidade igual ou superior a Nestlé. Marca: QUALIMESSE	519,000	EMB	21,39	11.101,41

Total do Participante:					**241.068,43**
Participante: LEON INDUSTRIA E EMPACOTADORA DE ALIMENTOS LTDA (37.318.569/0001-00)					
Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
14	Ameixa preta seca. Embalagem com no mínimo 200 gramas. - Ameixa preta seca, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional número do lote, data de validade, quantidade do produto e atender as especificações conforme dados das disposições da legislação vigente. Embalagem com no mínimo 200 gramas. Marca: LEON	40,000	UN	8,97	358,80
15	Amido de milho, embalagens de 1 Kg - Amido de milho, tipo maisena, em embalagens de 1 Kg, que deve conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade de produto. Prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da entrega. Marca: LEON	1.400,000	EMB	4,97	6.958,00
20	Aveia em flocos ou farelo de aveia, mínimo 170 gramas - Aveia em flocos ou farelo de aveia, o produto não deve apresentar sujidades, umidade ou bolor. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e conter no mínimo 170 gramas do produto, com rótulo de informação nutricional e data de fabricação. O produto deve ter sido fabricado no máximo 30 dias antes da entrega. Prazo de validade de no mínimo de 06 meses a partir da data de entrega. Qualidade igual ou superior às marcas Quaker ou Jasmine. Marca: LEON	405,000	EMB	2,07	838,35
27	Bicarbonato de sódio. Embalagem com aproximadamente 80 gramas. - Bicarbonato de sódio. Embalagem com aproximadamente 80 gramas. Marca: LEON	100,000	FR	1,77	177,00
40	Canela em pó fino homogênea, mínimo 30 gramas - Canela em pó fino homogênea. Obtida da casca de espécimes vegetais genuínas, pardo amarelada ou marrom claro, com aspectos e cheiro aromático de sabor próprio. Deverá obedecer a legislação de alimentos vigentes, observando as boas práticas. Embalagem plástica, intacta, bem vedada, contendo no mínimo 30 gramas do produto e com rótulo de informações nutricionais, data de fabricação, prazo de validade e número do lote. Marca: LEON	280,000	EMB	1,37	383,60
41	Canela em rama. Pacote com aproximadamente 20 gramas. - Canela em rama. Pacote com aproximadamente 20 gramas. Marca: LEON	52,000	EMB	1,67	86,84
50	Chocolate granulado preto, tipo ao leite macio. Embalagem de 500 gramas. - Chocolate granulado preto, tipo ao leite macio. Embalagem de 500 gramas. Marca: LEON	170,000	EMB	11,67	1.983,90
60	Corante - Coloral em pó, embalagem contendo aproximadamente 100g, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. - Corante - Coloral em pó, embalagem contendo aproximadamente 100g, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Marca: LEON	550,000	UN	1,57	863,50
62	Cravo da índia. Pacote com aproximadamente 10 gramas. - Cravo da índia. Pacote com aproximadamente 10 gramas. Marca: LEON	53,000	UN	1,67	88,51
69	Farinha de centeio integral. Embalagem de no mínimo 500g - Farinha de centeio integral. Embalagem resistente, bem vedada, isenta de qualquer substância estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega. Embalagem de no mínimo 500g. Marca: LEON	30,000	EMB	9,65	289,50
73	Farinha de rosca. Embalagem com 500g. - Farinha de rosca, seca, fina, ligeiramente torrada, de cor amarelada, isenta de sujidades e outros materiais estranhos. Embalagem com 500g. Marca: LEON	40,000	EMB	4,57	182,80
86	Granola sem açúcar 1kg - Granola sem açúcar mistura (aveia, flocos) de cereais e frutas desidratadas naturais SEM adição de açúcar ou mel. Embalagem de plástico, íntegra com informação nutricional, data de validade e lote. Conteúdo de 1 kg. Marca: LEON	200,000	UN	29,98	5.996,00

87	Granulado colorido, para confeito de bolos e doces, embalagem com no mínimo 500 gramas. - Granulado colorido, para confeito de bolos e doces, embalagem com no mínimo 500 gramas. Marca: LEON	150,000	EMB	12,22	1.833,00
98	Louro em folhas, embalagem contendo no mínimo 50g, com identificação do produto e prazo de validade. - Louro em folhas, embalagem contendo no mínimo 50g, com identificação do produto e prazo de validade. Marca: LEON	120,000	EMB	2,47	296,40
116	Orégano desidratado. Embalagem com 250 gramas. - Orégano desidratado. Embalagem com 250 gramas. Marca: LEON	240,000	EMB	5,57	1.336,80
122	Pimenta do reino em pó, fino. Embalagem com 30 gramas. - Pimenta do reino em pó, fino. Embalagem com 30 gramas. Marca: LEON	30,000	UN	4,19	125,70
Total do Participante:					**21.798,70**
Participante: NUTRICESTAS ALIMENTOS LTDA EPP (14.156.181/0001-54)					

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
9	Açúcar cristal, pacote com 05 kg - Açúcar cristal, branco, pacote com 05 kg, constituído de sacarose de cana de açúcar, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, parasitas e detritos animais e vegetais. Aspecto sólido com cristais bem definidos. Marca: ALTO ALEGRE	100,000	EMB	13,71	1.371,00
23	Banha suína, máximo 1,5 kg - Banha suína, produto 100% natural, sem adição de outros ingredientes. Acondicionada em embalagem plástica contendo no máximo 1,5 kg. Produto com registro no SIM, CISPOA ou SIF. Validade mínima de 02 meses, a contar da data de entrega. Marca: AURORA	240,000	EMB	13,50	3.240,00
25	Barra de chocolate ao leite. Embalagem com 1 kg - Barra de chocolate ao leite, com açúcar, leite em pó, manteiga de cacau, gordura vegetal, lactose, cacau em pó, gordura de manteiga desidratada, gordura anidra de leite, emulsificantes lecitina de soja e poliglicerol polirricinoleato e aromatizante. Embalagem com 1 kg. Qualidade igual ou superior a marca Néstle ou Lacta. Marca: HARALD	55,000	EMB	85,00	4.675,00
70	Farinha de mandioca torrada. Embalagem com 1 kg. - Farinha de mandioca torrada, produto obtido dos processos de ralar e torrar a mandioca. Fina, seca. Embalagem com 1 kg. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega. Marca: VASCAINA	1.033,000	EMB	3,22	3.326,26
83	Gelatina em pó, vários sabores. Embalagem com 01 kg. - Gelatina em pó, vários sabores. Embalagem com 01 kg. Marca: QUALIMESSE	250,000	PCT	11,44	2.860,00
84	Gelatina em pó, sem sabor. Embalagem com 1 kg - Gelatina em pó, sem sabor, incolor, produto alimentício obtido a partir do colágeno, em forma de pó fino, incolor, inodoro e de sabor neutro. Deve ser apropriado para uso culinário, gelificação, preparo de sobremesas e doces. Isento de corantes artificiais, conservantes, adoçantes ou outros aditivos que alterem a cor ou sabor. Embalagem com 1 kg Marca: QUALIMESSE	230,000	PCT	63,25	14.547,50
97	Lentilha, tipo 1. Embalagem com 500g. - Lentilha, tipo 1. Não apresentar grãos disformes, coloração dos grãos uniformes, impurezas (grãos partidos e pedras), bolor, mofo e caruncho. Apresentar data de validade. Embalagem com 500g. Validade mínima de 02 meses da data de entrega. Marca: JANDIRA	10,000	EMB	6,18	61,80
101	Macarrão Conchinha, Parafuso ou Padre Nosso. Embalagem de 500 g. - Macarrão Conchinha, Parafuso ou Padre Nosso, produto obtido a partir da farinha de trigo tipo 1, com ovos, enriquecida com ferro e ácido fólico. Com aspecto, cheiro, cor e sabor próprios. Acondicionado em embalagem atóxica com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade. Validade de no mínimo 06 meses a contar da data de entrega. Embalagem de 500 g. Marca: JOIA	3.100,000	EMB	2,19	6.789,00
106	Manteiga extra sem sal, de primeira qualidade, com peso liquido de 200 gramas. - Manteiga extra sem sal, de primeira qualidade, com peso liquido de 200 gramas. Marca: ALTO ALEGRE	1.105,000	UN	8,28	9.149,40
107	Margarina com sal, em balde, 55% lipídios. Embalagem com 15 kg. - Margarina com sal, em balde, 55% lipídios. Embalagem com 15 kg. Marca: COAMO	50,000	EMB	124,82	6.241,00
121	Pêssego em calda. Embalagem com aproximadamente 450 gramas. Validade de no mínimo 06 meses. - Pêssego em calda. Embalagem com aproximadamente 450 gramas. Validade de no mínimo 06 meses. Marca: DIVINA MESA	180,000	LT	9,11	1.639,80
123	Pipoca doce, pacote com 50 unidades, peso unitário de cada pacotinho 50 gramas - Pipoca doce, pacote com 50 unidades, peso unitário de cada pacotinho 50 gramas Marca: KAROLLY	160,000	UN	52,50	8.400,00
128	Queijo ralado. Embalagem com 100 gramas. - Queijo ralado. Embalagem com 100 gramas. Marca: JOÃO E MARIA	400,000	EMB	6,99	2.796,00
140	Tempero pronto, contendo: sal, cebola, alho e ervas com no mínimo 300g. - Tempero pronto, contendo: sal, cebola, alho e ervas com no mínimo 300g. Marca: DIVINA MESA	125,000	UN	3,00	375,00
143	Fermento Fresco, em tabletes ou blocos com peso de 500g. - Fermento Fresco, em tabletes ou blocos com peso de 500g. Marca: ITAIQUARA	1.510,000	EMB	11,99	18.104,90
Total do Participante:					**83.576,66**

Participante: PACHTO COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI (21.424.240/0001-93)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
7	Açúcar refinado 01 kg - Açúcar refinado, obtido da cana de açúcar, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, isento de sujidades, parasitas. Embalagem plástica atóxica e resistente contendo 01 kg. Prazo de validade de no mínimo de 06 meses. Marca: GLOBO	1.518,000	EMB	2,75	4.174,50
8	Açúcar refinado 05 kg - Açúcar refinado, obtido da cana de açúcar, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, isento de sujidades, parasitas. Embalagem plástica atóxica e resistente contendo 05 kg. Prazo de validade de no mínimo de 06 meses. Marca: GLOBO	4.106,000	EMB	13,65	56.046,90
46	Chá de hortelã, contendo 10 saches - Chá de hortelã, produzidos a partir de matéria prima de qualidade, livre de contaminação e /ou materiais estranhos, apresentando características naturais do produto. Acondicionados em embalagem de papel, contendo 10 saches com volume de 1 g cada, peso total de 10 g. Contendo no rótulo: registro, nome e endereço do fabricante, informação nutricional, lote, data de fabricação e validade. Marca: CAPIMAR	2.785,000	CX	1,98	5.514,30
63	Creme de leite UHT, com no mínimo 200g - Creme de leite UHT, pasteurizado, sabor suave, consistência firme, embalado em potes de polietileno atóxico, limpo, não violado, com tampa resistente, com no mínimo 200g de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura. Validade no mínimo 30 dias. Marca: LIDER	1.092,000	EMB	2,41	2.631,72
64	Doce cremoso com polpa natural de frutas, mínimo 400 gramas. - Doce cremoso com polpa natural de frutas, sabores morango, uva, abacaxi e tutti fruti. Embalagem em pote plástico de 400g, com tampa interna aluminizada e lacrada, rotulo contendo as informações nutricionais, ingredientes, data de validade e lote, e a marca do produto. Embalagem com no mínimo 400 gramas. Validade de no mínimo 06 meses. Marca: NATURELL	2.450,000	EMB	4,24	10.388,00
74	Farinha de trigo branca especial, tipo 1. Embalagem com 5 kg. - Farinha de trigo branca especial, tipo 1 de origem vegetal, sem conservante, enriquecida com ferro e ácido fólico. Devendo se apresentar limpa, seca, com umidade máxima de 15%; isenta de insetos, odores ou sabores estranhos ou impróprios. Validade mínima de 3 meses na data da entrega. Embalagem com 5 kg. Marca: MARGARIDA	3.550,000	EMB	12,72	45.156,00
79	Fermento biológico seco, aproximadamente 125g - Fermento biológico seco, instantâneo, para pão. Isento de mofo e substancias nocivas. Embalagem hermeticamente fechada (vácuo), contendo aproximadamente 125g, em envelopes aluminizados. Prazo de validade mínimo 10 meses a contar a partir da data de entrega. Igual ou similar a Fleischmann. Marca: APTI	764,000	EMB	5,48	4.186,72
82	Fubá de milho amarelo. Embalagem com 01 kg. - Fubá de milho amarelo, tipo mimoso 100% milho enriquecido com ferro e ácido fólico, obtido a partir da moagem do grão de milho. Validade mínima de 06 meses na data da entrega. Embalagem com 01 kg. Marca: PORTAL DA CASINHA	4.730,000	EMB	2,53	11.966,90
90	Leite condensado. Embalagem com aproximadamente 395 gramas. Validade mínima de 06 meses na data da entrega - Leite condensado. Embalagem com aproximadamente 395 gramas. Validade mínima de 06 meses na data da entrega Marca: TRIÂNGULO	840,000	CX	5,38	4.519,20
134	Sal refinado, iodado. Embalagem com 01 kg. Validade de no mínimo 06 meses. - Sal refinado, iodado. Embalagem com 01 kg. Validade de no mínimo 06 meses. Marca: MARFIM	3.891,000	SC	1,29	5.019,39
Total do Participante:					**149.603,63**

Participante: PLASTFOOD'S ATACAREJO LTDA (54.576.230/0001-22)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
117	Pão de forma integral, pesando em média 400 gramas. - Pão de forma integral, superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça, miolo consistente, sedoso e macio, tipo integral, peça fatiada, contendo em média 16 fatias, composto de farinha de trigo integral, farinha de trigo, açúcar mascavo, gordura vegetal hidrogenada, conservador, estabilizante, sal, glúten, embalado em saco polietileno atóxico, pesando em média 400 gramas, validade mínima de 5 dias a contar da data de entrega e suas condições deverão estar de acordo com RDC nº 175 – ANVS/MS de 08/07/2003, RDC nº 263 ANVS/MS de 22/09/2005, RDC nº 12 – ANVS/MS de 02/01/2001, produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA. Marca: CAMIRA	1.980,000	EMB	5,99	11.860,20
118	Pão de forma tradicional, pesando no mínimo 400 gramas - Pão de forma tradicional, superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça, miolo consistente, sedoso e macio, tipo tradicional, peça fatiada contendo em média 22 fatias, composto de farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal, leite em pó, sal, reforçador, água, fermento biológico e anti-mofo, embalado em saco polietileno atóxico, pesando no mínimo 400 gramas, validade mínima de 9 dias a contar da data de entrega, e suas condições deverão estar de acordo com RDC nº 175 – ANVS/MS de 08/07/2003, RDC nº 263 ANVS/MS de 22/09/2005, RDC nº 12 – ANVS/MS de 02/01/2001, produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA. Marca: CAMIRA	3.762,000	EMB	5,95	22.383,90
Total do Participante:					**34.244,10**

Participante: SAMED INDUSTRIA DE NUTRACEUTICOS E SUPLEMENTOS LTDA (43.516.005/0001-84)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
144	Barra de cereais diet. Caixa com 24 unidades - Barra de cereais diet, barra de cereal formulada para dietas com restrição de açúcares (DIET), isenta de sacarose, com baixo teor de sódio e gorduras saturadas. Deve ser composta por uma mistura equilibrada de cereais (aveia, flocos de arroz, flocos de cevada ou milho) e fibras (como inulina ou polidextrose). Sabores sortidos. Com peso liquido unitário de no mínimo de 25 gramas, caixa com 24 unidades. Marca: ACTRIA	774,000	EMB	34,00	26.316,00

Total do Participante:					**26.316,00**

Participante: VB COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (72.131.402/0001-36)					
Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
5	Açúcar de confeiteiro, Embalagem tipo pacote com 500g - Açúcar de confeiteiro, obtido da cana de açúcar, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio, isento de sujidades, parasitas e de enxofre. Embalagem tipo pacote com 500g. Marca: UNIAO GLACUCAR	70,000	EMB	3,39	237,30
6	Açúcar mascavo, 500 gramas - Açúcar mascavo, obtido da cana de açúcar, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitas e detritos animais ou vegetais. A embalagem deve ser plástica, intacta, bem vedada e conter 500 gramas do produto, com rótulo de informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e número do lote. Marca: PINDUCA	60,000	EMB	6,36	381,60
10	Adoçante líquido, 100 ml - Adoçante líquido, prazo validade de no mínimo 06 meses, tipo dietético, características adicionais bico dosador. Embalagem com 100 ml. Marca: LOWCUCAR	131,000	FR	2,94	385,14
16	Arroz integral, torrado. 01 kg - Arroz integral, torrado. Embalagem plástica e atóxica, transparente, resistente e contendo 01 kg. Prazo de validade de no mínimo de 6 meses. Marca: BURITI	110,000	EMB	3,79	416,90
21	Balas sortidas, de diversos sabores. Embalagem com no mínimo 600g. - Balas sortidas, de diversos sabores. Embalagem com no mínimo 600g. Marca: FRUIT	565,000	EMB	10,19	5.757,35
28	Biscoito tipo água e sal. Embalado em pacotes de 350g - Biscoito tipo água e sal, salgado, crocante, sem recheio, elaborado com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve ser de 1ª qualidade, sem mofo, sujeira ou odor de ranço, embalado em pacotes de 350g com rótulo contendo informações nutricionais, validade e ingredientes. Marca: PICCININI	2.673,000	PCT	3,33	8.901,09
34	Biscoito salgado. Embalagem com 06 pacotes de 24 gramas cada. - Biscoito salgado. Embalagem com 06 pacotes de 24 gramas cada, total embalagem de aproximadamente 144 gramas. Igual ou superior a marca club social. Marca: SOL	4.220,000	PCT	2,96	12.491,20
35	Biscoito doce tipo Maria ou maisena, mínimo 400 gramas - Biscoito doce tipo Maria ou maisena, embalagem plástica atóxica, com dupla proteção, contendo no mínimo 400 gramas. Prazo de validade de no mínimo de 06 meses. Marca: PICCININI	5.900,000	PCT	3,28	19.352,00
36	Bolacha água e sal sem lactose, mínimo 400 gramas. - Bolacha água e sal sem lactose, Características: cor, odor, sabor e textura característica. Embalagem primária: pacotes com dupla embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo no mínimo 400 gramas. Na data da entrega o produto deve dispor de no mínimo 08 meses de validade. Marca: PICCININI	350,000	PCT	3,47	1.214,50
68	Extrato de tomate. Embalagem com no mínimo 840 gramas - Extrato de tomate, simples concentrado, sem aditivos, corantes e conservantes, podendo ser composto somente por tomates, açúcar e sal. Não pode conter amido. Brix mínimo de 10 a 18°. O produto deverá ser entregue com prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data de fabricação. Embalagem com no mínimo 840 gramas. Marca: PALADORE	2.495,000	EMB	5,69	14.196,55
75	Farinha de trigo integral, embalagem íntegra com informação nutricional, prazo de validade e lote. Validade mínima de 3 meses na data da entrega. Embalagem com 1 kg. - Farinha de trigo integral, embalagem íntegra com informação nutricional, prazo de validade e lote. Validade mínima de 3 meses na data da entrega. Embalagem com 1 kg. Marca: GUTH	570,000	EMB	3,23	1.841,10
76	Farofa pronta temperada. Embalagem com no minimo 400 gramas. - Farofa pronta temperada. Embalagem com no minimo 400 gramas. Marca: MONSIL	72,000	PCT	3,83	275,76

105	Maionese. Embalagem com 500 gramas. Validade de no mínimo 06 a contar da data de entrega. - Maionese. Embalagem com 500 gramas. Validade de no mínimo 06 a contar da data de entrega. Marca: SUAVIT	286,000	EMB	6,38	1.824,68
125	Pó para preparo de pudim, vários sabores. Embalagem 1 kg. Validade de no mínimo 06 meses. - Pó para preparo de pudim, vários sabores. Embalagem 1 kg. Validade de no mínimo 06 meses. Marca: APTI	70,000	EMB	8,73	611,10
142	Vinagre de álcool. Embalagem com 750 ml. - Vinagre de álcool. Embalagem com 750 ml. Marca: HEINIG	988,000	FR	1,78	1.758,64
Total do Participante:					**69.644,91**

Participante: VICENZA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (48.030.071/0001-63)					
Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
11	Água mineral com gás. Embalagem com 12 unidades de 510 ml cada (fardo). - Água mineral com gás. Embalagem com 12 unidades de 510 ml cada (fardo). Marca: TIMBU	160,000	EMB	13,48	2.156,80
26	Bebida láctea 01 kg - Bebida láctea. Mistura para bebida láctea enriquecida com vitaminas A, C, D e ferro. Sabores: morango e chocolate. Embalagem em polietileno metalizado contendo 01 kg. Rendimento mínimo: 23 porções. Prazo de validade de no mínimo de 06 meses. Marca: FRUTAP	50,000	EMB	33,99	1.699,50
54	Chocolate zero lactose e sem proteína do leite, mínimo de 10 gramas - Chocolate zero lactose e sem proteína do leite: Descrição: Chocolate zero lactose e sem proteína do leite, em formato de bombom ou mini tabletes, composto de açúcar orgânico, manteiga de cacau, licor de cacau, extrato de soja, sal refinado, emulsificantes: lecitina de soja e poliricinoleato de poliglicerila e aroma natural de baunilha, flocos de arroz (farinha de arroz, farinha de milho, açúcar, cacau, carbonato de cálcio). Sem lactose e sem proteínas lácteas, sem glúten, sem colesterol, isento de gorduras transgênicas. Embalado individualmente, em papel aluminizado, a embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade, a unidade deve pesar no mínimo 10 gramas, validade mínima de vencimento de 45 dias a partir da data de entrega. Fabricado de acordo com a legislação vigente. Marca: BRASIL CACAU	210,000	UN	4,39	921,90
55	Chocolate ao leite zero açúcar, mínimo 10 gramas - Chocolate ao leite zero açúcar, em formato de bombom ou mini tabletes, composto de cacau, leite em pó integral, soro de leite em pó, edulcorante natural maltitol, emulsificante lecitina de soja e aromatizante. Embalado individualmente envoltórios em papel aluminizado, a embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade, a unidade deve pesar no mínimo 10 gramas, validade mínima de 45 dias a partir da entrega. Fabricado de acordo com a legislação vigente. Marca: BRASIL CACAU	210,000	UN	4,95	1.039,50
56	Chocolate 65% cacau e sem glúten, 85 gramas - Chocolate 65% cacau e sem glúten, em formato de barra de chocolate. Embalado individualmente envoltórios em papel aluminizado, a embalagem deve conter informações sobre o peso e data de validade, a unidade deve pesar no mínimo 85 gramas, validade mínima de 45 dias a partir da entrega. Fabricado de acordo com a legislação vigente. Marca: BRASIL CACAU	220,000	UN	15,66	3.445,20
67	Ervilha em conserva. Embalagem com 170 gramas. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega. - Ervilha em conserva. Embalagem com 170 gramas. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega. Marca: BONARE	568,000	EMB	2,38	1.351,84
85	Gordura vegetal hidrogenada. Embalagem com 15 kg. - Gordura vegetal hidrogenada. Embalagem com 15 kg. Marca: COAMO	20,000	EMB	157,82	3.156,40

94	Leite integral, em embalagem Tetra Park. Embalagem com 12 unidades de 01 litro cada. - Leite integral, em embalagem Tetra Park. Embalagem com 12 unidades de 01 litro cada. Marca: LÍDER	592,000	UN	60,00	35.520,00
Total do Participante:					**49.291,14**
Total Geral:					**1.043.161,14**

Mandirituba, 11 de Agosto de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

_____
Assinatura do Responsável

Publicado por:
Carla Rafaela de Lima de Bastos
Código Identificador:DA687694

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RETIFICAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR

RETIFICAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CREDENCIAMENTO Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO EM RADIOLOGIA, PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, PARA CONTEMPLAR O SERVIÇO DE RAIO X DO HOSPITAL MUNICIPAL LEONOR CALLEGARI BOVIS LOCALIZADO NA RUA SÃO PAULO, N° 731, NO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ. EM CONFORMIDADE COM O ART. 55, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

RETIFICA E RATIFICA O SEGUINTE:

ONDE SE LÊ:

8. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O preço máximo total estimado da presente Contratação é de **R$ 73.290,00 (setenta e três mil, duzentos e noventa reais),** restando desclassificadas sumariamente as propostas que apresentarem valores superiores a este.

8.4. O critério de avaliação no caso de mais de uma credenciada, será o seguinte:

1º - Melhor proposta de valores.

ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA.

LOTE 1					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS**	**UNID.**	**QTD**	**VALOR UNITARIO**
1	Contratação de TÉCNICO EM RADIOLOGIA para contemplar o serviço de Raio X do Hospital Municipal Leonor Callegari Bovis localizado na rua São Paulo, N° 731, no município de Marilena, estado do Paraná	Os atendimentos deverão ocorrer conforme a escala disponibilizada pela direção do Hospital Municipal Leonor Calegari Bovis. Além da escala previamente definida, o técnico poderá ser convocado para a realização de exames em casos de emergência. Constitui obrigação principal do profissional apresentar-se pontualmente nos horários designados, sem atrasos a fim de garantir o funcionamento eficiente do Departamento de radiologia do Hospital Municipal Leonor Calegari Bovis. Nos finais de semana, o técnico escalado para plantão deverá permanecer disponível e apto a se apresentar imediatamente quando convocado, estando em condições de executar suas atividades de forma imediata e adequada.	Horas	2.464	R$30,00

LEIA –SE:

8. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O preço máximo total estimado da presente Contratação é de **R$ 93.903,04 (Noventa e três mil novecentos e três reais e quatro centavos),** restando desclassificadas sumariamente as propostas que apresentarem valores superiores a este.

8.4. O critério de avaliação no caso de mais de uma credenciada, será o seguinte:

1º - Conformidade dos documentos, o valor será o mesmo para todos.

ANEXO I – TERMO DE REFRENCIA.

LOTE 1					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS**	**UNID.**	**QTD**	**VALOR UNITARIO**
1	Contratação de TÉCNICO EM RADIOLOGIA para contemplar o serviço de Raio X do Hospital Municipal Leonor Callegari Bovis localizado na rua São Paulo, N° 731, no município de Marilena, estado do Paraná	Os atendimentos deverão ocorrer conforme a escala disponibilizada pela direção do Hospital Municipal Leonor Calegari Bovis. Além da escala previamente definida, o técnico poderá ser convocado para a realização de exames em casos de emergência. Constitui obrigação principal do profissional apresentar-se pontualmente nos horários designados, sem atrasos a fim de garantir o funcionamento eficiente do Departamento de radiologia do Hospital Municipal Leonor Calegari Bovis. Nos finais de semana, o técnico escalado para plantão deverá permanecer disponível e apto a se apresentar imediatamente quando convocado, estando em condições de executar suas atividades de forma imediata e adequada.	Horas	2.464	R$ 38,11

FICAM INALTERADAS AS DEMAIS INFORMAÇÕES NÃO CITADAS NESTE TERMO.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marilena, Estado do Paraná, em 10 de agosto de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:23ED84AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 115/2026 - DEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

	GUARDA CIVIL MUNICIPAL - MATINHOS	
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO**
0043513	ABDON ALVES DA SILVA FILHO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042199	ABNER RIBEIRO MACHADO	CadÚnico

0043389	ADAIR MORAES JUNIOR	CadÚnico
0042139	ADALBERTO FERNANDES ROSA	CadÚnico
0042902	ADAN PILAR STRINGHINI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043729	ADÃO BATISTA RODRIGUES	Doador de Medula Óssea
0042815	ADELSON MARTINS DE VASCONCELOS JUNIOR	CadÚnico
0042137	ADEMAR SANTOS MARTINS	Doador de Medula Óssea
0043283	ADEMIR HENRIQUE PAIVA FORCATO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042833	ADIEIZI RODRIGUES VIEIRA DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042264	ADNA LIMA RAMOS	CadÚnico
0042791	ADONY MARTINS PASCHOALIN SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043618	ADRIANA DA SILVA RODRIGUES	Doador de Medula Óssea
0043464	ADRIANA DE SOUZA LIMA	CadÚnico
0043063	ADRIANO BARROS FLORIANO	Doador de Medula Óssea
0042132	ADRIELE DA SILVA MATIEL	CadÚnico
0042262	AFONSO DE OLIVEIRA FILHO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042085	ÁGATA NADJA NASCIMENTO DA SILVA	CadÚnico
0043574	AGATHA CRYSTYNE PASSOS FERREIRA HANS	CadÚnico
0042089	AGUINALDO LUIZ VIDAL FILHO	Doador de Medula Óssea
0043479	ALAERCIO PETRICH JÚNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042917	ALAN CRISTIAN RAMOS DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043577	ALAN EMANUEL FERREIRA	Doador de Medula Óssea
0042110	ALCEU MENDES DO NASCIMENTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043453	ALEANDRO OLIVEIRA DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042065	ALESSANDERSON MARCALLO COSTA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042805	ALESSANDRA MIRANDA PONTES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043680	ALESSANDRO LEMICHKA DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0042320	ALESSON WILLIAN RIBEIRO VIANA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042758	ALEX ANTUNES BARBOSA	CadÚnico
0042479	ALEX DEPETRIS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042222	ALEX DOUGLAS COSTA VILHENA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043669	ALEX JÚNIOR ARAÚJO CONCEIÇÃO	CadÚnico
0043496	ALEX SANDRO RUMPF DE CASTRO	CadÚnico
0042370	ALEXANDER MAYER	CadÚnico
0042685	ALEXANDRE HENRIQUE DA SILVA BALIERO	Doador de Medula Óssea
0042106	ALEXANDRE LUIZ MANOEL	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043236	ALEXANDRE SALES PIRES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042921	ALEXARI LEAL	Doador de Medula Óssea
0042959	ALINE BUENO CORREA	CadÚnico
0043082	ALINE DA SILVA SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042153	ALINE PEREIRA BERTONCINI	Doador de Medula Óssea
0042965	ALISSON ADRIANO DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042933	ALLAN BRYKSAAG DO NASCIMENTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043491	ALLAN PEREIRA DE ANDRADE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042024	ALLANA DOS SANTOS FAVORETO	CadÚnico
0043534	ALLANA PAIXAO WISTUBA SERAFIM GARCIA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042009	AMANDA CARVALHO DE PAULA SOUZA	CadÚnico
0042457	AMANDA COSTA DOS SANTOS	CadÚnico
0043647	AMANDA CRISTINA MELO DE OLIVEIRA	CadÚnico
0042852	AMANDA DA SILVA BATISTA	Doador de Medula Óssea
0042865	AMANDA JESSICA MARTINS DE ARAUJO	CadÚnico
0042192	AMANDA MESQUITA VIANA	CadÚnico
0042189	AMARILDO PACHECO EUGENIO FILHO	CadÚnico
0043332	AMAURI DIRCEU RODRIGUES DE CAMPOS	CadÚnico
0042878	ANA CAMILA DA ROSA	Doador de Medula Óssea
0043418	ANA CAROLINA FRANCISCO MACHADO	CadÚnico
0042257	ANA CAROLINE PINOTTI RESENDE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042321	ANA CLARA BORGES FERREIRA	CadÚnico
0042216	ANA CRISTINA PIMENTEL BRANDINO	CadÚnico
0042550	ANA FLÁVIA GONÇALVES LIMA	Doador de Medula Óssea
0043277	ANA GABRIELLY PEREIRA MENDES	CadÚnico
0043419	ANA KAREN NETO REBELO	CadÚnico
0043192	ANA LUISA MUNIZ MAX	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043685	ANA LUIZA ALBUQUERQUE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043681	ANA PAULA DE CHAVES DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042190	ANA PAULA SILVA VICTORINO ZAINO	CadÚnico
0043004	ANDERSON OLIVEIRA DE SOUSA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042617	ANDRÉ ARNALDO KLEIN PEREIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042234	ANDRÉ CARDIN SOARES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042124	ANDRE HENRIQUE FUNARI	Doador de Medula Óssea
0042020	ANDRE LUIS DE OLIVEIRA PALMA	Doador de Medula Óssea
0042814	ANDRE LUIZ DELAVY DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0043214	ANDRÉ LUIZ PAVANI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043735	ANDRE MARTINS MASCARENHA	CadÚnico
0042742	ANDREI CEZAR MOREIRA	CadÚnico
0043409	ANDRÉIA LARISSA MONTEIRO MOREIRA	CadÚnico
0042892	ANDREISY GISELY MENDES FAUSTINO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043730	ANDRESSA AMORIM DA SILVA	CadÚnico
0042506	ANDRESSA BORGUESAN NEVES	CadÚnico
0042367	ANDRESSA KRUGER CORREA	CadÚnico
0042738	ANDRESSA REGINA DOS SANTOS GONÇALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042850	ANDRESSA SCHIRMER CABRAL	CadÚnico
0043380	ANDREWS ELIAS DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042363	ANDREY FELIPE DE LIMA TAVARES DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043011	ANDREY WESLEY MATTOS BATISTA	CadÚnico
0043086	ANDRIANE CAMILA DE LIMA OLIVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043336	ANDRIELE DE CARVALHO PEREIRA	CadÚnico
0042779	ANGÉLICA GOMES LOPES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)

0042709	ANGELO AUGUSTO MATOS	Doador de Medula Óssea
0042536	ANTONIAN FERNANDES DA SILVA	CadÚnico
0042417	ANTÔNIO CÍCERO MARIANO	CadÚnico
0042082	ANTONIO ECLOMAR LAURICA DE FRAGA JUNIOR	CadÚnico
0042708	APARECIDO RODRIGUES DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043092	ARNALDO NASARIO BERGOSSI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043070	ARTHUR PILASTRE NETO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042520	AUGUSTO BENTO VIEIRA NETO	CadÚnico
0042028	BARBARA LUANE ALMEIDA LIMA	CadÚnico
0042086	BEATRIZ WEGENER DIAS	Doador de Medula Óssea
0043607	BIANCA CAROLINE TORRES DE SOUZA	CadÚnico

0043490	BRENDA CARDOSO DO ROSÁRIO	CadÚnico
0042567	BRENDO VERSAO DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043711	BRENO BOWKALOWSKI	Doador de Medula Óssea
0043501	BRUNA ELOISY SANTOS DE JESUS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043318	BRUNO ALVES DA SILVA	CadÚnico
0042923	BRUNO CASTRO DE ASSUNÇAO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043097	BRUNO DE MEDEIROS MARCONDES DA SILVEIRA	CadÚnico
0042502	BRUNO DOS SANTOS LEANDRO ALVES	CadÚnico
0042854	BRUNO MATHEUS DA SILVA RAMOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042601	BRUNO MATHIAS PAIFER	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042896	CAIO ÉRIK PEREIRA THOMÉ	Doador de Medula Óssea
0042655	CAMILA AUGUSTO DA SILVA LENCINA MONTIEL	CadÚnico
0042225	CAMILA DA SILVA GAZOLA	Doador de Medula Óssea
0043188	CAMILA DOS SANTOS ROCHA	Doador de Medula Óssea
0043404	CAMILA LUCACHEVISKI	CadÚnico
0043205	CAMILA PIRES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043531	CAMILE BEATRIS DE OLIVEIRA SANTOS	CadÚnico
0042872	CARLOS ALBERTO DIAS FONTES JUNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042184	CARLOS DIOVANE PSYBYLOWSKI	CadÚnico
0042533	CARLOS HUMBERTO RODRIGUES DAMASCENO	CadÚnico
0043134	CAROLA HILDEBRANDO GONÇALVES	CadÚnico
0042721	CAROLINE ALEXANDRE	Doador de Medula Óssea
0043649	CAROLINE ALVES CARDOSO PINOTTI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043103	CAROLINE SIMÕES DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042315	CAROLYNA ESTRELA RAMOS	CadÚnico
0042012	CASSIO DE SOUZA FARIAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042165	CÁSSIO FERREIRA DOS SANTOS	CadÚnico
0042046	CAUAN PONTES LEONARDO	CadÚnico
0042802	CELIO DO VALE JUNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043117	CELSO DE ALMEIDA ALEXANDRE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043021	CELSO EDUARDO JORGE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043503	CHARLES BIANCHINI	Doador de Medula Óssea
0043198	CHRISLAN CESAR DE SOUZA	CadÚnico
0043152	CHRISTOPHER GILBERTO ALVES DOS SANTOS	CadÚnico
0043572	CHRISTOPHER LUCAS BARBOSA NASCIMENTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042818	CIBELE DE OLIVEIRA SOUZA	Doador de Medula Óssea
0042587	CICERO JOSE CORDEIRO DA SILVA	CadÚnico
0043546	CLAUDEMIR DE ARAUJO SANTOS JUNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042242	CLAUDEMIR RODRIGUES DE OLIVEIRA	CadÚnico
0043049	CLAUDIA DA SILVA BARBOSA	CadÚnico
0043244	CLAUDIO CHELSKI	CadÚnico
0042672	CLAUDIO DE ASSIS RAMOS	CadÚnico
0042867	CLAYTON JOSE BATISTA	CadÚnico
0043640	CLEITON DOS SANTOS ZBUINOWICZ	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043383	CLEITON ULSENHEIMER	CadÚnico
0042378	CLEONICE DE CARVALHO MACHADO	CadÚnico
0043140	CLEVERSON RODRIGO BARBOSA DE LIMA	CadÚnico
0043642	CRISBELI AUGUSTA LUTKE	CadÚnico
0043195	CRISLAINE APARECIDA RODRIGUES	CadÚnico
0042419	CRISTIAN WILLIAN DE PAULA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042964	CRISTIANE DA COSTA SANTOS DA SILVA	CadÚnico

0043020	CRISTIANO CARDOSO ILDEFONSO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042126	CRISTIANO CAVALLARI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043529	CRISTIANO LOURENÇO DE SOUZA	CadÚnico
0042582	CRISTIANO PEREIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043424	CRISTIANO WEBER DE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0042501	CRISTINA DA SILVA BALIERO	Doador de Medula Óssea
0042034	DAIANA MEDINA GOMES	CadÚnico
0043275	DALLESKA LOPES	CadÚnico
0042148	DALMIRO DO ROSARIO BEZERRA	Doador de Medula Óssea
0043484	DANIEL CASEMIRO	CadÚnico
0042244	DANIEL DA SILVA FRANCISCO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043300	DANIEL DE JESUS DO NASCIMENTO	CadÚnico
0042256	DANIEL GOMES PEREIRA NETO	CadÚnico
0043559	DANIEL GONÇALVES ROXINSKI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042829	DANIEL RAMOS FERNANDES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043017	DANIELA GARCIA DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0043542	DANIELE ANTONIA DE LIMA OLIVEIRA PEREIRA	CadÚnico
0042149	DANIELE ARCE CARVALHO PINTO	CadÚnico
0043215	DANIELLA LEANDRA SOARES MOREIRA	CadÚnico
0042796	DANIELLE BORTOLINI DE OLIVEIRA	CadÚnico
0042075	DANILO DA LUZ	CadÚnico
0043585	DANILO SIMÃO LAGROTERIA OLIVEIRA FARIA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043614	DAVI HIROSHI DE GOIS KAWAGUTI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043102	DAVID WENDEL DE CAMARGO	Doador de Medula Óssea

0042465	DAYANE GESSICA TABORDA	Doador de Medula Óssea
0042260	DEBORA DE FATIMA CAMARGO DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042398	DEIVID DENER DE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0042010	DÉLCIO EVANDRO MUNSTER ROSA	CadÚnico
0042481	DELILSON RODRIGUES DE GODOY	CadÚnico
0042144	DEMÉTRIO ROMÃO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042251	DENIAN DE PAULA	CadÚnico
0043066	DENILSO DE MELO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043168	DENISE BELO VIEIRA	Doador de Medula Óssea
0043387	DENISE PEREIRA SILVANO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042428	DEONEL CORREA	Doador de Medula Óssea
0042542	DHIENIFER CAROLINE CRUZ DE SOUZA DE ALMEIDA	CadÚnico
0043141	DIEGO GONÇALVES MIRANDA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042078	DIEGO NOGUEIRA SOARES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042236	DIEGO OLIVEIRA SILVEIRA	CadÚnico
0042790	DIOGO ABNER MARTINS	CadÚnico
0043590	DISBY SCHUMACHER	Doador de Medula Óssea
0042691	DIVANIL APARECIDO GONÇALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042263	DOMINIQUE DE LIMA	CadÚnico
0042618	DOUGLAS LOVISON PEIXOTO	Doador de Medula Óssea
0042445	DOUGLAS MACIEL VARGAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043523	DRIELE MENDES LINO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042073	EDEILSON PONTES BRANDAO	CadÚnico
0042507	EDMA CARLA ALVES DE OLIVEIRA	CadÚnico
0043576	EDSON DE AGUIAR ELIAS JUNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043149	EDSON FRANÇA DE LIMA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042599	EDUARDA LEITE ALVES	CadÚnico

0042407	EDUARDO BEZERRA DA SILVA	CadÚnico
0043290	EDUARDO GAVELETA DE CRISTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042226	EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA LOPES	Doador de Medula Óssea
0042811	EDUARDO LUIS MONTINO DE OLIVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042540	EDUARDO NORDESTE SALGADO	CadÚnico
0042414	EDUARDO SIQUEIRA	CadÚnico
0043664	ELAINE GONÇALVES BARROZO NEVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043364	ELIAS ALMEIDA DE OLIVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043202	ELIAS EMANUEL TAVARES ALBUQUERQUE	CadÚnico
0042787	ELIKA DE FATIMA XAVIER	CadÚnico
0042661	ELISA RIBEIRO	CadÚnico
0042288	ELISETE APARECIDA RODRIGUES	CadÚnico
0042058	ELISEU SOARES SAMPAIO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042295	ELISON CUARTES ALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042622	ELISSON NEITZKE DE SOUZA	Doador de Medula Óssea
0042130	ELIZABETE ZILLI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042827	ELVIS DAVID DA SILVA	CadÚnico
0043588	EMANOELI GARCIA DALLASTRA	Doador de Medula Óssea
0042410	EMANUELA FERNANDA SANTOS TONIAZZO	Doador de Medula Óssea
0043570	EMANUELLY OLIVEIRA DE ARAÚJO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042722	EMANUELLY PAOLA RODRIGUES NIEVES MEIRA	CadÚnico
0043396	EMERSON NUNES DA SILVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042824	EMERSON RODRIGO FERREIRA	Doador de Medula Óssea
0043166	EMERSON RUDIERI EUZEBIO	Doador de Medula Óssea
0042183	ENZO RUAN OLBERTS DE SOUZA LARA	CadÚnico
0043632	ERIC LUCIOS ARENA DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042444	ÉRICA ROSA DE LIMA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043639	ESTELA MARA DUARTE PEREIRA ABRAO	CadÚnico
0042711	ESTER DA CRUZ SILVA DE GODOY	CadÚnico
0043163	ESTER KAROLINY NICOLAU DE CARVALHO	CadÚnico
0042604	EUZEBIO SOUSA VIEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042246	EVA CRISTINA DE SOUZA DEBALDI DE OLIVEIRA	CadÚnico
0043550	EVANDRO NUNES DA COSTA LIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043003	EVELIN DO NASCIMENTO FANINI	Doador de Medula Óssea
0043298	EVELIS DA SILVA BARBOSA	CadÚnico
0042077	EVELYN APARECIDA MARQUES DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0042494	EVELYN THAYS KOSSIN	CadÚnico
0043119	EVERSON CARLOS DE LIMA DA MOTA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043323	EVERTON ALVES COSTA YOTSUMOTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042208	EVERTON EUGENIO NOGUEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043708	EVERTON MENDES BATISTA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042664	EVERTON PEREIRA DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0043242	EVILY DA SILVA AGUIAR	CadÚnico
0043439	EWERTON DA SILVA FRANCO	CadÚnico
0042822	FÁBIA LUIZA DE OLIVEIRA ANDRIOLI	CadÚnico
0043313	FABIANO DA SILVA SANTANA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042855	FABIO DE LIMA SENN	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042786	FABIO LEANDRO ARMINDO	CadÚnico
0042665	FABIO LIACHI DE LIMA	CadÚnico
0042774	FABIO NUNES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042443	FÁBIO PEREIRA GONÇALVES	CadÚnico

0043034	FABIO ROBERTO FERREIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042248	FABIO SOUZA DE OLIVEIRA	CadÚnico
0042928	FABIOLA ROCHA DOS SANTOS FORTUNATO MORAES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042101	FABRICIO DE SOUZA TAVARES	CadÚnico
0043071	FABRICIO LUCIO LOURENÇO DA COSTA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042409	FABRICIO PEREIRA DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0043352	FABRÍCIO ZAIONZ DA ROCHA DE ARAUJO	Doador de Medula Óssea
0042956	FELIPE GOMES MACHADO	CadÚnico

0043267	FELIPE HESPER DE MELLO	CadÚnico
0043237	FELIX EDUARDO DE ALMEIDA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042155	FERNANDA FERREIRA DE OLIVEIRA	CadÚnico
0042788	FERNANDA GUIMARAES GUSTACK	CadÚnico
0043713	FERNANDA NEVES DE LARA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042194	FERNANDO APARECIDO MARIANO	Doador de Medula Óssea
0042842	FERNANDO EREDIA PEREIRA	CadÚnico
0043610	FERNANDO JOSÉ CASTANHA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043371	FERNANDO PIMENTEL RAIMUNDO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042825	FERRUCCIO ROSSI JUNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042279	FILIPE PEREIRA FREITAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043569	FLAVIANO ALVES DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043467	FLÁVIO ANTUNES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042212	FLAVIO MOREIRA PEDROSO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043279	FRANCELIO DE LIMA	Doador de Medula Óssea
0043716	FRANCIANE CAROLIN DOS SANTOS BATISTA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043322	FRANCISCO CESAR CAMARGO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042023	FRANCISCO EDUARDO DE GODOI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042049	FRANCISCO MACHADO	CadÚnico
0043703	GABRIEL BENEDITO DO ROSARIO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043621	GABRIEL BRUKMULLER SANTOS	CadÚnico
0042340	GABRIEL FERREIRA DE SOUZA CARVALHO	CadÚnico
0043486	GABRIEL FILIPE CURVELLO CORDEIRO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042881	GABRIEL IVO ECKERT	CadÚnico
0043282	GABRIEL MENDES ALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042658	GABRIEL PINHEIRO DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043644	GABRIEL VENTURA GUIMARÃES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043435	GABRIELE DE LIMA	CadÚnico
0043348	GABRIELLA SILVA YOTSUMOTO ALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043355	GABRIELLE LOUISE DE MIRANDA SANTOS GALEANO	Doador de Medula Óssea
0042674	GEANE DOS SANTOS	CadÚnico
0042712	GENILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0042611	GENNIFER L. DE MOURA	CadÚnico
0042690	GEORGE PAULO GNOATTO DE FREITAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043120	GERSON FREITAS VIEIRA DE ANHAIA	CadÚnico
0043174	GERSON TADEU GAVLAK NETO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042858	GESSICA LUANA PINHEIRO FELIX	CadÚnico
0042591	GILBERTO DOS REIS DE SOUZA	CadÚnico
0043687	GILBERTO FERNANDES DE SOUZA	CadÚnico
0043470	GILSON JOSÉ CLAUDINO	Doador de Medula Óssea
0042612	GILSON SANT ANA DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042522	GIOVANA DA SILVA ALVES	Doador de Medula Óssea
0043459	GIOVANA RODRIGUES DE SOUZA	CadÚnico
0042425	GIOVANNA MARCONSSIN DOS SANTOS	CadÚnico
0042406	GISELE COELHO SIQUEIRA	CadÚnico
0042521	GISELE FRANCO DE LIMA	CadÚnico
0043723	GISLAINE FELIX DE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0043038	GIULIA MARIA FERNANDES DA SILVA GASPAR PECINE	CadÚnico
0043241	GRACE KELLY DALFRE	CadÚnico
0042213	GUILHERME ASSI DE CAMARGO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043592	GUILHERME DA COSTA RICARDO MACHADO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043620	GUILHERME HENRIQUE MATOS DE ALMEIDA	Doador de Medula Óssea
0042552	GUILHERME HENRIQUE SILVEIRA SANTANA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042230	GUILHERME PORTELA DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042317	GUILHERME RODOVALHO CESAR	CadÚnico
0042634	GUSTAVO DE CARVALHO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042620	GUSTAVO ELIEZER TERRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043636	GUSTAVO PAIVA MARTINS	Doador de Medula Óssea
0043553	HAYNER CHRISTIAN NUNES DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0043656	HÉLIO JOSE DOS SANTOS FERNANDES	CadÚnico
0042093	HELTON RODRIGO DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043238	HENRIQUE DE CAMPOS	Doador de Medula Óssea
0043432	HENRIQUE DE CARVALHO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042322	HENRIQUE MASCARENHAS SOUZA	Doador de Medula Óssea
0043549	HENRIQUE OLIVEIRA DE FREITAS	CadÚnico
0042052	HEVELIN DE SOUZA FARIAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042376	HILARY LAUFER SIQUEIRA	CadÚnico
0043468	HOMERO JORGE DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042489	HUGO DA SILVA BRANDÃO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042875	HUGO GUILHERME TAUBE	Doador de Medula Óssea
0042360	IARA RENATA DE SOUZA ROCHA	CadÚnico
0042373	IGOR HENRIQUE TULIO VIDAL	CadÚnico
0042436	IGOR MANOEL BOWKALOWSKI	Doador de Medula Óssea
0043357	IGOR NASARIO BERGOSSI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042176	IGOR RENAN PERSON	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043180	IJAIR DELANI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043200	IRIS PEREIRA DA SILVA MAGALHÃES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042422	ISABEL CRISTINA DA COSTA FARIAS	CadÚnico
0043288	ISABELA CARDOSO MOREIRA	Doador de Medula Óssea
0042327	ISABELLA CHAGAS RODRIGUES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042603	ISABELLA EDUARDA DOS SANTOS DE SOUZA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042439	ISABELLA IVEN DA ROSA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042668	ISABELLE SPIEL GONÇALVES FERREIRA	CadÚnico
0043044	ISADORA ALBERTI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043653	ISRAEL LUIS DA FONSECA ZILLI	CadÚnico
0042505	ITAINA DA SILVA	CadÚnico
0042358	ITALO CARVALHO BEZERRA	CadÚnico

0042309	IURI CARDOSO	CadÚnico
0043359	IURY DOS SANTOS SILVA	CadÚnico
0042453	IVONETE DA ROCHA ARRUDA	CadÚnico
0043400	JACKELINE MARINO DO NASCIMENTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042882	JACKSON BRUNO BOIARSKI	CadÚnico
0042513	JACKSON FERNANDES MOURA	CadÚnico
0043074	JACKSON LUIZ DE LIMA NEVES	CadÚnico

0043216	JADER AUGUSTO GONÇALVES FERREIRA	CadÚnico
0042401	JAILTON CARLOS CARVALHO	CadÚnico
0043376	JANAINA THAIS ALVES	CadÚnico
0043030	JAQUELINE FLAVIANA DOS SANTOS OLIVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043139	JAVERSON FERREIRA MIRANDA	Doador de Medula Óssea
0042756	JEAN CARLOS DA SILVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043079	JEAN CARLOS MARTINS DOS SANTOS	CadÚnico
0043265	JEAN SALDANHA FRANCO	CadÚnico
0042727	JEDIEL DE OLIVEIRA MACHADO MARCONDES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042503	JEFFERSON SALAZAR FILHO	CadÚnico
0042491	JESIEL DA SILVA NUNES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043170	JESSICA ADNA DOS SANTOS ANDRADE	CadÚnico
0043488	JESSICA DA SILVA ANDRADE	CadÚnico
0042084	JESSICA SANTOS QUEIROZ	CadÚnico
0042845	JESSICA VALERIA GROS BRAGA	CadÚnico
0043280	JHENNIFER VIANA FIGUEIRÓ	CadÚnico
0043069	JHON ISAQUE WILLOCK DA SILVA	CadÚnico
0042828	JHONATA LUIS PANTOJA GONÇALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042220	JOAO ANTONIO DA SILVA CRUZ	CadÚnico
0043133	JOÃO GUSTAVO DE SOUZA MASCARENHAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043540	JOÃO HENRIQUE MARTINS	CadÚnico
0042283	JOÃO LUCAS CAETANO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043587	JOÃO MANOEL DA SILVA COSTA	CadÚnico
0042860	JOÃO PAULO KUNDY DERETTI	CadÚnico
0042538	JOÃO PEDRO DOMINGUES AZEVEDO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043334	JOÃO VICTOR DE OLIVEIRA JOÃO DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043606	JOÃO VICTOR GARCIA DUTRA	Doador de Medula Óssea
0042209	JOÃO VICTOR RIBEIRO	CadÚnico
0043454	JOÃO VITOR DA SILVA CASTRO	CadÚnico
0043676	JOAO VITOR SALES AMARO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043477	JOAQUIM MACHADO DA CRUZ	CadÚnico
0042819	JOCEMIR NEVES DE SOUZA	CadÚnico
0042726	JOCINEIA RIBEIRO MARTINS	Doador de Medula Óssea
0042348	JOEZER RAMOS BONFIM	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043107	JOFRE TOMAS CERQUEIRA ALMEIDA	CadÚnico
0043581	JOHATAN OLIVEIRA DA LUZ	Doador de Medula Óssea
0043543	JOHNNY GIL MELCHIADES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042397	JOICE DA SILVA AZEREDO	CadÚnico
0043138	JONAS CLAUDINEI ROIK	CadÚnico
0043658	JONATA ADRIEL CORDEIRO DE ANDRADE	CadÚnico
0043654	JONATA ARIEL DE ANDRADE	CadÚnico
0042379	JONATAN BERNARDI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043709	JORDAN VANDO MEDEIROS RAMOS	CadÚnico
0043335	JOSE CARLOS GIL MELCHIADES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042530	JOSÉ DIRCEU RIBEIRO ROSSA	CadÚnico
0042777	JOSE DONIZETI FURTADO	CadÚnico
0042863	JOSE EDISON DE MACEDO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043675	JOSÉ HENRIQUE PADILHA	Doador de Medula Óssea
0042305	JOSÉ MARIA DE SOUSA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043257	JOSÉ ROBERTO CAXIADO FILHO	CadÚnico
0042152	JOSÉ VALDIR VIANA DOMINGOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)

0042429	JOSÉ VALMIR MENDES	CadÚnico
0042535	JOSE WILSON PEREIRA DUARTE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043474	JOSEMAR GERALDO	CadÚnico
0042789	JOSIANE BRASIL	CadÚnico
0043189	JOSIANE RIBEIRO DE SOUZA	CadÚnico
0043457	JOSILAINE DE FATIMA FERREIRA	CadÚnico
0042290	JOSUÉ ALYSSON MELLO DE OLIVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042087	JOSUE DA SILVA ASSIS	CadÚnico
0043338	JOYCE KELLE MELO ADORIAN	CadÚnico
0043480	JUAREZ GREFF	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043584	JULIANA APARECIDA BRASILINO	CadÚnico
0043631	JULIANA APARECIDA GULIN DE LARA	CadÚnico
0042088	JULIANA APARECIDA MARTINS RAMOS	CadÚnico
0043663	JULIANA RODRIGUES AMORIM	CadÚnico
0043573	JULIANA SOARES DAL OSTO	CadÚnico
0042180	JULIANO GAMA DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042512	JULIANO TURCHETTO	CadÚnico
0042471	JULIO CESAR GONÇALVES DE LARA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042031	JULIO CEZAR LUCIANO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042437	JÚLIO CEZAR ROSÁRIO DE SOUZA	CadÚnico
0042325	JUNIOR NELCI GUERREIRO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042380	KAIRON CANTON	Doador de Medula Óssea
0043294	KAMILA CRISTIE SANTOS	Doador de Medula Óssea
0043510	KAMILE ANACLETO MESQUITA	CadÚnico
0043339	KAOANA MARLENE IHLENFELDT BARRERE	CadÚnico
0043212	KAREN SUSAN SILVA PITINGA DA ROSA	Doador de Medula Óssea
0042029	KARINA HIROTA SERRATTI GODOI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042421	KARINE GRASSI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)

0043016	KAROLINE ALVES DO NASCIMENTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043009	KAROLINE CEZAR CARMO DOS SANTOS CONDE	CadÚnico
0043612	KAROLINE CRISTINA LOOS	CadÚnico
0042060	KAROLINE DE OLIVEIRA DOMINGOS	CadÚnico
0042639	KELLI CORDEIRO DE LIMA	CadÚnico
0042041	KELLI LIDIANE ZANINI	CadÚnico
0042516	KELVIN GABRIEL DOS SANTOS VIANA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043012	KELVIN MORAES ZIELINSKI LEMOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042304	KETELLYN FREITAS DOS SANTOS	CadÚnico
0042539	KEVIN GABRIEL DA SILVA NASCIMENTO	CadÚnico
0042528	KLEVERSON CESAR DUTRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042961	LAIANE TELES MARTINS	CadÚnico
0042449	LAIS FERNANDA PIRES DE ALMEIDA PERILLI	CadÚnico
0043568	LAIS SILVA ROSSETI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043525	LARISSA ALBUNIO MATIOSKI	Doador de Medula Óssea
0042134	LARISSA BORBA PORTELLO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042990	LARYSSA CRISTINY COELHO AMARAL PONTES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043530	LAURA MARIA DE JESUS GOMES	CadÚnico
0042462	LAYANE RAPHAELE OLIVEIRA DOS SANTOS	CadÚnico
0043706	LEANDRO DE FREITAS LOPES	Doador de Medula Óssea
0043190	LEANDRO DE MELLO NASCIMENTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043331	LEANDRO HALISKI FHOGUES	CadÚnico
0042976	LEANDRO IGOR PONTES DO CARMO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)

0042125	LEANDRO LUIZ MINAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043471	LÉIA FERREIRA PEREIRA	CadÚnico
0042136	LEILA ANDRETTA	CadÚnico
0042470	LEOCADIO JOELSON PIANARO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043051	LEONARDO DONATTI DA SILVA	CadÚnico
0043399	LEONARDO FERRACINI ALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043159	LEONARDO LUIZ DE MIRANDA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043183	LEONARDO MINUZZO ZIMERMAN	Doador de Medula Óssea
0042861	LEONARDO VEIGA FREIXO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042573	LETICIA DA SILVA SALINAS	CadÚnico
0043023	LETÍCIA PADILHA ALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042544	LIDIANE MARTINS RODRIGUES DE SOUZA	Doador de Medula Óssea
0043580	LISEU FRANÇA SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042140	LIU DHIEVERLY RODRIGUES FRANK	CadÚnico
0042982	LOISLEYNE BASTOS DA ROCHA	Doador de Medula Óssea
0042266	LOUIS SÉRGEE KAPP DE OLIVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043521	LUAN GABRIEL SOARES BEZERRA	CadÚnico
0042104	LUAN MATEUS ROCHA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042490	LUANA MARIA MORETTI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042753	LUANA PEREIRA DE ANDRADE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042941	LUANA TERRA GECHELE ZIBETTI	CadÚnico
0043068	LUCAS DA SILVA	CadÚnico
0043601	LUCAS DA SILVA DE ANDRADE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043272	LUCAS FIALHO BARRANCO	Doador de Medula Óssea
0043600	LUCAS HERMES DE MACEDO CABRAL DE MELO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043246	LUCAS MARTINI DENCK	Doador de Medula Óssea
0042231	LUCAS MIGUEL RODRIGUES KRSYSIGUSKI	CadÚnico
0043109	LUCAS PEDRO DE FREITAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042643	LUCAS PEREIRA DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042907	LUCAS PINTO VINHORTE	CadÚnico
0043594	LUCCA CHIARELLI DE MACEDO	CadÚnico
0043725	LUCIANA CANDIDO DA SILVA	CadÚnico
0043571	LUCIANA FATIMA DE ANDRADE	CadÚnico
0042074	LUCIANA LUIZA DRANKA	CadÚnico
0043604	LUCIANA SOUZA DE ARAUJO	CadÚnico
0042396	LUCIANA VALÉRIA BUENO SOUZA	CadÚnico
0043362	LUCILDO VIRGULINO COELHO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042035	LUCILEIA DA SILVA NECO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042418	LUCILENI MUNHOS FERREIRA	Doador de Medula Óssea
0042577	LUDMILLA SANTANA RIBEIRO	CadÚnico
0042905	LUIZ ANTÔNIO MESQUITA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043412	LUIZ AUGUSTO GOMES PEREIRA	CadÚnico
0042307	LUIZ CARLOS CARDOSO MATILDE	CadÚnico
0042688	LUIZ CARLOS DE JESUS SOARES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043062	LUIZ EDUARDO DOS SANTOS	CadÚnico
0042979	LUIZ GONÇALVES JUNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043374	LUIZ GUILHERME CECCATTO LEÃO	CadÚnico
0042832	LUIZ GUILHERME DE LIMA MORAIS	Doador de Medula Óssea
0042287	LUIZ HENRIQUE DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043563	LUIZ JHONATAN ALENCAR DE FARIAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042597	LUIZ MIGUEL GONÇALVES BRITTES	CadÚnico

0042032	LUIZ RICARDO FANTINATO FERMINO	CadÚnico
0043724	LUIZA ANDRIOLI CABRAL	CadÚnico
0042942	LUYSI RADECK DE CAMARGO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042336	MAGALI DE LIMA CARVALHO	Doador de Medula Óssea
0042223	MAICON DIONE FIGURA SANTOS CARDOSO	CadÚnico
0042623	MAICON HASKEL FARIAS	CadÚnico
0042463	MAILON DERBER DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043234	MAJOLIGUELEN ADRIANO MODESTO COELHO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043281	MANASSÉS CORREIA DE ARAÚJO	CadÚnico
0042859	MANOEL RODRIGUES DA SILVA JUNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042908	MARCELA ALVES	CadÚnico
0042432	MARCELI DOS SANTOS GAMA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)

0042841	MARCELO ALVES DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043104	MARCELO LOPES DE OLIVEIRA MARTIM	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042186	MARCELO PEREIRA	Doador de Medula Óssea
0042411	MARCELO ZELINSKI	CadÚnico
0042040	MÁRCIA PETRINA DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0042541	MÁRCIO CEZAR CONRADO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043208	MARCIO JOAO AUGUSTO	Doador de Medula Óssea
0042565	MÁRCIO JOSE DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042768	MARCIO ROGERIO ARAUJO SANTOS	CadÚnico
0042112	MARCIO SILVA CAMPOS	CadÚnico
0043696	MARCOS ANTONIO MACHADO	CadÚnico
0043160	MARCOS ANTONIO PEREIRA	CadÚnico
0042016	MARCOS DANIEL RODRIGUES VASCONCELOS	CadÚnico
0043665	MARCOS PRESTES	CadÚnico
0042274	MARCUS VINICIUS NOGUEIRA	Doador de Medula Óssea
0042008	MARIA CAROLINA DOS SANTOS FRANÇA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043591	MARIA EDUARDA WIEGAND	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042585	MARIA FERNANDA VIEIRA DOS SANTOS	CadÚnico
0043196	MARIA LUCÉLIA FERREIRA DA SILVA	CadÚnico
0043233	MARIA LUIZA SUSLA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042662	MARIA VITÓRIA CORREA DOS SANTOS	CadÚnico
0043186	MARIANA CRUZETTA COELHO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043670	MARIANA DE OLIVEIRA FINATO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042751	MARIANE KAVALKEVISKI VICHINESKI CABRAL	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043121	MARIANE RODRIGUES DA CUNHA DE SOUSA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043509	MARIELE FELISBINO LAMEU	CadÚnico
0043276	MARIELE MELO STELLA	CadÚnico
0042120	MARINA BUZATTO PARENTE	Doador de Medula Óssea
0042919	MARIO MARQUES PRIMO	Doador de Medula Óssea
0042736	MARIO SÉRGIO DA SILVA	CadÚnico
0043287	MATEUS FILADELFO DO ROSÁRIO	CadÚnico
0042229	MATEUS HENRIQUE CAMARGO BRAGA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042798	MATEUS PIERIN MEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042764	MATHEUS CZAJKA DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042678	MATHEUS DA SILVA LUCAS	CadÚnico
0043447	MATHEUS DE CASTRO VESQUE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042129	MATHEUS DOS SANTOS COELHO	CadÚnico
0043650	MATHEUS FELIPE RODRIGUES HENRIQUE	CadÚnico
0043415	MATHEUS RAMON PRADO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)

0043110	MAURÍCIO DE FARIA SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042831	MAURO LUIS ALVES CARVALHO	CadÚnico
0043728	MAYARA CAROLINE DA LUZ FERREIRA	Doador de Medula Óssea
0043710	MAYARA CAROLINE RIBEIRO	CadÚnico
0043114	MAYARA CRISTINA DOS SANTOS OZUNA	CadÚnico
0043657	MAYCKON PAULO MUNHOZ MARTINS	Doador de Medula Óssea
0042681	MAYCKON PINHEIRO DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0042062	MAYKON JÚNIOR MACEDO PLATNER	CadÚnico
0043414	MAYROM KELTON DE AGUIAR ALMEIDA	CadÚnico
0042203	MICHAEL ANDRE MATSUMURA DOS SANTOS	CadÚnico
0043075	MICHELLE DE FÁTIMA SOARES TORTURA	CadÚnico
0043648	MIGUEL ALVES DA SILVA	CadÚnico
0042267	MILENA LEANDRO GONÇALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043154	MILENA LOPES LARA	Doador de Medula Óssea
0043717	MILENA MOREIRA RIBAS	Doador de Medula Óssea
0042993	MISAEL FERREIRA SUZARTE DOS SANTOS	CadÚnico
0042423	MISAEL NEVES SANTANA	CadÚnico
0042448	MÔNICA DE LIMA CARVALHO	Doador de Medula Óssea
0043273	MURILO FERREIRA DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042657	MYCHAEL MEROSKI GARABELLI FERREIRA	CadÚnico
0043005	NAIARA DO ROCIO LEITE	Doador de Medula Óssea
0042227	NATHAN GABRIEL SANTANA PEREIRA	CadÚnico
0042109	NATHAN MAGALHAES DA VEIGA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043370	NECLANOR SOARES NETO	CadÚnico
0042493	NELSON FELIPE YURI SILVA DE OLIVEIRA	CadÚnico
0043304	NEUDYS HENRIQUE DE ABREU ROSÁRIO	CadÚnico
0042294	NEUZA APARECIDA DE LIMA SANTOS	CadÚnico
0042595	NICKOLE LOPES PEREIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042645	NICOLAS RAPHAEL MIRANDA	CadÚnico
0042480	NICOLE DA SILVA VOLF	CadÚnico
0042671	NILTON CESAR LENCINA MONTIEL	CadÚnico
0043633	NOELLEN CAROLINE MENAIDE FELISBINO	CadÚnico
0042684	NORBERTO FARIAS DO NASCIMENTO	CadÚnico
0042543	OTÁVIO LEONIDAS ZAROR	CadÚnico
0042739	OZEIA GERALDO EDUARDO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042323	PABLO PATRICK PAIXÃO DA SILVA	CadÚnico
0043516	PABLO PHILIPPE DE OLIVEIRA	CadÚnico
0043271	PAMELA LAUANA VARVENCZACH	Doador de Medula Óssea
0043184	PAOLA CAROLINE BRECAILO CALDAS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042894	PATRICIA DE CASTRO ALVES	CadÚnico
0042427	PATRICK DE LIMA TESSARO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043504	PATRYCIA ELÊNA DUARTE ABRÃO	CadÚnico
0042784	PAULO CEZAR DOS SANTOS	Doador de Medula Óssea
0042458	PAULO HENRIQUE CORREA DE MELLO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042021	PAULO ROBERTO DIAS JUNIOR	CadÚnico
0043377	PAULO ROBERTO MAREL	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042997	PAULO VINICIUS FIRMINO CARDOSO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042026	PEDRO ANTONIO SLABCOUSKI GARCIA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)

0042775	PEDRO AUGUSTO SEVERO JOSEFI	CadÚnico
0042624	PEDRO LUCAS PATRICIO MONTEIRO	CadÚnico
0042335	PHELIPE PEREIRA DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)

0043096	POLIANA SILVA ASSIS GONÇALVES	CadÚnico
0042404	PRISCILA DA CRUZ MENDES LANCE	CadÚnico
0043351	QUEILON LUAN DE ANDRADE PRUSAK	CadÚnico
0043515	RAFAEL ALVES MIRANDA	CadÚnico
0043187	RAFAEL BARRAGANA ALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043153	RAFAEL CORREA DE OLIVEIRA	Doador de Medula Óssea
0042160	RAFAEL DE SOUSA FERREIRA	Doador de Medula Óssea
0042562	RAFAEL LUIZ TAVARES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043128	RAFAEL RICARDO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042408	RAFAEL ROOSEWELT RAMALHO ARAUJO SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042759	RAFAELA CAROLINE MATSEN	CadÚnico
0043100	RAFAELA DA LUZ BRITES	CadÚnico
0042888	RAFAELA LUNARDI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043101	RAFAELA SOUZA JESUS	CadÚnico
0042205	RAFFAEL VIANA GONÇALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042972	RAMON HNATIUK	Doador de Medula Óssea
0043452	RAYSSA BEATRIZ ANDRADE DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042056	RAYSSA CRISTINE SANTOS SOARES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043368	RAYSSA MATHIAS MARCELO	CadÚnico
0042532	REGIANE VIANA CORDEIRO	CadÚnico
0042748	REGINA CAÇADOR FERREIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042292	REGINALDO DENIS VENTURA	CadÚnico
0043401	REGINALDO DOS SANTOS LEÃO	CadÚnico
0042070	REGIS ALEXANDRE DIOGO	CadÚnico
0043366	RENAN WILLIAN DE OLIVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043122	RENATA CAROLINE NANTES	CadÚnico
0043129	RENATA SANTOS DA SILVA	CadÚnico
0042451	RENATO DA SILVA GONÇALVES	CadÚnico
0042776	RHIAN FELLIPE RODRIGUES GOMES	CadÚnico
0042455	RHUAN CAMARGO CARDOSO	CadÚnico
0043727	RICARDO DIAS WROBLEWSKI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042405	RICARDO MENDES LANCE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043024	ROBSON DE AMORIN OLIVEIRA	CadÚnico
0042548	ROBSON SILVÉRIO DOPP	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043674	RODRIGO AUGUSTO PEDRUZZI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043136	RODRIGO BACK	Doador de Medula Óssea
0042111	RODRIGO BATISTA DA SILVA	CadÚnico
0042090	RODRIGO CESAR FERNANDES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042579	RODRIGO COSTA CARVALHO	CadÚnico
0043511	RODRIGO DE OLIVEIRA CORREIA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042808	RODRIGO GOLEMBIOUSKI AMARAL	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042619	RODRIGO PAULA DE AZEVEDO	CadÚnico
0042761	RODRIGO RODRIGUES PEREIRA	CadÚnico
0043330	ROGER SOUZA DE BRITO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043207	ROMÁRIO DIOGO SANTOS	Doador de Medula Óssea
0043072	ROMEU RIBEIRO	CadÚnico
0042166	ROMOALDO MANOEL DA SILVA	CadÚnico
0042816	RONALDO DE SOUSA FERREIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042795	RONALDY MARCEL SIMOES DA COSTA	CadÚnico
0043042	ROSELI RIBEIRO CAMILO VIVEIROS	Doador de Medula Óssea
0043567	ROSIMARA APARECIDA BARBOSA	CadÚnico

0043485	ROSMAR DA SILVA JUNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043416	RUAN EDUARDO GROB RODRIGUES SOARES	CadÚnico
0043076	RUBIANE BATISTA DA CRUZ	Doador de Medula Óssea
0042276	RUDI DA SILVA MOREIRA	CadÚnico
0043324	RUDINEIA ZIMPEL	CadÚnico
0043291	RUTE GONÇALVES DE SOUZA ROMERO	CadÚnico
0042697	SABRINA CUBAN	CadÚnico
0042716	SABRINA HELOISA MEIRA FERREIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042161	SAMUEL DE OLIVEIRA	CadÚnico
0042273	SANDRA CRISTINA VORONIAK	CadÚnico
0042887	SANDRA DE FREITAS BORTOLOSSO	Doador de Medula Óssea
0042211	SANDY DOS SANTOS PIRES	CadÚnico
0043314	SANNDY KAROLAINY DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042245	SEBASTIÃO DO SOCORRO OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR	CadÚnico
0043411	SEBASTIÃO RAIMUNDO DA SILVA JUNIOR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043605	SELMA APARECIDA DE OLIVEIRA	CadÚnico
0042713	SERGIO HENRIQUE DA SILVA PEREIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042253	SERGIO MACHADO FILHO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043260	SHEILA DE LIMA ALVES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042614	SHEILA DOS SANTOS EIGLMEIER	CadÚnico
0043172	SIDNEI PINTO FERREIRA	CadÚnico
0042531	SIDNEI RESENDE FERREIRA	CadÚnico
0042339	SILLAS KHALIL MACHADO	CadÚnico
0043130	SIMONE NATALIO DOS SANTOS	CadÚnico
0042303	SONIARA CAMILA DE SOUZA	CadÚnico
0043385	STHEPHANIE CATARINA SLOTY DA SILVA	CadÚnico
0042013	SUELEN ELIZANDRA DA SILVA	CadÚnico
0043715	TAFAREL SANTOS DE CASTRO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043142	TALITA CAROLINE SANTOS GONÇALVES	CadÚnico
0043394	TATIANA GALINDO DAINEZER	CadÚnico
0042695	TATIANE RIBEIRO GONÇALVES FERREIRA	CadÚnico
0043473	THAIS DA CRUZ FREIRE RIBEIRO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)

0042663	THAYSLAINE STELLE	CadÚnico
0043177	THIAGO ADRIANO SILVA	CadÚnico
0043150	THIAGO CARVALHO MARTINS DE LIMA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043039	THIAGO DE CAMPOS ANDRADE LIMA	CadÚnico
0042735	THIAGO DIAS DA VEIGA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043661	THIAGO JULIUS SILVEIRA GANTER	CadÚnico
0042252	THIAGO SEBASTIAO OLIVEIRA DOS SANTOS	CadÚnico
0043582	THOMAS DOS SANTOS OLIVEIRA	CadÚnico
0042706	TIAGO ALEXANDRINO DA SILVA	CadÚnico
0042927	TIAGO COSTA DE OLIVEIRA	CadÚnico
0042469	TIAGO DE JESUS BUENO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043116	TIAGO FERNANDES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042589	VALDEMAR SILVA DA LUZ	CadÚnico
0042440	VALDERI DA SILVA	CadÚnico
0042324	VALÉRIA CRISTINE VALERIO	Doador de Medula Óssea
0043441	VALERIO DE SOUZA	CadÚnico
0043626	VALMIR JOSE GORISCHH	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043085	VANDERLEI ALVES DE OLIVEIRA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042729	VANESSA LOYANNE MIRANDA SARAIVA	CadÚnico
0042113	VANESSA TAVARES DA COSTA	CadÚnico
0043684	VANESSA VANTROBA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043507	VERICSON SILVA DE ALMEIDA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043720	VICTOR DE GOES COGNIALLI	Doador de Medula Óssea
0042173	VICTOR MATEUS DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042438	VICTOR SCHULTZ	CadÚnico
0043346	VICTOR WIELGANCZUK SANTOS	CadÚnico
0042037	VILMAR DE ASSUMPÇÃO	CadÚnico
0042866	VILMAR SOARES	CadÚnico
0043061	VINÍCIUS BRUSTOLIN MENDES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042403	VINICIUS CARLIN DE ALENCAR	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042284	VINICIUS DE LIMA FRIGERI	CadÚnico
0042974	VINICIUS SANTOS SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043505	VINICIUS SLOMPO DE ÁVILA	Doador de Medula Óssea
0043232	VITOR AUGUSTO AFONSO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042646	VITOR GABRIEL BUENO	CadÚnico
0042638	VITOR HUGO LEPIQUE MARCATTO	CadÚnico
0042870	VITOR OTÁVIO FRAGA MALAQUIAS	Doador de Medula Óssea
0043707	VITOR QUIROGA CONTEZINI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042757	VITOR RENAN FERREIRA DOLENNEI	CadÚnico
0042135	VIVIANE CASSILHA FERREIRA	CadÚnico
0043386	WAGNER CUNHA DE SOUZA	CadÚnico
0043517	WAGNER EDRIAN GODOI	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043303	WAGNER ROSA DE JESUS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043255	WALISON RODOLFO CUSTODIO DOS SANTOS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042055	WANELLY LUANA DE MELO GOUVEIA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042705	WANESSA CRISTINA BRAZ BURGA	CadÚnico
0043497	WELLINGTON AFONSO DA SILVA FERNANDES	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043686	WELLINGTON ALVEZ DE LIMA DO NASCIMENTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042951	WELLINGTON JOSE DE ANDRADE	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042468	WELLINGTON MARLON HONORATO PINTO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042584	WELLINTON ANTONIO DA SILVA CORDEIRO	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043694	WERBERTH DO ROSARIO ROCHA	CadÚnico
0043458	WESLEY CAMARGO BRAGA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043124	WESLEY CARLOS ALVES DE CARVALHO	Doador de Medula Óssea
0042666	WILLAN PEREIRA MARIA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043123	WILLIAN APOLINARIO DE JESUS DE SOUZA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043719	WILLIAN DE CAMPOS AGOSTINHO	Doador de Medula Óssea
0042561	WILLIAN OPOLIS DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042743	WILLIAN OTTO KRUGER	Doador de Medula Óssea
0042022	WILLIAN PEREIRA DOS SANTOS MARTINS	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0043508	WYTALO SOUZA BARROS	CadÚnico
0043381	YAN GUSTAVO DA SILVA	Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Municipal n.º 2.085/2019)
0042608	YURI EIGLMEIER KAI	CadÚnico
0042649	ZENO FLORO KUS	CadÚnico

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:6AFC39FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 258/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 258/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: BRASIL MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA

CNPJ: 14.877.413/0001-63

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

COTA PRINCIPAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
02	CBUQ, faixa C - 12,5 NORMA DNIT 031/2024 (CAPA - CAMADA DE ROLAMENTO). Material de pavimento que apresenta determinadas características e granulometria que as tornam ideais para a fabricação da camada de rolamento, também chamada de "capa asfáltica", em vias urbanas e rodovias. A camada de rolamento é a camada superior e externa do asfalto, que sofre a ação massiva do tráfego. Por isso, a mistura empregada nesse tipo de concreto betuminoso precisa ser resistente, estável e flexível. Material para aplicação a quente sendo entregue no local da realização dos serviços em local a ser indicado pela Secretaria dentro do perímetro desta municipalidade.	Tonelada	7.500	R$668,00	R$5.010.000,00
TOTAL COTA PRINCIPAL					R$5.010.000,00
COTA RESERVADA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
04	CBUQ, faixa C - 12,5 NORMA DNIT 031/2024 (CAPA - CAMADA DE ROLAMENTO). Material de pavimento que apresenta determinadas características e granulometria que as tornam ideais para a fabricação da camada de rolamento, também chamada de "capa asfáltica", em vias urbanas e rodovias. A camada de rolamento é a camada superior e externa do asfalto, que sofre a ação massiva do tráfego. Por isso, a mistura empregada nesse tipo de concreto betuminoso precisa ser resistente, estável e flexível. Material para aplicação a quente sendo entregue no local da realização dos serviços em local a ser indicado pela Secretaria dentro do perímetro desta municipalidade.	Tonelada	2.500	R$668,00	R$1.670.000,00
TOTAL COTA RESERVADA					R$1.670.000,00
TOTAL GERAL					R$6.680.000,00

VALOR: R$6.680.000,00 (seis milhões seiscentos e oitenta mil reais).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 07/08/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:19304B51

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 259/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 259/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: MORRO REDONDO CONSTRUTORA E ADMINISTRACAO DE OBRAS LTDA

CNPJ: 04.727.865/0001-05

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

COTA PRINCIPAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	CBUQ faixa F: (MASSA FINA) Recomendações: DER-PR ES-PA 21/23 reperfilagem de espessura máxima 3,0 cm e variação de teor de ligante 5,0 - 6,5. Composto de pavimento ideal para a fabricação da camada de reperfilagem, também chamada de "massa fina", em vias urbanas e rodovias. A camada de reperfilagem é a camada que tem por objetivo; corrigir trincas, nivelar revestimentos antigos, tapa buracos, e serve também como camada de rolamento, com espessura máxima de 3,0 cm.Material para aplicação a quente sendo entregue no local da realização dos serviços em local a ser indicado pela Secretaria dentro do perímetro desta municipalidade.	Tonelada	15.000	R$630,00	R$9.450.000,00
TOTAL COTA PRINCIPAL					R$9.450.000,00
COTA RESERVADA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
03	CBUQ faixa F: (MASSA FINA) Recomendações: DER-PR ES-PA 21/23 reperfilagem de espessura máxima 3,0 cm e variação de teor de ligante 5,0 - 6,5. Composto de pavimento ideal para a fabricação da camada de reperfilagem, também chamada de "massa fina", em vias urbanas e rodovias. A camada de reperfilagem é a camada que tem por objetivo; corrigir trincas, nivelar revestimentos antigos, tapa buracos, e serve também como camada de rolamento, com espessura máxima de 3,0 cm.Material para aplicação a quente sendo entregue no local da realização dos serviços em local a ser indicado pela Secretaria dentro do perímetro desta municipalidade.	Tonelada	5.000	R$630,00	R$3.150.000,00
TOTAL COTA RESERVADA					R$3.150.000,00
TOTAL GERAL					R$12.600.000,00

VALOR: R$12.600.000,00 (doze milhões e seiscentos mil reais).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 07/08/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:F36BB5A0

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DIVULGAÇÃO DO CADERNO DE QUESTÕES E DO GABARITO DA PROVA OBJETIVA

EDITAL Nº 013/2026
DIVULGAÇÃO DO CADERNO DE QUESTÕES E DO GABARITO DA PROVA OBJETIVA

A Comissão Organizadora do Processo Consultivo para Subsidiar a Escolha de Diretores das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Matinhos torna público, para conhecimento dos candidatos e demais interessados, o Caderno de Questões e o Gabarito da Prova Objetiva – Fase II, realizada no dia 10 de agosto de 2026, conforme as disposições estabelecidas no Edital nº 006/2026 e demais atos complementares.
A publicação tem por finalidade assegurar a transparência e a publicidade dos instrumentos utilizados na avaliação, possibilitando aos candidatos a conferência das questões e das respectivas respostas indicadas no gabarito oficial.
O Caderno de Questões e o Gabarito da Prova Objetiva integram o presente Edital como anexos, disponibilizados para consulta dos candidatos.
Eventuais recursos relacionados às questões da Prova Objetiva ou ao respectivo gabarito deverão observar exclusivamente os prazos, condições e procedimentos estabelecidos no Edital nº 006/2026 e demais atos complementares do Processo Consultivo.

ANEXO I
CADERNO DE QUESTÕES – PROVA OBJETIVA

Questão 1 - Ao organizar a equipe escolar, o gestor deve considerar que a Lei Municipal nº 1.819/2016 busca:
A) Garantir tratamento igual aos profissionais, independentemente da qualificação.
B) Valorizar a qualificação profissional e incentivar o desenvolvimento na carreira do magistério.
C) Eliminar os processos de avaliação funcional.
D) Priorizar exclusivamente o tempo de serviço como critério de evolução profissional.

Questão 2 - Considerando os princípios da educação inclusiva previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assinale a alternativa correta.
A) O profissional de apoio escolar substitui o professor regente nas atividades pedagógicas do estudante.
B) A oferta de apoios e serviços especializados tem por objetivo favorecer a participação, a autonomia e a aprendizagem do estudante, sem substituir as atribuições do professor da classe comum.
C) O profissional de apoio é responsável exclusivo pela avaliação da aprendizagem do estudante.
D) A presença do profissional de apoio dispensa a participação do estudante nas atividades desenvolvidas pela turma.

Questão 3 - A Lei Federal nº 11.645/2008 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para:
A) Tornar facultativo o ensino da História da África nas escolas públicas.
B) Incluir no currículo oficial da Educação Básica a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e dos Povos Indígenas Brasileiros.
C) Criar uma disciplina específica denominada História Indígena.
D) Determinar que o tema seja desenvolvido apenas nas escolas indígenas.

Questão 4 - Durante o acompanhamento do planejamento pedagógico, o gestor escolar verifica que os conteúdos relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira e dos Povos Indígenas são trabalhados apenas em uma atividade comemorativa realizada em um único mês do ano letivo. Considerando o disposto na Lei de
Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal nº 9.394/1996, assinale a alternativa correta.
A) A prática está adequada, pois o tema pode ser abordado apenas em datas comemorativas previstas no calendário escolar.
B) A prática está adequada, desde que haja aprovação do Conselho Escolar.
C) A prática não está adequada, pois o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e dos Povos Indígenas deve integrar o currículo escolar, especialmente nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira, não se restringindo a atividades pontuais.
D) A abordagem desses conteúdos é facultativa para as redes municipais de ensino, cabendo à escola decidir se irá incluí-los em seu currículo.

Questão 5 - O Programa Nacional (PNLD) é responsável por:
A) Distribuir materiais esportivos às escolas.
B) Financiar reformas prediais.
C) Avaliar, adquirir e distribuir livros didáticos, literários e outros materiais pedagógicos para as escolas públicas.
D) Financiar laboratórios de informática.

Questão 6 - Uma das principais mudanças trazidas pelo ECA Digital para as instituições de ensino é que:
A) As escolas estão proibidas de utilizar qualquer fotografia de estudantes.
B) O termo de autorização para uso de imagem passa a exigir maior rigor, devendo ser específico, transparente e compatível com a finalidade da divulgação.
C) Basta a autorização verbal dos responsáveis.
D) Apenas escolas particulares devem obter autorização para divulgação de imagens.

Questão 7- Segundo os princípios do ECA Digital, ao divulgar imagens de estudantes, a gestão escolar deve evitar principalmente:
A) Fotografias de atividades esportivas.
B) Registros de eventos escolares.
C) Qualquer imagem que possa expor a criança ou o adolescente a situações vexatórias, constrangedoras, degradantes, violentas ou que comprometam sua dignidade e segurança.
D) Fotografias em grupo durante atividades pedagógicas.

Questão 8 - Considerando as novas diretrizes do ECA Digital, uma boa prática que deve ser adotada pela gestão escolar é:
A) Compartilhar fotografias dos estudantes em grupos públicos de redes sociais sempre que houver eventos escolares.
B) Publicar imagens sem restrições quando o estudante estiver uniformizado.
C) Revisar periodicamente os procedimentos de autorização de uso de imagem, orientar os servidores sobre proteção de dados e controlar a divulgação de conteúdos envolvendo crianças e adolescentes.
D) Permitir que qualquer servidor publique fotografias dos estudantes em seus perfis pessoais.

Questão 9 - No exercício de suas atribuições, um gestor escolar verifica que a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena está prevista apenas para o mês de novembro. À luz do art. 26-A da LDB, essa organização pedagógica:
A) Está adequada, pois a legislação determina que o tema seja desenvolvido apenas em datas comemorativas.
B) Não atende plenamente à legislação, pois a temática deve integrar o currículo escolar de forma contínua, especialmente nas áreas indicadas pela LDB.
C) Está correta desde que seja realizada uma feira cultural anual.
D) É suficiente para cumprir as exigências legais.

Questão 10 - Ao acompanhar o planejamento pedagógico da escola, qual medida está mais alinhada ao cumprimento do art. 26-A da LDB?
A) Delegar exclusivamente ao professor de História a responsabilidade pelo desenvolvimento da temática.
B) Desenvolver conteúdos sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena de forma interdisciplinar, integrando-os ao currículo e ao Projeto Político-Pedagógico da escola.
C) Trabalhar o tema apenas quando houver estudantes negros ou indígenas matriculados na escola.
D) Limitar o estudo da temática às atividades extracurriculares.

Questão 11 - Durante o planejamento do ano letivo, uma unidade escolar apresentou alteração no número de matrículas, resultando na necessidade de
reorganização do quadro docente. Nessa situação, a conduta mais adequada do gestor escolar é:
A) Manter a distribuição anterior para evitar mudanças na equipe.
B) Realizar a reorganização do quadro docente considerando as necessidades pedagógicas da unidade e os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.
C) Permitir que os professores escolham livremente as turmas que desejam assumir.
D) Definir a distribuição exclusivamente com base no tempo de serviço dos docentes.

Questão 12- No processo de reorganização das turmas e distribuição do quadro docente, a atuação do gestor escolar deve ser pautada principalmente por:
A) Preferências pessoais dos profissionais.
B) Critérios técnicos, transparência, interesse público e compromisso com a aprendizagem dos estudantes.
C) Ordem de solicitação apresentada pelos professores.
D) Exclusivamente pelo tempo de atuação na unidade escolar.

Questão 13 - O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador criado para:
A) Avaliar exclusivamente a infraestrutura física das escolas públicas.
B) Medir a qualidade da educação básica por meio da combinação do desempenho dos estudantes em avaliações nacionais e do fluxo escolar.
C) Classificar os professores conforme sua formação acadêmica.
D) Definir o valor dos recursos financeiros repassados diretamente às escolas.

Questão 14 - Ao analisar os resultados do IDEB de sua unidade escolar, a conduta mais adequada do gestor é:
A) Divulgar apenas a nota obtida, sem promover discussões com a equipe escolar.
B) Utilizar os resultados para identificar desafios, planejar intervenções pedagógicas e acompanhar a evolução da aprendizagem dos estudantes.
C) Comparar exclusivamente o desempenho dos professores entre si.
D) Concentrar as ações apenas nos estudantes que participarão das próximas avaliações externas.

Questão 15 - As condicionalidades previstas na Lei Federal nº 14.113/2020 têm como objetivo principal:
A) Garantir que os entes federativos adotem medidas voltadas ao aprimoramento da gestão educacional e da qualidade da educação para acesso a determinadas complementações da União.
B) Definir o currículo obrigatório da educação básica.
C) Estabelecer critérios para matrícula de estudantes na rede privada.
D) Regulamentar exclusivamente a formação inicial dos professores.

Questão 16 - Ao identificar dificuldades no desempenho de um servidor da unidade escolar, a conduta mais adequada do gestor é:
A) Aplicar imediatamente medida disciplinar sem diálogo.
B) Promover orientação, acompanhamento, diálogo e, quando necessário, adotar os procedimentos administrativos previstos nas normas vigentes.
C) Transferir o servidor para outra unidade escolar sem justificativa.
D) Tornar pública a situação para os demais servidores.

Questão 17 - Quando surgem conflitos entre servidores da unidade escolar, o gestor deve:
A) Ignorar a situação para evitar desgaste.
B) Mediar o conflito com diálogo, imparcialidade e respeito, buscando soluções que favoreçam o ambiente de trabalho e o interesse público.
C) Tomar decisões com base exclusivamente na opinião da maioria.
D) Transferir imediatamente um dos servidores envolvidos.

Questão 18 - Na gestão escolar, o princípio do interesse público significa que o gestor deve:
A) Priorizar interesses pessoais sempre que contribuírem para o bom relacionamento da equipe.
B) Tomar decisões fundamentadas na legislação, na ética e nas necessidades da comunidade escolar, buscando a qualidade da educação e o bem coletivo.
C) Atender prioritariamente às solicitações dos servidores efetivos.
D) Basear suas decisões exclusivamente na opinião dos pais dos estudantes.

Questão 19- No exercício da gestão financeira, o princípio da transparência exige que o gestor escolar:
A) Mantenha as informações financeiras restritas à equipe gestora.
B) Divulgue a aplicação dos recursos, mantenha a documentação organizada e possibilite o acompanhamento pelos órgãos competentes e pela comunidade escolar, quando cabível.
C) Realize a prestação de contas apenas quando solicitado pelo Tribunal de Contas.

D) Informe a utilização dos recursos apenas ao Secretário Municipal de Educação.

Questão 20 - No planejamento administrativo e financeiro da unidade escolar, a tomada de decisões deve ser baseada principalmente em:
A) Preferências individuais da equipe gestora.
B) Planejamento, diagnóstico das necessidades da escola, disponibilidade orçamentária, normas legais e interesse público.
C) Solicitações informais da comunidade escolar, independentemente da previsão orçamentária.
D) Critérios exclusivamente políticos.

ANEXO II
GABARITO OFICIAL – PROVA OBJETIVA

01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
B	B	B	C	C	B	C	C	B	B
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	B	B	B	A	B	B	B	B	B

Matinhos, 11 de agosto de 2026

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO CONSULTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicado por:
Paulo Henrique Santos Diniz Costa
Código Identificador:AC54D1A2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 273/2026 -LICENÇA PREMIO - ROSANGELA APARECIDA MONTEIRO

PORTARIA Nº 273/2026

SÚMULA – Concede Licença prêmio por assiduidade, a servidores efetivos.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas

CONCEDER:
Artigo 1º. – Aos funcionários abaixo, licença prêmio por assiduidade, de acordo com o artigo 146 da Lei 067/97 e alteração Lei nº 522/2017, pelo período de 90 dias e ou fracionado, relativas ao período aquisitivo constante, conforme tabela demonstrativa:

MAT	Funcionários	Período	Dias	INICÍO	FIM	Pecúnia
200799	**Rosangela Aparecida Monteiro**	2021 2026	30	10082026	08092026	-x-

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura,
revogando as disposições em contrário.

Publique-se

Edifício da Prefeitura Municipal
Mato Rico PR, 11 de AGOSTO de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:8A412A9F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE CREDENCIAMENTO DE FEIRANTES 5º MARUMBI FESTIVAL

ATA DE CREDENCIAMENTO DE FEIRANTES 5º MARUMBI FESTIVAL
ANÁLISE DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO
COMISSÃO ORGANIZADORA

Edital de Credenciamento nº: 016/2026
Data da análise: 10/08/2026
Horário de início: 14h00
1. DA ABERTURA DA SESSÃO

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, reuniram-se a Comissão Organizadora do 5º Marumbi Festival, em cumprimento às disposições previstas no Edital de Credenciamento nº 016/2026, realizou a análise das inscrições protocoladas no período estabelecido no respectivo edital.
A análise foi realizada de forma individualizada, considerando a documentação apresentada pelos proponentes, bem como o atendimento aos requisitos e condições estabelecidos no instrumento convocatório.
Após a análise da documentação apresentada, a Comissão Organizadora do 5º Marumbi Festival definiu a situação de cada proponente, conforme relação apresentada a seguir:

NOME DO PROPONENTE	PROTOCOLO	ATIVIDADE	SITUAÇÃO
Taverna Morretes – Fábrica de Licores	8014/2026 Atendeu aos requisitos de habilitação.	Venda de Licores de produção própria em garrafas e em copo.	**HABILITADO**
Monteiro Harden ltda	8138/2026 Atendeu aos requisitos de habilitação.	Venda de chopp (Pilsen, Vinho e Ipa)	**DILIGÊNCIA**
Daniela Polowei Soares	8176/2026 Atendeu aos requisitos de habilitação.	Venda de Chopp Artesanal – Cervejaria Pata Negra	**HABILITADA**
Diogo Fernando Bonato	8734/2026 Atendeu aos requisitos de habilitação	Barreado, Pirão de peixe, sanduíches artesanais feitos na chapa, porções fritas mandioca e peixe, doces artesanais, sucos de polpas, drinks autorais, cervejas e água.	**DILIGÊNCIA**
Marta Fetish	8369/2026 Atendeu aos requisitos de habilitação	Sanduíche na baguete de alcatra, Pastel, Fritas, Wrap vegetariano, vegano e de frango, Caldo de Aipim, Brownie, Bombons de frutas, Coxinha de Aipim e tradicional vegana e de frango, Sanduíche natural. Refrigerantes, sucos e Café.	**HABILITADA**
Fernanda Bello	8062/2026 Não atendeu integralmente aos requisitos de habilitação.	1. Pastéis 2. Doces 3. Bebidas 4. Salgados	**DILIGÊNCIA**
Francismara Maria Liporini	8172/2026 Não atendeu aos requisitos de habilitação.	Não descreveu a solicitação com a venda desejada.	**DILIGÊNCIA**
Doce Morretes ltda	8142/2026 Atendeu aos requisitos de habilitação	Sorvete de produção artesanal	**HABILITADA**
Janete Marcelino Inácio	8053/2026 Atendeu aos requisitos de habilitação.	Pastel, Coxinha de Aipim, bolinho de aipim, creps, caldo de cana, chips, suco natural, refrigerante, água coco, cerveja.	**HABILITADA**
Angela Schimure	8072/2026 Não atendeu integralmente aos requisitos de habilitação.	Não descreveu a solicitação com a venda desejada.	**DILIGÊNCIA**
Everton Luis Schimure	8220/2026 Não atendeu integralmente aos requisitos de habilitação.	Venda de camisetas, bonés, canecas, ecocopos personalizados com a marca Mata Nativa	**DILIGÊNCIA**
Lea Cristina	8540/2026 Não atendeu integralmente aos requisitos de habilitação	Artigos decorativos e souvenirs	**DILIGÊNCIA**
Emanuelle Francisca	8558/2026 Atendeu aos requisitos de habilitação.	comercialização de peças artesanais confeccionadas manualmente, com acabamento cuidadoso e identidade própria, incluindo itens decorativos, utilitários e peças para presente. Os produtos são elaborados de forma artesanal, valorizando a criatividade, a originalidade e o trabalho manual	**HABILITADA**
Rubiana Aparecida de Andrade	8560/2026 Atendeu aos requisitos de habilitação.	Artesanato textil, macramê, painel de parede, suporte plantas, amuletos, souplat, chaveiros, etc	**HABILITADA**
Carolina Dellatorre Sobreira	8563/2026 Atendeu aos requisitos de habilitação.	Trabalho autoral da ilustradora Carolina Sobreira sendo aquarelas, gravuras, ilustrações digitais, desenhos, pinturas, Produtos de papelaria artesanal com enfoque da mata atlântica como cadernetas, livros de colorir, livros infantis, adesivos, quadros, marca-páginas, ecobags, entre outros itens decorativos e souvenirs da cidade.	**HABILITADA**
Clube Paranaense de Montanhismo CPM	8559/2026 Atendeu aos requisitos de habilitação.	exposição institucional para apresentação do Clube à sociedade, orientações sobre preservação ambiental e esclarecimentos sobre a prática do montanhismo consciente.	**HABILITADA**
Daniela Occhialini	8293/2026 Não atendeu integralmente aos requisitos de habilitação.		**DILIGÊNCIA**

2. DAS DILIGÊNCIAS E INABILITAÇÕES
2.1 Proponentes habilitados.
a) Taverna Morretes – Fábrica de Licores
A proponente apresentou documentação em conformidade com as exigências previstas no edital, atendendo aos requisitos de habilitação presentes no edital.
b) Emanuelle Francisca Nascimento.
A proponente apresentou documentação em conformidade com as exigências previstas no edital, atendendo aos requisitos de habilitação presentes no edital.
c) Daniela Polowei Soares
A proponente apresentou documentação em conformidade com as exigências previstas no edital, atendendo aos requisitos de habilitação previstas no edital.
d) Marta Fetish Vidal Pinto
A proponente apresentou documentação em conformidade com as exigências previstas no edital, atendendo aos requisitos de habilitação previstas no edital.
e) Doce Morretes ltda
A proponente apresentou documentação em conformidade com as exigências previstas no edital, atendendo aos requisitos de habilitação previstas no edital.
f) Janete Marcelino Inácio
A proponente apresentou documentação em conformidade com as exigências previstas no edital, atendendo aos requisitos de habilitação previstas no edital, porém notou-se a presença de chopp em seu descritivo do anexo II do formulário de inscrição, não sendo permitida a comercialização do produto uma vez que já possuem espaços direcionados para tal comercialização.
g) Rubiana Aparecida de Andrade.

A proponente apresentou documentação em conformidade com as exigências previstas no edital, atendendo aos requisitos de habilitação presentes no edital.

h) Carolina Dellatorre Sobreira.

A proponente apresentou documentação em conformidade com as exigências previstas no edital, atendendo aos requisitos de habilitação presentes no edital.

i) Clube Paranaense de Montanhismo CPM.

A proponente apresentou documentação em conformidade com as exigências previstas no edital, atendendo aos requisitos de habilitação presentes no edital.

2.2 Proponente em diligência

a) Monteiro Harden ltda

Verificou-se que o Anexo II – formulário de inscrição não foi apresentado pelo proponente, sendo necessária sua apresentação devidamente assinada para saneamento da pendência documental.

b) Diogo Fernando Bonato

Verificou-se que há na descrição do proponente o item "drinks autorais" não sendo especificado quais são as bebidas utilizadas para apresentação de registro perante o MAPA.

c) Fernanda Bello

Verificou-se que há ausência dos documentos: I - Documento de Identificação, podendo ser apresentado a Carteira de Identidade (RG) e/ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do Solicitante, e Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); II - Comprovante de Endereço no Município de Morretes (caso o comprovante esteja em nome de terceiros, deverá ser apresentada outra forma de comprovação, que será analisada e verificada a veracidade, pela comissão); III - Comprovante de Regularidade perante o Município, CND Certidão Negativa De Débitos; Comprovante de participação em eventos realizados no Município; X - Mídias que demonstram a sua produção;

d) Francismara Maria Liporini

Verificou-se que há ausência da descrição de qual é sua intenção de comercialização do que está previsto no edital 016/2026; portanto, reitera-se que seja apontado no anexo II e se apresente a documentação necessária.

e) Angela Schimure

Verificou-se que há ausência dos documentos: I - Documento de Identificação, podendo ser apresentado a Carteira de Identidade (RG) e/ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do Solicitante, e Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); II - Comprovante de Endereço no Município de Morretes (caso o comprovante esteja em nome de terceiros, deverá ser apresentada outra forma de comprovação, que será analisada e verificada a veracidade, pela comissão); III - Comprovante de Regularidade perante o Município, CND Certidão Negativa De Débitos; Comprovante de participação em eventos realizados no Município; X - Mídias que demonstram a sua produção;

f) Everton Luis Schimure

Verificou-se que há ausência dos documentos: I - Documento de Identificação, podendo ser apresentado a Carteira de Identidade (RG) e/ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do Solicitante, e Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); II - Comprovante de Endereço no Município de Morretes (caso o comprovante esteja em nome de terceiros, deverá ser apresentada outra forma de comprovação, que será analisada e verificada a veracidade, pela comissão); III - Comprovante de Regularidade perante o Município, CND Certidão Negativa De Débitos; Comprovante de participação em eventos realizados no Município; X - Mídias que demonstram a sua produção;

g) Lea Cristina

Notou-se a ausência do item III - Comprovante de Regularidade perante o Município, CND Certidão Negativa De Débitos;

h) Daniela Occhialini

Notou-se a ausência do documento II - Comprovante de Endereço no Município de Morretes (caso o comprovante esteja em nome de terceiros, deverá ser apresentada outra forma de comprovação, que será analisada e verificada a veracidade, pela comissão. Sendo apresentado pela proponente um comprovante de residência em seu nome localizada no município de Praia Brava- SC. Conforme previsto no as condições de participação e os documentos exigidos para o credenciamento o item 3 – Justificativa do Ato do Credenciamento estabelece que o procedimento tem como finalidade dar atenção prioritária aos pequenos negócios do Município de Morretes, buscando o fortalecimento do turismo e da economia local. Na sequência, o edital é ainda mais específico ao informar que o Município pretende selecionar "artesãos, produtores rurais, agroindústrias familiares e comerciantes Morretenses" para exporem seus produtos e serviços durante o Festival.

Além disso, tratando especificamente do artesanato, o item 4.1 estabelece a admissão de "artesãos locais", e o item 4.1.2, ao definir o conceito de artesão para fins deste credenciamento, determina expressamente que, para este edital, deverá ser considerado artesão local.

Há ainda uma exigência documental objetiva. O item 6.2, inciso II, determina que, para profissionais autônomos e pessoas físicas, deve ser apresentado "Comprovante de Endereço no Município de Morretes". Essa mesma documentação consta expressamente no Anexo II – Formulário de Inscrição, que deve ser apresentado pelos interessados.

Dessa forma, a exigência de residência no Município de Morretes não decorre somente da regra específica da Praça de Alimentação, mas da leitura conjunta das disposições do edital relativas à sua finalidade, ao público que se pretende atender, à definição de artesão local e à documentação obrigatória para habilitação.

Por esse motivo, embora a atividade de produção e comercialização de peças de prata possa, em princípio, enquadrar-se na categoria de artesanato, a participação no credenciamento está condicionada ao atendimento integral dos requisitos estabelecidos no Edital nº 16/2026, entre eles a condição de participante local e a comprovação de endereço no Município de Morretes

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente documento torna público o resultado da análise das inscrições realizadas no âmbito do Edital de Credenciamento nº 016/2026, contendo a situação dos proponentes de acordo com a documentação apresentada e os requisitos estabelecidos no referido edital.

Aos proponentes que se encontram em situação de DILIGÊNCIA, fica assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da divulgação do resultado da análise, para apresentação da documentação complementar ou dos esclarecimentos necessários ao saneamento das pendências apontadas, conforme as disposições do Edital de Credenciamento nº 016/2026.

Aos proponentes eventualmente INABILITADOS, fica assegurado o direito à apresentação de recurso administrativo, observado o prazo e as condições estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 016/2026.

A situação de HABILITADO representa o atendimento aos requisitos de habilitação verificados nesta etapa, observadas as demais disposições, condições e procedimentos previstos no edital para o credenciamento e participação no 5º Marumbi Festival.

Morretes, 10 de agosto de 2026.

RICHARDSON FULGÊNCIO DO NASCIMENTO

Membro

JÚLIA MORETTI PEREIRA
Membro

MAÍRA BEATRIZ PEREIRA DA SILVA
Membro

MÁRIO HENRIQUE FELGUEIRA PAVANELLI
Membro

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:11BE0F22

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo n.º 92/2026
Dispensa n.º 16/2026

O **MUNICÍPIO DE MORRETES**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 76.022.490/0001-99, com sede na Praça Rocha Pombo, nº 10, Bairro Centro Histórico, Morretes/PR, por meio da **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo;**

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO o parágrafo 3º do art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe que as contratações diretas realizadas por meio de dispensa por menor valor, "*serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial*";

CONSIDERANDO a necessidade de registrar a devida publicação do Aviso de Dispensa de Licitação no site oficial do Município de Morretes, no seguinte link; http://transparencia.morretes.pr.gov.br:8091/portaltransparencia/1/licitacoes;

O Município de Morretes **DISPÕE:**

A **APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA** deverá ser realizada conforme modelo presente no **anexo I** e deverá ser encaminhada ao e-mail: compras.licitacoes@morretes.pr.gov.br até as 23:59hrs da data limite informada.

A proposta deverá ser acompanhada dos **anexos II e III** desta dispensa, devidamente preenchidos e assinados pelo responsável administrador. Todos os anexos estão disponíveis no link supracitado.

Além dos anexos, os licitantes interessados deverão encaminhar sua documentação de habilitação completa, conforme as exigências presentes nesta dispensa.

A **DATA LIMITE** para manifestação de interesse nesta dispensa será até o dia **17 de agosto de 2026.**

TENDO DITO, o Município de Morretes **TORNA PÚBLICA** está dispensa de licitação, nos seguintes termos:

ÓRGÃO REQUERENTE	Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo
TELEFONE	(41) 92001-7346
E-MAIL	meioambiente@morretes.pr.gov.br / urbanismo@morretes.pr.gov.br

1. OBJETO
1.1 Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de montagem, instalação, interligação dos componentes, testes operacionais, comissionamento e orientação básica para operação de biodigestor de pequeno porte disponibilizado ao Município por meio do Programa Itaipu Mais que Energia, desenvolvido pela Itaipu Binacional, a ser instalado na Escola Municipal Dr. Luiz Fernando de Freitas, no Município de Morretes/PR. A contratação compreenderá todos os serviços, materiais complementares, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à adequada instalação e entrada em funcionamento do biodigestor, observadas as especificações técnicas do fabricante, as normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Termo de Referência. A seleção da proposta será realizada por meio de Dispensa de Licitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o menor preço, desde que atendidas todas as especificações e condições exigidas para a execução do objeto.

1.2 QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

ITEM	COD	ESPECIFICAÇÃO	UND	QNT	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR TOTAL MÉDIO
1	617780	Prestação de serviços especializados para instalação de biodigestor de pequeno porte, incluindo montagem, conexão das tubulações internas e externas, instalação dos acessórios, testes operacionais, treinamento básico de uso e manutenção, suporte técnico e visita técnica pré e pós-instalação. - Instalação do biodigestor - Conexão do gás externa e interna - Treinamento para uso e manutenção do sistema - Suporte (presencial e on-line) - Visita técnica pré e pós instalação	Serviço	01	R$ 13.248,59	R$ 13.248,59

1.2.1 O objeto da presente contratação caracteriza-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, sendo possível sua contratação mediante critérios objetivos de seleção.

A contratação será realizada por meio de **Dispensa de Licitação**, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço**, desde que atendidas todas as especificações técnicas, condições de execução e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A presente contratação faz-se necessária para viabilizar a montagem, instalação, interligação dos componentes, testes operacionais, comissionamento e entrada em funcionamento do biodigestor de pequeno porte disponibilizado ao Município por meio do Programa Itaipu Mais que Energia, desenvolvido pela Itaipu Binacional, a ser implantado na Escola Municipal Dr. Luiz Fernando de Freitas.

2.2 A instalação do biodigestor tem por objetivo promover o tratamento ambientalmente adequado dos resíduos orgânicos gerados no ambiente escolar, possibilitando a produção de biogás e biofertilizante, além de fortalecer as ações de educação ambiental, sustentabilidade e gestão adequada de resíduos sólidos desenvolvidas pelo Município.

2.3 Considerando que o equipamento já foi disponibilizado ao Município por meio do Programa Itaipu Mais que Energia, torna-se necessária a contratação de empresa com qualificação compatível para executar os serviços necessários à sua correta instalação e operação, garantindo o atendimento às especificações técnicas do fabricante e às condições de segurança exigidas para o funcionamento do sistema.

2.4 A implantação do biodigestor contribuirá para a redução da quantidade de resíduos orgânicos destinados à coleta e disposição final, incentivando práticas sustentáveis, a reutilização de recursos e a conscientização ambiental dos alunos, servidores e comunidade escolar.

2.5 A contratação permitirá o pleno aproveitamento do investimento realizado por meio da parceria entre o Município e o Programa Itaipu Mais que Energia, assegurando que o equipamento cumpra sua finalidade ambiental, educacional e social, em benefício da coletividade.

2.6 O objeto da presente contratação caracteriza-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e das orientações técnicas do fabricante.

2.7 A contratação será realizada mediante **Dispensa de Licitação**, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, adotando-se como critério de seleção a proposta de **menor preço**, desde que atendidas todas as condições técnicas e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

2.8 A contratação observará os princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, interesse público, transparência, sustentabilidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, visando assegurar a adequada instalação e operacionalização do biodigestor disponibilizado ao Município.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A solução proposta, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar – ETP, consiste na contratação de empresa especializada para execução dos serviços de montagem, instalação, interligação dos componentes, testes operacionais, comissionamento e orientação básica para operação do biodigestor de pequeno porte disponibilizado ao Município por meio do Programa Itaipu Mais que Energia, desenvolvido pela Itaipu Binacional, a ser instalado na Escola Municipal Dr. Luiz Fernando de Freitas.

3.2 A contratação tem por finalidade viabilizar a entrada em funcionamento do equipamento, permitindo o adequado tratamento dos resíduos orgânicos gerados no ambiente escolar, a produção de biogás e biofertilizante, bem como o desenvolvimento de ações de educação ambiental, sustentabilidade e gestão adequada de resíduos sólidos.

3.3 Considerando que o biodigestor já foi disponibilizado ao Município por meio do Programa Itaipu Mais que Energia, verificou-se a necessidade de contratação de empresa com qualificação compatível para realizar sua correta instalação, observando as orientações do fabricante, os requisitos de segurança e as condições necessárias para sua adequada operação.

3.4 A solução contempla a execução integral dos serviços necessários à implantação do biodigestor, incluindo montagem dos componentes, preparação e adequação do local de instalação, interligação dos sistemas, realização de testes operacionais, verificação das condições de funcionamento, ajustes necessários e orientação básica aos servidores responsáveis pelo acompanhamento do equipamento.

3.5 A execução indireta dos serviços mostra-se a alternativa mais adequada para atendimento da demanda, considerando que o Município não dispõe de equipe técnica especializada, equipamentos ou estrutura operacional suficientes para realizar diretamente a instalação e os testes necessários para entrada em funcionamento do biodigestor.

3.6 Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações técnicas do fabricante, com as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à segurança e operação de sistemas de biogás, bem como com as orientações do Programa Itaipu Mais que Energia, quando aplicáveis.

3.7 A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo Município, com a finalidade de verificar o cumprimento das especificações técnicas, das condições contratuais e dos padrões de qualidade exigidos para o objeto.

3.8 A solução será considerada plenamente atendida após a conclusão da instalação, realização dos testes operacionais, comprovação do correto funcionamento do biodigestor e orientação básica aos servidores responsáveis pelo acompanhamento do sistema, garantindo sua utilização segura e eficiente na Escola Municipal Dr. Luiz Fernando de Freitas.

3.9 Nos instrumentos contratuais será estabelecida obrigação de resultado, cabendo à contratada entregar o biodigestor devidamente instalado, testado e em condições adequadas de funcionamento, responsabilizando-se pelos aspectos técnicos, operacionais, trabalhistas, previdenciários e administrativos relacionados à execução dos serviços até seu recebimento definitivo pela Administração Municipal.

3.10 Não haverá previsão de dedicação exclusiva de mão de obra, competindo à contratada definir a composição de sua equipe técnica e operacional necessária à execução dos serviços, observadas as exigências legais e contratuais aplicáveis.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A empresa contratada será responsável pela execução integral dos serviços de montagem, instalação, interligação dos componentes, testes operacionais, comissionamento e orientação básica para operação do biodigestor de pequeno porte disponibilizado ao Município por meio do Programa a ser instalado na Escola.

A execução dos serviços deverá obedecer estritamente:

• às especificações técnicas, manuais, orientações e recomendações fornecidas pelo fabricante do biodigestor;

• às características técnicas do equipamento disponibilizado ao Município;

• às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis, em especial aquelas relacionadas à instalação, operação e segurança de sistemas de biogás; • à legislação ambiental, sanitária e de segurança do trabalho vigente;

• às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021;

• às condições e diretrizes estabelecidas pelo Programa Itaipu Mais que Energia, quando aplicáveis.

A contratada deverá possuir habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como demonstrar aptidão para a execução dos serviços compatível com o objeto da contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Além disso, será responsável:

• pela correta montagem e instalação do biodigestor e de todos os seus componentes;

• pela realização dos testes operacionais necessários para comprovação do adequado funcionamento do sistema;
• pela verificação das condições de segurança, estanqueidade e funcionamento do equipamento antes da entrega dos serviços;
• pela orientação básica aos servidores indicados pelo Município quanto à operação inicial e aos cuidados necessários para utilização do biodigestor;
• pelo fornecimento da mão de obra, ferramentas, equipamentos e demais materiais necessários à execução dos serviços, ressalvados os componentes do biodigestor já disponibilizados pelo Município;
• pelo cumprimento integral das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e de segurança do trabalho decorrentes da execução contratual.

Considerando que os serviços contratados não envolvem obra civil, alteração estrutural ou atividade que exija registro de responsabilidade técnica perante o CREA ou CAU, não será exigida a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme justificativa técnica constante dos autos.

Os serviços somente serão considerados concluídos após a instalação completa do biodigestor, a realização dos testes operacionais e a comprovação de seu pleno funcionamento, mediante aceite da Administração Municipal.

4.2 Requisitos específicos a serem atendidos pela contratada:

a) Executar os serviços de montagem, instalação, interligação dos componentes, testes operacionais, comissionamento e orientação básica para operação do biodigestor, observando as especificações técnicas do fabricante, as normas aplicáveis e as condições estabelecidas pela Administração Municipal.

b) Possuir qualificação técnica compatível com o objeto da contratação, dispondo de profissionais e meios adequados para a correta execução dos serviços.

c) Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

d) Atender integralmente aos requisitos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

e) Realizar os testes operacionais necessários para comprovar o correto funcionamento do biodigestor, efetuando os ajustes eventualmente necessários antes da entrega dos serviços.

f) Fornecer orientação básica aos servidores designados pelo Município quanto aos procedimentos iniciais de operação, utilização e cuidados necessários para o adequado funcionamento do equipamento.

g) Entregar os serviços com o biodigestor devidamente instalado, testado e em plenas condições de funcionamento, apto para utilização pela Escola Municipal Dr. Luiz Fernando de Freitas.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

A contratação compreende a execução dos serviços de montagem, instalação, interligação dos componentes, testes operacionais, comissionamento e orientação básica para operação do biodigestor de pequeno porte disponibilizado ao Município por meio do Programa Itaipu Mais que Energia, devendo todos os serviços necessários à plena operacionalização do equipamento ser executados pela contratada.

5.1 PRAZO DE ENTREGA

5.1.1 O prazo para execução dos serviços será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, a qual será encaminhada por meio de correio eletrônico ao endereço informado pela contratada, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação e no instrumento contratual.

5.1.2 Caso não seja possível iniciar ou concluir os serviços no prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar formalmente as razões respectivas, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, para análise de eventual pedido de prorrogação, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

5.1.3 O pagamento será realizado após a conclusão dos serviços, mediante apresentação da respectiva documentação fiscal e após o ateste do fiscal do contrato, comprovando a efetiva execução dos serviços de montagem, instalação, testes operacionais e comissionamento do biodigestor.

5.1.4 Os serviços executados serão submetidos à inspeção pela fiscalização do Município, observando-se os seguintes aspectos:

a) Qualidade da execução;
b) Conformidade com as especificações técnicas do fabricante;
c) Funcionamento adequado do biodigestor;
d) Atendimento às exigências constantes neste Termo de Referência.

5.1.5 Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada.

5.1.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação do pleno funcionamento do biodigestor, da qualidade da instalação e do cumprimento de todas as obrigações contratuais, mediante emissão de termo de recebimento definitivo.

5.1.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser realizada dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á como efetuado o recebimento definitivo ao término do referido prazo, desde que não haja manifestação formal em contrário por parte da Administração.

5.1.8 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade dos serviços executados, nem por eventuais falhas ou vícios verificados posteriormente, observados os prazos e condições previstos na legislação aplicável.

5.1.9 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, nas orientações do fabricante ou na proposta apresentada, devendo a contratada promover as correções necessárias no prazo de até 10 (dez) dias, sem ônus para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.2 LOCAL DE ENTREGA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

5.2.1 Os serviços deverão ser executados na Escola Municipal Dr. Luiz Fernando de Freitas, localizada no Município de Morretes/PR, local onde se encontra ou será disponibilizado o biodigestor para instalação, no horário das 8:00hrs às 12:00hrs e das 13:00hrs às 17:00hrs.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4 Para gestor e fiscal foram designados os seguintes servidores:

Fiscal Titular: Jean Marcel Foss, matrícula nº 255161;

Fiscal Substituto: Hamilly Stocco Soares, Matrícula nº 128588834;
Gestor: Hendryew Henriqui Dal Bom Carvalho, Matrícula 115699;
CONFORME ANEXO 04, declaração de designação.

6.2 DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATO
6.2.1 Forma de Fiscalização
A fiscalização do contrato será realizada por servidor formalmente designado pela Administração Municipal, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços de montagem, instalação, interligação dos componentes, testes operacionais e comissionamento do biodigestor de pequeno porte a ser instalado na Escola Municipal Dr. Luiz Fernando de Freitas. A fiscalização ocorrerá de forma contínua, mediante acompanhamento da execução dos serviços, verificação do cumprimento das especificações técnicas do fabricante, observância das condições estabelecidas neste Termo de Referência e conferência do adequado funcionamento do equipamento após sua instalação. A contratada deverá executar os serviços em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, orientações do fabricante, exigências de segurança e determinações da fiscalização, podendo ser realizadas vistorias e inspeções durante toda a execução contratual. Os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, orientações do fabricante ou exigências contratuais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo a contratada promover as correções necessárias no prazo estabelecido pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. O fiscal do contrato deverá registrar as ocorrências em instrumento próprio e notificar formalmente a contratada acerca de eventuais irregularidades verificadas durante a execução dos serviços. O recebimento definitivo e o pagamento ficarão condicionados à verificação da correta instalação do biodigestor, à realização dos testes operacionais, à comprovação de seu pleno funcionamento e ao cumprimento das demais exigências técnicas e contratuais estabelecidas pela Administração Municipal.
6.2.2 Forma de Gestão do Contrato A gestão do contrato será exercida por servidor formalmente designado pela Administração Municipal, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo responsável pelo acompanhamento geral da execução contratual e pela coordenação das atividades administrativas relacionadas à contratação dos serviços de instalação do biodigestor.
Compete ao gestor do contrato acompanhar o desenvolvimento da execução contratual, avaliar o desempenho da contratada, assegurar o cumprimento das condições estabelecidas no contrato e adotar as providências necessárias para garantir a adequada execução dos serviços e o atendimento do interesse público.
Caberá ao gestor analisar as informações encaminhadas pelo fiscal do contrato, acompanhar a execução dos serviços, promover o alinhamento entre a contratada e a Administração Municipal e adotar as medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais. Também será responsabilidade do gestor acompanhar eventuais necessidades de alterações contratuais legalmente cabíveis, pedidos de prorrogação de prazo, aplicação de penalidades e demais providências necessárias para assegurar a regularidade, eficiência e continuidade da execução contratual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
O gestor deverá acompanhar o cumprimento do objeto até o recebimento definitivo dos serviços, certificando-se de que o biodigestor foi devidamente instalado, testado e entregue em condições adequadas de funcionamento na Escola Municipal Dr. Luiz Fernando de Freitas.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
7.1 Executar os serviços de montagem, instalação, interligação dos componentes, testes operacionais, comissionamento e orientação básica para operação do biodigestor, em conformidade com as especificações técnicas do fabricante, as condições estabelecidas neste Termo de Referência e a proposta apresentada.
7.2 Fornecer toda a mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais complementares e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços contratados.
7.3 Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução contratual, incluindo transporte, deslocamentos, alimentação, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento do objeto.
7.4 Executar os serviços observando as normas técnicas aplicáveis, as orientações do fabricante do biodigestor, as normas de segurança do trabalho e a legislação ambiental vigente.
7.5 Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos, falhas ou incorreções decorrentes da execução contratual.
7.6 Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados, garantindo que o biodigestor seja entregue devidamente instalado, testado e em condições adequadas de funcionamento.
7.7 Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato ou situação que possa comprometer a execução dos serviços ou o cumprimento dos prazos estabelecidos.
7.8 Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.
7.9 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em decorrência de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo Município.
7.10 Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e de segurança do trabalho decorrentes da execução contratual, sendo exclusiva responsável por seus empregados, prepostos e subcontratados, se houver.
7.11 Destinar adequadamente os resíduos eventualmente gerados durante a execução dos serviços, observando a legislação ambiental aplicável.
7.12 Realizar os testes operacionais necessários para comprovar o adequado funcionamento do biodigestor antes da entrega dos serviços à Administração.
7.13 Prestar orientação básica aos servidores indicados pela Administração quanto aos procedimentos iniciais de utilização e acompanhamento do biodigestor.
7.14 Atender prontamente às solicitações da fiscalização e do gestor do contrato, fornecendo informações, esclarecimentos e documentos relacionados à execução contratual sempre que solicitado.
7.15 Cumprir integralmente as demais obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no instrumento contratual e neste Termo de Referência.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
8.1 Formalizar a contratação em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
8.2 Designar gestor e fiscal do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, nos termos da legislação vigente.
8.3 Receber os serviços executados e verificar sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta da contratada e nas orientações técnicas aplicáveis ao objeto.
8.4 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas, determinando à contratada as correções necessárias.
8.5 Prestar à contratada as informações, esclarecimentos e orientações necessárias à adequada execução dos serviços.
8.6 Disponibilizar acesso ao local de instalação do biodigestor e proporcionar as condições necessárias para a execução dos serviços contratados.

8.7 Comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas durante a execução contratual, fixando prazo para saneamento, quando cabível.
8.8 Acompanhar a realização dos testes operacionais e verificar o adequado funcionamento do biodigestor antes do recebimento definitivo dos serviços.
8.9 Efetuar o pagamento à contratada na forma e nos prazos estabelecidos no contrato, após a comprovação da regular execução dos serviços e apresentação da documentação exigida.
8.10 Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.
8.11 Exercer as demais atribuições necessárias à boa execução contratual, observando os princípios da legalidade, eficiência, interesse público e boa gestão dos recursos públicos.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO
9.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2 EVENTUALIDADES
9.2.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.2.2 PROVIDÊNCIAS E PRAZOS PARA A LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO
I - 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;
II - 20 (vinte dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.
9.2.3 O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento à empresa vencedora/contratada, ocorrerá através da Secretaria Municipal da Fazenda, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, acompanhado das comprovações de regularidade junto a Fazenda Federal, Fazenda do Estado, Município, FGTS e Justiça do Trabalho.
9.2.4 A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela empresa contratada diretamente ao responsável pelo recebimento que somente irá atestar a entrega dos itens e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela empresa vencedora, todas as condições pactuadas.
9.2.5 O Município certificará a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o item entregue e o que foi solicitado. A contagem para o 20º (vigésimo) dia, previsto no caput, só iniciar-se-á após a aceitação dos itens pelo responsável pelo recebimento e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.
9.2.6 Para execução do pagamento, à empresa contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome da Prefeitura Municipal de Morretes, CNPJ: 76.022.490/0001-99, informando o número de sua conta corrente, se Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Estado do Paraná, e a respectiva Agência, bem como o número da Ordem de Compra.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
10.1 A contratação será realizada mediante Dispensa de Licitação, na forma eletrônica, com fundamento no art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o menor preço.

10.2 FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO
10.2.1 A execução do objeto ocorrerá de forma indireta, mediante contratação de empresa especializada para a realização dos serviços de montagem, instalação, interligação dos componentes, testes operacionais, comissionamento e orientação básica para operação do biodigestor de pequeno porte a ser instalado na Escola Municipal Dr. Luiz Fernando de Freitas, observadas as especificações técnicas do fabricante, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
10.3 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS
10.3.1 O valor da proposta deverá ser compatível com os preços praticados no mercado e com a estimativa de preços elaborada pela Administração, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
10.3.2 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou superiores ao valor estimado para a contratação, ressalvada a possibilidade de saneamento ou comprovação da exequibilidade, quando cabível.
10.3.3 Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional e deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo mão de obra, deslocamentos, transporte, equipamentos, ferramentas, materiais complementares, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, seguros e demais despesas incidentes sobre a contratação.
10.3.4 A proposta deverá considerar a execução integral dos serviços de montagem, instalação, interligação dos componentes, testes operacionais, comissionamento e orientação básica para operação do biodigestor, não sendo admitida cobrança adicional posteriormente.

10.4 CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
10.4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA
10.4.2 Registro comercial, no caso de empresa individual;
10.4.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
10.4.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de eleição da diretoria em exercício;
10.4.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.
10.4.6 Comprovação de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (mediante a apresentação de contrato social ou outro documento semelhante), se for o caso.

10.5 REGULARIDADE FISCAL
10.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
10.5.2 Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. **10.5.3** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei.
10.5.4 Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.
10.5.5 Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
10.5.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.6 FINANCEIRA
10.6.1 Certidão Negativa de feitos sobre falência ou concordata.

11. MODO DE DISPUTA
11.1 O modo de disputa que será adotado é **ABERTO**.

12. JUSTIFICATIVA PARA A DIVULGAÇÃO OU NÃO DO ORÇAMENTO
12.1 A utilização de orçamento aberto proporcionará maior transparência e eficiência na gestão do processo licitatório. Esse modelo permite o alinhamento de expectativas entre a Administração Pública e as licitantes, incentivando a participação de empresas qualificadas e resultando em propostas mais realistas e adequadas à execução da instalação do biodigestor. Além disso, a divulgação do orçamento reduz a ocorrência de propostas inviáveis, seja por valores excessivamente elevados ou inexequíveis, garantindo uma contratação mais eficiente e compatível com os recursos disponíveis.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
13.1 O valor **médio** global estimado da contratação é de R$ 13.248,59 (treze mil, duzentos e quarenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) conforme planilha orçamentária integrante do processo, o reajuste somente será admitido após decorridos 12 (doze) meses da data-base do orçamento estimado, mediante aplicação do índice definido no contrato, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
14.1 Os recursos decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:
REDUZIDO 419 - 10.001.04.122.0013.2.060.3.3.90.39.00.00 - MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - FONTE 1000

15. PRAZO DA CONTRATAÇÃO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO
15.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado nas hipóteses legalmente previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado e autorizado pela Administração Municipal.
15.2 O prazo de execução observará o estabelecido neste Termo de Referência e na Ordem de Serviço, admitindo-se prorrogação nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica.

16. GARANTIAS CONTRATUAIS
16.1 Não será exigida garantia contratual para a presente contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

17. GARANTIA DOS SERVIÇOS
17.1 A contratada deverá garantir a qualidade dos serviços executados pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo do objeto, obrigando-se, nesse período, a corrigir, sem qualquer ônus para a Administração, eventuais falhas, defeitos ou vícios decorrentes da execução dos serviços, desde que não tenham sido ocasionados por mau uso, operação inadequada ou intervenção de terceiros.

18. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO – PCA
18.1 O objeto está previsto no item 47 do PCA da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, consoante Decreto Municipal n.º 2820/2026

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
19.1 O interessado ou a contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 ficará sujeito à aplicação das sanções legalmente cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
19.2 Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas em lei, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, o retardamento injustificado da execução dos serviços, a inexecução do objeto, a apresentação de documentação falsa, a prática de ato fraudulento na execução contratual, o comportamento inidôneo e demais condutas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
19.3 Poderão ser aplicadas, conforme a natureza e a gravidade da infração, as seguintes sanções:
I – Advertência;
II – Multa;
III –Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
19.3.1 Multa de mora de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, limitada a 30%.
19.3.2 Multa compensatória de até 20% do valor contratado em caso de inexecução total ou parcial.
19.3.3 As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

19.4 A aplicação das penalidades observará a gravidade da infração cometida, os danos causados à Administração, as circunstâncias do caso concreto, os antecedentes da contratada e os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
19.5 As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Morretes/PR, 10 de agosto de 2026.

MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Publicado por:
Gianlucca Cândido de Rocco
Código Identificador:6D5D2848

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2913 DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 2913 DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

"Altera os Anexos do Decreto nº 2630/2026, que dispõe sobre o Plano de Contratações Anual – PCA para o exercício de 2026, e dá outras providências'".

OPrefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no inciso IV do art. 69, no artigo 87, inciso I, alíneas "a", ambos da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 2.423/2025 regulamenta a elaboração do Plano Anual de Contratações -PCApara o exercício de 2026;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 2630/2026 dispõe sobre Plano Anual de Contratações -PCApara o exercício de 2026;

CONSIDERANDO o Protocolo nº 490/2026, da Secretaria Municipal de Esporte, que solicita a inclusão de ações ao PCA 2026, justificada nas necessidades supervenientes identificadas no decorrer da execução das atividades da Secretaria;

CONSIDERANDO o Protocolo nº 8.021/2026, da Secretaria Municipal de Saúde, que solicita a inclusão de ações ao PCA 2026, justificada nas necessidades supervenientes identificadas no decorrer da execução das atividades da Secretaria;

DECRETA:

Art. 1º. Altera os Anexos do Decreto Municipal nº 2.630, de 04 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre o Plano de Contratações Anual – PCA para o exercício de 2026.

Art. 2º. Altera o Anexo I do Decreto Municipal nº 2.630, de 04 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre o Plano de Contratações Anual – PCA para o exercício de 2026, que passa a vigorar na forma do Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. As demais disposições do Decreto Municipal nº 2.630, de 04 de fevereiro de 2026 permanecem inalteradas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 10 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

ANEXO I
PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – PCA 2026 ANALÍTICO

SECRETARIA MUNICIPAL	ITEM	OBJETO (RESUMIDO)	RÚBRICA ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSO	VALOR ESTIMADO PARA O OBJETO
Secretaria Municipal de Comunicação	1	Contratação de Agência de Publicidade e Propaganda	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 749.900,00
Secretaria Municipal de Comunicação	2	Aquisição de Equipamentos de Foto e Vídeo	4.4.90.52.00.0	1000	R$ 9.604,53
Secretaria Municipal de Comunicação	3	Aquisição de material de expediente, papelaria e material de informática	3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Comunicação	4	Aquisição de material de limpeza e higiene	3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Comunicação	5	Fornecimento de combustíveis	3.3.90.30.00.0	1000	R$ 6.400,00
Secretaria Municipal de Comunicação	6	Capacitação de Servidores da Comunicação	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 14.900,00
Secretaria Municipal de Comunicação	7	Aquisição de uniformes	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	8	Gestão de frotas por meio de sistema informatizado, com manutenção preventiva e corretiva dos veículos	3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	9	Aquisição de material gráfico	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	10	Locação de impressoras	3.3.90.39.00.0	1000	R$ -
Secretaria Municipal de Comunicação	11	Aquisição de equipamentos de informática	3.3.90.39.00.0	1000	R$ -
Secretaria Municipal de Comunicação	12	Licença de Softwares (Adobe, Canva, Capcut)	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 8.105,00
Secretaria Municipal de Comunicação	13	Manutenção de Equipamentos de Imagem	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 2.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	14	Manutenção de ar condicionado (03 unidades)	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.500,00
Secretaria Municipal de Comunicação	15	Câmara de arbitragem	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.538,46
Secretaria Municipal de Comunicação	16	Contratação do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral IBRADE, para prestação de serviço técnico especializado de capacitação e aperfeiçoamento profissional, voltado aos agentes públicos, servidores e funcionários	3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.399,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO	**R$ 820.947,99**
Secretaria Municipal de Governo	1	Contratação de empresa especializada em agenciamento de passagens aéreas e hospedagem.	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 14.531,20
Secretaria Municipal de Governo	2	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças de uso de aplicativo,	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 12.000,00

		que possibilite aos gestores públicos o acesso rápido e fácil de informações estratégicas para a gestão, em atendimento à Secretaria Municipal de Governo.			
Secretaria Municipal de Governo	3	Amlipa (Associação dos Municípios do Litoral do Paraná)	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 16.000,00
Secretaria Municipal de Governo	4	Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado para atender as Secretarias Municipais	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Governo	5	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionados, incluindo aquisição de peças e equipamentos necessários para as manutenções e correções de avarias	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Governo	6	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 60.718,77
Secretaria Municipal de Governo	7	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	02.001.04.122.0040.2.002.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.510,46
Secretaria Municipal de Governo	8	Contratação de Empresa para fornecimento de materiais de expediente em atendimento às Secretarias Municipais	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Governo	9	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema eletrônico, para a frota de veículos que pertencem ao Município de Morretes	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 22.000,00
Secretaria Municipal de Governo	10	Fornecimento de combustível, para os veículos pertencentes à frota municipal	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Governo	11	Fornecimento de combustível, para os veículos pertencentes à frota municipal	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Governo	12	Contratação de empresa para fornecimentos de materiais de informática e equipamentos para comunicação em atendimento as secretarias municipais	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Governo	13	Contratação de empresa para fornecimento de caixas de papel A4, para atender a demanda das secretarias municipais	02.001.04.122.0040.2.004.3.390.30.00.0	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Governo	14	Consórcio Multifinalitário	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 700.000,00
Secretaria Municipal de Governo	15	Aquisição de toner	02.001.04.122.0040.2.004.3.390.30.00.0	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Governo	16	Aquisição de Frigobar	02.001.04.122.0040.2.004.4.4.90.52.00.00	1009	R$ 13.491,00
Secretaria Municipal de Governo	17	Aquisição de Material de Informática	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Governo	18	Aquisição de ar condicionado	02.001.04.122.0040.2.004.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 24.321,84
Secretaria Municipal de Governo	19	Aquisição de materiais descartáveis	02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 184,50
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	**R$ 1.060.251,43**
Secretaria Municipal de Saúde	1	Recarga de oxigênio hospitalar e locação de cilindro	33.90.30.00.00 33.90.39.00.00	1303 1369 31018 1496	R$ 152.604,00
Secretaria Municipal de Saúde	2	Medicamentos para a Rede de Atenção à Saúde	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 1369 1496	R$ 316.425,82
Secretaria Municipal de Saúde	3	Coffee break	33.90.30.00.00	1303 1369 1495 1496 1497	R$ 187.801,60
Secretaria Municipal de Saúde	4	Aquisição de veículos	44.90.52.00.00	1011	R$ 1.764.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	5	Manutenção de Equipamentos com fornecimento das peças para a Rede de Atenção à Saúde	33.90.39.00.00 33.90.30.00.00	1495 31018 1303	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	6	Fraldas descartáveis	33.90.32.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 201.072,00
Secretaria Municipal de Saúde	7	Bolsas para ostomizados e curativos especiais	33.90.32.00.00	1495 31018 1303	R$ 677.530,00
Secretaria Municipal de Saúde	8	Exames Laboratoriais	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303 1496 1369	R$ 900.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	9	Kit Lanche TFD	33.90.32.00.00	1017 1018 1303	R$ 333.000,00

				1495	
Secretaria Municipal de Saúde	10	Fórmulas nutricionais e suplementos alimentares	33.90.32.00.00	1495 1018 1303	R$ 541.198,32
Secretaria Municipal de Saúde	11	Monitoramento por meio de Dosimetria de Radiação Ionizante.	33.90.39.00.00	1303 1369 1496	R$ 2.400,00
Secretaria Municipal de Saúde	12	Ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 24.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	13	Coleta, transporte, tratamento térmico de acordo com as normas técnicas da ABNT e normativas ambientais dos resíduos da saúde	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303 1496 1369	R$ 136.800,00
Secretaria Municipal de Saúde	14	Condicionadores de ar (aquisição e manutenção)	33.90.39.00.00 33.90.30.00.00 44.90.52.00.00	1303 1495 31017 31018 1369 1497	R$ 331.517,84
Secretaria Municipal de Saúde	15	Equipamentos e Acessórios de Informática	44.90.52.00.00 33.90.30.00.00	1005 1500 1303 1497 1495 1011	R$ 205.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	16	Dedetização e desratização	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303 1496	R$ 8.922,75
Secretaria Municipal de Saúde	17	Propaganda Volante	33.90.39.00.00	1495 1303 31017	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	18	Material de expediente	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 54.244,50
Secretaria Municipal de Saúde	19	Serviços de telefonia móvel, com aparelhos celulares (em comodato)	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 28.800,00
Secretaria Municipal de Saúde	20	Equipamentos de Proteção Individual (EPI)	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 31017 1369	R$ 27.243,45
Secretaria Municipal de Saúde	21	Gestão e manutenção corretiva e preventiva de veículos automotores	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303 1499	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	22	Materiais de limpeza e higiene	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 1005 1369	R$ 80.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	23	Materiais e insumos para reforma, pintura, manutenção predial e pequenos reparos nas Unidades Básicas de Saúde.	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 31017 1369	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	24	Combustível	33.90.30.00.00	1495 1303 1018 1017 1499 1497	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	25	Montagem de bicicletas	33.90.39.00.00	1497 33497	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	26	Projeto Funasa	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303 33497	R$ 250.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	27	Câmara de Arbitragem	33.90.39.00.00	1303 1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	28	Próteses Odontológicas	33.90.39.00.00	1495 31018 1303 31017	R$ 475.950,00
Secretaria Municipal de Saúde	29	Equipamentos de Reabilitação Multiprofissional	44.90.52.00.00	1303 1011 500	R$ 35.526,05
Secretaria Municipal de Saúde	30	Confecção de tapetes e reforma de estofado em cadeiras, macas e diversos	33.90.39.00.00	1303 1495 1369 1496 31018	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	31	Persianas - Instalação / Manutenção	33.90.30.00.00 33.90.39.00.00	1303 1495 1369 1496 31018	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	32	Material gráfico e de comunicação visual	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal	33	Refeições Embaladas	33.90.30.00.00	1303	R$ 7.200,00

de Saúde				1495 1369 31018	
Secretaria Municipal de Saúde	34	Materiais médico hospitalares e insumos para a Rede de Atenção à Saúde do Município de Morretes.	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 867.484,28
Secretaria Municipal de Saúde	35	Espaço Físico, Infraestrutura, e Alimentação, Confecção de Brindes e Banner do Evento	3.3.90.39.00.00	1303 1369 1495 1497	R$ 20.500,00
Secretaria Municipal de Saúde	36	Placas de Veículos	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 2.500,00
Secretaria Municipal de Saúde	37	Material para artesanato	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 31.649,59
Secretaria Municipal de Saúde	38	Materiais, insumos e equipamentos odontológicos	44.90.52.00.00 33.90.30.00.00 33.90.32.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 197.679,38
Secretaria Municipal de Saúde	39	Materiais descartáveis	33.90.30.00.00	1369 31018 1303	R$ 52.703,85
Secretaria Municipal de Saúde	40	Gás GLP	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 11.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	41	Solução de botão de pânico (central de alarme monitorada)	33.90.39.00.00	1495 1303	R$ 6.498,00
Secretaria Municipal de Saúde	42	Papel A4	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 2.500,00
Secretaria Municipal de Saúde	43	Solução Integrada para Gestão da Assistência Farmacêutica, Atendimento em Saúde, Infraestrutura em Nuvem e Monitoramento da Atenção Básica	33.90.39.00.00	1495 1497 31018 1303	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	44	Aquisição de pneus	33.90.30.00.00	1495 1497 31018 1303 31017 1369 1499	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	45	Medicamentos Manipulados	33.90.32.00.00	1495 1303 1018 1017	R$ 8.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	46	Extintores de incêndio	33.90.30.00.00	495 303 1018 1017 1499	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	47	Laudos de Raio-X e PACS	33.90.39.00.00	1369 1496 1303	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	48	Reforma Hospital Municipal Dr. Alcídio Bortolin	33.90.39.00.00	1303 100 1009	R$ 950.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	49	Construção UBS Vila das Palmeiras	33.90.39.00.00	1011	R$ 1.000.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	50	Uniformes para os servidores da Secretaria de Saúde	33.90.30.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303	R$ 56.706,50
Secretaria Municipal de Saúde	51	Tonner	33.90.30.00.00	1495/1497/31018/1303	R$ 57.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	52	Mobiliário, equipamentos e correlatos para a Rede de Atenção à Saúde	33.90.39.00.00	31018 / 1303 / 1369 / 1000 / 1495 / 1499 / 1497 / 1011 / 500	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	53	Divisórias em Drywall e correlatos	33.90.39.00.00	1303 / 1495 / 31005 / 31018 / 1499 / 1369 / 1497	R$ 27.344,82
Secretaria Municipal de Saúde	54	Ferramentas e máquinas	33.90.30.00.00	1495 / 1497 / 1303 / 1011 / 500	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	55	"Materiais e insumos para reforma, pintura, manutenção predial e pequenos reparos nas Unidades Básicas de Saúde	33.90.30.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303 / 31017 / 1369	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	56	Roçadas e podas de árvores e arbustos, capinação, raspagem, varrição e remoção de resíduos.."	33.90.39.00.00	1495 / 1496 / 1303 / 1369	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	57	Insumos para hotelaria - HMM	33.90.30.00.00	1303 / 1369	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	58	Gêneros Cárneos	33.90.30.00.00	1303 / 1369 / 31018 /1496	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	59	Aquisição e instalação de vidros.	33.90.30.00.00 / 33.90.39.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303 / 31017 / 1369 / 1499	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	60	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada	33.90.39.00.00	1496 / 1497 / 31018 / 1303 / 31017 / 1369	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	61	Aquisição de medicamentos, insumos médico-hospitalares e odontotógicos desertos ou fracassados	44.90.52.00.00 / 33.90.30.00.00 / 33.90.32.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303 / 31017 / 1369 / 1499 / 7010 / 7011	R$ 350.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	62	Licença de uso de software de orçamentação eletrônica e cotação de preços de peças para a frota de veículos	33.90.39.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303	R$ 13.146,91
Secretaria Municipal de Saúde	63	Gêneros Alimentícios	33.90.30.00.00	1303 / 1369	R$ 20.000,00

Secretaria Municipal de Saúde	64	Locação de geradores de energia	33.90.39.00.00	1495 / 1497 / 31018 / 1303 / 31017 / 1369 / 1499 / 7010 / 7011	R$ 250.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	**R$ 10.174.751,43**
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	1	Materiais gráficos	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 74.586,60
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	2	Estruturas para eventos	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.293.301,03
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	3	Materiais de limpeza	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 2.182,63
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	4	Toners	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 842,72
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	5	Material de expediente	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 2.286,03
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	6	Serviços de agenciamento de viagem	12.001.23.695.2177.2.236.3.3.90.39.00.0 12.001.23.695.2177.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	7	Mão de obra terceirizada.	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 264.166,20
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	8	Gasolina, etanol e diesel	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.1	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	9	Serviços de acesso a internet	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 20.646,96
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	10	Muro de escalada	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 8.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	11	Decoração natalina.	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 370.212,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	12	Manutenção em equipamentos e utensílios domésticos	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 116.126,42
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	13	Confecção de Uniformes	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.2	1000	R$ 4.000,20
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	14	Aquisição de ventiladores	12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.385,04
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	15	Direitos Autorais - ECAD	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 80.233,74
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	16	Instalação de drywall	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 119.196,56
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	17	Materiais de construção	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.139,64
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	18	Planejamento turístico e metodologia de destinos inteligentes	12.001.23.695.2177.2.236.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 20.200,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	19	Tintas e materiais de pintura	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 49.161,98
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	20	Aparelho de ar condicionado - (Cine Teatro)	12.001.13.392.2178.1.024.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 91.404,78
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	21	Som e iluminação (Cine Teatro)	12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	22	Mobiliário de escritório	12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 30.275,13
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	23	Política Nacional Lei Aldir Blanc (PNAB)	12.001.13.392.2178.2.240.3.3.50.43.00.0 12.001.13.392.2178.2.240.3.3.90.36.00.0 12.001.13.392.2178.2.240.3.3.90.39.00.0	1031	R$ 6.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	24	Fogos de artifício (baixo ruído)	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 58.366,81
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	25	*Coffee Break*	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0 12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.544,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	26	Equipamento de Proteção Individual - EPI	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0 12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 2.439,33
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	27	Calhas e rufos	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 33.284,70
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	28	Dedetização, desratização e desinsetização	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 982,47
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	29	Lâmpadas e outros materiais elétricos	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 32.322,60
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	30	Artistas, bandas e grupo musicais	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 235.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	31	Software - Biblioteca	12.001.13.392.2178.1.024.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 4.200,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	32	Profissionais da engenharia e arquitetura.	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	33	Sinalização turística	12.001.23.695.2177.2.237.4.4.90.51.00.0 12.001.23.695.2177.2.237.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 430.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	34	Papel sulfite A4	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 2.982,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	35	Estande em feiras e eventos de promoção turística	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0 12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	36	Letreiro instagramável	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00	1000	R$ 15.367,50
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	37	Computadores e impressoras	12.001.04.122.0040.2.086.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 21.600,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	38	Projeção mapeada (video mapping)	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0 12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.	1000	R$ 50.933,33
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	39	Câmara de Arbitragem	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.538,46
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	40	Viação Marumbi - LTDA	12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 9.500,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	41	Criação de identidade visual	12.001.23.695.2177.2.067.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 27.960,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	42	Aquisição de Aparelhos de Ar-Condicionado	12.001.04.122.0040.2086.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	43	Repasse anual à Instância de Governança Regional – Adetur Litoral	12.001.23.695.2177.2236.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	44	Aquisição de Instrumentos e Equipamentos Musicais	12.001.23.695.2177.2067.3.3.90.39.00.00 / 12.001.04.122.0040.2086.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	45	Promoção turística de evento de abertura da temporada de inverno.	12.001.23.695.2177.2067.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	46	Aquisição de materiais descartáveis	12.001.04.122.0040.2086.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal	47	Locação de mobiliário	12.001.23.695.2177.2067.3.3.90.39.00.00	1000	R$

de Cultura e Turismo					11.805,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	**R$ 4.045.368,85**
Secretaria Municipal de Educação	1	Transporte Escolar	06.001.12.361.0210.2.019.3.3.90.39.00.0 / 06.001.12.365.0210.2.023.3.3.90.39.00.0 / 06.001.12.367.0210.2.031.3.3.90.39.00.0	1000/1103/1104/ 1110/1043/1107	R$ 3.000.000,00
Secretaria Municipal de Educação	2	Apostilas, formulário e certificados	06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.39.00.0 / 06.001.12.365.0220.2.020.3.3.90.39.00.0	1000/1103/ 1104/1107	R$ 241.000,00
Secretaria Municipal de Educação	3	Projetos Educacionais em Tempo Integral	06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.39.00.0	1000/1103/ 1104/1044	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Educação	4	Equipamentos Eletrônicos	06.001.12.361.0190.2.016.4.4.90.52.00.0	1000/1103/1104/1107/1044/1041	R$ 1.300,00
Secretaria Municipal de Educação	5	Emenda Impositiva - Aquisição de Uniformes e Kits escolares	06.001.12.361.0190.2.201.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 293.292,93
Secretaria Municipal de Educação	6	Emenda Impositiva - Aquisição de armários e estantes	06.001.12.361.0190.2.186.4.4.90.52.00.0	1000/1103/1104	R$ 29.329,30
Secretaria Municipal de Educação	7	Camisetas formando PROERD	06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.32.00.0 06.001.12.365.0220.2.020.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 28.000,00
Secretaria Municipal de Educação	8	Decoração de formatura - PROERD	06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.39.00.0 06.001.12.365.0220.2.020.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.000,00
Secretaria Municipal de Educação	9	Utensílios Domésticos e Materiais de Copa e Cozinha	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107	R$ 119.025,42
Secretaria Municipal de Educação	10	Merenda Escolar - Gêneros alimentícios perecíveis.	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107/1042/31042	R$ 608.050,00
Secretaria Municipal de Educação	11	Merenda Escolar - Gêneros alimentícios não perecíveis.	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107/1042/31042	R$ 569.696,20
Secretaria Municipal de Educação	12	Merenda Escolar - Hortifrutigrangeiros	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107/1042/31042	R$ 523.012,00
Secretaria Municipal de Educação	13	Merenda Escolar - Panificados	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107/1042/31042	R$ 203.314,00
Secretaria Municipal de Educação	14	Merenda Escolar - Agricultura Familiar	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1103/1104/1107/1042/31042	R$ 278.616,00
Secretaria Municipal de Educação	15	Contratação de empresa pra prestação de serviços de limpeza de caixas d'agua, caixas de gorduras e fossas	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107	R$ 9.097,40
Secretaria Municipal de Educação	16	Contratação de aluguel de imóvel para realocação escolar temporária	06.001.12.361.0190.2016. 3.3.90.39.00.00 . 06.001.12.365.0220.2020. 3.3.90.39.00.00	1103/1104	R$ 48.000,00
Secretaria Municipal de Educação	17	Pneus, câmaras de ar, protetores de aros automotivos, ferramentas, equipamentos e materiais de utilização em borracharia	06.001.12.361.0210.2019.3.3.90.30.00.00	1103/1104/1107/1043/110	R$ 125.551,24
Secretaria Municipal de Educação	18	Aparelhos de ar-condicionado tipo split inverter		1103/1104	R$ 68.711,20
Secretaria Municipal de Educação	19	Bandeiras tipo: Nacional, Estadual e Municipal	06.001.12.365.0210.2023.3.3.90.30.00.00	1103/1104/1107/1043/110	R$ 5.500,00
Secretaria Municipal de Educação	20	Aquisição de mobiliário escolar - Escola Mun. Dulce Seroa da Mota Cherobin	6.001.12.361.0190.2.016.4.4.90.52.00.00	1009	R$ 358.665,46
Secretaria Municipal de Educação	21	Materiais descartáveis	06.001.12.361.0331.2.018.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.365.0331.2.022.3.3.90.32.00.00. 06.001.12.367.0331.2.030.3.3.90.32.00.00.	1000/1103/1104/1107	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Educação	22	Ferramentas e equipamentos	06.001.12.361.0190.2.016.4.4.90.52.00.0	1000/1103/1104/1107/1044/1041	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Educação	23	Instalação elétrica, sistemas de ventilação com entrada de energia elétrica trifásica em atendimento a rede básica de ensino	06.001.12.361.0190.2016. 3.3.90.39.00.00 . 06.001.12.365.0220.2020. 3.3.90.39.00.00	1103/1104	R$ 30.807,80
Secretaria Municipal de Educação	24	Construção e ampliações de escolas municipais - Escola Arlindo	06.002.12.361.0190.1002	11005/1009	R$ 2.387.054,97
Secretaria Municipal de Educação	25	Materiais de Artesanato	06.001.12.122.0041.2015.3.3.90.30.00.00 06.001.12.361.0190.2016.3.3.90.30.00.00 06.001.12.365.0220.2020.3.3.90.30.00.00	1103/1104/1107/1041	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Educação	26	Mão de Obra com Dedicação Exclusiva	06.001.12.361.0190.2016.3.3.90.39.00.00	1000/1103/1104	R$ 500.000,00
Secretaria Municipal de Educação	27	Combustivel - Gasolina e Diesel S10	06.001.12.361.0190.2016.3.3.90.30.00.00	1000/1103/1104/1107/1110/1043	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Educação	28	Serviços e peças - Manutenção veicular	06.001.12.365.0210.2023.3.3.90.39.00.00	1000/1103/1104/1107/1110/1044	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Educação	29	Extintor e material de segurança	.3.3.90.30.00.00	1000/1103/1104/1107	R$ 5.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**R$ 6.162.733,25**
Secretaria Municipal de Esporte	1	Aquisição de material esportivo	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 255.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	2	Aquisição de material de limpeza	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	3	Aquisição de material de expediente	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal	4	Aquisição de material de	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 /	1000	R$ 150.000,00

de Esporte		construção	15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0		
Secretaria Municipal de Esporte	5	Aquisição de lâmpadas e materiais elétricos	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	6	Equipamentos de informática	15.001.27.812.2190.2.258.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.4.4.90.52.00.0 /	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	7	Aquisição de uniformes	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	8	Aquisição de tintas e material de pintura	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	9	Serviço de chaveiro e aquisição de fechadura	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	10	Serviços gráficos	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	11	Material de copa e cozinha	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	12	Instalação e manutenção de vidros	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	13	Aquisição de eletrodomésticos, mobiliário e aparelho de ar condicionado	15.001.27.812.2190.2.258.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.4.4.90.52.00.0 /	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	14	Aquisição de extintores, recargas e acessórios	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	15	Limpeza de caixa d'água	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	16	Aquisição de água	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	17	Aquisição de coffee break	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 5.500,00
Secretaria Municipal de Esporte	18	Placa veicular	15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.30.00.0 /	1000	R$ 3.000,00

			15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.30.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.30.00.0		
Secretaria Municipal de Esporte	19	Material permanente	15.001.27.812.2190.2.258.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.4.4.90.52.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	20	Material de primeiros socorros	15.001.27.122.2189.2.032.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.258.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.259.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.260.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.261.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.262.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.263.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.264.3.3.90.39.00.0 / 15.001.27.812.2190.2.265.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	21	Instalação do Projeto Meu Campinho	15.001.27.812.1520.1.026.4.4.90.51.00.0 / 15.001.27.812.1520.1.026.4.4.90.51.00.0	1105/1009	R$ 1.254.675,09
Secretaria Municipal de Esporte	22	Transporte esportivo	15.001.27.812.2190.2264.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 44.000,00
Secretaria Municipal de Esporte	23	Reforma da Quadra Poliesportiva Marcy Alves Pinto	15.001.27.812.1520.1025.4.4.51.00.00	1000	R$ 21.100,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	**R$ 781.500,00**
Secretaria Municipal de Climática Resiliência	1	Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Gás GLP	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 500,00
Secretaria Municipal de Climática Resiliência	2	Contratação de empresa especializadas para aquisição de motor de popa e bote inflável e remos em atendimento à equipe da defesa civil do Município de Morretes/PR	16.001.06.182.2183.2.258.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Climática Resiliência	3	Contratação de empresa especializada para aquisição de barracas modular desmontável - dimensões 4,6mx5,5m x2,5m (para atendimento das famílias afetadas por eventos climáticos em quando forem necessário ficar em abrigo)	16.001.06.182.2182.2.256.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Climática Resiliência	4	Contratação de Empresa especializada na aquisição de aparelhos e equipamento de comunicação (radio DMR)	16.001.06.182.2183.2.257.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.500,00
Secretaria Municipal de Climática Resiliência	5	Contratação de Empresa para fornecimento de telhas fibrocimento 2,44x500x4mm 9ajuda humanitária para atendimento as famílias atingidas por eventos climáticos	16..001.06.182.2181.2.255.3.3.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Climática Resiliência	6	Contratação de Empresa para fornecimento de Bobina plástica, preta 4x100m (ajuda humanitária para atendimento as famílias atingidas por eventos climáticos	16.001.06.182.2181.2.255.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Climática Resiliência	7	Contratação de empresa especializada para aquisição de tenda sanfonada em pvc. - Dimensões 6mx3m (para atendimento das famílias afetadas por eventos climáticos em quando forem necessário ficar em abrigo)	16.001.06.182.2182.2.256.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Climática Resiliência	8	Contratação de empresa especializada para aquisição de barreiras de contenção em metro.	16.001.06.182.2181.2. 255..4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Climática Resiliência	9	Contratação de empresa especializada para aquisição de gerador.	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00,0	1000	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Climática Resiliência	10	contratação de empresa especializada para fornecimento deaquisição de material de expediente, papelaria e material de informática	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Climática Resiliência	11	Contratação de Empresa especializada para aquisição e instalação de calhas, rufos e componentes em alumínio, serviços de manutenção	16.001.06.122. 0040..2.013.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Climática Resiliência	12	Contratação de empresa especializada em instalação, manutenção preventiva, corretiva e conservação de equipamentos e utensílios domésticos com fornecimento de peças e mão de obra, na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais.	16.001.606.182.2181.2.255.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Climática Resiliência	13	Contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos de informática	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.500,00
Secretaria Municipal de Climática Resiliência	14	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema informatizado, com manutenção preventiva e corretiva dos veículos que pertencem à Prefeitura Municipal.	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Climática Resiliência	15	Contratação de empresa especializada para aquisição de cesta básica (para atendimento das famílias afetadas por eventos climáticos).	16.001.06.182.2182.2.255.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 1.000,00

Secretaria Municipal de Resiliência Climática	16	Contratação de empresa especializada na dedetização e desratização para o controle de pragas urbanas.	16.001.06.182.2182.2.256.3.3.90.39.00.0	1000a	R$ 500,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	17	Contratação de empresa especializada para aquisição de Material de Construção	16.001.06.182.2182.2.256.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	18	Contratação de empresa especializada para aquisição de maquinários e equipamentos em geral (motoserra, soprador- para dar a primeira resposta em virtude de um evento climático)	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.90.52.00.10	1000	R$ 500,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	19	Contratação de empresa especializada para aquisição de colchoes (para atendimento das famílias afetadas por eventos climáticos).	16.001.06.182.2183.2.257.3.3.90.32.00.0	1000	R$ 2.500,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	20	Contratação de empresa especializada para aquisição de aparelhos de ar condicionado para atender as Secretarias Municipais	16.001.06. 182..2183.2. 257..4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.500,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	21	Contratação de empresa especializado para aquisição de materiais gráficos diversos, compreendendo banners, faixas e demais peças de comunicação visual	16.001.06.182.2183,2.257.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 500,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	22	Contratação o de empresa especializada para fornecimento de toners e cartuchos para abastecimento das impressoras.	16.001.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	23	Contratação de empresa especializada no fornecimento de Equipamento de Proteção Individual - EPI.	16.001.06.182.2183.2.257.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	24	contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos pertencentes a frota do município.	16.001.06.1822182.2.256.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 500,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	25	Contratação de empresa para fornecimento de material de Higiene e limpeza.	16.001.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	26	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis, em atendimento aos veículos da frota. Municipal.	16.001.06.182.2183.2.257.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.295,14
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	27	Contratação de empresa especializada no fornecimento de aparelhos celular.	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	28	Contratação de empresa para fornecer caixas de papel A4.	16.001.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	29	Aquisição de pneus, câmaras de ar, protetores de aros automotivos, ferramentas, equipamentos e materiais de utilização em borracharia	16.001.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 500,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	30	Aquisição de materiais descartáveis	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 500,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	31	Aquisição de ferramentas e equipamentos	16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	32	Aquisição e instalação de extintores e acessórios	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.00 16.001.06.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00 16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	33	Contratação de empresa especializada para a remoção integral da cobertura e estrutura metálica da quadra de esportes do Município de Morretes	16.001.06.182.2183.2.257.4.4.90.51.00.00	1000	R$ 109.449,49
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	34	Serviços técnicos automotivos especializados (manutenção preventiva e corretiva) através de serviços mecânicos e elétricos	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.30.00.00	1000	R$50.000,00
Secretaria Municipal de Resiliência Climática	35	Serviços técnicos automotivos especializados (manutenção preventiva e corretiva) através de serviços mecânicos e elétricos	16.001.06.122.0040.2.013.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 50.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA	**R$ 34.795,14**
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	1	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento ao Município de Morretes para coleta de resíduos sólidos	3.3.90.39.00.00.	1000, 1005, 1510, 1511	R$ 1.573.878,37
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	2	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento ao Município de Morretes para destinação de resíduos sólidos	3.3.90.39.00.00.	1000, 1005, 1510, 1511	R$ 850.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	3	Contratação de prestação de serviços de coleta, triagem, reciclagem e comercialização de lixo reciclável por parte de associação	3.3.90.39.00.00.	1000, 1510, 1511	R$ 97.529,95
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	4	Contratação de empresa realizar o Transporte Coletivo	3.3.90.39.00.00.	1000	R$ 702.375,06
Secretaria Municipal	5	Contratação de estabelecimento	3.3.90.39.00.00	1511	R$ 68.200,00

de Meio Ambiente e Urbanismo		médico veterinário para a realização de castração de cães e gatos.			
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	6	Contratação de Empresa para realizar serviços de roçada, capina, varrição e podas.	3.3.90.39.00.00.	1000, 1510, 1511	R$ 210.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	7	Aquisição de Flores, Vegetação, Árvores, Terra e Complementos	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	8	Contratação de Empresa Especializada para a elaboração e implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho.	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 4.250.00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	9	Aquisição de esteira de separação de resíduos recicláveis e esteira de elevação de resíduos.	4.4.9.0.52.00.00	31015,31072	R$ 49.499,99
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	10	Aquisição de Terra Preta e Adubos	3.3.90.30.00.00	1510	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	11	Contratação de empresa especializada para elaboração de PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas	3.3.90.39.00.00.	1000	R$ 29.800,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	12	Contratação de empresa especializada para elaboração do Plano de Saneamento - Programa Itaipu Mais que Energia	3.3.90.39.00.00.	1000, 31072, 31015	R$ 234.198,27
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	13	Construção de UVR - Programa Itaipu Mais que Energia	4.4.90.51.00.00	1000,31072, 31015	R$ 1.600.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	14	Contratação de Empresa para Realizar a Elaboração do Plano de Mobilidade e Transporte Público	3.3.90.39.00.00.	1000	R$ 297.624,94
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	15	Contratação de Empresa(s) para Estruturação como Planta Saneamento, Genérica de Valores, Voo, Atualização Cadastral, Banco de Dados, Informatização e Relacionados	3.3.90.39.00.00.	1000	R$ 1.000.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	16	Abastecimento de Água Potável - Programa Itaipu Mais que Energia	4.4.90.51.00.00	31015, 31072	R$ 192.999,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	17	Fornecimento de Combustível para Diesel e Arla	3.3.90.30.00.00.	1000,1510,1511	R$ 60.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	18	Fornecimento de Combustível Diesel S10, Diesel 500, Arla e Gasolina.	3.3.90.30.00.00.	1000,1510,1511	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	19	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada	3.3.90.39.00.00.	1000,1510,1511	R$ 90.774,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	20	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada	3.3.90.39.00.00.	1000,1510,1511	R$ 57.327,84
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	21	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada	3.3.90.39.00.00.	1000,1510,1511	R$ 53.985,60
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	22	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema informatizado	3.3.90.39.00.00. 3.3.90.30.00.00	1510	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	23	Aquisição de Material de Limpeza e Higiene	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	24	Aquisição de Material de Construção	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	25	Aquisição de Material de Expediente	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 1.500,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	26	Fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa (banco de preços)	3.3.90.39.00.00	1510	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	27	Aquisição de Material de Pintura e Tintas	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	28	Contratação de empresa especializada para serviços de dedetização de desratização	3.3.90.39.00.00	1511	R$ 108,60
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	29	Contratação de Serviços de Empresa de Propaganda Volante	3.3.90.39.00.00	1511	R$ 2.500,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	30	Aquisição de Toners e cartuchos de tintas para impressora	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 600,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	31	Aquisição de Equipamentos de Informática, notebook e computador	3.3.90.52.00.00.	1000,1510,1511	R$ 22.865,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	32	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação, substituição, manutenção e limpeza de calhas, rufos e condutores,	3.3.90.39.00.00	1000,1510,1511	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	33	Aquisição de Lâmpadas e Materiais Elétrico	3.3.90.30.00.00	1511	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e	34	Aquisição de uniformes	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 49.741,27

Urbanismo					
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	35	Aquisição de EPIs	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 51.162,50
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	36	Aquisição de coffee-break	3.3.90.30.00.00	1000,1510,1511	R$ 2.305,78
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	37	Aquisição de Tablet	3.3.90.52.00.00.	1000,1510,1511	R$ 5.345,85
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	38	Contratação de empresa especializada em construção civil para reforma e revitalização da Capela Mortuária do Cemitério Municipal Santa Esperança.	3.3.90.39.00.00	1000,1510,1511	R$ 300.458,68
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	39	Contratação de empresa especializada no fornecimento de vacinas antirrábicas, vacina polivalente, medicamento vermífugo, medicamento antipulga, medicamento anticarrapato e fornecimento de ração para atendimento do Programa de Atenção Animal - PATA e emendas impositivas	3.3.90.39.00.00	1000,1510,1511	R$ 122.622,22
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	40	Contratação da Associação para coleta de Recicláveis - ACOMAREM	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 30.360,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	41	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza pública no Município de Morretes Pr.	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 1.800.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	43	Contratação de Empresa para Aquisição de Gás Doméstico para o Funcionamento dos setores da Secretaria	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.071,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	44	Aquisição de Material Gráfico	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 6.455,04
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	45	Aquisição de papel sulfite tamanho A4	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.800,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	46	Aquisição de Material e Insumos Hospitalares	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 2.783,80
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	47	Contratação de empresa especializada em instalação de biodigestor pequeno porte	3.3.90.30.00.00	1000	R$ 6.370,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	48	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, sucção, transporte e destinação final de efluentes e resíduos sépticos, por meio de caminhão tipo limpa fossa, com tanque de sucção a vácuo e bomba de alta pressão	3.3.90.30.00.00	1510	R$ 10.400,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	49	Contratação de empresa especializada em esterilização cirúrgica de cães e gatos com microchipagem.	3.3.90.30.00.00	1510	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	50	Contratação de Câmara de Arbitragem	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	51	Contratação de empresa especializada na confecção de placas veiculares no padrão MERCOSUL,	3.3.90.39.00.00	1000	R$ 426,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	52	Aquisição de Pneus e Itens de Borracharia	3.3.90.30.00.00	1511	R$ 14.123,92
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	53	Aquisição de Gerador de Energia	4.4.90.52.00.00	1000	R$ 6.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	54	Aquisição de Roçadeira	4.4.90.52.00.00	1000	R$ 13.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	55	Aquisição de ferramentas e equipamentos	4.4.90.52.00.00	1009 1511	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	56	Aquisição de flores, plantas e insumos	3.3.90.30.00.00	1510	R$ 130.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	57	Aquisição de espelhos convexos	3.3.90.30.00.00	1009	R$ 7.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	58	Aquisição e instalação de extintores, recargas e manutenção, seus acessórios e placas de identificação e segurança	3.3.90.30.00.00 3.3.90.39.00.00. 4.4.90.52.00.00	1510 1000	R$ 6.424,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO	**R$ 10.075.192,68**
Secretaria Municipal de Infraestrutura	1	Prestação de serviços continuados envolvendo o sistema de iluminação pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.39.00.0	1507	R$ 291.583,70
Secretaria Municipal de Infraestrutura	2	Software de gestão de iluminação pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.39.00.0	1507	R$ 79.224,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	3	Levantamento topográfico	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 22.500,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	4	Pneus, câmaras de ar, protetores de aros automotivos, ferramentas, equipamentos e materiais de utilização em borracharia	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 205.830,92
Secretaria Municipal de Infraestrutura	5	Pavimentação em Pavimento Rígido da Estrada da América	09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0/ 09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0	1005 / 1009 -	

Secretaria Municipal de Infraestrutura	6	Aquisição de EPI's e uniformes, destinados ao setor Iluminação Pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.30.00.0	1507	R$ 133.524,50
Secretaria Municipal de Infraestrutura	7	Aquisição de materiais elétricos ao setor Iluminação Pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.30.00.0	1507	R$ 579.645,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	8	Aquisição de Bica Corrida	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 600.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	9	Sondagem ISC e SPT	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 129.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	10	Pavimentação de vias Urbanas em CBUQ	09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0/ 09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0	1005 / 1009	
Secretaria Municipal de Infraestrutura	11	Aquisição materiais de construção.	09.001.15.4.51.0240.2.0.58.3.3.90.3.0.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 226.804,15
Secretaria Municipal de Infraestrutura	12	Locação de Máquinas Pesadas, Equipamentos Rodoviários, para execução de Serviços de manutenção das estradas rurais e vias urbanas, bueiros, serviços agrícolas	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	13	Aquisição complementar de materiais elétricos, destinados a Iluminação Pública	09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.30.00.0	1507	R$ 216.698,90
Secretaria Municipal de Infraestrutura	14	Fornecimento de combustível para abastecimento	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 108.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	15	Fornecimento de combustível para abastecimento de veículos da frota	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 324.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	16	Contratação de Empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 386.137,30
Secretaria Municipal de Infraestrutura	17	Contratação de Empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 568.090,44
Secretaria Municipal de Infraestrutura	18	Contratação de Empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 53.985,60
Secretaria Municipal de Infraestrutura	19	Serviços de gestão de frotas por meio de sistema informatizado	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	20	Aquisição de Material de Limpeza para a Prefeitura Municipal de Morretes	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	21	Aquisição de material de expediente, papelaria e material de informática	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000 1504 e 1510	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Infraestrutura	22	Aquisição de Tablet	09.001.15.451.0240.2.058.3.90.52.00.00	1507	R$ 22.566,24
Secretaria Municipal de Infraestrutura	23	Câmeras de Monitoramento	09.001.15.451.0240.2.058.3.90.39.00.00	1507	R$ 823.185,12
Secretaria Municipal de Infraestrutura	24	Pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)	09.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.51.00.0	1005	R$ 7.349.827,73
Secretaria Municipal de Infraestrutura	25	contratação com câmaras de arbitragem	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.532,46
Secretaria Municipal de Infraestrutura	26	Material Gráfico	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 13.758,27
Secretaria Municipal de Infraestrutura	27	Aquisição de pré-moldados de concreto (manilhas, blocos e meios-fios)	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 885.785,27
Secretaria Municipal de Infraestrutura	28	Aquisição de aparelhos de ar-condicionado tipo split inverter	09.001.15.451.0241.2.058.4.4.90.52.00.0	1000	R$ 14.421,49
Secretaria Municipal de Infraestrutura	29	Aquisição de rolo compactador	009.001.15.451.0241.2.058.4.4.90.52.00.0	1105/1504	R$ 630.666,67
Secretaria Municipal de Infraestrutura	30	Pavimentação de vias urbanas – Programa Asfalto Novo Vida Nova	009.001.26.782.0330.1.009.4.4.90.52.00.0	1005	R$ 19.612.855,56
Secretaria Municipal de Infraestrutura	31	Parques no Município de Morretes	009.001.15.451.0241.2.058.4.4.90.52.00.0 / 009.001.15.451.1514.1.008.4.4.90.51.00.0	1009	R$ 1.320.050,29
Secretaria Municipal de Infraestrutura	32	Aquisição De Materiais Descartáveis	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 89,20
Secretaria Municipal de Infraestrutura	33	Aquisição de ferramentas e equipamentos	09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0/09.0 01.15.451.1514.1008.4.4.90.51.00.00	1000	R$ 73.113,92
Secretaria Municipal de Infraestrutura	34	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de rastreamento e monitoramento eletrônico veicular e de máquinas, por meio de tecnologia GPS, incluindo o fornecimento, instalação, configuração e manutenção de dispositivos rastreadores, bem como a disponibilização de plataforma de gestão de frota via web e/ou aplicativo, com monitoramento em tempo real, geração de relatórios e demais funcionalidades de controle operaciona	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 14.003,88
Secretaria Municipal de Infraestrutura	35	Aquisição através do Sistema de Registro de Preços de CBUQ pronto, em sacos com 25 Kg cada, para ser aplicado a frio, em operações de tapa buracos em vias pavimentadas deste Município	09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.0	1000/1504 e 1510	R$ 68.610,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	**R$ 13.421.101,32**
Procuradoria	1	prestação de serviço de gerenciamento, divulgação e publicação dos atos legais	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 9.783,60
Procuradoria	2	fornecimento de galão de água de 20 L (20 litros)	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.091,65
Procuradoria	3	Aquisição e aplicação de insulfilm nas dependências da PGM	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.30.00.01	1000	R$ 1.580,20

Procuradoria	4	capacitação para servidores municipais, no formato in company	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 384.761,72
Procuradoria	5	Aquisição de material de expediente, papelaria e material de informática	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 2.967,42
Procuradoria	6	Câmara de Arbitragem	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 11.538,00
Procuradoria	7	Assinatura anual de acesso à ferramenta que contempla conjunto de soluções e trabalhos intelectuais técnico-profissionais especializados	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 7.917,30
Procuradoria	8	Capacitação de alta performance da Faculdade Unypública, destinada a servidores, gestores e líderes que desejam desenvolver equipes de ata performance dentro da gestão pública moderna	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 11.400,00
Procuradoria	9	Contratação do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral-IBRADE, para prestação de serviço técnico especializado de capacitação	03.001.02.062.0040.2.006.3.3.90.36.00.00	1000	R$ 9.793,00
				PROCURADORIA DO MUNICIPIO DE MORRETES	**R$ 415.522,59**
Secretaria Municipal da Fazenda	1	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.9039.00.0	1000	R$ 270.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	2	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.9039.00.0	1000	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	3	Empresa contratada para prestação de serviços de acesso à internet, nos termos das concessões outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em atendimento às Secretarias Municipais.	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 101.454,52
Secretaria Municipal da Fazenda	4	contratação de empresa especializada para fornecimento de AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PAPELARIA E MATERIAL DE INFORMÁTICA, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano, conforme as especificações técnicas constantes da documentação que constitui o Anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 10,	04.001.04.123.0040.2. 007..3.3.90.30.00.0	1000	
Secretaria Municipal da Fazenda	5	Contratação de Empresa especializada para aquisição e instalação de calhas, rufos e componentes em alumínio, serviços de manutenção	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 394.898,14
Secretaria Municipal da Fazenda	6	Contratação de empresa especializada na dedetização e desratização para o controle de pragas urbanas.	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 10.717,00
Secretaria Municipal da Fazenda	7	Aquisição de toners e cartuchos para abastecimento das impressoras, afim de suprir e garantir as atividades diárias das secretarias municipais	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 60.004,64
Secretaria Municipal da Fazenda	7	Contratação de AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAL DE PINTURA, conforme as especificações técnicas constantes da documentação que constitui o Anexo I do edital de Pregão 031/2025	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.000.0	1000	R$ 288.931,11
Secretaria Municipal da Fazenda	8	Aquisição de 01 frigobar destinados aos servidores	04.001.04.123.0040.2.007.4.4.90.52.00.0	1009	R$ 15.794,91
Secretaria Municipal da Fazenda	9	Aquisição de Material de Construção na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.582.304,26
Secretaria Municipal da Fazenda	10	Aquisição de material de limpeza na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes,	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 1.043.591,48
Secretaria Municipal da Fazenda	11	Contratação com Câmara de arbitragem, com intuito de implantar este sistema om resolução de conflitos.	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	12	Aquisição de equipamentos de Informática, na modalidade Pregão eletrônico n°25/2025	02.001.04.122.0040.2.007.3.3.90.30.00.00 02.001.04.122.0040.2.004.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 174.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	13	Contratação de empresa para fornecer caixas de papel A4, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Morretes, pelo período de 12 (doze) meses.	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 98.000,00
Secretaria Municipal da Fazenda	14	Aquisição de aparelhos de ar condicionado	04.001.04.123.0040.2.007.4.4.90.52.00.0	1000/1009	R$ 48.687,68

Secretaria Municipal da Fazenda	15	Contratação de empresa especializada em mentoria e orientação aos servidores públicos na execução de atividade de alta complexidade, com foco na alimentação, parametrização e geração dos arquivos destinados à prestação de contas aos órgãos de controle externo, a fim de atender às demandas constantes da agenda de obrigações	04.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.39.00.0	1000/3002/3511	R$ 63.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	**R$ 4.289.696,06**
Secretaria Municipal de Agricultura	1	Aquisição de tintas e material de pintura, na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano.	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 40.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	2	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	3	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de dedetização, desratização e desinsetização na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender a Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano. EMPRESA DESINRAT	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	4	Aquisição De Material De Construção na modalidade Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	5	Aquisição de Material de Limpeza para a Prefeitura Municipal de Morretes.	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	6	Aquisição de ventiladores em atendimento as Secretarias Municipais de Morretes, pelo período de 1(um) ano	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	7	Aquisição de material de expediente, papelaria e material de informática, através do sistema de registro de preços, para atender as Secretarias Municipais de Morretes, pelo período de 01(um) ano	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	fontes: 1000/1510/1511	R$ 1.600,00
Secretaria Municipal de Agricultura	8	Contratação de serviços de empresa de propaganda volante, para a produção e veiculação de áudio em veículo automotivo para divulgação de comunicados e propagação de trabalhos com a comunidade.	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	9	Contratação de empresa para fornecimento de combustível e demais insumos. Diesel S10	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 80.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	10	Contratação de empresa para fornecimento de combustível e demais insumos. Diesel S500 e gasolina	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	11	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada para agentes - operacional	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 217.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	12	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada para agentes operacionais - técnico e administrativo	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 70.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	13	Contratação de Empresa especializada em gerenciamento de frotas para Manutenção, Fornecimento de Peças, Acessórios e Materiais de Reposição Automotivos e outros	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 80.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	14	Contratação de empresa especializada em limpeza, roçada, varredura	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 4.500,00
Secretaria Municipal de Agricultura	15	Contratação de empresa especializada em instalação, manutenção preventiva, corretiva e conservação de equipamentos e utensílios domésticos, com fornecimento de peças e mão de obra - ar condicionado e geladeira	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	16	Aquisição de gêneros alimentícios de panificação: pães, lanches e itens para realização de Coffee Break; em atendimento as Secretarias Municipais do Município de Morretes	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal	17	Empresa contratada para prestação	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 21.000,00

de Agricultura		de serviços de acesso à internet, nos termos das concessões outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL			
Secretaria Municipal de Agricultura	18	Aquisição de uniformes	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 5.800,00
Secretaria Municipal de Agricultura	19	Aquisição de EPI's	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000/1510/1511	R$ 5.200,00
Secretaria Municipal de Agricultura	20	contratação de empresa para a realização de eventos como festa feira, palcos, banheiros químicos, tendas, brigadistas, placas indicativas e orientativas, extintores	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 400.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	21	contratação de empresa especializada no fornecimento de madeira, sombrite e demais materiais necessários para a estrutura barracas da festa feira	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	22	contratação de empresa especializada em montagem e desmontagem de barracas festa feira e portais do evento	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000/1510/1511	R$ 300.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	23	Aquisição de toners para impressoras	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	24	Aquisição de gás GLP de 13 kg	00/01/1900	1000	R$ 1.171,50
Secretaria Municipal de Agricultura	25	Câmara de Arbitragem	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 11.538,46
Secretaria Municipal de Agricultura	26	Aquisição de insumos (calcário, adubo orgânico), à população de produtores rurais - CONVENIO 716/2025/SEAB	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.00	1000/11005	R$ 629.802,98
Secretaria Municipal de Agricultura	27	Contratação de Empresas para fornecimento de pneus, câmaras de ar, protetores de aros automotivos, ferramentas, equipamentos e materiais de utilização em borracharia, novos e de primeira linha de fabricação, para utilização em manutenções de veículos e máquinas pesadas, pertencentes à frota municipal para fornecimento de Pneus novos e de primeira linha de fabricação.	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.00	1000/1511	R$ 125.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	28	Aquisição de ferramentas e equipamentos	11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.00	1000/1511	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	29	Aquisição e instalação de extintores de incêndio, recargas, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de acessórios, placas de identificação e sinalização de segurança.	11.001.04.122.0300.2066.3.3.90.30.00.00	1511	R$ 600.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	30	Aquisição de caminhão prancha novo, zero quilometro e sem uso anterior	11.001.04.122.0300.2.066.4.4.90.52.00.01	1000	R$ 1.080.666,70
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	**R$ 2.481.612,94**
Secretaria Municipal de Ação Social	1	Água Mineral	8001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0	1050, 941	R$ 490,00
Secretaria Municipal de Ação Social	2	Imóvel Sede do Conselho Tutelar de Morretes	08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.36.00.0	1000	R$ 26.100,00
Secretaria Municipal de Ação Social	3	Imóvel Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 54.240,00
Secretaria Municipal de Ação Social	4	Aviamentos e matérias para artesanatos	08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0	1050	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	5	Cestas Básicas	08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0/08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0	1000/770	R$ 268.749,00
Secretaria Municipal de Ação Social	6	Equipamentos Musicais	08.001.08.244.0110.2.094.4.4.90.52.00.0	1005	R$ 43.244,24
Secretaria Municipal de Ação Social	7	Serviços funerários	08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00. 00..0	1000,77	R$ 170.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	8	Material de Expediente	Red. 92 05.001.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00. 1000	1000	R$ 7.508,60
Secretaria Municipal de Ação Social	9	Gás GLP	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0;	934,940,941,1000,31050,1005,31005,31105	R$ 4.515,00
Secretaria Municipal de Ação Social	10	Gêneros não perecíveis	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0;	Fonte: 934,941,1005,1050,1000	R$ 8.305,26
Secretaria Municipal de Ação Social	11	Gerenciamento de Frotas	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0	934, 940, 941, 1000, 1005,31005,31105	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	12	Higiene e limpeza	05.001.04.122.00.40.2.217.3.3.90.00.00	1000	R$ 26.423,62
Secretaria Municipal de Ação Social	13	Hortifruti	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0	941	R$ 31.919,30
Secretaria Municipal de Ação Social	14	KIT Lanches	08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.32.00.0;	1005 / 934 / 940 /1000 / 770	R$ 8.680,00

			08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.32.00.0		
Secretaria Municipal de Ação Social	15	Material de construção	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.216.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.056.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0;08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0	1000 / 940 / 934 / 941 / 1005/ 770 / 1050	R$ 34.121,98
Secretaria Municipal de Ação Social	16	Materiais Elétricos	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0	1000 / 940 / 934 /941 /770 / 1000 / 1000 / 940 / 31050 / 31050 / 1005	R$ 3.850,57
Secretaria Municipal de Ação Social	17	Instituição de Longa Permanência para Idosos	08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0	941, 1000	R$ 182.400,00
Secretaria Municipal de Ação Social	18	Serviços de Mão de Obra Terceirizada	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.00.	934	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	19	Roçada e podas de árvores	08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.32.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	770,940,941,934,1000,1005	R$ 86.403,34
Secretaria Municipal de Ação Social	20	Veículo zero KM	08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.32.00.0	940	R$ 148.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	21	Calhas e Rufos	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.36.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0140.2.052.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.056.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0	934/ 940/ 941/ 1000/1005/ 31005	R$ 18.871,30
Secretaria Municipal de Ação Social	22	Câmaras de Arbitragem	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	23	Cárneos	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.057.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0	1000	R$ 6.127,00
Secretaria Municipal de Ação Social	24	Combustível	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.056.3.3.90.39.00.0	1000 770 934 940 941 1050 1005	R$ 75.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	25	Dedetização, desratização e desinsetização	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	1000 /770	R$ 1.403,90
Secretaria Municipal de Ação Social	26	Drywall	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0140.2.052.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0;	1000 / 940 / 941 / 934 /1005	R$ 21.345,46

			08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0		
Secretaria Municipal de Ação Social	27	Equipamento de Informática	08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.00.; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.00.	1005	R$ 38.110,80
Secretaria Municipal de Ação Social	28	Material Gráfico	08.001.08.244.0110.2.057.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00.0	936 / 770 /1000/e 1005 / 105/ 934/ 940	R$ 20.145,40
Secretaria Municipal de Ação Social	29	Mobiliários em geral	08.001.08.244.0100.2.054.4.4.90.52.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.4.4.90.52.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.4.4.90.52.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.4.4.90.52.00.0	1000 -/ 941/ 934 / 31005	R$ 47.420,85
Secretaria Municipal de Ação Social	30	Panificação: Pães, lances e itens para *Coffeebreak*	08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.30.00; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0;	941	R$ 53.962,78
Secretaria Municipal de Ação Social	31	Propaganda volantes	08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.30.00.0; 08.002.08.122.0100.2.045.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.243.0100.2.053.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.002.08.122.0140.2.052.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.215.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.055.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.075.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.214.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.076.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.078.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.056.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.079.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.080.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.39.00.0	1000/ 770 / 934/ 940/ 941 / 1050/ 1005	R$ 3.359,62
Secretaria Municipal de Ação Social	32	Rastreamento de Veículos	743 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	1000	R$ 7.312,20
Secretaria Municipal de Ação Social	33	Uniformes e vestuários	740 08.001.08.244.0100.2.054.3.3.90.39.00.0	934	R$ 21.366,15
Secretaria Municipal de Ação Social	34	Papel A4	08.001.08.244.0110.2.073.3.3.90.39.00.0	940	R$ 10.350,00
Secretaria Municipal de Ação Social	35	Oficinas Culturais	08.001.08.244.0110.2.094.3.3.90.39.00.00	1005	R$ 129.836,16
Secretaria Municipal de Ação Social	36	Construção de Casas - programa Minha Casa Minha Vida	08.001.08.244.0110.2.076.4.4.90.51.00.00; 08.001.08.244.0110.2.076.4.4.90.51.00.00.	1009	R$ 3.172.669,14
Secretaria Municipal de Ação Social	37	Construção do CREAS	08.002.08.122.0140.1.006.4.4.90.51.00.00; 08.002.08.122.0140.1.006.4.4.90.51.00.00.	1018	R$ 836.828,38
Secretaria Municipal de Ação Social	38	Manutenção de Ar Condicionado	08.001.08.245.2186.2.073.3.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.245.2186.2.073.3.3.3.90.30.00.0, 08.001.08.245.0100.2.0254.3.3.90.30.00.0; 08.001.08.245.0100.2.0254.3.3.90.39.00.0; 08.001.08.245.0110.2.075.3.3.90.30.00.0	941 / 934 / 641 /651 / 940	R$ 21.430,71
Secretaria Municipal de Ação Social	39	Aquisição de Pneus	8.001.08.245.0100.2054.3.3.90.30.00.00 8.001.08.245.0100.2054.3.3.90.30.00.00 8.001.08.245.0100.2054.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.2186.2073.3.3.90.30.00.00 08.002.08.243.0100.2053.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.0110.2075.3.3.90.30.00.00	934, 941, 1000, 9406	R$ 8.996,00
Secretaria Municipal de Ação Social	40	Aquisição de Uniformes para Oficinas	8.002.08.243.0100.2094.3.3.90.30.00.00	11005	R$ 13.934,80
Secretaria Municipal de Ação Social	41	Prestação de Serviços para instalação de espelho e barra para Oficina de Ballet	08.002.08.243.0100.2094.3.3.90.39.00.00	11005	R$ 8.116,00
Secretaria Municipal de Ação Social	42	Capacitação para Implementação dos serviços Família Acolhedora	08.002.08.243.0100.2094.3.3.90.39.00.00	11005	R$ 27.700,00
Secretaria Municipal de Ação Social	43	Curso de Defesa Pessoal para Mulheres			R$ 6.312,00
Secretaria Municipal de Ação Social	44	Aquisição de Descartáveis	08.002.08.243.0100.2094.3.3.90.30.00.00	11005	R$ 8.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	45	Aquisição de Ar Condicionado	08.001.08.245.0100.2054.4.4.90.52.00.00 08.001.08.245.2186.2073.4.4.90.52.00.00	1000, 941	R$ 12.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	46	Aquisição e instalação de extintores de incêndio, recargas, manutenção preventiva e corretiva, etc.	08.001.08.245.0100.2054.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.0100.2054.3.3.90.39.00.00 08.001.08.245.0100.2054.4.4.90.52.00.00 08.001.08.245.2186.2073.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.2186.2073.3.3.90.39.00.00 08.001.08.245.2186.2073.4.4.90.52.00.00	1000, 941	R$ 12.000,00
Secretaria Municipal de Ação Social	47	Aquisição de *tonners*	08.001.08.245.0100.2054.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.0100.2054.3.3.90.39.00.00 08.001.08.245.0100.2054.4.4.90.52.00.00 08.001.08.245.2186.2073.3.3.90.30.00.00 08.001.08.245.2186.2073.3.3.90.39.00.00 08.001.08.245.2186.2073.4.4.90.52.00.00	934, 940, 941, 1000	R$ 9.960,99
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	**R$ 5.820.549,56**
Secretaria Municipal de Administração	1	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 2.233.553,14
Secretaria Municipal de Administração	2	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000, 1510, 1511	R$ 789.688,32
Secretaria Municipal	3	Contratação de Empresa para	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000, 1510, 1511	R$ 966.719,05

de Administração		Prestação de Serviços de Mão de Obra Terceirizada em Atendimento às Secretarias Municipais			
Secretaria Municipal de Administração	4	Empresa contratada para prestação de serviços de acesso à internet, nos termos das concessões outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	05.001.04.122.0040.2.221.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 101.454,52
Secretaria Municipal de Administração	5	Contratação de Empresa Jornalística Especializada Para a Prestação de Serviço de Publicações de avisos de Licitações e Afins, em Jornal de Grande Circulação no Estado do Paraná.	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 57.480,00
Secretaria Municipal de Administração	6	Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de backup, armazenamento, processamento e transmissão de dados em nuvem, com disponibilidade de 02 (terabytes) de espaço virtual em servidor	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 2.105,29
Secretaria Municipal de Administração	7	Contratação de Empresa especializada para desenvolvimento, hospedagem e manutenção do website em conformidade com a Lei Federal de acesso à Informação nº 12.527/11.	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 3.069,60
Secretaria Municipal de Administração	8	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PAPELARIA E MATERIAL DE INFORMÁTICA	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Administração	9	Contratação de Empresa especializada para aquisição e instalação de calhas, rufos e componentes em alumínio, serviços de manutenção	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 394.898,14
Secretaria Municipal de Administração	10	Contratação de empresa especializada em instalação, manutenção preventiva, corretiva e conservação de equipamentos e utensílios domésticos com fornecimento de peças e mão de obra	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 786.000,00
Secretaria Municipal de Administração	11	AQUISIÇÃO DE LAMPADAS E MATERIAIS ELÉTRICOS	05.001.04.122.0040.2.217.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 416.904,58
Secretaria Municipal de Administração	12	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00, 05.001.04.122.0040.2.217.3.3.90.00.00	1000	R$ 254.264,79
Secretaria Municipal de Administração	13	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema informatizado, com manutenção preventiva e corretiva	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.004.250,00
Secretaria Municipal de Administração	14	Contratação de empresa especializada, fornecimento de licenciamento de software de sistema integrado de gestão pública municipal web, com acesso ilimitado de usuários, e suporte técnico	05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.200.000,00
Secretaria Municipal de Administração	15	Contratação de empresa especializada na dedetização e desratização para o controle de pragas urbanas.	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00, 05.001.04.122.0040.2.013.3.3.90.39.00.00, 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 10.717,00
Secretaria Municipal de Administração	16	Aquisição de Material de Construção	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.582.304,26
Secretaria Municipal de Administração	17	Aquisição de toners e cartuchos para abastecimento das impressoras, afim de suprir e garantir as atividades diárias das secretarias municipais	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 60.004,64
Secretaria Municipal de Administração	18	Cessão do Direito de Uso do Licenciamento do ECONSIG-Sistema Eletrônico, via Internet, de Reserva de Margem e Controle de Consignações	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ -
Secretaria Municipal de Administração	19	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço e fornecimento de Seguro de Vida e Acidentes Pessoais para os estagiários da Prefeitura Municipal de Morretes	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 307,20
Secretaria Municipal de Administração	20	Contratação Especializada na Prestação de Serviços com Foco na Inclusão Socioeconômica e Eficiência em compras Públicas no Município de Morretes	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 76.852,80
Secretaria Municipal de Administração	21	Aquisição de material de limpeza	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.043.591,48
Secretaria Municipal de Administração	22	AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAL DE PINTURA	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 288.931,11
Secretaria Municipal de Administração	23	Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Assinatura de Ferramenta de Pesquisa e Comparação de Preços Praticados Pela Administração Pública	05.001.04.122.00.40.2.221.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 73.800,00
Secretaria Municipal de Administração	24	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis, em atendimento aos veículos da frota municipal,	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.429.120,77

		através de Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses.			
Secretaria Municipal de Administração	25	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.615.708,35
Secretaria Municipal de Administração	26	Câmaras de arbitragem, com o intuito de implantar este sistema de resolução de conflitos, considerando as disposições da lei 14.133/2021, bem como a lei complementar municipal nº 47/2021, decreto municipal nº 149/2021 e lei federal nº 9.307/1996, com redação pela lei nº 13.129/15.	05.001.04.122.0040.2.221.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 150.000,00
Secretaria Municipal de Administração	27	Aquisição de aparelhos telefônicos celulares, desbloqueados, tipo smartphone Android, incluídos todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento	05.000.04.122.0040.2.217.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Administração	28	Aquisição de Papel A4	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 98.000,00
Secretaria Municipal de Administração	29	Aquisição de Gás GLP	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 1.400,00
Secretaria Municipal de Administração	30	Reforma da Pavimentação da Sede do Corpo de Bombeiros localizada no município de Morretes	05.000.04.122.0040.2.217.4.4.90.51.00.00	1000	R$ 35.600,00
Secretaria Municipal de Administração	31	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos pertencentes a frota do município de Morretes/PR	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 11.520,00
Secretaria Municipal de Administração	32	Aquisição de Equipamento de Proteção Individual - EPI.	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 78.933,00
Secretaria Municipal de Administração	33	Reforma da Sede da Prefeitura Municipal de Morretes - Rua Praça Rocha Pombo, nº 10, Bairro Centro - Morretes.	05.000.04.122.0040.2.217.4.4.90.51.00.00	1000	R$ 130.000,00
Secretaria Municipal de Administração	34	Capacitação dos servidores da Prefeitura Municipal nos temas de: licitações e contratos administrativos, processos administrativos disciplinares, contabilidade pública, cálculos judiciais, convênios.	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Administração	35	Contratação de Instituição especializado no treinamento e capacitação do corpo efetivo no desenvolvimento e aprimoramento na análise de gastos com pessoal, atividade e-Social e Lei Geral de Proteção de Dados.	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 11.000,00
Secretaria Municipal de Administração	36	Aquisição de equipamento obrigatório para manutenção e extensão de rede de energia elétrica, conforme padrão exigido pela fornecedora, Companhia Paranaense de Energia – Copel.	05.000.04.122.0040.2.217.4.4.90.52.00.00	1000	R$ 105.000,00
Secretaria Municipal de Administração	37	Contratação de serviços de chaveiros, aquisição de fechadura	05.000.04.122.0040.2.217.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 35.000,00
Secretaria Municipal de Administração	38	Contratação de serviços gráficos, aquisição de banners, faixas, adesivos, crachás	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 62.725,59
Secretaria Municipal de Administração	39	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 500.000,00
Secretaria Municipal de Administração	40	LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS E INSUMOS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 500.000,00
Secretaria Municipal de Administração	41	AQUISIÇÃO DE RELÓGIO PONTO E BOBINA DE PAPEL	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00 05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00	1000	R$ 109.000,00
Secretaria Municipal de Administração	42	AQUISIÇÃO DE CÂMERAS E ACESSORIOS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00 05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00	1000	R$ 80.000,00
Secretaria Municipal de Administração	43	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA ATENDER AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 255.000,00
Secretaria Municipal de Administração	44	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 700.000,00
Secretaria Municipal de Administração	45	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS EM DRYWALL	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 200.000,00
Secretaria Municipal de Administração	46	AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00 05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00	1000	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Administração	47	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Administração	48	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIDROS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Administração	49	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, GABINETE MODULAR, ELETRODOMESTICOS E APARELHO DE AR CONDICIONADO	05.001.04.122.0040.2.013.4.4.52.00.00	1000	R$ 200.000,00

Secretaria Municipal de Administração	50	AQUISIÇÃO DE EXTINTORES, RECARGAS E ACESSORIOS	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.00	1000	R$ 15.000,00
Secretaria Municipal de Administração	51	Dispensa da empresa Correios e Telégrafos	05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.00	1000	R$ 15.000,00
				TOTAL SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	**R$ 17.939.903,63**
Controladoria Geral do Município	1	Terceirização de mão-de-obra de Serviços Administrativos	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.39.0000	1000	25.000,00
Controladoria Geral do Município	2	Capacitação e treinamento	14.001.04.122.0202.2.234 - 3.3.90.39.0000	1000	5.000,00
Controladoria Geral do Município	3	Manutenção de aparelhos de ar-condicionado	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.39.0000	1000	1.000,00
Controladoria Geral do Município	4	Manutenção de equipamentos de informática	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.39.0000	1000	1.000,00
Controladoria Geral do Município	5	Locação de impressoras	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.39.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 3.3.90.39.0000	1000	5.000,00
Controladoria Geral do Município	6	Material de expediente	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.30.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 3.3.90.30.0000	1000	3.000,00
Controladoria Geral do Município	7	Toner e material de informática	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.30.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 3.3.90.30.0000	1000	1.500,00
Controladoria Geral do Município	8	Combustível	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.30.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 3.3.90.30.0000 - 14.001.04.122.0202.2.234 - 3.3.90.39.0000	1000	1.000,00
Controladoria Geral do Município	9	Material de construção para manutenção	14.001.04.122.0202.2.005 - 3.3.90.30.0000	1000	2.500,00
Controladoria Geral do Município	10	Equipamento de informática	14.001.04.122.0202.2.005 - 4.4.90.52.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 4.4.90.52.0000	1000	5.000,00
Controladoria Geral do Município	11	Aparelho celular	14.001.04.122.0202.2.005 - 4.4.90.52.0000	1000	2.500,00
Controladoria Geral do Município	12	Frigobar	14.001.04.122.0202.2.005 - 4.4.90.52.0000	1000	1.000,00
Controladoria Geral do Município	13	Mobiliário de escritório	14.001.04.122.0202.2.005 - 4.4.90.52.0000 - 14.001.04.122.0202.2.233 - 4.4.90.52.0000	1000	5.000,00
Controladoria Geral do Município	14	Contratação de serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria pública, incluindo diagnóstico e levantamento dos problemas atuais em relação a transparência pública	14.001.04.122.0202.2005.3.3.90.39.00.00	1000	38.640,00
				TOTAL CONTROLADORIA DO MUNICÍPIO DE MORRETES	**R$ 58.500,00**

Publicado por:
Gabrielle Ferreira Petersen
Código Identificador:82E3498F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
ARP MASTERFER

FUNDACAO DE EDUCACAO DE PAICANDU PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **FUNDACAO DE EDUCACAO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 30.372.351/0001-94, com endereço FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI** portador da Cédula de Identidade nº 7.870.995-2, e inscrito no CPF/MF sob o nº 032.744.339-18, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 05/2026, homologado em 06/08/2026, integrante do Processo Administrativo nº 14/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa MASTERFER COMERCIO DE FERRAGENS LTDA, CNPJ nº 11.175.931/0001-47,
com endereço RUA HENRIQUE SCHWERIN, N° 766, CEP 99700408, representada por DANIEL ARCARI, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 002.379.790-80, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Solicito abertura de licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS, para Aquisição e Recarga de Extintores e Materiais de Sinalização, para atender as necessidades desta Fundação, visando à segurança dos servidores do município e cumprimento à legislação.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela

entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.

30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

52. O remanejamento somente poderá ser feito:

53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 11 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

__

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI

__

MASTERFER COMERCIO DE FERRAGENS LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS			
OTE 16 Quant.: 1	Num: 021	12,96	**Total: 2.332,80**
tem: 16 Unidade: UNIDADE	Marca: similar	Modelo: similar	
Descrição: LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA 30 LEDS: EQUIPAMENTO AUTÔNOMO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA, COMPOSTO POR 30 LEDS DE ALTO BRILHO. FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 100 LUMENS. BATERIA DE LÍTIO RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 2,5 HORAS EM FLUXO MÁXIMO. ALIMENTAÇÃO - LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA 30 LEDS: Equipamento autônomo de iluminação de emergência, omposto por 30 LEDs de alto brilho. Fluxo luminoso mínimo de 100 lumens. Bateria de lítio recarregável com utonomia mínima de 2,5 horas em fluxo máximo. Alimentação bivolt automática (110V/220V). Gabinete em material ermoplástico ABS branco, resistente a chamas (antichama). Possui botão de teste, chave seletora de intensidade e ndicadores LED de status de carga e rede elétrica. Fabricada em conformidade com a norma ABNT NBR 10898. Garantia mínima de 12 meses.			
Quantidade: 180	**Valor Unit.: 12,96**	Total Item: 2.332,80	
VALOR TOTAL DO CONTRATO:		**2.332,80**	

Publicado por:
Lorrayne Vitoria Barbosa Ribeiro
Código Identificador:7F4E6558

FUNDAÇÃO DE SAÚDE
ARP 52/2026

FUNDACAO DE SAUDE DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **FUNDACAO DE SAUDE DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 30.372.673/0001-33, com endereço AV SETE DE SETEMBRO Nº713, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **THIAGO ALVES CEFALO** inscrito no CPF/MF sob o nº ***.124.***-03, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, do Decreto Municipais nº 304/2024, e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 09/2026, homologado em 27/07/2026, integrante do Processo Administrativo nº 26/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa OXETIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ESTERILIZADO, CNPJ nº 74.554.189/0001-09, com endereço RUA LOLITA SANCHEZ PRETEL, 785, CEP 19366132, representada por FRANCISCO SANCHEZ POSTIGO JUNIOR, inscrito no CPF nº ***.941.***-20, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **A presente licitação, modalidade Registro de Preço Pregão Eletrônico tem como objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de ESTERILIZAÇÃO À BAIXA TEMPERATURA COM ÓXIDO DE ETILENO OU PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO de materiais críticos e semicríticos para atender a demanda da Fundação de Saúde de Paiçandu.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
3. Do órgão contratante , descritos no **DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS,** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. **O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do art. 84, parágrafo único e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer n. 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 31 do Decreto Municipal n 304/2024.**

30. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 05 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

_____

THIAGO ALVES CEFALO

_____

OXETIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ESTERILIZADO

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 530	151.497,59	**Total: 151.497,59**
Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO PARA KIT DE SUTURA CONTENDO: 2 CAMPOS CIRURGICOS, 1 PORTA AGULHA, 1 PINÇA KELLY, 1 PINÇA ANATOMICA COM DENTE, 1 TESOURA - Serviço de esterilização para Kit de Sutura contendo: 2 campos cirurgicos, 1 porta agulha, 1 pinça Kelly, 1 Pinça anatomica com dente, 1 tesoura				
Quantidade: 2.500	**Valor Unit.: 29,26**	Total Item: 73.150,00		
Item: 2	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO PARA KIT DE CATETERISMO VESICAL DE DEMORA CONTENDO: 2 CAMPOS CIRURGICOS, 1 PINÇA CHERON, 1 CUPULA, 1 CUBA RIM - Serviço de esterilização para Kit de Cateterismo Vesical de Demora contendo: 2 campos cirurgicos, 1 pinça cheron, 1 cupula, 1 cuba rim				
Quantidade: 940	**Valor Unit.: 25,277**	Total Item: 23.760,38		
Item: 3	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO PARA KIT DE PEQUENOS PROCEDIMENTOS CONTENDO 2 CAMPOS CIRURGICOS, 1 PORTA AGULHA, 1 PINÇA KELLY, 1 PINÇA ANATOMICA COM DENTE, 1 TESOURA, 1 CUPULA - Serviço de esterilização para Kit de Pequenos procedimentos Contendo 2 campos cirurgicos, 1 porta agulha, 1 pinça Kelly, 1 Pinça anatomica com dente, 1 tesoura, 1 cupula				
Quantidade: 800	**Valor Unit.: 33,737**	Total Item: 26.989,60		
Item: 4	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO PARA KIT DE CURATIVO CONTENDO: 1 PINÇA KELLY, 1 PINÇA ANATOMICA SEM DENTE, 1 PINÇA ANATOMICA COM DENTE - Serviço de esterilização para Kit de Curativo Contendo: 1 Pinça Kelly, 1 pinça anatomica sem dente, 1 pinça anatomica com dente				
Quantidade: 640	**Valor Unit.: 13,327**	Total Item: 8.529,28		
Item: 5	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO PARA KIT DE PARTO CONTENDO 2 CAMPOS CIRURGICOS, 1 PORTA AGULHA, 1 PINÇA KELLY, 1 PINÇA KOSHER, 1 PINÇA ANATOMICAS COM DENTE, 1 PINÇA ANATOMICA SEM DENTE, 2 TESOURAS - Serviço de esterilização para Kit de Parto Contendo 2 campos cirurgicos, 1 porta agulha, 1 pinça Kelly, 1 Pinça Kosher, 1 Pinça anatomicas com dente, 1 pinça anatomica sem dente, 2 tesouras				
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 39,692**	Total Item: 793,84		
Item: 6	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO PARA KIT DE RETIRADA DE PONTO CONTENDO: 1 PINÇA ANATOMICA, 1 TESOURA - Serviço de esterilização para Kit de Retirada de ponto Contendo: 1 Pinça anatomica, 1 tesoura				
Quantidade: 110	**Valor Unit.: 9,931**	Total Item: 1.092,41		
Item: 7	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO PARA KIT DE SUTURA ODONTOLÓGICA CONTENDO: 1 TESOURA, 1 PORTA AGULHA - Serviço de esterilização para Kit de Sutura odontológica Contendo: 1 tesoura, 1 porta agulha				
Quantidade: 120	**Valor Unit.: 10,685**	Total Item: 1.282,20		
Item: 8	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO PARA KIT ODONTOLÓGICO CONTENDO: 1 BANDEJA 1 PINÇA ANATOMICA ODONTOLÓGICA , 1 ESPELHO, 1 SONDA, 1 CURETA - Serviço de esterilização para Kit Odontológico Contendo: 1 Bandeja 1 pinça anatomica odontológica , 1 Espelho, 1 Sonda, 1 Cureta				
Quantidade: 560	**Valor Unit.: 27,128**	Total Item: 15.191,68		
Item: 9	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO PARA KIT DE ALAVANCA SELDIN CONTENDO: 3 ALAVANCAS SELDIN - Serviço de esterilização para Kit de Alavanca seldin Contendo: 3 alavancas Seldin				
Quantidade: 40	**Valor Unit.: 17,705**	Total Item: 708,20		
LOTE 2	Quant.: 1	Num: 723	70.376,00	**Total: 70.376,00**
Item: 10	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: AMBU COMPLETO (ADULTO, PEDIÁTRICO OU NEONATAL) SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE AMBU COMPLETO. - AMBU completo (Adulto, Pediátrico ou Neonatal) Serviço de esterilização de AMBU completo.				
Quantidade: 270	**Valor Unit.: 27,371**	Total Item: 7.390,17		

Item: 11	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE INSTRUMENTAL ODONTOLÓGICO EM AÇO INOXIDÁVEL, INCLUINDO INSTRUMENTOS - Serviço de esterilização de instrumental odontológico em aço inoxidável, incluindo instrumentos tais como: espátulas, aplicadores Dycal, alavancas Seldin, espelhos, sindesmótomos, sondas e curetas, em tamanhos variados. Observação: Considera-se 1 (uma) unidade cada instrumento efetivamente esterilizado.			
Quantidade: 1.000	**Valor Unit.: 7,583**	Total Item: 7.583,00	
Item: 12	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: AVENTAL CIRÚRGICO SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE AVENTAL CIRÚRGICO REUTILIZÁVEL. - Avental cirúrgico Serviço de esterilização de avental cirúrgico reutilizável.			
Quantidade: 1.200	**Valor Unit.: 6,508**	Total Item: 7.809,60	
Item: 13	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: BACIA DE INOX (20 A 30 CM) SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE BACIAS DE INOX, COM DIÂMETRO APROXIMADO ENTRE 20 E 30 CM. - Bacia de inox (20 a 30 cm) Serviço de esterilização de bacias de inox, com diâmetro aproximado entre 20 e 30 cm.			
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 9,271**	Total Item: 185,42	
Item: 14	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: BANDEJA DE INOX ODONTOLÓGICA (TAMANHOS VARIADOS) SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE BANDEJAS DE INOX PARA USO ODONTOLÓGICO, EM TAMANHOS VARIADOS - Bandeja de inox odontológica (tamanhos variados) Serviço de esterilização de bandejas de inox para uso odontológico, em tamanhos variados.			
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 9,271**	Total Item: 463,55	
Item: 15	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: BICO RÍGIDO PARA ASPIRADOR CIRÚRGICO EM AÇO INOX SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE BICO RÍGIDO PARA ASPIRADOR CIRÚRGICO, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDAVEL - Bico rígido para aspirador cirúrgico em aço inox Serviço de esterilização de bico rígido para aspirador cirúrgico, confeccionado em aço inoxidável.			
Quantidade: 150	**Valor Unit.: 10,196**	Total Item: 1.529,40	
Item: 16	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: BROCA ODONTOLÓGICA DIAMANTADA (TAMANHOS VARIADOS) SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE BROCAS DIAMANTADAS ODONTOLÓGICAS, EM TAMANHOS VARIADOS - Broca odontológica diamantada (tamanhos variados) Serviço de esterilização de brocas diamantadas odontológicas, em tamanhos variados.			
Quantidade: 20	**Valor Unit.: 2,065**	Total Item: 41,30	
Item: 17	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: CABO DE BISTURI (TAMANHOS VARIADOS) SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE CABOS DE BISTURI, EM TAMANHOS VARIADOS. - Cabo de bisturi (tamanhos variados) Serviço de esterilização de cabos de bisturi, em tamanhos variados.			
Quantidade: 650	**Valor Unit.: 8,583**	Total Item: 5.578,95	
Item: 18	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: CAMPO CIRÚRGICO (50 CM APROXIMADO, COM OU SEM FENESTRA) SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE CAMPO CIRÚRGICO REUTILIZÁVEL, COM TAMANHO APROXIMADO DE 50 CM, COM OU SEM FENESTRA - Campo cirúrgico (50 cm aproximado, com ou sem fenestra) Serviço de esterilização de campo cirúrgico reutilizável, com tamanho aproximado de 50 cm, com ou sem fenestra.			
Quantidade: 400	**Valor Unit.: 8,668**	Total Item: 3.467,20	
Item: 19	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: CANETA DE ELETROCAUTÉRIO COM CABO SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE CANETAS DE ELETROCAUTÉRIO COM CABO. - Caneta de eletrocautério com cabo Serviço de esterilização de canetas de eletrocautério com cabo.			
Quantidade: 200	**Valor Unit.: 9,337**	Total Item: 1.867,40	
Item: 20	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: CÂNULA DE GUEDEL (TAMANHOS VARIADOS) SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE CÂNULAS DE GUEDEL, EM TAMANHOS VARIADOS. - Cânula de Guedel (tamanhos variados) Serviço de esterilização de cânulas de Guedel, em tamanhos variados.			
Quantidade: 200	**Valor Unit.: 6,328**	Total Item: 1.265,60	
Item: 21	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: CÂNULA DE IRRIGAÇÃO ODONTOLÓGICA SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE CÂNULAS DE IRRIGAÇÃO - Cânula de irrigação odontológica Serviço de esterilização de cânulas de irrigação			
Quantidade: 25	**Valor Unit.: 10,196**	Total Item: 254,90	
Item: 22	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: CIRCUITO DE VENTILAÇÃO MECÂNICA (2 TRAQUÉIAS E 1 CONECTOR Y) SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE CIRCUITO DE VENTILAÇÃO MECÂNICA, COMPOSTO POR 2 TRAQUÉIAS E 1 CONECTOR EM Y. - Circuito de ventilação mecânica (2 traquéias e 1 conector Y) Serviço de esterilização de circuito de ventilação mecânica, composto por 2 traquéias e 1 conector em Y.			
Quantidade: 225	**Valor Unit.: 51,744**	Total Item: 11.642,40	
Item: 23	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: CUBA RIM SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE CUBA RIM EM INOX. - Cuba rim Serviço de esterilização de cuba rim em inox.			
Quantidade: 200	**Valor Unit.: 10,196**	Total Item: 2.039,20	
Item: 24	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: CÚPULA (CUBA REDONDA APROX. 150ML) SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE CÚPULA (CUBA REDONDA APROX.150 ML) EM INOX. - Cúpula (cuba redonda aprox. 150mL) Serviço de esterilização de Cúpula (cuba redonda aprox.150 mL) em inox.			
Quantidade: 250	**Valor Unit.: 8,121**	Total Item: 2.030,25	
Item: 25	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: FORCEPS ODONTOLÓGICO (ADULTO/PEDIÁTRICO) SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE FORCEPS ODONTOLÓGICOS, NAS VERSÕES ADULTO E PEDIÁTRICO - Forceps odontológico (Adulto/Pediátrico) Serviço de esterilização de forceps odontológicos, nas versões adulto e pediátrico.			
Quantidade: 160	**Valor Unit.: 10,809**	Total Item: 1.729,44	
Item: 26	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: MÁSCARA PARA VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA: SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE MÁSCARA PARA VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA. - Máscara para ventilação não invasiva: Serviço de esterilização de máscara para ventilação não invasiva.			
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 9,215**	Total Item: 460,75	
Item: 27	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: PINÇAS CHERON OU MAGILL SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE PINÇAS CHERON OU MAGILL EM AÇO INOXIDÁVEL EM TAMANHOS VARIADOS - Pinças Cheron ou Magill Serviço de esterilização de pinças Cheron ou Magill em aço inoxidável em tamanhos variados.			
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 9,733**	Total Item: 486,65	
Item: 28	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: PINÇAS HEMOSTÁTICAS EM INOX (KELLY OU KOCHER) SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE PINÇAS HEMOSTÁTICAS EM AÇO INOXIDÁVEL, TIPOS KELLY OU KOCHER, EM TAMANHOS VARIADOS - Pinças Hemostáticas em Inox (Kelly ou Kocher) Serviço de esterilização de pinças hemostáticas em aço inoxidável, tipos Kelly ou Kocher, em tamanhos variados.			
Quantidade: 200	**Valor Unit.: 8,536**	Total Item: 1.707,20	
Item: 29	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: PLACA DE VIDRO 10 MM (15X7 CM) PARA USO ODONTOLÓGICO SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE PLACA DE VIDRO, COM ESPESSURA APROXIMADA DE 10 MM E DIMENSÕES DE 15X7 CM - Placa de vidro 10 mm (15x7 cm) para uso odontológico Serviço de esterilização de placa de vidro, com espessura aproximada de 10 mm e dimensões de 15x7 cm.			
Quantidade: 15	**Valor Unit.: 6,258**	Total Item: 93,87	
Item: 30	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: PORTA-AGULHA (TAMANHOS VARIADOS) SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE PORTA- AGULHAS EM INOX, EM TAMANHOS VARIADOS. - Porta-agulha (tamanhos variados) Serviço de esterilização de porta- agulhas em inox, em tamanhos variados.			
Quantidade: 100	**Valor Unit.: 9,186**	Total Item: 918,60	
Item: 31	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: PORTA MATRIZ SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE PORTA MATRIZ ODONTOLÓGICO EM INOX. - Porta matriz Serviço de esterilização de porta matriz odontológico em inox.			
Quantidade: 25	**Valor Unit.: 8,479**	Total Item: 211,975	
Item: 32	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: POTE DAPPEN SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE POTE DAPPEN PARA USO ODONTOLÓGICO. - Pote Dappen Serviço de esterilização de pote Dappen para uso odontológico.			
Quantidade: 25	**Valor Unit.: 4,131**	Total Item: 103,275	
Item: 33	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: SERINGA PARA ANESTESIA SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE SERINGA PARA ANESTESIA ODONTOLÓGICA - Seringa para anestesia Serviço de esterilização de seringa para anestesia odontológica.			
Quantidade: 200	**Valor Unit.: 9,649**	Total Item: 1.929,80	
Item: 34	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: TESOURAS CIRÚRGICAS EM AÇO INOXIDÁVEL SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE TESOURAS CIRÚRGICAS EM AÇO INOXIDÁVEL, INCLUINDO INSTRUMENTOS - Tesouras cirúrgicas em aço inoxidável Serviço de esterilização de tesouras cirúrgicas em aço inoxidável, incluindo instrumentos tais como: Mayo, Metzembaum, Íris e Spencer, em tamanhos variados. Unidade de medida: Unidade (unid.) Observação: Considera-se 1 (uma) unidade cada tesoura efetivamente esterilizada.			
Quantidade: 250	**Valor Unit.: 10,196**	Total Item: 2.549,00	

Item: 35	Unidade: UNIDADE	Marca: Serviço	Modelo:
Descrição: PINÇA ANATOMICA, COM OU SEM DENTE. SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO DE PINÇA ANATOMICA. - Pinça anatomica, com ou sem dente. Serviço de esterilização de pinça anatomica.			
Quantidade: 900	**Valor Unit.: 7,819**	Total Item: 7.037,10	
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 221.873,59			

Publicado por:
Bruna Boza Pires
Código Identificador:AA78EFCF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
31°ALTERAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL_EXERCÍCIO DE 2026

31º. TERMO DE ALTERAÇÃO DO PCA – EXERCÍCIO 2026
Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Obras e Infra-Estrutura.
Responsável: Geraldo Vasco
PROCESSO Nº. 2405/2026

1.OBJETO
Cooperação/Colaboração entre o município de Palmeira e a Associação de Moradores da Vila Maria – Repasse Financeiro.

2.JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade de formalização de parceria entre o Município de Palmeira e a Associação de Moradores da Vila Maria, destinada ao repasse de recursos financeiros para a execução do objeto de interesse público consistente em Emenda Impositiva nº 021/2025 de proposição do Sr. Vereador Lucas Santos, solicito a inclusão da referida contratação/parceria no Plano Anual de Contratações (PAC) do exercício de 2026. A inclusão é necessária para possibilitar o regular planejamento da Administração Pública e o prosseguimento dos atos administrativos indispensáveis à celebração do respectivo instrumento jurídico, observando as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), bem como a legislação municipal e demais normas aplicáveis. Informo que a parceria possui relevante interesse público e social, visando atender às demandas da comunidade, razão pela qual sua previsão no Plano Anual de Contratações é medida necessária para assegurar a adequada programação orçamentária e administrativa. Diante do exposto, solicito as providências cabíveis para a inclusão da referida parceria no Plano Anual de Contratações, a fim de viabilizar a continuidade do processo administrativo e a futura celebração do Termo de Cooperação/Colaboração.

3. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO
Diante do exposto, os itens alterados passam a integrar o PCA/2026, garantindo a continuidade das atividades e o cumprimento dos princípios da publicidade e transparência.

Palmeira, 11 de agosto de 2026.

OSMAIR LEDERER
Diretor de Licitações

ANEXO 08 – CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA – SMOE										
MUNICÍPIO DE PALMEIRA/ PR - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026										
CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA										
DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO OBJETO	CONTRATAÇÃO/ RENOVAÇÃO	N°. CONTRATO/ ATA	DATA DE VENCIMENTO	FORMA DE CONTRATAÇÃO	PREVISÃO DE ABERTURA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	NATUREZA DA DESPESA	ESTIMATIVA DE PREÇO	GRAU DE PRIORIDADE	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
PERFURAÇÃO DE ROCHAS	CONTRATAÇÃO	PREGÃO 55/2025	12/08/2026	PREGÃO	12/05/2026	12/08/2026	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1.175.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
SERVIÇOS CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS MANUTENÇÃO DE ESTRADAS RURAIS	CONTRATAÇÃO	14/2025	14/01/26	INEXIGIBILIDADE	14/10/25	14/01/26	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1.537.515,42	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
TAXA CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MANUTENÇÃO ESTRADAS RURAIS	CONTRATAÇÃO	x	x	INEXIGIBILIDADE	14/02/26	14/05/26	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 24.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
LOCAÇÃO DE BRITADOR	CONTRATAÇÃO	1499/2024	20/11/2024	PREGÃO	20/10/2025	20/10/2026	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1.500.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
CREDENCIAMENTO MARMITAS	CONTRATAÇÃO	01/03/2025	30/07/2026	CREDENCIAMENTO	30/05/2026	30/07/226	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 335.400,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
CASCALHO BRITADO	CONTRATAÇÃO	259/2024	03/04/2026	PREGÃO	03/01/2026	03/04/2026	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 550.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
ARTEFATOS DE CONCRETOS (MANILHAS)	CONTRATAÇÃO	225-226-227-228/2024.	06/08/2026	PREGÃO	06/05/2026	06/08/2026	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 813.303,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE E IDENTIFICAÇÃO VIAS	RENOVAÇÃO	1334/2022	08/11/2025	ADITIVO	08/10/2026	08/11/2026	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SEM ÔNUS	MEDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
MATERIAL CAMPANHA MAIO AMARELO	RENOVAÇÃO	x	x	PREGÃO	JANEIRO	ABRIL	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
MATERIAL DE CONSUMO PARA SINALIZAÇÃO	RENOVAÇÃO	PREGÃO 115/2023	x	ADITIVO	20/10/2026	20/11/2026	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 80.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
TINTAS E SOLVENTES PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA/ SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL	RENOVAÇÃO	PREGÃO 115/2024	x	ADITIVO	20/10/2026	20/11/2026	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 70.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARE SISTEMA DE MONITORAMENTO	RENOVAÇÃO	1418/2023	15/01/2026	ADITIVO	15/12/2025	15/01/2026	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	R$ 610.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO	AQUISIÇÃO	x	x	PREGÃO	20/04/2026	20/06/2026	MATERIAL PERMANENTE	R$ 150.000,00	MEDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE) E EMULSÃO ASFÁLTICA	RENOVAÇÃO	68/2024	29/04/2026	ADITIVO	29/01/2026	29/04/2026	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.759.760,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	RENOVAÇÃO	RENOVAÇÃO PREGÃO 23 E 38 DE 2024	18/04/2026	ADITIVO	18/02/2026	18/04/2026	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 779.900,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
ARTEFATO DE CONCRETO	RENOVAÇÃO	62/2024	31/07/2026	ADITIVO	31/05/2026	31/07/2026	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.000.000,00	MEDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
IMPLANTAÇÃO DA USINA FOTOVOLTAICA	RENOVAÇÃO	1574/2024	27/01/2026	ADITIVO	10/01/2026	27/01/2026	OBRAS E INSTALAÇÃO	R$ 7.000.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
MANUTENÇÃO DE CALÇADAS, MUROS E REDE DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA FLUVIAL	RENOVAÇÃO	1811/2025	24/01/2026	ADITIVO	24/12/2025	24/01/2026	OBRAS E INSTALAÇÃO	R$ 1.536.545,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
SONDAGEM	CONTRATAÇÃO	x	x	x	x	x	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 180.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA EXTENSÃO DE REDE	CONTRATAÇÃO	x	x	x	30/02/2026	30/05/2026	OBRAS E INSTALAÇÃO	R$ 200.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
TOPOGRAFIA	ADITIVO	60/2024	05/05/2026	PREGÃO	05/03/2026	05/05/2026	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 130.900,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	CONTRATAÇÃO	58/2025	25/08/2026	PREGÃO	25/06/2027	25/08/2027	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 1.108.130,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
ILUMINAÇÃO PUBLICA MATERIAL	ADITIVO	90/2024	6/5/2026	PREGÃO	06/03/2026	06/05/2026	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.873.866,24	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	CONTRATAÇÃO	x	20/03/2026	CONCORRÊNCIA	20/01/2026	20/10/2026	OBRAS E INSTALAÇÃO	R$ 3.000.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
PAVIMENTAÇÃO ESTRADAS RURAIS	CONTRATAÇÃO	x	x	CONCORRÊNCIA	x	x	OBRAS E INSTALAÇÃO	R$ 2.000.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	ADITIVO	94/2023	12/09/2026	PREGÃO	12/07/2026	12/09/2026	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.058.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS,ÔNIBUS E CAMINHÕES	ADITIVO	PREGÃO 89/2024	10/10/2026	PREGÃO	10/08/2026	10/10/2026	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 2.255.685,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
AQUISIÇÃO DE USINA DE ASFALTO	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	R$ 740.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E

							PESSOA JURÍDICA			INFRAESTRUTURA
PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.	CONTRATAÇÃO	A DEFINIR	X	INEXIGIBILIDADE/ADESÃO A ATA	MAIO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$698.140,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MÁQUINAS PESADAS	CONTRATAÇÃO	X	X	INEXIGIBILIDADE	JULHO	SETEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$240.414,00	ALTA	DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS
TERMO DE COOPERAÇÃO/COLABORAÇÃO ASSOCIAÇÃO	CESSÃO DE USO	AX	X	CHAMAMENTO PÚBLICO	X	X	CESSÃO DE USI	A DEFINIR	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
TOTAL ESTIMADO:	R$ 37.411.558,66									
TOTAL ESTIMADO:								R$ 37.411.558,66		

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:37FEE639

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2026

O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS**,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 07.681.157/0001-79, com sede na Rua Juvenal Marcondes Zanardini, nº 02, Centro, **Palmeira,** Estado do Paraná, neste ato representado pelo Diretora Presidente **Sra. Francine Albuquerque Cruz**, portador da matrícula funcional nº. 203672 considerando o julgamento da Dispensa, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 3/2025 processo administrativo n.º 385/ 2025 RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação sob demanda de Registro de Preços para a eventual aquisição de materiais de informática. conforme especificado no aviso de contratação e anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Vencedora: JAZON MARCOS FRANCA DA SILVA
CNPJ: 51.389.097/0001-07

Itens Contrato							
LOTE	ORDEM	UNIDADE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	TOTAL
1	1	UN	106888	Notebook completo e funcional com no minimo Processador Intel Core I5 ou AMD Ryzen 5 com no mínimo 6 núcleos, com frequência de no mínimo 3,4 Ghz e com data de lançamento no mínimo 2022; memoria ram ddr4 ou ddr 5 no minimo 8gb gb,compativel com TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0; armazenamento em formato ssd nvme com no minimo 240gb de memoria; com saida de video hdmi. Slot de entrada Ethernet (RJ45). Camera full hd e microfone integrado. Com sistema operacional Windows 11.	1	R$ 4.100,00	R$ 4.100,00
R$ 4.100,00 (quatro mil e Cem reais)							

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. Prazo e forma de entrega/execução:
2.1.1. Se tratando de registro de preço, a referida ATA não prevê entrega mínima, podendo a AUTARQUIA fazer pedido de uma única unidade como também aumentar conforme a demanda.
2.1.2. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses a partir de sua publicação. Caso seja optado pela renovação, haverá reajuste do valor contratado, baseado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.
2.1.3.O prazo para entrega do objeto é de 15 dias corridos após recebimento da nota de empenho emitido pela Autarquia, mediante solicitação prévia de entrega.
2.1.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
2.2. Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.2.1.O objeto deverá ser entregue na sede própria do Regime Próprio de Previdência Social, situado na rua Juvenal Marcondes Zanardini, nº 02, Centro, Palmeira/PR. O horário da entrega deverá ocorrer dentro do horário administrativo da autarquia: 08h – 12h e das 13h – 17h de segunda a sexta feira.
2.2.2. O responsável pelo recebimento será:
2.3. Condições de garantia e assistência técnica:
2.3.1 A CONTRATADA deverá garantir em perfeitas condições a entrega e a ofertar garantia de no mínimo 12 (doze) meses.
2.3.2. O prazo de garantia será contado a partir da data de recebimento definitivo dos bens.
2.3.3. O serviço de assistência técnica em GARANTIA deve cobrir todos os procedimentos técnicos destinados ao reparo de eventuais falhas apresentadas nos equipamentos, de modo a restabelecer seu normal estado de uso e dentre os quais se incluem a substituição de peças de hardware, ajustes e reparos técnicos em conformidade com manuais e normas técnicas especificadas pelo FABRICANTE ou a troca técnica (substituição) de equipamento avariado por outro novo (sem uso), no mesmo modelo e padrão apresentado na PROPOSTA ou superior.
2.3.4. Não serão aceitos produtos usados ou retificados.

2.4. Demais informações necessárias para execução do objeto:
2.4.1. Deverão ser entregues na sede desta Autarquia, situada na Rua Juvenal Marcondes Zanardini, nº 02, Centro, Palmeira/PR, CEP 84130-000. Os produtos serão conferidos e confirmados com as especificações da Nota Fiscal e das especificações deste processo de dispensa, encontrado alguma não conformidade não serão aceitos, retornando a contratada para adequação.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias ÚTEIS após o recebimento definitivo, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, através de transferência eletrônica.
3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho. A nota fiscal deverá ser encaminhada no e-mail secretaria@rppspalmeira.com.br,
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.5. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
4.7.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que: a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
4.7.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
4.8. O registro a que se refere o item 4.6.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.7 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 5.
4.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5. DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
5.1.Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens (ou serviços registrados), nas seguintes situações:
I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
§1º Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
§2º Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do §1º, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observada a sua respectiva habilitação.
§3º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do Item 7, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.3. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
§1º Para fins do disposto no caput, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
§2º Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.
§3º Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do §2º, o órgão deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observada a sua respectiva habilitação.
§4º Não havendo êxito nas negociações, o órgão deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
§5º Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no §1º, o órgão procederá a atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
5.4. Será utilizado o INPC acumulado durante o período de 12 (doze) meses como base de cálculo do reajuste, em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, contado da data do orçamento estimado, em *09/07/2026.*

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
6.1.O registro do licitante vencedor será cancelado pelo departamento gerenciador quando:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo órgão, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. §1º No caso do inciso IV, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá a autoridade máxima do órgão, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.
§2º O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do departamento gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
6.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo órgão, desde que devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público;
II - pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
III - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

7. **DAS PENALIDADES**
7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no aviso de contratação.
7.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
8.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
8.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
8.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
8.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
8.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
8.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
8.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:
9.1. A fiscalização será feita de acordo com a Lei Municipal nº 5.913 de 23 de maio de 2024.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
10.1. Realizar a perfeita execução do objeto;
10.2. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária;
10.3. Atender prontamente quaisquer exigências do CONTRATANTE, inerentes ao objeto da contratação;
10.4. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração seja ela qual for desde que praticada por seus empregados nas instalações da Administração;
10.5. Fornecer ao RPPS números de telefone e e-mail para prestar esclarecimentos e atender as solicitações, bem como reclamações que porventura surgirem durante a execução contratual;
10.6. Manter durante a vigência da ata de registro de preços, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação que o precedeu.
10.8. A CONTRATADA sujeita-se às disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, podendo o CONTRATANTE, representar contra a contratada sempre que identificar falhas, vícios e defeitos na execução da Ata de Registro de Preços.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:
11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
11.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
11.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
11.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

11.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
11.6. Aplicar a Contratada sanção motivadas pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
11.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
11.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Aviso de Contratação e seus anexos.
10.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 11 de agosto de 2026.

Regime Próprio De Previdência Social – RPPS	Jazon Marcos Franca Da Silva
CNPJ 07.681.157/0001-79	CNPJ: 51.389.097/0001-07
FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ	***JAZON MARCOS FRANÇA DA SILVA***
040.336.689-50	704.517.932-42

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor: JAZON MARCOS FRANCA DA SILVA
CNPJ: 51.389.097/0001-07

Itens Contrato							
LOTE	ORDEM	UNIDADE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	TOTAL
25	1	UN	106888	Notebook completo e funcional com no minimo Processador Intel Core I5 ou AMD Ryzen 5 com no mínimo 6 núcleos, com frequência de no mínimo 3,4 Ghz e com data de lançamento no mínimo 2022; memoria ram ddr4 ou ddr 5 no minimo 8gb gb,compativel com TPM (Trusted Platform Module) versão 2.0; armazenamento em formato ssd nvme com no minimo 240gb de memoria; com saida de video hdmi. Slot de entrada Ethernet (RJ45). Camera full hd e microfone integrado. Com sistema operacional Windows 11.	1	R$ 4.100,00	R$ 4.100,00
R$ 4.100,00 (quatro mil e Cem reais)							

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:F52021B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2025 EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR, FIRMADA COM A EMPRESA IKIGAI COMÉRCIO LTDA.

O**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere, com apoio na Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 18.037/2025, considerando o contido no procedimento administrativo nº 4210/2026,

TORNA PÚBLICA:

A adesão, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, a Ata de Registro de Preços nº. 12/2025 expedida pelo MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR, firmada com a empresa IKIGAI COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ nº 50.160.181/0001-91, como resultado do processamento do Pregão Eletrônico nº. 90039/2025, que tem como objeto "o registro de preços para a eventual aquisição de Máquinas, implementos e equipamentos Agrícola adaptados à Agricultura Familiar", referente aos seguintes itens e quantitativos dos objetos registrados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
44	DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E ADUBO com capacidade mínima para 1,6 m3. Sistema mecânico com 02 pneus, largura mínima de distribuição de 06 a 10 mts, com caçamba em metal e com fundo dosador, caixa de transmissão banhada a óleo, dois discos de distribuição, dois modelos de distribuição: padrão e funil, O distribuidor deve contam também com Pneus 11L-15. Caixa direcionadora para aplicação do adubo em linha. Acionamento por Tomada de força de 540 rpm, vazão para calcário 12.000 kg/ha, macaco de Apoio regulável e Móvel, pintura Pu, compatível com Trator de 50 - 60 cv	UNID.	14	R$ 23.899,00	R$ 334.586,00
				TOTAL	R$ 334.586,00

A aquisição dos itens acima relacionados será efetivada através de processo de inexigibilidade de licitação fundamentada no *caput* do art.74 da Lei 14.133/21, dada a inviabilidade de competição.
Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 11 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:B2FF746B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 41/2026**, **processo administrativo nº 2860/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição sob demanda de Equipamentos e Materiais de Uso Geral para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor:BLS LICITAÇÕES LTDA
CNPJ 64.296.281/0001-54.

Lotes: 4, 27, 41, 43 e 46

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
4	1	BATERIA 3V LÍTIO CR2032 TIPO MOEDA, DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO CONAMA Nº 401, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2008 E SER CERTIFICADA PELO INMETRO. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES. CATMAT 411291	elgin	UN	153	R$ 10,0000	R$ 1.530,0
27	1	GELO ARTIFICIAL RÍGIDO REUTILIZAVEL – 200 ML. PARA TRANSPORTE EM BAIXAS TEMPERATURAS, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 12CMX7CMX2,5CM (ALTURAXLARGURAXPROFUNDIDADE). PODE HAVER UMA VARIAÇÃO DE 10% NAS DIMENSÕES. O PRODUTO DEVE SER COMPOSTO POR: FRASCO PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) ATOXICO E INODORO. GEL CARBOPOL, NÃO TÓXICO E INODORO. A EMBALAGEM EXTERNA (FRASCO) DEVE SER RESISTENTE A QUEBRAS E DEFORMAÇÕES. BEM VEDADO E SEM SINAIS DE VAZAMENTO. COR EXTERNA: GELO OU CINZA CLARO. VALIDADE MÍNIMA DE 36 MESES APÓS A ENTREGA DO PRODUTO.	gelotech	UN	1000	R$ 3,4900	R$ 3.490,0
41	1	PILHA ALCALINA 1,5V MODELO D (GRANDE), DE ACORDO COM A DENOMINAÇÃO ABNT/ IEC: LR20, DEVERÃO ATENDER OS CRITÉRIOS E AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE PREVISTOS NAS NORMAS VIGENTES, LEI 12.305/2010, IN IBAMA Nº 06/2013 E RESOLUÇÃO CONAMA 401/2008. A VALIDADE DEVERÁ SER, NO MÍNIMO, 24 (VINTE E QUATRO) MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO MATERIAL, A EMBALAGEM DEVE CONTER AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: TEXTO EM PORTUGUÊS, DADOS DO FABRICANTE/ IMPORTADOR/ DISTRIBUIDOR, ORIGEM DO PRODUTO, TIPO DE PILHA (D), COMPOSIÇÃO DO PRODUTO. VALIDADE DO PRODUTO E SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS O USO. RAYOVAC, ENERGIZER, PANASONIC, SONY OU DURACELL. EMBALAGEM COM 2 UNIDADES.	elgin	UN	52	R$ 32,9000	R$ 1.710,8
43	1	PILHA ALCALINA 1.5V MODELO AAA, DE ACORDO COM A DENOMINAÇÃO ABNT/ IEC: LR3, DEVERÃO ATENDER OS CRITÉRIOS E AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE PREVISTOS NAS NORMAS VIGENTES, LEI 12.305/2010, IN IBAMA Nº 06/2013 E RESOLUÇÃO CONAMA 401/2008. A VALIDADE DEVERÁ SER, NO MÍNIMO, 24 (VINTE E QUATRO) MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO MATERIAL, A EMBALAGEM DEVE CONTER AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: TEXTO EM PORTUGUÊS, DADOS DO FABRICANTE/ IMPORTADOR/ DISTRIBUIDOR, ORIGEM DO PRODUTO, TIPO DE PILHA (D), COMPOSIÇÃO DO PRODUTO. VALIDADE DO PRODUTO E SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS O USO. RAYOVAC, ENERGIZER, PANASONIC, SONY OU DURACELL. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CATMAT 419860	elgin	UN	345	R$ 5,9000	R$ 2.035,5
46	1	PILHA ALCALINA 1,5V MODELO C (MÉDIA), DE ACORDO COM A DENOMINAÇÃO ABNT/ IEC: LR14, DEVERÃO ATENDER OS CRITÉRIOS E AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE PREVISTOS NAS NORMAS VIGENTES, LEI 12.305/2010, IN IBAMA Nº 06/2013 E RESOLUÇÃO CONAMA 401/2008. A VALIDADE DEVERÁ SER, NO MÍNIMO, 24 (VINTE E QUATRO) MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO MATERIAL, A EMBALAGEM DEVE CONTER AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: TEXTO EM PORTUGUÊS, DADOS DO FABRICANTE/IMPORTADOR/ DISTRIBUIDOR, ORIGEM DO PRODUTO, TIPO DE PILHA (C), COMPOSIÇÃO DO PRODUTO. VALIDADE DO PRODUTO E SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS O USO. RAYOVAC, ENERGIZER, PANASONIC, SONY OU DURACELL. EMBALAGEM COM 2 UNIDADES. CATMAT 419862	'elgin	UN	54	R$ 18,6000	R$ 1.004,4

Valor Total Homologado - R$ 9.770,7000

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
2.2.3 O recebimento será realizado em duas etapas:
1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento. Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido

pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega**: Almoxarifado Central Rua Barão do Rio Branco nº. 732 - Centro
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: Jose Bulhões
Fone: (42) 3909-5016

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Outros órgãos participantes além do órgão gerenciador:
Secretaria Municipal de Saúde;
Secretaria Municipal de Assistência Social;
Secretaria Municipal de Educação.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo

de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n˚19.159, DE 24 DE MARÇO DE 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**
Material de Consumo:
Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**
Daiana Santana – **Suplente**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Órgão Gestor:
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
Michele Aparecida Batista
Marlana Sanson
Giovana Leonel Vieira
CRAS:
Daiane Maria Ribas Santo
Kamila Bach Diedrichs
Cristiane Hartmann
CEMID:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristina Rocha Mezzadri
Cristiane Hartmann
CREAS:
Patrícia Juscinski
Rosidalva Barros Santos
Conselho Tutelar:
Jaqueline Toczek Honório Ferreira
Erlinda Eliane Santana dos Santos
Posto de Cadastro Único:
Letícia Correa
Michelle do Rocio Broggian
Cristiane Hartmann
Serviço de Acolhimento Institucional:
Edevete Lopes
Paola Regina Turra Alves

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Material Permanente e de Consumo:
Paola Diovana Gomes – **Titular**
Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 22 de julho de 2026.

Testemunhas

.

_____
Geovane Rocha de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:
LOTE 4

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 BLS LICITAÇÕES LTDA	977	64.296.281/0001-54	12,18	10,00		Sim
2 PAGNAN & BACHES LTDA	561	20.953.739/0001-25	12,17	11,80	18,00	Sim
3 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	988	28.453.476/0001-05	12,00	12,00	1,69	Sim

4 BONDETECH INFORMATICA LTDA	262	19.283.765/0001-04	12,18	12,18	1,50	Sim

LOTE 27

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 BLS LICITAÇÕES LTDA	822	64.296.281/0001-54	3,95	3,49		Sim
2 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	651	28.453.476/0001-05	3,90	3,90	11,75	Sim

LOTE 41

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 BLS LICITAÇÕES LTDA	774	64.296.281/0001-54	33,00	32,90		Sim
2 PAGNAN & BACHES LTDA	500	20.953.739/0001-25	32,99	32,99	0,27	Sim
3 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	638	28.453.476/0001-05	33,00	33,00	0,03	Sim

LOTE 43

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 BLS LICITAÇÕES LTDA	423	64.296.281/0001-54	5,90	5,90		Sim
2 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	827	28.453.476/0001-05	5,90	5,90	0,00	Sim

LOTE 46

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 BLS LICITAÇÕES LTDA	035	64.296.281/0001-54	18,68	18,60		Sim
2 PAGNAN & BACHES LTDA	635	20.953.739/0001-25	18,67	18,67	0,38	Sim
3 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	956	28.453.476/0001-05	18,68	18,68	0,05	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:D26C7F12

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 213/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 41/2026**, **processo administrativo nº 2860/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição sob demanda de Equipamentos e Materiais de Uso Geral para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor:
DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA
CNPJ: 28.453.476/0001-05

Lotes: 2, 3, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 39, 40, 42, 44, 45, 47, 48, 53, 54, 55 e 56

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
2	1	BATERIA 3V LÍTIO CR2016 TIPO MOEDA, DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO CONAMA Nº 401, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2008 E SER CERTIFICADA PELO INMETRO. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES. CATMAT 420380	Alfacel	UN	53	R$ 2,3700	R$ 125,61
3	1	BATERIA 3V LÍTIO CR2025 TIPO MOEDA, DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO CONAMA Nº 401, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2008 E SER CERTIFICADA PELO INMETRO. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES. CATMAT 478026	Alfacel	UN	53	R$ 8,9000	R$ 471,70
9	1	CAIXA PLÁSTICA 10 LITROS TRANSPARENTE, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 41X29X14CM, COM TAMPA E TRAVAS LATERAIS, TAMPA TAMBÉM POSSIBILITA O EMPILHAMENTO, FABRICADA EM POLIPROPILENO DE ALTA QUALIDADE E RESISTENCIA, LAVÁVEL. CATMAT 338807	jsn	UN	435	R$ 19,0000	R$ 8.265,00
10	1	CAIXA PLÁSTICA 20 LITROS TRANSPARENTE, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 41X28,5X26,5CM, COM TAMPA E TRAVAS LATERAIS, TAMPA TAMBÉM POSSIBILITA O EMPILHAMENTO, FABRICADA EM POLIPROPILENO DE ALTA QUALIDADE E RESISTENCIA, LAVÁVEL. CATMAT 438009	jsn	UN	245	R$ 25,0000	R$ 6.125,00
12	1	CAIXA PLÁSTICA 4 LITROS TRANSPARENTE, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 26X19X13CM, COM TAMPA E TRAVAS LATERAIS, TAMPA TAMBÉM POSSIBILITA O EMPILHAMENTO, FABRICADA EM POLIPROPILENO DE ALTA QUALIDADE E RESISTENCIA, LAVÁVEL. CATMAT 441668	jsn	UN	290	R$ 15,4000	R$ 4.466,00
13	1	CAIXA PLÁSTICA 56 LITROS TRANSPARENTE, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 55,5X36,5X40CM, COM TAMPA E TRAVAS LATERAIS, TAMPA TAMBÉM POSSIBILITA O EMPILHAMENTO, FABRICADA EM POLIPROPILENO DE ALTA QUALIDADE E RESISTENCIA,	jsn	UN	252	R$ 65,9900	R$ 16.629,48

		LAVÁVEL. CATMAT 440739					
14	1	CAIXA PLÁSTICA 78 LITROS TRANSPARENTE, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 64X41,5X45CM, COM TAMPA E TRAVAS LATERAIS, TAMPA TAMBÉM POSSIBILITA O EMPILHAMENTO, FABRICADA EM POLIPROPILENO DE ALTA QUALIDADE E RESISTENCIA, LAVÁVEL. CATMAT 455069	jsn	UN	252	R$ 95,0000	R$ 23.940,00
15	1	CAIXA PLASTICA ORGANIZADORA 21 DIVISÓRIAS, COM TAMPA, MEDIDAS APROXIMADAS DE 29X19X4CM, MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE DE POLIPROPILENO PARA DURABILIDADE, NA COR TRANSPARENTE.CATMAT 421793	jsn	UN	340	R$ 28,9400	R$ 9.839,60
17	1	CAIXA PLÁSTICA VAZADA SEM TAMPA 60L, 55,5X36X31CM, CANTOS ARREDONDADOS E INTERIOR LISO QUE EVITA DANOS AOS PRODUTOS TRANSPORTADOS, ALÇAS VAZADAS, EMPILHÁVEL E ENCAIXÁVEL, FABRICADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), NA COR BRANCA 100% NATURAL, ATÓXICA. CATMAT 615471	jsn	UN	52	R$ 40,0000	R$ 2.080,00
39	1	PALETE 50X25X2,5CM, FABRICADO EM PP (POLIPROPILENO) ATRAVÉS DE INJEÇÃO TERMOPLÁSTICA, RESISTENTE E DURÁVEL, VAZADO, EMPILHAVEL. DEVE ATENDER AS NORMAS DA NBR8334 DE 12/2014. NA COR PRETA. CATMAT 390433	jsn	UN	706	R$ 13,5000	R$ 9.531,00
40	1	PALETE 80X40X13CM, FABRICADO EM PEAD POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, CAPACIDADE DE CARGA DISTRIBUÍDA ESTÁTICA DE 1000 KG/M², VAZADO, EMPILHÁVEL, DEVE ATENDER AS NORMAS DA NBR8334 DE 12/2014. NAS CORES BRANCA E PRETA. CATMAT 346839	jsn	UN	34	R$ 119,5000	R$ 4.063,00
42	1	PILHA ALCALINA 1.5V MODELO AA, DE ACORDO COM A DENOMINAÇÃO ABNT/ IEC: LR6, DEVERÃO ATENDER OS CRITÉRIOS E AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE PREVISTOS NAS NORMAS VIGENTES, LEI 12.305/2010, IN IBAMA Nº 06/2013 E RESOLUÇÃO CONAMA 401/2008. A VALIDADE DEVERÁ SER, NO MÍNIMO, 24 (VINTE E QUATRO) MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO MATERIAL, A EMBALAGEM DEVE CONTER AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: TEXTO EM PORTUGUÊS, DADOS DO FABRICANTE/ IMPORTADOR/ DISTRIBUIDOR, ORIGEM DO PRODUTO, TIPO DE PILHA (D), COMPOSIÇÃO DO PRODUTO. VALIDADE DO PRODUTO E SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS O USO. RAYOVAC, ENERGIZER, PANASONIC, SONY OU DURACELL. EMBALAGEM COM 4 UNIDADES. CATMAT 419859	Alfacel	UN	345	R$ 6,1900	R$ 2.135,55
44	1	PILHA ALCALINA MODELO 23A 12 V, CONFORME A RESOLUÇÃO 401/2008 DO CONAMA, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DE FABRICANTE E SELO INMETRO. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES. CATMAT 410947	Alfacel	UN	75	R$ 8,4000	R$ 630,00
45	1	PILHA ALCALINA MODELO 27A 12V, CONFORME A RESOLUÇÃO 401/2008 DO CONAMA, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DE FABRICANTE E SELO INMETRO. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES. CATMAT 410947	Alfacel	UN	75	R$ 15,3000	R$ 1.147,50
47	1	PORTA COMPRIMIDO MEDINDO APROXIMADAMENTE 20X11X3CM, CONTENDO 7 COMPARTIMENTOS COM CADA DIA DA SEMANA PARA ACONDICIONAMENTO DE MEDICAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SUS, COM INDICAÇÃO DO DIA DA SEMANA (SEGUNDA, TERÇA, QUARTA, QUINTA, SEXTA, SABADO E DOMINGO), COM DIVISÓRIAS POR PERÍODOS DE UTILIZAÇÃO (MANHÃ, MEIO DIA, NOITE E ADICIONAL), EM PLÁSTICO RESISTENTE, NA COR TRANSPARENTE.	JSN	UN	300	R$ 25,0000	R$ 7.500,00
48	1	QUADRO BRANCO EM FÓRMICA 100X70CM (TAMPO DE CHAPA DE FIBRA DE MADEIRA 3 MM DE REFLORESTAMENTO) COM ACABAMENTO SUPERFICIAL E MOLDURA EM ALUMÍNIO (1,6 CM DE ESPESSURA E 1,5 CM DE FRENTE), MEDINDO 100CM DE LARGURA E 70CM DE COMPRIMENTO, MODELO DE FIXAÇÃO NA PAREDE, COM SUPORTE PARA APAGADOR E PARA LÁPIS. ACOMPANHA PORTA CANETA FIXO EM POLIETILENO E CANTONEIRA EM POLIETILENO, COM APAGADOR INCLUSO. CATMAT 240619	souza	UN	70	R$ 88,2000	R$ 6.174,00
53	1	SACO DE LIXO 50L, DIMENSÕES DE 63 CM DE LARGURA E 80 CM DE ALTURA (VARIAÇÃO DE MEDIDA TOLERADA MÁXIMA 1 CM), ESPESSURA MÍNIMA DE 10 MICRAS. COR PRETA. EMBALAGEM COM 100 PEÇAS. CATMAT 394459	Paraná	PACO-TE C/100	450	R$ 30,2300	R$ 13.603,50
54	1	SACOLA PLÁSTICA ALÇA CAMISETA, COM MEDIDA DE 30X40CM (LXC). COMPOSTA POR POLIETILENO, ESPESSURA DE 3 MICRAS, SANFONAS LATERAIS DE 10CM, COR BRANCO SÓLIDO. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. CATMAT 294480	jsn	PACO-TE C/100	108	R$ 10,9600	R$ 1.183,68
55	1	SACOLA PLÁSTICA ALÇA CAMISETA, COM MEDIDA DE 60X75CM (LXC). COMPOSTA POR POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE (PEMD), ESPESSURA DE 4 MICRAS, COR BRANCO SÓLIDO. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. CATMAT 313353	jsn	PACO-TE C/100	108	R$ 60,9000	R$ 6.577,20
56	1	SACOLA PLÁSTICA ALÇA CAMISETA. BRANCA COM MEDIDA DE 15X20CM (LXC). COMPOSTA POR POLIETILENO, ESPESSURA DE 3 MICRAS, COR BRANCO SÓLIDO. EMBALAGEM COM 1000 UNIDADES. CATMAT 388776	jsn	MI-LHEI-RO	48	R$ 36,5600	R$ 1.754,88

Valor Total Homologado - R$ 128.842,7000

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.

2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

2.2.3 O recebimento será realizado em duas etapas:

1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento. Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.

2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega**: Almoxarifado Central Rua Barão do Rio Branco nº. 732 - Centro

Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)

Responsável pelo recebimento: Jose Bulhões
Fone: (42) 3909-5016

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Outros órgãos participantes além do órgão gerenciador:
Secretaria Municipal de Saúde;
Secretaria Municipal de Assistência Social;
Secretaria Municipal de Educação.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n˚ 19.159, DE 24 DE MARÇO DE 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**

Material de Consumo:
Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**
Daiana Santana – **Suplente**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Órgão Gestor:
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
Michele Aparecida Batista
Marlana Sanson
Giovana Leonel Vieira
CRAS:
Daiane Maria Ribas Santo
Kamila Bach Diedrichs
Cristiane Hartmann
CEMID:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristina Rocha Mezzadri
Cristiane Hartmann
CREAS:
Patrícia Juscinski
Rosidalva Barros Santos
Conselho Tutelar:
Jaqueline Toczek Honório Ferreira
Erlinda Eliane Santana dos Santos
Posto de Cadastro Único:
Letícia Correa
Michelle do Rocio Broggian
Cristiane Hartmann
Serviço de Acolhimento Institucional:
Edevete Lopes
Paola Regina Turra Alves

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Material Permanente e de Consumo:
Paola Diovana Gomes – **Titular**
Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 22 de julho de 2026.

Testemunhas

.

_____
Geovane Rocha de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:
LOTE 2

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	527	28.453.476/0001-05	2,37	2,37		Sim
2 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	406	51.740.794/0001-60	8,40	8,40	254,43	Sim

LOTE 3

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	670	28.453.476/0001-05	11,20	8,90		Sim
2 PAGNAN & BACHES LTDA	465	20.953.739/0001-25	11,27	11,18	25,62	Sim
3 BONDETECH INFORMATICA LTDA	453	19.283.765/0001-04	11,28	11,28	0,89	Sim

LOTE 13

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	198	28.453.476/0001-05	67,90	65,99		Sim
2 MM NEGOCIOS LTDA	587	64.467.408/0001-50	67,00	66,00	0,02	Sim

LOTE 39

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	139	28.453.476/0001-05	18,37	13,50		Sim
2 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	304	51.740.794/0001-60	18,37	15,50	14,81	Sim

LOTE 40

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	515	28.453.476/0001-05	122,00	119,50		Sim
2 SC COMERCIAL EIRELI	810	20.758.465/0001-13	122,00	122,00	2,09	Sim
3 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	316	51.740.794/0001-60	292,71	292,71	139,93	Sim

LOTE 42

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	477	28.453.476/0001-05	6,20	6,19		Sim
2 BLS LICITAÇÕES LTDA	399	64.296.281/0001-54	6,20	6,20	0,16	Sim
3 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	012	51.740.794/0001-60	6,20	6,20	0,00	Sim

LOTE 53

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	610	28.453.476/0001-05	30,23	30,23		Sim
2 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	171	51.740.794/0001-60	189,30	189,30	526,20	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:CEC3D9C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 214/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 41/2026**, **processo administrativo nº 2860/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição sob demanda de Equipamentos e Materiais de Uso Geral para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor:
HOMETECH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA
CNPJ: 48.099.152/0001-10

Lote: 24

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
24	1	CONTROLE REMOTO P/ PORTÕES AUTOMÁTICOS, MODELO UNIVERSAL COPIADOR DUPLICADOR, COM 3 BOTOES E 3 CANAIS INDEPENDENTES, LED INDICADOR DE ACIONAMENTO, COM CLIP DE FIXACAO, PODE SER FIXADO AO CHAVEIRO, RESSONADOR SAW (NAO PERDE A CALIBRACAO DA FREQUÊNCIA, COMPATIVEL COM TODOS OS MOTORES DE PORTAO E EQUIPAMENTOS QUE POSSUAM FREQUENCIA DE 433,92MHZ, ALCANCE MAXIMO 100 METROS, FABRICADO EM MATERIAL ABS/MMA E BORRACHA E ALIMENTACAO COM BATERIA/PILHA 12V MODELO A23 (INCLUSA). GARANTIA DE 1 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. CATMAT 629885	KAP	UN	47	R$ 29,0000	R$ 1.363,00

Valor Total Homologado - R$1.363,0000

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
2.2.3 O recebimento será realizado em duas etapas:
1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento. Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega**: Almoxarifado Central Rua Barão do Rio Branco nº. 732 - Centro
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: Jose Bulhões
Fone: (42) 3909-5016

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Outros órgãos participantes além do órgão gerenciador:
Secretaria Municipal de Saúde;
Secretaria Municipal de Assistência Social;
Secretaria Municipal de Educação.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n˚ 19.159, DE 24 DE MARÇO DE 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**
Material de Consumo:
Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**
Daiana Santana – **Suplente**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Órgão Gestor:
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
Michele Aparecida Batista
Marlana Sanson
Giovana Leonel Vieira
CRAS:
Daiane Maria Ribas Santo
Kamila Bach Diedrichs
Cristiane Hartmann
CEMID:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristina Rocha Mezzadri
Cristiane Hartmann
CREAS:
Patrícia Juscinski
Rosidalva Barros Santos
Conselho Tutelar:
Jaqueline Toczek Honório Ferreira
Erlinda Eliane Santana dos Santos
Posto de Cadastro Único:
Letícia Correa
Michelle do Rocio Broggian
Cristiane Hartmann
Serviço de Acolhimento Institucional:
Edevete Lopes
Paola Regina Turra Alves

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Material Permanente e de Consumo:
Paola Diovana Gomes – **Titular**
Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 22 de julho de 2026.

Testemunhas

.

_____
Geovane Rocha de Souza
Fiscal de Contrato

Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:
LOTE 24

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 HOMETECH SISTEMAS ELETRONICOS	266	48.099.152/0001-10	37,00	29,00		Sim
2 MM NEGOCIOS LTDA	487	64.467.408/0001-50	37,50	34,50	18,97	Sim
3 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	772	28.453.476/0001-05	37,70	37,70	9,28	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:23749ECF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 215/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 41/2026**, **processo administrativo nº 2860/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição sob demanda de Equipamentos e Materiais de Uso Geral para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: LUIZ RICARDO BUENO
CNPJ: 30.219.220/0001-71

Lotes: 6, 7 e 29

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
6	1	BOBINA EM POLIPROPILENO 3CMX10CM TRANSPARENTE PICOTADA PARA UNITARIZAÇÃO/FRACIONAMENTO DE MEDICAMENTOS COM FITA INVIOLÁVEL. BOBINA COM 10.000 UNIDADES. CATMAT 442802	FJ	BOBI-NA	4	R$ 335,0000	R$ 1.340
7	1	BOBINA EM POLIPROPILENO 4CMX4CM TRANSPARENTE PICOTADA PARA UNITARIZAÇÃO/FRACIONAMENTO DE MEDICAMENTOS COM FITA INVIOLÁVEL. BOBINA COM 10.000 UNIDADES. CATMAT 442801	CRUDOPLAST	BOBI-NA	4	R$ 249,9900	R$ 999,9
29	1	INVERSOR DE TENSÃO VEICULAR 110V, VOLTAGEM MÍNIMA DE ENTRADA 12V VOLTAGEM MINIMA DE SAÍDA 110V COM 2 TOMADAS PADRÃO, POTÊNCIA MÁXIMA DE OPERAÇÃO DE 300 W, CONVERSÃO EFICIENTE DE 12V DC PARA 110V AC, COM TECNOLOGIA DE ONDA SENOIDAL MODIFICADA, DISPLAY INTELIGENTE DIGITAL PARA MONITORAMENTO DA TENSÃO DE SAÍDA, COOLER DE VENTILAÇÃO SILENCIOSO, GARANTINDO OPERAÇÃO ESTÁVEL E SEGURA. CATMAT 368268	Mccc	UN	10	R$ 199,0000	R$ 1.990

Valor Total Homologado - R$4.329,9600

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
2.2.3 O recebimento será realizado em duas etapas:
1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento. Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega**: Almoxarifado Central Rua Barão do Rio Branco nº. 732 - Centro

Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: Jose Bulhões
Fone: (42) 3909-5016

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Outros órgãos participantes além do órgão gerenciador:
Secretaria Municipal de Saúde;
Secretaria Municipal de Assistência Social;
Secretaria Municipal de Educação.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n˚ 19.159, DE 24 DE MARÇO DE 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Material Permanente:

Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**
Material de Consumo:
Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**
Daiana Santana – **Suplente**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Órgão Gestor:
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
Michele Aparecida Batista
Marlana Sanson
Giovana Leonel Vieira
CRAS:
Daiane Maria Ribas Santo
Kamila Bach Diedrichs
Cristiane Hartmann
CEMID:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristina Rocha Mezzadri
Cristiane Hartmann
CREAS:
Patrícia Juscinski
Rosidalva Barros Santos
Conselho Tutelar:
Jaqueline Toczek Honório Ferreira
Erlinda Eliane Santana dos Santos
Posto de Cadastro Único:
Letícia Correa
Michelle do Rocio Broggian
Cristiane Hartmann
Serviço de Acolhimento Institucional:
Edevete Lopes
Paola Regina Turra Alves

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Material Permanente e de Consumo:
Paola Diovana Gomes – **Titular**
Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 23 de julho de 2026.

Testemunhas
.

Geovane Rocha de Souza
Fiscal de Contrato
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 6

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 LUIZ RICARDO BUENO ME	106	30.219.220/0001-71	349,00	335,00		Sim
2 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	096	28.453.476/0001-05	348,00	348,00	3,88	Sim

LOTE 7

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 LUIZ RICARDO BUENO ME	145	30.219.220/0001-71	256,00	249,99		Sim
2 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	615	28.453.476/0001-05	256,00	255,99	2,40	Sim

LOTE 29

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 LUIZ RICARDO BUENO ME	958	30.219.220/0001-71	207,00	199,00		Sim
2 MM NEGOCIOS LTDA	699	64.467.408/0001-50	207,00	200,00	0,50	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:D0FF46E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 41/2026**, **processo administrativo nº 2860/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição sob demanda de Equipamentos e Materiais de Uso Geral para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: MM NEGOCIOS LTDA
CNPJ: 64.467.408/0001-50

Lote: 30

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
30	1	INVERSOR DE TENSÃO VEICULAR 220V, VOLTAGEM MÍNIMA DE ENTRADA 12V VOLTAGEM MINIMA DE SAÍDA 220V COM 2 TOMADAS PADRÃO, POTÊNCIA MÁXIMA DE OPERAÇÃO DE 300 W, POTÊNCIA DE PICO DE 600 W, PARA SUPORTAR PICOS DE ENERGIA MOMENTÂNEOS, CONVERSÃO EFICIENTE DE 12V DC PARA 220V AC, COM TECNOLOGIA DE ONDA QUADRADA, DISPLAY INTELIGENTE DIGITAL PARA MONITORAMENTO DA TENSÃO DE SAÍDA, COOLER DE VENTILAÇÃO SILENCIOSO, GARANTINDO OPERAÇÃO ESTÁVEL E SEGURA. CATMAT 486406	PEINING	UN	10	R$ 190,0000	R$ 1.900,00

Valor Total Homologado - R$1.900,0000

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
2.2.3 O recebimento será realizado em duas etapas:
1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento. Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega**: Almoxarifado Central Rua Barão do Rio Branco nº. 732 - Centro
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: Jose Bulhões
Fone: (42) 3909-5016

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Outros órgãos participantes além do órgão gerenciador:
Secretaria Municipal de Saúde;
Secretaria Municipal de Assistência Social;
Secretaria Municipal de Educação.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n˚19.159, DE 24 DE MARÇO DE 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**
Material de Consumo:
Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**
Daiana Santana – **Suplente**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Órgão Gestor:
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
Michele Aparecida Batista
Marlana Sanson
Giovana Leonel Vieira
CRAS:

Daiane Maria Ribas Santo
Kamila Bach Diedrichs
Cristiane Hartmann
CEMID:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristina Rocha Mezzadri
Cristiane Hartmann
CREAS:
Patrícia Juscinski
Rosidalva Barros Santos
Conselho Tutelar:
Jaqueline Toczek Honório Ferreira
Erlinda Eliane Santana dos Santos
Posto de Cadastro Único:
Letícia Correa
Michelle do Rocio Broggian
Cristiane Hartmann
Serviço de Acolhimento Institucional:
Edevete Lopes
Paola Regina Turra Alves

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Material Permanente e de Consumo:
Paola Diovana Gomes – **Titular**
Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 23 de julho de 2026.

Testemunhas

.

_____
Geovane Rocha de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:
LOTE 30

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 MM NEGOCIOS LTDA	244	64.467.408/0001-50	199,00	190,00		Sim
2 LUIZ RICARDO BUENO ME	903	30.219.220/0001-71	199,00	195,00	2,63	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:221CB971

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 217/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 41/2026**, **processo administrativo nº 2860/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição sob demanda de Equipamentos e Materiais de Uso Geral para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: NBB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME
CNPJ: 10.820.186/0001-89

Lote: 59 e 60

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
59	1	TONER TN1060, COMPATÍVEL COM IMPRESSORA BROTHER HL 1202 E HL1202W. COR DA IMPRESSÃO: PRETO, TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: LASER, RENDIMENTO MÉDIO: 1.000 PAGINAS COM 5% DE COBERTURA DA FOLHA A4. CATMAT 466590	FAST-PRINTER	UN	30	R$ 21,0000	R$ 630,00
60	1	TONER COMPATÍVEL HP CB435/CB436/CE278/ CE285A - P1005, M1522, P1102, M1132, P1006, P1505, 1505N, M1552, M1552N, M1552NF, M1120, M1120N, P1102W, M1130.	FAST-PRINTER	UN	70	R$ 23,0000	R$ 1.610,00

Valor Total Homologado - R$2.240,0000

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
2.2.3 O recebimento será realizado em duas etapas:
1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento. Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega**: Almoxarifado Central Rua Barão do Rio Branco nº. 732 - Centro
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: Jose Bulhões
Fone: (42) 3909-5016

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Outros órgãos participantes além do órgão gerenciador:
Secretaria Municipal de Saúde;
Secretaria Municipal de Assistência Social;
Secretaria Municipal de Educação.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n˚ 19.159, DE 24 DE MARÇO DE 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**
Material de Consumo:
Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**
Daiana Santana – **Suplente**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Órgão Gestor:
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
Michele Aparecida Batista
Marlana Sanson
Giovana Leonel Vieira
CRAS:
Daiane Maria Ribas Santo
Kamila Bach Diedrichs
Cristiane Hartmann
CEMID:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristina Rocha Mezzadri
Cristiane Hartmann
CREAS:
Patrícia Juscinski
Rosidalva Barros Santos
Conselho Tutelar:
Jaqueline Toczek Honório Ferreira
Erlinda Eliane Santana dos Santos
Posto de Cadastro Único:
Letícia Correa
Michelle do Rocio Broggian
Cristiane Hartmann
Serviço de Acolhimento Institucional:
Edevete Lopes
Paola Regina Turra Alves

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Material Permanente e de Consumo:
Paola Diovana Gomes – **Titular**
Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 23 de julho de 2026.

Testemunhas

.

_____
Geovane Rocha de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:
LOTE 59

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO DE	396	10.820.186/0001-89	33,60	21,00		Sim
2 NA FERREIRA SUPRIMENTO PARA	287	20.915.722/0001-83	33,00	29,90	42,38	Sim
3 INTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE	164	59.503.117/0001-30	30,00	30,00	0,33	Sim
4 BONDETECH INFORMATICA LTDA	005	19.283.765/0001-04	33,63	33,63	12,10	Sim
5 RZR DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA	290	58.881.924/0001-24	33,63	33,63	0,00	Sim
6 WP DO BRASIL LTDA EPP	736	04.483.808/0001-28	33,63	33,63	0,00	Sim

LOTE 60

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO DE	826	10.820.186/0001-89	23,75	23,00		Sim
2 INTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE	459	59.503.117/0001-30	23,00	23,00	0,00	Sim
3 WP DO BRASIL LTDA EPP	884	04.483.808/0001-28	23,77	23,77	3,35	Sim
4 BONDETECH INFORMATICA LTDA	320	19.283.765/0001-04	23,77	23,77	0,00	Sim
5 NA FERREIRA SUPRIMENTO PARA	989	20.915.722/0001-83	50,00	30,00	26,21	Sim
6 RZR DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA	722	58.881.924/0001-24	50,00	50,00	66,67	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:34066FB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 218/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 41/2026**, **processo administrativo nº 2860/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição sob demanda de Equipamentos e Materiais de Uso Geral para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: PAGNAN & BACHES LTDA
CNPJ: 20.953.739/0001-25

Lote: 5

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
5	1	BATERIA TENSÃO 6V CAPACIDADE 12 AMPERES COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 15,1X5,0X10,0CM E 1,80 KG, DE CHUMBO-ÁCIDO REGULADAS POR VÁLVULA (VRLA), PODEM SER UTILIZADAS EM DIVERSAS POSIÇÕES, EXPECTATIVA DE VIDA ÚTIL SUPERIOR A 5 ANOS, ELEVADA TAXA DE DESCARGA E BAIXA TAXA DE AUTO-DESCARGA. GARANTIA DE 6 MESES DIRETO COM O FABRICANTE. CATMAT NÃO ENCONTRADO	UNI-POWER	UN	5	R$ 84,3300	R$ 421,65

Valor Total Homologado - R$421,6500

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
2.2.3 O recebimento será realizado em duas etapas:
1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento. Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega**: Almoxarifado Central Rua Barão do Rio Branco nº. 732 - Centro
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: Jose Bulhões
Fone: (42) 3909-5016

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Outros órgãos participantes além do órgão gerenciador:
Secretaria Municipal de Saúde;
Secretaria Municipal de Assistência Social;
Secretaria Municipal de Educação.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n˚ 19.159, DE 24 DE MARÇO DE 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**
Material de Consumo:
Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**
Daiana Santana – **Suplente**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Órgão Gestor:
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
Michele Aparecida Batista
Marlana Sanson
Giovana Leonel Vieira
CRAS:
Daiane Maria Ribas Santo
Kamila Bach Diedrichs
Cristiane Hartmann
CEMID:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristina Rocha Mezzadri
Cristiane Hartmann
CREAS:
Patrícia Juscinski
Rosidalva Barros Santos
Conselho Tutelar:
Jaqueline Toczek Honório Ferreira
Erlinda Eliane Santana dos Santos
Posto de Cadastro Único:
Letícia Correa
Michelle do Rocio Broggian
Cristiane Hartmann
Serviço de Acolhimento Institucional:
Edevete Lopes
Paola Regina Turra Alves

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Material Permanente e de Consumo:
Paola Diovana Gomes – **Titular**
Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 23 de julho de 2026.

Testemunhas

.

_____ _____
Geovane Rocha de Souza Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:D015733C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 219/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 41/2026**, **processo administrativo nº 2860/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição sob demanda de Equipamentos e Materiais de Uso Geral para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: PRYMUS IMPORT LTDA
CNPJ: 21.823.046/0001-80

Lote: 1, 25 e 26

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	1	APOIO ERGONÔMICO PARA PÉS, COM ESTRUTURA DE TUBO E CHAPAS DE AÇO MONTADA SOB BASE INJETADA EM POLIPROPILENO OU ABS OU TERMOPLÁSTICO DE ALTO IMPACTO COM TEXTURA ANTIDERRAPANTE; MECANISMO DE REGULAGEM DE ALTURA COM POSSIBILIDADE DE ACIONAMENTO COM OS PRÓPRIOS PÉS DO USUÁRIO. INCLINAÇÃO COM BALANÇO QUE SE AJUSTA DE ACORDO COM A POSTURA DO USUÁRIO; PÉS COM BORRACHAS ANTIDESLIZANTE. EM CONFORMIDADE COM A NR 17, ERGONOMIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO E DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). CATMAT 326126	MrPlast	UN	120	R$ 75,0000	R$ 9.000,00
25	1	ESPELHO DE PAREDE LAPIDADO 160CMX60CM, ESPELHO PRATA REAL DE VIDRO (NÃO É DE ACRÍLICO), ESPESSURA DE 4MM (ALTA RESISTÊNCIA), LAPIDAÇÃO DE MÁQUINA (BORDAS POLIDAS DE EXCELENTE ACABAMENTO), QUALIDADE DA IMAGEM: 1ª LINHA - IMAGEM PERFEITA (NÃO DISTORCE E NÃO OXIDA COM O TEMPO), INSTALAÇÃO INCLUSA.	Green Design	UN	37	R$ 409,0000	R$ 15.133,00
26	1	ESPELHO DE PAREDE LAPIDADO 80CMX50CM, ESPELHO PRATA REAL DE VIDRO (NÃO É DE ACRÍLICO), ESPESSURA DE 4MM (ALTA RESISTÊNCIA), LAPIDAÇÃO DE MÁQUINA (BORDAS POLIDAS DE EXCELENTE ACABAMENTO), QUALIDADE DA IMAGEM: 1ª LINHA, IMAGEM PERFEITA (NÃO DISTORCE E NÃO OXIDA COM O TEMPO), COM TRÊS OPÇÕES DE INSTALAÇÃO: SUPORTE, FITA DUPLA FACE E BOTÃO FRANCÊS, CONFORME O PEDIDO NO EMPENHO. INSTALAÇÃO INCLUSA. CATMAT 312693.	Green Design	UN	33	R$ 219,0000	R$ 7.227,00

Valor Total Homologado - R$31.360,0000

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
2.2.3 O recebimento será realizado em duas etapas:
1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento. Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega**: Almoxarifado Central Rua Barão do Rio Branco nº. 732 - Centro
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: Jose Bulhões
Fone: (42) 3909-5016

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Outros órgãos participantes além do órgão gerenciador:
Secretaria Municipal de Saúde;
Secretaria Municipal de Assistência Social;
Secretaria Municipal de Educação.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n˚ 19.159, DE 24 DE MARÇO DE 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**
Material de Consumo:
Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**

Daiana Santana – **Suplente**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Órgão Gestor:
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
Michele Aparecida Batista
Marlana Sanson
Giovana Leonel Vieira
CRAS:
Daiane Maria Ribas Santo
Kamila Bach Diedrichs
Cristiane Hartmann
CEMID:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristina Rocha Mezzadri
Cristiane Hartmann
CREAS:
Patrícia Juscinski
Rosidalva Barros Santos
Conselho Tutelar:
Jaqueline Toczek Honório Ferreira
Erlinda Eliane Santana dos Santos
Posto de Cadastro Único:
Letícia Correa
Michelle do Rocio Broggian
Cristiane Hartmann
Serviço de Acolhimento Institucional:
Edevete Lopes
Paola Regina Turra Alves

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Material Permanente e de Consumo:
Paola Diovana Gomes – **Titular**
Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 23 de julho de 2026.

Testemunhas

.

_____
Geovane Rocha de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:
LOTE 1

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 PRYMUS IMPORT LTDA	911	21.823.046/0001-80	94,90	75,00		Sim
2 DIMAGO DISTRIBUIDORA E	790	04.376.164/0001-79	95,20	79,90	6,53	Sim
3 BONDETECH INFORMATICA LTDA	984	19.283.765/0001-04	95,20	81,90	2,50	Sim
4 ALFA VÉRTICE COMERCIO ATACADISTA	944	60.424.559/0001-70	95,00	85,00	3,79	Sim
5 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	034	28.453.476/0001-05	95,20	87,50	2,94	Sim
6 PAGNAN & BACHES LTDA	970	20.953.739/0001-25	95,19	89,99	2,85	Sim
7 LICIX NEGÓCIOS PÚBLICOS	682	50.048.829/0001-32	95,20	94,00	4,46	Sim
8 PHM COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA	989	35.794.003/0001-29	95,00	95,00	1,06	Sim
9 DOMINGOS COMERCIO E SERVIÇO	533	64.926.815/0001-89	200,00	200,00	110,53	Sim

LOTE 25

	CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

1 PRYMUS IMPORT LTDA	029	21.823.046/0001-80	428,00	409,00		Sim
2 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	645	28.453.476/0001-05	429,00	429,00	4,89	Sim

LOTE 26

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 PRYMUS IMPORT LTDA	965	21.823.046/0001-80	236,00	219,00		Sim
2 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	531	28.453.476/0001-05	237,00	237,00	8,22	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:357514F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 41/2026**, **processo administrativo nº 2860/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição sob demanda de Equipamentos e Materiais de Uso Geral para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: R. E SILVA LTDA
CNPJ: 50.273.443/0001-24

Lote: 21 e 22

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
21	1	CONGELADOR TIPO FREEZER HORIZONTAL DE 251 A 350L, COM UMA TAMPA, CAPACIDADE DE 251 A 350 LITROS, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A EXPEDIDA PELO INMETRO, COR BRANCA, VOLTAGEM 110 E/OU 220V, CONFORME FOR ESPECIFICADO NO PEDIDO DE COMPRA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES FORNECIDA PELO FABRICANTE. CATMAT 395376	EOS	UN	6	R$ 1.968,0000	R$ 11.808,00
22	1	CONGELADOR TIPO FREEZER VERTICAL 250L, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM UMA PORTA, CAPACIDADE APROXIMADA DE 250 LITROS, COM SISTEMA DE DEGELO “FROST FREE”, CORDÃO DE ALIMENTAÇÃO COM, NO MÍNIMO, 2,0 M DE COMPRIMENTO, NA COR BRANCA. DEVE POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO CONFORME PORTARIA Nº 20, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2006 OU PORTARIA Nº 577 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015, ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA - ENCE, APRESENTANDO "FAIXA DE CLASSIFICAÇÃO NÍVEL A" E DEVE ATENDER À RESOLUÇÃO RDC Nº 20, DE 22 DE MARÇO DE 2007 DA ANVISA, E SUAS ALTERAÇÕES. CORDÃO DE ALIMENTAÇÃO COM, NO MÍNIMO, 2,0 M DE COMPRIMENTOVOLTAGEM 110 E/OU 220V, CONFORME FOR ESPECIFICADO NO PEDIDO DE COMPRA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES FORNECIDA PELO FABRICANTE. CATMAT 627824	EOS	UN	3	R$ 2.779,0000	R$ 8.337,00

Valor Total Homologado - R$20.145,0000

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
2.2.3 O recebimento será realizado em duas etapas:
1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento. Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega**: Almoxarifado Central Rua Barão do Rio Branco nº. 732 - Centro
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: Jose Bulhões

Fone: (42) 3909-5016

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Outros órgãos participantes além do órgão gerenciador:
Secretaria Municipal de Saúde;
Secretaria Municipal de Assistência Social;
Secretaria Municipal de Educação.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n˚ 19.159, DE 24 DE MARÇO DE 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**
Material de Consumo:

Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**
Daiana Santana – **Suplente**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Órgão Gestor:
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
Michele Aparecida Batista
Marlana Sanson
Giovana Leonel Vieira
CRAS:
Daiane Maria Ribas Santo
Kamila Bach Diedrichs
Cristiane Hartmann
CEMID:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristina Rocha Mezzadri
Cristiane Hartmann
CREAS:
Patrícia Juscinski
Rosidalva Barros Santos
Conselho Tutelar:
Jaqueline Toczek Honório Ferreira
Erlinda Eliane Santana dos Santos
Posto de Cadastro Único:
Letícia Correa
Michelle do Rocio Broggian
Cristiane Hartmann
Serviço de Acolhimento Institucional:
Edevete Lopes
Paola Regina Turra Alves

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Material Permanente e de Consumo:
Paola Diovana Gomes – **Titular**
Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 23 de julho de 2026.

Testemunhas

.

_____
Geovane Rocha de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:
LOTE 21

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 R. E SILVA LTDA	002	50.273.443/0001-24	2.729,00	1.968,00		Sim
2 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	653	28.453.476/0001-05	2.729,00	2.685,00	36,43	Sim
3 MEGA VENDAS LTDA	834	52.325.189/0001-96	2.729,00	2.729,00	1,64	Sim

LOTE 22

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 R. E SILVA LTDA	866	50.273.443/0001-24	2.839,00	2.779,00		Sim
2 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	966	28.453.476/0001-05	2.839,00	2.829,99	1,83	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:79FFEC01

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 41/2026**, **processo administrativo nº 2860/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição sob demanda de Equipamentos e Materiais de Uso Geral para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: COMERCIO NOVO RUMO LTDA
CNPJ: 23.964.820/0001-07

Lote 28

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
28	1	IMPRESSORA TANQUE DE TINTA MULTIFUNCIONAL COLORIDA, TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO JATO DE TINTA, COM: CARATERÍSTICA DE IMPRESSÃO, COPIADORA, DIGITALIZAÇÃO; SISTEMA DE TANQUE ORIGINAL DO FABRICANTE COMPOSTO COM NO MÍNIMO QUATRO CORES DIFERENTES; TAMANHO DE IMPRESSÃO EM FOLHA A4 E VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 33PPM EM PRETO E 15PPM EM COLORIDO NO MODO DE RASCUNHO; CAPACIDADE DO TANQUE DE TINTA DE IMPRIMIR NO MÍNIMO 4500 PÁGINAS EM PRETO OU 7500 PÁGINAS COLORIDAS; RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO DE 5760 X 1440 DPI OU MELHOR; CONEXÕES USB, WIRELESS, WI-FI DIRECT; SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE TINTAS PARA EVITAR VAZAMENTOS; ALIMENTAÇÃO BIVOLT; DEVE ESTAR INCLUSA COM A IMPRESSORA NA ENTREGA NO MÍNIMO 01 KIT COM AS 4 CORES ORIGINAIS PARA IMPRESSÃO, CABO DE ALIMENTAÇÃO E 01 CABO USB. GARANTIA ON SITE DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES. SIMILAR A EPSON ECOTANK L3250. CATMAT 449629	CANON	UN	8	R$ 1.070,0000	R$ 8.560,00

Valor Total Homologado - R$8.560,0000

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
2.2.3 O recebimento será realizado em duas etapas:
1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento. Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega**: Almoxarifado Central Rua Barão do Rio Branco nº. 732 - Centro
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: Jose Bulhões
Fone: (42) 3909-5016

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Outros órgãos participantes além do órgão gerenciador:
Secretaria Municipal de Saúde;
Secretaria Municipal de Assistência Social;
Secretaria Municipal de Educação.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n˚19.159, DE 24 DE MARÇO DE 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**
Material de Consumo:
Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**
Daiana Santana – **Suplente**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Órgão Gestor:
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
Michele Aparecida Batista
Marlana Sanson
Giovana Leonel Vieira
CRAS:

Daiane Maria Ribas Santo
Kamila Bach Diedrichs
Cristiane Hartmann
CEMID:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristina Rocha Mezzadri
Cristiane Hartmann
CREAS:
Patrícia Juscinski
Rosidalva Barros Santos
Conselho Tutelar:
Jaqueline Toczek Honório Ferreira
Erlinda Eliane Santana dos Santos
Posto de Cadastro Único:
Letícia Correa
Michelle do Rocio Broggian
Cristiane Hartmann
Serviço de Acolhimento Institucional:
Edevete Lopes
Paola Regina Turra Alves

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Material Permanente e de Consumo:
Paola Diovana Gomes – **Titular**
Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 23 de julho de 2026.

Testemunhas

.

_____
Geovane Rocha de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:
LOTE 28

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 COMERCIO NOVO RUMO LTDA	164	23.964.820/0001-07	1.070,00	1.070,00		Sim
2 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	385	28.453.476/0001-05	1.071,00	1.071,00	0,09	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:AF568B64

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 155/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, Centro Cívico, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade **RG n° 12.XXX.XXX-8 SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº. 17.959 de 17/01/2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **DIMACI/PR - MATERIAL CIRURGICO LTDA,** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 00.656.468/0001-39,** pessoa jurídica de direito privado, representada pelo **Sr. LUIZ RENATO GAROFANI,** brasileiro, inscrito no **CPF/MF sob o n.º 874.XXX.XXX-87,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram por meio do Processo Administrativo n.º 4458/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, o presente **TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 155/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Quanto à vigência da ata, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir do dia 14/08/2026 até a data de 14/08/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO: Visando restabelecer a relação originalmente pactuada entre as partes, fica estabelecido que o reajuste contratual será concedido considerando a variação acumulada do IPCA no período de 09 de junho de 2025 a 09 de junho de 2026. Apenas aos itens: 2, 21, 56, 58, 101 e 245. Conforme tabela descritiva a seguir:

Item	Descrição	Valor Licitado	Valor Concedido
Lote 2	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES, FRASCOS COM 1000ML. EMBALAGEM COM DADOS DE FABRICAÇÃO E PROCEDÊNCIA OBEDECENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE.	R$ 4,24	R$ 4.45
Lote 21	ATADURA DE RAYON ESTÉRIL ROLO 7,5CM X 5M, CONFECCIONADA EM FIBRAS SINTÉTICAS 100% RAYON LIVRE DE IMPUREZAS, RASGOS, FIOS SOLTOS E MANCHAS, ATÓXICA E APIROGÊNICA. EMBALAGEM QUE ASSEGURA SUA INTEGRIDADE, GARANTINDO SUA PROTEÇÃO QUANTO A AÇÃO DE AGENTES EXTERNOS, PRODUTO DE USO ÚNICO, PODE SER ESTERILIZADO POR VAPOR SATURADO, ÓXIDO DE ETILENO OU RAIO GAMA. EMBALAGEM INDIVIDUAL	R$ 4,91	R$ 5.15
Lote 56	CHUMAÇO 10CM X 15CM, COMPRESSA PARA CURATIVO CIRURGICO ESTERIL COMPOSTO POR UMA CAMADA INTERNA DE MANTA DE ALGODÃO HIDRÓFILO ENVOLTA POR TECIDO 100% ALGODÃO DE BAIXA DENSIDADE DE FIOS POR CENTÍMETRO, ALVEJADO (ISENTO DE AMIDO, CORANTES CORRETIVOS, ALVEJANTE ÓPTICO), INODORO E INSÍPIDO. ALTAMENTE ABSORVENTES E CAMADA INTERNA 100% ALGODÃO HIDRÓFILO. EMBALADO EM ENVELOPE DE FILME E PGC (PAPEL GRAU CIRÚRGICO) E ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO.	R$ 0,58	R$ 0.61
Lote 58	CHUMAÇO 15CM X 60CM, COMPRESSA PARA CURATIVO CIRURGICO ESTERIL COMPOSTO POR UMA CAMADA INTERNA DE MANTA DE ALGODÃO HIDRÓFILO ENVOLTA POR TECIDO 100% ALGODÃO DE BAIXA DENSIDADE DE FIOS POR CENTÍMETRO, ALVEJADO (ISENTO DE AMIDO, CORANTES CORRETIVOS, ALVEJANTE ÓPTICO), INODORO E INSÍPIDO. ALTAMENTE ABSORVENTES E CAMADA INTERNA 100% ALGODÃO HIDRÓFILO. EMBALADO EM ENVELOPE DE FILME E PGC (PAPEL GRAU CIRÚRGICO) E ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO.	R$ 1,43	R$ 1.50
Lote 101	ESCOVA SECA PARA ASSEPSIA DE MÃOS E BRAÇOS, COM DUPLA FACE, CONSTITUÍDA DE UMA ESCOVA DE POLIETILENO ACOPLADA A UMA ESPONJA DE POLIURETANO, DESCARTÁVEL. MEDIDAS APROXIMADAS DE 4X4X8CM. EMBALAGEM INDIVIDUAL	R$ 1,63	R$ 1.71
Lote 245	SONDA DE GASTROSTOMIA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL 12FR, 3 VIAS: 1 VIA PARA BALÃO, 1 VIA DIETA, E 1 VIA ACESSÓRIA, 100% SILICONE, BALÃO INTERNO PARA RETENÇÃO, CONECTOR EM Y REMOVÍVEL, DISCO REDONDO PARA RETENÇÃO EXTERNA, RADIOPACA, ESTÉRIL.	R$ 38,56	R$ 40.45

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições da Ata de Registro de Preços n.º 155/2025 não alcançadas pelo presente Termo Aditivo permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados, assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:7164E8D1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 286/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMININSTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Dispensa Nº 046/2021
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – 132/2021

10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 286/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECILAIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PACS EM NUVEM, PARA SER UTILIZADA PARA O ENVIO DE EXAMES RADIOGRÁFICOS E LAUDOS.

Que fazem entre si, de um lado, o MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, portador do RG 5.***.***-2 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, residente e domiciliado na Rua Vicente Machado, nº **6, Centro, Palmital-PR, denominado CONTRATANTE, e de outro lado o Fornecedor RDICOM SISTEMAS MÉDICOS LTDA, com endereço à Minas Gerais, 1830 - CEP: 85812030 - Bairro: Centro, Cascavel/PR inscrita no sob nº 29.826.858/0001-91, neste ato por seu representante legal, Sr. ROBSON ADÃO FAGUNDES DOS SANTOS, denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações ao Contrato Administrativo n. 286/2021, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O VALOR DO CONTRATO: Fica aditivado o valor 25% (vinte e cinco por cento) do Lote 1, itens 1 e 2, do Contrato Administrativo nº. 286/2021, conforme tabela anexa. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Saúde, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MEDIDA	QUANT	UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	33890	CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE 350 ENVIO DE EXAMES MENSAL PACS EM NUVEM.	MÊS	3,00	572,77	1.718,31
1	2	33891	CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE LAUDOS.	UND	90,00	15,00	1.350,00
TOTAL							3.068,31

CLAÚSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.
E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 11/08/2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

Rdicom Sistemas Médicos LTDA
ROBSON ADÃO FAGUNDES DOS SANTOS
Contratado

CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
Gestor

EVANDRO DA COSTA PEDRO
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:DB3E525F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.718

LEI Nº 4.718, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

"Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do Município, com base em anulação parcial ou total de dotação orçamentária, no valor de R$ 2.043.058,51 (dois milhões, quarenta e três mil, cinquenta e oito reais e cinquenta e um centavos), na forma em que especifica abaixo."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional especial, com base em anulação parcial ou total, no valor de R$ 2.043.058,51 (dois milhões, quarenta e três mil, cinquenta e oito reais e cinquenta e um centavos), para criação no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL		
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Manutenção Urbana	
12.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
12.004.0015.0451.0014.2103	Manutenção e Melhorias nas condições de tráfego, colocação de revestimento, drenagem, colocação de meio fio em ruas e avenida. Executar obras de terraplanagem.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490920000 - Despesas de exercícios anteriores	01501 - Receitas de Alienações de Ativos (BB 25.328-6)	R$ 1.880.058,51
Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação		
Unidade Orçamentária:	Departamento da Tecnologia da Informação	
22.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
22.002.0004.0126.0052.2041	Manutenção do departamento de Tecnologia da Informação. Consiste na utilização da tecnologia da informação como ferramenta central para aprimorar a gestão pública em Paranaguá. O objetivo é criar um ambiente digital que otimize a prestação de serviços e fortaleça a comunicação entre a prefeitura e os cidadãos. A adoção de sistemas informatizados para a gestão de documentos e processos administrativos, visando à redução de custos operacionais e ao aumento da eficiência entre as secretarias. Capacitação de servidores e cidadãos para o uso das novas ferramentas, garantindo que a modernização beneficie toda a população.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390920000 - Despesas de exercícios anteriores	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 62.000,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0122.0006.2060	Coordenar e otimizar os serviços de saúde pública, promovendo um atendimento de qualidade à população por meio da integração eficiente de recursos humanos, materiais, equipamentos, financeiros, técnicos e institucionais. Garantir a implementação de políticas de saúde que priorizem a acessibilidade, a equidade e a excelência no cuidado, alinhando estratégias de planejamento e gestão para fortalecer o sistema de saúde municipal e atender às necessidades da comunidade de forma sustentável e inovadora.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390920000 - Despesas de exercícios anteriores	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Manutenção Urbana	
12.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
12.004.0015.0451.0014.2103	Manutenção e Melhorias nas condições de tráfego, colocação de revestimento, drenagem, colocação de meio fio em ruas e avenida. Executar obras de terraplanagem.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390920000 - Despesas de exercícios anteriores	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 2.043.058,51		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente ou totalmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	
Secretaria Municipal de Obras Públicas	
Unidade Orçamentária:	Departamento de Manutenção Urbana

12.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
12.004.0015.0451.0014.2103	Manutenção e Melhorias nas condições de tráfego, colocação de revestimento, drenagem, colocação de meio fio em ruas e avenida. Executar obras de terraplanagem.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01501 - Receitas de Alienações de Ativos (BB 25.328-6)	R$ 1.880.058,51
Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação		
Unidade Orçamentária:	Departamento da Tecnologia da Informação	
22.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
22.002.0004.0126.0052.2041	Manutenção do departamento de Tecnologia da Informação. Consiste na utilização da tecnologia da informação como ferramenta central para aprimorar a gestão pública em Paranaguá. O objetivo é criar um ambiente digital que otimize a prestação de serviços e fortaleça a comunicação entre a prefeitura e os cidadãos. A adoção de sistemas informatizados para a gestão de documentos e processos administrativos, visando à redução de custos operacionais e ao aumento da eficiência entre as secretarias. Capacitação de servidores e cidadãos para o uso das novas ferramentas, garantindo que a modernização beneficie toda a população.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 62.000,00
Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	Fundo Municipal de Saúde	
10.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
10.001.0010.0301.0006.2062	Garantir à população acesso universal e equitativo a serviços de saúde de qualidade, fortalecendo a Atenção Primária como porta de entrada do sistema de saúde. Estruturar e capacitar as equipes do Programa Saúde da Família, incluindo Agentes Comunitários de Saúde, e implementar Núcleos de Apoio à Saúde da Família, promovendo ações integradas de prevenção, promoção e cuidado contínuo. Assegurar a coordenação eficiente, a humanização do atendimento e a resolutividade das demandas de saúde, priorizando a equidade, a acessibilidade e o vínculo com a comunidade.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)	R$ 100.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
12.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
12.001.0004.0122.0058.2100	Essa ação visa integrar e otimizar todos os recursos - humanos, financeiros, materiais, técnicos e institucionais - para garantir o planejamento, a execução e o acompanhamento de todas as obras de infraestrutura urbana. O objetivo é assegurar que os projetos sejam realizados de forma eficiente, dentro do prazo e do orçamento, resultando em obras de alta qualidade que atendam às necessidades da população. Essa coordenação centralizada garante que cada projeto se encaixe em uma visão maior para o desenvolvimento da cidade.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:		**R$2.043.058,51**

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares às dotações orçamentárias criadas por esta Lei, utilizando-se como fontes de recursos o excesso de arrecadação, o superávit financeiro ou a anulação parcial ou total de dotações, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4º Ficam compatibilizados a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nº 4.570 de 09 de julho de 2025 e o Plano Plurianual (PPA) Lei nº 4.633 de 27 novembro de 2025.

Art. 5º O crédito adicional especial, a ser aberto na conformidade desta lei, terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 11 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:CFE21116

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa daAutuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até28/09/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
AAA3B90	277490T000008006	07/08/2026	55411
AAH1441	277490T000007125	31/07/2026	51851
AAI7B11	277490F000213411	28/07/2026	60503
AAW2963	277490F000213402	28/07/2026	60503
ABB7502	277490F000213589	31/07/2026	60503
ABL4443	277490F000213597	31/07/2026	60503
ABL8H28	277490F000213650	31/07/2026	60503
ABN1631	277490T000004287	04/08/2026	67261
ABN1631	277490T000004286	04/08/2026	50100
ABN1631	277490T000005064	04/08/2026	73400
ABN1631	277490T000003871	04/08/2026	51180
ABN1631	277490T000005065	04/08/2026	51851
ABO8508	277490T000008005	07/08/2026	76331
ABW5829	277490T000007395	04/08/2026	51930
ACK7F65	277490F000213586	31/07/2026	60503
ACS5J22	277490T000007775	05/08/2026	51851
ADG1A22	277490F000213668	01/08/2026	60503
ADI4B25	277490F000213704	01/08/2026	60503
ADI4B25	277490F000213687	01/08/2026	60503
ADJ5556	277490F000213663	31/07/2026	60503
ADK5493	277490F000213686	01/08/2026	60503
AED1G99	277490T000008008	07/08/2026	61300
AES0308	277490F000213771	02/08/2026	60503
AEU6452	277490T000004293	06/08/2026	65565
AEU6452	277490T000004290	06/08/2026	50100
AEU6452	277490T000004291	06/08/2026	66372
AEU6452	277490T000004292	06/08/2026	66531
AEU6452	277490T000004294	06/08/2026	65992
AEX3881	277490F000213707	01/08/2026	60503
AFD7180	277490F000213457	29/07/2026	60503
AFI8G29	277490T000007138	06/08/2026	51851
AFR4608	277490F000213379	28/07/2026	60503
AFW0E25	277490F000213695	01/08/2026	60503
AGH4352	277490F000213809	03/08/2026	60503
AGV5009	277490T000007689	04/08/2026	76252
AHC0989	277490F000213684	01/08/2026	60503
AHX7111	277490F000213810	03/08/2026	60503
AHZ2E55	277490F000213688	01/08/2026	60503
AHZ5C69	277490T000003613	08/08/2026	52663
AIC4A88	277490F000213601	31/07/2026	60503
AIW2E49	277490T000007798	05/08/2026	51851
AIZ8D74	277490F000213515	30/07/2026	60503
AJA0H34	277490F000213786	03/08/2026	60503
AJH2772	277490F000213466	29/07/2026	60503
AJI2199	277490T000004563	01/08/2026	50100
AJI2199	277490T000004275	02/08/2026	65992
AJI2199	277490T000004276	02/08/2026	67261
AJK8389	277490T000002766	07/08/2026	51930
AJX6897	277490F000213620	31/07/2026	60503
AJY3353	277490F000213784	03/08/2026	60503
AJZ3848	277490F000213598	31/07/2026	60503
AJZ3848	277490F000213583	31/07/2026	60503
AJZ3848	277490F000213748	02/08/2026	60503
AJZ3848	277490F000213508	30/07/2026	60503
AJZ3848	277490F000213510	30/07/2026	60503
AJZ3848	277490F000213669	01/08/2026	60503
AKF3555	277490T000007684	04/08/2026	76331
AKG7192	277490F000213735	02/08/2026	60503
AKN6B41	277490F000213561	30/07/2026	60503
AKO4G88	277490T000007759	03/08/2026	76331
AKP7H73	277490F000213675	01/08/2026	60503
AKR3570	277490F000213576	30/07/2026	60503
AKS5I14	277490F000213389	28/07/2026	56732
AKS9G81	277490F000213762	02/08/2026	60503
AKT1464	277490F000213416	28/07/2026	60503
ALH9817	277490F000213580	31/07/2026	60503
ALH9817	277490F000213443	29/07/2026	60503
ALJ1163	277490T000001507	05/08/2026	55414
ALM3A04	277490F000213428	28/07/2026	60503
ALN2376	277490F000213378	28/07/2026	60503
ALP8060	277490T000007792	05/08/2026	51851
ALR9D38	277490F000213622	31/07/2026	60503
AMD6114	277490F000213560	30/07/2026	60503
AMF2F76	277490F000213596	31/07/2026	60503
AMF2F76	277490F000213595	31/07/2026	60503
AMM6645	277490T000007691	05/08/2026	76251
AMS0357	277490F000213543	30/07/2026	60503
AMU8F47	116100T003589237	01/08/2026	54521
AMW3447	277490F000213499	29/07/2026	60503
ANB6481	277490T000004560	01/08/2026	50100
ANC2J52	277490F000213831	03/08/2026	60503
ANH2J46	277490F000213408	28/07/2026	60503
ANR6412	277490F000213661	31/07/2026	60503
ANS7972	277490F000213750	02/08/2026	60503
ANS9469	277490F000213547	30/07/2026	60503
ANV1A95	277490F000213646	31/07/2026	60503
ANW0847	277490T000000847	05/08/2026	51851
ANW0847	277490T000000846	05/08/2026	55250

AOA4H16	277490F000213524	30/07/2026	60503
AOB3I87	277490T000007132	04/08/2026	51851
AOD5A74	277490T000007819	08/08/2026	51851
AOE5247	277490F000213599	31/07/2026	60503
AOG4F87	277490F000213429	29/07/2026	60503
AOH1F49	277490F000213628	01/08/2026	60503
AOK2389	277490F000213773	02/08/2026	60503
AOK2389	277490F000213736	02/08/2026	60503
AOT9J81	277490F000213496	29/07/2026	60503
AOT9J81	277490F000213435	29/07/2026	60503
AOT9J81	277490F000213829	03/08/2026	60503
AOT9J81	277490F000213850	03/08/2026	60503
AOT9J81	277490F000213800	03/08/2026	60503
AOT9J81	277490F000213473	29/07/2026	60503
AOT9J81	277490F000213608	31/07/2026	60503
AOT9J81	277490F000213527	30/07/2026	60503
AOT9J81	277490F000213548	30/07/2026	60503
AOU5572	277490F000213685	01/08/2026	60503
AOW7D26	277490F000213728	02/08/2026	60503
AOW7D26	277490F000213757	02/08/2026	60503
AOW7D26	277490F000213741	02/08/2026	60503
AOW7D26	277490F000213638	31/07/2026	60503
AOY1840	116100T003589239	01/08/2026	54600
AOZ5463	277490F000213832	03/08/2026	60503
APG7F38	277490F000213783	03/08/2026	60503
APJ9H65	277490F000213836	03/08/2026	60503
APL2712	277490F000213699	01/08/2026	60503
APQ8307	277490F000213848	03/08/2026	60503
APR2A69	277490F000213502	29/07/2026	60503
APT2C06	277490F000213644	31/07/2026	60503
APU9C17	277490F000213413	28/07/2026	60503
APV8A78	277490T000001506	05/08/2026	58780
APX1D81	277490F000213388	28/07/2026	60503
APY5I33	277490F000213627	01/08/2026	60503
APZ5609	277490F000213568	30/07/2026	60503
APZ5609	277490F000213549	30/07/2026	60503
APZ5609	277490F000213556	30/07/2026	60503
AQA2658	277490T000007795	05/08/2026	51851
AQD2C19	277490F000213717	02/08/2026	60503
AQG8934	277490F000213558	30/07/2026	60503
AQG8934	277490F000213701	01/08/2026	60503
AQI1A61	277490T000004562	01/08/2026	65992
AQI1A61	277490T000004561	01/08/2026	50100
AQN3494	277490F000213501	29/07/2026	60503
AQO1303	277490F000213706	01/08/2026	60503
AQS8A40	277490F000213777	02/08/2026	60503
ARC3F03	277490T000007808	08/08/2026	51851
ARE7699	277490T000003451	06/08/2026	50100
ARE7699	277490T000003452	06/08/2026	66372
ARE7699	277490T000003453	06/08/2026	70561
ARI2B38	277490F000213574	30/07/2026	60503
ARI3I53	277490F000213410	28/07/2026	60503
ARI9B82	277490T000004272	01/08/2026	66371
ARN8124	277490F000213485	29/07/2026	60503
ARS3F87	277490F000213471	29/07/2026	60503
ARS8210	277490F000213637	31/07/2026	60503
ARV6D67	277490F000213427	28/07/2026	60503
ARW5735	277490F000213570	30/07/2026	60503
ASF0916	277490T000005063	02/08/2026	65992
ASF0916	277490T000004274	02/08/2026	67261
ASI9D04	277490F000213732	02/08/2026	60503
ASM9G05	277490F000213761	02/08/2026	60503
ASR2J84	277490F000213787	03/08/2026	60503
ASV5422	277490F000213418	28/07/2026	60503
ASY6671	277490T000002093	01/08/2026	51930
ASY9679	277490F000213461	29/07/2026	60503
ATA7I95	277490F000213723	02/08/2026	56732
ATB2123	277490F000213465	29/07/2026	60503
ATB7380	277490T000007193	01/08/2026	76331
ATC5097	277490F000213607	31/07/2026	60503
ATG8I87	277490F000213811	03/08/2026	60503
ATG8I87	277490T000002765	07/08/2026	54870
ATI6G61	277490F000213819	03/08/2026	60503
ATK9798	277490T000007811	08/08/2026	51851
ATM5359	277490F000213775	02/08/2026	60503
ATN1A38	277490F000213369	28/07/2026	60503
ATN3974	277490T000002098	03/08/2026	55411
ATS6205	277490F000213715	01/08/2026	60503
ATS9781	277490F000213407	28/07/2026	60503
ATU3G23	277490F000213400	28/07/2026	60503
ATX6A83	277490F000213781	03/08/2026	60503
AUB1A75	277490T000008007	07/08/2026	76331
AUD8712	277490F000213647	31/07/2026	60503
AUE2D29	277490T000007772	05/08/2026	76331
AUE4948	277490T000007807	06/08/2026	51851
AUG2B54	277490F000213835	03/08/2026	60503
AUG4125	277490F000213460	29/07/2026	60503
AUK6G98	277490F000213801	03/08/2026	60503
AUN5069	277490F000213517	30/07/2026	60503

AUO4325	277490T000007135	06/08/2026	58780
AUQ7853	277490F000213705	01/08/2026	60503
AUT9G64	277490T000007803	06/08/2026	76251
AUU6652	277490T000007781	05/08/2026	51851
AVB2I17	277490F000213712	01/08/2026	60503
AVC5B17	277490T000007198	01/08/2026	51851
AVF3J36	277490F000213855	04/08/2026	60503
AVH1B36	277490F000213682	01/08/2026	60503
AVH7082	277490F000213838	03/08/2026	60503
AVJ0E06	277490F000213846	03/08/2026	60503
AVJ7C15	277490F000213821	03/08/2026	60503
AVJ9039	277490T000007821	08/08/2026	51851
AVX8D63	277490F000213521	30/07/2026	60503
AVY2562	277490F000213383	28/07/2026	60503
AWA6217	277490F000213851	04/08/2026	60503
AWA8D58	277490F000213368	28/07/2026	60503
AWD2937	277490T000002092	30/07/2026	55411
AWE6128	277490T000007751	01/08/2026	51851
AWF0439	277490F000213395	28/07/2026	60503
AWF8I67	277490T000008004	07/08/2026	76251
AWJ9H48	277490F000213813	03/08/2026	60503
AWN8G60	277490F000213673	01/08/2026	60503
AWR8593	277490T000007397	06/08/2026	55414
AWS7742	277490F000213698	01/08/2026	60503
AWV9137	277490F000213545	30/07/2026	60503
AWY8C28	277490F000213493	29/07/2026	60503
AWY9F14	277490T000007773	05/08/2026	51851
AXA4650	277490T000007122	31/07/2026	51851
AXD3I26	277490F000213842	03/08/2026	60503
AXH1B28	277490F000213727	02/08/2026	60503
AXK7A36	277490T000007675	03/08/2026	76331
AXL4F25	277490T000007801	06/08/2026	55411
AXO2C45	277490F000213579	31/07/2026	60503
AXR5454	277490F000213672	01/08/2026	60503
AXR6I58	277490F000213377	28/07/2026	60503
AXT2C10	277490F000213445	29/07/2026	60503
AYA1G37	277490T000000848	05/08/2026	57200
AYE1D15	277490T000007804	06/08/2026	55414
AYE4H04	277490F000213448	29/07/2026	60503
AYE8G92	277490T000007685	04/08/2026	76331
AYG5740	277490F000213436	29/07/2026	60503
AYI3I99	277490F000213559	30/07/2026	60503
AYI7D67	277490F000213489	29/07/2026	60503
AYL3C68	277490T000007784	05/08/2026	51851
AYN8E28	277490T000007823	08/08/2026	73662
AYQ7482	277490F000213472	29/07/2026	60503
AYS1779	277490T000007676	03/08/2026	76331
AYS9021	277490F000213640	31/07/2026	60503
AYV9G58	277490T000004559	31/07/2026	65992
AYV9G58	277490T000004266	31/07/2026	50100
AYY1G55	277490F000213464	29/07/2026	60503
AYZ1362	277490F000213415	28/07/2026	60503
AZD5506	277490F000213392	28/07/2026	60503
AZE7C85	277490F000213617	31/07/2026	60503
AZE7C85	277490F000213743	02/08/2026	60503
AZH8958	277490F000213681	01/08/2026	60503
AZI9I20	277490F000213399	28/07/2026	60503
AZK4D82	277490F000213814	03/08/2026	60503
AZQ9535	277490T000004210	07/08/2026	55500
AZR2J02	277490T000007831	08/08/2026	76251
AZU2581	277490F000213421	30/07/2026	60503
AZU2581	277490F000213578	31/07/2026	60503
AZZ8519	277490F000213453	29/07/2026	60503
AZZ8C84	277490T000003801	05/08/2026	54600
BAA2J52	277490F000213694	01/08/2026	60503
BAA4I34	277490F000213696	01/08/2026	60503
BAF6991	277490F000213481	29/07/2026	60503
BAI5B74	277490T000007837	08/08/2026	76252
BAM2397	277490F000213828	03/08/2026	60503
BAM2397	277490F000213662	31/07/2026	60503
BAM2397	277490F000213423	30/07/2026	60503
BAM2397	277490F000213679	01/08/2026	60503
BAM2397	277490F000213778	02/08/2026	60503
BAN4276	277490T000007195	01/08/2026	51851
BAV9C45	277490T000007788	05/08/2026	51851
BAX1F48	277490T000007780	05/08/2026	61220
BAY6E16	277490F000213660	31/07/2026	60503
BAZ3D78	277490T000004282	02/08/2026	66531
BBD7E69	277490T000001509	06/08/2026	55414
BBE1261	277490T000004566	02/08/2026	50100
BBE1261	277490T000004567	02/08/2026	67261
BBE1261	277490T000004283	02/08/2026	51180
BBG7H83	277490T000004285	02/08/2026	67261
BBG7H83	277490T000004284	02/08/2026	66531
BBH0G45	277490T000007800	05/08/2026	51851
BBI5D29	277490F000213720	02/08/2026	56732
BBL4712	277490T000007771	05/08/2026	76331
BBO4207	277490F000213425	28/07/2026	60503
BBO4207	277490T000007777	05/08/2026	51851

BBO8959	277490F000213623	31/07/2026	60503
BBQ4C06	277490F000213708	01/08/2026	60503
BBR6J25	277490T000007813	08/08/2026	51851
BBT9251	277490T000007796	05/08/2026	51851
BBU4772	277490F000213509	30/07/2026	60503
BBW2E47	277490F000213656	31/07/2026	60503
BBW9C24	277490F000213455	29/07/2026	60503
BBY1C53	277490T000007834	08/08/2026	76251
BCA5390	277490T000007678	03/08/2026	60412
BCA5390	277490T000007679	03/08/2026	76331
BCA8258	277490F000213469	29/07/2026	60503
BCD3G60	277490F000213531	30/07/2026	60503
BCJ3B79	277490F000213724	02/08/2026	60503
BDA8C20	277490F000213542	30/07/2026	60503
BDB6J10	277490T000006901	07/08/2026	76331
BDB6J10	277490T000006902	07/08/2026	52070
BDD0E14	277490F000213764	02/08/2026	60503
BDF5D89	277490T000007196	01/08/2026	51851
BDK3H28	277490F000213381	28/07/2026	60503
BDN6B05	277490F000213680	01/08/2026	60503
BDN6F78	277490T000007791	05/08/2026	51930
BDO7J06	277490F000213370	28/07/2026	60503
BDR3H52	277490T000001508	05/08/2026	55414
BDR5959	277490T000007126	31/07/2026	51851
BDU7I03	277490F000213799	03/08/2026	60503
BEA8J79	116100T003521870	01/08/2026	54100
BEB4H10	277490T000007824	08/08/2026	51851
BEB5B06	277490F000213737	02/08/2026	56732
BEC4J76	277490F000213749	02/08/2026	60503
BEL4F66	277490F000213631	01/08/2026	60503
BEL7274	277490F000213554	30/07/2026	60503
BEM2140	277490F000213768	02/08/2026	60503
BEO7F41	277490F000213569	30/07/2026	60503
BEO7J22	277490F000213588	31/07/2026	60503
BEU6G83	277490T000007764	05/08/2026	55411
BEV1F93	277490F000213791	03/08/2026	56732
BEX2G36	277490F000213417	28/07/2026	60503
BEX8G03	277490F000213401	28/07/2026	60503
BEZ7A28	277490F000213798	03/08/2026	60503
BLH9C35	277490F000213792	03/08/2026	60503
BSL5205	277490F000213503	29/07/2026	60503
BSN3495	277490T000004555	31/07/2026	50100
BSN3495	277490T000004261	31/07/2026	67261
BSN3495	277490T000004262	31/07/2026	50610
BTH4A20	277490F000213482	29/07/2026	60503
BTQ1J04	277490F000213470	29/07/2026	60503
BYU1613	277490F000213721	02/08/2026	60503
CCP6872	277490F000213523	30/07/2026	60503
CIB5F09	277490F000213463	29/07/2026	60503
CKR3077	277490F000213452	29/07/2026	60503
CPW3G27	277490F000213375	28/07/2026	60503
CQD0E41	277490F000213446	29/07/2026	60503
CQD1664	277490F000213584	31/07/2026	60503
CST5G78	277490F000213826	03/08/2026	60503
CTQ1F35	277490F000213769	02/08/2026	60503
CUL1I44	277490F000213420	29/07/2026	60503
CWT5G87	277490F000213609	31/07/2026	60503
CWV0D68	277490T000008002	07/08/2026	76251
CXI3374	277490F000213476	29/07/2026	60503
CXV7D13	277490F000213610	31/07/2026	60503
CYI6359	277490F000213802	03/08/2026	60503
CZZ0I59	277490F000213458	29/07/2026	60503
CZZ2614	277490F000213827	03/08/2026	60503
DCE9G78	277490T000007818	08/08/2026	51851
DEZ4817	277490T000004295	08/08/2026	65992
DEZ4817	277490T000004296	08/08/2026	67261
DEZ4817	277490T000004297	08/08/2026	50100
DGR6862	277490F000213467	29/07/2026	60503
DIB0703	277490F000213380	28/07/2026	60503
DNA5B30	277490F000213843	03/08/2026	60503
DOZ0A97	277490F000213820	03/08/2026	60503
DSF1A63	277490F000213536	30/07/2026	60503
DSP2174	277490T000007778	05/08/2026	51851
DSU2H53	277490T000007129	31/07/2026	51851
DSU2H97	277490T000007688	04/08/2026	59670
DTE8957	277490F000213844	03/08/2026	60503
DWK1E81	277490T000007756	03/08/2026	51851
DWR6J29	277490T000007755	03/08/2026	76252
DWU3081	277490F000213546	30/07/2026	60503
DXO4D53	277490F000213422	30/07/2026	60503
EEI4498	277490F000213731	02/08/2026	56732
EHO5F03	277490F000213772	02/08/2026	60503
EIV7749	277490F000213456	29/07/2026	60503
EIW9H40	277490F000213790	03/08/2026	60503
EJH9A27	277490T000007695	05/08/2026	76331
EKV0C35	277490F000213616	31/07/2026	60503
ENX6E24	277490F000213512	30/07/2026	60503
EPU3G20	277490T000007686	04/08/2026	76331
ETL6E92	277490T000007827	08/08/2026	55920

EUC3G78	277490F000213522	30/07/2026	60503
EVO3C26	277490T000007194	01/08/2026	51851
EXI7E73	277490F000213382	28/07/2026	60503
FBQ4F85	277490F000213738	02/08/2026	56732
FCL6877	277490F000213653	31/07/2026	60503
FDF2A96	277490F000213618	31/07/2026	60503
FDW2I39	277490F000213441	29/07/2026	56732
FEA5A76	277490T000000236	01/08/2026	51930
FER2H79	277490F000213726	02/08/2026	56732
FFV2468	277490F000213480	29/07/2026	60503
FHA4E00	277490F000213852	04/08/2026	60503
FJR7G72	277490F000213652	31/07/2026	60503
FJV4B52	277490F000213520	30/07/2026	60503
FNC8I06	277490F000213671	01/08/2026	60503
FSY7B07	277490T000002767	07/08/2026	67690
FTV3A74	277490F000213816	03/08/2026	60503
FVX2D23	277490F000213611	31/07/2026	60503
FWP8H94	277490F000213474	29/07/2026	60503
FWP8H94	277490F000213641	31/07/2026	60503
FXZ7C17	277490F000213526	30/07/2026	60503
GCR2C68	277490F000213780	03/08/2026	60503
GDL0B36	277490T000007814	08/08/2026	51851
GDU2B90	277490F000213412	28/07/2026	60503
GFC9D26	277490F000213563	30/07/2026	60503
GGF8J50	277490F000213567	30/07/2026	60503
GHR4G98	277490F000213528	30/07/2026	60503
GIU9J46	277490F000213830	03/08/2026	60503
HGS6E39	277490F000213700	01/08/2026	60503
HHD8993	277490F000213566	30/07/2026	60503
HHJ1921	277490F000213742	02/08/2026	60503
HIU3B02	277490F000213506	29/07/2026	60503
HNS4778	277490T000007127	31/07/2026	51851
HNS4C08	116100T003589238	01/08/2026	54521
HQC1F55	277490T000003557	06/08/2026	76332
HRI5D99	277490F000213808	03/08/2026	60503
HSG0I21	116100T003521871	01/08/2026	54100
HSV3715	277490F000213535	30/07/2026	60503
IMD0B14	277490F000213500	29/07/2026	60503
IUS9I45	277490T000007762	03/08/2026	76331
IXD5A40	277490F000213534	30/07/2026	60503
JBV1J63	277490F000213444	29/07/2026	60503
JEI9A84	277490T000007797	05/08/2026	51851
JMG5B80	277490F000213573	30/07/2026	60503
KYT2G21	277490F000213614	31/07/2026	60503
KZR3164	277490T000007809	08/08/2026	51851
LWV1C03	277490F000213477	29/07/2026	60503
MCF2I88	277490T000007700	06/08/2026	55411
MCS3046	277490F000213533	30/07/2026	60503
MCS3046	277490F000213665	31/07/2026	60503
MCS3046	277490F000213439	29/07/2026	60503
MDY3C18	277490F000213606	31/07/2026	60503
MFF3772	277490F000213537	30/07/2026	60503
MFV2J42	277490T000004280	02/08/2026	50100
MFV2J42	277490T000004281	02/08/2026	65992
MFV2J42	277490T000004279	02/08/2026	66371
MFW7B33	277490F000213613	31/07/2026	60503
MFW7B33	277490F000213484	29/07/2026	60503
MHA7G47	277490F000213451	29/07/2026	60503
MHU9592	277490F000213766	02/08/2026	60503
MHU9592	277490F000213794	03/08/2026	60503
MHU9592	277490F000213666	31/07/2026	60503
MIY0J00	277490F000213487	29/07/2026	60503
MJK4344	277490F000213577	30/07/2026	60503
MJP4D73	277490F000213600	31/07/2026	60503
MKE3F57	277490F000213806	03/08/2026	60503
MKE7155	277490F000213592	31/07/2026	60503
MLV1B63	277490F000213590	31/07/2026	60503
MNH0008	277490F000213839	03/08/2026	60503
MVX5640	277490F000213516	30/07/2026	60503
NGW6H08	277490F000213841	03/08/2026	60503
NRG0J45	277490F000213722	02/08/2026	60503
NRR4D43	277490T000007786	05/08/2026	51851
NVQ7F90	277490F000213450	29/07/2026	56732
NXJ7A07	277490F000213603	31/07/2026	60503
NZO5D28	277490T000007769	05/08/2026	76331
OBC5I94	277490T000007191	01/08/2026	55414
OHR1913	277490F000213725	02/08/2026	60503
OKE8J60	277490F000213744	02/08/2026	60503
OKG9B56	277490F000213404	28/07/2026	60503
OOO5H15	277490T000004265	31/07/2026	67261
OOO5H15	277490T000004558	31/07/2026	50100
OVT5J90	277490T000007753	03/08/2026	55414
PNQ6C19	277490F000213755	02/08/2026	60503
PWV4G37	277490T000008101	05/08/2026	51851
QAC8F89	277490F000213793	03/08/2026	60503
QAM2G16	277490F000213752	02/08/2026	60503
QFY8I88	277490F000213430	29/07/2026	60503
QIA3D41	277490F000213504	29/07/2026	60503
QMT8I56	277490T000007838	08/08/2026	76251

QQG4H04	277490F000213393	28/07/2026	60503
QQY2D44	277490F000213674	01/08/2026	60503
QQY2D44	277490F000213692	01/08/2026	60503
QRU2B50	277490F000213624	31/07/2026	60503
QTC8H70	277490F000213670	01/08/2026	60503
QUE8H50	277490T000002097	03/08/2026	59670
QWY1E00	277490F000213805	03/08/2026	60503
QXH6G81	277490F000213390	28/07/2026	60503
QXI1F45	277490T000007396	04/08/2026	55920
RAB6B88	277490T000007802	06/08/2026	55417
RHA9D98	277490F000213807	03/08/2026	60503
RHB1J36	277490T000007683	04/08/2026	57380
RHB6A79	277490T000007810	08/08/2026	51851
RHB9J97	277490F000213604	31/07/2026	60503
RHC2H74	277490T000007833	08/08/2026	76251
RHD1A99	277490F000213747	02/08/2026	60503
RHD5E33	277490T000007815	08/08/2026	51851
RHF4G23	277490F000213434	29/07/2026	60503
RHG2D08	277490T000007754	03/08/2026	76251
RHJ1C36	277490T000007139	06/08/2026	73662
RHK6C87	277490T000005059	31/07/2026	53800
RHK7C13	277490T000007765	05/08/2026	55414
RHL8A70	277490F000213824	03/08/2026	60503
RHO2E43	277490F000213431	29/07/2026	60503
RHR5H53	277490T000007682	04/08/2026	54526
RHS8J51	277490T000001504	04/08/2026	70481
RHT2D81	277490F000213649	31/07/2026	60503
RHW6G69	277490T000004289	06/08/2026	66531
RHW6G69	277490T000004288	06/08/2026	67261
RHY1D51	277490T000007399	06/08/2026	55920
RMV2B25	277490F000213803	03/08/2026	60503
ROM1J67	277490F000213525	30/07/2026	60503
RRY8H87	277490F000213594	31/07/2026	56732
RUH7G10	277490T000007785	05/08/2026	51851
RUI2G30	277490F000213539	30/07/2026	60503
SDT5B39	277490T000004268	01/08/2026	67261
SDT5B39	277490T000004269	01/08/2026	66372
SDU4D35	277490T000007816	08/08/2026	51851
SDU4G05	277490T000007398	06/08/2026	55411
SDU6C43	277490F000213376	28/07/2026	60503
SDV3B59	277490F000213697	01/08/2026	60503
SDY4A88	277490F000213495	29/07/2026	60503
SEA9D99	277490F000213575	30/07/2026	60503
SEB5I19	277490F000213424	28/07/2026	60503
SEB6B62	277490T000007799	05/08/2026	51851
SEC7F99	277490T000001503	03/08/2026	55414
SEC7F99	277490F000213385	28/07/2026	60503
SEF1H00	277490F000213532	30/07/2026	60503
SEF6F69	277490T000007696	05/08/2026	76331
SEI1J91	277490T000007829	08/08/2026	55414
SEJ9D79	277490T000005061	31/07/2026	50100
SEJ9D79	277490T000003866	31/07/2026	70561
SEJ9D79	277490T000004556	31/07/2026	50610
SEJ9D79	277490T000005060	31/07/2026	52741
SEJ9D79	277490T000003865	31/07/2026	67261
SEK2C48	277490F000213540	30/07/2026	60503
SEL6J15	277490T000004271	01/08/2026	66371
SEM2D22	277490F000213529	30/07/2026	60503
SEN8H18	277490T000007699	06/08/2026	76252
SEO4E15	277490T000000237	01/08/2026	54870
SEQ1J38	277490F000213751	02/08/2026	60503
SER6H79	277490F000213847	03/08/2026	60503
SES4H95	277490T000004610	06/08/2026	54521
SEU1I59	277490F000213615	31/07/2026	60503
SEW6C94	277490F000213447	29/07/2026	60503
SEZ1J01	277490T000002100	08/08/2026	51930
SEZ9I69	277490T000007192	01/08/2026	76251
SFC6F78	277490F000213437	29/07/2026	56732
SFD4J90	277490F000213655	31/07/2026	60503
SFE8B59	277490F000213544	30/07/2026	60503
SFF1F29	277490F000213438	29/07/2026	60503
SFF5E46	277490T000007197	01/08/2026	51851
SFH1J46	277490T000004570	04/08/2026	67261
SFH1J46	277490T000004569	04/08/2026	66531
SFJ6A44	277490T000004568	04/08/2026	70301
SFK7C61	277490F000213639	31/07/2026	60503
SFL2J16	277490T000004564	02/08/2026	67261
SFL2J16	277490T000004277	02/08/2026	65992
SFL7A16	277490F000213587	31/07/2026	60503
SFM3B84	277490T000000940	08/08/2026	76251
SFM9G92	277490T000007806	06/08/2026	76332
SFO0I12	277490F000213683	01/08/2026	60503
SFO4J12	277490F000213492	29/07/2026	60503
SFO8J68	277490T000007673	31/07/2026	55411
SMJ6B95	277490F000213625	01/08/2026	60503
SUN7B04	277490F000213654	31/07/2026	60503
SXK7B06	277490F000213774	02/08/2026	60503
SYF1H16	277490T000007812	08/08/2026	51851
TAI4J45	277490F000213789	03/08/2026	60503

TAJ2H45	277490F000213562	30/07/2026	60503
TAL6H33	277490F000213729	02/08/2026	60503
TAM6J49	277490F000213494	29/07/2026	60503
TAN1A11	277490F000213667	01/08/2026	60503
TAT3G82	277490T000007124	31/07/2026	51851
TAU8E80	277490T000007697	06/08/2026	55411
TAW8F62	277490F000213386	28/07/2026	60503
TAX2D86	277490F000213664	31/07/2026	60503
TAX6J50	277490T000007693	05/08/2026	76331
TAX9B82	277490F000213818	03/08/2026	60503
TBC7B63	277490F000213442	29/07/2026	56732
TBD5E10	277490T000000240	07/08/2026	54870
TBD7B61	277490F000213553	30/07/2026	60503
TBF7C24	277490T000005066	06/08/2026	50100
TBF7C24	277490T000005067	06/08/2026	51180
TBF7C24	277490T000005068	06/08/2026	67261
TBG7C08	277490T000004270	01/08/2026	66371
TBJ8G95	277490T000008001	07/08/2026	76251
TBK8C68	277490F000213552	30/07/2026	60503
TBL9E57	277490T000001510	07/08/2026	55414
TBN3G89	277490F000213396	28/07/2026	60503
TBP3E31	277490F000213734	02/08/2026	60503
TBQ2D08	277490CND0000132	09/07/2026	50291
TBQ6A83	277490T000004300	08/08/2026	66372
TBQ6A83	277490T000004299	08/08/2026	67261
TBQ6A83	277490T000004298	08/08/2026	50100
TBQ6A83	277490T000005103	08/08/2026	51180
TBQ6A83	277490T000005102	08/08/2026	66700
TBQ6A83	277490T000005101	08/08/2026	70561
TBQ6A83	277490T000003861	31/07/2026	66531
TBQ6A83	277490T000003862	31/07/2026	67261
TBQ6A83	277490T000003863	31/07/2026	50100
TBQ6A83	277490T000003864	31/07/2026	51180
TBT0H60	277490T000002094	03/08/2026	76332
TBV3C78	277490T000002096	05/08/2026	70481
TBX0E42	277490F000213462	29/07/2026	60503
TBX4C76	277490F000213739	02/08/2026	60503
TIV9F91	277490F000213591	31/07/2026	60503
UAV4A64	277490T000007136	06/08/2026	51851
UBF2D43	277490F000213403	28/07/2026	60503
UBF2J24	277490F000213449	29/07/2026	60503
UBF5G40	277490F000213419	29/07/2026	60503
UBH3A97	277490T000007836	08/08/2026	76251
UBL7E22	277490F000213693	01/08/2026	60503
UBN9A97	277490F000213374	28/07/2026	60503
UBR9D71	277490F000213479	29/07/2026	60503
UBS3E42	277490F000213709	01/08/2026	60503
UBS5G24	277490F000213825	03/08/2026	60503
UBV7H27	277490F000213690	01/08/2026	60503
UCB7H13	277490T000000241	07/08/2026	54522
UCD3C07	277490F000213433	29/07/2026	60503
UCH1C75	277490F000213703	01/08/2026	60503
UCH4I33	277490F000213833	03/08/2026	60503
UCH9F01	277490T000007760	03/08/2026	76331
UCI7H95	277490T000008102	05/08/2026	54870
UCJ1C49	277490T000008053	31/07/2026	76331
UCJ8C68	277490T000007768	05/08/2026	76251

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:941B20BC

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida, com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍaté 28/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
ADR1707	**277490T000001278**	**02/06/2026**	**67690**	**R$ 130,16**
AFA9466	**277490T000005827**	**02/06/2026**	**76331**	**R$ 293,47**
AGJ6J95	**277490T000005831**	**02/06/2026**	**59910**	**R$ 293,47**
AHR1I54	**277490F000135688**	**13/01/2024**	**60503**	**R$ 293,47**
AHX5274	**277490T000002845**	**02/06/2026**	**76331**	**R$ 293,47**
AKC4G91	**277490T000005829**	**02/06/2026**	**59910**	**R$ 293,47**
AQT2453	**277490T000005821**	**02/06/2026**	**59910**	**R$ 293,47**
ATI1805	**277490T000002846**	**02/06/2026**	**76331**	**R$ 293,47**
AUK4A12	**277490T000005825**	**02/06/2026**	**76332**	**R$ 293,47**
AVM5G37	**277490F000171791**	**19/03/2025**	**60503**	**R$ 293,47**
AWP8J01	**277490T000005826**	**02/06/2026**	**59910**	**R$ 293,47**
BBC0362	**277490T000003352**	**02/06/2026**	**76331**	**R$ 293,47**
BBL7H91	**277490T000002847**	**02/06/2026**	**76331**	**R$ 293,47**
BCF8F73	**277490T000003353**	**02/06/2026**	**76331**	**R$ 293,47**
BDG6H61	**277490T000000132**	**02/06/2026**	**76332**	**R$ 293,47**
BDI9G85	**116100T003812803**	**27/05/2026**	**54521**	**R$ 195,23**
CTK4928	**116100T003812802**	**27/05/2026**	**55250**	**R$ 130,16**

EUN2894	**277490T000002843**	**02/06/2026**	**76331**	**R$ 293,47**
HGJ6B53	**277490T000000298**	**02/06/2026**	**54870**	**R$ 195,23**
IYW0H70	**277490T000001424**	**02/06/2026**	**55414**	**R$ 195,23**
NRN5J90	**277490T000002844**	**02/06/2026**	**76331**	**R$ 293,47**
PZM6E18	**277490F000107134**	**16/03/2023**	**60503**	**R$ 293,47**
PZM6E18	**277490F000108490**	**28/03/2023**	**60503**	**R$ 293,47**
RHW4J36	**277490T000005830**	**02/06/2026**	**76331**	**R$ 293,47**
RUN1A94	**116100T003812801**	**26/05/2026**	**54870**	**R$ 195,23**
SDZ6I61	**277490T000002849**	**02/06/2026**	**76331**	**R$ 293,47**
SFI8G11	**277490T000002850**	**02/06/2026**	**76331**	**R$ 293,47**

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:D8CE31D2

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 28/09/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
ABN7I00	277490W000042882	22/07/2026	55412
ABV0C20	277490W000042935	22/07/2026	55412
ABW6G54	277490W000042830	21/07/2026	55412
ADQ9B12	277490W000042903	22/07/2026	55412
AFZ9F27	277490W000042868	21/07/2026	55412
AHQ5762	277490W000042885	22/07/2026	55412
AHX7703	277490W000042974	23/07/2026	55412
AIX3759	277490W000042927	22/07/2026	55412
AJK8F52	277490W000042840	21/07/2026	55412
AJU2607	277490W000042900	22/07/2026	55412
AKI8996	277490W000042823	21/07/2026	55412
AKR3I80	277490W000043028	23/07/2026	55412
ALD8B41	277490W000042845	21/07/2026	55412
ALG4323	277490W000042919	22/07/2026	55412
ALG9722	277490W000042878	22/07/2026	55412
ALU3914	277490W000042848	21/07/2026	55412
ALZ7663	277490W000042956	23/07/2026	55412
AMC5970	277490W000043000	23/07/2026	55412
AMF0486	277490W000042949	22/07/2026	55412
AML3B91	277490W000042888	22/07/2026	55412
ANB8A65	277490W000043006	23/07/2026	55412
ANF0G03	277490W000042989	23/07/2026	55412
ANP3223	277490W000043016	23/07/2026	55412
AOE6G06	277490W000042975	23/07/2026	55412
AOG9205	116100T003521866	31/07/2026	55760
AOK6B37	277490W000042850	21/07/2026	55412
APK6206	277490W000042899	22/07/2026	55412
AQY9A90	277490W000042872	22/07/2026	55412
AQZ6E95	277490W000042889	22/07/2026	55412
AQZ6E95	277490W000042952	23/07/2026	55412
AQZ6E95	277490W000043002	23/07/2026	55412
ARA2D61	277490W000043017	23/07/2026	55412
ARG6G58	277490W000042920	22/07/2026	55412
ARM6056	277490W000042842	21/07/2026	55412
ARY0I98	277490W000042955	23/07/2026	55412
ARY6315	277490W000042863	21/07/2026	55412
ASJ8490	277490W000042930	22/07/2026	55412
ASJ8490	277490W000043040	23/07/2026	55412
ASN8849	277490W000042965	23/07/2026	55412
ASR7952	277490W000042964	23/07/2026	55412
ASR7952	277490W000042875	22/07/2026	55412
ASR7952	277490W000043043	23/07/2026	55412
ASR7952	277490W000042908	22/07/2026	55412
ASR7952	277490W000042992	23/07/2026	55412
ASR7952	277490W000042937	22/07/2026	55412
AST1439	277490W000042969	23/07/2026	55412
ASU8315	277490W000042867	21/07/2026	55412
ASV6800	277490W000043010	23/07/2026	55412
ASY4421	277490W000042916	22/07/2026	55412
ASZ9817	277490W000042814	21/07/2026	55412
ATA9614	277490W000042853	21/07/2026	55412
ATR5945	277490W000042957	23/07/2026	55412
ATU8E16	277490W000043018	23/07/2026	55412
AUI0125	277490W000042909	22/07/2026	55412
AUJ8538	277490W000042801	21/07/2026	55412
AUJ8538	277490W000042854	21/07/2026	55412
AUW9621	277490W000042948	22/07/2026	55412
AUW9621	277490W000042925	22/07/2026	55412
AUW9621	277490W000042896	22/07/2026	55412
AUZ6I63	277490W000042828	21/07/2026	55412
AVD1559	277490W000042984	23/07/2026	55412
AVD3496	277490W000042861	21/07/2026	55412
AVK9F34	277490W000043026	23/07/2026	55412
AVK9F34	277490W000042890	22/07/2026	55412

AVK9F34	277490W000042922	22/07/2026	55412
AVK9F34	277490W000042812	21/07/2026	55412
AVU5A56	277490W000042858	21/07/2026	55412
AWB8298	277490W000042816	21/07/2026	55412
AWB8298	277490W000042860	21/07/2026	55412
AWB8298	277490W000042967	23/07/2026	55412
AWB8298	277490W000042991	23/07/2026	55412
AWE6128	277490W000042912	22/07/2026	55412
AWE6128	277490W000042976	23/07/2026	55412
AWE6128	277490W000042825	21/07/2026	55412
AWE6128	277490W000042951	23/07/2026	55412
AWE6128	277490W000043009	23/07/2026	55412
AWE6128	277490W000042880	22/07/2026	55412
AWQ3672	277490W000042887	22/07/2026	55412
AXL2F07	277490W000042977	23/07/2026	55412
AXS0D25	277490W000043024	23/07/2026	55412
AXV1A71	277490W000042921	22/07/2026	55412
AXV8169	277490W000042926	22/07/2026	55412
AYD0J21	277490W000042809	21/07/2026	55412
AYE3G66	277490W000042972	23/07/2026	55412
AYK4C90	277490W000042931	22/07/2026	55412
AYW2J63	277490W000042987	23/07/2026	55412
AZM3708	277490W000042995	23/07/2026	55412
AZP3E03	277490W000042836	21/07/2026	55412
AZQ7G00	277490W000043039	23/07/2026	55412
AZV9B50	277490W000042895	22/07/2026	55412
BAX5658	277490W000042839	21/07/2026	55412
BBO2525	277490W000042959	23/07/2026	55412
BBW1023	277490W000042827	21/07/2026	55412
BBW1023	277490W000043004	23/07/2026	55412
BCC5G50	277490W000042904	22/07/2026	55412
BCC5G50	277490W000042928	22/07/2026	55412
BDB6I23	277490W000042978	23/07/2026	55412
BDF3H46	277490W000042901	22/07/2026	55412
BDM9B77	277490W000042892	22/07/2026	55412
BDO1A21	277490W000042941	22/07/2026	55412
BEF6F90	277490W000042958	23/07/2026	55412
BEN7E19	277490W000042979	23/07/2026	55412
BEW5E59	277490W000042932	22/07/2026	55412
BPD2465	277490W000042988	23/07/2026	55412
BPD2465	277490W000042971	23/07/2026	55412
BVL5E77	277490W000042894	22/07/2026	55412
BXB7597	277490W000042811	21/07/2026	55412
CDL7822	277490W000042820	21/07/2026	55412
CEN7198	277490W000042835	21/07/2026	55412
CHW5931	277490W000043005	23/07/2026	55412
CQB3F07	277490W000042923	22/07/2026	55412
DCA3E46	277490W000042905	22/07/2026	55412
DHZ3E32	277490W000042936	22/07/2026	55412
DPF3373	277490W000042819	21/07/2026	55412
DXG3481	277490W000042843	21/07/2026	55412
DXG3481	277490W000043034	23/07/2026	55412
DXG3481	277490W000042883	22/07/2026	55412
DXG3481	277490W000042954	23/07/2026	55412
ECZ8516	277490W000042829	21/07/2026	55412
ECZ8516	277490W000042870	21/07/2026	55412
ECZ8516	277490W000042844	21/07/2026	55412
ECZ8516	277490W000042803	21/07/2026	55412
EDB3694	277490W000043022	23/07/2026	55412
EDB3694	277490W000042981	23/07/2026	55412
EMP0D13	277490W000042924	22/07/2026	55412
EYV6058	277490W000043032	23/07/2026	55412
FAJ2F32	277490W000043041	23/07/2026	55412
FKI1C23	277490W000043031	23/07/2026	55412
FRN2C27	277490W000042834	21/07/2026	55412
FZY7F43	277490W000042963	23/07/2026	55412
GVV1368	277490W000042990	23/07/2026	55412
HAX1E46	277490W000042897	22/07/2026	55412
HRT4E33	277490W000042966	23/07/2026	55412
HSB9387	277490W000042884	22/07/2026	55412
HSB9387	277490W000042917	22/07/2026	55412
HSB9387	277490W000042851	21/07/2026	55412
HSB9387	277490W000042985	23/07/2026	55412
HSB9387	277490W000042962	23/07/2026	55412
HSB9387	277490W000043011	23/07/2026	55412
HSI0C07	277490W000042945	22/07/2026	55412
HSZ5544	277490W000042942	22/07/2026	55412
JYJ3D32	277490W000042846	21/07/2026	55412
KAA5950	277490W000042847	21/07/2026	55412
KVU1B65	277490W000042815	21/07/2026	55412
LQR1I88	277490W000042943	22/07/2026	55412
LYU0175	277490W000043021	23/07/2026	55412
MCM2A59	277490W000042802	21/07/2026	55412
NED7626	277490W000043008	23/07/2026	55412
OKJ8G62	277490W000042918	22/07/2026	55412
OQX6I98	277490W000042915	22/07/2026	55412
PJA5230	277490W000042808	21/07/2026	55412
QAE2C49	277490W000042856	21/07/2026	55412
QBK3400	277490W000042994	23/07/2026	55412

QNS8I27	277490W000043033	23/07/2026	55412
QXE4C95	277490W000042821	21/07/2026	55412
RHD6D33	277490W000042993	23/07/2026	55412
RHD6D33	277490W000042947	22/07/2026	55412
RHE3F33	277490W000042996	23/07/2026	55412
RHE3F33	277490W000042866	21/07/2026	55412
RHE3F33	277490W000042838	21/07/2026	55412
RHE3F33	277490W000043019	23/07/2026	55412
RHR0B54	277490W000042910	22/07/2026	55412
RMD8E00	277490W000042864	21/07/2026	55412
SFE9F86	277490W000042873	22/07/2026	55412
SFJ9I99	277490W000043013	23/07/2026	55412
SFL0I38	277490W000042807	21/07/2026	55412
SFM5G38	277490W000042874	22/07/2026	55412
SFO3A16	277490W000042822	21/07/2026	55412
SFO3A16	277490W000042841	21/07/2026	55412
SFO4J11	277490W000042800	21/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000042831	21/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000042859	21/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000042805	21/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000042886	22/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000042914	22/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000043027	23/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000042980	23/07/2026	55412
SFO4J12	277490W000042953	23/07/2026	55412
TAM3D77	277490W000042986	23/07/2026	55412
TBF7C24	277490W000042862	21/07/2026	55412
TBW2D13	277490W000042813	21/07/2026	55412
UAZ3F54	277490W000042869	21/07/2026	55412
UBM3J10	277490W000042940	22/07/2026	55412
UBR5J53	277490W000042898	22/07/2026	55412
UCG0F16	277490W000042857	21/07/2026	55412
UCI6D42	277490W000042934	22/07/2026	55412

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:13BF547C

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍaté 28/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
ABE6H20	277490T000003855	01/06/2026	50100	R$ 880,41
ABE6H20	277490T000003854	26/05/2026	67261	R$ 195,23
ADJ8193	277490T000005907	29/05/2026	51851	R$ 195,23
ADL1057	277490T000002750	01/06/2026	56650	R$ 130,16
ADY7278	277490T000001422	01/06/2026	55414	R$ 195,23
AFA4G58	277490T000005915	30/05/2026	76331	R$ 293,47
AHS2I00	277490T000005696	29/05/2026	76331	R$ 293,47
AHY2400	277490NIC0043894	12/05/2026	50020	R$ 390,46
AKB5F43	277490T000005820	02/06/2026	54527	R$ 195,23
AQI8G40	277490T000005650	01/06/2026	56650	R$ 130,16
AQI9D38	277490T000005801	01/06/2026	56650	R$ 130,16
AQK0333	277490T000002839	01/06/2026	55413	R$ 195,23
AQO8960	277490T000005812	01/06/2026	59910	R$ 293,47
ARW6A24	277490T000005819	02/06/2026	54527	R$ 195,23
ARZ0A71	277490T000005904	29/05/2026	51851	R$ 195,23
ASC8810	277490T000005804	01/06/2026	76331	R$ 293,47
ASS3766	277490T000005901	29/05/2026	76331	R$ 293,47
AUB1H52	277490T000005805	01/06/2026	76331	R$ 293,47
AUF5754	277490T000005691	29/05/2026	76331	R$ 293,47
AUP8A58	277490NIC0043898	12/05/2026	50020	R$ 586,94
AUV2B39	277490T000005673	29/05/2026	51851	R$ 195,23
AVM6103	277490T000005683	29/05/2026	57380	R$ 293,47
AVY0696	277490T000005902	29/05/2026	76331	R$ 293,47
AVY8339	277490T000005674	29/05/2026	51851	R$ 195,23
AWA8732	277490T000005810	01/06/2026	59910	R$ 293,47
AWH2I48	277490T000001423	01/06/2026	55414	R$ 195,23
AWQ5G00	277490NIC0043899	12/05/2026	50020	R$ 586,94
AXA3E92	277490T000005679	29/05/2026	51930	R$ 293,47
AXD6H53	277490NIC0043901	12/05/2026	50020	R$ 586,94
AXH5191	277490NIC0043888	12/05/2026	50020	R$ 260,32
AYC5049	116100T003808801	26/05/2026	55680	R$ 195,23
AYX5401	277490NIC0043905	12/05/2026	50020	R$ 390,46
AZU2H30	277490T000005687	29/05/2026	76331	R$ 293,47
AZU9H45	277490T000005809	01/06/2026	76331	R$ 293,47
BAL6A88	277490NIC0043900	12/05/2026	50020	R$ 390,46
BAP4A07	277490T000005672	29/05/2026	51851	R$ 195,23
BAR7745	277490NIC0043904	12/05/2026	50020	R$ 586,94
BAS4F15	277490T000005699	29/05/2026	51851	R$ 195,23
BBA8D12	277490T000003307	01/06/2026	56222	R$ 88,38
BBQ0A53	277490T000005684	29/05/2026	51851	R$ 195,23
BBX0402	277490T000005676	29/05/2026	51851	R$ 195,23

BCL0G47	277490T000003303	01/06/2026	76331	R$ 293,47
BCO6H95	277490NIC0043895	12/05/2026	50020	R$ 390,46
BDW7F48	277490NIC0043892	12/05/2026	50020	R$ 1.760,82
BED0D39	277490T000005811	01/06/2026	59910	R$ 293,47
EVU0A10	277490T000005695	29/05/2026	51851	R$ 195,23
EWS1A95	277490T000005815	01/06/2026	76331	R$ 293,47
FPV0C41	277490T000005648	01/06/2026	76332	R$ 293,47
FQC0D49	277490T000005681	29/05/2026	73232	R$ 130,16
FZM3F56	277490NIC0043889	12/05/2026	50020	R$ 390,46
GDH4E43	277490T000005909	29/05/2026	76331	R$ 293,47
GYY1J81	277490T000005692	29/05/2026	76331	R$ 293,47
HSO8033	277490A000201626	15/05/2026	50100	R$ 880,41
HSO8033	277490A000201627	15/05/2026	50610	R$ 880,41
MAP2617	277490T000005906	29/05/2026	76331	R$ 293,47
OWT3H51	277490T000000799	01/06/2026	57380	R$ 293,47
QAI2B05	277490T000002840	01/06/2026	76331	R$ 293,47
QAX5F33	277490T000002837	01/06/2026	76331	R$ 293,47
QMY4F06	277490NIC0043907	12/05/2026	50020	R$ 586,94
QUC5J41	277490T000005682	29/05/2026	51851	R$ 195,23
QXP0F19	277490T000005816	01/06/2026	59910	R$ 293,47
RAF9F47	277490NIC0043935	12/05/2026	50020	R$ 586,94
REQ5B38	277490NIC0043893	12/05/2026	50020	R$ 586,94
RHB3E90	277490NIC0043891	12/05/2026	50020	R$ 390,46
RHB4J31	277490T000005919	30/05/2026	51930	R$ 293,47
RHC7D30	277490T000003301	01/06/2026	76331	R$ 293,47
RHH8H92	277490T000005693	29/05/2026	76331	R$ 293,47
RHQ8D94	277490T000005689	29/05/2026	51851	R$ 195,23
RHT4C99	277490T000005670	29/05/2026	76331	R$ 293,47
SDP0J20	277490T000005806	01/06/2026	76331	R$ 293,47
SEF4C99	277490T000005686	29/05/2026	76332	R$ 293,47
SEG8B46	277490NIC0043908	12/05/2026	50020	R$ 390,46
SEP7E39	277490NIC0043903	12/05/2026	50020	R$ 390,46
SEZ6B17	277490NIC0043897	12/05/2026	50020	R$ 390,46
SFF2G14	277490T000005813	01/06/2026	76331	R$ 293,47
SFK6F69	277490T000005905	29/05/2026	60501	R$ 293,47
SFM8C51	277490NIC0043902	12/05/2026	50020	R$ 586,94
SIR3B10	277490T000005680	29/05/2026	76332	R$ 293,47
TAJ8C46	277490T000005688	29/05/2026	76331	R$ 293,47
TBA3C00	277490T000003304	01/06/2026	56222	R$ 88,38
TBJ4I67	277490T000001421	01/06/2026	55414	R$ 195,23
TBM9E80	277490NIC0043890	12/05/2026	50020	R$ 390,46
TBP7J51	277490NIC0043906	12/05/2026	50020	R$ 390,46
TBQ9C52	277490T000005808	01/06/2026	76331	R$ 293,47
TBX5D94	277490NIC0043896	12/05/2026	50020	R$ 2.934,70
UAY4E13	277490T000005675	29/05/2026	51851	R$ 195,23
UBK2B91	277490T000005677	29/05/2026	51851	R$ 195,23
UBT1A48	277490T000005807	01/06/2026	76331	R$ 293,47

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:B8AE9555

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 39/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais WANESSA DURANTE** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **Registro de Preços destinado à aquisição de fantasia e pelúcias para o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), por meio da Secretaria Municipal de Educação.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,641328%** referente à variação do IPCA no período de julho/2025 a julho/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 235/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser conforme segue:

Fornecedor: -BARBARA GASPARUCHO GARCIA - BRINQUEDOS					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
1	LEÃO MASCOTE PROERD (Pequeno) - Mascote do PROERD em pelúcia acrílica com base em poliéster, fabricado no tecido velboa, cor caramelo, gramatura mínima 280 g/m² e altura do pelo de mínima de 3 mm. Apresentando sola dos pés e focinho do mesmo tecido, na cor branca. Sem costuras soltando. Face com bordados na cor preta contendo: boca com expressão de um sorriso, nariz e três pontinhos imitando bigode. Olhos em acrílico nº 13, abertos e na cor preta, com trava de segurança. Juba em material felpudo caramelo fazendo o contorno total da cabeça até o queixo. Corpo com medidas aproximadas de 21 a 23 cm de altura e 22 a 24 cm de largura, com enchimento de fibra siliconada, e calda com medidas de 11 x 4 cm, com ponta em material felpudo. Serão aceitas medidas com variações de 1 cm para mais ou 1 cm para menos. O leão deve vestir uma camiseta em tecido poliéster na cor preta, com estampa do logo do PROERD na frente, em colorido, e com o logo da Secretaria Municipal de	Unid.	2.100	R$ 19,88	R$ 41.748,00

	Educação de Paranavaí em uma das mangas. Deve estar na posição sentada, com braços e pernas abertas, de forma que a camiseta e o logo do PROERD fiquem visíveis (conforme Figura 1 em anexo). O material deve ser antialérgico, antimofo e antibacteriano. Com selo do INMETRO, não oferecendo risco ao consumidor. Cada mascote deve ser embalado individualmente em um saco plástico transparente.				
Total Fornecedor: R$ 41.748,00 (quarenta e um mil reais, setecentos equarenta e oito reais).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2025), datada de 16 de setembro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: Barbara Gasparucho Garcia - Brinquedos
CNPJ: 27.873.175/0001-60
Endereço: Avenida BRASIL, 187 - Centro, Borrazópolis - PR, 86.925-000
Representante:
BARBARA GASPARUCHO GARCIA
CPF: 104.984.299-54

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:B3C42DA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 250/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 250/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 40/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais RAFAEL LUCAS TORRENTE, LUCAS DE OLIVEIRA, CELIA APARECIDA ZANATTA JORGE ELIAS, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, ANDREIA MARTINS DE SOUZA, JANE NUNES DE LIMA e WANESSA DURANTE** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **Registro de Preços destinado à aquisição futura e parcelada aquisição e manutenção de extintores de incêndio, bem como de sinalização de segurança, a serem utilizados pelas Secretarias Municipais.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,641328%** referente à variação do IPCA no período de julho/2025 a julho/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 250/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser confrome segue:

Fornecedor:**-DM COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE ARTIGOS DE ILUMINACAO LTDA.**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
9	Luz Emergência, Tipo Lâmpada: Led, Potência Lâmpada: 2 W, Tensão Alimentação: 127/220 V,Características Adicionais: FusívelProteção Corrente E CarregadorBateria Aut, Bateria: Recarregável,Autonomia 7h, Cor: Branca, Tamanho: 212 X 112 X 108 MM, Referência Fabricante: Golden, Material:Poliestiren Na Lateral E Tampa Acrílico Martelado, Fluxo Lumino: 600 LM. Com Botão de: ligar, teste e ligado automático.	Unid.	587	R$ 59,65	R$ 35.014,55
Total Fornecedor: R$ 35.014,55 (trinta e cinco mil e catorze reais e cinquenta e cinco centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 250/2025), datada de 26 de setembro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora Geral do Município

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa:
DM Comercial Importadora E Exportadora De Artigos De Iluminacao LTDA
CNPJ: 30.866.576/0002-88
Endereço: Rua Piramboia, 201 - VILA CARRAO, São Paulo - SP,
Representante:
DANIEL YEE MIN MA
CPF: 732.663.020-87

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:A4EFBD14

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 251/2025

1º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 251/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 40/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) **Secretários(as) Municipais ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA, RAFAEL LUCAS TORRENTE, LUCAS DE OLIVEIRA, CELIA APARECIDA ZANATTA JORGE ELIAS, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, ANDREIA MARTINS DE SOUZA, JANE NUNES DE LIMA, TARCISIO BARBOSA DE SOUZA, ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS e WANESSA DURANTE** residentes e domiciliados(as) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **Registro de Preços destinado à aquisição futura e parcelada aquisição e manutenção de extintores de incêndio, bem como de sinalização de segurança, a serem utilizados pelas Secretarias Municipais.**

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,641328%** referente à variação do IPCA no período de julho/2025 a julho/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 251/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado passa a ser confrome segue:

Fornecedor: **MATIAS EXTINTORES LTDA**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
1	Extintor Incêndio, Capacidade: 6 KG, Normas Técnicas: Nbr 15808, Aplicação: Classe A, Classe B E Classe C. Material Carga: Pó Químico Seco - Pqs, Caracterísitcas Adicionais: Suporte Fixação Parede, Sinalização, Selo Inmetro. Validade de Carga: 05 anos, Validade do Teste Hidrostático: 05 anos.	Unid.	284	R$ 152,78	R$ 43.389,52
2	Extintor Incêndio, MaterialMangueira: Borracha, Material Trama: Aço, Material Válvula Saída: Latão Forjado, Material Difusor: Plástico,Material Cilindro: Tubo Aço Sem Costura, Capacidade: 4 KG,Acabamento Superficial Cilindro:Pintura Vermelha, Tipo Válvula Saída: M 28 Com Manômetro. Normas Técnicas: Nbr 9443 E 20-B, Nbr 10721, Nbr 9444, Aplicação: Incêndio Classe "A", "B" E "C", Material Carga: Pó Químico Seco - Pqs. Suporte Parede E Adesivo. Validade de Carga: 05 anos, Validade do TesteHidrostático: 05 anos.	Unid.	271	R$ 151,73	R$ 41.118,83
3	- Extintor Incêndio, MaterialMangueira: Borracha, Material Trama: Aço, Material Válvula Saída: Latão Forjado, Material Difusor: Plástico,Material Cilindro: Tubo Aço Sem Costura, Capacidade: 2 KG,Acabamento Superficial Cilindro:Pintura Vermelha, Tipo Válvula Saída: M 28 Com Manômetro. Aplicação:Classe A, Classe B E Classe C. Material Carga: Pó Químico Seco - Pqs. Sem Suporte Para Fixação.Validade de Carga: 05 anos, Validade do Teste Hidrostático: 05 anos.	Unid.	163	R$ 83,61	R$ 13.628,43
4	Extintor Incêndio, Capacidade: 1 KG, Material Carga: Pó Químico. Abc. Validade de Carga: 05 anos, Validade do Teste Hidrostático: 05 anos.	Unid.	147	R$ 70,63	R$ 10.382,61
5	Extintor Incêndio, MaterialMangueira: Borracha, Material Trama: Aço, Material Difusor: Plástico,Material Tubo Sifão: Alumínio, Material Cilindro: Aço Carbono Sem Costura, Capacidade: 6 KG, Material Carga: Dióxido de Carbono (Co2). Suporte Para Piso. Validade de Carga: 01 anos, Validade do Teste Hidrostático: 05 anos.	Unid.	114	R$ 605,87	R$ 69.069,18
6	- Manutenção Extintores ABC 6 KG, Serviço de Manutenção de Nível III (Recarga de Extintor, TesteHidrostático e Substituição de Peças Defeituosas).	Unid.	693	R$ 78,48	R$ 54.386,64
7	Manutenção Extintores CO² 6 KG - Dióxido de Carbono, Serviço de Manutenção de Nível III (Recarga de Extintor, Teste Hidrostático eSubstituição de Peças Defeituosas).	Unid.	133	R$ 88,95	R$ 11.830,35
8	Luz Emergência, Tipo: Fixo A Parede, Tipo Lâmpada: Led Com 80 Leds, Fluxo Luminoso de 2200 lm, Quantidade de Faróis: 02, Tensão Alimentação: 110 V / 220 V, Bateria: Recarregável, Autonomia Mínima de 3h e Máxima de 6h, Capacidade da Bateria: 4400 mAh, Com indicador de Carga de Bateria, Potência de 10 W, com botão de: ligar,	Unid.	412	R$ 94,18	R$ 38.802,16

	teste e ligado automático.				
Total Fornecedor: R$ 282.607,72 (duzentos e oitenta e dois mil, seiscentos e sete reais e setenta e dois centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 251/2025), datada de 26 de setembro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora Geral do Município

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: Matias Extintores LTDA
CNPJ: 20.082.403/0001-34
Endereço: Rua Amazonas, 1351, Paranavaí - PR,
E-mail: escritoriocontabilprisma@hotmail.com, JDAMATIAS@HOTMAIL.COM
Telefone: 4498322006, 4430459032, (44) 99832-2006, (44) 9832-2006, (44) 3045-9032, 443045-6170, (44) 99129-2965
Representante:
JOSE LUIZ MATIAS
CPF: 548.725.109-68

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:6EBF2F72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 2º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2024

2º TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2024
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 040/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702- 000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Ilmo. Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito Sr. **ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR**, portador da cédula de identidade Civil RG. 6.544.123-61 e inscrito no CPF sob nº 020.387.629-61, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Ata de Registro de Preços é a aquisição de tintas, solventes e microesferas para realizar a implantação/manutenção da sinalização horizontal (pintura) nas vias do município de Paranavaí, através da Secretaria Municipal de Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito, cuja especificação técnica consta no processo de contratação e faz parte da presente ata de registro de preços.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,641328%** referente variação do IPCA no período de JULHO/2025 a JULHO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 144/2024 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo único – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 144/2024, conforme segue:

Fornecedor: **LV INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
3	Tinta Demarcação Sinalização; Base: Solvente; Tipo: Fosco; Cor: Amarela; Características Adicionais: Resistente À Abrasão E Intempéries; Método Aplicação: Rolo, Pincel E Pistola Aplicação: Marcação Faixas Em Piso, Asfalto E Sinalização; Código CATMAT: 613129; Observação complementar: lata de 18 litros; conforme a NBR 11862/2012, da ABNT.	Und	Manort	188	R$ 219,38	R$ 41.243,44
4	Tinta Demarcação Sinalização; Base: Solvente; Tipo: Fosco; Cor: Amarela; Características Adicionais: Resistente À Abrasão E Intempéries; Método Aplicação: Rolo, Pincel E Pistola Aplicação: Marcação Faixas Em Piso, Asfalto E Sinalização; Código CATMAT: 613129; Observação complementar: lata de 18 litros; conforme a NBR 11862/2012, da ABNT.	Und	Manort	62	R$ 219,38	R$ 13.601,56
5	Tinta Demarcação Sinalização; Base: Solvente; Tipo: Fosco; Cor: Branca; Características Adicionais: Resistente À Abrasão E Intempéries; Método Aplicação: Rolo, Pincel E Pistola Aplicação: Marcação Faixas Em Piso, Asfalto E Sinalização; Código CATMAT: 458674; Observação complementar: lata de 18 litros; conforme a NBR 11862/2012, da ABNT.	Und	Manort	750	R$ 219,38	R$ 164.535,00
6	Tinta Demarcação Sinalização; Base: Solvente; Tipo: Fosco; Cor: Branca; Características Adicionais: Resistente À Abrasão E Intempéries; Método Aplicação: Rolo, Pincel E Pistola Aplicação: Marcação Faixas Em Piso, Asfalto E Sinalização; Código CATMAT: 458674; Observação complementar: lata de 18 litros; conforme a NBR 11862/2012, da ABNT.	Und	Manort	250	R$ 219,38	R$ 54.845,00
8	Tinta Demarcação Sinalização; Base: Solvente; Tipo: Fosco; Cor: Azul; Características Adicionais: Resistente À Abrasão E Intempéries; Método Aplicação: Rolo, Pincel E Pistola Aplicação: Marcação Faixas Em Piso, Asfalto E Sinalização; Código CATMAT: 458672; Observação complementar: lata de 18 litros; conforme a NBR 11862/2012, da ABNT	Und	Manort	250	R$ 214,42	R$ 53.605,00
9	Tinta Demarcação Sinalização; Base: Solvente; Tipo: Fosco; Cor: Preta; Características Adicionais: Resistente À Abrasão E Intempéries; Método Aplicação: Rolo, Pincel E Pistola Aplicação: Marcação Faixas Em Piso, Asfalto E Sinalização; Código CATMAT: 458673; Observação complementar: lata de 18 litros; conforme a NBR 11862/2012, da ABNT	Und	Manort	250	R$ 214,53	R$ 53.632,50
10	Tinta Demarcação Sinalização; Base: Solvente; Tipo: Fosco; Cor: Vermelho; Características Adicionais: Resistente À Abrasão E Intempéries; Método Aplicação: Rolo, Pincel E Pistola Aplicação: Marcação Faixas Em Piso, Asfalto E Sinalização; Observação complementar: lata de 18 litros; conforme a NBR 11862/2012, da ABNT	Und	Manort	250	R$ 214,42	R$ 53.605,00
7	Solvente; Aspecto Físico: Líquido; Aplicação: Diluição Tinta; Ponto Fulgor: 111 °C; Ponto Fusão: -95 °C; Composição Química: Metilbenzeno; Código CATMAT: 478951; Observação complementar: lata de 18 litros.	Und	Manort	300	R$ 176,38	R$ 52.914,00
Total: R$ 487.981,50						

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2024), datada de 25 de Setembro de 2024.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, em 28 de Julho de 2025.

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito

Fornecedor:
Empresa: LV Industria E Comercio LTDA
CNPJ: 55.836.281/0001-09
Endereço: Rod. Herminio Antonio Pennacchi, s/n – BRCAO 01, PR 218 - CEP: 86.606-850 – Rolândia/PR
Telefone: (43) 98802-7388
E-mail: lvtintas.licitacao@outlook.com
Representante:
LUAN MARTINS
CPF: 098.825.799-81

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:87F1FB28

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 058/2021 (PRORROGAÇÃO DE PRAZO) (PROCESSO DIGITAL Nº 38737/2026)

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 058/2021
(Prorrogação de Prazo)
(Processo Digital nº 38737/2026)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2021

7º (setimo) Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 058/2021**,**que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**e a empresa **CAXANGA PLANEJAMENTO AGROPECUÁRIO E AMBIENTAL LTDA,**na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ. sob nº **76.977.768/0001-81**, neste ato devidamente representado por delegação pelo Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. **ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 6.649.540-0SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 025.202.639-03; pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra. **WANESSA DURANTE**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 6.838.688-8 SSP/PRe inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92e pela Ilma. Diretora Especial de Compras Srª **THAÍS SOARES DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 38.210.307-5, e inscrita no CPF sob nº 059.937.949-92, conforme delegação do Decreto Municipal nº 27.266/2025.

CONTRATADA: CAXANGA PLANEJAMENTO AGROPECUÁRIO E AMBIENTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado**,**estabelecida à Rua República do Líbano, nº 339, Sala 02, Centro, CEP: 87.600-00, na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ. sob nº **04.281.160/0001/07,** representada neste ato por seu Sócio Administrador, **Sr. JOSÉ AMARILDO ARDENGHI**, residente e domiciliado na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.274.694-2 – SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº 471.751.929-91.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO ORIGINAL

É objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PODA E ERRADICAÇÃO DE ÁRVORES,** através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Educação, conforme processo licitatório **Pregão Eletrônico nº 083/2021**, no valor global estimado firmado entre as partes através do **Contrato de Prestação de Serviços nº 058/2021,1º Termo Aditivo (Acréscimo de Serviços)**, **2º Termo Aditivo (Prorrogação de prazo e Reajuste de Valores), 3º Termo Aditivo (Prorrogação de prazo e Reajuste de Valores),4º Termo Aditivo (Prorrogação de prazo, Reajuste de Valores e alteração de secretário), 5º Termo Aditivo (acréscimo de serviços) e 1° Apostilamento (Reajuste de Valores)** de **até**: **R$ 1.875.919,08 (Um milhão, oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e dezenove reais e oito centavos),6º Termo Aditivo(Prorrogação de prazo) no valor de R$ 1.875.919,08 (Um milhão, oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e dezenove reais e oito centavos)e 7º Termo Aditivo (Prorrogação de Prazo e Reajuste de valores)** conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA	ESPECIFICAÇÃO	VALORUNITÁRIO REAJUSTADO	VALOR TOTAL
1	1.389,96 und	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE **ERRADICAÇÃO DE ÁRVORES**EM VIAS PÚBLICAS	R$ 607,29	R$ 844.108,81
2	2.021,76 und	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE **PODA DE ÁRVORES** EM VIAS PÚBLICAS	R$ 155,10	R$ 313.574,98
3	7.707,96 und	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PODA DE ÁRVORESSETORIZADA EM VIAS PÚBLICAS, QUANDOFOR MAIS DE 100 MT LINEAR.	R$ 103,71	R$ 799.392,53
VALOR TOTAL REAJUSTADO DO CONTRATO: R$ 1.957.076,32				

CLÁUSULA SEGUNDA– DO ADITIVO: PROROGAÇÃO DE PRAZO

Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo para prestação dos serviços, objeto do respectivo contrato por mais **12 (doze) meses,** passando o seu vencimento para **10de Setembro de 2027,**nos termos da Cláusula Quinta do Contrato de Prestação de Serviços nº 058/2021, tendo em vista as justificativas, pesquisa de mercado e a autorização para prorrogação contratual apresentadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Educação via Memorando nº 175/2026/SEMAM e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 28 de dezembro de 2023, edição 2928.

Parágrafo Único - O pagamento da importância originada pela prorrogação do prazo de execução de serviços e reajuste de valores correrá à conta do recurso proveniente das seguintes dotações orçamentárias:

- 09.001.15.452.0012.2781.3.33.90.39.82.99– REF 2031 e 1338
- 09.001.18.541.0012.1.15.3.33.90.39.82.999 - REF 1301
- 08.001.25.751.0011.2095.3.33.90.39.82.99 - REF 1253
- 06.002.12.361.0005.2450.3.33.90.39.82.99 - REF 722

CLÁUSULA TERCEIRA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 058/2021), datado de 10 de Setembro 2021.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 10 DE AGOSTO DE 2026.

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Contratante

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:AD7056DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 27.958/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 27958 de 11 de agosto de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R$ 673.364,00 (seiscentos e setenta e três mil e trezentos e sessenta e quatro reais)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAí, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março
de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 673.364,00 (seiscentos e setenta e três mil e trezentos e sessenta e quatro reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO		
Unidade Orçamentária: 13.001 (1591)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA E TRÂNSITO	
Funcional Programática: 13.001.0006.0153.0015.2085	**Atividade:** Atividades Guarda Municipal	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 150.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 08.001 (1233)	COORDENAÇÃO DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Funcional Programática: 08.001.0004.0122.0002.2092	**Atividade:** Encargos com Pessoal - Sedur	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 65.000,00
PROCURADORIA GERAL		
Unidade Orçamentária: 18.001 (1914)	COORDENAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	
Funcional Programática: 18.001.0028.0846.0000.2801	**Atividade:** Sentenças Judiciais	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390910000 - Sentenças judiciais	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 150.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2153)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0306.0006.2360	**Atividade:** Assistência Alimentar e Nutricional na Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 8.364,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO		
Unidade Orçamentária: 13.002 (1656)	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
Funcional Programática: 13.002.0006.0181.0015.2086	**Atividade:** Atividades de Patrulhamento - FUMTRAN	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00509 - Gerenciamento de Trânsito	R$ 300.000,00
	VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:	**R$ 673.364,00**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964. **Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 11 de agosto de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:A6612AC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 27.959/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 27959 de 11 de agosto de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 802.000,00 (oitocentos e dois mil reais)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAí, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 802.000,00 (oitocentos e dois mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (1516)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 12.001.0004.0122.0002.2030	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (1576)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 12.001.0004.0122.0002.2043	**Atividade:** Outros Encargos com Pessoal	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FOMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 03.001 (100)	COORDENAÇÃO DA SEC. DE FOMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO	
Funcional Programática: 03.001.0004.0122.0002.2161	**Atividade:** Encargos com Pessoal - SEDEC	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**

3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária: 15.001 (1753)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
Funcional Programática: 15.001.0027.0812.0010.2874	**Atividade:** Eventos Esportivos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 75.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (583)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0361.0005.2440	**Atividade:** Educação Básica - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 200.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (344)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0122.0006.2251	**Atividade:** Conselho Municipal de Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
Unidade Orçamentária: 11.001 (1465)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	
Funcional Programática: 11.001.0004.0129.0002.2070	**Atividade:** Atividades Diretoria de Receitas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 12.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.002 (782)	COORDENAÇÃO EDUCACIONAL	
Funcional Programática: 06.002.0012.0361.0005.2562	**Atividade:** Atividades do Transporte Escolar	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390330000 - Passagens e despesas com locomoção	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 340.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.002 (784)	COORDENAÇÃO EDUCACIONAL	
Funcional Programática: 06.002.0012.0361.0005.2562	**Atividade:** Atividades do Transporte Escolar	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 802.000,00 (oitocentos e dois mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
3390330000 - Passagens e despesas com locomoção	00107 - Salário Educação	R$ 110.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 802.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (1504)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 12.001.0019.0126.0002.2021	**Atividade:** Atividades de Tecnologia da Informação	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (1568)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 12.001.0004.0128.0002.2041	**Atividade:** Atividades Diretoria Especial de Recursos Humanos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FOMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 03.001 (86)	COORDENAÇÃO DA SEC. DE FOMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO	
Funcional Programática: 03.001.0004.0122.0002.2130	**Atividade:** Atividades Administrativas - SEDEC	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária: 15.001 (1716)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
Funcional Programática: 15.001.0027.0812.0010.1047	**Projeto:** Instalação e Manutenção de Unidades Esportivas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 15.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária: 15.001 (1718)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
Funcional Programática: 15.001.0027.0812.0010.1047	**Projeto:** Instalação e Manutenção de Unidades Esportivas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária: 15.001 (1720)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
Funcional Programática: 15.001.0027.0812.0010.1047	**Projeto:** Instalação e Manutenção de Unidades Esportivas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (691)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2447	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (687)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2447	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (686)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2447	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 40.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária: 06.001 (675)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2447	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 60.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (672)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2447	**Atividade:** Educação Infantil (Pré-escola) - FUNDEB 30%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3150430000 - Subvenções sociais	00102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (346)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0122.0006.2251	**Atividade:** Conselho Municipal de Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
Unidade Orçamentária: 11.001 (1467)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	
Funcional Programática: 11.001.0004.0129.0002.2070	**Atividade:** Atividades Diretoria de Receitas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 12.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.001 (599)	FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Funcional Programática: 06.001.0012.0365.0005.2441	**Atividade:** Educação Infantil (Creche) - FUNDEB 70%	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%- inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 340.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.003 (828)	CONVÊNIO E PROGRAMAS DE APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO	
Funcional Programática: 06.003.0012.0361.0005.2520	**Atividade:** Salário Educação	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	00107 - Salário Educação	R$ 110.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 802.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 11 de agosto de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:2F167B7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
PUBLICIDADE 3º BIMESTRE

Em atendimento ao artigo 97-C da Lei Orgânica do Município de Paranavaí			
Divulgamos às despesas com publicidade e propaganda pagas no Execício de 2026			
3º BIMESTRE DE 2026 - MAIO E JUNHO			
Empresa		Publicação Legal	Valor
Governo do Estado do Paraná - Secretaria do Estado da Fazenda		Aviso de Licitação	750,00
Edirtora Noroeste Ltda		Aviso de Licitação	1.614,97
Imprensa Nacional- Diário Oficiala da União		Aviso de Licitação	403,92
		SUB-TOTAL	2.768,89
Agência Contratada	Veículos de	Publicidade Institucional	
	Comunicação	CAMPANHAS	Valor
	Design Produções Ltda	Aniversário da Guarda Municipal	
	Laurindo Eventos e Locações Ltda	Paranavaí nos Bairros	
	T R Amaral Ltda	TG/Cerimônia da Boina	
	DDM Locações Ltda	Aniversário do FEMUP	
	Maxsom Digital Laser Ltda	Concerto Didático	
	Kusiak Locações para Eventos Ltda	Blooms Day	
	Mi Maria Decoração Ltda	Festival do Trabalhador	
	Guilherme Alves Cruz	Flash Back na Praça	
	A.A.Mazaro - Eventos e Propagandas	Corrida Maluca	348.388,20
	Kids Happy Brinquedos Infláveis Ltda	Festival Zé Maria	
	Biscola Eventos Ltda	Semana Nacional de Museus	
	Angela Maria Dosso	Festa de São Sebastião	
	Marcos Aparecido Panuci	Feiras/Oásis/São Jorge/Parque Ipês	
	Noceti Produções Ltda	Festa das Nações -SPDC	
		Dia das Mães - Ação ACIAP	
		Festa Padroeira Morumbi	
		Festa Junina Escolas/CMEIS	
		Circuito Cultural SESI	
		Concerto da Orquestra	
		Feira de Artesanato	
		SUB-TOTAL	348.388,20
		TOTAL -3º BIMESTRE	351.157,09

Publicado por:
Regiane Maria Scarpelli Araújo
Código Identificador:4A4A1313

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N. 584/2026

DECRETO N. 584/2026

SÚMULA: Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por anulação e contém outras providências.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, Prefeito do Munícipio de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e conforme a Lei Municipal 1.547/2026;

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir ao orçamento fiscal do exercício financeiro de 2026, crédito adicional suplementar no valor de 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais) em reforço das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 02.00 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
UNIDADE – 02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATIVIDADE - 2.003 – ASSESSORAMENTO SUPERIOR

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - PC	180.000,00
000	3.1.90.13.00	Contribuições Patronais	50.000,00

UNIDADE – 02.002 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
ATIVIDADE – 2.004 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens fixas – PC	150.000,00

ATIVIDADE – 2.037 – AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.2.90.21.00	Juros sobre a dívida por contrato	50.000,00
000	4.6.90.71.00	Principal da Dívida Contratual	670.000,00

ATIVIDADE – 2.007 – CONTRIBUIÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	170.000,00

UNIDADE – 02.007 – SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
PROJETO – 1.001 – AQUISIÇÃO DE TERRENOS

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	4.4.90.61.00	Aquisição de Imóveis	1.430.000,00

Art. 2º - Para cobertura dos créditos adicionais suplementares abertos pelo artigo anterior serão anulados parcialmente os seguintes créditos orçamentários:

Órgão – 02.00 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
Unidade – 02.004 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PROJETO: 1.002 – CONSTRUÇÃO/REFORMA CMEI

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	4.4.90.51	Obras e Instalações	49.000,00

ATIVIDADE: 2.012 – GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.14	Diárias	35.000,00

ATIVIDADE: 2.013 – MANUTENÇÃO CMEI's

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.11	Vencimentos e Vantagens fixas – PC	150.000,00

ATIVIDADE: 2.015 – MANUTENÇÃO SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens fixas – PC	155.000,00

ATIVIDADE: 2.036 – MANUTENÇÃO GABINETE CULTURA E DESPORTO

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens fixas – PC	80.000,00
000	3.1.90.13	Contribuições Patrimoniais	50.000,00
000	3.3.90.30	Material de Consumo	60.000,00
000	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	10.000,00

ATIVIDADE: 2.018 – MANUTENÇÃO DO ESPORTE E RECREAÇÃO

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.30	Material de Consumo	45.000,00

ATIVIDADE: 2.019 – MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS

FONTE	*DOTAÇÃO*	*ESPECIFICAÇÃO*	*VALOR*
000	*3.3.90.30*	*Material de Consumo*	*30.000,00*
000	*3.3.90.39*	*Outros Serviços de Terceiros – PJ*	*50.000,00*

***Unidade – 002.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL* E DA FAMILIA**
ATIVIDADE: 2.020 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.14	Diárias	33.000,00
000	3.3.90.30	Material de Consumo	100.000,00
000	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	150.000,00

ATIVIDADE: 2.024 – BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.30	Material de Consumo	80.000,00
000	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	100.000,00

Unidade - 002.007 – SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
ATIVIDADE: 2.039 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.30	Material de Consumo	19.000,00
000	4.4.90.52	Equipamentos e Material permanente	5.000,00

ATIVIDADE: 2.030 – CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.30	Material de Consumo	100.000,00
000	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	200.000,00
000	4.4.90.52	Equipamentos e Material permanente	350.000,00

ATIVIDADE: 2.032 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	4.4.90.51	Obras e Instalações	99.000,00

Unidade - 02.008 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
ATIVIDADE: 2.033 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.14	Diárias	20.000,00
000	3.3.90.30	Material de Consumo	150.000,00
000	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	50.000,00

ATIVIDADE: 2.034 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA AGROPECUÁRIA

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.30	Material de Consumo	190.000,00
000	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros-PJ	200.000,00
000	4.4.90.52	Equipamentos e Material permanente	55.000,00

Unidade – 02.009 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO
ATIVIDADE: 2.035 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.14	Diárias	5.000,00
000	3.3.90.30	Material de Consumo	45.000,00
000	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	35.000,00

Art. 3º - As alterações oriundas desta Lei integrarão o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.
Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 11 de agosto de 2026

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:D5679C8C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1028 DE DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 1028 DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

DESIGNA GESTORES E FISCAIS DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, IX da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no Decreto nº 087, de 22 de junho de 2020 e no Decreto nº 090, de 22 de junho de 2020,

Considerando o disposto no Art. 117 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

RESOLVE:

Art. 1° - Designar a Sra. Silvana Teixeira Jung, Secretária Municipal de Administração e Finanças como Gestora de todos os contratos vinculados a referida Secretaria.

Parágrafo único. Designar como fiscais dos contratos vinculados a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, os seguintes servidores:

Objeto do Contrato	Fiscal Titular/Cargo	Fiscal Suplente/Cargo
Cessão, não exclusiva, dos direitos de uso de cópia de sistema de Contabilidade Pública, Licitações e Compras, Recursos Humanos, Patrimônio, Controle de Frotas, Tributação, Protocolos e Portal de transparência; e suporte técnico na compatibilização e análise de sistemas vinculados a administração pública	José Luiz de Barros, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador.	Cristiano Quadros, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador.
Faturas: Luz, água, telefone fixo, internet, correios, Associações, outras faturas não listadas.	Doroti de Fátima Pieckocz, ocupante do cargo de provimento em comissão Assessor de Area I – Contratos.	**Eliane Pimentel Jubainski Streit, ocupante de provimento em comissão Diretora de Área da secretaria de Administração**
Frotas: Manutenção geral de veículos, serviços e peças (hora técnica e mão de obra, peças, pneus, combustível, lubrificante, baterias, borracharia), combustível, licenciamento e demais taxas de veículos, seguros, demais insumos.	Patrick Zanqueta Pacheco, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área I, responsável pela Área de Almoxarifado e Patrimônio.	**Alex Júnior dos Anjos, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área II – Apoio administrativo.**
Serviços, equipamentos e compras relacionadas a Informática; Sistemas de monitoramento; Locação de impressoras e outros componentes de Informática; Telefonia Móvel.	Rubens José Teixeira, ocupante do cargo de provimento comissão de Assessor de Área II, responsável pela Área de Gestão de Informática.	Adriano Roberto de Oliveira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Informática.
Publicações e faturas dos diários oficias (DOU, DIOE, AMP)-bem como jornais contratados via licitação.	Bernadete Maguerovski dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo.	Marcos Aurélio Melenek ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área I, responsável pela área de licitações.
Aquisição de passagens aéreas e hospedagem.	Eliane Pimentel Jubainski Streit, ocupante de provimento em comissão Diretora de Área da secretaria de Administração	Vitória Cieslinski de Oliveira ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área , responsável pela área de tesouraria.
Serviços de manutenção elétrica, pintura, serviços em geral (terceirizada de limpeza, vigilância).	Eliane Pimentel Jubainski Streit, ocupante de provimento em comissão Diretora de Área da secretaria de Administração	Doroti de Fátima Pieckocz, ocupante do cargo de provimento em comissão Assessor de Area I – Contratos.
Materiais de expediente, limpeza, alimentos em geral, equipamentos e outros materiais em geral.	Patrick Zanqueta Pacheco, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área I, responsável pela Área de Almoxarifado e Patrimônio.	Alex Júnior dos Anjos, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área II – Apoio administrativo.
Prestação de serviços na administração de estágios para estudantes e clínica especializada em saúde e medicina ocupacional, serviço de controle de ponto	Solange de Fátima Senn, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo e em exercício no cargo de provimento em comissão de Assessor de Área I, responsável pela Área de Recursos Humanos.	Ana Claudia Klassar Augustin, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.

Art. 2º Designar a Sra. Katia Rudnick Cavalheiro Fragoso, Secretária Municipal de Assistência Social e Defesa Civil, como Gestora de todos os contratos vinculados a referida secretaria.

Parágrafo único. Designar como fiscais dos contratos vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil, os seguintes servidores:

Objeto do Contrato	Fiscal Titular/Cargo	Fiscal Suplente/Cargo
Serviços e compras relacionados a Secretaria Assistência Social, repasses e convênios.	**Larissa do Carmo Honório, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo.**	**Adrieli de Fátima Pereira ocupante do cargo provimento em comissão Assessor de Area III – Gestão de programas sociais.**
Serviços e compras relacionadas ao CRAS.	**Letícia Inez Schroth Gabardo, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área III, responsável pela Área de Proteção Social Básica.**	**Tatiane Andreza Katzer ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo.**
Viagens esporádicas	**Adrieli de Fátima Pereira ocupante do cargo provimento em comissão Assessor de Area III – Gestão de programas sociais.**	**Larissa do Carmo Honório, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo.**
Serviços e compras relacionados ao Conselho Tutelar.	**Diego Junior Alves Domingos, Conselheiro Tutelar.**	**Marcos Aurelio Mielke, Conselheiro Tutelar.**
Serviços e compras relacionados a Defesa Civil	Regiane Rauth, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Defesa Civil.	Ederson Jairo Mielke, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Defesa Civil.
Prestação de serviços na administração de estágios para estudantes e clínica especializada em saúde e medicina ocupacional.	**Larissa do Carmo Honório, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo.**	Danielli dos Santos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social.
Manutenção de toda a frota da Secretaria de Assistência Social (serviços, reparos, peças), pneus, baterias, borracharia e combustível	**Ketlyn Marinho Wasoiznik, ocupante do cardo de provimento em comissão Assessor de Area II – Proteção Social Especial**	Larissa do Carmo Honório, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo.
Contratos terceirizados de profissionais para aulas na academia e na piscina do CAMU.	**Jonas Kurovski, ocupante do cargo de provimento efetivo de instrutor de esportes.**	Larissa do Carmo Honório, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo.
Reformas, obras, construção civil de todos os prédios vinculados a Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil.	**Alessandra Brunnquell Gruber ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Area III – Habitação social e regularização fundiária.**	Esdras Rya Rocha Cruz, ocupante do cargo de provimento efetivo de auxiliar administrativo.
Contratos e Contratações: Convênios	**Larissa do Carmo Honório, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo.**	Danielli dos Santos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social.

Art. 3º Designar a Sra. Clarice de Fatima Fragoso, Secretária Municipal de Educação, como Gestora de todos os contratos vinculados a referida Secretaria.

Parágrafo único. Designar como fiscais dos contratos vinculados a Secretaria Municipal de Educação, os seguintes servidores:

Objeto do Contrato	Fiscal Titular/Cargo	Fiscal Suplente/Cargo
Frota: Hora técnica e mão de obra, peças, pneus, combustíveis, lubrificantes, baterias, borracharias, licenciamento e demais taxas de veículos, seguros e demais insumos.	Silvio Antonio Negrelli ocupante do cargo efetivo de motorista, exercendo cargo de provimento em comissão de Assessor de Area I – Transporte Escolar.	Marily Penteado Wotroba Heiden ocupante do cargo efetivo de professor.
Faturas: Água, luz, internet, telefone fixo, telefone móvel, Correios, Associações e demais faturas não listadas.	Daiane dos Santos ocupante do cargo em comissão Assessor de Area II – Apoio Administrativo.	Marily Penteado Wotroba Heiden ocupante do cargo efetivo de professor
Recebimento de materiais de consumo: Alimentos, merenda escolar.	Daiane dos Santos ocupante do cargo em comissão Assessor de Area II – Apoio Administrativo.	Joselayne Correa dos Santos ocupante do cargo efetivo de Nutricionista.
Recebimento de materiais de consumo: limpeza e material esportivo	Daiane dos Santos ocupante do cargo em comissão Assessor de Area II – Apoio Administrativo.	Carla Fernanda Jung Kohler ocupante do cargo em comissão de Assessor de Area I - área de programas e Projetos
Recebimento de materiais de consumo: Expediente, informática e eletrônica, material de artesanato, material educativo e pedagógico.	Daiane dos Santos ocupante do cargo em comissão Assessor de Area II – Apoio Administrativo.	Carla Fernanda Jung Kohler ocupante do cargo em comissão de Assessor de Area I - área de programas e Projetos
Serviços de informática, consultorias, assessorias e medicina ocupacional (perícias).	Noili Forteski Gassner ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessora de área II – documentação e controle.	Marily Penteado Wotroba Heiden ocupante do cargo efetivo de professor.
Serviços de reparos em geral: Pintura, Eletricista, serralheria, limpeza, roçadas, manutenção de canteiros, limpeza de fossas, serviços de coleta de lixo, serviços de estofaria, técnicos especializados, mão de obra de	Danielle Earth ocupante do cargo efetivo de engenheiro civil.	Marily Penteado Wotroba Heiden ocupante do cargo efetivo de professor.

manutenção de bens imóveis.		
Serviços terceirizados de manutenção de bens imóveis.	Danielle Ehrat ocupante do cargo efetivo de engenheiro civil.	Marily Penteado Wotroba Heiden ocupante do cargo efetivo de professor.
Locação de impressoras	Noili Forteski Gassner ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessora de área II – documentação e controle.	Daiane dos Santos ocupante do cargo em comissão Assessor de Area II – Apoio Administrativo.
Locações de imóveis, máquinas e equipamentos.	Marily Penteado Wotroba Heiden ocupante do cargo efetivo de professor.	Daiane dos Santos ocupante do cargo em comissão Assessor de Area II – Apoio Administrativo.
Contratações: Profissionais terceirizados, estagiários.	Noili Forteski Gassner ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessora de área II – documentação e controle.	Marily Penteado Wotroba Heiden ocupante do cargo efetivo de professor
Contratos e Contratações: Convênios	Marily Penteado Wotroba Heiden ocupante do cargo efetivo de professor.	Noili Forteski Gassner ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessora de área II – documentação e controle.
Obras em geral	Danielle Earth ocupante do cargo efetivo de engenheiro civil.	Marily Penteado Wotroba Heiden ocupante do cargo efetivo de professor.
Contratos e contratações: equipamentos em geral	Daiane dos Santos ocupante do cargo em comissão Assessor de Area II – Apoio Administrativo.	Carla Fernanda Jung Kohler ocupante do cargo em comissão de Assessor de Area I - área de programas e Projetos

Art. 4º Designar o Sr. Cleiton das Neves Secretário de Viação e Serviços Rodoviários, como Gestor de todos os contratos vinculados a referida Secretaria.

Parágrafo único. Designar como fiscais dos contratos vinculados a Secretaria Municipal de Viação e Serviços Rodoviários, os seguintes servidores:

Objeto do Contrato	Fiscal Titular/Cargo	Fiscal Suplente/Cargo
Material de expediente, cozinha e limpeza	**Aldecir Cavalheiro, ocupante do cargo de provimento em comissão Diretor de área da secretaria de Viação e serviços rodoviários.**	Gerson Roberto Honório, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área III - Serviços Rodoviários
Combustível, manutenção de frotas, faturas de luz, água, telefone e telefonia móvel	**Aldecir Cavalheiro, ocupante do cargo de provimento em comissão Diretor de área da secretaria de Viação e serviços rodoviários.**	Gerson Roberto Honório, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área III - Serviços Rodoviários
Saibros, tubos e demais itens para manutenção de estradas, serviços, equipamentos e materiais diversos, iluminação pública, manutenção e conservação de espaço público	Aldecir Cavalheiro, ocupante do cargo de provimento em comissão Diretor de área da secretaria de Viação e serviços rodoviários..	Gerson Roberto Honório, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área III - Serviços Rodoviários
Prestação de serviços na administração de estágios para estudantes e clínica especializada em saúde em medicina ocupacional	Aldecir Cavalheiro, ocupante do cargo de provimento em comissão Diretor de área da secretaria de Viação e serviços rodoviários.	Gerson Roberto Honório, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área III - Serviços Rodoviários
Compras, contratos e serviços referentes ao Detran	Aginaldo Krusqueveski Rodrigues, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área III, responsável pela Área de Trânsito e Transportes.	Aldecir Cavalheiro, ocupante do cargo de provimento em comissão Diretor de área da secretaria de Viação e serviços rodoviários.

Art. 5º Designar o Srta. Mayara Aparecida de Almeida Grosskopf, Secretária de Saúde, como Gestora de todos os contratos vinculados as referidas Secretarias.

Parágrafo único. Designar como fiscais dos contratos vinculados a Secretaria Municipal de Saúde os seguintes servidores:

Objeto do Contrato	Fiscal Titular/Cargo	Fiscal Suplente/Cargo
Terceirização de Serviços Médicos, locação e recarga de Concentradores de Oxigênio, e coleta de lixo contaminado, e clínica especializada em saúde em medicina ocupacional e prestação de serviços na administração de estágios para estudantes.	Tatiane Cubas Ribas Malchovski, ocupante do cargo de provimento em comissão Diretor de Área da secretaria de saúde.	Fabíula Grabrielli Sura, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo e em exercício no cargo de provimento em comissão de Assessor de Área I, responsável pela Área de Gestão da Saúde.
Aquisição de suplementos alimentares	Patrícia Lemos, ocupante do cargo efetivo de Nutricionista	Marina do Carmo Stracke de Lima, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo
Consultas especializadas e exames Laboratoriais, Serviços de Fisioterapia, RX e casa de apoio.	Caroline Andressa Massaneiro, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área III, responsável pela Área de Agendamento.	Simone Aparecida Vieira Portela Rauen, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.
Materiais Hospitalares e medicamentos	Ricardo Polidoro Reda ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico.	Ana Maria Sura**,** ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área I – Assistência farmacêutica e terapia.
Materiais e serviços odontológicos	Thais Maria Tschoeke, ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontólogo.	Índia Mara Moreira de Almeida, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário.
Frota, combustível, peças, funilaria, elétrica, mão de obra, lavação, aquisição de veículos novos, manutenção veicular em geral.	Devanir de Assis Machado, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área II, responsável pela Área de Logística e Transporte de Pacientes.	Jhonn Lenonn Vaz ocupante do cargo de provimento efetivo de auxiliar administrativo.
Faturas de luz, água, telefone, internet, serviços em geral, pintura, elétrico, manutenção, serralheria, limpeza de caixa d`água, dedetização, manutenção de ar condicionado, serviços e compras relacionados a informática em geral, locação de impressoras.	Marina do Carmo Stracke de Lima, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo	Jhonn Lenonn Vaz ocupante do cargo de provimento efetivo de auxiliar administrativo.
Material de consumo e expediente, material de limpeza.	Marina do Carmo Stracke de Lima, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.	Bruno Henrique Marques ocupante do cargo de provimento efetivo de auxiliar administrativo.
Contratos de prestação de serviços de recepcionista. Contratos de prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação e higienização. Contratos de rateio e programas de Consórcios (Comesp, Cisnordeste e Paraná Saúde). Locação de imóveis.	Fabíula Grabrielli Sura, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo e em exercício no cargo de provimento em comissão de Assessor de Área I, responsável pela Área de Gestão da Saúde.	Tatiane Cubas Ribas Malchovski, ocupante do cargo de provimento em comissão Diretor de Área da secretaria de saúde.
Obras em geral	Fabíula Grabrielli Sura, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo e em exercício no cargo de provimento em comissão de Assessor de Área I, responsável pela Área de Gestão da Saúde.	Marina do Carmo Stracke de Lima, ocupante do cargo de Assistente Administrativo.

Art. 6º Designar o Sr. Afonso Tascheck Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, como Gestor de todos os contratos vinculados a referida Secretaria.

Parágrafo único. Designar como fiscais dos contratos vinculados a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, os seguintes servidores:

Objeto do Contrato	Fiscal Titular/Cargo	Fiscal Suplente/Cargo
Coleta de lixo e demais contratos que envolvem o meio ambiente, serviços, equipamentos e material para o meio ambiente serviços de manutenção	Cristiane Telma Abuda, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Meio Ambiente.	Cleverson Luiz Dias Mayer, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Ambiental
Faturas de luz, água, telefone, internet, prestação de serviços em geral. Material em geral de expediente e formulários, copa e limpeza. Recebimento de materiais de informática e eletrônicos.	Claudia Knopick Lisboa, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.	Francieli das Neves Andreatta, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo.
Equipamentos e prestação de serviços, peças agrícolas, manutenção da frota leve e pesada, combustível, materiais e serviços em geral. Material para manutenção de estradas (tubos, pedras, saibros e demais materiais) Porteira a Dentro.	Lidair Osmar Zappe, ocupante do cargo de provimento em comissão Diretor de área da secretaria de Agricultura e meio ambiente.	Daison Rodrigues Morcelli, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina e em exercício no cargo de provimento em comissão de Assessor de Área II, responsável pela Área de Gestão do Programa "Pró-rural".
Material médico-veterinário. Demais contratações e contratos atrelados a setor agropecuário. Prestação de serviços de estágio para estudantes.	Alexandre Forteski de Oliveira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Agropecuária	Lidair Osmar Zappe, ocupante do cargo de provimento em comissão Diretor de área da secretaria de Agricultura e meio ambiente.
Materiais e serviços de saneamento e redes de água comunitário. Demais contratações e contratos ligados a Sanepar.	Marcio Alves Domingos ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas e em exercício no cargo de provimento em comissão de Assessor de Área II – Saneamento.	Lidair Osmar Zappe, ocupante do cargo de provimento em comissão Diretor de área da secretaria de Agricultura e meio ambiente..

Serviços em geral de manutenção, vigilância, pintura, elétrica, serralheria, limpeza e manutenção predial, equipamentos e obras.	Lidair Osmar Zappe, ocupante do cargo de provimento em comissão Diretor de área da secretaria de Agricultura e meio ambiente.	Daison Rodrigues Morcelli, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina e em exercício no cargo de provimento em comissão de Assessor de Área II, responsável pela Área de Gestão do Programa "Pró-rural".

Art. 7º Designar o Sr. Douglas Litz, Secretário de Planejamento, Obras e Urbanismo, como Gestor de todos os contratos vinculados a referida Secretaria.

Parágrafo segundo. Designar como fiscais dos contratos vinculados a Secretaria Municipal de Planejamento Obras e Urbanismo, os seguintes servidores:

Objeto do Contrato	Fiscal Titular/Cargo	Fiscal Suplente/Cargo
Material de expediente, Materiais de informática e eletrônica e demais materiais de consumo, contratos, e serviços em geral.	Esdras Rya Rocha Cruz, ocupante do cargo de provimento efetivo de auxiliar administrativo.	Estefany Seidel, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor De Area I - Orçamento
Manutenção de bens imóveis e material para manutenção de bens imóveis. Serviços de limpeza, roçadas e manutenção de canteiros. Contratos e contratações em geral e equipamentos em geral.	Sandrieli Aparecida Ludvinski, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área I, responsável pela Área de Convênios.	Emerson Gonçalves, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil.
Serviços de terceirização de projetos. Serviços de terceirização de obras e pavimentação.	Simon Schneider, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil.	Emerson Gonçalves, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil.
	Willyan Viana Barboza, ocupante do emprego público temporário de engenheiro civil.	Alessandra Brunnquell Gruber ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Area III – Obras e edificações.
Prestação de serviços na administração de estágios para estudantes e clínica especializada em saúde em medicina ocupacional.	Sandrieli Aparecida Ludvinski, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área I, responsável pela Área de Convênios	Estefany Seidel, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor De Area I - Orçamento

Art. 8º Designar O Sra. Sabrina De Fatima Reck Dos Santos Bineck, Secretária de Governo, como Gestora de todos os contratos vinculados a referida Secretaria.

Parágrafo primeiro: Designar como fiscais dos contratos vinculados a Secretaria Municipal de Governo, os seguintes servidores:

Objeto do Contrato	Fiscal Titular/Cargo	Fiscal Suplente/Cargo
Faturas, materiais de consumo (expediente, alimentos, limpeza), locações, contratos e contratações e convênios relacionados a manutenção da secretaria de Governo.	**Maikeli Thaiane Knutz Senn ocupante do cargo de provimento em comissão Assessora de Gabinete.**	Guilherme Cruz, ocupante do cargo de provimento em comissão Diretor de área da secretaria de Governo.
Serviços relacionados a manutenção da secretaria de Governo, e frota e materiais de construção.	**Guilherme Cruz, ocupante do cargo de provimento em comissão Diretor de área da secretaria de Governo.**	Maikeli Thaiane Knutz Senn ocupante do cargo de provimento em comissão Assessora de Gabinete.
Serviços de locação de som, gráfica, revistas, jornal, e contratos e Materiais relacionados a Comunicação.	**Alessandro Vieira Machado, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Imprensa.**	Julia da Cruz Gonçalves, ocupante do cargo de provimento em comissão Assessora de Apoio Administrativo.
Recortes jurídicos e prestação de serviços técnicos especializados no gerenciamento, divulgação e publicação on-line das Leis do Município de Piên (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias e Decretos) na rede mundial de computadores – internet, compreendendo: ferramenta de pesquisa, versão para deficiente visual, maleta digital e consolidação por indexação.	Kátia Rejane Nenevê, ocupante do cargo de provimento efetivo de Advogada.	Eduardo Araujo ocupante do cargo de provimento efetivo de Advogado.

Parágrafo segundo: Designar como fiscais dos contratos vinculados a Secretaria Municipal de Governo - subprefeitura, os seguintes servidores:

Objeto do Contrato	Fiscal Titular/Cargo	Fiscal Suplente/Cargo
Faturas, frotas, materiais de consumo, serviços, locações, contratos e contratações.	**Liliane de Fatima Hornick Blaskovski ocupante do cargo de provimento em comissão Assessora de Assuntos Comunitários.**	Maikeli Thaiane Knutz Senn ocupante do cargo de provimento em comissão Assessora de Gabinete.

Art. 9º Designar a Sra. Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco Secretária de Esporte, Cultura e Lazer, como Gestora de todos os contratos vinculados a referida Secretaria.

Parágrafo único: Designar como fiscais dos contratos vinculados a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, os seguintes servidores:

Objeto do Contrato	Fiscal Titular/Cargo	Fiscal Suplente/Cargo
Faturas em geral (luz, água, e internet) locação de impressoras, frotas, materiais de consumo, serviços, em geral, vigilância, locações, contratos e contratações relacionados à Área de Cultura	**Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo, servidor efetivo ocupante do cargo de auxiliar administrativo, em exercício da função de cargo de provimento em comissão de diretor de área da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.**	Estefany Kauany de Lima ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área II, apoio administrativo Cultura.
Faturas em geral (luz, água, e internet) locação de impressoras, frotas, materiais de consumo, materiais esportivos, educativos, e premiações, serviços em geral, Vigilância, locações, contratos e contratações relacionados às Áreas de Esporte e Lazer.	**Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo, servidor efetivo ocupante do cargo de auxiliar administrativo, em exercício da função de cargo de provimento em comissão de diretor de área da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.**	Alaor Bittencoutrt ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Área II, responsável pela Área de Esportes

Art. 10º Designar a Srª. Grazielle Grosskopf, Secretária de Desenvolvimento Econômico como Gestor de todos os contratos vinculados a referida Secretaria.

Parágrafo único: Designar como fiscais dos contratos vinculados a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, os seguintes servidores:

Objeto do Contrato	Fiscal Titular/Cargo	Fiscal Suplente/Cargo
Serviços, equipamentos e compras para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.	Suelen Surek, ocupante do cargo de provimento efetivo de assistente administrativo.	**Keila Fernanda Gurski ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de área III- Área Escritório de Compras**

Art. 11º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12º Fica revogada a Portaria nº 501 de 04 de maio de 2026 e demais disposições em contrário.

Piên/PR, 11 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Município de Piên

Registre-se e publique-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:F15871FF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 148/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Equiplano			
Lei/Ato n° 5857 - Decreto n° 148/2026 de 11/08/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações		100.000,00
Despesa			
03 Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Anulação		100.000,00
03.001 Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura		
04.122.0402.2008 Manutenção da Secretaria de Administração			
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO			
450 0 Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
05 Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo		100.000,00
05.002 Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura		
12.361.1201.2027 Manter e Implementar Ações da Secretária de Educação			
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO			
1310 103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			
Crédito adicional: Suplementar	**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações		
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	100.000,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	100.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:E408E769

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATOS VIGENTES - ESTAGIÁRIOS

CONTRATOS VIGENTES - ESTAGIÁRIOS		
ADM - M	**Nome completo**	**Vigência do Contrato**
1	Nicolas Gabriel L. dos Santos	03/08/2026 à 31/12/2027
2	Cristiano Gabriel de Lima Machado	14/04/2025 à 30/09/2026
3	Victor Nogueira D. dos Santos	08/07/2026 a 31/12/2026
4	Annelyze Vitoria dos Santos (Casa Lar - Arthur dos Santos)	13/04/2026 a 31/12/2026
5	Kauan Ramos de Oliveira	26/01/2026 a 31/12/2026
6	Luisa Malquevicz dos Santos	26/01/2026 a 31/12/2026
7	Erick Ryan Bueno	09/02/2026 a 31/12/2026
8	Manoela do Rosario Tavares	30/03/2026 a 28/02/2027
9	Giovanna Soares Weise Campos	04/03/2026 a 31/01/2027
10	Hillary Paola dos Santos Barbosa	22/04/2026 a 31/12/2026
ADM - S	**Nome completo**	**Vigência do Contrato**
1	Eduarda Mendes do Nascimento Alves	14/05/2025 à 31/08/2026
2	Gustavo Tavares Alves	19/05/2025 à 18/05/2027
3	Mayla Machado Mendonça	22/04/2026 à 31/03/2027
4	Marjory Faria de Mello Raimundo - Prorrogou	21/04/2025 à 20/04/2027
5	Muhamad Nidal Sebolt Mashni	11/06/2025 à 10/06/2027
6	Pedro Guilherme Scheifer	14/05/2025 à 13/05/2027
7	Mariele Melo Stella	16/06/2025 à 15/06/2027
8	Igor Ferris Eduardo	01/07/2025 à 30/06/2027
9	Milena Mendes do Espirito Santo	01/09/2026 a 31/08/2026
10	Rodrigo José Caixeta	05/12/2025 a 30/11/2026
11	Pedro Henrique Lopes de Lara	26/01/2026 a 31/12/2026
12	Amili Medeiros Marcelino	16/03/2026 a 28/02/2027
13	Nicolly Alves Nicetto	22/06/2026 a 31/05/2027
EDUCAÇÃO. M	**Nome completo**	**Vigência do Contrato**
1	Francielly Garcia da Silva	21/05/2025 a 31/12/2026
2	Sarah Karoline Penteado de Andrade	29/06/2026 a 31/12/2027
3	Leonardo Gonçalves Cordeiro	18/08/2025 a 17/08/2027
4	Kauan Schadlick Tavares	22/09/2025 a 31/08/2026
5	Izabella Caroline da Rosa Correia	06/10/2025 a 30/09/2026
6	João Alvaro Neppel	27/10/2025 a 30/09/2026
7	Willys Assenção Luiz Pereira	12/11/2025 a 31/10/2026

8	Raiane Januário Honorato	02/03/2026 a 31/01/2027
9	Ana Aparecida Ferreira	06/07/2026 a 31/12/2027
10	Daniel Vinicius Camargo da Silva	22/06/2026 a 31/05/2027
11	Emilly Thauany Miranda Lopes	15/06/2026 a 31/05/2027
EDUCAÇÃO. S	**Nome completo**	**Vigência do Contrato**
1	Brenda Luiza Gomes de Almeida	10/07/2025 a 30/12/2026
2	Nicole da Silva Martins	25/08/2025 a 24/08/2027
3	Guilherme Thoaldo de Castro	24/11/2025 a 31/10/2026
4	Edina Luiza Gomes	11/03/2026 a 31/01/2027
5	Isabelly Helena da Silva Vicentini	16/03/2026 a 28/02/2027
6	Leticia Pereira de Souza	19/03/2026 a 28/02/2027
7	Julia Mendes da Silva	25/05/2026 a 30/04/2027
8	Giulliana Silva França	22/06/2026 a 31/05/2027
SAÚDE - M	**Nome completo**	**Vigência do Contrato**
1	Natãn Clayton da Silva Ramos	10/07/2025 a 30/12/2026
2	Ana Luiza Bazanela	29/09/2025 a 31/12/2026
3	Giovanna Silveira Nunes	13/10/2025 a 30/09/2026
4	Gustavo de Moraes França	09/02/2026 a 31/12/2026
5	Giovanna Coutinho de Azevedo	15/06/2026 a 31/12/2026
6	Eduarda Zavataro	09/03/2026 a 31/01/2027
7	Jorge Wiliam Ribeiro	02/03/2026 a 31/01/2027
8	Ana Carolina Machado da Silva	02/03/2026 a 31/12/2026
9	Matheus Cordeiro	25/05/2026 a 31/12/2026
10	Beatriz dos Santos Rainerte	15/06/2026 a 31/12/2026
11	Beatriz Lavinia Niciak Duarte	02/06/2026 a 31/05/2027
12	Maria Clara Preisler Silva	06/07/2026 a 31/12/2027
SAÚDE - S	**Nome completo**	**Vigência do Contrato**
1	Brayan Nascimento Alves	22/04/2025 a 21/04/2027
2	Aline Aparecida do Amaral Caetano	11/06/2025 a 10/06/2027
3	Taciane Jacó de Souza Maciel	25/08/2025 a 31/07/2026
4	Carolina Oliveira dos Santos	01/09/2025 a 31/08/2026
5	Samalia Rodrigues	01/09/2025 a 31/08/2026
6	Renan Machado Januário	22/09/2025 a 21/09/2027
7	Caroliny Vitória Mota Ferreira	25/02/2026 a 31/01/2027
8	Riasni Rauane Rauen	25/02/2026 a 31/01/2027
9	Gabriella Parada Ramos	25/02/2026 a 31/01/2027
10	Beatriz de Oliveira Pinheiro	13/07/2026 a 12/07/2028
11	Alexandre Milicio Cardoso Mendonça	22/06/2026 a 31/05/2027
FUNREBOM - S	**Nome completo**	**Vigência do Contrato**
1	Ana Luiza Mariano Condradi	14/07/2026 a 31/12/2027
RESCISÕES JULHO 2026		**Vigência do Contrato**
ALISON LUIZ MARIANO CONDRADI		14/04/2025 a 23/07/2026
LARISSA PRATES SOUZA		21/04/2025 a 04/07/2026
NAGILA SIUCH GOES		10/11/2025 a 03/07/2026
OTÁVIO HENRIQUE DE JESUS PEDOT		27/10/2025 a 29/07/2026

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:F524EB93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATOS VIGENTES - ESTAGIÁRIOS

CONTRATOS VIGENTES - ESTAGIÁRIOS		
ADM - M	**Nome completo**	**Vigência do Contrato**
1	Nicolas Gabriel L. dos Santos	03/08/2026 à 31/12/2027
2	Cristiano Gabriel de Lima Machado	14/04/2025 à 30/09/2026
3	Victor Nogueira D. dos Santos	08/07/2026 a 31/12/2026
4	Annelyze Vitoria dos Santos (Casa Lar - Arthur dos Santos)	13/04/2026 a 31/12/2026
5	Kauan Ramos de Oliveira	26/01/2026 a 31/12/2026
6	Luisa Malquevicz dos Santos	26/01/2026 a 31/12/2026
7	Erick Ryan Bueno	09/02/2026 a 31/12/2026
8	Manoela do Rosario Tavares	30/03/2026 a 28/02/2027
9	Giovanna Soares Weise Campos	04/03/2026 a 31/01/2027
10	Hillary Paola dos Santos Barbosa	22/04/2026 a 31/12/2026
ADM - S	**Nome completo**	**Vigência do Contrato**
1	Eduarda Mendes do Nascimento Alves	14/05/2025 à 31/08/2026
2	Gustavo Tavares Alves	19/05/2025 à 18/05/2027
3	Mayla Machado Mendonça	22/04/2026 à 31/03/2027
4	Marjory Faria de Mello Raimundo - Prorrogou	21/04/2025 à 20/04/2027
5	Muhamad Nidal Sebolt Mashni	11/06/2025 à 10/06/2027
6	Pedro Guilherme Scheifer	14/05/2025 à 13/05/2027
7	Mariele Melo Stella	16/06/2025 à 15/06/2027
8	Igor Ferris Eduardo	01/07/2025 à 30/06/2027
9	Milena Mendes do Espirito Santo	01/09/2026 a 31/08/2026
10	Rodrigo José Caixeta	05/12/2025 a 30/11/2026
11	Pedro Henrique Lopes de Lara	26/01/2026 a 31/12/2026
12	Amili Medeiros Marcelino	16/03/2026 a 28/02/2027
13	Nicolly Alves Nicetto	22/06/2026 a 31/05/2027
EDUCAÇÃO.	**M Nome completo**	**Vigência do Contrato**
1	Francielly Garcia da Silva	21/05/2025 a 31/12/2026
2	Sarah Karoline Penteado de Andrade	29/06/2026 a 31/12/2027
3	Leonardo Gonçalves Cordeiro	18/08/2025 a 17/08/2027
4	Kauan Schadlick Tavares	22/09/2025 a 31/08/2026
5	Izabella Caroline da Rosa Correia	06/10/2025 a 30/09/2026
6	João Alvaro Neppel	27/10/2025 a 30/09/2026
7	Willys Assenção Luiz Pereira	12/11/2025 a 31/10/2026
8	Raiane Januário Honorato	02/03/2026 a 31/01/2027

9	Ana Aparecida Ferreira	06/07/2026 a 31/12/2027
10	Daniel Vinicius Camargo da Silva	22/06/2026 a 31/05/2027
11	Emilly Thauany Miranda Lopes	15/06/2026 a 31/05/2027
EDUCAÇÃO.	**S Nome completo**	**Vigência do Contrato**
1	Brenda Luiza Gomes de Almeida	10/07/2025 a 30/12/2026
2	Nicole da Silva Martins	25/08/2025 a 24/08/2027
3	Guilherme Thoaldo de Castro	24/11/2025 a 31/10/2026
4	Edina Luiza Gomes	11/03/2026 a 31/01/2027
5	Isabelly Helena da Silva Vicentini	16/03/2026 a 28/02/2027
6	Leticia Pereira de Souza	19/03/2026 a 28/02/2027
7	Julia Mendes da Silva	25/05/2026 a 30/04/2027
8	Giulliana Silva França	22/06/2026 a 31/05/2027
SAÚDE - M	**Nome completo**	**Vigência do Contrato**
1	Natãn Clayton da Silva Ramos	10/07/2025 a 30/12/2026
2	Ana Luiza Bazanela	29/09/2025 a 31/12/2026
3	Giovanna Silveira Nunes	13/10/2025 a 30/09/2026
4	Gustavo de Moraes França	09/02/2026 a 31/12/2026
5	Giovanna Coutinho de Azevedo	15/06/2026 a 31/12/2026
6	Eduarda Zavataro	09/03/2026 a 31/01/2027
7	Jorge Wiliam Ribeiro	02/03/2026 a 31/01/2027
8	Ana Carolina Machado da Silva	02/03/2026 a 31/12/2026
9	Matheus Cordeiro	25/05/2026 a 31/12/2026
10	Beatriz dos Santos Rainerte	15/06/2026 a 31/12/2026
11	Beatriz Lavinia Niciak Duarte	02/06/2026 a 31/05/2027
12	Maria Clara Preisler Silva	06/07/2026 a 31/12/2027
SAÚDE - S	**Nome completo**	**Vigência do Contrato**
1	Brayan Nascimento Alves	22/04/2025 a 21/04/2027
2	Aline Aparecida do Amaral Caetano	11/06/2025 a 10/06/2027
3	Taciane Jacó de Souza Maciel	25/08/2025 a 31/07/2026
4	Carolina Oliveira dos Santos	01/09/2025 a 31/08/2026
5	Samalia Rodrigues	01/09/2025 a 31/08/2026
6	Renan Machado Januário	22/09/2025 a 21/09/2027
7	Caroliny Vitória Mota Ferreira	25/02/2026 a 31/01/2027
8	Riasni Rauane Rauen	25/02/2026 a 31/01/2027
9	Gabriella Parada Ramos	25/02/2026 a 31/01/2027
10	Beatriz de Oliveira Pinheiro	13/07/2026 a 12/07/2028
11	Alexandre Milicio Cardoso Mendonça	22/06/2026 a 31/05/2027
FUNREBOM -	**S Nome completo**	**Vigência do Contrato**
1	Ana Luiza Mariano Condradi	14/07/2026 a 31/12/2027
RESCISÕES JULHO 2026		**Vigência do Contrato**
ALISON LUIZ MARIANO CONDRADI		14/04/2025 a 23/07/2026
LARISSA PRATES SOUZA		21/04/2025 a 04/07/2026
NAGILA SIUCH GOES		10/11/2025 a 03/07/2026
OTÁVIO HENRIQUE DE JESUS PEDOT		27/10/2025 a 29/07/2026

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:DE1B936C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO CELETISTA Nº 02/2026

EDITAL Nº 05/2026
EDITAL DE ENSALAMENTO
CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2026

A Presidente da Comissão Especial do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL DE ENSALAMENTO**, conforme segue:

Art. 1º A Prova Objetiva será aplicada no dia **16/08/2026**, no horário e local constante no Anexo Único deste Edital.

Art. 2º O candidato com a inscrição deferida deverá acessar o endereço eletrônico www.concursosfau.com.br (área do candidato) a partir das 18 horas do dia **12/08/2026** e imprimir o **CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO**, que conterá o horário e local de realização da prova objetiva.

Art. 3º Não será permitido o consumo de alimentos durante a realização da prova objetiva. É permitido garrafas de água em **MATERIAL TRANSPARENTE**, os candidatos deverão remover os rótulos das embalagens.

Art. 4º Conforme o item 10.5.2 do Edital de Abertura - Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade ou documentos ilegíveis, não identificáveis e(ou) danificados, cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento. 10.5.2.3 O candidato que optar pela apresentação do documento digital (item 10.5.1) detém ciência que é o único responsável pela conexão da internet, bem como que a inviabilidade de acesso no momento da identificação, impedirá a identificação e acesso a sala, conforme item 10.9.1.

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Azul, 12 de agosto de 2026.

Registre-se e Publique-se.

SILVANA PRZYBYZESKI WODONOS
Presidente Da Comissão
Portaria Nº 029/2026

EDITAL DE ENSALAMENTO
CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2026

INSC	CARGO	NOME	HORÁRIO DE FECHAMENTO DO PORTÃO	LOCAL	ENDEREÇO	SALA
23818261	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	ADRIANA THAIS HRYNIEVICZ	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23817582	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	ALINE DOS ANJOS MACEDO BURKO	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23819607	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	ALTAMIRO DOMINGOS DE MORAIS FILHO	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23819024	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	AMANDA CIPRIANO KOZLOWSKI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23818311	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	AMANDA SIMON FRANÇA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23816408	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	ANA PAULA COLODA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23818921	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	ANA PAULA MARTINS	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23816542	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	ANDRESSA LUCIANE VIEIRA DZUBA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23819584	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	CAIO CÉSAR DE SOUZA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23819834	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	CELINE MORAIS CABRAL	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23817212	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	DARLEY MOLINARI JUNIOR	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23819801	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	DEYSE DE ANDRADE	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23817478	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	ELIANA DA SILVA MACHADO DEGAN	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23820068	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	GABRIELA CABRAL SOLDA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23819531	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	GABRIELA FERNANDA SCHIOCHET	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23819629	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	GUSTAVO KOSINSKI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23820201	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	GUSTAVO ROSAS	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23816349	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	IOHAN FERNANDO DE OLIVEIRA GOMES	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23816449	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	ISABELLA TEIXEIRA MARQUES	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23819776	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	JACKELINE DUDA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23819551	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	KATIANE VIER	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23817145	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	KEMILY LUÍSA BECKER	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23816839	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	KEVELIN NATANI DE LIMA RAMOS	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23820266	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	MANUELLA FROST	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23816416	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	MARCELA BOSCHIN POPENDA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23819268	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	MARIA EDUARDA GNATKOWSKI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23818543	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	MARIA EDUARDA PALOSCHI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23816373	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	MARIA HELENA PACHECO FERREIRA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23820259	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	MARIA VITÓRIA JENSEN	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23819905	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	MAYARA DE FATIMA ANICHESKI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23819603	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	MAYARA MELNEK ALGUDO	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23817814	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	MILENA MAYARA TYSKI DE OLIVEIRA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23817724	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NICOLE GONTARZ SUIDNICKI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23816665	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	NICOLY LASCOSKI CARARO	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23818807	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	RAFAEL AUGUSTO CARDOSO	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23817879	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	SUELLEN ANTONELLI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23820247	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	TAINARA APARECIDA JULINHAQUE	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23817749	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	THALYS BRASIL DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23819742	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	THAYNÁ ALISSA JUSTUS	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23818539	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	VICTOR ALEXANDRE DE OLIVEIRA SLUZALA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23818538	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	VINÍCIUS VIEIRA DE LIMA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23818044	CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	WILLIAN GUSTAVO BITTENCOURT	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02

23817503	MÉDICO - ESF	ADRIANE MELO	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23818444	MÉDICO - ESF	ALAN BUENO	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23817421	MÉDICO - ESF	ALAN CRISAN ZOCCHE	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23819245	MÉDICO - ESF	ALANA ROGULSKI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23820064	MÉDICO - ESF	ALEX HOLM KLOSSOWSKI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23818133	MÉDICO - ESF	ALLINE APARECIDA BATISTA DE OLIVEIRA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23818691	MÉDICO - ESF	AMANDA MARIANA JULIANI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23818451	MÉDICO - ESF	ANA CLAUDIA ILIVINSKI FRANCESCHINI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23817827	MÉDICO - ESF	ANA MARIA BENTEU	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23820150	MÉDICO - ESF	ANA PAULA BUDZIAK FRONCZAK	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23819510	MÉDICO - ESF	ANDERSON MARTINS VIDALETI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23819793	MÉDICO - ESF	BARBARA BREDOOW	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23818994	MÉDICO - ESF	BARBARA PIRES SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23819759	MÉDICO - ESF	BEATRIZ RAMOS DE GODOY	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23818764	MÉDICO - ESF	BENJAMIN SAUER	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23818690	MÉDICO - ESF	BIANCA VIZINONI SOLDA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23818028	MÉDICO - ESF	BIBIANA DENAGÉIA GAVRONSKI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23820264	MÉDICO - ESF	BRUNA LUIZA GARBO	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23818119	MÉDICO - ESF	BRUNA TAILINI TYSKI DE OLIVEIRA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23817725	MÉDICO - ESF	CAMILA VIEIRA MAGALHÃES	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23818853	MÉDICO - ESF	CARINE DE FÁTIMA JENCZMIONKI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819794	MÉDICO - ESF	CARLOS DANIEL BREDOW	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23817909	MÉDICO - ESF	CAROLINE MARY MATSUMOTO	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23816764	MÉDICO - ESF	CLAUDINEIA SOARES DIAS	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819882	MÉDICO - ESF	DAIANA CAROLINE ZIESMANN	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23818780	MÉDICO - ESF	DAIANE BUENO MARTINS	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23818089	MÉDICO - ESF	DAIANE GUIMARÃES	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819774	MÉDICO - ESF	DANIELE REGINA DA LUZ	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23818617	MÉDICO - ESF	DANILO TANAJURA DE MELO	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23817085	MÉDICO - ESF	DAYANE PARTOSKI LEIGMAN	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23818843	MÉDICO - ESF	DEBORA WICHUK	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23817427	MÉDICO - ESF	DINAIR MORAIS MACIEL	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23816968	MÉDICO - ESF	EDEMILTON RODRIGUES SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819502	MÉDICO - ESF	EDUARDA GRDEN HENICH	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23818495	MÉDICO - ESF	EDUARDO FRANCESCHINI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23817741	MÉDICO - ESF	ELENIZE GONÇALVES CAVALHEIRO	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819482	MÉDICO - ESF	EMÍLIO AUGUSTO ANDRADE BORGES	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23818944	MÉDICO - ESF	ERIKAH MANASHA DA CONCEICAO SALETI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23820000	MÉDICO - ESF	FABIANA SPILKA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23818892	MÉDICO - ESF	GABRIEL LAZZARI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23820236	MÉDICO - ESF	GABRIELA MARIANA MASSOQUETO DE ANDRADE ZANIN	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23816907	MÉDICO - ESF	GIOVANA FILUS	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819579	MÉDICO - ESF	GREGORY MICHEL BECH	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819314	MÉDICO - ESF	GUILHERME ALVARES DA CUNHA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23817446	MÉDICO - ESF	GUILHERME MORAVIESKI ULIANA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23818049	MÉDICO - ESF	GUSTAVO HENRIQUE MATZENBACHER TREVISOL	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819805	MÉDICO - ESF	GUSTAVO STEFFEN ALBANSKI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819427	MÉDICO - ESF	IGOR MIGUEL PINKOSKI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819509	MÉDICO - ESF	IZABELLY CONSTANTINOV LEMOS	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23818910	MÉDICO - ESF	JANAIZE APARECIDA OGLIARI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA	04

				APARECIDA	SOARES - INVERNADA	
23820055	MÉDICO - ESF	JHONATHAN ALVES FRANCIOLI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23819847	MÉDICO - ESF	JOANA DA ROCHA FAVORETO KLASS	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23816676	MÉDICO - ESF	JOÃO DA SILVA NETO E NETO	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23820268	MÉDICO - ESF	JOÃO FREDERICO MUSIAL	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23818535	MÉDICO - ESF	JOÃO MARCOS FILIPAKI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23819414	MÉDICO - ESF	JOAO PAULO SCHREINER CORREA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23818823	MÉDICO - ESF	JONATHAN JOSÉ BORGES	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23818247	MÉDICO - ESF	JULIANE PIETRAS	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23817925	MÉDICO - ESF	JUNIOR CÉSAR BERGAMASCHI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23819539	MÉDICO - ESF	KAROLINE RODRIGUES SIKORA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23816673	MÉDICO - ESF	KATHY MARAFIGO DIAS	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23816671	MÉDICO - ESF	LARISSA CEOLA GUCHERT	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23817772	MÉDICO - ESF	LUANA BALEM	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23816361	MÉDICO - ESF	LUCAS KAZMIERCZAK	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23816930	MÉDICO - ESF	LUCIANO RIBEIRO ROQUE DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23819385	MÉDICO - ESF	LUIZ ALBERTO BUDZIAK	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23819848	MÉDICO - ESF	LUIZ FELIPE DACIUK JUNIOR	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23818786	MÉDICO - ESF	LUIZA CAROLINA BUTTENBENDER MUNHOZ	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23816800	MÉDICO - ESF	MARCELO ZABANDJALA CARDOSO	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23816672	MÉDICO - ESF	MARCO ANTONIO FERREIRA VIANA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23820054	MÉDICO - ESF	MARCOS OTÁVIO BUENO	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23819673	MÉDICO - ESF	MARIA ALDENIZIA DA SILVA LIMA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23819099	MÉDICO - ESF	MARIA EDUARDA RIGONI RIBEIRO	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23818991	MÉDICO - ESF	MARIA GABRIELA CARARO CABRAL	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23819527	MÉDICO - ESF	MARINA AUSTINE AUGUSTO DE OLIVEIRA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23817939	MÉDICO - ESF	MAYARA COSTA CARNEIRO RAMOS	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23817928	MÉDICO - ESF	MILLENA LOPES DA SILVA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23819680	MÉDICO - ESF	NATALIA CRISTINA BURDINI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23817946	MÉDICO - ESF	NATHALIA CAVALCANTE REFFATTI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23817396	MÉDICO - ESF	NILMA MONTALVÃO DE SOUSA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23817677	MÉDICO - ESF	OMAR GONZALEZ LAGO	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23817120	MÉDICO - ESF	PAULO AUWARTER	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23816364	MÉDICO - ESF	POLIANA MATHIAS KAZMIERCZAK	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23817625	MÉDICO - ESF	PRISCILA DOS SANTOS ANDRADE	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23818810	MÉDICO - ESF	RAFAEL BORGES CARNEVALI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23819965	MÉDICO - ESF	RAFAEL MAFRA DA SILVA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23816381	MÉDICO - ESF	RAFAELA IANISKY	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23816650	MÉDICO - ESF	REBECA KREBS PACHECO	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23819371	MÉDICO - ESF	RHULIANE PEREIRA DE ANDRADE	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23819196	MÉDICO - ESF	ROBERTO MISAHEL DO AMARAL	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23816967	MÉDICO - ESF	ROBISON DAVID RODRIGUES	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23817999	MÉDICO - ESF	RODOLFO MANOSSO LOPES CONCEIÇÃO	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23818566	MÉDICO - ESF	RODRIGO CESAR MATRAS	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23817334	MÉDICO - ESF	SABRINA ROESLER TAVARES	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23819272	MÉDICO - ESF	SAMUEL SÁ CAPUCHO	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23819856	MÉDICO - ESF	THIAGO TAVARES BORBA MAGALHÃES	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23816424	MÉDICO - ESF	TONY HIROSHI KATSURAGAWA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23818668	MÉDICO - ESF	VICTOR OLIVEIRA COSTA VILAS BOAS	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23819943	MÉDICO - ESF	VINICIUS HARUO KITA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05

23818485	MÉDICO - ESF	VITORIA DEMAZI DA SILVA	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23816690	MÉDICO - ESF	VIVIANE MAMCASZ VIGINHESKI	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23820251	MÉDICO - ESF	WILLIAM FERNANDES	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23818723	MÉDICO - ESF	YURI MATUICHUCK MONGELOS	08hs15min	M-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23818420	ENFERMEIRO	ADRIANA APARECIDA TRINDADE	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23820193	ENFERMEIRO	ADRIANE KNAUT	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23816563	ENFERMEIRO	ADRIANE ZAKOVICZ	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23816649	ENFERMEIRO	ADRIELI DE FATIMA KNAUT	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23816338	ENFERMEIRO	ADRIELLY DUNICE	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23819229	ENFERMEIRO	AIURY RIBEIRO DE SOUZA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23820082	ENFERMEIRO	ALINE KARLA DONDA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23816845	ENFERMEIRO	ALINE LAU RODRIGUES	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23818763	ENFERMEIRO	AMANDA BALIUTIS	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23817894	ENFERMEIRO	ANA LUCIA GONÇALVES FERREIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23819370	ENFERMEIRO	ANA MARIA MARCINEK STANSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23818651	ENFERMEIRO	ANA MARIA ROBASZKIEWICZ	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23820084	ENFERMEIRO	ANA PAULA GARCIA DE LIMA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23817957	ENFERMEIRO	ANA RITA DE OLIVEIRA FLORSZ	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23816537	ENFERMEIRO	ANAIARA DE FATIMA ADAMANTE CIPRIANO	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23818721	ENFERMEIRO	ANTONIO CLAIR CARDOSO FILHO	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23817689	ENFERMEIRO	BIANCA VALERIA ALBACH	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23818686	ENFERMEIRO	BRUNO RAFAEL PACHECO FARIAS	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23816538	ENFERMEIRO	CAMILA SILVIANE SPECKT	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23818881	ENFERMEIRO	CARINA ANAHIR FERRAZ DE LIMA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23818100	ENFERMEIRO	CLARICE DO ROCIO LOPES	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23819717	ENFERMEIRO	CRISTHIAN MATHEUS PLODOVISKI RYMSZA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23818383	ENFERMEIRO	CRISTIAN GEAN DE SOUSA MIRANDA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23818412	ENFERMEIRO	DANIEL LIPINSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23816581	ENFERMEIRO	DANIELA DE SOUZA ZWIERZIKOWSKI RAFFO	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23817636	ENFERMEIRO	DANIELI IGNACHESKI LOUREIRO	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23818205	ENFERMEIRO	EDICLÉIA DE FATIMA KNOPIK	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23819750	ENFERMEIRO	EDUARDA DE FÁTIMA BALKOSKI BOSCARDIM	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23818832	ENFERMEIRO	EDUARDA LETÍCIA SEDOSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23817913	ENFERMEIRO	ELIEVERSON CARLOS VIEIRA FORTES	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23816622	ENFERMEIRO	ERICA SANTOS	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23818600	ENFERMEIRO	EVELLIN KAUANE DE OLIVEIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23819552	ENFERMEIRO	FERNANDA CARLA TEIXEIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23816912	ENFERMEIRO	FRANCINE DE LIMA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23816772	ENFERMEIRO	GILDEANE SILVA DUDA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23818323	ENFERMEIRO	GISELE MARIA MACHADO DE AZEVEDO	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23819923	ENFERMEIRO	GISELE WROBLEWSKI SACHINSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23817070	ENFERMEIRO	I2022338995	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23817979	ENFERMEIRO	ISIS DANIELA MAZUR	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23818013	ENFERMEIRO	JACIELI NELCI KOZAR	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23820077	ENFERMEIRO	JANAINI BRUNOSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23819937	ENFERMEIRO	JEANI RAFAELE CHASKO	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23816998	ENFERMEIRO	JÉSSICA CECATO BRONISLAWSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23820105	ENFERMEIRO	JOELMA DE FREITAS	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23816978	ENFERMEIRO	JOSIELY MARTINS DOS SANTOS	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23817688	ENFERMEIRO	JOSUÉ CAMARGO	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO	ROD MUNICIPAL VEREADOR	03

				ANTONIO	DURVAL MARTINS	
23818442	ENFERMEIRO	JULIANA BOREK	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23817242	ENFERMEIRO	JULIANA KOWALSKI DE OLIVEIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23819516	ENFERMEIRO	JULIO CESAR PEDROSO	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23819055	ENFERMEIRO	KAROLINA VITÓRIA SAWCZUKI	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23816900	ENFERMEIRO	KAUANE MICHALSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23817628	ENFERMEIRO	LARISSA ELISA FILIPAK	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23820131	ENFERMEIRO	LETICIA CROVADOR	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23816600	ENFERMEIRO	LUANA EDSON BASIEWICS	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23816944	ENFERMEIRO	LUCIANA NAIRNE DUDA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23820112	ENFERMEIRO	LUCIANE CHEREDA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23820135	ENFERMEIRO	LUCIANE MARIA HORNY MURAN	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23819461	ENFERMEIRO	LUIZA MARIA GASPAR	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23820001	ENFERMEIRO	MARCELO VERONEZ	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23819650	ENFERMEIRO	MÁRCIA DE FÁTIMA MARCONDES SIMÕES	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23820067	ENFERMEIRO	MARCOS AURÉLIO LEITE	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23818173	ENFERMEIRO	MARCOS JÚNIOR DE LIMA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23817509	ENFERMEIRO	MARIA ELOIZA DO NASCIMENTO	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23817495	ENFERMEIRO	MARIA GABRIELA FERREIRA DE MELO	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23816688	ENFERMEIRO	MARIA HELOÍNA KOGLINSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23817260	ENFERMEIRO	MARINA OBAL	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23817014	ENFERMEIRO	MAYARA CRISTINI NOWACKI	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23816904	ENFERMEIRO	MÉRILYN GALVÃO	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23816742	ENFERMEIRO	MICHELE CRISTINA MUNHOZ	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23816679	ENFERMEIRO	MILENA DE OLIVEIRA SANTOS	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23817387	ENFERMEIRO	MILENA KOSINSKI KLEMS	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23818317	ENFERMEIRO	MYLENE ROCHA GOMES	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23817728	ENFERMEIRO	PAULO SERGIO GUIMARÃES VIANA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23819361	ENFERMEIRO	PERICLYS BORGO	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23818523	ENFERMEIRO	POLYANE ZWIERZYKOWSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23816879	ENFERMEIRO	RAFAELA PIOLI CAETANO OKONOSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23819900	ENFERMEIRO	REGIANE MATOZO	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23818376	ENFERMEIRO	REGINALDO RODRIGUES	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23819576	ENFERMEIRO	RENATA ALBERTI	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23819787	ENFERMEIRO	ROBERTA POPOVICZ FABER	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23819786	ENFERMEIRO	RONALDO BOBROVSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23818676	ENFERMEIRO	ROSANE POPOVICZ SCHIRLO	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23818687	ENFERMEIRO	SABRINA SILVA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23818146	ENFERMEIRO	SILVANA NAVROSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23818379	ENFERMEIRO	SILVANA ROSSA GURESKI	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23819732	ENFERMEIRO	SIMONE ZAGANSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23817816	ENFERMEIRO	TAINARA CRISTINA FERREIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23819393	ENFERMEIRO	TAINARA MILENE DE CRISTO	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23818862	ENFERMEIRO	TEREZA TOMAL	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23819789	ENFERMEIRO	TEREZINHA DE FATIMA IVASCHO	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23816765	ENFERMEIRO	THAÍS CAMILI BATISTA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23817951	ENFERMEIRO	THIAGO TEODOZIO SOUZA LEFKUM	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23819364	ENFERMEIRO	VALDERICE VASQUES PEREIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23818759	ENFERMEIRO	VILMARA DOS SANTOS DE PAIVA	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23818389	ENFERMEIRO	YASMIN SZNAIDER	08hs15min	M-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06

23819440	AGENTE DE ENDEMIAS	MELISSA DAIANE WOYTOWICZ CZYRIK	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23818450	AGENTE DE ENDEMIAS	ALEXANDRE WUDARSKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23819727	AGENTE DE ENDEMIAS	ALINE CADORE	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23820123	AGENTE DE ENDEMIAS	ANA KARLA DOMINGUES POPOVICZ	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23816740	AGENTE DE ENDEMIAS	ANA MARIA PERCHEBILISKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23819200	AGENTE DE ENDEMIAS	ANDERSON DA SILVA MOREIRA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23817837	AGENTE DE ENDEMIAS	ANDRÉ MACENO DE LIMA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23817388	AGENTE DE ENDEMIAS	ANDREIA SOPIKA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23819083	AGENTE DE ENDEMIAS	ANDRESSA LAIS MARTINS	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23817333	AGENTE DE ENDEMIAS	ANGELA MARIA CHEREMETA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23816895	AGENTE DE ENDEMIAS	ANTONIO CELSO PRINCIVAL	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23816913	AGENTE DE ENDEMIAS	ARTHUR CUNHA PAULA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23820212	AGENTE DE ENDEMIAS	BRUNO LUCAS CLAZER	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23816544	AGENTE DE ENDEMIAS	CAMILA SILVIANE SPECKT	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23816876	AGENTE DE ENDEMIAS	CHAYANNE KROIN	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23819477	AGENTE DE ENDEMIAS	CLAUDIA REGINA KAZMIERCZAK	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23817193	AGENTE DE ENDEMIAS	DAIANE CRISTINA DA ROCHA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23816847	AGENTE DE ENDEMIAS	DALVANY REGINA AMARAL ALVES	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23817985	AGENTE DE ENDEMIAS	DANIEL DE TOLEDO PEREIRA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23816878	AGENTE DE ENDEMIAS	DARLENE TESLUKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23819401	AGENTE DE ENDEMIAS	DAYSE DA SILVA SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23820101	AGENTE DE ENDEMIAS	DIOGO CARRARO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23820128	AGENTE DE ENDEMIAS	DONIVAN DANIEL SOKOLOSKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23817076	AGENTE DE ENDEMIAS	DORLI MARKOVICZ	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23818796	AGENTE DE ENDEMIAS	DYOHANI GAIOSKI DA SILVA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23820042	AGENTE DE ENDEMIAS	EDIMIR RICARDO LASKOSKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23820126	AGENTE DE ENDEMIAS	ELAINE RUVIENSKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23816564	AGENTE DE ENDEMIAS	EMANUELA CALAZANS DE JESUS COSTA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23818334	AGENTE DE ENDEMIAS	EMILY KAMILLY MENDES	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23819714	AGENTE DE ENDEMIAS	ÉRICA BEATRIZ CARARO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	01
23819384	AGENTE DE ENDEMIAS	EZILDA GNAP DUDA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23819497	AGENTE DE ENDEMIAS	FABIANE MARIA SZCZERBA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23817755	AGENTE DE ENDEMIAS	FERNANDA BORGES UHLMANN	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23816403	AGENTE DE ENDEMIAS	FERNANDO HENRIQUE BRITO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23816439	AGENTE DE ENDEMIAS	GÉSSICA CARINE JACOMÉL DE CAMARGO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23816635	AGENTE DE ENDEMIAS	GESSICA DOS SANTOS SCHAYDER	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23819665	AGENTE DE ENDEMIAS	GILBERTO ANTONIO BITTENCOURT ZANIN	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23818366	AGENTE DE ENDEMIAS	GRASIELI VIEIRA ANDRADE	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23819264	AGENTE DE ENDEMIAS	IRINEZI DALZOTTO DE VARGAS	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23820261	AGENTE DE ENDEMIAS	IURY ARRUDA BORBA MAGALHÃES	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23816716	AGENTE DE ENDEMIAS	JAIME FRANCISCO KIELTYKA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23819185	AGENTE DE ENDEMIAS	JÉSSICA MIERZVA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23817031	AGENTE DE ENDEMIAS	JESSICA SALETE SNIADOWSKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23819458	AGENTE DE ENDEMIAS	JOÃO LUCAS ANDRUSKO ORTIZ	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23819043	AGENTE DE ENDEMIAS	JOELISON FRANCIEL BATISTA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23816717	AGENTE DE ENDEMIAS	JONAS CLAUDINEI ROIK	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23819474	AGENTE DE ENDEMIAS	JOSE LUIZ LOPES DA SILVA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23816725	AGENTE DE ENDEMIAS	JOSENILDA LEAL DE BRITO KEHL PEREIRA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23818945	AGENTE DE ENDEMIAS	JOSIAS DE SOUZA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23819407	AGENTE DE ENDEMIAS	JULIANA APARECIDA COLODA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA	02

				APARECIDA	SOARES - INVERNADA	
23818385	AGENTE DE ENDEMIAS	JULIANA CAROLINE BONETE	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23819468	AGENTE DE ENDEMIAS	JULIO EZEQUIEL CHITKO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23818183	AGENTE DE ENDEMIAS	JÚNIOR ANTONIO SOARES	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23819376	AGENTE DE ENDEMIAS	KALIANDRA ZEM	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23816693	AGENTE DE ENDEMIAS	KATIA MARIA BUASKI MUSIALAKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23816813	AGENTE DE ENDEMIAS	KELEN CRISTINA WOJCIK	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23817497	AGENTE DE ENDEMIAS	KELLY JULIANA GONÇALVES	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23818636	AGENTE DE ENDEMIAS	KETLIN CAROLINE AFONSO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23818813	AGENTE DE ENDEMIAS	LARISSA DE FÁTIMA SOPKO SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23816389	AGENTE DE ENDEMIAS	LENITA APARECIDA TRACZ WESOWSKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	02
23816958	AGENTE DE ENDEMIAS	LEONARDO KROIN	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819313	AGENTE DE ENDEMIAS	LEYZZIANE LEKKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819942	AGENTE DE ENDEMIAS	LIDIANE KUBIAK SILVEIRA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23817138	AGENTE DE ENDEMIAS	LILIAN ROMAINE FRANCO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23817018	AGENTE DE ENDEMIAS	LUANA KELEN DA SILVA SERETNI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23817560	AGENTE DE ENDEMIAS	LUCIANE ENDYL COSTA DE LARA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23818919	AGENTE DE ENDEMIAS	LUCINEIDE SOARES DO NASCIMENTO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819287	AGENTE DE ENDEMIAS	LUIS ALEXANDRE KACZOROSKI BUENO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819947	AGENTE DE ENDEMIAS	LUIZ ANTONIO PIRES	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819337	AGENTE DE ENDEMIAS	MADALENA SECHUK	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23818468	AGENTE DE ENDEMIAS	MANUELI CRISTINA DE LIMA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23818805	AGENTE DE ENDEMIAS	MARCELA DOS SANTOS DE ANDRADE	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819929	AGENTE DE ENDEMIAS	MARCIA KULLER CARDOSO CARVALHO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23817959	AGENTE DE ENDEMIAS	MÁRCIO APARECIDO JACYSZYN	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819804	AGENTE DE ENDEMIAS	MARCOS WILCZAK	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23816399	AGENTE DE ENDEMIAS	MARIA ELIZA RIBEIRO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23818851	AGENTE DE ENDEMIAS	MARIA ILDA ANDRADE DOS SANTOS PURCIDONIO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23817046	AGENTE DE ENDEMIAS	MARIEN FERNANDA LOPES MARTINS	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23817824	AGENTE DE ENDEMIAS	MARLIN PATRICIA KUPCZI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23816841	AGENTE DE ENDEMIAS	MATEUS MEGIER DA SILVA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819683	AGENTE DE ENDEMIAS	MAYA LEITE LOPES	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23818179	AGENTE DE ENDEMIAS	MICHELEN CRISTINA NADOLNY	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23818000	AGENTE DE ENDEMIAS	MILTON RIBEIRO DE LARA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819489	AGENTE DE ENDEMIAS	MÔNICA MAJEWSKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23816884	AGENTE DE ENDEMIAS	ORLEI DZIURKOWSKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23817906	AGENTE DE ENDEMIAS	PEDRO MACHADO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23820124	AGENTE DE ENDEMIAS	RAFAEL FERNANDES DE OLIVEIRA IAVORSKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819003	AGENTE DE ENDEMIAS	RENAN FABRICIO GARDIN	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23816423	AGENTE DE ENDEMIAS	RONALDO DE CAMARGO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23819778	AGENTE DE ENDEMIAS	ROSANGELA ROIKO PEREIRA LOPES	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	03
23816973	AGENTE DE ENDEMIAS	ROSELIA DA SILVA MENDES	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23819779	AGENTE DE ENDEMIAS	RUTE RODRIGUES ALBERICHI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23816378	AGENTE DE ENDEMIAS	SABRINA BUSSE KLAZURA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23819872	AGENTE DE ENDEMIAS	SAMARA KOBILINSKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23819163	AGENTE DE ENDEMIAS	SANDRA MARIA KOBILINSKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23820063	AGENTE DE ENDEMIAS	SANDRO JOSÉ PROCHERA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23816802	AGENTE DE ENDEMIAS	SHEILA STANSKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23819891	AGENTE DE ENDEMIAS	SOLANGE ALVES CHULA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23819438	AGENTE DE ENDEMIAS	SONETE HAMAN	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04

23817114	AGENTE DE ENDEMIAS	SUELEN PRISCILA DA ROCHA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23820132	AGENTE DE ENDEMIAS	SUELLEN SOARES SILVEIRA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23817757	AGENTE DE ENDEMIAS	TAIS MARIA KAMINSKI DO ROZARIO BATISTA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23816753	AGENTE DE ENDEMIAS	TALITA ALEXANDRE GUIMARÃES	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23819825	AGENTE DE ENDEMIAS	TATIANE SANTANA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23818916	AGENTE DE ENDEMIAS	VALDINEIA APARECIDA DE BARROS	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23818949	AGENTE DE ENDEMIAS	VANILDA DE LIMA GALVÃO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23819336	AGENTE DE ENDEMIAS	VELIRIANE BATISTA GALVÃO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23820021	AGENTE DE ENDEMIAS	VIVIANE FARIA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23819424	AGENTE DE ENDEMIAS	WILLIAM MARCOS	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23818210	AGENTE DE ENDEMIAS	YURI PEREIRA SANTANA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23820031	ACS ÁREA - I	JAQUELINE DE LARA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23820080	ACS ÁREA - I	JOSÉ MARCOS POPOVICZ	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23816761	ACS ÁREA - I	WILLIAN LAURINDO FERREIRA VEIBER	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23817397	ACS ÁREA - II	MARIA GORETE SKRZECKOWSKI SMALESKI	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23820085	ACS ÁREA - III	ANA PAULA BILINO	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23816553	ACS ÁREA - III	ANDREA MATIAS FERREIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23818972	ACS ÁREA - III	ARIATINY GABRIELLY DE SOUZA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23817338	ACS ÁREA - III	CASSIANA APARECIDA PINTO DE LIMA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23819713	ACS ÁREA - III	DAMIANO TALACZ	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23816618	ACS ÁREA - III	DARIA PROCHERA JACYSZYN	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23819344	ACS ÁREA - III	DIANEFER LETICIA DE ANDRADE	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23818398	ACS ÁREA - III	FABIO AUGUSTO KUPCZI	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23819566	ACS ÁREA - III	FABRICIO WUDARSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23818794	ACS ÁREA - III	GISELE APARECIDA SKRZECZKOWSKI STRESSER	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23816452	ACS ÁREA - III	GRAZIELA DOS SANTOS FERREIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	01
23820208	ACS ÁREA - III	HEXLAINE DOS SANTOS DE SOUZA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23819330	ACS ÁREA - III	KERLLY EMANUELLI SANTOS DA SILVA LINHARES	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23819187	ACS ÁREA - III	LUCIANE RADASZKIEVICZ	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23818380	ACS ÁREA - III	MATEUS FERREIRA DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23817441	ACS ÁREA - III	MAYARA BUCO	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23819488	ACS ÁREA - III	PATRICIA DE PAULA GALVÃO	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23819007	ACS ÁREA - III	RODRIGO WERETYSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23816795	ACS ÁREA - III	SANDRA KNOPIK	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23818474	ACS ÁREA - III	SIDINEIA VRUBLESKI	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23818638	ACS ÁREA - III	TAISSE APARECIDA DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23816592	ACS ÁREA - III	THAIS KARPINSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23816383	ACS ÁREA - IV	JOELINE GARSTKA GUADANHINI POPOVICZ	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23820017	ACS ÁREA - IX	ALINE WIECZORKOSKI DE TOLEDO	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23819532	ACS ÁREA - V	GEISI TAINARA MACHADO	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23819884	ACS ÁREA - V	MARIA TEREZINHA PINTO DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	02
23820003	ACS ÁREA - V	SILVANO JOÃO DE LIMA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23819431	ACS ÁREA - VI	KELLY STANICHESKI	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23819654	ACS ÁREA - VIII	ROSANA PSZIDZIMIRSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23817514	ACS ÁREA - X	ANA ALINE RIBEIRO PICHIBILESKI	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23818544	ACS ÁREA - X	LUCIMARA DE FÁTIMA DOS SANTOS SIDOSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23820096	ACS ÁREA - XIX	GEAN HENRIQUE DIAS	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23817885	ACS ÁREA - XV	THALIA GURESKI	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23819354	ACS ÁREA - XVII	EDINEIA ALGAUER	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23818870	ACS ÁREA - XVII	RAIANY MOREIRA PRINCIVAL	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR	03

					DURVAL MARTINS	
23817186	ACS ÁREA - XVII	SIRLEI DUDA ANDREIKO	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23819149	ACS ÁREA - XVII	STEPHANNIE LHARA S. BALBURDIA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23817190	ACS ÁREA - XVIII	DAIANE LOURENÇO DE SOUZA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23819418	ACS ÁREA - XVIII	EDUARDO PRESTES	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23816704	ACS ÁREA - XVIII	MARIA ELIZA RIBEIRO	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23817428	ACS ÁREA - XX	LINDAMIR A.DO NASCIMENTO GLUS	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	03
23818937	ACS ÁREA - XXI	NILSIMARA NIEVOLA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23819581	ACS ÁREA - XXII	DENISE GORESKI LEMOS DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23817949	ACS ÁREA - XXII	KELI APARECIDA BORGES DE LIMA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23819278	ACS ÁREA - XXII	MARCIO JONES RIBEIRO DE LIMA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23818128	ACS ÁREA - XXII	MARIA VITÓRIA MARTINS	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23816627	ACS ÁREA - XXII	MARIELE AURÉLIA FERREIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23816329	ACS ÁREA - XXIV	DAIANE ROSA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23819697	ACS ÁREA - XXIV	DENISE GALVAO DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23819912	ACS ÁREA - XXIV	EVA CLEMIRES KLEMBA LESCHUK	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23819851	ACS ÁREA - XXIV	JOCINEI DE RAMOS	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23819471	ACS ÁREA - XXIV	VANESSA DOS SANTOS PACHECO	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23819494	ACS ÁREA - XXVI	ADRIELE NIECKARZ	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23816478	ACS ÁREA - XXVI	HENRIQUE DA SILVEIRA SENA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04
23816623	ACS ÁREA - XXVI	LUANA KOCHINHERKO	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	04

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:71C0DF70

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO ESTATUTÁRIO Nº 01/2026

EDITAL Nº 04/2026
EDITAL DE ENSALAMENTO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

A Presidente da Comissão Especial do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL DE ENSALAMENTO**, conforme segue:

Art. 1º A Prova Objetiva será aplicada no dia **16/08/2026**, no horário e local constante no Anexo Único deste Edital.

Art. 2º O candidato com a inscrição deferida deverá acessar o endereço eletrônico www.concursosfau.com.br (área do candidato) a partir das 18 horas do dia **12/08/2026** e imprimir o **CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO**, que conterá o horário e local de realização da prova objetiva.

Art. 3º Não será permitido o consumo de alimentos durante a realização da prova objetiva. É permitido garrafas de água em **MATERIAL TRANSPARENTE**, os candidatos deverão remover os rótulos das embalagens.

Art. 4º Conforme o item 10.5.2 do Edital de Abertura - Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade ou documentos ilegíveis, não identificáveis e(ou) danificados, cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento. 10.5.2.3 O candidato que optar pela apresentação do documento digital (item 10.5.1) detém ciência que é o único responsável pela conexão da internet, bem como que a inviabilidade de acesso no momento da identificação, impedirá a identificação e acesso a sala, conforme item 10.9.1.

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Rio Azul, 12 de agosto de 2026.
Registre-se e Publique-se.

SILVANA PRZYBYZESKI WODONOS
Presidente Da Comissão
Portaria Nº 029/2026

EDITAL DE ENSALAMENTO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

INSC	CARGO	NOME	HORÁRIO DE FECHAMENTO DO PORTÃO	LOCAL	ENDEREÇO	SALA

23818704	PSICÓLOGO	ALANA GABRIELA ULBRICH	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23820076	PSICÓLOGO	ALEXANDRE BOSCHIN POPENDA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23819410	PSICÓLOGO	ALINE CARLA DA ROCHA SOARES BENTO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23819708	PSICÓLOGO	ALINE COSTA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23820163	PSICÓLOGO	AMANDA SANTOS MACHADO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23817543	PSICÓLOGO	ANA JÚLIA MUNIZ DA SILVA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23816404	PSICÓLOGO	ANA PAULA CHIQUETTO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23817907	PSICÓLOGO	ANNA KAROLINE HUDZIAK	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23819822	PSICÓLOGO	BEATRIZ IUNES LAPERA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23817403	PSICÓLOGO	BRUNA RENATA FERENSOVICZ	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23816745	PSICÓLOGO	BRUNO FERNANDO FREITAS SAGANSKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23818519	PSICÓLOGO	CAROLINA CHAVES SANTOS LOPES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23817529	PSICÓLOGO	CILMARA SOARES D'AGOSTINI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23817068	PSICÓLOGO	CINTIA MARIA AGOSTINHO MACHADO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23818306	PSICÓLOGO	DANIEL NAZAR KENGERSKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23817797	PSICÓLOGO	DANIELA ALESSANDRA DIAS LANZARIN	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23817369	PSICÓLOGO	DELCIO LUIZ MORES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23819155	PSICÓLOGO	ELENICE APARECIDA PEDROZO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23818658	PSICÓLOGO	EMANOELA RODRIGUES CZEREK	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23818105	PSICÓLOGO	FLORIZA SAPLAK	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23816621	PSICÓLOGO	HANNY APARECIDA NIECKACZ MILÃO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23820152	PSICÓLOGO	HELEN FRANCO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23818873	PSICÓLOGO	ISADORA DE OLIVEIRA FREI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23818791	PSICÓLOGO	JAMYLE TECHELAK	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23818985	PSICÓLOGO	JANETE STACHERA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23819646	PSICÓLOGO	JENIFER PALOMA FRANCO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23817545	PSICÓLOGO	JONAS MANOEL WRONA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23819858	PSICÓLOGO	JOSÉ CARLOS TOMAZ DE ANDRADE	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23819462	PSICÓLOGO	JOSIANE CABRAL JACOMEL	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23819835	PSICÓLOGO	JULIA CELLIS ALVES DA CRUZ	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819435	PSICÓLOGO	JULIANA MARTINS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23818047	PSICÓLOGO	KENNEDY PADILHA DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819889	PSICÓLOGO	LARISSA DAS GRAÇAS CHOIDA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23816706	PSICÓLOGO	MARIA EDUARDA ANTUNES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23816763	PSICÓLOGO	MAYARA TROJAN	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819262	PSICÓLOGO	NÁJILA CRISTINA CAMARGO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23818520	PSICÓLOGO	NESTOR DE ALMEIDA NETO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23818846	PSICÓLOGO	PAULA ADAMOVICZ	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23818831	PSICÓLOGO	PAULA CRISTINA KOZLINSKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23820241	PSICÓLOGO	PEDRO AUGUSTO ZANETTI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23817123	PSICÓLOGO	ROSEMARY DE SOUZA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23816951	PSICÓLOGO	ROSIMERE DE ANDRADE FARIAS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819002	PSICÓLOGO	SANDRA MARA RODRIGUES DE FREITAS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819790	PSICÓLOGO	SHEILA FERNANDA ROZARIO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23818954	PSICÓLOGO	SOFIA FIALKOWSKI PADILHA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23820117	PSICÓLOGO	TERESINHA OLINDA MARTINS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23817464	PSICÓLOGO	THAÍS CABRAL RIBAS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23816828	PSICÓLOGO	THAÍS SHAIANE CHEREDA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23817674	PSICÓLOGO	THAYLISE CRISTINA DE OLIVEIRA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23816779	PSICÓLOGO	VALDENEI DE OLIVEIRA LIMA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 -	02

				ALVES DE CAMARGO	CENTRO	
23818484	PSICÓLOGO	VANESSA AMÉLIA KACZOROSKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819210	PSICÓLOGO	VITÓRIA GOMES STRUZIK	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23816394	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ADENA SARAY TUMASZ	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23817270	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ALEXSIA KATHIA KULCZIK	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819403	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ALINE BIANCO CAMARGO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23818785	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ALINE FRONCZAK	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819019	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ALINE LUANA IVASKIO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819088	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ANA CAROLINA GONSALVES SKODOWSKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23820115	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ANA PAULA CARARO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819589	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ANA PAULA MARCINIUK	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819159	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ANDRIELE APARECIDA VONSOVICZ	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819604	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ANTONIO CARLOS FREITAS MAINARDES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23817187	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ANTÔNIO MÁRCIO RODRIGUES DA SILVA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819302	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ARTHUR TOLEDO MACHOWSKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23816446	SECRETÁRIO EXECUTIVO	BRUNA DE FARIAS LOVATO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23816928	SECRETÁRIO EXECUTIVO	BRUNA FERNANDA MUCHELIN	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819873	SECRETÁRIO EXECUTIVO	BRUNO MARCOS OBAL	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23816702	SECRETÁRIO EXECUTIVO	CAIO FELIPE DOMINGUES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819989	SECRETÁRIO EXECUTIVO	CAMILA DUDA BATISTA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23816369	SECRETÁRIO EXECUTIVO	CARLA FLAIANE DA SILVA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23816395	SECRETÁRIO EXECUTIVO	CASSIANE MORETTO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819350	SECRETÁRIO EXECUTIVO	CLAUDIA PINKOSKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819533	SECRETÁRIO EXECUTIVO	DANIELI CRISTINA DE SOUZA MUZEKA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23818115	SECRETÁRIO EXECUTIVO	DÉBORA MARIA TERNOSKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23816985	SECRETÁRIO EXECUTIVO	DECLERES FÁTIMA DO NASCIMENTO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23818898	SECRETÁRIO EXECUTIVO	EDINA GOLEMBA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23816771	SECRETÁRIO EXECUTIVO	EDUARDO PERRELLI TOSIN	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23817413	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ELUZA ELIANA KRUK CHICHOKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23817036	SECRETÁRIO EXECUTIVO	EULALIA CARDOSO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819670	SECRETÁRIO EXECUTIVO	FABIELI STEFANICZEN	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23816922	SECRETÁRIO EXECUTIVO	FABIOLA COITO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23818318	SECRETÁRIO EXECUTIVO	FELIPE MARTINHUK	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23817603	SECRETÁRIO EXECUTIVO	FELIPE SCHUERSOSVSKI GLABA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819692	SECRETÁRIO EXECUTIVO	FERNANDA GURALH	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819587	SECRETÁRIO EXECUTIVO	GABRIELE KARINE JANKE	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819417	SECRETÁRIO EXECUTIVO	GABRIELI APARECIDA DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23816932	SECRETÁRIO EXECUTIVO	GILCINEI LINHARES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23816358	SECRETÁRIO EXECUTIVO	GIOVANA LICOVISKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23817016	SECRETÁRIO EXECUTIVO	GIOVANN PIERO GIRARDI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23816808	SECRETÁRIO EXECUTIVO	GIZLAINE CARNEIRO DE CAMPOS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23818585	SECRETÁRIO EXECUTIVO	GRAZIELI DALMARCO SCHIMANKO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23820202	SECRETÁRIO EXECUTIVO	GUSTAVO LUIS BUCH	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23817297	SECRETÁRIO EXECUTIVO	HELIM CRISTINA SOUZA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23816596	SECRETÁRIO EXECUTIVO	HELISON SAVIO RAMOS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23820027	SECRETÁRIO EXECUTIVO	JEVERSON DRANSKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23816532	SECRETÁRIO EXECUTIVO	JOÃO EDUARDO GONÇALVES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23819541	SECRETÁRIO EXECUTIVO	JOHNNY WESLEY VALENTIM	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23818421	SECRETÁRIO EXECUTIVO	JOICE KARINA NOVAK	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23817544	SECRETÁRIO EXECUTIVO	JOSÉ JOELSON FERREIRA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04

23816970	SECRETÁRIO EXECUTIVO	JULIANO RODRIGUES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23819977	SECRETÁRIO EXECUTIVO	KEISEY MAYARA FASSINI VIEIRA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23816807	SECRETÁRIO EXECUTIVO	LEOCLIDES DE GRACIA VIANNA NETO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23819420	SECRETÁRIO EXECUTIVO	LETÍCIA FERRAZ DE LIMA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23819260	SECRETÁRIO EXECUTIVO	LORENA TERESINHA FRIGO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23817265	SECRETÁRIO EXECUTIVO	LUANA APARECIDA BUFOLISKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23817678	SECRETÁRIO EXECUTIVO	LUIZ FELIPE PIRES VIEIRA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23817518	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MAIARA WRONA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23819478	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MÁRCIO FERREIRA LIMA SILVÉRIO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23816675	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MARIA CAROLINE DE CAMARGO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23819966	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MARIA CRISTIANE KNAUTH	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23816388	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MARIA ELIZA RIBEIRO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23816335	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MARIA POLLIANA GURNASKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23819761	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MARIANA SCHARAM	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23819865	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MARIELI IVANCHESKI PADILHA BLASZCZYK	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23816955	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MARINALDO TRAVINSKI FOGACA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23817792	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MARIZETE R CORREA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23816890	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MATEUS DANIEL BASILIO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23818415	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MATHEUS FELIPE FRANÇA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23817981	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MELISSA FRANCO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23820230	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MIGUEL WILLIAM DE LIMA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819526	SECRETÁRIO EXECUTIVO	MYLENA TAYNARA FUCILINI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23817152	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAJILA DE OLIVEIRA PIRES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23820238	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NATALY MONIQUE KARPINSKI PRESTUPA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23818176	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NAYARA NUNES DA SILVA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819191	SECRETÁRIO EXECUTIVO	NILZETE DIAS BITENCOURT	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23818358	SECRETÁRIO EXECUTIVO	OTONIEL DOS SANTOS PEPE	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819953	SECRETÁRIO EXECUTIVO	PABLO FABRICIO DUMA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819312	SECRETÁRIO EXECUTIVO	PATRICIA MARTINS GAIOSKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23817613	SECRETÁRIO EXECUTIVO	PAULO HENRIQUE CARDOSO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23818511	SECRETÁRIO EXECUTIVO	RAFAELA LETÍCIA PETELA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819772	SECRETÁRIO EXECUTIVO	RAPHAEL OSTROWSKI JAREMTCHUK	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23818599	SECRETÁRIO EXECUTIVO	RÉGIS LANZA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23817106	SECRETÁRIO EXECUTIVO	RONALDO DE CAMARGO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819634	SECRETÁRIO EXECUTIVO	ROSIMERI IVANCHESKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819074	SECRETÁRIO EXECUTIVO	SABRINA CHEMIN	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23817682	SECRETÁRIO EXECUTIVO	SAULO SEMANN	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819486	SECRETÁRIO EXECUTIVO	SILVIO MARQUES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23817956	SECRETÁRIO EXECUTIVO	STEPHANE PAGLIA RAMOS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23818362	SECRETÁRIO EXECUTIVO	THATIELLE FATIMA DULZ	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23816625	SECRETÁRIO EXECUTIVO	TIAGO GABRIEL DOLNEI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23817685	SECRETÁRIO EXECUTIVO	VALDIR DEMORI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819549	SECRETÁRIO EXECUTIVO	VALERY ALCIMARA ZAWADZKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23817738	SECRETÁRIO EXECUTIVO	VÂNIA CABRAL MATIAS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819563	SECRETÁRIO EXECUTIVO	VINICIUS KAZUO DE SOUZA YAMACHITA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23820207	SECRETÁRIO EXECUTIVO	VITOR ALEXANDRE SURMAS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23818145	SECRETÁRIO EXECUTIVO	WILIAN JOSE DA SILVA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23819423	SECRETÁRIO EXECUTIVO	WILLIAM MARCOS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23819294	SECRETÁRIO EXECUTIVO	WILLIAN CEMIN	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23818155	SECRETÁRIO EXECUTIVO	YANNICK LEW DE ANDRADE	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 -	06

				ALVES DE CAMARGO	CENTRO	
23819911	SECRETÁRIO EXECUTIVO	YULIANA HERRERA MIRANDA DE SOUTO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23818270	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ADRIELLY LINHARES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23818299	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ALESSANDRA DE FARIAS PADILHA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23817035	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANA CAROLINE DE OLIVEIRA COLETE	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23817473	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANA CLAUDIA PEREIRA DOS SANTOS VIEIRA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23820258	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANA CLAUDIA ROSSA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23818934	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANA MARIA DE PAULA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23816776	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANA PAULA FERREIRA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23817714	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANDRIELY MARIA HERMES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23820198	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANE EMANUELE FERRANDO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23817066	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANGELA OLIVEIRA DO CARMO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23819962	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANIE STEFANI SGUARIO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23816540	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ARLETE ZAINEDIN	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23816694	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CARINA DE FREITAS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23816814	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CARLOS ALEXANDRE TORRES MACHADO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23817702	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CINTIA ANTUNES FRANCO KLAK	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23816465	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CLAUDIA JAINE MARTINS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23818019	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CLAUDIA MARA LOZINSKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23820052	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CRISLAINE DE CASSIA BORCATH	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23816669	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DAIANE APARECIDA PAGESKI DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23817122	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DAIANE CRISTINA DA ROCHA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23817932	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DALVANA DE FATIMA DE ANDRADE	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23817026	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ELIETE DOS SANTOS DE SENIA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23816444	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	FABIANA APARECIDA BORGES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	06
23819167	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	FILOMENA KURAS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23818915	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	GEOVANA APARECIDA PAGESKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23818772	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	GRACIANE REITZ	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23818572	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	JAINE PAULA RAMOS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23820197	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	JANAINA DE LIMA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23816419	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	JANAINA ODETE RODRIGUES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23817378	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	JANE APARECIDA HRECIUK	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23816923	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	JEAN MARCELO DE TOLEDO GOMES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23817687	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	JESSYARA TORRES DA SILVA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23819520	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	JULIO CESAR PEDROSO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23819763	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	JULYE EMANOELE MARTINS CARDOSO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23816848	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	KARINE PATRÍCIA BOBATO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23818525	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LEANDRO DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23818435	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LETÍCIA GABRIELLE DE MORAIS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23819907	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LILIAM MARIA DA CRUZ	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23818087	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LUANA PERUCELI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23819136	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LUCIMARE FATIMA DE MOURA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23818425	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LUIS FERNANDO SCORSIN	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23820175	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MAGUIANE CRISTIANA DE OLIVEIRA DE ANDRADE	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23817392	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MARI TEIXEIRA DA SILVA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23819084	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MARIA LURDES TURKOT	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23816457	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MIGUEL JOSÉ DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23819867	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	PATRÍCIA APARECIDA SOTOSKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23816348	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	PRISCILA MAJEWSKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07
23818647	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	RAFAELI FERREIRA LOURENCO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 CENTRO	07

23818088	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	RAQUEL ALVES DE SOUZA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23818402	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ROSÂNGELA APARECIDA DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23816426	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ROSENI RODRIGUES BOBEK	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23818449	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SIMONE DA CONCEIÇÃO DE ANDRADE VASCO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23818241	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SIMONE DAS GRAÇAS MIRANDA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23816315	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SIMONE EVA SANTOS MARTINS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23816891	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SOELI DE OLIVEIRA PRINCIVAL	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23818186	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SOLANGE MARIA KALINOSKI KULKA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23820162	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SUELEN APARECIDA DOS SANTOS DINO FERREIRA	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23817205	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	TAINA GERTRUDES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23818706	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	TAÍS APARECIDA GUMEIRO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23817358	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	TALITA FERENCZ	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23817627	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	TATIANA KOVALSKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23820090	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	TATIANE DA SILVA MELO GOMES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23820005	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	THYCIANE KEILA MOLINARI DE JESUS	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23817389	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	VALQUIRIA MARQEVIX	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23819046	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	VALQUIRIA TEIXEIRA MAROSKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23817841	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	VERIDIANA DE FÁTIMA MACHADO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23817269	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	VILMA FLÁVIA IASIAK	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23818890	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	WESLEY ALLAN VIEIRA FRANQUITTO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23819061	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	ALESSANDRA PAULOWSKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23819070	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	ANA APARECIDA WISNIEWSKI GONSALVES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23818162	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	ANA CAROLINE RODRIGUES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23816526	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	DENISE GAPINSKI DE CHAVES	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23820046	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	MARIA IZABEL RETZLAFF	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23817648	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	MARIA VITORIA METELSKI	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23817579	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	REGIANE WESOWSKI PZYSIEZNY	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23818516	TERAPEUTA OCUPACIONAL	DANIELI POPOVICZ	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23818165	TERAPEUTA OCUPACIONAL	MAYRA CELLI SILVA FERNANDEZ	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23820140	TERAPEUTA OCUPACIONAL	RODRIGO VINÍCIUS GARDINAL	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23818867	TERAPEUTA OCUPACIONAL	SILVIA MAKOSKI MACHADO	08hs15min	M-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23817110	ASSISTENTE SOCIAL	ADRIANA APARECIDA DE PAULA CORDEIRO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23816805	ASSISTENTE SOCIAL	ALEX DE ANASTÁCIO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23817117	ASSISTENTE SOCIAL	ALISSON MARCELO DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23817646	ASSISTENTE SOCIAL	ANA MARCIA FERREIRA DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23818189	ASSISTENTE SOCIAL	ANA PAULA KOVALSKI BORDUN	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23819540	ASSISTENTE SOCIAL	ANA PAULA MACHADO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23820053	ASSISTENTE SOCIAL	ANDRESSA JANISKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23820229	ASSISTENTE SOCIAL	ANGÉLICA APARECIDA LUCAS DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23816325	ASSISTENTE SOCIAL	BIANCA BURLINSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23819058	ASSISTENTE SOCIAL	BRUNA FAUSTINO PADILHA MENDES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23817038	ASSISTENTE SOCIAL	BRUNA JULIANE SCHMIDT	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23816723	ASSISTENTE SOCIAL	CÂNDIDA MIRELA AIRES DE OLIVEIRA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23817130	ASSISTENTE SOCIAL	CARMELO SUZARTE DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23816497	ASSISTENTE SOCIAL	DAIANE GONÇALVES DE OLIVEIRA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23816854	ASSISTENTE SOCIAL	ELAINE PEROCELLI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23819560	ASSISTENTE SOCIAL	FABIELI FERNANDES DE OLIVEIRA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23819383	ASSISTENTE SOCIAL	FERNANDA DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23816674	ASSISTENTE SOCIAL	FERNANDA MAYARA DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23816529	ASSISTENTE SOCIAL	FIAMA TAINARA TAQUES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 -	01

		DORTELMANN			CENTRO	
23817051	ASSISTENTE SOCIAL	FLAVIANE VALNICE TOMAL	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23818423	ASSISTENTE SOCIAL	FRANCIELI MARIA MARTINS PRINCIVAL	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23818580	ASSISTENTE SOCIAL	GABRIELLI KRUCHELSKI BARBOSA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23819700	ASSISTENTE SOCIAL	GISELI SOELI FELDE	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23819255	ASSISTENTE SOCIAL	GLACIELE DEMBESKI MARTINS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23819752	ASSISTENTE SOCIAL	IVANA CAMILIO TEIXEIRA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23820233	ASSISTENTE SOCIAL	IVONETE RIBEIRO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23820074	ASSISTENTE SOCIAL	JANETE JASIAK	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23816459	ASSISTENTE SOCIAL	JAQUELINE DE FATIMA SANTOS DE SOUZA LOPES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23817856	ASSISTENTE SOCIAL	JAQUELINE MILENA RODRIGUES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23818365	ASSISTENTE SOCIAL	JUSSARA APARECIDA NUNES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23816889	ASSISTENTE SOCIAL	KARINE DE MORAIS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819476	ASSISTENTE SOCIAL	KELLY CRISTINE MIKALDO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819954	ASSISTENTE SOCIAL	KELLY MARQUES DA SILVA WASILEWSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23817132	ASSISTENTE SOCIAL	LILIAN ROMAINE FRANCO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23818920	ASSISTENTE SOCIAL	LILIANE ZVIR	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23817255	ASSISTENTE SOCIAL	LUCIANE APARECIDA BARCHAKI GIELINSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819499	ASSISTENTE SOCIAL	LUCIELE DE LIMA DA SILVA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23817651	ASSISTENTE SOCIAL	LUSIA CHITKO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23816651	ASSISTENTE SOCIAL	MARCELO NASCIMENTO DE OLIVEIRA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23817994	ASSISTENTE SOCIAL	MÁRCIA ADRIANA MARTINS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23816917	ASSISTENTE SOCIAL	MARCOS LOPES DE CARVALHO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23817075	ASSISTENTE SOCIAL	MARIA EDUARDA BERNARDO MAZONI ALVES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23818275	ASSISTENTE SOCIAL	MARIA PAULA W. GONSALVES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23817390	ASSISTENTE SOCIAL	PAMELA KRUSKEWISKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23816792	ASSISTENTE SOCIAL	REBECA DA LUZ DE FRANÇA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23816873	ASSISTENTE SOCIAL	ROSENILDA FARIA CHULA RODRIGUES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819000	ASSISTENTE SOCIAL	SIMONE DE OLIVEIRA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819674	ASSISTENTE SOCIAL	SOLANGE ALVES CHULA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23816507	ASSISTENTE SOCIAL	TÂNIA APARECIDA GOBOR MATIAS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819737	ASSISTENTE SOCIAL	VALDINÉIA LINHARES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819918	ATENDENTE DE FARMÁCIA	ANA MARIA KYRELYCH	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23818016	ATENDENTE DE FARMÁCIA	CARLA DANIELI WALESKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23816441	ATENDENTE DE FARMÁCIA	GÉSSICA CARINE JACOMÉL DE CAMARGO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23817436	ATENDENTE DE FARMÁCIA	GILMAR POROCHNIAK	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23817821	ATENDENTE DE FARMÁCIA	JEFERSON JULIANO LOPES DO AMARAL ALVES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23816726	ATENDENTE DE FARMÁCIA	JOSENILDA LEAL DE BRITO KEHL PEREIRA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819869	ATENDENTE DE FARMÁCIA	MARI TEIXEIRA DA SILVA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819290	ATENDENTE DE FARMÁCIA	MARIA MADALENA KACZOROSKI BUENO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23818077	ATENDENTE DE FARMÁCIA	MARIVÂNIA V.ÍANTAS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819738	ATENDENTE DE FARMÁCIA	PAOLA CABRAL	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23820086	ATENDENTE DE FARMÁCIA	PATRÍCIA SOBIESKI MIKOVSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23816536	ATENDENTE DE FARMÁCIA	ROSELIA DA SILVA MENDES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23820185	ATENDENTE DE FARMÁCIA	SILVANA ALVES BUENO SILVA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23819267	AUXILIAR DE SANEAMENTO	ANA CAROLINE FERREIRA DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23816415	AUXILIAR DE SANEAMENTO	CELSO JOSÉ DA SILVA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23820036	AUXILIAR DE SANEAMENTO	EDIMIR RICARDO LASKOSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23819360	AUXILIAR DE SANEAMENTO	EDIVÃ KEMPINSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23817169	AUXILIAR DE SANEAMENTO	EDSON LUIS BATISTA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03

23819773	AUXILIAR DE SANEAMENTO	GUILHERME HUK	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23818007	AUXILIAR DE SANEAMENTO	JOSÉ EDENILSON BURNAT	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23817631	AUXILIAR DE SANEAMENTO	JOSE WILMAR CARNEIRO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23817154	AUXILIAR DE SANEAMENTO	LEONARDO KROIN	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23817021	AUXILIAR DE SANEAMENTO	LUANA KELEN DA SILVA SERETNI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23819564	AUXILIAR DE SANEAMENTO	LUIS ANTONIO BUENO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23816402	AUXILIAR DE SANEAMENTO	NATANAEL DOS SANTOS PEPE JUNIOR	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23816894	AUXILIAR DE SANEAMENTO	VÂNIA ANDREIA PEREIRA DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23819802	CONTADOR	ALESSANDRO PRINCIVAL	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23816730	CONTADOR	ALEXANDRE KEHL PEREIRA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23816431	CONTADOR	ALISSON RENAN SCHEIDT	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23819144	CONTADOR	ALLAN LEANDRO DE ANDRADE FERREIRA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23816602	CONTADOR	ANA PAULA DE PAULA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23818160	CONTADOR	ANA PAULA GARDIN	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23817282	CONTADOR	ARIELLY THASLINY DE SOUZA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23818462	CONTADOR	CARLOS EDUARDO STODOLNY	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23816962	CONTADOR	DAIANE LIMA DA SILVA OPOLINSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23818350	CONTADOR	DANIEL INOCENCIO MENDES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23816837	CONTADOR	DEIVISON DIEGO FLORIANO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23816956	CONTADOR	ELIANE MARIA TRAVINSKI FOGAÇA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23819959	CONTADOR	FELIPE CARDOZO DE ALBUQUERQUE	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23820204	CONTADOR	FERNANDA STEFANICZEN	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23818672	CONTADOR	FLAVIANO BILYK	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23817718	CONTADOR	FLAVIO AUGUSTO GOY	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23816714	CONTADOR	FLAVIO ROBERTO GEREMIAS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23818701	CONTADOR	GABRIEL WOINAROVICZ	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23817037	CONTADOR	GEISIMARA VALENTIM	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23816910	CONTADOR	GILSIMARI MARCINIUK GASPARELLO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23819416	CONTADOR	GISLAINE GNAP	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23819012	CONTADOR	GUILHERME TOMAL	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23817921	CONTADOR	HAROLDO JOSE ANDRADE MATHIAS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23816566	CONTADOR	HAYDIANE CRISTINA BORA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23816379	CONTADOR	IZAIULA LECHECHEM	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23818932	CONTADOR	JAMEL ABDUL SULTANE	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23816804	CONTADOR	JOHN CARLOS EMANOEL LESQUIEVICZ	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23819090	CONTADOR	MARCIO FERNANDES DE LIMA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23817602	CONTADOR	MARINES APARECIDA PINHEIRO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23820148	CONTADOR	MILENA BOROX	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23817943	CONTADOR	NATANAEL AUGUSTO UKRAINSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23818029	CONTADOR	ROBISON HASS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23816940	CONTADOR	ROSANGELA PIRES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23817982	CONTADOR	ROSEMARI DE OLIVEIRA LAURINDO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23817157	CONTADOR	ROSINÉIA APARECIDA CALGARO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23819086	CONTADOR	SHEILA MARCONDES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23816980	CONTADOR	TALITA ALEXANDRE GUIMARÃES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23816715	CONTADOR	THAIS ANDRESSA PRINCIVAL TRZASKOS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23817244	CONTADOR	THAISA APARECIDA KLEMBA ANTOCHESKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23819870	CONTADOR	TIFFANY VIDAL AMARAL	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23816883	CONTADOR	VITOR AMADEU FERREIRA DA LUZ	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23819545	CONTADOR	VITOR GUSTAVO GAIOSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 -	04

					CENTRO	
23819988	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	ADREA ALGAUER	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23820262	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	AIRTON ALEX JAREMKO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23820069	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	ALEXANDRE DEZANOSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23816406	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	ANA FLÁVIA STRONA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23817969	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	ANGELITA CLÉIA DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23819828	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	BIANCA MARIA DE LIMA FREISLEBEN	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23819795	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	BRUNO ALEX MAZO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23816641	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	BRUNO MAZUR	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23817933	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	DANIELE EUKO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23818510	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	DAVI CORREA FRANCO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23820196	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	DIEGO MENON	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23819377	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	EVANDRO PROCHERA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23816720	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	FERNANDO KOZEL	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23818895	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	GABRIEL DE ANTONI ZARPELON	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23816354	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	GABRIEL DIAS MARTINS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23819546	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	GIOVANE FRANCISCO SOARES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23818046	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	GISLAINE GABARDO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23820151	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	GUILHERME HENRIQUE MOURA E SILVA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23817717	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	GUILHERME RIBEIRO BORDIGNON	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23820218	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	JAIR ADRIANCZYK JUNIOR	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23820033	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	JONATÃ MELQUIADES FERREIRA FRANCO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23817168	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	JORGE LUIZ RODRIGUES BARBOSA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23820030	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	JOSÉLIA CARNEIRO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23820171	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	JULY BORON	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23816586	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	KAILANE HILGENBERG	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23819658	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	LARISSA ALVES DE SOUZA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23818111	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	LEONARDO LOPES MARZCZAOKOSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23819197	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	LILIANE APARECIDA CANTERI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23819299	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	LUCAS ALESSANDRO MISCHTAL	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23819467	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	LUCAS ZIMMER SCHUPEL	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23819609	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	MARGARETH MAKSEMOVICZ	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23818552	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	MARIA GABRIELA MARTINS DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23820095	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	PAULO ISRAEL MUDREI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23817777	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	REGIANE KAZMIERCZAK BECKER	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23817589	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	RODRIGO LUIS JORGE ADAMANTE	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23818153	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	THAIS SZCZEPANIK WALKOFF	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23820136	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	TIAGO DOMBROVSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23816619	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	TIAGO MONCZAK	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23819252	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	VANESSA RACHWAL	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23817564	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	YUREI KOLTUN	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23817447	ENGENHEIRO AMBIENTAL	ALINE TROG FERREIRA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23819901	ENGENHEIRO AMBIENTAL	GUILHERME GAVLAK	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23817218	ENGENHEIRO AMBIENTAL	LUIZ GUSTAVO SCACALOSSI RAMOS PINTO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23819483	ENGENHEIRO AMBIENTAL	MAGDA ADRIANA LOZINSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23816728	ENGENHEIRO AMBIENTAL	NATHANA CIPRIANO ULCHAK	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23816718	ENGENHEIRO AMBIENTAL	TIAGO FERNANDO SOBIERANSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23817243	ENGENHEIRO CIVIL	ADRIANO BODNAR	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23819069	ENGENHEIRO CIVIL	ALAN DOUGLAS MORETTO BUHRER	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23818560	ENGENHEIRO CIVIL	ALECSANDRO BOIKO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06

23819681	ENGENHEIRO CIVIL	ALEXANDRE JOSÉ SNICER FELIX DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23819276	ENGENHEIRO CIVIL	ALEXANDRE MIGUEL SCHEMBERGER ANDREIS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23819758	ENGENHEIRO CIVIL	ALISON FELIPE GROSSL	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23820213	ENGENHEIRO CIVIL	ALISSON CESAR ROCHOLSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23817775	ENGENHEIRO CIVIL	AMANDA TREVISOL	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23819762	ENGENHEIRO CIVIL	ANA MACIELE PADILHA DE FREITAS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23817868	ENGENHEIRO CIVIL	ANGÉLICA HRYCYK	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23819628	ENGENHEIRO CIVIL	BARBARA LUISA MELLO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23817576	ENGENHEIRO CIVIL	BRENO MARTINS ZAK FANFONO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23820156	ENGENHEIRO CIVIL	BRUNO KOSAR	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23818596	ENGENHEIRO CIVIL	BRUNO RIBEIRO DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23819465	ENGENHEIRO CIVIL	CARLOS EDUARDO CIUS CUBINSKI COPANSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819150	ENGENHEIRO CIVIL	CARLOS EDUARDO DA SILVA MAMUS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819232	ENGENHEIRO CIVIL	CARLOS HENRIQUE PASSOS ROCHA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23817094	ENGENHEIRO CIVIL	CAUÃ COSTA DA SILVA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23817220	ENGENHEIRO CIVIL	CHRISTIAN JORGE ROGAL DE ANDRADE	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23816572	ENGENHEIRO CIVIL	CLEVERSON IVONEL FIATKOSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23818583	ENGENHEIRO CIVIL	CLEVERSON RIBEIRO DALCORTIVO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819984	ENGENHEIRO CIVIL	DIMAS RYMSZA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819498	ENGENHEIRO CIVIL	DIOGENES L. CORRÊA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23817294	ENGENHEIRO CIVIL	EDUARDO FERREIRA SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819671	ENGENHEIRO CIVIL	EDUARDO FRAGA LEAL	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819331	ENGENHEIRO CIVIL	EDUARDO GABRIEL TYSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819578	ENGENHEIRO CIVIL	ELIONAI GOMES DE ARAÚJO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23818430	ENGENHEIRO CIVIL	ERICK KAYKE LOPES DA LUZ	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819548	ENGENHEIRO CIVIL	EVELINE MANOSSO JANIK BRIK	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23817457	ENGENHEIRO CIVIL	EVELYN SHELY SOLAREVISKI SOARES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23817033	ENGENHEIRO CIVIL	FELIPE DE OLIVEIRA MANCHUR	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819479	ENGENHEIRO CIVIL	FLÁVIA ALESSANDRA MIKETEN	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819636	ENGENHEIRO CIVIL	GABRIEL BEHRENS ANDRADE	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819866	ENGENHEIRO CIVIL	GHIULIA DE FÁTIMA KUZNIK NUNES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819731	ENGENHEIRO CIVIL	GIANCARLO BONACCORSO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819660	ENGENHEIRO CIVIL	GIOVANI DE BARROS MOREIRA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23818564	ENGENHEIRO CIVIL	GUILHERME ONESKO NOVAKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23817318	ENGENHEIRO CIVIL	HENRIQUE FILLUS DE SOUZA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23817291	ENGENHEIRO CIVIL	HENRIQUE HIDEYUKI MENDES HOSHINO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23817254	ENGENHEIRO CIVIL	HUGO GABRIEL FERNANDES VIOTTO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23817577	ENGENHEIRO CIVIL	IGOR JOSÉ SILVA REIS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23817740	ENGENHEIRO CIVIL	ISABELA MORES FURMAM	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819875	ENGENHEIRO CIVIL	JAIR JUBANSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23820147	ENGENHEIRO CIVIL	JOÃO GABRIEL VERES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23819760	ENGENHEIRO CIVIL	JOÃO VICTOR CATTELAN	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23819723	ENGENHEIRO CIVIL	JOSCLEY RODRIGO WASELKIU	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23819659	ENGENHEIRO CIVIL	JULIANO DE TOLEDO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23819925	ENGENHEIRO CIVIL	LEONARDO STROPARO PEPE	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23818191	ENGENHEIRO CIVIL	LUCAS RAFAEL CAMARA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23819001	ENGENHEIRO CIVIL	LUCIANO MATULLE	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23817148	ENGENHEIRO CIVIL	LUÍS FELIPE CARRARO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23816826	ENGENHEIRO CIVIL	LUIZ FELIPE DE LIMA RAMOS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23819317	ENGENHEIRO CIVIL	MAKSUEL DE OLIVEIRA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 -	08

					CENTRO	
23818603	ENGENHEIRO CIVIL	MARCELLO DANIEL JACOPETTI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23818359	ENGENHEIRO CIVIL	MARCELO DE MARI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23816580	ENGENHEIRO CIVIL	MARCELO DE MELO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23816817	ENGENHEIRO CIVIL	MARCIA DE OLIVEIRA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23818660	ENGENHEIRO CIVIL	MARCIO MEIRA E SILVA DOBROVOLSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23818869	ENGENHEIRO CIVIL	MARCOS AURELIO DOS SANTOS LEMES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23816360	ENGENHEIRO CIVIL	MATHEUS FILLUS CHUPROSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23819286	ENGENHEIRO CIVIL	MAURICIO NOVAK	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23819620	ENGENHEIRO CIVIL	MILENA NADINE GUEIBEL	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23819139	ENGENHEIRO CIVIL	NATANA PAOLA ZANLORENSI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23818729	ENGENHEIRO CIVIL	PATRÍCIA LOBODA CORDEIRO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23819553	ENGENHEIRO CIVIL	PEDRO HENRIQUE IEDE TRAMONTIN	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23816559	ENGENHEIRO CIVIL	RAFAEL JULINHAQUE BERALDO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23820038	ENGENHEIRO CIVIL	RAFAELA FRANQUETO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23819511	ENGENHEIRO CIVIL	RENAN EDUARDO CAMARGO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23816584	ENGENHEIRO CIVIL	ROBSON CAVASSIM RAFFO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23818174	ENGENHEIRO CIVIL	RODRIGO CARLOS DOROCINSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23820260	ENGENHEIRO CIVIL	SMYLLA GABRIELA LEOCADIO DE VICENTE	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23818353	ENGENHEIRO CIVIL	SUELEN SANTOS DA MAIA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23818755	ENGENHEIRO CIVIL	THALISSA GABRIELY BARTOSKI DE VARGAS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23817623	ENGENHEIRO CIVIL	THIAGO MELO DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819595	ENGENHEIRO CIVIL	THIAGO STEFAN APPIO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23820174	ENGENHEIRO CIVIL	TIAGO JOSÉ RODRIGUES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23817241	ENGENHEIRO CIVIL	VALMIR MICHALSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819631	ENGENHEIRO CIVIL	VINICIUS AUGUSTO BUSSOLA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23818771	ENGENHEIRO CIVIL	VINÍCIUS GABRIEL PAROLIN DE SOUZA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23820114	ENGENHEIRO CIVIL	VINICIUS MATEUS PALTANIN SILVA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23818746	ENGENHEIRO CIVIL	VINÍCIUS VASCOSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819855	ENGENHEIRO CIVIL	WILLIAN BERTI DE RESENA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819109	ENGENHEIRO CIVIL	YAN FERREIRA LIMA PERIUS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23818026	FARMACÊUTICO	ADRIELE BORBA FRANCO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23818349	FARMACÊUTICO	ALAN DE ANASTACIO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23818987	FARMACÊUTICO	AMANDA CORNELO SURMACZ	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23817774	FARMACÊUTICO	ANA CLARA DE ANDRADE JORGE	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819796	FARMACÊUTICO	ANA LUISA WILCZAK	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23816916	FARMACÊUTICO	ANGÉLICA MARIA DUDA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819565	FARMACÊUTICO	BRENO SOKALSKI DE PAULA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819928	FARMACÊUTICO	BRUNA EDUARDA MIKOVSKI LECHESKI DA SILVA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819387	FARMACÊUTICO	CARLOS EDUARDO KOLLARITSCH	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23820253	FARMACÊUTICO	CAROLINE ZIBIKOSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23817707	FARMACÊUTICO	CASSIANA NEPOMOCENO CARDOS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23817373	FARMACÊUTICO	CAUÊ EDUARDO MICHALICHEN	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23817527	FARMACÊUTICO	CRISTIANE DOROCINSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23816363	FARMACÊUTICO	DAYANE SECO CARRARI BUDIE	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819806	FARMACÊUTICO	EDILSON MOLETA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23818041	FARMACÊUTICO	EDUARDA BEATRIZ SINHORI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23817340	FARMACÊUTICO	ELISMARI KATIALINE DOMANOVSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819819	FARMACÊUTICO	ELLEN APARECIDA MIRANDA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23820177	FARMACÊUTICO	FLAVIA EMANOELY TRENTIN	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10

23818712	FARMACÊUTICO	FRANCIANE BOROCZ	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23819057	FARMACÊUTICO	FRANCIELE CARARO CABRAL	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23817583	FARMACÊUTICO	GABRIEL IVAN MELEK	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23816450	FARMACÊUTICO	GUSTAVO DO NASCIMENTO ROMÃO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23816767	FARMACÊUTICO	JESICA LUANA VASCO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23817878	FARMACÊUTICO	JÉSSICA ROGAL CALDAS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23817915	FARMACÊUTICO	JHANNI LABELY CHAVES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23818268	FARMACÊUTICO	KARINNA SIQUEIRA MACHADO JAVORSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23820022	FARMACÊUTICO	KAROLINE GIRARDI PEDROSO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23817163	FARMACÊUTICO	LAIS TAINARA HAAGSMA WESSELOVICZ	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23818784	FARMACÊUTICO	LOTHAR MATHEUS METELSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23817180	FARMACÊUTICO	LOYANNE DANICHEWCZ DE OLIVEIRA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23817871	FARMACÊUTICO	LUCAS FRANÇA TOZETTO SCHEMBERGER	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23818394	FARMACÊUTICO	LUCELI HARTMANN DAL SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23819756	FARMACÊUTICO	LUCIANE BORNAT	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23817108	FARMACÊUTICO	MARCIELE VERGOPOLAN DOS SANTOS BERNARDI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23819398	FARMACÊUTICO	MARCIELLE AVELAR SERAFIN	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23819352	FARMACÊUTICO	MARIA EDUARDA STRUJAK	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23818501	FARMACÊUTICO	MARIA EDUARDA TECH	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23816724	FARMACÊUTICO	MARIA ELIZABETE DOS SANTOS	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23817315	FARMACÊUTICO	NATÁLIA LAZOSKI TALAR	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23817140	FARMACÊUTICO	OTÁVIO MAROCHI GRICZINSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23817592	FARMACÊUTICO	SANDRA MINOSSO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23818207	FARMACÊUTICO	SIMONE SANTOS DE LIMA	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23817459	FARMACÊUTICO	SUELEN PATRÍCIA RODRIGUES	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23818679	FARMACÊUTICO	TANIA GABRIELY ANTOSCZECZEN	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23818666	FARMACÊUTICO	THAIS AMANDA LOGINSKI	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23817485	FARMACÊUTICO	VERIDIANE LICOVISKI CHASKO	08hs15min	M-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23816732	FISCAL TRIBUTÁRIO	ALEXANDRE KEHL PEREIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23820252	FISCAL TRIBUTÁRIO	AMANDA POLAK DE PAULA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23819643	FISCAL TRIBUTÁRIO	ANA PAULA OROWSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23816701	FISCAL TRIBUTÁRIO	CAIO FELIPE DOMINGUES	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23817630	FISCAL TRIBUTÁRIO	CLEITON JOSÉ TOLEDO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23816713	FISCAL TRIBUTÁRIO	FLAVIO ROBERTO GEREMIAS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23818981	FISCAL TRIBUTÁRIO	FRANCIS ARTUR CARSTENS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23819409	FISCAL TRIBUTÁRIO	GABRIEL LONGATO PIRES MINELLA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23816866	FISCAL TRIBUTÁRIO	GESSICA DOS SANTOS SCHAYDER	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23819695	FISCAL TRIBUTÁRIO	JÉSSICA ALINE KARBOWSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23816809	FISCAL TRIBUTÁRIO	JULIANA DA SILVA GIARETTA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23817960	FISCAL TRIBUTÁRIO	KARINA CÂNDIDO SZYMCZAK	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23818546	FISCAL TRIBUTÁRIO	LAILA GABRIELA CROVADOR DE LARA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23819466	FISCAL TRIBUTÁRIO	LUIS EDUARDO SANSANA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23816710	FISCAL TRIBUTÁRIO	MARIA ELIZA RIBEIRO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23820041	FISCAL TRIBUTÁRIO	MARLUZA FERREIRA DA LUZ	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23817058	FISCAL TRIBUTÁRIO	PEDRO AUGUSTO SEVERO JOSEFI SEVERO JOSEFI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23816425	FISCAL TRIBUTÁRIO	RONALDO DE CAMARGO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23817045	FISCAL TRIBUTÁRIO	TALITA ALEXANDRE GUIMARÃES	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23819860	FISCAL TRIBUTÁRIO	VICTOR QUEIROZ SANTANA BERNARDES	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23819679	FISIOTERAPEUTA	ALESSANDRA KOCINSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23816815	FISIOTERAPEUTA	AMANDA SLOTA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805	01

					- VILA DIVA	
23817462	FISIOTERAPEUTA	ANA GABRIELE MINELLA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23818417	FISIOTERAPEUTA	ANA JULIA DE OLIVEIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23817690	FISIOTERAPEUTA	ANA PAULA RIBEIRO WALTER	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23819852	FISIOTERAPEUTA	BRUNA KOLODZIEJWSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23816531	FISIOTERAPEUTA	BRUNA PEDROSO DOS SANTOS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23817703	FISIOTERAPEUTA	CRISTIANO VARGAS BATISTA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23818069	FISIOTERAPEUTA	DAIANE NICOLLY DUMA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23817024	FISIOTERAPEUTA	DANIELA KNAUT MARTINS MARQEVIX	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23816433	FISIOTERAPEUTA	EDUARDO HENRIQUE POLTRONIÉRI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23817758	FISIOTERAPEUTA	ÉRICA FRANCINE IENKE	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23820049	FISIOTERAPEUTA	FERNANDA PRISCILA CARRARO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23817166	FISIOTERAPEUTA	FRANCIELI BILEK	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23816708	FISIOTERAPEUTA	GEOVANNA HASCHEL DE SOUZA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23819293	FISIOTERAPEUTA	GIOVANA MARA PEDROSO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23819433	FISIOTERAPEUTA	HELOISA SCHOEFEL SIMÃO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23819893	FISIOTERAPEUTA	ISABELA CAROLINE DOS SANTOS PINHEIRO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23818053	FISIOTERAPEUTA	ISABELI CRISTINA FERREIRA DO NASCIMENTO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23819948	FISIOTERAPEUTA	KEIZI TAYSSA DE LARA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23817385	FISIOTERAPEUTA	LAÍS CABRAL MACHADO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23818199	FISIOTERAPEUTA	LE KOVALSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23816472	FISIOTERAPEUTA	LETICIA DUNICE	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23819599	FISIOTERAPEUTA	LETICIA VIZINONI OKONOVSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23818993	FISIOTERAPEUTA	LUCIA APARECIDA LEBIODA CAMILO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23817898	FISIOTERAPEUTA	MARIA EDUARDA GRENTESKI FARIA RAMOS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23819648	FISIOTERAPEUTA	MARIA HELOISA KAVILHUKA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23819389	FISIOTERAPEUTA	MATHEUS KOLLARITSCH	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23817820	FISIOTERAPEUTA	MILENA APARECIDA VAZ	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23817431	FISIOTERAPEUTA	MILENA TABORDA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23818847	FISIOTERAPEUTA	MYLLENA GABRIELLE SOCOLOSKI TELLES	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23816473	FISIOTERAPEUTA	NEI ADAO RIBEIRO DE FREITAS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23820181	FISIOTERAPEUTA	RAFAEL EDUARDO MACHADO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23817204	FISIOTERAPEUTA	RAFAELA DRUCZKOWSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23816987	FISIOTERAPEUTA	RAFAELA ZWIEGICOSKI PONIJALEKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23816963	FISIOTERAPEUTA	ROSANGELA CORREIA RAIMUNDO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23817642	FISIOTERAPEUTA	SANDRA DANIELE KLAK	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23819426	FISIOTERAPEUTA	SILVIA NEDOPETALSKI DA ROSA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23818289	FISIOTERAPEUTA	TALITA DE OLIVEIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23820088	FISIOTERAPEUTA	THAÍS DE FÁTIMA FREITAS LEAL	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23820203	FISIOTERAPEUTA	YURY RENATO ROGULSKI CALVI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23817344	FONOAUDIÓLOGO	ALICE AFRA VALVERDE	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23819598	FONOAUDIÓLOGO	ANA BEATRIZ BONATO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23819513	FONOAUDIÓLOGO	ANA FLÁVIA ZANLORENSI MACHADO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23819105	FONOAUDIÓLOGO	BEATRIZ CAROLINA KELLER	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23818798	FONOAUDIÓLOGO	CAMILA MOURA WAGNER FERREIRA OLIVEIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23820089	FONOAUDIÓLOGO	CLARICE STEFANI GIBINSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23819006	FONOAUDIÓLOGO	ELISIANE DINIZ	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23819655	FONOAUDIÓLOGO	EMANUELI CAROLINI KÜLLER	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23819448	FONOAUDIÓLOGO	FERNANDA RYMSZA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23817004	FONOAUDIÓLOGO	GABRIELA ALÍCIA DE SOUZA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03

23817308	FONOAUDIÓLOGO	GIOVANA BEATRIZ DOS SANTOS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23816981	FONOAUDIÓLOGO	KAMILA LAUANY MAROCHI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23818408	FONOAUDIÓLOGO	KETLYN CRISTINA ANICHESKI DOS SANTOS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23820194	FONOAUDIÓLOGO	LETICIA BUBNIAK	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23820242	FONOAUDIÓLOGO	LETÍCIA PEREIRA DOS SANTOS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23819710	FONOAUDIÓLOGO	LETÍCIA SANTOS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23820153	FONOAUDIÓLOGO	MARIA EDUARDA GERIONI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23816781	FONOAUDIÓLOGO	MILENA ELAINE TASIOR	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23819883	FONOAUDIÓLOGO	PATRÍCIA DE OLIVEIRA GOMES	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23820015	FONOAUDIÓLOGO	PAULA APARECIDA MENON	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23819740	FONOAUDIÓLOGO	SAMIRA BARBOSA WACHHOLZ	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23816567	FONOAUDIÓLOGO	THAÍS GIOVANNA ANCIUTTI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23818404	MÉDICO VETERINÁRIO	ADRIAN JOSÉ PRESEZNE	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23818866	MÉDICO VETERINÁRIO	ADRIELLE KATRYCIA BIGOCHINSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23819148	MÉDICO VETERINÁRIO	AMANDA EIRIN CANCELA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23819157	MÉDICO VETERINÁRIO	ANELLIZE DREWNOWSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23816341	MÉDICO VETERINÁRIO	CRISTIANE PEREIRA PEDRONI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23818341	MÉDICO VETERINÁRIO	EDUARDO MATEUS MAZUR	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23819021	MÉDICO VETERINÁRIO	GESSIIANO DUDA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23820199	MÉDICO VETERINÁRIO	IARA DARCK KULISZ DE CASTRO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23818620	MÉDICO VETERINÁRIO	JENNIFER NICOLE CEUCHUK POPOVICZ	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23816919	MÉDICO VETERINÁRIO	JENNYFER LAYANE MORINI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23819447	MÉDICO VETERINÁRIO	JHONATAN GABRIEL	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23819014	MÉDICO VETERINÁRIO	LETICIA DE OLIVEIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23819755	MÉDICO VETERINÁRIO	LÍVIA MARIA FOGAÇA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23819284	MÉDICO VETERINÁRIO	LUCAS GABRIEL CORDEIRO KROL	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23819896	MÉDICO VETERINÁRIO	LUCIANE FURMANIAK	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23816630	MÉDICO VETERINÁRIO	MARCELA SOTOSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23816881	MÉDICO VETERINÁRIO	MARILISE REMES TROG	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23817167	MÉDICO VETERINÁRIO	MARRIE LOUISE CAVALLI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23818120	MÉDICO VETERINÁRIO	NATALY KAWANY DOS SANTOS DIAS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23816506	MÉDICO VETERINÁRIO	NICOLE CHEMIN BERALDO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23818132	MÉDICO VETERINÁRIO	SABRINA ALESSANDRA TROG	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23818997	MÉDICO VETERINÁRIO	TAYNA ROMEIKE MACHADO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23818429	NUTRICIONISTA	ADRIANA SERAFIM	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23817712	NUTRICIONISTA	ALINE RAFAELY SUDATTI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23816345	NUTRICIONISTA	BIANCA RUDUNIKE	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23819333	NUTRICIONISTA	BRUNA MARTINS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23819941	NUTRICIONISTA	CAROLINE EDUARDA CAMPOS GURSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23820178	NUTRICIONISTA	DAVID TOMAL ADRIANO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23818471	NUTRICIONISTA	EMANUELE CRISTINA GUEBA BUDNIK	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23819952	NUTRICIONISTA	FABÍOLA KAUFMANN STUANI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23819346	NUTRICIONISTA	FERNANDA KOZLOVSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23819120	NUTRICIONISTA	FERNANDA MENDES DE JESUS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23817847	NUTRICIONISTA	FRANCIELLE DA LUZ FRANKIO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23819687	NUTRICIONISTA	GABRIELY CORDEIRO PEREIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23817597	NUTRICIONISTA	GISELLI ABE	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23818608	NUTRICIONISTA	GRAZIELLE ZIMMERMANN BIGOCHINSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23818542	NUTRICIONISTA	ISABELA CAROLINE SARRAFF	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23816518	NUTRICIONISTA	IZABEL GURESKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805	05

					- VILA DIVA	
23819657	NUTRICIONISTA	JANAYNA ANDRADE CAVALHEIRO OPOLINSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23817450	NUTRICIONISTA	JAQUELINE ANDERSON	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23819919	NUTRICIONISTA	JESSICA APARECIDA DIAS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23818619	NUTRICIONISTA	JULIANE RODRIGUES DE SOUZA CEUCHUK	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23819076	NUTRICIONISTA	KALINE EDUARDA WALESKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23816318	NUTRICIONISTA	LAÍS FERNANDA CARDOSO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23818996	NUTRICIONISTA	LETICIA DE LARA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23818479	NUTRICIONISTA	LIZETE SANTANA FERREIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23818553	NUTRICIONISTA	LUANA KUTCHMA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23818682	NUTRICIONISTA	LUANA MAYARA DUARTE DE OLIVEIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23817044	NUTRICIONISTA	LUCIMARA RIBEIRO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23819016	NUTRICIONISTA	MARIA LUIZA VALENGA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23819693	NUTRICIONISTA	MARIANE ALEXSANDRA CARNEIRO PACIESNY SUMI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23819895	NUTRICIONISTA	MARIANE HELENA MONCZAK	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23819382	NUTRICIONISTA	MARILIA AMALIA DE MACEDO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23819930	NUTRICIONISTA	NATHALIA SANTOS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23817299	NUTRICIONISTA	NICOLAIA POTOSKI FIATKOSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23819777	NUTRICIONISTA	SAMARA BELINSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23817905	NUTRICIONISTA	SIRLENE DA APARECIDA DE SOUZA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23818027	NUTRICIONISTA	TATIANE BAUFLEUR	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23820098	NUTRICIONISTA	WILHAN SZEREMETA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23819412	PROCURADOR	ADRIELE LUZIA DA SILVA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23817825	PROCURADOR	ALESSANDRA MANCASZ	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23819040	PROCURADOR	ALEX RICARDO PETERLINI JUNIOR	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23820062	PROCURADOR	ALINE APARECIDA MUZINOSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23819709	PROCURADOR	ALSIDÉA LICE DE CARVALHO JENNINGS PEREIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23819507	PROCURADOR	ANA CAROLINA CHAS CAMARGO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23819291	PROCURADOR	ANA FLÁVIA ALVES DE LIMA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23819543	PROCURADOR	ANA LETÍCIA ANDRADE SANCHES	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23819060	PROCURADOR	ANA LETÍCIA SEIDL BURGATH	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23817207	PROCURADOR	ANDERSON RATUCHNIAK	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23818214	PROCURADOR	ANDRÉ GALVAN DANTAS MOTTA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23816789	PROCURADOR	ANDRÉ LUIZ QUAGLIOTTO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23817840	PROCURADOR	ANDRÉA DO ROCIO MARTINS DE OLIVEIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23819035	PROCURADOR	ANGELICA PAIM DA SILVA BLASZUYK	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23818433	PROCURADOR	BRENDHA DE ANDRADE BOROCHOK	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23820072	PROCURADOR	BRUNO NEVES	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23819903	PROCURADOR	CAMILA ZANIOLO PRATES	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23816874	PROCURADOR	CARLA CRISTINA STRONA ANTUNES	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23819831	PROCURADOR	CARLOS EDUARDO WOITECHEN	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23818604	PROCURADOR	CARLOS HENRIQUE GOMES	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23819133	PROCURADOR	CAROLINE PRESTES	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23816392	PROCURADOR	CHRYSTIAN CATARINA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23819542	PROCURADOR	CLARA KARISA CUNHA SILVA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23818313	PROCURADOR	CLAUDIO GARTNER	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23816620	PROCURADOR	CRISTIAN OPUCHKEVICZ PAIANO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23816976	PROCURADOR	DANIEL DA SILVA COSTA LAZZARI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23817095	PROCURADOR	DEBORA DAS GRACAS PEDROSO PINTO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23818765	PROCURADOR	DÉBORA REGINA GALICKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07

23816995	PROCURADOR	DEISY REGINA DA SILVA FRANCO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23817273	PROCURADOR	DIONES PADILHA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23818303	PROCURADOR	DYELLEN ALICE FORGHIERI DE PAULA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23816678	PROCURADOR	EDINA CLAUDIA CLEMENTE	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23817735	PROCURADOR	ELAINE CRISTINA SOARES SURMACZ	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23819704	PROCURADOR	ELOISE DE ALMEIDA ROCHA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23817558	PROCURADOR	EMANUEL VITOR STALISZ	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23816774	PROCURADOR	EMANUELE CRISTINE MICHALOVSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23818667	PROCURADOR	ERALDO CELSO DO NASCIMENTO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23816832	PROCURADOR	ERICK CAMARGO DE ALMEIDA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23818563	PROCURADOR	ÉRIKA TAINÁ RIBEIRO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23820225	PROCURADOR	FÁBIO JUNIOR DE SOUZA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23818865	PROCURADOR	FERNANDO LOPES DOS SANTOS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23819230	PROCURADOR	FERNANDO MOREIRA FERREIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23819653	PROCURADOR	FRANCE FERRARI CAMARGO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23817176	PROCURADOR	FRANCIELE LUZIA SOARES	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23819823	PROCURADOR	GABRIEL DA SILVA CORDEIRO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23817857	PROCURADOR	GABRIEL MADUREIRA COLAÇO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23818440	PROCURADOR	GABRIEL MARAVIESKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23818710	PROCURADOR	GABRIEL SANTIAGO DE QUEIROZ CARNEIRO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23818574	PROCURADOR	GABRIEL SCHREINER BUENO DE CAMARGO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23819044	PROCURADOR	GABRIELA GIANINE HALICKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23820240	PROCURADOR	GIANCARLO GRACIOLI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23817679	PROCURADOR	GISELLE CAMARGO DOS SANTOS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23819820	PROCURADOR	HELENA ZEM RIQUELME	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23818854	PROCURADOR	HELOISA BUCO MORETTO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23819725	PROCURADOR	HELOISA PIRES MATTOZO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23819042	PROCURADOR	HENRIQUE BINI PINTO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23819215	PROCURADOR	HENRIQUE IANIK PORTELA FRANCO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23816703	PROCURADOR	INGRID CHRISTINE RODRIGUES	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23819142	PROCURADOR	IVAN DIOGO GINKO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23817375	PROCURADOR	IVONE SURMACZ	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23819908	PROCURADOR	JAIME FERNANDES DE CARVALHO FILHO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23819914	PROCURADOR	JOAN WRUBLESKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23820176	PROCURADOR	JOÃO PAULO ARAUJO LAURINDO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23816631	PROCURADOR	JOAO PAULO FALAVINHA MARCON	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23819817	PROCURADOR	JOAO RICARDO SEBENELLO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23819011	PROCURADOR	JOÃO VICTOR NOGUEIRA HORN	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23820102	PROCURADOR	JOEL AVILA DE FREITAS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23819739	PROCURADOR	JOSÉ HENRIQUE SCARATTI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23819173	PROCURADOR	JOSÉ LUAN PEDROSO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23819935	PROCURADOR	JOSIANE WEISS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23816810	PROCURADOR	JULIANA DA SILVA GIARETTA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23820183	PROCURADOR	JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23818517	PROCURADOR	JULIANO DE FREITAS LEJAMBRE SEIXAS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23819319	PROCURADOR	KAROLINE JULINAK DJUBATIE	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23819325	PROCURADOR	KLAUSS ROBERTO MERLIN	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23820180	PROCURADOR	LAIS FERNANDA ZEM	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23818344	PROCURADOR	LARA HELENA LUIZA ZAMBAO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23820103	PROCURADOR	LAURA CHAGAS FALEIRO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805	09

					- VILA DIVA	
23820034	PROCURADOR	LEONARDO DE QUADROS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23817479	PROCURADOR	LIBORIO CASSIANO MILLEO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23818265	PROCURADOR	LUANA CAROLINA DOS ANJOS INAREJOS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23818492	PROCURADOR	LUANA RETZLAFF MILLEO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23819279	PROCURADOR	LUCAS RODRIGUES	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23817178	PROCURADOR	LUCAS ROSNOSKI MUCHAU	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23819803	PROCURADOR	LUCIA SKRZECZKOWSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23818138	PROCURADOR	LUCIOLA ETYENNE FERREIRA ANGELO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23817480	PROCURADOR	LUIS HENRIQUE BUENO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23820226	PROCURADOR	MAIKEL GOMES DA LUZ	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23818202	PROCURADOR	MARCELA SACZUK NIZ	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23816660	PROCURADOR	MARCOS VIGAND	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23818367	PROCURADOR	MARIA CAROLINA PASKE DE PINHO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23817563	PROCURADOR	MARIA EDUARDA ALVES FRANÇA DA CRUZ	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23817722	PROCURADOR	MAYRA CRISTINA GEHRKE	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23818497	PROCURADOR	MILENA DE PAULA FERNANDES	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23816786	PROCURADOR	MILENE IARROCHESKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23818453	PROCURADOR	NADIELLY ALANA RIBEIRO DE CRISTO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23818093	PROCURADOR	NATÁLIA BOZZA PEGORARO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23816411	PROCURADOR	NÁTALY JUBANSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23817496	PROCURADOR	NEWTON JONES TRAVASSOS NETO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23818304	PROCURADOR	PAULO PARDAUIL RODRIGUES	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23819240	PROCURADOR	PAULO SERGIO KURZYDLOWSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23819996	PROCURADOR	PEDRO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23819922	PROCURADOR	PRISCILA CHYLAJENKO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23817929	PROCURADOR	RAFAEL DELFES BRANCO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23819454	PROCURADOR	RAFAEL YACANA PEREIRA JARDIM	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23818578	PROCURADOR	RAUL VICTOR VELTER MACHADO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23819995	PROCURADOR	RICARDO APARECIDO DE SOUTO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23816729	PROCURADOR	ROBERT CAPOTE DE OLIVEIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23819751	PROCURADOR	RODRIGO GUASQUE DE CAMARGO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23817359	PROCURADOR	RODRIGO RODBARD FALAT	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23818134	PROCURADOR	RUSLAN LUIS TORRICO SCHWAB	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23820028	PROCURADOR	SERGIO PEREIRA BORGES	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23818308	PROCURADOR	SUELLEN CRISTINA DO NASCIMENTO DELA JUSTINA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23816656	PROCURADOR	THAIS EMANUELI MIKALISKI DINO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23817875	PROCURADOR	THAIS RACHEL BARBOSA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23818216	PROCURADOR	TIAGO FELIPE NUNES DA SILVA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23819334	PROCURADOR	TIAGO LUIZ STADLER	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23819281	PROCURADOR	TÚLIO AMARAL BITTENCOURT	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23816366	PROCURADOR	VAGNER IZAIAS DOS SANTOS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23818097	PROCURADOR	VALQUIRIA AMANDA CORDEIRO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23819190	PROCURADOR	VANESSA FAUST CORDEIRO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23818593	PROCURADOR	VINICIUS JOSE BESCIAK	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23817191	PROCURADOR	WELLINGTON LINCOLN SECO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23818104	PROCURADOR	YURI JEAN RANGEL	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23820154	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ABIGAIL TERESINHA GAIOSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23819899	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ALINE FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23819045	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	AMANDA DE JESUS SCHERER REITZ	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11

23820214	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ANA CAROLINA MARTINS DE SOUZA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23819151	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ANA PAULA TULIO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23816918	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ANGELA AP.LINHARES DE LIMA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23818530	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	BRUNA CAMPOS GEMPKA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23818331	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	CARLOS ALBERTO CANIDO MENDEZ	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23819826	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	CLAUDIÉLI ALESSANDRA DA SILVA BUENO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23818342	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DÉBORA ADRIELLY PATCZYK	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23819258	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DOUGLAS ARIEL VIANNA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23818222	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	EDIMAR VAZ DO CARMO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23819641	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ELEN ISABÉL ZANLORENSE	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23817587	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	EVELIN ANDRESSA SCHEFER	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23819993	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	FABIANA FARIAS AFONSO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23818735	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	GIAN LUCAS DA LUZ	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23819821	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	HENRIQUE MALOJO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23819460	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	JOÃO LUCAS ANDRUSKO ORTIZ	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23819885	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	JOSÉ ALESSANDRO BALTAZAR	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23817430	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	LEANDRO KOVALSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23820146	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	LEONARDO FRANCISCO DE LAZARI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23819880	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	LUANA PIETRZAK MASSOQUETTO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23819606	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	LUIS MIGUEL DA LUZ	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23818925	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	LUIZ GABRIEL VASCO	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23817780	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	LUNA BOMFIM	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23820206	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	MARCELI CAMILI STELLE	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23818960	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	MARIA EDUARDA ADAMSKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23819388	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	MARIANA TOMAL	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23816514	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	MARIANA VICTORIA BURKO HERTHEL	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23817640	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	OSLEY KAUAN GONÇALVES	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23819627	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	PAULO VILSON IVANCHESKI	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23820245	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	PEDRO HENRIQUE JOFFE	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23818793	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	PEDRO MALOJO FERREIRA	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23819862	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	WAGNER BORGES	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23818343	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	WESLEY GABRIEL DOS SANTOS	08hs15min	M-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23819814	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADELINE FRONCZAK	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23817598	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADRIANE APARECIDA SOARES	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23817513	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADRIANE DO ROCIO KAMINSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23820168	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ALANE APARECIDA KOPYCKI BELINO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23816793	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ALESSANDRA DYENEFER CHAVES KOSTANTIUK	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23817081	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ALEXANDRA PADILHA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23816751	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ALEXANDRO PINTO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23818606	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ALINE APARECIDA MENDES	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23820134	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ALINE GAPINSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23819921	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	AMANDA BORGES	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23819339	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	AMANDA CARARO KEMPINSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23818113	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	AMANDA DE OLIVEIRA LINHARES	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23817115	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	AMANDA PACHECO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23820006	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANA CAROLINA FERREIRA DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23820138	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANA CAROLINA PRESTUPA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23819485	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANA CAROLINE ZEM	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23817476	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANA CLAUDIA BULATY	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23816353	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANA CRISTINA MAKOSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 -	01

				DE CAMARGO	CENTRO	
23816692	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANA JULIA DE OLIVEIRA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23816685	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANA MARIA ZOREK	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23818644	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANA ROZENI BENDNARCZUK	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23817160	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANDERSON ELOIR LAU	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23817977	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANDERSON JOSÉ SIQUEIRA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23819108	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANDRÉ DE LARA CARLOS	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23817525	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANDRE FRAITAG DE LIMA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23818152	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANDREIA BEATRIZ DE MELO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23819178	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANDRESSA PEREIRA CHALUS	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23817469	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANDREZA MARIA DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23820220	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANGELA PEREIRA DA MAIA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23817934	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANNA JULIA MAIDL DE OLIVEIRA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23817988	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANTONIO CESAR MORAIS KSIASKIEVICZ	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	01
23820043	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANTONIO MARCOS ALVES CAMILIO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819612	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ANTONIO ROBERTO HOHMANN	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23818858	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ARTHUR MAZUR	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23817405	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ARTHUR NICHOLAS GERLACH DE SOUZA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819600	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	AUHANNY CRISTINA ULBRICH	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819622	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	BÁRBARA LOPES FRANKIO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23817219	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	BIANCA LOZINSKI SCHIMANKO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819554	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	BIANCA ZOREK	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819432	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	BRIAN CARNEIRO ANTUNES	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23818935	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	BRUNA MARCOWICZ	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819702	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	BRUNO HENRIQUE MARTINS MAZUR	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819999	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	BRUNO RAFAEL ROSA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23820044	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CARLA GRASIELE SARUVA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819842	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CARLOS EDUARDO MACEDO SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23817835	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CARMEN LUCIA PINTO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23820173	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CAUÃ FERNANDES CAMPOS	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23816992	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CHAYANNE KROIN	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23816681	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CHRISTIAN SAMUELSON GRUBA FRANCO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819270	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CHRISTINE SOLAREVISKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23820184	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CHRYSTIAN GABRIEL DOS SANTOS DE ANDRADE	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819743	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CIELI CIUSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23818377	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CLEICE FERNANDA DO NASCIMENTO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23817629	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CLEITON JOSÉ TOLEDO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23816844	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CLEVERSON DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23818820	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DAIANA APARECIDA OLIVEIRA CELESTINO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23818664	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DAIANA FERREIRA DE LIMA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23818637	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DAIANE BIANCO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819813	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DANIEL FELIPE SOARES DA SILVA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23817684	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DANILO CARARO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23817591	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DARTAGNAN ROGALSKI CABRAL	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819874	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DAYANE DA SILVA PEREIRA BUSSOLA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	02
23819711	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DEMERSON GABRIEL SILVEIRA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819608	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DIOGO HENRIQUE BORA FOLLMANN	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819630	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EDILAINE DE SOUZA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23816719	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EDIVANIA CASSIA DE BARROS WROBLEWSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23818263	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EDUARDA DA COSTA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03

23818045	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EDUARDO CORREIA DE ALMEIDA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23816858	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ELAINE PEROCELLI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23816445	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ELAINE RUVIENSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23818549	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ELIANE LOTOSKI DE ALMEIDA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819345	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EMERSON SOARES OLICHESKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23820073	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ERIKA ARIANE NOGUEIRA DO NASCIMENTO E SOUZA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23817281	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ERIKA MARIA KOJATEK DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23817832	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EVERTON ARNOLDO ANDRADE RAVANELLO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819808	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FABIANA ADRIELI DE CAMPOS	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819538	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FABIANA JOCH GAUTTO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23816359	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FABIANA PRESTUPA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819574	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FABIANE ALINE DA SILVEIRA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23820125	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FATIMA DO PRADO GAIOSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819443	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FELIPE DO AMARAL ZAINEDIN	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23816644	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FELIPE MACEDO VIEIRA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23817967	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FERNANDA DE FÁTIMA SILVEIRA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819694	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FERNANDA GURALH	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819656	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FERNANDA PRESTUPA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23817158	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FERNANDA ROCHA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819916	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FRANCIELE MIERZEJEWSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819950	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GABRIEL BRANDINO AMORIM	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23818912	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GABRIELA FERNANDES DE OLIVEIRA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23819836	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GABRIELA MARKOVICZ MEIRA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23817554	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GABRIELI PAGESKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23820159	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GEOVANE GASPAR DE ANDRADE	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	03
23816869	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GESSICA DOS SANTOS SCHAYDER	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23819177	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GÉSSICA LAÍS CAVALHEIRO DA ROSA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23820004	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GIANNE REGINA IVANCHESKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23816933	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GILCINEI LINHARES	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23816398	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GILMARIS DE OLIVEIRA SINHORI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23819931	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GIORDANO BORGES	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23819470	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GIOVANA RYMSZA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23819735	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GISLAINE GONÇALVES DAS CHAGAS	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23816386	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GLÓRIA MARIA PACHECO RESTORF	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23816427	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GUILHERME FERREIRA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23816929	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GUSTAVO HENRIQUE GAZZIERO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23817142	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HELOISA GABRIELLY SURMACZ	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23816857	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	HELOISE PEROCELLI ROGOVSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23817508	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	INGRIDY NUNES BUDZIAK	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23820167	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	IRIS PRISCILA DE SOUZA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23816727	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ISABELLY BIANCA DOS SANTOS PEPE	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23819156	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ISADORA PIETROSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23819381	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JACIELE PEREIRA DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23819800	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JACKELINE GRONTOWSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23818061	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JANAÍNA FABÍOLA CAMPOS DE OLIVEIRA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23816577	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JANE ROBERTA SAMPAIO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23819633	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JAQUELINE TRESSI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23819506	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JEFERSON DOS SANTOS CRISTO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23818086	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JEFERSON KOCHINHERKO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23817550	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JENIFER ALANA SANTOS PACZKOSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 -	04

				DE CAMARGO	CENTRO	
23819610	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JESSICA ALINE PIANI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23816797	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JHANNYFFER KEILLA KULKA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23816666	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JOÃO HENRIQUE WENDRECHOSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23819025	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JOÃO VICTOR KUSPIOSZ BUCCO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23818646	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JOÃO VITOR GAIOSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	04
23818010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JOCELI BURNAT DO NASCIMENTO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23816849	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JOEL MARCOS DA COSTA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819770	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JOELINE GARSTKA GUADANHINI POPOVICZ	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819550	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JOHAN PETTERSON HAHNE	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23818836	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JONATHAN ZAGANSKI BATISTA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819534	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JOSIELE SARUVA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23816811	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JULIANA DA SILVA GIARETTA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23817402	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	JULIANA SOBIESKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819198	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	KAMYLA BOROX	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819228	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	KAREN ANDRESSA KARVOSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23816768	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	KAREN CELINE STANICHESKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819583	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	KARINE APARECIDA SALOMINE	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23816571	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	KATRYELY APARECIDA KOSLINSKI OWSIANY	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23820050	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	KAUÃ VALENTIM DUDA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23818731	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	KAUÊ RUPPEL QUERINO DA SILVA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23817954	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	KELLY CRISTINE MACHADO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23816897	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	KESLLER DANIEL DE OLIVEIRA PRINCIVAL	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23816773	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	KEVIN RYAN DA SILVA BUHRER	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819292	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LARISSA DE GOIS	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23818683	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LAURA WERETYCKI BUDZIAK	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819892	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LAYANA DOMINGUES DE AMORIM BUFF	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23816862	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LEILA GRAZIELE DOS SANTOS MIRANDA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23818656	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LENON EMANUEL MARTINI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819964	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LETÍCIA APARECIDA KARVOSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23817314	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LETÍCIA SOBCZAK DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819349	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LORRANY VITÓRIA SOLOMINE	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23817645	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUANA BIANCA RODRIGUES	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819976	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUANA VITORIA PACHECO FARAIS	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23820070	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUCAS ALVES RAULT	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819637	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUCAS DE RAMOS CARDOSO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	05
23819067	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUCAS LOPES NEPOMOCENO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23819369	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUCI MARIA FERREIRA ALBUQUERQUE	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23817285	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUCIA BUCO PIETROSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23819321	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUCIANE KULKA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23819624	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUIS FERNANDO SCHNAIDER	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23819386	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUIZ DE RAMOS CARNEIRO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23817940	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUIZ FERNANDO ANTONIO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23819728	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	LUIZ HENRIQUE SCARATTI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23819415	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MAIRON FOLWARNY GNATKOWSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23818804	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MARCELA DOS SANTOS DE ANDRADE	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23819425	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MARCIA GONCALVES DE CARVALHO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23819675	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MARCIA JANETE CIESLAK KOCINSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23816330	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MARCIA PADILHA PACHOLEK	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23820025	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MARIA EDUARDA DO PRADO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06

23819391	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MARIA EDUARDA KULIS DAS NEVES	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23816953	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MARIA ELOÍSA DA SILVA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23816454	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MARIA HELENA PRZYBYSZ	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23819257	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MARISA SOBIESKI SOARES	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23817673	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MARISTELA KNOPIK	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23820223	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MARLA AMABILE NUNES	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23818441	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MARLON DE LIMA MACHADO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23820160	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MATEUS EDUARDO SZRAJIA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23819812	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MATEUS PRINCIVAL	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23817034	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MATEUS VALENGA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23820010	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MATHEUS FRACARO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23820107	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MATHEUS GRUBA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23816816	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MATHEUS KSIOZEK TASCA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23818486	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MAYARA KRUK	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23820120	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MELYSSA KAREN DE ALVARENGA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23816836	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MICAELI FERREIRA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	06
23819569	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MICHELLI IVANCHESKI IANKOSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23818287	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MIGUEL ANGELO BASSO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23816887	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MIKAELY MAYARA KAVA PRESTUPA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23819829	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MILENA SOUZA DO NASCIMENTO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23817061	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MISAEL FERREIRA SUZARTE DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23819685	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	NATHANAEL ZAMPIER ROGULSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23816400	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	PATRICIA MACHADO DANIELSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23819706	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	PATRÍCIA MOREIRA PINTO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23819936	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	PAULO ALBERTO DE AZEVEDO VELLOSO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23819428	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	PAULO EDUARDO GADENS RIGONI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23818461	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	POLIANA PATRÍCIA VALENTIM FARIA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23817192	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	RAFAEL OBZUT DE SOUZA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23817866	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	RAMON KOSINSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23819971	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	RAQUEL DOROCINSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23819917	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	REGIANE LACHMAN	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23818269	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	RENATO AUGUSTO JAVORSKI CIOLA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23818957	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	RENATO JOSÉ BENDNARCZUK	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23818801	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ROBERTA DOS SANTOS DE ANDRADE	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23816436	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	RONALDO DE CAMARGO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23817235	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ROSANGELA ZABOROSKI SIMON	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23816875	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ROSELI APARECIDA BENDNARCZUK MOYSA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23819282	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ROSILENE APARECIDA ROMAN	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23819642	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ROSILENE PLODOWSKI GNATKOSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23820157	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	RUBERLEI ALVES BUENO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23820257	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SABRINA SURMACZ VALENTIM	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23819359	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SAMANTHA LOZINSKI SCHIMANKO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23820217	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SAMARA SIUTA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23818688	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SARA MARIA SIUTA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23818381	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SILVANA ROSSA GURESKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23819766	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SILVIA APARECIDA DE LIMA MARCOSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	07
23818457	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SILVIA NARA DO ROCIL SPECKT	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23817011	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	STEPHANY TAUANI RODRIGUES	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23818977	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	TACIANE BODIN	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23819724	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	TAIS CARRARO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 -	08

				DE CAMARGO	CENTRO	
23817022	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	TAIS DOMINGUES	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23817962	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	TAIS FERNANDA DE PAULA CANELO FERREIRA PINTO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23816863	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	TALITA DOMINGUES	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23818106	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	TALITA MONCZAK	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23816696	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	TANATÃ ROSENDO DE ALMEIDA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23819028	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	TASSIELI CHECHUREK	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23820045	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	THASLINE PEDROZO RIBEIRO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23817443	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	THEOANA EDUARDA CARDOSO ZIELINSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23818702	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	THIAGO GABRIEL OLIVEIRA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23820106	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	THIAGO ZIPIELA CAMILIO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23819771	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	VALDIRENE BOSCARDIN LIMA FRANCO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23817083	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	VENAN VITOR DOS SANTOS DE BRITO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23818554	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	VERA FERREIRA MILESKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23816785	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	VINICIUS MATEUS DOS SANTOS DE BRITO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23819547	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	VITOR GUSTAVO GAIOSKI	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23817715	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	VITÓRIA ABIBE SIVICK	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23820144	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	WANTIEL BATISTA GALVÃO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23820058	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	WELLIGTON MARTINS PEPES	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23816535	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	WELLINGTON RENAN DE MORAES	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23819081	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	WESLEY ALEX MARKOVICZ	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23819192	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	YASMIN CHICORA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23820026	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ZAÍNE PACHECO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23816422	BORRACHEIRO	CELSO JOSÉ DA SILVA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23818744	MECÂNICO ELETRICISTA	JONAS CLAUDINEI ROIK	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23816489	MECÂNICO ELETRICISTA	JOSE MIGUEL MAZEPPA DO CARMO	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23819201	MECÂNICO ELETRICISTA	MARCELO DE ANDRADE ROCHA	14hs15min	T-COL. EST. CIV. MIL. DR. AFONSO ALVES DE CAMARGO	RUA CAFIEIRO CORSI, 219 - CENTRO	08
23818012	AGENTE FISCAL	ALCEU MENDES DO NASCIMENTO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23816733	AGENTE FISCAL	ALEXANDRE KEHL PEREIRA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23820121	AGENTE FISCAL	ANDRÉ LUIS GODOY	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23820142	AGENTE FISCAL	ANTÔNIO LAERCIO DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23816541	AGENTE FISCAL	CAMILA SILVIANE SPECKT	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23818230	AGENTE FISCAL	CLEVERSON JEZARIEL BUCO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23820237	AGENTE FISCAL	FERNANDO LUCAS STEPKA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23816870	AGENTE FISCAL	GESSICA DOS SANTOS SCHAYDER	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23816731	AGENTE FISCAL	JONAS CLAUDINEI ROIK	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23816594	AGENTE FISCAL	MICHEL KUZNIEVICZ	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	04
23820215	AGENTE FISCAL	RAFAEL CARNEIRO RODRIGUES	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23816435	AGENTE FISCAL	RONALDO DE CAMARGO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23818943	ASSISTENTE OPERACIONAL	ANDRÉ FAUSTINO MOLETA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23818446	ASSISTENTE OPERACIONAL	ANGELA ROBASZKIEWICZ BARROS DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23817474	ASSISTENTE OPERACIONAL	BRUNO TIAGO CAETANO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23819944	ASSISTENTE OPERACIONAL	DIVONCIR DA SILVA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23818470	ASSISTENTE OPERACIONAL	EDILSON HENRIQUE DA SILVA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23818888	ASSISTENTE OPERACIONAL	ELIAS DE SOUZA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23817937	ASSISTENTE OPERACIONAL	ÉRIKA LETÍCIA DZIURKOSKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23819978	ASSISTENTE OPERACIONAL	FELIPE OZERIANSKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23816480	ASSISTENTE OPERACIONAL	GILMAR HACK	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23818630	ASSISTENTE OPERACIONAL	JOÃO ALCLAIR SILVEIRA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23819691	ASSISTENTE OPERACIONAL	JOÃO AROLDO DE MOURA JUNIOR	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05

23816589	ASSISTENTE OPERACIONAL	JOSE CARLOS BUENO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23818213	ASSISTENTE OPERACIONAL	JOSE MARIANO FERREIRA DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23818200	ASSISTENTE OPERACIONAL	JOSIEL FERRAZ DA SILVA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23818198	ASSISTENTE OPERACIONAL	JUSSARA APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23817050	ASSISTENTE OPERACIONAL	KEVIN GABRIEL IVANCHESKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23817370	ASSISTENTE OPERACIONAL	MARILDA PINHEIRO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23818390	ASSISTENTE OPERACIONAL	MAURO DE FREITAS	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23819033	ASSISTENTE OPERACIONAL	RONALDO ADRIANO LUCINDO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23816430	ASSISTENTE OPERACIONAL	SILVANA POLNIAK	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23819924	ASSISTENTE OPERACIONAL	VALDERI BUENO	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23818226	MECÂNICO	ANDERSON DOS SANTOS ALGABA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23820191	MECÂNICO	DANIEL MARTINIAK KULKA	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23817136	MECÂNICO	EZIQUIEL DE SOUZA MESSIAS	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23816885	MECÂNICO	FREDERICO PEREIRA DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23819184	MECÂNICO	GABRIEL IANKOVSKI	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23818708	MECÂNICO	LENIN EMMANUEL GUEREZ	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23820221	MECÂNICO	LUIS VITOR PEPE	14hs15min	T-COL. EST. DO CAMPO NOSSA SENHORA APARECIDA	ROD MUNICIPAL JOSE VIEIRA SOARES - INVERNADA	05
23817435	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ADRIANE APARECIDA PRINCIVAL	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23819661	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ALAM BUENO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23819991	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ALINE TAMITH IAREK DE ANDRADE	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23817512	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ALISSON SAMUEL KALINOSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23819188	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AMANDA TAYLIZE PADIHA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23818734	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	AMBRÓSIO MORO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23817006	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ANA ALVES FRANCO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23816410	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ANA FLÁVIA STRONA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23819274	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ANA PAULA SOLOCHINSKI RIBEIRO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23816414	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	BEATRIZ TEIXEIRA DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23819990	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	BRUNA LUANA MATIAS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23818933	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	BRUNA MARCOWICZ	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23816988	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	BRUNO CAMARGO DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23819535	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CEILE APARECIDA KOVALSKI CIUSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23818515	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CÉLIA MARIA ANTONIO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23816418	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CELSO JOSÉ DA SILVA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23819904	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CLARICE APARECIDA KOTELEVSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23817947	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CLEONEIA PADILHA DUDA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23817417	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	DAIANE DE FÁTIMA CHAGAS DE ALMEIDA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23816934	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	DAIMON ALVARENGA NUNES	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23817012	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	DANIELE DA LUZ DE CAMARGO DA ROCHA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23816937	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	DANIELE PEREIRA DA COSTA NASCIMENTO ABRANCHES	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23817404	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EDILAINE SILVEIRA FRANÇA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23817049	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EDUARDA ELOYANE REMEYKA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23819938	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EGENILSON SILVEIRA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23816747	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ELIETE ISABEL STEPHANHUK	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23816931	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ELIS DANIELLE MORAES	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23818419	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ELMA DOS SANTOS LEAL CRISPIM	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23819134	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ESTEFANO HARMATIUK	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	01
23820190	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	EVELI VANESSA PEDROZO DA SILVA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819667	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	GABRIEL SIONA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23817442	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	GABRIELE KEMPINSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819475	AUXILIAR DE SERVIÇOS	GILDA MADALENA MIQUETA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 -	02

	GERAIS				CENTRO	
23817099	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	GILMARA INEZ DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23817134	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	HELENA TERLUK	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23817098	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	INES MAISTROWICZ	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819783	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	IVO LEBIODA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23817466	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	IZA APARECIDA CARDOSO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23818623	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	IZABELA CRISTINA STRONA DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819214	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	IZAMARA DE FÁTIMA VIEIRA PACHECO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819625	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	JANAINA DE FATIMA ANTUNES LEMES	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23816705	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	JANETE RASCHE HALABURA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23817087	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	JANICE DE LIMA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23817899	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	JÉSSICA DE PAULA OLIVEIRA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819934	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	JOSÉ DE LARA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23817809	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	JOSÉ DIVAIR DE MIRANDA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819981	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	JOSIELI ANTUNES PADILHA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23817672	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	JOSIMERI DE FATIMA BORGES RIBEIRO MACHADO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23818913	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	JOSLAINE MICHALSKI FERNANDES DE OLIVEIRA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23818262	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	JOSLÉIA APARECIDA DE LARA PACHECO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23816357	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	JUCELENE SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23816578	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	KATIA MARIA BUASKI MUSIALAKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23817460	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	LAIS ALESSANDRA ROSTELATO RAMOS GURESKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819615	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	LARISSA THAIS MAIDL	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819128	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	LEIDIANA MIRANDA DE PINHO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23816798	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	LEONIDAS GOBBI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23819949	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	LILIANE ZIBIKOSKI TROCIK	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23818826	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	LUCIANE BATISTA DE LIMA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	02
23818192	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	LUCIMAR CORDEIRO DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23816787	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	LUCIMARI PRINCIVAL GAVRONSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23818741	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	LUCINEI BASSI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23818557	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	LUIZ MATHEUS CABRAL	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23816877	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	LUIZA WILCHAK	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23818643	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	LUZIA DE OLIVEIRA MIRANDA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23817571	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	MÁRCIA APARECIDA CIUS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23819301	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	MARCIA PLUCHINIAK	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23818950	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	MARCIA REGINA BORGES	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23816352	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	MARGARETE MORO TUROSSI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23817950	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	MARIA JANICE LICHESKI PERUSSELLI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23816533	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	MARIA MARGARETE BENDNARCZUK KNOPIK	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23818684	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	MARIA MARTA CARNEIRO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23819406	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	MARIA SARITA DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23818669	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	MARIANE SURMACZ	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23818229	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	MARIZETE VALESCO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23819769	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	MATHEUS MOREIRA MARTINS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23819280	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	MAYARA ROZA NOGUEIRA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23819567	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	MICHELI CARDOSO CARRARO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23816647	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	NATALI RAFAELI DOS SANTOS CARNEIRO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23817510	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	NICOLAS ALVES PIRES	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23819514	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	OSMAR ALVES MACHADO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23819220	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	PATRÍCIA APARECIDA SANTOS PINTO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23816880	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	PATRICIA DE FATIMA SILVA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03

23817416	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	PATRICIA RIBEIRO DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23816608	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	PRISCILA MIQUETA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23819956	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	RIQUELME MARTINS DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23819397	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	RODRIGO ANTONIO DE OLIVEIRA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23818626	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	RODRIGO STRONA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	03
23817063	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ROSELIA DA SILVA MENDES	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23818384	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ROSICLETE STASIAK DE FREITAS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23819023	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ROSIMAR PINTO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23818799	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ROZELI LEBIODA DA SILVA PINTO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23816936	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	RYCHARDY GABRIEL DOS SANTOS DE OLIVEIRA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23819616	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SANDRA REGINA KOPYCKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23816695	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SHEILA STANSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23819071	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SILMARA PINTO KAVA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23816320	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SILVANA APARECIDA DE OLIVEIRA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23819973	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SILVANE APARECIDA CORDEIRO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23819022	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SIMONE DE FATIMA BELINO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23817407	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SIMONE DE LIMA BRITO SOARES	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23818661	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SIRLENE APARECIDA DA SILVA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23818776	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SIRLENE DEMBESKI MANKAZ	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23816605	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SOLANGE KAVA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23819619	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	TÂNYS SELENA DE DEUS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23818990	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	TERESA DE LIMA LEBIODA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23816825	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	TEREZINHA KARACHOVSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23819309	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	THASLINE CRISPIM	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23816823	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	VANESSA CHOCHEL	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23819310	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	VANESSA KAVA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23818955	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	VANILDA DE LIMA GALVÃO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23816323	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	VANILDO HILÁRIO DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23819780	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	VINICIOS ROGERIO FELDE	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23818965	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ZÉLIA ADRIANA PADILHA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23819059	MOTORISTA	ALCIANO DA LUZ MESSIAS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23818809	MOTORISTA	ALESSANDRO DE SOUZA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23820216	MOTORISTA	ALESSANDRO ROGÉRIO RIBEIRO PINTO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23816362	MOTORISTA	ALISON NATAN DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	04
23819452	MOTORISTA	AMAURI PADILHA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23819348	MOTORISTA	AMAURI TEIXEIRA MARTINS NETO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23820139	MOTORISTA	ANA CAROLINA PRESTUPA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23816512	MOTORISTA	ANA CLAUDIA PADILHA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23816778	MOTORISTA	ANA PAULA FERREIRA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23818151	MOTORISTA	ANDERSON JOSE FERRAZ	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23816548	MOTORISTA	ANDERSON MACHOVSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23816314	MOTORISTA	ANDRE LUIS MIKOLA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23817641	MOTORISTA	ANSELMO JOSE KLAK	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23818396	MOTORISTA	ANTONIO LUCAS LIMA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23816680	MOTORISTA	BRUNO MARQUES NUNES	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23818565	MOTORISTA	BRUNO MATEUS LOGINSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23816417	MOTORISTA	CELSO JOSÉ DA SILVA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23819392	MOTORISTA	CELSO LOPES DA SILVA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23820029	MOTORISTA	CELSO MORO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23817376	MOTORISTA	CLAIVER BRAZ DE PAULA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 -	05

					CENTRO	
23816377	MOTORISTA	CLAUDIO DE PAULA ANDRADE JUNIOR	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23818140	MOTORISTA	CLEDER ALEXANDRE ANTONIO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23817515	MOTORISTA	CLENILSON EVANDO PICHIBILESKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23817692	MOTORISTA	CLEVERSON JEZARIEL BUCO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23816603	MOTORISTA	DANIEL GAPINSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23816915	MOTORISTA	DANILO CHECHUREK MACHADO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23819590	MOTORISTA	DANILO KUHN LEVANDOVSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23816474	MOTORISTA	DEBORA STRADA BIALESKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23819174	MOTORISTA	DENER ADEMIR LINHARES	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23816896	MOTORISTA	EDSON ALVES DE LIMA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23819886	MOTORISTA	ELIAS CORDEIRO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23817028	MOTORISTA	ELITON CARNEIRO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23816780	MOTORISTA	ESTANISLAU JONAS DOROCINSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	05
23817961	MOTORISTA	EVERALDO FERREIRA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23816646	MOTORISTA	EVERTON DE LIMA BARROS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23816613	MOTORISTA	FABIANO MENDES DA LUZ	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23819218	MOTORISTA	FÁTIMA APARECIDA OLIVEIRA PINTO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23819726	MOTORISTA	FELIPE JOSE PRIMOM	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23819849	MOTORISTA	GEVERSON LUIZ DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23819570	MOTORISTA	GUILHERME PEREIRA DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23817146	MOTORISTA	GUSTAVO ALAN NOVAKOVSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23818392	MOTORISTA	GUSTAVO STOPASSOLI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23818737	MOTORISTA	HELIO CAVALHEIRO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23819247	MOTORISTA	HENRIQUE LOPES ERDMANN	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23817708	MOTORISTA	IVAN BABIUK	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23819307	MOTORISTA	IVAN CARNEIRO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23818378	MOTORISTA	JAIR SZCZEPANSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23820111	MOTORISTA	JEAN CARLOS DOS REIS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23819961	MOTORISTA	JHONATAN SOUZA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23818685	MOTORISTA	JOAO ANTONIO GRENCHESKI KISZKA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23819343	MOTORISTA	JOÃO PAULO OWSIANY	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23817019	MOTORISTA	JONAS FELÍCIO DOMINGUES	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23820093	MOTORISTA	JONAS GNATKOSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23817410	MOTORISTA	JONATAS DE MOURA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23818266	MOTORISTA	JONATAS MOLETA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23817499	MOTORISTA	JORGE LUIS DE SOUZA CAMARGO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23817542	MOTORISTA	JOSÉ ABEL DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23819379	MOTORISTA	JOSE AMILTON REIZNER FERREIRA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23817753	MOTORISTA	JOSÉ LUCAS DO ROZÁRIO BATISTA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23817366	MOTORISTA	JOSUÉ ELI DE ALVARENGA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23818135	MOTORISTA	JULIANO DE LARA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23816942	MOTORISTA	JULIANONDE LIMA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	06
23818117	MOTORISTA	JURACI JOSÉ FERREIRA DE ASSIS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819747	MOTORISTA	JUSSARA APARECIDA MOREIRA MARTINS SOPTO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23816595	MOTORISTA	KENEDY SAMUEL DO CARMO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819582	MOTORISTA	LEOCADIA SOBCZAK	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23816382	MOTORISTA	LIDIANE INES WROBLEWSKI BLASZCZYK	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23816555	MOTORISTA	LUCAS ANDRÉ BULATY	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23817326	MOTORISTA	LUCAS PEREIRA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07

23816499	MOTORISTA	LUCAS PRESTES	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23818889	MOTORISTA	LUCIANA VIEIRA FRANQUITTO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23818968	MOTORISTA	LUCIANO DE SOUZA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23818238	MOTORISTA	LUCINEI KAVETSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23816336	MOTORISTA	LUIS ROBERTO TEMITSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23817444	MOTORISTA	LUIZ CARLOS FERREIRA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23816624	MOTORISTA	MARCELO AUGUSTO DO NASCIMENTO BUENO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819484	MOTORISTA	MÁRCIO IRINEU PSZDZIMIRSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819347	MOTORISTA	MARCIO ROBERTO ALVES DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819611	MOTORISTA	MARCOS AURELIO ANTONIO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23816756	MOTORISTA	MARIO GOBBI FILHO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23816579	MOTORISTA	MATEUS NERY DE ABREU	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23820166	MOTORISTA	MAYKON JOSE LISBOA DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23816476	MOTORISTA	NATANAEL DOS SANTOS PEPE	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23816867	MOTORISTA	NICOLE APARECIDA LOPES FRANKIO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23817924	MOTORISTA	ODINEI DE OLIVEIRA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23818632	MOTORISTA	ODIVELSON DA CRUZ DA SILVA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23818363	MOTORISTA	OLAIR ALBUQUERQUE TRAVINSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23820009	MOTORISTA	PAULO ADRIANI DO NASCIMENTO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819161	MOTORISTA	PEDRO JULIANO FERREIRA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23818758	MOTORISTA	RANGEL EDUARDO GAIEVICZ	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23820092	MOTORISTA	RENAN GUILHERME TUMASZ	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	07
23819897	MOTORISTA	RICARDO IANKOSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23817884	MOTORISTA	ROBSON ANTONIO LACHMAN	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23818127	MOTORISTA	RODRIGO KROL	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23817507	MOTORISTA	RODRIGO PRESTES	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23819356	MOTORISTA	ROGERIO LOUREIRO FONSECA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23817622	MOTORISTA	RONALDO MELO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23817277	MOTORISTA	RONILTON JOSÉ CORDEIRO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23818469	MOTORISTA	SAMUEL MASNEI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23819469	MOTORISTA	SEBASTIÃO ADRIANO SANSANA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23817719	MOTORISTA	SEBASTIÃO VALDECIR DE PAULA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23816405	MOTORISTA	SÉRGIO GRUBER	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23816819	MOTORISTA	SERGIO RICARDO BORGES TASCA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23819251	MOTORISTA	THIAGO DE MELO CYSNEIROS CAVALCANTI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23819487	MOTORISTA	VALDEZ MARTINS MACHADO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23820205	MOTORISTA	VALDINEI DE RAMOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23816587	MOTORISTA	VALDIR JOSÉ MOSSON	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23817965	MOTORISTA	VANDERLEI RAMOS FERREIRA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23818208	MOTORISTA	VILMAR GONÇALVES TOLEDO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23816748	MOTORISTA	WILLIAN MATHEUS BREWINSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23816947	PROFESSOR	ADAILDO MATEUS RIBEIRO MIRANDA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23817139	PROFESSOR	ADELINE DUDA CABRAL	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23818221	PROFESSOR	ADRIANA APARECIDA MOLETTA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23818006	PROFESSOR	ADRIANE DA LUZ MIRANDA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23818598	PROFESSOR	ADRIEL WESLLEY DE MORAIS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23819639	PROFESSOR	ADRIELI MARIA STODOLNI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23819586	PROFESSOR	ADRIELY LAIZA DE MORAIS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23818951	PROFESSOR	ADRILAINE PADILHA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	08
23818711	PROFESSOR	ALANA CAMILA FERREIRA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 -	08

					CENTRO	
23819797	PROFESSOR	ALESSANDRA CARARO KALINOSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23816455	PROFESSOR	ALESSANDRA GILMARA PRINCIVAL	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819853	PROFESSOR	ALESSANDRA SOARES	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23817502	PROFESSOR	ALESSANDRA THAISA DE CARVALHO BARCZAK	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23816746	PROFESSOR	ALEXANDRO PINTO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819324	PROFESSOR	ALEXSANDRA APARECIDA SMALESKI PRINCIVAL	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23816570	PROFESSOR	ALICIA MAOSKI DA SILVA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819887	PROFESSOR	ALINE DA LUZ	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23816337	PROFESSOR	ALINE LETICIA CORDEIRO ANDRADE	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23817804	PROFESSOR	ALINE OLENIKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23816432	PROFESSOR	ALINE SURMACZ	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23816818	PROFESSOR	ALISSON MARCELO DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23816420	PROFESSOR	AMANDA ALINE DA SILVA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23818852	PROFESSOR	AMANDA GABRIELI CIESLAK	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23818072	PROFESSOR	AMANDA POPOVICZ	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819662	PROFESSOR	AMANDA RAFAELY DE SOUZA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819745	PROFESSOR	AMANDA SLUZALA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819863	PROFESSOR	AMERICO RAFAEL PRESTES DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819632	PROFESSOR	ANA CAMILE SOARES GONÇALVES	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819113	PROFESSOR	ANA CLARA MIKOVSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819833	PROFESSOR	ANA CLAUDIA ZWIERZYKOWSKI PINTO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23816342	PROFESSOR	ANA CRISTINA MAKOSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819400	PROFESSOR	ANA CRISTINA PLODOVISKI BUCO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23819910	PROFESSOR	ANA HELOISA DA LUZ	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23818355	PROFESSOR	ANA JULIA RIBI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23817185	PROFESSOR	ANA PAULA DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23817634	PROFESSOR	ANA PAULA FERRAZ	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23818459	PROFESSOR	ANA PAULA KOLLARITSCH	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	09
23818011	PROFESSOR	ANA PAULA NUNES CAVALHEIRO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23817156	PROFESSOR	ANA REGINA MARTINS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23818096	PROFESSOR	ANA VITORIA KNOPIK	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23819375	PROFESSOR	ANAY RENATA CEQUINEL	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23818108	PROFESSOR	ANDREA MARIA ALIBOSKI ULBRICH	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23818116	PROFESSOR	ANDREA VALENGA LES	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23818877	PROFESSOR	ANDREA WARDRZINSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23816471	PROFESSOR	ANDRÉIA KARINA KROETZ	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23817184	PROFESSOR	ANDRELAINE DE DEUS LOURENCO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23816749	PROFESSOR	ANDRESSA DO ROCIO LIMA DA SILVA MARTINS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23819335	PROFESSOR	ANDRESSA NUNES	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23816524	PROFESSOR	ANDRESSA ROMAN	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23817057	PROFESSOR	ANDRIELE APARECIDA VONSOVICZ	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23816855	PROFESSOR	ANELISE APARECIDA DE FARIAS MARTINS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23816638	PROFESSOR	ANGELA AP.LINHARES DE LIMA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23819288	PROFESSOR	ANGELA LETICIA ROVEDA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23817283	PROFESSOR	ANGELICA LAIS WODONOS PACHINSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23819265	PROFESSOR	ANGELICA SCHUTA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23818797	PROFESSOR	ANGELITA DOS SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23817206	PROFESSOR	ANIELIE RATUCHNHAK LIPKA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23818649	PROFESSOR	ANNELIZE BRANDINO AMORIM	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10

23819985	PROFESSOR	BEATRIS APARECIDA SANTOS	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23819160	PROFESSOR	BEATRIZ OLIVEIRA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23817069	PROFESSOR	BENVINDA JORGE ADAMSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23819807	PROFESSOR	BIANCA APARECIDA KOVALSKI	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23817958	PROFESSOR	BRUNA APARECIDA CÂNDIDO KULKA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23818455	PROFESSOR	BRUNA TEIXEIRA	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23818391	PROFESSOR	BRUNO EDUARDO RIBEIRO PINTO	14hs15min	T-COL. EST. DR. CHAFIC CURY	RUA ZACARIAS BURKO, 147 - CENTRO	10
23819562	OPERADOR DE MÁQUINAS	ALDENEI SCHUVINSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23817074	OPERADOR DE MÁQUINAS	ALVANIR KNOPIK	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23819857	OPERADOR DE MÁQUINAS	ANDERSON ANTONIO RUVINSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23817248	OPERADOR DE MÁQUINAS	CASSIANO LEONARDO CANETTI	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23819621	OPERADOR DE MÁQUINAS	CHARLES GABRIEL BUCH DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23819353	OPERADOR DE MÁQUINAS	CLAUDINEI DE SOUZA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23820019	OPERADOR DE MÁQUINAS	CLEVERSON PORTO DIAS	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23816333	OPERADOR DE MÁQUINAS	CLEVERSON RODRIGO KOSNIYZEKO	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23816736	OPERADOR DE MÁQUINAS	DALNEI FERREIRA RODRIGUES	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23816966	OPERADOR DE MÁQUINAS	DHEMERSON BRYAN SOARES	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23816545	OPERADOR DE MÁQUINAS	DIEGO CLAUDINEI SIKORA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23818907	OPERADOR DE MÁQUINAS	GABRIEL GURSKI SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23818829	OPERADOR DE MÁQUINAS	JOÃO PAULO RIBAS DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23819946	OPERADOR DE MÁQUINAS	JOÃO VITOR OLIVEIRA SOARES	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23819048	OPERADOR DE MÁQUINAS	JORGE BARROS DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23817882	OPERADOR DE MÁQUINAS	LINDOMAR KALINOSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	05
23818064	OPERADOR DE MÁQUINAS	LUCAS BALCOTA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23816522	OPERADOR DE MÁQUINAS	MATEUS PRZYSIEZNY	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23818833	OPERADOR DE MÁQUINAS	MATEUS SAQUETO KENDIERSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23819009	OPERADOR DE MÁQUINAS	MICHAEL CHOCHEL	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23819318	OPERADOR DE MÁQUINAS	OCLAIR LICHESKI	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23818460	OPERADOR DE MÁQUINAS	OLANDIR DE LARA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23817747	OPERADOR DE MÁQUINAS	PAULO CRISTIANO CARDOSO DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23818092	OPERADOR DE MÁQUINAS	RUBENS FERREIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23818548	OPERADOR DE MÁQUINAS	SILVANO SIDOSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23818148	OPERADOR DE MÁQUINAS	TIAGO MATEUS FERREIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23817173	OPERADOR DE MÁQUINAS	WILSON CÉZAR DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23816412	PEDREIRO	CELSO JOSÉ DA SILVA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23817494	PEDREIRO	DIRCEU DE SOUZA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23819523	PEDREIRO	EDSON LUIS DE OLIVEIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23818136	PEDREIRO	ELESSON DOS SANTOS DA CRUZ	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23819927	PEDREIRO	GILSON BARBOSA DE MELO	14hs15min	T-ESC. MUN. DO CAMPO SANTO ANTONIO	ROD MUNICIPAL VEREADOR DURVAL MARTINS	06
23816593	PROFESSOR	CALINE VIEIRA CAVALIM ROSARIO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23816317	PROFESSOR	CAMILA ANDRESSA VIANA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23818902	PROFESSOR	CAMILA ANIELE GORESKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23816376	PROFESSOR	CARLA FLAIANE DA SILVA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23818251	PROFESSOR	CAROLINE ALES	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23819555	PROFESSOR	CAROLINE SLEZINSKY	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23818271	PROFESSOR	CAROLINE SURMACZ PLODOVISKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23820061	PROFESSOR	CASSIANE DA SILVA FRANÇA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23818901	PROFESSOR	CHARYS CHAMYLLE DE MELO CABRAL	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23818068	PROFESSOR	CIBELY APARECIDA STANISZEVSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23819405	PROFESSOR	CÍCERA APARECIDA SMALESKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805	01

					- VILA DIVA	
23819960	PROFESSOR	CINTIA CRISTINA PERUZZO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23819699	PROFESSOR	CLAUDINEI ZABOROSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23818527	PROFESSOR	CR	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23818204	PROFESSOR	CRISLAINE FUTERKO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23817936	PROFESSOR	CRISLAINE MARIA DE SOUZA JANKE	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23818624	PROFESSOR	CRISTIANE FERRAZ BOSCARDIN	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23816632	PROFESSOR	CRISTINA EMANOELI PEREIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23816796	PROFESSOR	DANIELI POPOVICZ	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23817669	PROFESSOR	DEBORA BARBOSA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23819888	PROFESSOR	DÉBORA CRISTINA KOTELEVSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23818401	PROFESSOR	DÉBORA CRISTINA SKRZECZKOWSKI DE SOUZA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23816384	PROFESSOR	DENISE DE PAULA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23818235	PROFESSOR	DHEILA CRISTIANE WALESKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23816645	PROFESSOR	DHULIAN APARECIDA WALESKI IANTAS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	01
23817523	PROFESSOR	DILCINÉIA PRINCIVAL	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23817400	PROFESSOR	DIONATAN SOARES POPOVICZ	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23817105	PROFESSOR	DIOVANA PIRES DE RAMOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23817486	PROFESSOR	EDERSON GABRIEL CORDEIRO CUSTODIO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23816585	PROFESSOR	EDICLEIA KRIAK	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23816368	PROFESSOR	EDILUEZA APARECIDA WLODARCZYK	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23817188	PROFESSOR	ÉDINA APARECIDA KRINSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23818139	PROFESSOR	EDINEIA ASSIS VIEIRA ANTONIO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23819394	PROFESSOR	EDINÉIA MARIA DE OLIVEIRA DE RAMOS CARNEIRO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23819362	PROFESSOR	EDINEIA PADILHA DE SOUZA DA SILVA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23818635	PROFESSOR	EDNA MARTINS SURMACZ	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23816343	PROFESSOR	EDUARDA FARIAS DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23818254	PROFESSOR	EDUARDO RAPHAEL KULKA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23818258	PROFESSOR	ELAINE CRISTINA DA PAIXAO VASQUES BLAZ	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23819241	PROFESSOR	ELAINE CRISTINA GONÇALVES GERING	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23818699	PROFESSOR	ELAINE MARIA SMALESKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23818197	PROFESSOR	ELIANE BORA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23819982	PROFESSOR	ELIANE IAREK DE ANDRADE	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23817697	PROFESSOR	ELIANE LUIZA BORNAT CORDEIRO DE CASTRO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23816707	PROFESSOR	ELIANE MARIA WLODARCZYK	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23817681	PROFESSOR	ELIANE REKSUA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23820219	PROFESSOR	ELISANDRA BURAKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23816464	PROFESSOR	ELISÂNGELA GOMES RODRIGUES	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23817795	PROFESSOR	ELISIANE FERNANDA DE TOLEDO DESATNIK	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23817726	PROFESSOR	ELIZANGELA AP DA ROCHA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	02
23818908	PROFESSOR	ELIZI MARIA DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23818456	PROFESSOR	ELY APARECIDA AMBROSIO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23819365	PROFESSOR	EMANUELA DOMINGUES	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23816495	PROFESSOR	EMANUELI PRINCIVAL MARTINS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23817475	PROFESSOR	ÉRICA DRANKA BASSUMA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23816598	PROFESSOR	ÉRICA FÁTIMA KRINSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23820066	PROFESSOR	ÉRICA PAULA BURAKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23816519	PROFESSOR	ERIK NOGUEIRA FRANÇÃ	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23819441	PROFESSOR	ERIKA TAIS MATOZO DE OLIVEIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23820065	PROFESSOR	ESHLLYN PECH CAMARA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03

23817746	PROFESSOR	ESTEPHANI SOPHIA DRAPALSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23819010	PROFESSOR	ESTER SFORCA FARIA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23817406	PROFESSOR	EVELIN MARIA BORGES	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23820032	PROFESSOR	EVIKESLEN PAOLA BUENO DE SOUZA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23817182	PROFESSOR	FABIOLA LUANA SOARES	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23818382	PROFESSOR	FABIOLA STODOLNY DOMINGUES MARTINS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23819816	PROFESSOR	FERNANDA RAFAELA DE CAMPOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23818314	PROFESSOR	FRANCIANY REGINA ALVES DE OLIVEIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23820200	PROFESSOR	GABRIEL FOGAÇA DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23818830	PROFESSOR	GABRIEL RISSO DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23817393	PROFESSOR	GABRIELI VALENGA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23816637	PROFESSOR	GABRIELY DO VALE	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23818886	PROFESSOR	GESIELE LOURENÇO DE SOUZA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23816440	PROFESSOR	GÉSSICA CARINE JACOMÉL DE CAMARGO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23818091	PROFESSOR	GIANE KUBLITSKI SURMACZ	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	03
23818728	PROFESSOR	GISELE TEREZINHA ZIBIKOSKY TROCIK	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23818717	PROFESSOR	GISELI DEISI ALCÂNTARA DE LIMA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23816614	PROFESSOR	GISELY DOS SANTOS FERREIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23820020	PROFESSOR	GISLAINE PRESTUPA BIALESKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23819945	PROFESSOR	GLAUCIA JOSELI MORO DUMA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23818814	PROFESSOR	GUADALUPE NADOLNY	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23818770	PROFESSOR	GUILHERME EDUARDO MANKAZ	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23819775	PROFESSOR	GUILHERME HUK	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23818727	PROFESSOR	GUILHERME JOSÉ JANIAKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23820071	PROFESSOR	HILDA DILAY DA SILVA ROGULSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23818618	PROFESSOR	IGOR GABRIEL KULICZ	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23816492	PROFESSOR	IGOR KOJUNSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23817164	PROFESSOR	INÊS LUCIANE SNAIDER LAU	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23816700	PROFESSOR	IRENE FOLWARNY	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23818255	PROFESSOR	ISABELLA DEZANOSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23820133	PROFESSOR	ISABELLI IAVORSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23816667	PROFESSOR	IVANI IZABEL LASCOSKI CARARO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23818816	PROFESSOR	IVANI MACOSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23816762	PROFESSOR	IVONE MARIA MARSZAL DOROCINSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23818399	PROFESSOR	IZABELLA GONÇALVES DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23817787	PROFESSOR	JACKELINE GRONTOWSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23819508	PROFESSOR	JAÍNE KNAUT LEAL	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23819357	PROFESSOR	JAÍNE RAQUEL IVANCHESKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23817097	PROFESSOR	JANAINA PERUSSELLI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23817822	PROFESSOR	JANE MARIA FRANCO RODRIGUES	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	04
23818339	PROFESSOR	JANETE MARIA BOEIRA DA SILVA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23819722	PROFESSOR	JEFFERSON DZIRZA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23818231	PROFESSOR	JENIFER DE LIMA DE SOUZA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23819328	PROFESSOR	JENIFER FERNANDA MARKOVICZ GUELTES	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23819342	PROFESSOR	JENNIFER NICOLE CEUCHUK POPOVICZ	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23819811	PROFESSOR	JESIANE ALVING DE SOUZA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23819557	PROFESSOR	JÉSSICA KAUANA KULKA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23819824	PROFESSOR	JÉSSICA RUVIENSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23818526	PROFESSOR	JESSICA SANTOS DA SILVA LIMA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23816682	PROFESSOR	JOÃO PAULO DIAS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805	05

					- VILA DIVA	
23820037	PROFESSOR	JOÃO PAULO GARCIA DOS PASSOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23819596	PROFESSOR	JOCIANE DE PAULA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23819434	PROFESSOR	JOCIMARA DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23817973	PROFESSOR	JOICE GURESKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23817125	PROFESSOR	JOICE PAGESKI DOMINGUES	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23817931	PROFESSOR	JOINGRIDI GABRIELLE DE ANDRADE	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23817398	PROFESSOR	JORGIELE MOUTIM	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23819327	PROFESSOR	JOSILDA BAZIEWICZ VALENGA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23818201	PROFESSOR	JOSLAINE DE RAMOS CARDOSO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23818370	PROFESSOR	JOYCE DE BRITO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23819767	PROFESSOR	JUCELENE GNAP WIESOLOWSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23819065	PROFESSOR	JUCIMARA ALVES DA SILVA ROSA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23818768	PROFESSOR	JULIA CRISTINA FERNANDES	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23818982	PROFESSOR	JULIA WILKE	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	05
23817561	PROFESSOR	JULIANA BRANTES	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23818220	PROFESSOR	JULIANA PATRICIA TROCIK DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23818697	PROFESSOR	JULIANE APARECIDA WRONA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23817974	PROFESSOR	JUSSARA SPECHT CORDEIRO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23817177	PROFESSOR	KAMILA SEGISLAINE WISNIEWSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23818545	PROFESSOR	KARINA KAVA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23818319	PROFESSOR	KAROLAINE DOS SANTOS PEDROSO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23816994	PROFESSOR	KAROLINA DA SILVA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23816640	PROFESSOR	KASSIANE CREVELIM RIBEIRO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23817609	PROFESSOR	KATIA ELAINE PRESTUPA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23819613	PROFESSOR	KATIA MARIA JUNGES	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23819158	PROFESSOR	KATIÂNA GONÇALVES DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23817522	PROFESSOR	KATLYN ALINE DE SOUZA GARCIA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23817109	PROFESSOR	KAUANE SOARES POPOVICZ	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23816871	PROFESSOR	KAUANNY DA CRUZ BUKNER	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23820060	PROFESSOR	KAYLANI DE CAMARGO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23817491	PROFESSOR	KELI FERNANDA SINHORI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23819839	PROFESSOR	KELLY CRISTINA DE ALBUQUERQUE SAMONEK	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23819975	PROFESSOR	KÉSIA MARTINI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23818663	PROFESSOR	KEVIN VALENTIM DUDA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23817743	PROFESSOR	LAIRSE MANARIN PIANI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23818782	PROFESSOR	LAIS GABRIELY VIEIRA FRANQUITTO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23818351	PROFESSOR	LAIS VALENGA STANKIEWSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23819013	PROFESSOR	LAÍZA FERREIRA DE LIMA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	06
23819741	PROFESSOR	LANA MATTOSO DE OLIVEIRA FARIAS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23819329	PROFESSOR	LARISSA ADAMSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23819396	PROFESSOR	LARISSA DE RAMOS CARNEIRO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23818941	PROFESSOR	LARISSA KOLLARITSCH COCHMANSKI BOROX	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23818473	PROFESSOR	LARISSA MOREIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23817818	PROFESSOR	LARISSA VANESSA PRINCIVAL MARTINS BELNIAK	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23816561	PROFESSOR	LAURA REGINA KAPP	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23819402	PROFESSOR	LEODOCILDA PLODOVISKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23816316	PROFESSOR	LEONICE RUVIENSKI PEREIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23817748	PROFESSOR	LETICIA APARECIDA GRUCHINSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23819289	PROFESSOR	LETÍCIA FUSVERK ABIB	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07

23819678	PROFESSOR	LIVIA MICAELA PERIN DA ROCHA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23819430	PROFESSOR	LUANA LETICIA DE RAMOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23816344	PROFESSOR	LUANA LOURENÇO DE SOUZA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23819649	PROFESSOR	LUANA MAROSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23820091	PROFESSOR	LUANA PEREIRA MARCOLINO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23816629	PROFESSOR	LUCIANE BEATRIZ SIUTA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23819617	PROFESSOR	LUCILENE JACINTA STACIAK BAIAK	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23818130	PROFESSOR	LUCINEIDE FRANCO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23818260	PROFESSOR	LUIS GUSTAVO DE LIMA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23816463	PROFESSOR	LUIZ EDUARDO DE LIMA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23818528	PROFESSOR	LUIZ FELLYPE COLODA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23819015	PROFESSOR	LUIZ FERNANDO ALVES TOLEDO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23817133	PROFESSOR	LUZIA DAMIANA BARBOSA STRIKER	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	07
23816356	PROFESSOR	MAIARA DUTRA IANKOSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23817547	PROFESSOR	MAICON ARIEL FERREIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23818172	PROFESSOR	MAÍSA DE FATIMA SCHIER	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23818483	PROFESSOR	MÁRCIA CHMURA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23816853	PROFESSOR	MARCIA SCAVINSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23817556	PROFESSOR	MARCIELE GONÇALVES DA SILVA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23816662	PROFESSOR	MARIA DA SILVA PINTO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23819635	PROFESSOR	MARIA ELISA ALVES DE SOUZA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23816428	PROFESSOR	MARIA FERNANDA CARDOZO DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23816840	PROFESSOR	MARIA FERNANDA DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23817129	PROFESSOR	MARIA GABRIELA MESSIAS DE SOUZA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23819102	PROFESSOR	MARIA IZABEL ROIKO RATUCHINIAK	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23819906	PROFESSOR	MARIA JÚLIA ROMANHUK NOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23818769	PROFESSOR	MARIA LUCIANA PEREIRA DA SILVA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23819117	PROFESSOR	MARIA LUÍSA VISINONI KOTRYBALA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23819500	PROFESSOR	MARIA LUIZA DOS SANTOS PEPE	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23816367	PROFESSOR	MARIA STRADA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23818161	PROFESSOR	MARIA VITORIA FERREIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23817526	PROFESSOR	MARIANA DOROCINSKI DIETRICH	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23818594	PROFESSOR	MARIELE GNAP	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23817080	PROFESSOR	MARIELI BRAZ	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23817171	PROFESSOR	MARILDA DANICHEWCZ	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23819686	PROFESSOR	MARINA APARECIDA BOSCARDIN	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23816327	PROFESSOR	MARINEIDI STRADA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	08
23818512	PROFESSOR	MARISTELA PERCHEBILISKI KOLLARITCH	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23816642	PROFESSOR	MARIVÂNIA V.ÍANTAS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23816469	PROFESSOR	MARLON JOÃO CHMIK	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23820192	PROFESSOR	MATHIAS GUSTAVO MACHADO STASIAK	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23817590	PROFESSOR	MAYARA LUIZA FUCILINI LEAL	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23818001	PROFESSOR	MICHELE GONSALVES	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23818969	PROFESSOR	MILENA DE LIMA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23816453	PROFESSOR	MILENA HIORANA BRUCZKOSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23819180	PROFESSOR	MILENA JUAWSKI WISNIEWSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23819429	PROFESSOR	MISLEINE PIRES DE SOUZA CORDEIRO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23818885	PROFESSOR	NATALIA DIADIO DE PAULA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23819098	PROFESSOR	NICOLI CORREIA PALHANO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23817483	PROFESSOR	NICOLI KROL	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805	09

					- VILA DIVA	
23816370	PROFESSOR	NICOLLY ARASSEM	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23817127	PROFESSOR	NICOLY LAHARA BORGES	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23817309	PROFESSOR	NILCEIA DE SOUZA ROCHA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23817023	PROFESSOR	PALOMA MAYARA MARTINS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23819913	PROFESSOR	PATRÍCIA LORENA COSTA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23819273	PROFESSOR	PAULA ADRIANA MAJEWSKI BARILLI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23817552	PROFESSOR	PAULA CRISTINA GUACHINESKI DE ANDRADE	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23817838	PROFESSOR	PAULA GABRIELY SANTOS SIQUEIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23816328	PROFESSOR	PAULA GUADALUPE ROMANHUK	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23816739	PROFESSOR	POLYANA LETÍCIA COSTA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23816886	PROFESSOR	RAFAELA MARTINS COCHMANSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	09
23817401	PROFESSOR	RAFAELI LEAL	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23819326	PROFESSOR	RAFAELLA CORDEIRO ALVES DA SILVA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23819647	PROFESSOR	RAQUEL GIANI SOARES FRANCO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23818930	PROFESSOR	REGINALDO FERNANDO MOLETA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23819250	PROFESSOR	REGUINA KOVALCZYK DREWNOWSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23818998	PROFESSOR	RENATA PADILHA STROZIENSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23818609	PROFESSOR	RENATA RAFAELA FERREIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23819980	PROFESSOR	RICHARD MATEUS BUCH DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23817437	PROFESSOR	ROBERTO MIRANDA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23819651	PROFESSOR	ROSANA PSZIDZIMIRSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23819967	PROFESSOR	ROSANE APARECIDA DA SILVA SOUZA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23817458	PROFESSOR	ROSANGELA NATALICE MARTINS MAZUR	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23818244	PROFESSOR	ROSEMARI TEREZINHA FERREIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23817739	PROFESSOR	ROSIANE APARECIDA KENDZIERSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23816347	PROFESSOR	RUBIANA VITÓRIA MARTINS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23817618	PROFESSOR	RUBIELLY NUNES BUDZIAK	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23819103	PROFESSOR	SABRINA FÁTIMA DE MOURA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23817383	PROFESSOR	SABRINA GRASIELA RODRIGUES COLTRO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23816372	PROFESSOR	SABRINA TAIS RIBAS DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23820051	PROFESSOR	SAMIRA RIBAS DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23819408	PROFESSOR	SAMUEL CARDOSO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23819721	PROFESSOR	SANDRA APARECIDA PACHECO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23817236	PROFESSOR	SANDRA DE SOUZA ALGABA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23816709	PROFESSOR	SANDY SILVEIRA CLAZER	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	10
23817675	PROFESSOR	SARA DE FARIA PEREIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23818024	PROFESSOR	SARAH GEREMIAS DE MATOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23816803	PROFESSOR	SHAYANE TALIA DA SILVA KUSSI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23818237	PROFESSOR	SHEILA SOARES DA LUZ	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23816652	PROFESSOR	SILVANA BIALESKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23817993	PROFESSOR	SILVANA CIUSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23816487	PROFESSOR	SILVANO JOÃO DE LIMA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23816750	PROFESSOR	SIMONE APARECIDA MIGON	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23819715	PROFESSOR	SIMONE PACHECO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23818931	PROFESSOR	SINTIA BRANTES	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23819983	PROFESSOR	SUELEN APARECIDA SANTOS PRESTUPA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23817159	PROFESSOR	SUELIN JARAS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23817551	PROFESSOR	SUZAMARA SOARES DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23817345	PROFESSOR	SUZANA BERNASKI SANTANA FARIA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11

23820263	PROFESSOR	TAINARA DE CASSIA FIALKOWSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23819994	PROFESSOR	TAIS GABRIELA HLATKI VICHINEVSKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23817274	PROFESSOR	TALIA MARA PRZYBYSZ	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23818579	PROFESSOR	TAMIRES MAYARA KAMINSKI PINTO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23818648	PROFESSOR	TÂMY EDUARDA OLIVEIRA MIRANDA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23816684	PROFESSOR	TANIA MARA MOLENDA SCHWARTZ	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23817506	PROFESSOR	TATIANE KOCHINHERKO FERRAZ	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23816500	PROFESSOR	TATIELE DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23819877	PROFESSOR	TATIELE NIEVOLA ANDREIKO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23817596	PROFESSOR	TAUELE NIEVOLA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	11
23819781	PROFESSOR	TAYNÁ NOVACKI DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23816485	PROFESSOR	TAYNARA KAROLINE CINEK MOLETA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23818625	PROFESSOR	THAIS ALESSANDRA GRZELCZAK	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23818629	PROFESSOR	THAIS DE ANDRADE FERREIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23817632	PROFESSOR	THAÍS FRANCO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23819480	PROFESSOR	THALIA FATIMA PACHECO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23816319	PROFESSOR	THAMIRES APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23819846	PROFESSOR	THASLYNE OLIVEIRA GAIEVICZ	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23820222	PROFESSOR	THAYANE HANTONIA MELO ALVES	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23816898	PROFESSOR	THAYNÁ FRANCO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23818177	PROFESSOR	VALQUIRIA STODOLNY PIRES	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23819456	PROFESSOR	VANDERLÉIA TADRA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23817150	PROFESSOR	VANESSA BIALESKI	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23817663	PROFESSOR	VANESSA BOSCARDIN LIMA DE BRITO	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23817944	PROFESSOR	VANESSA GAPINSKI KULKA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23818849	PROFESSOR	VANESSA TRZASKACZ	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23819614	PROFESSOR	VANESSA TRZASKOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23818075	PROFESSOR	VERA NICE NIEDERLE	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23817357	PROFESSOR	VERÔNICA CAROLINY BUCHER	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23819968	PROFESSOR	VITOR DOMINGUES OLIVEIRA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23819063	PROFESSOR	VIVIANE APARECIDA DUDA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23817489	PROFESSOR	VIVIANE MOTEKA	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23817305	PROFESSOR	VIVIANE VITÓRIA MARTINS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12
23816782	PROFESSOR	YGOR GABRIEL CORDEIRO DOS SANTOS	14hs15min	T-ESC. MUN. PROFª VANDA HESSEL	RUA BARÃO DO RIO BRANCO,805 - VILA DIVA	12

Publicado por:
Carina Fatima Fucilini Debacz
Código Identificador:6204C9BF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N.º 25.001/2026 CONVOCAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS

O Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Convocação para prova de títulos** do Concurso Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art. 1º Ficam **CONVOCADOS** a participar da prova de títulos os candidatos relacionados no **ANEXO ÚNICO** deste edital.
Art. 2º Os candidatos convocados e interessados em participar da prova de títulos deverão atentar-se os seguintes pontos:

I- no período das **08h00min do dia 10/07/2026 às 23h59min do dia 15/07/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF, preencher o formulário de cadastramento eletrônico disponível no endereço www.fundacaofafipa.org.br;
II-recomenda-se que o candidato efetue o acesso ao link de cadastramento citado na alínea anterior, com antecedência de até 30 (trinta) minutos do horário de término, para que seja possível a juntada de todos os documentos desejados.

Art. 3° O candidato convocado e interessado em participar da prova de títulos deverá observar todo o regramento posto no item 17 do edital de abertura.
Art. 4° Os títulos cadastrados no endereço eletrônico da Instituição Organizadora, deverão ser apresentados em cópias legíveis de frente e verso, preferencialmente autenticadas por cartório competente ou acompanhadas por autenticação eletrônica.

I-É de exclusiva responsabilidade do candidato o anexo dos títulos no endereço eletrônico da Instituição organizadora, como forma de comprovação.
Art. 5° A inobservância das regras dispostas nesta convocação, bem como das regras colacionadas no edital de abertura, acarretará na invalidação dos títulos anexados, e por consequência na **ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO** da etapa em comento.

Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul (PR), 09 de julho de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito

ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 25.001/2026 - CONVOCAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS

53 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (LICENCIATURA ESPECÍFICA) – LÍNGUA PORTUGUESA. - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0005740	CARLA OLSEMANN	Ampla Concorrência
0009488	JAMILE BUSATO SANTOS	Ampla Concorrência
0004449	JARDSON RODRIGUES RAFAEL	Afrodescendente
0005148	JOÃO VICTOR RODRIGUES GONÇALVES	Ampla Concorrência
0009338	LARISSA PASK DA SILVA	Ampla Concorrência
0009822	LORENA PORTES DE ALCANTARA	Ampla Concorrência
0007707	LUIZ MIGUEL DIAS NETO	Ampla Concorrência
0009277	MATEUS BATISTA DE SOUZA	Ampla Concorrência

54 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (LICENCIATURA ESPECÍFICA) – MATEMÁTICA. - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0006788	DAHIANE DA SILVA	Ampla Concorrência
0009298	FERNANDO ALVES RAMOS	Ampla Concorrência
0010225	JOSÉ ANTONIO RIBEIRO	Ampla Concorrência
0005549	MILENA CARNEIRO NOVAK	Ampla Concorrência
0009591	NABIANE MAIARA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0009932	ORLEI DO ESPÍRITO SANTO ORTIZ	Ampla Concorrência
0006337	SERGIO FELIPE BENATO	Ampla Concorrência

55 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (LICENCIATURA ESPECÍFICA) – ARTES. - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0008685	ELIANE TOSTO PINTO FERRO	Ampla Concorrência
0009465	GABRIELE ADRIANE DA SILVA DE CARVALHO	Ampla Concorrência
0009498	KEILA BRAZ DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0006958	NADER GEISER SIQUEIRA CAVALCANTI	Ampla Concorrência

56 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (LICENCIATURA ESPECÍFICA) – EDUCAÇÃO FÍSICA. - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0007524	ANA PAULA VIEIRA	Ampla Concorrência
0004207	ANDERSON CRISTIANO ROCHA	Ampla Concorrência
0008145	CAMILA PEREIRA FARIA	Ampla Concorrência
0007191	EMILY JULIANE FARIA	Ampla Concorrência
0006775	ERICA GIOVANA DE CRISTO	Ampla Concorrência
0007451	GUSTAVO FARIA LOPES	Ampla Concorrência
0009311	JOHNY MOHAMED HANDAR	Ampla Concorrência
0007656	KAWAN DE LIMA PEREIRA	Ampla Concorrência
0010070	KAYLANE LETICIA SIQUEIRA	Ampla Concorrência
0008479	LETÍCIA DO NASCIMENTO DA SILVA	Ampla Concorrência
0009899	LUIZ AUGUSTO GOMES PEREIRA	Ampla Concorrência
0005008	NEY GREQUI FRANCO FIGUEIREDO	Ampla Concorrência
0010471	VICTOR MICHAEL MEIRA ALVES	Ampla Concorrência

57 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (LICENCIATURA ESPECÍFICA) – HISTÓRIA. - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0008278	ANA PAULA BARCO DA SILVA	Ampla Concorrência
0008757	ANNE GABRIELA DE CRISTO MACHADO	Ampla Concorrência
0009724	ÉRIKA FRANCISCA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0008648	HELEN CRISTIANE PUPO MARIANO DE LIMA	Ampla Concorrência
0006244	JENIFFER KAUANE DE FREITAS	Ampla Concorrência

0009537	MARIANA CAVALI	Ampla Concorrência
0008458	MATHEUS CAVALLARI	Ampla Concorrência
0009199	NILZA CRISTINE MACHADO	Ampla Concorrência
0005519	RENAN DA ROCHA CERQUEIRA	Ampla Concorrência
0009466	RODRIGO RUTH HILMAN DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0004429	SAVIO BRUNO DOS SANTOS SILVA	Ampla Concorrência
0008216	TAIS DE LARA	Ampla Concorrência

0008555	WINDER LOURENÇODE LARA	Ampla Concorrência
0008366	YASMIM BARROS FERNANDES	Ampla Concorrência
0008008	YASMIN ALVES FONSECA DA SILVA	Ampla Concorrência

58 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (LICENCIATURA ESPECÍFICA) – GEOGRAFIA. - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0006684	EDUARDO EMILIO RICIERI	Ampla Concorrência
0008406	JACKSON LUCENA BARRADAS	Ampla Concorrência
0010264	JEAN LUCAS RUTZ	Ampla Concorrência
0009659	JOÃO FERNANDO LEITE ANTELO	Ampla Concorrência
0010700	JOSÉ PEDRO SILVA FERNANDES	Ampla Concorrência
0005298	MARCELO CORDEIRO	PcD - Pessoa com Deficiência
0008001	NABIELI DE FATIMA BONFIM	Ampla Concorrência
0009530	NADYNE NIKOLE WESTEPHALEN MATOS	Ampla Concorrência

59 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (LICENCIATURA ESPECÍFICA) – CIÊNCIAS. - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0004213	DAVID PONTES MORAIS DE OLIVEIRA	Afrodescendente
0004992	ERICA OLIVEIRA DE SOUZA	PcD - Pessoa com Deficiência
0010681	GABRIEL NUNES PALMA	Ampla Concorrência
0010599	GABRIELA SOUZA PEREIRA PASCHOALIN	Ampla Concorrência
0006019	GRACIELI FERRARI	Ampla Concorrência

60 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (LICENCIATURA ESPECÍFICA) – INGLÊS. - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0009000	ANNELIZE FRANZEN ALVES DA COSTA	Ampla Concorrência
0006082	HELEN PRISCILA CUNICO	Ampla Concorrência
0005914	JULIO CESAR DA SILVA	Ampla Concorrência
0007259	MARCELA DAIANA DIAS DE SOUZA	Ampla Concorrência

389 - CIRURGIÃO DENTISTA 20H - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0008934	ALANA SILVEIRA ROCHA	Ampla Concorrência
0004435	ALLANA PEREIRA RODRIGUES	Ampla Concorrência
0009334	ANA PAULA AZEVEDO PENTEADO	Ampla Concorrência
0008451	ARIETH CRISTINA SACOMANI	Ampla Concorrência
0009368	BRUNNA DA SILVA BOSKA	Ampla Concorrência
0005029	BRUNNO RAXYSON GOMES DA SILVA	Ampla Concorrência
0007350	CAMILA CARNEIRO GALDINO	Ampla Concorrência
0009752	CHRISTIAN GABRIEL NICOLAU DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0005028	DANIELE DUTRA DE ALMEIDA	Ampla Concorrência
0004323	DOUGLAS DE SOUZA PINHEIRO	Ampla Concorrência
0008674	EDSON CARLOS VIEIRA JUNIOR	Ampla Concorrência
0010090	ELIS MOZER	Ampla Concorrência
0009984	FELIPE COLODEL	Ampla Concorrência
0006477	FLÁVIA ALESSANDRA MULLER LEITE AVELAR FERREIRA	Ampla Concorrência
0009290	GABRIELA BENEVIDES DO CARMO	Ampla Concorrência
0009305	GABRIELA RUIZ DE QUEIROZ	Ampla Concorrência
0006886	GABRIELLE GOBBO AGNOLETTO	Ampla Concorrência
0009219	HENRIQUE MASIERO ROQUE	Ampla Concorrência
0007094	IDA GERTRUDES FRIZON DE MATTOS	Ampla Concorrência
0010696	ISABELA SANTOS DE MOURA E COSTA	Ampla Concorrência
0005811	JESSICA CRISTINE MARCINIACK	Ampla Concorrência
0006343	JHENIVE KELLER CUNHA HERTL	Ampla Concorrência
0005800	JOÃO LUCAS DE CARVALHO OLIVEIRA CONSON	Ampla Concorrência
0009584	JOELIZE ANTUNES DE LIMA SOARES	Ampla Concorrência
0007470	KHENDRA VANESSA GERKE	Ampla Concorrência
0008512	LOYANE NADOLNY FIDELIS WINHASKI	Ampla Concorrência
0010272	LUAN RANGEL COSTA DOS ANJOS	Ampla Concorrência
0005146	LUCYMOAR LOPES ALMEIDA E SILVA	Ampla Concorrência
0009406	MARCELLA CHIAMULERA GUARNERI	Ampla Concorrência
0007154	MARIA CLARA CORDEIRO LUCAS	Ampla Concorrência
0010657	MARIA EDUARDA CAVASSIN	Ampla Concorrência
0010039	MATHEUS DE ASSIS BESTEL	Ampla Concorrência
0009289	MIRIA ALMEIDA DE LIMA	Afrodescendente
0007694	PEDRO LEONARDO CZMOLA DE LIMA	Ampla Concorrência
0010218	THAIS CARNEIRO DE MATTOS	Ampla Concorrência
0009054	THYAGO RIBEIRO ANCOSKI	Ampla Concorrência
0007873	WANESSA DE FARIAS ARPS MARTINS	Ampla Concorrência

390 - CIRURGIÃO DENTISTA 40H - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0009776	ADELAINE TERESINHA CORREA DA VEIGA	Ampla Concorrência
0004169	ALINE APARECIDA BILL ROSA	Ampla Concorrência
0007103	ANA CAROLINE MOREIRA SANDESKI	Ampla Concorrência
0010129	ANA GABRIELA GOMES RIBEIRO	Ampla Concorrência
0005534	ANDRESSA CARLA DE SOUZA MELO	Ampla Concorrência
0007203	ANDRESSA LUCIANE VIEIRA DZUBA	Ampla Concorrência
0004787	BEATRIZ DA SILVA LEAL	Ampla Concorrência
0004398	BEATRIZ ORTEGA SILVA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0008779	BIBIANA PINTO	Ampla Concorrência
0008665	BRUNNA ELOY COSTA	Ampla Concorrência
0007462	CAIO ANTONIO NUNES DE SOUZA	Ampla Concorrência
0006248	CAMILA STREIT DA COSTA	Ampla Concorrência
0007735	CAMILLY VITÓRIA DA COSTA CARDOSO	Ampla Concorrência
0004663	CARLOS EDUARDO ALVES	Ampla Concorrência
0005113	CAROLINE KAISER STEFANES	Ampla Concorrência
0007242	CHRYSTIAN HARRY COSTA JESUS	Ampla Concorrência
0006828	CLEBSON DANILO ALVES DA SILVA	Ampla Concorrência
0005600	DANIELLI JUSSARA HELENA DE FARIA CRISTIANO	Ampla Concorrência

0006628	DEYSE GRAUDIN MIRANDA	Ampla Concorrência
0006162	DIEGO HERTL DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0007157	DIOGO BUENO DE ALMEIDA	Ampla Concorrência
0005084	EDUARDO ANTONIO SAMPAIO	Ampla Concorrência
0010460	EMERSON SILVA DE GASPERIN	Ampla Concorrência

0004615	EMILY YAMAMOTO	Ampla Concorrência
0008998	ESTEFANI LUZ BATISTA FOSS	Ampla Concorrência
0009830	FELIPE MATHEUS BUENO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0005804	FRANCIELLE FERNANDA DA CRUZ MELINK SANADA	Ampla Concorrência
0008384	GABRIEL TEIXEIRA LISBOA	Ampla Concorrência
0007141	GABRIELE NUNES CALIXTO	Ampla Concorrência
0010299	GABRIELLE MATOSO ROZA	Ampla Concorrência
0007135	GIOVANA GABRIELE PONTES AMARAL	Ampla Concorrência
0008299	GIOVANNI CORREIA FILIPPO	Ampla Concorrência
0005188	HELAINE CARDOSO MARTINS	Ampla Concorrência
0004632	ISABELLA KIMURA DE LIMA	Ampla Concorrência
0005213	ISABELLE DUARTE DE SOUZA	Ampla Concorrência
0007878	ISABELLY RIBEIRO COELHO	Ampla Concorrência
0007025	IZABELLEN TAYNARA ARTIGAS KOZOWSKI	Ampla Concorrência
0004762	JAYANNE SABRINA REBOUÇAS MORAES	Ampla Concorrência
0009494	JAYNNE RODRIGUES	Ampla Concorrência
0004972	JEISSIANE BARBARINE DE OLIVEIRA	Afrodescendente
0010357	JOÃO ELISIO STOCHI	Ampla Concorrência
0007962	JULIANA ANDRADE DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0007559	JULIANO FERREIRA DE SOUZA	Ampla Concorrência
0006333	KARINNE RONDON DE SOUZA ARTIGAS	Ampla Concorrência
0009239	LAISE SOUZA DE MORAES	Ampla Concorrência
0005952	LARISSA RIBEIRO ALVES	Ampla Concorrência
0010706	LAURA SANTOS ALMEIDA	Ampla Concorrência
0009196	LAURO HENRIQUE OLIVEIRA DE CAMPOS	Ampla Concorrência
0007920	LEONARDO GODOY DE LIMA	Ampla Concorrência
0008852	LEONARDO PORTES REGO BARROS	Ampla Concorrência
0007777	LETICIA CARLA VIEIRA BONFIM	Ampla Concorrência
0007310	LETICIA JOEI DE CARVALHO	Ampla Concorrência
0006740	LOHARA CAMILA DE JESUS	Ampla Concorrência
0010401	LUANA DA CUNHA BOROWIAK	Ampla Concorrência
0008029	LUANA TAYNÁ TOSIN	Ampla Concorrência
0004642	LUISA HELENA PARODI E ALMEIDA	Ampla Concorrência
0004925	LUIZ ANTONIO SCARAMUSSA	Ampla Concorrência
0009552	MANOELA FLORES PRADE	Ampla Concorrência
0005620	MARCELA BOSCHIN POPENDA	Ampla Concorrência
0007297	MARIANA DE CAMPOS MARIANO	Ampla Concorrência
0007543	MARIANE STEINHEUSER SILVA DE LIMA	Ampla Concorrência
0005544	MARLON SIBIRKIN	Ampla Concorrência
0007116	MATHEUS SILVA DE PAULA	Ampla Concorrência
0007475	MAURICIO SCHINCOVIAKI CORDEIRO	Ampla Concorrência
0005106	MAYARA MAEMI MATSUZAKI DE MATOS	Ampla Concorrência
0010541	MICHELE BAIL	Ampla Concorrência
0006709	MICHELE SONI BACELAR	Ampla Concorrência
0009770	MILAINE KONNO SZMAINSKI SARMENTO	Ampla Concorrência
0009361	MILLENA APARECIDA DA SILVA	Ampla Concorrência
0004984	NATÁLIA MARIA RAMOS BARBOSA	Ampla Concorrência
0005978	NATALLY SOLANE RIBEIRO BEZERRA SANTIAGO	Ampla Concorrência
0008296	NAYANE SOBUTKA	Ampla Concorrência
0009327	NAYARA VICTORIA VALLE	Ampla Concorrência
0007312	PEDRO MILEK KURIYAMA	Ampla Concorrência

0006498	RAFAEL GERMANO LUNA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0008806	RAFAELA LANDGRAF PIERDONÁ	Ampla Concorrência
0004489	RAFAELY CRISTIANE STADLER	Ampla Concorrência
0004177	REBECCA CARDOSO KRAEMER	Ampla Concorrência
0010235	RENAN VICTOR TEIXEIRA DA SILVA	Ampla Concorrência
0010560	RICARDO AUGUSTO DE AZEVEDO DA SILVA	Ampla Concorrência
0007106	RODRIGO WIPPEL MARINONI	Ampla Concorrência
0010517	ROSANGELA APARECIDA CAMPANHOLI	Ampla Concorrência
0006660	SAMUEL MOREIRA LIMA	Ampla Concorrência
0005085	SIMONE CHOMECHEN VIANA	Ampla Concorrência
0008184	SIULANE SILVA DE MELO	Ampla Concorrência
0009359	SOPHIA STACHUK LONDRE SANTANA	Ampla Concorrência
0004561	STEPHANIE SEGANTINI DE ARAÚJO	Ampla Concorrência
0006115	STHEFANI INACIO SCHOEL	Ampla Concorrência
0010486	SUELEN ALVARENGA SOBRINHO	Afrodescendente
0004241	SUZANE APARECIDA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0008632	TELCIANA MEDEIROS REIS	PcD - Pessoa com Deficiência
0008192	TELMA FERNANDA VOINARSKI STANSKI LANÇONI	Ampla Concorrência
0010273	THAINA BEATRIZ SOARES	Ampla Concorrência
0010257	THALYS BRASIL DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0004381	THIAGO ALEXANDRE ZILIOLI	Ampla Concorrência
0008588	VALENTINE BOBATO KIKINA	Ampla Concorrência
0008191	VITÓRIA MARIA DE MORAES	Ampla Concorrência
0005688	WESLEY GABRIEL MELO LEME DA SILVA	Ampla Concorrência
0005338	WILLIAN SILVEIRA DA COSTA	Ampla Concorrência
0006837	YURI HENRIQUE DA SILVA FONSECA	Ampla Concorrência

459 - FARMACÊUTICO - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0009536	ANA BEATRIZ DE ALMEIDA BRAGA	Ampla Concorrência

0010079	ANGÉLICA RUFINO DA SILVA VIEIRA CAMARATE	Ampla Concorrência
0008850	CELSO EDUARDO CORTES	Ampla Concorrência
0004831	CHAIANE APARECIDA DA SILVA	Ampla Concorrência
0010519	DANIELLE CARDOSO	Ampla Concorrência
0010149	DIOGO EUGENIO DE LIMA	PcD - Pessoa com Deficiência
0004253	FERNANDA OLIVEIRA DA SILVA	Ampla Concorrência
0006576	GRESIANE SANTOS CONCEICAO	Ampla Concorrência
0006117	HELENA AUGUSTA RIBEIRO CRETELLA SOUZA	Ampla Concorrência
0008792	JULIANA LOBATO SARMENTO	Ampla Concorrência
0009678	KEILA RODRIGUES DA SILVA ALVES	Ampla Concorrência
0010313	KENNON RIOS SANTOS	Ampla Concorrência
0006183	MARINA LAGO FRIEDRICH	Ampla Concorrência
0007175	MAYRA AMORIM DE SOUZA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0007898	NICOLAS PRESTES BENEDETTI	Ampla Concorrência
0007716	PATRÍCIA LOURENÇO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0007638	SIMONE SANTOS FRANCO	Ampla Concorrência
0007017	SOLANGE PEREIRA CORDEIRO	Ampla Concorrência
0010592	STELLA MELISSA SIU LO	Ampla Concorrência

478 - MÉDICO GENERALISTA 20H - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0006692	AIKO IWAMOTO	Ampla Concorrência
0010597	ALCINO MARIN	Ampla Concorrência
0008492	ALEXANDRE MAROCHI DE CASTRO	Ampla Concorrência
0008595	ALINE SCAGLIONE DANTAS	Ampla Concorrência
0009310	ALINE SCHNEIDER FRANCIO	Ampla Concorrência
0007762	AMABILE SILVA JOLY	Ampla Concorrência
0007609	ANA CAROLINA PHILIPPSEN BOLSI DA SILVA	Ampla Concorrência
0009205	ANA CAROLINE ABDO	Ampla Concorrência
0007196	ANA CECILIA SOARES BARROS DE CARVALHO	Ampla Concorrência
0008637	ANA MARIA TOPANOTTI DA LUZ	Ampla Concorrência
0007427	ANA PAULA BIDA	Ampla Concorrência
0009650	ANA RITA DO NASCIMENTO E SILVA FRANCO	Ampla Concorrência
0005863	ANNA LUIZA COSTENARO RIQUETTI	Ampla Concorrência
0007847	ANTONIO EZEQUIEL KOVALSKI	Ampla Concorrência
0008365	BEATRIZ DAVID LOPES	Ampla Concorrência
0010469	BEATRIZ GUIBOR SPALER	Ampla Concorrência
0010518	BEATRIZ SANTANA NARDIN	Ampla Concorrência
0006791	BRUNO HASHIMTO	Ampla Concorrência
0006671	CAIO CESAR SOUZA SMANIOTO	Ampla Concorrência
0008861	CAMILA COTTONE	Ampla Concorrência
0008962	CAMILA TONET	Ampla Concorrência
0008772	CARLOS EDUARDO DE FREITAS DUTRA	Ampla Concorrência
0005506	CAROLINA BOSSEI	Ampla Concorrência
0010171	CAROLINA MANAMI SENKE	Ampla Concorrência
0007190	CAROLINE KARKOW	Ampla Concorrência
0008817	CAROLINE MARY MATSUMOTO	Ampla Concorrência
0009447	DANIEL DE GODOY ANDREIS	Ampla Concorrência
0008096	DANIELE DA SILVA DE ALBUQUERQUE SANTOS	Ampla Concorrência
0009243	DANIELLE RYE HIRANO	Ampla Concorrência
0004904	DAVI PACZKOSKI BAITALA	Ampla Concorrência
0004700	DIBE BALARDINI AYOUB	Ampla Concorrência
0010669	DIOGO FRANÇA SOUZA CAMARGO	Ampla Concorrência
0007379	EDUARDA PETSCH	Ampla Concorrência
0007381	EDUARDO DIAS	Ampla Concorrência
0009379	EDUARDO EIJI KUMAGAI	Ampla Concorrência
0005896	ELLEN PAULA SCHETZ ZAWIERUCHA	Ampla Concorrência
0010627	FELIPE NUNES DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0009619	FERNANDA ARISSA TAKII	Ampla Concorrência
0005398	FERNANDA PITOME WEIGERT	Ampla Concorrência
0010161	FHELIPE TRISTÃO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0008454	GABRIEL DZIURKOVSKI MACHADO	Ampla Concorrência
0010152	GABRIEL HENRIQUE DE MORAES POSTANOVSKI	Ampla Concorrência
0006732	GABRIELA FERREIRA FRIZON	Ampla Concorrência
0007370	GIOVANA GONÇALVES VIDOTTI	Ampla Concorrência
0009673	GIOVANNA DE FREITAS MORAIS	Ampla Concorrência
0004739	GIOVVANNI PABLO FRANCO DE CARVALHO OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0009848	GREGÓRIO ANDREASSA SOARES	Ampla Concorrência
0006310	GUILHERME HENRIQUE CARVALHO DE BARROS	Ampla Concorrência
0007906	GUILHERME JINBO BORGES	Ampla Concorrência
0009222	GUSTAVO ALEJANDRO LEANO MANTILLA	Ampla Concorrência
0009303	GUSTAVO ALEX ASSUNÇÃO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0009669	GUSTAVO MELHIM ABOUREJAILE	Ampla Concorrência
0007438	HELOISA KURESKI	Ampla Concorrência
0005983	HELOISE SILVA LOPES	Ampla Concorrência
0005323	HEMILY DIAZ MONTEIRO	Ampla Concorrência
0006388	HENRIQUE LIRA BORGES	Ampla Concorrência
0010390	HUGO CUNHA TEPEDINO	Ampla Concorrência
0010186	IGOR MIGUEL PINKOSKI	Ampla Concorrência
0005563	INGRID CORRÊA BEZERRA	Ampla Concorrência
0004631	ISABELA CRISTINA MANGGER	Ampla Concorrência
0007405	ISABELLA BURGER BITTENCOURT	Ampla Concorrência
0007568	ISABELLA CAROLINA DLUGOSZ	Ampla Concorrência
0009249	ISABELLA TAMIOZO RODRIGUES	Ampla Concorrência
0007504	ISABELLE LIMA LEMOS	Ampla Concorrência
0007691	ISADORA KERTSCHER	Ampla Concorrência

0009352	ISADORA LETÍCIA DALBOSCO DA SILVA	Ampla Concorrência
0007598	IZABELA VERAS DOS SANTOS	Afrodescendente
0010645	JONATHAN JOSÉ BORGES	Ampla Concorrência
0009206	JOSÉ ALFREDO TREVISAN PACHER	Ampla Concorrência
0010608	JULIA ANDRESSA SERPA	Ampla Concorrência
0008781	JULIA BUENO BELTRÃO	Ampla Concorrência
0006781	JÚLIA CAROLINA RESNAUER	Ampla Concorrência
0005255	JULIA CIOLA KAPFENBERGER	Ampla Concorrência
0005936	JULIANA FONTES NOGUCHI	Ampla Concorrência
0010562	KAREN ALMEIDA CAMARGO	Ampla Concorrência
0007399	KELLY KARINE SALES ZEM	Ampla Concorrência
0006680	KENDRA LYS CALIXTO MACHADO	Ampla Concorrência
0009398	KRISTIE ERDMANN CORDEIRO	Ampla Concorrência
0010489	LAURA BISÊLO PITON	Ampla Concorrência
0005908	LAURA SCOTT BIGATÁ SCUCATO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0008485	LAURA STADYKOSKI	Ampla Concorrência
0008070	LETICIA GABRIELA NESTOR FERREIRA LUZ	Ampla Concorrência
0010631	LETÍCIA KAYURI FORTI	Ampla Concorrência
0009110	LETÍCIA SAYURI KINOSHITA ASSAHIDE	Ampla Concorrência
0005152	LIANA TAMY AIHARA	Ampla Concorrência
0007386	LUANA DA ROCHA CELLI	Ampla Concorrência
0006220	LUANA DE LIMA SZLICHTA	Ampla Concorrência
0009609	LUCAS MATHEUS LEAL CHAGAS	Ampla Concorrência
0005060	LUCAS MIGUEL GONÇALVES DE MATOS	Ampla Concorrência
0007869	LUCAS STIEGLITZ CHIMICOVIAKI	Ampla Concorrência
0007077	LUCCA BLANCO	Ampla Concorrência
0009292	LUÍS HENRIQUE VICO RIBEIRO	Ampla Concorrência
0010699	LUISA LEÃO NOVACKI	Ampla Concorrência
0008107	LUISE GABRIELA DOS REIS MOURA	Ampla Concorrência
0006931	LUIZ FILIPE SCHROREDER	Ampla Concorrência
0008229	MARCELA MORAES DE ASSUNÇÃO	Ampla Concorrência
0009369	MARCELO JUNIOR STADLER KACHUTSKI	Ampla Concorrência

0007684	MARIA EDUARDA BITENCOURT DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0010050	MARIA EDUARDA DOS SANTOS RIBEIRO	Ampla Concorrência
0010097	MARIA LÚCIA FERREIRA RODRIGUES	Ampla Concorrência
0010350	MARIANA BARBOSA LOPES	Ampla Concorrência
0005553	MARIANA DOS REIS SCHEFFER BALZER	Ampla Concorrência
0009384	MARJORIE RIBEIRO QUADRI	Ampla Concorrência
0009946	NATHAN LEAL	Ampla Concorrência
0007594	NICOLE JANSEN RABELLO	Ampla Concorrência
0006868	PÂMELA DALCUCHE DE BARROS	Ampla Concorrência
0006804	PAULO AUWARTER	Ampla Concorrência
0009408	PEDRO HENRIQUE DE LARA PIRES BATISTA GOMES	Ampla Concorrência
0009115	RAFAEL FUKUMITSU KOGIK	Ampla Concorrência
0007584	RAYSSA CORREA DA SILVA	Ampla Concorrência
0008634	RICARDO ANTONIO LEITE	Ampla Concorrência
0007846	SAMUEL KOGNAN HERY	Ampla Concorrência
0010167	THAIS MANUELLA BERALDIN CARSTENS	Ampla Concorrência
0009111	VICTORIA CAROLINA PEREIRA FRANÇA	Ampla Concorrência
0009579	VILSON QUEIROZ DE MATOS JÚNIOR	Ampla Concorrência
0010384	VINÍCIUS FERREIRA DE ALMEIDA	Ampla Concorrência
0008435	VITÓRIA MIRANDA VILELA KISNER	Ampla Concorrência
0010072	VIVIANE HELENA RAIMUNDO	Ampla Concorrência
0005032	WEBERT ALEX DOS SANTOS BENETTI	Ampla Concorrência

479 - MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0010590	BRUNA DRIESSEN PIDLUZNYJ	Ampla Concorrência
0007714	CAMILA KIENEN YAMAKAWA	Ampla Concorrência
0005571	CECÍLIA ELIS GUMIEL MORESCHI	Ampla Concorrência
0010349	PAULO CESAR FERREIRA DUTRA	Ampla Concorrência

483 - MÉDICO PSIQUIATRA - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0004256	GABRIELE TAIRINE ANDREACCI	Ampla Concorrência
0006499	JAQUELINE PLACK	Ampla Concorrência
0010387	LETYCIA AMANDO DE CARVALHO	Ampla Concorrência
0006787	PRISCILA HENRIQUES MONTEIRO	Ampla Concorrência
0009333	RAFAEL LEAL ALVES	Ampla Concorrência

484 - MÉDICO GENERALISTA 40H - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0009918	ALANA ROGULSKI	Ampla Concorrência
0008225	ALANIS CAROLINA GUIMARÃES	PcD - Pessoa com Deficiência
0010574	ALEXSANDRO SOUZA DOS PRAZERES	Ampla Concorrência
0009748	ALINE CORRÊA DA SILVA	Ampla Concorrência
0007564	AMANDA CAREN DA SILVA ASSIS	Ampla Concorrência
0008408	AMANDA CAROLINE GONÇALVES DA COSTA SCHURMANN	Ampla Concorrência
0005561	AMANDA LETICIA SCHELL FLANDOLI	Ampla Concorrência
0008973	AMAURI BATISTA DA SILVA NETO	Ampla Concorrência
0007433	AMBROSIO DOS SANTOS JUNIOR	Ampla Concorrência
0009192	ANA CAROLINA DUMA DE ARRUDA	Ampla Concorrência
0008129	ANA LUIZA DE REZENDE E COTA	Ampla Concorrência

0008388	ANA PAULA CORREIA FERNANDES	Ampla Concorrência
0008162	ANA PAULA LOPES BARCELLOS	Ampla Concorrência
0009756	ANA ROSA HAIDUK DE HAVILA	Ampla Concorrência
0008430	ANGELA ALINE DE SOUZA	PcD - Pessoa com Deficiência
0010085	ARTHUR ANGELO DE SOUZA MASUTTI	Ampla Concorrência

0008044	BARBARA DA SILVA ZANOTTI	Ampla Concorrência
0008106	BARBARA GONÇALVES CHAVES	PcD - Pessoa com Deficiência
0009102	BEATRIZ RAMOS DE GODOY	Ampla Concorrência
0010516	BRUNA CORCHAK DA SILVA	Ampla Concorrência
0009716	BRUNA TOKARSKI	Ampla Concorrência
0010331	BRUNO BAZANA BARBOSA	Ampla Concorrência
0010139	BRUNO FERREIRA GLIR	Afrodescendente
0004866	CAMILA MENEGHEL VACCARO	Ampla Concorrência
0006535	CARLOS HENRIQUE RODRIGUES DE SIQUEIRA	Ampla Concorrência
0009419	CAROLINA MARIA AUMANN SARDÁ	Ampla Concorrência
0009945	CHRISLAINE APARECIDA AGUSTINI	Ampla Concorrência
0008338	CHRISTIAN SOSSELLA	Ampla Concorrência
0004735	CICERO ANISIO ROCHA FERREIRA	PcD - Pessoa com Deficiência
0009167	DANIELA NATSUMI HAMASAKI UEDA	PcD - Pessoa com Deficiência
0010326	EDINEIA CAMARGO DZIADZIO	Ampla Concorrência
0010708	EDUARDO SAROTE	Ampla Concorrência
0010107	ELISA LETÍCIA BERNARDES LOPES	Ampla Concorrência
0004218	ELOISA GONÇALVES DA SILVA	Ampla Concorrência
0010565	EVELISE SCHREINER	Ampla Concorrência
0008773	FABIANE RODRIGUES DE SIQUEIRA	Ampla Concorrência
0009554	GABRIEL COUTO CORREA	Ampla Concorrência
0008882	GABRIEL CZLUSNIAK OLENIK	Ampla Concorrência
0007509	GABRIEL DE OLIVEIRA CARNEIRO	Ampla Concorrência
0009081	GABRIELA CRISTINA BRETZKE	Ampla Concorrência
0008399	GUILHERME ALVES MARIATH COSTA	Ampla Concorrência
0007792	GUILHERME GONÇALVES SOBRINHO	Ampla Concorrência
0010289	GUILHERME NOGUEIRA GUIMARAES	Ampla Concorrência
0009547	GUILHERME PRESTES DA SILVA	Ampla Concorrência
0008778	GUSTAVO ALEIXO DERENIEVICZ	Ampla Concorrência
0010075	GUSTAVO FELÍCIO ALEXANDRONI LINZMEYER	Ampla Concorrência
0006894	GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0008569	GUSTAVO SILVA SANTOS	Ampla Concorrência
0010292	HENRY ALEXANDRE DE OLIVEIRA DOMENES	Ampla Concorrência
0005233	IGOR DARLAN DUTRA DELGADO	Ampla Concorrência
0005608	ISABELA CAROLINA SAMPAIO DE SOUZA	Afrodescendente
0009473	ISABELA ERTES SANTOS	Ampla Concorrência
0010371	ISABELA ORMOND BATAGLIA HERRERO	Ampla Concorrência
0007036	ISABELA RENDÓN CECCON	Ampla Concorrência
0009508	ISADORA RAMPELLOTTI DA SILVA	Ampla Concorrência
0008939	ISRAEL DE SOUZA PASSARINI	Ampla Concorrência
0009363	JÉSSICA LUIZA QUINT	Ampla Concorrência
0007614	JOÃO CARLOS PINTO	Ampla Concorrência
0004384	JOCELINO ANTÔNIO LARANJEIRAS NETO	Ampla Concorrência
0009007	JOSE ALBERTO FERNANDES GOMES DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0006423	JOSÉ DANILO DIAS DA SILVA	Afrodescendente
0008489	JOSÉ SAMUEL MEDEIROS DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência

0009385	JOYCE MARIA DE OLIVEIRA BENDER	Ampla Concorrência
0009973	JÚLIA BONTORIN PAMPANINI	PcD - Pessoa com Deficiência
0006968	JULIANA DE SOUZA POSSIDONIO	Ampla Concorrência
0004430	JULIANE KAORI SAITO	Ampla Concorrência
0009165	KAROLINE VIEIRA MONTEIRO	Ampla Concorrência
0009452	KAUANI EDUARDA CASTRO DE FARIA	Ampla Concorrência
0004255	KIMBERLY DUTRA RODRIGUES	Afrodescendente
0007765	LARA PILZ ALVES DE OLIVEIRA	PcD - Pessoa com Deficiência
0008994	LARISSA LAUZY MACEDO MARQUES	PcD - Pessoa com Deficiência
0009231	LARISSA MATIOSKI BRASIL	Ampla Concorrência
0010447	LARYSSA PEREIRA DE JESUS	Ampla Concorrência
0004683	LEANDRO ROBERTO WOJCIK	Ampla Concorrência
0008071	LEONARDO DE BARROS LANGE FILHO	Ampla Concorrência
0006323	LETÍCIA LINS LIMA	Ampla Concorrência
0008273	LETICIA PETRONZELLI MARIANO	Ampla Concorrência
0006547	LINDA JENNY VEGA RIOS	Ampla Concorrência
0005578	LORRANI LOPES DUFFECK	Ampla Concorrência
0008309	LOUISE DE PAULA SALOMAO	Ampla Concorrência
0008518	LUCAS BRAGA CONTE	Ampla Concorrência
0009234	LUCAS HIDEYUKI MORISAWA	Ampla Concorrência
0008228	LÚCIO KAZUO SÓRIA KAWAMOTO	Ampla Concorrência
0008957	LUISA COSTA CHINASSO	Ampla Concorrência
0008369	LUNA MURILLO SANTOS ALEXANDRE	Ampla Concorrência
0010624	MARCELA DREYER MACHADO ALVES SIRTOLI	PcD - Pessoa com Deficiência
0007782	MARCO ANTONIO SELLMER CHAGAS	Ampla Concorrência
0006932	MARCOS LOPES HERCULANO DA COSTA	Ampla Concorrência
0010459	MARIA BEATRIZ MARES GOMES	Ampla Concorrência
0009253	MARIA EDUARDA RIGONI RIBEIRO	Ampla Concorrência
0009078	MARIA HELENA FERNANDES ZANCAN	Ampla Concorrência
0009307	MARIA LUIZA BRAZ	Ampla Concorrência
0010127	MARIANA MACHADO	Ampla Concorrência
0008839	MARIANA SILVEIRA LAICHTER	Ampla Concorrência
0006574	MICHEL AUGUSTO DOS PRAZERES	Ampla Concorrência
0009104	MILLENA LOPES DA SILVA	Ampla Concorrência
0009472	MIRELLA COSTA LOPES	Ampla Concorrência
0008679	NARA RÚBIA GONÇALVES	Ampla Concorrência
0004419	NATANA DE MORAIS RAMOS	Ampla Concorrência
0010412	NICOLAS DE JESUS PEREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência
0009283	PAOLA CRISTINE RAMOS SANTOS	Ampla Concorrência
0006484	PATRICIA DOS SANTOS NEVES DA ROSA	Ampla Concorrência
0005226	PATRICIA KUTZ NASS	Ampla Concorrência

0010288	PAULA CAMARA LIMA FARIA	Ampla Concorrência
0006057	PRISCILA MITIE NAKAMURA	Ampla Concorrência
0007870	RAFAEL YASSUNAGA VITORINO	Ampla Concorrência
0005070	RAUL PIRES SCHUTZ	Ampla Concorrência
0007557	RITHINER RICCI BERNAL	Ampla Concorrência
0009557	RUBER GLAUBER BATISTA DE ANDRADE	Ampla Concorrência
0007660	SANDRO CARLOS DA LUZ JUNIOR	Ampla Concorrência
0008805	SARA ROCHA DE SOUZA	Ampla Concorrência
0004646	STHEFANI DA CRUZ SANTINI ROSA	Afrodescendente
0005448	TAIANA CAROLINE OLIVO GERÔNIMO	Ampla Concorrência

0010663	TATIANA NAHAS	Ampla Concorrência
0010262	TAYONARA PIAGETTE PRAZERES	Ampla Concorrência
0007026	THAIANE MAISA SOUSA MADEIRA	Ampla Concorrência
0008753	THALIA GONÇALVES INÁCIO	PcD - Pessoa com Deficiência
0004796	THIAGO ROBERTO POLESE	Ampla Concorrência
0009269	TURADJ FREDRICK SAHIHI PEZESHK	Ampla Concorrência
0010004	VALENTINA MARQUES ARAUJO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0009052	VICTOR CARDOSO DE ALMEIDA	Ampla Concorrência
0008040	VINÍCIUS SOLAK TEIXEIRA	Ampla Concorrência
0007487	VITÓRIA GUIMARÃES SILVA	Ampla Concorrência
0006872	WESLEY THIAGO RODRIGUES DA SILVA	Ampla Concorrência
0005948	YANKA DICKOW SATO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0010239	YURI CAVALCANTE SANTOS	Ampla Concorrência

495 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0006509	ADRIANA CRISTINA JOVINSKI COSTA	Ampla Concorrência
0006473	ADRIELE GODOI DE FREITAS	Ampla Concorrência
0009093	ADRIELE MONTEIRO DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência
0009288	ALINE GABRIELA DE FRANÇA	Ampla Concorrência
0006569	AMANDA EDIMARA DOS SANTOS CASTANHO	Ampla Concorrência
0005108	ANA CAROLINE COSTA	Ampla Concorrência
0008260	ANA KAROLYNE PEREIRA DE CRISTO HANDAR	Ampla Concorrência
0007545	ANA MARIA SILVA	Ampla Concorrência
0006493	ANA PAULA DE JESUS SILVA	Ampla Concorrência
0005198	ANA SARA FLORENTINO DE ARAUJO BORGES	Ampla Concorrência
0008553	ANDREIA RAAB MATHIAS	Ampla Concorrência
0009118	ANDRESSA ARIANE DE BARROS	Ampla Concorrência
0009355	ANGELA MARIA CAETANO DE CASTRO	Ampla Concorrência
0006847	ANGÉLICA MOTIN SOUZA	Ampla Concorrência
0006739	ANNA LIVIA ZAMPIERI	Ampla Concorrência
0006613	ANNE LISE BONTORIN	Ampla Concorrência
0009252	BRUNA APARECIDA COIMBRA DA SILVA	Ampla Concorrência
0010258	BRUNA CARADOR DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0008514	BRUNA CRISTINA MAJOR DA LUZ	Ampla Concorrência
0009461	CAMILA APARECIDA GUIMARÃES	Ampla Concorrência
0007932	CAMILA DE CRISTO ROZA	Ampla Concorrência
0006963	CAMILA KOCHANSKI	Ampla Concorrência
0008751	CAROLINA TEIXEIRA DE CRISTO	Ampla Concorrência
0010615	CLAUDETE COSTA CORDEIRO	Ampla Concorrência
0008109	CLAUDIA MAISTER SOUZA	Ampla Concorrência
0007576	CRISTIANO WESLEY SOARES DE LIMA	Ampla Concorrência
0007274	CRISTIELE DE FÁTIMA SCHENEIDER DE CRISTO	Ampla Concorrência
0009485	DAIANA ROCHA	Ampla Concorrência
0008698	DAIANE CAMARGO FLORÊNCIO	Ampla Concorrência
0004863	DANIELE SANTOS TEIXEIRA CECCON	Ampla Concorrência
0008439	DANIELI CRISTINE CONTI	Ampla Concorrência
0006008	DANIELI FARIA DA ROCHA	Ampla Concorrência
0007784	DANIZA APARECIDA SABADIM CORDEIRO	Ampla Concorrência
0007885	DELMA DE LARA	Ampla Concorrência
0007496	EDSON PESCARA	Ampla Concorrência

0005076	ELAINE PATRICIA DOS SANTOS MARIANO	Ampla Concorrência
0005789	ELEN NATALIA GERALDINI	Ampla Concorrência
0009755	ELINEIA FERNANDA CORDEIRO	Ampla Concorrência
0009572	ELISANDRA DA SILVA DEOLINDO	Ampla Concorrência
0007142	ELISIANE COSTA ROSA	Ampla Concorrência
0007565	EMELI DAIANE DE MELO DE LIMA	Ampla Concorrência
0010456	EMELY NATALIA DA MOTA RENAUD	Ampla Concorrência
0010018	EMILY EMANUELE MARÇAL	Ampla Concorrência
0005252	EMILY VITORIA SANTANA MIRANDA	Ampla Concorrência
0007721	ÉRICA MAIARA DE CASTRO	Ampla Concorrência
0004846	EVA CRISTINA DE SOUZA DEBALDI DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0007193	EVELYN DE OLIVEIRA CAMARGO	Ampla Concorrência
0004311	EVERLISE SOARES DIAS	Ampla Concorrência
0009531	FABIANA APARECIDA FARIA	Ampla Concorrência
0008900	FABIANA DE PONTES	Ampla Concorrência
0004590	FABIANA SUELEN DE LARA	Ampla Concorrência
0009778	FERNANDA KASUSA PRANDI	Ampla Concorrência
0009738	FLÁVIA REJANE PEREIRA DA SILVA DO PILAR	Ampla Concorrência
0005489	FRANCIELE COSTA ROSA RIBEIRO	Ampla Concorrência
0010293	FRANCIELE NASCIMENTO DE PAULA	Ampla Concorrência
0006279	FRANCIELLI DE SOUZA NALIFICO CORDEIRO	Ampla Concorrência
0006043	FRANQUELLI RENI CAVALHEIRO	Ampla Concorrência
0004849	GABRIEL COSTA LEAL	Ampla Concorrência
0008484	GENYFER DOS SANTOS GEFER DA SILVA	Ampla Concorrência
0005635	GEOVANA MACHADO PEREIRA	Ampla Concorrência

0009940	GEOVANA MELISSA CHEVONICA	Ampla Concorrência
0004889	GIOVANA ISABELA ANTUNES COSTA	Ampla Concorrência
0007780	GISELE NASCIMENTO BEIRA SOARES	Ampla Concorrência
0007533	GISLAINE RIBEIRO LOURENÇO BUENO	Ampla Concorrência
0004885	GLENDA CAROLINA DE MEIRA STRESSER	Ampla Concorrência
0007469	GRACIELI VIEIRA DE JESUS KRIZYZANOVSKI	Ampla Concorrência
0007271	GREICE CRISTINA SCHENEIDER	Ampla Concorrência
0004930	GUSTAVO DANIEL SANTOS	Ampla Concorrência
0009065	INES DOS REIS SANTOS PASSOS	Ampla Concorrência
0009723	ISABELY CRISTINA DA COSTA CAVALHEIRO SANTOS	Afrodescendente
0007883	IVANILDE RAQUEL CUNICO	Ampla Concorrência
0008623	IZIANDRY NICOLAU DA SILVA PORFÍRIO	Ampla Concorrência
0008405	JAQUELINE GEIA DE FARIA LARA	Ampla Concorrência
0007778	JARINA MUNIZ NASCIMENTO	Afrodescendente
0008959	JEFERSON DA SILVA SOUSA	Ampla Concorrência
0005689	JENIFFER BERTOLIN DE SOUZA LIMA	Ampla Concorrência
0007922	JENIFFER CAUANI GEFFER FERMINO	Ampla Concorrência
0006727	JESIANE GONÇALVES COSTA ROSA	Ampla Concorrência
0007856	JESSICA ALIANE PAES RIBEIRO	Ampla Concorrência
0006926	JESSICA COSTA ROSA	Ampla Concorrência
0008341	JESSICA DOS SANTOS AGNER BOMFIM	Ampla Concorrência
0007078	JESSICA GUEBUR DE FARIA	Ampla Concorrência
0008952	JESSICA MARQUES DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0005025	JÉSSICA NAIARA OLIVEIRA ROSA	Ampla Concorrência
0009928	JESSICA SANTANA ALVES	Ampla Concorrência
0008729	JOCELI DE FATIMA MATIAS	Ampla Concorrência

0004772	JOCILAINE MIRANDA MATIAS DA SILVA	Ampla Concorrência
0007606	JULIANA DE LIMA FARIA	Ampla Concorrência
0007824	KEILA STRESSER DE LIMA	Ampla Concorrência
0009411	KELLI PINHEIRO DA LUZ BURKOT	Ampla Concorrência
0007980	KETLIN DE LIMA SALES	Ampla Concorrência
0007443	KETLYN DO ROCIO MORESCHI	Ampla Concorrência
0009534	LARISSA DE ANDRADE DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0008844	LARISSA DOS SANTOS RIBEIRO	Ampla Concorrência
0004533	LEIDIMAR DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0009293	LUANA CRISTINA MOREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência
0008460	LUCAS LEONARDO VAZ	Ampla Concorrência
0007473	LUCAS RIBEIRO	Ampla Concorrência
0008380	LUCIANA DE BEIRAS VENÂNCIO BRANT	Ampla Concorrência
0005587	LUCIANE FIORESE LAZAROTI	Ampla Concorrência
0004820	LUCIELE DO ROCIO DE FARIA	Ampla Concorrência
0008768	LUCILENE DE CRISTO GEFFER ROCHA	Ampla Concorrência
0010455	MAIARA BAIDO DONATO TEÓFILO	Ampla Concorrência
0009844	MAIARA BITTENCOURT FREITAS	Ampla Concorrência
0007013	MAIRA SANTOS	Ampla Concorrência
0006066	MARIA APARECIDA DE RAMOS SOUSA	Ampla Concorrência
0009248	MARIA FERREIRA DE LARA FRANÇA	Ampla Concorrência
0008827	MARIA LUIZA GEFFER FARIA PEREIRA	Ampla Concorrência
0006182	MARIANA DE MIRANDA	Ampla Concorrência
0009432	MARILDA DA APARECIDA DA SILVA	Ampla Concorrência
0009434	MARINA GALEANO	Ampla Concorrência
0009066	MARINEIA DE ALELUIA	Ampla Concorrência
0005970	MARINES DE MIRANDA RIBEIRO	Ampla Concorrência
0009279	MARLIANE RODRIGUES GONÇALVES DONATO	Ampla Concorrência
0008213	MATEUS FORCELLA BIAGINI	Ampla Concorrência
0009459	MATHEUS DOS SANTOS MACHADO	Ampla Concorrência
0009179	MICHELI CRISTINE GASPARIM	Ampla Concorrência
0009213	MICHELI FERNANDA DA ROSA	Ampla Concorrência
0006699	MILENA APARECIDA FARIA DE CRISTO	Ampla Concorrência
0005385	MIREILE ROSSANA DA SILVA	Ampla Concorrência
0010042	MIRIAM RODRIGUES COSTA	Ampla Concorrência
0004690	NATHALY MARIANA ROSA	Ampla Concorrência
0006181	ORLANDA TEREZINHA MARTINS BUENO	Ampla Concorrência
0005111	OTILIA KELLY TRINDADE LEITE DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0008486	PAOLA PINHEIRO DA LUZ BURKOT	Ampla Concorrência
0004474	RAFAELA FERNANDA GOMES DE CASTRO	Ampla Concorrência
0004806	RAFAELA TEIXEIRA FARIA	Ampla Concorrência
0006982	RAQUEL BARBOSA DA CUNHA	Ampla Concorrência
0007406	REGIANE DOS SANTOS LOVATO	Ampla Concorrência
0008389	ROSA CRISTIANE BONTORIN	Ampla Concorrência
0004557	ROZIANE DE FATIMA DE SOUZA	Ampla Concorrência
0007719	RUBIANE MOREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência
0008390	RUTIHELE MARIA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0005504	SAMILLY ANDRADE DA ROSA	Ampla Concorrência
0006045	SANDRA DE CRISTO	Ampla Concorrência
0005372	SIMONE STRESSER DOS SANTOS BARROS	Ampla Concorrência
0009869	SONIA MARIA TABORDA	Ampla Concorrência

0008328	STEFANI ANTONIELE FARIA	Ampla Concorrência
0008238	SUELEN APARECIDA DOS SANTOS CAVALLI	Ampla Concorrência
0005436	SUELEN CRISTINA FALCADE STRAPASSON	Ampla Concorrência
0006908	SUELLEN CAROLINE SANTOS	Ampla Concorrência
0008266	SULIENDRI DE BONFIM WENDRECHOVISKI	Ampla Concorrência
0004965	SUZANA FARIA COSTA	Ampla Concorrência
0008117	TACIANE DOLIRIA DOS SANTOS MACHADO	Ampla Concorrência
0007713	TALITA DE LARA CAMPOS	Ampla Concorrência
0005545	TANYELY RIBEIRO DOS SANTOS	Ampla Concorrência

0010280	TATIANA BRUNA FIOREZE	Ampla Concorrência
0007908	TATIANE FRANÇA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0009451	THAYNÁ APARECIDA CAVALI	Ampla Concorrência
0010286	THELMA FERREIRA MOTA	Ampla Concorrência
0008789	VALDIRENE KULLER BUENO	Ampla Concorrência
0007854	VALÉRIA DA SILVA MENDES DE ALMEIDA	Ampla Concorrência
0007627	VANESSA HALPES	Ampla Concorrência
0009949	WELBERTON CECCON BARROS	Ampla Concorrência

520 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0007842	ADELAIR DO ROCIO ORTIZ	Ampla Concorrência
0010392	ADRIANA DE LIMA PLEP	Ampla Concorrência
0007649	ADRIANE DE FREITAS	Ampla Concorrência
0010084	ALESSANDRA SUELENN TIBLIER	Ampla Concorrência
0005723	ALINE DE LARA SANTOS	Ampla Concorrência
0007864	ALINE NAIARA CARDOSO MOREIRA ARAÚJO	Ampla Concorrência
0006355	ALLANE DA COSTA PASSOS	Ampla Concorrência
0007639	AMANDA GABRIELE DE FARIA	Ampla Concorrência
0004915	ANA CRISTINA PIMENTEL BRANDINO	Ampla Concorrência
0004911	ANA PAULA DE OLIVEIRA	Afrodescendente
0006229	ANA PAULA MACHADO	Ampla Concorrência
0004367	ANA PAULA PEREIRA ROSA	Ampla Concorrência
0004801	ANDREA ARAUJO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0007288	ANDREIA REGINA CARNEIRO GOES	Ampla Concorrência
0004860	ANGELA MARIA DA SILVA ALVES CONCEIÇÃO	Ampla Concorrência
0009808	ARIANE STRESSER SANTOS	Ampla Concorrência
0005010	ARIELLY DALAZUANA	Ampla Concorrência
0004211	BEATRIZ SOARES DA SILVA	Ampla Concorrência
0009546	BRITNEY BUTCHER GARGIONI	Ampla Concorrência
0009722	BRUNA APARECIDA LINDOLFO BARBOSA	Afrodescendente
0008696	BRUNA CRISTINA DOS SANTOS COUTINHO	Ampla Concorrência
0009911	CAREN JEANE SANTOS DE SOUZA	Ampla Concorrência
0007688	CARLA VITÓRIA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0009642	CAROLINE CAPEL FERREIRA	Ampla Concorrência
0004898	CÍNTIA VALLE	Ampla Concorrência
0005988	CRISSYANE VERNIZE LOPES	Ampla Concorrência
0009044	DANIELA CRISTINA DE LARA	Ampla Concorrência
0005565	DANIELE VELOSO BRAGA	Ampla Concorrência
0007061	DANIELLY PINHEIRO NEVES	Ampla Concorrência
0007813	DEBORA TEREZINHA CORDEIRO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0005633	DENISE TEIXEIRA DE SOUZA RIBEIRO	Ampla Concorrência

0007042	DILAINE FRANCIELLY AFONSO PINTO	Ampla Concorrência
0007893	DIVONETE RAMOS MOTIN RAUSIS	Ampla Concorrência
0010415	EDILAINE CRISTINA DO PRADO	Ampla Concorrência
0008699	EDUARDA LORENA MAGARI	Ampla Concorrência
0004983	EDUARDA LORRANY ALMEIDA CANUTO DE JESUS	Ampla Concorrência
0005173	EIDINI RAYANE SANTOS DE ALMEIDA	Ampla Concorrência
0008901	ELAINE RAMOS DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0007652	EMILIN CAROLINE RIBEIRO MARCHIORO	Ampla Concorrência
0004358	EVELIN CARINE PAIXÃO SANTOS	Ampla Concorrência
0004923	EVERLIM CRISTINA GONCALVES NAZARIO	Ampla Concorrência
0006844	FABIELE DOS SANTOS BUENO	Ampla Concorrência
0010068	FERNANDA ALBUQUERQUE ARRAES	Ampla Concorrência
0005278	FRANCIELE ALVES DA SILVA	Ampla Concorrência
0004957	FRANCINNE MESSIAS PEREIRA FERREIRA	Afrodescendente
0006292	FRANCINY DE SOUZA CAMBUI COELHO PEREIRA	Ampla Concorrência
0010329	GABRIELA STRELESKI GUEDES	Ampla Concorrência
0005885	GABRIELE NICOLE MARTINS	Ampla Concorrência
0008767	GISELE HONORATO	Ampla Concorrência
0010319	GISELI DOS SANTOS VAZ	Ampla Concorrência
0009807	GLORIA MARIA SANTOS SILVA	Ampla Concorrência
0006967	GRACIELE SOCORRO DA SILVA ROCHA	Ampla Concorrência
0007111	GRAZIELE ANTONIACOMI	Ampla Concorrência
0005827	HALINE GONÇALVES MARMITT	Ampla Concorrência
0004442	HELEN RENATA	Ampla Concorrência
0010023	HELLEN CRISTINA FARIA	Ampla Concorrência
0009304	HUGO GOMES DA SILVA	Ampla Concorrência
0009542	ISABELE VANESSA MIRANDA DE BONFIM DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0005505	ISABELLY TOSTO DA SILVA	Ampla Concorrência
0010514	IZABEL APARECIDA COSTA SANTOS	Ampla Concorrência
0004300	JANYS EDUARDA ALVES MIRANDA	Ampla Concorrência
0004524	JAQUELINE SATIRO DE OLIVEIRA FUGIMOTO	Ampla Concorrência
0009611	JENIFER APARECIDA DE BONFIM	Ampla Concorrência
0009786	JESSICA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência
0005046	JOSIMARA ALVES RIBEIRO DA SILVA	Ampla Concorrência
0006479	JOYCE JULIA RODRIGUES	Ampla Concorrência
0007970	KAROLINI PEREIRA DOS SANTOS DE FARIA	Ampla Concorrência
0006565	KATIELE COUTINHO DE FRANÇA	Ampla Concorrência
0008923	KEROLEM RAMOS DE ARAÚJO DE FRANÇA	Ampla Concorrência
0007756	KETELYN CRISTINE DE ANDRADE	Ampla Concorrência
0008446	KETLYN LAZZAROTTO	Ampla Concorrência
0005158	LARISSA BUENO MATOSO DOS ANTOS	Ampla Concorrência
0009502	LAURIELI BUENO DA ROCHA	PcD - Pessoa com Deficiência
0007644	LEIDIANE DE JEUS LINS	Ampla Concorrência
0004834	LETÍCIA APARECIDA SANTOS DE LARA	Ampla Concorrência
0007204	LETÍCIA VAIZ	Ampla Concorrência

0008200	LUARA PALOMA LEGATES CORDEIRO	Ampla Concorrência
0005644	LUCIA MAZUR DE FREITAS	Ampla Concorrência
0007986	LUCIANA CORDEIRO DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência
0005906	LUIZA DA SILVA COELHO	Ampla Concorrência
0006834	MARIA CLAUDIA DE FARIA CRISTO	Ampla Concorrência
0006651	MARIA LUIZA NASCIMENTO FERREIRA	Afrodescendente

0005465	MARIANA VIEIRA BASTOS	Ampla Concorrência
0009837	MARLI DE CRISTO ROZA STOCCHERO	Ampla Concorrência
0007637	MATILDE WENDRECHOVISKI	Ampla Concorrência
0004418	MICHELI AGNER DA LUZ	Ampla Concorrência
0004783	NATÁLIA CAMPOLIN DOS SANTOS MAIA	Ampla Concorrência
0006006	NICOLE COUTINHO GOIS	Ampla Concorrência
0007877	PAMELLA CRISTINA DE SÁ RODRIGUES	Ampla Concorrência
0006495	PEDRO EDUARDO MELNIK	Ampla Concorrência
0006107	RITA DE CASSIA TAVARES DA MATA	Ampla Concorrência
0008094	ROSA DE FATIMA ARTIGAS	Ampla Concorrência
0004260	ROSA MARIA DE SOUSA BORGES	Ampla Concorrência
0009960	ROSENILDA SANTOS DA CONCEIÇÃO MACHADO	Ampla Concorrência
0007253	ROSILDA APARECIDA VIDAL DA LUZ	Ampla Concorrência
0008743	SANDIELE APARECIDA GASPARIN DA SILVA	Ampla Concorrência
0010096	SANDRA MARIA DO ESPIRITO SANTO	Ampla Concorrência
0005612	SHANA RAQUEL RODRIGUES DA LUZ	Ampla Concorrência
0007539	SUELLEN CRISTINA DA SILVA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0009042	SUELLEN DA GUIA MAGARI	Ampla Concorrência
0004640	SUELLEN PEDROSO ARTIGAS DOMINGUES	Ampla Concorrência
0008127	TACIANE GRASSI LEMES	Ampla Concorrência
0009453	TATIANA APARECIDA SANTANA	Ampla Concorrência
0005617	TATIANE APARECIDA DE FARIA	Ampla Concorrência
0007689	THAIS FERNANDA LINS	Ampla Concorrência
0004391	THAIS NASCIMENTO DA SILVA DE BONFIM	Ampla Concorrência
0010081	THAMIRIS CHRISTINA DE SOUZA	Ampla Concorrência
0008097	TIEILA TEIXEIRA COSTA	Ampla Concorrência
0008355	VANESSA DE PAULA CAFARO TORRINI DE AMORIM	Ampla Concorrência
0005099	VANESSA RAFAELA FAGUNDES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência

556 - PSICÓLOGO - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0005153	ANA BEATRIZ MASINI PAES	Ampla Concorrência
0009418	ANA PAULA DE LARA	Ampla Concorrência
0007760	ANDREY RODRIGUES AMORIM	Ampla Concorrência
0010479	ATTILA PAPP MOGOR	Ampla Concorrência
0008286	AUGUSTO KLENK SCARDANZAN	Ampla Concorrência
0008521	BIANCA CARLA AGNER	Ampla Concorrência
0007965	BRUNA NAYARA DA SILVA	Ampla Concorrência
0004143	BRUNNA DE SOUZA NASCIMENTO	Ampla Concorrência
0005934	CAROLINE CUSTÓDIO	Ampla Concorrência
0005066	CAUANE DOS SANTOS ARAUJO	Ampla Concorrência
0009302	DANIELE PRUDENCIO FANINI	Ampla Concorrência
0008064	EDUARDA BAGGIO GRACIOTIM	Ampla Concorrência
0007205	EMANUEL PINHEIRO DE GOES	Ampla Concorrência
0009913	EMANUELLI REGINA RIBEIRO	Ampla Concorrência
0008287	FABIANE DE OLIVEIRA BOLLAUF	Ampla Concorrência
0010243	FILIPE SANTOS ZOMKOWSKI	Ampla Concorrência
0008567	FILIPE SOARES GONÇALO DE SOUZA	Ampla Concorrência
0006995	GISLAINE ALVES CARDOSO	Ampla Concorrência
0004182	HELEN CRISTINE DINIS VILHALVA	Ampla Concorrência
0009775	HILLARI NICOLI KULEVICZ	Ampla Concorrência

0006824	JANINE ISABELLE DE ASSUMPÇÃO	Ampla Concorrência
0007720	JAQUELINE CAMARGO LOPES	Ampla Concorrência
0008490	JESSICA ENDIEL PEREIRA	Ampla Concorrência
0008511	JOÃO VICTOR KOCH	Ampla Concorrência
0004259	JOICE DE FATIMA COLERE	Ampla Concorrência
0008924	KELIM KRISTINA TOALDO	Ampla Concorrência
0006657	KÉZIA FERREIRA SUZARTE DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0007891	LAUANE VALDIVIESO	Ampla Concorrência
0006802	LUANNA DOS SANTOS DEMITROV	Ampla Concorrência
0007913	LYSLIAN JOELMA ALVES MOREIRA	Ampla Concorrência
0008660	MARCELA ROBERTA ARANHA DE BRITO KOHL	Ampla Concorrência
0005404	MARCELLE FABIANE BONTORIM	Ampla Concorrência
0005824	MARINA RODER GALIGNIANA	Ampla Concorrência
0008362	MARLON HENRIQUE DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0004858	MARTA VALÉRIA LUPACK	Ampla Concorrência
0007091	MAYANA GONÇALVES	Ampla Concorrência
0010323	MERI ELI DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0008799	MIRIAN CARLA DOS SANTOS CZAIKOWSKI	Ampla Concorrência
0007446	NERIANE BALMANT DE CRISTO LEITE	Ampla Concorrência
0004513	NICOLAS LUIS LEAL PEIXER	Ampla Concorrência
0009709	PATRÍCIA DEZIELE VAZ CORREA	Ampla Concorrência
0007182	PAULA ERENI PALHANO SILVA	Ampla Concorrência
0004998	RAISA NAYARA PINHEIRO DIAS	Ampla Concorrência
0010353	RAYSSA BIANCA ARAÚJO DE GODOI	Ampla Concorrência
0010325	RODRIGO KENJI KAWANO	Ampla Concorrência
0009660	RODRIGO TADDEU DA SILVA	Ampla Concorrência
0010121	THAINARA KRAMER SANTOS DE SOUSA	Ampla Concorrência
0008770	THIAGO PEREIRA DE CARVALHO	Ampla Concorrência
0009116	UELISON VAZ FRANÇA	Ampla Concorrência

0008016	VITÓRIA GONÇALVES POLIDO BELOTO	Ampla Concorrência

642 - ASSISTENTE SOCIAL - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0004756	ADRIANA DA LUZ SIQUEIRA	Ampla Concorrência
0007836	ANA FERNANDA LARA ELIAS	Ampla Concorrência
0004956	ANA PRISCILA GONÇALVES	Ampla Concorrência
0010411	ANDREIA ALVES DE ARRUDA	Afrodescendente
0008803	ANTONIO VERIDIANO AÇUNÇÃO DE ASSIS	Afrodescendente
0005716	BEATRIZ MACIEL DA SILVA	Ampla Concorrência
0009469	CAROLINA BALLARDIM FERRARI	Ampla Concorrência
0005211	CLAUDINEIA MILCZEWSKI	Ampla Concorrência
0004264	DAYANA CRISTINA DE OLIVEIRA RODRIGUES	Ampla Concorrência
0004222	DIONIRA DE CHAVES PACHECO	Ampla Concorrência
0005149	ELI MATILDE RIBAS	Ampla Concorrência
0007101	ELISANGELA MARIA BERLEZ DE BARROS	Ampla Concorrência
0009885	ELOINA CHECHI DE CRISTO PFLANZER	Ampla Concorrência
0006815	EMANUELLY RODRIGUES ALVES	Ampla Concorrência
0005875	ERICA RENATA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0010184	FABIANA MARTINS DA SILVA	Ampla Concorrência
0007940	FERNANDA ALVES COSTA	Ampla Concorrência
0010013	FLAVIA SENA DURÃES DE LIMA	Ampla Concorrência
0009905	FRANCIELLE BARCALA FERREIRA MORITZ	Ampla Concorrência
0008927	GILDA GOMES ALVES	Afrodescendente
0005186	GISELE CRISTINA TUREK DE MOURA	Ampla Concorrência
0005793	INÊS BARBOSA	Ampla Concorrência
0009734	ISLA LETICIA VAZ DIOGO SESTREM	Ampla Concorrência
0008294	JAQUELINE RABELO DE SOUZA	Ampla Concorrência
0004371	JOCELIA GEFFER PAES	Ampla Concorrência
0008212	JOSÉ HENRIQUE PADILHA	Ampla Concorrência
0008912	JOSELI DE FÁTIMA GONÇALVES LOPES	Ampla Concorrência
0005802	JUSSARA DE OLIVEIRA PESSOA	Ampla Concorrência
0004901	LUCAS FRANCISCO DE PAULA BUENO	Ampla Concorrência
0004674	LUCIENE LOURENÇO DA SILVA	Ampla Concorrência
0008649	LUDIELY LIMA DO AMARAL	Ampla Concorrência
0009340	MARCELO MAUES VALENTE	Ampla Concorrência
0009784	MARIA EDUARDA DE MIRANDA	Ampla Concorrência
0008652	MARIANNE VITOR MARTINS	Ampla Concorrência
0004665	MARIELI LENITA MACHADO	Ampla Concorrência
0005003	MARISTELA FERREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência
0006137	MATEUS COLDIBELLI REGINALDO	Ampla Concorrência
0006490	MICHELLE BARBARA DOS SANTOS GONÇALVES	Ampla Concorrência
0006298	MONETCHELLE BIANCHI SOUZA	Ampla Concorrência
0006564	PIETRA SABRINA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0009884	RAQUEL STRESSER DE JESUS	Ampla Concorrência
0009482	ROSANGELA DE FÁTIMA DO PILAR FIDELIS	Ampla Concorrência
0005731	ROSANGELA LIDIA GEQUELIN	Ampla Concorrência
0007695	ROSELI DO ROCIO DE SOUZA	Ampla Concorrência
0005388	SILMARA GORETE DE PAULA	Ampla Concorrência
0004178	SILVIA ALVES DA ROCHA	Ampla Concorrência
0005332	SILVIA REGINA LIBONATI	Ampla Concorrência
0007832	THAIS KARINA MANGGER TAVARES LEONARCZYCK	Afrodescendente
0006324	THAMIRES NUNES DE SOUZA	Afrodescendente
0010647	TIAGO BORGES FANTINEL	Ampla Concorrência
0007301	VANESSA RAUSCHER	Ampla Concorrência
0007981	VERA LUCIA DE SOUZA MAIOLA	Ampla Concorrência
0005961	WELLINGTON HENRIQUE DE SOUZA	Ampla Concorrência
0008546	WESLEY SILVERIO DOS SANTOS	Ampla Concorrência

645 - FISIOTERAPEUTA- RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0009969	ADAILTON DOS SANTOS MOTA	Ampla Concorrência
0007890	ALEXSANDRA DE CARVALHO RAMOS	Ampla Concorrência
0010664	ALINE SCHUSTER PAES	Ampla Concorrência
0008614	AMANDA CRISTINA NEVES DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0005251	AMANDA DA SILVA BATISTA	Ampla Concorrência
0009133	ANA CAROLINA TRAJANO DE ALMEIDA MORAES	Afrodescendente
0007657	ANGÉLICA CRISTINA DA SILVA	Ampla Concorrência
0008941	ANNA LUIZA SCHERER LINO	Ampla Concorrência
0008284	ANTONY AUGUSTO DOS REIS PROTOPAPA	Ampla Concorrência
0010256	ARIANA JOSVIAK PEGORARO	Ampla Concorrência
0010673	BRUNO ISMAEL MOISES	Ampla Concorrência
0008968	CAROLINE DITZEL FERRARO	Ampla Concorrência
0006449	DANIELA GALLON CORRÊA	Ampla Concorrência
0004208	DEISSY ALVES CAMARA	Ampla Concorrência
0007865	EDUARDA PINHEIRO DA LUZ	Ampla Concorrência
0008692	EVELYN CARRARO	Ampla Concorrência
0008644	FELIPE ALVES DA SILVA	Ampla Concorrência
0009670	GLAUCIA QUERINO DUARTE DA CUNHA CARDOSO	Ampla Concorrência
0009717	JAMERSON CABRAL DA SILVA	Ampla Concorrência
0010376	JENIFER LETICIA LOURENÇO SANTOS	Ampla Concorrência
0007336	JONATHAN MELO DE SOUZA	Ampla Concorrência
0010162	JULIA CAVASSIM DE LARA	Ampla Concorrência
0007089	JULIANE SIMIONI RIBEIRO	Ampla Concorrência
0004592	KETLIN FERREIRA DE OLIVEIRA MANIKA	Ampla Concorrência
0004799	KEYLA PALESTINO DE ASSUNÇÃO	Ampla Concorrência
0009160	LUIZA FERREIRA TERRES	Ampla Concorrência

0004696	MARCUS VINICIUS MACHADO RAMALHO	Ampla Concorrência
0009634	MARIA HELENA COELHO SIMAL	Ampla Concorrência
0006557	MATHEUS LAAF	Ampla Concorrência
0007076	MAYARA DA SILVA BICUDO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0008442	MURIEL MACHADO	Ampla Concorrência
0005819	PALOMA CRISTINE DE OLIVEIRA NAVARETE	Ampla Concorrência
0010057	RAFAEL EDUARDO MACHADO	Ampla Concorrência
0010192	RICARDO VIANA FAUSTINO	Ampla Concorrência
0006429	ROBERTA CASTRO LOPES	Ampla Concorrência

647 - FONOAUDIÓLOGO - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0010658	DAIANE APARECIDA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0008790	FRANCIELE VANUSA PRANDI	Ampla Concorrência
0007988	GABRIELA RIBAS CAMPOS	Ampla Concorrência
0009931	MARILISE FATIMA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0005172	MILENA DIAS DE OLIVEIRA	Afrodescendente
0010381	RAQUEL DO ROCIO SILVA SANTOS	Ampla Concorrência
0009049	TATIANA ALFAIA CORDEIRO	Ampla Concorrência
0009080	VIVIAN CHAMORRA QUEVEDO	Ampla Concorrência

649 - MÉDICO VETERINÁRIO - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0004305	AILESIO ROCHA MENDONCA FILHO	Ampla Concorrência
0004747	ALINE ROSA GARBELLOTTI	Ampla Concorrência
0006673	ALINE SCHAFRUM MACEDO	Ampla Concorrência
0004779	ANA CAROLINA MARTINS RODRIGUES	Ampla Concorrência
0009828	ANNE GAMALIEL NANI ALVES	Ampla Concorrência
0007851	BENEDITA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0004296	BRUNA CAROLINE FLORÊNCIO	Ampla Concorrência
0005792	CAMILA CAVASSIN	Ampla Concorrência
0010665	CHARLES CHUEIRI FILHO	Ampla Concorrência
0010249	ELLEN MARENA OLIVEIRA SILVA	Ampla Concorrência
0008870	GABRIELLA SILVA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0009371	GIOVANNA ZOKNER GONÇALVES	Ampla Concorrência
0009367	GUSTAVO GOMES DA LUZ PEREIRA	Ampla Concorrência
0004362	HEITOR FUMIKI IHA IKEDA	Ampla Concorrência

0008182	HELOISA PACHECO BRAGA	Ampla Concorrência
0005475	JULIANO DOMINGOS BINI	Ampla Concorrência
0007951	KARINE KULIK	Ampla Concorrência
0007739	KAUANE CALAÇA	Ampla Concorrência
0005957	LARISSA CAROLINE DE JESUS	Ampla Concorrência
0005692	LUAN GUILHERME DIAS	Ampla Concorrência
0008771	LUANA BUCHER	Ampla Concorrência
0005351	LUANY HELLEN PADILHA RIBEIRO	Ampla Concorrência
0005651	LUDIMYLA PASSOS SILVA	Ampla Concorrência
0007436	MARCELLE FIGUEIREDO VILACA	Ampla Concorrência
0010222	MARIA EDUARDA BANDIERA DE SOUZA	Ampla Concorrência
0006103	MARIA EDUARDA DE ANDRADE PIMENTA	Ampla Concorrência
0006329	MARINA GIULIA BINI ELIAS	Ampla Concorrência
0009074	MARRIÊ LOUISE CAVALLI	Ampla Concorrência
0006580	MILENA GABRIELLE DE JESUS	Ampla Concorrência
0006391	PAOLA MACHADO BITENCOURT	Ampla Concorrência
0006001	RAFAEL GUSTAVO GALVAN	Ampla Concorrência
0009618	SABRINA GABRIELE DE FARIA MENDES DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0005594	SUELEN CAROLINA OLIVEIRA RIBEIRO	Ampla Concorrência
0004504	TELISE ROBERTA DA SILVA	Ampla Concorrência

650 - NUTRICIONISTA - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0009986	ALANA MAYARA NUNES LOVATO SANTOS	Ampla Concorrência
0008556	AMANDA DE SENA FORNAROLLI PEREIRA	Ampla Concorrência
0008124	ANA CAROLINA SOSNITZKI	Ampla Concorrência
0010566	ANDREIA GOMES SALA	Ampla Concorrência
0004520	ANNE CAROLINE RODRIGUES SILVA	Ampla Concorrência
0009696	BRUNA RODRIGUES DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0008907	BRUNNA RUIZ ELIAS	Ampla Concorrência
0009012	BRUNO CEZAR LEITE	Ampla Concorrência
0006399	BRUNO FERNANDO COSTA DOMINGUES	Ampla Concorrência
0009176	DEBORA CRISTINA AMARO DA SILVA	Ampla Concorrência
0007453	GISELLI ABE	Ampla Concorrência
0010024	IGOR ANDRADE DA SILVA	PcD - Pessoa com Deficiência
0006240	IVELTA MARIA OLIVEIRA DA SILVA	Afrodescendente
0006726	JULIANE NOVAK PERIN	Ampla Concorrência
0008092	KENIA FONTANA LEPRE	Ampla Concorrência
0009021	KRISLAINE ALEXANDRA TOMÉ	Ampla Concorrência
0008487	LARISSA MARIA DUMS	Ampla Concorrência
0007506	LAUANE EMANUELLI PEREIRA DE LIMA	Ampla Concorrência
0010168	LEANDRA LETICIA ROCO	Ampla Concorrência
0008301	LETICIA COLUCI COSTA MARQUES	Ampla Concorrência
0006467	LUANA ROBERTA DA SILVA PEREIRA	Ampla Concorrência
0007482	LUCIANE SILVA FERNANDES	Ampla Concorrência
0006174	MARCIO JOSÉ DE SOUZA	Ampla Concorrência
0010032	MARILIA AMALIA DE MACEDO	Ampla Concorrência
0008969	PAOLA DAIANA SANTOS	Ampla Concorrência
0005493	PAULA FERRAZ ROBOREDO	Ampla Concorrência
0009847	PRISCILLA RIBEIRO ACCIOLY PINTO	Ampla Concorrência
0007632	RODRIGO DE FARIAS ROSNER	Ampla Concorrência

0010671	SALOMÃO DIFFONTE SANTOS	Ampla Concorrência
0007772	SÂMELA CRISTINA REIS DOS SANTOS GAMA DE SÁ	Ampla Concorrência
0004337	SCHAINA ANDRIELA ETGETON DE SENNA	Ampla Concorrência
0010251	THAÍS FERNANDES BRUSCATO DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0004380	VANEZA APARECIDA RIBEIRO DA SILVA	Ampla Concorrência
0004970	VERSIANE JANAÍNA HEINZEN	Ampla Concorrência
0006944	WALKYRIA BEGHE COLAÇO	Ampla Concorrência
0004788	WILLIAN HENRIQUE DA COSTA SKRUCHINSKI	Ampla Concorrência

652 - TERAPEUTA OCUPACIONAL - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0007956	ALINE CRISTIANE OLIVEIRA ROSA DO NASCIMENTO	Ampla Concorrência
0010712	AMANDA DE ABREU QUEIROZ	Ampla Concorrência
0010252	ANDRÉA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0008523	APARECIDA ARAUJO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0009448	BEATRIZ ROBERTA DE LARA	Ampla Concorrência
0005654	CAMILA MORAES	Ampla Concorrência
0008599	JOSLINE MACHADO PEREIRA	Ampla Concorrência
0007963	LETÍCIA DALVA VIEIRA DE ALLELUIA	Ampla Concorrência
0006746	LETICIA GABRIELA RODRIGUES DE SOUZA	Ampla Concorrência
0008774	LUANA GABRIELLE ALVES DOS REIS	Ampla Concorrência
0007647	PAULA KARINA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0007064	SUELEN FARIA DA SILVA	Ampla Concorrência
0008426	TATIANE GEREMIAS DOS SANTOS	Ampla Concorrência

685 - ENGENHEIRO CIVIL 40H - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0009499	ALISON FELIPE GROSSL	Ampla Concorrência
0005143	ANA LUCIA MELO MACHADO	Ampla Concorrência
0010111	EDUARDO MATHEUS FRANÇA	Ampla Concorrência
0009544	EDVANDO EDUARDO GOMES DA SILVA	Ampla Concorrência
0008434	FELIPE LEONARDO TULIO	Ampla Concorrência
0004271	GIULIA ROQUITSKI	Ampla Concorrência
0008971	GREGORIO TEMCZUK NETO	Ampla Concorrência
0010389	GUSTAVO LIPINSKI MARON	Ampla Concorrência
0010426	HELDER HENRIQUE BONILHA	Ampla Concorrência
0008570	IÁGO LUCIAN DE JESUS OLIVEIRA	Afrodescendente
0008534	LAURA BEATRIZ KUNDLATSCH	Ampla Concorrência
0008655	LUCIANO PEREIRA FERNANDES	Ampla Concorrência
0005145	MATHEUS GOVASKI	Ampla Concorrência
0006452	NATALIA DA MATA BATISTA	Ampla Concorrência
0008227	PAULO HENRIQUE LANG HOHMANN	Ampla Concorrência
0006661	THIAGO BITCHERIENE ANGELO	Ampla Concorrência
0010224	THIAGO NIEVOLA SOKALSKI	Ampla Concorrência
0008833	WILDENER TADEU JUSTINO	Ampla Concorrência

686 - GEÓLOGO - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0004604	ANDREZA MARTA DA COSTA	Afrodescendente
0009565	FELIPE PAULIN	Ampla Concorrência
0008560	LUIZA BALLICO	Ampla Concorrência

912 - ANALISTA DE CULTURA - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0008828	ALIANA SANTOS ARTIGAS POLI	Ampla Concorrência
0008452	ALINE BORA SIECZKO	Ampla Concorrência
0006647	ALINE LITZA	Ampla Concorrência
0005855	ALISSON RANGEL STROTKAMP	Ampla Concorrência
0005453	ANA LUIZA MORAIS PEREIRA	Ampla Concorrência
0010380	CAMILA EMI IWAHATA	Ampla Concorrência
0010274	CLAUS ARNOLD TESSMANN	Ampla Concorrência
0010294	DIEGO DIOGO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0008667	DOUGLAS MERCER DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0008598	EMILLY CHARLEAUX MENDES	Ampla Concorrência
0008974	ERIELTON CAMARGO GOMES CORDEIRO	Ampla Concorrência
0004920	EZEQUIEL SALES DE FARIA	Ampla Concorrência
0009449	FERNANDA STEICI FERREIRA CARDOSO	Ampla Concorrência
0009445	GABRIELA SMIDERLE	Ampla Concorrência
0009217	GABRIELY CRISTINA SANTOS DE LARA	Ampla Concorrência
0007631	GIOVANA GIACOMETTI VENÂNCIO DE SOUZA	Ampla Concorrência
0006347	HELENA BIANCHI GÓES	Ampla Concorrência
0004574	JOAO GUILHERME BRUZAMOLIN LOURENCO	Ampla Concorrência
0010253	JOÃO MATEUS TAZO KONNO	Ampla Concorrência
0008326	JONAS AUGUSTO DA SILVA	Ampla Concorrência
0007465	JONAS MATTEUS TAINAN PIETRUCHINSKI MATOS	Ampla Concorrência
0010515	JOSÉ RONALDO FRANCISCO RIBEIRO	Ampla Concorrência
0007218	JULIA MACHADO MARANGON	Ampla Concorrência
0007763	JULIO CESAR DEGRAF MUZZI	Ampla Concorrência
0010393	LEONARDO RICHARD NOGUEIRA SOARES DE SOUZA	Ampla Concorrência
0007603	LUCAS LORENZO BONFIM	Ampla Concorrência
0006974	LUCIANE CARVALHO	Ampla Concorrência
0010215	LUIZ FERNANDO FERREIRA PAZ	Ampla Concorrência
0007314	MATHEUS AUGUSTO GONCALVES SILVA	Ampla Concorrência
0004702	MICHELLY BANDACHESKI	Ampla Concorrência
0008250	RAIZA LUARA DA SILVA	Ampla Concorrência
0005928	RITA DE CASSIA CERCAL RODRIGUES DE LIMA	Ampla Concorrência
0009276	RODRIGO MARCONDES VIEIRA	Ampla Concorrência
0007340	SIMONY LUANA LIEBEL	Ampla Concorrência
0008402	TATIANA TAKATUZI	Ampla Concorrência
0008700	THAIS VEREDIANI BONTORIN	Ampla Concorrência
0007344	VALDIR DEMORI	Ampla Concorrência

0009877	VERÔNICA CASTRO HILLER	Ampla Concorrência
0007384	VICTOR SIEDEL SCHROEDER	Ampla Concorrência
0005864	VICTÓRIA TUPINI PEREIRA	Ampla Concorrência
0008890	VINÍCIUS PEDROSO DE MORAES	Ampla Concorrência
0008991	VINICIUS ZALIS DE QUEIROZ	Ampla Concorrência
0008211	WILLIAN CEMIN	Ampla Concorrência
0008858	WILLY BOMFIM SILVA	Ampla Concorrência

913 - ARQUITETO 20H - RIO BRANCO DO SUL

0004383	ADRINEIA TECCHIO GONÇALVES	PcD - Pessoa com Deficiência
0007977	ALANA CRISTINA NAGABE DOLIS	Ampla Concorrência
0006986	ANA IZABEL LEONEL SUETO	Ampla Concorrência
0007513	EDUARDO JULIO DE MEDEIROS	Ampla Concorrência
0007755	ELISA DETZEL BERNERT	Ampla Concorrência
0006442	GEORGIA RODRIGUES TEIXEIRA	Ampla Concorrência
0005646	GEOVANA LIMA HINOUE	Ampla Concorrência
0008116	JADY MEDEIROS SILVA	Ampla Concorrência
0008919	LEVI DE CARVALHO MOREIRA	Ampla Concorrência
0005926	MARIA GABRIELA MARCOMIN CASTANHA	Ampla Concorrência
0005498	MARIA VITORIA AZEVEDO DO AMARAL	Ampla Concorrência
0008829	MARIANA BARBOSA COLINO	Ampla Concorrência
0007075	MARLENE FERREIRA	Ampla Concorrência
0009894	MARTHA MONIQUE DOS SANTOS	Ampla Concorrência

914 - ARQUITETO 40H - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0009992	ADRIANA FRANCISCA DE LIMA SOPRANA GOMES	Ampla Concorrência
0010532	ALISON CARDOSO MOREIRA	Ampla Concorrência
0010493	ANA CAROLINE DA SILVA MATEUS SANTOS	Ampla Concorrência
0008357	ANA JULIA FREITA DISNER	Ampla Concorrência
0009711	BIANCA CAROLINE KEGLES BONFIM	Ampla Concorrência
0007005	BRUNA DUARTE VIEIRA	Ampla Concorrência
0009983	BRUNO MEDEIROS MAZEPA	Ampla Concorrência
0004267	CAROLINA DE CASTRO BURGOS	Ampla Concorrência
0008308	CAROLINE DE OLIVEIRA FISCHER PIERRI	Ampla Concorrência
0010268	CINTIA SAYURI NAKACIMA	Ampla Concorrência
0010007	CRISTINA SIMM	Ampla Concorrência
0007296	DALINE GIOVANA RISKALLA GUARISE	Ampla Concorrência
0004195	DANIELE DO ROCIO BARBATO	Ampla Concorrência
0009996	DIEGO GUILHERME PONTES DE ARAUJO	Ampla Concorrência
0007383	FRANCIELLY DE PAULA RODRIGUES	Ampla Concorrência
0010520	GABRIELA GARCIA DE ASSIS	Ampla Concorrência
0008682	GABRIELLA DA ROSA WOZHIAK	Ampla Concorrência
0005797	GRAZIELLE POLETTI SCHWARZBACH	Ampla Concorrência
0004625	GUSTAVO CESSO SILVA	Ampla Concorrência
0004830	HELIENE LOUREIRO PACHECO	Ampla Concorrência
0008933	ISABEL RIBINSKI ROSA	Ampla Concorrência
0005718	JOÃO HENRIQUE ROGESKI WEIBER	Ampla Concorrência
0007011	JOAS HENRIQUE DE MORAES CASTAO	Ampla Concorrência
0009782	JONATAN MAYCON DE LIMA PEREIRA	Ampla Concorrência
0009681	JULIANA FERREIRA DE GUSMÃO	Ampla Concorrência
0010195	JULIANO DE SOUZA	Ampla Concorrência
0010055	KÉLLEN CAROLINY DA SILVA NUNES	Ampla Concorrência
0005933	LEONARDO MIZAEL COUTINHO MACHADO	Ampla Concorrência
0010640	LEYISA IEMI MORI DA CUNHA	Ampla Concorrência
0008154	LOHANA DA SILVA CARVALHO	Ampla Concorrência
0009056	LUCIANA FERNANDES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0007916	LUIZA MAYUMI HAYASHI	Ampla Concorrência
0005760	LUIZA OLIVEIRA KOSSATZ	Ampla Concorrência
0008312	MARIA CYNTHIA DE ARAUJO URBANO	Ampla Concorrência

0010147	MARIA EDUARDA CARDOSO DE BIAGI SILOS	Ampla Concorrência
0010446	MARIANA CAZE DE SOUZA	Ampla Concorrência
0010692	MATHEUS BECKER WALTEMANN DE FREITAS	Ampla Concorrência
0010573	MAYRA CAROLINA LECH ZORNITA	Ampla Concorrência
0007235	MILENA MOTTIN CAVASSO	Ampla Concorrência
0005954	MIRELI PINDZIURA BITENCOURT	Ampla Concorrência
0004566	NATALIA CRISTINA VENTURA	Ampla Concorrência
0009958	NÍCOLAS MARQUES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0009228	NICOLE ALINE BUSATO	Ampla Concorrência
0007201	RAFAELA SEBRÃO DE ROSE	Ampla Concorrência
0010259	RAQUEL APARECIDA DE SOUZA LOVATTO	Ampla Concorrência
0007809	REGNIER VICTOR SANTOS	Ampla Concorrência
0009921	RENATA CAROLINE NUNES	Ampla Concorrência
0007032	RENATA KAROLINA ALCÂNTARA	Ampla Concorrência
0010616	SABRINA DA SILVA SPAER	Ampla Concorrência
0008255	SHEILA BOUFLEUR	Ampla Concorrência
0005932	SILVIA CRISTIANE PAURDOSKI MOREIRA	Ampla Concorrência
0005101	THAIS FERNANDES PEREIRA	Ampla Concorrência
0006924	VALESCA VITORIA VEDAM	Ampla Concorrência
0010402	WILLIAN VARELA	Ampla Concorrência

915 - AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0008017	ADRIELE JAMILE PRESTES DE FRANÇA	Ampla Concorrência
0004960	ALBERTO RAMON FREITAS SANTIAGO	Ampla Concorrência
0007540	ALEXANDRE PARREIRA ROBERTO	Ampla Concorrência
0006302	ANTHONY EDWIN PUMA BENITO	Ampla Concorrência
0004395	ANTONIO HENRIQUE PASCHOAL LIMA	Ampla Concorrência
0008282	AQUIO UMEO	Ampla Concorrência

0005528	BRENA THAIS MORAIS DE OLIVEIRA DOMINONI	Ampla Concorrência
0007717	CAMILA DUARTE BRASIL	Ampla Concorrência
0009741	CARMEN LUCIA DOS SANTOS PEREIRA TURRA SANTOS	Ampla Concorrência
0010413	CRISTINA SUELEN DE OLIVEIRA MACHADO	Ampla Concorrência
0007313	DENNIS KOKUBO IMOTO	Ampla Concorrência
0006476	DIEGO FERNANDO DA SILVA	PcD - Pessoa com Deficiência
0006084	DIEINY APARECIDA FARIA DA SILVA	Ampla Concorrência
0008285	ELLEN MORAES ARTIGAS	Ampla Concorrência
0007084	ERICA LUANA SANTOS FARIAS	Ampla Concorrência
0004159	ERICK CAMARGO DE ALMEIDA	Ampla Concorrência
0008718	ESTER FANI GUTSTEIN	Ampla Concorrência
0008866	FELIPE TEIXEIRA SANTOS	Ampla Concorrência
0004466	FERNANDO PIRES VIEIRA FERRAZ	Ampla Concorrência
0004736	FERNANDO SANTILHO DE SOUZA	Afrodescendente
0007954	FRANCISCO HIDEKI GOYA PERON	Ampla Concorrência
0010545	FRANCYS LAYNE BALSAN	Ampla Concorrência
0006604	GESSICA DOS SANTOS SCHAYDER	Ampla Concorrência
0008150	GIORGIO SAVI ALBERTI	Ampla Concorrência
0005726	GISLAINE ALVES DOS SANTOS	Afrodescendente
0004203	GUILHERME ARTIGAS DE CRISTO	Ampla Concorrência
0005144	GUSTAVO RODRIGUES DE SOUZA	PcD - Pessoa com Deficiência
0007128	HANA PAULA NIKITIN DE SOUZA	Ampla Concorrência

0010365	IVAN SANTOS RUPPELL NETTO	Ampla Concorrência
0006441	IZADORA FERNANDES ALVES	Ampla Concorrência
0009087	JACSON UILIAN DE LARA DIAS	Ampla Concorrência
0008517	JEAN CRISTIAN DE SOUZA	Ampla Concorrência
0007915	JOAO PEDRO PAUVELS BARBOSA	Ampla Concorrência
0004559	JOÃO POSS JUNIOR	Ampla Concorrência
0004436	JONATHAN FERNANDO DE SOUZA	Ampla Concorrência
0009558	JOSE EVERTON DOS SANTOS DA SILVA	Ampla Concorrência
0004431	JULIANA ISABELA ROCHA RESENDE	Ampla Concorrência
0010448	JULIANO BITTENCOURT FARIA	Ampla Concorrência
0010000	KAIO CEZAR RAPANOS	Ampla Concorrência
0005803	KÁSSIA ZANONI	Ampla Concorrência
0004587	LORHENA GABRIELE TABORDA	Ampla Concorrência
0007590	LUIZ CARLOS DE AMORIM CHIMICOVIAK	Ampla Concorrência
0004428	MARCELO SIQUEIRA DE ABREU	Ampla Concorrência
0005373	MARCIO GONÇALVES DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0007909	MARCOS YUDI HANAI MENEZES	Ampla Concorrência
0005002	MARIA ANA MURARO SAVINHONI DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0004333	MARIA APARECIDA DE LIMA	Ampla Concorrência
0008475	MARIA EDUARDA CORDEIRO DE LARA	Ampla Concorrência
0006537	MARIA JULIA CARDOSO RODRIGUES	Ampla Concorrência
0004659	MAYRA CRISTINA ALMEIDA LIMA	Ampla Concorrência
0007826	MILENA MORAES ARTIGAS	Ampla Concorrência
0009159	NICOLAS CARDOSO PIANTADOSI	Ampla Concorrência
0008526	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS DE CRISTO	Ampla Concorrência
0008416	PAULO ISRAEL RIBEIRO HANELT	Ampla Concorrência
0004324	PAULO ROBERTO PAES	Ampla Concorrência
0010175	PETRUS ANTONIO CYULYK	Ampla Concorrência
0010500	RODRIGO OTAVIO FERREIRA	Ampla Concorrência
0008232	SARAH MAYUMI SHIKASHO	Ampla Concorrência
0010422	SILVIA MARA CAMPOS XAVIER MANGINI	PcD - Pessoa com Deficiência
0010308	TALES FERRAZ FREZZA	Ampla Concorrência
0009586	TOMAS MESSIAS DE ALMEIDA	Ampla Concorrência
0006092	VITOR AMADEU FERREIRA DA LUZ	Ampla Concorrência
0010148	WILLY PAIXÃO MILHORINI	Ampla Concorrência
0010232	YOSHIYUKI SILVIO UYETAQUI	PcD - Pessoa com Deficiência
0004619	YURI BARBOSA LEMOS	Ampla Concorrência

918 - ENGENHEIRO AMBIENTAL - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0007210	ADRIAN OLIVEIRA DE LIMA	PcD - Pessoa com Deficiência
0008795	EUCLAIR JOSÉ MOREIRA VELOSO	Ampla Concorrência
0008270	KETELEN FERNANDA ELIAS	Ampla Concorrência
0005261	MARIELLI BARBOSA GEFER CORGOSINHO	Ampla Concorrência
0005779	SUÉLEN CRISTINA GONÇALVES RODRIGUES	Ampla Concorrência

919 - ENGENHEIRO CIVIL 20H - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0010103	ENIELTON GOMES DE FARIA	Ampla Concorrência
0008480	ISMAEL FERREIRA NUNES	Ampla Concorrência
0007600	JULIANA CAROLINE TEIXEIRA ZAUPA	Ampla Concorrência

0005209	LUCAS SANTOS GARRETO	Ampla Concorrência
0009671	LÚCIA GABRIELA PEREIRA BAIDO	Ampla Concorrência
0009297	VANESSA ALVES DOS SANTOS MACHADO	Afrodescendente

920 - ENGENHEIRO FLORESTAL - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0009410	ADAM PÉRICLES LUZ E SOUZA	Ampla Concorrência
0006267	ANDREIA TABORDA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0009436	FERNANDO AUGUSTO RODRIGUES DE CASTRO	Ampla Concorrência
0005050	FREDERIQUE ANTONIO GONÇALVES	Ampla Concorrência
0004721	IZADORA SIMÕES DE MELLO	Ampla Concorrência
0009781	KAUÊ GABRIEL KUCHNIR	Ampla Concorrência
0009477	RANDY MARCOLIN	Ampla Concorrência
0009091	RUANA DA CRUZ	Ampla Concorrência
0006269	SHIN BOK MELLONI HOSSEINI	Ampla Concorrência

0009804	TALITA BARROS TOSTO	Ampla Concorrência
0009703	THENILLE APARECIDA WITTI ALMEIDA	Ampla Concorrência

924 - FISCAL SANITÁRIO - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0006856	ANA BERNARDES DA SILVA	Ampla Concorrência
0009836	ANA JULIA FERREIRA GANDA	Ampla Concorrência
0004639	CLAUDIO ANTONIO DE ARAUJO MONTENEGRO	Afrodescendente
0008529	FABIANE APARECIDA DE LARA	Ampla Concorrência
0007107	GABRIELA MASIERO MARCON	Ampla Concorrência
0004400	ISABEL DE FARIAS RIBEIRO	Ampla Concorrência
0008332	JUSSIARA CORSINI	Ampla Concorrência
0009831	KAIQUE PATRICIO DE JESUS DA SILVA	Ampla Concorrência
0010377	MARIANA DYSARZ DE MEIRA	Ampla Concorrência
0004232	RAISSA RODRIGUES CARDOSO	Ampla Concorrência
0008236	RAUL DE SOUZA PEDROSO	Ampla Concorrência
0006554	VILMA TERESINHA MORKING LIEBEL	PcD - Pessoa com Deficiência

925 - GEÓGRAFO- RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0005955	ALISSON FERNANDO FERREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência
0009296	AMANDA CAROLINI BRAGHINI MIOTTO	Ampla Concorrência
0007560	BRIAN GUILHERME CHIMANSKI	Ampla Concorrência
0010160	DULHANO LUIDY TREVISAN DORNELLES	Ampla Concorrência
0005547	ELISSANDRO VOIGT BEIER	Ampla Concorrência
0008350	GABRIEL MARTINS JARDIM ANTUNES DOS SANTOS CORRÊA	Ampla Concorrência
0010205	GIORGIO TAFFARELI MENEGAT	Ampla Concorrência
0010570	HILÁRIO GOMES NETO	Ampla Concorrência
0008118	JONAS DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0009608	LUCAS MAURÍCIO GUIMARÃES DE LIMA	Ampla Concorrência
0004745	LUIZ CARLOS PORTES	Ampla Concorrência
0007696	OTÁVIO DE FREITAS BAUMHARDT	Ampla Concorrência
0008074	PEDRO LUCAS GARCIA DE FARIA	Ampla Concorrência
0009761	VIKTOR JAMYL DE OLIVEIRA RIBEIRO	Ampla Concorrência

926 - MÉDICO PEDIATRA - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0007919	ANA JULIA RODRIGUES MURARO	Ampla Concorrência
0008292	ANDREZA IOLANDA APATI PINTO	Ampla Concorrência
0009811	FERNANDA FABIOLA SALAMANCA	Ampla Concorrência
0007715	GUILHERME GIONEDIS	Ampla Concorrência
0006729	JENNIFER THAÍS DE BARROS FERRO	Ampla Concorrência
0006833	RAISA ANNIBAL AGOSTINHO	Ampla Concorrência
0008763	VANEZA CRISTINA ROSCAMP MARTINS	Ampla Concorrência

927 - MUSEÓLOGO - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0008377	ADELITA PUCHALSKI DA SILVA	Ampla Concorrência
0004473	CELINE MARIA NADALINE PIAZZETTA	Ampla Concorrência
0008519	KAUANNA MAHARA NHAIA ANTONIACOMI	Ampla Concorrência
0008188	LUCAS EMANUEL PEREIRA LAGE	Ampla Concorrência
0010008	MARCOS DIAS DE ARAÚJO	Ampla Concorrência
0007221	RAILANI DAL COL NASCIMENTO	Ampla Concorrência

928 - PROCURADOR - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0005250	AGATHA SILVA DA ROCHA	Afrodescendente
0008983	AMANDA FRANCO GRILLO ZAKIR JORGE	Ampla Concorrência
0004847	ANA BEATRIZ COSTINHA CARIOCA	Ampla Concorrência
0008404	ANDRÉ FRANCISCO DE MAGALHÃES MARASSI	Ampla Concorrência
0005584	BERNARDO PINHON BECHTLUFFT	Ampla Concorrência
0005450	BRUNA AMORIM SAVIATO	Ampla Concorrência
0009941	DANIEL GERHARDS WEINERT	Ampla Concorrência
0010506	DANIELA RODRIGUES BERNARDELLI	Ampla Concorrência
0009883	FABIANO RIBEIRO DO PRADO	Ampla Concorrência
0008970	FABIO HENRIQUE BOZZA	Ampla Concorrência
0005007	FERNANDO HENRIQUE SZARNIK DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0005206	FRANCK MAIESKI ANDREGIESKY ANDRASCHKO	Ampla Concorrência
0004733	GUILHERME GRILLO FERRAZ	Ampla Concorrência
0006716	ISRAEL SOUSA BATISTA	Afrodescendente
0010219	IVENS SOUZA ALMEIDA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0005175	IVO GURSKI JUNIOR	Ampla Concorrência
0005922	IZADORA CAROLINE COSTA	Ampla Concorrência
0004215	JOÃO PEDRO ROCHA DE ALMEIDA	Ampla Concorrência
0005673	KAMILA ISABELA MAZEPA PEREIRA	PcD - Pessoa com Deficiência
0006184	LEONARDO CESAR PLEM SZEREMETA	Ampla Concorrência
0009904	LUIZ FELIPE MACIEL MELZER OLIVEIRA	PcD - Pessoa com Deficiência
0004778	MARCOS VINICIUS WILTEMBURG	Ampla Concorrência
0009220	MATHEUS MARTINS KRACIK	Ampla Concorrência
0008956	MAYLA EMANUELLE DE MELO HEIDE	Ampla Concorrência
0009454	PAULO PARDAUIL RODRIGUES	Ampla Concorrência
0004394	RAFAEL LUIS FELIPE MENDES LARENAS LEON	Ampla Concorrência
0007767	RENAN LUIS DUTRA MENEGHINI	Ampla Concorrência
0005659	RICARDO TRAMONTINI TUNES	Ampla Concorrência
0005220	SARA LETICIA MATOS DA SILVA GARRETO	Afrodescendente
0004581	VICTOR IGOR CIT FONTOURA DE LARA	Ampla Concorrência
0010438	VITOR DE ALMEIDA BITTENCOURT	Ampla Concorrência

929 - PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0008415	AGATHA BONFIM DE ATAIDE	Ampla Concorrência
0009435	BERNARD VICENT FERRARI	Ampla Concorrência

0009062	DAIANE DE CARVALHO DE FRANÇA	Ampla Concorrência
0008303	DALTON LUIZ LIMA CASAGRANDE	Ampla Concorrência
0008610	EDINEI CARLOS LOPES	Ampla Concorrência
0009907	ELTON KENNEDY VAZ FARIA	Ampla Concorrência
0009356	ERISSON PATRICK HEY MACIEL	Ampla Concorrência
0004725	GABRIELLE LOUISE DE MIRANDA SANTOS GALEANO	Ampla Concorrência
0008027	GIOVANNI TUCZYNSKY	Ampla Concorrência
0008063	JAQUELINE KAREN JAVORSKY DE PAULA	Ampla Concorrência
0008656	JOAO LINCOLN STOCCO MONDIM	Ampla Concorrência
0005870	KAREM CAROLINE DA MOTA RENAUD	Ampla Concorrência
0008469	LUCAS NATÃ COSTA MACHADO	Ampla Concorrência
0004766	NATHAN NUNES BERTON	Ampla Concorrência
0009481	SHEILA DENISE MACHADO LESNIOWSKI	Ampla Concorrência
0008105	TATIANA WELCHE	Ampla Concorrência
0008752	THAIS CAROLINE RIBEIRO RODRIGUES	Ampla Concorrência

936 - ENFERMEIRO - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
0009985	ALISSON DA SILVA SANTOS	Ampla Concorrência
0004161	AMANDA BALIUTIS	Ampla Concorrência
0005356	ANDREA CARLA RUTHES	Ampla Concorrência
0010512	ANDRÉA DOS PRAZERES LIBÓRIO	Ampla Concorrência
0008800	ANGÉLICA PINA DE OLIVEIRA MATOS	Ampla Concorrência
0004737	ANNE LISE DE SOUZA CAMPOS VAZ	Ampla Concorrência
0004318	BRENDA GIOVANNA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0010165	BRUNO DOS SANTOS DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0005690	CARLOS MADALOZ DE SOUZA	Ampla Concorrência
0005125	CARLOS NATHANYEL DE SOUSA PASSOS	Ampla Concorrência
0006048	CÁSSIA RENATA FABRÍCIO	Ampla Concorrência
0008913	CELINA DAS NEVES PRUDÊNCIO	Ampla Concorrência
0007628	CLAUDINÉIA MOTTIM DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0008889	CLEIDE DE FATIMA DOS SANTOS MACHADO	Ampla Concorrência
0008673	CRISTIELLI MAGDA CARDOSO	Ampla Concorrência
0010194	DANIELLA DO AMARAL RAKSA	Ampla Concorrência
0005105	DANIELLA MENEZES DA CRUZ	Ampla Concorrência
0010466	DANIELLE APARECIDA MACHADO PAULIN DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0008738	DAVID DUARTE DA PAZ RIBEIRO	Ampla Concorrência
0008302	EDILENE PINHEIRO DOS SANTOS	Afrodescendente
0009647	ELAINE FERREIRA DA SILVA	Ampla Concorrência
0010534	ELIZANDRA CAMARGO MAYER	Ampla Concorrência
0008612	ELIZANDRA RAMOS LOURENÇO MANARIM	Ampla Concorrência
0004888	EVELINE SOUZA DA SILVA	Ampla Concorrência
0004941	EVELYN THAIS SIQUEIRA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0008878	FABIO LUIZ MOTTA	PcD - Pessoa com Deficiência
0008387	GILVAN DE SOUZA LIMA	Ampla Concorrência

0008403	GIOVANA DALLA BENTO BETTEGA	Ampla Concorrência
0005231	GIOVANNA VALVERDE CORDEIRO	Ampla Concorrência
0005031	GISELE BATISTA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0004813	GUSTAVO HENRIQUE SILVA PEREIRA	Ampla Concorrência
0009244	GUSTAVO VINICIUS DA SILVA DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0007098	HELLEN CRISTINE DE LIMA	Ampla Concorrência
0007039	HELOISE RUTES JAQUES	Ampla Concorrência
0010316	HERTA VOLKMANN PEREIRA	Ampla Concorrência
0010473	INES ANGELA NIEWIADOMSKI	Ampla Concorrência
0004502	IZABELLA LUCIANA CASTELÃO	Ampla Concorrência
0010652	JADE LAIS ARCIE	Ampla Concorrência
0005683	JANAINA COSTA ROSA	Ampla Concorrência
0005456	JAQUELINE VIEIRA SCHULTZ	Ampla Concorrência
0007050	JOSIANE APARECIDA MORAIS	Ampla Concorrência
0004709	JULIANA CRISTINA DE OLIVEIRA CAMATINI	Ampla Concorrência
0008342	KAMILA SARTORI	Ampla Concorrência
0006759	KELLY CRISTINA FERREIRA	Ampla Concorrência
0005929	LAÍS GABRIELE BONFIM DA SILVA TOMÉ	Ampla Concorrência
0005919	LEIDI MICHELI GONÇALVES	Ampla Concorrência
0007834	LETICIA CORRADINI PACHECO	Ampla Concorrência
0008804	LETÍCIA DO ROCIO CORDEIRO	Ampla Concorrência
0004892	LETÍCIA DOS SANTOS CABRAL	Ampla Concorrência
0009346	LÍDIA ROCHA DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0009235	LÍVIA SANCHES SILVA	Ampla Concorrência
0009003	LIZANA DE FATIMA LEITE	Ampla Concorrência
0006949	LUCELIA TERENCIO DE FARIA MAXIMIANO	Ampla Concorrência
0008633	MAIARA MELO DE LARA	Ampla Concorrência
0010442	MARELIZE CRISTINA VAZ VIEIRA RODRIGUES	Ampla Concorrência
0006382	MARGARETE ROSANE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA	Ampla Concorrência
0004320	MARIA ELIANA FEITOZA SARAIVA	Ampla Concorrência
0010449	MARIA LUIZA DO AMARAL HENRIQUE SABATINI PERES	Ampla Concorrência
0009936	MARIZA SONIA ROIK	Ampla Concorrência
0010687	MARTHA PORTO SABINO	Ampla Concorrência
0007457	MELISSA MEI CARRASCO	Ampla Concorrência
0008748	MILENE DIANA BENAGLIA DE MELO DO AMARAL	PcD - Pessoa com Deficiência
0009171	MIRAYNE RODRIGUES GARCIA DA SILVA	Ampla Concorrência
0006764	NADYA MARLUCE DE BONFIM DE CRISTO	Ampla Concorrência
0009088	NATHIELLEN DOS SANTOS PINHO	Ampla Concorrência
0005040	PAULA CAROLINA PIRES	Ampla Concorrência
0007143	PEDRO ALESSANDER DO NASCIMENTO FARIA	Ampla Concorrência
0010341	PEDRO LEITE DE MELO FILHO	Ampla Concorrência
0006400	RAFAELA DE OLIVEIRA ALVES	Ampla Concorrência
0007800	RAFAELA ZAMPIERI	Ampla Concorrência

0007650	RAISSA CAROLINA AUGUSTINHAK DE SOUZA	Ampla Concorrência
0006309	RAQUEL SILVA MOREIRA GONZAGA	Ampla Concorrência
0006295	RENATA FOLTRAN	Ampla Concorrência
0007733	RUTHE DELGADO DA SILVA	Ampla Concorrência
0005038	SABRINA ASATO	Ampla Concorrência
0007876	SANDRO SEABRA MORAES	Ampla Concorrência
0009539	SOLANGE OLIVEIRA DA SILVA	Ampla Concorrência
0009567	STEFANY CARON	Ampla Concorrência

0008642	SUELEN ARAUJO DOS SANTOS	Ampla Concorrência
0004968	TARCIANE DE SOUSA BORGES	Ampla Concorrência
0006546	THAMIRA FONTELES DE MOURA	Ampla Concorrência
0006280	THIAGO NUNES DE SOUZA	Ampla Concorrência
0004704	VALÉRIA MACHADO RAMALHO	PcD - Pessoa com Deficiência
0005181	VITORIA STRUSIASKI DA SILVA	Ampla Concorrência
0007186	WAGNER NUNES DE OLIVEIRA	Ampla Concorrência
0006898	ZILMA MARIA ARAÚJO MORAES	Ampla Concorrência

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:44BB6918

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N.º 26.001/2026 RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS

O Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado preliminar da prova de títulos** do Concurso Público n.º 001/2026, nos seguintes termos.

Art.1° Fica divulgado por intermédio do **ANEXO ÚNICO** deste Edital, o resultado preliminar da prova de títulos.

Art.2° O candidato poderá consultar individualmente o seu desempenho na prova de títulos, acessando o campo "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.3° Em face do resultado da prova de títulos divulgado neste expediente, caberá interposição de recurso no período das **0h do dia 29/07/2026 até às 23h59min do dia 30/07/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.
Art.4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul (PR), 28 de julho de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito

ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 26.001/2026 - RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS

53 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (LICENCIATURA ESPECÍFICA) – LÍNGUA PORTUGUESA. - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0009488	JAMILE BUSATO SANTOS	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009338	LARISSA PASK DA SILVA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009277	MATEUS BATISTA DE SOUZA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência

54 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (LICENCIATURA ESPECÍFICA) – MATEMÁTICA. - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0006337	SERGIO FELIPE BENATO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

56 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (LICENCIATURA ESPECÍFICA) – EDUCAÇÃO FÍSICA. - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0008145	CAMILA PEREIRA FARIA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007451	GUSTAVO FARIA LOPES	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência

57 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (LICENCIATURA ESPECÍFICA) – HISTÓRIA. - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0008648	HELEN CRISTIANE PUPO MARIANO DE LIMA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009199	NILZA CRISTINE MACHADO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005519	RENAN DA ROCHA CERQUEIRA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência

58 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (LICENCIATURA ESPECÍFICA) – GEOGRAFIA. - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0008406	JACKSON LUCENA BARRADAS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008001	NABIELI DE FATIMA BONFIM	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

59 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (LICENCIATURA ESPECÍFICA) – CIÊNCIAS. - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0010681	GABRIEL NUNES PALMA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006019	GRACIELI FERRARI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

60 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (LICENCIATURA ESPECÍFICA) – INGLÊS. - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0006082	HELEN PRISCILA CUNICO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005914	JULIO CESAR DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

389 - CIRURGIÃO DENTISTA 20H - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0008451	ARIETH CRISTINA SACOMANI	0,00	3,00	1,50	4,50	Ampla Concorrência
0009368	BRUNNA DA SILVA BOSKA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência

0007350	CAMILA CARNEIRO GALDINO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009752	CHRISTIAN GABRIEL NICOLAU DOS SANTOS	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0006886	GABRIELLE GOBBO AGNOLETTO	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência
0009219	HENRIQUE MASIERO ROQUE	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005811	JESSICA CRISTINE MARCINIACK	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0006343	JHENIVE KELLER CUNHA HERTL	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0008512	LOYANE NADOLNY FIDELIS WINHASKI	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009289	MIRIA ALMEIDA DE LIMA	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente

390 - CIRURGIÃO DENTISTA 40H - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0009776	ADELAINE TERESINHA CORREA DA VEIGA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004169	ALINE APARECIDA BILL ROSA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005534	ANDRESSA CARLA DE SOUZA MELO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007203	ANDRESSA LUCIANE VIEIRA DZUBA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007462	CAIO ANTONIO NUNES DE SOUZA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0006248	CAMILA STREIT DA COSTA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006828	CLEBSON DANILO ALVES DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005600	DANIELLI JUSSARA HELENA DE FARIA CRISTIANO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006162	DIEGO HERTL DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0010299	GABRIELLE MATOSO ROZA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005188	HELAINE CARDOSO MARTINS	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004632	ISABELLA KIMURA DE LIMA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005213	ISABELLE DUARTE DE SOUZA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004762	JAYANNE SABRINA REBOUÇAS MORAES	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004972	JEISSIANE BARBARINE DE OLIVEIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0010357	JOÃO ELISIO STOCHI	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007962	JULIANA ANDRADE DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009239	LAISE SOUZA DE MORAES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009196	LAURO HENRIQUE OLIVEIRA DE CAMPOS	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005620	MARCELA BOSCHIN POPENDA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007475	MAURICIO SCHINCOVIAKI CORDEIRO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0010541	MICHELE BAIL	4,00	3,00	1,50	8,50	Ampla Concorrência
0009770	MILAINE KONNO SZMAINSKI SARMENTO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004984	NATÁLIA MARIA RAMOS BARBOSA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005978	NATALLY SOLANE RIBEIRO BEZERRA SANTIAGO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004177	REBECCA CARDOSO KRAEMER	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004241	SUZANE APARECIDA DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008632	TELCIANA MEDEIROS REIS	0,00	3,00	0,00	3,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0010273	THAINA BEATRIZ SOARES	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência
0010257	THALYS BRASIL DOS SANTOS	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004381	THIAGO ALEXANDRE ZILIOLI	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0008191	VITÓRIA MARIA DE MORAES	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005338	WILLIAN SILVEIRA DA COSTA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

459 - FARMACÊUTICO - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0010079	ANGÉLICA RUFINO DA SILVA VIEIRA CAMARATE	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0010149	DIOGO EUGENIO DE LIMA	0,00	0,00	1,50	1,50	PcD - Pessoa com Deficiência
0004253	FERNANDA OLIVEIRA DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009678	KEILA RODRIGUES DA SILVA ALVES	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007638	SIMONE SANTOS FRANCO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007017	SOLANGE PEREIRA CORDEIRO	0,00	3,00	0,00	3,00	Ampla Concorrência
0010592	STELLA MELISSA SIU LO	0,00	3,00	1,50	4,50	Ampla Concorrência

475 - MÉDICO CARDIOLOGISTA - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0009242	CARLOS ALBERTO KENJI NAKASHIMA	4,00	0,00	1,50	5,50	Ampla Concorrência

478 - MÉDICO GENERALISTA 20H - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0008595	ALINE SCAGLIONE DANTAS	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009310	ALINE SCHNEIDER FRANCIO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007190	CAROLINE KARKOW	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0010186	IGOR MIGUEL PINKOSKI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007504	ISABELLE LIMA LEMOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

479 - MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0010349	PAULO CESAR FERREIRA DUTRA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência

483 - MÉDICO PSIQUIATRA - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0006787	PRISCILA HENRIQUES MONTEIRO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009333	RAFAEL LEAL ALVES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

484 - MÉDICO GENERALISTA 40H - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0008388	ANA PAULA CORREIA FERNANDES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008338	CHRISTIAN SOSSELLA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005233	IGOR DARLAN DUTRA DELGADO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004384	JOCELINO ANTÔNIO LARANJEIRAS NETO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008489	JOSÉ SAMUEL MEDEIROS DO NASCIMENTO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004683	LEANDRO ROBERTO WOJCIK	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência
0008228	LÚCIO KAZUO SÓRIA KAWAMOTO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004419	NATANA DE MORAIS RAMOS	4,00	3,00	0,00	7,00	Ampla Concorrência

495 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0006509	ADRIANA CRISTINA JOVINSKI COSTA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

0006569	AMANDA EDIMARA DOS SANTOS CASTANHO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005198	ANA SARA FLORENTINO DE ARAUJO BORGES	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0008553	ANDREIA RAAB MATHIAS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009355	ANGELA MARIA CAETANO DE CASTRO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006847	ANGÉLICA MOTIN SOUZA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009252	BRUNA APARECIDA COIMBRA DA SILVA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009461	CAMILA APARECIDA GUIMARÃES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007932	CAMILA DE CRISTO ROZA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008751	CAROLINA TEIXEIRA DE CRISTO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0008109	CLAUDIA MAISTER SOUZA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007274	CRISTIELE DE FÁTIMA SCHENEIDER DE CRISTO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008698	DAIANE CAMARGO FLORÊNCIO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004863	DANIELE SANTOS TEIXEIRA CECCON	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008439	DANIELI CRISTINE CONTI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006008	DANIELI FARIA DA ROCHA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007784	DANIZA APARECIDA SABADIM CORDEIRO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007885	DELMA DE LARA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005076	ELAINE PATRICIA DOS SANTOS MARIANO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009755	ELINEIA FERNANDA CORDEIRO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009572	ELISANDRA DA SILVA DEOLINDO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007565	EMELI DAIANE DE MELO DE LIMA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005252	EMILY VITORIA SANTANA MIRANDA	0,00	0,00	0,00	0,00	Ampla Concorrência
0007193	EVELYN DE OLIVEIRA CAMARGO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009531	FABIANA APARECIDA FARIA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008900	FABIANA DE PONTES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004590	FABIANA SUELEN DE LARA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009778	FERNANDA KASUSA PRANDI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009738	FLÁVIA REJANE PEREIRA DA SILVA DO PILAR	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005489	FRANCIELE COSTA ROSA RIBEIRO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006279	FRANCIELLI DE SOUZA NALIFICO CORDEIRO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0006509	ADRIANA CRISTINA JOVINSKI COSTA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006569	AMANDA EDIMARA DOS SANTOS CASTANHO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005198	ANA SARA FLORENTINO DE ARAUJO BORGES	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0008553	ANDREIA RAAB MATHIAS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009355	ANGELA MARIA CAETANO DE CASTRO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006847	ANGÉLICA MOTIN SOUZA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009252	BRUNA APARECIDA COIMBRA DA SILVA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009461	CAMILA APARECIDA GUIMARÃES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007932	CAMILA DE CRISTO ROZA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008751	CAROLINA TEIXEIRA DE CRISTO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0008109	CLAUDIA MAISTER SOUZA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007274	CRISTIELE DE FÁTIMA SCHENEIDER DE CRISTO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008698	DAIANE CAMARGO FLORÊNCIO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004863	DANIELE SANTOS TEIXEIRA CECCON	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008439	DANIELI CRISTINE CONTI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006008	DANIELI FARIA DA ROCHA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007784	DANIZA APARECIDA SABADIM CORDEIRO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007885	DELMA DE LARA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005076	ELAINE PATRICIA DOS SANTOS MARIANO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009755	ELINEIA FERNANDA CORDEIRO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009572	ELISANDRA DA SILVA DEOLINDO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007565	EMELI DAIANE DE MELO DE LIMA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005252	EMILY VITORIA SANTANA MIRANDA	0,00	0,00	0,00	0,00	Ampla Concorrência
0007193	EVELYN DE OLIVEIRA CAMARGO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009531	FABIANA APARECIDA FARIA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008900	FABIANA DE PONTES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004590	FABIANA SUELEN DE LARA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009778	FERNANDA KASUSA PRANDI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009738	FLÁVIA REJANE PEREIRA DA SILVA DO PILAR	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005489	FRANCIELE COSTA ROSA RIBEIRO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006279	FRANCIELLI DE SOUZA NALIFICO CORDEIRO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

0006043	FRANQUELLI RENI CAVALHEIRO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004849	GABRIEL COSTA LEAL	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004889	GIOVANA ISABELA ANTUNES COSTA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007469	GRACIELI VIEIRA DE JESUS KRIZYZANOVSKI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007271	GREICE CRISTINA SCHENEIDER	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008623	IZIANDRY NICOLAU DA SILVA PORFÍRIO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007922	JENIFFER CAUANI GEFFER FERMINO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0006727	JESIANE GONÇALVES COSTA ROSA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008341	JESSICA DOS SANTOS AGNER BOMFIM	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007078	JESSICA GUEBUR DE FARIA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009928	JESSICA SANTANA ALVES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008729	JOCELI DE FATIMA MATIAS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007606	JULIANA DE LIMA FARIA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007824	KEILA STRESSER DE LIMA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009411	KELLI PINHEIRO DA LUZ BURKOT	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007980	KETLIN DE LIMA SALES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007443	KETLYN DO ROCIO MORESCHI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008844	LARISSA DOS SANTOS RIBEIRO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009293	LUANA CRISTINA MOREIRA DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008460	LUCAS LEONARDO VAZ	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007473	LUCAS RIBEIRO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005587	LUCIANE FIORESE LAZAROTI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004820	LUCIELE DO ROCIO DE FARIA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008768	LUCILENE DE CRISTO GEFFER ROCHA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência

0010455	MAIARA BAIDO DONATO TEÓFILO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009844	MAIARA BITTENCOURT FREITAS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009248	MARIA FERREIRA DE LARA FRANÇA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0006182	MARIANA DE MIRANDA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009432	MARILDA DA APARECIDA DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009066	MARINEIA DE ALELUIA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005970	MARINES DE MIRANDA RIBEIRO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008213	MATEUS FORCELLA BIAGINI	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência
0009213	MICHELI FERNANDA DA ROSA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006699	MILENA APARECIDA FARIA DE CRISTO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

0005385	MIREILE ROSSANA DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004690	NATHALY MARIANA ROSA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006181	ORLANDA TEREZINHA MARTINS BUENO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005111	OTILIA KELLY TRINDADE LEITE DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004474	RAFAELA FERNANDA GOMES DE CASTRO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004806	RAFAELA TEIXEIRA FARIA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007406	REGIANE DOS SANTOS LOVATO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008389	ROSA CRISTIANE BONTORIN	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004557	ROZIANE DE FATIMA DE SOUZA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007719	RUBIANE MOREIRA DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006045	SANDRA DE CRISTO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005372	SIMONE STRESSER DOS SANTOS BARROS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009869	SONIA MARIA TABORDA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008238	SUELEN APARECIDA DOS SANTOS CAVALLI	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0006908	SUELLEN CAROLINE SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008266	SULIENDRI DE BONFIM WENDRECHOVISKI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004965	SUZANA FARIA COSTA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008117	TACIANE DOLIRIA DOS SANTOS MACHADO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005545	TANYELY RIBEIRO DOS SANTOS DE LARA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0010280	TATIANA BRUNA FIOREZE	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007908	TATIANE FRANÇA DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008789	VALDIRENE KULLER BUENO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009949	WELBERTON CECCON BARROS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

520 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0006355	ALLANE DA COSTA PASSOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007639	AMANDA GABRIELE DE FARIA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004911	ANA PAULA DE OLIVEIRA	0,00	0,00	1,50	1,50	Afrodescendente
0006229	ANA PAULA MACHADO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004367	ANA PAULA PEREIRA ROSA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004801	ANDREA ARAUJO DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004211	BEATRIZ SOARES DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008696	BRUNA CRISTINA DOS SANTOS COUTINHO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009911	CAREN JEANE SANTOS DE SOUZA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007688	CARLA VITÓRIA DE OLIVEIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004898	CÍNTIA VALLE	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009044	DANIELA CRISTINA DE LARA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005565	DANIELE VELOSO BRAGA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007061	DANIELLY PINHEIRO NEVES	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007813	DEBORA TEREZINHA CORDEIRO DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005633	DENISE TEIXEIRA DE SOUZA RIBEIRO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007893	DIVONETE RAMOS MOTIN RAUSIS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008901	ELAINE RAMOS DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004358	EVELIN CARINE PAIXÃO SANTOS	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0006844	FABIELE DOS SANTOS BUENO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0010068	FERNANDA ALBUQUERQUE ARRAES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005278	FRANCIELE ALVES DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006292	FRANCINY DE SOUZA CAMBUI COELHO PEREIRA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0008767	GISELE HONORATO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0006967	GRACIELE SOCORRO DA SILVA ROCHA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

0005827	HALINE GONÇALVES MARMITT	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0010023	HELLEN CRISTINA FARIA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009304	HUGO GOMES DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007986	LUCIANA CORDEIRO DO NASCIMENTO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0006834	MARIA CLAUDIA DE FARIA CRISTO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004783	NATÁLIA CAMPOLIN DOS SANTOS MAIA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006006	NICOLE COUTINHO GOIS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007877	PAMELLA CRISTINA DE SÁ RODRIGUES	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0006107	RITA DE CASSIA TAVARES DA MATA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004260	ROSA MARIA DE SOUSA BORGES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009960	ROSENILDA SANTOS DA CONCEIÇÃO MACHADO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0010096	SANDRA MARIA DO ESPIRITO SANTO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009042	SUELLEN DA GUIA MAGARI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009453	TATIANA APARECIDA SANTANA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005617	TATIANE APARECIDA DE FARIA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007689	THAIS FERNANDA LINS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008097	TIEILA TEIXEIRA COSTA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

556 - PSICÓLOGO - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0005153	ANA BEATRIZ MASINI PAES	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007760	ANDREY RODRIGUES AMORIM	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008521	BIANCA CARLA AGNER	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004143	BRUNNA DE SOUZA NASCIMENTO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005934	CAROLINE CUSTÓDIO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008287	FABIANE DE OLIVEIRA BOLLAUF	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

0006995	GISLAINE ALVES CARDOSO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004182	HELEN CRISTINE DINIS VILHALVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007720	JAQUELINE CAMARGO LOPES	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004259	JOICE DE FATIMA COLERE	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007891	LAUANE VALDIVIESO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004858	MARTA VALÉRIA LUPACK	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0010323	MERI ELI DE OLIVEIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008799	MIRIAN CARLA DOS SANTOS CZAIKOWSKI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007182	PAULA ERENI PALHANO SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0010121	THAINARA KRAMER SANTOS DE SOUSA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência

42 - ASSISTENTE SOCIAL - RIO BRANCO DO S6UL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0007836	ANA FERNANDA LARA ELIAS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0010411	ANDREIA ALVES DE ARRUDA	0,00	0,00	1,50	1,50	Afrodescendente
0008803	ANTONIO VERIDIANO AÇUNÇÃO DE ASSIS	0,00	0,00	1,50	1,50	Afrodescendente
0005211	CLAUDINEIA MILCZEWSKI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004264	DAYANA CRISTINA DE OLIVEIRA RODRIGUES	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009885	ELOINA CHECHI DE CRISTO PFLANZER	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0010013	FLAVIA SENA DURÃES DE LIMA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008927	GILDA GOMES ALVES	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0005186	GISELE CRISTINA TUREK DE MOURA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009734	ISLA LETICIA VAZ DIOGO SESTREM	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008294	JAQUELINE RABELO DE SOUZA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005802	JUSSARA DE OLIVEIRA PESSOA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004674	LUCIENE LOURENÇO DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008649	LUDIELY LIMA DO AMARAL	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009340	MARCELO MAUES VALENTE	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009784	MARIA EDUARDA DE MIRANDA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005731	ROSANGELA LIDIA GEQUELIN	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007695	ROSELI DO ROCIO DE SOUZA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

645 - FISIOTERAPEUTA- RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0010664	ALINE SCHUSTER PAES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005251	AMANDA DA SILVA BATISTA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009133	ANA CAROLINA TRAJANO DE ALMEIDA MORAES	0,00	0,00	1,50	1,50	Afrodescendente
0008284	ANTONY AUGUSTO DOS REIS PROTOPAPA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0006449	DANIELA GALLON CORRÊA	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência
0007865	EDUARDA PINHEIRO DA LUZ	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0008692	EVELYN CARRARO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0008644	FELIPE ALVES DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009670	GLAUCIA QUERINO DUARTE DA CUNHA CARDOSO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009717	JAMERSON CABRAL DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0010376	JENIFER LETICIA LOURENÇO SANTOS	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004592	KETLIN FERREIRA DE OLIVEIRA MANIKA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004799	KEYLA PALESTINO DE ASSUNÇÃO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência

647 - FONOAUDIÓLOGO - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0008790	FRANCIELE VANUSA PRANDI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009931	MARILISE FATIMA DE OLIVEIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009049	TATIANA ALFAIA CORDEIRO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009080	VIVIAN CHAMORRA QUEVEDO	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência

649 - MÉDICO VETERINÁRIO - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0004305	AILESIO ROCHA MENDONCA FILHO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004747	ALINE ROSA GARBELLOTTI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009828	ANNE GAMALIEL NANI ALVES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005792	CAMILA CAVASSIN	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008870	GABRIELLA SILVA DOS SANTOS	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0008182	HELOISA PACHECO BRAGA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005692	LUAN GUILHERME DIAS	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0008771	LUANA BUCHER	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005351	LUANY HELLEN PADILHA RIBEIRO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005651	LUDIMYLA PASSOS SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007436	MARCELLE FIGUEIREDO VILACA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

650 - NUTRICIONISTA - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0009986	ALANA MAYARA NUNES LOVATO SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008556	AMANDA DE SENA FORNAROLLI PEREIRA	0,00	3,00	0,00	3,00	Ampla Concorrência
0010566	ANDREIA GOMES SALA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004520	ANNE CAROLINE RODRIGUES SILVA	0,00	3,00	0,00	3,00	Ampla Concorrência
0007453	GISELLI ABE	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0006726	JULIANE NOVAK PERIN	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006174	MARCIO JOSÉ DE SOUZA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005493	PAULA FERRAZ ROBOREDO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007632	RODRIGO DE FARIAS ROSNER	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004337	SCHAINA ANDRIELA ETGETON DE SENNA	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência
0004788	WILLIAN HENRIQUE DA COSTA SKRUCHINSKI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

652 - TERAPEUTA OCUPACIONAL - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0010252	ANDRÉA DE OLIVEIRA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência

685 - ENGENHEIRO CIVIL 40H - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0009499	ALISON FELIPE GROSSL	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0010111	EDUARDO MATHEUS FRANÇA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004271	GIULIA ROQUITSKI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008570	IÁGO LUCIAN DE JESUS OLIVEIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente

0008655	LUCIANO PEREIRA FERNANDES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006661	THIAGO BITCHERIENE ANGELO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008833	WILDENER TADEU JUSTINO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência

686 - GEÓLOGO - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0004604	ANDREZA MARTA DA COSTA	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente

912 - ANALISTA DE CULTURA - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0008452	ALINE BORA SIECZKO	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência
0006974	LUCIANE CARVALHO	4,00	3,00	0,00	7,00	Ampla Concorrência
0008250	RAIZA LUARA DA SILVA	0,00	3,00	1,50	4,50	Ampla Concorrência
0008700	THAIS VEREDIANI BONTORIN	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005864	VICTÓRIA TUPINI PEREIRA	0,00	3,00	0,00	3,00	Ampla Concorrência
0008211	WILLIAN CEMIN	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência

913 - ARQUITETO 20H - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0007755	ELISA DETZEL BERNERT	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005646	GEOVANA LIMA HINOUE	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008116	JADY MEDEIROS SILVA	0,00	3,00	1,50	4,50	Ampla Concorrência
0005498	MARIA VITORIA AZEVEDO DO AMARAL	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008829	MARIANA BARBOSA COLINO	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência
0007075	MARLENE FERREIRA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência

914 - ARQUITETO 40H - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0007005	BRUNA DUARTE VIEIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0010007	CRISTINA SIMM	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007296	DALINE GIOVANA RISKALLA GUARISE	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0008682	GABRIELLA DA ROSA WOZHIAK	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004625	GUSTAVO CESSO SILVA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004830	HELIENE LOUREIRO PACHECO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008154	LOHANA DA SILVA CARVALHO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009056	LUCIANA FERNANDES DE OLIVEIRA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005760	LUIZA OLIVEIRA KOSSATZ	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008312	MARIA CYNTHIA DE ARAUJO URBANO	0,00	3,00	1,50	4,50	Ampla Concorrência
0010573	MAYRA CAROLINA LECH ZORNITA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009921	RENATA CAROLINE NUNES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005932	SILVIA CRISTIANE PAURDOSKI MOREIRA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006924	VALESCA VITORIA VEDAM	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência

915 - AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0004395	ANTONIO HENRIQUE PASCHOAL LIMA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007084	ERICA LUANA SANTOS FARIAS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004466	FERNANDO PIRES VIEIRA FERRAZ	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005726	GISLAINE ALVES DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0005144	GUSTAVO RODRIGUES DE SOUZA	0,00	3,00	0,00	3,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0004559	JOÃO POSS JUNIOR	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004436	JONATHAN FERNANDO DE SOUZA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005803	KÁSSIA ZANONI	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007590	LUIZ CARLOS DE AMORIM CHIMICOVIAK	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004428	MARCELO SIQUEIRA DE ABREU	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004333	MARIA APARECIDA DE LIMA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004659	MAYRA CRISTINA ALMEIDA LIMA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009159	NICOLAS CARDOSO PIANTADOSI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0010175	PETRUS ANTONIO CYULYK	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0010500	RODRIGO OTAVIO FERREIRA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0010422	SILVIA MARA CAMPOS XAVIER MANGINI	0,00	0,00	1,50	1,50	PcD - Pessoa com Deficiência
0004619	YURI BARBOSA LEMOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

918 - ENGENHEIRO AMBIENTAL - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0005779	SUÉLEN CRISTINA GONÇALVES RODRIGUES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

919 - ENGENHEIRO CIVIL 20H - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0007600	JULIANA CAROLINE TEIXEIRA ZAUPA	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência
0005209	LUCAS SANTOS GARRETO	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência
0009297	VANESSA ALVES DOS SANTOS MACHADO	0,00	0,00	1,50	1,50	Afrodescendente

920 - ENGENHEIRO FLORESTAL - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0006267	ANDREIA TABORDA DOS SANTOS	4,00	3,00	3,00	10,00	Ampla Concorrência
0009436	FERNANDO AUGUSTO RODRIGUES DE CASTRO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005050	FREDERIQUE ANTONIO GONÇALVES	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009477	RANDY MARCOLIN	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009091	RUANA DA CRUZ	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009703	THENILLE APARECIDA WITTI ALMEIDA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

924 - FISCAL SANITÁRIO - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0006856	ANA BERNARDES DA SILVA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007107	GABRIELA MASIERO MARCON	0,00	3,00	1,50	4,50	Ampla Concorrência
0009831	KAIQUE PATRICIO DE JESUS DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

925 - GEÓGRAFO- RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0008350 GABRIEL MARTINS JARDIM ANTUNES DOS SANTOS 0,00 0,00 1,50 1,50 Ampla Concorrência						
	CORRÊA					

926 - MÉDICO PEDIATRA - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0007919	ANA JULIA RODRIGUES MURARO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0008292	ANDREZA IOLANDA APATI PINTO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008763	VANEZA CRISTINA ROSCAMP MARTINS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

927 - MUSEÓLOGO - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0010008	MARCOS DIAS DE ARAÚJO	4,00	3,00	0,00	7,00	Ampla Concorrência
0007221	RAILANI DAL COL NASCIMENTO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência

928 - PROCURADOR - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0005250	AGATHA SILVA DA ROCHA	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0008983	AMANDA FRANCO GRILLO ZAKIR JORGE	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência
0004847	ANA BEATRIZ COSTINHA CARIOCA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008404	ANDRÉ FRANCISCO DE MAGALHÃES MARASSI	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0005584	BERNARDO PINHON BECHTLUFFT	4,00	3,00	3,00	10,00	Ampla Concorrência
0010506	DANIELA RODRIGUES BERNARDELLI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009883	FABIANO RIBEIRO DO PRADO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008970	FABIO HENRIQUE BOZZA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005007	FERNANDO HENRIQUE SZARNIK DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004733	GUILHERME GRILLO FERRAZ	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006716	ISRAEL SOUSA BATISTA	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0005175	IVO GURSKI JUNIOR	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005922	IZADORA CAROLINE COSTA	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência
0005673	KAMILA ISABELA MAZEPA PEREIRA	0,00	0,00	1,50	1,50	PcD - Pessoa com Deficiência
0004778	MARCOS VINICIUS WILTEMBURG	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009220	MATHEUS MARTINS KRACIK	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008956	MAYLA EMANUELLE DE MELO HEIDE	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009454	PAULO PARDAUIL RODRIGUES	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004394	RAFAEL LUIS FELIPE MENDES LARENAS LEON	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005220	SARA LETICIA MATOS DA SILVA GARRETO	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0004581	VICTOR IGOR CIT FONTOURA DE LARA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004404	WELLINGTON LINCOLN SECO	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência

- PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0004725	GABRIELLE LOUISE DE MIRANDA SANTOS GALEANO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008656	JOAO LINCOLN STOCCO MONDIM	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004766	NATHAN NUNES BERTON	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009481	SHEILA DENISE MACHADO LESNIOWSKI	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência

936 - ENFERMEIRO - RIO BRANCO DO SUL

INSCRIÇÃO	NOME	DOUTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	PONTOS	MODALIDADE
0005356	ANDREA CARLA RUTHES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008673	CRISTIELLI MAGDA CARDOSO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008302	EDILENE PINHEIRO DOS SANTOS	0,00	0,00	3,00	3,00	Afrodescendente
0009647	ELAINE FERREIRA DA SILVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004888	EVELINE SOUZA DA SILVA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0008878	FABIO LUIZ MOTTA	0,00	0,00	3,00	3,00	PcD - Pessoa com Deficiência
0008387	GILVAN DE SOUZA LIMA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0008403	GIOVANA DALLA BENTO BETTEGA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009244	GUSTAVO VINICIUS DA SILVA DOS SANTOS	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0010473	INES ANGELA NIEWIADOMSKI	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0004502	IZABELLA LUCIANA CASTELÃO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005456	JAQUELINE VIEIRA SCHULTZ	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007050	JOSIANE APARECIDA MORAIS	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005929	LAÍS GABRIELE BONFIM DA SILVA TOMÉ	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007834	LETICIA CORRADINI PACHECO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

0004892	LETÍCIA DOS SANTOS CABRAL	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009346	LÍDIA ROCHA DE OLIVEIRA	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência
0009235	LÍVIA SANCHES SILVA	0,00	3,00	3,00	6,00	Ampla Concorrência
0004320	MARIA ELIANA FEITOZA SARAIVA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0009936	MARIZA SONIA ROIK	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009171	MIRAYNE RODRIGUES GARCIA DA SILVA	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0009088	NATHIELLEN DOS SANTOS PINHO	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005040	PAULA CAROLINA PIRES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0007143	PEDRO ALESSANDER DO NASCIMENTO FARIA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006400	RAFAELA DE OLIVEIRA ALVES	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0006295	RENATA FOLTRAN	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0005038	SABRINA ASATO	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0007876	SANDRO SEABRA MORAES	0,00	0,00	1,50	1,50	Ampla Concorrência
0004968	TARCIANE DE SOUSA BORGES	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência
0006546	THAMIRA FONTELES DE MOURA	0,00	0,00	3,00	3,00	Ampla Concorrência

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador: A53E42DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
4º ADITIVO DO CONTRATO Nº 147/2023

4º ADITIVO DO CONTRATO N° 147/2023

REF: PREGÃO ELETRÔNICO: 087/2023

Que entre si fazem, de um lado, **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Pres. Bernardes, nº 809, na cidade de ROLÂNDIA - PR, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 865.XXX-X SSP/PR e do CPF/MF nº 152.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na Rua Mal. Deodoro Fonseca, nº 500, na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP 86.600-218, doravante apenas designado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa, na qualidade de contratada, a empresa **IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA EPP,** pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 05.982.200/0001-00, com sede a Avenida Brasil, n° 922, sala 01, Centro, na cidade de Pato Branco – PR, CEP nº 85.501-057, e-mail ids@ids.inf.br neste ato legalmente representada pelo Sr. **ANTONIO ESPÍRITO SANTO**, brasileiro, casado, empresário, RG nº 25.XXX.XXX-X SEP/PR, CPF/MF sob nº 229.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na cidade de SÃO JOSÉ DO CAMPOS - SP, doravante designada CONTRATADA, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DE CONTRATO**, nos termos do Artigo 65 da Lei 8.666/93, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE ENTREGA e DA VIGÊNCIA
Fica aditivada a cláusula sétima deste contrato prorrogando por mais **12** (doze) meses para execução com início em **10/08/2026** e término em **09/08/2027,** e, **60** (sessenta) dias para vigência após o término da execução.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Fica aditiva a cláusula primeira deste contrato no valor de **R$ 5.452,51**(cinco mil quatrocentos e cinqüenta e dois e cinqüenta e um centavos), passando o valor do contrato de **R$ 117.510,65** (cento e dezessete mil quinhentos e dez reais e sessenta e cinco centavos), para **R$ 122.963,16** (cento e vinte dois mil novecentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos) tendo por base de reajuste o IPCA acumulado no período de aproximadamente de **4,64%** (quatro inteiros e sessenta e quatro centésimos) conforme tabela abaixo:

DE

ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	SERV	12	Cessão de direito de uso de Sistema de Gestão Pública da Assistência Social sem limite de usuários, suporte técnico remoto e hospedagem em nuvem	8.691,62	104.299,44
3	SERV	80 H	Hora de visita técnica pós sistema implantado sob demanda e não obrigatório para Secretaria Municipal de Assistência Social durante vigência do contrato	165,14	13.211,20
TOTAL R$ 117.510,65					

PARA

ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	SERV	12	Cessão de direito de uso de Sistema de Gestão Pública da Assistência Social sem limite de usuários, suporte técnico remoto e hospedagem em nuvem	9.094,93	109.139,16
3	SERV	80 H	Hora de visita técnica pós sistema implantado sob demanda e não obrigatório para Secretaria Municipal de Assistência Social durante vigência do contrato	172,80	13.824,00
TOTAL R$ 122.963,16					

CLÁUSULA TERCEIRA - FORO
Para assegurar a execução do objeto definido no contrato original, as demais cláusulas permanecem inalteradas. E assim, por estarem justos e contratados, assinam juntamente com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 30 de julho de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	*IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA EPP*
Contratante	Contratada

Testemunhas:	
_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	**MICHELE DA SILVA PEREIRA**
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal Assistência Social
_____	
MARCELO FRANCISCO MARINS	
Fiscal do Contrato	

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:50DD4397

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O prefeito Municipal **ANTONIO CARLOS TAMAIS,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico, resolve:
01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:
Processo n°: 47/2026
Licitação n°: 14/2026
Modalidade: Pregão - Eletrônico
Data da Homologação: 11/08/2026
Data de adjudicação: 11/08/2026
Objeto homologado: Contratação de empresa especializada para aquisição de materiais médico-hospitalares, mediante Sistema de Registro de Preços.

CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total

5	1	APARELHO PARA NEBULIZAÇÃO MÁSCARA FACIAL DIVERSOS TAMANHOS CONFECCIONADA EM PVC FLEXÍVEL, ATÓXICO E BIOCOMPATÍVEL. FORMATO ANATÔMICO QUE CUBRA CONFORTAVELMENTE O NARIZ E A BOCA. DEVE POSSUIR FUROS LATERAIS PARA EXALAÇÃO, BORDAS MACIAS E CORDÃO ELÁSTICO AJUSTÁVEL PARA FIXAÇÃO CEFÁLICA. COPO RECIPIENTE (MICRONEBULIZADOR): FABRICADO EM POLIPROPILENO (PP) OU POLIESTIRENO CRISTAL RÍGIDO, TRANSLÚCIDO E ATÓXICO. CÂMARA INTERNA EQUIPADA COM PINO INJETOR DE FLUXO (ANTEPARO ESTÁTICO) PARA QUEBRA DE PARTÍCULAS. ESCALA GRADUADA EM ALTO-RELEVO COM CAPACIDADE DE VOLUME ÚTIL MÍNIMA DE 5 ML A 15 ML. ESTRUTURA TOTALMENTE DESMONTÁVEL COM TAMPA ROSQUEÁVEL PARA FACILITAR A HIGIENIZAÇÃO. EXTENSÃO / MANGUEIRA DE AR: TUBO LISO FLEXÍVEL EM PVC CRISTAL ATÓXICO. COMPRIMENTO NOMINAL ENTRE 1,5 METROS E 2,8 METROS. CONEXÃO DE ENTRADA (PADRÃO AR COMPRIMIDO): EXTREMIDADE TERMINAL DOTADA DE CONECTOR TIPO PORCA PLÁSTICA OU METÁLICA COM ROSCA PADRÃO DE 3/4" (CONFORME NORMAS VIGENTES DA ABNT PARA POSTOS DE GASES MEDICINAIS E AR COMPRIMIDO).	GTECH	NEBCOM	UNI	3,00	120,00	360,00
5	2	BALANÇA DIGITAL COM ANTROPÔMETRO BALANÇA DIGITAL COM ANTROPÔMETRO CLINICA MÉDICA DIGITAL ATÉ 200KG 100G CAPACIDADE 200 KG CARGA MÍNIMA 2 KG DIVISÃO 100 G DIMENSÃO 34 X 39 CM DISPLAY COM 06 DÍGITOS EM: LED VERMELHO OU LCD COM BACKLIGHT;	BALMAK	BK	UNI	3,00	1.090,00	3.270,00
5	3	Biombo Hospitalar Inox, Inox de 02 Faces1,25L x 1,73A m	HOSP	BD	UNI	5,00	550,00	2.750,00
5	4	ESCADA AUXILIAR 2 DEGRAUS ESCADINHA 2 DEGRAUS PARA MACA. A ESTRUTURA E FEITA DE CUBO DE AÇO PINTADO DE EPÓXI NA COR BRANCA E OS DEGRAUS DE POLIETILENO EM PRETO, PROPORCIONANDO UM DESIGN MODERNO E DISCRETO. COM DIMENSÕES DE 38X40X42,5CM.	HOSP	ESC2	UNI	10,00	190,00	1.900,00
5	5	ESFIGMOMANÔMETRO TAMANHO INFANTIL ESFIGMOMANÔMETRO, AJUSTE:ANALÓGICO, ANERÓIDE, TIPO :DE BRAÇO, FAIXA DE OPERAÇÃO:ATÉ 300 MMHG, MATERIAL BRAÇADEIRA:BRAÇADEIRA EM NYLON, TIPO FECHO:FECHO EM VELCRO, TAMANHO:INFANTIL	PREMIUM	INFANTIL	UNI	20,00	80,00	1.600,00
5	6	ESFIGMOMANÔMETRO TAMANHO ADULTO ESFIGMOMANÔMETRO, AJUSTE:ANALÓGICO, ANERÓIDE, TIPO :DE BRAÇO, FAIXA DE OPERAÇÃO:ATÉ 300 MMHG, MATERIAL BRAÇADEIRA:BRAÇADEIRA EM NYLON, TIPO FECHO:FECHO EM VELCRO, TAMANHO:ADULTO	PREMIUM	ADULTO	UNI	20,00	120,00	2.400,00
5	7	ESFIGMOMANÔMETRO TAMANHO ADULTO OBESO ESFIGMOMANÔMETRO, AJUSTE:ANALÓGICO, ANERÓIDE, TIPO :DE BRAÇO, FAIXA DE OPERAÇÃO:ATÉ 300 MMHG, MATERIAL BRAÇADEIRA:BRAÇADEIRA EM TECIDO, TIPO FECHO:FECHO EM METAL, TAMANHO:ADULTO OBESO	PREMIUM	BR20D	UNI	20,00	140,00	2.800,00
5	8	HIGROMETRO DIGITAL	HIGRO	DIGIT	UNI	6,00	70,00	420,00
5	9	MONITOR DE PRESSÃO DIGITAL DE BRAÇO	GTECH	LP	UNI	6,00	140,00	840,00
5	10	MONITOR DE PRESSÃO DIGITAL DE PULSO	GTECH	LP	UNI	6,00	130,00	780,00
5	11	OTOSCÓPIO , TIPO LED, LENTE GIRATÓRIA MINIMO DE 2X, VISOR SOBRESSALENTE, ALIMENTAÇÃO: 2 PILHAS, COMPONENTES: 8 ESPÉCULOS REUSÁVEIS.	MIKATOS	MIKATOS	UNI	6,00	420,00	2.520,00
5	12	OXIMETRO DE PULSO PORTÁTIL	OXIMETER	DEDO	UNI	12,00	90,00	1.080,00
5	13	REANIMADOR MANUAL DE SILICONE AMBÚ ADULTO	SAFTI	ADULTO	UNI	6,00	170,00	1.020,00
5	14	REANIMADOR MANUAL DE SILICONE AMBÚ PEDIATRICO	SAFTI	PED	UNI	6,00	170,00	1.020,00
5	15	TRAVESSEIRO HOSPITALAR IMPERMEAVEL 70X50	MEDIC	TH	UNI	10,00	85,00	850,00
5	16	termometro clinico	INCOTERM	CLINICO	UNI	10,00	160,00	1.600,00
5	17	TERMOMETRO INFRAVERMELHO TESTA	BIOLAND	INFRA	UNI	6,00	210,00	1.260,00
TOTAL								26.470,00

ESSÊNCIA SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	ABOCATH Nº14	MEDIX BRASIL		UNI	500,00	0,90	450,00
1	2	ABOCATH Nº18	MEDIX BRASIL		UNI	1.000,00	1,32	1.320,00
1	3	ABOCATH Nº20	MEDIX BRASIL		UNI	1.000,00	1,36	1.360,00
1	4	ABOCATH Nº22	MEDIX BRASIL		UNI	1.000,00	1,67	1.670,00
1	5	ABOCATH Nº24	MEDIX BRASIL		UNI	500,00	1,88	940,00
1	6	ADAPTADOR PARA FRASCOS DE SOLUÇÃO	MEDIX BRASIL		PCTS	100,00	60,00	6.000,00
1	7	AGUA DESTILADA	SS PLUS		UNI	100,00	12,25	1.225,00
1	8	AGUA P INJEÇÃO 10 ML	SAMTEC		UNI	1.000,00	0,25	250,00
1	9	AGULHA 25X6 CAIXA COM 100 UM	MEDIX BRASIL		CX	100,00	6,78	678,00
1	10	AGULHAS 13X45 CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX BRASIL		CX	100,00	7,81	781,00
1	11	AGULHAS 20X55	MEDIX BRASIL		CX	100,00	7,72	772,00
1	12	AGULHA 25x 7 CAIXA COM 100 UM	DESCARPACK		CX	100,00	7,69	769,00
1	13	AGULHA 25x 8 CAIXA COM 100 UM	WILTEX		CX	100,00	16,51	1.651,00
1	14	AGULHAS 40X12	MEDIX BRASIL		CX	100,00	8,39	839,00
1	15	CURATIVO HEMOSTÁTICO ANTISSÉPTICO ESTÉRIL E DE USO ÚNICO, IDEAL PARA ESTANCAR SANGRAMENTOS APÓS PUNÇÕES, EXAMES E PEQUENAS INJEÇÕES. CAIXA COM 500 UNIDADES	MEDIX BRASIL		CX	15,00	44,02	660,30
1	16	CLORETO DE SODIO 20% 10 ML	SAMTEC		UNI	1.000,00	0,56	560,00
1	17	equipo para soro macro gotas	MEDIX BRASIL		UNI	1.000,00	1,72	1.720,00
1	18	EQUIPO MICROGOTAS	MEDIX BRASIL		UNI	250,00	12,83	3.207,50
1	19	EQUIPO MICROGOTAS FOTOSSESIVEL PACOTES COM 50 UNIDADES	LABOR IMPORT		PCTS	50,00	4,21	210,50
1	20	EQUIPO MULTIVIAS COM CLAMP	MEDIX BRASIL		UNI	500,00	1,29	645,00
1	21	SCALP 19 CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX BRASIL		CX	10,00	21,23	212,30
1	22	SCALP 21 CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX BRASIL		CX	20,00	23,26	465,20
1	23	SCALP 23 CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX BRASIL		CX	10,00	21,96	219,60
1	24	SCALP 25 CAIXA COM 100	MEDIX BRASIL		CX	10,00	21,95	219,50
1	25	SCALP 27 CAIXA COM 100	MEDIX BRASIL		CX	10,00	20,82	208,20
1	26	SERKINGA 1 ML (INSULINA) CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX BRASIL		CX	10,00	20,19	201,90
1	27	SERINGA 10 ML CAIXA COM 100 UNIDADES	SR		CX	12,00	16,15	193,80
1	28	seringa s/ag 20 ml	MEDIX BRASIL		UNI	1.000,00	0,60	600,00
1	29	seringa s/ag 3 ml	MEDIX BRASIL		UNI	1.000,00	0,13	130,00
1	30	seringa s/ag 5 ml	PROCARE		UNI	1.000,00	0,23	230,00
1	31	SF0,9% 100 ML	BASAL		UNI	1.000,00	3,57	3.570,00
1	32	SF0,9% 1000 ML	BASAL		UNI	1.000,00	10,49	10.490,00
1	33	SF0,9% 250 ML	EQUIPLEX		UNI	1.500,00	3,54	5.310,00

1	34	SF0,9% 500 ML	BASAL		UNI	1.000,00	7,39	7.390,00
1	35	SG5% 100 ML	J.P		UNI	500,00	4,98	2.490,00
1	36	SG5% 500 ML	J.P		UNI	500,00	8,55	4.275,00
1	37	SGF 500 ML	J.P		UNI	500,00	8,53	4.265,00
1	38	soro ringer lactato 500 ml	J.P		UNI	300,00	15,55	4.665,00
1	39	SWAB ALCOOL 70% SACHE CAIXA COM 200 UNIDADES	MEDIX BRASIL		CX	100,00	8,42	842,00
1	40	TORNEIRA 3 VIAS CAIXA COM 50 UNIDADES	MEDIX BRASIL		CX	10,00	35,23	352,30
2	1	agua oxigenada 100 ml	RIOQUIMICA	RIOQUIMICA	UNI	100,00	1,90	190,00
2	2	algodão 500 gr	ERS - NATHY	ERS - NATHY	UNI	100,00	14,00	1.400,00
2	3	ALICATE CORTADOR DE ANEL	VONDER	VONDER	UNI	2,00	116,60	233,20
2	4	ALMOTOLIA AMBAR 250ML FRASCO	BIOMEDICA	BIOMEDICA	FR	50,00	5,00	250,00
2	5	ALMOTOLIA BRANCA 250ML FRASCO	BIOMEDICA	BIOMEDICA	FR	50,00	3,50	175,00
2	6	ATADURA DE ALGODÃO PACOTES COM 24 UNIDADES	POLAR FIX	POLAR FIX	PCTS	100,00	6,10	610,00
2	7	ATADURA DE CREPE 15 CM - PACOTE COM 12 ROLOS	ALBAMED	ALBAMED	PCTS	500,00	8,00	4.000,00
2	8	ATADURA DE CREPE 30 CM PACOTES COM 12 UNIDADES	ERIMAX	ERIMAX	PCTS	500,00	21,10	10.550,00
2	9	AVENTAL DE TNT DESCARTÁVEL	ANADONA	ANADONA	UNI	100,00	23,00	2.300,00
2	10	BANDEJA RETANGULAR LISA AÇO INOXIDÁVEL 28X18X1,5 CM	FLEXINOX	FLEXINOX	UNI	5,00	40,13	200,65
2	11	BENZINA 100ML	FACILIMPE	FACILIMPE	UNI	20,00	31,80	636,00
2	12	CLOREXIDINA 2%	RIOQUIMICA	RIOQUIMICA	UNI	200,00	20,48	4.096,00
2	13	CLOREXIDINA SOLUÇÃO ALCOOLICA 0,5% - FRASCO 1.000 ML	RIOQUIMICA	RIOQUIMICA	FR	200,00	3,00	600,00
2	14	CLOREXIDINA AQUOSA 100 ML FRASCO DE 100ML	RIOQUIMICA	RIOQUIMICA	UNI	200,00	3,00	600,00
2	15	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% ESPONJA	RIOQUIMICA	RIOQUIMICA	UNI	1.000,00	2,46	2.460,00
2	16	COMPRESSA DE GAZE PACOTES COM 500 UNIDADES	ALBAMED	ALBAMED	PCTS	250,00	22,40	5.600,00
2	17	esparadrapo10x 45	CRALPLAST	CRALPLAST	UNI	250,00	7,38	1.845,00
2	18	FIO SUTURA C AGULHA NYLON Nº 2,0	MEDIX BRASIL	MEDIX BRASIL	UNI	100,00	44,44	4.444,00
2	19	FIO SUTURA C AGULHA NYLON Nº 3,0	MEDIX BRASIL	MEDIX BRASIL	UNI	100,00	38,36	3.836,00
2	20	FIO SUTURA C AGULHA NYLON Nº 4,0	MEDIX BRASIL	MEDIX BRASIL	UNI	100,00	10,85	1.085,00
2	21	FIO SUTURA C AGULHA NYLON Nº 5,0	MEDIX BRASIL	MEDIX BRASIL	UNI	100,00	14,36	1.436,00
2	22	FIO SUTURA CATGUT CROMADO Nº2,0 CAIXA COM 24 ENVELOPES	TECHNOFIO	TECHNOFIO	CX	100,00	97,17	9.717,00
2	23	FIO SUTURA CATGUT CROMADO N° 3,0 CAIXA COM 24 ENVELOPES	TECHNOFIO	TECHNOFIO	CX	100,00	59,51	5.951,00
2	24	FITA ADESIVA HOSPITALAR	CIEX DO BRASIL	CIEX DO BRASIL	UNI	100,00	3,44	344,00
2	25	FITA MICROPOROSA 25MM	OLIMED	OLIMED	UNI	500,00	2,00	1.000,00
2	26	FITA MICROPOROSA 50MM	CRALPLAST	CRALPLAST	UNI	500,00	4,10	2.050,00
2	27	lamina de bisturi 15 100 un	MEDIX BRASIL	MEDIX BRASIL	UNI	50,00	25,00	1.250,00
2	28	LAMINA BISTURI Nº 11 CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX BRASIL	MEDIX BRASIL	CX	50,00	25,00	1.250,00
2	29	LAMINA BISTURI Nº 22 CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX BRASIL	MEDIX BRASIL	CX	50,00	25,00	1.250,00
2	30	LUVA DE PROCEDIMENTO G COM 100 UM	MEDIX BRASIL	MEDIX BRASIL	CX	50,00	22,00	1.100,00
2	31	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO M	MEDIX BRASIL	MEDIX BRASIL	CX	120,00	22,00	2.640,00
2	32	LUVA DE PROCEDIMENTO P COM 100 UM	MEDIX BRASIL	MEDIX BRASIL	CX	80,00	22,00	1.760,00
2	33	LUVA ESTÉRIL Nº 7,0	OLIMED	OLIMED	PAR	100,00	1,50	150,00
2	34	LUVA ESTÉRIL Nº 7,5 CAIXA COM 50 PARES	OLIMED	OLIMED	CX	6,00	63,00	378,00
2	35	LUVA ESTÉRIL Nº 8,0	OLIMED	OLIMED	PAR	150,00	1,50	225,00
2	36	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA 10CMX25MM	POLAR FIX	POLAR FIX	UNI	50,00	18,18	909,00
2	37	Máscara cirúrgica, descartável, tripla camada, com elástico,branca. Cx/ 50 unid.	DESCARBOX	DESCARBOX	CX	50,00	4,91	245,50
2	38	MASCARA LARÍNGEA N95	FORT HEALTH	FORT HEALTH	UNI	100,00	1,50	150,00
2	39	PINÇA ANATOMICA 9CM	VITAL GOLD	VITAL GOLD	UNI	20,00	14,08	281,60
2	40	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 16CM	VITALGOLD	VITALGOLD	UNI	20,00	15,00	300,00
2	41	PINÇA CIRURGICA KELLY CURVA 16CM	VITALGOLD	VITALGOLD	UNI	20,00	20,00	400,00
2	42	PINÇA CIRURGICA KELLY RETA 16CM	VITALGOLD	VITALGOLD	UNI	20,00	20,00	400,00
2	43	SAPATILIA DESCARTAVEL EM TNT COM ELASTICO	FORTCLEAN	FORTCLEAN	PCTS	50,00	8,00	400,00
2	44	TALA METALICA PARA IMOBILIZAÇÃO 12MMX 180MM	MSÓ	MSÓ	UNI	300,00	1,00	300,00
2	45	TESOURA SPENCER 9CM	VITAL GOLD	VITAL GOLD	UNI	10,00	20,00	200,00
2	46	TOUCA DESCARTÁVEL C/ 100 UN	DESCARPACK	DESCARPACK	CX	100,00	8,00	800,00
4	1	ACIDO PERACETICO GALÃO DE 5 LITROS	RIOQUIMICA	RIOQUIMICA	UNI	100,00	149,00	14.900,00
4	2	ALCOOL ETÍLICO 70° INPM	UNIMIX	UNIMIX	UNI	1.000,00	11,16	11.160,00
4	3	ALCOOL EM GEL 70%	UNIMIX	UNIMIX	UNI	100,00	39,00	3.900,00
4	4	AMPOLAS INDICADOR BIOLOGIC CAIXA COM 10 UNIDADES	CLEAN-UP	CLEAN-UP	CX	50,00	42,42	2.121,00
4	5	CAIXA COLETORA PERFURO CORTANTE 07L	DESCARBOX	DESCARBOX	UNI	500,00	3,82	1.910,00
4	6	CAIXA COLETORA PERFURO	DESCARBOX	DESCARBOX	UNI	500,00	10,15	5.075,00
4	7	DETERGENTE ENZIMÁTICO 1LITRO	PROLINK	PROLINK	UNI	100,00	29,10	2.910,00
4	8	FITA ZEBRADA	SS PLUS	SS PLUS	UNI	120,00	4,54	544,80
4	9	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% GALÃO 5 LITROS	RIOQUIMICA	RIOQUIMICA	GL	50,00	35,00	1.750,00
4	10	PAPEL GRAU CIRURGICO 300MM X 100 M	CSK IMPORT	CSK IMPORT	UNI	10,00	196,54	1.965,40
4	11	PAPEL GRAU CIRURGICO 100MMX100M	CSK IMPORT	CSK IMPORT	UNI	10,00	77,21	772,10
4	12	PAPEL GRAU CIRURGICO 12MMX100M	CSK IMPORT	CSK IMPORT	UNI	10,00	76,84	768,40
4	13	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 150MM X 100M	CSK IMPORT	CSK IMPORT	UNI	10,00	78,64	786,40
4	14	PAPEL GRAU CIRURGICO 200MMX100M	CSK IMPORT	CSK IMPORT	UNI	10,00	80,08	800,80
4	15	PAPEL GRAU CIRURGICO 35MMX100M	CSK IMPORT	CSK IMPORT	UNI	10,00	150,80	1.508,00
TOTAL								202.907,95

L & P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
3	1	ABAIXADOR DE LINGUA MADEIRA PACOTE COM 100 UM	MEDIX	MEDIX	PCTS	100,00	3,74	374,00
3	2	ALGODÃO ESTERIL 15MX60M	MAISMEDTEX	MAISMEDTEX	UNI	50,00	5,07	253,50
3	3	ALGODÃO ORTOPEDICO 15CMx 1,0M PACOTE COM 12 UN	ORTO	ORTO	PCTS	50,00	7,50	375,00
3	4	ALGODÃO ORTOPEDICO 20MX12 PACOTE 12 UNIDADES	ORTO	ORTO	PCTS	50,00	9,45	472,50
3	5	BOLSA COLETORA DE URINA SISTEMA FECHADO	M2/MEDIX	M2/MEDIX	UNI	500,00	6,50	3.250,00
3	6	CATETER OXIGENIO TIPO ÓCULOS	BIO/MEDIX	BIO/MEDIX	UNI	500,00	6,50	3.250,00
3	7	ELETRODO ADESIVO FISIOTARAPIA PACOTES COM 50 UNIDADES	M2/MEDIX	M2/MEDIX	PCTS	250,00	25,81	6.452,50

3	8	ELETRODO ADESIVO FISIOTARAPIA 30 CM REDONDO	MAGAZINE	MAGAZINE	PCTS	500,00	18,68	9.340,00
3	9	ELETRODO ADESIVO FISIOTERAPIA 5X9CM-RETANGULAR) PACOTES COM 4 UN	MAGAZINE	MAGAZINE	PCTS	250,00	23,40	5.850,00
3	10	ELETRODOS P ECG (ESPUMA ADESIVA)	M2/MEDIX	M2/MEDIX	PCTS	250,00	11,70	2.925,00
3	11	ESPASSADOR DE AEROSSOIS	BIOLAND	BIOLAND	UNI	5,00	30,49	152,45
3	12	ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL ESTÉRIL E LUBRIFICADO TAMANHO MÉDIO	CRAL	CRAL	UNI	1.000,00	4,97	4.970,00
3	13	ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL ESTÉRIL E LUBRIFICADO TAMANHO PEQUENO	CRAL	CRAL	UNI	500,00	1,94	970,00
3	14	FITAS TIRAS P TESTE GLICEMIA (ON CALL PLUS II) POTES COM 50 TIRAS CD	BIO	BIO	PTS	100,00	16,20	1.620,00
3	15	GEL PARA ULTRASSOM - GALÃO COM 5 LITROS	GEL	GEL	GL	30,00	49,39	1.481,70
3	16	KIT PARA NEBULIZAÇÃO ADULTO E PEDIATRICO AR COMPRIMIDO E OXIGENIO: MÁSCARA (ADULTO E INFANTIL): ENCAIXA-SE SOBRE O NARIZ E A BOCA, PERMITINDO A INALAÇÃO CONFORTÁVEL. ALGUMAS POSSUEM PROTEÇÃO ANTIBACTERIANA. COPO RESERVATÓRIO (OU COPINHO DOSADOR): RECIPIENTE ONDE O MEDICAMENTO E O SORO SÃO COLOCADOS. POSSUI MARCAÇÕES DE VOLUME (EX: ATÉ 5ML OU 6ML) PARA A DOSAGEM CORRETA. MANGUEIRA (OU TUBO DE AR): CONDUZ O AR COMPRIMIDO OU A VIBRAÇÃO DO APARELHO ATÉ O COPO DE MEDICAMENTO.	VITAL	VITAL	KIT	10,00	72,42	724,20
3	17	LANCETAS PARA SEGURANÇA CAIXA COM 100 UNIDADES	WILTEX/BIO	WILTEX/BIO	CX	100,00	16,00	1.600,00
3	18	LENÇOL TNT C/ELASTICO BRANCO - 10 UM	ANADONA	ANADONA	UNI	300,00	11,90	3.570,00
3	19	MASCARA LARÍNGEA 1 1/2	MEDIX	MEDIX	UNI	30,00	35,90	1.077,00
3	20	MASCARA LARÍNGEA 2.0	MEDIX	MEDIX	UNI	30,00	35,90	1.077,00
3	21	MASCARA LARÍNGEA 3.0	MEDIX	MEDIX	UNI	30,00	13,63	408,90
3	22	MASCARA LARÍNGEA 4.0	MEDIX	MEDIX	UNI	30,00	36,40	1.092,00
3	23	SONDA ENTERAL 12 FR	SOLUMED	SOLUMED	UNI	500,00	11,25	5.625,00
3	24	SONDA FOLEY Nº 12	TERA/MEDIX	TERA/MEDIX	UNI	500,00	4,90	2.450,00
3	25	SONDA FOLEY 2V Nº 14 LÁTEX	TERA/MEDIX	TERA/MEDIX	UNI	500,00	4,90	2.450,00
3	26	SONDA FOLEY 2V Nº 16 LÁTEX	TERA/MEDIX	TERA/MEDIX	UNI	500,00	4,90	2.450,00
3	27	sonda uretral nº12	BIO/MEDIX	BIO/MEDIX	UNI	500,00	10,90	5.450,00
3	28	SONDA URETRAL Nº 14	BIO/MEDIX	BIO/MEDIX	UNI	500,00	2,92	1.460,00
3	29	sonda uretral nº16	BIO/MEDIX	BIO/MEDIX	UNI	500,00	3,28	1.640,00
3	30	VASELINAL LÍQUIDA 1000ML	FRAC	FRAC	UNI	20,00	49,23	984,60
TOTAL								73.795,35

Valor homologado: 303.173,30

Santa Amélia, 11 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito De Santa Amélia

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:0CE4DE58

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 530/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.

I – Secretaria Municipal de Assistência Social

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Período	Veiculo	Atividade	Valor
A	Agnaldo Ribeiro	Motorista de veiculo pesados	Joaquim Távora/ Pr	13/08/2026	BCI-9842	Transportar cidadãos	R$ 45,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 11 de Agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:552F1567

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO				
PROCESSO ADMINISTRATIVO				
Modalidade:		Pregão Eletrônico		
	Número/Ano:	14/2026	**Data de abertura:**	03/07/2026
	Data adjudicação:	06/08/2026	**Data homologação:**	07/08/2026
	Tipo de avaliação:	Por item	**Critério de avaliação:**	Menor preço
	Modo de disputa:	Proposta - Lance	**Condição de pagamento:**	Parcelada

	Credenciamento:	Não		**Chamamento:**	Não		**Registro de preço:**	Sim
	Objeto da licitação:							
	AQUISIÇÃO DE OLEOS E FILTROS E LUBRIFICANTES							

Nos termos do Art. 74, caput, Lei 14.133/2021 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Presidente da Comissão de Contratação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo

Licitante	**CNPJ/CPF**	**Total do vencedor**
65.492.838 LURDES CLARA WESCHENFELDER	65.492.838/0001-95	R$ 65.800,00
DANTAS & ALENCAR SOLUCOES E SERVICOS LTDA	23.638.517/0001-06	R$ 1.788,00
DUFILTER DISTRIBUIDORA DE FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA	51.560.442/0001-23	R$ 3.096,40
V. BARBOSA - AUTO CENTER LTDA.	04.518.620/0001-78	R$ 103.620,08
W D ECOFLEX EMBALAGENS LTDA	30.449.062/0001-46	R$ 4.370,00
WEST PARTS PECAS E LUBRIFICANTES EIRELI	27.614.905/0001-08	R$ 14.599,68
Total:		**R$ 193.274,16**

65.492.838 LURDES CLARA WESCHENFELDER - Não Exclusivo

Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
18108	GRAXA TAMBOR 170KG	UND	2,0000	R$ 2.950,0000	R$ 5.900,00
18168	OLEO 15W40 DIESEL BALDE 20 LITROS 100% NOVO	UND	200,0000	R$ 299,5000	R$ 59.900,00

Valor Total: R$ 65.800,00

DANTAS & ALENCAR SOLUCOES E SERVICOS LTDA - Não Exclusivo

Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
18130	FILTRO DE AR MB ATRON 2729 A PARTIR DE 2014	UND	12,0000	R$ 149,0000	R$ 1.788,00

Valor Total: R$ 1.788,00

DUFILTER DISTRIBUIDORA DE FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA - Não Exclusivo

Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
18109	FILTRO DE COMBUSTIVEL / PRISMA	UND	4,0000	R$ 89,9900	R$ 359,96
18118	FILTRO DE COMBUSTIVEL FORD CARGO 2619 A PARTIR DE 2018	UND	12,0000	R$ 59,8900	R$ 718,68
18127	FILTRO DE AR RENAULT MASTER A PARTIR DE 2018	UND	12,0000	R$ 49,9800	R$ 599,76
18138	FILTRO DE AR CONDICIONADO SAVEIRO.	UND	10,0000	R$ 24,9900	R$ 249,90
18139	FILTRO DE AR CONDICIONADO FORD KA 1.5	UND	10,0000	R$ 33,8600	R$ 338,60
18141	FILTRO DE AR CONDICIONADO FIAT DUKATO A PARTIR DE 2020	UND	6,0000	R$ 28,4900	R$ 170,94
18147	FILTRO DE OLEO PRISMA.	UND	6,0000	R$ 13,4400	R$ 80,64
18153	FILTRO DE OLEO DUKATO A PARTIR DE 2020	UND	12,0000	R$ 48,1600	R$ 577,92

Valor Total: R$ 3.096,40

V. BARBOSA - AUTO CENTER LTDA. - Não Exclusivo

Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
18101	ADITIVO CONCENTRADO RADIADOR MOTOR DIESEL LITRO	UND	100,0000	R$ 5,6600	R$ 566,00
18102	ADITIVO CONCENTRADO RADIADOR MOTOR FLEX LITRO	UND	100,0000	R$ 5,6600	R$ 566,00
18103	ESTOPA PARA LIMPEZA / PANO RETALHO LIMPEZA COSTURADO	UND	100,0000	R$ 20,7500	R$ 2.075,00
18104	INTERCAP CONCENTRADO TAMBOR 50 LITROS	UND	20,0000	R$ 203,0000	R$ 4.060,00
18105	SOLUPAN CONCENTRADO TAMBOR 50 LITROS	UND	20,0000	R$ 169,0000	R$ 3.380,00
18107	PRETINHO PARA PNEUS GALÃO 5 LITROS	UND	20,0000	R$ 42,0000	R$ 840,00
18110	FILTRO DE COMBUSTIVEL / GOL	UND	10,0000	R$ 15,0000	R$ 150,00
18111	FILTRO DE COMBUSTIVEL / SAVEIRO	UND	12,0000	R$ 14,9500	R$ 179,40
18115	FILTRO DE COMBUSTIVEL MITISUBISHI L200 2005	UND	6,0000	R$ 33,8000	R$ 202,80
18116	FILTRO DE COMBUSTIVEL MB ATRON 2729 A PARTIR DE 2014	UND	12,0000	R$ 37,9900	R$ 455,88
18117	FILTRO DE COMBUSTIVEL FORD CARGO 2629 A PARTIR DE 2018	UND	12,0000	R$ 57,0000	R$ 684,00
18122	FILTRO DE AR PRISMA.	UND	6,0000	R$ 16,9500	R$ 101,70
18123	FILTRO DE AR GOL	UND	15,0000	R$ 15,4000	R$ 231,00
18125	FILTRO DE AR SAVEIRO.	UND	10,0000	R$ 13,9900	R$ 139,90
18128	FILTRO DE AR DUKATO A PARTIR DE 2020	UND	12,0000	R$ 67,0000	R$ 804,00
18129	FILTRO DE AR MITISUBISHI L200 2005	UND	6,0000	R$ 49,0000	R$ 294,00
18131	FILTRO DE AR FORD CARGO 2629 A PARTIR DE 2014	UND	12,0000	R$ 85,0000	R$ 1.020,00
18136	FILTRO DE AR CONDICIONADO PRISMA.	UND	10,0000	R$ 14,0000	R$ 140,00
18140	FILTRO DE AR CONDICIONADO RENAULT MASTER A PARTIR DE 2018	UND	6,0000	R$ 28,0000	R$ 168,00
18143	FILTRO DE AR CONDICIONADO MB ATRON 2729 A PARTIR DE 2014	UND	6,0000	R$ 34,0000	R$ 204,00
18148	FILTRO DE OLEO GOL	UND	24,0000	R$ 14,5000	R$ 348,00
18154	FILTRO DE OLEO MITISUBISHI L200 2009	UND	6,0000	R$ 68,0000	R$ 408,00
18155	FILTRO DE OLEO MB ATRON 2729 A PARTIR DE 2014	UND	12,0000	R$ 25,0000	R$ 300,00
18156	FILTRO DE OLEO FORD CARGO 2629 A PARTIR DE 2014	UND	12,0000	R$ 60,0000	R$ 720,00
18160	OLEO 20W50 SEMI SINTETICO 100% NOVO	UND	96,0000	R$ 22,0000	R$ 2.112,00
18161	OLEO 10W30 API/SM SEMI SINTETICO 100% NOVO	UND	96,0000	R$ 29,9000	R$ 2.870,40
18162	OLEO HIDRAULICO 68 BALDE 100% NOVO	UND	30,0000	R$ 299,0000	R$ 8.970,00
18163	OLEO ATF TIPO A BALDE 20 LITROS 100% NOVO	UND	40,0000	R$ 356,0000	R$ 14.240,00
18165	OLEO 90 BALDE 20 LITROS 100% NOVO	UND	12,0000	R$ 420,0000	R$ 5.040,00
18166	OLEO 85W140 API GL5 TRANSMISSÃO BALDE 20 LITROS 100% NOVO	UND	30,0000	R$ 445,0000	R$ 13.350,00
18167	OLEO 10W30 TRANSMISSÃO BALDE 20 LITROS 100% NOVO	UND	30,0000	R$ 400,0000	R$ 12.000,00
18169	OLEO 5W30 DIESEL SINTETICO 100% NOVO	UND	400,0000	R$ 41,0000	R$ 16.400,00
18170	OLEO 5W30 SINTETICO MOTOR FLEX 100% NOVO	UND	400,0000	R$ 26,5000	R$ 10.600,00

Valor Total: R$ 103.620,08

W D ECOFLEX EMBALAGENS LTDA - Não Exclusivo

Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
18106	SHAMPOO COM CERA CONCENTRADO LAVAGEM VEICULAR TAMBOR 50 LITROS	UND	20,0000	R$ 218,5000	R$ 4.370,00

Valor Total: R$ 4.370,00

WEST PARTS PECAS E LUBRIFICANTES EIRELI - Não Exclusivo

Código	**Descrição do item**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**
14687	FILTRO DE AR CONDICIONADO GOL	UNIDADE	10,0000	R$ 20,0000	R$ 200,00
18112	FILTRO DE COMBUSTIVEL / FORD KA 1.5	UND	12,0000	R$ 12,5600	R$ 150,72
18113	FILTRO DE COMBUSTIVEL RENAUT MASTER A PARTIR DE 2018	UND	24,0000	R$ 24,5000	R$ 588,00
18114	FILTRO DE COMBUSTIVEL FIAT DUKATO A PARTIR DE 2020	UND	12,0000	R$ 84,5600	R$ 1.014,72
18120	FILTRO DE COMBUSTIVEL ROLO XCMG.	UND	12,0000	R$ 149,4500	R$ 1.793,40
18126	FILTRO DE AR FORD KA 1.5	UND	30,0000	R$ 30,0000	R$ 900,00
18133	FILTRO DE AR ROLO XCMG.	UND	10,0000	R$ 191,0800	R$ 1.910,80

18142	FILTRO DE AR CONDICIONADO MITISUBISHI L200 2009	UND	6,0000	R$ 30,0000	R$ 180,00
18145	FILTRO DE AR CONDICIONADO ROLO XCMG.	UND	6,0000	R$ 240,0000	R$ 1.440,00
18150	FILTRO DE OLEO SAVEIRO.	UND	24,0000	R$ 11,0000	R$ 264,00
18151	FILTRO DE OLEO FORD KA 1.5	UND	24,0000	R$ 20,0000	R$ 480,00
18152	FILTRO DE OLEO RENAULT MASTER A PARTIR DE 2018	UND	12,0000	R$ 30,0000	R$ 360,00
18159	FILTRO DE OLEO RETROESCAVADEIRA JCB 3C	UND	12,0000	R$ 155,6700	R$ 1.868,04
18164	OLEO 140 BALDE 20 LITROS 100% NOVO	UND	12,0000	R$ 287,5000	R$ 3.450,00
Valor Total: R$ 14.599,68					

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, 7 de agosto de 2026

CLAUDIO COVRE
Prefeito

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:4FBF7A92

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 124 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA
DECRETO N° 1242026/2026 de 14 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 63.927,87 (sessenta e três mil e novecentos e vinte e sete reais e oitenta e sete centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
12.122.0012.2017 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	14.133,72
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, IND. E COM.	
05.001 - COORD. DA SEC. DE AGRICULTURA, IND. E COM.	
20.122.0011.2031 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA,	
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	1.922,30
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.122.0010.2036 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE	
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	13.908,34
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.2044 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE ASSITÊNCIA	
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	7.994,85
08 - SECRETARIA MUNIC. DE TRANSPORTE E SER. RODOVIARIO	
08.001 - COORD. DA SEC. DE TRANSPORTE E SERV. RODOVIÁRIO	
26.782.0007.2059 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E SERVIÇOS	
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	19.528,73
10 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
10.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERV. URBANOS	
15.122.0006.2065 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA OBRAS E SERVIÇOS	
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	4.339,06
15.452.0006.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS	
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	1.166,99
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	
12.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE	
27.122.0014.2083 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE ESPORTE	
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	933,88

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.361.0012.2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	63.927,87

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 14 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:ED4317C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 145 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
C.N.P.J.: 76.290.683/0001-20
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA

DECRETO N° 1452026/2026 de 30 de Julho de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 414/2025 de 16 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 707.663,24 (setecentos e sete mil e seiscentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO	
03.001 - COORDENACÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0001.2007 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	31.714,43
04.129.0005.2010 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	410,95
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	1.898,78
04.129.0005.2011 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	26.433,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
12.122.0012.2017 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0104)	102.000,00
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	15.619,21
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.365.0012.2024 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0101)	28.937,28
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, IND. E COM.	
05.001 - COORD. DA SEC. DE AGRICULTURA, IND. E COM.	
20.122.0011.2031 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA,	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	2.858,98
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	1.962,96
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.122.0010.2036 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0303)	81.844,20
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	14.068,94
10.301.0010.2039 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0494)	9.207,66
10.304.0010.2042 - MANUTENÇÃO DOS SERVICOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0494)	26.215,39
10.305.0010.2041 - MANUTENÇÃO DE AÇÃO ESTRATÉGICA - ACS	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0494)	86.968,65
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0009.2044 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE ASSITÊNCIA	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	18.872,71
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	7.931,79
08 - SECRETARIA MUNIC. DE TRANSPORTE E SER. RODOVIARIO	
08.001 - COORD. DA SEC. DE TRANSPORTE E SERV. RODOVIÁRIO	
26.782.0007.2059 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E SERVIÇOS	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	123.122,06
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	20.975,07
10 - SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
10.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERV. URBANOS	
15.122.0006.2065 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA OBRAS E SERVIÇOS	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	20.525,97
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	5.081,67
15.452.0006.2066 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	69.505,59
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	10.425,22
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	
12.001 - COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE	
27.122.0014.2083 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE ESPORTE	
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000)	1.082,73

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02.001 - COORDENACÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
04.121.0001.2005 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000)	31.714,43
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO	
03.001 - COORDENACÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0001.1006 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - ADMINISTRAÇÃO	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0000)	142.935,37
04.122.0001.1007 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS - ADMINISTRAÇÃO	
4.4.90.61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS - (Grupo/Fonte 0000)	197.840,26
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
12.361.0012.2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0101)	28.937,28
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0104)	102.000,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2038 - MANUTENÇÃO DE POSTOS DE SAUDE	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0494)	122.391,70
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0303)	81.844,20

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em 30 de Julho de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Barbara Correa
Código Identificador:5727EFEB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
RETIFICAÇÃO ATA DA SESSÃO DE ANÁLISE DOS REQUERIMENTOS DE CREDENCIAMENTO E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO, REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2026

RETIFICAÇÃO ATA DA SESSÃO DE ANÁLISE DOS REQUERIMENTOS DE CREDENCIAMENTO E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO, REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2026

Ata da sessão de recebimento contendo como anexo as documentações de Habilitação, em atendimento ao Edital de Chamamento/Credenciamento nº 02/2026 - Processo Administrativo nº 64/2026.

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 15h00min, reuniram-se em sessão pública o Agente de Contratação, Sr. **Ian Carlos Barbosa de Oliveira**, e a Equipe de Apoio, composta pelos servidores **Dirceu Ferreira de Oliveira e Gislene Brizola Marçal da Silva**, designados pela Portaria nº 25/2025, de 06 de outubro de 2025, com a finalidade de proceder à análise e reanálise dos requerimentos de credenciamento e dos documentos de habilitação apresentados no âmbito do Credenciamento nº 02/2026. Aberta a sessão, verificou-se o recebimento dos requerimentos de credenciamento e respectivos documentos de habilitação, observada a ordem cronológica de protocolo, apresentados pelas seguintes interessadas:

Ordem	Carimbo de data/hora	Nome Completo da Empresa (Razão Social)	CNPJ	RESPONSÁVEL
	27/07/2026 09:00:01	ACFN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	38.252.885/0001-99	ANTONIO CARODO FARINHA NETO
	27/07/2026 09:00:02	AGÓES SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	51.848.563/0001-75	PEDRO HENRIQUE DE ALMEIDA GÓES
	27/07/2026 09:00:03	CLÍNICA MÉDICA LIMA & LIMA LTDA	36.073.521/0001-16	MÁRCIO PAULO DE LIMA
	27/07/2026 09:00:04	A F S ZAMPOLI E CIA LTDA	40.385.258/0001-78	ALLAN FRANCISCO DA SILVA ZAMPOLI
	27/07/2026 09:00:09	GR SAÚDE LTDA	18.990.552/0001-43	GUILHERME HENRIQUE CHEMIM
	27/07/2026 09:00:11	NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	19.850.311/0001-78	CRISTIANO PARRA VIEIRA
	27/07/2026 09:00:11	MEDCONNECT LTDA	63.324.636/0001-20	ANA CLARA BORSARI SERRA
	27/07/2026 09:00:21	ADM MÉDICA GESTÃO E SAÚDE LTDA	49.303.261/0001-70	OSMAR ISRAEL DOS SANTOS
	27/07/2026 09:00:32	FELIPE DANIEL RODRIGUES SERVICOS MEDICOS LTDA	64.386.514/0001-00	FELIPE DANIEL DINIZ DOS SANTOS RODRIGUES
	27/07/2026 09:00:37	MOVIMED CLÍNICA ESPECIALIZADA LTDA	16.993.043/0001-55	WAGNER CECILIO DA SILVA
	27/07/2026 09:00:39	MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	43.403.587/0001-92	LUIZ FELIPE FERREIRA RIBEIRO
	27/07/2026 09:00:50	SERVICOS MEDICOS BR LTDA	28.105.657/0001-32	ANIDAIRA CORREA BERNARDES
	27/07/2026 09:00:55	3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA	55.853.806/0001-14	ADRIANO RIBEIRO DE BRITO
	27/07/2026 09:01:04	PLENAMED GESTÃO EM SAÚDE LTDA	29.162.295/0001-84	VITOR ALMERON DA ROCHA
	27/07/2026	PONTUAL MED GESTÃO ESPECIALIZADA LTDA	55.820.671/0001-90	GILBERTO FELIPE CAPELOTO

	09:01:25			
	27/07/2026 09:01:36	NAHIM GESTÃO DE SERVICOS MEDICOS LTDA	51.082.259/0001-60	IASMINE SALLE
	27/07/2026 09:01:54	UNIVIDA GESTÃO DE SAÚDE S. A	43.551.150/0001-04	MARCOS VINICIUS DE OLIVEIRA
	27/07/2026 09:01:55	LITOMEDIC SERVICOS DE SAUDE LTDA	46.461.363/0001-25	RODRIGO VETTORI GOULART DE OLIVEIRA
	27/07/2026 09:01:59	AK SERVICOS MEDICOS LTDA	58.370.056/0001-18	ARNALDO EDER KIST
	27/07/2026 09:02:12	EQUIPE GESTÃO EM SAÚDE LTDA	46.602.691/0001-02	MATEUS DOS REIS SIQUEROLI
	27/07/2026 09:02:35	JORMAM SERVICOS MEDICOS LTDA	56.687.410/0001-07	RENAN MANCHENHO
	27/07/2026 09:03:08	HTI SERVICOS MEDICOS LTDA	16.550.953/0001-63	HENRIQUE TEODORO LEDOWSKI
	27/07/2026 09:04:28	MEDKOCH LTDA	60.830.238/0001-70	VICTOR FÉLIX SZYTKO KOCH
	27/07/2026 09:11:34	INACIO SERVICOS MEDICOS LTDA	60.472.806/0001-04	THIAGO DOS SANTOS INACIO
	27/07/2026 09:37:42	AVIVE GESTÃO DE SERVICOS MEDICOS LTDA	33.458.003/0001-22	THIAGO DE CASTRO SILVEIRA
	27/07/2026 10:38:03	SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA LTDA	37.092.326/0001-04	JOÃO CARLOS DA SILVA JUNIOR
	27/07/2026 11:08:41	MEDBLANC GESTÃO EM SAÚDE E IMAGEM LTDA	42.488.597/0001-05	ALCIDES JOSÉ BRANCO FILHO
	28/07/2026 11:32:59	AHAPS SAUDE LTDA	35.740.942/0001-90	RAMON LIMA PONCE
	28/07/2026 14:54:57	MEDICANDO SERVICOS MEDICOS LTDA	21.474.357/0001-81	DIONES BRAITENBACH CAVALI

Na sequência, em atendimento ao item 8.5 do Edital, foram realizadas consultas à Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU (TCU, CNJ, CEIS e CNEP) e à Certidão Negativa Correcional da Controladoria-Geral da União – CGU, verificando-se que nenhuma das proponentes possui impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme comprovantes juntados aos autos. Após a análise dos requerimentos de credenciamento e da documentação de habilitação apresentada, verificou-se que as proponentes abaixo relacionadas atenderam integralmente às exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 02/2026 – Processo Administrativo nº 64/2026, razão pela qual ficam declaradas **HABILITADAS** para o presente procedimento de credenciamento:

Ordem	Carimbo de data/hora	Nome Completo da Empresa (Razão Social)	CNPJ	MOTIVAÇÃO
	27/07/2026 09:00:01	ACFN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	38.252.885/0001-99	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:00:02	AGÓES SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	51.848.563/0001-75	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:00:03	CLÍNICA MÉDICA LIMA & LIMA LTDA	36.073.521/0001-16	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:00:04	A F S ZAMPOLI E CIA LTDA	40.385.258/0001-78	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:00:09	GR SAÚDE LTDA	18.990.552/0001-43	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:00:11	NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	19.850.311/0001-78	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:00:11	MEDCONNECT LTDA	63.324.636/0001-20	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:00:21	ADM MÉDICA GESTÃO E SAÚDE LTDA	49.303.261/0001-70	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:00:32	FELIPE DANIEL RODRIGUES SERVICOS MEDICOS LTDA	64.386.514/0001-00	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:00:37	MOVIMED CLÍNICA ESPECIALIZADA LTDA	16.993.043/0001-55	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:00:39	MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	43.403.587/0001-92	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:00:50	SERVICOS MEDICOS BR LTDA	28.105.657/0001-32	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:00:55	3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA	55.853.806/0001-14	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:01:04	PLENAMED GESTÃO EM SAÚDE LTDA	29.162.295/0001-84	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:01:25	PONTUAL MED GESTÃO ESPECIALIZADA LTDA	55.820.671/0001-90	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:01:36	NAHIM GESTÃO DE SERVICOS MEDICOS LTDA	51.082.259/0001-60	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:01:54	UNIVIDA GESTÃO DE SAÚDE S.A	43.551.150/0001-04	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:01:55	LITOMEDIC SERVICOS DE SAUDE LTDA	46.461.363/0001-25	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:01:59	AK SERVICOS MEDICOS LTDA	58.370.056/0001-18	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:02:12	EQUIPE GESTÃO EM SAÚDE LTDA	46.602.691/0001-02	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:02:35	JORMAM SERVICOS MEDICOS LTDA	56.687.410/0001-07	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:03:08	HTI SERVICOS MEDICOS LTDA	16.550.953/0001-63	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:04:28	MEDKOCH LTDA	60.830.238/0001-70	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:11:34	INACIO SERVICOS MEDICOS LTDA	60.472.806/0001-04	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 09:37:42	AVIVE GESTÃO DE SERVICOS MEDICOS LTDA	33.458.003/0001-22	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 10:38:03	SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA LTDA	37.092.326/0001-04	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	27/07/2026 11:08:41	MEDBLANC GESTÃO EM SAÚDE E IMAGEM LTDA	42.488.597/0001-05	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	28/07/2026 11:32:59	AHAPS SAUDE LTDA	35.740.942/0001-90	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL
	28/07/2026 14:54:57	MEDICANDO SERVICOS MEDICOS LTDA	21.474.357/0001-81	ATENDEU OS REQUISITOS DO EDITAL

Diante do exposto, o Agente de Contratação declara **HABILITADAS** as proponentes acima relacionadas, conforme a fundamentação constante nesta ata. Nos termos do item 12 do Edital de Credenciamento nº 02/2026 e do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica assegurado aos interessados o prazo de 03 (três) dias úteis para interposição de recurso administrativo contra a decisão de habilitação ou inabilitação, contado da publicação do respectivo resultado. Decorrido o prazo recursal sem a interposição de recursos, ou após o julgamento definitivo dos recursos eventualmente apresentados, os autos serão encaminhados à autoridade competente para homologação do resultado do credenciamento e adoção das demais providências previstas no edital, inclusive publicação da lista de credenciados, e posterior convocação para assinatura do(s) contrato(s), observados os critérios de convocação e distribuição da demanda estabelecidos no instrumento convocatório. Para as empresas NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA e MEDCONNECT LTDA, considerando as mesmas protocolaram na mesma data e horário, foi utilizado o critério de desempate do estabelecido no item 10.1.14, primeira parte, do edital. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, sendo lavrada a presente ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Agente de Contratação e pela Equipe de Apoio.

Sapopema/PR, 11 de agosto de 2026.

IAN CARLOS BARBOSA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

GISLENE BRIZOLA MARÇAL DA SILVA
Equipe de Apoio

DIRCEU FERREIRA DE OLIVEIRA
Equipe de Apoio

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:E1B81D7D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS 22/2026

RESOLUÇÃO n.º 22/2026

Dispõe sobre aprovação da proposta de reprogramação dos Recursos da Política Municipal de Assistência Social (Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e de Alta Complexidade) alocada no FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal n° 2908/2023 Reunido em Plenária Ordinário CMAS no dia 11 de Agosto de 2026:

- **CONSIDERANDO**:
- A Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em atenção a Resolução nº 78, de 17 de maio de 2006, alterada pela Resolução CNAS nº 59, de 17 de junho de 2009, que dispõe sobre o processo de elaboração, análise e aprovação do orçamento da Assistência Social;
- A Política Nacional de Assistência Social 2004 que se refere ao papel do Conselho Municipal de Assistência Social no que tange ao controle e acompanhamento das questões relativas ao financiamento da Política Pública de Assistência Social em âmbito local;
- A Lei Municipal n.º 2908/2023;
- A Apresentação pelo Secretário Municipal de Assistência Social e Deliberação dos Ofícios SAS n.º 749/2026 e da proposta de readequação orçamentária envolvendo dotações da Unidade Orçamentária 08.002 – lotada no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e readequação orçamentária envolvendo dotações do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;

RESOLVE:

Artigo 1º. – Aprovar a reprogramação dos Recursos da Política Municipal de Assistência Social (Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e de Alta Complexidade) alocada no FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social, conforme a seguinte tabela:

Anulação:

08.001.08.244.0040.2.145. - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CADASTRO ÚNICO

Fonte	Reduzido	Programática e Projeto Atividade	Natureza de Despesa	Valor
3942	2070	2.145 – Manutenção dos Serviços do Cadastro Único	3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 20.000,00

Suplementação:

08.001.08.244.0040.2.141. - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fonte	Reduzido	Programática e Projeto Atividade	Natureza de Despesa	Valor
3942	2071	2.141. - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social	3.3.90.14.00.00 – Diárias - Civil	R$ 20.000,00

Anulação:

Fonte	Reduzido	Programática e Projeto Atividade	Natureza de Despesa	Valor
1000	186	08.001.08.244.0013.2.161 – Manutenção dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$ 262.142,89
1000	206	08.001.08.244.0014.2.163 – Manutenção dos Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI	3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$ 150.000,00
1000	373	08.002.08.243.0012.6.014 – Manutenção dos Serviços de Acolhimento Institucional Municipal	3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R$ 50.000,00
1000	383	08.002.08.243.0012.6.014 – Manutenção dos Serviços de Acolhimento Institucional Municipal	3.3.90.34.00.00 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	R$ 60.000,00
1000	393	08.002.08.243.0012.6.015 – Manutenção das Medidas Socioeducativas	3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e	R$ 80.000,00

			Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
		TOTAL		**R$ 602.142,89**

Suplementação:

Fonte	Reduzido	Programática e Projeto Atividade	Natureza de Despesa	Valor
1000	269	08.001.08.244.0040.2.141 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social	3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	49.129,28
1000	270	08.001.08.244.0040.2.141 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social	3.1.90.13.00.00 – Contribuições Patronais	32.142,89
1000	274	08.001.08.244.0040.2.141 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social	3.3.90.14.00.00 – Diárias – Civil	20.000,00
1000	275	08.001.08.244.0040.2.141 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	80.685,36
1000	280	08.001.08.244.0040.2.141 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social	3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	24.000,00
1000	281	08.001.08.244.0040.2.141 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social	3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	139.185,36
1000	182	08.001.08.244.0013.2.146 – Manutenção dos Benefícios Eventuais	3.3.90.32.00.00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	146.000,00
1000	334	08.002.08.243.0012.6.012 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades do Conselho Tutelar	3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	55.000,00
1000	339	08.002.08.243.0012.6.012 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades do Conselho Tutelar	3.3.90.14.00.00 – Diárias – Civil	6.000,00
1000	386	08.002.08.243.0012.6.014 – Manutenção dos Serviços de Acolhimento Institucional Municipal	3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	20.000,00
1000	2088	08.002.08.243.0012.6.016 – Manutenção do Serviço Família Acolhedora	3.3.90.48.00.00 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	30.000,00
		TOTAL		**R$ 602.142,89**

Artigo 2º. – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Sarandi-Pr, 11 de Agosto de 2026.

KELLY VIVIANE OLIVEIRA DE JESUS
Presidente Interina do CMAS
2025 a 2027

Publicado por:
Brasilio Takeshi Mitsuda
Código Identificador:3A386A49

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20260805_186982

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 21/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABJ4J20	284610NIC0033574	14/07/2026	50020
ACM1835	284610NIC0033576	14/07/2026	50020
AIU7H72	284610NIC0033595	14/07/2026	50020
AJD3F32	284610NIC0033568	14/07/2026	50020
AJD3F32	284610NIC0033569	14/07/2026	50020
ALY1H84	284610NIC0033587	14/07/2026	50020
ASV8D98	284610NIC0033594	14/07/2026	50020
ATR4C14	284610NIC0033604	14/07/2026	50020
AUK8945	284610NIC0033577	14/07/2026	50020
AWH9J06	284610NIC0033575	14/07/2026	50020
BAB4A09	284610NIC0033588	14/07/2026	50020
BAJ8454	284610NIC0033590	14/07/2026	50020
BAS3824	284610NIC0033591	14/07/2026	50020
BAY0670	284610NIC0033583	14/07/2026	50020
DDY0C73	284610NIC0033573	14/07/2026	50020
DJB8H29	284610NIC0033579	14/07/2026	50020
EDB3I62	284610NIC0033585	14/07/2026	50020
EIT9H65	284610NIC0033593	14/07/2026	50020
FGU6H29	284610NIC0033586	14/07/2026	50020
FSW9C37	284610NIC0033571	14/07/2026	50020
KVO5B56	284610NIC0033592	14/07/2026	50020
KYJ6357	284610NIC0033598	14/07/2026	50020
LZH0921	284610NIC0033570	14/07/2026	50020
MKD6H72	284610NIC0033582	14/07/2026	50020
QAQ1B73	284610NIC0033584	14/07/2026	50020
QUO2J54	284610NIC0033572	14/07/2026	50020
RHH1F82	284610NIC0033606	14/07/2026	50020
RHN4E31	284610NIC0033578	14/07/2026	50020
RTM1F92	284610NIC0033600	14/07/2026	50020
SEZ8H34	284610NIC0033589	14/07/2026	50020
SXO5B52	284610NIC0033605	14/07/2026	50020
TBI7C33	284610NIC0033580	14/07/2026	50020
TBL7D05	284610NIC0033581	14/07/2026	50020
TCM3C32	284610NIC0033602	14/07/2026	50020
TKQ5E64	284610NIC0033599	14/07/2026	50020
TXK7C24	284610NIC0033601	14/07/2026	50020
TXX0C74	284610NIC0033603	14/07/2026	50020
UBO8C15	284610NIC0033596	14/07/2026	50020
UER9J68	284610NIC0033597	14/07/2026	50020

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:3B11088B

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NA_20260808_187253

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 28/09/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAA7098	284610T000012234	06/08/2026	76332
AAY7498	284610M000362453	28/07/2026	60503
ABK9861	284610M000362557	30/07/2026	60503
ABK9E11	284610T000011581	04/08/2026	51851
ABM4B29	284610M000362434	28/07/2026	60503
ABN0A21	284610T000011589	07/08/2026	55414
ABV3A07	284610M000362447	28/07/2026	60503
ABX2482	284610M000362398	27/07/2026	60503
ABY6695	284610M000362471	28/07/2026	60503
ACA9995	284610M000362474	28/07/2026	60503
ACD0G03	284610M000362622	31/07/2026	60503
ACM2446	284610T000011863	05/08/2026	51851
ACM2446	284610T000011862	05/08/2026	65300
ACY5J00	284610M000362487	29/07/2026	60503
ACZ1196	284610M000362646	31/07/2026	60503
ACZ3H88	284610M000362536	29/07/2026	60503
AFB6H67	284610M000362552	30/07/2026	60503
AFL2C90	284610M000362411	27/07/2026	60503
AFP1632	284610T000012201	05/08/2026	51851
AFS3979	284610T000011585	07/08/2026	76251
AFY1I08	284610M000362505	29/07/2026	60503
AGI6I68	284610T000011325	03/08/2026	66531
AHO1691	284610M000362373	27/07/2026	60503
AHU0153	284610T000011582	07/08/2026	55414
AHU2624	284610T000012211	05/08/2026	51851
AID4410	284610M000362508	29/07/2026	60503
AIE7I62	284610M000362407	27/07/2026	60503
AIZ4B21	284610M000362616	31/07/2026	60503
AJC9932	284610T000011319	03/08/2026	51852
AJC9932	284610T000011318	03/08/2026	55680
AJD3F32	284610M000362618	31/07/2026	60503
AJD3F32	284610M000362377	27/07/2026	60503
AJG8D22	284610T000009219	30/07/2026	55411
AJU6001	284610M000362392	27/07/2026	60503
AKB1316	284610M000362513	29/07/2026	60503
AKB2F44	284610M000362410	27/07/2026	60503
AKC7199	284610M000362345	26/07/2026	60503
AKF9J37	284610M000362626	31/07/2026	60503
AKF9J37	284610M000362473	28/07/2026	60503
AKF9J37	284610M000362504	29/07/2026	60503
AKG1086	284610M000362635	31/07/2026	60503
AKI5G44	284610T000007980	31/07/2026	73400
AKL5175	284610T000011575	03/08/2026	51851
AKN5336	284610T000011326	04/08/2026	65992
AKY3H68	284610M000362349	26/07/2026	60503
ALL7G27	284610T000012244	06/08/2026	51851
ALP3243	284610M000362400	27/07/2026	60503
ALP5792	284610M000362542	29/07/2026	60503
ALP8C49	284610T000011324	03/08/2026	67000
ALR6812	284610T000012208	05/08/2026	51851
ALT2160	284610T000012217	05/08/2026	51851
ALT4J01	284610M000362570	30/07/2026	60503
ALV8G03	284610T000011562	31/07/2026	73400
AMB2524	284610M000362402	27/07/2026	60503
AMH1008	284610T000007987	31/07/2026	51851
AMI5H01	284610M000362441	28/07/2026	60503
AML3187	284610M000362355	27/07/2026	60503
AMQ4282	284610M000362484	29/07/2026	60503
AMQ5F96	284610M000362405	27/07/2026	60503
AMW0638	284610M000362619	31/07/2026	60503
AMW9F03	284610M000362578	30/07/2026	60503
AMX7I63	284610M000362638	31/07/2026	56732
AMY9755	284610M000362477	28/07/2026	60503
ANB5077	284610M000362387	27/07/2026	60503
AND0D49	284610M000362514	29/07/2026	60503
AND0D49	284610M000362516	29/07/2026	60503
AND7489	284610M000362555	30/07/2026	60503
ANI0I50	284610M000362641	31/07/2026	60503
ANI3E69	284610T000001229	03/08/2026	51851
ANJ2032	284610M000362529	29/07/2026	60503
ANL5H47	284610M000362459	28/07/2026	60503
ANL8313	284610M000362647	31/07/2026	60503
ANN9G92	284610M000362394	27/07/2026	56732
ANN9G92	284610T000010915	04/08/2026	55414

ANO0D06	284610M000362426	28/07/2026	60503
ANP7159	284610T000009220	03/08/2026	51851
ANX9A02	284610T000011327	07/08/2026	76251
ANY5B76	284610M000362503	29/07/2026	60503
ANZ4A73	284610M000362461	28/07/2026	60503
AOC6213	284610M000362562	30/07/2026	60503
AOE0446	284610M000362537	29/07/2026	60503
AOF7431	284610M000362588	30/07/2026	60503
AOG2F28	284610T000007981	31/07/2026	51851
AOH8420	284610M000362367	27/07/2026	60503
AOH8420	284610M000362374	27/07/2026	60503
AOJ9I39	284610T000011579	04/08/2026	51851
AOM4499	284610M000362519	29/07/2026	56732
AON0F52	284610T000006774	31/07/2026	61300
AOO6039	284610T000000956	05/08/2026	55414
AOV9A81	284610T000011570	03/08/2026	51851
AOW7F16	284610M000362414	28/07/2026	56732
AOZ2B69	284610T000011322	03/08/2026	60501
APK6715	284610M000362463	28/07/2026	60503
APN1940	284610T000007984	31/07/2026	51851
APU5783	284610M000362356	27/07/2026	60503
APU5783	284610M000362546	29/07/2026	60503
APU5783	284610M000362351	26/07/2026	60503
APU5783	284610M000362596	31/07/2026	60503
APV5718	284610M000362446	28/07/2026	60503
APV6718	284610M000362567	30/07/2026	60503
APV6D71	284610M000362572	30/07/2026	60503
APX3363	284610M000362527	29/07/2026	60503
APX3D01	284610T000011566	03/08/2026	55090
AQB8C60	284610T000011315	03/08/2026	56222
AQH1882	284610M000362564	30/07/2026	60503
AQK9J10	284610M000362489	29/07/2026	60503
AQO4E50	284610T000012238	06/08/2026	73400
AQO8B68	284610T000012240	06/08/2026	51851
AQQ4A23	284610M000362454	28/07/2026	60503
AQQ4A23	284610M000362448	28/07/2026	60503
AQR5996	284610M000362607	31/07/2026	60503
AQT8748	284610T000006776	31/07/2026	73400
AQU4E74	284610M000362468	28/07/2026	60503
AQV9174	284610M000362483	29/07/2026	60503
AQX4G77	284610T000012226	05/08/2026	51852
AQZ4298	284610T000012228	05/08/2026	51851
ARB6234	284610M000362494	29/07/2026	60503
ARB6234	284610M000362493	29/07/2026	60503
ARG1E32	284610T000006778	04/08/2026	73400
ARK5295	284610M000362482	29/07/2026	60503
ARO0363	284610M000362520	29/07/2026	56732
ARO3C29	284610M000362458	28/07/2026	60503
ARO6A73	284610M000362464	28/07/2026	60503
ARU7384	284610M000362583	30/07/2026	60503
ARU9D48	284610T000012233	06/08/2026	51851
ARV0C42	284610M000362500	29/07/2026	60503
ARV5D01	284610M000362354	27/07/2026	60503
ARX4025	284610T000012251	06/08/2026	51851
ARY9G11	284610M000362403	27/07/2026	60503
ASB0F66	284610M000362421	28/07/2026	60503
ASD4F05	284610M000362399	27/07/2026	60503
ASG6208	284610M000362427	28/07/2026	60503
ASI0546	284610T000012222	05/08/2026	51851
ASK2B51	284610M000362585	30/07/2026	60503
ASM6143	284610M000362511	29/07/2026	60503
ASM6143	284610M000362497	29/07/2026	60503
AST1586	284610T000012231	06/08/2026	73400
AST2F74	284610M000362573	30/07/2026	60503
ASU3B86	284610T000011563	31/07/2026	51851
ASU7A29	284610M000362507	29/07/2026	60503
ASV3424	284610M000362521	29/07/2026	56732
ASW6128	284610T000012213	05/08/2026	51851
ATA6933	284610T000011572	03/08/2026	55417
ATE6997	284610M000362376	27/07/2026	60503
ATF2169	284610M000362431	28/07/2026	60503
ATH2925	284610M000362359	27/07/2026	60503
ATL3H98	284610M000362532	29/07/2026	60503
ATR3A97	284610M000362571	30/07/2026	60503
ATU6D52	284610M000362424	28/07/2026	60503
ATX7476	284610M000362428	28/07/2026	60503
ATZ2G92	284610T000011588	07/08/2026	55417
ATZ3868	284610T000001186	03/08/2026	51851
AUF3A52	284610T000006772	31/07/2026	51930
AUI3J06	284610T000006780	04/08/2026	51851
AUO8421	284610M000362472	28/07/2026	60503
AUQ3205	284610M000362569	30/07/2026	60503
AUR8295	284610M000362437	28/07/2026	60503
AUS5478	284610M000362438	28/07/2026	60503
AUV0I31	284610M000362601	30/07/2026	60503
AVB1B59	284610T000012215	05/08/2026	51851
AVB1I06	284610T000011316	03/08/2026	51851
AVD4A87	284610M000362629	31/07/2026	60503
AVK8E43	284610T000011864	06/08/2026	51851

AVM0I61	284610T000011317	03/08/2026	66700
AVN1D46	284610M000362636	31/07/2026	60503
AVO6H66	284610M000362632	31/07/2026	60503
AVU0F23	284610T000009225	07/08/2026	55414
AWG6H75	284610T000012246	06/08/2026	51851
AWJ6E07	284610M000362364	27/07/2026	60503
AWK6B89	284610M000362561	30/07/2026	60503
AWM9912	284610M000362603	31/07/2026	60503
AWO9851	284610M000362443	28/07/2026	60503
AWP3064	284610T000011591	07/08/2026	76251
AWP7H27	284610M000362379	27/07/2026	60503
AWQ8B99	284610M000362515	29/07/2026	60503
AWV9267	284610M000362559	30/07/2026	60503
AWW0206	284610T000011593	07/08/2026	55414
AWW7H72	284610T000010408	04/08/2026	55414
AXA6315	284610M000362419	28/07/2026	60503
AXE0G70	284610T000011564	03/08/2026	55417
AXH3D16	284610M000362370	27/07/2026	60503
AXI6G44	284610M000362525	29/07/2026	60503
AXI9201	284610T000012241	06/08/2026	76332
AXO0F37	284610M000362530	29/07/2026	60503
AXS1C25	284610M000362614	31/07/2026	60503
AXS1E75	284610M000362630	31/07/2026	60503
AXT1646	284610M000362491	29/07/2026	60503
AXT2G38	284610M000362602	31/07/2026	60503
AXV1722	284610T000012209	05/08/2026	51851
AXW5041	284610M000362393	27/07/2026	60503
AYB1I58	284610M000362346	26/07/2026	60503
AYC7D84	284610M000362383	27/07/2026	60503
AYK2364	284610T000001414	03/08/2026	73400
AYM4B98	284610M000362620	31/07/2026	60503
AYN4C77	284610M000362548	31/07/2026	60503
AYR4D46	284610M000362501	29/07/2026	60503
AYR4D46	284610M000362556	30/07/2026	60503
AYS7H74	284610T000012223	05/08/2026	73662
AYT7F59	284610M000362395	27/07/2026	60503
AYT9B10	284610M000362360	27/07/2026	60503
AYY8I07	284610M000362492	29/07/2026	60503
AZC0637	284610M000362444	28/07/2026	60503
AZE8574	284610M000362637	31/07/2026	60503
AZI9I83	284610T000011577	04/08/2026	73400
AZI9I83	284610T000011576	04/08/2026	70301
AZQ5502	284610T000011584	07/08/2026	55411
AZW4E18	284610T000001231	03/08/2026	51851
AZW5173	284610M000362534	29/07/2026	60503
AZZ1521	284610M000362611	31/07/2026	60503
AZZ3903	284610M000362610	31/07/2026	60503
AZZ5I78	284610M000362547	30/07/2026	60503
BAB6F36	284610M000362609	31/07/2026	60503
BAG1H29	284610T000011565	03/08/2026	55414
BAH6G25	284610M000362485	29/07/2026	60503
BAK0F49	284610M000362416	28/07/2026	60503
BAL6A88	284610T000000957	05/08/2026	55414
BAQ1A18	284610T000012214	05/08/2026	51851
BAR2F92	284610T000006779	04/08/2026	51851
BAU6217	284610M000362357	27/07/2026	60503
BAW4736	284610T000006773	31/07/2026	54521
BAX0B24	284610T000012221	05/08/2026	76332
BAX4I03	284610M000362575	30/07/2026	60503
BBD6177	284610M000362436	28/07/2026	60503
BBH0E88	284610T000010411	04/08/2026	76331
BBP7G60	284610T000012248	06/08/2026	76332
BBU5E53	284610M000362348	26/07/2026	60503
BBY9948	284610M000362430	28/07/2026	60503
BBZ7074	284610M000362417	28/07/2026	60503
BCB2D76	284610M000362440	28/07/2026	60503
BCC9J72	284610M000362390	27/07/2026	60503
BCI1G42	284610M000362576	30/07/2026	60503
BCJ4B19	284610T000011321	03/08/2026	76842
BCJ8I03	284610M000362526	29/07/2026	60503
BCK7A49	284610M000362554	30/07/2026	60503
BCK7A49	284610M000362566	30/07/2026	60503
BCM7A39	284610T000011587	07/08/2026	55414
BCN3E36	284610M000362523	29/07/2026	56732
BCN6133	284610M000362558	30/07/2026	60503
BCO0B58	284610T000012250	06/08/2026	51851
BCR9B79	284610T000009223	03/08/2026	51851
BCT2H30	284610M000362432	28/07/2026	60503
BCV6A74	284610M000362522	29/07/2026	56732
BCW1I27	284610M000362604	31/07/2026	60503
BCX4H61	284610M000362386	27/07/2026	60503
BCX4H61	284610M000362375	27/07/2026	60503
BDC7F94	284610M000362343	30/07/2026	60503
BDD4I46	284610M000362615	31/07/2026	60503
BDF2J53	284610M000362544	24/07/2026	60503
BDG6G27	284610M000362457	28/07/2026	60503
BDJ4F58	284610M000362589	30/07/2026	60503
BDQ5I33	284610M000362621	31/07/2026	60503
BDS8F02	284610T000012216	05/08/2026	51852

BDT3G03	284610T000012224	05/08/2026	51851
BDV8B20	284610M000362369	27/07/2026	60503
BDV8B20	284610M000362455	28/07/2026	60503
BDY3I89	284610M000362574	30/07/2026	60503
BEJ3J55	284610M000362388	27/07/2026	60503
BEK6H26	284610M000362347	26/07/2026	60503
BEM9I87	284610M000362553	30/07/2026	56732
BEO4E54	284610T000011590	07/08/2026	55414
BER4I58	284610M000362502	29/07/2026	60503
BEU4D85	284610T000007989	31/07/2026	51851
BKT5B30	284610M000362496	29/07/2026	60503
CEI0209	284610M000362465	28/07/2026	60503
CHN8115	284610M000362608	31/07/2026	60503
CIJ2B19	284610T000007982	31/07/2026	51851
CJL1715	284610T000012212	05/08/2026	51851
CKN8174	284610T000011580	04/08/2026	51851
CMW6770	284610T000012206	05/08/2026	51851
COZ8B14	284610T000001366	07/08/2026	54600
CSN1A53	284610M000362645	31/07/2026	60503
CSW2685	284610T000012245	06/08/2026	51851
CTA2358	284610M000362456	28/07/2026	60503
CXH9410	284610T000011569	03/08/2026	51851
DBJ4I33	284610T000012247	06/08/2026	51851
DGG1G92	284610T000000955	05/08/2026	54870
DJF9D04	284610M000362598	31/07/2026	56732
DKC1164	284610M000362612	31/07/2026	60503
DKH4B59	284610M000362577	30/07/2026	60503
DKV7591	284610T000001367	07/08/2026	76331
DKX3I42	284610T000006569	31/07/2026	51851
DLW7044	284610M000362382	27/07/2026	60503
DMD1I13	284610M000362538	29/07/2026	60503
DPA6623	284610T000007983	31/07/2026	51851
DPN4J76	284610M000362543	29/07/2026	60503
DQE6H22	284610T000003470	31/07/2026	51851
DQH1170	284610T000012210	05/08/2026	51851
DSM4G27	284610M000362449	28/07/2026	60503
DSN6I63	284610M000362490	29/07/2026	60503
DSU2568	284610M000362531	29/07/2026	60503
DYA4C95	284610M000362540	29/07/2026	60503
DZY8B27	284610M000362498	29/07/2026	60503
EAB9F38	284610M000362408	27/07/2026	60503
EAC2C91	284610M000362597	31/07/2026	60503
EEQ3G32	284610M000362644	31/07/2026	60503
EFF5B14	284610M000362587	30/07/2026	60503
EFH0G57	284610M000362470	28/07/2026	60503
EFH0G57	284610M000362462	28/07/2026	60503
EHV7087	284610M000362385	27/07/2026	60503
EIC2J09	284610M000362541	29/07/2026	60503
EKG9E10	284610M000362551	30/07/2026	60503
ELU8H69	284610M000362631	31/07/2026	60503
ENH7D94	284610T000007985	31/07/2026	51851
ENY8J61	284610T000012243	06/08/2026	51851
ERI3G98	284610T000012203	05/08/2026	51851
EVG4390	284610M000362628	31/07/2026	60503
EVL6C57	284610T000007986	31/07/2026	51851
EWP2606	284610M000362582	30/07/2026	56732
FGU6H29	284610M000362599	31/07/2026	60503
FHL1I27	284610T000012220	05/08/2026	51851
FHL1I27	284610T000012219	05/08/2026	76332
FNT0C62	284610M000362535	29/07/2026	60503
FRN3B34	284610M000362396	27/07/2026	60503
FSF4F26	284610M000362435	28/07/2026	60503
FTH8E88	284610T000012229	05/08/2026	51851
FVF7B08	284610M000362445	28/07/2026	60503
FVJ3I40	284610M000362381	27/07/2026	60503
GBN6A51	284610M000362640	31/07/2026	60503
GBS3J72	284610T000011861	05/08/2026	61220
GDY6C83	284610T000011573	03/08/2026	55417
HCO3758	284610M000362389	27/07/2026	60503
HMC5H95	284610M000362590	30/07/2026	60503
HMY0570	284610M000362352	26/07/2026	60503
HPG1608	284610T000010410	04/08/2026	51851
HQP8F73	284610T000009221	03/08/2026	51851
HQS7A62	284610M000362450	28/07/2026	60503
HTK5B51	284610M000362433	28/07/2026	60503
HTK5B51	284610M000362625	31/07/2026	60503
HTK5B51	284610M000362606	31/07/2026	60503
HTQ5E35	284610T000010409	04/08/2026	55411
IMG5448	284610T000012249	06/08/2026	51851
IMZ9E90	284610M000362581	30/07/2026	60503
IOM3257	284610T000009224	07/08/2026	55414
IQZ4J49	284610T000009222	03/08/2026	51851
IRV7431	284610M000362380	27/07/2026	60503
IVD6B92	284610T000006775	31/07/2026	51851
IVL9E56	284610M000362476	28/07/2026	60503
IWS9C80	284610T000011586	07/08/2026	55417
IXS5D73	284610M000362591	30/07/2026	60503
IYF5F79	284610M000362391	27/07/2026	60503
JBN1H17	284610T000011574	03/08/2026	76251

JFH5B26	284610M000362499	29/07/2026	60503
JKY3B31	284610M000362353	27/07/2026	60503
JRD8J57	284610M000362550	30/07/2026	60503
JUJ0F84	284610T000006777	04/08/2026	51851
JZP1349	284610M000362586	30/07/2026	60503
KAA4C25	284610M000362409	27/07/2026	56732
KAK7732	284610M000362422	28/07/2026	60503
KAK7732	284610M000362481	28/07/2026	60503
KWR4D46	284610M000362412	27/07/2026	60503
LMG3F89	284610T000011567	03/08/2026	76251
LNW0E35	284610M000362378	27/07/2026	60503
LUH3C04	284610T000012230	06/08/2026	51851
LYY1C38	284610M000362579	30/07/2026	60503
MCR8F57	284610M000362466	28/07/2026	60503
MEN2398	284610T000012252	06/08/2026	51851
MHK5D52	284610M000362467	28/07/2026	60503
MHU4A33	284610T000012242	06/08/2026	51851
MIG1A71	284610M000362429	28/07/2026	60503
MIP3151	284610M000362371	27/07/2026	60503
MLH5732	284610M000362613	31/07/2026	60503
NKY4E07	284610M000362642	31/07/2026	60503
NOJ4C02	284610M000362539	29/07/2026	60503
NRY2C17	284610T000012236	06/08/2026	51851
NWN7239	284610M000362580	30/07/2026	60503
NXE2H83	284610T000007988	31/07/2026	51851
OOO0D81	284610M000362363	27/07/2026	60503
OOT8G80	284610M000362568	30/07/2026	60503
OOW0F39	284610T000012232	06/08/2026	51851
PHZ3H94	284610M000362594	30/07/2026	60503
PSN6J01	284610M000362595	30/07/2026	60503
PUO5A65	284610M000362358	27/07/2026	60503
PZO3C29	284610T000012207	05/08/2026	51851
PZO3C29	284610T000012205	05/08/2026	76332
QAC1357	284610M000362495	29/07/2026	60503
QAM6F61	284610T000012218	05/08/2026	51851
QBY7J62	284610T000012237	06/08/2026	51851
QCW3I44	284610M000362404	27/07/2026	60503
QHB5944	284610M000362643	31/07/2026	60503
QHS9I71	284610T000001364	03/08/2026	51930
QHS9I71	284610T000001368	07/08/2026	58191
QHW2C52	284610M000362425	28/07/2026	60503
QHZ3B35	284610M000362600	31/07/2026	60503
QHZ3B35	284610M000362479	28/07/2026	60503
QIF8I75	284610M000362442	28/07/2026	60503
QNO1G91	284610T000012204	05/08/2026	51851
QNX4E60	284610M000362512	29/07/2026	60503
QPO3H27	284610T000001365	03/08/2026	51930
QQD2C24	284610T000012225	05/08/2026	51851
QUD9D62	284610M000362451	28/07/2026	60503
QWR5D94	284610M000362533	29/07/2026	60503
RFT0C09	284610T000011583	07/08/2026	76252
RHL5B37	284610M000362415	28/07/2026	56732
RHQ2G50	284610M000362593	30/07/2026	60503
RHZ5G16	284610M000362460	28/07/2026	60503
RMD3H51	284610M000362545	29/07/2026	60503
RTK2E50	284610T000001230	03/08/2026	51851
RVD1I52	284610M000362439	28/07/2026	60503
SDP6J41	284610M000362565	30/07/2026	60503
SDY6H19	284610T000012202	05/08/2026	51851
SEH0E75	284610M000362384	27/07/2026	60503
SEI3F82	284610M000362413	28/07/2026	60503
SEP3H07	284610M000362480	28/07/2026	60503
SEV4D14	284610M000362475	28/07/2026	60503
SEV8D45	284610M000362406	27/07/2026	60503
SEW9G74	284610M000362488	29/07/2026	60503
SEY2I30	284610M000362362	27/07/2026	60503
SFA6D57	284610M000362372	27/07/2026	60503
SFB6A35	284610M000362344	30/07/2026	60503
SFF1D47	284610T000011323	03/08/2026	66532
SFI2H22	284610M000362469	28/07/2026	60503
SFJ3E13	284610T000012239	06/08/2026	76332
SFK4J50	284610M000362365	27/07/2026	60503
SFN8B80	284610M000362401	27/07/2026	60503
SFO4F83	284610T000011592	07/08/2026	73400
SFO6D48	284610T000010916	04/08/2026	57380
SIM2J31	284610M000362397	27/07/2026	60503
SJI1D50	284610M000362418	28/07/2026	60503
SJQ2A83	284610M000362627	31/07/2026	60503
SJQ2A83	284610M000362368	27/07/2026	60503
TAK6E40	284610M000362478	28/07/2026	60503
TAN4I10	284610M000362584	30/07/2026	60503
TAS3G47	284610T000011578	04/08/2026	73400
TAS6J33	284610T000004930	31/07/2026	51851
TAS6J33	284610T000004931	31/07/2026	76332
TAY0H82	284610T000009226	07/08/2026	56222
TBB0F22	284610M000362361	27/07/2026	60503
TBC6F22	284610M000362634	31/07/2026	60503
TBD4G38	284610M000362623	31/07/2026	60503
TBF0B56	284610M000362624	31/07/2026	60503

TBK6J53	284610M000362452	28/07/2026	60503
TBQ8A20	284610T000006570	04/08/2026	76841
TCD3J79	284610M000362549	30/07/2026	60503
TCP1F24	284610M000362563	30/07/2026	60503
TDK8E93	284610M000362639	31/07/2026	56732
TIW5E73	284610T000011568	03/08/2026	55414
TOH5H90	284610M000362524	29/07/2026	56732
TZV0H19	284610M000362605	31/07/2026	60503
UAU1F89	284610M000362423	28/07/2026	60503
UAX6E50	284610M000362560	30/07/2026	60503
UBE7G85	284610M000362592	30/07/2026	60503
UBG4E89	284610M000362633	31/07/2026	60503
UBH4C34	284610M000362528	29/07/2026	56732
UBH5J24	284610M000362510	29/07/2026	60503
UBJ2H59	284610M000362506	29/07/2026	60503
UBM7B88	284610M000362617	31/07/2026	60503
UBP9I01	284610M000362518	29/07/2026	60503
UBT3G35	284610T000011320	03/08/2026	66532
UBU4F99	284610T000011571	03/08/2026	55414
UCA4C82	284610M000362420	28/07/2026	60503
UCB4A56	284610M000362517	29/07/2026	60503
UCG5I11	284610M000362486	29/07/2026	60503
UCH1C28	284610M000362509	29/07/2026	60503
UEV0C46	284610M000362366	27/07/2026	60503

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:0AEB206E

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20260805_187049

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 24/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAZ2A92	284610T000008980	24/05/2026	51851	R$ 195,23
ABG4I99	284610M000357692	17/05/2026	60503	R$ 293,47
ABW3J24	284610T000002095	27/05/2026	65992	R$ 293,47
ABW3J24	284610T000002099	27/05/2026	65564	R$ 293,47
ABW3J24	284610T000002098	27/05/2026	67261	R$ 195,23
ABW3J24	284610T000002097	27/05/2026	66700	R$ 195,23
ABW3J24	284610T000002096	27/05/2026	66531	R$ 195,23
ACA5I97	284610T000010076	27/05/2026	60502	R$ 293,47
ACK5B81	284610M000357618	16/05/2026	60503	R$ 293,47
ACQ0537	284610M000357677	17/05/2026	60503	R$ 293,47
ADG6354	284610M000357548	15/05/2026	60503	R$ 293,47
ADH2H22	284610T000000385	26/05/2026	51851	R$ 195,23
AEA3H33	284610M000357490	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AEN7D31	284610M000357467	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AEQ5486	284610M000357667	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AEQ5486	284610M000357599	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AEV3A50	284610M000357694	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AFE4242	284610T000007290	25/05/2026	55414	R$ 195,23
AFE4242	284610T000010617	25/05/2026	55414	R$ 195,23
AGL7A98	284610M000357650	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AGZ9F29	284610T000006616	24/05/2026	66531	R$ 195,23
AHD2826	284610M000357605	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AHI3278	284610M000357405	13/05/2026	60503	R$ 293,47
AHJ7F75	284610CND0000920	20/03/2026	50292	R$ 880,41
AIE7I62	284610M000357567	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AIE9758	284610M000357462	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AIG8900	284610M000357706	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AIK6504	284610M000357613	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AIP6D52	284610M000357504	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AIP6D52	284610M000357486	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AIP6D52	284610M000357594	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AIY8050	284610M000357653	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AJN2731	284610M000357579	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AJR8H27	284610M000357661	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AKB1137	284610T000002093	23/05/2026	66531	R$ 195,23
AKB1137	284610T000002094	23/05/2026	70301	R$ 293,47
AKB7H76	284610M000357474	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AKI7351	284610M000357550	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AKN9366	284610M000357678	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AKO2I30	284610M000357429	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AKO2I30	284610M000357610	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AKR6D45	284610T000000389	27/05/2026	54870	R$ 195,23
AKY5A30	284610M000357665	17/05/2026	60503	R$ 293,47
ALC0C14	284610M000357675	17/05/2026	60503	R$ 293,47
ALJ9156	284610M000357580	16/05/2026	60503	R$ 293,47
ALK3441	284610M000357531	14/05/2026	60503	R$ 293,47
ALL0382	284610M000357455	14/05/2026	60503	R$ 293,47
ALP3243	284610M000357506	15/05/2026	60503	R$ 293,47
ALU6D37	284610M000357631	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AMG1786	284610M000357534	14/05/2026	60503	R$ 293,47

AMN9C34	284610M000357696	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AMO3E48	284610T000000383	25/05/2026	76332	R$ 293,47
AMQ0E82	284610M000357617	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AMT8679	284610T000010624	26/05/2026	51851	R$ 195,23
AMU6A01	284610M000357551	15/05/2026	60503	R$ 293,47
ANB6869	284610M000357699	17/05/2026	60503	R$ 293,47
ANC6A11	284610M000357652	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AND7489	284610M000357412	14/05/2026	60503	R$ 293,47
ANE2322	284610M000357511	14/05/2026	60503	R$ 293,47
ANJ7I01	284610M000357532	14/05/2026	60503	R$ 293,47
ANO9J86	284610M000357703	17/05/2026	60503	R$ 293,47
ANW2E41	284610T000007951	27/05/2026	70301	R$ 293,47
ANX1B10	284610M000357420	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AOH8420	284610M000357499	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AOK5G09	284610M000357668	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AOM2G52	284610T000007292	25/05/2026	61300	R$ 293,47
AOV9A22	284610T000005448	24/05/2026	70481	R$ 293,47
APA5E08	284610M000357585	16/05/2026	60503	R$ 293,47
APL0932	284610M000357441	14/05/2026	60503	R$ 293,47
APU1H07	284610M000357602	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AQB4B94	284610M000357505	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AQD2J31	284610M000357552	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AQE2092	284610M000357523	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AQG4J25	284610M000357624	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AQK5423	284610M000357571	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AQR5A59	284610T000001567	27/05/2026	65300	R$ 195,23
AQR7I58	284610T000006555	28/05/2026	51851	R$ 195,23
AQT8C52	284610M000357560	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AQV4230	284610M000357533	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AQW5G95	284610M000357695	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AQZ7D96	284610M000357564	15/05/2026	60503	R$ 293,47
ARA2054	284610M000357616	16/05/2026	60503	R$ 293,47
ARA6109	284610M000357503	15/05/2026	60503	R$ 293,47
ARC2A82	284610M000357406	13/05/2026	60503	R$ 293,47
ARC7J76	284610M000357671	16/05/2026	60503	R$ 293,47
ARE1G50	284610T000010611	23/05/2026	58196	R$ 880,41
ARU6853	284610CND0000919	05/04/2026	50292	R$ 880,41
ARX1171	284610M000357461	14/05/2026	60503	R$ 293,47
ARX3D51	284610M000357524	14/05/2026	60503	R$ 293,47
ARX9715	284610M000357540	15/05/2026	60503	R$ 293,47
ASE3438	284610M000357660	16/05/2026	60503	R$ 293,47
ASH4638	284610T000010627	27/05/2026	76332	R$ 293,47
ASH7302	284610M000357544	15/05/2026	60503	R$ 293,47
ASH7H58	284610T000000386	26/05/2026	51851	R$ 195,23
ASI0546	284610T000000387	26/05/2026	51851	R$ 195,23
ASI4C28	284610M000357494	15/05/2026	60503	R$ 293,47
ASQ8D63	284610M000357450	14/05/2026	60503	R$ 293,47
ASR6J95	284610M000357508	14/05/2026	60503	R$ 293,47
ASR6J95	284610M000357713	18/05/2026	60503	R$ 293,47
ASW5I28	284610M000357640	17/05/2026	60503	R$ 293,47
ATA9H37	284610M000357574	16/05/2026	60503	R$ 293,47
ATA9H37	284610M000357584	16/05/2026	60503	R$ 293,47
ATF2499	284610M000357681	17/05/2026	60503	R$ 293,47
ATJ4199	284610M000357592	15/05/2026	60503	R$ 293,47
ATL3J75	284610M000357527	14/05/2026	60503	R$ 293,47
ATP1B87	284610M000357639	16/05/2026	60503	R$ 293,47
ATZ1707	284610M000357568	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AUA5890	284610M000357569	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AUE2A30	284610M000357666	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AUJ2H59	284610M000357664	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AUS1A39	284610M000357601	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AUT5I15	284610T000010619	25/05/2026	66531	R$ 195,23
AVE7468	284610M000357547	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AVI1D34	284610M000357615	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AVI9843	284610M000357452	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AVO7I62	284610T000006556	28/05/2026	51851	R$ 195,23
AVW7235	284610M000357590	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AWE3765	284610M000357463	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AWF9J88	284610T000010613	25/05/2026	76251	R$ 293,47
AWI3D36	284610T000010637	29/05/2026	61220	R$ 293,47
AWI3D36	284610T000010638	29/05/2026	60502	R$ 293,47
AWK8I33	284610T000000388	27/05/2026	55414	R$ 195,23
AWM2D87	284610M000357554	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AWM9912	284610M000357541	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AWV9B38	284610T000010630	29/05/2026	51851	R$ 195,23
AWY8625	284610M000357622	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AXB7H29	284610M000357398	13/05/2026	60503	R$ 293,47
AXK2368	284610M000357493	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AXM5A80	284610M000357466	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AXM6D69	284610M000357673	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AXN6H26	284610M000357627	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AXQ3706	284610M000357701	17/05/2026	60503	R$ 293,47
AXR6B41	284610M000357670	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AXU2J11	284610M000357566	15/05/2026	60503	R$ 293,47
AXV4E38	284610M000357480	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AXY5G43	284610M000357621	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AXZ3964	284610M000357612	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AYD8316	284610M000357518	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AYO4A66	284610M000357488	15/05/2026	60503	R$ 293,47

AYP8C46	284610T000010612	25/05/2026	76252	R$ 293,47
AYT1848	284610M000357629	16/05/2026	60503	R$ 293,47
AYY7E06	284610M000357464	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AZI8914	284610M000357465	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AZK2D16	284610M000357482	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AZN7B92	284610T000010614	25/05/2026	76332	R$ 293,47
AZR4G26	284610M000357472	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AZS9B03	284610M000357478	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AZV8G95	284610M000357535	14/05/2026	60503	R$ 293,47
AZW0H31	284610T000010615	25/05/2026	55414	R$ 195,23
AZZ3J04	284610M000357593	16/05/2026	60503	R$ 293,47
BAX6A39	284610M000357705	17/05/2026	60503	R$ 293,47
BBA3210	284610M000357687	17/05/2026	60503	R$ 293,47
BBA6I16	284610T000000384	26/05/2026	76331	R$ 293,47
BBG1899	284610M000357710	17/05/2026	60503	R$ 293,47
BBT6F93	284610M000357454	14/05/2026	60503	R$ 293,47
BBV4497	284610M000357638	16/05/2026	60503	R$ 293,47
BBY2E06	284610M000357623	16/05/2026	60503	R$ 293,47
BCB3J20	284610M000357529	14/05/2026	60503	R$ 293,47
BCL4C79	284610M000357521	14/05/2026	60503	R$ 293,47
BCL4C79	284610M000357512	14/05/2026	60503	R$ 293,47
BCN9C65	284610M000357685	17/05/2026	60503	R$ 293,47
BCR8B76	284610M000357457	13/05/2026	60503	R$ 293,47
BCV3I40	284610M000357403	13/05/2026	60503	R$ 293,47
BCW7D18	284610M000357447	14/05/2026	60503	R$ 293,47
BCX4C59	284610M000357651	17/05/2026	60503	R$ 293,47
BCX4H61	284610M000357501	15/05/2026	60503	R$ 293,47
BCY5B92	284610M000357680	17/05/2026	60503	R$ 293,47
BDB9H05	284610M000357423	14/05/2026	60503	R$ 293,47
BDJ1H57	284610M000357418	14/05/2026	60503	R$ 293,47
BDW4J43	284610M000357509	14/05/2026	60503	R$ 293,47
BDX6E50	284610M000357497	15/05/2026	60503	R$ 293,47
BDY6F03	284610M000357520	14/05/2026	60503	R$ 293,47
BEI4B97	284610M000357644	17/05/2026	60503	R$ 293,47
BEI8D39	284610M000357684	17/05/2026	60503	R$ 293,47
BEI9C21	284610M000357712	18/05/2026	60503	R$ 293,47
BER0I85	284610M000357449	14/05/2026	60503	R$ 293,47
BET1D41	284610M000357489	15/05/2026	60503	R$ 293,47
BET1D41	284610M000357487	15/05/2026	60503	R$ 293,47
BET1D41	284610M000357536	14/05/2026	60503	R$ 293,47
BEV4D08	284610M000357565	15/05/2026	60503	R$ 293,47
BEY9F27	284610T000008978	24/05/2026	51851	R$ 195,23
BKD0428	284610M000357514	14/05/2026	60503	R$ 293,47
BPP1C51	284610M000357578	16/05/2026	60503	R$ 293,47
BSE8281	284610M000357502	15/05/2026	60503	R$ 293,47
BTO4G48	284610M000357459	13/05/2026	60503	R$ 293,47
CBW5574	284610M000357600	16/05/2026	60503	R$ 293,47
CCJ8350	284610M000357626	16/05/2026	60503	R$ 293,47
COD5C69	284610M000357637	16/05/2026	60503	R$ 293,47
CPP0A32	284610M000357558	15/05/2026	60503	R$ 293,47
CQD8B13	284610M000357516	14/05/2026	60503	R$ 293,47
CRE3064	284610M000357445	14/05/2026	60503	R$ 293,47
CVC4B12	284610M000357595	15/05/2026	60503	R$ 293,47
CWQ8916	284610M000357648	17/05/2026	60503	R$ 293,47
CXW9588	284610M000357413	14/05/2026	60503	R$ 293,47
DBJ6F73	284610M000357528	14/05/2026	60503	R$ 293,47
DDP1B79	284610M000357686	17/05/2026	60503	R$ 293,47
DHP3B58	284610M000357513	14/05/2026	60503	R$ 293,47
DMU4D59	284610M000357562	15/05/2026	60503	R$ 293,47
DOB1828	284610M000357399	13/05/2026	60503	R$ 293,47
DPN5713	284610M000357439	14/05/2026	60503	R$ 293,47
DPX5C49	284610M000357404	13/05/2026	60503	R$ 293,47
DQT2D04	284610M000357519	14/05/2026	60503	R$ 293,47
DRQ6C56	284610M000357436	13/05/2026	60503	R$ 293,47
DTP4131	284610M000357495	15/05/2026	60503	R$ 293,47
EAZ5397	284610M000357603	16/05/2026	60503	R$ 293,47
EBX6545	284610M000357561	15/05/2026	60503	R$ 293,47
EBY3G37	284610M000357657	16/05/2026	60503	R$ 293,47
ECS2785	284610M000357669	17/05/2026	60503	R$ 293,47
ECS2785	284610M000357655	17/05/2026	60503	R$ 293,47
EDP5J24	284610M000357471	14/05/2026	60503	R$ 293,47
EDS7I10	284610M000357409	14/05/2026	60503	R$ 293,47
EGB0048	284610M000357611	16/05/2026	60503	R$ 293,47
EGD9F29	284610M000357483	15/05/2026	60503	R$ 293,47
EGR4F59	284610M000357470	14/05/2026	60503	R$ 293,47
EHJ3820	284610M000357485	15/05/2026	60503	R$ 293,47
EMK8801	284610M000357589	15/05/2026	60503	R$ 293,47
ETA7D68	284610M000357476	14/05/2026	60503	R$ 293,47
EUA5911	284610M000357473	14/05/2026	60503	R$ 293,47
EZH5B22	284610M000357702	17/05/2026	60503	R$ 293,47
EZL5B76	284610M000357517	14/05/2026	60503	R$ 293,47
FBY1C62	116100T003801251	22/05/2026	55411	R$ 195,23
FCO2216	284610M000357416	14/05/2026	60503	R$ 293,47
FCX8H30	284610M000357539	15/05/2026	60503	R$ 293,47
FES0C62	284610M000357586	16/05/2026	60503	R$ 293,47
FES2F01	284610M000357484	15/05/2026	60503	R$ 293,47
FGU6H29	284610M000357543	15/05/2026	60503	R$ 293,47
FGU6H29	284610M000357609	16/05/2026	60503	R$ 293,47
FHP8665	284610M000357633	16/05/2026	60503	R$ 293,47

FIG5I29	284610M000357553	15/05/2026	60503	R$ 293,47
FIO4J81	284610M000357411	14/05/2026	60503	R$ 293,47
FJT0I60	284610M000357458	14/05/2026	60503	R$ 293,47
FRN0B85	284610M000357693	17/05/2026	60503	R$ 293,47
FSW9C37	284610M000357477	14/05/2026	60503	R$ 293,47
FVM2J19	284610M000357635	16/05/2026	60503	R$ 293,47
GBH8E50	284610T000010620	25/05/2026	66531	R$ 195,23
GCO9C33	284610M000357451	13/05/2026	60503	R$ 293,47
GJF2E08	284610M000357645	17/05/2026	60503	R$ 293,47
GSA9J94	284610M000357408	13/05/2026	60503	R$ 293,47
GWC8B02	284610M000357542	15/05/2026	60503	R$ 293,47
HRZ2A27	284610M000357656	16/05/2026	60503	R$ 293,47
HSE4150	284610M000357619	16/05/2026	60503	R$ 293,47
HVY1735	284610M000357526	14/05/2026	60503	R$ 293,47
HYO4A29	284610T000010632	29/05/2026	51851	R$ 195,23
IKS2G62	284610M000357570	15/05/2026	60503	R$ 293,47
ILB6G97	284610M000357634	16/05/2026	60503	R$ 293,47
IPT0B54	284610M000357448	14/05/2026	60503	R$ 293,47
IST8D98	284610M000357700	17/05/2026	60503	R$ 293,47
IWC3373	284610M000357588	16/05/2026	60503	R$ 293,47
JET1F59	284610M000357422	14/05/2026	60503	R$ 293,47
JGR0341	284610M000357591	15/05/2026	60503	R$ 293,47
JVS7A77	284610M000357628	16/05/2026	60503	R$ 293,47
KGQ2J38	284610M000357598	16/05/2026	60503	R$ 293,47
KJL0H03	284610M000357630	16/05/2026	60503	R$ 293,47
KKO4573	284610T000010610	23/05/2026	51851	R$ 195,23
LPM0B23	284610M000357538	15/05/2026	60503	R$ 293,47
LXR9314	284610M000357507	15/05/2026	60503	R$ 293,47
MFJ2826	284610M000357711	17/05/2026	60503	R$ 293,47
MFJ2826	284610M000357415	14/05/2026	60503	R$ 293,47
MFL9B57	284610M000357682	17/05/2026	60503	R$ 293,47
MIL3J42	284610M000357659	16/05/2026	60503	R$ 293,47
MKH2J65	284610T000010628	29/05/2026	60501	R$ 293,47
MKP6251	284610M000357453	14/05/2026	60503	R$ 293,47
MVN6273	284610M000357709	17/05/2026	60503	R$ 293,47
NDD7647	284610M000357607	16/05/2026	60503	R$ 293,47
NPB7F87	284610T000010625	26/05/2026	51851	R$ 195,23
NPS9A74	284610M000357575	16/05/2026	60503	R$ 293,47
NYU7G93	284610T000010634	29/05/2026	51851	R$ 195,23
ODK0I37	284610M000357402	13/05/2026	60503	R$ 293,47
OOO0D81	284610M000357515	14/05/2026	60503	R$ 293,47
OOU4I45	284610M000357679	17/05/2026	60503	R$ 293,47
OPH7I13	284610M000357468	14/05/2026	60503	R$ 293,47
OPX2I05	284610M000357642	17/05/2026	60503	R$ 293,47
OQJ4665	284610M000357614	16/05/2026	60503	R$ 293,47
OVO7A56	284610M000357434	14/05/2026	60503	R$ 293,47
OXE7I32	284610M000357582	16/05/2026	60503	R$ 293,47
PZO3C29	284610M000357708	17/05/2026	60503	R$ 293,47
QAL5B77	284610M000357676	17/05/2026	60503	R$ 293,47
QHE1719	284610M000357559	15/05/2026	60503	R$ 293,47
QLP4E75	284610M000357606	16/05/2026	60503	R$ 293,47
QOV3B99	284610M000357658	16/05/2026	60503	R$ 293,47
QPR3C88	284610M000357620	16/05/2026	60503	R$ 293,47
QQR9C45	284610M000357500	15/05/2026	60503	R$ 293,47
QRA0B08	284610M000357421	14/05/2026	60503	R$ 293,47
QXL1H64	284610M000357444	13/05/2026	60503	R$ 293,47
QZN0G28	284610M000357608	16/05/2026	60503	R$ 293,47
RHF7D49	284610M000357481	14/05/2026	60503	R$ 293,47
RHG5C67	284610M000357641	17/05/2026	60503	R$ 293,47
RHJ1I88	284610M000357715	18/05/2026	60503	R$ 293,47
RHK7C14	284610M000357545	15/05/2026	60503	R$ 293,47
RHM9B97	284610M000357688	17/05/2026	60503	R$ 293,47
RHN5I06	284610T000010296	26/05/2026	76842	R$ 130,16
RHN5I06	284610T000010295	26/05/2026	76332	R$ 293,47
RHO3H64	284610M000357549	15/05/2026	60503	R$ 293,47
RHQ1G63	284610M000357663	17/05/2026	60503	R$ 293,47
RHS0G27	284610M000357438	14/05/2026	60503	R$ 293,47
RHZ4F48	284610M000357597	16/05/2026	60503	R$ 293,47
RMN7G77	284610M000357460	13/05/2026	60503	R$ 293,47
RMW1I94	284610M000357674	17/05/2026	60503	R$ 293,47
RNF8E02	284610T000000382	25/05/2026	76331	R$ 293,47
RTB5J25	284610M000357492	15/05/2026	60503	R$ 293,47
RUA5J17	284610M000357555	15/05/2026	60503	R$ 293,47
RUE3C26	284610M000357417	14/05/2026	60503	R$ 293,47
RYH5C81	284610M000357491	15/05/2026	60503	R$ 293,47
SDQ2I80	284610M000357714	18/05/2026	60503	R$ 293,47
SEA9F87	284610M000357456	14/05/2026	60503	R$ 293,47
SEG2J01	284610M000357546	15/05/2026	60503	R$ 293,47
SEI5B81	284610M000357469	14/05/2026	60503	R$ 293,47
SEJ8B30	284610T000010636	29/05/2026	61220	R$ 293,47
SEL0E52	284610T000010626	27/05/2026	55414	R$ 195,23
SEN0D66	284610M000357625	16/05/2026	60503	R$ 293,47
SEN0D66	284610M000357440	14/05/2026	60503	R$ 293,47
SEP4F59	284610M000357643	17/05/2026	60503	R$ 293,47
SET0J66	284610M000357425	14/05/2026	60503	R$ 293,47
SEV7B25	284610M000357401	13/05/2026	60503	R$ 293,47
SEY5H07	284610M000357442	14/05/2026	60503	R$ 293,47
SFA5H36	284610M000357576	16/05/2026	60503	R$ 293,47
SFC0I83	284610M000357689	17/05/2026	60503	R$ 293,47

SFC8G17	284610T000010631	29/05/2026	66531	R$ 195,23
SFH6E70	284610M000357525	14/05/2026	60503	R$ 293,47
SFH6E70	284610M000357577	16/05/2026	60503	R$ 293,47
SFI1C40	284610M000357683	17/05/2026	60503	R$ 293,47
SFO4J07	284610M000357563	15/05/2026	60503	R$ 293,47
SIN5E14	284610M000357662	16/05/2026	60503	R$ 293,47
SJE6C35	284610M000357479	14/05/2026	60503	R$ 293,47
SSZ4D79	284610M000357704	17/05/2026	60503	R$ 293,47
SZK5C07	284610M000357697	17/05/2026	60503	R$ 293,47
TAS8C59	284610T000007288	22/05/2026	60501	R$ 293,47
TAS8C59	284610T000007289	22/05/2026	60501	R$ 293,47
TAZ1F26	284610M000357691	17/05/2026	60503	R$ 293,47
TBK6E27	284610M000357419	14/05/2026	60503	R$ 293,47
TBP3I29	284610CND0000918	03/05/2026	50291	R$ 880,41
TBP9F37	284610M000357649	17/05/2026	60503	R$ 293,47
TBQ8B74	284610M000357690	17/05/2026	60503	R$ 293,47
TBU6G81	284610T000004916	25/05/2026	76332	R$ 293,47
TBU9E73	284610T000010622	25/05/2026	67261	R$ 195,23
TBU9E73	284610T000010623	25/05/2026	75521	R$ 195,23
TBX0G57	284610M000357432	14/05/2026	60503	R$ 293,47
TDW5A63	284610M000357556	15/05/2026	60503	R$ 293,47
TJA6D16	284610M000357587	16/05/2026	60503	R$ 293,47
TJA6D16	284610M000357646	16/05/2026	56732	R$ 130,16
TJJ9B94	284610M000357707	17/05/2026	60503	R$ 293,47
TMI3I30	284610M000357433	14/05/2026	60503	R$ 293,47
TXK7C45	284610M000357410	14/05/2026	60503	R$ 293,47
UAA5E75	284610M000357407	13/05/2026	60503	R$ 293,47
UAI5I81	284610M000357698	17/05/2026	60503	R$ 293,47
UAU3A44	284610M000357672	17/05/2026	60503	R$ 293,47
UBA6A65	284610M000357636	16/05/2026	60503	R$ 293,47
UBA9E15	284610T000010641	29/05/2026	66531	R$ 195,23
UBB1F02	284610M000357496	15/05/2026	60503	R$ 293,47
UBS0E70	284610M000357572	15/05/2026	60503	R$ 293,47
UBS0E70	284610M000357400	13/05/2026	60503	R$ 293,47
UBS0E70	284610M000357475	14/05/2026	60503	R$ 293,47
UBS0E70	284610M000357537	14/05/2026	60503	R$ 293,47
UBS0E70	284610M000357583	16/05/2026	60503	R$ 293,47
UBS0E70	284610M000357596	15/05/2026	60503	R$ 293,47
UBS2D48	284610T000010633	29/05/2026	51851	R$ 195,23
UBT9G74	284610M000357446	14/05/2026	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:0B43668B

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20260806_187126

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 25/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AGK9174	284610M000357443	13/05/2026	56732	R$ 130,16
AIP6D52	284610T000008979	24/05/2026	73400	R$ 130,16
ANO9E65	284610M000357426	14/05/2026	56732	R$ 130,16
ANW2E41	284610T000002100	27/05/2026	73400	R$ 130,16
AZN9171	284610M000357437	14/05/2026	56732	R$ 130,16
FMD1918	284610M000357557	15/05/2026	56732	R$ 130,16
MDL6B47	284610M000357581	16/05/2026	56732	R$ 130,16
MLV8J32	284610T000001714	25/05/2026	73400	R$ 130,16
PJX1J17	284610T000010629	29/05/2026	55920	R$ 130,16
TXF2E95	284610M000357424	14/05/2026	56732	R$ 130,16

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:D7FFC4C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
EDITAL_NP_20260808_187310

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SEMUTRANS DE SARANDI até 28/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ACT4E46	284610NIC0033190	12/05/2026	50020	R$ 390,46
AFT8I83	284610NIC0033191	12/05/2026	50020	R$ 260,32
AJY1D39	284610NIC0033202	12/05/2026	50020	R$ 586,94
AKA3J26	284610NIC0033212	12/05/2026	50020	R$ 586,94
ATE9I92	284610NIC0033233	12/05/2026	50020	R$ 260,32
AUC7980	284610NIC0033230	12/05/2026	50020	R$ 586,94
AVG4E27	284610NIC0033188	12/05/2026	50020	R$ 260,32
AVQ5C29	284610NIC0033187	12/05/2026	50020	R$ 390,46
AXY5066	284610NIC0033222	12/05/2026	50020	R$ 260,32
AYQ7H10	284610NIC0033225	12/05/2026	50020	R$ 586,94
AZE3B82	284610NIC0033208	12/05/2026	50020	R$ 260,32
AZI4G59	284610NIC0033195	12/05/2026	50020	R$ 586,94
AZW1556	284610NIC0033219	12/05/2026	50020	R$ 586,94

BAI4C21	284610NIC0033207	12/05/2026	50020	R$ 586,94
BAI4C21	284610NIC0033206	12/05/2026	50020	R$ 260,32
BBC8906	284610NIC0033231	12/05/2026	50020	R$ 586,94
BBP2C51	284610NIC0033210	12/05/2026	50020	R$ 586,94
BCF7465	284610NIC0033216	12/05/2026	50020	R$ 260,32
BED0G93	284610NIC0033234	12/05/2026	50020	R$ 586,94
BEW7B19	284610NIC0033201	12/05/2026	50020	R$ 586,94
CRL3B55	284610NIC0033200	12/05/2026	50020	R$ 586,94
DJN5823	284610NIC0033186	12/05/2026	50020	R$ 390,46
DOD0I81	284610NIC0033214	12/05/2026	50020	R$ 586,94
EPY1G72	284610NIC0033198	12/05/2026	50020	R$ 586,94
FAF7J26	284610NIC0033194	12/05/2026	50020	R$ 586,94
FAF7J26	284610NIC0033196	12/05/2026	50020	R$ 586,94
FBO1702	284610NIC0033215	12/05/2026	50020	R$ 586,94
FCX6C44	284610NIC0033221	12/05/2026	50020	R$ 586,94
GGP3E36	284610NIC0033229	12/05/2026	50020	R$ 586,94
IRN4A61	284610NIC0033203	12/05/2026	50020	R$ 586,94
MGS6689	284610NIC0033220	12/05/2026	50020	R$ 586,94
NXI8I93	284610NIC0033218	12/05/2026	50020	R$ 586,94
QOR9E12	284610NIC0033193	12/05/2026	50020	R$ 586,94
RHA9B21	284610NIC0033223	12/05/2026	50020	R$ 586,94
RHG0J91	284610NIC0033185	12/05/2026	50020	R$ 390,46
RHM7I18	284610NIC0033217	12/05/2026	50020	R$ 586,94
RHP8A12	284610NIC0033227	12/05/2026	50020	R$ 260,32
RHP9E08	284610NIC0033226	12/05/2026	50020	R$ 586,94
SDP2I94	284610NIC0033197	12/05/2026	50020	R$ 586,94
SEB2H45	284610NIC0033213	12/05/2026	50020	R$ 586,94
SEQ1B09	284610NIC0033199	12/05/2026	50020	R$ 586,94
SES2E86	284610NIC0033204	12/05/2026	50020	R$ 260,32
SFM1H35	284610NIC0033209	12/05/2026	50020	R$ 586,94
SUC5F18	284610NIC0033192	12/05/2026	50020	R$ 586,94
SVA1F88	284610NIC0033228	12/05/2026	50020	R$ 586,94
TAI7H94	284610NIC0033189	12/05/2026	50020	R$ 390,46
TAM4J62	284610NIC0033224	12/05/2026	50020	R$ 586,94
TAO9C89	284610NIC0033232	12/05/2026	50020	R$ 586,94
TAZ1F26	284610NIC0033211	12/05/2026	50020	R$ 586,94
UAX4H28	284610NIC0033205	12/05/2026	50020	R$ 260,32

Publicado por:
Valdineia Angelo de Lima Goncalves
Código Identificador:61E6049B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5150/2026

Súmula: Abre Credito Suplementar no valor de R$ 1.230.750,00 (Um Milhão, Duzentos e Trinta Mil, Setecentos e Cinqüenta Reais), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENGES, ESTADO DO PARANÁ, GERSON NUNES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N.779 DE 16/10/2025.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 1.230.750,00 (Um Milhão, Duzentos e Trinta Mil, Setecentos e Cinqüenta Reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
11	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
11.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0016.2063	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6185	00818-Transferências de Outros Programas RES 59 CEAS/PR FR 818	18.750,00
	SUBTOTAL	18.750,00
	TOTAL	18.750,00
Transferência		
Códigos	Descrição	Valor
06	SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
06.001	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	
28.843.0000.0018	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DIV. CONFESSADA	
4.6.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	
1430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.190.000,00
	SUBTOTAL	1.190.000,00
14	SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	
14.001	DEPTO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	
22.661.0007.2077	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
8050	00000-Recursos Ordinários (Livres)	22.000,00
	SUBTOTAL	22.000,00
	TOTAL	1.212.000,00

Art. 2º. Para acorrer ao crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos de excesso de arrecadação da fonte 818 (Del 059/2023) e parte provenientes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
02	GABINETE DO PREFEITO	
02.002	SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE	
04.122.0002.2003	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GABINETE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
270	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	10.000,00
03	PROCURADORIA GERAL	
03.001	DEPARTAMENTO DA PROCURADORIA GERAL	
03.092.0003.2005	MANUTENÇAO DA PROCURADORIA GERAL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	10.000,00
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.007	DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO	
04.122.0004.2012	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
960	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
970	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
1010	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
	SUBTOTAL	65.000,00
05	SECRETARIA DE OBRAS, HABITAÇÃO E SANEAMENTO	
05.001	DEPARTAMENTO DE OBRAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO	
16.482.0006.2015	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
15.451.0006.2014	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE OBRAS E SANEAMENTO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1210	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
05.002	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	
17.451.0006.2016	MANUTENÇÃO DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	120.000,00
06	SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
06.001	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	
04.123.0005.2017	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE FINANÇAS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1400	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
06.002	DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO	
04.129.0005.2020	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE TRIBUTAÇÃO	
4.4.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
1540	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
06.003	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO	
04.121.0005.2021	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
1610	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1630	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	180.000,00
13	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	
13.001	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.452.0024.2075	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
7770	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
15.451.0017.1003	PAVIMENTAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA DE VIAS URBANAS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
7480	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
15.452.0017.2073	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
7620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
15.452.0024.2075	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
7860	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
13.002	DEPARTAMENTO DE LIMPEZA PÚBLICA	
15.452.0023.2076	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LIMPEZA PÚBLICA	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
7870	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
	SUBTOTAL	560.000,00
14	SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	
14.001	DEPTO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	
22.661.0007.2077	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
8070	00000-Recursos Ordinários (Livres)	110.000,00
	SUBTOTAL	110.000,00
90	RESERVA DE CONTINGENCIA	
90.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	
99.999.0099.9004	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
8420	00000-Recursos Ordinários (Livres)	157.000,00
	SUBTOTAL	157.000,00
	TOTAL	1.212.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 10/08/2026

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:6995FFEA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

CREDENCIAMENTO N.º 007/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 080/2024.

OBJETO: A presente Chamada pública para o credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, de forma contínua, nos serviços de alinhamento e balanceamento de rodas, mecânica em geral, serviços elétricos, retifica de motores, funilaria, pintura, solda, torno, lavagem, higienização, borracharia, vulcanização e recapagem de pneus, estofagem, tapeçaria, manutenção de ar condicionado e recauchutagem de pneus, com fornecimento de peças, componentes e acessórios de reposição originais, genuínas, ou alternativas, dos veículos, máquinas e equipamentos de linha leve, média, pesada e equipamentos rodoviários e agrícolas pertencentes à frota Municipal.

Homologo e Adjudico a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, que considerou o fornecedor abaixo listado como **CREDENCIADO**:

LB AUTO PEÇAS LTDA, CNPJ N.º 58.393.962/0001-38, para fornecer os seguintes:

LINHA LEVE				
Item	**Uni**	**Descrição**	**VALOR UNITARIO**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
1	H	Alinhamento e Balanceamento de rodas	R$ 130,00	8ºCOLOCADO
2	H	Mecânica em geral	R$ 130,00	27ºCOLOCADO
3	H	Serviços Elétricos	R$ 120,00	15ºCOLOCADO
4	H	Retifica de Motores	R$ 175,00	8ºCOLOCADO
5	H	Funilaria e Pintura	R$ 140,00	11ºCOLOCADO
6	H	Serviços de Solda e Torno	R$ 103,00	16ºCOLOCADO
7	H	Lavagem/Higienização	R$ 60,00	9ºCOLOCADO
8	H	Borracharia e vulcanização	R$ 170,00	9ºCOLOCADO
9	H	Estofagem e tapeçaria	R$ 180,00	4ºCOLOCADO
10	H	Manutenção de ar condicionado	R$ 185,00	8ºCOLOCADO
LINHA MÉDIA				
Item	**Uni**	**Descrição**	**VALOR UNITARIO**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
1	H	Alinhamento e Balanceamento de rodas	R$ 122,50	8ºCOLOCADO
2	H	Mecânica em geral	R$ 130,00	29ºCOLOCADO
3	H	Serviços Elétricos	R$ 125,00	14ºCOLOCADO
4	H	Retifica de Motores	R$ 142,50	9ºCOLOCADO
5	H	Funilaria e Pintura	R$ 119,40	11ºCOLOCADO
6	H	Serviços de Solda e Torno	R$ 110,00	17ºCOLOCADO
7	H	Lavagem/Higienização	R$ 100,00	9ºCOLOCADO
8	H	Borracharia e vulcanização	R$ 175,00	10ºCOLOCADO
9	H	Estofagem e tapeçaria	R$ 185,00	4ºCOLOCADO
10	H	Manutenção de ar condicionado	R$ 180,00	8ºCOLOCADO
LINHA PESADA				
Item	**Uni**	**Descrição**	**VALOR UNITARIO**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
1	H	Alinhamento e Balanceamento de rodas	R$ 170,00	9ºCOLOCADO
2	H	Mecânica em geral	R$ 140,00	34ºCOLOCADO
3	H	Serviços Elétricos	R$ 140,00	17ºCOLOCADO
4	H	Retifica de Motores	R$ 220,00	10ºCOLOCADO
5	H	Funilaria e Pintura	R$ 127,00	11ºCOLOCADO
6	H	Serviços de Solda e Torno	R$ 143,18	17ºCOLOCADO
7	H	Lavagem/Higienização	R$ 104,00	8ºCOLOCADO
8	H	Borracharia e vulcanização	R$ 170,00	9ºCOLOCADO
9	H	Estofagem e tapeçaria	R$ 185,00	5ºCOLOCADO
10	H	Manutenção de ar condicionado	R$ 188,00	9ºCOLOCADO
LINHA RODOVIARIA/AGRICOLA				
Item	**Uni**	**Descrição**	**VALOR UNITARIO**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
2	H	Mecânica em geral	R$ 180,00	28ºCOLOCADO
3	H	Serviços Elétricos	R$ 157,00	14ºCOLOCADO
4	H	Retifica de Motores	R$ 200,00	9ºCOLOCADO
5	H	Funilaria e Pintura	R$ 130,00	10ºCOLOCADO
6	H	Serviços de Solda e Torno	R$ 122,50	17ºCOLOCADO
7	H	Lavagem/Higienização	R$ 96,00	6ºCOLOCADO
8	H	Borracharia e vulcanização	R$ 187,50	7ºCOLOCADO
9	H	Estofagem e tapeçaria	R$ 190,00	4ºCOLOCADO
10	H	Manutenção de ar condicionado	R$ 195,00	8ºCOLOCADO

Sengés, 06 de Agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:A7034366

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE N.º 039/2025 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 285/2025.

OBJETO: contratação das empresas devidamente credenciadas no processo de Credenciamento nº 007/2024, cujo objeto Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de forma continua, nos serviços de alinhamento e balanceamento de rodas, mecânica em geral, serviços elétricos, retifica de motores, funilaria, pintura, solda, torno, lavagem, higienização, borracharia, vulcanização e recapagem de pneus, estofagem, tapeçaria, manutenção de ar condicionado e recauchutagem de pneus, maquinas e equipamentos de linha leve, media, pesada e equipamentos rodoviários e agrícolas pertencentes à frota Municipal, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Administração, Serviços Urbanos, Transporte e Aviação, Assistência Social, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária, Cultura Esporte Turismo, Industria e Comercio, Educação.

Homologo e Adjudico a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, que considerou o fornecedor abaixo listado como **CREDENCIADO**:

LB AUTO PEÇAS LTDA, CNPJ N.º 58.393.962/0001-38, para fornecer os seguintes:

LINHA LEVE				
Item	**Uni**	**Descrição**	**VALOR UNITARIO**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
1	H	Alinhamento e Balanceamento de rodas	R$ 130,00	8ºCOLOCADO
2	H	Mecânica em geral	R$ 130,00	27ºCOLOCADO
3	H	Serviços Elétricos	R$ 120,00	15ºCOLOCADO
4	H	Retifica de Motores	R$ 175,00	8ºCOLOCADO
5	H	Funilaria e Pintura	R$ 140,00	11ºCOLOCADO
6	H	Serviços de Solda e Torno	R$ 103,00	16ºCOLOCADO
7	H	Lavagem/Higienização	R$ 60,00	9ºCOLOCADO
8	H	Borracharia e vulcanização	R$ 170,00	9ºCOLOCADO
9	H	Estofagem e tapeçaria	R$ 180,00	4ºCOLOCADO
10	H	Manutenção de ar condicionado	R$ 185,00	8ºCOLOCADO
LINHA MÉDIA				
Item	**Uni**	**Descrição**	**VALOR UNITARIO**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
1	H	Alinhamento e Balanceamento de rodas	R$ 122,50	8ºCOLOCADO
2	H	Mecânica em geral	R$ 130,00	29ºCOLOCADO
3	H	Serviços Elétricos	R$ 125,00	14ºCOLOCADO
4	H	Retifica de Motores	R$ 142,50	9ºCOLOCADO
5	H	Funilaria e Pintura	R$ 119,40	11ºCOLOCADO
6	H	Serviços de Solda e Torno	R$ 110,00	17ºCOLOCADO
7	H	Lavagem/Higienização	R$ 100,00	9ºCOLOCADO
8	H	Borracharia e vulcanização	R$ 175,00	10ºCOLOCADO
9	H	Estofagem e tapeçaria	R$ 185,00	4ºCOLOCADO
10	H	Manutenção de ar condicionado	R$ 180,00	8ºCOLOCADO
LINHA PESADA				
Item	**Uni**	**Descrição**	**VALOR UNITARIO**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
1	H	Alinhamento e Balanceamento de rodas	R$ 170,00	9ºCOLOCADO
2	H	Mecânica em geral	R$ 140,00	34ºCOLOCADO
3	H	Serviços Elétricos	R$ 140,00	17ºCOLOCADO
4	H	Retifica de Motores	R$ 220,00	10ºCOLOCADO
5	H	Funilaria e Pintura	R$ 127,00	11ºCOLOCADO
6	H	Serviços de Solda e Torno	R$ 143,18	17ºCOLOCADO
7	H	Lavagem/Higienização	R$ 104,00	8ºCOLOCADO
8	H	Borracharia e vulcanização	R$ 170,00	9ºCOLOCADO
9	H	Estofagem e tapeçaria	R$ 185,00	5ºCOLOCADO
10	H	Manutenção de ar condicionado	R$ 188,00	9ºCOLOCADO
LINHA RODOVIARIA/AGRICOLA				
Item	**Uni**	**Descrição**	**VALOR UNITARIO**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
2	H	Mecânica em geral	R$ 180,00	28ºCOLOCADO
3	H	Serviços Elétricos	R$ 157,00	14ºCOLOCADO
4	H	Retifica de Motores	R$ 200,00	9ºCOLOCADO
5	H	Funilaria e Pintura	R$ 130,00	10ºCOLOCADO
6	H	Serviços de Solda e Torno	R$ 122,50	17ºCOLOCADO
7	H	Lavagem/Higienização	R$ 96,00	6ºCOLOCADO
8	H	Borracharia e vulcanização	R$ 187,50	7ºCOLOCADO
9	H	Estofagem e tapeçaria	R$ 190,00	4ºCOLOCADO
10	H	Manutenção de ar condicionado	R$ 195,00	8ºCOLOCADO

Sengés, 11 de Agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:BEB6F8A4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 182, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentaria 3388/2025 de 18/12/2025.

Decreta:			
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.			
Suplementação			
04		DEPARTAMENTO DE FAZENDA	
04.010		DIVISAO DE GESTAO ADMINISTRATIVA	
04.010.28.843.0022.0.019		PAGAMENTO DE PARCELAMENTO EFETUADO JUNTO AO INSS	
54 - 4.6.90.71.00.00	1000	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	60.000,00
07		DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS PUBLICOS	
07.020		DIVISAO DE SERVICOS RODOVARIOS	
07.020.26.782.0012.2.055		MANUTENCAO DOS SERVICOS DO RODOVIARIO MUNICIPAL	
198 - 3.3.90.47.00.00	11052	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.000,00
08		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA E MEIO-AMBIENTE	
08.050		DIVISAO DE BEM ESTAR ANIMAL	
08.050.18.304.0014.2.183		DIVISAO DE BEM ESTAR ANIMAL	
272 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	280.000,00
10		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	
10.010		DIVISAO DE GESTAO ADMINISTRATIVA	
10.010.04.122.0002.2.075		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE SUPERVISAO E COORDENACAO DO DEPARTAMENTO.	
336 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	30.000,00
Total Suplementação:			372.000,00
Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:			
Redução			
04		DEPARTAMENTO DE FAZENDA	
04.010		DIVISAO DE GESTAO ADMINISTRATIVA	
04.010.28.843.0022.0.021		PAGAMENTO DE PRECATORIOS	
56 - 4.6.90.91.00.00	1000	SENTENCAS JUDICIAIS	370.000,00
07		DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS PUBLICOS	
07.020		DIVISAO DE SERVICOS RODOVARIOS	
07.020.26.782.0012.2.055		MANUTENCAO DOS SERVICOS DO RODOVIARIO MUNICIPAL	
196 - 3.3.90.30.00.00	11052	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
Total Redução:			372.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 11 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:7E4DB4FE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.872-2026 - ANEXO - PPA - CONFERÊNCIA DAS DESPESAS

MUNICIPIO DE TERRA BOA						
Estado do Paraná						
Exercício: 2026 a 2029						
PPA - CONFERÊNCIA DAS DESPESAS						
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
01	Câmara Municipal		1.931.000,00	2.027.550,00	2.128.930,00	2.235.383,00
01.001	Câmara Municipal		1.931.000,00	2.027.550,00	2.128.930,00	2.235.383,00
01.001.01	Legislativa		1.931.000,00	2.027.550,00	2.128.930,00	2.235.383,00
01.001.01.031	Ação Legislativa		1.931.000,00	2.027.550,00	2.128.930,00	2.235.383,00
01.001.01.031.0001	LEGISLATIVA		1.931.000,00	2.027.550,00	2.128.930,00	2.235.383,00
2001	ATIVIDADES LEGISLATIVAS		1.931.000,00	2.027.550,00	2.128.930,00	2.235.383,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1	1.200.000,00	1.260.000,00	1.323.000,00	1.389.150,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1	250.000,00	262.500,00	275.625,00	289.407,00
3.3.30.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1	1.000,00	1.050,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1	100.000,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1	63.000,00	66.150,00	69.458,00	72.931,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1	12.000,00	12.600,00	13.230,00	13.892,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1	2.000,00	2.100,00	2.205,00	2.316,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1	140.000,00	147.000,00	154.350,00	162.068,00

3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1	30.000,00	31.500,00	33.075,00	34.729,00
3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	1	5.000,00	5.250,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1	1.000,00	1.050,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1	2.000,00	2.100,00	2.205,00	2.316,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1	125.000,00	131.250,00	137.813,00	144.704,00
02	Gabinete do Prefeito		3.192.825,00	3.716.900,00	3.508.771,75	3.683.937,60
02.001	Chefia de Gabinete		2.134.000,00	2.509.250,00	2.341.326,75	2.458.103,60
02.001.04	Administração		2.134.000,00	2.509.250,00	2.341.326,75	2.458.103,60
02.001.04.122	Administração Geral		2.134.000,00	2.509.250,00	2.341.326,75	2.458.103,60
02.001.04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		800.750,00	1.041.500,00	871.412,75	914.691,60
2005	ASSESSORAMENTO SUPERIOR		575.750,00	651.500,00	623.349,75	654.224,60
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	427.750,00	437.000,00	460.173,75	482.885,60
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	55.750,00	76.000,00	61.465,00	64.539,00
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	37.500,00	50.000,00	41.344,00	43.412,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	37.000,00	50.000,00	40.793,00	42.833,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	10.000,00	25.000,00	11.025,00	11.577,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	5.000,00	7.000,00	5.513,00	5.789,00

CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	2.000,00	5.000,00	2.205,00	2.316,00
1017	EQUIPAR E REEQUIPAR O GABINETE DO PREFEITO		100.000,00	50.000,00	110.250,00	115.763,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	100.000,00	50.000,00	110.250,00	115.763,00
1020	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O GABINETE DO PREFEITO		125.000,00	340.000,00	137.813,00	144.704,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	125.000,00	340.000,00	137.813,00	144.704,00
02.001.04.122.0004	DIVULGAÇÃO OFICIAL		1.333.250,00	1.467.750,00	1.469.914,00	1.543.412,00
2002	COMEMORAÇÕES FESTIVAS E RECEPÇÕES OFICIAIS		1.001.250,00	1.060.250,00	1.103.880,00	1.159.075,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	1.000,00	10.000,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	1.000.000,00	1.050.000,00	1.102.500,00	1.157.625,00
2003	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS E DIVULGAÇÕES OFICIAIS		332.000,00	407.500,00	366.034,00	384.337,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	325.000,00	400.000,00	358.313,00	376.229,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1000	6.500,00	7.000,00	7.167,00	7.526,00
02.002	Gabinete do Assessor		1.058.825,00	1.207.650,00	1.167.445,00	1.225.834,00
02.002.03	Essencial à Justiça		135.750,00	141.800,00	149.677,00	157.163,00
02.002.03.092	Representação Judicial e Extrajudicial		135.750,00	141.800,00	149.677,00	157.163,00
02.002.03.092.0002	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		135.750,00	141.800,00	149.677,00	157.163,00
2008	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA		135.750,00	141.800,00	149.677,00	157.163,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	118.350,00	119.000,00	130.482,00	137.007,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	15.400,00	20.550,00	16.979,00	17.828,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
02.002.04	Administração		786.350,00	928.650,00	867.017,00	910.380,00
02.002.04.121	Planejamento e Orçamento		124.750,00	129.000,00	137.550,00	144.429,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
02.002.04.121.0002	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		124.750,00	129.000,00	137.550,00	144.429,00
2004	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO		124.750,00	129.000,00	137.550,00	144.429,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	108.625,00	108.500,00	119.760,00	125.748,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	14.125,00	18.500,00	15.574,00	16.353,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
02.002.04.122	Administração Geral		476.300,00	535.500,00	525.146,00	551.408,00
02.002.04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		476.300,00	535.500,00	525.146,00	551.408,00
2006	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE GABINETE		148.750,00	189.000,00	164.013,00	172.216,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	108.625,00	108.500,00	119.760,00	125.748,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	14.125,00	19.000,00	15.574,00	16.353,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	22.500,00	30.000,00	24.807,00	26.048,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	1.250,00	30.000,00	1.379,00	1.448,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
2125	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA E APOIO INSTITUCIONAL		327.550,00	346.500,00	361.133,00	379.192,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	67.750,00	91.750,00	74.695,00	78.430,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	16.000,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00

3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	5.200,00	250,00	5.733,00	6.020,00
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1000	250.000,00	237.000,00	275.625,00	289.407,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	3.100,00	250,00	3.418,00	3.589,00
02.002.04.124	Controle Interno		124.175,00	181.950,00	136.918,00	143.767,00
02.002.04.124.0009	CONTROLE INTERNO		124.175,00	181.950,00	136.918,00	143.767,00
2110	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO		124.175,00	181.950,00	136.918,00	143.767,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	91.750,00	141.950,00	101.155,00	106.213,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	15.625,00	20.800,00	17.228,00	18.090,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	2.500,00	2.500,00	2.757,00	2.895,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	2.500,00	250,00	2.757,00	2.895,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	750,00	250,00	828,00	870,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	9.300,00	13.700,00	10.254,00	10.767,00
02.002.04.131	Comunicação Social		61.125,00	82.200,00	67.403,00	70.776,00
02.002.04.131.0002	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		61.125,00	82.200,00	67.403,00	70.776,00
2007	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA		61.125,00	82.200,00	67.403,00	70.776,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	52.300,00	66.900,00	57.661,00	60.545,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	6.825,00	11.800,00	7.526,00	7.903,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
02.002.09	Previdência Social		136.725,00	137.200,00	150.751,00	158.291,00
02.002.09.272	Previdência do Regime Estatutário		136.725,00	137.200,00	150.751,00	158.291,00
02.002.09.272.0002	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		136.725,00	137.200,00	150.751,00	158.291,00
2014	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUPERINTENDÊNCIA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA		136.725,00	137.200,00	150.751,00	158.291,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	119.825,00	119.550,00	132.108,00	138.714,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	9.500,00	9.600,00	10.474,00	10.998,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	5.650,00	6.300,00	6.230,00	6.542,00
03	Secretaria de Administração Geral		9.092.662,50	10.198.575,00	10.024.800,00	10.526.078,00
03.001	Chefia de Gabinete		7.378.337,50	7.629.575,00	8.134.670,00	8.541.419,00
03.001.04	Administração		3.367.837,50	4.094.450,00	3.713.091,00	3.898.760,00
03.001.04.122	Administração Geral		3.367.837,50	4.094.450,00	3.713.091,00	3.898.760,00
03.001.04.122.0001	FORMAÇÃO PATRIMÔNIO SERVIDOR PÚBLICO		1.134.250,00	1.400.650,00	1.250.513,00	1.313.040,00
2012	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP		1.134.250,00	1.400.650,00	1.250.513,00	1.313.040,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	1.125.000,00	1.390.000,00	1.240.313,00	1.302.329,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	504	8.750,00	10.000,00	9.648,00	10.131,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	512	500,00	650,00	552,00	580,00
03.001.04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		2.233.587,50	2.693.800,00	2.462.578,00	2.585.720,00
2010	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.420.437,50	1.925.650,00	1.566.052,00	1.644.360,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	270.590,00	300.000,00	298.326,00	313.243,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	1.250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	5.000,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	2.625,00	25.000,00	2.895,00	3.040,00
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	1.300,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	2.500,00	23.200,00	2.757,00	2.895,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	650,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	100.000,00	145.000,00	110.250,00	115.763,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	246.972,50	500.000,00	272.289,00	285.904,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1000	50.000,00	150.000,00	55.125,00	57.882,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1000	725.000,00	750.000,00	799.313,00	839.279,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	2.500,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	20.250,00	20.000,00	22.327,00	23.444,00
2103	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS		127.300,00	168.250,00	140.357,00	147.377,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	60.000,00	60.000,00	66.150,00	69.458,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	8.000,00	250,00	8.820,00	9.261,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	9.300,00	7.000,00	10.254,00	10.767,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00

3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	20.950,00	45.000,00	23.098,00	24.253,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	22.500,00	50.000,00	24.807,00	26.048,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	5.550,00	5.000,00	6.120,00	6.426,00
2123	MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL		274.750,00	297.250,00	302.920,00	318.069,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	100.000,00	105.000,00	110.250,00	115.763,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	12.400,00	13.000,00	13.671,00	14.355,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	140.000,00	140.000,00	154.350,00	162.068,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	13.700,00	30.000,00	15.105,00	15.861,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	7.400,00	8.000,00	8.159,00	8.567,00
2093	MANUTENÇÃO DAS CAPELAS MORTUÁRIAS		61.100,00	77.650,00	67.373,00	70.744,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	28.000,00	42.000,00	30.870,00	32.414,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	15.000,00	10.000,00	16.538,00	17.365,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	4.350,00	4.400,00	4.797,00	5.037,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	7.400,00	10.000,00	8.159,00	8.567,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	2.500,00	5.000,00	2.757,00	2.895,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	2.600,00	5.000,00	2.867,00	3.011,00
1035	EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		175.000,00	50.000,00	192.938,00	202.585,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	175.000,00	50.000,00	192.938,00	202.585,00
1047	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		175.000,00	175.000,00	192.938,00	202.585,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	175.000,00	175.000,00	192.938,00	202.585,00
03.001.09	Previdência Social		3.450.000,00	2.884.625,00	3.803.625,00	3.993.807,00
03.001.09.272	Previdência do Regime Estatutário		3.450.000,00	2.884.625,00	3.803.625,00	3.993.807,00
03.001.09.272.0002	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		3.450.000,00	2.884.625,00	3.803.625,00	3.993.807,00
2124	ENCARGOS COM INATIVOS		3.450.000,00	2.884.625,00	3.803.625,00	3.993.807,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	2.150.000,00	2.134.625,00	2.370.375,00	2.488.894,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	1.300.000,00	750.000,00	1.433.250,00	1.504.913,00
03.001.25	Energia		560.500,00	650.500,00	617.954,00	648.852,00
03.001.25.752	Energia Elétrica		560.500,00	650.500,00	617.954,00	648.852,00
03.001.25.752.0018	SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA		560.500,00	650.500,00	617.954,00	648.852,00
2011	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA		560.500,00	650.500,00	617.954,00	648.852,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	560.000,00	650.000,00	617.400,00	648.270,00
03.002	Departamento de Recursos Humanos		281.050,00	276.300,00	309.871,00	325.370,00
03.002.04	Administração		281.050,00	276.300,00	309.871,00	325.370,00
03.002.04.122	Administração Geral		281.050,00	276.300,00	309.871,00	325.370,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
03.002.04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		281.050,00	276.300,00	309.871,00	325.370,00
2013	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		281.050,00	276.300,00	309.871,00	325.370,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	141.300,00	190.000,00	155.784,00	163.574,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	13.350,00	16.000,00	14.719,00	15.455,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	12.500,00	5.000,00	13.782,00	14.472,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	2.200,00	2.000,00	2.426,00	2.548,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	2.000,00	2.000,00	2.205,00	2.316,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	100.000,00	50.000,00	110.250,00	115.763,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	7.950,00	9.550,00	8.766,00	9.205,00
03.003	Departamento de Compras e Licitação		403.500,00	461.050,00	444.872,00	467.119,00
03.003.04	Administração		403.500,00	461.050,00	444.872,00	467.119,00
03.003.04.122	Administração Geral		403.500,00	461.050,00	444.872,00	467.119,00
03.003.04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		403.500,00	461.050,00	444.872,00	467.119,00
2016	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO		403.500,00	461.050,00	444.872,00	467.119,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	334.000,00	385.000,00	368.235,00	386.647,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	31.850,00	40.000,00	35.116,00	36.872,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	300,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	2.700,00	2.500,00	2.977,00	3.126,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	1.000,00	250,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	13.250,00	8.000,00	14.609,00	15.340,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	18.950,00	23.500,00	20.893,00	21.938,00
03.004	Departamento Jurídico		544.575,00	1.204.250,00	600.414,00	630.438,00
03.004.03	Essencial à Justiça		544.575,00	1.204.250,00	600.414,00	630.438,00
03.004.03.092	Representação Judicial e Extrajudicial		544.575,00	1.204.250,00	600.414,00	630.438,00
03.004.03.092.0002	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		544.575,00	1.204.250,00	600.414,00	630.438,00
2009	INDENIZAÇÕES, CUSTAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS		350.250,00	1.001.250,00	386.152,00	405.460,00

3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	1.250,00	277,00	291,00
3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	1000	350.000,00	1.000.000,00	385.875,00	405.169,00
2015	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO JURÍDICO		194.325,00	203.000,00	214.262,00	224.978,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	150.500,00	160.000,00	165.927,00	174.224,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	25.575,00	25.000,00	28.197,00	29.607,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.35.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	15.250,00	15.000,00	16.814,00	17.655,00
03.005	Divisão de Registro, Controle e Manutenção de Bens Patrimoniais		163.300,00	135.500,00	180.053,00	189.058,00
03.005.04	Administração		163.300,00	135.500,00	180.053,00	189.058,00
03.005.04.122	Administração Geral		163.300,00	135.500,00	180.053,00	189.058,00
03.005.04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		163.300,00	135.500,00	180.053,00	189.058,00
2018	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE REGISTRO, CONTROLE E MANUTENÇÃO DE BENS		163.300,00	135.500,00	180.053,00	189.058,00
	PATRIMONIAIS					
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	89.650,00	95.000,00	98.840,00	103.782,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	7.800,00	8.000,00	8.600,00	9.030,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	1.000,00	1.000,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	3.500,00	5.000,00	3.859,00	4.052,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	55.000,00	20.000,00	60.638,00	63.670,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	4.350,00	3.500,00	4.797,00	5.037,00
03.006	Divisão de Processamento de Dados		196.550,00	212.650,00	216.709,00	227.548,00
03.006.04	Administração		196.550,00	212.650,00	216.709,00	227.548,00
03.006.04.122	Administração Geral		196.550,00	212.650,00	216.709,00	227.548,00
03.006.04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		196.550,00	212.650,00	216.709,00	227.548,00
2019	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DE DADOS		196.550,00	212.650,00	216.709,00	227.548,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	167.500,00	180.000,00	184.669,00	193.903,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	15.000,00	16.000,00	16.538,00	17.365,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	6.800,00	7.500,00	7.497,00	7.872,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	1.200,00	2.500,00	1.323,00	1.390,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	400,00	277,00	291,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	4.050,00	4.500,00	4.466,00	4.690,00
03.007	Divisão de Almoxarifado		125.350,00	197.500,00	138.211,00	145.126,00
03.007.04	Administração		125.350,00	197.500,00	138.211,00	145.126,00
03.007.04.122	Administração Geral		125.350,00	197.500,00	138.211,00	145.126,00
03.007.04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		125.350,00	197.500,00	138.211,00	145.126,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
2100	MANUTENÇÃO DO ALMOXARIFADO		125.350,00	197.500,00	138.211,00	145.126,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	89.650,00	95.000,00	98.840,00	103.782,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	8.100,00	8.500,00	8.931,00	9.378,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	1.000,00	1.000,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	10.000,00	70.000,00	11.025,00	11.577,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	500,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	10.000,00	15.000,00	11.025,00	11.577,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	4.850,00	5.000,00	5.348,00	5.616,00
03.008	Departamento de Guarda, Vigilância, Fiscalização e Monitoramento		0,00	81.750,00	0,00	0,00
03.008.04	Administração		0,00	81.750,00	0,00	0,00
03.008.04.122	Administração Geral		0,00	81.750,00	0,00	0,00
03.008.04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		0,00	81.750,00	0,00	0,00
2132	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GUARDA, VIGILÂNCIA, FISCALIZAÇÃO E		0,00	81.750,00	0,00	0,00
	MONITORAMENTO					
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	0,00	62.500,00	0,00	0,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	0,00	10.750,00	0,00	0,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	0,00	5.000,00	0,00	0,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	0,00	250,00	0,00	0,00

3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	0,00	1.000,00	0,00	0,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
04	Secretaria de Fazenda e Planejamento		4.803.350,00	3.965.550,00	5.295.743,00	5.560.551,00
04.001	Gabinete do Secretário		2.097.800,00	1.261.300,00	2.312.843,00	2.428.490,00
04.001.04	Administração		697.800,00	761.300,00	769.343,00	807.815,00
04.001.04.129	Administração de Receitas		697.800,00	761.300,00	769.343,00	807.815,00
04.001.04.129.0014	FAZENDA E PLANEJAMENTO		697.800,00	761.300,00	769.343,00	807.815,00
2020	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		683.500,00	726.300,00	753.577,00	791.260,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	112.500,00	133.000,00	124.032,00	130.234,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	8.250,00	9.000,00	9.097,00	9.552,00
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	2.000,00	2.500,00	2.205,00	2.316,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	500,00	550,00	552,00	580,00
3.3.90.35.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1000	133.000,00	135.000,00	146.633,00	153.965,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1000	420.000,00	438.000,00	463.050,00	486.203,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	4.750,00	5.750,00	5.238,00	5.500,00
1048	EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		14.300,00	15.000,00	15.766,00	16.555,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	14.300,00	15.000,00	15.766,00	16.555,00
1049	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO		0,00	20.000,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	0,00	20.000,00	0,00	0,00
04.001.99	Reserva de Contingência		1.400.000,00	500.000,00	1.543.500,00	1.620.675,00
04.001.99.999	Reserva de Contingência geral		1.400.000,00	500.000,00	1.543.500,00	1.620.675,00
04.001.99.999.0020	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.400.000,00	500.000,00	1.543.500,00	1.620.675,00
2020	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.400.000,00	500.000,00	1.543.500,00	1.620.675,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1000	1.400.000,00	500.000,00	1.543.500,00	1.620.675,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
04.002	Departamento de Tributação e Fiscalização		532.500,00	638.750,00	587.094,00	616.455,00
04.002.04	Administração		532.500,00	638.750,00	587.094,00	616.455,00
04.002.04.125	Normatização e Fiscalização		532.500,00	638.750,00	587.094,00	616.455,00
04.002.04.125.0014	FAZENDA E PLANEJAMENTO		532.500,00	638.750,00	587.094,00	616.455,00
2021	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		532.500,00	638.750,00	587.094,00	616.455,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	382.500,00	390.000,00	421.707,00	442.793,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	42.250,00	44.500,00	46.582,00	48.912,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	4.000,00	4.000,00	4.410,00	4.631,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	12.000,00	15.000,00	13.230,00	13.892,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	1.000,00	1.000,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.35.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1000	54.000,00	77.500,00	59.535,00	62.512,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	8.000,00	8.500,00	8.820,00	9.261,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	52.000,00	277,00	291,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	2.000,00	15.000,00	2.205,00	2.316,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	25.000,00	29.000,00	27.563,00	28.942,00
04.003	Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade		2.173.050,00	2.065.500,00	2.395.806,00	2.515.606,00
04.003.04	Administração		748.800,00	767.250,00	825.568,00	866.854,00
04.003.04.123	Administração Financeira		748.800,00	767.250,00	825.568,00	866.854,00
04.003.04.123.0014	FAZENDA E PLANEJAMENTO		748.800,00	767.250,00	825.568,00	866.854,00
2022	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		748.800,00	767.250,00	825.568,00	866.854,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	442.500,00	450.000,00	487.857,00	512.250,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	3.250,00	4.500,00	3.584,00	3.764,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	43.250,00	45.000,00	47.684,00	50.069,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	2.000,00	2.000,00	2.205,00	2.316,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.90.35.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1000	80.000,00	83.000,00	88.200,00	92.610,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	90.000,00	90.000,00	99.225,00	104.187,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	501	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	504	500,00	650,00	552,00	580,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	510	800,00	850,00	882,00	927,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	511	1.000,00	1.000,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1000	50.500,00	50.500,00	55.677,00	58.461,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	8.000,00	8.000,00	8.820,00	9.261,00

3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	25.000,00	29.000,00	27.563,00	28.942,00
04.003.28	Encargos Especiais		1.424.250,00	1.298.250,00	1.570.238,00	1.648.752,00
04.003.28.843	Serviço da Dívida Interna		1.424.250,00	1.298.250,00	1.570.238,00	1.648.752,00
04.003.28.843.0010	ENCARGOS ESPECIAIS		1.424.250,00	1.298.250,00	1.570.238,00	1.648.752,00
9002	ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS		16.250,00	18.250,00	17.917,00	18.813,00
3.2.90.21.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
4.6.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1000	16.000,00	18.000,00	17.640,00	18.522,00
9003	ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS		1.408.000,00	1.280.000,00	1.552.321,00	1.629.939,00
3.2.90.21.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	1000	290.000,00	92.500,00	319.725,00	335.712,00
3.2.90.21.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	507	109.000,00	75.000,00	120.173,00	126.182,00
4.6.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1000	700.000,00	775.000,00	771.750,00	810.338,00
4.6.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	507	309.000,00	337.500,00	340.673,00	357.707,00
05	Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo		889.200,00	787.150,00	990.903,00	1.040.460,00
05.001	Gabinete do Secretário		96.500,00	110.950,00	116.911,00	122.760,00
05.001.04	Administração		96.500,00	110.950,00	116.911,00	122.760,00
05.001.04.122	Administração Geral		96.500,00	110.950,00	116.911,00	122.760,00
05.001.04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		96.500,00	110.950,00	116.911,00	122.760,00
2023	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		96.500,00	100.950,00	106.411,00	111.735,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	82.200,00	84.250,00	90.626,00	95.158,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	7.000,00	7.250,00	7.718,00	8.104,00
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.60.45.00.00	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.27.00.00	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS, SEGUROS E SIMILARES	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	2.500,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	4.050,00	4.700,00	4.466,00	4.690,00
1054	EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00
05.002	Divisão de Turismo		588.450,00	522.700,00	648.783,00	681.227,00
05.002.23	Comércio e Serviços		588.450,00	522.700,00	648.783,00	681.227,00
05.002.23.695	Turismo		588.450,00	522.700,00	648.783,00	681.227,00
05.002.23.695.0019	TURISMO		588.450,00	522.700,00	648.783,00	681.227,00
2025	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TURISMO		750,00	750,00	831,00	873,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
2036	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E BOSQUES		336.950,00	421.950,00	371.496,00	390.074,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	30.500,00	30.500,00	33.627,00	35.309,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	2.700,00	2.700,00	2.977,00	3.126,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	4.850,00	4.850,00	5.348,00	5.616,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	100.000,00	150.000,00	110.250,00	115.763,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	195.000,00	230.000,00	214.988,00	225.738,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	2.900,00	2.900,00	3.198,00	3.358,00
1028	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E BOSQUES		250.750,00	100.000,00	276.456,00	290.280,00
4.4.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	250.000,00	100.000,00	275.625,00	289.407,00
05.003	Divisão de Indústria		202.750,00	152.000,00	223.547,00	234.727,00
05.003.22	Indústria		202.750,00	152.000,00	223.547,00	234.727,00
05.003.22.661	Promoção Industrial		202.750,00	152.000,00	223.547,00	234.727,00
05.003.22.661.0016	INDÚSTRIA		202.750,00	152.000,00	223.547,00	234.727,00
1033	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BARRACÕES INDUSTRIAIS		100.750,00	100.000,00	111.081,00	116.636,00
4.4.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00
2024	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRABALHO E PROFISSIONALIZAÇÃO		750,00	750,00	831,00	873,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
2026	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO A CURSOS PROFISSIONALIZANTES		750,00	750,00	831,00	873,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
2027	MANUTENÇÃO DOS PARQUES INDUSTRIAIS		100.500,00	50.500,00	110.804,00	116.345,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	100.000,00	50.000,00	110.250,00	115.763,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
05.004	Divisão de Comércio		1.500,00	1.500,00	1.662,00	1.746,00
05.004.23	Comércio e Serviços		1.500,00	1.500,00	1.662,00	1.746,00
05.004.23.691	Promoção Comercial		1.500,00	1.500,00	1.662,00	1.746,00
05.004.23.691.0017	COMÉRCIO		1.500,00	1.500,00	1.662,00	1.746,00
2024	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRABALHO E PROFISSIONALIZAÇÃO		750,00	750,00	831,00	873,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00

3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
2026	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO A CURSOS PROFISSIONALIZANTES		750,00	750,00	831,00	873,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
06	Secretaria de Agricultura		964.450,00	274.550,00	1.063.331,00	1.116.505,00
06.001	Gabinete do Secretário		166.950,00	70.800,00	184.077,00	193.284,00
06.001.20	Agricultura		166.950,00	70.800,00	184.077,00	193.284,00
06.001.20.122	Administração Geral		166.950,00	70.800,00	184.077,00	193.284,00
06.001.20.122.0022	AGRICULTURA		166.950,00	70.800,00	184.077,00	193.284,00
2028	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		166.950,00	70.800,00	184.077,00	193.284,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	139.000,00	58.250,00	153.248,00	160.911,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	11.700,00	250,00	12.900,00	13.545,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	5.000,00	250,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	5.600,00	6.000,00	6.174,00	6.483,00
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	500,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	3.400,00	3.800,00	3.749,00	3.937,00
06.002	Divisão de Fomento Agropecuário		797.500,00	203.750,00	879.254,00	923.221,00
06.002.20	Agricultura		797.500,00	203.750,00	879.254,00	923.221,00
06.002.20.606	Extensão Rural		797.500,00	203.750,00	879.254,00	923.221,00
06.002.20.606.0022	AGRICULTURA		797.500,00	203.750,00	879.254,00	923.221,00
1050	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS		675.750,00	75.000,00	745.019,00	782.271,00
4.4.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	675.000,00	75.000,00	744.188,00	781.398,00
2029	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO		45.000,00	37.500,00	49.616,00	52.099,00
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1000	7.500,00	6.000,00	8.269,00	8.683,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	17.000,00	10.000,00	18.743,00	19.681,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	20.000,00	20.000,00	22.050,00	23.153,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	0,00	1.000,00	0,00	0,00
2030	MANUTENÇÃO DOS POÇOS ARTESIANOS		76.750,00	66.250,00	84.619,00	88.851,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	20.000,00	10.000,00	22.050,00	23.153,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	56.500,00	56.000,00	62.292,00	65.407,00
1051	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA		0,00	25.000,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	0,00	25.000,00	0,00	0,00
07	Secretaria do Meio Ambiente		2.338.375,00	2.343.250,00	2.578.090,00	2.707.008,00
07.001	Gabinete do Secretário		445.050,00	401.750,00	490.679,00	515.220,00
07.001.18	Gestão Ambiental		445.050,00	401.750,00	490.679,00	515.220,00
07.001.18.122	Administração Geral		445.050,00	401.750,00	490.679,00	515.220,00
07.001.18.122.0011	TERRA BOA SUSTENTÁVEL		445.050,00	401.750,00	490.679,00	515.220,00
2031	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		245.050,00	286.750,00	270.179,00	283.694,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	165.000,00	200.000,00	181.913,00	191.009,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	15.200,00	21.000,00	16.758,00	17.596,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	7.350,00	250,00	8.104,00	8.510,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	7.400,00	5.000,00	8.159,00	8.567,00
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1000	0,00	10.000,00	0,00	0,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	2.000,00	3.500,00	2.205,00	2.316,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	12.000,00	18.000,00	13.230,00	13.892,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	1.800,00	250,00	1.985,00	2.085,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	17.000,00	18.000,00	18.743,00	19.681,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	850,00	250,00	938,00	985,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	10.200,00	4.500,00	11.246,00	11.809,00
1052	EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE		100.000,00	15.000,00	110.250,00	115.763,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	100.000,00	15.000,00	110.250,00	115.763,00
1053	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE		100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00
07.002	Divisão de Preservação Ambiental		1.893.325,00	1.941.500,00	2.087.411,00	2.191.788,00
07.002.17	Saneamento		331.000,00	482.000,00	364.933,00	383.181,00
07.002.17.512	Saneamento Básico Urbano		331.000,00	482.000,00	364.933,00	383.181,00
07.002.17.512.0011	TERRA BOA SUSTENTÁVEL		331.000,00	482.000,00	364.933,00	383.181,00
1044	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO		150.750,00	150.750,00	166.206,00	174.517,00
4.4.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
4.4.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	150.000,00	150.000,00	165.375,00	173.644,00
2104	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO		180.250,00	331.250,00	198.727,00	208.664,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	20.000,00	130.000,00	22.050,00	23.153,00

3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	160.000,00	200.000,00	176.400,00	185.220,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	0,00	1.000,00	0,00	0,00
07.002.18	Gestão Ambiental		1.562.325,00	1.459.500,00	1.722.478,00	1.808.607,00
07.002.18.541	Preservação e Conservação Ambiental		1.562.325,00	1.459.500,00	1.722.478,00	1.808.607,00
07.002.18.541.0011	TERRA BOA SUSTENTÁVEL		1.562.325,00	1.459.500,00	1.722.478,00	1.808.607,00
2032	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE		1.389.325,00	1.356.000,00	1.531.739,00	1.608.329,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	160.000,00	180.000,00	176.400,00	185.220,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	6.625,00	8.000,00	7.305,00	7.671,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	5.000,00	250,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	10.500,00	11.000,00	11.577,00	12.156,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	150.000,00	150.000,00	165.375,00	173.644,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	1.050.000,00	1.000.000,00	1.157.625,00	1.215.507,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	6.200,00	5.000,00	6.836,00	7.178,00
2039	MANUTENÇÃO DO BARRACÃO DE RECICLÁVEIS		27.250,00	17.750,00	30.045,00	31.548,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	20.000,00	10.000,00	22.050,00	23.153,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	7.000,00	7.500,00	7.718,00	8.104,00
2130	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E CONTROLE DE POPULAÇÃO DOS ANIMAIS		145.000,00	85.000,00	159.863,00	167.857,00
	DE RUA					
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	15.000,00	15.000,00	16.538,00	17.365,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	30.000,00	40.000,00	33.075,00	34.729,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	100.000,00	30.000,00	110.250,00	115.763,00
2106	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		750,00	750,00	831,00	873,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
08	Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários		6.638.450,00	6.825.700,00	7.318.991,00	7.684.986,00
08.001	Gabinete do Secretário		832.450,00	499.750,00	917.790,00	963.690,00
08.001.04	Administração		832.450,00	499.750,00	917.790,00	963.690,00
08.001.04.122	Administração Geral		832.450,00	499.750,00	917.790,00	963.690,00
08.001.04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		832.450,00	499.750,00	917.790,00	963.690,00
2033	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		332.450,00	399.750,00	366.540,00	384.877,00
3.1.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1000	88.300,00	30.000,00	97.351,00	102.219,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	83.600,00	187.500,00	92.169,00	96.778,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	511	25.100,00	0,00	27.673,00	29.057,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	7.450,00	14.750,00	8.215,00	8.626,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	511	2.250,00	0,00	2.482,00	2.607,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	3.600,00	16.250,00	3.969,00	4.168,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	511	1.100,00	0,00	1.213,00	1.274,00
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1000	40.000,00	67.500,00	44.100,00	46.305,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	1.000,00	1.000,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	23.000,00	25.000,00	25.358,00	26.626,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	1.000,00	1.000,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	34.250,00	25.000,00	37.762,00	39.651,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	1.000,00	1.000,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	1.000,00	1.000,00	1.103,00	1.159,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	2.800,00	11.250,00	3.087,00	3.242,00
4.4.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1000	11.000,00	12.500,00	12.128,00	12.735,00
1056	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E RODOVIÁRIOS		500.000,00	100.000,00	551.250,00	578.813,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	500.000,00	100.000,00	551.250,00	578.813,00
08.002	Departamento de Serviços Públicos		3.103.500,00	3.800.550,00	3.421.684,00	3.592.800,00
08.002.06	Segurança Pública		269.100,00	206.750,00	296.694,00	311.532,00
08.002.06.122	Administração Geral		269.100,00	206.750,00	296.694,00	311.532,00
08.002.06.122.0012	SERVIÇOS PÚBLICOS		269.100,00	206.750,00	296.694,00	311.532,00
2047	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA		269.100,00	206.750,00	296.694,00	311.532,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	149.000,00	165.000,00	164.273,00	172.487,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	511	45.000,00	0,00	49.613,00	52.094,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	21.500,00	10.000,00	23.704,00	24.890,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	5.000,00	250,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	22.600,00	18.000,00	24.917,00	26.163,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	511	7.000,00	0,00	7.718,00	8.104,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	17.500,00	12.000,00	19.294,00	20.259,00
08.002.15	Urbanismo		2.834.400,00	3.593.800,00	3.124.990,00	3.281.268,00
08.002.15.452	Serviços Urbanos		2.834.400,00	3.593.800,00	3.124.990,00	3.281.268,00
08.002.15.452.0012	SERVIÇOS PÚBLICOS		2.834.400,00	3.593.800,00	3.124.990,00	3.281.268,00
2041	MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS		1.395.350,00	1.620.250,00	1.538.390,00	1.615.317,00

CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	295.000,00	370.000,00	325.238,00	341.500,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	511	88.500,00	0,00	97.572,00	102.451,00

3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	17.300,00	45.000,00	19.074,00	20.028,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	511	5.200,00	0,00	5.733,00	6.020,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	5.000,00	250,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	33.850,00	30.000,00	37.321,00	39.188,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	511	10.150,00	0,00	11.191,00	11.751,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	350,00	250,00	387,00	407,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	511	350,00	0,00	387,00	407,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	150.000,00	140.000,00	165.375,00	173.644,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	504	75.000,00	76.500,00	82.688,00	86.823,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	511	100.000,00	131.500,00	110.250,00	115.763,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	300.000,00	300.000,00	330.750,00	347.288,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	511	300.000,00	507.500,00	330.750,00	347.288,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	13.150,00	17.000,00	14.499,00	15.224,00
2043	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E RECICLAGEM DE LIXO		727.650,00	1.010.300,00	802.254,00	842.374,00
3.1.20.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1000	0,00	65.000,00	0,00	0,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	208.750,00	265.000,00	230.148,00	241.656,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	511	62.700,00	0,00	69.127,00	72.584,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	300,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	23.000,00	35.000,00	25.358,00	26.626,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	511	2.500,00	0,00	2.757,00	2.895,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	5.000,00	250,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	23.850,00	25.000,00	26.296,00	27.611,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	511	7.150,00	0,00	7.884,00	8.279,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	45.450,00	65.000,00	50.110,00	52.616,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	504	75.000,00	115.000,00	82.688,00	86.823,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	511	0,00	176.000,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	160.150,00	165.000,00	176.566,00	185.395,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	504	10.000,00	6.500,00	11.025,00	11.577,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	511	83.850,00	73.000,00	92.446,00	97.069,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	18.500,00	17.000,00	20.397,00	21.417,00
2037	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, RECAPE ASFÁLTICO E OBRAS		202.850,00	196.250,00	223.645,00	234.830,00
	COMPLEMENTARES					
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	34.600,00	40.000,00	38.147,00	40.055,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	504	27.500,00	50.000,00	30.319,00	31.835,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	511	112.300,00	80.000,00	123.811,00	130.002,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	25.000,00	21.500,00	27.563,00	28.942,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	511	3.200,00	3.500,00	3.528,00	3.705,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	0,00	1.000,00	0,00	0,00
2035	MANUTENÇÃO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS		310.850,00	477.250,00	342.723,00	359.866,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	162.650,00	225.000,00	179.323,00	188.290,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	511	48.800,00	0,00	53.802,00	56.493,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	2.500,00	8.000,00	2.757,00	2.895,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	5.000,00	250,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	17.750,00	16.500,00	19.570,00	20.549,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	511	5.350,00	0,00	5.899,00	6.194,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	2.000,00	250,00	2.205,00	2.316,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	2.000,00	250,00	2.205,00	2.316,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	25.000,00	150.000,00	27.563,00	28.942,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	25.000,00	65.000,00	27.563,00	28.942,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	13.800,00	11.000,00	15.215,00	15.976,00
2101	MANUTENÇÃO DO PÁTIO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS MUNICIPAL		197.700,00	289.750,00	217.978,00	228.881,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	76.650,00	165.000,00	84.508,00	88.734,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	511	23.000,00	0,00	25.358,00	26.626,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	15.000,00	25.000,00	16.538,00	17.365,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	5.000,00	250,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	9.750,00	16.000,00	10.750,00	11.288,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	511	2.950,00	0,00	3.253,00	3.416,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	46.000,00	65.000,00	50.715,00	53.251,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	10.000,00	6.000,00	11.025,00	11.577,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	7.600,00	10.000,00	8.379,00	8.798,00
08.003	Departamento de Serviços Rodoviários		2.702.500,00	2.525.400,00	2.979.517,00	3.128.496,00
08.003.26	Transporte		2.702.500,00	2.525.400,00	2.979.517,00	3.128.496,00
08.003.26.782	Transporte Rodoviário		2.702.500,00	2.525.400,00	2.979.517,00	3.128.496,00

08.003.26.782.0013	SERVIÇOS RODOVIÁRIOS		2.702.500,00	2.525.400,00	2.979.517,00	3.128.496,00
2044	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS		1.908.350,00	1.658.450,00	2.103.952,00	2.209.145,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	409.500,00	600.000,00	451.474,00	474.048,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	511	123.000,00	0,00	135.594,00	142.389,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	2.000,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	4.000,00	1.500,00	4.410,00	4.631,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	42.500,00	45.000,00	46.857,00	49.200,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	511	12.700,00	0,00	14.002,00	14.703,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	1.000,00	250,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	504	371.250,00	376.350,00	409.300,00	429.762,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	511	447.800,00	250.000,00	493.700,00	518.360,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	512	36.350,00	29.350,00	40.076,00	42.080,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	25.000,00	30.500,00	27.563,00	28.942,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	504	82.500,00	85.000,00	90.957,00	95.505,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	511	212.500,00	100.000,00	234.282,00	245.997,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	1.000,00	2.500,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	33.000,00	30.000,00	36.383,00	38.203,00
2046	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS EM ESTRADAS VICINAIS E PONTES MUNICIPAIS		742.250,00	830.250,00	818.333,00	859.253,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	185.000,00	340.000,00	203.963,00	214.162,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	504	147.250,00	105.000,00	162.344,00	170.462,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	511	275.000,00	225.000,00	303.188,00	318.348,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	35.000,00	36.500,00	38.588,00	40.518,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	60.000,00	95.000,00	66.150,00	69.458,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	511	40.000,00	25.000,00	44.100,00	46.305,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	0,00	3.750,00	0,00	0,00
2038	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO		51.900,00	36.700,00	57.232,00	60.098,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	21.750,00	26.000,00	23.980,00	25.179,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	511	6.250,00	0,00	6.892,00	7.237,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	1.000,00	250,00	1.103,00	1.159,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	5.000,00	250,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	3.450,00	3.700,00	3.805,00	3.996,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	511	1.050,00	0,00	1.159,00	1.217,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	5.000,00	3.500,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	5.000,00	250,00	5.513,00	5.789,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	2.650,00	2.000,00	2.923,00	3.070,00
09	Secretaria de Educação e Cultura		36.993.925,00	36.984.375,00	40.785.932,00	42.825.285,25
09.001	Fundo Municipal de Educação		36.186.575,00	36.242.125,00	39.895.804,00	41.890.643,25
09.001.12	Educação		36.186.575,00	36.242.125,00	39.895.804,00	41.890.643,25
09.001.12.122	Administração Geral		2.419.300,00	2.319.125,00	2.667.289,00	2.800.664,00
09.001.12.122.0002	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		2.419.300,00	2.319.125,00	2.667.289,00	2.800.664,00
2049	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		2.269.300,00	2.149.125,00	2.501.914,00	2.627.019,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	32.250,00	33.250,00	35.557,00	37.335,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	104	385.500,00	400.000,00	425.014,00	446.265,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	1.175,00	1.625,00	1.296,00	1.361,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	104	14.000,00	18.750,00	15.435,00	16.207,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	104	11.000,00	10.000,00	12.128,00	12.735,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	3.250,00	3.500,00	3.584,00	3.764,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	104	39.000,00	41.750,00	42.998,00	45.148,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	104	825,00	1.000,00	911,00	957,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	15.000,00	15.000,00	16.538,00	17.365,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	64.000,00	65.000,00	70.560,00	74.088,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	104	56.000,00	65.000,00	61.740,00	64.827,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	107	6.000,00	5.000,00	6.615,00	6.946,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	5.000,00	2.500,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	80.000,00	0,00	88.200,00	92.610,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	103	350.000,00	200.000,00	385.875,00	405.169,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	104	224.000,00	200.000,00	246.960,00	259.308,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	67.000,00	100.000,00	73.868,00	77.562,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	103	90.000,00	50.000,00	99.225,00	104.187,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	104	52.000,00	50.000,00	57.330,00	60.197,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	105	1.000,00	500,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	107	1.000,00	500,00	1.103,00	1.159,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1000	740.000,00	850.000,00	815.850,00	856.643,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	0,00	1.750,00	0,00	0,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	5.200,00	5.000,00	5.733,00	6.020,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	25.850,00	28.750,00	28.501,00	29.927,00
1060	EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		50.000,00	70.000,00	55.125,00	57.882,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	50.000,00	50.000,00	55.125,00	57.882,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	103	0,00	10.000,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	104	0,00	10.000,00	0,00	0,00
1077	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00
09.001.12.361	Ensino Fundamental		18.516.975,00	17.872.250,00	20.414.945,00	21.435.671,25
09.001.12.361.0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS		18.516.975,00	17.872.250,00	20.414.945,00	21.435.671,25
1004	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS		100.750,00	100.000,00	111.081,00	116.636,00
4.4.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00

4.4.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00
2051	ENCARGOS COM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL		8.110.225,00	9.096.000,00	8.941.507,00	9.388.573,20
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	515.000,00	0,00	567.788,00	596.178,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	101	5.434.725,00	7.370.250,00	5.991.761,00	6.291.337,20
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	102	515.000,00	0,00	567.788,00	596.178,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	101	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	101	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	101	60.000,00	50.000,00	66.150,00	69.458,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	75.750,00	0,00	83.515,00	87.691,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	101	833.250,00	1.000.000,00	918.659,00	964.592,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	102	75.750,00	0,00	83.515,00	87.691,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	101	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	600.000,00	675.000,00	661.500,00	694.575,00
2052	MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS		6.872.750,00	5.573.750,00	7.577.184,00	7.956.020,05
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	0,00	82.500,00	0,00	0,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	101	752.500,00	862.500,00	829.632,00	871.114,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	102	88.500,00	0,00	97.551,00	102.414,80
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	103	487.250,00	682.500,00	537.190,50	564.046,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	103	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	101	10.000,00	7.500,00	11.025,00	11.577,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	102	750,00	0,00	828,00	870,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	103	2.500,00	1.250,00	2.757,00	2.895,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	101	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	103	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	101	111.250,00	125.000,00	122.654,00	128.787,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	102	15.000,00	0,00	16.538,00	17.365,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	103	81.500,00	100.000,00	89.854,00	94.347,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	101	5.000,00	7.500,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	102	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	103	875,00	2.500,00	965,00	1.014,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	2.500,00	1.250,00	2.757,00	2.895,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	71.000,00	100.000,00	78.278,00	82.192,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1040	0,00	107.500,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	102	660.000,00	100.000,00	727.650,00	764.033,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	103	600.000,00	437.500,00	661.500,00	694.575,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	104	414.000,00	350.000,00	456.435,00	479.257,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	840	20.500,00	0,00	22.602,00	23.733,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1000	980.000,00	500.000,00	1.080.450,00	1.134.473,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1042	0,00	155.000,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	107	520.000,00	509.500,00	573.300,00	601.962,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	110	161.150,00	0,00	177.669,00	186.552,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	1.000,00	250,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	10.000,00	10.000,00	11.025,00	11.577,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	102	620.000,00	25.000,00	683.550,00	717.728,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	103	320.000,00	548.375,00	352.800,00	370.440,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	104	611.975,00	429.125,00	674.686,50	708.408,25
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	107	22.000,00	0,00	24.255,00	25.468,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1000	45.000,00	50.000,00	49.613,00	52.094,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	104	100.000,00	200.000,00	110.250,00	115.763,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	147.500,00	167.500,00	162.619,00	170.750,00
2054	ENCARGOS COM TRANSPORTE DE ESTUDANTES		893.325,00	908.000,00	984.901,00	1.034.151,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	527.500,00	525.000,00	581.569,00	610.648,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	102	32.500,00	0,00	35.832,00	37.624,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	103	177.500,00	217.500,00	195.694,00	205.479,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	103	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	103	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	56.500,00	57.500,00	62.292,00	65.407,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	102	4.325,00	0,00	4.770,00	5.009,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	103	23.750,00	30.000,00	26.185,00	27.495,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	50.750,00	57.500,00	55.953,00	58.751,00
2055	MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS ESCOLARES		1.489.925,00	1.069.500,00	1.642.647,00	1.724.783,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	170.000,00	100.000,00	187.425,00	196.797,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1043	0,00	45.250,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	103	702.000,00	500.000,00	773.955,00	812.653,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	120	229.250,00	227.500,00	252.749,00	265.387,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	126	30.062,50	0,00	33.144,50	34.802,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1043	0,00	16.500,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	103	220.000,00	100.000,00	242.550,00	254.678,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	120	107.000,00	76.250,00	117.968,00	123.867,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	126	30.062,50	0,00	33.144,50	34.802,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	1.300,00	3.750,00	1.434,00	1.506,00
1058	EQUIPAR E REEQUIPAR O ENSINO FUNDAMENTAL		950.000,00	1.025.000,00	1.047.375,00	1.099.745,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	50.000,00	25.000,00	55.125,00	57.882,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1040	900.000,00	950.000,00	992.250,00	1.041.863,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	103	0,00	25.000,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	104	0,00	25.000,00	0,00	0,00

1076	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL		100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00
09.001.12.365	Educação Infantil		14.300.525,00	15.073.000,00	15.766.414,00	16.554.789,00
09.001.12.365.0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS		14.300.525,00	15.073.000,00	15.766.414,00	16.554.789,00
1006	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES		100.750,00	100.000,00	111.081,00	116.636,00
4.4.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00
2056	MANUTENÇÃO DO CMEI TIA MARIA CARMEM FERNANDEZ RODRIGUES		3.763.250,00	4.184.250,00	4.149.001,00	4.356.465,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	23.750,00	25.000,00	26.185,00	27.495,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	101	1.695.000,00	2.225.000,00	1.868.738,00	1.962.175,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	102	154.125,00	0,00	169.924,00	178.421,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	104	284.000,00	300.000,00	313.110,00	328.766,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	104	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	101	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	104	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	3.875,00	4.250,00	4.273,00	4.487,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	101	258.500,00	350.000,00	284.997,00	299.247,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	102	23.500,00	0,00	25.909,00	27.205,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	104	46.250,00	48.750,00	50.992,00	53.542,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	575,00	250,00	635,00	667,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	101	2.750,00	3.250,00	3.033,00	3.185,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	104	6.500,00	1.000,00	7.167,00	7.526,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	500,00	500,00	552,00	580,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	18.000,00	30.000,00	19.845,00	20.838,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1040	0,00	17.500,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	102	137.325,00	75.000,00	151.402,00	158.973,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	103	100.000,00	162.500,00	110.250,00	115.763,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	104	100.000,00	137.500,00	110.250,00	115.763,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1000	250.000,00	150.000,00	275.625,00	289.407,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1042	0,00	47.500,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	107	170.000,00	200.000,00	187.425,00	196.797,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	110	49.100,00	0,00	54.133,00	56.840,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	500,00	250,00	552,00	580,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	102	60.000,00	25.000,00	66.150,00	69.458,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	103	60.000,00	42.500,00	66.150,00	69.458,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	104	90.000,00	70.000,00	99.225,00	104.187,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	218.000,00	257.500,00	240.345,00	252.363,00
2058	MANUTENÇÃO DO CMEI CRIANÇA FELIZ		5.304.250,00	5.373.500,00	5.847.955,00	6.140.367,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	55.125,00	55.000,00	60.777,00	63.816,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	101	2.105.000,00	2.500.000,00	2.320.763,00	2.436.802,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	102	191.350,00	0,00	210.964,00	221.513,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	104	661.500,00	642.500,00	729.304,00	765.770,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	101	12.500,00	22.500,00	13.782,00	14.472,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	104	1.000,00	7.500,00	1.103,00	1.159,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	101	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	104	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	9.275,00	10.000,00	10.226,00	10.738,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	101	343.750,00	400.000,00	378.985,00	397.935,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	102	31.250,00	0,00	34.454,00	36.177,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	104	111.125,00	106.250,00	122.517,00	128.643,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	101	2.000,00	1.000,00	2.205,00	2.316,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	102	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	104	875,00	1.000,00	965,00	1.014,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	500,00	500,00	552,00	580,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	38.000,00	50.000,00	41.895,00	43.990,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1040	0,00	17.500,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	102	173.800,00	175.000,00	191.615,00	201.196,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	103	160.000,00	200.000,00	176.400,00	185.220,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	104	192.000,00	100.000,00	211.680,00	222.264,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	840	32.250,00	0,00	35.557,00	37.335,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1000	300.000,00	200.000,00	330.750,00	347.288,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1042	0,00	96.250,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	107	260.000,00	300.000,00	286.650,00	300.983,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	110	76.000,00	0,00	83.790,00	87.980,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	500,00	250,00	552,00	580,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	0,00	5.000,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	102	65.200,00	22.500,00	71.883,00	75.478,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	103	60.000,00	50.000,00	66.150,00	69.458,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	104	89.000,00	50.000,00	98.123,00	103.030,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	321.250,00	350.000,00	354.179,00	371.888,00
2059	MANUTENÇÃO DO CMEI PEQUENO POLEGAR		1.583.525,00	1.556.500,00	1.745.858,00	1.833.163,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	13.000,00	22.500,00	14.333,00	15.050,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	101	622.250,00	625.000,00	686.032,00	720.334,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	102	56.750,00	0,00	62.568,00	65.697,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	104	156.125,00	275.000,00	172.129,00	180.736,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	104	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	101	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	104	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00

3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	2.225,00	3.750,00	2.454,00	2.577,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	101	99.825,00	102.500,00	110.058,00	115.561,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	102	9.075,00	0,00	10.006,00	10.507,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	104	26.550,00	42.500,00	29.272,00	30.736,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	101	875,00	1.000,00	965,00	1.014,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	102	250,00	0,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	104	2.500,00	1.000,00	2.757,00	2.895,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	500,00	500,00	552,00	580,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	20.000,00	20.000,00	22.050,00	23.153,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	102	29.300,00	50.000,00	32.304,00	33.920,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	103	40.000,00	30.000,00	44.100,00	46.305,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	104	50.400,00	50.000,00	55.566,00	58.345,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1000	122.000,00	75.000,00	134.505,00	141.231,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1042	0,00	23.750,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	107	100.300,00	100.000,00	110.581,00	116.111,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	110	26.700,00	0,00	29.437,00	30.909,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	500,00	250,00	552,00	580,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	102	15.500,00	5.000,00	17.089,00	17.944,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	103	28.075,00	12.500,00	30.953,00	32.501,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	104	60.000,00	7.500,00	66.150,00	69.458,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	89.575,00	97.500,00	98.757,00	103.695,00
2099	MANUTENÇÃO DO CMEI MARIA DAS DORES DE ALCÂNTARA		3.018.750,00	3.151.250,00	3.328.194,00	3.494.616,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	43.000,00	45.000,00	47.408,00	49.779,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	101	1.240.250,00	1.350.000,00	1.367.377,00	1.435.746,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	102	112.750,00	0,00	124.308,00	130.524,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	104	515.875,00	532.500,00	568.753,00	597.191,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	104	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	101	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	104	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	7.125,00	7.500,00	7.857,00	8.250,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	101	200.200,00	222.500,00	220.721,00	231.758,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	102	18.200,00	0,00	20.066,00	21.070,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	104	85.000,00	87.500,00	93.713,00	98.399,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	101	5.750,00	3.750,00	6.340,00	6.657,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	102	500,00	0,00	552,00	580,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	104	2.500,00	1.750,00	2.757,00	2.895,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	500,00	500,00	552,00	580,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	26.000,00	17.500,00	28.665,00	30.099,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	102	51.800,00	50.000,00	57.110,00	59.966,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	103	55.400,00	125.000,00	61.079,00	64.133,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	104	52.000,00	125.000,00	57.330,00	60.197,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1000	180.000,00	100.000,00	198.450,00	208.373,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1042	0,00	36.250,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	107	120.700,00	150.000,00	133.072,00	139.726,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	110	34.800,00	0,00	38.367,00	40.286,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	500,00	250,00	552,00	580,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	0,00	5.000,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	102	14.500,00	10.000,00	15.987,00	16.787,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	103	9.400,00	17.500,00	10.364,00	10.883,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	104	30.000,00	50.000,00	33.075,00	34.729,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	200.750,00	202.500,00	221.328,00	232.395,00
1057	EQUIPAR E REEQUIPAR A EDUCAÇÃO INFANTIL		530.000,00	707.500,00	584.325,00	613.542,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	50.000,00	25.000,00	55.125,00	57.882,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1040	480.000,00	632.500,00	529.200,00	555.660,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	103	0,00	25.000,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	104	0,00	25.000,00	0,00	0,00
09.001.12.366	Educação de Jovens e Adultos		81.525,00	46.500,00	89.894,00	94.391,00
09.001.12.366.0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS		81.525,00	46.500,00	89.894,00	94.391,00
2052	MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS		81.525,00	46.500,00	89.894,00	94.391,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4101	70.000,00	35.000,00	77.175,00	81.034,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4101	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4101	6.000,00	5.750,00	6.615,00	6.946,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	4000	3.525,00	3.750,00	3.888,00	4.083,00
09.001.12.367	Educação Especial		868.250,00	931.250,00	957.262,00	1.005.128,00
09.001.12.367.0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS		868.250,00	931.250,00	957.262,00	1.005.128,00
2089	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS VOLTADOS AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL		15.500,00	15.500,00	17.092,00	17.947,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	15.000,00	15.000,00	16.538,00	17.365,00
2049	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		417.500,00	400.000,00	460.294,00	483.309,00
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	102	417.500,00	400.000,00	460.294,00	483.309,00
2052	MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS		435.250,00	515.750,00	479.876,00	503.872,00

3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5101	350.500,00	422.500,00	386.427,00	405.749,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5101	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5101	51.875,00	56.250,00	57.193,00	60.053,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	5000	30.875,00	35.000,00	34.040,00	35.742,00
09.002	Departamento de Ação Cultural		807.350,00	742.250,00	890.128,00	934.642,00
09.002.13	Cultura		807.350,00	742.250,00	890.128,00	934.642,00
09.002.13.122	Administração Geral		602.350,00	499.500,00	664.102,00	697.311,00
09.002.13.122.0021	CULTURA		602.350,00	499.500,00	664.102,00	697.311,00
2060	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS		587.350,00	484.500,00	647.564,00	679.946,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	108.750,00	112.500,00	119.898,00	125.893,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	6.400,00	6.250,00	7.056,00	7.409,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	3.500,00	1.000,00	3.859,00	4.052,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	203.000,00	200.000,00	223.808,00	234.999,00
3.3.90.31.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	1000	8.000,00	7.500,00	8.820,00	9.261,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	2.600,00	1.750,00	2.867,00	3.011,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250.000,00	150.000,00	275.625,00	289.407,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	3.850,00	4.250,00	4.246,00	4.459,00
1059	EQUIPAR E REEQUIPAR O SETOR CULTURAL		15.000,00	15.000,00	16.538,00	17.365,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	15.000,00	15.000,00	16.538,00	17.365,00
09.002.13.392	Difusão Cultural		205.000,00	242.750,00	226.026,00	237.331,00
09.002.13.392.0021	CULTURA		205.000,00	242.750,00	226.026,00	237.331,00
2057	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA CIDADÃ		205.000,00	242.750,00	226.026,00	237.331,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	149.750,00	175.000,00	165.100,00	173.355,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	25.125,00	30.000,00	27.702,00	29.088,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	875,00	1.000,00	965,00	1.014,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	10.000,00	12.500,00	11.025,00	11.577,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	2.500,00	2.500,00	2.757,00	2.895,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	15.000,00	20.000,00	16.538,00	17.365,00
10	Secretaria de Saúde		50.584.400,00	54.289.450,00	55.769.392,25	58.557.896,25
10.001	Fundo Municipal de Saúde		50.584.400,00	54.289.450,00	55.769.392,25	58.557.896,25
10.001.10	Saúde		50.584.400,00	54.289.450,00	55.769.392,25	58.557.896,25
10.001.10.122	Administração Geral		3.459.400,00	3.881.500,00	3.814.015,00	4.004.727,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
10.001.10.122.0007	SAÚDE		3.459.400,00	3.881.500,00	3.814.015,00	4.004.727,00
2063	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		3.456.950,00	3.879.250,00	3.811.307,00	4.001.882,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1064	2.200,00	2.000,00	2.426,00	2.548,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	303	1.713.250,00	2.000.000,00	1.888.859,00	1.983.302,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	303	48.500,00	67.500,00	53.472,00	56.146,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	303	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	303	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	303	134.750,00	140.000,00	148.563,00	155.992,00
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	303	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	186.500,00	125.000,00	205.617,00	215.898,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	12.000,00	10.000,00	13.230,00	13.892,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	510	12.000,00	10.000,00	13.230,00	13.892,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	12.000,00	250,00	13.230,00	13.892,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	212.000,00	200.000,00	233.730,00	245.417,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	260.000,00	300.000,00	286.650,00	300.983,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	303	1.000,00	1.000,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	304	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	497	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	510	12.000,00	22.500,00	13.230,00	13.892,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	519	2.000,00	2.250,00	2.205,00	2.316,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	520	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1000	735.750,00	850.000,00	811.165,00	851.724,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	5.000,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	25.500,00	50.000,00	28.114,00	29.520,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	80.250,00	87.500,00	88.477,00	92.901,00
2094	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE		2.450,00	2.250,00	2.708,00	2.845,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	1.200,00	1.000,00	1.323,00	1.390,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00

10.001.10.301	Atenção Básica		18.554.825,00	20.020.250,00	20.456.666,25	21.479.475,25
10.001.10.301.0007	SAÚDE		18.554.825,00	20.020.250,00	20.456.666,25	21.479.475,25
1042	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE POSTOS DE SAÚDE		3.250.750,00	1.550.000,00	3.583.956,00	3.763.153,00
4.4.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	250.000,00	100.000,00	275.625,00	289.407,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	518	2.250.000,00	700.000,00	2.480.625,00	2.604.656,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	520	750.000,00	750.000,00	826.875,00	868.217,00
2066	ENCARGOS COM ACS		2.725.000,00	2.893.000,00	3.004.316,00	3.154.533,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1051	1.817.500,00	1.825.000,00	2.003.793,00	2.103.982,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	494	363.500,00	450.000,00	400.759,00	420.797,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	494	500.000,00	562.500,00	551.250,00	578.813,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	494	38.500,00	50.000,00	42.447,00	44.570,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	494	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	494	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
2067	ENCARGOS COM EMPREGO PÚBLICO - PSF		3.088.000,00	3.592.750,00	3.404.524,00	3.574.753,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1064	280.000,00	250.000,00	308.700,00	324.135,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	494	2.225.000,00	2.550.000,00	2.453.063,00	2.575.717,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	494	347.750,00	475.000,00	383.395,00	402.565,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	494	100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	494	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	494	81.500,00	125.000,00	89.854,00	94.347,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	494	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	48.500,00	87.500,00	53.472,00	56.146,00
2068	ENCARGOS COM ACE		636.250,00	688.250,00	701.472,00	736.548,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1051	422.500,00	450.000,00	465.807,00	489.098,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	494	84.500,00	95.000,00	93.162,00	97.821,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	494	123.500,00	137.500,00	136.159,00	142.967,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	494	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	494	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	494	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
2114	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA		5.254.825,00	8.196.250,00	5.793.398,25	6.083.036,25
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1064	21.000,00	92.500,00	23.151,00	24.307,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	303	1.857.500,00	2.275.000,00	2.047.855,25	2.150.230,25
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	494	50.000,00	0,00	55.106,00	57.849,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	303	51.500,00	57.500,00	56.779,00	59.618,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	303	73.775,00	35.000,00	81.338,00	85.405,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	303	5.000,00	10.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	303	234.750,00	300.000,00	258.813,00	271.754,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	494	10.225,00	0,00	11.274,00	11.838,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	303	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	5.000,00	6.750,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	303	2.000,00	5.000,00	2.205,00	2.316,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	120.000,00	750.000,00	132.300,00	138.915,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1016	300.000,00	300.000,00	330.750,00	347.287,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	494	400.000,00	400.000,00	441.000,00	463.050,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	510	432.825,00	475.000,00	477.192,00	501.052,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	519	280.000,00	250.000,00	308.697,00	324.127,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	494	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	1.000.000,00	1.400.000,00	1.102.500,00	1.157.625,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1016	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	494	120.000,00	400.000,00	132.300,00	138.915,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	510	30.000,00	32.500,00	33.075,00	34.729,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1016	0,00	150.000,00	0,00	0,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	494	114.000,00	50.000,00	125.685,00	131.970,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	5.000,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	145.750,00	200.000,00	160.690,00	168.725,00
1061	EQUIPAR E REEQUIPAR A ATENÇÃO PRIMÁRIA		1.200.000,00	1.350.000,00	1.323.000,00	1.389.151,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	200.000,00	100.000,00	220.500,00	231.525,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	518	500.000,00	500.000,00	551.250,00	578.813,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	520	500.000,00	750.000,00	551.250,00	578.813,00
1062	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA		2.400.000,00	1.750.000,00	2.646.000,00	2.778.301,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	750.000,00	100.000,00	826.875,00	868.219,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	520	1.650.000,00	1.650.000,00	1.819.125,00	1.910.082,00
10.001.10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		25.829.550,00	27.854.700,00	28.477.129,00	29.901.014,00
10.001.10.302.0007	SAÚDE		25.829.550,00	27.854.700,00	28.477.129,00	29.901.014,00
1036	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS		2.600.750,00	2.600.000,00	2.867.331,00	3.010.698,00
4.4.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	518	2.600.000,00	2.600.000,00	2.866.500,00	3.009.825,00
2064	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL		9.130.000,00	10.194.900,00	10.065.835,00	10.569.136,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	0,00	160.000,00	0,00	0,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1064	221.000,00	140.000,00	243.653,00	255.836,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	303	2.832.500,00	3.125.000,00	3.122.832,00	3.278.974,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	303	8.375,00	50.000,00	9.234,00	9.696,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	303	300.000,00	325.000,00	330.750,00	347.288,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	303	25.000,00	25.000,00	27.563,00	28.942,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	303	338.250,00	375.000,00	372.922,00	391.569,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	303	875,00	250,00	965,00	1.014,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	20.000,00	30.000,00	22.050,00	23.153,00

3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	500.000,00	500.000,00	551.250,00	578.813,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1016	500.000,00	500.000,00	551.250,00	578.813,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	494	300.000,00	300.000,00	330.750,00	347.288,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	510	250.000,00	259.900,00	275.625,00	289.407,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	519	260.000,00	300.000,00	286.650,00	300.983,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	2.000.000,00	2.000.000,00	2.205.000,00	2.315.250,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1016	1.000.000,00	1.000.000,00	1.102.500,00	1.157.625,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	494	250.000,00	750.000,00	275.625,00	289.407,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	510	0,00	5.000,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	519	100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	1.750,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	2.500,00	5.000,00	2.757,00	2.895,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	220.750,00	242.500,00	243.378,00	255.547,00
2085	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS		1.349.400,00	966.250,00	1.487.722,00	1.562.114,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1064	23.000,00	20.000,00	25.358,00	26.626,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	494	506.000,00	357.500,00	557.865,00	585.759,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	494	4.150,00	8.250,00	4.576,00	4.805,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	494	35.500,00	42.500,00	39.139,00	41.096,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	494	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	494	68.250,00	50.000,00	75.247,00	79.010,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	494	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	494	1.000,00	1.000,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	50.000,00	5.000,00	55.125,00	57.882,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	494	100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	519	40.000,00	45.000,00	44.100,00	46.305,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	494	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	494	24.000,00	24.000,00	26.460,00	27.783,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	170.000,00	0,00	187.425,00	196.797,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	494	280.000,00	275.000,00	308.700,00	324.135,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	41.750,00	31.250,00	46.030,00	48.332,00
2097	MANUTENÇÃO DO SAMU		729.750,00	822.250,00	804.556,00	844.785,00
3.1.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	303	583.250,00	287.500,00	643.034,00	675.186,00
3.1.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	494	0,00	332.500,00	0,00	0,00
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	303	145.500,00	167.500,00	160.414,00	168.435,00
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	494	0,00	33.750,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	303	250,00	250,00	277,00	291,00

CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	303	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	303	250,00	250,00	277,00	291,00
4.4.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	303	250,00	250,00	277,00	291,00
2115	MANUTENÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS, CLÍNICAS, LABORATÓRIOS E HOSPITAIS		2.124.250,00	2.042.500,00	2.341.988,00	2.459.089,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	75.000,00	82.500,00	82.688,00	86.823,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	494	149.000,00	175.000,00	164.273,00	172.487,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	1.500.000,00	1.250.000,00	1.653.750,00	1.736.438,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	494	200.000,00	300.000,00	220.500,00	231.525,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	519	200.000,00	234.750,00	220.500,00	231.525,00
2116	MANUTENÇÃO DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS E PRIVADAS		4.254.750,00	2.812.500,00	4.690.863,00	4.925.408,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	2.500.000,00	1.500.000,00	2.756.250,00	2.894.063,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	494	900.000,00	900.000,00	992.250,00	1.041.863,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	519	854.750,00	412.500,00	942.363,00	989.482,00
2117	MANUTENÇÃO DO CISCOMCAM		3.938.850,00	3.864.050,00	4.342.587,00	4.559.718,00
3.1.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1000	852.500,00	2.000.000,00	939.882,00	986.877,00
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	303	2.869.475,00	1.638.550,00	3.163.597,00	3.321.777,00
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	494	216.375,00	225.000,00	238.554,00	250.482,00
4.4.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
2065	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES KELY CRISTIANA ROCHA		451.050,00	1.252.250,00	497.291,00	522.160,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1064	15.000,00	15.000,00	16.538,00	17.365,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	303	125.000,00	137.500,00	137.813,00	144.704,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	303	16.800,00	35.000,00	18.522,00	19.449,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	303	10.000,00	30.000,00	11.025,00	11.577,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	303	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	303	4.550,00	5.000,00	5.017,00	5.268,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	303	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	1.000,00	1.000,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	0,00	50.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1016	0,00	20.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	494	270.000,00	50.000,00	297.675,00	312.559,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	200.000,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1016	0,00	500.000,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	494	0,00	200.000,00	0,00	0,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	2.700,00	3.000,00	2.977,00	3.126,00
1063	EQUIPAR E REEQUIPAR A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		400.000,00	2.700.000,00	441.000,00	463.050,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	518	200.000,00	200.000,00	220.500,00	231.525,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	520	200.000,00	2.500.000,00	220.500,00	231.525,00
1064	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		450.000,00	350.000,00	496.125,00	520.932,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	100.000,00	0,00	110.250,00	115.763,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	520	350.000,00	350.000,00	385.875,00	405.169,00

1073	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES KELY CRISTIANA ROCHA		400.750,00	250.000,00	441.831,00	463.924,00
4.4.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	250.000,00	100.000,00	275.625,00	289.407,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	520	150.000,00	150.000,00	165.375,00	173.644,00
10.001.10.303	Suporte Profilático e Terapêutico		1.052.250,00	725.000,00	1.160.122,00	1.218.133,00
10.001.10.303.0007	SAÚDE		1.052.250,00	725.000,00	1.160.122,00	1.218.133,00
2069	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		1.052.250,00	665.000,00	1.160.122,00	1.218.133,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	303	162.250,00	172.500,00	178.882,00	187.827,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	303	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	303	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	303	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	303	20.500,00	22.500,00	22.602,00	23.733,00
3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	303	400.000,00	400.000,00	441.000,00	463.050,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	303	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	519	250,00	3.000,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	400.000,00	10.000,00	441.000,00	463.050,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	519	0,00	20.000,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1000	50.000,00	250,00	55.125,00	57.882,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	519	0,00	15.000,00	0,00	0,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	12.250,00	15.000,00	13.507,00	14.183,00
1091	EQUIPAR E REEQUIPAR O SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO		0,00	60.000,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	520	0,00	60.000,00	0,00	0,00
10.001.10.304	Vigilância Sanitária		1.146.000,00	1.214.500,00	1.263.478,00	1.326.659,00
10.001.10.304.0007	SAÚDE		1.146.000,00	1.214.500,00	1.263.478,00	1.326.659,00
2070	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		691.000,00	814.500,00	761.840,00	799.939,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	303	490.000,00	575.000,00	540.225,00	567.237,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	303	27.500,00	48.750,00	30.319,00	31.835,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	303	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	303	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	303	47.500,00	48.750,00	52.369,00	54.988,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	303	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	519	5.000,00	10.000,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	494	7.000,00	0,00	7.718,00	8.104,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	510	3.000,00	12.500,00	3.308,00	3.474,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	519	25.000,00	42.500,00	27.563,00	28.942,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	519	0,00	30.000,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	494	1.000,00	0,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	519	50.000,00	10.000,00	55.125,00	57.882,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	28.500,00	30.000,00	31.422,00	32.994,00
1067	EQUIPAR E REEQUIPAR A VIGILÂNCIA SANITÁRIA		200.000,00	200.000,00	220.500,00	231.525,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	520	200.000,00	200.000,00	220.500,00	231.525,00
1068	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA		255.000,00	200.000,00	281.138,00	295.195,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	55.000,00	0,00	60.638,00	63.670,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	520	200.000,00	200.000,00	220.500,00	231.525,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
10.001.10.305	Vigilância Epidemiológica		342.125,00	388.500,00	377.205,00	396.072,00
10.001.10.305.0007	SAÚDE		342.125,00	388.500,00	377.205,00	396.072,00
2119	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		342.125,00	388.500,00	377.205,00	396.072,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1064	27.000,00	27.500,00	29.768,00	31.257,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	303	220.000,00	252.500,00	242.550,00	254.678,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	303	30.750,00	28.750,00	33.903,00	35.599,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	303	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	303	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	303	6.750,00	19.250,00	7.443,00	7.816,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	303	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	3.000,00	0,00	3.308,00	3.474,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	519	8.000,00	5.000,00	8.820,00	9.261,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	494	20.000,00	0,00	22.050,00	23.153,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	519	5.000,00	25.000,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	519	10.000,00	10.000,00	11.025,00	11.577,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	5.375,00	12.500,00	5.927,00	6.224,00
10.001.10.306	Alimentação e Nutrição		200.250,00	205.000,00	220.777,00	231.816,00
10.001.10.306.0007	SAÚDE		200.250,00	205.000,00	220.777,00	231.816,00
2069	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		200.250,00	205.000,00	220.777,00	231.816,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	519	0,00	5.000,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1000	200.000,00	200.000,00	220.500,00	231.525,00
11	Secretaria de Assistência Social		5.804.100,00	6.147.000,00	6.399.177,00	6.719.198,00
11.001	Departamento de Assistência Social		1.177.100,00	1.193.500,00	1.297.790,00	1.362.695,00
11.001.08	Assistência Social		1.177.100,00	1.193.500,00	1.297.790,00	1.362.695,00
11.001.08.122	Administração Geral		905.350,00	877.500,00	998.172,00	1.048.091,00
11.001.08.122.0003	ASSISTÊNCIA		905.350,00	877.500,00	998.172,00	1.048.091,00
2073	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		583.350,00	526.250,00	643.157,00	675.321,00

3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	395.000,00	350.000,00	435.488,00	457.263,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	28.750,00	37.500,00	31.698,00	33.283,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	19.250,00	12.500,00	21.224,00	22.286,00
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	6.000,00	17.500,00	6.615,00	6.946,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	30.000,00	20.000,00	33.075,00	34.729,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	15.000,00	15.000,00	16.538,00	17.365,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	25.000,00	250,00	27.563,00	28.942,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	25.000,00	30.000,00	27.563,00	28.942,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1000	21.600,00	27.500,00	23.814,00	25.005,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	11.250,00	8.250,00	12.404,00	13.025,00
2096	MANUTENÇÃO DO PORTAL DA CIDADANIA		322.000,00	351.250,00	355.015,00	372.770,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	238.250,00	267.500,00	262.672,00	275.806,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	8.000,00	10.750,00	8.820,00	9.261,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	20.500,00	24.250,00	22.602,00	23.733,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	2.000,00	3.750,00	2.205,00	2.316,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	30.000,00	20.000,00	33.075,00	34.729,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	1.500,00	1.500,00	1.654,00	1.737,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	8.000,00	5.000,00	8.820,00	9.261,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	12.500,00	16.250,00	13.782,00	14.472,00
11.001.08.243	Assistência à Criança a ao Adolescente		271.750,00	316.000,00	299.618,00	314.604,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
11.001.08.243.0003	ASSISTÊNCIA		271.750,00	316.000,00	299.618,00	314.604,00
2076	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR		271.750,00	316.000,00	299.618,00	314.604,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	195.000,00	232.500,00	214.988,00	225.738,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	37.500,00	46.250,00	41.344,00	43.412,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	2.500,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	25.000,00	25.000,00	27.563,00	28.942,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	2.000,00	2.000,00	2.205,00	2.316,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	10.000,00	5.000,00	11.025,00	11.577,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
11.002	Fundo Municipal de Assistência Social		4.206.500,00	4.480.250,00	4.637.756,00	4.869.683,00
11.002.08	Assistência Social		4.206.500,00	4.480.250,00	4.637.756,00	4.869.683,00
11.002.08.122	Administração Geral		50.500,00	17.000,00	55.686,00	58.476,00
11.002.08.122.0003	ASSISTÊNCIA		50.500,00	17.000,00	55.686,00	58.476,00
2090	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		11.500,00	6.000,00	12.683,00	13.318,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	2.500,00	2.500,00	2.757,00	2.895,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	936	8.500,00	3.000,00	9.372,00	9.841,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
2084	APOIO A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SUAS-IGD SUAS		11.500,00	3.500,00	12.683,00	13.319,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	936	5.000,00	1.000,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	936	1.000,00	1.000,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	936	5.000,00	1.000,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	936	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	936	250,00	250,00	277,00	291,00
2095	APOIO A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO PBF E CADASTRO ÚNICO		27.500,00	7.500,00	30.320,00	31.839,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	936	2.000,00	5.000,00	2.205,00	2.316,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	936	10.000,00	1.000,00	11.025,00	11.577,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	936	5.000,00	1.000,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	936	500,00	0,00	552,00	580,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	936	10.000,00	0,00	11.025,00	11.577,00
11.002.08.241	Assistência ao Idoso		160.575,00	163.500,00	177.047,00	185.904,00
11.002.08.241.0003	ASSISTÊNCIA		160.575,00	163.500,00	177.047,00	185.904,00
2075	MANUTENÇÃO DO ESPAÇO SAÚDE DO IDOSO		160.575,00	163.500,00	177.047,00	185.904,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	92.500,00	92.500,00	101.982,00	107.082,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	13.750,00	16.250,00	15.160,00	15.918,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	4.250,00	4.250,00	4.687,00	4.922,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	25.000,00	1.000,00	27.563,00	28.942,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2934	0,00	10.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	829	0,00	10.000,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00

3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	1.000,00	250,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	20.000,00	5.000,00	22.050,00	23.153,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2934	0,00	5.000,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	829	0,00	15.000,00	0,00	0,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	2.575,00	2.750,00	2.840,00	2.982,00
11.002.08.244	Assistência Comunitária		525.250,00	465.000,00	579.090,00	608.047,00
11.002.08.244.0003	ASSISTÊNCIA		525.250,00	465.000,00	579.090,00	608.047,00
2077	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS		525.250,00	465.000,00	579.090,00	608.047,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	10.000,00	277,00	291,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1000	450.000,00	400.000,00	496.125,00	520.932,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	0,00	10.000,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	50.000,00	15.000,00	55.125,00	57.882,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	25.000,00	30.000,00	27.563,00	28.942,00
11.002.08.245	Serviços Socioassistenciais		3.470.175,00	3.834.750,00	3.825.933,00	4.017.256,00
11.002.08.245.0003	ASSISTÊNCIA		3.470.175,00	3.834.750,00	3.825.933,00	4.017.256,00
1045	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA		0,00	100.000,00	0,00	0,00
	SOCIAL - CREAS					
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	0,00	100.000,00	0,00	0,00
1038	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS		150.750,00	100.000,00	166.206,00	174.517,00
4.4.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	150.000,00	100.000,00	165.375,00	173.644,00
2074	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DE PROTEÇÃO		459.500,00	466.000,00	506.600,00	531.933,00
	SOCIAL BÁSICA					
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1000	420.000,00	420.000,00	463.050,00	486.203,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	25.000,00	5.000,00	27.563,00	28.942,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2934	0,00	10.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	829	0,00	10.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	934	10.000,00	10.000,00	11.025,00	11.577,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	1.500,00	1.000,00	1.654,00	1.737,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	3.000,00	5.000,00	3.308,00	3.474,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	934	0,00	5.000,00	0,00	0,00
2092	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DE PROTEÇÃO		196.750,00	420.000,00	216.922,00	227.770,00
	SOCIAL ESPECIAL					
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1000	144.000,00	145.000,00	158.760,00	166.698,00
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	935	28.000,00	30.000,00	30.870,00	32.412,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	1.000,00	1.000,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2935	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	829	0,00	10.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	935	10.000,00	1.000,00	11.025,00	11.577,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	935	0,00	3.000,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	10.000,00	167.500,00	11.025,00	11.577,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	829	0,00	60.000,00	0,00	0,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	935	3.000,00	1.000,00	3.308,00	3.474,00
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
2079	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO		793.750,00	695.500,00	875.122,00	918.887,00
	ADOLESCENTE					
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	510.000,00	437.500,00	562.275,00	590.389,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	12.500,00	250,00	13.782,00	14.472,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	5.000,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	68.500,00	62.500,00	75.522,00	79.299,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	80.000,00	20.000,00	88.200,00	92.610,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2934	5.000,00	10.000,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	829	0,00	40.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	934	58.000,00	60.000,00	63.945,00	67.143,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	1.500,00	0,00	1.654,00	1.737,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	934	0,00	2.000,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2934	1.000,00	0,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	934	1.000,00	0,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	10.000,00	5.000,00	11.025,00	11.577,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2934	2.000,00	0,00	2.205,00	2.316,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	934	2.000,00	10.000,00	2.205,00	2.316,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	40.750,00	40.000,00	44.928,00	47.175,00
2081	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS		733.250,00	617.000,00	808.410,00	848.828,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	470.000,00	382.500,00	518.175,00	544.084,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	814	50.000,00	42.500,00	55.124,00	57.879,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	12.000,00	25.000,00	13.230,00	13.892,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	2.000,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	5.000,00	250,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	53.000,00	32.500,00	58.433,00	61.355,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	814	6.850,00	7.500,00	7.553,00	7.931,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	2.000,00	2.000,00	2.205,00	2.316,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	814	2.000,00	0,00	2.205,00	2.316,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	7.500,00	10.000,00	8.269,00	8.683,00

3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2934	5.000,00	1.000,00	5.505,00	5.775,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	814	16.150,00	0,00	17.806,00	18.697,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	829	0,00	20.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	934	40.750,00	40.000,00	44.924,00	47.167,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	934	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	15.000,00	250,00	16.538,00	17.365,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	934	7.500,00	0,00	8.269,00	8.683,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2934	0,00	22.500,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	934	2.500,00	0,00	2.757,00	2.895,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	31.500,00	21.250,00	34.729,00	36.466,00
2082	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO		248.375,00	291.000,00	273.848,00	287.546,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	125.000,00	132.500,00	137.813,00	144.704,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	5.000,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	15.750,00	16.250,00	17.365,00	18.234,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	875,00	250,00	965,00	1.014,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	934	0,00	2.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	70.000,00	10.000,00	77.175,00	81.034,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2934	5.000,00	1.000,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	829	0,00	60.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	934	10.250,00	30.000,00	11.302,00	11.868,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	935	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	10.000,00	10.000,00	11.025,00	11.577,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	829	0,00	10.000,00	0,00	0,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	9.500,00	10.750,00	10.474,00	10.998,00
2080	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		240.800,00	213.250,00	265.497,00	278.777,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	94.250,00	60.000,00	103.912,00	109.108,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	37.500,00	250,00	41.344,00	43.412,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	16.000,00	10.250,00	17.640,00	18.522,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	20.000,00	10.000,00	22.050,00	23.153,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2935	5.000,00	10.000,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	829	0,00	40.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	935	42.250,00	47.500,00	46.582,00	48.912,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	935	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2935	9.500,00	0,00	10.474,00	10.998,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	935	0,00	20.000,00	0,00	0,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	9.550,00	6.750,00	10.530,00	11.057,00
2121	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM		538.250,00	667.000,00	593.435,00	623.112,00
	ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS					
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	400.000,00	500.000,00	441.000,00	463.050,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	5.000,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	5.000,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	62.500,00	75.000,00	68.907,00	72.353,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	1.500,00	2.000,00	1.654,00	1.737,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	12.000,00	1.000,00	13.230,00	13.892,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2935	10.000,00	10.000,00	11.025,00	11.577,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	829	0,00	10.000,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2935	0,00	5.000,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	1.500,00	250,00	1.654,00	1.737,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2935	1.500,00	0,00	1.654,00	1.737,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	5.000,00	1.000,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2935	5.000,00	0,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	829	0,00	2.000,00	0,00	0,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	37.250,00	48.750,00	41.069,00	43.123,00
1078	EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		108.750,00	165.000,00	119.893,00	125.886,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	52.500,00	10.000,00	57.882,00	60.777,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2934	21.250,00	5.000,00	23.429,00	24.601,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2935	10.000,00	50.000,00	11.025,00	11.577,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	829	0,00	50.000,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	936	25.000,00	50.000,00	27.557,00	28.931,00

1039	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO		0,00	100.000,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	0,00	100.000,00	0,00	0,00
11.003	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		186.250,00	188.750,00	205.346,00	215.614,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
11.003.08	Assistência Social		186.250,00	188.750,00	205.346,00	215.614,00
11.003.08.243	Assistência à Criança a ao Adolescente		186.250,00	188.750,00	205.346,00	215.614,00
11.003.08.243.0003	ASSISTÊNCIA		186.250,00	188.750,00	205.346,00	215.614,00
2113	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA A CRIANÇA EO		120.500,00	103.750,00	132.852,00	139.494,00
	ADOLESCENTE					
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1000	0,00	30.000,00	0,00	0,00
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	900	10.000,00	0,00	11.025,00	11.577,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2934	27.500,00	10.000,00	30.319,00	31.835,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2935	32.500,00	10.000,00	35.829,00	37.618,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	900	25.000,00	0,00	27.563,00	28.940,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2935	0,00	3.000,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2934	1.000,00	0,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2934	4.500,00	0,00	4.962,00	5.211,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2935	5.000,00	0,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	900	15.000,00	47.500,00	16.538,00	17.365,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	0,00	1.000,00	0,00	0,00
1006	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES		50.750,00	50.000,00	55.956,00	58.755,00
4.4.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	50.000,00	50.000,00	55.125,00	57.882,00
1080	EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO		15.000,00	35.000,00	16.538,00	17.365,00
	ADOLESCENTE					
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	15.000,00	10.000,00	16.538,00	17.365,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2935	0,00	20.000,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	900	0,00	5.000,00	0,00	0,00
11.004	Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social		99.500,00	63.250,00	109.707,00	115.194,00
11.004.16	Habitação		99.500,00	63.250,00	109.707,00	115.194,00
11.004.16.482	Habitação Urbana		99.500,00	63.250,00	109.707,00	115.194,00
11.004.16.482.0003	ASSISTÊNCIA		99.500,00	63.250,00	109.707,00	115.194,00
2087	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		99.500,00	63.250,00	109.707,00	115.194,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	60.000,00	50.000,00	66.150,00	69.458,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	8.000,00	7.500,00	8.820,00	9.261,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	0,00	2.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	30.000,00	1.000,00	33.075,00	34.729,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	501	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
11.005	Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa		107.500,00	116.250,00	118.522,00	124.451,00
11.005.08	Assistência Social		107.500,00	116.250,00	118.522,00	124.451,00
11.005.08.241	Assistência ao Idoso		107.500,00	116.250,00	118.522,00	124.451,00
11.005.08.241.0003	ASSISTÊNCIA		107.500,00	116.250,00	118.522,00	124.451,00
2126	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA A PESSOA		77.500,00	101.250,00	85.447,00	89.722,00
	IDOSA					
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1000	0,00	60.000,00	0,00	0,00
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	900	5.000,00	0,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2934	10.000,00	10.000,00	11.025,00	11.577,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	900	10.000,00	0,00	11.025,00	11.577,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	0,00	3.000,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2934	22.250,00	25.000,00	24.532,00	25.759,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	900	30.000,00	1.000,00	33.075,00	34.729,00
1084	EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA		30.000,00	15.000,00	33.075,00	34.729,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	30.000,00	5.000,00	33.075,00	34.729,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2934	0,00	10.000,00	0,00	0,00
11.006	Fundo Municipal do Trabalho		750,00	750,00	831,00	873,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
11.006.11	Trabalho		750,00	750,00	831,00	873,00
11.006.11.334	Fomento ao Trabalho		750,00	750,00	831,00	873,00
11.006.11.334.0003	ASSISTÊNCIA		750,00	750,00	831,00	873,00
2112	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA FOMENTAR O		750,00	750,00	831,00	873,00
	TRABALHO					
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
11.007	Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência		750,00	39.750,00	831,00	873,00
11.007.08	Assistência Social		750,00	39.750,00	831,00	873,00
11.007.08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		750,00	39.750,00	831,00	873,00
11.007.08.242.0003	ASSISTÊNCIA		750,00	39.750,00	831,00	873,00
2127	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA A PESSOA COM		750,00	29.750,00	831,00	873,00
	DEFICIÊNCIA					
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2935	0,00	20.000,00	0,00	0,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2935	0,00	4.250,00	0,00	0,00

3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2935	250,00	3.000,00	277,00	291,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2935	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2935	0,00	1.000,00	0,00	0,00
1086	EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA		0,00	10.000,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2935	0,00	10.000,00	0,00	0,00
11.008	Fundo Municipal dos Direitos da Mulher		25.750,00	64.500,00	28.394,00	29.815,00
11.008.08	Assistência Social		25.750,00	64.500,00	28.394,00	29.815,00
11.008.08.245	Serviços Socioassistenciais		25.750,00	64.500,00	28.394,00	29.815,00
11.008.08.245.0003	ASSISTÊNCIA		25.750,00	64.500,00	28.394,00	29.815,00
2129	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA A MULHER		750,00	54.500,00	831,00	873,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2934	250,00	20.000,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2935	0,00	30.000,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2935	0,00	3.000,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	0,00	250,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2934	250,00	0,00	277,00	291,00
1088	EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER		0,00	10.000,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2934	0,00	10.000,00	0,00	0,00
1089	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER		25.000,00	0,00	27.563,00	28.942,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	25.000,00	0,00	27.563,00	28.942,00
12	Secretaria de Obras e Edificações		3.282.662,50	4.740.950,00	3.619.191,00	3.800.167,90
12.001	Gabinete do Secretário		1.061.725,00	1.400.000,00	1.170.566,00	1.229.100,00
12.001.15	Urbanismo		1.061.725,00	1.400.000,00	1.170.566,00	1.229.100,00
12.001.15.122	Administração Geral		1.061.725,00	1.400.000,00	1.170.566,00	1.229.100,00
12.001.15.122.0002	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		1.061.725,00	1.400.000,00	1.170.566,00	1.229.100,00
2086	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.061.725,00	1.400.000,00	1.170.566,00	1.229.100,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	520.000,00	581.000,00	573.300,00	601.965,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	22.050,00	40.250,00	24.311,00	25.527,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	38.175,00	38.500,00	42.089,00	44.194,00
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	2.500,00	2.500,00	2.757,00	2.895,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	13.750,00	17.500,00	15.160,00	15.918,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	1.000,00	1.000,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250.000,00	485.000,00	275.625,00	289.407,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1000	185.000,00	200.000,00	203.963,00	214.162,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	1.500,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	1.500,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	22.750,00	25.500,00	25.083,00	26.338,00
12.002	Divisão de Obras		1.969.437,50	3.055.950,00	2.171.337,00	2.279.913,90
12.002.15	Urbanismo		506.275,00	1.336.500,00	558.198,00	586.115,00
12.002.15.451	Infra-Estrutura Urbana		227.250,00	1.030.000,00	250.556,00	263.087,00
12.002.15.451.0005	OBRAS PÚBLICAS		227.250,00	1.030.000,00	250.556,00	263.087,00
1007	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRÓPRIOS PÚBLICOS		0,00	125.000,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	0,00	125.000,00	0,00	0,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1021	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS		0,00	75.000,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	0,00	75.000,00	0,00	0,00
1024	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E RECAPE ASFÁLTICO		125.750,00	200.000,00	138.644,00	145.577,00
4.4.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	125.000,00	200.000,00	137.813,00	144.704,00
1031	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ABRIGOS PARA PONTOS DE ÔNIBUS		50.750,00	35.000,00	55.956,00	58.755,00
4.4.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	50.000,00	35.000,00	55.125,00	57.882,00
1010	OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS		50.750,00	60.000,00	55.956,00	58.755,00
4.4.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	50.000,00	60.000,00	55.125,00	57.882,00
1011	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PONTES E BUEIROS		0,00	250.000,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	0,00	250.000,00	0,00	0,00
1022	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CICLOVIAS		0,00	200.000,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	0,00	200.000,00	0,00	0,00
1029	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS		0,00	85.000,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	0,00	85.000,00	0,00	0,00
12.002.15.452	Serviços Urbanos		279.025,00	306.500,00	307.642,00	323.028,00
12.002.15.452.0012	SERVIÇOS PÚBLICOS		279.025,00	306.500,00	307.642,00	323.028,00
2037	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, RECAPE ASFÁLTICO E OBRAS		750,00	25.000,00	831,00	873,00
	COMPLEMENTARES					
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	25.000,00	277,00	291,00
2041	MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS		200.250,00	200.000,00	220.777,00	231.817,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00

2120	MANUTENÇÃO DOS PRÓPRIOS PÚBLICOS		78.025,00	81.500,00	86.034,00	90.338,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	65.275,00	65.000,00	71.966,00	75.565,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	8.500,00	11.750,00	9.372,00	9.841,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	2.500,00	3.000,00	2.757,00	2.895,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
12.002.17	Saneamento		150.250,00	225.000,00	165.652,00	173.936,00
12.002.17.512	Saneamento Básico Urbano		150.250,00	225.000,00	165.652,00	173.936,00
12.002.17.512.0012	SERVIÇOS PÚBLICOS		150.250,00	225.000,00	165.652,00	173.936,00
2105	MANUTENÇÃO DAS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS		150.250,00	225.000,00	165.652,00	173.936,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	50.000,00	75.000,00	55.125,00	57.882,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	100.000,00	150.000,00	110.250,00	115.763,00
12.002.25	Energia		1.312.912,50	1.494.450,00	1.447.487,00	1.519.862,90
12.002.25.751	Conservação de Energia		1.312.912,50	1.494.450,00	1.447.487,00	1.519.862,90
12.002.25.751.0018	SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA		1.312.912,50	1.494.450,00	1.447.487,00	1.519.862,90
2034	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		1.312.912,50	1.494.450,00	1.447.487,00	1.519.862,90
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	507	362.500,00	244.450,00	399.657,00	419.640,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	507	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	507	950.162,50	1.250.000,00	1.047.553,00	1.099.931,90
12.003	Divisão de Edificações		251.500,00	285.000,00	277.288,00	291.154,00
12.003.15	Urbanismo		251.500,00	285.000,00	277.288,00	291.154,00
12.003.15.451	Infra-Estrutura Urbana		251.500,00	285.000,00	277.288,00	291.154,00
12.003.15.451.0015	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		251.500,00	285.000,00	277.288,00	291.154,00
1012	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL		0,00	125.000,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	0,00	125.000,00	0,00	0,00
1025	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ALMOXARIFADO		125.750,00	0,00	138.644,00	145.577,00
4.4.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	125.000,00	0,00	137.813,00	144.704,00
1074	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS		125.750,00	160.000,00	138.644,00	145.577,00
4.4.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	125.000,00	160.000,00	137.813,00	144.704,00
13	FUNDO DE PREVIDÊNCIA		17.861.000,00	18.750.000,00	19.691.753,00	20.676.343,00
13.001	FUNDO DE PREVIDÊNCIA		17.861.000,00	18.750.000,00	19.691.753,00	20.676.343,00
13.001.09	Previdência Social		17.861.000,00	18.750.000,00	19.691.753,00	20.676.343,00
13.001.09.272	Previdência do Regime Estatutário		17.861.000,00	18.750.000,00	19.691.753,00	20.676.343,00
13.001.09.272.0082	PREVIDÊNCIA		17.861.000,00	18.750.000,00	19.691.753,00	20.676.343,00
2098	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL - FPM		17.861.000,00	18.750.000,00	19.691.753,00	20.676.343,00
3.1.90.01.00.00	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	40	14.500.000,00	14.709.000,00	15.986.250,00	16.785.563,00
3.1.90.03.00.00	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	40	2.000.000,00	2.300.000,00	2.205.000,00	2.315.250,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1	5.000,00	5.000,00	5.512,00	5.785,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	40	1.000,00	1.000,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	551	50.000,00	50.000,00	55.125,00	57.882,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1	50.000,00	100.000,00	55.125,00	57.882,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1	30.000,00	20.000,00	33.075,00	34.729,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1	100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1	150.000,00	200.000,00	165.375,00	173.644,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1	5.000,00	15.000,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.86.00.00	COMPENSAÇÕES A REGIMES DE PREVIDÊNCIA	551	950.000,00	1.200.000,00	1.047.375,00	1.099.744,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1	20.000,00	50.000,00	22.050,00	23.153,00
14	Secretaria de Esportes		1.351.050,00	1.432.000,00	1.489.569,00	1.564.062,00
14.001	Gabinete do Secretário		181.100,00	215.750,00	199.675,00	209.665,00
14.001.27	Desporto e Lazer		181.100,00	215.750,00	199.675,00	209.665,00
14.001.27.122	Administração Geral		181.100,00	215.750,00	199.675,00	209.665,00
14.001.27.122.0008	ESPORTE E LAZER		181.100,00	215.750,00	199.675,00	209.665,00
2122	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL		181.100,00	205.750,00	199.675,00	209.665,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	74.000,00	102.500,00	81.585,00	85.665,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	9.600,00	17.750,00	10.584,00	11.114,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.50.41.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	25.000,00	10.000,00	27.563,00	28.942,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	60.000,00	60.000,00	66.150,00	69.458,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	2.000,00	2.500,00	2.205,00	2.316,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	2.000,00	250,00	2.205,00	2.316,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	5.000,00	8.250,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	1.000,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	1.500,00	2.000,00	1.654,00	1.737,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
1090	EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE ESPORTES		0,00	10.000,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	0,00	10.000,00	0,00	0,00
14.002	Departamento de Esportes		692.200,00	662.750,00	763.164,00	801.327,00
14.002.27	Desporto e Lazer		692.200,00	662.750,00	763.164,00	801.327,00
14.002.27.812	Desporto Comunitário		692.200,00	662.750,00	763.164,00	801.327,00

14.002.27.812.0008	ESPORTE E LAZER		692.200,00	662.750,00	763.164,00	801.327,00
1046	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GINÁSIOS, QUADRAS, ESTÁDIOS E CAMPOS DE FUTEBOL		150.750,00	150.000,00	166.206,00	174.517,00
4.4.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	250,00	0,00	277,00	291,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	150.000,00	150.000,00	165.375,00	173.644,00
2062	MANUTENÇÃO DE GINÁSIOS, QUADRAS, ESTÁDIOS E CAMPOS DE FUTEBOL		541.450,00	512.750,00	596.958,00	626.810,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	60.000,00	32.500,00	66.150,00	69.458,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	17.000,00	20.000,00	18.743,00	19.681,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	12.000,00	4.500,00	13.230,00	13.892,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	1.000,00	250,00	1.103,00	1.159,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	270.000,00	250.000,00	297.675,00	312.559,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	250,00	250,00	277,00	291,00

CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	2.500,00	250,00	2.757,00	2.895,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	175.000,00	200.000,00	192.938,00	202.585,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	2.700,00	3.000,00	2.977,00	3.126,00
14.003	Departamento de Recreação e Lazer		477.750,00	468.500,00	526.730,00	553.070,00
14.003.27	Desporto e Lazer		477.750,00	468.500,00	526.730,00	553.070,00
14.003.27.813	Lazer		477.750,00	468.500,00	526.730,00	553.070,00
14.003.27.813.0008	ESPORTE E LAZER		477.750,00	468.500,00	526.730,00	553.070,00
2061	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		477.750,00	468.500,00	526.730,00	553.070,00
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1000	240.000,00	250.000,00	264.600,00	277.830,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1000	28.000,00	29.250,00	30.870,00	32.414,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	5.000,00	5.000,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	40.000,00	30.000,00	44.100,00	46.305,00
3.3.90.31.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	1000	20.000,00	20.000,00	22.050,00	23.153,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1000	5.000,00	1.000,00	5.513,00	5.789,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	130.000,00	100.000,00	143.325,00	150.492,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1000	250,00	12.500,00	277,00	291,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1000	250,00	250,00	277,00	291,00
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1000	8.000,00	19.250,00	8.820,00	9.261,00
14.004	Fundo Municipal de Esportes		0,00	85.000,00	0,00	0,00
14.004.27	Desporto e Lazer		0,00	85.000,00	0,00	0,00
14.004.27.812	Desporto Comunitário		0,00	85.000,00	0,00	0,00
14.004.27.812.0008	ESPORTE E LAZER		0,00	85.000,00	0,00	0,00
1092	EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES		0,00	10.000,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1000	0,00	10.000,00	0,00	0,00
2131	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES		0,00	75.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1000	0,00	25.000,00	0,00	0,00
CONTA	**DESCRICAO**		**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1000	0,00	50.000,00	0,00	0,00
			145.727.450,00	**152.483.000,00**	**160.664.574,00**	**168.697.861,00**
					Total geral :	**627.572.885,00**

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:085C616F

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.872-2026 - ANEXO - PPA - CONFERÊNCIAS DE RECEITAS

MUNICIPIO DE TERRA BOA									
Estado do Paraná									
Exercício 2026 a 2029									
PPA - CONFERÊNCIAS DE RECEITAS									
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	RECEITAS CORRENTES	74.206.765,00	90.161.405,90	103.052.351,30	124.906.500,00	142.951.700,00	148.008.500,00	157.604.302,00	165.484.567,00
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	RECEITAS CORRENTES - Renúncia	-553.250,00	-602.500,00	-572.500,00	-630.000,00	-655.000,00	-650.000,00	-722.137,00	-758.241,00
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	RECEITAS CORRENTES - Restituições	-8.750,00	-9.325,00	-12.750,00	-11.000,00	-3.000,00	-2.000,00	-3.305,00	-3.469,00
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	RECEITAS CORRENTES - Descontos Concedidos	-205.500,00	-292.500,00	-292.500,00	-267.500,00	-287.500,00	-150.000,00	-316.967,00	-332.814,00
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	RECEITAS CORRENTES - Deduções FUNDEB	-7.878.125,00	-9.410.000,00	-11.415.000,00	-12.710.000,00	-14.233.000,00	-14.272.500,00	-15.691.881,00	-16.476.473,00
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	RECEITAS CORRENTES - Outras Deduções	-1.250,00	-1.325,00	-1.250,00	-1.250,00	-1.750,00	-1.000,00	-1.928,00	-2.024,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	8.560.750,00	10.870.000,00	11.547.500,00	13.516.750,00	17.562.275,00	15.845.750,00	19.362.421,00	20.330.553,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - Renúncia	-553.250,00	-602.500,00	-572.500,00	-630.000,00	-655.000,00	-650.000,00	-722.137,00	-758.241,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - Restituições	-8.750,00	-9.325,00	-12.750,00	-11.000,00	-3.000,00	-2.000,00	-3.305,00	-3.469,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - Descontos Concedidos	-200.000,00	-282.500,00	-282.500,00	-260.000,00	-277.500,00	-145.000,00	-305.942,00	-321.238,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - Outras Deduções	-1.250,00	-1.325,00	-1.250,00	-1.250,00	-1.750,00	-1.000,00	-1.928,00	-2.024,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS	6.747.500,00	8.675.000,00	9.275.000,00	11.000.000,00	14.483.750,00	13.200.000,00	15.968.339,00	16.766.760,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS - Renúncia	-407.500,00	-452.500,00	-430.000,00	-480.000,00	-455.000,00	-450.000,00	-501.637,00	-526.717,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS - Restituições	-8.750,00	-9.325,00	-7.750,00	-11.000,00	-3.000,00	-2.000,00	-3.305,00	-3.469,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS - Descontos Concedidos	-182.500,00	-200.000,00	-200.000,00	-207.500,00	-212.500,00	-125.000,00	-234.281,00	-245.995,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS - Outras Deduções	-1.250,00	-1.325,00	-1.250,00	-1.250,00	-1.750,00	-1.000,00	-1.928,00	-2.024,00

1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	3.987.500,00	4.585.000,00	4.967.500,00	6.055.000,00	7.187.500,00	6.880.000,00	7.924.220,00	8.320.432,00
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO - Renúncia	-270.000,00	-307.500,00	-292.500,00	-337.500,00	-355.000,00	-350.000,00	-391.387,00	-410.955,00
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO - Restituições	-6.250,00	-6.575,00	-6.500,00	-9.250,00	-1.750,00	-1.000,00	-1.928,00	-2.024,00
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO - Descontos Concedidos	-182.500,00	-200.000,00	-200.000,00	-207.500,00	-212.500,00	-125.000,00	-234.281,00	-245.995,00
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO - Outras Deduções	-1.250,00	-1.325,00	-1.250,00	-1.250,00	-1.750,00	-1.000,00	-1.928,00	-2.024,00
1.1.1.2.50.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	3.212.500,00	3.585.000,00	3.967.500,00	4.555.000,00	5.112.500,00	5.380.000,00	5.636.532,00	5.918.359,00
1.1.1.2.50.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - Renúncia	-167.500,00	-182.500,00	-167.500,00	-200.000,00	-205.000,00	-200.000,00	-226.012,00	-237.312,00
1.1.1.2.50.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - Restituições	-1.250,00	-1.325,00	-1.250,00	-1.750,00	-1.750,00	-1.000,00	-1.928,00	-2.024,00
1.1.1.2.50.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - Descontos Concedidos	-182.500,00	-200.000,00	-200.000,00	-207.500,00	-212.500,00	-125.000,00	-234.281,00	-245.995,00
1.1.1.2.50.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - Outras Deduções	-1.250,00	-1.325,00	-1.250,00	-1.250,00	-1.750,00	-1.000,00	-1.928,00	-2.024,00
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	2.575.000,00	3.000.000,00	3.250.000,00	3.650.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.410.000,00	4.630.500,00
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL - Renúncia	-167.500,00	-182.500,00	-167.500,00	-200.000,00	-205.000,00	-200.000,00	-226.012,00	-237.312,00
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL - Restituições	-1.250,00	-1.325,00	-1.250,00	-1.750,00	-1.750,00	-1.000,00	-1.928,00	-2.024,00
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL - Descontos Concedidos	-182.500,00	-200.000,00	-200.000,00	-207.500,00	-212.500,00	-125.000,00	-234.281,00	-245.995,00
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL - Outras Deduções	-1.250,00	-1.325,00	-1.250,00	-1.250,00	-1.750,00	-1.000,00	-1.928,00	-2.024,00
1.1.1.2.50.0.2.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS	12.500,00	10.000,00	17.500,00	17.500,00	30.000,00	30.000,00	33.075,00	34.729,00
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	450.000,00	425.000,00	500.000,00	637.500,00	775.000,00	950.000,00	854.438,00	897.160,00
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	175.000,00	150.000,00	200.000,00	250.000,00	307.500,00	400.000,00	339.019,00	355.970,00
1.1.1.2.53.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS	775.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.500.000,00	2.075.000,00	1.500.000,00	2.287.688,00	2.402.073,00
1.1.1.2.53.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE	-102.500,00	-125.000,00	-125.000,00	-137.500,00	-150.000,00	-150.000,00	-165.375,00	-173.643,00
	DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - Renúncia								
1.1.1.2.53.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - Restituições	-5.000,00	-5.250,00	-5.250,00	-7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS-PRINCIPAL	775.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.500.000,00	2.075.000,00	1.500.000,00	2.287.688,00	2.402.073,00
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS-PRINCIPAL - Renúncia	-102.500,00	-125.000,00	-125.000,00	-137.500,00	-150.000,00	-150.000,00	-165.375,00	-173.643,00
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS-PRINCIPAL - Restituições	-5.000,00	-5.250,00	-5.250,00	-7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	1.042.500,00	2.025.000,00	2.225.000,00	2.825.000,00	4.435.000,00	3.000.000,00	4.889.589,00	5.134.070,00
1.1.1.3.03.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	1.042.500,00	2.025.000,00	2.225.000,00	2.825.000,00	4.435.000,00	3.000.000,00	4.889.589,00	5.134.070,00
1.1.1.3.03.1.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO	975.000,00	2.000.000,00	2.200.000,00	2.825.000,00	4.367.500,00	3.000.000,00	4.815.170,00	5.055.930,00
1.1.1.3.03.1.1.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	975.000,00	2.000.000,00	2.200.000,00	2.825.000,00	4.367.500,00	3.000.000,00	4.815.170,00	5.055.930,00
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	950.000,00	1.625.000,00	1.750.000,00	2.350.000,00	3.875.000,00	2.750.000,00	4.272.188,00	4.485.798,00
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER LEGISLATIVO	25.000,00	375.000,00	450.000,00	475.000,00	492.500,00	250.000,00	542.982,00	570.132,00
1.1.1.3.03.4.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	67.500,00	25.000,00	25.000,00	0,00	67.500,00	0,00	74.419,00	78.140,00
1.1.1.3.03.4.1.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	67.500,00	25.000,00	25.000,00	0,00	67.500,00	0,00	74.419,00	78.140,00
1.1.1.3.03.4.1.01.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PRINCIPAL	67.500,00	25.000,00	25.000,00	0,00	67.500,00	0,00	74.419,00	78.140,00
1.1.1.3.03.4.1.01.01.00.00.00.	Imposto de renda de outros rendimentos executivo	67.500,00	25.000,00	25.000,00	0,00	67.500,00	0,00	74.419,00	78.140,00
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	1.717.500,00	2.065.000,00	2.082.500,00	2.120.000,00	2.861.250,00	3.320.000,00	3.154.530,00	3.312.258,00
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - Renúncia	-137.500,00	-145.000,00	-137.500,00	-142.500,00	-100.000,00	-100.000,00	-110.250,00	-115.762,00
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - Restituições	-2.500,00	-2.750,00	-1.250,00	-1.750,00	-1.250,00	-1.000,00	-1.377,00	-1.445,00
1.1.1.4.51.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS	1.717.500,00	2.065.000,00	2.082.500,00	2.120.000,00	2.861.250,00	3.320.000,00	3.154.530,00	3.312.258,00
1.1.1.4.51.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS - Renúncia	-137.500,00	-145.000,00	-137.500,00	-142.500,00	-100.000,00	-100.000,00	-110.250,00	-115.762,00
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1.1.1.4.51.0.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS - Restituições	-2.500,00	-2.750,00	-1.250,00	-1.750,00	-1.250,00	-1.000,00	-1.377,00	-1.445,00
1.1.1.4.51.1.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN	1.717.500,00	2.065.000,00	2.082.500,00	2.120.000,00	2.861.250,00	3.320.000,00	3.154.530,00	3.312.258,00
1.1.1.4.51.1.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - Renúncia	-137.500,00	-145.000,00	-137.500,00	-142.500,00	-100.000,00	-100.000,00	-110.250,00	-115.762,00
1.1.1.4.51.1.0.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - Restituições	-2.500,00	-2.750,00	-1.250,00	-1.750,00	-1.250,00	-1.000,00	-1.377,00	-1.445,00
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	1.650.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.750.000,00	3.125.000,00	3.031.875,00	3.183.469,00
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL - Renúncia	-137.500,00	-145.000,00	-137.500,00	-142.500,00	-100.000,00	-100.000,00	-110.250,00	-115.762,00
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL - Restituições	-2.500,00	-2.750,00	-1.250,00	-1.750,00	-1.250,00	-1.000,00	-1.377,00	-1.445,00
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS E JUROS	12.500,00	22.500,00	25.000,00	32.500,00	40.000,00	47.500,00	44.100,00	46.305,00
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER	37.500,00	25.000,00	32.500,00	55.000,00	48.750,00	100.000,00	53.748,00	56.436,00

	NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA								
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00.00.00.	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	17.500,00	17.500,00	25.000,00	32.500,00	22.500,00	47.500,00	24.807,00	26.048,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	TAXAS	1.705.000,00	2.106.750,00	2.170.750,00	2.393.500,00	3.021.375,00	2.585.750,00	3.331.070,00	3.497.628,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	TAXAS - Renúncia	-145.750,00	-150.000,00	-142.500,00	-150.000,00	-200.000,00	-200.000,00	-220.500,00	-231.524,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	TAXAS - Restituições	0,00	0,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	TAXAS - Descontos Concedidos	-17.500,00	-82.500,00	-82.500,00	-52.500,00	-65.000,00	-20.000,00	-71.661,00	-75.243,00
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	563.250,00	676.750,00	613.250,00	733.500,00	848.125,00	923.250,00	935.060,00	981.815,00
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA - Renúncia	-120.750,00	-125.000,00	-117.500,00	-125.000,00	-100.000,00	-100.000,00	-110.250,00	-115.762,00
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA - Restituições	0,00	0,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA - Descontos Concedidos	-17.500,00	-25.000,00	-25.000,00	-20.000,00	-27.500,00	-20.000,00	-30.318,00	-31.833,00
1.1.2.1.01.0.0.00.00.00.00.00.	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	563.250,00	676.750,00	613.250,00	733.500,00	848.125,00	923.250,00	935.060,00	981.815,00
1.1.2.1.01.0.0.00.00.00.00.00.	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - Renúncia	-120.750,00	-125.000,00	-117.500,00	-125.000,00	-100.000,00	-100.000,00	-110.250,00	-115.762,00
1.1.2.1.01.0.0.00.00.00.00.00.	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - Restituições	0,00	0,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.01.0.0.00.00.00.00.00.	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - Descontos Concedidos	-17.500,00	-25.000,00	-25.000,00	-20.000,00	-27.500,00	-20.000,00	-30.318,00	-31.833,00
1.1.2.1.01.0.1.00.00.00.00.00.	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	501.750,00	625.000,00	550.000,00	637.500,00	750.000,00	800.000,00	826.875,00	868.219,00
1.1.2.1.01.0.1.00.00.00.00.00.	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL - Renúncia	-120.750,00	-125.000,00	-117.500,00	-125.000,00	-100.000,00	-100.000,00	-110.250,00	-115.762,00
1.1.2.1.01.0.1.00.00.00.00.00.	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL - Restituições	0,00	0,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.01.0.1.00.00.00.00.00.	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL - Descontos Concedidos	-17.500,00	-25.000,00	-25.000,00	-20.000,00	-27.500,00	-20.000,00	-30.318,00	-31.833,00
1.1.2.1.01.0.2.00.00.00.00.00.	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS	1.500,00	1.750,00	3.250,00	3.500,00	3.000,00	3.250,00	3.308,00	3.474,00
1.1.2.1.01.0.3.00.00.00.00.00.	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	37.500,00	32.500,00	42.500,00	75.000,00	77.250,00	100.000,00	85.169,00	89.428,00
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1.1.2.1.01.0.4.00.00.00.00.00.	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	22.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.875,00	20.000,00	19.708,00	20.694,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.141.750,00	1.430.000,00	1.557.500,00	1.660.000,00	2.173.250,00	1.662.500,00	2.396.010,00	2.515.813,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Renúncia	-25.000,00	-25.000,00	-25.000,00	-25.000,00	-100.000,00	-100.000,00	-110.250,00	-115.762,00
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Descontos Concedidos	0,00	-57.500,00	-57.500,00	-32.500,00	-37.500,00	0,00	-41.343,00	-43.410,00
1.1.2.2.01.0.0.00.00.00.00.00.	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	1.141.750,00	1.430.000,00	1.557.500,00	1.660.000,00	2.173.250,00	1.662.500,00	2.396.010,00	2.515.813,00
1.1.2.2.01.0.0.00.00.00.00.00.	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - Renúncia	-25.000,00	-25.000,00	-25.000,00	-25.000,00	-100.000,00	-100.000,00	-110.250,00	-115.762,00
1.1.2.2.01.0.0.00.00.00.00.00.	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - Descontos Concedidos	0,00	-57.500,00	-57.500,00	-32.500,00	-37.500,00	0,00	-41.343,00	-43.410,00
1.1.2.2.01.0.1.00.00.00.00.00.	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - PRINCIPAL	842.500,00	1.150.000,00	1.250.000,00	1.275.000,00	1.800.000,00	1.250.000,00	1.984.500,00	2.083.725,00
1.1.2.2.01.0.1.00.00.00.00.00.	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - PRINCIPAL - Renúncia	-25.000,00	-25.000,00	-25.000,00	-25.000,00	-100.000,00	-100.000,00	-110.250,00	-115.762,00
1.1.2.2.01.0.1.00.00.00.00.00.	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - PRINCIPAL - Descontos Concedidos	0,00	-57.500,00	-57.500,00	-32.500,00	-37.500,00	0,00	-41.343,00	-43.410,00
1.1.2.2.01.0.2.00.00.00.00.00.	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - MULTAS E JUROS	5.000,00	5.000,00	7.500,00	10.000,00	18.250,00	12.500,00	20.122,00	21.129,00
1.1.2.2.01.0.3.00.00.00.00.00.	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - DÍVIDA ATIVA	211.750,00	200.000,00	200.000,00	250.000,00	225.000,00	250.000,00	248.063,00	260.467,00
1.1.2.2.01.0.4.00.00.00.00.00.	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	82.500,00	75.000,00	100.000,00	125.000,00	130.000,00	150.000,00	143.325,00	150.492,00
1.1.3.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	108.250,00	88.250,00	101.750,00	123.250,00	57.150,00	60.000,00	63.012,00	66.165,00
1.1.3.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	108.250,00	88.250,00	101.750,00	123.250,00	57.150,00	60.000,00	63.012,00	66.165,00
1.1.3.1.53.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES	108.250,00	88.250,00	101.750,00	123.250,00	57.150,00	60.000,00	63.012,00	66.165,00
1.1.3.1.53.0.1.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - PRINCIPAL	50.000,00	32.500,00	37.500,00	37.500,00	250,00	0,00	277,00	291,00
1.1.3.1.53.0.2.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - MULTAS E JUROS	750,00	3.250,00	4.250,00	750,00	25,00	0,00	29,00	31,00
1.1.3.1.53.0.3.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - DÍVIDA ATIVA	37.500,00	32.500,00	37.500,00	47.500,00	31.875,00	32.500,00	35.143,00	36.901,00
1.1.3.1.53.0.4.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	20.000,00	20.000,00	22.500,00	37.500,00	25.000,00	27.500,00	27.563,00	28.942,00
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÕES	2.750.125,00	3.065.470,55	3.386.844,10	6.296.250,00	6.934.875,00	6.772.500,00	7.645.703,00	8.027.991,00
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÕES - Descontos Concedidos	-5.500,00	-10.000,00	-10.000,00	-7.500,00	-10.000,00	-5.000,00	-11.025,00	-11.576,00
1.2.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.165.000,00	1.287.470,55	1.351.844,10	4.175.000,00	4.595.000,00	4.329.000,00	5.065.988,00	5.319.288,00
1.2.1.5.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	1.165.000,00	1.287.470,55	1.351.844,10	4.175.000,00	4.595.000,00	4.329.000,00	5.065.988,00	5.319.288,00
1.2.1.5.01.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL	1.165.000,00	1.287.470,55	1.351.844,10	4.175.000,00	4.595.000,00	4.329.000,00	5.065.988,00	5.319.288,00
1.2.1.5.01.1.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO	1.150.000,00	1.270.893,70	1.334.438,40	4.100.000,00	4.500.000,00	4.209.000,00	4.961.250,00	5.209.313,00
1.2.1.5.01.1.1.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	1.150.000,00	1.270.893,70	1.334.438,40	4.100.000,00	4.500.000,00	4.209.000,00	4.961.250,00	5.209.313,00
1.2.1.5.01.2.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - INATIVO	15.000,00	16.576,85	17.405,70	75.000,00	95.000,00	120.000,00	104.738,00	109.975,00
1.2.1.5.01.2.1.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - INATIVO - PRINCIPAL	15.000,00	16.576,85	17.405,70	75.000,00	95.000,00	120.000,00	104.738,00	109.975,00
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.585.125,00	1.778.000,00	2.035.000,00	2.121.250,00	2.339.875,00	2.443.500,00	2.579.715,00	2.708.703,00
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - Descontos Concedidos	-5.500,00	-10.000,00	-10.000,00	-7.500,00	-10.000,00	-5.000,00	-11.025,00	-11.576,00
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.585.125,00	1.778.000,00	2.035.000,00	2.121.250,00	2.339.875,00	2.443.500,00	2.579.715,00	2.708.703,00
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE	-5.500,00	-10.000,00	-10.000,00	-7.500,00	-10.000,00	-5.000,00	-11.025,00	-11.576,00

	ILUMINAÇÃO PÚBLICA - Descontos Concedidos								
1.2.4.1.50.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.585.125,00	1.778.000,00	2.035.000,00	2.121.250,00	2.339.875,00	2.443.500,00	2.579.715,00	2.708.703,00
1.2.4.1.50.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - Descontos Concedidos	-5.500,00	-10.000,00	-10.000,00	-7.500,00	-10.000,00	-5.000,00	-11.025,00	-11.576,00
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PRINCIPAL	1.535.000,00	1.750.000,00	2.000.000,00	2.075.000,00	2.275.000,00	2.375.000,00	2.508.188,00	2.633.598,00
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PRINCIPAL - Descontos Concedidos	-5.500,00	-10.000,00	-10.000,00	-7.500,00	-10.000,00	-5.000,00	-11.025,00	-11.576,00
1.2.4.1.50.0.2.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - MULTAS E JUROS	125,00	500,00	1.250,00	1.250,00	1.125,00	1.000,00	1.242,00	1.305,00
1.2.4.1.50.0.3.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - DÍVIDA ATIVA	37.500,00	20.000,00	27.500,00	37.500,00	51.750,00	55.000,00	57.055,00	59.908,00
1.2.4.1.50.0.4.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	12.500,00	7.500,00	6.250,00	7.500,00	12.000,00	12.500,00	13.230,00	13.892,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	RECEITA PATRIMONIAL	1.718.840,00	2.763.890,95	2.548.648,05	5.701.750,00	5.334.500,00	6.315.000,00	5.881.308,00	6.175.390,00
1.3.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	22.500,00	20.000,00	20.000,00	25.000,00	26.250,00	75.000,00	28.942,00	30.390,00
1.3.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	22.500,00	20.000,00	20.000,00	25.000,00	26.250,00	75.000,00	28.942,00	30.390,00
1.3.1.1.01.0.0.00.00.00.00.00.	ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÊMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO	22.500,00	20.000,00	20.000,00	25.000,00	26.250,00	75.000,00	28.942,00	30.390,00
1.3.1.1.01.1.0.00.00.00.00.00.	ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS	22.500,00	20.000,00	20.000,00	25.000,00	26.250,00	75.000,00	28.942,00	30.390,00
1.3.1.1.01.1.1.00.00.00.00.00.	ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL	22.500,00	20.000,00	20.000,00	25.000,00	26.250,00	75.000,00	28.942,00	30.390,00
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	VALORES MOBILIÁRIOS	1.696.340,00	2.743.890,95	2.528.648,05	5.676.750,00	5.308.250,00	6.240.000,00	5.852.366,00	6.145.000,00
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	1.696.340,00	2.743.890,95	2.528.648,05	5.676.750,00	5.308.250,00	6.240.000,00	5.852.366,00	6.145.000,00
1.3.2.1.01.0.0.00.00.00.00.00.	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	107.475,00	1.023.750,00	722.500,00	1.066.750,00	948.250,00	1.569.000,00	1.045.466,00	1.097.754,00
1.3.2.1.01.0.1.00.00.00.00.00.	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	107.475,00	1.023.750,00	722.500,00	1.066.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.01.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS RECURSOS LIVRES	75.000,00	425.000,00	275.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.02.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS FUNDEB 70%	3.250,00	125.000,00	57.500,00	67.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.03.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS FUNDEB 30%	500,00	20.000,00	0,00	22.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.04.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS EDUCAÇÃO 10% TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	1.000,00	12.500,00	20.000,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.05.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS EDUCAÇÃO 25% DEMAIS IMPOSTOS	500,00	12.500,00	20.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.06.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS SALÁRIO EDUCAÇÃO	750,00	12.500,00	12.500,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.07.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS MDE - MERENDA ESCOLAR	250,00	2.500,00	2.500,00	6.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1.3.2.1.01.0.1.08.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS PETE	50,00	2.500,00	2.500,00	3.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.09.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	50,00	2.500,00	1.250,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.11.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS SAÚDE RECEITAS VINCULADAS (EC 29/2000)	3.250,00	37.500,00	50.000,00	67.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.16.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS BLOCO DE CUSTEIO SAÚDE - FEDERAL	12.500,00	150.000,00	42.500,00	57.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.19.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	0,00	250,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.21.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS ALIENAÇÃO DE BENS - LEILÃO	250,00	2.500,00	17.500,00	42.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.22.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS ROYALTIES/FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO	500,00	12.500,00	15.000,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.23.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS CONTRIBUIÇÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2.500,00	25.000,00	37.500,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.24.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS TAXAS - EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA	1.250,00	32.500,00	20.000,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.25.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS TAXAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	500,00	12.500,00	5.000,00	6.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.27.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS BLOCO DE INVESTIMENTO SAÚDE - FEDERAL	2.500,00	50.000,00	50.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.30.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - FEDERAL	750,00	1.250,00	2.000,00	2.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.31.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - FEDERAL	250,00	1.250,00	2.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.32.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO	125,00	1.250,00	3.250,00	2.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.34.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS BLOCO DE CUSTEIO SAÚDE - ESTADUAL	750,00	37.500,00	37.500,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.35.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS Doação DIRPF Fundo do Idoso / Criança e Adolescente	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.37.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - ESTADUAL	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.38.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ESTADUAL	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.46.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO C/C 71.003-7	500,00	750,00	750,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.57.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS INVESTIMENTO ESTADUAL GESTÃO DO SUS	250,00	42.500,00	45.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.60.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS VIGIA SUS/INVESTIMENTO CAPITAL ESTADUAL	250,00	1.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.88.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS ALIENAÇÃO/SINISTRO SAÚDE	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.89.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS ALIENAÇÃO/SINISTRO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.97.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - ESTADUAL	0,00	0,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.0.1.99.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ESTADUAL	0,00	0,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.01.1.0.00.00.00.00.00.	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	935.750,00	1.554.000,00	1.031.684,00	1.083.282,00
1.3.2.1.01.1.1.00.00.00.00.00.	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	935.750,00	1.554.000,00	1.031.684,00	1.083.282,00
1.3.2.1.01.1.1.01.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS RECURSOS LIVRES	0,00	0,00	0,00	0,00	432.500,00	500.000,00	476.832,00	500.674,00
1.3.2.1.01.1.1.02.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS FUNDEB 70%	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	200.000,00	110.250,00	115.763,00

1.3.2.1.01.1.1.03.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS FUNDEB 30%	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	12.500,00	27.563,00	28.942,00
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1.3.2.1.01.1.1.04.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS EDUCAÇÃO 10% TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	17.500,00	27.563,00	28.942,00
1.3.2.1.01.1.1.05.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS EDUCAÇÃO 25% DEMAIS IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	32.500,00	27.500,00	35.832,00	37.624,00
1.3.2.1.01.1.1.06.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS ALIENAÇÃO/SINISTRO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	500,00	1.103,00	1.159,00
1.3.2.1.01.1.1.07.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS MDE - MERENDA ESCOLAR	0,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	8.750,00	7.167,00	7.526,00
1.3.2.1.01.1.1.08.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS PETE	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	3.750,00	4.410,00	4.631,00
1.3.2.1.01.1.1.09.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00	1.750,00	1.379,00	1.448,00
1.3.2.1.01.1.1.10.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS SAÚDE RECEITAS VINCULADAS (EC 29/2000)	0,00	0,00	0,00	0,00	72.500,00	100.000,00	79.932,00	83.929,00
1.3.2.1.01.1.1.11.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS BLOCO DE CUSTEIO SAÚDE - ESTADUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	20.000,00	16.538,00	17.365,00
1.3.2.1.01.1.1.12.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS BLOCO DE CUSTEIO SAÚDE - FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00	91.250,00	13.782,00	14.472,00
1.3.2.1.01.1.1.13.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	250,00	277,00	291,00
1.3.2.1.01.1.1.15.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS INVESTIMENTO ESTADUAL GESTÃO DO SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	110.000,00	277,00	291,00
1.3.2.1.01.1.1.19.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS ALIENAÇÃO/SINISTRO SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	0,00	277,00	291,00
1.3.2.1.01.1.1.20.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	0,00	277,00	291,00
1.3.2.1.01.1.1.21.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS ALIENAÇÃO DE BENS - LEILÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	250,00	277,00	291,00
1.3.2.1.01.1.1.22.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS ROYALTIES/FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO/COMP. FIN. P EXPLOR. MINERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	10.000,00	6.615,00	6.946,00
1.3.2.1.01.1.1.23.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS CONTRIBUIÇÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	200.000,00	110.250,00	115.763,00
1.3.2.1.01.1.1.24.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS TAXAS - EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	15.000,00	22.050,00	23.153,00
1.3.2.1.01.1.1.25.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS TAXAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	10.000,00	22.050,00	23.153,00
1.3.2.1.01.1.1.27.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00	200.000,00	13.782,00	14.472,00
1.3.2.1.01.1.1.28.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	5.000,00	2.205,00	2.316,00
1.3.2.1.01.1.1.29.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00	4.500,00	828,00	870,00
1.3.2.1.01.1.1.30.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	3.500,00	22.050,00	23.153,00
1.3.2.1.01.1.1.31.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - ESTADUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	4.500,00	5.513,00	5.789,00
1.3.2.1.01.1.1.32.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - ESTADUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	2.000,00	277,00	291,00
1.3.2.1.01.1.1.33.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS Doação DIRPF Fundo do Idoso / Criança e Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00	3.500,00	13.782,00	14.472,00
1.3.2.1.01.1.1.36.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS FMS ENFERMAGEM	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00	2.000,00	3.859,00	4.052,00
1.3.2.1.01.1.1.37.00.00.00.00.	RECEITA RENDIMENTOS ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	0,00	0,00	0,00	0,00	4.250,00	0,00	4.687,00	4.922,00
1.3.2.1.01.2.0.00.00.00.00.00.	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL - SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00	15.000,00	13.782,00	14.472,00
1.3.2.1.01.2.1.00.00.00.00.00.	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL - SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00	15.000,00	13.782,00	14.472,00
1.3.2.1.01.2.1.01.00.00.00.00.	RECEITA DE RENDIMENTOS SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00	15.000,00	13.782,00	14.472,00
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1.3.2.1.04.0.0.00.00.00.00.00.	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	1.588.865,00	1.720.140,95	1.806.148,05	4.610.000,00	4.360.000,00	4.671.000,00	4.806.900,00	5.047.246,00
1.3.2.1.04.0.1.00.00.00.00.00.	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS - PRINCIPAL	1.588.865,00	1.720.140,95	1.806.148,05	4.610.000,00	4.360.000,00	4.671.000,00	4.806.900,00	5.047.246,00
1.3.2.1.04.0.1.01.00.00.00.00.	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	1.588.865,00	1.720.140,95	1.806.148,05	4.610.000,00	4.360.000,00	4.671.000,00	4.806.900,00	5.047.246,00
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	RECEITA DE SERVIÇOS	262.425,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	25.000,00	110.250,00	115.764,00
1.6.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	262.425,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	25.000,00	110.250,00	115.764,00
1.6.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	262.425,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	25.000,00	110.250,00	115.764,00
1.6.1.1.01.0.0.00.00.00.00.00.	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS PRESTADOS POR ENTIDADES E ÓRGÃOS PÚBLICOS EM GERAL	224.925,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	55.125,00	57.882,00
1.6.1.1.01.0.1.00.00.00.00.00.	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS PRESTADOS POR ENTIDADES E ÓRGÃOS PÚBLICOS EM GERAL - PR	224.925,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	55.125,00	57.882,00
1.6.1.1.02.0.0.00.00.00.00.00.	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	37.500,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	25.000,00	55.125,00	57.882,00
1.6.1.1.02.0.1.00.00.00.00.00.	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL	37.500,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	25.000,00	55.125,00	57.882,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	60.652.125,00	73.027.000,00	85.077.500,00	97.487.500,00	112.470.050,00	118.282.750,00	123.998.245,00	130.198.173,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - Deduções FUNDEB	-7.878.125,00	-9.410.000,00	-11.415.000,00	-12.710.000,00	-14.233.000,00	-14.272.500,00	-15.691.881,00	-16.476.473,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	34.297.125,00	41.446.250,00	49.026.500,00	54.545.000,00	63.507.950,00	69.702.000,00	70.017.523,00	73.518.408,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - Deduções FUNDEB	-4.558.125,00	-5.675.000,00	-7.295.000,00	-7.850.000,00	-8.535.000,00	-8.750.000,00	-9.409.837,00	-9.880.328,00
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	24.440.625,00	29.625.000,00	39.375.000,00	42.500.000,00	46.725.000,00	49.000.000,00	51.514.313,00	54.090.031,00
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO - Deduções FUNDEB	-4.558.125,00	-5.675.000,00	-7.295.000,00	-7.850.000,00	-8.535.000,00	-8.750.000,00	-9.409.837,00	-9.880.328,00
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	24.015.625,00	29.000.000,00	38.400.000,00	40.750.000,00	45.300.000,00	47.750.000,00	49.943.250,00	52.440.414,00
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM - Deduções FUNDEB	-4.473.125,00	-5.550.000,00	-7.150.000,00	-7.500.000,00	-8.250.000,00	-8.500.000,00	-9.095.625,00	-9.550.406,00

1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL	22.365.625,00	27.750.000,00	35.750.000,00	37.500.000,00	41.250.000,00	42.500.000,00	45.478.125,00	47.752.032,00
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - Deduções FUNDEB	-4.473.125,00	-5.550.000,00	-7.150.000,00	-7.500.000,00	-8.250.000,00	-8.500.000,00	-9.095.625,00	-9.550.406,00
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	22.365.625,00	27.750.000,00	35.750.000,00	37.500.000,00	41.250.000,00	42.500.000,00	45.478.125,00	47.752.032,00
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL - Deduções FUNDEB	-4.473.125,00	-5.550.000,00	-7.150.000,00	-7.500.000,00	-8.250.000,00	-8.500.000,00	-9.095.625,00	-9.550.406,00
1.7.1.1.51.2.0.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS	1.650.000,00	1.250.000,00	2.650.000,00	3.250.000,00	4.050.000,00	5.250.000,00	4.465.125,00	4.688.382,00
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - PRINCIPAL	1.650.000,00	1.250.000,00	2.650.000,00	3.250.000,00	4.050.000,00	5.250.000,00	4.465.125,00	4.688.382,00
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	425.000,00	625.000,00	725.000,00	1.750.000,00	1.425.000,00	1.250.000,00	1.571.063,00	1.649.617,00
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - Deduções FUNDEB	-85.000,00	-125.000,00	-145.000,00	-350.000,00	-285.000,00	-250.000,00	-314.212,00	-329.922,00
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	425.000,00	625.000,00	725.000,00	1.750.000,00	1.425.000,00	1.250.000,00	1.571.063,00	1.649.617,00
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL - Deduções FUNDEB	-85.000,00	-125.000,00	-145.000,00	-350.000,00	-285.000,00	-250.000,00	-314.212,00	-329.922,00
1.7.1.1.98.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS RECEITAS DE IMPOSTOS DA UNIÃO	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.1.98.0.1.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS RECEITAS DE IMPOSTOS DA UNIÃO - PRINCIPAL	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.1.98.0.1.01.00.00.00.00.	FPM Extra E.C. 112/2021 1% Setembro	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	300.000,00	525.000,00	725.000,00	725.000,00	775.000,00	800.000,00	854.438,00	897.160,00
1.7.1.2.52.0.0.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO	300.000,00	525.000,00	725.000,00	725.000,00	775.000,00	800.000,00	854.438,00	897.160,00
1.7.1.2.52.4.0.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	300.000,00	525.000,00	725.000,00	725.000,00	775.000,00	800.000,00	854.438,00	897.160,00
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	300.000,00	525.000,00	725.000,00	725.000,00	775.000,00	800.000,00	854.438,00	897.160,00
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	8.162.500,00	9.900.000,00	7.200.000,00	9.225.000,00	12.525.700,00	15.740.000,00	13.809.586,00	14.500.067,00
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUT	8.162.500,00	9.900.000,00	7.200.000,00	9.225.000,00	12.525.700,00	15.740.000,00	13.809.586,00	14.500.067,00
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO P	3.750.000,00	7.075.000,00	4.400.000,00	5.075.000,00	6.065.000,00	7.625.000,00	6.686.663,00	7.020.997,00
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO P	3.750.000,00	7.075.000,00	4.400.000,00	5.075.000,00	6.065.000,00	7.625.000,00	6.686.663,00	7.020.997,00
1.7.1.3.50.2.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO E	4.250.000,00	2.750.000,00	2.750.000,00	3.250.000,00	4.000.000,00	4.100.000,00	4.410.000,00	4.630.500,00
1.7.1.3.50.2.1.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO E	4.250.000,00	2.750.000,00	2.750.000,00	3.250.000,00	4.000.000,00	4.100.000,00	4.410.000,00	4.630.500,00
1.7.1.3.50.3.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - VIGILÂNCI	87.500,00	75.000,00	50.000,00	75.000,00	75.000,00	0,00	82.688,00	86.823,00
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - VIGILÂNCI	87.500,00	75.000,00	50.000,00	75.000,00	75.000,00	0,00	82.688,00	86.823,00
1.7.1.3.50.4.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASSISTÊNC	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.4.1.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASSISTÊNC	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.50.5.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - GESTÃO DO	0,00	0,00	0,00	825.000,00	585.700,00	545.000,00	645.735,00	678.022,00
1.7.1.3.50.5.1.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE GESTÃO DO	0,00	0,00	0,00	825.000,00	585.700,00	545.000,00	645.735,00	678.022,00
1.7.1.3.50.5.1.01.00.00.00.00.	Assistência Financeira Destinada a Complementação do Piso Salarial para Profissionais da Enfermagem	0,00	0,00	0,00	825.000,00	585.700,00	545.000,00	645.735,00	678.022,00
1.7.1.3.50.9.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - OUTROS PR	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800.000,00	3.470.000,00	1.984.500,00	2.083.725,00
1.7.1.3.50.9.1.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - OUTROS PR	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800.000,00	3.470.000,00	1.984.500,00	2.083.725,00
1.7.1.3.50.9.1.01.00.00.00.00.	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800.000,00	3.470.000,00	1.984.500,00	2.083.725,00
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	1.042.500,00	1.125.000,00	1.230.000,00	1.612.500,00	1.636.125,00	1.660.000,00	1.803.830,00	1.894.023,00
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1.7.1.4.50.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	725.000,00	825.000,00	950.000,00	1.175.000,00	1.187.500,00	1.250.000,00	1.309.219,00	1.374.680,00
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	725.000,00	825.000,00	950.000,00	1.175.000,00	1.187.500,00	1.250.000,00	1.309.219,00	1.374.680,00
1.7.1.4.52.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	262.500,00	250.000,00	262.500,00	350.000,00	341.250,00	350.000,00	376.229,00	395.041,00
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - PRINCIPAL	262.500,00	250.000,00	262.500,00	350.000,00	341.250,00	350.000,00	376.229,00	395.041,00
1.7.1.4.53.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE	55.000,00	50.000,00	17.500,00	87.500,00	58.875,00	60.000,00	64.910,00	68.156,00

1.7.1.4.53.0.1.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE - PRINCIPAL	55.000,00	50.000,00	17.500,00	87.500,00	58.875,00	60.000,00	64.910,00	68.156,00
1.7.1.4.99.0.0.00.00.00.00.00.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	48.500,00	0,00	53.472,00	56.146,00
1.7.1.4.99.0.1.00.00.00.00.00.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	48.500,00	0,00	53.472,00	56.146,00
1.7.1.4.99.0.1.01.00.00.00.00.	Programa Escola em Tempo Integral Lei n° 14.640/2023	0,00	0,00	0,00	0,00	48.500,00	0,00	53.472,00	56.146,00
1.7.1.5.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ED	0,00	0,00	0,00	0,00	1.380.000,00	1.725.000,00	1.521.450,00	1.597.523,00
1.7.1.5.52.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	1.380.000,00	1.725.000,00	1.521.450,00	1.597.523,00
1.7.1.5.52.0.1.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAR - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	1.380.000,00	1.725.000,00	1.521.450,00	1.597.523,00
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	337.500,00	271.250,00	371.500,00	357.500,00	340.000,00	365.000,00	374.852,00	393.597,00
1.7.1.6.50.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	337.500,00	271.250,00	371.500,00	357.500,00	340.000,00	365.000,00	374.852,00	393.597,00
1.7.1.6.50.0.1.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS - PRINCIPAL	337.500,00	271.250,00	371.500,00	357.500,00	340.000,00	365.000,00	374.852,00	393.597,00
1.7.1.9.00.0.0.00.00.00.00.00.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	14.000,00	0,00	125.000,00	125.000,00	126.125,00	412.000,00	139.054,00	146.007,00
1.7.1.9.58.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR N 176/2020	14.000,00	0,00	125.000,00	125.000,00	126.125,00	125.000,00	139.054,00	146.007,00
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR N 176/2020 - PRINCIPAL	14.000,00	0,00	125.000,00	125.000,00	126.125,00	125.000,00	139.054,00	146.007,00
1.7.1.9.99.0.0.00.00.00.00.00.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	287.000,00	0,00	0,00
1.7.1.9.99.0.1.00.00.00.00.00.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	287.000,00	0,00	0,00
1.7.1.9.99.0.1.01.00.00.00.00.	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	287.000,00	0,00	0,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	17.855.000,00	20.080.750,00	22.301.000,00	26.392.500,00	31.129.600,00	30.030.750,00	34.320.390,00	36.036.416,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES - Deduções FUNDEB	-3.320.000,00	-3.735.000,00	-4.120.000,00	-4.860.000,00	-5.698.000,00	-5.522.500,00	-6.282.044,00	-6.596.145,00
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	16.627.500,00	18.702.500,00	20.627.500,00	24.327.500,00	28.526.850,00	27.642.500,00	31.450.854,00	33.023.399,00
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL - Deduções FUNDEB	-3.320.000,00	-3.735.000,00	-4.120.000,00	-4.860.000,00	-5.698.000,00	-5.522.500,00	-6.282.044,00	-6.596.145,00
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1.7.2.1.50.0.0.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO ICMS	14.000.000,00	15.500.000,00	17.000.000,00	20.250.000,00	23.875.000,00	25.000.000,00	26.322.188,00	27.638.298,00
1.7.2.1.50.0.0.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO ICMS - Deduções FUNDEB	-2.800.000,00	-3.100.000,00	-3.400.000,00	-4.050.000,00	-4.775.000,00	-5.000.000,00	-5.264.437,00	-5.527.658,00
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	14.000.000,00	15.500.000,00	17.000.000,00	20.250.000,00	23.875.000,00	25.000.000,00	26.322.188,00	27.638.298,00
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL - Deduções FUNDEB	-2.800.000,00	-3.100.000,00	-3.400.000,00	-4.050.000,00	-4.775.000,00	-5.000.000,00	-5.264.437,00	-5.527.658,00
1.7.2.1.51.0.0.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO IPVA	2.375.000,00	3.000.000,00	3.425.000,00	3.825.000,00	4.250.000,00	2.250.000,00	4.685.625,00	4.919.907,00
1.7.2.1.51.0.0.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO IPVA - Deduções FUNDEB	-475.000,00	-600.000,00	-685.000,00	-765.000,00	-850.000,00	-450.000,00	-937.125,00	-983.981,00
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	2.375.000,00	3.000.000,00	3.425.000,00	3.825.000,00	4.250.000,00	2.250.000,00	4.685.625,00	4.919.907,00
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL - Deduções FUNDEB	-475.000,00	-600.000,00	-685.000,00	-765.000,00	-850.000,00	-450.000,00	-937.125,00	-983.981,00
1.7.2.1.52.0.0.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	225.000,00	175.000,00	175.000,00	225.000,00	365.000,00	362.500,00	402.413,00	422.534,00
1.7.2.1.52.0.0.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - Deduções FUNDEB	-45.000,00	-35.000,00	-35.000,00	-45.000,00	-73.000,00	-72.500,00	-80.482,00	-84.506,00
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	225.000,00	175.000,00	175.000,00	225.000,00	365.000,00	362.500,00	402.413,00	422.534,00
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL - Deduções FUNDEB	-45.000,00	-35.000,00	-35.000,00	-45.000,00	-73.000,00	-72.500,00	-80.482,00	-84.506,00
1.7.2.1.53.0.0.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	36.850,00	30.000,00	40.628,00	42.660,00
1.7.2.1.53.0.1.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	36.850,00	30.000,00	40.628,00	42.660,00
1.7.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	2.500,00	3.250,00	20.000,00	15.000,00	16.750,00	15.000,00	18.468,00	19.392,00
1.7.2.2.52.0.0.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO	2.500,00	3.250,00	20.000,00	15.000,00	16.750,00	15.000,00	18.468,00	19.392,00
1.7.2.2.52.0.1.00.00.00.00.00.	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO - PRINCIPAL	2.500,00	3.250,00	20.000,00	15.000,00	16.750,00	15.000,00	18.468,00	19.392,00
1.7.2.3.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.125.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00	1.575.000,00	1.825.000,00	1.500.000,00	2.012.063,00	2.112.667,00
1.7.2.3.50.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.125.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00	1.575.000,00	1.825.000,00	1.500.000,00	2.012.063,00	2.112.667,00
1.7.2.3.50.0.1.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - PRINCIPAL	1.125.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00	1.575.000,00	1.825.000,00	1.500.000,00	2.012.063,00	2.112.667,00
1.7.2.3.50.0.1.01.00.00.00.00.	Bloco de Custeio Saúde Estadual	1.125.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00	1.575.000,00	1.825.000,00	1.500.000,00	2.012.063,00	2.112.667,00
1.7.2.9.00.0.0.00.00.00.00.00.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	100.000,00	125.000,00	403.500,00	475.000,00	761.000,00	873.250,00	839.005,00	880.958,00
1.7.2.9.51.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	103.500,00	150.000,00	178.750,00	323.250,00	197.073,00	206.928,00
1.7.2.9.51.0.1.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - PRINCIPAL	0,00	0,00	103.500,00	150.000,00	178.750,00	323.250,00	197.073,00	206.928,00
1.7.2.9.99.0.0.00.00.00.00.00.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF	100.000,00	125.000,00	300.000,00	325.000,00	582.250,00	550.000,00	641.932,00	674.030,00
1.7.2.9.99.0.1.00.00.00.00.00.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF - PRINCIPAL	100.000,00	125.000,00	300.000,00	325.000,00	582.250,00	550.000,00	641.932,00	674.030,00
1.7.2.9.99.0.1.01.00.00.00.00.	Programa Estadual de Transporte Escolar Municípios - PETE	100.000,00	125.000,00	300.000,00	325.000,00	332.250,00	300.000,00	366.307,00	384.623,00
1.7.2.9.99.0.1.02.00.00.00.00.	Repasse Fundo Municipal de Saneamento - Resolução 010/2022 AGEPAR	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00	275.625,00	289.407,00
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	8.500.000,00	11.500.000,00	13.750.000,00	16.500.000,00	17.750.000,00	18.500.000,00	19.569.375,00	20.547.844,00

RECEITA	DESCRICAO	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
1.7.5.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZA	8.500.000,00	11.500.000,00	13.750.000,00	16.500.000,00	17.750.000,00	18.500.000,00	19.569.375,00	20.547.844,00
1.7.5.1.50.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZA	8.500.000,00	11.500.000,00	13.750.000,00	16.500.000,00	17.750.000,00	18.500.000,00	19.569.375,00	20.547.844,00
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZA	8.500.000,00	11.500.000,00	13.750.000,00	16.500.000,00	17.750.000,00	18.500.000,00	19.569.375,00	20.547.844,00
1.7.9.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	50.000,00	82.500,00	50.000,00	90.957,00	95.505,00
1.7.9.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	50.000,00	82.500,00	50.000,00	90.957,00	95.505,00
1.7.9.1.99.0.0.00.00.00.00.00.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	50.000,00	82.500,00	50.000,00	90.957,00	95.505,00
1.7.9.1.99.0.1.00.00.00.00.00.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	50.000,00	82.500,00	50.000,00	90.957,00	95.505,00
1.7.9.1.99.0.1.01.00.00.00.00.	Doação IRPF Fundo do Idoso / Criança e Adolescente, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	0,00	0,00	0,00	50.000,00	82.500,00	50.000,00	90.957,00	95.505,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	262.500,00	335.044,40	391.859,15	1.804.250,00	550.000,00	767.500,00	606.375,00	636.696,00
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	2.500,00	2.500,00	15.000,00	15.000,00	10.000,00	2.500,00	11.025,00	11.577,00
1.9.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00.	RESTITUIÇÕES	2.500,00	2.500,00	15.000,00	15.000,00	10.000,00	2.500,00	11.025,00	11.577,00
1.9.2.2.99.0.0.00.00.00.00.00.	OUTRAS RESTITUIÇÕES	2.500,00	2.500,00	15.000,00	15.000,00	10.000,00	2.500,00	11.025,00	11.577,00
1.9.2.2.99.0.1.00.00.00.00.00.	OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	2.500,00	2.500,00	15.000,00	15.000,00	10.000,00	2.500,00	11.025,00	11.577,00
1.9.2.2.99.0.1.01.00.00.00.00.	IMPUGNAÇÕES E GLOSAS DETERMINADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - PRINCIPAL	2.500,00	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.2.2.99.0.1.99.00.00.00.00.	RESTITUIÇÕES DIVERSAS - PRINCIPAL	0,00	0,00	12.500,00	15.000,00	10.000,00	2.500,00	11.025,00	11.577,00
1.9.2.2.99.0.1.99.01.00.00.00.	OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	12.500,00	15.000,00	10.000,00	2.500,00	11.025,00	11.577,00
1.9.9.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	260.000,00	332.544,40	376.859,15	1.789.250,00	540.000,00	765.000,00	595.350,00	625.119,00
1.9.9.9.00.0.0.00.00.00.00.00.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	260.000,00	332.544,40	376.859,15	1.789.250,00	540.000,00	765.000,00	595.350,00	625.119,00
1.9.9.9.03.0.0.00.00.00.00.00.	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE OS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	155.000,00	171.294,40	179.859,15	1.550.000,00	500.000,00	750.000,00	551.250,00	578.813,00
1.9.9.9.03.0.1.00.00.00.00.00.	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROT	155.000,00	171.294,40	179.859,15	1.550.000,00	500.000,00	750.000,00	551.250,00	578.813,00
1.9.9.9.99.0.0.00.00.00.00.00.	OUTRAS RECEITAS	105.000,00	161.250,00	197.000,00	239.250,00	40.000,00	15.000,00	44.100,00	46.306,00
1.9.9.9.99.2.0.00.00.00.00.00.	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS	105.000,00	161.250,00	197.000,00	239.250,00	40.000,00	15.000,00	44.100,00	46.306,00
1.9.9.9.99.2.1.00.00.00.00.00.	OUTRAS RECEITAS NÃO ARRECADADAS E NÃO PROJETADAS PELA RFB - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	105.000,00	161.250,00	197.000,00	239.250,00	40.000,00	15.000,00	44.100,00	46.306,00
1.9.9.9.99.2.1.01.00.00.00.00.	Créditos não Identificados	7.500,00	2.500,00	10.000,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.9.99.2.1.03.00.00.00.00.	RECEITAS COMAT	75.000,00	100.000,00	167.500,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.9.99.2.1.04.00.00.00.00.	RECEITAS DO PRONAF	2.500,00	2.500,00	3.250,00	1.750,00	10.000,00	0,00	11.025,00	11.577,00
1.9.9.9.99.2.1.07.00.00.00.00.	REPASSE DO DETRAN	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.9.99.2.1.09.00.00.00.00.	RECEITA DO FUNDO MUN. DA CRIANÇA (DOAÇÃO I.R.R.F.)	2.500,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.9.99.2.1.10.00.00.00.00.	RECEITA SANEPAR	5.000,00	6.250,00	6.250,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
1.9.9.9.99.2.1.11.00.00.00.00.	RECEITAS DE PATROCÍNIOS À EVENTOS FESTIVOS DO MUNICÍPIO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.9.99.2.1.12.00.00.00.00.	OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	10.000,00	100.000,00	30.000,00	15.000,00	33.075,00	34.729,00
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	RECEITAS DE CAPITAL	475.000,00	525.000,00	900.000,00	1.450.000,00	9.550.000,00	10.550.000,00	10.528.875,00	11.055.319,00
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	ALIENAÇÃO DE BENS	150.000,00	200.000,00	200.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	100.000,00	100.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00.	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	50.000,00	100.000,00	100.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1.3.01.0.0.00.00.00.00.00.	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	50.000,00	100.000,00	100.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1.3.01.0.1.00.00.00.00.00.	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	50.000,00	100.000,00	100.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	100.000,00	100.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	100.000,00	100.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.1.01.0.0.00.00.00.00.00.	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	100.000,00	100.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.1.01.0.1.00.00.00.00.00.	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL	100.000,00	100.000,00	100.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	325.000,00	325.000,00	700.000,00	950.000,00	9.550.000,00	10.550.000,00	10.528.875,00	11.055.319,00
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	75.000,00	75.000,00	200.000,00	200.000,00	5.550.000,00	4.050.000,00	6.118.875,00	6.424.819,00
2.4.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	75.000,00	75.000,00	200.000,00	200.000,00	5.550.000,00	4.000.000,00	6.118.875,00	6.424.819,00
2.4.1.1.51.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - FUNDO A FUNDO - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO D	75.000,00	75.000,00	200.000,00	200.000,00	5.550.000,00	4.000.000,00	6.118.875,00	6.424.819,00
2.4.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO	75.000,00	75.000,00	100.000,00	100.000,00	2.750.000,00	2.000.000,00	3.031.875,00	3.183.469,00
2.4.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO	75.000,00	75.000,00	100.000,00	100.000,00	2.750.000,00	2.000.000,00	3.031.875,00	3.183.469,00
2.4.1.1.51.2.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	2.800.000,00	2.000.000,00	3.087.000,00	3.241.350,00
2.4.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	2.800.000,00	2.000.000,00	3.087.000,00	3.241.350,00
2.4.1.9.00.0.0.00.00.00.00.00.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
2.4.1.9.99.0.0.00.00.00.00.00.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
2.4.1.9.99.0.1.00.00.00.00.00.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
2.4.1.9.99.0.1.01.00.00.00.00.	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
2.4.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	250.000,00	250.000,00	500.000,00	750.000,00	4.000.000,00	6.500.000,00	4.410.000,00	4.630.500,00
2.4.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DOS ESTADOS E DF	250.000,00	250.000,00	500.000,00	750.000,00	4.000.000,00	6.500.000,00	4.410.000,00	4.630.500,00
2.4.2.1.50.0.0.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	250.000,00	250.000,00	500.000,00	750.000,00	4.000.000,00	6.500.000,00	4.410.000,00	4.630.500,00

2.4.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - PRINCIPAL	250.000,00	250.000,00	500.000,00	750.000,00	4.000.000,00	6.500.000,00	4.410.000,00	4.630.500,00
RECEITA	**DESCRICAO**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	RECEITAS CORRENTES	4.523.377,00	4.624.948,10	4.856.195,70	8.320.000,00	8.406.000,00	9.000.000,00	9.267.615,00	9.730.996,00
7.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÕES	4.523.377,00	4.624.948,10	4.856.195,70	8.320.000,00	8.406.000,00	9.000.000,00	9.267.615,00	9.730.996,00
7.2.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.523.377,00	4.624.948,10	4.856.195,70	8.320.000,00	8.406.000,00	9.000.000,00	9.267.615,00	9.730.996,00
7.2.1.5.00.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	4.523.377,00	4.624.948,10	4.856.195,70	8.320.000,00	8.406.000,00	9.000.000,00	9.267.615,00	9.730.996,00
7.2.1.5.02.0.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL	4.523.377,00	4.624.948,10	4.856.195,70	8.320.000,00	8.406.000,00	9.000.000,00	9.267.615,00	9.730.996,00
7.2.1.5.02.1.0.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO	4.523.377,00	4.624.948,10	4.856.195,70	8.320.000,00	8.406.000,00	9.000.000,00	9.267.615,00	9.730.996,00
7.2.1.5.02.1.1.00.00.00.00.00.	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	4.523.377,00	4.624.948,10	4.856.195,70	8.320.000,00	8.406.000,00	9.000.000,00	9.267.615,00	9.730.996,00
	Total :	70.558.267,00	84.995.704,00	96.514.547,00	121.056.750,00	145.727.450,00	152.483.000,00	160.664.574,00	168.697.861,00

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:7B7F655C

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.872-2026 - ANEXO - PPA - RESUMO DAS AÇÕES POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO

MUNICIPIO DE TERRA BOA					
Estado do Paraná					
Exercício: 2026 a 2029					
RESUMO DAS AÇÕES POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO					
Função/ SubFunção					
01 Legislativa	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
031 Ação Legislativa	**1.931.000,00**	**2.027.550,00**	**2.128.930,00**	**2.235.383,00**	**8.322.863,00**
2001 ATIVIDADES LEGISLATIVAS	1.931.000,00	2.027.550,00	2.128.930,00	2.235.383,00	8.322.863,00
Total da Função/SubFunção:	1.931.000,00	2.027.550,00	2.128.930,00	2.235.383,00	8.322.863,00
03 Essencial à Justiça	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
092 Representação Judicial e Extrajudicial	**680.325,00**	**1.346.050,00**	**750.091,00**	**787.601,00**	**3.564.067,00**
2008 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA	135.750,00	141.800,00	149.677,00	157.163,00	584.390,00
2009 INDENIZAÇÕES, CUSTAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS	350.250,00	1.001.250,00	386.152,00	405.460,00	2.143.112,00
2015 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO JURÍDICO	194.325,00	203.000,00	214.262,00	224.978,00	836.565,00
Total da Função/SubFunção:	680.325,00	1.346.050,00	750.091,00	787.601,00	3.564.067,00
04 Administração	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
121 Planejamento e Orçamento	**124.750,00**	**129.000,00**	**137.550,00**	**144.429,00**	**535.729,00**
2004 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	124.750,00	129.000,00	137.550,00	144.429,00	535.729,00
122 Administração Geral	**8.076.837,50**	**9.114.650,00**	**8.903.980,75**	**9.348.942,60**	**35.444.410,85**
2005 ASSESSORAMENTO SUPERIOR	575.750,00	651.500,00	623.349,75	654.224,60	2.504.824,35
1017 EQUIPAR E REEQUIPAR O GABINETE DO PREFEITO	100.000,00	50.000,00	110.250,00	115.763,00	376.013,00
1020 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O GABINETE DO PREFEITO	125.000,00	340.000,00	137.813,00	144.704,00	747.517,00
2002 COMEMORAÇÕES FESTIVAS E RECEPÇÕES OFICIAIS	1.001.250,00	1.060.250,00	1.103.880,00	1.159.075,00	4.324.455,00
2003 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	332.000,00	407.500,00	366.034,00	384.337,00	1.489.871,00
2006 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE GABINETE	148.750,00	189.000,00	164.013,00	172.216,00	673.979,00
2125 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA E APOIO INSTITUCIONAL	327.550,00	346.500,00	361.133,00	379.192,00	1.414.375,00
2012 CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP	1.134.250,00	1.400.650,00	1.250.513,00	1.313.040,00	5.098.453,00
2010 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.420.437,50	1.925.650,00	1.566.052,00	1.644.360,00	6.556.499,50
2103 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS	127.300,00	168.250,00	140.357,00	147.377,00	583.284,00
2123 MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL	274.750,00	297.250,00	302.920,00	318.069,00	1.192.989,00
2093 MANUTENÇÃO DAS CAPELAS MORTUÁRIAS	61.100,00	77.650,00	67.373,00	70.744,00	276.867,00
1035 EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	175.000,00	50.000,00	192.938,00	202.585,00	620.523,00
1047 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	175.000,00	175.000,00	192.938,00	202.585,00	745.523,00
2013 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	281.050,00	276.300,00	309.871,00	325.370,00	1.192.591,00
2016 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO	403.500,00	461.050,00	444.872,00	467.119,00	1.776.541,00
2018 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE REGISTRO, CONTROLE E MANUTENÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS	163.300,00	135.500,00	180.053,00	189.058,00	667.911,00
2019 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	196.550,00	212.650,00	216.709,00	227.548,00	853.457,00
2100 MANUTENÇÃO DO ALMOXARIFADO	125.350,00	197.500,00	138.211,00	145.126,00	606.187,00
2023 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	96.500,00	100.950,00	106.411,00	111.735,00	415.596,00
1054 EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	0,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00	31.525,00
2033 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	332.450,00	399.750,00	366.540,00	384.877,00	1.483.617,00
1056 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E RODOVIÁRIOS	500.000,00	100.000,00	551.250,00	578.813,00	1.730.063,00
2132 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GUARDA, VIGILÂNCIA, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO	0,00	81.750,00	0,00	0,00	81.750,00
123 Administração Financeira	**748.800,00**	**767.250,00**	**825.568,00**	**866.854,00**	**3.208.472,00**
2022 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	748.800,00	767.250,00	825.568,00	866.854,00	3.208.472,00
124 Controle Interno	**124.175,00**	**181.950,00**	**136.918,00**	**143.767,00**	**586.810,00**
2110 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO	124.175,00	181.950,00	136.918,00	143.767,00	586.810,00
125 Normatização e Fiscalização	**532.500,00**	**638.750,00**	**587.094,00**	**616.455,00**	**2.374.799,00**
2021 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	532.500,00	638.750,00	587.094,00	616.455,00	2.374.799,00
129 Administração de Receitas	**697.800,00**	**761.300,00**	**769.343,00**	**807.815,00**	**3.036.258,00**
2020 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	683.500,00	726.300,00	753.577,00	791.260,00	2.954.637,00
1048 EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	14.300,00	15.000,00	15.766,00	16.555,00	61.621,00
1049 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
131 Comunicação Social	**61.125,00**	**82.200,00**	**67.403,00**	**70.776,00**	**281.504,00**
2007 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA	61.125,00	82.200,00	67.403,00	70.776,00	281.504,00
Total da Função/SubFunção:	10.365.987,50	11.675.100,00	11.427.856,75	11.999.038,60	45.467.982,85
06 Segurança Pública	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
122 Administração Geral	**269.100,00**	**206.750,00**	**296.694,00**	**311.532,00**	**1.084.076,00**
2047 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA	269.100,00	206.750,00	296.694,00	311.532,00	1.084.076,00
Total da Função/SubFunção:	269.100,00	206.750,00	296.694,00	311.532,00	1.084.076,00
08 Assistência Social	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
122 Administração Geral	**955.850,00**	**894.500,00**	**1.053.858,00**	**1.106.567,00**	**4.010.775,00**
2073 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	583.350,00	526.250,00	643.157,00	675.321,00	2.428.078,00
2096 MANUTENÇÃO DO PORTAL DA CIDADANIA	322.000,00	351.250,00	355.015,00	372.770,00	1.401.035,00
2090 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.500,00	6.000,00	12.683,00	13.318,00	43.501,00
2084 APOIO A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SUAS-IGD SUAS	11.500,00	3.500,00	12.683,00	13.319,00	41.002,00
2095 APOIO A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO PBF E CADASTRO ÚNICO	27.500,00	7.500,00	30.320,00	31.839,00	97.159,00

241 Assistência ao Idoso	**268.075,00**	**279.750,00**	**295.569,00**	**310.355,00**	**1.153.749,00**
2075 MANUTENÇÃO DO ESPAÇO SAÚDE DO IDOSO	160.575,00	163.500,00	177.047,00	185.904,00	687.026,00
2126 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA A PESSOA IDOSA	77.500,00	101.250,00	85.447,00	89.722,00	353.919,00
1084 EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	30.000,00	15.000,00	33.075,00	34.729,00	112.804,00
242 Assistência ao Portador de Deficiência	**750,00**	**39.750,00**	**831,00**	**873,00**	**42.204,00**
2127 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	750,00	29.750,00	831,00	873,00	32.204,00
1086 EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
243 Assistência à Criança a ao Adolescente	**458.000,00**	**504.750,00**	**504.964,00**	**530.218,00**	**1.997.932,00**
2076 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	271.750,00	316.000,00	299.618,00	314.604,00	1.201.972,00
2113 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	120.500,00	103.750,00	132.852,00	139.494,00	496.596,00
1006 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES	50.750,00	50.000,00	55.956,00	58.755,00	215.461,00
1080 EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	15.000,00	35.000,00	16.538,00	17.365,00	83.903,00
244 Assistência Comunitária	**525.250,00**	**465.000,00**	**579.090,00**	**608.047,00**	**2.177.387,00**
2077 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	525.250,00	465.000,00	579.090,00	608.047,00	2.177.387,00
245 Serviços Socioassistenciais	**3.495.925,00**	**3.899.250,00**	**3.854.327,00**	**4.047.071,00**	**15.296.573,00**
1045 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
1038 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	150.750,00	100.000,00	166.206,00	174.517,00	591.473,00
2074 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	459.500,00	466.000,00	506.600,00	531.933,00	1.964.033,00
2092 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	196.750,00	420.000,00	216.922,00	227.770,00	1.061.442,00
2079 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	793.750,00	695.500,00	875.122,00	918.887,00	3.283.259,00
2081 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	733.250,00	617.000,00	808.410,00	848.828,00	3.007.488,00
2082 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	248.375,00	291.000,00	273.848,00	287.546,00	1.100.769,00
2080 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	240.800,00	213.250,00	265.497,00	278.777,00	998.324,00
2121 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	538.250,00	667.000,00	593.435,00	623.112,00	2.421.797,00
1078 EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	108.750,00	165.000,00	119.893,00	125.886,00	519.529,00
1039 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
2129 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA A MULHER	750,00	54.500,00	831,00	873,00	56.954,00
1088 EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
1089 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	25.000,00	0,00	27.563,00	28.942,00	81.505,00
Total da Função/SubFunção:	5.703.850,00	6.083.000,00	6.288.639,00	6.603.131,00	24.678.620,00
09 Previdência Social	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
272 Previdência do Regime Estatutário	**21.447.725,00**	**21.771.825,00**	**23.646.129,00**	**24.828.441,00**	**91.694.120,00**
2014 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUPERINTENDÊNCIA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA	136.725,00	137.200,00	150.751,00	158.291,00	582.967,00
2124 ENCARGOS COM INATIVOS	3.450.000,00	2.884.625,00	3.803.625,00	3.993.807,00	14.132.057,00
2098 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL - FPM	17.861.000,00	18.750.000,00	19.691.753,00	20.676.343,00	76.979.096,00
Total da Função/SubFunção:	21.447.725,00	21.771.825,00	23.646.129,00	24.828.441,00	91.694.120,00
10 Saúde	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
122 Administração Geral	**3.459.400,00**	**3.881.500,00**	**3.814.015,00**	**4.004.727,00**	**15.159.642,00**
2063 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.456.950,00	3.879.250,00	3.811.307,00	4.001.882,00	15.149.389,00
2094 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.450,00	2.250,00	2.708,00	2.845,00	10.253,00
301 Atenção Básica	**18.554.825,00**	**20.020.250,00**	**20.456.666,25**	**21.479.475,25**	**80.511.216,50**
1042 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE POSTOS DE SAÚDE	3.250.750,00	1.550.000,00	3.583.956,00	3.763.153,00	12.147.859,00
2066 ENCARGOS COM ACS	2.725.000,00	2.893.000,00	3.004.316,00	3.154.533,00	11.776.849,00
2067 ENCARGOS COM EMPREGO PÚBLICO - PSF	3.088.000,00	3.592.750,00	3.404.524,00	3.574.753,00	13.660.027,00
2068 ENCARGOS COM ACE	636.250,00	688.250,00	701.472,00	736.548,00	2.762.520,00
2114 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	5.254.825,00	8.196.250,00	5.793.398,25	6.083.036,25	25.327.509,50
1061 EQUIPAR E REEQUIPAR A ATENÇÃO PRIMÁRIA	1.200.000,00	1.350.000,00	1.323.000,00	1.389.151,00	5.262.151,00
1062 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA	2.400.000,00	1.750.000,00	2.646.000,00	2.778.301,00	9.574.301,00
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	**25.829.550,00**	**27.854.700,00**	**28.477.129,00**	**29.901.014,00**	**112.062.393,00**
1036 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS	2.600.750,00	2.600.000,00	2.867.331,00	3.010.698,00	11.078.779,00
2064 MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	9.130.000,00	10.194.900,00	10.065.835,00	10.569.136,00	39.959.871,00
2085 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS	1.349.400,00	966.250,00	1.487.722,00	1.562.114,00	5.365.486,00
2097 MANUTENÇÃO DO SAMU	729.750,00	822.250,00	804.556,00	844.785,00	3.201.341,00
2115 MANUTENÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS, CLÍNICAS, LABORATÓRIOS E HOSPITAIS	2.124.250,00	2.042.500,00	2.341.988,00	2.459.089,00	8.967.827,00
2116 MANUTENÇÃO DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS E PRIVADAS	4.254.750,00	2.812.500,00	4.690.863,00	4.925.408,00	16.683.521,00
2117 MANUTENÇÃO DO CISCOMCAM	3.938.850,00	3.864.050,00	4.342.587,00	4.559.718,00	16.705.205,00
2065 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES KELY CRISTIANA ROCHA	451.050,00	1.252.250,00	497.291,00	522.160,00	2.722.751,00
1063 EQUIPAR E REEQUIPAR A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	400.000,00	2.700.000,00	441.000,00	463.050,00	4.004.050,00
1064 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	450.000,00	350.000,00	496.125,00	520.932,00	1.817.057,00
1073 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES KELY CRISTIANA ROCHA	400.750,00	250.000,00	441.831,00	463.924,00	1.556.505,00
303 Suporte Profilático e Terapêutico	**1.052.250,00**	**725.000,00**	**1.160.122,00**	**1.218.133,00**	**4.155.505,00**
2069 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	1.052.250,00	665.000,00	1.160.122,00	1.218.133,00	4.095.505,00
1091 EQUIPAR E REEQUIPAR O SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
304 Vigilância Sanitária	**1.146.000,00**	**1.214.500,00**	**1.263.478,00**	**1.326.659,00**	**4.950.637,00**
2070 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	691.000,00	814.500,00	761.840,00	799.939,00	3.067.279,00
1067 EQUIPAR E REEQUIPAR A VIGILÂNCIA SANITÁRIA	200.000,00	200.000,00	220.500,00	231.525,00	852.025,00
1068 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA	255.000,00	200.000,00	281.138,00	295.195,00	1.031.333,00
305 Vigilância Epidemiológica	**342.125,00**	**388.500,00**	**377.205,00**	**396.072,00**	**1.503.902,00**
2119 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	342.125,00	388.500,00	377.205,00	396.072,00	1.503.902,00
306 Alimentação e Nutrição	**200.250,00**	**205.000,00**	**220.777,00**	**231.816,00**	**857.843,00**
2069 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	200.250,00	205.000,00	220.777,00	231.816,00	857.843,00
Total da Função/SubFunção:	50.584.400,00	54.289.450,00	55.769.392,25	58.557.896,25	219.201.138,50
11 Trabalho	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
334 Fomento ao Trabalho	**750,00**	**750,00**	**831,00**	**873,00**	**3.204,00**
2112 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA FOMENTAR O TRABALHO	750,00	750,00	831,00	873,00	3.204,00
Total da Função/SubFunção:	750,00	750,00	831,00	873,00	3.204,00
12 Educação	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
122 Administração Geral	**2.419.300,00**	**2.319.125,00**	**2.667.289,00**	**2.800.664,00**	**10.206.378,00**
2049 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.269.300,00	2.149.125,00	2.501.914,00	2.627.019,00	9.547.358,00
1060 EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	50.000,00	70.000,00	55.125,00	57.882,00	233.007,00
1077 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00	426.013,00
361 Ensino Fundamental	**18.516.975,00**	**17.872.250,00**	**20.414.945,00**	**21.435.671,25**	**78.239.841,25**
1004 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS	100.750,00	100.000,00	111.081,00	116.636,00	428.467,00
2051 ENCARGOS COM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	8.110.225,00	9.096.000,00	8.941.507,00	9.388.573,20	35.536.305,20
2052 MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	6.872.750,00	5.573.750,00	7.577.184,00	7.956.020,05	27.979.704,05
2054 ENCARGOS COM TRANSPORTE DE ESTUDANTES	893.325,00	908.000,00	984.901,00	1.034.151,00	3.820.377,00
2055 MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS ESCOLARES	1.489.925,00	1.069.500,00	1.642.647,00	1.724.783,00	5.926.855,00
1058 EQUIPAR E REEQUIPAR O ENSINO FUNDAMENTAL	950.000,00	1.025.000,00	1.047.375,00	1.099.745,00	4.122.120,00
1076 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00	426.013,00

365 Educação Infantil	**14.300.525,00**	**15.073.000,00**	**15.766.414,00**	**16.554.789,00**	**61.694.728,00**
1006 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES	100.750,00	100.000,00	111.081,00	116.636,00	428.467,00
2056 MANUTENÇÃO DO CMEI TIA MARIA CARMEM FERNANDEZ RODRIGUES	3.763.250,00	4.184.250,00	4.149.001,00	4.356.465,00	16.452.966,00
2058 MANUTENÇÃO DO CMEI CRIANÇA FELIZ	5.304.250,00	5.373.500,00	5.847.955,00	6.140.367,00	22.666.072,00
2059 MANUTENÇÃO DO CMEI PEQUENO POLEGAR	1.583.525,00	1.556.500,00	1.745.858,00	1.833.163,00	6.719.046,00
2099 MANUTENÇÃO DO CMEI MARIA DAS DORES DE ALCÂNTARA	3.018.750,00	3.151.250,00	3.328.194,00	3.494.616,00	12.992.810,00
1057 EQUIPAR E REEQUIPAR A EDUCAÇÃO INFANTIL	530.000,00	707.500,00	584.325,00	613.542,00	2.435.367,00
366 Educação de Jovens e Adultos	**81.525,00**	**46.500,00**	**89.894,00**	**94.391,00**	**312.310,00**
2052 MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	81.525,00	46.500,00	89.894,00	94.391,00	312.310,00
367 Educação Especial	**868.250,00**	**931.250,00**	**957.262,00**	**1.005.128,00**	**3.761.890,00**
2089 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS VOLTADOS AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	15.500,00	15.500,00	17.092,00	17.947,00	66.039,00
2049 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	417.500,00	400.000,00	460.294,00	483.309,00	1.761.103,00
2052 MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	435.250,00	515.750,00	479.876,00	503.872,00	1.934.748,00
Total da Função/SubFunção:	36.186.575,00	36.242.125,00	39.895.804,00	41.890.643,25	154.215.147,25
13 Cultura	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
122 Administração Geral	**602.350,00**	**499.500,00**	**664.102,00**	**697.311,00**	**2.463.263,00**
2060 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	587.350,00	484.500,00	647.564,00	679.946,00	2.399.360,00
1059 EQUIPAR E REEQUIPAR O SETOR CULTURAL	15.000,00	15.000,00	16.538,00	17.365,00	63.903,00
392 Difusão Cultural	**205.000,00**	**242.750,00**	**226.026,00**	**237.331,00**	**911.107,00**
2057 MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA CIDADÃ	205.000,00	242.750,00	226.026,00	237.331,00	911.107,00
Total da Função/SubFunção:	807.350,00	742.250,00	890.128,00	934.642,00	3.374.370,00
15 Urbanismo	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
122 Administração Geral	**1.061.725,00**	**1.400.000,00**	**1.170.566,00**	**1.229.100,00**	**4.861.391,00**
2086 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.061.725,00	1.400.000,00	1.170.566,00	1.229.100,00	4.861.391,00
451 Infra-Estrutura Urbana	**478.750,00**	**1.315.000,00**	**527.844,00**	**554.241,00**	**2.875.835,00**
1007 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRÓPRIOS PÚBLICOS	0,00	125.000,00	0,00	0,00	125.000,00
1021 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	0,00	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00
1024 OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E RECAPE ASFÁLTICO	125.750,00	200.000,00	138.644,00	145.577,00	609.971,00
1031 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ABRIGOS PARA PONTOS DE ÔNIBUS	50.750,00	35.000,00	55.956,00	58.755,00	200.461,00
1010 OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	50.750,00	60.000,00	55.956,00	58.755,00	225.461,00
1011 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PONTES E BUEIROS	0,00	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
1022 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CICLOVIAS	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
1029 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS	0,00	85.000,00	0,00	0,00	85.000,00
1012 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL	0,00	125.000,00	0,00	0,00	125.000,00
1025 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ALMOXARIFADO	125.750,00	0,00	138.644,00	145.577,00	409.971,00
1074 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS	125.750,00	160.000,00	138.644,00	145.577,00	569.971,00
452 Serviços Urbanos	**3.113.425,00**	**3.900.300,00**	**3.432.632,00**	**3.604.296,00**	**14.050.653,00**
2041 MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS	1.395.350,00	1.620.250,00	1.538.390,00	1.615.317,00	6.169.307,00
2043 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E RECICLAGEM DE LIXO	727.650,00	1.010.300,00	802.254,00	842.374,00	3.382.578,00
2037 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, RECAPE ASFÁLTICO E OBRAS COMPLEMENTARES	202.850,00	196.250,00	223.645,00	234.830,00	857.575,00
2035 MANUTENÇÃO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	310.850,00	477.250,00	342.723,00	359.866,00	1.490.689,00
2101 MANUTENÇÃO DO PÁTIO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS MUNICIPAL	197.700,00	289.750,00	217.978,00	228.881,00	934.309,00
2037 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, RECAPE ASFÁLTICO E OBRAS COMPLEMENTARES	750,00	25.000,00	831,00	873,00	27.454,00
2041 MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS	200.250,00	200.000,00	220.777,00	231.817,00	852.844,00
2120 MANUTENÇÃO DOS PRÓPRIOS PÚBLICOS	78.025,00	81.500,00	86.034,00	90.338,00	335.897,00
Total da Função/SubFunção:	4.653.900,00	6.615.300,00	5.131.042,00	5.387.637,00	21.787.879,00
16 Habitação	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
482 Habitação Urbana	**99.500,00**	**63.250,00**	**109.707,00**	**115.194,00**	**387.651,00**
2087 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	99.500,00	63.250,00	109.707,00	115.194,00	387.651,00
Total da Função/SubFunção:	99.500,00	63.250,00	109.707,00	115.194,00	387.651,00
17 Saneamento	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
512 Saneamento Básico Urbano	**481.250,00**	**707.000,00**	**530.585,00**	**557.117,00**	**2.275.952,00**
1044 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO	150.750,00	150.750,00	166.206,00	174.517,00	642.223,00
2104 MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO	180.250,00	331.250,00	198.727,00	208.664,00	918.891,00
2105 MANUTENÇÃO DAS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	150.250,00	225.000,00	165.652,00	173.936,00	714.838,00
Total da Função/SubFunção:	481.250,00	707.000,00	530.585,00	557.117,00	2.275.952,00
18 Gestão Ambiental	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
122 Administração Geral	**445.050,00**	**401.750,00**	**490.679,00**	**515.220,00**	**1.852.699,00**
2031 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	245.050,00	286.750,00	270.179,00	283.694,00	1.085.673,00
1052 EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	100.000,00	15.000,00	110.250,00	115.763,00	341.013,00
1053 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.763,00	426.013,00
541 Preservação e Conservação Ambiental	**1.562.325,00**	**1.459.500,00**	**1.722.478,00**	**1.808.607,00**	**6.552.910,00**
2032 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	1.389.325,00	1.356.000,00	1.531.739,00	1.608.329,00	5.885.393,00
2039 MANUTENÇÃO DO BARRACÃO DE RECICLÁVEIS	27.250,00	17.750,00	30.045,00	31.548,00	106.593,00
2130 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E CONTROLE DE POPULAÇÃO DOS ANIMAIS DE RUA	145.000,00	85.000,00	159.863,00	167.857,00	557.720,00
2106 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	750,00	750,00	831,00	873,00	3.204,00
Total da Função/SubFunção:	2.007.375,00	1.861.250,00	2.213.157,00	2.323.827,00	8.405.609,00
20 Agricultura	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
122 Administração Geral	**166.950,00**	**70.800,00**	**184.077,00**	**193.284,00**	**615.111,00**
2028 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	166.950,00	70.800,00	184.077,00	193.284,00	615.111,00
606 Extensão Rural	**797.500,00**	**203.750,00**	**879.254,00**	**923.221,00**	**2.803.725,00**
1050 OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS	675.750,00	75.000,00	745.019,00	782.271,00	2.278.040,00
2029 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO	45.000,00	37.500,00	49.616,00	52.099,00	184.215,00
2030 MANUTENÇÃO DOS POÇOS ARTESIANOS	76.750,00	66.250,00	84.619,00	88.851,00	316.470,00
1051 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
Total da Função/SubFunção:	964.450,00	274.550,00	1.063.331,00	1.116.505,00	3.418.836,00
22 Indústria	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
661 Promoção Industrial	**202.750,00**	**152.000,00**	**223.547,00**	**234.727,00**	**813.024,00**
1033 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BARRACÕES INDUSTRIAIS	100.750,00	100.000,00	111.081,00	116.636,00	428.467,00
2024 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRABALHO E PROFISSIONALIZAÇÃO	750,00	750,00	831,00	873,00	3.204,00
2026 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO A CURSOS PROFISSIONALIZANTES	750,00	750,00	831,00	873,00	3.204,00
2027 MANUTENÇÃO DOS PARQUES INDUSTRIAIS	100.500,00	50.500,00	110.804,00	116.345,00	378.149,00
Total da Função/SubFunção:	202.750,00	152.000,00	223.547,00	234.727,00	813.024,00
23 Comércio e Serviços	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
691 Promoção Comercial	**1.500,00**	**1.500,00**	**1.662,00**	**1.746,00**	**6.408,00**
2024 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRABALHO E PROFISSIONALIZAÇÃO	750,00	750,00	831,00	873,00	3.204,00
2026 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO A CURSOS PROFISSIONALIZANTES	750,00	750,00	831,00	873,00	3.204,00
695 Turismo	**588.450,00**	**522.700,00**	**648.783,00**	**681.227,00**	**2.441.160,00**
2025 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TURISMO	750,00	750,00	831,00	873,00	3.204,00

2036 MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E BOSQUES	336.950,00	421.950,00	371.496,00	390.074,00	1.520.470,00
1028 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E BOSQUES	250.750,00	100.000,00	276.456,00	290.280,00	917.486,00
Total da Função/SubFunção:	589.950,00	524.200,00	650.445,00	682.973,00	2.447.568,00
25 Energia	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
751 Conservação de Energia	**1.312.912,50**	**1.494.450,00**	**1.447.487,00**	**1.519.862,90**	**5.774.712,40**
2034 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.312.912,50	1.494.450,00	1.447.487,00	1.519.862,90	5.774.712,40
752 Energia Elétrica	**560.500,00**	**650.500,00**	**617.954,00**	**648.852,00**	**2.477.806,00**
2011 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	560.500,00	650.500,00	617.954,00	648.852,00	2.477.806,00
Total da Função/SubFunção:	1.873.412,50	2.144.950,00	2.065.441,00	2.168.714,90	8.252.518,40
26 Transporte	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
782 Transporte Rodoviário	**2.702.500,00**	**2.525.400,00**	**2.979.517,00**	**3.128.496,00**	**11.335.913,00**
2044 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	1.908.350,00	1.658.450,00	2.103.952,00	2.209.145,00	7.879.897,00
2046 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS EM ESTRADAS VICINAIS E PONTES MUNICIPAIS	742.250,00	830.250,00	818.333,00	859.253,00	3.250.086,00
2038 MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO	51.900,00	36.700,00	57.232,00	60.098,00	205.930,00
Total da Função/SubFunção:	2.702.500,00	2.525.400,00	2.979.517,00	3.128.496,00	11.335.913,00
27 Desporto e Lazer	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
122 Administração Geral	**181.100,00**	**215.750,00**	**199.675,00**	**209.665,00**	**806.190,00**
2122 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	181.100,00	205.750,00	199.675,00	209.665,00	796.190,00
1090 EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE ESPORTES	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
812 Desporto Comunitário	**692.200,00**	**747.750,00**	**763.164,00**	**801.327,00**	**3.004.441,00**
1046 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GINÁSIOS, QUADRAS, ESTÁDIOS E CAMPOS DE FUTEBOL	150.750,00	150.000,00	166.206,00	174.517,00	641.473,00
2062 MANUTENÇÃO DE GINÁSIOS, QUADRAS, ESTÁDIOS E CAMPOS DE FUTEBOL	541.450,00	512.750,00	596.958,00	626.810,00	2.277.968,00
1092 EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2131 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00
813 Lazer	**477.750,00**	**468.500,00**	**526.730,00**	**553.070,00**	**2.026.050,00**
2061 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	477.750,00	468.500,00	526.730,00	553.070,00	2.026.050,00
Total da Função/SubFunção:	1.351.050,00	1.432.000,00	1.489.569,00	1.564.062,00	5.836.681,00
28 Encargos Especiais	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
843 Serviço da Dívida Interna	**1.424.250,00**	**1.298.250,00**	**1.570.238,00**	**1.648.752,00**	**5.941.490,00**
9002 ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS	16.250,00	18.250,00	17.917,00	18.813,00	71.230,00
9003 ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS	1.408.000,00	1.280.000,00	1.552.321,00	1.629.939,00	5.870.260,00
Total da Função/SubFunção:	1.424.250,00	1.298.250,00	1.570.238,00	1.648.752,00	5.941.490,00
99 Reserva de Contingência	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Acumulado**
999 Reserva de Contingência geral	**1.400.000,00**	**500.000,00**	**1.543.500,00**	**1.620.675,00**	**5.064.175,00**
2020 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.400.000,00	500.000,00	1.543.500,00	1.620.675,00	5.064.175,00
Total da Função/SubFunção:	1.400.000,00	500.000,00	1.543.500,00	1.620.675,00	5.064.175,00
Total :	**145.727.450,00**	**152.483.000,00**	**160.664.574,00**	**168.697.861,00**	**627.572.885,00**

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:519DD9F5

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - AMF 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2027
Consolidado
AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art.4o, § 2o, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2025 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas 2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	102.401.750,00	0,013	100,25	131.201.945,87	0,017	128,44	28.800.195,87	28,12
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	101.335.000,00	0,013	99,20	128.353.280,74	0,016	125,65	27.018.280,74	26,66
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	102.401.750,00	0,013	100,25	125.602.597,10	0,016	122,96	23.200.847,10	22,66
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	101.676.500,00	0,013	99,54	124.245.147,72	0,016	121,63	22.568.647,72	22,20
Receita Total (COM FONTES RPPS)	18.655.000,00	0,002	18,26	20.664.409,29	0,003	20,23	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	5.725.000,00	0,001	5,60	5.081.333,40	0,001	4,97	-643.666,60	-11,24
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	18.655.000,00	0,002	18,26	12.332.597,77	0,002	12,07	-6.322.402,23	-33,89
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	18.655.000,00	0,002	18,26	12.332.597,77	0,002	12,07	-6.322.402,23	-33,89
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	-341.500,00	0,000	-0,33	4.108.133,02	0,001	4,02	4.449.633,02	-1.302,97
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	-13.271.500,00	-0,002	-12,992	-3.143.131,35	0,000	-3,08	10.128.368,65	-76,32
Dívida Pública Consolidada (DC)	4.825.221,16	0,001	4,72	4.825.221,16	0,000	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada Líquida (DCL)	-22.710.386,43	-0,003	-22,23	-22.558.448,70	0,000	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-12.775.891,23	-0,002	-12,51	-12.775.891,23	-0,002	-12,51	0,00	0,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE TERRA BOA, emitido em 27/mai/2026 as 14h e 21m.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, no cálculo do Resultado Primário (SEM RPPS) - acima da linha, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS. Estas serão apresentadas de forma apartada, com impacto apenas no cálculo do Resultado Primário (COM RPPS) - acima da linha, para fins de transparência. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo do Resultado Nominal (SEM RPPS) - abaixo da linha.

		R$ 1,00
Parâmetros	**Valor Previsto 2025**	**Valor Realizado 2025**
PIB Nominal	**784.677.000.000,00**	**784.677.000.000,00**
Receita Corrente Líquida - RCL	**1.513.082,79**	**119.975.368,72**

Terra Boa 27 de maio de 2026

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:33BDB827

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - AMF 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MUNICIPIO DE TERRA BOA						
Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
2027						
AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)						R$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
PATRIMÔNIO/CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ACUMULADO	136.844.008,26	100,00	115.836.229,52	100,00	107.534.277,06	100,00
TOTAL	**136.844.008,26**	**100,00**	**115.836.229,52**	**100,00**	**107.534.277,06**	**100,00**
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		%		%		%
		0,00		0,00		0,00
TOTAL		**0,00**		**0,00**		**0,00**
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE TERRA BOA, emitido em 27/mai/2026 as 14h e 29m.						
Terra Boa 27 de maio de 2026						

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:9569022A

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - AMF 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICIPIO DE TERRA BOA			
Estado do Paraná			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
2027			
AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)	R$ 1,00		
RECEITAS REALIZADAS	2025 (a)	2024 (b)	2023 (c)
RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I	403.779,24	287.562,44	864.738,30
Alienação de Bens Móveis	342.790,00	217.100,00	822.593,98
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	60.989,24	70.462,44	42.144,32
Total	**403.779,24**	**287.562,44**	**864.738,30**
DESPESAS EXECUTADAS	2025 (d)	2024 (e)	2023 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II	252.465,84	787.455,89	224.490,00
DESPESAS DE CAPITAL	252.465,84	787.455,89	224.490,00
Investimentos	252.465,84	787.455,89	224.490,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	**252.465,84**	**787.455,89**	**224.490,00**
SALDO FINANCEIRO	2025 (g) = ((Ia-IId)+ IIIh	2024 (h) = ((Ib-IIe)+ IIIi	2023 (i) = (Ic - IIf)
VALOR (III)	291.668,25	140.354,85	640.248,30
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE TERRA BOA, emitido em 27/mai/2026 as 14h e 31m.			
Terra Boa 27 de maio de 2026			

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:5AE4C26E

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - AMF 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

MUNICIPIO DE TERRA BOA			
Estado do Paraná			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS			
2027			
AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art.4o, § 2o, inciso IV, alínea “a”)			R$ 1,00
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (I)	17.353.346,15	17.220.959,10	20.664.409,29
Receita de Contribuições dos Segurados	3.701.160,92	2.923.012,24	3.694.008,88
Ativo	3.636.322,80	2.842.594,59	3.612.454,48
Inativo	64.838,12	80.417,65	81.554,40
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	7.942.512,89	9.684.820,37	8.189.161,53
Ativo	7.942.512,89	9.684.820,37	8.189.161,53
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	5.210.592,99	3.303.874,12	7.393.914,36
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	5.210.592,99	3.303.874,12	7.393.914,36
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	499.079,35	1.309.252,37	1.387.324,52

Compensação Finaceira entre os Regimes	499.079,35	1.309.252,37	1.387.324,52
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	**17.353.346,15**	**17.220.959,10**	**20.664.409,29**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2023	2024	2025
Benefícios	8.691.159,93	10.432.659,54	12.061.327,34
Aposentadorias	7.664.690,15	9.385.243,58	10.630.949,28
Pensões por Morte	1.026.469,78	1.047.415,96	1.430.378,06
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	189.781,52	146.696,85
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	189.781,52	146.696,85
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**8.691.159,93**	**10.622.441,06**	**12.208.024,19**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI)=(IV-V)[2]	**8.662.186,22**	**6.598.518,04**	**8.456.385,10**
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2023	2024	2025
VALOR	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2023	2024	2025
VALOR	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2023	2024	2025
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2023	2024	2025
Caixa e Equivalente de Caixa	221.379,07	2.638,96	1.544,95
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	64.901.916,95	119.260.681,48

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
Benefícios	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI)=(IX-X)[2]	**0,00**	**0,00**	**0,00**
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS	2023	2024	2025
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2023	2024	2025
Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO -RPPS	2023	2024	2025
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XIII + XIV)[2]	**0,00**	**0,00**	**0,00**
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2023	2024	2025
Caixa e Equivalente de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00

Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2023	2024	2025
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)(XVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2023	2024	2025
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)(XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX)=(XVII-XVIII)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE TERRA BOA, emitido em 27/mai/2026 as 14h e 45m.			
NOTA:			
1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.			
2 O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1° ao 5° bimestre) e a despesa empenhada (no 6° bimestre).			

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:05E7A1B7

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - AMF 6 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE TERRA BOA - FPMTB				
ESTADO DO PARANÁ				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS				
ANEXO DE METAS FISCAIS				
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
2026 a 2101				
AMF - Tabela 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea a)			R$ 1,00	
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	**RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)**	**DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)**	**RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)**	**SALDO FINANCEIRO DO EXERCICIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)**
2026	11.948.370,64	9.490.719,24	2.457.651,40	47.293.660,62
2027	12.391.050,73	9.827.883,72	2.563.167,01	49.856.827,63
2028	12.832.333,82	10.338.855,90	2.493.477,92	52.350.305,55
2029	13.257.642,67	10.730.491,87	2.527.150,80	54.877.456,35
2030	13.659.146,45	10.992.662,09	2.666.484,36	57.543.940,71
2031	14.075.277,04	11.407.818,65	2.667.458,39	60.211.399,09
2032	14.472.822,11	11.794.113,91	2.678.708,20	62.890.107,30
2033	14.861.947,90	11.888.916,72	2.973.031,18	65.863.138,47
2034	15.255.866,74	11.903.874,46	3.351.992,28	69.215.130,75
2035	15.673.912,17	12.270.466,56	3.403.445,61	72.618.576,36
2036	16.095.573,35	12.627.780,31	3.467.793,04	76.086.369,39
2037	16.486.286,22	12.544.626,70	3.941.659,52	80.028.028,91
2038	16.880.315,53	12.434.650,77	4.445.664,76	84.473.693,67
2039	17.315.439,92	12.615.837,33	4.699.602,59	89.173.296,26
2040	17.492.723,37	12.702.764,56	4.789.958,81	93.963.255,07
2041	17.692.859,76	13.011.575,82	4.681.283,94	98.644.539,01
2042	17.854.216,96	13.008.268,84	4.845.948,12	103.490.487,13
2043	18.026.504,16	13.117.589,18	4.908.914,98	108.399.402,11
2044	18.183.403,68	13.131.849,30	5.051.554,38	113.450.956,50
2045	10.530.098,14	12.970.228,67	-2.440.130,53	111.010.825,97
2046	10.245.914,86	12.811.031,21	-2.565.116,35	107.445.709,61
2047	9.943.377,22	12.718.860,56	-2.775.483,34	105.670.226,28
2048	9.624.443,05	12.579.939,74	-2.955.496,69	102.714.729,59
2049	9.266.464,34	12.508.876,36	-3.242.412,02	99.472.317,57
2050	8.948.271,16	12.159.909,61	-3.211.638,45	96.260.679,12
2051	8.620.073,44	11.834.775,53	-3.214.702,09	93.045.977,03
2052	8.279.526,83	11.539.994,95	-3.260.468,12	89.785.508,91
2053	7.949.400,54	11.190.562,04	-3.241.161,50	86.544.347,41
2054	7.605.439,97	10.910.855,77	-3.305.415,80	83.238.931,61
2055	7.284.025,33	10.499.382,16	-3.215.356,83	80.023.574,79
2056	6.974.174,84	10.053.710,81	-3.079.535,97	76.944.038,82
2057	6.676.018,15	9.592.455,60	-2.916.437,45	74.027.601,36
2058	6.377.892,85	9.168.182,75	-2.790.289,90	71.237.311,46
2059	6.094.307,49	8.722.792,98	-2.628.485,49	68.608.825,98
2060	5.824.418,77	8.269.089,68	-2.444.670,91	66.164.155,07
2061	5.566.593,98	7.820.391,54	-2.253.797,56	63.910.357,50
2062	5.321.604,23	7.377.891,05	-2.056.286,82	61.854.070,68
2063	5.090.161,63	6.942.683,73	-1.852.522,10	60.001.548,58
2064	4.872.911,44	6.515.739,68	-1.642.828,24	58.358.720,35
2065	4.670.439,70	6.097.912,19	-1.427.472,49	56.931.247,86
2066	4.483.301,47	5.690.084,80	-1.206.783,33	55.724.464,53
2067	4.312.032,97	5.293.215,71	-981.182,74	54.743.281,78
2068	4.157.122,94	4.908.282,05	-751.159,11	53.992.122,68
2069	4.018.985,64	4.536.135,23	-517.149,59	53.474.973,09
2070	3.897.933,01	4.177.294,88	-279.361,87	53.195.611,22
2071	3.794.249,08	3.832.298,75	-38.049,67	53.157.561,55
2072	3.708.203,89	3.501.772,62	206.431,27	53.363.992,82
2073	3.640.060,85	3.186.511,81	453.549,04	53.817.541,86
2074	3.590.002,32	2.887.130,13	702.872,19	54.520.414,05
2075	3.558.153,95	2.604.134,57	954.019,38	55.474.433,43
2076	3.544.594,18	2.337.870,47	1.206.723,71	56.681.157,14

2077	3.549.355,02	2.088.492,35	1.460.862,67	58.142.019,81
2078	3.572.421,16	1.855.997,15	1.716.424,01	59.858.443,82
2079	3.613.741,99	1.640.220,94	1.973.521,05	61.831.964,88
2080	3.673.248,13	1.440.870,31	2.232.377,82	64.064.342,70
2081	3.750.886,13	1.257.636,34	2.493.249,79	66.557.592,49
2082	3.846.616,70	1.090.191,25	2.756.425,45	69.314.017,94
2083	3.960.407,86	938.109,30	3.022.298,56	72.336.316,50
2084	4.092.220,82	800.811,92	3.291.408,90	75.627.725,40
2085	4.242.029,21	677.633,79	3.564.395,42	79.192.120,82
2086	4.409.853,51	567.944,54	3.841.908,97	83.034.029,80
2087	4.595.760,83	471.130,64	4.124.630,19	87.158.659,99
2088	4.799.833,31	386.461,57	4.413.371,74	91.572.031,73
2089	5.022.176,49	313.098,41	4.709.078,08	96.281.109,80
2090	5.262.954,67	250.223,64	5.012.731,03	101.293.840,83
2091	5.522.385,74	197.018,94	5.325.366,80	106.619.207,63
2092	5.800.733,19	152.611,50	5.648.121,69	112.267.329,32
2093	6.098.326,87	116.124,44	5.982.202,43	118.249.531,75
2094	6.415.585,91	86.745,94	6.328.839,97	124.578.371,72
2095	6.753.003,06	63.672,41	6.689.330,65	131.267.702,36
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCICIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:9BC69055

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - AMF 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

MUNICIPIO DE TERRA BOA						
Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art.4o, § 2o, inciso V)						
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA						
2027						
						R$ 1,00
TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2027	2028	2029	
IPTU	Outros Benefícios	IPTU	327.000,00	343.350,00	360.517,50	Redução da inadimplência e reestimativa da receita
ITBI	Outros Benefícios	ITBI	150.000,00	157.500,00	165.375,00	Reestimativa da receita
ISS	Outros Benefícios	ISS	101.000,00	106.050,00	111.352,50	Reestimativa da receita
TAXAS	Outros Benefícios	TAXAS	220.000,00	231.000,00	242.550,00	Redução da inadimplência e reestimativa da receita
COSIP	Outros Benefícios	COSIP	5.000,00	5.250,00	5.512,50	Redução da inadimplência e reestimativa da receita
TOTAL			**803.000,00**	**843.150,00**	**885.307,50**	
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE TERRA BOA, emitido em 27/mai/2026 as 15h e 15m.						

Terra Boa 27 de maio de 2026

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:1A5B6FC1

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - ARF - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

MUNICIPIO DE TERRA BOA			
Estado do Paraná			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE RISCOS FISCAIS			
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS			
2027			
ARF (LRF, art 4o, § 3o)	R$ 1,00		
Identificação dos Riscos	**Valor**	**Providência**	**Valor**
Passivos Contingentes			
Demandas Judiciais	250.000,00	Reserva de Contingência	250.000,00
SUB-TOTAL	**250.000,00**	**SUB-TOTAL**	**250.000,00**
Demais Riscos Fiscais Passivos			
Frustação de Arrecadação	250.000,00	Limitação de empenho	250.000,00
Discrepância de Projeções	250.000,00	Reserva de Contingência	250.000,00
SUB-TOTAL	**500.000,00**	**SUB-TOTAL**	**500.000,00**
TOTAL	**750.000,00**	**TOTAL**	**750.000,00**
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE TERRA BOA, emitido em 27/mai/2026 as 15h e 20m.			

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:5698E3C1

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - LDO - METAS E PRIORIDADES

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2027
LDO - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO
Órgão : 01 Câmara Municipal
Unidade : 001 Câmara Municipal
Função: 01 Legislativa
Sub-Função: 031 Ação Legislativa
Programa : 0001 LEGISLATIVA
Objetivo : Formulação e aprovação de leis e normas que orientam a sociedade, regulam a vida em comum e concretizam as políticas públicas propostas, além de fiscalizar as ações do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : LEGISLATIVA

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2001	Outras Unidades e Medidas		1	2.027.550,00
Descrição: ATIVIDADES LEGISLATIVAS				
Produto : Apoio Administrativo				
Órgão : 02 Gabinete do Prefeito				
Unidade : 001 Chefia de Gabinete				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Apoio Administrativo		Mês	12	12,00
Pagamento de Precatórios		Valores Fi	357.000	367.763,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2005	Pessoas		1	651.500,00
Descrição: ASSESSORAMENTO SUPERIOR				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1017	Outras Unidades e Medidas		1	50.000,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O GABINETE DO PREFEITO				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1020	Unidade		1	340.000,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O GABINETE DO PREFEITO				
Produto : Veículos				
Órgão : 02 Gabinete do Prefeito				
Unidade : 001 Chefia de Gabinete				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0004 DIVULGAÇÃO OFICIAL				
Objetivo : Garantir a publicidade e a transparência dos atos oficiais e das ações do governo municipal, assegurando a ampla divulgação das informações de interesse público à população, por meio de canais institucionais e meios de comunicação adequados.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : DIVULGAÇÃO OFICIAL				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Alcance das publicações institucionais da Prefeitura. Quantidade média de visualizações por publicação (notícias, campanhas, informativos) promovidas pela Assessoria de Imprensa		Unidade	6.000	8.000,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2002	Pessoas		1	1.060.250,00
Descrição: COMEMORAÇÕES FESTIVAS E RECEPÇÕES OFICIAIS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2003	Pessoas		1	407.500,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS E DIVULGAÇÕES OFICIAIS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 02 Gabinete do Prefeito				
Unidade : 002 Gabinete do Assessor				
Função: 03 Essencial à Justiça				
Sub-Função: 092 Representação Judicial e Extrajudicial				
Programa : 0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Apoio Administrativo		Mês	12	12,00
Pagamento de Precatórios		Valores Fi	357.000	367.763,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**

2008	Pessoas		1	141.800,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 02 Gabinete do Prefeito				
Unidade : 002 Gabinete do Assessor				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 121 Planejamento e Orçamento				
Programa : 0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Apoio Administrativo		Mês	12	12,00
Pagamento de Precatórios		Valores Fi	357.000	367.763,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**

2004	Pessoas			1	129.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO					
Produto : Pessoas Atendidas					
Órgão : 02 Gabinete do Prefeito					
Unidade : 002 Gabinete do Assessor					
Função: 04 Administração					
Sub-Função: 122 Administração Geral					
Programa : 0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Apoio Administrativo		Mês	12	12,00	
Pagamento de Precatórios		Valores Fi	357.000	367.763,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2006	Pessoas			1	189.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE GABINETE					
Produto : Pessoas Atendidas					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2125	Pessoas			1	346.500,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA E APOIO INSTITUCIONAL					
Produto : Pessoas Atendidas					
Órgão : 02 Gabinete do Prefeito					
Unidade : 002 Gabinete do Assessor					
Função: 04 Administração					
Sub-Função: 124 Controle Interno					
Programa : 0009 CONTROLE INTERNO					
Objetivo : Assegurar a legalidade, eficiência e transparência da gestão pública municipal, fortalecendo os mecanismos de controle, prevenção de falhas e apoio à boa governança administrativa e financeira.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : CONTROLE INTERNO					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Percentual de processos administrativos e licitatórios Percentual analisados preventivamente por amostragem			5	5,00	
Processo de Ouvidoria - Tempo médio de resposta Dia			30	23,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2110	Pessoas			1	181.950,00
Descrição: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO					
Produto : Pessoas Atendidas					
Órgão : 02 Gabinete do Prefeito					
Unidade : 002 Gabinete do Assessor					
Função: 04 Administração					
Sub-Função: 131 Comunicação Social					
Programa : 0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Apoio Administrativo		Mês	12	12,00	
Pagamento de Precatórios		Valores Fi	357.000	367.763,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2007	Pessoas			1	82.200,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA					
Produto : Pessoas Atendidas					
Órgão : 02 Gabinete do Prefeito					
Unidade : 002 Gabinete do Assessor					

Função: 09 Previdência Social					
Sub-Função: 272 Previdência do Regime Estatutário					
Programa : 0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Apoio Administrativo		Mês	12	12,00	
Pagamento de Precatórios		Valores Fi	357.000	367.763,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2014	Pessoas			1	137.200,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUPERINTENDÊNCIA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA					
Produto : Pessoas Atendidas					
Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral					
Unidade : 001 Chefia de Gabinete					
Função: 04 Administração					
Sub-Função: 122 Administração Geral					
Programa : 0001 FORMAÇÃO PATRIMÔNIO SERVIDOR PÚBLICO					
Objetivo : Assegurar o correto recolhimento e registro do PASEP, conforme determina a legislação vigente, garantindo a transparência, a conformidade contábil e a regularidade das obrigações do Município junto à União.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : FORMAÇÃO PATRIMÔNIO SERVIDOR PÚBLICO					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			

Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Garantir recursos para os recolhimentos do PASEP		Valores Fi	1.097.000	1.190.963,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2012	Pessoas		1	1.400.650,00
Descrição: CONTRIBUIÇÃO PARA FORM AÇÃO DO PASEP				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral				
Unidade : 001 Chefia de Gabinete				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.				

Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Apoio Administrativo		Mês	12	12,00
Pagamento de Precatórios		Valores Fi	357.000	367.763,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2010	Pessoas		1	1.925.650,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2103	Pessoas		1	168.250,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2123	Pessoas		1	297.250,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2093	Pessoas		1	77.650,00
Descrição: MANUTENÇÃO DAS CAPELAS MORTUÁRIAS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1035	Outras Unidades e Medidas		1	50.000,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1047	Unidade		1	175.000,00
Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Produto : Veículos				
Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral				
Unidade : 001 Chefia de Gabinete				
Função: 09 Previdência Social				
Sub-Função: 272 Previdência do Regime Estatutário				
Programa : 0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		

Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Apoio Administrativo		Mês	12	12,00
Pagamento de Precatórios		Valores Fi	357.000	367.763,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2124	Pessoas		1	2.884.625,00
Descrição: ENCARGOS COM INATIVOS				
Produto : Aposentados Atendidos				
Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral				
Unidade : 001 Chefia de Gabinete				
Função: 25 Energia				
Sub-Função: 752 Energia Elétrica				
Programa : 0018 SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA				
Objetivo : Garantir o funcionamento contínuo, seguro e eficiente dos serviços de iluminação pública e demais utilidades elétricas municipais, assegurando conforto, segurança e qualidade de vida à população por meio da manutenção preventiva e corretiva da rede elétrica.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Tempo médio de atendimento às demandas de Iluminação Pública		Dia	10	7,00
Percentual de substituição de lâmpadas por tecnologia LED		Percentual	100	100,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2011	Pessoas		1	650.500,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral				
Unidade : 002 Departamento de Recursos Humanos				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.				
Gerente :				

Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Apoio Administrativo		Mês	12	12,00
Pagamento de Precatórios		Valores Fi	357.000	367.763,00

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2013	Pessoas		1	276.300,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral				
Unidade : 003 Departamento de Compras e Licitação				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				

Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Apoio Administrativo		Mês	12	12,00
Pagamento de Precatórios		Valores Fi	357.000	367.763,00

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2016	Pessoas		1	461.050,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral				
Unidade : 004 Departamento Jurídico				
Função: 03 Essencial à Justiça				
Sub-Função: 092 Representação Judicial e Extrajudicial				
Programa : 0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				

Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Apoio Administrativo		Mês	12	12,00
Pagamento de Precatórios		Valores Fi	357.000	367.763,00

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2009	Pessoas		1	1.001.250,00
Descrição: INDENIZAÇÕES, CUSTAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS				
Produto : Pessoas Atendidas				

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2015	Pessoas		1	203.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO JURÍDICO				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral				
Unidade : 005 Divisão de Registro, Controle e Manutenção de Bens Patrimoniais				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				

Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Apoio Administrativo		Mês	12	12,00
Pagamento de Precatórios		Valores Fi	357.000	367.763,00

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2018	Pessoas		1	135.500,00
Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE REGISTRO, CONTROLE E MANUTENÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral				
Unidade : 006 Divisão de Processamento de Dados				
Função: 04 Administração				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				

Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Apoio Administrativo		Mês	12	12,00
Pagamento de Precatórios		Valores Fi	357.000	367.763,00

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2019	Pessoas		1	212.650,00
Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral				

Unidade : 007 Divisão de Almoxarifado
Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2027
Apoio Administrativo	Mês	12	12,00
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	367.763,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
2100	Pessoas		1	197.500,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO ALMOXARIFADO
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral
Unidade : 008 Departamento de Guarda, Vigilância, Fiscalização e Monitoramento
Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa : 0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2027
Apoio Administrativo	Mês	12	12,00
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	367.763,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
2132	Outras Unidades e Medidas		1	81.750,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GUARDA, VIGILÂNCIA, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO
Produto : Outros Produtos
Órgão : 04 Secretaria de Fazenda e Planejamento
Unidade : 001 Gabinete do Secretário
Função: 04 Administração
Sub-Função: 129 Administração de Receitas

Programa : 0014 FAZENDA E PLANEJAMENTO
Objetivo : Assegurar o equilíbrio fiscal, a eficiência na arrecadação e a qualidade do planejamento orçamentário, promovendo a gestão responsável dos recursos públicos e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na legislação.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : FAZENDA E PLANEJAMENTO

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2027
Percentual de arrecadação da receita própria em relação à prevista	Percentual	90	90,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
2020	Pessoas		1	726.300,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
1048	Outras Unidades e Medidas		1	15.000,00

Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
1049	Unidade		0	20.000,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
Produto : Veículos
Órgão : 04 Secretaria de Fazenda e Planejamento
Unidade : 001 Gabinete do Secretário
Função: 99 Reserva de Contingência
Sub-Função: 999 Reserva de Contingência geral
Programa : 0020 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Objetivo : Assegurar recursos para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos,
garantindo o equilíbrio das contas públicas e a sustentabilidade fiscal do Município.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2027

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
2020	Pessoas		1	500.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 04 Secretaria de Fazenda e Planejamento
Unidade : 002 Departamento de Tributação e Fiscalização

Função: 04 Administração
Sub-Função: 125 Normatização e Fiscalização
Programa : 0014 FAZENDA E PLANEJAMENTO
Objetivo : Assegurar o equilíbrio fiscal, a eficiência na arrecadação e a qualidade do planejamento orçamentário, promovendo a gestão responsável dos recursos públicos e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na

legislação.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : FAZENDA E PLANEJAMENTO

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2027
Percentual de arrecadação da receita própria em relação à prevista	Percentual	90	90,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
2021	Outras Unidades e Medidas		1	638.750,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 04 Secretaria de Fazenda e Planejamento

Unidade : 003 Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade

Função: 04 Administração

Sub-Função: 123 Administração Financeira

Programa : 0014 FAZENDA E PLANEJAMENTO

Objetivo : Assegurar o equilíbrio fiscal, a eficiência na arrecadação e a qualidade do planejamento orçamentário, promovendo a gestão responsável dos recursos públicos e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na legislação.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : FAZENDA E PLANEJAMENTO

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2027
Percentual de arrecadação da receita própria em relação à prevista	Percentual	90	90,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
2022	Outras Unidades e Medidas		1	767.250,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 04 Secretaria de Fazenda e Planejamento

Unidade : 003 Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade

Função: 28 Encargos Especiais

Sub-Função: 843 Serviço da Dívida Interna

Programa : 0010 ENCARGOS ESPECIAIS

Objetivo : Assegurar o cumprimento das obrigações financeiras do Município, relacionadas ao pagamento de dívidas fundadas e parcelamentos, garantindo equilíbrio fiscal, transparência e regularidade junto aos órgãos credores e de controle.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ENCARGOS ESPECIAIS

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2027
Percentual de obrigações financeiras liquidadas sobre as previstas	Percentual	90	100,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
9002	Outras Unidades e Medidas		1	18.250,00

Descrição: ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS

Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
9003	Outras Unidades e Medidas		1	1.280.000,00

Descrição: ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 05 Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo

Unidade : 001 Gabinete do Secretário

Função: 04 Administração

Sub-Função: 122 Administração Geral

Programa : 0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2027	
Apoio Administrativo	Mês	12	12,00	
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	367.763,00	

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
2023	Pessoas		1	100.950,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
1054	Outras Unidades e Medidas		1	10.000,00

Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Produto : Outros Produtos

Órgão : 05 Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo

Unidade : 002 Divisão de Turismo

Função: 23 Comércio e Serviços

Sub-Função: 695 Turismo

Programa : 0019 TURISMO

Objetivo : Proporcionar aos visitantes uma conexão com o sagrado e a experiência da fé, bem como fomentar a geração de emprego e renda para a população local, movimentando a cadeia produtiva do turismo (hotéis, restaurantes, comércio de artigos religiosos).

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : TURISMO

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**

Rota do Turismo Religioso - Caminho de Jesus da Santas Chagas	Unidade	1	2,00	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2025	Pessoas		1	750,00
Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TURISMO				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2036	Pessoas		1	421.950,00
Descrição: MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E BOSQUES				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1028	Metros Quadrados		1	100.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E BOSQUES				
Produto : Edificação Construída				
Órgão : 05 Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo				
Unidade : 003 Divisão de Indústria				
Função: 22 Indústria				
Sub-Função: 661 Promoção Industrial				
Programa : 0016 INDÚSTRIA				
Objetivo : Promover o desenvolvimento industrial do Município, incentivando a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos industriais, com foco na geração de emprego, renda e no fortalecimento da economia local.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : INDÚSTRIA				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Ampliar o atendimento as empresas através de barracões industriais		Unidade	1	3,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1033	Metros Quadrados		1	100.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BARRACÕES INDUSTRIAIS				
Produto : Edificação Construída				

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2024	Pessoas		1	750,00
Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRABALHO E PROFISSIONALIZAÇÃO				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2026	Pessoas		1	750,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO A CURSOS PROFISSIONALIZANTES				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2027	Pessoas		1	50.500,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS PARQUES INDUSTRIAIS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 05 Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo				
Unidade : 004 Divisão de Comércio				
Função: 23 Comércio e Serviços				
Sub-Função: 691 Promoção Comercial				
Programa : 0017 COMÉRCIO				
Objetivo : Qualificar pessoas para o mercado de trabalho, desenvolvendo habilidades práticas e teóricas específicas de uma profissão para facilitar a entrada e a progressão na carreira.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : COMÉRCIO				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Quantidade de pessoas atendidas nos cursos profissionalizantes		Unidade	47	120,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2024	Pessoas		1	750,00
Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRABALHO E PROFISSIONALIZAÇÃO				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2026	Pessoas		1	750,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO ACURSOS PROFISSIONALIZANTES				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 06 Secretaria de Agricultura				
Unidade : 001 Gabinete do Secretário				
Função: 20 Agricultura				

Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0022 AGRICULTURA				
Objetivo : Melhorar o acesso e o transporte, impulsionando o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais, facilitando o escoamento da produção agrícola, garantindo o acesso a serviços essenciais como escolas e hospitais, e aumentar a segurança e a durabilidade das vias, mesmo durante períodos de chuva.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : AGRICULTURA				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Instalar novos poços artesianos		Unidade	4	2,00
Construir novas pontes rurais		Unidade	8	2,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2028	Pessoas		1	70.800,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 06 Secretaria de Agricultura				
Unidade : 002 Divisão de Fomento Agropecuário				
Função: 20 Agricultura				
Sub-Função: 606 Extensão Rural				
Programa : 0022 AGRICULTURA				
Objetivo : Melhorar o acesso e o transporte, impulsionando o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais, facilitando o escoamento da produção agrícola, garantindo o acesso a serviços essenciais como escolas e				

hospitais, e aumentar a segurança e a durabilidade das vias, mesmo durante períodos de chuva.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : AGRICULTURA

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Instalar novos poços artesianos		Unidade	4	2,00
Construir novas pontes rurais		Unidade	8	2,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
1050	Metros Quadrados		1	75.000,00

Descrição: OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS

Produto : Restauração de Estradas Vicinais

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
2029	Pessoas		1	37.500,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
2030	Unidade		1	66.250,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS POÇOS ARTESIANOS

Produto : Poços Artesianos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
1051	Unidade		1	25.000,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA

Produto : Veículos

Órgão : 07 Secretaria do Meio Ambiente

Unidade : 001 Gabinete do Secretário

Função: 18 Gestão Ambiental

Sub-Função: 122 Administração Geral

Programa : 0011 TERRA BOA SUSTENTÁVEL

Objetivo : O programa Terra Boa Sustentável é uma iniciativa da Secretaria de Meio Ambiente de Terra Boa - PR, que reafirma o compromisso do município com a preservação ambiental e a qualidade de vida da população. Através de ações integradas, o programa busca promover o cuidado com todo o ecossistema local, envolvendo desde a reciclagem e destinação correta dos resíduos, até a proteção e bem-estar dos animais, especialmente os em situação de rua. Entre as principais frentes de atuação estão: Gestão de resíduos recicláveis e orgânicos; Destinação final adequada do lixo; Manutenção da área de transbordo; Serviços de corte e poda de árvores; Limpeza de fossas sépticas; Controle populacional e proteção dos animais; Fortalecimento do COMAT – Conselho Municipal de Meio Ambiente; Ações de recuperação e preservação ambiental; Administração e suporte técnico às demandas ambientais da cidade. O Terra Boa Sustentável reforça que o cuidado com o meio ambiente é uma responsabilidade coletiva e essencial para garantir um futuro mais justo, saudável e equilibrado para todos os cidadãos. Os objetivos gerais do programa Terra Boa Sustentável estão voltados para a promoção de uma gestão ambiental eficiente e integrada, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população e garantir a preservação ambiental de maneira sustentável. O programa busca envolver toda a comunidade local nas ações de conscientização e práticas ambientais, abrangendo desde a gestão adequada dos resíduos até a proteção dos animais, especialmente os que se encontram em situação de rua. Através de iniciativas como a reciclagem, a destinação correta de lixo e a recuperação de áreas degradadas, o programa visa criar um ambiente mais limpo, saudável e equilibrado para as futuras gerações.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : A justificativa para a implementação do Programa Terra Boa Sustentável se baseia na necessidade urgente de ações voltadas para a preservação ambiental em nível municipal, dado o impacto crescente de práticas inadequadas de manejo de resíduos e cuidados com o meio ambiente. A falta de gestão eficiente de resíduos, a poluição e o descaso com a fauna local são problemas recorrentes que afetam diretamente a qualidade de vida da população. Através do programa, a Secretaria de Meio Ambiente busca corrigir essas questões, promovendo ações que busquem a conscientização da população, a redução de impactos ambientais negativos e a criação de um espaço urbano mais saudável e sustentável. A proteção da biodiversidade local e a gestão dos recursos naturais são fundamentais para garantir o bem-estar das futuras gerações.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Percentual de pessoas atendidas no serviço de corte e poda		Percentual	5	9,00
Gestão de residuos orgânicos domiciliares		Toneladas	3.600	3.610,00
Percentual da destinação final adequado do lixo		Percentual	100	100,00
Percentual da manutenção da área de transbordo		Percentual	50	58,00
Percentual de pessoas atendidas pelo serviço de limpeza de fossas sépticas		Percentual	25	15,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
2031	Pessoas		1	286.750,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
1052	Outras Unidades e Medidas		1	15.000,00

Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
1053	Unidade		1	100.000,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Produto : Veículos

Órgão : 07 Secretaria do Meio Ambiente

Unidade : 002 Divisão de Preservação Ambiental

Função: 17 Saneamento

Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano

Programa : 0011 TERRA BOA SUSTENTÁVEL

Objetivo : O programa Terra Boa Sustentável é uma iniciativa da Secretaria de Meio Ambiente de Terra Boa - PR, que reafirma o compromisso do município com a preservação ambiental e a qualidade de vida da população. Através de ações integradas, o programa busca promover o cuidado com todo o ecossistema local, envolvendo desde a reciclagem e destinação correta dos resíduos, até a proteção e bem-estar dos animais, especialmente os em situação de rua. Entre as principais frentes de atuação estão: Gestão de resíduos recicláveis e orgânicos; Destinação final adequada do lixo; Manutenção da área de transbordo; Serviços de corte e poda de árvores; Limpeza de fossas sépticas; Controle populacional e proteção dos animais; Fortalecimento do COMAT – Conselho Municipal de Meio Ambiente; Ações de recuperação e preservação ambiental; Administração e suporte técnico às demandas ambientais da cidade. O Terra Boa Sustentável reforça que o cuidado com o meio ambiente é uma responsabilidade coletiva e essencial para garantir um futuro mais justo, saudável e equilibrado para todos os cidadãos. Os objetivos gerais do programa Terra Boa Sustentável estão voltados para a promoção de uma gestão ambiental eficiente e integrada, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população e garantir a preservação ambiental de maneira sustentável. O programa busca envolver toda a comunidade local nas ações de conscientização e práticas ambientais, abrangendo desde a gestão adequada dos resíduos até a proteção dos animais, especialmente os que se encontram em situação de rua. Através de iniciativas como a reciclagem, a destinação correta de lixo e a recuperação de áreas degradadas, o programa visa criar um ambiente mais limpo, saudável e equilibrado para as futuras gerações.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : A justificativa para a implementação do Programa Terra Boa Sustentável se baseia na necessidade urgente de ações voltadas para a preservação ambiental em nível municipal, dado o impacto crescente de práticas inadequadas de manejo de resíduos e cuidados com o meio ambiente. A falta de gestão eficiente de resíduos, a poluição e o descaso com a fauna local são problemas recorrentes que afetam diretamente a qualidade de vida da população. Através do programa, a Secretaria de Meio Ambiente busca corrigir essas questões, promovendo ações que busquem a conscientização da população, a redução de impactos ambientais negativos e a criação de um espaço urbano mais saudável e sustentável. A proteção da biodiversidade local e a gestão dos recursos naturais são fundamentais para garantir o bem-estar das futuras gerações.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Percentual de pessoas atendidas no serviço de corte e poda		Percentual	5	9,00
Gestão de residuos orgânicos domiciliares		Toneladas	3.600	3.610,00
Percentual da destinação final adequado do lixo		Percentual	100	100,00
Percentual da manutenção da área de transbordo		Percentual	50	58,00
Percentual de pessoas atendidas pelo serviço de limpeza de fossas sépticas		Percentual	25	15,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
1044	Metros Quadrados		1	150.750,00

Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO

Produto : Edificação Construída

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
2104	Pessoas		1	331.250,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 07 Secretaria do Meio Ambiente

Unidade : 002 Divisão de Preservação Ambiental

Função: 18 Gestão Ambiental

Sub-Função: 541 Preservação e Conservação Ambiental

Programa : 0011 TERRA BOA SUSTENTÁVEL

Objetivo : O programa Terra Boa Sustentável é uma iniciativa da Secretaria de Meio Ambiente de Terra Boa - PR, que reafirma o compromisso do município com a preservação ambiental e a qualidade de vida da população. Através de ações integradas, o programa busca promover o cuidado com todo o ecossistema local, envolvendo desde a reciclagem e destinação correta dos resíduos, até a proteção e bem-estar dos animais, especialmente os em situação de rua. Entre as principais frentes de atuação estão: Gestão de resíduos recicláveis e orgânicos; Destinação final adequada do lixo; Manutenção da área de transbordo; Serviços de corte e poda de árvores; Limpeza de fossas sépticas; Controle populacional e proteção dos animais; Fortalecimento do COMAT – Conselho Municipal de Meio Ambiente; Ações de recuperação e preservação ambiental; Administração e suporte técnico às demandas ambientais da cidade. O Terra Boa Sustentável reforça que o cuidado com o meio ambiente é uma responsabilidade coletiva e essencial para garantir um futuro mais justo, saudável e equilibrado para todos os cidadãos. Os objetivos gerais do programa Terra Boa Sustentável estão voltados para a promoção de uma gestão ambiental eficiente e integrada, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população e garantir a preservação ambiental de maneira sustentável. O programa busca envolver toda a comunidade local nas ações de conscientização e práticas ambientais, abrangendo desde a gestão adequada dos resíduos até a proteção dos animais, especialmente os que se encontram em situação de rua. Através de iniciativas como a reciclagem, a destinação correta de lixo e a recuperação de áreas degradadas, o programa visa criar um ambiente mais limpo, saudável e equilibrado para as futuras gerações.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : A justificativa para a implementação do Programa Terra Boa Sustentável se baseia na necessidade urgente de ações voltadas para a preservação ambiental em nível municipal, dado o impacto crescente de práticas inadequadas de manejo de resíduos e cuidados com o meio ambiente. A falta de gestão eficiente de resíduos, a poluição e o descaso com a fauna local são problemas recorrentes que afetam diretamente a qualidade de vida da população. Através do programa, a Secretaria de Meio Ambiente busca corrigir essas questões, promovendo ações que busquem a conscientização da população, a redução de impactos ambientais negativos e a criação de um espaço urbano mais saudável e sustentável. A proteção da biodiversidade local e a gestão dos recursos naturais são fundamentais para garantir o bem-estar das futuras gerações.

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Percentual de pessoas atendidas no serviço de corte e poda		Percentual	5	9,00
Gestão de residuos orgânicos domiciliares		Toneladas	3.600	3.610,00
Percentual da destinação final adequado do lixo		Percentual	100	100,00
Percentual da manutenção da área de transbordo		Percentual	50	58,00
Percentual de pessoas atendidas pelo serviço de limpeza de fossas sépticas		Percentual	25	15,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
2032	Pessoas		1	1.356.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
2039	Outras Unidades e Medidas		1	17.750,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO BARRACÃO DE RECICLÁVEIS

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
2130	Outras Unidades e Medidas		1	85.000,00

Descrição: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E CONTROLE DE POPULAÇÃO DOS ANIMAIS DE RUA

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
2106	Pessoas		1	750,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 08 Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários

Unidade : 001 Gabinete do Secretário

Função: 04 Administração

Sub-Função: 122 Administração Geral

Programa : 0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Apoio Administrativo		Mês	12	12,00
Pagamento de Precatórios		Valores Fi	357.000	367.763,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
2033	Pessoas		1	399.750,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
1056	Unidade		1	100.000,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E RODOVIÁRIOS

Produto : Veículos

Órgão : 08 Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários

Unidade : 002 Departamento de Serviços Públicos

Função: 06 Segurança Pública

Sub-Função: 122 Administração Geral

Programa : 0012 SERVIÇOS PÚBLICOS

Objetivo : Ampliar a abrangência de pavimentação das vias urbanas.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : SERVIÇOS PÚBLICOS

Natureza	Início Previsto	Término Previsto		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Abrangência de pavimentação das vias urbanas		Percentual	91	92,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
2047	Outras Unidades e Medidas		1	206.750,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA

Produto : Outros Produtos

Órgão : 08 Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários

Unidade : 002 Departamento de Serviços Públicos					
Função: 15 Urbanismo					
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos					
Programa : 0012 SERVIÇOS PÚBLICOS					
Objetivo : Ampliar a abrangência de pavimentação das vias urbanas.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : SERVIÇOS PÚBLICOS					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Abrangência de pavimentação das vias urbanas		Percentual	91	92,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2041	Pessoas			1	1.620.250,00
Descrição: MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS					
Produto : Pessoas Atendidas					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2043	Pessoas			1	1.010.300,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E RECICLAGEM DE LIXO					
Produto : Pessoas Atendidas					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2037	Pessoas			1	196.250,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, RECAPE ASFÁLTICO E OBRAS COMPLEMENTARES					
Produto : Pessoas Atendidas					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2035	Pessoas			1	477.250,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS					
Produto : Pessoas Atendidas					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2101	Pessoas			1	289.750,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO PÁTIO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS MUNICIPAL					
Produto : Pessoas Atendidas					
Órgão : 08 Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários					
Unidade : 003 Departamento de Serviços Rodoviários					
Função: 26 Transporte					
Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário					
Programa : 0013 SERVIÇOS RODOVIÁRIOS					
Objetivo : Ampliar calçamento/pavimentação das estradas rurais.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : SERVIÇOS RODOVIÁRIOS					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Extensão de calçamento/pavimentação das estradas rurais		Quilômetro	5,71	11,71	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2044	Pessoas			1	1.658.450,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS					
Produto : Pessoas Atendidas					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2046	Pessoas			1	830.250,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS EM ESTRADAS VICINAIS E PONTES MUNICIPAIS					
Produto : Pessoas Atendidas					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2038	Pessoas			1	36.700,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO					
Produto : Pessoas Atendidas					
Órgão : 09 Secretaria de Educação e Cultura					
Unidade : 001 Fundo Municipal de Educação					
Função: 12 Educação					
Sub-Função: 122 Administração Geral					
Programa : 0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Apoio Administrativo		Mês	12	12,00	
Pagamento de Precatórios		Valores Fi	357.000	367.763,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**

2049	Pessoas		1	2.149.125,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1060	Outras Unidades e Medidas		1	70.000,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1077	Unidade		1	100.000,00
Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				
Produto : Veículos				
Órgão : 09 Secretaria de Educação e Cultura				
Unidade : 001 Fundo Municipal de Educação				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental				
Programa : 0006 EDUCAÇÃO PARA TODOS				
Objetivo : Garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os munícipes à educação de qualidade, promovendo equidade e inclusão em todas as etapas e modalidades de ensino, com foco na melhoria contínua dos indicadores de aprendizagem e na valorização dos profissionais da educação.				

Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : EDUCAÇÃO PARA TODOS				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Acompanhar e expandir a oferta de educação em tempo integral nas escolas municipais, proporcionando aos alunos uma formação mais completa e diversificada, com atividades pedagógicas e complementares que enriquecem o currículo		Percentual	7,70	15,00
Avaliar e promover a qualificação dos profissionais da educação, reconhecendo o impacto direto da formação docente na qualidade do ensino e na aprendizagem dos alunos Monitorar a eficiência e a suficiência dos recursos financeiros alocados para a educação, relacionando o investimento por aluno com os resultados de aprendizagem e buscando otimizar a aplicação dos recursos		Percentual	94	96,00
Medir a efetividade das ações pedagógicas e dos programas de alfabetização, garantindo que todas as crianças desenvolvam as habilidades de leitura e escrita esperadas até o final do 2º ano do EF, conforme as diretrizes curriculares estaduais		Percentual	26	27,00
Assegurar que as EM estejam adequadamente equipadas e conectadas, e que alunos e professores desenvolvam de forma contínua as competências para o uso pedagógico, ético, crítico e seguro das tecnologias digitais, promovendo a plena cidadania digital		Percentual	80	84,00
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
1004	Metros Quadrados			1	100.000,00

Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS				
Produto : Edificação Construída				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2051	Pessoas		1	9.096.000,00
Descrição: ENCARGOS COM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2052	Pessoas		1	5.573.750,00
Descrição: MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2054	Pessoas		1	908.000,00
Descrição: ENCARGOS COM TRANSPORTE DE ESTUDANTES				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2055	Pessoas		1	1.069.500,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS ESCOLARES				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1058	Outras Unidades e Medidas		1	1.025.000,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O ENSINO FUNDAMENTAL				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1076	Unidade		1	100.000,00
Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL				
Produto : Veículos				
Órgão : 09 Secretaria de Educação e Cultura				
Unidade : 001 Fundo Municipal de Educação				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 365 Educação Infantil				
Programa : 0006 EDUCAÇÃO PARA TODOS				
Objetivo : Garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os munícipes à educação de qualidade, promovendo equidade e inclusão em todas as etapas e modalidades de ensino, com foco na melhoria contínua dos indicadores de aprendizagem e na valorização dos profissionais da educação.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : EDUCAÇÃO PARA TODOS				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Acompanhar e expandir a oferta de educação em tempo integral nas escolas municipais, proporcionando aos alunos uma formação mais completa e diversificada, com atividades pedagógicas e complementares que enriquecem o currículo		Percentual	7,70	15,00
Avaliar e promover a qualificação dos profissionais da educação, reconhecendo o impacto direto da formação docente na qualidade do ensino e na aprendizagem dos alunos		Percentual	94	96,00
Monitorar a eficiência e a suficiência dos recursos financeiros alocados para a educação, relacionando o investimento por aluno com os resultados de aprendizagem e buscando otimizar a aplicação dos recursos		Percentual	26	27,00
Medir a efetividade das ações pedagógicas e dos programas de alfabetização, garantindo que todas as crianças desenvolvam as habilidades de leitura e escrita esperadas até o final do 2º ano do EF, conforme as diretrizes curriculares estaduais		Percentual	80	84,00
Assegurar que as EM estejam adequadamente equipadas e conectadas, e que alunos e professores desenvolvam de forma contínua as competências para o uso pedagógico, ético, crítico e seguro das tecnologias digitais, promovendo a plena cidadania digital		Percentual	80	86,00
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
1006	Metros Quadrados			1	100.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES				
Produto : Edificação Construída				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2056	Pessoas		1	4.184.250,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO CMEI TIA MARIA CARMEM FERNANDEZ RODRIGUES				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2058	Pessoas		1	5.373.500,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO CMEI CRIANÇA FELIZ				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2059	Pessoas		1	1.556.500,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO CMEI PEQUENO POLEGAR				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2099	Pessoas		1	3.151.250,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CMEI MARIA DAS DORES DE ALCÂNTARA				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1057	Outras Unidades e Medidas		1	707.500,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A EDUCAÇÃO INFANTIL				
Produto : Outros Produtos				
Órgão : 09 Secretaria de Educação e Cultura				
Unidade : 001 Fundo Municipal de Educação				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 366 Educação de Jovens e Adultos				
Programa : 0006 EDUCAÇÃO PARA TODOS				
Objetivo : Garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os munícipes à educação de qualidade, promovendo equidade e inclusão em todas as etapas e modalidades de ensino, com foco na melhoria contínua dos indicadores de aprendizagem e na valorização dos profissionais da educação.				

Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : EDUCAÇÃO PARA TODOS				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Acompanhar e expandir a oferta de educação em tempo integral nas escolas municipais, proporcionando aos alunos uma formação mais completa e diversificada, com atividades pedagógicas e complementares que enriquecem o currículo		Percentual	7,70	15,00
Avaliar e promover a qualificação dos profissionais da educação, reconhecendo o impacto direto da formação docente na qualidade do ensino e na aprendizagem dos alunos		Percentual	94	96,00
Monitorar a eficiência e a suficiência dos recursos financeiros alocados para a educação, relacionando o investimento por aluno com os resultados de aprendizagem e buscando otimizar a aplicação dos recursos		Percentual	26	27,00
Medir a efetividade das ações pedagógicas e dos programas de alfabetização, garantindo que todas as crianças desenvolvam as habilidades de leitura e escrita esperadas até o final do 2º ano do EF, conforme as diretrizes curriculares estaduais		Percentual	80	84,00
Assegurar que as EM estejam adequadamente equipadas e conectadas, e que alunos e professores desenvolvam de forma contínua as competências para o uso pedagógico, ético, crítico e seguro das tecnologias digitais, promovendo a plena cidadania digital		Percentual	80	86,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2052	Pessoas		1	46.500,00
Descrição: MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 09 Secretaria de Educação e Cultura				
Unidade : 001 Fundo Municipal de Educação				
Função: 12 Educação				
Sub-Função: 367 Educação Especial				
Programa : 0006 EDUCAÇÃO PARA TODOS				
Objetivo : Garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os munícipes à educação de qualidade, promovendo equidade e inclusão em todas as etapas e modalidades de ensino, com foco na melhoria contínua dos indicadores de aprendizagem e na valorização dos profissionais da educação.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : EDUCAÇÃO PARA TODOS				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Acompanhar e expandir a oferta de educação em tempo integral nas escolas municipais, proporcionando aos alunos uma formação mais completa e diversificada, com atividades pedagógicas e complementares que enriquecem o currículo		Percentual	7,70	15,00
Avaliar e promover a qualificação dos profissionais da educação, reconhecendo o impacto direto da formação docente na qualidade do ensino e na aprendizagem dos alunos		Percentual	94	96,00
Monitorar a eficiência e a suficiência dos recursos financeiros alocados para a educação, relacionando o investimento por aluno com os resultados de aprendizagem e buscando otimizar a aplicação dos recursos		Percentual	26	27,00
Medir a efetividade das ações pedagógicas e dos programas de alfabetização, garantindo que todas as crianças desenvolvam as habilidades de leitura e escrita esperadas até o final do 2º ano do EF, conforme as diretrizes curriculares estaduais		Percentual	80	84,00
Assegurar que as EM estejam adequadamente equipadas e conectadas, e que alunos e professores desenvolvam de forma contínua as competências para o uso pedagógico, ético, crítico e seguro das tecnologias digitais, promovendo a plena cidadania digital		Percentual	80	86,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2089	Pessoas		1	15.500,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS VOLTADOS AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2049	Pessoas		1	400.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2052	Pessoas		1	515.750,00
Descrição: MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 09 Secretaria de Educação e Cultura				
Unidade : 002 Departamento de Ação Cultural				
Função: 13 Cultura				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0021 CULTURA				
Objetivo : Promover, valorizar e preservar a cultura local, incentivando as manifestações artísticas, culturais e o patrimônio histórico do Município, ampliando o acesso da população às atividades culturais e fortalecendo a identidade cultural.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : CULTURA				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Assegurar o acesso e a participação equitativa da população em diversas manifestações culturais, promover a valorização das identidades, expressões e patrimônios culturais		Percentual	60	70,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2060	Pessoas		1	484.500,00

Descrição: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1059	Outras Unidades e Medidas		1	15.000,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O SETOR CULTURAL				
Produto : Outros Produtos				
Órgão : 09 Secretaria de Educação e Cultura				
Unidade : 002 Departamento de Ação Cultural				
Função: 13 Cultura				
Sub-Função: 392 Difusão Cultural				
Programa : 0021 CULTURA				
Objetivo : Promover, valorizar e preservar a cultura local, incentivando as manifestações artísticas, culturais e o patrimônio histórico do Município, ampliando o acesso da população às atividades culturais e fortalecendo a identidade cultural.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : CULTURA				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Assegurar o acesso e a participação equitativa da população em diversas manifestações culturais, promover a valorização das identidades, expressões e patrimônios culturais		Percentual	60	70,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2057	Pessoas		1	242.750,00
Descrição: MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA CIDADÃ				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 10 Secretaria de Saúde				
Unidade : 001 Fundo Municipal de Saúde				
Função: 10 Saúde				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0007 SAÚDE				
Objetivo : Garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, promovendo ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da população, com qualidade, eficiência e humanização no atendimento.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : SAÚDE				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		

Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Manter em 100% as equipes de Estratégia Saúde da Família e Equipe de Saúde Bucal nas Unidades Básicas de Saúde		Percentual	100	100,00
Ofertar consultas de ginecologia para todas as Unidades Básicas de Saúde		Percentual	100	100,00
Manter os atendimentos da equipe multidisciplinar (Fisioterapeuta, Psicólogo, Educador Físico, Assistente Social e Nutricionista) juntamente com a ESF em todas as Unidades Básicas de Saúde		Percentual	100	100,00
Dispor de horário alternativo para coleta de exames preventivos (câncer do colo do útero) uma vez ao mês das 17:00h às 20:00h em cada UBS, de acordo com cronograma da AB		Percentual	100	100,00
Realizar ao menos duas campanhas voltadas a captação de doadores de sangue		Unidade	1	2,00
Oferta de oficinas terapêuticas/ocupacionais (panificação, horta, teatro, educação física, música e artesanato) aos pacientes atendidos no CAPS		Unidade	6	6,00
Alcançar a cobertura vacinal do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade		Percentual	100	100,00
Dispor de profissional farmacêutico (responsável técnico) em 100% das farmácias das Unidades Básicas de Saúde		Percentual	100	100,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2063	Pessoas		1	3.879.250,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2094	Pessoas		1	2.250,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 10 Secretaria de Saúde				
Unidade : 001 Fundo Municipal de Saúde				
Função: 10 Saúde				
Sub-Função: 301 Atenção Básica				
Programa : 0007 SAÚDE				
Objetivo : Garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, promovendo ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da população, com qualidade, eficiência e humanização no atendimento.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : SAÚDE				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Manter em 100% as equipes de Estratégia Saúde da Família e Equipe de Saúde Bucal nas Unidades Básicas de Saúde		Percentual	100	100,00
Ofertar consultas de ginecologia para todas as Unidades Básicas de Saúde		Percentual	100	100,00
Manter os atendimentos da equipe multidisciplinar (Fisioterapeuta, Psicólogo, Educador Físico, Assistente Social e Nutricionista) juntamente com a ESF em todas as Unidades Básicas de Saúde		Percentual	100	100,00
Dispor de horário alternativo para coleta de exames preventivos (câncer do colo do útero) uma vez ao mês das 17:00h às 20:00h em cada UBS, de acordo com cronograma da AB		Percentual	100	100,00
Realizar ao menos duas campanhas voltadas a captação de doadores de sangue		Unidade	1	2,00
Oferta de oficinas terapêuticas/ocupacionais (panificação, horta, teatro, educação física, música e artesanato) aos pacientes atendidos no CAPS		Unidade	6	6,00
Alcançar a cobertura vacinal do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade		Percentual	100	100,00
Dispor de profissional farmacêutico (responsável técnico) em 100% das farmácias das Unidades Básicas de Saúde		Percentual	100	100,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
1042	Metros Quadrados		1	1.550.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE POSTOS DE SAÚDE				
Produto : Edificação Construída				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2066	Pessoas		1	2.893.000,00
Descrição: ENCARGOS COM ACS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2067	Pessoas		1	3.592.750,00
Descrição: ENCARGOS COM EMPREGO PÚBLICO - PSF				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2068	Pessoas		1	688.250,00
Descrição: ENCARGOS COM ACE				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2114	Pessoas		1	8.196.250,00
Descrição: MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1061	Outras Unidades e Medidas		1	1.350.000,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A ATENÇÃO PRIMÁRIA				
Produto : Outros Produtos				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1062	Unidade		1	1.750.000,00
Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA				
Produto : Veículos				
Órgão : 10 Secretaria de Saúde				
Unidade : 001 Fundo Municipal de Saúde				
Função: 10 Saúde				
Sub-Função: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
Programa : 0007 SAÚDE				
Objetivo : Garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, promovendo ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da população, com qualidade, eficiência e humanização no atendimento.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : SAÚDE				

Natureza	Início Previsto	Término Previsto

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2027
Manter em 100% as equipes de Estratégia Saúde da Família e Equipe de Saúde Bucal nas Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100,00
Ofertar consultas de ginecologia para todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100,00
Manter os atendimentos da equipe multidisciplinar (Fisioterapeuta, Psicólogo, Educador Físico, Assistente Social e Nutricionista) juntamente com a ESF em todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100,00
Dispor de horário alternativo para coleta de exames preventivos (câncer do colo do útero) uma vez ao mês das 17:00h às 20:00h em cada UBS, de acordo com cronograma da AB	Percentual	100	100,00
Realizar ao menos duas campanhas voltadas a captação de doadores de sangue	Unidade	1	2,00
Oferta de oficinas terapêuticas/ocupacionais (panificação, horta, teatro, educação física, música e artesanato) aos pacientes atendidos no CAPS	Unidade	6	6,00
Alcançar a cobertura vacinal do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade	Percentual	100	100,00
Dispor de profissional farmacêutico (responsável técnico) em 100% das farmácias das Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100,00

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2027
1036	Metros Quadrados		1	2.600.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS				
Produto : Edificação Construída				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2064	Pessoas		1	10.194.900,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2085	Pessoas		1	966.250,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2097	Pessoas		1	822.250,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO SAMU				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2115	Pessoas		1	2.042.500,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS, CLÍNICAS, LABORATÓRIOS E HOSPITAIS				
Produto : Pessoas Atendidas				

Ação Unid. Medida		Tipo	Meta	2027
2116 Pessoas			1	2.812.500,00
Descrição: MANUTENÇÃO DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS E PRIVADAS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2117 Pessoas			1	3.864.050,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO CISCOMCAM				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2065 Pessoas			1	1.252.250,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES KELY CRISTIANA ROCHA				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
1063 Outras Unidades e Medidas			1	2.700.000,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE				

Produto : Outros Produtos				
Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
1064 Unidade			1	350.000,00
Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE				
Produto : Veículos				
Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
1073 Metros Quadrados			1	250.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES KELY CRISTIANA ROCHA				
Produto : Edificação Construída				
Órgão : 10 Secretaria de Saúde				
Unidade : 001 Fundo Municipal de Saúde				
Função: 10 Saúde				
Sub-Função: 303 Suporte Profilático e Terapêutico				
Programa : 0007 SAÚDE				
Objetivo : Garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, promovendo ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da população, com qualidade, eficiência e humanização no atendimento.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : SAÚDE				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Manter em 100% as equipes de Estratégia Saúde da Família e Equipe de Saúde Bucal nas Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100,00	
Ofertar consultas de ginecologia para todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100,00	
Manter os atendimentos da equipe multidisciplinar (Fisioterapeuta, Psicólogo, Educador Físico, Assistente Social e Nutricionista) juntamente com a ESF em todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100,00	

Dispor de horário alternativo para coleta de exames preventivos (câncer do colo do útero) uma vez ao mês das 17:00h às 20:00h em cada UBS, de acordo com cronograma da AB	Percentual	100	100,00	
Realizar ao menos duas campanhas voltadas a captação de doadores de sangue	Unidade	1	2,00	
Oferta de oficinas terapêuticas/ocupacionais (panificação, horta, teatro, educação física, música e artesanato) aos pacientes atendidos no CAPS	Unidade	6	6,00	
Alcançar a cobertura vacinal do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade	Percentual	100	100,00	
Dispor de profissional farmacêutico (responsável técnico) em 100% das farmácias das Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100,00	
Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2069 Pessoas			1	665.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
1091 Outras Unidades e Medidas			1	60.000,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO				
Produto : Outros Produtos				
Órgão : 10 Secretaria de Saúde				
Unidade : 001 Fundo Municipal de Saúde				
Função: 10 Saúde				
Sub-Função: 304 Vigilância Sanitária				
Programa : 0007 SAÚDE				
Objetivo : Garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, promovendo ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da população, com qualidade, eficiência e humanização no atendimento.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : SAÚDE				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Manter em 100% as equipes de Estratégia Saúde da Família e Equipe de Saúde Bucal nas Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100,00	
Ofertar consultas de ginecologia para todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100,00	
Manter os atendimentos da equipe multidisciplinar (Fisioterapeuta, Psicólogo, Educador Físico, Assistente Social e Nutricionista) juntamente com a ESF em todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100,00	
Dispor de horário alternativo para coleta de exames preventivos (câncer do colo do útero) uma vez ao mês das 17:00h às 20:00h em cada UBS, de acordo com cronograma da AB	Percentual	100	100,00	
Realizar ao menos duas campanhas voltadas a captação de doadores de sangue	Unidade	1	2,00	
Oferta de oficinas terapêuticas/ocupacionais (panificação, horta, teatro, educação física, música e artesanato) aos pacientes atendidos no CAPS	Unidade	6	6,00	
Alcançar a cobertura vacinal do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade	Percentual	100	100,00	
Dispor de profissional farmacêutico (responsável técnico) em 100% das farmácias das Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100,00	
Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2070 Pessoas			1	814.500,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
1067 Outras Unidades e Medidas			1	200.000,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A VIGILÂNCIA SANITÁRIA				
Produto : Outros Produtos				
Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
1068 Unidade			1	200.000,00
Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA				
Produto : Veículos				
Órgão : 10 Secretaria de Saúde				
Unidade : 001 Fundo Municipal de Saúde				
Função: 10 Saúde				
Sub-Função: 305 Vigilância Epidemiológica				
Programa : 0007 SAÚDE				
Objetivo : Garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, promovendo ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da população, com qualidade, eficiência e humanização no atendimento.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : SAÚDE				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Manter em 100% as equipes de Estratégia Saúde da Família e Equipe de Saúde Bucal nas Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100,00	
Ofertar consultas de ginecologia para todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100,00	
Manter os atendimentos da equipe multidisciplinar (Fisioterapeuta, Psicólogo, Educador Físico, Assistente Social e Nutricionista) juntamente	Percentual	100	100,00	

com a ESF em todas as Unidades Básicas de Saúde			
Dispor de horário alternativo para coleta de exames preventivos (câncer do colo do útero) uma vez ao mês das 17:00h às 20:00h em cada UBS, de acordo com cronograma da AB	Percentual	100	100,00
Realizar ao menos duas campanhas voltadas a captação de doadores de sangue	Unidade	1	2,00
Oferta de oficinas terapêuticas/ocupacionais (panificação, horta, teatro, educação física, música e artesanato) aos pacientes atendidos no CAPS	Unidade	6	6,00
Alcançar a cobertura vacinal do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade	Percentual	100	100,00
Dispor de profissional farmacêutico (responsável técnico) em 100% das farmácias das Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100,00

Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2119 Pessoas			1	388.500,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 10 Secretaria de Saúde				
Unidade : 001 Fundo Municipal de Saúde				
Função: 10 Saúde				
Sub-Função: 306 Alimentação e Nutrição				
Programa : 0007 SAÚDE				
Objetivo : Garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, promovendo ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da população, com qualidade, eficiência e humanização no atendimento.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : SAÚDE				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Manter em 100% as equipes de Estratégia Saúde da Família e Equipe de Saúde Bucal nas Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100,00	
Ofertar consultas de ginecologia para todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100,00	
Manter os atendimentos da equipe multidisciplinar (Fisioterapeuta, Psicólogo, Educador Físico, Assistente Social e Nutricionista) juntamente com a ESF em todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100,00	
Dispor de horário alternativo para coleta de exames preventivos (câncer do colo do útero) uma vez ao mês das 17:00h às 20:00h em cada UBS, de acordo com cronograma da AB	Percentual	100	100,00	
Realizar ao menos duas campanhas voltadas a captação de doadores de sangue	Unidade	1	2,00	
Oferta de oficinas terapêuticas/ocupacionais (panificação, horta, teatro, educação física, música e artesanato) aos pacientes atendidos no CAPS	Unidade	6	6,00	
Alcançar a cobertura vacinal do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade	Percentual	100	100,00	
Dispor de profissional farmacêutico (responsável técnico) em 100% das farmácias das Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100,00	

Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2069 Pessoas			1	205.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social				
Unidade : 001 Departamento de Assistência Social				
Função: 08 Assistência Social				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0003 ASSISTÊNCIA				
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ASSISTÊNCIA				
Natureza Início Previsto Término Previsto				
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo Percentual PAIF		60	65,00	
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto	Percentual	80	100,00	
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	40,00	
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF	Percentual	30	80,00	
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano	Percentual	10	80,00	
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS	Percentual	80	90,00	
Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2073 Pessoas			1	526.250,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2096 Pessoas			1	351.250,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO PORTAL DA CIDADANIA				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social				
Unidade : 001 Departamento de Assistência Social				
Função: 08 Assistência Social				
Sub-Função: 243 Assistência à Criança a ao Adolescente				
Programa : 0003 ASSISTÊNCIA				
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ASSISTÊNCIA				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF	Percentual	60	65,00	
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto	Percentual	80	100,00	
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	40,00	
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF	Percentual	30	80,00	
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano	Percentual	10	80,00	
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS	Percentual	80	90,00	

Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2076 Pessoas			1	316.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social				
Unidade : 002 Fundo Municipal de Assistência Social				

Função: 08 Assistência Social				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0003 ASSISTÊNCIA				
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ASSISTÊNCIA				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF	Percentual	60	65,00	
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto	Percentual	80	100,00	
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	40,00	
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF	Percentual	30	80,00	
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano	Percentual	10	80,00	
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS	Percentual	80	90,00	
Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2090 Pessoas			1	6.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2084 Pessoas			1	3.500,00
Descrição: APOIO A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SUAS-IGD SUAS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2095 Pessoas			1	7.500,00
Descrição: APOIO A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO PBF E CADASTRO ÚNICO				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social				
Unidade : 002 Fundo Municipal de Assistência Social				
Função: 08 Assistência Social				
Sub-Função: 241 Assistência ao Idoso				
Programa : 0003 ASSISTÊNCIA				
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ASSISTÊNCIA				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF	Percentual	60	65,00	
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto	Percentual	80	100,00	
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	40,00	
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF	Percentual	30	80,00	
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano	Percentual	10	80,00	
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS	Percentual	80	90,00	
Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2075 Pessoas			1	163.500,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO ESPAÇO SAÚDE DO IDOSO				
Produto : Idosos Atendidos				
Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social				
Unidade : 002 Fundo Municipal de Assistência Social				
Função: 08 Assistência Social				
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária				
Programa : 0003 ASSISTÊNCIA				
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ASSISTÊNCIA				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF	Percentual	60	65,00	
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto	Percentual	80	100,00	
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	40,00	
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF	Percentual	30	80,00	
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano	Percentual	10	80,00	
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS	Percentual	80	90,00	

Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2077 Pessoas			1	465.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social				
Unidade : 002 Fundo Municipal de Assistência Social				
Função: 08 Assistência Social				
Sub-Função: 245 Serviços Socioassistenciais				
Programa : 0003 ASSISTÊNCIA				
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ASSISTÊNCIA				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF	Percentual	60	65,00	
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto	Percentual	80	100,00	
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	40,00	
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF	Percentual	30	80,00	
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano	Percentual	10	80,00	
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS	Percentual	80	90,00	
Ação Unid. Medida		**Tipo**	**Meta**	**2027**

1045 Metros Quadrados		0	100.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS			
Produto : Edificação Construída			
Ação Unid. Medida	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1038 Metros Quadrados		1	100.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS			
Produto : Edificação Construída			
Ação Unid. Medida	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2074 Pessoas		1	466.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
Produto : Pessoas Atendidas			
Ação Unid. Medida	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2092 Pessoas		1	420.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL			
Produto : Pessoas Atendidas			
Ação Unid. Medida	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2079 Pessoas		1	695.500,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
Produto : Pessoas Atendidas			
Ação Unid. Medida	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2081 Pessoas		1	617.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS			
Produto : Pessoas Atendidas			
Ação Unid. Medida	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2082 Pessoas		1	291.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO			
Produto : Pessoas Atendidas			
Ação Unid. Medida	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2080 Pessoas		1	213.250,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
Produto : Pessoas Atendidas			
Ação Unid. Medida	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2121 Pessoas		1	667.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS			
Produto : Pessoas Atendidas			
Ação Unid. Medida	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1078 Outras Unidades e Medidas		1	165.000,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Produto : Outros Produtos			

Ação Unid. Medida	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1039 Metros Quadrados		0	100.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO			
Produto : Edificação Construída			
Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social			
Unidade : 003 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente			
Função: 08 Assistência Social			
Sub-Função: 243 Assistência à Criança a ao Adolescente			
Programa : 0003 ASSISTÊNCIA			
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.			
Gerente :			
Público Alvo : População em Geral			
Justificativa : ASSISTÊNCIA			
Natureza Início Previsto Término Previsto			
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF	Percentual	60	65,00
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto	Percentual	80	100,00
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	40,00
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF	Percentual	30	80,00
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano	Percentual	10	80,00
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS	Percentual	80	90,00
Ação Unid. Medida	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2113 Pessoas		1	103.750,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE			
Produto : Pessoas Atendidas			
Ação Unid. Medida	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1006 Metros Quadrados		1	50.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES			
Produto : Edificação Construída			
Ação Unid. Medida	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1080 Outras Unidades e Medidas		1	35.000,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
Produto : Outros Produtos			
Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social			
Unidade : 004 Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social			
Função: 16 Habitação			
Sub-Função: 482 Habitação Urbana			
Programa : 0003 ASSISTÊNCIA			
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.			
Gerente :			
Público Alvo : População em Geral			
Justificativa : ASSISTÊNCIA			
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF	Percentual	60	65,00
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto	Percentual	80	100,00
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	40,00

Número de famílias acompanhadas pelo PAEF		Percentual	30	80,00
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano		Percentual	10	80,00
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS		Percentual	80	90,00
Ação Unid. Medida			**Tipo**	**Meta** **2027**
2087 Pessoas				1 63.250,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social				
Unidade : 005 Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa				
Função: 08 Assistência Social				
Sub-Função: 241 Assistência ao Idoso				
Programa : 0003 ASSISTÊNCIA				
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ASSISTÊNCIA				
Natureza		**Início Previsto**	**Término Previsto**	
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF		Percentual	60	65,00
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto		Percentual	80	100,00
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva		Percentual	30	40,00

Número de famílias acompanhadas pelo PAEF		Percentual	30	80,00
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano		Percentual	10	80,00
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS		Percentual	80	90,00
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta** **2027**
2126	Pessoas			1 101.250,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA A PESSOA IDOSA				
Produto : Idosos Atendidos				
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta** **2027**
1084	Outras Unidades e Medidas			1 15.000,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA				
Produto : Outros Produtos				
Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social				
Unidade : 006 Fundo Municipal do Trabalho				
Função: 11 Trabalho				
Sub-Função: 334 Fomento ao Trabalho				
Programa : 0003 ASSISTÊNCIA				
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ASSISTÊNCIA				
Natureza	**Início Previsto**		**Término Previsto**	
Indicador			**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente** **2027**
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF			Percentual	60 65,00
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto			Percentual	80 100,00
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva			Percentual	30 40,00
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF			Percentual	30 80,00
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano			Percentual	10 80,00
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS			Percentual	80 90,00
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta** **2027**
2112	Pessoas			1 750,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA FOMENTAR O TRABALHO				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social				
Unidade : 007 Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência				
Função: 08 Assistência Social				
Sub-Função: 242 Assistência ao Portador de Deficiência				
Programa : 0003 ASSISTÊNCIA				
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ASSISTÊNCIA				
Natureza	**Início Previsto**		**Término Previsto**	
Indicador			**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente** **2027**
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF			Percentual	60 65,00
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto			Percentual	80 100,00
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva			Percentual	30 40,00
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF			Percentual	30 80,00
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano			Percentual	10 80,00
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS			Percentual	80 90,00
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta** **2027**
2127	Pessoas			1 29.750,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta** **2027**
1086	Outras Unidades e Medidas			0 10.000,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA				
Produto : Outros Produtos				
Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social				
Unidade : 008 Fundo Municipal dos Direitos da Mulher				
Função: 08 Assistência Social				
Sub-Função: 245 Serviços Socioassistenciais				
Programa : 0003 ASSISTÊNCIA				
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.				
Gerente :				

Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ASSISTÊNCIA

Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF		Percentual	60	65,00
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto		Percentual	80	100,00
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva		Percentual	30	40,00
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF		Percentual	30	80,00
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano		Percentual	10	80,00
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS		Percentual	80	90,00

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2129	Pessoas		1	54.500,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA A MULHER				
Produto : Pessoas Atendidas				

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1088	Outras Unidades e Medidas		0	10.000,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER				
Produto : Outros Produtos				
Órgão : 12 Secretaria de Obras e Edificações				
Unidade : 001 Gabinete do Secretário				
Função: 15 Urbanismo				
Sub-Função: 122 Administração Geral				
Programa : 0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				

Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Apoio Administrativo		Mês	12	12,00
Pagamento de Precatórios		Valores Fi	357.000	367.763,00

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2086	Pessoas		1	1.400.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 12 Secretaria de Obras e Edificações				
Unidade : 002 Divisão de Obras				
Função: 15 Urbanismo				
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana				
Programa : 0005 OBRAS PÚBLICAS				
Objetivo : Ampliar disponibilidade de ciclovias.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : OBRAS PÚBLICAS				

Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Extensão de ciclovias disponíveis		Quilômetro	3,13	5,00

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1007	Metros Quadrados		1	125.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRÓPRIOS PÚBLICOS				
Produto : Edificação Construída				

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1021	Metros Quadrados		1	75.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS				
Produto : Edificação Construída				

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1024	Metros Quadrados		1	200.000,00
Descrição: OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E RECAPE ASFÁLTICO				
Produto : Edificação Construída				

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1031	Metros Quadrados		1	35.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ABRIGOS PARA PONTOS DE ÔNIBUS				
Produto : Edificação Construída				

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1010	Metros Quadrados		1	60.000,00
Descrição: OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS				
Produto : Edificação Construída				

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1011	Metros Quadrados		1	250.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PONTES E BUEIROS				
Produto : Edificação Construída				

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1022	Metros Quadrados		1	200.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CICLOVIAS				
Produto : Edificação Construída				

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1029	Metros Quadrados		1	85.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS				
Produto : Edificação Construída				
Órgão : 12 Secretaria de Obras e Edificações				
Unidade : 002 Divisão de Obras				
Função: 15 Urbanismo				
Sub-Função: 452 Serviços Urbanos				
Programa : 0012 SERVIÇOS PÚBLICOS				

Objetivo : Ampliar a abrangência de pavimentação das vias urbanas.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : SERVIÇOS PÚBLICOS				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Abrangência de pavimentação das vias urbanas		Percentual	91	92,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2037	Pessoas		1	25.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, RECAPE ASFÁLTICO E OBRAS COMPLEMENTARES				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2041	Pessoas		1	200.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2120	Pessoas		1	81.500,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS PRÓPRIOS PÚBLICOS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 12 Secretaria de Obras e Edificações				
Unidade : 002 Divisão de Obras				
Função: 17 Saneamento				
Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano				
Programa : 0012 SERVIÇOS PÚBLICOS				
Objetivo : Ampliar a abrangência de pavimentação das vias urbanas.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : SERVIÇOS PÚBLICOS				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Abrangência de pavimentação das vias urbanas		Percentual	91	92,00

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2105	Pessoas		1	225.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DAS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 12 Secretaria de Obras e Edificações				
Unidade : 002 Divisão de Obras				
Função: 25 Energia				
Sub-Função: 751 Conservação de Energia				
Programa : 0018 SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA				
Objetivo : Garantir o funcionamento contínuo, seguro e eficiente dos serviços de iluminação pública e demais utilidades elétricas municipais, assegurando conforto, segurança e qualidade de vida à população por meio da manutenção preventiva e corretiva da rede elétrica.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Tempo médio de atendimento às demandas de Iluminação Pública		Dia	10	7,00
Percentual de substituição de lâmpadas por tecnologia LED		Percentual	100	100,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
2034	Pessoas		1	1.494.450,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Produto : Pessoas Atendidas				
Órgão : 12 Secretaria de Obras e Edificações				
Unidade : 003 Divisão de Edificações				
Função: 15 Urbanismo				
Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana				
Programa : 0015 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS				
Objetivo : Ampliar número de processos em análise de protocolos de projeto dentro do departamento.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : EDIFICAÇÕES PÚBLICAS				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Quantidade de protocolos de análise de projetos, subdivisões, anexações e loteamentos analisados		Unidade	240	255,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1012	Metros Quadrados		1	125.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL				
Produto : Edificação Construída				

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**
1074	Metros Quadrados		1	160.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS				
Produto : Edificação Construída				
Órgão : 13 FUNDO DE PREVIDÊNCIA				
Unidade : 001 FUNDO DE PREVIDÊNCIA				
Função: 09 Previdência Social				
Sub-Função: 272 Previdência do Regime Estatutário				
Programa : 0082 PREVIDÊNCIA				
Objetivo : Assegurar a proteção social e garantir uma fonte de renda ao trabalhador e sua família em momentos de necessidade.				
Gerente :				
Público Alvo : População em Geral				
Justificativa : PREVIDÊNCIA				
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**		
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**
Apoio Administrativo		Mês	12	12,00
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2027**

2098	Outras Unidades e Medidas			1	18.750.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL - FPM					
Produto : Apoio Administrativo					
Órgão : 14 Secretaria de Esportes					
Unidade : 001 Gabinete do Secretário					
Função: 27 Desporto e Lazer					
Sub-Função: 122 Administração Geral					
Programa : 0008 ESPORTE E LAZER					
Objetivo : Ampliar o acesso da população às atividades e programas esportivos do município.					
Melhorar e manter os espaços esportivos públicos em condições adequadas de uso.					
Estimular a formação esportiva de crianças e adolescentes.					
Promover eventos esportivos que incentivem participação comunitária e integração social.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : ESPORTE E LAZER					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Número de alunos/participantes atendidos nos projetos esportivos		Unidade	300	400,00	
Percentual de espaços esportivos reformados ou com manutenção regular		Percentual	40	55,00	
Número de modalidades esportivas oferecidas no contraturno escolar		Unidade	4	5,00	
Número de eventos esportivos realizados anualmente		Unidade	9	10,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2122	Pessoas			1	205.750,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL					
Produto : Pessoas Atendidas					

Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
1090	Outras Unidades e Medidas			1	10.000,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE ESPORTES					
Produto : Outros Produtos					
Órgão : 14 Secretaria de Esportes					
Unidade : 002 Departamento de Esportes					
Função: 27 Desporto e Lazer					
Sub-Função: 812 Desporto Comunitário					
Programa : 0008 ESPORTE E LAZER					
Objetivo : Ampliar o acesso da população às atividades e programas esportivos do município.					
Melhorar e manter os espaços esportivos públicos em condições adequadas de uso.					
Estimular a formação esportiva de crianças e adolescentes.					
Promover eventos esportivos que incentivem participação comunitária e integração social.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : ESPORTE E LAZER					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Número de alunos/participantes atendidos nos projetos esportivos		Unidade	300	400,00	
Percentual de espaços esportivos reformados ou com manutenção regular		Percentual	40	55,00	
Número de modalidades esportivas oferecidas no contraturno escolar		Unidade	4	5,00	
Número de eventos esportivos realizados anualmente		Unidade	9	10,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
1046	Metros Quadrados			1	150.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GINÁSIOS, QUADRAS, ESTÁDIOS E CAMPOS DE FUTEBOL					
Produto : Edificação Construída					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2062	Pessoas			1	512.750,00
Descrição: MANUTENÇÃO DE GINÁSIOS, QUADRAS, ESTÁDIOS E CAMPOS DE FUTEBOL					
Produto : Pessoas Atendidas					
Órgão : 14 Secretaria de Esportes					
Unidade : 003 Departamento de Recreação e Lazer					
Função: 27 Desporto e Lazer					
Sub-Função: 813 Lazer					
Programa : 0008 ESPORTE E LAZER					
Objetivo : Ampliar o acesso da população às atividades e programas esportivos do município.					
Melhorar e manter os espaços esportivos públicos em condições adequadas de uso.					
Estimular a formação esportiva de crianças e adolescentes.					
Promover eventos esportivos que incentivem participação comunitária e integração social.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : ESPORTE E LAZER					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Número de alunos/participantes atendidos nos projetos esportivos		Unidade	300	400,00	
Percentual de espaços esportivos reformados ou com manutenção regular		Percentual	40	55,00	
Número de modalidades esportivas oferecidas no contraturno escolar		Unidade	4	5,00	
Número de eventos esportivos realizados anualmente		Unidade	9	10,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2061	Pessoas			1	468.500,00
Descrição: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS					
Produto : Pessoas Atendidas					
Órgão : 14 Secretaria de Esportes					
Unidade : 004 Fundo Municipal de Esportes					
Função: 27 Desporto e Lazer					
Sub-Função: 812 Desporto Comunitário					
Programa : 0008 ESPORTE E LAZER					
Objetivo : Ampliar o acesso da população às atividades e programas esportivos do município.					
Melhorar e manter os espaços esportivos públicos em condições adequadas de uso.					
Estimular a formação esportiva de crianças e adolescentes.					
Promover eventos esportivos que incentivem participação comunitária e integração social.					
Gerente :					

Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : ESPORTE E LAZER					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**			
Indicador		**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2027**	
Número de alunos/participantes atendidos nos projetos esportivos		Unidade	300	400,00	
Percentual de espaços esportivos reformados ou com manutenção regular		Percentual	40	55,00	
Número de modalidades esportivas oferecidas no contraturno escolar		Unidade	4	5,00	
Número de eventos esportivos realizados anualmente		Unidade	9	10,00	
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
1092	Outras Unidades e Medidas			1	10.000,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES					
Produto : Outros Produtos					
Ação	**Unid. Medida**		**Tipo**	**Meta**	**2027**
2131	Outras Unidades e Medidas			1	75.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES					
Produto : Outros Produtos					
Total Geral : 152.483.000,00					
Comentários					
-					

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:11229B47

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I A - RECEITAS

MUNICIPIO DE TERRA BOA		
Estado do Paraná		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS		
Ia - RECEITAS		
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF		
2027		
Consolidado		
Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	124.477.709,11	
2025	145.550.199,18	116,93
2026	142.951.700,00	98,21
2027	148.008.500,00	103,54
2028	157.604.302,00	106,48
2029	165.484.567,00	105,00
Nota:		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	15.307.433,14	
2025	15.046.873,64	98,30
2026	17.562.275,00	116,72
2027	15.845.750,00	90,23
2028	19.362.421,00	122,19
2029	20.330.553,00	105,00
Nota:		
Contribuições		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	5.001.773,65	
2025	5.968.840,57	119,33
2026	6.934.875,00	116,18
2027	6.772.500,00	97,66
2028	7.645.703,00	112,89
2029	8.027.991,00	105,00
Nota:		
Receita Patrimonial		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	4.829.966,22	
2025	10.322.162,50	213,71
2026	5.334.500,00	51,68
2027	6.315.000,00	118,38
2028	5.881.308,00	93,13
2029	6.175.390,00	105,00
Nota:		
MUNICIPIO DE TERRA BOA		
Estado do Paraná		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS		
Ia - RECEITAS		
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF		
2027		
Consolidado		
Aplicações Financeiras		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	4.806.558,33	
2025	10.242.579,49	213,10
2026	5.308.250,00	51,83
2027	6.240.000,00	117,55
2028	5.852.366,00	93,79
2029	6.145.000,00	105,00

Nota:		
Outras Receitas Patrimoniais		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	23.407,89	
2025	79.583,01	339,98
2026	26.250,00	32,98
2027	75.000,00	285,71
2028	28.942,00	38,59
2029	30.390,00	105,00
Nota:		
Receita de Serviços		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	81.378,26	
2025	29.562,40	36,33
2026	100.000,00	338,27
2027	25.000,00	25,00
2028	110.250,00	441,00
2029	115.764,00	105,00
Nota:		
Transferências Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	97.751.488,49	
2025	112.726.505,31	115,32
2026	112.470.050,00	99,77
2027	118.282.750,00	105,17
2028	123.998.245,00	104,83
2029	130.198.173,00	105,00
Nota:		
MUNICIPIO DE TERRA BOA		
Estado do Paraná		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS		
Ia - RECEITAS		
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF		
2027		
Consolidado		
Demais Receitas Correntes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	1.505.669,35	
2025	1.456.254,76	96,72
2026	550.000,00	37,77
2027	767.500,00	139,55
2028	606.375,00	79,01
2029	636.696,00	105,00
Nota:		
Receitas Correntes Restantes		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	1.505.669,35	
2025	1.456.254,76	96,72
2026	550.000,00	37,77
2027	767.500,00	139,55
2028	606.375,00	79,01
2029	636.696,00	105,00
Nota:		
Receitas de Capital		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	9.310.542,41	
2025	11.226.577,15	120,58
2026	9.550.000,00	85,07
2027	10.550.000,00	110,47
2028	10.528.875,00	99,80
2029	11.055.319,00	105,00
Nota:		
Operações de Crédito		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	1.882.735,31	
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00
2028	0,00	0,00
2029	0,00	0,00
Nota:		
MUNICIPIO DE TERRA BOA		
Estado do Paraná		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS		
Ia - RECEITAS		
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF		
2027		
Consolidado		
Alienação de Bens		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	217.100,00	
2025	342.790,00	157,89
2026	0,00	0,00
2027	0,00	0,00
2028	0,00	0,00
2029	0,00	0,00
Transferências de Capital		

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	7.210.707,10	
2025	10.883.787,15	150,94
2026	9.550.000,00	87,75
2027	10.550.000,00	110,47
2028	10.528.875,00	99,80
2029	11.055.319,00	105,00
Nota:		
Receitas Correntes - IntraOrçamentária		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	9.684.820,37	
2025	8.189.161,53	84,56
2026	8.406.000,00	102,65
2027	9.000.000,00	107,07
2028	9.267.615,00	102,97
2029	9.730.996,00	105,00
Contribuições		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	9.684.820,37	
2025	8.189.161,53	84,56
2026	8.406.000,00	102,65
2027	9.000.000,00	107,07
2028	9.267.615,00	102,97
2029	9.730.996,00	105,00
Nota:		
MUNICIPIO DE TERRA BOA		
Estado do Paraná		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS		
Ia - RECEITAS		
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF		
2027		
Consolidado		
Deduções da Receita		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	-12.618.745,35	
2025	-13.099.582,70	0,00
2026	-15.180.250,00	0,00
2027	-15.075.500,00	0,00
2028	-16.736.218,00	0,00
2029	-17.573.021,00	0,00
Nota:		
Renúncia		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	0,00	
2025	0,00	0,00
2026	-655.000,00	0,00
2027	-650.000,00	0,00
2028	-722.137,00	0,00
2029	-758.241,00	0,00
Nota:		
Restituições		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	-3.401,94	
2025	-8.677,52	0,00
2026	-3.000,00	0,00
2027	-2.000,00	0,00
2028	-3.305,00	0,00
2029	-3.469,00	0,00
Nota:		
Descontos Concedidos		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	-253.249,79	
2025	-113.143,65	0,00
2026	-287.500,00	0,00
2027	-150.000,00	0,00
2028	-316.967,00	0,00
2029	-332.814,00	0,00
Nota:		
MUNICIPIO DE TERRA BOA		
Estado do Paraná		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS		
Ia - RECEITAS		
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF		
2027		
Consolidado		
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	-12.360.414,37	
2025	-12.977.507,15	0,00
2026	-14.233.000,00	0,00
2027	-14.272.500,00	0,00
2028	-15.691.881,00	0,00
2029	-16.476.473,00	0,00
Nota:		
Outras Deduções		
Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2024	-1.679,25	

2025	-254,38	0,00
2026	-1.750,00	0,00
2027	-1.000,00	0,00
2028	-1.928,00	0,00
2029	-2.024,00	0,00
Nota:		

Terra Boa 27 de maio de 2026

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:55820046

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS II - DESPESAS

MUNICIPIO DE TERRA BOA						
Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS						
II - DESPESAS						
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF						
2027						
Consolidado						R$
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2024	2025	2026	2027	2028	2029
DESPESAS CORRENTES (I)	114.041.385,20	123.820.972,64	126.565.150,00	134.035.000,00	139.527.562,00	146.503.972,00
Pessoal e Encargos Sociais	56.967.446,44	62.473.194,96	68.299.515,00	73.632.850,00	75.289.033,50	79.053.282,85
Juros e Encargos da Dívida	339.590,02	385.944,96	399.250,00	167.750,00	440.175,00	462.185,00
Outras Despesas Correntes	56.734.348,74	60.961.832,72	57.866.385,00	60.234.400,00	63.798.353,50	66.988.504,15
DESPESAS DE CAPITAL (II	6.513.213,89	14.114.222,23	17.762.300,00	17.948.000,00	19.593.512,00	20.573.214,00
Investimentos	5.810.043,69	13.142.717,81	16.737.300,00	16.817.500,00	18.463.449,00	19.386.647,00
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	703.170,20	971.504,42	1.025.000,00	1.130.500,00	1.130.063,00	1.186.567,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (III	0,00	0,00	1.400.000,00	500.000,00	1.543.500,00	1.620.675,00
TOTAL(IV=(I+II+III)	**120.554.599,09**	**137.935.194,87**	**145.727.450,00**	**152.483.000,00**	**160.664.574,00**	**168.697.861,00**
Terra Boa 27 de maio de 2026						
Comentários						
-						

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:335319F4

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS III - RESULTADO PRIMÁRIO

MUNICIPIO DE TERRA BOA						
Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS						
III - RESULTADO PRIMÁRIO						
Art 4º,§ 2º, inciso II da LRF						
2027						R$
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2024	2025	2026	2027	2028	2029
RECEITAS CORRENTES (I)	116.941.570,38	133.074.951,42	133.496.700,00	138.258.500,00	147.180.164,00	154.539.220,00
Receita Tributária	15.307.433,14	15.046.873,64	17.562.275,00	15.845.750,00	19.362.421,00	20.330.553,00
Receita de Contribuições	2.078.761,41	2.274.831,69	2.339.875,00	2.443.500,00	2.579.715,00	2.708.703,00
Receita Patrimonial	1.526.092,10	2.928.248,14	974.500,00	1.644.000,00	1.074.408,00	1.128.144,00
Aplicações Financeiras (II)	1.502.684,21	2.848.665,13	948.250,00	1.569.000,00	1.045.466,00	1.097.754,00
Outras Receitas Patrimoniais	23.407,89	79.583,01	26.250,00	75.000,00	28.942,00	30.390,00
Receita de Serviços	81.378,26	29.562,40	100.000,00	25.000,00	110.250,00	115.764,00
Transferências Correntes	97.751.488,49	112.726.505,31	112.470.050,00	118.282.750,00	123.998.245,00	130.198.173,00
Demais Receitas Correntes	196.416,98	68.930,24	50.000,00	17.500,00	55.125,00	57.883,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	196.416,98	68.930,24	50.000,00	17.500,00	55.125,00	57.883,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	115.438.886,17	130.226.286,29	132.548.450,00	136.689.500,00	146.134.698,00	153.441.466,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	9.310.542,41	11.226.577,15	9.550.000,00	10.550.000,00	10.528.875,00	11.055.319,00
Operações de Crédito (VI)	1.882.735,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VIII)	217.100,00	342.790,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	7.210.707,10	10.883.787,15	9.550.000,00	10.550.000,00	10.528.875,00	11.055.319,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Fiscais de Capital (IX) = (V-VI-VII-VIII)	7.210.707,10	10.883.787,15	9.550.000,00	10.550.000,00	10.528.875,00	11.055.319,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-12.618.745,35	-13.099.582,70	-15.180.250,00	-15.075.500,00	-16.736.218,00	-17.573.021,00
Renúncia	0,00	0,00	-655.000,00	-650.000,00	-722.137,00	-758.241,00
Restituições	-3.401,94	-8.677,52	-3.000,00	-2.000,00	-3.305,00	-3.469,00
Descontos Concedidos	-253.249,79	-113.143,65	-287.500,00	-150.000,00	-316.967,00	-332.814,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	-12.360.414,37	-12.977.507,15	-14.233.000,00	-14.272.500,00	-15.691.881,00	-16.476.473,00
Outras Deduções	-1.679,25	-254,38	-1.750,00	-1.000,00	-1.928,00	-2.024,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XI) = (IV + IX -X)	**110.030.847,92**	**128.010.490,74**	**126.918.200,00**	**132.164.000,00**	**139.927.355,00**	**146.923.764,00**
DESPESAS CORRENTES (XII)	101.859.560,45	110.014.556,84	106.918.150,00	113.438.700,00	117.866.742,00	123.760.103,00
Pessoal e Encargos Sociais	45.270.455,65	49.145.966,27	50.344.515,00	55.096.350,00	55.493.646,50	58.268.127,85
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	339.590,02	385.944,96	399.250,00	167.750,00	440.175,00	462.185,00
Outras Despesas Correntes	56.249.514,78	60.482.645,61	56.174.385,00	58.174.600,00	61.932.920,50	65.029.790,15
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)	101.519.970,43	109.628.611,88	106.518.900,00	113.270.950,00	117.426.567,00	123.297.918,00

DESPESAS DE CAPITAL (XV)	6.513.213,89	14.114.222,23	17.617.300,00	17.766.750,00	19.433.649,00	20.405.357,00
Investimentos	5.810.043,69	13.142.717,81	16.592.300,00	16.636.250,00	18.303.586,00	19.218.790,00
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	703.170,20	971.504,42	1.025.000,00	1.130.500,00	1.130.063,00	1.186.567,00
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVII) = (XV - XVI)	5.810.043,69	13.142.717,81	16.592.300,00	16.636.250,00	18.303.586,00	19.218.790,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	0,00	0,00	1.400.000,00	500.000,00	1.543.500,00	1.620.675,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XIX) = (XIV + XVII + XVIII)	**107.330.014,12**	**122.771.329,69**	**124.511.200,00**	**130.407.200,00**	**137.273.653,00**	**144.137.383,00**
DESPESA TOTAL	**108.372.774,34**	**124.128.779,07**	**125.935.450,00**	**131.705.450,00**	**138.843.891,00**	**145.786.135,00**
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (XI - XIX)	**2.700.833,80**	**5.239.161,05**	**2.407.000,00**	**1.756.800,00**	**2.653.702,00**	**2.786.381,00**
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	**3.863.927,99**	**7.701.881,22**	**2.956.000,00**	**3.158.050,00**	**3.258.993,00**	**3.421.950,00**
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE TERRA BOA, emitido em 27/mai/2026 as 17h e 24m.						

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:E9672D80

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITAS

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
2027
Consolidado R$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Receitas Correntes	124.477.709,11	145.550.199,18	142.951.700,00	148.008.500,00	157.604.302,00	165.484.567,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.307.433,14	15.046.873,64	17.562.275,00	15.845.750,00	19.362.421,00	20.330.553,00
Contribuições	5.001.773,65	5.968.840,57	6.934.875,00	6.772.500,00	7.645.703,00	8.027.991,00
Receita Patrimonial	4.829.966,22	10.322.162,50	5.334.500,00	6.315.000,00	5.881.308,00	6.175.390,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	81.378,26	29.562,40	100.000,00	25.000,00	110.250,00	115.764,00
Transferências Correntes	97.751.488,49	112.726.505,31	112.470.050,00	118.282.750,00	123.998.245,00	130.198.173,00
Demais Receitas Correntes	1.505.669,35	1.456.254,76	550.000,00	767.500,00	606.375,00	636.696,00
Receitas de Capital	9.310.542,41	11.226.577,15	9.550.000,00	10.550.000,00	10.528.875,00	11.055.319,00
Operações de Crédito	1.882.735,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	217.100,00	342.790,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	7.210.707,10	10.883.787,15	9.550.000,00	10.550.000,00	10.528.875,00	11.055.319,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes - IntraOrçamentária	9.684.820,37	8.189.161,53	8.406.000,00	9.000.000,00	9.267.615,00	9.730.996,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	9.684.820,37	8.189.161,53	8.406.000,00	9.000.000,00	9.267.615,00	9.730.996,00
Receita Patrimonial - IntraOrçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital - IntraOrçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções da Receita	-12.618.745,35	-13.099.582,70	-15.180.250,00	-15.075.500,00	-16.736.218,00	-17.573.021,00
Renúncia	0,00	0,00	-655.000,00	-650.000,00	-722.137,00	-758.241,00
Restituições	-3.401,94	-8.677,52	-3.000,00	-2.000,00	-3.305,00	-3.469,00
Descontos Concedidos	-253.249,79	-113.143,65	-287.500,00	-150.000,00	-316.967,00	-332.814,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	-12.360.414,37	-12.977.507,15	-14.233.000,00	-14.272.500,00	-15.691.881,00	-16.476.473,00
Outras Deduções	-1.679,25	-254,38	-1.750,00	-1.000,00	-1.928,00	-2.024,00
TOTAL	**130.854.326,54**	**151.866.355,16**	**145.727.450,00**	**152.483.000,00**	**160.664.574,00**	**168.697.861,00**

Comentários
-

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:DB4FFE38

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO NOMINAL

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS
IV - RESULTADO NOMINAL
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
2027
R$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2024 b	2025 c	2026 d	2027 e	2028 f	2029 g
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.796.725,58	4.825.221,16	3.839.011,62	3.000.000,00	3.150.000,00	3.307.500,00

DEDUÇÕES (II)	15.731.220,78	27.535.607,59	31.933.174,31	24.650.000,00	25.882.500,00	27.176.625,00
Ativo Disponível	15.950.980,14	27.861.812,70	32.267.163,42	25.000.000,00	26.250.000,00	27.562.500,00
Haveres Financeiros	44.294,42	52.078,42	44.294,42	50.000,00	52.500,00	55.125,00
(-) Restos a Pagar Processados	264.053,78	378.283,53	378.283,53	400.000,00	420.000,00	441.000,00
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-9.934.495,20	-22.710.386,43	-28.094.162,69	-21.650.000,00	-22.732.500,00	-23.869.125,00
RESULTADO NOMINAL	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(d - e)	(f - e)	(g - f)
	-995.780,62	-12.775.891,23	-5.383.776,26	6.444.162,69	-1.082.500,00	-1.136.625,00
Notas						
-						
* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2023 (-R$ 8,938,714.58)						
Terra Boa 27 de maio de 2026						

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:0F6BD4D2

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS VI - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

MUNICIPIO DE TERRA BOA						
Estado do Paraná						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO VI - RESULTADO PRIMÁRIO						
E NOMINAL						
Art 4º,§ 2º, inciso II da LRF						
2027						R$
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2024	2025	2026	2027	2028	2029
RECEITAS CORRENTES (I)	116.941.570,38	133.074.951,42	133.496.700,00	138.258.500,00	147.180.164,00	154.539.220,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.307.433,14	15.046.873,64	17.562.275,00	15.845.750,00	19.362.421,00	20.330.553,00
Receita de Contribuições	2.078.761,41	2.274.831,69	2.339.875,00	2.443.500,00	2.579.715,00	2.708.703,00
Receita Patrimonial	1.526.092,10	2.928.248,14	974.500,00	1.644.000,00	1.074.408,00	1.128.144,00
Aplicações Financeiras (II)	1.502.684,21	2.848.665,13	948.250,00	1.569.000,00	1.045.466,00	1.097.754,00
Outras Receitas Patrimoniais	23.407,89	79.583,01	26.250,00	75.000,00	28.942,00	30.390,00
Receita de Serviços	81.378,26	29.562,40	100.000,00	25.000,00	110.250,00	115.764,00
Transferências Correntes	97.751.488,49	112.726.505,31	112.470.050,00	118.282.750,00	123.998.245,00	130.198.173,00
Demais Receitas Correntes	196.416,98	68.930,24	50.000,00	17.500,00	55.125,00	57.883,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	196.416,98	68.930,24	50.000,00	17.500,00	55.125,00	57.883,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	115.438.886,17	130.226.286,29	132.548.450,00	136.689.500,00	146.134.698,00	153.441.466,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	9.310.542,41	11.226.577,15	9.550.000,00	10.550.000,00	10.528.875,00	11.055.319,00
Operações de Crédito (VI)	1.882.735,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VIII)	217.100,00	342.790,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	7.210.707,10	10.883.787,15	9.550.000,00	10.550.000,00	10.528.875,00	11.055.319,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias de Capital (IX) = (V-VI-VII-VIII)	7.210.707,10	10.883.787,15	9.550.000,00	10.550.000,00	10.528.875,00	11.055.319,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-12.618.745,35	-13.099.582,70	-15.180.250,00	-15.075.500,00	-16.736.218,00	-17.573.021,00
Renúncia	0,00	0,00	-655.000,00	-650.000,00	-722.137,00	-758.241,00
Restituições	-3.401,94	-8.677,52	-3.000,00	-2.000,00	-3.305,00	-3.469,00
Descontos Concedidos	-253.249,79	-113.143,65	-287.500,00	-150.000,00	-316.967,00	-332.814,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	-12.360.414,37	-12.977.507,15	-14.233.000,00	-14.272.500,00	-15.691.881,00	-16.476.473,00
Outras Deduções	-1.679,25	-254,38	-1.750,00	-1.000,00	-1.928,00	-2.024,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XI) = (IV + IX -X)	**110.030.847,92**	**128.010.490,74**	**126.918.200,00**	**132.164.000,00**	**139.927.355,00**	**146.923.764,00**
RECEITA TOTAL (I + V)	**113.633.367,44**	**131.201.945,87**	**127.866.450,00**	**133.733.000,00**	**140.972.821,00**	**148.021.518,00**
DESPESAS CORRENTES (XII)	101.859.560,45	110.014.556,84	106.918.150,00	113.438.700,00	117.866.742,00	123.760.103,00
Pessoal e Encargos Sociais	45.270.455,65	49.145.966,27	50.344.515,00	55.096.350,00	55.493.646,50	58.268.127,85
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	339.590,02	385.944,96	399.250,00	167.750,00	440.175,00	462.185,00
Outras Despesas Correntes	56.249.514,78	60.482.645,61	56.174.385,00	58.174.600,00	61.932.920,50	65.029.790,15
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)	101.519.970,43	109.628.611,88	106.518.900,00	113.270.950,00	117.426.567,00	123.297.918,00
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	6.513.213,89	14.114.222,23	17.617.300,00	17.766.750,00	19.433.649,00	20.405.357,00
Investimentos	5.810.043,69	13.142.717,81	16.592.300,00	16.636.250,00	18.303.586,00	19.218.790,00
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	703.170,20	971.504,42	1.025.000,00	1.130.500,00	1.130.063,00	1.186.567,00
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVII) = (XV - XVI)	5.810.043,69	13.142.717,81	16.592.300,00	16.636.250,00	18.303.586,00	19.218.790,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	0,00	0,00	1.400.000,00	500.000,00	1.543.500,00	1.620.675,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XIX) = (XIV + XVII + XVIII)	**107.330.014,12**	**122.771.329,69**	**124.511.200,00**	**130.407.200,00**	**137.273.653,00**	**144.137.383,00**
DESPESA TOTAL	**108.372.774,34**	**124.128.779,07**	**125.935.450,00**	**131.705.450,00**	**138.843.891,00**	**145.786.135,00**
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (XI - XIX)	**2.700.833,80**	**5.239.161,05**	**2.407.000,00**	**1.756.800,00**	**2.653.702,00**	**2.786.381,00**
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	**3.863.927,99**	**7.701.881,22**	**2.956.000,00**	**3.158.050,00**	**3.258.993,00**	**3.421.950,00**
Dívida Consolidada	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2024	2025	2026	2027	2028	2029
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.796.725,58	4.825.221,16	3.839.011,62	3.000.000,00	3.150.000,00	3.307.500,00
DEDUÇÕES (II)	15.731.220,78	27.535.607,59	31.933.174,31	24.650.000,00	25.882.500,00	27.176.625,00
Ativo Disponível	15.950.980,14	27.861.812,70	32.267.163,42	25.000.000,00	26.250.000,00	27.562.500,00
Haveres Financeiros	44.294,42	52.078,42	44.294,42	50.000,00	52.500,00	55.125,00
(-) Restos a Pagar Processados	264.053,78	378.283,53	378.283,53	400.000,00	420.000,00	441.000,00
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-9.934.495,20	-22.710.386,43	-28.094.162,69	-21.650.000,00	-22.732.500,00	-23.869.125,00
RESULTADO NOMINAL	-995.780,62	-12.775.891,23	-5.383.776,26	6.444.162,69	-1.082.500,00	-1.136.625,00
* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2023			(-R$ 8,938,714.58)			
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE TERRA BOA, emitido em 27/mai/2026 as 17h e 46m.						

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:3F4E794A

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

MUNICIPIO DE TERRA BOA							
Estado do Paraná							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS							
V - Montante da Dívida Pública							
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF							
2027							
R$							
ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
DÍVIDA CONSOLIDADA (I	4.617.160,47	5.796.725,58	4.825.221,16	3.839.011,62	3.000.000,00	3.150.000,00	3.307.500,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	4.617.160,47	5.796.725,58	4.825.221,16	3.839.011,62	3.000.000,00	3.150.000,00	3.307.500,00
DEDUÇÕES (II)	13.555.875,05	15.731.220,78	27.535.607,59	31.933.174,31	24.650.000,00	25.882.500,00	27.176.625,00
Ativo Disponível	13.839.815,83	15.950.980,14	27.861.812,70	32.267.163,42	25.000.000,00	26.250.000,00	27.562.500,00
Haveres Financeiros	43.708,56	44.294,42	52.078,42	44.294,42	50.000,00	52.500,00	55.125,00
(-) Restos a Pagar Processados	327.649,34	264.053,78	378.283,53	378.283,53	400.000,00	420.000,00	441.000,00
DCL (III) = (I - II)	-8.938.714,58	-9.934.495,20	-22.710.386,43	-28.094.162,69	-21.650.000,00	-22.732.500,00	-23.869.125,00
Terra Boa 27 de maio de 2026							
Comentários							
-							

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:C5A36E6E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE 18/2026

Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação

Modalidade: Inexigibilidade

Objeto: Aquisição, em compra por adesão/carona, de 2 kit transformação tipo dispositivo poltrona móvel para acessibilidade em van para atender as necessidades da Atenção Primária à Saúde.

Contratada: TCA TRANSFORMACOES VEICULARES LTDA, ***devidamente registrado no*** *CNPJ. sob n°* 08.389.661/0001-62, com sede a ROD RS-135, 3999, Cidade de Erechim - RS

Relação de itens e valor total da contratação:

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	61226	KIT TRANSFORMAÇÃO TIPO DISPOSITIVO POLTRONA MÓVEL Kit transformação tipo dispositivo poltrona móvel para acessibilidade em van com as seguintes características mínimas: novo, instalado, deve possibilitar a transposição de fronteira para embarque e desembarque de cadeirante, usuário com mobilidade reduzida ou deficiência, sentado diretamente na poltrona do veículo, do piso interno do salão de passageiros ao nível do solo externo e vice-versa, executável em vans de diferentes capacidades de passageiros (10 a 21 passageiros), capacidade de carga maior ou igual a 130kg, a transposição deve ocorrer de forma automática (sem o auxílio do operador após o início da transposição), a poltrona deve possuir cinto de segurança de 3 pontos e identificação amarela, quando em operação, deve ser emitido sinal sonoro, a adaptação/transformação deve manter a lotação original do veículo, os movimentos funcionais necessários à transposição de fronteira devem ser suaves, contínuos e silenciosos, o veículo adaptado deve possuir local apropriado para armazenar pelo menos uma cadeira de rodas fechada/dobrada, o equipamento e a adaptação devem estar em conformidade com as normas vigentes (adequada capacidade de carga, dimensionamento, vibrações, oscilações, dispositivos de segurança etc.), as instruções de uso e informações a serem observadas nos procedimentos de embarque e desembarque por meio do dispositivo devem estar afixadas em local de fácil visualização.	2,00	UNID	30.000,00	60.000,00
TOTAL						60.000,00

Fundamento Legal: *art. 74. Lei 14.133/21.*

Recursos:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	1803	05.002.10.301.0012.1089	0	4.4.90.52.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	1805	05.002.10.301.0012.1089	2518	4.4.90.52.00.00	De Exercícios Anteriores
2026	1805	05.002.10.301.0012.1089	2518	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Julgamento: *Setor de Licitações, em 11/08/2026*

Ratificação: *Prefeito Municipal, em 11/08/2026.*

Terra Rica, 06/08/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:D1A12A3D

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: Dispensa 15/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção elétrica dos veículos pertencentes à frota do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Terra Rica/PR, com fornecimento de peças, componentes, materiais e mão de obra, conforme demanda.

Contratada: GLEYSON OLIVEIRA MARINUCHI 03144628999, ***devidamente registrado no*** *CNPJ. sob n°* 42.604.733/0001-85, com sede a AVENIDA NELSON MAIOR, 157 - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: Terra Rica/PR

Relação de itens e valor total da contratação:

GLEYSON OLIVEIRA MARINUCHI 03144628999								
Classificação	Lote	Item	Código do produto	Nome do produto/serviço	Valor do item	Situação	Status no item	Justificativa
2	1	1	62684	motor de partida de veículo 12v motor de partida de veículo 12v	1.250,00	Habilitado		
2	1	2	62685	Bateria 60A 12V - Saveiro Cross FMF-8A12 Bateria 60A 12V - Saveiro Cross FMF-8A12	695,00	Habilitado		
2	1	3	62686	Carga de gás R134a - Saveiro Cross Carga de gás R134a - Saveiro Cross??FMF-8A12	200,00	Habilitado		
2	1	4	62687	Mão de obra -veículo leve autoletrica Mão de obra -veículo leve autoletrica	800,00	Habilitado		
2	2	1	62688	Bateria 70A 12V - Bob Cat JCB Bateria 70A 12V - Bob Cat JCB	845,00	Habilitado		
2	2	2	62689	Mão de obra Autoelétrica veículo pesado Mão de obra Autoelétrica veículo pesado	190,00	Habilitado		
2	3	1	62690	Carga de gás R134a - Iveco Daiky Carga de gás R134a - Iveco Daiky??ASS6753	300,00	Habilitado		
2	3	2	62691	Condensador ar condicionado - Iveco Daiky ASS6753 Condensador ar condicionado - Iveco Daiky ASS6753??AC DELCO	1.200,00	Habilitado		
2	3	3	62692	Mão de obra Autoelétrica veículo pesado Mão de obra Autoelétrica veículo pesado	855,00	Habilitado		
2	3	4	62693	Bateria 100A 12V Bateria 100A 12V	1.243,00	Habilitado		
2	4	1	62694	Bateria 100A 12V Bateria 100A 12V	1.243,00	Habilitado		
2	4	2	62695	Mão de obra Autoelétrica veículo pesado Mão de obra Autoelétrica veículo pesado	190,00	Habilitado		
2	5	1	62696	Bateria 150A 12V - Hidrojato LYM-2749 SELCOT Bateria 150A 12V - Hidrojato LYM-2749 SELCOT	1.595,00	Habilitado		
2	5	2	62697	Mão de obra Autoelétrica veículo pesado Mão de obra Autoelétrica veículo pesado	190,00	Habilitado		

Fundamento Legal: *art. 75,* inciso II. *da Lei 14.133/21.*

Recursos:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	14	11.001.17.122.0003.2002	76	3.3.90.39.19.05	Do Exercício

Julgamento: *Setor de Licitações, em 11/08/2026*
Ratificação: SAMAE*, em 11/08/2026*

Terra Rica, 11/08/2026

ADRIANO SERGIO NUNES
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:E3B2AA51

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL N° 25/2026 - AUXILIO TRANSPORTE

EDITAL Nº 25/2026

RESULTADO DEFINITIVO DOS CADASTRADOS PARA O RECEBIMENTO DO CUSTEIO PARCIAL DE TRANSPORTE DE ESTUDANTES – MÊS DE JULHO

A Secretaria Municipal de Educação por meio dos membros da Comissão de Análise e Deferimento da Bolsa Auxílio - CADBA, nomeada pela Portaria nº 16862/2025, e no uso de suas atribuições legais, especialmente da Lei Municipal nº 1.936/2022 e demais disposições legais **TORNA PÚBLICO o RESULTADO DEFINITIVO** dos inscritos e cadastrados para o recebimento de custeio parcial de transporte de estudantes – Bolsa Auxílio para o mês de **JULHO.**

Reconhecem os membros da CADBA que os inscritos abaixo relacionados atendem aos requisitos do Edital de Atualização e Cadastramento nº 01/2026 e da Lei nº 1.936/2022 para o recebimento do Auxílio Transporte ao Município de Toledo – Estado do Paraná:

Nº	AUXÍLIO TRANSPORTE PARA TOLEDO-PR				
	Nome do(a) beneficiário(a)	**Instituição de ensino**	**Nível técnico/ graduação**	**Resultado mês de julho**	**Valor Mensal**
1	Adrian Ricardo de Souza	PUCPR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
2	Ana Luiza Simão	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
3	Artur Mendonça Antonio	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
4	Carolina de Castro dos Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
5	Deivison Alexandre dos Santos Avanci	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
6	Diogo Castro de Oliveira	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
7	Fernando Vinicius dos Anjos Barbosa	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
8	Gabriel Cella dos Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
9	Gabriel Fernandes Maciel de Souza	PUCPR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
10	Gabriel Ferreira de Freitas	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
11	Gabriel Gomes de Souza	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
12	Geysa Jacinto da Silva	UNIASSELVI	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
13	Giovanna Rodrigues Alves	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
14	Gustavo Poletine Wasicki	FAG	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
15	Heloisa de Brito Souza	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
16	Henrique Silvio Kich	FAG	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
17	Isabela Kakimori Perisato	PUCPR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
18	Isabela Schreiner	Donaduzzi	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
19	Jennifer Correia Zavadzki	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
20	João Pedro Ferreira Menossi	Donaduzzi	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
21	Juan Carlos Guatierri Alves	BIOPARK	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
22	Julia dos Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
23	Julia Fragallo Tomadon	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
24	Larissa Asami Ribeiro Aibe	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
25	Larissa Cadette dos Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
26	Larissa Sant'anna Priori	PUC PR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
27	Lauana Lopes de Sá	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
28	Lucas Eduardo Agostinelli	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
29	Lucas Pedro Casini	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
30	Luís Miguel Tomadon Cavalheiro	FAG	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
31	Luiz Miguel Roque Ortega	PUCPR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
32	Maria Eduarda da Silva Lima	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
33	Maria Vitória Bertuluci Martins	PUCPR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
34	Matheus Henrique Curcino dos Santos Martins	FAG	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
35	Mayse Perandre Nepomuceno Soares	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
36	Millena Viacelli Simões	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	160,00
37	Murilo Carlos Garcia Trindade	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
38	Nasser Burham Taha	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
39	Nathalia dos Santos Agostinelli	PUC PR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
40	Pablo Araujo Lopes Biassi	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
41	Pedro Obara da Silva	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
42	Rafael Henrique Barzagui	BIOPARK	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
43	Rauana Vitorino Sanches	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
44	Renan Luiz de Lima Nery	UNIOSTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
45	Rodrigo de Freitas	Donaduzzi	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
46	Ruan Felipe Paes Foglietti	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00
47	Thiago Gabriel Rocha Silva	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
48	Tiago Costa Gon	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
49	Vinicius Gabriel Pasqualini Delarmelino	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	400,00
50	Vitor Hugo Moreira Takayama	Donaduzzi	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	400,00

2. Reconhecem os membros da CADBA que os inscritos abaixo relacionados atendem aos requisitos do Edital de Atualização e Cadastramento nº 01/2026 e da Lei nº 1.936/2022 para o recebimento do Auxílio Transporte ao Município de Guaíra – Estado do Paraná.

Nº	AUXÍLIO TRANSPORTE PARA GUAÍRA-PR				
	Nome do(a) beneficiário(a)	Instituição de ensino	Nível técnico/ graduação	Resultado mês de julho	Valor Mensal
1	Adir Lara Paiva Júnior	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
2	Ana Carolina Ribeiro de Alcantara	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
3	Ana Cristina Arcanjo dos Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
4	Anne Lyse Magalhães Farias	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
5	Antonella Oliveira Grosso	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
6	Beatriz Santos do Nascimento	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
7	Bruno Henrique Rebelo Zamian	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
8	Carine Tavares Sanches	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
9	Carlos Cristiano Zuze Machado	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
10	Carolaine Rodrigues Oliveira	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
11	Charlles Rodrigues de Oliveira	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
12	Diogo Henrique dos Santos Melo	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
13	Diogo Lopes de Sa	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
14	Eduarda Borges de Souza	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
15	Emily Aparecida Ribeiro Zavadzki	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
16	Elaine do Nascimento da Silva	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	24,00
17	Elaine Xavier Peralta Denis	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
18	Felipe Santos de Oliveira	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
19	Gabrielle Leticia Benelli	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
20	Gabrielle Tomadon Perissatto	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
21	Gabrieli Aparecida Nogueira dos Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
22	Gabrielly Walker Joaquim	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
23	Gabriely Alves Martins	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
24	Guilherme Henrique Garcia de Oliveira	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
25	Gustavo Boter Valentim Alves	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
26	Gustavo Perez Queiroz	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
27	Helton Rodrigues da Silva	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
28	Higo Silva Monteiro Martins	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
29	Igor Rafael Nogueira	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
30	Isabella Aprigio Pojato	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	24,00
31	Isabela Marques Nabão	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
32	Jean Becker da Silva Magalhães	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
33	José Augusto Bertoluci dos Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
34	Julia Cardoso Alves	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
35	Julia Tayna De Moura	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
36	Kauã Cardoso Soares	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
37	Kauan Camargo Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
38	Laiana Fernanda Rodrigues	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
39	Larissa de Oliveira Queiroz	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
40	Larissa Midori Nakai Frasson	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
41	Laura da Costa Serra	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
42	Laura Vonsovicz de Oliveira	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
43	Marcela Moura dos Reis	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
44	Maria Clara Gaiola Becker	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
45	Maria Claudia Patricio de Souza Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
46	Maria Vitoria Azevedo Costa	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
47	Mariana Sabatine Ferreira	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
48	Mateus dos Santos Magalhães	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
49	Mayllon Augusto Vasconcellos Da Silva	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
50	Monaliza Lima Pinaffi	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
51	Nadhya Rayssa Sá de Souza	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
52	Nicolly Olímpio Bernardo Fernando	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
53	Paloma Fernanda Nogueira	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
54	Paola Beatriz de Moraes	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
55	Rafael Quintão de Almeida	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
56	Rafaela Boter Mariano	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
57	Silvana Belon Leandro dos Santos	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
58	Taianara Cristina Reis	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
59	Thayná Yara Soares	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
60	Vinicius Barzagui	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00
61	Vitor Sabatine Latrônico	UNIPAR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	120,00

Reconhecem os membros da CADBA que os inscritos abaixo relacionados atendem aos requisitos do Edital de Atualização e Cadastramento nº 01/2026 e da Lei nº 1.936/2022 para o recebimento do Auxílio Transporte ao Município de Marechal Cândido Rondon – Estado do Paraná.

Nº	AUXÍLIO TRANSPORTE PARA MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR				
	Nome do(a) beneficiário(a)	Instituição de ensino	Nível técnico/ graduação	Resultado mês de julho	Valor Mensal
1	Angela Gabrielly Campos	ISEPE	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	320,00
2	Athur Queiroz Rossini	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
3	Camile Carvalho Bastos	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
4	Crislayne Cristina Santana	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
5	Eduardo Henrique Petermann	ISEPE	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	320,00
6	Everton Gabriel Cesário Marcondes	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
7	Gabriel Cequinato	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
8	Helena Victória de Freitas Brito	ISEPE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
9	Isabely Kelm Scarparo	ISEPE	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	320,00
10	Itamar Ceitiro Takayama	ISEPE	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	320,00
11	José Eduardo Souza da Silva	ISEPE	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	320,00
12	Kauan Oliveira da Silva	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
13	Lucas Mateus Ikert	ISEPE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
14	Maria Clara Glossler	ISEPE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
15	Mirela dos Santos Vargas	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
16	Pedro Henrique de Souza	ISEPE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
17	Raquelli Parlato de Aguiar	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
18	Renato Oro	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	320,00
19	Sibelly Alves Giombelli	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	320,00
20	Sofia Cristina Woiciechowski	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	320,00
21	Sofia Martins Pacheco	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
22	Uendrius Andriel dos Santos	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
23	Victor Gabriel Camargo	UNIOESTE	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	320,00
24	Vinicius Rogerio Zimmermann	ISEPE	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	320,00

4. Reconhecem os membros da CADBA que os inscritos abaixo relacionados atendem aos requisitos do Edital de Atualização e Cadastramento nº 01/2026 e da Lei nº 1.936/2022 para o recebimento do Auxílio Transporte ao Município de Palotina – Estado do Paraná.

Nº	AUXÍLIO TRANSPORTE PARA PALOTINA - PR				
	Nome do(a) beneficiário(a)	Instituição de ensino	Nível técnico/ graduação	Resultado mês de julho	Valor Mensal
1	Aline dos Santos Reis	UFPR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	160,00
2	Amanda Tolotto da Rocha	UFPR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	160,00
3	Ana Claudia da Silva	Uniguaçu	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	160,00
4	Andre Mezavila Domeni	UFPR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	160,00
5	Athos de Azevedo	Uniguaçu	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	160,00
6	Gabriel Hellmann Link	UFPR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	160,00
7	Guilherme Shuck Martins	Colégio Estadual Adroaldo A. Colombo	TÉCNICO	INDEFERIDO	160,00
8	Gustavo Koval dos Santos	Colégio Estadual Adroaldo A. Colombo	TÉCNICO	INDEFERIDO	64,00
9	Jessica Rezende Cella	Uniguaçu	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	160,00
10	Letícia Roque Goulart	UFPR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	160,00
11	Leonardo Copetti Camargo	UFPR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	160,00
12	Luiz Felipe Ferreira Menossi	Colégio Estadual Adroaldo A. Colombo	TÉCNICO	INDEFERIDO	64,00
13	Maysa Vitoria Lenz	Colégio Estadual Adroaldo A. Colombo	TÉCNICO	INDEFERIDO	64,00
14	Patricia Gabrielly Nunes da Silva	UFPR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	160,00
15	Pedro Henrique Fernandes Leonel	Colégio Estadual Adroaldo A. Colombo	TÉCNICO	DEFERIDO	160,00
16	Pedro José Antonio	Colégio Estadual Adroaldo A. Colombo	TÉCNICO	INDEFERIDO	64,00
17	Queren Nalevaiko de Carvalho	UFPR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	160,00
18	Rafael Aranão Correa	UFPR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	160,00
19	Vanusa Espiaci Santos	Uniguaçu	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	160,00
20	Vinicius Cardoso Siqueira	Colégio Estadual Adroaldo A. Colombo	TÉCNICO	INDEFERIDO	160,00
21	Willian Adriel Nunes da Silva	UFPR	GRADUAÇÃO	INDEFERIDO	160,00

5. Reconhecem os membros da CADBA que os inscritos abaixo relacionados atendem aos requisitos do Edital de Atualização e Cadastramento nº 01/2026 e da Lei nº 1.936/2022 para o recebimento do Auxílio Transporte ao Município de Umuarama – Estado do Paraná.

Nº	AUXÍLIO TRANSPORTE PARA UMUARAMA –PR				
	Nome do beneficiário	Instituição de ensino	Nível técnico/ graduação	Resultado mês de julho	Valor Mensal
1	Luciara de Souza Ferreira	Centro de Educação Profissional Adamantina	Técnico	INDEFERIDO	88,00
2	Valdemar Artmann Junior	UNIPAR	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	176,00

6. Reconhecem os membros da CADBA que o inscrito abaixo relacionado atende aos requisitos do Edital de Atualização e Cadastramento nº 01/2026 e da Lei nº 1.936/2022 para o recebimento do Auxílio Transporte ao Município de Mundo Novo- Estado do Mato Grosso do Sul.

Nº	AUXÍLIO TRANSPORTE PARA MUNDO NOVO –MS				
	Nome do beneficiário	Instituição de ensino	Nível técnico/ graduação	Resultado mês de julho	Valor Mensal
1	Vinicius Rorras Mariano Gonçalves dos Santos	UEMS	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	160,00

7. Reconhecem os membros da CADBA que os inscritos abaixo relacionados atendem aos requisitos do Edital de Atualização e Cadastramento nº 01/2026 e da Lei nº 1.936/2022 para o recebimento do Auxílio Transporte ao Município de Assis Chateaubriand – Estado do Paraná.

Nº	AUXÍLIO TRANSPORTE PARA ASSIS CHATEAUBRIAND - PR				
	Nome do(a) beneficiário(a)	Instituição de ensino	Nível técnico/ graduação	Resultado mês de julho	Valor Mensal
1	Ágatha Alves Dala Riva	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
2	Anna Carolyne Ungri Rogério	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00

3	Beatriz Vitoria Servino Roling	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
4	Eduarda Costanari Mati	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
5	Ezequiel Alves de Souza	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
6	Gabrielle Monteiro Lima	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
7	Gabriely de Souza Gomes	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
8	Guilherme Neves Lima	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
9	Kamile Aiko Noda	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
10	Karine Aymi Noda	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
11	Leonardo Gaspareto Favato	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
12	Otavio Rian Figueiredo Mancini	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
13	Paola Pacheco Martins	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
14	Raquel Figueiredo da Silva	CTESOP	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
15	Thayla Gabrielli Souza Gomes	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
16	Thayla Kauane Fonte da Silva	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00
17	Yasmim Rebelo Rodrigues Dias	UNIMEO	GRADUAÇÃO	DEFERIDO	360,00

Terra Roxa- PR, 11 de agosto de 2026.

EVERTON SOARES DE SOUSA BARROSO
Secretário Municipal de Educação e Cultura
Port. n.º 16525/2025

DANUBIA SERAFIM VIEIRA GRATON
Membro da CADBA

JANAINA SANTANA DA SILVA
Membro da CADBA

TAILINE ADRIELE FERNANDES DE SOUZA
Membro da CADBA

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:BDD5D3DB

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4686

DECRETO Nº.4686/2026

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2300 de 10 de Agosto de 2026.
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 453.154,36 (quatrocentos e cinquenta e três mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta e seis centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	435	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.1007 - Construir, Ampliar, Reformar e Equipar Escolas Ensino Fundamental 449051 - Obras e instalações Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	280.000,00
Suplementar	681	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo	9.1.27.812.1200.2041 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	70.000,00
Suplementar	765	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas	12.1.15.451.1350.1023 - Construir, Ampliar, Reformar e Equipar Prédios Públicos 449051 - Obras e instalações Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	53.154,36
Suplementar	843	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo	9.1.27.812.1200.2041 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo 339030 - Material de consumo Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	30.000,00
Suplementar	87	Secretaria Municipal da Fazenda	5.1.4.123.1050.2009 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Fazenda 339036 - Outros serviços de terceiros - pessoa física Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	20.000,00

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso				
Anulação Dotação	434	Secretaria Municipal de Educação	8.1.4.122.1100.2031 - Manutenção das Atividades da Secretária de Educação 449052 - Equipamentos e material permanente Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	20.000,00
Anulação Dotação	438	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.1008 - Construir, Ampliar, Reformar e Equipar Centro de Atendimento Especializado 449052 - Equipamentos e material permanente Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	30.000,00
Anulação Dotação	502	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.2033 - Manutenção das Atividades do Centro de Contraturno	50.000,00

			339030 - Material de consumo Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Anulação Dotação	517	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.2033 - Manutenção das Atividades do Centro de Contraturno 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	30.000,00
Anulação Dotação	528	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.361.1100.2033 - Manutenção das Atividades do Centro de Contraturno 449052 - Equipamentos e material permanente Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	575	Secretaria Municipal de Educação	8.1.12.365.1100.2037 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil 339032 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	100.000,00
Anulação Dotação	682	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo	9.1.27.812.1200.2041 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo 339093 - Indenizações e restituições Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	683	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo	9.1.27.812.1200.2041 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo 449052 - Equipamentos e material permanente Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	811	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego	14.1.23.695.1250.1025 - Construir, Ampliar, Reformar e Equipar Barracões no Centro de eventos 449051 - Obras e instalações Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	53.154,36
Anulação Dotação	92	Secretaria Municipal da Fazenda	5.1.4.123.1050.2009 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Fazenda 449052 - Equipamentos e material permanente Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 10 de Julho de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:B8FF29C6

SECRETARIA DE FINANÇAS
LEI 2300

LEI ORDINARIA Nº 2300/2026

Ementa: Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica a Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 453.154,36 (quatrocentos e cinquenta e três mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta e seis centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional	
Suplementar	
8.1.12.361.1100.1007 - Construir, Ampliar, Reformar e Equipar Escolas Ensino Fundamental	
449051 - Obras e instalações	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	280.000,00
Suplementar	
9.1.27.812.1200.2041 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo	
339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	70.000,00
Suplementar	
12.1.15.451.1350.1023 - Construir, Ampliar, Reformar e Equipar Prédios Públicos	
449051 - Obras e instalações	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	53.154,36
Suplementar	
9.1.27.812.1200.2041 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo	
339030 - Material de consumo	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	30.000,00
Suplementar	
5.1.4.123.1050.2009 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Fazenda	
339036 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	20.000,00

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso	
Anulação Dotação	
8.1.4.122.1100.2031 - Manutenção das Atividades da Secretária de Educação	
449052 - Equipamentos e material permanente	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	20.000,00
Anulação Dotação	
8.1.12.361.1100.1008 - Construir, Ampliar, Reformar e Equipar Centro de Atendimento Especializado	
449052 - Equipamentos e material permanente	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	30.000,00
Anulação Dotação	

8.1.12.361.1100.2033 - Manutenção das Atividades do Centro de Contraturno	
339030 - Material de consumo	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	
8.1.12.361.1100.2033 - Manutenção das Atividades do Centro de Contraturno	
339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	30.000,00
Anulação Dotação	
8.1.12.361.1100.2033 - Manutenção das Atividades do Centro de Contraturno	
449052 - Equipamentos e material permanente	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	
8.1.12.365.1100.2037 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil	
339032 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	100.000,00
Anulação Dotação	
9.1.27.812.1200.2041 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo	
339093 - Indenizações e restituições	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	
9.1.27.812.1200.2041 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo	
449052 - Equipamentos e material permanente	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	50.000,00
Anulação Dotação	
14.1.23.695.1250.1025 - Construir, Ampliar, Reformar e Equipar Barracões no Centro de eventos	
449051 - Obras e instalações	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	53.154,36
Anulação Dotação	
5.1.4.123.1050.2009 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Fazenda	
449052 - Equipamentos e material permanente	
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Terra Roxa, em 10 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:B9D5B37B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 142

Prefeito do Município de TIJUCAS DO SUL – PR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o Edital n° 08/2023**, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/HABILITADOS**, para o provimento de cargos públicos do quadro permanente do Município, conforme resultado final homologado, devidamente publicado no sítio www.diariomunicipal.com.br/amp.

Lista de Convocação

NOME	INSC.	CARGO	CLASSIF.
FERNANDA SUELEN DRUMM	203212	PSICÓLOGO	10º

2. Apresentação de documentos e prazo

2.1 Os candidatos convocados deverão comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da presente publicação, à Diretoria de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura Municipal, sito à Rua XV de Novembro, 1458, Centro, Tijucas do Sul – PR.
2.2 Os candidatos serão atendidos por ordem de chegada.
2.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.
2.4 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado no caput deste artigo poderá solicitar, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga.
a) Documento de Identidade, com foto, original e cópia;
b) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino, original e cópia;
c) C.P.F., original e cópia;
d) Carteira de habilitação, se for o caso, original e cópia, para os cargos de Motorista deve ter a inscrição de EAR e curso conforme área de atuação;
e) Carteira de Trabalho e Previdência Social e cartão do PIS/PASEP, originais e cópias;
f) Certidão de nascimento ou casamento, original e cópia;
g) Título de Eleitor e comprovante da última votação, originais e cópias;
h) 01 foto 3x4 recente;
i) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo;
j) Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional e declaração de quitação de débitos do órgão de classe específico na área, originais e cópias, se quando for o caso;

k) Comprovante de residência, original e cópia;
l) Certidão de Nascimento e C.P.F. dos filhos até 18 anos de idade, originais e cópias;
m) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
n) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
o) Declaração de Bens e Valores que constitui o patrimônio (MODELO – ANEXO I) ou o comprovante da última Declaração Imposto de Renda;
p) Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos previstos em lei, declaração do outro órgão público em que o servidor já esteja vinculado indicando a jornada/escala de trabalho; (MODELO – ANEXO II);
q) Declaração de não demissão do serviço público; ((MODELO – ANEXO III);
r) Exames médicos complementares, quando for o caso, para inspeção médica oficial.
Não sendo apresentados os documentos exigidos no edital de convocação, o candidato será sumariamente eliminado.
2.6 O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no cargo especificado neste Edital impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
2.7 Sendo verificado, a qualquer tempo, falsidade documental, o candidato será eliminado do Concurso, com nulidade da classificação e dos seus efeitos decorrentes, sem prejuízos das sanções penais aplicáveis.

3.Da avaliação médica

3.1 Os candidatos convocados serão submetidos, antes da nomeação, a Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.
3.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.
3.3 Exames complementares deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados no prazo a ser definido pelo Município de Tijucas do Sul, cujas expensas correrão por conta do candidato convocado.
3.4 A falta da apresentação dos exames mencionados no Item anterior caracterizará desistência do candidato.

4. Da perda dos direitos da nomeação

4.1 O candidato que não atender a convocação ou manifestar desinteresse na sua nomeação será eliminado do concurso, decaindo do direito à respectiva vaga.

5. Final de lista

5.1 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado acima pode solicitar, dentro deste prazo, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, aguardando nova convocação.
Tijucas do Sul, 12 de agosto de 2026

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

ANEXO I
MODELO – DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade com RG n°_____, CPF n° _____, **DECLARO** para todos os efeitos legais, que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores de mercado.

( ) Declaro possuir os bens constantes da relação abaixo:

01 - _____, no valor de R$ _____,
02 - _____, no valor de R$ _____,
03 - _____, no valor de R$ _____.
04 - _____, no valor de R$ _____,
05 - _____, no valor de R$ _____,
06 - _____, no valor de R$ _____.
07 - _____, no valor de R$ _____,
08 - _____, no valor de R$ _____,
09 - _____, no valor de R$ _____.

( ) Declaro não possuir bens

Por ser a expressão da verdade, firma a presente Declaração.
Tijucas do Sul, _____/_____/_____

_____
Declarante

ANEXO II
DECLARAÇÃO NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade com RG n°_____, CPF n° _____, ocupante do cargo_____, **DECLARO**, em cumprimento às disposições legais vigentes, que:
( ) **NÃO** estou em disponibilidade, em gozo de aposentadoria (art. 37, § 10 da CF), em licença para tratar de interesse particular ou suspensão contratual, nem ocupo outro cargo/emprego/função em autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e controladas, fundação mantida pelo poder público ou outra entidade que se ache sob seu controle direto ou indireto, quer no âmbito federal, estadual ou municipal, salvo nas hipóteses permitidas no artigo 37, caput, inciso XVI, letra "b" e "c", da Constituição Federal.
( ) **SIM**, eu possuo ACÚMULO LEGAL DE CARGO PERMITIDO pela hipótese do artigo 37, caput, inciso XVI, letra "b" e "c", da Constituição Federal
CF, artigo 37, caput, inciso XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;
Se assinalada a opção SIM, preenchimento OBRIGATÓRIO do quadro abaixo, conforme IN 71/2012 TCE PR Art. 4º inciso XV

VÍNCULO	CARGO	ÓRGÃO ENTIDADE	CARGA HORÁRIA	TURNO DE TRABALHO	REMUNERAÇÃO

Declaro estar ciente da minha obrigação de atualizar este documento de imediato ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Tijucas do Sul, sempre que alguma informação for alterada.
Tijucas do Sul, _____/_____/___

_____
Declarante

MODELO III - DECLARAÇÃO DE NÃO DEMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO
Eu,_____, portador(a) de RG n.º SSP/_e CPF n.º_, em atendimento ao Edital de Convocação n.º _____, declaro para o fim específico de contratação pelo Concurso Público nº _____, que não fui demitido(a) ou exonerado(a) do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal em consequência de aplicação de pena disciplinar após sindicância, nos últimos 5 (cinco) anos, contados de forma retroativa a partir da data da contratação a que se refere o presente Edital, e que não perdi o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento.
A não veracidade da declaração prestada é considerada como crime de falsidade ideológica, sujeitando-me às penas na lei.
Tijucas do Sul, _____/_____/___

_____
Declarante

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:47333223

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7234/2026

Data: 11/08/2026

Nomeia os membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o contido na Lei nº 247/2010, e o Of. Nº 227/2026 SEMED, datado de 11 de agosto de 2026.
DECRETA:
Art. 1°. Ficam Nomeados os membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), com a composição abaixo:

Membro	CPF	Situação	Segmento
Angela Maria Alberton Leal	***.873.109-**	Titular	Poder Executivo
Janaína Aparecida Valmorbida Morosini	***.081.269-**	Suplente	Poder Executivo
Adriana Fátima Degering	***.813.079-**	Titular	Representantes dos Trabalhadores da Educação
Lazara Maria Fagundes Zeferino	***.508.659 -**	Suplente	Trabalhadores Municipais da Educação
Lourdes de Fátima Ritter Rothen	***404.979-**	Titular	Trabalhadores Municipais da Educação
Crislaine Aparecida de Lima de Oliveira	***.0496.49-**	Suplente	Trabalhadores Municipais da Educação
Kellin Daiane da Costa Barbieri	***.281.329-**	Titular	Representantes de Pais
Elisangela Gotardo	***.079.869-**	Suplente	Representantes de Pais
Roberta Fabiane Bonamigo	***883.179-**	Titular	Representantes de Pais
Sidinéia Aparecida da Silva	***.473.579-**	Suplente	Representantes de Pais
Gabrielly Almendro Silva	***.104.349-**	Titular	Representantes das entidades civis organizadas
Ricardo Delgado Matheus	***.568.549-**	Suplente	Representantes das entidades civis organizadas
Vanessa Longhini	***.407.749-**	Titular	Representantes das entidades civis organizadas
Sergio Becker	***.387.339-**	Suplente	Representantes das entidades civis organizadas

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 11 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:2AC6D0CE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 091/2026

Abre no Orçamento do Executivo Municipal do exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar em virtude do cancelamento de dotação orçamentária do exercício, superávit financeiro do exercício anterior e excesso de arrecadação do exercício.

O Prefeito do Município de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base na Lei Federal n° 4.320/64 e na Lei Municipal n° 82 de 24 de novembro de 2025, resolve e
DECRETA:

Art. 1º Abre no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2026, **Crédito Adicional Suplementar** no valor de **R$ 4.954.577,16** (quatro milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos), destinados a suplementar as dotações do orçamento conforme segue:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
02	PODER EXECUTIVO	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0201.2016	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
70	00000-Recursos Ordinários (Livres)	170.000,00
02.002	ASSESSORIA DE GABINETE	
24.131.0201.2007	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO ESTRATEGICA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
210	00000-Recursos Ordinários (Livres)	237.966,69
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.500,00
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.002	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0201.2010	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
370	00000-Recursos Ordinários (Livres)	274.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
410	00000-Recursos Ordinários (Livres)	31.657,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
450	00000-Recursos Ordinários (Livres)	130.000,00
04	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
04.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
04.123.0301.2111	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
820	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00
04.003	DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
04.123.0301.2115	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1060	00000-Recursos Ordinários (Livres)	79.500,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1080	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	
05.002	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS RURAIS	
15.451.0501.2030	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS RURAIS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1260	00000-Recursos Ordinários (Livres)	258.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1270	00000-Recursos Ordinários (Livres)	16.000,00
15.451.0501.2031	GESTÃO DE COORDENADORIA DE SERVIÇOS ESTRATÉGICOS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1360	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.100,00
15.451.0501.2030	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS RURAIS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
05.003	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.451.0501.2032	MANUTENÇÃO E AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1420	00000-Recursos Ordinários (Livres)	51.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	24.400,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1440	00000-Recursos Ordinários (Livres)	500,00
05.004	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE FROTAS	
15.451.0501.2035	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE FROTAS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1610	00000-Recursos Ordinários (Livres)	11.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.200,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0601.2038	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1895	00000-Recursos Ordinários (Livres)	462.935,16
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1930	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0701.2022	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3910	00000-Recursos Ordinários (Livres)	500.000,00
10.301.0701.2023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4075	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
10.301.0701.2025	MANUTENÇÃO E AÇÕES DO TRANSPORTE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4270	00000-Recursos Ordinários (Livres)	300.000,00
10.301.0701.2022	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3960	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
10.301.0701.2023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	

4095	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
10.301.0701.2025	MANUTENÇÃO E AÇÕES DO TRANSPORTE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
10.301.0701.2023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4115	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
10.301.0701.2025	MANUTENÇÃO E AÇÕES DO TRANSPORTE	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
10.302.0701.2021	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA, AMBULATORIAL E HOSPITALAR E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4500	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
08.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
08.243.0801.2057	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4780	00000-Recursos Ordinários (Livres)	23.500,00
08.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.245.0801.2064	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
4980	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
08.008	FUNDO DA MULHER	
08.245.0801.2060	DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
5450	00000-Recursos Ordinários (Livres)	600.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5480	00000-Recursos Ordinários (Livres)	88.000,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO	
10.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
22.661.1001.2087	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6030	00000-Recursos Ordinários (Livres)	131.100,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6040	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.900,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6050	00000-Recursos Ordinários (Livres)	700,00
23.691.1001.2090	MANUTENÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
6231	00965-CONVENIO ESTADUAL N° 883/2024 SECID	8.718,31
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
11.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
27.122.1101.2073	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6260	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6270	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.500,00
11.002	DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
27.812.1101.2074	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	41.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	11.000,00
11.003	DEPARTAMENTO DE CULTURA E CERIMONIAIS	
13.392.1102.2075	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E CERIMONIAIS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6420	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.500,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6440	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	
12.002	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.1201.2096	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6760	00000-Recursos Ordinários (Livres)	239.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6770	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
12.003	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO	
15.122.1202.2104	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6960	00000-Recursos Ordinários (Livres)	117.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6970	00000-Recursos Ordinários (Livres)	700,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6980	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.200,00
13	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
13.001	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
02.062.1301.2033	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
7110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	TOTAL	**4.954.577,16**

Art. 2º Os Recursos para Abertura do **Crédito Adicional Suplementar**, que trata o art. 1º deste decreto, decorrerão:

§ 1º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto, em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias no valor de **R$ 720.123,69** (setecentos e vinte mil, ceno e vinte e três reais e sessenta e nove centavos), conforme segue:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
02	PODER EXECUTIVO	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0201.2015	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DO PREFEITO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
50	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.033,69
02.002	ASSESSORIA DE GABINETE	
04.122.0201.2004	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE GABINETE DO PREFEITO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.996,00
24.131.0201.2007	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO ESTRATEGICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
190	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.190,00
04.122.0201.2004	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE GABINETE DO PREFEITO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
130	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.076,00
02.003	ASSESSORIA JURÍDICA	
04.122.0201.2005	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURÍDICA	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
250	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
260	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.076,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
270	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.595,00
02.004	UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	
04.124.0201.2006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
04.122.0201.2009	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DA ADMINISTRAÇÃO	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
360	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
03.002	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0201.2010	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
400	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
3.3.90.31.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	
420	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
440	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
03.003	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
04.122.0201.2011	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
570	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
580	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
600	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
610	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.957,00
03.004	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E ALMOXARIFADO	
04.122.0201.2012	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E ALMOXARIFADO	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
670	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
04.122.0201.2013	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ALMOXARIFADO	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
750	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
04.122.0201.2012	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E ALMOXARIFADO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
680	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
03.005	DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	
04.122.0201.2014	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
780	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.700,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
790	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
04	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
04.002	DEPARTAMENTO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
04.123.0301.2114	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TESOURARIA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
950	00000-Recursos Ordinários (Livres)	97.500,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	
05.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
15.451.0501.2029	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	

1220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
05.002	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS RURAIS	
15.451.0501.2031	GESTÃO DE COORDENADORIA DE SERVIÇOS ESTRATÉGICOS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1340	00000-Recursos Ordinários (Livres)	89.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.400,00
15.451.0501.2030	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS RURAIS	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1280	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.400,00
05.004	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE FROTAS	
15.451.0501.2035	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE FROTAS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1600	00000-Recursos Ordinários (Livres)	33.000,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.302.0701.2021	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA, AMBULATORIAL E HOSPITALAR E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
4530	00000-Recursos Ordinários (Livres)	200.000,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO	
10.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
22.122.1001.2086	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
5950	00000-Recursos Ordinários (Livres)	23.500,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5960	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.200,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
11.002	DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
27.812.1101.2074	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
11.004	DEPARTAMENTO DE TURISMO E EVENTOS	
23.695.1103.2076	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TURISMO E EVENTOS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6540	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6610	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.500,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	
12.001	GABINETE DO SECRETÁRIO	
18.122.1201.2095	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO DO GABINETE DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6640	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6650	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.300,00
12.002	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.1201.2096	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6780	00000-Recursos Ordinários (Livres)	47.700,00
	TOTAL	**720.123,69**

§ 2º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso I, os provenientes do superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior de fontes livres do orçamento vigente no valor de **R$ 4.225.735,16** (quatro milhões, duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e trinta e cinco reais e dezesseis centavos), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	4.225.735,16
	TOTAL	**4.225.735,16**

§ 3º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso II, os provenientes do excesso de arrecadação orçamentária de fonte vinculada do orçamento vigente no valor de **R$ 8.718,31** (oito mil, setecentos e dezoito reais e trinta e um centavos), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00965	CONVENIO ESTADUAL N° 883/2024 SECID	8.718,31
	TOTAL	**8.718,31**

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4° Revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito do Município de Turvo, em 11 de agosto de 2026.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:2E1C04AD

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
LEI Nº 16 - 2026 - LDO 2027

MUNICÍPIO DE FÊNIX
CNPJ: 76.950.021/0001-30
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Rua Jangada, nº 25 – Centro, Fênix – Paraná – CEP 86950-000 Fone (44) 3272-8000 - pmfenix@fenix.pr.gov.br

LEI N° 16/2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARNÁ, APROVOU E EU, EURÍPEDES MOLINA TASCA JÚNIOR, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

LEI

Art. 1º Nos termos da Constituição Federal, art. 165, §2°, da Lei n° 4.320/64 e Lei Orgânica do Município, esta lei fixa as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2027, orienta a elaboração da respectiva lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e atende às determinações impostas pela Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional compreendendo.

I *- As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;*
II *- A organização e a estrutura dos orçamentos;*
III *- As diretrizes específicas para o Poder Legislativo;*
IV *- As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;*
V *- As disposições sobre as alterações na Legislação Tributária do Município;*
VI *- As disposições Gerais*

I - ***AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL***

Art. 2º Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2027, estão identificados nos Demonstrativos I a VII desta Lei, em conformidade com as determinações técnicas da Secretaria do Tesouro Nacional-STN.

Art. 3º Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei, apresentados de forma consolidada no Município, constitui-se dos seguintes:

§ 1º Demonstrativo I *- Metas Anuais;*

§ 2º Demonstrativo II *- Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;*

§ 3º Demonstrativo III *- Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;*
§ 4º Demonstrativo IV *- Evolução do Patrimônio Líquido;*
§ 5º Demonstrativo V *- Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;*
§ 6º Demonstrativo VI *- Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e*

§ 7º Demonstrativo VII *- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.*
§ 8º Demonstrativo Anexo de Riscos Fiscais*, contendo o demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;*
§ 9º Demonstrativo Anexo de Metas e Prioridades*.*

II - A ORGANIZAÇÃO E A ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS;
Art. 4º Para efeitos desta Lei, entende-se por:
I -Programa, o instrumento de organização da ação governamental que visa a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
II- Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III- Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV- Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do disposto pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º As atividades e projetos serão dispostos de modo a especificar a localização física integral ou parcial dos programas de governo.

Art. 5º O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a unidade orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza de despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa e as fontes de recursos.

Art. 6º A Lei Orçamentária indicará as fontes de recursos, determinadas por Instrução Técnica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE.

Art. 7º As metas físicas serão indicadas no desdobramento da programação, vinculadas às respectivas atividades e projetos.

Art. 8º O orçamento para o exercício financeiro de 2027 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 9º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecidos no artigo no art. 85, § 3º da Lei Orgânica do Município e no art. 22, seus incisos e parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e será composta de:

I - Projeto de Lei acompanhado de mensagem;
II - Quadros orçamentários consolidados;
III - Anexo do Orçamento Fiscal, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta Lei;
IV - Anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o inciso II do § 5º do Art. 165 da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei;

V - Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente ao Orçamento Fiscal.
VI - Especificação dos programas especiais de trabalho, custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas em estimativa do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificação econômica, financeira, social e administrativa.

§ 1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os quadros a que se referem o inciso III do artigo 22 da Lei Federal nº 4.320/64, são os seguintes:

I - Resumo das receitas do Orçamento Fiscal, por categoria econômica;

II - Resumo das despesas do Orçamento Fiscal, por categoria econômica;

III - Receita e despesa do Orçamento Fiscal, segundo as categorias econômicas, conforme Anexo I da Lei Federal nº 4.320/64;

IV - Evolução da receita do Orçamento Fiscal, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes;
V - Receita do Orçamento Fiscal, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei;

VI - Despesa do Orçamento Fiscal, segundo o poder e o órgão e os grupos de natureza de despesa;

VII - Evolução da despesa do Orçamento Fiscal, segundo as categorias e os grupos de natureza de despesa;
VIII - Despesa do Orçamento Fiscal, segundo a função, a subfunção, o programa e os grupos de natureza de despesa;

IX - Da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do artigo 212 da Constituição Federal;
X - Da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, na forma da legislação;

XI - Da aplicação dos recursos para o financiamento das despesas do Poder Legislativo Municipal, conforme a Emenda Constitucional nº 25, e o artigo 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

XII - Da receita corrente líquida, com base no artigo 1º, § 1º, Inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000 e da despesa com pessoal;

XIII - Da aplicação dos recursos reservados à saúde, conforme a Emenda Constitucional nº 29;

XIV - Resumo das fontes de financiamento e da despesa do Orçamento de Investimento, segundo o órgão, a função, a subfunção e o programa.

§ 2º A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - A justificativa da estimativa e da fixação dos principais itens da receita e da despesa, respectivamente.
§ 3º O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal os Projetos de Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais, por meio eletrônico com sua despesa discriminada por elemento de despesa.
III - AS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 10. O Poder Legislativo, até o dia 10 de agosto do presente exercício, em conformidade a Emenda Constitucional nº 25/2000, encaminhará ao Executivo Municipal a Proposta Orçamentária da Câmara, limitada a 7% (sete por cento) da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do art. 153 e nos artigos 158 e 159 da CF, e os contidos no Resolução n° 33/2012 do TCE-PR.

IV - AS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 11 As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2027 estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2026 a 2029, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º - Na destinação dos recursos as ações constantes do projeto de lei orçamentário serão adotados os critérios estabelecidos em lei específica ou no Plano Plurianual – PPA.

Art. 12. O Orçamento Fiscal estimará as receitas e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como a seus Órgãos, Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade, da exclusividade, da publicidade e da legalidade.

Art. 13. A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à participação comunitária, conterá ainda reserva de contingência e compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, seus Fundos e entidades das Administrações Direta e Indireta, inclusive Fundações mantidas pelo Poder Público Municipal e obedecerá, na fixação da despesa e na estimativa da receita, aos princípios de:

I - *Prioridade de investimentos nas áreas sociais;*

II - *Austeridade na gestão dos recursos públicos;*

III - *Modernização na ação governamental;*

IV - *Equilíbrio Orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária;*
§ 1º A discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação.

§ 2º A execução orçamentária e financeira das despesas realizadas de forma descentralizada observarão as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário e financeiro, ressalvado as despesas consideradas irrelevantes, que não ultrapassem a 1% da Receita Corrente Líquida.

Art. 14. O Projeto de Lei Orçamentária do Município de Fênix relativo ao exercício de 2027 deverá obedecer aos princípios da justiça social, do controle social, da transparência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade, observados os seguintes:

I - *O princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da cidade, bem como combater a exclusão social com investimentos prioritários nas áreas sociais;*

II - *O princípio do controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação no acompanhamento do orçamento;*

III - *O princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos municípios às informações relativas ao orçamento;*

IV - *O princípio da economicidade implica na relação custo-benefício, ou seja, na eficiência dos atos de despesa, que conduz à própria eficiência da atividade administrativa;*

V - *Austeridade na gestão dos recursos públicos;*

VI - *Modernização na ação governamental;*

VII - *Equilíbrio Orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária;*
Parágrafo único. A discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação.

Art. 15. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

Art. 16. As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês.
§ 1º Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

I - *A atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;*

II - *A expansão do número de contribuintes com a desburocratização para abertura de empresas e regularização/inserção dos comerciantes e prestadores de serviço que atuam na informalidade;*
III - *A atualização do cadastro mobiliário fiscal;*

IV - *Implantação de ferramentas gerenciais informatizadas para acompanhamento/incremento e melhoria de arrecadação dos tributos municipais (ISSQN – IPTU – ITBI);*
V - *Revisão geral para regularização e atualização da PGV – Planta Genérica de Valores.*
§ 2º As taxas de polícia administrativa deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º Nenhum compromisso será assumido sem que existam dotações orçamentárias e recursos financeiros, previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa.

§ 4º A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária - financeira ocorridas, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas na inobservância do parágrafo anterior.

Art. 17. Constituem Riscos Fiscais aqueles capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município (art. 4º, § 3º da LRF), e caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2024.

Parágrafo Único. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 18. Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19. Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101/2000, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:
I - Estabelecer Programação Financeira e o Cronograma da execução mensal de desembolso;

II - Publicar até 30 dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações;
III - O Poder Executivo emitirá ao final de cada semestre, relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores;

IV - Os Planos, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamentos, Prestação de Contas, Pareceres do T.C.E., serão amplamente divulgados, inclusive na internet, e ficarão à disposição da comunidade;
V - O desembolso dos recursos financeiros consignados à Câmara Municipal, será feito até o dia 20 de cada mês, atendendo o artigo constitucional que trata da matéria sob a forma de transferência.

Art. 20. As despesas com pessoal e encargos não poderão ter acréscimo real em relação aos créditos correspondentes, e os aumentos para o próximo exercício ficarão condicionados à existência de recursos, expressa autorização legislativa, não podendo exceder o limite de 54% ao Executivo e 6% ao Legislativo da Receita Corrente Líquida.

Art. 21. A despesa total com Pessoal não ultrapassará em percentual da Receita Corrente Líquida os limites definidos na forma do artigo 20 da LRF.

Art. 22. Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os programas constantes nesta Lei, podendo na medida das necessidades, serem elencados novos programas, desde que financiados com recursos de outras esferas do governo ou mesmo próprios.

Art. 23. O Município poderá conceder ajuda financeira, prevista na Lei Orçamentária a título de "subvenções Sociais" a entidades sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham as seguintes condições:

I - *Sejam de atendimento direto ao público, em funções compatíveis com as de responsabilidade do Município;*

II - *Associações, cooperativas, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público e/ou organizações sociais;*

III - *Que se ache em dia quanto ao pagamento de tributos devidos ao ente transferidor;*
§ 1° Os Repasses serão efetivados através de convênio e/ou Termo de Fomento/Colaboração de acordo com a Lei 8.666/93, Lei Federal 101/2000 e Lei 13.019/2014.

§ 2° Para habilitar ao recebimento das "subvenções sociais" a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular do último ano imediatamente anterior ao da elaboração do convênio e/ou Termo de Fomento/Colaboração, e comprovante do mandato de sua diretoria.

§ 3° A Municipalidade deverá ao firmar convênio ou termo de parceria observar o que estabelece a Lei Federal 13.019/2014 de 31 de Julho de 2014;
§ 4° As entidades beneficiadas nos termos deste artigo prestarão contas ao Tribunal de Contas do Estado de acordo com a resolução 28/2011 e instrução normativa 061/2011 do TCE-PR dos recursos recebidos do Poder Executivo, ficando proibido novo repasse caso tenha prestação de contas pendente até a devida regularização**.**

§ 5° Na elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, o Poder Executivo observará, como diretriz prioritária, a preservação dos valores destinados às entidades beneficiadas com subvenções sociais no exercício anterior, sempre que houver disponibilidade financeira e compatibilidade com as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000**.** ***(redação dada pela emenda aditiva nº 01/2026)***

§ 6° Na Hipótese de ocorrer a redução dos valores anteriormente destinados às entidades beneficiadas somente ocorrerá mediante justificativa técnica e financeira devidamente fundamentada, demonstrando sua necessidade em razão do interesse público, da insuficiência de recursos ou da manutenção do equilíbrio fiscal**.** ***(redação dada pela emenda aditiva nº 01/2026)***

Art. 24. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, em consonância com o plano de trabalho.

Art. 25. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF) devendo também atender a Lei Federal 13.019/2014.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 26. O Município poderá conceder incentivos fiscais ao desenvolvimento de atividades na área social, Industrial, cultural e de esporte mediante leis específicas.

Art. 27. O Executivo Municipal, poderá ainda conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 28. O Poder Executivo enviará até três meses antes do encerramento do exercício financeiro conforme Art. 85, §3º, III, o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção e demais providências.
Art. 29. Constarão da proposta orçamentária do Município, demonstrativos discriminando a totalidade das receitas e das despesas das Entidades das Administrações Direta e Indireta.

Art. 30. Fica o Poder Executivo autorizado adequar o PPA durante o exercício de 2027, objetivando adequá-lo às mudanças da legislação vigente.

Art. 31. É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, de recursos do Município para custeio de despesas de competência de outras esferas de governo, exceto a formalizada entre o Executivo municipal e as entidades sem fins lucrativos, atendendo a Lei Federal 13.019/2014.

Art. 32. Caso os valores previstos nesta Lei, se apresentarem defasados na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, poderá o orçamento inicial ser corrigido pela inflação pelo índice utilizado pelo código tributário municipal.

Art. 33. A lei orçamentária conterá Reserva de Contingência do Poder Executivo e demais órgãos da administração indireta, que será equivalente a no mínimo 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2027, e poderá ser destinada a:

§ 1º - Cobertura de créditos adicionais;

§ 2º - Atender passivos contingentes;

§ 3º - Cobertura de outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

I - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto nas Portarias MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, ´´b`` da LRF).

II - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais imprevistos, caso estes não se concretizem até o dia 30 de novembro de 2027, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornarem insuficientes através de ato próprio.
§ 4º O Projeto de Lei Orçamentária de 2027 conterá ainda reservas específicas não superiores a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2027 para atender a:
I - Emendas individuais ao projeto de Lei Orçamentária na forma do inciso I do parágrafo único do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Fênix.

Art. 34. O Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Educação, farão parte do Orçamento Geral do Município na forma de Unidade Orçamentária.

Parágrafo único. Os Demais fundos criados eventualmente no decorrer do exercício da mesma forma do caput deste artigo, fará parte do orçamento geral do Município na forma de unidade.

Art. 35. Na elaboração da proposta orçamentária para 2027, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 36. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2027 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo único. Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculos (art. 12, § 3º da LRF).
Art. 37. Na hipótese de ocorrências das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no Inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º - Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município e as despesas destinadas dos serviços da dívida.

§ 2º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - Com pessoal e encargos patronais;

II - Com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º - Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 4º - A limitação de empenhos será definida através de ato do Poder Executivo, determinando em qual área a despesa será limitada até que o equilíbrio financeiro seja reestabelecido.

Art. 38. As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2027, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2024 (art. 4º. § 2º da LRF).
Art. 39. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2027 deverão estar definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2026 a 2029, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.
Art. 40. A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

Parágrafo único. Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2027, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual, dentro do limite de 1/12 (um doze) avos do total de cada dotação.

Art. 41. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2027, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observado os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2027.

Art. 42. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 43. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

I - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

II - Eliminação das despesas com horas-extras;

III - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

IV - Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

V - DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 44. Ocorrendo alterações na Legislação Tributária em vigor, decorrente de lei aprovada até o término deste exercício, que impliquem acréscimo em relação à estimativa de receita constante do Projeto de Lei Orçamentária, fica o poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária.
Art. 45. Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo IPCA-e-IBGE ou outro indexador que venha substituí-lo.

Art. 46. Na previsão da receita para o exercício de 2027, serão observados os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos em Leis Municipais, se atendidas as exigências do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 47. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, de alteração de alíquotas ou de modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos e contribuições, e outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar 101/2000, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.

Art. 48. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos de cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 § 3º, II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 49. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 50. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, devidamente comprovados pela tesouraria municipal, exceto falta de planejamento financeiro que provoque desequilíbrio nas finanças públicas.

Art. 51. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 52. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 53. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o Anexo de Metas e Prioridades dos orçamentos compreendendo LOA, LDO e PPA, sempre que houver necessidade, por Decreto do Executivo Municipal até o limite previsto no caput artigo 7º desta Lei para fins de atender a Lei Complementar 101/00 no que tange a seu aspecto de planejamento.

Art. 54. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de leis relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação no tocante às partes cuja alteração é proposta.
Parágrafo Único - O Executivo Municipal, a cada quadrimestre, poderá reavaliar o Plano Plurianual de Investimentos.

Art. 55. Os repasses para o Legislativo Municipal deverá ser efetuado até o dia 20 de cada mês.
Art. 56. Os Poderes, Executivo e Legislativo, por ato próprio, ficam autorizados a abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 15% (quinze por cento), do total da despesa fixada nesta Lei, nos termos do art. 7º, e § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 1º Não compõem o percentual acima citado as suplementações que envolverem cobertura de despesas de pessoal para pessoal, bem como pessoal para obrigações patronais ou obrigações patronais para pessoal, podendo estas, serem feitas por ato próprio do Executivo Municipal e ou Legislativo Municipal.

§ 2º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

§ 3º Fica o Executivo Municipal, autorizado, por ato próprio a realizar suplementações nas dotações definidas no Orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários vinculados ou próprios dos projetos/atividades/operações especiais e das obras, bem como a suplementação pelo excesso de arrecadação sobre a previsão orçamentária, individualizada por fontes de recursos, nos termos previstos no inciso I, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como por superávit financeiro do exercício anterior, e nos termos previstos no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei, os quais não serão computados no limite de créditos adicionais autorizados no caput deste artigo.

Art. 57. Fica o Poder Executivo autorizado a efetivar premiação em espécie ou bens por ocasião de realização de eventos no Município, obedecendo ao cronograma de eventos previsto em Lei.

Art. 58. A administração da dívida pública municipal tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o tesouro municipal.

§ 1° Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.
§ 2° O Município subordinar-se-á às normas estabelecidas em Resolução do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 59. O valor da dotação destinada ao pagamento de precatórios será informado pela Procuradoria Geral do Município ao Setor de Contabilidade, observada a determinação do art. 100, da Constituição Federal.
Art. 60. A Lei Orçamentária de 2027 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham pelo menos um dos seguintes documentos:

I - Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução no todo ou da parte não embargada; e

II - Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.
Art. 61. A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal da Fazenda até 15 de julho do corrente exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciários inscritos até 1º de julho de 2026 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2027, especificando:

I - Número e data do ajuizamento da ação originária;
II - Número do precatório;
III - Tipo da causa (de acordo com a origem da despesa);
IV - Enquadramento (alimentar ou não alimentar);
V - Data da autuação do precatório;
VI - Nome do beneficiário;
VII - Valor do precatório a ser pago, (atualizado, conforme determinado pelo art. 100,§ 5º da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 62/2009);
VIII - Data do trânsito em julgado;
IX - Número da vara ou comarca de origem; e
X - Cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.
Parágrafo único. A forma de pagamento e a atualização monetária dos precatórios e das parcelas resultantes observarão, no exercício de 2027, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo, conforme disposto no art. 100, § 1º da Constituição Federal, na Emenda Constitucional nº 62/2009 e no Decreto nº 213/2010.
Art. 62. O pagamento das obrigações de pequeno valor de que trata o art.100, § 3º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998, pela Emenda Constitucional nº 62 de 9 de dezembro de 2009, sujeitar- se-á ao disposto na Lei 11.467/2011.
Art. 63. A Lei Orçamentária Anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por intermédio de consórcios públicos, conforme regulamentação fixada pela Lei Federal.
Art. 64. A Administração Pública Municipal poderá destinar recursos materiais de distribuição gratuita destinada a atender despesa com a aquisição de materiais de distribuição gratuita, tais como: livros didáticos e benefícios que possam ser distribuídos gratuitamente.
Art. 65. As emendas ao Projeto de Lei do orçamento anual só serão admitidas, desde que:
I - Sejam compatíveis com a presente Lei;
II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas ou dos recursos que se refere o **inciso I, do § 4º do art. 33**, excluídas as que incidam sobre:
a) Dotações para pessoal e seus encargos;
b) Serviços da dívida;
c) Transferências da União, convênios, operações de crédito, contratos, acordos, ajustes e instrumentos similares, desde que vinculados a programações específicas;
d) Despesas referentes a vinculações constitucionais;
III – sejam relacionadas:
a)À correção de erros ou omissões;
b) Aos dispositivos do texto do Projeto de Lei.
Art. 66. Somente serão inscritos em Restos a Pagar, as despesas empenhadas e efetivamente liquidadas até 31 de dezembro de 2027.
Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, consideram-se realizadas as despesas em que a contraprestação em bens, serviços ou obras tenha efetivamente ocorrido no exercício e que estejam devidamente amparadas por títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme estabelecido no art. 63, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 67. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação do orçamento, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para os Órgãos ou Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).
Art. 68. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Fênix, Estado do Paraná, aos 03 de agosto de 2026.

EURÍPEDES MOLINA TASCA JÚNIOR
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE FENIX			
Estado do PR			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
LDO - CONFERÊNCIA DAS RECEITAS			
Exercício: 2027			
ENT.	**RECEITAS**	**DESCRIÇÃO**	**2027**
1	1.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.315.600,00
1	1.1.1.2.50.0.1	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	386.900,00
1	1.1.1.2.50.0.2	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E	5.300,00
1	1.1.1.2.50.0.3	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA	121.900,00
1	1.1.1.2.53.0.1	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS	265.000,00
1	1.1.1.3.03.1.1.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	477.000,00
1	1.1.1.3.03.1.1.02	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER LEGISLATIVO	31.800,00
1	1.1.1.3.03.4.1.01.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PODER	47.700,00

1	1.1.1.4.51.1.1	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	821.000,00
1	1.1.2.1.01.0.1.01	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	26.500,00
1	1.1.2.1.01.0.1.02	TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS,	95.400,00
1	1.1.2.1.01.0.1.03	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	3.180,00
1	1.1.2.1.01.0.1.05	TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	1.060,00
1	1.1.2.1.04.0.1.01	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	3.180,00
1	1.1.2.2.01.0.1.04	TAXA PELA PRESTRAÇÃO DE SERVIÇOS	10.600,00
1	1.1.2.2.01.0.1.05	TAXA DE EMOLUMENTOS E EXPEDIENTE	19.080,00
1	1.2	CONTRIBUIÇÕES	523.110,00
1	1.2.4.1.50.0.1.01	COSIP - COBRANÇA NA FATURA DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA	500.850,00
1	1.2.4.1.50.0.1.02	COSIP - COBRANÇA NO CARNÊT DO IPTU	22.260,00
1	1.3	RECEITA PATRIMONIAL	73.352,00
1	1.3.1.1.01.1.1.01	ALUGUÉIS DE ESPAÇOS PÚBLICOS	16.960,00
1	1.3.2.1.01.1.1.07	RENDIMENTO FINANCEIRO - APLICAÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA	4.240,00
1	1.3.2.1.01.1.1.08	RECEITA REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS	212,00
1	1.3.2.1.01.1.1.09	RECEITA REMUNERAÇÃO APLICAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDO DE	1.166,00
1	1.3.2.1.01.1.1.11	RECEITA DE REMUNERAÇÃO APLICAÇÃO PMAQ	1.060,00
1	1.3.2.1.01.1.1.17	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE POUPANÇA	318,00
1	1.3.2.1.01.1.1.19	FUNDEB 70%	3.180,00
1	1.3.2.1.01.1.1.21	FUNDOS DE INVESTIMENTOS RENDA FIXA DE RECURSOS VINCULADOS -	636,00
1	1.3.2.1.01.1.1.22	FUNDOS DE INVESTIMENTOS RENDA FIXA DE RECURSOS- CÂMARA MUNICIPAL	10.600,00
1	1.3.2.1.01.1.1.23	FUNDOS DE INVESTIMENTOS RENDA FIXA DEMAIS RECURSOS - FONTES LIVRES	34.980,00
1	1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	2.332,00
1	1.6.1.1.01.0.1.01	SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DA TERRA EM PROPRIEDADES PARTICULARES	2.332,00
1	1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37.206.000,00
1	1.7.1.1.51.1.1	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL -	21.200.000,00
1	1.7.1.1.51.1.1	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL -	4.240.000,00
1	1.7.1.1.51.2.1	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS	2.014.000,00
1	1.7.1.1.52.0.1	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL -	771.680,00

MUNICIPIO DE FENIX
Estado do PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
LDO - CONFERÊNCIA DAS RECEITAS
Exercício: 2027

ENT.	RECEITAS	DESCRIÇÃO	2027
1	1.7.1.1.52.0.1	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL -	154.336,00
1	1.7.1.2.52.1.1	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO LEI	381.600,00
1	1.7.1.3.50.1.1.01	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPITAÇÃO PONDERADA	60.844,00
1	1.7.1.3.50.1.1.03	PROGRA SAUDE DA FAMÍLIA	636.000,00
1	1.7.1.3.50.1.1.04	PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - FONTE 1051	445.200,00
1	1.7.1.3.50.1.1.06	INCENTIVO FINACEIRO DA APS - DESEMPENHO	31.800,00
1	1.7.1.3.50.1.1.10	INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS	10.600,00
1	1.7.1.3.50.1.1.12	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS	42.400,00
1	1.7.1.3.50.1.1.15	INC. ADIC. ASSITENCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACE 95%	42.400,00
1	1.7.1.3.50.1.1.18	COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	10.600,00
1	1.7.1.3.50.3.1.02	INCENTIVO FINAN AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA	31.800,00
1	1.7.1.3.50.3.1.03	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	12.720,00
1	1.7.1.3.50.3.1.04	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE -	127.200,00
1	1.7.1.4.50.0.1	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	307.400,00
1	1.7.1.4.51.0.1	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO	636,00
1	1.7.1.4.52.0.1	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO	84.800,00
1	1.7.1.4.53.0.1	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO	21.200,00
1	1.7.1.6.50.0.1.01	PISO BÁSICO FIXO (SUAS)	55.120,00
1	1.7.1.6.50.0.1.02	PISO FIXO MÉDIA COMPLEXIDADE (SUAS)	1.590,00
1	1.7.1.6.50.0.1.04	COMPONENTE - S.C.F.V - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE	69.960,00
1	1.7.1.6.50.0.1.05	COMPONENTE - PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS	89.040,00
1	1.7.1.6.50.0.1.08	INDÍCE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF	47.700,00
1	1.7.2.1.50.0.1	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	2.332.000,00
1	1.7.2.1.50.0.1	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	11.660.000,00
1	1.7.2.1.51.0.1	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	498.200,00

1	1.7.2.1.51.0.1	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	99.640,00
1	1.7.2.1.52.0.1	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	42.294,00
1	1.7.2.1.52.0.1	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	212.000,00
1	1.7.2.1.53.0.1	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO -	15.900,00
1	1.7.2.2.52.0.1	COTA-PARTE ROYALTIES COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DO	8.480,00
1	1.7.2.3.50.0.1.05	TRANSFERÊNCIA FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - INCENTIVO ESTADUAL - APSUS	42.400,00
1	1.7.2.3.50.0.1.30	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS - PRINCIPAL	159.000,00
1	1.7.2.4.99.0.1.01	TRANSFERENCIAS DE REPASSES DE MULTAS FUNDO DE TRANSITO CEXTRAN	15.900,00
1	1.7.2.9.51.0.1.01	RECEITA PAS - PISO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	90.100,00
1	1.7.2.9.52.0.1.01	PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICÍPIOS - PETE/PR	106.000,00
1	1.7.5.1.50.0.1	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E	4.770.000,00
1	1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	79.606,00

MUNICIPIO DE FENIX
Estado do PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
LDO - CONFERÊNCIA DAS RECEITAS
Exercício: 2027

ENT.	RECEITAS	DESCRIÇÃO	2027
1	1.9.2.1.01.0.1	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO - PRINCIPAL	2.120,00
1	1.9.2.1.99.0.1.01	OUTRAS INDENIZAÇÕES	3.180,00
1	1.9.2.2.99.0.1.01	IMPUGNAÇÕES E GLOSAS DETERMINADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO	106,00
1	1.9.9.9.99.2.1.01	RECEITAS ARRECADADAS PELA COMISSÃO DE ORGANIZAÇAO DE FEIRAS,	53.000,00
1	1.9.9.9.99.2.1.03	RECEITA DO FUNDO DO MEIO AMBIENTE - FONTE 01555	21.200,00
1	2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00
1	2.2.1.3.01.0.1	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	100.000,00
TOTAL			**40.300.000,00**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE FENIX			05/08/2026 - 17:12:41
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR			***ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS***
Prefeito			Contador
CÁSSIO BRESSAN TONIELLO			
Tesoureiro			

MUNICIPIO DE FENIX
Estado do PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
Exercício: 2027
Programa: 0001 - PROCESSO LEGISLATIVO

Código	Tipo	Nome da Ação	Unidade de Medida	Meta Quantitativa	Valor
1001	Projeto	CONSTRUÇÃO E/OU REMODELAÇÃO DO PRÉDIO DA CAMARA MUNICIPAL	Outras Unidades e Medidas	0,00	31.800,00
Função: 01 - Legislativa		**Subfunção:** 031 - Ação Legislativa			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2001	Atividade	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CÂMARA MUNICIPAL	Outras Unidades e Medidas	0,00	2.055.679,20
Função: 01 - Legislativa		**Subfunção:** 031 - Ação Legislativa			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
Total do Programa:					2.087.479,20

Programa: 0002 - PROGRAMA DE HABITAÇÃO PARA PESSOAS CARENTES

Código	Tipo	Nome da Ação	Unidade de Medida	Meta Quantitativa	Valor
2061	Atividade	ATENDER AS FAMÍLIAS CONSIDERADAS BAIXA RENDA QUE ENCONTRAN- SE SEM CASA PRÓPRIA	Outras Unidades e Medidas	5,00	63.600,00
Função: 08 - Assistência Social		**Subfunção:** 244 - Assistência Comunitária			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
Total do Programa:					63.600,00

Programa: 0003 - PROCURADORIA JURIDICA

Código	Tipo	Nome da Ação	Unidade de Medida	Meta Quantitativa	Valor
2063	Atividade	MANTER AS AÇÕES JURÍDICAS DO MUNCIPIO	Outras Unidades e Medidas	1,00	105.963,96
Função: 02 - Judiciária		**Subfunção:** 061 - Ação Judiciária			

Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
MUNICIPIO DE FENIX					
Estado do PR					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
Exercício: 2027					
Total do Programa:					105.963,96
Programa: 0004 - ADMINISTRACAO PUBLICA					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
2003	Atividade	atender a despesas da manutenção do Gabinete do Prefeito, incluindo as despesas do subsídio da vice-prefeita.	Outras Unidades e Medidas	1,00	1.105.656,00
Função: 04 - Administração		**Subfunção:** 122 - Administração Geral			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2006	Atividade	Manter as despesas de natureza administrativas, mas que colaborem para a consecução de programas finalisticos.	Outras Unidades e Medidas	1,00	1.263.520,00
Função: 04 - Administração		**Subfunção:** 124 - Controle Externo			
Descrição:					
Produto Apoio Administrativo					
2008	Atividade	Manter as despesas de natureza administrativas, mas que colaborem para a consecução de programas finalisticos.	Outras Unidades e Medidas	1,00	245.496,00
Função: 04 - Administração		**Subfunção:** 125 - Normatização e Fiscalização			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2009	Atividade	Manter as despesas de natureza administrativas, mas que colaborem para a consecução de programas finalisticos.	Outras Unidades e Medidas	1,00	1.946.160,00
Função: 04 - Administração		**Subfunção:** 122 - Administração Geral			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2011	Atividade	Manter as despesas de natureza administrativas, mas que colaborem para a consecução de programas finalisticos.	Outras Unidades e Medidas	1,00	126.564,00
Função: 04 - Administração **Subfunção:** 092 - Representação Judicial e Extrajudicial Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
MUNICIPIO DE FENIX					
Estado do PR					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
Exercício: 2027					
2059	Atividade	Manter as despesas de natureza administrativas, mas que colaborem para a consecução de programas finalisticos.	Outras Unidades e Medidas	1,00	674.160,00
Função: 04 - Administração		**Subfunção:** 122 - Administração Geral			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
Total do Programa:					5.361.556,00
Programa: 0007 - SERVICO MILITAR					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
2002	Atividade	Atender as despesas de origem tipicamente administrativas de apoio ao Governo.	Pessoas	1,00	77.380,00
Função: 05 - Defesa Nacional		**Subfunção:** 153 - Defesa Terrestre			
Descrição:					
	Produto	Pessoas Atendidas			
Total do Programa:					77.380,00
Programa: 0008 - PROGRAMA DE INSENTIVO AO ENSINO SUPERIOR					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
2067	Atividade	CONTRIBUIÇÃO A AAFEN - ASSOCIAÇÃO DOS ACADEMICOS DE FÊNIX	Outras Unidades e Medidas	1,00	159.000,00
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 364 - Ensino Superior			
Descrição:					
	Produto	Outros Produtos			
Total do Programa:					159.000,00
Programa: 0009 - PROGRAMA DE HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
MUNICIPIO DE FENIX					
Estado do PR					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
Exercício: 2027					

1028	Projeto	Aquisição de imóveis	Metros Quadrados	1,00	10.600,00
Função: 16 - Habitação		**Subfunção:** 482 - Habitação Urbana			
Descrição:					
	Produto	Terrenos/Lotes Adquiridos			
Total do Programa:					10.600,00
Programa: 0010 - PROGRAMA DE FOMENTO A AGRICULTURA					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
2018	Atividade	Desenvolver ações voltadas à manutenção da unidade de fomento agropecuário.	Outras Unidades e Medidas	1,00	549.080,00
Função:	20 - Agricultura	**Subfunção:** 605 - Abastecimento			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
Total do Programa:					549.080,00
Programa: 0011 - ATENDIMENTO SOCIAL					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
1091	Atividade	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	Pessoas	0,00	26.500,00
Função: 08 - Assistência Social		**Subfunção:** 245 - Serviços Socioassistenciais			
Descrição:					
	Produto	Pessoas Atendidas			
2025	Atividade	Manutenção e Encargos do Fundo Municipal de Assistência Social	Outras Unidades e Medidas	1,00	55.120,00
Função: 08 - Assistência Social		**Subfunção:** 244 - Assistência Comunitária			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
MUNICIPIO DE FENIX					
Estado do PR					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
Exercício: 2027					
2028	Atividade	Contribuições Entidades Municipais e Micro-Regionais	Outras Unidades e Medidas	1,00	22.260,00
Função: 08 - Assistência Social		**Subfunção:**			
Descrição:					
	Produto	Outros Produtos			
2046	Atividade	MANUTENCAO DA ASSISTENCIA SOCIAL	Outras Unidades e Medidas	1,00	685.290,00
Função: 08 - Assistência Social		**Subfunção:**			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2049	Atividade	Manutenção do Centro de Referência de Assistencia Social - CRAS	Outras Unidades e Medidas	1,00	61.268,00
Função: 08 - Assistência Social		**Subfunção:**			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2055	Atividade		Outras Unidades e Medidas	1,00	1.272,00
Função: 08 - Assistência Social		**Subfunção:**			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2056	Atividade		Outras Unidades e Medidas	1,00	13.780,00
Função: 08 - Assistência Social		**Subfunção:**			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2077	Incentivos	PISO PARANAENSE DE ASSISTENCIA	Pessoas	1,00	90.100,00
Função: 08 - Assistência Social		**Subfunção:** 244 - Assistência Comunitária			
Descrição:					
	Produto	Pessoas Atendidas			
MUNICIPIO DE FENIX					
Estado do PR					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
Exercício: 2027					
2079	Atividade	GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA -GSUAS FNAS	Outras Unidades e Medidas	1,00	47.700,00
Função: 08 - Assistência Social		**Subfunção:** 244 - Assistência Comunitária			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2086	Projeto	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES DE ACOLHIMENTO DE LONGA DURAÇÃO DE PESSOAS IDOSAS	Pessoas	1,00	101.760,00

Função: 08 - Assistência Social		**Subfunção:** 241 - Assistência à Pessoa Idosa			
Descrição:					
	Produto	Idosos Atendidos			
Total do Programa:					1.105.050,00
Programa: 0012 - CONSELHO TUTELAR DOS DIR. CRIANCA E ADOLESCENTES					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
6005	Atividades - ECA/FMDCA	Manutenção e do Conselho Tutelar	Pessoas	0,00	216.240,00
Função: 08 - Assistência Social		**Subfunção:** 243 - Assistência à Criança a ao Adolescente			
Descrição:					
	Produto	Adolescentes Atendidos			
Total do Programa:					216.240,00
Programa: 0014 - SISTEMA DE SAUDE					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
1015	Projeto	Construção, Ampliação e/ou Reforma do Centro de Saúde	Metros Quadrados	1,00	63.600,00
Função: 10 - Saúde		**Subfunção:** 301 - Atenção Básica			
Descrição:					
	Produto	Obra Contruída/Ampliada			
MUNICIPIO DE FENIX					
Estado do PR					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
Exercício: 2027					
2021	Atividade	Manter o Consórcio Intermunicipal de Saúde Cis-Comcam.	Outras Unidades e Medidas	1,00	901.000,00
Função: 10 - Saúde		**Subfunção:** 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2022	Atividade	Manutenção e Encargos do Fundo Municipal de Saúde	Outras Unidades e Medidas	1,00	4.698.362,00
Função: 10 - Saúde		**Subfunção:** 301 - Atenção Básica			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2051	Atividade	Manutenção e Encargos com o CIUENP - SAMU	Outras Unidades e Medidas	1,00	123.490,00
Função: 10 - Saúde		**Subfunção:** 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2068	Atividade	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO	Outras Unidades e Medidas	1,00	266.590,00
Função: 10 - Saúde		**Subfunção:** 301 - Atenção Básica			
Descrição:					
Produto Outros Produtos					
2069	Atividade	PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAUDE - PACS	Outras Unidades e Medidas	1,00	561.800,00
Função: 10 - Saúde		**Subfunção:** 301 - Atenção Básica			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2070	Atividade	PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF	Outras Unidades e Medidas	1,00	183.380,00
Função:	10 - Saúde	**Subfunção:** 301 - Atenção Básica			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2072	Atividade	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA BASICA	Outras Unidades e Medidas	1,00	1.020.780,00
Função: 10 - Saúde		**Subfunção:** 303 - Suporte Profilático e Terapêutico			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
MUNICIPIO DE FENIX					
Estado do PR					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
Exercício: 2027					
2073	Atividade	PROGRAMA DE VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAUDE	Outras Unidades e Medidas	1,00	250.020,00
Função: 10 - Saúde		**Subfunção:** 305 - Vigilância Epidemiológica			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2082	Atividade	Manutençao da Saude Bucal	Pessoas	1,00	90.100,00
Função: 10 - Saúde		**Subfunção:** 301 - Atenção Básica			

Descrição:					
	Produto	Pacientes Atendidos			
Total do Programa:					8.159.122,00
Programa: 0015 - ENSINO REGULAR					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
2030	Atividade	Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental	Outras Unidades e Medidas	1,00	2.227.515,88
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 361 - Ensino Fundamental			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2031	Atividade	Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental - FUNDEB 60%	Outras Unidades e Medidas	1,00	3.123.820,00
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 361 - Ensino Fundamental			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2032	Atividade	Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental - FUNDEB 30%	Outras Unidades e Medidas	1,00	238.500,00
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 361 - Ensino Fundamental			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2038	Atividade	Manutenção do Programa SALÁRIO EDUCAÇÃO	Outras Unidades e Medidas	1,00	201.400,00
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 361 - Ensino Fundamental			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
MUNICIPIO DE FENIX					
Estado do PR					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
Exercício: 2027					
2088	Atividade	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA REDE DE ENSINO FUNDAMENTA	Pessoas	280,00	107.060,00
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 361 - Ensino Fundamental			
Descrição:					
	Produto	Alunos Atendidos			
2093	Projeto	PROGRAMA FICA - FÊNIX INCLUSÃO DAS CRIANÇAS AUTISTAS	Pessoas	0,00	84.800,00
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 361 - Ensino Fundamental			
Descrição:					
	Produto	Alunos Atendidos			
Total do Programa:					5.983.095,88
Programa: 0016 - TRANSPORTE ESCOLAR					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
2033	Atividade	Manutenção e Encargos do Transporte Escolar Fundamental - FUNDEB 30%	Outras Unidades e Medidas	1,00	116.600,00
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 361 - Ensino Fundamental			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2034	Atividade	Manutenção e Encargos do Transporte Escolar Fundamental	Outras Unidades e Medidas	1,00	572.400,00
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 361 - Ensino Fundamental			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
Total do Programa:					689.000,00
Programa: 0017 - MERENDA ESCOLAR					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**

MUNICIPIO DE FENIX					
Estado do PR					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
Exercício: 2027					
2004	Atividade	Manutenção e Encargos da Merenda - C.E.M.E.I - CRIANÇA FELIZ	Outras Unidades e Medidas	1,00	46.640,00
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 306 - Alimentação e Nutrição			
Descrição:					
	Produto	Outros Produtos			
2005	Atividade	Manutenção e Encargos da Merenda - C.E.M.E.I - TIO PATINHAS	Outras Unidades e Medidas	0,00	25.440,00
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 306 - Alimentação e Nutrição			

Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2027	Atividade	Manutenção e Encargos da Merenda - C.E.M.E.I - HILVA JANDREY DE OLIVEIRA	Outras Unidades e Medidas	1,00	104.480,00
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 306 - Alimentação e Nutrição			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2035	Atividade	Manutenção e Encargos da Merenda Escolar	Outras Unidades e Medidas	1,00	244.260,00
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 306 - Alimentação e Nutrição			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2101	Atividade	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA MERENDA - SÃO VICENTE DE PAULO	Outras Unidades e Medidas	1,00	42.400,00
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 306 - Alimentação e Nutrição			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
Total do Programa:					463.220,00
Programa: 0018 - EDUCACAO PRE-ESCOLAR					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
2036	Atividade	Manutenção e Encargos do Ensino Pré-Escolar	Outras Unidades e Medidas	1,00	214.613,96
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 365 - Educação Infantil			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
MUNICIPIO DE FENIX					
Estado do PR					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
Exercício: 2027					
2040	Atividade	Manutenção e Encargos da Divisão de Cultura	Outras Unidades e Medidas	1,00	720.800,00
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 365 - Educação Infantil			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2089	Atividade	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA REDE DE ENSINO INFANTIL PRÉ ESCOLAR	Pessoas	130,00	64.660,00
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 365 - Educação Infantil			
Descrição:					
	Produto	Alunos Atendidos			
Total do Programa:					1.000.073,96
Programa: 0019 - CRECHE					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
2037	Atividade	Manutenção e Encargos de Creches	Outras Unidades e Medidas	1,00	682.746,00
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 365 - Educação Infantil			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2042	Atividade	Manutenção e Encargos de Creches - FUNDEB 70%	Pessoas	1,00	573.460,00
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 365 - Educação Infantil			
Descrição:					
	Produto	Alunos Atendidos			
2090	Atividade	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA REDE DE ENSINO INFANTIL - CRECHE	Pessoas	70,00	75.260,00
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 365 - Educação Infantil			
Descrição:					
	Produto	Alunos Atendidos			
Total do Programa:					1.331.466,00
MUNICIPIO DE FENIX					
Estado do PR					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
Exercício: 2027					
Programa: 0020 - EDUCACAO COMPENSATORIA					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
2039	Atividade	Contribuições à APAE	Outras Unidades e Medidas	1,00	265.000,00
Função: 12 - Educação		**Subfunção:** 367 - Educação Especial			

Descrição:					
	Produto	Outros Produtos			
Total do Programa:					265.000,00
Programa: 0021 - ATIVIDADES CULTURAIS					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
2062	Atividade	MANTER A AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL	Outras Unidades e Medidas	1,00	113.420,00
Função: 13 - Cultura		**Subfunção:** 392 - Difusão Cultural			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
Total do Programa:					113.420,00
Programa: 0022 - PAVIMENTAÇÃO					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
1007	Projeto	Pavimentação e Recapeamento de Vias Urbanas	Metros Quadrados	1,00	160.060,00
Função: 26 - Transporte		**Subfunção:** 782 - Transporte Rodoviário			
Descrição:					
	Produto	Pavimentação de Vias			
				Total do Programa:	160.060,00
Programa: 0024 - ILUMINACAO PUBLICA					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
MUNICIPIO DE FENIX					
Estado do PR					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
Exercício: 2027					
1004	Projeto	EXTENSÃO E REMODELAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Metros Quadrados	1,00	53.000,00
Função: 15 - Urbanismo		**Subfunção:** 451 - Infra-Estrutura Urbana			
Descrição:					
	Produto	Obra Contruída/Ampliada			
2015	Atividade	Manter e conservar o sistema de iluminação pública.	Outras Unidades e Medidas	1,00	474.350,00
Função: 15 - Urbanismo		**Subfunção:** 452 - Serviços Urbanos			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
Total do Programa:					527.350,00
Programa: 0025 - PRACA, PARQUES E JARDINS					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
1006	Projeto	CONSTRUÇÃO, REMODELAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	Outras Unidades e Medidas	1,00	56.763,00
Função: 15 - Urbanismo		**Subfunção:** 813 - Lazer			
Descrição:					
	Produto	Outros Produtos			
Total do Programa:					56.763,00
Programa: 0026 - SERVICOS FUNERARIOS					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
1003	Projeto	Ampliar e/ou remodelar o cemitério municipal.	Metros Quadrados	1,00	47.700,00
Função: 04 - Administração		**Subfunção:** 122 - Administração Geral			
Descrição:					
	Produto	Obra Contruída/Ampliada			
MUNICIPIO DE FENIX					
Estado do PR					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
Exercício: 2027					
2080	Atividade	manutençao do cemiterio municipal	Pessoas	1,00	148.400,00
Função: 04 - Administração		**Subfunção:** 122 - Administração Geral			
Descrição:					
	Produto	Pessoas Atendidas			
Total do Programa:					196.100,00
Programa: 0028 - SERVICOS DE UTILIDADES PUBLICA					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
2012	Atividade	Manter as atividades do setor de urbanismo e serviços rodoviários.	Outras Unidades e Medidas	1,00	3.354.778,00
Função: 04 - Administração		**Subfunção:** 122 - Administração Geral			
Descrição:					

	Produto	Apoio Administrativo			
2041	Atividade - Resíduos Coletar, armazenar, separar, reciclar e dar as devidas destinações aos resíduos sólidos.	Sólidos	Pessoas	1,00	98.156,00
Função:	18 - Gestão Ambiental	**Subfunção:** 541 - Preservação e Conservação Ambiental			
Descrição:					
	Produto	Pessoas Atendidas			
2074	Atividade	AÇÕES ESTRUTURANTES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - (FNS)	Outras Unidades e Medidas	1,00	211.040,00
Função:	10 - Saúde	**Subfunção:** 304 - Vigilância Sanitária			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
2094	Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL	Outras Unidades e Medidas	0,00	36.570,00
Função:	06 - Segurança Pública	**Subfunção:** 182 - Defesa Civil			
Descrição: MANTER AS ATIVIDADES DE TREINAMENTOS, CAPACITAÇÃO E VIGILANCIA DA DEFESA CIVIL					
	Produto	Apoio Administrativo			
Total do Programa:					3.700.544,00
MUNICIPIO DE FENIX					
Estado do PR					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
Exercício: 2027					
Programa: 0032 - OBRAS DE GALERIAS PLUVIAIS					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
1005	Projeto	Construção de Galerias de Águas Pluviais	Unidade	3.000,00	10.600,00
Função: 15 - Urbanismo		**Subfunção:** 451 - Infra-Estrutura Urbana			
Descrição:					
	Produto	Galerias de Águas Pluviais			
Total do Programa:					10.600,00
Programa: 0033 - PROTECAO AO MEIO AMBIENTE					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
1016	Projeto - Resíduos Sólidos	Implantação de Aterro Sanitário	Unidade	1,00	100.700,00
Função: 18 - Gestão Ambiental		**Subfunção:** 541 - Preservação e Conservação Ambiental			
Descrição:					
	Produto	Aterro Sanitário			
1065	Projeto	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAL - IMPLANTAÇÃO DE ESTAÇÃO ECOLÓGICA	Alqueires Paulista	1,00	159.000,00
Função: 18 - Gestão Ambiental		**Subfunção:** 541 - Preservação e Conservação Ambiental			
Descrição:					
	Produto	Terrenos/Lotes Adquiridos			
2019	Atividade	Desenvolver ações voltadas a aumentar a área de proteção e preservação do meio ambiente.	Outras Unidades e Medidas	1,00	325.420,00
Função: 18 - Gestão Ambiental		**Subfunção:** 541 - Preservação e Conservação Ambiental			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
Total do Programa:					585.120,00
Programa: 0039 - INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
MUNICIPIO DE FENIX					
Estado do PR					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
Exercício: 2027					
2060	Atividade	Apoiar e incentivar a implantação de industria e estimular o desenvolvimento do comércio e serviços em geral.	Outras Unidades e Medidas	1,00	1.285.780,00
Função: 22 - Indústria		**Subfunção:** 661 - Promoção Industrial			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
Total do Programa:					1.285.780,00
Programa: 0041 - VIAS PUBLICAS					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
1008	Projeto	Calçamento com Pedra Irregular em Vias Urbanas	Metros Quadrados	1,00	478.060,00
Função: 26 - Transporte		**Subfunção:** 782 - Transporte Rodoviário			
Descrição:					

	Produto	Pavimentação de Vias			
1009	Projeto	Construção de meio-fio, calçadas e muros.	Metros Quadrados	600,00	21.200,00
Função: 15 - Urbanismo		**Subfunção:** 451 - Infra-Estrutura Urbana			
Descrição:					
	Produto	Obra Contruída/Ampliada			
1010	Projeto	Adquirir máquinas e equipamentos rodoviários	Outras Unidades e Medidas	1,00	53.000,00
Função:	26 - Transporte	**Subfunção:** 782 - Transporte Rodoviário			
Descrição:					
	Produto	Outros Produtos			
1011	Projeto	Construção, Ampliação e Manutenção de Pontes e Bueiros	Metros Quadrados	1,00	51.304,00
Função: 26 - Transporte		**Subfunção:** 782 - Transporte Rodoviário			
Descrição:					
	Produto	Obra Contruída/Ampliada			
Total do Programa:					603.564,00
MUNICIPIO DE FENIX					
Estado do PR					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
Exercício: 2027					
Programa: 0043 - PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
1046	Projeto	Construção de Muro no Estádio Municipal e Reforma da Quadras de Esportes	Metros Quadrados	1,00	10.600,00
Função: 27 - Desporto e Lazer		**Subfunção:** 813 - Lazer			
Descrição:					
	Produto	Obra Contruída/Ampliada			
Total do Programa:					10.600,00
Programa: 0044 - ATIVIDADES DE LAZER					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
2058	Atividade	Incentivar e Promover atividades esportivas no Município.	Outras Unidades e Medidas	1,00	413.400,00
Função: 27 - Desporto e Lazer		**Subfunção:** 813 - Lazer			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
Total do Programa:					413.400,00
Programa: 0045 - PROMOÇÃO DO TURISMONO MUNICÍPIO					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
2043	Atividade	Manutenção e Encargos da Divisão de Serviços ao Turismo	Outras Unidades e Medidas	1,00	329.660,00
Função: 27 - Desporto e Lazer		**Subfunção:** 813 - Lazer			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
Total do Programa:					329.660,00
Programa: 0046 - REFINANCIAMENTO DE DIVIDAS					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
MUNICIPIO DE FENIX					
Estado do PR					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
Exercício: 2027					
2007	Atividade	Amortização e Encargos da Dívida Interna e Precatórios.	Outras Unidades e Medidas	1,00	2.703.000,00
Função: 28 - Encargos Especiais		**Subfunção:** 843 - Serviço da Dívida Interna			
Descrição:					
	Produto	Outros Produtos			
Total do Programa:					2.703.000,00
Programa: 0050 - PROGRAMA FORMACAO PATRIMONIO SERVIDO PUBLICO					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
2024	Atividade	Contribuição para Formação do PASEP	Outras Unidades e Medidas	1,00	439.370,00
Função: 28 - Encargos Especiais		**Subfunção:** 846 - Outros Encargos Especiais			
Descrição:					
	Produto	Outros Produtos			
Total do Programa:					439.370,00
Programa: 0052 - PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMILIA					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**

6001	Atividades -	ATENDER AS FAMILIAS EM RISCO SOCIAL ECA/FMDCA	Pessoas	1,00	23.320,00
Função: 08 - Assistência Social		**Subfunção:** 244 - Assistência Comunitária			
Descrição:					
	Produto	Pessoas Atendidas			
6002	Atividades - ECA/FMDCA	ATENDER AS CRIANÇAS E OS IDOSOS DAS FAMILIAS ASSISTIDAS PELO BOLSA FAMILIA	Outras Unidades e Medidas	1,00	112.360,00
Função: 08 - Assistência Social		**Subfunção:** 244 - Assistência Comunitária			
Descrição:					
	Produto	Outros Produtos			
MUNICIPIO DE FENIX					
Estado do PR					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
Exercício: 2027					
6003	Atividades - ECA/FMDCA	ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL	Pessoas	1,00	89.358,00
Função: 08 - Assistência Social		**Subfunção:** 244 - Assistência Comunitária			
Descrição:					
	Produto	Crianças Atendidas			
Total do Programa:					225.038,00
Programa: 0055 - ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
5001	Projeto - ECA/FMDCA	MANUTENCÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Outras Unidades e Medidas	1,00	38.160,00
Função: 08 - Assistência Social		**Subfunção:** 243 - Assistência à Criança a ao Adolescente			
Descrição:					
	Produto	Apoio Administrativo			
6006	Projeto -	CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DRº HUGO DEHE - ABEDH ECA/FMDCA	Outras Unidades e Medidas	1,00	106.000,00
Função: 08 - Assistência Social		**Subfunção:** 243 - Assistência à Criança a ao Adolescente			
Descrição:					
	Produto	Outros Produtos			
Total do Programa:					144.160,00
Programa: 0057 - READEQUAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
1061	Projeto	READEQUAÇÃO DE ESTRADAS RUAIS CONFORME TERMO DE CONVENIO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO Nº	Metros Quadrados	6,00	286.200,00
Função: 26 - Transporte 737038/2010			**Subfunção:** 782 - Transporte Rodoviário		
Descrição:					
	Produto	Restauração de Estradas Vicinais			
Total do Programa:					286.200,00
MUNICIPIO DE FENIX					
Estado do PR					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS					
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES					
Exercício: 2027					
Programa: 0099 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Código	**Tipo**	**Nome da Ação**	**Unidade de Medida**	**Meta Quantitativa**	**Valor**
2099	Atividade	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Outras Unidades e Medidas	1,00	402.800,00
Função: 99 - Reserva de Contingência		**Subfunção:** 999 - Reserva de Contingência geral			
Descrição:					
	Produto	Outros Produtos			
2100	Atividade	Emendas Individuais Impositivas - Art. 87 da Lei Orgânica do Município de Fênix.	Outras Unidades e Medidas	0,00	479.544,00
Função: 99 - Reserva de Contingência		**Subfunção:** 999 - Reserva de Contingência geral			
Descrição:					
	Produto	Outros Produtos			
Total do Programa:					882.344,00
Total Geral:					**40.300.000,00**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE FENIX 05/08/2026 - 17:14:03					
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR			***ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS***	***CÁSSIO BRESSAN TONIELLO***	
Prefeito			Contador	Tesoureiro	

MUNICIPIO DE FENIX										
Estado do PR										
Resumo das Ações por Função e Subfunção										
2026 / 2029 - LDO 2027										
FUNÇÃO	**VALOR**	**VALOR**	**VALOR**	**VALOR**	**VALOR**	**METAFÍSICA**	**METAFÍSICA**	**METAFÍSICA**	**METAFÍSICA**	**METAFÍSICA**
SUBFUNÇÃO	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
01 - Legislativa	**1.969.320,00**	**2.087.479,20**	**2.212.727,95**	**2.345.491,62**	**8.615.018,77**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
031 - Ação Legislativa	1.969.320,00	2.087.479,20	2.212.727,95	2.345.491,62	8.615.018,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 - Judiciária	**99.966,00**	**105.963,96**	**112.321,80**	**119.061,11**	**437.312,87**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**4,00**
061 - Ação Judiciária	99.966,00	105.963,96	112.321,80	119.061,11	437.312,87	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
04 - Administração	**8.145.166,66**	**8.912.434,00**	**9.436.892,64**	**10.240.419,04**	**36.734.912,34**	**9,00**	**9,00**	**9,00**	**9,00**	**36,00**
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	119.400,00	126.564,00	134.157,84	142.207,32	522.329,16	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
122 - Administração Geral	6.602.166,66	7.276.854,00	7.703.177,84	8.402.681,34	29.984.879,84	6,00	6,00	6,00	6,00	24,00
124 - Controle Externo	1.192.000,00	1.263.520,00	1.339.331,20	1.419.691,07	5.214.542,27	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
125 - Normatização e Fiscalização	231.600,00	245.496,00	260.225,76	275.839,31	1.013.161,07	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
05 - Defesa Nacional	**73.000,00**	**77.380,00**	**82.022,80**	**86.944,17**	**319.346,97**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**4,00**
153 - Defesa Terrestre	73.000,00	77.380,00	82.022,80	86.944,17	319.346,97	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
06 - Segurança Pública	**34.500,00**	**36.570,00**	**38.764,20**	**41.090,06**	**150.924,26**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
182 - Defesa Civil	34.500,00	36.570,00	38.764,20	41.090,06	150.924,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 - Assistência Social	**1.705.066,66**	**1.754.088,00**	**1.859.333,28**	**1.970.893,29**	**7.289.381,23**	**23,00**	**19,00**	**28,00**	**29,00**	**99,00**
241 - Assistência à Pessoa Idosa	146.266,66	101.760,00	107.865,60	114.337,54	470.229,80	1,00	1,00	0,00	0,00	2,00
243 - Assistência à Criança a ao Adolescente	340.000,00	360.400,00	382.024,00	404.945,45	1.487.369,45	3,00	2,00	2,00	2,00	9,00
244 - Assistência Comunitária	1.193.800,00	1.265.428,00	1.341.353,68	1.421.834,90	5.222.416,58	19,00	16,00	26,00	27,00	88,00
245 - Serviços Socioassistenciais	25.000,00	26.500,00	28.090,00	29.775,40	109.365,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 - Saúde	**8.222.900,03**	**8.370.162,00**	**8.869.479,72**	**9.401.906,10**	**34.864.447,85**	**11,00**	**11,00**	**11,00**	**11,00**	**44,00**
301 - Atenção Básica	5.611.200,00	5.863.832,00	6.213.569,92	6.587.141,70	24.275.743,62	6,00	6,00	6,00	6,00	24,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.142.433,31	1.024.490,00	1.085.959,40	1.151.116,97	4.403.999,68	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	1.013.266,72	1.020.780,00	1.082.026,80	1.146.948,41	4.263.021,93	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
304 - Vigilância Sanitária	209.000,00	211.040,00	223.742,40	237.146,94	880.929,34	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
305 - Vigilância Epidemiológica	247.000,00	250.020,00	264.181,20	279.552,08	1.040.753,28	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
12 - Educação	**9.480.530,65**	**9.890.855,84**	**10.479.487,19**	**11.108.685,74**	**40.959.559,42**	**17,00**	**496,00**	**16,00**	**15,00**	**544,00**
306 - Alimentação e Nutrição	437.000,00	463.220,00	491.013,20	520.473,99	1.911.707,19	5,00	4,00	4,00	3,00	16,00
361 - Ensino Fundamental	6.138.298,00	6.672.095,88	7.067.601,63	7.492.087,02	27.370.082,53	6,00	286,00	6,00	6,00	304,00
364 - Ensino Superior	225.399,99	159.000,00	168.540,00	178.652,40	731.592,39	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
365 - Educação Infantil	2.379.566,00	2.331.539,96	2.471.432,36	2.619.718,33	9.802.256,65	4,00	204,00	4,00	4,00	216,00
367 - Educação Especial	300.266,66	265.000,00	280.900,00	297.754,00	1.143.920,66	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
13 - Cultura	**107.000,00**	**113.420,00**	**120.225,20**	**127.438,71**	**468.083,91**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**4,00**
MUNICIPIO DE FENIX										
Estado do PR										
Resumo das Ações por Função e Subfunção										
2026 / 2029 - LDO 2027										
FUNÇÃO	**VALOR**	**VALOR**	**VALOR**	**VALOR**	**VALOR**	**METAFÍSICA**	**METAFÍSICA**	**METAFÍSICA**	**METAFÍSICA**	**METAFÍSICA**
SUBFUNÇÃO	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**TOTAL**
392 - Difusão Cultural	107.000,00	113.420,00	120.225,20	127.438,71	468.083,91	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
15 - Urbanismo	**581.050,00**	**615.913,00**	**652.867,18**	**692.039,44**	**2.541.869,62**	**3.603,00**	**3.603,00**	**3.603,00**	**3.603,00**	**14.412,00**
451 - Infra-Estrutura Urbana	80.000,00	84.800,00	89.888,00	95.281,28	349.969,28	3.601,00	3.601,00	3.601,00	3.601,00	14.404,00
452 - Serviços Urbanos	447.500,00	474.350,00	502.810,40	532.979,26	1.957.639,66	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
813 - Lazer	53.550,00	56.763,00	60.168,78	63.778,90	234.260,68	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
16 - Habitação	**180.000,00**	**10.600,00**	**11.236,00**	**11.910,16**	**213.746,16**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**4,00**
482 - Habitação Urbana	180.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16	213.746,16	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
18 - Gestão Ambiental	**644.600,00**	**683.276,00**	**724.272,56**	**767.728,91**	**2.819.877,47**	**4,00**	**4,00**	**4,00**	**4,00**	**16,00**
541 - Preservação e Conservação Ambiental	644.600,00	683.276,00	724.272,56	767.728,91	2.819.877,47	4,00	4,00	4,00	4,00	16,00
20 - Agricultura	**518.000,00**	**549.080,00**	**582.024,80**	**616.946,29**	**2.266.051,09**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**4,00**
605 - Abastecimento	518.000,00	549.080,00	582.024,80	616.946,29	2.266.051,09	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
22 - Indústria	**1.213.000,00**	**1.285.780,00**	**1.362.926,80**	**1.444.702,41**	**5.306.409,21**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**4,00**
661 - Promoção Industrial	1.213.000,00	1.285.780,00	1.362.926,80	1.444.702,41	5.306.409,21	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
26 - Transporte	**970.400,00**	**1.028.624,00**	**1.090.341,44**	**1.155.761,93**	**4.245.127,37**	**5.009,00**	**10,00**	**10,00**	**10,00**	**5.039,00**
782 - Transporte Rodoviário	970.400,00	1.028.624,00	1.090.341,44	1.155.761,93	4.245.127,37	5.009,00	10,00	10,00	10,00	5.039,00
27 - Desporto e Lazer	**711.000,00**	**753.660,00**	**798.879,60**	**846.812,38**	**3.110.351,98**	**3,00**	**3,00**	**3,00**	**3,00**	**12,00**
813 - Lazer	711.000,00	753.660,00	798.879,60	846.812,38	3.110.351,98	3,00	3,00	3,00	3,00	12,00
28 - Encargos Especiais	**2.964.500,00**	**3.142.370,00**	**3.330.912,20**	**3.530.766,92**	**12.968.549,12**	**2,00**	**2,00**	**2,00**	**2,00**	**8,00**

843 - Serviço da Dívida Interna	2.550.000,00	2.703.000,00	2.865.180,00	3.037.090,80	11.155.270,80	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
846 - Outros Encargos Especiais	414.500,00	439.370,00	465.732,20	493.676,12	1.813.278,32	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
99 - Reserva de Contingência	**380.000,00**	**882.344,00**	**935.284,64**	**991.401,72**	**3.189.030,36**	**10,00**	**1,00**	**10,00**	**10,00**	**31,00**
999 - Reserva de Contingência geral	380.000,00	882.344,00	935.284,64	991.401,72	3.189.030,36	10,00	1,00	10,00	10,00	31,00
VALOR TOTAL	**38.000.000,00**	**40.300.000,00**	**42.700.000,00**	**45.500.000,00**	**166.500.000,00**	**8.697,00**	**4.164,00**	**3.702,00**	**3.702,00**	**20.265,00**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE FENIX 05/08/2026 - 17:15:36										

MUNICIPIO DE FENIX
Estado do PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
Exercício: 2027

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4°, § 1°) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%PIB (a/PIB) x 100	%RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	%PIB (b/PIB) x 100	%RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	%PIB (c/PIB) x 100	%RCL (c/RCL) x 100
Receita Total (Exceto Fontes RPPS)	40.300.000,00	38.813.445,05	0,00	0,00	42.700.000,00	39.784.188,57	0,00	0,00	45.500.000,00	40.959.408,53	0,00	0,00
Receitas Primárias (Exceto Fontes RPPS) (I)	40.300.000,00	38.813.445,05	0,00	0,00	42.700.000,00	39.784.188,57	0,00	0,00	45.500.000,00	40.959.408,53	0,00	0,00
Receitas Primárias Correntes	40.200.000,00	38.717.133,78	0,00	0,00	42.600.000,00	39.691.017,17	0,00	0,00	45.150.000,00	40.644.336,15	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.315.600,00	2.230.183,95	0,00	0,00	2.435.256,00	2.268.962,15	0,00	0,00	2.583.088,55	2.325.313,83	0,00	0,00
Transferências Correntes	37.206.000,00	35.833.574,11	0,00	0,00	39.438.360,00	36.745.272,86	0,00	0,00	41.804.661,60	37.632.839,84	0,00	0,00
Demais Receitas Primárias Correntes	678.400,00	653.375,71	0,00	0,00	726.384,00	676.782,16	0,00	0,00	762.249,85	686.182,48	0,00	0,00
Receitas Primárias de Capital	100.000,00	96.311,28	0,00	0,00	100.000,00	93.171,40	0,00	0,00	350.000,00	315.072,37	0,00	0,00
Despesa Total (Exceto Fontes RPPS)	32.152.044,92	30.966.045,38	0,00	0,00	34.067.987,62	31.741.621,63	0,00	0,00	36.349.637,59	32.722.190,24	0,00	0,00
Despesas Primárias (Exceto Fontes RPPS) (II)	29.626.700,92	28.533.854,30	0,00	0,00	31.391.122,98	29.247.549,32	0,00	0,00	33.512.161,07	30.167.874,63	0,00	0,00
Despesas Primárias Correntes	28.463.609,96	27.413.666,53	0,00	0,00	30.164.246,56	28.104.451,37	0,00	0,00	31.967.672,05	28.777.515,14	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	12.477.302,66	12.017.049,66	0,00	0,00	13.223.048,82	12.320.099,95	0,00	0,00	14.016.689,36	12.617.918,81	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	15.986.307,30	15.396.616,87	0,00	0,00	16.941.197,74	15.784.351,42	0,00	0,00	17.950.982,69	16.159.596,34	0,00	0,00
Despesa Primária de Capital	1.163.090,96	1.120.187,77	0,00	0,00	1.226.876,42	1.143.097,96	0,00	0,00	1.544.489,02	1.390.359,49	0,00	0,00
Pagamento de Restos a pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Total (Com Fontes RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (Com Fontes RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (Com Fontes RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (Com Fontes RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (Sem RPPS) - Acima da Linha (V) = (I-II)	10.673.299,08	10.279.590,75	0,00	0,00	11.308.877,02	10.536.639,25	0,00	0,00	11.987.838,93	10.791.533,89	0,00	0,00
Resultado Primário (Com RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III-IV)	10.673.299,08	10.279.590,75	0,00	0,00	11.308.877,02	10.536.639,25	0,00	0,00	11.987.838,93	10.791.533,89	0,00	0,00
Juros e Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE FENIX
Estado do PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
Exercício: 2027

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4°, § 1°) — R$ 1,00

VARIÁVEIS	2027	2028	2029
Taxa de Câmbio	5,45	5,50	5,50

Taxa real de juro implícito sobre a dívida do Governo (média % anual)	10,00	10,00	9,75
Projeção do PIB do Estado	0,00	0,00	0,00
PIB real (crescimento % anual)	2,00	2,30	2,50
PARÂMETROS	**2027**	**2028**	**2029**
RCL - Receita Corrente Líquida	0,00	0,00	0,00
PIB - Produto Interno Bruto	0,00	0,00	0,00
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS***	***CÁSSIO BRESSAN TONIELLO***	
Prefeito	Contador	Tesoureiro	

MUNICIPIO DE FENIX
Estado do PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
Exercício: 2027

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2025	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2025	% PIB	% RCL	VARIAÇÃO	
							Valor	%
Receita Total (Exceto Fontes RPPS)	30.100.000,00	0,00	0,00	46.488.761,03	0,00	0,00	16.388.761,03	54,45
Receitas Primárias (Exceto Fontes RPPS) (I)	30.100.000,00	0,00	0,00	44.977.006,96	0,00	0,00	14.877.006,96	49,43
Receitas Primárias Correntes	29.978.449,38	0,00	0,00	40.285.444,22	0,00	0,00	10.306.994,84	34,38
Impostos, Taxas e Contribuições de	1.555.747,33	0,00	0,00	2.863.040,74	0,00	0,00	1.307.293,41	84,03
Melhoria								
Transferências Correntes	27.781.419,80	0,00	0,00	36.717.957,60	0,00	0,00	8.936.537,80	32,17
Demais Receitas Primárias Correntes	641.282,25	0,00	0,00	704.445,88	0,00	0,00	63.163,63	9,85
Receitas Primárias de Capital	121.550,62	0,00	0,00	4.691.562,74	0,00	0,00	4.570.012,12	3.759,76
Despesa Total (Exceto Fontes RPPS)	30.100.000,00	0,00	0,00	42.226.805,20	0,00	0,00	12.126.805,20	40,29
Despesas Primárias (Exceto Fontes	28.150.215,51	0,00	0,00	40.400.694,06	0,00	0,00	12.250.478,55	43,52
RPPS) (II)								
Despesas Primárias Correntes	26.850.254,79	0,00	0,00	35.428.206,54	0,00	0,00	8.577.951,75	31,95
Pessoal e Encargos Sociais	13.883.484,70	0,00	0,00	18.789.631,34	0,00	0,00	4.906.146,64	35,34
Outras Despesas Correntes	12.966.770,09	0,00	0,00	16.638.575,20	0,00	0,00	3.671.805,11	28,32
Despesa Primária de Capital	1.299.960,72	0,00	0,00	4.972.487,52	0,00	0,00	3.672.526,80	282,51
Pagamento de Restos a pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Total (Com Fontes RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (Com Fontes RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (Com Fontes RPPS)	0,00	0,00	0,00	141.925,34	0,00	0,00	141.925,34	0,00
Despesas Primárias (Com Fontes RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	141.925,34	0,00	0,00	141.925,34	0,00
Resultado Primário (Sem RPPS) - Acima da Linha (V) = (I-II)	1.949.784,49	0,00	0,00	4.576.312,90	0,00	0,00	2.626.528,41	134,71
Resultado Primário (Com RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III-IV)	1.949.784,49	0,00	0,00	4.434.387,56	0,00	0,00	2.484.603,07	127,43
Juros e Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE FENIX
Estado do PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
Exercício: 2027

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2025	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2025	% PIB	% RCL	VARIAÇÃO	
							Valor	%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Parâmetros	Valor Previsto em 2025	Valor Realizado em 2025
PIb Nominal	784.677.000.000,00	784.677.000.000,00
RCL - Receita Corrente Líquida	0,00	0,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável null 05/08/2026 - 17:16:26

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS***	***CÁSSIO BRESSAN TONIELLO***
Prefeito	Contador	Tesoureiro

MUNICIPIO DE FENIX											
Estado do PR											
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS											
ANEXO DE METAS FISCAIS											
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES											
Exercício: 2027											
LRF - Demonstrativo 3 (LRF, art, 4°, §2°, inciso II)											R$ 1,00
VALORES A PREÇOS CORRENTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Juros e Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Demais Receitas Primárias Correntes	594.917,87	614.843,96	3,00	640.000,00	4,00	653.375,71	2,00	676.782,16	3,00	686.182,48	1,00
LRF - Demonstrativo 3 (LRF, art, 4°, §2°, inciso II)											R$ 1,00
VALORES A PREÇOS CORRENTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Resultado Primário (Sem RPPS) - Acima da Linha (V) = (I-II)	1.305.572,98	1.949.784,49	49,00	1.930.000,00	-1,00	10.673.299,08	453,00	11.308.877,02	5,00	11.987.838,93	6,00
VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Despesas Primárias Correntes	22.707.279,74	24.359.189,64	7,00	32.692.082,67	34,00	27.413.666,53	-16,00	28.104.451,37	2,00	28.777.515,14	2,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (Exceto Fontes RPPS) (I)	26.514.436,64	28.859.060,40	8,00	38.000.000,00	31,00	38.813.445,05	2,00	39.784.188,57	2,00	40.959.408,53	2,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.373.589,51	1.491.608,18	8,00	1.960.000,00	31,00	2.230.183,95	13,00	2.268.962,15	1,00	2.325.313,83	2,00
Receita Total (Exceto Fontes RPPS)	26.514.436,64	28.859.060,40	8,00	38.000.000,00	31,00	38.813.445,05	2,00	39.784.188,57	2,00	40.959.408,53	2,00
Resultado Primário (Com RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III-IV)	2.682.321,99	3.469.227,70	29,00	3.899.320,00	12,00	10.279.590,75	163,00	10.536.639,25	2,00	10.791.533,89	2,00
MUNICIPIO DE FENIX											
Estado do PR											
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS											
ANEXO DE METAS FISCAIS											
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES											
Exercício: 2027											
LRF - Demonstrativo 3 (LRF, art, 4°, §2°, inciso II)											R$ 1,00
VALORES A PREÇOS CORRENTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Receitas Primárias Correntes	28.589.668,10	29.978.449,38	4,00	37.700.000,00	25,00	40.200.000,00	6,00	42.600.000,00	5,00	45.150.000,00	5,00
VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	12.942.850,30	13.356.918,79	3,00	17.255.901,00	29,00	12.017.049,66	-30,00	12.320.099,95	2,00	12.617.918,81	2,00
LRF - Demonstrativo 3 (LRF, art, 4°, §2°, inciso II)											R$ 1,00
VALORES A PREÇOS CORRENTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Despesas Primárias Correntes	26.154.573,09	26.850.254,79	2,00	34.576.402,67	28,00	28.463.609,96	-17,00	30.164.246,56	5,00	31.967.672,05	5,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Receitas Primárias de Capital	106.926,72	116.539,42	8,00	300.000,00	157,00	96.311,28	-67,00	93.171,40	-3,00	315.072,37	238,00
LRF - Demonstrativo 3 (LRF, art, 4°, §2°, inciso II)											R$ 1,00
VALORES A PREÇOS CORRENTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
MUNICIPIO DE FENIX											
Estado do PR											
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS											
ANEXO DE METAS FISCAIS											
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES											

Exercício: 2027											
Despesa Total (Com Fontes RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LRF - Demonstrativo 3 (LRF, art, 4°, §2°, inciso II)											R$ 1,00
VALORES A PREÇOS CORRENTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Despesas Primárias (Com Fontes RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Despesa Primária de Capital	1.152.334,92	1.255.643,07	8,00	1.493.597,33	18,00	1.120.187,77	-25,00	1.143.097,96	2,00	1.390.359,49	21,00
Despesas Primárias (Exceto Fontes RPPS) (II)	23.832.114,66	25.389.832,70	6,00	34.100.680,00	34,00	28.533.854,30	-16,00	29.247.549,32	2,00	30.167.874,63	3,00
LRF - Demonstrativo 3 (LRF, art, 4°, §2°, inciso II)											R$ 1,00
VALORES A PREÇOS CORRENTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Pagamento de Restos a pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Receitas Primárias Correntes	26.407.509,92	28.742.520,98	8,00	37.700.000,00	31,00	38.717.133,78	2,00	39.691.017,17	2,00	40.644.336,15	2,00
Receita Total (Com Fontes RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LRF - Demonstrativo 3 (LRF, art, 4°, §2°, inciso II)											R$ 1,00
VALORES A PREÇOS CORRENTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Outras Despesas Correntes	12.236.120,15	12.966.770,09	5,00	17.320.501,67	33,00	15.986.307,30	-7,00	16.941.197,74	5,00	17.950.982,69	5,00
MUNICIPIO DE FENIX											
Estado do PR											
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS											
ANEXO DE METAS FISCAIS											
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES											
Exercício: 2027											
VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Receitas Primárias (Com Fontes RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	24.439.002,54	26.636.068,84	8,00	35.100.000,00	31,00	35.833.574,11	2,00	36.745.272,86	2,00	37.632.839,84	2,00
LRF - Demonstrativo 3 (LRF, art, 4°, §2°, inciso II)											R$ 1,00
VALORES A PREÇOS CORRENTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Receitas Primárias (Exceto Fontes RPPS) (I)	28.705.430,60	30.100.000,00	4,00	38.000.000,00	26,00	40.300.000,00	6,00	42.700.000,00	5,00	45.500.000,00	6,00
Receita Total (Exceto Fontes RPPS)	28.705.430,60	30.100.000,00	4,00	38.000.000,00	26,00	40.300.000,00	6,00	42.700.000,00	5,00	45.500.000,00	6,00
Resultado Primário (Com RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III-IV)	1.305.572,98	1.949.784,49	49,00	1.930.000,00	-1,00	10.673.299,08	453,00	11.308.877,02	5,00	11.987.838,93	6,00
VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Outras Despesas Correntes	11.335.329,44	12.445.890,84	9,00	17.320.501,67	39,00	15.396.616,87	-11,00	15.784.351,42	2,00	16.159.596,34	2,00
Pagamento de Restos a pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LRF - Demonstrativo 3 (LRF, art, 4°, §2°, inciso II)											R$ 1,00
VALORES A PREÇOS CORRENTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (Exceto Fontes RPPS)	28.700.000,00	30.100.000,00	4,00	38.000.000,00	26,00	32.152.044,92	-15,00	34.067.987,62	5,00	36.349.637,59	6,00
Despesa Primária de Capital	1.245.284,53	1.299.960,72	4,00	1.493.597,33	14,00	1.163.090,96	-22,00	1.226.876,42	5,00	1.544.489,02	25,00
Receitas Primárias de Capital	115.762,50	121.550,62	5,00	300.000,00	146,00	100.000,00	-66,00	100.000,00	0,00	350.000,00	250,00
Demais Receitas Primárias Correntes	644.078,31	641.282,25	0,00	640.000,00	0,00	678.400,00	6,00	726.384,00	7,00	762.249,85	4,00
MUNICIPIO DE FENIX											
Estado do PR											
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS											
ANEXO DE METAS FISCAIS											
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES											
Exercício: 2027											
VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos e Variações Monetárias Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(Exceto RPPS)											
LRF - Demonstrativo 3 (LRF, art, 4°, §2°, inciso II)											R$ 1,00
VALORES A PREÇOS CORRENTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Receita Total (Com Fontes RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Resultado Primário (Sem RPPS) - Acima da Linha (V) = (I-II)	2.682.321,99	3.469.227,70	29,00	3.899.320,00	12,00	10.279.590,75	163,00	10.536.639,25	2,00	10.791.533,89	2,00
LRF - Demonstrativo 3 (LRF, art, 4°, §2°, inciso II)											R$ 1,00
VALORES A PREÇOS CORRENTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Receitas Primárias (Com Fontes RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (Exceto Fontes RPPS) (II)	27.399.857,62	28.150.215,51	2,00	36.070.000,00	28,00	29.626.700,92	-17,00	31.391.122,98	5,00	33.512.161,07	6,00
Juros e Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	26.458.495,08	27.781.419,80	5,00	35.100.000,00	26,00	37.206.000,00	6,00	39.438.360,00	6,00	41.804.661,60	6,00
VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Juros e Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MUNICIPIO DE FENIX											
Estado do PR											
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS											
ANEXO DE METAS FISCAIS											
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES											
Exercício: 2027											
LRF - Demonstrativo 3 (LRF, art, 4°, §2°, inciso II)											R$ 1,00
VALORES A PREÇOS CORRENTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Despesa Total (Com Fontes RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Despesas Primárias (Com Fontes RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LRF - Demonstrativo 3 (LRF, art, 4°, §2°, inciso II)											R$ 1,00
VALORES A PREÇOS CORRENTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.487.094,71	1.555.747,33	4,00	1.960.000,00	25,00	2.315.600,00	18,00	2.435.256,00	5,00	2.583.088,55	6,00
Pessoal e Encargos Sociais	13.918.452,94	13.883.484,70	0,00	17.255.901,00	24,00	12.477.302,66	-27,00	13.223.048,82	5,00	14.016.689,36	6,00
VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
ESPECIFICAÇÃO	**2024**	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Despesa Total (Exceto Fontes RPPS)	26.631.421,32	28.927.852,98	8,00	38.000.000,00	31,00	30.966.045,38	-18,00	31.741.621,63	2,00	32.722.190,24	3,00
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR				***ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS***				***CÁSSIO BRESSAN TONIELLO***			
Prefeito				Contador				Tesoureiro			

MUNICIPIO DE FENIX						
Estado do PR						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Exercício: 2027						
AMF - Demonstrativo 4(LRF, art.4º, § 2º, inciso III)						R$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio / Capital	78.559.245,05	52,10	67.440.403,23	52,57	60.145.367,64	52,66
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	72.234.279,29	47,90	60.854.749,99	47,43	54.063.754,53	47,34
TOTAL	150.793.524,34	100,00	128.295.153,22	100,00	114.209.122,17	100,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR			***ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS***			
Prefeito			Contador			
CÁSSIO BRESSAN TONIELLO						
Tesoureiro						

MUNICIPIO DE FENIX			
Estado do PR			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Exercício: 2027			
AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, § 2º inciso III)			R$ 1,00
Receitas Realizadas	**2025 (a)**	**2024 (b)**	**2023 (c)**
Receita de Capital - Alienação de Ativos (I)	34.736,89	252.913,98	33.606,81
Alienação de Bens Móveis	0,00	241.924,07	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	34.736,89	10.989,91	33.606,81
Despesas Executadas	**2025 (d)**	**2024 (e)**	**2023 (f)**
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos (II)	35.352,92	48.661,70	309.634,60
Despesas de Capital	35.352,92	48.661,70	309.634,60
Investimentos	35.352,92	48.661,70	309.634,60
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Saldo Financeiro	**2025 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)**	**2024 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)**	**2023 (i) = (Ic - IIf)**
Valor (III)	-72.391,54	-71.775,51	-276.027,79
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS***		
Prefeito	Contador		
CÁSSIO BRESSAN TONIELLO			
Tesoureiro			

MUNICIPIO DE FENIX				
Estado do PR				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS				
Art°, § 2°, inciso II da LRF				
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS				
Exercício: 2027				
EXERCÍCIO	**Receitas Previdenciárias (a)**	**Despesas Previdenciárias (b)**	**Resultado Previdenciário (c) = (a - b)**	**Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)**
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR			***ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS***	
Prefeito			Contador	
CÁSSIO BRESSAN TONIELLO				
Tesoureiro				

MUNICIPIO DE FENIX						
Estado do PR						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA						
Exercício: 2027						
AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4° § 2°, inciso V)						R$ 1,00
TRIBUTO	**MODALIDADE**	**SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO**	**RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA**			**COMPENSAÇÃO**
			2027	**2028**	**2029**	
Contribuição de Melhoria	Outros Benefícios	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
IPTU	Alteração de Alíquota ou Modificação de	ATUALIZAÇÃO E REAVALIAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA E CORREÇÃO DE	85.000,00	90.000,00	110.000,00	ATUALIZAÇÃO E REAVALIAÇÃO DA PLANTA

	Base de Cálculo	ALÍQUOTA				GENÉRICA E CORREÇÃO DE ALÍQUOTA
ITBI	Outros Benefícios	ITBI	0,00	0,00	0,00	ITBI
ISS	Outros Benefícios	ADESÃO AO PORTAL NACIONAL DE TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO	50.000,00	85.000,00	130.000,00	COMBATE A SONEGAÇÃO FISCAL
Taxas	Outros Benefícios	TAXAS	0,00	0,00	0,00	TAXAS
COSIP	Outros Benefícios	COSIP	0,00	80.000,00	90.000,00	SUBTITUIÇÃO DAS LAMPADAS VAPOR DE SÓDIO POR LAMPADAS LED QUE EMITEM MENOS POLUENTES E GERAMENTE DE 50% A MAIS DE 75% ECONÔMICA.
Total			**135.000,00**	**255.000,00**	**330.000,00**	
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR		***ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS***	***CÁSSIO BRESSAN TONIELLO***			
Prefeito		Contador	Tesoureiro			

MUNICIPIO DE FENIX	
Estado do PR	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO	
Exercício: 2027	
AMF - Demonstrativo 8(LRF, art.4º, § 2º, inciso V)	R$ 1,00
EVENTOS	Valor Previsto para 2027
Aumento Permanente da Receita	920.000,00
(-) Transferências Constitucionais	290.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	320.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	310.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	370.000,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	680.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Liquída de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	680.000,00
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS***
Prefeito	Contador
CÁSSIO BRESSAN TONIELLO	
Tesoureiro	

MUNICIPIO DE FENIX			
Estado do PR			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE RISCOS FISCAIS			
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS			
Exercício: 2027			
ARF (LRF, art 4º, § 3º)			R$ 1,00
PASSIVOS CONTINGENTES		**PROVIDÊNCIAS**	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
PRECATÓRIOS DE PEQUENOS VALORES REQUISITÓRIOS E PARCELADOS	696.000,00	PRECATÓRIOS DE PEQUENOS VALORES REQUISITÓRIOS E PARCELADOS	6.960,00
Demandas Judiciais	0,00		0,00
Dívidas em Processo de Recolhimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Ajuste por remanejamento ou excesso de Arrecadação	250.000,00	Ajuste por remanejamento ou excesso de Arrecadação	250.000,00
RESERVA PARA UTILIZAÇÃO EM POSSÍVEIS CATASTROFES NATURAIS	350.000,00	RESERVA PARA UTILIZAÇÃO EM POSSÍVEIS CATASTROFES NATURAIS	350.000,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
Planejamento estratégico para solução de problemas causados por intempéres climáticas	270.000,00	Estudos técnicos e planejamento estratégico para solução de problemas climáticos	270.000,00
SUBTOTAL	**1.566.000,00**	**SUBTOTAL**	**876.960,00**
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		**PROVIDÊNCIAS**	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
INADIMPLENCIA NO PAGAMENTO DE IPTU	50.000,00	COBRANÇA ADMINISTRATIVA, PROTESTO E DEMANDAJUDICIAL	50.000,00
Frustração de Arrecadação	0,00		0,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00

SUBTOTAL	**50.000,00**	**SUBTOTAL**	**50.000,00**
TOTAL	**1.616.000,00**	**TOTAL**	**926.960,00**
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR		***ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS***	
Prefeito		Contador	
CÁSSIO BRESSAN TONIELLO			
Tesoureiro			

MUNICIPIO DE FENIX								
Estado do PR								
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS								
ANEXO DE METAS FISCAIS								
DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO								
Exercício: 2026								
Projeto Atividade	**Descrição**	**Unid. Medida**	**Previsão**		**Execução**		**Saldo a Executar**	
			Qtde.	**Valor**	**Qtde.**	**Valor**	**Qtde.**	**Valor**
	Total:							
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR			***ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS***			***CÁSSIO BRESSAN TONIELLO***		
Prefeito			Contador			Tesoureiro		

MUNICIPIO DE FENIX						
Estado do PR						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
Art°, § 2°, inciso II da LRF						
I - RECEITAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS						
Exercício: 2026						
						R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	**ARRECADADA**		**ORÇADA**	**PREVISÃO**		
	2023	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
Receitas Correntes: (a)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receitas de Capital (b)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública	Unidade Responsável MUNICIPIO DE FENIX					05/08/2026 - 17:23:10
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS***					***CÁSSIO BRESSAN TONIELLO***
Prefeito	Contador					Tesoureiro

Estado do PR	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
Art°, § 2°, inciso II da LRF	
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS	
Exercício: 2026	
METAS ANUAIS VALOR NOMINAL - R$ milhares	**VARIAÇÃO - %**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública	Unidade Responsável MUNICIPIO DE FENIX 05/08/2026 - 17:23:46
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS***
Prefeito	Contador
CÁSSIO BRESSAN TONIELLO	
Tesoureiro	

MUNICIPIO DE FENIX						
Estado do PR						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
Art 4° § 2°, inciso II da LRF						
II - DESPESAS						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS						
Exercício: 2027						
R$ 1,00						
ESPECIFICAÇÃO	**REALIZADA**		**ORÇADA**	**PREVISÃO**		
	2024	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
DESPESAS CORRENTES (I)	**35.656.271,73**	**35.800.387,04**	**34.876.402,67**	**30.778.989,16**	**32.586.750,63**	**34.569.232,11**

Pessoal e Encargos Sociais	15.093.795,87	18.771.284,91	17.255.901,00	13.880.742,66	14.710.695,22	15.593.594,55
Juros e Encargos da Dívida	335.779,32	444.025,32	300.000,00	318.000,00	337.080,00	357.304,80
Outras Despesas Correntes	20.226.696,54	16.585.076,81	17.320.501,67	16.580.246,50	17.538.975,41	18.618.332,76
DESPESAS DE CAPITAL (II)	**5.814.724,40**	**3.875.413,56**	**2.743.597,33**	**2.578.190,96**	**2.758.680,30**	**3.134.495,38**
Investimentos	4.659.869,79	2.493.327,74	1.493.597,33	1.253.190,96	1.354.180,30	1.645.725,38
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.154.854,61	1.382.085,82	1.250.000,00	1.325.000,00	1.404.500,00	1.488.770,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (III)	**0,00**	**0,00**	**380.000,00**	**882.344,00**	**935.284,64**	**991.401,72**
TOTAL	**41.470.996,13**	**39.675.800,60**	**38.000.000,00**	**34.239.524,12**	**36.280.715,57**	**38.695.129,21**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública	Unidade Responsável MUNICIPIO DE FENIX				05/08/2026 - 17:25:32	
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS***					
Prefeito	Contador					
CÁSSIO BRESSAN TONIELLO						
Tesoureiro						

MUNICIPIO DE FENIX		
Estado do PR		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
Art°, § 2°, inciso II da LRF		
II a - DESPESAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS		
Exercício: 2026		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
Metas Anuais	**Valor Nominal - R$**	**Variação %**
2024	16.579.835,32	0
2025	18.976.246,74	14,45
2026	0,00	-100
2027	0,00	0
2028	0,00	0
2029	0,00	0
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública	Unidade Responsável MUNICIPIO DE FENIX	05/08/2026 - 17:26:17
	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	
Metas Anuais	**Valor Nominal - R$**	**Variação %**
2024	338.550,00	0
2025	453.000,00	33,81
2026	0,00	-100
2027	0,00	0
2028	0,00	0
2029	0,00	0
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública	Unidade Responsável MUNICIPIO DE FENIX	05/08/2026 - 17:26:17
	INVERSÕES FINANCEIRAS	
Metas Anuais	**Valor Nominal - R$**	**Variação %**
2024	0,00	0
2025	0,00	0
2026	0,00	0
2027	0,00	0
2028	0,00	0
2029	0,00	0
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública	Unidade Responsável MUNICIPIO DE FENIX	05/08/2026 - 17:26:17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
Metas Anuais	**Valor Nominal - R$**	**Variação %**
2024	0,00	0
2025	0,00	0
2026	452.400,00	0
2027	479.544,00	6
2028	508.316,64	6

MUNICIPIO DE FENIX
Estado do PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art°, § 2°, inciso II da LRF		
II a - DESPESAS		
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS		
Exercício: 2026		
2029	538.815,64	6
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública	Unidade Responsável MUNICIPIO DE FENIX	05/08/2026 - 17:26:17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		
Metas Anuais	**Valor Nominal - R$**	**Variação %**
2024	1.155.550,00	0
2025	1.400.000,00	21,15
2026	0,00	-100
2027	0,00	0
2028	0,00	0
2029	0,00	0
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública	Unidade Responsável MUNICIPIO DE FENIX	05/08/2026 - 17:26:17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Metas Anuais	**Valor Nominal - R$**	**Variação %**
2024	22.214.544,30	0
2025	19.206.048,54	-13,54
2026	0,00	-100
2027	0,00	0
2028	0,00	0
2029	0,00	0
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública	Unidade Responsável MUNICIPIO DE FENIX	05/08/2026 - 17:26:17
INVESTIMENTOS		
Metas Anuais	**Valor Nominal - R$**	**Variação %**
2024	9.072.733,76	0
2025	7.269.045,50	-19,88
2026	0,00	-100
2027	0,00	0
2028	0,00	0
2029	0,00	0
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública	Unidade Responsável MUNICIPIO DE FENIX	05/08/2026 - 17:26:17

MUNICIPIO DE FENIX	
Estado do PR	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
Art°, § 2°, inciso II da LRF	
II a - DESPESAS	
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS	
Exercício: 2026	
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS***
Prefeito	Contador
CÁSSIO BRESSAN TONIELLO	
Tesoureiro	

MUNICIPIO DE FENIX						
Estado do PARANÁ						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
Art 4°, § 2°, inciso II da LRF - CONSOLIDADO						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO VI - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL						
Exercício: 2026						
Art 4°, § 2°, inciso II da LRF						R$1,00
ACIMA DA LINHA						
RECEITAS PRIMÁRIAS	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
RECEITAS CORRENTES (I)				37.700.000,00	40.200.000,00	42.600.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria				1.960.000,00	2.315.600,00	2.435.256,00
IPTU				485.000,00	514.100,00	544.946,00
ISS				550.000,00	821.000,00	850.980,00
ITBI				250.000,00	265.000,00	280.900,00

IRRF				525.000,00	556.500,00	589.890,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria				150.000,00	159.000,00	168.540,00
Contribuições				493.500,00	523.110,00	554.496,00
Receita Patrimonial				69.200,00	73.352,00	85.033,72
Aplicações Financeiras (II)				53.200,00	56.392,00	67.056,12
Outras Receitas Patrimoniais				16.000,00	16.960,00	17.977,60
Transferências Correntes				35.100.000,00	37.206.000,00	39.438.360,00
Cota-Parte do FPM				17.900.000,00	18.974.000,00	20.112.440,00
Cota-Parte do ICMS				8.800.000,00	9.328.000,00	9.887.680,00
Cota-Parte do IPVA				376.000,00	398.560,00	422.473,60
Cota-Parte do ITR				582.400,00	617.344,00	654.384,64
Transferências da LC 87/1996				0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989				160.100,00	169.706,00	179.888,36
Transferências do FUNDEB				4.500.000,00	4.770.000,00	5.056.200,00
Outras Transferências Correntes				2.781.500,00	2.948.390,00	3.125.293,40
Demais Receitas Correntes				77.300,00	81.938,00	86.854,28
Outras Receitas Financeiras (III)				0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes				77.300,00	81.938,00	86.854,28
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)				37.646.800,00	40.143.608,00	42.532.943,88
RECEITAS DE CAPITAL (V)				300.000,00	100.000,00	100.000,00
Operações de Crédito (VI)				0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)				0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens				300.000,00	100.000,00	100.000,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)				0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)				0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens				300.000,00	100.000,00	100.000,00
Transferências de Capital				0,00	0,00	0,00
Convênios				0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital				0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital				0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)				0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias				0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)				300.000,00	100.000,00	100.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)				37.946.800,00	40.243.608,00	42.632.943,88

MUNICIPIO DE FENIX

Estado do PARANÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art 4°, § 2°, inciso II da LRF - CONSOLIDADO

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO VI - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Exercício: 2026

Art 4°, § 2°, inciso II da LRF — R$1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DESPESAS CORRENTES (XIII)				36.732.884,16	38.924.857,21	0,00
Pessoal e Encargos Sociais				18.210.715,06	19.294.465,96	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)				318.000,00	337.080,00	0,00
Outras Despesas Correntes				18.204.169,10	19.293.311,25	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)				36.414.884,16	38.587.777,21	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)				2.642.371,84	2.794.914,15	0,00
Investimentos				1.317.371,84	1.390.414,15	0,00
Inversões Financeiras				0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)				0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)				0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)				0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras				0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)				1.325.000,00	1.404.500,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)				1.317.371,84	1.390.414,15	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)				0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)				37.732.256,00	39.978.191,36	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)]				2.511.352,00	2.654.752,52	0,00
ABAIXO DA LINHA						

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)						
DEDUÇÕES (XXIX)						
Disponibilidade de Caixa						
Disponibilidade de Caixa Bruta						
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)						
Demais Haveres Financeiros						
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)						
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)						
05/08/2026 - 17:27:24						

MUNICIPIO DE FENIX						
Estado do PR						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
Artº, § 2º, inciso II da LRF						
V - Montante da Dívida Pública						
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS						
Exercício: 2027						
						R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	2024	2025	2026	2027	2028	2029
DÍVIDA CONSOLIDADA	**4.690.515,02**	**4.831.230,47**	**4.976.167,38**	**5.125.452,41**	**5.186.957,84**	**5.269.949,17**
Dívida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas	4.690.515,02	4.831.230,47	4.976.167,38	5.125.452,41	5.186.957,84	5.269.949,17
DEDUÇÕES	**12.876.942,89**	**13.263.251,18**	**13.661.148,71**	**14.070.983,17**	**14.239.834,97**	**14.467.672,33**
Ativo disponível	14.045.029,18	14.466.380,06	14.900.371,46	15.347.382,60	15.531.551,19	15.780.056,01
Haveres financeiros	92.294,79	95.063,63	97.915,54	100.853,01	102.063,25	103.696,26
(-) Restos a pagar processados	1.260.381,08	1.298.192,51	1.337.138,29	1.377.252,44	1.393.779,47	1.416.079,94
DLC (III) = (I - II)	**-8.186.427,87**	**-8.432.020,71**	**-8.684.981,33**	**-8.945.530,76**	**-9.052.877,13**	**-9.197.723,16**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública	Unidade Responsável MUNICIPIO DE FENIX					05/08/2026 - 17:28:29
EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS***					***CÁSSIO BRESSAN TONIELLO***
Prefeito	Contador					Tesoureiro

Publicado por:
Domingos Santos Costa
Código Identificador:A7C365FD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV
PORTARIA Nº 13, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos IV e X do artigo 85-A, bem como pelo artigo 91 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 74, de 23 de abril de 2018, e com fundamento no art. 39, § 6º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 105, de 3 de junho de 2024;
CONSIDERANDO o disposto no caput do artigo 71, §§ 4º e 5º do artigo 82, e § 3º do artigo 88, da Lei Complementar nº 74, de 23 de abril de 2018;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 6.407, de 19 de março de 2025, e na Lei Municipal nº 6.565, de 20 de março de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Divulgar os valores referentes ao subsídio e à remuneração dos servidores públicos municipais ativos, ocupantes de cargos de provimento efetivo ou em função de confiança, do regime próprio de previdência do Município de Pato Branco, bem como os valores dos auxílios pecuniários devidos aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento Administrativo Financeiro proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco, *documento assinado digitalmente.*

ADEMILSON CÂNDIDO SILVA
Diretor Presidente PATOPREV

Classe 1
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – 40H

1 (PA)	2	3	4	5	6	7	8	9
2.156,06	2.199,20	2.242,29	2.285,44	2.328,56	2.371,69	2.414,81	2.457,92	2.501,04
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
2.544,17	2.587,30	2.630,42	2.673,53	2.716,65	2.759,76	2.802,88	2.845,99	2.889,13
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
2.932,26	2.975,39	3.018,49	3.061,62	3.104,75	3.147,87	3.191,00	3.234,12	3.277,25
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
3.320,36	3.363,48	3.406,59	3.449,73	3.492,86	3.535,99	3.579,09	3.622,22	3.665,34
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
3.708,47	3.751,57	3.794,68	3.837,81	3.880,95	3.924,04	3.967,18	4.010,29	4.053,43
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
4.096,52	4.139,67	4.182,79	4.225,92	4.269,04	4.312,15	4.355,27	4.398,40	4.441,53

Classe 2
CONTADOR – 20 H

1 (PA)	2	3	4	5	6	7	8	9
2.547,85	2.598,80	2.649,75	2.700,71	2.751,68	2.802,63	2.853,58	2.904,55	2.955,50
10	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
3.006,46	3.057,41	3.108,37	3.159,32	3.210,29	3.276,25	3.312,20	3.363,16	3.414,11
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**
3.465,08	3.516,02	3.566,98	3.617,94	3.668,90	3.719,85	3.770,81	3.821,78	3.872,73
28	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
3.923,68	3.974,64	4.025,60	4.076,55	4.127,51	4.178,47	4.229,42	4.280,39	4.331,34
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**
4.382,29	4.433,25	4.484,22	4.535,16	4.586,12	4.637,08	4.688,03	4.738,99	4.789,95
46	**47**	**48**	**49**	**50**	**51**	**52**	**53**	**54**
4.840,92	4.891,86	4.942,83	4.993,78	5.044,73	5.095,69	5.146,66	5.197,60	5.248,56

FUNÇÃO DE CONFIANÇA

DESCRIÇÃO	VALOR
Diretor Presidente	R$ 7.474,56
Diretor Administrativo Financeiro	R$ 5.699,30
Diretor de Benefícios	R$ 5.699,30

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E COMITÊ DE INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	VALOR
Conselho de Administração	R$ 373,73
Conselho Fiscal	R$ 373,73
Comitê de Investimentos	R$ 298,98

Publicado por:
Luan Leonardo Botura
Código Identificador:A9CECA34

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 15/2026 EDITAL HOMOLOGAÇÃO FINAL CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

O Prefeito do Município de Paula Freitas, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL HOMOLOGAÇÃO FINAL**, conforme segue:

Art.1º - Fica divulgado o anexo único deste Edital, o resultado da **HOMOLOGAÇÃO FINAL**, conforme disposição do Edital de Abertura nº 01/2026.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Paula Freitas, em 12 de agosto de 2026.

Registre-se e Publique-se.

SEBASTIAO ALGACIR DALPRA
Prefeito do Municipio

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO FINAL – AMPLA CONCORRÊNCIA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

INSC	NOME	OBJETIVA	PRÁTICA	TAF	TÍTULO	FINAL	CLASS	CARGO	NASCIMENTO	LP	MAT	CG	CE
23814816	REGIANE ANDREIO DE OLIVEIRA	88.00				88.00	1	ACS ESF 1	12/03/1992	2.00	6.00	10.00	70.00
23814538	ELIANE COLAÇO	87.20				87.20	2	ACS ESF 1	30/04/1988	8.00	2.00	10.00	67.20
23815492	GEANE LOTH CRUZ	86.40				86.40	3	ACS ESF 1	06/04/1981	8.00	6.00	8.00	64.40
23815190	ROSANGELA DE VALOES BARANOSKI	85.60				85.60	4	ACS ESF 1	07/07/1984	10.00	6.00	8.00	61.60
23815416	CLAUDIA INES PENKAL	85.20				85.20	5	ACS ESF 1	10/01/2001	6.00	6.00	6.00	67.20
23814642	ANA REGIANI RETKVA	84.40				84.40	6	ACS ESF 1	01/10/1989	6.00	6.00	8.00	64.40
23814818	ANA CRISTINA GONÇALVES NUNES	84.40				84.40	7	ACS ESF 1	17/05/1994	6.00	8.00	6.00	64.40
23812581	LUANA DE ALMEIDA CAZIUK	84.00				84.00	8	ACS ESF 1	19/03/2006	0.00	4.00	10.00	70.00
23812710	THAINARA KARACZUK DIRINGS	83.20				83.20	9	ACS ESF 1	09/04/1997	6.00	2.00	8.00	67.20
23815647	MARLENE CORDEIRO	83.20				83.20	10	ACS ESF 1	04/08/1969	6.00	4.00	6.00	67.20
23814940	BRUNA FLORES PEDROSA KOVALUKI	83.20				83.20	11	ACS ESF 1	25/08/1994	4.00	4.00	8.00	67.20
23814465	KAYANE ENAICE MALEK	83.20				83.20	12	ACS ESF 1	21/02/1994	0.00	8.00	8.00	67.20
23812917	JOICE DAIANE TOMCZAK TONEZER DAMAS	82.40				82.40	13	ACS ESF 1	08/11/1995	4.00	6.00	8.00	64.40
23815349	EMILY FLAVIE DOS SANTOS	82.40				82.40	14	ACS ESF 1	07/02/2003	4.00	6.00	8.00	64.40
23814415	JENIFFER SOCOLOSKI DUDA	81.60				81.60	15	ACS ESF 1	01/03/1996	4.00	6.00	10.00	61.60
23815701	MIRIAN MUNCINELLI DE SOUZA	81.20				81.20	16	ACS ESF 1	01/01/1992	8.00	2.00	4.00	67.20
23815122	SANDRA MARA RODRIGUES	81.20				81.20	17	ACS ESF 1	27/04/1981	2.00	6.00	6.00	67.20
23815532	CARLOS HENRIQUE GARBUS DOS SANTOS	80.40				80.40	18	ACS ESF 1	17/12/2008	2.00	6.00	8.00	64.40
23815318	HENRIQUE AUGUSTO TEIXEIRA	80.40				80.40	19	ACS ESF 1	23/01/2009	2.00	8.00	6.00	64.40
23815326	MELIANE ADEMARI LACHOVSKI	79.60				79.60	20	ACS ESF 1	24/03/2003	6.00	6.00	6.00	61.60
23813443	SUELY DE FATIMA ESTACIO	79.20				79.20	21	ACS ESF 1	23/10/1994	4.00	4.00	4.00	67.20
23812957	SAMARA DA SILVA FAGUNDES	78.80				78.80	22	ACS ESF 1	11/05/2001	6.00	8.00	6.00	58.80
23815664	ANA CLARA MATTE	78.40				78.40	23	ACS ESF 1	12/08/2006	4.00	4.00	6.00	64.40
23815180	GABRIELLI KAUANY KOVALIK	78.40				78.40	24	ACS ESF 1	21/07/2004	4.00	6.00	4.00	64.40
23815878	ELIANE DE MELLO LOTH	78.40				78.40	25	ACS ESF 1	17/08/1987	2.00	6.00	6.00	64.40
23815278	GISLANY DE LIMA	78.40				78.40	26	ACS ESF 1	07/09/1987	2.00	6.00	6.00	64.40
23812894	REGIANE APARECIDA RIBARCZIK	78.40				78.40	27	ACS ESF 1	09/10/1990	2.00	6.00	6.00	64.40

23815578	ANDRESSA SOARES DOS SANTOS	78.40				78.40	28	ACS ESF 1	04/04/2005	2.00	8.00	4.00	64.40
23813394	PATRICIA TENCZINA	77.20				77.20	29	ACS ESF 1	30/08/1991	0.00	2.00	8.00	67.20
23814420	YASMIN FILUS ALMEIDA VIEIRA	76.80				76.80	30	ACS ESF 1	26/12/2006	6.00	4.00	8.00	58.80
23815434	SONIA SILVEIRA ALVES	76.80				76.80	31	ACS ESF 1	30/09/1978	6.00	6.00	6.00	58.80
23815824	LUCAS ADRIANO NOVAKOWSKI VISKOSKI	76.40				76.40	32	ACS ESF 1	19/06/1999	4.00	8.00	0.00	64.40
23815382	ELISANGELA MÁRCIA RAMOS LOTH	76.40				76.40	33	ACS ESF 1	02/03/1987	0.00	4.00	8.00	64.40
23812831	EDINA ZMIEWSKI	75.60				75.60	34	ACS ESF 1	26/04/1986	4.00	2.00	8.00	61.60
23815693	JANETE APARECIDA SZNICER FRANKOVSKI	75.60				75.60	35	ACS ESF 1	29/06/1977	4.00	4.00	6.00	61.60
23813234	FRANCIELY APARECIDA ESTÁCIO	74.80				74.80	36	ACS ESF 1	18/04/1989	0.00	6.00	10.00	58.80
23815412	SANDRA CRISTINA DOROCINSKI NARCIZO	74.00				74.00	37	ACS ESF 1	02/09/1973	6.00	4.00	8.00	56.00
23815296	JOCIMARI LESNHAK	74.00				74.00	38	ACS ESF 1	24/05/1978	4.00	6.00	8.00	56.00
23814268	LIDIANE APARECIDA DE PAULA SOUZA NUNES	73.60				73.60	39	ACS ESF 1	19/09/2001	0.00	6.00	6.00	61.60
23814175	JESSICA SCHUEDE	72.00				72.00	40	ACS ESF 1	05/01/1992	6.00	2.00	8.00	56.00
23815459	LUIZ JONATHAN DAMAS	72.00				72.00	41	ACS ESF 1	12/12/1993	4.00	4.00	8.00	56.00
23815234	GABRYEL DE ALMEIDA GUERRENHO	72.00				72.00	42	ACS ESF 1	31/01/2006	2.00	10.00	4.00	56.00
23814313	ALLANA RAISSA DA SILVA	71.60				71.60	43	ACS ESF 1	04/10/2001	2.00	4.00	4.00	61.60
23815399	LUCINEIA GAIEVICZ	69.60				69.60	44	ACS ESF 1	19/05/2001	0.00	4.00	4.00	61.60
23813973	CAMILE VITÓRIA MANDRYK	67.20				67.20	45	ACS ESF 1	18/09/2002	2.00	6.00	6.00	53.20
23812736	JONAS OSNEI JARAZ	64.40				64.40	46	ACS ESF 1	28/05/1998	8.00	2.00	4.00	50.40
23812704	JESSICA DE CARVALHO	61.60				61.60	47	ACS ESF 1	30/12/2003	2.00	6.00	6.00	47.60
23812670	BRUNA GEOVANA DE MORAES SANTANA	61.60				61.60	48	ACS ESF 1	28/10/1996	2.00	8.00	4.00	47.60
23813716	ROGER ALEX PROCÓPIO	84.00				84.00	1	ACS ESF 2	04/10/2006	2.00	6.00	6.00	70.00
23815463	RITA DE CACIA BATISTA EICHLER	82.40				82.40	2	ACS ESF 2	14/09/1977	4.00	8.00	6.00	64.40
23815196	JUCINEIA DE FATIMA GALVÃO ULTCHAK	81.20				81.20	3	ACS ESF 2	02/02/1985	0.00	4.00	10.00	67.20
23815062	HAIDI GAEBLER	80.40				80.40	4	ACS ESF 2	24/06/1985	2.00	6.00	8.00	64.40
23815778	ANDRESSA DAIANE FEDEROVICZ	79.60				79.60	5	ACS ESF 2	15/04/1996	4.00	8.00	6.00	61.60
23813217	ANA PAULA BILENKI	78.00				78.00	6	ACS ESF 2	02/12/2003	6.00	8.00	8.00	56.00
23813970	ZULI LALIK BANACK	77.60				77.60	7	ACS ESF 2	11/06/1979	2.00	8.00	6.00	61.60
23814117	RENATA SILVA	75.60				75.60	8	ACS ESF 2	04/02/2002	2.00	6.00	6.00	61.60
23813726	LEONIDO SCHAFHAUSER	74.80				74.80	9	ACS ESF 2	01/03/1968	4.00	4.00	8.00	58.80
23814008	FRANCIELE CRISTINA BERDNACHUK	72.80				72.80	10	ACS ESF 2	04/04/1989	2.00	6.00	6.00	58.80
23813754	MARIA LUIZA CAVALHEIRO	72.00				72.00	11	ACS ESF 2	01/10/1971	2.00	6.00	8.00	56.00
23812610	CHAIANE MARIA BAZZI	69.20				69.20	12	ACS ESF 2	18/11/1998	4.00	6.00	6.00	53.20
23814432	THAIS CATARINA FRANCO DE LIMA	55.60				55.60	13	ACS ESF 2	18/04/2003	2.00	2.00	4.00	47.60
23815629	RICARDO DAL SANTOS MARCON	87.60				87.60	1	ADVOGADO	07/11/2002	10.00	8.00	8.00	61.60
23814833	MARCELA SACZUK NIZ	84.00				84.00	2	ADVOGADO	13/12/1996	10.00	8.00	10.00	56.00
23815659	CARLITO KASPERAVICIUS	82.80				82.80	3	ADVOGADO	17/03/1973	4.00	10.00	10.00	58.80
23815670	RENAN CANCELLIER	82.00				82.00	4	ADVOGADO	21/12/2000	10.00	8.00	8.00	56.00
23814726	ANDRÉ LUIZ QUAGLIOTTO	77.60				77.60	5	ADVOGADO	24/11/1997	10.00	10.00	10.00	47.60
23813307	CARLA GISELE POLSIN	77.20				77.20	6	ADVOGADO	29/11/1996	10.00	6.00	8.00	53.20
23815453	DIEGO DELFINO	77.20				77.20	7	ADVOGADO	11/08/1990	6.00	8.00	10.00	53.20
23815328	FRANCE FERRARI CAMARGO	76.40				76.40	8	ADVOGADO	06/08/1977	10.00	8.00	8.00	50.40
23815047	VINICIUS JOSE BESCIAK	75.60				75.60	9	ADVOGADO	28/10/1990	10.00	8.00	10.00	47.60
23812889	KAIQUE MARTINE CALDAS DE LIMA	74.40				74.40	10	ADVOGADO	09/07/1993	8.00	8.00	8.00	50.40
23815391	LUANA STECHECHEN	73.60				73.60	11	ADVOGADO	05/01/1999	10.00	6.00	10.00	47.60
23812638	PROTÁSIO CARDOSO CORRÊA NETO	72.40				72.40	12	ADVOGADO	26/12/1998	2.00	10.00	10.00	50.40
23812651	CHRYSTIAN CATARINA	70.80				70.80	13	ADVOGADO	19/10/1992	8.00	8.00	10.00	44.80
23812717	RODRIGO COELHO	70.40				70.40	14	ADVOGADO	24/10/1996	6.00	4.00	10.00	50.40
23815510	GIULIO DE TOFOL SERPA	69.60				69.60	15	ADVOGADO	04/08/1998	8.00	8.00	6.00	47.60
23815313	JOSÉ HENRIQUE SCARATTI	68.80				68.80	16	ADVOGADO	11/11/2003	10.00	6.00	8.00	44.80
23815150	PEDRO JOSÉ MENDES DE MOURA	68.80				68.80	17	ADVOGADO	19/02/2004	8.00	6.00	10.00	44.80
23814393	VALQUIRIA AMANDA CORDEIRO	68.40				68.40	18	ADVOGADO	02/08/1993	4.00	8.00	6.00	50.40
23815512	ANDRESSA TESKA	68.00				68.00	19	ADVOGADO	21/12/1991	8.00	8.00	10.00	42.00
23812650	RENATA SANTOS VANZIN	64.00				64.00	20	ADVOGADO	21/04/2002	8.00	6.00	8.00	42.00
23814629	GABRIEL ARTUR SCHWEIGER	64.00				64.00	21	ADVOGADO	15/01/1991	6.00	6.00	10.00	42.00
23812746	ZILDA DO ROSÁRIO CRISPIM	61.60				61.60	22	ADVOGADO	22/07/1975	6.00	2.00	6.00	47.60
23815311	FABIO JOSE STRAUBE DE CASTRO	61.60				61.60	23	ADVOGADO	20/09/1974	8.00	10.00	10.00	33.60
23815343	BEATRIZ APARECIDA SKRZYPA	61.20				61.20	24	ADVOGADO	29/10/2001	6.00	6.00	10.00	39.20
23815279	ISIS RENATA CACHUK	59.60				59.60	25	ADVOGADO	13/09/1996	10.00	8.00	8.00	33.60
23815197	GUILHERME ALEXANDRE ALVES	58.80				58.80	26	ADVOGADO	31/08/1998	6.00	2.00	6.00	44.80
23814623	WILLIAM LELIS TAMACHUNAS	58.40				58.40	27	ADVOGADO	12/06/1988	10.00	6.00	6.00	36.40

23813282	GREICE ILONE LEITHOLD PORTES	58.40				58.40	28	ADVOGADO	16/03/1998	8.00	4.00	10.00	36.40
23813525	LUAN DO CARMO	58.00				58.00	29	ADVOGADO	17/04/1994	4.00	4.00	8.00	42.00
23813095	RAFAELY CRISTIANE DESSOY	56.80				56.80	30	ADVOGADO	18/11/2002	10.00	6.00	10.00	30.80
23815406	DANIELE CRISTINA DE LIMA SKITK	56.40				56.40	31	ADVOGADO	08/04/1993	10.00	6.00	4.00	36.40
23815695	FÁBIO JUNIOR DE SOUZA	56.40				56.40	32	ADVOGADO	24/07/1989	6.00	4.00	10.00	36.40
23814132	VIVIANE MAZUR COLACO DA SILVEIRA	56.40				56.40	33	ADVOGADO	01/05/1987	6.00	6.00	8.00	36.40
23815357	JOÃO PEDRO BERLATTO	55.60				55.60	34	ADVOGADO	27/05/1999	10.00	6.00	6.00	33.60
23815622	KAMILA NORMELIA NEPPEL DE SOUZA	53.20				53.20	35	ADVOGADO	05/09/1999	6.00	6.00	2.00	39.20
23812972	DAIANE FIDELES	53.20				53.20	36	ADVOGADO	12/05/1991	4.00	6.00	4.00	39.20
23815633	EVERTON JOSÉ PORN	52.40				52.40	37	ADVOGADO	08/06/1983	6.00	4.00	6.00	36.40
23813401	VICTÓRIA FATIMA DOMBOROVSKI	52.00				52.00	38	ADVOGADO	13/05/1997	8.00	6.00	10.00	28.00
23812759	JOAN WRUBLESKI	51.60				51.60	39	ADVOGADO	05/12/1999	6.00	2.00	10.00	33.60
23812659	ANA LAURA CARVALHO DE ANDRADE	93.20				93.20	1	AGENTE DE ENDEMIAS	05/06/2001	10.00	8.00	8.00	67.20
23813372	ADRIANA DE SOUZA SILVEIRA	92.40				92.40	2	AGENTE DE ENDEMIAS	09/03/1999	10.00	10.00	8.00	64.40
23813112	TATIANE APARECIDA GONÇALVES	89.20				89.20	3	AGENTE DE ENDEMIAS	06/03/2003	8.00	6.00	8.00	67.20
23814857	VITÓRIA CRISTINA RECH ANTUNES	88.40				88.40	4	AGENTE DE ENDEMIAS	24/11/1997	10.00	6.00	8.00	64.40
23815041	RAFAEL ZWIESKOWSKI BARBOSA	87.60				87.60	5	AGENTE DE ENDEMIAS	13/09/2008	10.00	10.00	6.00	61.60
23812639	LUCAS VICK	87.60				87.60	6	AGENTE DE ENDEMIAS	06/05/1998	8.00	10.00	8.00	61.60
23813621	MARCIELE APARECIDA PORN	86.40				86.40	7	AGENTE DE ENDEMIAS	30/11/1991	8.00	6.00	8.00	64.40
23813356	KETLIN APARECIDA DE CAMPOS	85.60				85.60	8	AGENTE DE ENDEMIAS	15/02/2002	10.00	6.00	8.00	61.60
23815178	EMANUELLI ZAMBONI MACHADO	85.60				85.60	9	AGENTE DE ENDEMIAS	16/06/2007	10.00	8.00	6.00	61.60
23812636	ADILSON JOSÉ VERGOPOLAN	85.60				85.60	10	AGENTE DE ENDEMIAS	20/02/1974	8.00	8.00	8.00	61.60
23813074	SUSAN CRISTINA CARVALHO VIEIRA	85.60				85.60	11	AGENTE DE ENDEMIAS	16/03/1989	8.00	8.00	8.00	61.60
23815365	SIMONE LUISA RIBEIRO	85.60				85.60	12	AGENTE DE ENDEMIAS	13/04/1997	8.00	8.00	8.00	61.60
23814356	AMANDA GABRIELA DE LIMA LUCSINKI	84.80				84.80	13	AGENTE DE ENDEMIAS	19/04/2002	10.00	6.00	10.00	58.80
23815771	DIANE APARECIDA TRINDADE	84.80				84.80	14	AGENTE DE ENDEMIAS	18/04/1998	10.00	8.00	8.00	58.80
23815486	ANDRÉ LUIS DOS SANTOS PADILHA FILHO	84.80				84.80	15	AGENTE DE ENDEMIAS	30/01/2007	10.00	8.00	8.00	58.80
23814098	CLAUDIA FERNANDA CHEPERNATE	84.80				84.80	16	AGENTE DE ENDEMIAS	14/04/1992	8.00	8.00	10.00	58.80
23815585	GUILHERME OLIVEIRA DE LIMA	84.80				84.80	17	AGENTE DE ENDEMIAS	31/01/2004	8.00	10.00	8.00	58.80
23812847	CIRO GABRIEL FERRAZ OLIVEIRA LEITE	84.40				84.40	18	AGENTE DE ENDEMIAS	26/06/2003	10.00	4.00	6.00	64.40
23813744	JAQUELINE MAZZOCO FLORES	82.80				82.80	19	AGENTE DE ENDEMIAS	08/08/1998	8.00	8.00	8.00	58.80
23814962	GIOVANI EMERSON GONÇALVES	82.00				82.00	20	AGENTE DE ENDEMIAS	09/05/1972	8.00	10.00	8.00	56.00
23815942	GRASIELA MARIANA NATEL CARDOSO DOS SANTOS	82.00				82.00	21	AGENTE DE ENDEMIAS	08/08/1998	8.00	10.00	8.00	56.00
23813384	ALEXANDRE MARCELO BALDIBIA DE SOUZA	81.20				81.20	22	AGENTE DE ENDEMIAS	02/07/2005	10.00	10.00	8.00	53.20
23814396	MELISSA DAIANE WOYTOWICZ CZYRIK	80.80				80.80	23	AGENTE DE ENDEMIAS	13/04/1998	10.00	4.00	8.00	58.80
23812840	JOAO ACIR BARANOSKI	80.80				80.80	24	AGENTE DE ENDEMIAS	12/06/1975	6.00	8.00	8.00	58.80
23814339	GÉSSICA LARISSA BIAZUS	80.00				80.00	25	AGENTE DE ENDEMIAS	12/02/2002	10.00	6.00	8.00	56.00
23815751	NILTON RICARDO DONDA	80.00				80.00	26	AGENTE DE ENDEMIAS	19/10/1983	8.00	8.00	8.00	56.00
23815918	ANA PAULA HARBATINK	80.00				80.00	27	AGENTE DE ENDEMIAS	25/11/1986	8.00	8.00	8.00	56.00
23813120	LUANA KELEN DA SILVA SERETNI	78.80				78.80	28	AGENTE DE ENDEMIAS	31/08/2001	10.00	2.00	8.00	58.80
23813912	TAINARA DA SILVA DA LUZ	78.80				78.80	29	AGENTE DE ENDEMIAS	20/11/2007	10.00	4.00	6.00	58.80
23815866	ISABELI MARIA LOURENÇO DE SOUZA	78.80				78.80	30	AGENTE DE ENDEMIAS	06/10/2008	10.00	4.00	6.00	58.80
23814660	JOCELITA SIEPMANN REPCZUK	78.80				78.80	31	AGENTE DE ENDEMIAS	17/04/1996	8.00	4.00	8.00	58.80
23813007	ZENESIO DA LUZ	78.80				78.80	32	AGENTE DE ENDEMIAS	31/12/1981	6.00	6.00	8.00	58.80
23815170	LEANDRO JOSE STASSARSKI	78.80				78.80	33	AGENTE DE ENDEMIAS	04/04/1988	6.00	6.00	8.00	58.80
23815493	ALAN MARCEL CAPPELLARI	78.40				78.40	34	AGENTE DE ENDEMIAS	05/09/1987	10.00	10.00	8.00	50.40
23815333	GESSICA CRISTINA DOS SANTOS CUNHA	78.00				78.00	35	AGENTE DE ENDEMIAS	23/08/1989	10.00	4.00	8.00	56.00
23815747	JANAINA HELLEN VICENTE	78.00				78.00	36	AGENTE DE ENDEMIAS	16/01/2007	10.00	4.00	8.00	56.00
23815673	SILVANA APARECIDA ANTONOWICZ	78.00				78.00	37	AGENTE DE ENDEMIAS	07/08/1990	8.00	6.00	8.00	56.00
23813375	LIRIEL FERNANDA KOCH	76.40				76.40	38	AGENTE DE ENDEMIAS	27/11/2001	8.00	8.00	10.00	50.40
23815494	ALINE PEREIRA BUGINSKI	76.00				76.00	39	AGENTE DE ENDEMIAS	13/07/1997	8.00	4.00	8.00	56.00
23815575	PEDRO OTÁVIO CARNEIRO	76.00				76.00	40	AGENTE DE ENDEMIAS	11/05/2008	8.00	4.00	8.00	56.00
23812708	ELIAS MACHADO	76.00				76.00	41	AGENTE DE ENDEMIAS	02/10/1985	6.00	4.00	10.00	56.00
23813020	WILLIAM EMANOEL FIDELES DE OLIVEIRA	76.00				76.00	42	AGENTE DE ENDEMIAS	24/11/2003	6.00	6.00	8.00	56.00
23812890	LEANDRO ALVES PEREIRA	76.00				76.00	43	AGENTE DE ENDEMIAS	08/08/1996	6.00	8.00	6.00	56.00
23815822	GILBERTO ANTONIO BITTENCOURT ZANIN	75.20				75.20	44	AGENTE DE ENDEMIAS	13/06/1987	10.00	6.00	6.00	53.20
23815373	LUCIANO JOSE PELECHATE CORREIA	75.20				75.20	45	AGENTE DE ENDEMIAS	09/10/1985	8.00	4.00	10.00	53.20
23812951	MÁRCIA ROSANA PRZYBYSZ	74.40				74.40	46	AGENTE DE ENDEMIAS	01/08/1989	8.00	6.00	10.00	50.40
23812863	ANDERSON CLEITON KARPINSKI	74.40				74.40	47	AGENTE DE ENDEMIAS	14/02/1989	8.00	8.00	8.00	50.40
23815707	BEATRIZ DÉBORA LIMA CHELEGEL	74.40				74.40	48	AGENTE DE ENDEMIAS	23/06/1999	8.00	8.00	8.00	50.40
23815876	GIOVANA VITÓRIA MOREIRA	74.00				74.00	49	AGENTE DE ENDEMIAS	21/01/2006	8.00	2.00	8.00	56.00

23815457	OTAVIO VALMIR ODKOVICZ	74.00				74.00	50	AGENTE DE ENDEMIAS	06/01/1997	6.00	4.00	8.00	56.00
23813802	GUILHERME ARNDT	73.60				73.60	51	AGENTE DE ENDEMIAS	01/10/2001	10.00	8.00	8.00	47.60
23814397	WILLIAM WILMAR VILICZINSKI	72.00				72.00	52	AGENTE DE ENDEMIAS	13/02/2000	6.00	2.00	8.00	56.00
23813224	JÚNIOR ANTONIO SOARES	71.60				71.60	53	AGENTE DE ENDEMIAS	11/06/1981	8.00	8.00	8.00	47.60
23815718	KARINA FLORES PEDROSA	71.20				71.20	54	AGENTE DE ENDEMIAS	30/03/1990	10.00	2.00	6.00	53.20
23815896	MARIA REGIANE WACHOWICZ	71.20				71.20	55	AGENTE DE ENDEMIAS	10/05/1996	8.00	0.00	10.00	53.20
23815401	JOELSON ALVES	70.80				70.80	56	AGENTE DE ENDEMIAS	27/09/1988	10.00	8.00	8.00	44.80
23815181	ANDREIA DA SILVA	70.40				70.40	57	AGENTE DE ENDEMIAS	28/03/1985	8.00	4.00	8.00	50.40
23814270	ALISSON JOSE GELLER	70.40				70.40	58	AGENTE DE ENDEMIAS	21/09/2002	6.00	4.00	10.00	50.40
23813431	CRIZIELLI APARECIDA DOS SANTOS CAVANHA	68.80				68.80	59	AGENTE DE ENDEMIAS	30/09/2000	10.00	6.00	8.00	44.80
23815547	CARINA APARECIDA AIRES HERMAN	68.40				68.40	60	AGENTE DE ENDEMIAS	27/09/1996	8.00	2.00	8.00	50.40
23815675	FERNANDA LANNY LIMA SILVA	68.40				68.40	61	AGENTE DE ENDEMIAS	18/05/1992	8.00	4.00	6.00	50.40
23815079	VICTOR JOÃO DA SILVA	68.40				68.40	62	AGENTE DE ENDEMIAS	02/08/2006	6.00	4.00	8.00	50.40
23815865	ANDRIEL NAGURNIAK	68.00				68.00	63	AGENTE DE ENDEMIAS	07/05/1997	10.00	6.00	10.00	42.00
23815880	SULLIANI DA LUZ	67.60				67.60	64	AGENTE DE ENDEMIAS	08/02/2002	8.00	2.00	10.00	47.60
23812611	LARISSA DE FREITAS RODRIGUES	67.60				67.60	65	AGENTE DE ENDEMIAS	17/09/1995	8.00	4.00	8.00	47.60
23815940	BÁRBARA EDUARDA PRESTES	67.20				67.20	66	AGENTE DE ENDEMIAS	24/03/2002	6.00	2.00	6.00	53.20
23814360	THAIS BARBOSA CUSTODIO	66.80				66.80	67	AGENTE DE ENDEMIAS	08/11/1999	8.00	6.00	8.00	44.80
23813026	ADAO JOSE ALVES DA SILVA	65.60				65.60	68	AGENTE DE ENDEMIAS	03/10/1986	10.00	2.00	6.00	47.60
23814555	ROSEMILDA DE JESUS DALPRA	62.80				62.80	69	AGENTE DE ENDEMIAS	01/12/1982	8.00	2.00	8.00	44.80
23813505	JAQUELINE MILENA KOECHKOFEL	62.80				62.80	70	AGENTE DE ENDEMIAS	13/12/1997	6.00	6.00	6.00	44.80
23815223	MARIA ELISABETE BRACIAK MIRANDA	62.40				62.40	71	AGENTE DE ENDEMIAS	23/05/1968	4.00	2.00	6.00	50.40
23814846	CÉLIA GONÇALVES DE MELLO	61.20				61.20	72	AGENTE DE ENDEMIAS	30/01/1977	10.00	4.00	8.00	39.20
23815783	CLEUSA BREXI	60.40				60.40	73	AGENTE DE ENDEMIAS	05/07/1971	4.00	0.00	6.00	50.40
23815184	PATRICIA CORDEIRO DE SA	55.60				55.60	74	AGENTE DE ENDEMIAS	30/06/1983	10.00	6.00	6.00	33.60
23815452	GEOVANA MOKOCHI FIDELES	55.20				55.20	75	AGENTE DE ENDEMIAS	29/04/2005	8.00	0.00	8.00	39.20
23813334	CASSIANA DE FÁTIMA KUCEK	52.80				52.80	76	AGENTE DE ENDEMIAS	24/01/1987	6.00	6.00	10.00	30.80
23815631	BRAYAN FERNANDO DOS SANTOS SANT ANA	97.20				97.20	1	ARQUITETO/URBANISTA	17/10/1997	10.00	10.00	10.00	67.20
23815535	VANESSA BOIKO	91.20				91.20	2	ARQUITETO/URBANISTA	23/10/1998	8.00	8.00	8.00	67.20
23812703	RAFAELA MARTINHAK	90.40				90.40	3	ARQUITETO/URBANISTA	24/07/2001	8.00	8.00	10.00	64.40
23812851	MANOELI PAULINA DOS SANTOS	87.60				87.60	4	ARQUITETO/URBANISTA	27/09/1996	10.00	10.00	6.00	61.60
23815852	WILLIAN HENRIQUE AGOSTINHO	82.80				82.80	5	ARQUITETO/URBANISTA	23/12/1995	6.00	8.00	10.00	58.80
23813724	VANESSA MAX SOROKA	80.00				80.00	6	ARQUITETO/URBANISTA	11/08/1992	8.00	8.00	8.00	56.00
23815189	JANAINE TREUKE	78.00				78.00	7	ARQUITETO/URBANISTA	27/09/1993	8.00	4.00	10.00	56.00
23814972	EVELISE ESTER BOAVENTURA OLIVEIRA	76.80				76.80	8	ARQUITETO/URBANISTA	20/02/1994	4.00	8.00	6.00	58.80
23812644	YAGO ALEXANDRE NEPOMUCENO	76.00				76.00	9	ARQUITETO/URBANISTA	30/01/2003	4.00	8.00	8.00	56.00
23815513	EDWIN CÁSSIO MEYER	74.40				74.40	10	ARQUITETO/URBANISTA	25/06/1980	10.00	4.00	10.00	50.40
23815304	MYLLENA DE PAULA E SILVA	72.40				72.40	11	ARQUITETO/URBANISTA	01/03/2000	8.00	8.00	6.00	50.40
23815908	CHEILA DANIELE SANDI	72.00				72.00	12	ARQUITETO/URBANISTA	08/08/1991	6.00	4.00	6.00	56.00
23814464	GREYCIELI TRATCH	71.20				71.20	13	ARQUITETO/URBANISTA	20/02/1994	8.00	6.00	4.00	53.20
23813115	EDICLEIA APARECIDA DE LIMA	69.60				69.60	14	ARQUITETO/URBANISTA	24/06/1993	8.00	6.00	8.00	47.60
23813986	NÁTALI DE FÁTIMA PEDROSO	69.20				69.20	15	ARQUITETO/URBANISTA	03/12/1996	4.00	4.00	8.00	53.20
23815749	IVANA MARA MAZUR	68.40				68.40	16	ARQUITETO/URBANISTA	27/10/2006	6.00	4.00	8.00	50.40
23814443	GABRIELE WASHOV REGERT	65.60				65.60	17	ARQUITETO/URBANISTA	28/08/1998	4.00	6.00	8.00	47.60
23815638	PRISCILA COLAÇO DA SILVEIRA	65.20				65.20	18	ARQUITETO/URBANISTA	09/09/1998	2.00	2.00	8.00	53.20
23815907	BRUNA RAFAELA MATTIOLA PRESTES	64.40				64.40	19	ARQUITETO/URBANISTA	07/08/1996	2.00	4.00	8.00	50.40
23815805	EDUARDA STACNEY	62.80				62.80	20	ARQUITETO/URBANISTA	14/03/1999	6.00	2.00	10.00	44.80
23815569	VALERY ALCIMARA ZAWADZKI	61.20				61.20	21	ARQUITETO/URBANISTA	14/09/1999	8.00	4.00	10.00	39.20
23814621	ALINE BARTMANN NEUENFELD	60.80				60.80	22	ARQUITETO/URBANISTA	04/04/1999	6.00	2.00	8.00	44.80
23815776	EMILY CRISTINA STABACH ALELUIA	60.80				60.80	23	ARQUITETO/URBANISTA	10/10/2006	6.00	6.00	4.00	44.80
23813042	MARIA FABIANA MUCHAL MACUCO	59.20				59.20	24	ARQUITETO/URBANISTA	13/07/1995	8.00	6.00	6.00	39.20
23815871	BÁRBARA PIGATTO CLIVATTI	56.80				56.80	25	ARQUITETO/URBANISTA	24/09/1991	8.00	2.00	2.00	44.80
23814829	FABIELI STEFANICZEN	83.60				83.60	1	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	17/11/2005	6.00	8.00	8.00	61.60
23813037	REBECA SOUZA DE OLIVEIRA	80.80				80.80	2	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	18/04/2000	10.00	4.00	8.00	58.80
23815246	MAYCO ADERVAL TORQUATO	77.60				77.60	3	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	12/12/2005	6.00	6.00	4.00	61.60
23815736	RODAEL ALESSANDRO ESTÁCIO	75.20				75.20	4	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	29/08/1992	8.00	6.00	8.00	53.20
23812737	ERNANI PARASTCHUK	74.00				74.00	5	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	29/11/1998	6.00	6.00	6.00	56.00
23815212	CAMILA LETICIA COBOS	73.20				73.20	6	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	03/01/2003	10.00	4.00	6.00	53.20
23814804	REGIANE MARTHA URBAN	73.20				73.20	7	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14/08/2003	6.00	6.00	8.00	53.20
23814006	MELISSA ALVAREZ	73.20				73.20	8	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	17/02/2002	6.00	8.00	6.00	53.20
23813129	JULIANA DIRCÉLIA LISOSKI LIMA	71.20				71.20	9	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	02/06/2001	6.00	4.00	8.00	53.20

23814657	JÚLIA KAREN AGUIAR MUNIZ	70.40				70.40	10	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	10/08/1998	8.00	4.00	8.00	50.40
23815200	DIOGO VALIGURA CARNEIRO	70.40				70.40	11	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	28/11/2003	8.00	6.00	6.00	50.40
23814574	EDIVANIA CASSIA DE BARROS WROBLEWSKI	69.20				69.20	12	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	15/11/1999	6.00	6.00	4.00	53.20
23812642	JÉSSIKA CARLA LIMA WOLF	67.60				67.60	13	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	05/01/1992	10.00	4.00	6.00	47.60
23813992	ELIANE LUZIA TEIXEIRA DE PAULA	67.20				67.20	14	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	03/01/1987	4.00	4.00	6.00	53.20
23813111	RENATA GABRIELA ARTNER	66.80				66.80	15	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	18/04/2003	10.00	4.00	8.00	44.80
23815785	JESSICA CAROLINE DO AMARAL VIEIRA	66.80				66.80	16	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14/01/1993	6.00	10.00	6.00	44.80
23812978	GUILHERME BOLLMANN	65.60				65.60	17	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	01/10/1996	8.00	2.00	8.00	47.60
23815561	RAPHAEL OSTROWSKI JAREMTCHUK	64.00				64.00	18	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	25/06/1995	8.00	6.00	8.00	42.00
23815546	MILENE EDUARDA DANNEMANN	61.20				61.20	19	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	04/07/2004	8.00	4.00	10.00	39.20
23813473	NAIARA KARINA ROCKENBACH	60.80				60.80	20	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	03/11/2001	6.00	4.00	6.00	44.80
23815199	HENRY MARCEL VALIGURA DOMINGUES	60.80				60.80	21	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	13/02/1997	4.00	4.00	8.00	44.80
23815265	MARCELA MACHADO EBEL	59.20				59.20	22	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	23/07/1984	8.00	4.00	8.00	39.20
23813122	DANIELA ALVES OGRODOWSKI	59.20				59.20	23	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	05/06/2000	6.00	4.00	10.00	39.20
23814551	EDUARDA APARECIDA BATISTA	58.00				58.00	24	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	20/10/2004	6.00	4.00	6.00	42.00
23812655	ARTHUR JOSE CAROLESKI	57.60				57.60	25	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14/06/1984	10.00	6.00	8.00	33.60
23815213	LETÍCIA CRISTINA STECKI	57.60				57.60	26	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	11/05/1994	10.00	6.00	8.00	33.60
23813180	CAMILA SABINE SZYMANSKI	56.40				56.40	27	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	29/11/1994	6.00	6.00	8.00	36.40
23815811	BRUNA APARECIDA BUENO FERREIRA	52.40				52.40	28	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	05/10/1999	8.00	6.00	2.00	36.40
23815183	FERNANDA GURALH	50.80				50.80	29	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	26/09/1995	6.00	8.00	6.00	30.80
23814977	GIOVANA APARECIDA JARAZ	50.80				50.80	30	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	04/12/2007	6.00	8.00	6.00	30.80
23815596	GABRIELA CRISTINE DOS SANTOS	88.40				88.40	1	ATENDENTE SOCIAL	13/11/1992	8.00	8.00	8.00	64.40
23814549	FERNANDO LISOVSKI	72.40				72.40	2	ATENDENTE SOCIAL	19/03/1983	10.00	4.00	8.00	50.40
23815543	THAIS LUANA CORREIA	71.60				71.60	3	ATENDENTE SOCIAL	27/04/1995	10.00	6.00	8.00	47.60
23814662	ANALICE LEVANDOSKI DE LARA	70.80				70.80	4	ATENDENTE SOCIAL	20/05/1989	8.00	10.00	8.00	44.80
23814273	CELINE LEVANDOSKI FILISBERTO	69.60				69.60	5	ATENDENTE SOCIAL	18/09/2006	10.00	4.00	8.00	47.60
23815591	GISLAINE GONÇALVES DAS CHAGAS	68.80				68.80	6	ATENDENTE SOCIAL	18/11/2008	10.00	6.00	8.00	44.80
23815253	LILIANE MARSCHALK	68.00				68.00	7	ATENDENTE SOCIAL	28/01/2000	8.00	10.00	8.00	42.00
23815447	PAULA VANESSA LEVANDOSKI	66.00				66.00	8	ATENDENTE SOCIAL	06/03/1992	8.00	8.00	8.00	42.00
23814984	THAIS APARECIDA DA CUNHA	64.80				64.80	9	ATENDENTE SOCIAL	14/01/2008	10.00	2.00	8.00	44.80
23814518	MARCIA CRISTIANE CAVANHA	64.00				64.00	10	ATENDENTE SOCIAL	19/03/1977	8.00	6.00	8.00	42.00
23815261	MARLON HIGOR GUIMARÃES MIKOS	63.20				63.20	11	ATENDENTE SOCIAL	29/10/1999	10.00	6.00	8.00	39.20
23813995	ALINE CRISTINA DA SILVA MACIEL	62.00				62.00	12	ATENDENTE SOCIAL	06/01/1993	10.00	2.00	8.00	42.00
23815581	ANDRESSA FERREIRA	60.00				60.00	13	ATENDENTE SOCIAL	09/03/2001	4.00	6.00	8.00	42.00
23815777	IRENE ARAUJO	59.60				59.60	14	ATENDENTE SOCIAL	18/03/1966	8.00	10.00	8.00	33.60
23812982	MARA ALICE KMITA	56.40				56.40	15	ATENDENTE SOCIAL	30/05/1998	10.00	2.00	8.00	36.40
23815644	LUIS ALEXANDRE KACZOROSKI BUENO	56.40				56.40	16	ATENDENTE SOCIAL	23/03/2004	8.00	2.00	10.00	36.40
23813633	XARLENE RODRIGUES DOS SANTOS	53.60				53.60	17	ATENDENTE SOCIAL	15/01/2008	10.00	2.00	8.00	33.60
23813432	SILVIA APARECIDA RATUCHINIAK RAMPAZZO	52.80				52.80	18	ATENDENTE SOCIAL	16/09/1974	10.00	4.00	8.00	30.80
23814853	VINICIUS DE MELLO ANGELINO	52.80				52.80	19	ATENDENTE SOCIAL	25/02/2008	8.00	6.00	8.00	30.80
23813128	KARINA ELIZABETH DOS SANTOS	51.60				51.60	20	ATENDENTE SOCIAL	30/07/1995	6.00	4.00	8.00	33.60
23815739	WILKEANE MOURA FERREIRA	61.20				61.20	1	AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	11/09/1990	10.00	2.00	10.00	39.20
23815893	GUSTAVO DIAS DE SOUZA	55.60				55.60	2	AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL	13/05/1988	8.00	6.00	8.00	33.60
23814484	FILIPE LEMISZ SILVÉRIO DOS SANTOS	75.60				75.60	1	AUDITOR INTERNO	06/11/1992	8.00	10.00	10.00	47.60
23812687	GABRIEL VALIGURA CARNEIRO	70.40				70.40	2	AUDITOR INTERNO	28/11/2003	6.00	8.00	6.00	50.40
23813067	EDUARDO OLIVEIRA PINTO	64.40				64.40	3	AUDITOR INTERNO	25/10/1981	10.00	8.00	10.00	36.40
23814012	JOHN LENNON PIRES BARBOSA	63.20				63.20	4	AUDITOR INTERNO	18/03/1990	10.00	8.00	6.00	39.20
23815606	JOCÉLIA KLOSTER	62.00				62.00	5	AUDITOR INTERNO	25/08/1973	6.00	6.00	8.00	42.00
23812991	CREVERTON RODRIGUES DE ASSUNCAO	62.00				62.00	6	AUDITOR INTERNO	22/10/1990	6.00	6.00	8.00	42.00
23814926	RENAN DA SILVA SILVEIRA	61.20				61.20	7	AUDITOR INTERNO	10/03/1997	8.00	8.00	6.00	39.20
23813004	FELIX JARAS	55.60				55.60	8	AUDITOR INTERNO	24/01/1999	8.00	6.00	8.00	33.60
23815240	ELUZA ELIANA KRUK CHICHOKI	55.60				55.60	9	AUDITOR INTERNO	08/10/1996	6.00	6.00	10.00	33.60
23815352	JOÃO VITOR PIRES	53.60				53.60	10	AUDITOR INTERNO	31/03/2000	10.00	4.00	6.00	33.60
23812678	BRUNA OSMARINA LISOSKI LIMA	52.80				52.80	11	AUDITOR INTERNO	28/07/1998	8.00	8.00	6.00	30.80
23812583	EVELYN SZPUNAR MAJOLO	52.80				52.80	12	AUDITOR INTERNO	26/11/2002	8.00	8.00	6.00	30.80
23813161	LEANDRO MAKINISKI DO NASCIMENTO	52.80				52.80	13	AUDITOR INTERNO	24/06/1994	6.00	6.00	10.00	30.80
23812679	HEMERSON JOSE KMITA	52.40				52.40	14	AUDITOR INTERNO	30/10/1987	6.00	4.00	6.00	36.40
23814587	IGOR OTAVIO DE OLIVEIRA	52.40				52.40	15	AUDITOR INTERNO	20/12/1999	6.00	4.00	6.00	36.40
23812990	LUIS FELIPE MAGER	51.60				51.60	16	AUDITOR INTERNO	30/11/1994	4.00	4.00	10.00	33.60
23813077	BRUNO RODRIGUES	51.60				51.60	17	AUDITOR INTERNO	23/10/2000	4.00	6.00	8.00	33.60
23815853	CAMILA JAMINE METELSKI RIBEIRO	50.80				50.80	18	AUDITOR INTERNO	20/09/1988	6.00	6.00	8.00	30.80

23814314	YANNICK LEW DE ANDRADE	50.80				50.80	19	AUDITOR INTERNO	27/09/1997	6.00	8.00	6.00	30.80
23814639	GUILHERME FELIPE REGERT STROHMAYER	50.40				50.40	20	AUDITOR INTERNO	07/05/1994	10.00	8.00	10.00	22.40
23812626	MATEUS MARTINS DA SILVA	50.00				50.00	21	AUDITOR INTERNO	17/06/1997	6.00	6.00	10.00	28.00
23815372	SHEILA CONCEIÇÃO RODRIGUES DA SILVA	50.00				50.00	22	AUDITOR INTERNO	08/12/1992	6.00	8.00	8.00	28.00
23814985	FRANCIS HENRIQUE ESTACIO DA SILVA	100.00		83.00		91.50	1	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	07/02/2006	10.00	10.00	10.00	70.00
23814087	ERICK VINÍCIUS FECHNER	72.80		100.00		86.40	2	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16/04/2007	6.00	0.00	8.00	58.80
23814945	LUIS ANTONIO BUENO	89.60		82.00		85.80	3	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12/12/1984	10.00	10.00	8.00	61.60
23815560	EDWARD PAULO DE BORBA	76.80		94.00		85.40	4	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	27/05/1985	8.00	2.00	8.00	58.80
23815766	VINICIUS HENRIQUE DE LARA	75.20		94.00		84.60	5	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	26/09/2005	8.00	4.00	10.00	53.20
23815934	LUCAS SILVEIRA DE SOUZA	68.40		100.00		84.20	6	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	03/08/1996	4.00	6.00	8.00	50.40
23812591	ALLAN KARDEK SANTOS DE BRITO	72.00		94.00		83.00	7	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	09/04/1996	6.00	2.00	8.00	56.00
23815642	GRAZIELI FERNANDA GUEDES	93.20		70.00		81.60	8	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	17/12/2001	10.00	8.00	8.00	67.20
23815054	HEITOR CARDOSO NASCIMENTO	67.20		94.00		80.60	9	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/01/2006	6.00	2.00	6.00	53.20
23814412	VITOR GABRIEL ULTCHAK	74.80		82.00		78.40	10	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	30/08/2007	4.00	4.00	8.00	58.80
23813849	VINICIUS KIMITA MICHALICHEN	71.20		77.00		74.10	11	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	17/06/2007	10.00	0.00	8.00	53.20
23813409	CARIANE PATRÍCIA DE LIMA CHUDZINSKI	81.60		66.00		73.80	12	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/12/1994	10.00	2.00	8.00	61.60
23813913	MARIA EDIVETE NUNES RIBEIRO LEAL	74.80		56.00		65.40	13	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16/08/1992	6.00	4.00	6.00	58.80
23815191	ADINEI GRUBA	70.00		60.00		65.00	14	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	14/08/1975	4.00	2.00	8.00	56.00
23815702	LUCINEIA SCHEFFER	66.40		27.00		46.70	15	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12/04/1977	6.00	0.00	10.00	50.40
23815534	JULIA PELECHATE	64.80		27.00		45.90	16	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	24/06/1968	8.00	4.00	8.00	44.80
23813267	NALDI MARLENE PEROLA DE LIMA	56.80		22.00		39.40	17	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11/04/1968	2.00	2.00	8.00	44.80
23813603	FABRÍCIO ALVES DE SOUSA	59.20				59.20	1	CONTADOR	29/11/1982	6.00	6.00	8.00	39.20
23812950	IZAIULA LECHECHEM	56.40				56.40	2	CONTADOR	20/09/1999	8.00	8.00	4.00	36.40
23812843	AMANDA LUANI DOS SANTOS	50.40				50.40	3	CONTADOR	04/12/2000	6.00	4.00	4.00	36.40
23815807	ELIZANE APARECIDA CADANUS	82.80				82.80	1	COZINHEIRO(A)	13/10/1999	8.00	8.00	8.00	58.80
23815220	SOELI MARIA SEDOR	80.00				80.00	2	COZINHEIRO(A)	19/02/1983	8.00	8.00	8.00	56.00
23815536	MARIA MADALENA KACZOROSKI BUENO	78.80				78.80	3	COZINHEIRO(A)	10/05/1969	8.00	4.00	8.00	58.80
23813991	ELIANE LUZIA TEIXEIRA DE PAULA	76.80				76.80	4	COZINHEIRO(A)	03/01/1987	4.00	6.00	8.00	58.80
23814572	JOSIANE DE FÁTIMA ADRIANO	76.00				76.00	5	COZINHEIRO(A)	23/11/1973	8.00	4.00	8.00	56.00
23813969	MARLI GRUCZKOWSKI OLIVETTI	73.20				73.20	6	COZINHEIRO(A)	26/10/1974	6.00	6.00	8.00	53.20
23815877	JOCELENE DE MEDEIROS	71.20				71.20	7	COZINHEIRO(A)	20/06/1989	6.00	6.00	6.00	53.20
23813834	GRACIELI BONDAN	70.40				70.40	8	COZINHEIRO(A)	22/09/1989	10.00	2.00	8.00	50.40
23812804	ANDIELE VINCOSKI DOS SANTOS SCHRAN	62.40				62.40	9	COZINHEIRO(A)	05/09/1987	4.00	2.00	6.00	50.40
23814620	ROZENI BANACK	60.80				60.80	10	COZINHEIRO(A)	28/03/1977	6.00	2.00	8.00	44.80
23813945	MARIA DO CARMO KACZOROWSKI TENCZNA	60.80				60.80	11	COZINHEIRO(A)	06/05/1984	4.00	4.00	8.00	44.80
23812735	GABRIELY PENKOWSKY	60.80				60.80	12	COZINHEIRO(A)	15/11/2002	4.00	4.00	8.00	44.80
23815524	JUCIELI APARECIDA VAVRENIUK FERNANDES	57.20				57.20	13	COZINHEIRO(A)	05/06/1984	6.00	4.00	8.00	39.20
23813994	RAQUEL DE CRISTO RITZEL	57.20				57.20	14	COZINHEIRO(A)	07/07/1987	6.00	4.00	8.00	39.20
23814903	JULIANO LUIS LOCATELLI	71.60				71.60	1	EDUCADOR FÍSICO	01/07/2005	6.00	10.00	8.00	47.60
23815734	ISMAILEI MARINARA GOIS GRABOWSKI	71.20				71.20	2	EDUCADOR FÍSICO	09/01/1988	8.00	4.00	6.00	53.20
23814266	MARLON LAUREANO DA CRUZ	71.20				71.20	3	EDUCADOR FÍSICO	18/08/2002	4.00	6.00	8.00	53.20
23815467	LUCAS JEAN DE FRANÇA	70.40				70.40	4	EDUCADOR FÍSICO	02/05/2004	6.00	6.00	8.00	50.40
23815361	MARLOM ANTÔNIO JANISZEVSKI	69.60				69.60	5	EDUCADOR FÍSICO	04/02/1995	8.00	6.00	8.00	47.60
23815630	RAFAEL NATA SZYMCYSZYN	69.20				69.20	6	EDUCADOR FÍSICO	05/05/2005	6.00	8.00	2.00	53.20
23815478	JOÃO VITOR DE SOUZA	68.80				68.80	7	EDUCADOR FÍSICO	11/11/2004	6.00	0.00	4.00	58.80
23813778	SIDNEI ADRIANO TARACIUK	67.60				67.60	8	EDUCADOR FÍSICO	07/08/1981	6.00	6.00	8.00	47.60
23813948	EWERTON FRANCISCO DE PAULA	65.20				65.20	9	EDUCADOR FÍSICO	29/10/1993	6.00	0.00	6.00	53.20
23815859	WILLIAN ANDREY BAIAK	53.20				53.20	10	EDUCADOR FÍSICO	27/09/1996	2.00	4.00	8.00	39.20
23813708	KARINI LENY BRAZ DE OLIVEIRA	89.60				89.60	1	ENFERMEIRO	27/10/2002	10.00	8.00	10.00	61.60
23813446	CARLA CAROLINA DE OLIVEIRA	84.40				84.40	2	ENFERMEIRO	30/06/1978	8.00	8.00	4.00	64.40
23813516	ADRIANA APARECIDA TRINDADE	84.40				84.40	3	ENFERMEIRO	29/04/1973	6.00	8.00	6.00	64.40
23813852	TAMARA MILENA COSTA GIACOMINI	83.60				83.60	4	ENFERMEIRO	24/08/1999	8.00	6.00	8.00	61.60
23813014	JULIANA BOREK	82.40				82.40	5	ENFERMEIRO	27/11/1992	6.00	4.00	8.00	64.40
23813454	JOÃO ARISOM SACHINSKI	82.40				82.40	6	ENFERMEIRO	20/09/1997	4.00	6.00	8.00	64.40
23815563	JESIANI POTOKOSKI	78.40				78.40	7	ENFERMEIRO	14/02/1995	4.00	6.00	4.00	64.40
23815435	LUCIANE GARBUS COSTA DA LUZ	78.00				78.00	8	ENFERMEIRO	29/03/1986	10.00	6.00	6.00	56.00
23812585	GISELE MIRANDA	77.60				77.60	9	ENFERMEIRO	04/07/1993	4.00	4.00	8.00	61.60
23813903	ALEXANDRO PACHECO DE OLIVEIRA BUENO	75.20				75.20	10	ENFERMEIRO	07/09/1981	8.00	6.00	8.00	53.20
23812757	JOSUÉ CAMARGO	74.80				74.80	11	ENFERMEIRO	01/09/1986	8.00	2.00	6.00	58.80
23813681	CAROLINE SEROISKA	74.80				74.80	12	ENFERMEIRO	11/04/1998	8.00	4.00	4.00	58.80
23813314	ORIANE LOURENÇO DE SOUZA	74.00				74.00	13	ENFERMEIRO	29/08/2002	6.00	6.00	6.00	56.00

23813630	MAYARA FERNANDA JAREMTCHUK FERNANDES	73.60				73.60	14	ENFERMEIRO	05/09/2001	2.00	6.00	4.00	61.60
23814490	AMANDA FERRAZ	72.80				72.80	15	ENFERMEIRO	15/11/2004	6.00	2.00	6.00	58.80
23815716	LUCIMARI MIRIÃ WRUBLEWSKI	72.40				72.40	16	ENFERMEIRO	18/10/2000	6.00	8.00	8.00	50.40
23813820	FRANCIELI PACHECO STAVICK	72.00				72.00	17	ENFERMEIRO	27/01/1987	8.00	4.00	4.00	56.00
23815621	VALTER AUGUSTINHO DE OLIVEIRA	72.00				72.00	18	ENFERMEIRO	11/08/1984	6.00	2.00	8.00	56.00
23815723	ELENICE LEITE MACHADO	71.60				71.60	19	ENFERMEIRO	20/05/1991	2.00	2.00	6.00	61.60
23814974	AMANDA DA LUZ LIMA	71.20				71.20	20	ENFERMEIRO	29/11/2005	6.00	4.00	8.00	53.20
23813838	GABRIELA ZAKSZESKI	71.20				71.20	21	ENFERMEIRO	18/06/2003	6.00	6.00	6.00	53.20
23815465	TATIANE ALVES DA SILVA DA LUZ BEDRETCHUK	71.20				71.20	22	ENFERMEIRO	23/05/1998	4.00	6.00	8.00	53.20
23813835	KARLA ADRIANA MORAIS	70.40				70.40	23	ENFERMEIRO	22/04/1983	8.00	4.00	8.00	50.40
23813870	ROSANGELA BEREZOWSKI DEMUTH	68.40				68.40	24	ENFERMEIRO	02/04/1991	6.00	6.00	6.00	50.40
23814915	GISELE MARIA MACHADO DE AZEVEDO	68.40				68.40	25	ENFERMEIRO	23/11/2003	6.00	6.00	6.00	50.40
23814074	CARLA MARA CORREA	68.00				68.00	26	ENFERMEIRO	05/11/1988	8.00	0.00	4.00	56.00
23814797	ROSANGELA DIAS	65.60				65.60	27	ENFERMEIRO	27/09/1979	6.00	4.00	8.00	47.60
23812933	GABRIELLI MONDINI KOWALCZIKI	64.40				64.40	28	ENFERMEIRO	23/02/2001	6.00	4.00	4.00	50.40
23815252	LISIÊ TEREZINHA ANTONICZ	63.60				63.60	29	ENFERMEIRO	15/04/2003	6.00	6.00	4.00	47.60
23815753	YASMIM REGINA MARAFON	62.80				62.80	30	ENFERMEIRO	31/01/2005	6.00	4.00	8.00	44.80
23813887	SIRLEI DOMIANSKI	61.60				61.60	31	ENFERMEIRO	22/01/1982	6.00	4.00	4.00	47.60
23815613	EDUARDA DE FÁTIMA BALKOSKI BOSCARDIM	61.60				61.60	32	ENFERMEIRO	09/05/2000	4.00	4.00	6.00	47.60
23812821	LUCIANE PATRICIA FRAGOSO	60.80				60.80	33	ENFERMEIRO	26/01/2004	6.00	4.00	6.00	44.80
23815689	MARIA CRISTIANE DAS CHAGAS	60.00				60.00	34	ENFERMEIRO	04/12/1982	8.00	4.00	6.00	42.00
23813828	LUCIELI CAMILI SZWED	59.60				59.60	35	ENFERMEIRO	11/11/2003	4.00	4.00	4.00	47.60
23813015	PAULA ELIZANDRA BRONOSKI SZNICER	59.20				59.20	36	ENFERMEIRO	29/06/1999	8.00	6.00	6.00	39.20
23813759	CHRYSLAINE FERNANDA TRINDADE	58.80				58.80	37	ENFERMEIRO	11/08/1998	4.00	6.00	4.00	44.80
23812572	ANA RITA DE OLIVEIRA FLORSZ	57.20				57.20	38	ENFERMEIRO	21/06/2005	10.00	6.00	2.00	39.20
23815345	ROGERIO FRANCZAK	57.20				57.20	39	ENFERMEIRO	05/08/1976	6.00	4.00	8.00	39.20
23815603	PRISCILA APARECIDA WALIGURA	55.60				55.60	40	ENFERMEIRO	20/08/2003	2.00	2.00	4.00	47.60
23814615	DALTON GIORDANO ZABANDZALA	92.00				92.00	1	ENGENHEIRO CIVIL	18/07/1996	8.00	8.00	6.00	70.00
23812716	LUIZ FELIPE DE LIMA RAMOS	91.20				91.20	2	ENGENHEIRO CIVIL	24/10/1998	8.00	8.00	8.00	67.20
23815404	LUIZ FELIPE MONTIPO	90.40				90.40	3	ENGENHEIRO CIVIL	17/05/1994	8.00	8.00	10.00	64.40
23815221	ALECSANDRO BOIKO	89.60				89.60	4	ENGENHEIRO CIVIL	30/10/1994	10.00	10.00	8.00	61.60
23814652	GABRIEL BEHRENS ANDRADE	89.60				89.60	5	ENGENHEIRO CIVIL	02/03/2003	8.00	10.00	10.00	61.60
23815024	CAIO ROBERTO PANACIONI	86.40				86.40	6	ENGENHEIRO CIVIL	09/12/1992	6.00	8.00	8.00	64.40
23814005	RICARDO RODRIGUES VIEIRA	82.80				82.80	7	ENGENHEIRO CIVIL	18/12/1989	6.00	8.00	10.00	58.80
23813396	ALEXANDRE JOSÉ SNICER FELIX DOS SANTOS	81.20				81.20	8	ENGENHEIRO CIVIL	12/04/2001	4.00	6.00	4.00	67.20
23815838	FELIPE LIBARDI	80.80				80.80	9	ENGENHEIRO CIVIL	07/08/1995	6.00	6.00	10.00	58.80
23812903	VALMIR MICHALSKI	79.60				79.60	10	ENGENHEIRO CIVIL	30/10/2000	4.00	8.00	6.00	61.60
23815415	GABRIELE GOLENIA	78.80				78.80	11	ENGENHEIRO CIVIL	31/12/1998	6.00	8.00	6.00	58.80
23815847	CARLOS ALEXANDRE CAUS DA SILVA	77.20				77.20	12	ENGENHEIRO CIVIL	19/01/2001	8.00	8.00	8.00	53.20
23815752	GISLAINE ALINE ZABOROSKI	76.00				76.00	13	ENGENHEIRO CIVIL	25/04/1991	10.00	4.00	6.00	56.00
23814739	THIAGO MELO DOS SANTOS	76.00				76.00	14	ENGENHEIRO CIVIL	15/06/1995	8.00	6.00	6.00	56.00
23815329	GISLAINE BENZAK PORN	76.00				76.00	15	ENGENHEIRO CIVIL	21/11/1982	6.00	8.00	6.00	56.00
23815332	GUILHERME LINDOLFO SCHEID	75.60				75.60	16	ENGENHEIRO CIVIL	04/01/1999	6.00	4.00	4.00	61.60
23815298	EVELIN KONIG	73.20				73.20	17	ENGENHEIRO CIVIL	16/12/1996	4.00	8.00	8.00	53.20
23813737	HENRIQUE EHLERT	70.40				70.40	18	ENGENHEIRO CIVIL	16/07/1985	6.00	8.00	6.00	50.40
23812733	ANA CAROLINE KREKNICKI	66.40				66.40	19	ENGENHEIRO CIVIL	07/07/2001	6.00	4.00	6.00	50.40
23814481	FABRICIO OLINEK SILVA	64.00				64.00	20	ENGENHEIRO CIVIL	20/06/2002	10.00	8.00	4.00	42.00
23815801	MARIA EDUARDA DE CAMARGO HILÁRIO	89.20				89.20	1	FARMACÊUTICO	25/02/2002	10.00	4.00	8.00	67.20
23815706	BEATRIZ ALINE VETTERLEIN DE CASTRO	88.40				88.40	2	FARMACÊUTICO	26/03/1995	6.00	10.00	8.00	64.40
23813189	RAFAELA CRISTINE COBOS	86.40				86.40	3	FARMACÊUTICO	28/01/1995	10.00	6.00	6.00	64.40
23812943	ALINE FERNANDA ALTENRADT VISKOSKI	86.40				86.40	4	FARMACÊUTICO	18/06/1997	8.00	6.00	8.00	64.40
23815557	KELLYN APARECIDA KMITA	86.40				86.40	5	FARMACÊUTICO	12/01/1987	8.00	8.00	6.00	64.40
23812625	MARCIELE VERGOPOLAN DOS SANTOS BERNARDI	85.60				85.60	6	FARMACÊUTICO	24/04/1999	10.00	4.00	10.00	61.60
23813428	ANA CLAUDIA FRANCO LESZAK	81.60				81.60	7	FARMACÊUTICO	23/05/1997	6.00	8.00	6.00	61.60
23815705	CAUÊ EDUARDO MICHALICHEN	78.80				78.80	8	FARMACÊUTICO	18/05/2004	4.00	8.00	8.00	58.80
23814889	GABRIELI EDUARDA MÜLLER NALLON	77.60				77.60	9	FARMACÊUTICO	19/05/2002	4.00	6.00	6.00	61.60
23814616	EULLER DOS SANTOS LEITE	76.80				76.80	10	FARMACÊUTICO	24/04/2001	8.00	4.00	6.00	58.80
23812586	JOYCE MARI HOINACKI	76.40				76.40	11	FARMACÊUTICO	29/09/1989	2.00	4.00	6.00	64.40
23815728	LAUANA TOMKI DE LIMA	74.80				74.80	12	FARMACÊUTICO	19/06/2003	6.00	6.00	4.00	58.80
23814205	LAIS GRIMUZA LIMA PEREIRA	74.00				74.00	13	FARMACÊUTICO	11/07/1997	6.00	4.00	8.00	56.00
23815574	JULIO CESAR CHUEDE	73.60				73.60	14	FARMACÊUTICO	25/07/1979	6.00	2.00	4.00	61.60

23814282	AMANDA FAGUNDES CARVALHO PINTO	73.20				73.20	15	FARMACÊUTICO	28/10/1988	8.00	4.00	8.00	53.20
23813365	ALEXANDRA RAYANE DE MORAES	73.20				73.20	16	FARMACÊUTICO	11/11/2001	8.00	4.00	8.00	53.20
23813990	CRISTIANE DOROCINSKI	71.20				71.20	17	FARMACÊUTICO	25/04/2004	4.00	8.00	6.00	53.20
23815948	NICOLAS ADLER MICHEL DE MORAIS	69.20				69.20	18	FARMACÊUTICO	12/03/1993	6.00	4.00	6.00	53.20
23813832	AMANDA OLIVETTE LOTH	68.80				68.80	19	FARMACÊUTICO	17/07/2000	4.00	2.00	4.00	58.80
23812909	ALAN DE ANASTACIO	66.40				66.40	20	FARMACÊUTICO	21/11/1994	8.00	2.00	6.00	50.40
23814793	VITÓRIA CINTIA DOS SANTOS	65.60				65.60	21	FARMACÊUTICO	18/03/2005	4.00	6.00	8.00	47.60
23813796	BRENO SOKALSKI DE PAULA	63.60				63.60	22	FARMACÊUTICO	19/02/2003	4.00	6.00	6.00	47.60
23815368	EDUARDA APARECIDA SCHACK	57.60				57.60	23	FARMACÊUTICO	30/09/2004	8.00	0.00	2.00	47.60
23815496	RAFAEL WILLIAM WEISSHAAR	81.60				81.60	1	FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS	28/06/1991	6.00	6.00	8.00	61.60
23815926	GILSIMAR ALVES DE MATOS BARROS	75.20				75.20	2	FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS	02/07/1985	6.00	10.00	6.00	53.20
23813892	SUÉLYN NINOV VIDAL	74.80				74.80	3	FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS	20/12/1997	6.00	4.00	6.00	58.80
23815863	SERGIO AUGUSTO PASZKO	68.80				68.80	4	FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS	12/02/1997	10.00	8.00	6.00	44.80
23813709	EDUARDO KOSINSKI	67.20				67.20	5	FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS	16/07/2003	6.00	0.00	8.00	53.20
23813710	ROBERTO CARLOS PROCÓPIO	66.00				66.00	6	FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS	23/10/1969	8.00	8.00	8.00	42.00
23814115	MARCOS EDUARDO WINYK	57.60				57.60	7	FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS	18/01/2000	4.00	2.00	4.00	47.60
23812604	ANDRÉ LUIS ESTACHESKI	91.20				91.20	1	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	11/08/1994	6.00	8.00	10.00	67.20
23813536	JESSICA VANESSA DE OLIVEIRA ZABOROSKI	85.60				85.60	2	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	24/06/1990	10.00	6.00	8.00	61.60
23815245	LEANDRO PECHEBELA	77.20				77.20	3	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	12/10/1981	4.00	10.00	10.00	53.20
23812624	GIZLAINE CARNEIRO DE CAMPOS	75.60				75.60	4	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	25/07/1988	10.00	8.00	10.00	47.60
23815482	CLAUDINEI DE FARIAS	74.00				74.00	5	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	12/02/1979	4.00	8.00	6.00	56.00
23815048	ANDRÉ LUIZ BARBOSA	70.80				70.80	6	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	25/03/1984	6.00	10.00	10.00	44.80
23813235	RAÍSSA FIDELES DA LUZ	70.40				70.40	7	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	18/02/2008	6.00	6.00	8.00	50.40
23815248	FABIO GREGÓRIO VENANCIO	69.60				69.60	8	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	14/12/1993	6.00	10.00	6.00	47.60
23815625	VINCENT GABRIEL SCHULTZ RIBEIRO	69.60				69.60	9	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	22/05/2009	4.00	8.00	10.00	47.60
23815827	LAURA VITÓRIA DA SILVA AGRA	68.80				68.80	10	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	03/01/2008	6.00	8.00	10.00	44.80
23815690	PEDRO CLEVERTON BUENO COSTA	68.40				68.40	11	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	28/04/1995	4.00	6.00	8.00	50.40
23815933	CLARA CAROLINE UNIAT	66.80				66.80	12	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	09/02/1994	6.00	8.00	8.00	44.80
23815497	KATHLEEN VIVIANE TEIXEIRA	66.40				66.40	13	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	19/11/1984	2.00	6.00	8.00	50.40
23813420	CARLIN THASIANE COELHO	65.60				65.60	14	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	20/12/1992	8.00	4.00	6.00	47.60
23815449	ANDRÉ ALGACIR BANASZEWSKI	64.80				64.80	15	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	15/07/1971	6.00	6.00	8.00	44.80
23815446	RODRIGO COMERLATO	64.80				64.80	16	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	28/11/1985	6.00	8.00	6.00	44.80
23813559	SIOMARA DAYANE ROIEK	62.80				62.80	17	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	24/06/1982	4.00	4.00	10.00	44.80
23815804	ROGÉRIO VIAL	62.80				62.80	18	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	30/08/1979	2.00	8.00	8.00	44.80
23813021	ADILSON BANDYSZEWSKI	62.00				62.00	19	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	13/03/1999	6.00	4.00	10.00	42.00
23815428	ALEX FABIO LEMES GONCALVES	62.00				62.00	20	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	26/04/1995	6.00	6.00	8.00	42.00
23815224	ANDRÉ EUGENIO COVALCHUK	62.00				62.00	21	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	14/10/2004	6.00	6.00	8.00	42.00
23812648	ARTHUR JOSE CAROLESKI	60.40				60.40	22	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	14/06/1984	4.00	10.00	10.00	36.40
23812810	CRISTIANO CARNEIRO DECENI	60.00				60.00	23	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	16/05/1992	6.00	4.00	8.00	42.00
23814886	RONALDO HENRIQUE KARAS	60.00				60.00	24	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	30/06/2002	4.00	6.00	8.00	42.00
23812912	CLESLAINE TAIARA MULLER	60.00				60.00	25	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	26/12/2003	2.00	8.00	8.00	42.00
23815604	JÉSSICA ALINE KARBOWSKI	60.00				60.00	26	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	02/02/2005	2.00	8.00	8.00	42.00
23813272	ALEXSANDRO CARNEIRO DECENI	59.20				59.20	27	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	28/12/1994	4.00	8.00	8.00	39.20
23813079	ALINE FABIULA PORTELA	58.80				58.80	28	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	15/09/1987	4.00	4.00	6.00	44.80
23814708	EMANUELLY VITÓRIA PLANTES DE SÁ	58.00				58.00	29	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	12/02/2008	4.00	6.00	6.00	42.00
23815941	ITALO FABIANO GONÇALVES	58.00				58.00	30	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	05/06/2004	0.00	8.00	8.00	42.00
23812871	VANESSA SUELEN MARQUES	57.20				57.20	31	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	16/11/1988	4.00	6.00	8.00	39.20
23815571	BRUNO ALVES RIBEIRO	57.20				57.20	32	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	23/07/2003	4.00	8.00	6.00	39.20
23815949	ERICSON LOURENÇO DE SOUZA	57.20				57.20	33	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	06/07/1997	2.00	10.00	6.00	39.20
23815376	EDIPO EMANUEL DOS SANTOS FIORENTIN	57.20				57.20	34	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	29/04/1993	0.00	8.00	10.00	39.20
23815558	ROSE MARI DA SILVA	56.40				56.40	35	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	25/11/1986	8.00	6.00	6.00	36.40
23814576	FELIPE WATAMBAK	56.40				56.40	36	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	12/02/1994	4.00	6.00	10.00	36.40
23815799	TAINARA SIQUEIRA	56.40				56.40	37	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	31/12/1995	4.00	8.00	8.00	36.40
23814141	PRISCILA DE RAMOS	56.00				56.00	38	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	02/01/1992	4.00	6.00	4.00	42.00
23815187	VOLNEY RODRIGO LOTH MAZUREK	56.00				56.00	39	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	19/05/1980	0.00	6.00	8.00	42.00
23813013	TAUAN DE LIMA MOREIRA	55.20				55.20	40	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	11/02/2002	4.00	6.00	6.00	39.20
23813543	GIORGIA DELVOSS SIKORSKI	54.40				54.40	41	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	10/08/2005	4.00	6.00	8.00	36.40
23813340	MARK DAVIS DA SILVA	54.40				54.40	42	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	06/03/2000	4.00	8.00	6.00	36.40
23815386	CHARLES FRANCISCO PAVARIN	53.20				53.20	43	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	17/12/1979	2.00	6.00	6.00	39.20
23815527	MARCOS PAULO MENIN	52.40				52.40	44	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	15/11/1981	4.00	8.00	4.00	36.40
23815555	GABRIELY APARECIDA DE MIRANDA	51.60				51.60	45	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	24/03/2009	6.00	8.00	4.00	33.60

23815379	GISLAINE PATRICIA BIAZUS	50.00				50.00	46	FISCAL DE RENDAS E POSTURAS	01/12/1990	0.00	4.00	4.00	42.00
23815703	SIMONE BENDER	60.80				60.80	1	FISIOTERAPEUTA	16/02/1976	6.00	0.00	10.00	44.80
23813718	ELLEN PATRÍCIA KOHUT	60.00				60.00	2	FISIOTERAPEUTA	15/04/2003	8.00	4.00	6.00	42.00
23815957	ANA PAULA SENN	57.20				57.20	3	FISIOTERAPEUTA	14/12/1994	8.00	4.00	6.00	39.20
23814446	MARIA EDUARDA GRENTESKI FARIA RAMOS	57.20				57.20	4	FISIOTERAPEUTA	04/08/2005	8.00	4.00	6.00	39.20
23813800	JESSICA THAYANE COELHO SÃO JOSÉ	56.40				56.40	5	FISIOTERAPEUTA	02/09/1992	6.00	8.00	6.00	36.40
23812680	NATIELY APARECIDA DA SILVA FIGUEROA	56.00				56.00	6	FISIOTERAPEUTA	27/10/1999	6.00	4.00	4.00	42.00
23815336	FRANCIANY CAMILA CAVANHA	55.60				55.60	7	FISIOTERAPEUTA	15/07/2002	10.00	8.00	4.00	33.60
23814245	MOANA BERLATTO	54.40				54.40	8	FISIOTERAPEUTA	21/03/1994	8.00	4.00	6.00	36.40
23815819	MARIANA CRISTINA RODRIGUES PICHARK	54.40				54.40	9	FISIOTERAPEUTA	19/11/1997	6.00	6.00	6.00	36.40
23813049	JULIANE CAROLINE LOTEK	53.20				53.20	10	FISIOTERAPEUTA	28/12/1993	8.00	4.00	2.00	39.20
23814315	SANDRA DANIELE KLAK	52.80				52.80	11	FISIOTERAPEUTA	30/05/2004	6.00	10.00	6.00	30.80
23812635	DAIANE NICOLLY DUMA	51.20				51.20	12	FISIOTERAPEUTA	26/12/2004	4.00	4.00	4.00	39.20
23815674	BRUNA MICHELE MILCZUK	72.40				72.40	1	FONOAUDIÓLOGO	22/11/2002	10.00	6.00	6.00	50.40
23812925	KELLY FÁTIMA DA CRUZ	68.40				68.40	2	FONOAUDIÓLOGO	16/01/2005	6.00	8.00	4.00	50.40
23813631	BRENDA ELISA BEUREN	64.40				64.40	3	FONOAUDIÓLOGO	05/01/2005	8.00	2.00	4.00	50.40
23815858	DANIEL KOTRICH STANISZEWSKI	81.20	60.25			81.20	1	MECÂNICO	24/01/1994	0.00	8.00	6.00	67.20
23812699	LAUTAIR MOREIRA DA CRUZ	63.20	51.00			63.20	2	MECÂNICO	02/06/1980	6.00	2.00	2.00	53.20
23815660	FELIPE DO CARMO BOGARIN	88.40				88.40	1	MÉDICO AUDITOR	24/07/1994	8.00	6.00	10.00	64.40
23814109	GUSTAVO RODRIGUES POSSEBOM	83.60				83.60	2	MÉDICO AUDITOR	17/05/1997	6.00	8.00	8.00	61.60
23814878	FÁBIO NORONHA CUNHA	77.20				77.20	3	MÉDICO AUDITOR	10/08/1993	8.00	6.00	10.00	53.20
23813495	RUBIA LOPES RODRIGUES	66.40				66.40	4	MÉDICO AUDITOR	06/03/1996	6.00	4.00	6.00	50.40
23815462	JULIANA DOS SANTOS MARQUES	63.60				63.60	5	MÉDICO AUDITOR	16/06/1988	6.00	4.00	6.00	47.60
23814088	MARIA ANGÉLICA JUNGLES MALIKOSKI	90.40				90.40	1	MÉDICO CLÍNICO GERAL	27/05/2002	8.00	8.00	10.00	64.40
23812643	VITOR DIAS ESPINDOLA	84.00				84.00	2	MÉDICO CLÍNICO GERAL	08/05/1996	10.00	8.00	10.00	56.00
23812875	CAROLINE MARY MATSUMOTO	84.00				84.00	3	MÉDICO CLÍNICO GERAL	27/01/1998	8.00	10.00	10.00	56.00
23814766	GABRIEL VOLPATO ROCHA	82.80				82.80	4	MÉDICO CLÍNICO GERAL	10/07/2001	6.00	10.00	8.00	58.80
23815271	ALINE DAVID	80.80				80.80	5	MÉDICO CLÍNICO GERAL	29/11/2001	8.00	8.00	6.00	58.80
23815441	MARINA ONDRUSCH DE BARCELOS	80.00				80.00	6	MÉDICO CLÍNICO GERAL	29/11/1993	8.00	6.00	10.00	56.00
23814232	MARCOS OTÁVIO BUENO	79.20				79.20	7	MÉDICO CLÍNICO GERAL	04/06/2002	10.00	6.00	10.00	53.20
23814386	GUILHERME JARENTCHUK	77.20				77.20	8	MÉDICO CLÍNICO GERAL	23/01/1992	8.00	8.00	8.00	53.20
23813898	GUILHERME DE LIMA SCHWAIKARTT	76.40				76.40	9	MÉDICO CLÍNICO GERAL	05/09/2000	8.00	8.00	10.00	50.40
23814734	BENJAMIN SAUER	75.20				75.20	10	MÉDICO CLÍNICO GERAL	17/10/2001	6.00	8.00	8.00	53.20
23813366	THAIS DOS SANTOS SCHEID	74.80				74.80	11	MÉDICO CLÍNICO GERAL	28/12/1999	10.00	10.00	10.00	44.80
23813036	ALAN BUENO	73.60				73.60	12	MÉDICO CLÍNICO GERAL	13/09/1985	8.00	8.00	10.00	47.60
23815781	KAREN ALMEIDA CAMARGO	73.60				73.60	13	MÉDICO CLÍNICO GERAL	19/09/2000	8.00	8.00	10.00	47.60
23815813	ROSELAINE WENTZ KOCH	71.20				71.20	14	MÉDICO CLÍNICO GERAL	22/12/1979	8.00	6.00	4.00	53.20
23813273	BIBIANA DENAGÉIA GAVRONSKI	70.80				70.80	15	MÉDICO CLÍNICO GERAL	09/07/2001	10.00	8.00	8.00	44.80
23815808	LUIZ AUGUSTO DA SILVA MAIA DA CUNHA	70.00				70.00	16	MÉDICO CLÍNICO GERAL	07/01/1978	10.00	8.00	10.00	42.00
23812813	IGOR MIGUEL PINKOSKI	70.00				70.00	17	MÉDICO CLÍNICO GERAL	08/08/1994	8.00	10.00	10.00	42.00
23813851	FELIPE MATEUS UBERNA GIACOMINI	68.80				68.80	18	MÉDICO CLÍNICO GERAL	02/05/1995	6.00	10.00	8.00	44.80
23814071	GREGORY MICHEL BECH	68.40				68.40	19	MÉDICO CLÍNICO GERAL	11/08/2000	4.00	6.00	8.00	50.40
23813557	JAQUELINE DOS SANTOS CHAGAS	68.00				68.00	20	MÉDICO CLÍNICO GERAL	24/01/1995	10.00	8.00	8.00	42.00
23813886	GIULIA SVIDERSKI DE CAMPOS	67.60				67.60	21	MÉDICO CLÍNICO GERAL	07/08/2000	6.00	8.00	6.00	47.60
23815950	JENIFFER GLASS DA SILVA RIBAS	66.80				66.80	22	MÉDICO CLÍNICO GERAL	23/07/1978	8.00	6.00	8.00	44.80
23813436	ORLANDO CARLOS FLEITH SOBRINHO	66.00				66.00	23	MÉDICO CLÍNICO GERAL	13/11/1962	8.00	6.00	10.00	42.00
23815786	MARIANE CORDEIRO VERCKA	66.00				66.00	24	MÉDICO CLÍNICO GERAL	28/10/1999	6.00	8.00	10.00	42.00
23813000	DARIAN VINICIUS BANHUKI PROCRIFKA GALVAO	65.60				65.60	25	MÉDICO CLÍNICO GERAL	15/06/1994	4.00	6.00	8.00	47.60
23815422	KERLLYN KATHYANA BERECHAVINSKI SCENDRZYK	65.20				65.20	26	MÉDICO CLÍNICO GERAL	25/08/1998	8.00	10.00	8.00	39.20
23815748	ANGELA BARBIERI DILL	64.80				64.80	27	MÉDICO CLÍNICO GERAL	28/02/2002	8.00	4.00	8.00	44.80
23814378	LUCAS RALF HEINZLE KUHR	64.80				64.80	28	MÉDICO CLÍNICO GERAL	08/07/1994	8.00	6.00	6.00	44.80
23815765	DÉBORA GUIMARÃES KOVALSKI	64.80				64.80	29	MÉDICO CLÍNICO GERAL	25/04/1995	6.00	6.00	8.00	44.80
23813487	ERIKAH MANASHA DA CONCEICAO SALETI	64.00				64.00	30	MÉDICO CLÍNICO GERAL	10/10/1999	6.00	8.00	8.00	42.00
23815451	GUSTAVO HENRIQUE MATZENBACHER TREVISOL	62.80				62.80	31	MÉDICO CLÍNICO GERAL	04/10/2000	6.00	4.00	8.00	44.80
23815802	GIORGIA MARIA ROCKENBACH	62.00				62.00	32	MÉDICO CLÍNICO GERAL	26/06/1981	8.00	6.00	6.00	42.00
23815932	ALINE CORRÊA DA SILVA	61.60				61.60	33	MÉDICO CLÍNICO GERAL	05/09/1997	10.00	10.00	8.00	33.60
23812762	ANA AUGUSTA KRASSOWSKI FRANCO	61.20				61.20	34	MÉDICO CLÍNICO GERAL	24/01/2000	6.00	8.00	8.00	39.20
23813323	ELVIS CASQUET RIBEIRO JUNIOR	60.40				60.40	35	MÉDICO CLÍNICO GERAL	14/01/1999	8.00	8.00	8.00	36.40
23814010	JOAO PAULO SCHREINER CORREA	60.40				60.40	36	MÉDICO CLÍNICO GERAL	12/10/1986	6.00	10.00	8.00	36.40
23813641	LUANA MYLENA DE OLIVEIRA	59.20				59.20	37	MÉDICO CLÍNICO GERAL	17/10/2000	8.00	6.00	6.00	39.20
23815768	DAIANE GUIMARÃES	59.20				59.20	38	MÉDICO CLÍNICO GERAL	30/07/2004	8.00	6.00	6.00	39.20

23814645	LUCAS DEREVESKI MOREIRA DE CASTILHO	58.40				58.40	39	MÉDICO CLÍNICO GERAL	08/08/1994	6.00	6.00	10.00	36.40
23814565	ESTER DE FRANÇA RUBY	58.00				58.00	40	MÉDICO CLÍNICO GERAL	01/04/1984	6.00	6.00	4.00	42.00
23815923	FELIPE KUIAVA KELLER	57.60				57.60	41	MÉDICO CLÍNICO GERAL	29/07/2003	8.00	8.00	8.00	33.60
23814571	CLAUDINEIA SOARES DIAS	53.20				53.20	42	MÉDICO CLÍNICO GERAL	23/06/1985	4.00	2.00	8.00	39.20
23812792	ÍCARO DAMASCENO DE OLIVEIRA	51.20				51.20	43	MÉDICO CLÍNICO GERAL	03/09/1990	4.00	2.00	6.00	39.20
23812578	BRENDA THOMAS	83.60				83.60	1	MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA	16/02/1997	8.00	8.00	6.00	61.60
23814380	JOYCE ALINE BALDINI	72.00				72.00	2	MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA	06/09/1988	6.00	4.00	6.00	56.00
23815294	LUIZ ROBERTO SANTOS PIRES	55.20				55.20	3	MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA	09/04/1956	4.00	6.00	6.00	39.20
23813508	GABRIELE PFEIFER	80.00				80.00	1	MÉDICO PSF	07/03/1995	8.00	8.00	8.00	56.00
23813952	BARBARA PIRES SANTOS	79.20				79.20	2	MÉDICO PSF	17/07/1995	10.00	8.00	8.00	53.20
23815694	VITOR ALIOT DA COSTA	79.20				79.20	3	MÉDICO PSF	31/05/2001	10.00	8.00	8.00	53.20
23813374	LUANA LIMAS DE SOUZA DO CARMO	79.20				79.20	4	MÉDICO PSF	01/01/1998	8.00	8.00	10.00	53.20
23814826	ADRIANE MELO	78.80				78.80	5	MÉDICO PSF	06/02/1986	10.00	4.00	6.00	58.80
23815722	JULIANA ARGENTA	75.60				75.60	6	MÉDICO PSF	28/07/1995	10.00	10.00	8.00	47.60
23813984	PAULO AUWARTER	73.60				73.60	7	MÉDICO PSF	28/05/1998	8.00	10.00	8.00	47.60
23812756	ANA ISABEL MORAIS FRANCHIN	72.40				72.40	8	MÉDICO PSF	02/09/1999	10.00	6.00	6.00	50.40
23815742	THUANY FRANÇA TIBES	71.60				71.60	9	MÉDICO PSF	30/10/1997	10.00	6.00	8.00	47.60
23814908	LUIZA TAUANA KURITZA	70.40				70.40	10	MÉDICO PSF	26/12/1997	6.00	8.00	6.00	50.40
23815501	JOÃO PEDRO ROCKENBACH SEGER	68.40				68.40	11	MÉDICO PSF	05/04/2000	6.00	4.00	8.00	50.40
23815740	GIOVANNE AURELIO OLIVEIRA DE PAULA	64.80				64.80	12	MÉDICO PSF	20/06/1994	6.00	6.00	8.00	44.80
23815787	MATHEUS LUIS DE OLIVEIRA	58.80				58.80	13	MÉDICO PSF	18/04/1996	2.00	4.00	8.00	44.80
23814395	ROGÉRIO DE LIMA ROGÉRIO	56.00				56.00	14	MÉDICO PSF	09/08/1989	4.00	4.00	6.00	42.00
23814449	LUCIANE FURMANIAK	94.00				94.00	1	MÉDICO VETERINÁRIO	23/07/2004	8.00	10.00	6.00	70.00
23815312	CAROLINE SCHMID	93.20				93.20	2	MÉDICO VETERINÁRIO	16/02/1990	8.00	10.00	8.00	67.20
23813923	DEIVIN JULIO CORREIA	92.00				92.00	3	MÉDICO VETERINÁRIO	10/08/1992	6.00	10.00	6.00	70.00
23814283	ANA CAROLYNE KOCHAN	90.00				90.00	4	MÉDICO VETERINÁRIO	24/01/2000	8.00	4.00	8.00	70.00
23815423	SULIVAN LUIZ ZAGANIN	89.20				89.20	5	MÉDICO VETERINÁRIO	27/12/1978	6.00	8.00	8.00	67.20
23813030	CRISTIANE PEREIRA PEDRONI	86.40				86.40	6	MÉDICO VETERINÁRIO	25/03/1980	6.00	8.00	8.00	64.40
23813083	JENNYFER LAYANE MORINI	86.00				86.00	7	MÉDICO VETERINÁRIO	20/08/1997	6.00	4.00	6.00	70.00
23815171	HEYTOR KOMNISKI BUASCZYK	86.00				86.00	8	MÉDICO VETERINÁRIO	02/10/2001	6.00	6.00	4.00	70.00
23814256	JOSÉ MACIEY KOTECKI	86.00				86.00	9	MÉDICO VETERINÁRIO	24/01/2001	4.00	6.00	6.00	70.00
23815375	GUILHERME SANDER	85.20				85.20	10	MÉDICO VETERINÁRIO	29/09/1992	6.00	4.00	8.00	67.20
23813541	MÔNICA ROBERTA SCHREINER	83.20				83.20	11	MÉDICO VETERINÁRIO	30/12/1994	6.00	8.00	2.00	67.20
23814493	ANDRESSA DAL PAZ BALBINOT	73.60				73.60	12	MÉDICO VETERINÁRIO	14/08/2006	4.00	4.00	4.00	61.60
23815873	DOUGLAS FRANCISCO HABECK	73.20				73.20	13	MÉDICO VETERINÁRIO	14/09/1989	6.00	0.00	0.00	67.20
23815624	THAIS APARECIDA FRANCO BORGES	71.60				71.60	14	MÉDICO VETERINÁRIO	08/02/1994	4.00	0.00	6.00	61.60
23815095	ALEKSANDRO DE BRITO	70.80				70.80	15	MÉDICO VETERINÁRIO	04/08/2000	4.00	6.00	2.00	58.80
23815262	TANIA CLAUDIA THIBES	69.20				69.20	16	MÉDICO VETERINÁRIO	13/04/1992	4.00	6.00	6.00	53.20
23813988	ANTÔNIO MARCOS MACIEL	83.20	100.00			91.60	1	MOTORISTA	26/08/1987	4.00	6.00	6.00	67.20
23813003	IGOR MARCELO MENDES DE OLIVEIRA	83.20	100.00			91.60	2	MOTORISTA	10/01/1997	2.00	6.00	8.00	67.20
23814738	FRANCIS RAFAEL DOS SANTOS	80.40	100.00			90.20	3	MOTORISTA	26/04/1985	2.00	6.00	8.00	64.40
23813125	ROBSON MATOS DOS SANTOS	89.20	90.00			89.60	4	MOTORISTA	28/10/1996	4.00	8.00	10.00	67.20
23812788	VILSON AUGUSTO FILISBERTO	77.60	100.00			88.80	5	MOTORISTA	15/07/1969	2.00	6.00	8.00	61.60
23815938	JOÃO MARIA VANDERLEI DE OLIVEIRA	76.80	100.00			88.40	6	MOTORISTA	15/04/1980	4.00	8.00	6.00	58.80
23814463	GERSON CAIMI	76.40	100.00			88.20	7	MOTORISTA	03/09/1978	0.00	6.00	6.00	64.40
23814536	ANDRÉ DA SILVA MOREIRA	81.20	95.00			88.10	8	MOTORISTA	07/04/1987	2.00	4.00	8.00	67.20
23813791	CÍCERO SIMÃO DE LIMA	85.20	90.00			87.60	9	MOTORISTA	04/09/1989	2.00	8.00	8.00	67.20
23812576	FLÁVIO LUCZKIEWICZ	77.60	95.00			86.30	10	MOTORISTA	03/08/1989	4.00	6.00	6.00	61.60
23815692	FABIANO PODGURSKI	76.40	95.00			85.70	11	MOTORISTA	22/03/1982	2.00	6.00	4.00	64.40
23815834	FABRÍCIO DZIURKOWSKI	78.40	90.00			84.20	12	MOTORISTA	31/08/2000	2.00	6.00	6.00	64.40
23812766	MÁRCIO ULTCHAK	88.00	80.00			84.00	13	MOTORISTA	31/01/1989	6.00	6.00	6.00	70.00
23814592	CESAR PIJAK	77.60	90.00			83.80	14	MOTORISTA	01/04/1987	4.00	6.00	6.00	61.60
23814601	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	83.20	80.00			81.60	15	MOTORISTA	13/06/1975	6.00	4.00	6.00	67.20
23813662	LUIZ BAZO	77.60	80.00			78.80	16	MOTORISTA	09/01/1988	4.00	6.00	6.00	61.60
23815846	CLAUDINEI JOSE MAGUELNISKI	80.40	75.00			77.70	17	MOTORISTA	10/08/1984	4.00	8.00	4.00	64.40
23815218	LUIS VILSON KOTOSKI	78.40	75.00			76.70	18	MOTORISTA	31/12/1977	4.00	4.00	6.00	64.40
23815587	LUIS FELIPE FLORES PEDROSA	81.20	70.00			75.60	19	MOTORISTA	28/11/1988	2.00	4.00	8.00	67.20
23815195	RODRIGO DA LUZ TABISZ	79.20	70.00			74.60	20	MOTORISTA	15/09/1989	0.00	6.00	6.00	67.20
23813958	ANDRE LUIZ KOTOSKI	77.60	55.00			66.30	21	MOTORISTA	09/12/1992	2.00	6.00	8.00	61.60
23814258	MARCELO GREGÓRIO PASTERNAK	79.60	50.00			64.80	22	MOTORISTA	29/04/1981	4.00	8.00	6.00	61.60
23814892	KELY ZAPOTOCZNY	77.20				77.20	1	NUTRICIONISTA	11/02/1997	8.00	8.00	8.00	53.20

23814188	MARCIA REGINA NOERNBERG	71.20				71.20	2	NUTRICIONISTA	09/04/1974	6.00	8.00	4.00	53.20
23815821	LAÍS LEILANE BURATTI MIBACH	66.80				66.80	3	NUTRICIONISTA	20/02/1987	8.00	6.00	8.00	44.80
23814004	TATIANE BAUFLEUR	64.80				64.80	4	NUTRICIONISTA	22/04/1998	6.00	8.00	6.00	44.80
23815572	ROSANE VIER DE BORBA	64.00				64.00	5	NUTRICIONISTA	16/11/1970	6.00	6.00	10.00	42.00
23814208	LETÍCIA SOARES DE MELO SILVA	62.80				62.80	6	NUTRICIONISTA	15/03/1997	8.00	2.00	8.00	44.80
23812728	SAMARA BELINSKI	62.80				62.80	7	NUTRICIONISTA	15/03/2004	6.00	6.00	6.00	44.80
23812589	TATIANE KAMILE OLIVETTI JAZINSKI	61.20				61.20	8	NUTRICIONISTA	20/12/1992	6.00	8.00	8.00	39.20
23815806	GABRIEL SOPELSA	61.20				61.20	9	NUTRICIONISTA	09/02/2003	6.00	8.00	8.00	39.20
23813054	MICHELE LOURENÇO DE SOUZA	58.80				58.80	10	NUTRICIONISTA	18/10/2002	4.00	4.00	6.00	44.80
23813479	VIVIANE FERNANDES CORDEIRO BALDIN	58.00				58.00	11	NUTRICIONISTA	16/02/1975	8.00	4.00	4.00	42.00
23815851	KETLIN SUZAN BRAGA SAUER	58.00				58.00	12	NUTRICIONISTA	17/09/1993	6.00	6.00	4.00	42.00
23814541	JOÃO PEDRO AKIRIS BRAGA MENESES ONOFRE	56.80				56.80	13	NUTRICIONISTA	04/04/2000	8.00	8.00	10.00	30.80
23815397	FERNANDA APARECIDA CHAIKOSKI	56.40				56.40	14	NUTRICIONISTA	24/02/1997	10.00	6.00	4.00	36.40
23814086	ALETICIA FERREIRA DOS SANTOS	55.20				55.20	15	NUTRICIONISTA	13/03/1995	6.00	2.00	8.00	39.20
23814248	FABIANA ROGUSKI OGRODOWSKI	55.20				55.20	16	NUTRICIONISTA	18/07/1995	6.00	4.00	6.00	39.20
23815874	BRUNA CRISTINA DE SOUZA	54.40				54.40	17	NUTRICIONISTA	20/01/1990	8.00	6.00	4.00	36.40
23812743	ROSANA CARLA SENFF	53.20				53.20	18	NUTRICIONISTA	23/12/1988	6.00	2.00	6.00	39.20
23815374	MARIA LUIZA MICHESKI	52.40				52.40	19	NUTRICIONISTA	18/11/2005	6.00	8.00	2.00	36.40
23815671	RAFAELA WALTER DE MOURA	51.60				51.60	20	NUTRICIONISTA	05/02/2001	8.00	4.00	6.00	33.60
23815725	VINÍCIUS OLIVEIRA GROSSL	91.20				91.20	1	ODONTÓLOGO 20H	11/09/2000	8.00	10.00	6.00	67.20
23814128	ELLEN CRISTINA BARBOSA BATISTA	88.40				88.40	2	ODONTÓLOGO 20H	11/11/2000	8.00	6.00	10.00	64.40
23815890	VITÓRIA DAUBERMANN PADILHA	86.40				86.40	3	ODONTÓLOGO 20H	08/07/2002	6.00	10.00	6.00	64.40
23813331	CAMILA GIRARDI FLORENTINO	85.60				85.60	4	ODONTÓLOGO 20H	05/04/1996	10.00	8.00	6.00	61.60
23813531	ANDRESSA LUCIANE VIEIRA DZUBA	85.60				85.60	5	ODONTÓLOGO 20H	13/09/2001	10.00	8.00	6.00	61.60
23815398	JOEL COLTRO NETO	85.60				85.60	6	ODONTÓLOGO 20H	12/12/2002	8.00	8.00	8.00	61.60
23814822	JÚLIA OLESCOVICZ ZANCHI	83.20				83.20	7	ODONTÓLOGO 20H	23/03/2004	6.00	6.00	4.00	67.20
23813322	ELENICE MIKOLAIEWSKI	80.80				80.80	8	ODONTÓLOGO 20H	08/09/1991	8.00	6.00	8.00	58.80
23813606	GABRIELE TEREZINHA CARNEIRO URMANN	79.60				79.60	9	ODONTÓLOGO 20H	11/01/1998	4.00	4.00	10.00	61.60
23815609	KARINA RAUSIS CORDEIRO	78.80				78.80	10	ODONTÓLOGO 20H	05/03/1997	10.00	6.00	4.00	58.80
23814993	LEONARDO JORGE IWANKO	78.00				78.00	11	ODONTÓLOGO 20H	17/03/1984	8.00	8.00	6.00	56.00
23812806	WELLYNGTON CELSO RETCHESKI	76.80				76.80	12	ODONTÓLOGO 20H	10/06/2002	6.00	6.00	6.00	58.80
23815553	LUIZ FELIPE WYGLADALA	75.60				75.60	13	ODONTÓLOGO 20H	28/10/1981	4.00	2.00	8.00	61.60
23815072	RODRIGO DE LIMA PASSOS	73.20				73.20	14	ODONTÓLOGO 20H	19/03/1999	8.00	4.00	8.00	53.20
23813512	HENRIQUE KLAK	72.80				72.80	15	ODONTÓLOGO 20H	31/03/1998	8.00	2.00	4.00	58.80
23815634	TICIANE HOFFMANN FERNANDES	72.80				72.80	16	ODONTÓLOGO 20H	05/10/2004	6.00	4.00	4.00	58.80
23815657	LARA MILAINE SAVICKI	72.00				72.00	17	ODONTÓLOGO 20H	22/01/2003	8.00	2.00	6.00	56.00
23813268	AMANDA MICHELI GELLER	72.00				72.00	18	ODONTÓLOGO 20H	03/06/1998	6.00	4.00	6.00	56.00
23815285	SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA JUNIOR	66.40				66.40	19	ODONTÓLOGO 20H	01/06/2004	4.00	6.00	6.00	50.40
23814204	JENIFER BRAZ DE OLIVEIRA	64.40				64.40	20	ODONTÓLOGO 20H	05/09/2002	6.00	4.00	4.00	50.40
23813453	ALEXANDRE DE MATOS RIBAS	64.00				64.00	21	ODONTÓLOGO 20H	08/03/1999	6.00	8.00	8.00	42.00
23814331	BEAATRIZ DAL PAZ BALBINOT	63.60				63.60	22	ODONTÓLOGO 20H	26/07/2004	6.00	4.00	6.00	47.60
23815426	ANGELICA TAILINI KUZMA	62.80				62.80	23	ODONTÓLOGO 20H	18/03/1998	8.00	4.00	6.00	44.80
23812850	IASMIM FRATES CARLOTTO	61.60				61.60	24	ODONTÓLOGO 20H	15/10/2000	4.00	6.00	4.00	47.60
23813762	RENAN JOHNY PAINTNER	58.80				58.80	25	ODONTÓLOGO 20H	11/02/1993	6.00	4.00	4.00	44.80
23813483	JULIA CAROLINA BORCATH DE ANDRADE	98.00				98.00	1	ODONTÓLOGO 40H	22/02/2002	10.00	8.00	10.00	70.00
23814778	EMILLY WRONSKY REISDORFER	94.00				94.00	2	ODONTÓLOGO 40H	28/06/2003	8.00	8.00	8.00	70.00
23814643	AMANDA THAÍSE FIDUNIV PAULUK	93.20				93.20	3	ODONTÓLOGO 40H	01/01/2001	8.00	8.00	10.00	67.20
23813941	BRUNA REALI MENDES MARQUES	88.40				88.40	4	ODONTÓLOGO 40H	21/10/2000	10.00	8.00	6.00	64.40
23814069	EMANUELY BARCZAK	88.40				88.40	5	ODONTÓLOGO 40H	04/11/2001	8.00	6.00	10.00	64.40
23813825	ISABELLA TEIXEIRA MARQUES	88.40				88.40	6	ODONTÓLOGO 40H	07/03/2002	8.00	8.00	8.00	64.40
23814650	KAMILLE DEMARQUE FERRAZ	87.60				87.60	7	ODONTÓLOGO 40H	07/05/2003	10.00	8.00	8.00	61.60
23813198	RAFAEL AUGUSTO CARDOSO	86.40				86.40	8	ODONTÓLOGO 40H	05/06/2001	6.00	8.00	8.00	64.40
23815393	BÁRBARA MARCELA GRESELLE	84.40				84.40	9	ODONTÓLOGO 40H	12/12/2001	8.00	6.00	6.00	64.40
23815500	BIANCA BERRES KAMPMANN	84.40				84.40	10	ODONTÓLOGO 40H	30/07/2005	6.00	8.00	6.00	64.40
23813447	DIRCELI BERTOTTI DE GOIS	82.80				82.80	11	ODONTÓLOGO 40H	31/12/2000	10.00	8.00	6.00	58.80
23815715	JACKELINE DUDA	82.40				82.40	12	ODONTÓLOGO 40H	23/05/2004	8.00	4.00	6.00	64.40
23814850	THALYS BRASIL DOS SANTOS	82.00				82.00	13	ODONTÓLOGO 40H	06/02/1983	10.00	8.00	8.00	56.00
23815713	THAYNARA CAMILA DE PAULA	80.80				80.80	14	ODONTÓLOGO 40H	23/06/2002	8.00	8.00	6.00	58.80
23814760	PEDRO HENRIQUE FABRÍCIO BANNAK GEYER	80.40				80.40	15	ODONTÓLOGO 40H	24/09/2003	8.00	4.00	4.00	64.40
23814427	JOSIEL AUGUSTO KUC	80.00				80.00	16	ODONTÓLOGO 40H	26/10/1993	6.00	8.00	10.00	56.00
23815010	STHEFANY CIUKAILO	79.60				79.60	17	ODONTÓLOGO 40H	03/04/2005	4.00	4.00	10.00	61.60

23812798	ANDRÉ FERNANDO LOURENÇO ADACHESKI	78.80				78.80	18	ODONTÓLOGO 40H	09/08/2002	10.00	6.00	4.00	58.80
23813261	NAYARA VIEIRA DE CAMARGO	77.60				77.60	19	ODONTÓLOGO 40H	15/04/2005	8.00	6.00	2.00	61.60
23815623	ULLYANNA BEATRIZ CORDEIRO PEREIRA	75.20				75.20	20	ODONTÓLOGO 40H	12/07/1999	6.00	8.00	8.00	53.20
23815192	VANESSA GRUBA DE OLIVEIRA	74.80				74.80	21	ODONTÓLOGO 40H	24/09/1996	8.00	4.00	4.00	58.80
23814556	ANA PAULA MACHNICKI	73.60				73.60	22	ODONTÓLOGO 40H	20/11/1998	8.00	2.00	2.00	61.60
23815619	CAMILA CORDEIRO	73.60				73.60	23	ODONTÓLOGO 40H	03/12/2001	4.00	4.00	4.00	61.60
23815944	IVANA ELIZA GLAAB	72.00				72.00	24	ODONTÓLOGO 40H	17/02/2002	8.00	4.00	4.00	56.00
23815898	MARIA VITÓRIA JENSEN	71.20				71.20	25	ODONTÓLOGO 40H	06/11/2003	6.00	6.00	6.00	53.20
23813723	CAMILA GRUWALDT	68.40				68.40	26	ODONTÓLOGO 40H	13/06/2001	8.00	4.00	6.00	50.40
23813989	KAMILE MIHALSKI	67.60				67.60	27	ODONTÓLOGO 40H	21/01/2004	8.00	6.00	6.00	47.60
23813389	LETÍCIA MONTIPÓ	64.80				64.80	28	ODONTÓLOGO 40H	26/08/2002	4.00	10.00	6.00	44.80
23813756	IOHAN FERNANDO DE OLIVEIRA GOMES	60.80				60.80	29	ODONTÓLOGO 40H	17/01/1993	6.00	6.00	4.00	44.80
23814247	TONY ANDERSON POLIKA	56.80				56.80	30	ODONTÓLOGO 40H	30/08/2001	6.00	0.00	6.00	44.80
23813144	KEVELIN NATANI DE LIMA RAMOS	54.00				54.00	31	ODONTÓLOGO 40H	16/03/2000	4.00	2.00	6.00	42.00
23813566	ANDERSON LUIS LOTH	86.40	98.00			92.20	1	OPERADOR DE MÁQUINAS	08/02/1983	4.00	8.00	10.00	64.40
23813249	AMAURI FERREIRA DE LIMA	81.20	99.00			90.10	2	OPERADOR DE MÁQUINAS	17/03/1985	4.00	4.00	6.00	67.20
23815233	FÁBIO ZAY	89.20	89.00			89.10	3	OPERADOR DE MÁQUINAS	19/07/2003	6.00	10.00	6.00	67.20
23812811	VINÍCIUS NOVAKOWSKI BARBOSA	83.20	94.00			88.60	4	OPERADOR DE MÁQUINAS	18/04/2006	4.00	8.00	4.00	67.20
23814213	TIAGO JOSE DANIELEVICZ	82.00	95.00			88.50	5	OPERADOR DE MÁQUINAS	15/07/1996	4.00	6.00	2.00	70.00
23814750	NEI CARLOS ALVES DA LUZ	90.00	84.00			87.00	6	OPERADOR DE MÁQUINAS	26/11/1974	6.00	6.00	8.00	70.00
23814180	CELESTINO DZIURZA	79.60	94.00			86.80	7	OPERADOR DE MÁQUINAS	06/05/1991	4.00	6.00	8.00	61.60
23815168	ALOISE LITKA	79.60	94.00			86.80	8	OPERADOR DE MÁQUINAS	28/04/1988	0.00	8.00	10.00	61.60
23814911	EDSON LUCZKIEWICZ	79.60	93.00			86.30	9	OPERADOR DE MÁQUINAS	15/08/1988	2.00	8.00	8.00	61.60
23812867	ERIC GABRIEL IACKOWSKI	83.20	89.00			86.10	10	OPERADOR DE MÁQUINAS	03/10/2005	2.00	6.00	8.00	67.20
23815726	ALEX ESTEGUE	71.60	100.00			85.80	11	OPERADOR DE MÁQUINAS	19/05/1999	2.00	4.00	4.00	61.60
23815231	DARIU GUERRENHO	81.20	90.00			85.60	12	OPERADOR DE MÁQUINAS	17/04/1970	4.00	4.00	6.00	67.20
23813982	GELSON CARLOS DE MOURA CORDEIRO	62.80	94.00			78.40	13	OPERADOR DE MÁQUINAS	05/03/1984	0.00	2.00	2.00	58.80
23815275	DOUGLAS DORIVAL DE LIMA	66.00	89.00			77.50	14	OPERADOR DE MÁQUINAS	14/07/1993	0.00	2.00	8.00	56.00
23815258	EDNILSON JOSE KOCHAN	58.40	92.00			75.20	15	OPERADOR DE MÁQUINAS	02/02/1983	0.00	4.00	4.00	50.40
23815637	JAIRTO WOSNES DA SILVA	58.40	89.00			73.70	16	OPERADOR DE MÁQUINAS	16/11/1972	4.00	4.00	0.00	50.40
23813179	JOAO EDIVAN WACELKOSKI	69.60	73.00			71.30	17	OPERADOR DE MÁQUINAS	24/06/2000	0.00	4.00	4.00	61.60
23813248	CLEVERSON FELIPE LEVANDOSKI	72.80	69.00			70.90	18	OPERADOR DE MÁQUINAS	12/07/1992	4.00	4.00	6.00	58.80
23815188	JULCIMAR PEREIRA	75.60	66.00			70.80	19	OPERADOR DE MÁQUINAS	25/06/1979	2.00	6.00	6.00	61.60
23815396	IVANA CRISTINA RAMOS DOMINGUES JOLY	90.00			2.50	92.50	1	PEDAGOGO SOCIAL	05/08/1996	8.00	6.00	6.00	70.00
23812891	CLAUDINEIA ANDRADE DE ARAÚJO	87.20			5.00	92.20	2	PEDAGOGO SOCIAL	06/09/1984	8.00	4.00	8.00	67.20
23812998	MARCIA PASZKO	86.40			5.00	91.40	3	PEDAGOGO SOCIAL	13/01/1983	8.00	6.00	8.00	64.40
23815505	IVONE PILAR LINK	81.60			5.00	86.60	4	PEDAGOGO SOCIAL	22/06/1990	8.00	6.00	6.00	61.60
23815438	SUELEN APARECIDA ANTONIUTTI DE BRITO	81.20			5.00	86.20	5	PEDAGOGO SOCIAL	21/08/1987	6.00	4.00	4.00	67.20
23812612	ADRIANA APARECIDA MICALSKI	80.40			2.50	82.90	6	PEDAGOGO SOCIAL	22/07/2002	8.00	2.00	6.00	64.40
23812911	MARILDA VIEIRA DE LIMA	72.00			5.00	77.00	7	PEDAGOGO SOCIAL	17/06/1980	8.00	4.00	4.00	56.00
23812694	ADRIANE APARECIDA TOMKIEWICZ	69.20				69.20	8	PEDAGOGO SOCIAL	29/07/1978	6.00	2.00	8.00	53.20
23815295	SUSANA APARECIDA LORENSINI	65.20				65.20	9	PEDAGOGO SOCIAL	03/08/1972	6.00	0.00	6.00	53.20
23815797	KELLY ADRIANE FERSCH LEVANDOSKI	81.60			5.00	86.60	1	PROFESSOR DE ARTE	24/12/1992	6.00	6.00	8.00	61.60
23814430	LARISSA LANIESKI	83.60				83.60	2	PROFESSOR DE ARTE	02/09/1987	6.00	6.00	10.00	61.60
23813209	DEISY MARQUEVIS SUARETZ	74.00				74.00	3	PROFESSOR DE ARTE	28/11/1982	8.00	4.00	6.00	56.00
23815420	JEAN CARLOS PAULEK	74.00				74.00	4	PROFESSOR DE ARTE	22/01/1996	6.00	4.00	8.00	56.00
23815270	LUANA MARIA WERLE	85.20				85.20	1	PROFESSOR DE DANÇA	29/04/1998	6.00	2.00	10.00	67.20
23814242	AMANDA CANDIDO	78.80			2.50	81.30	2	PROFESSOR DE DANÇA	26/06/1996	8.00	6.00	6.00	58.80
23813398	FELIPE JOSÉ MANDRYK	78.80			5.00	83.80	1	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	26/01/1995	8.00	4.00	8.00	58.80
23812963	SERGIO RICARDO GONÇALVES CORREIA	78.80			5.00	83.80	2	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	10/06/1992	6.00	4.00	10.00	58.80
23815165	GISELE PETCHEVIST BRAZ	75.20			5.00	80.20	3	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	05/06/1995	8.00	8.00	6.00	53.20
23815545	JOAO PEDRO PALIY	70.00			5.00	75.00	4	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	01/08/1994	4.00	4.00	6.00	56.00
23815567	VINICIUS LUIS LOCATELLI	70.80				70.80	5	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	01/12/2006	2.00	4.00	6.00	58.80
23814047	VILSON BASÍLIO IAGNESZ	69.20				69.20	6	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	18/03/1980	8.00	2.00	6.00	53.20
23814485	KLEISSON LUIS FIDUNIV	68.80				68.80	7	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	02/05/2000	10.00	6.00	8.00	44.80
23813426	JOHNNY FERNANDO CONDE	67.60				67.60	8	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	18/03/2000	10.00	6.00	4.00	47.60
23814221	LUCAS NOEL KIMITA DE BORBA	64.80				64.80	9	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	10/01/1997	8.00	6.00	6.00	44.80
23815720	LAYSON ELIEL SZNYCEN	62.40				62.40	10	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	06/05/2005	6.00	2.00	4.00	50.40
23815646	PEDRO FELIPE GONÇALVES	59.20				59.20	11	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	03/10/1997	8.00	6.00	6.00	39.20
23815955	DARVIN LUAN NIZER	50.40			2.50	52.90	12	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	30/12/1994	8.00	4.00	2.00	36.40
23815237	ELENARA CRISTINA DIAS QUADROS	91.20			5.00	96.20	1	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	22/09/1992	6.00	8.00	10.00	67.20

23812865	KAUAN HILLI BLODORN	96.00				96.00	2	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	22/12/2006	8.00	10.00	8.00	70.00
23815490	MARINA KRASNIAK	95.20				95.20	3	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	21/11/1991	8.00	10.00	10.00	67.20
23814721	MURILO BUSKO ARIEL MOTIUCHENBO	94.00				94.00	4	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	08/01/2008	8.00	6.00	10.00	70.00
23814289	ANA LAÍS MONTIPÓ	88.00			5.00	93.00	5	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	11/08/1998	4.00	4.00	10.00	70.00
23814895	ARIANE MARGARIDA SEROISKA	88.00			5.00	93.00	6	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	24/11/1996	4.00	6.00	8.00	70.00
23813087	ELIANE ANDREIA DZIURZA	88.00			5.00	93.00	7	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/11/1988	2.00	10.00	6.00	70.00
23815439	JULIANA MIKOLAIEWSKI DZIURZA	86.40			5.00	91.40	8	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	07/04/1990	6.00	8.00	8.00	64.40
23815338	DAIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	91.20				91.20	9	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	12/02/1984	4.00	10.00	10.00	67.20
23814358	EWALDO PIRUK	85.20			5.00	90.20	10	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	01/05/1998	6.00	4.00	8.00	67.20
23812954	SIMONE APARECIDA WRUBLESKI	85.20			5.00	90.20	11	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	08/04/2002	4.00	6.00	8.00	67.20
23814980	CRISLAINE KACZTKA	90.00				90.00	12	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	12/11/2004	6.00	8.00	6.00	70.00
23815612	ALINE LEMES GONÇALVES	84.40			5.00	89.40	13	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	07/08/1993	4.00	6.00	10.00	64.40
23815803	LUCIANA GRABOWSKI VERGOPOLAN	89.20				89.20	14	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	21/08/1986	6.00	8.00	8.00	67.20
23813534	TATIANE BUSCH MAJOLO	86.40			2.50	88.90	15	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	28/06/1986	8.00	8.00	6.00	64.40
23814474	ROSANGELA DA APARECIDA DE LARA	83.20			5.00	88.20	16	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	19/10/1974	4.00	6.00	6.00	67.20
23813373	JAÍNE LOURES DAS CHAGAS	83.20			5.00	88.20	17	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	02/11/1995	4.00	6.00	6.00	67.20
23813173	JOSIANE SATORSKI DE MATOS RODRIGUES	85.20			2.50	87.70	18	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	04/09/1986	4.00	6.00	8.00	67.20
23813799	JANISE EMÍLIA OSTROWSKI	87.20				87.20	19	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	18/06/1992	6.00	6.00	8.00	67.20
23815888	CENDI NAARA PEREIRA DERPHO	87.20				87.20	20	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	17/10/2005	4.00	8.00	8.00	67.20
23815353	JULIANE VIEIRA NIZER	81.20			5.00	86.20	21	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	27/06/1961	4.00	6.00	4.00	67.20
23813397	CELIA APARECIDA CHECHELAK	83.20			2.50	85.70	22	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	09/12/1994	2.00	6.00	8.00	67.20
23815319	JOYCE DE BRITO	85.20				85.20	23	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	19/03/2003	8.00	4.00	6.00	67.20
23815685	GRACIELE APARECIDA PORN	85.20				85.20	24	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	04/12/2002	8.00	6.00	4.00	67.20
23815425	PAOLA ARIELY DOMINGUES	85.20				85.20	25	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	27/08/1992	6.00	6.00	6.00	67.20
23815840	RAQUEL RIBEIRO	85.20				85.20	26	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	26/07/1979	4.00	6.00	8.00	67.20
23813645	THAÍS ROCHA	85.20				85.20	27	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	24/06/1999	4.00	6.00	8.00	67.20
23814469	ALINE MARIA LITKA	85.20				85.20	28	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	18/06/1993	2.00	8.00	8.00	67.20
23815384	FRANCIELY APARECIDA DA SILVA	82.00			2.50	84.50	29	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	18/12/1990	4.00	4.00	4.00	70.00
23815128	JUCEMARA RIBEIRO DE LIMA ROSALINO	84.40				84.40	30	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	12/06/1982	4.00	6.00	10.00	64.40
23815523	POLIANA ROBERTA DE MIRANDA	84.40				84.40	31	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	02/06/1992	4.00	6.00	10.00	64.40
23813165	DANIELE APARECIDA ZAULESKI	79.20			5.00	84.20	32	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	06/11/1995	4.00	4.00	4.00	67.20
23813699	ANA CAROLINE DA LUZ	81.20			2.50	83.70	33	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	05/08/2000	6.00	4.00	4.00	67.20
23815586	CLARICE DA LUZ	81.20			2.50	83.70	34	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	10/09/1985	4.00	2.00	8.00	67.20
23814893	LAURIZETE DE PAULA CORDEIRO	81.20			2.50	83.70	35	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	20/10/1974	2.00	4.00	8.00	67.20
23815499	AMANDA BATISTA	83.60				83.60	36	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	06/04/2005	8.00	6.00	8.00	61.60
23815472	LUIZA GABRIELA DE ANDRADE DOS SANTOS	83.60				83.60	37	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/06/2005	6.00	8.00	8.00	61.60
23812983	VIVIANE MOTEKA	83.60				83.60	38	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	04/04/2008	4.00	10.00	8.00	61.60
23815339	FRANCIELI LUBE DA CRUZ	78.40			5.00	83.40	39	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	22/10/1994	2.00	4.00	8.00	64.40
23815699	JANETE VIEIRA NIZER	78.40			5.00	83.40	40	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	04/09/1995	2.00	4.00	8.00	64.40
23813302	PAULA KONIG SZCZEPANSKI	83.20				83.20	41	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	09/01/2001	2.00	4.00	10.00	67.20
23815548	CAMILLE VITORIA MELO WIMMER	83.20				83.20	42	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	09/12/2002	2.00	6.00	8.00	67.20
23813899	BEATRIZ GONÇALVES DOS SANTOS	80.40			2.50	82.90	43	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	26/06/1975	6.00	6.00	4.00	64.40
23814009	HELLEN CRISTIANE STEIN BURZYNSKI	80.40			2.50	82.90	44	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	19/11/1988	4.00	6.00	6.00	64.40
23815579	MAIARA DE BAIRROS RODRIGUES DOS SANTOS	80.40			2.50	82.90	45	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	31/03/1990	2.00	6.00	8.00	64.40
23813804	ALEXSANDRA HENNING DA SILVA	77.60			5.00	82.60	46	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	08/05/1981	0.00	8.00	8.00	61.60
23813574	ALIANDRA SUELEN DOS SANTOS	82.40				82.40	47	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	25/11/2002	6.00	4.00	8.00	64.40
23812761	SAMELA ISABELLY RIBEIRO	82.40				82.40	48	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	28/04/2007	6.00	6.00	6.00	64.40
23814631	BRUNA VANESSA BISCHOFF	82.40				82.40	49	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	18/05/1990	4.00	6.00	8.00	64.40
23813690	BRENDA APARECIDA ECHS	82.40				82.40	50	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	27/08/2002	4.00	8.00	6.00	64.40
23814108	ADRIANA MARGARETE BEDNARTCHUK	77.20			5.00	82.20	51	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	25/07/1981	0.00	4.00	6.00	67.20
23815239	JONATHAN TAYLOR SPRENGER DE OLIVEIRA QUADROS	79.60			2.50	82.10	52	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/08/1992	6.00	6.00	6.00	61.60
23812994	MARCIA PASZKO	79.60			2.50	82.10	53	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/01/1983	4.00	6.00	8.00	61.60
23813918	JÉSSICA FERNANDA MATHIAS	76.80			5.00	81.80	54	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	16/12/1995	4.00	6.00	8.00	58.80
23815380	EVA DE FÁTIMA DE FRANÇA VERÍSSIMO	81.60				81.60	55	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	21/01/1984	8.00	4.00	8.00	61.60
23814234	DENISE ELIANE MACHADO	81.60				81.60	56	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	27/08/1999	8.00	4.00	8.00	61.60
23813279	LETICIA DE FATIMA LACHOWSKI	81.60				81.60	57	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	23/11/1996	4.00	8.00	8.00	61.60
23815800	MAIRA CAMILE SILVERIO	76.40			5.00	81.40	58	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	30/11/1999	2.00	4.00	6.00	64.40
23814142	JÉSSICA ALINE DE MATTOS	81.20				81.20	59	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	30/11/1992	2.00	4.00	8.00	67.20
23813711	SAMIRA SOUZA DE OLIVEIRA	81.20				81.20	60	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	02/07/2003	2.00	4.00	8.00	67.20
23813978	GUSTAVO GABRIEL POWLIK	81.20				81.20	61	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	24/08/1996	2.00	6.00	6.00	67.20
23813521	FABIELI LUZIA DUMA RAMOS	75.60			5.00	80.60	62	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	05/07/1988	2.00	6.00	6.00	61.60

23813537	MARISA DO NASCIMENTO AMARAL TANDLER	80.40				80.40	63	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	05/08/1981	4.00	4.00	8.00	64.40
23815378	ELIANE GROSSMANN DO VAL LIMA	80.40				80.40	64	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	18/11/1995	4.00	6.00	6.00	64.40
23814424	ALISSON MATEUS STANGE PIKISSIUS	80.40				80.40	65	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	01/03/2000	4.00	6.00	6.00	64.40
23815727	PRISCILA LOTEK	74.80			5.00	79.80	66	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	19/06/2001	2.00	6.00	8.00	58.80
23814648	BRENDA DANIELA MACIEL	74.80			5.00	79.80	67	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	05/02/1997	0.00	6.00	10.00	58.80
23813976	MARLA NATIELY GROSSKLAUS	79.60				79.60	68	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	04/03/1995	6.00	6.00	6.00	61.60
23814585	MARIA EDUARDA CORDEIRO TREML	79.60				79.60	69	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	21/09/2005	6.00	6.00	6.00	61.60
23815817	GLÁUCIA ALESSANDRA NEVES BANASZESKI	79.60				79.60	70	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	20/07/1989	4.00	6.00	8.00	61.60
23815360	TAÍS CRISTINA FELIZ DOS SANTOS	79.20				79.20	71	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	15/04/1997	4.00	2.00	6.00	67.20
23815678	JOICE TAIRINE DA SILVA	79.20				79.20	72	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	18/05/1993	0.00	4.00	8.00	67.20
23815206	GISELE MARIA TIEDTKE	79.20				79.20	73	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	24/05/2004	0.00	6.00	6.00	67.20
23815796	ZENILDA PASZKO BERNARDI	74.00			5.00	79.00	74	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	14/04/1978	8.00	4.00	6.00	56.00
23813971	VANDERLEIA DE CRISTO KOSLOVSKI	76.40			2.50	78.90	75	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	04/11/1978	4.00	2.00	6.00	64.40
23815350	RENÉIA APARECIDA DE CASTRO BUCHHORN	76.40			2.50	78.90	76	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	18/10/1982	2.00	4.00	6.00	64.40
23814519	TATIANA APARECIDA DANELHUKA	78.80				78.80	77	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	03/02/1982	2.00	8.00	10.00	58.80
23815730	CLAUDIA APARECIDA BLAKA	78.40				78.40	78	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	25/03/1995	2.00	6.00	6.00	64.40
23812971	DANIELE ZAMBONI VAZ	78.40				78.40	79	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	09/01/1996	2.00	6.00	6.00	64.40
23814800	BIANCA APARECIDA PARABOCZ	78.40				78.40	80	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	16/02/2005	2.00	6.00	6.00	64.40
23813253	NOEMI ALVES DE LIMA LEAO	77.60				77.60	81	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	30/12/1981	4.00	4.00	8.00	61.60
23815809	NAIARA VIAL	77.60				77.60	82	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	19/04/2000	4.00	4.00	8.00	61.60
23815132	CAMILA SUELEN DOS SANTOS WAGNER DA SILVA	77.60				77.60	83	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	10/12/1988	4.00	6.00	6.00	61.60
23813206	MARILI SOARES DOS SANTOS	77.60				77.60	84	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	28/10/1978	0.00	8.00	8.00	61.60
23815717	FERNANDO MENDES	72.40			5.00	77.40	85	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	17/12/1984	0.00	4.00	4.00	64.40
23815458	MARIA EDUARDA DA CRUZ RODRIGUES	77.20				77.20	86	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	20/11/1999	2.00	4.00	4.00	67.20
23813250	ALINE STROZIENSKI DA COSTA	77.20				77.20	87	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	29/01/1993	0.00	4.00	6.00	67.20
23813677	ROZELHA MARIA DALPRA	76.80				76.80	88	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	18/09/1988	6.00	4.00	8.00	58.80
23814021	DIRLEI SELEDES	76.80				76.80	89	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	13/03/1987	6.00	6.00	6.00	58.80
23812989	MARTA WRUBLEWSKI	71.60			5.00	76.60	90	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	04/12/1987	0.00	4.00	6.00	61.60
23813794	THALITA PIENTOSA	76.00				76.00	91	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	19/12/2002	6.00	8.00	6.00	56.00
23815089	ANDREA GRUBER	75.60				75.60	92	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	23/12/1981	4.00	4.00	6.00	61.60
23813490	LETÍCIA TAWANE SOARES DANELHUK	75.60				75.60	93	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	15/12/2006	4.00	4.00	6.00	61.60
23813698	ALINE MARIA VOLZ	74.80				74.80	94	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	22/09/1992	6.00	4.00	6.00	58.80
23812760	ANDREIA JOZIANE DE LIMA	74.80				74.80	95	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	10/06/2005	6.00	6.00	4.00	58.80
23814417	TAINARA CAMILI LESNHAK	74.80				74.80	96	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	01/07/2002	4.00	6.00	6.00	58.80
23815550	CELSA FERNANDES DA CRUZ	74.00				74.00	97	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	20/04/1987	4.00	6.00	8.00	56.00
23812623	DENISE APARECIDA FERREIRA	74.00				74.00	98	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	05/02/1993	2.00	8.00	8.00	56.00
23815175	EMILY CRISTINI PAVOSKI DE SOUZA	71.20			2.50	73.70	99	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	28/12/2002	6.00	4.00	8.00	53.20
23813148	ROSE MARTINS	73.60				73.60	100	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	04/01/1983	2.00	4.00	6.00	61.60
23814453	SILMARA DE FÁTIMA DE SOUZA KOVALIK	73.60				73.60	101	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	31/10/1985	2.00	6.00	4.00	61.60
23815616	IARA PALOMA RODRIGUES TOPOLNYAK	73.60				73.60	102	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	21/08/1996	0.00	6.00	6.00	61.60
23813500	ALESSANDRA ERICA PORTELA	70.80			2.50	73.30	103	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	26/12/1983	2.00	4.00	6.00	58.80
23813688	EDINEIA CAMPOS HOINACKI	72.80				72.80	104	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	11/06/1990	2.00	4.00	8.00	58.80
23815293	NILZE TEIXEIRA DE PAULA ALVAREZ	72.00				72.00	105	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	24/10/1980	4.00	4.00	8.00	56.00
23815179	AMANDA LETÍCIA RIBEIRO	71.60				71.60	106	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	24/07/2007	2.00	4.00	4.00	61.60
23814041	PAULA RAFAELA SAWA	66.40			5.00	71.40	107	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	19/06/2002	4.00	6.00	6.00	50.40
23815114	CAROLINE APARECIDA PACHECO	71.20				71.20	108	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	01/02/2007	6.00	4.00	8.00	53.20
23815176	GRAZIELA OKSANA HLATCHUK	71.20				71.20	109	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	14/12/2005	2.00	6.00	10.00	53.20
23815577	NÁTALY FLISSAK HCZYSZYN	68.80				68.80	110	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	25/12/2004	4.00	2.00	4.00	58.80
23814428	VANDRÉLI CRISTINA FLEITUX KERECZ	66.00			2.50	68.50	111	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	25/12/1981	0.00	2.00	8.00	56.00
23814483	GISLAINE DE LIMA	68.40				68.40	112	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	11/02/2001	4.00	6.00	8.00	50.40
23815193	ALINE CRISTINE MARTINS ZATORSKI	68.40				68.40	113	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	15/03/1990	2.00	8.00	8.00	50.40
23814113	SELMA MARIA SALDANHA	63.20			5.00	68.20	114	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	16/08/1983	0.00	4.00	6.00	53.20
23812722	ELIZETE TEREZINHA JOBINS FREITAS	68.00				68.00	115	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	21/09/1989	2.00	6.00	4.00	56.00
23813293	LINDA INÊS MULLER AMORA	68.00				68.00	116	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	25/09/1999	2.00	6.00	4.00	56.00
23815576	VIVIANE ROCZINSKI REIS	67.20				67.20	117	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	28/11/1984	4.00	2.00	8.00	53.20
23813154	IARACI ZAVIRACZ	67.20				67.20	118	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	07/06/1971	2.00	4.00	8.00	53.20
23815106	BEATRIZ NATALY KRAMER	61.60			5.00	66.60	119	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	12/12/1993	4.00	4.00	6.00	47.60
23814929	DANIELE GARMÊNDIO	65.20				65.20	120	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	22/07/1998	4.00	2.00	6.00	53.20
23813440	FABIOLA DOS SANTOS CUSTODIO	64.80				64.80	121	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	03/03/1995	0.00	2.00	4.00	58.80
23813215	DANIELA STABACH SARETTO	64.00				64.00	122	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	19/07/1990	2.00	2.00	4.00	56.00
23814795	LUIZA APARECIDA DE PAULA	63.60				63.60	123	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	19/11/2001	4.00	6.00	6.00	47.60

23812791	ANDRIELY LARA MARQUES	60.80			2.50	63.30	124	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	10/07/1994	2.00	6.00	8.00	44.80
23815869	KAMILLY VITÓRIA ZANDER DOS SANTOS	63.20				63.20	125	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	26/01/2009	4.00	2.00	4.00	53.20
23814924	ALESSANDRA RIBEIRO DOS SANTOS	63.20				63.20	126	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	27/09/1996	2.00	2.00	6.00	53.20
23815628	BRENDA RUTKOWSKI SOARES CORDEIRO	61.20				61.20	127	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	31/10/2006	0.00	4.00	4.00	53.20
23815226	ISABELLA BULSING BALDISSERA	60.80				60.80	128	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	10/06/2009	4.00	6.00	6.00	44.80
23815910	NATALI MOREIRA DA CRUZ FERRONATTO	56.80				56.80	129	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	11/12/1985	2.00	4.00	6.00	44.80
23815276	KAROLAYNE STOKOLOSA	53.60				53.60	130	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	10/09/2000	0.00	2.00	4.00	47.60
23813466	HELIANA SCUSSIATO FRANCO TEIXEIRA	96.00			5.00	101.00	1	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	04/04/1991	8.00	8.00	10.00	70.00
23815570	PRISCILA DE CASTRO SOUZA	94.00			5.00	99.00	2	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	21/09/2001	6.00	8.00	10.00	70.00
23814082	SALETE ANDREIA MELNIK	92.00			5.00	97.00	3	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	15/11/1994	6.00	8.00	8.00	70.00
23813929	ALINE STECIUK	96.00				96.00	4	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	06/05/1991	8.00	8.00	10.00	70.00
23815828	AMANDA LETÍCIA DA MOTA	92.00			2.50	94.50	5	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	03/09/2003	6.00	8.00	8.00	70.00
23815448	KAMILE TIBES CORDEIRO	94.00				94.00	6	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	24/09/2005	8.00	8.00	8.00	70.00
23813040	JESSIKA MARIA RAPPE MELEK	91.20			2.50	93.70	7	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	28/07/2000	6.00	8.00	10.00	67.20
23813665	ROSICLEIA MICHALSKI DA SILVA	90.00			2.50	92.50	8	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	11/11/1991	4.00	8.00	8.00	70.00
23814222	JOCELINE MENDES CARNEIRO	87.20			5.00	92.20	9	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	12/09/1978	6.00	6.00	8.00	67.20
23813644	DANIELE GLUSZCZAK SKORUPA	87.20			5.00	92.20	10	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	02/11/1993	4.00	6.00	10.00	67.20
23815632	CRISTIANE APARECIDA BORSZCZ DE PAULA DE MELO	92.00				92.00	11	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	24/09/1977	6.00	8.00	8.00	70.00
23815537	ARIANE APARECIDA DE VALOES	92.00				92.00	12	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	28/07/2003	6.00	8.00	8.00	70.00
23813168	JOANA FABIANA LOYKO	91.20				91.20	13	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	24/06/1998	6.00	10.00	8.00	67.20
23815172	CAROLINE DA CONCEIÇÃO	85.20			5.00	90.20	14	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	08/08/1995	4.00	6.00	8.00	67.20
23815580	JAQUELINE MILENA SANTOS	85.20			5.00	90.20	15	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	07/11/1998	4.00	8.00	6.00	67.20
23815691	MARCIELY LUANA RIBEIRO DOS SANTOS	85.20			5.00	90.20	16	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	01/10/1996	2.00	8.00	8.00	67.20
23814321	AYSSLAN JOSÉ ESTÁCIO ALVES DA SILVA	90.00				90.00	17	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	22/05/1995	2.00	8.00	10.00	70.00
23815626	ANDREIA APARECIDA SZYMCYSZYN	89.20				89.20	18	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	14/02/2003	6.00	8.00	8.00	67.20
23815582	ANDERSON LUIS FERREIRA	84.00			5.00	89.00	19	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	27/03/1999	0.00	4.00	10.00	70.00
23815069	GRAZIELLE APARECIDA STECIUK	83.60			5.00	88.60	20	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	03/11/2002	6.00	6.00	10.00	61.60
23812801	MARILZE GONÇALVES	83.20			5.00	88.20	21	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	01/05/1991	6.00	4.00	6.00	67.20
23812600	FLAVIA LARISSA LEMANSKI	88.00				88.00	22	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	14/09/2003	6.00	6.00	6.00	70.00
23812893	FABIANA APARECIDA DOLINE DE OLIVEIRA	82.40			5.00	87.40	23	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	05/09/1984	4.00	6.00	8.00	64.40
23813594	NATASHA TEIXEIRA DE FREITAS	82.40			5.00	87.40	24	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	19/06/1998	2.00	6.00	10.00	64.40
23815864	GÉSSICA KÉLI CAMILO	82.40			5.00	87.40	25	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	12/12/1990	2.00	8.00	8.00	64.40
23815662	ÉRIKA DE AGUIAR NATUS	86.40				86.40	26	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	30/12/2005	10.00	8.00	4.00	64.40
23812862	SONILDA GARCIA DA SILVA	81.20			5.00	86.20	27	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	10/01/1990	6.00	4.00	4.00	67.20
23814081	ELENICE VALQUIRIA NAGURNIAK	80.40			5.00	85.40	28	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	28/12/1997	6.00	4.00	6.00	64.40
23814048	GISELLE ANDRÉ	80.40			5.00	85.40	29	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	26/08/1993	4.00	6.00	6.00	64.40
23813130	MARCELO PONTES	85.20				85.20	30	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	23/09/1983	4.00	8.00	6.00	67.20
23814050	BRAYAN GURGINSKI	85.20				85.20	31	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	03/09/2002	2.00	8.00	8.00	67.20
23815518	JEFERSON ALESSANDRO VLADCOVSKI	82.40			2.50	84.90	32	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	09/08/1995	4.00	8.00	6.00	64.40
23814227	IVONE MARIA MARSZAL DOROCINSKI	79.60			5.00	84.60	33	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	24/12/1988	4.00	6.00	8.00	61.60
23813094	FABIELI GAVRON BOSING	79.60			5.00	84.60	34	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	03/06/1998	4.00	6.00	8.00	61.60
23815167	MICHELLE DE FÁTIMA STELMASTCHUK WOLF	79.60			5.00	84.60	35	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	22/06/1992	2.00	8.00	8.00	61.60
23815521	MONICA ADRIANA VERISSIMO DA SILVA	84.40				84.40	36	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	17/10/1997	6.00	8.00	6.00	64.40
23815815	MARIA GABRIELLE DE LIMA DA SILVA	81.60			2.50	84.10	37	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	11/05/2001	4.00	8.00	8.00	61.60
23812597	ADRIANA APARECIDA MICALSKI	81.20			2.50	83.70	38	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	22/07/2002	4.00	6.00	4.00	67.20
23813214	JOCELEIVA MENDES RELIGIOSO	81.20			2.50	83.70	39	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	18/09/1970	2.00	6.00	6.00	67.20
23815911	MARIA PATRICIA PRZYBYSZ	81.20			2.50	83.70	40	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	23/10/1990	2.00	8.00	4.00	67.20
23813146	ELIANE MARTINS MACIEL CYMBALISTA	83.60				83.60	41	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	06/11/1988	6.00	8.00	8.00	61.60
23815430	MARIA APARECIDA BUYAR	83.60				83.60	42	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	25/03/2002	6.00	8.00	8.00	61.60
23815454	KAYLANE TIBES CORDEIRO	83.20				83.20	43	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	21/04/2004	4.00	4.00	8.00	67.20
23815364	LARISSA FHOGUÊS SCHADE	83.20				83.20	44	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	21/08/2004	4.00	4.00	8.00	67.20
23815956	LARISSA CAMPOS AMÂNCIO	83.20				83.20	45	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	07/08/1998	4.00	6.00	6.00	67.20
23815522	LUANA LOCATELLI	80.40			2.50	82.90	46	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	23/04/1989	4.00	4.00	8.00	64.40
23814236	GEISIELI ANDRESSA FREI	82.40				82.40	47	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	24/10/2002	6.00	6.00	6.00	64.40
23814337	RAMIELLI APARECIDA DALPRA BAZO	82.40				82.40	48	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	24/08/2008	4.00	8.00	6.00	64.40
23815658	SANDRA APARECIDA BERTOLDO DOS REIS	79.60			2.50	82.10	49	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	05/08/1983	6.00	6.00	6.00	61.60
23814144	AUDINEIDE KULIBABA	76.80			5.00	81.80	50	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	20/09/1981	4.00	8.00	6.00	58.80
23815341	LARISSA LUANA NIZER	79.20			2.50	81.70	51	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	02/05/1996	4.00	2.00	6.00	67.20
23815484	GABRIELLE DE LIMA MELLE	81.60				81.60	52	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	14/08/2000	6.00	6.00	8.00	61.60
23814170	LUCELIA SCHEFFER ALVES	81.20				81.20	53	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	28/03/1973	6.00	2.00	6.00	67.20
23815182	JUCIELE DE FATIMA GALVÃO	76.00			5.00	81.00	54	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	04/08/1987	8.00	6.00	6.00	56.00

23812849	CACIA REGINA GELINSKI	76.00			5.00	81.00	55	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	14/03/1970	4.00	6.00	10.00	56.00
23815289	MARIANA MARKIEVICZ	80.80				80.80	56	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	09/09/2005	4.00	8.00	10.00	58.80
23815437	SUELEN APARECIDA ANTONIUTTI DE BRITO	75.60			5.00	80.60	57	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	21/08/1987	0.00	6.00	8.00	61.60
23813412	MAYRA GABRYELLY UPALOVSKI KRESTSKI	80.40				80.40	58	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	02/09/2000	6.00	4.00	6.00	64.40
23814501	JARDEL BATISTA DE OLIVEIRA	80.40				80.40	59	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	08/04/1999	2.00	4.00	10.00	64.40
23815300	LEILA MARIA DE ALMEIDA KOLODA	77.60			2.50	80.10	60	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	16/11/1991	6.00	4.00	6.00	61.60
23812675	JOYCE SACHINSKI WEISSHEIMER	79.60				79.60	61	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	02/06/1998	8.00	8.00	2.00	61.60
23812906	MARJORIE ARVING DIURZA	79.60				79.60	62	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	13/12/2005	6.00	6.00	6.00	61.60
23812740	ANDRIELE APARECIDA TOMCZAK	79.60				79.60	63	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	14/02/1999	2.00	6.00	10.00	61.60
23813137	CHAIANE HELOA BEDRETCHUK	78.80				78.80	64	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	27/10/1984	4.00	8.00	8.00	58.80
23812681	LETICIA LUANA KREBS	73.60			5.00	78.60	65	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	13/07/1988	4.00	4.00	4.00	61.60
23813377	JANETE GAIEVICZ CESCO	73.60			5.00	78.60	66	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	23/10/1982	0.00	4.00	8.00	61.60
23814085	JULIANA DO CARMO BATISTA GARGIEL	76.00			2.50	78.50	67	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	02/08/1992	6.00	6.00	8.00	56.00
23814668	DIULCELIA MARIELY CARDOSO BUENO	78.40				78.40	68	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	02/09/1991	2.00	6.00	6.00	64.40
23815429	ALESSANDRA VITÓRIA GAJDECZKA	78.40				78.40	69	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	28/03/1996	2.00	6.00	6.00	64.40
23812783	MARCIA DOS SANTOS LIMA TOMCZAK	75.60			2.50	78.10	70	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	26/09/1978	2.00	4.00	8.00	61.60
23814366	LETICIA LIMA	72.80			5.00	77.80	71	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	15/07/1997	4.00	6.00	4.00	58.80
23814632	MARJORI DE LIMA BEUREN	77.60				77.60	72	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	20/07/2005	4.00	6.00	6.00	61.60
23813022	EVERLISE SOARES DIAS	74.80			2.50	77.30	73	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	21/09/1995	4.00	6.00	6.00	58.80
23815299	LAYLA AUNÉLIA RIBEIRO MADUREIRA	76.80				76.80	74	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	01/02/2001	6.00	4.00	8.00	58.80
23813845	PAMELA CARDOZO BERNARDES RIBEIRO	76.40				76.40	75	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	04/05/1993	0.00	6.00	6.00	64.40
23815232	HAIANE CUNHA	75.60				75.60	76	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	08/08/1998	2.00	4.00	8.00	61.60
23813132	FRANCIELE CORDEIRO	75.60				75.60	77	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	13/09/1993	2.00	6.00	6.00	61.60
23815305	EUNICE SIEMIATKOSKI	72.80			2.50	75.30	78	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	12/06/1979	2.00	6.00	6.00	58.80
23813469	MARIÉLY DE JESUS DA SILVA	74.80				74.80	79	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	27/04/1991	6.00	6.00	4.00	58.80
23812662	GUSTAVO NELSON ALVES DOS SANTOS	74.80				74.80	80	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	05/01/2004	6.00	6.00	4.00	58.80
23813635	MARILDA DE PAULA MENDES DA SILVA	74.80				74.80	81	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	29/11/1978	4.00	6.00	6.00	58.80
23815407	JESSICA VIEIRA	74.80				74.80	82	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	05/01/1996	2.00	8.00	6.00	58.80
23813046	SURIELEN MARLI CHECHELAK	74.00				74.00	83	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	17/07/1993	6.00	6.00	6.00	56.00
23815395	IVANA CRISTINA RAMOS DOMINGUES JOLY	68.40			5.00	73.40	84	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	05/08/1996	6.00	6.00	6.00	50.40
23815210	IOLE BENASSI CAPPELLARI	70.80			2.50	73.30	85	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	23/10/1987	0.00	6.00	6.00	58.80
23812657	RAFAELA CARNEIRO	73.20				73.20	86	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	08/02/2002	4.00	8.00	8.00	53.20
23815421	LUIZA JOANA BAHNIUK	72.80				72.80	87	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	06/01/1964	6.00	2.00	6.00	58.80
23813974	CLAUDINEIA SILVA DA LUZ	70.00			2.50	72.50	88	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	11/05/1996	0.00	6.00	8.00	56.00
23812914	MARILDA VIEIRA DE LIMA	67.20			5.00	72.20	89	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	17/06/1980	2.00	6.00	6.00	53.20
23812845	GISELE PATRÍCIA DE SOUZA	72.00				72.00	90	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	26/02/1983	4.00	6.00	6.00	56.00
23815263	ANDRESSA CARLA ALVES	72.00				72.00	91	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	09/03/1998	4.00	6.00	6.00	56.00
23812640	CAROLINE BORUCK ZAMBONI	72.00				72.00	92	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	18/03/1997	2.00	6.00	8.00	56.00
23813312	MICHEL MARIANO MARTINS	71.20				71.20	93	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	20/10/2004	6.00	4.00	8.00	53.20
23813532	ROSICLEIDE SALETE DA SILVA DE MORAES	66.00			5.00	71.00	94	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	15/05/1983	0.00	4.00	6.00	56.00
23815639	LEILA APARECIDA SZNYCEN	70.80				70.80	95	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	10/03/2007	4.00	4.00	4.00	58.80
23814502	ARIANA APARECIDA SANTOS	70.80				70.80	96	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	20/04/1999	2.00	2.00	8.00	58.80
23813012	TATIANE ALVES DA SILVA	70.00				70.00	97	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	20/02/2000	4.00	6.00	4.00	56.00
23815371	SIMONE BRUNO	70.00				70.00	98	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	30/12/1968	2.00	6.00	6.00	56.00
23812853	JESSICA CAROLINE IDALENCIO	70.00				70.00	99	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	07/07/1998	0.00	6.00	8.00	56.00
23815583	NELSA MATILDE BRIXI DA SILVA	64.40			5.00	69.40	100	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	22/01/1975	2.00	6.00	6.00	50.40
23815306	GERALDO BLASKOWSKI	68.80				68.80	101	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	10/11/1974	2.00	2.00	6.00	58.80
23815302	LEANDRA PAULA UPALOVSKI	63.60			5.00	68.60	102	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	04/04/1979	4.00	6.00	6.00	47.60
23814975	SOLANGE LUCIANE PARASZCZUK	66.00			2.50	68.50	103	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	26/09/1994	2.00	4.00	4.00	56.00
23814398	FRANCIELI BARDECIKI ZAIONS	63.20			5.00	68.20	104	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	16/03/1999	2.00	4.00	4.00	53.20
23815590	VANDA DE FATIMA DE CARVALHO FOROSTECKY	68.00				68.00	105	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	04/08/1967	4.00	2.00	6.00	56.00
23815584	SIMONE ZAVIRACZ	65.20			2.50	67.70	106	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	25/11/1990	2.00	4.00	6.00	53.20
23813609	MÁRCIA REGINA RIBEIRO	67.60				67.60	107	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	25/10/1989	6.00	8.00	6.00	47.60
23815229	ELIZANE GONÇALVES DE ALMEIDA GUERRENHO	67.60				67.60	108	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	11/08/1979	4.00	8.00	8.00	47.60
23815588	IZABEL PXVOZNIKI DE OLIVEIRA	62.40			5.00	67.40	109	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	04/05/1972	2.00	4.00	6.00	50.40
23813233	FRANCIELE ELIANE DE LARA	67.20				67.20	110	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	28/09/1985	2.00	4.00	8.00	53.20
23815589	MARIANA ZIELINSKI PECHEBELA	64.40			2.50	66.90	111	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	03/06/1983	2.00	6.00	6.00	50.40
23815767	MARIA LUCIA NAGURNIAK	65.20				65.20	112	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	19/01/1986	4.00	2.00	6.00	53.20
23813474	ANA LITICIA CHOJNACKI ZAVADZKI	64.40				64.40	113	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	08/01/2000	4.00	6.00	4.00	50.40
23815607	ADRIELY PORTELA DA LUZ	64.40				64.40	114	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	19/10/1996	2.00	6.00	6.00	50.40
23815290	NÉLIA INÊS KELLMER	60.40			2.50	62.90	115	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	20/06/1984	2.00	4.00	4.00	50.40

23814612	HELTON DOUDERA ZAVASKI	60.40				60.40	116	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	01/06/1993	2.00	2.00	6.00	50.40
23815205	VIVIANE DOS SANTOS	59.60				59.60	117	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	11/01/1999	2.00	6.00	4.00	47.60
23814168	RIAN CARLOS ENDRES DOS SANTOS	58.80				58.80	118	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	26/06/2006	0.00	6.00	8.00	44.80
23813519	EDUARDA KEMPINSKI ZENARO	55.20				55.20	119	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	16/01/2003	6.00	6.00	4.00	39.20
23814479	ORENE MIGUEL DA SILVA	54.00				54.00	120	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	26/09/1977	0.00	6.00	6.00	42.00
23815230	CLERIS PEREIRA	51.60				51.60	121	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	24/06/2000	4.00	8.00	6.00	33.60
23815564	RITA DE CÁSSIA BAIAK	86.40				86.40	1	PROFESSOR DE INGLÊS	02/12/1995	8.00	4.00	10.00	64.40
23813926	DANILO LESKIU	82.80				82.80	2	PROFESSOR DE INGLÊS	20/09/1992	10.00	6.00	8.00	58.80
23815845	ELÍS CAROLINA DE LARA KMITA	74.40			2.50	76.90	3	PROFESSOR DE INGLÊS	29/01/2000	10.00	8.00	6.00	50.40
23815538	ARIANE APARECIDA DE VALOES	74.40				74.40	4	PROFESSOR DE INGLÊS	28/07/2003	8.00	6.00	10.00	50.40
23815594	DANIELA STECKI	66.00			5.00	71.00	5	PROFESSOR DE INGLÊS	16/11/1991	8.00	8.00	8.00	42.00
23814394	JACINTO CESAR TARACHUK	62.80			5.00	67.80	6	PROFESSOR DE INGLÊS	03/07/1967	8.00	0.00	10.00	44.80
23812935	WESLEY SCHELBAUER MINATTI	87.20				87.20	1	PROFESSOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	07/07/1998	10.00	4.00	6.00	67.20
23814740	VINÍCIUS WILLIAM FORSTNER	82.00			5.00	87.00	2	PROFESSOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10/01/1990	8.00	8.00	10.00	56.00
23815562	GABRIEL GAWLOUSKI	86.40				86.40	3	PROFESSOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	18/04/1994	4.00	8.00	10.00	64.40
23812592	GABRIEL DARDIN OLIVEIRA	81.60				81.60	4	PROFESSOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	03/12/2004	6.00	8.00	6.00	61.60
23813176	KLEBER LUCAS SKUBISZ	75.20			5.00	80.20	5	PROFESSOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	25/06/1987	8.00	4.00	10.00	53.20
23815961	GABRIEL HENRIQUE RIBAS	76.80				76.80	6	PROFESSOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	27/06/2003	8.00	4.00	6.00	58.80
23813263	ELCIO JULIO SAVA	74.80				74.80	7	PROFESSOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	03/08/1984	6.00	4.00	6.00	58.80
23813308	SANDRO DOS SANTOS FERREIRA	60.00				60.00	8	PROFESSOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20/10/1974	8.00	6.00	4.00	42.00
23815627	LEANDRO LUIZ LIMA WINCHUAR	58.80				58.80	1	PSICÓLOGO 20H	18/08/1990	10.00	8.00	10.00	30.80
23815812	ANA JÚLIA MUNIZ DA SILVA	51.60				51.60	1	PSICÓLOGO 40H	28/05/2001	8.00	4.00	6.00	33.60
23814097	PAMELA BRACIAK ECKERT BRACIZK	84.40				84.40	1	TÉCNICO AGRÍCOLA	25/10/2007	6.00	6.00	8.00	64.40
23812731	VINICIUS MATHEUS SZNICER BRAZ	65.60				65.60	2	TÉCNICO AGRÍCOLA	13/04/2005	6.00	8.00	4.00	47.60
23815026	JOSIMAR SOARES	64.00				64.00	3	TÉCNICO AGRÍCOLA	26/01/1996	8.00	6.00	8.00	42.00
23815758	VITORIA APARECIDA KONKOL	60.40				60.40	4	TÉCNICO AGRÍCOLA	25/01/2008	4.00	2.00	4.00	50.40
23815552	GUILHERME AUGUSTO DANNEMANN	54.80				54.80	5	TÉCNICO AGRÍCOLA	25/07/2009	2.00	6.00	2.00	44.80
23815883	MARIELLY MYSKA SCHEID	84.40				84.40	1	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	07/09/2004	8.00	4.00	8.00	64.40
23814257	MAYRA APARECIDA CORREIA	81.60				81.60	2	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	28/12/1988	8.00	4.00	8.00	61.60
23812667	CELINA CELI UNIAT	80.40				80.40	3	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	15/08/1985	8.00	2.00	6.00	64.40
23815710	MARIA LUCIANE CARDOZO	78.40				78.40	4	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	06/09/1982	4.00	2.00	8.00	64.40
23813740	VIVIANA STENZEL	76.00				76.00	5	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	09/01/1987	6.00	4.00	10.00	56.00
23815481	SAHRA TETUY KOZOWSKI	73.20				73.20	6	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	20/11/2002	8.00	4.00	8.00	53.20
23812794	GISELI VITÓRIA DE MOURA	72.80				72.80	7	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	14/11/2003	8.00	2.00	4.00	58.80
23815870	DIRCEU LEMOS GONÇALVES	72.80				72.80	8	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	19/02/1977	6.00	2.00	6.00	58.80
23814249	VIVIANE BRACIAK TEIXEIRA DE PAULA	72.80				72.80	9	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	06/12/1987	6.00	2.00	6.00	58.80
23815531	BEATRIZ CRISTINE LIPKA	72.80				72.80	10	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	22/07/2003	4.00	4.00	6.00	58.80
23815249	ANA CLAUDIA MACHADO	72.80				72.80	11	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	05/07/1987	2.00	4.00	8.00	58.80
23813545	DANDARA APARECIDA FUHR LUZ	70.80				70.80	12	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	07/12/2004	6.00	0.00	6.00	58.80
23812779	ANDRÉIA RIBEIRO ALVES	70.00				70.00	13	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/02/1996	4.00	4.00	6.00	56.00
23812750	JESSYARA TORRES DA SILVA	69.20				69.20	14	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	07/07/1999	8.00	4.00	4.00	53.20
23814018	ALINE PAKOLEK ZIOMKO	69.20				69.20	15	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	15/04/2000	6.00	6.00	4.00	53.20
23813766	ERICA DANIELI VOGT	68.40				68.40	16	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	28/03/1994	8.00	4.00	6.00	50.40
23815892	KARINA HOLZAPFEL	67.20				67.20	17	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	14/07/1983	8.00	4.00	2.00	53.20
23815605	MARCOS DANIEL LOPES	66.40				66.40	18	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	27/12/1985	6.00	6.00	4.00	50.40
23812656	YNDIOHARA SOINA SONEGO	65.60				65.60	19	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	13/07/1991	6.00	4.00	8.00	47.60
23814294	MARCIO NUNES	64.40				64.40	20	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	08/03/1980	2.00	6.00	6.00	50.40
23812948	ROSEMERI ALVES DE MORAIS	61.60				61.60	21	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	07/04/1985	4.00	4.00	6.00	47.60
23814215	ANA PAULA ALVES DE CASTRO	61.60				61.60	22	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	01/06/1985	4.00	4.00	6.00	47.60
23813497	KEISY KAUANA GONÇALVES DA SILVA	59.20				59.20	23	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	02/03/2001	6.00	0.00	0.00	53.20
23815885	CÁTIA HOLZAPFEL	59.20				59.20	24	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	07/07/1988	4.00	0.00	2.00	53.20
23815635	KETLIN ADRIANE PODGURSKI TOTSKI	58.80				58.80	25	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	16/03/2002	4.00	4.00	6.00	44.80
23814727	FRANCIELI LOPES	57.60				57.60	26	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	20/07/1992	4.00	2.00	4.00	47.60
23815241	VITORIA TENEZINA	57.60				57.60	27	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	17/05/2000	4.00	2.00	4.00	47.60
23813518	CINTIA ANTUNES FRANCO KLAK	57.20				57.20	28	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	25/10/1995	4.00	6.00	8.00	39.20
23812907	KARINA INÊS PECH	56.80				56.80	29	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	16/01/1982	2.00	4.00	6.00	44.80
23812723	SABRINA TRESKA	56.00				56.00	30	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	19/06/1995	6.00	6.00	2.00	42.00
23812942	ELIZABETE DE FATIMA LISBOA CLAUSEN	56.00				56.00	31	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/05/1984	4.00	4.00	6.00	42.00
23815052	ANA PAULA EMÍDIO KOTOSKI	54.80				54.80	32	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	03/07/1984	4.00	4.00	2.00	44.80
23815334	FERNANDA LUSTOSA	54.80				54.80	33	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	03/05/1981	2.00	2.00	6.00	44.80
23812730	JULIANA SOARES DA SILVA RAMOS	54.00				54.00	34	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	26/08/1983	2.00	4.00	6.00	42.00

23815791	SOELI DE OLIVEIRA PRINCIVAL	52.80				52.80	35	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	31/01/1988	2.00	0.00	6.00	44.80
23813430	IARA TEMCZYNA	52.40				52.40	36	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/09/1993	2.00	0.00	0.00	50.40
23814158	SIMONI GOMES DOS SANTOS	52.00				52.00	37	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	03/06/1983	2.00	2.00	6.00	42.00
23815409	SIBELI CRISTINA SIERPINSKI	52.00				52.00	38	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	07/02/1987	2.00	2.00	6.00	42.00
23814723	MARIA LURDES TURKOT	51.20				51.20	39	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	26/03/1983	6.00	2.00	4.00	39.20
23815503	AMANDA DELONZEK	74.40				74.40	1	TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL	29/11/1999	2.00	6.00	2.00	64.40
23815444	ANGELA MARIA COLAÇO DA SILVEIRA	60.40				60.40	2	TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL	08/03/1983	2.00	4.00	4.00	50.40
23815244	EDER CLODOALDO MACHADO DA ROSA	95.20				95.20	1	VIGIA	29/02/1984	10.00	10.00	8.00	67.20
23815529	RODRIGO RUCINSKI	87.60				87.60	2	VIGIA	20/05/1989	10.00	8.00	8.00	61.60
23815958	JOSNEI CARLOS BARANOSKI	84.00				84.00	3	VIGIA	08/09/1995	10.00	10.00	8.00	56.00
23812698	JOSÉ ELIZEU DE PAULA	82.80				82.80	4	VIGIA	16/11/1970	8.00	8.00	8.00	58.80
23813932	EMILENE CRISTO KLOC	82.80				82.80	5	VIGIA	09/10/1981	8.00	8.00	8.00	58.80
23815216	ESTANISLAU JONAS DOROCINSKI	80.80				80.80	6	VIGIA	21/09/1988	8.00	6.00	8.00	58.80
23814334	JOSÉ SZEREMETA FILHO	80.40				80.40	7	VIGIA	10/10/1973	6.00	0.00	10.00	64.40
23815519	RAFAEL FOGACA DE ALMEIDA	80.00				80.00	8	VIGIA	21/01/2005	8.00	8.00	8.00	56.00
23814376	MARCELO BAZO	76.40				76.40	9	VIGIA	04/06/1980	8.00	10.00	8.00	50.40
23813632	EDSON FLOR	76.00				76.00	10	VIGIA	13/11/1994	4.00	8.00	8.00	56.00
23813921	CLAUDIO BYCOW	62.80				62.80	11	VIGIA	15/08/1974	6.00	4.00	8.00	44.80
23813435	BEATRIZ RAMOS	96.00				96.00	1	ZELADOR(A)	08/01/1987	8.00	10.00	8.00	70.00
23812579	MAIARA GUERIOS DE MEDEIROS	89.20				89.20	2	ZELADOR(A)	24/04/1992	8.00	6.00	8.00	67.20
23814941	CINTIA MARA APARECIDA KARAS	87.20				87.20	3	ZELADOR(A)	12/10/1991	8.00	4.00	8.00	67.20
23815445	DAVI ALEXANDRE RELIGIOSO	85.20				85.20	4	ZELADOR(A)	31/01/1973	8.00	0.00	10.00	67.20
23815507	MARISETE CRISTINA SOTT	82.40				82.40	5	ZELADOR(A)	05/02/1977	8.00	2.00	8.00	64.40
23813163	KATLYN BRUNA ADRIANO DA SILVA	82.40				82.40	6	ZELADOR(A)	15/03/1996	8.00	2.00	8.00	64.40
23815227	IVILI TEREZINHA BAZZI ARAUJO	81.60				81.60	7	ZELADOR(A)	13/05/1971	8.00	4.00	8.00	61.60
23812817	JOSÉLIA DE LIMA MARTA	78.80				78.80	8	ZELADOR(A)	26/06/1988	10.00	2.00	8.00	58.80
23814477	DEISE RAMOS FRANKLIN	78.80				78.80	9	ZELADOR(A)	29/07/1995	8.00	2.00	10.00	58.80
23814368	LUCIMERI PRSZYSIEZNY	74.00				74.00	10	ZELADOR(A)	04/12/1998	8.00	2.00	8.00	56.00
23815823	GIOVANE DE OLIVEIRA	74.00				74.00	11	ZELADOR(A)	13/10/1988	6.00	4.00	8.00	56.00
23812763	ANA PAULA COSTODIO	72.80				72.80	12	ZELADOR(A)	10/08/1978	6.00	2.00	6.00	58.80
23815763	LIAMARA APARECIDA DE LIMA	71.60				71.60	13	ZELADOR(A)	20/03/1991	10.00	4.00	10.00	47.60
23812855	FABIANA FÁTIMA DE LIMA	70.40				70.40	14	ZELADOR(A)	05/11/1999	8.00	4.00	8.00	50.40
23815708	FABIOLA LEMES GONÇALVES	68.40				68.40	15	ZELADOR(A)	05/07/1989	4.00	4.00	10.00	50.40
23815460	JANETE APARECIDA GARGIEL	67.20				67.20	16	ZELADOR(A)	06/11/1985	4.00	2.00	8.00	53.20
23814931	SIMONE APARECIDA MATORIZEN	66.00				66.00	17	ZELADOR(A)	03/03/1986	2.00	2.00	6.00	56.00
23815676	ELIZABETE KROIN BUENO	64.40				64.40	18	ZELADOR(A)	18/10/1986	6.00	0.00	8.00	50.40
23813964	CELIA FERREIRA DREHER	64.40				64.40	19	ZELADOR(A)	24/10/1979	6.00	2.00	6.00	50.40
23814333	SILVANA APARECIDA BATISTA	64.40				64.40	20	ZELADOR(A)	23/09/1987	6.00	4.00	4.00	50.40
23814312	SIMONE BARCELOS MAZUREK	64.00				64.00	21	ZELADOR(A)	08/08/1989	8.00	6.00	8.00	42.00
23815408	NEUSA AP. MENDES DE ARAÚJO WACHILEWSKI	62.80				62.80	22	ZELADOR(A)	11/01/1969	10.00	0.00	8.00	44.80
23814825	TIAGO FELIPE ROCHENBACH	62.80				62.80	23	ZELADOR(A)	21/11/1995	8.00	2.00	8.00	44.80
23814136	JULIS FUSSIGER	61.60				61.60	24	ZELADOR(A)	14/11/1977	6.00	0.00	8.00	47.60
23814335	SALETE LUCIANE BATISTA	61.60				61.60	25	ZELADOR(A)	25/10/1989	4.00	2.00	8.00	47.60
23813953	APARECIDA MICALSKI	58.80				58.80	26	ZELADOR(A)	25/06/1976	4.00	2.00	8.00	44.80
23815174	EVA HERMAN KITEL	57.60				57.60	27	ZELADOR(A)	27/01/1980	6.00	0.00	4.00	47.60
23814253	ANTONIA HARRIETE PINTO RODRIGUES	56.00				56.00	28	ZELADOR(A)	20/07/1987	4.00	2.00	8.00	42.00

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO FINAL – AFRODESCENDENTE
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

INSC	NOME	OBJETIVA	PRÁTICA	TAF	TÍTULO	FINAL	CLASS	CARGO	NASCIMENTO	LP	MAT	CG	CE
23812889	KAIQUE MARTINE CALDAS DE LIMA	74.40				74.40	1	ADVOGADO	09/07/1993	8.00	8.00	8.00	50.40
23815054	HEITOR CARDOSO NASCIMENTO	67.20		94.00		80.60	1	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	19/01/2006	6.00	2.00	6.00	53.20
23814739	THIAGO MELO DOS SANTOS	76.00				76.00	1	ENGENHEIRO CIVIL	15/06/1995	8.00	6.00	6.00	56.00
23813791	CÍCERO SIMÃO DE LIMA	85.20	90.00			87.60	1	MOTORISTA	04/09/1989	2.00	8.00	8.00	67.20
23815237	ELENARA CRISTINA DIAS QUADROS	91.20			5.00	96.20	1	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	22/09/1992	6.00	8.00	10.00	67.20
23815612	ALINE LEMES GONÇALVES	84.40			5.00	89.40	2	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	07/08/1993	4.00	6.00	10.00	64.40
23813574	ALIANDRA SUELEN DOS SANTOS	82.40				82.40	3	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	25/11/2002	6.00	4.00	8.00	64.40
23812761	SAMELA ISABELLY RIBEIRO	82.40				82.40	4	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	28/04/2007	6.00	6.00	6.00	64.40
23813971	VANDERLEIA DE CRISTO KOSLOVSKI	76.40			2.50	78.90	5	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	04/11/1978	4.00	2.00	6.00	64.40

23815828	AMANDA LETÍCIA DA MOTA	92.00			2.50	94.50	1	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	03/09/2003	6.00	8.00	8.00	70.00
23815172	CAROLINE DA CONCEIÇÃO	85.20			5.00	90.20	2	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	08/08/1995	4.00	6.00	8.00	67.20
23813146	ELIANE MARTINS MACIEL CYMBALISTA	83.60				83.60	3	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	06/11/1988	6.00	8.00	8.00	61.60
23815658	SANDRA APARECIDA BERTOLDO DOS REIS	79.60			2.50	82.10	4	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	05/08/1983	6.00	6.00	6.00	61.60
23814501	JARDEL BATISTA DE OLIVEIRA	80.40				80.40	5	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	08/04/1999	2.00	4.00	10.00	64.40
23812783	MARCIA DOS SANTOS LIMA TOMCZAK	75.60			2.50	78.10	6	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	26/09/1978	2.00	4.00	8.00	61.60
23813022	EVERLISE SOARES DIAS	74.80			2.50	77.30	7	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	21/09/1995	4.00	6.00	6.00	58.80
23815263	ANDRESSA CARLA ALVES	72.00				72.00	8	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	09/03/1998	4.00	6.00	6.00	56.00
23815205	VIVIANE DOS SANTOS	59.60				59.60	9	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	11/01/1999	2.00	6.00	4.00	47.60
23812779	ANDRÉIA RIBEIRO ALVES	70.00				70.00	1	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	23/02/1996	4.00	4.00	6.00	56.00
23815605	MARCOS DANIEL LOPES	66.40				66.40	2	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	27/12/1985	6.00	6.00	4.00	50.40
23815445	DAVI ALEXANDRE RELIGIOSO	85.20				85.20	1	ZELADOR(A)	31/01/1973	8.00	0.00	10.00	67.20

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO FINAL – PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PCD
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

INSC	NOME	OBJETIVA	PRÁTICA	TAF	TÍTULO	FINAL	CLASS	CARGO	NASCIMENTO	LP	MAT	CG	CE
23815270	LUANA MARIA WERLE	85.20				85.20	1	PROFESSOR DE DANÇA	29/04/1998	6.00	2.00	10.00	67.20

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:00B95BCD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO 02 - GABINETE DO PODER EXECUTIVO - PLANO DE CONTRATAÇÕES PARA 2026 - INCLUSÃO DO ITEM 15

ÓRGÃO 02 - GABINETE DO PODER EXECUTIVO - PLANO DE CONTRATAÇÕES PARA 2026

Nº do item	Tipo do item	Renovação de contrato	Descrição sucinta do objeto	Estimativa de valor anual da contratação	CR	Data desejada para contratação ou aquisição	Grau de prioridade da contratação ou aquisição	Unidade requisitante	Tem vinculação ou dependência com outro item	Justificativa da necessidade da contratação
1	Serviço	NÃO	Credenciamento para presetação de serviço de cursos livres para Escola de Governo	R$ 57.066,24	09	jan/26	Alto	GAB	Não	Interessados na prestação de serviço de cursos livres para a Escola de Governo
2	Compra	NÃO	Cadeiras Universitárias Adulto	R$ 19.000,00	12	jan/26	Alto	GAB	Não	Para a participação dos servidores nos cursos ofertados pela SUGESP
3	Serviço	NÃO	Feirão Imobiliário	R$ 60.000,00	39	abr/26	Alto	GAB	Não	Evento Feirão Imobiliário 2026, interesse público primário, especialmente no que se refere à promoção do desenvolvimento econômico local, ao ordenamento urbano e ao incremento da arrecadação municipal, estando plenamentte alinhada às diretrizes da Administração Pública
4	Serviço	NÃO	Licença de Softwares de Criação e Edição	R$ 28.050,00	40	abr/26	Médio	GAB	Não	Para garantir qualidade técnica, padronização visual, eficiência operacional e agilidade na produção dos conteúdos institucionais, tornar-se necessária a contratação de licenças de softwares profissionais amplamente consolidados no mercado, incluindo soluções equivalente a: Adobe Creative Cloud Pro, CapCut Pro, Canva Pro
5	Serviço	NÃO	Dia da Família	R$ 193.560,00	09	abr/26	Médio	GAB	Não	Dia Família - Estrutura de tendas, palco, som, brinquedos com monitores. Maio a Dezembro no Centro de Eventos e 2 ao mês intinerante em outros balneários
6	Serviços	NÃO	Locação de equipamentos para estrutura para o Festival de Inverno	R$ 110.250,00	39	abr/26	Alto	GAB	Não	Serviços de locação de equipamentos para estrutura para realizar o "Festival de Inverno" em Junho
7	Compra	NÃO	Implantar a Sala de Podcast - Material Permanete (SUGESP e Superintedência de Comunicação	R$ 100.000,00	41	mai/26	Alto	GAB	Não	Equipamentos permanentes de som, áudio e vídeo, destinados à implantação de uma sala de podcast e melhor estrutura de tranalho aos servidores
8	Compra	NÃO	Aquisição de Mobiliário	R$ 7.000,00	12	mai/26	Médio	GAB	Não	Aquisição de Mobiliário para Escola de Governo
9	Compra	NÃO	Aquisição de Camisetas	R$ 26.593,00	05	mai/26	Médio	GAB	Não	Aquisição de Camisetas para Formatura da SUGESP e Dias da Família
10	Serviço	NÃO	Passagéns Aéreas	R$ 60.000,00	06	mai/26	Médio	GAB	Não	Necessidade de Viagens que o Prefeito e Vice-Prefeita irão realizar futuramente a trabalho
11	Serviço	NÃO	Serviço de Coffee Break	R$ 6.720,00	09	mai/26	Baixa	GAB	Não	Atender demanda da cerimônia de formatura da Escola de Governo em Dezembro
12	Serviço	NÃO	Locação de Painel de Led	R$ 225.000,00	39	jun/26	Alto	GAB	Não	Divulgação de obras ao vivo, serviços municipais e informações

13	Serviço	NÃO	8º Congresso Brasileiro de Habitação Social de Regularização Fundiária	R$ 22.360,00	09	jul/26	Média	GAB	Não	A participação dos servidores no 8º Congresso Brasileiro de Habitação Social & Regularização Fundiária, tem como principal objetivo, concorrer ao Prêmio 21 de Agosto 2026, com a apresentação do Projeto "Chácara São Pedro", pela Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.
14	Serviço	NÃO	Estruturas Geral	R$ 926.222,00	39	jul/26	Alto	GAB	Não	As estruturas visam atender as diversas demandas de atividades promovidas pelas secretarias municipais
15	Serviço	NÃO	Locação do Espaço Associação Banestado	R$ 127.000,00	39	ago/26	Média	GAB	Não	Serviços de locação de Espaço para eventos públicos.
16	Compra	NÃO	Relógio Ponto Eletrônico Digital	R$ 200.000,00	34	ago/26	Alto	GAB	Não	Aquisição de relégio ponto eletrônico digital, para registro ponto de todos os servidores no local de trabalho
17	Compra	NÃO	Placas Inox	R$ 50.000,00	39	abr/26	Médio	GAB	Não	Placas metálicas de aço inox para inaugurações, reformas de obras públicas e placas de homenagem
18	Serviço	NÃO	Consignados	R$ 0,00		mai/26	Alto	GAB	Não	Gerenciamento das operações de consignados com desconto em folha de pagamento
19	Serviço	NÃO	Jornal impresso	R$ 180.000,00	39	mai/26	Médio	GAB	Não	Serviço de jornal impresso para maior circulação de informações, obras, reformas e serviços do município
20	Serviço	NÃO	Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional	R$ 250.000,00	30	mai/26	Alto	GAB	Não	Obrigação legal
21	Serviço	SIM	Agência de Publicidade das ações governamentais e sociais do Município	R$ 700.000,00	39	ago/26	Alto	GAB	Não	Criação de artes para divulgação de eventos e ações do Município
22	Serviço	SIM	Locação de veículos para as diversas secretarias - WS soluções	R$ 200.000,00	06	ago/26	Alto	GAB	Não	Insuficiência de veículos da frota própria
23	Serviço	SIM	Vale Transporte Graciosa	R$ 100.000,00	33	set/26	Alto	GAB	Não	Obrigação legal
24	Serviço	SIM	Publicações de licitações que exijam publicação em jornal de grande circulação	R$ 30.000,00	09	set/26	Alto	GAB	Não	Obrigações legal
25	Serviço	SIM	Auxílio Transporte Oceânica	R$ 20.000,00	33	dez/26	Alto	GAB	Não	Obrigação legal
26	Serviço	NÃO	Locação de som e luz para realização de eventos do Município	R$ 32.500,00	09	dez/26	Médio	GAB	Não	Serviços de montagem de som e luz para eventos do Município

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:6B18B855

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.872-2026 - ANEXO - PPA - PROGRAMAS FINALÍSTICOS E DE APOIO ADMINISTRATIVO

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026 a 2029
PPA - PROGRAMAS FINALÍSTICOS E DE APOIO ADMINISTRATIVO
Órgão : 01 Câmara Municipal
Unidade : 001 Câmara Municipal
Programa : 01.031.0001 LEGISLATIVA
Objetivo : Formulação e aprovação de leis e normas que orientam a sociedade, regulam a vida em comum e concretizam as políticas públicas propostas, além de fiscalizar as ações do Poder Executivo.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : LEGISLATIVA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2001	Outras Unidades e Medidas	A	0	1.931.000,00	1	2.027.550,00	1	2.128.930,00	0	2.235.383,00	2	8.322.863,00

Descrição: ATIVIDADES LEGISLATIVAS
Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 02 Gabinete do Prefeito
Unidade : 001 Chefia de Gabinete
Programa : 04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Apoio Administrativo	Mês	12	12	12	12	12	12
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	350.250	367.763	386.152	405.460	405.460

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2005	Pessoas	A	1	575.750,00	1	651.500,00	1	623.349,75	1	654.224,60	4	2.504.824,35

Descrição: ASSESSORAMENTO SUPERIOR

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1017	Outras Unidades e Medidas	P	1	100.000,00	1	50.000,00	1	110.250,00	1	115.763,00	4	376.013,00

Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O GABINETE DO PREFEITO

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1020	Unidade	P	1	125.000,00	1	340.000,00	1	137.813,00	1	144.704,00	4	747.517,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O GABINETE DO PREFEITO

Produto : Veículos

Órgão : 02 Gabinete do Prefeito

Unidade : 001 Chefia de Gabinete

Programa : 04.122.0004 DIVULGAÇÃO OFICIAL

Objetivo : Garantir a publicidade e a transparência dos atos oficiais e das ações do governo municipal, assegurando a ampla divulgação das informações de interesse público à população, por meio de canais institucionais e meios de comunicação adequados.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : DIVULGAÇÃO OFICIAL

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Alcance das publicações institucionais da Prefeitura. Quantidade média de visualizaçõe por publicação (notícias, campanhas, informativos) promovidas pela Assessoria de Imprensa	Unidade	6.000	7.000	8.000	9.000	9.500	9.500

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2002	Pessoas	A	1	1.001.250,00	1	1.060.250,00	1	1.103.880,00	1	1.159.075,00	4	4.324.455,00

Descrição: COMEMORAÇÕES FESTIVAS E RECEPÇÕES OFICIAIS

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2003	Pessoas	A	1	332.000,00	1	407.500,00	1	366.034,00	1	384.337,00	4	1.489.871,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS E DIVULGAÇÕES OFICIAIS

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 02 Gabinete do Prefeito

Unidade : 002 Gabinete do Assessor

Programa : 03.092.0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Apoio Administrativo	Mês	12	12	12	12	12	12
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	350.250	367.763	386.152	405.460	405.460

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2008	Pessoas	A	1	135.750,00	1	141.800,00	1	149.677,00	1	157.163,00	4	584.390,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 02 Gabinete do Prefeito
Unidade : 002 Gabinete do Assessor
Programa : 04.121.0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Apoio Administrativo	Mês	12	12	12	12	12	12
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	350.250	367.763	386.152	405.460	405.460

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2004	Pessoas	A	1	124.750,00	1	129.000,00	1	137.550,00	1	144.429,00	4	535.729,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 02 Gabinete do Prefeito
Unidade : 002 Gabinete do Assessor
Programa : 04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Apoio Administrativo	Mês	12	12	12	12	12	12
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	350.250	367.763	386.152	405.460	405.460

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2006	Pessoas	A	1	148.750,00	1	189.000,00	1	164.013,00	1	172.216,00	4	673.979,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE GABINETE
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2125	Pessoas	A	1	327.550,00	1	346.500,00	1	361.133,00	1	379.192,00	4	1.414.375,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA E APOIO INSTITUCIONAL
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 02 Gabinete do Prefeito
Unidade : 002 Gabinete do Assessor
Programa : 04.124.0009 CONTROLE INTERNO
Objetivo : Assegurar a legalidade, eficiência e transparência da gestão pública municipal, fortalecendo os mecanismos de controle, prevenção de falhas e apoio à boa governança administrativa e financeira.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : CONTROLE INTERNO
Problema :
Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Percentual de processos administrativos e licitatórios analisados preventivamente por amostragem	Percentual	5	5	5	5	5	5
Processo de Ouvidoria - Tempo médio de resposta	Dia	30	25	23	22	20	20

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2110	Pessoas	A	1	124.175,00	1	181.950,00	1	136.918,00	1	143.767,00	4	586.810,00

Descrição: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 02 Gabinete do Prefeito

Unidade : 002 Gabinete do Assessor

Programa : 04.131.0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Apoio Administrativo	Mês	12	12	12	12	12	12
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	350.250	367.763	386.152	405.460	405.460

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2007	Pessoas	A	1	61.125,00	1	82.200,00	1	67.403,00	1	70.776,00	4	281.504,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 02 Gabinete do Prefeito

Unidade : 002 Gabinete do Assessor

Programa : 09.272.0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Apoio Administrativo	Mês	12	12	12	12	12	12
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	350.250	367.763	386.152	405.460	405.460

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2014	Pessoas	A	1	136.725,00	1	137.200,00	1	150.751,00	1	158.291,00	4	582.967,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUPERINTENDÊNCIA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral

Unidade : 001 Chefia de Gabinete

Programa : 04.122.0001 FORMAÇÃO PATRIMÔNIO SERVIDOR PÚBLICO

Objetivo : Assegurar o correto recolhimento e registro do PASEP, conforme determina a legislação vigente, garantindo a transparência, a conformidade contábil e a regularidade das obrigações do Município junto à União.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : FORMAÇÃO PATRIMÔNIO SERVIDOR PÚBLICO

Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Garantir recursos para os recolhimentos do PASEP	Valores Fi	1.097.000	1.134.250	1.190.963	1.250.513	1.313.040	1.313.040

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2012	Pessoas	A	1	1.134.250,00	1	1.400.650,00	1	1.250.513,00	1	1.313.040,00	4	5.098.453,00

Descrição: CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral
Unidade : 001 Chefia de Gabinete
Programa : 04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Apoio Administrativo	Mês	12	12	12	12	12	12
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	350.250	367.763	386.152	405.460	405.460

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2010	Pessoas	A	1	1.420.437,50	1	1.925.650,00	1	1.566.052,00	1	1.644.360,00	4	6.556.499,50

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2103	Pessoas	A	1	127.300,00	1	168.250,00	1	140.357,00	1	147.377,00	4	583.284,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2123	Pessoas	A	1	274.750,00	1	297.250,00	1	302.920,00	1	318.069,00	4	1.192.989,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2093	Pessoas	A	1	61.100,00	1	77.650,00	1	67.373,00	1	70.744,00	4	276.867,00

Descrição: MANUTENÇÃO DAS CAPELAS MORTUÁRIAS
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1035	Outras Unidades e Medidas	P	1	175.000,00	1	50.000,00	1	192.938,00	1	202.585,00	4	620.523,00

Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1047	Unidade	P	1	175.000,00	1	175.000,00	1	192.938,00	1	202.585,00	4	745.523,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
Produto : Veículos
Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral
Unidade : 001 Chefia de Gabinete
Programa : 09.272.0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Apoio Administrativo	Mês	12	12	12	12	12	12
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	350.250	367.763	386.152	405.460	405.460

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2124	Pessoas	A	1	3.450.000,00	1	2.884.625,00	1	3.803.625,00	1	3.993.807,00	4	14.132.057,00

Descrição: ENCARGOS COM INATIVOS
Produto : Aposentados Atendidos
Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral
Unidade : 01 Chefia de Gabinete
Programa : 25.752.0018 SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA
Objetivo : Garantir o funcionamento contínuo, seguro e eficiente dos serviços de iluminação pública e demais utilidades elétricas municipais, assegurando conforto, segurança e qualidade de vida à população por meio da manutenção preventiva e corretiva da rede elétrica.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Tempo médio de atendimento às demandas de Iluminação Pública	Dia	10	7	7	7	5	5
Percentual de substituição de lâmpadas por tecnologia LED	Percentual	100	100	100	100	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2011	Pessoas	A	1	560.500,00	1	650.500,00	1	617.954,00	1	648.852,00	4	2.477.806,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral
Unidade : 02 Departamento de Recursos Humanos
Programa : 04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Apoio Administrativo	Mês	12	12	12	12	12	12
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	350.250	367.763	386.152	405.460	405.460

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2013	Pessoas	A	1	281.050,00	1	276.300,00	1	309.871,00	1	325.370,00	4	1.192.591,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral
Unidade : 003 Departamento de Compras e Licitação
Programa : 04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Apoio Administrativo	Mês	12	12	12	12	12	12
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	350.250	367.763	386.152	405.460	405.460

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2016	Pessoas	A	1	403.500,00	1	461.050,00	1	444.872,00	1	467.119,00	4	1.776.541,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral
Unidade : 04 Departamento Jurídico
Programa : 03.092.0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Apoio Administrativo	Mês	12	12	12	12	12	12
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	350.250	367.763	386.152	405.460	405.460

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2009	Pessoas	A	1	350.250,00	1	1.001.250,00	1	386.152,00	1	405.460,00	4	2.143.112,00

Descrição: INDENIZAÇÕES, CUSTAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida		Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2015	Pessoas		A	1	194.325,00	1	203.000,00	1	214.262,00	1	224.978,00	4	836.565,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO JURÍDICO
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral
Unidade : 05 Divisão de Registro, Controle e Manutenção de Bens Patrimoniais
Programa : 04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Apoio Administrativo	Mês	12	12	12	12	12	12
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	350.250	367.763	386.152	405.460	405.460

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2018	Pessoas	A	1	163.300,00	1	135.500,00	1	180.053,00	1	189.058,00	4	667.911,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE REGISTRO, CONTROLE E MANUTENÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral
Unidade : 06 Divisão de Processamento de Dados
Programa : 04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Apoio Administrativo	Mês	12	12	12	12	12	12
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	350.250	367.763	386.152	405.460	405.460

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL

2019	Pessoas	A	1	196.550,00	1	212.650,00	1	216.709,00	1	227.548,00	4	853.457,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral

Unidade : 07 Divisão de Almoxarifado

Programa : 04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Apoio Administrativo	Mês	12	12	12	12	12	12
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	350.250	367.763	386.152	405.460	405.460

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2100	Pessoas	A	1	125.350,00	1	197.500,00	1	138.211,00	1	145.126,00	4	606.187,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO ALMOXARIFADO

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 03 Secretaria de Administração Geral

Unidade : 08 Departamento de Guarda, Vigilância, Fiscalização e Monitoramento

Programa : 04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Apoio Administrativo	Mês	12	12	12	12	12	12
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	350.250	367.763	386.152	405.460	405.460

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2132	Outras Unidades de Medidas	A	0	0,00	1	81.750,00	0	0,00	0	0,00	1	81.750,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GUARDA, VIGILÂNCIA, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

Produto : Outros Produtos

Órgão : 04 Secretaria de Fazenda e Planejamento

Unidade : 01 Gabinete do Secretário

Programa : 04.129.0014 FAZENDA E PLANEJAMENTO

Objetivo : Assegurar o equilíbrio fiscal, a eficiência na arrecadação e a qualidade do planejamento orçamentário, promovendo a gestão responsável dos recursos públicos e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na legislação.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : FAZENDA E PLANEJAMENTO

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Percentual de arrecadação da receita própria em relação à prevista	Percentual	90	90	90	95	95	95

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2020	Pessoas	A	1	683.500,00	1	726.300,00	1	753.577,00	1	791.260,00	4	2.954.637,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1048	Outras Unidades de Medidas	P	1	14.300,00	1	15.000,00 1		15.766,00	1	16.555,00	4	61.621,00

Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1049	Unidade	P	0	0,00	0	20.000,00	0	0,00	0	0,00	0	20.000,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

Produto : Veículos

Órgão : 04 Secretaria de Fazenda e Planejamento

Unidade : 01 Gabinete do Secretário

Programa : 99.999.0020 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Objetivo : Assegurar recursos para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, garantindo o equilíbrio das contas públicas ea sustentabilidade fiscal do Município.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2020	Pessoas	A	1	1.400.000,00	1	500.000,00	1	1.543.500,00	1	1.620.675,00	4	5.064.175,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 04 Secretaria de Fazenda e Planejamento

Unidade : 02 Departamento de Tributação e Fiscalização

Programa : 04.125.0014 FAZENDA E PLANEJAMENTO

Objetivo : Assegurar o equilíbrio fiscal, a eficiência na arrecadação e a qualidade do planejamento orçamentário, promovendo a gestão responsável dos recursos públicos e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na legislação.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : FAZENDA E PLANEJAMENTO

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Percentual de arrecadação da receita própria em relação à prevista	Percentual	90	90	90	95	95	95

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2021	Outras Unidades de Medidas	A	1	532.500,00	1	638.750,00	1	587.094,00	1	616.455,00	4	2.374.799,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 04 Secretaria de Fazenda e Planejamento

Unidade : 03 Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade

Programa : 04.123.0014 FAZENDA E PLANEJAMENTO

Objetivo : Assegurar o equilíbrio fiscal, a eficiência na arrecadação e a qualidade do planejamento orçamentário, promovendo a gestão responsável dos recursos públicos e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na legislação.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : FAZENDA E PLANEJAMENTO

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026		2027		2028		2029		Indice Final PPA	
Percentual de arrecadação da receita própria em relação à prevista	Percentual	90	90		90		95		95		95	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2022	Outras Unidades e Medidas	A	1	748.800,00	1	767.250,00	1	825.568,00	1	866.854,00	4	3.208.472,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 04 Secretaria de Fazenda e Planejamento
Unidade : 003 Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Programa : 28.843.0010 ENCARGOS ESPECIAIS
Objetivo : Assegurar o cumprimento das obrigações financeiras do Município, relacionadas ao pagamento de dívidas fundadas e parcelamentos, garantindo equilíbrio fiscal, transparência e regularidade junto aos órgãos credores e de controle.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ENCARGOS ESPECIAIS
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026		2027		2028		2029		Indice Final PPA	
Percentual de obrigações financeiras liquidadas sobre as previstas	Percentual	90	100		100		100		100		100	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
9002	Outras Unidades e Medidas	A	1	16.250,00	1	18.250,00	1	17.917,00	1	18.813,00	4	71.230,00

Descrição: ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS
Produto : Apoio Administrativo

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
9003	Outras Unidades e Medidas	A	1	1.408.000,00	1	1.280.000,00	1	1.552.321,00	1	1.629.939,00	4	5.870.260,00

Descrição: ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS
Produto : Apoio Administrativo
Órgão : 05 Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo
Unidade : 01 Gabinete do Secretário
Programa : 04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026		2027		2028		2029		Indice Final PPA	
Apoio Administrativo	Mês	12	12		12		12		12		12	
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	350.250		367.763		386.152		405.460		405.460	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027 Meta**	**2028**		**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2023	Pessoas	A	1	96.500,00	1	100.950,00 1	106.411,00		1	111.735,00	4	415.596,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1054	Outras Unidades e Medidas	P	0	0,00	1	10.000,00	1	10.500,00	1	11.025,00	3	31.525,00

Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
Produto : Outros Produtos
Órgão : 05 Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo
Unidade : 02 Divisão de Turismo
Programa : 23.695.0019 TURISMO
Objetivo : Proporcionar aos visitantes uma conexão com o sagrado e a experiência da fé, bem como fomentar a geração de emprego e renda para a população local, movimentando a cadeia produtiva do turismo (hotéis, restaurantes, comércio de artigos religiosos).

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : TURISMO

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Rota do Turismo Religioso - Caminho de Jesus da Santas Chagas	Unidade	1	2	2	2	2	2

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2025	Pessoas	A	1	750,00	1	750,00	1	831,00	1	873,00	4	3.204,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TURISMO

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2036	Pessoas	A	1	336.950,00	1	421.950,00	1	371.496,00	1	390.074,00	4	1.520.470,00

Descrição: MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E BOSQUES

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1028	Metros Quadrados	P	1	250.750,00	1	100.000,00	1	276.456,00	1	290.280,00	4	917.486,00

Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E BOSQUES

Produto : Edificação Construída

Órgão : 05 Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo

Unidade : 03 Divisão de Indústria

Programa : 22.661.0016 INDÚSTRIA

Objetivo : Promover o desenvolvimento industrial do Município, incentivando a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos ind ustriais, com foco na geração de emprego, renda e no fortalecimento da economia local.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : INDÚSTRIA

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Ampliar o atendimento as empresas através de barracões industriais	Unidade	1	3	3	3	3	3

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1033	Metros Quadrados	P	1	100.750,00	1	100.000,00	1	111.081,00	1	116.636,00	4	428.467,00

Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BARRACÕES INDUSTRIAIS

Produto : Edificação Construída

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2024	Pessoas	A	1	750,00	1	750,00	1	831,00	1	873,00	4	3.204,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRABALHO E PROFISSIONALIZAÇÃO

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2026	Pessoas	A	1	750,00	1	750,00	1	831,00	1	873,00	4	3.204,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO A CURSOS PROFISSIONALIZANTES

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2027	Pessoas	A	1	100.500,00	1	50.500,00	1	110.804,00	1	116.345,00	4	378.149,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS PARQUES INDUSTRIAIS

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 05 Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo

Unidade : 04 Divisão de Comércio

Programa : 23.691.0017 COMÉRCIO

Objetivo : Qualificar pessoas para o mercado de trabalho, desenvolvendo habilidades práticas e teóricas específicas de uma profissão para facilitar a entrada e a progressão na carreira.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : COMÉRCIO

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Quantidade de pessoas atendidas nos cursos profissionalizantes	Unidade	47	100	120	120	120	120

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2024	Pessoas	A	1	750,00	1	750,00	1	831,00	1	873,00	4	3.204,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRABALHO E PROFISSIONALIZAÇÃO

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2026	Pessoas	A	1	750,00	1	750,00	1	831,00	1	873,00	4	3.204,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO A CURSOS PROFISSIONALIZANTES

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 06 Secretaria de Agricultura

Unidade : 001 Gabinete do Secretário

Programa : 20.122.0022 AGRICULTURA

Objetivo : Melhorar o acesso e o transporte, impulsionando o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais, facilitando o escoamento da produção agrícola, garantindo o acesso a serviços essenciais como escolas e hospitais, e aumentar a segurança e a durabilidade das vias, mesmo durante períodos de chuva.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : AGRICULTURA

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Instalar novos poços artesianos	Unidade	4	1	2	0	0	7
Construir novas pontes rurais	Unidade	8	6	2	0	0	16

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2028	Pessoas	A	1	166.950,00	1	70.800,00	1	184.077,00	1	193.284,00	4	615.111,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 06 Secretaria de Agricultura

Unidade : 002 Divisão de Fomento Agropecuário

Programa : 20.606.0022 AGRICULTURA

Objetivo : Melhorar o acesso e o transporte, impulsionando o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais, facilitando o escoamento da produção agrícola, garantindo o acesso a serviços essenciais como escolas e hospitais, e aumentar a segurança e a durabilidade das vias, mesmo durante períodos de chuva.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : AGRICULTURA

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Instalar novos poços artesianos	Unidade	4	1	2	0	0	7
Construir novas pontes rurais	Unidade	8	6	2	0	0	16

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1050	Metros Quadrados	P	1	675.750,00	1	75.000,00	1	745.019,00	1	782.271,00	4	2.278.040,00

Descrição: OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS

Produto : Restauração de Estradas Vicinais

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2029	Pessoas	A	1	45.000,00	1	37.500,00	1	49.616,00	1	52.099,00	4	184.215,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2030	Unidade	A	1	76.750,00	1	66.250,00	1	84.619,00	1	88.851,00	4	316.470,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS POÇOS ARTESIANOS

Produto : Poços Artesianos

Ação	Unid. Medida	Tipo Meta	2026 Meta	2027	Meta	2028 Meta	2029	Meta	TOTAL
1051	Unidade	P 0	0,00 1	25.000,00	0	0,00 0	0,00	1	25.000,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA

Produto : Veículos

Órgão : 07 Secretaria do Meio Ambiente

Unidade : 001 Gabinete do Secretário

Programa : 18.122.0011 TERRA BOA SUSTENTÁVEL

Objetivo : O programa Terra Boa Sustentável é uma iniciativa da Secretaria de Meio Ambiente de Terra Boa - PR, que reafirma o compromisso do município com a preservação ambiental e a qualidade de vida da população. Através de ações integradas, o programa busca promover o cuidado com todo o ecossistema local, envolvendo desde a reciclagem e destinação correta dos resíduos, até a proteção e bem-estar dos animais, especialmente os em situação de rua.
Entre as principais frentes de atuação estão:
Gestão de resíduos recicláveis e orgânicos;
Destinação final adequada do lixo; Manutenção da área de transbordo;
Serviços de corte e poda de árvores; Limpeza de fossas sépticas;
Controle populacional e proteção dos animais;
Fortalecimento do COMAT – Conselho Municipal de Meio Ambiente;
Ações de recuperação e preservação ambiental;
Administração e suporte técnico às demandas ambientais da cidade.
O Terra Boa Sustentável reforça que o cuidado com o meio ambiente é uma responsabilidade coletiva e essencial para garantir um futuro mais justo, saudável e equilibrado para todos os cidadãos.
Os objetivos gerais do programa Terra Boa Sustentável estão voltados para a promoção de uma gestão ambiental eficiente e integrada, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população e garantir a preservação ambiental de maneira sustentável. O programa busca envolver toda a comunidade local nas ações de conscientização e práticas ambientais, abrangendo desde a gestão adequada dos resíduos até a proteção dos animais, especialmente os que se encontram em situação de rua. Através de iniciativas como a reciclagem, a destinação correta de lixo e a recuperação de áreas degradadas, o programa visa criar um ambiente mais limpo, saudável e equilibrado para as futuras gerações.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : A justificativa para a implementação do Programa Terra Boa Sustentável se baseia na necessidade urgente de ações voltadas para a preservação ambiental em nível municipal, dado o impacto crescente de práticas inadequadas de manejo de resíduos e cuidados com o meio ambiente. A falta de gestão eficiente de resíduos, a poluição e o descaso com a fauna local são problemas recorrentes que afetam diretamente a qualidade de vida da população. Através do programa, a Secretaria de Meio Ambiente busca corrigir essas questões, promovendo ações que busquem a conscientização da população, a redução de impactos ambientais negativos e a criação de um espaço urbano mais saudável e sustentável. A proteção da biodiversidade local e a gestão dos recursos naturais são fundamentais para garantir o bem-estar das futuras gerações.

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Percentual de pessoas atendidas no serviço de corte e poda	Percentual	5	7	9	12	14	14
Gestão de resíduos orgânicos domiciliares	Toneladas	3.600	3.605	3.610	3.615	3.620	3.620
Percentual da destinação final adequado do lixo	Percentual	100	100	100	100	100	100
Percentual da manutenção da área de transbordo	Percentual	50	54	58	62	66	66
Percentual de pessoas atendidas pelo serviço de limpeza de fossas sépticas	Percentual	25	20	15	10	5	5

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2031	Pessoas	A	1	245.050,00	1	286.750,00	1	270.179,00	1	283.694,00	4	1.085.673,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1052	Outras Unidades e Medidas	P	1	100.000,00	1	15.000,00	1	110.250,00	1	115.763,00	4	341.013,00

Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1053	Unidade	P	1	100.000,00	1	100.000,00	1	110.250,00	1	115.763,00	4	426.013,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Produto : Veículos

Órgão : 07 Secretaria do Meio Ambiente

Unidade : 002 Divisão de Preservação Ambiental

Programa : 17.512.0011 TERRA BOA SUSTENTÁVEL

Objetivo : O programa Terra Boa Sustentável é uma iniciativa da Secretaria de Meio Ambiente de Terra Boa - PR, que reafirma o compromisso do município com a preservação ambiental e a qualidade de vida da população. Através de ações integradas, o programa busca promover o cuidado com todo o ecossistema local, envolvendo desde a reciclagem e destinação correta dos resíduos, até a proteção e bem-estar dos animais, especialmente os em situação de rua. Entre as principais frentes de atuação estão: Gestão de resíduos recicláveis e orgânicos; Destinação final adequada do lixo; Manutenção da área de transbordo; Serviços de corte e poda de árvores; Limpeza de fossas sépticas; Controle populacional e proteção dos animais; Fortalecimento do COMAT – Conselho Municipal de Meio Ambiente; Ações de recuperação e preservação ambiental; Administração e suporte técnico às demandas ambientais da cidade. O Terra Boa Sustentável reforça que o cuidado com o meio ambiente é uma responsabilidade coletiva e essencial para garantir um futuro mais justo, saudável e equilibrado para todos os cidadãos. Os objetivos gerais do programa Terra Boa Sustentável estão voltados para a promoção de uma gestão ambiental eficiente e integrada, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população e garantir a preservação ambiental de maneira sustentável. O programa busca envolver toda a comunidade local nas ações de conscientização e práticas ambientais, abrangendo desde a gestão adequada dos resíduos até a proteção dos animais, especialmente os que se encontram em situação de rua. Através de iniciativas como a reciclagem, a destinação correta de lixo e a recuperação de áreas degradadas, o programa visa criar um ambiente mais limpo, saudável e equilibrado para as futuras gerações.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : A justificativa para a implementação do Programa Terra Boa Sustentável se baseia na necessidade urgente de ações voltadas para a preservação ambiental em nível municipal, dado o impacto crescente de práticas inadequadas de manejo de resíduos e cuidados com o meio ambiente. A falta de gestão eficiente de resíduos, a poluição e o descaso com a fauna local são problemas recorrentes que afetam diretamente a qualidade de vida da população. Através do programa, a Secretaria de Meio Ambiente busca corrigir essas questões, promovendo ações que busquem a conscientização da população, a redução de impactos ambientais negativos e a criação de um espaço urbano mais saudável e sustentável. A proteção da biodiversidade local e a gestão dos recursos naturais são fundamentais para garantir o bem-estar das futuras gerações.

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Percentual de pessoas atendidas no serviço de corte e poda	Percentual	5	7	9	12	14	14
Gestão de residuos orgânicos domiciliares	Toneladas	3.600	3.605	3.610	3.615	3.620	3.620
Percentual da destinação final adequado do lixo	Percentual	100	100	100	100	100	100
Percentual da manutenção da área de transbordo	Percentual	50	54	58	62	66	66
Percentual de pessoas atendidas pelo serviço de limpeza de fossas sépticas	Percentual	25	20	15	10	5	5

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1044	Metros Quadrados	P	1	150.750,00	1	150.750,00	1	166.206,00	1	174.517,00	4	642.223,00

Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO

Produto : Edificação Construída

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2104	Pessoas	A	1	180.250,00	1	331.250,00	1	198.727,00	1	208.664,00 4		918.891,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 07 Secretaria do Meio Ambiente

Unidade : 002 Divisão de Preservação Ambiental

Programa : 18.541.0011 TERRA BOA SUSTENTÁVEL

Objetivo : O programa Terra Boa Sustentável é uma iniciativa da Secretaria de Meio Ambiente de Terra Boa - PR, que reafirma o compromisso do município com a preservação ambiental e a qualidade de vida da população. Através de ações integradas, o programa busca promover o cuidado com todo o ecossistema local, envolvendo desde a reciclagem e destinação correta dos resíduos, até a proteção e bem-estar dos animais, especialmente os em situação de rua. Entre as principais frentes de atuação estão: Gestão de resíduos recicláveis e orgânicos; Destinação final adequada do lixo; Manutenção da área de transbordo; Serviços de corte e poda de árvores; Limpeza de fossas sépticas; Controle populacional e proteção dos animais; Fortalecimento do COMAT – Conselho Municipal de Meio Ambiente; Ações de recuperação e preservação ambiental; Administração e suporte técnico às demandas ambientais da cidade. O Terra Boa Sustentável reforça que o cuidado com o meio ambiente é uma responsabilidade coletiva e essencial para garantir um futuro mais justo, saudável e equilibrado para todos os cidadãos. Os objetivos gerais do programa Terra Boa Sustentável estão voltados para a promoção de uma gestão ambiental eficiente e integrada, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população e garantir a preservação ambiental de maneira sustentável. O programa busca envolver toda a comunidade local nas ações de conscientização e práticas ambientais, abrangendo desde a gestão adequada dos resíduos até a proteção dos animais, especialmente os que se encontram em situação de rua. Através de iniciativas como a reciclagem, a destinação correta de lixo e a recuperação de áreas degradadas, o programa visa criar um ambiente mais limpo, saudável e equilibrado para as futuras gerações.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : A justificativa para a implementação do Programa Terra Boa Sustentável se baseia na necessidade urgente de ações voltadas para a preservação ambiental em nível municipal, dado o impacto crescente de práticas inadequadas de manejo de resíduos e cuidados com o meio ambiente. A falta de gestão eficiente de resíduos, a poluição e o descaso com a fauna local são problemas recorrentes que afetam diretamente a qualidade de vida da população. Através do programa, a Secretaria de Meio Ambiente busca corrigir essas questões, promovendo ações que busquem a conscientização da população, a redução de impactos ambientais negativos e a criação de um espaço urbano mais saudável e sustentável. A proteção da biodiversidade local e a gestão dos recursos naturais são fundamentais para garantir o bem-estar das futuras gerações.

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto l	Multisetoria	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Percentual de pessoas atendidas no serviço de corte e poda	Percentual	5	7	9	12	14	14
Gestão de residuos orgânicos domiciliares	Toneladas	3.600	3.605	3.610	3.615	3.620	3.620
Percentual da destinação final adequado do lixo	Percentual	100	100	100	100	100	100
Percentual da manutenção da área de transbordo	Percentual	50	54	58	62	66	66
Percentual de pessoas atendidas pelo serviço de limpeza de fossas sépticas	Percentual	25	20	15	10	5	5

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2032	Pessoas	A	1	1.389.325,00	1	1.356.000,00	1	1.531.739,00	1	1.608.329,00	4	5.885.393,00

Descrição: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2039	Outras Unidades e Medidas	A	1	27.250,00	1	17.750,00	1	30.045,00	1	31.548,00	4	106.593,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO BARRACÃO DE RECICLÁVEIS

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2130	Outras Unidades e Medidas	A	1	145.000,00	1	85.000,00	1	159.863,00	1	167.857,00	4	557.720,00

Descrição: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E CONTROLE DE POPULAÇÃO DOS ANIMAIS DE RUA

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2106	Pessoas	A	1	750,00	1	750,00	1	831,00	1	873,00	4	3.204,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 08 Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários

Unidade : 001 Gabinete do Secretário

Programa : 04.122.0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Apoio Administrativo	Mês	12	12	12	12	12	12
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	350.250	367.763	386.152	405.460	405.460

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2033	Pessoas	A	1	332.450,00	1	399.750,00	1	366.540,00	1	384.877,00	4	1.483.617,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1056	Unidade	P	1	500.000,00	1	100.000,00	1	551.250,00	1	578.813,00	4	1.730.063,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E RODOVIÁRIOS

Produto : Veículos

Órgão : 08 Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários

Unidade : 002 Departamento de Serviços Públicos

Programa : 06.122.0012 SERVIÇOS PÚBLICOS

Objetivo : Ampliar a abrangência de pavimentação das vias urbanas.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : SERVIÇOS PÚBLICOS

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Abrangência de pavimentação das vias urbanas	Percentual	91	91	92	93	94	94

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2047	Outras Unidades e Medidas	A	1	269.100,00	1	206.750,00	1	296.694,00	1	311.532,00	4	1.084.076,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA

Produto : Outros Produtos

Órgão : 08 Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários

Unidade : 002 Departamento de Serviços Públicos

Programa : 15.452.0012 SERVIÇOS PÚBLICOS
Objetivo : Ampliar a abrangência de pavimentação das vias urbanas.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : SERVIÇOS PÚBLICOS
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Abrangência de pavimentação das vias urbanas	Percentual	91	91	92	93	94	94

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2041	Pessoas	A	1	1.395.350,00	1	1.620.250,00	1	1.538.390,00	1	1.615.317,00 4		6.169.307,00

Descrição: MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2043	Pessoas	A	1	727.650,00	1	1.010.300,00	1	802.254,00	1	842.374,00 4		3.382.578,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E RECICLAGEM DE LIXO
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2037	Pessoas	A	1	202.850,00	1	196.250,00	1	223.645,00	1	234.830,00 4		857.575,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, RECAPE ASFÁLTICO E OBRAS COMPLEMENTARES
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2035	Pessoas	A	1	310.850,00	1	477.250,00	1	342.723,00	1	359.866,00 4		1.490.689,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2101	Pessoas	A	1	197.700,00	1	289.750,00	1	217.978,00	1	228.881,00 4		934.309,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO PÁTIO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS MUNICIPAL
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 08 Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários
Unidade : 003 Departamento de Serviços Rodoviários
Programa : 26.782.0013 SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
Objetivo : Ampliar calçamento/pavimentação das estradas rurais.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Extensão de calçamento/pavimentação das estradas rurais	Quilômetro	5,71	8,71	11,71	14,71	17,71	17,71

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2044	Pessoas	A	1	1.908.350,00	1	1.658.450,00	1	2.103.952,00	1	2.209.145,00 4		7.879.897,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2046	Pessoas	A	1	742.250,00	1	830.250,00	1	818.333,00	1	859.253,00 4		3.250.086,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS EM ESTRADAS VICINAIS E PONTES MUNICIPAIS
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2038	Pessoas	A	1	51.900,00	1	36.700,00	1	57.232,00	1	60.098,00	4	205.930,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO
Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 09 Secretaria de Educação e Cultura
Unidade : 001 Fundo Municipal de Educação
Programa : 12.122.0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Apoio Administrativo	Mês	12	12	12	12	12	12
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	350.250	367.763	386.152	405.460	405.460

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2049	Pessoas	A	1	2.269.300,00	1	2.149.125,00	1	2.501.914,00	1	2.627.019,00	4	9.547.358,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1060	Outras Unidades e Medidas	P	1	50.000,00	1	70.000,00	1	55.125,00	1	57.882,00	4	233.007,00

Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1077	Unidade	P	1	100.000,00	1	100.000,00	1	110.250,00	1	115.763,00	4	426.013,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Produto: Veículos

Órgão : 09 Secretaria de Educação e Cultura
Unidade : 001 Fundo Municipal de Educação
Programa : 12.361.0006 EDUCAÇÃO PARA TODOS
Objetivo : Garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os munícipes à educação de qualidade, promovendo equidade e inclusão em todas as etapas e modalidades de ensino, com foco na melhoria contínua dos indicadores de aprendizagem e na valorização dos profissionais da educação.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : EDUCAÇÃO PARA TODOS
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Acompanhar e expandir a oferta de educação em tempo integral nas escolas municipais, proporcionando aos alunos uma formação mais completa e diversificada, com atividades pedagógicas e complementares que enriquecem o currículo	Percentual	7,70	10	15	20	25	25
Avaliar e promover a qualificação dos profissionais da educação, reconhecendo o impacto direto da formação docente na qualidade do ensino e na aprendizagem dos alunos	Percentual	94	95	96	98	100	100
Monitorar a eficiência e a suficiência dos recursos financeiros alocados para a educação, relacionando o investimento por aluno com os resultados de aprendizagem e buscando otimizar a aplicação dos recursos	Percentual	26	26	27	28	28	28
Medir a efetividade das ações pedagógicas e dos programas de alfabetização, garantindo que todas as crianças desenvolvam as habilidades de leitura e escrita esperadas até o final do 2º ano do EF, conforme as diretrizes curriculares estaduais	Percentual	80	82	84	86	89	89
Assegurar que as EM estejam adequadamente equipadas e conectadas, e que alunos e professores desenvolvam de forma contínua as competências para o uso pedagógico, ético, crítico e seguro das tecnologias digitais, promovendo a plena cidadania digital	Percentual	80	83	86	89	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1004	Metros Quadrados	P	1	100.750,00	1	100.000,00	1	111.081,00	1	116.636,00	4	428.467,00

Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS
Produto : Edificação Construída

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2051	Pessoas	A	1	8.110.225,00	1	9.096.000,00	1	8.941.507,00	1	9.388.573,20	4	35.536.305,20

Descrição: ENCARGOS COM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL

2052	Pessoas	A	1	6.872.750,00	1	5.573.750,00	1	7.577.184,00	1	7.956.020,05	4	27.979.704,05
Descrição: MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS												
Produto : Pessoas Atendidas												
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2054	Pessoas	A	1	893.325,00	1	908.000,00	1	984.901,00	1	1.034.151,00	4	3.820.377,00
Descrição: ENCARGOS COM TRANSPORTE DE ESTUDANTES												
Produto : Pessoas Atendidas												
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2055	Pessoas	A	1	1.489.925,00	1	1.069.500,00	1	1.642.647,00	1	1.724.783,00	4	5.926.855,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS ESCOLARES												
Produto : Pessoas Atendidas												
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1058	Outras Unidades e Medidas	P	1	950.000,00	1	1.025.000,00	1	1.047.375,00	1	1.099.745,00	4	4.122.120,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O ENSINO FUNDAMENTAL												
Produto : Outros Produtos												
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1076	Unidade	P	1	100.000,00	1	100.000,00	1	110.250,00	1	115.763,00	4	426.013,00
Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL												
Produto: Veículos												

Órgão : 09 Secretaria de Educação e Cultura

Unidade : 001 Fundo Municipal de Educação

Programa : 12.365.0006 EDUCAÇÃO PARA TODOS

Objetivo : Garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os munícipes à educação de qualidade, promovendo equidade e inclusão em todas as etapas e modalidades de ensino, com foco na melhoria contínua dos indicadores de aprendizagem e na valorização dos profissionais da educação.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : EDUCAÇÃO PARA TODOS

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**

Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Indice Final PPA**
Acompanhar e expandir a oferta de educação em tempo integral nas escolas municipais, proporcionando aos alunos uma formação mais completa e diversificada, com atividades pedagógicas e complementares que enriquecem o currículo	Percentual	7,70	10	15	20	25	25
Avaliar e promover a qualificação dos profissionais da educação, reconhecendo o impacto direto da formação docente na qualidade do ensino e na aprendizagem dos alunos	Percentual	94	95	96	98	100	100
Monitorar a eficiência e a suficiência dos recursos financeiros alocados para a educação, relacionando o investimento por aluno com os resultados de aprendizagem e buscando otimizar a aplicação dos recursos	Percentual	26	26	27	28	28	28
Medir a efetividade das ações pedagógicas e dos programas de alfabetização, garantindo que todas as crianças desenvolvam as habilidades de leitura e escrita esperadas até o final do 2º ano do EF, conforme as diretrizes curriculares estaduais	Percentual	80	82	84	86	89	89
Assegurar que as EM estejam adequadamente equipadas e conectadas, e que alunos e professores desenvolvam de forma contínua as competências para o uso pedagógico, ético, crítico e seguro das tecnologias digitais, promovendo a plena cidadania digital	Percentual	80	83	86	89	100	100

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1006	Metros Quadrados	P	1	100.750,00	1	100.000,00	1	111.081,00	1	116.636,00	4	428.467,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES												
Produto : Edificação Construída												
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2056	Pessoas	A	1	3.763.250,00	1	4.184.250,00	1	4.149.001,00	1	4.356.465,00	4	16.452.966,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO CMEI TIA MARIA CARMEM FERNANDEZ RODRIGUES												
Produto : Pessoas Atendidas												
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2058	Pessoas	A	1	5.304.250,00	1	5.373.500,00	1	5.847.955,00	1	6.140.367,00	4	22.666.072,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO CMEI CRIANÇA FELIZ												
Produto : Pessoas Atendidas												
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2059	Pessoas	A	1	1.583.525,00	1	1.556.500,00	1	1.745.858,00	1	1.833.163,00	4	6.719.046,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO CMEI PEQUENO POLEGAR												
Produto : Pessoas Atendidas												

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2099	Pessoas	A	1	3.018.750,00	1	3.151.250,00	1	3.328.194,00	1	3.494.616,00	4	12.992.810,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO CMEI MARIA DAS DORES DE ALCÂNTARA												
Produto : Pessoas Atendidas												
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1057	Outras Unidades e Medidas	P	1	530.000,00	1	707.500,00	1	584.325,00	1	613.542,00	4	2.435.367,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A EDUCAÇÃO INFANTIL												
Produto : Outros Produtos												

Órgão : 09 Secretaria de Educação e Cultura
Unidade : 001 Fundo Municipal de Educação
Programa : 12.366.0006 EDUCAÇÃO PARA TODOS
Objetivo : Garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os munícipes à educação de qualidade, promovendo equidade e inclusão em todas as etapas e modalidades de ensino, com foco na melhoria contínua dos indicadores de aprendizagem e na valorização dos profissionais da educação.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : EDUCAÇÃO PARA TODOS
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Acompanhar e expandir a oferta de educação em tempo integral nas escolas municipais, proporcionando aos alunos uma formação mais completa e diversificada, com atividades pedagógicas e complementares que enriquecem o currículo	Percentual	7,70	10	15	20	25	25
Avaliar e promover a qualificação dos profissionais da educação, reconhecendo o impacto direto da formação docente na qualidade do ensino e na aprendizagem dos alunos	Percentual	94	95	96	98	100	100
Monitorar a eficiência e a suficiência dos recursos financeiros alocados para a educação, relacionando o investimento por aluno com os resultados de aprendizagem e buscando otimizar a aplicação dos recursos	Percentual	26	26	27	28	28	28
Medir a efetividade das ações pedagógicas e dos programas de alfabetização, garantindo que todas as crianças desenvolvam as habilidades de leitura e escrita esperadas até o final do 2º ano do EF, conforme as diretrizes curriculares estaduais	Percentual	80	82	84	86	89	89
Assegurar que as EM estejam adequadamente equipadas e Percentual conectadas, e que alunos e professores desenvolvam de forma contínua as competências para o uso pedagógico, ético, crítico e seguro das tecnologias digitais, promovendo a plena cidadania digital		80	83	86	89	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2052	Pessoas	A	1	81.525,00	1	46.500,00	1	89.894,00	1	94.391,00	4	312.310,00
Descrição: MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS												
Produto : Pessoas Atendidas												

Órgão : 09 Secretaria de Educação e Cultura
Unidade : 001 Fundo Municipal de Educação
Programa : 12.367.0006 EDUCAÇÃO PARA TODOS
Objetivo : Garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os munícipes à educação de qualidade, promovendo equidade e inclusão em todas as etapas e
modalidades de ensino, com foco na melhoria contínua dos indicadores de aprendizagem e na valorização dos profissionais da educação.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : EDUCAÇÃO PARA TODOS
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Acompanhar e expandir a oferta de educação em tempo integral nas escolas municipais, proporcionando aos alunos uma formação mais completa e diversificada, com atividades pedagógicas e complementares que enriquecem o currículo	Percentual	7,70	10	15	20	25	25
Avaliar e promover a qualificação dos profissionais da educação, reconhecendo o impacto direto da formação docente na qualidade do ensino e na aprendizagem dos alunos	Percentual	94	95	96	98	100	100
Monitorar a eficiência e a suficiência dos recursos financeiros alocados para a educação, relacionando o investimento por aluno com os resultados de aprendizagem e buscando otimizar a aplicação dos recursos	Percentual	26	26	27	28	28	28
Medir a efetividade das ações pedagógicas e dos programas de alfabetização, garantindo que todas as crianças desenvolvam as habilidades de leitura e escrita esperadas até o final do 2º ano do EF, conforme	Percentual	80	82	84	86	89	89

as diretrizes curriculares estaduais							
Assegurar que as EM estejam adequadamente equipadas e conectadas, e que alunos e professores desenvolvam de forma contínua as competências para o uso pedagógico, ético, crítico e seguro das tecnologias digitais, promovendo a plena cidadania digital	Percentual	80	83	86	89	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2089	Pessoas	A	1	15.500,00	1	15.500,00	1	17.092,00	1	17.947,00	4	66.039,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS VOLTADOS AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL												
Produto : Pessoas Atendidas												
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2049	Pessoas	A	1	417.500,00	1	400.000,00	1	460.294,00	1	483.309,00	4	1.761.103,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL												
Produto : Pessoas Atendidas												
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2052	Pessoas	A	1	435.250,00	1	515.750,00	1	479.876,00	1	503.872,00	4	1.934.748,00
Descrição: MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS												
Produto : Pessoas Atendidas												

Órgão : 09 Secretaria de Educação e Cultura
Unidade : 002 Departamento de Ação Cultural
Programa : 13.122.0021 CULTURA
Objetivo : Promover, valorizar e preservar a cultura local, incentivando as manifestações artísticas, culturais e o patrimônio histórico do Município, ampliando o acesso da população às atividades culturais e fortalecendo a identidade cultural.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : CULTURA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Assegurar o acesso e a participação equitativa da população em diversas manifestações culturais, promover a valorização das identidades, expressões e patrimônios culturais	Percentual	60	65	70	75	80	80

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2060	Pessoas	A	1	587.350,00	1	484.500,00	1	647.564,00	1	679.946,00	4	2.399.360,00
Descrição: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS												
Produto : Pessoas Atendidas												
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1059	Outras Unidades e Medidas	P	1	15.000,00	1	15.000,00	1	16.538,00	1	17.365,00	4	63.903,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O SETOR CULTURAL												
Produto : Outros Produtos												

Órgão : 09 Secretaria de Educação e Cultura
Unidade : 002 Departamento de Ação Cultural
Programa : 13.392.0021 CULTURA
Objetivo : Promover, valorizar e preservar a cultura local, incentivando as manifestações artísticas, culturais e o patrimônio histórico do Município, ampliando o acesso da população às atividades culturais e fortalecendo a identidade cultural.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : CULTURA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Assegurar o acesso e a participação equitativa da população em diversas manifestações culturais, promover a valorização das identidades, expressões e patrimônios culturais	Percentual	60	65	70	75	80	80

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2057	Pessoas	A	1	205.000,00	1	242.750,00	1	226.026,00	1	237.331,00	4	911.107,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA CIDADÃ

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 10 Secretaria de Saúde

Unidade : 001 Fundo Municipal de Saúde

Programa : 10.122.0007 SAÚDE

Objetivo : Garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, promovendo ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da população, com qualidade, eficiência e humanização no atendimento.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : SAÚDE

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Manter em 100% as equipes de Estratégia Saúde da Família e Equipe de Saúde Bucal nas Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100
Ofertar consultas de ginecologia para todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100
Manter os atendimentos da equipe multidisciplinar (Fisioterapeuta, Psicólogo, Educador Físico, Assistente Social e Nutricionista) juntamente com a ESF em todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100
Dispor de horário alternativo para coleta de exames preventivos (câncer do colo do útero) uma vez ao mês das 17:00h às 20:00h em cada UBS, de acordo com cronograma da AB	Percentual	100	100	100	100	100	100
Realizar ao menos duas campanhas voltadas a captação de doadores de sangue	Unidade	1	2	2	2	2	2
Oferta de oficinas terapêuticas/ocupacionais (panificação, horta, teatro, educação física, música e artesanato) aos pacientes atendidos no CAPS	Unidade	6	6	6	6	6	6
Alcançar a cobertura vacinal do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade	Percentual	100	100	100	100	100	100
Dispor de profissional farmacêutico (responsável técnico) em 100% das farmácias das Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2063	Pessoas	A	1	3.456.950,00	1	3.879.250,00	1	3.811.307,00	1	4.001.882,00	4	15.149.389,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2094	Pessoas	A	1	2.450,00	1	2.250,00	1	2.708,00	1	2.845,00	4	10.253,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 10 Secretaria de Saúde

Unidade : 001 Fundo Municipal de Saúde

Programa : 10.301.0007 SAÚDE

Objetivo : Garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, promovendo ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da população, com qualidade, eficiência e humanização no atendimento.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : SAÚDE

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Manter em 100% as equipes de Estratégia	Percentual	100	100	100	100	100	100

Saúde da Família e Equipe de Saúde Bucal nas Unidades Básicas de Saúde													
Ofertar consultas de ginecologia para todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100		100		100		100		100		
Manter os atendimentos da equipe multidisciplinar (Fisioterapeuta, Psicólogo, Educador Físico, Assistente Social e Nutricionista) juntamente com a ESF em todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100		100		100		100		100		
Dispor de horário alternativo para coleta de exames preventivos (câncer do colo do útero) uma vez ao mês das 17:00h às 20:00h em cada UBS, de acordo com cronograma da AB	Percentual	100	100		100		100		100		100		
Realizar ao menos duas campanhas voltadas a captação de doadores de sangue	Unidade	1	2		2		2		2		2		
Oferta de oficinas terapêuticas/ocupacionais (panificação, horta, teatro, educação física, música e artesanato) aos pacientes atendidos no CAPS	Unidade	6	6		6		6		6		6		
Alcançar a cobertura vacinal do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade	Percentual	100	100		100		100		100		100		
Dispor de profissional farmacêutico (responsável técnico) em 100% das farmácias das Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100		100		100		100		100		

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1042	Metros Quadrados	P	1	3.250.750,00	1	1.550.000,00	1	3.583.956,00	1	3.763.153,00	4	12.147.859,00

Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE POSTOS DE SAÚDE

Produto : Edificação Construída

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2066	Pessoas	A	1	2.725.000,00	1	2.893.000,00	1	3.004.316,00	1	3.154.533,00	4	11.776.849,00

Descrição: ENCARGOS COM ACS

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2067	Pessoas	A	1	3.088.000,00	1	3.592.750,00	1	3.404.524,00	1	3.574.753,00	4	13.660.027,00

Descrição: ENCARGOS COM EMPREGO PÚBLICO - PSF

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2068	Pessoas	A	1	636.250,00	1	688.250,00	1	701.472,00	1	736.548,00	4	2.762.520,00

Descrição: ENCARGOS COM ACE

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2114	Pessoas	A	1	5.254.825,00	1	8.196.250,00	1	5.793.398,25	1	6.083.036,25	4	25.327.509,50

Descrição: MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1061	Outras Unidades e Medidas	P	1	1.200.000,00	1	1.350.000,00	1	1.323.000,00	1	1.389.151,00	4	5.262.151,00

Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A ATENÇÃO PRIMÁRIA

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1062	Unidade	P	1	2.400.000,00	1	1.750.000,00	1	2.646.000,00	1	2.778.301,00	4	9.574.301,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA

Produto : Veículos

Órgão : 10 Secretaria de Saúde

Unidade : 001 Fundo Municipal de Saúde

Programa : 10.302.0007 SAÚDE

Objetivo : Garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, promovendo ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da população, com qualidade, eficiência e humanização no atendimento.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : SAÚDE

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Manter em 100% as equipes de Estratégia Saúde da Família e Equipe de Saúde Bucal nas Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100
Ofertar consultas de ginecologia para todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100
Manter os atendimentos da equipe multidisciplinar (Fisioterapeuta, Psicólogo, Educador Físico, Assistente Social e Nutricionista) juntamente com a ESF em todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100
Dispor de horário alternativo para coleta de exames preventivos (câncer do colo do útero) uma vez ao mês das 17:00h às 20:00h em cada UBS, de acordo com cronograma da AB	Percentual	100	100	100	100	100	100
Realizar ao menos duas campanhas voltadas a captação de doadores de sangue	Unidade	1	2	2	2	2	2
Oferta de oficinas terapêuticas/ocupacionais (panificação, horta, teatro, educação física, música e artesanato) aos pacientes atendidos no CAPS	Unidade	6	6	6	6	6	6
Alcançar a cobertura vacinal do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade	Percentual	100	100	100	100	100	100
Dispor de profissional farmacêutico (responsável técnico) em 100% das farmácias das Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1036	Metros Quadrados	P	1	2.600.750,00	1	2.600.000,00	1	2.867.331,00	1	3.010.698,00	4	11.078.779,00

Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

Produto : Edificação Construída

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2064	Pessoas	A	1	9.130.000,00	1	10.194.900,00	1	10.065.835,00	1	10.569.136,00	4	39.959.871,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2085	Pessoas	A	1	1.349.400,00	1	966.250,00	1	1.487.722,00	1	1.562.114,00	4	5.365.486,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2097	Pessoas	A	1	729.750,00	1	822.250,00	1	804.556,00	1	844.785,00	4	3.201.341,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO SAMU

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2115	Pessoas	A	1	2.124.250,00	1	2.042.500,00	1	2.341.988,00	1	2.459.089,00	4	8.967.827,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS, CLÍNICAS, LABORATÓRIOS E HOSPITAIS

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2116	Pessoas	A	1	4.254.750,00	1	2.812.500,00	1	4.690.863,00	1	4.925.408,00	4	16.683.521,00

Descrição: MANUTENÇÃO DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS E PRIVADAS

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2117	Pessoas	A	1	3.938.850,00	1	3.864.050,00	1	4.342.587,00	1	4.559.718,00	4	16.705.205,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CISCOMCAM

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2065	Pessoas	A	1	451.050,00	1	1.252.250,00	1	497.291,00	1	522.160,00	4	2.722.751,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES KELY CRISTIANA ROCHA

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1063	Outras Unidades e Medidas	P	1	400.000,00	1	2.700.000,00	1	441.000,00	1	463.050,00	4	4.004.050,00

Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Produto : Outros Produtos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL

1064	Unidade	P	1	450.000,00	1	350.000,00	1	496.125,00	1	520.932,00	4	1.817.057,00

Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Produto : Veículos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1073	Metros Quadrados	P	1	400.750,00	1	250.000,00	1	441.831,00	1	463.924,00	4	1.556.505,00

Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES KELY CRISTIANA ROCHA

Produto : Edificação Construída

Órgão : 10 Secretaria de Saúde

Unidade : 001 Fundo Municipal de Saúde

Programa : 10.303.0007 SAÚDE

Objetivo : Garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, promovendo ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da população, com qualidade, eficiência e humanização no atendimento.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : SAÚDE

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Manter em 100% as equipes de Estratégia Saúde da Família e Equipe de Saúde Bucal nas Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100
Ofertar consultas de ginecologia para todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100
Manter os atendimentos da equipe multidisciplinar (Fisioterapeuta, Psicólogo, Educador Físico, Assistente Social e Nutricionista) juntamente com a ESF em todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100
Dispor de horário alternativo para coleta de exames preventivos (câncer do colo do útero) uma vez ao mês das 17:00h às 20:00h em cada UBS, de acordo com cronograma da AB	Percentual	100	100	100	100	100	100
Realizar ao menos duas campanhas voltadas a captação de doadores de sangue	Unidade	1	2	2	2	2	2
Oferta de oficinas terapêuticas/ocupacionais (panificação, horta, teatro, educação física, música e artesanato) aos pacientes atendidos no CAPS	Unidade	6	6	6	6	6	6
Alcançar a cobertura vacinal do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade	Percentual	100	100	100	100	100	100

Dispor de profissional farmacêutico (responsável técnico) em 100% das farmácias das Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100		100		100		100		100	

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2069	Pessoas	A	1	1.052.250,00	1	665.000,00	1	1.160.122,00	1	1.218.133,00	4	4.095.505,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1091	Outras Unidades e Medidas	P	0	0,00	1	60.000,00	0	0,00	0	0,00	1	60.000,00

Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO

Produto : Outros Produtos

Órgão : 10 Secretaria de Saúde

Unidade : 001 Fundo Municipal de Saúde

Programa : 10.304.0007 SAÚDE

Objetivo : Garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, promovendo ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da população, com qualidade, eficiência e humanização no atendimento.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral
Justificativa : SAÚDE
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Manter em 100% as equipes de Estratégia Saúde da Família e Equipe de Saúde Bucal nas Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100
Ofertar consultas de ginecologia para todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100
Manter os atendimentos da equipe multidisciplinar (Fisioterapeuta, Psicólogo, Educador Físico, Assistente Social e Nutricionista) juntamente com a ESF em todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100
Dispor de horário alternativo para coleta de exames preventivos (câncer do colo do útero) uma vez ao mês das 17:00h às 20:00h em cada UBS, de acordo com cronograma da AB	Percentual	100	100	100	100	100	100
Realizar ao menos duas campanhas voltadas a captação de doadores de sangue	Unidade	1	2	2	2	2	2
Oferta de oficinas terapêuticas/ocupacionais (panificação, horta, teatro, educação física, música e artesanato) aos pacientes atendidos no CAPS	Unidade	6	6	6	6	6	6
Alcançar a cobertura vacinal do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade	Percentual	100	100	100	100	100	100

Dispor de profissional farmacêutico (responsável técnico) em 100% das farmácias das Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100		100		100		100		100		
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
2070	Pessoas	A	1	691.000,00	1	814.500,00	1	761.840,00	1	799.939,00	4	3.067.279,00	
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA													
Produto : Pessoas Atendidas													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
1067	Outras Unidades e Medidas	P	1	200.000,00	1	200.000,00	1	220.500,00	1	231.525,00	4	852.025,00	
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A VIGILÂNCIA SANITÁRIA													
Produto : Outros Produtos													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
1068	Unidade	P	1	255.000,00	1	200.000,00	1	281.138,00	1	295.195,00	4	1.031.333,00	
Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A VIGILÂNCIA SANITÁRIA													
Produto : Veículos													

Órgão : 10 Secretaria de Saúde
Unidade : 001 Fundo Municipal de Saúde
Programa : 10.305.0007 SAÚDE
Objetivo : Garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, promovendo ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da população, com qualidade, eficiência e humanização no atendimento.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : SAÚDE
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Manter em 100% as equipes de Estratégia Saúde da Família e Equipe de Saúde Bucal nas Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100
Ofertar consultas de ginecologia para todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100
Manter os atendimentos da equipe multidisciplinar (Fisioterapeuta, Psicólogo, Educador Físico, Assistente Social e Nutricionista) juntamente com a ESF em todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100
Dispor de horário alternativo para coleta de exames preventivos (câncer do colo do útero) uma vez ao mês das 17:00h às 20:00h em cada UBS, de acordo com cronograma da AB	Percentual	100	100	100	100	100	100
Realizar ao menos duas campanhas voltadas a captação de doadores de sangue	Unidade	1	2	2	2	2	2
Oferta de oficinas terapêuticas/ocupacionais (panificação, horta, teatro, educação física, música e artesanato) aos pacientes atendidos no CAPS	Unidade	6	6	6	6	6	6
Alcançar a cobertura vacinal do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade	Percentual	100	100	100	100	100	100

Dispor de profissional farmacêutico (responsável técnico) em 100% das farmácias das Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2119	Pessoas	A	1	342.125,00	1	388.500,00	1	377.205,00	1	396.072,00	4	1.503.902,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA												
Produto : Pessoas Atendidas												

Órgão : 10 Secretaria de Saúde
Unidade : 001 Fundo Municipal de Saúde
Programa : 10.306.0007 SAÚDE
Objetivo : Garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, promovendo ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da população, com qualidade, eficiência e humanização no atendimento.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : SAÚDE
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo			
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Indice Final PPA**
Manter em 100% as equipes de Estratégia Saúde da Família e Equipe de Saúde Bucal nas Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100
Ofertar consultas de ginecologia para todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100
Manter os atendimentos da equipe multidisciplinar (Fisioterapeuta, Psicólogo, Educador Físico, Assistente Social e Nutricionista) juntamente com a ESF em todas as Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100	100	100	100	100
Dispor de horário alternativo para coleta de exames preventivos (câncer do colo do útero) uma vez ao mês das 17:00h às 20:00h em cada UBS, de acordo com cronograma da AB	Percentual	100	100	100	100	100	100
Realizar ao menos duas campanhas voltadas a captação de doadores de sangue	Unidade	1	2	2	2	2	2
Oferta de oficinas terapêuticas/ocupacionais (panificação, horta, teatro, educação física, música e artesanato) aos pacientes atendidos no CAPS	Unidade	6	6	6	6	6	6
Alcançar a cobertura vacinal do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade	Percentual	100	100	100	100	100	100

Dispor de profissional farmacêutico (responsável técnico) em 100% das farmácias das Unidades Básicas de Saúde	Percentual	100	100		100		100		100		100	
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2069	Pessoas	A	1	200.250,00	1	205.000,00	1	220.777,00	1	231.816,00	4	857.843,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA												
Produto : Pessoas Atendidas												

Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social
Unidade : 001 Departamento de Assistência Social
Programa : 08.122.0003 ASSISTÊNCIA
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ASSISTÊNCIA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo			
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Recente Mais**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Indice Final PPA**
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF	Percentual	60	65	65	70	70	70
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto	Percentual	80	90	100	100	100	100
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	35	40	45	50	50
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF	Percentual	30	70	80	85	90	90

Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano	Percentual	10	70		80		90		100		100		
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS	Percentual	80	90		90		100		100		100		

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2073	Pessoas	A	1	583.350,00	1	526.250,00	1	643.157,00	1	675.321,00	4	2.428.078,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2096	Pessoas	A	1	322.000,00	1	351.250,00	1	355.015,00	1	372.770,00	4	1.401.035,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO PORTAL DA CIDADANIA

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social

Unidade : 001 Departamento de Assistência Social

Programa : 08.243.0003 ASSISTÊNCIA

Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ASSISTÊNCIA

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF	Percentual	60	65	65	70	70	70
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto	Percentual	80	90	100	100	100	100
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	35	40	45	50	50
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF	Percentual	30	70	80	85	90	90
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano	Percentual	10	70	80	90	100	100
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS	Percentual	80	90	90	100	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2076	Pessoas	A	1	271.750,00	1	316.000,00	1	299.618,00	1	314.604,00 4		1.201.972,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social

Unidade : 002 Fundo Municipal de Assistência Social

Programa : 08.122.0003 ASSISTÊNCIA

Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ASSISTÊNCIA

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF	Percentual	60	65	65	70	70	70
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto	Percentual	80	90	100	100	100	100
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	35	40	45	50	50
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF	Percentual	30	70	80	85	90	90
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano	Percentual	10	70	80	90	100	100
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS	Percentual	80	90	90	100	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2090	Pessoas	A	1	11.500,00	1	6.000,00	1	12.683,00	1	13.318,00	4	43.501,00

Descrição: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2084	Pessoas	A	1	11.500,00	1	3.500,00	1	12.683,00	1	13.319,00	4	41.002,00

Descrição: APOIO A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SUAS-IGD SUAS

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2095	Pessoas	A	1	27.500,00	1	7.500,00	1	30.320,00	1	31.839,00	4	97.159,00

Descrição: APOIO A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO PBF E CADASTRO ÚNICO

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social

Unidade : 002 Fundo Municipal de Assistência Social

Programa : 08.241.0003 ASSISTÊNCIA

Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ASSISTÊNCIA

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF	Percentual	60	65	65	70	70	70
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto	Percentual	80	90	100	100	100	100
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	35	40	45	50	50
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF	Percentual	30	70	80	85	90	90
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano	Percentual	10	70	80	90	100	100
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS	Percentual	80	90	90	100	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2075	Pessoas	A	1	160.575,00	1	163.500,00	1	177.047,00	1	185.904,00	4	687.026,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO ESPAÇO SAÚDE DO IDOSO

Produto : Idosos Atendidos

Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social
Unidade : 002 Fundo Municipal de Assistência Social
Programa : 08.244.0003 ASSISTÊNCIA
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ASSISTÊNCIA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF	Percentual	60	65	65	70	70	70
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto	Percentual	80	90	100	100	100	100
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	35	40	45	50	50
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF	Percentual	30	70	80	85	90	90
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano	Percentual	10	70	80	90	100	100
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS	Percentual	80	90	90	100	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2077	Pessoas	A	1	525.250,00	1	465.000,00	1	579.090,00	1	608.047,00	4	2.177.387,00

Descrição: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
Produto : Pessoas Atendidas
Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social
Unidade : 02 Fundo Municipal de Assistência Social
Programa : 08.245.0003 ASSISTÊNCIA
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ASSISTÊNCIA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF	Percentual	60	65	65	70	70	70
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto	Percentual	80	90	100	100	100	100
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	35	40	45	50	50
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF	Percentual	30	70	80	85	90	90
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano	Percentual	10	70	80	90	100	100
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS	Percentual	80	90	90	100	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL

1045	Metros Quadrados	P	0	0,00	0	100.000,00	0	0,00	0	0,00	0	100.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS													
Produto : Edificação Construída													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1038	Metros Quadrados	P	1	150.750,00	1	100.000,00	1	166.206,00	1	174.517,00	4	591.473,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS													
Produto : Edificação Construída													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2074	Pessoas	A	1	459.500,00	1	466.000,00	1	506.600,00	1	531.933,00	4	1.964.033,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA													
Produto : Pessoas Atendidas													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2092	Pessoas	A	1	196.750,00	1	420.000,00	1	216.922,00	1	227.770,00	4	1.061.442,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL													
Produto : Pessoas Atendidas													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2079	Pessoas	A	1	793.750,00	1	695.500,00	1	875.122,00	1	918.887,00	4	3.283.259,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE													
Produto : Pessoas Atendidas													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2081	Pessoas	A	1	733.250,00	1	617.000,00	1	808.410,00	1	848.828,00	4	3.007.488,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS													
Produto : Pessoas Atendidas													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2082	Pessoas	A	1	248.375,00	1	291.000,00	1	273.848,00	1	287.546,00	4	1.100.769,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO													
Produto : Pessoas Atendidas													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2080	Pessoas	A	1	240.800,00	1	213.250,00	1	265.497,00	1	278.777,00	4	998.324,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE													
Produto : Pessoas Atendidas													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2121	Pessoas	A	1	538.250,00	1	667.000,00	1	593.435,00	1	623.112,00	4	2.421.797,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS													
Produto : Pessoas Atendidas													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1078	Outras Unidades e Medidas	P	1	108.750,00	1	165.000,00	1	119.893,00	1	125.886,00	4	519.529,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL													
Produto : Outros Produtos													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1039	Metros Quadrados	P	0	0,00	0	100.000,00	0	0,00	0	0,00	0	100.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO													
Produto : Edificação Construída													
Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social													
Unidade : 03 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente													
Programa : 08.243.0003 ASSISTÊNCIA													
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.													
Gerente :													
Público Alvo : População em Geral													
Justificativa : ASSISTÊNCIA													
Problema :													
Causa :													
Externalidade :													

Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**

Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Indice Final PPA**
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF	Percentual	60	65	65	70	70	70
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto	Percentual	80	90	100	100	100	100

Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	35		40		45		50		50		
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF	Percentual	30	70		80		85		90		90		
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano	Percentual	10	70		80		90		100		100		
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS	Percentual	80	90		90		100		100		100		
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
2113	Pessoas	A	1	120.500,00	1	103.750,00	1	132.852,00	1	139.494,00	4	496.596,00	
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE													
Produto : Pessoas Atendidas													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
1006	Metros Quadrados	P	1	50.750,00	1	50.000,00	1	55.956,00	1	58.755,00	4	215.461,00	
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES													
Produto : Edificação Construída													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
1080	Outras Unidades e Medidas	P	1	15.000,00	1	35.000,00	1	16.538,00	1	17.365,00	4	83.903,00	
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE													
Produto : Outros Produtos													
Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social													
Unidade : 04 Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social													
Programa : 16.482.0003 ASSISTÊNCIA													
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.													
Gerente :													
Público Alvo : População em Geral													
Justificativa : ASSISTÊNCIA													
Problema :													
Causa :													
Externalidade :													
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**									
Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**		**2027**		**2028**		**2029**		**Indice Final PPA**		
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF	Percentual	60	65		65		70		70		70		
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto	Percentual	80	90		100		100		100		100		
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	35		40		45		50		50		
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF	Percentual	30	70		80		85		90		90		
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano	Percentual	10	70		80		90		100		100		
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS	Percentual	80	90		90		100		100		100		
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
2087	Pessoas	A	1	99.500,00	1	63.250,00	1	109.707,00	1	115.194,00	4	387.651,00	
Descrição: MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO													
Produto : Pessoas Atendidas													
Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social													
Unidade : 05 Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa													
Programa : 08.241.0003 ASSISTÊNCIA													
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.													
Gerente :													
Público Alvo : População em Geral													

Justificativa : ASSISTÊNCIA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF	Percentual	60	65	65	70	70	70
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em relação ao previsto	Percentual	80	90	100	100	100	100
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	35	40	45	50	50
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF	Percentual	30	70	80	85	90	90
Percentual de ações previstas no Plano Individual de	Percentual	10	70	80	90	100	100
Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS	Percentual	80	90	90	100	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2126	Pessoas	A	1	77.500,00	1	101.250,00	1	85.447,00	1	89.722,00	4	353.919,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA A PESSOA IDOSA
Produto : Idosos Atendidos

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1084	Outras Unidades e Medidas	P	1	30.000,00	1	15.000,00	1	33.075,00	1	34.729,00	4	112.804,00

Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Produto : Outros Produtos

Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social
Unidade : 06 Fundo Municipal do Trabalho
Programa : 11.334.0003 ASSISTÊNCIA
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ASSISTÊNCIA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF	Percentual	60	65	65	70	70	70
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho	Percentual	80	90	100	100	100	100
Municipal de Assistência Social em relação ao previsto							
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	35	40	45	50	50
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF	Percentual	30	70	80	85	90	90
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano	Percentual	10	70	80	90	100	100
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS	Percentual	80	90	90	100	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2112	Pessoas	A	1	750,00	1	750,00	1	831,00	1	873,00	4	3.204,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA FOMENTAR O TRABALHO
Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social
Unidade : 07 Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Programa : 08.242.0003 ASSISTÊNCIA
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ASSISTÊNCIA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF	Percentual	60	65	65	70	70	70
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho	Percentual	80	90	100	100	100	100
Municipal de Assistência Social em relação ao previsto							
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	35	40	45	50	50
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF	Percentual	30	70	80	85	90	90
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano	Percentual	10	70	80	90	100	100
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS	Percentual	80	90	90	100	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2127	Pessoas	A	1	750,00	1	29.750,00	1	831,00	1	873,00	4	32.204,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA												
Produto : Pessoas Atendidas												

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1086	Outras Unidades e Medidas	P	0	0,00	0	10.000,00	0	0,00	0	0,00	0	10.000,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA												
Produto : Outros Produtos												

Órgão : 11 Secretaria de Assistência Social
Unidade : 08 Fundo Municipal dos Direitos da Mulher
Programa : 08.245.0003 ASSISTÊNCIA
Objetivo : Promover a gestão eficiente das políticas públicas de assistência social, assegurando a coordenação das ações, a execução dos programas e o fortalecimento da rede de proteção social no município.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ASSISTÊNCIA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Percentual de famílias referenciadas acompanhadas pelo PAIF	Percentual	60	65	65	70	70	70
Percentual de reuniões ordinárias realizadas pelo Conselho	Percentual	80	90	100	100	100	100
Municipal de Assistência Social em relação ao previsto							
Percentual de usuários atendidos pelo SUAS encaminhados ou inseridos em outras políticas públicas e programas de inclusão produtiva	Percentual	30	35	40	45	50	50
Número de famílias acompanhadas pelo PAEF	Percentual	30	70	80	85	90	90
Percentual de ações previstas no Plano Individual de Atendimento (PIA) cumpridas até o final da vigência do plano	Percentual	10	70	80	90	100	100
Percentual de famílias vuneráveis com cadastros atualizados no Programa Bolsa Família acompanhadas pelo CRAS	Percentual	80	90	90	100	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2129	Pessoas	A	1	750,00	1	54.500,00	1	831,00	1	873,00	4	56.954,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES PARA A MULHER
Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta 2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1088	Outras Unidades e Medidas	P	0 0,00	0	10.000,00	0	0,00	0	0,00	0	10.000,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER											
Produto : Outros Produtos											
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta 2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1089	Unidade	P	1 25.000,00	1	0,00	1	27.563,00	1	28.942,00	4	81.505,00
Descrição: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER											
Produto : Veículos											

Órgão : 12 Secretaria de Obras e Edificações
Unidade : 001 Gabinete do Secretário
Programa : 15.122.0002 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Objetivo : Aprimorar a coordenação administrativa e a tomada de decisão governamental, assegurando suporte jurídico eficiente, planejamento integrado e comunicação institucional transparente e acessível à população.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Apoio Administrativo	Mês	12	12	12	12	12	12
Pagamento de Precatórios	Valores Fi	357.000	350.250	367.763	386.152	405.460	405.460

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2086	Pessoas	A	1	1.061.725,00	1	1.400.000,00	1	1.170.566,00	1	1.229.100,00	4	4.861.391,00
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL												
Produto : Pessoas Atendidas												

Órgão : 12 Secretaria de Obras e Edificações
Unidade : 002 Divisão de Obras
Programa : 15.451.0005 OBRAS PÚBLICAS
Objetivo : Ampliar disponibilidade de ciclovias.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : OBRAS PÚBLICAS
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Extensão de ciclovias disponíveis	Quilômetro	3,13	4	5	6	7	7

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1007	Metros Quadrados	P	0	0,00	1	125.000,00	0	0,00	0	0,00	1	125.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRÓPRIOS PÚBLICOS												
Produto : Edificação Construída												
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1021	Metros Quadrados	P	0	0,00	1	75.000,00	0	0,00	0	0,00	1	75.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS												
Produto : Edificação Construída												
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
1024	Metros Quadrados	P	1	125.750,00	1	200.000,00	1	138.644,00	1	145.577,00	4	609.971,00
Descrição: OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E RECAPE ASFÁLTICO												

Produto : Edificação Construída													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
1031	Metros Quadrados	P	1	50.750,00	1	35.000,00	1	55.956,00	1	58.755,00	4	200.461,00	
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ABRIGOS PARA PONTOS DE ÔNIBUS													
Produto : Edificação Construída													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
1010	Metros Quadrados	P	1	50.750,00	1	60.000,00	1	55.956,00	1	58.755,00	4	225.461,00	
Descrição: OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS													
Produto : Edificação Construída													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
1011	Metros Quadrados	P	0	0,00	1	250.000,00	0	0,00	0	0,00	1	250.000,00	
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PONTES E BUEIROS													
Produto : Edificação Construída													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
1022	Metros Quadrados	P	0	0,00	1	200.000,00	0	0,00	0	0,00	1	200.000,00	
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CICLOVIAS													
Produto : Edificação Construída													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
1029	Metros Quadrados	P	0	0,00	1	85.000,00	0	0,00	0	0,00	1	85.000,00	
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS													
Produto : Edificação Construída													

Órgão : 12 Secretaria de Obras e Edificações					
Unidade : 002 Divisão de Obras					
Programa : 15.452.0012 SERVIÇOS PÚBLICOS					
Objetivo : Ampliar a abrangência de pavimentação das vias urbanas.					
Gerente :					
Público Alvo : População em Geral					
Justificativa : SERVIÇOS PÚBLICOS					
Problema :					
Causa :					
Externalidade :					
Natureza	**Início Previsto**	**Término Previsto**	**Multisetorial**	**Tipo**	

Indicador	**Unid. Medida**	**Indice Mais Recente**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Indice Final PPA**
Abrangência de pavimentação das vias urbanas	Percentual	91	91	92	93	94	94

Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
2037	Pessoas	A	1	750,00	1	25.000,00	1	831,00	1	873,00	4	27.454,00	
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, RECAPE ASFÁLTICO E OBRAS COMPLEMENTARES													
Produto : Pessoas Atendidas													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
2041	Pessoas	A	1	200.250,00	1	200.000,00	1	220.777,00	1	231.817,00	4	852.844,00	
Descrição: MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS													
Produto : Pessoas Atendidas													
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**	
2120	Pessoas	A	1	78.025,00	1	81.500,00	1	86.034,00	1	90.338,00	4	335.897,00	
Descrição: MANUTENÇÃO DOS PRÓPRIOS PÚBLICOS													
Produto : Pessoas Atendidas													

Órgão : 12 Secretaria de Obras e Edificações
Unidade : 002 Divisão de Obras
Programa : 17.512.0012 SERVIÇOS PÚBLICOS
Objetivo : Ampliar a abrangência de pavimentação das vias urbanas.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : SERVIÇOS PÚBLICOS
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Abrangência de pavimentação das vias urbanas	Percentual	91	91	92	93	94	94

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2105	Pessoas	A	1	150.250,00	1	225.000,00	1	165.652,00	1	173.936,00	4	714.838,00
Descrição: MANUTENÇÃO DAS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS												
Produto : Pessoas Atendidas												

Órgão : 12 Secretaria de Obras e Edificações
Unidade : 002 Divisão de Obras
Programa : 25.751.0018 SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA
Objetivo : Garantir o funcionamento contínuo, seguro e eficiente dos serviços de iluminação pública e demais utilidades elétricas municipais, assegurando conforto, segurança e qualidade de vida à população por meio da manutenção preventiva e corretiva da rede elétrica.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Tempo médio de atendimento às demandas de Iluminação Pública	Dia	10	7	7	7	5	5
Percentual de substituição de lâmpadas por tecnologia LED	Percentual	100	100	100	100	100	100

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2034	Pessoas	A	1	1.312.912,50	1	1.494.450,00	1	1.447.487,00	1	1.519.862,90	4	5.774.712,40
Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA												
Produto : Pessoas Atendidas												

Órgão : 12 Secretaria de Obras e Edificações
Unidade : 003 Divisão de Edificações
Programa : 15.451.0015 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS
Objetivo : Ampliar número de processos em análise de protocolos de projeto dentro do departamento.
Gerente :
Público Alvo : População em Geral
Justificativa : EDIFICAÇÕES PÚBLICAS
Problema :
Causa :
Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Quantidade de protocolos de análise de projetos, subdivisões, anexações e loteamentos analisados	Unidade	240	245	255	265	275	275

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1012	Metros Quadrados	P	0	0,00	1	125.000,00	0	0,00	0	0,00	1	125.000,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL												
Produto : Edificação Construída												

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1025	Metros Quadrados	P	1	125.750,00	0	0,00	1	138.644,00	1	145.577,00	3	409.971,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ALMOXARIFADO												
Produto : Edificação Construída												

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1074	Metros Quadrados	P	1	125.750,00	1	160.000,00	1	138.644,00	1	145.577,00	4	569.971,00
Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS												
Produto : Edificação Construída												
Órgão : 13 FUNDO DE PREVIDÊNCIA												

Unidade : 001 FUNDO DE PREVIDÊNCIA

Programa : 09.272.0082 PREVIDÊNCIA

Objetivo : Assegurar a proteção social e garantir uma fonte de renda ao trabalhador e sua família em momentos de necessidade.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : PREVIDÊNCIA

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Apoio Administrativo	Mês	12	12	12	12	12	12

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2098	Outras Unidades e Medidas	P	1	17.861.000,00	1	18.750.000,00	1	19.691.753,00	1	20.676.343,00	4	76.979.096,00

Descrição: MANUTENÇÃO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL - FPM

Produto : Apoio Administrativo

Órgão : 14 Secretaria de Esportes

Unidade : 01 Gabinete do Secretário

Programa : 27.122.0008 ESPORTE E LAZER

Objetivo : Ampliar o acesso da população às atividades e programas esportivos do município.

Melhorar e manter os espaços esportivos públicos em condições adequadas de uso.

Estimular a formação esportiva de crianças e adolescentes.

Promover eventos esportivos que incentivem participação comunitária e integração social.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ESPORTE E LAZER

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Número de alunos/participantes atendidos nos projetos esportivos	Unidade	300	350	400	450	500	500
Percentual de espaços esportivos reformados ou com manutenção regular	Percentual	40	50	55	60	65	65
Número de modalidades esportivas oferecidas no contraturno escolar	Unidade	4	4	5	5	6	6
Número de eventos esportivos realizados anualmente Unidade		9	9	10	10	11	11

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2122	Pessoas	A	1	181.100,00	1	205.750,00	1	199.675,00	1	209.665,00	4	796.190,00

Descrição: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Produto : Pessoas Atendidas

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1090	Outras Unidades e Medidas	P	0	0,00	1	10.000,00	0	0,00	0	0,00	1	10.000,00

Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR A SECRETARIA DE ESPORTES

Produto : Outros Produtos

Órgão : 14 Secretaria de Esportes

Unidade : 02 Departamento de Esportes

Programa : 27.812.0008 ESPORTE E LAZER

Objetivo : Ampliar o acesso da população às atividades e programas esportivos do município.

Melhorar e manter os espaços esportivos públicos em condições adequadas de uso.

Estimular a formação esportiva de crianças e adolescentes.

Promover eventos esportivos que incentivem participação comunitária e integração social.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ESPORTE E LAZER

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Número de alunos/participantes atendidos nos projetos esportivos	Unidade	300	350	400	450	500	500
Percentual de espaços esportivos reformados ou com manutenção regular	Percentual	40	50	55	60	65	65
Número de modalidades esportivas oferecidas no contraturno escolar	Unidade	4	4	5	5	6	6
Número de eventos esportivos realizados anualmente	Unidade	9	9	10	10	11	11

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1046	Metros Quadrados	P	1	150.750,00	1	150.000,00	1	166.206,00	1	174.517,00	4	641.473,00

Descrição: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GINÁSIOS, QUADRAS, ESTÁDIOS E CAMPOS DE FUTEBOL

Produto : Edificação Construída

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2062	Pessoas	A	1 541.450,00		1	512.750,00	1	596.958,00	1	626.810,00	4	2.277.968,00

Descrição: MANUTENÇÃO DE GINÁSIOS, QUADRAS, ESTÁDIOS E CAMPOS DE FUTEBOL

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 14 Secretaria de Esportes

Unidade : 03 Departamento de Recreação e Lazer

Programa : 27.813.0008 ESPORTE E LAZER

Objetivo : Ampliar o acesso da população às atividades e programas esportivos do município.

Melhorar e manter os espaços esportivos públicos em condições adequadas de uso.

Estimular a formação esportiva de crianças e adolescentes.

Promover eventos esportivos que incentivem participação comunitária e integração social.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ESPORTE E LAZER

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Número de alunos/participantes atendidos nos projetos esportivos	Unidade	300	350	400	450	500	500
Percentual de espaços esportivos reformados ou com manutenção regular	Percentual	40	50	55	60	65	65
Número de modalidades esportivas oferecidas no contraturno escolar	Unidade	4	4	5	5	6	6
Número de eventos esportivos realizados anualmente	Unidade	9	9	10	10	11	11

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2061	Pessoas	A	1	477.750,00	1	468.500,00	1	526.730,00	1	553.070,00	4	2.026.050,00

Descrição: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS

Produto : Pessoas Atendidas

Órgão : 14 Secretaria de Esportes

Unidade : 04 Fundo Municipal de Esportes

Programa : 27.812.0008 ESPORTE E LAZER

Objetivo : Ampliar o acesso da população às atividades e programas esportivos do município.

Melhorar e manter os espaços esportivos públicos em condições adequadas de uso.

Estimular a formação esportiva de crianças e adolescentes.

Promover eventos esportivos que incentivem participação comunitária e integração social.

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : ESPORTE E LAZER

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza	Início Previsto	Término Previsto	Multisetorial	Tipo

Indicador	Unid. Medida	Indice Mais Recente	2026	2027	2028	2029	Indice Final PPA
Número de alunos/participantes atendidos nos projetos esportivos	Unidade	300	350	400	450	500	500
Percentual de espaços esportivos reformados ou com manutenção regular	Percentual	40	50	55	60	65	65
Número de modalidades esportivas oferecidas no contraturno escolar	Unidade	4	4	5	5	6	6
Número de eventos esportivos realizados anualmente	Unidade	9	9	10	10	11	11

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
1092	Outras Unidades e Medidas	P	0	0,00	1	10.000,00	0	0,00	0	0,00	1	10.000,00
Descrição: EQUIPAR E REEQUIPAR O FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES												
Produto : Outros Produtos												
Ação	**Unid. Medida**	**Tipo**	**Meta**	**2026**	**Meta**	**2027**	**Meta**	**2028**	**Meta**	**2029**	**Meta**	**TOTAL**
2131	Outras Unidades e Medidas	A	0	0,00	1	75.000,00	0	0,00	0	0,00	1	75.000,00
Descrição: MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES												
Produto : Outros Produtos												
Total Geral :			**145.727.450,00**		**152.483.000,00**		**160.664.574,00**		**168.697.861,00**		**627.572.885,00**	

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:9E143187

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - AMF 1 - METAS ANUAIS

MUNICIPIO DE TERRA BOA	27/05/2026
Estado do Paraná	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
METAS ANUAIS	
Consolidado	
Município: Terra Boa	**Exercício: 2027**
AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art.4o, § 2o, inciso I)	R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x100	%RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante (b/PIB)	% PIB x100	%RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x100	%RCL (c/RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	133.733.000,00	128.799.961,48	0,020	30.337,10	140.972.821,00	131.345.216,62	0,020	31.979,44	148.021.518,00	133.244.682,69	0,010	33.578,42
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	132.164.000,00	127.288.837,52	0,010	29.981,17	139.927.355,00	130.371.149,73	0,010	31.742,28	146.923.764,00	132.256.516,34	0,010	33.329,40
Receitas Primárias Correntes	121.614.000,00	117.127.997,69	0,010	27.587,92	129.398.480,00	120.561.334,20	0,010	29.353,82	135.868.445,00	122.304.838,42	0,010	30.821,52
Impostos Taxas e Contribuições de Melhoria	17.486.250,00	16.841.230,86	0,000	3.966,73	20.897.799,00	19.470.603,75	0,000	4.740,63	21.942.708,00	19.752.190,12	0,000	4.977,67
Transferências Correntes	104.010.250,00	100.173.601,08	0,010	23.594,54	108.306.364,00	100.909.684,15	0,010	24.569,11	113.721.700,00	102.368.980,11	0,010	25.797,57
Demais Receitas Primárias Correntes	117.500,00	113.165,75	0,000	26,65	194.317,00	181.046,31	0,000	44,08	204.037,00	183.668,20	0,000	46,29
Receitas Primárias de Capital	10.550.000,00	10.160.839,83	0,000	2.393,25	10.528.875,00	9.809.815,52	0,000	2.388,46	11.055.319,00	9.951.677,92	0,000	2.507,88
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	133.733.000,00	128.874.752,16	0,010	30.337,10	140.972.821,00	131.490.609,87	0,010	31.979,44	148.021.518,00	133.467.838,67	0,010	33.578,42
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	132.434.750,00	127.624.390,99	0,010	30.042,59	139.402.583,00	130.027.609,77	0,010	31.623,23	146.372.766,00	131.983.679,88	0,010	33.204,41
Despesas Primárias Correntes	115.667.250,00	111.470.556,00	0,010	26.238,91	120.961.184,00	112.836.236,72	0,010	27.439,83	127.009.272,00	114.538.777,84	0,010	28.811,83
Pessoal e Encargos Sociais	56.618.850,00	54.586.498,84	0,010	12.843,89	57.092.271,50	53.302.385,83	0,010	12.951,28	59.946.684,85	54.129.837,81	0,010	13.598,80
Outras Despesas Correntes	59.048.400,00	56.884.057,15	0,010	13.395,03	63.868.912,50	59.533.850,89	0,010	14.488,55	67.062.587,15	60.408.940,03	0,010	15.213,03
Despesas Primárias de Capital	16.767.500,00	16.153.834,99	0,000	3.803,68	18.441.399,00	17.191.373,05	0,000	4.183,40	19.363.494,00	17.444.902,04	0,000	4.392,57
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Receita Total (COM FONTES RPPS)	18.750.000,00	18.750.000,00	0,000	4.253,40	19.691.753,00	19.691.753,00	0,000	4.467,04	20.676.343,00	20.676.343,00	0,000	4.690,39

Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	5.079.000,00	5.079.000,00	0,000	1.152,16	5.617.238,00	5.617.238,00	0,000	1.274,26	5.898.101,00	5.898.101,00	0,000	1.337,97
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	18.750.000,00	18.750.000,00	0,000	4.253,40	19.691.753,00	19.691.753,00	0,000	4.467,04	20.676.343,00	20.676.343,00	0,000	4.690,39
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	18.750.000,00	18.750.000,00	0,000	4.253,40	19.691.753,00	19.691.753,00	0,000	4.467,04	20.676.343,00	20.676.343,00	0,000	4.690,39
Resultado Primário (SEM RPPS) – Acima da Linha (V) = (I - II)	-270.750,00	-335.553,47	0,030	-61,42	524.772,00	343.539,96	0,030	119,04	550.998,00	272.836,46	0,030	124,99
Resultado Primário (COM RPPS) – Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	-13.941.750,00	-14.006.553,47	0,000	-3.162,66	-13.549.743,00	-13.730.975,04	0,000	-3.073,74	-14.227.244,00	-14.505.405,54	0,000	-3.227,43
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	266.966.000,00	257.267.947,92	0,030	60.560,77	280.402.142,00	261.543.131,59	0,030	63.608,74	294.422.361,00	265.476.792,65	0,030	66.789,20
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	266.966.000,00	257.267.947,92	0,030	60.560,77	280.402.142,00	261.543.131,59	0,030	63.608,74	294.422.361,00	265.476.792,65	0,030	66.789,20
Dívida Pública Consolidada (DC)	3.000.000,00	2.889.338,34	0,000	680,54	3.150.000,00	2.934.873,75	0,000	714,57	3.307.500,00	2.977.315,69	0,000	750,30
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-21.650.000,00	-20.851.391,70	0,000	-4.911,26	-22.732.500,00	-21.180.005,59	0,000	-5.156,83	-23.869.125,00	-21.486.294,90	0,000	-5.414,67
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	6.444.162,69	6.206.455,45	0,000	1.461,85	-1.082.500,00	-1.008.571,69	0,000	-245,56	-1.136.625,00	-1.023.156,90	0,000	-257,84
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade ResponsávelMUNICIPIO DE TERRA BOA, emitido em 27/mai/2026 as 14h e 13m.												
Nota :												
A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.												

VARIÁVEIS	2027	2028	2029
PIB real (crescimento % anual)	2,00	2,30	2,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida do Governo (média % anual)	10,50	10,00	9,75
Câmbio (R$/U$$ - Final do Ano)	5,45	5,50	5,50
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	3,83	3,37	3,50
Projeção do PIB do Estado - R$ milhares	883.803.000.000,00	937.604.000.000,00	994.681.000.000,00
Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes			
2027	2028	2029	
1,0383	1,0733	1,1109	
Valor Constante			
Essas colunas identificam os valores constantes que equivalem aos valores correntes abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando o índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO.			
Cálculo do Valor Constante - Conforme a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), pág. nº 68			
20X1			
Índice para Deflação:			
{1 + (Taxa de Inflação de 20X1/ 100)}			
Cálculo do Valor constante:			
Valor corrente / Índice para Deflação			
20X2			
Índice para Deflação:			
{1 + (Taxa de Inflação de 20X2 / 100)} x {1 + (Taxa de Inflação de 20X2 / 100)}			
Cálculo do Valor Constante:			
Valor Corrente / Índice para Deflação			
20X3			
Índice para Deflação:			
{1 + (Taxa de Inflação de 20X1/ 100)} x {1 + (Taxa de Inflação de 20X2/ 100)} x {1 + (Taxa de Inflação de 20X3/ 100)}			
Cálculo do Valor Constante:			
Valor Corrente / Índice para Deflação			
Terra Boa 27 de maio de 2026			

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:2E56836C

SECRETARIA DE FAZENDA
LEI 1.873-2026 - ANEXO - AMF 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2027
Consolidado
AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4o, §2o, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR A PREÇOS CORRENTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	113.633.367,44	131.201.945,87	-13,390	127.866.450,00	2,609	133.733.000,00	-4,387	140.972.821,00	-5,136	148.021.518,00	-4,762
Receitas Primárias (I) (EXCETO FONTES RPPS)	110.247.947,92	128.353.280,74	-14,106	126.918.200,00	1,131	132.164.000,00	-3,969	139.927.355,00	-5,548	146.923.764,00	-4,762
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	109.837.117,85	125.602.597,10	-12,552	127.866.450,00	-1,770	133.733.000,00	-4,387	140.972.821,00	-5,136	148.021.518,00	-4,762
Despesas Primarias (II) (EXCETO FONTES RPPS)	108.794.357,63	124.245.147,72	-12,436	126.442.200,00	-1,738	132.434.750,00	-4,525	139.402.583,00	-4,998	146.372.766,00	-4,762
Receita Total (COM FONTES RPPS)	17.220.959,10	20.664.409,29	-16,664	17.861.000,00	15,696	18.750.000,00	-4,741	19.691.753,00	-4,782	20.676.343,00	-4,762
Receitas Primárias (III) (COM FONTES RPPS)	4.232.264,61	5.081.333,40	-16,710	5.095.000,00	-0,268	5.079.000,00	0,315	5.617.238,00	-9,582	5.898.101,00	-4,762
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	10.717.481,24	12.332.597,77	-13,096	17.861.000,00	-30,952	18.750.000,00	-4,741	19.691.753,00	-4,782	20.676.343,00	-4,762
Despesas Primarias (IV) (COM FONTES RPPS)	10.717.481,24	12.332.597,77	-13,096	17.861.000,00	-30,952	18.750.000,00	-4,741	19.691.753,00	-4,782	20.676.343,00	-4,762
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha V = (I) - (II)	1.453.590,29	4.108.133,02	-64,617	476.000,00	763,053	-270.750,00	-275,808	524.772,00	-151,594	550.998,00	-4,760
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha VI = V + (III - IV)	-5.031.626,34	-3.143.131,35	60,083	-12.290.000,00	-74,425	-13.941.750,00	-11,848	-13.549.743,00	2,893	-14.227.244,00	-4,762
Dívida Pública Consolidada (DC)	5.796.725,58	4.825.221,16	20,134	3.839.011,62	25,689	3.000.000,00	27,967	3.150.000,00	-4,762	3.307.500,00	-4,762
Dívida Pública Consolidada Líquida (DCL)	-9.934.495,20	-22.710.386,43	-56,256	-28.094.162,69	-19,163	-21.650.000,00	29,765	-22.732.500,00	-4,762	-23.869.125,00	-4,762
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-995.780,62	-12.775.891,23	-92,206	-5.383.776,26	137,304	6.444.162,69	-183,545	-1.082.500,00	-695,304	-1.136.625,00	-4,762

ESPECIFICAÇÃO	VALOR A PREÇOS CONSTANTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	123.019.483,59	136.187.619,81	-9,669	127.866.450,00	6,508	128.799.961,48	-0,725	131.345.216,62	-1,938	133.244.682,69	-1,426
Receitas Primárias (I) (EXCETO FONTES RPPS)	119.354.428,42	133.230.705,41	-10,415	126.918.200,00	4,974	127.288.837,52	-0,291	130.371.149,73	-2,364	132.256.516,34	-1,426
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	118.788.709,01	130.319.490,70	-8,848	127.866.450,00	1,918	128.874.752,16	-0,782	131.490.609,87	-1,989	133.467.838,67	-1,481
Despesas Primarias (II) (EXCETO FONTES RPPS)	117.659.816,80	128.910.458,25	-8,727	126.442.200,00	1,952	127.624.390,99	-0,926	130.027.609,77	-1,848	131.983.679,88	-1,482
Receita Total (COM FONTES RPPS)	17.220.959,10	20.664.409,29	-16,664	17.861.000,00	15,696	18.750.000,00	-4,741	19.691.753,00	-4,782	20.676.343,00	-4,762
Receitas Primárias (III) (COM FONTES RPPS)	4.232.264,61	5.081.333,40	-16,710	5.095.000,00	-0,268	5.079.000,00	0,315	5.617.238,00	-9,582	5.898.101,00	-4,762
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	10.717.481,24	12.332.597,77	-13,096	17.861.000,00	-30,952	18.750.000,00	-4,741	19.691.753,00	-4,782	20.676.343,00	-4,762
Despesas Primarias (IV) (COM FONTES RPPS)	10.717.481,24	12.332.597,77	-13,096	17.861.000,00	-30,952	18.750.000,00	-4,741	19.691.753,00	-4,782	20.676.343,00	-4,762
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha V = (I) - (II)	1.694.611,62	4.320.247,16	-60,775	476.000,00	807,615	-335.553,47	-241,855	343.539,96	-197,675	272.836,46	25,914
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha VI = V + (III - IV)	-4.790.605,01	-2.931.017,21	63,445	-12.290.000,00	-76,151	-14.006.553,47	-12,255	-13.730.975,04	2,007	-14.505.405,54	-5,339
Dívida Pública Consolidada (DC)	6.275.535,11	5.008.579,56	25,296	3.839.011,62	30,465	2.889.338,34	32,868	2.934.873,75	-1,552	2.977.315,69	-1,426
Dívida Pública Consolidada Líquida (DCL)	-10.755.084,50	-23.573.381,11	-54,376	-28.094.162,69	-16,092	-20.851.391,70	34,735	-21.180.005,59	-1,552	-21.486.294,90	-1,426
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-1.078.032,10	-13.261.375,10	-91,871	-5.383.776,26	146,321	6.206.455,45	-186,745	-1.008.571,69	-715,371	-1.023.156,90	-1,426

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE TERRA BOA, emitido em 27/mai/2026 as 14h e 27m.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, no cálculo do Resultado Primário (SEM RPPS) - acima da linha, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS. Estas serão apresentadas de forma apartada, comimpacto apenas no cálculo do Resultado Primário (COM RPPS) - acima da linha, para fins de transparência. Tambémnão devemser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo do Resultado Nominal (SEM RPPS) - abaixo da linha.

Terra Boa 27 de maio de 2026

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:98574310